

JOÃO BERNARDO



terceira versão, revista e aumentada

2018

*À memória de  
Maurício Tragtenberg  
e  
Artur Castro Neves*

A primeira versão deste livro foi publicada no Porto pelas Edições Afrontamento em 2003 e a segunda versão, remodelada e muito ampliada, foi colocada na internet em 2015. Para esta terceira e última versão procedi a uma revisão completa, algumas correcções, numerosas remodelações de detalhe, uma reorganização de alguns capítulos e desenvolvimentos substanciais em certas passagens.

A ilustração da capa reproduz o pavimento concebido por Francesco Celebrano (1765-1771) para a capela Sansevero, em Nápoles.

Agradeço a Philippe Bihouée, do Musée des Beaux-Arts de Chartres, uma informação que me permitiu corrigir um erro relativo a uma obra de Maurice de Vlaminck, que constava nas duas versões anteriores deste livro.

# ÍNDICE

O labirinto – 7.

## Parte 1 A teia dos fascismos

**Capítulo 1.** Definição de fascismo – 13.

1. Revolta na ordem – 13. 2. O fascismo só ascendeu depois da desagregação do movimento operário – 24. 3. Itália: «Hoje a vossa vez já passou!» – 27. 4. Alemanha: «Agora os patrões vão ser de novo os donos da casa» – 38.

**Capítulo 2.** Os dois eixos do fascismo – 44.

1. Os contornos do fascismo – 44. 2. O eixo radical do fascismo – 52. 3. O eixo conservador do fascismo – 63.

**Capítulo 3.** Variantes do fascismo – 70.

1. Itália: A conjugação gradual do eixo radical com o eixo conservador – 70. 2. República Social Italiana: A dissolução do campo institucional do fascismo – 90. 3. Portugal: Um fascismo surgido do eixo conservador reduziu ambos os eixos a uma expressão mínima – 97. 4. Alemanha: O eixo radical nunca dispensou o eixo conservador – 115. 5. Espanha: A formação do campo institucional do fascismo – 129. 6. Bélgica: O eixo conservador comprometeu o eixo radical – 137. 7. Roménia: O eixo radical e o eixo conservador destruíram-se mutuamente – 141. 8. Áustria: Um equilíbrio errado entre as instituições do fascismo – 148. 9. Japão: A hegemonia do eixo conservador sobre o eixo radical – 154. 10. França: A impossibilidade de articular o eixo conservador com o eixo radical – 168. 11. Argentina: Os quatro pólos do fascismo sucederam-se sem se conjugar – 188.

**Capítulo 4.** As condições históricas dos fascismos – 209.

1. «O partido da nação em cólera» – 209. 2. Reino Unido: «Somos a vanguarda de um futuro que não se materializou» – 217. 3. O fascismo como via para superar uma economia bloqueada – 227. 4. Da guerra mundial à revolução internacional – 231. 5. A «trincheirocracia» – 252.

**Capítulo 5.** Perspectivas de crítica ao fascismo – 258.

1. A crítica do fascismo requer uma crítica do capitalismo e uma autocrítica do movimento operário – 258. 2. As democracias refizeram uma virgindade – 259. 3. Totalitarismo e autoritarismo – 273. 4. O mito da cruzada contra o bolchevismo – 280. 5. Ensaios de explicação marxista do fascismo – 283. 6. O marxismo foi incapaz de explicar o nacionalismo e o racismo – 295.

## Parte 2 Uma política sem economia?

**Capítulo 1.** O financiamento dos partidos fascistas – 306.

1. Itália: «Temos Mussolini nas nossas mãos». Teriam? – 306. 2. Alemanha: «Procurei convencer o Führer de que a iniciativa privada devia ser reconhecida como a base da política económica do partido». Mas até quando? – 311. 3. Espanha: Nem conseguiram comprar quem queriam nem aqueles que compraram lhes valeram a despesa – 321. 4. França: Pucheu enganou-se ao julgar que comprara Doriot – 325.

**Capítulo 2.** Elites e classes sociais – 329.

1. Elitismo liberal e elitismo fascista – 329. 2. Renovação das elites – 336.

**Capítulo 3.** A salvação da burguesia pelos gestores – 343.

1. A hegemonia política dos gestores – 343. 2. Itália: «Não se deve afundar o barco da burguesia, mas entrar nele para expulsar a burguesia improdutivo» – 348. 3. Alemanha: «Para conquistar o apoio das massas a um projecto de ressurreição nacional nenhum sacrifício social é demasiado grande» – 356. 4. Espanha: «Vamos lutar para que sejam impostos sacrifícios a muitos dos membros da nossa classe» – 358. 5. Portugal: Uma «nova classe», formando «o elemento activo da nova ordem política» – 362. 6. França: «Na grande maioria dos casos foram escolhidos homens que não eram “capitalistas”, mas “managers”» – 372. 7. O Banco de Pagamentos Internacionais – 383.

**Capítulo 4.** Entre a economia privada e a economia de Estado – 388.

1. Estado Restrito, Estado Amplo e corporativismo – 388. 2. Foi o fascismo um capitalismo liberal? – 395. 3. Foi o fascismo um capitalismo de Estado? – 398. 4. O fascismo foi um capitalismo de gestores – 405.

**Capítulo 5.** O nacional-socialismo como metacapitalismo – 410.

1. Capital produtivo e capital especulativo – 410. 2. A substituição do programa económico por um programa racial – 416. 3. O racismo contra a economia – 425. 4. Teoria dos gestores como classe pós-capitalista – 467. 5. O escravismo de Estado soviético – 482.

### Parte 3

#### Convergências entre a direita nacional e a esquerda social

**Capítulo 1.** A «nação proletária» – 495.

1. O marxismo entre o racionalismo da burguesia revolucionária e o irracionalismo dos românticos contra-revolucionários – 495. 2. Marx e Engels transpuseram a luta de classes para a luta de nações – 507. 3. O colonialismo socialista da Segunda Internacional – 541. 4. Corradini encontrou-se com os sindicalistas revolucionários na «nação proletária» – 547. 5. Sorel e os sindicalistas revolucionários encontraram-se com a extrema-direita na apologia do elitismo – 555. 6. Mussolini, o mais improvável dos fascistas – 581.

**Capítulo 2.** O nacional-bolchevismo – 589.

1. A conquista das massas pelo fascismo – 589. 2. Irlanda: Quase um nacional-sindicalismo – 609. 3. Rússia: A aplicação do bolchevismo no quadro nacional – 614. 4. Rússia: As duas versões da teoria da revolução permanente – 638. 5. Alemanha: Os comunistas procuraram ultrapassar a social-democracia pela esquerda e o nacional-socialismo pela direita – 666. 6. Alemanha: O populismo nacional-socialista era o espelho do nacional-bolchevismo dos comunistas – 706. 7. Alemanha e Rússia: As relações entre a Reichswehr e o Exército Vermelho – 716. 8. Itália: Gramsci foi bater à porta de

D'Annunzio – 723. 9. Catalunha: Um ensaio de anarco-nacionalismo – 732. 10. África do Sul: «Proletários de todo o mundo uni-vos, por uma África do Sul branca!» – 734.

**Capítulo 3.** O social-fascismo – 743.

1. A criação do social-fascismo – 743. 2. Henri de Man e o salto para o irracionalismo político – 746. 3. Henri de Man e a Economia Dirigida – 759. 4. Henri de Man e o nacional-socialismo como «libertação» – 764. 5. Outros percursos – 767.

**Capítulo 4.** A tripla guerra civil em Espanha – 780.

1. Por que razão os trabalhadores não desencadearam uma guerra de guerrilhas? – 780. 2. Os comunistas e a guerrilha – 791. 3. As relações entre os fascistas e alguns meios da extrema-esquerda – 796. 4. As tensões entre o fascismo e a direita conservadora – 803. 5. «Que venham a nós todos os marxistas que quiserem. Recebê-los-ei de braços abertos!» – 805. 6. As relações entre Indalecio Prieto e os fascistas – 811. 7. As barricadas de Maio de 1937 em Barcelona – 816. 8. As relações entre anarquistas e fascistas após o final da guerra civil – 824.

## Parte 4 Racismo

**Capítulo 1.** A linhagem do racismo nacional-socialista – 830.

1. A conversão das línguas em raças pelo romantismo germânico – 830. 2. O aparecimento do racismo na obra de Darwin – 845. 3. Eugenia – 851.

**Capítulo 2.** Raça de senhores, sub-homens e anti-raça – 875.

1. Racismo abrangente – 875. 2. Racismo excludente – 879. 3. Raça de senhores – 901. 4. Sub-homens – 915. 5. Anti-raça – 948. 6. A dialéctica das três raças – 977.

**Capítulo 3.** Fascismo filo-semita, sionismo filofascista e sionismo fascista – 995.

1. Seriam casos isolados? – 995. 2. Itália: Entre o fascismo filo-semita e o fascismo anti-semita – 1001. 3. Península Ibérica: Dois fascismos filo-semitas – 1018. 4. Sionismo filofascista e sionismo fascista – 1023.

**Capítulo 4.** O racismo democrático – 1067.

1. Geopolítica e *manifest destiny* – 1067. 2. O racismo nos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial – 1070. 3. O anti-semitismo dos Aliados – 1080. 4. O bombardeamento da população civil na Europa – 1095. 5. A fome de Bengala – 1104. 6. «O horror! O horror!» – 1106.

## Parte 5 Estética

**Capítulo 1.** O fascismo como estética – 1113.

1. O fascismo foi uma estética por necessidade – 1113. 2. O futurismo entendeu a violência política como um dinamismo estético – 1121. 3. Itália: «Não sou um estadista, sou um poeta» – 1138. 4. Portugal: «Transformar Portugal rústico numa constante exposição viva de arte popular» – 1143. 5. Alemanha: «Sou um artista, não um político» – 1152. 6. A estética como divertimento cruel – 1165.

## Capítulo 2. O fascínio da morte – 1169.

1. O sublime – 1169. 2. O jardim inglês – 1177. 3. As ruínas – 1184. 4. *Le Carceri e Los Desastres de la Guerra* – 1199. 5. «Essa morte que é verdadeiramente o grande interesse da vida» – 1204. 6. Itália: «Só gostamos do sangue quando o vemos jorrar das artérias» – 1210. 7. Alemanha: «Talvez a morte seja o único acontecimento da vida» – 1213. 8. Roménia: «O mais belo aspecto da vida é a morte» – 1221. 9. Espanha: «*Viva la muerte!*» – 1224.

## Parte 6 Metamorfoses do fascismo

### Capítulo 1. O fascismo sem nome – 1238.

1. A dissimulação ideológica do fascismo permitiu-lhe uma existência furtiva – 1238. 2. França: Os fascistas na Resistência antifascista – 1243. 3. França: Os traços do fascismo francês volatilizaram-se na *Encyclopædia Universalis* – 1265.

### Capítulo 2. «Terceiro mundo» – 1274.

1. Japão: Um imperialismo anticolonialista – 1274. 2. Índias Orientais holandesas: O fascismo nipónico criou as instituições da independência – 1282. 3. Timor português: A sociedade colonial dividiu-se entre os colonos que apoiaram os invasores democráticos e os nativos que saudaram como libertadores os novos ocupantes fascistas – 1286. 4. Filipinas: Enquanto o fascismo se repartiu entre o conservadorismo e o radicalismo, a oligarquia manteve a coesão, apesar de indecisa entre a democracia e o fascismo – 1288. 5. Indochina: O fascismo nipónico abriu o caminho aos comunistas – 1296. 6. Birmânia: Os independentistas situaram-se na encruzilhada do comunismo, do fascismo e da democracia – 1299. 7. Índia: O destino de Subhas Chandra Bose mostrou que a síntese do comunismo e do fascismo só pode ser outro fascismo – 1308. 8. Países árabes: O nacional-socialismo e o fascismo italiano descobriram uma vocação anticolonialista – 1318. 9. Estados Unidos: Marcus Garvey, inventor do fascismo – 1327. 10. Da «nação proletária» ao «terceiro mundo» – 1337.

### Capítulo 3. O fascismo pós-fascista – 1349.

1. O que poderá ser o fascismo hoje? – 1349. 2. Serão o pós-modernismo e o culto das identidades um fascismo do nosso tempo? – 1362. 3. O mito da natureza – 1373. 4. Ernst Haeckel, da criação da ecologia à formação do nacional-socialismo – 1384. 5. A ecologia fascista – 1389. 6. O pós-fascismo ecologista – 1405.

Siglas e nomes – 1422.

Referências bibliográficas – 1430.

Lista dos personagens – 1468.

## O LABIRINTO

Este é um livro interminável, e permanecerá tão inacabado como nas duas versões anteriores. Não porque o assunto seja extenso. Outros há de dimensões superiores e, de toda a maneira, a função, ou pelo menos o privilégio, do historiador é cortar onde quiser e seguir o caminho mais curto se achar melhor. São outras as razões que levam este livro, apesar de tantos anos de trabalho, a nunca ter fim.

Antes de mais, não é meu objectivo proceder a uma história descritiva do fascismo nem compilar os acontecimentos que preencheram os vários regimes fascistas. Não faltam obras nesse domínio, não vejo razão para lhes acrescentar outra. Pressuponho que o leitor tenha ouvido falar dos principais factos a que aqui faço referência e que para ele não sejam epítafios obscuros os nomes de alguns daqueles muitos personagens que entre as duas guerras mundiais se agitaram e tentaram encontrar sentidos numa convulsão social profunda. Será pedir demasiado? Quando iniciei a minha vida política, as farsas e tragédias dessas figuras, as suas vilezas e heroísmos, as suas traições ou o seu martírio, os seus destinos perduravam ainda na memória colectiva de numerosos interessados. Mas depois os grandes anseios ideológicos mudaram de temas e cortou-se o fio ténue das recordações, sepultando-as no silêncio. Não foram só os personagens a sumirem-se da memória, mas as palavras também, que se banalizaram e ficaram portanto desprovidas de sentido preciso. Como saber quais os nomes a dar às coisas ou, mais difícil ainda, que coisas colocar sob os nomes? Afinal, desde a primeira palavra do título a leitura deste livro não se anuncia fácil e mover-se no labirinto requer um exercício de decifração.

Por isso as descrições ocupar-me-ão apenas enquanto forma de interpretação. Nem se trata de descrições, mas de percursos pelos factos, escolhendo caminhos mais sinuosos do que directos, como quem deambula pelas ruas para pensar enquanto anda, e o trajecto inclui os textos, que não são menos factuais. Assim, ao apresentar-se como um processo de reflexão este livro não encontra nenhuma razão intrínseca para se encerrar. Previno que o construí como um mosaico de ensaios ou talvez como um *puzzle* a que faltam peças e onde outras parecem repetidas, sem que o estejam, porém. Um labirinto exclui a progressão linear e exige digressões, terei por vezes de regressar ao mesmo lugar para encará-lo sob um ângulo novo. Dito de maneira simples, trata-se de uma obra cubista. Se, como penso, não deve haver história senão comparada, então, mudando para cada peça do mosaico o ângulo de visão, a estrutura tem de ser cubista. Um leitor atento — mas existirá ainda alguém que leia com atenção mil e quinhentas páginas? —

perceberá talvez que entre a primeira edição, que forma aqui o alicerce e o esqueleto, e esta derradeira versão, inseri o traço de outras reflexões, novas abordagens, o nascimento de dúvidas. Seria fácil, com uma limagem na revisão, tornar tudo isto imperceptível, mas preferi não o fazer. Um texto vive como o autor, e as suas circunvoluções acrescentam-se ao labirinto.

Numa época em que verosimilmente nenhuma faceta inédita do fascismo pode já ser descoberta e em que a consulta dos arquivos se limita a acumular detalhes, este livro justifica-se na medida em que propuser uma perspectiva diferente de análise ou, pelo menos, na medida em que lançar outros olhares numa perspectiva que poucos têm adoptado. Só assim poderão, com algum fundamento, surgir novas dúvidas e questões e abrirem-se campos a esclarecer. O que deveras me interessa é, rememorando antigas experiências e seguindo o fio de leituras de muitos anos, alinhar reflexões francamente contrárias a certos lugares-comuns que, à força de serem repetidos, se apresentam como evidências. Esta não é uma história do fascismo, mas a apresentação histórica de problemas que o fascismo revelou plenamente como tais e que continuam hoje por resolver. É outro, porém, o principal motivo que leva o livro a ser interminável.

A história do fascismo não está concluída porque o fascismo é uma realidade em suspenso. Ele foi destruído militarmente sem estar política e ideologicamente esgotado. O que resta, ao analisarmos uma época definitivamente morta, senão a piedade? Que outro olhar podemos lançar, que não seja o de uma ironia carregada de compaixão, ao seguirmos com minúcia as agitações de sociedades defuntas? Mas não se pode analisar o nosso tempo sem interferir nele, porque a intervenção é motivada pelo mero facto de vivermos agora, e aliás a própria análise é uma intromissão. Os labirintos do fascismo não são só os meandros que o derrotaram, mas ainda aqueles em que o fascismo aprisionou tantos dos que haviam começado por ser seus inimigos. Neste sentido o labirinto é também uma teia.

O objectivo da história não se refere fundamentalmente ao passado. É o presente que nos deve interessar, porque é só dele que a nossa prática se ocupa. O inquietante é que apenas o futuro iluminará o sentido do que fazemos hoje, e imploramos à história que disperse o nevoeiro, pois no presente em que vivemos nós somos o indubitável futuro do passado que estudamos. Isto significa, dito de outra maneira, que o presente não existe, que é uma conjugação episódica entre o passado que se arrasta e um futuro que desponta. Para um animal racional não podia haver ironia mais pesada, a de estarmos condenados a construir às cegas o nosso mundo, porque só os desenvolvimentos posteriores esclarecerão as contradições actuais. Conhecemos, sem dúvida, a nossa prática, mas depois de a termos praticado, e talvez estejamos agora, sem o sabermos, a ocasionar paradoxos não menos macabros do que os ocorridos entre as duas guerras mundiais.



O fascismo ocupou o ponto nevrálgico das contradições internas das classes dominantes e, ao mesmo tempo, das contradições do movimento operário. Ele não tem uma genealogia própria e exclusiva, como se encontra para o conservadorismo, o liberalismo ou o socialismo, mas formou-se pelo cruzamento destas três grandes correntes políticas. Não se pode estudar o fascismo sem olhar para os lados e sem seguir percursos em diagonal, já que o labirinto começou por ser uma encruzilhada. O fascismo situou-se também de modo muito contraditório nos vários planos a que é habitual remeter os comportamentos na sociedade moderna. Os fascistas actuaram politicamente no âmbito económico, pretenderam fazer política como se fosse uma arte, admitiram para a arte uma inspiração estritamente política, remeteram a filosofia para o mundo da acção, reduziram a acção à vontade do espírito. A única coisa que me move a estudar o fascismo é a ambição de esclarecer, a partir deste amontoado de contradições, as ambiguidades mais íntimas do capitalismo, aquelas que produziram efeitos mais trágicos. Decidi, então, abordar o fascismo não a partir de fora, do campo claro das minhas certezas, mas desde o seu interior, nas encruzilhadas sociais e políticas em que se gerou e nos percursos paradoxais, quando não delirantes, em que prosseguiu a sua ideologia. E verifiquei que é muitíssimo difícil relacionar as consequências do fascismo, vistas *a posteriori*, com os quadros em que se gerou e primeiro se desenvolveu, quando conhecidos apenas *a priori*. Esta desarticulação na estrutura das causas e consequências é para mim o grande mistério do fascismo.

Talvez as páginas deste livro pareçam estranhas. Talvez não seja este o fascismo que as pessoas julgam conhecer e é muito possível que as outras forças políticas surjam de maneira igualmente inusitada. Mas não escrevo para conforto do leitor, nem meu. É claro que se pusermos de lado tudo o que é incómodo podemos dormir descansados e apresentar como impolutas as paisagens da nossa predilecção. Mas quando se somam os contra-sensos, os paradoxos, os becos sem saída, chega-se a uma altura em que é impossível continuar a usar modelos explicativos que deixam o fundamental por explicar. Na história, orientar-se no labirinto implica uma arqueologia do saber, a descoberta de velhas passagens ocultas, de portas tapadas por paredes, de esconderijos, de escadarias e corredores cujo acesso se mantinha secreto. Sejamos prosaicos, porque tudo tem uma expressão tipográfica. Esta arqueologia do saber faz-se olhando para a parte de baixo das páginas, para as notas de rodapé, e também entre as linhas, destacando o que é afirmado no corpo do texto e esquecido nas conclusões. Em matéria de ideologia o silêncio é uma parte do discurso — para a visão crítica é mesmo a componente fundamental — por isso quanto mais exactamente se definir o lugar do silêncio, tanto mais gritante ele será e mais o abafarão numa pletora de palavras. Tal como, na arqueologia dos objectos materiais, os acúmulos de terra

podem indicar que haja ali tesouros escondidos. Para o historiador, descobrir não é simplesmente assinalar factos, mas rasgar as camadas do discurso proferido sobre factos. Os factos estão onde sempre estiveram, temos os seus efeitos incorporados em cada um de nós, independentemente de lhes sabermos da existência ou lhes conhecermos os processos. Por isso eles são factos. Mas não é com meros factos que a história se tece, embora seja a mais enganadora das formas ideológicas, porque oculta sempre a sua prosa por detrás da máscara empírica. Orientarmo-nos na história é passar, mediante palavras, para além de outras palavras. E descobrimos então que muito do que tem sido dito se destina a silenciar o que não se quer dizer, com um tal grau de sistematicidade que, segundo uma lógica rigorosa, deveríamos afirmar que nestes assuntos o único e verdadeiro dito é o não dito. O que podem ser, no caso do fascismo, os silêncios da historiografia? O que a política do fascismo teve de propriamente fascista não foi a criação de factos, mas a emissão de discursos sobre os factos. O fascismo foi sempre um exercício de *travestissement* numa estética de *trompe l'oeil*. Como se conseguirá, então, sair do labirinto, se depois de rasgarmos os discursos da história e desvendarmos as suas perversidades chegarmos, como destino último, a um mero discurso, e o mais perverso de todos, o que teve como exclusiva razão de ser o revestimento dos factos numa cerimónia de máscaras?

E vou adicionando as contradições sociais e políticas e estéticas daqueles anos entre as duas guerras mundiais, para ficar sempre com a certeza de que em vez de resolver as questões as desdobro em dúvidas ainda maiores, num labor que jamais poderá ter fim. Como alguém que fechado numa casa procura a saída para a rua, o jardim, o sol, mas que a cada porta que abre só entra em novas salas e quartos, com outras portas, que dão para outros quartos e salas. É um pesadelo, evidentemente. Se «o sono da razão gera monstros», não devemos afinal espantar-nos de viver um interminável pesadelo quando penetramos na desrazão alheia.

Talvez, afinal, o labirinto seja o único modo de existência real do irracionalismo fascista, possível de ser destruído materialmente, mas não desarticulado intelectualmente. Se o segredo do irracionalismo consiste em convocar a acção para introduzir a coerência que falta no plano racional, só através de uma acção contrária se pode liquidar um tal artifício. Mas este confronto entre acções ocorre ainda no plano exterior à razão, por isso reforça o irracionalismo. E, se assim for, não será esta uma das ciladas menores do labirinto.

*«El sueño de la razón produce monstruos.»*

Francisco de Goya

Parte 1  
A TEIA DOS FASCISMOS

# Capítulo 1

## DEFINIÇÃO DE FASCISMO

### 1. Revolta na ordem

Durante um curso que ministrei em 1994 na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, um dos alunos pediu-me que definisse o fascismo em três palavras. «Literalmente? Três palavras?» «Sim, em três». O curso versava a tensão existente entre a coesão social do capitalismo e a sua ruptura: as contradições de uma coesão social assente na exploração; os movimentos de ruptura e a constituição de novos princípios de organização da sociedade; os limites com que estas novas formas de organização têm até agora deparado e a sua recuperação pelas classes dominantes, que reestruturam assim a coesão social. Defini então o fascismo, em três palavras, como a revolta no interior da coesão, chamando a atenção para a sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador.

O fascismo foi uma revolta na ordem. «A revolução, quando é bem feita», escreveu José Antonio Primo de Rivera, «tem como característica formal “a ordem”»<sup>1</sup>. Já em 1914 Wyndham Lewis e Ezra Pound, que em Londres se contaram entre os primeiros a gerar o que em breve seria o fascismo, haviam anunciado na abertura do primeiro manifesto do vorticismo: «Para lá da Acção e da Reacção havemos de nos situar»<sup>2</sup>. E enquanto Hitler se apresentava como «o revolucionário mais conservador do mundo»<sup>3</sup>, Ernst von Salomon, que no fascismo alemão se situava numa área rival, depositava as esperanças «numa renovação da ideia de Estado, que seria revolucionária nos métodos mas conservadora na sua natureza»<sup>4</sup>. A igual inspiração obedecera Corradini ao saudar o fascismo italiano como «uma revolução que se efectua no interior da ordem estabelecida»<sup>5</sup>. Alfredo Rocco, ministro da Justiça de Mussolini, defendeu uma ideia semelhante,

<sup>1</sup> José Antonio em *La Nación*, 28 de Abril de 1934, reproduzido em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 478.

<sup>2</sup> Este manifesto encontra-se em A. Danchev (org. 2011) 76-80. A frase citada vem na pág. 76.

<sup>3</sup> Citado em J.-P. Faye (1972) 68 e (1974) 28. Hitler, observou J. C. Fest (1974) 379, «tinha de se apresentar simultaneamente como um revolucionário e como um defensor da situação existente, ao mesmo tempo radical e moderado»; ver ainda a pág. 1301. «O fascismo é inteiramente revolucionário», escreveu em 1923 Karl Anton, príncipe de Rohan, apologista alemão do regime de Mussolini e futuro membro dos SS; «o fascismo é inteiramente conservador». Citado em J.-P. Faye (1972) 67. A participação do príncipe de Rohan nos SS foi indicada por id., *ibid.*, 135 e id. (1980) 286. Que o enorme estudo de Jean Pierre Faye, uma obra-prima da historiografia, seja unanimemente ignorado pelos historiadores revela a situação a que chegámos.

<sup>4</sup> E. Salomon (1993) 618.

<sup>5</sup> Esta passagem de um artigo de Enrico Corradini, publicado em *Gerarchia*, Janeiro de 1925, vem citada

escrevendo que «a revolução se tornou — permitam-me a antítese — conservadora»<sup>6</sup>. O fascismo mobilizou os trabalhadores para efectuar uma revolução capitalista contra a burguesia ou, talvez mais exactamente, apesar da burguesia. Um tão grande paradoxo explica que o sentido do processo se invertesse consoante as preferências do orador ou as expectativas do auditório, e a mesmíssima revolução que com o tempo se havia tornado conservadora podia tornar-se revolucionária. Assim, num discurso comemorativo do segundo aniversário da Marcha sobre Roma, depois de evocar «dois anos de governação que visaram uma reorganização essencialmente conservadora», o filósofo do fascismo italiano, Giovanni Gentile, preveniu que, para resolver os problemas «nos seus termos fundamentais», «será necessário realizar uma revolução»<sup>7</sup>. Com a sua habitual desenvoltura, Mussolini proclamara já em Março de 1921: «Nós damos-nos ao luxo de ser aristocratas e democratas, conservadores e progressistas, reaccionários e revolucionários»<sup>8</sup>. Também Salazar, quando era ainda ministro das Finanças e mal começara a implantar em Portugal a sua versão bisonha do fascismo, advertiu um jornalista de que «é necessário fazer neste país uma grande revolução *na ordem* para evitar a que outros fatalmente fariam *na desordem*»<sup>9</sup>, o que ajuda a compreender que Pequito Rebelo, um dos doutrinadores do Integralismo Lusitano, invocasse no mesmo fôlego e em maiúsculas «a Revolução Nacional» e «a Contra-Revolução»<sup>10</sup>. Aprendida a lição salazarista, Benoist-Méchin resumiu o principal objectivo dos fascistas conservadores de Vichy dizendo que «em vez de esperar que o povo impusesse a *sua* revolução ao governo, era necessário que o governo se antecipasse e impusesse a *sua* revolução ao povo»<sup>11</sup>. Vindo após todos os outros, na cauda do cortejo, o coronel Perón haveria de declarar em Agosto de 1945: «Se

em P. Milza (1999) 588. E nove anos mais tarde Guido Bortolotto, historiador fascista do fascismo, explicou ao público alemão que «o fascismo é uma revolução conservadora». Ver J. P. Faye (1972) 68.

<sup>6</sup> Esta passagem da introdução a um relatório apresentado por Alfredo Rocco à Câmara dos Deputados em Junho de 1925, mas publicado dois anos mais tarde, encontra-se citada em J. P. Faye (1972) 63. Ver igualmente id. (1976) I 291.

<sup>7</sup> Estas frases do discurso pronunciado por Giovanni Gentile a 28 de Outubro de 1924 encontram-se em id. (1972) 63.

<sup>8</sup> Citado em A. Lyttelton (1982) 71, P. C. Masini (1999) 69, J. Ploncard d'Assac (1971) 121 e C. T. Schmidt (1939) 73. Ver também M. D. Irish (1946) 88 e D. Sassoon (2012) 59. Num eco distante Gioacchino Volpe, secretário-geral da Academia de Itália, considerou que uma das funções desta instituição era «representar e reconciliar o espírito tanto da revolução como do conservadorismo». Ver G. Volpe (1931) 166.

<sup>9</sup> Entrevista de Salazar ao *Novidades*, 1 de Maio de 1929, citada em J. Ameal (org. 1956) II 283 (subs. orig.) e F. Nogueira [1977-1985] II 36. Num artigo publicado no *Novidades*, 13 de Abril de 1928, Salazar escrevera que «certas reformas que na nossa sociedade o *tempo* tornou *fatais*, convém mais que as façam as *direitas* do que sejam chamadas a fazê-las as *esquerdas*». No mês seguinte, já membro do governo, Salazar repetiu que «há uma grave revolução a fazer em Portugal [...] O problema de momento é saber se os que reputam necessária e inevitável essa revolução preferem apoiar-nos, para que o Governo a faça na ordem, ou preferem desinteressar-se, para que o País a sofra na anarquia». Ver João Ameal, op. cit., II 204 (subs. orig.) e 226.

<sup>10</sup> Estes brados de Pequito Rebelo em *A Cartilha do Lavrador* encontram-se citados em J. M. Pais et al. (1976-1978) XIV 356.

<sup>11</sup> Citado em O. Dard (1998) 101 (subs. orig.).

não formos nós a fazer a revolução pacífica, há-de ser o povo a fazer a revolução violenta»<sup>12</sup>. Mais tarde, já general, ele censurou a oligarquia do seu país por não ter entendido uma verdade fundamental: «O que havia de verdadeiramente conservador a fazer era precisamente ser revolucionário»<sup>13</sup>. E agora, nestes dias em que escrevo, Eduard Limonov, chefe do fascismo radical russo, depois de afirmar que «só o paradoxo é verdadeiro», anunciou: «A nossa ideologia é paradoxal, combinando dentro de si o conservadorismo e a revolução [...]»<sup>14</sup>. Poderia decerto prolongar a lista até incluir uma boa centena de citações, mas a minha intenção é apenas fornecer alguns dos principais pontos de cristalização terminológica indicativos dos cruzamentos práticos em que o fascismo se instituiu como uma revolta na ordem.

A ordem é o Estado. Muito mais do que um conjunto de instituições funcionando ao serviço dos poderosos, o Estado é um princípio de organização geral das instituições. Se Engels, numa passagem célebre, afirmou que o Estado tem origem na sociedade e ele próprio se coloca acima da sociedade, é necessário não cedermos à ilusão e vermos o Estado não onde ele projecta a sua imagem refractada, mas onde na realidade se situa. Contrariamente ao que sucedeu em vários impérios da Antiguidade e de certo modo também no regime senhorial, em que a classe dominante cobrava o tributo a uma população que em grande parte vivia e produzia obedecendo a estruturas próprias, no capitalismo a classe explorada não se limita a sustentar o peso dos exploradores, mas recebe deles o quadro e as modalidades em que se organiza. O Estado capitalista não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para assegurar a sua coesão nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade actual uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado assenta na hetero-organização da classe trabalhadora.

Esta abordagem da esfera política em termos de hetero-organização e auto-organização insere-se no mesmo complexo de conceitos que inclui a alienação e a mais-valia, concebidas enquanto modalidades de cisão interna. O conceito de alienação é um utensílio crítico vocacionado para os campos filosófico, antropológico e psicológico, permitindo mostrar que a classe trabalhadora e os trabalhadores individualmente considerados geram formas culturais e mentais que, ao mesmo tempo que os exprimem, lhes são hostis. Transportada para o plano económico, a alienação desdobra-se na mais-valia e explica o exclusivismo na atribuição do controle social, o crescimento da riqueza e a desigualdade na distribuição dos bens. Ao transferir estes termos para o

<sup>12</sup> Esta passagem do discurso de Perón em 7 de Agosto de 1945 no Colégio Militar encontra-se em R. Puiggrós (1988) 165.

<sup>13</sup> Citado em G. I. Blanksten (1953) 259.

<sup>14</sup> S. D. Shenfield (2001) 210.

domínio político conclui que a noção de hetero-organização caracteriza a situação de quem é alienado culturalmente e explorado economicamente.

A extorsão da mais-valia resulta de uma cisão operada no interior do processo produtivo, concebido enquanto desenrolar do tempo de trabalho. Este processo divide a sociedade em classes antagónicas e precipita num lado aqueles cujo tempo de trabalho é controlado por outros, e no lado oposto aqueles que detêm o controle do seu próprio tempo de trabalho e do tempo de trabalho alheio. É em função da produção e da expropriação da mais-valia, assim entendida, que devem definir-se as classes sociais no capitalismo. Neste plano, e só neste plano, elas têm uma existência permanente e são a raiz de todas as manifestações sociais. Aqueles que não controlam o seu próprio tempo de trabalho e a quem é, por isso, extorquida a mais-valia constituem a classe trabalhadora. E as diferentes formas como o processo de trabalho é controlado e dirigido determinam as modalidades de apropriação inicial da mais-valia e, por aí, a inclusão dos capitalistas em duas grandes classes sociais. A direcção individualizada do processo de trabalho e a apropriação da mais-valia graças ao direito de propriedade particular caracterizam a classe burguesa, enquanto a classe dos gestores controla os processos de trabalho de maneira colectiva e o seu direito à apropriação da mais-valia tem origem no status e deve-se à cooptação no âmbito dos organismos dirigentes.

Este nível de existência das classes sociais é indispensável para se analisar o funcionamento da economia e para se preverem os traços gerais da evolução económica. No que diz respeito à produção e à apropriação da mais-valia as classes formam-se, reorganizam-se e reconstituem-se incessantemente e os seus efeitos são sempre observáveis, quaisquer que sejam as ilusões que as pessoas possam ter acerca da classe em que se inserem ou mesmo a respeito da divisão da sociedade em classes. Todavia, além de ser uma entidade económica, cada classe começa a assumir também uma realidade sociológica quando os seus membros tomam consciência da posição que ocupam, adoptando então algumas formas de vida comuns e ostentando traços culturais destinados a proclamar a sua inserção nessa classe e, ao mesmo tempo, a sua distinção relativamente às outras classes. Os conceitos *em si* e *para si* esclarecem tal transformação. O reforço da sua posição prática nas lutas sociais permite que uma classe definida em si, no plano económico da produção e da apropriação da mais-valia, adquira identidade cultural e política e assumam uma realidade sociológica para si, afirmando-se como classe perante os seus próprios membros e os membros das outras classes. A longo prazo, nos movimentos amplos e mais profundos, a luta de classes consiste na oscilação da classe trabalhadora entre as fases da dissolução da sua existência para si e as fases em que, depois de uma reorganização interna mais



ou menos demorada, apresenta novos tipos de existência para si. Nas rupturas revolucionárias a classe trabalhadora surge com uma grande coesão política e uma consciência forte da sua identidade sociológica e cultural, enquanto a burguesia e os gestores se mostram fragmentados e inseguros quanto aos padrões culturais e políticos que devem seguir. Reciprocamente, durante os seus longos períodos de apatia a classe trabalhadora limita-se a uma existência económica e, deixando de gerar referências políticas e culturais próprias, os seus membros procuram, em vão, imitar formas de comportamento dos membros das classes dominantes.

Nesta dialéctica ininterrupta os trabalhadores não levam uma vida única, mas duas vidas. Isto explica a diferença fundamental entre a cultura proletária, com todas as ambiguidades que a têm caracterizado, e a cultura dos capitalistas, que por comparação quase parece desprovida de equívocos. Ao mesmo tempo que se inserem no capital e o fazem funcionar, os trabalhadores entram em choque com ele, e esta dualidade é tão sistemática que os administradores de empresa, situados no cerne dos antagonismos sociais, sabem que gerir a actividade produtiva consiste acima de tudo em administrar conflitos. Com frequência a insatisfação dos trabalhadores não ultrapassa os limites da iniciativa individual, e mesmo a mobilização conjunta de um bom número de pessoas manifesta-se em grande parte dos casos de maneira passiva, sendo a condução do processo entregue a dirigentes sindicais ou políticos. Enquanto os trabalhadores circunscreverem os movimentos de luta ao quadro das burocracias já existentes, ou quando deixarem burocratizar as lutas, não conseguirão assumir o controle das suas formas de organização. Neste caso continuam hetero-organizados e a sua realidade enquanto classe no plano económico não se manifesta no plano sociológico. Por isso, em vez de romperem com o Estado, reproduzem-no em novas modalidades. Todavia, quando os trabalhadores, além de se mobilizarem colectivamente, põem em causa os princípios de organização hegemónicos e criam modelos novos, derivados do próprio contexto da luta e reflectindo as necessidades aí sentidas, então eles combatem activamente o capital, porque começam a auto-organizar-se, tecendo relações de solidariedade num plano que já não é o do Estado capitalista.

E quando numerosos trabalhadores se deixam mover e conduzir, tantas vezes em episódios de incrível violência, para restabelecer o capitalismo numa nova modalidade, e neste processo se confrontam com outros trabalhadores, desejosos de se oporem a todas as formas do capital, e contribuem para os dispersar e liquidar? Foi isto o fascismo, sustentado por uma convulsão da classe trabalhadora, que jogou uma das suas vidas contra a outra, e neste exacerbação da sua contradição interna os trabalhadores agravaram a hetero-organização que os vitimava. O trabalhador fascista caracterizou-se por possuir um profundo ódio aos ricos, aliado a

uma estreiteza de horizontes que o impedia de se inserir nas redes de solidariedade da sua classe e ascender a uma compreensão do processo histórico. Céline, um anarquista<sup>15</sup> que foi um dos melhores escritores do fascismo, se não o melhor<sup>16</sup>, pretendeu que «a consciência de classe é uma balela, uma demagógica convenção. O que cada operário quer é sair da sua classe operária, tornar-se burguês, o mais individualmente possível, burguês com todos os privilégios»<sup>17</sup>. Por isso ele afirmou em 1935 que «o proletário é um burguês que não foi bem-sucedido»<sup>18</sup>. Sempre que a hostilidade aos ricos não é acompanhada por nenhum sentimento de classe, o fascismo não anda longe<sup>19</sup>.

As massas populares assentam a existência, enquanto massas, na desorganização da classe trabalhadora. A perda de consciência sociológica da classe trabalhadora e a sua redução a uma entidade meramente económica é caracterizada, no plano político, por uma conversão da classe em massas. Foi este um dos objectivos básicos do fascismo. A revolução, entendida como destruição da ordem capitalista e sua substituição, ou tentativa de substituição, por outro sistema, é feita pela classe trabalhadora. Mas a revolta no interior da ordem deveu-se às massas populares. Os horizontes estreitos que confinam cada elemento das massas e o impedem de imaginar outra coisa além da possibilidade de ascensão no interior da hierarquia vigente devem-se à fragmentação da classe, com o consequente isolamento recíproco dos seus membros. Nas massas os trabalhadores dispõem apenas da individualidade que lhes foi forjada pelo capitalismo, enquanto na classe cada trabalhador encontra a sua projecção histórica. E nos elos estruturantes da classe, constituídos pelos mecanismos de solidariedade, os trabalhadores encontram uma razão de ser oposta à do capitalismo. Se cada trabalhador vive simultaneamente duas vidas, uma que o insere no capital e outra em que manifesta o seu descontentamento, isto significa que cada trabalhador oscila entre as massas e a classe. É a partir daqui que podemos analisar as formas específicas de organização que os fascistas implantaram nas suas milícias, nos seus partidos e nos seus

<sup>15</sup> Numa carta de 24 de Março de 1938, citada em A. Duraffour et al. (2017) 637, Céline mencionou «o meu anarquismo fundamental», mas Annick Duraffour et al. pretenderam (págs. 637-638) que ele não era anarquista no sentido político e apenas no sentido psicológico ou (págs. 758-759) que se tratava de uma mistificação. Porém, tanto o anarco-sindicalismo de tipo italiano como o anarquismo individualista contribuíram para a gestação do fascismo. O anarquismo individualista de Céline ficou patente, por exemplo, numa carta para Élie Faure, de 18 de Março de 1934, citada em id., *ibid.*, 677, onde escreveu «Sou anarquista até aos pêlos» para justificar a sua recusa de entrar em agremiações.

<sup>16</sup> M.-A. Macciocchi (1976 b) I 253 e 255 classificou Céline como «o mais genial escritor nazi-fascista» e «o maior escritor fascista que houve na Europa».

<sup>17</sup> L.-F. Céline (1942) 120. «As vítimas da fome de um lado, os burgueses do outro, têm, no fundo, uma única ambição», escreveu ainda Céline. «É tudo estômago e companhia. Tudo para a pança». Ver id. (1941) 65. Seguindo o hábito, traduzi «*damnés de la Terre*» por «vítimas da fome».

<sup>18</sup> Carta de Céline para Élie Faure, de 22 ou 23 de Julho de 1935, citada em A. Duraffour et al. (2017) 677.

<sup>19</sup> G. Seldes (1935) 25 detectou no jovem Mussolini o ressentimento e não o sentido de classe. Também Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 259 mencionou a utilização do ressentimento social pelos nacionais-socialistas.

sindicatos, em que a ausência de qualquer capacidade de iniciativa da base correspondia à sua fragmentação e à sua redução aos indivíduos, assegurando o prevalecimento incontestado das hierarquias. Do mesmo modo, nos festivais e desfiles que desempenharam um tão grande papel no exercício fascista da política, cada indivíduo não era mais do que um figurante, um espelho do modelo geral, multiplicando todos eles, até ao infinito, essa imagem singular, enquanto a coreografia do conjunto se dispunha em função da figura central e exclusiva do chefe. Este foi um dos aspectos em que o fascismo esteve mais próximo dos liberais do que dos conservadores. Com efeito, para os conservadores o povo constitui uma totalidade orgânica, irredutível à soma de individualidades equivalentes que forma a massa. Aliás, esta noção de totalidade social orgânica inspirou a noção de classe de Marx, que a deslocou da globalidade do povo para uma sua fracção. Decorrente de pressupostos muito diferentes, o modelo liberal do cidadão — o indivíduo consumidor da economia ou o indivíduo eleitor da política — presidiu à noção fascista de massas.

O objectivo do trabalhador fascista não era substituir a sociedade capitalista por uma sociedade baseada noutros princípios, o que seria possível apenas através do desenvolvimento da solidariedade de classe. O trabalhador fascista desejava simplesmente ascender no interior das estruturas existentes, desalojar os antigos patrões e tornar-se ele próprio patrão ou, se não o conseguisse, pelo menos ter junto de outros como ele, nas milícias de arruaceiros, a ilusão do poder, reduzido à brutalidade da força física. Um desejo de ascensão que não punha em causa o fundamento das estruturas prevalecentes era uma revolta dentro da ordem, e esta conjugação entre a estreiteza de horizontes e os sonhos de grandeza explica a miséria grandiloquente da cultura fascista, as roupagens megalómanas e os acessórios de teatro com que se adornaram os lugares-comuns mais banais. «A banalidade é a contra-revolução», definira o escritor Isaac Babel na jovem Rússia soviética<sup>20</sup>, e anos mais tarde, na Alemanha nas vésperas do triunfo do nacional-socialismo, Thomas Mann preveniu, numa tumultuosa conferência, que «já não se erguem obstáculos no caminho para a vulgaridade»<sup>21</sup>.

O mundo contemporâneo sustenta-se numa tensão permanente entre a esfera do Estado, que corresponde para os trabalhadores a formas de hetero-organização e que reproduz e avoluma o capital, e a esfera da auto-organização dos trabalhadores, em que se processam as lutas

<sup>20</sup> Citado por Ernst Bloch num artigo em *Das Tagebuch*, 12 de Abril de 1924, reproduzido em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 149. Também M. Mann (2004) 280 salientou o papel dos fascismos como divulgadores de banalidades.

<sup>21</sup> A conferência de Thomas Mann, *Appell an die Vernunft (Um Apelo à Razão)*, pronunciada em Outubro de 1930, encontra-se antologizada em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 150-159. A passagem citada vem na pág. 154. Penso que deve ser entendido neste contexto o célebre subtítulo de uma obra de Hannah Arendt, *A Banalidade do Mal*. A origem da frase, aliás, encontra-se numa carta que lhe enviou Karl Jaspers, a crer em W. Lepenies (2006) 192.

colectivas e activas contra o capital e onde existe em gérmen o modelo de uma sociedade diferente e de um novo modo de produção. Estas duas vidas dos trabalhadores supõem os princípios antagónicos de duas totalidades opostas, uma assente na desigualdade e na exploração, e outra onde se reproduzem e amplificam os elos de solidariedade, de igualitarismo e de espírito colectivo que presidem às manifestações de luta mais avançadas. Aquilo que a linguagem corrente denomina conquistas dos trabalhadores não ocorre na esfera do Estado nem se preserva mediante a criação de novas instituições burocráticas, a adicionar às muitas mais de que o Estado dispõe. Houve uma época em que, nalguns países, um certo liberalismo pareceu oferecer o antídoto eficaz à invasão de todos os aspectos da vida pelo capitalismo. Mas tratava-se do liberalismo de aristocratas em declínio, de artesãos, de pequenos comerciantes e camponeses independentes, herança de formas económicas arcaicas e de relações sociais de *Ancien Régime*. Só por uma ilusão compreensível, mas funesta, os trabalhadores procuraram proteger-se da exploração invocando valores que estavam condenados devido ao seu carácter obsoleto.

Os avanços dos trabalhadores verificam-se unicamente na esfera alheia ao Estado e são sinónimo de auto-organização. O Estado não constitui um terreno neutro, não é uma arena onde exploradores e explorados possam medir forças e definir espaços, somando avanços e recuos e traçando demarcações, nem uma balança que a cada instante ajuste os equilíbrios entre o capital e o trabalho. A luta entre ambos consiste no antagonismo fundamental — e inconciliável — entre a hetero-organização dos trabalhadores e a sua auto-organização, entre a redução dos trabalhadores a uma existência económica e a aquisição de uma identidade sociológica. Nenhuma instituição pode conjugar de maneira duradoura a subordinação dos trabalhadores às formas de enquadramento capitalistas e a invenção pelos trabalhadores de outras modalidades de organização, no interior das quais o capital não se reproduza. A luta, declarada ou latente, é o modo de articular ambas as esferas institucionais. O trabalhador leva duas vidas, e jamais as pode integrar num comportamento único.

Nas épocas em que os trabalhadores detêm a iniciativa, o crescimento das formas de organização colectivas e activas implica uma crise do capital, que vê comprometidas as suas possibilidades de reprodução. Em última análise, são os critérios de organização a decidir o destino destes confrontos. Triunfa a classe que atinge um grau superior de coerência interna e, apesar dos interesses contraditórios que os dividem e da concorrência em que se defrontam, os capitalistas têm-se revelado cada vez mais estreitamente unidos pela concentração económica, desenvolvida hoje no plano transnacional. Por seu lado, os trabalhadores, embora com frequência consigam pôr de parte a concorrência que os separa no mercado de trabalho, só muito raramente

deram mostras de ultrapassar as distinções de nacionalidade, de língua, de religião, de tradições culturais, de sexo, da própria cor da pele, que hoje proliferam em incontáveis identidades. Esta incapacidade tem sido a causa última a comprometer o progresso da esfera de auto-organização e a restabelecer a hetero-organização em modalidades sempre mais avassaladoras. O vaivém entre aqueles dois princípios organizativos define os ciclos longos da reprodução do capital.

Nos confrontos sociais, porém, as instituições não se extinguem bruscamente. Transformam-se e acabam por assumir uma realidade contrária àquela que presidira ao seu nascimento. De cada vez a esfera do Estado tem conseguido assimilar e recuperar em seu benefício instituições criadas na esfera da auto-organização dos trabalhadores durante as fases em que estes se haviam mostrado colectivamente capazes de iniciativa própria. A passagem de uma para outra esfera corresponde a uma burocratização dessas instituições e consiste na inversão do seu funcionamento e dos seus objectivos sociais. A história do movimento operário tem sido feita de inspirações emancipadoras que, mal começaram a ser realizadas, depararam com os obstáculos erguidos à generalização da luta, definharam e degeneraram, para serem reconvertidas pelo capitalismo em novos quadros de opressão e de valorização do capital. Desde a reivindicação da igualdade jurídica e o reconhecimento do direito de coligação no mercado de trabalho, desde as cooperativas e outras formas de solidariedade, passando pelo sufrágio universal, a instrução para todos e a colectivização da propriedade, até às mais recentes manifestações práticas de autonomia e de capacidade para gerir directamente a produção e a vida social, todos estes grandes temas da emancipação dos trabalhadores e do fim da exploração, depois de verem um começo de realização enquanto modalidades de auto-organização, foram absorvidos pelo capitalismo, que lhes deu um carácter de hetero-organização e os transformou num sustentáculo, ou tentáculo, do Estado. Os capitalistas não são exploradores apenas no plano económico mas na plena dimensão histórica, já que se esforçam por adaptar à sua imagem quaisquer instituições que comecem por se manifestar em sentido contrário. A história da luta de classes no capitalismo consiste na miríade de vias e modalidades que permitem a passagem da auto-organização para o seu oposto, a hetero-organização.

Todavia, para que este processo seja eficaz ele tem de alterar — ou melhor, adulterar — a substância das instituições enquanto lhes conserva a aparência, dando outra elasticidade à dicotomia entre forma e conteúdo. Durante algum tempo oculta-se a transformação do conteúdo através da continuidade mistificadora da forma, erigindo-se a forma em critério decisivo. Mas não é este o lugar da arte? Na arte a forma é o verdadeiro conteúdo, ou antes, o conteúdo é cada espectador, que sente e interpreta o objecto artístico exclusivamente enquanto forma, para nele

projectar a sua experiência própria e as suas expectativas. Se pretendermos aplicar-lhe um critério objectivo a arte é ambígua, só atingindo rigor na dimensão subjectiva, em relação com cada espectador, em cada instante. Por isso a linguagem, veículo da arte, é equívoca. A comunicação nunca é uma relação directa entre pessoas, mas sempre uma relação mediada pela linguagem e, portanto, pela forma artística. A comunicação não pressupõe a univocidade, mas exige o seu contrário, a ambiguidade, de modo que uma identidade formal sustenta a ficção das aparências e permite a coexistência de realidades antagónicas e a conversão das instituições no seu oposto.

O processo de recuperação institucional que tem assegurado ao capitalismo não só a sobrevivência mas uma colossal expansão opera-se nos termos da actividade artística. Ao abandonar a esfera da auto-organização e ao assumir nova realidade na esfera da hetero-organização, uma instituição mantém o seu nome e é esta persistência formal que, ocultando a degenerescência sob um véu de continuidade, lhe garante a eficácia prática. «Nunca se deve começar pela direita», observou um sagaz político francês, Pierre Laval, já maduro e experiente — mas também poderiam ter sido Aristide Briand ou tantos outros — aconselhando um jovem colega que se candidatara ao parlamento numa lista de direita. «Deve começar-se pela esquerda, pela esquerda mais extrema, e progredir-se depois para a direita, lentamente»<sup>22</sup>. Referindo-se a Mussolini e aos seus seguidores, Giuseppe Bottai chegou a igual conclusão, mas através de um percurso inverso, afirmando perante a Câmara dos Deputados, em Dezembro de 1929, que os ambiciosos começam revolucionários e os melhores se tornam com o tempo ainda mais revolucionários, mesmo que a opinião pública possa julgar o contrário, porque os vê abandonar os métodos de intervenção convencionais<sup>23</sup>. Entre a fórmula do político francês e a do italiano há toda a diferença que separa as democracias parlamentares do fascismo. Mas elas têm em comum o fundamental, a necessidade de recuperar os temas e os métodos da revolução e usá-los para fins opostos. A passagem contínua de pessoas do campo da revolução para o campo da ordem explica-se porque as palavras não existem desencarnadamente e têm de ser proferidas. Os saltimbancos da política são emissores de discursos, e a isto se reduz a sua função. Denominar da mesma maneira instituições que adquiriram uma realidade social antagónica e atribuir a uma instituição uma função oposta à originária são operações que apenas se podem entender e definir com os utensílios conceptuais da estética. No seu processo histórico, a luta de classes, enquanto

<sup>22</sup> Este conselho de Laval a Debû-Bridel encontra-se citado em E. Weber (1965 a) 112. O certo é que Debû-Bridel não se saiu mal, porque, começando por militar em várias organizações fascistas, pertenceu depois ao comando supremo da Resistência, foi senador na Quarta República e acabou como uma das figuras cimeiras do gaullismo de esquerda. Ver id. (1964) 134. E assim se conclui que para ir para a esquerda não é necessário abandonar a direita.

<sup>23</sup> G. Bottai (1933) 69.

tensão permanente entre a esfera da hetero-organização e a esfera da auto-organização, constitui a suprema actividade artística e sustenta todas as modalidades específicas de arte.

Nestes termos, o fascismo define-se como a mais ambígua das formas políticas e, portanto, como a mais artística de todas elas. O fascismo não se limitou a desnaturar instituições criadas pelas lutas colectivas e activas e a transferi-las para a esfera do Estado, mas transportou para o quadro genérico da opressão o próprio tema da revolução. A revolta no interior da coesão social pressupunha que se tivesse levado a um ponto extremo a dissolução de quaisquer formas de auto-organização, mas se os meios clássicos da política burguesa se revelavam insuficientes para completar a recuperação das instituições que os trabalhadores haviam criado no seu âmbito próprio, então surgiam os fascistas. Em Novembro de 1921, discursando em Roma no congresso que transformou o seu movimento em Partido Nacional Fascista, Mussolini colocou as alternativas com clareza: «Estaremos com o Estado e a favor do Estado sempre que ele se mostrar um guarda intransigente, um defensor e um propagandista das tradições nacionais; substituir-nos-emos ao Estado sempre que ele se revelar incapaz de enfrentar e combater as causas e os elementos de desagregação interna dos princípios da solidariedade nacional; mobilizar-nos-emos contra o Estado se ele vier a cair nas mãos de quem ameaça a vida do país e atenta contra ela»<sup>24</sup>. E, como um eco, proclamou em Julho de 1922 o antigo sindicalista revolucionário Michele Bianchi, agora secretário-geral do PNF e um dos seus dirigentes mais poderosos: «Estamos com o Estado e ao lado do Estado quando ele é capaz de se impor, mas quando é incapaz, então a própria lógica das coisas torna necessário que nos substituamos ao Estado»<sup>25</sup>.

Todavia, para que aquela estratégia pudesse completar-se na prática era indispensável encobrir ideologicamente a renovada opressão com a referência às palavras emancipadoras. «Não só o fascismo se apodera de *slogans* [...] mas, nas suas modalidades mais radicais, todos os seus processos de pensamento sofrem, consciente ou inconscientemente, a influência do campo revolucionário», escreveu um estudioso muito arguto, concluindo que «o fascismo se mascara frequentemente com a imagem dos seus inimigos»<sup>26</sup>. Nesta perspectiva, a revolta dentro da ordem foi a sombra da luta anticapitalista projectada no âmbito do capital, a nostalgia da auto-organização nos limites da hetero-organização. Situada no culminar dos paradoxos, nenhuma outra corrente política precisou tanto como o fascismo de recorrer à magia do artista e nenhuma manipulou com tal mestria a versatilidade das palavras. O fascismo não foi uma política, no sentido

<sup>24</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 384.

<sup>25</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 303.

<sup>26</sup> M. Maruyama (1963) 165-166.

tradicional do termo, mas uma ficção política. Em política «tudo o que parece é», proclamou Salazar<sup>27</sup>. O fascismo criou ficções e apresentou-as como se fossem a única realidade e só assim, num nível estritamente vocabular e estético, pôde ocorrer a revolta no interior da coesão social, que de outro modo teria sido um insustentável contra-senso. Recordando um passado em que já não acreditava, Dionisio Ridruejo, que fora um dos mais activos propagandistas do fascismo espanhol, confessou com amarga ironia que ele e os seus correligionários haviam chamado «revolução» a uma operação de polícia e a tinham vivido espiritualmente como se o fosse<sup>28</sup>. Menos lúcido, ou talvez mais cínico, mantendo-se até ao final da vida apegado às suas convicções, observou Georges Oltramare, um fascista suíço que havia desempenhado um certo papel nos bastidores, que «pode-se ser rebelde desde que não se ponha em causa o património sagrado, as verdades fundamentais»<sup>29</sup>.

Conservadores na prática e radicais no espírito? Sem dúvida. Mas o espírito alimenta-se também, e as instituições do fascismo tiveram um radicalismo próprio, que cumpre analisar.

## 2. O fascismo só ascendeu depois da desagregação do movimento operário

A crer numa versão ainda hoje muito divulgada, o fascismo teria constituído o último recurso do grande capital ameaçado pelas acções vitoriosas do proletariado. Já num dos artigos de uma colectânea publicada em Moscovo em 1923 o autor explicara o aparecimento do fascismo pelo perigo que a revolução representava para a sociedade burguesa<sup>30</sup>. E nos meados da década de 1920 a oposição trotskista no interior do Partido Comunista russo defendia, contra a absurda identificação entre social-democracia e fascismo, inventada por Zinoviev e prosseguida durante algum tempo por Stalin, a tese de que a burguesia apelava para a intervenção dos fascistas quando os órgãos repressivos normais eram incapazes de sustentar uma arremetida proletária iminente, enquanto a social-democracia constituía o recurso político da burguesia nos períodos que precediam o exacerbamento da luta de classes e nos períodos posteriores às derrotas mais

<sup>27</sup> Esta frase encontra-se no discurso pronunciado por Salazar aquando da tomada de posse dos novos dirigentes da União Nacional, em 1938, e vem citada em J. Ameal (org. 1956) IV 222 e F. Nogueira [1977-1985] III 150. Do mesmo modo, em 1933 ele afirmara que «politicamente, só existe o que o público sabe que existe». Ver João Ameal, op. cit., III 263 e Franco Nogueira, op. cit., II 242.

<sup>28</sup> Citado por H. R. Southworth (1967) 13. Desde o começo da guerra civil Ridruejo foi um personagem central na propaganda falangista e desde Fevereiro de 1938 até 1940 ocupou o cargo de director do Servicio Nacional de Propaganda do regime franquista. Ver J. Mendelson (2007) 164, 166 e 170.

<sup>29</sup> G. Oltramare (1956) 10.

<sup>30</sup> O artigo de Nikolai Leonidovitch Mechtcheriakov encontra-se resumido em B. R. Lopukhov (1965) 242.



graves das tentativas insurreccionais da classe trabalhadora<sup>31</sup>. Esta interpretação dos acontecimentos foi usada em diversos quadrantes ideológicos, mas não corresponde aos factos.

Com efeito, quando os fascistas conquistaram as ruas e os campos, para se apoderarem em seguida da governação, eles jamais conseguiram ascender em confronto directo com as movimentações revolucionárias dos trabalhadores, mas somente após essas movimentações terem sido desarticuladas pelas suas contradições internas<sup>32</sup>. Como várias vezes lhe sucedeu, a lucidez demonstrada por Clara Zetkin deixou-a isolada na 3ª sessão plenária do Komintern, em Junho de 1923, ao advertir: «O fascismo não é de modo nenhum a vingança da burguesia contra um proletariado que se tivesse insurreccionado de maneira combativa. Sob um ponto de vista histórico e objectivo, o fascismo ocorre sobretudo porque o proletariado não foi capaz de prosseguir a sua revolução»<sup>33</sup>.

Foi esta tese que Trotsky defendeu pelo menos desde 1932, quando passou a chamar a atenção para o facto de o fascismo entrar em cena depois, e apenas depois, de o movimento insurreccional dos trabalhadores ter sido desactivado a partir do seu interior em virtude das hesitações dos chefes revolucionários e do reformismo da social-democracia<sup>34</sup>. Num esboço de artigo que ditou pouco antes de ter sido assassinado, ele descreveu a sequência dos acontecimentos: «[...] de cada vez o fascismo é o elo final de um ciclo político específico que inclui as fases seguintes: a crise mais grave da sociedade capitalista; o aumento da radicalização da classe trabalhadora; o aumento da simpatia para com a classe trabalhadora e o anseio de mudança por parte

<sup>31</sup> L. Trotsky (1969 b) 216-217.

<sup>32</sup> M. V. Cabral (1976) 878, 885 e 904-905 constatou este facto nomeadamente no caso português, que não vou analisar neste capítulo.

<sup>33</sup> Citada em N. Poulantzas (1976) I 106. Segundo P. Broué (2006) 726, Clara Zetkin declarara também no mesmo discurso: «O fascismo não é a resposta da burguesia a um ataque do proletariado; é o castigo infligido ao proletariado por não ter prosseguido a revolução iniciada na Rússia».

<sup>34</sup> Em *What Next? Vital Questions for the German Proletariat*, publicado em 1932 e antologado em *The Rise of German Fascism...*, Leon Trotsky escreveu (pág. 225): «O fascismo italiano foi a consequência imediata da traição pelos reformistas da sublevação do proletariado italiano [...] A desarticulação do movimento revolucionário [de Setembro de 1920] tornou-se o factor mais importante do crescimento do fascismo». Esta passagem está reproduzida em G. L. Weissman (org. 1970) 6. «Não há excepções a esta regra», voltou Trotsky a afirmar em «Some Questions on American Problems», *Internal Bulletin*, Socialist Workers Party, Setembro de 1940, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1969) 69. «O fascismo só surge quando a classe operária se mostra completamente incapaz de tomar nas suas próprias mãos o destino da sociedade». Esta passagem encontra-se igualmente em George Lavan Weissman, op. cit., 27-28. Em 1936 Otto Bauer defendeu uma perspectiva semelhante, como se vê pela passagem citada em M. Mann (2004) 125-126. Também August Thalheimer sustentou que uma condição do bonapartismo, forma política que considerava estreitamente aparentada ao fascismo, era que a classe trabalhadora tivesse lançado um movimento revolucionário contra a burguesia mas tivesse sido derrotada. «Uma derrota séria do proletariado numa crise social profunda é uma das condições prévias do bonapartismo», lê-se em A. Thalheimer (1930). Porém, Thalheimer acrescentou que o bonapartismo surgiu «no estádio em que a sociedade burguesa deparou com o perigo gravíssimo de uma investida revolucionária do proletariado e quando a burguesia esgotou as forças a desbaratar essa investida, quando todas as classes estão enfraquecidas e jazem prostradas [...]», o que atenua a perspicácia da sua observação anterior.

da pequena burguesia rural e urbana; a indecisão extrema da grande burguesia; as suas manobras cobardes e traiçoeiras, com o intuito de evitar que a revolução chegue ao apogeu; a exaustão do proletariado; uma indecisão e uma indiferença crescentes; o agravamento da crise social; o desespero da pequena burguesia, o seu anseio de mudança; a neurose colectiva da pequena burguesia, a sua propensão a acreditar em milagres, a sua propensão a medidas violentas; o aumento da hostilidade para com o proletariado, que não correspondeu às suas esperanças. Estas são as premissas da formação rápida de um partido fascista e da sua vitória»<sup>35</sup>.

Todavia, a relação entre o fascismo e as contradições internas do movimento operário não parece ter ocupado a generalidade dos historiadores e dos teóricos da política, o que é pena. A manutenção de alguns mitos e, ao mesmo tempo, o apego a certas indecisões fatais dependem de se apresentar o fascismo e o movimento operário como dois mundos separados, em vez de se desvendar o mecanismo que levou a dissolução de um a gerar a ascensão do outro. Sempre que se confrontou com o movimento operário organizado, o fascismo só alcançou a hegemonia depois de haver desaparecido do horizonte a alternativa social incorporada pelas manifestações de luta colectivas e activas, e desde que, por outro lado, persistissem entre os trabalhadores todos os motivos de insatisfação. Com o abandono da esperança revolucionária, a hostilidade de classe passava a assumir a forma degenerada do ressentimento. Diluídas as redes de solidariedade, os trabalhadores já não apareciam como membros de uma classe e apresentavam-se como elementos das massas. Uma massa agitada pelo descontentamento, mas sem nenhuma expectativa que não se cingisse à sociedade existente — eis a base popular da revolta dentro da ordem. Foi nessa gente que o fascismo se apoiou para eliminar as chefias operárias tradicionais, isolar as vanguardas combativas e reorganizar o Estado consoante um novo modelo ditatorial. E fê-lo tanto mais facilmente quanto o refluxo do movimento revolucionário havia fragilizado a base de sustentação de socialistas e comunistas, e a repressão conduzida contra os trabalhadores mais ousados comprometera qualquer prestígio de que os governos liberais tivessem podido gozar entre a população humilde. O triunfo do fascismo só é compreensível se recordarmos que nessa ocasião as formas sociais inovadoras criadas pelo movimento operário haviam já sido derrotadas e tinham degenerado. Esta foi uma regra sem excepções e encontra uma perfeita ilustração nos dois fascismos mais conhecidos.

<sup>35</sup> L. Trotsky, «Bonapartism, Fascism and War (His Last Article)», *Fourth International*, Outubro de 1940, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1969) 120-123 e em *The Rise of German Fascism...*, 609-623. A passagem citada vem nas págs. 121-122 e 614-615, respectivamente, e encontra-se também antologada em G. L. Weissman (org. 1970) 29.

### 3. Itália: «Hoje a vossa vez já passou!»

Em Itália os fascistas lançaram as suas milícias contra um proletariado que estava já desorganizado pela dissolução das relações de solidariedade criadas na luta e contra uma vanguarda revolucionária que o recuo da base tornara independente e, por isso, condenara à burocratização<sup>36</sup>. Logo em 1923 Clara Zetkin percebera que «antes de o fascismo ter derrotado o proletariado através da violência, já tinha obtido uma vitória ideológica e política sobre o movimento da classe trabalhadora»<sup>37</sup> e Palme Dutt, o principal ideólogo do Partido Comunista britânico, escreveu que «o fascismo não foi a arma defensiva da burguesia contra o proletariado em marcha, mas, pelo contrário, o meio usado pela burguesia para se vingar do proletariado que batia em retirada»<sup>38</sup>. À mesma conclusão chegou Paul Marion, antigo comunista que se tornara fascista, considerando que «após o fracasso das ocupações de fábricas» o fascismo «compreende a mudança da psicologia operária (desânimo), burguesa e camponesa (desejo de vingança) e lança os seus *fasci* na luta física contra os vermelhos»<sup>39</sup>. Outro trânsfuga, o romancista português Manuel Ribeiro, que antes de se converter ao corporativismo cristão fora um activo sindicalista e tivera um papel preponderante na génese do Partido Comunista do seu país, diagnosticou em 1929: «Nos fins de 1920 a situação era esta: dum lado o Socialismo que frustrara a Revolução e não se decidia por coisa nenhuma; do outro o país em terror a tremer dum furacão que ulula ainda, mas que vai já longe. Mussolini aproveita o pânico, corre a matar um morto e é acolhido como salvador. Eis o singelo esquema do triunfo mussoliniano»<sup>40</sup>. É impossível ser mais exacto.

O levantamento da classe trabalhadora dos campos e das cidades, que começara a esboçar-se em meados de Junho de 1919 e no mês seguinte incendiara toda a Itália, revelou que as direcções sindicais e as chefias do Partido Socialista não estavam, no melhor dos casos, preparadas para o confronto directo com o capital ou, na pior alternativa, eram francamente avessas a qualquer agudização da luta de classes<sup>41</sup>. Um historiador descreveu a situação observando que «faltavam horizontes e perspectivas, forças e instrumentos, para dar uma saída política a uma luta de princípios»<sup>42</sup>. Na verdade, a insurreição do proletariado agrícola e dos operários da indústria,

<sup>36</sup> R. De Felice (1978) 207 n. 8 comentou «o facto de apenas poucos observadores políticos [...] terem posto o problema de saber porque é que a reacção fascista só se desencadeou depois de o movimento socialista ter entrado na sua fase decrescente [...]». Ver igualmente: A. J. Gregor (1979) 178, 180, 185, 189; M. D. Irish (1946) 101-102; A. Lyttelton (1982) 61; C. T. Schmidt (1939) 33; G. Seldes (1935) 276-277.

<sup>37</sup> Citada em A. J. Gregor (1979) 185.

<sup>38</sup> R. P. Dutt (1936) 161-162.

<sup>39</sup> P. Marion (1939) 330.

<sup>40</sup> M. Ribeiro [1930] 118-119. Ver igualmente a pág. 122.

<sup>41</sup> G. Bortolotto (1938) 346-350, 356-357; E. Santarelli (1981) I 127-131, 190-191, 196, 198, 199, 204-205.

<sup>42</sup> E. Santarelli (1981) I 199.

que se reproduziu em novos surtos durante a segunda metade daquele ano e ao longo do ano seguinte, ultrapassou os quadros partidários e sindicais e gerou as suas próprias formas de organização, comités locais e assembleias de empresa, onde se manifestavam princípios de igualitarismo e democracia de base opostos ao modelo hierarquizado e autoritário que inspira os sindicatos e as instituições políticas centralizadas. Não espanta a perplexidade dos dirigentes tradicionais da classe trabalhadora, relutantes, por um lado, em perder o prestígio junto da base, mas que, por outro lado, não podiam consentir a destruição do sistema burocrático, de onde lhes vinha toda a autoridade de que gozavam.

Tal como ensinou o lucidíssimo Jean-Paul Marat, e ao contrário do que muitas vezes se pensa, a burocratização é gerada sempre pela base de um movimento, nunca pelo topo. Por mais que os dirigentes queiram assumir uma postura independente e consagrar os seus privilégios momentâneos como um direito próprio, jamais o poderão fazer se a luta mantiver um dinamismo colectivo e os trabalhadores comuns se conservarem activos e vigilantes. Mas se os obstáculos que forem surgindo, as desilusões e o desânimo contribuírem para dissolver os elos colectivos da base e para transformar a actividade em passividade, então manifesta-se e desenvolve-se a burocratização, que constitui uma forma de independência dos dirigentes. Este modelo de análise esclarece o que se passou em Itália.

A agitação contra a carestia em Junho e Julho de 1919 não se limitou ao saque de milhares de estabelecimentos comerciais, e os insurrectos determinaram que as Câmaras do Trabalho passassem a proceder à distribuição dos bens de consumo, consoante preços tabelados<sup>43</sup>. Em Agosto, durante as greves que alastraram nas regiões industrializadas do norte da península, os metalúrgicos de Turim pretenderam converter em *sovietes*, em conselhos operários, as suas comissões internas de empresa<sup>44</sup>, num movimento que assumiu dimensões mais consideráveis nos primeiros meses de 1920, sobretudo em Março e Abril, abrangendo todo o Piemonte. Como observou um historiador, «trabalhadores sindicalizados procuraram mostrar-se capazes de dirigir eles próprios a produção e aptos para administrar a fábrica de maneira mais eficiente do que os proprietários, conseguindo ao mesmo tempo uma distribuição mais equitativa dos lucros»<sup>45</sup>. O que estava então em jogo era a disciplina dentro das empresas, que no capitalismo constitui o fundamento não só da economia mas de toda a ordem social. Ao reivindicar o direito de auto-organização o operariado lançava aos patrões um repto a que eles ficavam obrigados a

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, I 129.

<sup>44</sup> Ch. S. Maier (1988) 188; E. Santarelli (1981) I 133.

<sup>45</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 141.

responder<sup>46</sup>. Gino Olivetti, secretário-geral da Confindustria, a organização central do patronato industrial, não podia ser mais claro ao declarar que «durante as horas de trabalho há que trabalhar e não falar, e a autoridade nas fábricas deve continuar a ser indivisível»<sup>47</sup>. Para os capitalistas a ameaça era tanto mais grave quanto simultaneamente os trabalhadores rurais haviam começado a pôr em causa o estatuto dos grandes proprietários da terra. De 1919 para 1920 o número de grevistas nos campos mais do que duplicou, ultrapassando um milhão. Ao mesmo tempo que se estendia, o movimento radicalizava-se, quadruplicando a quantidade de jornadas perdidas por greve, e enquanto em algumas províncias meridionais os camponeses ocuparam sistematicamente os latifúndios, também em certas regiões do vale do Pó manifestaram uma clara tendência expropriadora<sup>48</sup>.

Estas formas de auto-organização, cujo enorme significado social está na razão inversa da sua escassa duração, dissolveram-se sem terem encontrado entre os principais dirigentes socialistas e sindicalistas nem entusiastas nem continuadores. A política agrária defendida pelo Partido Socialista mostrou-se inadequada às novas circunstâncias<sup>49</sup>. E nos meios industriais foi especialmente notório o caso de Turim, onde o operariado do ramo automóvel enfrentou directamente os capitalistas a propósito da questão crucial do poder no interior das empresas e da disciplina no trabalho, sem receber o apoio da direcção do Partido Socialista e sem que as organizações sindicais se tivessem esforçado por mobilizar o auxílio das outras categorias profissionais nas restantes regiões fabris ou por articular a agitação industrial com as lutas agrárias, então activíssimas<sup>50</sup>. Em Agosto e Setembro de 1920, ao começar a ocupação sistemática de fábricas, as ambições do operariado revelaram-se já menos profundas e o movimento não atingiu a dimensão a que havia chegado em Março e Abril, quando colocara o problema do poder no interior das empresas<sup>51</sup>. É certo que durante as greves de Agosto e Setembro centenas de milhares de trabalhadores mantiveram em funcionamento as fábricas ocupadas, puseram os produtos à venda no mercado e recorreram às cooperativas para se abastecer. Mas apesar disto não se encontrava entre os grevistas uma autonomia de decisão e de relacionamento interno, pois desta vez as cúpulas sindicais não haviam perdido a iniciativa e, após aquele ensaio de controle directo das empresas, esperavam obter uma participação na gestão económica corrente<sup>52</sup>. Era «o reconhecimento

<sup>46</sup> A. Lyttelton (1982) 336-337; Ch. S. Maier (1988) 224-225; E. Santarelli (1981) I 165, 171, 187-188.

<sup>47</sup> Citado em Ch. S. Maier (1988) 225.

<sup>48</sup> A. J. Gregor (1979) 176; Ch. S. Maier (1988) 222; P. Milza (1999) 225; E. Santarelli (1981) I 174, 196, 199.

<sup>49</sup> E. Santarelli (1981) I 196.

<sup>50</sup> Ch. S. Maier (1988) 189, 225; E. Santarelli (1981) I 188, 198.

<sup>51</sup> E. Santarelli (1981) I 188-189, 200-201.

<sup>52</sup> É assim que interpreto a descrição a que procedeu id., *ibid.*, I 202-204.

por parte dos empresários do princípio do controle sindical dos estabelecimentos» que a CGL reivindicava, ou seja, em vez de fomentarem conselhos operários capazes de subverter a disciplina interna das fábricas, os dirigentes sindicais pediam a instalação de comissões paritárias onde eles mesmos pudessem sentar-se ao lado dos patrões. «A classe operária», resumiu um arguto comentador deste processo de dissolução do movimento contestatário, «havia renunciado ao seu poder potencialmente revolucionário de controle sobre a indústria a troco apenas de vagas promessas de participação dos trabalhadores na gestão das empresas»<sup>53</sup>. Em Setembro de 1920 o movimento começou a declinar. Os quase dezanove milhões de dias de trabalho que a indústria perdera em 1919 por motivo de greve e os dezasseis milhões e quatrocentos mil perdidos em 1920 reduziram-se em 1921 a menos de oito milhões e em 1922 mal ultrapassaram os seis milhões e meio<sup>54</sup>. A indiferença ou a hostilidade que os dirigentes socialistas e sindicais haviam manifestado desde início perante as aspirações mais inovadoras da vanguarda anónima levaram-os a adoptar moldes inteiramente convencionais na condução do surto revolucionário, embotando-lhe o radicalismo e destruindo-lhe a dinâmica motriz. Quer-se maior paradoxo do que o ocorrido nos primeiros dias de Dezembro de 1919, quando uma onda de protestos contra a agressão de que haviam sido vítimas alguns dirigentes e deputados socialistas originou em certos lugares, como em Mântua, formas de auto-organização insurreccional, e apesar disto o Partido Socialista revelou-se sem capacidade, ou sem desejo, para se pôr à frente da agitação ou sequer se aproveitar dela<sup>55</sup>? E, no entanto, poder-se-ia julgar que este partido se sentisse fortalecido pelo êxito colossal que obtivera nas eleições parlamentares do mês anterior, cerca de um terço dos votos e quase um terço dos lugares no parlamento<sup>56</sup>.

Mussolini usou com habilidade essas hesitações e denunciou-as publicamente<sup>57</sup>, ele que havia sido um dos mais destacados e radicais dirigentes do PSI e tão bem conhecera por dentro os mecanismos daquela contradição. Apercebeu-se desde a primeira hora da inversão de tendências e já em Julho de 1921 declarara no seu jornal que «sustentar que o perigo bolchevista ainda existe em Itália é confundir o medo com a realidade»<sup>58</sup>. Exactamente dois anos depois, com lúcido sarcasmo invectivou no parlamento os seus antigos correligionários: «O que é que vos aconteceu?

<sup>53</sup> Ch. S. Maier (1988) 237-238, 241, 245. As passagens citadas encontram-se nas págs. 237 e 241.

<sup>54</sup> P. Melograni (1980) 52. Porém, A. J. Gregor (1979) 176 indicou cerca de doze milhões de dias de trabalho perdidos por greve em 1919 e quase trinta milhões em 1920.

<sup>55</sup> E. Santarelli (1981) I 153-154.

<sup>56</sup> A. J. Gregor (1979) 173.

<sup>57</sup> E. Santarelli (1981) I 129, 203.

<sup>58</sup> Esta passagem de um artigo de Mussolini em *Il Popolo d'Italia*, 2 de Julho de 1921, encontra-se citada em W. Laqueur (1996) 16. «Em Outubro de 1920», observou A. J. Gregor (1979) 180, «Mussolini admitiu que o movimento revolucionário da classe trabalhadora havia começado a decompor-se».

Tivestes resultados táticos brilhantes, mas não tivestes depois a coragem de vos lançar na acção para alcançar o objectivo final! Conquistastes um grande número de municípios, de províncias, de instituições periféricas, mas não compreendestes que tudo isto era completamente inútil se, numa dada altura, não vos apoderásseis do cérebro e do coração da nação, se não tivésseis a coragem de empreender uma estratégia política. Hoje a vossa vez já passou, e não tendeis ilusões — há momentos que a história não repete»<sup>59</sup>. Sem as insuficiências que travaram internamente o movimento revolucionário de 1919 e 1920 e desnortearam os seus participantes, seriam incompreensíveis as acrobacias oratórias e os malabarismos táticos de Mussolini e dos outros chefes fascistas, atacando os grevistas como perigosíssimos extremistas, expondo a demagogia dos dirigentes sindicais e socialistas, prevenindo contra as alegadas debilidades do governo liberal e, ao mesmo tempo, encontrando alguma justiça nas queixas dos trabalhadores. Os primeiros ensaios de violência contra-revolucionária dos *squadristi* foram inseparáveis da denúncia do reformismo socialista. Aqueles meses em que os trabalhadores ultrapassaram a direcção do PSI e dos sindicatos sem conseguirem, por outro lado, organizar de maneira estável a sua iniciativa própria serviram, afinal, para reforçar a penetração social do fascismo e o seu radicalismo de actuação. Foi este o terreno da vitória de Mussolini.

A agitação nos campos em 1919 e 1920 levava em muitos lugares à ocupação dos latifúndios, enquanto noutros se colocava na ordem do dia a expropriação dos donos da terra. Mas, uma vez travado o desenvolvimento da luta, degeneraram as formas organizativas inovadoras e pouco tempo depois tudo o que delas restava era o fortalecimento da burocracia sindical. A solidariedade que a mão-de-obra agrícola manifestara, quando se havia coligado para impor as suas condições no mercado de trabalho, assegurou afinal o monopólio às agências de emprego sindicais e desta maneira «conduziu depois ao controle completo e absoluto dos chefes sindicais sobre a massa trabalhadora», observou um historiador. «Não foi por acaso que a conquista sindical-fascista de Ferrara e Bolonha se inseriu no desenvolvimento negativo das lutas agrárias de 1920 e na retomada por Mussolini, em Março de 1921, da palavra de ordem “terra para os camponeses”»<sup>60</sup>.

Do mesmo modo, aproveitando a incompreensão, o alheamento ou a franca aversão que os dirigentes socialistas mostravam perante as experiências de controle da produção pelos trabalhadores, os fascistas começaram a exigir a presença de representantes dos operários na administração das empresas<sup>61</sup>. Aliás, os fascistas haviam intuído muito cedo a maneira como poderiam

<sup>59</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 413.

<sup>60</sup> E. Santarelli (1981) I 279-280. A respeito da utilização desta palavra de ordem ver igualmente D. Guérin (1969) II 51 e 100-101.

<sup>61</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 141-142.

beneficiar das ocupações de fábrica. Em Março de 1919, antes de se ter iniciado o movimento de ocupações, os operários de uma empresa metalúrgica situada em Dalmine, perto de Bérgamo, entraram em greve e, desafiando o *lock-out* patronal, fecharam-se dentro do estabelecimento e continuaram a produzir, com o argumento de que estavam a servir a economia do país. A bandeira nacional que hastearam na fábrica ilustrava-lhes os propósitos patrióticos. Enquanto as ocupações fabris que haveriam de se iniciar cinco meses mais tarde pretendiam subverter o fundamento da ordem capitalista, alterando as relações sociais de trabalho, a greve em Dalmine propôs-se reforçar a ordem reinante, ou não fosse ela organizada pela UIL, uma central sindical fundada no ano anterior por pessoas que participaram na génese do fascismo. Aqui a hostilidade ao patrão não se projectava numa luta contra a globalidade dos capitalistas, mas, pelo contrário, servia de pretexto para promover a conciliação de classes a nível nacional<sup>62</sup>, e Mussolini precipitou-se para entusiasmar com a sua oratória estes operários tão sensíveis às conveniências do Estado e do capital. «Não vos lançastes numa greve segundo o velho estilo, uma greve negativa e destruidora. Pensando nos interesses do povo, inaugurastes a greve criadora, que não interrompe a produção. Era-vos impossível negar a nação depois de terdes combatido por ela», proclamou Mussolini em 20 de Março de 1919 aos operários de Dalmine. «Vós sois os produtores, e é a este título, reivindicado por vós, que reivindicais o direito de tratar com os industriais num plano de igualdade»<sup>63</sup>. Estavam enunciados os princípios que em breve serviriam de pretexto, se não de argumento, ao corporativismo nacionalista. Três dias depois, num dos seus discursos na reunião fundadora dos Fasci Italiani di Combattimento, Mussolini defendeu que se apoiasse a reivindicação do controle operário sobre as indústrias; mas como não podia esquecer que necessitava de atrair os trabalhadores sem indispor os patrões, não hesitou em desvendar as razões da sua demagogia: «[...] queremos habituar os operários às responsabilidades administrativas para os convencer de que não é fácil dirigir um estabelecimento industrial ou comercial»<sup>64</sup>.

<sup>62</sup> G. Bortolotto (1938) 388-389; P. Milza (1999) 236; G. Volpe (1941) 30. Não me parece que Z. Sternhell et al. (1994) 141 tivessem razão ao atribuir à greve de Dalmine preocupações que só caracterizariam o movimento de ocupação de fábricas iniciado em Agosto daquele ano. Acerca da fundação da UIL ver Pierre Milza, op. cit., 169-170. Este autor indicou (pág. 211) que por ocasião do armistício a UIL contava duzentos mil aderentes, mas A. J. Gregor (1979) 175 atribuiu-lhe metade disso em 1919.

<sup>63</sup> Citado em P. Milza (1999) 236. Ver igualmente A. J. Gregor (1979) 179, C. T. Schmidt (1939) 38 e G. Volpe (1941) 30-31.

<sup>64</sup> Antologiado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 9 e citado em B. Mussolini (1935) 19. Ver igualmente Charles Delzell, op. cit., 97. Em Julho de 1923 Mussolini escreveu, com veia similar: «Terei proximamente o prazer de incluir no meu governo os representantes directos das massas operárias organizadas. Quero tê-los comigo [...] para que se convençam de que a administração do Estado é algo extraordinariamente difícil e complexo [...]». Ver G. S. Spinetti (org. 1938) 185. É interessante verificar que o primeiro-ministro Giolitti, num discurso perante o parlamento em Fevereiro de 1921, quando pretendeu justificar a aparente inacção do seu governo durante as ocupações de fábricas no ano anterior, usou o argumento a que Mussolini havia recorrido, dizendo que «a ocupação das fábricas mostrou à classe operária que, nas actuais circunstâncias, não podia dirigir uma fábrica. E assim o proletariado perdeu as



Assim, quando os fascistas viram chegado o momento de recuperar em seu proveito o surto revolucionário das ocupações, dispunham já do modelo que lhes havia sido fornecido em Dalmine. No programa que o movimento de Mussolini difundiu no Verão de 1919 considerava-se necessária a «participação dos representantes dos trabalhadores na gestão técnica da indústria» e a «transferência da responsabilidade pela gestão das indústrias e dos serviços públicos para aquelas organizações proletárias que forem moral e tecnicamente qualificadas»<sup>65</sup>. Com estes critérios, as organizações de esquerda ficariam decerto excluídas e, por outro lado, restringindo aos problemas técnicos a possibilidade de interferência dos representantes do operariado, os fascistas estavam a reservar aos patrões o exclusivo da orientação superior da economia. Mas estas ressalvas devem ter parecido insuficientes, porque o programa aceite pelo 2º Congresso dos Fasci, em Maio de 1920, apesar de repetir nas mesmas palavras a última reivindicação mencionada, passou a formular a primeira de um modo que lhe atenuava mais ainda as implicações, invocando agora a «representação dos trabalhadores no funcionamento de todas as indústrias, limitada ao que diz respeito aos empregados»<sup>66</sup>. E foi nestes termos que a questão voltou a ser referida no último mês de 1921, numa das secções do programa do recém-constituído Partido Nacional Fascista<sup>67</sup>.

Na indústria, portanto, a sequência cronológica não foi menos esclarecedora do que no meio rural. Primeiro, encontramos uma acção profundamente subversiva, destruidora das hierarquias patronais e capaz de pôr em causa as relações sociais de produção. Depois assistimos à burocratização deste processo e à conversão gradual do ataque às hierarquias dentro das fábricas num ensaio de ascensão de novas elites no interior das velhas hierarquias; já não se tratava de mudar as relações de produção, mas de permitir que os dirigentes sindicais se sentassem em algumas reuniões da direcção das empresas. Finalmente, numa terceira fase, os fascistas apresentaram-se como o movimento político capaz de consagrar legalmente a substituição das elites, com a condição, evidentemente, de a nova elite ser constituída por eles e não pela burocracia sindical marxista. Posta a questão nestes termos, pouco interessava aos trabalhadores que fossem uns ou outros, invocando a qualidade mítica de seus representantes, a ingressarem nas administrações das fábricas. E os fascistas puderam prosseguir o ciclo de recuperação das instituições nascidas nas lutas, através da inversão dos objectivos destas lutas. Com a violência das milícias, começaram então a conquistar as massas trabalhadoras aos seus dirigentes tradicionais.

ilusões». Ver J. Alazard (1922) 74.

<sup>65</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 13. Ver G. Bortolotto (1938) 342 e F. L. Carsten (1967) 50.

<sup>66</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 16.

<sup>67</sup> Id., *ibid.*, 29; G. S. Spinetti (org. 1938) 160.

Os *squadristi* nunca passaram de pequeníssimos grupos e depararam com a hostilidade da enorme maioria do proletariado. O tipo de terror a que recorreram foi expressão daquele isolamento, lançando-se em brigadas coesas e disciplinadas, compostas por poucos homens e empregando um grau de violência muitíssimo superior à capacidade de resposta do adversário<sup>68</sup>. Mas estes métodos nunca surtiriam efeito se do outro lado não se houvesse rompido já a teia de relações que pode tornar imbatíveis os trabalhadores, a solidariedade e o igualitarismo forjados nas grandes lutas directas. Abandonado este quadro social, só resta ao proletariado a inserção no outro quadro, cuja estrutura é determinada pelo capitalismo e que tem como regra primordial o estímulo das rivalidades entre trabalhadores e a sujeição de cada um à disciplina da empresa. Numa dicotomia simplificada, ou prevalecem as relações de luta, dando consistência aos vínculos que ligam os trabalhadores, ou prevalece a hierarquização capitalista da sociedade, e debilitam-se neste caso as relações dos trabalhadores enquanto classe. Pequenas minorias coesas e bem organizadas podem apavorar um inimigo incomparavelmente mais numeroso se ele estiver socialmente disperso. Só então o terror sistemático se torna uma arma decisiva nos conflitos. Os episódios desses anos críticos da história italiana parecem-me demasiado conhecidos na sua forma e pouco investigados nos seus fundamentos, apesar de Mussolini não ter mentido a este respeito. «Em 1919», recordou ele alguns anos mais tarde, «não pode falar-se da existência de sindicalismo fascista, nem sequer embrionariamente. [...] A situação sindical não melhorou em 1920 [...] Foi só em 1921 que o fascismo irrompeu [...] pelo vale do Pó e submergiu uma a uma todas as fortalezas materiais e morais das organizações socialistas [...] Reconheço que o rápido declínio da força dos vermelhos se deveu em primeiro lugar à acção bélica do fascismo [...] e também a dois factos, quase contemporâneos, e que tiveram uma vasta repercussão política e moral: o fracasso das ocupações de fábrica em Itália nos finais de 1920 e a fome na Rússia»<sup>69</sup>. O assalto lançado pelos *squadristi* contra os organismos partidários, sindicais e cooperativos da classe trabalhadora e o isolamento a que se remeteu a vanguarda proletária foram dois aspectos de um mesmo processo. No primeiro semestre de 1921 as *squadre* devastaram 119 Câmaras do Trabalho, 107 cooperativas, 83 sedes de sindicatos camponeses, 59 centros culturais socialistas, além de tipografias socialistas, bibliotecas, associações mutualistas, num total de 726 destruições<sup>70</sup>.

Não me parece possível compreender verdadeiramente os acontecimentos sem analisar os mecanismos básicos do terror. Porém, não creio que os modelos sociológicos disponíveis

<sup>68</sup> D. Guérin (1969) II 104-105.

<sup>69</sup> B. Mussolini, «Fascismo e Sindacalismo», *Gerarchia*, Maio de 1925, antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 158-159.

<sup>70</sup> D. Sassoon (2012) 98.

permitam um estudo deste tipo. Seria necessária a imaginação fértil mas rigorosa de um Elias Canetti para conceber do princípio ao fim uma sociologia do medo, aquela mesma que as milícias fascistas puseram em prática com uma mestria sem par. Talvez o jovem jurista alemão Sebastian Haffner, burguês liberal hostil aos nacionais-socialistas, tivesse exposto um dos mecanismos centrais do pavor generalizado ao recordar os dias em que, obrigado a participar junto com os colegas numa das muitas organizações cívicas do Terceiro Reich, desfilava uniformizado e de suástica hasteada e via esconder-se discretamente num portal quem não queria esticar o braço e saudar a bandeira, exactamente o que ele fazia quando, vestido com roupa normal, deparava na rua com cortejos idênticos<sup>71</sup>. Inspirar aos outros o mesmo medo que os outros nos inspiram parece-me ser um dos princípios constitutivos de uma sociedade baseada no terror.

Do congresso socialista de Livorno, em Janeiro de 1921, poderia ter saído uma política audaciosa se a ala reformista tivesse sido expulsa e fosse alcançada a unidade entre os maximalistas de Serrati e os partidários do bolchevismo. No congresso realizado dois anos antes os reformistas haviam obtido menos de quinze mil votos, contra os quarenta e oito mil conseguidos pelos maximalistas e os cerca de quatro mil dispensados à tendência de extrema-esquerda encabeçada por Bordiga<sup>72</sup>. Mas em Livorno a ala extremista, em vez de estimular os maximalistas a radicalizarem-se e romperem com o sector reformista, fez o contrário e condenou-se ao isolamento. Quase cem mil maximalistas foram abandonados ao marasmo de uma aliança com catorze mil reformistas, e os cinquenta e oito mil comunistas fundaram sozinhos o seu novo partido, em situação de debilidade, afastados de grande parte da base combativa, cujo estado de espírito continuou a ser reflectido pela ala maximalista do PSI<sup>73</sup>. Se a cisão ocorreu demasiado à esquerda, como Gramsci reconhecera dois anos mais tarde<sup>74</sup>, isto não se deveu a quaisquer erros tácticos ou a manobras canhestras nos bastidores do congresso, nem sequer às pressões exercidas pelo Komintern ou pela direcção do Partido Comunista Russo. O isolamento político da vanguarda exprimia a sua situação numa época em que era já pronunciado o refluxo das lutas, o que levou os elementos proletários mais aguerridos a adoptarem o modelo leninista de hetero-organização, contrário à auto-organização que havia incutido ao movimento de 1919 e 1920 o seu dinamismo e os seus aspectos inovadores. Nos processos revolucionários o autoritarismo e o centralismo são sempre um sintoma de recuo, justificados pelo facto de a base se ter tornado incapaz de assumir autonomia.

<sup>71</sup> S. Haffner (2003) 380-381.

<sup>72</sup> P. Milza (1999) 228; E. Santarelli (1981) I 153.

<sup>73</sup> P. Broué (2006) 477; R. P. Dutt (1936) 156; E. Santarelli (1981) I 215.

<sup>74</sup> E. Santarelli (1981) I 215 n. 1.

Esta situação comprometeu mais ainda quaisquer possibilidades de unificação combativa da classe trabalhadora. Uma vanguarda comunista autoritária e condenada ao isolamento não podia opor-se eficazmente à violência com que as milícias do fascismo se abatiam sobre todas as instituições proletárias. Por seu lado, os dirigentes reformistas, tanto políticos como sindicais, conhecendo só o terreno da legalidade, apelavam para a intervenção do governo e das autoridades, quando esse mesmo governo e estas mesmas autoridades eram os primeiros a fechar os olhos às truculências e aos assassinatos dos *squadristi* ou até os patrocinavam. Com a sua usual habilidade táctica, foi Mussolini quem teve razão contra os chefes das milícias ao assinar em Agosto de 1921 o Pacto de Pacificação com os dirigentes socialistas e sindicais. As hostilidades ficaram suspensas durante algum tempo, estando prevista a formação de comissões arbitrais, que nunca vieram a existir, mas cuja mera estipulação mostra até onde se dispunham a chegar os dirigentes do PSI e dos sindicatos para sossegarem os fascistas. Por um lado, Mussolini estendeu assim novas pontes em direcção à esquerda e renovou o aparente equilíbrio entre os extremos, que constituía a única razão de ser do fascismo e sem o qual ele não podia prosseguir a elaboração de ficções políticas. Por outro lado, Mussolini evitou que se concluísse uma unidade antifascista e que o seu movimento ficasse isolado<sup>75</sup>. O Pacto de Pacificação, observou um historiador, «contribuía para enfraquecer e desorientar amplos estratos populares»<sup>76</sup>, atenuando as linhas de divisão quando convinha salientá-las e dissimulando um inimigo que haveria todo o interesse em manter bem visível. E assim os fascistas puderam agudizar as contradições manifestadas pelo movimento revolucionário de 1919 e 1920, desnorteando definitivamente a classe trabalhadora e agravando-lhe a inércia. Só os Arditi del Popolo, uma organização de resistência criada espontaneamente entre militantes de base vindos de horizontes diversos, continuavam com coragem a opor a violência revolucionária à violência dos *squadristi*. Mas eles eram em número reduzido e enfraquecia-os o facto de serem rejeitados tanto pela confederação sindical como pelo PSI e mesmo pelo Partido Comunista, apesar de o Pacto de Pacificação não ter sido assinado pelos comunistas<sup>77</sup>. O Pacto agravou o isolamento e o desespero dos trabalhadores mais combativos, e quando Mussolini lhe pôs termo, em Novembro de 1921, o mal estava feito. As *squadre* retomaram a ofensiva com uma eficácia acrescida, e ao longo de 1922 observa-se não só um

<sup>75</sup> Acerca do Pacto de Pacificação e dos seus efeitos ver: G. Bortolotto (1938) 377, 378, 400; Ch. S. Maier (1988) 423; P. Milza (1999) 284-285, 287-289; E. Santarelli (1981) I 253-258, 260, 270.

<sup>76</sup> E. Santarelli (1981) I 260.

<sup>77</sup> G. Bortolotto (1938) 375-378, 400; D. Guérin (1969) II 110-111; Ch. S. Maier (1988) 421-422; P. Milza (1999) 283; E. Santarelli (1981) I 258. Todavia, num curso que deu em Moscovo em 1935, P. Togliatti (1971) 20-21 elogiou a actuação dos Arditi del Popolo e atribuiu-lhes o mérito de terem feito frustrar o Pacto de Pacificação. Numa perspectiva oposta, Pierre Milza, op. cit., 289 considerou que aquele acordo ficara sem efeito devido às violências cometidas pelas *squadre* fascistas.

aumento da violência, mas ainda o carácter cada vez mais organizado das expedições punitivas. As milícias fascistas haviam adquirido o controle da situação.

Mortos, estropiados ou intimidados os dirigentes camponeses e operários, assaltados e ocupados alguns milhares de sedes das organizações da classe trabalhadora, destruídos os órgãos de informação dos partidos proletários e dos sindicatos<sup>78</sup>, os chefes fascistas tinham enfim o terreno livre para arrebanhar à sua maneira as massas populares. Tratou-se de uma luta entre elites burocráticas pelo controle de um aparelho económico, organizativo, assistencial e cultural bastante considerável, e os organismos económicos do PSI foram desde início um dos alvos preferidos das milícias<sup>79</sup>. Sem ânimo para oporem qualquer resistência drástica à violência dos *squadristi* e apegados aos seus pequenos privilégios, não foram poucos os membros das camadas inferiores da burocracia sindical e cooperativa que acabaram por se colocar à disposição dos ocupantes fascistas. Por fim, um proletariado descontente, mas tornado em grande medida apático, permitiu a operação de troca das burocracias, e se obedecia de má vontade aos novos chefes, também é certo que havia passado a olhar os anteriores com pouco afecto.

Esta análise é comprovada pela forma como se desenrolou a greve geral de protesto contra o fascismo realizada nos três primeiros dias de Agosto de 1922 por iniciativa da Aliança do Trabalho. Aparentemente, nunca na história italiana houvera uma tão vasta concentração de forças proletárias como a que ocorreu na fundação daquela Aliança, em Fevereiro de 1922, em que convergiram, além da CGL, da USI e de vários sindicatos autónomos, a própria UIL, bem como os socialistas, os anarquistas e os republicanos<sup>80</sup>. E a greve geral recebeu o apoio do Partido Comunista e dos socialistas, tanto maximalistas como reformistas<sup>81</sup>. Se um movimento com tais dimensões não conseguiu impedir o triunfo de Mussolini, isto confirma que a mola real do dinamismo revolucionário estava quebrada. Já não se tratava, como havia sucedido em 1919 e 1920, de opor ao Estado capitalista e às relações capitalistas de trabalho outro modelo social, decorrente da solidariedade na luta. Pelo contrário, o objectivo explícito dessa greve consistiu na defesa daquelas mesmas instituições do Estado liberal que haviam desde sempre concitado a repressão contra os trabalhadores e à sombra das quais o fascismo ascendia<sup>82</sup>. O quadro não podia ser mais favorável ao contra-ataque dos *squadristi*, que através de uma violência generalizada e bem dirigida, e contando com a benevolência das autoridades, desbarataram rapidamente o movimento

<sup>78</sup> E. Santarelli (1981) I 229 n. 1.

<sup>79</sup> Id., *ibid.*, I 229 n. 1, 285 n. 1.

<sup>80</sup> P. Milza (1999) 296; E. Santarelli (1981) I 300-301.

<sup>81</sup> P. Milza (1999) 296.

<sup>82</sup> D. Guérin (1969) II 120; S. G. Payne (2003 b) 107; E. Santarelli (1981) I 302.

grevista<sup>83</sup>. A partir de então os acontecimentos precipitaram-se em ambos os campos. De um lado, ficava aberto o caminho que permitiria aos chefes fascistas encenarem em Outubro a Marcha sobre Roma. A direita liberal continuava a pretender a participação de Mussolini no governo e as milícias dominavam as cidades e as aldeias. O governo formado por Mussolini viria, no final de contas, oficializar uma situação de facto<sup>84</sup>. Do outro lado, no congresso de Outubro do PSI ocorreu uma nova cisão, separando-se os reformistas dos antigos maximalistas<sup>85</sup>, e em consequência disto rompeu-se a ligação orgânica que até então se havia mantido entre os socialistas e a grande confederação sindical, enquanto ao mesmo tempo se desagregava a Aliança do Trabalho<sup>86</sup>. Estavam paralisados os inimigos do fascismo.

#### **4. Alemanha: «Agora os patrões vão ser de novo os donos da casa»**

Levantamento de marinheiros e soldados contra a guerra e as autoridades militares, revolta de trabalhadores contra a exploração e as ordens dadas pelos dirigentes dos sindicatos, agitação dos militantes políticos de base contra a estratégia definida pelos chefes dos dois grandes partidos socialistas, a revolução alemã iniciada em Novembro de 1918 impôs como tema central a auto-organização. Os conselhos criados pelos marinheiros, pelos soldados e pelos trabalhadores não foram apenas uma instituição política e tiveram como vocação remodelar todos os níveis da vida social, nas empresas e nas forças armadas, nos lugares de habitação, na produção artística. Para uma visão superficial, os primeiros anos da república de Weimar parecem caracterizar-se pela luta entre os princípios clássicos de disciplina, baseados na hetero-organização e na hierarquia, e os novos princípios revolucionários, assentes na auto-organização e no igualitarismo e disseminados através do sistema de conselhos. Todavia, a realidade foi mais subtil. Só em algumas peripécias, cuja violência concentrou as atenções, é que o confronto entre os dois princípios antagónicos ocorreu de modo explícito. O que sobretudo se verificou foi a progressiva desnaturação dos conselhos, graças a modalidades de recuperação que mantinham os nomes das instituições revolucionárias e lhes alteravam o funcionamento, escondendo, como sempre, a degenerescência do conteúdo por detrás de uma ilusória continuidade formal.

<sup>83</sup> G. Bortolotto (1938) 421-422; D. Guérin (1969) II 120-121; Ch. S. Maier (1988) 410, 430; P. Milza (1999) 297-298; E. Santarelli (1981) I 303-306; G. Volpe (1941) 91.

<sup>84</sup> Depois da derrota da greve geral, observou P. Milza (1999) 298, já ninguém duvidava que o caminho do governo estava aberto para Mussolini.

<sup>85</sup> A. Lyttelton (1982) 130; P. Milza (1999) 296; E. Santarelli (1981) I 308. Os reformistas formaram o Partido Socialista Unitário.

<sup>86</sup> E. Santarelli (1981) I 308-309.

Antes de mais, essa desnaturação ocorreu no âmbito militar. Perante a desagregação das forças armadas, devida à proliferação dos conselhos de soldados e de marinheiros, haviam sido criados corpos francos, batalhões de mercenários que, sem se integrarem formalmente no exército, obedeciam aos comandos militares e estavam ligados ao estado-maior. Mas ao mesmo tempo que se destinavam a reorganizar um exército batido pelo inimigo exterior e a lançá-lo contra o inimigo interno<sup>87</sup>, os corpos francos assimilaram alguns aspectos dos conselhos e aceitaram que os soldados egessem delegados. «[...] nós próprios tínhamos escolhido os nossos chefes», contou mais tarde Ernst von Salomon, recordando a sua participação num corpo franco na Alta Silésia. «Por vezes a discussão que eu chamava “reunião do conselho de soldados” terminava por verdadeiros motins. Substituíamos uns chefes por outros, que agiam exactamente como os primeiros»<sup>88</sup>. No entanto, ao contrário do que sucedia entre os revolucionários, os comandantes dos corpos francos não admitiam que os delegados exercessem funções de chefia e reduziam-nos a auxiliares para a manutenção da disciplina. Tratava-se, como elucidou um historiador fascista, de «anular a autoridade dos conselhos de soldados, colocando-os perante um organismo que, embora lhes fosse aparentado, resultava na verdade de princípios inteiramente distintos»<sup>89</sup>.

É conhecida a linha de continuidade entre os corpos francos, que derrotaram militarmente os conselhos revolucionários de 1919 e desbarataram as tentativas insurreccionais do proletariado nos anos seguintes, e as milícias nacional-socialistas, as SA e os SS, em que Hitler assentou o seu poder. Mas o sucedido numa cervejaria de Munique mostrou que na Alemanha uma ditadura fascista era prematura em 1923. A linha de continuidade precisou de ser distendida e foram necessários mais dez anos para que se consolidasse a derrota interna da classe trabalhadora. O regime de Weimar não poderia ter cumprido esta função histórica se desde início o sistema de conselhos não fosse minado por contradições no próprio âmbito militar em que se havia gerado. Ora, a mesma ambiguidade verificou-se no âmbito das empresas, onde um historiador observou que «os projectos dos conselhos não tinham obrigatoriamente de ser radicais. Podiam converter-se em simples meios de angariação de novos membros e de aumento da autoridade empresarial»<sup>90</sup>. A resolução deste aparente paradoxo constituiu o objectivo da república de Weimar, e enquanto o prosseguiu ela manteve a sua razão de ser. Só depois de ter recuperado com êxito as instituições nascidas da insurreição que pusera cobro à guerra e de as ter esvaziado de todo o conteúdo primitivo é que o regime de Weimar entrou em crise e, após uma sucessão de governos cada vez

<sup>87</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) I 119.

<sup>88</sup> E. Salomon (1993) 158.

<sup>89</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) I 174. Ver igualmente no vol. I as págs. 117, 161-162 e 173-174.

<sup>90</sup> Ch. S. Maier (1988) 177.

mais francamente autoritários, cedeu por fim o lugar ao nacional-socialismo<sup>91</sup>.

Em 1919 a revolução alemã deparara com os seus limites, não conseguindo reestruturar o centro do poder e vendo-se obrigada a admitir o acasalamento espúrio entre os conselhos e o parlamento. Equilíbrios deste tipo são sempre instáveis e significam que um dos lados, sem aniquilar de imediato o outro, se prepara para o minar e transformar por dentro. Quais eram os termos do confronto? Manifestamente incapazes de se expandirem até absorver a totalidade social, as instituições da democracia directa não estavam em condições de assimilar os órgãos da democracia representativa nem de os liquidar. Mas ao consagrar a conjugação do sistema dos conselhos com o parlamentarismo, a constituição de Weimar assinalava às forças capitalistas a preparação de uma ofensiva e pressagiava aos revolucionários o começo da fase defensiva.

Numa situação em que a luta pelo poder global ficara para além do horizonte prático dos revolucionários, eles concentraram a atenção nos conselhos de fábrica. Porém, ao proporem a criação de uma hierarquia de conselhos regionais de trabalhadores que arbitrassem os conflitos surgidos entre os conselhos de fábrica e os patrões e empresários<sup>92</sup>, os próprios defensores do sistema de conselhos abriram o caminho para a sua recuperação. Com efeito, os homens de negócios mais esclarecidos e a tecnocracia modernizadora estavam, paralelamente, a elaborar projectos que davam um novo impulso às experiências de organização da produção e do mercado prosseguidas durante a guerra. Na óptica destes inovadores, o controle da economia exercido por comissões de industriais e administradores, num regime em que se conjugavam empresas privadas e empresas estatais, podia facilmente admitir delegados das burocracias oriundas da classe trabalhadora<sup>93</sup>. E deste modo os dirigentes dos sindicatos, cujo papel no movimento operário fora contestado pelo sistema dos conselhos, eram de novo chamados a exercer as suas funções conciliatórias. Por outro lado, a socialização da economia, a que os conselhos haviam dado o sentido prático de uma remodelação das relações de trabalho, ficava outra vez reduzida a uma reorganização dos sistemas de propriedade, que correspondia aos interesses vitais dos gestores. «Onde os teóricos de esquerda desejavam conselhos de fábrica e conselhos regionais a que coubesse o papel principal na tomada de decisões», registou um historiador que analisou esta evolução com perspicácia, o projecto empresarial e governamental «implicava uma representação paritária, em

<sup>91</sup> Tim Mason considerava que o autoritarismo paternalista da legislação laboral promulgada no Terceiro Reich, incluindo as medidas de bem-estar social destinadas a promover a harmonia entre as classes, esteve na sequência da organização tecnocrática do trabalho adoptada na república de Weimar. Ver «The Origins of the Law on the Organization of National Labour of 20 January 1934. An Investigation into the Relationship between "Archaic" and "Modern" Elements in Recent German History», em J. Caplan (org. 1995) 77-103, sobretudo as págs. 88, 91-92 e 102.

<sup>92</sup> Ch. S. Maier (1988) 178, 205; H. A. Turner Jr. (1985) 8.

<sup>93</sup> Ch. S. Maier (1988) 181-183; K. H. Roth et al. (2011) 112-114, 119, 153-155.



que existiam delegados da administração a todos os níveis. E, assim, a ideia de um poder dos trabalhadores exercido a partir da fábrica — que constituía o núcleo da ideia de conselhos — cedeu o lugar a uma concepção tecnocrática, e neutra no que dizia respeito às classes sociais»<sup>94</sup>. Liquidando a tentativa de afirmar um outro poder de classe, o processo de recuperação insuflou novo fôlego ao mito de uma eficácia alheada das clivagens sociais.

Não espanta, por isso, que de 1922 até 1924 a desilusão dos trabalhadores se tivesse manifestado nas eleições para os conselhos de fábrica, levando, por um lado, ao aumento das abstenções, ao adiamento dos escrutínios e por vezes até ao seu cancelamento e, por outro lado, reforçando o peso relativo das minorias radicais animadas pelo Partido Comunista<sup>95</sup>. Mas este segundo aspecto, que representaria uma inflexão revolucionária numa situação de entusiasmo e de participação massiva dos trabalhadores, num contexto de indiferença e de apatia crescente implicava, pelo contrário, o isolamento das minorias mais activas. Foi assim que os conselhos perderam as características originárias.

No final, as esperanças emancipadoras a que os conselhos haviam, durante algum tempo, conferido uma plausibilidade prática ficaram transformadas no seu exacto oposto, o corporativismo. A democracia representativa, depois de ter sido posta em causa pela democracia directa, acabou por ser superada pelo autoritarismo empresarial. De 1928 até Fevereiro de 1933 a propaganda nacional-socialista ajudou a levar este processo ao seu termo, sabendo que contava com o apoio de muitos trabalhadores quando denunciava a burocracia sindical<sup>96</sup>, não para restabelecer o poder dos conselhos mas para acabar com os próprios sindicatos. Compreendemos assim a lógica de um processo que, começando pelo desejo de emancipar os trabalhadores da disciplina vigente nas empresas, abriu o caminho ao poder discricionário dos patrões. As ambiguidades desta desnaturação reflectem-se na Lei Reguladora do Trabalho Nacional, promulgada em Janeiro de 1934, um ano depois de os nacionais-socialistas terem chegado ao governo<sup>97</sup>. Ao definir-se a empresa, segundo a terminologia habitual do fascismo alemão, como uma «comunidade de trabalho» onde patrões e trabalhadores deviam colaborar «não só para a consecução do fim particular prosseguido pelas empresas, mas também para a utilidade pública do Povo e do Estado»<sup>98</sup>, ficava

<sup>94</sup> Ch. S. Maier (1988) 183.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, 560.

<sup>96</sup> J. Caplan (org. 1995) 257; D. Lerner (1951) 36.

<sup>97</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 145-148. Ver também A. Norden (1943) 22 e D. Welch (2002) 66-67.

<sup>98</sup> Citada em W. Fritzsche (1941) 37 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 145. Em 1930 o doutrinador oficial Alfred Rosenberg anunciou o que sucederia quando os nacionais-socialistas chegassem ao poder: «Patrões e operários não são individualidades em si, mas partes de um todo orgânico, sem o qual nada significariam. Por isso a liberdade de acção tanto do patrão como do trabalhador é necessariamente limitada de acordo com as exigências raciais». Ver A. Rosenberg (1986) 549 ou *id.* [s. d.] 398.

reafirmada a autoridade patronal. «Da atribuição à empresa do carácter de comunidade de trabalho não resulta prejuízo para o princípio inquestionável da direcção superior», escreveu o autor de uma obra de propaganda<sup>99</sup>. Com efeito, a Lei Reguladora do Trabalho Nacional enunciou em termos políticos as hierarquias profissionais, considerando o patrão como *Führer* da «comunidade de empresa» e os empregados como seus seguidores, *Gefolgschaft*, na acepção medievalizante de uma corte de vassallos em torno do senhor. Ao patrão cabia tomar as decisões, responsabilizando-se pelo bem-estar dos assalariados, que por seu lado lhe deviam fidelidade e obediência<sup>100</sup>, numa modernização da dualidade *mundium* e *bannum*. Enquanto *Führer*, o patrão podia decretar uma constituição interna, «a carta orgânica da vida interna da empresa, promulgada pelo seu próprio dirigente», nas palavras do propagandista<sup>101</sup>, que devia ser previamente aprovada pelos representantes do Estado, os Curadores do Trabalho<sup>102</sup>. A recuperação capitalista do sistema de conselhos atingiu aqui o auge, porque o reforço da hierarquia correspondeu a um agravamento da exploração. «Sem ilusões nem esperanças utópicas de vir a realizar novo paraíso económico», explicou aquele propagandista, competia «ao conselho confidencial, formado por representantes do pessoal, sob a presidência do gerente da empresa», «obter de cada um o máximo de rendimento e, quando preciso fôr, o sacrifício imposto pelas circunstâncias»<sup>103</sup>. «Sem ilusões nem esperanças utópicas», com efeito, porque numa força de trabalho de mais de vinte milhões de pessoas, de 1934 até 1936 apenas foram postos em tribunal 516 casos de violação das normas laborais, dos quais só pouco mais de 300 levaram à condenação dos patrões<sup>104</sup>.

Ao anunciar que o Terceiro Reich havia quebrado a espinha dorsal do sindicalismo, o Reichsleiter Robert Ley, chefe da Frente Alemã do Trabalho, prometeu que seria concedida a «autoridade absoluta ao dirigente natural da fábrica, quer dizer, ao patrão [...] Só o patrão pode tomar decisões. Durante anos muitos patrões tiveram de pedir licença ao “dono da casa”. Agora

<sup>99</sup> W. Fritzsche (1941) 38. «O nacional-socialismo alemão conseguiu criar uma forma muito eficaz e ajustada às necessidades do serviço obrigatório de trabalho e produção, que abrange por igual o operário e o patrão», explicou uma *rara avis*, o fascista e colaboracionista checo Emanuel Moravec. «Neste exército da produção, o trabalhador é um soldado regular, o engenheiro e o patrão um oficial, segundo a escala de serviço, que corresponde à sua capacidade e responsabilidade». Ver E. Moravec (1941) 68. Com efeito, a melhor maneira de reforçar a autoridade no interior das empresas consistia em lhes aplicar o modelo da hierarquia militar.

<sup>100</sup> J. Billig (2000) 90; J. Caplan (org. 1995) 80; W. Fritzsche (1941) 38; F. Neumann (1943) 265, 277, 463; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 145; L. Rougier (1938) 122; D. Schoenbaum (1979) 117; W. L. Shirer (1995) I 287. Porém, Franz Neumann, op. cit., 305 chamou a atenção para o facto de que «o *Führerprinzip* não prevalece nas organizações de cartéis, nos *trusts*, nas associações e nas sociedades por acções. É a maioria quem decide em todas estas organizações».

<sup>101</sup> W. Fritzsche (1941) 41.

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, 42.

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, 38.

<sup>104</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 149. A. Norden (1943) 23 escreveu que só num caso em cada cem os curadores decidiam a favor dos trabalhadores, mas a estimativa parece-me demasiado optimista.

vão ser eles de novo os “donos da casa”»<sup>105</sup>. Ao mesmo tempo, porém, que as clivagens sociais assumiam uma expressão pública tanto mais rigorosa quanto eram formuladas politicamente, ficavam obnubiladas mediante a codificação de um comportamento comum. O tema da destruição das hierarquias, que inspirara o sistema de conselhos, viu-se reduzido às encenações simbólicas de que o fascismo foi mestre e em que marchavam lado a lado, com o mesmo passo e os mesmos uniformes, por umas horas apenas, aqueles que no resto da vida tudo distinguia. Uma vez mais a forma, aqui um simulacro da forma, cobria a inversão do conteúdo.

<sup>105</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) I 220. Ver também A. Norden (1943) 23.

## Capítulo 2

# OS DOIS EIXOS DO FASCISMO

### 1. Os contornos do fascismo

«O fascismo é em quase todos os pontos o contrário daquilo a que os antifascistas chamam fascismo», leio numa revista fundada e dirigida por Maurice Bardèche, um dos mais lúcidos intelectuais fascistas do pós-guerra<sup>1</sup>. E se esta advertência foi em grande parte proferida como um alibi, não é menos certo que o historiador deve assumi-la por contra própria. Que perfil, então, convém traçar do fascismo?

#### 1

A violência foi uma das características mais constantes do fascismo, e no entanto numerosos governos que exerceram violentamente o poder não foram fascistas. Aliás, durante a época em que os regimes fascistas nasceram e atingiram a plenitude, as democracias recorriam a medidas não menos repressivas contra a classe trabalhadora e invejavam publicamente ao fascismo o seu sentido de ordem e a sua propensão ao exercício musculado da autoridade.

Os contornos na organização da economia também não ficam claros. Todos os fascismos adoptaram uma estrutura corporativa, com a condição de entendermos o conceito numa acepção lata, enquanto institucionalização das relações entre o governo e as empresas num quadro dividido por ramos de actividade, entrando neste jogo os sindicatos, ou quaisquer outros representantes dos trabalhadores, como parceiro menor. Mesmo tendo em conta o caso extremo do Reichsleiter Robert Ley, chefe da Frente Alemã do Trabalho, que num discurso durante o 5º Congresso daquela instituição, em 11 de Setembro de 1937, considerou o corporativismo uma noção judaica e negou que ele tivesse qualquer afinidade com o nacional-socialismo<sup>2</sup>, o facto de a Frente do Trabalho ter sido pensada para englobar tanto os trabalhadores como os patrões convertia-a numa espécie de enorme corporação única<sup>3</sup>. Do mesmo modo, a concepção nacional-socialista da empresa como uma comunidade de trabalho, onde a hierarquia entre patrão e empregados era entendida na perspectiva da reciprocidade de deveres, tem afinidade com as aspirações

<sup>1</sup> Artigo de Outubro de 1957 em *Défense de l'Occident* (1977-1978) 98.

<sup>2</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 143-144.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, II 144.

medievalizantes do corporativismo, tal como os vários tipos de equilíbrio estabelecidos ao longo do regime nacional-socialista entre as burocracias do partido e do Estado e os chefes de empresa se inserem numa concepção ampla de corporativismo. Aliás, Julius Evola considerou que o Terceiro Reich atingira uma forma mais perfeita de corporativismo do que o fascismo italiano, porque estabelecera a solidariedade orgânica entre os patrões e os trabalhadores no interior de cada empresa<sup>4</sup>.

Ora, num sentido genérico a república de Weimar não foi menos corporativa do que o Terceiro Reich<sup>5</sup>, o que significa que o corporativismo teve uma latitude demasiado vasta para ser de qualquer utilidade na definição do fascismo. Embora reconhecendo que «na sua forma exclusivamente económica» o corporativismo se desenvolveu sobretudo nos regimes fascistas, um dos seus melhores teóricos, Mihail Manoilescu, que Evola classificou como «o principal teórico romeno do Estado»<sup>6</sup>, admitiu que esse sistema não se confundia com o fascismo e que, na modalidade pura e integral, iria além do fascismo<sup>7</sup>. Manoilescu afirmou que o projecto corporativista só se realizara na Itália, em Portugal e na Áustria<sup>8</sup>, mas, se o apreciarmos numa acepção lata e no contexto da época, ele deve ser considerado como o quadro comum de tendências bastante distintas, definíveis consoante o aspecto em que se colocava o acento tónico. O corporativismo podia servir para operar uma concentração entre grandes empresas, que legitimasse e ordenasse a sua hegemonia sobre o mundo dos negócios, mas podia igualmente sustentar, mediante o apoio do Estado, as empresas pequenas e médias, limitando o escopo da concentração. Do mesmo modo, o corporativismo podia servir para entregar ao patronato a organização do trabalho, mas podia também amparar no plano político a burocracia sindical, encarregando-a da gestão do mercado de trabalho. Finalmente, se o corporativismo podia servir os projectos de redução do âmbito do Estado político, na modalidade que Manoilescu designava como «corporativismo puro»,

<sup>4</sup> J. Evola (2002) 226.

<sup>5</sup> Adepto de uma visão demasiado jurídica e constitucional do poder e da organização da sociedade, F. Neumann (1943) 263 negou que o sistema corporativo tivesse existido durante a república de Weimar e considerou igualmente (págs. 264-265, 458, 460-461) que, após a liquidação da ala populista, Hitler rejeitara o corporativismo. No entanto, este autor mostrou abundantemente (págs. 26-29, 267-272) que o sistema corporativo, na acepção lata que aqui uso, constituía o próprio fundamento das instituições de Weimar e perdurara no Terceiro Reich, mesmo depois de terem sido postos de lado, em 1934, os elementos mais francamente corporativistas (págs. 272 e segs.). «A estrutura nacional-socialista da organização alemã dos negócios não é muito diferente daquela que existia na época da república de Weimar», afirmou Franz Neumann, op. cit., 272. Quanto ao carácter corporativo da república de Weimar ver igualmente Ch. S. Maier (1988) 73-91, 176, 457, 490 e 634. Aliás, na Itália fascista, por ocasião da promulgação da *Carta del Lavoro*, ocorrida em Abril de 1927, o órgão oficial do Ministério das Corporações publicou para fins comparativos uma série de documentos, entre os quais a lei alemã de 28 de Dezembro de 1926 sobre a magistratura do trabalho. Ver a este respeito E. Santarelli (1981) I 435.

<sup>6</sup> J. Evola (2004). Também S. G. Payne (2003 b) 206 considerou que Manoilescu foi «provavelmente o principal teórico europeu do corporativismo na década de 1930». Ver uma formulação equivalente na pág. 279.

<sup>7</sup> M. Manoilescu (1936) 10, 13, 17, 92-94, 152, 158, 167, 224, 289. A frase citada encontra-se na pág. 10.

<sup>8</sup> Id., *ibid.*, 13.

em sentido contrário podia ainda constituir um quadro para a tutela do Estado, no caso da Economia Dirigida.

A noção de Economia Dirigida nasceu da constatação de que o mercado, ao contrário das teorias clássicas, não agia adequadamente em todos os casos, ou seja, que os preços nem sempre transmitiam sinais certos. Na década de 1930, com o sistema financeiro em colapso, a indústria em crise e o comércio internacional em retração, havia dois únicos lugares onde a economia prosperava, a União Soviética e a Palestina judaica. O caso da Palestina era pouco conhecido e o motivo do seu desenvolvimento económico era de carácter estritamente político, como mostrarei adiante (no capítulo 3 da Parte 4). Para o mundo eram os planos quinquenais soviéticos que importavam, entendidos como demonstração de que a organização centralizada da economia ultrapassava os problemas que o livre mercado era incapaz de solucionar. Enquanto os especuladores se punham em fuga ou se suicidavam e os patrões abriam falência, os burocratas e a tecnocracia mostravam que podia dirigir-se com êxito a vida económica.

Mas os políticos e os gestores preocupados com a salvação do capitalismo hesitavam. Valeria a pena incorrer nos custos sociais de uma revolução — com o risco suplementar de ela vir a ser verdadeiramente revolucionária — para organizar centralizadamente a economia? Tal como era discutida nos países da Europa central, a noção de Economia Dirigida derivou menos da experiência soviética do que da *Kriegswirtschaft* alemã e ainda da economia de guerra de outros países beligerantes, mas existiu aqui uma certa circularidade, porque a experiência alemã também influenciou as concepções de Lenin no começo da Rússia soviética. Por outro lado, quanto aos Estados Unidos há quem defenda que a economia dirigida da administração Wilson durante a primeira guerra mundial constituiu uma experiência fascista ou similar ao fascismo<sup>9</sup>. Com efeito, as circunstâncias económicas da guerra de 1914-1918 foram parcialmente reproduzidas na crise mundial iniciada em 1929, e em ambos os casos a autarcia exigiu a Economia Dirigida. Os partidários deste sistema defendiam o controle do comércio externo e a sua redução, substituindo-se o multilateralismo pelo bilateralismo e formando-se grupos de países em torno de potências imperialistas. Assim, enquanto Keynes pretendia resolver os problemas decorrentes da crise económica fazendo os governos intervir para aumentar os rendimentos das camadas sociais com maior propensão marginal ao consumo e diminuindo os obstáculos ao comércio internacional, os partidários da Economia Dirigida defendiam uma reorganização das instituições económicas e a formação de conjuntos de países enquanto grandes unidades autárquicas.

<sup>9</sup> J. Goldberg (2009) 78-120, mas sobretudo as págs. 106-120.

Por detrás desta divergência aparentemente técnica estava uma questão ideológica de fundo, a aceitação ou a rejeição do postulado básico do liberalismo burguês, de que a utilidade geral resultasse do cruzamento das utilidades particulares, ou seja, de que o prosseguimento do interesse próprio correspondesse ao prosseguimento do interesse colectivo. Ora, se por um lado se situava na direita, já que se aliava às grandes empresas, que eram elas próprias instituições planificadoras, a Economia Dirigida sofria devido a essa aliança os ataques dos liberais antimonopolistas; por outro lado, devido à sua crítica ao liberalismo económico e devido ao seu carácter planificatório, a Economia Dirigida era considerada de esquerda e por isso incorria na aversão dos conservadores. Um defensor do liberalismo queixou-se desta ambiguidade da Economia Dirigida: «Se o termo constitui um slogan eleitoral que opera maravilhas, é difícil definir a concepção muito proteica que ele cobre e que vai desde o intervencionismo tradicional até ao planismo em regime colectivista, passando por toda uma gama de soluções intermédias»<sup>10</sup>. Constituindo um programa tanto de certa extrema-direita ou de algum fascismo como de meios democráticos ou socialistas, a Economia Dirigida seduzia os tecnocratas, que procuravam implementá-la através do autoritarismo, independentemente da cor. Havia e há na tecnocracia um acentuado apoliticismo, sendo considerada mais importante a obtenção de resultados do que as modalidades políticas que permitam alcançá-los. Trata-se de um meio social discreto, e a vocação de obscuridade corresponde à forma de exercício do poder pelos gestores. Conviria estudar esses personagens dos bastidores, deslindar-lhes os percursos. Situados entre os grandes pólos políticos, quando não em todos ao mesmo tempo, qualquer que fosse o rumo dos acontecimentos tinham representantes no lado vitorioso. Depois de 1945, foram eles quem refez o mundo.

Esta versatilidade, em vez de minar a Economia Dirigida, fez com que proliferassem elementos intermédios, veiculando influências recíprocas. Foi neste ambiente que se gerou a noção de Economia Organizada, defendida por Manoilescu, que criticava a noção de Economia Dirigida por lhe estar subjacente a existência de um poder exterior e superior às instituições económicas, o que não se passaria no corporativismo puro<sup>11</sup>, onde as corporações seriam «a única base legítima» do poder. «Segundo esta concepção, as corporações não estão *subordinadas* a um poder político supremo, que tenha uma origem diferente e exterior a elas próprias, mas constituem a única fonte do poder de Estado»<sup>12</sup>. Para Manoilescu «*não é o Estado que tem de conquistar a vida económica, mas a vida económica que deve conquistar parcialmente o Estado*»<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> L. Rougier (1938) 89. A importância do *planisme* em França e na Bélgica leva-me a adoptar um galicismo.

<sup>11</sup> M. Manoilescu (1936) 47-49.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, 17 (subs. orig.). Ver também as págs. 92-93.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, 49 n. cont. (sub. orig.).

## 2

As monografias, essa grande invenção da preguiça académica, não servem só para tornar menos cansativo o trabalho de pesquisa, mas também para proporcionar aos autores uma certa tranquilidade de espírito, já que a adição de estudos especializados jamais tem como resultado uma visão de conjunto. A explicação de cada fascismo em particular não explica, afinal, mais do que a particularidade desses casos do fascismo, sem nada nos adiantar a respeito do fascismo enquanto caso geral. E a pretensão de definir o fascismo alinhando uma sucessão de adjectivos correspondentes a certos traços específicos tem por detrás a esperança de que a soma de todos nos faça esquecer o facto de cada um ter sido partilhado por outros regimes políticos. O fascismo só deve ser estudado na perspectiva da história comparada.

Mas é curioso que tantos autores recusem o carácter de fascista a numerosos fascismos com o pretexto de que eles não se assemelhavam aos regimes de Mussolini e de Hitler, e neste passo da argumentação esqueçam que também entre aqueles dois regimes as diferenças foram notáveis. Esses historiadores estão a provar o contrário do que pretendem, pois o fascismo italiano distinguia-se a tal ponto do nacional-socialismo germânico que no espaço compreendido entre eles cabem todas as outras variedades de fascismo. Seria igualmente bom recordar que de 1932 até 1938 se travou na Áustria uma luta mortal, no sentido exacto da palavra, entre a secção austríaca do partido nacional-socialista alemão e um regime fascista que se inspirava no modelo italiano. Será que o mussoliniano Dollfuss, assassinado pelos nacionais-socialistas, e o seu continuador Schuschnigg, deposto pelos nacionais-socialistas e preso num campo de concentração, não haviam sido chefes de um regime fascista? No Terceiro Reich não foram poucos os fascistas presos ou assassinados por não serem hitlerianos, sem que por isso deixassem de ser fascistas, assim como são numerosos também os traços de fascismo na oposição predominantemente nacional-conservadora que promoveu a frustrada tentativa de golpe de Estado em Julho de 1944, e alguém observou «até que ponto a cultura política alemã — mesmo entre convictos opositores ao nazismo — se afastara das tradições do liberalismo e do socialismo democrático e mostrava algumas afinidades com as estruturas fascistas»<sup>14</sup>. O facto de terem querido matar Hitler será suficiente para definir como antifascistas muitos dos conspiradores? Mais cruel ainda, e muitíssimo mais mortífera, foi a rivalidade que opôs na Roménia um projecto fascista assente numa base social conservadora e encabeçado pela coroa, e o fascismo radical e místico da Legião do Arcanjo São Miguel e da sua Guarda de Ferro, fundadas e comandadas por Corneliu Zelea Codreanu. Numa espiral

<sup>14</sup> H. Mommsen (2009) *passim*. A passagem citada encontra-se na pág. 216. Este autor detectou igualmente (pág. 19) «a estreita afinidade entre os objectivos de alguns dos conspiradores e os do regime nazi».



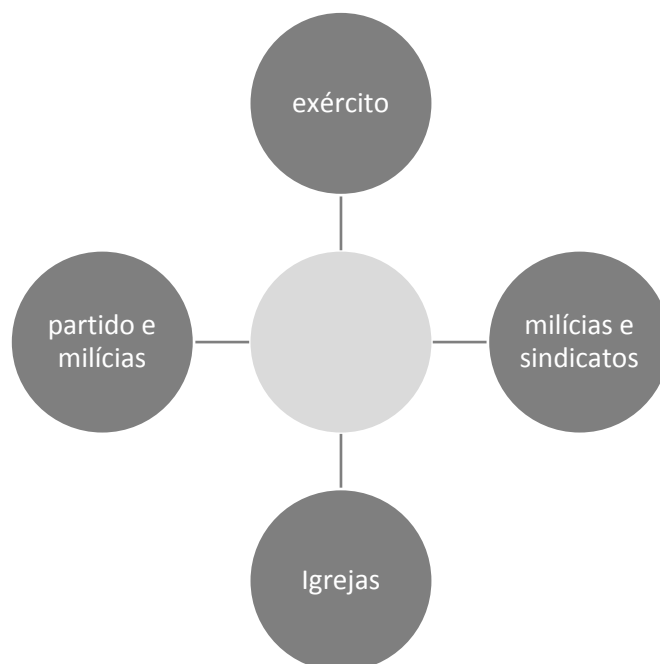
de violência e terror, estas duas vertentes de um fascismo autófago cancelaram-se mutuamente, e por qual das soluções optarão os amantes de modelos singulares, a de afirmar que Codreanu e Horia Sima eram fascistas e por isso não o eram o rei Carol II e o general Antonescu, ou a de sustentar que, como o monarca e o general eram fascistas, Codreanu e o seu continuador seriam decerto outra coisa?

Não menos improcedente é a atitude de vários historiadores que recusam a classificação de fascista a um ou outro regime com o argumento de que o seu chefe não tinha um corpo de ideias claro e sistemático e que o que passava por doutrina não era mais do que uma sucessão ecléctica de enunciados, copiados aqui e ali. Ora, o fascismo caracterizou-se no plano ideológico pela apologia da intuição do chefe, ao qual se reservava a capacidade de mudar de orientação e de opiniões sempre que assim o decidisse. Por isso a retórica foi a única forma possível do discurso fascista. Quando os fascistas proclamavam — e todos o fizeram — que o chefe nunca se engana, não queriam com isto dizer que o chefe jamais mudava de posição, mas, pelo contrário, que todas as posições adoptadas pelo chefe eram certas, em cada momento. Não é catando as diferenças entre a ideologia de Salazar e a de Mussolini, por exemplo, ou entre a de Franco e a de Hitler que se pode definir quem foi ou não fascista, porque não era menor a distância doutrinária entre qualquer deles num dia e no dia seguinte.

Cada fascismo não se limitava a copiar alguns aspectos dos outros, mas trazia formas novas, organizativas e ideológicas, que se acrescentavam à série. Estaremos condenados de antemão ao insucesso se quisermos definir o fascismo através da acumulação de características particulares, porque a especificidade de um caso concreto provém precisamente do facto de ele incluir certos traços que não se encontram em mais nenhum, enquanto lhe faltam elementos que existem noutros. Por contraste com esses vãos exercícios de exclusão, é sem dúvida mais operativo o tipo ideal weberiano, ou com justiça deveria dizer balzaquiano, porque foi Balzac quem se apresentou «compondo tipos pela reunião dos traços de vários caracteres homogéneos»<sup>15</sup>. Todavia, desagrada-me metodologicamente a construção de uma espécie de falso empírico, que para as necessidades da análise tem sobre os verdadeiros casos concretos a vantagem de reunir a totalidade dos traços relevantes, mas com o inconveniente de fingir aquilo que não é e apresentar a sua coerência como se ela lhe adviesse da realidade dos factos. Em vez de construir um tipo ideal prefiro demarcar um campo, cujos limites são definidos pelas oposições extremas que se encontram entre os elementos componentes dos múltiplos fascismos. Caracterizo como fascistas todos os regimes que se situaram no interior deste campo. O estudo comparativo das variantes

<sup>15</sup> Balzac (1976-1981) I 11.

servirá (no capítulo 3 desta Parte 1) para definir a amplitude do campo e testar a sua validade. Para já, quatro instituições demarcaram o campo do fascismo, numa dupla bipolaridade.



Nesta encruzilhada existiam dois pólos institucionais exógenos ao movimento fascista, o exército e as Igrejas (no plural, porque tanto a Igreja católica como a luterana fizeram parte do Terceiro Reich), que representavam o peso conservador da sociedade, e dois pólos endógenos, o conjunto do partido com as milícias e a articulação entre milícias e sindicatos, que representavam o factor de radicalismo introduzido pelos fascistas na tradição conservadora. «Em qualquer análise do fascismo», preveniu um notável ensaísta, «devemos distinguir entre o fascismo enquanto estrutura de Estado e o fascismo enquanto movimento»<sup>16</sup>. Para definir a existência de um movimento basta o eixo endógeno, mas a sua conversão em regime só era possível mediante a articulação com o eixo exógeno. A especificidade de cada fascismo consistiu no carácter que imprimiu às instituições endógenas e na forma como se ligou às instituições exógenas. Muitos debates estereis derivam da confusão entre movimentos e regimes e de comparações indevidas entre regimes globalmente considerados e movimentos em sentido restrito, que têm levado alguns autores a recusar a classificação de fascista a um regime pelo facto de ele diferir de um movimento.

Há uma infinidade de posições possíveis dentro do campo marcado pelos quatro pontos cardeais da topografia fascista, o que permite analisar a especificidade de cada um dos movimentos e regimes, até as grandes diferenças que entre eles se verificaram, e ao mesmo tempo explicá-

<sup>16</sup> M. Maruyama (1963) 25.

los na sua unidade fundamental. O eixo constituído pelo partido, as milícias e os sindicatos representou a revolta, e o eixo das Igrejas e do exército representou a coesão social, tendendo os fascismos mais radicais a aproximar-se do primeiro, enquanto o segundo atraiu os fascismos mais conservadores. Para empregar os termos do ensaísta que mencionei há pouco, o fascismo instaurado «a partir de baixo» correspondeu à hegemonia do eixo endógeno, e o eixo exógeno teve a preponderância nos casos em que o fascismo foi implantado «a partir de cima»<sup>17</sup>. Todavia, como o fascismo jamais deixou de ser uma revolta realizada dentro dos limites da ordem e teve a finalidade expressa de tornar a sociedade mais coesa, ele nunca dispensou a conjugação de ambos os eixos. «[...] no sentido estrito da palavra, não pode existir nenhum fascismo “a partir de baixo”»<sup>18</sup>. A inevitabilidade desta junção fez com que o quadro geral do fascismo se dividisse em quatro pares de relações, que permitem situar cada caso concreto. E a permanente tensão em que se articulavam as instituições exógenas e as endógenas explica tanto as grandes crises políticas internas como o dia-a-dia das manobras de corredor.

O que há de peculiar no fascismo é o seu carácter ao mesmo tempo simétrico e *a posteriori*. Simétrico porque, afirmando que superava os extremos, colocou-se na realidade num ponto mediano entre eles. E *a posteriori* porque este equilíbrio foi realizado entre terrenos políticos já existentes, o da ordem e o da revolução. Não se tratava, como para os adeptos da tradição, de prolongar e transformar internamente aquilo que existia nem, como para os agentes da revolução, de criar uma nova realidade, mas de superar o existente sem romper com o quadro dessa existência. Por isso defino o fascismo como uma revolta que não comprometeu a coesão social.

Assim, se é possível traçar histórias do socialismo ou do liberalismo ou do pensamento conservador dentro de limites claramente definidos, isto não sucede no caso do fascismo, que não teve uma genealogia própria e resultou de um cruzamento dinâmico entre estas três grandes correntes políticas<sup>19</sup>. O quadro formado pela articulação entre os dois eixos, endógeno e exógeno, indica só uma parte do problema, porque o próprio eixo endógeno foi gerado pelo cruzamento do liberalismo, do socialismo e da tradição conservadora. Por isso não foi apenas nos fascismos convertidos em regimes que esse cruzamento se operou, mas igualmente nos fascismos enquanto simples movimentos. E o cruzamento não se efectuou de uma vez para sempre, mas repetiu-se ao longo do tempo, pelo que o fascismo pode definir-se como um cruzamento em acto. Isto obriga-me a certos cuidados terminológicos, pois *fascismo* e *direita* não são sinónimos, nem a direita

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, 165-167. Ver ainda as págs. 27, 32, 33, 65, 67, 72 e 76.

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, 165.

<sup>19</sup> Ver neste sentido R. Strayer (2015) 446.

abarcou a integralidade da dinâmica fascista. Era esta distinção que os fascistas exprimiam quando empregavam a palavra *reaccionário*. A ideia de que existe um continuum de uma ponta a outra do quadro político restringe-se à coreografia dos hemiciclos. O fascismo extravasou a direita, na medida em que resultou de um eco dos temas socialistas no interior da direita e de um eco dos temas da direita no interior do socialismo. Além disso, a *direita*, enquanto categoria ampla, inclui a *direita liberal*, a *direita conservadora* e a *extrema-direita*, cujos limites se sobrepõem, e no interior da extrema-direita devemos distinguir uma *extrema-direita conservadora* e uma *extrema-direita radical*. Ora, não existem razões para inclinar o fascismo mais para a extrema-direita do que para qualquer das outras duas correntes. E se em certas situações é difícil separar o fascismo da extrema-direita radical, por vezes ele pareceu confundir-se com a direita liberal ou com a conservadora. É de articulações, de cruzamentos, de ecos e de influências práticas e circulações ideológicas que aqui se trata. O fascismo nunca deixou de ser um jogo de espelhos.

## 2. O eixo radical do fascismo

Detenhamo-nos um pouco nos dois pontos cardeais especificamente fascistas desta topografia política.

### 1

Na época entre as duas guerras mundiais os velhos partidos com representação parlamentar, tanto liberais como conservadores ou de tradição legitimista, reduziam-se a redes de interesses. Eram agrupamentos de associações dispersas, e por isto mesmo amplamente enraizados em toda a classe dominante, reunindo em cada localidade as pessoas a quem os franceses, na sequência de Daniel Halévy, chamam *les notables*<sup>20</sup>, mas desprovidos de estrutura centralizada, de hierarquia e de direcção efectiva. Os seus objectivos eram quase exclusivamente eleitorais e as concessões recíprocas constituíam a regra básica do seu funcionamento interno. Tratava-se de um misto de clientelismo e comités eleitorais. Pelo contrário, a disciplina e a coesão caracterizaram tanto a forma marxista de partido como a sua forma fascista, mas esta semelhança orgânica não deve fazer esquecer diferenças muito profundas.

Além de prosseguirem uma vocação pedagógica, os partidos marxistas pretendiam igualmente desempenhar uma função científica, que consistiria na elaboração de uma análise correcta,

<sup>20</sup> M. Reclus (1945) 56 atribuiu a Daniel Halévy a paternidade do termo.

de onde resultaria uma intervenção prática adequada. A vertente científica legitimava perante os simples militantes a posição dos dirigentes, pretensos detentores do conhecimento rigoroso da sociedade, enquanto a vertente pedagógica justificava a acção do partido junto à classe trabalhadora. Resultava daqui a necessidade de coesão ideológica sentida pelos partidos marxistas. Tanto a hierarquia interna como a actividade exterior dependeriam de um estudo científico da realidade, e a verdade científica não poderia ser senão uma só. Os comunistas levaram esta propensão bastante mais longe do que os socialistas, ainda que as suas análises num dado momento pudessem ser opostas às que haviam prevalecido no momento anterior, todas elas sucessivamente científicas, claro. Mas também nos partidos socialistas de tradição marxista vigorou uma certa necessidade de exclusivismo ideológico, que só se foi perdendo à medida que adoptaram gradualmente a forma dos velhos partidos parlamentares e se converteram em agrupamentos de notabilidades burocráticas.

Entre os fascistas, porém, tudo se passava num plano muito diferente, porque a mobilização que levavam a cabo constituía ela própria o objectivo último. Para os fascistas a coesão partidária não resultava de um projecto ideológico, mas da participação física num movimento de massas. O lugar ocupado nos partidos marxistas pela elaboração de ideologia e pela sua divulgação cabia nos partidos fascistas ao exercício da autoridade e, de maneira extrema, à pancadaria na rua. Por isso os dois partidos diferiram na noção de propaganda<sup>21</sup>. Não se sustentando numa ideologia sistemática, os partidos fascistas reduziram o seu quadro doutrinário a meia dúzia de formulações genéricas. Desde que as admitissem e incorporassem, todas as orientações ideológicas eram aceites se não colocassem obstáculos à função essencial do partido, instrumento de violência para impor uma política prática.

As diferenças entre estes três tipos de organização foram bem sistematizadas por Paul Marion, que depois de ter pertencido ao comité central do Partido Comunista Francês desempenhou funções dirigentes no partido fascista chefiado por Doriot e veio mais tarde a encarregar-se da propaganda no governo de Vichy. Ele definiu como «federações de comités» os velhos partidos eleitorais da burguesia, em que «as coisas começam na ideologia e acabam nos lugares de deputados», e estabeleceu uma afinidade entre o partido bolchevista e o partido fascista, ambos de «tipo totalitário» e voltados para «as necessidades da acção». Mas enquanto para Lenin a propaganda fazia parte da sua «actividade de educador», para os fascistas a violência considerada indispensável à acção diluía a fronteira entre partido e milícias e Marion considerava «a força

<sup>21</sup> D. Welch (2002) 12.

física» como «mais educativa do que a melhor das canetas»<sup>22</sup>. «A milícia de Lenin, tal como depois as milícias dos partidos comunistas», explicou ele, «não têm a mesma organização nem os mesmos móveis estratégicos e psicológicos que as milícias fascistas ou falangistas, as SA ou os SS»<sup>23</sup>.

Esta diferença crucial entre as organizações marxistas e as fascistas tem inspirado a vários autores, desde o termo da segunda guerra mundial, o argumento de que só os regimes de tipo soviético foram verdadeiramente totalitários, por imporem à população uma determinada visão do mundo, o que não sucedera com os regimes fascistas. Sem dúvida que se seleccionarmos esse aspecto como critério exclusivo devemos admitir que os fascismos permitiam uma apreciável latitude de opiniões, mas o problema é que o totalitarismo fascista incidia noutra plano. A verdade dos fascistas não consistia numa ideia verdadeira mas numa acção verdadeira, e seria verdadeira a acção que fosse eficaz. Os partidos marxistas, regidos internamente pelas exigências de uma ideologia que se pretendia científica e abrindo-se externamente a um pendor didáctico, caracterizaram-se pelo racionalismo, se bem que fizessem acessoriamente apelo a técnicas de mobilização irracionais. Pelo contrário, a concepção fascista de partido exigia uma atitude exclusivamente irracionalista, porque se virava apenas para a acção, entendida sempre como violência. O fascismo, forma absoluta de idealismo, encontrava corpo no partido, que era a emanção da vontade do chefe. A propaganda era o enunciado dessa vontade, e neste plano ela era sempre verdadeira. «Na propaganda tal como no amor», afirmou Goebbels, mestre pelo menos de propaganda, «tudo é permitido desde que tenha êxito»<sup>24</sup>. Se as declarações da propaganda não se efectivassem, a culpa caberia às massas, que não haviam estado à altura do ânimo do chefe. Seriam elas, e não a propaganda, quem falseava a verdade. Por isso a hierarquia, consubstanciada no rigor da disciplina, devia considerar-se como uma condição necessária para que a vontade do chefe se convertesse em realidade prática, e a violência era a expressão imediata da adequação das massas à verdade da propaganda.

## 2

As milícias eram indispensáveis à concepção de acção que constituía a razão de ser dos partidos fascistas. Para os antifascistas, o fascismo foi um grosseiro materialismo de submissão,

<sup>22</sup> P. Marion (1939) xx, 127, 131, 141 e segs., 174, 188, 221 e segs. As frases e expressões citadas encontram-se respectivamente nas págs. xx, 127, 131, 174 e 188.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, 215. Nas págs. 218-219 Paul Marion insistiu na «divergência das concepções paramilitares do marxismo e do fascismo».

<sup>24</sup> Esta afirmação de Goebbels vem citada em D. Welch (2002) 25. No mesmo sentido ver na pág. 175 uma passagem do discurso de Goebbels em 15 de Março de 1933.

óleo de rícino e paulada, prisões e campos de concentração e para culminar genocídio, e a dialéctica de Hitler não parece muito sofisticada ao escrever em *Mein Kampf* que «o espírito mais elevado pode ser eliminado quando o seu portador é derrubado por uma matraca»<sup>25</sup>. Já o ouvimos profetizar no começo da carreira, em 1921: «[...] chegará um dia em que um cérebro de ferro, calçando talvez botas sujas, mas possuidor de uma consciência pura e de um punho sólido [...]»<sup>26</sup>. Era o «punho sólido» que as vítimas sentiam. Para os fascistas, porém, a disciplina e a violência eram meros corolários da «consciência pura» do idealismo absoluto. Ninguém foi mais conciso do que Vasile Marin, um dos seguidores de Codreanu, que haveria de morrer como voluntário na guerra civil de Espanha, ao declarar que «nós acreditamos no valor ético da força»<sup>27</sup>.

As milícias tiveram ainda outra vertente, voltada para o mundo do trabalho. Sempre que os chefes fascistas dispensaram os sindicatos até ao momento da chegada ao poder ou relegaram para um plano secundário, puderam fazê-lo porque as milícias lhes serviram para enquadrar os trabalhadores na actividade do partido. Os sindicatos e as milícias constituíram aspectos diferentes de uma mesma esfera institucional, e sob este ponto de vista os fascismos situaram-se entre duas situações extremas. De um lado, Juan Perón, embora chefiasse um regime iniciado por um golpe militar, sustentou a sua ascensão exaltando o papel dos sindicatos e concedendo uma considerável autonomia à burocracia sindical. De outro lado, Hitler tomou como base as milícias e reduziu ao mínimo o lugar atribuído às organizações especificamente operárias. O melhor exemplo de uma posição intermédia, resultante de uma fusão de milícias e sindicatos, encontra-se no movimento fascista japonês. A Kokusuiikai e o Dai Nippon Seigidon constituíam ao mesmo tempo corpos militarizados e sindicatos patronais, cujas chefias eram entregues a capatazes e empresários, a quem cabia conduzir pessoalmente os seus próprios empregados. Durante a década de 1920 e parte da década seguinte, até à instauração de um regime fascista conservador em 1936, estas duas milícias laborais enquadraram muitas dezenas de milhares de trabalhadores e executaram a função de exércitos dos patrões na luta de classes nas fábricas<sup>28</sup>.

A relação estabelecida pelos fascistas entre sindicatos e milícias tinha precedentes, e os homens de mão que no século XIX e no começo do século XX se haviam posto ao serviço dos chefes de empresa, desde maltrapilhos convertidos em pistoleiros ocasionais até profissionais da

<sup>25</sup> A. Hitler (1995) 488. Mas também Spengler, um sofisticado intelectual de extrema-direita, considerou que «neste mundo uma boa paulada vale mais do que um bom raciocínio». Ver O. Spengler (1942-1944) III 33.

<sup>26</sup> Citado por J. C. Fest (1974) 266 e K. Heiden (1934) 49-50.

<sup>27</sup> Citado por E. Weber (1965 c) 537. Marin fazia parte do que A. E. Ronnett et al. (1986) 11 chamaram «um grupo simbólico de sete Comandantes Legionários» e também Ch. Thorpe [s. d. 1] 8 lhes chamou «um grupo simbólico».

<sup>28</sup> R. Storry (1957) 27-30.

provocação e da repressão, foram os antecessores das milícias fascistas. É talvez em Espanha que o nexo se torna mais evidente, devido à industrialização tardia desse país. Os *pistoleros de la Patronal*, cujas truculências apavoravam os militantes da CNT antes da guerra civil, estiveram ligados à génese das milícias falangistas e à acção que o partido de José Antonio tentou prosseguir no meio operário. Por detrás dos arruaceiros, ou quem sabe se muitas vezes confundindo-se com eles, estavam os beatos. Navarro y Monzó, antigo anarquista convertido ao catolicismo, reconheceu num artigo publicado em 1906 que «a criação dos círculos católicos de operários obedeceu quase exclusivamente, nas duas nações hispânicas, não à necessidade de remediar a situação precária das classes populares, mas à necessidade, que entre as classes conservadoras se fazia sentir, de levantar um insuperável obstáculo contra os progressos sempre constantes do socialismo». Este «pecado de origem», acrescentou o autor de uma tão sincera confissão, «dá-nos a chave da inanidade dos esforços e da nula influência que nas coisas públicas têm tantos milhares de homens»<sup>29</sup>. Vestindo um uniforme e fornecendo uma ideologia moderna aos auxiliares devotos e musculados dos patrões, o fascismo abriu-lhes oportunidades de intervenção sem precedentes, fazendo com que não se limitassem a erguer «um obstáculo contra os progressos do socialismo» e passassem a ter uma decisiva «influência nas coisas públicas». Mas é difícil prosseguir neste rumo de análise porque geralmente os historiadores, por motivos que desconheço e não consigo sequer imaginar, não se têm interessado pela acção dos fura-greves nem pelo sindicalismo de inspiração patronal. Todavia, é possível adiantar algumas sugestões e esboçar certas hipóteses.

Foi nos Estados Unidos que pela primeira vez os bandos de pistoleiros ao serviço dos patrões geraram negócios bem organizados. A inovação deveu-se a Allan Pinkerton, que depois de ter pertencido à polícia fundou em 1850 uma agência de detectives e passados oito anos criou uma firma especializada na segurança das instalações de empresas. A verdadeira mudança, todavia, ocorreu quando um mero serviço de guardas-nocturnos se transformou num corpo de mercenários destinado a atacar os grevistas e proteger os fura-greves durante os conflitos laborais<sup>30</sup>. Como nessa época as polícias municipais norte-americanas reflectiam em grande medida a opinião pública local e havia portanto o risco de que simpatizassem com a população pobre, os patrões preferiam confiar em agentes privados<sup>31</sup>. Foi decerto em virtude do seu interesse pelas questões políticas e sociais que Puccini, na *Madama Butterfly*, deu o nome de Pinkerton ao homem que seduziu a japonesa, ligando o expansionismo externo dos Estados Unidos ao seu carácter

<sup>29</sup> Esta passagem de um artigo de Julio Navarro y Monzó, publicado na revista coimbrã *Estudos Sociais*, Janeiro de 1906, encontra-se citada em M. B. Cruz (1978) 276, que forneceu (págs. 547-548 n. 104) uma biografia sumária deste curioso personagem.

<sup>30</sup> R. M. Smith (2003) 5-7.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, xiv, 3, 7-8, 14.



internamente repressivo. Houve ainda outras agências, menos célebres, a desempenhar funções idênticas, e sucedeu também que os donos de empresas recrutassem alguns valentões para espancarem numa esquina de rua um trabalhador rebelde ou tentarem dispersar os piquetes de greve. Por seu lado, os grevistas reagiam, e embora os homens de Pinkerton e das outras firmas estivessem bem armados, num país em que era fácil adquirir armas os operários municavam-se também e a intervenção dos mercenários ocasionava confrontos brutais, por vezes verdadeiras batalhas campais, de que nem sempre os grevistas saíam derrotados<sup>32</sup>. Chegou-se assim a uma situação paradoxal, pois em vez de impedirem a desordem os homens de mão dos patrões contribuíam para amplificar a violência, o que em 1892 preocupou seriamente os membros do Congresso, que voltaram a abordar o assunto em 1915. Nem as sucessivas comissões de inquérito nem as iniciativas legislativas contestaram, porém, o direito dos patrões de recorrer a empresas dedicadas à actividade anti-sindical<sup>33</sup>. As firmas de mercenários não só se multiplicaram e continuaram a prosperar<sup>34</sup> como aumentaram o escopo da sua actividade, e a partir da transição do século XIX para o século XX passaram elas mesmas a angariar fura-greves e a transportá-los sob enquadramento militar<sup>35</sup>. Foi este o passo decisivo que converteu os corpos de mercenários em organizações operárias anti-sindicais, e em várias ocasiões houve firmas que mobilizaram milhares de fura-greves<sup>36</sup>. Ora, como estas firmas empregavam frequentemente *gangsters*, à medida que o banditismo se foi organizando e concentrando, foram-se também ampliando e tornando mais sistemáticos os serviços que os *gangsters* puderam prestar aos chefes de empresa. Quem não leu *Red Harvest*, de Dashiell Hammett, devia ler. Data de então a penetração do crime organizado em certos meios sindicais norte-americanos.

Surgiu entretanto outro campo de actividade, que acabou por se tornar predominante, e as empresas anti-sindicais passaram a interessar-se pela espionagem e pela provocação, recolhendo sistematicamente informações acerca do que se dizia entre os trabalhadores e do que se combinava entre os activistas e disseminando boatos e calúnias. Já aqui a Pinkerton National Detective Agency se havia notabilizado desde a década de 1870, mas não faltaram depois firmas concorrentes<sup>37</sup>. Em 1917, com a entrada dos Estados Unidos na guerra mundial, a espionagem no interior das fábricas tornou-se oficial, já que o próprio procurador-geral instalou uma vasta rede de agentes secretos nas indústrias que de algum modo se relacionavam com o esforço de guerra,

<sup>32</sup> F. R. Dulles (1966) 117, 167, 209; R. M. Smith (2003) 7 e segs.

<sup>33</sup> R. M. Smith (2003) 17-19, 62-63.

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, 21 e segs.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, 39 e segs.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, 41.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, xvi, 75 e segs.

o que incluía a totalidade das fábricas importantes e muitas de menores dimensões. Além de vigiarem os operários de origem alemã ou provenientes do Império Austro-Húngaro e de detectarem as simpatias que pudessem manifestar pelas Potências Centrais, aqueles agentes identificavam os trabalhadores mais combativos, os socialistas, os sindicalistas radicais e os anarquistas, e para isto contavam oficialmente com o auxílio de um serviço secreto privado, a American Protective League, além de outras polícias particulares. Pouco depois do final da guerra o procurador-geral prescindiu da colaboração dos serviços privados de segurança, mas muitos chefes de empresa mantiveram os organismos de espionagem interna e os informadores remunerados<sup>38</sup>. Analisando em 1925 os problemas que a repressão e a ilegalidade suscitavam aos militantes anti-capitalistas, Victor Serge escreveu num manual que não perdeu a actualidade: «Nos Estados Unidos a participação das polícias privadas nos conflitos entre o capital e o trabalho alcançou uma dimensão temível. As agências de famosos detectives privados fornecem à vontade aos capitalistas espões discretos, peritos em provocação, *riflemen* (bons atiradores), guardas, contramestres e também “militantes sindicais” em conveniente estado de corrupção. As firmas Pinkerton, Burns e Thiel têm cem agências e perto de dez mil sucursais e ocupam, ao que parece, cento e trinta e cinco mil pessoas. A sua receita anual chega a sessenta e cinco milhões de dólares. Estas firmas instauraram a espionagem industrial, a espionagem nas fábricas, nas oficinas, nas obras, nos escritórios, em qualquer lugar onde trabalhem assalariados. Elas criaram o tipo do operário-espião»<sup>39</sup>. Durante o *New Deal*, quando a tecnocracia rooseveltiana se esforçou por regulamentar as relações entre patrões e trabalhadores, muitos donos e administradores de empresa mostraram-se receosos da negociação com organizações reivindicativas e recorreram às agências de espionagem para os ajudarem a fundar sindicatos inteiramente domesticados<sup>40</sup>. Completou-se assim nos Estados Unidos a relação das milícias de pistoleiros com o sindicalismo de inspiração patronal. Na década de 1930 existiam nesse país mais de duzentas agências especializadas em espionagem no interior das empresas, com 40.000 a 50.000 funcionários<sup>41</sup>, cuja actividade passara a ser aceite como parte integrante da disciplina fabril<sup>42</sup>. Segundo um membro do departamento federal encarregado de administrar as relações de trabalho, nos meados da década de 1930 as empresas industriais norte-americanas gastavam mais de oitenta milhões de dólares por

<sup>38</sup> Acerca da espionagem no interior das empresas norte-americanas durante a primeira guerra mundial e da sua continuação nos anos seguintes ver A. Nevins et al. (1957) 537-538.

<sup>39</sup> O livro de Victor Serge, *Les Coulisses d'une Sûreté Générale. Ce que tout Révolutionnaire Devrait Savoir sur la Répression*, foi publicado pela primeira vez em 1925 e encontra-se incluído em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 217-289. A passagem citada vem na pág. 263.

<sup>40</sup> R. M. Smith (2003) 89-90.

<sup>41</sup> G. Seldes (1943) 124; R. M. Smith (2003) 75.

<sup>42</sup> R. M. Smith (2003) 82.

ano para espiar os seus operários<sup>43</sup>. E em 1937 o relatório da comissão do Congresso presidida pelo senador Robert La Follette Jr. anunciou que durante os três anos anteriores cerca de duas mil e quinhentas empresas, incluindo as mais importantes do país, tinham obtido, só das cinco principais firmas do ramo, 3.871 espões, encarregados nomeadamente de penetrar nos sindicatos. A crer nesse relatório, noventa e três sindicatos haviam sido infiltrados durante aquele período e um terço dos espões fornecidos pela Pinkerton tinha conseguido ocupar cargos em direcções sindicais<sup>44</sup>. Como a vigilância dissimulada se fazia acompanhar pela acção truculenta, as grandes empresas adquiriram gás lacrimogéneo, com o respectivo equipamento, em quantidade muito superior à obtida pela polícia oficial. Segundo a comissão presidida por La Follette Jr., só a Republic Steel Corp. comprara quatro vezes mais gás lacrimogéneo do que o maior comprador pertencente às forças repressivas públicas<sup>45</sup>.

Desde então o desenvolvimento dos serviços de segurança das empresas tem acompanhado a evolução das técnicas de gestão da força de trabalho, e nesta perspectiva não deixa de ser interessante o pudor dos estudiosos que analisam com minúcia as inovações do fordismo, enquanto aplicação do taylorismo à produção em massa de bens de consumo, mas esquecem que Henry Ford organizou um policiamento privado de dimensão sem precedentes, recorrendo a alguns elementos oriundos dos serviços secretos do seu país e alistando também russos emigrados, ex-oficiais ou antigos membros da polícia política do czarismo, que durante a guerra civil haviam combatido os bolchevistas. Sempre apavorado com qualquer manifestação operária e socialista e obsessivamente anti-semita, Henry Ford deu instruções à sua organização de espionagem não só para seguir os passos dos militantes políticos e sindicais no interior das fábricas da companhia, mas igualmente para se infiltrar nos meios da grande imprensa, nas principais universidades, noutras empresas e até nas esferas governativas. Ford contou ainda com a colaboração de Sidney Reilly, um aventureiro de origem russa que na primeira guerra mundial trabalhara para o Intelligence Service e parece que dirigira as suas operações na Rússia durante a guerra civil, quando o governo britânico fora um dos principais apoiantes das forças antibolchevistas. Reilly mantivera-se em contacto com os meios russos emigrados e graças a ele Henry Ford conseguiu a ajuda de numerosas personalidades anticomunistas, tanto nos Estados Unidos como noutros países, e pôde ampliar o âmbito internacional das suas actividades de espionagem<sup>46</sup>. As informações recolhidas ajudavam Ford a sustentar, no jornal de que era proprietário, as campanhas contra

<sup>43</sup> G. Seldes (1943) 124; R. M. Smith (2003) 85.

<sup>44</sup> F. R. Dulles (1966) 277; R. M. Smith (2003) 92.

<sup>45</sup> G. Seldes (1943) 282.

<sup>46</sup> M. Sayers et al. (1947) 48-50, 149-167, 170-172, 174-178. Ver ainda A. Duraffour et al. (2017) 126-127.

o perigo vermelho e contra a alegada infiltração dos judeus no governo norte-americano e na sociedade em geral, e permitiam-lhe também proceder, no interior da sua empresa, a uma gestão da força de trabalho ainda mais... científica. Assim, foi na continuidade de um processo desenvolvido sem interrupções desde 1850 que os serviços secretos da Ford se destacaram pela truculência durante a grande depressão da década de 1930, quando o departamento de pessoal e a segurança interna eram dirigidos com enorme brutalidade pelo homem de confiança de Henry Ford, o antigo boxeur Harry Bennett, que não fazia segredo das suas ligações aos *gangsters* de Detroit e se tornara na prática a segunda figura mais importante na administração da companhia<sup>47</sup>.

Verifico, em resumo, que a ligação das milícias patronais ao sindicalismo, que constituiu uma das bases dos movimentos fascistas, atingiu enorme amplitude nos Estados Unidos, um país apresentado como modelo da democracia representativa. Este foi um dos vários aspectos em que o liberalismo e o fascismo se cruzaram e influenciaram reciprocamente.

### 3

O terreno comum existente entre o liberalismo e o fascismo permitiu também que a articulação do meio operário com os regimes fascistas pudesse ocorrer de maneira indirecta, quando estes regimes, em vez de fundarem sindicatos ou desenvolverem os organismos sindicais que haviam criado, estabeleceram acordos com partidos de base operária, que lhes forneceram os necessários instrumentos de manipulação do movimento laboral. Nestes casos a maior latitude da vida política não deve confundir-se com qualquer democraticidade. Tratava-se, pelo contrário, da inclusão do liberalismo e da social-democracia no quadro institucional do fascismo.

Foi o que sucedeu na Hungria, no regime fascista pluripartidário encabeçado pelo regente Miklós Horthy, em que o Partido Social-Democrata e os sindicatos socialistas foram autorizados a ter uma certa presença no meio urbano, desde que não pusessem em causa o controle indisputado das forças conservadoras sobre a sociedade rural. «Mediante um acordo secreto, o governo restituiu aos dirigentes social-democratas e aos sindicatos o direito de se organizarem e o direito de negociação colectiva», esclareceu um historiador. «Em troca, os sociais-democratas comprometeram-se a restringir a sua actividade às cidades e os sindicatos abstiveram-se de organizar os funcionários públicos, os empregados dos caminhos-de-ferro e dos correios, bem como os trabalhadores agrícolas»<sup>48</sup>. Mesmo na indústria a presença dos sindicatos socialistas limitou-se

<sup>47</sup> Acerca da ascensão de Harry Bennett na administração da Ford ver A. Nevins et al. (1957) 591. Acerca da forma como ele dirigia o departamento de pessoal e o serviço de segurança ver as págs. 519, 524 e 592. Quanto às suas ligações ao crime organizado ver as págs. 320 e 592.

<sup>48</sup> I. Deák (1965) 375. Ver ainda G. Barany (1971) 75 e F. L. Carsten (1967) 172. Segundo S. G. Payne

praticamente aos operários mais qualificados das grandes fábricas<sup>49</sup>. Na verdade, as restrições impostas à actuação dos socialistas tornaram-se ainda maiores do que pode parecer, porque o direito de voto foi concedido apenas a pouco mais de um quarto da população adulta e, além disto, as fraudes eleitorais eram abundantes e muito frequentes<sup>50</sup>. Aquele pacto definiu uma das linhas de continuidade do fascismo húngaro, tendo sido respeitado por ambas as partes desde 1921 até à prisão de Horthy pelas tropas do Reich e à instalação de Ferenc Szálasi no poder, em Outubro de 1944, quando o regime chegara aos últimos estertores.

Ilegalizados e severamente perseguidos os comunistas, enredados os socialistas na colaboração com os elementos menos extremistas do regime e sem que os sindicatos cristãos e os próprios organismos sindicais criados pelo governo tivessem alguma vez conseguido atingir uma dimensão significativa<sup>51</sup>, foram certos grupos de fascistas radicais, anti-semitas sujeitos à inspiração directa do nacional-socialismo germânico, quem prosseguiu na Hungria uma agitação de massas em torno das questões sociais<sup>52</sup>. Este foi um dos casos de substituição dos sindicatos por milícias. Mas mesmo entre Outubro de 1932 e Outubro de 1936, quando a chefia do governo coube ao ministro da Defesa, Gyula Gömbös, ligado às alas populistas, as forças conservadoras, beneficiando da simpatia constante do regente, conseguiram impedir que os aspectos radicais do programa de Gömbös passassem das palavras aos actos, e o regime não mudou sensivelmente de orientação<sup>53</sup>. Ou, se adoptar outra perspectiva, concluo que os radicais se tornavam moderados ao assumirem responsabilidades governativas e só quando condenados à oposição mantinham uma atitude intransigente. Até ser ilegalizado e disperso pela repressão entre 1936 e 1938, o partido nacional-socialista chefiado por Zoltán Böszörmény procurou organizar os camponeses pobres e o proletariado agrícola na luta contra os grandes donos da terra<sup>54</sup>. E o movimento nacional-socialista reunido em torno de Szálasi, o mais importante na área do fascismo radical, além de mobilizar a gente humilde dos campos, conseguiu cativar a simpatia de uma parte crescente do operariado industrial, sobretudo entre os profissionais menos qualificados e os trabalhadores das pequenas empresas, que estavam excluídos do sindicalismo social-democrata<sup>55</sup>.

A luta de tendências, que nos outros regimes fascistas se processou no interior do partido

(2003 b) 120, em 1929 Mussolini encarou a possibilidade de admitir a existência legal de um partido oposicionista com uma orientação de esquerda moderada, mas a social-democracia recusou-se a cooperar e o projecto abortou.

<sup>49</sup> I. Deák (1965) 397; S. G. Payne (2003 b) 276.

<sup>50</sup> I. Deák (1965) 375.

<sup>51</sup> Quanto à insignificância do sindicalismo cristão e do sindicalismo governamental ver id., *ibid.*, 397.

<sup>52</sup> M. Bardèche et al. (1969) 30; F. L. Carsten (1967) 175.

<sup>53</sup> M. Bardèche et al. (1969) 18; F. L. Carsten (1967) 173; E. Weber (1964) 90; M. Zeidler (2011) 126-135.

<sup>54</sup> M. Bardèche et al. (1969) 19; F. L. Carsten (1967) 174; I. Deák (1965) 385-386.

<sup>55</sup> G. Barany (1971) 78; M. Bardèche et al. (1969) 20-21, 30; F. L. Carsten (1967) 177-178; I. Deák (1965) 392, 396-397; M. Mann (2004) 248, 258; M. Rady (2011) 265; G. Ránki (1971) 70, 71; E. Weber (1964) 54-55.

único, ocorreu na Hungria entre organizações distintas. Numa atitude paradoxal, a social-democracia apoiou repetidamente as facções do fascismo conservador, ajudando-as a promover a estabilidade e a ordem interna, quando elas sentiram a necessidade de refrear as pretensões sociais, ou pelo menos a demagogia, das alas fascistas radicais<sup>56</sup>. Do outro lado, nas eleições de Maio de 1939 o Partido Comunista clandestino aconselhou os seus fiéis a votarem no movimento nacional-socialista de Szálasi, contribuindo para que, apesar das perseguições policiais, ele obtivesse cerca de 37% dos sufrágios e alcançasse resultados superiores nos bairros operários da capital<sup>57</sup>. «A história política da Hungria na época de Horthy caracterizou-se pelo conflito entre as diferentes facções de um movimento contra-revolucionário», resumiu um historiador. «Os seus elementos moderados constituíam uma “esquerda” [...] A esquerda era conservadora [...] e desprovida de aspirações democráticas ou socialistas. No entanto, inevitavelmente, beneficiou do apoio das depauperadas forças liberais e socialistas do país. É muito curioso que tivesse sido a direita a abrir o caminho às transformações sociais drásticas»<sup>58</sup>. Mas parece-me bizarro caracterizar como «esquerda» um fascismo que recebia o apoio da direita do socialismo e chamar «direita» a um fascismo apoiado pelos comunistas.

Uma versão incipiente da mesma experiência ocorreu em Espanha da década de 1920, quando o general Primo de Rivera — chefe de um governo que sob muitos aspectos deve ser considerado fascizante ou, pelo menos, profascista<sup>59</sup> — utilizou a UGT, a central sindical socialista, para ampliar o apoio popular da ditadura. Com isto a UGT multiplicou o número de membros, nomeadamente entre os trabalhadores rurais, também devido à participação nos Comités Paritários destinados a arbitrar os conflitos laborais e graças às redobradas perseguições sofridas pelos sectores militantes do proletariado, mobilizados em torno da confederação sindical anarquista<sup>60</sup>. Ao mesmo tempo, os efectivos do PSOE duplicaram, passando de seis mil membros para doze mil, e a situação agradou a tal ponto aos socialistas que Largo Caballero, por determinação do seu próprio partido, aceitou o lugar de conselheiro de Estado da ditadura<sup>61</sup>. Entretanto, em Janeiro de 1927, o comité executivo do Komintern deliberou que o Partido Comunista espanhol participasse

<sup>56</sup> I. Deák (1965) 380-381, 383, 398, 401.

<sup>57</sup> F. L. Carsten (1967) 178; W. Laqueur (1996) 85; M. Rady (2011) 267; E. Weber (1964) 93-94. Todavia, M. Mann (2004) 255, 238, S. G. Payne (2003 b) 275, Martyn Rady, op. cit., 267 e G. Ránki (1971) 71 indicaram que este movimento teria obtido apenas 25% dos votos. Segundo Walter Laqueur, op. cit., 49, entre 40% e 50% dos filiados no movimento de Szálasi eram operários e, segundo Michael Mann, op. cit., 256, o embaixador britânico considerou que 60% dos seguidores de Szálasi haviam sido partidários de Béla Kun.

<sup>58</sup> I. Deák (1965) 405.

<sup>59</sup> A tese de que a ditadura do general Primo de Rivera não teve um carácter fascista encontra-se, por exemplo, em P. C. González Cuevas (2016) 96 e segs., nomeadamente nas págs. 100 e 104.

<sup>60</sup> P. Broué et al. (1961) 48; G. Jackson (1967) 29.

<sup>61</sup> V. Alba (2000) 42.

na Assembleia Nacional convocada pelo general Primo de Rivera, um órgão não eleito em que todos os membros eram nomeados pelo ditador, e só a oposição da base do partido evitou que esta singular decisão fosse implementada<sup>62</sup>.

O fascismo sustentou-se sempre no cruzamento de correntes políticas opostas, retirando a sua força precisamente dessa oposição.

### 3. O eixo conservador do fascismo

Convém agora apreciar a função exercida pelos dois pólos institucionais exógenos na génese e na ascensão dos fascismos. Na literatura política e nas exortações oratórias era comum os fascistas evocarem a conquista do poder, o assalto ao Estado, a violação dos desejos da burguesia, como se o partido e as milícias se tivessem sempre imposto às forças conservadoras. A realidade foi outra, porém, e desde há algum tempo vinham a multiplicar-se as iniciativas tanto no interior das Igrejas como do exército para abrir estes dois bastiões da sociedade tradicionalista a uma dinâmica política que lhes assegurasse uma audiência mais ampla graças a um certo radicalismo de actuação. Um autor dotado de agudeza de observação caracterizou o fascismo como uma tentativa de contrabalançar aparentemente as desigualdades económicas pela atribuição de símbolos de status a todas as classes e categorias sociais, construindo uma sociedade industrial de base não-económica. Neste contexto ele ponderou que na época moderna as Igrejas e o exército de recrutamento geral são as únicas instituições em que a função desempenhada e a hierarquia ocupada não estão obrigatoriamente dependentes da situação económica<sup>63</sup>. E um notável ensaísta escreveu também que, apesar de o exército ter uma estrutura antidemocrática, o recrutamento geral obrigatório permite-lhe obter uma base popular e uma ilusória aparência de democracia. Por isso, «os partidos e as organizações propriamente fascistas constituem uma espécie de exército não oficial e, reciprocamente, o exército constitui uma espécie de partido fascista não oficial»<sup>64</sup>. Compreende-se que tivesse sido precisamente com o exército e as Igrejas que o fascismo articulou as suas instituições próprias e que desta conjugação resultasse um quadro coerente.

<sup>62</sup> Id., *ibid.*, 30-31.

<sup>63</sup> P. F. Drucker (1943) 103 e segs., 112.

<sup>64</sup> M. Maruyama (1963) 166.

Entre os literatos do nacionalismo romântico alemão Franz Xaver von Baader destacou-se pela sua profissão de engenheiro de minas, que decerto contribuiu para o aproximar dos problemas do operariado industrial. «É indispensável», escreveu ele nos anos inaugurais do século XIX, «dar aos proletários uma representação, sob a forma de uma tutela, a qual será concedida aos padres. Com isto a sociedade ficará duplamente beneficiada. Por um lado, afastar-se-á o proletariado da influência nefasta dos demagogos e dos homens de leis. Por outro lado, será restaurada a dignidade social do clero [...]»<sup>65</sup>. Numa época e numa nação em que os gestores mal haviam iniciado o seu desenvolvimento como classe, Baader atribuiu aos eclesiásticos funções de tecnocracia e pretendeu conferir-lhes a condução do movimento operário organizado. Balzac, um conservador sempre atento às questões sociais e aos seus perigos, e que em *Massimilla Doni* mostrou um certo conhecimento das ideias filosóficas de Baader, usou este tema para fazer a trama de *L'Envers de l'Histoire Contemporaine*, um dos seus romances mais surpreendentes. Não se trata apenas de uma curiosa antecipação do que viria a ser o sindicalismo cristão, mas sobretudo de um entendimento precoce do carácter triangular das lutas sociais no capitalismo, em que a burguesia não pode conter satisfatoriamente os trabalhadores sem a intervenção dos gestores. Apresentando a sociedade como um organismo e considerando que os problemas de uma colectividade são diferentes dos que resultariam de uma mera soma de indivíduos, os nacionalistas românticos alemães, e Balzac, que os leu e meditou, estavam bem situados para compreender que qualquer legislação impeditiva das associações operárias ficava condenada à ineficácia. Como os proprietários privados das empresas não conseguiriam controlar por dentro um movimento que os tinha como alvo, as reivindicações do proletariado só poderiam processar-se nos limites da ordem se as chefiassem e enquadrassem pessoas que, embora capitalistas, não fossem directamente proprietários. Se tal não sucedesse, os trabalhadores ou seguiriam os seus próprios chefes, os «demagogos», ou apoiariam os «homens de leis», decerto suspeitos de jacobinismo e contra os quais Baader manifestou a mesma aversão que entretanto norteava o pensamento político de Saint-Simon.

Se a teoria política e o romance parecem por vezes antecipar a realidade, é porque ela está inscrita como uma possibilidade em certo plano dos acontecimentos e só motivos de outra ordem a impedem de se efectivar. Em 1878, várias décadas depois de Baader ter exposto as suas

<sup>65</sup> Citado por J. Droz (1966) 286. Traduzo por *tutela* o que na versão francesa aparece como «*avocatie*». Com efeito, é este o sentido arcaico da palavra, tal como se vê pela função desempenhada pelos *advocati* relativamente aos estabelecimentos religiosos durante o regime senhorial.



teses acerca do papel social e político que deveria ser atribuído ao clero e de Balzac, com o poder da sua ficção, ter evocado a importância e a urgência de uma tal actividade, o pastor Adolf Stöcker, um dos capelães da corte imperial da Alemanha, fundou o Partido dos Trabalhadores Cristão Social. A nova organização destinava-se a promover reformas que atraíssem as massas laboriosas e permitissem à direita rivalizar com os socialistas num campo de que eles haviam até então conservado o exclusivo. Mas em vez de mobilizar os operários, o capelão e os seus acólitos despertaram apenas o interesse de artesãos e lojistas, uma camada social a que então podia ainda chamar-se, com propriedade de termos, pequena burguesia. Apagando os «Trabalhadores» do seu nome, o Partido Cristão Social passou a recorrer ao anti-semitismo como instrumento de agitação, eficaz em certos meios, mas que não lhe permitiu disputar o lugar do socialismo. Afinal, o pastor Stöcker viu-se obrigado a escolher entre a vocação de chefe político e o cargo eclesiástico e decidiu retirar-se da vida partidária, deixando cair na obscuridade a organização que criara<sup>66</sup>.

Talvez a esquerda da época pensasse que Stöcker viera demasiado tarde, propondo-se realizar aquilo que deveriam ter sido os conservadores laicos a efectuar algum tempo antes, se não lhes tivesse faltado inspiração para tanto. Mas pôde depois ver-se que fora cedo demais que Stöcker chegara, e sem dúvida na Igreja errada, porque desde início os luteranos aprenderam a subordinar-se ao príncipe e é difícil imaginá-los a tomarem uma iniciativa radical. A Igreja católica, porém, com a sua estrutura teocrática, possuía ela mesma um príncipe, o pontífice romano, e contava dois milénios de experiência política. Abandonando as ilusões que haviam sustentado os seus predecessores durante os cem anos que se sucederam à Revolução Francesa, o papa Leão XIII traçou as novas directivas temporais da Igreja, propondo o ideal de um Estado autoritário mas de base popular, em que a hostilidade ao socialismo, em vez de se limitar à apologia dos direitos dos proprietários, promovesse também um sistema corporativo. Não havia neste programa traços do radicalismo na mobilização das massas que veio depois a ser o contributo mais importante trazido pelo fascismo, mas já se encontrava claramente assinalado o lugar que uma tal mobilização poderia ocupar. É decerto possível interpretar a orientação definida por Leão XIII como uma resignação ao triunfo da democracia, pois o papa aceitava, no plano dos factos, a convivência da Igreja com as novas instituições e definia os termos em que devia prosseguir-se uma política católica na sociedade laica. Ao reconhecer, porém, que o *Ancien Régime* estava definitivamente morto e enterrado, o pontífice abriu à Igreja uma perspectiva de superação da democracia — o autoritarismo corporativo. Na sua célebre encíclica de 1891, *Rerum Novarum*, o papa admitiu a

<sup>66</sup> E. Nolte (1965) 287-290; A. Quinchon-Caudal (2013) 39; K. A. Schleunes (1990) 27-28. Por seu lado, R. D'O. Butler (1943) 224 defendeu uma interpretação diferente, pretendendo que o pastor Stöcker decidira concentrar a sua acção política na corte para preparar o reinado do novo imperador.

intervenção legislativa do Estado em auxílio daqueles sindicatos e associações operárias que recusassem a luta entre as classes e tivessem como objectivo a cooperação com o patronato<sup>67</sup>. Contrariamente ao jacobinismo e ao vulgar conservadorismo burguês, que se revelaram sempre hostis a qualquer forma de sindicalismo e procuraram manter os trabalhadores dispersos e, portanto, em posição de completa inferioridade no mercado de trabalho, Leão XIII assumiu uma postura francamente tecnocrática, aceitando que os assalariados tivessem formas de organização próprias, desde que elas se subordinassem ao capital, e defendendo que não só as empresas mas também os governantes e as associações operárias interviessem no mercado de trabalho.

Embora a maioria dos partidos situados no novo espaço político aberto pelo papa não se notabilizasse por quaisquer esforços de mobilização dos trabalhadores, limitando-se a aceitar os sindicatos e as cooperativas de orientação católica à medida que iam sendo formados, desde cedo apareceram também facções, ou mesmo movimentos, ambicionando arrastar as massas no quadro definido por aquela encíclica. No Império Austro-Húngaro, por exemplo, recorrendo à demagogia populista e anti-semita para ampliar o recrutamento de trabalhadores e artesãos, Karl Lueger levou o Partido Cristão Social a tornar-se o segundo maior no país e converteu-o num traço de união histórico entre o corporativismo pontifício e o fascismo<sup>68</sup>. Este «intrépido campião do anti-semitismo», para usar os termos com que o elogiou uma história oficiosa da Igreja católica<sup>69</sup>, foi considerado por Hitler como um dos seus raros mestres<sup>70</sup>. Lueger contribuiu poderosamente para difundir na direita conservadora temas que até então haviam apenas circulado na esquerda, e assim, antes ainda de terem começado a delinear-se os primeiros esboços do fascismo, já a Igreja católica efectuara remodelações institucionais que no futuro a tornariam apta a aceitar a colaboração dos partidos, das milícias e dos sindicatos fascistas.

Foi no âmbito da Igreja católica que o fascismo encontrou uma participação conservadora mais activa, a tal ponto que podem mencionar-se três casos de um verdadeiro fascismo clerical: o de Salazar em Portugal, o de Dollfuss na Áustria e o do doutor em teologia monsenhor Jozef Tiso na Eslováquia. Os dois primeiros mostram que por iniciativa da direita católica puderam ser gerados regimes fascistas, como terei oportunidade de analisar em seguida com algum detalhe (no capítulo 3 desta Parte 1). A situação da Eslováquia apresenta-se mais complexa. É certo que a intervenção directa do Reich hitleriano foi ali decisiva desde a proclamação da independência até

<sup>67</sup> J. B. Whisker (1983) 16 considerou que o fascismo pensara encontrar justificação nesta encíclica e, com efeito, a crer em D. Orlow (2009) 5-6, Emile Verviers, ensaísta católico e fascista holandês, classificou Leão XIII e Pio X como os «dois maiores papas fascistas».

<sup>68</sup> A. Whiteside (1965) 323-326.

<sup>69</sup> H. M. Premoli (1930) 189.

<sup>70</sup> A. Hitler (1995) 89 e segs.

à entrada das tropas soviéticas, mas não devemos presumir que este fascismo fosse uma invenção alheia, porque resultou da evolução do mais forte partido autonomista da região, o Partido Popular Eslovaco, fundado e chefiado pelo padre Andrej Hlinka e, depois da sua morte em Agosto de 1938, por monsenhor Tiso. Já na década de 1920 o Partido Popular simpatizava com o fascismo, e ao longo da década seguinte foi-se convertendo abertamente num partido fascista<sup>71</sup>, o que parece ter-lhe garantido o sucesso, porque passou a alcançar entre 30% e 40% dos votos na parte eslovaca do país<sup>72</sup>. Quando os acordos de Munique precipitaram o fraccionamento da Checoslováquia o Partido Popular conseguiu tutelar, e depois absorver, as organizações da direita eslovaca, passando a denominar-se Partido da Unidade Nacional Eslovaca, e monsenhor Tiso assumiu a presidência do novo país, além de ser chefe do partido e comandante supremo das milícias<sup>73</sup>. O clero foi o principal sustentáculo do regime e não conheço nenhum outro caso em que os sacerdotes desempenhassem um papel político tão activo, encarregando-se de um quarto das chefias distritais das milícias e de um terço das chefias provinciais do partido<sup>74</sup>, o que ajuda a compreender que o Vaticano tivesse invariavelmente defendido monsenhor Tiso, mesmo durante o processo que levou à sua execução em 1947. Mas não vou neste livro deslindar o fascismo clerical eslovaco. Antes de prosseguir, no entanto, vale a pena registar que monsenhor Tiso, um homem imenso, uma espécie de bola, sempre que desejava acalmar o enervamento, comum naqueles anos difíceis, engolia duzentos e cinquenta gramas de toucinho<sup>75</sup>, enquanto Hitler, por seu lado, pretendia alcançar o mesmo efeito comendo pralinês<sup>76</sup>, o que os fez deixarem um traço indelével não só no fascismo prático mas igualmente na neurologia empírica.

## 2

Dos dois pólos exógenos do fascismo, em França foi sobretudo o exército que começou a abrir espaço a objectivos políticos e a modalidades de acção que mais tarde se classificariam como fascistas, talvez porque nesse país a Igreja fosse especialmente débil, sem nunca ter

<sup>71</sup> M. Hájek (1965) 105-106; J. Havránek (1971) 52; J. F. Zacek (1971) 59.

<sup>72</sup> J. Havránek (1971) 52. Segundo S. G. Payne (2003 b) 310 e J. F. Zacek (1971) 59, o Partido Popular obteve entre 25% e 40% dos votos. Stanley Payne, *op. cit.*, 402 indicou que nas eleições de 1935 o movimento político chefiado pelo padre Hlinka obtivera 30% dos votos na Eslováquia e M. Baumont (1951) 817 especificou que nas eleições de Maio e Junho de 1938 esse partido conquistara cerca de um terço dos sufrágios eslovacos. Não entendo como M. Mann (2004) 41, aparentemente referindo-se às eleições de 1935, pôde atribuir só 10% dos votos eslovacos ao partido de Hlinka.

<sup>73</sup> M. Hájek (1965) 116; J. F. Zacek (1971) 59.

<sup>74</sup> M. Hájek (1965) 118. No entanto, J. Havránek (1971) 52 pretendeu que «seria um erro identificar a Igreja católica com o partido de Hlinka. Alguns padres [...] e os mais importantes sacerdotes eslovacos não eram membros do partido e até se opuseram a ele. Mas não pode negar-se que eram padres os membros mais importantes do partido, os seus melhores agitadores e os chefes das secções locais do partido».

<sup>75</sup> W. L. Shirer (1995) I 483 n.

<sup>76</sup> H. Eberle et al. (org. 2005) 117.

conseguido recuperar-se dos ataques certos e persistentes do jacobinismo. Deve reavaliar-se nesta perspectiva o Segundo Império, mas a transformação que vinha a operar-se no relacionamento entre os meios militares e os civis evidenciou-se sobretudo no entusiasmo que o general Boulanger reuniu em seu redor. Enquanto foi ministro da Guerra, em 1886 e 1887, este general, pelas suas declarações e pelo seu estilo de actuação, situou-se na ala esquerda das persuasões republicanas e obteve uma enorme popularidade<sup>77</sup>. Usou-a para ser eleito deputado em 1888, e a partir de então, continuando a favorecer a melhoria das condições de vida e de trabalho da gente humilde, adoptou as posturas autoritárias e os temas ultranacionalistas e antiparlamentares que vigoravam na direita e tinham eco em certa esquerda.

O general Boulanger, escreveu um historiador arguto, «consoante as circunstâncias, consoante as horas, será Monk para os monárquicos, César para os plebiscitários, Cromwell para os revolucionários, general Vingança para os patriotas; enganará uns, fará chicana com outros, mentirá a todos, não procurando afinal senão satisfazer os seus próprios interesses, mesmo que não soubesse exactamente o que pretendia nem como o podia alcançar»<sup>78</sup>. Monárquicos orléanistas, temendo a cada dia que passava os efeitos da consolidação da república e receando que os seus correligionários mais oportunistas se adaptassem às instituições, depositavam num golpe de Estado militar a única esperança de derrubar a democracia. Bonapartistas viam nas veleidades autoritárias do general o ensejo de implantar um regime plebiscitário que desse novo fôlego a uma política imperial. Irredentistas consideravam que a guerra contra a Alemanha era a única possibilidade de recuperar a Alsácia e a Lorena e temiam acima de tudo a diplomacia conciliatória dos moderados e dos conservadores. Certos socialistas, inspirados pela tradição conspirativa do blanquismo, e anarquistas, para quem as instituições poderiam ser destroçadas graças às façanhas de um punhado de corajosos, pensavam que, se dispersasse o parlamento e anulasse a expressão política mais directa da ditadura económica da burguesia, o general daria o impulso decisivo a um movimento anticapitalista. Uns adiantaram o dinheiro e moveram influências furtivas, outros conquistaram a rua e animaram manifestações barulhentas. É difícil não detectar nesta reunião de interesses tão variados e aparentemente divergentes o primeiro ensaio sério de fascismo em França. E quando vemos unirem-se, para barrar o caminho à ameaça de ditadura militar, republicanos moderados ou radicais e socialistas de vários matizes, é difícil também não reconhecer um primeiro esboço de frente antifascista. Tal como o fascismo faria mais tarde, a aventura do general Boulanger originou uma linha de clivagem que não correspondia à tradicional divisão em direita e

<sup>77</sup> M. Reclus (1945) 112-117; A. Zévaès (1930) 29-34, 38-39, 48-49.

<sup>78</sup> A. Zévaès (1930) 80.

esquerda e fracturava ambos estes campos<sup>79</sup>.

Graças à sua campanha a favor de uma revisão constitucional, Boulanger apresentou-se como o homem capaz de remodelar de cima a baixo as instituições, reuniu em seu redor «os descontentes de todos os partidos»<sup>80</sup>, beneficiou de uma enorme popularidade desde as minas do norte do país e os bairros operários da capital até aos salões da aristocracia, uma popularidade que em certo dia de Janeiro de 1889 contagiou Paris numa onda de entusiasmo colectivo, e depois... nada sucedeu. «*Napoléon, à votre âge, était mort*», cantava-se num *cabaret*<sup>81</sup>, e toda a fraqueza do candidato a homem forte ficava exposta naquele sarcasmo, que o cançonetista prosseguia impiedosamente em estrofes sucessivas, contrastando o vencido glorioso de Waterloo com quem jamais seria vencedor. O mote deveu-se ao primeiro-ministro, que no parlamento interpelara o aspirante a ditador recordando-lhe: «Com a sua idade, general Boulanger, já Napoleão tinha morrido, e o senhor nunca será mais do que o Sieyès de uma constituição abortada»<sup>82</sup>. O irado guerreiro provocou em duelo o seu sexagenário opositor, para afinal se deixar ferir gravemente por ele, e com uma gravidade política ainda maior do que física. Quando se conhece a figura que deu o nome ao movimento boulangista, o mais implausível dos chefes políticos, o mais hesitante dos homens de acção, o mais doce dos autoritários, o revolucionário que fugiu do país mal o governo se preparou para requerer a suspensão da sua imunidade parlamentar, o exilado que em Bruxelas se suicidou sobre o túmulo da amada, quando se observa o dinamismo e a capacidade de atracção emanados de um personagem nulo, não podemos senão constatar que o boulangismo deveu a sua importância apenas às forças históricas que o condicionaram. Depois de observar que o general «teria encontrado, se quisesse, cem mil homens prontos a morrerem pela sua causa», Gustave Le Bon exclamou: «Que lugar teria conquistado na história se o seu carácter tivesse correspondido à lenda!»<sup>83</sup>. Mas, em vez de revelar qualquer debilidade do movimento, a vacuidade do chefe indica, pelo contrário, que eram directamente as forças armadas a congraçar o radicalismo de uma certa esquerda com os desejos de acção da extrema-direita. Poucos anos depois o *affaire Dreyfus* serviria para comprovar aquilo mesmo que o boulangismo inscrevera já nos factos possíveis e que em Vichy, meio século mais tarde, haveria de passar aos factos reais.

<sup>79</sup> A. Milhaud [s. d.] 104-107; S. G. Payne (2003 b) 43-44; M. Reclus (1945) 119-125, 128, 133; Z. Sternhell (1978) 36, 39-40, 115; A. Zévaès (1930) 102-107, 124, 175-177. Cego pela sua aversão aos eslavos, Engels reduziu Boulanger a um mero peão da diplomacia russa, usado para preparar a restauração dos Orléans, e condenou-se assim a ignorar o complexo jogo das forças sociais e políticas que sustentavam o general. Ver P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 50.

<sup>80</sup> A. Zévaès (1930) 115. Ver no mesmo sentido M. Reclus (1945) 126.

<sup>81</sup> A. Zévaès (1930) 109-110 n. 1.

<sup>82</sup> Citado em id., *ibid.*, 109.

<sup>83</sup> G. Le Bon (1980) 38, 75.

## Capítulo 3

### VARIANTES DO FASCISMO

#### 1. Itália: A conjugação gradual do eixo radical com o eixo conservador

Durante a fase da conquista das massas, ou pelo menos da conquista dos campos e das ruas, Mussolini nunca atribuiu a primazia à construção de sindicatos, apesar de tudo o que escreveu e discursou sobre o assunto e malgrado a importância decisiva do sindicalismo revolucionário na génese do movimento. Palmiro Togliatti afirmou, numa fórmula lapidar, que no início o fascismo «*não organizou, mas desorganizou as massas*»<sup>1</sup>. A ala sindical foi sempre marginalizada e não teve peso nas grandes decisões. Em Junho de 1922 as corporações fascistas anunciavam um número de filiados inferior ao meio milhão, que se tornariam setecentos mil dois meses depois<sup>2</sup>, ao passo que em 1921 estariam inscritos na confederação sindical socialista mais de três milhões e meio de trabalhadores<sup>3</sup>. Mesmo após terem chegado ao poder, e enquanto as restantes forças políticas conseguiram manter-se actantes, os seguidores do Duce jamais deixaram de ser minoritários no meio sindical<sup>4</sup>. Referindo-se ao período em que ainda eram autorizadas eleições para as comissões internas de fábrica, Togliatti observou: «Não me recordo de um único caso em que os sindicatos fascistas tivessem obtido a maioria»<sup>5</sup>. Em 1923 os fascistas não alcançaram mais de 10% ou 15% nas empresas onde ocorreram votações livres para as comissões internas e para outros organismos operários; e nas eleições de 1924 para as comissões internas da Fiat a CGL

<sup>1</sup> P. Togliatti (1971) 26 (sub. orig.). De maneira menos concisa, Trotsky, em *What Next? Vital Questions for the German Proletariat*, publicado em 1932 e antologado em G. L. Weissman (org. 1970) 6, observou que a instauração do fascismo «significa principalmente, e antes de mais, a liquidação das organizações operárias, a redução do proletariado a um estado amorfo e a criação de um sistema administrativo que penetra profundamente nas massas e serve para impedir a cristalização independente do proletariado. Nisto consiste precisamente o aspecto fundamental do fascismo».

<sup>2</sup> G. Bortolotto (1938) 528; A. J. Gregor (1979) 189; E. Santarelli (1981) I 286, 313. A crer em James Gregor, op. cit., 189 e P. Melograni (1980) 143, os sindicatos fascistas contariam 504.000 filiados nos finais de 1922 e, sem precisar datas, P. Togliatti (1971) 57 indicou que «antes de tomar o poder o fascismo contava 558.000 inscritos nas suas organizações sindicais [...]». C. T. Schmidt (1939) 42 escreveu que no Verão de 1922 a organização sindical fascista anunciava 800.000 membros, «sem dúvida com um exagero considerável».

<sup>3</sup> P. Togliatti (1971) 56. Segundo D. Sassoon (2012) 84, em 1919 a CGL contava 2.150.000 inscritos. A. J. Gregor (1979) 173 contabilizou cerca de 250.000 filiados em 1918 e 2.200.000 em 1920, mas S. G. Payne (2003 b) 89 indicou que a CGL tinha cerca de dois milhões de filiados em meados de 1920, uma cifra que F. L. Carsten (1967) 54 subiu para mais de dois milhões no final do ano, enquanto C. T. Schmidt (1939) mencionou 2.300.000 membros em 1920 e P. Melograni (1980) 143 atribuiu-lhe 2.200.000 inscritos em 1921.

<sup>4</sup> D. Guérin (1969) II 170-171; E. Santarelli (1981) I 365-366, 406, 411.

<sup>5</sup> P. Togliatti (1971) 58. Em P. Melograni (1980) 120 e 123-124 encontram-se vários exemplos da posição extremamente minoritária a que os fascistas se viram reduzidos nas eleições de 1925 para as comissões internas.

conseguiu 86% dos votos e só 14% escolheram o sindicato fascista, repetindo-se a derrota dos fascistas da Fiat no ano seguinte, quando os comunistas obtiveram uma expressiva maioria na comissão interna<sup>6</sup>. O regime dispôs-se então a dar alguns safanões em sectores do patronato mais renitentes e, ao mesmo tempo, pareceu interessado em seduzir com um pouco de demagogia a classe trabalhadora. Intervindo numa reunião das corporações em Maio de 1924, Mussolini admitiu a convocação de greves destinadas a exigir aumentos salariais onde as condições da indústria o consentissem<sup>7</sup>. Esta radicalização atingiu o auge em Março de 1925, quando os sindicatos fascistas paralisaram o trabalho no sector metalúrgico. Mas era demasiado tarde para o regime mudar de figura e o Duce enviou um telegrama ao chefe dos sindicatos dando-lhe ordem para suspender o movimento. «É inútil fazer esta espécie de corrida para ver quem é mais vermelho», afirmou ele, «porque na minha opinião as massas urbanas são, na sua esmagadora maioria, refractárias ao fascismo»<sup>8</sup>.

Nesta situação foram as milícias que enquadraram trabalhadores e outros elementos populares e os lançaram contra socialistas, anarquistas e comunistas. Por detrás dos sindicatos fascistas, nomeadamente no meio rural, onde eles primeiro se desenvolveram, estavam as milícias que haviam ocupado as sedes dos organismos de esquerda e perseguido os seus militantes, e sem esta protecção musculada os novos chefes sindicais não teriam podido permanecer um minuto sequer nos seus postos<sup>9</sup>. A partir de 1921, explicou um historiador, «qualquer destruição de uma Câmara do Trabalho ou de uma organização sindical da província deu lugar à formação de um sindicato fascista»<sup>10</sup>. A sustentar o sindicalismo fascista estavam também, mas em posição muitíssimo mais discreta, os donos da terra, que o financiavam e garantiam que as autoridades fechassem os olhos às violências cometidas<sup>11</sup>. Os sindicatos, porém, quaisquer que sejam, não se criam só com patrões e requerem uma base, que naqueles casos foi assegurada pela intervenção dos *squadristi*. Isto conferiu às milícias uma redobrada importância, pois ao mesmo tempo que secundarizavam os sindicatos e muitas vezes os substituíam no que dizia respeito à mobilização dos trabalhadores, elas eram também o braço armado do partido, indispensáveis a uma política que se definia exclusivamente como acção e confundia acção com violência.

<sup>6</sup> A. Lyttelton (1982) 371, 500, 514; P. Milza (1999) 341.

<sup>7</sup> A. Lyttelton (1982) 501.

<sup>8</sup> Citado em P. Melograni (1980) 194-195. Segundo id., *ibid.*, 195, também no discurso de 26 de Maio de 1927 perante a Câmara dos Deputados o Duce reconheceu que o operariado urbano não tinha simpatia pelo fascismo. Ver ainda a n. 11 do capítulo 2 da Parte 3.

<sup>9</sup> A. Lyttelton (1982) 349; Ch. S. Maier (1988) 402-403; P. Milza (1999) 287; E. Santarelli (1981) I 279-283. Adrian Lyttelton, *op. cit.*, 118 referiu «a simbiose entre terrorismo e recrutamento de massas».

<sup>10</sup> P. Milza (1999) 288.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, 272-273.

Já que as milícias contavam com uma base própria, a sua conjugação com o partido não era desprovida de atritos. No plano pessoal estas rivalidades exprimiram-se na relação conflituosa entre Mussolini, por um lado, e, do lado das *squadre*, Dino Grandi e Italo Balbo. Também Farinacci ligou o seu destino à insatisfação sentida pelas milícias, mas ele acabaria por favorecer soluções políticas contrárias às dos outros dois. É elucidativo considerar que na segunda metade de 1921, quando Grandi e muitos chefes *squadristi*, sobretudo aqueles que actuavam nas zonas rurais, tomaram posição pública contra Mussolini a propósito do Pacto de Pacificação, acusaram-no de se ter deixado seduzir pelas manobras parlamentares e pelo jogo democrático e defenderam a implantação de um regime corporativo de inflexão acentuadamente sindicalista<sup>12</sup>. Ora, apesar de as milícias contestatárias agitarem a bandeira sindical, nesta contenda não se vê traço dos sindicatos. Parece que as *squadre* rurais se consideravam a si mesmas como sindicatos, e tinham razão, porque a sua submissão aos donos da terra as convertia em verdadeiros sindicatos patronais. O congresso fundador do Partido Nacional Fascista, reunido em Novembro de 1921, selou a conciliação entre as duas correntes, reconhecendo a Mussolini a posição de Duce ao mesmo tempo que convertia a organização política numa entidade de novo tipo, um partido-milícia, o que logicamente levaria a actividade política a ser entendida como uma acção de *squadre*<sup>13</sup>. Mas isto confirmou o carácter musculado dos sindicatos, porque no discurso proferido durante esse congresso Grandi defendeu o sindicalismo nacionalista enquanto base do futuro regime e no mês seguinte, reconciliado já com Mussolini, as suas teses acerca do corporativismo sindicalista foram aceites e incluídas no programa do recém-constituído partido<sup>14</sup>. Em Janeiro do ano seguinte, quando o PNF decidiu criar uma União das Corporações, foram ainda Grandi e Balbo a apresentar uma proposta, derrotada, que insistia sobretudo na vertente sindical<sup>15</sup>.

Nas polémicas internas do movimento fascista, e também nas discussões públicas, o jogo de espelhos da demagogia pôde formar figuras alucinantes, porque a ala populista e o próprio Mussolini situavam-se à esquerda e acusavam as milícias rurais de estarem ao serviço dos senhores da terra<sup>16</sup>, enquanto os chefes destas milícias, Grandi à frente de todos, se pretendiam mais à

<sup>12</sup> A. Lyttelton (1982) 117-118; P. Marion (1939) 145-146; P. Milza (1999) 287-288; E. Santarelli (1981) I 258.

<sup>13</sup> E. Gentile (2010) 50, 52. Segundo P. Milza (1999) 202, Mussolini foi pela primeira vez tratado como Duce num artigo publicado em 26 de Fevereiro de 1917 por Giuseppe De Falco em *Il Popolo d'Italia*. No entanto, já em 1904 um jornal socialista havia aplicado o termo àquele que era então um obscuro militante; sete anos mais tarde um importante dirigente socialista proclamou-o, se bem que usando minúscula, «o *duce* de todos os socialistas revolucionários da Itália»; e em 22 de Outubro de 1915 Filippo Corridoni chamou-lhe, ainda sem maiúscula, «nosso *duce* espiritual». Ver P. Goldberg (2009) 35 e P. C. Masini (1999) 34. Aliás, segundo E. Gentile (2010) 42, o termo *duce* pertencia à tradição republicana e fora usado para designar Garibaldi.

<sup>14</sup> P. Milza (1999) 290-291; E. Santarelli (1981) I 270.

<sup>15</sup> E. Santarelli (1981) I 285-286.

<sup>16</sup> *Id.*, *ibid.*, I 261. Observou P. Milza (1999) 272-273 que nos campos o fascismo teve um carácter menos



esquerda ainda ao defenderem um Estado sindicalista. Mas, num contexto em que os termos «radicalismo», «acção» e «violência» tinham o mesmo significado, sem dúvida que as *squadre d'azione* estipendiadas pelos latifundiários eram radicais, expoentes de um radicalismo conservador. Vemos o efeito vertiginoso destas ficções vocabulares, em que as posições mais extremas do fascismo, precisamente em virtude deste extremismo, se classificavam à esquerda.

Chegado ao poder no final de Outubro de 1922, e apesar de tantas proclamações, Mussolini não conferiu aos sindicatos nenhum papel de primeiro plano na reorganização política, muito menos na gestão da economia. Anunciara-se, é certo, que graças à estrutura sindical as massas seriam rigorosamente enquadradas no novo Estado totalitário. Mas o Duce, que durante algum tempo admitiu a possibilidade de utilizar a burocracia da velha CGL para constituir um sindicalismo de Estado, acabou por rejeitar esta hipótese no final de 1923<sup>17</sup>. Por outro lado, os sindicatos fascistas permaneceram sempre hesitantes na prática e o sistema corporativo nunca alcançou o grau de integração entre organismos patronais e sindicais que alguns doutrinadores haviam concebido e proposto<sup>18</sup>. Chamando a atenção para o facto de no sistema italiano cada corporação compreender dois sindicatos juridicamente iguais, um de patrões e outro de empregados, Manoilescu, o conhecido teórico romeno do corporativismo, lamentou que o 2º Congresso de estudos corporativos, reunido em Ferrara em 1932, se tivesse concentrado nas questões jurídicas em detrimento do problema da coordenação das actividades económicas mediante contratos colectivos entre corporações<sup>19</sup>. Se os sindicatos e as confederações patronais se tivessem fundido em instituições únicas, dando lugar a um corporativismo integral, as burocracias sindicais poderiam sem dúvida ter participado ao lado dos chefes de empresa na supervisão global da economia. Mas não foi isto que sucedeu, e patrões e trabalhadores ficaram confinados em organizações distintas<sup>20</sup>. Um historiador resumiu a situação afirmando que «no plano da luta política a Carta do Trabalho representou a derrota do sindicalismo fascista»<sup>21</sup>.

Nesta nova ordem as massas trabalhadoras figuraram sobretudo como tema de tiradas oratórias e celebrações plásticas, e se o sistema de contratos colectivos e a planificação

autónomo do que nas grandes cidades, surgindo desde início organizado e estipendiado pelos donos da terra.

<sup>17</sup> A. Lyttelton (1982) 351, 364-365, 374-379.

<sup>18</sup> «[...] os ex-sindicalistas revolucionários», observou E. Santarelli (1981) I 412, «e especialmente os teóricos do sindicalismo puro ou integral, apesar de haverem dado a sua adesão ao fascismo e continuarem a dá-la, como sucedia com Sergio Panunzio e Angelo Oliviero Olivetti, foram depois projectados para a periferia do sistema, numa espécie de oposição intelectual». Ver igualmente D. Guérin (1969) II 189-192 e Z. Sternhell et al. (1994) 142-143, 191-192. Em sentido contrário, A. J. Gregor (1979) *passim* presumiu erradamente que os escritos dos ex-sindicalistas revolucionários posteriores a 1922 teriam representado a orientação prática do regime.

<sup>19</sup> M. Manoilescu (1936) 199, 251-252.

<sup>20</sup> E. Santarelli (1981) I 349, 395-396.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, I 434.

centralizada do mercado de trabalho puderam atenuar a instabilidade de emprego de muitos operários e jornaleiros agrícolas<sup>22</sup>, não parece que consoante critérios estritamente pecuniários a sua situação média tivesse melhorado. A marginalização do movimento sindical mede-se quando verificamos a descida dos salários reais após a conquista do poder pelos fascistas<sup>23</sup>, o que é tanto mais significativo quanto a economia italiana registou entre 1922 e 1925 uma das suas mais elevadas taxas de crescimento<sup>24</sup>. E em 1927, exactamente o ano da publicação da *Carta del Lavoro*, o governo decretou uma redução generalizada das remunerações, que oscilou entre 10% e 20%, continuando nos anos seguintes a prevalecer a tendência para a queda dos salários. Quanto aos assalariados agrícolas, entre 1926 e 1934 as suas remunerações reais baixaram de 50% a 70%; e ao sabermos que o declínio foi de 13% entre 1930 e 1937, e bastante maior no caso dos jornaleiros, dificilmente podemos imaginar a situação de pessoas cujo nível de vida era já miserável aquando da chegada de Mussolini ao poder<sup>25</sup>. Como no final de 1927 o governo decretara a estabilização da lira num nível cambial demasiado elevado, provocando uma reacção deflacionista, a promulgação da *Carta del Lavoro* em Abril daquele ano definia o contexto que tornava possível descer o preço do trabalho mais do que o preço dos restantes bens<sup>26</sup>. O

<sup>22</sup> G. Bortolotto (1938) 528-529; G. Bottai (1933) 97, 189-190; E. Santarelli (1981) I 411-412. «*O contrato colectivo generalizado e a arbitragem automática pelas corporações* são os dois pilares da nova legislação social corporativa», explicou M. Manóiesco (1936) 277 (subs. orig.).

<sup>23</sup> A. J. Gregor (1979) 198; A. Lyttelton (1982) 372; E. Santarelli (1981) I 350-351. É certo que P. Togliatti (1971) 23-24 afirmou que durante os primeiros anos o regime não atacara os salários, mas talvez não tivesse em conta a diferença entre as remunerações nominais e as reais.

<sup>24</sup> A. J. Gregor (1979) 143, 198; P. Melograni (1980) 49-50. Ver também C. T. Schmidt (1939) 80.

<sup>25</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 136, 137; D. Guérin (1969) II 185; A. Lyttelton (1982) 556; Ch. S. Maier (1988) 696; P. Melograni (1980) 225-226; P. Milza (1999) 393, 600, 929 n. 84; E. Santarelli (1981) I 438; G. Seldes (1935) 285-286. Segundo C. T. Schmidt (1939) 80-81, os salários nominais dos trabalhadores agrícolas masculinos desceram 37% de 1927 para 1935. Pierre Milza, op. cit., 604 pretendeu que, tendo em conta a evolução do custo da vida, os salários médios reais dos trabalhadores da indústria e dos serviços se mantiveram mais ou menos estáveis de 1922 até 1934, baixando em seguida progressivamente e declinando depois muito com a economia de guerra. Segundo este historiador, se atribuirmos aos salários médios reais em 1913 o índice 100, eles teriam atingido o índice 123 em 1922, 113,6 em 1924, 121 em 1928 e 125 em 1934. Mesmo aceitando estes números, eles implicam que o crescimento económico não foi acompanhado por uma melhoria da situação material dos trabalhadores. Neste contexto deve ler-se a crítica de Piero Melograni, op. cit., 226-228 à tese defendida oficialmente pelo regime fascista, segundo a qual a baixa dos preços de consumo teria provocado um acentuado aumento dos salários reais no período compreendido entre 1926 e 1928. Por seu lado, S. J. Woolf (1968) 133, atribuindo igualmente o índice 100 ao salário real médio diário em 1913, informou que ele se situaria em 116 no ano de 1929; as baixas de preços devidas à grande depressão económica mundial levaram-no a subir até um máximo de 123,2 em 1934, mas de novo desceu rapidamente durante os anos de expansão industrial, sendo de 100,5 em 1938. É sensivelmente idêntica a estimativa dos salários médios reais indicada por A. J. Gregor (1979) 198 e 204, para quem, partindo do índice 100 em 1913, eles teriam atingido 127,01 em 1921 e 123,61 em 1922, descendo a partir de então para 116,05 em 1923, 112,62 em 1924 e 111,48 em 1926; como em 1935 chegaram a 120, mas caíram para 105,7 em 1939, isto significa que os salários estavam então praticamente no mesmo nível em que haviam estado vinte e seis anos antes. Referindo-se ao período entre 1936 e 1940, Pierre Milza, op. cit., 729 considerou que «os numerosos aumentos de salários [...] não foram suficientes para compensar a grande subida dos preços de retalho [...]». Uma perspectiva certamente realista foi dada por uma obra publicada em Itália em 1944 e citada por Enzo Santarelli, op. cit., II 293 n. 1, onde se afirmou que após duas décadas de regime fascista as remunerações de todas as categorias de operários e dos assalariados rurais tinham chegado a níveis entre 10% e 25% inferiores aos registados em 1921.

<sup>26</sup> C. T. Schmidt (1939) 81.

subsecretário das Corporações, Giuseppe Bottai, num discurso proferido perante os deputados em Dezembro de 1929, regozijou-se porque «o Estado fascista, [...] com uma ordem seca, precisa como um comando militar, atingiu a economia individual dos trabalhadores italianos, diminuindo-lhes os salários até uma amplitude de 20%». E Bottai recorreu a um cinismo sem par — ou seria antes a inconsciência trazida pelo desgaste no uso do poder? — ao apresentar-se perante o Senado em Maio de 1931, quando proclamou que «defendemos o salário mesmo através da sua diminuição, impedindo uma diminuição desorganizada e procurando harmonizar as várias categorias»<sup>27</sup>. No ano seguinte o novo subsecretário das Corporações, Bruno Biagi, depois de recordar que «de Junho de 1927 até Dezembro de 1928 os salários caíram cerca de 20%», acrescentou que «houve uma nova redução de 10% em 1929, e em Novembro de 1930 houve uma descida geral, nalguns casos não ultrapassando 18%, mas chegando noutros casos a 25%». E Biagi disse ainda que «muitas outras rectificações foram efectuadas em 1931»<sup>28</sup>. A guerra de conquista da Abissínia, durante os últimos meses de 1935 e os primeiros meses do ano seguinte, levou à subida dos salários em 1936 e 1937; mas, como a subida do custo de vida foi superior, os salários reais continuaram prejudicados<sup>29</sup>. Feitas as contas de duas décadas, desde 1921 até 1939 a Itália foi o único país industrial a padecer de uma tendência declinante dos salários reais<sup>30</sup>.

Com a sua arte de voltar as coisas do avesso e transmutar a realidade nas palavras contrárias, Mussolini, ao discursar no 1º Congresso da Confederação Fascista da Indústria, em Junho de 1928, elogiou os trabalhadores do seu país por terem aceite uma diminuição dos salários<sup>31</sup>. E como a recusariam? Foi certamente aquela a expressão do «amor severo» pelos trabalhadores, que o Duce várias vezes invocou<sup>32</sup>. No programa que acompanhou a sua fundação, no final de 1921, o Partido Nacional Fascista anunciara a intenção de «disciplinar as greves» e proibi-las completamente nos serviços públicos<sup>33</sup>. Todos sabiam o que os esperava. Em Dezembro de 1923

<sup>27</sup> G. Bottai (1933) 64, 151.

<sup>28</sup> Citado em C. T. Schmidt (1939) 80. Ver ainda G. Seldes (1935) 284.

<sup>29</sup> C. T. Schmidt (1939) 81-82.

<sup>30</sup> A. Pennacchi (2010) 252.

<sup>31</sup> E. Santarelli (1981) I 566. Mussolini, no entanto, preveniu os capitalistas de que, em situação de crescimento económico, não seria aconselhável prosseguir a política de baixos salários. Ver *id.*, *ibid.*, I 567.

<sup>32</sup> O «amor severo» de Mussolini pelos trabalhadores ocupou-o pelo menos nos seus discursos ou artigos de 27 e 29 de Outubro de 1924, Maio de 1926 e 24 de Outubro de 1936, consoante leio em G. S. Spinetti (org. 1938) 188, 189 e 203. Mas não foi o Duce quem pretendeu, numa conhecida entrevista, que «as massas amam os homens fortes, as massas são uma mulher»? Ver *id.*, *ibid.*, 302. Já Gabriel Tarde havia defendido que as multidões, mesmo compostas por homens, são sempre femininas. Ver R. Bellamy (2003) 78. E Gustave Le Bon, essa musa dos fascismos, escreveu em (1980) 39 e 54: «As multidões são em todo o lado femininas, mas as latinas são de todas as mais femininas. [...] Sempre pronta a revoltar-se contra uma autoridade fraca, a multidão curva-se servilmente perante uma autoridade forte». O que não impediu Malaparte, propenso ao paradoxo, de descobrir uma psicologia de mulher sob o físico de Mussolini; mas é verdade que para ele o «lado feminino» existiria no carácter de todos os ditadores e, além do Duce, deu como exemplos Hitler, Cromwell e Lenin. Ver C. Malaparte (1998) 217-220.

<sup>33</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 33-34.

os sindicatos fascistas comprometeram-se, perante os representantes dos empresários industriais e na presença de Mussolini, a evitar os prejuízos provocados por greves<sup>34</sup>. Para os patrões, todavia, a própria greve era o verdadeiro prejuízo, pela oportunidade que dava aos participantes de desenvolverem relações solidárias e igualitárias. Em Abril de 1925 o Grande Conselho colocou tantas e tais restrições às greves que praticamente as ilegalizou<sup>35</sup>, e um decreto publicado um ano mais tarde forneceu as armas jurídicas necessárias para prender e condenar os grevistas<sup>36</sup>. A supressão do direito à greve implicou a liquidação de um dos aspectos fundamentais da organização colectiva dos trabalhadores, enquanto os patrões continuavam coligados. Mesmo que se tome à letra a *Carta del Lavoro*, publicada em 1927, a igualdade de direitos que aí se estabelecia entre capitalistas e trabalhadores não se verificava no âmbito das empresas e dizia apenas respeito às relações com o governo. Comentando a *Carta*, o subsecretário das Corporações, Giuseppe Bottai, a quem se deveu em grande parte a elaboração do documento, escreveu que «paridade de direitos significa igualdade perante a lei, igual colaboração das classes na actividade legislativa e na administração das questões públicas [...] A paridade de direitos jamais poderá ser entendida no sentido de que o trabalhador possa pretender substituir-se ao patrão ou de qualquer maneira imiscuir-se nas funções de direcção das empresas [...]»<sup>37</sup>. Aliás, o texto da *Carta del Lavoro* não se prestava a confusões, afirmando explicitamente que a direcção da empresa «cabe ao patrão, que dela assume a responsabilidade»<sup>38</sup>. A autoridade discricionária reconhecida aos chefes de empresa no exercício das suas funções assegurava-lhes uma incontestada hegemonia nas relações laborais e, a partir daí, em toda a estrutura social, subalternizando os vínculos que ligavam os sindicatos fascistas ao aparelho governativo e ao mesmo tempo reforçando os elos que prendiam o governo às confederações patronais.

O assentimento dos trabalhadores à fascização do regime não se obteve mediante nenhuma mobilização sindical, mas graças aos peculiares métodos de persuasão das milícias. Nos primeiros meses após a Marcha sobre Roma, ao mesmo tempo que Mussolini se apresentava como um conciliador, as *squadre d'azione* continuavam as expedições punitivas e os assassinatos<sup>39</sup>, e a sua importância não diminuiu a partir de Janeiro de 1923, quando foram convertidas em Milícia Voluntária para a Segurança Nacional<sup>40</sup>. Sem as refregas na rua e um sistema de violência exterior

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, 109; E. Santarelli (1981) I 349.

<sup>35</sup> D. Guérin (1969) II 97; E. Santarelli (1981) I 408.

<sup>36</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 118-120; P. Milza (1999) 394; E. Santarelli (1981) I 412-413.

<sup>37</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 433. Quanto ao papel desempenhado por Bottai na preparação da Carta do Trabalho ver *id.*, *ibid.*, I 430-431.

<sup>38</sup> G. S. Spinetti (org. 1938) 164.

<sup>39</sup> A. Lyttelton (1982) 371; P. Milza (1999) 310-315, 327-332.

<sup>40</sup> G. Bortolotto (1938) 468; F. L. Carsten (1967) 67; Ch. F. Delzell (org. 1971) 52-53; A. Lyttelton (1982) 168;

ao texto da lei o novo regime não teria conseguido implantar-se e consolidar-se, porque em Novembro de 1922 Mussolini não ousara solicitar plenos poderes ao parlamento, mas apenas autorização para governar por decreto durante um ano num número restrito de assuntos, sobretudo de carácter económico<sup>41</sup>. A truculência continuava a ser indispensável e, por isso, dos mais de meio milhão de membros com que o PNF contava em Maio de 1923, duzentos mil eram milicianos<sup>42</sup>. «A presença da MVSN foi um dos factores-chave que permitiu a Mussolini permanecer no poder durante a grande crise de 1924», comentou um especialista<sup>43</sup>. No final desse ano e no começo de 1925 as milícias endureceram a sua atitude para com os opositores e procuraram pressionar Mussolini a fazer o mesmo<sup>44</sup>. No discurso que pronunciou perante os deputados em 3 de Janeiro de 1925 a propósito do assassinato de Matteotti, o Duce chamou a atenção para o facto de que era ele, e só ele, quem moderava o ímpeto dos seus homens de mão: «Não vos iludais, meus senhores! Julgastes que o fascismo estava acabado, porque eu o refreava, que ele estava morto, porque eu o corrigia, e tivestes sobretudo a crueldade de o dizer. Mas se eu empregasse a desencadeá-lo a centésima parte da energia que gastei para o refrear, haveríeis então de ver»<sup>45</sup>. Das palavras aos actos, e a demonstração fez-se na rua. Nos dias seguintes a este discurso a milícia foi lançada sistematicamente contra a oposição<sup>46</sup>. Ao mesmo tempo que manteve no Ministério do Interior o antigo nacionalista Luigi Federzoni, que, embora partidário de um reforço da repressão, pretendia conduzi-la exclusivamente dentro do quadro legal, Mussolini nomeou secretário-geral do partido, em Fevereiro de 1925, Roberto Farinacci, o mais truculento dos chefes de milícias, cujo programa, naquelas circunstâncias, se resumia na expressão «legalizar a ilegalidade»<sup>47</sup>. Na prática Federzoni e Farinacci completaram-se, usando um todos os meios legais para

P. Milza (1999) 316. Segundo Pierre Milza, *op. cit.*, 316, ao mesmo tempo que o Grande Conselho institucionalizou as milícias, convertendo-as em MVSN, decidiu também dissolver a guarda real, criada durante as grandes greves do Outono de 1919, e que se havia destinado à repressão da actividade subversiva. Acerca da criação da guarda real ver Ch. S. Maier (1988) 227.

<sup>41</sup> F. L. Carsten (1967) 65-66.

<sup>42</sup> P. Milza (1999) 314.

<sup>43</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 53.

<sup>44</sup> A. Lyttelton (1982) 397 e segs.; Ch. S. Maier (1988) 677-678; P. Milza (1999) 352-353.

<sup>45</sup> Citado em P. Milza (1999) 354.

<sup>46</sup> *Id.*, *ibid.*, 354-355.

<sup>47</sup> *Id.*, *ibid.*, 357-359. Pierre Milza, *op. cit.*, 537-539 narrou com detalhe uma história curiosa. Em Dezembro de 1923 Farinacci obteve o título de doutor em Direito graças a uma tese integralmente copiada de outra que alguém havia escrito dois anos antes, e em 1930, numa época em que enfrentava a oposição de Farinacci, o Duce ordenou que fosse feito um inquérito discreto sobre o assunto. Sem negar o conteúdo da acusação, o antigo secretário-geral do PNF desculpou-se com o facto de ter inicialmente redigido uma tese acerca do tema «a administração de óleo de rícino aos subversivos por parte dos fascistas não pode ser considerada como uma violência privada, mas como uma simples injúria ou, na pior das hipóteses, como uma ameaça ligeira». Prevenido à última hora de que um dos professores do júri era contrário a esta perspectiva do emprego de óleo de rícino, Farinacci não tivera outro recurso senão o de lançar mão a um texto já existente. E assim se licenciou fraudulentamente em leis este especialista de sevícias, mostrando a sua vocação de «legalizar a ilegalidade».

destróçar os inimigos do regime, enquanto o outro cobria com a lei o recurso sistemático à ilegalidade<sup>48</sup>. Farinacci esteve quinze meses à frente do partido, presidindo a uma época de pauladas e homicídios.

Já então os oficiais do exército mostravam ciúme e ressentimento perante umas milícias politicamente fortes e cada vez mais bem armadas<sup>49</sup>. E mais de uma década depois do assassinato de Matteotti, quando a prosápia imperial inspirou a conquista da Etiópia, a participação da Milícia nas campanhas africanas forneceu-lhe uma ocasião para tornar públicas as rivalidades que a opunham ao exército<sup>50</sup>. As fricções entre a Milícia e os militares reproduziram-se nos anos seguintes, com repercussões talvez mais graves ainda<sup>51</sup>, quando a solidariedade dos interesses imediatos e, a longo prazo, as ambições de uma estratégia mediterrânica levaram o Duce a intervir em Espanha ao lado dos generais rebeldes. Até ao fim as milícias mantiveram um considerável grau de autonomia, assumindo um grande peso em ambos os pólos do eixo endógeno do fascismo italiano. A conjugação deste eixo endógeno com o exógeno, composto pelas chefias militares e pelos prelados, realizou-se gradualmente, e os seus progressos marcaram para Mussolini as etapas da aproximação do poder e, em seguida, da fascização completa do Estado.

Para quem refizera a sua roupagem política com o tema da intervenção na guerra mundial, para quem se apresentava como o porta-voz dos antigos combatentes e transpunha para a vida civil os métodos de actuação comuns nos campos de batalha, para quem defendia o expansionismo bélico como uma das soluções para os problemas do país, a relação com os altos postos do exército deveria por certo ser bastante estreita<sup>52</sup>. Já em 1917 encontramos Mussolini entre as figuras que rodeavam o general Cadorna, então comandante-chefe das forças italianas, tentando convencê-lo a encabeçar um golpe de Estado militar que substituísse o regime democrático por uma ditadura provisória, até ser alcançada a vitória na guerra. Cadorna, favorável de início ao projecto, acabou por recusar<sup>53</sup>, mas este episódio mostra que a intimidade de Mussolini com os generais era anterior à fundação do fascismo. «As revoluções fazem-se com o exército e não contra o exército», ensinou ele em 1920, criticando a aventura dannunziana<sup>54</sup>. Nos últimos tempos da guerra os serviços de propaganda militares haviam formado um grupo de jovens oficiais

<sup>48</sup> Id., *ibid.*, 359.

<sup>49</sup> A. Lyttelton (1982) 394-395; Ch. S. Maier (1988) 676.

<sup>50</sup> E. Santarelli (1981) II 200 n. 1, 203.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, II 277-278.

<sup>52</sup> «O fascismo», escreveu G. Bortolotto (1938) 394-395, «é o movimento que, por comparação com todos os outros movimentos que existiram outrora em Itália, reuniu e reúne o maior número de medalhas de ouro, de combatentes, de condecorados, de mutilados [...]».

<sup>53</sup> A. Lyttelton (1982) 44-45; P. Milza (1999) 209.

<sup>54</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 393 e P. Marion (1939) 302.

politizados, que tiveram em seguida uma participação importante na constituição do fascismo<sup>55</sup>. Assim, o Ministério da Guerra sabia com quem podia contar quando, em 1920, encarregou um oficial superior de estabelecer ligações com as várias milícias existentes e de preparar um relatório sobre a tática a adoptar nas acções violentas dirigidas contra a classe trabalhadora<sup>56</sup>. A partir desse ano muitos oficiais desmobilizados chefiaram as *squadre*, e as autoridades militares e policiais fecharam de bom grado os olhos à sua truculência ou encorajaram-na directamente e forneceram material<sup>57</sup>. O fascismo conseguiu entretanto recolher algumas adesões nos altos comandos<sup>58</sup>, e aquando da transformação do movimento em partido, no congresso de Novembro de 1921, as *squadre* converteram-se num corpo militarizado e dispondendo de armas de guerra, cuja chefia foi entregue a dois dirigentes partidários, Italo Balbo e De Vecchi, e dois generais no serviço activo, Gandolfo e De Bono, enquanto oficiais na reserva ou mesmo em actividade se encarregavam de outros níveis da hierarquia<sup>59</sup>.

Mas como o meio militar era estritamente monárquico, o Mussolini plebeu e republicano dos primeiros tempos foi progressivamente levado a abster-se quanto à forma do regime. Em 23 de Março de 1919, na reunião que fundou os Fasci Italiani di Combattimento, Mussolini declarara-se contrário à monarquia e em meados de 1921 explicou que o fascismo era «tendencialmente republicano», para incómodo, aliás, de muitos outros chefes do movimento<sup>60</sup>. Todavia, ainda em Maio de 1920 o 2º Congresso dos Fasci passara a defender acerca da questão do regime uma posição desprovida de «preconceitos»<sup>61</sup>, inspirando, sem dúvida, aquela que o Duce dos fascistas manifestaria no seu primeiro discurso parlamentar, em 21 de Junho de 1921, quando, depois de afirmar que «não pretendemos substituir-nos ao partido republicano», preveniu que «também não temos a intenção de nos ajoelhar perante o trono»<sup>62</sup>. E na preparação do congresso de Novembro desse ano, que transformou o movimento em partido, Mussolini patrocinou igualmente uma atitude de abstenção na polémica entre monarquia e república<sup>63</sup>. Solto de peias, ele podia começar então

<sup>55</sup> A. Lyttelton (1982) 47.

<sup>56</sup> D. Guérin (1969) II 103.

<sup>57</sup> G. Bortolotto (1938) 357, 439, 504-505; F. L. Carsten (1967) 55 e segs.; R. P. Dutt (1936) 165-167; D. Guérin (1969) II 105-106; A. Lyttelton (1982) 63-65, 84-85, 93; Ch. S. Maier (1988) 405-406, 409; M. Mann (2004) 127; P. Marion (1939) 232, 233; P. Milza (1999) 267, 271, 276; E. Santarelli (1981) I 232 n. 1, 265, 293 n. 1; D. Sassoon (2012) 95, 102-103. Todavia, depois de referir (pág. 276) a conivência da polícia e dos tribunais com a acção das *squadre*, Pierre Milza, op. cit., mencionou (págs. 283-284) duas excepções. Ver igualmente Charles Maier, op. cit., 406, 421, 423 e P. Marion, op. cit., 231-232.

<sup>58</sup> E. Santarelli (1981) I 310, 334 n. 1.

<sup>59</sup> P. Milza (1999) 293.

<sup>60</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 10; E. Santarelli (1981) I 144, 177, 250-251; G. Volpe (1941) 54. A citação encontra-se em Gioacchino Volpe, op. cit., 54.

<sup>61</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 15.

<sup>62</sup> Citado em P. Milza (1999) 282.

<sup>63</sup> E. Santarelli (1981) I 266.

a seduzir a coroa nos seus discursos e nas suas manobras práticas, explicando que defendera a república — olhe-se bem! — só enquanto vira em Vítor Emanuel III «um monarca não suficientemente monarca»<sup>64</sup>. Por fim, num discurso de Setembro de 1922, Mussolini estabeleceu as condições de um acordo, apoiando ele a monarquia se ela apoiasse o fascismo, e um mês depois, nas vésperas da Marcha sobre Roma, sentiu-se suficientemente seguro para proclamar que a unidade do país encontrava alicerces sólidos na dinastia de Sabóia, embora sem se esquecer de prevenir que a coroa nada ganharia se se opusesse ao fascismo<sup>65</sup>. Nesta transformação deve ter desempenhado um papel de relevo o duque de Aosta, primo do rei e um dos principais comandantes do exército, que já em 1919 parece ter conspirado com Mussolini e outros chefes dos Fasci di Combattimento<sup>66</sup>. O duque exerceu a sua influência num duplo sentido, pois enquanto por um lado facilitou a Mussolini a aproximação da monarquia, por outro lado, com o prestígio de que gozava entre as tropas, fez pairar sobre o palácio a ameaça de um golpe dinástico<sup>67</sup>, tanto mais verosímil quanto algumas célebres personalidades militares apoiaram Mussolini em Outubro de 1922<sup>68</sup>. Até que por fim o timorato soberano decidiu entregar o governo ao demagogo e à sua súcia. De então em diante Mussolini pôde penetrar por dentro na monarquia e, sem lhe alterar a epiderme, absorveu-lhe os poderes e usou-os na edificação do Estado totalitário. Quando, de 1925 até 1929 e de 1933 até à sua queda dez anos mais tarde, o Duce juntou às pastas ministeriais de que era titular as correspondentes aos três ramos das forças armadas, não podia assinalar melhor, de uma forma simultaneamente simbólica e burocrática, o destaque do pólo militar e da sua matriz, a coroa, na geografia política do regime.

O mesmo caminho de Damasco que percorrera até se abeirar do monarca, Mussolini seguiu-o em direcção ao sumo pontífice. Em 1919 o programa inicial dos Fasci di Combattimento previa a expropriação de todos os bens das congregações religiosas e a abolição das rendas e patrimónios episcopais, sendo o tema retomado durante a campanha eleitoral desse ano<sup>69</sup>. No

<sup>64</sup> Id., *ibid.*, I 309-310. A frase vem citada no vol. I, pág. 312.

<sup>65</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 40, 42; G. Volpe (1941) 102. No entanto, P. Milza (1999) 302 relatou uma circunstância em que, também nas vésperas de tomar o poder, Mussolini se recusara a acompanhar os gritos de «viva o rei!». Uma década e meia depois, o Duce recordaria: «[...] o fascismo, mesmo tendo assumido em 1922 — forçado pelas circunstâncias — uma atitude de tendência republicana, renunciou a ela antes da Marcha sobre Roma, convencido de que a questão das formas políticas de um Estado não é hoje proeminente [...]». Ver B. Mussolini (1935) 26, reproduzido em Charles Delzell, *op. cit.*, 101. Também no seu derradeiro grande discurso, proferido em Milão em Dezembro de 1944, Mussolini considerou 1922 como o ano que teria marcado a adaptação do fascismo à monarquia: «Está historicamente documentado que antes de 1922 o fascismo tinha tendências republicanas [...]». Ver Charles Delzell, *op. cit.*, 245. Mas, como mostrei, a conversão iniciara-se numa data anterior.

<sup>66</sup> Ch. S. Maier (1988) 147; E. Santarelli (1981) I 113-114. Ver também P. Marion (1939) 341.

<sup>67</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 44; A. Lyttelton (1982) 148.

<sup>68</sup> A. Lyttelton (1982) 147-148; P. Milza (1999) 305.

<sup>69</sup> G. Bortolotto (1938) 342; Ch. F. Delzell (org. 1971) 13; P. Milza (1999) 396; E. Santarelli (1981) I 142, 150.



programa emanado do 2º Congresso dos Fasci, em Maio de 1920, aquela reivindicação apareceu nos mesmos termos<sup>70</sup>, mas durante as sessões do encontro o antigo Mussolini anticlerical começou a avaliar de maneira positiva a acção das sotainas: «O Vaticano representa quatrocentos milhões de homens espalhados por todo o mundo, e uma política inteligente deveria aproveitar para os seus próprios fins expansionistas esta força colossal»<sup>71</sup>. Alguns meses depois, em Setembro, discursando em Trieste, Mussolini considerou que o catolicismo fazia parte integrante da civilização romana<sup>72</sup> e repetiu a ideia no ano seguinte, quando falou pela primeira vez no parlamento: «Afirmo que a tradição latina e imperial de Roma é representada hoje pelo catolicismo»<sup>73</sup>. Por isso, noutra parte do mesmo discurso pôde garantir que «o fascismo não faz propaganda do anticlericalismo nem o pratica»<sup>74</sup>. E também no congresso de Novembro de 1921, por ocasião da fundação do Partido, Mussolini se mostrou conciliatório relativamente ao Vaticano e insistiu na possibilidade de usar a religião católica para promover uma política de expansão nacional<sup>75</sup>. Chegara a ocasião de o fascismo propor a resolução do conflito que até então havia oposto o Estado italiano e a Igreja<sup>76</sup>.

Para isso era necessário explorar as contradições internas do Partito Popolare Italiano, de orientação católica. Uma obra que exprimiu as posições do papado, a ponto de ter beneficiado de dois *nihil obstat* e um *imprimatur*, mencionou a existência de «uma ala direita, que teria desejado que o Partido Popular tomasse uma iniciativa decidida relativamente à liberdade e à independência da Santa Sé» e «uma ala esquerda, que desde logo tinha manifestado preocupações excessivas a respeito das questões económicas e que, esperançada em conquistar as massas socialistas, servia-se dos métodos e da linguagem do socialismo e recorria, para as reivindicações dos direitos dos trabalhadores, aos mesmos meios violentos que o ódio de classe havia inspirado aos socialistas»<sup>77</sup>. Mussolini agravou estas contradições até as romper, pois enquanto os sindicalistas católicos eram perseguidos e espancados e conquistadas as suas organizações<sup>78</sup>, a ala conservadora dos populares estreitava os contactos com o chefe do fascismo<sup>79</sup>. Todas as virtualidades da dupla

<sup>70</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 16.

<sup>71</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 181-182. Mussolini repetiu esta ideia numa carta para D'Annunzio nesse mesmo ano, segundo J. F. Pollard (2005) 22.

<sup>72</sup> E. Gentile (2010) 47.

<sup>73</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 519, P. Milza (1999) 282 e H. M. Premoli (1930) 128 e antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 24-25 e G. S. Spinetti (org. 1938) 264. Ver igualmente E. Santarelli (1981) I 251-252 e G. Volpe (1941) 55.

<sup>74</sup> Citado em A. Lyttelton (1982) 668 e J. F. Pollard (2005) 22.

<sup>75</sup> P. Milza (1999) 290; E. Santarelli (1981) I 268; G. S. Spinetti (org. 1938) 264.

<sup>76</sup> E. Santarelli (1981) I 267.

<sup>77</sup> H. M. Premoli (1930) 121.

<sup>78</sup> *Id.*, *ibid.*, 136.

<sup>79</sup> J. F. Pollard (2005) 8-9, 26-27.

política, de violência e conciliação, foram empregues de maneira concentrada sobre os católicos. Pouco depois de ter chegado ao governo, o Duce optou por deteriorar definitivamente as relações com o Partito Popolare, quando este tentou distanciar-se do novo regime, mas ao mesmo tempo aproximou-se da alta hierarquia eclesiástica e da Acção Católica e pôde contar com a benevolência do papa Pio XI<sup>80</sup>. Multiplicaram-se as iniciativas em benefício da Igreja, não só gestos simbólicos, como os crucifixos pendurados nas paredes das escolas, dos tribunais e dos hospitais, mas também medidas substanciais, por exemplo a obrigatoriedade do ensino religioso na instrução primária, o restabelecimento do lugar de capelão das forças armadas e o agravamento das penas judiciárias por ofensas à religião católica e ao clero, sem desprezar algumas benesses sonantes, como a promessa de subsídios para a reconstrução dos edifícios religiosos destruídos durante a guerra<sup>81</sup>. A perseguição à Maçonaria, começada no início de 1923 e completada pela sua ilegalização dois anos depois, foi igualmente muito apreciada pelo Vaticano, tanto mais que durante o período em que se aproximara do poder o fascismo havia beneficiado da aprovação da Maçonaria e esta reviravolta indicava os novos caminhos<sup>82</sup>. Em contrapartida a Igreja acabou por sacrificar o Partito Popolare e o seu chefe, o padre Luigi Sturzo, à possibilidade de resolver os litígios com o Estado italiano<sup>83</sup>. Já por ocasião da Marcha sobre Roma Mussolini mandara prevenir o papa de que a Igreja nada tinha a recear e no começo do ano seguinte encontrara-se secretamente com o secretário de Estado do Vaticano<sup>84</sup>. O seu passado anticlerical tornou-se demasiado incómodo para o Duce, que fez retirar de circulação as obras onde defendera o ateísmo<sup>85</sup>. Como deixaria a Igreja de acalantar este novo filho pródigo? Quando o assassinato de Matteotti colocou Mussolini perante a primeira crise verdadeiramente grave, o Vaticano continuou a apoiá-lo e lembrou aos católicos que a obediência ao poder constituído era a principal virtude política<sup>86</sup>. Estava-se no bom caminho, e a partir de então aqueles fascistas que se mantinham apegados ao anticlericalismo originário perderam muita da sua influência<sup>87</sup>. Depois de demoradas e exaustivas

<sup>80</sup> A. Lyttelton (1982) 390, 668; H. M. Premoli (1930) 136-137; E. Santarelli (1981) I 351-354, 356-357, 431-432, 554.

<sup>81</sup> P. Milza (1999) 328-329, 396; J. F. Pollard (2005) 27-28; H. M. Premoli (1930) 87, 132-133.

<sup>82</sup> J. F. Pollard (2005) 40-41. Em Janeiro de 1923 o Grande Conselho declarou que os fascistas não podiam pertencer à Maçonaria e em Maio de 1925 foram encerradas todas as lojas maçónicas. Ver a este respeito P. Milza (1999) 328, 361 e G. Volpe (1941) 120, 139-140. Gioacchino Volpe, *op. cit.*, 120 afirmou que foi no mês de Fevereiro que o Grande Conselho tomou posição contra a Maçonaria. Quanto ao apoio que a Maçonaria havia prestado à ascensão do fascismo ver adiante a n. 103.

<sup>83</sup> F. L. Carsten (1967) 68; A. Lyttelton (1982) 155-156, 210 e segs., 390; Ch. S. Maier (1988) 445; P. Milza (1999) 330; J. F. Pollard (2005) 5, 15-16, 28-30, 31; E. Santarelli (1981) I 353-356, 358. Como observou John Pollard, *op. cit.*, 6, «a anuência à extinção do PPI implicou implicitamente a aceitação da extinção da democracia italiana».

<sup>84</sup> P. Milza (1999) 396.

<sup>85</sup> *Id.*, *ibid.*, 397.

<sup>86</sup> A. Lyttelton (1982) 669. Ver também J. F. Pollard (2005) 30 e H. M. Premoli (1930) 137.

<sup>87</sup> J. F. Pollard (2005) 10.

conversações, a solução surgiu em Fevereiro de 1929 com a assinatura, no palácio de Latrão, de um tratado e uma concordata, reconhecendo com plena soberania a cidade-Estado do Vaticano e permitindo à Igreja católica uma enorme latitude de acção<sup>88</sup>. O cristianismo romano tem o sentido da eternidade e foi este o resultado mais duradouro do regime fascista<sup>89</sup>. «Um homem enviado pela Providência», eis como o papa classificou publicamente Mussolini, dois dias depois de assinados os acordos de Latrão<sup>90</sup>.

É certo que surgiram ocasiões de conflito, alimentado de um lado por fascistas anticlericais, que nunca viram com bons olhos a concordata, e de outro lado por membros da Acção Católica provenientes do antigo PPI, renitentes à plena integração política no regime<sup>91</sup>. Aquele antagonismo levou o Duce e o papa a endurecerem as posições e precipitou-se em 1931, quando se desencadeou uma campanha contra a Acção Católica, e a Milícia exerceu as usuais violências contra um bom número de centros diocesanos e paroquiais. Pio XI replicou com a publicação de uma encíclica fortemente reprovadora, e em resposta a secretaria do PNF decidiu que quem continuasse a ser membro da Acção Católica não podia estar inscrito em nenhuma organização fascista. Mas, quando parecia que se tinha entrado num confronto sem solução, ambas as partes decidiram abrandar as tensões e redefinir os respectivos espaços. O papa comprometeu-se a afastar dos quadros da Acção Católica os antigos membros do PPI; e o Duce aceitou que, desde que se remetesse a uma actividade exclusivamente espiritual, a Acção Católica ficasse preservada de novos ataques e os seus membros pudessem continuar filiados no partido fascista e nos demais organismos políticos do regime<sup>92</sup>. Esta crise serviu, afinal, para consolidar a aliança entre o fascismo e o Vaticano, e quatro anos depois a Igreja prestou um apoio vociferante à conquista da Abissínia<sup>93</sup>, uma «cruzada cristã», como a classificaram muitos membros do clero<sup>94</sup>.

A articulação dos dois eixos do fascismo representou a conjugação da ilegalidade com a

<sup>88</sup> Id., *ibid.*, *passim*. Ver igualmente: G. Bortolotto (1938) 519-520; Ch. F. Delzell (org. 1971) 157-164; A. Giannini (1931) 46-52; P. Milza (1999) 398-399; E. Santarelli (1981) I 535 e segs., 569-573.

<sup>89</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 255.

<sup>90</sup> Citado em P. Milza (1999) 400, J. F. Pollard (2005) 50 e D. Sassoon (2012) 143. Ver igualmente A. Lyttelton (1982) 672.

<sup>91</sup> J. F. Pollard (2005) 10-12, 32, 53-57, 62-64, 116-122, 125. Segundo *id.*, *ibid.*, 67, em Maio de 1929, durante a discussão no Senado acerca da concordata, Benedetto Croce previu que em breve os fascistas anticlericais reagiriam com ataques à Igreja.

<sup>92</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 165-166, 169-173; A. Lyttelton (1982) 672; P. Milza (1999) 592-598; S. G. Payne (2003 b) 216-217; J. F. Pollard (2005) 133-166, 182-187; E. Santarelli (1981) II 40-48.

<sup>93</sup> M. Baumont (1951) 694; E. Gentile (2010) 137-138; P. Milza (1999) 677-678; S. G. Payne (2003 b) 217; J. F. Pollard (2005) 188, 190; E. Santarelli (1981) II 188 e segs. Segundo P. A. Oliveira (2000) 142, em Outubro de 1935 o representante diplomático do Vaticano em Lisboa pediu que o governo português apoiasse a Itália na Sociedade das Nações a respeito da guerra contra a Abissínia.

<sup>94</sup> Citados em J. F. Pollard (2005) 89.

legalidade, tendo ambas as modalidades de acção política sido indispensáveis tanto para a conquista do poder como, em seguida, para a remodelação do Estado e a conservação da ditadura. Ao mesmo tempo que, por um lado, as violências e os homicídios dos *squadristi* haviam aberto ao fascismo os campos e as ruas, por outro lado a benevolência da direita liberal, as simpatias de uma porção crescente da família real e uma bem entendida noção das conveniências por parte do aparelho eclesiástico tinham permitido a Mussolini tecer uma vasta rede de apoios entre as autoridades. Mas a penetração do fascismo nos meios liberais não se deveu apenas ao facto de Salandra e Giolitti terem tentado, sem sucesso, aprisionar Mussolini na teia dos interesses constituídos, e o Duce pôde receber aplausos desse campo porque uma multiplicidade de elos históricos ligava o fascismo ao liberalismo. A política inaugurada por Mussolini insuflou no conservadorismo liberal a capacidade de violência que lhe faltava, enquanto usou o lastro conservador para compensar as formas primitivas de radicalismo plebeu empregues pelos *squadristi*. Sem esta permanente articulação o fascismo é inexplicável<sup>95</sup>.

A relação entre o liberalismo conservador e o fascismo detecta-se logo na génese do movimento. Começada a guerra mundial, quando a Itália se mantinha ainda afastada do conflito, a acção dos partidários da intervenção no grande massacre, entre os quais se contava Mussolini, decorreu com o beneplácito do governo presidido por Salandra, que estava vinculado a uma posição de neutralidade, embora ansiasse por combater ao lado da *Entente*<sup>96</sup>. Assim, por mais desrespeitadoras da legalidade que pudessem ser, as iniciativas que levaram à formação dos Fasci di Combattimento geraram-se e desenvolveram-se à sombra da lei, protegidas pelas instituições da ordem. Após o final da guerra, no período crucial decorrido entre meados de 1920 e meados de 1921, foi o primeiro-ministro Giolitti, o principal representante da tradição liberal, quem

<sup>95</sup> «A continuidade entre Giolitti e Mussolini sublinha a convergência do fascismo e do liberalismo», observou Ch. S. Maier (1988) 412, e o mesmo autor afirmou (pág. 433) que «existiu uma continuidade entre o liberalismo e o fascismo durante o período compreendido entre 1920 e 1925 [...]». Por seu lado, A. Lyttelton (1982) 184 considerou que «a maioria dos fascistas tinha os mesmos ideais dos liberais e só diferia nos métodos empregues». É um tanto ingénuo o subterfúgio de G. Bortolotto (1938) 113-114 e 136 e segs., distinguindo o liberalismo estrangeiro, que seria individualista, materialista e céptico, do liberalismo italiano do *Risorgimento*, a que atribuiu uma vocação autoritária e colectivista. Com este artifício pretendeu justificar o facto de se encontrar na génese do fascismo uma vertente liberal. A iguais acrobacias procedeu G. Volpe (1941) 14 quando classificou como «falsamente liberal» a «Itália burguesa, [...] parlamentar ou giolittiana». Assim, contra os liberais da sua época, equiparados às correntes similares dos outros países, os fascistas ufanavam-se de representar a verdadeira tradição do liberalismo italiano. Só ao liberal Francesco Crispi, duas vezes primeiro-ministro nos finais do século XIX, Guido Bortolotto reconheceu, em op. cit., 159-161, o ânimo autoritário e agressivamente nacionalista que caracterizara os liberais do *Risorgimento*. Segundo Gioacchino Volpe, op. cit., 64, no discurso que proferiu durante o congresso fascista de Novembro de 1921 Mussolini destacou Crispi como um dos raros homens de Estado italianos. Acerca do grande apreço que os nacionalistas radicais manifestavam por Crispi e das razões que tinham para isso, deve consultar-se S. Saladino (1965) 219-223 e 232. Mas o certo é que as manobras de Giovanni Giolitti, que em vida de Crispi havia sido o seu principal inimigo no interior da corrente liberal, foram decisivas para levar Mussolini ao poder, como mostrarei em seguida.

<sup>96</sup> P. Milza (1999) 191-194; E. Santarelli (1981) I 63-64.

proporcionou aos fascistas o reconhecimento pelas pessoas bem-pensantes e a impunidade com que prosseguiram os seus assaltos<sup>97</sup>. A grande maioria da imprensa liberal passou então a exaltar as milícias pelas violências exercidas contra as organizações da classe trabalhadora<sup>98</sup>. E em troca do apoio prestado por Mussolini na questão de Fiume — apoio duplamente interessado, porque a intervenção governamental em Fiume liquidou o enorme prestígio político de que D'Annunzio havia até então beneficiado e libertou Mussolini do seu mais imediato concorrente — Giolitti permitiu que os fascistas se instalassem comodamente em listas unitárias formadas pelos partidos governamentais, sem terem de se apresentar sozinhos ao escrutínio<sup>99</sup>. Foi o que sucedeu nas eleições autárquicas de Outubro de 1920 e nas eleições parlamentares de Maio do ano seguinte<sup>100</sup>, conseguindo então os fascistas obter trinta e cinco deputados<sup>101</sup>, quando nas eleições parlamentares de Novembro de 1919, as primeiras em que se aplicou o sufrágio universal com representação proporcional e as únicas que disputaram isolados, eles haviam obtido um resultado ridículo e em Milão a lista chefiada por Mussolini não alcançara sequer 2% dos votos expressos<sup>102</sup>. De então em diante, enquanto aumentava a violência dos ataques contra as organizações proletárias, o fascismo tecia ligações sempre mais estreitas com as autoridades e com as figuras políticas do liberalismo, beneficiando do apoio não só de Salandra e de Giolitti, mas gozando também da calorosa aprovação da Maçonaria<sup>103</sup>. Não se tratou aqui de pessoas nem de interesses momentâneos no jogo mutável das alianças parlamentares. Derrubado Giolitti, o novo governo liberal presidido por um socialista reformista independente, Ivanoe Bonomi, apesar de hesitações e medidas contraditórias, continuou a encarar com benevolência os fascistas<sup>104</sup>. E quando, em Dezembro de 1921, Bonomi decretou a proibição das organizações paramilitares, Mussolini ordenou, em

<sup>97</sup> Ch. S. Maier (1988) 233-234, 394 e segs., 412 e segs.; P. Milza (1999) 264, 268-270; E. Santarelli (1981) I 231-234, 247; C. T. Schmidt (1939) 43, 45.

<sup>98</sup> A. Lyttelton (1982) 62.

<sup>99</sup> S. Saladino (1965) 252.

<sup>100</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 21; Ch. S. Maier (1988) 416-417; P. Milza (1999) 270; E. Santarelli (1981) I 216, 239-242; D. Sassoon (2012) 102-105. Dando outro verniz à coligação eleitoral de Maio de 1921, G. Volpe (1941) 53 pretendeu que «em vez de uma associação de iguais, foi antes um agrupamento de forças em torno do fascismo», embora reconhecesse logo em seguida que a coligação apresentava «um programa que era o do fascismo, posto que um tanto atenuado». Note-se que Pierre Milza situou as eleições autárquicas em Outubro de 1920 e Enzo Santarelli em Novembro.

<sup>101</sup> F. L. Carsten (1967) 57; Ch. S. Maier (1988) 418; P. Milza (1999) 281; D. Sassoon (2012) 16; C. T. Schmidt (1939) 45.

<sup>102</sup> F. L. Carsten (1967) 53; P. Milza (1999) 252; S. G. Payne (2003 b) 93; C. T. Schmidt (1939) 39.

<sup>103</sup> A. Lyttelton (1982) 177 e segs.; P. Marion (1939) 341; P. Milza (1999) 327-328; G. Seldes (1935) 185. J. Evola (2002) 191 escreveu que a Maçonaria financiara o partido fascista na época da Marcha sobre Roma, contando aproveitar-se do movimento. Adrian Lyttelton, op. cit., 223 afirmou que em 1924 as lojas maçônicas tinham-se tornado hostis ao fascismo, mas G. Volpe (1941) 140 indicou que em 1925, no momento da dissolução das lojas, «havia numerosos maçons» no partido fascista. Ver no mesmo sentido H. T. Hansen (2002) 35. Por seu lado, A. Pennacchi (2010) 172 pretendeu que Italo Balbo e Bottai eram maçons.

<sup>104</sup> E. Santarelli (1981) I 272-274.

resposta, que a totalidade dos 320.000 membros do Partido Nacional Fascista se filiasse nas *squadre*, o que aliás correspondia ao formato de partido-milícia adoptado no congresso de Novembro. A aplicação da lei teria por consequência a dissolução do PNF e, não ousando dar este passo, Bonomi expôs os limites da ala esquerda do liberalismo<sup>105</sup>.

Estava aberto a Mussolini o caminho do poder. A Marcha sobre Roma foi apenas a enenação de um mito e representou o auge desta dupla política — de um lado a acção criminosa dos *squadristi* nos campos e nas cidades, do outro a simpatia que continuava a ser demonstrada a Mussolini por numerosas correntes liberais e que dava resultados tanto mais consistentes quanto se assistia à desagregação do velho liberalismo<sup>106</sup>. Mussolini não pretendeu derrubar a estrutura estatal edificada pelos liberais. Pelo contrário, usou a violência das milícias e a ameaça de um golpe de força para assumir o poder no quadro da constituição<sup>107</sup> e foram os liberais quem colocou ao seu dispor os meios constitucionais de que necessitava para agir<sup>108</sup>. Com um deliberado simbolismo, o sistema constitucional fascista, assente na lei de 24 de Dezembro de 1925, deixou formalmente em vigor o estatuto de 1848, que havia presidido à formação e ao desenvolvimento do Estado liberal<sup>109</sup>. De Outubro de 1922 em diante o Duce esforçou-se por integrar o conservadorismo liberal no âmbito das novas instituições. E quando se observa que as primeiras vagas da emigração política não se deveram a personalidades conhecidas, mas a trabalhadores comuns<sup>110</sup>, confirma-se que uma grande parte dos dirigentes partidários continuava presa à esperança de chegar a um qualquer entendimento com Mussolini. Com efeito, em 1923 Giolitti ajudou o Duce a obter a aprovação dos liberais e a abstenção do Partido Popular para a adopção da nova lei eleitoral, que atribuía dois terços dos assentos parlamentares à lista situada em primeiro lugar, desde que ela tivesse conseguido pelo menos um quarto dos votos, e reservava o restante para ser distribuído proporcionalmente entre as outras listas<sup>111</sup>. A coligação que garantiu a passagem das novas disposições eleitorais surtiu efeitos imediatos, já que no escrutínio de Abril de 1924 as listas fascistas incluíram nomes soantes da ala direita dos liberais e um grande número de

<sup>105</sup> A. Lyttelton (1982) 125-126; P. Milza (1999) 292; G. Volpe (1941) 69.

<sup>106</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 44; P. Milza (1999) 299; E. Santarelli (1981) I 308, 309, 317-321; D. Sassoon (2012) 9-11, 18. «Perante a militarização do movimento fascista», sintetizou Pierre Milza, op. cit., 293, «presenciou-se uma verdadeira decomposição do Estado liberal».

<sup>107</sup> P. Milza (1999) 300, 304; S. G. Payne (2003 b), 110; D. Sassoon (2012) 4, 6.

<sup>108</sup> G. Bortolotto (1938) 463-464; Ch. F. Delzell (org. 1971) 52; A. Lyttelton (1982) 161, 178-179; P. Milza (1999) 313; E. Santarelli (1981) I 325.

<sup>109</sup> P. Milza (1999) 379.

<sup>110</sup> E. Santarelli (1981) I 329 n. 1.

<sup>111</sup> F. L. Carsten (1967) 68; A. Lyttelton (1982) 215-216; Ch. S. Maier (1988) 444-445; S. G. Payne (2003 b) 113; E. Santarelli (1981) I 358-359. Note-se que em várias democracias contemporâneas as distorções introduzidas na proporcionalidade não são menores do que as resultantes daquela lei em que se fundamentou a ditadura do Partido Nacional Fascista.

personagens menores, além de vários católicos, antigos membros do Partido Popular<sup>112</sup>. E embora Giolitti e alguns dos seus amigos políticos tivessem decidido apresentar uma lista própria, e o mesmo fizessem os sociais-democratas e o que restava dos populares, na campanha eleitoral todos eles foram de facto aliados do fascismo<sup>113</sup>. As violências da Milícia durante os meses que precederam o voto não impediram vários candidatos e intelectuais liberais de aprovarem publicamente o regime<sup>114</sup>. Mesmo depois do assassinato de Matteotti, em Junho de 1924, quando a política de temporizações parecia destinada ao fracasso definitivo, Mussolini recusou-se a proceder a uma segunda Marcha sobre Roma, como lhe propunham os chefes *squadristi* mais radicais, afastou a opção de alicerçar o regime exclusivamente na Milícia e manteve a abertura aos liberais<sup>115</sup>, a ponto de ter convidado o filósofo Benedetto Croce, o mais ilustre dos intelectuais do liberalismo italiano, para substituir o filósofo fascista Giovanni Gentile na pasta da Instrução Pública e, perante a recusa de Croce, ter nomeado outra personalidade também da área liberal<sup>116</sup>. Aliás, havia quem acusasse Gentile de não ser suficientemente fascista, argumentando que se filiava na filosofia de Hegel, um estrangeiro e não num pensador nacional<sup>117</sup>. No fundo, este nacionalismo exacerbado servia para arrumar Gentile entre os liberais. «Não tinha a maior parte dos liberais», exclamou um escritor do fascismo, «sido constituída por hegelianos convictos?»<sup>118</sup>.

Finalmente, após o discurso de Mussolini em 3 de Janeiro de 1925 anunciando a fascização completa do Estado, o que restava da direcção dos liberais retirou-lhe o apoio<sup>119</sup>, mas não deve pensar-se que o liberalismo tivesse readquirido qualquer autonomia, pois foi o contrário que se passou. Os anos de estreita proximidade haviam servido ao fascismo para esvaziar o

<sup>112</sup> F. L. Carsten (1967) 69; A. Lyttelton (1982) 222 e segs.; P. Milza (1999) 331; E. Santarelli (1981) I 362, 363; D. Sassoon (2012) 140.

<sup>113</sup> Ch. S. Maier (1988) 540-543; P. Milza (1999) 331.

<sup>114</sup> P. Milza (1999) 332.

<sup>115</sup> A. Lyttelton (1982) 402; Ch. S. Maier (1988) 672-673, 677; P. Milza (1999) 348-349.

<sup>116</sup> P. Milza (1999) 349.

<sup>117</sup> A. Aniante (1933) 41-44. Todavia, R. W. Holmes (1937) 4, 6, 16-17 e 31 considerou, com razão, que a filosofia de Gentile estava mais próxima de Fichte do que de Hegel, mas é certo que isto em nada atenuava a questão da influência estrangeira. Segundo J. F. Pollard (2005) 39-40 e 63-64, Gentile foi afastado do Ministério da Instrução Pública por se opor à aproximação ao Vaticano e à influência do clero nas escolas. Ver ainda id., *ibid.*, 70-71. Mas John Pollard pretendeu (pág. 173) que «a reforma educacional de Gentile em 1924 não fora particularmente "fascista" tanto no espírito como nos objectivos [...]». Também P. Milza (1999) 744-745 defendeu que as medidas educacionais de Gentile seriam estritamente liberais, não fascistas, e acrescentou que uma reorganização verdadeiramente fascista do sistema de ensino só teria começado a efectuar-se a partir de 1935, com De Vecchi e depois com Bottai no Ministério da Educação Nacional. Não me parece que esta seja uma perspectiva correcta, porque corta os elos que uniram estreitamente o elitismo liberal e o elitismo fascista. Aliás, Mussolini, que nestas questões continua a ser uma autoridade mais fidedigna do que Pierre Milza ou John Pollard, considerou a reforma escolar de Gentile como «fascista por excelência». Citado em G. Volpe (1941) 126. Ver também M.-A. Macciocchi (1976 b) I 257. A. J. Gregor (2005) 289 escreveu que «em 1932, contra as objecções explícitas do Vaticano, Mussolini encarregou Gentile de articular os princípios filosóficos fundamentais do fascismo».

<sup>118</sup> A. Aniante (1933) 43.

<sup>119</sup> A. Lyttelton (1982) 427-428; E. Santarelli (1981) I 387-388.

liberalismo da sua substância, absorvendo-lhe clientelas e redes de contactos, concepções e até métodos de governação. A maioria dos liberais transferiu-se, afinal, para a esfera do fascismo<sup>120</sup>, consolidando a vertente da ordem tradicional no Estado totalitário. «Os liberais ou se tornaram fascistas ou abandonaram a vida política», resumiu o antigo nacionalista-liberal Gioacchino Volpe<sup>121</sup>. E em 1935, por ocasião da conquista da Etiópia, quando, como em nenhum outro momento, a violência fascista se confundiu com a tradição do imperialismo, os últimos remanescentes da direita liberal voltaram a apoiar publicamente Mussolini, e até Benedetto Croce doou a sua medalha de senador para abastecer as reservas de ouro do regime, com o mesmo entusiasmo que levou muitas esposas a oferecerem as alianças<sup>122</sup>. Compreende-se, assim, que o ex-liberal Giovanni Gentile, *alter ego* filosófico do Duce, considerasse que no corporativismo convergiam o nacionalismo, o antigo sindicalismo «e o próprio liberalismo, que na sua doutrina havia criticado longamente as velhas formas representativas do Estado liberal e exigido um sistema de representação orgânica [...]»<sup>123</sup>.

Vemos até que ponto foi deliberadamente artificiosa a tese de Benedetto Croce, sustentando que o fascismo constituía apenas «um parêntesis» na história contemporânea<sup>124</sup>. Mediante um substantivo tão simples, aquele mestre do pensamento — que se pronunciara favoravelmente ao novo regime logo após a Marcha sobre Roma<sup>125</sup>, que inspirara a primeira reforma educacional do fascismo<sup>126</sup> e que, do seu lugar de senador, se solidarizara com Mussolini numa das alturas mais críticas, quando ele era atacado em virtude do assassinato de Matteotti<sup>127</sup>, além de voltar a

<sup>120</sup> R. De Felice (1978) 182 n. 13; A. Lyttelton (1982) 170-171, 222; Ch. S. Maier (1988) 670; E. Santarelli (1981) I 388, 399-400, 462; P. Togliatti (1971) 35. Para Renzo De Felice, op. cit., 183 n. cont. esta situação teria comprometido o carácter fascista do Estado, reforçando a vertente conservadora do regime e tornando Mussolini prisioneiro dos velhos políticos de tradição liberal.

<sup>121</sup> Citado em D. Guérin (1969) II 133.

<sup>122</sup> E. Gentile (2010) 122; P. Milza (1999) 676; E. Santarelli (1981) II 179-180.

<sup>123</sup> G. Gentile (1929) 50.

<sup>124</sup> Citado em R. De Felice (1978) 36, A. Lyttelton (1982) 6 e Z. Sternhell et al. (1994) 3. Deveram-se a Croce a tradução italiana e o prefácio da obra de Sorel *Réflexions sur la Violence*. Aliás, segundo M. Lane (2003) 325, Croce tornara-se amigo de Sorel. Ora, é curioso recordar que, numa recensão escrita em 1909, Mussolini afirmou que autor e tradutor possuíam a mesma originalidade de pensamento, o mesmo desprezo pelo meio-termo e pelos jogos de palavras, a mesma honestidade na pesquisa. Ver B. Mussolini (1951) 163-164. Mas tanto Mussolini como Croce se mostraram depois interessados em esquecer a convergência inicial. «Tenho uma confissão a fazer-vos», declarou o Duce em Junho de 1925. «Nunca li uma página sequer de Benedetto Croce». Ver G. S. Spinetti (org. 1938) 269 e também Adrian Lyttelton, op. cit., 617. Parece que se colocavam entre parêntesis um ao outro, tanto mais que em Maio de 1929, segundo J. F. Pollard (2005) 67, o Duce classificou Croce como «um desertor da história». Renzo De Felice, op. cit., 50 esclareceu que «o primeiro a ter falado do fascismo como um *parêntesis* tinha sido, em 1924, I. Bonomi, na última página do seu livro *Dal Socialismo al Fascismo*». A informação é importante porque mostra, da parte dos liberais, a vontade de abrirem parêntesis mal Mussolini chegara ao poder e de assim se absolverem de quaisquer responsabilidades históricas relativamente ao novo regime, mesmo quando se tratava de alguém, como Ivanoe Bonomi, que contribuiria para entregar o aparelho de Estado aos fascistas.

<sup>125</sup> P. Milza (1999) 312. Ver também S. G. Payne (2003 b) 107.

<sup>126</sup> P. Milza (1999) 581; E. Santarelli (1981) I 354.

<sup>127</sup> Segundo Ch. S. Maier (1988) 672, deveu-se a Croce o texto da moção de confiança votada pelo Senado



apoiá-lo por ocasião da guerra contra a Etiópia<sup>128</sup> — desnaturou duplamente os acontecimentos, ilibando o liberalismo do apoio prestado à ascensão de Mussolini e à implantação do Estado totalitário, de maneira a que, encerrado o parêntesis, esse mesmo liberalismo pudesse retomar os seus caminhos. Curiosamente, numa entrevista concedida em 1924, Croce, depois de afirmar que era necessário dar tempo ao fascismo para desenvolver as suas virtualidades positivas, caracterizara-o como «uma via de passagem para a restauração de um regime liberal mais severo no quadro de um Estado mais forte»<sup>129</sup>. O que fora definido como uma «via de passagem», ou seja, algo que liga, transformou-se depois, na memória incómoda do filósofo, num «parêntesis», quer dizer, algo que interrompe. E assim, remetendo o fascismo para o domínio do circunstancial ou do inexplicável, se suprimiu o tecido da história.

Deparando com esta inclusão de tantas concepções e figuras do velho liberalismo no âmbito do novo regime, alguns fascistas que haviam acompanhado Mussolini no início do movimento arrepejavam os cabelos e gritavam traição<sup>130</sup>. Mas não tinham razão, porque a conjugação entre os dois eixos políticos, que permitira ao fascismo conquistar as massas e subir ao poder, não deixou de caracterizá-lo depois de ter hegemonizado a vida governamental. Os meios constitucionais postos à disposição do Duce com o beneplácito liberal, sem esquecer as medidas de excepção a que ele recorreu, não teriam sido suficientes para conferir ao Estado o arcaboço totalitário se os governantes não continuassem a dispor das milícias, para as quais a ilegalidade não era um obstáculo e a legalidade não tinha limites. «Quando faltar o consenso, há a força», declarou despudoradamente Mussolini em Março de 1923<sup>131</sup>. Não bastaram as leis, as antigas e as novas, foi necessário complementá-las com a acção ilegal<sup>132</sup>, e ainda em 1937 se insistia em conselho de ministros na conveniência de recorrer à política musculada dos *squadristi*<sup>133</sup>. «Unir as represálias legais [...] às represálias ilegais [...] eis a essência de toda a “sabedoria” política do fascismo italiano», escreveu um historiador anarquista soviético<sup>134</sup>. E Giuseppe Bottai, que pretendia

em apoio ao regime fascista. Acerca da posição adoptada por Croce nesta ocasião ver igualmente A. Lyttelton (1982) 391 e Z. Sternhell et al. (1994) 226-227. Só em Abril de 1925 Croce tomou abertamente posição contra o regime, assumindo a iniciativa de um contramanifesto onde se atacava a proclamação emanada de um congresso de intelectuais fascistas realizado pouco antes, como indicou P. Milza (1999) 360 e 580.

<sup>128</sup> E. Gentile (2010) 122; P. Milza (1999) 676, 677; E. Santarelli (1981) II 180.

<sup>129</sup> Citado em Ch. S. Maier (1988) 673 n. 161 cont.

<sup>130</sup> G. Bortolotto (1938) 458; G. Bottai (1949) 20; D. Guérin (1969) II 139; Ch. S. Maier (1988) 668; P. Milza (1999) 329, 352-353.

<sup>131</sup> Antologado em G. Spinetti (org. 1938) 70.

<sup>132</sup> D. Guérin (1969) II 123; E. Santarelli (1981) I 327-329, 363, 371, 372 n.1, 382-385, 400-401, II 43.

<sup>133</sup> G. Bottai (1949) 110.

<sup>134</sup> Esta passagem de um livro de Guermann Sandomirski publicado em Moscovo em 1929 encontra-se citada em B. R. Lopukhov (1965) 251. Sandomirski, que durante o czarismo havia sido preso e condenado à morte por terrorismo e conseguira evadir-se, foi um dos muitos anarquistas que apoiaram a revolução bolchevista e colaborou activamente com as instituições soviéticas em cargos de responsabilidade, até ser preso e deportado em 1935.

encabeçar uma institucionalização do fascismo radical, reflectiu depois com amargura sobre «o fenómeno absurdo de uma legitimidade ilegítima, de normas caídas em desuso antes mesmo de serem usadas [...]»<sup>135</sup>. Mas nunca têm razão os que choram a história, e o que neste caso caracterizou a legalidade fascista foi o facto de não conseguir manter-se sem o recurso a meios que, nos seus próprios termos, eram considerados ilegais. «Os violentos, os violentos!», teria Mussolini exclamado durante uma conversa privada em Abril de 1924. «Pois bem, também eles me são necessários»<sup>136</sup>. Neste contexto o assassinato de Matteotti, em Junho desse ano, não se destacou apenas pela importância política da vítima e pela campanha que estava a conduzir na altura, mas converteu-se no símbolo de todo um tipo de actuação, esclarecendo o verdadeiro sentido das palavras do Duce quando proclamou dois meses depois, no conselho nacional do partido, que «procuramos apresentar-nos com o nosso aspecto guerreiro, mas humano»<sup>137</sup>. Foi esta a revolta dentro da ordem.

E assim, de uma maneira paradoxal na aparência mas muito sólida na realidade, o fascismo empregou sempre as armas da desordem para defender e sustentar a ordem. Esta ordem dos fascistas afigurava-se tanto mais necessária quanto se revelava serem eles os únicos a poderem pôr cobro às desordens de que eles próprios — ninguém duvidava disso! — eram os verdadeiros fomentadores. O *racket* de protecção, inventado pelos *gangsters*, passara a ser aplicado na vida política. Foi esta a mais considerável inovação do fascismo italiano.

## 2. República Social Italiana: A dissolução do campo institucional do fascismo

Sucessivas catástrofes militares e enormes greves operárias, iniciadas em Março de 1943 em Turim e prolongadas por outros surtos de contestação em várias regiões do norte e do centro da península durante os meses seguintes<sup>138</sup>, mostraram a muitos dirigentes do Partido Nacional

Victor Serge, que forneceu estes detalhes biográficos e admitiu que ele tivesse sido fuzilado em 1937, considerou-o «autor de Memórias interessantes e de úteis monografias acerca do fascismo italiano». Ver Victor Serge, *Destin d'une Révolution. URSS 1917-1937*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 370. Nas *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em Jean Rièrre et al., op.cit., 728, Serge, depois de classificar Sandomirski como um «anarquista que se tornou infinitamente bem comportado», voltou a mencionar «os seus belos estudos sobre o fascismo italiano». Adoptando a mesma perspectiva de Guermann Sandomirski, escreveu P. C. Masini (1999) 63: «A *normalização* deixava os opositores entre a espada e a parede: no centro, a repressão de Estado (detenções, tribunal especial, condenações severas e até o restabelecimento da pena de morte) e, na periferia, a represália das milícias, efectuada com implacável presteza».

<sup>135</sup> G. Bottai (1949) 22.

<sup>136</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 368 n. 1.

<sup>137</sup> Citado em id., *ibid.*, I 377.

<sup>138</sup> J. Caplan (org. 1995) 274-294; Ch. F. Delzell (org. 1971) 221; P. Milza (1999) 805; E. Santarelli (1981) II 462 e segs.

Fascista e das estruturas repressivas que a única solução consistia em apoiar-se na monarquia para derrubar Mussolini e desembaraçar o país da aliança germânica. A preparação deste golpe de Estado reflectiu, dentro do regime, a insatisfação crescente da classe trabalhadora<sup>139</sup>, e por fim, na memorável sessão do Grande Conselho de 24 para 25 de Julho de 1943, Dino Grandi apresentou uma moção que procurava instaurar uma monarquia conservadora, dotada de formas moderadas de pluripartidarismo e assente na burocracia desenvolvida pelo fascismo, mas desprovida do radicalismo fascista e, sobretudo, sem Mussolini no lugar de comando. A orientação política do governo e a condução militar da guerra seriam entregues ao rei, o que naquele caso significava o abandono da aliança com o Reich e a passagem para o campo dos Aliados<sup>140</sup>. O Duce foi destituído, mas também Grandi viu o poder escapar-se-lhe das mãos, ainda que o lastro político e social do novo governo, chefiado pelo marechal Badoglio, tivesse sido o mesmo que ele havia projectado para si próprio.

Naquela derradeira reunião do Grande Conselho o fascismo italiano desmoronou-se e jamais conseguiu reconstituir a conjugação de forças que fora a condição da sua existência. De um lado, as instituições do eixo conservador prescindiram da ligação ao eixo radical, que tão funesta lhes estava a ser, e confiaram-se à tutela britânica e norte-americana. Do outro lado, Mussolini retomou os temas republicanos da sua juventude, porque os restos do fascismo não dependiam já das armas italianas, mas da Wehrmacht. «[...] não foi o regime que traiu a monarquia, mas a monarquia que traiu o regime», declarou o Duce no discurso de 18 de Setembro de 1943, o primeiro que pronunciou após ter sido libertado pelos SS. «Quanto às nossas tradições, elas são muito mais republicanas do que monárquicas»<sup>141</sup>. Mas, como em tudo o que diz respeito à República Social, também aqui é difícil diferenciar entre o que teria ainda algum fundamento e as meras ilusões com que um regime defunto pretendeu enganar os outros ou entreter-se a si mesmo. O radicalismo serôdio adoptado por Mussolini no norte da península sob a tutela germânica nunca alcançaria efeitos práticos sem uma base conservadora a que pudesse aderir. O fascismo era uma revolta dentro da ordem, e se a ordem dispensara os plebeus e as suas péssimas maneiras, isto não convertia a revolta em revolução, mas condenava-a a ser apenas uma revolta frustrada.

A República Social não sobreviveu graças a qualquer dinamismo próprio e teria sido

<sup>139</sup> R. Overy (2015) 317.

<sup>140</sup> Acerca da última sessão do Grande Conselho e das manobras políticas que a precederam ver: G. Bottai (1949) 265 e segs.; Ch. F. Delzell (org. 1971) 222; P. Milza (1999) 813 e segs.; E. Santarelli (1981) II 493 e segs.

<sup>141</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 236. Em conversas íntimas, em 31 de Janeiro e 17 de Fevereiro de 1942, Hitler lastimara a subordinação do fascismo italiano à monarquia. Ver *Hitler's Table Talk...*, 268 e 313.

inexplicável sem a presença das tropas do Reich, que exerceram sempre um completo controle sobre o território nominalmente atribuído ao novo regime fascista, emitindo moeda, requisitando fábricas e outras instalações económicas, superintendendo o sistema de comunicações — tanto os transportes como a rede telefónica — e, em geral, dando um sem número de instruções às autoridades administrativas italianas<sup>142</sup>. Desde cedo que Mussolini protestou contra este estado de coisas, em carta endereçada a Hitler a 27 de Setembro de 1943: «O governo da República, que eu tenho a honra de dirigir, tem só um desejo e um objectivo — que a Itália retome quanto antes o seu lugar na guerra. Mas, para atingir este resultado supremo, é essencial que as autoridades militares alemãs limitem a sua actividade à esfera puramente militar e que no demais permitam o funcionamento das autoridades civis italianas. Se isto não for feito, tanto a opinião pública italiana como a mundial considerarão este governo incapaz de funcionar, e o próprio governo será atingido pela desorganização e, pior ainda, pelo ridículo»<sup>143</sup>. Com efeito, para um regime que concebia a política como arte da encenação, que ameaça podia ser mais grave do que o drama revelar-se uma farsa? Seis dias depois Mussolini escreveu de novo a Hitler: «Os comandos militares alemães emitem uma série contínua de ordens em assuntos que dizem respeito à vida civil. [...] As autoridades civis italianas são desprezadas e a população tem a impressão de que o governo republicano fascista é absolutamente desprovido de autoridade, mesmo em questões totalmente alheias à esfera militar»<sup>144</sup>. Mussolini regressaria repetidamente a este tema, sempre sem êxito. Em Agosto de 1944, numa carta dirigida a Goebbels, ele reclamou pelo facto de o exército do Reich continuar a organizar directamente a vida económica, política e cultural no território formalmente atribuído à República Social, e no final desse mês ameaçou demitir-se se as autoridades nacional-socialistas não colocassem o seu governo em condições de funcionar<sup>145</sup>. Não sucedeu uma coisa nem a outra, e em Dezembro, quando tudo se aproximava do fim, Mussolini escrevia ainda ao embaixador germânico, recordando-lhe que «aquilo que eu lhe comuniquei não é de molde a convencer o povo italiano de que a República seja independente, pelo menos no que diz respeito à política interna, e por isso é absolutamente necessário que as autoridades militares e políticas alemãs deixem ao governo da República aliada o poder e a responsabilidade de governar realmente»<sup>146</sup>.

Estes protestos encontraram eco noutros provenientes dos representantes germânicos na Itália, até do embaixador e do próprio comandante-chefe das tropas do Reich<sup>147</sup>, mas sem

<sup>142</sup> F. W. Deakin (1966) 64, 108.

<sup>143</sup> Citado em id., *ibid.*, 70.

<sup>144</sup> Citado em id., *ibid.*, 83.

<sup>145</sup> Id., *ibid.*, 223, 224.

<sup>146</sup> Citado em id., *ibid.*, 229.

<sup>147</sup> Id., *ibid.*, 72-74; P. Milza (1999) 858, 859.

resultados. Os comandos da Wehrmacht chegaram ao ponto de determinar os lugares de residência do Duce e dos membros do seu governo<sup>148</sup>, e se no começo de 1944 as autoridades militares do Reich impediam a instauração de uma administração civil italiana dotada de qualquer independência, no final do ano a situação não se alterara<sup>149</sup>. Diversos órgãos governamentais do Reich haviam passado a intervir normalmente na Itália centro-setentrional, organizando a produção de guerra e controlando a mão-de-obra, na realidade determinando inteiramente a organização industrial<sup>150</sup>. Por outro lado, um número crescente de italianos foi requisitado para laborar nas fábricas alemãs ou na construção de fortificações, em regime compulsório<sup>151</sup>. Ainda mais desprestigiante para o governo da República Social era o destino das centenas de milhares de soldados italianos que a Wehrmacht detivera como prisioneiros de guerra após a inversão de alianças operada pelo governo do marechal Badoglio<sup>152</sup>. Pior ainda, os territórios do Trieste e da Dalmácia foram ocupados pelos nacionais-socialistas e ficaram na prática convertidos em dependências do Reich<sup>153</sup>. A tanto havia chegado o Império e com ele a pretensa legitimidade histórica do fascismo italiano. O memorando apresentado ao Duce no final de Junho de 1944 pelo seu ministro da Defesa e chefe do estado-maior, marechal Graziani, resumiu sem ilusões a situação: «Todos estão convencidos de que o governo não vale nada e de que são os alemães quem na realidade dá ordens»<sup>154</sup>.

Faltava a esta sombra de fascismo o eixo exógeno. A primeira das preocupações de Mussolini quando retomou a actividade política, após a sua libertação em 12 de Setembro de 1943, foi a reconstituição das forças armadas. As anteriores ou se haviam pura e simplesmente volatilizado pela fuga e pela deserção ou combatiam agora ao lado dos Aliados ou estavam em campos de prisioneiros de guerra, detidas pelos nacionais-socialistas, que não depositavam nelas a mínima confiança. Na primeira metade de 1944 o exército republicano e nacional continuava a não existir, excepto nos planos do Duce e do seu chefe de estado-maior<sup>155</sup>. «Este Exército é uma realidade ou uma ilusão?» — exclamou Graziani, mais uma vez com insuperável acuidade, no memorando apresentado em Junho de 1944<sup>156</sup>. Quando finalmente, na segunda metade desse ano, a República Social recebeu algumas tropas italianas que haviam sido treinadas no Reich, a Wehrmacht nem as armou convenientemente nem as empregou no combate contra os Aliados<sup>157</sup>. Nestas

<sup>148</sup> F. W. Deakin (1966) 81; S. G. Payne (2003 b) 412.

<sup>149</sup> F. W. Deakin (1966) 162, 237.

<sup>150</sup> Id., *ibid.*, 71-72, 237.

<sup>151</sup> Id., *ibid.*, 72. Acerca do mau tratamento sofrido por estes trabalhadores ver A. Beevor (2017) 155.

<sup>152</sup> F. W. Deakin (1966) 72, 84-85, 90-91, 215, 218.

<sup>153</sup> Id., *ibid.*, 109-114, 237.

<sup>154</sup> Citado em id., *ibid.*, 202.

<sup>155</sup> Id., *ibid.*, 162-163, 193, 199; P. Milza (1999) 859.

<sup>156</sup> Citado em F. W. Deakin (1966) 202.

<sup>157</sup> Id., *ibid.*, 229-232, 244-245; P. Milza (1999) 844-845.

circunstâncias a taxa de deserção, que seria naturalmente elevada devido às condições políticas, tornou-se maior ainda<sup>158</sup>.

No outro pólo do eixo exógeno o regime de Salò não teve maior felicidade. O Vaticano iniciara um distanciamento prudente e preparava-se para receber o apoio de novos protectores, recusando-se a reconhecer formalmente a República Social<sup>159</sup>. E se nos derradeiros dias do regime, caóticos, desesperados, quando o Duce não era já *duce* de coisa nenhuma, foi o cardeal-arcebispo de Milão a tentar uma mediação entre as várias partes em luta, que arranjasse para Mussolini e os seus últimos fiéis uma via de saída<sup>160</sup>, isto indica apenas que a Igreja católica estava, como sempre, a acautelar-se para todas as eventualidades. Aquele prelado — que por ocasião da assinatura dos acordos de Latrão declarara que «desde o começo a Itália católica e até o próprio papa abençoaram o fascismo»<sup>161</sup> e se contara entre os que mais haviam exaltado a missão civilizadora e apostólica da conquista da Abissínia e se referira a Mussolini como «o Homem providencial de génio, que salvou o Estado, fundou o Império e deu à consciência dos italianos a mais perfeita unidade nacional graças à paz religiosa»<sup>162</sup> — soubera depois distanciar-se. Em duas alocuções feitas secretamente ao clero em Janeiro de 1939 o cardeal-arcebispo considerou o fascismo «uma doutrina cada vez mais paganizante» e opôs-se a «um credo fascista e um Estado totalitário que, exactamente como o hegeliano, reivindica para si atributos divinos»<sup>163</sup>. Não espanta que mais tarde um papa o tivesse beatificado. No momento decisivo a Igreja já tinha expulso agilmente da sua teia o que restava do fascismo e desembaraçara-se de alianças incómodas, para oferecer o conforto espiritual aos vencedores.

A República Social não conseguiu também reconstituir o eixo endógeno. Inicialmente, na sua proclamação de 18 de Setembro de 1943, Mussolini considerara que o exército da República deveria formar-se em torno da Milícia fascista<sup>164</sup>. Rapidamente, porém, foi decidido atribuir às forças armadas um carácter nacional e não partidário<sup>165</sup>, o que certifica que elas se situavam obrigatoriamente num plano exógeno em relação ao fascismo. Ao mesmo tempo, fracassaram as tentativas da suprema autoridade militar da nova República de incorporar a Milícia no exército, e ela conservou a autonomia e a conotação partidária sob o nome de Guarda Nacional

<sup>158</sup> F. W. Deakin (1966) 230, 232; P. Milza (1999) 845.

<sup>159</sup> F. W. Deakin (1966) 70; Ch. F. Delzell (org. 1971) 184.

<sup>160</sup> F. W. Deakin (1966) 275, 280-281, 316-320, 322; P. Milza (1999) 870-872; E. Santarelli (1981) II 579-580.

<sup>161</sup> Esta citação do cardeal Schuster encontra-se em J. F. Pollard (2005) 60.

<sup>162</sup> E. Gentile (2010) 138-140. A citação encontra-se na pág. 139. Ver também C. T. Schmidt (1939) 72.

<sup>163</sup> Citado em E. Gentile (2010) 156.

<sup>164</sup> F. W. Deakin (1966) 58, 93; Ch. F. Delzell (org. 1971) 236.

<sup>165</sup> F. W. Deakin (1966) 82, 87.

Republicana<sup>166</sup>, revelando uma vez mais que era forçosamente endógena ao fascismo. Esta dupla confirmação da necessária inserção do exército e das milícias em eixos diferentes é tanto mais elucidativa no plano teórico quanto nem um nem as outras chegaram jamais a adquirir aqui uma substância prática. As milícias obedeciam à iniciativa de políticos rivais e actuavam cada uma por seu lado, recusando qualquer coordenação ou tutela superior<sup>167</sup>. «A luta interna pelo controle das forças armadas de que dispunha o governo de Salò», relatou um historiador, «levou na prática à criação de uma série de exércitos privados e de forças policiais privadas, que só muito vagamente respeitavam qualquer autoridade central. [... ..] Além disso, cada organização militar tendia a recrutar os seus próprios serviços de policiamento e de informação [...]»<sup>168</sup>. Se é certo que a identidade das milícias foi preservada, o seu funcionamento desordenado revelava mais o pânico do que a determinação. Nem pode sequer falar-se de desagregação da República Social, já que o regime nunca chegou a constituir-se de maneira coerente. Quando, em Junho de 1944, reconhecendo-se incapaz de reunir um exército nacional, Mussolini decidiu militarizar o Partido Fascista Republicano<sup>169</sup>, não estava a tomar uma medida de autoridade, mas de desespero. Nesta versão tratar-se-ia de confundir milícias e partido, mostrando, afinal, que não havia instituições disponíveis, além do vago conjunto de fascistas que exercitavam os seus despeitos numa área cada vez mais exígua. Esta soma heteróclita de nomes conhecidos e de *squadristi* anónimos era desprovida de uma estrutura efectiva e de qualquer coesão orgânica. Nada se podia fazer com tal gente, a não ser deixá-la cumprir o que fora a sua vocação inicial, armar-se para liquidar os inimigos políticos. O fascismo italiano terminou como começara, bandos de energúmenos ao serviço de chefes concorrentes.

Também no pólo dos sindicatos o regime se revelou desprovido de substância. A 26 de Setembro de 1943 o governo de Mussolini proclamara a intenção de criar um corporativismo integral, publicando-se mais tarde um decreto neste sentido<sup>170</sup>. Anunciou-se igualmente a reorganização global da economia, incluindo a nacionalização de vários ramos da indústria, e a constituição de um sistema de co-gestão que assegurasse na administração das empresas a presença de representantes dos investidores, da burocracia e da tecnocracia, e dos trabalhadores. Mas embora os assalariados pudessem eleger os seus representantes, só seria nomeado quem estivesse incluído em listas cuja composição era determinada por comissários do governo, o que significava

<sup>166</sup> Id., *ibid.*, 82, 89, 92-96; P. Milza (1999) 844.

<sup>167</sup> F. W. Deakin (1966) 158, 240-241; S. G. Payne (2003 b) 413.

<sup>168</sup> F. W. Deakin (1966) 97, 98.

<sup>169</sup> Id., *ibid.*, 199, 203-204, 219; P. Milza (1999) 844.

<sup>170</sup> F. W. Deakin (1966) 168, 169.

simplesmente que os dirigentes profissionais dos sindicatos teriam acesso aos postos superiores da economia<sup>171</sup>. Assim, o novo sistema subalternizaria a burguesia privada, composta pelos investidores, e reforçaria a classe dos gestores, formada pela burocracia das empresas, pelos tecnocratas e pela burocracia sindical.

Estes planos, como tudo o resto na República Social, permaneceram no papel, sem execução prática, para uso e reflexão dos historiadores. Parece que alguns tecnocratas os aprovaram, mas os principais dirigentes industriais declararam-se adversos<sup>172</sup>. Por seu lado, as forças da Wehrmacht que ocupavam a Itália centro-setentrional não mostraram interesse em admitir qualquer interferência no controle que exerciam sobre a vida económica do território<sup>173</sup>. E os capitais de origem suíça, tão importantes na indústria do norte da península, opuseram-se àquelas disposições<sup>174</sup>. Não foi menor nem menos veemente a discordância da classe operária. Em Novembro de 1943, apesar da impressionante presença militar alemã, várias dezenas de milhares de trabalhadores entraram em greve na indústria automóvel de Turim e as paralisações repetiram-se no norte do país em Março do ano seguinte, numa escala bastante mais ampla e em conjugação com acções de sabotagem devidas à Resistência. Estes dois surtos de contestação mobilizaram mais de meio milhão de trabalhadores, e de novo em Junho dezenas de milhares de operários de Turim suspenderam o trabalho<sup>175</sup>. «As massas recusam-se a aceitar tudo o que venha de nós», lastimou-se um dirigente sindical fascista num relatório dirigido a Mussolini em Junho de 1944, e concluiu: «Em suma, os operários consideram as nacionalizações como uma ratoeira e mantêm-se bem afastados de nós e da ratoeira»<sup>176</sup>. Ninguém se entusiasmava com a reorganização do sistema económico e com o corporativismo integral prometidos pelo Duce, nem o regime dispunha de órgãos que lhe permitissem impor a sua vontade. Depois de muitas hesitações e adiamentos, Mussolini limitou-se, em Setembro de 1944, a nacionalizar um grupo de quatro empresas controladas pela Federação Industrial, e no mês seguinte foram nacionalizadas as indústrias do papel e da impressão, bem como a actividade editorial<sup>177</sup>. O que se anunciara como um vastíssimo programa de reformas acabou, afinal, por se reduzir a uma medida destinada a consolidar o totalitarismo ideológico exercido pelo regime.

<sup>171</sup> Id., *ibid.*, 169 e segs.; Ch. F. Delzell (org. 1971) 240, 242; S. G. Payne (2003 b) 413.

<sup>172</sup> F. W. Deakin (1966) 174, 178; P. Milza (1999) 847.

<sup>173</sup> F. W. Deakin (1966) 169-170, 175, 178-179, 247; A. J. Gregor (2005) 438; S. G. Payne (2003 b) 413.

<sup>174</sup> F. W. Deakin (1966) 177-178; A. J. Gregor (2005) 438; P. Milza (1999) 847.

<sup>175</sup> L. Ceva, «Italy», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 589; F. W. Deakin (1966) 155, 175-177, 205-206.

<sup>176</sup> Citado em F. W. Deakin (1966) 180. Ver igualmente a este respeito Ch. F. Delzell (org. 1971) 251.

<sup>177</sup> F. W. Deakin (1966) 175, 177-179, 247-248. Todavia, A. J. Gregor (2005) 438 pretendeu que essas nacionalizações tiveram um âmbito mais vasto.



A República Social não chegou a existir. Sem um exército próprio, sem o apoio do aparelho eclesiástico, sem um partido e umas milícias que funcionassem de maneira conveniente, sem ser capaz de tomar medidas de carácter social que justificassem o nome atribuído à sua república, o fascismo dos últimos dias não teve força nem legitimidade. Aquele que noutros tempos, agora tão distantes, havia escrito: «Durar dia após dia, mês após mês, ano após ano»<sup>178</sup> — será que desejaria ainda durar? A demagogia desiludida de Mussolini em Salò serve apenas de contraponto, para revelar aquilo que o fascismo não pôde ser e jamais teria podido.

### 3. Portugal: Um fascismo surgido do eixo conservador reduziu ambos os eixos a uma expressão mínima

Talvez o exemplo mais cabalmente oposto ao italiano tivesse sido o Estado Novo português, com um ditador que temia o aplauso directo das massas e manteve durante toda a vida uma profunda aversão ao populismo, tanto político como económico. A melhor forma de abordar o salazarismo é na perspectiva da *Action Française*. Não sei se já no seminário, mas pelo menos desde os tempos de estudante na Universidade de Coimbra, Salazar mostrou uma acentuada predilecção por Charles Maurras e estudou atentamente a sua doutrina, seguindo-lhe de então em diante com ininterrupto interesse os escritos e a prática e continuando a procurar ali inspiração<sup>179</sup>. Chegou mesmo a haver entre ambos troca de correspondência<sup>180</sup> e várias vezes os artigos de *L'Action Française*, pelo menos numa ocasião com a assinatura do próprio Maurras, fizeram o elogio da governação de Salazar<sup>181</sup>. Numa das amenas conversas que teve com uma escritora francesa, Salazar lastimou «as verdadeiras amputações que o vosso país a si próprio causou, como nos casos de Pétain e de Maurras»<sup>182</sup>. Pela mesma ocasião, em 1951, Maurras remeteu a Salazar uma longa carta escrita na prisão, onde exprimiu com palavras entusiásticas a admiração que sentia pelo Estado Novo e a confiança que depositava no presidente do Conselho<sup>183</sup>. E no ano seguinte, já muito doente, o decano da extrema-direita europeia enviou nova mensagem a

<sup>178</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 465 n. 2.

<sup>179</sup> F. Nogueira [1977-1985] I 70-71, 155, 248, 291. Se já nos seus tempos de estudante Salazar lia a obra de Maurras, concluo que António Sardinha exagerava ao pretender que a doutrina da *Action Française* era «completamente desconhecida» em Portugal antes de o Integralismo Lusitano a ter divulgado. Ver a citação de Sardinha em M. B. Cruz (1982 a) 150.

<sup>180</sup> J. Medina (1978) 203 n. 24 cont.

<sup>181</sup> J. S. Saraiva (1953) 41-43.

<sup>182</sup> Citado em Ch. Garnier (1952) 168.

<sup>183</sup> Id., *ibid.*, 168; F. Nogueira [1977-1985] IV 224-225.

Salazar, de congratulações e incitamento<sup>184</sup>. Seis meses depois, por ocasião da sua morte, teve lugar o derradeiro agradecimento do fascismo português àquele seu génio tutelar, quando a Assembleia Nacional lhe prestou uma homenagem oficial<sup>185</sup>.

Em França, e muito ao contrário dos desejos do seu fundador, a Action Française funcionou como um patamar que possibilitava o acesso ao fascismo, sem ser inteiramente fascista, e a peculiaridade de Maurras consistiu em manter, no equilíbrio instável que caracterizou todo o fascismo, uma inclinação exclusiva para o campo conservador, ou talvez em manter, no conservadorismo, uma propensão permanente para o fascismo. Salazar, em contrapartida, deu o pequeno passo — quantitativamente pequeno, mas decisivo qualitativamente — que permitiu converter a doutrina de Maurras numa ideologia fascista. O Estado Novo português mostra-nos o que seria a Action Française se Maurras tivesse abdicado na prática do seu amor pela monarquia e, assim, tivesse sido capaz de mobilizar a extrema-direita mais radical e os fascistas, em vez de os ostracizar. Foi em Portugal que a Action Française teve êxito e foi na versão incolor de Salazar, nem republicana nem monárquica, que a doutrina de Maurras revelou um carácter plenamente fascista. «Para Maurras e seus discípulos o fenómeno político é o fenómeno social por excelência», censurou Salazar numa entrevista concedida em 1932. «Certamente a política tem o seu lugar [...] Mas a vida dum país é mais complexa, mais larga, escapa mais aos órgãos e à acção do poder do que muitos o poderiam julgar: a história dum país não é apenas a história dos seus conquistadores, dos seus grandes reis; ela é, sobretudo, a resultante do trabalho que o meio impõe aos homens, e das qualidades e defeitos dos homens que vivem nesse meio»<sup>186</sup>. Passados vinte anos, o presidente do Conselho referia ainda «o princípio maurassiano, mas desprovido do carácter absoluto que, sem razão, lhe atribuem»<sup>187</sup>. Apegado à imagem que tinha do povo entre quem havia nascido — «excessivamente sentimental, com horror à disciplina, individualista sem dar por isso, falho de espírito de continuidade e de tenacidade na acção»<sup>188</sup> — Salazar não via outra alternativa senão prosseguir uma política desprovida de anseios de heroísmo e limitada por uma persistente modéstia de horizontes. O certo é que foi assim que aquele ditador conseguiu governar ferreamente o seu país e se esforçou por construir, em muitos casos com êxito, a imagem de «um grande homem

<sup>184</sup> F. Nogueira [1977-1985] IV 262.

<sup>185</sup> P. Sérant (1959) 123.

<sup>186</sup> A. Ferro (1933) 145-146.

<sup>187</sup> Citado em Ch. Garnier (1952) 107.

<sup>188</sup> Este trecho de uma entrevista de Salazar a António Ferro, publicada no *Diário de Notícias*, 16 de Outubro de 1938, vem transcrita em F. Nogueira [1977-1985] III 175. Já num artigo publicado no *Novidades*, 10 de Fevereiro de 1928, Salazar evocara «a própria natureza que nos doseou mal o sentimentalismo, com o que nos deu firmeza de menos e mobilidade de mais». Ver J. Ameal (org. 1956) II 173.

servido por um povo pequeno»<sup>189</sup>.

Em Portugal o fascismo desenvolveu-se a partir do eixo exógeno, no quadro de um golpe conduzido em 28 de Maio de 1926 pelas forças armadas, com a benção dos mais altos dignitários eclesiásticos. Esclarecida a confusão dos primeiros dias do pronunciamento, em que haviam convergido, desde a extrema-direita até à extrema-esquerda, todos os sectores contrários à hegemonia do Partido Democrático<sup>190</sup>, o governo da ditadura procurou, além do óbvio apoio dos oficiais afectos à direita republicana, o aplauso também dos católicos e dos monárquicos conservadores. Em Junho de 1926, a nomeação de um ex-seminarista, antigo dirigente do Centro Académico de Democracia Cristã e membro proeminente do Centro Católico Português, o professor doutor António de Oliveira Salazar, como ministro das Finanças do governo militar revelou a conjugação dos dois pólos do eixo exógeno do fascismo. Politicamente, Salazar nunca fora senão um dirigente católico, e no rigoroso limite desta esfera cedo se tornara uma personalidade destacada. Um dos principais diários da capital classificou-o em Julho de 1927, quando não desempenhava nenhuma função governativa, como «uma das figuras de maior relevo da sociedade portuguesa»<sup>191</sup>. O grande público podia ignorá-lo, já que Salazar, eleito deputado em 1921 numa lista católica, só passara fugazmente pelo parlamento; mas nenhuma pessoa bem informada o desconhecia, e as suas opiniões sobre a necessidade de reduzir as despesas do Estado e lhe remodelar o funcionamento contavam com a simpatia das associações patronais<sup>192</sup>.

Poucos dias depois de nomeado ministro, porém, Salazar abandonou o cargo, por considerar que o regime militar não tinha alcançado um grau de estabilidade que permitisse uma acção governativa sistemática. Mas, a coberto da ilusão de que se teria afastado, foi tecendo uma rede de contactos com os meios governamentais, já que as novas autoridades lhe atribuíram a presidência de uma comissão destinada a estudar a remodelação das contribuições e impostos e depois se encarregou da reforma de uma importante instituição bancária. E em Novembro e Dezembro de 1927 publicou num órgão da imprensa diária uma série de sete artigos onde divulgou

<sup>189</sup> A frase encontra-se num relatório de Março de 1940 enviado ao governo de Londres pelo embaixador britânico em Portugal, citado em F. Nogueira [1977-1985] III 252. Não se tratava, contudo, de uma ideia original, pois vejo-a já mencionada como de uso corrente por A. Aguiar (1934) 181-182, que atribuiu a sua origem a uma exclamação do ministro dos Estados Unidos em Lisboa perante o cadáver de Sidónio Pais.

<sup>190</sup> J. Ameal (org. 1956) I 36-37, 64-69; F. Rosas et al. [s. d.] 151 e segs. Partido Democrático era a designação corrente do Partido Republicano Português depois das cisões que afastaram os elementos afectos a Brito Camacho e a António José de Almeida.

<sup>191</sup> Esta frase do *Diário de Notícias*, 14 de Julho de 1927, vem citada em J. Ameal (org. 1956) II 136.

<sup>192</sup> É curioso observar que a participação de Salazar no Congresso das Associações Comerciais e Industriais, realizado em Dezembro de 1923, que encontro mencionada em Ch. Garnier (1952) 199-200, J. F. Silveira (1982) 352 e A. J. Telo (1982) 322, não recebeu nenhuma menção em F. Nogueira [1977-1985] I 258-259 e 266, onde se relatam os episódios da vida de Salazar na passagem de 1923 para 1924.

o seu programa financeiro e económico<sup>193</sup>. Por si só, o carácter técnico dos artigos era um chamariz, pois numa época em que tanto se comentava o dia-a-dia da política, aquela afirmação de competência ajudou a criar em torno de Salazar uma aura providencial. Na frieza dos números, a análise era assaz crítica de um ano de administração da ditadura militar. Para concluir, depois de mostrar que tinha havido um aumento das despesas com o funcionalismo público, mais numeroso e mais bem pago, e um aumento dos gastos nos dois ministérios das forças armadas, Salazar chamou a atenção para uma «política de fomento nula ou extraordinariamente reduzida». E como se este balanço não fosse suficiente, encerrou a série de artigos com a irónica frieza a que depois os seus discursos habituariam o país, recordando que há anos atrás alguém lhe pedira que cortasse uma frase numa comunicação a um congresso: «Havia quem a julgasse pouco patriótica ou pelo menos pessimista, desalentadora para tantos que queriam trabalhar com entusiasmo e com fé. Mandei que se cortassem as palavras do reparo. Diziam: “a redução das despesas públicas é um problema *politicamente* insolúvel”. A frase desapareceu, mas a verdade... a verdade ficou»<sup>194</sup>. Observo, no entanto, uma curiosa discrepância. No segundo artigo Salazar lamentou o facto de o sistema de impostos desfavorecer os empresários e investidores, beneficiando os agentes económicos passivos: «É de temer que o sistema fiscal [...] proteja de preferência os preguiçosos e os inferiores, e o fisco só tenha olhos de inquisidor, em vez de simpatia, para os elementos mais hábeis que pela sua inteligência e pelo seu trabalho elevam acima do vulgar os rendimentos da sua indústria»<sup>195</sup>. No artigo seguinte, porém, Salazar pareceu agradado pelo facto de a sobrevalorização do escudo, dificultando as exportações e facilitando as importações, acrescer as receitas aduaneiras em benefício do Estado. «A crise que a indústria tem atravessado fez aqui a fortuna do Estado», comentou ele<sup>196</sup>, e esta oscilação entre uma política de fomento económico e uma política de receitas financeiras do Estado viria a caracterizar toda a governação de Salazar. Noutros artigos igualmente técnicos publicados em Janeiro e Fevereiro de 1928 Salazar criticou minuciosamente várias reformas decididas pelo governo e continuou a insistir na necessidade de equilibrar o orçamento.

A indiferença manifestada na série de artigos do final de 1927 relativamente ao grande empréstimo externo em que o governo depositava então tantas esperanças revelou perspicácia<sup>197</sup>,

<sup>193</sup> Os artigos de Salazar, publicados no *Novidades*, 30 de Novembro - 21 de Dezembro de 1927, estão transcritos em J. Ameal (org. 1956) II 137-158.

<sup>194</sup> Transcrito em id., *ibid.*, II 158 (sub. orig.).

<sup>195</sup> Esta passagem encontra-se transcrita em id., *ibid.*, II 141.

<sup>196</sup> Transcrito em id., *ibid.*, II 144.

<sup>197</sup> «Não entrando em linha de conta o grande empréstimo externo, em cuja realização tanto se tem falado [...]» — foi tudo o que Salazar escreveu a esse respeito. Esta passagem do sexto artigo encontra-se em id., *ibid.*, II 154.

porque as condições do empréstimo haveriam de ser inaceitáveis, mas decorreu de razões mais profundas. «[...] se paralelamente à operação do empréstimo», afirmou Salazar num artigo de Janeiro de 1928, «se não tenta conquistar, à custa dos maiores sacrifícios, o equilíbrio orçamental, os milhões que venham a ceder-nos não serão mais que um alívio momentâneo, a ocasião de alguns negocinhos privados e uma causa de maiores ruínas para todos nós — mas não um princípio de regeneração económica e financeira»<sup>198</sup>. Salazar assentava o regresso à pasta das Finanças no insucesso daquela operação. «O fracasso do pedido de empréstimo intentado junto da Sociedade das Nações antes da sua entrada no Governo fora verdadeiramente providencial», recordou uma das principais personalidades do Estado Novo<sup>199</sup>, e em Abril de 1928, alguns dias depois do malogro das negociações, Salazar encetou uma nova série de artigos onde deixou claro o seu triunfo. Começando por recordar que havia previsto aquele resultado negativo e que «em artigos sucessivos advoguei, com a clareza que me foi possível, esta tese — que o problema fundamental das nossas finanças era o equilíbrio do orçamento», Salazar fingiu espantar-se com o facto de, gorado o empréstimo, «ver por aí repetidas frases que me parecem minhas»<sup>200</sup>. O terreno passara a ser dele e, com a soberba a que habituaria os portugueses, nos artigos seguintes censurou o governo por não ter seguido à risca as indicações da comissão a que presidira, encarregada de estudar a remodelação do sistema fiscal. Este conjunto de diligências revelou os seus frutos nesse mês de Abril, quando a ditadura militar, possivelmente pressionada pelo episcopado<sup>201</sup>, convidou de novo Salazar para a chefia do Ministério das Finanças, onde se manteve, como é sobejamente conhecido, de pedra e cal. «Está», escreveu, referindo-se a si mesmo, «e há tanto tempo e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar»<sup>202</sup>.

Salazar sustentou-se numa dupla conjugação de interesses. Por um lado, obteve a aprovação unânime dos conservadores reunidos em torno do Centro Católico Português, uma organização fundada em 1917 por iniciativa do episcopado<sup>203</sup>, que tivera nele o seu chefe de facto e o

<sup>198</sup> Esta passagem de um artigo no *Novidades*, 3 de Janeiro de 1928, encontra-se em id., *ibid.*, II 164-165.

<sup>199</sup> P. Th. Pereira (1973) I 317.

<sup>200</sup> Estas duas passagens do artigo publicado no *Novidades*, 4 de Abril de 1928, encontram-se em J. Ameal (org. 1956) II 198 e 199.

<sup>201</sup> «Não deparei com documentação que o permita afirmar», preveniu F. Nogueira [1977-1985] II 3 n. 1, «mas à escolha de Salazar para as Finanças, naquele momento histórico, não deve ter sido indiferente o episcopado português, aconselhado decerto pela Santa Sé [...] Mas não encontrei documentação ou testemunho que autorizem na matéria uma afirmação peremptória. É uma simples hipótese». Numa das suas entrevistas a Salazar, insinuou António Ferro: «Tendo sido o sr. Presidente um dos fundadores do Centro Católico, havendo até quem diga que foi essa organização que o levou ao poder [...]». Mas Salazar replicou: «Os católicos foram absolutamente estranhos à minha entrada no governo [...] os católicos foram sempre estranhos à minha carreira política». Ver A. Ferro (1933) 34 e 35-36.

<sup>202</sup> Prefácio de Salazar em A. Ferro (1933) xv. As suas últimas palavras nesta série de entrevistas foram: «[...] enquanto estiver aqui [...] estou!» (pág. 154). E ali esteve por mais trinta e cinco anos.

<sup>203</sup> F. Nogueira [1977-1985] I 229; F. Rosas et al. [s. d.] 170, 185.

contara como principal doutrinador<sup>204</sup>, escutando-lhe palestras tão aliciantes como seria decerto uma que se intitulou «A Paz de Cristo na Classe Operária pela Santíssima Eucaristia»<sup>205</sup>. Diz-se que Maria Antonieta propusera distribuir *brioche*s à plebe faminta, embora Rousseau já tivesse contado esta história nas *Confessions* e não creio que a rainha parafraseasse o filósofo. Salazar, mais modestamente, preparava-se para alimentar o proletariado a hóstias. Por esta e outras razões, um cónego de prestígio, habituado a exercitar-se em ocasiões solenes, entoou num sermão, anos mais tarde: «Surgiu um homem, segredo da Providência, revelado subitamente à nossa terra talvez como recompensa da fé que ela teve algum dia»<sup>206</sup>. A consagração de Salazar pela opinião católica, apresentando-o como um milagre, tornou-se comum e uma biografia entusiástica publicada na mesma ocasião afirmou sem hesitar que «há quem aponte Oliveira Salazar como tendo nascido predestinado para alcançar na história pátria um lugar de orientador do povo, feito novo Messias [...]»<sup>207</sup>. E numa carta privada dirigida a Salazar a propósito do projecto de concordata com o Vaticano, escreveu com abundância de maiúsculas o seu amigo de sempre, o cardeal-patriarca de Lisboa: «Deus escolheu-te a ti, para Lhe dares Portugal e O dares a Portugal»<sup>208</sup>. A passagem dos anos aumentou a familiaridade do presidente do Conselho com a corte dos céus, já que o cardeal o preveniu: «Tens sido o mimalho da Providência»<sup>209</sup>. E este menino querido do Todo-Poderoso, que mal passara um mês depois da sua entrada definitiva no governo e já se referia como a um «milagre» ao exercício das suas funções<sup>210</sup>, beneficiava, além da

<sup>204</sup> É o que afirmou Marcello Caetano, mencionado por J. S. Saraiva (1953) 46. Por seu lado, M. B. Cruz (1978) 267 indicou que o Centro Católico assumiu praticamente como suas as teses que Salazar expôs em 1922 no 2º Congresso dessa organização.

<sup>205</sup> Acerca desta conferência, proferida por Salazar em Julho de 1924 no Congresso Eucarístico Nacional, ver F. Nogueira [1977-1985] I 266 e segs. e J. S. Saraiva (1953) 48-49. Outro fascista clerical, o chanceler Dollfuss, pretendia eliminar a luta de classes pondo os patrões e os trabalhadores a rezar o rosário juntos. Ver o seu discurso de 11 de Setembro de 1933 em J. Messner (2004) 153.

<sup>206</sup> Sermão do cónego Correia Pinto no ofício litúrgico de 26 de Maio de 1934 com que se inaugurou o 1º Congresso da União Nacional, citado em A. B. Parreira et al. (1982) 216. O cónego Correia Pinto foi classificado por F. Nogueira [1977-1985] II 156 como «orador sagrado de marca» e o autor acrescentou (vol. III, pág. 424) que ele era «muito chegado ao chefe do governo desde os tempos do CADC, e orador sagrado quase oficioso».

<sup>207</sup> A. Aguiar (1934) 72. Adiante (pág. 89) o autor mencionou «uma inteligência lúcida, conduzida e amparada pela mão invisível da Providência, de quem certamente se considera obreiro [...]» e acrescentou (pág. 177) que «para os que punham acima de convicções políticas o ideal da Pátria [...] Salazar era o Messias [...]» (nas duas primeiras passagens modernizei a ortografia e a pontuação).

<sup>208</sup> Carta de 6 de Julho de 1937 citada em F. Nogueira [1977-1985] III 118. Acerca da datação desta carta ver o vol. III, pág. 117 n. cont. Os problemas surgidos na ultimação da concordata encolerizaram de tal modo o nuncio que, segundo id., *ibid.*, III 263, ele teria dito a Mário de Figueiredo, encarregado de conduzir as negociações em nome do governo português: «Salazar é a encarnação viva do Demónio». Mas decerto o nuncio não estava ao corrente dos designios celestes, e numa carta privada com data de 28 de Abril de 1941, transcrita em id., *ibid.*, III 317 n. 1, o cardeal-patriarca repisou: «Não tenho a menor dúvida (como sabes) de que Deus te escolheu para fazeres grandes coisas em Portugal». Noutra carta, datada de 8 de Maio de 1946, escrevia o cardeal Cerejeira: «Foste tu o escolhido pela Providência para realizares tão grandes coisas quase miraculosamente». Ver id., *ibid.*, IV 49 n. cont. Em Maio de 1954, numa carta reproduzida em id., *ibid.*, IV 365, a ideia foi repetida praticamente nos mesmos termos.

<sup>209</sup> Carta de 28 de Outubro de 1943 citada em id., *ibid.*, III 474.

<sup>210</sup> Discurso de Salazar a oficiais no Quartel-General, a 9 de Junho de 1928, citado em id., *ibid.*, II 12.

legitimidade divina<sup>211</sup>, da força operosa dos quartéis.

Porque Salazar, por outro lado, procurou ainda o apoio da direita liberal, especialmente influente, através das redes maçónicas, nas altas esferas militares<sup>212</sup>, embora tivesse sido algumas vezes contra a vontade dos seus representantes que o liberalismo efectuou a transição para o fascismo. O general Vicente de Freitas, por exemplo, que um historiador classificou como «notório representante da ala liberal das chefias militares»<sup>213</sup>, tomou a iniciativa fatídica de convidar Salazar para se encarregar da pasta das Finanças no governo a que presidia. O seu sucessor, o general Ivens Ferraz, foi primeiro-ministro de um gabinete que, enquanto se aproximava dos parlamentaristas moderados<sup>214</sup>, continuava a contar com Salazar nas Finanças. Este governo ficou condenado quando Salazar momentaneamente se demitiu, e Ivens Ferraz declarou mais tarde que «um abismo nos separava» do futuro ditador<sup>215</sup>, o que mostra que as determinantes estruturais eram demasiado poderosas para que a elas pudessem opor-se vontades individuais. Assim como sucedeu com a base católica do regime, que ia muito mais longe do que as meras organizações políticas ou clericais e se fundava na sociedade rural, sobretudo do centro e do norte do país, também a base liberal se ancorava em estruturas sociais que restringiam a autonomia dos antigos políticos da Primeira República<sup>216</sup>. Aliás, quando me esforço vãmente por deslindar as confusas manobras da direita liberal entre a participação crítica na ditadura militar e as tentativas de conciliação com a oposição moderada<sup>217</sup>, só posso concluir que todas as *nuances* do liberalismo se ligavam umas às outras como elos de uma cadeia e que, por mais distante do regime que um dos elos julgasse estar, ele havia alienado a sua capacidade de iniciativa e contribuía para reforçar o centro do poder. Nos anos finais da década de 1920 e na abertura da década seguinte, o último

<sup>211</sup> Logo depois do atentado de Julho de 1937, de que Salazar saiu ileso, lê-se em id., *ibid.*, III 98 que «pelos meios católicos, com a aprovação dos Prelados, correm pagelas com preces, e concedendo “cinquenta dias de indulgência a quem devotamente as recitar” em homenagem ao “salvador da nação portuguesa”». E escreveu o cardeal Cerejeira numa carta de Abril de 1940, congratulando o seu «caro António» pela ultimização da concordata e do acordo missionário com o Vaticano: «Já uma vez te disse aquela palavra que certa alma, que predisse o atentado contra ti, atribuiu a Deus: “guardo-o e guardá-lo-ei, enquanto governar com justiça e verdade”». Na frase seguinte Cerejeira deu claramente a entender que a tal «alma» seria Lúcia, a suposta vidente de Fátima. Esta carta encontra-se transcrita em id., *ibid.*, III 263-264 e a passagem citada vem na pág. 264 (actualizei a ortografia da palavra divina, embora, pensando bem, talvez lhe tivesse sido mais conveniente o tom arcaico). Noutra carta, com data de 8 de Maio de 1946, o cardeal voltou a relacionar Salazar com o pretenso milagre de Fátima, como se lê em id., *ibid.*, IV 49 n. cont.

<sup>212</sup> F. Rosas et al. [s. d.] 152, 164 e segs. O próprio general Carmona era, ou fora, membro da Maçonaria, como indicou F. Nogueira [1977-1985] IV 128.

<sup>213</sup> F. Rosas et al. [s. d.] 168. Ver J. Ameal (org. 1956) III 225-226 e F. Nogueira [1977-1985] II 190-191.

<sup>214</sup> A. Aguiar (1934) 157.

<sup>215</sup> Citado em F. Rosas et al. [s. d.] 165.

<sup>216</sup> M. Lucena (1984) 425 comentou o «embaraço extremo que de uma análise objectiva e aprofundada do salazarismo teria resultado para as principais forças oposicionistas», porque «essa análise, revelando a íntima inserção do regime nos tecidos sociais portugueses, teria do mesmo passo denunciado a impotência do velho liberalismo, ainda cultivado por muitos».

<sup>217</sup> F. Rosas et al. [s. d.] 168, 171 e segs.

primeiro-ministro do Partido Democrático, António Maria da Silva, acreditava que exercia pressão sobre o seu velho rival Cunha Leal, antigo chefe da União Liberal Republicana, que flutuava então entre o situacionismo e o oposicionismo, e este sobre os antigos primeiros-ministros da ditadura Ivens Ferraz e Vicente de Freitas, e estes sobre o presidente Carmona, e este sobre Salazar, mas foi inversa a dinâmica política e era o ministro das Finanças a levá-los todos pela mesma arreata e a arrebatá-los as clientelas<sup>218</sup>.

Entre os dois pólos do eixo conservador Salazar manteve-se como mediador indispensável, mas os principais pontos de articulação foram durante bastante tempo ocupados pelo presidente da República, o general Carmona, no que se referia às forças armadas e à direita de tradição liberal<sup>219</sup>, e, no que dizia respeito à Igreja e à direita de tradição monárquica, por Gonçalves Cerejeira, de início enquanto arcebispo de Mitilene, pouco depois enquanto cardeal-patriarca de Lisboa<sup>220</sup>. As episódicas desavenças entre Carmona e Salazar eram conhecidas na época em sectores bem informados<sup>221</sup> e hoje não se ignoram também os atritos que ocasionalmente ensombriaram a amizade de Salazar com Cerejeira<sup>222</sup>. Estas discordâncias, contudo, em vez de implicarem qualquer fragilidade do fascismo, reforçaram-no, porque serviam de engodo aos oposicionistas moderados de um e outro lado e imobilizavam-nos numa teia de ilusões, convertendo-os afinal em suportes passivos do Estado Novo. A maneira contraditória como o presidente da República e o cardeal-patriarca cumpriam a sua função articuladora teve como efeito dominante veicular o discurso salazarista para as margens do regime e como efeito acessório diluir nos equilíbrios do regime algumas aspirações da oposição. De tudo isto Salazar saía consolidado e via confirmada a sua posição central.

«O problema do regime embaraça e envenena a marcha dos governos em Portugal, dos governos de direita, principalmente. Há que pô-lo de lado», disse Salazar alguns meses depois de ter assumido a chefia do governo, e concluiu: «Para equilíbrio da situação e do País preciso, portanto, dos republicanos e dos monárquicos, mas todos integrados, sem inquietações e sem ideias

<sup>218</sup> Escreveram id., *ibid.*, 172: «A elite da União Liberal Republicana, do Partido [Republicano] Nacionalista, de muitos “técnicos” e políticos independentes, sem excluir um ou outro dirigente do Partido Republicano Português [o Partido Democrático], tanto a nível nacional como a nível local, vai ser maioritariamente engolida pela União Nacional e pelas instituições do regime». Quanto à adesão dos antigos membros da União Liberal Republicana ver igualmente id., *ibid.*, 166, 180, 181 e 186.

<sup>219</sup> F. Nogueira [1977-1985] IV 215-216; F. Rosas et al. [s. d.] 187-188; J. F. Silveira (1982) 364 e n. 51. Em 1950, quando a Assembleia Nacional revogou a lei que bania do país os membros da família dos Bragança, que aliás desde há vários anos deixara de ser respeitada na prática, o já octogenário Carmona pensou em vetar a revogação e só as pressões de Salazar o demoveram. Ver Franco Nogueira, *op. cit.*, IV 179.

<sup>220</sup> F. Nogueira [1977-1985] II 101.

<sup>221</sup> *Id.*, *ibid.*, II 259-262, 284-286, III 140, 142, 369, 514, 517; F. Rosas et al. [s. d.] 171-173, 373, 377, 395, 407.

<sup>222</sup> F. Nogueira [1977-1985] II 94-97, 152-153, 197, III 21, 475 n. 1, IV 48-50, V 35-48.



reservadas, dentro do regime [...]»<sup>223</sup>. A abstenção relativamente à forma do regime foi uma condição necessária ao funcionamento da aliança entre os partidários da direita liberal e os nostálgicos da monarquia que formavam a base mais sólida do catolicismo. Aliás, pouco depois da implantação da república já o Centro Académico de Democracia Cristã declarara que «o ideal democrático que perfilhamos não enfeuda a regime ou partido algum»<sup>224</sup> e desde a sua fundação o Centro Católico Português havia indisposto uma boa parte da opinião tradicionalista ao seguir a nova doutrina papal, recusando-se a assumir a defesa da monarquia e aceitando que a política da Igreja pudesse prosseguir no quadro institucional inaugurado em Outubro de 1910<sup>225</sup>. «Eu fui [...] um dos fundadores do Centro Católico na sua forma actual», declarou Salazar em 1932, «porque senti a necessidade de colocar a Igreja, como sinto hoje a necessidade de colocar a Nação, fora da preocupação de regime»<sup>226</sup>. As vantagens desta atitude tinham sido reconhecidas pelos capitalistas mais esclarecidos, e a União dos Interesses Económicos, durante a campanha eleitoral de 1925, quando pretendeu representar politicamente as associações patronais, decidira também abster-se quanto à forma do regime<sup>227</sup>. Dentro desta orientação, o Estado Novo, sem nunca se proclamar republicano, jamais deixou de ser uma república<sup>228</sup>. Havia, no entanto, algo de monárquico nessa república, precisamente na posição que o chefe de Estado ocupava relativamente a Salazar, tal como nas monarquias de outrora um rei dotado de todos os poderes os alienava praticamente no seu valido. «Sinto que a minha vocação é a de ser primeiro-ministro de um rei absoluto», confidenciara uma noite o jovem professor de Coimbra a um dos seus íntimos<sup>229</sup>. A unidade

<sup>223</sup> A. Ferro (1933) 22, 24.

<sup>224</sup> Citado em M. B. Cruz (1978) 554 n. 124. A revista *Estudos Sociais* onde este artigo veio publicado tem a data de Agosto-Setembro de 1910, mas Manuel Braga da Cruz, op. cit., 559 n. 147 esclareceu que esse número saíra após a revolução republicana de 5 de Outubro.

<sup>225</sup> M. V. Cabral (1976) 900-901; M. B. Cruz (1978) 271 e segs.; J. Medina (1978) 99-100, 148 n. 39; F. Nogueira [1977-1985] I 237-238.

<sup>226</sup> A. Ferro (1933) 34.

<sup>227</sup> M. V. Cabral (1976) 901; A. J. Telo (1982) 336.

<sup>228</sup> M. B. Cruz (1982 a) 174, 177; F. Rosas et al. [s. d.] 185, 195; J. S. Saraiva (1953) 184-189. «Uma das maiores linhas do pensamento salazariano está na constante, mil vezes afirmada, de que as formas de governo, monarquia ou república, são de importância secundária», escreveu Silva Saraiva, op. cit., 56. Durante os seus anos de estudante em Coimbra, quando começara a notabilizar-se no CADC, e depois, já professor universitário, quando aparecia como um dos doutrinadores do Centro Católico, Salazar evitou sempre tomar publicamente partido entre a república e a monarquia e defendeu que uma política católica tanto podia ser prosseguida num destes regimes como no outro. Ver F. Nogueira [1977-1985] I 89-91, 108, 155, 206 n. 1, 228-229, 242 e segs. e Silva Saraiva, op. cit., 35-36, 248-249. A crer em Fernando Rosas et al., op. cit., 371 e 510-511, Salazar teria admitido em 1942 a hipótese da restauração da monarquia, abandonando definitivamente esta solução nove anos depois, quando decidiu apresentar Craveiro Lopes como candidato à sucessão de Carmona. Todavia, Franco Nogueira, op. cit., III 526-527, 542 e 558 esclareceu que durante a guerra mundial Salazar nunca pretendeu restaurar a monarquia. Segundo este autor (vol. IV, págs. 135-138), só nos anos seguintes ao fim do conflito Salazar teria pensado na possibilidade de restabelecer o trono. No seu discurso de 20 de Outubro de 1949, porém, Salazar reafirmou que «a questão do regime não está posta e não tem por isso que ser discutida» e retomou o problema nos mesmos termos no discurso de 22 de Novembro de 1951. Ver id., ibid., IV 162 e 245.

<sup>229</sup> Considerando absolutamente indiscutível a autenticidade desta confidência de Salazar, F. Nogueira [1977-1985] I 169 recusou a opinião de Braga da Cruz, segundo quem o desabafo fora dito a Joaquim Diniz da

de todas aquelas correntes, liberais e antiliberais, católicos e maçons, tornara-se possível porque o salazarismo alterara o quadro político e eram já outras as questões fundamentais que estavam em jogo e que definiam as linhas de clivagem.

A estabilização do Estado Novo, a partir de 1933, não substituiu a primazia do eixo exógeno pela do eixo endógeno, e não foram os integralistas radicais nem os entusiastas da moda mussoliniana quem ajudou Salazar a converter-se de perene ministro das Finanças em inamovível presidente do Conselho. Muitos integralistas — tradicionalistas que, sob inspiração maurrasiana, confundiam monarquia e corporativismo — mostravam-se descontentes com uma governação que consideravam demasiado tímida e avessa a rupturas, e haviam evoluído para um estilo bombástico, que em Portugal adoptou a denominação de nacional-sindicalismo<sup>230</sup>. «O Nacional-Sindicalismo é, na verdade, o Integralismo Lusitano que se ultrapassa em todos os seus aspectos formais. É a Contra-Revolução que para além de si própria se torna Revolução», proclamou Rolão Preto<sup>231</sup>, o chefe deste movimento, transpondo para os jogos verbais uma acrobacia que lhe estava vedado executar na prática. Sem romper totalmente com Salazar, o chefe dos nacionais-sindicalistas ia-

Fonseca. Na opinião de Franco Nogueira, só o padre Gonçalves Cerejeira tinha com Salazar o grau de intimidade que lhe permitiria ouvir segredos daquele tipo. Todavia, Rolão Preto, entrevistado em J. Medina (1978) 158, afirmou que Salazar dissera exactamente o mesmo ao antigo integralista, e depois secretário-geral do movimento nacional-sindicalista, Alberto de Monsaraz, numa época mais tardia, cerca de 1932. Aliás, nada impede que ambas as versões sejam exactas.

<sup>230</sup> J. Medina (1978) 36; F. Rosas et al. [s. d.] 158, 162-164, 174 e segs. Em Espanha, Ledesma Ramos e Onésimo Redondo tinham fundado em 1931 as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista, e Redondo esteve refugiado em Portugal após o malogro do golpe militar dirigido em 1932 contra a república espanhola, só regressando ao seu país em Outubro de 1933. Mas não é necessário invocar esta possível influência para explicar a adopção do nome «nacionais-sindicalistas» pelos integralistas radicais portugueses. Com efeito, as *Instruções de Organização* do Integralismo Lusitano, citadas em M. B. Cruz (1982 a) 144 (subs. orig.), e que haviam sido publicadas em 1921, proclamavam que este movimento era «nacionalista por princípio, sindicalista (corporativista) por meio, monárquico por conclusão». E dois anos depois Pequito Rebelo, uma das figuras cimeiras do Integralismo, reclamando-se do exemplo do mais notório discípulo de Sorel no interior da Action Française, afirmava a necessidade de conduzir «duas grandes campanhas nacionais: uma, de carácter *sindicalista*, de organização profissional segundo os critérios contra-revolucionários das escolas de Georges Valois e do catolicismo social; e outra, de carácter *nacionalista*, organizando militantemente contra os partidos, a plutocracia, as sociedades secretas, o bolchevismo e a intervenção estrangeira — acima das opiniões dinásticas ou de regime — todos os portugueses que tenham uma profissão conhecida». Citado em id., *ibid.*, 147 (subs. orig.). Para conferir a esta declaração as devidas proporções convém saber que Pequito Rebelo era também «um dos mais autorizados porta-vozes da grande agricultura capitalista do Alentejo», como esclareceram J. M. Pais et al. (1976-1978) XIV 349.

<sup>231</sup> Citado em J. Medina (1978) 214-215; com uma pequena diferença, a mesma passagem encontra-se na pág. 36. A. C. Pinto (1992) 578-579 insistiu na relação de continuidade entre o integralismo e o nacional-sindicalismo. Note-se que já em 1922 os integralistas se haviam repetidamente denominado a si próprios «bolchevistas azuis e brancos», como se lê em M. B. Cruz (1982 a) 169. Rolão Preto fora um integralista da primeira hora. Participou nas incursões tentadas pelos monárquicos, a partir de Espanha, contra a jovem república e exerceu as funções de secretário de redacção da *Alma Portuguesa*, a efémera revista com que em 1913, no exílio belga, foi fundado o Integralismo Lusitano. Comprova-se a postura radical que Rolão Preto adoptava no interior do movimento integralista quando se sabe que passou a fazer parte da sua Junta Central em substituição de um dos membros afastados por terem aderido ao pacto assinado em 1922 pelos dois ramos pretendentes à coroa portuguesa. Com efeito, dois anos antes a Junta Central do Integralismo, coerente com a sua orientação anticonstitucionalista, passara a reconhecer apenas o descendente de Miguel I. A respeito de algumas facetas biográficas de Rolão Preto ver Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, 138 n. 5, 140 n. 11 e João Medina, *op. cit.*, 8, 36, 213.

lhe ratando o pedestal. «Salazar não está dentro da Revolução, não comunga dos seus ideais fundamentais», escreveu Rolão Preto nos primeiros dias de 1933<sup>232</sup>, lançando no mês seguinte um desafio público ao presidente do Ministério: «Sr. Doutor Oliveira Salazar, oiça V. Ex.<sup>a</sup> a alma nacional que vibra, escute os votos da mocidade portuguesa e, se quer, *alea jacta est!*»<sup>233</sup>. Todavia, apesar das suas milícias, uniformizadas de camisa azul, e do proclamado desejo de alicerçar a economia em sindicatos corporativos, os nacionais-sindicalistas não eram adeptos de soluções exclusivas. Tal como Salazar fazia no aparelho de Estado, também Rolão Preto e os seus colegas vindos do integralismo monárquico anunciaram que o nacional-sindicalismo havia superado a questão do regime<sup>234</sup>. Por outro lado, não negavam a importância do catolicismo, apenas desejavam afastar a Igreja da intervenção política directa<sup>235</sup>. E como era substancial a presença dos militares no movimento nacional-sindicalista, sobretudo tenentes e capitães<sup>236</sup>, este movimento não podia deixar de reconhecer a supremacia das forças armadas, a ponto de deixar os filiados civis sem outras armas mais eficazes do que os murros, os pontapés e talvez as bengaladas. Não se tratava neste confronto, como não se tratou nunca nas polémicas no seio do fascismo, de negar a necessidade de qualquer dos eixos, mas apenas de pender mais para um lado ou para o outro.

Todavia, ao se apresentar perante a figura tímida do professor de Coimbra como um viril condutor da plebe, Rolão Preto viu-se afinal a gesticular no vazio. O confronto entre a política declamatória e arruaceira que ele propunha e a política ponderada e de gabinete seguida por Salazar constituiu uma disputa entre duas modalidades de fascismo, assente a primeira num embrião de milícias, num devaneio de sindicatos e no sonho de um partido de massas e dando a segunda a primazia a uma Igreja representada pelas autoridades eclesiásticas e a umas forças armadas representadas pelos seus oficiais superiores. «O aspecto da constituição de uma milícia para defesa da situação política também não podia deixar de causar preocupações, além de ser desnecessária, dadas as responsabilidades do Exército no movimento de 28 de Maio e a sua firme vontade [...] de que seja levada ao fim a obra da Revolução», assinalou Salazar na nota oficiosa de 29 de Julho de 1934, onde ditou o fim do nacional-sindicalismo como movimento autónomo<sup>237</sup>. Porém, antes mesmo de serem adoptadas por Salazar algumas medidas de polícia, as medidas administrativas bastaram para desorganizar o nacional-sindicalismo. Um número considerável de

<sup>232</sup> Rolão Preto, «Salazar e a Questão Social», *Revolução*, 6 de Janeiro de 1933, citado por J. Medina (1978) 17 e 151 n. 54.

<sup>233</sup> Discurso de Rolão Preto no banquete em sua homenagem, que reuniu cerca de setecentos e trinta convidados em 18 de Fevereiro de 1933, citado em id., *ibid.*, 22.

<sup>234</sup> A. C. Pinto (1992) 591.

<sup>235</sup> F. Rosas et al. [s. d.] 178.

<sup>236</sup> A. C. Pinto (1992) 580-581.

<sup>237</sup> Transcrita em J. Ameal (org. 1956) III 318.

membros deste movimento, perdidas as veleidades iniciais, foi-se integrando — modestamente uns, outros em situações de destaque — ao lado dos devotos católicos e dos antigos liberais nas instituições acolhedoras do Estado Novo<sup>238</sup>. «Na idade em que esses rapazes estavam todos, nos vinte e tantos anos, o que queriam era casar-se, ganhar a vida. E Salazar oferecia-lhes empregos», reconheceu, desiludido, o velho chefe dos Camisas Azuis, muito tempo depois, deixando-nos um interessante retrato dos seus antigos seguidores<sup>239</sup>. E durante quase dois anos e meio, até esgotar as suas funções, a Acção Escolar Vanguarda, criada por iniciativa do governo e na sombra discreta do Secretariado da Propaganda Nacional, serviu para receber os nacionais-sindicalistas mais jovens, para domesticá-los, para os habituar a venerarem Salazar como chefe único e para os lançar, já amansados, pelos caminhos da vida<sup>240</sup>. A prosápia de Rolão Preto teve como resultado último a sua participação, ao lado de alguns democratas e de elementos da esquerda moderada, na fracassada intentona militar de Setembro de 1935<sup>241</sup>, perdendo a credibilidade ao aliar-se precisamente àqueles sectores que antes denunciara à animosidade dos Camisas Azuis.

Contrariamente ao que os nacionais-sindicalistas pensavam, eles não ofereciam uma alternativa ao salazarismo. O seu único papel histórico foi o de confirmar que em Portugal o

<sup>238</sup> A. M. Caldeira (1986) 969; J. Medina (1978) 10-11, 16-18, 37-42, 103, 176, 243; A. B. Parreira et al. (1982) 209; A. C. Pinto et al. (1982) 229, 231; F. Rosas et al. [s. d.] 175, 176, 182-184, 186, 376. Fernando Rosas et al., op. cit., 184 afirmaram que os antigos partidários de Rolão Preto «raramente lograrão chegar ao governo» e mencionaram como uma excepção (pág. 409 n. 25) o caso de Castro Fernandes, que haveria de ser subsecretário de Estado das Corporações e ministro da Economia. No entanto, João Medina, op. cit., 15, 20, 24, 26 e 28 referiu também a participação no movimento nacional-sindicalista de Eusébio Tamagnini, Costa Leite (Lumbrales), Pedro Theotónio Pereira, Fernando Pires de Lima, Gonçalves Rodrigues, Teófilo Duarte ou ainda Manuel Rodrigues — «talvez o homem mais inteligente e mais cínico do Estado Novo», observou F. Nogueira [1977-1985] III 186 — e todos eles ornaram a lista dos altos dignitários do salazarismo.

<sup>239</sup> Palavras de Rolão Preto em entrevista com J. Medina (1978) 176.

<sup>240</sup> J. Ameal (org. 1956) III 319; S. Kuin (1993) 559-562; J. Medina (1978) 63-67 n. 34, 243; A. C. Pinto et al. (1982) 231 e segs.

<sup>241</sup> J. Medina (1978) 46, 164-165, 177, 192-193 n. 3; F. Nogueira [1977-1985] II 338-339; F. Rosas et al. [s. d.] 184, 227-228. Segundo A. C. Pinto (1992) 582, «após a ilegalização» do movimento nacional-sindicalista um «reduzido grupo clandestino [...] sobreviveu até aos anos da Segunda Guerra mundial». Pasmado ao ler na intervenção de um dos representantes do Partido Comunista Português no 7º Congresso do Komintern, transcrita em J. A. Nunes (1982) 68-71, que o movimento nacional-sindicalista fora fundado pela própria ditadura com o objectivo de criar uma base entre os trabalhadores e que uma campanha de desmascaramento conduzida pelos comunistas forçara o governo a desistir do seu intento, o que teria constituído um grande êxito e demonstrado que o fascismo tinha os dias contados. Segundo João Arsénio Nunes (pág. 68), o autor desta assombrosa intervenção seria Francisco Paula de Oliveira, conhecido por Pavel, que veio a estar à frente do partido desde Junho de 1936 até ser preso em Janeiro de 1938. Para ajudar a encher a folha de serviços, o representante de uma secção do Komintern situada num país obscuro atribuiu a si e aos seus camaradas os méritos que neste caso se deveram apenas a Salazar e aos salazaristas. Mal sabiam então Rolão Preto e o Partido Comunista Português que ambos haveriam de se encontrar lado a lado, um quarto de século mais tarde, no apoio à candidatura presidencial do general Humberto Delgado — que também ele, enquanto jovem tenente, andara pelas margens do nacional-sindicalismo e uns anos depois ajudara a fundar e organizar a Legião Portuguesa e combatera em seguida ao lado dos fascistas espanhóis na guerra civil, como se lê em J. Medina (1978) 178 n., 208 n. 34 e F. Nogueira [1977-1985] III 49. Mas entretanto Pavel, esse preclaro destrojador de Camisas Azuis, fora desde há muito expulso do PCP por suspeitas ignominiosas, que haviam contribuído para a dissolução pelo Komintern da sua secção portuguesa em 1939. A respeito da expulsão de Pavel ver Fernando Rosas et al., op. cit., 240.

fascismo apenas podia vingar na versão conservadora, e os Camisas Azuis limitaram-se a demonstrar a frivolidade das suas próprias aspirações. Em Itália, até Julho de 1943 Mussolini equilibrou ambos os eixos do fascismo, o conservador e o radical, e a sua arte consistiu em fazer o fiel da balança pender ora um pouco mais para um lado ora um pouco mais para o outro. Na Alemanha, Hitler esmagou em sangue as SA, que até Junho de 1934 haviam sido a componente essencial do eixo endógeno, para logo em seguida reconstituir esse eixo com os SS, numa base não social mas racial. Em Portugal, porém, o iniludível fiasco dos nacionais-sindicalistas confirmou a impossibilidade de tomar como alicerce principal do fascismo as instituições por ele criadas. Quando Salazar, em 1932, caracterizou Mussolini como «um admirável oportunista da acção» e logo em seguida acrescentou que «o Estado Novo Português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa em fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora»<sup>242</sup>, ele indicou com toda a clareza que neste caso as duas grandes instituições conservadoras exógenas limitavam o âmbito das instituições radicais endógenas. O conservadorismo liberal afecto às direitas republicanas, o catolicismo e o conservadorismo monárquico constituíram, malgrado as vociferações dos Camisas Azuis, a grande via de passagem para o fascismo, e essas três correntes, que haviam impulsionado a formação do Estado Novo, continuaram a sustentá-lo<sup>243</sup>.

A estrutura constitucional híbrida erigida em 1933 só não era contraditória na prática porque permitia uma convergência de forças e interesses que lhe assegurava a coesão. O paradoxo de um Estado que, embora proclamando-se «orgânico», remetia a um lugar meramente consultivo a Câmara Corporativa, cujos membros eram nomeados pelos grupos de interesses económicos, profissionais e locais, e atribuía ao mesmo tempo alguma capacidade legislativa à Assembleia Nacional, onde os deputados, apesar dos estreitos limites em que deliberavam, eram eleitos por sufrágio directo, explica-se pelo facto de o sindicalismo nacionalista e corporativo ser mantido em segundo plano relativamente ao conservadorismo de linhagem liberal, que via nas eleições um dos actos legitimadores do poder. Tratava-se, nas palavras de Quirino de Jesus, conselheiro íntimo de Salazar e um dos principais inspiradores do texto constitucional, se não mesmo o seu verdadeiro autor, de um «liberalismo depurado»<sup>244</sup>. E o mesmo afirmou o integralista Hipólito

<sup>242</sup> A. Ferro (1933) 74. Pode aplicar-se a Salazar o que Malaparte escreveu acerca de Pilsudski, que se mostrava «preocupado em conceber e executar os objectivos mais audaciosos dentro dos limites da moral histórica e civilizada do seu tempo e do seu povo, e respeitoso de uma legalidade que tinha a intenção de violar, sem, no entanto, se colocar fora da lei». Ver C. Malaparte (1998) 78.

<sup>243</sup> F. Nogueira [1977-1985] II 91, 98, 101, 138-139, 146, 155, 167, 169, 171-172, 225, 292-293, 297, III 97, 179, 558-559; F. Rosas et al. [s. d.] 180, 181.

<sup>244</sup> Citado em F. Rosas et al. [s. d.] 202. Segundo M. B. Cruz (1982 b) 777, Quirino de Jesus foi «um dos principais inspiradores» da constituição de 1933, mas F. Lucena (1984) 424 n. 4 informou que ele foi «por alguns

Raposo, só que com sentido político inverso, quando criticou o projecto constitucional por «realizar a conciliação do individualismo do Estado com o Estado corporativo, do liberalismo com a nação organizada [...]»<sup>245</sup>. Um jovem daquela época observou que «se obteve um misto de corporativismo católico-social e de tradicionalismo idealista coimbrão»<sup>246</sup>. A aparente disformidade de um Estado corporativo que subalternizava as corporações fornece-nos a chave das demais anomalias, num regime que criou o fascismo exclusivamente de cima para baixo, uma «revolução de cima», como Salazar adequadamente a denominou<sup>247</sup>.

A União Nacional, o partido único, não se destinou a conquistar o Estado, mas emanou do próprio Estado, sendo criada em Julho de 1930 por um decreto da ditadura militar<sup>248</sup>. E se é certo que já antes da sua fundação, e mesmo antes de Maio de 1926, as funções de um movimento fascista haviam sido preenchidas por «múltiplos grupúsculos político-militares e organizações de interesses económicos, bem como [por] incessantes movimentações de índole fascizante», como observou com pertinência um historiador<sup>249</sup>, também não é menos exacto que só a fusão de todos estes elementos numa mesma instituição os poderia ter convertido de meros instrumentos de pressão numa força propulsora. Um primeiro impulso fora dado logo após a derrota das insurreições de Fevereiro de 1927 no Porto e em Lisboa, quando a participação activa de muitos populares e operários ao lado dos militares sublevados deixou o novo regime seriamente apreensivo. Considerou-se então necessário formar uma organização civil que apoiasse a ditadura militar e fundou-se a Confederação Académica da União Nacional<sup>250</sup>. Mesmo sem que este agrupamento se tivesse consolidado, o nome do futuro partido ficara lançado, e em Outubro daquele ano o governo anunciou as linhas mestras da União Nacional<sup>251</sup>. Ao mesmo tempo que fez parte da vasta

considerado o autor» dessa constituição. Para F. Nogueira [1977-1985] II 211 (subs. orig.) «o Estado Novo surge como um *compromisso* [...] Destroí a substância da democracia parlamentar [...] Mas conserva o *aparato* exterior e formal de um regime democrático [...]».

<sup>245</sup> Citado em M. B. Cruz (1982 a) 180.

<sup>246</sup> A. M. V. Soares (1942-1943) 92.

<sup>247</sup> Numa alocução em 19 de Outubro de 1936 citada em F. Nogueira [1977-1985] III 47. Recorde-se a terminologia proposta por M. Maruyama (1963) 165-167 ao distinguir o fascismo instaurado «a partir de cima» e o instaurado «a partir de baixo».

<sup>248</sup> Foi sem razão que F. P. Santos (1982) 15 supôs que a criação do partido único por decreto governamental tivesse constituído um «caso, talvez, único do mundo». O mesmo sucedeu em 1933 na Áustria de Dollfuss com a formação da Frente Patriótica, e na Roménia foi por iniciativa do rei que o governo de Călinescu organizou em 1938 a Frente de Renascimento Nacional, tal como no Japão, em 1940, foi também o governo militar a decretar a criação do partido único, de modo a evitar que a ala mais radical monopolizasse o activismo fascista, o que apresenta curiosas semelhanças com o caso português.

<sup>249</sup> M. V. Cabral (1982) 26. Com uma singular franqueza, o integralista Pequito Rebelo reconheceu ter sido «muito significativa a parte que tomaram na preparação desse movimento [de 28 de Maio de 1926] as velhas associações profissionais da Agricultura, Industrial e Comercial, através das campanhas de Trindade Coelho no jornal *O Século*». Citado em M. B. Cruz (1982 a) 171.

<sup>250</sup> J. Ameal (org. 1956) II 96-97.

<sup>251</sup> Id., *ibid.*, II 108.

reorganização institucional destinada a retirar os militares da vida política activa, demonstrando assim inequivocamente que pertencia ao eixo endógeno do fascismo, a União Nacional serviu também a Salazar para arrebanhar bom número de antigos adeptos do nacional-sindicalismo e embotar o gume ao fascismo radical, confirmando portanto a primazia do eixo conservador<sup>252</sup>. Esta conjugação de funções determinou as características do partido único do Estado Novo e ditou o ritmo da sua constituição. Depois de progredir mais ou menos rapidamente no âmbito distrital e concelhio, graças à intervenção directa do Ministério do Interior, a União Nacional viu protelada a formação dos seus órgãos centrais porque se destinava em primeiro lugar a reunir elites locais<sup>253</sup>. Também na Áustria o partido fascista haveria de ser criado exclusivamente por acção do governo, mas enquanto a Frente Patriótica do chanceler Dollfuss integraria sobretudo funcionários públicos, Salazar recorreu à União Nacional para enquadrar antes de mais as figuras notáveis das vilórias e cidades de província<sup>254</sup>. Algumas personalidades de primeiro plano, Salazar entre elas, anunciaram claramente que a nova organização não se destinava a recrutar massas, mas a escolher elites<sup>255</sup>. Em vez de monopolizar a vida política portuguesa, o partido único serviu para alhear Portugal da vida política<sup>256</sup>.

Por outro lado, aos sindicatos corporativos foi vedada qualquer iniciativa, mesmo meramente demagógica, que os afastasse da estrita função de instrumentos reguladores do mercado de trabalho, ficando reduzidos a órgãos repressivos auxiliares. Disperso o movimento nacional-sindicalista, não era nos sindicatos que os elementos radicais do fascismo deparariam com um terreno favorável. Julgaram ter encontrado um segundo fôlego na Legião Portuguesa, a milícia do Estado Novo, criada tardiamente no último dia de Setembro de 1936, quando Salazar temia as repercussões da guerra civil travada do outro lado da fronteira<sup>257</sup>, mas a Legião serviu para os encerrar num beco sem saída. As quimeras de autonomia relativamente ao exército foram cortadas cerce, e no final de 1937 e em 1938 as chefias da Legião foram mudadas e demitidos cerca

<sup>252</sup> A. M. Caldeira (1986) 955, 969, 974.

<sup>253</sup> Id., *ibid.*, 956, 958-959, 961, 963, 965; A. B. Parreira et al. (1982) 207; A. C. Pinto (1992) 594-595, 597, 599; F. P. Santos (1982) 15. António Costa Pinto, *op. cit.*, 613 chamou à União Nacional «agência estatal de “integração” das elites locais».

<sup>254</sup> A. M. Caldeira (1986) 972. Este autor chamou a atenção (pág. 960) para «a escassa representação de funcionários públicos» na União Nacional.

<sup>255</sup> Id., *ibid.*, 970-971.

<sup>256</sup> A. C. Pinto (1992) 613. Numa entrevista concedida no final de 1945 e citada em F. Nogueira [1977-1985] IV 27, Salazar evocou o «bom povo português das nossas cidades, vilas e aldeias [...] que [...] não tem tempo para fazer política».

<sup>257</sup> L. N. Rodrigues (1995) 93-94, 100-108, 117. É deveras extraordinário que nas suas *Memórias* Pedro Theotónio Pereira tivesse considerado o atentado contra Salazar, ocorrido em 4 de Julho de 1937, como «a causa preponderante da criação, poucas semanas depois, da força de voluntários Legião Portuguesa». Ver P. Th. Pereira (1973) I 329.

de novecentos membros, suspeitos de radicalismo<sup>258</sup>. Destinada a colaborar com as forças militares e policiais na manutenção da ordem e a ajudar a polícia política na espionagem e na delação<sup>259</sup>, esta milícia não se prestou aos intuitos arruaceiros do fascismo populista e foi afinal aproveitada pelo presidente do Conselho como um auxiliar secundário do fascismo conservador. Mesmo em circunstâncias extremas, o salazarismo negava-se a patrocinar agitações de rua e preferia torturar discretamente nas instituições oficiais destinadas a tal fim<sup>260</sup>.

Esse desejo de pacatez retirou qualquer capacidade séria de mobilização à Organização Nacional Mocidade Portuguesa, que em Julho de 1933 conheceu um primeiro esboço na Liga Nacional da Mocidade Portuguesa<sup>261</sup> e foi instituída oficialmente em Maio de 1936, mas que só a partir de Outubro desse ano começou a ser formada na prática. Se recordarmos que a Mocidade Portuguesa foi precedida pela Acção Escolar Vanguarda, lançada dois anos antes para absorver os jovens nacional-sindicalistas que voltavam costas às veleidades de Rolão Preto, concluímos que desde o início a nova organização se destinou a eliminar nos seus filiados qualquer indício de radicalismo ou sequer de entusiasmo, entretendo-os com actividades inócuas. Bem podia um dos seus dirigentes exultar, mal a Mocidade Portuguesa acabara de ser criada: «Enganam-se os que pensarem que combateremos o comunismo opondo, somente, a uma aberração um ideal. Se tanto for necessário, imitaremos as heróicas juventudes da Itália, da Alemanha e da Espanha; se tanto for necessário, lutaremos de armas na mão!»<sup>262</sup>. Este fervor marcial parecia confirmado pelo regulamento, ao atribuir preferencialmente a oficiais das forças armadas os cargos de chefia regionais<sup>263</sup>. Além disso, foi criada no âmbito da Mocidade Portuguesa uma milícia destinada a dar instrução pré-militar aos mais velhos e cujo regulamento estipulava que «estará sempre pronta a colaborar com a Legião Portuguesa»<sup>264</sup>.

Mas já em 1937, na primeira reunião conjunta de dirigentes, o comissário nacional da Mocidade pusera água na fervura: «[...] a Mocidade Portuguesa não constitui um partido político

<sup>258</sup> F. Rosas (2001) 1047, 1049.

<sup>259</sup> I. F. Pimentel (2006) 266; L. N. Rodrigues (1995) 118.

<sup>260</sup> «Não é à pancada que se conseguem adeptos», escreveu um dirigente da AEV em Março de 1934, num artigo sugestivamente intitulado «Disciplina», citado em A. C. Pinto et al. (1982) 250. Na verdade, Salazar de modo algum desprezava as vantagens da bordoadada e em A. Ferro (1933) 82 fez a apologia de «meia dúzia de safanões a tempo», só que pretendia ver esses métodos aplicados, como se dizia na época, pelas autoridades legitimamente constituídas. Tal como ele afirmara no seu discurso de 30 de Julho de 1930, «deve o Estado ser tão forte» nas instituições «que não precise de ser violento» na rua. Acerca deste discurso ver J. Medina (1978) 56 n. 8 e F. Nogueira [1977-1985] II 80. Salazar desenvolveu mais longamente esta tese ao discursar em 28 de Maio de 1932, tal como pode ler-se em Franco Nogueira, op. cit., II 143.

<sup>261</sup> J. Ameal (org. 1956) III 252.

<sup>262</sup> Discurso de Luís Pinto Coelho em Agosto de 1936 citado em L. Arriaga (1976) 56.

<sup>263</sup> L. Viana (2001) 26.

<sup>264</sup> S. Kuin (1993) 574, 578-580. A passagem citada encontra-se em L. Arriaga (1976) 24 e 138.



incipiente. Não tem combatividade política imediata, propósitos de luta política»<sup>265</sup>. E numa carta endereçada a Salazar em Setembro do ano seguinte o comissário nacional opunha-se à atribuição de qualquer carácter militar à Mocidade Portuguesa<sup>266</sup>. Numa obra publicada em 1943 o seu sucessor no Comissariado Nacional fixou limites igualmente claros: «A Mocidade Portuguesa não é uma organização militar. Embora vá recrutar grande parte dos seus dirigentes no Exército, na Armada e na Legião Portuguesa e possua uma milícia, não se confunde com qualquer sociedade de instrução militar preparatória. [...] limita-se a ir buscar às instituições militares quanto elas tenham de sólidos elementos educativos — aquelas virtudes de sacrifício, de abnegação, de decisão, de disciplina e de aprumo sem as quais não pode compor-se um tipo de homem verdadeiramente viril»<sup>267</sup>. Não existindo interesse em promover a milícia da Mocidade Portuguesa e copiando-se das forças armadas apenas a cadeia de comando e as ordens dadas aos berros, a preparação bélica das crianças acabou por se limitar a entediantes marchas e meias-voltas e o seu enquadramento militarizado não se prolongou de facto até à idade adulta. Compreende-se que, se entre os participantes no 1º Congresso da Mocidade Portuguesa, realizado em 1939, o número de militares fora muito superior ao de professores, a proporção se encontrasse invertida dezassete anos depois, no 2º Congresso<sup>268</sup>.

Entretanto, a ala radical do regime, partidária da inclusão efectiva na Mocidade de todos os jovens entre os sete e os catorze anos, fossem ou não estudantes, deparou com fortes resistências da ala conservadora, e do presidente do Conselho em primeiro lugar, adversos à mobilização de massas e defensores de um recrutamento vocacionado para a elite que, num país extensamente analfabetizado, predominava nos estabelecimentos de ensino secundário<sup>269</sup>. Logo nos primeiros anos de existência da nova organização o seu comissário nacional declarou que ela devia encontrar nas escolas secundárias o principal campo de actividade<sup>270</sup>. A Mocidade Portuguesa «permaneceria um fenómeno essencialmente escolar», comentou um historiador, acrescentando que «muito poucos patrões mostraram vontade de colaborar no programa de

<sup>265</sup> Francisco Nobre Guedes citado em L. Arriaga (1976) 52. Num texto explicativo do regulamento da Mocidade Portuguesa, datado provavelmente de 1936, afirmava-se que ela devia recusar a actuação política e prosseguir a sua vocação nacionalista e imperial fora do ambiente de luta política. Ver L. Viana (2001) 22-23.

<sup>266</sup> A carta de Nobre Guedes a Salazar, com data de 12 de Setembro de 1938, é mencionada por L. Viana (2001) 108.

<sup>267</sup> Este excerto da obra de Marcello Caetano, *A Missão dos Dirigentes*, encontra-se em id., *ibid.*, 108.

<sup>268</sup> Num total de 85 participantes no 1º Congresso, id., *ibid.*, 31 identificou 34 militares e 6 professores do ensino secundário, enquanto identificou entre os mais de mil participantes no 2º Congresso 39 militares e cerca de 100 professores. Para dados complementares ver id., *ibid.*, 88 e 112. E em 1955, de acordo com números oficiais reproduzidos por Luís Viana, op. cit., 31, 34,7% dos cargos directivos de maior responsabilidade eram ocupados por professores e só 16,8% cabiam a militares.

<sup>269</sup> S. Kuin (1993) 557, 563, 588.

<sup>270</sup> Estas declarações de Nobre Guedes encontram-se mencionadas em L. Viana (2001) 31.

enquadramento obrigatório da juventude não escolar»<sup>271</sup>. Depois de um ano de actividade, 80% dos membros oficialmente registados na Mocidade Portuguesa eram estudantes, representando quase 80% dos alunos dos cursos secundários<sup>272</sup>, e vinte anos mais tarde a filiação, apesar de obrigatória, abrangia apenas um quarto da juventude<sup>273</sup>.

Os generais e os prelados nunca deixaram de dar o tom a este regime beato e timorato, mas o próprio facto de as instituições endógenas do fascismo subsistirem no caso português, apesar de estarem quase resumidas a funções decorativas, revela a sua necessidade estrutural. Salazar não pôde dispensá-las e equilibrou-as com um comando militar e uma hierarquia religiosa que no decorrer do tempo haviam sido igualmente afastados da intervenção política activa<sup>274</sup>. Afinal, talvez este fascismo desprovido de entusiasmos, a que Salazar conseguiu imprimir os traços da sua mentalidade bisonha, se caracterizasse não tanto pelo prevalecimento do eixo conservador como sobretudo pela palidez a que condenou qualquer dos quatro pólos componentes. Num discurso de 1938, ao mesmo tempo que reafirmou a intenção de dar aos portugueses «consciência da grandeza e da missão providencial da Nação», o presidente do Conselho nada viu de paradoxal em descrever o seu país como «a nossa casa sem dúvida modesta mas tranquila, arrumada e digna»<sup>275</sup>. É a conjugação da modéstia e da grandeza que melhor define a especificidade do fascismo salazarista. E Salazar apresentara um insuperado retrato da mediocridade que pretendia para «esta pequena casa portuguesa»<sup>276</sup> quando exortara a plateia do Centro Católico do Funchal, em Abril de 1925, exactamente três anos antes de se tornar o ocupante perene da pasta das Finanças: «Ensinai aos vossos filhos o trabalho, ensinai às vossas filhas a modéstia, ensinai a todos a virtude da economia»<sup>277</sup>.

<sup>271</sup> S. Kuin (1993) 563, 588. Por seu lado, L. Viana (2001) 31 salientou que a redução da Mocidade Portuguesa aos estabelecimentos de ensino secundário indicava «muito mais a falência do extra-escolar do que a pujança da Mocidade Portuguesa no sector escolar [...]».

<sup>272</sup> S. Kuin (1993) 567.

<sup>273</sup> L. Arriaga (1976) 95-96.

<sup>274</sup> Acerca do progressivo afastamento dos militares da cena política e do seu regresso aos quartéis ver F. Nogueira [1977-1985] II 341, 364-366, III 532, A. B. Parreira et al. (1982) 227 e F. Rosas et al. [s. d.] 173, 186-187, 244. Acerca do afastamento dos católicos, a começar pela dissolução do próprio Centro Católico, ver J. Medina (1978) 100, 148-149 n. 39, Franco Nogueira, op. cit., II 171-172 e Fernando Rosas et al., op. cit., 195, 244.

<sup>275</sup> Esta passagem do discurso de Salazar em 22 de Março de 1938 encontra-se citada em J. Ameal (org. 1956) IV 223 e F. Nogueira [1977-1985] III 150-151.

<sup>276</sup> A expressão encontra-se no discurso proferido por Salazar a 16 de Março de 1933 citado em F. Nogueira [1977-1985] II 194.

<sup>277</sup> Citado em id., *ibid.*, I 285.

#### 4. Alemanha: O eixo radical nunca dispensou o eixo conservador

Já antes da fracassada tentativa de Munique Hitler considerava que a tomada do poder só teria êxito se contasse com o apoio dos militares, da polícia e das instituições políticas conservadoras<sup>278</sup>, o que não espanta, pois devera-se aos serviços de formação ideológica do exército a inscrição do futuro Führer no partido que viria a ser o seu<sup>279</sup>. Ele confessou-o com candura: «Um dia recebi ordens do meu comandante para averiguar o que estava por detrás de uma organização aparentemente política que planeava convocar uma assembleia num dos dias seguintes [...] Mandaram-me ir e dar uma vista de olhos na organização e apresentar depois um relatório»<sup>280</sup>. Foi através desta actividade de espionagem ao serviço das chefias militares que Hitler conheceu o partido de que em breve se apoderaria. «A Reichswehr e a polícia constituíram, até 1923, a espinha dorsal do movimento nacional-socialista», escreveu um autor daquela época, especialmente bem informado<sup>281</sup>.

A importância das forças armadas no desenvolvimento do fascismo alemão observa-se ainda noutro aspecto, não menos decisivo. Para iludir os limites impostos pelo tratado de Versailes o exército oficial mantinha relações ocultas, mas muito estreitas, com os corpos francos, e foram estes que estiveram na origem directa das milícias nacional-socialistas. «[...] as SA foram simplesmente as sucessoras da brigada Ehrhardt», esclareceu o autor que mencionei há pouco, e acrescentou: «O corpo franco Oberland mostrou a sua combatividade em 1921 na Alta Silésia [...]; a brigada Ehrhardt, dissolvida na Prússia, continuou a existir em Munique sob o nome de Organização Consul; a ela se juntaram alguns restos do corpo franco de Rossbach. O corpo franco Oberland [...] manteve-se independente. Pelo contrário, os homens de Ehrhardt passaram-se quase todos para Hitler. Foi assim que se formaram as SA»<sup>282</sup>. Alfred Rosenberg reconheceria muito mais tarde, já preso em Nuremberga, que as SA haviam sido treinadas por oficiais da brigada Ehrhardt<sup>283</sup>. Nem Hitler pretendeu deixar no segredo esta filiação, pois, segundo um historiador, ele próprio «chamou a atenção, no seu julgamento, para os conluios muito íntimos que existiam

<sup>278</sup> W. L. Shirer (1995) I 80.

<sup>279</sup> K. Heiden (1934) 14-15; D. C. Watt (1995) xx-xxi.

<sup>280</sup> A. Hitler (1995) 197. No segundo volume do seu livro, depois de perorar contra as crianças que denunciavam os colegas aos professores, o ex-informador escreveu (pág. 378): «Tem sucedido muitas vezes que um pequeno informador se torne, quando adulto, num grande malandro!». A avaliarmos pelo seu exemplo, são as únicas palavras justas em tantas centenas de páginas.

<sup>281</sup> K. Heiden (1934) 8. Consultar igualmente J. Droz [s. d.] 9-10.

<sup>282</sup> K. Heiden (1934) 86, 89. Ver também: Benoist-Méchin (1964-1966) II 252; J. Billig (2000) 127; A. Bullock (1972) 67, 73; F. L. Carsten (1967) 99. Por seu lado, E. Salomon (1993) 91-92, 316 e 321-322 pretendeu que a Organização Consul se manteve distanciada de Hitler.

<sup>283</sup> A. Rosenberg [s. d. 1] 27.

entre a Reichswehr e as Secções de Assalto»<sup>284</sup>. O reconhecimento deste terreno comum seria mais tarde consagrado oficialmente. «Após 1933», escreveu outro historiador, «os nazis estavam tão confiantes na estabilidade do regime que eles mesmos revelaram as relações entre os antigos corpos francos e a ascensão do movimento nazi»<sup>285</sup>. Aliás, o exército fez mais do que fornecer os quadros das milícias nacional-socialistas e inspirou-lhes igualmente os métodos de actuação, que se resumiram, numa síntese se não original pelo menos eficaz, à paulada e ao homicídio. Os 354 assassinatos políticos cometidos pela direita na Alemanha durante os quatro anos que se seguiram ao dia 9 de Novembro de 1918, todos eles se deveram a oficiais e soldados<sup>286</sup>.

Através das truculências que patrocinava e dos bandos de mercenários que tolerava e ocultamente fomentava, talvez também fornecendo os seus próprios homens, o exército, instituição exógena ao nacional-socialismo, desdobrou-se numa instituição endógena, as SA. A tal ponto que nos primeiros anos a Reichswehr, além de pagar discretamente o soldo dos membros das milícias nacionalistas, incluindo as nacional-socialistas, orientava o seu treinamento e fornecia-lhes armas. Em 1923, na Baviera, o comando militar procurou mesmo submeter as milícias a um controle político directo, e Hitler, sentindo que as SA lhe escapavam, criou uma guarda pretoriana, os SS. As sementes do futuro antagonismo entre as duas milícias estavam lançadas desde início. Hitler teve consideráveis dificuldades em impedir os desígnios das altas esferas do exército<sup>287</sup>, mas apesar disto a aliança com a Reichswehr jamais deixou de o nortear na estratégia de conquista do Estado.

Esse pendor respeitoso do nacional-socialismo reduz a intentona da cervejaria àquilo que realmente foi, uma vulgar manobra circunscrita ao campo da ordem, e embora os objectivos últimos prosseguidos pelo governo da Baviera não correspondessem aos desejos de Hitler, naquela conjuntura eram convergentes. As hesitações, ou até a aparente inépcia, dos conspiradores esclarecem-se quando sabemos que de modo nenhum pretendiam entrar em confronto com o exército, procurando apenas, com uns empurrões, insuflar à direita conservadora a audácia que julgavam faltar-lhe<sup>288</sup>. «Jamais pensámos levar a cabo uma revolta contra o exército», recordaria Hitler dez

<sup>284</sup> J. Droz [s. d.] 10.

<sup>285</sup> E. K. Bramstedt (1945) 227.

<sup>286</sup> Foi este um dos factos estabelecidos por Emil Julius Gumbel em *Vier Jahre politischer Mord*, um estudo completo dos assassinatos políticos cometidos pela esquerda e pela direita nos quatro primeiros anos da república de Weimar, antologiado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 101-102.

<sup>287</sup> O relato dos confrontos entre Hitler e as altas esferas militares relativamente ao controle das SA encontra-se em K. Heiden (1934) 128-133 e 138. Ver igualmente A. Bullock (1972) 93-94, J. C. Fest (1974) 286-287 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 26. Quanto aos subsídios recebidos da Reichswehr ver Konrad Heiden, op. cit., 143. Por seu lado, J. P. Faye (1980) 39 referiu o fornecimento de armas. D. C. Watt (1995) xxi apresentou a participação de soldados nas SA como mais segura do que o financiamento desta milícia pelos altos comandos militares.

<sup>288</sup> A. Bullock (1972) 89, 101-114; J. Droz [s. d.] 7-8; J. C. Fest (1974) 293-323, 331-332.

anos mais tarde. «Era *com ele* que tínhamos a convicção de que havíamos de vencer»<sup>289</sup>. A reverência por certas instituições, manifestada já pelo futuro Führer, acentuou-se depois do fiasco da tentativa insurreccional. Meditando na experiência, ele pôs definitivamente de parte quaisquer veleidades de conspiração e resolveu daí em diante utilizar apenas os mecanismos legais para chegar ao governo, uma decisão que manteve mesmo em circunstâncias especialmente adversas e contrariando por vezes fortes pressões da base do partido<sup>290</sup>. E se a sua veneração pelo estado-maior do exército esmoreceu depois, isto deveu-se às circunstâncias gerais, que com a estabilização económica e o novo quadro diplomático deixaram os militares nos bastidores e precipitaram para o primeiro plano os políticos civis. Cortejar a benevolência da legalidade burguesa tornou-se a preocupação principal de Hitler, que até então havia mais do que tudo procurado pôr-se às ordens dos generais<sup>291</sup>. Como observou sagazmente um dos seus biógrafos, «Hitler pretendia sem dúvida fazer a sua revolução, mas pretendia fazê-la depois — e não antes — de ter alcançado o poder»<sup>292</sup>. Aliás, após a sua entrada na Chancelaria o Führer não precisou de abolir a constituição de Weimar nem de extravasar formalmente os quadros legais definidos pelos «traidores de Novembro» para prosseguir a conquista total do Estado<sup>293</sup>. Os nacionais-socialistas preferiram recorrer a artimanhas e mesmo a descarados artifícios a alterar explicitamente a constituição.

Quando decidiu liquidar fisicamente os chefes da ala populista do seu partido, na noite de Junho para Julho de 1934, o Führer guiou-se por uma conjugação de preocupações muito variadas, mas entre elas é bem conhecida a decisão de impedir que as SA se substituíssem às forças armadas, como Röhm pretendia<sup>294</sup>. Nesta perspectiva, deve recordar-se que já em 1929 Hitler tivera de usar grande energia ao combater a tendência dos chefes das SA para entrarem em concorrência com a Reichswehr<sup>295</sup>. O assassinato de Röhm e a marginalização das SA selaram a

<sup>289</sup> Hitler no discurso de 8 de Novembro de 1933, em Munique, citado por A. Bullock (1972) 114 (sub. orig.).

<sup>290</sup> Id., *ibid.*, 118-119, 177, 223-224; J. C. Fest (1974) 331-332; *Hitler's Table Talk...*, 287, 497; W. L. Shirer (1995) I 99 n., 129, 147, 152-153, 184; D. C. Watt (1995) xxv. Ver igualmente C. Malaparte (1998) 145 e 208 e segs.

<sup>291</sup> K. Heiden (1934) 192; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 37.

<sup>292</sup> A. Bullock (1972) 162. Ver também J. C. Fest (1974) 331. Escreveu Scheubner-Richter num memorando datado de 24 de Setembro de 1923, duas semanas antes da malograda intentona em que haveria de cair morto: «A revolução nacionalista não deve preceder a tomada do poder político; pelo contrário, o controle sobre a polícia da nação é a condição prévia da revolução nacionalista». Mas Joachim Fest, *op. cit.*, 663 não teve razão quando pretendeu que se deve a Hitler «a invenção do método clássico pelo qual as instituições democráticas são esmagadas a partir de dentro e o regime totalitário é imposto com a plena ajuda do Estado pré-existente», porque esta foi a invenção global do fascismo.

<sup>293</sup> «A constituição de Weimar nunca foi substituída», esclareceu A. Bullock (1972) 403, «ela foi simplesmente suspensa pela Lei de Plenos Poderes, que era renovada periodicamente e depositara todo o poder nas mãos de Hitler». Ver igualmente: *id.*, *ibid.*, 266; W. Laqueur (1996) 36; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 125, 141-142, 155-156, 161; W. L. Shirer (1995) I 299. Referindo-se à constituição de Weimar, F. Neuman em R. Laudani (org. 2013) 688 observou que «se bem que nenhuma lei nazi a tenha revogado formalmente, os nazis efectivamente destruíram toda a estrutura institucional da república de Weimar».

<sup>294</sup> A. Bullock (1972) 289 e segs.; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 173.

<sup>295</sup> K. Heiden (1934) 258-261.

ligação dos generais ao novo regime a um ponto tal que eles não reagiram quando o Führer começou a pô-los directamente em causa. Vejamos o exemplo do comandante-chefe do exército, general barão Werner von Fritsch, um belo espécimen do estado-maior de formação tradicional, luterana e prussiana, caindo em Janeiro de 1938 numa armadilha orquestrada pelos SS e pela Gestapo e demitido sob a acusação de homossexualismo. Pouco importou que os testemunhos apresentados se tivessem depois revelado inteiramente falsos. O general barão permaneceu afastado dos comandos<sup>296</sup>. Poderemos imaginar a amargura deste homem, o seu rancor? Mas assim como o eixo radical do nacional-socialismo só se impusera graças à ajuda do eixo conservador, este necessitava também do impulso que apenas as instituições radicais pareciam capazes de lhe dar, o que explica que von Fritsch, já depois de humilhado e demitido, tivesse escrito em Dezembro de 1938, numa carta a uma amiga baronesa: «É deveras estranho que tanta gente encare apreen-sivamente o futuro, apesar dos êxitos inegáveis obtidos pelo Führer durante os últimos anos [...] Pouco depois da guerra cheguei à conclusão de que devíamos triunfar em três batalhas, se queríamos que a Alemanha se tornasse poderosa de novo: 1) A batalha contra a classe trabalhadora — Hitler já a ganhou. 2) Contra a Igreja católica ou, talvez mais exactamente, contra o ultramontanismo e 3) contra os judeus. Estamos no meio destas batalhas, e a que se trava contra os judeus é a mais difícil. Espero que todos se dêem conta da complexidade desta campanha»<sup>297</sup>. Mesmo quando eram vítimas das ciladas do nacional-socialismo, os generais não podiam dispensá-lo. O conjunto de iniciativas prosseguido pelo Führer no final de 1937 e nos primeiros meses de 1938 subalternizou o exército e as figuras conservadoras que lhe estavam ligadas, mas nem por isso a Wehrmacht deixou de constituir um dos eixos do regime.

Só quando os chefes militares viram a guerra perdida é que conspiraram contra o Führer e tentaram assassiná-lo, em 20 de Julho de 1944. Mas nenhuma divergências haviam surgido quanto à política interna, que fora para os generais a razão de ser da instalação do Terceiro Reich. Como observou justamente um historiador fascista, os generais não se opuseram a Hitler nem devido ao seu racismo nem devido ao carácter totalitário do regime que implantara<sup>298</sup>. «O que os altos comandos do exército não previram foi que, passados menos de dez anos sobre o assassinato de Röhm, os SS conseguiriam realizar aquilo que as SA se haviam mostrado incapazes de

<sup>296</sup> A. Bullock (1972) 417-420; W. L. Shirer (1995) I 344-351, 388. O general von Fritsch morreu no começo da segunda guerra mundial, em Setembro de 1939, às portas de Varsóvia, e Victor Klemperer contou no seu diário que em certos meios era muito difundida a convicção de que não fora polaca a bala que o matara. Ver M. Chalmers (org. 2006 a) 378. Também um jornalista comentou no seu diário: «Um pouco estranho». Ver W. L. Shirer (2011) 231. Ver ainda as págs. 232-233.

<sup>297</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) I 389. Ver igualmente H. Mommsen (2009) 250, 256 e M. Roseman (2012) 19.

<sup>298</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 325-326.

fazer, estabelecendo um exército do partido, rival declarado do exército dos generais», comentou outro historiador<sup>299</sup>. A repressão subsequente à tentativa de golpe de Julho de 1944 anulou finalmente quaisquer resquícios de autonomia política que os comandos da Wehrmacht ainda pudessem ter e expandiu o campo de acção dos Waffen-SS<sup>300</sup>. Mas embora estes corpos militares fossem endógenos ao nacional-socialismo, para tudo o que dizia respeito às operações de guerra os generais SS jamais deixaram de estar subordinados à autoridade suprema da Wehrmacht<sup>301</sup>. O pólo das milícias obteve a hegemonia política sobre o pólo do exército, sem no entanto o eliminar<sup>302</sup>.

Esta necessidade de não romper a aliança com a instituição militar ajuda a compreender a tática seguida pelo Reichsführer-SS Himmler nos últimos anos da guerra. Não obstante comandar poderosíssimas milícias, a partir de 1943 Himmler manteve ligações com a oposição conservadora, que preparava o que veio a ser a malograda tentativa de golpe militar<sup>303</sup>. Usando o seu cargo de chefe supremo dos órgãos de polícia e de espionagem, ele não só ficava ao corrente dos conluios e podia impedir-lhes o desenvolvimento, mas igualmente reservava a possibilidade de contactos futuros com os Aliados. É certo que entre os conjurados prevaleceu a intenção de o assassinar junto com Hitler e Göring — um plano frustrado, como os demais. Mas um dos conspiradores, Johannes Popitz, ministro das Finanças da Prússia, via em Himmler um substituto conveniente de Hitler e neste sentido procurava sondar-lhe as ambições<sup>304</sup>; e Goerdeler, antigo Comissário do Reich para o Controle dos Preços e que era a personalidade civil mais importante da conspiração, considerava Himmler um aliado potencial, tanto mais compreensivelmente quanto todos eles partilhavam um profundo anti-semitismo<sup>305</sup>.

<sup>299</sup> A. Bullock (1972) 307-308. Como escreveu J. C. Fest (1974) 1229, «o 20 de Julho [de 1944] e as execuções posteriores consumaram a revolução nacional-socialista».

<sup>300</sup> A. Bullock (1972) 734, 752.

<sup>301</sup> J. Billig (2000) 268.

<sup>302</sup> E. K. Bramstedt (1945) 91-92.

<sup>303</sup> Acerca das relações entre Himmler e a oposição conservadora ver W. L. Shirer (1995) II 430, 437, 461-462, 491 e 492. Consultar ainda: H. Arendt (1994) 100; J. C. Fest (1974) 1202-1203; H. Mommsen (2009) 72, 99; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 611; E. Salomon (1993) 387. Um relatório enviado em Maio de 1942 ao governo britânico pelo bispo protestante de Chichester, acerca dos contactos que acabara de ter em Estocolmo com dois pastores ligados à oposição conservadora, revelou que aquela oposição estava convencida de que Himmler e os SS preparavam um golpe de Estado contra Hitler. Ver a este respeito Jeremy Noakes et al., op. cit., IV 608-609.

<sup>304</sup> J. C. Fest (1974) 1203-1204. Popitz «manteve o seu cargo de ministro das Finanças da Prússia mesmo depois de a Prússia ter sido completamente absorvida pelo Reich», explicou H. Mommsen (2009) 255.

<sup>305</sup> Quanto ao anti-semitismo da oposição conservadora ver S. Friedländer (2008) 758-759 e 935-936. H. Arendt (1994) 102-103 e H. Mommsen (2009) 257-260, 262 mostraram o profundo anti-semitismo que animava Goerdeler. Ver ainda Saul Friedländer, op. cit., 105. O anti-semitismo de Popitz é visível em Friedländer, op. cit., 935, Hans Mommsen, op. cit., 97, 255, 267-268 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 633. Aliás, Goerdeler não se limitava a ser anti-semita, já que, segundo J. Caplan (org. 1995) 85, num relatório de 7 de Setembro de 1933 ele aprovava a destruição dos sindicatos e considerara *contra naturam* a jornada de trabalho de oito horas e a fixação de salários mediante negociações ou greves. Da ausência de referências aos SS enquanto instrumento do racismo biológico em

Mesmo após o fim miserável da tentativa de golpe de Julho de 1944 Himmler conseguiu protelar a execução de numerosos condenados à morte, para os utilizar no caso de tomar o poder e encetar negociações com as potências ocidentais<sup>306</sup>. O facto de o Reichsführer-SS, o principal representante das instituições radicais, se revelar tão preocupado em não cortar os elos com as instituições conservadoras confirma a impossibilidade de o fascismo subsistir fora desta articulação. Chegados os derradeiros estertores do nacional-socialismo, Himmler confiava ainda na possibilidade de uma cisão entre os Aliados, quando o próprio Führer, que durante tanto tempo se embalara com esta ilusão, deixara já de acreditar nela. A 23 de Abril de 1945, em Lübeck, Himmler recorreu a um mediador sueco para anunciar ao general Eisenhower que estava pronto a assumir a chefia do Reich e lhe propor a paz na frente ocidental se os norte-americanos substituíssem os alemães na condução da guerra contra a União Soviética<sup>307</sup>. Algumas horas antes, na cidade de Berlim pouco a pouco conquistada pelo Exército Vermelho, quando a Gestapo transferia para uma cadeia mais segura duas dezenas de condenados que Himmler mantivera em vida para os empregar nesta ocasião, surgiu um destacamento dos SS que fuzilou todos, excepto dois que escaparam. Quem ordenara a execução? Himmler, para apagar os traços? Aqueles que se lhe opunham, para lhe prejudicar as manobras? Ou seria apenas uma entre tantas decisões caóticas e iniciativas desesperadas, num Reich que deixava de existir? Pouco importa. Para o nacional-socialismo nada valia já. Em tal ponto da história, a única coisa a considerar é que estes membros da oposição conservadora duraram tanto como durou o chefe neopagão das milícias, suspensos todos eles da mesma teia de instituições.

E assim como, até à desagregação final do Reich, as forças armadas nunca perderam a função de sustentáculo conservador do regime, também as Igrejas não deixaram de contribuir para a solidez dos alicerces do nacional-socialismo, malgrado os ataques a que foram submetidas pelo partido e pelos SS e o declínio do seu prestígio. Aliás, a divisão entre protestantes e católicos decerto ajudara a minar a firmeza do cristianismo no país<sup>308</sup>. O nacional-socialismo alemão é frequentemente apresentado como um neopaganismo. Sem dúvida que o foi nas ambições políticas e ráticas a longo prazo de alguns dos seus mais rigorosos doutrinadores, como Alfred Rosenberg, que na sua obra de maior vulto condenou sem remissão o catolicismo romano por se ter submetido

Hans Mommsen, op. cit., pode deduzir-se que a percepção do problema escapava à oposição conservadora.

<sup>306</sup> Ver por exemplo A. Beevor (2017) 77.

<sup>307</sup> Sobre a tentativa de Himmler de chegar a uma paz separada com as potências ocidentais ver id., ibid., 248, 288, 291-292, 339-340, M. Gilbert (2011 b) II 777 e W. L. Shirer (1995) II 540.

<sup>308</sup> Todavia, em 7 de Abril de 1942 Hitler declarou numa roda de íntimos: «É uma pena que no seu conflito com a Igreja Católica a Igreja Evangélica não possa ser considerada como um adversário de peso». Ver *Hitler's Table Talk...*, 412.



à inspiração judaica e o protestantismo por se ter judaizado ao aceitar o Antigo Testamento. Era uma religião sem clero nem quaisquer intermediários entre os homens e Deus que Rosenberg propunha, situando-se na linhagem de um misticismo germânico que, originário dos cultos pagãos, atingira no cristianismo o ápice com Mestre Eckhart. A grande obra filosófica do nacional-socialismo, *O Mito do Século XX*, é acima de tudo um livro místico sobre o misticismo, e Rosenberg via na fundação de uma religião do sangue o culminar de um movimento que não devia limitar-se a ser político. «A aspiração de conferir ao espírito da raça nórdica a forma de uma Igreja germânica sob o signo do Mito racial», escreveu ele, «esta é para mim a maior missão do nosso século»<sup>309</sup>. Numa carta de 6 de Março de 1943 Rosenberg insistiu: «Parece-me necessário, especialmente tendo em vista a luta contra a Igreja, que o Partido desenvolva formas cerimoniais que atraiam os alemães ao Partido e lhes permitam dispensarem aquilo que a Igreja até agora lhes deu»<sup>310</sup>. Mas ele era um ideólogo marginalizado das decisões políticas durante os últimos anos da guerra, e foi o Reichsführer-SS Himmler o mais poderoso promotor da forma modernizada de paganismo — os *Gottgläubige*, Crentes em Deus, que erigiram a raça e o solo em objecto de um culto anticristão<sup>311</sup>. Em 1937 um documento emanado da direcção dos SS considerou que «faz parte da missão dos SS dar ao povo alemão, durante os próximos cinquenta anos, os fundamentos ideológicos não-cristãos de um modo de vida adequado ao seu carácter próprio»<sup>312</sup>.

Porém, num indubitável tom de desolação, Rosenberg constatou que «em nenhuma região germânica surgiu um génio religioso» e «devemos repetir uma e outra vez que precisamos de ter um novo génio que nos revele o novo Mito»<sup>313</sup>. A polémica anticristã de *O Mito do Século XX* contribuiu para que o Führer se distanciasse do autor<sup>314</sup> e, contrariamente aos desejos de Rosenberg, aos esforços de Himmler e às intenções expressas ou veladas de outros colaboradores muito próximos, Hitler opôs-se sempre à transformação do nacional-socialismo em religião e

<sup>309</sup> Sigo a versão de A. Rosenberg [s. d. 2] 416, que me parece preferível à de id. (1986) 575. Quanto à tradução de «racial», ver no capítulo 2 da Parte 4 a n. 464. Também Walther Darré, que, segundo R. Cecil (1973) 130-131, 156 e 177-178, era íntimo amigo de Rosenberg, defendia um neopaganismo panteísta, anticristão e pré-cristão. Ver A. Bramwell (1985) 60-62.

<sup>310</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 109.

<sup>311</sup> E. Conte et al. (1995) 22 e segs., 47 e segs.; P. Watson (2011) 687. Segundo A. Bramwell (1985) 61, Rosenberg escreveu em 1934 que «os SS, juntamente com o Führer dos camponeses [Darré], estão a educar abertamente os seus membros de uma maneira germânica, ou seja, anticristã».

<sup>312</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 303.

<sup>313</sup> Novamente preferi a versão de A. Rosenberg [s. d. 2] 406, 407 à de id. (1986) 561, 563.

<sup>314</sup> *Hitler's Table Talk...*, 422. «Tenho de insistir que *O Mito do Século XX*, de Rosenberg, não deve ser considerado como expressão da doutrina oficial do Partido», declarou ainda o Führer em Abril de 1942. Ver também *ibid.*, 555. Na maioria dos casos os historiadores não compreendem o motivo que levou Hitler a distanciar-se de Rosenberg nos meios do NSDAP, que decorria unicamente da necessidade de não romper com as Igrejas. Convém não esquecer que em Maio de 1930, a propósito da questão racial, Hitler dissera a Otto Strasser que *O Mito do Século XX* era melhor ainda do que os *Fundamentos do Século XIX*, de Chamberlain. Ver O. Strasser (1940) 107.

dele mesmo em profeta<sup>315</sup>. Restava a Rosenberg anunciar que «esforçar-nos-emos por que um dia um segundo Mestre Eckhart liberte as tensões e dê corpo, vida e forma a esta comunidade espiritual germânica»<sup>316</sup>. O desinteresse que Hitler aparentava publicamente pelas polémicas religiosas, embora sem corresponder às suas convicções íntimas, resultava de uma indispensável neutralidade táctica<sup>317</sup>. «Proceder a qualquer tipo de reforma religiosa foi algo em que ele nunca se empenhou», escreveu Rosenberg após o final do Reich. «Ele insistiu sempre que a política e a fundação de organizações religiosas eram duas coisas completamente diferentes»<sup>318</sup>. Podia suceder que em privado o Führer expressasse o ódio ao clero e um desprezo nietzschiano pelo cristianismo e previsse o dia em que o nacional-socialismo haveria de condenar todas as religiões à extinção<sup>319</sup>. Mas nunca converteu estes anseios em medidas práticas efectivas, e ainda que em certas ocasiões admitisse que a conclusão da guerra criaria o contexto propício para liquidar as Igrejas<sup>320</sup>, noutras ocasiões considerou que a lenta evolução das mentalidades seria suficiente para que o cristianismo desaparecesse sem necessidade de perseguições<sup>321</sup>. Já ao ditar *Mein Kampf* ele mencionara «uma sensação desagradável que sempre se apodera de mim quando ocorrem disputas religiosas na minha presença» e fora ao ponto de confessar que da primeira vez que deparara com a questão judaica sentira uma instintiva simpatia por esse povo, precisamente por sabê-lo vítima da perseguição religiosa<sup>322</sup>. E quando reorganizou o NSDAP em Fevereiro de 1925, depois de ter saído da prisão, Hitler escreveu no principal órgão do partido que se opunha às tentativas de «trazer disputas religiosas para dentro do movimento», prevenindo: «Considero o esforço de várias pessoas por converter o movimento racista numa luta acerca da religião como o princípio do fim desse movimento»<sup>323</sup>.

Não foi no plano da religião que Hitler conduziu a sua actividade. «[...] o destino do nosso

<sup>315</sup> *Hitler's Table Talk...*, 61, 203-204, 463. Apesar disso, segundo J. C. Fest (1974) 561, a irmã de Nietzsche, depois de receber a visita do Führer, considerou-o mais como um chefe religioso do que como um chefe político.

<sup>316</sup> A. Rosenberg (1986) 569-570; id. [s. d. 2] 412.

<sup>317</sup> R. Cecil (1973) 112-114, 122; E. Conte et al. (1995) 34-40, 45-47, 54, 58; K. Heiden (1934) 244; P. Watson (2011) 684.

<sup>318</sup> A. Rosenberg [s. d. 1] 40-41.

<sup>319</sup> A. Bullock (1972) 389, 672-673; *Hitler's Table Talk...*, 81, 122, 145, 304, 419-420, 607; H. Rauschnig (1939) 65-69. Na página do seu diário correspondente a 20 de Setembro de 1933, Walther Darré anotou que numa reunião de dignitários nacional-socialistas Hitler classificara o cristianismo como uma religião de sub-homens. Ver A. Bramwell (1985) 61.

<sup>320</sup> *Hitler's Table Talk...*, 142-143, 304, 411, 553.

<sup>321</sup> *Ibid.*, 6, 59, 125, 143, 336, 342, 343-344.

<sup>322</sup> A. Hitler (1995) 48. Quanto à necessidade de tolerância nas questões estritamente religiosas, desde que não estivessem em causa interesses racionais, ver ainda id., *ibid.*, 104-107, 313-314, 328 e 511-515.

<sup>323</sup> O artigo de Hitler no *Völkischer Beobachter*, 26 de Fevereiro de 1925, encontra-se antologado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 38-40. As passagens citadas vêm na pág. 39. Hitler referia-se certamente a Ludendorff e é interessante saber que as obras do círculo esotérico formado em torno das ideias religiosas do general foram proibidas pela censura do Terceiro Reich. Ver id., *ibid.*, II 211. Acerca da oposição de Hitler à polémica anticristã de Ludendorff ver *Hitler's Table Talk...*, 286.

povo», advertiu ele em 1928 numa carta a um dos principais promotores do cristianismo nacional-socialista, «pelo menos no que diz respeito ao problema racial, decidir-se-á num período mais curto do que aquele que seria necessário para efectuar uma reforma religiosa»<sup>324</sup>. Nunca Hitler se desviou deste eixo. Num discurso de 23 de Março de 1933 proclamou que «o Governo Nacional considera ambas as confissões cristãs como os factores mais importantes para a sustentação da nossa sociedade»<sup>325</sup>. Passados cinco anos e meio, no congresso do partido, Hitler repetiu que o nacional-socialismo «não é, em caso nenhum, um culto»<sup>326</sup> e, insistindo no que já havia afirmado em Fevereiro de 1925, avisou: «A intromissão de ocultistas de propensão mística no nosso movimento não pode, por isso, ser tolerada»<sup>327</sup>. Obedecendo às suas instruções, Bormann preveniu Rosenberg em 29 de Maio de 1941: «Sob nenhum pretexto, como o Führer tem repetidamente sublinhado, poderá o nacional-socialismo representar ou ajudar a criar um substituto para as actividades eclesiásticas ou religiosas»<sup>328</sup>. Com efeito, o nacional-socialismo jamais prescindiu do apoio dos eclesiásticos. E se lhes limitou o poder, lhes dissolveu vários organismos e enviou para campos de concentração alguns dignitários expressivos e várias centenas de religiosos menos timoratos, sobretudo entre os protestantes<sup>329</sup>, não aboliu as Igrejas nem pretendeu sequer fazê-lo<sup>330</sup>. Censurando a política de confronto com a Igreja católica que Bismarck havia prosseguido durante a década de 1870, Hitler declarou: «Quanto a mim, não me lançarei numa nova *Kulturkampf*. Isso seria uma completa estupidez»<sup>331</sup>.

<sup>324</sup> Citado em E. Conte et al. (1995) 38.

<sup>325</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 157.

<sup>326</sup> Citado em J. Billig (2000) 146 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 108.

<sup>327</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 108.

<sup>328</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 107.

<sup>329</sup> «Nos meios católicos a resistência ao regime limitou-se a um certo número de membros do baixo clero», escreveu J. Droz [s. d.] 68. Pelo contrário, foram bastante numerosos os pastores protestantes detidos pela polícia, como se vê em id., *ibid.*, 75-77. «[...] a resistência à ideologia nazi foi infinitamente mais vigorosa no protestantismo do que no catolicismo», concluiu este historiador (pág. 79). Ver igualmente R. Cecil (1973) 123. Este facto é tanto mais relevante quanto, a crer em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 81, o apoio eleitoral dos nacionais-socialistas fora maior entre os protestantes do que entre os católicos, e também H. F. Ziegler (1989) 89-91 considerou que o regime nacional-socialista hostilizou mais a Igreja católica do que os protestantes. Duvido que, em coragem e em clareza, tivesse então emanado dos meios católicos algum documento equivalente às *Dez Teses* publicadas em 1932 pelo teólogo luterano Paul Tillich, antologiadadas em A. Kraes et al. (org. 1995) 171-172. Em termos religiosos, trata-se de uma vigorosa afirmação antinacionalista e anti-racista. No entanto, Sh. Fitzpatrick et al. (2009) 298 pretenderam que o clero católico sofrera mais perseguições do que o protestante e E. Kogon (2002) 40 sustentou que o clero católico fora muito mais abundante nos campos de concentração do que o clero protestante, mas incluiu o período da guerra e explicou que a maior parte dos padres presos era constituída por polacos.

<sup>330</sup> E. K. Bramstedt (1945) 200-204; E. Conte et al. (1995) 57; J. Droz [s. d.] 77; K. Heiden (1934) 298-299; W. L. Shirer (1995) I 255-262; A. Speer (1979) 130-131, 167.

<sup>331</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 68. Note-se que Rauschnig mencionou a frase do Führer num capítulo onde pretendeu que a eliminação do cristianismo seria o seu propósito último. Também E. Conte et al. (1995) 29 afirmaram que «tudo leva a crer que depois da “vitória final” o ritual nazi haveria de ser pregado através de métodos coercivos». Mas, na medida em que a história não é um processo de intenções, devemos atribuir uma validade superior ao que sucedeu até à derradeira derrota. Ver também *Hitler's Table Talk...*, 61 e D. Welch (2002) 88.

Hermann Rauschnig era um nacionalista conservador, que na sua passagem pelo partido nacional-

Entre os protestantes a autoridade do Führer exerceu-se primeiro através da criação de um movimento religioso nacional-socialista. Mas, perante a impossibilidade de assegurar rapidamente a partir do interior o controle de um corpo de crenças e ritos com vários séculos de existência, e para mais muito diversificado, Hitler preferiu submeter o protestantismo a partir do exterior<sup>332</sup>. Quanto à outra confissão cristã, o anticomunismo do Führer parecia ao papado uma credencial suficientemente atractiva. Karl Bachem, talvez o principal ideólogo do Partido do Centro, a organização política católica, considerou que assim como em 1919 este partido se tinha associado à social-democracia para impedir a revolução comunista, pelo mesmo motivo devia agora associar-se ao nacional-socialismo. Aliás, não se tratava de se associar mas de se anular, e Bachem viu na dissolução do seu partido em Julho de 1933 uma «decisão da Divina Providência»<sup>333</sup>. Sendo assim, nada impedia que o Vaticano assinasse nesse mesmo mês uma concordata que serviu os desígnios imediatos do Führer. Ao aceitar a liquidação do partido católico e dos sindicatos católicos, a hierarquia de obediência romana contribuiu para consolidar o nacional-socialismo<sup>334</sup>. «Foi a primeira grande confirmação do regime hitleriano, um enorme acréscimo de prestígio para Hitler», observou Karl Jaspers. «Primeiro isto pareceu-nos impossível. Mas era um facto. Ficámos horrorizados»<sup>335</sup>. O Führer, explicou um historiador, «viu na concordata duas vantagens essenciais: primeiro, a possibilidade de expulsar completamente os católicos da vida política [...] e, por outro lado, a possibilidade de obter para o novo regime um enorme êxito na política externa»<sup>336</sup>. De 1934 em diante a Igreja católica oscilou entre o despeito pelas violações

socialista ficou apavorado com as manifestações de radicalismo social e nihilismo ideológico. H.-R. Trevor-Roper (1947) 5 n. 1 afirmou que se pode ter toda a confiança nos relatos feitos por Rauschning acerca das suas conversas com Hitler e também A. Bullock (1972) 378 n. 1 os considerou inteiramente dignos de crédito e J. C. Fest (1974) *passim* citou abundantemente Rauschning sem nunca desconfiar do seu testemunho, embora em raros casos divergisse de algumas interpretações. Recentemente, na sequência de uma obra de Wolfgang Hanel, vários historiadores puseram em dúvida os relatos de Rauschning, por exemplo S. E. Aschheim (1994) 226 n. 94, 281 n. 40 e Giles MacDonogh em H. Eberle et al. (org. 2005) 21. Penso que Trevor-Roper formulou bem o problema ao escrever, no prefácio à 3ª edição de *Hitler's Table Talk...*, x: «Rauschning pode ter ocasionalmente cedido a tentações jornalísticas, mas teve oportunidade de registar as conversas de Hitler e o teor geral desses registos antecipa com demasiada exactidão declarações posteriores de Hitler para que o possamos pôr de lado como uma falsificação». Com efeito, é muito possível que não encontremos transcrições literais no livro de Rauschning, o que se percebe pela própria forma como está construído, mas trata-se da expressão do pensamento de Hitler no estilo que lhe era habitual. A melhor validação daquela obra consiste no facto de as suas revelações corresponderem exactamente aos acontecimentos posteriores à publicação e terem sido confirmadas pela documentação relativa às ideias expressas por Hitler e por outros dignitários nacional-socialistas, tanto mais que muitas das declarações divulgadas por Rauschning não eram conhecidas na época.

<sup>332</sup> R. Cecil (1973) 123; E. Conte et al. (1995) 45-47, 56; J. Droz [s. d.] 70-74; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 388-391; A. Quinchon-Caudal (2013) 50-51; W. L. Shirer (1995) I 257-262. Em conversas com os íntimos, o Führer considerou que o facto de não ter conseguido criar entre os protestantes um Bispo do Reich revertera em seu benefício, porque um protestantismo descentralizado era um adversário menos poderoso. Ver *Hitler's Table Talk...*, 521 e 671.

<sup>333</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 157-158, 164-166. A frase citada encontra-se na pág. 164.

<sup>334</sup> Id., *ibid.*, I 166.

<sup>335</sup> K. Jaspers (1948) 173.

<sup>336</sup> J. Droz [s. d.] 51. Falando aos íntimos, o Führer considerou que a utilidade da concordata era reduzida, além de limitada no tempo e condenada a ficar rapidamente obsoleta. Ver *Hitler's Table Talk...*, 58-59 e 551-552. Ver

da concordata e a esperança de que ela voltasse no futuro a servir de referência<sup>337</sup>. Renitente muitas vezes, criticando algumas das manifestações ideológicas do nacional-socialismo, mas, apesar disto, fundamentalmente de acordo com a política interna do Reich, incluindo os campos de concentração e a perseguição aos judeus, e, pelo menos até 1939, aplaudindo também as orientações seguidas na política externa, o episcopado católico nunca deixou de constituir um suporte da ordem hitleriana<sup>338</sup>, tanto mais que de Junho de 1941 em diante apoiou a guerra contra a União Soviética<sup>339</sup>.

Desde meados de 1944 até Maio de 1945, durante o último ano de existência do Terceiro Reich, o círculo do legalismo hitleriano completou-se. Respeitador do exército e das Igrejas até ser nomeado para a Chancelaria em 1933, esforçando-se nos anos seguintes por manter o equilíbrio entre as instituições do nacional-socialismo e as da sociedade conservadora, o Führer finalmente impôs a hegemonia das milícias sobre o exército e do partido sobre as Igrejas. A revolução nacional-socialista operou-se primeiro no âmbito da ordem, para acabar integrando a ordem no quadro das novas instituições. A mudança foi importante, mas mais significativo ainda foi o facto de terem perdurado ambos os eixos desta dialéctica política.

Para entender o tipo de radicalismo próprio do fascismo germânico é necessário observar que as instituições equivalentes aos sindicatos foram relegadas a um lugar mínimo, em virtude das preocupações estritamente raciais de Hitler, que se opunha a quaisquer referências a uma remodelação social, considerando-as um desvio da tarefa única. A criação de uma Raça de Senhores permitiria um enquadramento muito mais efectivo de toda a população trabalhadora do que aquele que seria conseguido pelas burocracias sindicais. Como recordou Wilhelm Keppler, conselheiro do Führer para as questões de economia, «durante os seus anos de luta, nunca o partido se permitiu [...] pôr [...] os problemas económicos em primeiro plano nem emitir vastos programas económicos oficiais de partido»<sup>340</sup>. Hitler dedicou a este assunto um capítulo de *Mein*

também a pág. 145.

<sup>337</sup> E. Conte et al. (1995) 44-45, 56-58. Ver ainda E. K. Bramstedt (1945) 201 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 393.

<sup>338</sup> Acerca das relações entre o regime nacional-socialista e a Igreja católica ver, em geral, J. Droz [s. d.] 6 e 47-68. Este autor mencionou (pág. 67) «a completa ausência de protestos contra os campos de concentração, apesar de desde cedo estar aí detido um certo número de padres católicos. [...] o bispo de Osnabrück, monsenhor Berning, que era membro do Conselho de Estado prussiano, visitou os campos de concentração da sua diocese em 1936 e aplaudiu a sua instalação». Quanto ao apoio prestado pelo episcopado católico à política anti-semita consultar as págs. 58-59. Acerca da aprovação manifestada relativamente à política externa do nacional-socialismo até 1939 ver as págs. 61-64. Mesmo «a luta contra o neopaganismo foi conduzida pela Igreja católica com uma notável ambiguidade», como se lê na pág. 59. «A eleição de Pio XII em 2 de Março de 1939», considerou S. Friedländer (2008) 110, «deu início a uma nova fase de apaziguamento dos católicos com o regime de Hitler». Ver também as págs. 130-133.

<sup>339</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 581.

<sup>340</sup> Citado em F. Neumann (1943) 264.

*Kampf* e vale a pena seguir-lhe o fio do raciocínio. Começou por afirmar que numa situação em que a grande maioria dos patrões se caracterizava pelo egoísmo e a estreiteza de vistas eram necessários os sindicatos e, portanto, os nacionais-socialistas deviam possuir um movimento sindical próprio, desde que se tratasse exclusivamente de defender interesses profissionais, pois não reconhecia a divisão do povo em classes sociais. O grande problema provinha de os operários estarem já agrupados em sindicatos e, dada a sua vocação estritamente totalitária, o nacional-socialismo não poderia aceitar concorrentes. Porém, a tarefa de fundar sindicatos e levá-los a suplantarem gradualmente os rivais marxistas parecia impossível, tanto pela escassez de recursos financeiros como pela ausência de quadros habilitados. Mas havia outra objecção, a mais poderosa de todas: «Eu tinha nessa época a convicção inabalável, e ainda hoje a tenho, de que é perigoso ligar prematuramente uma grande luta político-filosófica a questões económicas [...] Porque neste caso a luta económica roubará imediatamente as energias à luta política». E Hitler concluiu que os trabalhadores nacional-socialistas deviam permanecer nos sindicatos marxistas para tentar desagregá-los por dentro<sup>341</sup>. Dificilmente se encontra um melhor exemplo de duplo discurso, pois começara por reconhecer a necessidade do sindicalismo para apelar, uma dezena de páginas depois, à destruição dos sindicatos existentes.

Foi a ala populista do partido, encabeçada por Gregor Strasser até ao final de 1932, a defender a actuação no meio sindical. No entanto, apesar de o congresso do NSDAP de 1927 ter recomendado a convocação de outro congresso destinado a debater a questão sindical, a direcção do partido considerou em Agosto do ano seguinte que não tinha chegado ainda o momento de fundar sindicatos próprios<sup>342</sup>. Em 1930, de 156.145 operários eleitos pelos trabalhadores da indústria para participarem nos órgãos de co-gestão, nenhum era nacional-socialista, e no ano seguinte registavam-se apenas 710 nacionais-socialistas entre 138.418 eleitos, uma percentagem de 0,5%<sup>343</sup>. Em 1932 a organização operária nacional-socialista, a NSBO, criada tardiamente, contava 221.000 filiados perante os cinco milhões de aderentes dos sindicatos social-democratas<sup>344</sup> e obteve apenas 4% dos votos, em média, nas eleições para as comissões de empresa<sup>345</sup>. A indiferença do operariado fabril pelo programa económico dos nacionais-socialistas confirma-se ao vermos que eles obtiveram 3% dos votos nas eleições parciais para a composição dos

<sup>341</sup> A. Hitler (1995) 544-553. A passagem citada encontra-se na pág. 551.

<sup>342</sup> K. Heiden (1934) 249-250. Ver ainda D. Orlow (2010) 141-143, 155, 176, 183-184 e 216-217.

<sup>343</sup> D. Guérin (1969) II 175; F. Neumann (1943) 467.

<sup>344</sup> J. P. Faye (1980) 448. Porém, D. Orlow (2010) 332 e 439 indicou que a NSBO contava cerca de 18.000 membros em 1931, 43.793 em Janeiro de 1932, 106.158 em Maio desse ano e quase 400.000 em Janeiro do ano seguinte. Ver ainda J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 81.

<sup>345</sup> J. C. Fest (1974) 741.

conselhos de empresa realizadas em Março de 1933, já após a nomeação de Hitler para a Chancelaria<sup>346</sup>. Nas eleições realizadas na Primavera de 1934 os candidatos da NSBO recolheram apenas 26% dos votos<sup>347</sup> e mesmo em Abril de 1935 a documentação disponível indica que em várias empresas os nacionais-socialistas não conseguiram mais de 30% ou 40% dos votos<sup>348</sup>. Até à conquista do poder, a generalidade dos trabalhadores nacional-socialistas encontrara lugar sobretudo nas milícias, atraída verosimilmente pelo soldo de mercenários<sup>349</sup>. Mas as SA eram uma instituição de ginástica militar e gangsteresca, de modo nenhum propensa a exigências de carácter salarial. A situação não se alterou significativamente de Fevereiro de 1933 em diante. Depois de afirmar que «não há dúvida que após 1933 as organizações nazis aumentaram o número de aderentes entre os assalariados», um historiador preveniu que «a presença nazi entre os trabalhadores de base da indústria nunca foi muito robusta ou fiável», mas acrescentou que «um número considerável de operários da indústria aderiu ao partido ou às SA após 1933»<sup>350</sup>.

Nestas circunstâncias, depois de ter destruído os sindicatos marxistas em Maio de 1933 e enquanto se preparava para liquidar no mês seguinte os sindicatos cristãos, o Führer deparou com a impossibilidade de deixar o mercado laboral sem uma intervenção adequada. Os Curadores do Trabalho encarregavam-se de questões técnicas no interior das empresas, mas eram pálidos burocratas e para as vastas encenações foi criada a Frente Alemã do Trabalho, numa operação estritamente administrativa de transferência de edifícios, arquivos e meios financeiros, executada graças aos argumentos musculados das milícias<sup>351</sup>. Como explicou um historiador, «Hitler evitou deliberadamente subordinar os sindicatos à NSBO, que estava influenciada pelas ideias socialistas e pelo strasserismo. Ele atribuiu o controle da Frente do Trabalho a Robert Ley, que já desde 1925 se opunha a Gregor Strasser [...]»<sup>352</sup>. Com efeito, num discurso de 11 de Setembro de 1937, no 5º Congresso da Frente do Trabalho, Ley acusaria Gregor Strasser de haver pretendido introduzir no partido nacional-socialista o sindicalismo e a luta de classes através da NSBO<sup>353</sup>.

Embora nos últimos anos da república de Weimar e durante o Terceiro Reich um terço

<sup>346</sup> D. Guérin (1969) II 175. Todavia, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 135 atribuíram à NSBO 25% dos votos e, em sentido contrário, J. P. Faye (1980) 556 n. e 708 mencionou menos de 1% dos votos. Consultar também J. Droz [s. d.] 110.

<sup>347</sup> K. H. Roth et al. (2011) 185.

<sup>348</sup> J. C. Fest (1974) 741.

<sup>349</sup> J. P. Faye (1980) 482.

<sup>350</sup> Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 246.

<sup>351</sup> A. Bullock (1972) 272-273; K. Heiden (1934) 366-367; F. Neumann (1943) 457-458.

<sup>352</sup> A. Bullock (1972) 273. Ver no mesmo sentido D. Guérin (1969) II 182-183, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 139 e segs., D. Orlow (2010) 439, D. Schoenbaum (1979) 113-115 e A. Tooze (2006) 40.

<sup>353</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 143-144.

dos membros do NSDAP fosse proveniente da classe operária<sup>354</sup>, esta participação política não se reflectiu em nenhuma modalidade de activismo sindical. Observando a estagnação dos salários nos anos que decorreram entre a chegada de Hitler à Chancelaria e as vésperas da guerra<sup>355</sup>, um economista escreveu que «o facto de um período de arranque económico, de multiplicação do número de empregos, de elevação do custo de vida e de acréscimo dos lucros não ter sido acompanhado por nenhum aumento dos salários é um fenómeno único na história do assalariamento»<sup>356</sup>. A situação começou a alterar-se em 1938 e 1939, ou mesmo antes, quando a preparação económica da guerra ocasionou estrangulamentos no mercado de trabalho, com a inevitável pressão para a subida dos salários<sup>357</sup>. «Entre Dezembro de 1935 e Junho de 1939 o salário médio horário na indústria aumentou 10%», indicou um historiador. «Devido ao prolongamento por vezes considerável das horas de trabalho, o salário semanal aumentou 17,4%, com a taxa de crescimento subindo permanentemente»<sup>358</sup>. Porém, não deve exagerar-se a avaliação e se atribuirmos o índice 100 a 1932, os salários horários reais atingiram apenas o índice 107 em 1939 e neste ano os salários semanais reais atingiram o índice 123<sup>359</sup>. Mesmo esta subida verificada nos salários reais foi em boa medida ilusória, porque as restrições impostas à produção e à importação de bens de consumo mantiveram baixo o nível de vida dos trabalhadores<sup>360</sup>. De 1932

<sup>354</sup> F. Neumann (1943) 441 e n.; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 81, 86-87, II 122; H. F. Ziegler (1989) 103, 106. Em 1930, segundo G. Eley (1989) 83, o NSDAP tinha 26,3% de operários, e 32,5% em 1933. S. G. Payne (2003 b) 168-169 considerou que no final de 1932, 25% dos filiados do NSDAP eram operários, mas acrescentou (pág. 182) que os trabalhadores constituíam 1/3 dos filiados quando Hitler foi nomeado chanceler, chegando a 40% em 1939 e 43% em 1942-1944. Por seu lado, D. Schoenbaum (1979) 61 e 94-95 indicou que o NSDAP tinha 31,5% de filiados operários aquando da nomeação de Hitler para a Chancelaria e 30,3% em 1935. Todavia, G. W. Remmling (1989) 218 indicou que no final de 1933, entre os quatro milhões de membros do NSDAP, havia 750.000 operários, o que corresponde a menos de 20%.

<sup>355</sup> A. Tooze (2006) 65 e 206 indicou que em 1935 o consumo privado era 7% inferior ao nível anterior à grande depressão de 1929 e foi responsável apenas por 25% do crescimento económico entre 1935 e 1938. Segundo S. J. Woolf (1968) 133, se atribuirmos o índice 100 ao salário real médio semanal em 1936, ele fora 102,2 em 1928 e descera até 88,5 em 1932, nas vésperas da chegada de Hitler ao poder. Mas em 1937 era ainda 103,0, e 107,5 no ano seguinte. Benoist-Méchin (1964-1966) VI 104 n. 1 indicou que os salários horários aumentaram 10% entre 1932 e 1938 e os salários semanais aumentaram 20%, ao mesmo tempo que o índice do custo de vida passou de 116 para 126. Por seu lado, atribuindo o índice 100 aos valores de 1932, D. Schoenbaum (1979) 128 considerou que em 1938 o salário horário médio era de 97 e o custo de vida de 104, mas deduzindo a carga fiscal a remuneração semanal bruta seria de 114. Entretanto, a crer em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 174, os lucros não distribuídos das empresas privadas, que em 1933 representaram 0,5% do rendimento nacional, subiram em 1938 para 4,9%.

<sup>356</sup> Ch. Bettelheim (1971) II 87-88. Também D. Schoenbaum (1979) 130 indicou que «se agravava a tensão criada pelo aumento manifesto dos lucros e a invariabilidade evidente dos salários» e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 122 consideraram que Hitler oferecera aos capitalistas «a possibilidade de revigorarem a economia sem precisarem de fazer concessões ao trabalho»; estes autores, em op. cit., II 174, escreveram que «levando em conta a escassez na oferta de trabalho, o governo, tudo somado, teve um êxito surpreendente na limitação do aumento dos salários».

<sup>357</sup> J. Caplan (org. 1995) 111-114, 178-179, 296, 318; K. H. Roth et al. (2011) 189-190, 194-195; A. Sohn-Rethel (1987) 95. Ver ainda A. Tooze (2006) 260-262.

<sup>358</sup> J. Caplan (org. 1995) 114.

<sup>359</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 174.

<sup>360</sup> Id., *ibid.*, II 177; S. J. Woolf (1968) 133. Ver J. Caplan (org. 1995) 115 e A. Tooze (2006) 94. Segundo Adam Tooze, op. cit., 254, em 1938, apesar do crescimento económico, o consumo familiar permanecia estagnado.



até Julho de 1939 a produção de bens de investimento cresceu 332%, mas a de bens de consumo limitou-se a um aumento de 58%<sup>361</sup>. Os números podem variar consoante os critérios adoptados, mas o sentido geral é idêntico. Lemos num relatório confidencial apresentado em 16 de Outubro de 1944 na Research and Analysis Branch do OSS que desde 1933 até 1938 o rendimento nacional total aumentara 70%, enquanto os rendimentos do trabalho subiram apenas 64% e o crescimento da produção de bens de consumo ficara nos 30%<sup>362</sup>. Assim, em 1938 só se destinaram ao consumo pessoal 63% do produto nacional líquido do Terceiro Reich, enquanto as percentagens equivalentes foram de cerca de 79% na Grã-Bretanha e de 85% nos Estados Unidos<sup>363</sup>. Ao mesmo tempo — e esta é uma avaliação que raramente se considera — a taxa de acidentes de trabalho passou de 34‰ em 1932 para 60‰ em 1938<sup>364</sup>. Para chegar a tais resultados fora necessário não só destruir o sindicalismo clássico, mas enquadrar a classe trabalhadora numa organização que se opunha declaradamente à formulação de reivindicações tanto de ordem salarial como nas condições de trabalho. O arremedo de sindicalismo nacional-socialista nunca serviu para a conquista do Estado e jamais teve, portanto, uma conotação radical.

O radicalismo plebeu fora conferido pelas SA, e a consolidação do poder permitiu a liquidação das veleidades destas milícias e a extinção da NSBO, ficando a intervenção política no plano laboral entregue à Frente do Trabalho. Mas como, a partir de uma lei de Dezembro de 1933, a Frente do Trabalho era considerada um ramo do NSDAP<sup>365</sup>, isto significa que as milícias, o substituto dos sindicatos e o partido foram formalmente reunidos num quadro institucional único. A ser assim, o eixo endógeno do fascismo ter-se-ia concentrado num só pólo. A realidade, porém, foi diferente e o Terceiro Reich caracterizou-se não pela unificação das instituições políticas mas pela sua proliferação e pela multiplicação de centros de poder concorrentes<sup>366</sup>.

## 5. Espanha: A formação do campo institucional do fascismo

A encerrar um dos seus mais importantes discursos, José Antonio anunciou aos espanhóis que céu havia de lhes abrir nesta terra: «[...] o Paraíso não é o repouso. O Paraíso está contra o repouso. No Paraíso não se pode estar reclinado; está-se verticalmente, como os anjos.

<sup>361</sup> J. Kuczynski et al. (1942) 15.

<sup>362</sup> F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 602.

<sup>363</sup> J. Caplan (org. 1995) 47.

<sup>364</sup> J. Kuczynski et al. (1942) 24.

<sup>365</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 150.

<sup>366</sup> Ver no capítulo 5 desta Parte 1 as nn. 98 a 102.

[...] nós [...] queremos um Paraíso difícil, erecto, implacável; um Paraíso onde não se descansa nunca e que tenha, junto aos umbrais das portas, anjos com espadas»<sup>367</sup>. Implacável e em perene vigília, como o conseguiria o Chefe Nacional da Falange? Não possuía ainda senão uns toscos rudimentos de sindicalismo nacionalista, já que a CONS estava praticamente desprovida de filiados<sup>368</sup>. É certo que as milícias do seu partido, treinadas nas refregas de rua, não se cansavam de adicionar mortos, mas apesar de tudo eram insuficientes. Tornava-se necessária uma ajuda exterior, presente mesmo que sem intervir, e que melhor guarda-portão do que esses «anjos com espadas», a Igreja e o seu braço secular? Transfigurada em vestes celestiais, eis ali a exacta geografia política do fascismo, uma revolta caucionada pelo Senhor Deus dos Exércitos.

Para delimitar o perímetro onde se movia, José Antonio pensou num prazo longo, no futuro necessário à instauração dos seus ideais. De imediato, o artigo 25 do programa da Falange, propondo a exclusão da Igreja dos assuntos seculares, criara animosidade nos meios tradicionalistas, e a relutância com que o chefe do movimento encarava a eventualidade de conspirar com os generais era, por este lado também, um augúrio de tempos difíceis. Mas José Antonio nunca confundiu os atritos momentâneos com as bases da sua política, e quando dizia que «só existem duas maneiras sérias de viver, a religiosa e a militar, ou, se preferirdes, uma maneira única, porque não existe religião que não seja uma milícia, nem milícia que não esteja permeada de sentimento religioso»<sup>369</sup>, estava a situar-se no ponto exacto em que os dois eixos do fascismo se cruzavam.

Nas Astúrias a Falange participou activamente na supressão da revolta operária de Outubro de 1934. Os socialistas haviam sido vítimas das suas hesitações e a extrema-esquerda encontrava-se desorganizada pela ferocidade da polícia e dos militares, que ocupavam a província como um exército ocupa uma terra conquistada. E uma vez mais a direita tradicional se mostrara incapaz de tomar a iniciativa junto às camadas populares. Só a Falange soube aproveitar-se das circunstâncias, recorrendo à persuasão musculada das milícias para arrebanhar elementos que haviam perdido o enquadramento político habitual. O método deu resultado e nos dois últimos meses de 1934 a Falange aumentou muito o número de filiados e ampliou a sua base social de apoio, prefigurando uma estratégia a que haveria de recorrer em grande escala durante a guerra civil<sup>370</sup>. Num discurso de Janeiro de 1936 José Antonio criticou o governo de centro-direita pela

<sup>367</sup> A passagem citada do discurso de 19 de Maio de 1935 encontra-se em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 87. Como ignorar nesta retórica os ecos da prosa de Unamuno?

<sup>368</sup> S. G. Payne (1961) 63-64.

<sup>369</sup> O trecho citado do discurso no parlamento a 6 de Novembro de 1934 encontra-se em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 311.

<sup>370</sup> É assim que interpreto a narração dos acontecimentos feita por S. G. Payne (1961) 67-72.

forma como liquidara a insurreição asturiana: «Nós teríamos sido mais severos para com os chefes e muito menos duros para com os mineiros iludidos, cujo ímpeto magnífico, que agora se desviou por um caminho errado, pode, sob outra bandeira, fornecer jornadas gloriosas à revolução nacional da Espanha»<sup>371</sup>. Várias vezes nas suas manifestações públicas ele insistiu que as perseguições deveriam ter-se restringido aos dirigentes e poupado a base, de modo a que os fascistas mobilizassem em proveito próprio o descontentamento e a agressividade social do proletariado<sup>372</sup>.

A percepção era justa, mas seria José Antonio capaz de a aplicar na prática e de levar o seu movimento à conquista do Estado e das massas? Jurista de formação e advogado de profissão, as suas intervenções caracterizavam-se por um grau absurdo de legalismo e sempre que possível convertia os discursos em preleções de direito. O mais chocante na actividade parlamentar do chefe da Falange é o à-vontade com que circulava pelos meandros jurídicos de um sistema que, por outro lado, ele dizia repudiar em bloco. Na tribuna de deputado José Antonio só conseguia brilhar em questões de técnica jurídica, manipulando artifícios como se fossem realidades. E nos seus artigos de análise política para a imprensa do movimento aquele antiparlamentarista delectava-se a comentar futilidades parlamentares. Talvez os anjos erectos guardassem nos dois sentidos as portas do jardim celestial, e José Antonio, que tanto falava em rupturas, foi incapaz de nos fazer vislumbrar qualquer horizonte pelas brechas que se esforçava em abrir. A vacuidade dos seus artigos e da sua oratória revelava-se pateticamente porque José Antonio possuía um estilo elegante e límpido — que lhe serviu para nada dizer. Se fossem apopléticos e declamatórios estariam adequados à indigência do conteúdo. Assim, tal como foram escritos e pronunciados, a transparência só mostrava que nada existia por detrás. Deveremos admitir que, subterrâneo e revelando-se apenas na prática, José Antonio tivesse algum talento político, que não lhe animava as páginas escritas? Porém, quem respondia seriamente a um entrevistador que era «inimigo dos improvisos» e que «o improvisado é uma atitude da escola romântica, que não me agrada»<sup>373</sup>, como podia dedicar-se com êxito a uma actividade em que só a meta final se conhece e todos os caminhos têm de ser cada vez inventados de novo? Seria o primogénito do general Primo de Rivera, segundo marquês de Estella, vigésimo segundo conde de Sobremonte e defunto ditador, um nome apenas, estimado por alguns, conhecido de todos, em primeiro lugar na coluna do *haver* de um movimento que tão pobre era em tudo o resto? Com um chefe assim, anunciava-se difícil a conjugação num sistema coerente dos dois grandes eixos indispensáveis à instauração de um

<sup>371</sup> A passagem transcrita do discurso proferido em Cáceres a 19 de Janeiro de 1936 encontra-se em A. Rio Cisneros et al. (orgs. 1945) 162.

<sup>372</sup> Id., *ibid.*, 196, 302, 599, 661.

<sup>373</sup> Entrevista ao *ABC*, 11 de Abril de 1934, reproduzida em *id.*, *ibid.*, 754.

regime fascista. Só na guerra civil isso viria a conseguir-se, e apenas *manu militari*.

A fusão das várias correntes do nacionalismo durante a guerra civil fornece talvez o exemplo mais perfeito de disposição dos quatro pólos da topografia fascista, e a habilidade de Franco consistiu em articulá-los de uma maneira tanto quanto possível equilibrada. As etapas da entronização do Caudillo corresponderam ao progresso desta estratégia. Inicialmente excluído da Junta formada em Burgos em 24 de Julho de 1936, admitido na Junta no início de Agosto, titular a partir de Setembro do comando unificado das tropas revoltosas e aclamado Generalíssimo nos últimos dias desse mês, nomeado Chefe de Estado da Espanha nacionalista em 1 de Outubro, acumulando desde 19 de Abril de 1937 a direcção suprema da Falange, tornando-se no final de Janeiro do ano seguinte presidente do Conselho de Ministros no primeiro governo nacionalista regularmente organizado e recebendo em Julho o título de capitão-geral, outrora reservado aos reis, esta transformação do general em Caudillo só se tornou possível porque Franco se colocara no centro equidistante das grandes forças em jogo, e em seguida conseguiu aproximá-las e unilas num campo institucional único, que nunca deixou de confundir consigo próprio.

A 6 de Outubro de 1936, recebendo em Salamanca um diplomata da embaixada do Reich em Lisboa que lhe trazia as felicitações oficiais de Hitler, o recém-nomeado Chefe de Estado confidenciou-lhe, durante o jantar, que uma restauração da monarquia estava por enquanto posta de parte e que era fundamental criar uma ideologia comum que juntasse o exército, a Falange, os carlistas, os monárquicos ortodoxos e a CEDA<sup>374</sup>. Não se podia ser mais preciso na enunciação dos extremos do quadrilátero. Na Falange incluía-se uma embrionária organização sindical e um partido com as respectivas milícias, encontrando-se as outras milícias entre os Requetés do carlismo. Os partidários da dinastia de Afonso XIII compunham boa parte dos generais e da Igreja. Mas a hierarquia eclesiástica, consciente de que a coroa perdera o apoio popular, era representada pela CEDA, que lhe servira para actuar pragmaticamente no regime republicano e fora «o primeiro partido de massas da direita espanhola»<sup>375</sup>, mas que precisamente por isso se desprestigiara perante as formações anti-parlamentares<sup>376</sup>. Por seu lado, os carlistas conjugavam com o sonho da restauração de uma monarquia absoluta o apelo a uma religião inquisitorial e intolerante, de modo que o catolicismo espanhol definia-se numa tensão entre a Igreja burocrática e a Igreja militante.

<sup>374</sup> H. Thomas (1965) 371.

<sup>375</sup> P. C. González Cuevas (2016) 27. Este autor acrescentou que «a CEDA foi um conglomerado mal articulado de grupos e tendências díspares [...] onde o carisma de Gil Robles desempenhou um papel fundamental».

<sup>376</sup> Id., *ibid.*, 159.

A contraditoriedade das opiniões a respeito do Caudillo é esclarecedora da sua posição singular, antipático aos representantes de cada um dos eixos precisamente por encontrar apoio no eixo rival, e necessário a ambos porque separadamente não conseguiriam triunfar, como não poderiam depois manter sozinhos o poder. No começo da guerra civil os emissários do nacional-socialismo germânico temiam que Franco estivesse demasiado próximo da aristocracia latifundiária e da Igreja e suspeitavam que não procurasse, afinal, senão o restabelecimento do antigo sistema social<sup>377</sup>; e alguns anos depois, na sua roda de comensais, Hitler mostrou-se várias vezes preocupado com a importância que a Igreja assumira por obra e graça do Caudillo<sup>378</sup>. Em sentido contrário, o representante diplomático português, Pedro Theotónio Pereira, incomodava-se com as palestras a favor do sindicalismo que Franco o obrigava a escutar quando o recebia. «O Generalíssimo», informou o diplomata com mal velado ressentimento num relatório de Agosto de 1939 dirigido a Salazar, «disse-me em tom de confiança: “Estou resolvido a fazer grandes reformas sociais. Hei-de elevar custe o que custar o nível de vida das classes trabalhadoras. E o meu receio é que em Portugal não nos possam acompanhar e haja depois um contraste” [...] Mais uma vez as ideias do Generalíssimo me pareceram bizarras [...] *Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que cada vez tenho mais apreensão sobre as ideias do Generalíssimo*»<sup>379</sup>. Cinco anos depois, num relatório datado de Julho de 1944, o embaixador português só via motivos para confirmar as suas inquietações: «*Tenho impressão muito pouco favorável acerca da orientação que prevalece aqui na conduta da chamada questão social*». E o representante de Salazar comentou que «Franco tem deixado a Falange proceder como qualquer partido demagógico», o que para uma pessoa daquele meio e naquela época significava qualquer partido de esquerda. «*As cargas sociais sobre o salário já atingem 47% e o generalíssimo parece muito satisfeito com isso. Di-lo no discurso de agora com perfeita inconsciência. As massas operárias vão-se desabitando de trabalhar e não creio nada que estejam mais conquistadas pela Falange que há quatro anos a esta parte. [...] O seguro de doença, agora estendido a todo o país, vai criar uma série de problemas que não terão solução fácil e que só concorrerão para tornar tudo mais complicado e difícil. Arrepia ver a inconsciência com que se assumiram tais responsabilidades apenas para que Franco possa dizer: criámos o seguro social na doença. O pior é o resto*»<sup>380</sup>.

<sup>377</sup> H. Thomas (1965) 421.

<sup>378</sup> *Hitler's Table Talk...*, 515-516, 520, 538, 568, 607, 665.

<sup>379</sup> Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (org. 1987-1991) I 192-193, 195 (sub. orig.). Nas suas *Memórias*, Theotónio Pereira contou que dissera ao Generalíssimo, em Janeiro de 1938, que a Falange «dava às vezes a impressão de viver num horizonte de sindicalismo já ultrapassado que se harmonizava mal com as luzes do clima moral da Espanha e os laços de fraterna amizade com Portugal». Ver P. Th. Pereira (1973) II 56.

<sup>380</sup> Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (org. 1987-

Ao enviado do Führer com quem se encontrara nos primeiros dias de Outubro de 1936 Franco dissera que eram necessárias «luvas de veludo» para juntar numa ideologia comum as várias correntes políticas do levantamento nacionalista<sup>381</sup>. E sem dúvida o tecido com que deparava era delicado. A resolução do problema, facilitada pelas rivalidades entre facções, foi precipitada com a chegada a Salamanca, em Março de 1937, do cunhado do Generalíssimo, Ramón Serrano Suñer<sup>382</sup>, fugido de uma prisão republicana, por quem José Antonio sentia uma amizade tão íntima que nas vésperas de ser fuzilado o nomeou como um dos seus dois executores testamentários. No início do ano anterior, enquanto dirigente das Juventudes de Acción Popular da CEDA, Serrano fundira-as com a Falange<sup>383</sup>, e não duvidava agora da necessidade de prosseguir esta estratégia aglutinadora. Era indispensável reunir todas as correntes nacionalistas numa organização única e dar-lhes um projecto comum. O exército, e Franco, chefe do exército, tinham a força, uma força pura, que a desorganização e a incompetência política dos nacionalistas deixava sem restrições nem limites. O objectivo do fascismo permanecia o mesmo, a absorção do proletariado revolucionário no interior do quadro nacional, e a Falange forneceria a base para conjugar o corporativismo conservador com a promulgação de reformas destinadas a atenuar os conflitos de classe, sem pôr em risco a unidade da Espanha. Mas tornava-se necessário que a orientação social dos falangistas, em vez de antagonizar as camadas conservadoras, se harmonizasse com elas. Era este, segundo parece, o tema das conversas entre os dois cunhados em Salamanca, nos jardins do palácio episcopal. O mito da criação é sempre uma apologia da força. Fascistas, monárquicos de diversos matizes, Igreja, eram barro para amassar e receber outra forma. Franco tinha o poder das armas, o único que contava, seriam as suas mãos a moldar a figura da nova política. Serrano, o sopro inspirador.

Quando se apreciam os acontecimentos na posição confortável do historiador, de diante para trás, vê-se que as decisões dos destinados à derrota parecem fadadas a servir apenas para a vitória dos outros. No começo de Dezembro de 1936 os carlistas haviam criado, à revelia do Generalíssimo, uma Real Academia Militar destinada à formação dos jovens oficiais requetés. Franco opôs-se a este assomo de independência, considerando-o uma tentativa de golpe de

1991) IV 583 (subs. orig.).

<sup>381</sup> Citado em H. Thomas (1965) 371.

<sup>382</sup> Hitler detestava Serrano Suñer e no registo das suas conversas com o círculo de comensais talvez não haja, com excepção de Churchill e Roosevelt, ninguém que tivesse sido alvo de mais improperios. Hitler insurgiu-se contra o facto de o embaixador do Reich em Madrid lhe ter apresentado Serrano como um germanófilo, quando ele seria na verdade um agente dos interesses da Igreja, com o objectivo de destruir a Falange e restaurar a monarquia. Ver *Hitler's Table Talk...*, 520, 568, 691 e 693. Ver ainda as págs. 133, 538, 570 e 608.

<sup>383</sup> Segundo P. C. González Cuevas (2016) 133-134, as JAP tomavam como modelo o regime de Salazar e não o de Mussolini. Ainda a crer no mesmo autor (pág. 157), só a maioria das JAP se integrara na Falange, enquanto a minoria passara para os monárquicos.

Estado, e decretou o exílio do principal dirigente carlista, Manuel Fal Conde. Os monárquicos tradicionalistas submeteram-se, nem podiam fazer outra coisa, mas a sua insatisfação com Franco aumentou, o que — mais um paradoxo do momento — os aproximou dos falangistas descontentes com a direcção do partido, assumida provisoriamente por Manuel Hedilla, já que José Antonio e os outros chefes de maior renome estavam mortos ou presos no território republicano. No início de 1937 alguns falangistas propuseram aos carlistas conversações acerca da possibilidade de fundir os dois movimentos. As negociações decorreram em Lisboa e, do lado carlista, participaram Fal Conde, o conde de Rodezno e Arauz de Robles e, vestindo as camisas azuis da Falange, Pedro Gamero del Castillo, José Luis Escario e Sancho Dávila. Não chegaram a acordo, mas separaram-se em bons termos. Tinham tentado encetar, contra Franco, exactamente aquilo que Franco pretendia que fosse feito, a unificação das várias correntes do nacionalismo.

Hedilla, presidente da Junta provisória de Comando da Falange, discordara das negociações e, embora as tivesse autorizado, foi mantido à margem e informado apenas do seu malogro. Era uma posição de fraqueza perante as duas facções que conspiravam para o remover. Uma delas reunia os nostálgicos de José Antonio e encabeçavam-na pessoas próximas do fuzilado: Rafael Garcerán Sánchez, seu antigo colaborador de confiança, Sancho Dávila, seu primo, Pilar Primo de Rivera, sua irmã, Agustín Aznar, que em breve casaria na família. Mas Hedilla deparava com a hostilidade de uma facção bem mais perigosa, os Camisas Novas, formada por membros recentes oriundos maioritariamente da tecnocracia monárquica e conservadora<sup>384</sup>. José Luis Escario e Gamero del Castillo, dois dos emissários às conversações de Lisboa, pertenciam a esta tendência, que incluía outros nomes de relevo, como Pedro González Bueno e Alfonso García Valdecasas<sup>385</sup>. Era esta a clivagem. Contra a demagogia populista de Hedilla, endereçada a uma base trabalhadora que havia sido arrebanhada pela força depois de liquidados os dirigentes da esquerda marxista e anarquista, e a quem era prometida a implantação de um Estado sindical, os tecnocratas recém-entrados na Falange preocupavam-se apenas com a criação de um forte partido único ao serviço dos homens de gabinete, com que pudessem implementar o modelo corporativo. Discretamente, como sempre, os gestores colocaram-se nos lugares decisivos do embrionário aparelho de Estado nacionalista e adquiriram a hegemonia nos vários Serviços Técnicos formados no interior da Falange, logo no começo da guerra civil, com a finalidade de resolver

<sup>384</sup> S. G. Payne (1961) 128-129, 146-147, 152-154.

<sup>385</sup> García Valdecasas, que abandonara a Falange pouco depois de ter participado na sua fundação, reintegrou-se no começo da guerra civil. Ver M. García Venero (1967) 287, 288 e S. G. Payne (1961) 153-154, 161. Note-se que L. M. Anson (1994) 285 incluiu García Valdecasas entre as «pessoas inteligentes e inactivas»; ver também as págs. 325 e 349.

problemas de ordem económica e de administração pública<sup>386</sup>. Não devemos deixar que as linhas essenciais deste confronto sejam obscurecidas por questões pessoais e pela ambição insatisfeita do pequeno círculo de saudosos de José Antonio. Sem a tecnocracia dos Camisas Novas, as manobras unificadoras de Franco e Serrano Súñer não teriam resultado, e foi a classe social dos gestores que forneceu a base mais sólida do novo fôlego da Falange.

Talvez Manuel Hedilla julgasse que não lhe seria difícil reafirmar a sua autoridade, porque contava com a maioria dos chefes provinciais e dos Camisas Velhas, e a 15 de Abril de 1937 anunciou a convocação de um Conselho Nacional. No dia seguinte a facção dos nostálgicos de José Antonio precipitou a crise, demitiu Hedilla e formou um triunvirato constituído por Aznar, Dávila e José Moreno, com Garcerán nas funções de secretário-geral. Hedilla fingiu recuar, correu a informar Franco do que se passava e preparou de imediato o contra-ataque, mobilizando para isso um corpo de milícias aquartelado próximo de Salamanca. Os seus fiéis tentaram prender Garcerán e os triúnviros dissidentes, houve tiroteio, numa situação difícil de deslindar e em que aparentemente a polícia se manteve passiva perante a acção dos hedillistas, e com tudo isto morreu um guarda-costas de Sancho Dávila e Hedilla perdeu um dos seus homens de confiança. Dávila foi preso e pouco depois Aznar e Garcerán foram detidos também. Estaria o caminho aberto para a confirmação de Hedilla à cabeça da Falange? No dia 18 de Abril reuniu-se o Conselho Nacional para eleger um novo chefe e foi Hedilla o escolhido, mas dos vinte e dois votos só dez lhe foram favoráveis, o resto manifestou-se em branco ou dispersou-se por candidaturas marginais. Num movimento autoritário, como ter um chefe sem autoridade? O sucessor de José Antonio vencia, perdendo. A Falange estava sem chefe.

Foi a oportunidade para unir aquelas facções, tão fracas que nenhuma podia prevalecer, e para submetê-las todas a uma autoridade suprema. Na noite de 19 de Abril de 1937 Franco decretou a fusão da Falange e dos carlistas, além de outros movimentos menores, e alguns dias depois ordenou a integração também dos partidários de Afonso XIII. Não pediu a opinião às direcções dos movimentos, que estavam divididos ou acéfalos. Tinham o culto do chefe, haviam-no encontrado enfim. Os quatro pólos do fascismo estavam reunidos. Talvez não fosse imaginoso o nome que recebeu o partido único, mas era de certeza descritivo, como se alguém olhasse em redor e enunciasse os marcos da nova política — Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista. No exacto centro, Francisco Franco, que a si mesmo se nomeara Chefe Nacional, e com ele, sua mão direita, Ramón Serrano Súñer, com poderes nebulosos,

<sup>386</sup> M. García Venero (1967) 305.



como convinha a quem dispunha de tantos. O cargo de secretário-geral foi deixado por preencher e os principais postos honoríficos distribuíram-se a um Secretariado ou Junta Política. Para além da periferia foram lançados os que não quiseram apagar-se na anonimidade da nova burocracia do nacionalismo. Fal Conde permaneceu no exílio português. Hedilla, recusando terminantemente o primeiro lugar na Junta Política, viu-se detido, condenado à morte, comutada a sentença por prisão perpétua, libertado em 1941 e colocado em residência fixa em Maiorca, indultado por fim em 1947 e remetendo-se ao silêncio daí em diante, um silêncio talvez não menos pesado do que aquele que sofrera em cela isolada, num cárcere das Canárias. Muitos outros falangistas foram detidos também, alguns condenados à prisão. Gil Robles, antigo chefe da CEDA, continuou a apoiar o levantamento, mas de fora do país<sup>387</sup>.

As facções persistiram, e os descontentamentos, que não são apagados por decreto. Terminada a guerra civil, os conspiradores impenitentes voltaram a encontrar-se, a sondar o terreno, meditando as condições para um golpe que assegurasse a hegemonia à tradição radical do fascismo. Mas o poder conquistado tem mecanismos muito diferentes dos da conquista do poder, e nada há como a distribuição de benesses para amolecer aqueles que pareciam rijos enquanto se tratava de lutar pela satisfação das ambições. Entre os seus correligionários o Caudillo manobrou, e bem, com os compromissos, as compras, o isolamento de alguns, o fuzilamento de muito poucos. A burocratização do movimento encarregou-se do resto. Não foi preciso mais para assegurar a ordem no interior da Falange unificada<sup>388</sup>.

## 6. Bélgica: O eixo conservador comprometeu o eixo radical

A experiência do Rex contribui para esclarecer as atribuições na conjugação dos dois eixos do fascismo. Léon Degrelle, fundador e chefe do movimento, começara muito novo a sua actividade política na Acção Católica, e o nome do partido referia-se a *Christus Rex*<sup>389</sup>. Cristo chefe

<sup>387</sup> Para a descrição dos acontecimentos de Dezembro de 1936 até Abril de 1937 em Salamanca consulte: P. Broué et al. (1961) 394-399; M. García Venero (1967) 291-294, 323-330, 348-349, 353-420; G. Jackson (1967) 357; S. G. Payne (1961) 148-171; H. R. Southworth (1967) 179, 185, 187-238; H. Thomas (1965) 449, 527-534. Acerca do sucedido nos dias 16 e 17 de Abril a versão de Herbert Rutledge Southworth, op. cit., é a que me parece mais verosímil. A argumentação deste historiador (págs. 200, 220-224) mostra que Hedilla não se limitou a uma atitude defensiva e conciliatória, mas tomou a ofensiva contra o triunvirato, recorrendo para isto às milícias comandadas por Carl von Haartman.

<sup>388</sup> Acerca das facções e conspirações no interior da Falange após o decreto de 19 de Abril de 1937 ver S. G. Payne (1961) 175, 212-215, 234-236, 264-266 e 294 nn. 21 e 23. Quanto às conspirações organizadas por certos meios falangistas durante a guerra mundial é interessante consultar Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (org. 1987-1991) II 80, 304-308 e III 166, 175-176, 187-189, 192-193, 199.

<sup>389</sup> R. Brasillach [s. d.] 14; F. L. Carsten (1967) 212; J. Stengers (1965) 157-158.

de milícias? «É bastante significativo reencontrarmos no rexismo», observou o fascista francês Brasillac, «muito mais do que qualquer parentesco com o fascismo italiano ou com o racismo nacional-socialista, as ideias que foram tão estimadas por La Tour du Pin, pelos tradicionalistas do século XIX, pela Action Française e, hoje, por Salazar ou pelo conde de Paris»<sup>390</sup>. Ao surgir em 1934-1935, o rexismo operara uma ruptura com o partido católico tradicional e abriu-se a pessoas de outras confissões ou sem religião, o que não o impediu de continuar a afirmar o seu catolicismo e de utilizar em boa medida os organismos da Acção Católica<sup>391</sup>. A isto se deveu o relativo êxito alcançado nas eleições legislativas de Maio de 1936, conseguindo em todo o país um voto em cada nove eleitores e, nas regiões de expressão francesa, um em cada seis eleitores, que lhe deram 10% dos deputados<sup>392</sup>.

Porém, se a maior parte dos sufrágios no rexismo veio de pessoas que até então haviam apoiado o velho partido católico, tanto antes como durante a campanha eleitoral Degrelle não evocara os sentimentos religiosos e ocupara-se em denunciar a corrupção geral dos políticos e dos meios de negócios e o domínio do parlamento pela finança, o que lhe valeu, sobretudo em Bruxelas, a simpatia de liberais e mesmo de socialistas<sup>393</sup>. «O grande erro dos velhos partidos de direita, na Bélgica tal como em França», disse Degrelle a Brasillac, que o entrevistou um mês após as eleições, «foi o de não terem compreendido, de não se terem interessado pelo problema social»<sup>394</sup>. Degrelle, explicou o entrevistador, «compreendeu que o erro trágico dos partidos foi o de separar a nação e o trabalho: os homens de “esquerda” apoiavam os trabalhadores, e aliás somente os de uma única classe; os moderados de “direita” ignoravam-nos. Como quis segurar firmemente as duas pontas da corrente, a nacional e a social, Léon Degrelle foi imediatamente seguido com entusiasmo, tal como o foram, embora sendo muito diferentes, Hitler e Mussolini»<sup>395</sup>. «Em vez de ter receio dessa passagem de elementos de esquerda para as nossas fileiras, encorajei-a o mais que pude», lembrou Degrelle. «No início do rexismo dirigi o essencial da minha acção para a conquista das massas operárias e camponesas». Degrelle pretendeu que «o resultado desse esforço foi considerável: em 1935 e 1936 conquistei dezenas de milhares de trabalhadores. As bacias de Liège, Charleroi e Verviers tornaram-se bastiões rexistas, dando-nos só elas, ao

<sup>390</sup> R. Brasillach [s. d.] 19.

<sup>391</sup> Id., *ibid.*, 15-16, 19; F. L. Carsten (1967) 213; J. Stengers (1965) 158-159.

<sup>392</sup> M. Bardèche et al. (1969) 87; R. Brasillach [s. d.] 1; F. L. Carsten (1967) 215; J. Stengers (1965) 156, 159.

<sup>393</sup> F. L. Carsten (1967) 213; J. Stengers (1965) 159-160. Acerca do ataque à corrupção ver especialmente R. Brasillach [s. d.] 16 e L. Degrelle (2000) 36 e segs.

<sup>394</sup> R. Brasillach [s. d.] 27.

<sup>395</sup> Id., *ibid.*, 19.

mesmo tempo, seis deputados»<sup>396</sup>. Passados muitos anos, ele recordou que «no único reduto operário de Liège» Rex obtivera dois senadores e três deputados, um dos quais havia recentemente pertencido à direcção das juventudes socialistas<sup>397</sup>. O balanço feito por alguns historiadores é diferente, considerando que o operariado dos grandes centros industriais se manteve alheio a este fascismo nascente e que fracassaram as tentativas dos rexistas para fundarem os seus próprios sindicatos<sup>398</sup>. Afinal, talvez a discrepância não seja tanto de perspectivas como de cronologia, porque Degrelle reconheceu que perante a contra-ofensiva socialista e comunista «o nosso recrutamento popular foi travado»<sup>399</sup>. O certo é que a ampliação do espectro político, efectiva ou programada, incomodou as hierarquias eclesiásticas, tanto mais que o programa do Rex incluía numerosas reivindicações de carácter social. «Trabalhadores de todas as classes, univós!», exclamavam os seus cartazes e proclamava o seu jornal na largura de toda a página<sup>400</sup>, opondo ao antagonismo marxista entre exploradores e explorados a confusão fascista entre patrões empreendedores e operários esforçados. Degrelle recordaria, muitos anos depois, que «as três bases fundamentais do rexismo eram, além da paz religiosa, a paz linguística no federalismo e a paz social na colaboração das classes reconciliadas»<sup>401</sup>.

Se bem que Degrelle fosse omissivo quanto à maneira de implementar as reformas que propunha, não é certo que o clero, ao ler as menções ao controle dos bancos e do capital, à protecção da classe média e da classe trabalhadora, à descentralização da riqueza e à entrega da terra aos camponeses<sup>402</sup>, soubesse distinguir entre a demagogia e as ameaças. A Igreja sentia-se cada vez mais inquieta. Em 1937, no auge de uma campanha contra as instituições democráticas do reino, quando, na eleição parcial que ele mesmo provocara em Bruxelas, Degrelle se apresentou contra o primeiro-ministro, o velho partido católico juntou-se aos liberais e aos socialistas para apoiar o governante, e o cardeal-arcebispo de Mechelen, ou Malines, primaz da Bélgica, publicou uma declaração não só condenando o partido Rex e proibindo os católicos de votarem em Degrelle, mas considerando que até a abstenção seria um pecado<sup>403</sup>. Aliás, a oposição da Igreja poderia ter vindo de mais alto e parece que o papa só não atacou publicamente o rexismo

<sup>396</sup> L. Degrelle (1949 b) 95.

<sup>397</sup> Id. (2000) 92.

<sup>398</sup> F. L. Carsten (1967) 216; J. Stengers (1965) 160, 162. Embora reconhecendo que Degrelle não encontrara na classe operária a resposta que esperava, E. Weber (1964) 126 indicou que Charleroi, um grande centro fabril, elegeu um rexista em 1936.

<sup>399</sup> L. Degrelle (1949 b) 95.

<sup>400</sup> Citados em R. Brasillach [s. d.] 20 e E. Weber (1964) 47.

<sup>401</sup> L. Degrelle (2000) 92.

<sup>402</sup> R. Brasillach [s. d.] 20; F. L. Carsten (1967) 214.

<sup>403</sup> F. L. Carsten (1967) 217; J. Stengers (1965) 163; E. Weber (1964) 128.

porque Mussolini o dissuadiu<sup>404</sup>, o que se compreende pois desde 1936 Degrelle recebia subsídios do Duce<sup>405</sup>. Mesmo assim, o anátema do cardeal-arcebispo foi fatal. O primeiro-ministro obteve 80% dos votos e Degrelle os restantes 20%, e a partir de então o Rex declinou, limitando-se a 4% dos votos em Abril de 1939, quatro deputados quando três anos antes obtivera vinte e um<sup>406</sup>. Com a ascensão e a queda de Léon Degrelle, tão brusca uma como a outra, a hierarquia católica conseguiu demonstrar os dividendos eleitorais da virtude da obediência.

Talvez Degrelle acabasse por não deixar outra marca para a posteridade além de ter inspirado originariamente a Hergé o personagem de Tintin<sup>407</sup>, se não fosse a ocupação da Bélgica pelo Reich ter dado um novo impulso ao rexismo, desta vez não já por obra da Acção Católica, mas no quadro de outra grande instituição conservadora, o exército, naquele caso a Wehrmacht. Degrelle acreditava que se se tivesse encontrado com Hitler em Outubro de 1940, como estava previsto, talvez conseguisse formar, sob a égide do rei, um governo em conjunto com Henri de Man<sup>408</sup>. Todavia, e apesar de mais tarde o Führer ter dito a Degrelle que gostaria de ter um filho que se lhe assemelhasse<sup>409</sup>, as autoridades militares germânicas nunca depositaram nele uma confiança excessiva e, pelo menos durante algum tempo, promoveram outros movimentos fascistas, especialmente os separatistas da Vlaams Nationaal Verbond, em que os rexistas da Flandres acabaram por se integrar, tal como promoveram igualmente alguns grupúsculos valões, enquanto estimulavam cisões no Rex<sup>410</sup>.

Contudo, não faltavam a Degrelle nem ousadia nem capacidade de improvisação, e se as forças armadas do Reich lhe erguiam obstáculos, foi precisamente a elas que recorreu para consolidar a sua base política, fundando em 1941 um corpo militar destinado a combater na frente leste, a Légion Wallonie, que a partir de meados de 1943 constituiu uma unidade dos Waffen-SS. «Ele diz *Heil* Hitler, mas pensa “viva Degrelle!”», observou alguém que conheceu estes meandros<sup>411</sup>. Do Outono de 1941 até à Primavera de 1945 passaram pela Légion Wallonie seis mil voluntários, dos quais três quartos vinham do operariado<sup>412</sup>. Degrelle pretendeu que «logo na Primavera de 1943, depois da nossa epopeia no Cáucaso, Himmler deu-me da parte do Führer as garantias

<sup>404</sup> E. Weber (1964) 126.

<sup>405</sup> Saint-Loup (1987) 16.

<sup>406</sup> M. Bardèche et al. (1969) 87; F. L. Carsten (1967) 217; M. Mann (2004) 41; J. Stengers (1965) 163-164; E. Weber (1964) 128.

<sup>407</sup> L. Degrelle (2000) 15 e segs. Por outro lado, há quem defenda que a linguagem do capitão Haddock foi inspirada pelos panfletos anti-semitas de Céline. Ver A. Duraffour et al. (2017) 1046-1047 n. 144.

<sup>408</sup> L. Degrelle (2000) 84, 173.

<sup>409</sup> Id. (1949 a) 15, 381.

<sup>410</sup> M. Bardèche et al. (1969) 87-88; L. Degrelle (1949 b) 52, 53, 56, 57, 62, 113, 219, 225-227, 242-244.

<sup>411</sup> Saint-Loup (1987) 92.

<sup>412</sup> L. Degrelle (1949 a) 192-193.

mais formais de que o meu plano político fora aceite em toda a sua amplitude»<sup>413</sup>. Afinal, traçando um balanço, considerou que as autoridades germânicas haviam desarticulado politicamente a VNV e anexado o movimento flamengo, o que ele não permitira que fizessem com o movimento valão<sup>414</sup>. Mas de que lhe valeu isto, já que a sua iniciativa política ficara empenhada aos sucessos militares do Reich, cada vez menos tangíveis? É certo que aquando da campanha das Ardenas, derradeira ofensiva germânica no noroeste, no Inverno de 1944-1945, Degrelle recebeu do comandante-chefe destas operações militares o poder político completo no território belga reocupado. Porém, desabafou ele, «não era o momento para promulgar decretos e remodelar a Constituição!». Tudo o que o chefe do fascismo valão fez, segundo as suas próprias palavras, foi «proporcionar aos habitantes de Limerlé e de Steibach o reconforto da missa», rezada por um capelão dos SS<sup>415</sup>. Para quem concebera como programa a restauração da grande Borgonha<sup>416</sup>, uma espécie de Lotaríngia moderna, parece-me pouco. E assim se extinguiu o rexismo, entre um poder fictício conferido por um exército moribundo e uma liturgia executada por um sacerdote militar.

## 7. Roménia: O eixo radical e o eixo conservador destruíram-se mutuamente

Um caso extremo de fracasso na conjugação dos dois eixos políticos ocorreu na Roménia durante o reinado de Carol II e o governo do general Antonescu, quando a vertente conservadora do fascismo e a sua vertente radical se chacinaram uma à outra.

Corneliu Zelea Codreanu, a figura mais importante, ou mesmo obsessiva, do fascismo romeno, iniciou a actividade política em 1919 numa milícia destinada a combater os operários em greve, e em seguida procurou, com algum êxito, animar um fascismo de carácter religioso e anti-semita, que tomou corpo em 1923 na Liga de Defesa Nacional-Cristã<sup>417</sup>. Foi no final desse ano, na capela da cadeia onde aguardava, junto com outros correligionários, um julgamento de que todos saíam absolvidos, que Codreanu começou a venerar São Miguel Arcanjo. Dizem os que têm a orelha fina para estas coisas que o tal príncipe dos anjos, além de conhecer o segredo da palavra com que Deus criou o céu e a terra, é também grã-capitão das hostes celestiais, inspirando neste mundo os exércitos da Igreja contra os descrentes. Com tamanhas competências, não

<sup>413</sup> Id. (1949 b) 251.

<sup>414</sup> Id., *ibid.*, 228.

<sup>415</sup> Id. (1949 a) 393.

<sup>416</sup> Id. (1949 b) 75, 133, 162, 184, 189, 191-192, 217, 244.

<sup>417</sup> M. Bardèche et al. (1969) 11-12; F. L. Carsten (1967) 183-184; C. Z. Codreanu (1976) 19-20, 65-67; R. Haynes (2011) 171-172; Ch. Thorpe [s. d.] 2, 4; E. Weber (1965 c) 517-520; id. (1967) 130.

espanta que o arcanjo se visse, por inerência, chefe de milícias. E, posto em liberdade, Codreanu, ainda sem romper com a Liga, começou a formar Irmandades da Cruz, destinadas à acção nacionalista e colocadas sob o patrocínio do arcanjo<sup>418</sup>. Mas em Junho de 1927, perante a desintegração da Liga e a sua moderação nas questões sociais, Codreanu voltou-lhe costas e fundou a Legião do Arcanjo São Miguel, em que o anti-semitismo se confundia com a defesa da gente humilde dos campos<sup>419</sup>. A partir de 1930 a Legião foi complementada por uma organização de massas, a Guarda de Ferro, que seria a sua ala terrorista na luta contra o comunismo e o judaísmo, «uma nova organização nacional destinada a combater o comunismo judaico», como Codreanu a definiu<sup>420</sup>. «Quando digo “comunistas”», explicou ele para que as coisas ficassem bem claras, «quero dizer judeus»<sup>421</sup>. O anti-semitismo truculento foi o eixo constante da acção de Codreanu e dos seus seguidores, sendo a questão social confundida com a questão judaica<sup>422</sup>.

Entretanto o rei Carol II, logo depois de ter conseguido apoderar-se do trono em Junho de 1930 através de uma manobra traiçoeira que não importa aqui relatar<sup>423</sup>, aplicou-se a enfraquecer os partidos conservadores, de maneira a ocupar-lhes o espaço e consolidar gradualmente a posição da coroa. Com este fim procurou aproveitar-se de Codreanu, que manifestava pela direita tradicional quase a mesma hostilidade que dedicava aos judeus e aos comunistas. Nas eleições gerais de Junho de 1931 os legionários não chegaram a reunir 2% dos votos<sup>424</sup>, ainda que Codreanu tivesse conseguido entrar no parlamento graças a uma eleição parcial em Agosto<sup>425</sup>. Mas seis anos depois os legionários aliaram-se a algumas forças da direita conservadora para disputar as eleições legislativas, revelando um oportunismo táctico que lhes era tanto mais fácil quanto a Legião não tinha programa, pois afirmava Codreanu que «este país está a morrer por falta de homens, não por falta de programas. [...] não é de programas que precisamos, mas de homens,

<sup>418</sup> F. L. Carsten (1967) 184; C. Z. Codreanu (1976) 97, 100-101; R. Haynes (2011) 173; E. Weber (1965 c) 520.

<sup>419</sup> F. L. Carsten (1967) 184; C. Z. Codreanu (1976) 154; S. Fischer-Galati (1971) 114; R. Haynes (2011) 173-174; Ch. Thorpe [s. d. 1] 6, 7-8; E. Weber (1964) 99; id. (1965 c) 527.

<sup>420</sup> F. L. Carsten (1967) 187; R. Haynes (2011) 174; A. E. Ronnett et al. (1986) 6; Ch. Thorpe [s. d. 1] 8; E. Weber (1965 c) 544. A frase citada encontra-se em C. Z. Codreanu (1976) 193.

<sup>421</sup> C. Z. Codreanu (1976) 193. A noção de que os judeus eram agentes do comunismo aparece nas págs. 16, 17, 19, 24, 29, 30, 31, 32, 34, 45, 84, 112, 190, 191 e 193. O sintagma «judeo-comunista» ou variantes aparece nas págs. 13, 19, 29, 32, 34 e 104; note-se que nas págs. 68, 74, 140, 141, 147, 169 e 229 aparece o sintagma «judeo-maçónico» ou variantes, enquanto o sintagma «judeo-liberal» aparece na pág. 112, e na pág. 129 o sintagma «judeo-governamental».

<sup>422</sup> Id., *ibid.*, *passim*. Ver também: J. Evola (2004); Ch. Thorpe [s. d. 1] *passim*; id. [s. d. 2] *passim*; id. [s. d. 3] 1-4. Note-se que Christopher Thorpe, embora fornecesse numerosos dados sobre o anti-semitismo da Legião, pretendeu que se tratava de uma atitude racional e justificada pela própria presença e comportamento dos judeus.

<sup>423</sup> Stanley Payne, que não é propriamente um regicida, chamou-lhe «o monarca mais cínico, corrupto e sequioso de poder que alguma vez lançou o descrédito sobre um trono em qualquer lugar na Europa do século XX». Ver S. G. Payne (2003 b) 278.

<sup>424</sup> Id., *ibid.*, 282; E. Weber (1967) 116.

<sup>425</sup> A. E. Ronnett et al. (1986) 7.

homens novos»<sup>426</sup>. Sem programa, nem sequer fictício, sem limites, nem mesmo formais, os homens do arcanjo podiam tomar posição contra todos e qualquer um, assim como podiam fazer o contrário, e graças a um pacto com os inimigos de ontem tornaram-se em 1937 o terceiro maior partido do país, obtendo mais de 15% dos sufrágios e mais de 18% dos lugares, muito mais se não tivessem ocorrido as fraudes do costume<sup>427</sup>. O monarca percebeu então que o seu principal adversário passara a ser o fascismo radical e dissolveu o parlamento antes da sessão inaugural, suspendeu indefinidamente as eleições, proibiu a actividade de todos os partidos e em Fevereiro de 1938 promulgou por decreto uma nova constituição, de modelo corporativo<sup>428</sup>. Finalmente, em Abril de 1938 Codreanu foi detido e condenado a dez anos de prisão, enquanto centenas de outros chefes legionários ficaram confinados em campos de concentração<sup>429</sup>.

E assim se votou ao fracasso esse ensaio de conjugação de um fascismo conservador com um fascismo radical. Os generais estavam, nem outra coisa seria de esperar, do lado da coroa. Entretanto a Igreja Ortodoxa, preferindo como todas as Igrejas a ordem à fé, pôs o seu mais alto dignitário, o patriarca, ao serviço do rei para chefiar o governo de Fevereiro de 1938 que implantou a versão conservadora do fascismo<sup>430</sup>. A Igreja deixou sem socorro nem consolo os devotos do arcanjo, apesar de este movimento ter um carácter tão religioso como político. No diário escrito na prisão Codreanu reagiu com amargura às declarações do patriarca, que acabara de condenar a Legião. Na folha datada de 3 de Junho de 1938 comparou a atitude do chefe da Igreja à de um pai que em vez de acolher um filho o repele e o espanca, e desabafou: «é doloroso, extremamente doloroso!»<sup>431</sup>. Ao contrário de Salazar e de Dollfuss, que haviam instaurado modalidades de fascismo clerical aproveitando da Igreja o aparelho burocrático e da religião um certo número de princípios de ordem moral, Codreanu e os seus seguidores devotaram-se a um fascismo «místico, religioso e ascético», nas palavras de Julius Evola<sup>432</sup>, e esta diferença correspondeu à oposição entre o fascismo conservador e o fascismo radical. «A oração é um elemento

<sup>426</sup> C. Z. Codreanu (1976) 159. Ver também a n. 43 no capítulo 2 da Parte 2.

<sup>427</sup> F. L. Carsten (1967) 188; S. Fischer-Galati (1971) 117; S. G. Payne (2003 b) 286; A. E. Ronnett et al. (1986) 13; M. Sturdza (1968) 102-103; E. Weber (1965 c) 550; id. (1967) 117.

<sup>428</sup> F. L. Carsten (1967) 188; E. Weber (1965 c) 551-552.

<sup>429</sup> E. Weber (1965 c) 552, 555.

<sup>430</sup> M. Baumont (1951) 826.

<sup>431</sup> C. Z. Codreanu (1986) 52-53. A frase citada vem na pág. 52.

<sup>432</sup> J. Evola (2004). Segundo H. T. Hansen (2002) 80, Codreanu «foi sem dúvida, para Evola, um dos raros "heróis" e modelos indiscutíveis». Mircea Eliade, que se contou entre os legionários, classificou-os como «um movimento profundamente cristão, justificando a sua doutrina no plano espiritual». Ver M. Eliade (1937) 1. Para ligarmos estas duas apreciações numa teia única, convém saber que Eliade, num artigo publicado em *Vremea*, 31 de Março de 1935, considerou que «Evola é um dos espíritos mais interessantes da geração da guerra». Citado por H. T. Hansen, op. cit., 46. E, para a teia ser completa, Eliade confirmou que Evola tinha grande admiração por Codreanu. Ver G. Stucco (2002) 31.

decisivo da vitória», escrevera Codreanu, que impusera um jejum de dois dias por semana à Guarda de Ferro, cujos chefes deviam abster-se de ostentar riquezas e de frequentar cinemas, teatros e outras diversões. Além disso, os dez mil legionários de uma força de choque especial obrigavam-se ao celibato<sup>433</sup>.

Os homens do arcanjo consideravam-se a última trincheira antes do apocalipse, e só através da sua própria transfiguração espiritual eles restaurariam o povo romeno na fé de Deus. «O fim supremo da Nação», proclamara Codreanu, «deve ser a ressurreição em Cristo!»<sup>434</sup>. Para que este objectivo se realizasse seria necessário que primeiro, dentro da alma de cada legionário, o homem novo triunfasse do velho. O resto viria depois, porque «no movimento o fenómeno espiritual constitui a infra-estrutura, enquanto todas as outras realizações políticas, sociais, económicas, culturais são estratos acrescentados graças a um desenvolvimento orgânico que parte da alma e visa o mundo exterior», explicou Horia Sima, o principal dirigente da Legião depois de Codreanu. Não seriam os interesses materiais fugazes a mover o legionário, mas o amor de Cristo, fundamento eterno de tudo o mais. «O herói saído da escola legionária», escreveu ainda Sima, «tende a transformar a nação segundo o modelo vivo da sua alma [...]»<sup>435</sup>. Era assim, tal e qual, que pensavam e falavam aqueles profissionais do atentado político e do *pogrom*, e a invocação obsessiva da pureza da alma e do amor divino serve para elucidar a função absolutória de certas abstracções.

Precipitados para a acção clandestina, os legionários que conseguiram escapar às perseguições votaram-se ainda mais fanaticamente ao terrorismo. Comentando a condenação de Codreanu, Evola escreveu que «essa sentença ou era demasiado severa ou não o era suficientemente»<sup>436</sup>. Na noite de 29 para 30 de Novembro de 1938 Carol II deu ordens para que a polícia assassinasse Codreanu e outros legionários presos<sup>437</sup>. O rei procurava destruir os concorrentes para melhor impor a sua própria versão do fascismo, e em Dezembro desse ano, através do primeiro-ministro Armand Călinescu, criou um partido único, a Frente do Renascimento Nacional, e uma organização de juventude, que rivalizavam ambos com a Legião nos rituais, na hierarquia e nos uniformes. De igual modo, Călinescu começou a apropriar-se nos seus discursos de temas que até então haviam constituído a especialidade de Codreanu<sup>438</sup>. Os devotos do arcanjo viram o

<sup>433</sup> J. Evola (2004).

<sup>434</sup> Citado em S. G. Payne (2003 b) 280 n. 51.

<sup>435</sup> O misticismo político dos legionários encontra-se exposto em H. Sima (1964) 6-23. As passagens citadas vêm na pág. 12. Ver ainda R. Haynes (2011) 174-175 e 177-178.

<sup>436</sup> J. Evola (2004).

<sup>437</sup> F. L. Carsten (1967) 188-189; R. Haynes (2011) 180; E. Weber (1965 c) 556.

<sup>438</sup> E. Weber (1965 c) 554-555.



perigo e o seu aparelho clandestino redobrou as acções terroristas não só contra os judeus, como era habitual, mas igualmente contra os apoiantes do fascismo régio. E dez meses depois do assassinato de Codreanu, após vários ensaios frustrados, a Legião conseguiu vingar o seu chefe e matou Călinescu. Prosseguindo a escalada das represálias, o governo ordenou uma chacina de legionários<sup>439</sup>. Será que, liquidados há muito os comunistas e desarticulados os partidos conservadores, os dois fascismos continuariam a trucidar-se até desaparecer numa voragem toda a vida política do país, nada restando?

Mas perante a guerra mundial e o colapso do sistema internacional de alianças que garantira até então a integridade das fronteiras da Roménia, os chefes de ambos os fascismos perceberam a conveniência de suspender as hostilidades, se não queriam todos eles ser vítimas das ambições do Reich hitleriano e de outros vizinhos, de menor poder mas de dentes não menos aguçados. Em Janeiro de 1940 o governo começou a libertar os legionários presos — aqueles que haviam tido a sorte de não ser massacrados na cadeia — e na Primavera estabeleceu contacto com os membros da Legião exilados em Berlim, até que em Junho o monarca acedeu em converter a Frente do Renascimento Nacional numa organização de carácter mais radical, o Partido da Nação. Por seu lado, Horia Sima, comandante da Legião após o assassinato de Codreanu, divulgou um manifesto convidando os seguidores a aderirem ao novo partido. No começo de Julho os legionários receberam alguns ministérios e, embora Sima se tivesse demitido rapidamente, os seus companheiros permaneceram no governo<sup>440</sup>.

Não se tratava, porém, de uma fusão dos dois movimentos fascistas, nem de uma trégua sequer, mas simplesmente de um jogo duplo, porque os legionários não deixaram de explorar junto à opinião pública os resultados catastróficos da política externa da monarquia. Em Junho de 1940 a União Soviética, com a concordância de Hitler, ocupara a Bessarábia, que havia sido russa até 1918, e o norte da Bukovina, embora esta nunca tivesse pertencido à Rússia. Dois meses depois Hitler e Mussolini pressionaram a Roménia a restituir à Hungria a Transilvânia setentrional. E em Setembro foi perdido mais território, agora em benefício da Bulgária. Deste modo, três milhões e meio de cidadãos romenos ficaram sob a soberania soviética e quase dois milhões e meio foram incluídos no Estado húngaro. Apesar de serem entusiastas do nacional-socialismo germânico, sob cuja égide se fizera o rearranjo das fronteiras, os dirigentes da Legião não deixaram escapar uma tão boa oportunidade de pôr em xeque os seus rivais e encabeçaram os protestos contra aquelas cedências, exigindo a abdicação do monarca. O desprestígio da coroa

<sup>439</sup> F. L. Carsten (1967) 189; R. Haynes (2011) 180; E. Weber (1965 c) 555-558.

<sup>440</sup> A. E. Ronnett et al. (1986) 16-17; E. Weber (1965 c) 558.

era total e a 3 de Setembro de 1940, numa conjuntura que lhes parecia propícia, os legionários desencadearam uma insurreição em Bucareste e noutras duas cidades. O movimento triunfou na província e fracassou na capital, mas Carol II viu-se obrigado a recorrer ao exército e convidou a formar governo o general Ion Antonescu, que havia sido chefe do estado-maior e duas vezes ministro e além disso estivera próximo de Codreanu<sup>441</sup>. O rei esqueceu talvez, ou nem se quis lembrar, que quem recorre a um salvador lhe fica nas mãos. O general exigiu a abdicação de Carol, que entregou a coroa ao seu filho Mihai e abandonou o país no dia 6 de Setembro. Logo em seguida Antonescu apelou para a colaboração da Legião. «O Movimento tivera sempre a intenção de pôr um general à frente do primeiro governo legionário», recordou um antigo membro da Legião<sup>442</sup>. Um decreto real de 14 de Setembro estabeleceu o Estado Nacional Legionário, com Antonescu como chefe supremo e Horia Sima como vice-primeiro-ministro, encontrando-se os legionários em maioria no governo<sup>443</sup>. Nestas circunstâncias Antonescu representava um conservadorismo agrário e paternalista, próximo do tipo de fascismo que Carol II pretendia instaurar, enquanto os fiéis do arcanjo defendiam os camponeses mais pobres e desejavam a efectiva destruição dos velhos partidos, a completa superação do sistema liberal e a implantação de uma economia dirigida pelo Estado<sup>444</sup>. Pensaria alguém que as duas correntes encontrariam um terreno de entendimento e se fundiriam gradualmente?

Que ilusão! Em vez de moderarem os seus métodos de actuação, os legionários multiplicaram as vítimas não só entre os judeus mas igualmente nos meios conservadores, em especial durante a jornada de terror de 28 de Novembro de 1940. Antonescu protestou em Conselho de Ministros contra as expropriações de judeus e de conservadores que os membros da Legião estavam a praticar e contra o facto de eles mesmos se apoderarem dos bens dos inimigos. E embora Hitler pressionasse Antonescu a manter a colaboração com os legionários, nada parecia capaz de refrear os herdeiros de Codreanu, que ameaçavam levar a revolução até ao interior do exército e abolir o sistema de casta dos oficiais, substituindo-os por outros emanados do povo — decerto pelos soldados do arcanjo<sup>445</sup>. Seria impossível provocar mais directamente o general Antonescu, pondo em risco a sua principal base de sustentação. Em Janeiro de 1941, perante a excitação crescente da Legião, Antonescu decidiu contra-atacar, ou talvez provocar os adversários para

<sup>441</sup> E. Weber (1965 c) 559. «Antonescu tem o mérito de ter intervindo a favor de Codreanu», disse Hitler aos seus comensais em 17 de Outubro de 1941. Ver *Hitler's Table Talk...*, 67.

<sup>442</sup> M. Sturdza (1968) 167. Mas o príncipe Mihail Sturdza acrescentou logo em seguida que Antonescu «nunca tivera amizade pelo Movimento».

<sup>443</sup> F. L. Carsten (1967) 190; A. E. Ronnett et al. (1986) 17-18; E. Weber (1965 c) 559-560.

<sup>444</sup> E. Weber (1965 c) 560.

<sup>445</sup> Id., *ibid.*, 561-564.

o desfecho final, agora que parecia estar seguro do apoio de Hitler, e começou a tomar medidas para reduzir o poder dos legionários, substituindo-os nos cargos de responsabilidade por oficiais do exército<sup>446</sup>. A resposta não iria tardar. Em Bucareste, sob o comando de Sima, os legionários organizaram protestos que se transformaram numa insurreição, acompanhada pelos habituais *pogroms* e deixando pelo menos dois mil judeus mortos, mas ao fim de três dias a Legião ficara liquidada pelo exército<sup>447</sup>. Muitos legionários foram massacrados, muitos mais foram presos e alguns, entre os quais Horia Sima, conseguiram fugir para o Reich, que nunca deixou aqui de jogar com um pau de dois bicos, acolhendo os fugitivos mas internando-os num campo de concentração<sup>448</sup>. O fascismo romeno passou a obedecer à hegemonia conservadora e nos últimos dias de Janeiro de 1941 constituiu-se um governo composto principalmente por militares. O Estado Nacional Legionário foi abolido a 15 de Fevereiro, sucedendo-lhe no mês seguinte o Estado Nacional e Social e, como os vencedores contam sempre com uma especial sedução, não foram poucos os antigos seguidores de Codreanu a exprimir o seu apreço pelo novo regime<sup>449</sup>. Mas seria simples demais que a história terminasse aqui e que, mesmo graças à chacina e aos campos de concentração, se conseguisse a pacificação interna do fascismo romeno.

Em Agosto de 1944 o rei Mihai, com o apoio de conservadores, sociais-democratas e comunistas, organizou um golpe de Estado, depôs Antonescu e transferiu o país para o campo dos Aliados, de cuja vitória já ninguém duvidava. Em resposta, Hitler mandou libertar os membros da Legião que em Janeiro de 1941 haviam conseguido fugir para o Reich e aí permaneciam detidos, e Horia Sima foi encarregado de formar em Viena um governo romeno no exílio, colaborando na desesperada busca de mão-de-obra e carne-para-canhão<sup>450</sup>. Um cadáver mal ressuscitado era tudo o que restava dos homens do arcanjo. Durante década e meia a vida política da

<sup>446</sup> F. L. Carsten (1967) 192; E. Weber (1965 c) 565-566. Hitler estimava muito Antonescu e considerava-o, logo após Mussolini, o mais notável dos aliados do Reich. Ver *Hitler's Table Talk...*, 67, 180, 337, 387, 622 e 694. Ver também A. E. Ronnett et al. (1986) 18 e M. Sturdza (1968) 211 e segs.

<sup>447</sup> L. Brenner (1983) 171; F. L. Carsten (1967) 192; R. Haynes (2011) 181; R. Hilberg (1961) 489; E. Weber (1965 c) 565-566. A respeito destes acontecimentos, H. G. Dahms (1968) I 226 pretendeu que os legionários contaram com o apoio de «operários de tendências comunistas das usinas Malaxa». Por seu lado, A. E. Ronnett et al. (1986) 20-26 e M. Sturdza (1968) 214 e segs. defenderam que não ocorrera nenhuma tentativa de insurreição por parte dos legionários.

<sup>448</sup> E. Weber (1967) 122. «Se eu estivesse no seu lugar [de Antonescu]», disse Hitler num círculo de íntimos em 18 de Janeiro de 1942, «teria feito da Legião a base do poder, depois de ter fuzilado Horia Sima». Ver *Hitler's Table Talk...*, 223. M. Sturdza (1968) 242-243 contou que Sima estivera «em residência forçada nos arredores de Berlim», mas, depois de ter ido clandestinamente para a Itália, Ciano recambiou-o para o Reich, onde ele e cerca de quatrocentos outros legionários foram internados em Buchenwald e Dachau. Um relatório dos serviços secretos soviéticos, elaborado depois da guerra, afirmou que nos campos de concentração eles haviam beneficiado de «tratamento preferencial». H. Eberle et al. (org. 2005) 298.

<sup>449</sup> E. Weber (1965 c) 566-567; id. (1967) 137.

<sup>450</sup> Id. (1965 c) 567.

Roménia havia sido mobilizada pelo fascismo, e no entanto a incapacidade de conjugar a vertente conservadora com a radical fez com que elas se destruíssem uma à outra.

## 8. Áustria: Um equilíbrio errado entre as instituições do fascismo

Na Áustria e no Japão o confronto entre duas facções do fascismo, em vez de levar à sua aniquilação mútua, como na Roménia, ou, como em Espanha, à fusão de ambas, ocasionou a completa supremacia de uma sobre a outra.

O aparecimento dos corpos francos na Áustria logo a seguir ao final da Grande Guerra assemelhou-se em tudo ao sucedido na Alemanha. Contribuíram, por um lado, para preservar uma certa integridade territorial, já que nem as relações de força nem o contexto internacional se prestavam às ambições expansionistas que no íntimo norteavam os seus membros. Por outro lado, colocaram-se ao serviço da contra-revolução no interior do país. Aliás, os dois tipos de actividade completaram-se, por exemplo quando os corpos francos austríacos colaboraram no combate contra o exército vermelho húngaro ou contra a república dos conselhos bávara. Em retribuição, os corpos francos da Baviera prestaram uma ajuda substancial aos seus congéneres austríacos<sup>451</sup>. Numa época de revolução internacional, o processo contra-revolucionário não podia ter deixado de se internacionalizar também.

A derrota das revoluções na Europa central e a fiscalização exercida pelas grandes potências sobre as relações exteriores da Áustria levaram os corpos francos a cingirem-se à luta de classes dentro das fronteiras. Presentes em quase todas as localidades, os corpos francos, que acabaram por adoptar a denominação genérica de Heimwehr, converteram-se numa milícia ao serviço dos proprietários rurais e da Federação Central das Indústrias<sup>452</sup>. Entretanto, em 1923 o partido socialista e os sindicatos criaram a sua própria milícia, a Republikanischer Schutzbund, procedente da antiga Volkswehr que os socialistas haviam formado no final de 1918 para minar pela base as tentativas insurreccionais dos comunistas<sup>453</sup>. Só que agora já não era a esquerda mais extrema que inquietava os socialistas, mas a extrema-direita, e os repetidos confrontos armados nas ruas de Viena reflectiam o equilíbrio instável entre o reaccionarismo das províncias e o proletariado aguerrido da capital. Durante uma década e meia a vida política austríaca

<sup>451</sup> F. L. Carsten (1967) 223; M. Kitchen (1980) 54-56; A. Whiteside (1965) 330.

<sup>452</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 405; F. L. Carsten (1967) 223; M. Kitchen (1980) 56; P. Milza (1999) 437; A. Whiteside (1965) 332.

<sup>453</sup> M. Kitchen (1980) 97-98, 111 e segs.; G. Marramao (1977) 92-93.

caracterizou-se pela cisão entre o governo nacional, representante das regiões rurais, onde prevaleciam os pequenos proprietários e que eram profundamente contra-revolucionárias, e a cidade de Viena, à qual a constituição conferia um elevado grau de autonomia e onde o partido socialista, orientado à esquerda, realizou uma notável experiência de democracia operária e cultura de classe<sup>454</sup>. Mas como as transformações sociais ocorridas na capital não conseguiam estender-se ao resto do país e como os socialistas, que detinham a hegemonia absoluta em Viena, haviam sido afastados do governo central, esta dicotomia impedia as instituições estatais de cumprirem a sua habitual função de compromisso<sup>455</sup>. As milícias assumiram assim um lugar muito considerável na vida política e graças a elas cada um dos lados marcava o limite até onde o outro podia avançar, assegurando um estranho equilíbrio, sempre ameaçado.

As milícias da Heimwehr singularizaram-se entre as suas congéneres europeias pelo facto de não serem o órgão de nenhum partido nem sequer se fazerem acompanhar por um movimento político próprio, e as repetidas tentativas para se federarem num organismo partidário mais ou menos coerente nunca alcançaram êxito, talvez porque os seus membros se dividissem por origens bastante diferentes e por tradições ideológicas variegadas<sup>456</sup>. A Heimwehr revelou-se muito eficaz contra as greves e as milícias operárias, derrotando em 1927 o ensaio de greve insurreccional do proletariado austríaco e mantendo cada vez mais as ruas sob o seu controle<sup>457</sup>. Ao mesmo tempo, ela apoiou o patronato industrial na liquidação do sindicalismo socialista, e até do sindicalismo cristão, no interior de algumas das maiores fábricas e ajudou-o a instaurar relações fascistas nas empresa<sup>458</sup>. Não conseguiu, porém, converter esta vitória numa conquista do poder. Em Setembro de 1930 o chefe nacional da Heimwehr e o seu chefe em Salzburgo receberam os Ministérios do Interior e da Justiça num governo presidido — tal como o haviam sido todos nos últimos dez anos — por um chanceler social-cristão. Para disputar as eleições legislativas de Novembro desse ano a Heimwehr transformou-se em partido, mas ele foi desde início enfraquecido pelas habituais rivalidades internas. Além disso, o nacional-socialismo austríaco, que desde os meados da década de 1920 estava submetido à autoridade de Hitler<sup>459</sup>, beneficiou do recente

<sup>454</sup> M. Kitchen (1980) 16; G. Marramao (1977) 57-58, 91-92.

<sup>455</sup> Otto Bauer, dirigente e teórico do partido socialista austríaco, procurou interpretar esta situação concebendo o Estado enquanto «resultado do equilíbrio das forças de classe», de maneira que nem se trataria de uma ditadura da burguesia sobre o proletariado nem de uma ditadura do proletariado sobre a burguesia. Bauer, porém, atribuiu a este equilíbrio um âmbito histórico muito mais amplo do que a experiência austríaca. «A crise geral do parlamentarismo tradicional», escreveu ele, «é uma das formas por que se manifesta o equilíbrio das forças de classe». Ver a este respeito G. Marramao (1977) 68-77; as passagens citadas vêm nas págs. 69 e 76.

<sup>456</sup> F. L. Carsten (1967) 226; A. Whiteside (1965) 330, 334, 336-337.

<sup>457</sup> F. L. Carsten (1967) 224; M. Kitchen (1980) 57; A. Whiteside (1965) 334-335.

<sup>458</sup> M. Kitchen (1980) 21-22, 25.

<sup>459</sup> A. Whiteside (1965) 333-334, 339-340.

trunfo eleitoral dos seus correligionários alemães e revelou-se para a Heimwehr um sério concorrente. Nestas circunstâncias o sufrágio constituiu uma vitória para os nacionalistas conservadores, que obtiveram um aumento de lugares no parlamento igual ao número de lugares perdidos pelos sociais-cristãos, enquanto os socialistas recuperaram a posição de maior partido. Para a Heimwehr o fracasso foi considerável, contando apenas 6% dos votos e oito deputados eleitos<sup>460</sup>. Incapaz de ousar um golpe de Estado quando deteve as pastas cruciais do Interior e da Justiça, havia-se mostrado igualmente incapaz de tomar o poder por vias legais. Entretanto, com a sua disciplina e determinação e com o prestígio conferido pelos êxitos registados do outro lado da fronteira, os nacionais-socialistas beneficiaram do insucesso da Heimwehr e chegaram a resultados muito favoráveis nas eleições provinciais de 1932, em detrimento também dos sociais-cristãos e sobretudo dos nacionalistas conservadores<sup>461</sup>. Será que ninguém conseguiria impedir os nacionais-socialistas de alcançarem a hegemonia não só entre os fascistas mas ainda sobre aquela porção do eleitorado que havia até então dado a sua confiança aos conservadores? Dollfuss tentou resolver a situação.

Membro do Partido Social-Cristão, Engelbert Dollfuss encarregara-se em 1931 do Ministério da Agricultura e das Florestas. Não se tratava de um mero cargo técnico, pois a Liga Campesina da Baixa Áustria, com cem mil filiados, e de que ele havia sido secretário antes de passar a dirigir a Câmara da Agricultura da Baixa Áustria, aderira em bloco à Heimwehr em 1929<sup>462</sup>. Afigure-se-me que as ligações de Dollfuss a esta milícia regional contribuíram para a sua entrada no governo. Além disso, se a extrema-direita austríaca tinha uma base de apoio predominantemente rural, o modelo corporativo de um governo de técnicos encontrava-se personificado num especialista de questões agrárias. Talvez se explique assim o motivo por que o padre Seipel, chefe do Partido Social-Cristão e chanceler até 1929, promoveu a ascensão de Dollfuss. «[...] o Dr. Dollfuss pôs em prática o que o Dr. Seipel havia planeado muito tempo antes», escreveu um biógrafo, na verdade hagiógrafo, de Dollfuss<sup>463</sup>. Quando o reverendo Seipel morreu, em Agosto de 1932, Dollfuss tinha sido nomeado chanceler três meses antes com o objectivo de desenvolver nos detalhes e implantar na prática o fascismo clerical que o seu mentor delineara em traços gerais. Nestas circunstâncias, o facto de o novo chefe do governo dispor de uma base de sustentação parlamentar muitíssimo precária talvez fosse mais benéfico do que prejudicial. Não sendo deputado e não estando, por isso, vinculado a uma instituição legislativa considerada decadente ou mesmo

<sup>460</sup> M. Kitchen (1980) 62; A. Whiteside (1965) 338.

<sup>461</sup> M. Kitchen (1980) 63, 276; R. J. Rath (1971) 30; A. Whiteside (1965) 340.

<sup>462</sup> G. Brook-Shepherd (1961) 33-45; A. Whiteside (1965) 336.

<sup>463</sup> J. Messner (2004) 65-66. Ver ainda as págs. 86-87 e 145.

obsoleta, Dollfuss podia mais facilmente optar por uma linha de acção ditatorial. Os problemas surgiam de outro lado, porque exactamente na altura em que precisava do apoio unânime dos fascistas e da extrema-direita para o confronto inevitável com os socialistas, o chanceler via os membros da Liga Camponesa aderirem em massa ao nacional-socialismo<sup>464</sup>. Funesto presságio! Os sociais-cristãos eram os continuadores directos do partido de Karl Lueger, cuja eficácia um Hitler jovem apreciara antes da guerra nas ruas de Viena. E se recordarmos que, embora Lueger fosse apresentado nas páginas de *Mein Kampf* como modelo para os políticos de extrema-direita desejosos de mobilizar as massas, ele era também criticado por não ter compreendido a importância decisiva do germanismo, verificamos que a opinião do Führer a respeito de Seipel e Dollfuss estava já formada e que para ele o fascismo austríaco tinha de perecer diante de um fascismo de âmbito germânico.

Procurando ultrapassar em velocidade os rivais e os opositores, Dollfuss suspendeu as eleições legislativas por um período indeterminado e suspendeu em seguida o próprio parlamento, proibiu os desfiles e as assembleias políticas, proibiu as greves e pôs sistematicamente em causa as regalias económicas e organizativas que os trabalhadores haviam conquistado, ordenou a dissolução da Schutzbund, suspendeu as eleições municipais e, em geral, apoiou-se na Heimwehr para se bater simultaneamente contra os nacionais-socialistas e contra os socialistas<sup>465</sup>. Por fim, tentando conferir algo de positivo a um governo que até então só tomara decisões negativas, Dollfuss fundou em Maio de 1933 a Frente Patriótica, destinada a liquidar violentamente a esquerda e a substituir os demais partidos da direita e o concorrente nacional-socialista.

Para um lado ou para outro, a cisão no interior do fascismo tinha de ser resolvida. Nem o novo regime podia tolerar a existência da secção austríaca do partido nacional-socialista alemão e das suas milícias, cada vez mais aguerridas e ampliando sem cessar a sua base de apoio<sup>466</sup>, nem os nacionais-socialistas podiam manter indefinidamente a autonomia se o regime de Dollfuss se consolidasse. Enquanto os partidários de Hitler preparavam à pressa um golpe de força que submetesse o país à hegemonia do Reich, Dollfuss antecipou-se e em Junho de 1933 dissolveu as organizações nacional-socialistas, fazendo um número tão grande de presos que teve de criar campos de concentração, aliás povoados também por membros do Partido Comunista, que havia sido proibido no mês anterior<sup>467</sup>. Mas os comunistas pouca ou nenhuma influência tinham no

<sup>464</sup> A. Whiteside (1965) 341.

<sup>465</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 411 e segs.; M. Kitchen (1980) 94, 138-139; A. Whiteside (1965) 342.

<sup>466</sup> A. Whiteside (1965) 340 e segs.

<sup>467</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 418-419, 426 n. 4; M. Kitchen (1980) 71; G. Marramao (1977) 97; A. Whiteside (1965) 343.

operariado austríaco e eram outros os inimigos que ameaçavam o chanceler no lado esquerdo do espectro político. Profundamente insatisfeitos com a atitude expectante e derrotista adoptada pela direcção do partido socialista, os operários mais combativos vinham desde há algum tempo a exigir que se passasse à acção<sup>468</sup>. Fizeram-no tarde e em péssimas condições. Em Fevereiro de 1934, depois de enfrentar insurreições em seis cidades, Dollfuss lançou o exército e a Heimwehr ao assalto do principal bairro proletário de Viena, coração do socialismo e da classe trabalhadora, sendo-lhe necessários quatro dias de combate e quatro centenas de mortos para esmagar o operariado da capital. Os dirigentes socialistas mais prestigiados foram presos ou dispersaram-se pelo exílio e os sindicatos socialistas foram dissolvidos e substituídos por uma formação sindical única, controlada pelo governo<sup>469</sup>. Com a nova base constituída pela Frente Patriótica, livre dos compromissos que haviam unido os sociais-cristãos ao conservadorismo tradicional e convencido de que conseguiria suprimir as permanentes rivalidades internas da Heimwehr e convertê-la numa formação paramilitar bem disciplinada e inteiramente ao seu serviço, Dollfuss escavou os alicerces de um fascismo católico. Em Abril de 1934 foi proclamada uma nova constituição, inspirada pelas teses defendidas nas encíclicas papais, nomeadamente a *Quadragesimo Anno*, que o chanceler classificou como «a *Magna Carta* da constituição austríaca»<sup>470</sup>.

Mas nada neste projecto parecia convincente. Na Frente Patriótica, lançada sem ímpeto e desprovida de energia própria, inscreveram-se sobretudo funcionários do Estado que viam na sua filiação mais um dever de ofício do que uma militância<sup>471</sup>. Assim Dollfuss, que para criar a nova organização deixara extinguir-se o velho Partido Social-Cristão em que até então se apoiara<sup>472</sup>, ficou sem uma base viável de sustentação independente e passou a dever a sua sobrevivência apenas à Heimwehr. E se é certo que as rivalidades internas desta milícia davam ao chanceler amplas oportunidades de manobra, também não é menos exacto que os chefes da Heimwehr, enquanto conspiravam uns contra os outros, aguardavam todos a primeira

<sup>468</sup> M. Kitchen (1980) 183 e segs., 228.

<sup>469</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 422-426; F. L. Carsten (1967) 228; M. Kitchen (1980) 202 e segs.; J. A. Nunes (1982) 59-60; A. Whiteside (1965) 344. Um apologista de Dollfuss, J. Messner (2004) 84, mencionou 241 mortos, distribuídos igualmente por ambos os lados, e acrescentou (pág. 194) que «o chanceler Dollfuss era adverso ao uso da força».

<sup>470</sup> G. Brook-Shepherd (1961) 156-157, 170 e segs.; J. Messner (2004) 143 e segs.; R. J. Rath (1971) 24-25. A citação de Dollfuss encontra-se em John Rath, op. cit., 25. «As encíclicas papais relativas às questões sociais podem ser experimentadas com êxito num país como Portugal, onde não existe nenhum dos problemas da sociedade industrial moderna que as encíclicas se propuseram resolver», observou P. F. Drucker (1943) 84. «Aplicados, porém, a um país industrial como a Áustria, os seus ensinamentos apresentaram-se como uma reacção pseudo-romântica ou uma teorização desprovida de sentido, alheia às realidades efectivas».

<sup>471</sup> M. Kitchen (1980) 173-174, 178, 278.

<sup>472</sup> G. Brook-Shepherd (1961) 108-109; M. Kitchen (1980) 45, 175, 182.



oportunidade para se verem livres dele<sup>473</sup>.

Além de se afigurar precária a estabilidade do regime, não haveria igualmente algo de errado na sua topografia? Ao longo da década de 1920 o fascismo italiano estendera progressivamente a sua influência ideológica sobre o Partido Social-Cristão<sup>474</sup> e entretanto, além de inspirar a Heimwehr, começara também a municia-la e subsidiá-la com regularidade<sup>475</sup>. «Naquela época», recordaria Churchill alguns anos mais tarde, «o ministro da Itália em Viena era quase vice-rei da Áustria e a sua situação nessa capital era praticamente idêntica à que o alto-comissário britânico ocupava no Cairo»<sup>476</sup>. Este alinhamento internacional reflectia a hostilidade que opunha o regime de Dollfuss à secção austríaca do partido nacional-socialista alemão. Mas, aproximando-se demais do fascismo de Mussolini, estritamente social, o chanceler comprometia o projecto hitleriano de unificação de toda a população de origem germânica num Reich assente em critérios rácicos. Além disso, o papa Pio XI exaltou publicamente Dollfuss e apresentou-o como modelo de um político católico<sup>477</sup>. Ora, com esta simpatia pelo Vaticano Dollfuss optou por uma componente demasiado restrita do pólo religioso, pois a fusão entre a Alemanha e a Áustria, que apesar de proibida pelos tratados de Versailles e Saint-Germain nunca deixara de estar no horizonte de ambos os países, ficaria ainda mais dificultada se na Áustria se implantasse solidamente um Estado católico, quando quase dois terços da Alemanha eram protestantes e uma ala muito influente do nacional-socialismo era neopagã.

Illegalizado, mas não menos forte por este motivo, o nacional-socialismo austríaco dedicou-se com exclusividade ao terrorismo e às manobras desestabilizadoras, esforçando-se por provocar o governo ou a um novo confronto ou a uma manifestação pública de impotência. E em 25 de Julho de 1934 Dollfuss foi surpreendido e alvejado na Chancelaria por um grupo de centena e meia de nacionais-socialistas, durante uma tentativa de golpe de Estado. Os assassinos deixaram-no a esvaír-se em sangue, numa longa agonia de mais de três horas. Numa agonia igualmente demorada entrou o regime, que não ficou mais sólido pelo facto de o plano dos conspiradores ter fracassado e eles acabarem por ser presos e condenados. Depois de quase quatro anos de instabilidade e crises internas, que os nacionais-socialistas aproveitaram para ir gradualmente retirando

<sup>473</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 434, 436, 448.

<sup>474</sup> M. Kitchen (1980) 39.

<sup>475</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 416 n. 4, 418 n. 1; G. Brook-Shepherd (1961) 202; F. L. Carsten (1967) 224-227; M. Kitchen (1980) 57-59, 146; A. Lyttelton (1982) 687; P. Milza (1999) 437-438, 635; R. J. Rath (1971) 30.

<sup>476</sup> Esta citação de um artigo publicado por Churchill no *Paris-Soir*, 19 de Maio de 1938, encontra-se em Benoist-Méchin (1964-1966) IV 102 n. 4. Quanto ao apoio diplomático dado pela Itália fascista à Áustria ver Benoist-Méchin, op. cit., IV 415-416, M. Kitchen (1980) 147-148, 152 e P. Milza (1999) 642, 643.

<sup>477</sup> J. Medina (1998) 161.

a capacidade de manobra ao fascismo católico, Hitler resolveu a questão em 11 e 12 de Março de 1938, anexando a Áustria.

Dollfuss pagou com a vida os equilíbrios errados entre os quatro pontos cardeais do fascismo, e foi um fascismo diferente que se substituiu ao seu. Quem sabe se noutra época, ou com outro curso da história, a Igreja de Roma não o teria canonizado?

## 9. Japão: A hegemonia do eixo conservador sobre o eixo radical

Tal como sucedeu na Áustria, também no Japão o confronto entre duas modalidades de fascismo ocasionou a eliminação de uma delas, mas aqui foi a ala conservadora a afastar a ala radical, até obter uma completa hegemonia.

O número de associações patrióticas e anticomunistas nipónicas aumentara significativamente após o final da primeira guerra mundial<sup>478</sup>. Desde cedo se contara com a presença de um literato que se tornou um activo propagandista do fascismo italiano<sup>479</sup> e era considerável a popularidade de Mussolini<sup>480</sup>, além de se ter difundido a simpatia pelo nacional-socialismo com a chegada de Hitler à Chancelaria<sup>481</sup>. As raízes eram semelhantes. O Japão mobilizara-se ao lado da *Entente* para ampliar a sua influência nas ilhas do Pacífico e obter a hegemonia política e económica sobre a caótica China republicana. A sequência dos acontecimentos, porém, não correspondeu ao esperado. Dois anos depois de a conferência de Versaillles ter satisfeito as pretensões territoriais nipónicas, a Grã-Bretanha cedeu às pressões norte-americanas e pôs termo à sua aliança com o Japão; a adopção pelo governo dos Estados Unidos, em 1924, da nova lei sobre a imigração prejudicou seriamente os fluxos migratórios do Japão, com consequências negativas para a economia do país; e depois da ocupação da Manchúria em Setembro de 1931 a Sociedade das Nações, ainda que timidamente, levantou obstáculos ao expansionismo nipónico. Estes três factores estimularam a rivalidade do Japão com as grandes potências ocidentais<sup>482</sup> e, ao mesmo tempo, o poder emergente dos Estados Unidos no Oceano Pacífico reforçou entre os generais e almirantes japoneses e entre os dirigentes políticos mais aguerridos a convicção de que a participação do país no conflito mundial não dera os resultados desejados.

<sup>478</sup> M. Maruyama (1963) 27-28; R. Storry (1957) 21.

<sup>479</sup> Acerca de Shimoi Harukichi, «empresário do fascismo no Japão», ver R. Hofmann (2015) 20 e segs. A expressão citada vem na pág. 67. Consoante o uso japonês, menciono o nome de família antes do nome próprio.

<sup>480</sup> Id., *ibid.*, 69 e segs.

<sup>481</sup> Id., *ibid.*, 114 e segs.

<sup>482</sup> W. M. Ball (1956) 17.

Neste contexto os grupos nacionalistas radicais encontraram oportunidades de propaganda e mobilização muito férteis. Numa primeira fase, para usar a periodização proposta por um ensaísta, o fascismo recrutava adeptos sobretudo entre os civis<sup>483</sup> e só mais tarde começaria a difundir-se entre os jovens oficiais do exército e da marinha. Os porta-vozes do fascismo radical propunham uma política externa que conjugasse o expansionismo territorial com o ataque ao colonialismo europeu e norte-americano na Ásia, e defendiam uma política interna que eliminasse a grande propriedade privada, garantisse o direito ao trabalho e ao cultivo da terra, abolisse o parlamento, onde tinham assento os partidos ligados aos maiores grupos empresariais, e instaurasse um capitalismo de Estado administrado por uma ditadura militar. Tratava-se, em suma, de um programa nacionalista e socialista<sup>484</sup>. Embora só então estas ideias tivessem alcançado uma verdadeira repercussão prática, elas eram defendidas desde há vários anos pelo fundador do fascismo japonês, Kita Ikki<sup>485</sup>, que encetara como socialista a sua vida política<sup>486</sup>. Mas, ao contrário do que sucedera com os restantes socialistas, Kita apoiara a guerra de 1904-1905 contra a Rússia<sup>487</sup> e a partir de então evoluiu para posições nacionalistas cada vez mais extremas.

Aliás, as condições em que se assinara a paz com a Rússia anteciparam o que haveria de suceder depois da conferência de Versailles. Embora em 1905 o Japão tivesse ganho a guerra, o conflito deixara o país exausto tanto financeira como militarmente, sem que a opinião pública o soubesse, porque o governo não estava interessado em divulgar a situação real. Assim, quando foram conhecidos os termos do tratado de paz, uma boa parte da população achou que os resultados diplomáticos estavam longe de corresponder às vitórias conseguidas em terra e no mar, e grupos de nacionalistas extremistas agitaram os habitantes de Tóquio contra o governo. As manifestações de protesto repetiram-se ao longo de seis dias, com destruições e violências que deixaram dezassete pessoas mortas e mais de duas mil feridas, a tal ponto que o governo se viu na necessidade de deslocar tropas para a capital e impor a lei marcial, procedendo a cerca de duas mil prisões<sup>488</sup>. Foi nestas condições que Kita Ikki escreveu a sua primeira obra, editada em 1906, onde argumentava que a guerra contra a Rússia «não fora travada para satisfazer as ambições dos militares nem o desejo de lucro dos capitalistas, mas fora na verdade travada para o [...]

<sup>483</sup> M. Maruyama (1963) 26.

<sup>484</sup> F. C. Jones (1954) 12-13; R. Storry (1957) 35 e segs.; id. (1990) 172, 173. Ver também Benoist-Méchin (1964-1966) IV 57 e M. Maruyama (1963) 31.

<sup>485</sup> Maruyama Masao considerou Kita como «o fundador do fascismo japonês» e outros autores têm concordado com esta classificação. Ver R. Storry (1957) 37 e (1990) 173. A tese de que Kita não foi fascista é defendida — na minha opinião muito mal defendida — por G. M. Wilson (1969) *passim*, sobretudo nas págs. 88 e segs.

<sup>486</sup> G. M. Wilson (1969) 10 e segs.

<sup>487</sup> Id., *ibid.*, 18.

<sup>488</sup> W. G. Beasley (1981) 172; R. Storry (1990) 142; G. M. Wilson (1969) 16-18.

espírito do povo»<sup>489</sup>. Neste livro a defesa dos interesses imperialistas nipónicos, através de uma luta contra a penetração das potências ocidentais na Ásia, conjugava-se com um plano de reformas não violentas, assente numa campanha de esclarecimento que levasse à nacionalização da propriedade fundiária e do capital<sup>490</sup>. As ideias de Kita amadureceram e consolidaram-se, graças sobretudo ao contacto pessoal que manteve com o movimento revolucionário chinês<sup>491</sup>, e no programa da associação política que fundou em 1919 encontramos de novo os dois grandes objectivos, a reforma interna do país e a emancipação dos povos asiáticos<sup>492</sup>. Num livro escrito nesse mesmo ano, embora publicado apenas em 1923, Kita convocou os jovens oficiais e os civis nacionalistas a realizarem um golpe de Estado que entregasse o poder às forças armadas e, abolindo o parlamentarismo e os partidos, estabelecesse uma relação directa entre o imperador e o povo<sup>493</sup>. Deste modo ele deu um sentido imediatamente operacional à tese que havia defendido no âmbito constitucional na sua obra de 1906, onde afirmara que a soberania residia no Estado e que os dois órgãos do Estado eram o imperador e o povo<sup>494</sup>.

Para que a nova ordem política encontrasse uma ampla sustentação popular, Kita, o mais influente dos pensadores fascistas japoneses, propunha um conjunto de medidas que constituía a vertente socialista do seu programa. As maiores fortunas seriam confiscadas e seriam nacionalizados os maiores bancos e as maiores empresas industriais. As propriedades fundiárias acima de um certo montante, aliás bastante elevado, seriam igualmente apreendidas e a família imperial renunciaria ao seu vasto conjunto de terras, sendo todos esses campos repartidos entre os agricultores pobres. Além disso, Kita defendia a distribuição aos assalariados do sector privado de metade dos lucros líquidos das empresas, proporcionalmente ao montante da remuneração de cada um, e a concessão de um bónus semestral aos empregados do sector nacionalizado. Na indústria seria estabelecida uma jornada de trabalho de oito horas, proibido o trabalho infantil e regulamentado o trabalho feminino, e na agricultura seriam tomadas medidas para proteger os pequenos camponeses que cultivavam terras arrendadas. Como este conjunto de reformas não punha em causa a propriedade privada e apenas lesava o reduzido número de grandes grupos empresariais, era natural que, além de suscitar simpatias entre os trabalhadores, obtivesse o apoio de pequenos e médios capitalistas. Ao mesmo tempo, Kita pretendia aumentar a intervenção do Estado na vida económica e sugeria a criação de vários ministérios destinados a regulamentar a

<sup>489</sup> Citado em G. M. Wilson (1969) 35.

<sup>490</sup> W. G. Beasley (1981) 190; G. M. Wilson (1969) 32.

<sup>491</sup> G. M. Wilson (1969) 53.

<sup>492</sup> M. Maruyama (1963) 28.

<sup>493</sup> G. M. Wilson (1969) 67-69.

<sup>494</sup> Id., *ibid.*, 27-28, 30, 33.

produção e as relações de trabalho, a gerir as empresas e as terras nacionalizadas e a organizar e planificar o conjunto da actividade produtiva. Capaz de mobilizar toda a economia em benefício do aparelho militar, o governo poderia então prosseguir uma política expansionista assente no estímulo dado às lutas dos povos asiáticos contra o colonialismo europeu e norte-americano<sup>495</sup>. Esta revisão nacionalista do socialismo, que teve uma influência muito profunda e durável sobre os oficiais de baixa patente<sup>496</sup>, deve ser considerada como um dos clássicos do pensamento fascista mundial.

A situação interna da direita clarificou-se na década de 1920, quando declinou o poder político da elite militar e a direcção dos sucessivos governos foi entregue aos dois grandes partidos parlamentares, que tinham estreitas relações, tanto pessoais e familiares como financeiras, com os quatro maiores grupos empresariais, especialmente, a partir de 1924, com o Mitsubishi<sup>497</sup>. Ora, estes grupos, em particular o Mitsubishi, defendiam a redução das despesas militares e a promoção de uma política externa conciliatória, sobretudo relativamente à China<sup>498</sup>. E assim, nos meados da década de 1920 a diplomacia japonesa propunha-se reforçar a ala anticomunista do Kuomintang e apoiar um influente chefe militar para manter a Manchúria pelo menos semi-independente<sup>499</sup>. Na política interna aqueles governos, ligados directamente aos maiores patrões, agravaram as medidas contra a extrema-esquerda e o movimento operário, prosseguindo a orientação repressiva que levara no começo do século à ilegalização das greves, à dissolução do Partido Social-Democrata logo após a sua criação e à recusa do parlamento em aceitar a introdução de uma legislação sobre assuntos laborais<sup>500</sup>. O grande capital tinha razões para se encontrar duplamente satisfeito, porque consolidava o sistema de exploração dentro do país e tecia com o estrangeiro as boas relações necessárias para estimular os negócios. Os nacionalistas radicais, pelo contrário, desejando colocar todas as potencialidades do país ao serviço do expansionismo territorial, que se orientava antes de mais em direcção à China<sup>501</sup>, defendiam o controle integral do Estado sobre a economia, de maneira a aumentar as despesas militares. E como o liberalismo económico dos grupos empresariais se conjugava com uma política fortemente repressiva do operariado, a oposição à estratégia defendida e aplicada pelos governos do grande patronato contribuiu para interessar os fascistas por outra forma de abordagem dos problemas laborais.

<sup>495</sup> W. G. Beasley (1981) 239-240; R. Storry (1957) 37-38; id. (1990) 173; G. M. Wilson (1969) 70-71, 73-74; S. J. Woolf (1968) 127.

<sup>496</sup> F. C. Jones (1954) 11.

<sup>497</sup> Id., *ibid.*, 6; R. Storry (1990) 170. Ver também B. Moore Jr. (1974) 297.

<sup>498</sup> R. Storry (1990) 169-170, 176-177.

<sup>499</sup> N. Chomsky (1969) 174.

<sup>500</sup> W. G. Beasley (1981) 189; R. Storry (1990) 170.

<sup>501</sup> R. Storry (1990) 172.

Subjacente a esta divergência estava uma questão de fundo. A Restauração Meiji de 1867-1868, que restabeleceu os poderes do imperador, encetara a modernização económica e a industrialização num quadro de extremo conservadorismo social, que não permitia atingir a taxa necessária de crescimento ampliado do capital somente através do desenvolvimento da produtividade, pois isto exigiria o aumento dos salários urbanos e dos rendimentos do pequeno campesinato. Perante o impasse, parecia atraente compensar a insuficiente acumulação interna com a tentativa de acumulação externa e lançar-se em aventuras bélicas além-fronteiras<sup>502</sup>. Para mais, a crise financeira japonesa de 1927 e, pouco depois, a crise económica mundial levaram à falência numerosíssimas pequenas e médias empresas, que os maiores grupos empresariais adquiriram a preços muito baixos, para escândalo e raiva dos patrões de menor envergadura<sup>503</sup>. E assim as dificuldades económicas, em vez de estimularem a oposição de classe do proletariado ao sistema capitalista, tornaram possível a conjugação de trabalhadores e pequenos patrões num movimento voltado apenas contra os maiores homens de negócios e destinado a substituir uma política externa conciliatória por uma política de espoliação imperialista. Estavam criadas as condições para difundir uma demagogia socialista ao serviço de um programa ultranacionalista, o que constitui a própria definição de fascismo.

No plano estritamente económico, todavia, a diferença entre o regime existente, dominado pelos quatro grandes grupos empresariais, e o regime de capitalismo de Estado proposto pela ala radical do fascismo era bastante menor do que poderia julgar-se, porque desde a sua formação aqueles grupos mantinham estreitas ligações com o Estado. A Restauração Meiji devera-se a uma aliança entre a corte imperial e alguns grandes feudatários descontentes com o sistema administrativo do shogun<sup>504</sup>. E apesar dos privilégios que lhe foram conferidos no texto da constituição e em outras leis, na prática o imperador só tomava decisões importantes depois de escutar os seus ministros, conselheiros e altos funcionários, que na esmagadora maioria eram membros de estatuto não muito elevado das famílias amplas de grandes feudatários que haviam apoiado a restauração<sup>505</sup>. Foi entre estes e os seus guerreiros e vassalos menores, os samurais, que surgiram inicialmente os novos profissionais da política e da burocracia governativa, tal como foi entre eles também que na última década do século XIX apareceu a maior parte dos novos patrões da grande indústria<sup>506</sup>. Com raras exceções, quem estimulou os empreendimentos modernos e prosperou

<sup>502</sup> Acerca da conjugação entre ambos os aspectos ver B. Moore Jr. (1974) 290-291.

<sup>503</sup> R. Storry (1990) 172.

<sup>504</sup> Id., *ibid.*, 94 e segs.

<sup>505</sup> W. G. Beasley (1981) 151, 177; R. Storry (1990) 35, 104, 182-183.

<sup>506</sup> B. Moore Jr. (1974) 275-277, 287; R. Storry (1990) 108.

com eles não foram comerciantes que haviam ligado os seus interesses económicos à velha ordem política e depois investiram sobretudo na aquisição de terras e na oferta de crédito usurário, mas samurais que tinham estado ao serviço dos feudatários aliados à corte imperial contra a administração do shogun e que na Restauração Meiji teceram relações estreitas com os meios governamentais<sup>507</sup>. O descontentamento manifestado por muitos samurais e as revoltas que por vezes ocasionaram, apesar de preencherem uma parte considerável da literatura e do cinema, deveram-se aos excluídos deste sistema e não nos devem fazer subestimar o carácter burocrático da Restauração Meiji<sup>508</sup>. O motor inicial do capitalismo no Japão foi uma classe de gestores formada directamente pelo poder político e recrutada entre uma parte dos antigos samurais, e não a classe burguesa saída dos antigos comerciantes que haviam acumulado privadamente a sua fortuna.

Assente desde início em gestores ligados à esfera política, a economia japonesa moderna jamais deixou de ter as características de um capitalismo de Estado. O arranque industrial deveu-se à iniciativa do governo, que graças aos impostos cobrados aos camponeses gerou as condições políticas, sociais e financeiras necessárias para sustentar o crescimento da indústria e da economia urbana<sup>509</sup>. Os governantes tomaram medidas para criar e desenvolver os ramos de produção considerados prioritários ou mais importantes, que exigiam investimentos muito avultados e só a longo prazo seriam rentáveis<sup>510</sup>. Com igual objectivo o Estado interveio no sector dos transportes marítimos, garantindo durante um certo período uma taxa de lucro fixa e concedendo várias formas de auxílio<sup>511</sup>. Por seu lado, os transportes ferroviários deveram o estímulo inicial ao governo, que, além disso, nacionalizou nos meados da primeira década do século XX a prática totalidade das linhas de caminho-de-ferro<sup>512</sup>. E depois de ter vendido ao desbarato, no início da penúltima década do século XIX, a maior parte das suas participações na indústria manufactureira, com excepção das fábricas de munições, o Estado recorreu a uma combinação de subsídios e encomendas para incentivar as empresas que haviam passado para o capital privado<sup>513</sup>, mantendo-se, embora sob

<sup>507</sup> W. G. Beasley (1981) 144-145, 177; R. Storry (1990) 108, 121, 123. Ver igualmente B. Moore Jr. (1974) 240, 245 e 287. Depois de afirmar que muitos dos primeiros empresários eram antigos samurais, Beasley, *op. cit.*, 151 acrescentou que outros vinham de famílias rurais abastadas das regiões do centro e do oeste, as quais contavam geralmente samurais entre os seus antecessores, havendo ainda alguns empresários que pertenciam a famílias de mercadores. Como exemplos, este autor mencionou (pág. 217) dois dos quatro maiores grupos empresariais, o Mitsui, fundado por uma família de comerciantes, e o Mitsubishi, criado por um antigo samurai. Todavia, segundo Barrington Moore Jr., *op. cit.*, 277, a maior parte dos samurais não conseguiu encontrar lugar nos negócios.

<sup>508</sup> B. Moore Jr. (1974) 236; R. Storry (1990) 108-109. Barrington Moore Jr., *op. cit.*, 247-254, 268 e 279 sublinhou o carácter burocrático do regime do shogun e considerou que a Restauração Meiji prosseguira e ampliara as medidas centralizadoras tomadas por aquele regime.

<sup>509</sup> W. G. Beasley (1981) 143-144, 150; B. Moore Jr. (1974) 270-271; R. Storry (1990) 121-122.

<sup>510</sup> W. G. Beasley (1981) 144-146.

<sup>511</sup> *Id.*, *ibid.*, 145-146.

<sup>512</sup> *Id.*, *ibid.*, 146, 186.

<sup>513</sup> *Id.*, *ibid.*, 148, 217; R. Storry (1990) 121, 123.

novas formas, a intervenção do poder político no capitalismo.

Assim, quando os fascistas radicais, sobretudo entre 1927 e 1936, reclamaram a instauração de um capitalismo de Estado, não se tratava de criar novos canais institucionais entre o governo e as empresas, porque era impossível estreitar mais as relações mantidas pelos chefes dos maiores grupos empresariais com os principais homens políticos e os membros das altas esferas da burocracia<sup>514</sup>. O que essa facção pretendia era inverter o sentido predominante em que funcionavam os canais já existentes. No Japão, como nos outros países, os fascistas desejavam uma sublevação no interior da ordem, que lhes conferisse a oportunidade de ocuparem lugares nas instituições vigentes. Em vez de os patrões dos maiores grupos empresariais enviarem para os ministérios pessoas da sua confiança, seriam as forças armadas, cujo sistema de promoções as imunizava em boa medida da interferência directa do capital privado, quem colocaria os seus agentes à frente do governo e da economia. Aliás, mesmo no sistema parlamentar as forças armadas exerciam na prática um veto sobre muitos aspectos da orientação política, porque em 1900, onze anos depois de conceder a constituição, o imperador estabeleceu a regra de que os ministros da Guerra e da Marinha deviam ser generais e almirantes em serviço activo, designados pelos seus colegas de armas. Na prática, tanto o exército como a marinha de guerra tinham o privilégio do acesso directo ao imperador e podiam violar as decisões do primeiro-ministro<sup>515</sup>.

Em 1927 duas centenas de jovens oficiais, pertencendo alguns ao estado-maior general, fundaram uma sociedade secreta dedicada a preparar um golpe de Estado militar<sup>516</sup>. Calcula-se que nesta data cerca de um terço da oficialidade de baixa patente fosse oriunda de famílias de pequenos agricultores ou pequenos comerciantes, o que a tornava especialmente sensível às dificuldades da gente humilde<sup>517</sup>. Ora, em 1927 registou-se no Japão uma severa crise financeira, agravada depois pela crise mundial, e a penosa situação em que se encontraram o mundo rural e os sectores capitalistas mais débeis era vista com preocupação por aqueles oficiais, que a partir de então se interessaram pelo fascismo<sup>518</sup>. A situação foi-se tornando cada vez mais ameaçadora para o conservadorismo parlamentar, dominado pelos grandes grupos empresariais, e em Novembro de 1930 um terrorista feriu gravemente o primeiro-ministro, acabando o alvejado por morrer no ano seguinte das consequências do atentado<sup>519</sup>. Entre os oficiais a insatisfação era crescente e,

<sup>514</sup> W. G. Beasley (1981) 217, 220, 226.

<sup>515</sup> Id., *ibid.*, 251; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 49; D. J. Steinberg (1967) 45; R. Storry (1990) 119, 128-129.

<sup>516</sup> R. Storry (1990) 173-174. Ver igualmente id. (1957) 43 e 50-51.

<sup>517</sup> B. Moore Jr. (1974) 303; R. Storry (1957) 42-43. Ver F. C. Jones (1954) 6-7 e M. Maruyama (1963) 45.

<sup>518</sup> M. Maruyama (1963) 44-46; R. Storry (1957) 51-52; id. (1990) 172-173; G. M. Wilson (1969) 116.

<sup>519</sup> R. Storry (1990) 179.



como no final da década de 1920 a aversão ao parlamentarismo se instalara também entre as camadas mais jovens da burocracia civil, o ambiente propiciava a maquinação de intencões e desenvolviam-se as condições favoráveis à implantação de um regime fascista<sup>520</sup>. Até que em 18 de Setembro de 1931 as forças militares que guardavam a via férrea da Manchúria meridional tomaram a iniciativa de ocupar a cidade de Mukden, precipitando em seguida a ocupação de toda a Manchúria. Impotente, o governo de Tóquio viu os oficiais radicais ditarem-lhe na prática a política externa, assim como os generais tradicionalistas ficaram obrigados a avalizar decisões que muitas vezes eram tomadas na realidade por patentes inferiores<sup>521</sup>. Através de uma ampla penetração na oficialidade mais jovem, as associações patrióticas conseguiram agitar o centro da vida política e deram início à segunda fase do fascismo japonês, consoante a periodização que estou a seguir<sup>522</sup>. A ousadia dos planos terroristas de inspiração militar aumentou e era cada dia mais frágil a segurança dos governos civis, sem que os conspiradores ou mesmo os assassinos fossem punidos, salvo com penas ligeiras<sup>523</sup>. E a convicção pública de que a ala radical do fascismo iria encetar reformas económicas e sociais foi decerto reforçada na primeira metade da década de 1930, quando os próprios partidos socialistas, onde se reunia o operariado esclarecido, geraram facções internas que evoluíram em direcção ao fascismo e passaram a apoiar as posições nacionalistas da ala militar mais extrema<sup>524</sup>.

Apesar de as forças armadas se esforçarem por apresentar uma fachada de unidade<sup>525</sup>, as polémicas a respeito das medidas necessárias para reorganizar o país dividiram-nas em duas facções. Uma, denominada Via Imperial, reunia a grande parte dos jovens oficiais favoráveis a uma segunda restauração, que prosseguisse a obra centralizadora da Restauração Meiji, suprimindo-lhe a componente parlamentar e partidária e reforçando a instituição imperial. Embora pudessem discordar das propensões insurreccionais dos elementos mais radicais, os chefes desta facção simpatizavam com os projectos de reforma que eles defendiam e deram-lhes durante algum tempo a oportunidade de ampliar a sua audiência e multiplicar a sua capacidade de acção<sup>526</sup>. A outra tendência, denominada Controle pelos adversários, mobilizava sobretudo oficiais de estatuto superior e constituía mais uma rede de grupos de pressão do que um movimento ideologicamente

<sup>520</sup> M. Maruyama (1963) 32; R. Storry (1990) 174, 179-180.

<sup>521</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 57-58; R. Storry (1990) 184, 188-189.

<sup>522</sup> M. Maruyama (1963) 26, 30.

<sup>523</sup> R. Storry (1990) 189, 192, 196.

<sup>524</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 52-53; M. Maruyama (1963) 31-32, 82; R. Storry (1957) 32; id. (1990) 194.

<sup>525</sup> R. Storry (1957) 141.

<sup>526</sup> W. G. Beasley (1981) 242; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 59; F. C. Jones (1954) 14; R. Storry (1957) 138, 140; id. (1990) 193. Ver também R. Hofmann (2015) 9-10.

coerente. Os membros da facção Controle estavam de acordo com os radicais quanto ao carácter expansionista que devia imprimir-se à política externa, mas achavam que a necessária instauração de uma economia de guerra ficaria prejudicada se o sistema existente fosse perturbado por grandes mudanças e defendiam a continuidade da aliança social procedente da Restauração Meiji. Os chefes desta facção propunham uma série de medidas que desse ao Estado a possibilidade de orientar de perto a actividade económica e de intervir nas empresas industriais e financeiras, com a condição de ser mantida a cooperação com os grandes empresários e os directores do aparelho burocrático. O objectivo dos militares do Controle não era transformar a estrutura económica existente, mas controlá-la<sup>527</sup>.

Neste quadro o fracasso do fascismo radical estava ditado de antemão. «No Japão não havia um Führer ou um Duce plebeus», observou um sociólogo e historiador. «Em vez disso, o Imperador cumpria as funções de símbolo nacional de uma maneira muito semelhante»<sup>528</sup>. Ele era, para todas as correntes da direita e do fascismo, a fonte incontestada da autoridade, tanto mais que, embora a cultura nipónica tivesse sido profundamente influenciada pela chinesa, neste ponto os modelos políticos haviam divergido. Na China a tradição ideológica legitimara a função imperial através de dois conceitos, um carisma ou virtude pessoal e um mandato celeste, o que permitira justificar as mudanças dinásticas com o argumento de que o imperador perdera o carisma e deixara de beneficiar da confiança dos céus, atribuindo-se então ambos estes dons ao usurpador e, através dele, à nova dinastia. No Japão, pelo contrário, nenhuma argúcia ideológica consentia que se pusesse em causa a eterna legitimidade da família imperial, única e imutável, confundida com o próprio fundamento sagrado da autoridade<sup>529</sup>. E como a instituição familiar servia de célula e, ao mesmo tempo, de modelo da instituição estatal, a dinastia imperial era considerada como a família principal e o povo como um ramo colateral, o que reforçava os vínculos entre os súbditos e o imperador<sup>530</sup>. A propensão plebiscitária do fascismo apresentou-se na sociedade nipónica sob a forma da exaltação do imperador e inspirou a propaganda em torno de uma segunda restauração. No seu livro editado em 1906, Kita Ikki afirmara que o imperador e o povo constituíam os dois órgãos do Estado. Para um conservador que observasse só a letra das tradições a tese pareceria decerto iconoclástica, e nas controvérsias da época uma corrente de constitucionalistas defendia

<sup>527</sup> W. G. Beasley (1981) 242-243; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 59-60; F. C. Jones (1954) 14-15; M. Maruyama (1963) 66 n.; R. Storry (1990) 200-201, 209.

<sup>528</sup> B. Moore Jr. (1974) 304.

<sup>529</sup> P. H. Clyde (1946) 580-581; P. J. Geary et al. (2015) 199; Ch. Holcombe (2015) 412; M. Roberts (1997) 1468-1469; X. Yao (2015) 446 e segs. Este quadro ideológico não impediu que houvesse no Japão rivalidades dinásticas, mas elas ocorriam entre diferentes linhas de sucessão da família imperial, como sucedeu no século XIV. Ver Patrick Geary et al., *op. cit.*, 189.

<sup>530</sup> M. Maruyama (1963) 36-37.

que o imperador era um órgão do Estado enquanto outra o colocava acima do Estado e considerava que ele não era responsável perante o povo<sup>531</sup>. Mas o jovem Kita estava na realidade a sustentar que todas as classes sociais e todos os individualismos se haviam já fundido numa unidade sem precedentes, em que o quadro do Estado ampliara à globalidade da população a soberania tutelar do imperador. O socialismo confundia-se com a autoridade imperial<sup>532</sup>. Não foi diferente a inspiração das reformas económicas e políticas que Kita propôs no seu livro publicado em 1923. Tratava-se de afastar as elites que se tinham introduzido entre o imperador e o povo e impediam a união de ambos<sup>533</sup>. Numa perspectiva idêntica, Takabatake Motoyuki, um antigo socialista e tradutor de *O Capital* que se transferira para o nacionalismo extremista, entendia que nacionalizar os grandes bancos e a grande indústria era entregá-los ao imperador, enquanto personificação do Estado. Deste modo, afirmava ele, os antagonismos sociais do capitalismo seriam superados pela unidade espiritual e económica do império<sup>534</sup>.

Mas isto significava que os ideólogos e os militantes do fascismo radical, ao pretenderem reforçar a instituição imperial, obrigavam-se a reconhecer a supremacia do eixo conservador, já que na pessoa do imperador estavam reunidos o exército e a Igreja. Com efeito, detendo nominalmente o comando supremo das forças armadas, o imperador era apresentado como o objecto último da lealdade de todos os militares<sup>535</sup>. E enquanto herdeiro de uma dinastia que se julgava procriada com intervenção celestial ele era um imperador divino, que além disso desempenhava na religião shintoísta funções de tipo sacerdotal<sup>536</sup>. Tal como Evola observou com apreço, «no Japão a ideia religiosa e a ideia imperial são uma única, por isso o serviço do Imperador é considerado uma forma de serviço divino [...]»<sup>537</sup>. Ora, a ligação do shintoísmo ao nacionalismo possuía raízes antigas. Várias décadas antes de os navios de guerra norte-americanos e russos terem forçado, em 1853, a abertura dos portos japoneses ao comércio ocidental, já o recrudescimento do interesse pelo shintoísmo estivera associado a um ressurgimento do nacionalismo tradicionalista<sup>538</sup>. Numa daquelas digressões que são a marca do grande historiador, um renomeado

<sup>531</sup> R. Hofmann (2015) 78.

<sup>532</sup> G. M. Wilson (1969) 22-24, 27-28, 30, 31, 33, 36.

<sup>533</sup> Id., *ibid.*, 67-68.

<sup>534</sup> R. Storry (1957) 32-33.

<sup>535</sup> W. G. Beasley (1981) 131, 157; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 48.

<sup>536</sup> W. G. Beasley (1981) 151; R. Storry (1957) 1-3. Depois de insistir na precariedade das formas de coesão popular asseguradas apenas por uma coacção exterior, o general Ludendorff atribuiu um papel fundamental ao shintoísmo na coesão do povo japonês, já que nesta religião a experiência de Deus se unia à devoção ao imperador e ao Estado. «Todavia», advertiu em seguida o general, que era tão místico como anti-religioso, «o shintoísmo, como qualquer religião, contém graves perigos para o povo japonês, que não me compete aqui assinalar». Ver Ludendorff (1936) 35-36; a citação encontra-se na pág. 36.

<sup>537</sup> Julius Evola, «Volti dell'Eroismo», *Il Regime Fascista*, 19 de Abril de 1942, em J. Evola (2011) 120.

<sup>538</sup> R. Storry (1990) 82.

especialista da Revolução Francesa esboçou um paralelo entre o confronto que opunha na Europa o racionalismo jacobino ao irracionalismo tradicionalista e o embate ideológico que na mesma época se verificava no Japão. Contra os letrados budistas que aplicavam a razão para contestar a origem solar da família imperial e afirmar a igualdade de todos os seres humanos perante os deuses, os eruditos Kamo Mabuchi e Motoori Norinaga, à medida que avançava o século XVIII e até aos anos iniciais do século XIX, procederam a uma restauração do shintoísmo enquanto religião especificamente nacional e resgataram no plano místico a tradição que concebia a filiação divina do imperador, recusando por isso legitimidade ao shogun<sup>539</sup>. Estavam assim criados os precedentes para que a Restauração Meiji conferisse ao shintoísmo um lugar que o aproximava de religião do Estado<sup>540</sup>, e mais tarde ele foi usado para cimentar a disciplina em algumas organizações fascistas radicais<sup>541</sup>. Aliás, como o culto shintoísta tinha um carácter mais estético e emocional do que moral<sup>542</sup>, adaptou-se à política concebida pelos fascistas enquanto espectáculo. Através da primazia do imperador, o fascismo radical japonês reconhecia a hegemonia das instituições conservadoras e, portanto, condenava-se a não aspirar a nenhum papel autónomo.

As associações patrióticas dedicadas à promoção do expansionismo e à preparação de golpes de Estado reduziram-se a grupos de pressão no interior do exército e da marinha, atrelando os membros civis à condução dos oficiais, de quem dependiam para conquistar uma audiência de massas e atingir os centros de decisão política<sup>543</sup>. Desprovidas de uma capacidade aglutinadora própria, estas associações foram incapazes de se unificar e os repetidos ensaios de convergência organizacional e ideológica esboçados nos primeiros anos da década de 1930 não tiveram resultados duráveis<sup>544</sup>. Precários, com margens mal definidas, os grupos fascistas radicais multiplicaram-se a tal ponto que em 1936 chegaram a sete centenas e meia<sup>545</sup>.

Neste contexto, percebe-se que os fascistas não tivessem sido capazes de dar corpo a organizações de carácter laboral. O volume da produção de aço mais do que duplicou entre 1913 e 1920 e a produção de energia eléctrica aumentou 140% no mesmo período, mas apesar disto as pequenas fábricas e oficinas continuaram a predominar<sup>546</sup>. Em 1930, 2.032.000 operários labo-  
ravam em oficinas com cinco ou mais assalariados e os trabalhadores sem emprego fixo atingiam

<sup>539</sup> G. Lefebvre (1953) 25.

<sup>540</sup> W. G. Beasley (1981) 156-157.

<sup>541</sup> R. Storry (1957) 30.

<sup>542</sup> Id. (1990) 30.

<sup>543</sup> M. Maruyama (1963) 51-53, 65.

<sup>544</sup> Id., *ibid.*, 32-33; R. Storry (1957) 72-73, 147.

<sup>545</sup> R. Storry (1957) 26.

<sup>546</sup> B. Moore Jr. (1974) 288-289.

1.963.000; por outro lado, os empregados no sector comercial montavam a 2.200.000, os pequenos comerciantes somavam 1.500.000 e os funcionários do governo e das grandes companhias chegavam a 1.800.000<sup>547</sup>. Acresce que a idealização da sociedade campestre, talvez mais generalizada ainda entre os fascistas nipónicos do que entre os seus congéneres dos outros países<sup>548</sup>, ajudou a relegar o operariado fabril para um lugar secundário. «Os chefes fascistas japoneses», observou um especialista, «mantiveram sempre um profundo pessimismo quanto ao valor dos trabalhadores da indústria e quanto à possibilidade de os aperfeiçoar espiritual e fisicamente»<sup>549</sup>. Mesmo um partidário do desenvolvimento industrial intensivo como Kita Ikki, embora nos seus vastos projectos de reforma de 1923 propusesse a participação de representantes dos trabalhadores na gestão das empresas, entregou exclusivamente ao Ministério do Trabalho o encargo de proteger os assalariados e de resolver os conflitos laborais<sup>550</sup>. E na prática, enquanto não alcançavam — não alcançariam nunca — a tão ambicionada reforma radical das instituições, os fascistas japoneses promoveram a absorção da estrutura sindical pelas milícias. «Quando observamos a constituição interna dos grupos de extrema-direita», escreveu o autor que mencionei há pouco, «descobrimos que a maioria tem uma organização paternalista de carácter patronal»<sup>551</sup>. A seguir à primeira guerra mundial, e ainda na década de 1920, a Kokusuikai, que reunia talvez sessenta mil membros e manifestava a sua presença em todas as prefeituras, poderia ter sido um modelo de sindicalismo patronal, já que os seus chefes provinciais eram geralmente empresários angariadores de mão-de-obra e os membros de base incluíam os próprios trabalhadores que eles assalariavam. Mas a hierarquia capitalista deu lugar neste caso a uma autoridade de tipo militar. A Kokusuikai procedeu exclusivamente como uma milícia e a sua intervenção nas questões laborais resumiu-se a furar greves e atacar operários e trabalhadores rurais de esquerda, sem possuir qualquer outro programa social nem alcançar horizontes políticos mais vastos<sup>552</sup>. O mesmo fenómeno se verificou com a Dai Nippon Seigidon, fundada nos meados da década de 1920 por um magnate dos caminhos-de-ferro e da construção, admirador de Mussolini, que a manteve sob o seu exclusivo controle financeiro e a chefiou ditatorialmente. Na medida em que este homem de negócios obrigava todos os seus empregados a inscreverem-se, a organização poderia ter

<sup>547</sup> M. Maruyama (1963) 78.

<sup>548</sup> Id., *ibid.*, 37-49; B. Moore Jr. (1974) 295-296, 302, 307-308. Não me parece que Maruyama Masao tivesse razão ao considerar que a importância do mito rural entre os fascistas nipónicos os distinguiu dos seus correligionários europeus; é possível que aquele mito fosse especialmente forte no Japão, mas tratava-se de uma diferença mais de quantidade do que de qualidade.

<sup>549</sup> M. Maruyama (1963) 49.

<sup>550</sup> G. M. Wilson (1969) 73. Quanto às teses anti-ruralistas adoptadas por Kita ver M. Maruyama (1963) 42.

<sup>551</sup> M. Maruyama (1963) 79.

<sup>552</sup> R. Storry (1957) 28-29.

constituído um sindicato patronal de grande amplitude, até porque no começo da década de 1930 os filiados em todo o país ultrapassavam os cem mil<sup>553</sup>, um número notável quando sabemos que até à guerra o total de sindicalizados nunca excedeu quatrocentos e vinte mil<sup>554</sup>. Na prática, porém, não passou de um exército privado ao serviço do patrão. Se tivermos em conta o seu carácter profissional e a base do seu recrutamento, a Kokusuikai e a Dai Nippon Seigidon pareciam organizações sindicais; mas se observarmos a sua estrutura interna e a forma da sua actuação, vemos que se reduziam a milícias. E assim estes dois movimentos, não obstante o destaque que atingiram na repressão de grandes vagas de greves, por exemplo em 1919 e em 1930<sup>555</sup>, não tentaram sequer, ao contrário do que sucedeu em Itália, usar a força que haviam adquirido na rua e partir ao assalto do Estado.

Os grupos fascistas favoráveis a uma abordagem radical dos problemas económicos e sociais impuseram no terreno a escalada das operações militares contra o exército chinês, executaram com êxito acções terroristas que vitimaram diversos chefes de empresa e várias figuras políticas de primeiro plano e conseguiram perturbar toda a direita conservadora, mas apesar disto ficaram marginalizados depois de se ter frustrado a tentativa de insurreição militar, de que Kita Ikki foi um dos mentores<sup>556</sup>. Durante quase quatro dias, de 26 a 29 de Fevereiro de 1936, alguns regimentos pertencentes à facção Via Imperial ocuparam uma parte da capital e organizaram o assassinato de políticos e chefes militares que lhes eram adversos. Sem iniciativa para mais e, acima de tudo, faltando-lhes apoio, os amotinados acabaram por se render e os responsáveis sofreram, pela primeira vez, castigos rigorosos, sendo dezoito condenados à morte, Kita entre eles<sup>557</sup>. Mas não foram os políticos civis e os parlamentares que suscitaram uma tal severidade nem dela se aproveitaram. A derrota dos fascistas radicais e principalmente o desprestígio daqueles membros da Via Imperial a quem faltara a coragem de sair em auxílio dos insurrectos assinalou o começo da terceira, e derradeira, fase do fascismo nipónico, consoante a periodização que estou a usar<sup>558</sup>. Esta fase caracterizou-se pela hegemonia da vertente conservadora, representada pelo Controle, ou talvez mais exactamente pelos seus continuadores, aos quais se juntaram, com a atracção que tantos sentem pelos vencedores, vários membros da ala

<sup>553</sup> Id., *ibid.*, 29-30.

<sup>554</sup> W. M. Ball (1956) 27.

<sup>555</sup> R. Storry (1957) 27, 30.

<sup>556</sup> Id., *ibid.*, 46 afirmou que as ideias de Kita Ikki exerceram grande influência sobre os participantes nas insurreições militares da década de 1930, mas G. M. Wilson (1969) 110, 113-114 e 124-126 pretendeu que Kita não tivera qualquer participação pessoal na preparação destas insurreições nem sequer inspirara ideologicamente a sublevação de Fevereiro de 1936.

<sup>557</sup> W. G. Beasley (1981) 250; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 63-69; R. Storry (1957) 180 e segs.; id. (1990) 198-199; G. M. Wilson (1969) 123-124.

<sup>558</sup> M. Maruyama (1963) 26-27.

derrotada<sup>559</sup>. A facção hegemónica passou a exercer sobre os militares e sobre a vida civil uma tutela cada dia mais completa, graças à aliança que manteve com a burocracia imperial, por um lado, e, por outro, com o grande capital, incluindo os administradores dos maiores grupos empresariais, e com os seus representantes políticos<sup>560</sup>.

O triunfo do conservadorismo foi reforçado pelo facto de a criação do partido único, em 1940, ter ocorrido no quadro das forças armadas, que controlavam totalmente o governo. Os partidos com assento parlamentar dissolveram-se ou aceitaram a dissolução, tanto mais facilmente quanto haviam sempre sido oligárquicos e alheios a quaisquer formalismos democráticos<sup>561</sup>. E se de início os temas de reforma económica e social, que tinham sido caros a Kita Ikki, encontraram eco na nova organização, depressa os velhos políticos conservadores e os administradores e homens de negócios, aliados à elite militar, puseram cobro a tais ilusões<sup>562</sup>. A fascização do Estado confundiu-se com a militarização da sociedade<sup>563</sup>. Simultaneamente foi assegurado ao shintoísmo um lugar predominante e alterou-se o programa escolar de maneira a aumentar o tempo dedicado à difusão da mitologia shintoísta<sup>564</sup>. Como observou um especialista, o ideal nipónico da unidade do governo e da religião esteve a ponto de se tornar uma realidade<sup>565</sup>. Todas as iniciativas práticas de reorganização social levadas a cabo pelo fascismo japonês iniciaram-se após a liquidação da ala radical e ocorreram sob a égide das duas grandes instituições conservadoras, articuladas num imperador ao mesmo tempo guerreiro e sagrado. Só a partir de 1943, à medida que as dificuldades crescentes nas operações bélicas comprometeram o prestígio dos continuadores da facção Controle, é que recomeçaram a ascender os defensores da Via Imperial e se fizeram de novo ouvir as associações patrióticas civis de extrema-direita<sup>566</sup>. O destino paradoxal do fascismo radical nipónico levou-o a recobrar o alento quando era arrastado, junto com tudo o mais, para a catástrofe geral. Nada poderia ilustrar melhor a sua impotência.

<sup>559</sup> W. G. Beasley (1981) 250-251; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 69; F. C. Jones (1954) 17; M. Maruyama (1963) 66 n., 68; R. Storry (1957) 191; id. (1990) 199-200, 205. Segundo Benoist-Méchin, op. cit., VI 307, a assinatura do tratado de não-agressão germano-soviético em Agosto de 1939 levou as duas facções militares a porem-se de acordo em defesa da manutenção da aliança com o Terceiro Reich, contra os políticos parlamentares de tendência pró-britânica, que viam naquele tratado uma traição aos interesses nipónicos.

<sup>560</sup> F. C. Jones (1954) 17; M. Maruyama (1963) 27, 71, 72.

<sup>561</sup> M. Maruyama (1963) 72, 80-81; R. Storry (1957) 278.

<sup>562</sup> R. Storry (1957) 279-280. Ver igualmente M. Maruyama (1963) 73 e 80.

<sup>563</sup> W. G. Beasley (1981) 254-257; R. Storry (1957) 281.

<sup>564</sup> R. Storry (1990) 194-195.

<sup>565</sup> Id. (1957) 3.

<sup>566</sup> M. Maruyama (1963) 75; R. Storry (1957) 282.

## 10. França: A impossibilidade de articular o eixo conservador com o eixo radical

A existência de uma pluralidade de partidos fascistas radicais, em concorrência assanhada tanto uns contra os outros como contra as facções conservadoras, não comprometia por si só a estabilidade de um regime fascista, como mostra o caso da Hungria. Na França vencida pelas tropas do Reich, porém, Pétain jamais conseguiu converter-se — ou ser convertido — num outro Horthy, e a vertente conservadora do fascismo, alojada em Vichy ao redor do velho marechal, nunca se articulou de maneira coerente com a vertente radical, estabelecida em Paris na proximidade dos ocupantes. Toda a vida política legal ficou repartida entre as duas alas do fascismo, sem que nenhuma delas pudesse destruir ou assimilar a outra, e talvez só a presença das autoridades germânicas tivesse impedido que ambas se aniquilassem reciprocamente, como sucedeu na Romênia<sup>567</sup>. É certo que até ao desembarque aliado no norte de África, em Novembro de 1942, as tropas do Reich em França corresponderam a menos do dobro dos efectivos da polícia parisiense<sup>568</sup>, mas foram o bastante para impedir uma guerra civil entre as várias correntes do fascismo. Enumerando mais tarde os erros cometidos por Hitler, uma das figuras do extremismo, Lucien Rebatet, acusá-lo-ia de «ter tolerado Vichy até ao fim em vez de ter encorajado uma revolução francesa»<sup>569</sup>, mas não se lembrou de que com igual justiça poderia ter dito que Hitler tolerara os fascistas de Paris em vez de ter encorajado a revolução conservadora de Vichy. O conflito entre as duas componentes do fascismo francês permaneceu em suspenso, até que o avanço dos Aliados e a Resistência no interior do país puseram cobro a uma história desprovida de epílogo.

Entre as duas guerras mundiais a impotente agitação das ligas fascistas<sup>570</sup>, que não haviam conseguido converter numa vitória os seus indubitáveis sucessos, exprimira a situação dúbia da economia, estável de imediato mas com um futuro sombrio. Por um lado, a França era considerada muito rica, sendo a quarta potência industrial e guardando no banco central, em 1932, mais de 1/4 das reservas de ouro mundiais; por outro lado, porém, o ritmo do crescimento industrial

<sup>567</sup> *Hitler's Table Talk...*, 22, 265, 345.

<sup>568</sup> A. Beevor et al. (2012) 12.

<sup>569</sup> L. Rebatet et al. (1999) 223.

<sup>570</sup> Ph. Burrin (1986) 25 escreveu que a esquerda francesa daquela época considerava as ligas como fazendo parte do movimento fascista, mas que os historiadores actuais defendem uma opinião contrária. É interessante que o pensamento académico tenha chegado a um tal grau de petulância que se eleve a si próprio a um plano superior ao da opinião pública coeva, quando na verdade esta é uma componente activa das lutas sociais e um dos fatores da história em curso, enquanto a análise universitária se limita a dissecar — pior ou melhor — a história passada. O que quer que as ligas houvessem sido inicialmente para os seus fundadores, bastava o embate com uma esquerda que as considerava fascistas para elas serem fascistas.



mantinha-se bastante mais lento do que o do Reino Unido, da Alemanha, dos Estados Unidos ou mesmo do Japão<sup>571</sup>. Tornou-se comum entre os historiadores, como já o era entre os contemporâneos, salientar as hesitações e as incoerências dos Croix-de-Feu do coronel de La Rocque, e muitos se espantam de que fosse, apesar disto, a liga com maior número de filiados. Do mesmo modo, era proverbial a timidez política da Action Française, que levou ao sistemático afastamento dos membros mais activos, apesar de todos eles venerarem em Charles Maurras o mestre a quem deviam a sua formação e o considerarem como a figura incontornável do pensamento de extrema-direita. Mas foram precisamente as ambiguidades da Action Française e dos Croix-de-Feu que converteram estas organizações na expressão mais adequada da situação francesa da década de 1930. Os problemas que as ligas denunciavam eram sem dúvida reais, mas a estabilidade económica não os deixava agravarem-se numa ameaça iminente e indicava que poderiam verosimilmente receber soluções a prazo, sem ser necessária a contra-revolução proposta pelo fascismo. Afinal, o carácter retardatário da França, onde, em 1931, 37% da população activa se dedicava ainda à agricultura e só 33% à indústria e ao comércio<sup>572</sup>, poupou-a aos resultados mais catastróficos da crise mundial iniciada em 1929. Além disto, comentou um historiador, o facto de o país ser «relativamente menos dependente do comércio externo do que os outros grandes países industrializados, o montante das suas reservas de ouro, o carácter florescente do seu comércio, os seus excedentes orçamentais e a sua possibilidade de se concentrar no mercado colonial impediram que a crise económica mundial se propagasse à França de maneira imediata»<sup>573</sup>.

O triunfo militar do Terceiro Reich ocasionou na política francesa uma curiosa inversão de psicologias. Nem o governo encarregado de aplicar as condições impostas pelo armistício nem a chusma de jornalistas e tribunos que se ofereciam, ou vendiam, como porta-vozes do ocupante se consideraram a si mesmos derrotados, mas vencedores. O descalabro exterior perante a Wehrmacht dera-lhes a oportunidade de alcançarem uma desforra no interior do país, aquela que verdadeiramente lhes interessava, contra o odiado Front Populaire e contra tudo o que, a seus olhos, ele havia representado. «Não quero ir combater por Hitler», escrevera Céline em 1937, «mas não quero ir contra ele, a favor dos judeus». E resumira o que muita gente pensava: «prefiro uma dúzia de Hitlers a um Blum onnipotente»<sup>574</sup>. «"Mais vale Hitler do que Léon Blum" converteu-se num slogan popular», observou um historiador<sup>575</sup>. Esta opinião colectiva foi expressa por um conhecido

<sup>571</sup> I. Kolboom (1986) 39-41.

<sup>572</sup> Id., *ibid.*, 40.

<sup>573</sup> Id., *ibid.*, 47.

<sup>574</sup> L.-F. Céline (1937) 317, 318. A mesma ideia encontra-se ainda nas págs. 96 e 97.

<sup>575</sup> R. A. Schermerhorn (1946) 462.

membro da Action Française, o escritor Thierry Maulnier, ao declarar, num artigo publicado em Novembro de 1938, que se as tropas do seu país ganhassem a próxima guerra, esta vitória «seria menos uma vitória da França do que uma vitória de princípios justamente considerados como devendo conduzir directamente à ruína da França e da própria civilização»<sup>576</sup>. Para estes profissionais do patriotismo o triunfo da sua classe primava sobre o triunfo do seu país<sup>577</sup>. Aliás, existiam precedentes para esta atitude, porque em 1814 e em 1815 os Bourbons tinham sido trazidos na bagagem das tropas estrangeiras e os primeiros anos da Restauração confundiram-se com a ocupação de parte da França, o que não impediu a direita de uma nação duas vezes derrotada de se considerar vencedora.

Pareciam estar reunidas as condições para que esta vingança histórica não se realizasse como um mero triunfo da tradição conservadora mas como um verdadeiro fascismo, em que o eixo polarizado pelo exército e pela Igreja se cruzaria com o eixo representativo de temas e métodos de actuação originários do radicalismo de esquerda. Ao esboçar-se em França na década de 1930, essa fusão da ordem e da revolta dispersara-se por um sem número de ligas e grupos ínfimos, mais capazes de se caluniarem uns aos outros do que de prosseguirem em conjunto uma política própria. Mas a iminência da guerra alterou a situação e forneceu a oportunidade para uma vasta convergência entre a direita e a esquerda, pois o culto que uma prestava à ordem, representada acima de tudo pelo Führer e pelo Duce, permitia-lhe agora ultrapassar os limites habituais do seu nacionalismo, enquanto o tradicional antimilitarismo da outra levava-a a ver o fascismo como um mal menor do que o recurso às armas.

Desde que a Alemanha de Bismarck desbaratara os exércitos da França em 1870-1871 e anexara a Lorena e a Alsácia, que o patriotismo da direita francesa assumira a forma constante, se não mesmo monomaniaca, de um antigermanismo. Mas como podia ela ser agora inimiga de um Reich onde reinava a ordem garantida pelo nacional-socialismo, essa mesma ordem que a direita francesa ambicionava para o seu país? Quando o fascista Marcel Déat interrogava retoricamente, num artigo célebre de Maio de 1939, se valia a pena «morrer por Danzig», fazendo-se eco, aliás, da falta de vontade proclamada oito meses antes pelo semanário fascizante *Gringoire* de

<sup>576</sup> Citado por J. Benda (1977) 140 e E. Weber (1965 a) 111. É instrutivo recordar que já António Sardinha, discípulo português de Maurras e profeta do Integralismo Lusitano, afirmara durante a primeira guerra mundial que preferia assistir à vitória das Potências Centrais, contra as quais os soldados do seu país combatiam: «A nossa derrota será, latinos, a nossa salvação! Francófilo que me mostrei já em público, eu desejo agora veementemente a vitória da Alemanha. Só pela vitória dos Impérios centrais nós teremos, com a derrota da Maçonaria, o restabelecimento da ordem legítima que permitirá à França ressarcir-se, a nós outros curar-nos». Citado em H. Cristo (1935) 1.

<sup>577</sup> I. Kolboom (1986) 349-350 observou que «os acontecimentos de 1939-1940 levaram a uma situação de política interna e social correspondente aos desejos da maioria das elites políticas e sociais francesas daquela época, em especial as elites do patronato». Ver igualmente C. Callil (2009) 202 e R. Wolin (2004) 284.

«morrer pelos Sudetas», ele estava a revelar a enorme relutância das classes dominantes francesas em se deixarem arrastar para aquela guerra<sup>578</sup>. Em 1939 os altos comandos militares e os políticos conservadores enfrentavam o Terceiro Reich paralisados por uma profunda cisão de vontades, entre o reflexo tradicional de combater o inimigo de além-Reno e o novo desejo de instaurar um regime à imagem do hitleriano. Por outro lado, a esquerda não estava menos repartida, pois o instinto antifascista que fora o motor e a razão de ser do Front Populaire, e que deveria levar agora a pegar em armas com entusiasmo para combater o Reich, deparava com uma tradição não menos forte e muito mais antiga, o antibelicismo, que denunciava nas ameaças de guerra as rivalidades dos capitalistas de Paris, de Berlim e de Londres, apelando para que os trabalhadores se mantivessem afastados de um combate que não era o seu.

O acordo alcançado em Setembro de 1938 em Munique, quando os governos britânico e francês deixaram Hitler de mãos livres para desmembrar a Checoslováquia, teve como consequência dividir a SFIO em duas facções, uma encabeçada por Léon Blum, que encarava aquela diplomacia como uma derrota, na medida em que permitira a progressão do nacional-socialismo, e outra chefiada pelo secretário-geral do partido, Paul Faure, que a considerava um êxito, com o argumento de que ficara afastado o perigo de guerra<sup>579</sup>. Um dos porta-vozes da franja mais pacifista, dirigindo-se em Setembro de 1938 a Léon Blum — que era de etnia judaica — escreveu: «O povo de França não vos segue nem vos compreende. No seu íntimo, ele não quer deixar matar milhões de homens e destruir uma civilização para tornar a vida mais fácil aos cem mil judeus dos Sudetas». E o mesmo personagem exclamou publicamente no congresso socialista do Natal daquele ano: «Decerto não nos querem obrigar a entrar em guerra por causa de cem mil judeus polacos!»<sup>580</sup>. No congresso de Maio do ano seguinte outro destes pacifistas proclamou que quem «vota pela moção Blum são os judeus e os bolchevistas»<sup>581</sup>. É sugestivo que afirmações tão despidoras pudessem ser proferidas em sucessivos congressos de um grande partido da esquerda. Aliás, mesmo Léon Blum e os seus seguidores não defendiam tanto uma preparação militar activa para um conflito que se julgasse inevitável e próximo mas sobretudo a continuação da política de tratados e acordos diplomáticos, na esperança de imobilizar Hitler e impedi-lo de

<sup>578</sup> Citados em P. Ory (1976) 32. Se formos aferir as prioridades, recorde-se que já em Setembro de 1934 Déat escrevera: «Nós não aceitamos deixarmo-nos matar pelo corredor polaco, nem por Danzig, nem pela Áustria, nem pelo Sarre. E não aceitamos também morrer pelo Oriente chinês». Citado em Ph. Burrin (1986) 148; encontrei também uma citação abreviada e incorrecta em Pascal Ory, op. cit., 105 n. 1. E quando Mussolini lançou a Itália à conquista da Abissínia, houve na direita francesa quem perguntasse se valeria a pena «morrer pelo Negus». Ver J. C. Fest (1974) 845.

<sup>579</sup> D. Ligou (1962) 445-449.

<sup>580</sup> Ludovic Zoretti citado em Ph. Burrin (1986) 240 e P. Ory (1976) 32.

<sup>581</sup> Georges Barthélémy citado em P. Ory (1976) 32.

desencadear a guerra. Situado mais à esquerda, o Parti Socialiste Ouvrier et Paysan reunia os militantes que haviam acompanhado Marceau Pivert quando, em meados de 1938, rompera com a SFIO. Ora, no começo de Setembro de 1938, ao se avolumarem as pressões de Hitler sobre a Checoslováquia, a imprensa desse partido afirmou, com uma ironia realista mas que esquivava o problema: «Julgamos morrer pela pátria e em vez disso morremos pela Skoda»<sup>582</sup>. E, reagindo ao acordo de Munique, o PSOP apelou «para que os trabalhadores não se deixem hipnotizar pela ideia paralisante de que a guerra é fatal. [...] A partir do momento em que se aceita a defesa nacional e em que se quer rivalizar com as ditaduras fascistas no plano da preparação intensiva da guerra, é-se inevitavelmente levado a pedir aos trabalhadores para sacrificarem todas as conquistas sociais no altar da pátria. [...] A palavra de ordem imediata que os nossos militantes devem difundir incansavelmente entre as massas, e em especial nas organizações sindicais, é a de uma greve geral de vinte e quatro horas»<sup>583</sup>. Enquanto a esquerda do socialismo manifestava assim a hostilidade à guerra, mesmo que ela tivesse os fascismos como alvo, uma parte substancial dos sindicatos, sobretudo na ala anticomunista da CGT, defendia uma orientação favorável ao acordo de Munique<sup>584</sup>. Até o Sindicato Nacional dos Professores, de enorme importância devido à repercussão ideológica e social das posições tomadas pelo seus membros, apelou para uma mobilização dos trabalhadores contra a ameaça de guerra, e ainda no seu congresso de Julho de 1939 propôs a greve geral em caso de conflito<sup>585</sup>. Também para os anarquistas o confronto militar com o Reich hitleriano era o primeiro mal a evitar, e Louis Lecoin escreveu que preferia «um Munique de paz a um Munique de guerra»<sup>586</sup>.

Entre os militantes e activistas de esquerda favoráveis à paz as discordâncias não podiam ser maiores, porque alguns limitavam-se a manifestar a esperança nas intervenções diplomáticas e até num desarmamento unilateral, remetendo os problemas para o domínio da política externa, enquanto outros defendiam que o conflito só poderia ser evitado graças a uma greve geral, eventualmente de carácter insurreccional, situando deste modo a política interna no âmago da questão

<sup>582</sup> Citado em id., *ibid.*, 30. Tratava-se, na verdade, de uma paráfrase de Anatole France, que a propósito da primeira guerra mundial havia declarado, a crer em A. Marty (1950) 52: «Julgamos morrer pela pátria e morremos pelos industriais». A sociedade francesa Schneider assumira em 1919 o controle da firma checoslovaca Skoda. Quando o tecnocrata Pierre Pucheu, um dos directores do cartel internacional do aço e representante discreto dos grandes grupos capitalistas junto ao PPF, usou toda a sua influência — sem efeito, aliás — para convencer Doriot a encetar uma propaganda belicista em defesa da integridade nacional da Checoslováquia, é curioso recordar que os germanófilos acusaram Pucheu de representar os interesses que a indústria pesada francesa tinha nas fábricas Skoda. A este respeito ver D. Wolf (1969) 283 n. 1.

<sup>583</sup> Reproduzido em Groupe Puig Antich (Fédération Anarchiste de Perpignan) (1984) 33-34.

<sup>584</sup> D. Ligou (1962) 451; P. Ory (1976) 29.

<sup>585</sup> P. Ory (1976) 29.

<sup>586</sup> Id., *ibid.*, 30. A citação de Lecoin encontra-se em Groupe Puig Antich (Fédération Anarchiste de Perpignan) (1984) 34.

e pretendendo antes de mais combater o fascismo dentro do próprio país. Entre estas duas posições abria-se um vasto leque onde cabia de tudo um pouco<sup>587</sup>. Mas a greve geral de 30 de Novembro de 1938 fora um insucesso, ou pelo menos não fora um sucesso<sup>588</sup>, o que deixava sem alternativas práticas os defensores revolucionários da paz. E mesmo que uma greve conseguisse mobilizar contra a guerra a esmagadora maioria dos trabalhadores franceses, a questão principal ficava por resolver, já que desta vez os intuítos bélicos vinham exclusivamente de além-Reno. A única greve geral insurreccional que impediria a militarização do conflito apenas poderia dever-se aos trabalhadores germânicos, e a esquerda francesa não só deixava sem solução este problema como fingia não dar por ele.

A assinatura do tratado de não-agressão germano-soviético em 23 de Agosto de 1939 agravou a divisão de vontades no interior da esquerda, porque os comunistas franceses, para justificarem a atitude tomada pelos seus patronos, denunciaram como imperialistas os beligerantes de ambos os lados. Em consequência disto o PCF foi ilegalizado em 26 de Setembro e muitos dos seus dirigentes foram presos, o que contribuiu mais ainda para minar na classe trabalhadora francesa qualquer vontade de se bater contra o Reich. Para situarmos a actuação dos comunistas no devido contexto convém não esquecer que ia já a guerra no décimo dia quando o anarquista Louis Lecoin redigiu um abaixo-assinado que intitulou *Paz Imediata*, onde apelou à deposição das armas pelos exércitos beligerantes, e de que foram distribuídos cem mil exemplares<sup>589</sup>. Mas como este voto pio só podia ter leitores do lado francês, ele correspondia a um incitamento à progressão das tropas germânicas. Caíam as barreiras, aparentemente tão sólidas, que haviam separado a direita e a esquerda e que até então tinham limitado a audiência das ligas fascistas. Enquanto os comunistas de Moscovo e os fascistas de Berlim assinavam o célebre pacto, o panfleto de Lecoin — numa escala mais modesta, embora não menos simbólica — recolhia, ao lado das assinaturas de outros anarquistas, como Henry Poulaille, da personalidade mais destacada da extrema-esquerda socialista, Marceau Pivert, e de catorze sindicalistas, as assinaturas também de uma grande figura do fascismo, Marcel Déat, e de meia dúzia de personagens próximos de Bergery e do seu jornal *La Flèche*, promotores da constituição de um fascismo francês<sup>590</sup>. Em virtude desta iniciativa Lecoin foi preso a 29 de Setembro, o que mais ainda realça a simetria entre a actuação dos anarquistas e a dos comunistas.

Nas vésperas do conflito pareciam estar reunidas as condições necessárias para cruzar

<sup>587</sup> P. Ory (1976) 29.

<sup>588</sup> I. Kolboom (1986) 281, 349; D. Ligou (1962) 451-452; D. Wolf (1969) 231, 285.

<sup>589</sup> Groupe Puig Antich (Fédération Anarchiste de Perpignan) (1984) 40; P. Ory (1976) 34.

<sup>590</sup> Ph. Burrin (1986) 315; P. Ory (1976) 34.

num vasto movimento à escala nacional o eixo da direita conservadora com o eixo onde se reflectiam certos temas e estilos de acção gerados na esquerda radical. A situação tornou-se ainda mais propícia ao desenvolvimento do fascismo durante a *drôle de guerre*, aquela guerra fingida que imobilizou os contendores na frente ocidental desde Setembro de 1939 até ao começo de Maio de 1940. Como podiam os generais franceses conduzir o combate e os governantes concitarem um verdadeiro esforço bélico, se tantos deles simpatizavam com o regime político e social do inimigo e sentiam uma profunda aversão pelo ânimo antifascista, o único capaz de mobilizar ideologicamente os soldados e entusiasamá-los para a luta? E como podiam os trabalhadores acreditar que valeria a pena morrer numa campanha antifascista, se sabiam que o governo estava entregue a homens de direita e que à frente das operações militares estavam generais de extrema-direita? O uso concentrado da aviação e a penetração massiva dos blindados germânicos, que asseguraram a vitória do Reich em Junho de 1940, podem ter sido manobras talentosas, mas não obteriam resultados tão imediatos e tão vastos se não deparassem com uma sociedade duplamente paralisada. O fascismo francês não resultou de qualquer imposição dos ocupantes e teve raízes próprias e um perfil muito seu.

Paradoxalmente, talvez a ocupação da França pelas tropas germânicas, em vez de reforçar o fascismo, o tivesse impedido de se desenvolver num sistema coerente. Com efeito, ao obter o triunfo graças exclusivamente às armas alheias, o fascismo francês continuou a revelar uma fraqueza congénita. A junção dos conservadores fascizantes com os fascistas radicais operou-se de maneira distorcida, numa articulação mais geográfica do que política, mediante a tensão que ao mesmo tempo reunia e separava Vichy e Paris. O exército e a Igreja eram os dois pólos de Vichy<sup>591</sup>, enquanto os colaboracionistas de Paris se entusiasmavam a fundar e refundar partidos e milícias, e alguns deles sonhavam com uma organização sindical da economia.

Vichy — «o jardim zoológico de Vichy», como lhe chamou Degrelle<sup>592</sup> — não conseguiu criar um partido único. Nos primeiros dias a seguir ao armistício Jacques Doriot, acompanhado por algumas centenas de fiéis, fez-se ver e ouvir nas ruas de Vichy, mas, sem ter seduzido nem atemorizado a gente que rodeava o marechal Pétain, não lhe restou outra alternativa senão a de ir embora e se instalar em Paris<sup>593</sup>. Entretanto, em Julho de 1940 formou-se junto a Pétain um Comité para a Constituição do Partido Nacional Único, e Marcel Déat, a quem Laval, vice-presidente do Conselho, prometera o cargo de secretário-geral do futuro partido, foi encarregado de

<sup>591</sup> «[...] no seu primeiro período», observou E. Weber (1965 a) 97, Vichy foi «uma monarquia maurrasiana [...]». Ver ainda a pág. 113.

<sup>592</sup> L. Degrelle (1949 b) 211.

<sup>593</sup> D. Wolf (1969) 321-323.

apresentar um memorando sobre o assunto<sup>594</sup>. Dando a Déat uma posição de destaque procurava-se atrair aqueles que eram, ou em breve viriam a ser, os colaboracionistas de Paris e tentava-se, além disso, isolar Doriot. Sabedor da data e do local de um encontro destinado a discutir a formação do partido, Doriot apareceu de imprevisto e impôs a sua presença, mas que valia isso em Vichy, onde as decisões não eram tomadas nas salas de reunião e tudo se combinava nos corredores<sup>595</sup>? E como seria possível congregar o fascismo se desde início se pretendia excluir Doriot, o único de todos os chefes fascistas a possuir uma verdadeira envergadura política e a ser capaz de mobilizar multidões? Previsivelmente, a tentativa não deu nenhum resultado. A corte conservadora que se mantinha em redor do velho marechal era tímida demais para promover uma organização de massas.

A gente de Vichy mostrava-se receosa até dos seguidores do coronel de La Rocque, marginalizando-os completamente<sup>596</sup>, e isto apesar de eles parecerem a tal ponto moderados, por comparação com os membros das demais ligas, que algum ironista hábil lhes trocou as sílabas e os converteu cruelmente de Croix-de-Feu em *froides queues*<sup>597</sup>, os «pénis frios», notórios pela mole impotência com que se haviam comportado no 6 de Fevereiro de 1934. Antes da guerra, a organização chefiada por de La Rocque, que entretanto adoptara o nome de Parti Social Français, era a maior das ligas, reunindo um número de aderentes superior ao dos partidos comunista e socialista juntos<sup>598</sup>. Vichy nem sequer os aproveitou para insuflar na população um entusiasmo que os agentes da polícia e as engrenagens da administração eram incapazes de transmitir, e tudo o que conseguiu foi, em Agosto de 1940, unificar as várias organizações de antigos combatentes

<sup>594</sup> Ph. Burrin (1986) 343 e segs.; P. Ory (1976) 49-50. Note-se que, segundo a terminologia usada em Vichy até Abril de 1942, o primeiro-ministro tinha o título de vice-presidente do Conselho.

<sup>595</sup> Ph. Burrin (1986) 344. D. Wolf (1969) 323 referiu que Doriot conseguira introduzir-se fugazmente no Comité, mas não salientou o facto de que aquele organismo se destinara a marginalizá-lo.

<sup>596</sup> R. O. Paxton (1973) 240.

<sup>597</sup> Id., *ibid.*, 223.

<sup>598</sup> C. Callil (2009) 141. Xavier Vallat, uma importante figura da extrema-direita, atribuiu ao PSF 750.000 filiados, o que seria certamente uma estimativa mínima, já que ele era adversário de de La Rocque. Ao mesmo tempo, o dirigente comunista Jacques Duclos, decerto inclinado a exagerar o número de membros do seu partido, afirmou que o PCF tinha 450.000 filiados e 300.000 a SFIO. Parece verosímil, portanto, que o número dos inscritos no PSF ultrapassasse a soma dos pertencentes aos dois maiores partidos da esquerda. Ver a este respeito D. Wolf (1969) 254 e n. 3. Em 1935, G. Dimitrov (1972) 43 acusou as Croix-de-Feu de disporem de 300.000 homens armados, numa estimativa que se referia exclusivamente às milícias. Segundo um autor, as Croix-de-Feu tinham 300.000 filiados em 1935, mas outro mencionou cerca de um milhão. Ver Carmen Callil, *op. cit.*, 603 n. 16. Mais modestos, A. Duraffour et al. (2017) 702 atribuíram 200.000 aderentes às Croix-de-Feu em 1934. Por seu lado, D. Orlow (2009) 28 atribuiu cerca de 650.000 filiados às Croix-de-Feu em 1936 e cerca de um milhão ao PSF antes da guerra; mas depois de ter indicado que em 1938 o PSF anunciava 800.000 membros, S. G. Payne (2003 b) 295 preveniu que este número não foi sujeito a verificação. Também M. Angenot (2013) 170 afirmou que o PSF mobilizava um milhão de aderentes. M. Dobry (2011) 74 regeu-se por outra contabilidade ao escrever que nas vésperas do 6 de Fevereiro de 1934 o conjunto das organizações da extrema-direita radical mobilizava cerca de 300.000 membros e Dietrich Orlow, *op. cit.*, 24 invocou uma estimativa da polícia para afirmar que em Setembro de 1935 as principais ligas mobilizavam um pouco menos de 400.000 pessoas.

numa Légion Française des Combattants. Mas, apesar de exigirem ordem e disciplina, estes nostálgicos das trincheiras nunca tinham sido capazes de se juntar e só o faziam agora graças a uma intervenção exterior<sup>599</sup>. Os antigos combatentes foram activos na esfera local, eram gente habituada a resolver discussões ao murro e tinham sobre a moral, a cultura e a sociedade opiniões que facilmente podemos imaginar. Mas muitos deles, que haviam sido a juventude da guerra anterior, estavam velhos demais para inspirar um ânimo novo ao país. Por comparação, observe-se que, dos participantes no congresso de 1938 do partido de Doriot, só um quinto tinha feito a primeira guerra mundial<sup>600</sup>. Apesar da idade que começava a encanecer os antigos combatentes, os feitos sentiram-se incomodados com a rudeza de modos de que davam mostras e com as iniciativas que escapavam à administração regional, e os legionários foram colocados no devido lugar, que não era lugar nenhum<sup>601</sup>. Seria impossível animar assim qualquer movimento de massas.

As autoridades de Vichy nem sequer conseguiram fundir as diversas organizações de juventude católicas e conservadoras e limitaram-se a acrescentar-lhes outra, os Compagnons de France<sup>602</sup>. Afinal foi o exército quem criou na zona administrada por Vichy um movimento de juventude unificado, os Chantiers de Jeunesse, fundado logo a seguir ao armistício e destinado a substituir o recrutamento militar, que os ocupantes haviam proibido. Chegados aos vinte anos, todos os jovens do sexo masculino eram obrigados a passar nove meses num Chantier, fazendo de lenhadores e fabricando carvão de madeira uma parte do dia, e escutando na parte restante cursos sobre temas de ordem social e sobre episódios da história da França, vistos e revistos pela Action Française<sup>603</sup>. Mente sã em corpo sã, haveria algo mais bucólico do que fainas rústicas entremeadas de evocações heróicas e apelos à disciplina? Até que em 1943 os Chantiers de Jeunesse foram incorporados no Serviço de Trabalho Obrigatório e aquela tentativa de engenharia social e ideológica ficou reduzida ao trabalho forçado em benefício dos ocupantes<sup>604</sup>. Também não foi desta maneira que os cortesãos de Pétain puderam insuflar no conservadorismo nacionalista o radicalismo dos movimentos populares.

Vichy mostrou-se igualmente incapaz de enquadrar os trabalhadores num novo movimento sindical. As boas disposições que Léon Jouhaux, secretário-geral da CGT, manifestou nos

<sup>599</sup> R. O. Paxton (1973) 186-187, 239; D. Wolf (1969) 323-324.

<sup>600</sup> D. Wolf (1969) 192.

<sup>601</sup> R. O. Paxton (1973) 186-187; D. Wolf (1969) 344.

<sup>602</sup> R. O. Paxton (1973) 160.

<sup>603</sup> Id., *ibid.*, 162-163.

<sup>604</sup> Id., *ibid.*, 163.



primeiros meses para com o governo do marechal não foram aproveitadas<sup>605</sup> — e como poderiam tê-lo sido? Os tradicionalistas e os tecnocratas de Vichy não desejavam mobilizar os trabalhadores em nenhum tipo de sindicalismo e só queriam mantê-los desorganizados. A Carta do Trabalho, começada a elaborar em Setembro de 1940 e prometida por Pétain num discurso de Março de 1941, foi promulgada em Outubro desse ano, e em vez de criar um sindicalismo fascista serviu, de facto, para impedir o funcionamento dos sindicatos<sup>606</sup>. Tanto na zona directamente administrada por Vichy como na que fora desde início ocupada pelas tropas vencedoras não escassearam antigos dirigentes sindicais ansiosos por se reempregar, nem houve falta em Paris de jornais destinados a um público popular e que se esforçavam por apresentar os temas do corporativismo e do nacional-socialismo numa perspectiva anticapitalista<sup>607</sup>. Mas nem o nacional-socialismo, o menos sindicalista dos fascismos, estava disposto a deixar esta gente e estes periódicos passarem da propaganda à prática nem Vichy lhes admitia as veleidades de doutrinação. Aliás, e foi este o factor decisivo, que nova experiência sindical se poderia inaugurar quando, em matéria laboral, tudo o que importava ao ocupante era requisitar mão-de-obra para trabalhar no Reich e tudo o que interessava a Vichy era arrebanhar os necessários contingentes de trabalhadores<sup>608</sup>? Em França o sindicalismo fascista chamou-se, na realidade, Serviço de Trabalho Obrigatório.

«O marechal estava rodeado por moderados, e eu era um revolucionário», exclamaria Joseph Darnand no tribunal que o julgou e condenou à morte depois da Libertação, ele, herói das duas guerras, antigo *cagoulard*, o homem da Milícia, o duro dos duros, o derradeiro ministro do Interior de Pétain<sup>609</sup>. E tinha razão, nos seus termos, ainda que aquela declaração pareça absurda, de tão extemporânea. Se, como confessou um antigo propagandista da Falange espanhola, os fascistas haviam chamado «revolução» a uma operação de polícia e a tinham vivido espiritualmente como se o fosse<sup>610</sup>, não há que recusar o direito a autodenominar-se «revolucionário» a quem convertera uma milícia num enorme corpo policial e a lançara em verdadeiras operações militares contra a Resistência. Já não eram só as refregas de rua ou a baixa espionagem, as denúncias, as torturas à porta fechada, o assassinato de octogenários, mas as vastas campanhas sangrentas contra os *maquis*, deixando centenas de mortos. A Milícia teve a génese na esfera de Vichy, quando Darnand, no Verão de 1941, organizou brigadas de choque, o Service d'Ordre

<sup>605</sup> R. Belin (1978) 161; R. O. Paxton (1973) 207.

<sup>606</sup> R. Belin (1978) 162-163; R. O. Paxton (1973) 210. Na audiência de 3 de Agosto de 1945 do processo contra o marechal Pétain, ao depor como testemunha, Laval observou que «eu achava que não se pode fazer uma carta do trabalho sem uma colaboração activa dos sindicatos operários». Ver *Le Procès du Maréchal Pétain*, 532.

<sup>607</sup> P. Ory (1976) 130-145.

<sup>608</sup> Id., *ibid.*, 144-145.

<sup>609</sup> Citado em R. O. Paxton (1973) 278.

<sup>610</sup> Dionisio Ridruejo citado por H. R. Southworth (1967) 13.

Légionnaire, na província onde comandava a Légion Française des Combattants. Mas rapidamente estes arruaceiros ultrapassaram os limites aceitáveis pela corte do marechal, e Darnand, desencantado, decidiu em 1942 transferir para Paris a sua base política. Foi deste modo que, em Janeiro do ano seguinte, o SOL se converteu em Milícia. Era bastante mais do que qualquer dos bandos de caceteiros à disposição de um ou outro chefe de grupúsculo, a quem serviam de guarda-costas e por vezes de outras coisas. Era uma Milícia com maiúscula, capaz de se impor no âmbito nacional e reforçada em Junho de 1943 com a criação da Franc-Garde, um corpo de choque seleccionado e de efectivos reduzidos<sup>611</sup>. Na atitude e nas orientações da Milícia reflectia-se o radicalismo político e social que existia com abundância entre os colaboracionistas de Paris.

Abundante demais, porque na capital ocupada proliferavam partidos únicos, todos subsidiados e tutelados pelo embaixador Abetz e por diferentes serviços do Reich, e que tinham como objectivo principal, se não exclusivo, criar dificuldades recíprocas e impedir qualquer deles de se afirmar. Em Janeiro ou Fevereiro de 1941 Marcel Déat lançou o Rassemblement National Populaire, cuja primeira ambição era colocar de novo Pierre Laval à frente do governo. Déat ameaçava até com uma marcha sobre Vichy<sup>612</sup>, a exemplo daquela que vinte anos antes havia levado os fascistas a Roma e Mussolini ao poder. Palavras no ar. As forças à sua disposição, que mesmo no apogeu não ultrapassaram vinte mil pessoas<sup>613</sup>, nem para um passeio chegavam, muito menos para uma conquista, e o exército ocupante nunca permitiria tais aventuras. Por isso e por muitas outras coisas, pelo seu radicalismo, pela sua ligação inicial ao antigo vice-presidente, Déat tornou-se abominado em Vichy e só muito tardiamente conseguiu impor a sua colaboração ao marechal. A debilidade de Déat mede-se duplamente, em primeiro lugar quando verificamos que ficaram sem êxito os seus esforços para atrair os amigos políticos de René Belin, antigo membro do secretariado da CGT e então ministro do Trabalho, e o fracasso foi tanto mais grave quanto eles se haviam situado antes da guerra em meios muito próximos<sup>614</sup>. É certo que o RNP criou no final de 1941 o Front Social du Travail, entregue ao antigo dirigente dos grupos de empresa da SFIO, e fundou igualmente um Centre Syndicaliste de Propagande, encabeçado por um antigo sindicalista<sup>615</sup>, mas nada disto lhe assegurou a audiência que talvez tivesse conseguido com o apoio de Belin. O segundo indício de vulnerabilidade na posição de Déat constata-se ao recordarmos que ele incluiu

<sup>611</sup> P. Ory (1976) 248-251.

<sup>612</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 266. Todavia, Ph. Burrin (1986) 390 atribuiu a iniciativa dessa marcha a Eugène Deloncle, aparentemente com o desconhecimento de Déat.

<sup>613</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 266; P. Ory (1976) 113; D. Wolf (1969) 343. Mais precisamente, Ph. Burrin (1986) 392 e 409 atribuiu ao RNP entre 10.000 e 15.000 membros no Verão de 1941, entre 15.000 e 20.000 no ano seguinte, e 10.000 em 1943.

<sup>614</sup> P. Ory (1976) 106.

<sup>615</sup> Id., *ibid.*, 112-113.

na fundação do RNP o sinistro Deloncle, mestre da duplicidade e da traição, cliente, ou fornecedor, habitual dos serviços secretos.

Eugène Deloncle, diplomado pela ilustre École Polytechnique, fora a figura principal numa rede de organizações secretas fascistas, civis e militares, a que os jornalistas dos anos imediatamente anteriores à guerra chamaram *La Cagoule*. Durante o Front Populaire os *cagouleurs* tinham pretendido derrubar o regime através de um golpe de Estado que colocasse o exército no poder, com o apoio das ligas e dos partidos nacionalistas, à imagem do que Franco estava então a fazer em Espanha. Enquanto maquinavam estes objectivos e tomavam disposições para o banho de sangue que se seguiria, iam-se exercitando em pontarias singulares. Os *cagouleurs* participaram na série de sabotagens e assassinatos destinada a obstruir o envio de material de guerra para os republicanos espanhóis e pagaram o apoio que Mussolini lhes dava em armas e dinheiro matando, em Junho de 1937, duas personalidades antifascistas italianas então refugiadas em França, os irmãos Rosselli<sup>616</sup>. No final de 1937 a polícia desarticulou a conspiração, prendendo ou dispersando os principais promotores, mas no terceiro trimestre de 1940, com o benefício daquela sombria experiência e o conhecimento que possuía desses meios, Deloncle fundou o Mouvement Social Révolutionnaire, apresentado como uma continuação da *Cagoule*<sup>617</sup>.

O programa económico do MSR deveu-se ao presidente do seu comité executivo, um dos antigos financiadores da *Cagoule*, Eugène Schueller, personalidade suficientemente interessante para merecer aqui alguma atenção. Sem ter sido propriamente um magnate da indústria, Schueller foi um grande empresário activo em vários ramos da química, com interesses diversificados e também inovador nas suas concepções, capaz de empregar formas complexas e massivas de publicidade para lançar marcas de cosméticos que ainda hoje se contam entre as mais vendidas em todo o mundo. Ao mesmo tempo investiu no celulósido, a que a difusão da fotografia e da indústria cinematográfica abria novos mercados, bem como nos plásticos e vernizes, criando até

<sup>616</sup> Acerca da *Cagoule* consultei sobretudo Ph. Bourdrel (1992) *passim* e J.-C. Valla (2000) *passim*. A denominação *La Cagoule* foi lançada pejorativamente pelo director do jornal da Action Française, uma organização que jamais perdoou a concorrência que lhe era feita pelos outros grupos e grupúsculos da extrema-direita ou fascistas. Ver Philippe Bourdrel, op. cit., 58 e Jean-Claude Valla, op. cit., 51-52. Acerca da influência exercida pelo levantamento dos generais espanhóis sobre alguns meios militares franceses e sobre a conspiração da *Cagoule* ver Bourdrel, op. cit., 183-184, 194 e Valla, op. cit., 39. Bourdrel mencionou (págs. 162 e segs.) a estreita ligação dos *cagouleurs* ao franquismo e a protecção de que gozavam na zona nacionalista da Espanha. Quanto às sabotagens e assassinatos ao serviço dos fascismos espanhol e italiano ver: Bourdrel, op. cit., 144 e segs., 150 e segs., 175-179; P. Milza (1999) 619; E. Santarelli (1981) II 311; Valla, op. cit., 75-77, 81-82. Bourdrel, op. cit., 94 e Valla, op. cit., 69, 77 e segs. referiram o tráfico de armas da Itália para França organizado pela *Cagoule*. Bourdrel acrescentou (págs. 143 e segs.) que haviam sido os conspiradores a tomar a iniciativa de contactar Roma, pedindo apoio e subsídios. A crer em Valla (págs. 10-11), o financiamento italiano fora menor do que esperavam os solicitantes, mas não será esta uma situação comum?

<sup>617</sup> Ph. Bourdrel (1992) 295-296.

uma empresa de fotografia e de artigos plásticos na URSS, que o governo soviético adquiriu em 1933. E o seu empenho na publicidade levava-o não só à fundação de revistas de carácter profissional, mas inclusivamente à constituição de uma firma editorial. A actividade empresarial de Schueller foi inseparável das suas intervenções políticas e ideológicas. A enorme vaga de greves que saudara o triunfo eleitoral do Front Populaire colocara os patrões franceses perante um repto sem precedentes e mostrara aos mais lúcidos que não poderiam opor-se eficazmente à acção do comunismo sem aplicar uma política social própria. Mas revelara-lhes também a insuficiência das formas de associação que adoptavam. Foi neste contexto que Schueller lançou um jornal bimensal, *L'Action Patronale*, publicado desde o final de 1936 até ao final de 1938. Era um verdadeiro órgão de massas, incisivo, panfletário, que Schueller redigia praticamente sozinho, e o radicalismo dos seus artigos resultava do cruzamento de duas perspectivas. Por um lado, Schueller manifestava um paternalismo corrente entre os fascistas, vendo no patrão o chefe pessoal dos seus trabalhadores, e para melhor ligar cada um deles aos interesses do capital defendia que o salário fosse completado por um abono familiar e por uma participação nos lucros. Por outro lado, Schueller pretendia que os patrões agissem como verdadeiros organizadores das empresas. Encontra-se em *L'Action Patronale* o tema, tão caro à demagogia fascista, de uma oposição entre o capital industrial, que se arrogava o papel positivo de guia da sociedade, e o capital financeiro, apresentado como parasitário e, pior ainda, corruptor dos elos de solidariedade que deveriam existir entre cada patrão e os seus homens. Contra as teses habituais, que consideram todos os patrões unidos por uma rede de carácter económico e, por conseguinte, conferem ao grande capital a direcção natural do pequeno e médio capital, Schueller, nos seus artigos jornalísticos, atribuía a condução dos interesses do capitalismo a uma vanguarda empresarial definida por critérios estritamente políticos. Perante a agudização da luta de classes, ele pretendeu imprimir aos patrões um radicalismo de actuação inspirado directamente pelas formas organizativas correntes entre o operariado, e a sua concepção de uma elite empresarial gerada pelo processo histórico reflectiu, com as inevitáveis transformações, a doutrina revolucionária da vanguarda proletária, que também ela era determinada exclusivamente pela luta social<sup>618</sup>.

As ideias defendidas por Eugène Schueller não se situavam muito longe dos temas do

<sup>618</sup> Acerca das actividades económicas, políticas e propagandísticas de Eugène Schueller ver I. Kolboom (1986) 263-281 e J.-C. Valla (2000) 73. Foi ele quem fundou a firma L'Oréal e quem conseguiu para o sabonete Monsavon a expansão conhecida por qualquer frequentador de supermercados parisienses. Ph. Bourdrel (1992) 296 n. pretendeu que Schueller se separara rapidamente do MSR. Todavia, Ph. Randa (1997) 305 incluiu-o em 1941 entre os dirigentes do RNP de Déat, para onde teria acompanhado Deloncle. A crer em Philippe Bourdrel, op. cit., 334-335, 338-339 e Jean-Claude Valla, op. cit., 73 n. 8, depois da guerra o grupo L'Oréal-Monsavon albergou antigos *cagou-lards* e utilizou as suas filiais no estrangeiro para pôr a salvo alguns deles.

corporativismo e da Economia Dirigida, que nos anos anteriores à guerra haviam sido discutidos no círculo político de Marcel Déat. Assim, estavam já lançadas algumas pontes entre o Mouvement Social Révolutionnaire de Deloncle e o Rassemblement National Populaire que Déat criou pouco depois. Ao transferir-se para o RNP, Deloncle não dissolveu a sua antiga organização e, passando a chamar-lhe Légion Nationale Populaire, encarregou-a da recolha de informações e do serviço de ordem do movimento de Déat<sup>619</sup>. Não podia estar tudo em melhores mãos! Para Déat a presença de Deloncle representava um perigo permanente, até que, tendo sérias razões para suspeitar que a sombra do *cagouard* tivesse pairado sobre o atentado de 27 de Agosto de 1941, em que ele e Laval iam quase perdendo a vida, Déat mobilizou os seus próprios arruaceiros e conseguiu, em Novembro, expulsar Deloncle do RNP<sup>620</sup>. Novamente autónomo, o MSR deslocou-se para a esquerda — a esquerda do fascismo, entenda-se — e em Maio de 1942 Deloncle foi afastado num golpe interno conduzido por André Mahé, Georges Soulès e Jean Filliol. Curiosa conspiração, porque Mahé havia pertencido ao Partido Comunista até 1936 e circulara depois em torno de Gaston Bergery; e Soulès, que após o final da guerra se tornaria conhecido como romanista sob o nome de Raymond Abellio, integrara o aparelho governativo do Front Populaire e militara na franja esquerdista do socialismo; enquanto o antigo *cagouard* Filliol era desde há vários anos um dos assassinos mais destemidos com que contava o fascismo francês, responsável entre muitas outras operações por aquela que custara a vida aos irmãos Rosselli<sup>621</sup>. Esta amizade ilustra a maneira como os intelectuais fascistas entendiam a acção prática, já que, como um deles mais tarde escreveria, «é pequena a diferença entre um assassino e um herói»<sup>622</sup>. Quanto a Eugène Deloncle, isolado dos restantes colaboracionistas ou separando-se deliberadamente deles para participar em confusas conspirações contra Hitler<sup>623</sup>, acabaria assassinado pela Gestapo em Janeiro de 1944, certamente para alívio geral.

A única personalidade de peso a enfrentar Déat era Jacques Doriot. Enquanto fora um dos principais dirigentes comunistas dedicara-se a uma persistente actividade antimilitarista e conduzira as campanhas contra a ocupação franco-belga do Ruhr e contra a guerra no Rif, o que lhe havia valido repetidas condenações à prisão e períodos de clandestinidade<sup>624</sup>. Para o velho

<sup>619</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 266; P. Ory (1976) 99-100.

<sup>620</sup> Ph. Bourdrel (1992) 299-301; Ph. Burrin (1986) 391-392; J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 266, 267, 274. Um autor próximo do fascismo, J.-C. Valla (2000) 12 e n. 4, pretendeu que continuava a não se saber se Deloncle organizara ou não o atentado.

<sup>621</sup> Ph. Bourdrel (1992) 312; J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 267; P. Ory (1976) 99-100; Ph. Randa (1997) 151, 229, 629; J.-C. Valla (2000) 128. Jean Galtier-Boissière et al. situaram o golpe em Março.

<sup>622</sup> M. Bardèche (1994) 67.

<sup>623</sup> É esta a versão defendida por Ph. Bourdrel (1992) 312-313 e Ph. Randa (1997) 130.

<sup>624</sup> D. Wolf (1969) 27-28, 33-36, 41-55, 69-71.

marechal que agora fingia governar em Vichy era este o crime mais grave que alguém podia cometer. «Quando Doriot», narrou um dos seus biógrafos, «se esforçou por obter um cargo importante no partido único projectado no meio que rodeava Pétain, os seus projectos esbarraram sistematicamente com uma propaganda hábil, cujos lemas eram “Abd el-Krim” e “o caso do Rif”»<sup>625</sup>. Doriot tentou nos primeiros tempos colocar-se numa posição em que beneficiasse do prestígio de Pétain<sup>626</sup>, mas isto pouco durou e os conservadores de Vichy privaram-se do apoio do Parti Populaire Français, fundado em 1936 e que era o mais activo e coeso partido fascista francês<sup>627</sup>. Parece certo que em Janeiro de 1938 o PPF contara praticamente trezentos mil membros, mais de metade dos quais eram operários da indústria<sup>628</sup>, e uma percentagem muito considerável dos seus militantes e dirigentes vinha do Partido Comunista<sup>629</sup>, seguindo o mesmo caminho que Doriot havia percorrido. Em França nenhuma organização levou a cabo melhor do que o PPF a fusão entre os valores conservadores e o radicalismo proletário, por isso qualquer política coerente teria de colocar este partido no centro da articulação entre as instituições exógenas do fascismo e as suas instituições endógenas.

Além destes três candidatos a partido único existia uma miríade de grupúsculos, alguns nascidos antes da guerra, naquela proliferação de ligas em que se repartia e digladiava o fascismo francês<sup>630</sup>. Na capital ocupada encontramos os Francistes, católicos devotos, chefiados por Marcel Bucard, que de início recebera subsídios de Mussolini e depois descobrira simpatia pelo dinheiro alemão — «Sigam o chefe que nunca se enganou!», proclamavam os seus cartazes — e que

<sup>625</sup> Id., *ibid.*, 41. Todavia, este autor apresentou (págs. 339-340) um quadro mais ameno das relações entre Pétain e Doriot.

<sup>626</sup> P. Ory (1976) 101-102; D. Wolf (1969) 339-341.

<sup>627</sup> Ph. Burrin (1986) 440.

<sup>628</sup> P. Ory (1976) 26 n. 1. Ver também C. Callil (2009) 207. No entanto, R. J. Soucy (1966) 30 afirmou que o PPF nunca teve mais de duzentos e cinquenta mil filiados e D. Orlow (2009) 30 e 31 limitou-se a atribuir-lhe um pouco mais de cem mil membros em Novembro de 1936 e cinquenta mil em 1940.

<sup>629</sup> Dos sete membros do *bureau* político do PPF constituído após o 1º Congresso Nacional, de Novembro de 1936, cinco tinham pertencido ao PCF, a crer em D. Wolf (1969) 186. Ainda segundo o mesmo autor (págs. 190-191), 85% dos 740 delegados a esse congresso responderam a um questionário acerca da sua proveniência política e, entre os 383 que declararam já haver tido uma militância organizada, 35% tinham passado pelo PCF, 14% pela SFIO e 39% por uma variedade de grupos da extrema-direita ou fascistas. Dos 7198 delegados ao congresso do PPF realizado em Novembro de 1942, 4187 já haviam sido membros de outras organizações e, destes, 37% eram originários do PCF, 14% da SFIO, 19% do PSF, 10% da Action Française e 8% dos Volontaires Nationaux. Estas percentagens foram calculadas com base em P. Ory (1976) 111. Ver ainda Dieter Wolf, *op. cit.*, 367 n. 1. Assim, ao longo da sua existência o PPF parece ter mantido com notável regularidade, entre os seus militantes mais activos, as mesmas percentagens de oriundos dos vários quadrantes políticos. A continuidade, segundo Ph. Burrin (1986) 484 n. 15, caracterizaria também a relação entre o número de membros provenientes do PCF e o número total de membros do PPF: 18% em Janeiro de 1937, 19% em Abril do mesmo ano e 16% em Janeiro de 1938. Todavia, a fazer fé nas cifras indicadas por Pascal Ory, *op. cit.*, 26, em Março de 1937 os antigos comunistas corresponderiam a 27% da totalidade dos inscritos.

<sup>630</sup> Acerca destes pequenos grupos ver, em geral, Ph. Burrin (1986) 399-400, J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 268-270, D. Orlow (2009) 29 e P. Ory (1976) 25-26, 62-64, 93-98, 129-130. Consultar ainda os verbetes respectivos em Ph. Randa (1997).

satisfazia nos seus grupos de choque uma predilecção pelos másculos efebos, para escândalo de muitos contemporâneos e maior proveito das chantagens policiais; a Ligue Française d'Épuration, d'Entraide Sociale et de Collaboration Européenne, completada mais tarde pelo Mouvement Social Européen, ambos dirigidos, ou inventados, por Pierre Costantini, bonapartista corso, autor de um livro sobre Napoleão, «à venda por todo o lado, o autor e a obra», a crer numa língua solta da propaganda da época, e pelos vistos afiada também<sup>631</sup>; Jean Boissel, «chefe perfeitamente inofensivo do fantasmático "Front Franc"», como lhe chamou um fascista com outras simpatias<sup>632</sup>, defensor extremo do racismo e anti-semita rancoroso, que pelo menos desde 1935 mantinha estreitas relações com o nacional-socialismo germânico; o Parti Français National-Collectiviste, de Pierre Clémenti, que depressa se incompatibilizou com os demais colaboracionistas da capital e se transferiu para Lyon; o Parti, depois Bloc, Ouvrier et Paysan, onde se reuniam algumas pessoas que na véspera ou na antevéspera eram ainda dignitários do Partido Comunista, mas julgavam agora mais prudente passar-se para o lado dos ocupantes, e que se manteve praticamente inerte, reduzindo-se a escassas intervenções de propaganda, ou de intoxicação da informação, sem empreender nenhuma acção de massa; o grupo Collaboration, que não pretendia ser um partido e se ocupava a promover as relações culturais, ideológicas e económicas com o Reich; Christian Message, que ignoro o que tivesse feito na vida além de ser patrão de *bistrot*, animador, se é este o termo, do mais que obscuro Parti National-Socialiste Français, «formação com doze membros, que desconhecíamos completamente até àquele dia», como escreveu mais tarde um fascista que na prisão de Fresnes aguardava com o «*gros compère*» Message e alguns outros uma condenação à morte que não veio<sup>633</sup> — e de quantos me esqueci ou nem sequer conheço? Todos eles eram generosamente abastecidos de fundos pelos vários *guichets* do ocupante, que os sustentavam para os imobilizarem uns aos outros e para terem sempre de reserva, na ocasião oportuna, aquele que fosse mais conveniente. Georges Oltramare, fascista suíço que emprestou os seus talentos ao colaboracionismo francês, queixar-se-ia mais tarde de que a embaixada do Reich em Paris «dispersou as forças de uma sã reacção subvencionando minúsculos círculos de desvairados»<sup>634</sup>. Se exceptuarmos Collaboration, com os seus interesses culturais e artísticos e as suas iniciativas elegantes, aqueles grupúsculos reduziam-se a bandos de facinoras extravagantes, capazes apenas de baixa espionagem e delação, de pancadaria, de um ou outro atentado, e nem

<sup>631</sup> Jean Hérold-Paquis citado em J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 269 e Ph. Randa (1997) 101. Note-se que jornalistas e historiadores usualmente estropiam o nome do personagem, chamando-lhe *Constantini*.

<sup>632</sup> L. Rebatet (2007) 131. Também A. Duraffour et al. (2017) 631 chamaram «fantasmático» ao Front Franc, mas sem citarem a proveniência do adjectivo.

<sup>633</sup> L. Rebatet (2007) 136.

<sup>634</sup> G. Oltramare (1956) 134.

sequer eram só verbais ou jornalísticas as rivalidades que os dividiam. Mesmo pondo de parte Deloncle, de quem todos suspeitavam e que parecia estar envolvido em todas as conspirações e tentativas de assassinato, convém saber que o PPF via ocasionalmente os seus comícios proibidos por ordem das autoridades ocupantes sob inspiração dos seus rivais, e que Marcel Bucard estava preso em Paris em Julho de 1944<sup>635</sup>. O jogo era arriscado. O que faltava na capital era um exército autóctone e prelados de espírito forte que impusessem ordem àqueles *condottieri* de aluguer e os submetessem ao comando de algum deles — mas quem?

A vida política da Paris colaboracionista era pautada pela hostilidade entre Déat e Doriot, que se paralisavam reciprocamente. Quando Déat fundou o Front Révolutionnaire National, em Setembro de 1942, para reunir em torno do seu movimento outros grupos fascistas, fê-lo deliberadamente de modo a isolar o partido de Doriot, ou foi Doriot quem, recusando-se a integrar o FRN, comprometeu as aspirações de Déat a uma chefia colectiva<sup>636</sup>? Pouco importa. Ambas as coisas, talvez. E não esqueçamos que em Julho de 1943 Doriot fez uma curta viagem a Paris, abandonando por alguns dias a frente leste, onde estava a combater, para expulsar do seu partido um dirigente que aceitara participar numa acção unitária encabeçada pelo RNP<sup>637</sup>. Em Paris, a única aliança sólida e durável que Doriot conseguiu foi com Pierre Costantini, talvez porque mais ninguém estivesse interessado em se juntar a tamanho excêntrico, um homem que em Agosto de 1940, depois do ataque britânico à esquadra francesa em Mers el-Kébir, declarara sozinho guerra à Inglaterra e proclamara-o em cartazes colados pelas ruas<sup>638</sup>. Com tais apoios Doriot, em vez de sair do isolamento, expunha-se à chacota.

Mas Doriot, um político mais competente do que a colecção dos restantes, talvez tivesse compreendido a necessidade da instituição militar para juntar aquele carnaval de grupúsculos. E se se unificassem só podia ser ele a chefiá-los todos, pela lei dos números, se não por outras. O certo é que num comício de propaganda do seu partido em Junho de 1941, um dia depois de o Reich ter iniciado o ataque à União Soviética, Doriot propôs a contribuição militar dos colaboracionistas para a cruzada antibolchevista. O momento era oportuno, e como podiam os rivais recusar a participação em tal causa? Reunidos a 18 de Julho numa manifestação pública, Doriot, Costantini, Déat, Deloncle, Boissel, Clémenti e Bucard anunciaram a constituição de uma Légion des

<sup>635</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 354, 370, 373.

<sup>636</sup> Ph. Burrin (1986) 404-405; P. Ory (1976) 52; L. Rebatet (2007) 54-55; D. Wolf (1969) 386. Dieter Wolf chamou-lhe Front National Révolutionnaire e situou a sua fundação no começo de 1943.

<sup>637</sup> Ph. Burrin (1986) 442; P. Ory (1976) 104; D. Wolf (1969) 387.

<sup>638</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 786; P. Ory (1976) 97-98; D. Wolf (1969) 357.



Volontaires Français, disposta a partir para a frente leste<sup>639</sup>. Doriot tomara a iniciativa e não a perdeu, pois foi o único dos grandes chefes fascistas a acompanhar a LVF<sup>640</sup>, dando assim um significado mais profundo à sua colaboração com o ocupante e projectando-se para o primeiro plano. De então em diante ele ficava numa indiscutível situação de vantagem em relação aos adversários. O projecto parecia não ter falhas, a propaganda em torno da LVF foi enorme, os fundadores prometeram grandes números, mas o recrutamento foi escasso e os resultados nulos. A LVF esteve duas semanas apenas na linha de frente, em Dezembro de 1941, e logo depois foi transferida para a retaguarda com duas centenas e meia de baixas<sup>641</sup>. Nas suas Memórias, redigidas na prisão, Fernand de Brinon, o representante de Vichy em Paris, afirmou que nunca houve mais de três mil voluntários, e tanto ele como alguns participantes na LVF mencionaram a baixa qualidade humana dos inscritos<sup>642</sup>. Que espanto! Não era essa mesma escumalha que povoava os grupos colaboracionistas de Paris? O próprio Doriot, em Janeiro de 1944, quando tudo se aproximava do fim, recordou a despedida dos primeiros legionários e evocou «a nossa lúgubre marcha de madrugada, entre duas alas de polícias que vigiavam as janelas dos prédios de Versailles. A campanha infamante que tinha precedido a nossa partida criara um tal ambiente de ódio que só escondidos pudemos levar a cabo um gesto heróico»<sup>643</sup>. Para políticos fascistas, que viviam de acções espectaculares, não podia haver maior fracasso do que o heroísmo oculto.

Esperar-se-ia que Pierre Laval, regressado à chefia do governo em Abril de 1942, fosse a partir desse momento o traço de união entre Paris e Vichy? De certo modo foi, mas uma união inteiramente negativa, suscitada pelo ódio que o marechal e a sua gente sentiam por aquele plebeu que ia mais longe do que eles pretendiam, e pela desconfiança que os fascistas radicais da capital manifestavam por aquele político formado na Terceira República e apegado aos hábitos e manigâncias do parlamentarismo. Era impossível que uma repulsa comum servisse de base para conjugar os dois eixos políticos. Déat viu deteriorarem-se pouco a pouco as suas relações com Laval<sup>644</sup>, e perante Doriot ergueu-se até ao fim um obstáculo intransponível, a profunda aversão que por ele nutria Pétain.

<sup>639</sup> Ph. Bourdrel (1992) 295, 299; J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 270; P. Ory (1976) 241; D. Wolf (1969) 349. Ver também os verbetes respectivos em Ph. Randa (1997).

<sup>640</sup> D. Wolf (1969) 349. Dos pequenos chefes, só Pierre Clémenti entrou em campanha na LVF, consoante indicou id., *ibid.*, 355 n. 1. Aliás, ver a sua carta em J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 401.

<sup>641</sup> P. Ory (1976) 239, 244-245.

<sup>642</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 271. Por seu lado, P. Ory (1976) 243 escreveu que a LVF nunca teve em campanha mais de 2300 homens.

<sup>643</sup> Jacques Doriot em *Je Suis Partout*, 14 de Janeiro de 1944, citado em J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 271.

<sup>644</sup> Ph. Burrin (1986) 331, 402-403.

Em 11 de Novembro de 1942 a França foi totalmente ocupada pelas tropas germânicas, excepto o território situado a leste do Ródano, entregue aos italianos. E com a supressão do exército de armistício, duas semanas mais tarde, um dos dois pólos conservadores desapareceu, pelo menos no plano institucional, porque no plano ideológico as forças armadas mantinham uma certa presença, na medida em que, embora já não existisse cadeia de disciplina, continuava em vigor o juramento de obediência que os oficiais haviam prestado ao marechal Pétain<sup>645</sup>. E assim se agravou o desmembramento político.

Os fascistas de Paris e os de Vichy haviam sentido o desastre militar do seu país como uma vitória política própria, e desperdiçaram-na em querelas tanto mais estéreis quanto nenhum deles tinha voz nas questões decisivas e eram os representantes do Reich quem ditava as regras do jogo. Só demasiado tarde, quando a derrota iminente dos ocupantes deu a toda aquela gente um susto mortal e os precipitou para os braços uns dos outros, é que os radicais de Paris foram incluídos no governo do État Français, que até então se reservara aos conservadores e tecnocratas de Vichy, e os dois eixos articularam-se enfim num centro comum. Joseph Darnand, o chefe da Milícia, foi nomeado secretário-geral da Manutenção da Ordem em Dezembro de 1943 e promovido em Janeiro do ano seguinte a secretário de Estado, ao mesmo tempo que outro membro da Milícia, Philippe Henriot, recebia a Secretaria de Estado da Informação e da Propaganda, e dois meses mais tarde Marcel Déat passou a encabeçar o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Nacional. A distorcida geometria política conjugara-se numa geografia única, mas os títulos, os emblemas e os gestos dos fascistas franceses tinham já menos significado na história real do que nos mitos da história.

De nada lhes serviu. A tão recente articulação entre conservadores e radicais foi rompida pouco depois, em Junho de 1944, quando o RNP e o PPF, acobertados pela Milícia, pareciam ter-se unido contra Laval numa frente comum dos ultras, em que se aglutinava também uma miríade de políticos, jornalistas e personagens menores<sup>646</sup>. Mas em Agosto Laval demitiu-se, desaparecida completamente a sua estreita margem de manobra entre as pressões de uns e outros, e vendo para mais o avanço das tropas aliadas e a crescente audácia dos *maquisards* e da Resistência urbana. A rivalidade habitual voltou então a separar Déat e Doriot. De novo se estilhaçara a conjugação dos dois eixos do fascismo, e foi assim, cada um amuado no seu canto, que as autoridades germânicas em retirada levaram consigo estes chefes singulares e os confinaram no exílio de Sigmaringen.

<sup>645</sup> R. O. Paxton (1973) 265.

<sup>646</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 372; D. Wolf (1969) 390.

Nem sequer ali, nesse espaço de ficção, quando tão pouco tempo faltava para que tudo se encerrasse, o fascismo francês conseguiu superar as querelas de sempre. Os rivais de Doriot, que recorriam a qualquer coisa para o marginalizar, formaram sob os auspícios germânicos um derradeiro governo, a Comissão Governamental, presidida por Fernand de Brinon, o antigo representante de Vichy junto às autoridades ocupantes de Paris, e que incluía também Déat e Darnand — um governo sem governados e praticamente sem governantes, já que Laval e o próprio Pétain se recusavam a exercer funções. Mesmo assim, este fantasma viu-se confrontado com a sombra de uma oposição, pois o PPF, que as autoridades do Reich haviam alojado no Palatinado, hostilizava com emissões de rádio a Comissão Governamental de Sigmaringen. Seria possível que, prestes a expirar, o fascismo francês fizesse o que nunca tinha conseguido e se unificasse? Em 22 de Fevereiro de 1945 Doriot preparava-se para encontrar Déat e Darnand e discutir com eles a constituição definitiva de um Comité Francês de Libertação que substituísse o governo de de Brinon — um comité sem nada nem ninguém para libertar, visto que a França fora já libertada por outros. Mas a história erige em símbolos as pessoas que julgam jogar com ela, sujeitando-as assim à inelutabilidade do destino. O automóvel onde seguia Doriot foi metralhado e Doriot foi morto. Sê-lo-ia por um avião de caça norte-americano ou britânico, um dos muitos que sulcavam então os céus do Reich, disparando contra tudo o que mexesse? Ou por uma emboscada organizada pelos seus rivais? Pouco ou nada importa<sup>647</sup>. Estas manobras políticas não passavam de fantasias sem sentido e os seus promotores, ainda que se considerassem vivos, tinham viajado já para o reino das sombras. Os fascistas de Vichy e os de Paris, mesmo depois de encerrados num espaço exíguo, reproduziram as suas inimizades e aversões, até que o final da guerra os silenciou por uns tempos, ou lhes deu outra voz.

<sup>647</sup> Acerca do fascismo francês durante o exílio no Reich ver J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 372-374 e D. Wolf (1969) 396-418. L.-F. Céline (1998) *passim* deixou um retrato inesquecível de Sigmaringen, que ele insistia em escrever «Siegmaringen», não sei se em virtude de qualquer obscura referência à raiz *Sieg*, tão fértil de evocações na mitologia germânica, se devido ao seu hábito de deturpar os nomes próprios. Quanto à morte de Doriot, o jornalista que dirigia as emissões de rádio francesas de Sigmaringen afirmou mais tarde que a trajetória de algumas das balas que haviam perfurado a carroceria do automóvel onde seguia o chefe do PPF tinha um ponto de entrada mais baixo do que o ponto de saída, o que revelaria disparos a partir de terra e comprovaria, portanto, a tese do atentado. Ver este depoimento em Jean Galtier-Boissière et al., op. cit., V 374. Todavia, Louis-Ferdinand Céline, op. cit., 232 contou que o automóvel de Doriot permaneceu exposto ao público mais de uma semana, enquanto se procedia à investigação em justiça, e apesar de todos os seus delírios e más vontades o romancista não referiu nenhuns disparos que não tivessem sido feitos por um avião aliado. Mas as convicções têm pele dura e G. Oltramare (1956), depois de instalar a dúvida ao escrever (pág. 223) que o automóvel de Doriot «foi atacado duas vezes por um avião desconhecido», referiu-se misteriosamente (pág. 224) a um «assassinato». Note-se que Dieter Wolf, op. cit., 415-416 n. 1 se insurgiu contra a tese de que Doriot tivesse caído vítima de um atentado. É curiosa a relutância que alguns sentem em admitir que as figuras históricas possam ser atingidas pelo acaso, quando precisamente o acaso se carrega de uma dimensão histórica ao tocar tais figuras.

## 11. Argentina: Os quatro pólos do fascismo sucederam-se sem se conjugar

Para muitos historiadores o peronismo é um assunto escorregadio, por isso evitam defini-lo de maneira límpida, e mesmo naquela época havia quem lhe acrescentasse um adjetivo, para esfumar os contornos. O principal chefe comunista, Codovilla, chamou-lhe em 1955 um «Estado corporativo de tipo fascista»<sup>648</sup> e para o sindicalista anarquista José Grunfeld tratou-se de «uma variante crioula do fascismo»<sup>649</sup>. O peronismo constituiu um caso limite no modelo que tenho vindo a testar, porque os quatro pólos indispensáveis à caracterização de qualquer regime fascista não se articularam simultaneamente, mas sucederam-se, e por isto, embora fosse um fascismo «a partir de cima», para empregar a classificação de um dos melhores estudiosos do tema, o peronismo depressa reuniu as características de um fascismo «a partir de baixo»<sup>650</sup>. «Ainda que o justicialismo esteja muito longe de ser um movimento de classe», recordou Perón num opúsculo redigido em 1963, «a reacção oligárquica, com os seus preconceitos, as suas vinganças e os seus ardis, acabou por transformar o “caso argentino” numa luta de classes»<sup>651</sup>.

Na origem do peronismo esteve o pólo do exército. O golpe militar de 1930, levado a cabo por uma minoria de elementos numa oficialidade que se mantinha predominantemente favorável ao presidente Yrigoyen e à sua Unión Cívica Radical<sup>652</sup>, colocou na presidência o general José Uriburu, partidário de um fascismo conservador. Por um lado, ele apoiava-se na oligarquia agrária e nalguns dos maiores bancos<sup>653</sup>, e os interesses industriais também não lhe eram alheios<sup>654</sup>. Mas, apesar de conservador, tratava-se de um fascismo truculento, mobilizando as diversas organizações e milícias do nacionalismo integralista, que adquiriram então pela primeira vez uma audiência em todo o país<sup>655</sup>. Além disso, o general Uriburu criou a Legión Cívica Argentina ou apoiou a sua criação, seguindo o modelo das milícias mussolinianas, e promulgou um decreto facultando-lhe a instrução militar em quartéis<sup>656</sup>. Por outro lado, o golpe militar ocorreu num momento em que o governo radical mostrara a intenção de adoptar uma política de concessões aos trabalhadores<sup>657</sup>,

<sup>648</sup> Citado em J. Godio (1973) 89.

<sup>649</sup> Citado em L. Mercier Vega (1975) 94.

<sup>650</sup> M. Maruyama (1963) 165-167.

<sup>651</sup> J. Perón (1994) 160.

<sup>652</sup> M. Goldwert (1972) xvi, 31. Num relato escrito em 1931 acerca da sua participação na revolução do ano anterior, Perón reconheceu que os oficiais insurrectos foram uma pequena minoria, embora acrescentasse que poderiam ser majoritários se o golpe tivesse sido mais bem preparado. Ver J. Perón (1994) 54 e 81. Quanto ao facto de os yrigoyenistas predominarem entre os oficiais do exército ver igualmente R. Puiggrós (1988) 61.

<sup>653</sup> G. I. Blanksten (1953) 37, 309, 370.

<sup>654</sup> P. H. Lewis (1992) 85.

<sup>655</sup> M. Goldwert (1972) 20, 39.

<sup>656</sup> G. I. Blanksten (1953) 37, 223; R. H. Dolkart (1993) 68; M. Goldwert (1972) 39; P. H. Lewis (1992) 119.

<sup>657</sup> M. Goldwert (1972) xvi, 21, 32.

e Uriburu pronunciou-se contra a lei do salário mínimo e outras leis laborais que haviam sido promulgadas por Yrigoyen<sup>658</sup>. Um historiador escreveu acerca do general que «a sua ignorância a respeito do mundo operário era total»<sup>659</sup> e assim, ao revelar-se favorável apenas à oligarquia, o corporativismo que ele pretendia implantar<sup>660</sup> era congenitamente manco.

Minoritário no corpo de oficiais e com escasso apoio civil, Uriburu esteve menos de dois anos à frente do governo e o general Agustín Justo, que lhe sucedeu na presidência, instaurou progressivamente as bases de uma democracia civil tutelada pelos militares. Mas entretanto o nacionalismo integralista difundiu-se entre os oficiais, especialmente nas patentes inferiores<sup>661</sup>, e, perante o que muitos deles consideraram uma traição aos ideais de Uriburu, o golpe de 1930 foi reencenado treze anos depois, um golpe militar dentro do velho golpe militar. Tal como nas bonecas russas, existia ainda outro golpe em gestação no interior daquele, porque o Grupo de Oficiales Unidos, que se apresentava como eixo do novo regime e vigilante da sua pureza, continuava a conspirar e tornara-se uma ameaça permanente. Quando ocorreu o golpe de 4 de Junho de 1943 o GOU contava com cerca de 60% dos oficiais do exército no activo e em Novembro daquele ano um dos seus quatro chefes, o coronel Juan Domingo Perón, gabou-se a um jornalista de que controlava 3.300 dos 3.600 oficiais do exército no activo<sup>662</sup>. Em Abril de 1944 Perón, nomeado subsecretário da Guerra em Junho do ano anterior, assinou uma medida promovendo a brigadeiros-generais dezassete coronéis do GOU, que ficou assim com a maioria dos generais<sup>663</sup>. É certo que o Grupo se dissolvera formalmente em Fevereiro de 1944<sup>664</sup>, mas isto não significa que desaparecessem na prática as redes de contactos que proporcionara.

O coronel Perón pensava que «nas revoluções os homens impõem-se a partir da segunda fila e não a partir da primeira»<sup>665</sup> e, acumulando funções, passou também a ocupar-se em Outubro de 1943 do Departamento Nacional do Trabalho. No ano anterior 90% dos operários implicados em greves tinham visto os conflitos resolvidos graças à intervenção daquele Departamento<sup>666</sup>, mas apesar disto ele permanecera com um âmbito de acção reduzido, pois grande parte da legislação

<sup>658</sup> G. I. Blanksten (1953) 36, 37, 223.

<sup>659</sup> H. Campo (1983) 59.

<sup>660</sup> G. I. Blanksten (1953) 36; R. H. Dolkart (1993) 67.

<sup>661</sup> R. H. Dolkart (1993) 91; M. Goldwert (1972) 32, 55, 56, 57, 68.

<sup>662</sup> G. I. Blanksten (1953) 52; M. Goldwert (1972) 68, 87; L. Mercier Vega (1975) 32. Parece que a sigla poderia significar também *Grupo Obra Unificación* ou *¡Gobierno! ¡Orden! ¡Unidad!* Ver R. Puiggrós (1988) 125.

<sup>663</sup> G. I. Blanksten (1953) 54-55.

<sup>664</sup> Id., *ibid.*, 313, 330. R. Puiggrós (1988) 135-136 afirmou que o GOU «deixara praticamente de funcionar» no final de 1943.

<sup>665</sup> J. Perón (1994) 89.

<sup>666</sup> H. Campo (1983) 51. Se tomarmos como critério os movimentos de greve a percentagem é 55%, o que mostra que aquele órgão estatal interveio sobretudo nos conflitos que mobilizavam maior número de operários. Ver igualmente P. H. Lewis (1992) 123 e C. H. Waisman (1987) 135.

laboral não fora regulamentada nem era aplicada<sup>667</sup>. Ora, à frente dos serviços de estatística do Departamento sobressaía José Figuerola, um imigrado espanhol, doutrinador e prático do corporativismo, que fizera a aprendizagem no seu país natal durante o regime do general Primo de Rivera<sup>668</sup>. As relações estreitas que desde então até 1949 Perón estabeleceu com Figuerola representaram no plano pessoal a articulação do pólo do exército com o pólo dos sindicatos que levaria Perón à presidência da República. Rapidamente Perón dotou o Departamento Nacional do Trabalho de poderes efectivos e transformou-o em Novembro numa Secretaria do Trabalho e Previdência e depois num Ministério. Além de pôr em vigor leis laborais já existentes, acrescentou outras medidas, como férias pagas, regulamentação dos salários e do horário de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil e projectos habitacionais e programas educacionais destinados aos trabalhadores<sup>669</sup>. Ainda não passara um ano e já tinham sido promulgadas quase três dezenas de novas leis relativas a questões de trabalho, assim como a Secretaria já se envolvera em mais de trezentos conflitos laborais, proporcionando a efectivação de cento e setenta e quatro acordos<sup>670</sup>. E como, a partir de Novembro de 1944, foi estabelecido um sistema de tribunais de trabalho unidos de poderes de arbitragem e conciliação nos conflitos laborais<sup>671</sup>, sem que o nome surgisse era, na verdade, de um corporativismo que se tratava. Numa alocução proferida no começo de Dezembro de 1943, inspirando-se em «um dos imperativos categóricos da nossa época: *o imperativo da organização*», Perón delineou um quadro das relações entre patrões, operários e Estado que em nada diferia do corporativismo<sup>672</sup>. E no Primeiro de Maio de 1944 anunciou que «procuramos suprimir a luta de classes, superando-a por um acordo justo entre operários e patrões, sob a protecção da justiça que emana do Estado»<sup>673</sup>. Menos de quatro meses depois Perón explicou aos patrões, reunidos na Bolsa do Comércio, que o sindicalismo «é a forma de evitar que o patrão tenha de lutar com os seus operários; [...] é o meio de chegarem a um acordo, não a uma luta»<sup>674</sup>. Ele esforçava-se sem êxito por convencer o patronato a dotar-se de organizações correspondentes aos sindicatos operários<sup>675</sup>, assim como mais tarde, já presidente, e apesar de ter recorrido a uma série de siglas, nunca conseguiu reunir os empresários industriais numa

<sup>667</sup> G. I. Blanksten (1953) 261; P. H. Lewis (1992) 140.

<sup>668</sup> G. I. Blanksten (1953) 299; H. Campo (1983) 52; P. H. Lewis (1992) 157; L. Mercier Vega (1975) 36, 69.

<sup>669</sup> G. I. Blanksten (1953) 262.

<sup>670</sup> M. Goldwert (1972) 88. Ver também L. Mercier Vega (1975) 41.

<sup>671</sup> G. I. Blanksten (1953) 265.

<sup>672</sup> J. Perón (1994) 99-108. A frase citada encontra-se na pág. 103 (sub. orig.).

<sup>673</sup> Citado em H. Campo (1983) 139.

<sup>674</sup> Citado em L. Mercier Vega (1975) 39. Ver também P. H. Lewis (1992) 145-146 e C. H. Waisman (1987) 170-171.

<sup>675</sup> H. Campo (1983) 152-154, 160-164, 168; P. H. Lewis (1992) 147.

verdadeira organização de interesses<sup>676</sup>. Foi por não ter chegado a ser plenamente corporativista que o peronismo acabou por parecer um sindicalismo.

Quando uma discórdia entre oficiais levou ao afastamento de Perón e à sua prisão em 9 de Outubro de 1945, ele beneficiava já de uma enorme base de apoio na classe operária, que exigiu a sua libertação uma semana depois, na jornada de 17 de Outubro. Organizada pelos sindicatos, mas mobilizando também numerosos trabalhadores sem filiação sindical, esta jornada representou o plebiscito das ruas, que se encheram com duzentas mil pessoas e levaram o presidente da República a ceder e libertar Perón<sup>677</sup>. A determinação popular teve efeitos igualmente sensíveis sobre a esquerda, pois correspondeu ao fracasso do Partido Socialista, que se havia pronunciado contra a manifestação de 17 de Outubro<sup>678</sup>, e do Partido Comunista que, tentando afastar definitivamente Perón, se juntara à direita conservadora e radical<sup>679</sup>. Perón triunfou em ambos os lados do espectro político. Seria dele o poder.

Perón chegara ao Departamento Nacional do Trabalho numa época em que o movimento sindical argentino havia atingido um elevado grau de burocratização. O sindicalismo revolucionário evoluíra da exclusão para a integração ao mesmo tempo que os trabalhadores passavam do estatuto de imigrantes estrangeiros para o de cidadãos, pois se em 1914 mais de 30% da população tinha nascido fora do país, a percentagem descera para 15% em 1947<sup>680</sup>. Por si só, no entanto, uma correlação não é uma explicação. Ora, o sindicalismo revolucionário mantivera a autonomia originária perante os partidos de esquerda, mas a necessidade de requerer o apoio informal de organismos estatais ou até de firmar acordos com o Estado fizera-o perder a independência por este lado. Foi como se a inspiração proudhoniana inicial retomasse a hegemonia na fase senil. A tradição sindicalista revolucionária constituiu um obstáculo à expansão sindical dos socialistas e dos comunistas, enquanto facilitou o enquadramento dos trabalhadores pelos governantes, acabando por degenerar num reformismo corporativo<sup>681</sup>. As relações já estabelecidas pelo Departamento Nacional do Trabalho com os sindicalistas revolucionários foram o campo onde se gerou o peronismo<sup>682</sup>, mas se as bases da nova política estavam criadas, Perón soube reconhecê-las e potenciá-las. Quando tomou conta da Confederación General del Trabajo, o sindicalismo estava

<sup>676</sup> P. H. Lewis (1992) 155, 172-174; C. H. Waisman (1987) 185.

<sup>677</sup> H. Campo (1983) 217-220, 239; M. Goldwert (1972) 91; L. Mercier Vega (1975) 48-49.

<sup>678</sup> G. I. Blanksten (1953) 61; H. Campo (1983) 214.

<sup>679</sup> R. Puiggrós (1988) 52, 55, 134, 138, 140, 142, 144.

<sup>680</sup> L. Mercier Vega (1975) 66.

<sup>681</sup> H. Campo (1983) 11 e segs., 47, 63-64, 92-94, 108 e segs., 119, 182, 192-193.

<sup>682</sup> Id., *ibid.*, 112, 121. «[...] muitos dos traços que haveriam de caracterizar o sindicalismo peronista», resumi Hugo del Campo, *op. cit.*, 116, «apareciam já no sindicalismo anterior [...]».

minado pela burocratização, que levava ao caudilhismo dos dirigentes, e estava debilitado por cisões devidas a motivos de política partidária e feitas nas costas dos filiados de base. As assembleias eram cada vez menos frequentadas e, se adoptarmos o índice 100 para 1935, vemos que a participação caíra para um índice 27 em 1942 e 11 em 1943<sup>683</sup>. Perón não precisou de fundar instituições sindicais novas nem de inventar dirigentes operários, bastou-lhe facilitar a evolução que já se verificava. A Confederación General del Trabajo peronista foi chefiada em boa medida por homens que tinham dado provas no velho sindicalismo, e o expurgo que se efectuou não atingiu toda a antiga geração de dirigentes, mas apenas os comunistas e alguns poucos socialistas, que se recusaram a colaborar com o novo regime<sup>684</sup>. A operação foi tanto mais simples quanto o Partido Comunista e o Partido Socialista se haviam colocado ao lado dos conservadores numa política de unidade nacional. Afinal, resumiu um historiador, «a maior parte do movimento sindical existente em 1943 acabou por prestar o seu apoio a Perón»<sup>685</sup>.

Esta continuidade no plano sindical reflectia a continuidade no próprio tecido da classe operária. É certo que tinham ocorrido mutações. Enquanto a imigração oriunda da Europa diminuía consideravelmente, aumentara a migração da província para a capital<sup>686</sup>. Entre 1914 e 1943 a população de Buenos Aires e arredores duplicou, passando de dois para quatro milhões<sup>687</sup>. Ora, na Argentina a migração interna tinha conotações culturais mais acentuadas do que noutras nações, porque a divisão entre *provincianos* e *porteños* (habitantes de Buenos Aires) era vincada e resultava de tradições muito diferentes, a tal ponto que boa parte da história do país não pode compreender-se sem termos presente este contraste<sup>688</sup>. Apesar disso, os sindicatos continuaram a recrutar a maioria dos filiados na classe trabalhadora tradicional<sup>689</sup> e o operariado de novo tipo, mobilizado além dos limites habituais dos sindicatos, assinalou-se sobretudo em acções de massa como o 17 de Outubro de 1945<sup>690</sup>. Sem estarem enquadrados pelo aparelho sindical, os novos habitantes da grande cidade encontraram em Perón um representante e defensor, e só depois de ele se instalar no poder é que este operariado recente afluiu aos sindicatos<sup>691</sup>.

<sup>683</sup> Id., *ibid.*, 48.

<sup>684</sup> Id., *ibid.*, 119 e segs. *passim*. Numa perspectiva contrária, G. I. Blanksten (1953) 55-56 e 320-321 pretendeu que os dirigentes sindicais anteriores a 1943 se opuseram ao peronismo, tendo sido afastados dos seus postos, substituídos por fiéis ao novo regime e enviados para campos de concentração. Ver igualmente M. Goldwert (1972) 88 e L. Mercier Vega (1975) 42.

<sup>685</sup> H. Campo (1983) 187. Ver também as págs. 191-192.

<sup>686</sup> Id., *ibid.*, 35; M. Goldwert (1972) 33; L. Mercier Vega (1975) 66, 74.

<sup>687</sup> M. Goldwert (1972) 33.

<sup>688</sup> G. I. Blanksten (1953) 17 e segs.

<sup>689</sup> H. Campo (1983) 171 e segs., 191-192.

<sup>690</sup> Id., *ibid.*, 239.

<sup>691</sup> Id., *ibid.*, 37, 191; M. Goldwert (1972) 78, 96; P. H. Lewis (1992) 119. Todavia, C. H. Waisman (1987) 226-227 pôs em dúvida que os migrantes internos tivessem constituído a base mais significativa do peronismo.



A face de Perón voltada para os trabalhadores tinha um nome — Evita. «[...] iria ser precisamente a plenitude do poder o que impediria o Líder de se manter em contacto directo com o povo», escreveu ela. «Resolvi ser “Evita” para que, por meu intermédio, tivesse o povo, e especialmente os trabalhadores, desimpedido o caminho que levava ao Líder»<sup>692</sup>. O historiador não deve ter aqui medo de cair na *petite histoire*, porque Eva Perón pertence à verdadeira história. Não foi apenas uma mulher bonita. A tenacidade que demonstrara para subsistir como atriz de terceira ordem sem resvalar para outra profissão manifestou-a também para construir um aparelho político próprio<sup>693</sup>, assente em dois pilares: a Fundação de Ajuda Social, criada em 1948, e o Partido Peronista Feminino, instituído no ano seguinte. Este partido assinalou a entrada oficial da mulher na política organizada, mas era um estranho feminismo, que desejava manter a mulher nas funções tradicionais, e para fixá-la ao lar Eva Perón concebeu o projecto, jamais realizado, de todas as mães de família receberem do Estado um salário pelas lides domésticas<sup>694</sup>. «O feminismo não é incongénere com a natureza da mulher», escreveu Eva Perón, mas que «natureza» seria essa? Considerando que «o natural na mulher é a entrega de si mesma, a entrega por amor», ela concluiu que «o melhor movimento feminista do mundo [...] seria [...] aquele que se entregasse por amor à causa e à doutrina de um *homem*», e que outro senão o general Perón? Para ser ainda mais clara, insistiu que «nenhum movimento feminista alcançará no mundo glória e eternidade se não se devotar à causa de um homem»<sup>695</sup>. Era a política transposta para o nível sentimental dos folhetins radiofónicos em que Eva Perón fizera carreira. Parece que a população confundia o Partido e a Ajuda Social, porque ela observou que «os “descamisados” não distinguem ainda a diferença que vai entre a organização política a que presido e a minha Fundação»<sup>696</sup>. As obras de benemerência estatal foram multiplicadas pela propaganda que as difundia, e o significado da relação entre Perón e Evita explica-se pela utilização das técnicas radiofónicas<sup>697</sup>. Evita foi um Goebbels muito mais eficaz. Foi uma voz que mobilizou os sem voz, as mulheres e os trabalhadores mais humildes, os *descamisados*. Na figura de Evita projectaram-se anseios sociais não formalizados pela consciência política, tal como em qualquer vedeta de nascimento modesto se corporalizam as aspirações de muita gente.

A legislação social que celebrizara a actuação de Perón na Secretaria e no Ministério do

<sup>692</sup> E. Perón [s. d.] 79, 83. Ver também as págs. 98, 139 e 140.

<sup>693</sup> G. I. Blanksten (1953) 323.

<sup>694</sup> E. Perón [s. d.] 283, 287, 289-290, 311-312.

<sup>695</sup> Id., *ibid.*, 59-60 (sub. orig.). Para uma crítica ao tipo de feminismo proposto por mulheres que querem elas próprias ser homens ver a pág. 276.

<sup>696</sup> Id., *ibid.*, 304.

<sup>697</sup> L. Mercier Vega (1975) 45.

Trabalho não se interrompeu ao longo do regime. Aliás, durante a campanha para a eleição presidencial de Fevereiro de 1946 o presidente Farrell promulgou uma lei que Perón havia já anunciado alguns meses antes, fixando um salário mínimo, estabelecendo que todas as empresas industriais e comerciais pagassem anualmente aos seus empregados um subsídio equivalente ao montante do salário mensal e decretando outras medidas do mesmo teor<sup>698</sup>. Os sindicatos encontravam-se bem respaldados quando incluíram na plataforma eleitoral do Partido Laborista — que constituía então o principal esteio político de Perón — além da redução do horário de trabalho, a participação dos empregados nos lucros comerciais e industriais<sup>699</sup>. Em resposta ao decreto de Farrell, os patrões organizaram um *lock-out* que paralisou durante três dias a economia do país<sup>700</sup>, assinalando-se a campanha de Perón pela luta entre a elite e os *descamisados*. E foi tanto mais fácil a Perón aparecer como o único defensor dos humildes quanto socialistas e comunistas se haviam juntado aos partidos burgueses, incluindo os conservadores que representavam os grandes proprietários rurais<sup>701</sup>, numa coligação que, entre outras fontes de financiamento, recebera dinheiro da associação do grande patronato<sup>702</sup>. Naquela ocasião o Partido Comunista foi ao ponto de declarar que o *lock-out* «no seu conjunto e na sua grande maioria, teve e tem um conteúdo de luta contra o fascismo»<sup>703</sup>. Mais tarde, Silvio Frondizi pretendeu que «a política do coronel Perón, de cariz francamente demagógico, consiste em empurrar a oposição, especialmente as forças de esquerda, em direcção à direita. Deste modo o peronismo surge como o único movimento social revolucionário do país [...]»<sup>704</sup>. Talvez Frondizi tivesse razão, mas parece-me mais exacto dizer que as forças de esquerda se moveram para a direita por si próprias. Aliás, já anteriormente, enquanto Perón chefiara a Secretaria do Trabalho e Previdência, o Partido Comunista se esforçava vãmente por convencer os trabalhadores de que os sindicatos deviam abandonar as reivindicações imediatas de aumentos salariais e melhoria das condições de vida para se concentrarem na organização de uma greve geral, não contra os patrões, mas contra o governo<sup>705</sup>. Chegara-se a uma situação em que os patrões seriam antifascistas e os trabalhadores, fascistas. Sem receio de ser desmentida, Eva Perón pôde ironizar: «Está vívida na memória de todos a obscura ligação

<sup>698</sup> G. I. Blanksten (1953) 69, 263; H. Campo (1983) 234.

<sup>699</sup> G. I. Blanksten (1953) 64. Num discurso proferido diante de uma assembleia de patrões em Agosto de 1944 Perón elogiara certos capitalistas europeus que, para converterem os seus operários em «verdadeiros colaboradores e cooperadores», «no final do ano, em vez de lhes darem um subsídio, dão-lhes uma acção da fábrica». Citado em L. Mercier Vega (1975) 41.

<sup>700</sup> G. I. Blanksten (1953) 69; H. Campo (1983) 235.

<sup>701</sup> R. Puiggrós (1988) 52-53, 142, 144; C. H. Waisman (1987) 174.

<sup>702</sup> P. H. Lewis (1992) 154.

<sup>703</sup> Citado em H. Campo (1983) 236.

<sup>704</sup> Transcrito em O. M. Pipino (1979) 201.

<sup>705</sup> R. Puiggrós (1988) 55, 58, 138, 140.

desses pretensos próceres trabalhistas com a mais autêntica oligarquia. [...] Deixaram com isso patente, aos olhos do povo, ser uma mentira grosseira a aversão que esses falsos dirigentes socialistas e comunistas votavam ao capitalismo»<sup>706</sup>. Perante a indefinição política e social da oposição, parecia clareza a ambiguidade do peronismo.

A jornada de 17 de Outubro permitiu a Perón chegar ao poder, mas não era apenas sobre o apoio operário que ele queria alicerçar a sua presidência. Logo que triunfou nas eleições de Fevereiro de 1946 Perón pretendeu dar estabilidade a uma base social ampla que incluísse, além dos sindicatos e do exército, boa parte dos patrões. Com efeito, o desenvolvimentismo e a industrialização trouxeram-lhe as simpatias de um sector empresarial novo, interessado nas operações do Instituto Argentino de Promoción del Intercambio, a quem competia o controle do comércio externo. Tal como funcionou até 1949, o IAPI fixava os preços internos de compra dos bens para exportação e negociava os seus preços de venda no mercado externo, assim como determinava quais os artigos a importar<sup>707</sup>. Isto significa que o IAPI, sendo o único comprador da produção agrícola do país e o seu único vendedor ao estrangeiro, podia desviar capitais da oligarquia agrária e dirigi-los para os investimentos industriais<sup>708</sup> e, se contava com a aprovação dos empresários emergentes, sofria por outro lado a hostilidade dos latifundiários. Em resposta à política de preços aplicada pelo IAPI, os criadores de gado diminuíram as vendas assim como os grandes proprietários de terras reduziram a superfície cultivada<sup>709</sup>. É certo que, apesar de muitas declarações azedas, convém não exagerar. Perón não levou a oligarquia rural à ruína nem fez a reforma agrária que prometera<sup>710</sup>, e a oligarquia soube corresponder, como mostrou a mudança de direcção da associação dos grandes donos de terras e gado, a Sociedade Rural Argentina, que se mostrou disposta a colaborar com o regime<sup>711</sup>. Mas, feitas as contas, não há dúvida de que o peso económico e o prestígio político da oligarquia rural ficaram bastante afectados.

<sup>706</sup> E. Perón [s. d.] 111 (substituí uma palavra que não é usada em Portugal). «[...] aqui, no nosso país, dizer "oposição" vale como dizer "oligarquia"», escreveu Eva Perón, acrescentando que «quando falo em oligarquia abranjo todos os que, em 1946, se opuseram a Perón: conservadores, radicais, socialistas e comunistas». Ver as págs. 307 e 308 (introduzi algumas modificações na tradução brasileira para adaptá-la ao uso corrente em Portugal). Num opúsculo escrito em 1963 Perón vituperou «o demoliberalismo e a oligarquia autóctone, unidos ao comunismo e ao imperialismo capitalista, numa presumida *união democrática*, organizada e financiada a partir do exterior». Ver J. Perón (1994) 148 (sub. orig.).

<sup>707</sup> G. I. Blanksten (1953) 244-245; M. Goldwert (1972) 107-108; P. H. Lewis (1992) 160; L. Mercier Vega (1975) 72.

<sup>708</sup> H. Gambini (1983) 123, 130; M. Goldwert (1972) 107-108, 152; P. H. Lewis (1992) 160.

<sup>709</sup> P. H. Lewis (1992) 163, 189-190; C. H. Waisman (1987) 63. Numerosos dados em O. M. Pipino (1979) 130-134 e 153-158.

<sup>710</sup> H. Gambini (1983) 115-117, 146; P. H. Lewis (1992) 203; L. Mercier Vega (1975) 125. No entanto, Paul Lewis, op. cit., 291-292 assinalou que as pressões exercidas pelo IAPI sobre o mercado levaram numerosos grandes proprietários a vender as terras aos caseiros.

<sup>711</sup> G. I. Blanksten (1953) 249-251; H. Gambini (1983) 118-121; P. H. Lewis (1992) 155, 163; L. Mercier Vega (1975) 100.

O exército contou-se entre os beneficiários da nova orientação económica, e desde o golpe de 1943 a militarização do regime implicara a militarização da produção industrial. Aliás, já a partir do final da década de 1920 o exército vinha a ampliar os seus interesses fabris<sup>712</sup> e em 1941 havia sido criada a Dirección General de Fabricaciones Militares, combinando capitais estatais e privados para proceder ao desenvolvimento de oitenta fábricas, cuja produção interessava às forças armadas<sup>713</sup>. Entre 1941 e 1946 a despesa pública aumentou 123,7% e as despesas militares, que em 1941 tinham sido responsáveis por 21,2% da despesa pública, subiram para 44,3% em 1946<sup>714</sup>. A chegada de Perón à presidência ampliou as oportunidades de intervenção económica das forças armadas, que através da Dirección General de Fabricaciones Militares desempenharam um papel de relevo no primeiro Plano Quinquenal<sup>715</sup>.

Apresentado em Outubro de 1946, este Plano deveu-se em boa medida à inspiração de Figuerola<sup>716</sup>. Mas a figura central do desenvolvimentismo de 1946 até ao início de 1949 foi o empresário Miguel Miranda que, além de director do IAPI, foi nomeado presidente do Banco Central e depois presidente do Conselho Económico Nacional, ao qual cabia a coordenação da política económica e financeira. Foi ele a personalidade mais expressiva de uma nova camada de capitalistas devotados a Perón<sup>717</sup>, que agrupava num extremo verdadeiros industriais e no outro simples cavalheiros de indústria<sup>718</sup>. Nas palavras de um historiador, coube-lhe organizar e dirigir «o financiamento de um programa destinado a conservar o apoio do exército, dos *descamisados* e da oligarquia industrial»<sup>719</sup>. Só o crescimento económico, permitindo o acréscimo dos lucros, possibilitaria o aumento dos salários e construiria as bases de uma harmonia social baseada na convergência de interesses entre os chefes de empresa, os militares e as burocracias sindicais.

Perón ditou pela primeira vez em Setembro de 1945 uma palavra de ordem que haveria de repetir frequentemente, «de casa para o trabalho e do trabalho para casa»<sup>720</sup>. Já não seria necessário reivindicar nas ruas nem à porta das fábricas porque o governo se encarregaria de realizar os anseios populares, e à legislação anterior somou-se em Maio de 1946 um sistema

<sup>712</sup> P. H. Lewis (1992) 93.

<sup>713</sup> M. Goldwert (1972) 83; R. Puiggrós (1988) 123.

<sup>714</sup> M. Goldwert (1972) 83-84. Segundo P. H. Lewis (1992) 95, as despesas militares representaram 27,8% do orçamento do governo em 1942 e 50,7% em 1946.

<sup>715</sup> M. Goldwert (1972) 101-102.

<sup>716</sup> G. I. Blanksten (1953) 254, 299; H. Gambini (1983) 74-75; P. H. Lewis (1992) 157-158; L. Mercier Vega (1975) 37.

<sup>717</sup> H. Gambini (1983) 122-123; M. Goldwert (1972) 107; P. H. Lewis (1992) 155-156, 178-179.

<sup>718</sup> H. Gambini (1983) 152; M. Goldwert (1972) 105. C. H. Waisman (1987) 89, 138 e 184 defendeu que, entre os industriais, Perón contara apenas com o apoio de patrões das novas empresas médias e pequenas cuja produção se destinava a substituir as importações e só poderiam subsistir amparadas por um regime proteccionista.

<sup>719</sup> M. Goldwert (1972) 107.

<sup>720</sup> H. Campo (1983) 216. Ver também R. Puiggrós (1988) 176.

generalizado de segurança social<sup>721</sup>. De 1943 para 1946 o salário real médio na indústria aumentou cerca de 7%<sup>722</sup>; e calcula-se que o índice do custo de vida, sendo 100 em 1943, situar-se-ia entre 350 e 400 em 1950, mas entretanto o índice salarial dos trabalhadores da indústria, sendo 100 em 1943, teria subido para cerca de 500 em 1950<sup>723</sup>. Não espanta que se multiplicasse o número de filiados da Condeferación General del Trabajo<sup>724</sup>. É certo que continuava a haver greves e alguns sectores do operariado, junto a quem a influência socialista fora forte, mantinham-se hostis ao regime<sup>725</sup>. Mas pode afirmar-se que, em geral, os trabalhadores se reconheciam no peronismo.

Pareciam criadas as condições para a estabilização do regime, e com este objectivo Perón deu nova forma ao seu partido. Fundado em Novembro de 1945, na imediata sequência da jornada de 17 de Outubro, o Partido Laborista tinha uma base sindical, consoante o modelo do trabalhismo britânico<sup>726</sup>. Mas Perón ampliou-lhe o escopo em Maio e Junho de 1946, convertendo-o em Partido Único de la Revolución Nacional e congregando todas as forças que o favoreciam, tanto os sindicalistas como os políticos oriundos do campo radical e os denominados independentes, e ainda os provenientes do nacionalismo<sup>727</sup>. No entanto, como o nome desta nova organização poderia evocar um sistema monopartidário quando a moda estava a ser ditada pelas democracias<sup>728</sup>, alguns meses depois passou a chamar-se Partido Peronista<sup>729</sup>. Mais tarde, para mostrar que o regime não dispunha só de um homem mas ainda de uma doutrina, o nome mudou para Partido Justicialista. A lição destes baptismos sucessivos é que se recusara ao sindicalismo a função de

<sup>721</sup> G. I. Blanksten (1953) 264.

<sup>722</sup> P. H. Lewis (1992) 141.

<sup>723</sup> G. I. Blanksten (1953) 269. No entanto, L. Mercier Vega (1975) 127 pretendeu que o índice do custo de vida passara de 100 em 1943 para 297 em 1950, 406 em 1951 e 563 em 1952, enquanto os salários teriam aumentado 310% no mesmo período. Por seu lado, P. H. Lewis (1992) 182 e 183 afirmou que entre 1946 e 1950 os salários reais na indústria aumentaram cerca de 33% e, se incluirmos os benefícios adicionais, o aumento teria sido de 70%. Mas os preços dos bens de consumo mais do que triplicaram entre 1946 e 1949.

<sup>724</sup> Segundo M. Goldwert (1972) 33, a Confederación General del Trabajo teria cerca de 250.000 filiados em 1942, mas G. I. Blanksten (1953) 319 indicou que ela anunciara um pouco mais de 330.000 filiados por ocasião do golpe militar de 1943. Por seu lado, R. Puiggrós (1988) 174 pretendeu que no período entre 1943 e 1945 a Confederación passara de 80.000 filiados para 500.000. H. Gambini (1983) 150 escreveu que no final de 1951 estava sindicalizado 70% do operariado argentino, correspondente a cerca de 5 milhões de pessoas, e E. Perón [s. d.] 119 referiu 4 milhões de membros da Confederación General del Trabajo. Todavia, George Blanksten, op. cit., 322 considerou que no início da década de 1950 a central sindical contava com 800.000 filiados, cerca de dois terços do operariado. Segundo C. H. Waisman (1987) 189 e 193, o número de sindicalizados em 1945 era 20% superior ao que fora em 1941 e cresceu cerca de 600% entre 1945 e 1951.

<sup>725</sup> G. I. Blanksten (1953) 326-327.

<sup>726</sup> Acerca da influência exercida pelo modelo do Partido Trabalhista britânico na criação do Partido Laborista ver H. Campo (1983) 226. Consultar também L. Mercier Vega (1975) 53.

<sup>727</sup> H. Campo (1983) 242 e segs.; H. Gambini (1983) 25-26; P. H. Lewis (1992) 214; L. Mercier Vega (1975) 55. G. I. Blanksten (1953) 330 afirmou que os nacionalistas foram os primeiros a ser submetidos ao processo unificador.

<sup>728</sup> G. I. Blanksten (1953) 334-335.

<sup>729</sup> H. Gambini (1983) 26.

suporte exclusivo do regime, e se por isso foi necessário afastar alguns adeptos da primeira hora, em geral os dirigentes operários acomodaram-se à convivência e viram-se gratificados com lugares no aparelho sindical e cargos no governo.

Todavia, a estabilidade pretendida, para a qual Perón parecia ter reunido todos os ingredientes, não se verificou, devido ao distanciamento dos militares. É certo que Perón cuidara de consolidar os seus apoios no exército e, sendo um dos chefes do Grupo de Oficiales Unidos, nomeado subsecretário da Guerra logo depois do golpe de 1943 e passando a ministro desta pasta em Maio de 1944, poderíamos supor que as forças armadas não lhe escapassem<sup>730</sup>. E se, por conveniências tácticas, Perón se manteve afastado do serviço activo após as aclamações entusiásticas de 17 de Outubro, uma vez ganhas as eleições o novo presidente assumiu o cargo já com o posto de brigadeiro-general<sup>731</sup>. Nem há razão para supor que um acordo entre militares e sindicatos fosse impossível ou sequer estranho. Se em alguns países, como a Espanha e a França, havia uma tradição de hostilidade entre os trabalhadores e os oficiais, noutros países, e a Alemanha é o exemplo que primeiro ocorre, eram numerosos os pontos de contacto entre os estados-maiores e as burocracias sindicais. Perón pretendeu efectuar a mesma convergência na Argentina. «Hoje o exército e os trabalhadores são ramos de uma só árvore: um, os trabalhadores que produzem a riqueza, e o outro, os soldados que vigilantemente a guardamos», disse ele em Julho de 1944<sup>732</sup>, chegando a apresentar o exército, pelo seu instinto de defesa corporativa, como um verdadeiro modelo de sindicalismo. «O melhor sindicato, a entidade profissional mais poderosa e melhor organizada, somos nós, os militares. Somos os únicos que conseguiram o sindicalismo perfeito através dos séculos», discursou Perón aos ferroviários em Janeiro de 1944, e aconselhou-os a imitarem o exército «para conseguirem a coesão e a força que nós conseguimos»<sup>733</sup>. Mas não parece ter convencido uns nem outros, e a consolidação do pólo sindical do regime correspondeu ao esmorecimento do pólo militar.

Apesar da intervenção da Dirección General de Fabricaciones Militares no primeiro Plano Quinquenal e malgrado o crescimento das indústrias de guerra, as forças armadas não se sentiram ligadas ao peronismo. A hostilidade visível dos generais para com Evita e os seus apoiantes denotava a antipatia pelo carácter trabalhista do regime. E esta atitude foi tanto mais desastrosa para Perón quanto as forças armadas saíram triunfantes nas disputas de estratégia económica,

<sup>730</sup> No entanto, leio em C. H. Waisman (1987) 180 que só cerca de um terço dos generais no activo apoiava Perón no início de 1946.

<sup>731</sup> G. I. Blanksten (1953) 71.

<sup>732</sup> Citado em H. Campo (1983) 157.

<sup>733</sup> Citado em id., *ibid.*, 139. Veja-se uma versão um pouco diferente em H. Gambini (1983) 27-28.

conseguindo impor o prevalecimento da indústria pesada, aquela que directamente lhes interessava, sobre a indústria ligeira, defendida por Miguel Miranda e destinada ao mercado interno de consumo particular. No começo de 1949 Perón, para conciliar os oficiais, passou a apoiar a orientação económica que eles defendiam e afastou Miranda e os tecnocratas que lhe estavam ligados<sup>734</sup>. Mas não teve êxito. Nem sequer o teve quando, em Maio de 1952, decidiu ampliar o âmbito de acção económica dos militares, conferindo ao Ministério da Guerra os poderes necessários para alcançar a auto-suficiência das forças armadas, que se transformaram numa vasta empresa<sup>735</sup>. Se não conseguiu assim seduzir o exército, também não foi com a distribuição de benesses que Perón pôde cativar os oficiais<sup>736</sup> e muito menos os converteu ao sujeitá-los a um programa de doutrinação justicialista<sup>737</sup>. Diminuindo a sua confiança nas forças armadas, Perón reduziu-lhes a dimensão e multiplicou as polícias, cujos efectivos chegaram a mais do dobro dos militares<sup>738</sup>. Afinal, viu-se na necessidade de mobilizar as patentes subalternas contra os oficiais<sup>739</sup>, mas este expediente contribuiu para minar a coesão do exército, enfraquecendo-o enquanto ambicionado suporte do regime. E no entanto fora o próprio Perón quem escrevera, acerca dos preparativos da revolução de 1930, que «julgar que com os oficiais subalternos é possível fazer as tropas saírem para a rua, num movimento armado, é, na minha opinião, desconhecer o exército. Eu pensava que sem o compromisso dos oficiais nada se faria»<sup>740</sup>. Mas também é verdade que Perón escrevera isto em 1931, e os tempos haviam mudado. Agora não era ele o conspirador, mas a vítima da conspiração. As forças armadas ergueram obstáculos sucessivos e aquele fascismo «a partir de cima», tendo perdido o apoio do campo social de onde partira, assumiu os traços de um fascismo «a partir de baixo». Foi por ter deixado de contar com os militares que Perón se viu no papel de condutor da plebe, até que finalmente as forças armadas o derrubaram numa série de acções sangrentas em que desempenhou a parte activa a marinha, onde a influência peronista fora sempre mais reduzida<sup>741</sup>.

<sup>734</sup> M. Goldwert (1972) 110-111. Já antes, segundo P. H. Lewis (1992) 195, o exército havia conseguido que as importações de carácter militar saíssem da alçada do IAPI.

<sup>735</sup> M. Goldwert (1972) 118-119.

<sup>736</sup> Id., *ibid.*, 102. Segundo P. H. Lewis (1992) 220-221, embora Perón tivesse diminuído consideravelmente a percentagem do orçamento do governo destinada às forças armadas, aumentou as remunerações dos oficiais e facilitou-lhes as promoções.

<sup>737</sup> M. Goldwert (1972) 116, 119; P. H. Lewis (1992) 221.

<sup>738</sup> M. Goldwert (1972) 103, 113.

<sup>739</sup> J. Godio (1973) 84; M. Goldwert (1972) 74, 103-104; P. H. Lewis (1992) 221-222; L. Mercier Vega (1975) 142.

<sup>740</sup> J. Perón (1994) 28.

<sup>741</sup> G. I. Blanksten (1953) 314. Segundo M. Goldwert (1972) 71, alguns autores atribuíram a hostilidade manifestada pela marinha de guerra perante o nacionalismo integralista e o peronismo ao recrutamento social dos seus oficiais, que seriam provenientes de estratos superiores aos do exército. Depois de ter prevenido que vários oficiais da marinha por ele entrevistados consideraram esta explicação um mito, Marvin Goldwert acrescentou que, independentemente da proveniência social dos oficiais da marinha, a maior parte dos argentinos lhes atribuía um

O mesmo distanciamento se verificou no outro pólo do eixo conservador. A Igreja havia apoiado Perón durante a campanha para a eleição presidencial de Fevereiro de 1946, emitindo uma carta pastoral em que aconselhava os fiéis a não se filiarem nem votarem em partidos que defendessem a separação da Igreja e do Estado, a educação secular e a autorização de os divorciados voltarem a casar-se, como faziam alguns incluídos na oposição unida contra Perón<sup>742</sup>. O clero tinha razões para estar grato, porque no final de 1943 fora promulgada uma lei estabelecendo nas escolas públicas o ensino religioso obrigatório, assim como se haviam tomado medidas para dificultar ainda mais o divórcio e se começara a afastar as mulheres dos postos de responsabilidade<sup>743</sup>. No entanto, já durante a campanha para a eleição presidencial seria possível detectar os gérmenes da discordância futura, porque a hierarquia eclesiástica se opunha a quaisquer formas de feminismo e o Partido Laborista incluía na sua plataforma a obtenção de direitos políticos para as mulheres<sup>744</sup>. Os motivos de conflito reproduziram-se com a concessão do direito de voto às mulheres em 1947 e com a formação do Partido Peronista Feminino dois anos mais tarde<sup>745</sup>. Apesar dos benefícios que recebera nos planos ideológico e pecuniário<sup>746</sup>, compreende-se que a Igreja se sentisse incomodada quando Eva Perón se referiu a si mesma como «Santa Evita»<sup>747</sup> ou anunciou num discurso que «tampouco podia conceber o céu sem Perón»<sup>748</sup>. Mais preocupante ainda seria depois a propaganda em torno da defunta Evita, que a apresentou como uma nova santa, concorrente desleal das outras porque os seus milagres se mediam em moedas bem sonantes. Manuais escolares destinados à infância representavam-na com um halo em torno da cabeça<sup>749</sup> e entretanto o sindicato da alimentação enviou ao papa um pedido de beatificação de Eva Perón e vendiam-se imagens de uma Evita aureolada em cujo pedestal se lia uma estranha oração: «Deus te salve, Maria Eva, cheia de graça» e assim por diante<sup>750</sup>. Que inesperada Maria Madalena! Entretanto, numerosos dirigentes sindicais, considerando a Igreja uma instituição anacrónica, reivindicavam a legalização do divórcio e da prostituição, o que assinalava mais uma dificuldade na conjugação dos pólos do regime, agravada pelo facto de o ensino do justicialismo ter começado a assumir nas escolas a proeminência que antes coubera à instrução religiosa<sup>751</sup>.

estatuto superior ao dos oficiais do exército.

<sup>742</sup> G. I. Blanksten (1953) 65-66, 233; H. Campo (1983) 234; J. Godio (1973) 19; M. Goldwert (1972) 92; P. H. Lewis (1992) 217; L. Mercier Vega (1975) 131; C. H. Waisman (1987) 174, 179.

<sup>743</sup> G. I. Blanksten (1953) 188-189; M. Goldwert (1972) 82; L. Mercier Vega (1975) 32.

<sup>744</sup> G. I. Blanksten (1953) 64.

<sup>745</sup> M. Goldwert (1972) 110.

<sup>746</sup> Id., *ibid.*, 106.

<sup>747</sup> P. H. Lewis (1992) 218.

<sup>748</sup> E. Perón [s. d.] 254.

<sup>749</sup> P. H. Lewis (1992) 218.

<sup>750</sup> L. Mercier Vega (1975) 138-139. Ver igualmente P. H. Lewis (1992) 218-219.

<sup>751</sup> J. Godio (1973) 20; M. Goldwert (1972) 120.



Vários historiadores ficam perplexos perante a violência inesperada com que o regime peronista atacou a Igreja a partir dos últimos meses de 1954, intensificando-se o conflito até Junho do ano seguinte. A primeira medida francamente contrária às opiniões eclesiásticas foi a abolição da discriminação legal entre filhos legítimos e ilegítimos<sup>752</sup>. Em seguida legalizou-se a prostituição e o casamento de divorciados e Perón começou a advogar o lançamento de impostos sobre as propriedades eclesiásticas e uma reforma constitucional que separasse a Igreja e o Estado<sup>753</sup>. Penso que o súbito anticlericalismo se deveu à conveniência de atrair os operários numa ocasião em que o declínio económico iniciado em 1949 tornara mais difíceis as condições de vida. Entre 1948 e 1952 o Produto Nacional Bruto desceu 20% enquanto a população aumentou 17%<sup>754</sup>, o que indica uma queda acentuada do rendimento *per capita*<sup>755</sup>. Foi precisamente então que a campanha pelo aumento da produtividade levou à intensificação dos ritmos de trabalho e à contenção dos salários, mas como agir de outro modo se de 1943 até 1953 os salários passaram do índice 100 para o índice 930, mas a produtividade só de 100 para 620<sup>756</sup>? Todavia, e os dirigentes sindicais fizeram-no notar, este crescimento da produtividade era entendido mais como um aumento do esforço dos trabalhadores do que como uma modernização da maquinaria e das instalações<sup>757</sup>. Tratava-se de mais-valia absoluta e não de mais-valia relativa. A deterioração das condições económicas havia já levado a uma série de greves ilegais em Fevereiro de 1949<sup>758</sup>, e em 1953 os *descamisados* ouviram uma linguagem nova, de apertar o cinto e trabalhar mais<sup>759</sup>. O número de grevistas aumentou consideravelmente em 1954 e neste ano a greve dos metalúrgicos foi dirigida por um comité exterior ao sindicato<sup>760</sup>. Nesta situação, uma guinada à direita na economia foi compensada por uma guinada à esquerda na ideologia e Perón manifestou-se interessado em promover a versão marxista do nacionalismo, que formava a ala esquerda do seu movimento<sup>761</sup>. Mas esta de pouco lhe valia, porque só contava com uma pequena audiência, e ao apelar para o anticlericalismo, muito difundido na classe operária, Perón podia imaginar que tinha ali um substituto barato do aumento das remunerações<sup>762</sup>. Barato em termos económicos mas não em termos

<sup>752</sup> L. Mercier Vega (1975) 136.

<sup>753</sup> J. Godio (1973) 20; M. Goldwert (1972) 122.

<sup>754</sup> M. Goldwert (1972) 115.

<sup>755</sup> P. H. Lewis (1992) 208 afirmou que os salários reais diminuíram cerca de 32% entre 1949 e 1953, mas segundo M. Goldwert (1972) 147, mesmo apesar do declínio económico iniciado em 1949, no final de 1955 os salários dos trabalhadores qualificados e não qualificados tinham aumentado mais do que o custo de vida.

<sup>756</sup> L. Mercier Vega (1975) 105. Por seu lado, M. Goldwert (1972) 151 indicou que durante a década peronista a população aumentara 15%, mas a produtividade *per capita* crescera só 3,5%.

<sup>757</sup> P. H. Lewis (1992) 210.

<sup>758</sup> M. Goldwert (1972) 110.

<sup>759</sup> *Id.*, *ibid.*, 123.

<sup>760</sup> J. Godio (1973) 64-65; P. H. Lewis (1992) 208-209. Ver também L. Mercier Vega (1975) 218.

<sup>761</sup> N. Galasso (1983) 79 e segs.

<sup>762</sup> C. H. Waisman (1987) 181-182, 187.

políticos, porque a Igreja excomungou Perón em 16 de Junho de 1955, no próprio dia em que ocorria uma sublevação militar, e passou-se para o lado da oposição, levando consigo boa parte do nacionalismo integralista<sup>763</sup>. Derrotada a sublevação, Perón tentou aproximar-se do eixo conservador, deixou de hostilizar a Igreja e desembaraçou-se dos ministros associados mais de perto à campanha anticlerical<sup>764</sup>, mas a cisão estava feita e nada podia colmatá-la.

A incapacidade do peronismo de mobilizar simultaneamente os quatro pólos do fascismo verificou-se também em relação às milícias. Antes de 1946 Perón podia julgar que não precisava delas porque tinha por detrás de si o exército, disciplinado e bem armado. As únicas milícias então existentes reuniam-se em torno de alguns grupos nacionalistas integralistas, que com maior ou menor convicção apoiavam a ditadura militar. Durante a campanha para a eleição presidencial de Fevereiro de 1946 a principal daquelas organizações, a Alianza Libertadora Nacionalista, agiu como força paramilitar contra os opositores a Perón<sup>765</sup>. Mas os grupos nacionalistas tornaram-se irrelevantes durante a década peronista e a própria Alianza, embora fizesse parte do regime e tivesse veleidades de usar armas para o defender nos estertores finais, nada contou<sup>766</sup>.

Sem aproveitar as milícias da extrema-direita, Perón também não as formou na esquerda e refreou sempre os ímpetus truculentos dos sindicatos, cujos dirigentes, embora angariassem homens de mão e pistoleiros, estavam proibidos de formar hostes armadas. Em 1952, num ambiente de conluios militares, Eva Perón usou a Fundação de Ajuda Social para comprar cinco mil pistolas e duas mil espingardas, que foram entregues à Confederación General del Trabajo<sup>767</sup>, mas três anos depois, quando a marinha, a aviação e até o exército conspiravam sem cessar e os trabalhadores queriam fazer um novo 17 de Outubro, desta vez armados, o exército opôs-se a que os arsenais fossem abertos aos filiados da confederação sindical e Perón não interveio, preferindo ceder às exigências dos inimigos do regime do que municiar os únicos que estavam dispostos a defendê-lo<sup>768</sup>. Neste fascismo paradoxal, foram os oficiais conspiradores quem dispôs do auxílio de milícias civis<sup>769</sup>. Aquando da frustrada sublevação militar de 16 de Junho de 1955, numa directiva endereçada aos seus subordinados o ministro da Guerra mandou «estabelecer contacto com a Confederación General del Trabajo (CGT) e evitar que o povo saia para a rua»<sup>770</sup>. «[...]

<sup>763</sup> R. J. Walter (1993) 114.

<sup>764</sup> M. Goldwert (1972) 130; L. Mercier Vega (1975) 144.

<sup>765</sup> R. J. Walter (1993) 109-110. Para a caracterização da Alianza Libertadora Nacionalista ver a pág. 100.

<sup>766</sup> J. Godio (1973) 142; L. Mercier Vega (1975) 140; R. J. Walter (1993) 110-111.

<sup>767</sup> M. Goldwert (1972) 117-118; L. Mercier Vega (1975) 142. Encontra-se mencionada uma quantidade menor de armas em O. M. Pipino (1979) 212. Ver também P. H. Lewis (1992) 222.

<sup>768</sup> M. Goldwert (1972) 131-132; P. H. Lewis (1992) 222; O. M. Pipino (1979) 213.

<sup>769</sup> J. Godio (1973) 135-136; L. Mercier Vega (1975) 139.

<sup>770</sup> A directiva do general Lucero vem citada em J. Godio (1973) 37.

peço-vos que estejam tranquilos», apelou Perón num discurso que proferiu pela rádio nesse dia, «que cada um vá para sua casa. A luta deve ser entre soldados»<sup>771</sup>. Falando depois de Perón, o secretário-adjunto da Confederación General del Trabajo convocou para o dia seguinte uma greve de protesto contra os insurrectos e deixou bem claro: «Essa greve, camaradas, devemos fazê-la recolhidos nas nossas próprias casas [...]»<sup>772</sup>. Foi ainda «de casa para o trabalho e do trabalho para casa» a palavra de ordem que prevaleceu<sup>773</sup>. Quando sentira o exército escapar-lhe, Perón fizera pairar a ameaça da criação de milícias operárias, tentando amedrontar os oficiais com uma sublevação dos *descamisados* que só ele seria capaz de conter<sup>774</sup>. A manobra parece inepta, porque deixara os inimigos indignados com a ideia de um populacho em armas, mas sem os atemorizar, já que as armas jamais foram distribuídas aos operários. Nem mesmo foi tomada qualquer medida para armar os trabalhadores em Agosto de 1955<sup>775</sup>, quando Perón decidiu contra-atacar e declarou que «temos de responder à violência com uma violência maior» e que «só restam dois caminhos: para o governo, uma repressão adequada aos manejos subversivos, e para o povo, uma acção e uma luta correspondentes à violência a que o querem levar»<sup>776</sup>. Em Setembro de 1955 o peronismo foi derrubado por uma revolução militar.

O regime peronista percorreu os quatro pólos do fascismo, sem conseguir conjugá-los simultaneamente. Esta fragilidade teve raízes mais fundas do que a conjuntura económica, porque mesmo antes de as aspirações desenvolvimentistas ficarem comprometidas na passagem da década de 1940 para a década seguinte, e com elas a política de aumentos salariais, já o exército se havia revelado hostil à aliança com os sindicatos. Será que as cisões sociais eram demasiado profundas na Argentina daquela época para que o regime conseguisse abranger todos os quadrantes ao mesmo tempo? Mas a estabilidade que lhe faltou no plano institucional efectuou-se no plano ideológico, onde cruzamentos e fusões se operaram com eficácia.

Não creio que o estágio de Perón em Itália em 1939 e 1940 influísse na sua simpatia pelo fascismo. Quantos tenentes-coronéis haviam sido destacados em serviço para aquele país sem

<sup>771</sup> Citado em id., *ibid.*, 39.

<sup>772</sup> Citado em id., *ibid.*, 41.

<sup>773</sup> Id., *ibid.*, 32.

<sup>774</sup> M. Goldwert (1972) xx, 100-101, 113-114, 116.

<sup>775</sup> J. Godio (1973) 183 e segs. «A recente proposta da CGT [Confederación General del Trabajo] de pôr à disposição do exército as reservas operárias para defender a Constituição e as autoridades constituídas é o primeiro passo para a organização das milícias operárias armadas que hão-de constituir o bastião invencível da Revolução Popular Argentina», anunciou em Setembro de 1955, nos derradeiros dias do regime, o editorial de um dos órgãos da ala marxista do peronismo, uma esperança frustrada como todas as outras da extrema-esquerda nacionalista. Citado em N. Galasso (1983) 85.

<sup>776</sup> Estas passagens do discurso pronunciado por Perón em 31 de Agosto de 1955 encontram-se em J. Godio (1973) 155.

que por isto se tivessem tornado mussolinianos? Mais significativas foram as relações mantidas durante alguns anos com Figuerola, o que situa Perón mais próximo do general Primo de Rivera do que de Mussolini ou de Hitler<sup>777</sup>, até porque o regime de Primo de Rivera inspirara já as concepções de Uriburu<sup>778</sup>. De qualquer modo, a ascensão de Perón não se explica por pressões do Eixo, pois ocorreu apesar das derrotas militares do fascismo europeu e nipónico.

O peronismo recebeu também influências autóctones. A extrema-direita assinalou-se na Argentina desde o começo do século XX, sobretudo desde a repressão à grande greve de Janeiro de 1919, e tornou-se mais activa a partir da presidência de Uriburu. A Liga Patriótica Argentina, fundada em 1919, e as organizações nacionalistas integralistas criadas ao longo da década de 1930 cobriam o leque que ia do conservadorismo truculento até ao fascismo com programa social, e desde as milícias até aos bandos de fura-greves e ao sindicalismo amarelo. Segundo alguns cálculos, o conjunto das organizações nacionalistas reunia em 1943 quarenta mil filiados<sup>779</sup>; e embora o presidente Ramírez, em Janeiro de 1944, tivesse ordenado a dissolução destas organizações, muitas continuaram a funcionar dissimuladamente<sup>780</sup>. E como no final da década de 1930 o catolicismo adquirira uma influência crescente entre os nacionalistas integralistas<sup>781</sup>, estimulou-se o anti-semitismo<sup>782</sup>, tanto mais fácil de se manifestar quanto só em duas outras cidades, Nova Iorque e Tel Aviv, havia uma concentração de judeus superior à que se encontrava em Buenos Aires<sup>783</sup>. A extrema-direita nacionalista apoiou a candidatura de Perón na eleição presidencial de 1946<sup>784</sup> e os actos de hostilidade aos judeus contam-se entre as numerosas violências então cometidas<sup>785</sup>. Mas Perón, pelo menos em público, pronunciou-se repetidamente contra o anti-semitismo<sup>786</sup> e no decorrer da sua presidência os judeus ascenderam a postos de responsabilidade no exército e no corpo diplomático, de que haviam antes sido afastados<sup>787</sup>. O nacionalismo de Perón era de carácter cultural e não racial. «A raça não é, para nós, um conceito biológico», declarou ele. «É um conjunto de nobres virtudes, que fazem de nós o que somos e nos

<sup>777</sup> G. I. Blanksten (1953) 298 observou que a influência espanhola sobre o justicialismo decorreu muito mais da ditadura de Primo de Rivera do que da de Franco. Ver também a pág. 299.

<sup>778</sup> M. Goldwert (1972) 19.

<sup>779</sup> G. I. Blanksten (1953) 330. Todavia, R. H. Dolkart (1993) 72 preveniu que «o número total de membros dos nacionalistas não pode ser calculado com exactidão». Por seu lado, C. H. Waisman (1987) 177 sublinhou que a extrema-direita nacionalista e integralista não fora preponderante no golpe militar de 1943.

<sup>780</sup> G. I. Blanksten (1953) 330-331.

<sup>781</sup> M. Goldwert (1972) 69-70, 85.

<sup>782</sup> G. I. Blanksten (1953) 223-224.

<sup>783</sup> L. Mercier Vega (1975) 224.

<sup>784</sup> G. I. Blanksten (1953) 66, 224. Todavia, segundo R. Puiggrós (1988) 90, em 1945 a Liga Patriótica Argentina aderiu à União Democrática, onde se reuniam as forças opostas ao peronismo.

<sup>785</sup> G. I. Blanksten (1953) 68; R. J. Walter (1993) 109, 110.

<sup>786</sup> G. I. Blanksten (1953) 68, 225, 227-228.

<sup>787</sup> R. J. Walter (1993) 112.

encorajam a ser o que devemos ser»<sup>788</sup>. Perón aproveitou-se dos nacionalistas e do seu programa, mas marginalizou-os enquanto força política<sup>789</sup>.

A preponderância que o nacionalismo integralista e católico havia tido no golpe militar de 1943 foi substituída no peronismo pela influência exercida por uma forma abastardada de sindicalismo revolucionário. E ainda aqui os fios ideológicos se cruzaram, pois o modelo histórico evocado pelos nacionalistas integralistas era o ditador Juan Manuel de Rosas<sup>790</sup>, que, se é certo que representara os interesses das oligarquias da província contra as propensões centralizadoras dos *porteños*, também se gabara de ter compreendido os sentimentos e as necessidades dos gaúchos<sup>791</sup> e inaugurara um elitismo populista que desembocaria em Perón<sup>792</sup>. Entre os letrados, a apologia da tradição gaúcha nascera nos últimos anos do século XIX em reacção contra o modernismo positivista e cosmopolita imposto pela oligarquia. Foi naquele meio que surgiu o partido radical, em íntima ligação com a corrente propensa a reavaliar positivamente a ditadura de Rosas<sup>793</sup>. Assim, enquanto por um lado a dinâmica subjacente às referências ideológicas dos nacionalistas os dispunha a aceitar o peronismo, por outro lado o populismo de Rosas abria a Perón outros horizontes, voltados para a linhagem radical de Yrigoyen.

Com efeito, múltiplos elos ligaram duradouramente o peronismo à Unión Cívica Radical de Yrigoyen. Apesar de o golpe militar de 1943 se ter reclamado da inspiração originária dos insurrectos de 1930, que se haviam colocado ao lado da oligarquia agrária contra os radicais, Perón estava muito mais próximo da tradição de Yrigoyen do que do conservadorismo oligárquico<sup>794</sup>. Aliás, o Grupo de Oficiales Unidos surgira num meio ideológico yrigoyenista<sup>795</sup>. É certo que Yrigoyen autorizara, ou pelo menos aceitara, a repressão bárbara do movimento grevista na Semana Trágica de Janeiro de 1919 e a repressão não menos bárbara das greves na Patagónia em 1920 e 1921, mas distinguira-se dos conservadores por ter entendido as vantagens de governar com um movimento operário organizado em sindicatos e em várias ocasiões interviu a favor dos trabalhadores nos conflitos laborais. Habilmente, Yrigoyen mostrara-se conciliatório para com os sindicatos moderados e concentrara os ataques nos anarquistas<sup>796</sup>. Por tudo isto, e em geral pela

<sup>788</sup> Citado em G. I. Blanksten (1953) 228.

<sup>789</sup> R. J. Walter (1993) 99, 102, 110 e segs.

<sup>790</sup> G. I. Blanksten (1953) 38; R. H. Dolkart (1993) 76; D. Rock (1993) 15.

<sup>791</sup> G. I. Blanksten (1953) 26-27. Ver também A. Río (1968) 18 e 31.

<sup>792</sup> M. Goldwert (1972) xviii, 17, 19. G. I. Blanksten (1953) 318 comentou que «sob vários aspectos, o *descamisado* está para a Argentina de Perón como o gaúcho estava para o regime de Rosas». Para um exemplo de apologia conjunta de Rosas e Perón ver A. Río (1968) *passim*.

<sup>793</sup> J. L. Romero (1983) 28 e segs.; C. H. Waisman (1987) 42.

<sup>794</sup> H. Campo (1983) 26 considerou a política de Yrigoyen como precursora da de Perón.

<sup>795</sup> R. Puiggrós (1988) 125.

<sup>796</sup> P. H. Lewis (1992) 112-115; C. H. Waisman (1987) 80, 148, 222-225.

indomável vocação populista, Perón mostrou que aprendera a lição de Yrigoyen<sup>797</sup>. Entretanto, no interior da Unión Cívica Radical tinham surgido tendências que juntavam a plebeização da vida política ao nacionalismo económico, contribuindo para compor um fascismo autóctone<sup>798</sup>. Em todas as fases da sua carreira política Perón procurou estabelecer acordos com a Unión Cívica Radical ou, pelo menos, com algumas das suas ramificações, e uma ala minoritária dos radicais apoiou-o na campanha para a eleição presidencial de 1946, recebendo em troca a vice-presidência da República<sup>799</sup>. No final, parece-me impossível traçar uma fronteira nítida entre justicialismo e radicalismo, tanto mais que do lado dos radicais a linha de demarcação não era clara também. O romancista e ensaísta Manuel Gálvez, um dos intelectuais da extrema-direita nacionalista, considerava que os radicais do seu país estavam «não muito distantes» da versão italiana do fascismo porque eram «nacionalistas, acreditando em trabalhar pelo povo, com simpatia pelos procedimentos rápidos ou mesmo violentos»<sup>800</sup>. Numa posição simétrica à de Gálvez, os membros da extrema-esquerda nacionalista, que adoptavam o marxismo, reivindicavam a tradição que conduzia de Yrigoyen até Perón e prometiam levá-la adiante<sup>801</sup>.

A preocupação que Perón manteve até ser deposto, de governar sob as formas da democracia, foi-lhe útil porque só ele e Yrigoyen haviam alcançado a presidência graças a eleições livres e não fraudulentas<sup>802</sup>, e o processo que levou à remodelação constitucional de Março de 1949 obedeceu a idêntico legalismo, respeitando os trâmites previstos pela constituição de 1853<sup>803</sup>. Entretanto, embora os presos políticos se contassem aos milhares, a partir de 1946 os campos de concentração criados três anos antes caíram gradualmente em desuso<sup>804</sup>, e apesar de se acumularem perseguições, violências e restrições, os partidos da oposição não foram proibidos e continuaram, se não a viver, pelo menos a vegetar. É certo que o justicialismo foi na prática um regime de partido único. No Senado nunca se sentou ninguém que não fosse peronista, a maioria peronista na Câmara dos Deputados era tal que podia proceder como queria, ou antes, como lhe mandavam, e Perón domesticou o aparelho judiciário, inclusivamente mudando a totalidade dos membros do Supremo Tribunal de Justiça<sup>805</sup>. Como se isto não fosse suficiente, Perón retomou na nova constituição a figura do interventor, que existia já na constituição anterior, e usou-a com

<sup>797</sup> M. Goldwert (1972) 92; L. Mercier Vega (1975) 46-47.

<sup>798</sup> J. L. Romero (1983) 168-170.

<sup>799</sup> G. I. Blanksten (1953) 64-65, 331-332; H. Campo (1983) 203-204; L. Mercier Vega (1975) 167; R. J. Walter (1993) 103, 107.

<sup>800</sup> Citado em D. Rock (1993) 4.

<sup>801</sup> N. Galasso (1983) 45, 47, 49, 54, 56, 108, 117, 126, 135, 136, 154.

<sup>802</sup> G. I. Blanksten (1953) 260; M. Goldwert (1972) 92-93.

<sup>803</sup> G. I. Blanksten (1953) 72 e segs., 135.

<sup>804</sup> Id., *ibid.*, 179, 182.

<sup>805</sup> Id., *ibid.*, 114, 115, 117, 122 e segs., 132; L. Mercier Vega (1975) 56-60.

tal prodigalidade que conseguiu impor a autoridade central nas províncias e municípios e em órgãos que se julgariam autónomos<sup>806</sup>. Mas tudo isto foi feito sob os formalismos legais, o que constituiu outro modo de manter abertas as portas aos radicais, com a vantagem suplementar de não as fechar aos conservadores, pois embora a partir de 1951 a oposição parlamentar se reduziu aos radicais, de 1946 até 1951 os conservadores haviam detido alguns lugares na Câmara dos Deputados. O justicialismo foi um regime de partido único no poder mas de variados partidos na oposição. E o Partido Comunista acabou por ajudar Perón neste propósito, porque depois de ter participado de 1944 até 1946 na união das forças de oposição, descobriu a partir de 1947 as virtudes do peronismo nos jogos da geopolítica anti-*yankee*<sup>807</sup>.

A ampla síntese ideológica levada a cabo por Perón englobou outra síntese de escopo mais restrito, efectuada por Manuel Fresco enquanto fora governador da província de Buenos Aires, na segunda metade da década de 1930. Apoiando-se originariamente numa base conservadora, Fresco conseguira atrair os nacionalistas, cujas preocupações sociais levava para o campo do conservadorismo<sup>808</sup>. Era este o mecanismo constitutivo do fascismo, e desde a sua eleição para governador Fresco apresentara-se como fascista e tentara afirmar-se como chefe carismático de todas as correntes oriundas da extrema-direita<sup>809</sup>. Enquanto, por um lado, perseguira o comunismo, por outro lado procurara implantar na sua província um sistema corporativo, que teve como peça fundamental o Código do Trabalho, promulgado em 1937 e que estabelecia a arbitragem obrigatória dos conflitos laborais. Centenas de conflitos foram resolvidos deste modo e Fresco gabava-se de ter conseguido aumentar os salários e melhorar as condições de trabalho. Entre os seus objectivos contara-se ainda a formação de organizações operárias controladas pelo Estado, mas para isto faltou-lhe o tempo ou a capacidade<sup>810</sup>. «[...] um nacionalismo sindicalista, hierarquizado e totalitário», foi nestes termos que um jornal enalteceu as ideias de Fresco<sup>811</sup>. O presidente Ortiz demitiu Fresco das funções de governador em 1940 e ele respondeu ao repto com a fundação de um novo partido e de um jornal, que dessem às suas ideias e propostas práticas uma audiência nacional<sup>812</sup>. Os acontecimentos subsequentes ao golpe militar de 1943, porém, retiraram a Fresco a base social e o dinamismo político, e saiu da cena depois de ter apoiado a candidatura

<sup>806</sup> G. I. Blanksten (1953) 136-137, 139-141, 153.

<sup>807</sup> Id., *ibid.*, 394-397.

<sup>808</sup> R. H. Dolkart (1993) 73, 83, 85.

<sup>809</sup> Id., *ibid.*, 84, 89. Acerca de Manuel Fresco ver também C. H. Waisman (1987) 241-243.

<sup>810</sup> H. Campo (1983) 53-55; R. H. Dolkart (1993) 86.

<sup>811</sup> Esta passagem do diário *Bandera Argentina*, 20 de Fevereiro de 1937, encontra-se citada em H. Campo (1983) 55.

<sup>812</sup> R. H. Dolkart (1993) 90, 100.

presidencial de Perón<sup>813</sup>. Mas muitas das suas teses acerca das relações laborais já tinham permeado o ideário de Perón, que haveria de as implementar<sup>814</sup>.

Como a ideologia não só reflecte a prática mas permite também idealizá-la, foi no plano ideológico que Perón conseguiu a conjugação simultânea dos pólos extremos que lhe faltara noutro plano. O justicialismo, explicado pela primeira vez por Perón em Abril de 1949, pretendia manter um equilíbrio mutável entre o materialismo, o idealismo, o individualismo e o colectivismo<sup>815</sup>. Tratava-se de uma expressão perversa da realidade, que ao mesmo tempo lhe indicava os problemas e os esquivava num nível estritamente intelectual. Ali tudo era possível, mesmo o equilíbrio que na prática foi impossível, e só um regime fascista que não conseguiu conjugar as forças necessárias ao fascismo poderia inventar o justicialismo. Dançando ora num pé ora noutro, Perón procurou realizar diacronicamente uma articulação social e política que só em sincronia podia resultar. O peronismo foi uma fuga em frente, um fascismo «a partir de cima» que perdeu o eixo conservador e passou a apoiar-se apenas no eixo radical, esforçando-se desde então por estabelecer o equilíbrio necessário ao fascismo enquanto regime, e jamais o conseguindo. Mas esta falta de consistência gerou paradoxalmente uma durabilidade histórica no plano da ideologia. E assim se enraizou entre os trabalhadores argentinos o mito do peronismo como bandeira da luta da sua classe quando ele pretendia ser o quadro de conciliação das classes<sup>816</sup>, um caso de distorção da memória único nos fascismos, a tal ponto que em nenhum outro se mantiveram alas marxistas, pouco significativas numericamente, mas persistentes e muito activas no plano ideológico<sup>817</sup>.

<sup>813</sup> H. Campo (1983) 55, 234.

<sup>814</sup> R. H. Dolkart (1993) 100; C. H. Waisman (1987) 243.

<sup>815</sup> Para uma exposição da doutrina justicialista ver G. I. Blanksten (1953) 281 e segs.

<sup>816</sup> P. H. Lewis (1992) 475 evocou a «luta de classes, que mostrou ser o legado mais duradouro que Perón deixou ao seu país» e C. H. Waisman (1987) 250 afirmou que «os adornos do fascismo existiam ali na ideologia, na relação entre o chefe e as massas e numa organização do tipo de "movimento", mas a substância tornou-se gradualmente muito diferente, a de um partido trabalhista de base sindical». «Perón lembra que o justicialismo nunca foi um movimento classista, mas que a reacção oligárquica acabou por dar ao caso argentino o carácter de luta de classes», observou L. Mercier Vega (1975) 201. Ou, nas palavras de H. Campo (1983) 7, «ao perder o apoio dos sectores militares [...], da Igreja [...] e das facções da burguesia [...], o peronismo passou a ser [...] um movimento de base quase exclusivamente operária». Ver também as págs. 149 e 151 e segs.

<sup>817</sup> N. Galasso (1983) *passim*. A conclusão fundamental encontro-a em H. Campo (1983) 232, quando comentou que «o evidente conteúdo de classe adquirido pelo confronto desencadeado pelas ambições políticas de Perón levaria ao suicídio histórico das esquerdas argentinas, destinado a perdurar muitas décadas».



## Capítulo 4

# AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DOS FASCISMOS

### 1. «O partido da nação em cólera»

A tensão estabelecida entre os dois pólos do eixo endógeno e a forma como este eixo planeava a sua articulação real ou simplesmente possível com o eixo exógeno servem para definir todos os tipos de movimento fascista, mas não bastam para explicar o seu triunfo e a conversão num regime, ou a sua derrota e a incapacidade de fundar um Estado. E para solucionar a questão é impropriedade qualquer tentativa de definir uma base social comum a todos os regimes fascistas.

Na Itália, onde a maioria da população urbana era avessa ao fascismo<sup>1</sup>, a componente agrária assumiu uma notável importância. No final de 1921, um ano antes da tomada do poder, entre os membros do partido fascista contavam-se menos de 3% de industriais e empresários, mas subiam a 12% os proprietários fundiários e os camponeses que cultivavam terras próprias, do mesmo modo que os operários da indústria compunham 16% dos filiados, enquanto os trabalhadores agrícolas representavam praticamente 25%<sup>2</sup>. Um autor pretendeu que a política agrária de Mussolini tivera como objectivo criar uma nova classe de pequenos proprietários agrícolas, para constituírem a base mais sólida do regime<sup>3</sup>, e defendeu mesmo que a conquista da Abissínia e a fundação do Império se destinaram acima de tudo a obter espaços que pudessem ser colonizados por famílias de pequenos agricultores sem descontentar os latifundiários italianos<sup>4</sup>. Também no Japão os pequenos camponeses detentores de terras, juntamente com os proprietários de pequenas empresas industriais e comerciais, forneceram uma base social ao militarismo fascista<sup>5</sup>. Esta situação reflectiu a estrutura global da sociedade nipónica, em que o proletariado industrial não só representava uma percentagem bastante reduzida da população activa como estava em boa medida disperso por empresas pouco concentradas<sup>6</sup>. E na Roménia, onde a

<sup>1</sup> Ver a n. 8 do capítulo 3 desta Parte 1 e a n. 11 do capítulo 2 da Parte 3.

<sup>2</sup> Estes dados resultam de um inquérito realizado pela direcção do Partido Nacional Fascista a uma amostragem de 150.137 membros, sobre um total de cerca de 320.000 inscritos. Ver G. Eley (1989) 83, 99 n. 41, P. Marion (1939) 147, E. Santarelli (1981) I 262 e D. Sassoon (2012) 100.

<sup>3</sup> A. Pennacchi (2010) 223, 254-259. Ver igualmente as págs. 262-275.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, 268-270, 274. Mas, se assim foi, o resultado constituiu um fracasso, como se vê pelas nn. 159 a 163 do capítulo 3 da Parte 6.

<sup>5</sup> M. Maruyama (1963) 57, 60, 64; B. Moore Jr (1974) 290. No entanto, Barrington Moore Jr., *op. cit.*, 307-308 considerou que o apoio fornecido ao fascismo pelos camponeses fora mais passivo do que activo.

<sup>6</sup> M. Maruyama (1963) 78.

população agrícola formava 4/5 do total<sup>7</sup> e a sua hostilidade à sociedade urbana assumia frequentemente a forma do ódio aos judeus, especialmente concentrados nas cidades<sup>8</sup>, foi entre as massas rurais mais pobres que o fascismo radical e fanaticamente anti-semita de Corneliu Codreanu encontrou simpatia e fidelidades, embora mais tarde mobilizasse também um número significativo de operários<sup>9</sup>. Do mesmo modo, na Áustria o fascismo de Dollfuss tinha a sua base no meio rural<sup>10</sup>.

Encontramos uma situação oposta na Argentina, onde a base social do peronismo, tal como pode ser analisada através dos resultados da eleição presidencial de 1946, era constituída acima de tudo pelo operariado das indústrias urbanas e acessoriamente pelos trabalhadores dos campos, enquanto os grandes proprietários de terras e de gado e mesmo os pequenos patrões, os funcionários e os técnicos não se entusiasmaram com Perón ou adoptaram uma atitude francamente hostil<sup>11</sup>.

Na França de Vichy, pelo contrário, um relatório policial indicou no final de 1942 que os operários eram hostis à Revolução Nacional e permaneciam fiéis às ideias socialistas ou comunistas<sup>12</sup>, o que não impedia, ou até ajudava a compreender, que mais de metade dos filiados no Parti Populaire Français, de Doriot, fossem operários da indústria<sup>13</sup>. Por outro lado, depois dos acordos laborais do palácio Matignon, de 7 de Junho de 1936, assinados pela CGT e pelos representantes da grande indústria na presença de membros do governo do Front Populaire, o pequeno e o médio patronato consideraram-se sacrificados economicamente e passaram a votar às poderosas organizações dirigidas pelos maiores industriais a mesma hostilidade que já votavam ao proletariado revolucionário, criando assim as condições que permitiriam alguns anos depois à corte do marechal Pétain fundar o État Français e decretar a Revolução Nacional<sup>14</sup>.

A base social do fascismo foi também muito diversificada na Hungria, onde todas as facções tiveram em comum o apoio que lhes era prestado pelos funcionários do Estado e pelos oficiais do exército oriundos sobretudo da pequena fidalguia rural, a quem se juntavam, na ala

<sup>7</sup> E. Weber (1967) 121.

<sup>8</sup> Embora o número de judeus correspondesse a pouco mais de 4% da população total romena, na Moldávia eles formavam 24% da população urbana, 27% na Bessarábia e 30% na Bucóvina. Ver *id.*, *ibid.*, 131.

<sup>9</sup> M. Bardèche et al. (1969) 14-15; F. L. Carsten (1967) 185-187; E. Weber (1967) 126-127, 130, 134, 135.

<sup>10</sup> Segundo Otto Bauer, referido por G. Marramao (1977) 95, os nacionais-socialistas austríacos recebiam o apoio da indústria pesada, que era controlada por capitais alemães e, por isso, se mostrava favorável à ligação dos dois países, enquanto os proprietários rurais sustentavam o fascismo clerical, que encontrou o seu expoente em Dollfuss.

<sup>11</sup> H. Campo (1983) 239; H. Gambini (1983) 111; M. Goldwert (1972) 96.

<sup>12</sup> R. G. Nobécourt (1962) 95-96.

<sup>13</sup> P. Ory (1976) 26 n. 1.

<sup>14</sup> I. Kolboom (1986) 111-171. Todavia, este autor afirmou (pág. 132) que «o problema dos encargos económicos efectivos continua hoje sem estar resolvido».

conservadora, os maiores senhores da terra e os grandes patrões da indústria e da finança e, na ala radical, um número considerável de pequenos camponeses ou mesmo jornaleiros e de operários não qualificados<sup>15</sup>. Do mesmo modo, embora fosse o clero o principal sustentáculo do fascismo eslovaco, o apoio social de que beneficiava o Partido da Unidade Nacional, chefiado por monsenhor Tiso, incluía a burguesia e sobretudo a população rural, ou mesmo uma parte do operariado<sup>16</sup>. Porém, outro exemplo do fascismo católico, o rexismo belga, parece ter deparado, pelo menos a prazo, com a indiferença do operariado dos grandes centros industriais<sup>17</sup>.

Igualmente diversificada foi a base social do nacional-socialismo alemão. Numerosos historiadores pretendem encontrar o segredo da ascensão do NSDAP no facto de em 1923 os desempregados constituírem 1/3 dos membros do partido, e 1/5 por ocasião da tomada do poder<sup>18</sup>. Todavia, será que isto ajuda a elucidar os motivos da entrada de Hitler na Chancelaria quando sabemos que, em 1931, 78% dos filiados no Partido Comunista da Alemanha estavam desempregados, uma cifra que subiu para 85% no ano seguinte<sup>19</sup>? Entretanto, nesses primeiros anos da década de 1930, os desempregados só formavam um pouco menos de 60% das SA de Hamburgo; o maior crescimento de membros do NSDAP não proveio das grandes cidades e zonas industriais, onde o desemprego mais se fazia sentir, mas das pequenas cidades e das áreas rurais<sup>20</sup>. Os desempregados, indicaram dois historiadores, «tenderam mais a aproximar-se dos comunistas do que dos nazis»<sup>21</sup>. Se servir para alguma coisa uma lista de cerca de duzentos membros do partido de Hitler nos seus primórdios, vemos que cobria todos os estratos profissionais da população de Munique<sup>22</sup>, e o NSDAP pretendia que no amplo leque social da sua base se encontrava o microcosmo da comunidade nacional que haveria de instaurar<sup>23</sup>. Esta amplitude nunca deixou de caracterizar o nacional-socialismo germânico. «Eu disse e repeti aos meus apoiantes que a nossa vitória

<sup>15</sup> A respeito da base social comum a ambas as vertentes do fascismo húngaro e quanto às camadas sociais que sustentavam a sua ala conservadora ver: G. Barany (1971) 74-75, 78; G. Ránki (1971) 65, 68-71. Quanto ao apoio social de que o fascismo radical beneficiava entre as camadas mais pobres do campo e da cidade ver: George Barany, op. cit., 78; M. Bardèche et al. (1969) 19-21, 30; F. L. Carsten (1967) 174-175, 177-178; I. Deák (1965) 385-386, 392, 396-397; György Ránki, op. cit., 70, 71; E. Weber (1964) 54-55. W. Laqueur (1996) 49 considerou que entre 40% e 50% dos filiados no partido de Ferenc Szálasi eram operários.

<sup>16</sup> M. Hájek (1965) 117-118; J. F. Zacek (1971) 59.

<sup>17</sup> F. L. Carsten (1967) 216; J. Stengers (1965) 160, 162. Embora reconhecendo que Degrelle não encontrara na classe operária a resposta que esperava, E. Weber (1964) 126 indicou que Charleroi, um grande centro fabril, elegeu um rexista em 1936. Ver ainda as nn. 396 a 399 do capítulo 3 desta Parte 1.

<sup>18</sup> D. Schoenbaum (1979) 48; E. Weber (1967) 137.

<sup>19</sup> J.-M. Vincent (1976) I 75. Todavia, H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 299 só indicou que em 1932 três quintos dos membros do KPD estavam desempregados. Segundo Ph. Burrin (2000) 109, o KPD obteve melhores resultados eleitorais do que o NSDAP nas regiões com maior percentagem de desempregados.

<sup>20</sup> J. C. Fest (1974) 461-462.

<sup>21</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 81.

<sup>22</sup> Id., *ibid.*, I 18. Ver também J. C. Fest (1974) 247-248.

<sup>23</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 75. G. Eley (1989) 84-85 considerou que um dos aspectos mais notáveis do NSDAP foi a capacidade de ampliar a sua base social em várias direcções.

era uma certeza matemática, porque, ao contrário da social-democracia, não rejeitávamos ninguém que pertencesse à comunidade nacional», explicou Hitler aos comensais em Novembro de 1941<sup>24</sup>. Na mesma perspectiva, um estudioso da política observou que «a atracção do nazismo não se exerce sobre nenhum grupo social em particular, mas sobre certos elementos em todos os grupos»<sup>25</sup>. Sabe-se que o crescimento eleitoral do NSDAP se deveu sobretudo aos estratos intermédios, artesãos, pequenos comerciantes, funcionários, profissões liberais, que aliás constituíam entre os filiados do partido uma percentagem superior à que ocupavam na sociedade em geral. Mas também entre os camponeses os nacionais-socialistas obtiveram apoio, sobretudo em 1932 por parte dos pequenos agricultores do norte e do noroeste, embora pareça que mais como eleitores do que como membros do partido<sup>26</sup>. E apesar de o operariado ter permanecido em grande medida fiel aos candidatos social-democratas e comunistas, os nacionais-socialistas atraíram boa parte dele, sobretudo jovens empregados de pequenas oficinas localizadas em cidades secundárias. Nos três anos antes da ascensão de Hitler à Chancelaria e durante o Terceiro Reich, a classe operária, que representava quase metade da população, formava cerca de um terço dos membros do NSDAP, o que mostra que não foi desprezável a penetração nacional-socialista nesse meio<sup>27</sup>.

O facto de a base do fascismo ter sido diferente consoante os países revela, sob um ponto de vista comparativo, o único proveitoso em história, que o fascismo atravessou todas as camadas da sociedade. Esta diversidade constata-se igualmente em cada país, e mesmo que um dado movimento se tivesse apoiado sobretudo num certo meio isto não o impedia de beneficiar de simpatias nas restantes camadas sociais.

Têm sido muitos os autores a explicar o fascismo invocando a crise das camadas intermédias. Trata-se para uns de evitar a análise das contradições surgidas nos processos revolucionários, enquanto para outros é uma oportunidade de absolver o grande capital das suas responsabilidades históricas. E esta interpretação nem sequer pode aplicar-se a todos os casos, porque na Argentina a classe média não estava em risco de proletarização nem foi peronista<sup>28</sup>. Mas, se for bem utilizada, a perspectiva pode ser proveitosa e liga-se a um facto frequentemente assinalado pelos historiadores — a importância assumida pelo *lumpenproletariat* nos fascismos, mesmo quando mal se esboçavam as suas primeiras manifestações. As razões desta participação são

<sup>24</sup> *Hitler's Table Talk...*, 108.

<sup>25</sup> H. J. Morgenthau (1946) 132. Ver igualmente J. C. Fest (1974) 459 e H. F. Ziegler (1989) 98-99, 116-118.

<sup>26</sup> A. Bramwell (1985) 4, 86. Segundo B. Moore Jr. (1974) 449, nas eleições de Julho de 1932 o NSDAP contou, entre os camponeses, sobretudo com o apoio daqueles que detinham áreas relativamente pequenas e pouco rentáveis.

<sup>27</sup> Ver no capítulo 3 desta Parte 1 a n. 354.

<sup>28</sup> H. Campo (1983) 239; M. Goldwert (1972) 96.

simples. Qualquer que seja a sua origem, os *déclassés* mantêm-se socialmente individualizados, excluídos de um tecido de relações próprias, e mesmo que economicamente tenham sido precipitados na classe trabalhadora, no plano político, tal como no ideológico, procuram recusar este facto, e esquecê-lo quando não o podem esconder.

«A pequena burguesia italiana está hoje cheia de rancor mais ou menos contra todos», escreveu com notável acuidade Adriano Tilgher no final de 1919. «Contra o governo, que a deixa agonizar na fome e no abandono e que, em Versailles, não soube realizar nem o programa expansionista nem o democrático; contra os novos-ricos, que sugaram o seu sangue e dele fizeram ouro; contra o proletariado, que não quis a guerra e que, todavia, saiu dela enriquecido, robustecido e politicamente triunfante. Os pequenos-burgueses nunca olharam os proletários com tanto rancor como hoje, quando eles próprios são mais proletários do que os proletários. Este estado de espírito explica o furor anti-socialista dos *arditi* e dos Fasci di Combattimento, cujos membros pertencem quase todos às classes médias»<sup>29</sup>. Rancor e fúria tanto maiores, decerto, quanto o governo dissolvera em Janeiro de 1919 as unidades de *arditi*<sup>30</sup>. Nestas condições, embora a perda de estatuto suscitasse atitudes de revolta, a ausência de inserção num quadro de classe, ou mesmo num simples quadro profissional, fazia com que tais formas de contestação se processassem obrigatoriamente no âmbito da sociedade em geral. Ora, na dinâmica das lutas, quando a sociedade não é rompida pelas clivagens de classe reconstitui-se com um grau superior de coesão, por isso os *déclassés* divulgaram as formas mais paradoxais do radicalismo conservador e contribuíram para o restabelecimento das hierarquias. Quando foram eles a conduzir o movimento, animaram uma revolta aristocrática feita por não-aristocratas.

O caso alemão é dos mais sugestivos. Os *déclassés*, observou Ernst von Salomon, que se considerava um deles, «eram provavelmente a única classe que tinha um verdadeiro interesse em superar a luta de classes»<sup>31</sup>. Os assalariados de colarinho branco arvoravam pretensões sociais desprovidas de qualquer justificação económica e, embora as suas remunerações não fossem muito superiores às do operariado ou pudessem até ser inferiores, o trajar, o estilo de vida, os

<sup>29</sup> Adriano Tilgher, «Piccoli Borghesi al Bivio», *Tempo*, 7 de Dezembro de 1919, citado em R. De Felice (1978) 195 (procedi a ligeiras modificações na tradução). «Era a pequena e média burguesia quem, simpatizando profundamente com as ideias do nacionalismo, trazia ao fascismo um pouco dessa sua inclinação nacionalista, atraiendo a mãos cheias sobre si o sarcasmo dos liberais e filo-socialistas como Adriano Tilgher e Luis Salvatorelli, dois escritores muito lidos que viam representados nessa categoria o parasitismo social e o patriotismo retórico», escreveu o historiador fascista G. Volpe (1941) 49-50 (introduzi pequenas alterações na tradução). Os *arditi*, secções de assalto do exército empregues durante a guerra para operações arriscadas, inspiraram o fenómeno do *arditismo civile*, que constituiu uma das origens das milícias fascistas. Mussolini, num discurso pronunciado em Dezembro de 1918, chamou aos *arditi* «a mais bela e mais corajosa aristocracia das trincheiras», consoante se lê em P. Milza (1999) 235.

<sup>30</sup> P. Milza (1999) 234-235.

<sup>31</sup> E. Salomon (1993) 343-344.

gostos culturais aproximavam-nos do comportamento das classes dominantes<sup>32</sup>. Mas cada um apresenta-se de uma certa maneira menos para revelar aquilo que é do que para se destacar daquilo que não deseja ser. O facto de os empregados de colarinho branco tomarem aquelas atitudes significaria que todos eles pertenciam à classe capitalista dos gestores, mesmo situando-se nos seus níveis mais baixos? Ou queria simplesmente dizer que a maior parte se recusava a assumir a sua integração no proletariado? «Geralmente o processo é parafraseado como correspondendo a uma proletarização tendencial dos estratos sociais médios», escreveu um economista alemão. «Mas esta proletarização foi precedida pela repulsa que suscitou, pelo temor que inspirou e pelas emoções geradas por essa ameaça, com as quais estava paradigmaticamente relacionada a mentalidade emocionalmente prevertida de Hitler»<sup>33</sup>. Uma coisa é pertencer ao estrato inferior de uma classe dominante e outra, muitíssimo diferente, é viver no ressentimento de ter sido lançado na classe explorada. Neste último caso as posições políticas da grande maioria dos trabalhadores de colarinho branco assentariam na falsidade e eles constituiriam, por conseguinte, um material humano facilmente atraído pelos demagogos. Quem vota nos nacionais-socialistas, explicou naquela época Henri de Man, são as «classes ditas médias», já proletarizadas ou correndo o risco de o ser. Talvez mais numerosos ainda fossem os membros da «pequena burguesia dita nova», os empregados e os funcionários. E havia ainda «os agricultores que, cada vez mais empobrecidos e endividados, se vêem abruptamente privados da crença tradicional na ordem de coisas estabelecida». «Sob o ponto de vista estatístico», resumiu de Man, «não nos enganaríamos muito se disséssemos que o nacionalismo fascista é um movimento típico das classes médias e dos proletários de colarinho branco»<sup>34</sup>.

A crise económica alemã precipitada em 1923 pela ocupação franco-belga do Ruhr esclareceu a situação dessa gente. Em 1924 cerca de duzentos mil empregados bancários haviam sido lançados no desemprego e, nesse ano, o número de assalariados activos no ramo dos seguros representava pouco mais de um terço do número de 1918. Em meados de 1924 o número de funcionários públicos dependentes do governo central havia caído para cerca de 32% do que fora no início do ano anterior, e os empregados de colarinho branco nos serviços de assistência pública em Outubro de 1924 correspondiam a cerca de 2% do que tinham sido em Outubro de 1919. Quanto ao número dos seus colegas empregados pelos estados e pelos municípios, a crise

<sup>32</sup> Estes aspectos foram salientados pelo jornalista social-democrata Hans Georg, pseudónimo usado por Erwin Schoettle, num artigo publicado em 1921 e reproduzido em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 182-183.

<sup>33</sup> A. Sohn-Rethel (1987) 132.

<sup>34</sup> H. Man (1933) 200-201, 203. O autor acrescentou (pág. 201) que «é certo que o movimento obtém filiados de outras proveniências também, por motivos que não decorrem tão directamente dos efeitos da crise económica actual». Traduzi «*prolétaires en faux-col*» por «proletários de colarinho branco».

ocasionou uma diminuição para metade. Calculou-se também que no sector comercial a quantidade de funcionários encarregados das vendas se tivesse reduzido cerca de 25%<sup>35</sup>. O fascismo pôde surgir a estas camadas sociais como uma esperança contra a ameaça iminente de proletarização<sup>36</sup>. «Com uma situação tão desesperada no mercado de trabalho é natural que proliferem as agências de emprego fraudulentas», observou em 1924 Fritz Schröder, dirigente sindical socialista que treze anos mais tarde, depois de se ter exilado, haveria de regressar clandestinamente ao seu país para ser preso pouco depois e desaparecer sem deixar traço. Mas ele não sabia então o que os acasos da luta política lhe reservavam, e podia prosseguir com humor, dando o exemplo de «um vigarista de Hamburgo que publicou um anúncio oferecendo lugares para engenheiros na América do Sul e num único dia recebeu mais de quatro mil respostas»<sup>37</sup>. Embora numa escala muitíssimo mais considerável e com repercussões de outra dimensão, foi semelhante a trapaça em que os desempregados de colarinho branco se viram envolvidos por Adolf Hitler<sup>38</sup>.

Na relutância em se identificarem com quem ganhava a vida numa fábrica, as camadas intermédias em crise manifestavam o apego aos valores tradicionais e a recusa de uma situação social potencialmente subversiva, opondo-lhe uma vocação de ordem. Ao mesmo tempo, porém, a proletarização só poderia ser sustida mediante a inversão dos processos económicos, e devemos entender esta aspiração como um prevertido desejo de revolta contra alguns mecanismos do capital. Evitar a proletarização era sair da ordem para melhor entrar na ordem. Todavia, a ordem é implacável nos seus efeitos. E os não-aristocratas que conduziram rebeliões aristocráticas destinadas a salvar os colarinhos brancos da proletarização converteram-se, no dia seguinte, numa nova elite presidindo a uma massa de neoproletários.

A iminência da proletarização das classes intermédias só poderia ser um factor significativo na mobilização fascista se se repercutisse pelo resto da sociedade<sup>39</sup>. Um comentador observou que «não tem sentido averiguar qual a classe que pôs o fascismo no poder. Não houve nenhuma classe que, sozinha, tivesse podido pôr o fascismo no poder»<sup>40</sup>. À mesma conclusão

<sup>35</sup> Estes dados encontram-se num artigo do dirigente sindical socialista Fritz Schröder, publicado em 1924 e antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 184-185.

<sup>36</sup> J. Droz [s. d.] 23-24.

<sup>37</sup> Fritz Schröder numa passagem de um artigo reproduzida em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 185.

<sup>38</sup> É muitíssimo curiosa a analogia estabelecida por Raul Proença — e J. Medina (1978) 137 n. 14 cont., que a referiu, sublinhou a «estranha perspicácia» de Proença — quando comparou o tipo humano de Mussolini ao do português Alves dos Reis, responsável pela colossal burla do Banco de Angola e Metrópole.

<sup>39</sup> «Apesar de nos partidos fascistas a pequena burguesia estar sobre-representada», preveniu G. Eley (1989) 82-83, «o seu recrutamento social foi sempre mais eclético do que grande parte da literatura nos faria supor». E este autor acrescentou (pág. 86) que «a especificidade do movimento fascista consistiu numa aptidão especial para uma mobilização popular de base ampla [...]».

<sup>40</sup> P. F. Drucker (1943) 104.

chegou, mas seguindo um percurso inverso, um economista alemão: «[...] o que caracteriza a natureza fascista do nacional-socialismo é a falta de uma base social de poder. Como o fascismo não possui alicerces sociais específicos que por si próprios, e sem Hitler, possam sustentar o nacional-socialismo, ele não dispõe efectivamente de opção: ou se apodera da *integralidade do poder*, conseguindo mediante o controle do aparelho de Estado o que lhe falta em raízes sociais, ou a sua força se desintegra contra a estrutura social [...]»<sup>41</sup>. A revolta efectuou-se na ordem porque a sociedade foi afectada globalmente e na mesma direcção. Em 1935 um dos principais ideólogos do fascismo espanhol, Ledesma Ramos, diagnosticou que o fascismo mobilizava «pessoas descontentes com a mesquinhez da sua pátria, com a vulnerabilidade dos seus pequenos patrimónios ou negócios, com a ganância e a ineficácia dos partidos, com a impotência do Estado demo-burguês face aos conflitos sociais e à crise, com a monotonia e o vazio da vida nacional escarnecida e, por fim, com o facto de se sentirem preteridos ou subestimados pela injustiça dos poderes dominantes». E acrescentou que essas pessoas se caracterizavam, entre outros aspectos, pelo «sentido da autoridade, da disciplina e da violência»<sup>42</sup>. O fascismo aproveitou uma conjuntura histórica que em certos países se fez sentir com efeitos convergentes na totalidade dos níveis sociais, e só onde a sociedade foi abalada ao mesmo tempo de cima a baixo é que o fascismo triunfou e se converteu num regime. Depois da segunda guerra mundial Maurice Bardèche, o mais sábio dos fascistas franceses, prolongou a lição de Ledesma Ramos chamando a atenção para «a impossibilidade de o fascismo se desenvolver fora dos períodos de crise. Porque ele não tem um princípio fundamental. Porque não tem uma clientela natural. É uma solução heróica. [...] É o partido da nação em cólera. E principalmente [...] dessa camada da nação que usualmente se satisfaz com a vida burguesa, mas que as crises perturbam, que as atribuições irritam e indignam, e que intervém então brutalmente na vida política com reflexos puramente passionais, quer dizer, a classe média. Mas essa cólera da nação é indispensável ao fascismo»<sup>43</sup>. É certo que aquela situação de crise colocava problemas distintos a cada uma das classes e das camadas sociais, mas o fascismo pretendia possuir uma solução comum para esta diversidade de questões. Quando Hitler se orgulhava de ser o único orador que, ao discursar para um público diferenciado, conseguia fazer com que cada pessoa escutasse as mesmas palavras consoante os seus anseios próprios, ele estava a evocar, para além da sua indubitável destreza demagógica, a amplitude social do movimento que chefiava. «A grande habilidade do partido nazi antes de 1933», observou Simone Weil, «foi a de se apresentar aos operários como um partido especificamente

<sup>41</sup> A. Sohn-Rethel (1987) 123 (sub. orig.).

<sup>42</sup> Ramiro Ledesma Ramos, *¿Fascismo en España?*, 1935, citado em P. C. González Cuevas (2016) 138.

<sup>43</sup> M. Bardèche (1961) 93-94.



operário, aos camponeses como um partido especificamente camponês, aos pequenos-burgueses como um partido especificamente pequeno-burguês, etc. Isto era-lhe fácil, porque mentia a toda a gente»<sup>44</sup>. A filósofa enganou-se, porém, ao julgar que seria fácil mentir a toda a gente.

O fascismo não se pode entender como um movimento de classe, mas como um movimento social global, triunfante graças a uma conjuntura que só se gerou em certos países. É esta conjuntura que cabe definir.

## 2. Reino Unido: «Somos a vanguarda de um futuro que não se materializou»

Para analisar as condições necessárias ao triunfo do fascismo começo por considerar o Reino Unido, exemplo sempre citado de estabilidade das instituições e moderação política, mas onde, apesar disto, não faltou nenhum dos ingredientes do fascismo.

Na direita conservadora e tradicionalista vinha desde há algum tempo a destacar-se uma ala radical, que só considerava viável a manutenção do império se se procedesse na metrópole a uma profunda reforma social. Na origem desta ala encontrava-se Joseph Chamberlain, e se a sua campanha a favor do estabelecimento de tarifas proteccionistas no âmbito do império se destinava, por um lado, a consolidar as relações da metrópole com as colónias e com as entidades autogovernadas, por outro lado este sistema aduaneiro não poderia vigorar sem que, no interior do país, se inaugurasse uma série de reformas. Joseph Chamberlain acenara aos empresários com o estímulo que, segundo a sua ardente convicção, as barreiras tarifárias dariam à indústria britânica, e acenara aos trabalhadores com a perspectiva, ou a miragem, de se pôr assim cobro ao desemprego e se iniciar um regime de bem-estar social<sup>45</sup>. Não se tratava ainda, para estes *tories* radicais, de conjugar o nacionalismo com o socialismo, mas ficava aberto um espaço para que alguém o fizesse, e mais tarde os fascistas reivindicariam a herança política de Joseph Chamberlain<sup>46</sup>. O outro dos progenitores da direita radical britânica foi Alfred Milner, depois Lord Alfred, e é sugestivo que na sua perspectiva a necessária remodelação do império não pudesse ser feita com os partidos políticos. Milner não criou nenhum movimento suprapartidário e actuou nos bastidores, confiando mais nos especialistas do que nos políticos<sup>47</sup> e lançando — no próprio país onde nascera o

<sup>44</sup> S. Weil (1950) 74. Compare-se com o que Alexandre Zévaès escreveu acerca do general Boulanger, tal como transcrevi na pág. 68.

<sup>45</sup> J. R. Jones (1965) 41.

<sup>46</sup> Th. Linehan (2000) 18, 91.

<sup>47</sup> J. R. Jones (1965) 37; Th. Linehan (2000) 20-21.

sistema parlamentar — a ideia de um governo autoritário de tecnocratas. Ele conseguiu antever em 1905 o que década e meia depois seria um movimento fascista. «Um dia, talvez, poderá destacar-se algum grande charlatão (um saltimbanco da política, um palhaço, um mentiroso, um orador de praça pública ou qualquer outro favorito do público); apesar disso, ele poderá ser um homem de Estado — a combinação não é impossível — que, tendo obtido o poder graças a uma qualquer acção popular, poderá utilizá-lo para objectivos nacionais», escreveu Milner numa carta a uma amiga. «Seria um verdadeiro acaso, mas não vejo nenhuma outra saída»<sup>48</sup>. Ligado ao conservadurismo e ao liberalismo por uma teia de afinidades e simpatias políticas, o fascismo poderia ascender de modo mais ou menos legal no interior das instituições vigentes. E como, do outro lado do espectro, não rareava na esquerda quem estivesse disposto a conceder a prioridade ao nacionalismo e à missão imperial de que a Grã-Bretanha se investira, as perspectivas de reforma social previstas pela ala radical do Partido Conservador poderiam ser preenchidas pelo socialismo reformista, já que ambos os campos estavam unidos por um comum nacionalismo.

Também da parte do exército não faltavam disposições apropriadas. Poucos meses antes de deflagrar a primeira guerra mundial o governo do Partido Liberal enfrentou uma ameaça de insurreição dos protestantes unionistas do Norte da Irlanda, opostos a um projecto que, para minorar as razões de descontentamento da comunidade católica, visava conceder à ilha uma autonomia moderada. Foi então que numerosos generais, incluindo o comandante-chefe na Irlanda, fizeram saber ao ministro da Guerra que não estavam dispostos a obedecer às ordens do governo se fosse decidido o emprego da violência contra súbditos protestantes, monárquicos, patrióticos e, o que sem dúvida pesou na alma dos oficiais, providos de milícias bem armadas<sup>49</sup>. Em Março de 1914 mais de oitenta por cento dos oficiais da principal base militar nas imediações de Dublin comunicaram ao governo que preferiam demitir-se a marchar contra as milícias protestantes do norte da ilha<sup>50</sup>. «Foi um golpe muito prejudicial para a democracia na Grã-Bretanha», comentou um jornalista e historiador do jornalismo<sup>51</sup>. A questão do Ulster era então, como continuou depois a ser, uma das principais pedras-de-toque da direita britânica, e a sua ala radical buscava inspiração — e possivelmente mesmo inspiração prática — nas milícias de voluntários unionistas que se opunham aos desejos de autonomia da maioria católica da população irlandesa. Assim, ao ameaçarem amotinar-se, as chefias militares alinharam de maneira explícita com a direita radical, e esta atitude só não teve consequências graves porque a guerra veio colocar

<sup>48</sup> Esta passagem de uma carta de Alfred Milner à sua futura esposa vem citada em R. P. Dutt (1936) 382.

<sup>49</sup> G. Dangerfield (1961) 340-345.

<sup>50</sup> J. Simpson (2011) 90.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, 90.

problemas mais urgentes e restabeleceu a união do exército com os governantes. Mas isto não nos deve fazer esquecer — e decerto os políticos mais atentos da época não o esqueceriam — que as altas patentes haviam sido capazes de anunciar à autoridade civil que lhe desobedeceriam se recebessem ordens para reprimir a extrema-direita. Em condições propícias, não poderiam os generais insubordinar-se de novo, imobilizando os liberais e os conservadores moderados e facilitando aos fascistas a ascensão ao poder? Um antigo deputado conservador por Belfast escreveu em 1933, quando era já um dos seguidores de Mosley na British Union of Fascists: «Imediatamente antes da guerra um vasto movimento dirigido contra o parlamento, em conjugação com o lealismo do Ulster, assumiu em menos de dois anos proporções consideráveis. Este movimento, psicologicamente limitado e dirigido apenas para salvaguardar alguns objectivos determinados, ter-se-ia convertido — se não fosse a intervenção da guerra — numa formidável revolta contra toda a teoria democrática e todo o sistema democrático na Inglaterra. Na realidade, o movimento do Ulster foi o primeiro movimento fascista na Europa»<sup>52</sup>.

Até o facto singular de a Inglaterra possuir uma Igreja de Estado, encabeçada pelo monarca, faria com que também deste lado o fascismo não enfrentasse oposições, se fosse favorecido pela benevolência da coroa — o que sucedeu em 1936, durante o curto reinado de Eduardo VIII<sup>53</sup>. Referindo-se aos políticos britânicos, Ribbentrop disse ao Führer numa nota de Janeiro de 1938 que «Eduardo VIII teve de abdicar porque eles não tinham a certeza de que cooperasse com uma orientação hostil à Alemanha»<sup>54</sup>. «O verdadeiro motivo da destruição do duque de Windsor», confidenciou o Führer aos íntimos em 31 de Agosto de 1942, «foi, tenho a certeza, o seu discurso no encontro de veteranos em Berlim, quando declarou que efectuar uma reconciliação entre a Grã-Bretanha e a Alemanha seria a tarefa da sua vida»<sup>55</sup>. Mesmo na direita católica sobressaíam figuras como Hilaire Belloc e os dois irmãos Chesterton, que propunham uma versão

<sup>52</sup> Esta passagem da obra de W. E. D. Allen, *Fascism in Relation to British History and Character*, encontra-se citada em R. P. Dutt (1936) 354-355.

<sup>53</sup> Acerca da simpatia que Eduardo VIII, primeiro como rei e, depois da sua abdicação, como duque de Windsor, nutria pelo regime hitleriano ver W. L. Shirer (1995) I 326, 655 n. e II 176-184. Ver também H. G. Dahms (1968) I 165 e N. Lochery (2011) 82-84, 91-95, 100-105. Ainda príncipe de Gales e herdeiro do trono, o futuro Eduardo VIII fora contrário às sanções com que a Sociedade das Nações pretendia punir a Itália fascista pela guerra contra a Etiópia. Consultar a este respeito P. Milza (1999) 674. Já depois de ter abdicado, o duque de Windsor percorreu o Reich em Outubro de 1937 para se inteirar da situação dos trabalhadores, sendo guiado nessa singular visita por Robert Ley. Ver W. L. Shirer (2011) 98. O príncipe Mihail Sturdza, diplomata e fascista romeno, escreveu mais tarde que entre os partidários da aproximação do Reino Unido à Alemanha se contara «o príncipe de Gales, que organizara os contactos entre os britânicos e os antigos combatentes alemães e que mais tarde teve de pagar com a coroa a franqueza da sua declaração ao sr. Stanley Baldwin: "Enquanto eu aqui estiver não haverá guerra"». Ver M. Sturdza (1968) 81. Na sua autobiografia Oswald Mosley, o principal expoente do fascismo britânico dessa época, identificou o desejo de paz com o Terceiro Reich e a vontade de manter Eduardo no trono. Ver O. Mosley (2006) 312.

<sup>54</sup> Antologado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 88.

<sup>55</sup> *Hitler's Table Talk...*, 678.

medievalizante do corporativismo e davam continuidade à crítica da economia industrial que havia sido feita — mas na extrema-esquerda marxista — por William Morris<sup>56</sup>. Esta junção do nacionalismo com as questões sociais no quadro do corporativismo levou Belloc e G. K. Chesterton a mostrarem depois uma notória simpatia pelo fascismo italiano. Neste contexto é significativo mencionar que Arthur Kenneth Chesterton, primo dos outros dois, se contou entre os principais dirigentes da ala mais radical e anti-semita do fascismo britânico, promovendo, em alternativa à sociedade moderna, uma versão musculada e truculenta do cristianismo<sup>57</sup>.

É sempre na vanguarda artística que primeiro se detectam as novas preocupações, antes de se terem tornado conscientes nas outras áreas da sociedade. Seria importante reler nesta perspectiva a obra de T. E. Hulme, onde a ameaça de decadência civilizacional e um anti-humanismo de carácter irracionalista se juntaram a uma estética rigorosamente objectiva<sup>58</sup>, mas ele morreu durante a primeira guerra mundial nas trincheiras da França, depois de ter feito a apologia do militarismo, e foram alguns dos seus amigos que desenvolveram aqueles temas. Nos últimos meses de 1913 a insatisfação com as boas maneiras do grupo de Bloomsbury, que apesar de algumas ousadias jamais deixou de estar preso a cânones de beleza convencionais, deu a Ezra Pound, Wyndham Lewis, Gaudier-Brzeska, Epstein, David Bomberg e outros vanguardistas de menor envergadura o pretexto para se reunirem num movimento comum. De início puderam ser confundidos por certo público com os futuristas, que desde 1909 vinham a operar no plano estético uma ruptura com todas as tradições e a praticar um activismo ao mesmo tempo elitista e agressivamente contrário à elite dominante, ajudando a preparar um novo espaço ideológico. Em visita a Londres, porém, o chefe do futurismo, Marinetti, avançou sem tacto e depressa demais ao anunciar publicamente os nomes daqueles vanguardistas, como se a ruptura com os salões de Bloomsbury implicasse por si só a adesão ao seu movimento, o que permitiu a Wyndham Lewis canalizar o ressentimento dos seus amigos e convencê-los, nas vésperas da guerra, a formarem um novo grupo artístico, o vorticism, de que ele mesmo se proclamou mentor<sup>59</sup>.

Subjacente a estas questiúnculas existia uma divergência de fundo, e os vorticistas faziam

<sup>56</sup> J. R. Jones (1965) 54-57. É interessante saber que, segundo P. C. González Cuevas (2016) 87, as obras de Cecil Chesterton e de Hilaire Belloc contribuíram para que Ramiro de Maeztu evoluísse de posições próximas da Fabian Society para um caminho que o levaria ao fascismo e, a crer em P. A. Oliveira (2000) 191, nos anos anteriores à guerra Hilaire Belloc mantinha relações cordiais com o embaixador português em Londres, Armindo Monteiro. Passados alguns anos, o principal partido fascista britânico, a British Union of Fascists, tentou também apropriar-se da tradição de William Morris. Ver a este respeito Th. Linehan (2000) 31-32, 203 e 258.

<sup>57</sup> Th. Linehan (2000) 99, 144, 193, 195.

<sup>58</sup> Note-se que, segundo P. C. González Cuevas (2016) 87, a amizade com Hulme contribuiu para que Ramiro de Maeztu evoluísse em direcção ao fascismo.

<sup>59</sup> Acerca das fricções entre Marinetti e a vanguarda artística londrina e da forma como Wyndham Lewis se aproveitou da situação para lançar o movimento vorticista ver R. Cork (1974) 19-20.

notar que o entusiasmo do futurismo pelas máquinas, compreensível numa sociedade como a italiana, em boa medida arcaica, aparecia um tanto ingênuo na Grã-Bretanha, onde a revolução industrial ocorrera há mais de um século e os motores eram uma presença quotidiana. Um bom conhecedor da obra de Wyndham Lewis observou que, ao contrário da «romantização futurista da máquina», ele «teve sempre consciência do seu custo potencial»<sup>60</sup>. Certamente por isso não partilhou o irrestrito entusiasmo que Marinetti manifestava pela guerra da era mecânica<sup>61</sup>. No primeiro número da *Blast*, o órgão do grupo, publicado no início de Julho de 1914, os vorticistas mencionaram a «caça às máquinas» como o seu «desporto favorito». «Nós inventamo-las e depois caçamo-las impiedosamente»<sup>62</sup>. Já quatro anos antes Gaudier-Brzeska confessara, ao lado do seu ódio ao parlamentarismo burguês, a sua aversão às máquinas, «que têm de ser totalmente destruídas»<sup>63</sup>. Anunciando a superação da civilização mecânica, estes artistas pre-



Wyndham Lewis,  
*Workshop* (c. 1914-1915)

Para os vorticistas a dinâmica essencial não resultava da velocidade mas da energia íntima.

tendiam situar-se além da velocidade, no vórtice, o fulcro imóvel do turbilhão. «É no repouso que o vorticista atinge o ponto máximo da energia», proclamaram na *Blast*<sup>64</sup>. Entendida desta maneira, a noção de dinamismo dos vorticistas destacava-se do futurismo e aceitava formalmente a lição estática do cubismo. A dinâmica essencial não resultava para eles da velocidade mas da energia íntima; e opunham à multiplicação das formas, tão característica do estilo futurista, a representação de formas únicas, claramente delineadas, que só internamente se desdobravam em planos nítidos e geométricos, dispostos angularmente ou interseccionados<sup>65</sup>.

Se esta divergência de atitudes explica a singularidade artística do vorticismismo, politicamente, todavia, ele identificava-se com o futurismo, porque ambos entendiam o dinamismo enquanto forma estética da violência, destinada a derrubar a elite convencional e a substituí-la por uma nova elite. «Mercenários Primitivos no Mundo Moderno» — foi assim, e com maiúsculas, que

<sup>60</sup> P. Edwards (2010) 27.

<sup>61</sup> J. Bonilla (2010) 58 e segs.

<sup>62</sup> Citado em R. Cork (1974) 22 e A. Danchev (org. 2011) 82.

<sup>63</sup> Esta passagem de uma carta de 4 de Outubro de 1910 assinada por Henri Gaudier, que pouco depois juntaria ao seu apelido o de Sophie Brzeska, encontra-se citada em H. S. Ede (1987) 31.

<sup>64</sup> Citado em R. Cork (1974) 22 e A. Danchev (org. 2011) 82.

<sup>65</sup> R. Cork (1974) 22, 25.

os vorticistas se apresentaram no primeiro número da *Blas*<sup>66</sup>, confundindo a estética e a política nos mesmos termos guerreiros. A consequência desta identificação foi obrigatoriamente o fascismo. As etapas do percurso estão assinaladas, para quem as saiba ler, na correspondência de Gaudier-Brzeska, que levava consigo de Paris para Londres uma simpatia pelo sindicalismo anarquista e uma admiração pelos tribunais operários, mas que sob a influência de T. E. Hulme e de Ezra Pound começou a interessar-se por modalidades elitistas do activismo. E assim Gaudier-Brzeska, que em 1912 se recusara a regressar ao seu país para prestar o serviço militar e não escondera as suas opiniões acerca de um exército «assassino dos árabes»<sup>67</sup>, endereçando até uma carta ao presidente da câmara da sua localidade natal onde afirmara que «é triste, lamentável, que a juventude francesa não se revolte em massa contra esse recrutamento infame»<sup>68</sup>, passados dois anos alistou-se no exército francês e gabou-se, em correspondência enviada aos amigos, do número de soldados alemães que ele e os seus colegas de companhia haviam abatido<sup>69</sup>. Até que finalmente esta figura maior da escultura moderna, um artista que se conta entre os grandes criadores daquele tempo, morreu numa trincheira, em 1915, com vinte e três anos.

O vorticism terminou igualmente cedo, em 1915 também, liquidado pelas divergências entre os seus membros. Algumas personalidades significativas do movimento, como Epstein e Bomberg, que embora sem se incluírem entre os onze signatários do manifesto inicial haviam estado muito próximos do grupo, evoluíram para formas menos inovadoras. Entre os que se mantiveram na linha da frente dos combates estéticos, a hostilidade manifestada por Wyndham Lewis à democracia liberal e ao trabalhismo e o entusiasmo estridente com que celebrou o nacional-socialismo alemão ou o apoio dado aos generais espanhóis no começo da guerra civil haveriam de o forçar ao exílio durante a segunda guerra mundial, remetendo a um lugar definitivamente incómodo na vida cultural do seu país aquele que foi um dos grandes artistas da época, mesmo que entretanto ele tivesse escrito um livro contra o anti-semitismo e oferecido uma obra para um leilão em benefício da república espanhola<sup>70</sup>. A duradoura adesão de Wyndham Lewis aos temas do fascismo não foi uma derrapagem de intelectual ingénuo ou apressado e encontra as raízes no vorticism, assim como datam de então as oblíquas obsessões que levaram Ezra Pound a defender Mussolini e a assinalar por detrás de todos os dramas da sua época a mão oculta da finança

<sup>66</sup> Citado em id., *ibid.*, 21, A. Danchev (org. 2011) 77 e *Wyndham Lewis...*, 344.

<sup>67</sup> Esta passagem de uma carta de 6 de Janeiro de 1913 encontra-se em H. S. Ede (1987) 135.

<sup>68</sup> Este extracto de uma carta de 16 de Outubro de 1912 vem transcrito em id., *ibid.*, 97.

<sup>69</sup> Ver a correspondência de 1 de Outubro de 1914 e 26 de Fevereiro de 1915 em id., *ibid.*, 157 e 159. Ezra Pound recordaria muito mais tarde que Gaudier-Brzeska usava a expressão «impertinência judaica». Ver L. W. Doob (org. 1978) 34. Mas, dada a tradição de anti-semitismo em certa extrema-esquerda francesa, é difícil extrair dali conclusões políticas unívocas.

<sup>70</sup> *Wyndham Lewis...*, 14, 226.

internacional, uma finança que ele supunha evidentemente judaica<sup>71</sup>. Entre 1941 e 1943 Pound realizou aos microfones da Rádio Roma mais de uma centena de emissões de propaganda fascista e anti-semita em inglês<sup>72</sup>. Depois da vitória dos Aliados, quando a justiça norte-americana prendeu numa jaula de pouco menos de dois metros por pouco mais de metro e meio<sup>73</sup> aquele que foi talvez o maior poeta do século — sem qualquer dúvida um dos maiores — e o condenou a doze anos de internamento em hospital psiquiátrico<sup>74</sup>, deu um epílogo grotesco, o único de que foi capaz, a uma evolução que tivera a génese no vorticismo. Tal como Pound recordou na palestra radiofónica de 26 de Abril de 1942, provinham da *Blast* as raízes do que veio a ser o seu apreço pela concepção de acção e de equidade do fascismo<sup>75</sup>.

Anunciado na vanguarda estética londrina antes do começo da Grande Guerra, o fascismo desabrochou nos meios políticos britânicos logo após o final das hostilidades e foi ali que pela primeira vez surgiu fora de Itália um movimento de inspiração mussoliniana, os British Fascisti<sup>76</sup>. De então em diante não faltaram grupos e grupúsculos representativos de todas as variantes do fascismo e da extrema-direita radical e implantados de um a outro extremo do leque social. Não é no seu isolamento recíproco que os podemos compreender, como se por si só cada um fosse alguma coisa, mas devemos considerá-los todos juntos — e agregar-se-iam decerto se o fascismo tivesse alcançado o poder no Reino Unido ou se, pelo menos, conseguisse aproximar-se. O cenário estava pronto, não faltavam acessórios nem figurantes nem personagens secundários, só que por enquanto eram muitos os chefes e demasiado poucos os seguidores.

Mas eis que de súbito surge no palco o candidato a Duce, ou a Führer, Sir Oswald Mosley, unindo ele mesmo os dois extremos do leque político. Quando Wyndham Lewis, num livro publicado em 1926, defendeu para a Grã-Bretanha qualquer tipo de síntese entre o comunismo soviético e o fascismo italiano<sup>77</sup> — o seu quadro de 1936, *Red and black principle*, personificaria o

<sup>71</sup> «As ideias de Pound acerca da sociedade são inseparáveis das suas ideias acerca da arte», afirmou V. C. Ferkiss (1955) 173.

<sup>72</sup> L. W. Doob (org. 1978) *passim*.

<sup>73</sup> P. Morrison (1996) 19.

<sup>74</sup> Mas é verdade que Ezra Pound, na sua emissão na Rádio Roma em 9 de Abril de 1942, disse que o presidente Franklin D. Roosevelt devia ser internado num manicómio. Ver L. W. Doob (org. 1978) 50. Também o romancista norueguês Knut Hamsun, apesar de ter recebido um prémio Nobel e beneficiar de uma celebridade mundial, foi internado depois da guerra num hospital psiquiátrico devido à sua activa promoção do nacional-socialismo, enquanto multidões furiosas lhe queimavam os livros, o mesmo que os nacionais-socialistas haviam feito aos livros dos outros.

<sup>75</sup> *Id.*, *ibid.*, 61-63.

<sup>76</sup> Tanto quanto conheço, o primeiro partido de clara inspiração mussoliniana surgido fora da Itália foram os British Fascisti, uma organização fundada na Grã-Bretanha em Maio de 1923 por Rotha Lintorn-Orman. Ver Th. Linehan (2000) 61 e segs. e B. Rubin (2010) 324.

<sup>77</sup> Acerca do livro de Wyndham Lewis, *The Art of Being Ruled*, ver A. Gaşiorek (2010) 71.

fascismo e o comunismo em duas figuras semelhantes como imagens num espelho — ele abriu o caminho que poucos anos depois haveria de ser seguido pelo mais notável dos políticos fascistas britânicos. Nascido e criado numa família da nobreza, e este não é um detalhe ocasional, pois



Wyndham Lewis, *Red and black principle* (1936)

O fascismo e o comunismo como imagens num espelho.

nunca deparei com um populista que descrevesse com tanto gosto a sua frequentação da alta sociedade<sup>78</sup>, Mosley estreou-se no parlamento em 1918 como deputado conservador e aderiu seis anos depois ao Partido Trabalhista Independente e ao Partido Trabalhista<sup>79</sup>, onde se situou na ala esquerda, fazendo parte do governo formado em 1929. Desiludido, porém, com a timidez do programa governamental nas questões económicas e sociais, apresentou a demissão em 1930 e, após ter tentado mobilizar a esquerda do socialismo, derivou rapidamente para o fascismo, criando em 1931 o New Party a que no ano seguinte, depois de o reorganizar, deu o nome de British Union of Fascists. Sob a histriónica chefia de Mosley, e atraídos pelos clamores de patriotismo e ordem e ao mesmo tempo pelos projectos de reforma social e ataque à pobreza, junta-

ram-se militantes de vários grupúsculos fascistas ou de extrema-direita, que até então não haviam tido mais do que uma existência vegetativa, e pessoas originárias da esquerda ou da extrema-esquerda, insatisfeitas com a inveterada moderação do trabalhismo. Um homem como Mosley, diria Hitler em Janeiro de 1942, podia resolver os problemas sociais da Grã-Bretanha «encontrando um compromisso entre o conservadorismo e o socialismo, abrindo o caminho às massas mas sem privar a elite dos seus direitos»<sup>80</sup>. A todos o novo chefe inspirou um surto de vigor e prometeu conduzi-los à vitória. Afinal levou-os, a eles e a si próprio, a um beco sem saída, incapaz de converter as suas milícias numa ameaça real e sem jamais conseguir qualquer intervenção significativa na vida política<sup>81</sup>. Os jornais de Mosley contaram com os artigos de Ezra Pound<sup>82</sup> e mais tarde, na época desolada das recordações, Wyndham Lewis desabafaria com uma exclamação que desde há muitos anos me ecoa na memória: «Somos a vanguarda de um Futuro que não

<sup>78</sup> O. Mosley (2006) *passim*.

<sup>79</sup> *Id.*, *ibid.*, 146 explicou que nessa época era permitida a adesão a ambos os partidos simultaneamente.

<sup>80</sup> *Hitler's Table Talk...*, 254.

<sup>81</sup> J. R. Jones (1965) 62-67; Th. Linehan (2000) 84-114.

<sup>82</sup> V. C. Ferkiss (1955) 175, 186.



se materializou. Fazemos parte de uma “grande época” que não “surgiu”»<sup>83</sup>.

Não foi por falta de ingredientes que o fascismo britânico ficou condenado à nulidade. Só não singrou devido à esterilidade das condições vigentes no país. Apesar de ter sido ultrapassada pela economia norte-americana, apesar de sustentar cada dia com maior dificuldade as forças centrífugas do império, apesar de sofrer bloqueios sociais provocados pela importância anacrônica da nobreza, apesar de deparar com o desemprego e a miséria suscitados pela crise económica mundial, apesar de tudo isto a Grã-Bretanha continuava a ser um dos principais países capitalistas e o maior centro financeiro. Mosley, a quem não faltavam inteligência nem outras coisas, fez mais tarde o balanço e entendeu o motivo por que não fora dele o destino. «A tentativa fracassou então porque a profundidade da crise era insuficiente para conseguir uma transformação com aquela amplitude», escreveu ele acerca da sua demissão do Partido Trabalhista e do lançamento do Novo Partido. «O nosso país nunca chegou a uma situação tão grave como a que prevalecia no resto da Europa»<sup>84</sup>. O pior para o fascismo britânico foi que aquela conjuntura se prolongou nos anos seguintes: «Na década de 1930 quatro acontecimentos foram responsáveis pelo adiamento da crise económica: a desvalorização da libra em 1931, a duplicação do preço do ouro por Roosevelt em 1934, o surto de armamento e a segunda guerra mundial»<sup>85</sup>. Neste contexto, comparando a ascensão veloz do nacional-socialismo na Alemanha com a estagnação do fascismo no seu país, Mosley chamou a atenção para a disparidade dos números: «Desde a fundação do nosso partido em 1932 até à deflagração da guerra em 1939, o desemprego na Grã-Bretanha reduziu-se cerca de 50%. Desde 1927 até à tomada do poder pelo movimento nazi em Janeiro de 1933, o desemprego na Alemanha aumentou quatro vezes e meia»<sup>86</sup>.

O declínio da Grã-Bretanha era lento, não sendo necessário apelar para a conjugação de um autoritarismo exacerbado no topo e um desespero social na base que noutros países deu aos fascistas a oportunidade do triunfo. A superação dos problemas económicos e dos obstáculos sociais pôde obedecer aos termos propostos por Keynes e foi graças às instituições da democracia que se inaugurou um novo ciclo de prosperidade. É certo que tanto no interior do Partido Trabalhista como durante a sua reencarnação fascista Mosley defendeu medidas em parte semelhantes às avançadas por Keynes<sup>87</sup>, o estímulo ao consumo das camadas mais pobres para garantir um

<sup>83</sup> Citado em A. Gašiorek (2010) 75 e *Wyndham Lewis...*, 324.

<sup>84</sup> O. Mosley (2006) 220. Ver também as págs. 225, 229 e 239.

<sup>85</sup> Id., *ibid.*, 226. Ver ainda a pág. 259.

<sup>86</sup> Id., *ibid.*, 232.

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, 150 e 174 reconheceu a influência das conversas tidas com Keynes, mais do que a da leitura dos seus textos, mas considerou (págs. 151, 153, 206, 211) que tinha ido além de Keynes. Foi esta também a opinião de B. Rubin (2010) 330 ao escrever que «o âmbito das ideias de Mosley antecipou até o próprio Keynes». Note-se

mercado interno e uma política governamental de despesas públicas e facilitação do crédito para impulsionar a economia e absorver o desemprego, e parece que Keynes as aprovou<sup>88</sup>. Mas enquanto Keynes criticava acerbamente as ilusões de autarcia e o seu programa de reformas internas era indissociável do incentivo ao comércio mundial e ao estreitamento das relações económicas entre os vários países, Mosley reclamava a autarcia no âmbito do império britânico, assegurada pela imposição de pautas aduaneiras selectivas<sup>89</sup>. Os traços deste programa detectam-se já nas posições defendidas por Mosley quando foi candidato a deputado conservador e se lançou na campanha eleitoral de 1918 com o lema «imperialismo socialista», ou «socialismo imperial», o que era naturalmente o nacional-socialismo do Império<sup>90</sup>. «A divisão entre socialismo internacional e socialismo imperial era inevitável», escreveu Mosley muito mais tarde. «Internacionalismo e socialismo eram uma contradição nos termos»<sup>91</sup>. «Salários elevados proporcionarão um mercado vasto», prometeu ele em 1936 a quem o escutava, «e a exclusão das importações do estrangeiro proporcionará um mercado assegurado»<sup>92</sup>. Afinal, porém, em vez do protecçãoismo alfandegário originariamente defendido por Joseph Chamberlain<sup>93</sup>, que pressupunha uma forma autoritária de governo, os sectores mais lúcidos das classes dominantes conceberam e realizaram a abertura internacional da economia e, internamente, a conciliação dos conflitos sociais<sup>94</sup>.

Foi precisamente isto que não se conseguiu em alguns outros países, onde os movimentos fascistas encontraram condições para se converter em regimes fascistas.

que O. Mosley (2006) 150, 164, 174 e 175 afirmou que metade das suas ideias económicas se devia a Keynes e a outra metade aos técnicos da Reserva Federal norte-americana.

<sup>88</sup> O. Mosley (2006) 198-199, 211.

<sup>89</sup> Th. Linehan (2000) 85-90. Ver ainda B. Rubin (2010) 328-330 e 348. Nas eleições de 1923, porém, que disputou como candidato independente nas listas trabalhistas, Mosley defendeu uma posição pragmática, considerando que o protecçãoismo era conveniente apenas em circunstâncias propícias, e acrescentou que a adopção de taxas de câmbio flutuantes pelos outros países deixava sem efeito as medidas proteccionistas. Mosley explicou que o protecçãoismo era viável no âmbito do Império, que dispunha do vasto leque de matérias-primas necessárias, mas não no âmbito da ilha. Ver O. Mosley (2006) 140-141, 156, 206 e 233-234.

<sup>90</sup> O. Mosley (2006) 77-79. A primeira versão do lema encontra-se na pág. 78, mas é «*socialistic imperialism*», que se distingue de *socialist* e me parece impossível traduzir para português. Mosley mencionou (pág. 85) «a tentativa de combinação de “socialismo” e “imperialismo” na eleição de 1918», mas aqui já escreveu «*socialism*», até porque seria mais difícil mudar a forma do substantivo do que a do adjectivo. Ver também a pág. 86. A segunda versão do lema aparece nas págs. 210-211.

<sup>91</sup> Id., *ibid.*, 214.

<sup>92</sup> Id. (1936) § 38.

<sup>93</sup> Mosley considerou que as raízes do seu programa provinham da «combinação de radicalismo e imperialismo» defendida por Joseph Chamberlain. Ver *id.* (2006) 78.

<sup>94</sup> Para as críticas feitas na época ao programa de autarcia defendido por Mosley ver B. Rubin (2010) 331-332. Mas não me parece que Bret Rubin (pág. 333) distinguisse claramente a questão da autarcia da questão do financiamento pelo deficit.

### 3. O fascismo como via para superar uma economia bloqueada

Os partidos fascistas só chegaram ao poder quando a articulação do eixo radical com o eixo conservador se efectuou numa conjuntura de bloqueio ao desenvolvimento económico. Não se tratou de uma condição suficiente, nem creio que tal exista em história, mas foi uma condição necessária. Um dos mais estranhos panegiristas do Terceiro Reich, Emanuel Moravec, sub-homem entoando loas à raça dos senhores, afirmou repetidamente que a autarcia implantada pelo nacional-socialismo só pudera vingar nas condições de crise económica deflagradas em 1929<sup>95</sup>. Também Mihail Manoilescu, o principal teórico fascista do corporativismo, considerou que este sistema correspondia a uma situação em que a crise mundial provocara a redução drástica do comércio externo. Cada nação deveria organizar-se economicamente perante as outras do mesmo modo que uma fortaleza cercada<sup>96</sup>, e por isso estaria destinado a prevalecer no mercado internacional o sistema de compensação, mediante o qual se importava de um dado país somente se houvesse a garantia de exportações equivalentes. Ora, «a influência exercida por estes novos métodos comerciais sobre a organização económica interna de cada país é tão vasta como profunda», impondo a coordenação da economia no âmbito nacional. O sistema de compensação exigia que o Estado interviesse para fornecer créditos, exigia a padronização da produção para aumentar a produtividade e a capacidade concorrencial, exigia acordos entre exportadores para que os preços não baixassem bruscamente no mercado mundial, exigia a adaptação da capacidade de produção à capacidade de compra, exigia a especialização das instituições de crédito e tudo isto implicava uma economia organizada. O corporativismo era, para Manoilescu, a «forma natural» da economia organizada. «*Querer organizar a ordem social é, portanto, querer o Estado corporativo*»<sup>97</sup>.

Neste contexto de bloqueio ao desenvolvimento económico distingo três tipos de situações. De uma maneira flagrante, o crescimento da economia podia deparar com obstáculos motivados pela derrota militar, o que correspondeu especialmente aos casos da Alemanha, da Hungria e da Áustria após a primeira guerra mundial. Num segundo tipo de casos, de que o Japão e a Itália foram exemplos clássicos, dificuldades económicas estruturais eram atribuídas ao facto de a vitória na guerra não ter ocasionado os resultados que se ambicionavam. Num terceiro tipo de situações, alguns países que ocupavam uma posição marginal ou subordinada na economia

<sup>95</sup> E. Moravec (1941) 25, 35, 46.

<sup>96</sup> M. Manoilescu (1936) 35.

<sup>97</sup> Id., *ibid.*, 118-122. As frases citadas encontram-se respectivamente nas págs. 119, 122 e 126 (sub. orig.).

mundial, como sucedia com as duas nações ibéricas ou, do outro lado do mar, com o Brasil de Getúlio Vargas e com a Argentina de Perón, recorreram ao fascismo para criar um sistema de economia organizada, que lhes permitisse proceder a um arranque industrial sustentável. Os regimes fascistas implantaram-se apenas em países que se encontravam em qualquer destas condições. Para estudar um movimento fascista basta-nos o contexto social e o quadro institucional que analisei nos capítulos anteriores; mas para estudar um regime fascista temos de analisar o inter-relacionamento das instituições radicais e das conservadoras numa das três conjunturas de bloqueio sócio-económico, que tornavam difícil transitar de um para outro ciclo da mais-valia relativa ou impossibilitavam até a ultrapassagem dos limites da mais-valia absoluta. Vou deter-me um pouco nesta questão.

A acumulação do capital nas economias desenvolvidas tem como suporte directo o progresso técnico e o aumento da produtividade. Por um lado, na mesma jornada de trabalho, ou numa jornada mais reduzida, os trabalhadores executam operações que requerem uma qualificação superior e um desempenho mais intensivo, ou seja, durante o mesmo número de horas do relógio realizam uma actividade de complexidade crescente que representa um tempo de trabalho superior àquele que era executado com menores qualificações e com capacidades técnicas menos evoluídas. Tudo o que no capitalismo se chama progresso consiste, afinal, em realizar durante o período de uma hora um trabalho cada vez mais complexo, que representa um número crescente de horas de trabalho simples. Por outro lado, os patrões podem pagar mais aos trabalhadores em termos da quantidade de bens e serviços que estes adquirem com o salário, porque lhes pagam menos em termos do tempo de trabalho incorporado nesses bens e serviços. O crescimento da produtividade permite aumentar o número de bens postos à disposição da classe trabalhadora e simultaneamente reduzir o valor de cada um desses bens, medido em tempo de trabalho. Enquanto os trabalhadores podem julgar que estão trabalhando menos e ganhando mais — e estão-no decerto, numa perspectiva estritamente formal ou material — são os patrões quem lucra nos únicos termos que realmente contam no capitalismo, a apropriação de tempo de trabalho e a sua conversão em capital. Este sistema em que aquilo que se afigura aos trabalhadores ser menos trabalho e mais salário reverte para a empresa na apropriação de mais tempo de trabalho e no pagamento de uma soma equivalente a menos tempo de trabalho, esta transformação do parecer em ser é o único milagre da nossa época e deve-se aos mecanismos da mais-valia relativa.

Pelo contrário, a mais-valia absoluta constitui uma modalidade de exploração muito elementar e limitada. Se o crescimento da produtividade deparar com obstáculos, internos ou externos, o aumento dos lucros só poderá provir de uma ampliação da jornada de trabalho ou de uma

redução do número de bens a que o salário dá acesso. Qualquer destas alternativas encontra limites inultrapassáveis, visto que ninguém consegue prescindir de um certo tempo de sono nem de uma certa quantidade de alimentos. Além disso, um trabalhador explorado em sistema de mais-valia absoluta deteriora gradualmente as qualificações que de início podia ter e diminui a rentabilidade do seu trabalho. Enquanto a mais-valia relativa tende a reproduzir-se numa espiral em ampliação, a mais-valia absoluta tende para a forma oposta, uma espiral que se aproxima do centro e ameaça entrar em colapso. Um país onde prevaleça esta modalidade de exploração verá a sua posição decair em comparação com os países cuja economia se reja pela mais-valia relativa. Nesta perspectiva, concluo que o fascismo triunfou onde se erguiam obstáculos duráveis ao desenvolvimento da mais-valia relativa, e não onde o capitalismo pôde realizar na prática as suas tendências íntimas de crescimento<sup>98</sup>.

A leitura de uma obra de Mihail Manoilescu contribui para esclarecer o problema. Depois de chamar a atenção para as condições de troca desigual prevalecentes no mercado mundial entre países com diferentes graus de desenvolvimento, observando que nestas trocas o trabalho de um operário dos países industrializados equivalia ao esforço de vários trabalhadores dos países agrícolas<sup>99</sup>, Manoilescu considerou que a diminuição de custos, necessária para aumentar a competitividade, só poderia resultar da diminuição dos lucros dos patrões e dos salários dos trabalhadores, e acrescentou que, na sua opinião, era sobre os lucros que poderiam operar-se as maiores reduções<sup>100</sup>. Isto dever-se-ia ao facto de o sistema corporativo pressupor a ascensão da classe dos gestores, indispensável a uma economia organizada, e o correspondente declínio dos proprietários capitalistas e dos seus interesses particulares, o que teria como efeito uma diminuição dos lucros, imposta pelo Estado<sup>101</sup>. Todavia, como Manoilescu não demonstrou que a soma das remunerações dos gestores fosse inferior aos lucros antes atribuídos aos proprietários, parece-me que a única redução de custos com resultados práticos incidiria nos salários. «A crise do Ocidente, que é [...] uma *crise de inadaptação*, não poderia continuar se a *grande quantidade* de operários industriais deixasse de aterrorizar o Estado e — permitindo a diminuição dos salários — tornasse possível a redução dos preços industriais. *A impotência comercial dos países industriais é pois, em boa medida, um efeito da ditadura da quantidade*»<sup>102</sup>. Manoilescu não concebia que

<sup>98</sup> A. Sohn-Rethel (1987) 69-71 considerou que o fascismo se implantara quando o sistema de mais-valia relativa deixara de poder exercer-se e fora necessário um sistema de mais-valia absoluta, que implicava a liquidação de todas as organizações de reivindicação salarial. Ver também as págs. 83, 89 e 93.

<sup>99</sup> M. Manoilescu (1936) 63-66.

<sup>100</sup> Id., *ibid.*, 52-54.

<sup>101</sup> Id., *ibid.*, 17, 45, 55-56, 68-69.

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, 329 n. 1 (subs. orig.).

os custos de produção pudessem baixar devido a um aumento da produtividade, mas unicamente devido à redução dos salários. Por isso, «entre as funções sociais das corporações económicas existe uma com uma importância especial: é a *regulamentação do mercado de trabalho*»<sup>103</sup>. Esta incapacidade de o fascismo transitar para um sistema de mais-valia relativa está pressuposta no que Manóiescu escreveu a respeito da Itália: «Se o corporativismo italiano organizou alguma coisa foram sem dúvida as relações de trabalho e os contratos de trabalho»<sup>104</sup>. A crise do Ocidente obrigaria os países europeus a obter o máximo de resultados económicos num espaço restrito e com meios restritos, o que tornava necessária uma economia organizada. Fora assim que a organização prevalecera na Itália fascista e começara a predominar também na Alemanha, com a chegada dos nacionais-socialistas ao poder<sup>105</sup>. «Por que motivo, entre todos os grandes países europeus, este regime [o corporativismo] surgiu apenas na Itália? Porque ali *o problema da subsistência da nação* já não podia ser resolvido de maneira automática. As condições económicas são tão difíceis na Itália que *o problema da subsistência (ou seja, o problema de alimentar uma grande população num território limitado e pobre) constitui um problema para a colectividade e, por conseguinte, para o Estado*»<sup>106</sup>. A relação entre penúria, economia organizada e fascismo ficou claramente estabelecida na obra de Manóiescu, confirmando-se que os regimes fascistas só se implantaram em países onde se erguiam obstáculos ao desenvolvimento capitalista.

Todavia, no período que mediou entre as duas guerras mundiais era corrente na extrema-esquerda a convicção de que a evolução natural do capitalismo conduziria ao fascismo. Supondo que o capitalismo estava a atravessar uma crise económica estrutural, impossível de solucionar com os seus próprios recursos, Palme Dutt, ideólogo oficial do Partido Comunista britânico, pretendeu numa obra publicada pela primeira vez em 1934 que o fascismo era a única alternativa de que os capitalistas dispunham, já que implicava a instauração ditatorial de limites permanentes ao desenvolvimento das forças produtivas<sup>107</sup>. Na realidade, porém, países como os Estados Unidos, o Reino Unido e as nações escandinavas encontraram expedientes internos para retomar o crescimento económico. Mesmo aqui alguns marxistas detectaram uma ameaça igualmente grave. Max Adler, um dos teóricos mais em vista da ala esquerda da social-democracia, afirmou numa obra de 1933 que o desenvolvimento das instituições democráticas reforçava a posição política do

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, 278 (sub. orig.).

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, 363.

<sup>105</sup> Id., *ibid.*, 46-47, 53.

<sup>106</sup> Id., *ibid.*, 66-67 (subs. orig.).

<sup>107</sup> R. P. Dutt (1936) *passim*. O autor sintetizou a sua argumentação ao escrever (pág. 19) que «a tentativa de resolver o problema, fundamentalmente contraditório, do capitalismo planificado só pode ser prosseguida mediante o fascismo: limitação das forças produtivas e repressão do proletariado».

proletariado, pondo em risco os privilégios da burguesia, e que por isso «a partir da democracia burguesa desenvolve-se necessariamente o fascismo»<sup>108</sup>. Mas sucedeu exactamente o contrário do previsto por estas pitonisas da história, e o fascismo jamais se estabeleceu nos países onde a mais-valia relativa norteava o crescimento económico. Não foi a evolução da democracia capitalista, mas o bloqueio oposto a essa evolução, que constituiu o terreno fértil para o triunfo dos fascismos. Aliás, os sociais-democratas entre as duas guerras mundiais enganaram-se duplamente, porque também previram que a evolução do capitalismo pressionaria a democracia a abrir-se de maneira crescente à participação política dos trabalhadores. Hilferding, o principal teórico da social-democracia alemã durante a república de Weimar, dava o tom ao considerar que a formação de vastos cartéis e a intervenção dos governos na organização económica corresponderia ao avanço do socialismo. O que na verdade aconteceu foi que o desenvolvimento da mais-valia relativa levou o capitalismo a incorporar os mecanismos do totalitarismo, mas sem precisar para isso de alterar substancialmente as instituições da democracia representativa. Em vez de conduzi-la ao fascismo, a evolução da democracia capitalista permitiu-lhe alcançar de um modo completamente diferente — discreto e subtil — alguns dos objectivos do fascismo. E se reflectirmos que a lição dos acontecimentos, apesar de ser bastante clara, não instruiu certa extrema-esquerda nossa contemporânea, que continua a imaginar que o capitalismo desenvolvido está sempre à beira das modalidades clássicas de fascismo, devemos concluir que não se trata de um mero equívoco explicável por circunstâncias episódicas, mas de algo mais profundo.

#### 4. Da guerra mundial à revolução internacional

Sempre que lhes pareceu ser materialmente possível, os regimes fascistas pretenderam resolver mediante a expansão externa as limitações surgidas ao desenvolvimento interno. O imperialismo foi um componente do fascismo e um historiador defendeu que lhe estava subjacente uma noção de império anterior a qualquer expansão territorial, que «exprimiu fundamentalmente o propósito de criar uma nova civilização, que devia elevar-se no século XX a modelo universal [...]»<sup>109</sup>. «Temos vontade de Império», proclamou o programa da Falange<sup>110</sup>, numa voz que ecoava

<sup>108</sup> A obra de Max Adler, *Linkssozialismus. Notwendige Betrachtungen über Reformismus und revolutionären Sozialismus*, encontra-se parcialmente reproduzida em G. Marramao (1977) 258-286, podendo ler-se a passagem referida na pág. 267 n. 9.

<sup>109</sup> E. Gentile (2010) 198-199. Ver igualmente Ph. Burrin (2000) 78-80 e J. B. Whisker (1983) 9. «Para os fascistas, o imperialismo ocupava o centro da matriz fascista», considerou F. Finchelstein (2017) 106.

<sup>110</sup> Citado em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 519. Também o generalíssimo Franco, como se vê em L. M. Anson (1994) 151, 196-201 e 205, proclamou repetidamente a sua aspiração ao Império. H. R. Southworth (1967)

a dos seus congéneres. Mesmo os fascistas da minúscula Holanda, não satisfeitos com as enormes extensões coloniais que o país já possuía, sonhavam anexar a África do Sul sob a égide dos seus antigos compatriotas *afrikaners*<sup>111</sup>. Até em Portugal, onde o império estava feito desde há muito, as cobiças que a Alemanha, a Itália e a União Sul-Africana manifestavam por Angola e Moçambique e as ameaças de fiscalização da Sociedade das Nações relativamente ao trabalho forçado dos nativos foram um factor que contribuiu para o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e para a consequente implantação do fascismo<sup>112</sup>. Durante o Estado Novo português a evocação obsessiva das glórias da expansão ultramarina não atendeu a finalidades apenas ideológicas mas destinou-se igualmente a garantir o império. Pobre império, aliás, ou império pobre, porque a depauperada metrópole fraca figura fazia no que então se chamava o concerto das nações<sup>113</sup>. Em Barcelona, em Maio de 1937, nas vésperas de ser assassinado, Camillo Berneri detectou uma «diferença de estilo» entre o «imperialismo faminto» da Itália e da Alemanha e o «imperialismo saciado» da Grã-Bretanha e da França<sup>114</sup>. Com efeito, o imperialismo das metrópoles mais ricas podia perpetuar-se através dos mecanismos do mercado, mas países que deparavam com bloqueios exteriores ou sofriam debilidades estruturais e ocupavam uma posição secundária na economia internacional só conseguiriam realizar a expansão mediante o recurso à guerra. Para os fascismos a intervenção bélica substituiu a acumulação interna do capital, e foi a primeira guerra mundial que lhes deu o carácter de movimento de massas<sup>115</sup>.

Esta génese não podia ter sido mais contraditória porque, se a guerra serviu de modelo aos fascismos para a resolução dos problemas económicos, devia recordar-lhes igualmente tudo o que desejariam evitar. É um lugar-comum da historiografia afirmar que o entusiasmo popular animara em Julho e Agosto de 1914 os principais beligerantes, deixando isolados e expostos a ataques e baixas calúnias os internacionalistas e os pacifistas. Mas até que ponto é isto verdade? A passagem da grande maioria das figuras conhecidas do socialismo para o campo patriótico talvez não revelasse tanto o estado de espírito das bases como sobretudo a burocratização dos dirigentes e a sua ligação cada vez mais estreita aos aparelhos do poder<sup>116</sup>. Na Alemanha, o país

66 resumiu a diferença entre Ortega y Gasset e os fascistas ao escrever que um sonhava com um Estado que fosse já imperialista e que, por isso, podia ser liberal, enquanto os outros desejavam lutar por um império e precisavam, para tal, de um Estado totalitário.

<sup>111</sup> D. Orlow (2009) 36, 146.

<sup>112</sup> V. Alexandre (1993) 1118-1123.

<sup>113</sup> P. A. Oliveira (2000) 93 chamou-lhe «um colonialismo essencialmente retórico».

<sup>114</sup> Citado em G. Carozza (2001) 35.

<sup>115</sup> R. De Felice (1978) 173-178.

<sup>116</sup> Procedendo a um estudo detalhado do caso alemão nos anos imediatamente anteriores à primeira guerra mundial, P. Broué (2006) 20 e segs. retomou uma análise de Zinoviev para mostrar que a direcção do SPD representava cada vez menos as bases operárias e que, além disso, por ocasião das votações no interior do partido as



clássico da social-democracia, se é certo que, por um lado, os estratos cimeiros do SPD e dos sindicatos haviam adoptado posturas nacionalistas ou francamente militaristas, é igualmente exacto, por outro lado, que as greves espontâneas, organizadas fora do aparelho social-democrata, tinham-se tornado cada vez mais frequentes e amplas nos anos anteriores à guerra<sup>117</sup>; e parece que nos primeiros tempos do conflito o entusiasmo bélico caracterizou sobretudo os intelectuais e não a classe operária<sup>118</sup>. Há indícios de que a situação teria sido diferente do outro lado da fronteira, em França. O sindicalista Alphonse Merrheim, que defendeu durante o conflito posições internacionalistas e foi um dos dois representantes franceses na conferência de Zimmerwald, escreveu que «a classe operária, entusiasmada por uma formidável vaga de nacionalismo, não teria deixado às forças da ordem a tarefa de nos fuzilar e tê-lo-ia feito ela própria», e outro sindicalista, Pierre Monatte, cujas posições internacionalistas foram ainda mais intransigentes, declarou também que a opinião contrária à guerra se viu então remetida a uma situação de completa impotência<sup>119</sup>. Mas estas afirmações parecem menos credíveis quando recordamos que em França as eleições de Abril e Maio de 1914, a escassos dois meses do começo do conflito, e cujo tema principal fora a ampliação do período de recrutamento obrigatório e, portanto, a preparação para um massacre que se previa iminente, haviam dado uma clara maioria às forças políticas contrárias à extensão do serviço militar e favoráveis a uma conciliação com a Alemanha<sup>120</sup>. Aliás, com cento e três deputados eleitos, nunca os socialistas franceses haviam obtido uma tão expressiva votação<sup>121</sup>. E na Itália, antecipando-se aos primeiros confrontos nos campos de batalha, os trabalhadores desencadearam em Junho de 1914 um enorme movimento antimilitarista, com que procuraram garantir a manutenção da neutralidade do país. Durante esta Semana Vermelha, tal como ficou depois conhecida, foi declarada uma greve geral que contou com adesões massivas e que em alguns lugares se abeirou da insurreição<sup>122</sup>. Igualmente no Reino Unido o entusiasmo popular pela guerra parece ter sido pouco visível<sup>123</sup>. Mas foi sobretudo a partir de 1916 que se desencadeou o movimento social de hostilidade à guerra.

Já no final da reunião de urgência do *Bureau* Socialista Internacional em Bruxelas, a 29

camadas populares que por motivos sociais ou profissionais adoptavam tendências mais conservadoras beneficiavam de um número desproporcionado de delegados relativamente aos trabalhadores industriais não qualificados. Ignoro se para a situação francesa foi levada a cabo qualquer análise nesta perspectiva.

<sup>117</sup> Id., *ibid.*, 38.

<sup>118</sup> P. Watson (2011) 531.

<sup>119</sup> Estas citações encontram-se em D. Ligou (1962) 241-242, e outras no mesmo sentido vêm na pág. 277.

<sup>120</sup> Ch. S. Maier (1988) 48; M. Reclus (1945) 275.

<sup>121</sup> A. Zévaès (1951) 236. Porém, M. Reclus (1945) 275 mencionou cento e quatro eleitos.

<sup>122</sup> G. Bortolotto (1938) 226-227; F. L. Carsten (1967) 45; A. Lyttelton (1982) 37; P. Milza (1999) 159-160; Z. Sternhell et al. (1994) 139.

<sup>123</sup> D. Sassoon (2012) 27.

de Julho de 1914, poucos dias faltavam para o conflito se generalizar, Jean Jaurès fizera um discurso profético, o último que proferiu antes de ser assassinado: «Até para os senhores absolutos o terreno está minado. Na exaltação inconsciente e no entusiasmo dos primeiros combates eles conseguirão arrebatar as massas. Mas à medida que o tifo completar a obra dos obuses, à medida que a morte e a miséria espalharem a devastação, os homens desenganados hão-de fitar os dirigentes franceses, russos, alemães, austríacos, italianos e todos lhes perguntarão como podem justificar todos esses montões de cadáveres. E então a revolução em fúria dir-lhes-á: “Vai-te, e pede perdão a Deus e aos homens!”»<sup>124</sup>. Menos lírica mas igualmente profética foi a minoria na conferência de Zimmerwald. Nesta povoação suíça haviam-se reunido em Setembro de 1915 trinta e oito delegados, representando os socialistas internacionalistas de onze países. Uma maioria de dezanove votos, os de Kautsky, Trotsky, Martov e Rakovsky entre eles, sem esquecer Tchernov, o socialista-revolucionário russo, apelava para a interrupção imediata das hostilidades e uma paz negociada, sem anexações territoriais nem indemnizações económicas. Os doze votos da minoria, entre os quais o de Lenin, pretendiam ir mais longe e propunham uma estratégia que convertesse a guerra em revolução, transformando o conflito entre nações num conflito entre classes.

Com efeito, perante o impasse que imobilizara as principais frentes de batalha e desmentira as promessas iniciais dos governantes e dos chefes militares, esmoreceu qualquer eventual empenho dos operários em participar no esforço de guerra. No lado das Potências Centrais, de 1915 a 1916 o número de dias de trabalho perdidos por greve na Alemanha aumentou 500%, e 700% de 1916 a 1917, quando atingiu dois milhões<sup>125</sup>. As greves de Abril de 1917 em Berlim mobilizaram entre 200.000 e 300.000 trabalhadores<sup>126</sup>. Na mesma altura uma vaga de greves agitou o operariado do Império Austro-Húngaro<sup>127</sup> e em Novembro desse ano cem mil operários manifestaram-se em Budapeste a favor de uma paz imediata<sup>128</sup>. Entretanto as greves e os motins provocados pela fome tornaram-se cada vez mais frequentes em Budapeste e em Viena, ficando a situação tão crítica que em Janeiro de 1918 as autoridades se viram obrigadas a retirar sete divisões das frentes de combate e mandá-las impor a ordem nas ruas<sup>129</sup>. Ao mesmo tempo que aumentava a agitação nas fábricas, reforçavam-se os desejos de emancipação das minorias nacionais incluídas no Império Austro-Húngaro, a ponto de em Maio de 1918 algumas tropas

<sup>124</sup> Transcrito em A. Zévaès (1951) 247.

<sup>125</sup> A. Marwick (1974) 847.

<sup>126</sup> P. Broué (2006) 93-94; O. K. Flechtheim (1972) 48.

<sup>127</sup> G. Marramao (1977) 22-23.

<sup>128</sup> M. Gilbert (2011 a) II 472.

<sup>129</sup> Id., *ibid.*, II 482-483.

eslovenas estacionadas na Áustria se terem insurreccionado e declarado a intenção de regressar à sua região de origem, sucedendo depois o mesmo com tropas ruténicas, sérvias e checas e mais tarde, em Outubro, com tropas croatas e até húngaras<sup>130</sup>. No lado da *Entente*, de 1915 a 1916 o número de movimentos grevistas em França subiu 220% e a quantidade de participantes aumentou mais de 340%, sendo as cifras correspondentes entre 1916 e 1917 de cerca de 120% e de 610%<sup>131</sup>. Entretanto o rendimento do trabalho diminuiu 15% nas fábricas de material de guerra da região de Paris e 50% nas de Bourges<sup>132</sup>. Na Rússia, em Janeiro de 1916 mais de 10.000 operários entraram em greve numa base naval do Mar Negro, um movimento que depressa atravessou o país, paralisando 45.000 trabalhadores do porto de Petrogrado, e calcula-se que em Outubro desse ano cerca de 200.000 operários estivessem a participar em 177 greves de carácter político<sup>133</sup>. No Reino Unido, tal como sucedeu no Império Austro-Húngaro, a agitação durante os anos de guerra desdobrou-se em duas vertentes, nacionalista e operária. Por um lado, agudizou-se o conflito irlandês, precipitando-se o proletariado da ilha, junto com a restante população católica, numa luta armada pela independência. Por outro lado, na Grã-Bretanha as greves de 1916 e 1917 suscitaram a expansão e a generalização dos *shop stewards*, membros dos sindicatos eleitos pelos trabalhadores no quadro das unidades de produção e que defendiam naquela época as posições da base operária, frequentemente em oposição às direcções sindicais<sup>134</sup>. Um relatório secreto britânico de Janeiro de 1918, baseado numa minuciosa avaliação da correspondência interceptada, revelou um grande aumento do número de pessoas favoráveis a uma paz imediata<sup>135</sup>. E na Itália a insatisfação generalizou-se em 1917 entre operários e camponeses, culminando em Agosto numa revolta de cinco dias em Turim, reprimida com uma violência tal que se contaram cerca de cinquenta mortos e duzentos feridos e mais de oito centenas de presos. Foi então que começaram a aparecer no norte do país as comissões internas de fábrica, cujas implicações só mais tarde se iriam manifestar plenamente, durante as grandes greves de Agosto e Setembro de 1919<sup>136</sup>.

<sup>130</sup> Id., *ibid.*, II 518-519, 592, 595, 603.

<sup>131</sup> D. Ligou (1962) 277 n. 1. A. Marwick (1974) 846 parece situar em 1916 os números que Daniel Ligou atribuiu a 1915. Para a comparação de 1917 com 1916 ver igualmente A. Marty (1950) 59. Segundo Daniel Ligou e Arthur Marwick, teria havido 293.810 grevistas em 1917. A dimensão deste movimento pode avaliar-se por comparação com os grandes confrontos laborais de 1904-1906. Z. Sternhell (1978) 321 indicou que em 1904 se registaram em França 271.097 grevistas e 438.500 em 1906, quando o movimento atingira o auge. Para um país em guerra, com uma grande parte da força de trabalho mobilizada, os quase trezentos mil grevistas de 1917 constituem, portanto, um número impressionante.

<sup>132</sup> Estes números foram fornecidos por G. Pedroncini (1999) 44, sem indicar datas.

<sup>133</sup> M. Gilbert (2011 a) I 278, II 362.

<sup>134</sup> A.-L. Morton et al. (1963) 350 e segs.

<sup>135</sup> M. Gilbert (2011 a) II 487.

<sup>136</sup> A. Lyttelton (1982) 43-44; P. Milza (1999) 205; E. Santarelli (1981) I 73-74, 133.

A contestação económica estimulou, por seu turno, a insatisfação das tropas. Jean Galtier-Boissière, que assim como apreciava os trabalhadores isolados e irónicos desconfiava deles quando os via revolucionários e todos juntos, contou nas suas Memórias: «Ah! Como estava longe o dia inesquecível em que partíramos da caserna parisiense — “a viagem de férias até Berlim” — banhados pelo sol, rodeados por um entusiasmo delirante, as espingardas floridas. Agora as partidas realizavam-se de noite, muitas vezes ao som lúgubre da *Internacional* [...]»<sup>137</sup>. Um dos principais motivos de preocupação dos generais franceses eram os contactos que durante os períodos de licença na retaguarda os soldados efectuavam com os operários grevistas<sup>138</sup>. Os generais britânicos não estariam decerto menos apreensivos com as canções entoadas em coro pelos soldados que regressavam de licença ao país, exprimindo em termos claros o desejo de não morrer nem regressar à frente de batalha<sup>139</sup>, e proibiram que os jornais socialistas, mesmo moderados, circulassem entre as tropas britânicas estacionadas em França<sup>140</sup>.

Entretanto fora-se tornando cada vez mais frequente a fraternização nas trincheiras entre soldados da *Entente* e das Potências Centrais. Já no Natal de 1914, ainda não haviam decorrido cinco meses desde o início do conflito, as tropas britânicas e alemãs arranjam maneira de se comunicar e estabeleceram uma trégua para celebrar o dia, trocando presentes, cantando em conjunto e mesmo jogando futebol ou caçando lebres onde antes se haviam caçado uns aos outros. Esta fraternização «deveu-se quase sempre à iniciativa das tropas alemãs», especificou um historiador, e o movimento ampliou-se às trincheiras francesas, embora atingisse aí proporções muito menores. Logo que tomou conhecimento do que se passava, o comandante-chefe da Força Expedicionária Britânica adoptou medidas para restabelecer a disciplina<sup>141</sup>, mas o impulso à fraternização nunca cessou. Bom conhecedor da linha de frente durante os primeiros tempos da guerra, Galtier-Boissière enunciou uma das regras básicas do comportamento das tropas: «Fora dos ataques ordenados pelos comandantes, era raro que a infantaria dos dois campos procurasse exterminar-se. Quando por acaso deparávamos com um inimigo entregue tranquilamente às suas ocupações, não ocorreria a nenhum dos meus camaradas a ideia extravagante de lhe acertar com um tiro na cabeça. Qualquer rapaz bem formado consideraria um gesto desses como uma espécie de assassinato». Habitados a verem-se quotidianamente, ou pelo menos a sentirem a presença recíproca, não espanta que os homens enterrados nas trincheiras de um e outro lado estreitassem

<sup>137</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 240.

<sup>138</sup> G. Pedroncini (1999) 93, 97-98, 141, 160-161, 282-283, 295, 304.

<sup>139</sup> M. Gilbert (2011 a) I 274.

<sup>140</sup> J. Simpson (2011) 156.

<sup>141</sup> M. Gilbert (2011 a) 143-146. A frase reproduzida encontra-se na pág. 144. Ver ainda J. Simpson (2011) 134-136.

os elos de convivência. «No planalto de Vimy, sobranceiro a Souchez», recordou Galtier-Boissière, «testemunhei várias vezes actos de fraternização durante o Inverno de 1915-1916»<sup>142</sup>. Em Novembro de 1915 as chuvas e a lama foram tantas e tão grande o desconforto que houve casos em que os alemães, pedindo aos gritos que os inimigos não disparassem, subiram para cima das trincheiras para se secarem, até que, como habitualmente, aparecessem ordens superiores contra a fraternização<sup>143</sup>. Situações idênticas ocorreram noutros lugares, provocando pânico entre os oficiais. «Contava-se que na noite de Natal de 1915, no sector do forte de Brimont, entre Reims e Berry-au-Bac, os soldados da infantaria francesa e da alemã haviam abandonado em massa as trincheiras e se lançaram nos braços uns dos outros», relatou Galtier-Boissière. «Os comandantes perderam a cabeça e para obrigar os adversários, reconciliados durante um breve instante, a reintegrar as trincheiras respectivas foi necessário que de ambos os lados se recorresse à ameaça de ordenar que a artilharia disparasse sobre as tropas amalgamadas»<sup>144</sup>. No sector britânico o alto comando estava decidido a não permitir a repetição do que se passara no ano anterior, e em Dezembro de 1915 deu ordem para que no dia de Natal houvesse tiros de artilharia incessantes contra as trincheiras alemãs<sup>145</sup>. Apesar destas tentativas de intimidação, e de outras decerto, os comandantes não conseguiram pôr cobro às fraternizações. «Em certos pontos da frente estabeleceram-se relações entre militares franceses e alemães», lê-se num documento emanado em Setembro de 1916 do alto-comando do exército francês, que advertia em seguida que atitudes de tal tipo eram passíveis de pena de morte<sup>146</sup>. E André Marty, que se destacaria em 1919 na revolta dos marinheiros franceses no Mar Negro, recordou que «no início do Inverno de 1916-1917, especialmente por ocasião do Natal, ocorreram numerosos casos isolados de fraternização, em sectores tranquilos da linha de frente»<sup>147</sup>. Situações como estas não eram desconhecidas no outro lado da Europa, por exemplo em Abril de 1916, quando os soldados de quatro regimentos russos estabeleceram uma trégua com tropas do Império Austro-Húngaro para festejarem em conjunto a Páscoa ortodoxa<sup>148</sup>. Em resumo, nas palavras de Galtier-Boissière, o soldado francês «detestava muito menos os alemães do que os polícias»<sup>149</sup>.

Não espanta que em França a deserção crescesse e fosse até organizada à luz do dia<sup>150</sup>.

<sup>142</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 346, 347.

<sup>143</sup> M. Gilbert (2011 a) I 268.

<sup>144</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 346-347.

<sup>145</sup> M. Gilbert (2011 a) I 270-271.

<sup>146</sup> Citado em G. Pedroncini (1999) 34.

<sup>147</sup> A. Marty (1950) 54. No entanto, M. Gilbert (2011 a) II 375 pretendeu que na frente ocidental a fraternização foi impedida no Natal de 1916.

<sup>148</sup> M. Gilbert (2011 a) I 292.

<sup>149</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 358-359.

<sup>150</sup> G. Pedroncini (1999) 11, 24-25; J. Williams (1974) 762.

Nas suas Memórias um general, companheiro devotado de Pétain, indignou-se: «Em Paris, especialmente na Gare de l'Est [estação ferroviária que assegurava os contactos com a frente], o apelo à deserção era feito em grande escala. Nas imediações funcionavam agências de deserção»<sup>151</sup>. O movimento de hostilidade à guerra avolumou-se e consolidou-se até que entre Abril e Setembro de 1917 uma onda de revolta se propagou nas trincheiras francesas, atingindo o auge em Maio e na primeira metade de Junho. Durante estas seis semanas amotinou-se a maior parte do exército francês. Cinquenta e quatro divisões sublevaram-se contra os comandantes, elegeram representantes, hastearam bandeiras vermelhas e ameaçaram marchar sobre a capital para derrubar o governo<sup>152</sup>. Leio nas Memórias de um jornalista arguto e íntegro: «Na Primavera de 191[7] André Maginot [um dos políticos franceses mais ligados aos altos comandos militares] reconheceu em sessão secreta da Câmara que entre a cidade de Paris e a linha de combate só restava uma divisão em que o governo podia depositar absoluta confiança. [...] Um rumor subterrâneo de descontentamento alastrava pelo exército. Rebentaram revoltas. De uma feita estiveram envolvidos oitenta e sete regimentos franceses, de outra cento e quinze»<sup>153</sup>. As deserções tornaram-se massivas e um relatório do serviço de informações do exército referiu em Julho de 1917 a presença de dez mil desertores na região parisiense<sup>154</sup>. Aliás, o movimento não se limitou à frente ocidental e em Julho de 1917 amotinaram-se as tropas francesas na frente de Salónica<sup>155</sup>.

Não deve oferecer dúvidas a influência que as greves e a agitação anarquista e socialista contra a guerra exerceram sobre os soldados nas trincheiras francesas<sup>156</sup>, mas a partir do momento em que se iniciaram os motins a repercussão fez-se sentir igualmente em sentido inverso, e um dos aspectos mais reveladores do carácter assumido pela sublevação nas linhas da frente foram os numerosos apelos dos amotinados à solidariedade dos grevistas e do movimento operário em geral. Os serviços militares de censura do correio encontraram em muitas cartas estes pedidos de

<sup>151</sup> Esta passagem do livro do general Bernard Serrigny, *Trente Ans avec Pétain*, encontra-se citada em G. Pedroncini (1999) 258. Acerca da propaganda contra a guerra e do apoio à deserção efectuados na Gare de l'Est ver ainda as págs. 259, 261 e 264.

<sup>152</sup> Acerca dos motins na linha de frente francesa ver M. Gilbert (2011 a) II 410-411, G. Pedroncini (1999) *passim* e J. Williams (1974) 760-763. Guy Pedroncini, op. cit., 63-64 calculou que a agitação tivesse atingido quase dois terços do exército francês, sendo os actos de indisciplina colectiva particularmente sérios em mais de um quarto das grandes unidades. Quanto às eleições de delegados pelas tropas revoltosas ver Pedroncini na pág. 297.

<sup>153</sup> P. van Paassen (1941) 73-74. Escreveu A. Marty (1950) 57 que «segundo [o ministro da Guerra] Painlevé, a 4 de Junho [de 1917], entre Soissons e Paris só restam duas divisões fiéis ao governo» e M. Gilbert (2011 a) II 412 confirmou esta versão.

<sup>154</sup> G. Pedroncini (1999) 175, 258 n. 1, 284; J. Williams (1974) 762-763.

<sup>155</sup> M. Gilbert (2011 a) II 429.

<sup>156</sup> G. Pedroncini (1999) 37-51, 116-117, 120-121, 134 n. 3, 153, 254, 256, 258-271, 298. Ver igualmente M. Gilbert (2011 a) II 385 e J. Williams (1974) 762-763. Com completa arbitrariedade, Guy Pedroncini pôs inteiramente de lado a lição que se deve extrair dos incontáveis documentos em que as mais altas patentes militares e o serviço central de informações insistiram no papel desempenhado pela propaganda pacifista e internacionalista.

auxílio<sup>157</sup>. Aliás, é esclarecedora a terminologia empregue pelos soldados insurrectos, designando como «greve» aquele movimento de desobediência colectiva, e nos seus relatórios os oficiais superiores usaram um vocabulário similar<sup>158</sup>. Seria difícil ilustrar melhor a identidade profunda que ligava a insatisfação no exército e nas fábricas. Um relatório secreto enviado por oitenta e três prefeitos ao ministro do Interior em Junho de 1917 considerou que o moral da população francesa era «mau» ou «mediocre» em cinquenta e quatro capitais de departamento e estava «contaminado» em trinta e seis capitais<sup>159</sup>.

O movimento de revolta nas trincheiras atingiu proporções tais e a repressão foi tão sangrenta que passados muitos anos ainda os investigadores se queixavam de que a documentação continuasse oculta nos arquivos. «O segredo oficial a respeito dos motins nunca foi descuidado», escreveu há quatro décadas um especialista. «Os arquivos militares franceses são inacessíveis e a história da guerra, tal como é oficialmente relatada pelos franceses [...], revela poucos detalhes»<sup>160</sup>. É certo que um historiador defendeu uma posição contrária, afirmando que nove décimos da documentação respeitante aos conselhos de guerra da época foram conservados e são públicos<sup>161</sup>. Mas foi ele precisamente o primeiro autorizado a consultar os arquivos militares<sup>162</sup> e a sua obra é um exemplo de como não se deve fazer história<sup>163</sup>. Durante sete meses, entre o início de

<sup>157</sup> G. Pedroncini (1999) 6 n. 2.

<sup>158</sup> Id., *ibid.*, 99, 123, 154, 157, 188, 283. Ver igualmente J. Williams (1974) 762. Note-se que na Itália o general Cadorna, demitido do supremo comando do exército em virtude do desastre de Caporetto, atribuiu as culpas da derrota ao levantamento operário ocorrido pouco tempo antes em Turim e disse que na verdade se tinha tratado de uma «greve militar». Ver A. Lyttelton (1982) 45.

<sup>159</sup> M. Gilbert (2011 a) II 417.

<sup>160</sup> J. Williams (1974) 761. Richard Watt, outro especialista que se debruçou sobre estes acontecimentos, foi da mesma opinião, consoante se pode verificar pela passagem citada em G. Pedroncini (1999) 4.

<sup>161</sup> G. Pedroncini (1999) 4-5.

<sup>162</sup> Id., *ibid.*, 7, 287 n. 2.

<sup>163</sup> Na obra de Guy Pedroncini, pior do que um critério incorrecto, há uma verdadeira candura em restringir a documentação aos arquivos do exército e em admitir como definitiva e incontestável a versão que eles fornecem dos acontecimentos, deprezando o que a imprensa política e sindical da época possa oferecer como informação e perspectivas de análise. Além disso, Pedroncini pôs sistematicamente de lado toda a documentação militar que invoca problemas mais amplos do que os estritamente castrenses. Como se uma tal atitude não bastasse, apesar das numerosíssimas referências que os documentos do exército fazem aos contactos entre soldados descontentes e grevistas, sindicalistas e militantes políticos opostos à guerra, e não obstante a grande quantidade de relatórios em que os oficiais superiores e até os generais mais graduados consideraram com enorme inquietação essas relações, e desprezando mesmo as afirmações taxativas do serviço central de informações do exército, que atribuiu uma grande parte da responsabilidade pela crescente indisciplina à propaganda adversa à guerra, Pedroncini explicou arbitrariamente os motins através de razões de ordem estritamente militar, como uma mera revolta contra o tipo de táctica que até então fora adoptada pelo estado-maior. Não tenho memória de uma tal razia de fontes como a efectuada por este autor com o material de pesquisa. No seu livro ele dedicou-se mais à história da aplicação de certos regulamentos militares do que propriamente à história dos motins, encerrando-se num círculo vicioso, pois na medida em que usou apenas a documentação do exército e excluiu deste acervo tudo o que dizia respeito à movimentação política e social não espanta que chegasse à conclusão de que os motins tiveram causas somente militares. A propósito de autores como este é flagrante a justiça das palavras de Simone Weil ao escrever que «pela natureza das coisas, os documentos emanam dos poderosos, dos vencedores. Assim, a história não é mais do que uma compilação dos depoimentos

Junho de 1917 e o final de Dezembro, as condenações à morte em conselho de guerra atingiram um número igual ou superior ao registado durante os trinta e quatro meses anteriores, desde que a guerra começara em Agosto de 1914<sup>164</sup>. «Os conselhos de guerra funcionavam noite e dia», recordou um jornalista. «Por um simples murmúrio de desagrado dizimava-se uma companhia inteira. Enviavam-se divisões propositadamente à linha de combate, para serem chacinadas, esmagando-se assim o espírito de derrotismo»<sup>165</sup>. Na verdade, a desarticulação dos motins deveu-se a uma conjugação bem ponderada de repressão e cedências. Colocado à frente do exército francês em Maio de 1917, Pétain isolou as unidades revoltadas<sup>166</sup>, mandou embarcar para as colónias milhares de soldados que tinham participado no movimento<sup>167</sup>, fez condenar à morte os cabecilhas e os elementos mais activos, massacrou as tropas mais indisciplinadas, obrigando-as a avançarem contra o fogo do inimigo<sup>168</sup>, e ao mesmo tempo alterou a táctica dos ataques massivos e extremamente mortíferos, que havia catalisado as indignações, e iniciou um novo tipo

feitos pelos assassinos relativamente às suas vítimas e a eles próprios». Com a feroz lucidez que a caracterizava, ela concluiu que «o espírito histórico consiste em acreditar no que dizem os assassinos». Ver S. Weil (1950) 192 e 196.

<sup>164</sup> G. Pedroncini (1999) 4.

<sup>165</sup> P. van Paassen (1941) 73-74.

<sup>166</sup> G. Pedroncini (1999) 91, 94, 97, 151.

<sup>167</sup> Só entre Junho e Agosto de 1917 mil e quinhentos soldados foram enviados para as colónias, segundo indicou id., *ibid.*, 184 n. 2.

<sup>168</sup> Baseando-se apenas nos arquivos referentes aos conselhos de guerra e na documentação militar, *id.*, *ibid.*, 9 negou que os revoltosos tivessem sido dizimados massivamente e escreveu (pág. 185) que «a repressão de alguns motins pela artilharia não nos parece suficientemente demonstrada para que devamos referi-la [...]». Mas é claro que se regimentos ou divisões fossem enviados deliberadamente para serem chacinados pelo fogo alemão, isto seria apresentado na documentação do exército como o resultado de opções tomadas por motivos estritamente militares e não como um acto punitivo. Guy Pedroncini afirmou (págs. 165, 184) que os disparos sobre a retaguarda dos insurrectos se deveram a «erros da artilharia» e a «erros de tiro» e não a operações deliberadas para os obrigar a marcharem contra o fogo inimigo. Todavia, na penumbra discreta de uma nota de rodapé (pág. 165 n. 4) ele admitiu que talvez estes bombardeamentos tivessem «uma função intimidadora». Os precedentes não faltam e em Março de 1916, segundo M. Gilbert (2011 a) I 287, aquando dos mortíferos confrontos junto a Mort-Homme, durante a batalha de Verdun, depois de 1.200 soldados franceses se terem rendido, o general comandante do 7º Corpo de Exército preveniu que a artilharia e as metralhadoras tomariam como alvo as unidades militares que recuassem. Ora, ao ler em Guy Pedroncini, *op. cit.*, 212-215 que os altos comandos protestaram contra o que consideravam ser a excessiva indulgência dos conselhos de guerra, não posso deixar de reflectir que lhes era fácil ampliar a repressão através de manobras ofensivas contra as linhas alemãs, decididas sem qualquer interferência da justiça militar. Podia aliás suceder que os oficiais de patente inferior dessem mostras de uma sensatez ou de um espírito humanitário que faltavam aos generais, e J. Galtier-Boissière (1994) 294 contou o sucedido num «batalhão de bastante má reputação», em que uma das companhias se recusara a tomar de assalto uma trincheira inimiga que conservava intacta a sua protecção de arame farpado. «O general de brigada começou por ordenar à artilharia francesa que exterminasse esses cobardes, mas o coronel de artilharia não acedeu e exigiu uma ordem escrita. O general teve então a ideia de fazer passar a companhia pelo campo de acção de uma metralhadora. Finalmente, perante as súplicas dos oficiais, decidiu simplesmente que em cada secção se sortearia um homem, para ser executado a título de exemplo». As execuções feitas à margem dos tribunais militares eram suficientemente conhecidas para que na época ninguém duvidasse delas e permaneceram vivazes na memória popular. Numa peça de teatro ligeiro publicada no começo de 1922, o escritor e boémio René Kerdyk pôs um dos mais rodados ministros da Terceira República a distribuir a torto e a direito condecorações a personagens ignóbeis, perguntando de cada vez quem havia praticado as malfetorias que iam ser premiadas, e todos em coro reivindicavam a recompensa. «Quem é que não fez a guerra? Quem é que traiu? Quem é que mandou fuzilar sem julgamento soldados franceses?». E «uma centena de vozes» responde: «Eu! Eu! Eu!». Citado em Jean Galtier-Boissière, *op. cit.*, 487.



de operações, reduzindo o número de baixas no exército francês.

Os motins tiveram sérias repercussões nas classes dominantes. Quando se sabe que dois generais conceberam a ideia de aproveitar a insatisfação dos soldados para organizar um pronunciamento militar que entregasse o poder a Joseph Caillaux e criasse condições para pôr cobro à guerra<sup>169</sup>, podemos avaliar o grau atingido pela inquietação, ou mesmo pelo desespero, de alguns altos responsáveis. Caillaux, um político brilhante, antigo primeiro-ministro, que também se encarregara várias vezes da pasta das Finanças, havia procurado evitar as hostilidades mediante um acordo com a Alemanha. Victor Serge, nas suas Memórias, chamou-lhe «o chefe quase oficial» do «partido da paz em branco»<sup>170</sup>, e se os socialistas internacionalistas e os anarquistas desconfiavam dele, com razão, considerando-o demasiado moderado e defensor lúcido do capitalismo, para amplas camadas da população o seu nome simbolizava a vontade de paz. Com efeito, dois regimentos sublevaram-se em Janeiro de 1918 gritando «Abaixo Clemenceau! Viva Caillaux!»<sup>171</sup>. E é elucidativo o contexto em que o fizeram, porque pouco tempo antes as facções políticas mais belicistas haviam começado a acusar de traição e conivência com o inimigo Caillaux e Malvy, conseguindo em seguida que ambos fossem condenados. Malvy, que detivera a pasta do Interior desde antes do início da guerra até ao último dia de Agosto de 1917, adoptara uma atitude conciliatória perante os movimentos de greve que, como vimos, se conjugavam intimamente com o antimilitarismo<sup>172</sup>. Já nos primeiros tempos da guerra, quando o estado-maior pretendeu que fossem encarcerados todos os militantes operários incluídos nos ficheiros da polícia, Malvy se opusera firmemente em conselho de ministros, chegando a um entendimento pessoal com representantes socialistas e sindicais, sobre cujos termos, aliás, as partes envolvidas mantiveram o mais absoluto silêncio<sup>173</sup>. Depois, quando nas trincheiras parecia estar-se a um passo da revolução e os conflitos laborais ameaçavam generalizar-se na retaguarda, alguns dos intervenientes naquelas conversações foram detidos, ou assassinados na prisão como sucedeu a Almereyda, muito próximo dos anarquistas e dos sindicalistas, próximo também de Malvy, e que estivera a certa altura ligado política e pecuniariamente a Caillaux<sup>174</sup>. A repressão abateu-se sobre uns e

<sup>169</sup> J. Caillaux (1942-1947) III 193.

<sup>170</sup> As Memórias de Victor Serge foram publicadas postumamente com o título *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941* e encontram-se em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 495-825. As considerações citadas podem ler-se na pág. 551.

<sup>171</sup> G. Pedroncini (1999) 174.

<sup>172</sup> Ch. S. Maier (1988) 100 indicou que, durante o seu processo, Malvy foi acusado de favorecer os trabalhadores nos conflitos laborais.

<sup>173</sup> D. Ligou (1962) 244.

<sup>174</sup> J. Caillaux (1942-1947) III 156-157. Segundo Y. Guchet (2001) 95, poucos anos antes do começo da guerra relatórios de polícia apontavam para a existência de relações entre a Action Française e alguns anarquistas do grupo de *La Guerre Sociale*, entre os quais Almereyda. Nas suas Memórias (págs. 523-524, 552) Victor Serge

outros, procurando enredar revolucionários, ex-revolucionários e representantes da ala não belicista das classes dominantes numa teia comum de suspeitas. Foi uma época de histeria, inventando-se em todo o lugar os mais inverosímeis espões.

Ao mesmo tempo a vaga revolucionária propagou-se às tropas dos outros países beligerantes. Até no âmbito do comando britânico, onde os soldados se mostraram geralmente respeitadores da hierarquia, ocorreu durante vários dias, em Setembro de 1917, um motim de australianos e neozelandeses, submetido à custa de trezentas prisões e do fuzilamento de um dos cabecilhas. O carácter de classe deste movimento torna-se nítido quando sabemos que ao seleccionarem os quatrocentos soldados encarregados de o reprimir, as autoridades zelaram por que entre eles não houvesse ninguém de origem operária<sup>175</sup>.

Mas foi sobretudo do outro lado das trincheiras que a insubordinação alastrou. A circulação de propaganda política nas linhas de frente alemãs tornou-se tão alarmante que o quartel-mestre general Ludendorff deu ordem para que fosse rigorosamente fiscalizada a correspondência recebida pelos soldados<sup>176</sup>. A marinha alemã amotinou-se no Verão de 1917, sendo condenados à morte e executados os dois principais dirigentes do levantamento<sup>177</sup>, assim como foram executados quatro dirigentes do motim ocorrido em navios austro-húngaros em Fevereiro de 1918, tendo um dos couraçados chegado a hastear a bandeira vermelha<sup>178</sup>. E em Itália as deserções tomaram proporções tão impressionantes que no final da guerra havia pendentos um milhão e cem mil processos por deserção, o que significa que a quinta parte dos soldados abandonara as fileiras<sup>179</sup>; perante a impossibilidade prática de serem levados a julgamento, acabaram por beneficiar de uma amnistia em 1919<sup>180</sup>. Mesmo entre os beligerantes periféricos se fazia sentir o descontentamento e em Fevereiro de 1918 amotinaram-se algumas tropas gregas<sup>181</sup>. Até no longínquo Canadá, em Outubro de 1917 e Janeiro de 1918, pediram dispensa mais de 90% dos convocados para irem servir na frente francesa<sup>182</sup>, e como o governo tivesse mandado prender quem se recusava a cumprir o serviço militar, no Québec manifestantes destruíram e incendiaram o edifício que alojava o departamento de registos do exército e atacaram com tiros e pedradas a tropa enviada para os

relatou como Almereyda se fora gradualmente aproximando de certos meios do poder e escreveu que ele «tornara-se o *condottiere*» da facção favorável à paz; «em caso de sucesso», acrescentou, «ele teria sido um ministro popular, capaz de explorar sincera e perfidamente os sentimentos das massas». Ver J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 551.

<sup>175</sup> J. Simpson (2011) 156.

<sup>176</sup> M. Gilbert (2011 a) II 429.

<sup>177</sup> P. Broué (2006) 100; O. K. Flechtheim (1972) 49; M. Gilbert (2011 a) II 436; A. Marty (1950) 37.

<sup>178</sup> M. Gilbert (2011 a) II 488-489; A. Marty (1950) 37, 62.

<sup>179</sup> F. Neumann (1943) 99. Ver igualmente Ch. S. Maier (1988) 66-67.

<sup>180</sup> M. Baumont (1951) 156.

<sup>181</sup> M. Gilbert (2011 a) II 488.

<sup>182</sup> Id., *ibid.*, II 464.

dispersar, ficando quatro civis mortos. Para acalmar os ânimos o governo achou mais sensato suspender o aprisionamento dos desertores<sup>183</sup>. Mas o movimento de hostilidade à guerra atingiu o auge na derrocada da frente russa, após a revolução de Fevereiro de 1917.

Já em Julho de 1915 um relatório secreto do exército russo havia afirmado que «é necessário um esforço sobre-humano para manter os homens nas trincheiras» e o ministro da Guerra prevenira os seus colegas de que «a desmoralização, as rendições e a deserção estão a assumir enormes proporções»<sup>184</sup>. Em Setembro soldados reservistas e outros convalescentes juntaram-se aos protestos populares, entrando mesmo em confronto com a polícia, e no final do ano os marinheiros amotinaram-se em dois navios de guerra<sup>185</sup>. A situação agravou-se de então em diante. Depois, na nova Rússia surgida da queda do czarismo de nada valia decretar a reforma agrária sem pôr termo à guerra, porque os soldados, que na esmagadora maioria eram camponeses, queriam a paz para poderem regressar às suas aldeias, repartir e ocupar as terras dos grandes proprietários e começar a cultivá-las. A questão militar e a questão agrária estavam indissoluvelmente ligadas, e os soldados amotinavam-se e desertavam colectivamente para ajudarem a retalar os latifúndios<sup>186</sup>. Foi esta pulsão social que levou um poeta de génio a registar, como um sismógrafo, o súbito desencadear de forças que até então haviam permanecido subterrâneas e a escrever nesse momento único a epopeia de toda uma classe, com palavras que não eram já as suas, porque eram a voz colectiva dos desertados, de todos juntos, e a voz de cada um deles também. Um tal ponto extremo de condensação ideológica conseguiu-o Aleksandr Blok em *Os Doze*, a obra-prima literária da revolução<sup>187</sup>. Com uma espontaneidade elementar que os torna indestrutíveis, os doze soldados, «os doze apóstolos do novo Evangelho», como então lhes chamou Victor Serge<sup>188</sup>, percorrem a Rússia no Janeiro gélido de 1918, e a bandeira vermelha é para eles o símbolo das antigas aspirações milenaristas à justiça. Ziguezagueiam na espessura da

<sup>183</sup> Id., *ibid.*, II 509.

<sup>184</sup> Citados em id., *ibid.*, I 216.

<sup>185</sup> Id., *ibid.*, I 238, 253-254.

<sup>186</sup> A. Nove (1978) 48.

<sup>187</sup> Dois anos mais tarde, Blok explicaria que durante os vinte e um dias em que escreveu o poema «eu senti, ouvi fisicamente, um grande barulho em redor, um barulho confuso, sem dúvida o barulho do velho mundo a desabar». E outro escritor russo, Kornei Tchukovsky, recordou que «depois de ter escrito *Os Doze*, Blok tentou compreender a sua obra. [...] Escutava atentamente os comentários que lhe eram feitos, como se esperasse que alguém lhe fosse enfim revelar o sentido daquele poema, que não era para ele inteiramente compreensível! Como se não tivesse sido responsável pela sua criação! Como se se tivesse limitado a transcrever o que alguém lhe ditasse!». Ambas estas citações encontram-se em A. Robin (org. 1949) 14.

<sup>188</sup> A reportagem de Victor Serge, *Pendant la Guerre Civile. Petrograd, Mai-Juin 1919. Impressions et Réflexions*, foi escrita em Janeiro de 1920 e encontra-se incluída em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 103-127. A frase citada vem na pág. 127. Serge considerou *Os Doze* um «poema nobre e claro». Em Fevereiro de 1942 Vasily Grossman escreveria: «Nós, os russos, não sabemos viver como santos. Só sabemos morrer como santos». Ver A. Beevor et al. (orgs. 2015) 106-107.

neve, não vêm para diante nem para trás, erram e pecam, mas prosseguem sempre, sem nunca falharem o alvo da história, porque são eles a própria história. Foi gente assim, com esta força própria, que em 1917 e 1918 deu alma e corpo à revolução e lhe edificou os alicerces mais sólidos. Os camponeses e operários armados — soldados que haviam desertado da guerra para abrirem a nova frente dos conflitos sociais e milícias criadas por comitês de fábrica que assumiam o poder nos locais de trabalho — constituíram a primeira versão do Exército Vermelho. Em seguida Lenin e Trotsky viraram-no do avesso, liquidaram-lhe a espontaneidade e hierarquizaram-no sob o comando de dezenas de milhares de antigos oficiais czaristas, controlados por comissários políticos bolchevistas.

Noutros países beligerantes as insurreições militares tiveram também consequências políticas e sociais muito profundas. Em Janeiro de 1918, poucos dias depois de ter terminado uma vaga de greves que, reivindicando a paz imediata, paralisara as duas capitais do Império Austro-Húngaro, começou em Berlim e estendeu-se a meia centena de cidades alemãs uma série de greves que mobilizou várias centenas de milhares de operários e foi acompanhada por manifestações contra a guerra. Tanto nas cidades alemãs como em Budapeste e Viena a agitação operária deu lugar à criação de conselhos, assembleias de base que não alienavam o controle exercido sobre o processo de luta e podiam em qualquer momento revocar o mandato dos delegados eleitos<sup>189</sup>. Na Hungria, em Maio de 1918, dois mil soldados insurreccionaram-se, recusando-se a seguir para a frente de combate, e receberam o apoio dos trabalhadores das minas de carvão vizinhas<sup>190</sup>. Era impossível separar a agitação nas fábricas do descontentamento das tropas, a tal ponto que houve quem o denominasse «greve militar dissimulada»<sup>191</sup>, tal como os soldados franceses haviam chamado «greve» ao seu movimento de desobediência colectiva, e sucedeu que soldados alemães retirados da frente de batalha insultassem de «fura greves» aqueles que os iam substituir<sup>192</sup>. Greves violentas e manifestações contra a fome ocorreram em Viena e Budapeste em Junho de 1918<sup>193</sup>, e em Setembro calculava-se em quatrocentos mil o número de desertores do exército austro-húngaro<sup>194</sup>. Em Outubro desse ano, na frente do Piave, partes de duas divisões austro-húngaras amotinaram-se e negaram-se a contra-atacar<sup>195</sup>. Noutra das Potências Centrais, a Bulgária, a linha de frente desintegrou-se completamente em Setembro de 1918, quando os

<sup>189</sup> P. Broué (2006) 104 e segs.; E. H. Carr (1966) III 47-48, 61; O. K. Flechtheim (1972) 49, 57; M. Gilbert (2011 a) II 487; N. Howard (2004) 13; G. Marramao (1977) 23, 27.

<sup>190</sup> M. Gilbert (2011 a) II 527.

<sup>191</sup> N. Howard (2004) 14.

<sup>192</sup> Id., *ibid.*, 15.

<sup>193</sup> M. Gilbert (2011 a) II 532.

<sup>194</sup> Id., *ibid.*, II 560.

<sup>195</sup> Id., *ibid.*, II 596.

soldados se recusaram em massa a prosseguir o combate, o que, em conjunto com a agitação popular, propiciou uma tentativa insurreccional, derrotada com a ajuda das tropas britânicas<sup>196</sup>. E nas batalhas do Verão e do Outono desse ano sucedeu que milhares de soldados alemães se entregassem como prisioneiros sem oferecer resistência, sem disparar um tiro<sup>197</sup>. Calcula-se que o número de desertores atingisse então na Alemanha mais de setecentos e cinquenta mil<sup>198</sup>. «O mau moral veio primeiro do interior e afectou o exército», confidenciou o quartel-mestre general Ludendorff nos meados de Outubro de 1918, «mas sei perfeitamente que, em sentido inverso, era péssimo o moral que os soldados de licença levavam para o interior»<sup>199</sup>.

Nas forças alemãs a deserção alastrava e os motins generalizavam-se, tendo atingido uma dimensão crítica entre as tropas que ocupavam a Bélgica. Em suma, o terreno estava preparado quando a revolta dos marinheiros da armada alemã do Báltico, no final de Outubro de 1918, se estendeu rapidamente em Novembro por todo o país e sublevou os restantes soldados e os trabalhadores da indústria<sup>200</sup>, dando início à revolução dos conselhos, que ressurgiu em repetidas ocasiões nos anos seguintes e deixou na classe trabalhadora marcas muito duradouras, liquidadas apenas com a ascensão dos nacionais-socialistas ao poder. O alto comando alemão não estava inteiramente errado ao pretender que não havia sido vencido pelo inimigo nos campos de batalha, mas no interior do país, por uma «punhalada nas costas», desferida pelo descontentamento dos soldados e dos trabalhadores. E quando mais tarde, já na fase declinante de toda esta agitação, muita gente de esquerda preferiu esquecer que pela sua participação no movimento revolucionário contribuíra para a desagregação das forças armadas alemãs e para o fim da guerra, um publicista corajoso, especializado aliás em história da arte e não em doutrinação política, escreveu que a «punhalada nas costas» fora um acto de legítima autodefesa praticado pela população contra uma elite militar apostada a todo o custo em prolongar a carnificina<sup>201</sup>. Era preciso então alguma ousadia para afirmar que a revolução havia efectivamente ocorrido e que fora ela a pôr cobro à

<sup>196</sup> Id., *ibid.*, II 567-569; A. Marty (1950) 37.

<sup>197</sup> E. O. Volkmann (1933) 124.

<sup>198</sup> N. Howard (2004) 13. Ver também as págs. 14-16.

<sup>199</sup> Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) I 46. Alguns anos mais tarde Ludendorff recordou os acontecimentos por uma ordem inversa, escrevendo que se vira obrigado a desmobilizar e enviar para a retaguarda dezenas de milhares de operários qualificados, que rapidamente haviam passado a participar nos movimentos de protesto e de boicote à produção, o que fizera diminuir o rendimento das indústrias de guerra e levava à desmobilização de mais operários, num círculo vicioso; a situação agravara-se, acrescentou Ludendorff, quando as autoridades puniram os agitadores e chefes operários enviando-os para a frente de batalha, onde eles contribuíram para minar o moral das tropas. Ver Ludendorff (1936) 95. E o antigo quartel-mestre general lamentou (pág. 122 n. 1) que em 1918 os conselhos de guerra alemães tivessem condenado os desertores a penas de prisão, em vez de os mandarem fuzilar como sucedia em França.

<sup>200</sup> N. Howard (2004) 14-22.

<sup>201</sup> Willi Wolfardt num artigo publicado em *Die Weltbühne*, 15 de Junho de 1922, reproduzido em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 16-18.

guerra. Podemos medir a extensão de um percurso de falências ideológicas e renúncias práticas ao lermos no *Manifesto de Praga de 1934*, onde o Partido Social-Democrata alemão apresentou o seu programa de oposição ao nacional-socialismo, que «o regime imperial não foi eliminado graças a uma luta revolucionária organizada, preparada e desejada pela classe operária, mas graças à derrota nos campos de batalha»<sup>202</sup>. E nos seus comentários a este programa Rudolf Hilferding empregou uma formulação idêntica<sup>203</sup>. Como derradeiro insulto ao proletariado alemão, os dirigentes social-democratas atribuíram-lhe postumamente a fraqueza que só a eles havia caracterizado nas jornadas decisivas de 1918.

Também a revolução iniciada em Março de 1919 na Hungria e as esperanças que animaram o proletariado agrícola e industrial da Itália em 1919 e 1920, incluindo a difusão das comissões de fábrica e os movimentos de ocupação, estiveram na imediata continuidade da agitação social que encerrara a guerra.

Não menos importantes, pelas suas repercussões, foram os levantamentos militares ocorridos nas tropas da *Entente* estacionadas na Rússia durante a guerra civil, quando os governos dos principais países aliados ajudavam os adversários do bolchevismo com dinheiro, material e homens. Antes ainda de terminada a guerra mundial já o chefe do estado-maior britânico considerava que o maior inimigo não era o Kaiser mas a revolução bolchevista<sup>204</sup>. Ora, a opinião dos soldados foi diferente e no final de 1918 os regimentos norte-americanos recusaram-se a combater e tiveram de ser retirados<sup>205</sup>. Nos primeiros meses do ano seguinte revoltaram-se numerosos soldados franceses que haviam sido enviados para a Ucrânia e os marinheiros da frota francesa que actuava no Mar Negro hastearam bandeiras vermelhas nos navios, o que levou as tropas estrangeiras a evacuar o sul da Ucrânia em Abril<sup>206</sup>. Também em 1919 os expedicionários britânicos se negaram a embarcar para a Rússia e exigiram a desmobilização<sup>207</sup>, enquanto ocorriam motins e levantamentos nas tropas de várias nacionalidades estacionadas sob comando britânico no norte da Rússia<sup>208</sup>. Narrando a ofensiva frustrada do exército branco contra Petrogrado em Setembro e

<sup>202</sup> O *Manifesto de Praga*, publicado em Janeiro de 1934, encontra-se reproduzido em G. Marramao (1977) 287-296. A passagem citada vem na pág. 290.

<sup>203</sup> O artigo de Hilferding, «*Revolutionärer Sozialismus*», publicado na emigração em Fevereiro de 1934 sob o pseudónimo de Richard Kern, está antologado em id., *ibid.*, 297-305. A passagem referida pode ler-se nas págs. 303-304.

<sup>204</sup> E. Weber (1965 b) 20.

<sup>205</sup> W. Duranty (1946) 81; M. Sayers et al. (1947) 103-104. No entanto, em Fevereiro de 1920 A. Berkman (1987) 57 escrevia como se houvesse ainda tropas dos Estados Unidos na Sibéria.

<sup>206</sup> M. Baumont (1951) 21; E. H. Carr (1966) III 134; W. Duranty (1946) 81; S. V. Lipitsky (1974) 1051; A. Marty (1950) 41 e segs.

<sup>207</sup> A.-L. Morton et al. (1963) 369-370.

<sup>208</sup> E. H. Carr (1966) III 134; M. Sayers et al. (1947) 104.

Outubro de 1919, Victor Serge recordou que «a frota inglesa não interveio porque a opinião operária inglesa não teria admitido a sua intervenção»<sup>209</sup>. Com efeito, uma grande parte dos trabalhadores europeus e norte-americanos opunha-se à concessão de qualquer apoio às forças contra-revolucionárias russas. Em Itália, por exemplo, os trabalhadores dos portos e dos transportes ferroviários e marítimos procederam em 1919 a acções conjuntas contra o envio de soldados e armas destinados a reforçar os exércitos brancos<sup>210</sup> e o mesmo fizeram os estivadores dos portos ingleses<sup>211</sup>. Um movimento tão considerável levou os governos ocidentais a desistirem da intervenção, facilitando a vitória bolchevista. O primeiro-ministro britânico Lloyd George era um demagogo useiro e vezeiro nos efeitos de oratória, mas não exagerou muito quando em Janeiro de 1919, na conferência de paz de Paris, declarou aos seus pares que «se propusesse agora enviar um milhar de soldados britânicos para a Rússia o exército se amotinaria» e que «se se iniciasse uma operação militar contra os bolchevistas isto levaria a Inglaterra a tornar-se bolchevista e um soviete a instalar-se em Londres»<sup>212</sup>. No final de 1919 o marechal Sir Henry Wilson, chefe do estado-maior britânico, que não era decerto propenso a hipérboles, confessou num documento oficial acerca da participação na guerra civil: «As dificuldades com que a *Entente* deparou para exprimir a sua política a respeito da Rússia foram de facto insuperáveis, já que não houve em nenhum dos países aliados uma opinião pública suficientemente forte para justificar a intervenção contra os bolchevistas numa escala decisiva. A consequência inevitável desta situação foi a falta de coesão e de objectivo das operações militares»<sup>213</sup>. Mas será que os governos britânico e francês tinham aprendido definitivamente a lição? Em 1920, quando o Exército Vermelho se viu obrigado a entrar em campanha contra a Polónia e a enfrentar no sul a última das tentativas militares brancas, os trabalhadores alemães no porto da Cidade Livre de Danzig entraram em greve para não descarregar munições destinadas ao exército polaco, ao mesmo tempo que em vários lugares da Alemanha a acção dos operários impedia que chegassem à Polónia comboios carregados de munições; e na Grã-Bretanha os trabalhadores, além de se oporem ao envio de material de guerra para a Polónia, formaram Conselhos de Acção e ameaçaram encetar um movimento revolucionário se o governo de Londres decidisse intervir directamente contra as tropas soviéticas na Polónia, ou mesmo indirectamente em auxílio da contra-revolução no sul da Rússia<sup>214</sup>.

<sup>209</sup> A reportagem de Victor Serge, *La Ville en Danger*, encontra-se incluída em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 63-101. A passagem citada vem na pág. 101.

<sup>210</sup> E. Santarelli (1981) I 191.

<sup>211</sup> W. Duranty (1946) 85.

<sup>212</sup> Citado em E. H. Carr (1966) III 133.

<sup>213</sup> Citado em M. Sayers et al. (1947) 130.

<sup>214</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 234 n. 1, VI 167-168 n. 4; E. H. Carr (1966) III 216, 325; Th. Linehan (2000) 41; I. Maiski [s. d.] 35.

A guerra civil russa foi na verdade uma revolução internacionalista, e o seu último episódio marca o encerramento da grande vaga de insurreições militares. Com a liquidação dos exércitos contra-revolucionários na Rússia europeia deixara de ter validade o pretexto até então invocado pelos bolchevistas para manterem o regime de terror. Nesta nova conjuntura, em Março de 1921 os marinheiros de alguns navios da armada do Báltico e a guarnição da importantíssima base naval de Kronstadt, juntamente com a numerosa população operária dos seus estaleiros e oficinas, sublevaram-se em apoio ao movimento grevista que a partir dos últimos dias de Fevereiro alastrara em várias fábricas e estabelecimentos industriais da vizinha cidade de Petrogrado e ainda noutros grandes centros urbanos<sup>215</sup>. Relatando a situação em Petrogrado, o dirigente menchevista Fyodor Dan afirmou que «a 20 de Fevereiro o movimento assumira a forma de uma greve geral»<sup>216</sup> e, recordando o ambiente naquela cidade durante o primeiro dia da insurreição, Victor Serge escreveu que «a greve era quase geral. Não se sabia se os carros eléctricos funcionariam»<sup>217</sup>. A insatisfação nos centros urbanos era, aliás, inseparável da agitação nos campos, e durante o Inverno de 1920-1921 centenas de milhares de camponeses, desmobilizados após o final da guerra civil, dedicaram-se a actividades que Lenin classificou como banditismo, mas que revelavam um descontentamento social muito profundo. «Sabíamos que havia, só na parte europeia da Rússia, cerca de cinquenta focos de insurreição camponesa», recordou Serge<sup>218</sup>. Ora, Kronstadt possuía uma tradição revolucionária própria, a tal ponto que aquando da revolução de Outubro de 1917, e não obstante a influência que o partido bolchevista aí exercia, os marinheiros e os trabalhadores desta base defenderam um sistema de democracia socialista em que todos os partidos operários estivessem representados no governo<sup>219</sup>. Em seguida, durante a guerra civil, a marinha conseguiu resistir ao modelo de burocratização e disciplina autoritária que presidiu à reorganização do Exército Vermelho levada a cabo pelos dirigentes bolchevistas. Como explicou uma autora que analisou os acontecimentos de Kronstadt, «uma reorganização deste tipo era impossível na marinha, por razões puramente técnicas, visto que os elementos dotados de certas qualificações técnicas não podiam ser substituídos por novos recrutas. Foi por este motivo que perduraram aqui os antigos hábitos revolucionários e que os marinheiros beneficiavam ainda de um resto das liberdades

<sup>215</sup> Acerca da insurreição de Kronstadt seguiu sobretudo I. Mett (1949) *passim* e Voline (1972) II 173-252, III 13-30. Consultei acessoriamente: A. Berkman (1987) 259-269; E. H. Carr (1966) II 271; F. I. Dan (2016) 101-106, 111, 119, 128-130, 205, 207, 209-210; S. M. Petritchenco (1975) *passim*; Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 603-609; A. Shub [s. d.] 20-22.

<sup>216</sup> F. I. Dan (2016) 101.

<sup>217</sup> Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 603. Na pág. 607 Serge voltou a referir-se à «greve quase geral».

<sup>218</sup> Id., *ibid.*, 606.

<sup>219</sup> G. Katkov (1965) 141.



adquiridas em 1917»<sup>220</sup>. Ao amotinarem-se em 1921, os marinheiros e operários de Kronstadt deram voz aos anseios mais profundos do proletariado russo. Retomando as suas reivindicações de 1917, pronunciaram-se contra a burocratização da actividade política e contra o regime de partido único e exigiram o regresso ao sistema originário dos soviets, enquanto genuínos conselhos deliberativos, e a instauração de uma democracia dos trabalhadores, com liberdade de expressão para todas as forças de esquerda operárias e camponesas. Além disso, reivindicaram a liberdade de organização sindical e o controle dos trabalhadores sobre as unidades de produção, e pediram igualmente a liberdade económica dos pequenos camponeses que não empregassem assalariados e o reconhecimento legal do pequeno comércio de víveres e produtos artesanais<sup>221</sup>. Graças a distribuições de panfletos, este programa tornou-se rapidamente conhecido nos bairros operários de Petrogrado, o que deixava sem efeito as calúnias difundidas pela imprensa bolchevista<sup>222</sup>. Entretanto, e passando das palavras aos actos, os insurrectos dotaram-se de instituições onde a base podia exprimir as suas deliberações.

A grande maioria dos membros do Partido Comunista presentes em Kronstadt, somando várias centenas de pessoas, juntou-se à insurreição<sup>223</sup>, o que mais crítica ainda tornava a situação

<sup>220</sup> I. Mett (1949) 24. Esta explicação desmistifica as calúnias de Trotsky. Enumerando os seus desacordos com Trotsky nos anos finais da década de 1930, Victor Serge escreveu que «ele se recusava a admitir que no terrível episódio de Kronstadt 1921 as responsabilidades do comité central bolchevista tivessem sido enormes». Ver *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 793. Na época a que Serge se referia, Trotsky pretendia que os amotinados seriam todos recrutados de fresca data, enquanto os velhos marinheiros revolucionários ou teriam morrido na guerra civil ou se encontravam noutros lugares. Trotsky empregou este argumento pelo menos em dois textos, datados de 1937 e 1938, onde defendeu sem nenhuma restrição a repressão à revolta de Kronstadt e reproduziu todas as velhas falsidades que haviam sido propaladas acerca dos insurrectos. Ver G. Breitman e E. Reed (orgs. 1970) 159-164 e consultar também I. Deutscher (1972) II 422. Aliás, Ida Mett, op. cit., 36-37 afirmou que os membros do Comité Revolucionário Provisório, eleito pelos amotinados, eram na sua maior parte marinheiros com um longo tempo de serviço. De qualquer modo, observou com pertinência Victor Serge, «se, como Trotsky indica, os marinheiros [de Kronstadt] tinham mudado desde 1918 e já não exprimiam senão as aspirações do campesinato atrasado, é preciso reconhecer que, por seu lado, também o poder tinha mudado». Ver *Trente Ans après la Révolution Russe*, em Jean Rièrre et al., op. cit., 860.

<sup>221</sup> A resolução adoptada a 28 de Fevereiro de 1921 pela tripulação do navio de guerra Petropavlovsk, que constitui um dos documentos básicos dos insurrectos, reclamava no artigo 8º a imediata supressão dos destacamentos militares que impediam a pequena permuta de bens entre os camponeses e a população urbana; no artigo 11º exigia a liberdade de acção económica dos camponeses que não explorassem mão-de-obra assalariada; e, no artigo 15º, a autorização do fabrico artesanal sem exploração de assalariados. Estas reivindicações encontram-se em I. Mett (1949) 31. Por detrás desses elementos do programa dos insurrectos estava, em primeiro lugar, uma crítica ao facto de o Partido Comunista ter passado a confundir os pequenos camponeses com os *kulaki* e a hostilizar a esmagadora maioria da população rural; em segundo lugar, a necessidade de tomar medidas urgentes contra a fome, já que os camponeses, em resposta às requisições de produtos agrícolas impostas pelo governo soviético, haviam reduzido drasticamente as áreas semeadas; e, em terceiro lugar, o interesse do proletariado urbano em pôr cobro ao mercado negro, que levava a um grande aumento dos preços em benefício apenas dos especuladores e das camadas privilegiadas. Note-se, porém, que, segundo Ida Mett, op. cit., 81, as *Izvestia* de Kronstadt publicaram, no seu número de 14 de Março, que «Kronstadt exige não a liberdade de comércio, mas o verdadeiro poder dos soviets». O certo é que, suprimida a revolta, o Partido Comunista instaurou a NEP e, em vez de autorizar apenas o pequeno comércio, como pretendiam os marinheiros insurrectos, estimulou igualmente o grande comércio.

<sup>222</sup> Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 604.

<sup>223</sup> F. I. Dan (2016) 119, 129; Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al.

para os dirigentes bolchevistas. As propostas de diálogo dos marinheiros foram sistematicamente recusadas e a sublevação foi esmagada, ocorrendo de ambos os lados uma terrível matança. Mas nestas coisas o número de mortos pouco conta. Mais grave foi sepultarem-nos sob um epitáfio de calúnias, cindindo a memória do movimento operário e destruindo-lhe as raízes. E se, por um lado, os próprios comunicados oficiais reconheceram a má vontade das tropas vermelhas em atacar os seus irmãos de armas<sup>224</sup>, não é menos certo que os representantes de todas as facções do Partido Comunista apoiaram a repressão aos insurrectos e muitos participaram pessoalmente no ataque à base naval, mesmo os porta-vozes da Oposição Operária e do grupo Centralismo Democrático, que nesse preciso momento, quando ocorriam os debates do 10º Congresso, se opunham a Lenin em defesa de uma maior autonomia dos trabalhadores<sup>225</sup>. «Depois de muitas hesitações e com uma angústia inexprimível, os meus amigos comunistas e eu próprio pronunciámo-nos finalmente a favor do partido», recordou mais tarde Victor Serge, que apesar de ter passado do anarquismo ao bolchevismo não perdera o agudo sentido crítico nem o entranhado amor à liberdade. «Eis por quê. Kronstadt tinha razão. Kronstadt começava uma nova revolução libertadora, a da democracia popular. [...] Ora, o país estava completamente esgotado, a produção praticamente parada, não restavam reservas de espécie nenhuma, nem sequer reservas nervosas na alma das massas. O proletariado de elite, formado pelas lutas durante o antigo regime, havia literalmente sido dizimado. O partido, aumentado pelo afluxo dos que se haviam juntado ao poder, inspirava pouca confiança. Dos outros partidos restavam apenas quadros ínfimos, com uma capacidade mais do que duvidosa. [...] Se a ditadura bolchevista caísse, rapidamente ocorreria o caos, através do caos o avanço dos camponeses, o massacre dos comunistas, o regresso dos emigrados e finalmente, pela força das coisas, uma outra ditadura antiproletária. [...] Nestas condições o partido devia ceder, reconhecer que o regime económico era intolerável, mas não abandonar o poder»<sup>226</sup>. O dirigente menchevista Fyodor Dan procedeu a uma análise semelhante e também ele considerou que uma expansão da revolta contra o poder soviético só teria levado ao caos e, naquelas

(orgs. 2001) 604.

<sup>224</sup> I. Mett (1949) 50-54. Ver também A. Berkman (1987) 272, F. I. Dan (2016) 102-103 e Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 608.

<sup>225</sup> J. Barrot (1972) 66-67; M. Brinton (1972) 78; I. Deutscher (1972) II 423; I. Mett (1949) 78; A Velha Toupeira (1973) 10-11. A ambiguidade da atitude assumida pela Oposição Operária foi desvendada por J.-M. Gélinet (1974) 37 ao escrever que, «apesar de reprovar confidencialmente as medidas tomadas quanto aos insurrectos, a Oposição enviou os seus melhores elementos para o combate, onde figuraram entre os mais ferozes». E Victor Serge narrou nas *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 607-608: «O [10º] Congresso mobilizou os seus membros — e entre eles muitos partidários da oposição — para a batalha contra Kronstadt! O ex-marinheiro de Kronstadt Dybenko, da extrema-esquerda, e o dirigente do grupo "centralismo democrático" Bubnov [...] vieram bater-se no gelo contra insurrectos aos quais, no seu foro íntimo, eles davam razão».

<sup>226</sup> Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 606.

circunstâncias, a uma ditadura dos militares<sup>227</sup>. O vazio que a ferocidade repressiva dos bolchevistas havia criado em seu redor serviu então de justificação para mantê-los no poder. Mesmo para aqueles dos seus membros que não duvidavam da necessidade de restaurar os princípios originários da democracia operária, o Partido Comunista continuava a ser o detentor da legitimidade de 1917; e a defesa da sua hegemonia enquanto instituição burocrática primava sobre quaisquer outras considerações, confirmando-se plenamente que, por este lado, a revolução estava encerrada. Encerrara-se também do lado do proletariado, já que, a crer em Dan, «o movimento de Kronstadt não encontrou nenhum apoio entre os operários de Petrogrado»<sup>228</sup>.

Em suma, o que sucedeu de 1916 até 1921, ou até 1923 se fundarmos a cronologia nos acontecimentos da Alemanha, foi um processo revolucionário único, à escala europeia e com repercussões nos Estados Unidos e no Canadá. A insurreição bolchevista foi um mero episódio, que se distinguiu por um detalhe — ter vencido. Mas o declínio do movimento internacionalista e a evolução posterior das lutas sociais converteram numa profunda derrota aquela vitória inicial dos trabalhadores russos. Aliás, o facto de uma vaga de agitação que começara ultrapassando as fronteiras ter triunfado apenas num país contribuiu decisivamente para desarticular o movimento. Ao ocuparem o poder de Estado e implantarem uma economia estatal, os bolchevistas abandonaram as posições internacionalistas e passaram a defender interesses nacionais russos. A inversão da revolução e a desagregação do impulso internacionalista são as responsáveis pela deturpação destes acontecimentos, já que geralmente a revolução bolchevista é apresentada pelos historiadores como exclusivamente russa e as insurreições militares são reduzidas a episódios isolados ou votadas a um esquecimento tanto mais deliberado quanto é ajudado pelo ocultamento dos arquivos. A dinâmica daquela época só pode ser entendida por quem tiver em conta o carácter internacional do processo ocorrido entre 1916 e 1921.

E assim, contrariamente ao que eles mesmos gostavam de afirmar, não foi a primeira guerra mundial que deu aos fascistas a possibilidade de inaugurarem um movimento de massas. Tal como, dentro de cada país, sempre que deparou com uma situação revolucionária o fascismo só adquiriu força significativa depois de o movimento operário estar minado por dentro, também no âmbito mundial ele só se expandiu com o esmorecimento da ampla vaga insurreccional que de um lado ao outro da Europa convertera a guerra numa revolução. Apenas então os fascistas puderam transpor os princípios militares para a sociedade civil.

<sup>227</sup> F. I. Dan (2016) 105, 214.

<sup>228</sup> Id., *ibid.*, 105. Fyodor Dan, que nas prisões soviéticas conheceu alguns dos insurrectos de Kronstadt, registou (pág. 128) a indignação com que eles recordavam a falta de apoio dos operários de Petrogrado.

## 5. A «trincheirocracia»

O fascismo, enquanto caso extremo de conjugação de classes antagónicas, requeria forças capazes de contrariarem as inevitáveis tendências centrífugas. Para isso recorreu à guerra, experiência de coesão entre pessoas dos mais variados grupos sociais perante um inimigo comum. O modelo do conflito entre nações seria usado como antídoto à hostilidade entre classes e, ao mesmo tempo, serviria para superar as barreiras com que se defrontava o desenvolvimento económico. Mas inspirar-se na guerra para resolver os problemas nacionais, quando ela fora tão obviamente uma ocasião de ruptura dos consensos e fornecera a oportunidade para internacionalizar a agitação social, exigia a adulteração da verdade, a conversão da história em ficção. A guerra alimentou a mitologia política do fascismo.

Os nacionalistas alemães dedicaram-se com afã a esquecer as contradições da época imperial e o impasse a que havia chegado a condução da guerra para melhor concentrarem os ódios na revolução dos conselhos. Foi para isto que serviu a tão difundida tese da «punhalada nas costas»<sup>229</sup> ou, na fórmula de um literato que mais tarde haveria de ser especialmente apreciado pelos nacionais-socialistas, «Siegfried foi assassinado por Hagen»<sup>230</sup>. Um marechal francês e membro da Academia, no prefácio que escreveu a uma tradução do primeiro dos romances de Ernst Jünger, teve a prosápia de converter esses traumas em lei histórica, afirmando que «a vitória será sempre determinada pela acção dos combatentes da linha de frente. O drama é que essa vitória é muitas vezes perdida pelos da retaguarda»<sup>231</sup>. «É uma verdade axiomática», ironizou um conhecido intelectual, «que nunca um exército perde uma guerra. Os seus corajosos soldados e os seus omniscientes generais são apunhalados nas costas por civis traiçoeiros»<sup>232</sup>. Esta alegre divisão das responsabilidades permitiu que o estado-maior da Reichswehr e os seus ideólogos se proclamassem ao longo dos anos de Weimar como herdeiros de uma vitória, ainda que espiritual, e portanto mensageiros de novos e maiores triunfos. Também os nacionalistas italianos se sentiam espoliados, já que durante as negociações de Paris os principais países da *Entente* se haviam apoderado dos frutos suculentos e sobrara para a Itália, na frase de D'Annunzio, uma «vitória mutilada»<sup>233</sup>. Uma vez mais, os diplomatas e os políticos, para nem falar nos grevistas que minaram o moral da pátria, teriam traído os feitos de armas, aliás tanto mais mitificados quanto,

<sup>229</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) I 45-49, 74, II 76.

<sup>230</sup> Ludwig Finckh num artigo de Janeiro de 1919, em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 415.

<sup>231</sup> A. Juin (1987) 12.

<sup>232</sup> N. Chomsky (1969) 384.

<sup>233</sup> Citado em M. Angenot (2013) 129 n. 221 e R. Hofmann (2015) 41.

no caso dos generais italianos, eram francamente duvidosos.

Para ambas estas versões, a dos derrotados e a dos frustrados vencedores, a guerra era idealizada como experiência redentora. A fraternidade do perigo, estabelecida entre os homens no campo de batalha, passou a servir de modelo às relações sociais. «A trincheirocracia», proclamou Mussolini antes ainda de terminado o conflito, «é a aristocracia das trincheiras. É a aristocracia de amanhã! É a aristocracia em acção. Ela surge das profundezas. Os seus pergaminhos são de um esplêndido vermelho, cor do sangue»<sup>234</sup>. A esta nova elite chamou Ernst Jünger *Arbeiter-Soldat*, operário e soldado fundidos num sintagma<sup>235</sup>, e talvez ninguém tivesse exprimido com um lirismo mais elegante a brutalidade desta ideia, numa passagem onde ouço a certo momento o eco das palavras que Balzac, em *Une Ténébreuse Affaire*, colocou na boca de Napoleão mostrando à jovem Laurence de Cinq-Cygne as tropas prontas a travar batalha junto a Jena. «[...] este é o homem novo, o pioneiro da tempestade, a elite da Europa Central», escreveu Jünger. «Uma raça completamente nova, inteligente, enérgica, forte e voluntariosa. O que aqui se revela como uma visão será amanhã o eixo em torno do qual a vida há-de girar cada vez mais veloz. O caminho nem sempre terá de ser aberto, como aqui, pelas crateras das bombas, pelo fogo e pelo aço, mas a marcha acelerada a que os acontecimentos aqui se desenrolam, o ritmo habituado ao ferro, esse manter-se-á o mesmo. A luminosidade crepuscular de uma era em declínio é de súbito uma alvorada em que nos armamos para novas e mais duras batalhas. Lá atrás, muito longe, as cidades gigantescas, as hostes de máquinas, os impérios, cujos elos mais íntimos se romperam na tempestade, aguardam os homens novos, os homens sagazes e testados no campo de batalha, impiedosos para com eles próprios e para com os outros. Esta guerra não representa o fim da violência, mas o seu prelúdio. É a forja em que a golpes de martelo se criarão no novo mundo novas fronteiras e novas comunidades. Há novas formas, esperando ser preenchidas com sangue, e o poder será mantido por um punho duro. A guerra é uma grande escola, e o homem novo ostentará a nossa marca. [...] É isto a guerra. Tudo o que há de melhor e mais valioso, a mais elevada emanção da vida, serve apenas para ser lançado nas suas goelas vorazes. Basta uma metralhadora, basta uma fita de munições a deslizar suavemente durante um segundo, e vinte e cinco homens — podia cultivar-se com eles uma ilha de boas dimensões — ficam pendurados no arame farpado, em massas esfarrapadas que se decompõem lentamente. São estudantes universitários, jovens oficiais orgulhosos de um nome de família com velhas tradições, mecânicos,

<sup>234</sup> Benito Mussolini em *Il Popolo d'Italia*, 15 de Dezembro de 1917, antologado em R. Griffin (org. 1995) 28. Consultar igualmente P. Milza (1999) 213 e J. Ploncard d'Assac (1971) 107. Quanto às origens do ideal político da «trincheirocracia» ver E. Santarelli (1981) I 78 e M. Sznajder (2002) 426.

<sup>235</sup> D. Pels (1998) 8-9, 14.

herdeiros de férteis fazendas, insolente ralé das grandes cidades e alunos de institutos especializados [...]»<sup>236</sup>. Ernst Jünger estava próximo do nacional-bolchevismo e era amigo de Niekisch<sup>237</sup>, mas do outro lado do fascismo, na sua vertente conservadora, Alfred Rosenberg escreveu também, nove anos depois de terminada aquela guerra: «Os homens de cinzento [a cor do uniforme dos soldados alemães] trouxeram algo de novo do campo de batalha: o sentido da coesão social e nacional das várias classes»<sup>238</sup>. Mais tarde, na prisão de Nuremberga, nas páginas em que à beira da morte reflectiu sobre a sua vida, Rosenberg insistiu no mito: «A camaradagem transcendendo todas as classes e todos os partidos foi sem dúvida uma grande experiência. Daí nasceu o Socialismo da Frente. E transformá-lo em Nacional-Socialismo foi a tarefa que o soldado, cabo e sargento Adolf Hitler definiu para si próprio»<sup>239</sup>. Outro dos sempre fiéis seguidores do Führer, Robert Ley, escreveu em 1935 que «a revolução alemã», ou seja, a ascensão dos nacionais-socialistas ao poder, «começou nos dias de Agosto de 1914» e explicou: «As granadas e as minas não perguntavam se tínhamos nascido na elite ou na plebe, se éramos ricos ou pobres nem a que religião ou grupo social pertencíamos. Pelo contrário, este foi um magnífico e poderoso exemplo do significado e do espírito de comunidade»<sup>240</sup>. Situado a meio entre Jünger e Ley ou Rosenberg no leque do fascismo, Gregor Strasser, a figura mais proeminente da ala populista do nacional-socialismo, proclamou num discurso em 1927 que a guerra demonstrara na prática a necessidade de integrar a classe trabalhadora no todo nacional. «Como nos tornámos nacionalistas nas trincheiras, não podíamos deixar de nos tornar socialistas nas trincheiras», disse ele<sup>241</sup>. E num discurso pronunciado no final de 1933 Ernst Röhm, chefe das SA, que politicamente estivera, ou estava ainda, muito próximo de Gregor Strasser, considerou os soldados das trincheiras de um e outro lado das frentes de batalha, na Itália ou na Alemanha, como geradores do fascismo<sup>242</sup>. Nas palavras de Maurice Bardèche, decano do fascismo francês do pós-guerra, «o verdadeiro socialismo é a lei do soldado»<sup>243</sup>.

Contra o marxismo, que apresenta a actividade na esfera da produção como a condicionante de todo o relacionamento humano, determinando a solidariedade entre os explorados e as clivagens sociais devidas à exploração, os nacionalismos irredentistas e imperialistas proclama-

<sup>236</sup> Ernst Jünger em *Der Kampf als inneres Erlebnis*, antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 19-20.

<sup>237</sup> J. Herf (1986) 100.

<sup>238</sup> Citado em R. Cecil (1973) 70.

<sup>239</sup> A. Rosenberg [s. d. 1] 77.

<sup>240</sup> Citado em J. Herf (1986) 38 n. 57.

<sup>241</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 42.

<sup>242</sup> E. Röhm (1975) 3-4, 6-7, 9. Trata-se de um discurso pronunciado por Röhm em Berlim, perante o corpo diplomático, em 7 de Dezembro de 1933.

<sup>243</sup> M. Bardèche (1994) 74.

vam a guerra como o fundamento real de um paradigma oposto. Quando os ideólogos e os políticos da direita radical e do fascismo enunciavam a absoluta necessidade de uma hierarquia e, ao mesmo tempo, afirmavam que ela constituía o quadro mais sólido para a fusão de todas as pessoas numa comunidade nacional, estavam a introduzir no âmbito da sociedade civil a experiência da guerra. O fogo inimigo não escolhia as vítimas, e embora o exército apresentasse a forma mais extrema e explícita de gradação hierárquica, a morte surgia ali como a justiça nas alegorias, de olhos vendados, e a sua grande foice era o agente democratizador, irmanando ricos e pobres, oficiais e soldados, num mesmo amanhã de sangue. Agostino Lanzillo, fidelíssimo discípulo italiano de Sorel e apoiante de Mussolini desde 1914, escreveu que a guerra «destruía os aspectos mais visíveis e dramáticos da divisão de classes, juntando todas as classes num corpo único, sustentado por um ideal transcendente e capaz da suprema abnegação — a morte»<sup>244</sup>.

Isto era falatório para o grande público. Mais reservadamente, a primeira guerra mundial fornecera a oportunidade de levar a planificação central da economia a um ponto até então inatingido e abrira aos gestores possibilidades de actuação muitíssimo amplas. O conflito serviu, assim, não só de modelo das relações sociais nacionalistas, mas igualmente de experiência de organização económica estatal. Este processo verificou-se em todos os países beligerantes mas foi sobretudo notável na Alemanha, cujo isolamento geográfico entre potências hostis e cuja escassez de matérias-primas obrigaram a um aproveitamento rigoroso e sistemático de todos os recursos. A economia de guerra do estado-maior alemão inspirou as medidas de planificação nos demais países, desde os capitalismo democráticos até à Rússia leninista.

O fascismo pôde ser a revolta no interior da coesão social, a revolução dentro do conservadorismo, porque transpôs para a sociedade civil a experiência que os seus fundadores haviam encontrado nos campos de batalha. Como escreveu um historiador, invertendo uma fórmula célebre, tratou-se de «prosseguir a guerra na política com meios praticamente inalterados»<sup>245</sup>. Organizar a nação consoante princípios de obediência tão fortes e indisputados como os que presidem às cadeias de comando militares e, ao mesmo tempo, proceder a uma mistificação de igualdade formal entre as pessoas de todas as classes sociais tão ilusória e poderosa como a democratização suscitada pela presença iminente da morte nas trincheiras — este paradoxo, que o fascismo conseguiu implantar na realidade, só era possível depois da guerra e em função dela. O segredo da política interna fascista consistiu em fomentar um espírito de guerra em tempo de paz. Um crítico sagaz do nacional-socialismo observou que «a Alemanha aprendeu as lições de 1914,

<sup>244</sup> Citado em Z. Sternhell et al. (1994) 180. Para a caracterização política de Lanzillo ver a pág. 192.

<sup>245</sup> J. C. Fest (1974) 172.

compreendeu que a preparação para a guerra tem de começar durante a paz, que guerra e paz deixaram de ser duas categorias distintas e constituem duas expressões de um mesmo fenómeno — o fenómeno da expansão»<sup>246</sup>. E Walter Benjamin foi, como tantas vezes era, muito lúcido quando, ao comentar a prosa de Ernst Jünger e dos seus émulos, advertiu que «na verdade, as virtudes que eles celebram, da dureza, da discricção e da implacabilidade, não caracterizam tanto o soldado como o militante de classe experiente. O que aqui se desenvolveu, primeiro sob a aparência do voluntário da Grande Guerra e depois com o mercenário do pós-guerra, foi na verdade o convicto combatente de classe fascista. E quando aqueles autores referem a nação, o que eles querem dizer é uma classe dominante apoiada nessa casta [...]»<sup>247</sup>. A percepção foi justa, porque mais tarde os SS haveriam de se proclamar «soldados políticos». Se, como tinham previsto Jaurès e a minoria de Zimmerwald, o conflito entre nações se transformara numa guerra de classes, agora, depois da derrota do internacionalismo revolucionário, eram os outros guerreiros de classe que surgiam, dissimulados sob o mito da fraternidade das armas.

A visão mussoliniana de uma «trincheirocracia» realizou-se na vida política da Itália quando os *arditi*, caçadores alpinos empregues durante a guerra em operações de assalto arriscadas, deram lugar ao fenómeno do *arditismo civile*, directamente inspirador das milícias fascistas<sup>248</sup>. Na génese dos Fasci di Combattimento os ex-combatentes, muitos deles ainda mobilizados, constituíram uma das forças principais<sup>249</sup>, e mais ainda pelo facto de os restantes componentes dos Fasci terem procurado naqueles corpos militares a inspiração para as suas formas de organização e para os seus métodos de actuação. A violência que deles emanava foi um factor decisivo na radicalização das correntes conservadoras, e assim, no vertiginoso jogo de enganos a que se resumiu a elaboração ideológica do fascismo, estes militantes da direita mais extrema situaram-se na ponta esquerda da geografia interna dos Fasci, pressionando os avanços de Mussolini e procurando erguer-lhe obstáculos sempre que ele recorria a medidas conciliatórias<sup>250</sup>. Até a ideia da Marcha sobre Roma, tão importante na preparação da conquista do Estado e que ocupou mais tarde um lugar central na mitologia fascista, nasceu entre os ex-combatentes<sup>251</sup>. Do mesmo modo,

<sup>246</sup> F. Neumann (1943) 232.

<sup>247</sup> Walter Benjamin num artigo publicado em 1930, antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 163. Numa perspectiva convergente ver D. Pels (1998) 14.

<sup>248</sup> E. Santarelli (1981) I 95-97, 102, 145. Os *arditi* constituíram um «fenómeno guerreiro mais urbano do que rural, mais operário do que camponês, e por isso mais sensível e aberto às repercussões da luta política sobre o estado de espírito dos combatentes», recordou G. Bottai (1949) 9. «Muitos, naquelas formações de voluntários do perigo, eram oriundos de partidos extremistas ou de posições intelectuais extremas: ex-anarquistas, socialistas, sindicalistas, nacionalistas integrais [...]».

<sup>249</sup> S. G. Payne (2003 b) 90; E. Santarelli (1981) I 96-97, 145.

<sup>250</sup> E. Santarelli (1981) I 183.

<sup>251</sup> Id., *ibid.*, I 124-125 n. 1.



na Alemanha de Weimar foram os antigos soldados e oficiais enquadrados nos corpos francos quem primeiro forneceu a Hitler as milícias<sup>252</sup>, animando de então em diante a tradição radical do nacional-socialismo.

Fardadas, perfiladas, desfilando, gesticulando e gritando em uníssono, ouvindo discursos não como pessoas em assembleias mas como soldados na parada, que batalhas travavam estas multidões recentes, reunidas, quando não arrebanhadas, pelos homens de mão dos novos chefes? Para o fascismo a paz era uma guerra suspensa. As técnicas de mobilização, que os estados-maiores haviam reservado a quem constasse das listas do recrutamento, expandiram-se a toda a população e converteram-se em modelo do Estado totalitário ou da raça de senhores. Foi mediante esta mobilização geral que se disseminaram os aspectos principais da ideologia fascista, o culto da virilidade, o amor do risco, a apologia da morte, o fascínio pela vertente destruidora da civilização mecânica, o afã sádico de mandar e o paradoxal prazer masoquista da obediência, a exaltação da novidade sem ultrapassar as sombras da tradição. Que prosaico! Será que a mística do irracionalismo não foi mais do que uma psicologia de sargento?

<sup>252</sup> E. K. Bramstedt (1945) 227; A. Bullock (1972) 67, 73; J. Droz [s. d.] 10; K. Heiden (1934) 86, 89.

## Capítulo 5

# PERSPECTIVAS DE CRÍTICA AO FASCISMO

### 1. A crítica do fascismo requer uma crítica do capitalismo e uma autocrítica do movimento operário

Na encruzilhada da ordem e da revolta, o fascismo é penoso de explicar porque exige uma visão crítica tanto da sociedade capitalista como dos movimentos anticapitalistas. «A história do fascismo, de que ninguém se ocupa, é a história do antifascismo, com todos os seus erros», observou uma escritora italiana antes de ela própria se tornar um erro do antifascismo<sup>1</sup>. Foram poucos os que sentiram a urgência de situar no mesmo campo histórico o fascismo e a luta contra o fascismo, e menos ainda os que se lançaram a um esforço de pesquisa tão complexo e multifacetado. Geralmente o fascismo é analisado ou por autores que pretendem ilibar o capitalismo liberal das suas consequências mais perversas e mais odiadas ou por autores que procuram atribuir apenas às formas tradicionais de capitalismo a responsabilidade do fascismo, ocultando a participação de importantes vertentes do movimento anticapitalista na génese e na consolidação do fascismo e a ajuda que em várias ocasiões lhe foi prestada pelo capitalismo de Estado soviético.

São raros os historiadores situados na esquerda que chamem a atenção para a partilha de quadros ideológicos e muito menos de quadros organizacionais por certas vertentes do fascismo e por sectores, por vezes significativos, do movimento revolucionário, bem como para a circulação de pessoas entre os dois campos opostos, e que procurem nesta funesta inter-relação o segredo de tantos e repetidos fracassos da esquerda. Decerto, o estabelecimento de filiações ideológicas pode ser um exercício sem fim, e com imaginação e alguma erudição pode-se ir até épocas cada vez mais remotas, deixando então as conclusões de ser pertinentes. Mas o que aqui me ocupa são filiações ideológicas que, por vias directas ou sinuosas, correspondem a um substrato organizacional. Não se trata de coincidências nem de temas que, embora formalmente comuns, tivessem sido glosados de maneiras diferentes em épocas e meios sociais diferentes. Trata-se de raízes e teias ideológicas que supõem a existência subjacente de nexos práticos. A especificidade do fascismo consistiu na forma como alguns temas da extrema-esquerda encon-

<sup>1</sup> M.-A. Macciocchi (1976 d) II 335.

traram eco na extrema-direita, mas esta receptividade não poderia verificar-se se o movimento operário não tivesse começado já a dar a esses temas outra conotação e se entre ambos os extremos não houvesse um encadeado de acções e uma circulação de figuras políticas. Todavia, quando não são inteiramente escondidos, os traços da inspiração revolucionária sem a qual o fascismo não teria conseguido nascer e desenvolver-se são relegados pela generalidade dos historiadores de esquerda para as notas de rodapé e esquecidos nas conclusões. Quanto àqueles poucos autores que possuíram a coragem intelectual de evidenciar a participação de sectores do movimento anticapitalista na génese do novo tipo de nacionalismo radical, o silêncio com que a sua obra tem sido coberta funciona como a mais eficaz das censuras. E se o silêncio for impossível, o escândalo serve para atenuar a repercussão desses historiadores incómodos.

Como lhe sucedeu tantas vezes, George Orwell foi muito perspicaz, num dos seus ensaios, ao observar a surpreendente variedade das figuras de renome que apoiaram o fascismo, vindas de todos os quadrantes da sociedade e representativas das mais diversas correntes políticas, comportamentos pessoais e atitudes estéticas<sup>2</sup>. Em vez de se localizarem numa área restrita, as raízes do fascismo projectavam-se, pelo contrário, em todas as direcções. Por isso, qualquer estudo do fascismo que não seja ao mesmo tempo uma crítica do capitalismo liberal e uma autocrítica do movimento anticapitalista fica condenada a falhar nas questões fundamentais.

## 2. As democracias refizeram uma virgindade

O passado das democracias condiciona as interpretações propostas pela historiografia liberal ou conservadora, que apresenta o fascismo como um facto sem origem, uma ocorrência abrupta, à maneira das pragas do Egipto, mal explicado por psicologias patológicas, individuais ou de massas. Ivanoe Bonomi e Benedetto Croce defenderam que o fascismo fora «um parêntesis» na história da Itália<sup>3</sup>, Meinecke já muito idoso escreveu que o nacional-socialismo tinha sido imposto aos alemães a partir do exterior<sup>4</sup> e Ernst Cassirer sustentou que Hitler fora um erro na história da Alemanha<sup>5</sup>. Por outros caminhos chegou-se a um resultado idêntico no Oriente logo após a guerra, quando «a aliança nascente entre o Japão e os Estados Unidos teve como premissa

<sup>2</sup> «Looking Back on the Spanish War», em G. Orwell (1998 a) 1-22. A passagem a que me refiro encontra-se na pág. 19.

<sup>3</sup> M. Angenot (2013) 207; R. De Felice (1978) 36, 50; A. Lyttelton (1982) 6; Z. Sternhell et al. (1994) 3.

<sup>4</sup> W. Lepenies (2006) 195.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, 77.

uma revisão da história japonesa que deixou de lado o fascismo»<sup>6</sup>. Mais recentemente, ao analisar a postura ideológica de José María Aznar, primeiro-ministro da democracia espanhola, um historiador considerou que para ele o regime de Franco seria «uma espécie de parêntesis, de anomalia histórica»<sup>7</sup>. Num plano grotesco, o juiz Mornet, que apesar de ter sido nomeado pelo governo de Vichy para a comissão que cancelou a nacionalidade francesa aos refugiados recentes se encarregou da acusação nos processos contra Pétain e Laval, escreveu um livro com o título de *Quatro Anos a Riscar da Nossa História*<sup>8</sup>. Se bem que a função da história consista em situar os acontecimentos na profundidade do tempo e em desenhar-lhes o contexto e a estrutura, os autores que abordam o fascismo numa perspectiva liberal ou conservadora esmeram-se em isolar o objecto de estudo. Aliás, a doutrina hoje prevalecente é que não existiu fascismo, apenas regimes distintos que não cabe inserir num quadro comum, mesmo que os contemporâneos os apresentassem a todos como fascismos. Daí a sensação de insuficiência que estas obras inevitavelmente ocasionam, passando ao lado do fundamental e deixando o fascismo por explicar. O leitor fica sem entender como foi possível que tanta gente adquirisse ideias para as quais não são apresentadas filiações e os seus chefes obtivessem o apoio de abundantes seguidores, quando se afirma que tudo os distanciava da velha cultura burguesa e das novas formas organizativas e ideológicas preconizadas pela tecnocracia. Chega-se a uma situação estranha. Em cada país onde vigorou, o fascismo procurou legitimar-se com o argumento de que era indispensável ao restabelecimento do passado heróico nas ambicionadas dimensões e ao mesmo tempo correspondia às exigências modernas da sociedade. Mas depois de passar pelas mãos, ou antes pelos cérebros, daqueles historiadores, o fascismo ficou desprovido dos elos que o haviam ligado tanto à tradição como à modernidade. Para a cultura liberal ou conservadora a história do fascismo tem sido, acima de tudo, o melhor pretexto para reinventar a sua própria história, adquirindo neste exercício um verniz de inocência.

E assim, após o termo da segunda guerra mundial o conhecimento público dos horrores do fascismo, sobretudo do nacional-socialismo, permitiu ao capitalismo democrático refazer uma virgindade, disfarçando as suas formas próprias de totalitarismo, directamente empresariais, e encobrendo os vínculos económicos e políticos que têm sempre ligado as várias modalidades de realização do capital. Com efeito, os principais regimes parlamentares europeus e a grande democracia norte-americana nunca teriam deixado o Duce ampliar a sua esfera de influência no

<sup>6</sup> R. Hofmann (2015) 236.

<sup>7</sup> P. C. González Cuevas (2016) 228.

<sup>8</sup> R. O. Paxton (1973) 317-318.

Mediterrâneo e em África nem teriam permitido o programa de militarização e as iniciativas diplomáticas que colocaram o Führer em situação ideal para desencadear a guerra se não tivessem sérias razões para lhes estar gratos.

Os regimes parlamentares de carácter conservador ou liberal saudaram em Mussolini o homem que teria posto termo à subversão e insuflado na classe trabalhadora a necessária disciplina<sup>9</sup>. Pois não eram essas mesmas democracias que se esforçavam por amordaçar e desarticular o movimento operário? Em França, por ocasião da greve dos transportes em Maio de 1920, antes mesmo de os fascistas italianos terem começado a dar o exemplo do emprego sistemático de milícias contra as organizações de trabalhadores, o governo distribuiu verbas consideráveis à associação dos antigos combatentes para que ajudasse a manter a ordem e, também sob tutela governamental, formaram-se milícias de voluntários destinadas a substituir os grevistas. Parece que os seus serviços foram pouco utilizados, mas isto não retira importância ao facto de mais de quinze mil pessoas se terem oferecido para fazer funcionar os transportes públicos urbanos, imobilizados pela greve<sup>10</sup>. Será que os processos empregues por um regime tão resolutamente democrático como o francês contribuíram para inspirar ao fascismo italiano a violência anti-democrática dos *squadristi*? Na realidade as influências ocorreram em ambos os sentidos. Considerando que «a Itália nos deu o antídoto necessário contra o veneno vermelho»<sup>11</sup>, Winston Churchill, ministro do Tesouro no governo chefiado por Baldwin, não poupou termos entusiásticos para elogiar pessoalmente Mussolini numa conferência de imprensa realizada em Janeiro de 1927: «É completamente absurdo pretender que o governo italiano não assenta numa base popular e não emana do consenso activo e prático das grandes massas. [...] Se eu fosse italiano, tenho a certeza de que estaria inteiramente ao vosso lado, desde o começo até ao fim da vossa luta vitoriosa contra os apetites bestiais e as paixões do leninismo»<sup>12</sup>. Nesse mesmo ano de 1927, decerto para refrear a bestialidade dos apetites, o governo britânico promulgou uma nova legislação proibindo as greves gerais, dificultando a convocação de greves de solidariedade e estabelecendo um sistema oficial de arbitragem nos conflitos<sup>13</sup>. Um artigo publicado então em Itália, num dos órgãos doutrinários mais importantes do fascismo, considerou que esta legislação encetara uma linha que, a desenvolver-se, resultaria em algo de semelhante à *Carta del Lavoro*<sup>14</sup>. Meia

<sup>9</sup> P. Milza (1999) 406, 410, 415; E. Santarelli (1981) I 489, 490, 492.

<sup>10</sup> Ch. S. Maier (1988) 200.

<sup>11</sup> Citado em M. Baumont (1951) 368.

<sup>12</sup> Citado em P. Milza (1999) 422. Ver igualmente R. P. Dutt (1936) 384, R. Griffin (2011) 100 e Lukacs (2011) 42. Por seu lado, segundo J. Goldberg (2009) 33, a esposa de Churchill, Clementine, apreciava os «belos olhos penetrantes e castanho-dourados» de Mussolini.

<sup>13</sup> E. Santarelli (1981) I 490.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, I 499 n. 1.

dúzia de anos mais tarde, em 1933, quando já não ocupava nenhuma posição governamental, de novo Churchill classificou o Duce como «o maior legislador vivo»<sup>15</sup>. Aliás, convém recordar que na Grã-Bretanha uma lei destinada a restringir os direitos políticos, promulgada em 1936 com o pretexto de limitar a liberdade de acção de que beneficiava o movimento fascista, foi aplicada pela primeira vez no ano seguinte, mas contra os mineiros do Nottinghamshire em greve<sup>16</sup>. Por seu lado, a tradição democrática dos Estados Unidos não impediu que a AFL mantivesse relações cordiais com os Fasci criados entre os imigrantes de origem italiana<sup>17</sup>. Um historiador evocou «a consideração gozada pelo ditador latino nos Estados Unidos durante os quinze primeiros anos da era fascista, tanto junto aos dirigentes políticos e aos homens de negócios como entre vastos sectores da opinião pública»<sup>18</sup>. Para esta popularidade contribuía sem dúvida o afã com que William Randolph Hearst, detentor da maior rede de periódicos norte-americana, conduzia uma campanha em prol de Mussolini<sup>19</sup>. Neste contexto, talvez não fosse uma simples palhaçada o facto de o presidente Hoover ter saudado com o braço estendido o notório chefe *squadrista* Dino Grandi, então ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>20</sup>. E também o seu sucessor, Franklin Delano Roosevelt, manifestou uma certa convergência de pontos de vista e uma certa comunidade de interesses com o Duce e o seu regime<sup>21</sup>.

Na Alemanha, a lei destinada a proteger as instituições da república de Weimar, promulgada contra a extrema-direita e os fascistas após o assassinato de Rathenau, passou depois a aplicar-se aos comunistas, precisamente quando o partido nacional-socialista crescia ameaçadoramente<sup>22</sup>. Se foi esta a atitude da própria democracia alemã, compreende-se que a lista dos financiadores e simpatizantes estrangeiros com que Hitler contava, sobretudo nos três primeiros anos da década de 1930, incluísse alguns dos principais chefes de indústria e proprietários de importantes cadeias de informação das outras democracias, por exemplo o director-geral do grupo de companhias petrolíferas Royal Dutch-Shell, Sir Henri Deterding, ou Lord Rothermere, o magnate da imprensa britânica, ou ainda o seu equivalente norte-americano, Randolph Hearst, e parece que também o grande patrão da indústria automobilística, Henry Ford<sup>23</sup>. Eles mais não

<sup>15</sup> Citado em S. G. Payne (2003 b) 218.

<sup>16</sup> *The Economist*, 22 de Março de 1986, pág. 63. Ver também D. Botsford (1998) 5. Th. Linehan (2000) 121 n. 124 observou que «na opinião da esquerda, a nova Lei da Ordem Pública constituía fundamentalmente um ataque às liberdades cívicas em geral». Parece que a esquerda tinha razão.

<sup>17</sup> E. Santarelli (1981) I 479 n. cont.

<sup>18</sup> P. Milza (1999) 623. Ver no mesmo sentido J. Goldberg (2009) 26-30.

<sup>19</sup> P. Milza (1999) 624.

<sup>20</sup> *Id.*, *ibid.*, 517.

<sup>21</sup> J. Goldberg (2009) 122-123, 147-148, 156, 295; P. Milza (1999) 625.

<sup>22</sup> E. Salomon (1993) 115-116.

<sup>23</sup> L. I. Guintsberg (1957) 172, 174-175. Quanto a Lord Rothermere, proprietário do *Daily Mail*, ver igualmente

faziam, aliás, do que ecoar os relatórios emanados das embaixadas em Berlim, geralmente favoráveis aos projectos que previam a inclusão de Hitler num futuro governo<sup>24</sup>. Não espanta que os investimentos estrangeiros na indústria alemã, expressão económica do crédito político, tivessem aumentado após a nomeação de Hitler para a Chancelaria em Janeiro de 1933<sup>25</sup>.

Aliás, desde há muito que os capitalistas alemães haviam estabelecido relações estreitas com o capital britânico. O aparelho repressivo nacional-socialista pôde consolidar-se e o Reich conseguiu prosseguir sem obstáculos o seu rearmamento e alcançar consideráveis triunfos diplomáticos porque os sucessivos governos de Londres serviram os interesses daqueles homens de negócios para quem eram muito valiosas as relações com a economia alemã e que haviam assistido com grande satisfação à derrota do movimento operário. Lloyd George preveniu, num discurso pronunciado em Setembro de 1933: «Se as potências conseguissem abater o nazismo na Alemanha, o que é que o substituiria? Não um regime conservador, nem socialista, nem liberal, mas o comunismo absoluto. Decerto não é isto que elas pretendem»<sup>26</sup>. O entusiasmo pelo anticomunismo de Hitler levou Lloyd George, três anos depois, a equiparar o *Mein Kampf* à Magna Carta<sup>27</sup> e em Novembro de 1939, derrotada a Polónia, Hitler confidenciou a Rosenberg que o único político que poderia levar a Grã-Bretanha a assinar a paz com o Reich seria Lloyd George<sup>28</sup>. Em Julho de 1940 o Führer continuava a interessar-se pelas posições de Lloyd George, considerando possível que ele se juntasse a Chamberlain e Halifax para formar um gabinete<sup>29</sup>, e ainda o elogiava em 1942, entre os íntimos. «Infelizmente», suspirou ele, «tem vinte anos a mais»<sup>30</sup>. Mas aquela voz, apesar do prestígio de que beneficiava, pertencia a uma figura da oposição, e a questão tornava-se verdadeiramente séria quando as mesmas ideias eram expressas por membros do governo.

A. Bullock (1972) 161 e L. Waddington (2007) 66. Acerca da influência exercida por Sir Henri Deterding sobre Hitler consultar H. Rauschnig (1939) 82-83. Por seu lado, H. A. Turner Jr. (1985) 270 considerou que apenas em 1936, já aposentado das funções de director da Shell, Deterding teria começado a manter relações estreitas com o NSDAP e que só então lhe entregara alguns subsídios, mas este historiador estava sempre pronto a pôr em dúvida a simpatia que os grandes homens de negócios pudessem sentir por Hitler e presumia que todos os financiamentos políticos deixassem obrigatoriamente traços na documentação das empresas. Algumas dúvidas se levantam a respeito das relações financeiras entre Henry Ford e o partido de Hitler, como pode ver-se em K. Heiden (1934) 147, A. Hitler (1995) 583 n. 2 e M. Sayers et al. (1947) 177-178. É curioso que na obra anti-semita de que tomou a iniciativa e que assinou com o seu nome, Henry Ford tivesse escrito ou mandado escrever que Hearst era «um agitador perigoso» e que «rodeou-se de um estado-maior de judeus, favoreceu-os e tratou-os com luvas de veludo». Ver H. Ford (1932) 331.

<sup>24</sup> L. I. Guintsberg (1957) 173-174, 177-180, 185.

<sup>25</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 94.

<sup>26</sup> Citado em R. P. Dutt (1936) 325. Em 1934 Lloyd George fez novos elogios a Hitler, como se lê em W. Laqueur (1996) 71.

<sup>27</sup> J. Lukacs (2011) 138 n.

<sup>28</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 151.

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, III 180.

<sup>30</sup> Em 6 de Janeiro de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 184. Mais elogios em 27 de Janeiro e 22 de Agosto de 1942, nas págs. 259-260 e 657.

Ao visitar o Reich no início de 1936, o marquês de Londonderry, que de 1931 até 1935 fora secretário de Estado da Aviação, elogiou a atitude robusta da Alemanha perante o bolchevismo<sup>31</sup>. Mais significativo foi o caso de um dos ministros de maior peso no governo de Baldwin, o visconde de Halifax, que comunicou pessoalmente ao Führer a gratidão que sentia pelo facto de ele ter destruído o comunismo e obstruído o caminho da revolução na Europa ocidental<sup>32</sup>. A tática de concessões ao nacional-socialismo aplicada ainda mais sistematicamente pelo governo seguinte torna-se compreensível se soubermos que a família do primeiro-ministro Neville Chamberlain tinha uma participação significativa nas filiais inglesas de importantes firmas alemãs, como a Mannesmann e a Siemens<sup>33</sup>. Aliás, não seria o anti-semitismo a distanciar Chamberlain do regime nacional-socialista<sup>34</sup>. Nos primeiros dias de Setembro de 1938, enquanto a diplomacia britânica se esforçava, com inteiro sucesso, por obrigar a Checoslováquia a entregar-se a Hitler, o encarregado de negócios germânico em Londres contactou secretamente o ministro dos Negócios Estrangeiros, Halifax, em nome do grupo de generais da Wehrmacht que, sem grande empenho, conspirava para derrubar o regime nacional-socialista e evitar a guerra. Mas ao ser informado do encontro Neville Chamberlain manifestou pouco entusiasmo, argumentando: «E se esses cavalheiros conseguirem o que pretendem, quem me garante que a Alemanha não caia no comunismo?»<sup>35</sup>. Do mesmo modo fracassaram todas as outras tentativas da oposição conservadora para fazer com que o governo britânico se opusesse claramente aos desígnios expansionistas de Hitler, já que havia o receio de que os conspiradores ligados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Wehrmacht fossem nostálgicos da orientação pró-soviética que caracterizara a Reichswehr<sup>36</sup>.

As democracias não se inquietaram com a expansão dos fascismos porque haviam visto com bons olhos a sua política interna, e manifestaram repetidamente confiança na diplomacia de Mussolini<sup>37</sup>. Aliás, conduzindo directa ou indirectamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Duce prosseguiu durante muito tempo uma orientação exterior desprovida de carácter ideológico específico, preocupando-se apenas com a inserção do seu país na rede de alianças tecida pelas

<sup>31</sup> L. Waddington (2007) 66-67, 71-72.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, 2; E. Weber (1965 b) 20. Ver igualmente J. Lukacs (2011) 48.

<sup>33</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 95. É curioso saber que até 1937, enquanto morava na residência oficial destinada ao ministro das Finanças, Chamberlain alugou a sua casa particular ao embaixador alemão Ribbentrop. Ver a este respeito J. Lukacs (2011) 54 n.

<sup>34</sup> Acerca do anti-semitismo de Neville Chamberlain ver J. Lukacs (2011) 43.

<sup>35</sup> Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) VI 340 n. cont. J. C. Fest (1974) 964 atribuiu a Chamberlain uma frase idêntica, mas numa conversa com o general Gamelin, chefe do estado-maior da Defesa Nacional francesa, em Setembro de 1938.

<sup>36</sup> J. C. Fest (1974) 960-965.

<sup>37</sup> P. Milza (1999) 404 e segs.; E. Santarelli (1981) II 84.



democracias e indo ao ponto, por exemplo, de aprovar a ocupação franco-belga do Ruhr<sup>38</sup>. Apesar do seu anticomunismo o governo da Itália fascista contou-se em Fevereiro de 1924, ao lado do governo britânico, entre os primeiros a reconhecerem *de jure* o regime soviético<sup>39</sup> e em Setembro de 1933 assinou com a União Soviética um pacto de amizade, não-agressão e neutralidade<sup>40</sup>. Entretanto a rede de consulados italianos na União Soviética tornara-se mais vasta do que a de qualquer outro país<sup>41</sup>. Stalin reconheceu em 1934 que «o fascismo italiano não impediu a Rússia de estabelecer as melhores relações com esse país»<sup>42</sup>. Por outro lado, desde o bombardeamento e a invasão de Corfu, em Agosto de 1923, os governos francês e britânico aceitaram que o novo regime italiano manifestasse a agressividade fora das fronteiras, temendo que uma derrota diplomática acarretasse a sua queda<sup>43</sup>. A conquista da Etiópia, a mais notável expressão do imperialismo italiano até ao começo da segunda guerra mundial, foi preparada pelo acordo firmado em 1925 com o governo britânico, destinado a dividir aquele país em duas zonas de influência<sup>44</sup>, tal como em Janeiro de 1935 o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Pierre Laval, deu o último impulso ao expansionismo fascista ao prometer a Mussolini que a França renunciava aos seus interesses económicos na Etiópia<sup>45</sup>. Três meses depois, nas conversações de Stresa, quando levantou a questão etíope perante os primeiros-ministros e os ministros dos Negócios Estran-

<sup>38</sup> P. Milza (1999) 407-408; E. Santarelli (1981) I 344.

<sup>39</sup> M. Baumont (1951) 369; H. J. Burgwyn (2012) 206; P. Milza (1999) 421; S. G. Payne (2003 b) 126, 227. A Alemanha havia já assinado em 1922 um tratado reconhecendo *de jure* o governo soviético.

<sup>40</sup> M. Baumont (1951) 369; H. J. Burgwyn (2012) 206; S. G. Payne (2003 b) 229; E. Santarelli (1981) II 99.

<sup>41</sup> S. G. Payne (2003 b) 227-228.

<sup>42</sup> Citado em I. Deutscher (1964) 499. Sobre as boas relações entre o governo soviético e o fascismo italiano ver ainda S. G. Payne (2003 b) 229-230. Este mesmo argumento servia àqueles que no Terceiro Reich defendiam a aliança com a União Soviética e se opunham à política antieslava prosseguida pelo Führer. No relatório que apresentou ao governo em Abril de 1933, o ministro dos Negócios Estrangeiros, von Neurath, disse que «a luta vigorosa contra os comunistas e o bolchevismo cultural na Alemanha não implica que se ponham em causa as relações germano-russas a longo prazo, tal como mostra o exemplo da Itália». Ver J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 48.

<sup>43</sup> P. Milza (1999) 415, 417-418, 422-423. Ver igualmente H. J. Burgwyn (2012) 68-69 e M. R. D. Foot (2008) 285. Passados muitos anos, O. Mosley (2006) 118 considerou que com o bombardeamento de Corfu Mussolini destruíra na prática a Sociedade das Nações.

<sup>44</sup> P. Milza (1999) 417-418.

<sup>45</sup> Acerca do lugar ocupado pela questão etíope nas conversações travadas por Pierre Laval e Mussolini em Janeiro de 1935 ver id., *ibid.*, 651. Alguns meses mais tarde Laval desculpou-se dizendo que apenas admitira a penetração económica da Itália na Etiópia e não uma conquista militar, enquanto Mussolini proclamava que os acordos de Janeiro de 1935 diziam respeito a uma acção militar. Quanto a esta diferença de pontos de vista ver id., *ibid.*, 652-654. Na audiência de 3 de Agosto de 1945 do processo contra o marechal Pétain, onde depôs como testemunha, Laval garantiu que «as concessões que eu fiz ao sr. Mussolini eram de carácter puramente económico» e afirmou que tentara dissuadi-lo de entrar em guerra com a Etiópia; em seguida informou que estabelecera acordos militares secretos com a Itália, mas destinados apenas à Europa. Ver *Le Procès du Maréchal Pétain*, 502. Segundo Benoist-Méchin (1964-1966) IV 106, é incontestável que uma convenção militar secreta acompanhara os acordos públicos franco-italianos de 7 de Janeiro de 1935, mas os seus termos continuavam desconhecidos. Apesar disso, afirmou Jacques Benoist-Méchin, as declarações de Mussolini a um jornalista britânico e as Memórias publicadas mais tarde pelo general De Bono permitem pensar que o governo francês, por intermédio de Laval, abriu o caminho à acção militar da Itália na Etiópia. Contudo, não parece possível ter uma opinião definitiva sobre o assunto, pois, segundo R. O. Paxton (1973) 38, ainda hoje se ignora o que Laval disse exactamente ao Duce a propósito da Etiópia, e Pierre Milza, *op. cit.*, 652 confirmou que a documentação existente não esclarecia o problema.

geiros da França e do Reino Unido, Mussolini interpretou logicamente como um consentimento das suas ambições o silêncio que eles então mantiveram<sup>46</sup>.

Mesmo as sanções aplicadas pela Sociedade das Nações à Itália a partir de Novembro de 1935 por causa da guerra de conquista da Etiópia tiveram uma amplitude muito limitada. Um político e diplomata francês daquela época chamou-lhes «um sistema de sanções irrisórias»<sup>47</sup>. Numa carta secreta enviada no mês anterior ao ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Mussolini suplicara-lhe que fizesse tudo para «evitar que o petróleo fosse incluído na lista das matérias-primas sujeitas ao embargo»<sup>48</sup>. Com efeito, não se declararam impedimentos ao comércio petrolífero, deixando-se portanto livre o envio dos corpos expedicionários, e também alguns produtos metálicos necessários para o fabrico de armamento não estavam mencionados na lista<sup>49</sup>. Para facilitar, o canal do Suez continuou aberto aos navios italianos<sup>50</sup>. Além disso, as sanções foram logo de início violadas por numerosos países membros da Sociedade das Nações, nomeadamente pela União Soviética, que garantiu ainda o fornecimento de petróleo à Itália durante todo o conflito<sup>51</sup>. Entretanto, outros países, que diziam respeitar as sanções, na prática não o faziam, e o Reich nacional-socialista, que havia abandonado a Sociedade das Nações, prontificou-se a abastecer a Itália com produtos interditos. Também nos Estados Unidos, que nunca tinham pertencido àquela organização mundial, o Congresso, fiel aos interesses das companhias petrolíferas, impediu que o governo executasse uma política de sanções<sup>52</sup>, e apesar de o secretário de Estado ter anunciado o «embargo moral» a um conjunto de artigos que incluía o petróleo, as exportações deste produto dos Estados Unidos para a Itália triplicaram no último trimestre de 1935<sup>53</sup>. Apresando-se igualmente a desmentir as palavras com os actos, os governantes do Reino Unido e da França procuraram antes de mais chegar a um compromisso com o governo de Roma<sup>54</sup>. E nos primeiros meses de 1936, quando os britânicos encararam a hipótese de incluir o petróleo entre os produtos que a Itália estava proibida de receber, foram de novo os franceses a opor-se<sup>55</sup>. É

<sup>46</sup> M. Baumont (1951) 691; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 113-114. O então embaixador soviético em Londres, Ivan Maiski, afirmou que a conferência de Stresa «deu a entender a Mussolini que a Inglaterra não impediria a conquista da Etiópia pela Itália [...]». Ver I. Maiski [s. d.] 54-55.

<sup>47</sup> G. Bonnet (1949) 50.

<sup>48</sup> Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) IV 155.

<sup>49</sup> M. Baumont (1951) 693; Benoist-Méchin (1964-1966) IV 157; Ch. F. Delzell (org. 1971) 195; I. Maiski [s. d.] 57-58; P. Milza (1999) 675; E. Santarelli (1981) II 176, 178, 179.

<sup>50</sup> E. Gentile (2010) 123.

<sup>51</sup> P. Milza (1999) 675; E. Santarelli (1981) II 175.

<sup>52</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 158, 177; G. Bortolotto (1938) 594; P. Milza (1999) 675, 679; E. Santarelli (1981) II 175, 179.

<sup>53</sup> W. E. Leuchtenburg (1963) 220-221.

<sup>54</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 160 e segs.; I. Maiski [s. d.] 58; P. Milza (1999) 674, 678-679; E. Santarelli (1981) II 176, 178-179.

<sup>55</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 169, 172.

certo que as sanções suscitaram efeitos negativos sobre a economia italiana, reduzindo cerca de 20% as importações do país e 35% as exportações<sup>56</sup>, mas apesar disto o seu objectivo central fracassou, pois não conseguiram impedir que um país membro da Sociedade das Nações conquistasse outro país membro.

Consumada a pilhagem em Maio de 1936, as duas principais democracias europeias apressaram-se a dar o caso por encerrado e a restabelecer a normalidade das relações com Roma<sup>57</sup>. Recém-nomeado primeiro-ministro do Front Populaire, Léon Blum proferiu uma declaração pública sobre este assunto e, com o espantoso argumento de que a França não poderia tomar nenhuma atitude que comprometesse a aliança com o Reino Unido, o chefe de um governo em que se consubstanciavam as esperanças da esquerda alienou a iniciativa diplomática a um governo profundamente conservador<sup>58</sup>. Os britânicos, com os franceses na sua esteira, pronunciaram-se pela abolição das sanções, que foram oficialmente levantadas em 15 de Julho<sup>59</sup>. Quando, duas semanas antes, Haile Selassie, o imperador etíope fugitivo, discursara perante a Assembleia Extraordinária da Sociedade das Nações, a sua proposta apelando para que não fosse reconhecida a anexação italiana recolhera apenas um solitário voto favorável<sup>60</sup>. Aliás, já em 1925 ele havia pedido a intervenção da Sociedade das Nações contra o acordo italo-britânico que dividia o seu país em duas zonas de influência, também sem obter nenhum resultado<sup>61</sup>. A este extremo chegara a complacência das democracias para com o imperialismo fascista. E as democracias ficaram ainda indiferentes perante o destino da pequena Albânia, que de qualquer modo era já um protectorado de Roma, quando Mussolini decidiu juntá-la ao seu império, em Abril de 1939.

A agressividade fascista foi novamente legitimada pelo direito internacional quando o acordo de não-intervenção, estabelecido para evitar as implicações exteriores da guerra civil espanhola, atribuiu aos generais rebeldes o mesmo estatuto prático que concedia ao governo legal eleito, e o Comité de Não-Intervenção fechou os olhos à participação massiva em homens e material com que as autoridades germânicas, italianas e portuguesas sustentaram a vitória de Franco. A neutralidade assumida pelas democracias significava que ambas as partes eram colocadas no

<sup>56</sup> E. Santarelli (1981) II 287. No entanto, Ch. F. Delzell (org. 1971) 138 defendeu que «o primeiro ano do conflito na Etiópia e a fase inicial das sanções impostas pela Sociedade das Nações tiveram como resultado estimular a economia italiana, mas após 1936 a guerra provocou graves efeitos negativos».

<sup>57</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 176.

<sup>58</sup> D. Ligou (1962) 422 citou a proclamação em que Blum declarara que «poria fim à obstrução [das decisões da Sociedade das Nações] praticada pelos seus predecessores, e ou cooperaria na aplicação das sanções, quaisquer que elas fossem, ou consentiria no seu levantamento, consoante os desejos do governo britânico [...]». Lê-se e não se acredita.

<sup>59</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 176; G. Bortolotto (1938) 606-607; E. Santarelli (1981) II 205.

<sup>60</sup> P. Milza (1999) 683; E. Santarelli (1981) II 205-206.

<sup>61</sup> P. Milza (1999) 418.

mesmo plano. Ficou assim anunciado o destino que seria dado à Checoslováquia. Hoje é um lugar-comum pretender que o Reino Unido e a França cederam perante as pressões de Hitler na conferência de Munique, em Setembro de 1938, e o deixaram desmembrar a Checoslováquia. Mas quando se estudam as manobras diplomáticas ao longo daquele ano só pode concluir-se que foram os próprios governantes britânicos e franceses quem metodicamente bloqueou todas as possibilidades de saída da crise e entregou aos nacionais-socialistas uma Checoslováquia a que haviam sido retiradas quaisquer possibilidades de defesa. A conferência de Munique serviu apenas para validar um facto consumado e iludir a opinião pública.

A política externa do Reino Unido e da França nos anos que precederam a segunda guerra mundial parece uma sucessão de inépcias e é assim que em geral os historiadores a apresentam. Tudo se esclarece, porém, ao recordarmos que a perseguição feita pelo fascismo às organizações da classe trabalhadora constituía o seu principal título de glória aos olhos do capitalismo democrático. Foi esta a razão da profunda confiança que os fascismos inspiraram às democracias. A ingenuidade da orientação seguida pelo governo de Chamberlain, com frequência evocada por historiadores e jornalistas, não consistiu em tentar apaziguar as tendências bélicas do nacional-socialismo mas em acreditar que podia orientá-las exclusivamente contra a URSS sem que o *bureau* político stalinista reagisse<sup>62</sup>. Procurando desenvolver as relações amistosas com o Reich e recorrendo ao mesmo tempo a todo o tipo de pretextos para adiar indefinidamente a conclusão do pacto tripartido de assistência mútua entre a União Soviética, o Reino Unido e a França, que o Kremlin vinha insistentemente a propor, Chamberlain e Halifax não imaginaram que com este jogo duplo estavam a precipitar Stalin para uma duplicidade ainda maior, levando-o a preparar em segredo o tratado de não-agressão com o governo de Berlim. O pacto germano-soviético, geralmente usado para condenar Stalin, deve sobretudo servir para condenar a democracia britânica, que com subterfúgios e expedientes dilatórios se revelou desinteressada pela aliança que os soviéticos lhe propunham<sup>63</sup>. Chamberlain pretendia que o Terceiro Reich e a URSS se anulas-

<sup>62</sup> Segundo J. Lukacs (2011) 44 n., em 1939 o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, visconde de Halifax, recebeu inúmeras cartas de outros membros da nobreza argumentando que o Reino Unido devia evitar a guerra e orientar o Reich para atacar a União Soviética. W. L. Shirer (2011) 560 interrogou retoricamente em 1941: «Não procurara a política de Chamberlain incentivar a máquina militar alemã a orientar-se para Leste contra a Rússia?». Ver ainda H. Eberle et al. (org. 2005) 73-74 e I. Kamenetsky (1956) 12-17.

<sup>63</sup> Ivan Maisky, que o Kremlin enviou em 1932 como embaixador para o Reino Unido e ali permaneceu dez anos, narrou em detalhe como o governo britânico se esquivou à aliança que os soviéticos propunham às duas grandes potências ocidentais daquela época. Ver I. Maiski [s. d.] *passim*. Esta versão é confirmada pelo que escreveu Georges Bonnet, ministro francês dos Negócios Estrangeiros em 1938 e 1939. Ver G. Bonnet (1949) 397-439 e 499-516. Ver igualmente I. Deutscher (1964) 504-523 e J. C. Fest (1974) 1004-1006, 1014, 1018-1019, 1024. W. L. Shirer (2011) 178 relatou que em Julho de 1939 o embaixador soviético em Washington lhe dissera que os governantes de Moscovo se aliariam aos de Londres e Paris contra o Terceiro Reich com a condição de acreditarem que não estavam apenas a ser empurrados para entrar em guerra sozinhos, mas que do lado ocidental as negociações não progrediam.

sem reciprocamente, e o colapso desta diplomacia não se deveu ao desencadeamento da guerra, mas ao facto de a guerra ter como primeiras vítimas a França e o Reino Unido e não a União Soviética.

O prestígio que os métodos de Hitler alcançaram junto às democracias avalia-se ao verificarmos que eram em tudo copiados dos seus congéneres nacional-socialistas os campos de concentração onde, no começo de 1939, o governo francês internou os anarquistas, comunistas e outros republicanos espanhóis, que depois de defenderem do avanço das tropas de Franco os últimos territórios livres do seu país haviam procurado refúgio do lado de lá dos Pirenéus<sup>64</sup>. Aqueles homens bravos, resistentes durante quase três anos à crueza das batalhas e ao pavor das cidades bombardeadas, sem se vergarem às maiores privações, foram em pouco tempo de regime concentracionário francês transformados em destroços. Arthur Koestler cruzou-se com alguns em Outubro de 1939, quando estava a ser transportado para o campo de Le Vernet junto com outros refugiados antifascistas. «Seriam cerca de trinta», recordou ele. «Levavam pás ao ombro e eram escoltados por guardas munidos de chicotes de couro. Tinham as cabeças rapadas, mas nas faces via-se uma barba de vários dias. As suas roupas estavam esfarrapadas, alguns caminhavam na lama de chinelos, outros com os dedos saindo dos sapatos, outros calçavam galochas de borracha nos pés nus. Era evidente que estavam a ser conduzidos de regresso do trabalho para o campo de concentração. Horrorizados, tínhamos os olhos fixos naqueles crânios rapados e éramos incapazes de resistir ao desespero. Eles olharam-nos e um interesse superficial perpassou nas suas faces apáticas. Alguns tentaram falar-nos quando nos cruzaram, mas rapidamente os guardas, brandindo os chicotes, reduziram-nos ao silêncio». Koestler conheceu em Le Vernet outros antigos combatentes, voluntários acorridos de todo o mundo que haviam ajudado a defender contra a grande aliança dos fascismos as linhas da república espanhola: «[...] o Pavilhão 32 era o verdadeiro inferno. A escuridão era completa e o cheiro nauseabundo. Nenhum dos que lá vivia tinha uma muda de roupa ou meias suplementares, e muitos haviam literalmente vendido a última camisa em troca de um maço de cigarros, e andavam nus sob um casaco fino e esfarrapado. O pavilhão estava infestado de parasitas e doenças. Fora das horas de trabalho, os seus reclusos prestavam pequenos serviços aos demais prisioneiros, lavando-lhes a roupa a troco de algumas fatias de pão, remendando sapatos, limpando botas. Não recebiam cartas nem as escreviam. Vagueavam pelo campo de concentração, procurando pontas de cigarro na lama e no chão de cimento das latrinas, onde era mais fácil encontrá-las. Mesmo os mais miseráveis dos outros pavilhões os olhavam com um misto de horror e desalento. Estes cento e cinquenta homens

<sup>64</sup> C. Callil (2009) 275-276.

que povoavam a chamada Caserna dos Leprosos eram o que restava das Brigadas Internacionais — que constituíram outrora o orgulho do movimento revolucionário europeu, a vanguarda da esquerda»<sup>65</sup>.

Mas que faziam Koestler e tantos outros como ele por detrás de arame farpado no sul da França? Logo a partir dos primeiros dias de Setembro de 1939, quando declarou guerra ao Reich, o governo francês confinou em estádios e depois em campos de detenção não só os estrangeiros suspeitos mas igualmente os antifascistas alemães, italianos e da Europa central, mesmo oriundos de países então neutrais, que haviam julgado encontrar na velha democracia uma garantia de liberdade<sup>66</sup>. «Polícias de capacete, as armas carregadas, cercam os cafés de estudantes do *boulevard Saint-Michel*», contou Victor Serge, um revolucionário de sempre. «Os estrangeiros que não tenham os documentos em ordem são metidos em camiões e levados para a sede da polícia. Muitos são refugiados antinazis, porque os outros estrangeiros têm evidentemente os documentos em ordem. [...] Os refugiados antinazis e antifascistas vão conhecer novas prisões, as da república que foi o seu último asilo neste continente e que agora agoniza e perde a cabeça. Espanhóis e combatentes das brigadas internacionais que venceram o fascismo junto a Madrid são tratados como se tivessem a peste... Com os documentos em ordem e a carteira bem recheada, os falangistas espanhóis, os fascistas italianos, que eram ainda neutrais, os russos brancos — e quantos nazis autênticos a coberto destas camuflagens fáceis? — passeiam-se livremente por toda a França. A “defesa do interior” é uma farsa odiosamente simbólica»<sup>67</sup>. A inércia das tropas francesas durante a *drôle de guerre*, evitando penetrar nas fronteiras do Reich e abstendo-se de conduzir uma ofensiva, entende-se melhor se soubermos que enquanto eram atribuídas responsabilidades aos oficiais que tinham participado na *Cagoule* e eram incorporados no exército antigos dirigentes desta conspiração<sup>68</sup>, decidia-se aprisionar pessoas que haviam mostrado serem adversárias decididas do nacional-socialismo. Só quando o descalabro era iminente e o exército germânico se aproximava de Paris, o ministro do Interior ordenou a captura de uma meia dúzia de jornalistas e políticos, partidários notórios de Hitler. Tarde e sem efeito. Tanto mais que na mesma ocasião, a escassos dias da derrota total, os poucos refugiados políticos alemães e austríacos que tinham

<sup>65</sup> A. Koestler (1991) 92-93, 114.

<sup>66</sup> O método seguido nas detenções, o estilo em que eram conduzidos os interrogatórios, os vexames, as condições de encarceramento e a vida naqueles campos de concentração franceses foram minuciosamente descritos por Arthur Koestler, op. cit., *passim*. E. Salomon (1993) 268 recordou o caso de um literato judeu alemão que sofreu o mesmo destino, apesar de o seu filho se ter alistado no exército francês. Léon Degrelle, um dos raros fascistas que passou alguns dias nesses campos em 1940, expedido pela polícia belga, mencionou trezentos mil detidos, seis mil só em Le Vernet. Ver L. Degrelle (1949 b) 47.

<sup>67</sup> Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 800.

<sup>68</sup> Ph. Bourdrel (1992) 267 e segs.; J.-C. Valla (2000) 123 e n. 1.

entretanto sido libertados voltaram a ser detidos, incluindo todos os dirigentes e figuras significativas da oposição ao nacional-socialismo. Em Junho de 1940, quando os generais franceses assinaram o armistício após quatro semanas de fulgurante ofensiva da Wehrmacht, os presos antinazis ou foram entregues às autoridades ocupantes ou permaneceram sob o controle do governo fascista de Vichy, conseguindo uns poucos escapar e suicidando-se outros, alguns grandes nomes entre eles.

Koestler contou-se entre os que fugiram, e acabou por chegar à Inglaterra, para ser de novo internado durante seis semanas. Apesar disto, e apesar dos bombardeamentos aéreos a que se encontrou exposto na prisão, «eu senti-me *em segurança* pela primeira vez desde o desencadear da guerra», escreveu ele no epílogo da sua odisseia de antifascista perseguido pela democracia<sup>69</sup>. Mas será que outros poderiam dizer o mesmo? Em Outubro de 1939 as autoridades do Reino Unido haviam decretado a detenção imediata dos residentes estrangeiros de origem alemã e austríaca considerados perigosos para a segurança do país, apesar de os fascistas britânicos, mesmo os apologistas de Hitler, permanecerem em liberdade e continuarem a beneficiar de amplas possibilidades de organização. Só em Maio de 1940 foi decidida a prisão de alguns dirigentes e militantes fascistas, mas Sir Oswald Mosley, chefe do principal movimento fascista britânico, recordou que em Maio de 1940 «quatro em cada cinco dos nossos chefes distritais [...] estavam nas forças armadas e só muito poucos foram alguma vez detidos»<sup>70</sup>. Entretanto havia sido ordenado o internamento em campos de concentração de todos os adultos de sexo masculino originários da Alemanha e da Áustria e residentes no sudeste e no leste da Grã-Bretanha, uma medida que em Junho, com a entrada da Itália na guerra, passou a aplicar-se igualmente aos italianos que vivessem no país há menos de vinte anos, acima de quatro mil no total. E o ministro do Interior determinou que as autoridades detivessem em toda a ilha pessoas originárias dos países inimigos, ainda que sobre elas não pesasse nenhuma suspeita especial. Em Julho contavam-se já vinte e sete mil e duzentos detidos, e se alguns eram reconhecidamente partidários de Hitler e de Mussolini, muitos outros haviam emigrado por razões políticas e eram antifascistas de longa data ou judeus fugidos do Reich. Quase sete mil e quinhentos foram mandados para o Canadá e a Austrália, e quando um submarino germânico atacou e afundou um navio que transportava cerca de mil e duzentos deportados, mais de metade morreu, incluindo judeus e vários antifascistas conhecidos, e aliás o navio não dispunha de um número suficiente de barcos salva-vidas. Num relatório apresentado pelo comandante das tropas encarregadas de escoltar até à Austrália

<sup>69</sup> A. Koestler (1991) 249 (sub. orig.).

<sup>70</sup> O. Mosley (2006) 336.

cerca de dois mil e quinhentos detidos, os de persuasão nacional-socialista foram elogiados pelo bom porte e pela honestidade e disciplina, enquanto os judeus foram apelidados de mentirosos e subversivos, afinal uma opinião não muito diferente da de Hitler. Multiplicaram-se na Grã-Bretanha os campos de internamento destinados a estrangeiros e a Ilha de Man converteu-se num complexo concentracionário<sup>71</sup>. «Depois do colapso da França houve uma súbita vaga de apreensão. [...] aumentaram as suspeitas», escreveu um psicanalista naquela época. «Como sempre sucede, foram exigidos bodes expiatórios [...] De repente, começámos a internar as antigas vítimas do nazismo a quem havíamos concedido um asilo generoso. [...] não podemos conservar a simpatia de um grande número de refugiados, que tiveram a desventura de ser mais patrióticos do que nós próprios. É muito pesado o preço que se paga em termos de perda de prestígio e de idealismo»<sup>72</sup>. Todavia, apesar de vários órgãos de informação britânicos, tanto da direita conservadora como da esquerda trabalhista, conduzirem uma campanha alarmista contra os imigrados e os refugiados, uma parte considerável da população revelou-se hostil às medidas de encarceramento e as autoridades libertaram gradualmente os estrangeiros detidos, poucos restando no final da guerra.

Que pudor as democracias têm em falar hoje de tudo isto! Quando se folheiam alguns catálogos de exposições de artes plásticas, quando se lêem os resumos biográficos de certos autores consagrados, poucos compreenderão que aquelas referências apressadas e confusas a uma permanência em campos de concentração franceses durante a guerra não indicam que o pintor ou o escritor tivessem sido encarcerados pelos ocupantes nacional-socialistas ou pelos seus acólitos de Vichy, mas, antes disso, pelas legítimas autoridades democráticas<sup>73</sup>. Sobre os detidos em campos de concentração britânicos o silêncio é ainda mais opaco. Enquanto durava a guerra com a França, a imprensa oficial do Terceiro Reich publicou uma lista de escritores antinazis que as autoridades francesas haviam internado em campos de concentração, perguntando-lhes no fim, com o pesado sarcasmo dos factos indesmentíveis em que desejaríamos não acreditar, se continuavam convencidos das benesses da democracia<sup>74</sup>. A resposta fora dada já pela inscrição que um refugiado espanhol gravara na cruz erguida sobre a sepultura de um camarada seu em Le

<sup>71</sup> A. Calder (1991) 110-118. Ver ainda M. Gilbert (2011 b) I 106, 127 e P. Watson (2011) 745. Mas note-se que, segundo Martin Gilbert, op. cit., I 134, havia em 1940 três mil alemães antinazis a receber treino militar na Grã-Bretanha.

<sup>72</sup> E. Glover (1940) 58-59.

<sup>73</sup> É elucidativo considerar que mesmo um autor que analisou o fascismo numa perspectiva favorável às teses do Partido Comunista de Itália, E. Santarelli (1981), afirmou (vol. II, pág. 380) que o aprisionamento dos exilados políticos e dos membros das antigas Brigadas Internacionais no campo de concentração de Le Vernet se deveria às autoridades de Vichy. Não são só as máscaras que a democracia tem, mas a arte de se mascarar, com que parece iludir até os menos incautos.

<sup>74</sup> A. Koestler (1991) 133. Muitos anos depois, o antigo chefe do fascismo valão divertiu-se a recordar que o regime de Vichy herdara da democracia os seus campos de concentração. Ver L. Degrelle (2000) 94-97.



Vernet: «*Adiós, Pedro. Os fascistas queriam queimar-te vivo mas os franceses deixaram-te morrer de frio em paz. Pues viva la democracia*»<sup>75</sup>.

Mesmo o racismo hitleriano não era preocupante para as democracias se pudesse pensar-se que as vítimas seriam, além dos eslavos, apenas os judeus orientais, gente pobre e de hábitos extravagantes, desprezada também pelos seus correligionários ocidentalizados<sup>76</sup>. Este racismo perturbava tanto menos quanto o anti-semitismo grassava em vastas camadas sociais da França e da Grã-Bretanha, e estes dois modelos de parlamentarismo aplicavam contra as populações autóctones dos seus espaços coloniais uma discriminação racial igualmente severa. O único motivo de conflito entre os regimes parlamentares e os regimes fascistas surgiu dos expansionismos germânico e nipónico, que puseram em causa o equilíbrio internacional, e só a necessidade de entusiasmar a população trabalhadora pelo esforço de guerra levou os governos aliados a dar um verniz antifascista ao que na realidade constituía apenas uma preservação de esferas de influência<sup>77</sup>. Os seis anos de morticínio serviram depois para que as democracias, adulterando o seu passado, apresentassem como uma incompatibilidade o que fora uma estreita colaboração com o fascismo, prosseguida mesmo além do dia 3 de Setembro de 1939.

### 3. Totalitarismo e autoritarismo

A necessidade sentida pelos apologistas das democracias parlamentares de negar a trama que as relacionou com a génese ideológica do fascismo e com a sua ascensão prática levou-os a recorrer a uma distinção entre as categorias de *totalitarismo* e *autoritarismo*. A designação do regime de Mussolini como «totalitário» deveu-se originariamente ao político liberal Giovanni Amendola, em 1924, e em seguida os fascistas, com a habitual arrogância, apropriaram-se da palavra que havia sido criada para os criticar<sup>78</sup>. «[...] a minha feroz vontade totalitária», proclamou Mussolini num discurso em Junho de 1925<sup>79</sup>. Os políticos, e os teóricos da política, liberais toleram os regimes designados como autoritários, considerando que levam a extremos talvez inconvenientes, embora legítimos, os valores da ordem e do respeito pela hierarquia inerentes ao liberalismo; mas

<sup>75</sup> Citado em A. Koestler (1961) 79-80.

<sup>76</sup> H. Arendt (1994) 131; E. Black (1999) 30; G. Perrault et al. (1989) 29; Sh. Sand (2010) 251 n. 1.

<sup>77</sup> D. Guérin (1969) II 13-14.

<sup>78</sup> E. Gentile (2010) 63-64; S. G. Payne (2003 a) 133; id. (2003 b) 121. Porém, M. Angenot (2013) 5 n. 1, 144 e J. C. Isaac (2003) 183 dataram de 1923 o uso do termo por Amendola. Marc Angenot, op. cit., 145-146 acrescentou que a palavra *totalitarismo* foi empregue pela primeira vez em Janeiro de 1925 pelo socialista Lelio Basso.

<sup>79</sup> Citado em M. Angenot (2013) 146.

recusam o direito de existência aos regimes ditos totalitários, uma categoria em que reúnem o fascismo com o comunismo soviético. Procedem assim a uma tripla operação.

Em primeiro lugar, o fascismo fica reduzido às experiências italiana e alemã, o que por si só bastaria para invalidar esta abordagem, já que as diferenças são enormes entre aqueles dois casos. As demais variantes são classificadas como regimes autoritários e confundidas com outros tipos de ditadura. Desestrutura-se deste modo o fascismo enquanto categoria política, o que torna a história muitíssimo mais confortável na perspectiva liberal. Alguns autores ilibam mesmo a Itália fascista do epíteto de totalitária, reservando-o ao Terceiro Reich, e Hannah Arendt foi ao ponto de afirmar que o regime de Mussolini não era «completamente totalitário» porque na Itália «as condenações políticas foram muito pouco numerosas e relativamente ligeiras»<sup>80</sup>. Além de ter evocado a acção repressiva do Estado sem levar em conta o terror oficioso das milícias, parece estranho o recurso ao critério da contabilidade prisional da parte de quem adoptou uma perspectiva moralista na abordagem dos fenómenos políticos.

Em segundo lugar, o conceito de regime totalitário pressupõe que o Estado detenha o monopólio da iniciativa política e que perante ele a população fique passiva. Hannah Arendt pretendeu até que este tipo de regimes liquidara e pulverizara as classes sociais, deixando as elites dirigentes enfrentarem uma massa de «indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis»<sup>81</sup>. Já durante a guerra Franz Neumann, Herbert Marcuse e Otto Kirchheimer, conhecidos membros da Escola de Frankfurt que desempenhavam funções de análise e avaliação de informações na Research and Analysis Branch do OSS, os serviços de espionagem dos Estados Unidos, haviam defendido que o nacional-socialismo pulverizara a população e destruía os relacionamentos exteriores ao poder político, o que aliás os levava a concluir que os efeitos psicológicos do bombardeamento dos grandes centros urbanos do Reich não se repercutiam de imediato na solidez do regime<sup>82</sup>. Ora, esta visão das massas atomizadas é partilhada pelo fascismo, o que torna

<sup>80</sup> H. Arendt (1972) 30, 242 n. 11. Também Augusto Del Noce, referido por R. De Felice (1978) 99 e 118-119, se recusou a classificar como totalitário o regime de Mussolini. Por seu turno, P. Milza (1999) 569 afirmou que o fascismo italiano «em momento nenhum terá dado origem a um verdadeiro Estado policial». E, no entanto, na pág. anterior este historiador informou que no começo da década de 1930 se calcula que a polícia procedesse em média a vinte mil intervenções por semana, incluindo todos os tipos de acção, e que desde os meados de 1930 até ao termo de 1934 a OVRA efectuou cerca de seis mil prisões. É pena que Pierre Milza se tivesse esquecido de definir o limiar de repressão a partir do qual um Estado pode ser classificado como «verdadeiramente policial».

<sup>81</sup> Para a tese que apresenta como base do totalitarismo uma massa de indivíduos atomizados e isolados ver sobretudo H. Arendt (1972) 27-50. A passagem citada encontra-se na pág. 84. Para uma análise crítica desta tese ver Sh. Fitzpatrick et al. (2009) *passim*.

<sup>82</sup> R. Laudani (org. 2013) 49-51, 167-168, 179-187, 189-196, 200-203, 213. Num relatório secreto de 21 de Setembro de 1943 Franz Neumann, Herbert Marcuse e Felix Gilbert afirmaram (pág. 201) que «a sociedade foi completamente pulverizada nos seus átomos individuais, que são então organizados e manipulados de cima para baixo e não de baixo para cima», e noutro relatório secreto, de 16 de Setembro de 1943, Herbert Marcuse, Franz Neu-

impossível usá-la como elemento de crítica. Com efeito, a definição da elite como uma minoria organizada e das massas enquanto desprovidas de organização encontra-se na obra do fundador da teoria moderna das elites, Gaetano Mosca<sup>83</sup>, que embora não fosse fascista influenciou decisivamente a formação do pensamento fascista. Quando leio um certo tipo de análise política que tem na obra de Hannah Arendt um dos seus modelos exemplares encontro apenas uma diferença de postura moral relativamente aos textos que fizeram parte do movimento fascista. Em ambos existe a mesma caracterização das massas e a mesma maneira de conceber a posição dos chefes, só que uns aceitam as consequências práticas destas teses e os outros se recusam a fazê-lo. O diagnóstico da realidade é idêntico, não sendo alterado pela adopção de postulados morais diferentes, a tal ponto eles são exteriores à análise.

Afinal de contas, é uma perspectiva bastante ingénuo, porque se detecta na população comum dos regimes totalitários não a dissolução dos elos sociais, mas uma reorganização das redes de relacionamento a níveis muito profundos. Hitler, que nunca perdia a ocasião para se gabar de ser o maior, ou até o único, conhecedor do assunto, explicou uma vez: «Para dirigir as massas tenho de arrancá-las à apatia. As massas só se deixam conduzir quando estão fanatizadas. Apáticas e amorfas, as massas representam o maior dos perigos para qualquer comunidade política. A apatia constitui uma das formas de defesa das massas. É um refúgio provisório, um entorpecimento de forças que de súbito explodirão em acções e reacções inesperadas»<sup>84</sup>. Outro irrefreável demagogo, Juan Perón, tentou convencer os patrões reunidos na Bolsa do Comércio de Buenos Aires de que «a massa mais perigosa é a massa inorgânica. A experiência moderna demonstra que as massas operárias melhor organizadas são, sem dúvida, as que podem ser dirigidas e melhor conduzidas em todos os domínios»<sup>85</sup>. Estes especialistas práticos consideraram que as massas compostas por «indivíduos atomizados» seriam apoios pouco sólidos e esperavam

mann e Hans Meyerhoff escreveram (pág. 195) que «apatia, cansaço e desconfiança são as características mais notórias das massas». Franz Neumann concluiu (pág. 181) num relatório secreto datado de 25 de Junho de 1943 que «uma boa parte do génio nazi consistiu na construção de uma sociedade que, no que diz respeito ao moral, é tão imune quanto possível».

<sup>83</sup> R. Bellamy (2003) 90-91; 92; T. B. Bottomore (1967) 12, 42. É curioso recordar que durante a sua encarnação ultra-autoritária Trotsky, num discurso no 2º Congresso do Komintern, em 1920, distinguiu entre o partido comunista e a classe trabalhadora «enquanto massa caótica e sem forma»; citado em E. H. Carr (1966) I 226. A vanguarda bolchevista havia-se já convertido numa elite.

<sup>84</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 238. «O objectivo de todas as organizações de massa nacional-socialistas é o mesmo», observou um dos relatórios mensais do SPD no exílio, «não os deixar [aos alemães] entregues a si mesmos e, se possível, impedi-los completamente de pensar». Ver J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 381. Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 216 e 233 considerou que a mobilização política permanente se tornara em si mesma um objectivo e noutro artigo chamou a atenção para o afã sistemático com que o nacional-socialismo procurava destruir os elos básicos de solidariedade da classe trabalhadora, mas não relacionou os dois aspectos.

<sup>85</sup> Citado em H. Campo (1983) 152-153. Ver ainda L. Mercier Vega (1975) 39.

que a exaltação superasse a atomização.

A clivagem operada entre o totalitarismo e o autoritarismo serve, em terceiro lugar, para situar o totalitarismo no capítulo das anomalias da história, como se tivesse constituído um hiato no desenvolvimento do capitalismo e não fosse uma das várias consequências lógicas do seu processo de evolução. É interessante verificar que para Hannah Arendt «as massas», tal como as definiu, compostas por indivíduos atomizados e isolados, «não resultaram de uma crescente igualdade de condições nem do desenvolvimento da instrução geral, que inevitavelmente implica um rebaixamento do nível e uma vulgarização do conteúdo. A América, exemplo clássico da igualdade das condições e da instrução geral, com todas as suas insuficiências, é talvez, de todos os países do mundo, o menos representativo da psicologia das massas»<sup>86</sup>. O irrealismo desta afirmação aparece hoje flagrante, mas já na época em que Hannah Arendt escreveu aquele seu livro começara a divulgar-se uma corrente de crítica social que denunciava na democracia norte-americana uma massa de consumidores isolados e atomizados perante a potência invasora dos meios de persuasão e das tecnologias de condicionamento<sup>87</sup>. Aliás, a própria Hannah Arendt observou que «os nazis — sem reconhecerem este facto — aprenderam tanto com as organizações de *gangsters* americanas como a sua propaganda — reconhecendo-o — aprendeu com a publicidade comercial americana»<sup>88</sup>.

Ernst von Salomon foi um daqueles que entre os quatro pontos cardeais do fascismo alemão urdiram uma teia em cujo centro cada um deles pensava instalar-se, mas que Hitler acabou por monopolizar. Convicto de que o seu desgosto pelos caminhos seguidos pelo Terceiro Reich o absolvía de ter contribuído para a sua implantação, Salomon soube conjugar o facto de ter ficado preso para sempre ao nacionalismo germânico com a aversão que lhe inspiravam os devotos do Führer. Esta elegante ambiguidade permitiu-lhe, em matéria de estilo, a ironia. E se for exacto, como me parece ser, que os SS eram totalmente desprovidos de ironia<sup>89</sup>, até porque não se trata de uma arma de vencedores, entendemos em que plano se situava a oposição íntima de Salomon

<sup>86</sup> H. Arendt (1972) 39.

<sup>87</sup> Num artigo publicado em 1950 Raymond Aron apresentou a União Soviética como o único modelo disponível de uma sociedade em que as classes teriam sido abolidas e criticou um regime desse tipo afirmando que «uma sociedade sem classes é uma massa sem defesa possível contra a sua elite», o que corresponde à crítica feita por Hannah Arendt aos regimes totalitários. Ora, depois de transcrever (pág. 151) a passagem de Aron que acabei de citar, T. B. Bottomore (1967) 152 observou «que existem semelhanças flagrantes entre a sociedade sem classes da URSS, tal como Aron a descreve, e a sociedade de massas que C. Wright Mills nos mostra em processo de desenvolvimento nos Estados Unidos».

<sup>88</sup> H. Arendt (1972) 70. Marc Augier, dito Saint-Loup, fascista francês que pertenceu aos Waffen-SS, mencionou a «coragem a todo o custo, a brutalidade eficaz, o espírito de decisão que lhes permitirá transpor nos Waffen-SS a imagem do *gangster* de Chicago». Ver Saint-Loup (1987) 226.

<sup>89</sup> J. Billig (2000) 232.

ao nacional-socialismo. Finda a guerra, ele foi insuperavelmente irónico ao longo das seis ou sete centenas de páginas de uma obra onde, aparentando levar a sério um interminável questionário distribuído pelas autoridades norte-americanas aos habitantes da sua zona de ocupação, fez o balanço do fascismo germânico e, nele, da sua própria vida. Obra hábil também, porque se esquivou a confissões funestas. Mas não creio que a sua perícia consistisse em silenciar algumas das coisas que viu. A omissão foi mais profunda, porque olhou só para aquilo que quis — ou podia querer — olhar. E foi com um tal golpe de vista que Salomon encontrou num antigo manuscrito seu a reflexão «A totalidade é uma peste!»<sup>90</sup>. Esta brevíssima definição sugere uma lição interessante de teoria política. A antipatia de Salomon pelo totalitarismo provinha exclusivamente de um individualismo elitista, o mesmo motivo que o havia levado a ele e ao seu amigo político e confidente ideológico Hartmut Plaas a procurarem a todo o custo evitar a conversão do nacionalismo radical num movimento de massas<sup>91</sup>. Por isso Salomon, defensor de uma concepção de Estado estritamente hierárquica, considerou «como traição infame ao verdadeiro objectivo qualquer tentativa de deslocar o acento tónico do Estado para o povo, da autoridade para a totalidade»<sup>92</sup>. Ora, esta repugnância pelos movimentos de massas que mantivera Ernst von Salomon afastado dos nacionais-socialistas fizera-o também desprezar os liberais, e vemos assim como, em nome precisamente do antitotalitarismo, um homem lúcido pôde meter o nacional-socialismo e a democracia no mesmo saco<sup>93</sup>. Uma operação de tipo idêntico foi efectuada mais recentemente pelo neofascista italiano Adriano Romualdi, que, seguindo o seu mestre Julius Evola, defendeu a formação de «uma nova aristocracia política» capaz de criar um Estado que não seja totalitário, porque o totalitarismo seria um «instrumento daquele processo de massificação que se chama “modernidade”»<sup>94</sup>.

A distinção entre totalitarismo e autoritarismo foi inventada pelo fascismo católico de Salazar, em Portugal, e de Schuschnigg, na Áustria, para se destacar dos regimes fascistas italiano e alemão<sup>95</sup>. E esta distinção representava a tal ponto uma diferenciação no interior do quadro geral do fascismo que Marcel Déat a empregou, mas no seu caso com sinal contrário, fazendo a apologia do totalitarismo de Hitler e dos fascistas radicais de Paris, contra o conservadorismo que

<sup>90</sup> E. Salomon (1993) 177.

<sup>91</sup> Id., *ibid.*, 106-107.

<sup>92</sup> Id., *ibid.*, 618. Na pág. 335 este autor escreveu: «O Estado totalitário é o exacto contrário do Estado autoritário, cujas características [...] não são democráticas mas hierárquicas».

<sup>93</sup> Id., *ibid.*, 334-335.

<sup>94</sup> Citado em F. Germinario (2001) 47 e n. 77.

<sup>95</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 460. Com efeito, já em 1935, num discurso ao 1º Congresso da União Nacional, Salazar definira o seu regime como «autoritário», opondo-o àqueles que promoviam um «Estado totalitário». Ver F. Nogueira [1977-1985] II 268-269.

impediria os governantes de Vichy de serem mais do que meramente autoritários<sup>96</sup>. O facto de o pensamento liberal usar, para conceber a sua oposição ao fascismo, as mesmas noções que os fascistas empregaram para explicar as suas divisões internas é revelador daquilo que se pretende obnubilar, a profunda relação ideológica entre liberalismo e fascismo. Por isso aqueles conceitos foram usados para justificar a política ocidental ao longo da Guerra Fria, quando as democracias se aliavam a regimes classificados como autoritários para combater regimes classificados como totalitários<sup>97</sup>. A função ideológica deste par de conceitos não consiste em desvendar a realidade do fascismo, mas em iludir as responsabilidades do liberalismo.

Paradoxalmente, as implicações da noção de totalitarismo ficam elucidadas se verificarmos que ela serve de utensílio eficaz na crítica das sociedades democráticas. Hannah Arendt mostrou a crescente proliferação dos órgãos de poder nos Estados totalitários e a ausência de uma hierarquia entre eles<sup>98</sup>, que constituíram, para empregar a expressão de outro liberal, um «caos controlado»<sup>99</sup>. E, referindo-se à instauração do franquismo em Espanha, um historiador considerou que «longe de ser monolítico, o novo regime foi, de facto, múltiplo, um emaranhado inextricável de organizações rivais, que se hostilizavam entre si»<sup>100</sup>. Mas este é o modelo do pluralismo democrático, pois desde que deixaram de definir a democracia em função da soberania popular, os seus apologistas passaram a caracterizá-la através do equilíbrio recíproco de vários centros de poder, e viram nisto a garantia da liberdade. Ora, dificilmente se encontrará na sociedade moderna um regime em que a multiplicação de órgãos de poder concorrentes tivesse sido prosseguida com tanta diligência como no Terceiro Reich<sup>101</sup>, sem que isso tivesse aberto brechas

<sup>96</sup> Ph. Burrin (1986) 401.

<sup>97</sup> J. C. Isaac (2003) 200; J.-W. Müller (2010) 10. Por seu lado, F. Finchelstein (2017) *passim* distinguiu entre populismo e fascismo, pretendendo vincar (pág. 20) «as diferenças significativas entre o populismo, enquanto forma de democracia, e o fascismo, enquanto forma de ditadura». Segundo este autor (pág. 17), «o populismo projecta uma noção plebiscitária da política e rejeita a forma fascista de ditadura. O populismo é uma forma autoritária de democracia». Ora, como Federico Finchelstein considerou (pág. 17) que «podemos compreender melhor o populismo se o concebermos como uma reformulação histórica original do fascismo, que começou a alcançar o poder após 1945» — aliás, todo o livro constitui uma defesa desta cronologia — o lugar que ele atribuiu ao populismo na Guerra Fria corresponde ao que outros autores atribuíram ao autoritarismo. Finchelstein esclareceu os termos quando, depois de observar (pág. 207) que «a ditadura é um dos alicerces do populismo moderno, sem que no entanto o populismo seja uma ditadura», explicou: «No contexto do período inicial da Guerra Fria este paradoxo expressou-se na rejeição de um governo ditatorial pelo populismo moderno, o que por sua vez deu origem a uma nova forma de regime autoritário da democracia». Assim, não me parece que a divisão conceptual estabelecida por Finchelstein entre populismo e fascismo contribua para esclarecer a dialéctica entre autoritarismo e totalitarismo no interior do fascismo.

<sup>98</sup> H. Arendt (1972) 122 e segs.

<sup>99</sup> S. Haffner (2011) 42-43 criticou a proliferação de órgãos de poder no Terceiro Reich. A expressão citada encontra-se na pág. 43. «Caos burocrático», chamou-lhe J. C. Fest (1974) 715.

<sup>100</sup> P. C. González Cuevas (2016) 163.

<sup>101</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 8-64, IV 1, 24, 27, 50, 66. Observaram estes dois historiadores, *op. cit.*, II 385 que «a complexidade e a opacidade do próprio regime, em que poder e influência mudavam permanentemente de lugar, tornava difícil que mesmo os iniciados se orientassem politicamente, quanto mais os que não tinham acesso aos bastidores». D. Orlow (2010) 836 mencionou o carácter «centrifugo» do regime. Ver também: J. Caplan

libertadoras. Uma «anarquia autoritária», chamou-lhe um historiador<sup>102</sup>. O nacional-socialismo, que no plano económico pretendeu regressar a uma Alta Idade Média de fantasia, pretendeu fazer o mesmo no plano político e é nesta perspectiva que, ao contrário do que muitas vezes se imagina, deve ser entendido o *Führerprinzip*. Contra a noção moderna de uma sociedade inserida numa ramificação de poder única, o nacional-socialismo instaurou uma pluralidade de corpos dotados de relativa autonomia e obedecendo cada um deles ao respectivo Führer. Por sua vez, estes corpos — ou partes deles, o que complicava o quadro — inseriam-se em corpos mais vastos, vinculados também a Führers próprios. Todos eles eram Führers de alguma coisa, até que no topo o Führer propriamente dito, o Führer sem mais qualificações, assegurava a unidade íntima do organismo social. A função de cada um dos Führers menores não se resumia à transmissão de ordens, como sucede nas modernas sociedades burocráticas; competia-lhes proceder como achavam que o Führer procedería naquela situação, ou seja, representarem-se como a sua imagem. Por isso cada um destes Führers menores, se detinha a completa autoridade sobre a esfera que chefiava, era também completamente responsável, respondendo pelas violações cometidas pelos seus subordinados<sup>103</sup>. Tratava-se, afinal, de encenar o sistema arcaico em que uma pluralidade de *communitates*, dotada cada uma de chefia própria e de autonomia para a regulação dos seus assuntos internos, estava encimada por um *imperator*. Mas como este feudalismo nebuloso<sup>104</sup> era operativo numa sociedade moderna e industrial, os efeitos de um *Führerprinzip* que pressupunha não a concentração mas a multiplicação das esferas de poder devem ser avaliados no contexto das organizações políticas contemporâneas. E assim se abre uma perspectiva funesta para o liberalismo.

O que muitos autores afirmam a respeito dos regimes totalitários aplica-se em boa medida às democracias. «Parece que a Okhrana, que precedeu a GPU na época do czarismo, teria inventado um novo sistema de classificação», explicou Hannah Arendt, que sem o dizer se inspirou em Victor Serge. «Cada suspeito figurava num grande mapa, no centro do qual se destacava o seu nome, rodeado de um círculo vermelho; os seus amigos políticos eram designados por círculos vermelhos menores, e as pessoas com quem tinha contactos de carácter não político eram designadas por círculos verdes; círculos castanhos indicavam os elementos próximos dos amigos do suspeito, mas que este não conhecia directamente; as ligações entre, por um lado, os amigos

(org. 1995) 50, 214; L. Degrelle (1949 b) 243; J. C. Fest (1974) 714-715, 735-736; Y. Gorlizki et al. (2009) 66; W. Laqueur (1996) 38; S. G. Payne (2003 b) 180-181; A. C. Pinto (2011) 204.

<sup>102</sup> J. C. Fest (1974) 714.

<sup>103</sup> O. Kirchheimer et al. em R. Laudani (org. 2013) 762-776; H. Marcuse em id., *ibid.*, 788. Ver também J. C. Fest (1974) 759.

<sup>104</sup> Quanto ao feudalismo como modelo do *Führerprinzip* ver K. A. Schleunes (1990) 261.

do suspeito, tanto políticos como não-políticos, e, por outro lado, os amigos dos seus amigos eram representadas por linhas unindo os círculos respectivos. É evidente que o único limite deste método consiste na dimensão dos mapas e, teoricamente, uma folha gigantesca poderia mostrar as relações, e a ligação entre relações, de toda a população. E é precisamente este o objectivo utópico da polícia secreta totalitária»<sup>105</sup>. É precisamente esta também a meta — não ideal, mas muito real — da vigilância informatizada. A fase transitória foi ocupada pelo sistema de cartões perfurados que a IBM criou e desenvolveu, sem o qual as autoridades do Terceiro Reich não teriam conseguido proceder ao cruzamento metódico de informações exigido pela execução da sua política racial<sup>106</sup>. Com a experiência adquirida a IBM encontrava-se na posição ideal para dominar o desenvolvimento dos computadores. A difusão desta tecnologia, a generalização dos programas de fichagem electrónica, a possibilidade de estabelecer com eles todo o tipo de relações e o seu acesso público na internet democratizaram, afinal, o totalitarismo. Esta democratização progrediu e atingiu uma dimensão universal quando cada pessoa, através das redes sociais, tomou a iniciativa de tornar públicas as suas opiniões a respeito de tudo e de todos e as suas filiações e relações. Será isto a democracia?

#### 4. O mito da cruzada contra o bolchevismo

Um historiador alemão, Ernst Nolte — que eu caracterizaria como saudosista não do passado que existiu, mas do que ele imagina que poderia ter ocorrido se a história não fosse perversa — pretendeu explicar o nacional-socialismo invocando uma guerra civil europeia contra o bolchevismo, que se convertera num conflito de nações mediante o confronto final entre o Terceiro Reich e a União Soviética. Iniciado como uma reacção contra o marxismo, o hitlerismo teria sofrido a influência dos seus opositores, transmutando-se em formas novas<sup>107</sup>. Nolte esque-

<sup>105</sup> H. Arendt (1972) 167. Embora Hannah Arendt não o dissesse, ela reproduziu aqui, com algumas inexactidões menores, a descrição feita por Victor Serge do gráfico que sintetizava as relações directas e indirectas estabelecidas em torno de Boris Savinkov. Serge sabia do que falava porque, como contou nas suas Memórias, desempenhara durante a guerra civil russa, entre outras funções, a de «comissário para os arquivos do ex-Ministério do Interior, isto é, da ex-Okhrana». Serge descreveu também outro tipo de gráficos, onde as linhas que relacionavam pessoas indicavam as datas e as horas em que elas se haviam encontrado. «Este quadro permite seguir, hora a hora, a actividade de uma organização», comentou Serge, o que mais ainda aproxima o sistema da Okhrana daquele que hoje executam os computadores. Ver o livro de Victor Serge, *Les Couloirs d'une Sûreté Générale. Ce que tout Révolutionnaire Devrait Savoir sur la Répression*, incluído em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 217-289. A descrição dos gráficos encontra-se nas págs. 245-247 e a frase citada vem na pág. 246. A citação acerca das funções de comissário para os arquivos da antiga Okhrana encontra-se na obra de Serge publicada com o título *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em Jean Rièrre et al., op. cit., 575. Ver também a pág. 580.

<sup>106</sup> E. Black (2003) 289-291, 309-311.

<sup>107</sup> Esta tese foi exposta sobretudo em E. Nolte (1989) *passim*, mas alguns dos seus traços encontravam-



ceu, todavia, alguns aspectos fundamentais.

Antes de tudo, a democracia era considerada por Hitler como um sistema estreitamente aparentado com o marxismo, ambos acusados de defenderem a supremacia corruptora das massas sobre a elite, da quantidade sobre a qualidade. A mitologia racial do nacional-socialismo confundia esses dois regimes, que tanto na prática como nas suas inspirações profundas sempre se haviam apresentado como antagónicos, porque o mesmo judaísmo que recorreria ao capitalismo liberal para dissolver as relações de confiança e fidelidade que teriam reinado entre os trabalhadores e os patrões e substituí-las pela luta das classes procederia também ao agravamento dos conflitos sociais através da difusão do marxismo no proletariado. Os ataques políticos lançados por Hitler contra o marxismo adquiriam o verdadeiro sentido no plano racial, enquanto defesa da coesão do povo contra a actividade dissolvente atribuída aos judeus.

Em segundo lugar, e não se trata de um detalhe mas talvez da fragilidade mais grave das teses de Nolte, o marxismo entre as duas guerras mundiais não se identificava apenas com o comunismo soviético, já que a maior parte da social-democracia se afirmava como a verdadeira continuadora da tradição de Marx. «Tomei a resolução de ser o aniquilador do marxismo»<sup>108</sup>, proclamou Hitler no seu julgamento em Fevereiro de 1924, e perseguiu todos os tipos de marxismo, incluindo no mesmo ódio o KPD e o SPD. O facto de os comunistas alemães terem considerado a social-democracia como um inimigo mais perigoso do que o nacional-socialismo e terem-na hostilizado com virulência não impediu que todos eles, comunistas e sociais-democratas, sofressem depois de Janeiro de 1933 iguais ignomínias e partilhassem os mesmos campos de concentração. Se o fascismo se explicasse por uma cruzada contra o comunismo soviético, então teria procurado na social-democracia um auxiliar, em vez de a converter num inimigo. A aversão de Hitler e dos seus seguidores a todas as modalidades de marxismo mostra que, contrariamente às suposições de Nolte, a transformação das clivagens sociais em imaginárias oposições de raça foi um postulado inaugural do nacional-socialismo e não uma reacção de medo perante uma guerra civil europeia promovida pelos bolchevistas russos.

Aliás, o que distinguiu as concepções de Hitler e os métodos por ele preconizados das demais versões do fascismo foi o facto de atribuir às lutas sociais um valor superficial e considerar o combate entre raças como o eterno motor da história. Nunca se tratou para o nacional-socialismo

se já em obras anteriores do mesmo autor, como pode constatar-se resumidamente em R. De Felice (1978) 111-115. Aliás, E. Nolte (1965) *passim* pretendeu que a direita teve sempre origem num ataque iniciado pela esquerda, absorvendo neste confronto algumas das ideias da esquerda e tornando-se assim mais radical.

<sup>108</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 34.

de uma guerra civil, mas sempre de um confronto racial. O marxismo, tal como o liberalismo, eram vistos pelo racismo hitleriano e rosenberguiano como expressões do carácter judaico. Em vez de ser o antimarxismo a transmutar-se em anti-semitismo no quadro de uma guerra civil, como pretendeu Nolte, foi a hostilidade de princípio ao Judeu Errante a inspirar a aversão a qualquer forma de pensamento crítico, enquanto consequência da exaltação mítica de uma raça de senhores. E foi a ilusão de que os vizinhos de Leste eram racicamente inferiores que levou o Führer a precipitar para lá o grosso dos seus exércitos e a ser, afinal, esmagado. Embora Nolte considerasse que a abordagem dos conjuntos populacionais consoante pressupostos racionais era logicamente equivalente à sua análise em termos de classe, para o nacional-socialismo o choque ideológico foi um mero resultado secundário de um conflito entendido sempre no plano racial. Já há várias décadas o autor de uma obra notável, e insuficientemente lida, observou que Hitler não conduziu apenas uma guerra contra o regime soviético, mas igualmente contra o povo russo<sup>109</sup>. Esse livro é um dos mais eficazes desmentidos da tese defendida por Nolte, e a propósito dos predecessores desta orientação ideológica escreveu o autor: «As próprias declarações públicas de Hitler e a sua prática demonstram amplamente que o seu objectivo na guerra não era, como alguns apologistas tardios gostariam de nos convencer, uma tentativa generosa de “libertar a Europa do bolchevismo”. [...] Os objectivos da invasão [da União Soviética] foram essencialmente a liquidação do bolchevismo, a destruição da União Soviética enquanto Estado e a obtenção de uma vasta área destinada à exploração colonial e ao povoamento. [...] A sua [de Hitler] estranha dialéctica partia do postulado de um conflito inexorável entre germanos e eslavos, superiores e inferiores»<sup>110</sup>.

Em terceiro lugar, todos os fascismos partilharam um mesmo campo. Desde o salazarismo, um regime clerical que procurou reduzir as mobilizações de massas a encenações históricas, até ao hitlerismo, em cujo âmbito progrediu o neopaganismo e que convocou as multidões para enormes festivais políticos, desde o populismo plebeu de Doriot até à teatralidade sofisticada de um *dandy* como D'Annunzio, desde o fanatismo anti-semita de Codreanu e da sua Legião do Arcanjo São Miguel até à judeofilia de muitos fascistas espanhóis, todas estas manifestações ocorreram em parâmetros comuns e cada uma delas é inexplicável se atentarmos somente nas suas peculiaridades. O hitlerismo não serve de exemplo dos demais fascismos nem é «a forma fenoménica mais radical» do fascismo<sup>111</sup>. Aquilo que houve de específico em cada variante do fascismo só pode ser entendido pelos contrastes dentro de um mesmo quadro geral.

<sup>109</sup> A. Dallin (1957) 44-45.

<sup>110</sup> Id., *ibid.*, 660, 662.

<sup>111</sup> E. Nolte (1989) 95.

Em quarto lugar, os temas ideológicos e as modalidades de prática que estiveram na origem dos fascismos foram criados, se nos limitarmos às personalidades mais representativas, por Sorel e Corradini, e por Kita Ikki no lado oposto do globo, anteriormente à primeira guerra mundial e, portanto, antes dos motins de soldados e marinheiros que em 1917 e 1918 propagaram a revolução à escala europeia.

Finalmente, em quinto lugar, como expliquei abundantemente (no capítulo 1 desta Parte 1), nos casos em que os movimentos fascistas depararam com organizações marxistas fortes só conseguiram ascender e conquistar o Estado depois de o movimento operário ter sido abalado e paralisado por contradições internas. Isto explica que o fascismo não tivesse a sua génese no contexto de uma guerra civil lançada pela esquerda contra a direita, pelos internacionalistas contra os patriotas, mas precisamente no seu oposto, numa deliberada convergência de alguns sectores de ambos os campos políticos. É interessante observar o cuidado com que Ernst Nolte evitou analisar as implicações do nacional-bolchevismo. Nenhum fascismo se limitou a ser uma resposta da ordem à revolução. Todos eles foram, antes de mais, uma revolta dentro da ordem, e por isso começaram por procurar na esquerda uma inspiração que permitisse renovar a direita, ao mesmo tempo que transportaram para a esquerda alguns temas gerados na direita. O cruzamento entre correntes da direita e da esquerda e a sua acção recíproca não foram o resultado de um processo, mas a condição prévia desse processo.

## 6. Ensaio de explicação marxista do fascismo

No 7º Congresso do Komintern foi abandonada a tese do «social-fascismo», que identificava a social-democracia com o fascismo ou a considerava até o elemento mais nocivo do fascismo, e adoptou-se outra interpretação. «Não será sem resistências nem rapidamente», afirmou um estudioso, que a nova orientação «conseguirá vingar. Tanto assim que o Congresso, inicialmente previsto para a segunda metade de 1934, teve de ser adiado para meados do ano seguinte»<sup>112</sup>. No seu extenso relatório, o novo secretário-geral do Komintern, Georgi Dimitrov, começou por retomar a definição formulada no ano anterior pela 13ª reunião plenária do comité executivo daquela organização, caracterizando o fascismo como «a ditadura terrorista declarada dos elementos mais reaccionários, mais agressivamente nacionalistas e mais imperialistas do

<sup>112</sup> J. A. Nunes (1982) 62.

capital financeiro»<sup>113</sup>. Esta tese possuía uma longa genealogia. Já numa colectânea editada em Moscovo em 1923 praticamente todos os artigos haviam considerado o fascismo como o instrumento da grande burguesia nas lutas sociais<sup>114</sup> e no ano seguinte o 5º Congresso do Komintern definira o fascismo como a arma a que recorria a grande burguesia na luta contra o proletariado quando não lhe bastavam os meios legais<sup>115</sup>. Mas Dimitrov preferiu esquecer que a 13ª reunião plenária continuara a acusar os sociais-democratas de exercerem «a função de *principal* apoio social da burguesia mesmo nos países onde vigora explicitamente uma ditadura fascista»<sup>116</sup>, embora nas discussões restritas que acompanharam a elaboração do seu relatório ele tivesse posto francamente em dúvida a tese que considerava a social-democracia como o principal sustentáculo da burguesia e a definia como um social-fascismo<sup>117</sup>. Porém, o facto de em público os aspectos mais polémicos ficarem apenas implícitos não impediu que o relatório de Dimitrov suscitasse no movimento comunista mundial uma nova viragem de cento e oitenta graus, ao definir como eixo estratégico da luta contra o fascismo a aliança com os partidos social-democratas, precisamente aqueles que na véspera haviam constituído para o Komintern o pior dos fascismos. Os dirigentes socialistas passaram a ser criticados por se terem recusado a aceitar a unidade de acção de todos os trabalhadores contra o fascismo — uma unidade de acção inviabilizada pela tese do «social-fascismo» — e por terem preferido colaborar com os partidos da democracia burguesa. Em suma, a social-democracia deixou de ser social-fascista para ser social-democrata, exactamente aquilo que sempre fora e jamais deixaria de ser. Os mestres da dialéctica procediam tardiamente a esta profunda descoberta.

Segundo a tese apresentada por Dimitrov, eram as formas de exercício do Estado burguês, e não a sua base social, que o fascismo remodelava. «O fascismo», explicou ele, «não é um poder acima das classes nem é o poder da pequena burguesia ou do *lumpenproletariat* sobre o capital financeiro. O fascismo é o poder do próprio capital financeiro»<sup>118</sup>. Esta definição vigorou entre os comunistas ortodoxos até à desagregação final dos regimes soviéticos, e ainda hoje inspira um bom número de historiadores influenciados pelo marxismo. Dificilmente se acharia alguém mais qualificado do que Walter Ulbricht para expressar a perspectiva da ortodoxia, definindo

<sup>113</sup> Citada em G. Dimitrov (1972) 6 e B. R. Lopukhov (1965) 239.

<sup>114</sup> B. R. Lopukhov (1965) 242.

<sup>115</sup> Id., *ibid.*, 239.

<sup>116</sup> Citado por L. Trotsky, «Are there no Limits to the Fall? A Summary of the Thirteenth Plenum of the Executive Committee of the Communist International», *The Militant*, 10 de Março de 1934, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1972) 211 (sub. orig.). Ver igualmente J. A. Nunes (1982) 57.

<sup>117</sup> Em J. A. Nunes (1982) 65-67 encontra-se um texto redigido por Dimitrov em Junho de 1934 e destinado a preparar o relatório apresentado ao congresso do ano seguinte.

<sup>118</sup> G. Dimitrov (1972) 7.

o regime hitleriano como «a forma de domínio do capital monopolista alemão no período da sua decadência»<sup>119</sup>. À primeira vista, nada mais plausível. Os partidos fascistas receberam subsídios de grandes capitalistas antes de chegarem ao poder, e depois de hegemonizarem o Estado serviram com denodo os interesses económicos das classes dominantes e deram livre curso às tendências mais repressivas do patronato. Todavia, se o fascismo se tivesse limitado a ser a expressão directa do grande capital, qual o motivo por que não prevaleceu em países como os Estados Unidos ou o Reino Unido, onde não era menor a hegemonia da alta finança e da grande indústria e onde as organizações operárias eram mais timoratas do que haviam sido o socialismo italiano ou a social-democracia alemã? Se for certo, como pretenderam e continuam a pretender vários autores marxistas, que o grande capital tenda para o fascismo, será impossível explicar que desde o final da segunda guerra mundial, e apesar de repetidas previsões em contrário, as democracias parlamentares tenham possibilitado nos países mais desenvolvidos a intensificação dos mecanismos da mais-valia relativa e uma acumulação de lucros sem precedentes.

Apesar das aparências, a definição de fascismo adoptada no 7º Congresso do Komintern deixou em aberto um espaço onde era possível inserir a velha tese do «social-fascismo» e a Guerra Fria veio dar novo vigor às antigas interpretações. É interessante considerar, por exemplo, que para Walter Ulbricht «aquilo que se chamou democracia de Weimar não foi mais do que a ditadura disfarçada do capitalismo monopolista»<sup>120</sup>. Será verdade, então, que a nomeação de Hitler para a Chancelaria se limitou a fazer cair os disfarces? Mas já um universitário soviético observara, num livro publicado em 1928, que a diferença entre a ditadura fascista da burguesia e a sua ditadura democrática não podia resumir-se ao pretenso carácter explícito do terror fascista, porque também este não dispensou a cobertura ideológica<sup>121</sup>. Se fosse correcto considerar que o domínio do grande capital monopolista não havia sido menor no regime instaurado em Weimar do que viria a ser durante o Terceiro Reich, devíamos então deduzir que o principal sustentáculo político da república de Weimar, o Partido Social-Democrata, se limitara a servir de agente directo, embora dissimulado, do grande capital. Mas era precisamente isto que repetiam antes do 7º Congresso do Komintern os comunistas ortodoxos de Moscovo e Berlim quando caracterizavam como «sociais-fascistas» os sociais-democratas. E entretanto os verdadeiros fascistas aproximavam-se gradualmente do poder, até que por fim encerraram nas mesmas prisões e nos mesmos campos de concentração todas as *nuances* do marxismo, para que aí prosseguissem, se tivessem

<sup>119</sup> W. Ulbricht (1957) 117.

<sup>120</sup> Id., *ibid.*, 121.

<sup>121</sup> Andrei Piontkovsky citado em B. R. Lopukhov (1965) 253.

vida e forças para tanto, o debate teórico. Vemos que apesar de as formulações de Dimitrov terem aparentemente abandonado a tese do «social-fascismo», entre ambas as versões se mantiveram elos ideológicos estreitos. A nova definição de fascismo oficializada no 7º Congresso do Komintern continha ecos da estratégia anteriormente seguida pelos comunistas; e era enganador caracterizar a social-democracia como um agente do capitalismo monopolista sem ao mesmo tempo recordar que os partidos comunistas, ou até outros sectores da esquerda, haviam procurado repetidamente aproximar-se das alas do fascismo mais radicais e populistas e atraí-las a si. Trotsky chamou algumas vezes a atenção para a complementaridade entre a tese do «social-fascismo» e as tentativas de sedução da extrema-direita e do fascismo que caracterizavam a actuação do KPD<sup>122</sup>.

Mas os comunistas ortodoxos não foram os únicos a permanecer enleados nas suas confusões. A falência ideológica do Partido Social-Democrata alemão acarretada pela vitória de Hitler pode avaliar-se ao verificarmos que no seu novo programa, exposto num Manifesto publicado em Praga em 1934, a definição de fascismo não era muito diferente daquela que os comunistas adoptariam. Com efeito, os socialistas mencionavam «a arbitrariedade do grande capital, a cujo serviço a ditadura colocou o poder de Estado»<sup>123</sup>. Para a semelhança com a tese do Komintern ser completa faltava situar aquela operação na fase de declínio do capitalismo, mas um grupo de socialistas de esquerda, que alguns meses depois, e também na emigração, propôs uma plataforma de frente única que unisse o SPD e o KPD, remediou a lacuna e juntou-se ao coro: «O Estado totalitário fascista é a última e a mais forte concentração das forças capitalistas. [...] depois de ter conquistado o poder e destruído as organizações operárias, o fascismo retira a sua máscara social-revolucionária e revela-se como o sistema da ditadura do grande capital e da grande renda fundiária. [...] O fascismo é um produto degenerescente da decadência do capitalismo. O facto de o capitalismo se servir do fascismo no exercício do poder de Estado prova que ele se encontra na fase de declínio»<sup>124</sup>.

Afinal, quando recordamos que Mussolini tomou o poder no país onde eram mais numerosos os socialistas de esquerda e que a derrota mais esmagadora do proletariado perante o

<sup>122</sup> L. Trotsky, *The Turn in the Communist International and the German Situation*, publicado em 1930, reproduzido em *The Rise of German Fascism...*, especialmente as págs. 47-48 e 50-51, e parcialmente antologado em G. L. Weissman (org. 1970) 11-12; id., entrevista publicada em *The New Leader*, 13 de Outubro de 1933, reproduzida em G. Breitman et al. (orgs. 1972) 60; id., «Objections et Réponses: La Milice du Peuple», *La Vérité*, 2 de Novembro de 1934, reproduzido em P. Broué (org. 1967) 478.

<sup>123</sup> O Manifesto de Praga foi publicado pela primeira vez em Janeiro de 1934 com o título *Luta e Objectivos do Socialismo Revolucionário. A Política do SPD* e encontra-se reproduzido em G. Marramao (1977) 287-296. A passagem citada vem na pág. 288.

<sup>124</sup> A proposta de plataforma para uma frente única antinazi elaborada pelo Círculo dos Socialistas Revolucionários, *Der Weg zum sozialistischen Deutschland*, publicada em 1934, encontra-se transcrita em id., *ibid.*, 306-354. A passagem citada pode ler-se nas págs. 332-333.

fascismo ocorreu na Alemanha, onde o SPD era o maior partido da II Internacional<sup>125</sup> e o KPD se havia tornado o maior partido da III Internacional<sup>126</sup>, salvo a excepção evidente do Partido Comunista soviético, compreendemos que a catástrofe atingiu as principais tendências do marxismo e as deixou incapazes de procederem a uma análise rigorosa, ou sequer convincente, do fenómeno fascista. Para quem assentava a legitimidade na suposta capacidade de prever o curso da história e nele intervir com eficácia, a bancarrota não podia ter sido mais completa. A definição de fascismo feita pelos dois marxismos oficiais é uma meia verdade, o que, em termos conceptuais rigorosos, corresponde a uma mentira completa. O fascismo foi uma ditadura do grande capital, mas se tivesse sido apenas isto não se diferenciaria das formas parlamentares de domínio desse mesmo grande capital. É impossível compreender o fascismo sem atribuir uma importância primordial à mobilização popular que ele gerou e sem constatar — facto que hoje as direitas lamentam e as esquerdas se esforçam por esquecer — que essa mobilização transportou para o meio operário os temas nacionalistas das esferas conservadoras e conferiu à direita um dinamismo político que até então fora apanágio da base trabalhadora animada pela esquerda.

Neste contexto deve prestar-se uma atenção especial à teoria do fascismo que Leon Trotsky começou a elaborar depois de ter sido expulso da União Soviética em 1929<sup>127</sup>. É certo que ele considerava também o fascismo como um movimento dirigido e financiado pelo grande capital e situava-o igualmente na época de declínio do capitalismo, mas introduziu dois aspectos que deram maior rigor à definição e subtileza à análise: a capacidade do fascismo para mobilizar vastíssimas massas populares; e as etapas sucessivas do processo que levava à formação do fascismo e o converteria depois em outra entidade política. «O fascismo», escreveu Trotsky, «é uma forma específica de mobilização e organização da pequena burguesia consoante os interesses sociais do capital financeiro»<sup>128</sup>. Assim resumida a definição não era original. Já em 1923, num livro publicado em Moscovo, um historiador havia considerado o fascismo como um movimento da pequena burguesia, usado pela grande burguesia na luta contra o proletariado revolucionário<sup>129</sup>. E cinco anos depois outro historiador soviético detectara no PNF, junto com a herança do antigo partido nacionalista, representante do grande capital industrial, a herança do fascismo original, que

<sup>125</sup> É o que indica Max Adler numa obra de 1933 em id., *ibid.*, 261.

<sup>126</sup> O. K. Flechtheim (1972) 17; H. Weber (1979) 61.

<sup>127</sup> Para conhecer as teses de Trotsky acerca do fascismo pode consultar-se G. L. Weissman (org. 1970), uma antologia breve e bem elaborada. Sobre o fascismo alemão deve consultar-se *The Rise of German Fascism...*, uma extensa recolha de textos de Trotsky em que uma grande parte é dedicada às polémicas no interior do movimento comunista.

<sup>128</sup> L. Trotsky, «Bonapartism and Fascism», *The New Internationalist*, Agosto de 1934, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1971) 55.

<sup>129</sup> Antonov referido por B. R. Lopukhov (1965) 241.

corresponderia aos anseios da pequena burguesia e de uma parte dos trabalhadores semiproletarizados<sup>130</sup>. Mas Trotsky levou estas teses por novos caminhos. Enquanto arruinava a pequena burguesia, o grande capital lançava-a contra os trabalhadores, assegurando assim um controle directo e completo de todas as instituições e liquidando formas de organização típicas da fase parlamentar, nomeadamente os sindicatos e os partidos operários. Como Trotsky salientou, este modelo de análise, em que o fascismo sucedia à fase histórica ocupada pela social-democracia, contrapunha-se à tese do «social-fascismo», e numa obra escrita em Setembro de 1932 ele recordou que três anos antes sustentara «a incompatibilidade da social-democracia e do fascismo» e «com esta base rejeitara a teoria do social-fascismo»<sup>131</sup>. A forma como eram abordados os problemas internos da pequena burguesia diferenciava de maneira decisiva as teses trotskistas das teses stalinistas.

Ora, para os marxistas a categoria social da pequena burguesia era — continua a ser — um utilíssimo saco sem fundo. Cabiam ali os representantes da sociedade pré-capitalista, tais como pequenos camponeses, artesãos e pequenos comerciantes, que no período entre as duas guerras mundiais se mantinham ainda em número apreciável e conseguiam assinalar-se politicamente. A seu lado estavam os herdeiros de estratos sociais que haviam sido mais ou menos privilegiados antes do advento do capitalismo mas corriam então o risco de perder definitivamente o estatuto ou já se tinham tornado *déclassés*. Dentro da pequena burguesia — ou classes médias, como Trotsky por vezes lhe chamava — incluíam-se também a tecnocracia e a burocracia, o que tornava a classificação muitíssimo confusa, pois os outros elementos eram caracterizadamente pré-capitalistas e encontravam-se em crise, enquanto estes não só eram gerados no capitalismo como se encontravam em rápida ascensão nas formas mais evoluídas da sociedade moderna<sup>132</sup>.

É certo que na penumbra, do outro lado da fronteira que separava a ortodoxia das heterodoxias, vários militantes e teóricos dissecavam, de uma maneira ou outra, a pequena burguesia

<sup>130</sup> Slobodskoi referido por id., *ibid.*, 246.

<sup>131</sup> L. Trotsky, *Germany: The Only Road*, antologado em *The Rise of German Fascism...*, 335 e segs. A citação encontra-se na pág. 360. Ver também Leon Trotsky em id., *ibid.*, 353 e em G. L. Weissman (org. 1970) 16. Na mesma perspectiva ver L. Trotsky, «Are there no Limits to the Fall? A Summary of the Thirteenth Plenum of the Executive Committee of the Communist International», *The Militant*, 10 de Março de 1934, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1972) 211.

<sup>132</sup> Numa carta de 15 de Novembro de 1931, publicada em *The Militant*, 16 de Janeiro de 1932, e antologada em G. L. Weissman (org. 1970) 5, Trotsky reconheceu que «é possível afirmar, e em certa medida com razão, que a nova classe média, os funcionários do Estado, os administradores privados, etc., podem constituir uma base [do fascismo]. Mas esta é uma questão nova, que tem de ser analisada». Trotsky, porém, escusou-se a prosseguir qualquer análise deste tipo e não poupou insultos e sarcasmos a quem pretendia desenvolver uma teoria dos gestores enquanto grupo social específico. Trotsky apercebeu-se de que, se admitisse que os gestores constituíam uma base social do fascismo, dificilmente lhes poderia recusar a mesma posição no regime stalinista, cujos fundamentos sempre considerou socialistas.



nos seus elementos componentes e identificavam a especificidade da tecnocracia e da burocracia. Foram as contradições teóricas suscitadas pelo conceito de pequena burguesia e as catástrofes práticas resultantes da aplicação deste conceito à análise dos confrontos políticos que levaram à formulação do conceito de gestores ou outros conceitos análogos. Mas para isso foi necessário estabelecer a diferença entre relações jurídicas de propriedade e relações sociais de produção, bem como entre forças produtivas materiais e relações de trabalho, e desenvolver a problemática do controle enquanto mecanismo de exploração. Uma actividade teórica deste tipo não podia ocorrer no âmbito da burocracia social-democrata, que se havia convertido num elemento indispensável aos sistemas parlamentares, nem no quadro do regime soviético, que implantara um capitalismo de Estado. Não podia prosseguir também na área política directamente submetida à influência de Trotsky, que até ao último dia de vida atribuiu um carácter socialista aos fundamentos da economia soviética. Ora, a URSS só podia ser classificada como socialista se o facto de a propriedade dos meios de produção pertencer juridicamente ao Estado servisse para esquecer quais eram as verdadeiras características das relações sociais no processo de trabalho. E se, apesar de todas as suas desigualdades, a União Soviética continuasse a ser socialista, como Trotsky pretendia, então a burocracia privilegiada definia-se como uma elite e não tinha o estatuto de classe social, sendo portanto impossível pensar a existência dos gestores como uma classe específica e considerar o exercício do controle como uma condição suficiente para a apropriação de mais-valia. Na esquerda, só alguns teóricos isolados e um pequeno número de grupúsculos heterodoxos e marginais conceberam os gestores como classe — ou capitalista ou que ultrapassara o capitalismo — e puderam explicar o fascismo de maneira coerente, enquanto ditadura que ao mesmo tempo visava os trabalhadores e toda a velha burguesia.

A pequena burguesia era uma estranha categoria, lançada para a margem dos grandes mecanismos económicos mas inflando no entanto os seus efectivos até se tornar mais numerosa do que o proletariado. Nos escritos de Trotsky a situação da pequena burguesia ficava mais paradoxal ainda, porque embora fosse capaz de se agitar com enorme violência e apesar de a sua mobilização ser indispensável para definir o fascismo, ela limitar-se-ia a seguir o apelo do mais forte. Sem uma actuação independente na dialéctica das classes, ela não teria projecto político próprio nem interesses sociais específicos, e a sua atitude final dependeria do extremismo com que fossem formulados os programas alheios e do vigor com que fossem postos em prática. E assim aquele agregado social esvaziava-se de conteúdo político no preciso momento em que seria necessário defini-lo. Trotsky afirmou repetidamente que a pequena burguesia hesitava entre o proletariado e o fascismo, mas a simetria é coxa. O proletariado é uma classe social e o fascismo

era um movimento político. Se a pequena burguesia podia hesitar perante o fascismo, é porque não era ela a dar-lhe uma base social própria e autónoma, e então quem lha dava?

Foi talvez para compensar as limitações subjacentes ao conceito de pequena burguesia que Trotsky se viu levado a distinguir uma sequência de fases no processo de fascização. Segundo ele, quando a actividade dos bandos fascistas começava a pôr em risco o funcionamento da democracia, o parlamento abdicava os seus poderes efectivos num chefe que, apoiado directamente na burocracia, no exército e na polícia, governava acima das instituições democráticas e mantinha um equilíbrio precário entre elas e o fascismo. A este regime chamava Trotsky «bonapartismo»<sup>133</sup>, e deixou bem claro que, embora oscilasse entre as classes sociais e estivesse politicamente acima delas, o bonapartismo não se situava socialmente acima nem fora das classes, pois tinha uma base burguesa perfeitamente caracterizada e assentava no capital financeiro. É elucidativo comparar a interpretação de Trotsky com a proposta por Thalheimer<sup>134</sup>, para quem tanto o bonapartismo como o fascismo como outras modalidades políticas que talvez viessem a surgir constituíam manifestações da forma última do poder de Estado burguês. Sempre que a sobrevivência da sociedade burguesa era posta em risco por uma investida do proletariado e a burguesia conseguia triunfar mas ficava exausta, então, afirmava Thalheimer, o poder político era entregue a uma autoridade executiva que o exercia de maneira independente, instaurando uma ditadura explícita do capital com o apoio dos *déclassés* e do *lumpenproletariat*. O bonapartismo e o fascismo relacionavam-se estreitamente, enquanto variantes daquela forma comum. A análise de Trotsky foi mais sofisticada, pois distinguiu o tipo progressivo de bonapartismo, que havia caracterizado o capitalismo em ascensão, quando o chefe supremo estabelecera o equilíbrio entre as novas instituições e as remanescentes do *Ancien Régime*, e o bonapartismo típico da época de declínio do capitalismo, em que o equilíbrio se estabelecia entre o fascismo e um proletariado que nem triunfara nem fora ainda esmagado, neutralizando-se ambos os campos. Este carácter instável condenava o bonapartismo a não ser mais do que a fase de transição para uma ou outra de duas soluções, ou a revolução proletária ou a reacção fascista. Assim, ao mesmo tempo que chamou a atenção para os elementos de convergência entre o bonapartismo e o fascismo, Trotsky preocupou-se em

<sup>133</sup> Trotsky negava-se a classificar como fascistas as ditaduras do general Primo de Rivera e de Dollfuss e, embora atribuisse um carácter fascista ao regime de Pilsudski, considerava que existia nele uma componente bonapartista muito mais pronunciada do que nos fascismos italiano e alemão. Igualmente bonapartistas seriam, entre vários outros, os governos pré-hitlerianos de Brüning, de von Papen e de von Schleicher. Ver a este respeito os textos de Trotsky reproduzidos em G. Breitman et al. (orgs. 1971) 52, 56, em id. (orgs. 1972) 107, em *The Rise of German Fascism...* 174, 181-183, 342-348, 357-359, 366, 395, 422-429, 430-436, 544-545, 598-608 e em G. L. Weissman (org. 1970) 5, 15. Trotsky recusou a denominação de fascismo mesmo ao governo de Vichy, incluindo-o entre as formas senis do bonapartismo, como se lê em «Bonapartism, Fascism and War» («His Last Article»), *Fourth International*, Outubro de 1940, em G. Breitman et al. (orgs. 1969) 123 e em *The Rise of German Fascism...*, 622.

<sup>134</sup> A. Thalheimer (1930).

distinguir os dois regimes e em delimitá-los com rigor, o que lhe evitou cair na funesta confusão do «social-fascismo». O conceito de bonapartismo deu-lhe também azo para analisar os perigos do fascismo segundo uma perspectiva que abria um espaço mais amplo às iniciativas do proletariado e às suas possibilidades de resistência, e levou-o a conceber uma estratégia de frente unida dos trabalhadores que se opunha a uma aliança com os meios democráticos burgueses enleados no bonapartismo. Para compreender o pensamento e a orientação política de Trotsky na década de 1930 é indispensável ter em conta a diferença entre os conceitos de bonapartismo e de fascismo, e o seu relacionamento complexo.

O carácter transitório e instável atribuído aos regimes bonapartistas precursores do fascismo serviu a Trotsky para indicar a existência de semelhanças profundas entre a elite burocrática da União Soviética e o estrato social dominante do bonapartismo. A burocracia stalinista é «a forma soviética do bonapartismo», escreveu ele<sup>135</sup>, iludindo assim as pressões daqueles teóricos que detectavam no próprio fascismo e no stalinismo uma base social comum. Mas, sendo o bonapartismo definido como um sistema político que oscilava entre as classes, quais eram as classes que condicionavam a oscilação do bonapartismo soviético, se a burocracia não formava para Trotsky uma classe social e se os camponeses proprietários de terras e os comerciantes privados haviam sido liquidados precisamente pelo stalinismo? A posição ambígua de Trotsky perante o regime de Stalin, opondo-se a ele politicamente mas aceitando-lhe os fundamentos económicos, esteve no centro de todas as contradições que enfermaram o trotskismo no plano teórico e de todas as hesitações que lhe amputaram a prática.

Segundo Trotsky, o fascismo triunfante não podia sobreviver muito tempo sem desmobilizar as massas da pequena burguesia que, com a sua violência e os seus desmandos, o impediam de governar. Passando a apoiar-se na burocracia e eliminando a componente pequeno-burguesa, o regime fascista decairia então num novo tipo de bonapartismo, distinto do anterior bonapartismo pré-fascista por ser dotado de um grau de estabilidade muitíssimo superior. O bonapartismo pós-fascista assemelhar-se-ia às outras formas de ditadura militar e policial, e o ditador fascista ficaria convertido no fiel de uma nova balança, equilibrando de um lado o capitalismo e do outro a insatisfação de uma pequena burguesia desiludida por aquela experiência política. Nesta perspectiva, os regimes fascistas seriam obrigatoriamente fugazes e corresponderiam a uma fase transitória, de que emanava um sistema mais sólido. Para Trotsky, o fascismo não era tanto um regime como sobretudo um estado de mobilização da pequena burguesia.

<sup>135</sup> L. Trotsky, «Where Is the Stalin Bureaucracy Leading the USSR?», *The New Internationalist*, Março de 1935, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1971) 162 (sub. orig.).

A complexidade de análise resultante da articulação dos conceitos de bonapartismo e de fascismo convinha à riqueza de experiências de um processo que não se encerrara ainda, e neste panorama ideológico, tendo de se submeter à definição oficial de fascismo, mas decerto inspirando-se dissimuladamente nalguns aspectos da análise trotskista, Palmiro Togliatti, o secretário-geral exilado do Partido Comunista de Itália, apresentou o problema de maneira inovadora durante um curso dado a compatriotas imigrados em Moscovo, nos meados da década de 1930<sup>136</sup>. Togliatti partiu da definição adoptada na 13ª reunião plenária do comité executivo do Komintern, que considerava o fascismo como uma ditadura terrorista dos elementos mais reaccionários do grande capital. Mas sensatamente calou o facto de as resoluções daquela reunião terem confirmado a tese do «social-fascismo» e, embora usando a prudência necessária ao lugar e à época, colocou em confronto duas interpretações elaboradas na década anterior. Por um lado, a de Amadeo Bordiga, que assimilara a ditadura fascista às modalidades de poder de Estado dos regimes parlamentares. E se os ouvintes soubessem reflectir certamente a achariam bastante próxima da versão até então proposta — ou, mais exactamente, imposta — pelo Komintern, ambas insistindo no carácter repressivo do aparelho político, em detrimento dos restantes aspectos. Por outro lado, Clara Zetkin havia destacado a dimensão pequeno-burguesa do fascismo. Ora, para Togliatti seria precisamente esta a concepção dos sociais-democratas, que apresentariam o fascismo como um movimento de massas exclusivamente pequeno-burguês, voltado contra o grande capital.

Com efeito, era assim que pensava Otto Bauer, um dos principais representantes da social-democracia austríaca, negando que o fascismo fosse uma ditadura da burguesia e considerando que, à maneira do que havia sucedido com o bonapartismo, a burguesia cedia aos fascistas o poder político para preservar o poder económico frente à ameaça do proletariado<sup>137</sup>. Mas vimos que outras correntes da social-democracia, como o SPD com o seu Manifesto de 1934, e mesmo círculos que, tal como Bauer, ou mais ainda do que ele, se situavam na ala esquerda do socialismo, davam do fascismo uma definição em que a pequena burguesia não tinha lugar. O que me importa

<sup>136</sup> As *Oito Lições* analisadas em seguida encontram-se em P. Togliatti (1971) 5-15. Acerca destas *Oito Lições* escreveu R. De Felice (1978) 233-234 que «quando se tratava de analisar e estudar “para uso interno” o fenómeno fascista [...], o grupo dirigente comunista italiano era bastante mais livre e realista do que se poderia supor com base apenas nas suas tomadas de posição públicas, e dava-se claramente conta da complexidade da realidade fascista e da parcialidade e fraqueza de certas esquematizações [...] As *Lições* de Togliatti são do maior interesse por duas ordens de razões: porque, sendo para uso exclusivamente “interno”, se ressentem de uma menor prudência política e, sobretudo, porque dizem respeito principalmente não tanto aos primeiros anos do fascismo como aos do regime, cuja análise abordam sob o aspecto mais importante e característico do regime reaccionário de massa, valorizando realistamente todos os seus elementos constitutivos [...]» (procedi a algumas pequenas modificações na tradução). Para a compreensão das *Oito Lições* no contexto dos debates internos do Partido Comunista de Itália é interessante ler J. A. Nunes (1982) 41-42 n. 4.

<sup>137</sup> D. S. Linton (1989) 119-123; G. Marramao (1977) 77, 111-113. Acerca da evolução posterior das teses de Bauer sobre o fascismo ver M. Kitchen (1980) 271-274.

aqui considerar, no entanto, é a perspectiva adoptada por Togliatti e não a parcial inexactidão das suas reflexões sobre as teses alheias. E se, entre as definições de fascismo propostas no âmbito da social-democracia, o dirigente comunista italiano salientou aquela que insistia no carácter pequeno-burguês do movimento, fê-lo como prelúdio às suas próprias concepções, para as preparar através de uma simetria de teses opostas. Carregou ainda os tons do quadro ao pretender que iria na mesma veia da social-democracia a interpretação adiantada pelos trotskistas, que viam no fascismo um tipo de bonapartismo e, portanto, uma forma de ditadura que subjugaria inclusivamente o grande capital. Nada disto correspondia às ideias de Trotsky, que distinguiu bonapartismo e fascismo, como acabei de mostrar, mas em Moscovo toda a prudência era pouca e tratava-se de evitar as más-línguas. Nos procedimentos bizantinos que caracterizaram a corte de Stalin era um hábito corrente caluniar um inimigo para com maior impunidade lhe pilhar as ideias.

Togliatti criticou nas teses de Bordiga e de Clara Zetkin a incapacidade de articularem a «ditadura da burguesia» e o «movimento das massas pequeno-burguesas». «Sob o ponto de vista teórico», prosseguiu ele, «a dificuldade consiste em compreender claramente a conexão entre esses dois elementos»<sup>138</sup>. Numa época em que o imperialismo exacerbava o carácter reaccionário de todas as manifestações do grande capital, a sua ditadura, para ser eficaz, exigia a mobilização massiva da pequena burguesia. Só existe fascismo, afirmou Togliatti, «quando a luta contra a classe operária se desenvolve sobre uma nova base de massas de carácter pequeno-burguês [...]»<sup>139</sup>. A mesma constatação fora feita pelo comunista húngaro Djula Šaš, num livro publicado na URSS em 1929: «A razão das rápidas vitórias do fascismo reside no facto de que as organizações fascistas tinham a possibilidade de desenvolver a sua actividade num clima em que beneficiavam da simpatia de um sector considerável das massas populares italianas pertencentes a vários grupos sociais de classe»<sup>140</sup>. Nas suas palestras moscovitas Togliatti analisou detalhadamente a forma como se efectuara essa articulação social, mostrando que as milícias haviam assegurado a mobilização e o enquadramento da pequena burguesia no âmbito do grande capital. No caso italiano, «os proprietários fundiários forneceram a forma de organização por *squadre* e os industriais aplicaram-na em seguida nas cidades»<sup>141</sup>. Esta mobilização da pequena burguesia «continha elementos que reforçavam a burguesia, na medida em que lhe permitia governar com métodos

<sup>138</sup> P. Togliatti (1971) 5, 6.

<sup>139</sup> Id., *ibid.*, 9.

<sup>140</sup> Este extracto da obra de Djula Šaš, publicada sob o pseudónimo de Akula Julio, encontra-se em B. R. Lopukhov (1965) 247. Basta a leitura desta curta passagem para se verificar como é preconceituoso o resumo das teses de Šaš feito por A. J. Gregor (2000 a) 26-27.

<sup>141</sup> P. Togliatti (1971) 15.

diferentes dos democráticos»<sup>142</sup>. E, assim, a actuação dos partidos comunistas no seio da pequena burguesia tornava-se imprescindível para derrubar o fascismo ou para impedi-lo de se implantar. «Nós não tínhamos compreendido», penitenciou-se o dirigente do Partido Comunista de Itália, «que os antigos combatentes, os *déclassés*, não eram indivíduos isolados, mas uma *massa*, e que representavam um fenómeno com aspectos de classe. [...] A nossa obrigação teria sido conquistar uma parte dessa massa e neutralizar a outra parte, para impedi-la de se tornar uma massa de manobra da burguesia. Mas desprezámos estas tarefas»<sup>143</sup>. Foi a mobilização da pequena burguesia, concluiu Togliatti, que conferiu ao fascismo uma ideologia ecléctica e sempre fluida, onde soavam temas oriundos de uma pluralidade de esferas sociais opostas e de uma variedade de meios políticos antagónicos.

O somatório paradoxal constituído pela pequena burguesia servia à generalidade dos marxistas ortodoxos para manterem esclerosado o texto da doutrina e, ao mesmo tempo, caucionarem uma actuação prática maleável ou francamente ziguezagueante. No contexto do movimento comunista da época, porém, das suas polémicas e das suas perspectivas que se revelaram trágicas, Togliatti usou aquela noção de uma maneira que lhe permitiu compreender as potencialidades de acção do fascismo. Recusando-se a reduzir o fascismo a um mero instrumento do grande capital e insistindo na especificidade originada pelas novas formas de mobilização de numerosos estratos sociais, Togliatti deslocou o problema para o único plano em que deve ser abordado. Além disso, detectando na pequena burguesia interesses e comportamentos próprios e não a resumindo a um meio social estéril e difuso, apenas capaz de ser movido por outras classes, evitou cair num dos paradoxos que enfermaram as teses de Trotsky. Pode discordar-se da análise de classes em que a interpretação de Togliatti se fundamentou, mas ele conseguiu apresentar uma visão realista da complexidade do fascismo, o que não foi comum entre os marxistas ortodoxos. Quanto às implicações práticas das suas teses, porém, não tentaram os comunistas alemães conquistar para o comunismo uma parte da pequena burguesia, dos membros dos antigos corpos francos, dos *déclassés*, quando, a coberto dos pretextos ideológicos do «social-fascismo», se esforçaram por competir em nacionalismo com os nacionais-socialistas e por seduzir a pequena burguesia? E não fora este o caminho mais seguro para a catástrofe? Parecia não haver saída em tal jogo de enganos.

<sup>142</sup> Id., *ibid.*, 11.

<sup>143</sup> Id., *ibid.*, 9 (sub. orig.).

## 6. O marxismo foi incapaz de explicar o nacionalismo e o racismo

O nacionalismo é uma armadilha, já que pela sua própria presença confere uma justificação prática àquilo que não é capaz de explicar no plano teórico. A mera existência de uma nação é usada como demonstração da sua razão de ser íntima, quando na realidade constitui apenas um sintoma da actuação de um Estado, quer se trate de um Estado vigente e reconhecido como tal, quer da persistência de tradições herdadas de um Estado já desaparecido, quer das pretensões de um governo regional a erigir-se em Estado autónomo, quer da conversão de um grupo de oposição político-militar em aparelho de Estado alternativo. Em qualquer caso a nação é construída a partir de um centro de poder, a cuja acção se deve a homogeneização de culturas e tradições. O nacionalismo unifica os diferentes estratos sociais e as classes sociais antagónicas que se encontram dentro de dadas fronteiras, ou numa dada região e sonhando com fronteiras próprias. Deste modo cada nacionalismo faz pairar uma ameaça sobre outros povos, estimulando-os a apresentarem-se também como nacionalistas. Basta uma afirmação agressiva de nacionalismo para excitar nacionalismos rivais, que primeiro surgem numa forma defensiva, mas que depois, em virtude das reacções que eles mesmos suscitam, aparecem inevitavelmente de maneira agressiva<sup>144</sup>. Este círculo vicioso foi detectado por um diplomata norte-americano que representara o seu país em Belgrado. «A fragmentação da Jugoslávia», escreveu ele em 1995, «constitui um exemplo clássico de um nacionalismo operando de cima para baixo. Fomentou-se o nacionalismo numa região onde, ao longo da história, a paz prevalecera sobre a guerra e onde um quarto da população havia procedido a casamentos mistos. Os responsáveis por esta actuação apoiaram a violência étnica, quando não a provocaram, com o intuito de gerar ódios que podiam então ser amplificados pela imprensa, abrindo o caminho para novas violências»<sup>145</sup>. É assim que os nacionalismos se autolegitimam.

O mesmo sucede com o racismo, enquanto transposição do nacionalismo para o plano biológico, ou pretensamente biológico. Ludwig Gumplowicz, um dos introdutores do racismo moderno na área da cultura germânica, depois de se ter esforçado, num livro de 1875, por explicar os conflitos sociais em moldes estritamente raciais, observou noutra obra que «nos países da Europa ocidental as classes sociais deixaram desde há muito de representar raças antropológicas [...] e apesar disto comportam-se entre si como raças e prosseguem uma luta racial social [...]

<sup>144</sup> Ver neste sentido R. Jervis (2010) 28-29.

<sup>145</sup> Warren Zimmermann num artigo publicado na *Foreign Affairs*, Março-Abril de 1995, citado em V. Tismaneanu (1998) 90.

renunciei ao conceito antropológico de raça, mas a luta racial permaneceu idêntica, se bem que há muito tempo já as raças não sejam antropológicas. Mas é a *luta* que conta [...]»<sup>146</sup>. Nesta perspectiva só o confronto entre grupos sociais convictos da sua existência no plano racial confere realidade às raças. A partir do momento em que um dado conjunto de pessoas se assume como raça e, portanto, exalta ideologicamente os caracteres — reais ou fictícios — que o diferenciam e atribui a essa biologia verdadeira ou inventada a responsabilidade por comportamentos e culturas, todas as pessoas que não possuam esses caracteres são pressionadas a precipitar-se em processos equivalentes. Quando se trata de povos, se um deles vê as suas características biológicas degradadas aos olhos de outro, a reacção compreensível, que é neste caso a de se enaltecer biologicamente, dá origem a uma nova manifestação de racismo. Assim como um antinacionalismo afirmado dentro de quadros nacionais é outro nacionalismo, também um anti-racismo promovido no interior de um quadro étnico constitui outro racismo.

As décadas de 1920 e 1930 forneceram a mais flagrante, e mais trágica, confirmação desta análise, porque sem a forma extrema de nacionalismo constituída pelos fascismos e sem a forma extrema de racismo constituída pelo fascismo germânico os demais povos não teriam sido precipitados na competição nacionalista e racista que levou à segunda guerra mundial. Mas, antes disso, sem a afrontosa prepotência dos tratados de Versailles e de Saint-Germain, impostos pelo nacionalismo agressivo dos países da *Entente*, jamais Hitler teria conseguido o apoio massivo de que veio a gozar na Alemanha e na Áustria. Enquanto fenómeno de massas, o nacional-socialismo foi a consequência mais contraditória das espoliações e dos limites de soberania impostos em Junho e Setembro de 1919 pelas democracias vencedoras, e os efeitos que por sua vez suscitou não foram menos contraditórios. Em França, numa época em que a extrema-direita e os fascistas cobriam de ódio o primeiro-ministro judeu do Front Populaire, vemos Kahnweiler, famoso negociante de cultura que foi o primeiro *marchand* dos pintores cubistas, alemão de origem judaica, naturalizado francês mas cosmopolita acima de tudo, escrever numa carta destinada a Max Jacob, um francês católico, poeta célebre e semita como ele: «Eu não sabia que era judeu. Nunca mo tinham dito ou, pelo menos, o facto de ser judeu parecia-me não ter importância, porque não acredito nas “raças”. Vejo agora que estava enganado, que era judeu e que havia raças... Isto não me converterá num “patriota”, mas não tenho vocação para mártir, tenho a intenção de me defender e de responder às agressões. E para isso o melhor meio parece-me ser o de apoiar os que

<sup>146</sup> Citado em G. Lukács (1980) 694 (sub. orig.). Note-se que, segundo D. Bell (2002) 448, Gumpłowicz exerceu uma influência determinante sobre os fundadores da sociologia norte-americana. Assim, talvez a sua linha-gem ideológica se encontre hoje mais facilmente nos Estados Unidos do que na Alemanha ou na Áustria.



não me consideram diferente deles, os partidos de esquerda, a Frente Popular, e de lutar com eles contra o nosso inimigo comum, o “fascismo”, para o designar pelo nome habitual»<sup>147</sup>. Foi aproximadamente o mesmo que Max Born confessou a Einstein numa carta em 2 de Junho de 1933<sup>148</sup> e uma austríaca que fugira à integração do seu país no Terceiro Reich declarou: «Só quando Hitler me disse que eu era judia, é que eu passei a sê-lo de facto»<sup>149</sup>. Nunca encontrei expressa com tanta candura a perversa armadilha resultante da invenção do racismo pelos racistas.

Como evitar a cilada? Só negando internamente os mitos nacionais e os mitos étnicos é que o círculo vicioso pode ser quebrado, e foi este caminho que o judeu alemão Victor Klemperer tentou percorrer durante o Terceiro Reich. Em 1935, quando esperava ainda obter um posto de professor universitário no estrangeiro para escapar às perseguições, Klemperer escreveu no seu currículo em língua francesa que «não posso nem quero ser senão um alemão», mas, achando a afirmação demasiado nacionalista, corrigiu para «nunca pensei ser senão um alemão»<sup>150</sup>. Não foi facilmente que ele chegou a esta formulação, porque passados dois meses proclamava ainda «serei para sempre alemão, “nacionalista” alemão», e acrescentava «os nazis são não-ale-mães»<sup>151</sup>. Uma grande mudança ocorreu em 1937, quando Klemperer se resignou a escrever: «Cada vez mais acredito que Hitler encarna realmente o espírito do povo alemão, que ele representa realmente a “Alemanha” [...] Por isso não foi só nas aparências exteriores que perdi a minha pátria»<sup>152</sup>. «Que loucura foi, e é, os nacionais-socialistas obrigarem os judeus a renunciar ao seu patriotismo alemão», exclamaria Klemperer em 1943<sup>153</sup>. Mas, ao contrário do que sucedeu com muitos dos seus correligionários, ele não evoluiu do patriotismo germânico para o sionismo, que considerava como uma forma de nacionalismo não menos extrema e perniciosa<sup>154</sup>, e elevou-se a

<sup>147</sup> Esta passagem de uma carta de 27 de Novembro de 1936 encontra-se em P. Assouline (1990) 504.

<sup>148</sup> Um extracto dessa carta encontra-se em Ph. Ball (2014) 103.

<sup>149</sup> Grete Friman citada em I. F. Pimentel (2006) 70.

<sup>150</sup> Esta passagem da entrada do diário de Victor Klemperer correspondente ao dia 15 de Maio de 1935 encontra-se em M. Chalmers (org. 2006 a) 141-142.

<sup>151</sup> Na entrada de 21 de Julho de 1935 em id., *ibid.*, 148. Ver outras afirmações dos sentimentos germânicos de Klemperer nas entradas de 6 de Outubro de 1935 e 18 de Outubro de 1936, respectivamente em id., *ibid.*, 155 e 230.

<sup>152</sup> Entrada de 17 de Agosto de 1937 em id., *ibid.*, 273. «Agora nunca mais poderei deixar de sentir relativamente à Alemanha desprezo, repulsa e uma desconfiança profunda. E, no entanto, em 1933 eu estava tão certo de ser um alemão», escreveu Klemperer no dia 27 de Outubro de 1937 em id., *ibid.*, 281. Encontram-se outras declarações de renúncia ao patriotismo alemão em 11 e 18 de Janeiro, 23 de Fevereiro, 5 de Abril e 24 de Agosto de 1938, respectivamente em id., *ibid.*, 288, 291, 293 e 307. E em 25 de Outubro de 1941 Klemperer meditou de novo: «Pergunto sempre a mim próprio: quem, entre os alemães “arianos”, permaneceu realmente imune ao nacional-socialismo? O contágio grassa em todos eles, e talvez não se trate de contágio, mas da natureza germânica básica». Ver id., *ibid.*, 511.

<sup>153</sup> Na entrada de 5 de Fevereiro de 1943 em id. (org. 2006 b) 231.

<sup>154</sup> Klemperer considerava o sionismo tão nocivo como o nacional-socialismo, como pode ver-se pelas passagens do seu diário transcritas em id. (org. 2006 a) 78, 135, 231, 337-339, 396, 423 e 521. Em 19 de Janeiro de 1942, Klemperer registou, a propósito de um livro que acabara de ler: «Pela primeira vez percebi que *o sionismo é um*

outro plano. No final de 1938, depois de insistir que «ninguém me pode roubar o meu carácter alemão», Klemperer mostrou toda a extensão entretanto percorrida ao afirmar: «[...] perdi para sempre o meu nacionalismo e o meu patriotismo. O meu pensamento é agora completamente um cosmopolitismo voltairiano. Qualquer fronteira nacional me parece bárbara»<sup>155</sup>. Encontramos a mesma atitude em meados de 1942: «Não posso escapar ao meu carácter alemão. Mas estou bastante para além do nacionalismo»<sup>156</sup>. Todavia, como não ignorava as raízes germânicas do hitlerismo, ao enfrentar o espelho que eram as páginas do seu diário Klemperer nunca interrompeu a penosa introspecção civilizacional. «Eu *penso* como alemão, eu *sou* alemão», reafirmou em 1942, e insistiu no mesmo ano «eu sou alemão, são os outros que não são alemães» e, de novo, «a nação alemã dos nossos dias não é toda a Alemanha»<sup>157</sup>. A partir de Setembro de 1941, quando foi obrigado a usar a estrela amarela, Klemperer voltou muitas vezes à questão de saber qual era a verdadeira *vox populi* da Alemanha, a dele ou a dos outros, a das pessoas que o insultavam na rua e perseguiram e exterminavam os seus correligionários ou a daquelas que não perdiam a oportunidade de manifestar simpatia pelos judeus e tentavam auxiliá-los? Bastava que esta questão fosse colocada para ficar comprometida a ideia fundamental do nacionalismo ou do racismo, de que cada povo ou etnia se distingue por uma cultura homogénea. Quantos outros judeus teriam pensado também que a única solução consistia em situar-se acima de todas as estreitezas nacionalistas, sem que o saibamos porque não registaram o seu percurso em páginas de diários?

Para assumir uma dimensão política, no entanto, aquela atitude teria de ser partilhada por vastas camadas da população. O nacionalismo só pode ser eficazmente combatido através de uma acção antinacionalista dentro do país que se revelar mais nacionalista, e o racismo só pode ser eficazmente combatido mediante uma acção anti-racista no seio do povo que se mostrar mais racista. Mas a questão, colocada assim, é insolúvel, pois um país afirma-se como o mais nacionalista precisamente porque no seu interior as tendências antinacionalistas foram derrotadas, e se um povo se apresenta como o mais racista isto demonstra a marginalização dos factores de anti-racismo. No confronto entre a divisão em classes sociais e a unificação em nações ou em preten-

*humanismo*». Ver id. (org. 2006 b) 7 (sub. orig.). Mas esta observação não alterou a sua opinião negativa acerca do sionismo e continuou a equipará-lo ao nacional-socialismo, como se verifica em id. (org. 2006 b) 53, 99, 100 e 104.

<sup>155</sup> Esta passagem da entrada de 9 de Outubro de 1938 encontra-se em id. (org. 2006 a) 318. A 15 de Maio de 1941, Klemperer reafirmou o seu comprometimento com a civilização alemã; fê-lo no calor de uma discussão com um sionista, mas mesmo em tais circunstâncias parece ter evitado as declarações de patriotismo extremo que noutros tempos havia proferido. Ver id., *ibid.*, 444.

<sup>156</sup> Esta passagem da entrada de 18 de Maio de 1942 encontra-se em id. (org. 2006 b) 62.

<sup>157</sup> Estas passagens relativas aos dias 27 de Março, 11 de Maio e 28 de Junho de 1942 encontram-se em id., *ibid.*, 37 (subs. orig.), 59 e 102, respectivamente.

sas raças, a vitória prática tem cabido repetidamente ao nacionalismo e ao racismo, ou seja, na realidade, ao Estado enquanto instituição básica da nação e emanção suprema do mito racial. Este círculo vicioso faz com que o nacionalismo e o racismo dispensem uma fundamentação racional e, do outro lado, contribui para explicar as limitações com que tem deparado a crítica teórica ao nacionalismo e ao racismo.

O marxismo fornece instrumentos teóricos adequados para desvendar as contradições da sociedade e para analisá-la nos grupos e classes que a compõem. Em sentido contrário, porém, todas as correntes marxistas têm revelado grandes dificuldades na interpretação do nacionalismo<sup>158</sup>. Pode argumentar-se que as outras ideologias têm sido igualmente incapazes de o fazer, mas para elas o problema é menor ou nem sequer chega a ser um problema, porque consideram o nacionalismo como um reflexo natural; enquanto para o marxismo a classe trabalhadora só no plano supranacional tem identidade, e haveria então que explicar não só por que os trabalhadores aceitam as fronteiras entre países mas sobretudo por que as reforçam. É um estranho paradoxo, ser capaz de mostrar as forças escondidas por detrás de uma nação que o Estado mantém coesa e não conseguir explicar o funcionamento do nacionalismo enquanto mito da coesão social. Para a teoria marxista clássica, a existência de um nacionalismo de massas num dado país revelava o atraso do processo histórico, indicando que a revolução burguesa ainda não ocorrera e que o desenvolvimento económico ainda não proporcionara o crescimento do proletariado industrial. Os bolchevistas encararam a questão deste modo e a política de nacionalidades em que assentou a República Federal Soviética e depois a União Soviética decorria da tese de que, devido à desigualdade no desenvolvimento histórico, era aconselhável que o proletariado das regiões mais avançadas procurasse a aliança das nacionalidades oprimidas pelo antigo império dos czares, de maneira a acelerar aí o processo de evolução e a permitir que as regiões retardatárias passassem da emancipação nacional à emancipação social. Mas como explicar que nas repúblicas mais desenvolvidas da União Soviética o nacionalismo se tivesse igualmente afirmado enquanto fenómeno de massas, gozando de um amplo apoio na classe trabalhadora? O mesmo sucedeu noutros países económica e politicamente evoluídos, que haviam já completado há muito o estágio burguês da revolução e dispunham de um operariado numeroso e coeso. Foi esta a questão crucial no período entre as duas guerras mundiais, e para ela os marxistas não encontraram uma resposta teórica nem um antídoto prático.

Se o problema do nacionalismo suscita sérias dificuldades à teoria marxista, os obstáculos

<sup>158</sup> A. J. Gregor (2000 b) 51-52, 173.

parecem intransponíveis no que se refere ao racismo. O racismo é a forma extrema do nacionalismo, consistindo na atribuição de um fundamento biológico a características, verdadeiras ou imaginárias, que decorrem exclusivamente dos planos político e cultural. Quem é incapaz de explicar o nacionalismo mais dificilmente ainda poderá interpretar a sua versão rácica. Por isso, se são em geral deficientes as análises marxistas do fascismo enquanto nacionalismo, elas tornam-se deveras insatisfatórias perante o nacional-socialismo germânico, que foi estritamente racial. Aqui, mais do que um problema de análise, trata-se de um problema de visão, pois os teóricos marxistas, para aplicarem os modelos com que estão habituados a lidar, subestimam e marginalizam as manifestações do racismo. Ora, como os mitos raciais ocuparam o lugar central no regime hitleriano, inspirando-lhe a totalidade da sua actividade prática e da sua produção ideológica, os marxistas deixam sem esclarecer aquilo mesmo que pretendem criticar.

«No plano político, o racismo é uma insípida e bombástica variedade de patrioteirismo conjugado com a frenologia», escreveu Trotsky num panfleto apesar de tudo brilhante. «Tal como a nobreza arruinada se consolava com a pureza do seu sangue, também a pequena burguesia pauperizada se ilude com contos de fadas acerca da especial superioridade da sua raça»<sup>159</sup>. Mas por que motivo os nacionais-socialistas recorreram ao racismo quando outros fascistas atingiram os mesmos objectivos com um simples nacionalismo? E quando lhe perguntaram por que razão Hitler perseguia os judeus, Trotsky, que decerto se recordava de ser um deles, respondeu que «era isso a única coisa que lhe restava para "resolver" os problemas internos. Defendendo o capitalismo quando prometeu destruí-lo, Hitler é obrigado a desviar a atenção das massas das questões sociais e a virá-la para os problemas nacionais e raciais»<sup>160</sup>. Mas esta resposta não respondeu a nada e confundiu tudo, pois a questão consistia em saber por que motivo Hitler não se limitou a prosseguir uma demagogia nacionalista e teve de transpô-la para uma demagogia anti-semita, se bem que outros fascismos não tivessem usado o racismo, e menos ainda o anti-semitismo, como factor de mobilização da plebe. Do outro lado do espectro da esquerda a insuficiência teórica não foi menor. Ao ler o Manifesto publicado em Praga em 1934, onde o Partido Social-Democrata alemão apresentou a sua nova orientação nas condições criadas pela ditadura hitleriana, o que mais me choca é a ausência de qualquer programa de luta anti-racista<sup>161</sup>, como

<sup>159</sup> L. Trotsky, «What Is National Socialism?», em *The Rise of German Fascism...*, 523-524.

<sup>160</sup> Respostas de Leon Trotsky a uma série de questões colocadas por Anita Brenner, 13 de Novembro de 1933, em G. Breitman et al. (orgs. 1972) 143.

<sup>161</sup> Uma das medidas propostas pelo Manifesto de Praga anunciava: «Igualdade completa dos direitos civis, sem distinção de raça nem de religião. Separação da Igreja e do Estado». Ver G. Marramao (1977) 290. A própria formulação mostra que estava longe de se conceber a especificidade do racismo hitleriano, que nada tinha em comum com a discriminação religiosa. Mais à frente (pág. 294) o Manifesto mencionou de passagem a «loucura racista», reduzida a uma dimensão psicológica porque era acompanhada pela «megalomania» e pela «mania do poder».

se não fosse precisamente no quadro do racismo que os nacionais-socialistas haviam conseguido um apoio de massas e se dedicavam a reorganizar o Estado. Estes viviam na emigração, mas mesmo no interior da Alemanha tanto a Resistência socialista como o Partido Comunista clandestino deram pouco relevo ao anti-semitismo do regime<sup>162</sup>.

A abordagem da questão foi igualmente insatisfatória num dos monumentos da análise marxista, *A Destruição da Razão*, uma obra maciça completada por Lukács em 1952. Apesar de ter estudado detalhadamente o desenvolvimento das correntes irracionistas no pensamento germânico e a sua precipitação na ideologia e na prática dos nacionais-socialistas, Lukács não detetou no mito racial a função de catalisador. Deixando de lado o problema do racismo na linguística romântica alemã e começando a ocupar-se dele apenas a propósito dos autores que transferiram para a sociologia e a história alguns conceitos que Darwin havia criado para a biologia, Lukács perdeu o fio condutor daquela evolução ideológica e, afinal, não conseguiu expor a estrutura interna do racismo nacional-socialista nem discriminar as suas consequências práticas. Talvez possa apresentar-se como simetricamente oposto à *Destruição da Razão* o livro de Adorno e Horkheimer *Dialéctica do Iluminismo*, que localiza o irracionismo fascista nos limites inerentes ao racionalismo burguês<sup>163</sup>. Embora se trate de uma obra demasiado especulativa para ser de qualquer utilidade na análise histórica do fascismo, importa aqui assinalar que a certo passo Adorno e Horkheimer argumentaram que os trabalhadores não têm consciência das relações de exploração no verdadeiro lugar onde elas ocorrem, no processo de produção, e por isso atribuem aos comerciantes a responsabilidade pela sua miséria. Nesta perspectiva o anti-semitismo resultaria da aceitação do lugar-comum que considerava os judeus como representantes, pelo menos no plano simbólico, do capital comercial<sup>164</sup>. Se não fosse a celebridade que aqueles dois filósofos conservam em alguns meios, não valeria sequer a pena evocar uma tese que cai pela base ao recordarmos que a esmagadora maioria das lutas operárias no período entre as duas guerras mundiais assumiu a forma de greves e não de assaltos a lojas, e quando os proletários italianos saquearam milhares de estabelecimentos comerciais em Junho e Julho de 1919 lançaram as bases de um movimento de greves e ocupações de fábricas e terras que nesse ano e no ano seguinte colocou o socialismo como uma alternativa prática. Tudo isto significa que os conflitos sociais se centraram no processo de produção e não na esfera comercial assimilada, real ou miticamente, ao judaísmo.

<sup>162</sup> H. Mommsen (2009) 253, 254, 268.

<sup>163</sup> J. Herf (1986) 10, 35, 47-48 e 234 atingiu esta obra no ponto nevrálgico quando chamou a atenção para o facto de o iluminismo nunca ter penetrado completamente na sociedade alemã, de modo que ali o nacionalismo e o iluminismo se mantiveram separados; Adorno e Horkheimer, considerou Jeffrey Herf (pág. 10), «culparam o iluminismo pelo que na realidade era resultante da sua debilidade».

<sup>164</sup> Th. W. Adorno et al. (1997) 174-175.

Durante a guerra Albert Norden, comunista alemão exilado, que fora o último director do principal órgão do KPD e ascenderia depois ao *bureau* político na República Democrática, explicou a perseguição aos judeus pelo desejo de lhes retirar a propriedade de grandes armazéns, alguns bancos de segunda ordem e outras firmas pouco importantes e entregá-la a consideráveis grupos económicos não judaicos<sup>165</sup>. Mas os motivos daquela perseguição permanecem nesta óptica tanto mais obscuros quanto a grande maioria das vítimas não era constituída por capitalistas e parece muito pouco convincente que uma acção de tal magnitude se destinasse apenas a acelerar a concentração do capital num ramo secundário da economia e mediante a absorção de firmas menores, sobretudo porque ao longo do seu livro Norden mostrou que as empresas alemãs tinham já alcançado um alto grau de concentração. Nesta mesma perspectiva, o economista marxista Charles Bettelheim revelou-se incapaz de explicar o anti-semitismo num estudo que se desejava exaustivo dos mecanismos económicos do Terceiro Reich, limitando-se a considerar que a expropriação da burguesia judaica acelerara a concentração do capital. Ora, como as firmas alemãs haviam já atingido em todos os sectores decisivos um grau de concentração muitíssimo elevado, essas expropriações tiveram um efeito sensível apenas no fabrico de vestuário e na produção e comercialização de bens de consumo em grandes lojas de departamentos<sup>166</sup>, com repercussões económicas marginais. Por outro lado, convém ainda chamar a atenção para o facto de tanto Bettelheim como Adorno e Horkheimer terem deixado sem nenhuma menção o estatuto de sub-humanidade a que o racismo nacional-socialista remetia os eslavos. Esta miopia dos precursores ilustres tornou-se regra em todos os que lhes seguiram as pegadas.

Enquanto os comunistas ortodoxos definiam o fascismo, em especial a sua variante hitle-riana, como a ditadura directa do grande capital financeiro, é deveras curioso que antes da guerra os principais responsáveis pela política económica do Terceiro Reich tivessem repetidamente alertado as autoridades nacional-socialistas para as repercussões negativas da perseguição aos judeus sobre a vida industrial e financeira do país<sup>167</sup>. Como pode interpretar-se em termos marxistas não só o facto de tais advertências terem aquela origem, mas sobretudo não surtirem nenhum efeito? Se as análises económicas elaboradas na perspectiva marxista desprezam os dois postu-

<sup>165</sup> A. Norden (1943) 10-11.

<sup>166</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 129, 130 n. 3. Quanto ao relevo assumido pelos judeus na alfaiataria e nas lojas de departamentos ver K. A. Schleunes (1990) 41 e 42. Charles Bettelheim, op. cit., I 65 e 72 n. 30 referiu ainda o anti-semitismo em contextos que lhe retiram qualquer especificidade. É curioso verificar que G. Aly et al. (2006) 31 continuaram a admitir que as medidas de expropriação das empresas judaicas adoptadas em 1938 pelas autoridades do Reich se destinaram a desenvolver a concentração da propriedade e a racionalizar a economia.

<sup>167</sup> E. Black (1999) 51-53, 57-59, 97, 129, 220; R. Hilberg (1961) 21 e segs.; R. Laudani (org. 2013) 78; D. E. Lipstadt (1986) 83; D. Marsh (1992) 113-115; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 339, 358; K. A. Schleunes (1990) 93, 138, 140, 143, 150-154, 214, 222, 230.

lados raciais em que assentaram tanto a teoria como a prática política de Hitler — o anti-semitismo e o antieslavismo — concluo que ou a economia não desempenhou no Terceiro Reich o papel determinante que os marxistas em todos os casos lhe atribuem, e temos então aqui uma importante limitação à validade teórica do marxismo, ou os modelos económicos marxistas são estruturalmente incapazes de tomar o racismo em consideração, e então ficam postas em causa as capacidades de análise do marxismo no próprio campo económico, que constitui a sua área privilegiada. Haverá alguma maneira de resolver o dilema?

Curiosamente, uma tentativa de solução deveu-se a Henri de Man, talvez o mais esclarecido dos dirigentes e teóricos social-democratas em ruptura com o marxismo e, sem dúvida, o mais importante dos sociais-democratas que haveriam futuramente de oferecer a sua colaboração às autoridades do Terceiro Reich. Sabemos (ver o capítulo 4 desta Parte 1) que de Man identificou como base principal do nacional-socialismo alemão os *déclassés* das antigas classes médias e os novos proletários da actividade intelectual, empregados e funcionários, cuja situação se agravava com a crise económica. E assim como Marx não havia previsto que o desenvolvimento do capitalismo levasse o proletariado de colarinho branco a crescer mais depressa do que o operariado industrial, também do empobrecimento do proletariado «não se conclui que ocorra, por essa mesma necessidade natural, um progresso correspondente da consciência de classe dos proletários»<sup>168</sup>. Foi aqui que de Man, seguindo as ideias de Siegfried Kracauer, introduziu a noção de falsa consciência, «a consciência dita falsamente burguesa»<sup>169</sup>. Trata-se de uma consciência negativa, cujo objectivo é impedir a percepção da situação real, mas que por aí mesmo denuncia qual é esta situação real. A revolta dos *déclassés* e dos proletários de colarinho branco contra as suas condições económicas assumia a forma de uma recusa ideológica da proletarização. Eles idealizavam-se como burgueses precisamente quando haviam deixado de sê-lo, por isso a sua consciência era «falsamente burguesa». A consciência de classe dos trabalhadores socialistas e comunistas partia da consideração de uma situação económica e atribuía as responsabilidades da degradação social a factores de ordem económica. Era uma consciência objectiva e não desviada<sup>170</sup>. Para os *déclassés* e para o proletariado de colarinho branco o processo era oposto. Ao rejeitarem ideologicamente a proletarização, recusavam-se a conceber a clivagem social realmen-

<sup>168</sup> H. Man (1933) 206.

<sup>169</sup> Id., *ibid.*, 206. Kracauer observara esta «falsa consciência» num livro editado em 1930, *Die Angestellten*, e num artigo publicado em 1932, que se encontram em parte antologiadados em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 189-191 e 216-218.

<sup>170</sup> H. Man (1933) 209. Nesta perspectiva, até o comunismo deparou com a benevolência de de Man. «Por mais primitivo que seja o mundo das ideias comunistas», escreveu ele (pág. 234), «apesar disso distingue-se favoravelmente da ideologia fascista do proletariado de colarinho branco, porque não é, como esta, subconsciente, não económica e, por conseguinte, irracional».

te existente e a levar em conta os factores económicos dessa proletarização. A função da sua falsa consciência era ocultar as divisões sociais e os mecanismos da economia, servindo-se para isso do nacionalismo e do racismo. «O complexo de inferioridade social da classe média em declínio» ilude a objectividade porque «de acordo com a situação económica objectiva, ela já se tornou proletária ou está em vias de se tornar. Por isso precisa de transferir o seu próprio ressentimento económico, tanto quanto possível, para objectos não económicos. Resulta daqui a tendência, que por todo o lado caracteriza o nacionalismo fascista, a permitir que factores extra-económicos ditem a sua posição relativamente às questões económicas. O principal papel é desempenhado aqui pela transferência de ressentimentos económico-sociais para ressentimentos de raça, como no anti-semitismo, e ressentimentos político-nacionais, como no nacionalismo»<sup>171</sup>. Fica assim respondida a questão de saber por que motivo a falsa consciência das classes médias proletarizadas escolheu aqueles dois planos ideológicos, o nacionalismo e o racismo, que é uma forma extrema de nacionalismo. Fê-lo porque estes planos estão nos antípodas da consciência de classe proletária, constituindo o refúgio lógico, por assim dizer, da falsa consciência, que acima de tudo evita ser uma consciência verdadeira. O nacionalismo é «o meio ideológico de desviar um rancor de origem económica e social para um objecto que não só é completamente diferente dos objectos de rancor do proletariado industrial como além disso simboliza a mais vincada contradição com a consciência de classe do proletariado socialista»<sup>172</sup>. Do mesmo modo, a hostilidade que estas camadas sociais manifestavam contra o marxismo provinha de ele ser a expressão ideológica e política de uma realidade que os recém-proletarizados desejavam acima de tudo não conceber. «O que precisamente caracteriza o proletário de colarinho branco é não querer ser proletário, e querê-lo tanto menos quanto mais o for. O que é verdade acerca dos proletários de colarinho branco é-o por maioria de razão acerca de secções da verdadeira classe média [...] O ódio ao marxismo é, por este motivo, o símbolo ideológico daquela resistência [...]»<sup>173</sup>.

Não pode fazer-se a crítica ao fascismo em geral se não o reconhecermos como um nacionalismo de base proletária. Nem é possível estudar criticamente o fascismo hitleriano se não o abordarmos desde início como o mais conseqüente dos racismos.

<sup>171</sup> Id., *ibid.*, 209-210. Ver também as págs. 216, 218 e 221-222.

<sup>172</sup> Id., *ibid.*, 210.

<sup>173</sup> Id., *ibid.*, 207. Tal como noutras passagens, traduzi «*prolétaire à faux-col*» e «*prolétaire en veston*» por «proletário de colarinho branco». Ver igualmente as págs. 200 e 204.



Parte 2  
UMA POLÍTICA SEM ECONOMIA?

## Capítulo 1

# O FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS FASCISTAS

### 1. Itália: «Temos Mussolini nas nossas mãos». Teriam?

O facto de um partido fascista ter recebido dinheiro de homens de negócios pouco elucidado. Seria necessário avaliar, antes de mais, qual a percentagem representada por estas somas no total dos subsídios políticos concedidos. Decerto os partidos burgueses de tradição conservadora ou liberal obtiveram ajudas financeiras muito mais substanciais.

A 18 de Outubro de 1914 Mussolini publicou no *Avanti!* o artigo de ruptura com a política de neutralidade adoptada pelo Partido Socialista Italiano perante a guerra mundial e pouco depois demitiu-se da chefia da redacção do jornal. No final desse mês ele entrou em relações com Filippo Naldi, director de um importante diário da direita moderada, *Il Resto del Carlino*, graças a quem conseguiu os apoios financeiros necessários para lançar o seu novo periódico, *Il Popolo d'Italia*, cujo primeiro número saiu a 15 de Novembro<sup>1</sup>. O futuro Duce não perdera tempo. Convém não esquecer que nesta altura Mussolini não era um fascista, nem sequer o fascismo existia. Mussolini era uma das figuras cimeiras da extrema-esquerda socialista que se tornara partidário da intervenção do seu país na guerra, e era exactamente esta campanha que os capitalistas contactados por Naldi estavam dispostos a subsidiar. Uma parte substancial dos fundos havia sido adiantada por *Il Resto del Carlino* e por outros órgãos da direita conservadora, assim como por uma agência de publicidade, mas as contribuições mais notáveis deveram-se aos irmãos Pio e Mario Perrone, do grupo empresarial Ansaldo, com interesses tanto na construção naval como na siderurgia, no carvão e na electricidade, a Giovanni Agnelli, da Fiat, a Carlo Esterle, da Montedison, a Emilio Bruzzone, da União dos Açúcares, e a Angelo Parodi, da construção naval, tudo sectores que beneficiariam das encomendas do Estado se a Itália se contasse entre os beligerantes<sup>2</sup>. Parece-me estranho que no primeiro trimestre de 1915, precisamente quando mais se acentuava a pressão dos intervencionistas, aquele grupo de industriais tivesse suspenso os financiamentos com que apoiava o jornal de Mussolini<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> P. Milza (1999) 175-177.

<sup>2</sup> Id., *ibid.*, 177-178; E. Santarelli (1981) I 60.

<sup>3</sup> P. Milza (1999) 180.

Nem sempre se atenta que os intervencionistas, além de defenderem a participação na guerra, estavam a propor uma reorientação da diplomacia. A Itália havia assinado com a Alemanha e o Império Austro-Húngaro a Tríplice Aliança, e a decisão de manter a neutralidade implicara, antes de mais, que a Itália não participasse no conflito ao lado da Áustria. Mussolini foi mais longe e reclamou a entrada na guerra ao lado da *Entente* e contra a Áustria, para anexar os territórios italianos sujeitos à soberania austríaca e completar a unificação nacional. A inversão de alianças foi pelo menos tão significativa como a participação no massacre. A partir de então *Il Popolo d'Italia* passou a receber regularmente fundos dos socialistas franceses e belgas<sup>4</sup>, a quem importava o reforço da *Entente*, o que confirma que a nova orientação seguida por Mussolini dizia sobretudo respeito à política externa e não a problemas internos. Aliás, mais ou menos na mesma ocasião o governo francês, através da embaixada em Roma e de outros representantes no país, começou também a sustentar de maneira regular *Il Popolo d'Italia*<sup>5</sup>. Mas ao apreciarmos a serena confiança com que o agente do ministro francês dos Negócios Estrangeiros encarregado dos contactos com a imprensa italiana comunicou aos seus superiores, em Fevereiro de 1916, que «temos Mussolini completamente nas nossas mãos»<sup>6</sup>, devemos reflectir que é impossível prever com segurança a quem aproveitam, no saldo final, as transacções deste tipo, até porque a partir de 1916 *Il Popolo d'Italia* voltara a interessar os homens de negócios<sup>7</sup>. Sabe-se que em 1918 Mussolini, além de receber fundos secretos do governo italiano e de governos estrangeiros, beneficiou sobretudo de subsídios provenientes de certos meios da indústria e da finança, nomeadamente do grupo Ansaldo, mas também da Banca Commerciale, da Romeo e de outras empresas ainda<sup>8</sup>. Já não se tratava então de financiar um socialista partidário da guerra, mas de pagar a um político que se mostrava desejoso de aplicar à situação interna do seu país as lições que tirara dos campos de batalha. Todavia, o empenho não foi constante e os grandes patrões colocaram noutros chefes de partido as apostas mais importantes. E no final de 1918 o grupo Ansaldo deixou de estipendiar Mussolini e as outras empresas reduziram consideravelmente os subsídios<sup>9</sup>.

A fundação do movimento fascista ocorreu em 23 de Março de 1919 num edifício da Piazza San Sepolcro, em Milão, e a sala onde se efectuou a reunião foi emprestada pelo Círculo dos Interesses Industriais e Comerciais<sup>10</sup>. Apesar disto, parece que nos primeiros tempos do movi-

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, 177, 179-180.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, 177, 180-181.

<sup>6</sup> Citado em id., *ibid.*, 181.

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, 208.

<sup>8</sup> P. Melograni (1980) 11-12; P. Milza (1999) 215.

<sup>9</sup> P. Melograni (1980) 12.

<sup>10</sup> P. Milza (1999) 237.

mento os subsídios entregues a *Il Popolo d'Italia* escassearam, e mais ainda se reduziram depois do fiasco sofrido pelos fascistas nas eleições legislativas de Novembro de 1919<sup>11</sup>. Mussolini conseguiu, porém, encontrar rapidamente outros homens de negócios dispostos a ajudar o seu jornal<sup>12</sup>, embora não devamos esquecer que eram muitos os políticos e os periódicos a receber verbas de grupos económicos e de empresas<sup>13</sup>. Sob o ponto de vista do patrocínio do grande capital, nada até então destacava os fascistas, ou *Il Popolo d'Italia*, das organizações e jornais da direita. A banca milanese e o sector têxtil detinham desde há muito o grande órgão liberal *Il Corriere della Sera*, os Agnelli sustentavam a política de Giolitti, e Francesco Nitti encontrava apoio entre os patrões da indústria pesada do norte da península e entre os homens de negócios napolitanos. Entretanto, D'Annunzio, que exercia em Fiume a sua extravagante ditadura e se tornara o mais directo rival de Mussolini, recebia dinheiro dos irmãos Perrone, tal como sucedia com o diário nacionalista *L'Idea Nazionale*<sup>14</sup>. O que cabia a Mussolini e aos seus sequazes eram só migalhas.

Foi na segunda metade de 1920, quando se converteram em milícias ao serviço dos donos das terras e também dos patrões das fábricas, que os fascistas passaram a ocupar uma posição singular nos financiamentos capitalistas<sup>15</sup>. Enquanto nas maiores cidades o fascismo surgira de maneira autónoma, em resultado de convergências e tensões inscritas na evolução política, nos campos e nas pequenas cidades de província o movimento foi desde início organizado e estipendiado pelos grandes proprietários rurais e assumiu a forma predominante, se não mesmo exclusiva, de milícias<sup>16</sup>. Pagas directamente pelos donos das terras e recebendo acessoriamente subvenções de comerciantes e industriais locais<sup>17</sup>, as *squadre* constituíram algo de novo no relacionamento entre os capitalistas e as forças políticas. Se é certo que desde os primórdios o fascismo mostrara originalidade ideológica, foi com o emprego sistemático dos seus bandos armados que passou a destacar-se na prática, e é a partir deste momento que podemos assinalar um financiamento especificamente orientado para o fascismo. Em seguida o movimento fascista não se limitou a esperar que a gente rica lhe manifestasse os seus favores, e nos lugares onde se tornara hegemónico converteu-se num aparelho de Estado suplementar. «No Verão de 1921», relatou um historiador, «os fascistas de algumas localidades começaram a aplicar um sistema de impostos — subtilmente disfarçado sob a forma de apelos à contribuição — aos proprietários e

<sup>11</sup> P. Melograni (1980) 12; P. Milza (1999) 242, 253.

<sup>12</sup> P. Milza (1999) 254.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, 262.

<sup>14</sup> Ch. S. Maier (1988) 60, 151, 228 n. 85, 238, 239; P. Melograni (1980) 28 n. 24, 30-32.

<sup>15</sup> P. Melograni (1980) 14.

<sup>16</sup> P. Milza (1999) 272-273. Ver ainda P. Melograni (1980) 15 e 19.

<sup>17</sup> P. Milza (1999) 275, 505, 537.

aos industriais, consoante o valor e a extensão das suas posses»<sup>18</sup>. Mas como na Primavera seguinte os chefes *squadristi* de várias regiões, de acordo com os proprietários rurais, decretaram o boicote aos impostos municipais e organizaram piquetes à porta dos serviços de cobrança fiscal, os capitalistas pouparam nestes casos por um lado o que haviam gasto por outro<sup>19</sup>. De então em diante os subsídios atingiram uma escala muito considerável e os grandes homens de negócios, em vez de dispersarem as benesses por várias organizações, concentraram-nas no movimento fascista<sup>20</sup>. O grupo empresarial Ansaldo, o grupo Ilva, dedicado à produção de aço, outras firmas do ramo siderúrgico e também algumas de material eléctrico, assim como vários bancos deram a Mussolini as somas que lhe permitiram organizar e armar o seu partido<sup>21</sup>. Quando, finalmente, em Outubro de 1922, os dirigentes das organizações patronais — a Confederação Geral da Indústria, a Confederação Agrícola, a Associação Bancária — exigiram a entrega do governo a Mussolini, pensaram que iam rentabilizar de maneira definitiva aqueles investimentos políticos<sup>22</sup>.

Andreu Nin e Daniel Guérin sustentaram que o fascismo mantivera relações preferenciais com a indústria pesada<sup>23</sup>, e na verdade há indicações de que a indústria ligeira, virada para o mercado de consumo particular, adoptara por vezes uma posição conciliatória nos conflitos laborais. Por exemplo, quando Giolitti procurou pacificar a agitação operária em 1920 através da formação de uma comissão mista, composta por delegados da CGL e da indústria e destinada a elaborar um projecto de lei acerca dos conselhos de fábrica, esta atitude foi criticada vivamente pelos irmãos Perrone, da indústria pesada, e pelos patrões da empresa siderúrgica Ilva, mas obteve a concordância de Ettore Conti, magnate da indústria eléctrica e presidente da Confederação Geral da Indústria, do secretário-geral da Confederação, Gino Olivetti, de Silvio Crespi, um banqueiro ligado ao sector têxtil, e da família Agnelli, da Fiat<sup>24</sup>. Aliás, tanto antes como depois de

<sup>18</sup> Ch. S. Maier (1988) 406.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, 408-409.

<sup>20</sup> P. Milza (1999) 268, 292. Mas este historiador notou (pág. 277) um afluxo de fundos a *Il Popolo d'Italia* já no final de 1920. No entanto, S. G. Payne (2003 b) 104 indicou que na primeira metade de 1922 40% dos fundos do partido provinham de quotas e contribuições privadas, devendo-se o restante a bancos e grandes industriais.

<sup>21</sup> P. Milza (1999) 268; E. Santarelli (1981) I 81, 276 n. 1.

<sup>22</sup> P. Milza (1999) 305; E. Santarelli (1981) I 319-320.

<sup>23</sup> D. Guérin (1969) II 20 e segs. pretendeu que o fascismo fora especialmente sustentado pelos grandes patrões da indústria pesada e atribuiu (vol. II, pág. 6) esta tese a Andreu Nin, que a expusera numa obra inédita. Houve quem se espantasse pelo facto de Daniel Guérin, embora tivesse em seu poder o manuscrito dessa obra, como ele mesmo indicou, não a publicar, o que nos permitiria averiguar até que ponto o seu livro adoptou o modelo teórico proposto por Nin ou mesmo se foi mais longe na busca de inspiração. O facto de a esmagadora maioria das empresas não abrir os arquivos aos investigadores dificulta o estudo dos desacordos políticos no interior das classes capitalistas, como preveniu P. Melograni (1980) 10. Aliás, é curioso observar que Piero Melograni raramente se esforçou por relacionar as preferências políticas dos chefes de indústria com o facto de as suas empresas se integrarem no sector pesado ou no sector ligeiro, a não ser quando observou (págs. 110 e segs.) a hostilidade demonstrada pela indústria eléctrica ao fascismo na segunda metade do ano de 1924. Mas tratar-se-á de uma limitação da obra de Melograni ou de uma falta de sustentação factual do modelo de Nin e Guérin?

<sup>24</sup> Ch. S. Maier (1988) 238-239.

Mussolini ter assumido o poder Giovanni Agnelli manifestou pouco entusiasmo pelo fascismo<sup>25</sup>. Por outro lado, todavia, deve recordar-se que Nitti, embora ocupasse a ala esquerda do liberalismo, fora sustentado pela indústria pesada<sup>26</sup>. Com efeito, e contrariamente ao modelo de Nin e Guérin, era possível que a oposição de interesses entre o sector ligeiro e o sector pesado levasse o primeiro a preferir formas autoritárias e o segundo a aceitar atitudes conciliatórias. Enquanto as empresas metalúrgicas podiam compensar com tarifas proteccionistas o aumento dos custos salariais, a indústria têxtil, dependente das exportações, tinha de praticar baixos salários para se manter concorrencial no mercado externo. Além disso, as fábricas de tecidos que recrutavam mão-de-obra nas famílias camponesas, tal como as empresas industriais baseadas na transformação de produtos agrícolas, estavam tão interessadas como os latifundiários em manter os salários rurais num nível baixo e contaram-se entre os financiadores das *squadre*<sup>27</sup>. Senatore Borletti, por exemplo — Senatore por baptismo, embora o fascismo o nomeasse senador depois — industrial do têxtil e proprietário de grandes armazéns, financiou Mussolini assim como havia financiado a expedição de D'Annunzio a Fiume<sup>28</sup>. Mas se já estes factos lançam dúvidas sobre a existência de qualquer relação preferencial entre o fascismo e a indústria pesada, é a participação decisiva do capital agrário no financiamento do fascismo que desmente essa tese. A tal ponto que nos dias seguintes à Marcha sobre Roma, quando Mussolini acabava de alcançar o poder, o 4º Congresso do Komintern definia o fascismo como um movimento orientado pelos grandes proprietários fundiários e alheio, ou mesmo hostil, aos interesses da burguesia industrial e comercial, e também Gramsci tendia então a considerar que o fascismo correspondia a uma tentativa da burguesia agrária de se consolidar como força política independente<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, 434, 540; P. Melograni (1980) 63-64, 125-128, 155-156, 300.

<sup>26</sup> Ch. S. Maier (1988) 151; E. Santarelli (1981) I 80.

<sup>27</sup> A. Lyttelton (1982) 339.

<sup>28</sup> G. Seldes (1943) 36.

<sup>29</sup> A. J. Gregor (2000 a) 25; B. R. Lopukhov (1965) 239, 244; P. Melograni (1980) 16. Em 1923, segundo Boris Lopukhov, *op. cit.*, 244, o historiador soviético Nikolai Ivanovitch Iordansky definiu o fascismo como um «produto do ambiente rural e *kulak*, que atrai os elementos pequeno-burgueses da população urbana». No entanto, a crer em R. De Felice (1978) 78, uma resolução aprovada pelo Komintern em Junho de 1923 considerou que o regime fascista italiano «serve os interesses do capital industrial e, em primeiro lugar, da indústria pesada [...]».

## 2. Alemanha: «Procurei convencer o Führer de que a iniciativa privada devia ser reconhecida como a base da política económica do partido».

### Mas até quando?

Desde os primeiros dias que no NSDAP se evitou registar por escrito os subsídios recebidos<sup>30</sup>, e o chefe da tesouraria, que durante vinte anos ocupou este cargo, mandou queimar em 1945 os livros da contabilidade<sup>31</sup>, apagando assim para sempre os detalhes das fontes de rendimento do partido. As grandes empresas alemãs têm-se mostrado igualmente discretas<sup>32</sup>. Apesar disto, alguma coisa se sabe e é possível traçar um quadro geral.

Quem primeiro introduziu Hitler nos círculos da gente endinheirada foi Dietrich Eckart, jornalista boémio, literato alcoólico e morfinómano<sup>33</sup>, *raté* como todos os promotores iniciais do nacional-socialismo, que com a subida ao poder alcançaram o único êxito e remiram-se das atribuladas sucessões de fracassos. A Eckart nem isto sucedeu, pois morreu no final de 1923, gasto e usado. Foi graças a ele e ao então capitão Röhm, um dos principais estrategas políticos da Reichswehr, e por intermédio de um oficial superior capaz de dispor de fundos do exército, que em Dezembro de 1920 o NSDAP adquiriu um jornal racista à beira da falência, o *Völkischer Beobachter*<sup>34</sup>, convertendo-o depois no porta-voz oficial de Hitler. Aliás, era então a Reichswehr a pagar o soldo dos membros das milícias nacionalistas, incluindo as SA<sup>35</sup>. Nesses anos iniciais da década de 1920 foi no meio boémio e artístico, a cujas franjas pertencia e com o qual nunca deixou de sentir uma estreita afinidade, que Hitler encontrou financiadores, prontos além disso a apresentá-lo a outras pessoas capazes de favorecer economicamente a causa nacional-socialista. Uma das primeiras mecenas com que contou foi Helene Bechstein, esposa do fabricante dos célebres

<sup>30</sup> J. C. Fest (1974) 280.

<sup>31</sup> J. P. Faye (1980) 559.

<sup>32</sup> Segundo H. A. Turner Jr. (1985) xii-xiii, os arquivos de várias grandes empresas alemãs relativos à época da república de Weimar e do Terceiro Reich foram abertos à consulta dos historiadores. Mas este autor revela uma notável candura ao pretender (págs. xiii-xiv) que, se tivessem ocorrido certos financiamentos de que não resta nenhum testemunho escrito, seria impossível apagar-lhes todos os traços porque deixariam necessariamente vestígios em numerosos documentos inter-relacionados. Todavia, nos seus contactos informais e nas instâncias de decisão reservadas, os capitalistas recorrem unicamente a meios orais. Se aplicássemos o critério proposto por Henry Ashby Turner Jr. para investigarmos, por exemplo, os acordos de fixação de preços, chegaríamos à conclusão de que uma tal prática jamais existiu. Ver ainda F. Klein (1957) 138 n. 22.

<sup>33</sup> J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166; J. C. Fest (1974) 282; W. L. Shirer (1995) I 42-43; H. A. Turner Jr. (1985) 55. Sem especificar, A. Rosenberg [s. d. 1] 27 lembrou que «Eckart era simplesmente incapaz de qualquer actividade regular».

<sup>34</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) II 250 n. 1; A. Bullock (1972) 67; F. L. Carsten (1967) 98; R. Cecil (1973) 43; J. P. Faye (1980) 167; J. C. Fest (1974) 221; K. Heiden (1934) 40, 57-58; A. Hitler (1995) 539 n. 1; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 19; D. Orlow (2010) 47; W. L. Shirer (1995) I 51; O. Strasser (1940) 33; D. C. Watt (1995) xxi-xxii.

<sup>35</sup> F. L. Carsten (1967) 99; K. Heiden (1934) 143; O. Strasser (1940) 33. Ver igualmente H. A. Turner Jr. (1985) 54-55.

pianos<sup>36</sup>, e um papel igualmente importante coube a Ernst, dito Putzi, Hanfstaengl, melómano e editor de livros de arte em Munique e membro de uma família abastada, que não só lhe prestou directamente consideráveis auxílios financeiros mas também lhe ampliou os contactos com a elite<sup>37</sup>. O mesmo sucedeu com outro editor de Munique, Hugo Bruckman, ou talvez mais exactamente com a sua esposa<sup>38</sup>.

Através de um antigo funcionário da Siemens, Hitler conheceu em 1922 alguns capitalistas de Berlim, entre eles Ernst von Borsig, um industrial de renome, que o apoiou e se esforçou, mas em vão, por convencer os seus amigos a fazerem o mesmo<sup>39</sup>. Curiosamente, foi graças aos berlineses que Hitler estabeleceu relações com os grandes industriais bávaros, aos quais ainda não tivera acesso<sup>40</sup>, e conseguiu movê-los a uma certa generosidade quando lhes expôs repetidamente em privado a diferença entre as suas próprias opiniões económicas e as declarações públicas do seu partido<sup>41</sup>. Outras fontes de financiamento, naquele começo da década de 1920, antes do malogro da intentona da cervejaria, deveram-se aos raros membros do partido a quem a elite abria as portas. Foi através de um deles, o general Ludendorff, que Fritz Thyssen ofereceu a primeira de uma longa série de contribuições. E Göring, também frequentador dos salões da boa sociedade, mobilizou desde então os seus conhecimentos, que incluíam o príncipe herdeiro, o príncipe Filipe do Hesse, alguns grandes industriais, bem como elementos das altas esferas militares<sup>42</sup>. Outro membro do NSDAP recebido por príncipes e prelados e que conseguiu obter somas vultosas foi Scheubner-Richter<sup>43</sup>. Mas nos anos iniciais do nacional-socialismo eram ainda escassos os subsídios vindos da indústria ou dos grandes bancos<sup>44</sup>.

<sup>36</sup> A. Bullock (1972) 79; J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166, 167; J. C. Fest (1974) 281, 513; K. Heiden (1934) 145; W. L. Shirer (1995) I 51, 157; H. A. Turner Jr. (1985) 56-57; D. C. Watt (1995) xxii.

<sup>37</sup> A. Bullock (1972) 80-81; R. Cecil (1973) 46; J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166; J. C. Fest (1974) 281; K. Heiden (1934) 145; W. L. Shirer (1995) I 51-52; H. A. Turner Jr. (1985) 55; D. C. Watt (1995) xxii. Alguns autores escrevem Hanfstaengel e outros Hanfstängel. A. Speer (1979) 171-172 contou como durante a guerra civil espanhola Putzi Hanfstaengl foi vítima daquilo que entre Hitler e os seus íntimos passava por uma farsa bem humorada. A ingratidão juntava-se aos muitos defeitos de carácter do Führer, que encontrara refúgio em casa de Hanfstaengl nos dias seguintes à intentona frustrada de Novembro de 1923, e para completar a afronta passou a atribuir ao financiador dos primeiros tempos uma reputação de avaréza. Não espanta que depois disto Hanfstaengl tivesse acabado por se colocar ao serviço do governo norte-americano, revelando-se porém suficientemente desinteressado para não vender os segredos que conhecia, como confirmaram William Shirer, op. cit., I 52-53 n. e Albert Speer, op. cit., 172.

<sup>38</sup> A. Bullock (1972) 81; J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166; J. C. Fest (1974) 448-449; W. L. Shirer (1995) I 157.

<sup>39</sup> A. Norden (1943) 30; H. A. Turner Jr. (1985) 48-51. No entanto, J. Droz [s. d.] 5 pretendeu que fora Helene Bechstein quem apresentara Hitler a von Borsig.

<sup>40</sup> H. A. Turner Jr. (1985) 49.

<sup>41</sup> K. Heiden (1934) 146.

<sup>42</sup> E. Czichon (1971-1972) 79; J. C. Fest (1974) 282; W. L. Shirer (1995) I 156, 159; H. A. Turner Jr. (1985) 53-54, 132-133, 148.

<sup>43</sup> J. C. Fest (1974) 230, 282.

<sup>44</sup> A. Bullock (1972) 84. Ver também J. C. Fest (1974) 281.



Ultrapassado o fracasso da intentona de 1923, quando teve possibilidade de encetar a reconstrução do partido e restaurar a sua posição de chefia, Hitler contou com o auxílio financeiro de alguns dos antigos soberanos dos estados alemães e, o que decerto se afigurava mais promissor, começou a beneficiar regularmente dos favores de vários grandes industriais<sup>45</sup>. Ele já não se circunscrevia àquelas famílias endinheiradas que gostavam de receber a boémia artística, mas movia-se igualmente em meios mais sérios e mais sóbrios. Demonstrando uma compreensível inquietação perante as formas extremas tomadas pela demagogia populista do NSDAP, a gente de fortuna procurou reforçar a posição de Hitler contra as veleidades dos irmãos Strasser<sup>46</sup>. Durante estes anos em que gradualmente se aproximou do poder, o Führer não se limitou a receber dinheiro da alta nobreza e do grande capital. No sentido próprio do termo, vendeu-lhes a sua linha política. Com frequência as contribuições da administração das Vereinigte Stahlwerke, ou directamente de Fritz Thyssen enquanto chefe do cartel do aço, ou de Emil Kirdorf, magnate do carvão do Ruhr e administrador de um fundo político secreto alimentado pela indústria mineira das regiões ocidentais do país, ou também de outros iam imediatamente para as mãos de Hitler, sem passarem pela tesouraria do partido<sup>47</sup>. Não era tanto no NSDAP como sobretudo no seu chefe que todos eles confiavam, e este apoio era de tal modo crucial que, para conservá-lo, Hitler se dispôs a enfrentar sérios riscos políticos. Quando, em Abril de 1930, a ala strasseriana do NSDAP apoiou a greve dos metalúrgicos da Saxónia, convocada pelos sindicatos social-democratas, a Associação Industrial exigiu que Hitler pusesse termo a esta adesão, sob pena de lhe cancelar os subsídios. E ele preferiu provocar a ruptura definitiva com Otto Strasser e os seus seguidores do que arriscar a caixa do partido<sup>48</sup>. A situação reproduziu-se no Outono desse ano. Gregor Strasser, a segunda figura do partido, Wilhelm Frick, outro dos dirigentes cimeiros e chefe do grupo parlamentar, e Gottfried Feder, um dos fundadores do partido e incansável castigador do que denominava «capital especulativo», apresentaram no parlamento um projecto de lei propondo um limite de 4% às taxas de juro, a expropriação sem compensações das terras detidas pelos magnates da finança e pelos judeus e a nacionalização dos grandes bancos. Hitler ordenou que o projecto fosse retirado, e quando o Partido Comunista aproveitou esta oportunidade de lhe desmistificar o popu-

<sup>45</sup> F. Klein (1957) 134; W. L. Shirer (1995) I 137.

<sup>46</sup> K. Heiden (1934) 215-216; D. Marsh (1992) 297 n. 9; W. L. Shirer (1995) I 137. É deveras estranho que, afirmando que os homens de negócios não apoiavam os nacionais-socialistas enquanto partido mas apenas aqueles seus dirigentes que adoptavam nas questões económicas uma posição tida como sensata, H. A. Turner Jr. (1985) 156-157, 177, 311-312 e 345 incluisse repetidamente Gregor Strasser entre as personalidades moderadas, ao lado de Göring e de Funk. Bastaria isto para fazer o leitor duvidar da perspicácia política deste historiador. Acerca da hostilidade dos empresários do Ruhr relativamente à política seguida por Gregor Strasser ver D. Orlow (2010) 340.

<sup>47</sup> E. Czichon (1971-1972) 81, 83; J. C. Fest (1974) 448, 514; K. Heiden (1934) 147-148; W. L. Shirer (1995) I 146, 156.

<sup>48</sup> A. Bullock (1972) 156; J. Droz [s. d.] 16; J. P. Faye (1980) 134; D. Reed (1944) 91; O. Strasser (1940) 99.

lismo e submeteu ele próprio o mesmo projecto, nos exactos termos em que havia sido redigido, Hitler impôs que os deputados nacional-socialistas votassem contra<sup>49</sup>. Qualquer desprestígio seria melhor do que estancar o caudal dos financiamentos.

Mas em 1928 a caixa do NSDAP estava tão vazia que o partido não pôde realizar o seu grande comício anual<sup>50</sup>. «Até 1929», escreveu um historiador, «Hitler teve pouco êxito nos seus esforços para beneficiar dos fundos políticos da indústria pesada e dos mais importantes homens de negócios»<sup>51</sup>. Foi com a participação dos nacionais-socialistas na campanha conduzida pela extrema-direita e por muitas personalidades do mundo económico contra o Plano Young, relativo ao pagamento das reparações de guerra, e sobretudo graças ao sucesso obtido nas eleições de Setembro de 1930, que começaram a afluir donativos do grande capital, mas apesar disto o grosso das contribuições dirigia-se para partidos menos extremistas<sup>52</sup>. Depois da guerra von Papen recorreu que «todos os partidos, com a excepção do comunista, recebiam subsídios fornecidos pela indústria»<sup>53</sup>. Parece que a maior parte das verbas que sustentavam esta actividade era entregue directamente a Alfred Hugenberg, um dos chefes do nacionalismo conservador, que passava aos nacionais-socialistas apenas um quinto destas somas<sup>54</sup>. Em abono da tese que define o fascismo como uma ditadura directa do grande capital, um historiador da antiga República Democrática Alemã escreveu que, com o deflagrar da crise económica mundial iniciada em 1929, «os industriais foram sempre aumentando o auxílio que concediam a Hitler, porque viam no seu partido a única força susceptível de lhes assegurar a manutenção da sua posição dominante»<sup>55</sup>. Mas esta afirmação esqueceu que as benesses da grande indústria e da alta finança se haviam dirigido sobretudo para as organizações da direita conservadora.

<sup>49</sup> A. Bullock (1972) 172-173; J. P. Faye (1980) 574; J. C. Fest (1974) 514; F. Klein (1957) 137; W. L. Shirer (1995) I 156.

<sup>50</sup> A. Tooze (2006) 13.

<sup>51</sup> A. Bullock (1972) 132. Ver igualmente J. Billig (2000) 98, J. C. Fest (1974) 448, J. Goldberg (2009) 58, D. Orlow (2010) 150 e H. A. Turner Jr. (1985) 88, 96, 98.

<sup>52</sup> J. Billig (2000) 98-99; A. Bullock (1972) 147-149, 173, 175; E. Czichon (1971-1972) 82-83; J. Droz [s. d.] 25; J. C. Fest (1974) 521-522; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 95; D. Orlow (2010) 222; W. L. Shirer (1995) I 146, 155, 157; H. A. Turner Jr. (1985) 109-115, 129 e segs., 142, 145, 147 e segs., 157, 180-181. Henry Ashby Turner Jr., op. cit., 88, 191-192, 203 e 343 pretendeu que os nacionais-socialistas receberam sobretudo subsídios de homens de negócios que, embora pudessem ser consideravelmente abastados, não se contavam entre os detentores das maiores empresas. Referindo-se a 1931 e 1932, S. G. Payne (2003 b) 168 considerou que «Hitler obteve apenas um reduzido apoio financeiro por parte dos grandes homens de negócios» e que «o partido nazi era financiado sobretudo pelos seus próprios membros».

<sup>53</sup> Citado em J. Billig (2000) 103. Também H. A. Turner Jr. (1985) 23-25 e 156 mostrou que as maiores empresas financiavam um leque de partidos e não um único.

<sup>54</sup> A. Bullock (1972) 175; J. P. Faye (1980) 573. Estes dados foram fornecidos pelo grande industrial Fritz Thyssen nas suas Memórias, publicadas depois de ter rompido com Hitler e abandonado o país. Alan Bullock, op. cit., 175 observou, porém, que «infelizmente, não fica claro a que período Thyssen se refere».

<sup>55</sup> F. Klein (1957) 135.

Os fundos recebidos pelo NSDAP vinham especialmente de empresas dos ramos mineiro e siderúrgico, mas de outros também, como a indústria química, a indústria da borracha, a construção naval e os transportes marítimos, até de empresas do têxtil, bem como de alguns grandes bancos e companhias seguradoras<sup>56</sup>. Mais uma vez não se afigura aceitável a tese de Nin e Guérin, que distinguem entre os interesses da indústria pesada, considerada partidária do fascismo e da destruição dos sindicatos, e os interesses da indústria ligeira, à qual atribuíam uma disposição favorável para tratar com a república democrática e negociar com as organizações operárias<sup>57</sup>. Com efeito, os ramos da química e da borracha auxiliaram economicamente Hitler, apesar de as suas conveniências imediatas não se confundirem com as das minas e da siderurgia, que formavam a base da indústria pesada; e o mesmo pode observar-se com maior pertinência a respeito dos transportes marítimos, para não falar de alguns capitalistas do têxtil. Por outro lado, parece que as rivalidades e os choques de interesses eram grandes entre os ramos do carvão e da siderurgia<sup>58</sup>. Além disso, se grandes empresas da indústria eléctrica, como a Siemens e a AEG, relacionadas parcialmente com o sector ligeiro, se abstiveram de financiar a ascensão do NSDAP, e se Robert Bosch viria mesmo a sustentar as conspirações contra o Terceiro Reich<sup>59</sup>, houve igualmente capitalistas cujos investimentos se concentravam na indústria pesada e, não obstante, se mantiveram alheios às ambições de Hitler, como Hugo Stinnes<sup>60</sup> ou como Krupp, o mais importante dos fabricantes de munições, que só começou a apoiar Hitler depois de ele ter sido nomeado chanceler<sup>61</sup>.

Neste emaranhado de excepções, parece-me mais operativa a classificação proposta por Sohn-Rethel, um economista alemão contemporâneo dos acontecimentos, que, referindo-se ao

<sup>56</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 37; A. Bullock (1972) 149, 173-174; J. Droz [s. d.] 26; W. L. Shirer (1995) I 156-157.

<sup>57</sup> E. Czichon (1971-1972) 86 e segs.; D. Guérin (1969) II 20 e segs. Observou Ch. S. Maier (1988) 81 e 87-88 que antes da primeira guerra mundial a indústria ligeira mantivera para com os seus trabalhadores uma atitude mais conciliatória do que a adoptada pela indústria pesada, mas esclareceu (pág. 81) que a situação se inverteu durante o processo revolucionário de 1918 e 1919, quando os representantes daquele sector «receavam que a indústria pesada assinasse uma paz separada com as organizações operárias a um preço, em salários e jornadas de trabalho, que a indústria ligeira não poderia suportar». Todavia, numa observação metodológica de carácter geral, H. A. Turner Jr. (1985) xvii-xviii preveniu que o elevado grau de concentração das firmas no período de Weimar e a constituição de *Konzerne* impediam que qualquer grande empresa pudesse classificar-se exclusivamente como pesada ou ligeira.

<sup>58</sup> H. A. Turner Jr. (1985) 179-180.

<sup>59</sup> H. Mommsen (2009) 36-37, 287 n. 2.

<sup>60</sup> D. Guérin (1969) II 33, decerto entusiasmado pelo modelo de Nin, parece ter incluído Hugo Stinnes entre os partidários da política de financiamento a Hitler. Todavia, a crer em H. A. Turner Jr. (1985) 53, Hugo Stinnes não apoiou Hitler. Segundo Ch. S. Maier (1988) 269, até o próprio DVP, um dos mais directos representantes dos interesses industriais, só recebeu de Hugo Stinnes um auxílio pecuniário muito reduzido. Hugo Stinnes morreu em Abril de 1924 e o seu filho Edmund Hugo Stinnes subsidiou Hitler pelo menos desde meados de 1931, consoante leio em F. Klein (1957) 157.

<sup>61</sup> E. Czichon (1971-1972) 106; J. Droz [s. d.] 26, 114; W. L. Shirer (1995) I 157; A. Tooze (2006) 120.

período do governo Brüning, em 1930-1932, distinguiu duas grandes orientações políticas entre os chefes de empresa. De um lado encontrava-se um sector industrial dependente não só das exportações mas dos contratos com outros países e que, por isso, apoiava Brüning. Era a cooperação internacional que servia os seus interesses e não a autarcia e o belicismo defendidos pela extrema-direita conservadora e pelos nacionais-socialistas. Contavam-se neste sector firmas de renome como a Zeiss e a Leitz, empresas produtoras de maquinaria e até empresas do têxtil, mas a de maior vulto era a Siemens, cujo caso é paradigmático. Se prevalecesse a política de autarcia e preparação para a guerra, as instituições financeiras alemãs seriam impedidas de apoiar a Siemens com créditos quando ela concorria noutros países para erguer infra-estruturas de electrificação, que constituíam o seu negócio mais vultoso, superior ao da venda de aparelhos eléctricos domésticos. Além disso, dependente de uma força de trabalho muito qualificada e que lhe interessava manter estável, a administração da Siemens era favorável à cooperação com os sindicatos e opunha-se à penetração dos nacionais-socialistas entre os trabalhadores das suas empresas. Do outro lado encontrava-se um conjunto de sectores que não só haviam perdido a primazia no plano tecnológico como estavam à beira do colapso financeiro e viam como única solução as encomendas estatais geradas por uma economia de guerra, a protecção tarifária instaurada por um regime autárquico e a baixa drástica dos salários garantida pela liquidação dos sindicatos e dos partidos marxistas. Este conjunto de sectores em crise incluía pequenos comerciantes, pequenos proprietários e agricultores e alguns grandes nomes da siderurgia e da indústria pesada, como Thyssen, Flick, Vöglér, Borsig, Kirdorf e outros, todos eles apoiantes da chamada Frente de Harzburg, que juntava o NSDAP à extrema-direita conservadora reunida em torno de Hugenberg e das milícias do Stahlhelm<sup>62</sup>.

A dinâmica política, porém, ultrapassou a dicotomia entre estes dois grandes grupos de interesses. Houve casos de transversalidade, como sucedeu com uma companhia da magnitude e da complexidade da IG Farben, o principal *Konzern* alemão, que enquanto se empenhava activamente no governo Brüning partilhava também algumas posições da Frente de Harzburg. Se por um lado a IG Farben estava estreitamente ligada aos interesses exportadores, por outro lado sofrera enormes prejuízos, agravados pelo fiasco dos seus projectos de produção sintética de petróleo, que resultara em laboratório mas se revelara impossível de prosseguir em grande escala. Para compensar estes prejuízos a IG Farben necessitava do auxílio do Estado, o que a levou a apoiar a formação do governo de Hitler contra o governo de von Schleicher<sup>63</sup>. Outro caso especial

<sup>62</sup> A. Sohn-Rethel (1987) 31-32, 34-37, 39, 41-46, 54-55.

<sup>63</sup> Id., *ibid.*, 34, 63-66. Segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 116, o ensaio governativo do general

foi o da Krupp. Por um lado, estava interessada na economia de guerra e mantinha excelentes relações com o estado-maior. Por outro lado, na época do governo Brüning a Krupp destinava ao consumo civil cinco sextos da sua produção. Além disso tinha grandes interesses nos mercados estrangeiros e, tratando-se de uma firma familiar concentrada verticalmente, que gozava de completa independência financeira, não ficava sujeita à pressão de instituições bancárias como ocorria com as empresas apoiantes da Frente de Harzburg<sup>64</sup>. Houve ainda casos de alteração de posições, por exemplo quando a administração da Siemens reconheceu no final de 1935 a inelutabilidade do triunfo dos nacionais-socialistas e de então em diante se conformou com o abandono da competição pela edificação de infra-estruturas eléctricas no estrangeiro e se limitou a contribuir para a economia de guerra do Reich<sup>65</sup>.

No final da república de Weimar já não se tratava para o grande capital de ajudar o NSDAP a obter o poder, mas de estar em boa posição para exigir uma orientação económica conveniente quando os nacionais-socialistas governassem, o que parecia inevitável. Depois de se demitir em 1930 da presidência do banco central como protesto contra a aceitação do Plano Young, contestando ao mesmo tempo a política económica da república e a política externa, Hjalmar Schacht dedicou-se a promover a causa de Hitler entre os seus amigos da alta finança e da grande indústria e a facilitar-lhe a nomeação para a Chancelaria<sup>66</sup>. «[...] o contacto estabelecido entre Hitler e Schacht [...] abria aos nazis a porta dos grandes bancos [...]»<sup>67</sup>. Decerto não haveria voz mais influente nestes meios. Ao mesmo tempo outras redes se teceram, num plano de prestígio inferior, mas nem por isso menos eficaz. No Verão de 1931 Walther Funk, chefe de redacção do *Berliner Börsenzeitung*, um dos principais diários económicos, abandonou a carreira jornalística e, parece que a conselho dos patrões da grande indústria mineira renana, filiou-se no NSDAP e passou a servir de elemento de ligação entre os dirigentes do partido e os homens de negócios, dispensando a Hitler as mercês do grande capital e os seus bons conselhos<sup>68</sup>. Consoante Funk explicaria depois

von Schleicher, em Dezembro de 1932 e Janeiro de 1933, contara com o apoio das indústrias viradas para a exportação e o consumo e com a oposição da indústria pesada. T. W. Mason (1968) 178-179 considerou que mais tarde, em 1936, enquanto os industriais do ferro e do aço pretenderam em vão atrasar o programa de armamento, perdendo por isso a hegemonia que até então haviam detido nos meios económicos do Terceiro Reich, as empresas da indústria química, especialmente a IG Farben, interessadas na produção sintética de matérias-primas, defenderam que se acelerasse a preparação da guerra, passando deste modo a constituir o novo sustentáculo económico do regime. Herbert Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 161 considerou que a IG Farben passara a apoiar o nacional-socialismo pouco depois de 1933. Acerca das ambiguidades e oscilações da IG Farben consultar A. Tooze (2006) 115 e segs.

<sup>64</sup> A. Sohn-Reithel (1987) 47-48, 63.

<sup>65</sup> Id., *ibid.*, 42-43.

<sup>66</sup> E. Czichon (1971-1972) 83; J. Droz [s. d.] 25; W. L. Shirer (1995) I 158.

<sup>67</sup> F. Klein (1957) 135.

<sup>68</sup> A. Bullock (1972) 172; J. P. Faye (1980) 574; D. Marsh (1992) 123; W. L. Shirer (1995) I 155; H. A. Turner Jr. (1985) 149, 151, 177. F. Klein (1957) 137 atribuiu a Funk apenas as funções de redactor da página económica daquele jornal. William Shirer, *op. cit.*, I 155 afirmou que, segundo o testemunho do próprio Funk, teriam sido os indus-

no tribunal de Nuremberga, «naquela época a direcção do partido sustentava em matéria de política económica orientações confusas e completamente contraditórias. Eu procurei desempenhar a minha missão convencendo pessoalmente o Führer e o partido de que a iniciativa privada, a autonomia dos homens de negócios, os poderes criativos da livre empresa, etc. deviam ser reconhecidos como a base da política económica do partido. O Führer sublinhou pessoalmente inúmeras vezes, em conversas comigo e com chefes de empresa a quem eu o havia apresentado, que se opunha à economia de Estado e à chamada “economia planificada” e que considerava a livre empresa e a concorrência como absolutamente necessárias para atingir o maior nível de produção possível»<sup>69</sup>. Mais obscuro, mas talvez igualmente importante, foi o papel desempenhado por Wilhelm Keppler, pessoa de confiança da grande indústria, que se tornou no início de 1932 um dos assessores de Hitler para as questões económicas. Keppler formou em torno do Führer um grupo de homens de negócios, o Freundeskreis der Wirtschaft ou Freundeskreis Adolf Hitler, e destes Amigos de Hitler esperava-se que, além de lhe prodigarem conselhos, lhe ampliassem as relações nos meios económicos. Mais tarde Himmler apoderou-se do Círculo em seu proveito e, transformado em Freundeskreis Reichsführer-SS, usou-o para financiar aquilo que ele considerava serem pesquisas científicas destinadas a promover a raça nórdica<sup>70</sup>.

Hitler começara a aparecer como uma aposta segura. Todavia, na segunda metade de 1932, durante o governo de von Papen, os financiadores habituais hesitaram quanto à tática a adoptar. Não seria preferível sustentar um ministério conservador e de inteira confiança, que

triais renanos a pressioná-lo para se filiar no NSDAP. A crer em Jean Pierre Faye, *op. cit.*, 574, porém, e ainda em E. Czichon (1971-1972) 83, fora Schacht quem persuadira Hitler a empregar Funk como conselheiro económico. Aliás, as duas versões não se excluem forçosamente. Henry Ashby Turner Jr., *op. cit.*, 146 pretendeu que Funk teria entrado em contacto com Hitler através de Gregor Strasser, mas a hipótese parece-me muito pouco convincente.

<sup>69</sup> Citado em A. Bullock (1972) 172 e W. L. Shirer (1995) I 155.

<sup>70</sup> A. Bullock (1972) 174; E. Czichon (1971-1972) 89 e segs.; J. P. Faye (1980) 657 n.; J. C. Fest (1974) 513; R. L. Koehl (1983) 58 n., 114; D. Orlow (2010) 290, 402-403, 426, 445; W. L. Shirer (1995) I 157; H.-R. Trevor-Roper (1947) 27-28; H. A. Turner Jr. (1985) 239 e segs.; B. Wegner, «SS», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1046. Segundo H. Eberle et al. (org. 2005) 89, Keppler «foi um dos principais responsáveis pela expansão económica do império hitleriano» e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 115 classificaram Keppler como «conselheiro económico de Hitler e elemento de ligação à indústria». Segundo Eberhard Czichon, *op. cit.*, 81 e Robert Lewis Koehl, *op. cit.*, 58 n., Wilhelm Keppler era, ou havia sido, director de uma importante fábrica de produtos químicos. Com efeito, Trevor-Roper, *op. cit.*, 91 classificou-o como «um industrial» e Benoist-Méchin (1964-1966) IV 499 n. 1 especificou que Keppler fora «um dos primeiros industriais a aderir ao NSDAP». Mas Henry Ashby Turner Jr., *op. cit.*, 192 indicou que se tratava de uma pequena ou média empresa, propriedade de um tio. T. W. Mason (1968) 174 n. 4 preveniu que o papel político de Keppler permanece obscuro. Todavia, Benoist-Méchin relatou em *op. cit.*, IV 499, 539 e 545-547 que ele tivera discretamente uma intervenção importante nos preparativos da anexação da Áustria e representara depois Hitler em Bratislava enquanto se preparava a secessão da Eslováquia (vol. VI, pág. 59). Dietrich Orlow, *op. cit.*, 626 referiu também o papel desempenhado por Keppler na Áustria e Robert Lewis Koehl, *op. cit.*, 152 confirmou aquela outra função. A crer neste historiador (pág. 142), seria Keppler o principal elo entre Göring e Himmler. Em 1939 o Círculo de Amigos de Himmler passou a contar com a participação de Karl Blessing, um membro do partido nacional-socialista que até Fevereiro desse ano pertencera à direcção do Reichsbank e que de 1958 até 1969 haveria de presidir ao Bundesbank, numa das abundantes demonstrações de continuidade entre os altos gestores do Terceiro Reich e os da República Federal. Ver a este respeito D. Marsh (1992) 52.

contava sete nobres e dois administradores de empresa, em vez de se correr o risco de uma aventura com plebeus? Tanto mais que Hitler procurava a todo o custo minar aquele último baluarte do conservadorismo, cuja queda lhe abriria o caminho da Chancelaria, e para isso permitiu aos deputados nacional-socialistas juntarem o seu voto ao dos comunistas, chegando os dois partidos a organizar uma greve em comum. Nesta altura os subsídios escassearam perigosamente e o próprio Thyssen preveniu que não contassem mais com ele. Na preparação das eleições de Novembro de 1932 a tesouraria do NSDAP entrou em crise e a situação agravou-se até ao final do ano, a ponto de se mendigarem algumas verbas a Mussolini<sup>71</sup>. Mas Hitler sabia que as condições eram diferentes do que haviam sido dois anos antes. Tratava-se agora de liquidar as derradeiras esperanças de estabilidade política no quadro do conservadorismo, de maneira a que restasse apenas a sua própria solução, o estabelecimento da ordem através dos métodos da revolução. Quando a queda de von Papen levou à formação do governo do general von Schleicher, desejoso de obter a participação governamental de Gregor Strasser e o apoio da ala populista do nacional-socialismo, e pronto por outro lado a aliar-se aos sindicatos social-democratas, o grande capital certificou-se de que, perante a falência do conservadorismo e o perigo do populismo, só restava Hitler. O caudal de subsídios recomeçou<sup>72</sup>.

No dia 30 de Janeiro de 1933 Hitler foi nomeado chanceler. Só quando o julgaram aprisionado entre von Papen e Hugenberg é que as maiores fortunas o aceitaram na chefia do governo, com a condição suplementar de que fossem minoritários os ministros do NSDAP. O grande capital esperava que as SA varressem a rua, mas não desejava que Hitler reorganizasse de baixo a cima o país. Pelos vistos os recursos do Estado e das finanças públicas não bastaram aos nacional-socialistas para a preparação das eleições de 5 de Março, as primeiras e as últimas do Terceiro Reich. A 20 de Fevereiro Schacht organizou um encontro do Führer e de Göring com alguns dos principais magnates, não só os apoiantes tradicionais mas outros também, como Krupp e Bosch, que se haviam mantido alheios à ascensão do nacional-socialismo e a quem os acontecimentos

<sup>71</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) III 71; A. Bullock (1972) 228, 230, 242; J. C. Fest (1974) 593, 595, 604, 610; *Hitler's Table Talk...*, 465; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 109; W. L. Shirer (1995) I 182, 186-187, 191, 194; H. A. Turner Jr. (1985) 156, 272, 291-292, 312. Depois de mencionar uma estimativa que situava as dívidas do NSDAP em 1933 num montante entre 70 a 90 milhões de marcos, F. Klein (1957) 135 n. 15 observou que «a enorme dívida contraída pelos nazis junto a vários credores da alta finança constitui um factor de extrema importância nas relações entre Hitler e os meios económicos alemães, porque uma dívida tão avultada devia naturalmente estreitar os elos existentes entre Hitler e os seus comanditários da indústria pesada, que eram ao mesmo tempo os seus mandantes».

<sup>72</sup> A. Bullock (1972) 244-245; E. Czichon (1971-1972) 105; J. P. Faye (1980) 646; J. C. Fest (1974) 614; K. Heiden (1934) 319; F. Klein (1957) 135-136; W. L. Shirer (1995) I 195. Em sentido contrário, H. A. Turner Jr. (1985) 314 e segs. pretendeu que o grande capital não participara politicamente nas manobras que haviam levado à aliança de von Papen com Hitler e à nomeação de Hitler para a Chancelaria nem ajudara financeiramente o NSDAP nesta ocasião.

recentes ensinaram nova sensatez. Em resultado desta reunião entraram vários milhões de marcos nos cofres do NSDAP<sup>73</sup>.

De início Hitler pareceu responder à confiança dos financiadores. O ídolo dos grandes capitalistas, Hjalmar Schacht, foi nomeado para a direcção do banco central e, logo depois de liquidadas as veleidades populistas das SA, recebeu em Julho de 1934 a pasta da Economia, sendo indicado no ano seguinte para o cargo de Plenipotenciário-Geral da Economia de Guerra. Mas restabelecida a situação económica e financeira e destruídos todos os rivais e inimigos políticos, Hitler pôde dispensar os serviços de Schacht, que pela sua comprovada competência e pelo seu passado dispunha de uma esfera de acção e de um prestígio independentes da boa vontade do Führer. Em Setembro de 1936 Göring foi nomeado Plenipotenciário do Plano de Quatro Anos e a partir de então uma tecnocracia de confiança apoderou-se do comando da economia. Sentindo minada a sua capacidade de decisão, Schacht demitiu-se de ministro da Economia no final de 1937 e abandonou nos primeiros dias de 1939 a direcção do banco central, apesar de Hitler o manter até Janeiro de 1943 como ministro sem pasta — e sem poderes. Tanto no Ministério da Economia como na presidência do Reichsbank foi Walther Funk quem o substituiu, um homem que decerto não suscitava desconfiança aos seus antigos patrões da banca e da indústria, mas era desprovido de qualquer influência e ficara inteiramente dependente do patrocínio do Führer<sup>74</sup>.

Como puderam os nacionais-socialistas adquirir a hegemonia sobre toda a direita, se no início Hugenberg, e as maiores fortunas por detrás dele, pareciam ter os cordelinhos na mão? Em tudo o que li nunca encontrei uma explicação credível para a aparente facilidade com que Hitler cancelou a influência de Hugenberg, formando em Março de 1933 o Ministério da Ilustração Popular e Propaganda, entregue a Goebbels, embora Hugenberg fosse o magnate da produção cinematográfica, da publicidade e dos jornais, com mais de metade da imprensa do país<sup>75</sup>. E passados apenas três meses Hugenberg perdeu a pasta da Economia, Alimentação e Agricultura. Geralmente este problema nem sequer é formulado, como se não pertencesse àquele núcleo de questões decisivo para entender de que modo a participação minoritária dos nacionais-socialistas

<sup>73</sup> Segundo F. Klein (1957) 136 n. 18, Walther Funk declararia mais tarde que os subsídios decididos naquela reunião haviam somado sete milhões de marcos, mas Schacht referiria apenas um montante de três milhões. A estimativa de Schacht foi seguida por A. Bullock (1972) 259, J. Droz [s. d.] 26, W. L. Shirer (1995) I 206 e H. A. Turner Jr. (1985) 331. «[...] pelo menos 3 milhões de marcos, talvez mais», escreveu J. C. Fest (1974) 669, mas A. Tooze (2006) 100 explicou que Schacht havia proposto naquela reunião a constituição de um fundo eleitoral de três milhões de marcos. Ainda quanto às personalidades presentes no referido encontro ver Alan Bullock, op. cit., 259, Joachim Fest, op. cit., 668, Fritz Klein, op. cit., 136, 137 n. 21 e Adam Tooze, op. cit., 99. Ver também J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 134-135.

<sup>74</sup> A. Bullock (1972) 413.

<sup>75</sup> K. A. Schleunes (1990) 43.



num governo de maioria conservadora se converteu num exercício do poder total. Que contradições e diligências obtusas impediram os partidos conservadores de manter a sua posição, aparentemente cada vez mais sólida ao longo da república de Weimar, e os fizeram recuar perante o novo chanceler, que depressa os dissolveu? Não era este, de certeza, o resultado que pretendiam os homens do dinheiro ao fazerem tilintar o mealheiro do «sargento austríaco»<sup>76</sup>. Mesmo quando alguns dos mais fortes grupos económicos procuravam, a troco de subsídios, controlar a orientação de um partido, nada garantia que no fim não saíssem ludibriados e os dirigentes políticos, uma vez alçados ao poder, não conseguissem prevalecer sobre quem de início os sustentara<sup>77</sup>. Os nobres e os grandes industriais e financeiros que haviam contribuído para a ascensão de Hitler perguntaram então a si próprios, e uns aos outros, se o nacional-socialismo não seguiria por caminhos inesperados. Alguns opositores ao regime encontraram um abrigo seguro nos quadros administrativos de certas grandes empresas<sup>78</sup> e em Julho de 1944, se não antes, a história do aprendiz de feiticeiro foi decerto recordada por muitos que tinham ajudado Hitler a tornar-se chanceler.

### **3. Espanha: Nem conseguiram comprar quem queriam nem aqueles que compraram lhes valeram a despesa**

Aprendemos alguma coisa observando a variedade de simpatias dos capitalistas de Bilbao durante as décadas de 1920 e 1930, pois começaram por dar acolhimento e protecção ao dirigente socialista Indalecio Prieto quando fugiu da polícia do general Primo de Rivera<sup>79</sup>, sem que isto os impedisse mais tarde de dispensarem aos fascistas uma bem aplicada caridade. Se as benesses dos banqueiros e dos chefes de empresa se espalhavam pelo leque político, isto mostra que, tal como em geral nos negócios, eles pretendiam jogar pelo seguro. Mas o investimento não foi rentá-

<sup>76</sup> Segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 121, foi assim que o presidente Hindenburg se referiu a Hitler em 26 de Janeiro de 1933, quando ainda relutava a atribuir-lhe a chanceleria, mas frequentemente a expressão citada é «sargento boémio», como se lê por exemplo em O. Strasser (1940) 137, 138 e 143. Aliás, J. C. Fest (1974) 515 n. 16 tentou justificar esta expressão. Também o órgão do Komintern *Correspondance Internationale*, 17 de Novembro de 1923, num artigo de Victor Serge, chamou a Hitler «alemão checo». Ver I. Birchall (org. 2011) 244-245.

<sup>77</sup> A. Bullock (1972) 175.

<sup>78</sup> E. Nolte (1989) 357. Referindo-se apenas aos anos iniciais do Terceiro Reich, A. Sohn-Rethel (1987) 34 recordou que a administração da Siemens acolhia favoravelmente os críticos do regime. Ainda sobre a hostilidade de Carl Friedrich von Siemens ao nacional-socialismo ver A. Tooze (2006) 106 e 121. Segundo H. Mommsen (2009) 36-37 e 287 n. 2, também Robert Bosch apoiou a oposição. No entanto, T. W. Mason (1968) 177 n. 1 pretendeu que não houve praticamente relações entre os empresários da indústria e a oposição conservadora e defendeu a mesma tese em J. Caplan (org. 1995) 232. Nesta perspectiva ver J. C. Fest (1974) 1204-1205, Hans Mommsen, op. cit., 36-37 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 598 n. 18.

<sup>79</sup> S. G. Payne (1961) 33.

vel, porque nem conseguiram comprar quem queriam nem aqueles que compraram lhes valeram a despesa.

Em 1931 Ramiro Ledesma Ramos lançou o semanário *La Conquista del Estado* com um subsídio do fundo de propaganda do último governo da monarquia. Depois o dinheiro passou a vir dos meios da alta finança, especialmente dos banqueiros de Bilbao, embora em somas tão escassas que teve de encerrar a publicação. Parece que alguns dos raros partidários de Ledesma punham em dúvida a correcção de se aceitar fundos da direita, mas a dificuldade consistia em não ter sequer propostas para recusar, porque ao longo do ano de 1932 ele não conseguiu encontrar gente rica que o financiasse. Decerto a sua personalidade pouco dúctil não inspirava confiança aos capitalistas que procuravam suscitar uma intervenção política no meio operário<sup>80</sup>. Mas isto só agravava a situação e, como escreveu um especialista, «certos industriais e financeiros mostravam-se cada vez mais apreensivos com as potencialidades do movimento da classe trabalhadora. De maneira intermitente, debatiam a possibilidade de criar algum tipo de frente nacionalista socialista»<sup>81</sup>. O problema não era ter dinheiro, mas saber em quem gastá-lo.

José Antonio Primo de Rivera, que começava em 1933 a perfilar-se como um chefe potencial do fascismo, também não seduzia os financiadores. Parece que o fracasso da experiência governativa do pai os deixava pouco inclinados a apostar no filho, mas o factor mais importante nesta hesitação viria decerto do próprio personagem, um aristocrata gentil, quando se procurava pelo contrário a rudeza plebeia<sup>82</sup>. Aliás, José Antonio melancolicamente reconheceu, em carta a um amigo, que não era sua a massa de que se faziam tribunos e caudilhos e que tal função «está provavelmente reservada a um homem de extracção popular»<sup>83</sup>. Indalecio Prieto seria o candidato ideal dos capitalistas, de origem humilde e ainda por cima socialista moderado, mas apesar de repetidas pressões nunca conseguiram convencê-lo a abandonar o seu partido<sup>84</sup>. Talvez a colaboração de José Antonio com Julio Ruiz de Alda, um aviador célebre, levasse os banqueiros a mudar de ideias ou talvez não lhes restassem outras alternativas. O certo é que a partir de meados de 1933 os dois começaram a dispor de fundos significativos. Ao mesmo tempo as JONS, chefiadas

<sup>80</sup> M. García Venero (1967) 31-32, 34; S. G. Payne (1961) 13, 15, 19. Stanley Payne, op. cit., 32 afirmou que Ledesma era considerado demasiado instável emocionalmente, mas talvez a explicação fosse outra. Maximiano García Venero, op. cit., 33 escreveu: «Não há dúvida que Ledesma Ramos, mesmo que depois da fundação das JONS tivesse recebido subsídios de pessoas alheias às teses nacional-sindicalistas, jamais hipotecou a linha revolucionária nem as bases ideológicas».

<sup>81</sup> S. G. Payne (1961) 24.

<sup>82</sup> Id., *ibid.*, 32-34.

<sup>83</sup> A passagem citada da carta de 2 de Abril de 1933 dirigida a Julián Pemartín vem reproduzida em A. Rio Cisneros et al. (orgs. 1945) 472.

<sup>84</sup> S. G. Payne (1961) 32-33.

por Ledesma, que se recusava a fundi-las com o círculo político de José Antonio, receberam de novo as escolas de alguns industriais e financeiros biscainhos, o que lhes insuflou um sopro de vida<sup>85</sup>. Se alguma coisa posso pensar de decisões aparentemente tão contraditórias, tomadas por pessoas habituadas a calcular friamente, é que se dava a Ledesma um renovado alento apenas para lhe fazer depois sentir até que ponto era completa a sua dependência. Com efeito, no Inverno de 1933-1934 suspenderam-se outra vez os subsídios, para cuja continuidade foi posta como condição a integração das JONS na recém-criada Falange. O que não haviam obtido as diligências de José Antonio, de Ruiz de Alda e de García Valdecasas, quando em Agosto de 1933 tentaram vãmente persuadir Ledesma a participar na fundação da Falange, obteve-o a irresponsável diplomacia do dinheiro, e graças a ela a unificação do fascismo espanhol consumou-se no princípio de 1934<sup>86</sup>. Para quem lhe recorde a encenação, as palavras de ordem e as cores da bandeira, a criação da Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista pareceria um triunfo da ala radical, pois os membros das JONS, embora estivessem em minoria na nova organização, eram mais aguerridos e foram eles a inspirar a propaganda e a actividade prática<sup>87</sup>. Mas as pressões que geraram a unificação deixavam prever que o movimento obedecesse à tutela dos financiadores.

A FE de las JONS deparava com um horizonte sombrio, já que a vitória da direita tradicional e conservadora nas eleições de Novembro de 1933 tornara menos urgente para os capitalistas o desenvolvimento de um partido fascista<sup>88</sup>. Ao mesmo tempo os monárquicos da Renovación Española, que apareciam ligados de perto aos pagantes, decidiram infiltrar-se na Falange, com tanto êxito que em 1934 um deles se tornou chefe dos grupos de choque e do serviço de segurança e, com o apoio dos elementos mais radicais, concebeu e quase levou a cabo um plano para matar José Antonio<sup>89</sup>. Esta enormidade não impediu a vítima de assinar um acordo com a Renovación Española em que, para além de um certo número de generalidades, a Falange se comprometia a não atacar nem pôr em causa a Renovación e a globalidade do movimento monárquico, a troco de receber os tão almejados subsídios. Estipulava-se ainda que, no caso de o financiamento exceder um dado montante mensal, a Falange despenderia 45% na criação e manutenção de um organismo sindical. A venda da orientação política não poderia ser mais clara e durante as conver-

<sup>85</sup> G. Jackson (1967) 118; S. G. Payne (1961) 34-35, 45.

<sup>86</sup> S. G. Payne (1961) 46-47. Note-se que García Valdecasas depressa abandonou o recém-criado partido; para a sua trajectória até ao final de 1933 ver M. García Venero (1967) 38, 43 e Stanley Payne, *op. cit.*, 23-24, 32, 36, 38, 42, 270-271 n. 6.

<sup>87</sup> S. G. Payne (1961) 48.

<sup>88</sup> *Id.*, *ibid.*, 45-46, 61.

<sup>89</sup> *Id.*, *ibid.*, 42, 57, 60-61.

sações José Antonio levou a abjecção ao ponto de propor a reintegração do seu frustrado assassino nos lugares que havia ocupado e de que fora expulso aquando da descoberta do atentado, mas o agente monárquico parece ter sido suficientemente digno, ou prudente, para recusar. Só o facto de a Renovación ter ela própria começado a sentir dificuldades alguns meses depois levou à interrupção daquele acordo. Os problemas eram maiores ainda porque o organismo sindical da Falange, fundado em Agosto de 1934, não conseguiu praticamente arranjar filiados, repartido entre a necessidade de atacar as grandes centrais socialista e anarquista, para cumprir o seu programa próprio, e a necessidade de atacar os Sindicatos Libres apoiados pelo patronato, de maneira a tentar obter algum prestígio junto aos trabalhadores. Afinal, pior talvez do que este fracasso perante a classe operária foi a hostilidade revelada pela maioria dos patrões, desejosos de evitar conflitos de facções que perturbassem a disciplina laboral. Até ao começo da guerra civil, nem as cedências de José Antonio nem os subsídios dos capitalistas conseguiram conferir ao sindicalismo falangista qualquer importância prática<sup>90</sup>.

As dificuldades da Falange e a penúria de fundos da Renovación Española explicam-se porque o dinheiro fluía sobretudo em direcção a José Calvo Sotelo, antigo ministro das Finanças no governo do general Primo de Rivera, que pudera regressar do exílio ao obter um mandato parlamentar nas eleições de Novembro de 1933. Embora se situasse mais próximo da doutrina de Maurras do que do fascismo radical, o deputado Calvo Sotelo incorporava no seu nacionalismo económico os temas do sindicalismo e da legislação social<sup>91</sup> e desejava filiar-se na Falange, onde decerto, com a sua experiência, o seu prestígio junto à direita monárquica e, sobretudo, a confiança dos financiadores, alcançaria sem dificuldade o primeiro lugar. Não espanta que José Antonio se tivesse oposto terminantemente. Calvo Sotelo desenvolveu então, na segunda metade de 1934, uma estratégia ampla, visando reunir a Falange com algumas forças da direita, nomeadamente a CEDA e a Renovación Española, além do seu próprio círculo político, o que lhe asseguraria a si a posição hegemónica, enquanto único vértice possível de tal coligação. A partir deste momento a Falange ficou numa situação delicada, entre o risco de perder a identidade no interior da direita conservadora, se aceitasse a iniciativa do seu concorrente, e o de ver estancarem-se definitivamente as benesses dos capitalistas, se insistisse em permanecer isolada. Em qualquer caso estaria ameaçada de desaparecimento. Tornava-se urgente demonstrar a sua especificidade e, provando deste modo que possuía uma razão de ser, convencer os homens do dinheiro da utilidade de continuarem a pagá-la. Deram-se asas à demagogia de Ledesma Ramos, que ficou encarre-

<sup>90</sup> Id., *ibid.*, 62-64, 275 n. 16.

<sup>91</sup> P. C. González Cuevas (2016) 74-75.

gado de redigir um programa, publicado em Novembro de 1934, suficientemente radical para escandalizar a direita bem-pensante. Não sei para que serviu, pois a Falange chegou ao final desse ano com uma gravíssima falta de recursos e o ano seguinte não lhe melhorou a situação económica<sup>92</sup>. José Antonio, naturalmente discreto acerca deste género de questões, chegou a queixar-se em público da interrupção dos subsídios, num discurso proferido em Madrid em Maio de 1935<sup>93</sup>. E mesmo depois da derrota da direita nas eleições de Fevereiro de 1936, quando os falangistas entraram em euforia pensando que chegara a sua hora, José Antonio mostrava-se apreensivo, temendo que fosse Calvo Sotelo a aproveitar a oportunidade<sup>94</sup>. Mas os conservadores passaram então a ter interesse em se proteger com as tropas de choque falangistas, remetendo este fascismo palavroso à sua verdadeira e única vocação — o terrorismo e a pancadaria na rua. Apesar de neste preciso momento José Antonio orientar contra a direita o grosso das suas críticas e tentar persuadir a ala moderada do Partido Socialista a fundir-se com a Falange, ele aceitou a junção do seu organismo juvenil com as Juventudes de Acción Popular da CEDA e voltou a aproximar-se do principal dirigente da Renovación Española<sup>95</sup>, um gesto talvez ditado pelos financiadores, que desejavam guarda-costas, mas politicamente seguros.

A guerra civil não tardou, e com ela multiplicaram-se os filiados da Falange, sucedendo o mesmo aos que desejavam patrociná-la economicamente<sup>96</sup>. Mas a situação alterara-se por completo, pois a orientação política passara a obedecer muito menos ao dinheiro dos capitalistas do que a outro argumento, ainda mais convincente, as armas dos militares.

#### 4. França: Pucheu enganou-se ao julgar que comprara Doriot

Nos primeiros dias de Setembro de 1936, quando o patronato francês procurava dotar-se de novas organizações e de outro ânimo para recuperar o terreno perdido com as grandes greves que haviam saudado o triunfo eleitoral do Front Populaire, o director-geral da fábrica de automóveis Peugeot escreveu uma carta a um dos directores da Renault, François Lehideux, sobrinho do principal fundador da firma, comunicando-lhe um exemplo que o senhor Jean-Pierre, chefe da

<sup>92</sup> S. G. Payne (1961) 85 e segs.; id. (2003 b) 256.

<sup>93</sup> A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 86.

<sup>94</sup> S. G. Payne (1961) 94-95, 109. A alegria dos falangistas pela derrota do centro e da direita conservadora nas eleições de Fevereiro de 1936 é bem ilustrada em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 897-900 e 963-965.

<sup>95</sup> S. G. Payne (1961) 104, 106; H. Thomas (1965) 528. Segundo P. C. González Cuevas (2016) 157, só a maioria das JAP se integrou na Falange, enquanto a minoria passou para os monárquicos.

<sup>96</sup> S. G. Payne (1961) 121-122.

família Peugeot, gostaria de ver imitado. Os industriais da região de Lyon tinham registado uma sociedade anónima destinada a concentrar todas as somas que até então haviam concedido particularmente às organizações da extrema-direita e do fascismo. Os fundos de que seria dotada esta sociedade permitiriam distribuir entre oito e dez milhões de francos por ano, beneficiando desde a velha Action Française até ao Parti Populaire Français, acabado de fundar por Jacques Doriot. A carta explicou que aquela verba se destinava apenas à cidade de Lyon e à região em redor e acrescentou que os subsídios seriam atribuídos a coberto de despesas de publicidade. Era este exemplo que Jean-Pierre Peugeot propunha à consideração dos organismos patronais<sup>97</sup>. Fosse em virtude desta sugestão ou de outras do mesmo teor, o Comité de Prévoyance et d'Action Sociales, que desempenhou um importante papel na reorganização e unificação do patronato durante os governos do Front Populaire, incluiu nas suas benesses vários movimentos de extrema-direita e fascistas, entre os quais se contava o PPF<sup>98</sup>.

Durante algum tempo após a fundação do seu partido Doriot não pôde queixar-se de falta de fundos. Além das somas avultadas que o fascismo italiano lhe entregava secretamente e com regularidade, pelo menos até ao Verão de 1937 e decerto ainda no ano seguinte<sup>99</sup>, havia as contribuições sistemáticas do grande capital francês. O PPF dispunha de Comités Financeiros destinados a recolher donativos do patronato nos âmbitos local e regional, e cujas operações se rodeavam de grande discrição. Embora a composição e a actuação destes organismos fosse ignorada pela generalidade dos militantes, os seus membros ocupavam uma posição suficientemente elevada na hierarquia do partido para receberem relatórios do secretário federal da respectiva região e formularem propostas concretas a respeito da orientação política. Mas grande parte dos subsídios era canalizada através de um Comité Financeiro central, em contacto directo com Doriot, e que agia com uma reserva ainda maior do que os seus equivalentes provinciais. As somas, muito consideráveis e regulares, eram entregues pessoalmente ao chefe do partido, que as usava como queria, o que sem dúvida contribuiu para lhe consolidar a posição. Conhece-se uma lista, datando possivelmente de 1938, onde vêm mencionadas quase duas centenas e meia de empresas e outras entidades financiadoras. Entre elas incluíam-se oito dos maiores bancos do país, grandes firmas da siderurgia, do sector automóvel e da alimentação, bem como associações patronais e até agrupamentos da extrema-direita<sup>100</sup>.

Foi Pierre Pucheu quem articulou o Comité Financeiro central. Pucheu era um dos direc-

<sup>97</sup> I. Kolboom (1986) 234-235 n. 38.

<sup>98</sup> Id., *ibid.*, 255; D. Wolf (1969) 212.

<sup>99</sup> D. Wolf (1969) 212-213. Ver também D. Orlow (2009) 93-94.

<sup>100</sup> Acerca dos Comités Financeiros e do Comité Financeiro central ver D. Wolf (1969) 207-212.

tores do Cartel Internacional do Aço, fazendo parte daquela alta tecnocracia que começava então a aproximar-se das esferas mais elevadas do grande capital, e foi sempre um dos homens de confiança do patronato francês. Em Vichy ele haveria de estar à frente do Ministério da Produção Industrial entre Fevereiro e Junho de 1941, passando depois para a pasta do Interior, de que se encarregou até Abril de 1942. Pucheu, que imaginava possuir um grande destino e se julgava capaz de singrar habilmente nos acontecimentos, acabaria por ser o primeiro fuzilado da Libertação, porque acreditara que o general Giraud fosse suficientemente poderoso para fazer promessas e suficientemente bom político para as cumprir, e que o governo norte-americano estivesse na verdade decidido a assegurar a sobrevivência do sistema corporativo de Vichy e das suas personalidades. Quando as tropas aliadas ocuparam o Norte de África, Pucheu, que se notabilizara na repressão enquanto havia chefiado o Ministério do Interior, decidiu servir os novos senhores, ou servir-se deles, e, depois de obter garantias de Giraud, apresentou-se na Argélia em Fevereiro de 1943, para ser afinal preso no mês seguinte e julgado e condenado à morte pelos gaullistas, que tinham entretanto assumido o controle da situação. Diz-se que no seu fuzilamento, em Março de 1944, morreu insultando elegantemente o general Giraud<sup>101</sup>.

Mas por enquanto nenhum destes personagens, que se julgavam carregados de futuro, sabia o epílogo da trama que eles próprios teciam. E como o conheceriam, se nem sequer foram capazes de prever, num prazo muito mais imediato, o desfecho dos investimentos realizados no PPF? É possível, é praticamente certo, que os financiadores tivessem uma parte decisiva na determinação das orientações tácticas do partido de Doriot, senão não se compreenderia que os membros dos Comités Financeiros apresentassem aos secretários federais as suas propostas de actividade nem se justificaria a posição ocupada por Pucheu no *bureau* político nomeado no 2º Congresso do partido, em Março de 1938<sup>102</sup>. Todavia, os chefes de empresa enganaram-se ao imaginar que eram donos também das orientações estratégicas, porque aí Doriot impôs a sua vontade e manteve a independência, recusando-se a aceitar as directivas dos seus patrocinadores na questão dos Sudetas. Em Setembro de 1938, quando os grandes industriais franceses fomentavam a corrente belicista em apoio à Checoslováquia, onde tinham vastos interesses fabris, e pretendiam que o governo opusesse às ambições de Hitler uma ameaça de guerra, Doriot resistiu às enormes pressões exercidas por Pucheu e orientou o aparelho do PPF e toda a sua propaganda em prol da corrente pacifista<sup>103</sup>. «Parece», observou com razão um biógrafo de Doriot, «que os

<sup>101</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 323-325; P. Novick (1985) 104-107; R. O. Paxton (1973) 268-270; L. Rebatet (2007) 84; D. Wolf (1969) 209, 212.

<sup>102</sup> D. Wolf (1969) 189.

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, 280, 283-284.

meios financeiros que imaginam poder “comprar” um partido político acabam sempre por ser vítimas desta ilusão»<sup>104</sup>. Mas os estragos não se registaram num só campo, porque o facto de Pucheu abandonar o PPF, em Janeiro de 1939<sup>105</sup>, anunciou que os capitalistas se haviam desinteressado de adiantar dinheiro a Doriot. O partido sofreu então uma crise de fundos muito grave e as receitas talvez tivessem caído para cerca de um quinto, o que lhe comprometeu a capacidade de mobilização e de intervenção e precipitou o declínio da sua imprensa<sup>106</sup>. Até que a derrota do exército francês perante o avanço fulgurante da Wehrmacht criou uma situação inteiramente nova e permitiu ao Parti Populaire Français ressurgir com objectivos diferentes e outro âmbito de actuação.

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, 216.

<sup>105</sup> Id., *ibid.*, 286.

<sup>106</sup> Id., *ibid.*, 212, 286. Na tradução alemã de um relatório da Prefeitura da Polícia menciona-se um documento apresentado no Congresso do PPF de Maio de 1941, segundo o qual as receitas do partido, que teriam sido de cerca de cinco milhões de francos em 1938, limitar-se-iam no ano seguinte a um milhão e duzentos mil francos. Ver a este respeito Ph. Burrin (1986) 306.



## Capítulo 2

# ELITES E CLASSES SOCIAIS

### 1. Elitismo liberal e elitismo fascista

Bertrand Russell estabeleceu uma linha de filiação que levava de Esparta, ou do mito de Esparta, até Rousseau; e de Rousseau, através de Nietzsche, até ao nacional-socialismo<sup>1</sup>. «Hitler é um resultado de Rousseau», escreveu ele, e todo o capítulo dedicado à exposição das doutrinas de Rousseau teve como objectivo mostrar o irracionalismo deste filósofo nas questões ideológicas e o seu totalitarismo nas questões políticas<sup>2</sup>. À mesma conclusão chegou Victor Klemperer, um intelectual judeu que atravessou o Terceiro Reich esforçando-se por encontrar o significado e as raízes históricas da política e das ideias de Hitler. «O desmascaramento póstumo de Rousseau chama-se Hitler», escreveu Klemperer em 19 de Julho de 1937 no seu diário secreto, e imediatamente antes observara que «nunca como hoje Rousseau triunfou a este ponto nem foi levado *ad absurdum* a este ponto»<sup>3</sup>. Já no dia 30 de Julho de 1936 ele tinha registado que no *Discours sur l'Économie Politique*, de Rousseau, «passagens completas podiam pertencer aos discursos de Hitler», e ao relatar as suas meditações durante os oito dias que passara na prisão, em Junho de 1941, afirmou que «o modelo político» do Terceiro Reich, «(e pouco importa se o Führer o leu ou não), é o *Contrat Social*»<sup>4</sup>. Se recordarmos que além de ter defendido o peso dos mortos e dos vindouros na formação de um ideal nacional, antecipando o romantismo de Adam Müller e a doutrina nacional-socialista<sup>5</sup>, Rousseau se encontra também na origem do jacobinismo plebiscitário, que constituiu uma das fontes do fascismo mussoliniano, concluímos que a filiação do fascismo no liberalismo ocorreu no próprio pensador que assinala a génese do liberalismo.

Com efeito, a pessoalização da ditadura, personificada por Benito Mussolini, situava-se

<sup>1</sup> B. Russell (2004) 94. «Uma Esparta idealizada foi a mais influente de todas as utopias na história», considerou R. Lane Fox (2013) 75.

<sup>2</sup> B. Russell (2004) 654-669. A frase citada vem na pág. 654. Ver igualmente a pág. 752. Por seu lado, Y. Belaval (1990) 460 considerou que tanto os anarquistas como os totalitários se reclamaram de Rousseau. Um autor com simpatia pelo fascismo, J. B. Whisker (1983) 18, considerou que «o romantismo de escritores como Rousseau encontrou muitas possibilidades de realização no fascismo». Mais recentemente, A. J. Gregor (2005) 269-272 mostrou a influência da noção de «vontade geral» de Rousseau na obra do teórico fascista Sergio Panunzio e J. Goldberg (2009) 38 classificou Rousseau como «o pai do fascismo moderno».

<sup>3</sup> Estas duas passagens do diário de Victor Klemperer encontram-se em M. Chalmers (org. 2006 a) 268.

<sup>4</sup> Estas passagens estão em id., *ibid.*, 209 e 468 respectivamente.

<sup>5</sup> A. J. Gregor (2005) 272; E. Weber (1964) 7. M. Régner (2004) 855 mencionou «o espírito do povo (*Volksgeist*) [...] cuja noção se encontra já em Herder [...] e na "vontade geral" de Rousseau».

numa tradição plebiscitária que Robespierre, o mais directo discípulo de Rousseau, inaugurara com a sua participação destacada nas grandes festas cívicas. E nesta profunda ambiguidade do jacobinismo reside o ponto de articulação entre a vertente liberal e parlamentar e a vertente que, através do bonapartismo e do boulangismo, viria a confluir no fascismo<sup>6</sup>. A filiação do fascismo na concepção jacobina de um ditador legitimado pelas aclamações do povo foi depois reforçada pelos elos que ligaram o liberalismo à formação dos regimes fascistas. Seria um enorme capítulo o que se dedicasse a analisar com alguma minúcia até que ponto a componente idealista do liberalismo justificou a teoria da acção promovida pelos pensadores fascistas e em que medida o elitismo pressuposto nas concepções democráticas liberais se assemelhou à doutrina fascista das elites. Aliás, o positivismo, que forneceu a todos os liberais um quadro ideológico sistemático, conjugou os elementos autoritários e elitistas do pensamento de Saint-Simon com os temas contra-revolucionários e tradicionalistas de Bonald. E na obra de Auguste Comte encontra-se também o culto dos mortos e a tese de que eles formam uma continuidade junto com os vivos e os vindouros. Comte considerava que a humanidade, sendo «o objecto mais vasto que o sociologista pode e deve conceber», continha «mais mortos do que vivos»<sup>7</sup>. Reformulada pelo positivismo, eis a tese de Rousseau, herdada pelos fascistas e sobretudo pelos nacionais-socialistas. No plano estritamente sociológico Comte exerceu uma influência directa sobre os dois criadores da teoria moderna das elites, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto<sup>8</sup>.

Enquanto Pareto preferiu insistir na divisão entre elite governamental e massas, Mosca interessou-se sobretudo pela composição da elite nas sociedades democráticas modernas e aceitou este tipo de regimes na medida em que permitem a articulação de uma pluralidade de forças sociais, representativas de interesses diversos<sup>9</sup>. Nesta perspectiva, um dos fenómenos que mais interessou Mosca foi a capacidade das democracias para seleccionar elites. Com efeito, os doutrinadores do liberalismo não apresentavam, nem apresentam, a democracia como um ensejo de ampliar a intervenção política a toda a população, mas como um meio de proporcionar uma esco-

<sup>6</sup> J. Goldberg (2009) 12-13, 38-42; E. Weber (1965 a) 72. Numa intervenção na comissão dos assuntos polacos do comité executivo do Komintern, em 2 de Julho de 1926, Trotsky, depois de recordar uma frase de Marx acerca do jacobinismo enquanto maneira plebeia de resolver as disputas com os inimigos feudais da burguesia, comentou que «o fascismo é uma caricatura do jacobinismo». Ver G. L. Weissman (org. 1970) 16. E no outro extremo do leque político Marcel Déat e Drieu La Rochelle, mencionados respectivamente por E. Weber (1964) 137 e P. Sérant (1959) 20, enalteceram os jacobinos enquanto precursores dos regimes totalitários. Outro fascista francês, J. Ploncard d'Assac (1971) 112, afirmou, referindo-se ao fascismo italiano, que «há um jacobinismo indiscutível neste movimento».

<sup>7</sup> Citado em J.-P. Enthoven (2002) 201 e 202.

<sup>8</sup> T. B. Bottomore (1967) 24 n. 1 cont. «O que Auguste Comte quisera realizar no plano filosófico, Maurras vai empreendê-lo no plano político», afirmou J. Ploncard d'Assac (1971) 58-59. Também o jovem Salazar, estudando na Universidade de Coimbra, «apreciava Auguste Comte», no dizer de F. Nogueira [1977-1985] I 70. Finalmente S. Ranulf (1939) 19-26 defendeu que Comte fora um precursor do nacional-socialismo.

<sup>9</sup> R. Bellamy (2003) 92-93; T. B. Bottomore (1967) 12-13.

lha eficaz, porque contínua, das elites<sup>10</sup>. Qualquer concepção de democracia que insista na questão da mobilidade social está disposta a admitir uma teoria das elites<sup>11</sup>. A própria noção de igualdade pode ser remetida às oportunidades de ascensão, definindo-se então a democracia como um regime em que as elites são renováveis, o que corresponde à visão de Mosca<sup>12</sup>. Julien Benda, filósofo que pela sua afluente mediania se converteu num belo espécimen do bom senso da democracia francesa, explicava à extrema-direita que «a democracia só pretende a igualdade dos cidadãos perante a lei e a acessibilidade às funções públicas [...] É absolutamente certo que a democracia não encontrou — mas seria isso possível? — um critério que permita determinar antecipadamente aqueles que, devido a essa desigualdade natural, têm direito na sociedade — as elites — a ocupar um nível superior. Mas ela admite essa desigualdade, reconhecendo-a não só de facto, mas em princípio, enquanto os doutrinadores da ordem a substituem por uma desigualdade artificial, baseada no nascimento ou na fortuna, e violam assim completamente a justiça e a razão»<sup>13</sup>. Democrata de raiz e germanóphobo por vocação, Benda indignar-se-ia decerto se lhe dissessem que se encontrou aqui com Nietzsche, que acabara por aceitar relutantemente a democracia enquanto antídoto da ameaça socialista, na medida em que através das instituições democráticas fosse possível criar uma nova elite<sup>14</sup>. E convém recordar que o elitista Renan, figura oficial do liberalismo francês, foi considerado um precursor pela extrema-direita entre as duas guerras mundiais, evidenciando os vínculos que ligaram profundamente a génese do fascismo ao desenvolvimento do liberalismo.

Como observou um autor que se debruçou com lucidez sobre o relacionamento entre a teoria das elites e as doutrinas da democracia representativa, a noção de igualdade de oportunidades é paradoxal, pois «pressupõe, por um lado, a desigualdade, já que “oportunidade” significa “possibilidade de ascender a um nível superior numa sociedade estratificada”. Mas, por outro lado, pressupõe a igualdade, na medida em que implica que as desigualdades inerentes a esta sociedade estratificada devam ser neutralizadas em cada geração [...]»<sup>15</sup>. Não se trata de uma contradição ocasional mas de um antagonismo constitutivo do sistema liberal, e também a livre concorrência no mercado, que fornece o modelo da democracia capitalista, tem como postulado a igualdade de oportunidades numa esfera internamente diferenciada e desigual<sup>16</sup>. Em suma, a

<sup>10</sup> Ch. S. Maier (1988) 49.

<sup>11</sup> T. B. Bottomore (1967) 18-19.

<sup>12</sup> R. Bellamy (2003) 93; T. B. Bottomore (1967) 19.

<sup>13</sup> J. Benda (1977) 74-75. Esta passagem é extraída do prefácio que o autor escreveu para a edição de 1946.

<sup>14</sup> G. Lukács (1980) 333.

<sup>15</sup> T. B. Bottomore (1967) 163.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, 19-20, 127.

noção de mobilidade social que sustenta as teorias da democracia representativa é compatível com a manutenção das hierarquias e pode, por isso, servir de fundamento a uma teoria das elites<sup>17</sup>. Segundo o modelo da circulação das elites, as pessoas mais dotadas ou conseguem penetrar na elite existente ou formam uma nova elite, que dentro de algum tempo substitui a anterior, de maneira que as desigualdades sociais são sempre encaradas como diferenças de capacidades naturais e cada um tende a ocupar o lugar que lhe é devido<sup>18</sup>. Ao definir a existência, entre a elite e as massas, de uma subelite que, por um lado, forneceria novos elementos à elite e, por outro lado, contribuiria para a estabilidade política, Mosca admitiu que os mecanismos da democracia pudessem facilitar a circulação das elites<sup>19</sup>. Pareto, pelo contrário, manteve uma postura absolutamente contrária às democracias, considerando que pretendiam violar o rigor da distinção entre elite e massas<sup>20</sup>. Também ele se interessou muito pela circulação das elites, entendendo por esta questão tanto a mobilidade de indivíduos entre as massas e a elite como a substituição de uma elite por outra nova. Se o primeiro tipo de circulação não se operasse devidamente, a elite degeneraria e os elementos providos de melhores capacidades agrupar-se-iam fora dela, acabando por constituir uma nova elite, que tomaria o lugar da anterior<sup>21</sup>. Deste modo Pareto retirou à história qualquer dimensão e espessura, já que as mudanças teriam como único resultado a manutenção ou o restabelecimento da diferença hierárquica entre elite e massas. Lukács observou com razão que «se [...] toda a história das mudanças sociais se resume à substituição de uma velha “elite” por outra nova, então ficam sociologicamente salvas as bases “perenes” da sociedade capitalista e exclui-se a possibilidade de um tipo de sociedade fundamentalmente novo, o tipo socialista»<sup>22</sup>. Para além das flutuações cíclicas, decorrentes da substituição dos membros de uma dada elite ou da substituição de uma elite por outra, a história só podia resumir-se, para Pareto, à conservação do equilíbrio social<sup>23</sup>. Para ele, como para a generalidade dos teóricos da elite, que também perfilhavam ideias francamente antidemocráticas, a democracia não era considerada nas suas características estáveis de regime político, sendo encarada como uma etapa num processo de revolta das massas que, se não fosse invertido, levaria ao socialismo. Como destacou um sociólogo, «ao criticarem a democracia, era o socialismo que eles estavam indirectamente a atacar»<sup>24</sup>. Na realidade, aqueles teóricos não conseguiam compreender os mecanismos da explo-

<sup>17</sup> Ch. S. Maier (1988) 65.

<sup>18</sup> T. B. Bottomore (1967) 144-145.

<sup>19</sup> R. Bellamy (2003) 94; T. B. Bottomore (1967) 13-14, 62-63.

<sup>20</sup> T. B. Bottomore (1967) 13.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, 55-57, 60.

<sup>22</sup> G. Lukács (1980) 30.

<sup>23</sup> T. B. Bottomore (1967) 66-67.

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, 21. «[...] estando todas as democracias condenadas a cair no socialismo [...]», escreveu como sendo uma evidência o integralista português Pequito Rebelo, citado em M. B. Cruz (1982 a) 180.

ração capitalista, e onde a conciliação dos conflitos levava ao aumento da produtividade eles viam apenas cedências da elite dominante, que inevitavelmente acarretariam a sua derrota e trariam o caos social.

A relação entre a teoria das elites de Mosca e a de Pareto pode servir de modelo à relação entre liberalismo e fascismo. O liberalismo corresponde à absorção gradual e permanente das novas elites através do estímulo à mobilidade social, enquanto os movimentos fascistas pretendiam provocar uma substituição violenta, e executada de uma única vez, da elite antiga por uma nova elite que se teria formado no exterior do sistema político precedente. Mas a teoria das elites não se limitou a constituir uma via de filiação do fascismo no liberalismo e a tornar possível ao fascismo a adopção de quadros de pensamento compatíveis com algumas doutrinas da democracia representativa. A teoria das elites contribuiu igualmente para renovar as próprias concepções da democracia<sup>25</sup>, dando ocasião a que o fascismo, apesar de destruído militarmente, sobrevivesse no plano ideológico graças à remodelação do pensamento liberal. Os autores que definem a democracia, por oposição aos regimes totalitários, como um sistema onde opera uma pluralidade de elites estão a adoptar uma perspectiva fundamentalmente idêntica à do fascismo, na medida em que consideram a oposição entre elite e massas como a característica estruturante da organização política. E no plano prático estão, por um lado, a subestimar o carácter artificial de grande parte das divisões no interior das democracias representativas, que torna em boa medida ilusória aquela definição de pluralismo. Por outro lado, subestimam também as clivagens no interior do aparelho governativo dos regimes totalitários, que fizeram proliferar os pólos de poder. Se rasgarmos o cenário e virmos o que se passava nos bastidores, é difícil encontrar maior confusão de centros concorrentes do que nos regimes totalitários<sup>26</sup>. O sistema corporativo promovido pelo fascismo não foi senão o reconhecimento da existência de uma pluralidade de elites e a tentativa da sua harmonização.

Além disso, a teoria das elites exige uma postura irracionalista. O quadro teórico das classes sociais é determinista, porque os antagonismos são explicados através da relação de cada classe com o processo de trabalho, e as características e potencialidades de um elemento componente de uma dada classe são condicionadas pela sua situação numa teia de relações em que cada elemento é definido em função dos outros. Ora, todos os tipos de determinismo, por mais diferentes que possam ser entre si, constituem exercícios de racionalismo. Porém, contrariamente ao que sucede com a divisão em classes sociais, a divisão da sociedade em elite e massas opõe

<sup>25</sup> T. B. Bottomore (1967) 21, 126.

<sup>26</sup> Ver no capítulo 5 da Parte 1 as nn. 98 a 102.

um sujeito actuante, a elite, a um objecto passivo, as massas. Spengler, na sua obra maior, defendeu que «o despertar de uma nação para a consciência de si própria efectua-se sempre gradativamente e ocorre sobretudo numa classe única, cuja alma é mais forte e se impõe às restantes pela força com que vive e sente. *Cada nação está representada perante a história por uma minoria.* [...] Quando um povo é realmente uma nação [...] existe nele uma minoria que, em nome de todos, representa e realiza a sua história»<sup>27</sup>. E num artigo escrito em 1932 o reputado teórico da democracia Yoshino Sakuzō, depois de prevenir que «a definição de fascismo é uma tarefa muitíssimo difícil», enunciou, a abrir uma série de características, que o fascismo «pressupõe que a minoria disciplinada e resoluta governe a maioria indisciplinada e irresoluta»<sup>28</sup>. Mas o que sucede quando as massas decidem fugir aos pressupostos e se recusam a ser massas? Se isto ocorrer, os privilégios da elite só podem justificar-se através do uso da força, quer seja aplicada de maneira explícita quer paire na forma de uma ameaça. Quando Pareto, na sequência de Machiavelli, distinguiu o emprego da força e o emprego da astúcia enquanto modalidades de sustentação de uma elite<sup>29</sup> estava, na verdade, a diferenciar duas formas de emprego da força, uma imediata e a outra adiada através da ameaça. Tanto assim que estabeleceu uma relação entre a degenerescência dos elementos de uma elite e o receio de recorrer à força e, reciprocamente, relacionou a constituição de uma nova elite com a aptidão ao uso da força<sup>30</sup>. Este voluntarismo musculado da elite é uma manifestação irracionalista e, aliás, Pareto considerava que a política pertencia em grande parte ao domínio do irracional<sup>31</sup>.

Invertendo a afirmação que fiz há pouco, posso agora considerar que todo o tipo de racionalismo que não seja meramente apologético do sistema vigente e se apresente como forma de contestação só pode ser um determinismo. E toda a negação voluntarista do determinismo corresponde a um irracionalismo. Contido na esfera privada, o irracionalismo é o destino obrigatório de quem vive sem conhecer as determinações que o condicionam, é a tragédia do indivíduo no teatro grego. Transposto para a política o irracionalismo é outra coisa, é a ilusão de que as determinações serão abolidas pelo exercício da vontade. Apenas quando passa da análise crítica das condições de existência actuais para a previsão das possibilidades de actuação é que a teoria das classes introduz um importante elemento de irracionalismo, como Karl Mannheim observou<sup>32</sup>. Mas neste caso a conjugação entre racionalismo e irracionalismo toma a forma de um diálogo interno ao

<sup>27</sup> O. Spengler (1942-1944) III 244-245 (sub. orig.).

<sup>28</sup> Citado em R. Hofmann (2015) 121 e M. Willensky (2005) 63. Reto Hofmann, op. cit., 120 classificou Yoshino Sakuzō como «a figura de proa do liberalismo da década de 1920».

<sup>29</sup> R. Bellamy (2003) 89; T. B. Bottomore (1967) 58-59.

<sup>30</sup> T. B. Bottomore (1967) 60; A. Lyttelton (1982) 586.

<sup>31</sup> T. B. Bottomore (1967) 75 n. 9.

<sup>32</sup> K. Mannheim (1986) 68.

processo da razão, em que o racionalismo se dirige ao irracionalismo e procura, mantendo-lhe o carácter de sujeito irracional, torná-lo objecto de um esforço intelectual de tipo racional. Tal como, segundo Mannheim, sucedera em parte com o romantismo, também para a produção teórica do movimento operário o irracionalismo se converteu em objecto de reflexão e passou a ser encarado numa perspectiva racional<sup>33</sup>. É certo que deste modo o próprio racionalismo sofreu uma alteração profunda, pois teve de recorrer ao método dialéctico para conceber a irracionalidade como objecto da razão. Mas esta abordagem é distinta da apologia do irracionalismo praticada pelos fascistas. A dialéctica dos contra-revolucionários antiburgueses, na sequência do que já haviam feito Novalis e sobretudo Adam Müller, pretendeu reconstituir no acto de pensamento um dinamismo puro capaz de dissolver qualquer sistematicidade dos conceitos, enquanto a dialéctica revolucionária anticapitalista produz novos conceitos e associa-os numa nova estrutura. Os revolucionários são obrigados a criar conceitos diferentes porque procuram opor à sociedade existente um outro sistema social, e este confronto entre totalidades não pode senão levá-los a um esclarecimento deles mesmos e dos seus inimigos. Mas os contra-revolucionários que se esforçam por inserir as próprias inovações no âmbito da tradição, seja ela real ou mítica, têm de negar a possibilidade do novo em nome da perenidade do existente, e para isso apagam as demarcações conceptuais numa indiferenciação onde o conservadorismo se legitima. Só os apologistas da ordem podem pôr em causa a produção de conceitos, o que equivale a fazer a apologia do lugar-comum.

Neste recurso a formas dialécticas a ideologia fascista e a teorização marxista sobrepuaram-se parcialmente. Mas, como se tratava de um cruzamento de estratégias sociais antagónicas, o fascismo jamais poderia ter assimilado o tipo de dialéctica do movimento operário nem absorvido o seu conteúdo, e sob o pretexto de partilhar formas lógicas mais não fez do que macaquear-lhes o estilo. Se passarmos da dialéctica, enquanto dinamismo intelectual, ao plano prático, vemos que o uso da força, que o marxismo entende como um elemento da actuação genérica das classes, foi transposto pelo fascismo para a mobilização de uma elite, e reduzido nestes termos à mera violência física. E assim Pareto pôde afirmar que partilhava a concepção de luta de classes proposta por Marx<sup>34</sup>, mas tudo o que fez foi limitar essa luta a uma sucessão de episódios de pancadaria, enquanto Marx apresentara uma teoria em que a violência de classe era um só dos aspectos — embora um aspecto necessário — de um confronto muitíssimo mais complexo, entendido como uma interacção de sistemas antagónicos. Transformação da luta entre classes num voluntarismo

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, 63-66, 69-70, 138-153.

<sup>34</sup> T. B. Bottomore (1967) 42.

de elites, redução do antagonismo à força física e concepção do dinamismo intelectual enquanto irracionalismo fizeram parte do mesmo universo.

## 2. Renovação das elites

Revolucionários da ordem, enquanto se mantiveram afastados do poder os fascistas caracterizaram-se pelo ódio às elites dominantes e, ao mesmo tempo, pelo respeito perante as instituições<sup>35</sup>. Execrar a burguesia e defender o capitalismo, cobrir os generais de sarcasmos e promover a disciplina militar, desprezar os governantes e enaltecer o Estado, esta dualidade marcou estreitos limites às capacidades críticas do fascismo e norteou-lhe a demagogia. De certo modo, ficou mais acentuada a raiva, porque mais pessoalizada. Uma carga tão grande de um ódio tão imediato só era possível porque o futuro sonhado não se encontrava mais ou menos longínquo, dependente de transformações na economia e no tecido social, mas ali à mão. Para os ansiosos candidatos à chefia não se tratava de uma luta de sistemas, mas, dentro de um mesmo sistema, de excluir os antigos dirigentes e preencher todos os cargos decisivos e até uma grande parte dos postos secundários. Os figurantes não eram considerados meras expressões de forças sociais destinadas a ser derrubadas ou reformadas. O mal não consistia nos lugares, mas apenas no facto de já estarem ocupados. Destinando-se o fascismo a defender a ordem vigente, todos os erros do mundo só podiam ser atribuídos à incompetência ou à senilidade civilizacional ou à deterioração rácica daqueles que tinham essa ordem a seu cargo. Daí a aversão exclusiva aos poderosos do momento, aos plutocratas, aos ministeriáveis, aos engalanados, e a transformação das campanhas políticas em ataques pessoais.

Drieu La Rochelle teceu *Gilles*, romance da formação de um fascista, sobre a trama obsessiva de uma dupla tensão. De um lado, a ânsia de ascensão social, estimulada por um ressentimento difuso e conduzida — naquele caso mal conduzida — por uma manha ingénuo e um proxenetismo tanto afectivo como pecuniário, jamais pelo trabalho ou pelos negócios, ambos relegados à esfera vilipendiada do mundo burguês. Desde a primeira página o personagem foi situado: «Nada poderia resistir à violência do seu apetite. Nem talvez ele próprio lhe resistisse»<sup>36</sup>. E não haveria de ser diferente a exclamação íntima de Gilles ao deparar com o luxo sóbrio de uma

<sup>35</sup> Referindo-se à base popular dos precursores do fascismo francês, E. Weber (1965 a) 86 escreveu que ela se caracterizara por «odiar os ricos e desprezar os pobres».

<sup>36</sup> P. Drieu La Rochelle (1988) 25. R. J. Soucy (1966) 45 classificou *Gilles* como «talvez o mais popular dos romances fascistas franceses do período anterior à guerra».



casa da boa burguesia judaica de Paris: «Penetrava-o a certeza, que logo violentava o seu carácter, de que tudo isto podia ser dele»<sup>37</sup>. Por outro lado, pesava sobre o personagem, e imobilizava-o, o espectro da decadência. Decadência da cultura e da civilização, do país, da raça, de si mesmo. O choque destas duas vertentes constituiu a dialéctica fascista da história — a acção, entendida enquanto ambição e considerada como o factor positivo, enfrentava o factor negativo, a decadência, uma entidade moral. Crucificado a meio estava o corpo de Gilles, ferido nas trincheiras por uma bala, «partido em duas metades, como uma estampa de anatomia. De um lado era o corpo de um homem perfeitamente desenvolvido e quase atlético, com o pescoço solidamente implantado, um ombro cheio e forte, um peitoral amplo, uma anca estreita, um joelho bem articulado. Do outro era um tronco fulminado, martirizado, contorcido, ressequido, enfezado»<sup>38</sup>. *Gilles* é a luta entre os dois lados, o desejo de tomar para si as situações e os poderes, expulsando os que os ocupam, sob o pretexto de estarem caducos. Afinal, a acção constituía-se em justificativa dela própria e a ambição de uns era motivo suficiente para classificar como decadentes os outros, os que detinham os postos tão cobiçados.

Difícilmente se encontrarão fora da literatura fascista expressões de uma raiva tão monomaniaca. Céline foi um dos maiores escritores do fascismo, o seu maior prosador talvez<sup>39</sup>, porque conseguiu que o rancor e o desprezo ultrapassassem a mera trama narrativa e reconstruiu a sintaxe e toda a gramática a partir da cegueira do ressentimento. «Escarrar, escarrar somente», escreveu acerca dele o seu admirador e parceiro político Pierre Drieu La Rochelle<sup>40</sup>, «mas pôr pelo menos todo o Niágara nessa salivação»<sup>41</sup>. Céline reduziu a linguagem a ejaculações de ódio, marcadas pelo mesmo ritmo que nas arruaças preside à torrente dos insultos. Se Dostoievsky acusara, com razão, os socialistas de serem apenas capazes de amar uma humanidade abstracta, no pólo oposto os fascistas revelaram a incapacidade para tudo o que não fosse o ódio concreto.

<sup>37</sup> P. Drieu La Rochelle (1988) 45. Também E. Carrère (2011) 121 detectou no fascista russo Eduard Limonov uma «mescla de desprezo e cobiça» e observou (pág. 187) que perante um capitalista Limonov pensa «porquê ele e não eu? Para esta pergunta existe uma única resposta: a revolução».

<sup>38</sup> P. Drieu La Rochelle (1988) 500-501.

<sup>39</sup> Ver no capítulo 1 da Parte 1 a n. 16.

<sup>40</sup> Drieu acompanhou Céline não só no fascismo mas ainda no racismo, já que na folha do seu diário de 8 de Novembro de 1942 afirmou «Pertença a uma raça e não a uma nação» e numa carta escrita em 10 de Agosto de 1944, na véspera da sua primeira tentativa de suicídio, concluiu que era «mais racista do que nacionalista». Citado em A. Duraffour et al. (2017) 183 e 184.

<sup>41</sup> P. Drieu La Rochelle (1988) 18. Mas Céline preveniu os possíveis émulos: «A grosseria só se suporta na linguagem falada, viva, e não há nada mais difícil do que dirigir, dominar, transpor a língua falada, a linguagem emotiva, a única sincera, a linguagem habitual, para a língua escrita, fixá-la sem a matar... Tentem...». Ver L.-F. Céline (1937) 218. A. Duraffour et al. (2017) 573 consideraram que Céline era «um homem movido essencialmente pelo ódio e pelo ressentimento» e O. Strasser (1940) 63 disse acerca de Hitler que «ele odiava sem conhecer o amor», o que talvez ajude a compreender o encontro. Ainda acerca do ódio na obra e na personalidade de Céline ver Annick Duraffour et al., op. cit., 611-613.

A mobilidade social foi a preocupação exclusiva do fascismo; e o enaltecimento da juventude, que caracterizou todas as suas variantes<sup>42</sup>, deve interpretar-se simbolicamente como apologia de um sangue novo ansioso por substituir as velhas elites. Na Roménia, Corneliu Zelea Codreanu e a Legião do Arcanjo São Miguel não tinham programa porque, explicou ele, «este país está a morrer por falta de homens, não por falta de programas» e «não é de programas que precisamos, mas de homens, homens novos»<sup>43</sup>, ou seja, eles mesmos, os legionários, obviamente a nova elite<sup>44</sup>. Não se tratou de uma atitude singular, porque todos os fascistas sentiram igual aversão aos programas e já o mestre comum, Mussolini, insistira sempre que era a sua intuição a traçar os rumos, livre de quaisquer barreiras doutrinárias. Logo no primeiro discurso que proferiu no parlamento após a tomada do poder ele declarou que «infelizmente não são programas que faltam em Itália, faltam homens e a vontade de aplicar os programas»<sup>45</sup>. Também Hitler ao tornar imutáveis e indiscutíveis os vinte e cinco pontos do programa nacional-socialista<sup>46</sup> os converteu em dogmas de fé e lhes retirou o valor prático de documento político, para deixar os seus seguidores, e depois todos os habitantes do Reich, sem outra bitola além das resoluções de um Führer «que não se interessava por programas», como observou um biógrafo<sup>47</sup>. No outro lado do fascismo alemão Hartmut Plaas, um conspirador que desprezava os métodos legalistas de Hitler e buscava inspiração nos atentados dos velhos populistas russos, observou que «a única diferença importante consistia no facto de eles terem tomado as suas decisões a partir da crença na vitória de uma ideologia, de uma doutrina política e económica bem definida, enquanto as nossas procediam de um sentimento vago»<sup>48</sup>. Em última análise, o programa do fascismo era um único. Não se tratava de renovar os fundamentos da sociedade, mas tão-só de substituir elites consideradas decrépitas por gente de sangue fresco, sem medo nem remorsos. Ascender nas hierarquias sem pôr em causa a estrutura da ordem correspondia a mudar as elites e manter as classes. Uma «doutrina [...] bem definida» só era necessária a quem pretendesse derrubar o sistema social, mas para conceber e justificar a ascensão de novas elites bastava um «sentimento vago». A sociologia das elites exprimiu as ambições mais profundas do fascismo, e não foi um acaso que Mosca e

<sup>42</sup> S. G. Payne (2003 b) 13-14.

<sup>43</sup> C. Z. Codreanu (1976) 159. Ver ainda: F. L. Carsten (1967) 185; G. De'Rossi Dell'Arno [1940] 33, 44; J. Evola (2004); M. Mann (2004) 8-9; S. G. Payne (2003 b) 281; H. Sima (1964) 5-6; Ch. Thorpe [s. d. 1] 6-7; id. [s. d. 2] 7, 8; E. Weber (1964) 167; id. (1965 c) 527, 531. A Legião, contou Codreanu, op. cit., 154, foi fundada «sem um programa que não fosse o exemplo da minha vida de patriota até então e o dos meus camaradas de prisão», e acrescentou (pág. 155): «Não tínhamos nenhum programa».

<sup>44</sup> C. Z. Codreanu (1976) 213-215.

<sup>45</sup> Citado em G. Seldes (1935) 130. Segundo C. T. Schmidt (1939) 39, Mussolini declarou também que «o fascismo não é um museu de dogmas e princípios».

<sup>46</sup> K. Heiden (1934) 21; A. Hitler (1995) 416-418; *Hitler's Table Talk...*, 224; F. Neumann (1943) 261; W. L. Shirer (1995) I 45.

<sup>47</sup> J. C. Fest (1974) 734.

<sup>48</sup> E. Salomon (1993) 107.

Pareto se tivessem contado entre os precursores do fascismo e Michels fosse um dos seus teorizadores<sup>49</sup>.

Se a referência a uma classe social só adquire sentido através da referência a uma classe oposta, não se passa o mesmo com a noção de elite. A dialéctica da exploração e da opressão liga intimamente as características e a estrutura interna das várias classes, e sob este ponto de vista a luta entre as classes consiste na transformação conjunta e contraditória de todas elas. Mas a elite pode ser definida de maneira independente, enquanto estrato privilegiado<sup>50</sup>. Segundo os teóricos das elites a estrutura interna de uma elite nem se relaciona com a das massas, pois estas são definidas precisamente pela sua incapacidade de organização própria, nem está em relação necessária com a estrutura interna de qualquer outra elite, porque a elite governa sozinha e se aparece uma nova é para liquidá-la e substituí-la.

Esta distinção entre os conceitos de elite e de classe social reflecte directamente problemas práticos. Na sua acção anticapitalista os trabalhadores jamais deixaram de enfrentar dois tipos de inimigos, um que se apresenta a partir do exterior e o outro que é gerado no próprio movimento da classe trabalhadora. Todos os fracassos do socialismo, sem nenhuma excepção, têm resultado da incapacidade de agir conjuntamente em ambas as frentes de luta. E assim, ao mesmo tempo que os trabalhadores fazem recuar, dispersam ou aniquilam os capitalistas já existentes, eles têm repetidamente permitido que as burocracias geradas no movimento operário alimentem a classe dos gestores e inspirem novo fôlego ao capitalismo. Nesta dialéctica, as elites do socialismo, em vez de darem corpo a um conceito sociológico independente do conceito de classe, constituem um dos elementos geradores da classe capitalista dos gestores. Mas a teoria

<sup>49</sup> Segundo J. Ploncard d'Assac (1971) 106, Margherita Sarfatti, que conheceu intimamente Mussolini, tanto o político como o homem, pretendeu que ele fora decisivamente influenciado por Vilfredo Pareto. Com efeito, P. Milza (1999) 75 e 127 esclareceu que Mussolini seguira com regularidade o curso de economia política ministrado por Pareto na Universidade de Lausanne e mencionou (pág. 277) o apreço com que Pareto observara a ascensão de Mussolini. Ver igualmente A. Lyttelton (1982) 30-31, 120 e D. Pels (1998) 4. No entanto, R. Bellamy (2003) 90 escreveu que «embora fosse um antidemocrata», Pareto «não era um fascista». Ver também A. J. Gregor (2005) 186-187. J. B. Whisker (1983) 22 considerou que as ideias de Gaetano Mosca haviam influenciado Mussolini, mas a crer em Pierre Milza, op. cit., 580, Mosca contara-se em Abril de 1925 entre as personalidades que juntaram a sua assinatura ao texto com que Croce replicara a um manifesto de intelectuais fascistas publicado pouco antes. Também Richard Bellamy, op. cit., 94 e T. B. Bottomore (1967) 21 indicaram que Mosca se distanciara do regime de Mussolini. Quanto a Robert Michels, desde 1907 até à sua morte, em 1936, leccionou na Itália, onde participou *pari passu* no processo de formação do fascismo. Discípulo de Max Weber e membro tanto do SPD como do PSI, Michels situava-se muito próximo de Georges Sorel e dos sindicalistas revolucionários e foi ele o primeiro a aplicar aos partidos políticos o modelo weberiano de burocracia, analisando criticamente o pesado aparelho da social-democracia alemã. Este estudo serviu-lhe para afirmar a inelutabilidade das elites, consoante os modelos sociológicos de Mosca e Pareto. A partir de então ele acompanhou os sindicalistas revolucionários na convergência com os nacionalistas radicais e mais tarde viu com agrado a subida de Mussolini ao poder. Em 1928 aderiu ao Partido Nacional Fascista e desde o ano seguinte foi um dos professores da Faculdade Fascista de Ciências Políticas, que acabara de ser fundada em Perugia. Ver: A. J. Gregor (1979) *passim*; Richard Bellamy, op. cit., 97; Z. Sternhell (1978) 398; id. et al. (1994) 95, 192.

<sup>50</sup> Ch. S. Maier (1988) 36.

das elites é incapaz de explicar, ou sequer conceber, esta transformação dos membros de uma elite em membros de uma classe. Os autores que pretendem que o fenómeno da mobilidade social invalida ou compromete a teoria das classes e justifica uma perspectiva de elites estão a confundir classe com casta. É precisamente a mobilidade social que permite inserir o fenómeno das elites no quadro geral das classes, pois a formação de uma elite no interior da classe inferior prepara a projecção desta elite para uma classe superior, alimentada periodicamente por estas novas elites, como Marx indicou numa passagem muito conhecida de *O Capital*. As elites só são explicáveis enquanto elites de uma classe ou elites de uma classe transformando-se em componentes de outra classe. O conceito de elite padece, portanto, de uma assimetria, porque as elites capitalistas continuam a ser capitalistas, enquanto as elites proletárias abandonam a sua classe de origem<sup>51</sup>. Aliás, a incapacidade de pensar a inserção de uma elite numa classe só pode aparecer como limitação numa perspectiva de crítica ao capitalismo, e sob este ponto de vista a questão decisiva é que não ocorre nenhuma conversão de uma elite numa classe. Ou as elites se formam no interior de uma classe exploradora ou os membros da elite da classe explorada se convertem em membros de uma classe exploradora. Ora, como as elites se geram no interior das classes e a circulação das elites pressupõe a existência prévia de classes, a elite do proletariado só assume significado por ter surgido numa classe que encontra, face a ela, as classes capitalistas. A elite proletária não representa nenhum factor de constituição futura de um novo modo de produção assente ainda na exploração, como pretenderam alguns teóricos da ultra-esquerda durante a década de 1930 ou como sustentou Raymond Aron ao escrever que «uma sociedade sem classes é uma massa sem defesa possível contra a sua elite»<sup>52</sup>. Pelo contrário, a existência de uma elite proletária só é relevante no contexto do modo de produção capitalista, quando os membros dessa elite deixam de ser proletários e passam a integrar as classes capitalistas.

Usar a noção de elite para apagar as classes sociais corresponde a pensar a perenidade do capitalismo para além das suas rupturas, porque a noção de mobilidade social implícita na teoria das elites não só é compatível com a manutenção das hierarquias existentes mas é mesmo um agente desta manutenção. Ao admitir que as mudanças sociais se resumem ao aparecimento de novas elites e que as revoluções mais não podem fazer do que trocar uma velha elite por uma nova, que não compromete o capitalismo e lhe dá outro impulso, a teoria das elites serve para conceber a revolta dentro da ordem. O fascismo teve um carácter revolucionário porque procurou substituir abruptamente umas elites por outras, e teve um carácter conservador porque esta

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, 50.

<sup>52</sup> Raymond Aron num artigo publicado em 1950 no *British Journal of Sociology*, citado em T. B. Bottomore (1967) 151.

substituição se limitou a um exercício de mobilidade social sem romper os limites da ordem dominante.

A passagem da articulação entre os conceitos de vanguarda política e de base da classe proletária à articulação entre os conceitos de elite proletária e de massas corresponde ao que no plano prático foi a degenerescência de um processo revolucionário anticapitalista numa revolta fascista. A condição ideológica desta transformação foi o abandono do conceito económico de burguesia, definido pela propriedade dos meios de produção, e a sua conversão num conceito moral, definido pelos temas da decadência civilizacional ou da corrupção biológica. No outro extremo das hierarquias, também o proletariado deixou de ser visto como uma classe social, em função da exploração económica, e passou a ser enaltecido como uma atitude moral, uma maneira de ser e estar, que permitisse introduzir a violência no marasmo da democracia. Deste modo se explica o aspecto apresentado pela oratória e a prosa fascistas, exclusivamente preocupadas com o desejo de ascensão e, neste quadro, reduzindo o confronto social ao rancor pessoal.

Salta aos olhos a frequência e o pavor com que os fascistas evocaram as sociedades secretas, reais ou fictícias, julgando que os acontecimentos são regidos por conspirações. Por isso dedicaram tanto tempo e energia policial à fábula da cabala urdida por inimigos, tentando encerrar as Moiras nos bastidores de um teatro. Em torno desta teia o anti-semitismo enrodilhou os seus fios, reforçando-se reciprocamente ambas as fantasmagorias, e a perversidade psicológica de que os judeus eram acusados identificou-se em boa medida com um comportamento imputado a conspiradores. As maquinações ocorreriam tanto numa esfera metafísica, quando em *O Mito do Século XX* Alfred Rosenberg explicou por uma gigantesca conspiração civilizacional a judaização da doutrina do Jesus ariano e a sua transformação no cristianismo de raízes levantinas, como numa esfera sórdida, por exemplo nos *Protocolos dos Sábios de Sion*. Pondo comodamente de lado o facto de os *Protocolos* serem forjados, Julius Evola considerou que «o único ponto importante e essencial é o seguinte: aquele escrito faz parte de um grupo de textos que de maneiras diversas (mais ou menos fantásticas e por vezes até fictícias) expressaram o sentimento de que a desordem dos tempos recentes não é acidental, pois corresponde a um plano, cujas fases e instrumentos fundamentais estão descritos com exactidão nos *Protocolos*»<sup>53</sup>. Estas crenças absurdas ilustram uma das facetas do irracionalismo, e não foram poucos os entusiastas do fascismo que seguiram o exemplo atribuído a outros e se filiaram em seitas esotéricas. Uma hipótese de explicação consiste em recordar que para os marxistas os rumos da história, encontra-

<sup>53</sup> J. Evola (2002) 240. Nas págs. 241-243 Evola admitiu a possibilidade de os *Protocolos* terem sido forjados por forças ainda mais remotas, que se ocultam por detrás da Maçonaria e do judaísmo.

dos numa economia entendida nas suas infra-estruturas materiais ou nas relações sociais de produção, são ditados num quadro de determinações que condiciona exteriormente as decisões dos agentes. Pelo contrário, ao julgarem detectar esses rumos nos conluios estabelecidos oculta-mente por um pequeno número de figuras de vocação sombria, os fascistas recorrem à vontade incondicionada de uma elite. Corolário do mito da vontade, o tema da conspiração supõe a dicotomia entre elite e massa, considerando a massa não como agente inconsciente da história mas como matéria inerte e manipulável. O mito da conspiração resulta da deslocação da elite, da luz do dia, para um lugar secreto. Aqui se enquadra a possibilidade de uma linhagem — se não uma genealogia, pelo menos uma filiação temática — entre os burlões místicos da segunda metade do século XVIII, Cagliostro e outros menos famosos, e os seus equivalentes no fascismo da primeira metade do século XX.

Entendendo a política como renovação das elites e reforçando pela noção de conspiração o destaque da elite relativamente à massa, os fascistas legitimaram a sua irrupção nos estratos dominantes com o argumento tautológico de que ao vencerem certificavam a sua força, enquanto a derrota dos outros lhes confirmava a degenerescência. «Uma elite autêntica só pode nascer da adversidade que teve de suportar, da sua capacidade de resistência, do heroísmo que lhe foi necessário para vencer», escreveu no pós-guerra o fascista Maurice Bardèche. «É por isso que a vitória consagra»<sup>54</sup>. Restringindo-se ao plano dos comportamentos, os fascistas apelavam para a violência proletária contra a mediocridade burguesa e esperavam que daquele confronto resultasse a consolidação das novas elites plebeias que eles pretendiam encarnar. Não era uma questão de economia, mas de estilo. Assim considerada, a política dispensava qualquer perspectiva económica. A teoria económica resulta de uma análise racional, apologética ou crítica, dos fundamentos da sociedade, e nem para uma nem para outra os fascistas tinham vagar. Se eram alheios a tudo o que pusesse em causa as instituições existentes, mostravam-se avessos também a qualquer ensaio de demonstração da razão de ser dessas instituições. Para eles a ordem não se destinava a ser demonstrada como um raciocínio, mas imposta como uma força.

<sup>54</sup> M. Bardèche (1994) 123.

## Capítulo 3

# A SALVAÇÃO DA BURGUESIA PELOS GESTORES

### 1. A hegemonia política dos gestores

«O fascismo não é uma ditadura da burguesia, do mesmo modo que não o foi o bonapartismo», escreveu o dirigente socialista austríaco Otto Bauer num artigo publicado em 1924, e baseou-se no exemplo italiano para afirmar que a burguesia cedia aos fascistas o poder político a troco de eles lhe garantirem, contra a presença ameaçadora do operariado, a continuidade do poder económico<sup>1</sup>. Decerto esta tese inspirou-se também na situação peculiar da Áustria, que durante mais de uma década se manteve fraccionada politicamente. Viena, onde habitava cerca de um terço da população do país, estava sujeita à supremacia do operariado industrial e era governada pelos socialistas, enquanto a província era controlada hegemonicamente pelo governo central, que representava os interesses profundamente reaccionários dos pequenos proprietários rurais. Otto Bauer foi sugestionado pela experiência de uma vida política rasgada a meio e desprovida de instituições capazes de a consolidarem e lhe assegurarem uma unidade. O regime fascista instaurado por Dollfuss a partir de 1932 pretendeu resolver este problema. Numa obra de 1936, publicada já no exílio, Bauer desenvolveu com minúcia a sua argumentação. Para ele, a ditadura fascista resultava de um tipo de equilíbrio das forças de classe em que a burguesia, embora detivesse o poder económico e controlasse o Estado, estava impedida pelas instituições democráticas de recorrer aos meios violentos necessários para prosseguir a acumulação dos seus lucros; e os operários, seguindo uma direcção política reformista, eram capazes de manter o seu nível salarial, mas apresentavam-se inseridos no sistema vigente e, como tal, eram considerados por numerosísimos elementos da pequena burguesia, do campesinato e mesmo do próprio proletariado como beneficiários de um regime que acarretava a miséria de um número crescente de pessoas. A vitória do fascismo, segundo Bauer, resultava deste «equilíbrio de forças, ou melhor, da debilidade de ambas as classes». A partir do momento em que recorria às milícias fascistas para desorganizar o proletariado, a burguesia ficava, na opinião de Otto Bauer, prisioneira dessas milícias e via-se obrigada a submeter-se à ditadura fascista. A intervenção do Estado na economia, resultante da crise iniciada em 1929 e a que o fascismo deu um especial desenvolvimento, teria no entanto

<sup>1</sup> Citado em G. Marramao (1977) 77.

obrigado os novos ditadores a tomarem decisões que prejudicavam ora uns ora outros sectores do capital, levando a base social do fascismo a sofrer uma redução drástica. Os regimes fascistas recorreram ao nacionalismo para tentar ultrapassar estas contradições e prepararam uma economia de guerra, mas assim, considerou Bauer, antagonizaram suplementarmente muitos interesses capitalistas<sup>2</sup>.

Todavia, sustentar que a manutenção de um nível salarial relativamente elevado entre os operários lesava a acumulação capitalista e invocar esta noção de *aristocracia do proletariado* para justificar a incapacidade de a classe trabalhadora encetar uma oposição global ao capitalismo correspondia a admitir que o perigo fascista fosse especialmente grave nas democracias, o que era errado, como mostravam os exemplos dos Estados Unidos e do Reino Unido. Em vez de explicar os factos, o modelo de fascismo proposto por Otto Bauer serviu para ocultar os interesses de classe próprios dos gestores, aqueles mesmos interesses que Bauer, e com ele toda a social-democracia, defendiam na esquerda. O Estado fascista só parece estar acima das classes, ou resultar de um equilíbrio paralisante entre classes opostas, se considerarmos que existem apenas a burguesia e o proletariado. Mas se admitirmos a existência dos gestores enquanto classe, com as suas conveniências e a sua complexidade orgânica, podemos compreender por que razão o Estado fascista se apresentou acima da burguesia.

Nesta perspectiva é esclarecedora a periodização sugerida por Mihail Manoilescu, notável teórico do corporativismo, que considerava que o estágio inicial da humanidade se havia caracterizado pela apanha de bens exclusivamente produzidos pela natureza; no segundo estágio, quando se difundira o cultivo, a criação de gado e o fabrico de instrumentos, passara a predominar o trabalho; no estágio seguinte o trabalho fora suplantado pelo capital; finalmente, chegara-se a um quarto estágio, em que prevalecia a organização<sup>3</sup>. «[...] o que é característico e inteiramente novo na história da humanidade», acentuou Manoilescu, «é a *organização converter-se num poder autónomo e numa força nova, distinta do capital, do trabalho e da natureza, e capaz de os substituir sucessivamente*»<sup>4</sup>. Ao considerar que os factores componentes da economia organizada eram «a *ordem, a unidade (mediante a coordenação), a competência, a hierarquia*»<sup>5</sup>, Manoilescu estava a enunciar os principais traços que definem os gestores. Tratava-se da instauração de um poder tecnocrático e burocrático, directamente inspirado pela estrutura adoptada pelas grandes empresas industriais. «[...] outrora só era possível conceber uma organização centralista e de comando

<sup>2</sup> Id., *ibid.*, 111-113. A frase citada encontra-se na pág. 112.

<sup>3</sup> M. Manoilescu (1936) 17, 44-45.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, 45 (sub. orig.).

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, 48 (sub. orig.).



único, enquanto que hoje a ciência moderna da organização e da racionalização imaginou a *organização funcional*, descentralizada e com comandos múltiplos»<sup>6</sup>. E depois de ter citado Taylor a este respeito<sup>7</sup>, Manoilescu explicou que a condição do comando múltiplo «é já preenchida pela organização taylorista das oficinas e das empresas; ela *pode ser preenchida*, desde que se inspire nas mesmas precauções, pela organização funcional da administração do Estado e da nação»<sup>8</sup>. Posta assim a questão, não restam dúvidas de que neste último estágio de evolução o lugar primordial cabia aos administradores e aos engenheiros, tanto mais que o processo se devia a pressões económicas e não a factores políticos. Numa época de profunda crise mundial, afectando gravemente o comércio externo, e quando a modernização de algumas regiões emergentes punha em perigo a hegemonia das velhas nações industriais, os países da Europa ocidental viam-se obrigados a extrair o máximo de recursos de um espaço limitado e de meios limitados, o que exigia a organização e a racionalização das actividades económicas<sup>9</sup>. Este estágio da organização da economia corresponderia ao corporativismo. «Impõe-se a *organização* e a sua forma natural é a *corporação*», proclamou Manoilescu, repetindo, para que as coisas ficassem bem claras: «*Querer organizar a ordem social é, pois, querer o Estado corporativo*»<sup>10</sup>.

Nestes termos, se a economia organizada prevalecia na Itália de Mussolini e começara igualmente a prevalecer na Alemanha com a chegada dos nacionais-socialistas ao poder<sup>11</sup>, concluímos que o corporativismo encontrara nos regimes fascistas um começo de aplicação. «A forma mais conhecida de corporativismo nos países contemporâneos é a forma facista»<sup>12</sup>, mas o corporativismo não se confundia com o fascismo, «apesar do desenvolvimento que *na sua forma exclusivamente económica* conseguiu adquirir sob aquele regime»<sup>13</sup>. A base de sustentação social do fascismo esclarece-se ao sabermos que a economia organizada, tal como Manoilescu a entendia, tornaria de novo competitivos os países europeus mediante a redução operada nos salários dos trabalhadores e nos lucros dos patrões<sup>14</sup>. O domínio do factor de organização corresponderia, assim, à diminuição dos rendimentos das duas forças cuja supremacia havia sucessivamente caracterizado os estádios anteriores, e no estrato cimeiro da sociedade os gestores substituir-se-iam aos proprietários privados. «[...] se aplicássemos um sistema prático e *científico* (e não "a

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, 208 (sub. orig.).

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, 208 n. 1.

<sup>8</sup> Id., *ibid.*, 209 (sub. orig.).

<sup>9</sup> Id., *ibid.*, 46, 53, 118-121.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, 122, 126 (subs. orig.).

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, 46-47.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, 13.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, 10 (sub. orig.).

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, 52-56.

participação nos lucros”, tão deficiente) para remunerar os chefes de empresa em função dos resultados objectivos e incontestáveis devidos aos seus méritos pessoais na condução das empresas, poderíamos reunir as vantagens da *competência* do chefe às do *interesse pessoal* nas operações da empresa, de maneira que o factor do interesse do proprietário deixaria de desempenhar o seu papel tradicional. Portanto, quanto maior for a empresa, mais “o proprietário” tem um papel económico reduzido», explicou Manoilescu. «Assim, a *função económica activa do capital individual declina perante os avanços da ideia de organização*»<sup>15</sup>. Ora, a diminuição dos lucros dos capitalistas privados não podia ser levada a cabo nas democracias, porque aí, apesar de o movimento operário e socialista gozar de liberdades, os capitalistas eram os mais poderosos e o Estado liberal não intervinha nas questões económicas. A passagem à economia organizada exigia, portanto, o fim das democracias e a instauração do fascismo, de modo a rebaixar os lucros dos patrões em benefício da remuneração dos gestores<sup>16</sup>. A supremacia dos gestores e da economia organizada confundia-se, neste conjunto de teses, com a supremacia do fascismo e do sistema corporativo.

No período que mediou entre as duas guerras mundiais a burguesia mostrou-se incapaz de se renovar e remodelar o sistema económico. Perante esta falência histórica da classe que até então havia sido hegemónica foram os gestores quem assumiu a direcção dos acontecimentos, salvando o capitalismo. Não foi no plano social que os gestores livraram a burguesia da ruína, porque mostrei já (no capítulo 1 da Parte 1) que nos países onde se implantaram regimes fascistas ou os movimentos revolucionários haviam entrado anteriormente em colapso ou nem sequer tinha estado iminente nenhuma revolução. A burguesia foi salva pelos gestores no plano económico, porque só eles conseguiram proceder à necessária reorganização do capitalismo. Chegou-se a este resultado mediante três processos distintos, e entre eles se repartiu a vida política daquela época.

Nas democracias a convergência social entre a burguesia e os gestores, enquanto classes capazes de possuir, cada uma, uma estratégia própria, resultou no *New Deal* e no tipo de reorganização capitalista comumente identificado com as teorias de Keynes. Conservaram-se as instituições burguesas, pelo menos na sua forma aparente, mas por dentro foram remodeladas graças à iniciativa dos gestores. E entretanto os trabalhadores, que com as suas lutas pressionavam este processo e lhe apressavam o ritmo, eram alheados tanto dos centros de decisão política como das instâncias de direcção económica. O prosseguimento da acção dos gestores dentro do quadro das

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, 55- 56 (subs. orig.).

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, 68-69, 135 n. cont.

instituições burguesas e a marginalização política dos trabalhadores caracterizaram esta estratégia como uma modalidade de manutenção da ordem. Num esquema: gestores + burguesia / proletariado.

O processo foi exactamente o inverso na experiência soviética, tal como ela se manifestou pelo menos desde a guerra civil e se definiu sem ilusões, ou com outras ilusões, nos planos quinquenais stalinistas. As grandes etapas da história do socialismo marxista haviam sido marcadas pela remodelação dos termos em que a classe trabalhadora e a classe dos gestores estabeleciam plataformas de convergência social, afirmando-se ambas contrárias à burguesia. Enquanto o proletariado procurava a aliança dos gestores para destruir ou transformar as relações sociais de produção, identificando assim a burguesia com a totalidade do capitalismo, os gestores ambicionavam o apoio do proletariado para remodelar as relações jurídicas de propriedade, de maneira a desenvolver formas de apropriação adequadas ao carácter colectivo da sua classe e retirar à burguesia a exclusividade do controle do capital. Nesta confusão entre relações de produção e relações de propriedade ocorreram todas as grandes derrotas do movimento operário e os mais macabros paradoxos do socialismo. A obra de Marx e dos seus seguidores constitui a expressão teórica da profunda ambiguidade das lutas sociais, que funde numa dinâmica única uma vertente do movimento operário e uma vertente dos anseios políticos e económicos dos gestores. Era a hostilidade à classe burguesa que permitia classificar como potencial ou manifestamente revolucionária essa articulação entre a classe trabalhadora e uma classe capitalista de gestores. Na esfera soviética o capitalismo acabou, sem dúvida, por ser salvo pelos gestores, mas enquanto capitalismo de Estado, resultante da mobilização da classe trabalhadora, e no qual não havia já lugar para a burguesia. Num esquema: gestores + proletariado / burguesia.

Tal como as sucessivas ortodoxias marxistas, e em especial como a fase stalinista da experiência soviética, o fascismo institucionalizou a mobilização do proletariado sob o comando dos gestores. Por outro lado, a afinidade do fascismo com o *New Deal* e com o keynesianismo resultou da manutenção das instituições burguesas na sua aparência exterior, embora a própria burguesia ficasse relegada para um lugar secundário. Os gestores fascistas colocaram à burguesia um dilema: ou ela os deixava assumirem os principais postos de comando e lhes permitia que, salvando o capitalismo, salvassem também a burguesia; ou ela se condenava a ser destruída junto com o capitalismo, já que a burguesia se sentia incapaz de recuperar sozinha os temas da contestação dos trabalhadores e de inscrevê-los no âmbito da nação. Assim, o fascismo respeitou o quadro da ordem, mantido pela aliança dos gestores com a burguesia, mas introduziu nele um elemento de revolta, suscitado pelos ecos da mobilização proletária. Por isso o fascismo, tal como

indiquei na análise das suas condições históricas (no capítulo 4 da Parte 1), atravessou de cima a baixo todas as camadas sociais. Mas o eixo em torno do qual esta articulação se fez era constituído pela classe dos gestores, e foi ela que determinou os interesses históricos últimos servidos pelo fascismo. Num esquema: gestores + burguesia + proletariado.

Abordada a questão nesta perspectiva, a análise do fascismo revela-se crucial para o entendimento tanto dos regimes democráticos como dos antigos regimes soviéticos. E os gestores surgem como o eixo de articulação de todas as variantes do capitalismo moderno<sup>17</sup>.

## **2. Itália: «Não se deve afundar o barco da burguesia, mas entrar nele para expulsar a burguesia improdutiva»**

Em 1923, mal o fascismo acabara de se implantar, Luigi Salvatorelli atribuiu à pequena burguesia o lugar decisivo entre as forças sociais determinantes do novo regime. A contraditória dualidade do fascismo resultaria do facto de ele representar a aversão da pequena burguesia ao capitalismo, entendido aqui como forma burguesa da sociedade, e manifestar ao mesmo tempo a hostilidade da pequena burguesia ao proletariado. Para Salvatorelli, porém, a pequena burguesia italiana definia-se num âmbito meramente cultural e ideológico, exterior ao processo de produção, não como uma camada «técnica» mas como um estrato «humanista», composto por funcionários públicos, burocratas e membros das profissões liberais. Estas características da sua base social, pensava Salvatorelli, impediam as pretensões revolucionárias do fascismo de se efectivarem na prática: «Que existe no fascismo a veleidade de uma revolução autónoma, já o dissemos, demonstrando que a pequena burguesia fascista tem uma psicologia de classe revolucionária própria; mas é uma psicologia sem abstracto real, precisamente porque a pequena burguesia “humanista” não é uma verdadeira camada social, com funções e forças próprias, mas um aglomerado que vive à margem do processo de produção, essencial à civilização capitalista. O nacionalismo, que constitui a sua ideologia, não é um produto fisiológico do capitalismo, não constitui — como pensa a maior parte das pessoas — a projecção política da economia capitalista; pelo contrário, é, relativamente a esta, um estádio ideológico retardatário [...] Não se pode conceber o triunfo definitivo do nacional-fascismo senão como a ruína da civilização capitalista, coisa em que não acreditamos. Mas não

<sup>17</sup> D. Lerner (1951) 6, referindo-se às camadas de rendimentos médios que exercem funções qualificadas, tais como administradores de empresa, burocratas, advogados, engenheiros e outros técnicos superiores, observou que esse segmento social «revela uma taxa de sobrevivência relativamente elevada nos processos revolucionários contemporâneos, pelo menos nas fases iniciais».

se pode excluir a possibilidade de o nacional-fascismo levar a cabo a sua tentativa verdadeiramente revolucionária, depois de ter obtido uma vitória superficial e temporária sobre o proletariado»<sup>18</sup>.

Se Salvatorelli, no entanto, tivesse atribuído à pequena burguesia fascista um carácter «técnico», isto é, se a tivesse definido como pertencendo a uma classe de gestores, com um lugar próprio no modo de produção e funções económicas específicas, poderia ter previsto que para uma tal tecnocracia o nacionalismo não era mais do que uma primeira forma de aglutinação das classes sociais sob a égide do Estado e que o programa imperialista se destinava a conferir ao regime o escopo internacional requerido pelo desenvolvimento do capitalismo. A questão não escapou a alguns contemporâneos, e Giovanni Ansaldo, num comentário ao livro de Salvatorelli, observou que a pequena burguesia do norte da Itália, de Milão sobretudo, cujo carácter «técnico» era indubitável, se mostrava ainda mais devota do fascismo do que a pequena burguesia «humanista», burocrática, radicada maioritariamente no sul da península<sup>19</sup>. Também o historiador fascista Giocchino Volpe criticou Salvatorelli, juntamente com Adriano Tilgher, por terem considerado que a pequena burguesia representava «o parasitismo social e o patriotismo retórico»<sup>20</sup>. Nestes termos, será que estariam criadas as condições para que o regime de Mussolini, depois de ter ajustado as contas com os trabalhadores, apresentasse à burguesia uma pesada factura?

A dialéctica entre as três classes da sociedade contemporânea foi exposta por Mussolini de maneira especialmente clara e manobrou-a na prática com considerável mestria. Num discurso proferido em Junho de 1928 perante uma assembleia de industriais ele anunciou a superioridade dos gestores relativamente aos burgueses, determinada pela própria evolução económica, que havia separado os direitos de propriedade e as funções de administração, relegando os meros proprietários para o lugar marginal de rentistas e atribuindo o papel de destaque aos empresários, tanto proprietários como administradores, desde que assumissem efectivamente a gestão: «Verificou-se uma separação entre capital e gestão, entre industrial e capitalista. Com o sistema das sociedades anónimas por acções o capital ampliou-se até chegar por vezes a pulverizar-se. [...] Enquanto o capital se tornava anónimo, e o mesmo sucedia com o capitalista, o primeiro plano da economia era invadido pelo gestor de empresa, o capitão de indústria, o criador de riqueza». Eram estes, proclamou o Duce, «a vanguarda de uma grande transformação que está a efectuar-se no

<sup>18</sup> As teses expostas por Luigi Salvatorelli no seu livro *Nazionalfascismo* encontram-se resumidas em R. De Felice (1978) 200-203 e 289-290. A passagem citada vem nas págs. 202-203 e parcialmente, embora com algumas diferenças de tradução, na pág. 289. Ver também M. Mann (2004) 96.

<sup>19</sup> R. De Felice (1978) 210 n. 38.

<sup>20</sup> G. Volpe (1941) 49-50.

tipo de economia capitalista e que prepara, talvez não só em Itália, o novo tipo de economia corporativa»<sup>21</sup>. Três meses depois o tema foi retomado por Arnaldo Mussolini, irmão do Duce, numa carta dirigida ao secretário do PNF, propondo que se desse início a um programa destinado a fazer entrar nos conselhos de administração das empresas novos tecnocratas, plenamente fascistas, formados nas Faculdades de Comércio sob a égide do regime<sup>22</sup>. De acordo com a teoria paretiana das elites, que concebia a manutenção de um sistema social através da renovação dos seus estratos dirigentes, não estava aqui em jogo o modo de produção, mas apenas a classe que havia de assumir o primeiro plano. «Não se deve, na minha opinião, afundar o barco da burguesia», declarou já Mussolini em Maio de 1920, no 2º Congresso do movimento, «mas entrar nele para expulsar a burguesia improdutivo»<sup>23</sup>. E no ano anterior, perante os operários de Dalmine empenhados numa greve nacionalista que se singularizou naquela época, Mussolini proclamara que «o velho industrial odioso e vampiresco deve ser substituído pelo chefe de indústria»<sup>24</sup>. Promovendo os gestores em detrimento da burguesia, o fascismo constituiu uma teoria e uma prática da mobilidade social no interior das esferas dominantes.

Para ocuparem o lugar cimeiro os gestores fizeram pesar sobre a burguesia uma ameaça, a insurreição das massas. É certo que em Itália, como por todo o lado onde conseguiu tomar o poder, o fascismo só ascendeu depois de estar desarticulado o movimento revolucionário da classe trabalhadora. Mas embora o perigo imediato já tivesse passado, o susto era ainda grande para a burguesia e ela reconhecia-se incapaz de recuperar os temas da agitação social e de os assimilar no interior das instituições dominantes de maneira a torná-los inócuos. Se o capitalismo continuasse a ser exclusivamente governado por uma classe que a evolução económica e as grandes transformações culturais e políticas trazidas pela guerra mundial haviam tornado arcaica, seria impossível conter a indignação dos trabalhadores dentro dos limites da ordem. Em 20 de Setembro de 1922, a pouco mais de um mês de encenar a Marcha sobre Roma e ser chamado a formar governo, quando os seus *squadristi* dominavam já os campos e as cidades e ele se preparava para apresentar a factura da conquista do Estado, Mussolini colocou perante a burguesia o espectro da agitação proletária: «A burguesia tem de se dar conta de que na nação existe também o povo, uma massa que trabalha, e não se pode pensar na grandeza da nação enquanto esta massa que trabalha estiver inquieta»<sup>25</sup>. E num artigo escrito em Maio de 1925 o Duce recordou

<sup>21</sup> A minha análise deste discurso reúne as passagens antologadas em G. S. Spinetti (org. 1938) 140 e as citadas por E. Santarelli (1981) I 566.

<sup>22</sup> P. Melograni (1980) 246.

<sup>23</sup> Citado em P. Milza (1999) 264 e E. Santarelli (1981) I 182.

<sup>24</sup> Citado em P. Marion (1939) 189.

<sup>25</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 311.

aos patrões que eles «têm um interesse objectivo em elevar o mais possível o nível de vida dos seus operários, pois isso implica uma maior tranquilidade nas fábricas, uma actividade com resultados maiores e melhores e, assim, mais possibilidades de vencer a concorrência alheia. Um capitalista inteligente não pode esperar nada da miséria»<sup>26</sup>. E aqueles capitalistas que não fossem «inteligentes»? A bom entendedor...

Disciplinar o proletariado de maneira eficaz foi uma das faces do mesmo processo que, na outra face, promoveu a ascensão dos gestores. Tratava-se de salvar da burguesia aquilo que podia ser salvo. Nos primeiros tempos do regime a orientação oficial consistiu em absorver na medida do possível a velha classe dominante, sem a destruir<sup>27</sup>, e no discurso de inauguração do seu governo Mussolini venceu a distinção entre a burguesia nociva e parasitária e «a burguesia que devia ser respeitada no plano da necessidade técnica e histórica, burguesia produtiva e inteligente, que cria e dirige a indústria e que é indispensável»<sup>28</sup>. O Partido Nacional Fascista fez compreender aos rentistas que a sua sobrevivência dependia de aceitarem a marginalização. Foi este o segredo da revolta dentro da ordem, e vemos que a classe dos gestores constituiu em tudo isto o elemento central. As fileiras do fascismo abriram-se gradualmente aos chefes dos grandes grupos económicos, aos empresários industriais e financeiros que, mesmo quando eram proprietários privados, se classificavam antes de mais por desempenharem funções de gestão e possuírem uma mentalidade tecnocrática. Numa primeira fase estes grandes empresários haviam participado com os fascistas em listas eleitorais conjuntas e tinham-se sentado no parlamento em bancos próximos<sup>29</sup>, mas depois, com a instauração do Estado totalitário, pelo menos alguns deles, os chefes das confederações patronais, inscreveram-se no partido único<sup>30</sup>. Na medida em que foram nomeados para desempenhar cargos políticos e se encarregar de funções directivas no sistema corporativo, puderam fazer prevalecer as suas orientações económicas<sup>31</sup>.

Após a fascização das instituições, o aparelho político, sob a tutela dos gestores, desempenhou com regularidade a função de harmonizar, ou pelo menos equilibrar, interesses capitalistas divergentes. Na comunicação que apresentou ao 2º Congresso de Estudos Sindicais e Corporativos em Maio de 1932 e que dera previamente a ler ao Duce, Ugo Spirito mostrou de um lado os

<sup>26</sup> B. Mussolini, «Fascismo e Sindacalismo», *Gerarchia*, Maio de 1925, antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 161.

<sup>27</sup> A. Lyttelton (1982) 295.

<sup>28</sup> Esta passagem do discurso de Mussolini de 7 de Novembro de 1922 encontra-se reproduzida em J. Ameal (1934 a) 19 n. 1.

<sup>29</sup> P. Melograni (1980) 69-70; E. Santarelli (1981) I 363 n. 1.

<sup>30</sup> E. Santarelli (1981) I 400 n. 1, 411-412, 583.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, I 417.

proprietários privados do capital, cada vez mais alheados da condução efectiva da economia devido à proliferação das sociedades por acções; de outro lado os trabalhadores, interessados exclusivamente nos salários e não na produção; e a meio um espaço, a ser preenchido pelo Estado corporativo que o fascismo se encarregava de instaurar. Só assim, afirmou Spirito, instituições que mantinham ainda o carácter dualista se tornariam integrais e unitárias, fundindo-se o capital e o trabalho numa propriedade corporativa em que todos colaborassem de acordo com uma hierarquia de competências e transformando-se a corporação num órgão do Estado. Esta foi uma das expressões extremas do corporativismo tecnocrático italiano e, apesar de se terem feito ouvir vozes discordantes, Mussolini apoiou a comunicação de Spirito tanto em privado como em público<sup>32</sup>. Mas de quem era a força social que fazia este Estado converter-se de uma abstracção num poder? Em Janeiro de 1925 o Duce nomeara uma comissão de dezoito membros, presidida por Giovanni Gentile e contando com a participação de outras grandes figuras do fascismo e do nacionalismo radical, como Enrico Corradini, e encarregara-a de estudar a transformação da estrutura constitucional do país. Uma das propostas apresentadas previa a substituição dos subsecretários de Estado por secretários-gerais oriundos dos cargos superiores da burocracia<sup>33</sup>. Num sistema em que Mussolini foi sempre titular de um número considerável de ministérios e em que lhe cabia, bem como aos demais ministros, o título de secretário de Estado, os seus subsecretários eram na realidade ministros em exercício. Esta proposta da comissão dos dezoito procurava que a tecnocracia prevalecesse sobre os políticos profissionais nas esferas de decisão prática e que ficasse consolidado o domínio de classe dos gestores sobre o governo. A sugestão não foi aceite, mas o Duce lembrou-se certamente dela quando, em Janeiro de 1941, num esforço desesperado por dar alguma popularidade à guerra perante uma população que não desejava combater, enviou os responsáveis governamentais para os lugares de batalha. «Mostrarei ao país», disse então, «como se pode governar apenas com os directores-gerais»<sup>34</sup>. E é certo que, com ou sem reformas constitucionais, a autoridade efectiva da burocracia se difundiu em todo o aparelho político.

Mas que aconteceria se a classe burguesa se mostrasse insatisfeita com os rumos tomados pelo fascismo, quando o desenvolvimento da concentração do capital e a organização da economia pelos grandes grupos empresariais marginalizassem os meros proprietários privados e lhes deixassem lucros insuficientes? Ou — pior ainda para o regime — que sucederia se se agravassem as fricções entre, por um lado, a burguesia empresarial e a tecnocracia de carácter econó-

<sup>32</sup> A. J. Gregor (2005) 237-244.

<sup>33</sup> E. Santarelli (1981) I 396.

<sup>34</sup> Citado em G. Bottai (1949) 201. Ver igualmente H. J. Burgwyn (2012) 131-132 e P. Milza (1999) 735.



mico e, por outro lado, a burocracia política que orientava superiormente o partido?

Em 25 de Outubro de 1938 Mussolini reuniu o conselho nacional do PNF e pronunciou um discurso em que revelava a percepção das dificuldades nascentes e começava a tecer a rede de ilusões com que se enlearia no final, na miserável experiência de Salò. «Este discurso», preveniu ele, «destina-se a permanecer inédito por agora. Mas autorizo-vos a transmiti-lo oralmente». Serviria, então, de construção ideológica subterrânea, alicerce invisível de opiniões, teses e polémicas que a partir daí inevitavelmente haveriam de surgir e se tornariam tanto mais ameaçadoras, e paradoxalmente tanto menos consistentes, quanto mais desconhecidos fossem os termos exactos que as haviam gerado. Mestre de encenação, Mussolini colocava-se perante o país no lugar exacto de um produtor de mitos, voz oculta de que ressoavam apenas ecos fragmentários, mas que nessa multiplicidade revelavam a unidade de inspiração originária. Este ambiente nebuloso condicionou o conteúdo das suas palavras, vagas e imprecisas. Naquele ano, o décimo sexto do regime, disse Mussolini, distingo um inimigo. «Este inimigo chama-se “burguesia”». Iria ele proclamar uma nova orientação da economia, remodelar-lhe as estruturas ou afirmar que o havia feito? Exactamente o contrário. «[...] a burguesia talvez seja uma categoria económica, mas é sobretudo uma categoria moral», ou melhor, explicou, uma categoria «político-moral». Já num discurso proferido em 14 de Novembro de 1933 Mussolini prevenira que «é necessário não confundir capitalismo e burguesia», ensinando que «a burguesia é como que um modo de ser». E reapareceram então, na idade serôdia do fascismo, os temas da sua gestação, quando Marinetti e os seus amigos lançavam o futurismo. Costuma dizer-se que tais infâncias tardias são sinal de senilidade. A burguesia como categoria moral, como forma de comportamento e não como modalidade de apropriação económica, fora este o grito de ataque da nova aristocracia futurista de punhos plebeus, que depois de desferir bofetões e pontapés nas plateias dos teatros passara à actividade mais séria de precipitar a intervenção da Itália na guerra mundial para, terminado o conflito, organizar os primeiros Fasci di Combattimento e as primeiras *squadre*. Nascido e desenvolvido sob o lema ideológico do combate à burguesia enquanto categoria moral, o futurismo, ao confluir no fascismo, revelou-se na prática preocupado apenas em combater os trabalhadores enquanto categoria social e física. A agressão estética antiburguesa transformara-se, com perfeita naturalidade, em agressão política antiproletária. Agora, no discurso de 25 de Outubro de 1938, foi o caminho inverso que Mussolini ameaçou percorrer. «O burguês é inimigo do desporto. Inimicíssimo do desporto, de tudo aquilo que possa perturbar o seu estado de perpétuo sossego». O desporto, este desporto, ninguém ignorava qual era — a violência física na luta de classes, que os *arditi* haviam trazido da primeira guerra mundial e que era necessário exercitar enquanto não

chegasse a próxima guerra, sã ginástica dos povos, matriz de todos os desportos. «O desporto italiano», afirmou um escritor fascista, «tem origem na guerra»<sup>35</sup>. Será que as *squadre*, destruído o movimento dos operários fabris e dos trabalhadores dos campos, iriam atacar o burguês, o pacato rentista, «pacifista, piedoso, pietista, pronto a comover-se, sempre humanitário, infe-cundo»<sup>36</sup>? E para quê o fariam?

Não se tratou, é certo, de um novo objectivo concreto na estratégia política do fascismo, mas de uma ameaça, que valia apenas como tal, destinada a estar sempre presente ou, se recordarmos as características daquele discurso, sempre subterrânea e latente, para dar ao regime uma conotação ideológica que em nada dependesse da sua realidade prática. E surge-nos então, nas vésperas da segunda guerra mundial, uma curiosa simetria. Mussolini lançava o PNF contra a burguesia, mas como esta era definida enquanto categoria moral e não económica, o fascismo podia afirmar que havia superado os defeitos do capitalismo quando na realidade lhe mantinha intacta a estrutura de exploração. Do mesmo modo o capitalismo de Estado soviético podia preten-der-se anticapitalista ao evocar o proletariado; mas, proibida de se organizar autonomamente, a classe trabalhadora russa fora esvaziada da sua substância política e era entendida pelos dirigen-tes leninistas como uma mera categoria moral, destinada a conferir ao regime a necessária caução ideológica. E assim, perante um metacapitalismo fascista que exhibia como repelente a burguesia enquanto categoria moral, tínhamos um anticapitalismo soviético que apresentava como funda-mento um proletariado igualmente reduzido a uma categoria moral.

Não se podia viver muito tempo, se é que se podia viver algum, naquele jogo de sombras. Veio o desporto da guerra, para acabar com a quietude da burguesia, e depois? Nos termos reais de uma ginástica que já não era só simbólica, a Itália perdeu o império africano e viu goradas as aspirações à hegemonia na Dalmácia, para finalmente verificar a fragilidade do aliado nacional-socialista. A vitória soviética em Stalingrado foi o sinal decisivo, entendido por todos aqueles que não tivessem razões especiais para se iludirem a si mesmos. Para os capitalistas italianos a guerra já não abria mercados nem estimulava negócios, podendo até comprometê-los gravemente se as alianças não fossem invertidas em tempo oportuno. Em 1943 os meios empresariais, que haviam fornecido os quadros organizativos e tecnocráticos da fascização do regime, voltaram-se contra o Duce e contra o radicalismo fascista e exigiram que o país juntasse o seu destino ao dos Aliados<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> A. Aniante (1933) 197.

<sup>36</sup> O discurso de Mussolini de 25 de Outubro de 1938 foi resumido e analisado por E. Santarelli (1981) II 330-335; as passagens citadas encontram-se na pág. 331. O discurso de 14 de Novembro de 1933 está parcialmente incluído em G. S. Spinetti (org. 1938) 153-156; as passagens citadas vêm na pág. 153.

<sup>37</sup> E. Santarelli (1981) II 473-475.

Mal haviam passado quatro anos sobre o discurso de 25 de Outubro. Mussolini detectara então um inimigo, o burguês enquanto categoria moral, e era agora o burguês enquanto categoria sócio-económica que o enfrentava, e não só o burguês, o gestor igualmente, todos os empresários. Com a nomeação de Carlo Scorza para secretário-geral do partido, no contexto da vastíssima remodelação das chefias políticas e militares a que o Duce procedeu em Janeiro e Fevereiro de 1943, e que continuou em Abril, renovaram-se os ataques à burguesia e tentou trazer-se à memória a exaltação proletária, ecoando os velhos temas, quase esquecidos, de 1919. Que logro! Em 1919 o futurismo antiburguês desvendara o seu verdadeiro carácter enquanto fascismo antiproletário. Como seria possível fazer agora o mecanismo funcionar em sentido inverso e dar ao fascismo uma sincera base proletária, se os próprios trabalhadores se recusavam a deixar-se mobilizar? O descontentamento da classe trabalhadora, tão perceptível já na surda hostilidade à guerra, que foi um dos principais factores do malogro das campanhas militares italianas, desenvolveu-se numa oposição aberta e organizada quando em Março de 1943 se iniciaram enormes greves em Turim, e a partir daí a contestação proletária difundiu-se pelo país<sup>38</sup>. Bem podia Scorza, num discurso em 5 de Maio de 1943 perante os chefes nacionais e distritais do partido, apelar para o ressurgimento de um fascismo puro e enaltecer o espírito de minoria<sup>39</sup>. O fascismo entrara em decomposição, exalando um fedor que não afastava só os puros, mas mesmo os interesseiros e os oportunistas.

Os temas que deram à República Social uma animação fictícia haviam começado já a difundir-se na primeira metade de 1943, não por efeito de qualquer opção estratégica, mas porque nada restava ao fascismo, na solidão crescente em que se encontrava, além de voltar-se para si próprio. A República Social foi uma longa agonia, sustentada artificialmente pela presença das tropas do Reich. Afirmam os entendidos que as pessoas, no instante de morrerem, recordam concentradamente toda a sua vida. Em geral, os regimes políticos terminam sem terem tempo para isso, mas em Salò o moribundo durou anormalmente e o fascismo italiano acabou por percorrer os trezentos e sessenta graus da sua existência. Iniciado por grupos de choque que conquistaram os campos e as ruas antes de se apossarem do governo e que submeteram depois toda a economia aos interesses tecnocráticos, o fascismo perdera qualquer capacidade de enquadrar os trabalhadores e nem as suas milícias serviam agora de refúgio aos timoratos burgueses nem se lhe apresentavam gestores a quem pudesse entregar a condução prática do regime. Em torno de

<sup>38</sup> J. Caplan (org. 1995) 274-294; Ch. F. Delzell (org. 1971) 221; P. Milza (1999) 805; E. Santarelli (1981) II 462 e segs.

<sup>39</sup> E. Santarelli (1981) II 467-469.

Mussolini restavam apenas os *squadristi* mais fanáticos ou mais comprometidos ou mais desesperados. A isto se reduzira o Duce e o seu Estado totalitário.

### 3. Alemanha: «Para conquistar o apoio das massas a um projecto de ressurreição nacional nenhum sacrifício social é demasiado grande»

Hitler desprezava os partidos burgueses e em Janeiro de 1920 considerou-os como um «misto de boa vontade, ingenuidade inofensiva, conhecimento teórico e completa falta de instinto», ridicularizando os seus chefes como «pessoas instruídas, profundamente respeitáveis mas incrivelmente ingénuas», «uma classe burguesa idealista e refinada»<sup>40</sup>. A necessidade de tomar medidas sociais e políticas contrárias à vontade da burguesia, de maneira a impedir o colapso do capitalismo e, portanto, salvar também a burguesia, constituiu um dos principais eixos de *Mein Kampf*. Nos termos em que Hitler o apresentou, o nacional-socialismo foi muito claramente uma revolta no interior do sistema económico vigente, destinada a reforçá-lo, mesmo que para isso tivesse de pôr de lado a classe que até então havia assumido a condução dos negócios. Tratava-se de revigorar as elites graças ao recrutamento de elementos populares<sup>41</sup>. E só os gestores estavam posicionados de maneira a poderem, ao mesmo tempo, mobilizar o proletariado e pressionar a burguesia<sup>42</sup>.

É conhecida a comparação feita por Hitler dos méritos e dos defeitos de von Schönerer e de Lueger, elogiando o primeiro pelo seu pangermanismo, mas criticando-o por se apoiar politicamente na burguesia, enquanto exaltava o pendor populista do segundo e o seu empenho nas questões sociais, censurando-lhe apesar disso as ilusões relativamente à dinastia dos Habsburgo e à viabilidade do Império Austro-Húngaro<sup>43</sup>. O interessante é que para Hitler, uma vez fixadas as grandes linhas do projecto político, não se tratava de fazer proselitismo no meio social que seria em princípio mais receptivo a esse projecto, mas de conquistar a adesão dos sectores que revelas-

<sup>40</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs.2008-2010) I 23.

<sup>41</sup> A. Hitler (1995) 392-393.

<sup>42</sup> Quanto ao papel central desempenhado no nacional-socialismo pelos gestores, que ele denominava «a nova *intelligentsia*», ver A. Sohn-Rethel (1987) 136-138.

<sup>43</sup> A. Hitler (1995) 89 e segs. Note-se que, segundo A. Whiteside (1965) 317, entre 1898 e 1902 Georg von Schönerer estimulava a formação de um grande número de associações operárias. Todavia, os objectivos destas associações eram estritamente étnicos, procurando impedir a população checa do império de conquistar um estatuto de igualdade relativamente à população de origem germânica, e a sua única implicação de carácter económico consistia em defender o emprego de uns trabalhadores à custa dos outros. De qualquer modo, de 1902 em diante Schönerer opusera-se à ampliação da base de massas do seu movimento, conforme Andrew Whiteside indicou (pág. 319). Consultar no mesmo sentido S. Beller (2011) 39, 42, 45-47 e 49-50.

sem maiores disposições para a luta — qualquer luta. A questão era colocada exactamente ao invés do que fazem os marxistas, para quem se deve partir da função histórica de uma dada classe ou grupo social e só então definir a sua missão política. Para Hitler, pelo contrário, a obtenção dos apoios sociais orientava as necessidades tácticas, e toda a arte da política consistia em impor o programa de uma classe social graças à mobilização prática de outra.

Foi neste contexto que se determinou o lugar da classe trabalhadora no interior do nacional-socialismo e, em consequência, a posição do NSDAP perante a burguesia. Se os detentores tradicionais do poder económico e político se revelavam incapazes de dar novo vigor à nação, e se isto só seria conseguido através da mobilização das massas populares, então era necessário que os trabalhadores obtivessem a satisfação de algumas reivindicações e, em geral, beneficiassem de condições materiais de vida aceitáveis. Em troca eles empenhar-se-iam no projecto nacionalista ou, mais exactamente, seriam enquadrados e impulsionados neste sentido pelas milícias nacional-socialistas<sup>44</sup>. O conteúdo estratégico do movimento era o nacionalismo, entendido como um racismo, quer dizer, não um nacionalismo restrito às fronteiras alemãs mas a fundação de um Reich onde coubesse toda a raça nórdica. A orientação táctica do programa exigia o socialismo, entendido como melhoria do nível material de vida, mais à custa da espoliação dos outros povos, aliás, do que graças ao desenvolvimento da produtividade ou a quaisquer sacrifícios do patronato germânico. Foi por razões historicamente circunstanciais que o socialismo apareceu aqui atrelado ao nacionalismo, desempenhando na prática política o papel subalterno que a ordem de sucessão das palavras anunciava na esfera semântica. «Para conquistar o apoio das massas a um projecto de ressurreição nacional nenhum sacrifício social é demasiado grande», preveniu Hitler. «Quaisquer que sejam as concessões económicas que se façam hoje à nossa classe trabalhadora, os benefícios resultantes para toda a nação serão proporcionalmente muito maiores, se essas concessões contribuírem para restituir as vastas massas à nação. Só a mais teimosa das miopias, de que infelizmente existem muitas demonstrações no nosso meio patronal, pode deixar de reconhecer que a longo prazo não haverá melhorias económicas e lucros para os patrões se não for restaurada a solidariedade nacional interna do nosso povo»<sup>45</sup>. Se a estupidez política da burguesia a impedisse de perceber as vantagens do negócio, alguns safanões ajudá-la-iam a reconhecer os seus verdadeiros interesses. Hitler considerou sempre pusilânime a burguesia alemã.

<sup>44</sup> A. Hitler (1995) 42-44, 255, 303, 305, 308-309.

<sup>45</sup> Id., *ibid.*, 305.

#### 4. Espanha: «Vamos lutar para que sejam impostos sacrifícios a muitos dos membros da nossa classe»

Ao discursar na assembleia fundadora da Falange Española, em Outubro de 1933, José Antonio Primo de Rivera, filho primogénito do defunto marquês de Estella e vigésimo segundo conde de Sobremonte, encetou um diálogo, por cima da plateia, com um auditório que não o ouvia: «Gostaria que este microfone levasse a minha voz até ao último dos lares operários, para lhes dizer: sim, nós usamos gravata; sim, é certo que nos podeis chamar *señoritos*. Mas trazemos o espírito de luta precisamente em prol daquilo que não nos interessa enquanto *señoritos*. Vamos lutar para que sejam impostos sacrifícios duros e justos a muitos dos membros da nossa classe e vamos lutar para que um Estado totalitário abranja com os seus benefícios tanto os poderosos como os humildes. E somos assim porque assim o foram sempre na história os *señoritos* de Espanha. Assim conseguiram alcançar a verdadeira hierarquia de senhores, porque em terras longínquas e na nossa própria pátria souberam enfrentar a morte e suportar as mais duras missões, e por aquilo que precisamente, enquanto *señoritos*, em nada lhes interessava»<sup>46</sup>. O mito de uma classe que se legitima pelo seu sacrifício foi retomado em Janeiro do ano seguinte, quando José Antonio declarou numa entrevista: «Até agora o fascismo tem sido apoiado pela classe média inferior. Os trabalhadores serão convencidos mais tarde. As classes abastadas devem usar o seu prestígio histórico em apoio do fascismo. O estatuto que perderam só poderá ser recuperado mediante sacrifício e esforço. Se triunfamos, pode ter a certeza de que os *señoritos* não triunfarão conosco. Eles têm de encontrar ocupação meritória para os seus talentos, reconquistando assim a posição respeitável que delapidaram pela ociosidade»<sup>47</sup>. Dois anos depois, num discurso pronunciado em Madrid durante a campanha para as eleições de 16 de Fevereiro de 1936, José Antonio desenvolveu a mesma tese: «Há uma única maneira, profunda e sincera, de evitar que chegue o comunismo: ter a coragem de demolir o capitalismo, demoli-lo por aqueles mesmos a quem ele favorece, se é que querem na verdade evitar que a revolução comunista apague das nossas tradições os valores religiosos, espirituais e nacionais. Se o quiserem, ajudem-nos a demolir o capitalismo, a implantar a ordem nova»<sup>48</sup>. Era um tema recorrente nas intervenções de José Antonio, que não se cansava de alertar os sectores tradicionais das classes dominantes para

<sup>46</sup> Discurso no Teatro de la Comedia, em Madrid, 29 de Outubro de 1933; o trecho citado vem transcrito em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 24-25.

<sup>47</sup> Citado por S. G. Payne (1961) 74.

<sup>48</sup> Discurso de 2 de Fevereiro de 1936; a passagem citada encontra-se em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 119.

a necessidade de mudarem de vida se desejavam conservar os fundamentos da sua situação<sup>49</sup>. «O “*señorito*” é a degenerescência do “*señor*”», escrevera ele no começo de 1934. «O senhor era senhor porque era capaz de “renunciar”, ou seja, de abdicar de privilégios, conforto e prazeres em homenagem a uma ideia elevada de “serviço”». Nada de dramático, todavia, nesta troca do material pelo espiritual, porque em compensação — veja-se só que perfeita dialéctica! — o espírito traria de novo as vantagens da matéria. «É claro que nem todos têm de fazer as mesmas tarefas. Desde o trabalho manual mais humilde até à magistratura social do exemplo e do requinte, são muitas as tarefas a realizar. Mas tem de se realizar alguma»<sup>50</sup>.

Com a sua juventude, a sua elegância e boas maneiras, estamos a ver José Antonio — magistrado do exemplo e do requinte — no papel do herói de *Metropolis* de Fritz Lang. Foi nesta perspectiva que ele retomou uma tese inaugurada há muito em Itália pelos sindicalistas revolucionários e que Gottfried Feder divulgara entre os nacionais-socialistas alemães, até que Hitler a embalsamasse como artigo de fé. Também para o chefe da Falange os defeitos do capitalismo se limitavam ao capital financeiro, considerado numa acepção parasitária como algo de ocioso e apenas especulativo. Seriam de fina ironia, entre entendidos, ou de incrédulo espanto os olhares que trocavam os membros do Circulo Mercantil, em Madrid, ao ouvirem José Antonio expor-lhes as suas noções do processo histórico? Disse ele que os instrumentos financeiros se haviam pouco a pouco intrometido na antiga relação directa e patriarcal que o proprietário mantivera com as coisas que lhe pertenciam, até que por fim o desenvolvimento da sociedade anónima permitira aos bancos o controle da economia. Será que os banqueiros não frequentavam estas palestras? Ou também eles saberiam, como novos *señoritos*, distinguir o fundamental do acessório? Porque o objectivo dessa redução da economia ao nível de uma fábula, infamando a ociosidade, consistia em atribuir virtudes idênticas tanto aos chefes de indústria como aos operários. Os ataques ao capital financeiro eram a condição necessária para conciliar as classes antagónicas. «[...] quando vejo como [...] os patrões e os operários, em lutas encarniçadas, chegam até a matar-se pelas ruas», continuou José Antonio, «penso que nem uns nem outros sabem que são decerto protagonistas de uma luta económica, mas na qual, aproximadamente, ambos estão do mesmo lado. E quem se situa no lado contrário, contra os patrões e contra os operários, é o poder do capitalismo, a técnica do capitalismo financeiro»<sup>51</sup>. Mas para que a demagogia funcionasse tinha de chegar

<sup>49</sup> No mesmo sentido dos trechos referidos ver ainda id., ibid., 34, 43, 68, 180 e 660.

<sup>50</sup> Estas passagens do artigo «*Señorio y Señoritismo*», publicado em *F. E.*, 25 de Janeiro de 1934, encontram-se em id., ibid., 596.

<sup>51</sup> Este trecho da conferência proferida por José Antonio no Circulo Mercantil, 9 de Abril de 1935, encontra-se em id., ibid., 54-55. A passagem citada vem na pág. 55.

tanto ao auditório patronal como ao proletário, e em alocuções, artigos e manifestos eleitorais José Antonio repetia, incansável, o refrão, irmanando os chefes de empresa e os trabalhadores na comum aversão ao banqueiro, ao usurário<sup>52</sup>.

Resultaram daqui duas propostas, a nacionalização do crédito e o cancelamento da renda rural. Em Novembro de 1934 o Artigo 14 do programa da Falange defendeu «a tendência para a nacionalização do serviço da Banca»<sup>53</sup>, sem fornecer, porém, detalhes quanto ao ritmo a que esta reforma seria executada se a Falange obtivesse o poder. Exactamente um ano depois, no discurso de encerramento do 2º Conselho Nacional da Falange, José Antonio foi igualmente circunspecto a respeito de prazos, limitando-se a proclamar que «é possível desarticular o capitalismo financeiro substituindo-o pela nacionalização do serviço de crédito»<sup>54</sup>, e no mês seguinte, numa declaração que visava diferenciar o seu movimento da direita conservadora, referiu-se, em termos não menos vagos, a «uma reforma creditícia, que chegue inclusivamente à nacionalização do serviço de crédito, em benefício da economia total»<sup>55</sup>. Mas num discurso pronunciado em Santander em 26 de Janeiro de 1936, quando se aproximavam as eleições que haviam de se revelar decisivas na história do país, José Antonio prometeu que «se a Falange chegar ao poder, em quinze dias será nacionalizado o serviço de crédito»<sup>56</sup>. E, no entanto, o manifesto eleitoral publicado duas semanas antes fora mais moderado nos seus compromissos, anunciando apenas «uma reforma creditícia, etapa para a nacionalização do serviço de crédito»<sup>57</sup>. Será que, perante a plateia de Santander, o Chefe Nacional se deixou arrastar para mais longe do que desejava? Será que transpareciam algumas discordâncias internas do movimento? Ou será que nada disto tem outro sentido senão o de uma demagogia mal burilada? Uma indecisão ainda maior afectou a proposta de extinção da renda rural, formulada tardiamente e de maneira episódica. Ao intervir no parlamento em 24 de Julho de 1935 José Antonio já havia deixado antever um projecto desse tipo<sup>58</sup> e disse em 17 de Novembro daquele mesmo ano, no discurso com que pôs termo ao 2º Conselho Nacional da Falange: «O processo de desarticulação do capitalismo rural é simplesmente este: declarar cancelada a obrigação de pagar a renda»<sup>59</sup>. No entanto, o programa da Falange, de Novembro de 1934, apesar de dedicar sete artigos às questões rurais, não tivera uma palavra acerca do cancelamento

<sup>52</sup> Id., *ibid.*, 94, 209, 213, 637.

<sup>53</sup> Id., *ibid.*, 523.

<sup>54</sup> Id., *ibid.*, 101.

<sup>55</sup> José Antonio, «El Frente Nacional», *Arriba*, 5 de Dezembro de 1935; a passagem transcrita vem reproduzida em *id.*, *ibid.*, 762.

<sup>56</sup> Id., *ibid.*, 209.

<sup>57</sup> Id., *ibid.*, 661.

<sup>58</sup> Id., *ibid.*, 392-394.

<sup>59</sup> Id., *ibid.*, 100.



da renda fundiária<sup>60</sup> e fora do mesmo modo silencioso o manifesto preparado para as eleições de Fevereiro de 1936<sup>61</sup>. Afinal, tudo se resumia a pretextos para incitar patrões e trabalhadores a convergirem numa fictícia comunidade de interesses.

Sustentando aquela tática política bastante clara e aquelas confusas operações verbais estavam os gestores, para quem o duplo discurso corresponde às necessidades mais imperiosas e aos anseios mais íntimos. «Os operários, os empresários, os técnicos, os organizadores», enumerou José Antonio, «formam toda a trama da produção, e há um sistema capitalista que através do crédito caro, através dos privilégios abusivos dos detentores de acções e obrigações, obtém, sem trabalhar, a maior parte da produção, e arruína e empobrece igualmente os patrões, os empresários, os organizadores e os operários»<sup>62</sup>. Revelando-se sempre, e quase que apenas, pela dualidade, se não mesmo pela duplicidade, os gestores escamoteiam-se ao mesmo tempo que se afirmam. Enunciam os demais grupos sociais unicamente para deixarem subentendida a sua presença nos interstícios, e neste lusco-fusco têm conseguido confundir-se com o próprio desenvolvimento do capitalismo e atingir a hegemonia em toda a sociedade. Na perspectiva da Falange, a nova elite sairia das camadas menos privilegiadas das classes dominantes e pela competência profissional, que contrastava com a ociosidade rentista dos antecessores, resgataria o seu papel histórico. É difícil definir melhor a função dos gestores relativamente à burguesia, e no caso da Espanha relativamente também à fidalguia apegada a vestígios de outras eras. A burguesia só poderia salvar-se na medida em que o capitalismo fosse salvo, e desta operação apenas os gestores seriam capazes. Foi o que sucedeu, e José Antonio teve vista certa. Desde as suas palavras em 1935 aos membros do Circulo Mercantil de Madrid até às últimas imagens do filme de Buñuel de 1961, em que o primo tecnocrata convoca para jogar às cartas uma Viridiana destroçada pelo fracasso do medievalismo agrário, está desenhada a linha recta da salvação da classe burguesa pela classe dos gestores, e a guerra civil foi precisamente a condição para que o traço não deixasse de seguir a direito.

Na sua correspondência José Antonio observou que na Grã-Bretanha e em França a elite de gestores se havia formado progressivamente, mas que em Espanha era imprescindível a intervenção de um Estado forte, governado por uma elite revolucionária. Daí a razão de ser do fascismo espanhol. Para realizar a revolução nacional, discursou ele em Fevereiro de 1935, «é necessário

<sup>60</sup> O programa da Falange vem reproduzido em id., *ibid.*, 519 e segs. Para os artigos respeitantes à questão rural vejam-se as págs. 523-525.

<sup>61</sup> O manifesto eleitoral de 12 de Janeiro de 1936 encontra-se em id., *ibid.*, 657 e segs. A questão da terra é abordada nas págs. 660-661.

<sup>62</sup> No discurso de 19 de Maio de 1935; ver id., *ibid.*, 77.

não organizar massas, mas seleccionar minorias — não muitos, mas poucos, embora fogosos e convictos, porque só assim se tem feito tudo no mundo»<sup>63</sup>. E a classe trabalhadora? Como o Chefe Nacional anunciara na entrevista de Janeiro de 1934, «os trabalhadores serão convencidos mais tarde» — de uma maneira, se não fosse de outra.

## **5. Portugal: Uma «nova classe», formando «o elemento activo da nova ordem política»**

Em Portugal, onde se implantou num sistema arcaico de clientelismo rural e de estabelecimentos financeiros virados mais para o grande comércio do que para os investimentos industriais, o Estado Novo criou o quadro que permitiu formar e desenvolver, quase a partir do nada, uma sólida classe de gestores. Com efeito, a instabilidade da Primeira República não se devera às frequentíssimas mudanças governamentais, mas ao facto de a administração não possuir um lastro burocrático que lhe garantisse a continuidade de funcionamento para além das peripécias parlamentares. Prosseguindo a lógica deste raciocínio, concluo que a estabilidade sem precedentes do Estado Novo não lhe foi assegurada pela longevidade do «avô cavernoso» e que, pelo contrário, o ditador pôde morrer politicamente na cadeira porque o seu regime conseguira fundar-se numa classe coerente de burocratas e técnicos. No caso português, a tecnocracia ajudou a burguesia a modernizar-se e a ampliar a sua base económica e, assim, poupou-lhe o definhamento a prazo.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 começara pouco auspiciosamente, mas a entrada de Salazar no governo converteu uma vulgar ditadura num verdadeiro fascismo e garantiu ao regime uma vertente modernizadora. É certo que Salazar se situou no extremo conservador dos fascismos e a sua noção do carácter periclitante da arquitectura social portuguesa evitou-lhe iniciativas arriscadas. O seu objectivo consistiu em equilibrar de maneira coerente e com um mínimo de conflitos os vários sectores da economia e os diferentes interesses em jogo, e a isto se resumiu no essencial o sistema corporativo, secundado pela legislação do condicionamento industrial. Salazar operou de maneira metódica e, nas grandes linhas, planeada. Os compromissos práticos a que teve necessariamente de recorrer e as sinuosidades tácticas em que era mestre não devem confundir-se com qualquer falta de alvos estratégicos claros. Escapar-nos-á a compreensão global do problema se nos limitarmos a comparar as várias medidas económicas do salazarismo e a

<sup>63</sup> Citado por S. G. Payne (1961) 75.

detectar contradições entre elas, e apercebemo-nos de que não se tratou de uma política de expedientes se confrontarmos o regime corporativo que aos poucos se foi erguendo com as iniciativas meramente pragmáticas tomadas durante a Primeira República ao sabor das ocasiões. Algumas das medidas implementadas por Salazar já haviam sido tentadas sem resultado por governos de base parlamentar e lograram êxito no Estado Novo ao integrarem-se num conjunto sistemático.

Foi neste quadro de harmonização dos interesses económicos que os gestores salazaristas tiveram um dos seus principais campos de intervenção, inflectindo a direcção dos negócios e assegurando-lhes outras oportunidades e outra linha de crescimento. Além disso, e conhecida a debilidade da burguesia industrial, os gestores encabeçaram a renovação das condições gerais de produção, tanto materiais como financeiras e sociais, e orientaram-nas de maneira a estimular e facilitar o desenvolvimento da indústria. Se assim não tivesse sucedido, a economia portuguesa não alcançaria sequer o modesto grau de modernização que caracterizou o Estado Novo. Só o conseguiu porque no interior de uma situação imobilizadora os gestores constituíram a força de inovação, e aliás estavam conscientes deste papel. Um deles escreveu em 1931 numa revista de engenheiros: «Contam-se como actividades economicamente distintas a agricultura, a indústria e o comércio. O *poder* resultante da sua exploração está actualmente nas mãos de agricultores, industriais e comerciantes. O primeiro passo na racionalização deverá ser a transferência desse *poder económico* para os agrónomos, engenheiros e comercialistas»<sup>64</sup>. Discursando três anos depois em lugar de destaque no 1º Congresso da União Nacional o engenheiro Araújo Correia, um dos mais notáveis tecnocratas do salazarismo, depois de situar o fascismo português no mesmo campo dos congéneres italiano e alemão, afirmou que era necessário, através da intervenção do Estado, proteger tanto o proletariado como a propriedade privada dos efeitos de uma concorrência desregrada e de uma concentração excessiva das fortunas. E que força social podia assegurar este equilíbrio? Araújo Correia via desenvolver-se uma «nova classe», que formaria «o elemento activo, vibrante e construtivo da nova ordem política»<sup>65</sup>. Desde início que, através de um dos seus chefes-de-fila, os gestores portugueses definiram o seu lugar social e explicaram a função que a si mesmos atribuíam.

Os gestores protestaram sempre contra a inércia do regime e esforçaram-se por ir mais além e seguir em ritmos mais rápidos, e ainda nos alvares do Estado Novo Salazar tinha de lhes

<sup>64</sup> Esta passagem do artigo de Joaquim Taveira publicado em 1931 numa separata da *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* vem citada em L. Amaral (1994) 893 (subs. orig.).

<sup>65</sup> O discurso de Araújo Correia encontra-se condensado em A. B. Parreira et al. (1982) 217-218. As frases citadas vêm na pág. 218.

censurar os «programas vastos demais para um futuro imediato»<sup>66</sup>, de maneira a que não ficassem comprometidos os difíceis equilíbrios em que se amparava o fascismo português. Passados vinte anos, quando entrou em execução o primeiro Plano de Fomento, o presidente do Conselho continuava a insistir na necessidade de «corrigir desmandos da imaginação», de «moderar desejos irreflectidos»<sup>67</sup>. «Demasiado devagar?», perguntou ele retoricamente no discurso de 19 de Janeiro de 1956. «Talvez um tanto devagar, mas repito e sublinho — em paz»<sup>68</sup>. E não nos devemos iludir com as taxas aceleradas de industrialização conseguidas após o final da segunda guerra mundial porque, se elas alteraram o perfil da economia portuguesa, não melhoraram de maneira sensível a posição relativa ocupada por Portugal no mundo. Só poderiam fazê-lo se fossem introduzidas modificações profundas no sistema económico e social vigente nos campos, mas a isso se opôs a necessidade de não colocar em risco um dos principais sustentáculos da ordem política. Foi por tal motivo, e por nenhum outro, que desde a década de 1950 os partidários do progresso industrial desistiram de exercer pressões no sentido da reforma da agricultura e decidiram modernizar a indústria apesar do elevado grau de arcaísmo rural. «[...] o nosso “industrialismo” imaginava que com uma sistemática sementeira de fábricas pelo país a actividade agrícola se veria forçosamente “arrastada” para a modernização», observou um historiador. «[...] a partir das leis Ferreira Dias [...] industrialização e reforma agrária passam a ser de novo conceitos separáveis, sem qualquer espécie de ligação estrutural. [...] Perante a violenta reacção dos tradicionais e politicamente poderosos interesses agrários relativamente às ideias reformistas», os defensores da industrialização «optaram por não os hostilizar, no pressuposto de que, com ou sem reforma agrária, a indústria se desenvolveria na mesma — o que efectivamente veio a suceder»<sup>69</sup>. E como o sector fabril conseguiu crescer, modernizar-se e adquirir a hegemonia no conjunto da economia portuguesa e como, apesar de tudo, a agricultura foi evoluindo e algumas melhorias acabaram por ser realizadas também neste sector, os tecnocratas industrializadores encontravam no progresso geral argumentos empíricos para justificar a indiferença a que votavam as questões agrárias, que tão benéfica foi para o conservadorismo rural. Tudo se equilibrava, desde que não houvesse pressas. Salazar jamais deixou de abrir aos gestores a via de uma intervenção efectiva; mas, por outro lado, sempre lhes moderou as aspirações.

<sup>66</sup> Esta passagem do discurso proferido por Salazar em 1933 no encerramento do I Congresso da Indústria Portuguesa vem citada em F. Rosas et al. [s. d.] 262.

<sup>67</sup> Citado em id., *ibid.*, 457. Encontram-se outras frases deste género, extraídas do mesmo discurso, na pág. 514.

<sup>68</sup> Citado em F. Nogueira [1977-1985] IV 408.

<sup>69</sup> L. Amaral (1994) 894, 906. Esta tese, fundamental para compreendermos o rumo e os limites da modernização económica efectuada pelo Estado Novo, foi defendida por Luciano Amaral, *op. cit.*, *passim*, sobretudo nas págs. 894, 896, 899 e 905-906. Ler igualmente a contribuição deste autor em F. Rosas et al. [s. d.] 449.

Apesar disso, Salazar compreendia os gestores melhor do que ninguém, ele, «professor desterrado na política»<sup>70</sup>, que entrara para os governos da ditadura militar como técnico e não como ideólogo ou chefe de partido<sup>71</sup> e soubera usar os mecanismos das finanças públicas para assegurar a sua supremacia sobre os demais membros do gabinete, convertendo-se em ditador pela moeda antes de o ser pela política e pela polícia<sup>72</sup>. Pouco depois os serviços do Secretariado da Propaganda Nacional encarregaram-se de transformar em mito a competência técnica de Salazar, assentando nesta base francamente tecnocrática toda uma ideologia da governação e das questões do Estado. Foi talvez neste aspecto que o salazarismo melhor antecipou ideias que viriam a ser correntes na segunda metade do século XX, considerando que governar não correspondia a um acto voluntarioso de energia política, mas a uma decisão intelectual tomada por especialistas habilitados. À primeira vista, nada estaria tão distante do fascismo como esta recusa da acção espectacular. Dois factores justificaram, porém, a convergência de interesses. Se uma política concebida como técnica se pretende neutra e se apresenta desprovida de cor ideológica, por outro lado esta imagem de neutralidade e o culto da eficiência explicam que os projectos de governação tecnocrática fiquem situados acima das classes, emanando directamente de um interesse colectivo. Era a mesma ambição de reconstruir a nação enquanto quadro integrador da nova ordem que o demagogo fascista encontrava na racionalidade tecnocrática. E os tecnocratas, por seu turno, viam nas tropas de choque do fascismo o elemento que lhes permitiria limpar o palco político, e de então em diante acrescentaram ao estilo polido das teorias de administração o necessário argumento do cacete.

Na nota que dirigiu ao país em 3 de Setembro de 1940, apresentando uma das suas mais importantes remodelações ministeriais, Salazar observou que «a política, como arte humana, existirá e será sempre necessária, enquanto existirem os homens; mas o governo parece que será cada vez mais uma função científica ou técnica»<sup>73</sup>. Foi graças também a esta aura tecnocrática que o salazarismo conseguiu atrair apoios num âmbito muito mais vasto do que o das suas bases consagradas. Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos puderam transitar do grupo da *Seara Nova* para os bastidores do Estado Novo e ocuparem aí posições de considerável influência graças ao

<sup>70</sup> Esta passagem do discurso de Salazar proferido em 28 de Janeiro de 1934 foi citada por J. Ameal (org. 1956) III 286 e F. Nogueira [1977-1985] II 254.

<sup>71</sup> F. Nogueira [1977-1985] II 4; F. Rosas et al. [s. d.] 170.

<sup>72</sup> F. Nogueira [1977-1985] I 338-339; F. Rosas et al. [s. d.] 409 n. 11; J. F. Silveira (1982) 363-364. Com o direito que havia exigido de ditar as condições de funcionamento financeiro dos demais ministérios, «Salazar não tinha todo o poder, mas podia impedir quase tudo», escreveu J. S. Saraiva (1953) 55. Ver igualmente a pág. 230. Note-se que Salazar seguiu aqui a lição de Hjalmar Schacht, que poucos anos antes conseguira pôr cobro à hiperinflação na Alemanha; nomeado para presidir ao banco central, Schacht exigira o poder de veto sobre as despesas do governo.

<sup>73</sup> Citado em F. Nogueira [1977-1985] III 290. E este biógrafo de Salazar comentou: «Salazar abre assim em Portugal a era da *tecnocracia*» (pág. 290, sub. orig.).

elitismo tecnocrático que caracterizava tanto, na esquerda moderada, os seareiros como, no fascismo conservador, os salazaristas. De então em diante, e até ao fim, o regime de Salazar jamais deixou de seduzir muitas inteligências técnicas que de modo nenhum se consideravam a si mesmas como fascistas ou que pensavam até estar acima da política. Preocupados mais em governar do que em saber como governam, os tecnocratas aceitam sempre qualquer autoridade desde que seja eficaz, sem nunca se interrogarem sobre as condições dessa eficácia.

O fascismo português não se recusou a acompanhar as mudanças que durante meio século transformaram o resto do mundo. Sem isto, cedo se teria esboroadado, como sucede aos sistemas demasiado rígidos, em vez de ter durado mais, muitíssimo mais, do que qualquer dos seus congéneres. O salazarismo pôde resistir e, apesar de tudo, manter o equilíbrio social originário porque os gestores lhe introduziram o necessário elemento de evolução e o adaptaram tanto às pressões internas como às modificações exteriores. Encontramos um exemplo desta actuação no rescaldo da campanha eleitoral de 1958, quando a candidatura oposicionista do general Humberto Delgado mobilizara um impressionante apoio popular e deixara patente a fragilidade do fascismo. Ao mesmo tempo que proclamou «Aguentar! Aguentar!»<sup>74</sup>, Salazar reorganizou o governo e chamou de novo Ferreira Dias, o mais modernizador dos tecnocratas, antigo subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, entregando-lhe desta vez o próprio Ministério da Economia. O presidente do Conselho sabia que não poderia «aguentar» na política sem se adaptar na economia e a tecnocracia industrializadora foi indispensável à manobra.

E ainda que os gestores e a renovada burguesia tivessem acabado por ultrapassar o arco-boiço do regime fascista e promovessem formas de democratização, o certo é que para além das inegáveis rupturas os traços de continuidade não foram menos reais. Salazar nunca dispensou os equilíbrios que haviam estado na origem do seu regime, e a hegemonia moral e ideológica concedida à Igreja foi a expressão mais notória daquela atitude realistamente prudente, se não mesmo timorata. Os prelados garantiam a ordem cultural, a tacanhez intelectual e, na vida corrente, os bons costumes. Do mesmo modo foi a Igreja a assegurar que as adaptações necessárias não pusessem em causa a estabilidade desejada. Mortos ou em vias de se aposentarem os gestores que tinham acompanhado a génese e as décadas iniciais do salazarismo — Quirino de Jesus, Ezequiel de Campos, Araújo Correia, Duarte Pacheco e tantos outros — é sintomático que a primeira expressão organizada da novíssima geração tecnocrática, que se apresentava com uma distância crítica relativamente ao Estado Novo, tivesse lugar no II Encontro Nacional dos Diploma-

<sup>74</sup> «Aguentar! Aguentar! E nada mais é preciso para que amaine a tempestade e se nos faça justiça», declarou Salazar num discurso a 23 de Maio de 1959, citado em id., *ibid.*, V 79 e F. Rosas et al. [s. d.] 528.

dos Católicos, realizado em 1962-1963 sob a égide de dois organismos da Acção Católica, a Liga Universitária Católica e a Liga Universitária Católica Feminina, já que os doutores e as doutoras não se filiavam promiscuamente. Ao percorrermos as actas deste Encontro vemos sucederem-se nomes que mal começavam então a ser conhecidos mas haveriam de atingir depois a notoriedade na vida culta do seu país<sup>75</sup>. Quando, ao fim de quarenta e oito anos, a fórmula política que Salazar aplicara com tenacidade e diligência se revelasse definitivamente esgotada, seria esta nova formada de gestores, uns num lado e outros no outro, alguns até em ambos os lados ao mesmo tempo, a assegurar uma certa continuidade entre o fascismo marcelista com pretensões liberais e uma democracia resultante do restabelecimento da ordem capitalista.

Nas actas do II Encontro Nacional dos Diplomados Católicos todos os participantes pareciam admitir que o desenvolvimento económico só seria sustentável através de um acréscimo da parte do rendimento nacional que cabia aos trabalhadores, o que exigiria uma profunda remodelação do funcionamento das instituições políticas ou — nenhum dos intervenientes foi claro a este respeito — das próprias instituições. Por um lado, só a melhoria dos salários permitiria melhorar a qualidade da força de trabalho. Como salientou Sousa Gomes, «a educação [...] é, não um fruto, mas um dos centros motores indispensáveis à realização do processo de desenvolvimento»<sup>76</sup>. E em seguida, além de referir o papel da educação no aumento da capacidade produtiva, Sousa Gomes mencionou ainda a educação enquanto componente do consumo dos trabalhadores e enquanto estímulo ao acréscimo do consumo<sup>77</sup>. Num país com a mais baixa escolaridade obrigatória da Europa e onde, apesar disso, o governo havia fechado escolas primárias e a instrução popular era considerada um risco social, estabelecer a relação entre desenvolvimento e qualificação da mão-de-obra era sem dúvida uma ousadia política. Também Xavier Pintado abordou o tema, afirmando que «encargos como os da educação e ensino técnicos, que tradicionalmente se consideravam como despesas de carácter corrente, tendem hoje, pela sua influência determinante sobre a produtividade da mão-de-obra, a ser olhados como um tipo de investimento produtivo [...]»<sup>78</sup>. Por outro lado, sem uma repartição mais equitativa dos rendimentos seria inevitável uma agudização dos conflitos sociais que dificilmente poderia ser contida por mecanismos essencialmente repressivos. Embora estivesse sempre presente, esta questão foi obrigatoriamente aborda-

<sup>75</sup> Entre os participantes encontravam-se Adérito Sedas Nunes, Alberto Ramalheira, Francisco Pereira de Moura, João Salgueiro, Mário Murteira, Miller Guerra, Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira, Rogério Martins, Sousa Gomes e Xavier Pintado.

<sup>76</sup> A. S. Gomes, «A Educação e o Desenvolvimento», em II Encontro Nacional dos Diplomados Católicos [1963], fascículo 13, 2.

<sup>77</sup> Id., *ibid.*, 8-9.

<sup>78</sup> X. Pintado, «O Investimento Produtivo: Determinante Básico do Desenvolvimento Económico», em *ibid.*, fascículo 7, 1-2.

da de forma discreta, em geral através de citações das encíclicas papais e de outros documentos de igual inspiração. A exaltação da dignidade da pessoa humana, que num clima de arbitrariedade repressiva soava como um tema antifascista, serviu, muito mais profundamente, para rebater a noção de uma sociedade dividida em classes e para irmanar trabalhadores e patrões. E assim a terceira via que o fascismo pretendia ser, superando ao mesmo tempo o socialismo e o capitalismo livre-concorrencial, era repostada pela tecnocracia católica em termos democráticos.

Entre os intervenientes, pela sistematicidade de ideias e pela amplitude dos temas abordados destacou-se Adérito Sedas Nunes. Os dez obstáculos ao desenvolvimento económico que ele enunciou incluíam a lista das acusações que a ala mais dinâmica e modernizadora dos gestores fazia ao salazarismo, embora tivessem um escopo mais vasto e se referissem também a dificuldades suscitadas por outros tipos de regime. O primeiro obstáculo consistia numa «sociedade rural estruturada sobre uma repartição demasiado assimétrica da propriedade rústica», o que suscitava um segundo obstáculo, «o baixo nível de instrução e a “rigidez cultural” da grande massa dos camponeses». Em terceiro lugar, «uma estratificação socioeconómica caracterizada por fortes desigualdades na repartição dos rendimentos [...] tem diversos efeitos restritivos sobre as possibilidades de desenvolvimento económico. Por um lado, limita drasticamente a procura da grande massa, impedindo assim a montagem daquelas actividades produtivas que necessitam [...] de uma dimensão mínima relativamente grande [...] e que constituem, muitas vezes, sectores estratégicos num processo de desenvolvimento. Por outro, canaliza para consumos supérfluos um grande caudal de rendimentos do estrato superior. [...] uma parte muito considerável do alto rendimento da minoria privilegiada é desviada para o exterior, através da compra de bens de consumo [...]». Passando dos problemas estruturais da sociedade para o plano da gestão e da administração, Sedas Nunes denunciou na escassa mobilidade social ascendente um quarto obstáculo, que impedia a promoção de «indivíduos empreendedores que, movidos por incentivos económicos e sociais, se erguem a posições de direcção, através das actividades económicas». Esta ancilose reflectia-se num quinto obstáculo, a «persistência da “mentalidade económica” pré-industrial», quer «nos *hábitos* que comandam a utilização do capital monetário» quer «na preferência da iniciativa capitalista pelas actividades comerciais e especulativas, em detrimento das actividades industriais». A importância que Sedas Nunes atribuía aos problemas da gestão levou-o a desdobrar a análise numa série de aspectos complementares, em vez de optar por uma formulação sintética. Indicou, assim, a existência de um sexto obstáculo, resultante da «reduzida formação de técnicos. [...] Mas não só de técnicos: também de operários especializados, qualificados e bem adaptados, psicológica e socialmente, às tarefas e à disciplina da indústria moderna».



Em sétimo lugar, depois de denunciar no «imobilismo» do Estado um dos obstáculos ao desenvolvimento, Sedas Nunes considerou a «instabilidade» um factor não menos nocivo. Por isso, no capítulo das reformas políticas necessárias escreveu que «a eficácia do Estado como propulsor do desenvolvimento económico será tanto maior quanto mais *aberta* for a direcção política do Estado, ideológica e institucionalmente, ao acolhimento das solicitações do desenvolvimento» e «quanto menos perturbada for essa direcção por *instabilidades* incompatíveis com uma eficiente sequência temporal na programação e execução da política do desenvolvimento [...]»<sup>79</sup>.

Entre os dois escolhos do imobilismo e da instabilidade, Sedas Nunes previa decerto uma navegação difícil. Noutra intervenção ele advertiu: «Não pode conceber-se que, crescendo em volume, em aglomeração, em aspirações e em nível de consciencialização, os estratos assalariados da indústria permaneçam indefinidamente privados de meios institucionais de expressão e de acção»<sup>80</sup>. Mas entretanto ele havia já acautelado os demais participantes no Encontro quanto aos inconvenientes do sindicalismo «de contestação», afirmando que o desenvolvimento económico só não ficaria comprometido se os sindicatos fossem órgãos «de cooperação». Ficavam assim bem claros os limites da crítica tecnocrática ao regime corporativo. Sedas Nunes pretendia modernizar a integração da burocracia sindical na administração global da economia, considerando que «o carácter predominantemente contestativo ou cooperador da relação Sindicato – Estado depende, basicamente, da relação entre as *equipas directivas* de um e outro membro do binómio. Se as equipas directivas do Estado inspirarem confiança às equipas directivas sindicais e se esforçarem por estabelecer com estas uma colaboração leal e efectiva, não é provável depararem, pelo menos ao fim de certo prazo, uma recusa à cooperação. Além do mais, as minorias directivas sindicais têm a ganhar, na aproximação com o Estado, um reforço de posição ante as empresas — e esta interessa às maiorias sindicalizadas, de cuja aceitação as minorias dependem». Dentro do corporativismo fascista encontrava-se já formulado um neocorporativismo democrático. Esta digressão esclarece o que pretendia Sedas Nunes ao referir, como oitavo obstáculo ao desenvolvimento económico, a «inadaptação da estrutura e dos métodos da Administração Pública às exigências de um desenvolvimento acelerado». E Sedas Nunes preveniu que «mesmo quando a Administração Pública está carregada de elementos competentes, a sua estrutura é ampla e geralmente racional e a sua honestidade é intocável — podem ocultar-se nela razões profundas de subeficiência». Pelo seu carácter colectivo, pelo seu recrutamento baseado na

<sup>79</sup> A. S. Nunes, «A Perspectiva Sócio-Cultural do Desenvolvimento», em *ibid.*, fascículo 5, 6-10, 12 (subs. orig.).

<sup>80</sup> Intervenção de Adérito Sedas Nunes em «Aspectos do Caso Português (Relato-Resumo da 2ª Fase)», em *ibid.*, fascículo S3, 4.

cooptação e na competência e pelo modo discreto como actua, a administração constitui o terreno de actuação privilegiada dos gestores. Ao tratar das reformas necessárias na organização do Estado, Sedas Nunes sublinhou que «*dentro de certos limites*, uma Administração Pública racionalmente adaptada [...] às exigências [...] duma política de desenvolvimento pode constituir um elemento compensador [...] de certas deficiências na direcção política do Estado. *Sobretudo* das deficiências provocadas pela *instabilidade* do Poder, mas também, embora ao que parece em menor grau, das resultantes de imobilismo [...] De facto, a Administração Pública não é [...] apenas uma máquina executiva [...] Como máquina executiva, ela pode assegurar certa continuidade, através das descontinuidades temporais do Poder. Mas, como *máquina de concepção* que também é, [...] pode representar como que um “poder compensador”, dentro do próprio Estado, de outros “poderes” representados nele, ou sobre ele influentes. Tudo isto, porém, *dentro de certos limites* [...]». Dentro de tais limites os gestores sabiam-se capazes de ter uma influência de peso nas decisões do fascismo e de reduzir a instabilidade de uma eventual transição democrática. A resguardo da curiosidade pública, eles eram já, e continuariam a ser depois, um poder. Resumindo esta lista de obstáculos, Sedas Nunes acusou o salazarismo, em nono lugar, de se revelar incapaz de instaurar um sistema eficaz de cooperação prática entre todos os grupos e estratos sociais, que propiciasse o desenvolvimento económico. Isto equivalia a pôr em causa o corporativismo naquela que era a sua ambição central. Finalmente, em décimo lugar, detectou a «resistência de ideologias e doutrinas influentes às exigências do desenvolvimento económico»<sup>81</sup>.

Adérito Sedas Nunes não só se assinalou como um reorganizador do pensamento tecnocrático mas foi ainda o primeiro intelectual do seu país a formular de uma maneira teoricamente clara os interesses globais dos gestores. Numa segunda fase do Encontro, cujas intervenções foram publicadas apenas em resumo, Sedas Nunes afirmou que «três importantes sectores da população estão a assumir posições de crescente relevância», a tecnocracia, o operariado industrial e a juventude, ou seja, na linguagem discreta que era então obrigatório usar em público, as instituições do salazarismo revelavam-se incapazes de responder de maneira positiva aos novos interesses destes três sectores. Quanto à tecnocracia, que denominou «técnicos (em sentido amplo)», Sedas Nunes observou que ela «se expande em número e em influência, com participação cada vez mais sólida dos especialistas em temas económicos e sociais. Duma parte, o desenvolvimento da economia moderna e dos serviços e atribuições do Estado veio reforçar notavelmente a importância social dos técnicos; doutra parte, os próprios técnicos têm vindo a adquirir

<sup>81</sup> A. S. Nunes, «A Perspectiva Sócio-Cultural do Desenvolvimento», em *ibid.*, fascículo 5, 13-15 (subs. orig.; respeitei a sintaxe original).

e a manifestar uma noção de responsabilidade perante a sociedade que, em certos campos pelo menos, tem levado a interessantes expressões colectivas [...]»<sup>82</sup>.

A acção e a obra de Sedas Nunes são inseparáveis da revista *Análise Social*, que ele ajudou a fundar e dirigiu, e lhe serviu para forjar, quase a partir do nada, um numeroso grupo de discípulos que alcançaram nas decisões políticas e económicas do seu país uma influência sem precedentes entre os «técnicos (em sentido amplo)». Sedas Nunes havia estado durante cerca de dois anos à frente do Centro de Estudos Sociais e Corporativos, um *think-tank* dependente do Ministério das Corporações, mas como lhe fora recusada autorização para editar uma revista demitiu-se do cargo e em 1962 conseguiu, a partir do Gabinete de Estudos Corporativos, um órgão obscuro existente no quadro da Mocidade Portuguesa, lançar no âmbito universitário o Gabinete de Investigações Sociais e a revista *Análise Social*<sup>83</sup>. Era nesta altura que se preparava o II Encontro Nacional dos Diplomados Católicos, sobre o qual — é curioso — tão pouco se fala hoje, mas seria exagerada candura duvidar que a mesma Igreja que contribuíra decisivamente para colocar Salazar no poder não estivesse então a preparar uma porta de saída do salazarismo. Vejamos quem eram as pessoas que converteram o Gabinete de Estudos Corporativos no Gabinete de Investigações Sociais. «Não era um grupo político», contou Sedas Nunes — pois como poderia sê-lo num regime em que a União Nacional era o único grupo político autorizado? «Formavam-no homens já a entrar na casa dos trinta ou já nela entrados, quase todos economistas, e todos ex-militantes ou ex-dirigentes da Juventude Universitária Católica [...] tinham-se desapegado progressivamente do Salazarismo em que se haviam formado e que os formara [...] Não tinham chegado à crítica do Regime partindo da Democracia; pelo contrário, tinham chegado à Democracia partindo da crítica do Regime»<sup>84</sup>. Graças a este grupo, os problemas discutidos nos gabinetes do Ministério das Corporações e nos meios mais inovadores do Estado Novo foram divulgados entre os tecnocratas esclarecidos e puderam encontrar solução vários anos depois. Sedas Nunes colocou bem a questão ao observar, acerca da criação do Gabinete de Investigações Sociais e da sua revista, que «o que seguramente não foi manifestação duma estratégia *do* Regime pode ter sido, e provavelmente foi, expressão duma estratégia *dentro* do Regime [...]»<sup>85</sup>. Ficou assim traçada a continuidade entre o capitalismo fascista e o capitalismo democrático, e a «nova classe» de que

<sup>82</sup> Intervenção de Adérito Sedas Nunes em «Aspectos do Caso Português (Relato-Resumo da 2ª Fase)», em *ibid.*, fascículo S3, 3.

<sup>83</sup> A. S. Nunes (1988) 13-16.

<sup>84</sup> *Id.*, *ibid.*, 16-17.

<sup>85</sup> *Id.*, *ibid.*, 18 (subs. orig.).

havia falado o engenheiro Araújo Correia iria outra vez formar «o elemento activo, vibrante e construtivo da nova ordem política».

Em vez de interromper a linha de evolução económica anterior, a mudança de regime efectuada em Abril de 1974 veio acelerar e confirmar alguns dos seus aspectos. Os tecnocratas da nova geração, que haviam sustentado as orientações que Rogério Martins pretendia aplicar de 1969 a 1972 enquanto estivera à frente da Secretaria de Estado da Indústria, visando uma ampla abertura aos capitais estrangeiros e à concorrência externa e a integração na economia europeia, defenderam uma estratégia semelhante depois de 1976, já sobre bases políticas adequadas. Através destes novos elementos, a classe dos gestores conseguiu dar outro fôlego à burguesia portuguesa nas condições do capitalismo moderno. Com uma salazaríssima modéstia de sacristia, desde o início do fascismo em Portugal até para além da sua morte, os gestores salvaram a burguesia.

## **6. França: «Na grande maioria dos casos foram escolhidos homens que não eram “capitalistas”, mas “managers”»**

Quem governou a França desde o armistício até à Libertação? A corte de Pétain não foi. Basta ver aquele corupcio de ministros para compreender que era impossível governar com uma tal falta de continuidade. As autoridades alemãs de ocupação também não governaram o país. Limitaram-se a estabelecer o quadro em que o État Français era autorizado a actuar e a lembrá-lo sempre que necessário, dando directivas quando isto se impunha, mas nem tinham ocasião nem meios humanos e materiais para governar a França. Tudo o que queriam era que ela fosse governada por franceses de acordo com os critérios ráticos, os objectivos estratégicos e as prioridades económicas definidos pelo Führer. Um historiador mostrou sem sombra de dúvida que o fascismo de Vichy se precipitou em vários casos à frente dos ocupantes, em vez de ceder a exigências que eles nem sequer haviam formulado, na esperança de se mostrar digno de partilhar os despojos do império britânico e participar na Ordem Nova europeia<sup>86</sup>. Os irrisórios chefes fascistas de Paris menos ainda do que o velho marechal e os seus acólitos governaram a França, nem ajudaram sequer a governá-la, quando tantas vezes não eram capazes de se fazer obedecer pelos seus próprios militantes. E os mais hábeis de todos, Doriot e Déat, imobilizaram-se reciprocamente numa rivalidade que os incapacitou a ambos. Então, quem governava a França? Os mesmos que

<sup>86</sup> Ver R. O. Paxton (1973) *passim*, sobretudo as págs. 59-136.

a haviam governado antes e a governariam depois, os homens de gabinete, os altos funcionários das repartições do Estado, os administradores da indústria, os profissionais saídos das *Grandes Écoles*, os engenheiros, os peritos, as pessoas competentes, os tecnocratas, numa palavra, os gestores. Foram eles quem forneceu o lastro que de outro modo o État Français não teria.

Os gestores governam eficazmente com a condição de estarem por detrás. Necessitam de um biombo político, nunca deixaram de necessitar até hoje, mesmo depois de terem assumido a completa hegemonia social. Entre as duas guerras mundiais os gestores puderam ter, ou pelo menos uma fracção muito substancial desta classe pôde ter, a nostalgia de um governo forte, capaz de encabeçar o dirigismo económico. Era assim que os stalinistas entendiam o comunismo, desnaturando as esperanças de emancipação dos trabalhadores e convertendo-as no seu contrário, um pesadíssimo aparelho de planificação central. Mas os partidos comunistas requeriam convulsões demasiado profundas e arriscadas. Ora, na França das décadas de 1920 e 1930 os gestores, globalmente considerados enquanto classe, não viam nenhuma utilidade em se aliar ao operariado para atingir o poder, porque o tinham alcançado já, paulatinamente, graças a sucessivas transformações económicas, e nele estavam solidamente implantados. O ano de 1934-1935 não foi uma excepção, mas a regra, ao vermos os candidatos saídos de uma das *Grandes Écoles*, a École Libre des Sciences Politiques, ganharem esmagadoramente os concursos para os altos cargos nos principais órgãos da administração pública — 97% dos que entraram no Conselho de Estado, 96% na Inspeção das Finanças, 89% no Tribunal de Contas, 86% no Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>87</sup>. Estas percentagens caracterizavam-se pela estabilidade, pois desde o primeiro ano do século XX até 1937 foram diplomados pela École des Sciences Politiques 97% dos membros do Conselho de Estado, 96% dos inspectores das Finanças, 88% dos conselheiros do Tribunal de Contas, bem como 88% dos membros do corpo diplomático<sup>88</sup>. Formados por instituições de ensino profundamente elitistas e que recrutavam num meio fechado, os gestores saíam das *Grandes Écoles* não só com uma lúcida consciência dos seus interesses sociais mas ainda com um verdadeiro espírito de classe. Compreendemos que fosse tão odiado nestes meios o nome de Jean Zay, ministro da Instrução Pública no Front Populaire e defensor da criação de uma única escola nacional de administração, que substituisse neste domínio as *Grandes Écoles* e se baseasse num recrutamento mais democrático<sup>89</sup>. A ideia não passou à prática, mas bastava tê-la tido para ser culpado de um verdadeiro crime de lesa-magestade, e decerto por isto e talvez outras

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, 249.

<sup>88</sup> E. Weber (1965 a) 81.

<sup>89</sup> R. O. Paxton (1973) 250.

coisas Zay seria assassinado pela Milícia em Junho de 1944, quando o fascismo francês, definitivamente derrotado, procedeu ao ajuste de contas final. Nas últimas décadas da Terceira República os lugares no parlamento e as pastas ministeriais haviam sido detidos por figuras em geral insignificantes, capazes no entanto de uma única coisa, proteger as administrações dos ataques, muni-las das verbas necessárias e assegurar o clima conveniente para que pudessem funcionar de acordo com as suas regras próprias. Contrariamente às ilusões de muita gente, não eram os políticos quem governava, e a sua grande arte consistia em deixar as administrações governarem.

Os gestores ocupavam já os altos cargos, e tudo o que necessitavam era remodelar o Estado de maneira a tornar mais eficazes as correias de transmissão, obtendo tanto uma maior sintonia dos governantes com as figuras que povoavam as administrações como uma melhor adequação da estrutura governativa aos mecanismos tecnocráticos de tomada de decisões. A Terceira República estava cindida por uma ambiguidade entre a sua legitimidade política, proveniente do apelo ao voto popular e da dependência formal relativamente aos eleitos, e a sua eficácia governativa, assegurada apenas na medida em que os gestores vissem as suas opções impostas na prática. Mas para reforçar a autoridade do governo e orientar-lhe a intervenção económica num sentido centralizador e dirigista não era necessária uma revolução, bastava uma sacudidela nas instituições. Daí o namoro de tantos peritos de gabinete com os *bagarreurs* de rua que formavam as milícias e a ala vociferante das ligas. O movimento fascista francês assentou na aliança destas duas forças. As milícias serviriam, como haviam servido na Itália e na Alemanha, para criar uma situação de desordem permanente, que só os gestores, os especialistas da administração ordeira, seriam capazes de controlar e resolver, porque eram eles mesmos, afinal, quem ajudava a provocá-la. Mas em França já não eram necessários golpes de Estado nem mesmo arruaças, porque as instituições da república estavam a evoluir francamente na direcção pretendida.

Para os fascistas a jornada de 6 de Fevereiro de 1934 foi um insucesso, e aliás as ligas pretendiam não se sabe bem o quê, tão desarticulada e incoerente foi naquele dia a sua actuação. Mas, indirectamente, não deixaram de ter êxito, e a Terceira República encetou então sucessivas experiências governativas num sentido autoritário e dirigista. De imediato e até ao final de 1934 o governo foi entregue ao velho Gaston Doumergue, antigo presidente da República e director de uma importante empresa da indústria pesada<sup>90</sup>. Talvez de maneira mais significativa, Pierre Laval recorreu amplamente à tecnocracia para formar o seu governo na segunda metade de 1935 e o

<sup>90</sup> I. Kolboom (1986) 77.

mesmo sucedeu, mas com uma base política oposta, na segunda metade de 1936 e no começo de 1937, quando o ministro da Economia Nacional do Front Populaire, Charles Spinasse, se rodeou de tecnocratas formados pela École Polytechnique e defensores de uma planificação inspirada sobretudo nos fascismos e no *New Deal*. A experiência não chegou muito longe, mas esta vertente dirigista foi retomada por Daladier desde Abril de 1938 até Março de 1940. Tendo recebido do parlamento os plenos poderes no Outono de 1938 e estando apto de então em diante a governar por decreto, Daladier faz lembrar os últimos chanceleres da república de Weimar, Brüning nomeadamente, que desenvolveram as formas políticas e económicas autoritárias sem as quais Hitler não teria conseguido firmar inicialmente o seu regime.

Mas mesmo esta cronologia é enganadora porque, independentemente das pessoas e dos partidos que governassem, as instituições aparentemente vinculadas às formas originárias da democracia burguesa foram-se alterando por dentro, de maneira a reflectir o peso crescente dos técnicos. Assim, no parlamento aumentou a importância das comissões especializadas, sendo as comissões temporárias substituídas a partir de 1910 por órgãos permanentes. E nestas comissões o papel predominante passou a caber aos altos funcionários, aos técnicos que assessoravam os deputados e os senadores<sup>91</sup>. Entretanto, um projecto de lei de 1935 havia previsto que todas as empresas industriais e comerciais se organizassem para, naqueles anos de profunda crise económica mundial, evitar que a produção ultrapassasse a capacidade de compra do mercado e contrariar a tendência à baixa dos preços<sup>92</sup>. Por detrás de uma fachada poeirenta, a velha república adaptava-se mais ou menos discretamente aos novos tempos.

Por este motivo a Revolução Nacional de Pétain não passou de uma demagogia inconsistente<sup>93</sup>. A paradoxal autoridade de um marechal do exército vencido de pouco serviria para entronizar instituições e pessoas que eram já hegemónicas. A grande novidade de Vichy consistiu no facto de os tecnocratas se verem obrigados a sair do anonimato e a ocupar as primeiras filas, perante o rápido desgaste dos personagens políticos de que Pétain dispunha e também em virtude da escassez dessas figuras, tanto mais raras quanto mais ténue se tornava a hipotética vitória do ocupante. «Usando o termo em sentido lato», enumerou um historiador que analisou com singular argúcia o État Français, «dezoito dos trinta e cinco ministros do regime são técnicos, contra onze parlamentares, e são-no sete dos dezoito secretários de Estado, contra quatro»<sup>94</sup>. René Belin, o primeiro dos ministros que se sucederam na pasta da Produção Industrial, recordaria mais tarde

<sup>91</sup> R. O. Paxton (1973) 250-251.

<sup>92</sup> Id., *ibid.*, 207.

<sup>93</sup> R. Belin (1978) 184-185.

<sup>94</sup> R. O. Paxton (1973) 253.

que «na grande maioria dos casos foram escolhidos homens que não eram “capitalistas”, mas “managers” [...]»<sup>95</sup>.

Alguns desses gestores vieram dos grandes organismos técnicos do Estado, outros haviam exercido o seu talento no âmbito das empresas privadas, sucedendo ainda que ambos os casos se confundissem. Até ao começo de 1941, Raphael Alibert, do Conselho de Estado, foi ministro da Justiça, e muitos altos cargos da política foram confiados a outros grandes administradores públicos. Um inspector das Finanças, Paul Baudouin, que fora director do Banco da Indochina, encarregou-se durante nove meses do Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto outro, Yves Bouthillier, ocupou a pasta das Finanças. Jacques Barnaud, também inspector das Finanças, era um accionista do Banco Worms, onde havia tido altas responsabilidades, e foi nomeado chefe de gabinete de René Belin, ministro do Trabalho e da Produção Industrial, por sugestão, aliás, de Bouthillier, sendo depois delegado-geral para as relações económicas franco-alemãs. Não muito longe andara Pierre Pucheu, formado na École Normale Supérieure, que se encarregara da direcção de uma das maiores empresas do grupo Worms e fora também um dos directores do Cartel Internacional do Aço; em Vichy coube-lhe o Ministério da Produção Industrial entre Fevereiro e Junho de 1941, sendo então indigitado para ministro do Interior até Abril do ano seguinte. Quanto a François Lehideux, que abandonou a pasta do Equipamento Nacional para suceder a Pucheu na Produção Industrial, era sobrinho de Louis Renault, o magnate da indústria automóvel, e fazia parte dos corpos directivos da fábrica Renault. Talvez mais significativo ainda fosse o relevo conferido a engenheiros, escolhidos alguns entre os mais prestigiados. O ministro das Comunicações, Jean Berthelot, obtivera a primeira classificação do seu curso em duas *Grandes Écoles*, a École Polytechnique e a École des Mines, e Robert Gibrat, que foi também ministro das Comunicações, até se demitir em Novembro de 1942, e igualmente com ambas as licenciaturas, passara em primeiro lugar nas Mines e entre os primeiros na Polytechnique. Engenheiro era do mesmo modo o brilhantíssimo Jean Bichelonne, o aluno melhor classificado que alguma vez havia saído da École Polytechnique, «espermatozóide monstro... todo cabeça», como Céline Ihe chamou, «por si só um verdadeiro cibernético, sempre a explicar os porques e os porquês»<sup>96</sup>. Em 1939, começada a guerra, Bichelonne desempenhara funções no Ministério do Armamento e iniciou a sua carreira em Vichy logo nos primeiros dias do novo regime, como secretário-geral da Indústria e do Comércio, para se tornar mais tarde secretário de Estado da Produção Industrial e das Comunicações. As portas de entrada eram muitas e por vezes curiosas, por exemplo quando

<sup>95</sup> R. Belin (1978) 153.

<sup>96</sup> L.-F. Céline (1998) 157, 357.



alguém que havia pertencido ao secretariado-geral da Presidência do Conselho na época de Léon Blum levou consigo vários antigos colegas, todos formados pela *École Polytechnique*, para integrarem o secretariado do ministro do Trabalho e da Produção Industrial<sup>97</sup>.

Ao mesmo tempo ia-se reforçando o peso das instituições burocráticas no interior do governo, e a lei de 15 de Julho de 1940 previa que em cada ministério fosse nomeado um secretário-geral permanente, por regra oriundo do Conselho de Estado<sup>98</sup>. Quando Bouthillier escreveu mais tarde, no Outono das memórias, que Vichy consagrara «a primazia da administração sobre a política»<sup>99</sup>, enganou-se nos substantivos, porque o que na realidade ocorreu foi a primazia dos administradores sobre os políticos. Foram eles quem, exercendo de maneira relativamente estável as suas funções, permitiu que o *État Français* não se resumisse a um caricato carrossel desfilando a vertiginosa velocidade.

Vendo os ministérios entregues a duas dúzias de personagens formados nas *Grandes Écoles* e observando que eles eram os mesmos que haviam já projectado a sua sombra nos gabinetes da Terceira República e ocupado as salas de administração de grandes empresas, algumas cabeças quentes de Paris, ajudadas pelos insatisfeitos de Vichy, atribuíram a uma obscura tradição esotérica um papel que ela jamais teve e fabularam a conspiração do *Mouvement Synarchique d'Empire*. O pior é que acreditaram nela<sup>100</sup>. A discrição que os gestores normalmente requerem para exercer as suas funções foi usada como prova da imaginária cabala. E numa época em que a crise do velho pessoal político obrigava os gestores a encabeçarem eles próprios os ministérios, podia parecer a quem estava de fora que um persistente trabalho de sapa lhes havia enfim permitido colher os frutos à luz do dia<sup>101</sup>. Mas não devemos desprezar tais fantasias, porque as especulações desenfreadas em torno da fantástica sinarquia constituíram o sintoma deturpado de uma realidade.

Em Vichy não havia ninguém com peso suficiente para enfrentar os gestores. De nada serviu a boa vontade de nomes soantes do sindicalismo — incluindo Léon Jouhaux, o secretário-geral da CGT — dispostos nos primeiros meses a manter boas relações com o governo de Pétain<sup>102</sup>, dentro do qual, aliás, tinham uma espécie de representante, o antigo adjunto de Jouhaux no secretariado-geral da CGT, René Belin, que fora o chefe de fila do sindicalismo anticomunista

<sup>97</sup> Acerca da participação da alta tecnocracia no regime de Vichy ver: R. Belin (1978) 133-135; O. Dard (1998) 11-14; R. O. Paxton (1973) 252-253; D. Wolf (1969) 167-168, 172.

<sup>98</sup> R. O. Paxton (1973) 252, 316.

<sup>99</sup> Citado em *id.*, *ibid.*, 252. Ver também a pág. 189.

<sup>100</sup> O. Dard (1998) 7, 20-42, 79-97, 103, 104-106, 118-134.

<sup>101</sup> *Id.*, *ibid.*, 135.

<sup>102</sup> R. Belin (1978) 161; R. O. Paxton (1973) 207.

e se tornara ministro do Trabalho desde Julho de 1940 até Abril de 1942, acumulando com o cargo de ministro da Produção Industrial até Fevereiro de 1941. Proibidas as greves em Outubro de 1940 e suprimidas as centrais sindicais no mês seguinte<sup>103</sup>, o velho sindicalismo encontrava-se de facto banido sem que houvesse nenhum outro para o substituir eficazmente. Os sindicatos oficiais eram desprovidos de vida própria, e como não beneficiavam de filiação obrigatória que compensasse o desinteresse natural dos trabalhadores por órgãos impedidos de desencadear greves, não serviam para arregimentar as massas em apoio ao regime nem para administrar o mercado laboral<sup>104</sup>. A gente de que se rodeava Pétain era demasiado conservadora e tradicionalista para criar instituições sindicais. Só entre os colaboracionistas de Paris se encontravam demagogos e chefes plebeus capazes de o fazer, mas aqui residia precisamente o problema, eles estavam em Paris e o marechal e a sua corte não os queriam em Vichy. A Carta do Trabalho, que o État Français promulgou tardiamente em Outubro de 1941, não serviu para criar um sindicalismo fascista mas para impedir o funcionamento de qualquer sindicalismo<sup>105</sup>. Por outro lado, a inconsistência dos sucessivos gabinetes de Pétain e o carácter efémero da grande maioria dos ministros ocasionaram um enorme desequilíbrio nas relações entre o governo e os meios empresariais. Apesar de todas as suas declarações demagógicas, o corporativismo de Vichy reduziu a uma base única um quadro que, por definição, deveria ser tripartido. Perante a inexistência de um sindicalismo fascista e a precariedade das instituições políticas oficiais, nada restava além da administração das empresas.

Logo em Agosto de 1940 cada ramo da indústria e do comércio ficou autorizado a instituir um Comité de Organização, encarregado de avaliar a capacidade de produção das empresas bem como o volume de bens armazenado e a quantidade de mão-de-obra, e dispondo de autoridade para estabelecer as condições de funcionamento e fixar a qualidade dos produtos, para reorganizar o sector, inclusivamente fechando estabelecimentos, e para repartir entre as unidades económicas a matéria-prima e a maquinaria, muito escassas numa época de guerra. Estes Comités de Organização, que acabaram por cobrir mais de trezentos ramos de actividade, eram financiados por uma taxa paga pelas empresas do respectivo ramo e os seus membros eram nomeados pelo ministro da Produção Industrial. Ora, como a partir de Fevereiro de 1941 se sucederam nesta pasta os representantes directos da grande indústria, Pucheux, Lehideux, Bichelonne, o que na realidade se passava era que os Comités ficavam directamente dependentes dos maiores capitalistas<sup>106</sup>. Esta situação provocou repetidos protestos das pequenas e médias empresas, e o

<sup>103</sup> R. O. Paxton (1973) 209.

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, 210.

<sup>105</sup> Id., *ibid.*, 210-211.

<sup>106</sup> Acerca dos Comités de Organização consultar id., *ibid.*, 209-210. Ver igualmente O. Dard (1998) 129.

velho marechal, sensível à opinião de uma das suas mais firmes bases sociais de apoio, fez um discurso em Agosto de 1941 criticando a composição e a orientação dos Comités e denunciando a sua atitude centralizadora e o peso neles assumido pelas grandes empresas<sup>107</sup>. Como se podia calcular, nada mudou<sup>108</sup>. «A criação dos Comités de Organização pelos representantes dos grandes *trusts*», escreveu muito depois do final da guerra Henry Coston, fascista e colaboracionista notório, «favoreceu sobremaneira a concentração das empresas, esmagando as pequenas com toda a legalidade e fortalecendo as grandes»<sup>109</sup>. O corporativismo tecnocrático de Vichy assumiu despudoradamente a forma de um poder absoluto das administrações das maiores empresas, e a direcção de cada ramo de actividade económica foi confiada a alguns dos principais capitalistas da especialidade, por vezes empresários privados, mas na maioria gestores<sup>110</sup>.

Os gestores expandiram durante a guerra a sua autoridade e o âmbito da sua acção, dirigindo a repartição da penúria e criando as condições para, regressada a paz, administrarem o crescimento económico, como tão bem previu Jean Bichelonne, o mais notável dos tecnocratas de Vichy<sup>111</sup>. Esta elite, apesar de precipitada para o primeiro plano, continuou a proceder da maneira que lhe era habitual, com um mínimo de oratória, de palanque e de gestos de mão, com uma discrição e uma sensatez que em tudo destoava daquela outra *troupe* de amantes de paradas, de fanáticos do uniforme e de desregrados do discurso. Longe dessa ginástica, e num conflito que então parecia dominado pela geopolítica, os gestores de Vichy foram capazes de perceber os grandes desafios da geoeconomia e usaram as pressões urgentes da guerra e da produção militar para racionalizar a indústria do seu país, sujeitando-a a uma organização conjunta, concentrando as unidades económicas e aumentando-lhes a produtividade. A sua grande aspiração era conjugarem a indústria francesa com as indústrias alemã e italiana, e converterem a Europa fascista numa potência capaz de se impor economicamente à grande rival, os Estados Unidos<sup>112</sup>. «Depois de se ter pretendido evitar a sobreprodução antes da guerra, procura-se já aumentar a produtividade, o que virá a constituir o objectivo do pós-guerra», observou um excelente historiador. «O corporativismo converte-se em planificação central e em dirigismo»<sup>113</sup>.

Assim, os tecnocratas franceses não só prosseguiram a reorganização das instituições económicas como também consolidaram a rede de interesses que os unia aos seus congéneres

<sup>107</sup> O. Dard (1998) 130-133.

<sup>108</sup> Id., *ibid.*, 133-134.

<sup>109</sup> H. Coston (org. 1962) 49.

<sup>110</sup> S. Hoffmann (1967) 42; R. O. Paxton (1973) 252-253.

<sup>111</sup> R. O. Paxton (1973) 193.

<sup>112</sup> Id., *ibid.*, 212-213.

<sup>113</sup> Id., *ibid.*, 213.

alemães, mesmo que o Führer concebesse para a França planos completamente diferentes e não estivesse interessado em associar à Nova Ordem europeia, sustentada pela pureza racial nórdica, um país que ele considerava gravemente afectado pela mestiçagem<sup>114</sup>. Apesar disso, e discretamente como sempre, os elos teceram-se. O *Plano para uma Ordem Nova em França*, preparado pelos tecnocratas que integravam o governo do almirante Darlan ou circulavam em seu redor, defendia a incorporação da economia francesa na economia continental nacional-socialista e foi remetido ao embaixador Abetz, representante oficial do Terceiro Reich<sup>115</sup>. Mas nada exprimiu melhor esta tendência integradora do que o acordo firmado em Setembro de 1943 por Jean Bichelonne, secretário de Estado da Produção Industrial e das Comunicações, e Albert Speer, que dirigia a produção de guerra do Reich. Em termos simples, tratava-se de reduzir drasticamente o volume de mão-de-obra que deveria ser requisitada em França para trabalhar sob coacção nas empresas germânicas. De imediato, cerca de três mil e trezentas empresas francesas ficaram sob a alçada directa dos serviços de Speer, que lhes asseguravam as condições materiais e humanas de laboração, poupando os seus operários ao Serviço de Trabalho Obrigatório. A produção destas fábricas, na totalidade ou na maior parte, destinava-se durante a guerra ao consumo da economia germânica, mas como não podiam laborar sem uma infra-estrutura industrial e sem serviços de transporte, os efeitos daquela medida multiplicaram-se e o sistema acabou por abranger cerca de dez mil empresas francesas. Em suma, contra a política que consistia em transferir trabalhadores franceses para desenvolver a produção industrial no Reich, acarretando a desindustrialização da França, desenhara-se uma orientação nova, que procurou aumentar a actividade produtiva em França<sup>116</sup>. O acordo entre Speer e Bichelonne teve efeitos muito duvidosos sobre a economia de guerra, mas é indubitável a repercussão que teria no desenho de uma futura Europa fascista.

A história não deve fazer-se no condicional. Mas de todos os futuros impossíveis, se Hitler tivesse triunfado o mais provável seria que, depois de ter destruído as duas vertentes do marxismo em 1933, depois de ter liquidado em 1934 a ala do seu movimento que prosseguia objectivos sociais e não estritamente racionais, depois de ter desbaratado em 1944 dois bastiões conservadores, as altas chefias militares e os altos funcionários diplomáticos, quando todo o nacional-socialismo ficara sujeito aos SS enquanto elite racial, esta milícia se revelasse afinal como um corpo tecnocrático, e a estética de exaltação em que o fascismo germânico até então vivera se fosse gradualmente ensombrando e se deixasse substituir pela meticulosidade de gabinete e pelo

<sup>114</sup> Ver a n. 279 no capítulo 2 da Parte 4.

<sup>115</sup> O. Dard (1998) 123.

<sup>116</sup> R. O. Paxton (1973) 213, 301; A. Speer (1979) 416-418.

manuseamento de ficheiros. As grandes encenações de rua, desde as danças a murro e pontapé dos primeiros tempos até aos colossais desfiles, dariam pouco a pouco lugar a outro estilo de vida. E assim o nacional-socialismo, que nascera vestindo a camisa castanha e dominara envergando o uniforme negro, assumiria em anos mais maduros um tom pardo. Digressões como esta não são de todo inúteis, porque alguma base real tiveram, e neste caso a sua expressão mais evidente foi a conjugação de interesses e esforços que uniu Speer e Bichelonne.

Quando a França foi libertada em 1944, as tropas do Reich levaram consigo, como páldos troféus, os homens de Vichy e alguns dos colaboracionistas de Paris mais comprometidos, e Bichelonne morreu no final desse ano de uma operação mal sucedida<sup>117</sup>, para seis meses depois um insucesso igualmente fatal pôr termo ao nacional-socialismo e colocar Speer na prisão. Mas o eixo entre Paris e Bonn, que estruturou o incipiente Mercado Comum europeu e o levou até onde se sabe, teve por base aquela mesma rede de interesses e contactos que havia permitido a Speer e a Bichelonne harmonizarem os esforços<sup>118</sup>.

A discrição assegura continuidade ao poder, porque o preserva da opinião pública e das mudanças políticas bruscas, e as condenações distribuídas pelos tribunais após a libertação da França pouparam os gestores e os empresários. «Os técnicos, os homens de negócios e os administradores saem praticamente ilesos da tormenta», resumiu um historiador. «Nenhum homem de negócios foi julgado por colaboração depois da guerra [...] a esmagadora maioria dos directores e dos quadros técnicos das grandes empresas industriais e comerciais permanece nas suas funções»<sup>119</sup>. Até o confisco dos ganhos adquiridos em tráficos ilícitos com o ocupante parece ter-se limitado a um montante irrisório, por comparação com o enorme volume que haviam atingido aqueles negócios, e, de qualquer forma, as autoridades mantiveram o silêncio sobre tais medidas<sup>120</sup>. A continuidade nos três grandes órgãos técnicos do Estado também não foi posta em causa nem por Vichy e pela Colaboração nem pela libertação do país. Dos membros do Tribunal de Contas em serviço em 1942, 98% continuavam activos em 1946. Na Inspeção das Finanças, talvez o corpo administrativo mais poderoso, 97% dos inspectores gerais em funções em 1948

<sup>117</sup> A. Speer (1979) 730 n. 7 insinuou que Bichelonne teria, na verdade, sido assassinado por meios clínicos no hospital do Reich onde se encontrava, dirigido por um dos principais médicos dos SS. Também L.-F. Céline (1998) 159 dissera o mesmo, mas ele disse tanta coisa que entre os insultos, os rancores e a mitomania é difícil distinguir as afirmações fidedignas. Todavia, é certo que o director dessa clínica utilizava os detidos do campo de concentração de Ravensbrück como cobaias para as suas experiências científicas, como indicou E. Kogon (2002) 208, pelo que um assassinato a mais ou a menos não o incomodaria.

<sup>118</sup> Ler nesta perspectiva S. Hoffmann (1967) 42 e ver também N. Stone (2011) 60.

<sup>119</sup> R. O. Paxton (1973) 312, 320. Ver também a pág. 258. Note-se que Louis Renault não foi levado a tribunal porque antes disso morreu na prisão.

<sup>120</sup> P. Novick (1985) 192, 224 n. 2.

exerciam já o cargo em 1942 e o mesmo sucedia com 75% dos inspectores de segunda classe. A ausência de ruptura revela-se de maneira ainda mais flagrante ao observarmos que nenhum dos inspectores de finanças recrutados pelo regime de Vichy foi exonerado por altura da Libertação. O próprio Conselho de Estado, apesar do seu carácter mais directamente político, também não foi atingido por nenhuma depuração significativa e 80% dos presidentes de secção em exercício em 1942 continuavam activos em 1946, sucedendo o mesmo com 76% dos conselheiros de Estado e 70% dos *maitres de requêtes*<sup>121</sup>. «Um facto revela a continuidade da administração francesa durante a guerra, a Ocupação e a Libertação», indicou um historiador; «os arquivos de Vichy foram transmitidos confidencialmente por um ministério a outro. Muitas vezes até se mantinha o seu conservador»<sup>122</sup>.

A solidez do fio que se mostrou capaz de resistir a tão grandes convulsões avalia-se ainda ao seguirmos o acontecido com os Comités de Organização, a instituição fundamental do dirigismo económico do État Français. «Depois da libertação do território», escreveu um antigo ministro do Trabalho e da Produção Industrial de Pétain, «os novos governantes, através das leis de 22 de Junho e de 7 de Outubro de 1944, trataram de modificar a estrutura dos Comités de Organização. As “grandes reformas” de 1944 consistiram, em suma, em mudar o nome dos Comités [...] Alguns foram reagrupados e o carácter estatista da instituição ficou reforçado. Alguns dirigentes foram mudados [...] Mas a maior parte das pessoas que Vichy havia instalado nos postos de comando permaneceu nos seus lugares»<sup>123</sup>. A regra geral seguida na depuração consistiu em atacar as figuras mundanas, cuja capacidade de intervenção fora na maior parte dos casos diminuta, ao mesmo tempo que se poupavam e se deixavam em funções personagens que, embora tivessem tido uma importância decisiva, se haviam movimentado nos bastidores ou pelo menos haviam evitado o grande público. O sacrifício de demagogos e jornalistas assegurou aos gestores e homens de negócios a continuidade no poder.

O insucesso político de Vichy e as crescentes dificuldades económicas do Reich haviam levado os gestores franceses e alemães a descobrirem-se e evidenciarem-se. O Plano Marshall e

<sup>121</sup> R. O. Paxton (1973) 313-317. Um membro do Conselho de Estado, que fora chefe-adjunto do gabinete civil do marechal Pétain, declarou em 1945 que «no Conselho de Estado, dos cento e poucos membros, houve 25 destituídos». Ver *Le Procès du Maréchal Pétain*, 847.

<sup>122</sup> R. O. Paxton (1973) 359. Esta afirmação foi confirmada por G. Miller (1976) II 63, que esclareceu que «ainda hoje, trinta anos depois da Libertação, a maior parte dos arquivos de Vichy mantém-se secreta, pois cada ministério de de Gaulle recebeu cuidadosa e confidencialmente de cada ministério correspondente de Pétain todos os documentos acumulados durante os anos de ocupação [...]».

<sup>123</sup> R. Belin (1978) 152. As mesmas constatações foram feitas por H. Coston (org. 1962) 49 e S. Hoffmann (1967) 38 e 42.

a reconstrução económica da Europa, com os parlamentos e os partidos de novo no devido lugar, permitiram aos tecnocratas e aos burocratas regressar à sua vocação discreta e eficaz.

## 7. O Banco de Pagamentos Internacionais

Um dos episódios menos conhecidos da segunda guerra mundial, e dos que melhor revela a actuação dos gestores enquanto classe, diz respeito ao Banco de Pagamentos Internacionais. Esta instituição fora estabelecida em Basileia, na Suíça, em 1930, para permitir que os bancos centrais dos vários países cooperassem no plano técnico sem intromissões políticas, e o seu conselho de administração ainda hoje é composto por governadores de bancos centrais. O economista sueco Per Jacobsson, que desde 1956 até ao seu falecimento em 1963 haveria de ser director do Fundo Monetário Internacional, entrou em 1931 para o BPI como conselheiro económico e chefe do Departamento Económico e Monetário, situação em que se manteve durante a guerra. Escrevinhador impenitente, deixou um volumosíssimo diário, que a sua filha utilizou como base para uma biografia, recheada de informações interessantes.

Ficamos assim a par da «harmonia em que todos os funcionários internacionais do BPI conseguiam viver lado a lado, no mais estreito contacto, sem discórdia, apesar de entre eles se contarem beligerantes de ambas as partes. Quando começou a guerra todos os funcionários receberam indicações dos seus próprios bancos centrais para trabalharem amigavelmente em conjunto, de maneira a que o BPI pudesse continuar a funcionar»<sup>124</sup>. Não creio que durante os seis anos do conflito tivesse existido outro organismo onde os países inimigos prosseguissem oficialmente uma colaboração sistemática. E não é ocasional que isto sucedesse, por um lado, no plano financeiro, precisamente onde mais longe fora levada a internacionalização do capital, já que o dinheiro circula muito fácil e velozmente; e, por outro lado, no plano técnico, longe do olhar do vulgo, nessa penumbra que constitui para os gestores o habitat natural. Se já os romanos sabiam que «o dinheiro é o nervo da guerra», no capitalismo o nervo é o refinamento do dinheiro através do crédito, e a segunda guerra mundial não só foi sustentada pelo crédito como desenvolveu mecanismos creditícios novos. A existência do BPI, enquanto instituição financeira reunindo todos os beligerantes, prova que o capital estava já então completamente globalizado e só a cooperação conjunta permitia organizar a actividade creditícia em que assentava o conflito. Que bela harmonia! Na neutral Suíça aqueles técnicos e peritos, representantes dos povos que se

<sup>124</sup> E. E. Jacobsson (1979) 141.

trucidavam em redor, iam aproveitando o intervalo dos seus afazeres para exercitar pernas e braços no clube desportivo do BPI<sup>125</sup>.

Discreto e reunindo gente de ambos os lados, o BPI estava vocacionado para promover contactos que ultrapassaram muito as funções bancárias. Per Jacobsson, cidadão de um país neutral, não foi só um intermediário incansável entre as autoridades monetárias dos beligerantes, mas relacionou-se mesmo com diplomatas e agentes secretos. «Dois dos seus visitantes mais ilustres foram Allen Dulles e Emil Puhl», recordou a filha de Per Jacobsson<sup>126</sup>. Desde Novembro de 1942 Allen Dulles chefiava a secção de Berne, na Suíça, do Office of Strategic Services, que era então o mais importante serviço secreto norte-americano. Na realidade era Dulles o principal responsável da espionagem dos Estados Unidos na Europa e continuou depois a manipular cordelinhos nesse palco de sombras e ilusões, sendo nomeado em 1953 director da CIA, à frente da qual se manteve durante oito anos. Também Emil Puhl, vice-governador do banco central alemão, teve uma carreira interessante. Membro do NSDAP desde 1937, a partir de 1940 era ele quem exercia de facto as supremas funções directivas no Reichsbank, já que Walther Funk acumulava o cargo de governador do Banco com o de ministro da Economia e raramente estava presente. Depois de cinco anos de prisão a seguir à derrota do Reich, Puhl seria recompensado com um cargo directivo no Dresdner Bank<sup>127</sup>. Bem o mereceu! Puhl «estava particularmente interessado em conhecer a atitude dos Estados Unidos relativamente à Alemanha»<sup>128</sup>, e a biografia de Per Jacobsson fornece indicações preciosas acerca de algo que se mantém praticamente desconhecido, a participação indirecta da alta tecnocracia bancária do Reich nas conversações prosseguidas pelos Aliados quanto ao futuro sistema monetário mundial. Desde 1942 estavam a ser examinados dois planos, um apresentado por Harry D. White, assessor do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e o outro por John Maynard Keynes. Foi destas discussões que resultou a Conferência de Bretton Woods, onde se adoptou em grande medida o plano White. Ora, não só o banco central do Reich estava ao corrente do que se passava através dos seus representantes no BPI e graças às visitas que o seu vice-governador efectuava à Suíça, mas o próprio Jacobsson se deslocou a Berlim para manter informados os colegas alemães<sup>129</sup>.

Em Dezembro de 1941, quando o ensaio de guerra relâmpago a Leste esmoreceu perante a contra-ofensiva soviética frente a Moscovo, as pessoas mais lúcidas ou mais sabedoras começa-

<sup>125</sup> Id., *ibid.*, 141.

<sup>126</sup> Id., *ibid.*, 163.

<sup>127</sup> D. Marsh (1992) 119, 131, 301 n. 46, 302 n. 58.

<sup>128</sup> E. E. Jacobsson (1979) 163.

<sup>129</sup> Id., *ibid.*, 164-165.



ram a ter razões para crer que o Terceiro Reich havia perdido a guerra ou pelo menos não a ganharia da maneira pretendida, e em 1943, depois da vitória soviética em Stalingrado, só os fascistas devotados podiam acalentar a esperança de obter algum êxito militar. Mas os gestores não são ideólogos nem homens de rua. Podem usar os ideólogos ou as ideologias como forma de legitimação da sua autoridade social e da sua actividade económica ou para mobilizar a população em torno de algum objectivo considerado prioritário e urgente, tal como podem recorrer aos homens de rua para silenciar os críticos, se estes se tornarem maçadores, ou para desbaratar as organizações operárias, se as coisas tiverem chegado a tal ponto. Durante a república de Weimar os gestores sustentaram a trama onde progressivamente, depois de ensaios variados, ficou determinado um centro único, que Hitler e os seus acólitos ocuparam. De 1933 até 1941 os gestores alemães viram os seus objectivos alcançados e entusiasmaram-se com um futuro róseo, em que se confundiam o milagre financeiro de Hjalmar Schacht e a economia de guerra de Göring. Todavia, de 1942 ou 1943 em diante o nacional-socialismo era, para os gestores do Reich, história passada, e cabia-lhes agora assegurar que o futuro fosse simplesmente uma continuação do presente. Com outras ideologias, com outros gestos, com outras vozes por detrás dos microfones — que importava isso? A parafernália acessória em nada interessa aos gestores. Essa é a especialidade dos políticos, que não servem para outra coisa. Ao seguirmos a acção dos gestores podemos definir aquilo que existe de fundamental para lá das perturbações da história, porque é nesse plano que eles desenvolvem a sua actividade e, ao mesmo tempo, é graças a eles que a continuidade básica do capitalismo se mantém. Muitas enormes batalhas estavam ainda por travar, milhões de pessoas por morrer, e já a tecnocracia financeira do Reich se ocupava, juntamente com os seus colegas anglo-americanos, em definir o lugar da Alemanha vencida num mundo politicamente democrático e economicamente liberal.

Os serviços de espionagem nacional-socialistas pressentiam os novos rumos ou até os conheciam e tomavam parte neles. Os SS eram uma tecnocracia fardada, que não podia deixar de reflectir algumas opiniões exteriores. Figuras como Werner Best, por exemplo, que desde há muito exercia uma considerável influência nos bastidores da milícia negra, aspiravam agora a adaptar as instituições nacional-socialistas às novas configurações da economia e aos novos jogos de forças que vinham a desenhar-se à escala mundial<sup>130</sup>. O próprio Himmler, nos últimos tempos, mostrava-se interessado por estas alternativas e julgava-se capaz de apostar nelas, a ponto de

<sup>130</sup> Acerca do jurista doutor Werner Best ver A. Duraffour et al. (2017) 185-186, 196-197 e J. P. Faye (1980) 492-502. Por seu lado, H. Arendt (1994) 173 sugeriu a evolução das posições tomadas por Best.

ter alterado o seu tratamento da questão judaica<sup>131</sup>. Mas não era neste meio que podiam surgir novas orientações e muito menos seria possível assegurar a partir daí a continuidade social, porque a derrota do Reich confundir-se-ia inevitavelmente, para inimigos e sequazes, com o fim do nacional-socialismo. A partir de então, e até meados de 1945, os gestores viveram uma existência repartida entre o *salve-se quem puder* de uns, os mais comprometidos com as instituições políticas do regime, e o *salvemos aquilo que pudermos* dos outros, a bom recato nas instituições económicas. Esta cisão interna das classes dominantes de um país é sem dúvida um dos mais seguros sintomas de que a derrota se aproxima, mas é também a condição para que do descalabro se poupe alguma coisa, que os sobreviventes assegurarão que seja o fundamental. É esta, para além das mudanças, a dialéctica da continuidade.

O certo é que durante esses anos o jogo dos gestores alemães foi complexo, por vezes perigoso para alguns, entre um passado que estava demasiado presente e um futuro que se anunciava ainda distante. Os contactos de Jacobsson com os altos responsáveis financeiros do Reich eram conhecidos e os nacionais-socialistas mais convictos, ou mais desesperados, não os viam com bons olhos. «Apesar de P[er] J[jacobsson] ter ido novamente a Berlim em Maio de 1943, durante três dias, para discutir os Planos Keynes e White, em breve o preveniram de que passaria a correr riscos se atravessasse o território controlado pelos alemães e, por isso, ficou confinado à Suíça até Março de 1945»<sup>132</sup>. Mas a mediação surtira entretanto amplos resultados. «Em 1943 as opiniões de P[er] J[jacobsson] acerca dos Planos Monetários anglo-americanos estavam a ser discutidas tanto em Berlim como em Washington. [...] Os alemães, em especial, pretendiam obter informações e opiniões. O seu interesse era tão grande que uma pequena delegação de banqueiros, chefiada por Emil Puhl, o vice-governador do banco central alemão, encontrou-se discretamente com P[er] J[jacobsson] e com Hechler [membro alemão do conselho de administração do BPI] em Zurique, a 1 de Maio de 1943. [...] Depois de um novo encontro na Suíça, aquele grupo, através do seu presidente, conseguiu que P[er] J[jacobsson] fizesse um discurso aos directores dos bancos comerciais em Berlim, a 1 de Junho. Este discurso foi repetido várias vezes na Suíça [...] O texto definitivo [...] foi traduzido pela Legação Americana e telegrafado na íntegra para Washington. [...] Em breve P[er] J[jacobsson] começou a desenvolver a noção de “um sistema de colaboração internacional que permitisse a outros países exercer influência não só sobre a política do país mais poderoso, os EUA, mas também sobre a de outros grandes países. Esta

<sup>131</sup> H. Arendt (1994) 104-105, 116, 138, 143-147, 198, 202, 215, 234, 291; J. Billig (2000) 300; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 598; S. G. Payne (2003 b) 375.

<sup>132</sup> E. E. Jacobsson (1979) 166.

influência seria uma condição absolutamente necessária para iniciar uma política relativamente equilibrada; os EUA teriam mesmo todo o interesse em favorecer tal influência, pois os EUA teriam dificuldade em conceber e aplicar uma política apropriada a um papel dirigente nas questões mundiais. Portanto, seriam necessárias organizações internacionais — não uma única, mas muitas — de maneira a não colocar todos os ovos no mesmo cesto. E para os alemães seria mais fácil conseguir influência num organismo de carácter técnico do que num conselho político”»<sup>133</sup>.

Dois anos antes de terminar o conflito, e em resultado das suas conversações com os representantes da alta finança de ambos os lados, Per Jacobsson descreveu exactamente o lugar que a República Federal Alemã veio a ocupar no pós-guerra. Conseguiu-o não porque tivesse artes de cartomante mas porque se situava, junto com os seus colegas germânicos e anglo-americanos, num campo que assegurava a continuidade do capitalismo. O que a nós pode parecer uma previsão do futuro foi apenas, para eles, a visão lúcida da sua posição naquele momento.

<sup>133</sup> Id., *ibid.*, 178-180. Baseando-se em declarações prestadas por Emil Puhl ao Rotary Club de Hamburgo em 1954, D. Marsh (1992) 135 escreveu que «nos primeiros tempos da guerra ele teve uma participação discreta em obscuras negociações financeiras com os bancos centrais dos Aliados, efectuadas no Banco de Pagamentos Internacionais, de Basileia». Tratar-se-ia das mesmas conversações? Mas 1943 não era «nos primeiros tempos da guerra». Que negócios teriam então envolvido os beligerantes? Nem os historiadores nem os economistas parecem interessados em deslindar questões tão escabrosas.

## Capítulo 4

# ENTRE A ECONOMIA PRIVADA E A ECONOMIA DE ESTADO

### 1. Estado Restrito, Estado Amplo e corporativismo

Logo que chegaram ao poder os governantes fascistas renovaram de cima a baixo a prática política e introduziram modificações substanciais no aparelho de Estado não para alterar o funcionamento corrente da economia, mas para preservá-lo<sup>1</sup>. Ter-se-iam então os fascismos vitoriosos limitado a uma acção política sem correspondência na esfera económica? Mas como poderia isto ser possível no capitalismo, que se caracteriza pela integração de todos os tipos de actividade sob a égide da economia? Será que o fascismo funcionou perversamente como um biombo em forma de espelho, reflectindo uma mascarada de comportamentos sociais com a função exclusiva de encobrir, ou dissimular, os mecanismos da economia? Neste caso a revolta dentro da ordem asseguraria tanto mais a continuidade do funcionamento económico quanto se esforçaria por fazer crer que ele havia mudado.

Ora, os patrões exercem dentro das empresas uma autoridade verdadeiramente soberana, determinando sem recurso as condições de laboração da força de trabalho, desde que sejam respeitados os limites muito extensos fixados pela lei. Além disso, mesmo fora dos seus muros e para além do horário de trabalho, as unidades económicas de dimensões mais consideráveis influenciam ou até dominam a vida social genérica. Esta intervenção assumiu pela primeira vez formas sistemáticas na fase paternalista da gestão de empresa, com a criação de bairros e clubes destinados aos assalariados e a promoção de actividades nas horas vagas. Desde então sucessivos sistemas de gestão foram modernizando o paternalismo e adaptaram-no aos novos problemas e às novas tecnologias, sempre com o objectivo de condicionar o comportamento dos trabalhadores em todos os momentos da vida. As Organizações Não Governamentais e as várias modalidades de mecenato trouxeram outras oportunidades de influência. Este ascendente das empresas tornou-se hoje ilimitado graças à internet, que permitiu a inclusão dos ócios no mesmo sistema tecnológico em que se processa uma parte substancial, e decisiva, das operações

<sup>1</sup> Este foi um dos temas em que mais insistiu D. Guérin (1969) *Il passim*. A este respeito consultar também Z. Sternhell et al. (1994) 7. Por seu lado, S. J. Woolf (1968) 119 considerou legítimo que se pusesse em dúvida a oportunidade de empregar o conceito de «sistema» para a prática económica dos regimes fascistas. Ver igualmente a pág. 129.

produtivas. As empresas, em suma, deixaram há muito de constituir apenas o quadro para a autoridade dos patrões sobre o processo de trabalho e passaram igualmente a interferir no tecido global da sociedade. Isto significa que além de assegurarem indirectamente o seu domínio político, mediante o controle que mantêm sobre o aparelho de Estado clássico, os capitalistas asseguram-no também directamente, através do exercício da soberania dentro das empresas e a partir delas. Assim, o poder do capital faz-se sentir num perímetro tão vasto quanto o das próprias classes dominantes, por isso considero as empresas como órgãos de um Estado Amplo, em contraste com as instituições políticas clássicas, que classifico como Estado Restrito. É nestes termos que deve ser pensado o corporativismo.

## 1

Na relação triangular que caracteriza o corporativismo, os regimes fascistas, antes de mais, liquidaram a autonomia de que os sindicatos haviam gozado perante o Estado Restrito e, ao mesmo tempo, proibiram e perseguiram as iniciativas de base dos trabalhadores, deixando-os desarmados perante o Estado Amplo. «Entre as funções sociais das corporações económicas existe uma com uma importância especial: *é a regulamentação do mercado de trabalho*», afirmou Mihail Manoilescu, que considerou ter sido esta a principal conquista do regime de Mussolini. «Se o corporativismo italiano organizou alguma coisa foram sem dúvida as relações de trabalho e os contratos de trabalho»<sup>2</sup>. Nas hierarquias do poder e quanto às capacidades efectivas de actuação os burocratas sindicais foram mantidos num plano secundário, o que suscitou contradições mais ou menos agudas<sup>3</sup>. Como observou com pertinência um historiador soviético numa obra publicada em 1928, o fascismo serviu para tornar obrigatória a colaboração entre trabalhadores e patrões quando as instituições do Estado liberal haviam deixado de ser suficientes para este fim, de maneira que o corporativismo e o exercício sistemático da violência e do terror se inseriram num objectivo único<sup>4</sup>.

Além disso, o fascismo recorreu ao quadro corporativo para reorganizar as classes dominantes, através da sistematização das relações entre o Estado Restrito e o Estado Amplo. Era neste plano que Manoilescu detectava a principal deficiência do modelo italiano, considerando exagerada a supremacia detida pelo governo. No regime de Mussolini a fonte do poder público era o Partido Nacional Fascista, enquanto para Manoilescu esse poder devia derivar das corpo-

<sup>2</sup> M. Manoilescu (1936) 278 (sub. orig.), 363.

<sup>3</sup> D. Guérin (1969) II 188-197; A. Lyttelton (1982) 539-540.

<sup>4</sup> S. M. Slobodskoi referido por B. R. Lopukhov (1965) 245-246.

rações<sup>5</sup>. Na sua opinião a legitimidade de um partido revolucionário assentava numa exaltação temporária, e quando a situação se estabilizava o poder teria de se fundar num «*princípio permanente*», que «pode ser ou o *sufrágio universal* [...] ou a *integração corporativa da nação*»<sup>6</sup>. Na modalidade pura de corporativismo defendida por Manóiescu, o Estado transformar-se-ia numa corporação, embora a mais importante de todas, uma «supercorporação», cabendo-lhe coordenar e disciplinar as outras<sup>7</sup>, mas recebendo a sua legitimidade do conjunto das corporações<sup>8</sup>. O corporativismo puro corresponderia, então, a um grau muito adiantado de homogeneização da classe dos gestores.

É certo que na Itália o projecto apresentado por Alfredo Rocco e aceite no congresso do partido nacionalista em Março de 1919 previa que a indústria fosse organizada de forma estritamente corporativa, através da colaboração entre os sindicatos operários e as organizações patronais, destinando-se este sistema a substituir gradualmente os órgãos políticos do Estado Restrito<sup>9</sup>. O mesmo horizonte tecnocrático foi adoptado, e igualmente em Março de 1919, no congresso fundador dos Fasci Italiani di Combattimento, que previa a participação dos trabalhadores na gestão das empresas industriais<sup>10</sup>. E três meses mais tarde a direcção do movimento fascista publicou um programa onde anunciava a intenção de formar «conselhos técnicos nacionais do trabalho e da indústria, eleitos pelas colectividades profissionais e dotados de poderes legislativos e governativos»<sup>11</sup>.

Contudo, depois da chegada de Mussolini ao governo, quando alguns sindicalistas reivindicaram, em nome do corporativismo puro, a participação plena na orientação global da economia, depararam com a oposição dos chefes de empresa. Além disso, as associações patronais procuraram manter a sua especificidade e recusaram-se a ser dissolvidas no interior do sistema corporativo. Esta dupla contenda deu lugar a fricções de certo modo graves. Foi tal a resistência dos capitalistas à criação de instituições mistas por ramos de actividade, em que os trabalhadores estivessem representados a par dos patrões, que em Março de 1923 o Grande Conselho condenou formalmente o princípio da participação mista<sup>12</sup>. No final desse ano firmou-se

<sup>5</sup> M. Manóiescu (1936) 152. Em clara polémica com os defensores do corporativismo puro, o principal arquitecto do sistema corporativo italiano, Giuseppe Bottai, considerou que só podia falar-se de corporativismo quando era o Estado a realizar dentro de si a unidade social e profissional. Ver G. Bottai (1931) 32, 33 e 37. «O Estado fascista não intervém nas questões económicas», explicou Bottai (pág. 38), «mas coordena-as sob orientações comuns».

<sup>6</sup> M. Manóiescu (1936) 158 (subs. orig.).

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, 101, 163-164, 167, 214.

<sup>8</sup> Id., *ibid.*, 17, 92-93.

<sup>9</sup> F. L. Carsten (1967) 50; S. Saladino (1965) 250; J. B. Whisker (1983) 6.

<sup>10</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 9; S. Saladino (1965) 250.

<sup>11</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 141.

<sup>12</sup> D. Guérin (1969) II 189-190; Ch. S. Maier (1988) 537.

um acordo entre os representantes da Confindustria e os dirigentes sindicais fascistas, em que estes prescindiram do corporativismo puro a troco de os chefes de empresa os reconhecerem como interlocutores preferenciais<sup>13</sup>. Isto significa que os sindicatos fascistas compensavam a derrota que haviam acabado de sofrer perante os patrões recorrendo à ajuda destes mesmos patrões para derrotar os sindicatos socialistas. Na prática, era a classe trabalhadora quem ficava duplamente vencida. O empenho dos porta-vozes do sindicalismo fascista no projecto de corporativismo puro e integral não abrandou, porém, e nos anos seguintes reivindicaram que não só as actividades económicas mas até a administração estatal fossem absorvidas por organismos profissionais mistos<sup>14</sup>. O acordo assinado em Outubro de 1925 com a Confindustria deu alguma satisfação aos sindicatos fascistas, pois a troco de reconhecerem àquela organização patronal o exclusivo da representação dos industriais, alcançaram para si mesmos o exclusivo da representação dos trabalhadores e obtiveram, além disso, que fosse decretada a obrigatoriedade do recurso aos tribunais de trabalho em caso de conflito e fosse admitida a possibilidade de criar organismos sindicais mistos de patrões e trabalhadores. Mas como a Confindustria conseguiu que as eventuais associações de patrões e trabalhadores não recebessem personalidade jurídica, ficaram uma vez mais anulados os anseios do corporativismo puro<sup>15</sup>.

Em tudo isto houve uma troca de posições deveras paradoxal. Os sindicalistas radicais, cuja importância, aliás duvidosa, provinha apenas da sua ligação ao Estado Restrito, reivindicavam a hegemonia sobre o Estado Amplo e pretendiam que, no final, as instituições se reduzissem à administração económica. Ora, contra este risco de diluição do aparelho político clássico, e para melhor defender a autonomia da esfera económica, o patronato, que constituía o próprio corpo do Estado Amplo, começou a entoar louvores ao totalitarismo do Estado Restrito<sup>16</sup>. Segundo a nova legislação, a Confindustria, que pelo acordo de Outubro de 1925 obtivera o direito de representar todos os patrões, mesmo aqueles que anteriormente não haviam sido filiados, passou a fazer parte dos organismos fascistas, mas sem perder a especificidade nem se diluir no sistema corporativo<sup>17</sup>. Portanto, uma das componentes fundamentais do Estado Amplo começou paralelamente a ser também um órgão do Estado Restrito. Este conjunto de paradoxos foi revelado com pertinência por Giuseppe Bottai, o principal responsável do sistema corporativo e crítico intransigente do corporativismo puro. «Quaisquer que possam ser os elos históricos entre o sindicalismo revolucio-

<sup>13</sup> A. Lyttelton (1982) 370; P. Melograni (1980) 67.

<sup>14</sup> G. Bottai (1949) 48-49; D. Guérin (1969) II 190; A. Lyttelton (1982) 497-498, 506 e segs.; Ch. S. Maier (1988) 683.

<sup>15</sup> A. Lyttelton (1982) 515, 526; P. Melograni (1980) 129 e segs., 148-153.

<sup>16</sup> D. Guérin (1969) II 190; A. Lyttelton (1982) 325-327; Ch. S. Maier (1988) 538, 689-690.

<sup>17</sup> A. Lyttelton (1982) 518, 524-526; P. Melograni (1980) 139, 153-154, 171, 173.

nário pré-fascista [...] e a actual constituição sindical da sociedade italiana», afirmou ele, «há um aspecto, e é o aspecto fundamental, em que todas as relações foram claramente interrompidas e em que a história seguiu rumos diametralmente opostos aos percorridos antes. Ao antiestatismo do velho sindicalismo revolucionário, o sindicalismo fascista — forjado no ardor da guerra — substituiu [...] a própria subordinação aos objectivos do Estado [...]»<sup>18</sup>. Mas as oposições no interior do regime eram perseverantes e a polémica arrastou-se<sup>19</sup>. Ainda em Junho de 1932 Bottai atacou os defensores de um «Estado dos sindicatos e das corporações», a quem acusou de serem «desintegradores do Estado» num «tecnicismo económico», e insistiu: «nós queremos que os sindicatos e as corporações estejam no Estado, e não o inverso»<sup>20</sup>. Mais concisamente, ele escreveria, três anos depois, que «a corporação é um órgão do Estado»<sup>21</sup>.

Nesta altura os extremistas sindicais haviam já de há muito perdido a partida, porque a legislação de 1926, de onde proveio todo o desenvolvimento posterior das corporações em Itália, enunciara o princípio da representação distinta de patrões e trabalhadores e restringira ao vértice do sistema corporativo a possibilidade de ligar ambos os tipos de instituições em órgãos comuns<sup>22</sup>. Nem no âmbito das empresas nem no das organizações profissionais nem sequer no âmbito regional existia qualquer representação conjunta de patrões e trabalhadores. A participação mista resumiu-se às corporações, respeitantes aos grandes sectores de actividade, que coroavam o sistema. Aliás, só em 1930 estes órgãos de cúpula começaram a ser estabelecidos por lei, com a criação do Conselho Nacional das Corporações. Nas corporações tinham também assento representantes de vários departamentos governamentais e delegados oficiais do PNF, pois era o partido a fornecer a ossatura ao Estado Restrito<sup>23</sup>. Os patrões mantiveram assim a plenitude da capacidade de iniciativa no quadro das empresas<sup>24</sup>, que constitui a base da sua autoridade e onde se fundamenta o Estado Amplo. Deve ser entendida nestas circunstâncias a promulgação da *Carta del Lavoro* em 1927, consagrando o direito exclusivo dos patrões à direcção da actividade económica e a sua inteira responsabilidade pela orientação das empresas<sup>25</sup>. Por outro lado, a marginalização da burocracia sindical contribuiu para confirmar o carácter totalitário do Estado Restrito,

<sup>18</sup> G. Bottai (1933) 241.

<sup>19</sup> A. Lyttelton (1982) 525, 527-528; E. Santarelli (1981) II 55 e segs.

<sup>20</sup> G. Bottai (1933) 196-197. As expressões citadas encontram-se na pág. 197.

<sup>21</sup> Id. (1934-1935) 619. A expressão está repetida na pág. seguinte.

<sup>22</sup> Id. (1933) 5-6, 23-24; id. (1934-1935) 619; D. Guérin (1969) II 190-191; Ch. S. Maier (1988) 688-689. Ver igualmente M. Manoilescu (1936) 251-252.

<sup>23</sup> G. Bottai (1934-1935) 620, 622; D. Guérin (1969) II 192-193; P. Milza (1999) 394.

<sup>24</sup> P. Melograni (1980) 166, 187-188.

<sup>25</sup> G. Bottai (1933) 261, 267; Ch. F. Delzell (org. 1971) 122; D. Guérin (1969) II 191-192; Ch. S. Maier (1988) 694; P. Milza (1999) 395; E. Santarelli (1981) I 433; G. S. Spinetti (org. 1938) 164.



ficando o sistema corporativo explicitamente limitado à esfera administrativa<sup>26</sup>.

## 2

No Reich nacional-socialista chegou-se a um resultado comparável mais rapidamente e de maneira mais cabal. Um historiador resumiu o corporativismo ao escrever que Gregor Strasser «era partidário de uma forma de socialismo pseudomedieval»<sup>27</sup>. Mas Strasser fora afastado durante processo que levou Hitler ao poder e tanto os objectivos das corporações como a pantomima arcaica se realizaram de outra maneira. A lei de Janeiro de 1934, que desmembrou a Confederação da Indústria em vários organismos económicos de carácter semiestatal, reservou-os ao patronato, sem estar prevista a participação de representantes dos trabalhadores. E a empresa, considerada uma comunidade, foi instituída como quadro central das relações de trabalho, regidas por uma fantasmagoria medieval em que cabia ao patrão um papel senhorial, sendo responsável pelo bem-estar dos trabalhadores, e devendo-lhe eles fidelidade e obediência<sup>28</sup>. A capacidade de intervenção da organização operária nacional-socialista, a NSBO, havia já sido insignificante durante o período em que o partido nacional-socialista se aproximara do poder e extinguiu-se praticamente após a nomeação de Hitler para a Chancelaria, em benefício da Frente do Trabalho, cujo Reichsleiter exprimiu algumas veleidades de interferência na direcção das novas instituições. Mas os empresários, apoiados pelo exército, reagiram com uma animosidade ainda mais acentuada do que em Itália e, na passagem de Junho para Julho de 1934, a liquidação dos chefes das SA e de outros membros proeminentes da corrente que reclamava a «segunda revolução» pôs cobro às pretensões dos corporativistas, mesmo que eles não aparecessem com este nome.

No final de 1934 a Confederação da Indústria estava reconstituída e era-lhe assegurada uma margem de independência relativamente ao Estado Restrito. A administração económica global permanecia reservada aos patrões. O equilíbrio entre ambas as formas de Estado limitou-se às questões salariais e às condições de trabalho, e só neste âmbito foi admitida a colaboração de representantes dos trabalhadores. Mas na realidade a burocracia laboral nem sequer tinha acesso a este quadro circunscrito, porque as pessoas a quem se atribuía a representação dos trabalhadores não vinham dos organismos da Frente do Trabalho e pertenciam exclusivamente às comissões de empresa, denominadas Curadores do Trabalho, mais representativas do Estado

<sup>26</sup> G. Bottai (1933) 6.

<sup>27</sup> D. Orlow (2010) 317.

<sup>28</sup> Um artigo publicado em Outubro de 1957 na revista dirigida pelo fascista francês Maurice Bardèche sintetizou estas concepções nebulosas pretendendo que «a sociedade fascista assenta, em princípio, sobre o mais antigo e sólido dos contratos existentes entre os homens, o contrato feudal», entendido como protecção de um lado e serviço do outro. Ver *Défense de l'Occident* (1977-1978) 99.

Restrito do que dos assalariados, e cujos membros, a partir de Junho de 1938, passaram a ser designados pelos próprios patrões. O diálogo dos capitalistas com o mundo do trabalho foi aqui um monólogo com eles mesmos<sup>29</sup>.

### 3

Reivindicando as funções de fiel da balança, o Estado Restrito ocupou-se, como sempre sucedeu nos fascismos, em ocultar um comportamento real mediante a encenação de ficções. Na prática estava assegurada a autonomia dos proprietários e dos administradores das empresas, e o aparelho corporativo nunca permitiu à burocracia laboral um grau superior de intervenção na economia. No plano ideológico, porém, nos discursos, na multimoda propaganda, nos festivais do trabalho, o fascismo italiano, do mesmo modo que o Terceiro Reich, apresentou-se como um regime em que a participação dos trabalhadores na produção corresponderia à sua participação na sociedade. Este seria o título daqueles regimes — o seu único título — à classificação de socialistas. Seria um socialismo sem luta de classes, resultante da coesão da comunidade, onde o trabalhador não se sentiria excluído, mas integrado numa verdadeira colaboração com o capital. E como os trabalhadores, menos do que ninguém, não ignoravam a inoperância dos organismos laborais fascistas, era precisamente neste aspecto crucial que a demagogia devia exercer os seus efeitos. O discurso era duplo. Por um lado, o facto de os sindicatos, no caso da Itália, ou a Frente do Trabalho, no caso do Reich, estarem plenamente incluídos no aparelho do Estado Restrito condenava-os na prática à ineficácia, mas era explicado ideologicamente como um fortalecimento das instituições laborais, que passariam a dispor dos recursos do Estado. «O sindicato reforça-se no Estado», declarou Giuseppe Bottai numa entrevista em 1931<sup>30</sup>. Por outro lado, procurava fazer-se crer que a intervenção do Estado Restrito na economia se destinava a limitar o egoísmo dos patrões, em benefício de um superior interesse nacional e, portanto, em benefício dos trabalhadores, integrados organicamente na nação<sup>31</sup>. Era este o cerne de toda a propaganda. A actuação económica do Estado Restrito justificava a estatização da Frente do Trabalho ou dos sindicatos e permitia que no Terceiro Reich e na Itália o fascismo se coroasse com os louros do socialismo.

<sup>29</sup> Para a análise do ocorrido na Alemanha usei sobretudo D. Guérin (1969) II 193-197 e 272. Consultei acessoriamente: J. Caplan (org. 1995) 80-82, 99-100; T. W. Mason (1968) 177; H. Mommsen (2009) 207; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 139-152; L. Rougier (1938) 122-123; D. Schoenbaum (1979) 113-118. Parece-me que David Schoenbaum exagerou o grau de iniciativa de que alguma vez foram capazes os dirigentes da Frente do Trabalho. Porém, escrevendo em 1982, Tim Mason preveniu que, segundo pesquisas então recentes, devia considerar-se seriamente a pretensão de defesa dos trabalhadores apresentada pelo regime nacional-socialista. Ver Jane Caplan, op. cit., 260.

<sup>30</sup> G. Bottai (1933) 7.

<sup>31</sup> São especialmente elucidativas as palavras de Mussolini resumidas em id., *ibid.*, 110.

Tudo depende, então, de saber em que consistiu a intervenção do Estado Restrito na economia destes regimes.

## 2. Foi o fascismo um capitalismo liberal?

Logo que chegou ao poder, no final de Outubro de 1922, Mussolini reduziu a participação económica directa do Estado Restrito. Em Abril de 1920, com uma caneta que parecia ofegante, invocara ainda argumentos de esquerda contra a acção do Estado na economia: «O Estado, com a sua enorme máquina burocrática, leva à asfixia. [...] Abaixo o Estado, sob todas as suas formas e encarnações! Tanto o Estado burguês como o Estado socialista. Para nós, que somos os *morituri* do individualismo, não nos resta, na obscuridade presente e num amanhã tenebroso, senão a religião, condenada ao absurdo, mas sempre consoladora, da anarquia!»<sup>32</sup>. Estas interjeições vinham na continuidade das teses que haviam sido enunciadas pelos sindicalistas revolucionários, opostos a tudo o que parecesse diluir o conflito directo entre operários e patrões. Para Georges Sorel só o confronto no mercado, não mitigado por qualquer intervenção do poder público, poderia favorecer o radicalismo da luta de classes e, portanto, apressar a revolução, sendo a livre concorrência vista de maneira positiva como uma luta<sup>33</sup>, consoante o modelo de Pareto. Foi este liberalismo económico que o fascismo italiano herdou. Num discurso pronunciado em Maio de 1920, no 2º Congresso dos Fasci, Mussolini manifestou-se de novo contra a intervenção do Estado Restrito na economia<sup>34</sup>. Também em Junho de 1921, ao discursar pela primeira vez na Câmara dos Deputados, ele preveniu que se oporia a todas as formas de propriedade de Estado<sup>35</sup> e nos seus discursos de 8 de Setembro desse ano, no congresso de fundação do Partido Nacional Fascista, criticou novamente o intervencionismo económico estatal, a par do colectivismo e do socialismo<sup>36</sup>. Esta posição foi consagrada no programa que acompanhou a fundação do partido, pronunciando-se os fascistas a favor da modalidade privada de propriedade e exigindo limites rigorosos para as intromissões do Estado na economia<sup>37</sup>. Tudo estava claro e, por isso, não pode atribuir-se a nenhum oportunismo conciliatório o facto de Mussolini ter prometido pôr termo à intervenção estatal na economia por ocasião de um encontro com patrões da indústria em 16 de Outubro de

<sup>32</sup> Artigo de Mussolini em *Il Popolo d'Italia*, 6 de Abril de 1920, citado em P. Milza (1999) 264 e parcialmente em R. P. Dutt (1936) 340. Ver também C. T. Schmidt (1939) 39 e D. Sassoon (2012) 109.

<sup>33</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 22-23, 43-46, 82-83, 101, 128-129.

<sup>34</sup> P. Milza (1999) 264.

<sup>35</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 23; G. S. Spinetti (org. 1938) 121-122.

<sup>36</sup> P. Milza (1999) 290; G. Volpe (1941) 64. Ver ainda D. Sassoon (2012) 108-109.

<sup>37</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 31, 33. Ver igualmente P. Milza (1999) 291.

1922<sup>38</sup>; nem o facto de pouco depois ter declarado a um jornal britânico, quando faltavam escassos dias para a Marcha sobre Roma, que «a nossa política será inteiramente liberal»<sup>39</sup>; nem o facto de no primeiro discurso pronunciado perante o parlamento após a sua nomeação para a chefia do governo ele ter anunciado que libertaria o Estado «de todas as suas funções económicas, para as quais não é adequado»<sup>40</sup>. Neste aparente paradoxo que consistia em exigir um Estado forte e ao mesmo tempo protestar contra as ingerências governamentais na economia os fascistas imitavam os liberais<sup>41</sup>, a quem os ligavam muitos aspectos comuns na ideologia e na prática política.

Soaram pelo mesmo diapasão as palavras que o recém-nomeado chanceler Hitler proferiu perante duas dezenas e meia de homens de negócios em 20 de Fevereiro de 1933, quando lhes disse que «a empresa privada não pode sustentar-se na era da democracia», pois a democracia leva inevitavelmente ao socialismo e ao comunismo, antagónicos do comando individual que caracteriza as empresas capitalistas<sup>42</sup>. Parecia que Hitler partilhava a hostilidade dos empresários ao controle económico exterior<sup>43</sup> e ainda em Maio de 1937 ele repetia que «a nação tem todo o interesse em que a economia seja dirigida só por pessoas competentes e não por funcionários públicos»<sup>44</sup>.

Tanto na Itália fascista como no Terceiro Reich foram privatizadas diversas empresas industriais e financeiras que estavam a cargo do aparelho governativo central ou local<sup>45</sup>. Nomeadamente no Reich o Estado Restrito devolveu as acções de numerosas empresas detidas em virtude da concessão de créditos de urgência, na sequência da crise económica iniciada em 1929<sup>46</sup>. Ao mesmo tempo, porém, multiplicaram-se em ambos os países as formas de intervenção estatal indirecta. Uma delas, sobejamente conhecida, consistiu na criação de oportunidades de negócios graças a obras públicas de carácter exclusiva ou predominantemente civil e a encomendas de material de guerra, muito avultadas no Reich mas que não devem desprezar-se no caso italiano<sup>47</sup>. Modalidades de intervenção indirecta foram também o estabelecimento de tarifas alfandegárias

<sup>38</sup> Ch. S. Maier (1988) 433-434.

<sup>39</sup> Esta frase da entrevista de Mussolini ao *Manchester Guardian*, 20 de Outubro de 1922, encontra-se em D. Sassoon (2012) 109-110.

<sup>40</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 462. Ver também C. T. Schmidt (1939) 51-52.

<sup>41</sup> A. Lyttelton (1982) 159, 169, 328; Ch. S. Maier (1988) 72.

<sup>42</sup> Citado em A. Tooze (2006) 99.

<sup>43</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 69.

<sup>44</sup> Citado em id., *ibid.*, II 70.

<sup>45</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 133; A. J. Gregor (1979) 142; D. Guérin (1969) II 200-202; A. Lyttelton (1982) 542-543; P. Milza (1999) 384; E. Santarelli (1981) I 348; C. T. Schmidt (1939) 52.

<sup>46</sup> D. Guérin (1969) II 210; A. Norden (1943) 28; A. Tooze (2006) 122.

<sup>47</sup> D. Guérin (1969) II 212-215; T. W. Mason (1968) 187; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 65-101; P. Milza (1999) 421-422.

proteccionistas e outras medidas de limitação da concorrência estrangeira<sup>48</sup> ou a compensação parcial dos custos de produção mediante a redução da carga fiscal<sup>49</sup>.

Mas entretanto foram tomadas iniciativas em ambos os países para orientar a evolução do capitalismo, em especial limitando a concorrência e apressando o processo de concentração. Na Itália, no final de 1927, foi promulgado um decreto que deu às autoridades a possibilidade de vetar a abertura de novos estabelecimentos industriais acima de certas dimensões, e de então em diante este tipo de legislação foi ampliado a outros casos<sup>50</sup>. E em 1928-1929 o governo promulgou decretos que levaram à criação de mais de duzentos consórcios, envolvendo quinhentas firmas<sup>51</sup>. No Reich surgiram disposições jurídicas similares em Julho de 1933, chegando-se a conferir ao ministro da Economia a capacidade de determinar o grau de utilização do potencial produtivo já instalado nas empresas em laboração. Os decretos neste sentido multiplicaram-se ao longo desse ano e durante o ano seguinte<sup>52</sup>, ficando severamente limitadas as oportunidades de competição entre os empresários. Aquelas disposições foram complementadas por outras, destinadas a apressar a concentração do capital, e empresas que até então haviam actuado de maneira independente viram-se forçadas a integrar cartéis ou outras modalidades de agrupamento monopolista. Em Itália a criação de consórcios obrigatórios começou a ser prevista legalmente para a indústria siderúrgica a partir do último dia de 1931, e seis meses depois esta iniciativa foi aplicada aos demais ramos de actividade<sup>53</sup>. Também no Reich o ministro da Economia se viu autorizado, por uma lei de Julho de 1933, a reunir empresas em cartéis ou outros organismos de filiação obrigatória, ou a determinar que empresas independentes se incluíssem em organismos similares já em funcionamento<sup>54</sup>, chegando por vezes a recorrer a ameaças de prisão ou a prisão efectiva<sup>55</sup>. Em Fevereiro do ano seguinte uma nova lei reconheceu a autoridade dos grupos industriais obrigatórios, em que as pequenas e médias empresas deviam obedecer à condução das de maior vulto<sup>56</sup>. Estes grupos funcionavam como uma correia de transmissão entre o Estado Restrito e as empresas, e se num sentido veiculavam as regulamentações decididas pela burocracia estatal, no

<sup>48</sup> A. Lyttelton (1982) 548 e segs.; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 65 e segs.; A. Tooze (2006) 107, 113.

<sup>49</sup> D. Guérin (1969) II 203-204; S. Lombardini (1968) 157; P. Milza (1999) 384.

<sup>50</sup> A. J. Gregor (1979) 144, 147, 148; D. Guérin (1969) II 204-205. Ver igualmente G. Bottai (1933) 179-182. Aliás, James Gregor, op. cit., 147-148 defendeu que Mussolini, ao decretar em 1926 a estabilização da lira numa cotação muito elevada, com consequências deflacionistas e, em contrapartida, com a promoção de medidas de autarcia e proteccionismo, aumentara deliberadamente as possibilidades de controle do Estado Restrito sobre a actividade económica.

<sup>51</sup> A. J. Gregor (1979) 152, 154-156.

<sup>52</sup> D. Guérin (1969) II 205; A. Tooze (2006) 96, 108.

<sup>53</sup> D. Guérin (1969) II 205-206; E. Santarelli (1981) II 67.

<sup>54</sup> D. Guérin (1969) II 206; A. Tooze (2006) 106-108.

<sup>55</sup> A. Tooze (2006) 119, 126, 131.

<sup>56</sup> J. Billig (2000) 117.

sentido inverso permitiam aos gestores das empresas fazerem-se ouvir nos meios governamentais<sup>57</sup>. Um especialista escreveu que «as medidas tomadas em resposta à crise cambial de 1934 estabeleceram as bases organizativas para a gestão da economia nazi ao longo dos anos seguintes. Os departamentos fiscalizadores e o esquema de subsídios à exportação, juntamente com o sistema complexo de organizações empresariais, de cartéis e de controle dos preços que lhes serviam de base, estavam ainda todos eles em funcionamento dez anos depois, no âmago da economia de guerra»<sup>58</sup>. Aliás, nem sequer era necessário que os governantes recorressem a este tipo de legislação para conseguir os seus efeitos, pois os patrões sentiam a ameaça e, como habitualmente, preferiam proceder com uma aparência de boa vontade a mostrar que actuavam compelidos<sup>59</sup>. De uma maneira ou outra, os grandes grupos puderam vergar as demais empresas aos seus critérios de orientação da actividade económica. Ora, estas medidas de concentração do capital e de cartelização colocaram problemas novos.

### 3. Foi o fascismo um capitalismo de Estado?

#### 1

Em Itália, em Julho de 1927, o conde Suardo, subsecretário da Presidência do Conselho, pronunciou um discurso que o próprio Mussolini havia revisto, corrigido e ampliado. Sem se comprometer directamente, o Duce podia assim testar as reacções. «O processo de criação unitária do Estado fascista teve duas fases, uma política e uma económica», rezava aquele discurso. «Na primeira fase o fascismo, para criar o Estado unitário italiano, enfrentou e desbaratou no campo político as forças desagregadoras da nação. [...] Num segundo momento, do qual começam a aparecer sinais claros, os mesmos inimigos [...] passam à contra-ofensiva em posições meramente económicas e continuam a partir daí a sua obra desagregadora e derrotista. O combate dirige-se hoje contra a velha classe dirigente da economia». E o orador acrescentou que, ao contrário do Estado liberal, que intervinha na política e se abstinha nas questões económicas, o Estado fascista batalhava igualmente no terreno económico<sup>60</sup>. O mesmo tema apareceu no dia seguinte na primeira página do jornal de que Mussolini era proprietário, onde se apelou a que o PNF, depois

<sup>57</sup> A. Tooze (2006) 107.

<sup>58</sup> Id., *ibid.*, 93. Ver no mesmo sentido as págs. 106-114.

<sup>59</sup> D. Guérin (1969) II 207.

<sup>60</sup> Para o discurso pronunciado em 4 de Julho de 1927 pelo conde Giacomo Suardo ver P. Melograni (1980) 215-216. As passagens citadas encontram-se na pág. 215. Note-se que Suardo, segundo indicou Piero Melograni, *op. cit.*, 173, gozava da confiança pessoal do Duce.

de ter conquistado o poder político, procedesse à conquista dos postos de comando das forças económicas<sup>61</sup>. De então em diante estas ideias não deixaram de ser invocadas. «[...] chegou o momento de dizer àqueles que aderiram ao fascismo quando nós já o havíamos feito com o nosso sangue, com a nossa paixão e com o nosso sacrifício que não lhes basta serem fascistas na política», preveniu Giuseppe Bottai, subsecretário das Corporações sob a autoridade directa do Duce, numa conferência pronunciada em Janeiro de 1928. «Têm de ser também fascistas na economia, e assim como o fascismo não hesitou em passar por cima do cadáver da liberdade política também não hesitará em passar por cima do espantinho da liberdade económica»<sup>62</sup>. Teria este chorrilho de palavras ameaçadoras representado de facto um programa?

Eram conhecidas as teses de Giuseppe Belluzzo, ministro da Economia Nacional durante a segunda metade da década de 1920, defendendo a intervenção governamental para implantar um sistema de economia organizada em que a siderurgia deixasse de ter o primeiro lugar e se apostasse no desenvolvimento prioritário da indústria química, de maneira a que a importação de matérias-primas fosse substituída pela produção nacional de materiais sintéticos<sup>63</sup>. Alguns aspectos deste projecto autárquico tiveram uma realização prática na década seguinte e convém não esquecer que a sua versão inicial não se deveu às pressões da crise mundial iniciada em 1929, mas a uma nova forma de pensar o papel do Estado Restrito na economia. É certo que aquela crise levou à queda do volume do comércio externo e à retracção dos investimentos internacionais e provocou uma situação de relativa autarcia, que foi deliberadamente acentuada pela política de substituição das importações, exigida pela preparação da guerra. Na realidade, porém, já antes do deflagrar da crise se estabelecera a relação entre o fascismo e a autarcia económica. «Por que motivo, entre todos os grandes países europeus, este regime [o corporativismo] surgiu apenas na Itália?», perguntou Mihail Manoilescu, para logo responder: «É que ali já não era possível resolver de maneira automática *o problema da subsistência da nação*. Na Itália as condições económicas são tão difíceis que *o problema da subsistência (isto é, o problema de alimentar uma grande população num território limitado e pobre) constitui um problema para a colectividade e, por conseguinte, para o Estado*»<sup>64</sup>.

Em Março de 1929 Bottai, que rivalizava com Belluzzo na defesa do mesmo tipo de ideias, admitiu que «num futuro mais ou menos próximo a Corporação será chamada [...] a ditar normas

<sup>61</sup> Artigo de Arnaldo Mussolini, irmão do Duce, em *Il Popolo d'Italia*, 5 de Julho de 1927, em id., *ibid.*, 216.

<sup>62</sup> G. Bottai (1933) 19.

<sup>63</sup> A. Lyttelton (1982) 574-579. Quanto à nova importância alcançada pela indústria química ver também as págs. 541-542 e 580.

<sup>64</sup> M. Manoilescu (1936) 66-67 (subs. orig.).

obrigatórias respeitantes à organização da produção nacional», e na continuação do discurso referiu sobretudo medidas de cartelização e a limitação da abertura de novos estabelecimentos industriais<sup>65</sup>. Perante a inquietação dos homens de negócios e os rumores contraditórios que decerto corriam, foi ainda Bottai, apresentando-se na Câmara dos Deputados em Dezembro de 1929, quem aparentemente pretendeu sossegar os ânimos. Depois de recordar que a economia individual dos trabalhadores fora duramente atingida na ocasião em que o Estado fascista decretara uma baixa salarial de 20%, ele prosseguiu: «Ninguém quer aplicar este exemplo noutros campos, porque isso seria extraordinariamente perigoso. Mas quando existe um Estado pronto a intervir em defesa da iniciativa individual dos empresários [...] não se tem o direito de supor que este mesmo Estado queira sufocar a iniciativa e o espírito de empresa»<sup>66</sup>. Como não ouvir, porém, atrás destas garantias, o eco de uma atitude de força? Ao lembrar que conseguira vergar os trabalhadores, não estaria o fascismo italiano a deixar pendente sobre os capitalistas o espectro de uma interferência directa na administração das empresas e na repartição dos lucros?

Com efeito, a lei de 20 de Março de 1930, que instituiu o Conselho Nacional das Corporações, conferiu-lhe autoridade para regulamentar as relações económicas colectivas entre os vários ramos da actividade produtiva<sup>67</sup>. «É certo que a Carta do Trabalho reconhece a iniciativa privada como o instrumento de produção mais eficaz e mais útil ao interesse da nação», concedeu Bottai numa comunicação à Câmara dos Deputados a propósito do projecto de lei prevendo a formação do Conselho Nacional das Corporações; «é certo que a lei proíbe a interferência dos sindicatos na gestão da empresa individual; mas não é menos certo que, ao abordar as corporações, a Carta declara que elas podem ditar normas obrigatórias não só acerca da disciplina das relações de trabalho, mas igualmente acerca da coordenação da produção, desde que para isso tenham recebido os necessários poderes por parte das associações inter-relacionadas»<sup>68</sup>. Tanto os adversários da intervenção estatal directa como os partidários de modalidades de acção mais radicais não se enganaram quanto às implicações da nova disposição, e foi este o problema que suscitou maior debate, dentro e fora do parlamento, quando se divulgou o projecto de lei. Pretendiam uns que não se saísse do quadro legislativo já existente, enquanto outros propunham que se imprimisse um ritmo mais rápido à evolução corporativa do regime. Na Câmara dos Deputados os opositores tentaram, sem nenhum sucesso, que a norma fosse remetida ao disposto na legislação anterior, nomeadamente na Carta do Trabalho, onde se garantira explicitamente aos chefes de empresa o

<sup>65</sup> G. Bottai (1933) 28-29. A frase citada encontra-se na pág. 28.

<sup>66</sup> Id., *ibid.*, 64.

<sup>67</sup> Id., *ibid.*, 115.

<sup>68</sup> Id., *ibid.*, 252-253.



exclusivo da gestão da economia. Do mesmo modo, o relator da comissão senatorial esforçou-se por retirar toda a novidade à capacidade de regulamentação económica colectiva conferida ao Conselho Nacional das Corporações, como se nada ficasse alterado na legislação<sup>69</sup>. Basta o carácter tão vivo do confronto, num regime em que as polémicas públicas não eram apreciadas, para demonstrar que alguma coisa diferente fora trazida por este projecto de lei. Aliás, Bottai declarou, noutra ocasião, que «no Conselho Nacional das Corporações realiza-se e concretiza-se a fusão entre economia e política que constitui parte integrante da concepção unitária do Estado fascista»<sup>70</sup>. E ao aparecer perante o Senado, em Maio de 1930, ele pretendeu que a relação institucional existente entre o Ministério das Corporações e o Conselho Nacional das Corporações dava àquele Ministério a capacidade de determinar superiormente toda a política económica do país<sup>71</sup>. Numa fórmula vigorosa, o Duce afirmou em Agosto do ano seguinte que assim como «o Estado corporativo fascista não quer ser um mero guarda-nocturno na política, também não quer limitar-se a ser uma espécie de Misericórdia sob o ponto de vista social»<sup>72</sup>.

O aparelho corporativo, que não servira para assegurar qualquer hegemonia às burocracias sindicais, permitiu então aos gestores do Estado Restrito uma intervenção sistemática no âmbito do Estado Amplo<sup>73</sup>. Foi precisamente isto que Bottai escreveu num artigo de 1932, enquanto se preparava a nova legislação sobre os consórcios industriais. Depois de criticar a cartelização prosseguida pela economia liberal, onde não havia lugar para a acção do Estado Restrito, e de criticar os *Konzerne* da Alemanha weimariana, que só aceitavam o controle governamental depois de estarem formados, o responsável pelo sistema corporativo italiano afirmou que no seu país a cartelização se processaria desde início com a participação do Estado Restrito<sup>74</sup>. A partir desta ocasião Mussolini pôde anunciar aos quatro ventos, como fez por exemplo em Novembro de 1933, que o corporativismo fascista não suplantara apenas o liberalismo económico mas o próprio capitalismo, além de ter ultrapassado também o socialismo<sup>75</sup>. Referindo-se talvez somente à indústria pesada e às instituições bancárias, o Duce proclamou em 1934 que três

<sup>69</sup> Id., *ibid.*, 278, 283, 297-299, 320-322.

<sup>70</sup> Id., *ibid.*, 245.

<sup>71</sup> Id., *ibid.*, 104-105.

<sup>72</sup> Citado em id., *ibid.*, 222 e antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 219.

<sup>73</sup> C. T. Schmidt (1939) 62. Referindo-se ao corporativismo fascista em geral, S. J. Woolf (1968) 138 escreveu que ele «serviu, com graus diversos de eficácia, para controlar a economia, porque, no final, não controlou só os trabalhadores, mas também os industriais». Mas S. Lombardini (1968) 161 chegou a uma conclusão oposta acerca do caso italiano, afirmando que «o sistema corporativo não limitou o poder dos capitalistas, se bem que tivesse sancionado a destruição do poder dos sindicatos [...]». Consultar na mesma perspectiva A. Lyttelton (1982) 539-540.

<sup>74</sup> Artigo publicado na *Critica Fascista*, 1 de Março de 1932, reproduzido em G. Bottai (1933) 179-182.

<sup>75</sup> G. S. Spinetti (org. 1938) 145, 231-232. Ver ainda C. T. Schmidt (1939) 65.

quartos das empresas do país dependiam do apoio estatal<sup>76</sup>.

Com efeito, a crise económica mundial da década de 1930, além de atingir directamente numerosos estabelecimentos industriais, colocara vários bancos em situação precária, já que tinham em seu poder acções cujo valor caía de dia para dia. A partir do final de 1931 o governo decidiu formar sucessivamente três organismos autónomos que, mediante emissões públicas, garantidas pelo Estado Restrito, adquiriram aquelas acções ou procederam a empréstimos a longo prazo a troco da detenção de uma parte das acções das empresas beneficiárias<sup>77</sup>. Foram assim salvas ao mesmo tempo as instituições financeiras e as industriais e criou-se um quadro de intervenção de novo tipo. Talvez estas medidas tivessem apanhado desprevenidos os políticos da oposição<sup>78</sup>; mas aquela opinião pública que se reflectia nos movimentos de bolsa apoiou-as claramente, deixando que a cotação das acções das sociedades anónimas atingisse o nível mais baixo em meados de 1932, enquanto a cotação dos principais títulos da dívida pública começava, desde finais de 1931, a ultrapassar os índices das sociedades por acções<sup>79</sup>. O Istituto per la Ricostruzione Industriale, um organismo estatal autónomo destinado a financiar e reestruturar bancos e indústrias privadas que a crise económica colocara em risco de falência, controlava em 1937 mais de 44% do capital social italiano e quase 18% do capital total, o que significa que em Itália o Estado Restrito detinha uma percentagem do capital das empresas industriais e financeiras sem equivalente fora da União Soviética<sup>80</sup>. Na mesma época, cerca de 80% do crédito disponível era controlado, directa ou indirectamente, pelo Estado Restrito<sup>81</sup>.

Esta intervenção massiva, porém, não impediu que as empresas funcionassem de modo independente, pois tratava-se de uma participação indirecta e, apesar de públicos, aqueles organismos gozavam de autonomia, permitindo aos estabelecimentos em crise a continuidade da sua gestão privada. Medidas que, em termos económicos, podiam ser entendidas como uma expropriação do capital privado em benefício do Estado Restrito serviram, no plano social, para reforçar as relações de propriedade prevalentes<sup>82</sup>. Mas será que esta situação contraditória se manteve? Ou será que algum dia se pôde proclamar com razão, como fez Mussolini em Outubro de 1937 no

<sup>76</sup> C. T. Schmidt (1939) 131.

<sup>77</sup> D. Guérin (1969) II 208; S. Lombardini (1968) 162; P. Melograni (1980) 247-248, 312; P. Milza (1999) 601-602; E. Santarelli (1981) II 64-66; C. T. Schmidt (1939) 123-124; S. J. Woolf (1968) 135.

<sup>78</sup> G. Carrozza (2001) 30-31.

<sup>79</sup> E. Santarelli (1981) II 64.

<sup>80</sup> A. J. Gregor (1979) 158; id. (2005) 247; S. G. Payne (1993) 89; id. (2003 a) 135.

<sup>81</sup> A. J. Gregor (1979) 158.

<sup>82</sup> D. Guérin (1969) II 208-209; S. Lombardini (1968) 162; A. Lyttelton (1982) 581; P. Milza (1999) 602; E. Santarelli (1981) II 66.

*Discurso aos Cem Mil Hierarcas*, que «na Itália fascista o capital está às ordens do Estado»<sup>83</sup>?

É possível argumentar que a nacionalização dos bancos, decidida em Março de 1936, embora lhes reconhecesse o carácter de instituições de direito público, os deixara sob uma administração privada<sup>84</sup>. Contudo, parece-me difícil sustentar a mesma tese a propósito da totalidade das medidas anunciadas por Mussolini no seu discurso de 23 de Março de 1936. O regime propôs-se então reorganizar em grandes unidades os estabelecimentos industriais que haviam sido salvos alguns anos antes pela prestação de créditos massivos, bem como assegurar o papel do Estado Restrito na sua administração. «A intervenção do Estado nestas grandes unidades industriais será directa ou indirecta?», perguntou o Duce. «Assumirá a forma de gestão ou de controle? Em alguns ramos poderá ocorrer uma gestão directa, noutros indirecta, noutros um controle eficaz. Podem mesmo conceber-se empresas mistas, nas quais Estado e particulares constituam o capital e organizem em comum a gestão. É perfeitamente lógico que no Estado fascista estes grupos de indústrias percam, mesmo *de jure*, o aspecto de empresas de carácter privado que desde 1930-1931 já haviam perdido completamente *de facto*»<sup>85</sup>. Apesar de ficarem em aberto várias modalidades de intervenção estatal e de terem sido enunciados diversos graus de controle, não creio que depois deste discurso permanecesse intacto o carácter privado da gestão daquelas empresas<sup>86</sup>.

## 2

Um horizonte comparável foi anunciado no Terceiro Reich pelo memorando que o Führer apresentou em Agosto-Setembro de 1936 e que abriu o caminho ao Plano de Quatro Anos. Com a sua brutalidade habitual, ele colocou os empresários perante uma alternativa: «Ou dispomos hoje de uma indústria privada, e neste caso compete-lhe esforçar-se ao máximo por solucionar os problemas relativos aos métodos de produção, ou achamos que compete ao governo determinar métodos de produção, e neste caso não temos mais necessidade de indústria privada»<sup>87</sup>. Entende-

<sup>83</sup> Antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 171. Ver também C. T. Schmidt (1939) 152.

<sup>84</sup> D. Guérin (1969) II 209.

<sup>85</sup> G. S. Spinetti (org. 1938) 168-170 reproduziu passagens muito significativas do discurso de 23 de Março de 1936. O excerto citado encontra-se na pág. 169. Ver também A. J. Gregor (1979) 144. Todavia, D. Guérin (1969) II 209-210 pretendeu que as medidas anunciadas por Mussolini não comprometeram o carácter privado da administração daquelas empresas.

<sup>86</sup> «As instituições corporativas», escreveu C. T. Schmidt (1939) 143-144, «pareciam estar a evoluir não para entidades da prometida nova ordem económica, mas para instrumentos de uma burocracia política e economicamente soberana». Parece-me possível interpretar neste sentido E. Santarelli (1981) II 282 e segs., apesar de o autor deduzir abusivamente do apoio prestado pelo grande capital privado ao regime de Mussolini que não se teriam desenvolvido formas significativas de gestão estatal. Com efeito, S. G. Payne (2003 b) 237 considerou que em consequência daquele discurso «o IRI ampliou ainda mais os seus poderes, dominando o financiamento da indústria e estimulando a concentração e a cartelização».

<sup>87</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 91 e A. Tooze (2006) 221.

se nesta perspectiva a criação das Reichswerke Hermann Göring. Num sector de fraca rentabilidade, em que os capitalistas particulares se mostravam renitentes a investir, o Estado Restrito criou um empreendimento misto resultante da conjugação de investimentos públicos e privados, sendo os riscos assumidos pelo Estado Restrito, que além disso garantia certos dividendos ao capital privado<sup>88</sup>. Ainda aqui se tratava de apressar a tendência para a concentração económica, já que tais investimentos não se justificavam a curto prazo. O Estado Restrito fornecia às empresas particulares um escopo de actuação mais vasto, no tempo como no espaço, do que o horizonte que elas mesmas eram então capazes de atingir, a tal ponto que nos primeiros anos da guerra as Reichswerke eram em todo o mundo o maior conglomerado industrial<sup>89</sup>. E iguais circunstâncias ocorreram com outras empresas de interesse estratégico criadas no âmbito do Plano de Quatro Anos<sup>90</sup>.

Ao acelerar a concentração da economia, essa série de medidas governamentais estreitou também a união entre os dois quadros organizativos do capital, o Estado Amplo e o Estado Restrito. A participação da burocracia do Estado Restrito na gestão directa do capital foi uma consequência inelutável da concentração económica. Tal como Mussolini deixou pairar sobre o capital privado a ameaça do controle governamental, também Hitler, no memorando de Agosto-Setembro de 1936, imediatamente depois de afirmar que «a função do Ministério da Economia é simplesmente estabelecer as tarefas económicas nacionais e cabe à indústria privada executá-las», acrescentou que «se a indústria privada acha que não é capaz de o fazer, então o Estado nacional-socialista saberá resolver o problema sozinho»<sup>91</sup>. Ou os chefes de empresa aceitavam o enquadramento que lhes era proposto ou teriam de prescindir da independência, mas é difícil classificar em termos tão extremos o Plano de Quatro Anos, que na sequência daquele memorando o Führer encarregou Göring de superintender. Por um lado, o Estado Restrito assumia a iniciativa e definia as metas e os recursos com que as indústrias podiam contar; por outro lado, porém, a participação das grandes indústrias foi determinante, a tal ponto que um dos administradores do principal *Konzern* do Reich, a IG Farben, acabou por se tornar a figura mais influente no Plano de Quatro Anos. A este respeito dois historiadores comentaram que «o emprego em funções semioficiais de representantes da indústria privada» tornara-se «um traço característico da organização econó-

<sup>88</sup> D. Guérin (1969) II 210-211 considerou que nestas empresas a hegemonia cabia exclusivamente aos capitalistas particulares. Ver no mesmo sentido A. Norden (1943) 32.

<sup>89</sup> A. Tooze (2006) 238.

<sup>90</sup> D. Guérin (1969) II 227-228; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 96.

<sup>91</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 92. Curiosamente, A. Tooze (2006) 221 citou apenas a primeira parte deste trecho.

mica alemã»<sup>92</sup>. Na realidade, tanto o fascismo italiano como o germânico puderam oscilar entre o liberalismo e o intervencionismo sem com isto perderem a coerência política porque em qualquer caso, por um dos lados ou pelo outro, eram elementos pertencentes à mesma classe social, os gestores, quem obtinha a hegemonia.

#### 4. O fascismo foi um capitalismo de gestores

O governo italiano, através de legislação promulgada em Fevereiro de 1934 e complementada por outras leis nos anos seguintes, nomeadamente em 1937, encarregou os órgãos cimeiros do sistema corporativo de administrarem a autarcia, o que ampliou muitíssimo a cartelização da actividade económica<sup>93</sup>. Entretanto, no Terceiro Reich as autoridades governamentais atribuíram uma função semelhante às organizações industriais, com os mesmos efeitos sobre a concentração do capital<sup>94</sup>. Como na Itália havia uma relação íntima entre o Estado Restrito e o sistema corporativo, e no Reich entre o Estado Restrito e as organizações industriais reconhecidas oficialmente, a crise económica e os preparativos para o confronto militar reforçaram a interligação dos dois tipos de gestores e abriram ao Estado Restrito oportunidades para uma intromissão mais directa na vida interna das empresas. Mesmo aceitando a opinião de um historiador para quem a lei de Fevereiro de 1934, que permitiu o acesso de representantes da alta burocracia sindical italiana às organizações patronais, em nada alterou a capacidade de gestão do patronato<sup>95</sup>, parece-me que teria pelo menos implicado um progresso na convergência entre os vários campos de sustentação da classe dos gestores. Desde 1930 até ao final do regime fascista italiano, de vinte e oito presidentes das principais confederações, metade foi promovida a funções de subsecretário de Estado ou de ministro, sendo a proporção de cinco em dez nas confederações de trabalhadores, sete em quinze nas dos chefes de empresa e dois em três na das profissões liberais e artistas<sup>96</sup>. Assim, ao mesmo tempo que se acentuava o controle do Estado Restrito sobre o Estado Amplo, o Estado Amplo ia fornecendo ao Estado Restrito alguns dos seus técnicos e burocratas mais importantes, o que estreitou os vínculos entre as duas esferas e aumentou a coesão da

<sup>92</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 96. Encontra-se uma longa lista de exemplos em A. Norden (1943) 27 e segs. A. Tooze (2006) 227 escreveu que «com o aparecimento do Plano de Quatro Anos intensificou-se a associação entre a I. G. [Farben] e o regime nazi», mas acrescentou que «continua a discutir-se onde exactamente é que o equilíbrio entre o poder e o interesse se situava nessa relação».

<sup>93</sup> G. Bottai (1934-1935) 620; D. Guérin (1969) II 231-232; E. Santarelli (1981) II 284, 294; C. T. Schmidt (1939) 120.

<sup>94</sup> D. Guérin (1969) II 232.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, II 192, 231.

<sup>96</sup> P. Milza (1999) 545, 925 n. 102.

classe dos gestores. Esta situação foi consagrada com a abolição da Câmara dos Deputados e a criação, no começo de 1939, da Câmara dos Fasci e das Corporações, uma instituição legislativa que reunia, além dos dirigentes do PNF, os mandatários dos órgãos de cúpula corporativos, representando os organismos patronais e os sindicatos<sup>97</sup>. No Reich seria no quadro da tecnocracia racista e mística dos SS que se operaria a fusão entre os gestores do Estado Restrito e os do Estado Amplo, sobretudo durante a guerra. Mas os termos económicos em que tal convergência se operou são muitíssimo problemáticos, como procurarei mostrar no capítulo seguinte.

A orientação económica da Itália e do Reich sofreu sem dúvida uma alteração. Apresentando-se de início como uma defesa da livre iniciativa dos empresários e uma preservação do Estado Amplo relativamente às veleidades de intromissão do Estado Restrito, evoluiu em seguida para formas de limitação da autonomia das empresas e para a crescente fusão dos gestores de ambos os tipos de Estado. O Mussolini que em Junho de 1921, no seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, dizia que «se vós quereis salvar o Estado deveis abolir o Estado colectivista [...] e regressar ao Estado manchesteriano»<sup>98</sup>, ou seja, à aplicação das normas do livre-câmbio e da livre concorrência, não era o mesmo que, dez anos mais tarde, prevenia: «Discutir ainda se a esfera económica cabe no Estado e pertence ao Estado é pura e simplesmente, na melhor das hipóteses, absurdo e improcedente. Nenhuma esfera da vida individual e colectiva pode ser subtraída ao Estado [...]»<sup>99</sup>. A evolução das empresas no Terceiro Reich foi convergente, tal como a resumiu um dos mais argutos conhecedores do nacional-socialismo: «O conteúdo principal da política nazi relativamente aos cartéis e às organizações do mesmo tipo é duplo: o reforço do poder dos cartéis sobre os seus membros individuais e o reforço do controle estatal sobre os cartéis». Logo adiante este autor mencionou «a utilização de associações empresariais privadas como órgãos para administrar funções governamentais» e, depois de descrever as regulamentações que entraram progressivamente em vigor, concluiu que «enquanto o poder dos cartéis aumentou imensamente, o poder de controle do governo sobre os cartéis é tão vasto que o governo pode fazer tudo o que quiser. Os cartéis no sistema nazi [...] converteram-se em órgãos administrativos destinados à execução das políticas estatais»<sup>100</sup>.

Mas será que foram a preparação da guerra e, depois, o conflito a acelerar este processo

<sup>97</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 129-132; P. Milza (1999) 737-738.

<sup>98</sup> Antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 209.

<sup>99</sup> Discurso de 19 de Agosto de 1931, antologado em id., *ibid.*, 218.

<sup>100</sup> F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 458, 465. Trata-se de um relatório confidencial apresentado na Research and Analysis Branch do OSS em data desconhecida, mas necessariamente entre meados de 1943 e o final da guerra.

e que, regressada a paz, a estatização da economia se destinaria a ser reduzida a dimensões pouco significativas? Ou caminharia o fascismo para um crescimento da organização burocrática da economia destinado a superar os limites do capital? Conhecendo algumas discussões que em 1940 se travaram no Reich percebemos que os empresários e os seus representantes no Estado Restrito contavam que, ultrapassadas as emergências da guerra, as medidas de controle se restringissem em benefício do mercado. Um memorando que em Agosto de 1940 o ministro da Economia, Funk, enviou a Göring, plenipotenciário para o Plano de Quatro Anos, acerca da futura Nova Ordem europeia, mencionou «a simplificação da prática de concessão de autorizações para o comércio internacional no interior da Europa, a supressão de regulamentos restritivos, a adaptação dos procedimentos alfandegários à necessidade de intensificação do comércio e da cooperação no âmbito da indústria, das matérias-primas e da agricultura». Göring respondeu alguns dias depois, considerando que, terminada a guerra, a chefia económica do Reich aplicaria as suas medidas usando «um aparelho administrativo o mais simples possível» e prometendo «o rápido desmantelamento dos controles económicos em todas as esferas, que eram uma medida de emergência»<sup>101</sup>. Mas, em vez de ser breve e vitoriosa, a guerra foi longa e terminou como se sabe, e estas aspirações não se realizaram. É muito difícil analisar a evolução económica do fascismo, porque foi abruptamente cancelada por uma derrota de carácter apenas militar. As linhas de desenvolvimento da economia ficaram suspensas, sobre o vazio criado pela falta aparente de continuidade histórica.

Sem especular acerca das formas que o fascismo jamais veio a assumir e reduzindo-me aos factos, constato que os passos daquela evolução se caracterizaram por uma intervenção do Estado Restrito destinada a apressar o desenvolvimento económico. Giuseppe Bottai formulou o problema quando declarou que «a acção da concorrência é sempre dispendiosa» e, por isso, é necessário «acelerar, de certo modo, aquele processo, procurando alcançar, na medida do possível, os mesmos resultados não através de uma acção selectiva destruidora, mas através da intervenção ponderada e racional dos organismos corporativos»<sup>102</sup>. Nesta perspectiva o fascismo superara a economia liberal apenas para chegar mais depressa e com menor custo aos mesmos fins. O que estava por detrás do desejo de imprimir maior rapidez aos mecanismos económicos?

Quando analisei as condições históricas do fascismo (no capítulo 4 da Parte 1) pretendi mostrar que ele só conseguiu instalar-se em países onde o processo de desenvolvimento do capi-

<sup>101</sup> Citados em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 282 e 283. Entretanto, como se vê em H. Mommsen (2009) 185, Goerdeler aconselhava no mesmo sentido Göring e Schacht.

<sup>102</sup> G. Bottai (1933) 162.

tal deparava com impedimentos estruturais ou com obstáculos circunstanciais muito consideráveis. Mas — paradoxalmente — o fascismo, pretendendo suprimir a luta de classes e tomando as medidas necessárias para liquidar as expressões institucionais desta luta, dificultou o crescimento económico, porque os mecanismos que suscitam o aumento da produtividade resultam da resposta patronal às pressões dos trabalhadores. Todas as reivindicações laborais têm como objectivo imediato trabalhar menos e ganhar mais. Ao longo da história do capitalismo, os trabalhadores conseguiram reduzir o horário formal de trabalho, mas sob a condição de exercerem uma actividade cada vez mais intensa e sempre mais qualificada. O carácter progressivamente mais complexo do trabalho faz com que cada hora despendida seja um múltiplo da hora de trabalho simples, pelo que, contrariamente às aparências, a diminuição da jornada oficial corresponde a um acréscimo do dispêndio real de tempo de trabalho. Do lado do salário as aparências não são menos ilusórias. É certo que o trabalhador dispõe de um número cada vez maior de bens, mas como eles são fabricados com uma produtividade crescente, isto significa que dia a dia se vai tornando menor o tempo de trabalho incorporado em cada um desses bens. Em suma, ao depararem com as reivindicações de redução da jornada de trabalho os capitalistas recorrem aos mecanismos da produtividade para extorquir aos trabalhadores uma quantidade crescente de tempo de trabalho complexo; e ao depararem com as exigências de aumentos salariais os capitalistas podem, graças ao duplo mecanismo da produtividade, pagar aos trabalhadores com o equivalente monetário de bens que incorporam uma quantidade declinante de tempo de trabalho. Este processo de agravamento da exploração, que ilustra o funcionamento da mais-valia relativa e a que se resume o desenvolvimento económico, tem como agente motor as reivindicações dos trabalhadores. O capitalismo estagnaria sem as pressões decorrentes dos conflitos sociais. Mas não pretendeu o fascismo abolir todas as manifestações da luta de classes?

Os resultados do fascismo foram perversos. No campo político atenuou tanto quanto lhe foi possível as expressões e os efeitos das reivindicações laborais, mas deste modo ergueu no campo económico sérios obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo — e fê-lo precisamente em situações em que o crescimento da economia, por motivos estruturais ou episódicos, estava já comprometido. Um dos mais sérios representantes do grande capital italiano, o senador Luigi Albertini, director de *Il Corriere della Sera*, preveniu num artigo publicado pelo seu jornal em Julho de 1923: «A pressão das classes operárias age do mesmo modo que a da concorrência. O empresário não gosta de nenhuma delas [...] Mas ambas são um incentivo para o aperfeiçoamento e o progresso. Ai de quem as suprime! Ai de quem acede a todos os pedidos de protecção que procuram eliminar a concorrência! Ai de quem favorece as tendências de reacção política que visam



livrar-se da pressão dos sindicatos!»<sup>103</sup>. É difícil encontrar, mal o fascismo se instaurara, uma previsão mais lúcida. Do mesmo modo, um historiador sustentou que a destruição do movimento operário pelo nacional-socialismo contribuiu para que os capitalistas alemães perdessem a noção dos seus interesses comuns a longo prazo<sup>104</sup>. Quanto mais os regimes fascistas submetiam a classe trabalhadora a uma política repressiva, mais tinham de incentivar os empresários a acelerarem os ritmos da produtividade e mais tinham de lhes insuflar uma coesão de classe. É elucidativo considerar que Manóiescu concebia a redução dos custos de produção através da baixa dos salários, não do aumento da produtividade<sup>105</sup>. Daí a necessidade sentida pelo corporativismo de actuar exteriormente sobre as empresas, quer a partir do conjunto das corporações, como pretendia Manóiescu, quer a partir do Estado Restrito<sup>106</sup>.

No fascismo a intervenção económica do Estado Restrito destinou-se, afinal, a compensar os efeitos negativos resultantes da sua intervenção política. Por mais estranho que pareça, a relação económica entre o Estado Restrito e o Estado Amplo visava suprir aqueles mecanismos da conflituosidade social que haviam deixado de funcionar, ou funcionavam de maneira deficiente, na relação entre o Estado Amplo e a classe trabalhadora. Foi esta a especificidade do corporativismo fascista. Depois de haverem decretado a supressão da luta de classes, os fascistas viram-se obrigados a substituir os efeitos da luta de classes. Prossequindo o paradoxo, poderia dizer que o fascismo, recusando-se a estatizar a economia, estatizou os conflitos sociais e que residiu aí o seu tão peculiar socialismo.

<sup>103</sup> O artigo de Luigi Albertini publicado em *Il Corriere della Sera*, 31 de Julho de 1923, encontra-se citado em P. Melograni (1980) 53.

<sup>104</sup> T. W. Mason (1968) 181.

<sup>105</sup> M. Manóiescu (1936) 52-54, 329 n. 1.

<sup>106</sup> *Id.*, *ibid.*, 135 n. cont., 289-290.

## Capítulo 5

# O NACIONAL-SOCIALISMO COMO METACAPITALISMO

### 1. Capital produtivo e capital especulativo

O engenheiro Gottfried Feder era um agitador de temas económicos, cujas convicções se ordenavam em torno da distinção entre capital especulativo ou parasitário e capital criador ou produtivo. Talvez ele pensasse que a ideia era sua, mas não o era e pairava no ar dos tempos. Nas *Memórias* escritas na prisão, em Nuremberga, Alfred Rosenberg contou que conhecera Feder em Munique no começo de 1919 e recordou as suas teses: «Ele sustentava que as grandes crises económicas se deviam inteiramente ao que chamava *escravidão do juro*, à qual se tinham progressivamente submetido todos os países do mundo, devido à mobilidade do capital dedicado aos empréstimos e à finança. Ele procedia a uma distinção rigorosa entre isso e o capital industrial *com raízes locais*, cuja protecção, considerava ele, devia indubitavelmente ser uma das funções do Estado». E Rosenberg acrescentou que «se descobriu que as ideias de Feder não eram inteiramente originais quando alguém mostrou um exemplar do *Hammer*, a revista de Theodor Fritsch, que já em 1917 publicara literalmente muito do que mais tarde fora proclamado por Feder, o qual não se dera ao incómodo de mencionar a proveniência»<sup>1</sup>. Mas as fontes de inspiração eram vastas demais para se tratar unicamente de um plágio.

Na França da primeira década do século XX, Pierre Biétry, um mercenário subsidiado por bolsas de diversos quadrantes<sup>2</sup> e chefe de uma corrente sindical que se ufanava de possuir quase cem mil filiados<sup>3</sup>, violentamente anti-socialista e activo promotor da conciliação das classes, distinguiu entre, por um lado, o «capital que especula», meramente parasitário, e, por outro lado, o «capital que trabalha», responsável pelo crescimento da produção e da riqueza colectiva e com o qual os trabalhadores se deveriam aliar<sup>4</sup>. No que parecia ser o outro extremo do movimento operário, Édouard Berth, o principal e mais constante dos discípulos franceses de Sorel, discernira, numa série de artigos publicada em 1907 e 1908, duas formas de capitalismo: o capitalismo comercial, financeiro e usurário, caracterizado pelo parasitismo e por isso forçado a proteger-se com o

<sup>1</sup> A. Rosenberg [s. d.] 16, 17 (subs. orig.).

<sup>2</sup> Y. Guchet (2001) 93.

<sup>3</sup> S. G. Payne (2003 b) 46.

<sup>4</sup> Z. Sternhell (1978) 291. J. B. Whisker (1983) 12 radicou esta dicotomia nas ideias de Saint-Simon.

recurso ao Estado, e o capitalismo industrial, que desenvolveria as forças produtivas e não temia a livre concorrência<sup>5</sup>. Passados muitos anos as ideias de Berth a este respeito continuavam a ser as mesmas, já que num texto de 1923 concentrou as críticas no capital comercial e financeiro, acusando-o de parasitismo, e enalteceu os capitães de indústria, «os grandes realizadores de um capitalismo audaz, poderoso e inovador»<sup>6</sup>. Em Itália outros sindicalistas revolucionários, igualmente influenciados por Sorel, e nomeadamente o mais significativo teórico desta corrente, Arturo Labriola, admitiam também a existência de um capital produtivo, distinto do capital especulativo e parasitário<sup>7</sup>.

No final da Grande Guerra e nos anos imediatos aquela dicotomia inspirou a génese do fascismo. Comentando em meados de 1917 a revolução russa, que ele reduzia a uma substituição de elites, Benito Mussolini afirmou que a nova hierarquia não se fundava no nascimento nem na riqueza nem na detenção do saber e que reunia os «produtores», um conceito onde cabiam tanto os trabalhadores como os empresários e administradores<sup>8</sup>. Aliás, em Agosto do ano seguinte o jornal de Mussolini, *Il Popolo d'Italia*, deixou de se intitular «jornal socialista» para se denominar «jornal dos combatentes e dos produtores»<sup>9</sup>, o que o situou no contexto das novas preocupações. E em 1919, fundando a sua estratégia política na diferenciação entre capitalistas produtivos e capitalistas parasitários, Mussolini considerava que o Estado liberal estava nas mãos destes últimos e afirmava a necessidade de gerar uma nova elite através de uma revolução baseada nos trabalhadores antimarxistas e nos empresários produtivos<sup>10</sup>. Mas naquela época eram sobretudo as proclamações de Alceste De Ambris e os seus projectos políticos que exploravam a distinção

<sup>5</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 106-107. Note-se, porém, que embora G. Sorel (1947) 338 e segs., num apêndice redigido em 1920, tivesse procedido à crítica do capital especulativo, assimilado às operações de usura, ficou claro que na sua opinião nem todo o capital financeiro era especulativo; ele salientou até (págs. 342-343) a acção dos grandes bancos contra as operações especulativas. Por outro lado, embora Sorel fosse implicitamente favorável ao capital industrial, por oposição ao capital usurário e ao comercial, considerou que os *trusts* norte-americanos se aparentavam com o capitalismo usurário (pág. 349) e insistiu no tema (págs. 364, 370). Todavia, no mesmo apêndice (pág. 372 n. 1) Sorel censurou «os governos burgueses» que durante a primeira guerra mundial criaram «numerosas instituições que familiarizaram as populações com a ideia do socialismo de Estado» e acrescentou: «é contra o socialismo de Estado, mais do que contra o capitalismo, que os verdadeiros marxistas deveriam travar a luta; esta luta é tanto mais necessária quanto não se vê como seria possível passar do socialismo de Estado para o socialismo proletário».

<sup>6</sup> E. Berth (1923) 17.

<sup>7</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 144.

<sup>8</sup> O artigo de Mussolini «Viva Kerensky!», publicado em *Il Popolo d'Italia*, 26 de Julho de 1917, foi comentado por P. Milza (1999) 211-212. Referindo-se ao emprego por Enrico Corradini do termo «produtores», J. Ploncard d'Assac (1971) 96 observou que ele «contém em germen toda a noção corporativa do Estado».

<sup>9</sup> A. J. Gregor (2005) 151; A. Lyttelton (1982) 75, 331; P. Milza (1999) 210. Ver ainda G. Volpe (1941) 30. Porém, A. J. Gregor (2000 b) 139 interpretou erradamente aquela mudança de nome como uma simples referência à necessidade de desenvolver as forças produtivas.

<sup>10</sup> P. Milza (1999) 230. Todavia, este historiador advertiu (pág. 233) que em 1919 Mussolini, apesar de ter abandonado a oposição sistemática ao capitalismo e aos proprietários capitalistas, hesitava ainda em atribuir à «burguesia produtiva» o primeiro lugar no processo revolucionário.

entre capital parasitário e capital produtivo<sup>11</sup>. De Ambris fora um activíssimo dirigente sindical, organizador de inúmeras greves, e encarregava-se então do secretariado da UIL, uma central sindical fundada em Junho de 1918, onde a tradição do sindicalismo revolucionário se conjugava com o nacionalismo belicista fomentado pela guerra, contribuindo para abrir o espaço político que Mussolini em breve hegemonizaria. Foi também De Ambris quem serviu de secretário de governo a D'Annunzio em Fiume e redigiu para aquele inesperado comandante de milícias do fascismo radical o Estatuto da Regência, documento constitucional conhecido como *Carta del Carnaro*. Ao mesmo tempo, em Março de 1919, outra figura de grande relevo do velho sindicalismo revolucionário e do fascismo nascente, Sergio Panunzio, apresentou um Programa de Acção a que estava subjacente a oposição entre capital produtivo e capital estéril<sup>12</sup>.

Mas o sindicalismo revolucionário não penetrara na Alemanha. Robert Michels, a única personalidade significativa desse movimento a possuir a nacionalidade germânica, residia em Itália e concentrava aí a sua actividade intelectual e política<sup>13</sup>. E Fritz Wolffheim, durante o período em que se situara próximo dos sindicalistas revolucionários, havia também prosseguido a sua acção no estrangeiro, junto aos IWW<sup>14</sup>. É possível, afinal, que Gottfried Feder, ou Theodor Fritsch antes dele, não tivessem sofrido influências ideológicas directas e que circunstâncias similares encontrassem expressão em teses idênticas. Com efeito, já Sombart, em obras de 1909, 1911 e 1913, havia colocado num lado os empresários, a quem atribuía positivamente o sentido do concreto, do qualitativo e do útil, e no outro lado os comerciantes, acusados de reduzir tudo aos termos abstractos e quantitativos do dinheiro<sup>15</sup>. E num livro publicado em 1912 Julius Schenk, professor universitário em Munique, distinguiu entre uma «economia comercial», que apenas buscava o lucro, e uma «economia de produção», animada pela criatividade dos engenheiros e artesãos<sup>16</sup>. Aliás, num plano mais fundamental a oposição entre capital produtivo e capital especulativo reflectia a mesma oposição que Spengler, numa obra célebre, estabeleceu entre cultura e civilização. Do lado da cultura tínhamos o orgânico e o inconsciente, a terra e as raízes, a pujança, a vida; do lado da civilização, o inorgânico e o consciente, as cidades e o cosmopolitismo, a superficialidade, a sofisticação. A decadência, que Spengler considerava como um destino cíclico inelutável, consistia na passagem da cultura à civilização<sup>17</sup>. No Ocidente a passagem ocorrera na transição do

<sup>11</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 182-183.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, 185.

<sup>13</sup> Id. (1978) 398; id. et al. (1994) 192.

<sup>14</sup> D. Authier et al. (1976) 71, 119; P. Broué (2006) 66; K. H. Roth et al. (2011) 85 n. 47.

<sup>15</sup> J. Herf (1986) 133-136, 141-142, 145; P. Watson (2011) 453.

<sup>16</sup> J. Herf (1986) 159.

<sup>17</sup> Acerca da oposição entre cultura e civilização ver O. Spengler (1942-1944) *passim*, sobretudo I 54-58, 166, II 62, 203-207 e III 150.

século XVIII para o século XIX<sup>18</sup>, e Spengler evocou «essa abstracção que representa o poder da civilização: o *dinheiro*»<sup>19</sup>. Em 1920, entre a publicação do primeiro e do segundo volume de *A Decadência do Ocidente*, Spengler divulgou um panfleto político onde pontificou: «O homem fáustico despreza os bens inertes, não dinâmicos, o “crédito” *per se*. Em vez disso, enfatiza a importância da propriedade “produtiva”»<sup>20</sup>. Numa linha e meia estavam contidas todas as críticas ao capital financeiro feitas pela extrema-direita. Como observou um historiador, «dissociar a ideia do trabalho do trabalho assalariado ou das relações mercantis tornou-se uma característica importante da retórica modernista reaccionária»<sup>21</sup>.

Feder atribuía os males do seu país ao capital especulativo e ao juro, que deveriam portanto ser abolidos. Neste sentido ele criara em 1917 a Liga de Combate Alemã para a Destruição da Escravidão do Juro e tornou-se depois porta-voz para as questões económicas do Partido Operário Alemão, um minúsculo clube político fundado por Anton Drexler em Janeiro de 1919. Feder defendeu então a monetarização dos títulos de empréstimos de guerra, o que, se fosse executado, levaria a um surto inflacionista de dimensões tais que anularia as dívidas do Estado e deixaria radicalmente enfraquecido o capital especulativo<sup>22</sup>. «Sempre que os protestos contra a hegemonia do capital bancário permeiam os movimentos populares», observou um contemporâneo sagaz, «temos o indício mais claro da aproximação do fascismo»<sup>23</sup>. A transformação do conceito económico de exploração nos temas difusos e moralistas da especulação e da corrupção, a transformação do conceito social de luta de classes no tema cultural do declínio da civilização e a transformação do conceito político de vanguarda proletária na noção sociológica de elite foram as operações que permitiram converter um sistema ideológico da classe trabalhadora em palavras de ordem esparsas, destinadas a mobilizar os descontentes de todas as classes.

Hitler em breve se apoderaria do clube político onde Feder pontificava. Em Abril de 1920 o nome da organização foi alterado para Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores e pouco tempo antes, no final de Fevereiro, divulgara-se um programa em vinte e cinco pontos, redigido por Drexler e Hitler, com uma contribuição de Feder. O ponto 11 reclamava a abolição dos rendimentos que não tivessem sido obtidos pelo trabalho e, concebendo o trabalho simplesmente como actividade, legitimava a porção de mais-valia apropriada pelos empresários e gesto-

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, II 205.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, I 59-60 (sub. orig.).

<sup>20</sup> Id. [1920] 73.

<sup>21</sup> J. Herf (1986) 165.

<sup>22</sup> Acerca das doutrinas económicas de Gottfried Feder ver: J. Droz [s. d.] 3-4; D. Guérin (1969) II 84-85; K. Heiden (1934) 8-9, 27; J. Herf (1986) 190-191; W. L. Shirer (1995) I 39.

<sup>23</sup> F. Neumann (1943) 360.

res, ao mesmo tempo que abolia os direitos económicos dos meros proprietários privados. Este ataque à burguesia numa perspectiva dos gestores atingia dimensões últimas no ponto 18, que pedia a aplicação da pena de morte aos usurários e aos especuladores. Sob idêntica perspectiva, o ponto 12 reivindicava o confisco integral dos lucros obtidos com a guerra. O ponto 13, exigindo a nacionalização dos *trusts*, favorecia especialmente os gestores do aparelho de Estado. O ponto 16 proclamava a necessidade de manter uma classe média sólida, municipalizar as grandes lojas de departamentos e alugá-las a baixo preço aos pequenos comerciantes, e estimular as pequenas indústrias com encomendas do Estado e dos municípios, enquanto o ponto 17 previa a abolição da renda fundiária e a proibição de especular com a terra. Ambos estes pontos se destinavam a beneficiar os pequenos comerciantes e industriais e os pequenos e médios agricultores. Cabe ainda mencionar o ponto 14, aplicável somente às grandes empresas, que reivindicava a participação dos empregados nos lucros<sup>24</sup>. A inclusão deste conjunto de temas no programa deveu-se à insistência de Feder e de Drexler, que procuravam antes de mais favorecer os empresários<sup>25</sup>, nomeadamente os gestores, cuja intervenção na economia é sempre activa. Já a distinção entre capital produtivo e capital especulativo simbolizava a oposição entre o carácter positivo atribuído aos gestores e aos empresários, ampliada a sua base de apoio pela mobilização da pequena e da média burguesia, e o carácter negativo imputado aos simples proprietários da grande burguesia, se não os redimisse a diligência empresarial. «Não somos um partido de classe», disse Hitler num discurso em Outubro de 1920, «mas o partido de honestos produtores»<sup>26</sup>.

Foi esta a visão defendida pela ala populista do nacional-socialismo. A sua figura mais significativa, Gregor Strasser, que até ser expulso no final de 1932 esteve à frente da organização nacional do NSDAP, declarou no parlamento, em 10 de Maio daquele ano, que o «grande anseio anticapitalista», «que se apoderou talvez de noventa e cinco por cento do nosso povo», representa «o protesto dos sectores produtivos da nação contra uma teoria económica degenerada». «A riqueza de uma nação reside no trabalho e não no capital», entendendo por «trabalho» não só a classe trabalhadora mas igualmente os detentores de uma propriedade «moralmente justificada por ter sido criada com esforço e poupança» e produtora de «bens úteis à vida»<sup>27</sup>. A distinção entre capital produtivo e especulativo serviu a Strasser para defender um socialismo que não se

<sup>24</sup> Este programa encontra-se em K. Heiden (1934) 17-21, A. Kaes et al. (orgs. 1995) 124-126 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 14-16. Quanto ao ponto 14, Konrad Heiden mencionou «as grandes empresas», sem especificar, Anton Kaes et al. referiram o «comércio por grosso» e J. Noakes et al. indicaram «as grandes empresas industriais». A versão apresentada por W. L. Shirer (1995) I 45-46 contém outras discrepâncias.

<sup>25</sup> F. Neumann (1943) 261.

<sup>26</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 17.

<sup>27</sup> Citado em id., *ibid.*, II 67.

opunha à propriedade, mas só a um certo tipo de propriedade, e que no plano da linguagem se exprimiu pela conversão de *Arbeiterschaft* em *Arbeitertum*<sup>28</sup>.

No outro extremo do NSDAP e apresentando-se como o mais fiel intérprete de Hitler, Alfred Rosenberg, na sua célebre obra de 1930, estigmatizou «a ciência da bolsa e das finanças», acusando-a de se ter tornado «um jogo com valores fictícios, um mágico ilusionismo de números, com que certos meios provocam uma distorção sistemática na passagem da produção para a comercialização»<sup>29</sup>. Ao mesmo tempo estigmatizou a social-democracia por lutar contra o «capital», um «conceito sem elos com o sangue», uma «mera palavra», apesar de «existirem diferenças fundamentais entre um e outro tipo de capital». Tratava-se de opor o «capital nacional», «capital ligado ao solo», ao «capital financeiro fluido», que representava «o reino do dinheiro». A partir daqui Rosenberg virou-se contra Gregor Strasser, embora sem o nomear explicitamente, acusando-o de declarar «que hoje o capital e a propriedade prevalecem sobre o trabalho» quando, na realidade, «é necessário distinguir entre um e outro tipo de propriedade», porque «no seu verdadeiro sentido a propriedade pessoal mais não é do que trabalho congelado», enquanto «existe também outro tipo de propriedade, que não é fruto do trabalho criativo, mas constitui um aproveitamento desse trabalho através da especulação ou de agências noticiosas enganadoras»<sup>30</sup>. E Goebbels, que entretanto abandonara a facção de Strasser para se juntar a Hitler, também explicou em 1932, numas instruções confidenciais endereçadas aos propagandistas do partido, que «é errado equiparar, como faz o marxismo, patrões e exploradores». Torna-se necessário, sublinhou ele, «distinguir rigorosamente entre uma direcção económica saudável, que é indispensável à economia, e os exploradores»<sup>31</sup>. Passados dez anos, o Führer continuava a defender a propriedade privada resultante do esforço pessoal do proprietário, enquanto dizia opor-se às sociedades por acções, que considerava meramente especulativas. Nas fábricas, pretendia ele, a riqueza é criada pelos «engenheiros» e pelos «operários», não pelos accionistas, por isso o Estado deveria apoderar-se dos lucros especulativos, de modo a que beneficiassem a nação<sup>32</sup>. Se assim era, por que motivo isto não sucedia ainda, depois de uma década de nacional-socialismo?

<sup>28</sup> J. C. Fest (1974) 594.

<sup>29</sup> A. Rosenberg (1986) 113; id. [s. d. 2] 118.

<sup>30</sup> Id. (1986) 545-547; id. [s. d. 2] 395-397.

<sup>31</sup> As instruções de Goebbels de 12-14 de Outubro de 1932 vêm citadas em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 107-108.

<sup>32</sup> Em 24 de Março de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 362-363. As palavras citadas encontram-se na pág. 363.

## 2. A substituição do programa económico por um programa racial

Hitler estava decidido a desrespeitar o programa do NSDAP e seis anos depois da sua promulgação determinou que ele devia permanecer inalterável<sup>33</sup>. Como sempre sucede com as religiões e os movimentos políticos a conversão de uma tese num dogma torna-a inócua, e Hitler teria declarado a um partidário céptico: «Nunca modificarei nada nesse programa, que se destina às massas. Ele limita-se a indicar o sentido em que prosseguem alguns dos nossos esforços. [...] É como o dogma da Igreja. Será que o significado da Igreja se resume aos dogmas? Não residirá esse significado sobretudo na ligação da sua actividade com os seus ritos? Para alimentar as esperanças, as massas precisam que lhes fixem etapas visíveis. Mas os iniciados sabem que nada é estável, que tudo se transforma permanentemente»<sup>34</sup>. Passados anos Hitler insistiu: «Perguntam-me às vezes porque não modifico o programa do Partido, e respondo: “Por que motivo *devo* modificá-lo?”. Aquele programa pertence à história»<sup>35</sup>.

Aliás, em *Mein Kampf* o futuro Führer não deixou dúvidas sobre esta questão. Começou por apoiar entusiasticamente a tese de Gottfried Feder acerca da diferença entre capital produtivo e capital especulativo: «Antes, eu havia sido incapaz de reconhecer de maneira suficientemente clara a diferença entre este puro capital, enquanto resultado final do trabalho produtivo, e um capital cuja existência e cuja essência decorrem unicamente da especulação. [...] Logo depois de ter ouvido a primeira conferência de Feder veio-me à cabeça a ideia de que acabara de encontrar o caminho para uma das premissas mais essenciais para a fundação de um novo partido»<sup>36</sup>. Imediatamente a seguir lemos, todavia, que aos teóricos, como Feder, cabe apenas estabelecer os objectivos últimos, deixando-se aos políticos — a Hitler decerto — a avaliação da medida em que os princípios podem ser passados à prática. E ficamos igualmente prevenidos de que esta aplicação nunca corresponderá ao modelo ideal<sup>37</sup>. Ou seja, as teses de Feder eram óptimas... enquanto ideias. O destino do ideólogo seguiu o das suas fórmulas, e Feder, que o Führer nomeara em 1926 árbitro supremo de todas as polémicas relativas à interpretação do programa do partido, passou a ocupar de 1933 em diante lugares insignificantes no aparelho de Estado e depois no ensino, até morrer obscuramente durante a guerra<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> K. Heiden (1934) 21; A. Hitler (1995) 416-418; F. Neumann (1943) 261; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 48; W. L. Shirer (1995) I 45; K. A. Schleunes (1990) 53. Ver ainda J. C. Fest (1974) 4087-408.

<sup>34</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 214.

<sup>35</sup> Na noite de 18 para 19 de Janeiro de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 224 (sub. orig.).

<sup>36</sup> A. Hitler (1995) 190-191.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, 191-192.

<sup>38</sup> Em 12 de Novembro de 1941, Hitler pretendeu que rompera com Feder por ele não se ter entusiasmado



No seu livro, contudo, Hitler introduziu uma modificação muito importante nas concepções de Feder, assimilando o capital especulativo ao capital internacional: «A separação nítida entre o capital bolsista e a economia nacional permitiu que nos opuséssemos à internacionalização da economia alemã sem ao mesmo tempo colocarmos em perigo os fundamentos de uma sustentação nacional independente e autónoma através de uma luta contra a totalidade do capital»<sup>39</sup>. Já não se tratava de combater os rentistas dentro da Alemanha e apoiar os empresários, mas de atacar o capital estrangeiro. E como a nação era entendida por Hitler não no aspecto geográfico mas étnico, o que de início fora uma questão económica converteu-se num problema racial. Feder havia desviado a luta de classes para uma luta contra uma fracção de classe. Hitler deu o passo decisivo e transformou-a numa luta étnica. O Judeu, considerado agente do capital internacional, foi denunciado como antinação. Ele representaria, entre os alemães, o capital não-alemão, sendo por isso estranho ao corpo nacional. «A partir do momento em que, graças ao habitual silogismo nazi, a bolsa de valores passava a identificar-se com judeus e maçons», observou um historiador, «ficava aberto o caminho para se abandonar a teoria económica, que de qualquer maneira não despertava o interesse de Hitler, em favor da teoria racial»<sup>40</sup>.

Na verdade, a identificação do capital especulativo com o judaísmo, oposto ao capital produtivo, fora já defendida em 1920 pelo empresário que deu o nome a todo um século de actividade industrial, Henry Ford. No semanário que dirigia e financiava ele assinou uma longa série de artigos anti-semitas, reunidos depois em livro com o título *The International Jew*, e embora a prosa não se devesse à mão de Ford, foi ele quem estabeleceu as linhas mestras e ditou por vezes passagens inteiras<sup>41</sup>. Ford distinguiu uma raça criadora e produtiva, classificada como «raça anglo-saxónica-céltica», a quem se deveria tudo o que de positivo fora criado no mundo<sup>42</sup>, e outra raça, a judaica, que se singularizaria pela «aversão ao trabalho físico e produtivo» e pela «predisposição característica para as trocas»<sup>43</sup>. «Especulação e jogo na Bolsa constam historicamente e desde sempre como características da raça judaica»<sup>44</sup>. Assim, o antagonismo de interesses entre o empresário industrial e o banqueiro que lhe adiantava fundos foi transposto para o plano da mitologia racial. «[...] estas duas potências, a indústria e as finanças, travam hoje um duelo de vida

com o projecto de produção de petróleo sintético que, segundo Hitler, poderia ter absorvido grande parte do desemprego. Ver *Hitler's Table Talk...*, 127. Sobre o destino de Feder consultar: A. Bullock (1972) 282; A. Hitler (1995) 190 n. 1; F. Neumann (1943) 261; W. L. Shirer (1995) I 285, II 148.

<sup>39</sup> A. Hitler (1995) 194. Ver também as págs. 214-215.

<sup>40</sup> R. Cecil (1973) 70.

<sup>41</sup> N. Cohn (1992) 160; A. Nevins et al. (1957) 127-128.

<sup>42</sup> H. Ford (1932) 396, 398. A citação vem na pág. 398.

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, 13.

<sup>44</sup> Id., *ibid.*, 242.

ou de morte, cujo êxito decidirá quem há-de prevalecer no futuro: o trabalho produtivo ou o capitalismo negativo»<sup>45</sup>. Os judeus viram-se carregados daqueles defeitos que num plano simplesmente económico outros autores atribuíam ao capital especulativo, que não seria composto por uma «riqueza real» mas por «imensos valores fictícios»<sup>46</sup>. A «ideia judaica», que representa «a forma mais grosseira de materialismo», «manifesta-se sob a forma de uma expropriação dos valores reais produzidos pelo trabalho, em benefício de valores fictícios»<sup>47</sup>. Ford, como depois a vertente racista do fascismo, assimilava a especulação económica ao parasitismo atribuído à raça judaica. «O comércio financeiro [dos judeus] distingue-se radicalmente do não judaico pelo facto de os banqueiros judeus serem preferencialmente prestamistas. É verdade que aceitam também as emissões de acções de companhias de caminhos-de-ferro, de empresas industriais, do governo e de municípios, mas só com o objectivo de voltar a vendê-las imediatamente». E Ford alegou que «é raro que o judeu tenha um interesse permanente naquelas empresas produtivas que apoia com dinheiro»<sup>48</sup>. O problema seria tanto mais grave quanto «a Finança do mundo inteiro obedece absolutamente aos judeus [...]»<sup>49</sup>. E depois de ter afirmado, no capítulo XXII da Segunda Parte de *The International Jew*, que o sistema da Reserva Federal norte-americana se devia a judeus e era controlado por judeus, Ford considerou, no capítulo seguinte, que este sistema servia para beneficiar os banqueiros, todos eles judeus ou agentes de judeus, e privar de créditos os industriais e os agricultores.

Este livro de Henry Ford beneficiou de uma considerável difusão na Alemanha, quer na versão integral quer numa edição resumida, amplamente divulgada pela propaganda nacional-socialista, mas a sua publicação foi demasiado tardia para ter influenciado a formação das ideias de Feder. Quanto a Hitler, já em Setembro de 1919, no mais antigo dos seus textos políticos hoje conhecidos, ele escrevera a respeito dos judeus: «O seu poder é o poder do dinheiro, que, sob a forma de juro, se multiplica nas suas mãos interminavelmente e sem esforço, e impõe às nações o mais perigoso dos jugos [...]»<sup>50</sup>.

O abandono da economia pelo racismo foi repetido por Hitler a propósito da questão fundiária. O ponto 17 do programa do NSDAP estipulara: «Reivindicamos uma reforma agrária adequada às nossas exigências nacionais, a promulgação de uma lei permitindo a expropriação

<sup>45</sup> Id., *ibid.*, 56.

<sup>46</sup> Id., *ibid.*, 39.

<sup>47</sup> Id., *ibid.*, 394.

<sup>48</sup> Id., *ibid.*, 238-239. Ver igualmente as págs. 236, 242, 395 e 403.

<sup>49</sup> Id., *ibid.*, 85.

<sup>50</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 13.

sem indemnização da terra para fins de interesse geral, a abolição da renda fundiária e a proibição de qualquer especulação com a terra»<sup>51</sup>. Ora, numa ocasião em que os nacionais-socialistas tinham uma participação importante na luta dos camponeses do Schleswig-Holstein, Hitler sentiu-se na obrigação de explicar que as palavras significavam o contrário e em 13 de Abril de 1928 afirmou: «Dado que o NSDAP aceita o princípio da propriedade privada, é evidente que a frase “confiscação sem indemnização” se refere simplesmente à criação de meios legais que tornem possível a confiscação, quando necessário, de terras adquiridas ilegalmente ou que não sejam geridas no interesse público. É, portanto, dirigida principalmente contra as companhias judaicas que especulam com a terra»<sup>52</sup>. Ou seja, onde antes se lia *economia*, deve agora ler-se *judeus*.

O mesmo abandono da economia pelo racismo se observou a respeito do pequeno comércio e dos pequenos fabricantes, considerados um factor de solidez dos estratos sociais médios, tal como constava no ponto 16 do programa do NSDAP. Mas na realidade as grandes lojas de departamentos mantiveram o lugar predominante na comercialização de bens, apesar de em 1938 a sua facturação ter caído para 70,1% do valor obtido dez anos antes, enquanto a percentagem correspondente foi de 93,7% para a totalidade do comércio a retalho. Ora, é elucidativo que tivesse sido muito mais acentuado o declínio das cooperativas de consumo, cuja percentagem na facturação total do comércio a retalho passou de 4,1% em 1928 para 1,8% dez anos depois<sup>53</sup>. Entretanto, uma reivindicação de carácter económico fora novamente transposta para o plano do anti-semitismo. Em alguns lugares o NSDAP apelou para que «os alemães com consciência racial» procurassem «o comércio a retalho alemão e o artesanato alemão» e boicotassem «os judeus e os amigos dos judeus»<sup>54</sup>. Por seu lado, o programa de arianização, ou seja, a transferência de empresas de propriedade judaica para o controle germânico, atingiu somente um terço das lojas judaicas, sendo as restantes encerradas<sup>55</sup>; é certo que neste caso a concorrência diminuiu, mas isto só indirectamente beneficiou os pequenos comerciantes alemães, que teriam sido directamente favorecidos se lhes fosse concedida a totalidade das lojas dos judeus. Também aqui o anti-semitismo serviu de porta de saída da economia.

Hitler era indiferente aos aspectos económicos porque se propunha levar a cabo uma revolução que considerava muitíssimo mais profunda, a revolução racial. O que para as outras

<sup>51</sup> Citado em K. Heiden (1934) 19 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 15.

<sup>52</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 61. A discrepância terminológica deve-se aos autores, que na pág. 15 mencionaram «*expropriation*» e na pág. 61, «*confiscation*». Ver também D. Orlow (2010) 159.

<sup>53</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 110.

<sup>54</sup> Citado em id., *ibid.*, II 110.

<sup>55</sup> Id., *ibid.*, II 111.

modalidades de fascismo era o primado da política sobre a economia era para Hitler o primado do tema rracico. O seu objectivo supremo e constante era a criação, a partir dos povos nórdicos, de uma raça de senhores que eliminasse os judeus, perversos e corruptores, e mantivesse em permanente submissão os sub-homens eslavos, convertidos em escravos. Esta passagem da economia para o racismo corresponde ao desinteresse pelo programa da *Mitteleuropa*, um bloco proteccionista dominado pela Alemanha e integrando os países do centro e do sudeste europeus, que havia sido proposto por economistas defensores da autarcia e gozava de boa recepção na extrema-direita, e à adopção de um programa que tinha como peça central o *Lebensraum*, a conquista de um espaço vital no Leste<sup>56</sup>.

Mesmo que as leis da raça sejam antieconómicas, declarou Hitler na página inicial de *Mein Kampf*, elas devem prevalecer<sup>57</sup>. Com efeito, no seu livro ele desenvolveu uma teoria da oposição entre racismo e economia, reduzindo a questão económica à relação entre a quantidade da população e a oferta de meios de subsistência. Ao longo de demasiadas centenas de páginas não existe uma linha sequer que denote a mínima compreensão dos mecanismos da produtividade, e também a este respeito Hitler seguiu os passos de um dos quatro mestres oficiais do nacional-socialismo, Nietzsche, que pôde fazer escola como pensador das questões sociais e políticas em completo desconhecimento das questões económicas<sup>58</sup>. Nestes termos arcaicos, as

<sup>56</sup> Id., *ibid.*, II 65-66.

<sup>57</sup> A. Hitler (1995) 3. Para Hitler o instinto prevalecia sobre as motivações económicas, afirmou J. C. Fest (1974) 177. É estranho que D. Pels (1998) 1 tivesse atribuído a Hitler, e precisamente desde *Mein Kampf*, a noção da primazia do político sobre o económico, quando na verdade se tratou sempre da primazia do racial sobre o económico.

<sup>58</sup> G. Lukács (1980) 318, 319, 334, 341. Quanto ao facto de nem Hitler nem os principais dirigentes do NSDAP terem qualquer interesse pela economia ou qualquer compreensão dos mecanismos económicos ver T. W. Mason (1968) 173-174. Também Mussolini, segundo um dos seus admiradores, G. Volpe (1941) 183, «não tolera e despreza as cifras e as estatísticas».

Segundo Alfred Rosenberg, numa obra publicada em 1936 e mencionada por Georg Lukács, *op. cit.*, 577 e 715, os únicos precursores intelectuais do nacional-socialismo foram Wagner, Nietzsche, Paul de Lagarde e Houston Stewart Chamberlain. Era necessária uma boa dose de imaginação para juntar os personagens deste panteon, antes de mais porque Chamberlain criticara algumas das doutrinas raciais de Lagarde. Ver H. S. Chamberlain (1913) 296 e 656-660. Para dificultar a convivência não devemos esquecer a disputa que havia separado Nietzsche e Wagner. S. E. Aschheim (1994) 235 n. 7 esclareceu que «os comentários nazis favoráveis a Nietzsche procederam de modos diversos relativamente à hostilidade entre Nietzsche e Wagner: não a tomando em consideração, pondo-a casuisticamente de lado ou ultrapassando-a mediante a síntese superior do nazismo». Esta síntese foi selada pelo encontro entre a nora de Wagner e a irmã de Nietzsche. Mas como Nietzsche conta com numerosos admiradores, é a invocação do seu nome que suscita maiores indignações. A este respeito confundem-se, porém, os dois termos do problema, porque uma coisa é o facto incontroverso de Nietzsche ter sido apresentado por ideólogos do Terceiro Reich como um dos seus inspiradores e de igual modo ter inspirado Mussolini, e outra coisa é saber se era justificável essa leitura da obra de Nietzsche. Pela mesma razão devemos distinguir, por um lado, os objectivos ideológicos de outro dos mentores oficiais do nacional-socialismo, Wagner, quando compôs a *Tetralogia* e *Parsifal* ou escreveu sobre temas raciais e, por outro lado, o facto de as suas inovações musicais terem servido de base às composições de Mahler ou de Schönberg, que por motivos óbvios eram banidas no Terceiro Reich. Os nietzscheanos afirmam hoje que os fascismos italiano e germânico desvirtuaram Nietzsche ao se reivindicarem dele, mas o que importa para o estudo do fascismo é essa reivindicação, e ela é indubitável. Aliás, um filósofo que empregou uma terminologia imprecisa, escreveu de maneira fragmentária, mudou muitas vezes de opiniões e cujo estilo assentava em metáforas e parábolas pode com facilidade ser aproveitado para qualquer fim, e foi isto que sucedeu a Nietzsche, em quem anarquistas, socialistas,

únicas alternativas que Hitler concebia para o povo germânico eram a contenção ou a expansão<sup>59</sup>. Haveria duas maneiras de realizar a contenção, quer mediante uma política de controle da natalidade quer através do aumento extensivo das áreas cultivadas dentro das fronteiras e do seu aproveitamento intensivo. Qualquer dos casos equivaleria a uma catástrofe racial. Quanto à expansão, ela poderia ser prosseguida tanto graças à conquista territorial como por meios meramente industriais e comerciais. Hitler sustentava que não era possível edificar um império recorrendo apenas a instrumentos económicos, sem empregar a força militar, e acrescentava que só o judaísmo internacional, para melhor destruir o povo germânico, tinha interesse em persuadi-lo da viabilidade de uma estratégia exclusivamente industrial e comercial. «Falar de uma conquista do mundo “por meios económicos pacíficos” foi porventura o maior disparate que alguma vez se erigiu em princípio orientador da política de um Estado. [...] A finança internacional judaica precisou de recorrer a estes ardis para executar o seu tão ambicionado plano de destruição daquela Alemanha que até então não se havia submetido ao seu generalizado controle supra-estatal das finanças e da economia»<sup>60</sup>. E assim uma orientação assente no aumento da produtividade dentro das fronteiras e na competitividade comercial no exterior, que constitui o procedimento próprio do capitalismo, era estigmatizada como correspondendo à mentalidade judaica. Se a expansão do país devia seguir o rumo territorial e não o económico, contra quem se dirigiram os argumentos de peso das milícias nacional-socialistas? Contra os agentes da economia, os capitalistas? De modo nenhum. O alvo aqui foram os marxistas, identificados com os judeus<sup>61</sup>.

Hitler permaneceu preso a estas ideias e já chanceler, em Fevereiro de 1933, explicou a

liberais, conservadores e fascistas encontraram um mestre. Qual é o verdadeiro Nietzsche, eis uma questão que deixo de bom grado para outros se ocuparem dela, mas é uma grande candura imaginar que exista uma leitura única. Interessa-me aqui destacar que a circulação ideológica a que a obra de Nietzsche serviu de justificação ou de meio condutor constitui precisamente o mecanismo gerador do fascismo, o que faz com que, em vez de termos saído do problema, estejamos no seu âmago. Aliás, na área nacional-socialista a invocação de Nietzsche não foi incontroversa. Theodor Fritsch, um dos mais importantes propagandistas do racismo, ao mesmo tempo que enaltecia Lagarde, acusava a filosofia de Nietzsche de ter raízes eslavas ou mesmo mongóis e considerava-a infectada pela doença que levava o filósofo à loucura. Ver Steven Aschheim, op. cit., 19-20, 25 e 115. Como Fritsch morreu em 1933, os doutrinadores do Terceiro Reich poderiam desprezar as suas objecções. Poderiam do mesmo modo esquecer que Dietrich Eckart, o literato que introduzira Hitler nos meios abastados de Munique, havia explicado toda a obra do filósofo pela loucura hereditária, porque Eckart falecera mais cedo ainda, em 1923. Mas seria impossível ignorar o proeminente ideólogo do nacional-socialismo Ernst Kriek, quando observou ironicamente que, exceptuando o facto de Nietzsche não ter sido socialista nem nacionalista e de se ter oposto às doutrinas racistas, ele poderia ter sido um pensador nacional-socialista. Também Arthur Drews, um filósofo com simpatia pelo nacional-socialismo, se recusou a considerar Nietzsche como um precursor. Ver Steven Aschheim, op. cit., 253 e W. Müller-Lauter (2002) 79-80. Ainda a este respeito, cabe mencionar que João Ameal, o principal filósofo do salazarismo e historiador oficioso do regime fascista português, deve ser creditado com uma singular descoberta, a da influência exercida por Nietzsche sobre Marx. Ver J. Ameal (1934 a) 27-28 e 38.

<sup>59</sup> A. Hitler (1995) 120 e segs.

<sup>60</sup> Id., *ibid.*, 132, 136.

<sup>61</sup> Id., *ibid.*, 141-142.

algumas altas patentes militares que a obtenção de alimentos através do comércio externo era uma política fútil, porque as capacidades de produção mundiais tinham limites, e que a única via consistia em mobilizar os desempregados para prosseguir uma colonização a Leste<sup>62</sup>. Esta tese sustentou o memorando escrito em 1936, que ditou a orientação económica para o período seguinte e serviu de quadro à implementação do Plano de Quatro Anos<sup>63</sup>. A primazia atribuída à expansão territorial foi novamente afirmada numa conferência secreta em 5 de Novembro de 1937 perante seis altas autoridades políticas e militares<sup>64</sup>. O Führer foi mais longe em Junho de 1940, numa conversa com Todt, que além de chefe da Organização que tinha o seu nome era ministro do Armamento e da Indústria Bélica, apresentando como solução a conquista das fontes de matérias-primas e não o fabrico de sintéticos «ou outras medidas»<sup>65</sup>. A expansão territorial exigida pela ressurreição da raça nórdica supunha uma guerra de conquista.

Ora, o alargamento das fronteiras necessitava de um Estado forte, e à sua sombra a economia podia prosperar. Com a condição de que o predomínio coubesse sempre à política definida racialmente, que assegurava a possibilidade do triunfo militar e a viabilidade da ocupação territorial, e nunca à economia, que apenas as aproveitava. A ampliação das fronteiras, tal como era concebida por Hitler, não se destinava a aumentar os lucros das empresas, mas a assegurar a plenitude da raça. Por isso as instituições estatais não constituíam um objectivo em si mesmas nem deviam existir exclusivamente em função do crescimento económico, mas eram somente o meio de preservar a raça. Este é um dos temas mais longa e repetidamente expressos em *Mein Kampf*<sup>66</sup> e que o Führer nunca se cansaria de recordar, por exemplo no discurso ao Reichstag em 30 de Janeiro de 1937. «O partido, o Estado, o exército, a estrutura económica, a administração da justiça», proclamou ele então, «têm uma importância secundária e reduzem-se a um meio de preservação do *Volk*»<sup>67</sup>. Esta orientação distingue-se do totalitarismo estatal mussoliniano defendido até meados de 1934 no âmbito da ala populista do NSDAP. Para os émulos da Roma fascista o liberalismo em matéria económica devia conjugar-se com o reforço da autoridade do Estado<sup>68</sup>. Mas Alfred Rosenberg, para quem «o Estado não constitui um fim em si, mas apenas um meio de preservação do povo», iniciara nos primeiros dias de 1934 o ataque às teses do totalitarismo estatal, que em breve seriam postas de lado com o expurgo sangrento de 30 de Junho, como ficou

<sup>62</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 21.

<sup>63</sup> Este memorando encontra-se em id., *ibid.*, II 87-93.

<sup>64</sup> J. C. Fest (1974) 925-926.

<sup>65</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 280.

<sup>66</sup> Ver sobretudo A. Hitler (1995) 88, 102, 137-140, 190, 195, 206-207, 215, 348 e 351-363.

<sup>67</sup> Citado em A. Bullock (1972) 402.

<sup>68</sup> F. Neumann (1943) 69-70.

definitivamente reconhecido no congresso do partido em Setembro daquele ano<sup>69</sup>. A hierarquia das três esferas institucionais encontrava-se enunciada com precisão: a economia era um dos instrumentos do Estado, e o Estado era o instrumento da raça, personificada no seu Führer. A política devia prevalecer sobre a economia, e uma versão idealista da biologia afirmava o seu primado sobre a política.

Nesse lugar duplamente subordinado, a economia era vista com desconfiança por Hitler, para quem um «problema económico» era secundário e o decisivo era «a questão da vontade»<sup>70</sup>. Num dos monólogos que dispensava aos comensais, o Führer gabou-se de que «mesmo a Schacht, tive de começar por explicar esta verdade elementar: que a causa fundamental da estabilidade da nossa moeda se encontra nos nossos campos de concentração. A moeda permanece estável quando os especuladores ficam fechados à chave»<sup>71</sup>. Já no seu livro ele havia escrito que «os interesses materiais do homem prosperam sempre melhor enquanto se mantêm sob a égide das virtudes heróicas, mas logo que tentam ocupar o primeiro plano destroem a base da sua própria existência»<sup>72</sup>. Os princípios fundamentais da economia e do Estado seriam antagónicos, porque o interesse próprio é o motor da actividade económica, enquanto a lei que consagra a actuação política se resume no sacrifício<sup>73</sup>. Tendo na preservação da raça a sua única razão de ser, a existência presente do Estado subordinava-se à necessidade de assegurar a continuidade do sangue dos mortos. Cada geração não tinha direito ao seu sangue, que era um legado dos mortos, para ser transmitido aos vindouros. A perenidade do passado era a última palavra do racismo hitleriano, e para ele a política do sacrifício consistia na subordinação dos vivos ao apelo dos defuntos. Nenhum lugar restava, nesta delirante e cruel encenação de mitologias confusas, para a concepção de uma sociedade movida pelo progresso capitalista, em que a memória dos progenitores perde a substância perante o ritmo acelerado com que se produzem novas coisas e novas modas, e em que o presente, em vez de ser uma reactualização ideal do passado, é uma função material do futuro.

É sugestivo dos seus métodos que no discurso pronunciado em Düsseldorf, em 26 de Janeiro de 1932, perante os membros do Clube da Indústria, que tão proveitoso lhe foi para captar subsídios das altas esferas, Hitler tivesse falado demoradamente acerca de uma parte do seu programa e deixasse o resto no silêncio. A plateia de magnates aplaudia com razão as vocife-

<sup>69</sup> Id., *ibid.*, 84, 86. A frase de Rosenberg encontra-se citada em R. Cecil (1973) 129.

<sup>70</sup> Esta oposição encontra-se no memorando de 1936. Ver J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 90.

<sup>71</sup> Em 15 de Outubro de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 65.

<sup>72</sup> A. Hitler (1995) 139.

<sup>73</sup> Id., *ibid.*, 140.

rações de alguém que invocava a necessidade de um Estado forte para abrir dentro e fora do país o caminho às iniciativas económicas; mas esta plateia ignorava tudo a respeito do lugar subordinado que se reservaria à economia no contexto político. A demagogia de Hitler foi sempre eficaz porque, em vez de dizer mentiras, recorria às meias verdades, que são muito mais enganadoras. A dedução, porém, era simples, porque se «a economia não pode prosperar quando não é protegida por diante e por trás pela prosperidade do poder de Estado», o ouvinte atento devia concluir que a vontade política haveria sempre de exercer a supremacia sobre os interesses económicos<sup>74</sup>. Passado pouco mais de um ano, em 20 de Fevereiro de 1933, dirigindo-se a duas dezenas de chefes de indústria, o novo chanceler, se por um lado afirmou que «a economia e a política não podem ser separadas» e que «assim como a economia não fez sozinha o Reich alemão, também a política não fez a economia», proclamou igualmente que «a condução política da luta é o factor fundamental, decisivo»<sup>75</sup>. E no discurso de 6 de Julho daquele ano, se o Führer pareceu tranquilizador quando declarou que «nos negócios, só a competência deve ser decisiva» e «devemos manter em ordem o aparelho económico», é certo que acrescentou que «o Partido tornou-se agora o Estado»<sup>76</sup>. Havia nesta amálgama um sentido predominante, já que, como o Führer explicou no congresso do NSDAP em Setembro de 1934, «não é o Estado que nos dá ordens, mas nós que damos ordens ao Estado»<sup>77</sup>. Sem lhe desembrulharem as palavras, os senhores da indústria haviam de pagar caro pela sua ligeireza.

Até ao começo da guerra, enquanto na esfera política se preparavam as condições da conquista territorial e do renascimento da raça, o Terceiro Reich deixou a indústria e a banca evoluírem consoante os mecanismos capitalistas usuais. Quanto à pequena agricultura, porém, as leis de 29 de Setembro de 1933 e 21 de Dezembro de 1936, que instituíram um regime de morgadios e que muitos observadores atribuíram aos sortilégios da demagogia, eram parte integrante de uma estratégia que extravasou a esfera económica. O ministro dos Abastecimentos e da Agricultura, Walther Darré, considerava os camponeses como o mais puro repositório do sangue nórdico<sup>78</sup> e só motivos raciais, não económicos, justificavam a instauração dos morgadios, que seriam um dos elementos do plano de expansão. «A restauração da economia agrária não

<sup>74</sup> Uma boa parte do discurso de Hitler no Clube da Indústria de Düsseldorf encontra-se reproduzida em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 138-141 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 94-95. Consultar também J. Billig (2000) 104-105, A. Bullock (1972) 196-199, J. C. Fest (1974) 524-531 e H. A. Turner Jr. (1985) 205 e segs. A passagem citada vem em Joachim Fest, op. cit., 528 e Anton Kaes et al., op. cit., 140. Segundo Henry Ashby Turner Jr., op. cit., 215, uma obra de propaganda nacional-socialista indicou erradamente a data de 27 de Janeiro para este discurso, o que tem induzido em erro vários historiadores.

<sup>75</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 135.

<sup>76</sup> Citado em id., *ibid.*, I 171.

<sup>77</sup> Citado em id., *ibid.*, II 42.

<sup>78</sup> A. Bramwell (1985) 55, 57, 68, 72. Ver Benoist-Méchin (1964-1966) III 209 e A. Tooze (2006) 171-172.



deveria nunca efectuar-se na Alemanha propriamente dita, mas a Leste, no grande “espaço de comando” sob o domínio do nacional-socialismo»<sup>79</sup>, como fora anunciado no Verão de 1932 numa conferência secreta sobre a colonização agrária, reservada a alguns dos principais dirigentes do partido. «É no Leste que encontraremos o nosso grande campo de experiências», teria declarado Hitler nessa conferência. «É lá que há-de nascer a nova ordem social europeia. Nisto consiste o significado profundo da nossa política a Leste»<sup>80</sup>. A partir do momento em que o Reich começou a ocupar territórios eslavos veio à luz o antagonismo entre os interesses estritos da economia e as obrigações do Estado enquanto protector da raça. A nova orientação começara já a ser preparada no final de 1936 com a ascensão de Göring ao posto de comando da economia e tornou-se visível um ano depois com o afastamento de Schacht do Ministério da Economia, completado no começo de 1939 pela sua substituição na presidência do Reichsbank, um processo que atingira o auge no início de 1938 com o afastamento do marechal von Blomberg e do general von Fritsch da chefia da *Whermacht* e com a substituição de von Neurath nos Negócios Estrangeiros e fora acompanhado pela ampliação de funções dos SS<sup>81</sup>. Ficara assim desfeita a aliança entre o nacional-socialismo e a direita conservadora e, dispostas as novas condições políticas, foi possível aplicar os critérios raciais logo que a expansão para Leste se iniciou em 1939.

### 3. O racismo contra a economia

#### 1

A ocupação de parte da Checoslováquia e da Polónia e, depois, o desencadeamento das operações militares contra a União Soviética permitiram aos nacionais-socialistas controlar um território enorme e uma numerosíssima população eslava, que consideravam composta por *Untermenschen*, sub-homens, caracterizados pela inferioridade racial. A partir de então o programa rácico implicou efeitos económicos profundos.

Em Setembro de 1939 Hans Frank, que acabara de ser nomeado para a chefia do Governo-Geral, a parte da Polónia ocupada que não havia sido integrada no Reich, recebeu instruções de Hitler para «explorar impiedosamente esse território como uma zona de guerra e uma fonte de pilhagem», em suma, para «transformá-lo verdadeiramente num montão de ruínas»<sup>82</sup>.

<sup>79</sup> H. Rauschning (1939) 53.

<sup>80</sup> Citado em id., *ibid.*, 61.

<sup>81</sup> Y. Gorlizki et al. (2009) 74-75.

<sup>82</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 170.

Mas Frank pretendeu interpretar estas ordens à sua maneira e recorreu a uma equipa de tecnocratas para tentar instalar no Governo-Geral uma economia que, apesar de subordinada ao Reich, fosse viável e assentasse numa classe média nativa<sup>83</sup>. E embora sem simpatizar com as pretensões políticas de Frank, também Reinhard Heydrich — que em breve, enquanto SS-Obergruppenführer, seria a segunda figura do aparelho repressivo — estipulou em 21 de Setembro de 1939 que «tem de se garantir que a exploração económica dos territórios ocupados não sofra» em consequência das medidas repressivas<sup>84</sup>. Numa reunião com os chefes de departamento do Governo-Geral, em 19 de Janeiro do ano seguinte, Frank explicou que «a política de destruição total transformou-se na de desenvolver esta região na medida em que isso seja benéfico para o Reich» e sublinhou que «agora o aspecto decisivo é a necessidade de restaurar a produção no Governo-Geral»<sup>85</sup>. Frank parece ter recebido o apoio de Göring, que era ainda o mais alto responsável pelas questões económicas e continuava a ter uma palavra decisiva no que dizia respeito aos judeus. Numa reunião em 12 de Fevereiro de 1940 Göring declarou, a respeito do Governo-Geral, que não se devia reduzir a sua força de trabalho nem prejudicar-lhe a economia, e renovou estas decisões em 24 de Março<sup>86</sup>.

Mas, se é que alguma vez foram sérias, tais intenções abortaram rapidamente. Já em 27 de Setembro de 1939 Heydrich havia explicado que «o objectivo é que os polacos continuem permanentemente a ser trabalhadores sazonais ou migrantes» e em 17 de Outubro desse ano o Führer comunicou ao chefe do Comando Supremo da Wehrmacht, o marechal Keitel, que a Polónia «servir-nos-á apenas como reservatório de força de trabalho»<sup>87</sup>. Num memorando de 15 de Maio de 1940 Himmler insistiu na necessidade de considerar a população polaca como «trabalhadores migrantes e sazonais»<sup>88</sup> e repetiu-o em Dezembro num discurso aos Reichsleiter e Gauleiter<sup>89</sup>. A questão ficou definitivamente resolvida em Outubro de 1940, quando Frank foi chamado à presença do Führer, que reiterou as suas directivas anteriores. «O nível de vida na Polónia *deve* ser baixo — e/ou mantido baixo», decidiu ele, acrescentando que o objectivo era somente garantir a disponibilidade de mão-de-obra barata para satisfazer as necessidades do Reich. «O Governo-Geral não deve em caso nenhum converter-se numa região económica distinta e autónoma, capaz de suprir, total ou parcialmente, as suas necessidades industriais. O Governo-Geral

<sup>83</sup> Id., *ibid.*, 170-172.

<sup>84</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 444.

<sup>85</sup> Citado em id., *ibid.*, III 351.

<sup>86</sup> Id., *ibid.*, III 451.

<sup>87</sup> Citados em id., *ibid.*, III 322 e 320.

<sup>88</sup> Citado em id., *ibid.*, III 326.

<sup>89</sup> Id., *ibid.*, III 477.

deve ser o nosso reservatório de mão-de-obra para os trabalhos subalternos [...], o centro de recrutamento da mão-de-obra não qualificada [...], um vasto campo de trabalho polaco»<sup>90</sup>. Goebbels encontrou-se com o Führer em 4 de Novembro de 1940 e no dia seguinte registou no seu diário que Frank «quer converter a Polónia num Estado modelo. Mas isso é ir longe demais. Ele não pode fazê-lo nem será autorizado a fazê-lo. O Führer decidiu que a Polónia vai ser um grande reservatório de trabalho para nós usarmos». E acrescentou: «A ideia não agrada a Frank, mas vai ter de se habituar»<sup>91</sup>. Ora, a Polónia foi apenas o preâmbulo e esta visão em breve encontrou mais a Leste uma imensidão territorial à escala dos seus anseios.

Já um memorando secreto onde se registaram as deliberações de uma reunião de secretários de Estado realizada a 2 de Maio de 1941, mais de um mês e meio antes da invasão da União Soviética, estipulara que a indústria russa «só deverá ser reactivada nas esferas em que se verificarem carências»<sup>92</sup>. Em 16 de Julho, três semanas após o início da invasão, o Führer reuniu-se com Göring, Bormann, Lammers, Rosenberg e Keitel e expôs-lhes os seus projectos para o Leste. Por um lado, liquidar-se-iam todos os centros industriais. Ao mesmo tempo, estimular-se-ia o afluxo de colonos, tanto provenientes do Reich como originários de famílias de raiz germânica secularmente fixadas noutros países. Estes colonos fundariam uma economia exclusivamente agrícola, onde só eles seriam os donos das fazendas, e reunir-se-iam em núcleos de camponeses-guerreiros, inseridos numa rede de fortificações e vias de comunicação controlada pelos SS<sup>93</sup>. No mês seguinte e de novo em Outubro, falando perante um círculo de comensais, o Führer repetiu que não se trataria de atrair apenas imigrantes germânicos, mas também oriundos dos outros povos componentes do que se considerava ser a raça nórdica, mesmo vindos de além-mar, da América<sup>94</sup>. E em Maio de 1942, evocando outra vez o destino dos territórios que tencionava conquistar no Leste, o Führer anunciou aos seus íntimos que «a longo prazo tenho o objectivo de finalmente estabelecer cem milhões de germanos nestes territórios»<sup>95</sup>. Eram concepções formuladas na dimensão grandiosa habitual e dois historiadores comentaram que «cumprir os planos de colonização propostos exigiria mais germanos do que os que na realidade existiam»<sup>96</sup>. Ao serviço

<sup>90</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 173 (sub. orig.). Ver também J. C. Fest (1974) 1067.

<sup>91</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 475.

<sup>92</sup> Citado em id., *ibid.*, III 293.

<sup>93</sup> A. Bullock (1972) 696-697; *Hitler's Table Talk...*, 16, 25, 34-35, 40, 42, 68-69. Quanto aos termos gerais do programa de liquidação dos centros industriais existentes na Polónia, nos territórios soviéticos ocupados e na Jugoslávia, bem como na Roménia, ver A. Dallin (1957) 305-307. Quanto à Roménia ver igualmente *Hitler's Table Talk...*, 14. Quanto ao plano de colonização elaborado pelos SS ver Alexander Dallin, *op. cit.*, 282-285.

<sup>94</sup> *Hitler's Table Talk...*, 24, 68-69.

<sup>95</sup> *Ibid.*, 469. Segundo A. Tooze (2006) 468-469, Himmler previa o estabelecimento num período de vinte a trinta anos de pelo menos dez milhões de germanos.

<sup>96</sup> Ch. Gerlach et al. (2009) 153. Ver também J. C. Fest (1974) 1177.

dos colonos germânicos estaria o que restasse das populações autóctones, convertidas em escravos. «Se não enchermos os nossos campos de concentração com escravos», declarou Himmler a um grupo de dirigentes dos SS no Verão de 1942, «com trabalhadores escravos, que construirão as nossas cidades, as nossas aldeias, as nossas fazendas, sem nos preocuparmos com as perdas, então, mesmo depois de anos de guerra, não teremos dinheiro suficiente para equipar os colonatos de um modo que permita a pessoas realmente germânicas viver ali e criar raízes na primeira geração»<sup>97</sup>. Nesta visão os colonos iriam habitar cidades e aldeias de construção recente, unidas por uma rede de belas estradas, enquanto os velhos centros de povoamento eslavos cairiam pouco a pouco em ruínas e no meio dos escombros viveria a população ignóbil dos sub-homens. «E acima de tudo, nada de remorsos a este respeito! Não vamos brincar aos infantários; não temos obrigações absolutamente nenhuma para com esses povos», explicou o Führer, para que não restassem ilusões. «Há um único dever, o de germanizar esse país através da imigração de germanos e considerar os nativos como peles-vermelhas»<sup>98</sup>. Reproduzir-se-ia assim, mas numa escala colossal, o mesmo abismo entre os senhores e os escravos existente nos campos de concentração, onde os SS moravam em conjuntos residenciais elegantes e bem ajardinados, enquanto os detidos se amontoavam em instalações abjectas<sup>99</sup>. Referindo-se àqueles empreendimentos de colonização, Himmler havia já explicado durante uma viagem a Madrid, em Outubro de 1940, que «não se trata apenas de transplantar grupos étnicos inteiros, mas de reestruturar completamente a própria paisagem»<sup>100</sup>.

A Nova Ordem continental basear-se-ia na complementaridade entre um Reich predominantemente industrial e os territórios de Leste limitados à agricultura, à exploração do subsolo e ao fornecimento de mão-de-obra. «De um lado, temos na Europa povos altamente civilizados, que se vêem na necessidade de quebrar a sua própria pedra», indignou-se Hitler em Novembro de 1941. «Do outro lado, temos à nossa disposição as estúpidas massas do Leste. Compete a estas massas encarregar-se dos nossos serviços mais humildes»<sup>101</sup>. A população eslava ficava proibida de possuir qualquer capital ou terra, por isso as supremas autoridades nacional-socialistas, Göring, Himmler, o próprio Führer, decidiram inicialmente manter intacto o sistema soviético dos *kolkhozy*

<sup>97</sup> Citado em A. Tooze (2006) 473.

<sup>98</sup> *Hitler's Table Talk...*, 24, 68-69. A passagem citada encontra-se na pág. 69. Ver ainda A. Bullock (1972) 656, M. Gilbert (2011 b) I 287 e A. Tooze (2006) 491-492. É elucidativo observar que mais tarde, durante a guerra que os Estados Unidos prosseguiram no Vietname, várias autoridades militares compararam o destino que pretendiam infligir aos vietnamitas com o que haviam sofrido os índios da América do Norte. Ver a este respeito N. Chomsky (1969) 279-280 n. 42.

<sup>99</sup> E. Kogon (2002) 48-49.

<sup>100</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 129.

<sup>101</sup> *Hitler's Table Talk...*, 128.

e *sovkhozy*, instituições básicas da colectivização da agricultura prosseguida desde 1929<sup>102</sup>. Estavam assim criadas condições económicas para que os nativos fossem colocados à disposição dos novos senhores nórdicos, mas para assegurar a profunda dualidade social daquele tipo de colonização eram imprescindíveis medidas políticas, e delas se encarregou a efficientíssima administração SS.

O escol intelectual e político eslavo começou a ser sistematicamente abatido, de maneira a deixar estes povos desprovidos de dirigentes e condenados portanto à submissão correspondente à sua pretensa mediocridade biológica, que os impediria de se revoltarem por iniciativa própria. Com o mesmo objectivo foi decretado o genocídio dos judeus, pois na mitologia nacional-socialista eles eram sempre subversores da ordem e temia-se que, liquidadas as antigas elites, se pusessem à frente dos sub-homens eslavos e os mobilizassem contra o domínio do Reich. A estratégia de conquista do Leste, preparada com minúcia por uma burocracia especializada, propunha-se assassinar massivamente os eslavos mais cultos, chacinar os intelectuais e operários judeus, deixar morrer à fome uma grande parte do restante operariado urbano, expulsar para a Sibéria uma porção muito considerável da população autóctone e reduzir os que ficassem a uma economia agrária onde vigorariam níveis de subsistência baixíssimos. Remetidos a condições de vida infra-humanas e desprovidos de instituições hospitalares e de saúde, os sobreviventes deviam além disso ser privados de praticamente toda a instrução, e neste sentido iniciou-se uma política metódica de analfabetização, encerrando-se os estabelecimentos de ensino superior, secundário e técnico e mantendo-se a instrução primária num nível elementar. Em poucos anos ter-se-ia uma força de trabalho capaz apenas das tarefas mais rudes e que os SS reduziriam à condição de escravos do Estado, confiando alguns aos colonos e enviando os outros para o Reich, onde trabalhariam na indústria ou nos campos. Como observou o romancista e jornalista soviético Vasily Grossman em Janeiro de 1944, «tratou-se do assassinato de uma grande e antiga experiência profissional, passada de geração em geração em milhares de famílias de artesãos e de membros da *intelligentsia*»<sup>103</sup>. Abordarei com detalhe os aspectos estritamente raciais deste programa no capítulo sobre a raça de senhores, os sub-homens e a anti-raça (capítulo 2 da Parte 4). Agora interessa-me analisar as suas implicações económicas.

Himmler foi, além de Hitler, o dirigente nacional-socialista que mais longe pretendeu levar a escravização dos eslavos. Já num memorando redigido em Novembro de 1940 ele afirmara que,

<sup>102</sup> A. Dallin (1957) 309-310, 321 e segs. Ver também H. G. Dahms (1968) II 196, I. Kamenetsky (1956) 49 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 305.

<sup>103</sup> Transcrito em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 282.

excepto no que dizia respeito a uma pequena minoria com valor racial, os territórios do Leste deviam tornar-se «um reservatório de força de trabalho, desprovido de dirigentes próprios e capaz de fornecer anualmente à Alemanha o número necessário de trabalhadores temporários»<sup>104</sup>. É sugestivo que em 13 de Março de 1941, mais de três meses antes da invasão da União Soviética, Hitler tivesse promulgado uma directiva que permitia a Himmler exercer actividades especiais nos territórios futuramente ocupados sem estar para isso sujeito aos comandos da Wehrmacht nem sequer à autoridade do partido e do Estado<sup>105</sup>. Entretanto, os judeus que não fossem imediatamente liquidados seriam também empregues como escravos. Realizado em péssimas condições de higiene e de alimentação, este sistema matá-los-ia todos num prazo mais ou menos breve, e assim o trabalho obrigatório e gratuito converteu-se, ao lado dos comandos móveis dos SS e dos campos de extermínio, num dos instrumentos da «solução final» da questão judaica<sup>106</sup>.

As urgências da indústria de guerra retardaram por vezes a extinção dos centros fabris eslavos, para que o exército fosse abastecido localmente com produtos indispensáveis e se reduzissem os custos de transporte<sup>107</sup>. Além disso, perante o prolongamento da campanha militar a Leste e para tentar diminuir a hostilidade dos nativos, Hitler aceitou a introdução de algumas alterações no regime da propriedade rural; mas os seus efeitos foram mais demagógicos do que reais e no essencial a agricultura continuou colectivizada pelo Estado e os camponeses eslavos permaneceram sem acesso à posse da terra, excepto no que dizia respeito a pequenas hortas individuais, que nunca ultrapassaram 10% da área cultivável total<sup>108</sup>. Tratou-se apenas de adaptações circunstanciais dos ritmos de execução de um programa que, nos seus traços genéricos e nos seus objectivos últimos, jamais foi posto em causa. Em Julho de 1942, referindo-se à Ucrânia, Hitler voltou a insistir que fosse reduzida a um mínimo a educação dos autóctones, que não se efectuassem nenhuns melhoramentos nas cidades nativas, que se limitassem estritamente os serviços médicos e sanitários e ficasse proibida aos cidadãos do Reich a residência no interior dos habitats ucranianos. Bormann apressou-se a dar a estas declarações o carácter de uma directiva oficial<sup>109</sup>.

Esta faceta do programa foi cabalmente cumprida. Exterminou-se boa parte da população culta, chacinou-se um número colossal de judeus, reduziu-se o sistema de ensino a um nível

<sup>104</sup> Citado em A. Dallin (1957) 29.

<sup>105</sup> A. Bullock (1972) 641.

<sup>106</sup> R. Hilberg (1961) 225.

<sup>107</sup> A. Dallin (1957) 309, 376 e segs.

<sup>108</sup> Id., *ibid.*, 331-363; I. Kamenetsky (1956) 50. Ver também J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 305.

<sup>109</sup> *Hitler's Table Talk...*, 588-589. Ver também A. Dallin (1957) 141-142.

elementar, provocou-se artificialmente uma incrível deterioração das condições de subsistência dos autóctones e enviaram-se para trabalhar no Reich centenas de milhares de escravos, que por estarem subalimentados caíam facilmente vítimas de doenças. A esta mão-de-obra juntava-se uma parte dos prisioneiros de guerra e dos detidos nos campos de concentração, uma população carcerária que somava vários milhões e era mobilizada para laborar em condições físicas e mentais indescritíveis. Deste modo as autoridades nacional-socialistas, precisamente enquanto se esforçavam por racionalizar os sistemas produtivos e aumentar a produtividade da força de trabalho germânica<sup>110</sup>, no que dizia respeito aos eslavos e judeus aniquilavam massivamente profissionais qualificados e entre os sobreviventes multiplicava-se o número daqueles que nem estavam fisicamente aptos a despender esforços consideráveis nem tinham condições intelectuais e motivações psicológicas que lhes permitissem fazê-lo. Com que consequências?

## 2

Na Primavera de 1940 os serviços técnicos da Wehrmacht detectaram nos territórios ocupados do Leste casos de operários qualificados que desfaleciam por inanição junto às bancadas de trabalho<sup>111</sup> e o mesmo sucedeu numa fábrica de material bélico na Primavera de 1942, quando todos os dias trabalhadores ucranianos caíam de fome ao lado das máquinas<sup>112</sup>. De então em diante a situação só piorou e em 14 de Dezembro de 1942 Hans Frank chamou a atenção dos chefes do NSDAP no Governo-Geral para o facto de «não ser possível simultaneamente aniquilar os polacos e, por outro lado, proceder a cálculos acerca da força de trabalho polaca» e continuou: «É simplesmente impossível que algumas pessoas digam que todos os polacos, quaisquer que sejam, vão ser exterminados e outros digam que todos os polacos, sejam de que tipo forem, se são aptos para o trabalho devem ser postos a trabalhar. Há aqui uma completa contradição». Depois de insistir no carácter paradoxal da política que estava a ser seguida, o governador-geral deixou uma série de interrogações: «Devemos exterminar ou construir, deve o trabalho ser prosseguido aqui ou no Reich, devemos entregar trabalhadores ou mantê-los aqui, devemos deixar os polacos morrer de fome ou alimentá-los?»<sup>113</sup>. Frank foi igualmente claro, se não mais ainda, num extenso memorando que enviou a Hitler em 19 de Junho de 1943. Deixo de parte uma das vertentes deste documento, salientando os prejuízos militares e políticos sofridos pelo Reich ao provocar a hostilidade de toda a população polaca, e limito-me agora à vertente económica. A insuficiente

<sup>110</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 221 e segs.; A. Tooze (2006) 326 e segs.

<sup>111</sup> A. Tooze (2006) 366.

<sup>112</sup> Id., *ibid.*, 542.

<sup>113</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 359-360.

alimentação do operariado prejudicava o trabalho executado para o Reich, indicou Frank, ao mesmo tempo que as expulsões de camponeses e os confiscos de terras prejudicaram irremediavelmente a produção agrícola, e a destruição da *intelligentsia* e o encerramento do sistema escolar impediram que a administração do Governo-Geral pudesse contar com funcionários autóctones, quando os alemães eram insuficientes<sup>114</sup>. Mas entretanto Frank perdera o prestígio e a autoridade em benefício do aparelho SS, por isso caíram igualmente em orelhas moucas as novas reclamações a que procedeu em 14 de Janeiro de 1944, insistindo na impossibilidade de assegurar o funcionamento da economia sem alimentar e vestir os trabalhadores<sup>115</sup>. Ora, fora precisamente o SS-Obergruppenführer Krüger, que ao assumir a Secretaria de Estado da Segurança no Governo-Geral se tinha convertido no verdadeiro poder no território, quem declarara a 25 de Janeiro de 1943: «Estamos cientes de que a capacidade de trabalho dos estrangeiros étnicos tem declinado a cada dia que passa. [...] Eles só podem trabalhar se lhes dermos alguma coisa para comer»<sup>116</sup>.

O carácter absurdo desta situação afere-se também quando lemos uma circular emitida em Dezembro de 1942 por um dos departamentos económicos dos SS: «É necessário reduzir sensivelmente o nível da mortalidade em cada um dos campos [...] Num campo de concentração, o melhor médico não é o que procura destacar-se por uma severidade inoportuna mas o que mantém no mais alto grau possível a capacidade de trabalho em cada estaleiro, vigiando a saúde dos operários e procedendo a mutações»<sup>117</sup>. Todavia, como os campos de extermínio estavam excluídos destes ditames<sup>118</sup>, vemos que enquanto por um lado as autoridades centrais dos SS procuravam preservar a mão-de obra carcerária, liquidavam-na por outro lado. Mesmo pondo de parte os campos de extermínio, no total do sistema estritamente concentracionário e desde 1933 até 1945 parece exacta a conclusão de que dois terços dos internados não sobreviveram<sup>119</sup>, o que mostra a amplitude do desperdício de força de trabalho. Esta situação foi agravada pelo facto de uma percentagem crescente dos detidos nos campos de concentração ser considerada inapta para o trabalho e liquidada de imediato, ficando prejudicado o aluguer de escravos às empresas<sup>120</sup>. Nos últimos meses da guerra, precisamente quando convinha aos dirigentes do Reich mobilizar os esforços produtivos, um documento oficial dos SS calculou que cerca de 20% da população concentracionária era totalmente incapaz de trabalhar, não atingindo sequer as condições de

<sup>114</sup> Id., *ibid.*, III 360-364.

<sup>115</sup> Id., *ibid.*, III 365.

<sup>116</sup> Citado em id., *ibid.*, III 383. Quanto à ascensão política de Krüger ver S. Friedländer (2008) 78-79 e Jeremy Noakes et al., *op. cit.*, III 366.

<sup>117</sup> Citada em E. Kogon (2002) 168-169.

<sup>118</sup> Id., *ibid.*, 169.

<sup>119</sup> W. Sofsky (1997) 90-91.

<sup>120</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 589.



extrema debilidade em que se arrastava a maior parte daqueles escravos<sup>121</sup>. Um historiador salientou o carácter paradoxal da tentativa de «adaptar a degradação intencional do homem às condições do homem produtivo»<sup>122</sup>. «O trabalho industrial enquanto força social», escreveu o autor que mais detalhadamente analisou a questão, «praticamente não figurava nos cálculos germânicos»<sup>123</sup>, e isto apesar de que, nas palavras de um especialista, «no decurso da guerra o trabalho revelar-se-ia como a limitação mais crítica na economia de guerra germânica»<sup>124</sup>.

No Outono de 1944 os trabalhadores estrangeiros representavam mais de um quinto da força de trabalho do Reich e formavam nesse ano um terço dos operários na produção de armamento<sup>125</sup>. Quando sabemos que no Outono de 1943, 47,8% da mão-de-obra estrangeira masculina trabalhando no Reich eram compostos por soviéticos e polacos e a percentagem correspondente entre as mulheres era 83,1%<sup>126</sup>, é fácil imaginar como o estado físico dos escravos se repercutia na produtividade da economia. Com a agravante de que, se estiverem certas as contas de dois historiadores, por cada vinte escravos deveria haver um vigilante germânico<sup>127</sup>, afastado por conseguinte das funções directamente produtivas. Os tons do retrato tornam-se ainda mais sombrios ao sabermos que no final de 1944 cerca de 5% do operariado industrial provinha directamente dos campos de concentração<sup>128</sup>. «O trabalho forçado é sempre ineficiente e, por razões políticas, neste caso é duplamente ineficiente»<sup>129</sup>. Mas poderemos conhecer de maneira exacta as consequências que teve sobre a produtividade a introdução de um sistema escravista agravado pela miséria forçada e pela destruição das qualificações profissionais?

Um autor que investigou exaustivamente o genocídio dos judeus, embora mencionasse com frequência a escravização de judeus e escravos, não abordou de maneira precisa os seus reflexos sobre a produtividade do trabalho<sup>130</sup>; e o historiador que melhor analisou os problemas

<sup>121</sup> E. Kogon (2002) 173.

<sup>122</sup> J. Billig (2000) 4. Para W. Sofsky (1997) 50-51 e 293-294 a economia dos campos de concentração assentava no desperdício da força de trabalho e acrescentou (págs. 51, 299) que se tratava do contrário da racionalidade económica. Mas este autor relacionou a questão com o exercício de um poder absoluto e não com o racismo (págs. 293 e segs., 325 e segs.).

<sup>123</sup> A. Dallin (1957) 396. Consultar igualmente R. Hilberg (1961) 646. Por seu lado, T. W. Mason (1968) 192 escreveu que «a esfera política se emancipou de qualquer referência às necessidades da sociedade [...]». No mesmo registo, o fascista francês Lucien Rebatet comentaria mais tarde na prisão: «Hitler não acreditava na indústria, na guerra dos engenheiros; acreditava na guerra dos granadeiros blindados. E era essa a guerra de que ele gostava». Ver L. Rebatet et al. (1999) 222.

<sup>124</sup> A. Tooze (2006) 358.

<sup>125</sup> Id., *ibid.*, 517, 640. Segundo R. Bessel (2010) 91-92, em Agosto de 1944 mais de um quarto da força de trabalho total do Reich era formado por estrangeiros, tanto civis como prisioneiros de guerra.

<sup>126</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 301.

<sup>127</sup> K. H. Roth et al. (2011) 230.

<sup>128</sup> A. Tooze (2006) 532.

<sup>129</sup> J. Kuczynski et al. (1942) 53. Ver também a pág. 63.

<sup>130</sup> R. Hilberg (1961) *passim* evocou o problema em termos gerais, sem nunca fornecer dados precisos.

económicos resultantes da política prosseguida pelo Reich no Leste não fez nenhuma referência às condições de funcionamento das empresas industriais em situação de escravismo de Estado<sup>131</sup>. Todavia, é possível saber alguma coisa. Uma pesquisa publicada em 1942 e realizada sob a égide da Frente do Trabalho concluiu que, relativamente ao rendimento médio dos trabalhadores germânicos, o dos estrangeiros prisioneiros de guerra ou recrutados pelo serviço de trabalho obrigatório era 37,5% inferior no caso dos franceses e belgas, 38,5% para os polacos, 52,0% para os britânicos, 59,5% para os sérvios e 71,5% para os russos<sup>132</sup>. Um estudo efectuado em Novembro de 1942 numa das fábricas da Krupp mostra que os operários civis franceses em cumprimento do serviço de trabalho eram entre 15% e 30% menos produtivos do que os germanos, os trabalhadores masculinos provenientes dos territórios ocupados do Leste atingiam só 57% da produtividade dos germanos, e 42 % no caso dos prisioneiros de guerra soviéticos<sup>133</sup>. Estudos realizados no ano seguinte indicam um aumento da produtividade dos trabalhadores civis estrangeiros recrutados para o serviço de trabalho, que em nenhum caso era inferior a 60% da produtividade dos germanos, mas a produtividade dos trabalhadores provenientes dos campos de concentração e a dos prisioneiros de guerra soviéticos era 50% inferior à dos germanos ou mais baixa ainda<sup>134</sup>. Sabe-se também que, segundo uma das empresas construtoras do túnel destinado a ligar a Caríntia à Eslovénia, os oitocentos trabalhadores provenientes do campo de concentração de Mauthausen tinham uma produtividade 40% inferior à dos trabalhadores germanos<sup>135</sup>. E segundo uma estatística incluída num relatório elaborado por antigos presos de Buchenwald, a produtividade do trabalho escravo nas prensas hidráulicas destinadas ao fabrico de bobinas correspondia a pouco mais de 44% da produtividade dos operários livres, enquanto na bobinagem e na soldadura de bobinas os valores equivalentes oscilavam entre 33% e 47%, podendo descer até 22% ou subir até 71% nos casos extremos<sup>136</sup>. Note-se, todavia, que este relatório mencionou apenas a sabotagem deliberada devida a convicções políticas. Ora, graças ao seu elevado grau de organização e à sua capacidade de resistência em grupo, os detidos mais politizados, sobretudo os comunistas, conseguiram geralmente obter melhor alimentação e alguns cuidados médicos, enquanto os restantes, que compunham a enorme massa da população carcerária, foram vítimas indefesas.

<sup>131</sup> Em todo o capítulo dedicado à questão dos *Ostarbeiter*, os trabalhadores de Leste empregues no Reich como mão-de-obra escrava, A. Dallin (1957) 428-453 não teve uma palavra acerca do seu desempenho produtivo.

<sup>132</sup> K. H. Roth et al. (2011) 249-250. Em Janeiro de 1945 um operário polaco vangloriar-se-ia perante o romancista e jornalista soviético Vasily Grossman de que enquanto um alemão fabricava 45 torpedos ele se limitava a fabricar 8, ou seja, a sua produtividade limitava-se a 17,8% da do alemão. Ver A. Beevor et al. (orgs. 2015) 353.

<sup>133</sup> A. Tooze (2006) 537.

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, 537.

<sup>135</sup> Id., *ibid.*, 534.

<sup>136</sup> E. Kogon (2002) 363.

Apesar de toda a deliberação com que os presos comunistas sabotaram a produção de guerra do Reich, vários relatos e indicações dispersas levam-me a crer que os níveis de produtividade resultantes apenas da fome, da exaustão e da doença desceram a valores ainda mais baixos. Com efeito, procedendo a uma estimativa genérica, um especialista indicou que a produtividade do fabrico de armamento usando força de trabalho concentracionária se limitara a cerca de 17% do nível verificado no resto da economia<sup>137</sup>. Numa pesquisa publicada em Setembro de 1942, o departamento do Governo-Geral encarregado da fixação dos preços concluiu que as vantagens decorrentes do baixíssimo custo da mão-de-obra eram anuladas pela escassez de abastecimentos, pelo elevado grau de absentismo devido a doenças e pelo estado deficiente do equipamento, a tal ponto que os custos salariais unitários no Governo-Geral ultrapassavam os verificados no Reich<sup>138</sup>. Foi em Łódź e em Varsóvia que os ocupantes nacional-socialistas formaram os dois *ghettos* mas populosos. Quanto ao primeiro, em Janeiro e Fevereiro de 1941 um departamento oficial do Reich avaliou que um judeu obrigado a trabalhar no exterior compensaria, consoante as suas qualificações, os custos de sustentação de duas ou três pessoas no interior do *ghetto*. Analisando o caso de Varsóvia, porém, e dadas as condições de desnutrição e miséria que caracterizavam o trabalho forçado, um tecnocrata alemão, que, como tantos outros, prosseguiria depois da guerra a brilhante carreira encetada sob o nacional-socialismo, calculou em Março de 1941 que seria necessário empregar em obras públicas três escravos judeus para produzir um lucro que compensasse os custos de sustentação de um só judeu mantido no interior de um *ghetto*. A estimativa implicava que nenhuma consideração económica poderiam justificar a utilização de mão-de-obra judaica, e foi esta a conclusão a que chegaram os peritos do departamento oficial de racionalização industrial do Reich. Se se pretendesse alimentar a população total do *ghetto* de Varsóvia sem custos para o Estado, concluiu aquele especialista, teria de se triplicar o número máximo de empregos previstos para estes judeus, uma manifesta impossibilidade<sup>139</sup>. Na realidade a situação foi ainda mais absurda. Depois de observar que os SS nunca conseguiram montar um sistema capaz de fiscalizar permanentemente a enorme quantidade de presos, um sociólogo que esteve detido vários anos num campo de concentração explicou que ao lado de equipas obrigadas a trabalhar até à exaustão ou mesmo até à morte, outras conseguiam passar horas sem fazer literalmente nada. «O sistema escravista dos SS foi o melhor treino para a preguiça», anotou este autor, resumindo o paradoxo crucial da economia racista. «Não há dúvida de que com um sistema

<sup>137</sup> U. Herbert, «Forced Labour», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 383.

<sup>138</sup> G. Aly et al. (2006) 243.

<sup>139</sup> Id., *ibid.*, 228-231. O cálculo relativo ao *ghetto* de Varsóvia deveu-se a Rudolf Gater, perito de racionalização industrial.

de trabalho sensato, que estimulasse o interesse dos operários e os considerasse como homens, ter-se-ia realizado o dobro ou o triplo do trabalho com apenas um quinto da mão-de-obra. Mas o que interessava aos SS não era tanto o rendimento como o facto de poderem atormentar pessoas»<sup>140</sup>. Por seu turno, uma ex-detida observou que «esperar é uma das principais ocupações do recluso num campo de concentração»<sup>141</sup>. Onde os cálculos detalhados são impossíveis, fica pelo menos indicada a dimensão do problema.

Sendo muito significativa a percentagem de escravos na indústria de armamento, tanto em algumas regiões ocupadas como no próprio Reich, não espanta que ficasse ameaçado de crise o sector que naquelas circunstâncias era crucial<sup>142</sup>, tanto mais que as exigências do recrutamento enviavam para a Wehrmacht muitas dezenas de milhares de homens que até então haviam sido operários em fábricas de material bélico<sup>143</sup>. Nas suas Memórias, depois de reconhecer que partilhara inteiramente as responsabilidades de Fritz Sauckel, o Gauleiter da Turíngia nomeado em Março de 1942 Plenipotenciário para a Mobilização da Força de Trabalho, Albert Speer, ministro do Armamento e da Indústria Bélica, preferiu ignorar a situação em que os escravos haviam laborado e explicou a sua falta de produtividade invocando qualificações deficientes e o facto de desejarem sabotar o esforço de guerra do Reich<sup>144</sup>. É certo que as danificações voluntárias, a deliberada má execução das ordens e dos planos e a resistência passiva tiveram efeitos nocivos sobre a produção de guerra<sup>145</sup>. Embora estas iniciativas se devessem apenas aos presos mais politizados, ainda aqui surgiu uma contradição irresolúvel, pois os operários qualificados encontravam-se preferencialmente entre os detidos marxistas e, assim, quando as autoridades colocavam profissionais competentes à frente das equipas obrigadas a trabalhar na indústria de guerra, em vez de melhorarem o serviço, estavam a dar aos opositores políticos condições para ampliarem os efeitos da sua acção destrutiva<sup>146</sup>.

Quanto à esmagadora maioria dos escravos, porém, as questões surgidas eram de outra ordem, e só ao referir a mão-de-obra controlada pelos SS é que Speer, embora de maneira discreta, mostrou que as terríveis condições de alojamento, alimentação e saúde a impediram de

<sup>140</sup> E. Kogon (2002) 109-110.

<sup>141</sup> M. Buber (1949) 196.

<sup>142</sup> R. Hilberg (1961) 250, 284 e segs., 333 e segs.

<sup>143</sup> A. Tooze (2006) 513.

<sup>144</sup> A. Speer (1979) 295-296, 707 n. 12.

<sup>145</sup> E. Kogon (2002) 363-365; H. Langbein (1981) 366-381.

<sup>146</sup> H. Langbein (1981) 44. Todavia, num relatório redigido logo após a libertação, um comunista austríaco citado por Hermann Langbein, op. cit., 367 afirmou que «o detido politicamente consciente teve por vezes dificuldade em encontrar a linha de demarcação exacta entre o perigo de ser liquidado como sabotador se se recusasse a trabalhar e a necessidade de dominar o seu orgulho profissional».

alcançar a produtividade desejada e deterioraram a qualidade dos artigos fabricados<sup>147</sup>. Himmler conhecia a situação e mandou tomar providências para que os detidos fossem remunerados de acordo com a quantidade produzida. Mas como poderia o Reichsführer-SS ultrapassar as barreiras que ele próprio erguia? Em 15 de Maio de 1943 Oswald Pohl, chefe do departamento económico e administrativo dos SS, decidiu que fossem concedidos vales aos detidos que mais trabalhassem, uma medida que permaneceu sem efeitos sensíveis porque não se introduziram nos campos de concentração bens pelos quais aqueles vales pudessem ser trocados<sup>148</sup>. Aliás, de que maneira entendia Pohl o problema? Em Abril de 1942 ele endereçara uma ordem a todos os chefes de campos de concentração, responsabilizando-os por «maximizar a produtividade das suas operações económicas» e com este objectivo o «desempenho dos trabalhadores» devia ser «no verdadeiro sentido da palavra, extenuante». «Não há limites para o horário de trabalho», estipulara Pohl, acrescentando que «todos os factores susceptíveis de encurtar o tempo de trabalho» devem «ser reduzidos ao absoluto mínimo»<sup>149</sup>. E assim a desejada produtividade ficava anulada pelo esgotamento das capacidades físicas e mentais da mão-de-obra. Sauckel revelou idêntica falta de compreensão do problema. «Todos os prisioneiros de guerra existentes na Alemanha e oriundos tanto dos territórios a Ocidente como a Leste devem ser completamente incorporados nas indústrias alemãs de armamento e munições», escreveu ele num programa de acção datado de 20 de Abril de 1942, um mês depois de ter sido nomeado Plenipotenciário para a Mobilização da Força de Trabalho. «A sua produtividade deve ser elevada até o nível mais alto possível. [...] é absolutamente essencial usar ao máximo as reservas humanas dos territórios soviéticos conquistados». Mas como entendia Sauckel essa elevação da produtividade? Os prisioneiros de guerra e os civis em serviço de trabalho obrigatório «devem ser alimentados, alojados e tratados de uma maneira que permita explorá-los o mais possível com o mínimo custo possível»<sup>150</sup>. Aparentemente ele ignorava que fome e produtividade são inconciliáveis.

Não eram diferentes as ideias de Himmler. Em Posen, a 4 de Outubro de 1943, num discurso originariamente secreto e que constitui uma das manifestações mais perturbantes da moralidade nacional-socialista, ele recordou aos altos comandos dos SS que no começo da campanha

<sup>147</sup> A. Speer (1979) 490-491. O antigo ministro de Hitler pretendeu (pág. 491) ter levado os SS a melhorarem bastante as condições físicas da mão-de-obra escrava enviada para as empresas dependentes do seu Ministério. Mas as descrições a que procedeu e o relato das diligências efectuadas junto às chefias dos SS (págs. 492-493, 497) parecem mostrar que não ocorreram nenhuma alteração significativa.

<sup>148</sup> H. Langbein (1981) 367; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 181. Segundo E. Kogon (2002) 136, no Outono de 1943 a direcção do campo de Buchenwald tentou aumentar a produtividade dos detidos atribuindo como prémio pela execução de certas tarefas um tipo especial de dinheiro fiduciário válido somente no interior do campo, mas a medida não teve eficácia. Ver também M. Buber (1949) 261.

<sup>149</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 176.

<sup>150</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 242.

contra a União Soviética «não dávamos à massa da humanidade o mesmo valor que lhe damos hoje, enquanto matéria-prima, enquanto trabalho. Dezenas e centenas de milhares de prisioneiros morreram de esgotamento e de fome, e se, pensando em termos de grandeza, não temos de nos arrepender disso, hoje devemos lastimar a perda de força de trabalho». Mas o Reichsführer-SS não se mostrou capaz de distinguir entre o número de trabalhadores e a produtividade de cada um, pois observou no mesmo discurso: «Que a exaustão possa levar ao colapso de dez mil fêmeas russas durante a escavação de uma trincheira antitanques só me interessa na medida em que a trincheira antitanques for completada para a Alemanha»<sup>151</sup>. Numa época em que a economia do Reich deparava já com enormes problemas, a segunda figura do regime considerava que, no tocante ao trabalho escravo, as questões de produtividade não tinham a menor importância. Compreende-se que numa circular de Dezembro de 1942 um funcionário dos Serviços Centrais dos SS tivesse chamado a atenção para o facto de que, das 136.870 pessoas chegadas aos campos de concentração entre Junho e Novembro, 70.610 estavam já mortas, ficando seriamente reduzida a mão-de-obra disponível para laborar nas fábricas de armamento dos campos de concentração<sup>152</sup>. Entretanto, se numerosos detidos enviados para trabalhar numa pedreira vizinha ao campo de concentração de Natzweiler estavam num estado de fraqueza tal que tinham de ser levados em carrinhos de mão<sup>153</sup>, parece óbvio que o esforço físico gasto no seu transporte não compensava aquele que eles próprios seriam capazes de despendem. Mas que validade podem ter raciocínios deste tipo, quando sabemos que era regra os SS munirem a sua mão-de-obra de instrumentos primitivos ou mesmo não lhe fornecerem utensílios, a ponto de em 1943, numa das suas próprias fábricas instalada num campo de concentração, não porem martelos suficientes à disposição dos detidos, que deviam usar pedaços de ferro e até pedras<sup>154</sup>? Davam assim continuidade a uma prática já antiga, porque um relatório oficial dos finais de 1940 relativo ao trabalho obrigatório dos judeus de Varsóvia na construção de estradas observou que a produtividade aumentaria muito se eles dispusessem de ferramentas adequadas, em vez de as pedras serem partidas à mão ou com instrumentos primitivos<sup>155</sup>.

Nestas condições o genocídio surgia como uma opção inseparável da estagnação da produtividade, já que em vez de fonte de lucro o trabalho concentracionário se tornara objecto de despesa. Quando o ministro da Justiça, Thierack, pediu a opinião de Goebbels, este sugeriu, em

<sup>151</sup> Citado em A. Bullock (1972) 696, 697, A. Dallin (1957) 593, M. Gilbert (2011 b) II 543, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 312 e H.-R. Trevor-Roper (1947) 25 n. 2.

<sup>152</sup> A. Bullock (1972) 700.

<sup>153</sup> E. Kogon (2002) 267.

<sup>154</sup> R. Hilberg (1961) 340, 597.

<sup>155</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 452.

14 de Setembro de 1942, que os judeus, os ciganos e os eslavos condenados a penas de prisão superiores a três ou quatro anos e os checos e alemães condenados à prisão perpétua fossem transferidos para campos de concentração, onde «a melhor ideia é o extermínio pelo trabalho»<sup>156</sup>. Quatro dias depois, numa reunião entre Thierack e Himmler foi aquela a solução adoptada, tomando como limiar a condenação a três anos de prisão no caso dos primeiros e oito anos no dos segundos, de modo a «serem mortos pelo trabalho»<sup>157</sup>. Calcula-se que até ao Verão de 1943 cerca de 17.300 presos tivessem sido entregues aos campos de concentração para extermínio pelo trabalho<sup>158</sup>. Mas o âmbito deste sistema foi muito mais vasto.

De início os prisioneiros de guerra soviéticos foram sistematicamente massacrados nos campos de internamento<sup>159</sup>, contando-se já dois milhões de mortos no final de 1941<sup>160</sup>, e do pouco mais de um milhão que então restava, só quatrocentos mil estavam em condições físicas para trabalhar<sup>161</sup>. Aliás, o Supremo Comando germânico optara por não tomar as medidas necessárias para os alimentar<sup>162</sup>, e vê-se que se tratava de um critério racial porque só raramente eram maltratados os prisioneiros de guerra norte-americanos e britânicos<sup>163</sup>. Mas na Primavera de 1942 foi decidido empregar os prisioneiros soviéticos em trabalhos forçados, o que levou a uma certa melhoria da sua alimentação, de modo a poderem despende algum esforço físico. Com que resultados? Depois de ter insistido, em Dezembro de 1941 e Janeiro de 1942, na necessidade de recorrer extensivamente à força de trabalho russa, incluindo a dos prisioneiros de guerra, o Führer desculpou-se em Janeiro de 1942: «Há muita gente a morrer nos campos de prisioneiros de guerra. A culpa não é minha. Eu nem quis a guerra nem quis os campos de prisioneiros»<sup>164</sup>. No decurso do conflito os nacionais-socialistas capturaram bastante mais de cinco milhões de militares soviéticos, dos quais menos de um milhão foi libertado, ou para regressar aos territórios ocupados ou para servir nas tropas auxiliares colaboracionistas. Entre os restantes, dois milhões morreram no cativeiro e um milhão desapareceu sem deixar rasto nos documentos oficiais, exterminados uns, vitimados outros pela fome e a doença, conseguindo os demais fugir. Restou cerca de um milhão de homens, neste colossal desperdício do que poderia ter sido uma força de trabalho<sup>165</sup>. «Agora assistimos ao espectáculo grotesco de, depois da medonha morte por inanição

<sup>156</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 159-160. Ver também J. Billig (2000) 241.

<sup>157</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 161. Ver também H. Langbein (1981) 25.

<sup>158</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 161. Ver ainda W. Sofsky (1997) 86.

<sup>159</sup> H. Langbein (1981) 194; A. Tooze (2006) 482.

<sup>160</sup> M. Roseman (2012) 32. Dois milhões e duzentos e cinquenta mil mortos, segundo A. Tooze (2006) 482.

<sup>161</sup> A. Tooze (2006) 482.

<sup>162</sup> M. Roseman (2012) 31; A. Tooze (2006) 482. Ver igualmente I. Kamenetsky (1956) 40.

<sup>163</sup> G. MacDonogh (2009) 394.

<sup>164</sup> *Hitler's Table Talk...*, 158, 163, 236. A declaração de 23 de Janeiro de 1942 encontra-se na pág. 236.

<sup>165</sup> Quanto aos prisioneiros de guerra soviéticos e ao seu eventual aproveitamento como força de trabalho

dos prisioneiros de guerra, terem de ser recrutados à pressa milhões de trabalhadores nos territórios ocupados de Leste para suprir as lacunas que se fazem sentir na Alemanha», lastimou Otto Bräutigam, chefe do Departamento Político Principal do Ministério dos Territórios Ocupados de Leste, num relatório secreto de Outubro de 1942<sup>166</sup>. Com efeito, quase três milhões de soviéticos foram deportados para o Reich, onde ficaram sujeitos ao trabalho forçado, mas também aí as convicções racistas se opuseram à plena utilização da mão-de-obra. Parece que na maior parte dos casos eles eram entregues a empresas privadas, permanecendo todavia sob a fiscalização dos SS, que os deixavam subnutridos, os impediam de receber medicamentos em caso de doença e lhes impunham os seus critérios de tratamento e punição, com a consequente perda de inúmeras vidas e o desaproveitamento das potencialidades de trabalho<sup>167</sup>. Um historiador considerou que no Reich e nos territórios ocupados da Europa de Leste o esgotamento e os maus tratos liquidaram cerca de quatro milhões de escravos<sup>168</sup>. Erguendo uma barreira intransponível entre a situação dos assalariados germanos e as condições incrivelmente precárias a que estavam sujeitos os escravos de origem eslava, os SS pretenderam enraizar o mito da superioridade racial nos níveis mais profundos da mentalidade germânica<sup>169</sup>. Para isso, no entanto, impediram que a economia do Reich extraísse daqueles milhões de homens e mulheres um rendimento adequado.

Nos derradeiros meses, quando as directivas militares do Führer e a propaganda de Goebbels insistiam cada vez mais histericamente na «guerra total» e parecia indispensável recrutar trabalhadores que substituíssem os mortos e feridos pelos bombardeamentos aéreos e fizessem funcionar a indústria militar, foi o contrário que se passou. Em Janeiro de 1945 havia no

ver A. Dallin (1957) 423-426. U. Herbert, «Forced Labour», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 382 indicou que dos 3,3 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos em poder do Reich até ao final de 1941, mais de metade foram assassinados ou morreram de fome, frio e exaustão. A crer em R. Cecil (1973) 218, em Dezembro de 1941 Rosenberg observara a Hitler que os prisioneiros de guerra soviéticos estavam a morrer a uma média de 2.500 por dia; todavia, G. Aly et al. (2006) 282 indicaram que durante os sete primeiros meses da campanha contra a URSS as autoridades do Reich haviam exterminado os prisioneiros de guerra soviéticos ao ritmo médio de 6.000 por dia, em grande parte pela falta de alimentos. J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 241 afirmaram que em Fevereiro de 1942, de um total de 3,9 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, restava apenas 1,1 milhão. No total, segundo Ulrich Herbert, op. cit., 382, dos 5,7 milhões de militares soviéticos aprisionados pelo Reich até ao termo da guerra, teriam morrido 3,5 milhões. Ver também A. Beevor (2010) 54, S. Friedländer (2008) 365 e Jeremy Noakes et al., op. cit., III 307 n. 27, 622; no entanto, Antony Beevor forneceu números diferentes na pág. 385. «Mais de três milhões» é o que indicou S. G. Payne (2003 b) 382, e G. MacDonogh (2009) 394 e R. Strayer (2015) 458 referiram sumariamente três milhões. Mas J. Förster, «Germany», em Dear et al., op. cit., 465 explicou que não existe consenso entre os historiadores quanto à quantidade de prisioneiros de guerra soviéticos mortos, sendo propostos os números de 1,68 milhões, 2,53 milhões e 3,3 milhões, num total de 5,7 milhões de cativos. M. Gilbert (2011 b) II 863 considerou que foram mortos 3,3 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos e Ch. Gerlach et al. (2009) 162 afirmaram que, de um total de 5,7 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, morreram entre 2,5 e 3,3 milhões. Sem justificação, A. Reid (2011) 474 indicou um total de prisioneiros de guerra inferior, 4,7 milhões, dos quais teriam morrido 2,9 milhões.

<sup>166</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 307.

<sup>167</sup> A. Dallin (1957) 428 e segs.; U. Herbert, «Forced Labour», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 382-383.

<sup>168</sup> S. G. Payne (2003 b) 382.

<sup>169</sup> J. Caplan (org. 1995) 251.



sistema concentracionário do Reich cerca de 714.000 presos, mais 200.000 do que no Verão do ano anterior, e 350.000 foram mortos ou deixados morrer durante o Inverno e o começo da Primavera de 1945<sup>170</sup>, ou seja, liquidaram-se exactamente 49% de uma força de trabalho potencial e que nunca chegou a existir. Calcula-se que no Verão de 1944, 35% da produção de uma das empresas que fabricava componentes para os motores de um certo tipo de avião de combate estavam a cargo de escravos alugados aos SS, dos quais morreram pelo menos vinte mil. Não é difícil imaginar o grau de produtividade desta mão-de-obra<sup>171</sup>. O melhor exemplo é o do complexo concentracionário de Mittelbau-Dora, em cujos subterrâneos dezenas de milhares de prisioneiros fabricavam os foguetões V1 e V2, e onde as condições, já de si péssimas, se degradaram ainda com a chegada de mais sessenta mil presos, muitos deles moribundos ou mortos durante o percurso. Os restantes pereciam aos milhares ou estavam demasiado doentes para trabalhar. Entre meados de Janeiro e meados de Fevereiro de 1945 o número de presos em Mittelbau-Dora aumentou 50%, e com que efeito<sup>172</sup>? Era a própria noção de produtividade que deixava de ter sentido, precisamente a respeito das «armas milagrosas» com que o Führer prometia a vitória.

### 3

O carácter paradoxal do nacional-socialismo ressalta de maneira igualmente flagrante quando se examinam as medidas relativas aos judeus. Já as expropriações de que eles haviam sido vítimas não se deveram a razões económicas, mas sociais e políticas<sup>173</sup>. E quando sabemos que em Janeiro de 1941, num dos maiores *ghettos*, o de Łódź, só estava ocupada 24% da população apta ao trabalho e que também no outro grande *ghetto*, situado em Varsóvia, o aproveitamento da mão-de-obra estava muito longe de atingir o máximo possível<sup>174</sup>, concluímos uma vez mais que os nacionais-socialistas não rentabilizaram economicamente uma perseguição conduzida por motivos ideológicos. O mesmo sucedeu quando da concentração se passou ao extermínio. Apesar de o *ghetto* de Łódź ter uma considerável importância para a economia de guerra do Reich, dos 155.000 judeus que inicialmente o povoavam cerca de dois terços foram liquidados, até que em Agosto de 1944 restavam 60.000, enviados para a morte em Auschwitz<sup>175</sup>. Situações como esta reproduziram-se em série. Em Outubro de 1941 a administração de uma empresa fabricante de material de guerra informou as autoridades militares de que o medo de ser liquidado

<sup>170</sup> R. Bessel (2010) 86.

<sup>171</sup> A. Tooze (2006) 630.

<sup>172</sup> R. Bessel (2010) 87-88. Ver ainda G. MacDonogh (2009) 84 e A. Tooze (2006) 623.

<sup>173</sup> P. F. Drucker (1943) 129-130.

<sup>174</sup> G. Aly et al. (2006) 221, 231.

<sup>175</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 456.

levava cada judeu alemão a trabalhar quase tanto como dois arianos, e de que as deportações e chacinas provocariam o desaparecimento de uma mão-de-obra especialmente empenhada na actividade produtiva<sup>176</sup>. É certo que na reunião convocada para 20 de Janeiro de 1942, destinada a tratar da solução final da questão judaica, o secretário de Estado no Plano de Quatro Anos argumentou que os judeus ocupados em fábricas essenciais para o esforço de guerra não deviam ser evacuados enquanto não houvesse substitutos disponíveis e, segundo a acta, Heydrich confirmou que era esta a orientação adoptada<sup>177</sup>. No entanto, nesse mesmo mês Victor Klemperer registou no seu diário que uma empresa cujos produtos tinham aplicação militar, a Zeiss-Ikon, apoiada pelo exército, tentara evitar que os seus quatrocentos operários judeus fossem conduzidos para campos de concentração, mas a Gestapo e os representantes do NSDAP só parcialmente acederam às conveniências económicas e a firma perdeu mais de metade de uma mão-de-obra que até então se revelara competente<sup>178</sup>. Em casos particulares parecia haver oscilações e hesitações, como sucedeu em Maio de 1942, quando o chefe da Gestapo, a propósito da liquidação de 630 artesãos judeus de Minsk, invocou ordens emitidas por Himmler de que os judeus capazes de trabalhar e compreendidos entre os 16 e os 32 anos de idade deveriam ser provisoriamente poupados<sup>179</sup>. Mas a tendência crescente ao longo desse ano foi para ignorar a distinção entre os judeus aptos ao trabalho e os restantes e exterminá-los indiscriminadamente<sup>180</sup>, a ponto de no Outono um dos principais empresários da indústria aeronáutica ter declarado num relatório enviado ao inspector-geral da Luftwaffe que a desorganização provocada pelo «exterminio dos judeus» impossibilitara a produção de aviões na Polónia ocupada<sup>181</sup>. Comentando o facto de os judeus polacos dizerem que «nós somos trabalhadores qualificados, vocês não nos vão matar», um sargento da polícia alemã observou numa carta escrita em Junho de 1942: «Uma coisa é clara: eles são materialistas até à medula»<sup>182</sup>. É difícil encontrar uma expressão mais cândida de idealismo, confundindo num mesmo desprezo os judeus, o materialismo e as leis da economia. Este homem modesto revelou-se um dos ideólogos do nacional-socialismo.

As consequências económicas eram inquietantes e várias autoridades de ocupação procuraram sustentar a liquidação dos operários qualificados judeus, mas as autoridades encarregadas

<sup>176</sup> R. Hilberg (1961) 285.

<sup>177</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 540; M. Roseman (2012) 73, 120.

<sup>178</sup> M. Chalmers (org. 2006 b) 5, 6, 7. No entanto, em 13 de Novembro de 1942 Klemperer relatou o caso de uma judia que, quando estava prestes a ser levada para um campo de concentração ou de extermínio, foi libertada e restituída à fábrica de armamento em que trabalhava. Ver *id.*, *ibid.*, 194.

<sup>179</sup> S. Friedländer (2008) 545.

<sup>180</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 566.

<sup>181</sup> O relatório enviado por Ernst Heinkel ao marechal Erhard Milch no Outono de 1942 encontra-se mencionado em A. Tooze (2006) 610.

<sup>182</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 620.

do genocídio adoptavam apenas o critério racial<sup>183</sup>. Em Outubro de 1941, por exemplo, os SS queixaram-se de que o comissário do Reich para os Estados bálticos havia proibido a execução de um certo número de judeus e, numa nota acerca do assunto, o comissário perguntou ao Ministério para os Territórios Ocupados de Leste se a população semita devia ser exterminada independentemente do interesse económico decorrente das suas actividades profissionais. A resposta não deixou lugar para dúvidas: «em princípio, as considerações económicas devem ser desprezadas na solução do problema judaico»<sup>184</sup>. A mesma tese fora defendida em Janeiro de 1941 pela mais importante autoridade repressiva do Governo-Geral, o SS-Obergruppenführer Krüger, que, perante os problemas suscitados pela deslocação de populações para o território polaco ocupado, declarou: «Qualquer crítica destas medidas baseada em vestígios de perspectivas humanitárias ou em considerações utilitárias deve ser totalmente excluída»<sup>185</sup>. Acima de todos, Himmler afirmou sempre muito claramente que a aniquilação dos judeus constituía a prioridade absoluta, perante a qual nem sequer prevaleciam as exigências da indústria de armamento<sup>186</sup>. Num memorando de 18 de Setembro de 1942 o general von Gienanth, comandante militar no Governo-Geral, protestou contra a liquidação dos judeus que trabalhavam na economia de guerra e afirmou que eles constituíam quase um terço do total de operários na indústria, sendo cerca de um terço destes judeus composto por operários qualificados. «Nas fábricas que trabalham para a Wehrmacht», afirmou von Gienanth, «o número de judeus entre os operários qualificados varia entre 25% e 100%». E em seguida o general calculou as quedas de produção que ocorreriam se fosse deportada a força de trabalho judaica, concluindo que isso impediria que as encomendas feitas pela Wehrmacht para a campanha de Inverno fossem completadas no prazo necessário<sup>187</sup>. Mas na sua resposta de 9 de Outubro Himmler não se impressionou com aquelas estatísticas e preveniu que «dei instruções para que se proceda impiedosamente contra todos os que se encarregam de causar dificuldades invocando alegadas conveniências do armamento, mas que na verdade desejam simplesmente proteger os judeus e os seus próprios negócios»<sup>188</sup>. No dia seguinte o Alto Comando da Wehrmacht apressou-se a declarar que «está completamente de acordo

<sup>183</sup> J. Billig (2000) 202, 251; R. Hilberg (1961) 246 e segs.; T. W. Mason (1968) 191-192; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 492.

<sup>184</sup> Citação em A. Dallin (1957) 206, R. Hilberg (1961) 247, 646 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 497. Ver também M. Gilbert (2011 b) I 298. Por seu lado, M. Roseman (2012) 80 considerou que a mesma resposta fora dada a vários outros pedidos; ver também a pág. 95.

<sup>185</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 476.

<sup>186</sup> R. Hilberg (1961) 645-646.

<sup>187</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 570-571. A passagem citada encontra-se na pág. 571. Ver igualmente S. Friedländer (2008) 732.

<sup>188</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 572. Como se vê na pág. 574, em Maio de 1943 Himmler insistiu na sua decisão de proceder rapidamente à liquidação completa dos judeus do Governo-Geral. Ver também S. Friedländer (2008) 732-733.

com o princípio estabelecido pelo Reichsführer-SS de que todos os judeus empregados pelas forças armadas em serviços militares auxiliares e nas indústrias de armamento devem ser imediatamente substituídos por operários arianos»<sup>189</sup>. Até que naquele Outono de 1942 o Führer encerrou definitivamente a questão e decidiu que não seriam poupados os judeus que trabalhavam no fabrico de material bélico<sup>190</sup>.

Na sequência destas directivas, deu-se início em Fevereiro de 1943 a uma vasta operação destinada a eliminar todos os judeus do Reich que laboravam nas indústrias de guerra, substituindo-os por mão-de-obra forçada proveniente dos países ocupados<sup>191</sup>. Não espanta que se tivesse chegado a uma curiosa situação e até o SS-Obergruppenführer Krüger, em Novembro de 1942 e novamente em Maio de 1943, duvidava de que as ordens do Reichsführer-SS pudessem na prática ser cumpridas<sup>192</sup>. No mês seguinte o próprio comissário do Reich para a Ucrânia, Erich Koch, desabafou com o Führer que se é certo que tinha conseguido liquidar meio milhão de judeus, ficara por isso sem sapateiros<sup>193</sup>. Mesmo Goebbels teve consciência do problema depois de ter visitado a frente leste, embora atribuisse a outros a culpa. «Quando os húngaros comunicam que “pacificaram” uma aldeia», escreveu ele no seu diário em 19 de Maio de 1942, «isto quer geralmente dizer que não resta um único habitante. E, assim, não conseguimos que seja feito praticamente nenhum trabalho agrícola nessas regiões»<sup>194</sup>. Também a tecnocracia não permaneceu indiferente. Num relatório confidencial elaborado em Dezembro de 1941 para uso interno do departamento económico da Wehrmacht, um economista e universitário alemão, que um historiador classificou como «o principal especialista nazi dos judeus da Europa de Leste», apresentou as suas conclusões acerca da Ucrânia deixando em suspenso uma interrogação: «Se fuzilamos os judeus, se deixamos os prisioneiros de guerra morrerem, se condenamos uma parte considerável da população urbana a morrer de fome e se durante o próximo ano a fome nos fará perder também uma parte da população agrícola, fica sem resposta a questão de saber quem irá produzir aqui qualquer coisa que valha»<sup>195</sup>. Este perito e quem lhe encomendou o estudo não eram decerto os

<sup>189</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 572.

<sup>190</sup> R. Hilberg (1961) 286. Já em Maio de 1942, segundo S. Friedländer (2008) 525-526, Hitler havia ordenado a Speer a substituição dos judeus que trabalhavam na indústria do armamento em Berlim. Contudo, em Abril de 1944 o Führer acedeu a retardar a morte de cem mil judeus húngaros para permitir que fossem empregues durante algum tempo na indústria de construção. Ver a este respeito Raul Hilberg, op. cit., 599. Ver também Saul Friedländer, op. cit., 951 e W. Sofsky (1997) 82.

<sup>191</sup> M. Chalmers (org. 2006 b) xiii; S. Friedländer (2008) 632-634, 712.

<sup>192</sup> S. Friedländer (2008) 735-736; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 573, 575.

<sup>193</sup> I. Kamenetsky (1956) 39.

<sup>194</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 379. Mas deve ler-se a n. 348 do capítulo 3 da Parte 4.

<sup>195</sup> O relatório do Oberkriegsverwaltungsrat Professor Seraphim, que o inspector do Armamento enviara a 2 de Dezembro de 1941 para o general Georg Thomas, chefe do departamento económico do Alto Comando das Forças Armadas, encontra-se citado em R. Hilberg (1961) 247 e I. Kamenetsky (1956) 40-41. Ver igualmente G. Aly et al.

únicos a meditar no problema. Três meses antes, um dos Comandos de Acção Especiais apresentara aos seus superiores um relatório em que tentava dar solução às mesmas interrogações: «Na Ucrânia ocidental e central praticamente todos os trabalhadores urbanos, os operários qualificados e os comerciantes são judeus. Se prescindirmos completamente do potencial de trabalho judaico não poderemos reconstruir a indústria ucraniana e edificar os centros administrativos urbanos. Só existe uma solução — um método que desde há muito é familiar à administração alemã do Governo-Geral: a solução final da questão judaica através da utilização completa do trabalho dos judeus. Isto teria como consequência uma liquidação gradual dos judeus, consoante um processo adaptado às potencialidades económicas do país»<sup>196</sup>.

Todavia, assegurar a continuidade da produção de um modo que correspondesse na prática a um genocídio implicava, de imediato, a degradação da produtividade do trabalho e, a prazo, a extinção da mão-de-obra, o que deixava a questão inteiramente por resolver. Talvez pudesse pensar-se que alguns judeus especialmente resistentes seriam capazes de sobreviver e trabalhar eternamente nas piores condições. Mas até esta saída foi bloqueada pelo programa racial. Na conferência interdepartamental de Janeiro de 1942 o SS-Obergruppenführer Heydrich, plenipotenciário para a «solução final», considerou que a grande mortalidade provocada entre os judeus pela utilização extensiva do trabalho forçado levaria a um processo de selecção, de maneira que os sobreviventes, constituindo o núcleo mais resistente do judaísmo, seriam por isso mesmo os mais perigosos e deviam ser aniquilados<sup>197</sup>. A dificuldade estaria resolvida se se dispusesse de um método de esterilização em massa, mas embora Himmler tivesse apoiado generosamente os cientistas e médicos interessados por estas pesquisas e os autorizasse a efectuar experiências sobre os judeus e os ciganos detidos em campos de concentração, não se chegou a nenhum resultado prático<sup>198</sup>. Terminada a guerra, ao depor no julgamento dos médicos nacional-socialistas em Nuremberga, o secretário pessoal de Himmler, Rudolf Brandt, declarou que «Himmler estava muitíssimo interessado num método de esterilização rápido e barato que pudesse ser usado contra os inimigos do Reich alemão, como os russos, os polacos e os judeus», e explicou

(2006) 395 n. 58. A classificação referida deve-se a S. Friedländer (2008) 259, que em seguida (págs. 260-261) relatou uma conferência em que Seraphim, depois de sublinhar o carácter antieconómico da actividade dos judeus, indicou como solução a sua eliminação. Numa passagem relativa a Fevereiro de 1941 E. Ringelblum (1964) 151 registou que o professor Seraphim se apoderara dos melhores livros da biblioteca de um erudito judeu, e com a ironia seca que o caracterizava comentou: «Mostrou-se demasiado zeloso».

<sup>196</sup> O relatório enviado aos seus superiores pelo Einsatzgruppe C vem citado em R. Hilberg (1961) 225. Ver ainda M. Roseman (2012) 80.

<sup>197</sup> S. Friedländer (2008) 512; R. Hilberg (1961) 264-265; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 538; M. Roseman (2012) 72, 116.

<sup>198</sup> G. Aly et al. (2006) 301-306. Ver também S. Friedländer (2008) 601, M. Gilbert (2011 b) II 508, 854 e A. Quinchon-Caudal (2013) 172.

que deste modo «o trabalho das pessoas esterilizadas podia ser usado em benefício da Alemanha sem que elas tivessem a capacidade de se reproduzir»<sup>199</sup>. Sonhos vãos. Nos campos de extermínio o emprego dos detidos na indústria de construção ou em actividades fabris continuou a ser apenas um estádio preparatório do seu assassinato<sup>200</sup>. Até um conjunto de empresas pertencente aos SS deparou com as contradições resultantes da «solução final», porque embora no auge da actividade tivesse ocupado 14.300 prisioneiros de campos de concentração, teve de abrir falência em Novembro de 1943, já que a sua mão-de-obra fora dizimada pelos próprios proprietários<sup>201</sup>. Completamente irracionais em termos económicos, estas medidas obedeciam no entanto a uma lógica rigorosa no âmbito da mitologia racial. «Estou convencido de que se a guerra continuar por muito tempo», escreveu um soldado da Wehrmacht numa carta enviada da Bielo-Rússia a 18 de Junho de 1942, «os judeus serão transformados em salsichas e dados a comer aos prisioneiros de guerra russos e aos trabalhadores qualificados judeus»<sup>202</sup>. Este militar sem nenhuma patente revelou um sentido económico mais agudo do que os chefes do Reich, para quem a solução consistia em matá-los todos.

As deportações e o genocídio dos judeus polacos implicaram prejuízos muitíssimo consideráveis para a economia do Reich, afirmou a maior autoridade neste assunto, que concluiu: «Os judeus polacos foram exterminados num processo em que os factores económicos desempenharam um papel verdadeiramente secundário»<sup>203</sup>. E referindo-se à actuação dos nacional-socialistas na Ucrânia outro historiador observou: «O único motivo perceptível da liquidação dos judeus foi a ideologia racial germânica. Sob o ponto de vista das conveniências militares ou das vantagens económicas, essas execuções em massa constituíram um erro grave»<sup>204</sup>. No final de 1942, encerrado no *ghetto* de Varsóvia quando a esmagadora maioria da sua população já havia sido liquidada, o historiador judeu Emmanuel Ringelblum não ignorou o paradoxo. Se as autoridades nacional-socialistas tivessem levado em conta o factor económico não teriam deixado os judeus morrer de fome e exaustão nem teriam enviado tantos deles para os campos de extermínio, observou Ringelblum nas notas que, com sacrifício da vida, conseguiu deixar para a posteridade. «Resta portanto que, quando se trata dos judeus, os critérios económicos não entram em jogo», concluiu ele; «entram somente em jogo o critério político, a propaganda»<sup>205</sup>. E a questão que este historia-

<sup>199</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 305 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 597.

<sup>200</sup> R. Hilberg (1961) 586.

<sup>201</sup> Id., *ibid.*, 340, 557.

<sup>202</sup> Transcrito em S. Friedländer (2008) 635.

<sup>203</sup> R. Hilberg (1961) 333, 345.

<sup>204</sup> I. Kamenetsky (1956) 39.

<sup>205</sup> E. Ringelblum (1964) 344. Na mesma perspectiva, embora sem revelar uma compreensão tão profunda do problema, Victor Klemperer registou no seu diário, na entrada de 17 de Janeiro de 1942: «Mas é evidente que há

dor colocou em seguida, e a que tentou responder, já não foi a de saber por que motivo se estavam a violar as leis da economia massacrando os judeus, mas por que motivo se deixavam ainda alguns com vida. O mero facto de pensar num tal problema indica a dimensão da perversidade ideológica do nacional-socialismo.

#### 4

A orientação aplicada por Hitler nos territórios de Leste e que presidiu ao extermínio dos judeus era absurda em termos capitalistas, porque desprezava a necessidade de desenvolver a mais-valia. O capitalismo assenta a sua especificidade histórica, e a correspondente noção de progresso, no facto de ser capaz de extrair lucros crescentes mediante o adestramento físico e a promoção intelectual da força de trabalho. É assim que dentro de dados limites temporais a actividade do trabalhador se torna cada vez mais intensa e complexa, permitindo que durante um mesmo número de horas do relógio aumente o tempo de trabalho efectivamente despendido, se tomarmos como padrão de medida o trabalho simples. Uma hora de trabalho intenso e complexo equivale a um múltiplo de uma hora de trabalho simples, e é este o mecanismo do crescimento da produtividade. Ora, matar ou deixar morrer os operários mais aptos e destruir as habilitações dos outros é comprometer a possibilidade de extrair mais-valia, e aqui a violação dos princípios fundamentais do capitalismo atingiu uma verdadeira perversidade, porque a escravização e o morticínio, embora fossem antieconómicos, obedeceram aos critérios económicos da redução de custos e do processamento em massa. Tal como o jornalista e romancista soviético Vasily Grossman observou em Julho de 1944 a propósito do campo de extermínio de Treblinka, «um coisa espantosa é que esses suínos aproveitavam tudo, mesmo papel e tecidos; tudo o que pudesse ter qualquer utilidade para alguém era importante e útil para esses suínos. Só a coisa mais preciosa do mundo, uma vida humana, era esmagada sob as suas botas»<sup>206</sup>.

Decerto a liquidação em massa representava um custo, talvez menor no caso dos Einsatzgruppen, porque se deslocavam até às vítimas, mas que era muito considerável nos campos de extermínio, sobretudo tendo em conta, além do custo das instalações, a necessidade de transportar centenas de milhares de pessoas numa época em que as operações militares exigiam o máximo aproveitamento das ferrovias. Mas como as autoridades nacional-socialistas empregaram todos os meios para comprimir estes custos, o maior paradoxo consistiu no facto de a destruição das condições básicas da produtividade ter sido realizada mediante um processo submetido às

uma tremenda falta de mão-de-obra, e que trabalho pode fazer um judeu morto?». Ver M. Chalmers (org. 2006 b) 5.

<sup>206</sup> Transcrito em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 325.

normas da produtividade, levado a cabo por equipas de peritos e tecnocratas possuidores da requerida formação universitária<sup>207</sup>, alguns tão competentes que depois da guerra continuaram a exercer os seus dotes de economistas ou planificadores nas instituições da Alemanha federal, no Fundo Monetário Internacional ou no Banco Mundial<sup>208</sup>. Um colega do antigo comandante do campo de extermínio de Sobibor, que passara depois a chefiar o campo de Treblinka, observou que «o que realmente o preocupava era ter aquele lugar a funcionar como um relógio»<sup>209</sup>. O massacre da força de trabalho, que em termos de tempo gasto se realizou com uma extraordinária eficiência, foi acompanhado por uma contabilidade rigorosa e obedeceu a uma preocupação permanente de comprimir despesas e evitar desperdícios<sup>210</sup>. «Rápido, despachem-se!», sintetizou Grossman. «Corram para a não-existência!»<sup>211</sup>. Ficava-se sem a mais-valia que os judeus poderiam ter proporcionado, mas nos campos de extermínio roubava-se-lhes tudo, desde as meias até ao ouro dos dentes, registando-se com minúcia burocrática os artigos pilhados, e mesmo o cabelo servia para fabricar, além de cabeleiras postiças, feltro e peúgas para a equipagem dos submarinos<sup>212</sup>. Sabe-se que pelo menos nos campos de concentração de Majdanek e de Auschwitz os ossos dos mortos eram reduzidos a pó e, misturados nos adubos, serviam para fertilizar a terra<sup>213</sup>, e a partir de 1943, no Instituto Médico-Anatómico de Dantzig, cadáveres de polacos e russos foram usados para o fabrico de couro e de sabão<sup>214</sup>. Mas a força de trabalho dos vivos teria sido muito mais rentável do que o esqueleto, a pele e a carne dos defuntos. Se ao longo da sua história de horrores a humanidade se distingue dos animais é num facto decisivo — explorar os inimigos vencidos em vez de simplesmente os devorar. Na guerra racial, a raça dos senhores mostrou uma estranha propensão para esquecer a economia humana e reduzir-se a uma modalidade de canibalismo animal. Não é num sentido metafórico, mas absolutamente literal, que devemos ler Lukács quando denominou as ideias de Hitler e Rosenberg como «uma filosofia do canibalismo modernizado»<sup>215</sup>.

<sup>207</sup> G. Aly et al. (2006) *passim*.

<sup>208</sup> Id., *ibid.*, 27, 44, 49, 140-141, 213, 376 n. 16.

<sup>209</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 564.

<sup>210</sup> R. Hilberg (1961) 39, 645.

<sup>211</sup> Transcrito em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 326.

<sup>212</sup> Id., *ibid.*, 332; M. Gilbert (2011 b) I 422-423, 434, II 466-467, 495, 510, 547, 617; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 582. Naquela época disse-se ainda que os cabelos teriam servido para encher colchões nos navios de guerra e fabricar cabos de amarração para os submarinos, como se lê em Antony Beevor et al., *op. cit.*, 324.

<sup>213</sup> E. Conte et al. (1995) 305; E. Kogon (2002) 182; W. Sofsky (1997) 458. Também o Kreisleiter Becht observou um dia, nas imediações do campo de extermínio de Chełmno, que «os judeus são um bom fertilizante». Ver S. Friedländer (2008) 479. Para o cálculo de quanto um cadáver de detido rendia aos SS ver Eugen Kogon, *op. cit.*, 393-394. Ao ter conhecimento destas acusações, Himmler rejeitou-as indignadamente num relatório de 20 de Novembro de 1942 dirigido ao chefe da Gestapo. Ver Saul Friedländer, *op. cit.*, 686-687.

<sup>214</sup> A. Beevor (2017) 95-96.

<sup>215</sup> G. Lukács (1980) 737.



Nem sequer pode equiparar-se a actuação dos nacionais-socialistas às atrocidades cometidas pelos europeus em África na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. No colonialismo procedeu-se a uma forma de acumulação capitalista primitiva, e as medidas bárbaras a que se recorreu tinham por objectivo destruir estruturas económicas e sociais arcaicas e suscitar a formação e o crescimento de um proletariado moderno; enquanto na Europa de Leste os nacionais-socialistas arrasaram os aspectos mais modernos de uma economia industrializada e desorganizaram e em boa medida liquidaram um proletariado já constituído e provido até de elevadas qualificações. Pelo mesmo motivo, a conjugação entre o escravismo instaurado pelos nacionais-socialistas a Leste e o sistema de assalariamento que continuava em vigor no Reich e nos países ocupados do norte e do ocidente da Europa não deve comparar-se à articulação entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A dualidade do sistema de exploração tem estado sempre presente no capitalismo, que nunca promove homoganeamente toda a força de trabalho. Nos territórios eslavos conquistados pelos nacionais-socialistas, porém, não se tratou de aplicar ritmos de desenvolvimento diferentes, mas do oposto, a devastação daquilo que já havia sido desenvolvido e a imposição de uma involução generalizada. O sistema implantado a Leste não foi apenas antagónico da mais-valia relativa, foi também inexplicável no quadro da mais-valia absoluta, sendo, afinal, contrário ao próprio capitalismo.

Se pela maneira como inspirou o tratamento dos eslavos e dos judeus a mitologia racial do nacional-socialismo ignorou os mecanismos capitalistas mais elementares, fê-lo também pelo quadro económico que pretendeu oferecer à colonização nórdica. É certo que o recuo das tropas do Eixo não deu oportunidade a que os imigrantes afluíssem em quantidade significativa aos territórios ocupados. Desde Outubro de 1939 até ao final de 1942 só 629.000 germanos de fora do Reich foram ali estabelecidos, já que o Führer proibira a migração de germanos do Reich enquanto a guerra durasse, e muitos deles foram colocados em instalações apenas provisórias<sup>216</sup>. Apesar disso, os grandes objectivos estratégicos definidos por Hitler e aplicados por Himmler esclarecem os paradoxos visíveis na legislação de 1933 e 1936, que ressuscitara e reforçara o sistema de morgadio.

As pequenas propriedades camponesas haviam sido decretadas património familiar inalienável e não penhorável, transmissível apenas segundo uma linha sucessória definida na lei<sup>217</sup>. Em

<sup>216</sup> Ch. Gerlach et al. (2009) 153-154. Ver também J. Baberowski et al. (2009) 199-200 e A. Dallin (1957) 286, 341. Segundo A. Tooze (2006) 464, até ao final de 1940 só 180.000 germanos étnicos haviam sido estabelecidos em fazendas expropriadas aos polacos.

<sup>217</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 49; A. Bramwell (1985) 106; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 125-126; A. Tooze (2006) 182-186. Todavia, D. Guérin (1969) II 259 indicou que, segundo uma disposição de Dezembro de 1936,

1938 havia já cerca de 673.000 morgadios, ocupando mais de um terço da superfície cultivada<sup>218</sup>, e em Abril de 1942 o Führer disse que dera instruções para integrar naquele sistema as fazendas atribuídas aos colonos germanos nos territórios conquistados de Leste<sup>219</sup>. Ora, as autoridades nacional-socialistas sabiam que estavam a proceder de maneira contrária aos interesses económicos ao fixarem obrigatoriamente uma parte da mão-de-obra na actividade agrícola, ao criarem limites ao avanço da concentração do capital nos campos e ao dificultarem às famílias detentoras daquele tipo de propriedades o recurso ao crédito, pois os bancos eram avessos a facultar empréstimos a terras que não podiam ser penhoradas, o que criou obstáculos insuperáveis ao progresso técnico na agricultura<sup>220</sup>. Walther Darré, que foi um dos principais obreiros da estratégia racial, tendo-se encarregado até 1938 do Departamento Central de Raça e Colonização dos SS e chefiado até 1942 o Ministério dos Abastecimentos e da Agricultura, declarou num discurso em Novembro de 1936: «O campesinato deve compreender claramente que na época da técnica moderna, dos transportes modernos, dos métodos modernos de trabalho e de economia, ele tem tão poucas razões de existência económica como o barco à vela relativamente ao navio a vapor. Sob um ponto de vista puramente económico, a forma e a dimensão da exploração camponesa não são rentáveis. A única razão de ser do campesinato é um facto que a história nos ensina, o de que um povo só se renova através do seu campesinato, o de que um povo deve manter em vida o seu campesinato para manter a sua própria existência»<sup>221</sup>. Esta concepção do campesinato como núcleo de uma ressurreição racial assumiu todo o significado no movimento de expansão germânica para Leste, que constituiu um dos principais vectores da estratégia hitleriana. Contra as necessidades da produtividade agrícola, o Terceiro Reich sustentava uma casta de camponeses destinada a colonizar os territórios eslavos, onde formaria uma nova aristocracia de agricultores-guerreiros. Não foi apenas pela escravização dos eslavos e pelo genocídio dos judeus que os

não podiam ser constituídos morgadios se as dívidas dos seus proprietários ultrapassassem 70% do valor da exploração agrícola.

<sup>218</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 49 n. 1; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 126. Escrevendo em 1942, A. Norden (1943) 19 mencionou 750.000.

<sup>219</sup> Em 4 de Abril de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 395.

<sup>220</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 50-51; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 126-127; A. Norden (1943) 19; A. Sohn-Rethel (1987) 72, 73. A. Tooze (2006) 185 pretendeu que o Ministério dos Abastecimentos e da Agricultura conseguiu contornar o problema e que os investimentos na agricultura não foram colocados em risco; porém, afirmou igualmente (pág. 266) que a falta de produtividade do trabalho agrícola se devia à escassez de capital e tecnologia na economia rural.

<sup>221</sup> Citado em Ch. Bettelheim (1971) I 50 n. 2. Quanto às concepções de Darré a este respeito ver também A. Bramwell (1985) 57, 63, 87 e H. Rauschnig (1939) 54-56. Encontram-se em P. F. Drucker (1943) 108, 119-121 e 141 algumas considerações acerca do carácter antieconómico da política camponesa no Terceiro Reich. Seria curioso compará-la com a orientação ruralizante seguida por Mussolini, que P. Melograni (1980) 194 e segs. e 257-259 classificou igualmente como contrária ao desenvolvimento do capitalismo. Consoante observou este autor (págs. 203-207, 261-262), a política camponesa prosseguida pelo fascismo italiano teve implicações mais ideológicas do que práticas e não conseguiu sustentar a industrialização.

mitos raciais negaram os interesses económicos, mas igualmente no outro lado da grande clivagem, pela criação das condições económicas consideradas indispensáveis para gerar a raça dominante.

Também noutra perspectiva Hitler revelou durante a guerra o desrespeito pela lógica do capitalismo, quando se mostrou renitente a aceitar a mobilização das mulheres germânicas para substituírem na indústria a força de trabalho masculina<sup>222</sup>. A ideologia nacional-socialista ensinara que o lugar da mulher era no lar, não na fábrica, e com efeito, se as mulheres haviam representado 43,5% da população activa em 1925, a percentagem caiu para 41,5% em 1939<sup>223</sup>. Num âmbito temporal mais limitado, a componente feminina da mão-de-obra industrial total, que fora de 29,3% em 1933, reduziu-se em 1936 a 24,7% e mantinha-se em 25% dois anos depois<sup>224</sup>. Ou, segundo outros cálculos, passara de 37,3% em 1933 para 31,8% em 1936<sup>225</sup>. «O sacrifício dos nossos ideais mais queridos é um preço demasiado grande», teria objectado Hitler em Março de 1943, quando Speer pretendeu recrutar mulheres para a indústria<sup>226</sup>.

Numa certa perspectiva, as necessidades da produção de guerra parece terem sido impreciosas e se em 1939 as mulheres representavam 37,3% da força de trabalho civil, a percentagem subiu ao longo do conflito, chegando a 46,0% em 1942 e a 51,6% dois anos depois<sup>227</sup>. Mas para compreender este acréscimo relativo da participação feminina na economia de guerra germânica convém saber que ao mesmo tempo uma quantidade muito avultada de mulheres se consagrava à faina de empregadas domésticas. Enquanto na Grã-Bretanha, por exemplo, o número de serviços passou de 1.200.000 para 400.000 entre 1939 e 1943, no Reich manteve-se praticamente inalterado, sendo de 1.582.000 em 1939 e de 1.442.000 em 1943<sup>228</sup>. Como se isto não bastasse, Sauckel declarou um mês depois de ter sido nomeado Plenipotenciário para a Mobilização da Força de Trabalho: «A fim de proporcionar às donas de casa alemãs, e sobretudo às mães de

<sup>222</sup> J. Caplan (org. 1995) 131-132.

<sup>223</sup> Id., *ibid.*, 180.

<sup>224</sup> D. Schoenbaum (1979) 223. No operariado industrial, segundo Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 195, o número de homens aumentou de 13,4% entre 1936 e 1938, enquanto o número de mulheres aumentou apenas de 11,6%. Mas note-se que Tim Mason, *op. cit.*, 142 e 157 defendeu que neste aspecto a doutrina nacional-socialista se limitara a reforçar uma tendência determinada já pela grande depressão económica.

<sup>225</sup> F. Neumann (1943) 380.

<sup>226</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 507. Ver também J. Caplan (org. 1995) 201. A situação seria diferente nos restaurantes, porque, segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 51, em Fevereiro de 1939 o Führer declarou que a profissão de empregado de mesa não era condigna de um homem e devia ser deixada às mulheres.

<sup>227</sup> R. Overly, «Statistics», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1060. Segundo B. L. Davis (2007) 60, em 1942 as mulheres representavam cerca de 52% da força de trabalho. Note-se que no Reich a grande maioria das mulheres trabalhadoras se dedicava à agricultura e não à indústria, como mostrou A. Tooze (2006) 359.

<sup>228</sup> A. Speer (1979) 708 n. 16. Ver igualmente W. L. Shirer (1995) II 507. Segundo Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 193, em Junho de 1938 havia mais de 1,3 milhões de empregadas domésticas, um número superior em 160.000 ao que havia sido em 1933.

famílias numerosas, [...] um apoio eficaz e lhes proteger a saúde, o Führer encarregou-me de obter nos territórios de Leste cerca de 400.000 a 500.000 jovens sãs e robustas e de as transferir para o Reich»<sup>229</sup>. Note-se que na opinião de Sauckel esta importação de meio milhão de escravas domésticas eslavas não se destinaria a libertar as mulheres germânicas das fainas do lar e a orientá-las para a actividade industrial, já que, fiel executante das directivas de Hitler, ele se opunha ao assalariamento de germânicas, alegando os riscos de ordem moral que correriam nas fábricas e os prejuízos que adviriam para a sua fecundidade, com consequências funestas no plano rático<sup>230</sup>. E assim a mão-de-obra estrangeira, incluindo a formada por prisioneiros de guerra, que em 1940 foi responsável por 1% do emprego total nos serviços domésticos e por 2% em 1941, de 1942 até 1944 responsabilizou-se por 5%<sup>231</sup>. Isto ajuda a compreender que o aumento da percentagem de mulheres germânicas trabalhando na produção de guerra fosse em boa medida ilusório, indicando mais a redução da força de trabalho masculina, convocada para a Wehrmacht, do que qualquer acréscimo da força de trabalho feminina. O número de mulheres germânicas empregadas manteve-se estável, sendo 14,6 milhões em Maio de 1939, diminuindo ligeiramente até Maio de 1941, quando era 14,2 milhões, e subindo um pouco até Maio de 1944, quando chegou a 14,8 milhões<sup>232</sup>. «Fazer com que as mulheres empregadas regressassem ao lar era um dos objectivos iniciais dos nazis», recordaram dois historiadores. «Isto contribuiria para aumentar o número de nascimentos e também para libertar empregos para os homens. [...] Esta política, que pretendia por outro lado baixar a idade média de casamento das mulheres, iria ser modificada sob a pressão da economia de guerra. Os industriais procuravam operárias jovens e solteiras para substituírem os homens que partiam para a frente de batalha. Nestas circunstâncias tornava-se especialmente vantajoso ser esposa de soldado e ser mãe, porque a remuneração concedida pelas forças armadas em vida do marido (ou a pensão, após a sua morte eventual) era bastante generosa. Por isso estas mulheres, mesmo quando não tinham filhos, estavam proibidas de exercer uma profissão»<sup>233</sup>.

Hitler, cujo desinteresse pelas questões da economia deixara o capitalismo alemão pros-

<sup>229</sup> Esta declaração de Abril de 1942 encontra-se citada em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 242 e A. Speer (1979) 297.

<sup>230</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 324-325; A. Speer (1979) 296-297, 707-708 n. 14, 713 n. 3.

<sup>231</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 301.

<sup>232</sup> Id., *ibid.*, IV 313. Ver também H. G. Dahms (1968) II 160, B. L. Davis (2007) 60, K. H. Roth et al. (2011) 205 e A. Tooze (2006) 358. Note-se que S. G. Payne (1993) 95 indicou 12,7 milhões de mulheres empregadas em Maio de 1939. Segundo Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 123, o número de mulheres activas na economia do Reich diminuiu de 450.000 entre Junho de 1939 e Março de 1940. Adam Tooze, *op. cit.*, 515 sustentou que uma percentagem crescente de mulheres participara no esforço de guerra do Reich, mas absteve-se de comentar ou sequer citar qualquer das estatísticas que aqui menciono e que permitem chegar a uma conclusão oposta.

<sup>233</sup> E. Conte et al. (1995) 391 n. 2. Ver também K. H. Roth et al. (2011) 206.

seguir após 1933 sem alterações substanciais, provocou afinal uma profunda revolução económica mediante a execução do único tema que o fascinava, o programa racial. Um historiador minucioso avaliou que, apesar de ter recorrido a uma impiedosa repressão, o Reich não conseguiu extorquir das terras soviéticas ocupadas benefícios comparáveis àqueles que alcançaria se tivesse dado continuidade às relações comerciais estabelecidas com a URSS no quadro dos tratados de não-agressão e de amizade, cooperação e demarcação, assinados respectivamente em Agosto e Setembro de 1939, e dos acordos económicos de Outubro desse ano e de Fevereiro do ano seguinte<sup>234</sup>. Durante o período em que Hitler preparava a invasão da União Soviética, os peritos que haviam concebido os acordos comerciais vigentes entre Berlim e Moscovo indicaram que, se continuasse a recorrer a estes meios pacíficos, o Reich poderia aumentar o volume de alimentos e matérias-primas provenientes da URSS sem precisar de lhe declarar guerra<sup>235</sup>. Em Novembro de 1941, depois de cinco meses de ofensiva, as tropas germânicas ocupavam um território onde vivia 40% da população da União Soviética e que antes do conflito produzira 65% do carvão consumido no país, 68% do ferro, 60% do alumínio, 58% do aço e 38% do trigo<sup>236</sup>. Em 1942 a URSS havia perdido 25% do seu Produto Nacional Bruto<sup>237</sup>. E o que fez o racismo nacional-socialista desta abundantíssima força de trabalho e desta colossal capacidade produtiva? No Inverno de 1941 Herbert Backe, que já então detinha o poder real no Ministério da Agricultura, queixou-se de que «todo o exército de Leste tem de ser alimentado a partir da Alemanha», e isto quando a colheita de batata do Ruhr fora destruída pela geada<sup>238</sup>. O problema arrastou-se, e em Julho de 1942 Hitler reuniu-se com vários dignitários do regime no seu quartel-general na Ucrânia e deu ordem para que se estudasse a maneira de a Wehrmacht deixar de receber alimentos do Reich e fosse abastecida pela agricultura ucraniana, cujos produtos deveriam também ser exportados para o Reich<sup>239</sup>. Mas, afinal, a apropriação da produção rural nos territórios conquistados no Leste, que provocou um tão grande caos na vida dos nativos e condenou milhões de pessoas a morrerem de fome, serviu quase somente para alimentar o exército ocupante, pouco sobrando que pudesse ser enviado para o Reich<sup>240</sup>. Os maus tratos sistemáticos infligidos à força de trabalho

<sup>234</sup> A. Dallin (1957) 365 e segs. A principal conclusão encontra-se na pág. 369. Acerca dos benefícios que o Reich havia extraído das relações comerciais com a URSS durante os dois primeiros anos da guerra ver também A. Bullock (1972) 573 e A. Tooze (2006) 422-423.

<sup>235</sup> A. Dallin (1957) 17. Ver acessoriamente I. Kamenetsky (1956) 19-20.

<sup>236</sup> Estas estimativas do director da Comissão do Plano soviético são citadas em I. Deutscher (1964) 561.

<sup>237</sup> A. Tooze (2006) 588.

<sup>238</sup> Citado em A. Bramwell (1985) 127. Ver também A. Tooze (2006) 483.

<sup>239</sup> H. Eberle et al. (org. 2005) 163-164.

<sup>240</sup> A. Dallin (1957) 368. É curioso que esta questão continue hoje a ser muito pouco conhecida, a tal ponto que Ph. Burrin (2000) 101 e 125 pôde escrever que o tratamento infligido aos povos de Leste fora a condição para poupar a população do Reich aos sofrimentos da guerra, quando na verdade o resultado foi o oposto. O mesmo erro de perspectiva foi partilhado por A. Tooze (2006) 548-549.

e à generalidade das populações eslavas e a própria invasão do território fizeram com que a produção agrícola descresse a níveis tais que comprometeram o plano de colonização nacional-socialista. Os termos deste paradoxo foram desvendados por um historiador quando observou que «a ocupação permitia alimentar um exército que tornava possível a ocupação, mas que perdeu a guerra. E os métodos empregues para obter aqueles alimentos contribuíram para a derrota, na medida em que aumentaram a hostilidade da população»<sup>241</sup>. Do mesmo modo, a produção de matérias-primas não-agrícolas e o resultado da laboração dos centros industriais mantidos em actividade para abastecer o aparelho militar foram muito pouco relevantes, especialmente se levarmos em conta o valor dos equipamentos e do carvão que tiveram de ser enviados para os territórios de Leste<sup>242</sup>. Em suma, «Berlim [...] fracassou mesmo no mais imediato dos seus objectivos, o de obrigar o Leste a contribuir substancialmente para o esforço de guerra alemão. [... ..] Apesar de terem sido submetidos a uma exploração mais brutal e apesar de possuírem uma área muito maior e recursos muito mais abundantes, os territórios ocupados do Leste forneceram ao Reich propriamente dito, segundo os registos oficiais, apenas um sétimo do que foi obtido da França!»<sup>243</sup>. E de novo, na conclusão da sua obra, este historiador insistiu no saldo negativo da política nacional-socialista: «A ocupação alemã foi um fracasso. [...] Foi um fracasso mesmo quanto ao programa económico a curto prazo estabelecido por Berlim. É provável que os cereais e as matérias-primas confiscados em 1941-1943 não representassem um volume superior ao que Hitler teria conseguido através dos fornecimentos soviéticos se tivesse permanecido fiel ao pacto com Stalin — admitindo», acrescentou o autor com ironia, «que Stalin respeitasse os termos do acordo»<sup>244</sup>. Com efeito, no que diz respeito apenas a produtos alimentares, em 1940 o Reich obteve da União Soviética o equivalente a 197,9 milhões de marcos, baixando esta quantia para 139,5 milhões em 1941, subindo em 1942 para 281,2 milhões, mas baixando de novo para 132,4 milhões em 1943<sup>245</sup>, o que significa que a média durante os três anos de ocupação foi 6,8% inferior ao valor obtido em 1940.

Pouco antes de ser demitido da presidência do Reichsbank no início de 1939, Schacht encomendou ao departamento de economia do Banco um memorando onde se lê que Hitler conseguira em poucos anos e sem conflitos militares realizar o sonho da Grande Alemanha, mediante a incorporação do Saar, da Áustria e dos Sudetas, e transformar o Reich numa potência continental.

<sup>241</sup> A. Dallin (1957) 369.

<sup>242</sup> Id., *ibid.*, 406; R. Overy, «Raw and Synthetic Materials», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 933-934.

<sup>243</sup> A. Dallin (1957) 406-407. Segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 301, «a França forneceu tantos alimentos como o conjunto dos territórios ocupados do Leste».

<sup>244</sup> A. Dallin (1957) 677-678.

<sup>245</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 302.

Schacht propunha, então, que se passasse de uma política de expansão para uma política de consolidação<sup>246</sup>. Nesta perspectiva os objectivos fundamentais estariam realizados e a guerra seria desnecessária. Ora, se Hitler decidiu ocupar a Polónia, desencadeando assim as hostilidades contra a França e o Reino Unido, e se para isso estabelecera previamente um pacto de não-agressão com a União Soviética, fê-lo apenas porque a sua ambição última era a expansão para Leste e a escravização dos eslavos. Desde Setembro de 1939 que a guerra se deveu a motivos ideológicos, e a determinante ideológica foi mais clara ainda a partir de Junho de 1941. A campanha contra a União Soviética, que precipitou o nacional-socialismo na catástrofe, é injustificável por considerações económicas ou sequer militares e só encontra explicação no quadro irracionalista das teorias raciais, que previam a subjugação dos sub-homens pelos senhores nórdicos. A escravização dos eslavos não se deveu a motivos circunstanciais, resultantes do esforço de guerra, e foi um componente estrutural do projecto nacional-socialista<sup>247</sup>. Hitler desde sempre afirmara que a vocação colonial germânica não devia dirigir-se para além-mar, mas para o Leste, e foi com este objectivo que preparou a guerra contra a União Soviética. Desde muito antes do início do conflito estava decidido que a Rússia havia de ser reduzida a uma economia agrícola, destinada a alimentar o Ocidente, e que a sua população seria escravizada<sup>248</sup>. Um Reich protegido nas suas fronteiras por duzentos milhões de agricultores nórdicos, opondo ao bolchevismo asiático uma barreira intransponível, eis como Himmler previra o futuro no Verão de 1931<sup>249</sup>. E na conferência secreta sobre a colonização agrária do Leste, reunida um ano depois em Munique, ficou previsto que os novos proprietários germânicos dispusessem de uma força de trabalho autóctone remunerada a níveis muitíssimo baixos. «Sem a instituição de uma certa forma moderna de servidão, e mesmo de escravismo, o desenvolvimento da cultura humana não seria possível», pretendia então um dos oradores<sup>250</sup>. Na mesma ocasião Hitler referiu-se à «classe dos estrangeiros submetidos pela conquista, que designaremos friamente como escravos modernos»<sup>251</sup>.

Os historiadores indicam geralmente dois grandes erros na condução da guerra pelo lado germânico: o facto de o assalto de 1941 à União Soviética ter sido concebido como uma campanha de curta duração, o que deixou a Wehrmacht e os seus aliados com um apoio logístico insuficiente; e o facto de Hitler recusar sistematicamente os pedidos de recuo formulados pelos seus generais, o que deixou as tropas expostas mais do que o necessário. Mas o Führer imaginou que a guerra

<sup>246</sup> A. Tooze (2006) 285-287.

<sup>247</sup> D. J. Dallin et al. (1948) 98.

<sup>248</sup> A. Dallin (1957) 39-40.

<sup>249</sup> R. L. Koehl (1983) 48-49. Porém, ver neste capítulo a n. 95.

<sup>250</sup> H. Rauschning (1939) 54.

<sup>251</sup> Citado em id., *ibid.*, 61.

contra os soviéticos obedeceria ao mesmo ritmo de *Blitzkrieg* que lhe assegurara o êxito na Polónia porque considerava todos os eslavos racicamente inferiores e, portanto, incapazes de suster a arremetida germânica. Como observaram dois historiadores, «ele acreditava que a inferioridade cultural e racial dos russos garantiria uma vitória alemã»<sup>252</sup>. E o Führer opôs-se às operações de recuo e não atentou suficientemente nas falhas logísticas porque a principal arma com que contava era a vontade. «Não será a primeira vez na história que a força de vontade triunfa sobre batalhões mais numerosos», disse ele um dia — o seu eterno refrão — ao que Rommel observou, sensatamente em privado, que «mesmo o mais fanático dos soldados pode ser morto por uma bomba»<sup>253</sup>. No final de Março e início de Abril de 1945, com as tropas soviéticas a aproximarem-se perigosamente de Berlim, o Führer repetia ainda aos seus generais que o fanatismo e a convicção na vitória superariam todas as dificuldades<sup>254</sup>. A derrota do nacional-socialismo nas campanhas de Leste foi a derrota do idealismo da vontade.

«Acham que em 1940 uma pessoa com bom senso podia imaginar algo que não fosse a vitória da Alemanha?», exclamou Laval em pleno tribunal após a libertação da França<sup>255</sup>. E tinha razão, apesar do escândalo que provocou, tanto mais que Hitler imaginara o mesmo. Em Julho de 1940 Hitler confidenciou a uma alta patente militar que «ganhámos a guerra»<sup>256</sup> e em Outubro desse ano disse a Mussolini que «a guerra estava ganha para as Potências do Eixo, a menos que façam algo muito inepto»<sup>257</sup>. Ora o Führer, que tanto gostava de se apresentar como profeta, selo-lo-ia em 5 de Dezembro de 1940 quando anunciou ao comandante-chefe da Wehrmacht e ao chefe do estado-maior general que «a decisão sobre a hegemonia europeia será tomada na luta contra a Rússia»<sup>258</sup>. Como muito bem observou um historiador, «o que foi a guerra contra a Rússia senão uma guerra ideológica? No Verão de 1941 Hitler tinha a Europa a seus pés. Stalin mostrava-se quase pusilânime na sua ansiedade de evitar o conflito e a Alemanha obtinha directamente da Rússia, ou através dela, matérias-primas essenciais em quantidade superior a tudo aquilo que conseguiu saquear depois de Hitler ter decretado a invasão. É certo que a Inglaterra continuava a

<sup>252</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 203.

<sup>253</sup> Citados em M. Gilbert (2011 b) I 436. Ver ainda J. C. Fest (1974) 1137.

<sup>254</sup> R. Bessel (2010) 153-154.

<sup>255</sup> *Le Procès du Maréchal Pétain*, 539. «No Verão de 1941», recordou o antigo chefe fascista belga Léon Degrelle, «quando as águias nazis flutuavam de Narvik até Esparta e três mil panzers se precipitavam vitoriosos através das imensidões russas, quem, exceptuando quinze ou no máximo vinte por cento da população, acreditava que Hitler pederia?». Ver L. Degrelle (2000) 99.

<sup>256</sup> Esta declaração de Hitler a von Brauchitsch foi registada por Halder na entrada de 22 de Julho de 1940 do seu diário e encontra-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 179.

<sup>257</sup> Citado em id., *ibid.*, III 190. «A Inglaterra perdeu esta guerra», repetiu Hitler numa carta para Mussolini em 21 de Junho de 1941, um dia antes de se lançar contra a União Soviética, citada em id., *ibid.*, III 207.

<sup>258</sup> Citado em id., *ibid.*, III 201.



resistir, mas seria impotente sem a intervenção declarada da América. E após os americanos terem sido compelidos, não por iniciativa própria, a entrar em guerra, passaram mais dois anos e meio até que os Aliados se sentissem suficientemente fortes para abrir uma segunda frente do outro lado da Mancha. Se Hitler não era um ideólogo, por que motivo apostou na invasão da URSS tudo aquilo que havia ganho?». A decisão de atacar a União Soviética, insistiu este historiador, «baseava-se em ideias irracionais e em preconceitos acerca do drama da história e dos papéis interpretados pelo povo alemão e pelo povo eslavo»<sup>259</sup>. Em Novembro de 1942, quando as tropas anglo-americanas desembarcaram no Norte de África e quando a posição do Sexto Exército do Reich frente a Stalingrado começara a revelar-se crítica, o Führer rejeitou a sugestão de Ribbentrop, de que chegara a altura de sondar as intenções de paz de Stalin<sup>260</sup>. No mês seguinte Mussolini tentou persuadir Hitler a negociar com os soviéticos uma paz separada<sup>261</sup>, e neste sentido voltou a aconselhá-lo numa missiva enviada em Março de 1943. «Acrescento que as actuais relações entre Stalin e os Aliados estão longe de ser boas e que, por isso, o momento para agir é muito favorável», escreveu o Duce<sup>262</sup>, e é certo que em Dezembro de 1942 e no Verão de 1943 vieram do Kremlin sondagens e tentativas de contacto<sup>263</sup>. Com efeito, o desembarque anglo-americano no Norte de África mostrara ao *bureau* político soviético que os Aliados ocidentais não estavam dispostos a cumprir o calendário prometido relativo à abertura de uma segunda frente de guerra na Europa, e as relações entre a União Soviética e os Estados Unidos deterioraram-se a um ponto tal que no Verão e no Outono de 1943 alguns políticos norte-americanos de primeiro plano, e o próprio presidente Roosevelt, consideraram verosímil, ou pelo menos possível, que Stalin procurasse chegar a uma paz separada com o Reich<sup>264</sup>. Mas Hitler recusou-se a aproveitar estas fissuras, apesar de ele próprio as admitir, pois num encontro em Abril de 1943 dissera a Mussolini que considerava «antinatural» a coligação aliada e que ela juntava «dois mundos diferentes»<sup>265</sup>. Recordando os primeiros meses de 1944, Lucien Rebatet, um dos jornalistas mais em evidência na Colaboração parisiense, evocou os «boatos de um acordo russo-alemão que

<sup>259</sup> R. Cecil (1973) 75, 199. Ver também S. Haffner (2011) 111-112 e I. Kamenetsky (1956) 20, 22. Acerca do prevalectimento do factor doutrinário no nacional-socialismo em detrimento das necessidades práticas ver ainda E. Weber (1964) 87. Por isso J. C. Fest (1974) 231 não teve razão quando escreveu que «Hitler foi sempre um pragmático, para quem a ideologia era apenas um instrumento». E, no entanto, o próprio Joachim Fest mostrou (págs. 359-362) o prevalectimento da determinante ideológica na política de Hitler. Também A. Tooze (2006) xxv-xxvi indicou que na condução da guerra Hitler obedecera a motivos ideológicos e não pragmáticos, mas admitiu erradamente que o principal inimigo seriam os Estados Unidos, considerados o centro do judaísmo mundial.

<sup>260</sup> A. Beevor (2010) 193. Ver também L. Waddington (2007) 210.

<sup>261</sup> H. J. Burgwyn (2012) 513.

<sup>262</sup> Citado em R. G. Nobécourt (1962) 512 n. 4.

<sup>263</sup> J. C. Fest (1974) 1193.

<sup>264</sup> J. L. Gaddis (1972) 73. Ver também A. Beevor et al. (2012) 112.

<sup>265</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 260.

circulavam insistentemente, intensificando-se a cada interrupção — e algumas eram duradouras — da ofensiva dos exércitos vermelhos» e acrescentou que «na mesma época Churchill e sobretudo Roosevelt tinham medo de que Stalin cessasse o combate»<sup>266</sup>. Hitler e outras figuras que de mais perto o rodeavam, como Goebbels, convenceram-se até ao fim de que as contradições entre os Aliados levariam a uma ruptura, e o sucedido com Frederico o Grande na Guerra dos Sete Anos era invariavelmente evocado. Mas a estratégia puramente ideológica da guerra contra os eslavos impediu o Führer de explorar as fricções no campo adverso<sup>267</sup>.

## 5

Um relatório apresentado ao ministro do Armamento e da Indústria Bélica em Maio de 1944 mencionou «a forte hostilidade dos SS ao conceito de auto-administração das empresas»<sup>268</sup>, e poderia imaginar-se que nesta oposição da tecnocracia SS à racionalidade capitalista das empresas estaria uma das raízes dos paradoxos económicos resultantes do racismo antieslavo e antijudaico. Teríamos então aqui um inesperado indício do conflito de interesses entre os gestores e a burguesia privada, que tem agitado a história moderna do capitalismo?

A autoridade sobre a execução do projecto de colonização dos territórios de Leste fora confiada ao Reichsführer-SS Himmler, que em Outubro de 1939 havia sido nomeado comissário do Reich para o Reforço do Germanismo. Os serviços de planificação do Commissariado encarregaram-se de todos os detalhes práticos, estando o plano de actuação política e económica concluído em 1942<sup>269</sup>. Entretanto, dois anos antes já os SS tinham formado uma cadeia de empresas relacionada com os campos de concentração, que de então em diante assumiram um papel cada vez mais importante no fornecimento global de mão-de-obra<sup>270</sup>. Em Novembro de 1941, depois de mencionar a abundante força de trabalho existente no sistema carcerário, o Führer ironizou: «Himmler ainda há-de ser um dia o nosso maior industrial»<sup>271</sup>. E como Himmler conseguiu, no final de 1942, retirar os polacos e os outros eslavos da alçada do Ministério da Justiça e submetê-los directamente à polícia, da qual era ele o chefe supremo, os SS passaram a decidir com plena independência o tratamento que devia ser ministrado à mão-de-obra importada compulsoriamente do Leste<sup>272</sup>. Estava traçado o caminho para que, após o fracasso do ensaio de golpe de Estado

<sup>266</sup> L. Rebatet (2007) 85.

<sup>267</sup> S. Haffner (2011) 52, 117. Ver igualmente H. Eberle et al. (org. 2005) 245-246.

<sup>268</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 179.

<sup>269</sup> A. Bullock (1972) 697; A. Dallin (1957) 282.

<sup>270</sup> J. Billig (2000) 4, 270, 289 e segs.; R. Hilberg (1961) 556-557.

<sup>271</sup> *Hitler's Table Talk...*, 128.

<sup>272</sup> A. Dallin (1957) 437-438.

de 20 de Julho de 1944, inspirado por um bom número de generais, Himmler assumisse o controle de todas as questões relativas aos prisioneiros de guerra<sup>273</sup>. Nos últimos tempos do Reich a milícia negra possuía cerca de centena e meia de estabelecimentos industriais, anexos aos campos de concentração e funcionando com trabalho escravo. É certo que não ultrapassavam geralmente uma escala modesta e o seu nível tecnológico era primitivo, dedicando-se à extracção de pedra, ao fabrico de tijolo e à construção, ou encarregando-se da confecção de uniformes e outros artigos do mesmo género<sup>274</sup>. Além disso, dispunham de capitais muito reduzidos, o que é compreensível quando recordamos que empregavam mão-de-obra gratuita<sup>275</sup>. No entanto, os SS esforçaram-se por conferir grandes dimensões às suas empresas e no início de 1942 Himmler decidiu reorganizar o sistema concentracionário, priorizando a função económica<sup>276</sup>. Mas em vão, porque não podia multiplicar-se sem fim o trabalho concentracionário quando ao mesmo tempo se deixavam morrer de fome ou se exterminavam os prisioneiros<sup>277</sup>. Apesar de tudo, o império económico dos SS atingiu certa complexidade e em 1944 Himmler deu ordem para adquirir a maior empresa de munições húngara, que estava nas mãos de judeus<sup>278</sup>. Ao mesmo tempo os SS alugavam muitos milhares de escravos ao sector privado, o que, além de lhes render somas substanciais ou uma participação no produto<sup>279</sup>, lhes permitia interferir na organização global da economia através do controle exercido sobre um dos factores de produção.

Mas a questão é muitíssimo mais delicada, já que não foi só a tecnocracia SS a aproveitar o trabalho escravo e a prosseguir a deterioração física e mental da mão-de-obra. Embora pareça absurdo, o facto de todo este programa ser indubitavelmente contrário aos mecanismos básicos do capitalismo não assustou os grandes empresários, que chegaram a tomar a iniciativa da angariação de escravos<sup>280</sup>. A propósito da oposição nacional-conservadora, dois especialistas observaram que «a ausência de personalidades importantes da esfera dos negócios, com uma ou duas excepções, foi um aspecto digno de nota na Resistência alemã»<sup>281</sup>. Reciprocamente, o Ministério

<sup>273</sup> Id., *ibid.*, 426.

<sup>274</sup> H. Arendt (1994) 79; J. Billig (2000) 302-303; A. Bullock (1972) 728; R. Hilberg (1961) 335, 339-341, 597; R. L. Koehl (1983) 114, 169; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 171-172; B. Wegner, «SS», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1046.

<sup>275</sup> R. Hilberg (1961) 589.

<sup>276</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 173-175.

<sup>277</sup> R. Hilberg (1961) 596-597, 599.

<sup>278</sup> Id., *ibid.*, 532-533.

<sup>279</sup> M. Buber (1949) 261; R. Hilberg (1961) 335, 337, 341; R. L. Koehl (1983) 172; E. Kogon (2002) 297-303; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 573, IV 178, 180; W. Sofsky (1997) 86, 305 e segs. Wolfgang Sofsky, *op. cit.*, 79 indicou que no Verão de 1942 se chegou a um acordo entre o Ministério de Speer e os SS, segundo o qual os trabalhadores qualificados não seriam enviados para campos de concentração e em vez disso construir-se-iam campos junto às empresas, onde eles ficariam retidos, cobrando os SS o aluguer dessa mão-de-obra.

<sup>280</sup> T. W. Mason (1968) 189.

<sup>281</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 598 n. 18. Ver também a n. 78 do capítulo 1 desta Parte 2.

para os Territórios Ocupados do Leste, reflectindo o conservadorismo social do seu titular, Alfred Rosenberg, adoptou uma posição francamente favorável ao sector privado<sup>282</sup>. É certo que Rosenberg fora já posto à margem das principais decisões, mas não faltavam defensores do capital privado. Talvez contribua para esclarecer o carácter paradoxal da economia implantada nos territórios ocupados de Leste o facto de se ter notabilizado durante a república de Weimar uma corrente de engenheiros e ideólogos da engenharia que promovia a tecnologia enquanto expressão de uma irracionalidade popular colectiva atribuída à esfera da produção e se opunha às abstracções e ao racionalismo quantitativo, considerados exclusivos de um capitalismo restrito à esfera da circulação e das trocas<sup>283</sup>. A absorção desta corrente pelo regime nacional-socialista reforçou a identidade dos gestores, contribuindo para destacá-los dos meros proprietários privados, e foi por este motivo que, nas palavras de um historiador atento, «não houve uma revolta dos tecnocratas contra os ideólogos»<sup>284</sup>.

Quando se começara a projectar a exploração colonial dos territórios de Leste os aspectos económicos tinham ficado sob a égide suprema de Göring, enquanto responsável pelo Plano de Quatro Anos<sup>285</sup>. Porém, se por um lado os serviços de planificação constituíam o meio adequado à actividade dos gestores, por outro lado Göring mantivera sempre relações estreitas com os homens de negócios, o que explica que tivesse criado um tipo de grandes companhias cuja tutela cabia ao Reich, enquanto proprietário em última instância e financiador de capital, mas cujos conselhos de administração integravam altos quadros das empresas privadas, tanto gestores como patrões. Este sistema era considerado como «um instrumento transitório, que tinha a vantagem de conjugar a actividade governamental na direcção económica com a iniciativa privada na execução». Especialmente pensadas para operarem no Leste, essas firmas receberam o monopólio de dados ramos económicos e proliferaram rapidamente. É certo que, além de operarem nas minas, no comércio e nos serviços, algumas exploravam igualmente centros industriais que, embora destinados no futuro a ser arrasados, se mantinham temporariamente em funções devido às necessidades de abastecimento do aparelho militar. Sob tal ponto de vista não servem para avaliar o interesse que os empresários privados pudessem ter pelas fases posteriores do programa de colonização a Leste, quando a economia dos territórios eslavos ficasse reduzida à agricultura e à mineração, além do comércio e de alguns serviços. Todavia, aquelas companhias usavam mão-de-obra escrava, e a este respeito mostraram-se completamente inseridas no plano de coloni-

<sup>282</sup> A. Dallin (1957) 382.

<sup>283</sup> J. Herf (1986) 152-188.

<sup>284</sup> Id., *ibid.*, 213. Ver também a pág. 153.

<sup>285</sup> A. Bullock (1972) 641; A. Dallin (1957) 314-315.

zação<sup>286</sup>. Göring criou entretanto outro quadro legal que permitiu às empresas privadas germânicas assumirem, com os devidos lucros, uma espécie de tutela ou patrocínio sobre antigas empresas soviéticas, formalmente incluídas no âmbito da propriedade estatal do Reich. Deste modo, cartéis e grandes firmas conseguiram, para todos os efeitos práticos, apropriar-se dos estabelecimentos mineiros e industriais nos territórios soviéticos ocupados<sup>287</sup>. Com o apoio activo de Göring e o consentimento expresso de Hitler, as empresas privadas germânicas reforçaram a sua penetração económica a Leste em detrimento dos SS<sup>288</sup>.

Assim, verificamos que além de ter seduzido os gestores, o escravismo industrial atraiu igualmente a burguesia empresarial. Teria a mentalidade tecnocrática ampliado a sua penetração no conjunto das classes capitalistas, correspondendo a uma ascensão dos gestores na hierarquia das empresas? De acordo com uma estatística compilada por indicação do presidente da Mannesmann e do responsável governamental pela Racionalização Económica, dos 143 membros dos conselhos de administração de 35 companhias industriais no distrito do Ruhr, 85 eram técnicos, 47 homens de negócios e 11 juristas<sup>289</sup>. Se puderem generalizar-se as conclusões desta amostragem, nas grandes empresas 60% dos lugares de chefia seriam ocupados pela tecnocracia. Será que esta composição social as influenciou na aceitação da política racial?

Segundo um relatório elaborado depois da guerra pelos serviços secretos soviéticos para conhecimento de Stalin, em Maio de 1942 Hitler reuniu-se com alguns dos principais chefes de empresa do Reich, sobretudo do ramo da metalurgia, que se mostraram apreensivos com a falta de mão-de-obra e insistiram na conveniência de usar os prisioneiros de guerra soviéticos. O Führer prometeu encarregar-se pessoalmente do assunto<sup>290</sup>, mas vimos já de que maneira o fez. Entretanto, numerosas empresas do Reich, e algumas que se contavam entre as maiores, mantiveram os seus escravos em condições físicas e mentais incrivelmente degradadas. É certo que não se tinham precipitado para operar com este tipo de força de trabalho, e no início os SS tiveram de atraí-las com incentivos fiscais<sup>291</sup>, mas a partir do momento em que começaram a habituar-se a esta modalidade de exploração jamais a dispensaram e receberam com abundância a sua quota-parte de mão-de-obra importada compulsoriamente dos territórios de Leste<sup>292</sup>. Ocorreu então a

<sup>286</sup> Quanto a este tipo de companhias ver A. Dallin (1957) 383-385. A passagem citada vem na pág. 383. Consultar igualmente Ch. Bettelheim (1971) I 137-138.

<sup>287</sup> Quanto a esta forma de participação do grande capital privado ver A. Dallin (1957) 384-385.

<sup>288</sup> Id., *ibid.*, 387-389.

<sup>289</sup> R. Laudani (org. 2013) 126-127, 157.

<sup>290</sup> H. Eberle et al. (org. 2005) 157-158, 165.

<sup>291</sup> R. Hilberg (1961) 590, 592.

<sup>292</sup> A. Dallin (1957) 428-429; W. Sofsky (1997) 320-322.

simbiose entre os patrões do sector privado e a tecnocracia SS. Ambos partilhavam funções de vigilância e repressão, porque certas fábricas dispunham de uma polícia própria e os administradores das empresas iam aprendendo com os SS a impor aos escravos o mesmo ritmo de trabalho que constituía a regra nos campos de concentração<sup>293</sup>. A IG Farben, o principal *Konzern* do Reich e aliás de toda a Europa, a quarta maior companhia em todo o mundo, que em 1939 empregava 25% do pessoal da indústria química alemã, fornecendo 33% da produção deste ramo e 66% das suas exportações, foi a primeira empresa a recorrer de maneira sistemática à força de trabalho dos internados nos campos de concentração e nos campos de extermínio<sup>294</sup>. Segundo certos cálculos, dos cerca de 35.000 escravos judeus que penavam numa das fábricas da IG Farben, morreram de exaustão e maus tratos pelo menos 25.000. A esperança média de vida da mão-de-obra desta fábrica era de três a quatro meses, uma situação privilegiada, afinal, quando se sabe que se reduzia a cerca de um mês entre os escravos condenados às minas de carvão, e talvez aquela longevidade relativa se devesse ao facto de a IG Farben lhes reforçar o cardápio com uma espécie de sopa<sup>295</sup>. Também o *Konzern* Krupp, um dos mais poderosos, empregava uma grande quantidade de escravos, e foi em vão que o médico encarregado de os inspeccionar apresentou à administração da empresa vários relatórios protestando contra as condições sanitárias que lhes eram impostas<sup>296</sup>. No final da guerra, o tratamento infligido pela Krupp aos seus escravos na fábrica de Breslau conseguia ser pior do que o verificado nos campos de extermínio<sup>297</sup>. Além destes dois *Konzerne*, também a Siemens e outros grandes grupos industriais construíram fábricas junto aos campos de concentração ou de extermínio, nomeadamente em Auschwitz, Ravensbrück e Lublin, onde dispuseram de escravos com uma abundância sempre renovada<sup>298</sup>. E empresas de dimensões modestas instalaram-se igualmente junto a campos de concentração ou no interior de *ghettos*, para lhes aproveitar a mão-de-obra<sup>299</sup>. A adaptação das empresas privadas ao sistema concentracionário foi mais perfeita ainda nos numerosos casos em que construíram os seus próprios campos para albergar os escravos fornecidos pelos SS<sup>300</sup>. Como explicar que os capitalistas do Reich participassem alegremente na destruição sistemática da produtividade da força de

<sup>293</sup> R. Hilberg (1961) 595; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 596, IV 177.

<sup>294</sup> S. Friedländer (2008) 363; R. Hilberg (1961) 587, 590; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 584, 594; W. L. Shirer (1995) II 377. Quanto à IG Farben ver: Ch. Bettelheim (1971) I 86; D. Eichholtz (1971-1972) 138 e segs.; H. A. Turner Jr. (1985) xiv; P. Watson (2011) 695.

<sup>295</sup> H. Arendt (1994) 79; U. Herbert, «Forced Labour», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 385; R. Hilberg (1961) 595-596; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 596; W. Sofsky (1997) 321.

<sup>296</sup> W. L. Shirer (1995) II 355-356. Acerca do *Konzern* Krupp ver Ch. Bettelheim (1971) II 167.

<sup>297</sup> H. Arendt (1994) 200.

<sup>298</sup> Id., *ibid.*, 79; M. Buber (1949) 202; R. Hilberg (1961) 592, 598; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 594; A. Tooze (2006) 445.

<sup>299</sup> R. Hilberg (1961) 167, 337, 339, 342.

<sup>300</sup> Id., *ibid.*, 337, 342.

trabalho? E uma situação deste tipo não constituiu uma anomalia nos regimes fascistas, porque o mesmo sucedeu no Japão, onde as autoridades puseram muitas centenas de milhares de escravos, talvez até vários milhões, ao serviço dos maiores grupos empresariais privados<sup>301</sup>.

Antes do começo da guerra, porém, Schacht e os demais dirigentes da política económica, incluindo Kurt Schmitt enquanto foi ministro da Economia, haviam chamado várias vezes a atenção dos chefes nacional-socialistas para os efeitos negativos que a perseguição aos judeus exercia sobre a economia alemã, e mesmo Walther Funk participou nos protestos<sup>302</sup>, apesar de não dispor de uma base de apoio própria e depender da boa vontade do Führer. Pelo menos até ao final de 1938 também o Reichsbank alertara repetidamente as autoridades para as repercussões negativas do anti-semitismo sobre a vida industrial e financeira do país<sup>303</sup>. E Göring, supremo responsável pela coordenação da economia, considerara que o *pogrom* organizado em 9 de Novembro de 1938 dera novos motivos ao movimento internacional de boicote e iria prejudicar a actividade económica do Reich<sup>304</sup>. Isto não o impediu de assinar, dois anos e meio depois, uma das decisões cruciais da «solução final»<sup>305</sup>, embora ao mesmo tempo se opusesse, sem êxito durável, à deportação dos judeus alemães que trabalhavam nas indústrias de guerra<sup>306</sup>. Mas é deveras estranho que chefes de empresa e outros representantes do mundo dos negócios, que se haviam sentido incomodados com as manifestações de anti-semitismo quando elas não tinham ainda atingido a fase do genocídio e haviam apresentado depois uma resistência organizada à deportação e ao extermínio da força de trabalho judaica mais qualificada, preciosa para a activi-

<sup>301</sup> Leio em *The Economist*, 8 de Julho de 2000, pág. 73: «No Japão, como os arquivos do governo e das empresas se mantêm ainda secretos, não se conhece ao certo o número de pessoas que as firmas japonesas escravizaram durante a guerra. Mas alguns historiadores calculam que cerca de 700.000 coreanos, 40.000 chineses e centenas de milhares de outros asiáticos tivessem sido inseridos no sistema de trabalho forçado. Além deles, talvez metade dos 140.000 prisioneiros de guerra aliados detidos pelo exército japonês fosse também obrigada a trabalhar. [...] Os utentes mais entusiásticos do trabalho escravo eram os *zaibatsu*, gigantescos conglomerados financeiros e industriais [...]». Seria importante saber em que medida o exército japonês recorreu ao trabalho escravo nos seus empreendimentos económicos no Manchukuo.

<sup>302</sup> E. Black (1999) 51-53, 57-59, 97, 129, 220; R. Hilberg (1961) 21 e segs.; R. Laudani (org. 2013) 78; D. E. Lipstadt (1986) 83; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 339, 358; K. A. Schleunes (1990) 93, 138, 140, 143, 150-154, 214, 222, 230. Em Janeiro de 1939 dois representantes da administração Roosevelt encetaram negociações com Schacht, então presidente do banco central, com vista a estabelecer mecanismos económicos que permitissem a emigração massiva dos judeus; dias depois o Führer demitiu Schacht das suas funções e as conversações prosseguiram com um alto funcionário do Ministério da Economia do Reich, mas sem se chegar a nenhum acordo. Ver a este respeito H. L. Feingold (1995) 76-77.

<sup>303</sup> D. Marsh (1992) 113-115.

<sup>304</sup> R. Hilberg (1961) 24 e segs.; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 364-365; A. Tooze (2006) 278. Mas o que decerto preocupou Göring foram as repercussões escandalosas do *pogrom* de 9 de Novembro, porque poucos dias depois ele encabeçou as operações de expropriação legal dos judeus. Tratava-se da passagem da solução populista para a solução tecnocrática. Ver G. Aly et al. (2006) 29 e segs. e K. A. Schleunes (1990) 245 e segs.

<sup>305</sup> R. Hilberg (1961) 262.

<sup>306</sup> Id., *ibid.*, 285, 286.

dade de sectores cruciais da economia<sup>307</sup>, aceitassem finalmente de bom grado que os novos escravos fossem obrigados a trabalhar em condições que impediam qualquer esforço produtivo. O historiador que mais detalhadamente analisou a situação dos territórios ocupados de Leste registou vários protestos acerca do tratamento a que eram sujeitos os soviéticos empregues como escravos no interior do Reich, mas, e muito curiosamente, nenhuma destas intervenções emanou da esfera empresarial<sup>308</sup>.

É diferente a perspectiva adoptada por um historiador da antiga República Democrática Alemã, que escreveu — embora sem acrescentar nenhuma especificação nem fornecer referências, na versão que conheço — que «nos meios monopolistas, bem como entre os chefes da quadrilha nazi, houve durante toda a guerra quem lamentasse o absurdo que consistia em deixar morrer de fome trabalhadores quando eles eram tão necessários, em deportá-los, em submetê-los a tratamentos especiais ou exterminá-los massivamente de um ou outro modo». Tal situação resultaria, segundo este historiador, de um conflito insanável entre, por um lado, as necessidades da repressão nos territórios ocupados, que levavam as autoridades nacional-socialistas a condenar os vencidos a formas extremas de miséria e a liquidar fisicamente um grande número de pessoas; e, por outro lado, os requisitos do aparelho produtivo, que exigiam um melhor tratamento das populações<sup>309</sup>. Esta argumentação, porém, tem o sério inconveniente de desprezar os factos. Não há sombra de dúvida que a maneira como os nacionais-socialistas reprimiram os povos eslavos, em vez de facilitar a ocupação, dificultou as operações militares, pois contribuiu para estimular a formação de guerrilhas e generalizar as sabotagens, prejudicando gravemente a eficácia das tropas do Eixo, como aliás as próprias autoridades não ignoravam<sup>310</sup>. Não se tratou de necessidades da repressão mas de consequências do racismo, tanto assim que a política sistemática de massacre e miséria forçada só vitimou os eslavos e os judeus, além dos ciganos, e não foi aplicada aos outros povos vencidos, tanto na Europa ocidental como na Escandinávia. Mesmo nos territórios conquistados no Leste, como mostrarei quando abordar a raça de senhores, os subhomens e a anti-raça (no capítulo 2 da Parte 4), a severidade variou consoante a hierarquia biológica atribuída às populações. A contradição não se verificou entre as necessidades militares e as conveniências económicas, mas entre os interesses económicos e a ideologia racista.

<sup>307</sup> E. Black (1999) 106, 110, 116, 129, 223, 265; M. Chalmers (org. 2006 b) 5-7, 194; R. Hilberg (1961) 284-286. Ver também A. Sohn-Rethel (1987) 40.

<sup>308</sup> A. Dallin (1957) 439-442. Em todo o capítulo dedicado à questão dos *Ostarbeiter*, os trabalhadores de Leste empregues como mão-de-obra escrava no interior do Reich, Alexander Dallin, op. cit., 428-453 não teve uma palavra acerca da reacção dos meios empresariais.

<sup>309</sup> D. Eichholtz (1971-1972) 117.

<sup>310</sup> A. Beevor (2010) 24-25; A. Dallin (1957) 74-76, 159, 188, 209-212, 218-219.



Os marxistas, todavia, mostram uma grande dificuldade em encarar a verdadeira questão, o que lhes frustra a análise do nacional-socialismo. Albert Norden, que assumira funções jornalísticas importantes no KPD até Janeiro de 1933 e seria depois um dos dirigentes da República Democrática Alemã, observou durante a guerra, a respeito do massacre dos judeus polacos e da escravização dos trabalhadores polacos não judeus, que «o século XX ainda não tinha assistido a uma tal transmutação de sangue em ouro»<sup>311</sup>. Mas se Marx ensinou alguma coisa foi que o ouro se obtém graças à exploração da força de trabalho e não à sua liquidação. No capítulo que dedicou aos territórios ocupados de Leste, Norden não mencionou a chacina de trabalhadores, evocando apenas a sua deportação para realizar trabalho escravo no Reich<sup>312</sup>, mas é certo que escrevia em 1942. No entanto, referiu o desmantelamento de instalações industriais na Ucrânia, classificando-o como uma «pilhagem», e depois de citar um artigo em que Himmler declarara que «o nosso objectivo não é germanizar o Leste no velho sentido da palavra, ou seja, ensinar-lhes a língua germânica e as leis germânicas, mas zelar para que só vivam no Leste aquelas pessoas que tenham realmente sangue germânico», Norden concluiu: «Este imperialismo mostra fases novas. Já não é o imperialismo antiquado que conquistava e colonizava, mas deixava os nativos viverem. Trata-se aqui de aniquilar a totalidade da população, a quem não resta nada, nem sequer a própria vida. Este não é o imperialismo habitual. É o regresso aos tempos da barbárie pré-histórica»<sup>313</sup>. Mas nem Norden nem outros marxistas deram continuidade a esta observação luminosa. Mais tarde um marxista britânico sustentou mesmo que a escravização de mão-de-obra e a pilhagem de matérias-primas e meios de produção permitira ao Reich solucionar os problemas suscitados pela economia de guerra<sup>314</sup>, esquecendo todos os dados que mostram que, pelo contrário, o saque e as destruições só agravaram aqueles problemas. Este autor chegou ao ponto de escrever que «a destruição massiva de vidas nos campos de extermínio e na Polónia e na Rússia ocupadas não parece ter tido efeitos negativos verdadeiramente graves sobre a economia alemã a curto prazo»<sup>315</sup>. Quando confrontados com a contradição entre as implicações económicas reais do racismo nacional-socialista e as opções económicas ideais que se deduziriam da teoria que perfilham, os historiadores marxistas esquivam-se aos factos ou recusam-nos terminantemente. Num caso extremo, um autor italiano inspirado pelo bordiguismo, uma das versões do marxismo, preten-

<sup>311</sup> A. Norden (1943) 51.

<sup>312</sup> Id., *ibid.*, 64 e segs.

<sup>313</sup> Id., *ibid.*, 66.

<sup>314</sup> Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 122, 124-125, 128, 197, 200, 316 e 319-320. Também a respeito da oposição dos nacionais-socialistas ao trabalho feminino Tim Mason em *id.*, *ibid.*, 201 e segs. mostrou a mesma incapacidade de compreender as determinantes ideológicas, tentando explicar a questão estritamente dentro do quadro das transformações sofridas pela estrutura familiar no capitalismo.

<sup>315</sup> Id., *ibid.*, 228.

deu que o extermínio massivo dos judeus, implicando a sua destruição enquanto força de trabalho, seria um simples mito e não teria podido ocorrer, pois opunha-se às exigências da valorização do capital<sup>316</sup>. Para este tipo de concepções a teoria possui uma realidade autónoma e superior aos factos, e é sugestivo considerar que o mesmo raciocínio tem servido a alguns apologistas do fascismo e a historiadores com simpatias fascistas para sustentarem a tese de que o nacional-socialismo não organizou um genocídio sistemático dos judeus<sup>317</sup>. No cerne destes problemas está a incapacidade do marxismo, ou pelo menos dos marxistas, em reconhecer a existência de um sistema social em que a ideologia prevaleceu sobre a economia e em que o racismo, constituindo naquele caso a expressão suprema e mais concentrada da ideologia, subalternizou na prática a economia<sup>318</sup>. Se em termos marxistas — que genericamente são os meus também — esta contradição representa um paradoxo insolúvel e se não se pode conceber que uma ideologia inteiramente falseada tivesse prevalecido sobre as exigências económicas mais prementes, então tenho muita pena da teoria, mas isto não me leva a deitar fora os factos. Não é por não conseguirmos explicar uma coisa que ela passa a ser menos real.

E essa realidade pode já detectar-se num artigo publicado em 1935 por Julius Evola, enaltecendo no fascismo «o desprezo pelo mito económico e, na prática, a promoção da nação ao plano de “nação guerreira”», o que correspondia a «subordinar os valores das antigas castas dos “mercadores” e dos “escravos” aos valores da casta imediatamente superior»<sup>319</sup>. Ora, se bem que a noção de um racismo transcendente e espiritual defendida por Evola fosse em vários aspectos distinta da vigente no Terceiro Reich, ela aproximava-se, como terei oportunidade de mostrar (no

<sup>316</sup> Ver esta tese de Cesare Saletta em F. Germinario (2001) 75.

<sup>317</sup> O antigo chefe do fascismo valão, Léon Degrelle, sintetizou o argumento: «Os alemães, na falta dos seus trabalhadores, que haviam partido como soldados para a frente soviética, viam-se obrigados a trazer com elevados custos milhões de estrangeiros para manterem em actividade as suas fábricas. Porquê então, nestas circunstâncias, iriam privar-se, mediante câmaras de gás, da imensa mão-de-obra judaica, aliás gratuita? Além disso, quando sentiam de modo tão premente a necessidade de colaboração manual nas suas indústrias de guerra, por que iriam os alemães, apesar da sua comprovada capacidade de organização, deixar sem comer ou maltratar aquela mão-de-obra ou enviá-la para câmaras de gás, cometendo a estupidez de reduzir a zero o rendimento dessa reserva de trabalho, que, evidentemente, teria sido considerável?». Ver L. Degrelle (2006) 11. A respeito deste tipo de argumentação, F. Germinario (2001) 67 observou que «a necessidade de negar o extermínio dos judeus obrigava o negacionismo ao paradoxo de recorrer a uma imagem empobrecida e despolitizada do regime nazi, a tal ponto que se pretendia atribuir um respeito pelos princípios do rígido economicismo de inspiração liberal-capitalista precisamente àquele regime que mais do que qualquer outro subordinara a economia à política e inverteu a lógica das relações mercantis típicas da sociedade burguesa-liberal».

<sup>318</sup> Em crítica aos marxistas, J. Herf (1986) 7 escreveu que «o regime de Hitler podia agir contra os interesses do capital alemão — como realmente sucedeu ao prosseguir a utopia racial e o genocídio acima de tudo o mais». Com a mesma inspiração, M. Angenot (2013) 181 (sub. orig.) considerou que «ao se admitir que o nazismo estivesse ao serviço do capital e dos grandes interesses económicos, admite-se ainda que o nazismo era *racional* e pretende-se ignorar a sua ilimitada criminalidade destrutiva».

<sup>319</sup> Julius Evola, «Sulle Forme dell'Eroismo Guerriero», *Il Regime Fascista*, 25 de Maio de 1935, em J. Evola (2011) 27.

capítulo 3 da Parte 4), das concepções dos SS, o que decerto lhe permitiu antecipar a possibilidade de uma guerra que desafiou o factor económico. Não deve subsistir a mínima dúvida quanto à incompatibilidade entre o escravismo de Estado e o desenvolvimento da produtividade e, por conseguinte, quanto ao seu antagonismo relativamente aos mecanismos da mais-valia<sup>320</sup>. Mas é aqui que começa o verdadeiro problema, porque aquele antagonismo indica que a ideologia racial de Hitler, na sua execução prática, embora mantivesse o capitalismo no Reich, destruiu-o nos territórios ocupados de Leste e substituiu-o por outro regime económico.

#### 4. Teoria dos gestores como classe pós-capitalista

O predomínio dos delírios raciais sobre os interesses económicos reais, que se observou ao longo dos anos de guerra entre os fiéis do Führer, revela a hegemonia da instância ideológica na estrutura de poder nacional-socialista. E uma situação deste tipo, completamente oposta ao que tem sucedido em qualquer das formas correntes do capitalismo, parece indicar o surgimento de um metacapitalismo. Se esta hipótese for exacta, então existem em germen na sociedade moderna dois novos modos de produção. Um deles está pressuposto nas relações de solidariedade e igualdade que os trabalhadores estabelecem entre si quando lutam activa e colectivamente contra o capital. O surgimento do outro ameaça quando a contestação, em vez de pôr em causa as hierarquias sociais, se processa dentro do quadro da ordem, reforçando-a mediante a renovação das elites ou, mais grave ainda, através da formação de elites novas. Num caso teríamos a tendência para o socialismo, entendido enquanto negação das classes e da exploração do trabalho; no outro caso, a imposição de um metacapitalismo, assente num escravismo de Estado. A ser assim, o período entre as duas guerras mundiais teria constituído um extraordinário laboratório de antecipações históricas.

A tese de que o fascismo, e de maneira mais clara o nacional-socialismo, correspondia a um metacapitalismo foi apresentada, entre outros, por alguns autores da ultra-esquerda daquela

<sup>320</sup> Todavia, isto não impediu A. Tooze (2006) 518 de considerar que «o programa alemão de trabalho estrangeiro obedecia aos princípios mais elementares da economia clássica». Ver ainda as págs. 524 e segs. Ao arripio da massa de declarações e estatísticas que mostram o prevalecimento da ideologia racista sobre os interesses económicos, Adam Tooze sustentou que nem a liquidação de milhões de pessoas de uma força de trabalho potencial nem os efeitos negativos do escravismo sobre a produtividade poriam em causa o primado da economia. Este autor pretendeu (págs. 538-549) que as liquidações em massa obedeceram a uma racionalidade económica, já que numa situação de escassez de alimentos era preferível deixar os prisioneiros morrer de fome do que dar-lhes tão pouca comida que eles mal poderiam trabalhar. Curiosamente, Adam Tooze esqueceu-se de considerar que essa força de trabalho poderia ter sido empregue para produzir alimentos, nomeadamente nos seus países de origem, em vez de se ter arruinado a agricultura polaca e ucraniana.

época. Nas franjas mais radicais do movimento operário, confinados nas prisões soviéticas ou relegados nas democracias à marginalização grupuscular, vários activistas, exteriores ao meio académico, tiveram a ousadia de inaugurar uma nova problemática. As suas obras, artigos em revistas efémeras e livros de escassa divulgação, surgiram no combate contra a degenerescência da revolução russa e as suas premissas desenvolveram-se em polémica com Trotsky, que continuava a atribuir um carácter socialista à economia da União Soviética stalinista. Argumentava Trotsky que o socialismo se definia pelo facto de os meios de produção serem apropriados pelo Estado e que esta situação não fora posta em causa pela ascensão de Stalin. Em sentido contrário, os críticos mais radicais do regime soviético afirmavam que as formas jurídicas da propriedade haviam deixado de ser o factor decisivo e que era necessário analisar directamente as relações sociais, sobretudo as relações de trabalho. Estes críticos, cuja implacável lucidez constituiu a razão maior da obscuridade a que foram votados, defendiam que a revolução russa havia sido conduzida, ou pelo menos os seus resultados haviam sido captados, por uma classe de gestores, vocacionada para a propriedade colectiva do capital e por isso distinta da clássica burguesia de propriedade privada. Entendiam uns que se tratava de uma classe perfeitamente explicável graças aos mecanismos do capital e mediante o modelo da apropriação da mais-valia, enquanto outros a consideravam como uma classe pós-capitalista, capaz de inaugurar um novo modo de produção. A polémica não era de somenos no âmbito do marxismo, pois implicava a definição do papel histórico da classe trabalhadora, cuja função enquanto única força capaz de destruir e ultrapassar o capital estaria preservada se os gestores fossem uma classe capitalista. Mas se os gestores fossem incompatíveis com o capitalismo, a classe trabalhadora depararia com um concorrente histórico, e de tanto maior peso quanto detinha já uma parte considerável do poder económico e político. A dúvida lancinante que a esquerda mais extrema formulou na década de 1930 — socialismo ou barbárie? — assumia um carácter diferente para uma e outra daquelas correntes, que viam na barbárie ou a continuação do capitalismo ou a sua superação por um regime mais mortífero ainda.

Detido no campo prisional soviético de Verkhnie-Uralsk, onde estava a maioria dos membros mais activos da facção trotskista, o croata Anton Ciliga deixou um testemunho fundamental para a compreensão daquelas polémicas, e tanto mais importante quanto permaneceu singular, conseguindo o seu livro sobreviver a atribulações tão variadas como as que sofreu o autor. Participante entre 1919 e 1921 no movimento comunista de numerosos países, na Jugoslávia, na Hungria, onde interveio na revolução dos conselhos, na Checoslováquia, na Itália, Ciliga foi nomeado em 1925 para o *bureau* político do Partido Comunista jugoslavo. Expulso do seu país,

fixou-se durante um ano em Viena, onde representou o comité central no estrangeiro, além de pertencer ao *bureau* balcânico do Komintern. Em 1926 foi para Moscovo e juntou-se à oposição de esquerda, de feição trotskista. Preso em 1930 e deportado para a Sibéria, teve a sorte de ser expulso da União Soviética em Dezembro de 1935, pouco antes de começarem os espectaculares processos dos oposicionistas. Em 1938 publicou em França um livro relatando as suas experiências, mas a obra foi confiscada e destruída dois anos depois, quando as tropas do Reich ocuparam Paris. Vigorava então o pacto germano-soviético e, se bem que os nacionais-socialistas permitissem a difusão de críticas de direita ao regime stalinista, as análises de esquerda eram silenciadas<sup>321</sup>. Em relativo apagamento permaneceu também a segunda edição da obra, em 1950, com uma difusão restrita aos grupúsculos da esquerda mais extrema, e só a crescente dimensão tomada pelo movimento operário autónomo ao longo das décadas de 1960 e de 1970, com a correspondente agitação no meio estudantil, forneceu a oportunidade para uma edição comercial de grande tiragem, impedindo que caísse no definitivo esquecimento uma contribuição indispensável para o estudo crítico das novas formas assumidas pelo capitalismo.

Na cadeia Ciliga conheceu vários membros de pequenos agrupamentos comunistas de oposição, que prosseguiam uma difícil e medíocre existência clandestina e haviam sido formados ainda em vida de Lenin, enquanto Trotsky era uma das personalidades mais poderosas da nova Rússia. Esta primeira oposição comunista atribuía o dinamismo do processo revolucionário à base da classe operária, e não ao partido, como pretendiam os leninistas e, na sequência deles, os trotskistas<sup>322</sup>. Uma divergência tão fundamental ocasionara desde muito cedo discordâncias profundas relativamente às orientações económicas e políticas prosseguidas pelas autoridades soviéticas. De entre os membros destas correntes radicais Ciliga destacou o jovem Volodia Smirnov, do grupo Centralismo Democrático, que fora criado por ocasião do 9º Congresso do Partido Comunista, em Março de 1920. Este grupo defendia a direcção colegial das empresas, daí o «centralismo democrático» a que aludia a sua designação, e opunha-se ao sistema de direcção individual e hierarquizada, o «centralismo vertical» que Lenin implantara em toda a vida económica<sup>323</sup>. A esta medida de subalternização da classe trabalhadora muitas outras se adicionaram,

<sup>321</sup> No seu diário relativo ao período da Ocupação, o livreiro J. Galtier-Boissière (1994) 788-789 anotou a recepção em Setembro de 1940 da lista das obras proibidas pelas autoridades germânicas e acrescentou que «para ser agradáveis a Stalin» ficavam interditos também «todos os autores russos de tendência trotskista». Mas a proibição não se reduziu aos russos e «trotskista» deve entender-se aqui no sentido mais lato de esquerdista. É curioso observar que logo depois de Hitler ter sido nomeado chanceler, meia dúzia de anos antes do pacto germano-soviético, entre as publicações proibidas contava-se o *Boletim da Oposição*, trotskista, redigido em russo. Ver L. Trotsky, «The Tragedy of the German Proletariat. The German Workers Will Rise again — Stalinism, never!», em *The Rise of German Fascism...*, 481.

<sup>322</sup> A. Ciliga (1977) 211-212.

<sup>323</sup> E. H. Carr (1966) I 202, 223, II 193.

o que levou Volodia Smirnov a afirmar que «na Rússia nunca houve revolução proletária nem ditadura do proletariado. Houve simplesmente uma “revolução popular” na base e uma ditadura burocrática no topo. Lenin nunca foi um ideólogo do proletariado. Do princípio até ao fim, ele foi um ideólogo da *intelligentsia*». E Ciliga esclareceu: «Estas concepções de Smirnov relacionavam-se com a ideia geral de que o mundo se dirige, através de caminhos diferentes, para uma nova forma social, o capitalismo de Estado, com a burocracia enquanto nova classe dirigente. Ele situava no mesmo plano a Rússia soviética, a Turquia de Kemal Atatürk, a Itália fascista, a Alemanha em marcha para o hitlerismo e a América de Hoover e Roosevelt. “O comunismo é um fascismo extremista, o fascismo é um comunismo moderado”, escrevia ele no seu artigo “O Comunismo e o Fascismo”». Era uma ousadia grande demais, mesmo para um grupo de oposição extrema, e Smirnov, excomungado sei lá quantas vezes, foi excluído da tendência a que pertencia<sup>324</sup>. Como deslindar os fios obscuros que formam a trama da ideologia? Ao mesmo tempo Bukharin, embora expressando-se num estilo forçosamente velado, teria também descoberto no nacional-socialismo um carácter de coacção sistemática que ia além do capitalismo e que encontrava similar, do lado soviético, no exacerbamento da autocracia stalinista<sup>325</sup>.

Enquanto as sucessivas experiências da guerra civil, da NEP e do primeiro plano quinquenal suscitavam estas observações no interior da União Soviética, uma elaboração teórica convergente verificava-se noutros países. Nesta perspectiva Lucien Laurat ocupa um lugar de destaque, ou devia ocupá-lo se muitos historiadores não fossem tão hábeis em reconstruir a memória através do esquecimento de algumas das suas componentes fundamentais<sup>326</sup>. Esse nome foi um dos

<sup>324</sup> A. Ciliga (1977) 219. É interessante saber que numa obra publicada no exílio em 1927 o padre Luigi Sturzo, que havia chefiado o Partito Popolare Italiano, considerou que «há uma única diferença realmente significativa» entre a Itália de Mussolini e a União Soviética, «é que o bolchevismo ou ditadura comunista é o fascismo de esquerda, enquanto o fascismo ou ditadura conservadora é o bolchevismo de direita». Ver M. Angenot (2013) 145.

<sup>325</sup> S. F. Cohen (1990) 407-408, 412.

<sup>326</sup> F. Neumann (1943) 555-556 n. 1 forneceu algumas indicações bibliográficas acerca de autores que negavam o carácter capitalista do nacional-socialismo e encontra-se em H. E. Morel (1977) *passim* uma excelente análise sumária das polémicas a respeito da natureza de classe da sociedade soviética. Mas em geral os académicos permitem-se manifestar uma completa ignorância quanto aos esforços de teorização prosseguidos na actividade militante, o que aliás é lógico, pois essa teorização põe em causa o monopólio reivindicado pelas universidades e pelos institutos de pesquisa. Assim, por exemplo, num detalhadíssimo estudo bibliográfico dedicado às interpretações do fascismo, um especialista erudito, R. De Felice (1978) 30 n. 13, atribuiu aos grupúsculos esquerdistas da década de 1960 a tese de que não existiria uma diferença substancial entre o fascismo e o *New Deal*, quando esta perspectiva fora já aberta três ou quatro décadas antes pela oposição de extrema-esquerda na União Soviética e se difundira durante a década de 1930 na Europa ocidental e nos Estados Unidos entre os meios políticos à esquerda do trotskismo. Como sucede habitualmente com os seus colegas, Renzo De Felice, op. cit., 121 n. 1 só conhece as teses sobre o desenvolvimento de uma classe dos gestores e sobre o fascismo, o stalinismo e o *New Deal* enquanto manifestações desta classe social através do livro de James Burnham, *The Managerial Revolution*, publicado em 1941. Burnham, que saíra do trotskismo pela esquerda, adoptou um modelo teórico idêntico ao de outros que haviam percorrido o mesmo caminho. Simplesmente, Burnham era um universitário, o que foi suficiente para lhe assegurar a celebridade entre os seus pares.

muitos usados por Otto Maschl, militante do Partido Comunista austríaco e funcionário do Komintern, que desde 1924 até 1927 ensinou economia numa universidade de Moscovo. Nas polémicas do movimento comunista ele situava-se então na ala considerada de direita e estava ligado pessoalmente a Brandler e a Thalheimer. Abandonando Moscovo em 1927 e fixando-se no ano seguinte em Paris, Maschl, convertido definitivamente em Lucien Laurat, aderiu à SFIO no início da década de 1930 e começou a leccionar na escola de quadros da CGT. No interior destas duas organizações ele pertencia a uma tendência de direita que, embora sem romper com o marxismo, era declaradamente hostil à União Soviética, e com a aproximação da guerra apoiou o secretário-geral da SFIO, Paul Faure, defensor dos acordos de Munique, para quem o pacifismo devia prevalecer sobre o antinazismo. Tal como outros membros da mesma corrente, Laurat participou durante o período de Vichy em alguns jornais colaboracionistas destinados a um público operário, e com a Libertação, depois de ter passado algumas semanas preso, foi excluído da SFIO. Acabou por ser reintegrado, e abandonou mais tarde o partido socialista quando este começou a procurar a aliança dos comunistas<sup>327</sup>. Mas o Laurat que agora me interessa era um homem de trinta e três anos, que transformara a sua desilusão pelo comunismo soviético numa obra de reflexão teórica. Importa mencionar que esta obra foi publicada pela editora de Georges Valois, um adepto da circunvolução política, que em 1929, quando se encontrava suspenso entre um fascismo que acabara de abandonar e uma esquerda que nunca mais o acolheria, havia escrito um livro onde defendera que o Estado soviético e o Estado norte-americano eram característicos de uma sociedade técnica, em que a propriedade do capital se dissociava da direcção da economia, cabendo esta função aos «técnicos», uma nova classe distinta da burguesia e do proletariado<sup>328</sup>. Pode imaginar-se com que entusiasmo, dois anos mais tarde, o editor saído do fascismo leu o manuscrito apresentado por um autor saído do comunismo.

Em 1931, mal havia começado a época dos planos quinquenais na União Soviética e o sector estatal da economia deparava ainda com um vasto sector privado, já Lucien Laurat considerava que a burocracia russa se tinha convertido numa «nova classe exploradora»<sup>329</sup>. Ambos os adjectivos eram fundamentais. Bastava a classificação desta classe como «exploradora» para destacar Laurat de Trotsky e dos seus discípulos, que reduziam a existência de desigualdades na União Soviética ao nível da distribuição dos bens e negavam que tivesse aparecido uma clivagem social no nível das relações de produção. A facção trotskista «tem um atraso cada vez maior

<sup>327</sup> Estes dados biográficos encontram-se em J.-L. Panné (1988) 337-338.

<sup>328</sup> Acerca desta tese defendida por Georges Valois em *Un Nouvel Âge de l'Humanité* ver Y. Guchet (2001) 271-274.

<sup>329</sup> L. Laurat (1931) 7, 165.

perante a realidade», acusou Laurat. «Ela não vê que a oligarquia burocrática está já constituída enquanto classe [...]»<sup>330</sup>. E ao definir esta classe como «nova» Laurat ultrapassou o quadro do marxismo clássico. Se bem que o sector socialista da economia soviética tivesse conservado formalmente as principais categorias do capitalismo, na opinião do autor bastava a ausência de propriedade privada e de concorrência mercantil no interior daquele sector para mostrar que não se tratava de capitalismo<sup>331</sup>. Nem a burocracia soviética encabeçava um capitalismo de Estado nem executava uma política capitalista ao serviço dos interesses dos proprietários privados<sup>332</sup>. «[...] o que distingue a revolução russa das revoluções anteriores e impede qualquer comparação», escreveu Laurat, «é o aparecimento de uma nova casta dirigente e a formação dos alicerces económicos desta casta durante o próprio decurso do processo revolucionário, desde a conquista do poder»<sup>333</sup>. A ditadura bolchevista, impedindo a base de exercer qualquer controle sobre a vanguarda organizada no partido, permitiu que esta vanguarda se convertesse em elite e assumisse, enquanto oligarquia burocrática, o lugar de uma nova classe<sup>334</sup>. Não se tratava apenas de uma classe politicamente dominante, mas também exploradora na esfera económica, já que a diferença entre a remuneração recebida pelos burocratas e o salário dos trabalhadores não era só quantitativa mas sobretudo qualitativa. No capitalismo a mais-valia inclui o fundo de acumulação e o fundo de consumo, e a concorrência obriga cada capitalista ou grupo de capitalistas a subordinar o consumo à acumulação, de maneira a ampliar as actividades da sua empresa. Para a oligarquia burocrática, porém, afirmou Laurat, a porção da mais-valia destinada ao consumo individual aparecia sob a forma de vencimentos, enquanto a outra parte, consagrada ao aumento da produção, aparecia sob a forma de lucro no balanço das empresas estatais e cooperativas. E como, na sua opinião, não existiria concorrência na economia soviética, nada levaria o fundo de consumo a submeter-se às necessidades do fundo de acumulação, tanto mais que os trabalhadores não dispunham de meios de pressão sobre a oligarquia. Por isso os burocratas podiam despender em proveito próprio o fundo de acumulação, e a pletera burocrática podia ultrapassar muito o número

<sup>330</sup> Id., *ibid.*, 229. Escrevendo em 1933, Trotsky mostrou até que ponto lhe escapavam as principais implicações da polémica acerca do carácter de classe do regime soviético ao afirmar que as teses expostas por Laurat se assemelhavam àquelas que Makhaisky havia defendido no princípio desse século. Ver L. Trotsky, *The Class Nature of the Soviet State*, em G. Breitman et al. (orgs. 1972) 111-112. Todavia, Makhaisky jamais sustentara que esta segunda classe dominante tivesse inaugurado um novo modo de produção, considerando-a, pelo contrário, como um agente do desenvolvimento capitalista. Na sua opinião, o socialismo, que constituía o programa político desta nova classe, representava o desejo de emancipar do Estado absolutista a sociedade capitalista e de colocá-la sob a direcção desses novos senhores, e o socialismo de Estado seria uma modalidade da exploração capitalista.

<sup>331</sup> L. Laurat (1931) 80-83, 99, 116, 167-168.

<sup>332</sup> Id., *ibid.*, 152-155.

<sup>333</sup> Id., *ibid.*, 155 (sub. orig.).

<sup>334</sup> Id., *ibid.*, 155 e segs.



de funcionários exigido pela gestão do aparelho económico<sup>335</sup>. Nesta situação, para restabelecer o fundo de acumulação e prosseguir e ampliar a produção tornava-se cada vez mais necessário empregar formas suplementares de exploração, agravando a carga fiscal, impondo preços espoliadores ou simplesmente recorrendo à violência directa<sup>336</sup>. Mas provocava-se assim inevitavelmente o marasmo económico e até a regressão das forças produtivas. E se era inegável que a produção fabril se desenvolvia muito na União Soviética, não era menos certo que mesmo os sectores em crescimento não estavam organizados eficazmente e, de qualquer modo, este crescimento fazia-se à custa da «atrofia das forças produtivas no resto da economia do país»<sup>337</sup>. Nomeadamente, «a agricultura colectivizada», preveniu Laurat, «terá necessidade de subsídios para a sua própria acumulação»<sup>338</sup>. Assim, enquanto o capitalismo se caracteriza pela sobreprodução crónica, a economia soviética distingui-se-ia pela subprodução crónica<sup>339</sup>. Nestes termos, Laurat concluiu o livro indicando a alternativa: ou a União Soviética regressava à propriedade privada capitalista ou estabelecia um controle público através da instauração de uma democracia proletária<sup>340</sup>.

Na verdade, parece-me tão fictícia a noção de Laurat de que o mercado não operasse na relação entre as empresas soviéticas, mesmo no auge do stalinismo, como era fictícia a noção de Trotsky de que a detenção da propriedade dos meios de produção pelo Estado corresponderia aos interesses históricos do proletariado. As descrições concretas do funcionamento das empresas soviéticas na época dos primeiros planos quinquenais revelam que elas tinham com o mercado uma relação semelhante àquela que Galbraith, por exemplo, analisou para as grandes empresas ocidentais na década de 1960. Se bastasse a planificação para suprimir os mecanismos do mercado, então o capitalismo só ocorreria num estado de livre concorrência pura, que apenas existiu nas páginas de certos economistas. Apesar disto, há muito a dizer em abono das teses de Laurat. É notável que precisamente quando todo o mundo pasmava com as elevadíssimas taxas de crescimento económico alcançadas pelo primeiro plano quinquenal, ele tivesse descortinado contradições e desequilíbrios cujas consequências só se revelariam plenamente bastantes anos mais tarde. Com efeito, as reformas económicas sucessivamente propostas após a morte de Stalin tiveram como um dos objectivos a resolução dos problemas detectados por Laurat. A alternativa que ele enunciou, ou o regresso à propriedade privada capitalista ou a instauração de formas de controle do poder público pela classe trabalhadora, é muito interessante no plano teórico, pois

<sup>335</sup> Id., *ibid.*, 168 e segs., 216.

<sup>336</sup> Id., *ibid.*, 179, 216-217, 224-225.

<sup>337</sup> Id., *ibid.*, 190, 241-244. A frase citada encontra-se na pág. 243.

<sup>338</sup> Id., *ibid.*, 237.

<sup>339</sup> Id., *ibid.*, 242-243.

<sup>340</sup> Id., *ibid.*, 231 e segs.

estabelece uma equivalência entre democracia e fluidez do mercado. Se Laurat entendia democracia na acepção de «controle público»<sup>341</sup>, então não há dúvida de que, em termos capitalistas, o mercado fluido é uma instituição democrática. Samuelson, num manual de economia que educou gerações, identificou um dólar a um voto na sua análise dos mecanismos do mercado<sup>342</sup>. Além disso, a alternativa formulada por Laurat é interessante como previsão, já que na esfera soviética os esforços dos economistas reformadores oscilaram entre o reforço da fluidez do mercado, nos autores situados à direita, e a criação de mecanismos de controle popular do poder público, nos situados à esquerda. Nenhuma das duas vias teve êxito, afinal, porque a burocracia resistiu até ao fim à adopção de medidas económicas ou políticas que atingissem o carácter monolítico do seu poder. E assim a crise final do sistema soviético ocorreu nos termos que Laurat previra seis décadas antes, o que confirmou o seu diagnóstico.

Todavia, a forma como Laurat descreveu a génese da oligarquia burocrática limitou-a ao contexto soviético. Além disso, ao prever que o domínio da burocracia implicaria uma situação de crise permanente e que ela «podia apenas representar um estágio transitório no decurso da revolução russa»<sup>343</sup>, Laurat afastou implicitamente a hipótese de que aquela nova forma de exploração correspondesse à abertura de uma nova fase histórica. Por isso, no seu livro de 1931 não colocou o problema de saber até que ponto esta classe exploradora teria surgido também noutros países. Numa obra publicada três anos depois Laurat defendeu que a introdução da planificação e a intervenção organizadora do Estado alteraram mas não suprimiram os fundamentos do capitalismo, limitando-se a transferir parcialmente a concorrência do plano económico para o plano político e a modificar o jogo de forças em benefício dos grupos capitalistas mais ligados ao aparelho estatal<sup>344</sup>. Apesar dos progressos do capitalismo em direcção à economia dirigida, Laurat não detectou nas sociedades ocidentais o aparecimento de uma classe correspondente à oligarquia burocrática, que continuaria a ser um fenómeno especificamente soviético e não mundial. Parece, todavia, que noutra obra, editada em 1939, ele já admitiu que a mesma classe que tomara o poder na Rússia se desenvolvia igualmente no seio do capitalismo ocidental<sup>345</sup>.

A tese da convergência de regimes foi sustentada também no lado oposto do espectro político. Recordo que num discurso proferido em Junho de 1928 perante uma assembleia de industriais Mussolini considerou que a evolução económica separara os direitos de propriedade e

<sup>341</sup> Id., *ibid.*, 184.

<sup>342</sup> P. A. Samuelson (1976) 44.

<sup>343</sup> L. Laurat (1931) 244.

<sup>344</sup> Id. (1934) 157-160.

<sup>345</sup> E. Kamenka (1989) 154.

as funções de administração. «Verificou-se uma separação entre capital e gestão, entre industrial e capitalista», afirmou o Duce. «Com o sistema das sociedades anónimas por acções o capital ampliou-se até chegar por vezes a pulverizar-se». Esta evolução lançara para segundo plano os meros proprietários e colocara em destaque aqueles que, quer proprietários quer administradores, assumiam a gestão. «Enquanto o capital se tornava anónimo, e o mesmo sucedia com o capitalista», explicou ele, «o primeiro plano da economia era invadido pelo gestor de empresa, o capitão de indústria, o criador de riqueza»<sup>346</sup>. Ficava assim estabelecida a base conceptual para admitir a convergência entre os vários tipos de regime assentes na «separação entre capital e gestão». Com efeito, numa série de artigos publicada em 1933, Mussolini, depois de defender que a crise económica mundial representava uma crise do próprio sistema capitalista, considerou que as concepções que presidiam ao *New Deal* eram bastante próximas daquelas que ele mesmo punha em prática<sup>347</sup>, e insistiu nesta perspectiva numa intervenção pública em Agosto<sup>348</sup>. Dois anos mais tarde Giuseppe Bottai, o principal responsável pelo sistema corporativo italiano, afirmou numa revista norte-americana que, apesar das diferenças nas tradições históricas dos dois países e nos tipos de medidas tomadas por cada um dos governos, o regime de Mussolini e o de Roosevelt convergiam na organização da vida económica e na regulação dos conflitos sociais e da concorrência entre capitalistas<sup>349</sup>.

Entretanto, em 1933, fugido da Alemanha hitleriana, Hugo Urbahns, antigo dirigente do Partido Comunista alemão em Hamburgo e que, depois de expulso em 1928, colaborara na fundação do grupo de ultra-esquerda Leninbund, afirmou também que a União Soviética de Stalin, os países fascistas e os Estados Unidos do *New Deal* convergiam num sistema económico comum<sup>350</sup>. E em 1940, um ano antes de ser assassinado pelos nacionais-socialistas na França ocupada, Rudolf Hilferding, um dos mais importantes teóricos, se não mesmo o mais importante, do Partido Social-Democrata alemão, defendeu numa revista menchevista publicada em russo em Paris que o regime soviético e os fascismos convergiam num tipo novo de economia. Hilferding negou a validade do conceito de capitalismo de Estado, por considerar que a existência de mercado seria indispensável ao capitalismo e que o facto de o Estado se ter tornado proprietário da totalidade

<sup>346</sup> O meu resumo deste discurso reúne as passagens antologizadas em G. S. Spinetti (org. 1938) 140 e as citadas por E. Santarelli (1981) I 566.

<sup>347</sup> P. Milza (1999) 600. Ver igualmente a pág. 625.

<sup>348</sup> E. Santarelli (1981) II 99.

<sup>349</sup> G. Bottai (1934-1935) 613-615, 622-624.

<sup>350</sup> Conheço as teses de Hugo Urbahns apenas através da polémica contra ele conduzida por Trotsky. Ver: L. Trotsky, «The Class Nature of the Soviet State. A Letter from Leon Trotsky», em G. Breitman e B. Scott (orgs. 1970) 121; id., «The Paris Conference: A Firm Nucleus for a New International», em G. Breitman et al. (orgs. 1972) 66; id., *The Class Nature of the Soviet State*, em id., *ibid.*, 107-111.

dos meios de produção anulara o mercado, e considerou que o sistema soviético constituía uma economia estatal planificada em função da distribuição dos bens de consumo. «Uma economia capitalista é governada pelas leis do mercado», afirmou ele, «e a autonomia destas leis constitui o sintoma decisivo do sistema de produção capitalista. Uma economia de Estado, porém, elimina precisamente a autonomia das leis económicas». Surgira, na opinião de Hilferding, uma «economia estatal totalitária». «A essência de um Estado totalitário consiste em submeter a economia aos seus objectivos. A economia fica desprovida de leis próprias e converte-se numa economia controlada. O exercício deste controle transforma a economia de mercado numa economia de consumidores. O carácter e o âmbito das necessidades são então determinados pelo Estado». Ora, este sistema económico caracterizaria igualmente a Alemanha nacional-socialista e a Itália fascista. «Apesar de grandes diferenças nos pontos de partida, os sistemas económicos dos Estados totalitários estão a aproximar-se reciprocamente». Era a submissão da economia ao Estado enquanto entidade independente que definia o carácter nem capitalista nem socialista daquele novo sistema. «[...] nem o sistema russo nem o sistema totalitário em geral são determinados pelo carácter da economia. Pelo contrário, é a economia a ser determinada pela política do poder dirigente e sujeita aos objectivos e finalidades deste poder». O sistema ia além do que estava previsto no quadro do marxismo, mas a tese de Hilferding distinguiu-se das sustentadas por outros autores porque considerou que no Estado totalitário a burocracia não era socialmente autónoma e constituía um mero instrumento ao serviço dos ditadores. Tratava-se de «uma ditadura pessoal sem limites»<sup>351</sup>.

Foi outro autor, todavia, quem deu uma formulação surpreendente à tese da convergência do regime soviético e dos fascismos num sistema económico novo. Num livro publicado em 1939, Bruno Rizzi, que acabara de romper com o trotskismo, sustentou que na União Soviética, tal como na Itália e na Alemanha fascistas e no Japão dominado pelos militares, e ainda nos Estados Unidos sob a administração de Roosevelt, uma nova classe burocrática ou hegemonizara o poder e ultrapassara o capitalismo ou caminhava a passos rápidos neste sentido, fundando um regime de exploração diferente dos anteriores, que ele denominou «colectivismo burocrático». O choque provocado pela obra de Rizzi deveu-se, mais do que à sua análise socioeconómica, às conclusões políticas que continha. Presumindo, na tradição do marxismo ortodoxo, que as forças produtivas se caracterizam por um crescimento gradual, Rizzi admitiu que o colectivismo burocrático correspondesse a um estágio mais progressivo do que o capitalismo, capaz por isso de assegurar maior abundância e bem-estar à generalidade da população. «Sob o ponto de vista histórico, esta socie-

<sup>351</sup> R. Hilferding [1940]. J. C. Isaac (2003) 189 indicou 1940 como data de publicação.

dade tem como tarefa elevar de maneira ordenada a produção total do mundo [...]»<sup>352</sup>. Mais adiante Rizzi considerou que «a próxima sociedade atingirá os limites máximos da produção quanto ao volume e talvez também quanto à qualidade [...]»<sup>353</sup>. De um optimismo a toda a prova, ele imaginava que a conjugação de forças entre o proletariado e a burocracia colectivista forneceria a oportunidade de reorganizar pacificamente a economia mundial, o que levaria os colectivismos burocráticos a democratizarem-se, num processo precursor do advento da sociedade sem classes. Rizzi pretendeu mesmo que durante um longo período de democratização tanto política como económica o Estado perderia gradualmente o carácter opressor e tornar-se-ia um órgão de colaboração entre os burocratas e os trabalhadores<sup>354</sup>. Aliás, a burocracia estaria em vias de resolver os dois únicos problemas prévios à constituição de uma sociedade sem classes, já que havia substituído a propriedade privada pela propriedade colectiva e teria deixado de orientar a produção pelo critério do lucro, substituindo-lhe o princípio do interesse geral. Tratava-se de uma noção bastante difundida em certos meios socialistas, como mostrarei quando analisar as teses de Henri de Man (no capítulo 3 da Parte 3), mas Rizzi levou-a por caminhos inesperados. «A derradeira classe dirigente da história encontra-se situada tão perto da sociedade sem classes que nega a sua qualidade de classe e de proprietária»<sup>355</sup>. Por isso o comunismo seria o resultado único e inevitável do colectivismo burocrático. «[...] o Estado totalitário perderá cada vez mais as suas características políticas, para conservar unicamente as características administrativas. No fim deste processo teremos uma sociedade sem classes e o Socialismo»<sup>356</sup>. Enquanto no capitalismo a burguesia e o proletariado se enfrentavam como tese e antítese, a burocracia formava, na opinião de Rizzi, a síntese histórica deste confronto. «[...] no momento em que da antítese proletariado-burguesia saiu já a nova classe, o proletariado deve retirar-se da luta de classes, porque o ciclo está cumprido: tese – antítese = síntese; proletariado – burguesia = burocracia»<sup>357</sup>. Nestes termos, só cabia ao proletariado abdicar das pretensões à condução da história e, portanto, devia inverter o rumo da sua política. Em vez de se aliarem às democracias capitalistas, os trabalhadores teriam todo o interesse em apoiar as ditaduras colectivistas burocráticas, especialmente os fascismos<sup>358</sup>. «Os fascistas cometeram o erro teórico de pretender colaborar com a burguesia, quando, pelo contrário, deverão liquidá-la, e aliás já a deixaram meio morta. A colaboração deve fazer-se com o proletariado, que hoje já não é o proletariado, mas a classe dos cidadãos

<sup>352</sup> B. R[izzi]. (1939) 253. Ver igualmente as págs. 250-251 e 261.

<sup>353</sup> Id., *ibid.*, 304.

<sup>354</sup> Id., *ibid.*, 277, 318-320, 329-330.

<sup>355</sup> Id., *ibid.*, 254.

<sup>356</sup> Id., *ibid.*, 284. Ver igualmente as págs. 254, 261, 263 e 283.

<sup>357</sup> Id., *ibid.*, 282. Ver ainda a pág. 286.

<sup>358</sup> Id., *ibid.*, 267-270, 276-277, 314-315.

trabalhadores»<sup>359</sup>. A proclamação dificilmente poderia ser mais bombástica. «Mussolini e Hitler dão a mão a Lenin. Proletários da França, da Inglaterra e da América, dêem a mão a Hitler e a Mussolini»<sup>360</sup>. Pregando pelo exemplo, alguns anos mais tarde, durante a República Social, Rizzi enviaria uma carta ao Duce pedindo autorização para fundar um jornal contrário à monarquia e ao comunismo, mas a polícia do Reich apreendeu a missiva e deixou Mussolini sem sequer saber que teria podido contar com esta boa vontade<sup>361</sup>.

Ora, não só o regime hitleriano se distinguiu pelo carácter exclusivamente racista, como também Mussolini começou a implementar medidas anti-semitas a partir da segunda metade de 1938, precisamente quando Rizzi dava a forma final às passagens da sua obra onde anunciava aos trabalhadores o horizonte do fascismo. Assim, e para justificar aquelas novas alianças, Rizzi propôs à classe operária um programa de anti-semitismo<sup>362</sup>. «[...] a luta contra o capitalismo identifica-se forçosamente, mesmo que só de forma parcial, com a luta contra o povo judeu. [...] A luta racista do nacional-socialismo e do fascismo não é, no fundo, senão uma luta anticapitalista conduzida pela nova síntese social, de uma maneira errada na teoria, mas justa na prática. [...] Hitler tem razão e somos nós que estamos errados. Precisamos de corrigir o rumo e de nos tornarmos antijudaicos porque somos anticapitalistas. [...] Os movimentos nazi e fascista, que, embora não sendo marxistas, são, no entanto, desde há muito e pela sua própria natureza anticapitalistas, manifestam o seu anticapitalismo de um modo inconsciente através da luta contra Israel. Nós, marxistas, podemos ter uma visão mais clara, *incluindo* o antijudaísmo no anticapitalismo. Isto prova, uma vez mais, que proletários e ditadores estão situados historicamente uns ao lado dos outros na luta contra o capital»<sup>363</sup>. Não é difícil imaginar o escândalo provocado por estas teses, defendidas por alguém que pouco antes se situara à esquerda do trotskismo, mas a questão é mais complicada ainda.

Embora a parte da obra dedicada à análise do fascismo não tivesse sido publicada, sabemos que na opinião do autor Mussolini e Hitler não realizavam a defesa histórica do capitalismo, mas, pelo contrário, implantavam um sistema novo<sup>364</sup>. Rizzi foi suficientemente explícito ao escrever que o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão «estão em vias de rápida burocratização e [...] adquiriram já um carácter anticapitalista, se bem que o Capital ainda não

<sup>359</sup> Id., *ibid.*, 283.

<sup>360</sup> Id., *ibid.*, 278.

<sup>361</sup> A. Orsini (2004) 28 n. 45.

<sup>362</sup> B. R[izzi]. (1939) 291-300.

<sup>363</sup> Id., *ibid.*, 294-296, 299 (sub. orig.).

<sup>364</sup> Id., *ibid.*, 103; id. (1976) 60, 84-88.

tenha sido aí suprimido radicalmente, como sucedeu na URSS [...] A Europa e o mundo devem ser fascizados ou socializados. O capitalismo já não tem mais possibilidades de vida [...] O Colectivismo Burocrático [...] tem a sua base social nas classes dominantes que fizeram do Estado a sua sede, na Rússia, na Itália, na Alemanha, no Japão e nos Estados mais pequenos [...] Esta nova forma social é degenerada, mas apesar disso activa, e impõe-se cada vez mais a um Capitalismo que está morto enquanto sistema propulsor»<sup>365</sup>. Do mesmo modo, nos Estados Unidos a crescente intervenção estatal na economia, levada a cabo pela administração Roosevelt, teria correspondido, na opinião de Rizzi, à progressiva substituição do capitalismo por um novo sistema. O *New Deal* «indica o ponto inicial do desmembramento económico capitalista e da cristalização política da burocracia na América»<sup>366</sup>. E noutra passagem: «Se hoje o Estado se vê obrigado a intervir nas instituições sacrossantas do capitalismo e a organizar o seu controle, isto deve-se ao facto de não se tratar já de uma doença nem de uma crise cíclica, mas da própria morte do sistema [... ..] Na sua evolução final a economia capitalista de certo modo obriga o Estado burguês a trair os seus senhores e a transformar-se num Estado burocrático»<sup>367</sup>. Como um processo idêntico se esboçaria também na França e na Grã-Bretanha<sup>368</sup>, concluía-se que por todo o mundo o capitalismo, quando não fora ainda ultrapassado, estava já moribundo.

Nesta perspectiva torna-se muito insuficiente a justificação proposta por Rizzi para o prevalecimento da burocracia soviética, pois não conseguiu encontrar-lhe raízes mais profundas do que a degenerescência da revolução de 1917. Mas se a burocracia se afirmava mundialmente, as suas origens na Rússia não podiam circunscrever-se a um processo histórico limitado a este país. Como se teria ela constituído nos outros lugares? Rizzi admitia a existência nos regimes fascistas de «uma nova classe dirigente em formação»<sup>369</sup>. A burocracia era «uma nova classe, que na URSS representava um facto social já completado, embora estivesse ainda em formação nos Estados totalitários»<sup>370</sup>. Mesmo na democracia norte-americana «a burocracia governamental vê aumentar o seu prestígio e o seu volume»<sup>371</sup>. A intervenção do Estado na economia, suscitada pelo *New Deal*, teria provocado um duplo efeito social. «A classe burocrática está em vias de formação, enquanto a classe burguesa se desagrega»<sup>372</sup>. E no último capítulo da sua crítica ao regime soviético Rizzi escreveu que «este fenómeno é geral e não só russo. Na URSS este fenó-

<sup>365</sup> Id. (1976) 7-10.

<sup>366</sup> Id. (1939) 219.

<sup>367</sup> Id., *ibid.*, 131, 140.

<sup>368</sup> Id., *ibid.*, 238-239.

<sup>369</sup> Id. (1976) 60.

<sup>370</sup> Id., *ibid.*, 62.

<sup>371</sup> Id. (1939) 122.

<sup>372</sup> Id., *ibid.*, 139.

meno é sobretudo burocrático, porque nasceu da burocracia, mas nos países totalitários ele gera-se naturalmente no meio dos técnicos, dos especialistas, dos funcionários sindicais e partidários [...] A sua matéria-prima provém da numerosíssima burocracia estatal e paraestatal, dos administradores de sociedades anónimas, do exército, das profissões liberais e da própria aristocracia operária»<sup>373</sup>. É paradoxal imaginar que a burocracia, apesar de existir generalizadamente em todo o mundo, só tivesse sido formada em contextos particularizados.

Ora, Rizzi explicou os rumos seguidos pela revolução russa de Outubro de 1917 não através das suas contradições internas, mas invocando a ausência de revoluções nos países capitalistas avançados. Isto significa que se manteve alheio às relações de produção estabelecidas no quadro social das empresas e discorreu apenas no plano dos partidos e das vanguardas dirigentes da classe operária e, quanto ao regime stalinista, no plano do controle exercido sobre o aparelho político central. Foi o controle do Estado, não dos processos de trabalho, a assumir importância na obra de Rizzi. E foi no âmbito do Estado que ele apresentou as transformações operadas no sistema de exploração. Para desenvolver o colectivismo burocrático seria suficiente, em seu entender, o emprego deliberado dos mecanismos políticos de maneira a interferir na vida económica. «Basta a tentativa frustrada de manobrar a economia capitalista para indicar a passagem do poder político da classe capitalista para a burocracia do Estado»<sup>374</sup>. Teríamos assim o aparecimento não só de uma nova classe dominante como também de uma economia regida por outras normas. «A intervenção do Estado na economia constitui o começo de uma mudança de *natureza* da sociedade e do próprio Estado. Terminado o processo, a sociedade estará diferente e terá um Estado que lhe é apropriado. [...] a economia, à força de se estatizar, chega ao ponto em que já não é capitalista [...] a Sociedade está *mudada*»<sup>375</sup>. Foi aqui que as ideias de Rizzi sofreram mais profundamente os limites da sua época. Comentarador céptico dos meios-termos do *New Deal*, ele indicou com lucidez que o capitalismo havia esgotado os quadros do Estado, mas foi incapaz de antecipar as colossais possibilidades que a internacionalização e mais tarde a transnacionalização haveriam de oferecer ao desenvolvimento e à valorização do capital. Para Rizzi o Estado marcaria as fronteiras terminais do capitalismo e constituiria a base de um modo de produção novo, o colectivismo burocrático.

Na opinião de Rizzi, o sistema económico implantado pela classe burocrática teria abolido o mercado e, portanto, teria dado lugar a outro regime de extorsão do lucro, em que a força de

<sup>373</sup> Id. (1976) 105.

<sup>374</sup> Id. (1939) 222.

<sup>375</sup> Id., *ibid.*, 172-173 (subs. orig.).



trabalho já não estaria exposta às leis da oferta e da procura. Comentando ironicamente as teses de um reputado economista e historiador da economia, Rizzi escreveu a propósito da Itália fascista: «Que ele vá perguntar aos patrões onde contratam a sua mão-de-obra, se no mercado livre ou nos sindicatos que se tornaram órgãos do Estado; que vá perguntar aos trabalhadores se ainda se dirigem aos capitalistas para arranjar trabalho; [...] que se lembre de que os aumentos e as diminuições dos salários dependem directamente do chefe do governo [...] e que venha em seguida afirmar que não foi criada uma nova economia, mediante a destruição das leis da velha economia [...]»<sup>376</sup>. Se a exploração passara a dever-se à burocracia, através do poder político central e da estatização dos sindicatos, e se era exercida sobre a globalidade dos trabalhadores, então o colectivismo burocrático teria substituído a proletarização por um escravismo de Estado<sup>377</sup> — pelo menos numa primeira fase, enquanto a administração burocrática não se fosse pouco a pouco transformando numa sociedade sem classes<sup>378</sup>. Rizzi enunciou resumidamente no prefácio à terceira parte da sua obra: «Os proletários mudam de roupagem jurídica, visto que não vendem mais as suas forças de trabalho, como sucedia outrora no mercado livre capitalista, mas são na realidade “comprados” pelo Estado [...] Trata-se de uma nova forma de escravismo colectivo sob a égide do Estado [...]»<sup>379</sup>.

Com tudo o que sabemos acerca do elevado grau de autonomia de que as empresas dispunham no Terceiro Reich ou na Itália mussoliniana e acerca da autonomia prática adquirida pelos administradores de empresa soviéticos ainda em vida de Stalin, e mais tarde reconhecida oficialmente pelas reformas de Khruchtchev e de Kossyguin, a argumentação de Rizzi pode parecer-nos bastante ingénua. A organização centralizada do capitalismo, mesmo do capitalismo de Estado, jamais superou a concorrência entre unidades produtivas nem pôs em causa a mobilidade da mão-de-obra no mercado de trabalho. Aliás, para chegar a esta conclusão bastaria ter observado a permanente competição entre centros de decisão rivais nos regimes fascistas, bem como a proliferação de organismos que disputavam o desempenho das mesmas tarefas nos planos quinquenais stalinistas. Quase parecia ser regra de todos esses regimes que nenhuma instituição fosse fundada sem existirem paralelamente outras instituições destinadas a idêntico

<sup>376</sup> Id., *ibid.*, 208-209. Compare-se com o que treze anos antes escrevera E. Préobrajensky (1966) 224: «No seu período de declínio, com uma reprodução reduzida e com o crescimento da procura improdutivo, o capitalismo vê-se obrigado a introduzir outro tipo de disciplina do trabalho, organizado obrigatoriamente e submetido ao Estado fascista pelos sindicatos fascistas. Isto equivale a restringir o funcionamento da lei do valor no mercado de trabalho, em benefício da classe exploradora. Esta orientação provoca uma grande mudança e uma distorção na lei do valor relativamente à época do capitalismo clássico».

<sup>377</sup> B. Rizzi. (1939) 343; *id.* (1976) 30, 77-81.

<sup>378</sup> Quanto à evolução do escravismo de Estado para uma harmonia social ver *id.* (1939) 305 e 331.

<sup>379</sup> Id., *ibid.*, 103.

fim. No entanto, Rizzi dispunha de outro argumento, mais poderoso, em favor da tese do escravismo de Estado. É claro que, escrevendo antes do começo da segunda guerra mundial, não lhe era possível adivinhar que o trabalho escravo se generalizaria nas terras eslavas ocupadas pelos nacionais-socialistas e que os judeus condenados ao extermínio seriam utilizados como escravos. Mas podia decerto, com tudo o que já então se conhecia, levar em consideração as implicações económicas do sistema concentracionário do Terceiro Reich e avaliar a dimensão adquirida na economia soviética pelo trabalho forçado e gratuito. Seria este, em meu entender, o único argumento válido a favor da sua tese.

Mas não sucederá que seja meu o erro de perspectiva, ou pelo menos alguma miopia? Senão, como explicar que em 1939, e cingindo-se à sua própria linha de raciocínio, Rizzi tivesse detectado no fascismo sintomas de pós-capitalismo que eu só lhe encontro em anos posteriores? Não estaria já o quadro económico do metacapitalismo aberto antes da guerra? Os factos pareciam dar razão aos teóricos que insistiam no carácter pós-capitalista da classe dos gestores, capaz de inaugurar um modo de produção novo.

## 5. O escravismo de Estado soviético

O escravismo de Estado nacional-socialista é incompatível com o modelo da mais-valia e não pode entender-se em termos capitalistas. Ao mesmo tempo, o colossal sistema concentracionário soviético, com o qual poucas pessoas então se inquietavam<sup>380</sup>, parece indicar que também ali os gestores estavam a implantar um escravismo de Estado.

Na Rússia, durante a guerra civil, no período chamado do comunismo de guerra, os meca-

<sup>380</sup> «Os primeiros testemunhos directos sobre os campos [de concentração] soviéticos foram recolhidos, examinados e analisados em 1930 pela Sociedade Antiescravista da Inglaterra [...] Nos Estados Unidos, em Fevereiro de 1931, a Câmara dos Representantes discutiu a questão do trabalho forçado na URSS [...] No entanto, a questão do trabalho forçado soviético, apesar de ser bem conhecida pelos especialistas, não emocionara a opinião pública francesa [...]», leio em *Le Procès des Camps de Concentration Soviétiques*, 39-40. Embora este livro tivesse sido publicado sem o nome do compilador e no auge da Guerra Fria, parece-me digno de confiança pelo menos quando apresenta passagens de obras já editadas e transcrições de depoimentos efectuados em tribunal durante o processo que opôs David Rousset à revista *Les Lettres Françaises*. Mas a indiferença da opinião pública a este respeito antes da segunda guerra mundial não pode ter sido completa, já que, segundo A. Nove (1978) 211, na década de 1930 houve em vários países ocidentais um movimento de boicote às importações de madeira de construção provenientes da URSS, por ser conhecido o uso extensivo de trabalho forçado neste sector. Se tivesse alcançado resultados práticos o boicote prejudicaria realmente o comércio externo soviético, porque na época do primeiro plano quinquenal a madeira e os artigos de madeira eram a principal rubrica nas exportações. Ver D. J. Dallin et al. (1948) 197, que referiram também (págs. 197-200) o emprego extensivo de trabalho forçado nesse sector. No entanto, como explicaram estes autores (pág. 221), a campanha pelo boicote ficara condenada ao fracasso porque, ao mesmo tempo que mobilizara sindicatos de direita, interessara também grandes grupos económicos, que viram ali um meio de lutar contra a concorrência soviética. Bastou isto para que a classe trabalhadora se tivesse alheado do movimento.

nismos do mercado de trabalho foram suspensos e a própria noção de salário foi abolida. Especialmente a partir das decisões tomadas em Março e Abril de 1919, cada um cumpria a tarefa para a qual o poder soviético o destinava, na actividade produtiva ou no exército, sendo a noção de venda da força de trabalho substituída pela noção de trabalho enquanto dever colectivo. Por outro lado, a remuneração não dependia da oferta e procura de profissionais num dado ramo nem do tipo e do montante de trabalho executado, mas de critérios de repartição e racionamento definidos pelas instâncias políticas. E o facto de a remuneração ser frequentemente entregue em géneros, se por um lado se devia à inflação galopante e à desorganização do sistema de trocas, que tornavam inútil o dinheiro emitido pelo Estado, por outro lado não deixava também de contribuir para lançar os fundamentos de um modo de produção distinto do capitalismo. Tratava-se de «rações determinadas socialmente, e não de salários», para empregar as palavras de Bukharin num livro publicado em 1920<sup>381</sup>.

Formulada a questão em termos de determinação social, o ponto crítico é facilmente localizável. Ou a autonomia colectiva na base e a capacidade de decisão do conjunto dos trabalhadores garantiam que o trabalho — por mais pesado que tivesse de ser naquelas circunstâncias — fosse efectivamente um serviço resultante de uma mobilização política e que os bens — por mais escassos e miseráveis — representassem um direito social; ou a centralização do poder e o autoritarismo do topo, agravados pela fragmentação da base e pela ausência de expressão política própria, faziam com que os trabalhadores ficassem submetidos a uma actividade obrigatória, regida por critérios a que eram inteiramente alheios, e que em troca da sua prestação recebessem um montante de géneros calculado, na melhor das hipóteses, para reconstituir a sua força de trabalho e preservar o seu grau de qualificação<sup>382</sup>. Num caso podíamos ter o socialismo, mas no outro tínhamos de certeza um escravismo de Estado. Em termos simples, será que a força de trabalho deixara de ser uma mercadoria porque, apesar das condições de extrema penúria e da desorganização da vida económica, estavam implantados os princípios de uma sociedade sem classes? Ou porque o monopolismo de Estado no que dizia respeito à produção e à distribuição dos bens materiais passara a ser acompanhado por um monopolismo relativamente à força de trabalho, ficando os assalariados convertidos em escravos do Estado?

A questão do carácter da economia tornara-se, acima de tudo, a questão do carácter do poder político, que ditava imediatamente as relações de trabalho. Para citar de novo os termos e

<sup>381</sup> Esta citação de *Economia do Período de Transição* encontra-se em E. H. Carr (1966) II 209. A tradução é diferente em L. Szamuely (1974) 32, onde leio que se tratava «não de salários, mas da retribuição de um trabalho social».

<sup>382</sup> E. H. Carr (1966) II 318.

os conceitos de Bukharin, enquanto num sistema de capitalismo organizado sob a égide do Estado as formas obrigatórias de trabalho representam «a escravização da classe trabalhadora», na ditadura do proletariado as mesmas medidas representam «a auto-organização da classe trabalhadora»<sup>383</sup>. De todos os dirigentes e pensadores bolchevistas era Bukharin quem estava mais bem preparado para formular esta questão, pois já numa obra de 1915, em que analisara a função do Estado como organizador da economia na época do imperialismo, admitira a possibilidade de surgir «uma forma económica inteiramente nova. Não seria mais o capitalismo, porque já não haveria produção de *mercadorias*; muito menos seria o *socialismo*, porque uma classe continuaria a ter poder sobre a outra [...] Tal estrutura económica assemelhar-se-ia, antes de mais, a uma economia escravista na qual não existe mercado escravo»<sup>384</sup>. Se bem que em 1915 esta alternativa tivesse sido formulada num plano estritamente teórico, depois de Outubro de 1917 era impossível que ela não pesasse na consciência de Bukharin como uma eventualidade prática. Decidir se se tratava de um escravismo de Estado ou da auto-organização colectiva dos trabalhadores dependia de saber qual era o regime político e social vigente na Rússia soviética.

A partir do decreto de mobilização geral de 10 de Abril de 1919 e sobretudo a partir do Inverno de 1919-1920 o governo soviético multiplicou as medidas de controle da força de trabalho e introduziu uma legislação laboral cada vez mais compulsória<sup>385</sup>. Na continuação deste processo ocorreu rapidamente a militarização do trabalho, que foi discutida e adoptada no 9º Congresso do partido, em Março de 1920<sup>386</sup>. Nessa época a utilização do regime prisional para fins produtivos não atingia as proporções que conheceria mais tarde<sup>387</sup>, embora seja possível argumentar que, com a mobilização geral e a aplicação de uma multiplicidade de medidas obrigatórias, era desnecessário sujeitar a um quadro especial de escravismo uma parte da força de trabalho quando toda ela estava já escravizada. De qualquer forma, em Abril de 1919, precisamente no mesmo mês em que se promulgou o decreto ordenando a mobilização geral, foram organizados campos de trabalho forçado. E apesar de a actividade dos prisioneiros se reger pelo código do trabalho e o pagamento corresponder às tarifas estabelecidas pelos sindicatos, a administração de cada campo tinha o direito de descontar um quarto das remunerações<sup>388</sup>. Ao mesmo tempo instituíram-se

<sup>383</sup> Esta citação de *Economia do Período de Transição* vem em id., *ibid.*, II 218. Ver igualmente S. F. Cohen (1990) 112-113, que indicou (pág. 456 n. 129) que «[esta] argumentação é apresentada muitas vezes».

<sup>384</sup> Citado em S. F. Cohen (1990) 48-49 (subs. orig.; introduzi algumas modificações na tradução para adaptá-la ao uso corrente em Portugal).

<sup>385</sup> E. H. Carr (1966) II 210 e segs.

<sup>386</sup> Id., *ibid.*, II 214-215; L. Szamuely (1974) 43-44, 66-67.

<sup>387</sup> E. H. Carr (1966) II 212.

<sup>388</sup> D. J. Dallin et al. (1948) 165. Estes autores explicaram (págs. 165-166) que, como as tarifas fixadas pelos sindicatos se referiam ao trabalho na indústria e os presos eram na maior parte de origem camponesa, ganhar o equivalente a 75% do salário de um operário urbano correspondia a uma efectiva promoção económica, o que levou

campos de concentração, com condições mais severas, e se bem que fossem inicialmente reservados a pessoas incriminadas de conduta contra-revolucionária, depressa começaram a albergar todo o tipo de inimigos do regime<sup>389</sup>. Estava desencadeado, e desde muito cedo, o processo que levou à proliferação do sistema concentracionário na União Soviética.

Era inevitável que nesta situação a polícia política se interessasse pelas actividades económicas. Em Fevereiro de 1922 foi abolida a Tcheka e transferidas as suas funções para a GPU, o que correspondeu a um alargamento do escopo da repressão, pois enquanto a Tcheka actuara exclusivamente contra pessoas que não pertenciam ao Partido Comunista, a GPU podia agir contra quaisquer opositores, incluindo os dissidentes no interior do partido. Ora, não tinha ainda a GPU dois meses de existência e já Lenin, no 11º Congresso do partido, a criticava por se envolver numa transacção económica que aparentemente não lhe dizia respeito<sup>390</sup>. Todavia, malgrado os pruridos de Lenin, o sistema soviético caminhava para uma conjugação das instituições policiais e das instituições económicas, a tal ponto que Dzerzhinsky, fundador e chefe da Tcheka e em seguida chefe da GPU e comissário do povo para o Interior, acumulou desde Fevereiro de 1924 até morrer dois anos e meio mais tarde o cargo de presidente do Conselho Supremo da Economia Nacional.

Enquanto a guerra civil durou, as pretensões emancipadoras dos bolchevistas tiveram como caução o incontroverso reaccionarismo das tropas brancas, que onde quer que chegassem prendiam e fuzilavam os operários revolucionários, restituíam aos antigos proprietários as terras que os camponeses haviam dividido entre si e chacinavam impiedosamente os judeus. Ao folhear-mos as obras e os programas emanados das facções comunistas de esquerda, verificamos que as principais medidas adoptadas pelo governo soviético durante a guerra civil eram apresentadas como fazendo parte do socialismo e indicando o rumo futuro. Em condições muitíssimo árduas, sendo necessário derrotar os variados exércitos contra-revolucionários e as forças estrangeiras que os apoiavam, com uma economia destroçada e na presença quotidiana da fome e da doença, havia uma inspiração de igualdade que dava àquele sistema um carácter social inovador e o impedia de ser uma mera resposta pragmática às dificuldades do momento. Na distribuição dos bens, admitiu um especialista, «prevaleceu o princípio do igualitarismo, e as excepções ocorreram inicialmente só por motivos de classe»<sup>391</sup>. Durante a NEP, e em réplica a Preobrazhensky, que defendia

as autoridades a acabarem com tal sistema de pagamento. Note-se que E. H. Carr (1966) II 212-213 pretendeu que a administração de cada campo tinha o direito de descontar três quartos das remunerações.

<sup>389</sup> E. H. Carr (1966) II 213.

<sup>390</sup> Id., *ibid.*, I 188-189, 218.

<sup>391</sup> L. Szamuely (1974) 15.

que as medidas do comunismo de guerra se haviam devido à pressão das circunstâncias, o ex-dirigente menchevista Boris Gorev afirmou que elas se deveram antes «ao facto de que o proletariado insurrecto exigia igualdade, ou seja, um comunismo do consumo»<sup>392</sup>. Ambos tinham razão. Pela mesma altura, Kritsman, um dos economistas soviéticos de maior renome, considerou que a agudização da luta de classes durante a guerra civil levava ao desenvolvimento de relações de tipo socialista muito para além das possibilidades económicas daquela época<sup>393</sup>. Mas depois de estar implantado o stalinismo, quando a esquerda radical não podia já duvidar de que a verborreia do Partido Comunista cobria uma realidade oposta, era inevitável que a época da guerra civil voltasse à memória e muitos a revissem à luz das novas experiências, indagando se teria então ocorrido uma antecipação do comunismo, ensaiada em condições adversas e que degenerara posteriormente, ou se teria surgido o primeiro esboço de um escravismo de Estado, realizado prematuramente em virtude das exigências da guerra. Ambas as coisas, talvez, no intrincado jogo de forças e no equilíbrio precário que sempre ocorrem durante a fase em que um processo revolucionário é recuperado e se converte no seu oposto.

A partir do primeiro plano quinquenal, a intervenção da polícia política na esfera económica converteu-se num método normal de administração das empresas e de organização do trabalho, a todos os níveis. A incapacidade de cumprir os objectivos cada vez mais fantasistas do plano era considerada uma sabotagem e do mesmo modo eram classificados os acidentes e as deficiências devidos à má qualidade das máquinas e das peças, tal como eram punidos enquanto sabotadores os culpados de absentismo ou de meros atrasos. Taxas de crescimento económico tão extravagantes jamais teriam passado do papel para a realidade sem a repressão de que eram vítimas os directores de fábricas, os contramestres e os simples operários. A ameaça permanente da polícia tornara-se a face oculta da emulação e do entusiasmo colectivo. Logo em Março de 1928 o governo decretou que se procedesse a «um maior uso do trabalho penal» com o objectivo de «realizar uma série de projectos económicos com grande economia de custos»<sup>394</sup>. Em Novembro do ano seguinte foi publicado um decreto autorizando que as pessoas condenadas à prisão por um período superior a dois anos fossem deportadas para campos de trabalho<sup>395</sup> e em 1930 os

<sup>392</sup> Citado em A. Nove (1978) 80. Gorev pertencera ao comité central menchevista em 1920, como se vê em F. I. Dan (2016) 200.

<sup>393</sup> Acerca deste livro de Kritsman, publicado pela primeira vez em 1924, ver L. Szamuely (1974) 100-104. Aliás, note-se que László Szamuely, apesar de defender o recurso às relações mercantis na planificação socialista e se mostrar adverso aos pressupostos que sustentaram o comunismo de guerra, afirmou (pág. 11) que a expropriação sistemática dos capitalistas fora acelerada, entre outros factores, pela «iniciativa espontânea das massas», que levava o processo muito mais longe do que os dirigentes bolchevistas haviam previsto ou desejado.

<sup>394</sup> Citado em D. J. Dallin et al. (1948) 206.

<sup>395</sup> A. Shub [s. d.] 35.

organismos encarregados de preparar os planos quinquenais receberam ordem para «incorporar na economia planificada do país e no plano quinquenal o trabalho executado pelas pessoas sujeitas a penas de privação da liberdade»<sup>396</sup>.

Deste modo o trabalho forçado disseminou-se pela economia soviética. Depois de recordar que «a GPU é um grande *trust* escravista», Margarete Buber-Neumann, que de 1938 até 1940 conheceu por dentro o sistema prisional soviético, observou que «evidentemente, nessas circunstâncias a GPU não poupa nas detenções»<sup>397</sup>. Embora não existam estatísticas oficiais sobre a questão e os historiadores não tenham chegado a um consenso, estimativas aparentemente moderadas avaliaram que em 1933-1935 o número de internados em campos de concentração situar-se-ia entre os três e os cinco milhões. Um autor considerou que no auge das deportações a população concentracionária total seria de três ou quatro milhões, embora outros adiantassem a hipótese de dezassete milhões ou mesmo mais<sup>398</sup>. Escrevendo logo após a morte de Stalin, um

<sup>396</sup> Citado em D. J. Dallin et al. (1948) 208. Ver igualmente A. Shub [s. d.] 35.

<sup>397</sup> M. Buber (1949) 111.

<sup>398</sup> Boris Souvarine, num livro publicado em 1935, calculou em cerca de dez milhões o número de pessoas condenadas ao trabalho forçado na URSS, conforme se encontra referido em *Le Procès des Camps de Concentration Soviétiques*, 40. Mas esta estimativa talvez fosse exagerada, porque no final da segunda guerra mundial — quando os prisioneiros de guerra, as pessoas politicamente suspeitas capturadas nas regiões ocupadas pelo exército soviético, os desertores e outras vítimas das medidas defensivas adoptadas por Stalin aumentaram muitíssimo os efectivos dos campos de concentração — G. Vinatrel (1949) 94 avaliou em mais de nove milhões o número mínimo de condenados ao trabalho forçado e, referindo-se ao mesmo período, D. J. Dallin et al. (1948) 86 situaram-no entre sete e doze milhões. Também durante a segunda guerra mundial, A. Koestler (1961) 164 adiantou como hipótese verosímil que dez por cento da população estivesse nos campos de trabalho, o que equivaleria a dezassete milhões de pessoas. Embora sublinhando o carácter aproximado destes cálculos, S. F. Cohen (1990) 385 e 508 n. 14 considerou que as prisões e os campos de concentração conteriam trinta mil pessoas em 1928, cinco milhões em 1933-1935 e nove milhões no final de 1939. Com efeito, são estes os números que se encontram em David Dallin et al., op. cit., 52 e 54-59. Mais moderados foram A. Shub [s. d.] 35-36, ao estimar em pelo menos três milhões o número de condenados ao trabalho forçado nos meados da década de 1930, e N. M. Jasny referido por I. Deutscher (1969) 60, para quem a população concentracionária no auge das deportações se situaria entre três e quatro milhões. Na audiência de 15 de Dezembro de 1950 do processo movido por David Rousset contra *Les Lettres Françaises* foi chamado a depor Valentín González, o lendário El Campesino, que havia sido um dos principais chefes militares comunistas na guerra civil de Espanha. Com a vitória dos nacionalistas ele partira para a União Soviética, onde entrara em desavença com a linha oficial e fora detido num campo de concentração. El Campesino conseguira a notável proeza de fugir, refugiando-se na Pérsia, mas as autoridades britânicas, num interessante exemplo de cooperação, capturaram-no e devolveram-no à procedência. Internado então num dos mais terríveis campos de trabalho soviéticos, onde lhe deram a incumbência de limpar as latrinas, o indómito prisioneiro repetiu a façanha e escapou-se de novo, desta vez com êxito. Acerca das suas atribulações ver H. Thomas (1965) 776. Afirmou El Campesino no tribunal francês, consoante se lê em *Le Procès...*, 89: «[...] um cálculo objectivo feito com velhos bolchevistas, apoiando-se em toda uma documentação, levante a dizer que no final de 1948 se podia afirmar que tinha havido na Rússia cerca de 19 milhões de russos deportados ou exilados e cerca de 4 milhões de diversas nacionalidades». Mas a expressão é confusa e talvez El Campesino se referisse ao total acumulado ao longo do tempo e não ao número de pessoas presas nos campos de trabalho soviéticos em 1948. Com efeito, Ph. Burrin (2000) 98-99 considerou que entre 1934 e 1947 provavelmente quinze milhões de pessoas passaram pelos campos soviéticos e Ch. Gerlach et al. (2009) 176 situaram esse número entre dezasseis e dezassete milhões. G. T. Rittersporn (2010) 23-24 indicou dados bastante inferiores, considerando que existiam 510 mil detidos em campos de concentração em Janeiro de 1934, 839 mil em Janeiro de 1936, 820 mil em Janeiro de 1937 e 1 milhão e 326 mil em 1939. Mas, pelo contexto, estes números parecem excluir as colónias de trabalho. Situando-se muito acima de todas estas estimativas, A. Stanziani (2015) 129 pretendeu que no final da segunda guerra mundial a União Soviética usaria o trabalho forçado de mais de 23,5 milhões de pessoas.

historiador de simpatias trotskistas, fiel à tese do seu mestre de que a economia stalinista possuía uma base socialista, pretendeu que «numa economia em que o número total de operários e empregados é de cerca de quarenta milhões — era superior a trinta milhões antes da segunda guerra mundial — e em que várias outras dezenas de milhões laboram na agricultura colectivizada, o trabalho de quatro milhões de presos é um factor marginal»<sup>399</sup>. Note-se que, segundo os dados fornecidos por um especialista, o número de assalariados em todos os ramos da economia, que era de 11,3 milhões em 1927-1928, subira para 22,8 milhões em 1932, no final do primeiro plano quinquenal<sup>400</sup>. Mas a avaliação global é enganosa. Teremos uma ideia mais realista se tomarmos como termo de comparação o número de trabalhadores industriais, excluindo a pequena indústria e o artesanato, que passou de 3,1 milhões para 6,4 milhões entre aquelas duas datas, e o número de operários da construção, que subiu de 625 mil para 3,1 milhões<sup>401</sup>. Como o trabalho forçado incidia sobretudo na construção, no corte de árvores e nas minas<sup>402</sup>, se for exacto o cálculo — aparentemente modesto — de três milhões de presos obrigados a este tipo de pena, concluímos que no ramo da construção a quantidade de trabalhadores livres não seria muito superior à quantidade dos que laboravam em regime obrigatório. Os presos, sobretudo os deportados, em números sempre mais abundantes, constituíam por vezes quase toda a população das novas cidades<sup>403</sup>, o que permitia ao NKVD dirigir uma economia concentracionária de consideráveis dimensões, baseada no trabalho forçado<sup>404</sup>.

O NKVD tanto explorava directamente os presos em empresas administradas pela própria polícia como os alugava a outras empresas. «Fui testemunha da maneira como a direcção-geral do NKVD negociava os detidos», declarou num tribunal francês um antigo preso dos campos de concentração. «O custo de manutenção de um detido num campo era de 140 rublos por mês. Ora, a direcção do NKVD vendia detidos a instituições soviéticas que precisavam de trabalhadores, por 360 rublos por mês»<sup>405</sup>. Outros cálculos, baseados em dados oficiais, indicam que a manutenção de um prisioneiro representava, em 1932-1933, uma soma anual superior a 500 rublos, enquanto o salário médio anual era, no mesmo período, ligeiramente inferior a 1.500 rublos. «Esta diferença», observaram dois especialistas, «multiplicada pelos milhões de prisioneiros-trabalhadores e pelo número de anos de trabalho, é um importante elemento do fundo de industrialização gover-

<sup>399</sup> I. Deutscher (1969) 60.

<sup>400</sup> A. Nove (1978) 145, 191.

<sup>401</sup> Id., *ibid.*, 195.

<sup>402</sup> D. J. Dallin et al. (1948) 90, 197-199.

<sup>403</sup> A. Nove (1978) 198-199.

<sup>404</sup> Id., *ibid.*, 266.

<sup>405</sup> Depoimento de Georges Ostroverkhov, a 15 de Dezembro de 1950, no processo movido por David Rousset contra *Les Lettres Françaises*, reproduzido em *Le Procès des Camps de Concentration Soviétiques*, 74.



namental»<sup>406</sup>. Aliás, esta fonte de acumulação foi tanto mais considerável quanto os salários médios dos operários haviam subido 174% entre 1926 e 1933, enquanto o custo da alimentação dos prisioneiros aumentara apenas 90% nesse período<sup>407</sup>. O escravismo de Estado contribuiu, portanto, para reduzir os custos de implementação dos planos quinquenais durante a década de 1930, e aqueles dois especialistas procederam a uma boa síntese do sistema stalinista ao referirem a conjugação da industrialização acelerada, da colectivização da agricultura e da generalização do trabalho forçado<sup>408</sup>.

As autoridades prisionais sem dúvida lucravam. Mas será que o conjunto da economia lucrava na mesma medida? Colocava-se aqui, como mais tarde se colocaria no Terceiro Reich, a questão da produtividade do trabalho escravo. Se lermos o discurso de Trotsky no 9º Congresso do partido, em Março de 1920, onde foram adoptadas as suas teses sobre a militarização completa do trabalho, ou a sua intervenção, pouco depois, no 3º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, vemos que, em resposta aos críticos que denunciavam o carácter pouco ou nada produtivo do trabalho forçado, ele afirmou que essa noção constituía um «velho axioma burguês convertido num preconceito» e que, se fosse exacta, a própria via de transição para o socialismo estaria condenada, já que ela se baseava precisamente no trabalho forçado. «[...] as críticas que aqui se ouviram pondo em causa a organização do exército do trabalho são inteiramente dirigidas à organização socialista da economia na nossa fase de transição», declarou Trotsky, que em seguida expôs as suas ideias de maneira ainda mais clara. «[...] durante a fase de transição a coacção desempenha um imenso papel na organização do trabalho e, se o trabalho forçado for improdutivo, então a nossa economia está condenada. [...] se a coacção for incompatível com a produtividade do trabalho, então, por mais espertos que sejamos e o quer que façamos, estaremos fatalmente votados ao declínio económico». O regime bolchevista, pela voz daquele que era então um dos seus mais distintos representantes, identificara-se peremptoriamente com o trabalho forçado. «Sem as formas de coacção governamental que constituem o fundamento da militarização do trabalho, a substituição da economia capitalista pela economia socialista seria uma mera palavra oca», explicou Trotsky aos sindicalistas<sup>409</sup>.

<sup>406</sup> D. J. Dallin et al. (1948) 88.

<sup>407</sup> Id., *ibid.*, 88. Porém, como indicou A. Nove (1978) 199-200, 203-206 e 246-250, o aumento substancial dos salários nominais fora parcialmente compensado por um declínio do poder de compra real.

<sup>408</sup> D. J. Dallin et al. (1948) 201.

<sup>409</sup> Longas passagens do discurso de Trotsky no 9º Congresso do partido vêm transcritas em L. Szamuely (1974) 43-44. As citações a que procedi encontram-se na pág. 44. Trotsky repetiu os seus argumentos no 3º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos e incluiu esta intervenção em L. Trotsky (1963 b) 201 e segs. A passagem que citei vem na pág. 213. Ver igualmente M. Brinton (1972) 64 e I. Deutscher (1972) II 403-404.

No 3º Congresso Pan-Russo dos Sindicatos haviam sido os menchevistas a declarar que «o trabalho obrigatório foi sempre pouco produtivo»<sup>410</sup>, o que aliás permitiu a Trotsky denegrir esta tese com mais convicção ainda<sup>411</sup>. Com efeito, o dirigente menchevista Fyodor Dan, depois de classificar aquelas medidas de Trotsky como a «utopia do exército do trabalho», afirmou que «a produtividade dos exércitos do trabalho era mínima, enquanto os custos da sua manutenção eram enormes», o que os convertia numa «fantasia burocrática impraticável»<sup>412</sup>. Malgrado as convicções de Trotsky, o «velho axioma burguês» continuava a ser válido, e mesmo apesar de o trabalho escravo não estar ligado na União Soviética a uma política de genocídio, como esteve no Terceiro Reich, ele revelou-se pouco produtivo. Depois de indicarem que as autoridades soviéticas pretenderam resolver o problema da baixa produtividade do trabalho em sistema concentracionário introduzindo uma diferenciação nas rações consoante o volume da actividade realizada e a diligência demonstrada, além de terem recorrido ainda a outros tipos de incentivo, dois críticos calcularam que a produtividade média do trabalho forçado soviético não chegava a metade da do trabalho livre, a qual, por sua vez, era pouco elevada<sup>413</sup>. Aliás, várias declarações oficiais reconheceram a baixa produtividade nos campos de trabalho forçado<sup>414</sup> e Victor Serge chamou a atenção para a outra face do problema ao escrever que «a abundância de mão-de-obra nas penitenciárias não compensa decerto os prejuízos sofridos pela produção devido à eliminação brutal de uma percentagem elevada de trabalhadores qualificados»<sup>415</sup>. Mas a palavra final coube a Lavrentiy Beria, que desde o final de 1938 até ao começo de 1946 esteve à frente do NKVD e que, convencido de que o trabalho forçado era menos eficiente do que o livre, ainda em vida de Stalin procurara discretamente introduzir incentivos materiais no sistema concentracionário e, logo após a morte de Stalin, promoveu um conjunto de reformas com o objectivo de pôr fim à dependência em que a economia se encontrava relativamente ao trabalho escravo e limitar as funções económicas da polícia secreta<sup>416</sup>. Beria foi assassinado pouco depois, mas os dirigentes soviéticos adoptaram as suas medidas e é um paradoxo irónico que um sistema de trabalho que começou por ter em Trotsky o principal apologista fosse desmontado por iniciativa de Beria.

Instaurando ambos os países um escravismo de Estado de consideráveis dimensões, que deparava com problemas de produtividade similares, a União Soviética e o Terceiro Reich parece

<sup>410</sup> Ver a moção citada em L. Trotsky (1963 b) 210.

<sup>411</sup> Id., *ibid.*, 210 e segs.

<sup>412</sup> F. I. Dan (2016) 67.

<sup>413</sup> D. J. Dallin et al. (1948) 100-103, 105.

<sup>414</sup> Id., *ibid.*, 105-106.

<sup>415</sup> Victor Serge, *Destin d'une Révolution. URSS 1917-1937*, em J. Rière et al. (orgs. 2001) 365.

<sup>416</sup> D. Priestland (2010) 448-449.

terem constituído, em conjunto, um novo modo de produção, assente num novo sistema de exploração. A história teria seguido, assim, um curso lógico e inexorável quando Ribbentrop e Molotov assinaram em Agosto de 1939 o célebre pacto, e os dirigentes nacional-socialistas aproveitaram o período em que vigorou a sua aliança com Moscovo para enviar à União Soviética várias comissões técnicas encarregadas de estudar o sistema concentracionário<sup>417</sup>. O «com-fascismo», cuja existência Volodia Smirnov havia detectado teoricamente, evidenciava-se na prática e a convergência dos dois regimes acelerava o novo modo de produção. Depois de derrotado o movimento operário e vedada a alternativa socialista, iniciara-se uma nova barbárie; e o capitalismo, que não morrera às mãos dos trabalhadores, ia ser metodicamente liquidado pelos gestores. Os obscuros teóricos que haviam antecipado tudo isto estavam à beira de ver confirmados os seus argumentos. Mas não viram. Em Junho de 1941 as alianças inverteram-se e quatro anos mais tarde o Terceiro Reich, com o seu escravismo de Estado, acabou vencido pela União Soviética, da qual parecia um perverso reflexo, associada aos Estados Unidos do *New Deal*, expressão capitalista clássica da mais-valia relativa e da mobilidade da mão-de-obra.

Porém, as duas modalidades de escravismo de Estado não coincidiram inteiramente, como indica o facto de na URSS o trabalho escravo dedicado à produção de munições ter superado muito os resultados obtidos pelo trabalho escravo no Terceiro Reich<sup>418</sup>. A divergência observa-se igualmente na utilização dos prisioneiros de guerra, já que na URSS não houve nenhuma directiva de liquidação física massiva e se muitos milhares de prisioneiros de guerra morreram ali de fome, exaustão ou doença, isto parece ter-se devido à incapacidade administrativa de recebê-los e transportá-los em tão grande número e não a uma política deliberada de genocídio<sup>419</sup>. Por outro lado, os numerosos casos de assassinato deveram-se à iniciativa de soldados ou oficiais de baixa patente<sup>420</sup>. Num balanço final, morreram 15% dos prisioneiros de guerra detidos pelos soviéticos e 57% dos detidos pelos nacional-socialistas<sup>421</sup>, e bastam estes números para indicar a diferença de perspectivas. «As autoridades soviéticas», afirmaram dois historiadores, «estavam obcecadas com uma preocupação: explorar “racionalmente” toda a força de trabalho disponível entre os prisioneiros de guerra para satisfazer as necessidades da reconstrução e repatriar todos os que eram incapazes de trabalhar (especialmente os inválidos e doentes)»<sup>422</sup>. Com efeito, segundo dados soviéticos, durante o ano de 1945 mais de um milhão de prisioneiros

<sup>417</sup> D. J. Dallin et al. (1948) 86.

<sup>418</sup> A. Beevor (2010) 202.

<sup>419</sup> Ch. Gerlach et al. (2009) 167, 168; G. MacDonogh (2009) 420-425.

<sup>420</sup> Ch. Gerlach et al. (2009) 166-167; G. MacDonogh (2009) *passim*.

<sup>421</sup> Ch. Gerlach et al. (2009) 170.

<sup>422</sup> Id., *ibid.*, 168.

de guerra, na grande maioria inválidos, foram enviados para os países de origem<sup>423</sup>. Os outros foram empregues produtivamente e na conferência de Teerão, reunida no final de 1943, Stalin anunciou a intenção de usar o trabalho forçado de quatro milhões de germanos para reconstruírem o que a *Whermacht* havia destruído<sup>424</sup>, mas o programa acabou por envolver números mais modestos. Segundo as autoridades soviéticas, já no Verão de 1944 80% dos prisioneiros de guerra estavam a trabalhar, e o afluxo de prisioneiros aumentou muitíssimo nos últimos meses do conflito e mais ainda após a rendição das forças do Reich<sup>425</sup>. Em 1946, dos cerca de dois milhões de prisioneiros de guerra, aproximadamente metade foi empregue no sector da construção e em indústrias afins e um pouco mais de um quinto estava ocupado no sector energético<sup>426</sup>. Ao contrário do que sucedera com os prisioneiros de guerra no Reich, na União Soviética não ocorreu nem a liquidação imediata nem o extermínio pelo trabalho, mas o grau de produtividade dessa mão-de-obra seria certamente baixo, porque foi utilizada em condições semelhantes às dos soviéticos condenados ao trabalho forçado e muitas vezes penavam lado a lado nas mesmas equipas<sup>427</sup>. Assim, o trabalho forçado dos prisioneiros de guerra confundiu-se na União Soviética com o trabalho forçado dos demais presos, suscitando o mesmo tipo de problemas decorrentes da baixa produtividade e agravando-os até, visto que aumentara muito o número de pessoas submetidas ao escravismo de Estado. Devemos admitir, então, que nos anos seguintes ao final da guerra o regime soviético conferisse novo alento ao metacapitalismo que o Terceiro Reich havia instaurado nos territórios ocupados de Leste?

Mas com a morte de Stalin e mesmo depois do assassinato de Beria as modificações operadas no *bureau* político levaram o regime soviético a experimentar formas mais liberais, desmantelando o sistema concentracionário ou pelo menos retirando-lhe a importância económica, até que finalmente a própria União Soviética foi desarticulada pelo irreprimível avanço da mais-valia relativa e da transnacionalização do capital. Num último balanço, aqueles teóricos que haviam previsto a convergência do fascismo e do comunismo soviético num mesmo escravismo de Estado, sob a égide de uma classe de gestores, enganaram-se redondamente quanto ao futuro e por isso são hoje postos de lado por quase toda a gente.

São relegados sem razão porque, se se iludiram nas previsões, não erraram na caracterização da época em que viveram. A derrota do nacional-socialismo não apagou o seu passado.

<sup>423</sup> Id., *ibid.*, 168.

<sup>424</sup> Id., *ibid.*, 167-168.

<sup>425</sup> Id., *ibid.*, 168.

<sup>426</sup> Id., *ibid.*, 168-169.

<sup>427</sup> Id., *ibid.*, 169.

E o escravismo de Estado, se deixou de existir, não perdeu a realidade histórica pelo facto de Hitler e Himmler se terem suicidado e os campos de trabalho soviéticos se terem esvaziado. A questão permanece inteiramente por resolver. O Führer e os seus acólitos, desinteressados dos mecanismos da economia e contentando-se em deixar o mundo dos negócios a cargo dos capitalistas, acabaram por provocar uma profundíssima remodelação económica. Destruíram no Leste da Europa as formas de funcionamento do capital e instauraram um novo regime económico e social, que aparentemente foi um novo modo de produção. E apesar de o terem feito no quadro de uma política exclusivamente rúcica, esse regime assemelhou-se, em alguns dos seus traços decisivos, àquele que a União Soviética implantara através de uma política estritamente de classe. Este paradoxo e o papel dos gestores nesta circunvolução da história são o problema crucial daquela época.

Parte 3  
CONVERGÊNCIAS ENTRE A DIREITA NACIONAL  
E A ESQUERDA SOCIAL

# Capítulo 1

## A «NAÇÃO PROLETÁRIA»

### 1. O marxismo entre o racionalismo da burguesia revolucionária e o irracionalismo dos românticos contra-revolucionários

Na génese da cultura capitalista Karl Mannheim discerniu uma articulação entre a corrente principal, constituída pelo pensamento abstracto, racionalista e quantificador, típico da burguesia, e outra corrente, ao mesmo tempo oposta e complementar, de feição conservadora, que restaurou os temas arcaicos do irracionalismo e renovou a visão tradicional da realidade, concreta e qualitativa. A ideologia conservadora desenvolveu-se a partir das camadas sociais que haviam sido excluídas pelo processo de racionalização capitalista ou que nele não haviam tomado parte activa. Foi neste meio que continuou a vigorar uma concepção concreta e orgânica da situação humana, recusando a operação fundamental do racionalismo burguês, que consiste em desestruturar as relações e particularizar os indivíduos, reduzindo-os a entidades jurídicas abstractas e mutuamente equivalentes. «A importância sociológica do romantismo consiste no êxito com que, enquanto reacção anti-iluminista de um pensamento baseado na experiência [...], conseguiu elaborar num nível consciente formas e conteúdos de vida arcaicos e em declínio, e usá-los em oposição ao estilo racionalista de pensamento. O romantismo deu continuidade precisamente àquelas atitudes e esferas de vida que sobreviviam subterraneamente e de maneira apenas residual, e que o racionalismo burguês ameaçava de extinção». O mero facto, porém, de renovar as tradições num plano de oposição consciente à razão teve como consequência que o pensamento romântico se deixou infiltrar por aquele mesmo iluminismo ao qual se opunha, de maneira que o irracionalismo tornou-se objecto de reflexão, passando a ser encarado numa perspectiva racional. Contrariamente às suas aspirações ideológicas, o conservadorismo romântico acabou por ampliar o campo da razão, incluindo nele métodos de conhecimento e conteúdos que escapavam completamente ao racionalismo burguês<sup>1</sup>.

O especial interesse destas observações de Mannheim começa no momento em que nos

<sup>1</sup> Para este conjunto de teses ver K. Mannheim (1986) 63-66. A passagem citada vem na pág. 65. É interessante considerar que para Fichte a busca do irracional, que ele chamou o «supra-sensível», no interior da própria razão teria começado com Leibniz, que deste modo fundara a filosofia alemã moderna. Ver J. G. Fichte (1975) 144.

mostra a classe trabalhadora a buscar inspiração para a sua crítica revolucionária ao capitalismo no universo ideológico do romantismo, que constituíra até então, embora do outro lado do espectro político, a única corrente de pensamento hostil ao mundo burguês. O quadro de interferências é complexo. As forças sociais que sustentavam o conservadorismo romântico, ou entre as quais ele encontrava eco, tinham origem no mundo pré-capitalista e apareciam por isso como representantes da tradição, contra o progresso. Mas o proletariado é um produto social do capitalismo, sem vínculos anteriores nem outras raízes históricas que não sejam as do progresso. Por isso as formas de pensamento da classe trabalhadora não excluem o racionalismo. Seguindo neste aspecto os ensinamentos de Max Weber, que considerava a burocratização como a operacionalidade da razão, em virtude da sua capacidade de reduzir os casos particulares a expressões de uma norma geral, Mannheim viu na tendência para a burocratização das revoltas operárias a garantia da extrema racionalidade desta classe social. Porém, o anticapitalismo revolucionário dos trabalhadores sofreu também a influência do outro extremo e integrou nas suas preocupações próprias não o conteúdo ideológico, mas as formas de pensamento desenvolvidas pelo anticapitalismo contra-revolucionário dos românticos<sup>2</sup>.

Nesta conjugação entre um racionalismo pós-burguês e um irracionalismo pré-capitalista residia para Mannheim a especificidade do pensamento proletário. A estigmatização do carácter abstracto das relações humanas no capitalismo, que seria depois indispensável para o desenvolvimento da crítica à alienação e aos mecanismos da exploração, foi na sua origem elaborada no campo conservador<sup>3</sup>. Mas a inspiração emanada da direita antijacobina influenciou sobretudo o operariado radical, atingindo-o no âmago do dinamismo revolucionário. «Enquanto se mantém numa atitude de oposição, a racionalização proletária não pode prescindir do elemento irracional que é necessário para qualquer “acção”». A burguesia comporta-se de acordo com critérios de sucesso estritamente racionais, que minimizam o risco, enquanto os trabalhadores, pelo contrário, conduzem as lutas pelo desejo revolucionário, com todos os perigos inerentes, sem procurarem guiar-se por estimativas prévias de êxito seguro. «[...] o factor indeterminado do ímpeto revolucionário faz com que seja impossível calcular as probabilidades de vitória ou de derrota. É aqui que se torna mais evidente a abertura da “experiência proletária” ao irracional, devida ao lugar social que ocupa. Ela relaciona-se com a feição revolucionária do irracional, com o seu elemento milenarista primitivo. É também nesta relação que mais exactamente se pode definir a sua afini-

<sup>2</sup> K. Mannheim (1986) 67-68.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, 90, 151.



dade interior com aquilo que é contra-revolucionário»<sup>4</sup>. Em suma — e temos aqui o traço mais significativo da tese defendida por Mannheim — não foi na sua vertente moderada e reformista que o movimento operário absorveu as inspirações ideológicas do romantismo conservador, mas na sua projecção radical. Parece que só através de formas de pensamento de conotação irracionalista consegue a acção revolucionária ultrapassar os limites da racionalidade burguesa e abrir os horizontes do impossível.

Nesta perspectiva Mannheim situou no quadro da crítica romântica à razão a origem do modelo lógico prevalente nas organizações radicais do movimento operário, a dialéctica marxista, de raízes hegelianas. Mannheim considerou que a modalidade mais primitiva de crítica ao racionalismo dedutivo, em nome da apologia da vida concreta, consistira na proclamação da pobreza da palavra escrita perante o carácter infinitamente multifacetado da realidade. A partir desta oposição entre o estabelecimento de uma norma geral e abstracta e o ser concreto no seu processo, o romantismo germânico procurara adoptar uma forma de pensamento que reproduzisse directamente a corrente vital, acompanhando a natureza e a realidade social no seu desenvolvimento progressivo e na qualidade inesgotável dos seus aspectos sempre particulares. Enquanto o racionalismo começara por tornar abstracto o presente para lhe conferir em seguida um valor inteiramente genérico e intemporal, o irracionalismo romântico pretendia localizar o pensamento no desdobrar do tempo real, de tal maneira que a génese de ambos tivesse de ser comum. Assim, a crítica à razão jacobina prosseguira em duas vertentes, simultaneamente contra o seu carácter estático e contra as suas ambições generalizadoras, na aspiração de conseguir um pensamento tão multimodo e fluido como a própria vida.

A partir daqui fora possível até rejeitar o pensamento e apelar para o irracional, e muitos românticos o haviam feito. Mas também fora possível desenvolver formas de pensamento que se pretendessem dinâmicas, tal como a vida. Com este objectivo Adam Müller postulou a existência de uma antítese entre o conceito, que é rígido, estático e genérico, e a ideia, fluida e susceptível de desenvolvimento como a realidade, permitindo o pensamento dinâmico. O carácter móvel do processo mental era assegurado pela transmutação de todas as posições intelectuais em antíteses, de maneira a dissolver a rigidez do racionalismo, que operava sempre mediante deduções lineares a partir de princípios únicos. Estas noções de Adam Müller encontraram aceitação nas correntes mais extremas da opinião conservadora, e Bergson copiará mais tarde a divisão entre conceito e ideia, reproduzindo-a quando distinguiu o intelecto, capaz apenas de conceber o

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, 68.

descontínuo e o imóvel, e a intuição, única capaz de conhecer a vida. Mas Bergson levou o irracionalismo a extremos insuspeitados por Müller, ao pretender que a génese do intelecto e a génese dos corpos materiais estariam em relação recíproca a partir de uma origem única, como se os sólidos tivessem sido criados para que o intelecto pudesse exercitar-se. Também outra das sumidades do conservadorismo, Oswald Spengler, sofreu a influência da problemática inaugurada por Müller, e um dos eixos da sua obra maior, *A Decadência do Ocidente*, consiste na distinção entre o processo vivo e os resultados mortos, apreensíveis pelo intelecto e pelo conhecimento. Desta distinção decorria directamente o antagonismo entre cultura e civilização, central no pensamento spengleriano. «O devir “não tem números”», escreveu Spengler numa passagem que parece decalcada de Adam Müller, pois também ele desprezara as cifras. «Só o que carece de vida — ou o vivo, se se prescindir da sua vida — pode ser contado, medido, analisado. O devir puro, a vida, é, nesta acepção, ilimitada e transcende o nexa causal, a lei e a medida»<sup>5</sup>. A ideia de progresso era uma das expressões supremas da linearidade que presidia à concepção racionalista de desenvolvimento temporal. Pelo contrário, o romantismo, para aproximar o pensamento e a vida, tomou como ponto de partida mais de uma posição e reflectiu sob a égide de mais de um princípio. Nesta vertente das ideologias conservadoras, a crítica ao racionalismo, sem recusar a sistematicidade da reflexão, expressou-se nos termos de um pensamento dinâmico. E o dinamismo do pensamento só era possível num quadro de antíteses e polaridades. Na multiplicidade de elementos inter-relacionados e impossíveis de isolar, o pensamento dinâmico converteu-se num pensamento orgânico, pretendendo reproduzir a realidade viva, também ela orgânica e dinâmica, feita de um irrefreável desenvolvimento e de uma infinidade de oposições.

De então em diante tornava-se possível que o pensamento, entendido como processo, aspirasse a participar nas mutações da realidade. «O que se exige», indicou Mannheim, «é que o pensamento seja móvel e cresça — e isto vai já muito além [...] do simples pensar em termos de polaridades. Já não está apenas implícita a proposta de apreender o objecto através de um oposto igualmente rígido, mas a intenção inovadora de tornar o pensamento tão móvel como a própria vida»<sup>6</sup>. Activo no seu dinamismo entre termos antitéticos e pólos opostos, o pensamento romântico realizou-se sob a forma da mediação. Para o racionalismo burguês a análise operava-se através do desmembramento e da fragmentação, e a síntese consistia numa adição, onde o particular desaparecia no geral. Para o romantismo era o estabelecimento de oposições dinâmicas entre

<sup>5</sup> O. Spengler (1942-1944) I 152. Quanto à aversão que Müller sentia pelos números ver R. D'O. Butler (1943) 83.

<sup>6</sup> K. Mannheim (1986) 141-142.

pólos e entre antíteses que constituía a análise, mantendo-se assim a especificidade de cada factor, e a síntese correspondia ao dinamismo da mediação, que congregava os elementos sem nunca lhes retirar o particularismo. Era enquanto mediador que o processo de pensamento podia intervir nos confrontos e tensões constitutivos da realidade. «O dever da pessoa actuante», escreveu Mannheim, «*não é assimilar uma dada situação concreta como um caso particular de uma regra geral ou de um conceito geral, mas experimentar as situações, nas suas mudanças permanentes, como um compromisso entre factores em mudança dinâmica [...]*»<sup>7</sup>. Ao assumir a função de mediador o pensamento dinâmico revelou-se caracterizadamente conservador, capaz de conciliar ou equilibrar as forças opostas em soluções ou compromissos sempre instáveis e precários, de maneira que a actividade de mediação devia reproduzir-se sem cessar. Continuando a seguir os passos de Mannheim no seu estudo das ideias de Adam Müller, é interessante observar que, enquanto o racionalismo burguês apresentava o Estado como um compromisso definitivo entre as partes contraentes, o romantismo contra-revolucionário considerava-o como uma mediação dinâmica e permanentemente mutável entre várias colectividades em choque recíproco. A vocação mediadora era a força viva do pensamento.

Este tipo de abordagem inspirou, por um lado, uma corrente ideológica que transferiu o pensamento dinâmico para a actividade interior do sujeito, renovando o ímpeto subjectivo dos místicos e afastando-se assim de qualquer posicionamento político. Mas, por outro lado, o romantismo continuou a suscitar uma reflexão sobre o pensamento entendido como uma actividade dirigida para a realidade exterior e para a história. A noção dialéctica de síntese, tal como Hegel a desenvolveu, proveio directamente daquela concepção de uma mediação mutável entre termos opostos ou antinómicos. E a noção de síntese presidiu a tal ponto às preocupações de Hegel que ele pretendeu ultrapassar a oposição entre o racionalismo jacobino e o irracionalismo contra-revolucionário, sintetizando ambos num estádio superior da razão, que incluísse a componente dinâmica promovida pelos românticos<sup>8</sup>.

Assim, através da sua tão conhecida filiação hegeliana, a versão marxista da dialéctica surgiu como herdeira de uma concepção dinâmica de pensamento inaugurada pelo romantismo contra-revolucionário. «A ideia de dialéctica [...] parece, à primeira vista, extremamente racionalista, pois representa uma tentativa de impor uma fórmula lógica única à totalidade do processo de

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, 145 (subs. orig.).

<sup>8</sup> O percurso seguido pela concepção dinâmica de pensamento desde a sua génese na crítica romântica do racionalismo até à sua transformação pela dialéctica hegeliana foi analisado em *id.*, *ibid.*, 138-153. Acerca do sistema de polaridades antitéticas na obra de Adam Müller ver igualmente R. Aris (1965) 310 e H. S. Reiss (org. 1955) 28, 143 e segs.

desenvolvimento e de sujeitar a totalidade da realidade histórica à dedução racional». No entanto, continuou Mannheim, esta utilização da razão é de cariz completamente diferente do racionalismo burguês, tal como o vemos aplicado nas ciências da natureza. Tanto o pensamento da burguesia como as formas ideológicas correntes nas organizações operárias reformistas e democráticas são hostis à dialéctica, que representa um tipo de racionalidade visceralmente antiburguês. «Já com Hegel [...] a dialéctica serve para resolver problemas que são, de facto, problemas românticos [...]». Antes de mais, a dialéctica recusa a anulação da especificidade individual que é operada pela razão quantitativa da burguesia. «Enquanto que o carácter único do indivíduo fica perdido em todas as abordagens que têm como objectivo generalizações e leis universais, no pensamento dialéctico o indivíduo faz parte integrante do desenvolvimento único em que consiste a história. A dialéctica propõe-se gerar uma forma de racionalização na qual o racionalismo [...] se transcende a ele próprio. A segunda função de todas as correntes da dialéctica [...] é o esforço por detectar a linha de desenvolvimento *interno* de uma esfera cultural. E também isto constitui como que uma racionalização de uma dimensão irracional [...]. Em terceiro lugar, qualquer abordagem dialéctica se esforça por discernir a significação de um processo. Trata-se [...] de uma forma de racionalidade muito dificilmente conciliável com o positivismo “livre de valores” e antimetafísico, orientado para as ciências da natureza». À última hora, todavia — e a própria lógica dialéctica justifica estas inversões — Mannheim descobriu uma vocação final de racionalismo no movimento revolucionário anticapitalista. «[...] apesar de tudo, a atitude fundamental do [pensamento] “proletário” permanece estritamente racionalista e, na sua tonalidade dominante, está intimamente relacionada com a tendência positivista da filosofia burguesa». Principalmente a hierarquização da estrutura e a definição de um plano socioeconómico determinante representam a adopção da «hierarquia de esferas que gradualmente passou a equivaler à realidade para a consciência burguesa»<sup>9</sup>.

Outro húngaro escrevendo também em alemão, György Lukács, alicerçou a sua obra de 1952 na concepção de que os limites opostos à razão deviam estimulá-la a alcançar um novo patamar e que este processo de superação constituía a dialéctica. O irracionalismo, pelo contrário, parava perante aqueles limites, convertendo-os num absoluto e transformando-os numa pseudo-solução de carácter supra-racional<sup>10</sup>. «E se, perante as realidades, o pensamento [...] parar e se demitir? [...] E se ele hipostasiar a inaptidão de dados conceitos *específicos* para compreender uma dada realidade específica numa inaptidão do pensamento, das concepções e da percepção racional em geral para dominar intelectualmente a essência da realidade? E se se fizer desta

<sup>9</sup> Esta sequência de teses encontra-se em K. Mannheim (1986) 69-70 (sub. orig.).

<sup>10</sup> G. Lukács (1980) 97-100, 104, 145, 161, 167, 322, 413, 424.

necessidade um mérito e a inaptidão para compreender intelectualmente o mundo for apresentada como “percepção superior”, fé, intuição e assim por diante?». O irracionalismo, acrescentou Lukács, «reage às novas questões colocadas pela ciência e pela filosofia assinalando o problema como se fosse a resposta e declarando que a pretensa impossibilidade fundamental de resolver o problema é uma forma superior de compreensão»<sup>11</sup>. Muito bem.

Simplesmente, Lukács confundiu o uso da razão com o conhecimento considerado como aproximação gradual da realidade objectiva, que não é mais do que a epistemologia correspondente ao ideal burguês de progresso. Aliás, naquela obra Lukács fez-se arauto de um progresso beatamente optimista, tachando de irracionalismo qualquer tipo de pessimismo histórico. Ora, para me limitar a um exemplo, Herbert Marcuse adoptou no *One-Dimensional Man* uma perspectiva pessimista, já que considerou que a sociedade industrial avançada fora capaz, no seu interior, de anular a capacidade revolucionária do proletariado e evitar o aparecimento de outros agentes de transformação social, mas isto não impediu que o livro pudesse ser revolucionário, e sem dúvida o foi nas suas implicações, como a história da época mostrou.

Além disso, a noção de que é impossível conhecer a realidade inerte e que o conhecimento é um conhecimento da prática, no sentido de que nós conhecemos aquilo que praticamos, seria uma noção irracionalista na amplíssima acepção dada à palavra por Lukács naquele seu livro. Será, no entanto, legítimo incluir na mesma concepção todos os tipos de processo de conhecimento extra-racional, erigindo o «irracionalismo» de termo descritivo em verdadeiro conceito? O irracionalismo que afirma o prevalecimento da experiência subjectiva imediata, de carácter místico; o irracionalismo que considera o conhecimento como um atributo da inclusão dos indivíduos numa raça e o define como a voz do sangue; e o irracionalismo que supõe que o indivíduo só conhece uma prática constituída pela participação numa pluralidade de práticas sociais — estes três tipos de irracionalismo, para não citar outros, terão entre eles algo mais de comum do que o mero aspecto negativo de recusarem a exclusividade da razão?

Na sua obra de 1952 Lukács revelou-se vítima de duas limitações surpreendentes. Por um lado, a noção de que o conhecimento é conhecimento de uma prática foi confundida com o mero subjectivismo. Ora, mesmo excluindo a possibilidade de um conhecimento em que o sujeito seja imediatamente um grupo social e considerando o problema apenas em termos pessoais, se se conceber cada prática individual enquanto articulação única e específica de aspectos de práticas colectivas, então o conhecimento da prática refere-se a uma realidade que, embora extra-

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, 100, 104 (sub. orig.).

racional, é supra-individual, precisamente o que não sucede com o subjectivismo. Por outro lado, Lukács confundiu o conhecimento da prática com um relativismo de carácter céptico. Todavia, se se conceber que cada prática oposta às demais é erigida em padrão por aqueles que a praticam, então o cepticismo deixa de ter lugar. Nem sempre tem sido entendido que o cepticismo só ilusoriamente é uma posição epistemológica, sendo antes de mais uma atitude de abstenção perante a prática. O facto de aceitar a razão de ser da sua própria prática elimina qualquer sistematicidade da dúvida no plano ideológico, mesmo que a ideologia alheia seja reconhecida como coerente em função da prática alheia. Uma «falsa consciência» só é falsa para aqueles que têm consciência de outra prática.

Para Lukács, como em geral para a ortodoxia marxista, primeiro vinham as descobertas científicas, que eram depois seguidas pela reflexão filosófica, como se as próprias descobertas não fossem desencadeadas por novos quadros de reflexão. Deste modo as descobertas científicas foram remetidas para as forças produtivas, as quais por sua vez foram naturalizadas na forma evolutiva do progresso. O marxismo ortodoxo — e mesmo Marx, embora ele tivesse também recorrido a uma perspectiva diferente — atribuía às forças produtivas materiais um ritmo de crescimento próprio, que determinava o progresso social. Em sentido inverso, considerava-se que as relações sociais, embora pudessem opor obstáculos temporários ao avanço das forças produtivas, não estavam na origem deste avanço. As forças produtivas ficavam assim convertidas em padrão e critério da história. Quando se consideram outras implicações do marxismo, é bizarro que aqui as relações sociais só adquirissem autonomia na sua modalidade reaccionária, virando-se contra as forças produtivas; e assumissem uma existência progressiva anulando a sua especificidade e tornando-se transparentes perante as forças produtivas. Um modelo deste tipo conferia ao pensamento progressivo as mesmas características que atribuía às forças produtivas, naturalizando-o e dando-lhe uma orientação evolutiva.

Só admitindo, como fez Lukács em 1952, que o processo cognitivo é um reflexo do processo natural e assimilando a prática ao processo natural, através da assimilação da revolução ao progresso e da definição do progresso como uma lei evolutiva, é que o conhecimento da prática pode não exceder os limites da razão. Lukács considerou as ideologias reaccionárias como falsas, incapazes de conceber a prática, e reservou o conhecimento da prática às ideologias revolucionárias, entendidas como a ideologia do proletariado e, antes dela, a ideologia da burguesia na fase em que lutara contra o *Ancien Régime*. O progresso do conhecimento corresponderia, assim, ao desenvolvimento do processo revolucionário, começando na passagem da fase burguesa à fase proletária e prolongando-se pelos sucessivos estádios da fase proletária. E como a prática correcta

(cada vez mais correcta) corresponderia à realidade objectiva, o conhecimento revolucionário (cada vez mais revolucionário) apreenderia (apreenderia cada vez mais) a realidade objectiva. O modelo de Hegel, identificando a História com o desenvolvimento do Espírito, foi aqui de grande utilidade para Lukács, que erigiu a ideologia do proletariado em Ideia da História e identificou o processo revolucionário comunista com a totalidade do progresso histórico. Mannheim concitou a ira de Lukács por profanar o tabernáculo, pois aplicou a dialéctica à própria dialéctica materialista e relativizou a ideologia do proletariado, explicando-a pelos interesses de classe e por circunstâncias históricas específicas<sup>12</sup>. Que lugar restava para a ortodoxia, que enquanto padrão não pode depender de uma justificação exterior? Contra qualquer tipo de relativismo, no seu livro de 1952 Lukács admitiu uma verdade absoluta porque assimilou à revolução a verdade objectiva, o que era uma forma tão ingénua de naturalizar os anseios sociais da classe trabalhadora como o «direito natural» fora uma forma ingénua de naturalizar as pretensões da burguesia. Ficou assim unido num mesmo modelo ideológico o jovem Lukács ao Lukács da maturidade, só que agora a prática deixou de constituir uma instância específica, recusadas umas como falsas práticas e identificadas as outras com a realidade objectiva. Por isso a passagem da razão a um estágio superior, através da dialéctica, podia ser para Lukács um processo estritamente cognitivo, diluindo-se a prática na realidade natural.

Há que definir a diferença entre o irracionalismo que Mannheim atribuiu ao proletariado revolucionário e o irracionalismo na acepção usada por Lukács em 1952. Para Mannheim o proletariado comportava-se de maneira irracionalista ao determinar a sua acção por um horizonte prático a longo prazo, alheio à cadeia de raciocínios dedutivos, quantificadores e abstractos, em que cada acção reivindicativa era avaliada em termos de custos e benefícios imediatos. A este respeito é curioso observar que Lukács, que na sua juventude fora também discípulo de Max Weber, considerou igualmente racional, na acepção dada ao termo por Mannheim, a estratégia reivindicativa da social-democracia alemã durante o império e a república de Weimar. Mas Lukács preferiu classificar como falsa essa racionalidade e contrapor-lhe outra razão, a razão revolucionária, remetendo o irracionalismo moderno apenas para o campo do fascismo e explicando assim a sedução de uma parte da classe trabalhadora pelos mitos hitlerianos<sup>13</sup>, enquanto Mannheim atribuiu ao proletariado um carácter irracional sempre que ele se libertava da razão burguesa e reformista. Esta irracionalidade mannheimiana, convertida pela prática em novo critério, ia fundamentar outra racionalidade, enquanto os irracionalistas a que Lukács se referia paravam perante

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, 634-636.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, 81-82.

esse estágio de fundação de uma nova racionalidade. Só a quatro páginas do final da obra, nos elogios que teceu ao movimento pela paz que mobilizava então centenas de milhões de pessoas, Lukács admitiu, de maneira inesperada, que o irracionalismo pudesse servir para alcançar um novo patamar de racionalidade. «Na sua essência, os quinhentos milhões de assinaturas do protesto de Estocolmo contra a guerra atômica indicam também uma revolta instintiva das massas [...]». E Lukács assinalou que, ao contrário dos anteriores movimentos pela paz, surgidos apenas com o prolongamento das carnificinas e o agravamento das dificuldades económicas, «este movimento de massas irrompe *antes* de uma guerra, ainda que também *durante* a Guerra Fria. Por isso ele tem um carácter preventivo e é muito mais do que uma mera reacção a factos históricos definitivos. Basta isto para elevar o movimento acima do plano puramente espontâneo ou emocional. Todas as tentativas para evitar algo implicam um desejo consciente e racional de controlar os acontecimentos futuros». «Esta espontaneidade», concluiu Lukács, enfermado assim pelo seu próprio epílogo a tese central de um livro todo ele devotado a exprobrar os efeitos nefastos de qualquer irracionalismo, «apresenta uma fisionomia fundamentalmente nova: a da razão na espontaneidade»<sup>14</sup>.

A crítica irracionalista à burguesia foi profundamente diferente consoante nasceu na direita ou na esquerda do espectro político. Os românticos reaccionários eram anticapitalistas de um modo negativo, já que representavam uma sociedade historicamente em extinção e estavam, portanto, desprovidos de princípios sociais criativos. Nada lhes restava senão deterem-se perante os limites que opunham à razão burguesa, porque eles mesmos nada possuíam para seguir além. Todavia, é possível pensar que a classe trabalhadora dê origem a um novo racionalismo porque, na medida em que luta contra o capital, contém os princípios constitutivos de uma nova sociedade. E assim, colocado entre a negação irracional da razão burguesa — irracional segundo os critérios da razão burguesa — e a necessidade de desenvolver uma nova razão — racional porque correspondente a novos critérios — o proletariado revolucionário não pode senão ser dialéctico. A dialéctica proletária consiste, em suma, na superação de uma racionalidade por outra através da intromissão irracional de uma prática, e na superação desta irracionalidade através da nova razão que é constituída sobre essa prática. A prática do proletariado revolucionário sustenta uma atitude irracional porque os interesses fundamentais de classe, que são interesses práticos, convertem-se para o proletariado no *a priori* de todo o uso da razão. E ao conceber racionalmente esses interesses de classe a razão revolucionária funda neles um novo racionalismo. O facto de esta nova racionalidade assentar num *a priori* prático faz com que a irracionalidade permaneça estrutu-

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, 849-850 (subs. orig.).



ralmente contida no processo, ocupando nele, aliás, o lugar central; e o facto de este *a priori* prático ser concebido racionalmente faz com que a ideologia do proletariado revolucionário supere o irracionalismo. Na opinião de Mannheim, tal como eu a entendo, a dialéctica proletária não seria, como na obra de Lukács de 1952, um processo interno à razão, mas a forma racional de conjugar duas razões opostas através da referência extra-racional a uma prática.

O ataque de Lukács à destruição da razão pode ser lido como uma tentativa de operar na história da filosofia moderna um corte absoluto entre, por um lado, a dialéctica de Hegel e a sua superação pela dialéctica materialista fundada por Marx e Engels e, por outro lado, as demais correntes, remetidas para o campo do irracionalismo. A qualquer destas correntes irracionalistas, ou assim denominadas, mesmo àquelas cuja noção de processo assenta num dinamismo interno, foi recusada a classificação de dialéctica. Esta limitação irrompe de maneira flagrante quando, a propósito da relação entre psicologia e história, vemos Lukács considerar que Dilthey — mas podia ter sido qualquer outro — «se bem que tivesse adivinhado uma questão dialéctica real, formulou-a e resolveu-a desde início de maneira irracionalista, levando assim ao desaparecimento do seu carácter dialéctico»<sup>15</sup>. Do mesmo modo, ao criticar o neo-hegelianismo do final do século XIX e do começo do século XX, Lukács tomou como uma evidência que o recurso ao vitalismo implicasse sempre, e por si só, uma anulação da dialéctica<sup>16</sup>. Este critério de compartimentos estanques é aflitivamente simplista e corresponde à escamoteação, tanto no plano histórico como no ideológico, das correntes de extrema-esquerda que haviam feito a crítica ao leninismo e que, enquanto Lukács escrevia *A Destruição da Razão*, faziam a crítica ao stalinismo. O uso de elementos do irracionalismo enquanto método provisório de superação do dogmatismo da ortodoxia marxista era algo que o Lukács de 1952 estava politicamente impedido de formular, ou quem sabe se intelectualmente impedido de conceber. Para nos apercebermos da falência da perspectiva usada por Lukács naquela sua obra basta verificar que o irracionalismo lhe serviu para situar Dostoiévsky e Nietzsche no mesmo quadro problemático<sup>17</sup>, quando na verdade cada um deles empregara o irracionalismo para, partindo de problemas idênticos, chegar a conclusões opostas das atingidas pelo outro. Apesar da diatribe que Lukács lhe endereçou por «projectar o irracionalismo no materialismo histórico»<sup>18</sup>, foi Mannheim quem fez uso da dialéctica ao mostrar como na crítica proletária do capitalismo puderam encontrar eco temas e formas de pensamento oriundos da crítica aristocrática da burguesia. Onde Lukács pretendeu desenhar uma delimitação rigorosa, Mannheim

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, 424.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, 547-581.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, 362, 449-451, 731.

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, 635.

observou choques e interferências, assimilações e transformações.

Nesta perspectiva, a dialéctica marxista teria constituído a síntese e a superação das duas componentes da cultura moderna, o irracionalismo romântico e a racionalidade jacobina. Fazendo a razão defrontar a problemática colocada pelo irracionalismo, Marx obrigaria o pensamento burguês a reconhecer a estreiteza dos seus limites e levaria avante, paradoxalmente, a crítica conservadora. Ao mesmo tempo, porém, sujeitando a um modelo lógico rigoroso e hierarquicamente estruturado os temas propostos pela crítica à razão, Marx derrotaria o irracionalismo, na medida em que teria apontado para as suas questões uma solução de ordem racional. Afinal, na articulação contraditória do jacobinismo e do romantismo, a dialéctica marxista representaria a superação da razão burguesa pelo recurso ao irracionalismo e a sua passagem a um novo estádio, historicamente superior. A crítica à razão teria servido, em suma, para levar a razão a ultrapassar os seus limites. Mas o que podemos então encontrar na ideologia do proletariado revolucionário e antes de mais na dialéctica de Marx? Uma apologia da razão, capaz de ir além das fronteiras que lhe pareceriam inerentes e desvendar de maneira inovadora problemas que antes escapavam à sua visão? Ou um perverso triunfo último do irracionalismo, graças ao qual, aos seus temas e à sua dinâmica única, a razão burguesa foi transformada em algo oposto? Por mais importantes que sejam as reflexões de Mannheim, elas não resolvem por si só o problema. Será que o marxismo constitui uma síntese ou, pelo contrário, uma tensão ideológica permanente entre a razão e a crítica irracionalista da razão?

Mas nem sequer esta dualidade, e a escolha que nela fizemos, solucionam a questão. Influências e assimilações representam uma teia de percursos, e só a análise histórica permite definir, em cada época, em cada situação, qual o sentido dominante nesses percursos. Que as ideologias do movimento operário, naquilo que possuem de fundamental, ou seja, nas formas lógicas de pensamento mais do que nos temas e conteúdos específicos, se têm situado na convergência do racionalismo jacobino e do irracionalismo romântico — esta é uma indicação metodológica preciosa, que aponta para onde devemos dirigir o olhar. Aquilo que vimos, porém, resulta do jogo das forças sociais. Em que medida a classe trabalhadora se submeteu ideologicamente ao racionalismo burguês? Em que medida veiculou a inspiração do irracionalismo contra-revolucionário? Em que medida conseguiu converter um entrecruzar de influências contraditórias numa síntese de novo tipo e desenvolver a partir daí uma ruptura ideológica?

## 2. Marx e Engels transpuseram a luta de classes para a luta de nações

### 1

No conjunto das obras de Karl Marx e Friedrich Engels existe uma curiosa dualidade de perspectivas. Por um lado, nos seus textos económicos e nos programas políticos de longo prazo os dois fundadores do comunismo moderno expuseram de maneira abstracta o bem conhecido modelo, afirmando que os mecanismos da exploração dividem a sociedade capitalista em classes antagónicas, cuja luta constitui o motor da história. A própria noção de economia se modificou, passando a definir-se em função dos mecanismos da exploração. Por outro lado, porém, nas análises concretas, na descrição dos processos revolucionários e em inúmeros textos de circunstância Marx e Engels recorreram a um modelo oposto, trocando a definição das classes pela evocação de uma pluralidade de grupos sociais caracterizados empiricamente, através da conotação política de cada um. Não se tratava de distinguir em cada classe os diversos estratos que a compunham, mas de sobrepor à divisão em classes uma divisão supraclassista, que atribuía os movimentos históricos a disputas de interesses nacionais, condicionados pelo que mais tarde haveria de se chamar geopolítica<sup>19</sup>. Para o leitor comum, que do marxismo conheça apenas os textos do primeiro tipo ou só deles tenha ouvido falar, será talvez surpreendente saber que Engels explicou a dinâmica da revolução francesa pela guerra entre a França revolucionária e as potências reaccionárias europeias e considerou que teriam sido as vitórias e as derrotas militares a determinar as modalidades e os resultados da luta entre as classes sociais no interior do país, em vez de ser o confronto das classes a orientar o curso da guerra<sup>20</sup>. Já em 1848 Engels sustentara que a revolução democrática na Alemanha e a unificação do país só poderiam ser alcançadas através de uma guerra contra a Rússia e que este factor externo determinaria o processo interno de lutas sociais<sup>21</sup>.

Sob esse ponto de vista, o grande acontecimento da segunda metade do século XIX consistiria na guerra, cuja iminência Marx e Engels tantas vezes se enganaram ao anunciar, entre a autocracia russa e os radicais da Europa ocidental, os alemães sobretudo. A obsessão anti-

<sup>19</sup> Observou G. Arrighi (2008) 74 n. 2 que «em algumas das suas análises históricas — mais especialmente da luta de classes em França — o próprio Marx desiste da sua crítica à economia política, define os interesses de classe em referência a um espaço político-económico nacional [...] e nunca menciona o lar oculto da produção».

<sup>20</sup> Ver a carta de Engels a Kautsky, com data de 20 de Fevereiro de 1889, em R. Dangeville (org. 1970) 115-117 e a sua carta a Adler, de 4 de Dezembro do mesmo ano, em id., *ibid.*, 113-115.

<sup>21</sup> Ver por exemplo o artigo de Engels «O Debate em Frankfurt acerca da Polónia», na *Neue Rheinische Zeitung (Nova Gazeta Renana)*, Agosto de 1848, em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 94.

eslava foi a trama que sustentou as visões políticas de Marx e de Engels<sup>22</sup>. E os interesses próprios da classe trabalhadora, que no modelo abstracto eram postulados como determinantes, encontravam-se remetidos no modelo empírico para um confronto entre alianças nacionais, conduzida uma pela facção reaccionária, a outra pela facção progressiva, das respectivas classes dominantes. Assim, nos estudos concretos e nos artigos de intervenção os dois amigos, em vez de se concentrarem na realidade supranacional do proletariado enquanto classe explorada, tomaram como critério de classificação a posição política relativamente ao Estado e reduziram as perspectivas de futuro a variações em torno do tema da nação. Talvez se explique deste modo a paradoxal ausência de lutas sociais em *O Capital*, pois o carácter estritamente teórico e abstracto desta obra não deixava lugar para conflitos que o autor só era capaz de relatar em termos de jogos políticos estatais e de choques de interesses entre nações. A dualidade entre a economia e a geopolítica correspondeu, para os criadores do marxismo, à diferença entre a síntese abstracta e a análise concreta, e nunca resolveram a tensão entre o modelo económico, que definia a existência mundial dos trabalhadores e dos capitalistas, e o terreno de referências empírico, que remetia exclusivamente para a problemática do Estado e da nação. Tomando-se por um especialista de estado-maior, Engels dedicou muitíssimo mais páginas a perorar sobre questões de táctica militar e a congeminar planos de organização de exércitos do que a analisar as condições efectivas de luta dos trabalhadores. Nos textos de intervenção política, que lhes deveriam ter servido para ligar a teoria à prática, ele e o seu amigo Marx operaram na teoria uma alteração profunda e, afinal, converteram-na numa teoria contrária, dando ao antagonismo entre a classe revolucionária e a classe reaccionária a forma de uma «luta entre nações revolucionárias e nações contra-revolucionárias», consoante os termos inúmeras vezes repetidos. Esta transformação da luta de classes em luta de nações ou, talvez mais exactamente, esta conversão de cada um dos campos das lutas nacionais em representante de uma ou outra classe social abriu a brecha teórica e prática onde mais tarde o fascismo haveria de se instalar.

A posição assumida por Marx e Engels relativamente ao movimento revolucionário que em 1848 e 1849 abalou os estados germânicos e o Império Austro-Húngaro foi inteiramente condicionada pela perspectiva geopolítica. É certo que as tendências retrógradas eram ainda muito fortes entre o incipiente proletariado urbano alemão e que grande parte dos seus membros procurava junto à burguesia progressista uma direcção política que não sabia encontrar na sua própria

<sup>22</sup> Para as declarações de Engels a este respeito em 1848 e 1849 ver R. Rosdolsky (1980) 12-13, 40 n. 31, 80 e 83-85. Consultar também R. Dangeville (org. 1970) 260. A. Kriegel (1972) 632 recordou «a luta contra o absolutismo russo que, como é sabido, obcecou Marx até ao final da vida». Na verdade, o empenho de Engels nesta cruzada não foi menor.

classe. Apesar disto, as organizações operárias proliferavam e, além de reivindicarem a melhoria das condições de vida, representavam a hostilidade dos trabalhadores à burguesia. Em Berlim o chefe de redacção do *Zeitungshalle*, o socialista e hegeliano de esquerda Gustav Julius, escreveu em Março de 1848: «Entre nós, bem como em França e na Inglaterra, ocorreu a ruptura entre a classe burguesa e a classe operária. A luta prossegue não entre monarquia e república, mas entre proletários e proprietários»<sup>23</sup>. Outros panfletários, noutros jornais, proclamaram igualmente que já não eram possíveis os compromissos entre patrões e trabalhadores<sup>24</sup>. E se o programa e a acção prática de Stephan Born e dos seus amigos podem hoje parecer reformistas, nas condições da época eles esforçaram-se por reunir o proletariado industrial em torno dos interesses económicos imediatos, que precisamente o opunham à burguesia e lhe davam uma consciência de classe<sup>25</sup>. Mas Marx e Engels, embora se considerassem a única vanguarda coerente do socialismo, opuseram-se então com o denodo de que eram capazes — e com a má-fé que sabiam empregar — à orientação política que pretendia assegurar a rigorosa autonomia da classe operária através da criação de um partido próprio. Durante aqueles dois anos de guerra civil e agitação revolucionária os dois amigos defenderam a manutenção de uma aliança estreita entre os trabalhadores e os elementos das classes dominantes considerados democráticos, e para isso procuraram diluir a independência organizativa de que o proletariado mal havia começado a dotar-se<sup>26</sup>. Para Marx e Engels tratou-se de muito mais do que uma questão de política interna, por importante que esta fosse, pois dela fizeram depender a estratégia internacional da revolução, e para justificá-la deram livre curso a uma peculiar teoria que restringia a história a certos povos, relegando os restantes para um limbo onde aparentemente não se moveria o tempo social.

As facções da burguesia e da nobreza que nas cidades da futura Alemanha e do Império Austro-Húngaro se erguiam contra o *Ancien Régime* procuravam o apoio do proletariado urbano, igualmente desejoso de ver a queda de um sistema que entravava o progresso da indústria. Mas esses mesmos radicais, tanto aristocratas como burgueses, perdiam fora das cidades qualquer perspectiva revolucionária, ou sequer reformista, e não encontravam outro programa senão a opressão dos camponeses. É perfeitamente compreensível, então, que os camponeses não se sentissem interessados em apoiar a luta dos radicais contra as dinastias alemãs e austríaca e, afinal, fornecessem ao despotismo uma base para restaurar o seu poder e a carne para canhão necessária para impô-lo pelas armas. Esta clivagem social aparecia, contudo, disfarçada sob uma

<sup>23</sup> Citado em J. Droz (1972) 462.

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, 463.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, 463-465, 475-476; A. Rosenberg (1936) 24.

<sup>26</sup> J. Droz (1972) 466-468.

aparência étnica, porque enquanto nas cidades muitos trabalhadores partilhavam com os patrões a ascendência germânica e os outros, de origem eslava, haviam sido assimilados pelo meio cosmopolita e estavam em grande medida germanizados, a sociedade rural encontrava-se geralmente dividida entre o campesinato, de tradição eslava, e os senhores da terra, que formavam uma nobreza germânica ou inteiramente germanizada. O mesmo sucedia nos seus territórios com os senhores húngaros<sup>27</sup>. Um marxista lúcido resumiu a situação afirmando que «as classes dominantes das chamadas nações históricas de 1848-1849 combatiam não só pelos seus Estados nacionais, mas também, e ao mesmo tempo, pelas suas *“esferas de poder nacionais”*, quer dizer, pela continuidade da exploração e da opressão dos “povos servis” existentes até esse momento, enquanto por outro lado, e no essencial, o movimento dos eslavos, considerados exteriores ao curso da história, tinha precisamente origem numa sublevação contra o domínio nacional e social das nobrezas feudais húngara, polaca e alemã [...]». E o mesmo autor acrescentou que «esses eslavos (quer dizer, antes de mais, as massas camponesas eslavas) não actuavam em virtude de motivos *nacionais*, mas *sociais*, porque nos porta-vozes da revolução — e com razão em boa parte dos casos — *reconheciam os seus opressores habituais*»<sup>28</sup>.

Os políticos democráticos, todavia, interpretaram esta situação como se ela decorresse do combate multissecular das culturas germânica e magiar contra os povos eslavos, e justificaram o seu próprio reaccionarismo nas questões rurais atribuindo aos camponeses eslavos um carácter intrinsecamente contra-revolucionário e negando-lhes qualquer direito à emancipação cultural e muito menos nacional. Em 1846, a sangrenta revolta do campesinato da Galícia contra os seus senhores fora apresentada pela nobreza independentista como uma acção de ucranianos politicamente retrógrados e imbuídos de fanatismo religioso, ao serviço do império dos Habsburgos, contra a Polónia democrática. Mas na realidade os rurais tinham deixado aos proprietários fundiários a política declamatória e eles próprios haviam tomado a iniciativa de uma reforma agrária. Ao trucidarem os seus senhores, ao se recusarem a entregar os tributos e até, em alguns casos, ao repartirem entre si as terras senhoriais, os camponeses da Galícia puseram a nu, sem deixar ocasião para dúvidas, o conteúdo social efectivo da democracia tão propalada pela nobreza polaca<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> Nessa época não existiam mais do que rudimentos de uma classe burguesa na Hungria, afirmou R. Rosdolsky (1980) 141 n. 14.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, 97, 152 (subs. orig.). Ver ainda as págs. 133 e 146-149. «Foi o carácter limitadamente burguês (ou antes, burguês-nobiliárquico) da revolução austro-húngara de 1848», escreveu Roman Rosdolsky (pág. 170), «que *impediu* qualquer solução real dos problemas existentes entre as nacionalidades da época, *fazendo aparecer como uma necessidade fatal e inevitável* a atitude contra-revolucionária dos eslavos!» (subs. orig.).

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, 49 e segs., 151-152.

Mesmo os camponeses etnicamente polacos da Galícia ocidental nem sequer queriam ser chamados «polacos», reservando este nome à nobreza rural e à burguesia urbana, e insurgiram-se ao lado dos seus vizinhos ucranianos. Mas os fundadores do marxismo não quiseram, ou não souberam, aprender a lição e Engels apodou de reaccionários os revoltosos galicianos<sup>30</sup>. Os dois amigos, que nas análises abstractas sabiam identificar com precisão as oposições de classe, negaram neste caso aos camponeses qualquer capacidade de agirem em defesa dos seus interesses próprios, ao mesmo tempo que fizeram a apologia da aristocracia fundiária polaca só porque ela se apresentava como democrática contra as autocracias.

Iludindo as circunstâncias históricas que levaram os radicais alemães e húngaros a deparar com as reivindicações sociais e nacionais dos outros povos, Engels formulou uma justificação ideológica para o programa de expansão da burguesia germânica e da nobreza magiar e transfigurou numa mitologia geopolítica as consequências decorrentes de clivagens complexas de classe. Ele aceitou a tese, comum entre os historiadores de língua alemã, que atribuía aos colonos germânicos a introdução da civilização entre os bárbaros do Leste<sup>31</sup>. A historiografia da segunda metade do século XX mostrou que essa tese não possui fundamento e avançou-se muito no estudo dos processos de evolução próprios das sociedades eslavas ocidentais antes da chegada das migrações oriundas do império germânico. É claro que, escrevendo nos meados do século XIX, nem Engels nem Marx podiam ter acesso a pesquisas posteriores, mas não é menos certo que neste caso puseram de lado o seu notável espírito crítico, que em tantos outros contextos lhes permitiu duvidar das verdades vulgares e abrir caminhos de análise novos. A justificação do expansionismo germânico de outrora serviu a Engels de argumento para legitimar as opressões da sua época e o programa imperialista futuro. Na sua opinião, os povos que no passado não tivessem conseguido edificar um sistema estatal internamente sólido e ameaçador para os vizinhos não teriam viabilidade histórica e não poderiam, por isso, reivindicar o direito à autonomia, sendo inatamente contra-revolucionários. «De todas as nações e naçãozinhas da Áustria, só três foram portadoras de progresso e tiveram uma intervenção activa na história, mantendo a sua vitalidade:

<sup>30</sup> P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 59. «Por estranho que pareça», salientou R. Rosdolsky (1980) 66-67, «nem sequer a extrema-esquerda da revolução de 1848, que tinha como guia espiritual a *N[eue] R[heinische] Z[eitung]*, avaliou correctamente as fecundas implicações da questão camponesa na Áustria e as extraordinárias oportunidades que proporcionava à revolução, bem como os graves perigos com que a ameaçava. *É em vão que se procurará na N[eue] R[heinische] Z[eitung] uma análise dos problemas agrários austríacos, um programa concreto para a questão camponesa austríaca* ou, pelo menos, artigos e correspondências de princípios que se ocupassem desta questão» (sub. orig.). Ver igualmente a pág. 147.

<sup>31</sup> R. Rosdolsky (1980) 101 e segs. Especialmente sugestiva é uma passagem transcrita em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 74 e Roman Rosdolsky, op. cit., 109: «[...] os alemães deram-se ao trabalho de civilizar os teimosos checos e eslovenos e de introduzir entre eles o comércio, a indústria, uma agricultura razoável e a educação». Na mesma perspectiva ver Paul Blackstock et al., op. cit., 60-61, 72 e R. Dangeville (org. 1970) 233.

os alemães, os polacos e os magiares. Por isso são agora revolucionárias. Todas as outras tribos e todos os outros povos, grandes e pequenos, têm de imediato a missão de perecer na tempestade revolucionária mundial. Por isso são agora contra-revolucionários»<sup>32</sup>. Ao considerar o desenvolvimento dos aparelhos de Estado como a única história possível, Engels presumia que povos sem uma tradição de formações estatais bem definidas seriam por isso povos sem história e, destituídos de passado, ficariam incapazes de construir um futuro próprio. Como a nação é a área de poder do Estado e a existência do Estado é justificada com o pretexto da aspiração nacional, os povos historicamente desprovidos de Estado, de acordo com as concepções dos dois amigos, não eram dignos de ser reconhecidos enquanto nações. Estavam em tal situação todos os eslavos submetidos à Áustria e à Hungria, salvo os polacos, a única exceção que Marx e Engels admitiam entre a população eslava, por os considerarem uma ponta de lança das sociedades estatizadas do Ocidente no meio da gente do Leste, estranha ao curso da civilização; e os romenos seriam do mesmo modo votados à tutela alheia<sup>33</sup>. O destino destes povos consistia em serem dominados pelos germanos ou pelos húngaros, para não ficarem sob a alçada da autocracia russa. Ou talvez o mecanismo fosse o inverso e a unificação da esfera política germânica se confundisse com uma assumida vocação de hegemonizar os eslavos.

Foi isto que Engels afirmou num artigo de Abril de 1849, destinado a lançar o ridículo sobre as tentativas de formação de um Estado que reunisse a Croácia, a Eslovénia e o que então se denominava ainda Dalmácia. «[...] a Áustria única e centralizada que o governo pretende, e onde, evidentemente, a longo prazo os alemães teriam o predomínio moral, enquanto nação mais civilizada, infunde a essa trindade pan-eslavista mil vezes mais medo do que os magiares, que são já dados por vencidos»<sup>34</sup>. Ao decretar, referindo-se à generalidade dos povos tradicionalmente

<sup>32</sup> Este artigo de Engels, publicado na *Neue Rheinische Zeitung*, 13 de Janeiro de 1849, está antologado em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 59-67 e R. Dangeville (org. 1970) 225-239. A passagem citada vem nas págs. 59 e 229, respectivamente, encontrando-se ainda transcrita em R. Rosdolsky (1980) 126.

<sup>33</sup> R. Rosdolsky (1980) 10, 45 n. 48, 73, 135. Aliás, a ausência de tradição estatal constituía para Engels um critério geral, por isso negava também o direito de autodeterminação aos escoceses, aos galeses, aos bretões e aos bascos. Ver R. Dangeville (org. 1970) 234 e Roman Rosdolsky, op. cit., 123, 135. Numa passagem do seu artigo de 13 de Janeiro de 1849, Engels afirmou que os únicos eslavos que não estavam do lado da contra-revolução eram os polacos, os romenos e os saxões da Transilvânia. Ver P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 59 e Roger Dangeville, op. cit., 229. Mais adiante, porém, Engels classificou os saxões da Transilvânia como «uma nacionalidade absurda» (Dangeville, pág. 232) e, apodando os saxões e os romenos da Transilvânia de «nações [...] degeneradas desde há muito e desprovidas de qualquer força histórica», afirmou que eles se aliaram aos povos contra-revolucionários (Blackstock et al., pág. 65; Dangeville, pág. 236).

<sup>34</sup> Citado em R. Rosdolsky (1980) 43. Engels referia-se ao governo formado em Novembro de 1848, com o príncipe zu Schwarzenberg no lugar de primeiro-ministro. Este governo prosseguiu uma política centralizadora, aglutinando as várias nacionalidades do império em torno do exército e do funcionalismo público e ao mesmo tempo assegurando a hegemonia germânica em ambas as instituições. Todavia, estes planos foram comprometidos pela rivalidade com a Prússia, que impediu a Áustria de assumir o predomínio na esfera germânica. Schwarzenberg morreu em Abril de 1852.



desprovidos de Estado, que «essas nações minúsculas, desde há séculos rebocadas pela história contra a sua própria vontade, têm necessariamente de ser contra-revolucionárias»<sup>35</sup>, Engels não estava apenas a fornecer ao imperialismo germânico uma legitimação de esquerda, mas estimulava-o até nos seus anseios mais profundos, com invectivas rancorosas em que soa o eco dos profetas do Antigo Testamento. «Naquela altura [em 1848] o destino da revolução na Europa oriental dependia da atitude dos checos e dos eslavos meridionais. Nunca esqueceremos que no momento decisivo eles traiçoearam a revolução [...] por causa das suas mesquinhas esperanças nacionais! [...] E por esta cobarde e baixa traição à revolução exerceremos um dia uma vingança sangrenta contra os eslavos», a não ser os polacos, claro, a eterna excepção. «[...] dado que polaco e revolucionário se tornaram sinónimos, também a simpatia de toda a Europa para com os polacos e para com a restauração da sua nacionalidade é por isso tão certa como o ódio de toda a Europa para com os checos, croatas e russos, e como a mais sangrenta guerra revolucionária de todo o Ocidente contra eles». Que cruzada! Para verberar as facetas retrógradas dos nacionalismos eslavos Engels discorreu no quadro igualmente fechado dos nacionalismos antieslavos e não no plano da existência supranacional do proletariado. Enquanto no modelo socioeconómico marxista o internacionalismo decorre da definição genérica da classe trabalhadora, nestes artigos de intervenção política o internacionalismo foi transformado no seu contrário, um imperialismo de nações que se pretendiam democráticas. Na realidade, bastava um tal desejo de expansão para revelar o carácter demagógico do programa de democratização prosseguido pela burguesia urbana e por alguma nobreza em crise. Mas continuemos a ler o artigo de Engels. «À verborreia sentimental sobre a fraternidade, que aqui nos é oferecida em nome das nações contra-revolucionárias da Europa, nós respondemos que o ódio à Rússia foi e continua a ser a primeira paixão revolucionária dos alemães; que desde a revolução se acrescentou o ódio aos checos e aos croatas; e que, em comum com os polacos e os magiares, nós só podemos assegurar a revolução se recorrermos ao mais decidido terrorismo contra esses povos eslavos». Como se tais palavras não fossem suficientemente claras, aquele que um ano antes, num conhecido *Manifesto*, havia ajudado a invocar a união dos proletários de todos os países disse agora: «Luta, “luta implacável de vida ou morte” contra o eslavismo que traiçoea a revolução, luta de aniquilamento e terrorismo sem contemplações, não no interesse da Alemanha, mas no interesse da revolução»<sup>36</sup>. Os

<sup>35</sup> Antologado em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 71 e citado em R. Rosdolsky (1980) 31 n. 72, 99. Ver também Paul Blackstock et al., op. cit., 65. «Os eslavos — voltamos a lembrar que excluimos aqui sistematicamente os polacos — foram sempre obrigatoriamente os principais instrumentos da contra-revolução», asseverou Engels, consoante se lê em Roman Rosdolsky, op. cit., 100-101. Ver igualmente as págs. 110, 122 e 164-165. Passagens no mesmo estilo a respeito dos eslavos meridionais vêm transcritas nas págs. 39-43. Ver ainda, quanto aos eslavos meridionais, Paul Blackstock et al., op. cit., 64-65, 72-74, 77 e segs. e R. Dangeville (org. 1970) 230-231, 234-236.

<sup>36</sup> Estas passagens de um artigo de Engels na *Neue Rheinische Zeitung*, Fevereiro de 1849, encontram-se

mesmos temas inspiraram, com o seu cruento vigor, outro artigo da mesma época. «Logo que ocorra uma insurreição vitoriosa do proletariado francês [...] os austro-alemães e os magiares libertar-se-ão e procederão a uma sangrenta vingança contra os bárbaros eslavos. A guerra generalizada que rapidamente se desencadeará há-de reduzir a pó essa liga particularista dos eslavos e há-de apagar até o nome de todas essas pequenas nações obstinadas. A próxima guerra mundial não só fará desaparecer do globo terrestre as classes e as dinastias reaccionárias, mas igualmente povos reaccionários inteiros. E também isto será um progresso»<sup>37</sup>.

As concepções de Engels foram partilhadas por Marx<sup>38</sup>, que, como preveniu uma especialista, só adoptou o princípio da autodeterminação nacional «rodeando-o de todo o tipo de restrições. Antes de mais, não reconhecia o “direito dos povos a dispor deles próprios” como um princípio *socialista*, mas só como um princípio *democrático*, que era necessário defender como tal na medida em que o proletariado combatesse ao lado da burguesia, “enquanto a democracia não tivesse vencido”. Além disso, mesmo o princípio democrático da autodeterminação das nações não devia ser aplicado a todas as *nacionalidades*. Era preciso distinguir entre as nações “históricas”, os povos “necessários” (por exemplo, os polacos, os húngaros) e os povos “não necessários” ([...] as nacionalidades que nunca se tornariam nações, como os escoceses, os galeses, os bretões, os suíços de língua alemã, os belgas de língua francesa, etc.) [...] Por fim, Marx e Engels introduziram [o] critério [...] da dimensão desejável das nações, insistindo na necessidade de “grandes unidades nacionais”»<sup>39</sup>. Com efeito, Engels considerava que os povos eslavos — exceptuando, como sempre, os polacos — seriam incapazes de se sustentar economicamente enquanto nações independentes, o que os levaria a servir de peões do czarismo nas grandes partidas do xadrez geopolítico contra a Europa ocidental<sup>40</sup>.

A *Neue Rheinische Zeitung*, que os dois amigos dirigiam, era, nas palavras de um historiador que sabia do que falava, «absolutamente nacional e guerreira» e «mal se ocupava dos interesses particulares dos operários, interesses profissionais e de classe»<sup>41</sup>. Esta perspectiva caracte-

em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 83-84 e R. Rosdolsky (1980) 31 n. 73, 79-80, 151 n. 3. A frase «luta implacável de vida ou morte» é uma citação sarcástica do panfleto de Bakunin, *Apelo aos Eslavos*, publicado em 1848.

<sup>37</sup> Esta passagem do artigo de Engels, 13 de Janeiro de 1849, encontra-se em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 67, R. Dangeville (org. 1970) 238-239 e R. Rosdolsky (1980) 31 n. 73, 80.

<sup>38</sup> R. Rosdolsky (1980) *passim* citou várias passagens em que Marx se pronunciou de maneira similar a Engels. Ver por exemplo as págs. 27-29.

<sup>39</sup> A. Kriegel (1972) 632-633 (subs. orig.). Numa série de artigos publicada em 1866 Engels distinguiu entre as «nações», dotadas de vitalidade histórica, que têm direito à soberania, e as «nacionalidades», que seriam restos de povos, incapazes de conduzir uma vida autónoma. Ver P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 98-100.

<sup>40</sup> R. Rosdolsky (1980) 16.

<sup>41</sup> A. Rosenberg (1936) 24. Na *Neue Rheinische Zeitung*, escreveu Arthur Rosenberg, op. cit., 24, Marx e Engels «pregavam a guerra revolucionária do povo alemão contra a Rússia e também contra a Dinamarca e os eslavos da Áustria».

rizou os demais articulistas e correspondentes daquele jornal<sup>42</sup>. Parece-me especialmente sugestivo que em Setembro de 1848 a redacção do periódico se tivesse pronunciado contra várias moções apresentadas na Dieta de Viena que pretendiam abolir a obrigatoriedade do emprego da língua alemã nos debates e fazer com que fossem aceites as outras línguas faladas pela população do império. Aquela atitude do órgão da extrema-esquerda germânica era tanto mais grave quanto haviam sido eleitos para o parlamento várias dezenas de camponeses polacos, ucranianos e romenos, desconhecedores da língua alemã e que só com grande dificuldade podiam orientar-se nas disputas entre bancadas. Um destes deputados, um camponês da Ucrânia, declarou na câmara, em péssimo alemão: «De quem é a culpa de que na Galícia o camponês não fale alemão? Apenas da opressão»<sup>43</sup>. Este homem rude, que aliás seria em breve expulso da Dieta, entendera a conexão entre a opressão social e a subjugação nacional melhor do que os sofisticados porta-vozes do radicalismo germânico.

No plano teórico, que significado devemos atribuir à tese de que eram inviáveis os povos que a tradição deixara desprovidos de Estado? Se o Estado é um aparelho das classes dominantes e constitui um princípio de organização geral das instituições, a vigência de um Estado no interior de um quadro nacional, onde se afirmam padrões de cultura homogéneos, nada mais pode representar do que um sistema de opressão legitimado pelo apoio activo dos oprimidos. Resumir a dinâmica da história às nações construtoras de Estados corresponde a fazer uma apologia da ordem das classes dominantes. E era exactamente esta perspectiva que presidia às apreciações de Engels e do seu amigo Marx a respeito da capacidade de um povo para assegurar uma sustentação económica independente. Como se no capitalismo a viabilidade económica, determinada pela especificidade da composição das classes, não significasse — e nos termos propostos pelo próprio marxismo — uma sucessão de ciclos de extorsão de mais-valia suficientemente rápidos e amplos para assegurarem bons lucros às classes superiores e um reinvestimento de capitais adequado! Depois de ter remetido para os quadros nacionais o processo insurreccional de 1848 e 1849, conferindo à burguesia e à facção democrática da nobreza a iniciativa no plano político, Engels, com a concordância de Marx, atribuiu ao capitalismo democrático a iniciativa também no plano económico, adoptando os critérios de eficácia do capital como bitola para avaliar a legitimidade da acção revolucionária. Compreendem-se agora melhor as razões profundas da oposição dos dois amigos à estratégia de autonomia política do proletariado defendida então por alguns

<sup>42</sup> R. Rosdolsky (1980) *passim* analisou abundantemente não só as concepções de Engels a respeito das nacionalidades como também a orientação geral seguida pela *Neue Rheinische Zeitung*.

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, 23-26. A citação vem na pág. 26.

socialistas. A transferência da problemática de classe para os temas da nacionalidade atingiu uma expressão paroxísmica quando uns povos foram classificados como «revolucionários» e outros como «contra-revolucionários». Ao aplicar às nações um critério que só possui conteúdo rigoroso quando é usado para apreciar as posições históricas das classes, Engels inaugurou um tipo de distorção da problemática social a que mais tarde os fascismos recorreram amplamente, encontrando aí um dos seus fundamentos teóricos.

Bakunin, pelo contrário, apesar das suas fantasias líricas, que se misturavam com os exageros declamatórios num estilo tão cansativo como difuso, compreendeu as potencialidades revolucionárias do campesinato eslavo. «O grande erro dos democratas alemães», escreveu ele em 1851 nesse documento tão vil, astuto e perturbante que é a *Confissão* endereçada ao czar, «consistiu, na minha opinião, no facto de a sua propaganda se ter limitado às cidades e não ter penetrado de modo algum nas aldeias»<sup>44</sup>. Mas, apesar das pias intenções de Bakunin, era impossível aos senhores da terra, e aos seus aliados urbanos igualmente desejosos de preservar a propriedade, mobilizar o campesinato sem fazer concessões que lhes comprometeriam a supremacia de classe. De qualquer modo, o facto de não estarem unidos aos seus senhores em instituições estatais comuns e não participarem nos mesmos movimentos deixou os camponeses de origem eslava aptos a oporem-se à globalidade das classes dominantes por razões directamente económicas, e não políticas, desprezando as distinções de partido que dividiam em facções os donos da terra e a gente rica das cidades, e envolvendo-os a todos nas labaredas do mesmo ódio. Na polémica vitalícia que confrontou Bakunin com Marx e Engels torna-se difícil discernir se o tema principal é a hostilidade que opunha as versões libertária e autoritária do socialismo, ou o antagonismo entre a eslavofilia de um e o germanismo dos outros, ou a opção entre o campesinato e o operariado urbano como base social dos processos revolucionários. Na realidade, o pan-eslavismo de Bakunin, assente necessariamente na população rural, dado o atraso industrial da Europa de Leste naquela época, só podia supor uma política democrática e colectivista, de acordo com as características atribuídas às comunidades de aldeia. Os três aspectos eram inseparáveis.

As experiências práticas e as oportunidades polémicas proporcionadas pelas vagas revolucionárias que de 1846 até 1849 sacudiram a Europa serviram a Engels e a Marx de manancial que lhes alimentou a reflexão durante o resto da vida. Mas será que o desenvolvimento posterior da luta de classes e as contradições implícitas no quadro nacional lhes inspiraram uma visão diferente destes problemas? Bem pelo contrário. Como quer que se apresente, a teoria refere-se

<sup>44</sup> M. Bakunine (1975) 130.

sempre a uma prática passada, congelando-a para o futuro. Em 1852 Engels invocou «a tendência histórica e, ao mesmo tempo, a força física e intelectual da nação germânica para subjugar e assimilar os antigos vizinhos. Esta tendência para a absorção por parte dos germanos foi sempre, e continua a ser, um dos meios mais poderosos que permitiram à civilização da Europa ocidental difundir-se a Leste deste continente, podendo cessar apenas quando o processo de germanização tiver alcançado os limites de uma grande nação, compacta e unitária, capaz de levar uma vida nacional independente, como os húngaros e, até certo ponto, os polacos. Portanto, o destino natural e inevitável destas nações moribundas [os povos eslavos ocidentais e meridionais] consiste em permitir que se complete este processo de dissolução e absorção pelos seus vizinhos mais fortes»<sup>45</sup>. Num artigo de Abril do ano seguinte acerca das nacionalidades incluídas no império turco, Engels atribuiu aos eslavos meridionais a intenção única de ampliarem a esfera de poder do czar moscovita, o que seria um argumento decisivo para os relegar dos povos com direito à vida<sup>46</sup>. No final de uma brochura publicada anonimamente em 1859 e que o seu amigo considerou «um trabalho extremamente brilhante»<sup>47</sup>, Engels inspirou-se uma vez mais nos temas da *Neue Rheinische Zeitung*: «Ninguém defenderá que o mapa da Europa fique traçado de maneira definitiva. Mas, para serem duradouras, todas as mudanças devem tender a restituir cada vez mais às grandes nações europeias, dotadas de vitalidade, as suas fronteiras naturais, fixadas consoante a língua e as afinidades. Entretanto, os fragmentos de povos, que ainda se encontram aqui e ali e são já incapazes de sustentar uma existência nacional, permanecem incorporados nas grandes nações, quer dissolvendo-se quer conservando-se como meras relíquias etnográficas desprovidas de importância política»<sup>48</sup>. De igual modo, num artigo publicado em 1866 Engels sustentou que o destino dos «pequenos restos de povos» consistia em serem «absorvidos como porções integrais de nações mais poderosas, cuja maior viabilidade lhes conferia a capacidade de superarem maiores obstáculos»<sup>49</sup>, e em correspondência enviada para Marx em meados de 1876 vêmo-lo

<sup>45</sup> Citado em R. Rosdolsky (1980) 105-106.

<sup>46</sup> Id., *ibid.*, 39 n. 28. Roman Rosdolsky transcreveu (pág. 71) uma passagem de uma carta, datada de Abril de 1853, onde Engels admitira que para os camponeses ucranianos a restauração da Polónia pudesse significar o restabelecimento da antiga dominação da nobreza. No entanto, precisamente na mesma altura, como vemos, Engels manifestou uma completa incompreensão das razões sociais que levavam à revolta dos eslavos meridionais sujeitos ao império turco.

<sup>47</sup> Esta passagem da carta dirigida por Marx a Engels em 10 de Março de 1859 encontra-se citada em R. Dangeville (org. 1970) 638 n. 110 cont.

<sup>48</sup> A brochura anónima de Engels *O Pó e o Reno* encontra-se transcrita em id., *ibid.*, 332-383. A passagem citada vem na pág. 383. Veja em Benoist-Méchin (1964-1966) V 372 que, no discurso pronunciado perante o congresso de Nuremberga de Setembro de 1938, Göring chamou aos checos «um pequeno fragmento de povo». Esta identidade terminológica é tanto mais perturbante quanto Engels usou repetidamente expressões equivalentes, e num artigo publicado em Janeiro de 1849 na *Neue Rheinische Zeitung* mencionou mesmo o «lixo étnico», como leio em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 63.

<sup>49</sup> Citado em R. Rosdolsky (1980) 83 n. 12 cont. Ver igualmente E. H. Carr (1966) I 418.

classificar de ladrões os sérvios em luta pela autonomia nacional<sup>50</sup>, sendo os bósnios tratados da mesma maneira seis anos mais tarde<sup>51</sup>. Em Fevereiro de 1882 Karl Kautsky leu numa carta enviada por Engels: «Podia perguntar-me agora se tenho pelo menos alguma simpatia pelos pequenos povos eslavos ou ruínas de povos, reduzidos a pó pelas três cunhas introduzidas no eslavismo, a alemã, a magiar e a turca. De facto, terrivelmente pouca»<sup>52</sup>. Mais tarde ainda, em Novembro de 1885, numa carta dirigida a August Bebel, Engels qualificou como «miseráveis fragmentos de ex-nações» «os sérvios, os búlgaros, os gregos e outros cortadores de cabeças»<sup>53</sup>. «No fundo», concluiu alguém que estudou minuciosamente estas concepções de Engels, «a ideia que ele tinha da almejada revolução na Europa central — mesmo nas décadas de sessenta, setenta e oitenta — continuou sendo *a mesma que em 1848*: concebia-a como uma revolução essencialmente *alemã*, que haveria de resolver os mesmos problemas e contaria, como então, com os mesmos aliados (Hungria, Polónia) e também com os mesmos inimigos (os eslavos exteriores à história, apoiados pelo czarismo)»<sup>54</sup>.

As perspectivas de Marx não diferiam das do seu amigo. Num livro de 1857, *História Diplomática Secreta do Século XVIII*, Marx reduziu as origens e o processo de desenvolvimento do Estado russo às habilidades pessoais dos soberanos, atribuindo do mesmo modo a explicação das disputas entre as potências europeias no século XVIII a ridículas manobras de bastidores<sup>55</sup>. É deveras extraordinário que o fundador do materialismo histórico fosse encontrar nos *potins de cour* o segredo de grandes conflitos de interesses económicos e territoriais, ocultando a história sob as máscaras carnavalescas da *petite histoire*. Mas aquele livro explica-se pela intenção de denunciar uma perversidade secular como linha condutora da política externa russa. A habilidade na defesa dos interesses de classe, que em geral Marx apreciava, considerando-a o mais eficaz motor da história, foi descrita no caso dos czares como uma conjugação repelente de cobardia e espírito sanguinário. E já que Marx apresentou sob esta luz a orientação prosseguida pelos governantes russos, e além disso redigiu a obra directamente em inglês e empregou apenas argumentos relativos à actividade diplomática, tão do agrado das chancelarias, podemos talvez deduzir que o livro se endereçava aos círculos governamentais britânicos, para preveni-los contra os malefícios eslavos. Que ingenuidade, da parte de um pobre exilado, acreditar que pudesse mover peões no tabuleiro da geopolítica e influenciar de algum modo o *Great Game*, que iniciava então uma das

<sup>50</sup> R. Rosdolsky (1980) 43-44 n. 44.

<sup>51</sup> P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 118.

<sup>52</sup> Antologado em id., *ibid.*, 119 e citado em R. Rosdolsky (1980) 136 n. 41.

<sup>53</sup> Citado em R. Rosdolsky (1980) 44 n. 45.

<sup>54</sup> Id., *ibid.*, 134 (subs. orig.).

<sup>55</sup> K. Marx (1979) *passim*.

suas fases de recrudescimento. O antieslavismo de Marx não obedecia sequer aos limites da sensatez. No Verão de 1865, entusiasmado ao ler num livro que afinal os russos seriam de origem mongol, pegou de imediato na caneta para traçar o plano de campanha em mais uma das inevitáveis cartas ao seu amigo: «Eles não são eslavos, em suma, não pertencem à raça indo-germânica, são intrusos que é necessário repelir para além do Dniepre!»<sup>56</sup>. Qualquer argumento servia, eram tudo achas para a mesma fogueira. Numa carta endereçada a Wilhelm Liebknecht em 4 de Fevereiro de 1878 Marx não viu por detrás dos sérvios senão a sinistra mão da Rússia e enalteceu o opressor turco, afirmando que «o camponês turco, e portanto a massa do povo turco» era «sem dúvida, o representante mais activo e mais moral do campesinato da Europa»<sup>57</sup>. Estes termos só parecerão estranhos a quem não souber que na Grã-Bretanha daquela época a hostilidade à Rússia andava junta com a simpatia pela Turquia<sup>58</sup>. A obra de Marx de 1857 encontrou eco num ensaio publicado por Engels trinta e três anos depois, *A Política Externa do Czarismo Russo*. Tal como fizera o seu amigo, Engels transformou a história em intrigas de corte e conspirações de gabinete, e a defesa eficaz dos interesses imperiais foi também reduzida pejorativamente a um chorrilho de traições e falsidades<sup>59</sup>. Aliás, o desprezo pelas capacidades nativas dos eslavos levou-o a atribuir toda a política externa russa a aventureiros de outros países que se haviam posto ao serviço dos czares<sup>60</sup>.

É indubitável o mal-estar que tais concepções provocaram entre os discípulos. Quando uma das filhas de Marx, Eleanor, reeditou 1899 a *História Diplomática Secreta do Século XVIII*, tomou a iniciativa de cortar algumas passagens e de então em diante os marxistas esforçaram-se com êxito por não divulgar o livro e Stalin censurou-o definitivamente<sup>61</sup>, assim como proibiu a circulação de *A Política Externa do Czarismo Russo*, apesar de esta obra de Engels ter já sido abundantemente difundida e contar com uma tradução russa<sup>62</sup>. Aliás, é interessante saber que o

<sup>56</sup> Esta passagem da carta de Marx para Engels com data de 24 de Junho de 1865 encontra-se citada em L. Poliakov (1971) 252.

<sup>57</sup> A carta de Marx para Liebknecht com data de 4 de Fevereiro de 1878 encontra-se parcialmente reproduzida em R. Dangeville (org. 1970) 605-608. A passagem citada vem na pág. 605.

<sup>58</sup> P. Hopkirk (2010) 336.

<sup>59</sup> P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 25 e segs.

<sup>60</sup> Id., *ibid.*, 26.

<sup>61</sup> Ver a este respeito o Prólogo em K. Marx (1979) 6-7, onde se lê também que o livro só foi publicado em França em 1954 e em Itália em 1978.

<sup>62</sup> Em 1890 o ensaio de Engels *A Política Externa do Czarismo Russo* apareceu em russo numa revista de marxistas emigrados, em alemão no principal órgão teórico da social-democracia alemã, também em inglês e, numa versão reduzida, em francês. Em 1934 Stalin proibiu a sua publicação na União Soviética, argumentando que Engels descurara a análise das contradições entre imperialismos e da rivalidade pela obtenção de espaços coloniais, para se concentrar abusivamente nas ameaças de guerra suscitadas pela política russa. Deste modo, continuou Stalin, uma guerra entre a Alemanha burguesa e a Rússia czarista podia ser apresentada não como um conflito imperialista mas como uma guerra de libertação nacional da parte da Alemanha. Ver P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 242-243.

Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscovo manteve inéditos vários manuscritos dos dois criadores do comunismo moderno dedicados às questões eslavas<sup>63</sup>. Chegou a dizer-se que Riazanov, bolchevista um tanto excêntrico e um dos maiores conhecedores dos textos de Marx e de Engels, encarregado pelo governo soviético de dirigir a edição das suas obras completas, fora preso em 1931 e condenado à deportação apenas por causa da sua relutância em aceitar a censura aos manuscritos dos pais fundadores.

Não se deve esquecer que a hostilidade aos eslavos se inseria no quadro mais amplo de transposição da luta entre classes para confrontos nacionais, que levava a adoptar a concepção de «nações revolucionárias e nações contra-revolucionárias». Assim, quando voltou a sua atenção para o norte da América, Engels justificou o expansionismo dos Estados Unidos com a mesma argumentação que lhe servira para legitimar a opressão exercida pelos senhores germânicos, polacos e magiares sobre os camponeses eslavos. Referindo-se, em polémica com Bakunin, à guerra conduzida pelos Estados Unidos contra o México em 1846 e 1847, Engels pretendeu que ela «foi sustentada única e exclusivamente no interesse da civilização». A demonstração que ensaiou é muitíssimo curiosa: «Será porventura alguma desgraça que tenham tomado a magnífica Califórnia a esses mandriões mexicanos, que não souberam fazer nada com ela? Que os enérgicos *yankees* multipliquem os meios de circulação graças à rápida exploração das minas de ouro ali existentes, concentrem em poucos anos uma população densa e um amplo comércio nas partes mais adequadas da costa do Pacífico, criem grandes cidades, inaugurem serviços de navios a vapor, construam uma via férrea de Nova Iorque até São Francisco, abrindo à civilização o Oceano Pacífico, e pela terceira vez na história dêem uma nova direcção ao comércio mundial? Talvez com isto fique prejudicada a “independência” de alguns californianos e texanos de origem espanhola e sejam violados aqui ou ali outros postulados morais, mas que peso tem isso em comparação com tais factos de transcendência histórica mundial?»<sup>64</sup>. Ora, o fio dos raciocínios de Engels é tanto mais contorcido quanto se sabe que os imigrantes norte-americanos estabelecidos na província mexicana do Texas, que se sublevaram em Outubro de 1835 e mantiveram o território independente durante uma década, não eram dinâmicos empresários *yankees* mas proprietários de escravos, descontentes com o facto de o México ter abolido o tráfico humano em 1829. A pedido dos colonizadores texanos, o governo mexicano autorizara-os a manter os antigos escla-

<sup>63</sup> Id., *ibid.*, 14.

<sup>64</sup> Antologado em id., *ibid.*, 71 e citado em R. Rosdolsky (1980) 161. É muito curioso observar que neste artigo, publicado na *Neue Rheinische Zeitung*, Fevereiro de 1849, Engels seguiu quase textualmente a argumentação usada a 24 de Julho de 1845 pelo *Times* de Hartford, um jornal entusiasticamente expansionista publicado no Connecticut, como pode conferir-se em F. Merk (1963) 31.



vos, mas, como os proibira de adquirir escravos novos, a insatisfação persistiu<sup>65</sup>. Precisamente por isso o Texas independente foi visto com grande hostilidade pelos abolicionistas do norte dos Estados Unidos, que se opunham à sua entrada na união, e a guerra contra o México só foi desencadeada quando a facção sulista e escravocrata conseguiu, nas eleições de 1844, assegurar o triunfo do seu candidato à presidência. Tendo saído vitoriosos do conflito, os Estados Unidos apoderaram-se não só do Texas mas ainda de outras vastíssimas províncias, apesar da oposição expressa pelos movimentos antiescravistas e da enorme controvérsia que a questão originara em todo o país, podendo mesmo sustentar-se que nestes acontecimentos reside uma das causas da guerra civil entre os estados do norte e os do sul, iniciada década e meia mais tarde. Engels encontrou-se aqui com estranhos aliados. Em seguida, o tão estimado país dos *yankees* revelar-se-ia o terreno mais fértil do capitalismo e um dos mais áridos para a luta de classes, enquanto os «mandriões mexicanos» desencadeariam um conjunto muito complexo de insurreições, precursoras dos outros grandes movimentos camponeses da primeira metade do século XX e antecipadoras também da burocratização da revolução, da institucionalização do sindicalismo governamental e da instauração do capitalismo de Estado.

Uma idêntica infelicidade atingiu os dois fundadores do comunismo moderno quando tentaram prever os outros destinos nacionais. Foram os camponeses eslavos supostamente «contra-revolucionários» a animar o processo revolucionário russo de 1917, assim como foi a sua mobilização durante a guerra civil a garantir a vitória dos bolchevistas. E se o grande drama geopolítico que opusera os «povos revolucionários» germânico e magiar aos «povos eslavos contra-revolucionários» teve algum desfecho, foi na tragédia de uma Rússia soviética incapaz de se prolongar vitoriosamente através das revoluções frustradas húngara e alemã. Por seu lado, a Polónia, única excepção que Marx e Engels admitiam entre os eslavos, constituiu precisamente o primeiro obstáculo a impedir o avanço do Exército Vermelho. Liquidando as aspirações revolucionárias de uma parte do proletariado, o regime fascista, ou fascizante, inaugurado por Piłsudski fez da Polónia uma das peças principais da coligação anti-soviética e esta posição cegou a tal ponto os governantes de Varsóvia que até ao último instante esperaram contar com as boas graças de Hitler. Além disso, decerto o fanático anti-semitismo professado pelas autoridades polacas as iludiu quanto às possibilidades de uma convivência duradoura com o Reich nacional-socialista, fazendo-as esquecer que entre o Führer e os seus seguidores o desprezo pelos eslavos não era menor do que o ódio aos judeus. O facto de a revolução não se ter expandido à Polónia e ter fracassado na Hungria e na Alemanha contribuiu para a liquidação final de quaisquer restos de aspirações revolu-

<sup>65</sup> J. Zoraida Vázquez (1981) 805.

cionárias na própria União Soviética, aquando da proclamação oficial do socialismo num só país. Em seguida, a mais perigosa ameaça que a URSS enfrentou proveio da contra-revolução alemã aliada ao fascismo magiar, após a liquidação total de uma Polónia vítima das suas ilusões reacçãoárias. Se levarmos à letra os grandes jogos da geopolítica, a reacção foi encabeçada pelos «povos revolucionários» de Marx e Engels, enquanto a revolução havia sido promovida pelo «povo contra-revolucionário», que apesar de não ter direitos históricos abriu na história uma colossal ruptura. Na obra de Marx e Engels é o modelo teórico e abstracto a longo prazo que mantém a validade, pela capacidade de prever a dinâmica do capitalismo, assente nos mecanismos da mais-valia relativa. E as descrições a curto prazo, presas ao xadrez das nações e aos interesses políticos imediatos, foram impiedosamente desaprovadas pelos acontecimentos.

## 2

O ponto de vista dos dois criadores do marxismo não se alterou quando passaram a assumir uma posição proeminente na Associação Internacional dos Trabalhadores, que poderíamos supor vocacionada apenas para a acção proletária e antinacionalista. «Basta espreitar um pouco o que se passava nos bastidores», escreveu Henri de Man numa obra que o destacou como um dos principais teóricos não marxistas da II Internacional, «para concluir que já a actividade de Marx na Primeira Internacional revelava uma fé vigorosa na própria nação eleita e um desejo correspondente de a ver desempenhar um papel preponderante; ainda que, por motivos evidentes, este móbil não fosse formulado explicitamente, ele pode ser lido com bastante clareza entre as linhas da sua correspondência»<sup>66</sup>. Numa série de textos publicada em 1866, Engels afirmou, com a total concordância de Marx, que a orientação estratégica da AIT relativamente às grandes nações europeias que não estavam ainda unificadas ou não gozavam de autonomia política, como sucedia especialmente com a Polónia, consistia em mobilizar os operários dos vários países numa guerra contra a Rússia, a principal opressora dos polacos<sup>67</sup>. Ora, isto implicaria necessariamente o adiamento dos antagonismos que dentro de cada nação opunham os explorados aos exploradores e provocaria a conglomeração de todos os sectores da sociedade. Segundo um tão peculiar internacionalismo, a emancipação de classe dos trabalhadores confundir-se-ia com a emancipação das nações relativamente ao perigo russo. Marx desenvolveu esta tese num discurso pronunciado no ano seguinte. Qualquer actuação decisiva do proletariado, afirmou ele, defrontar-se-ia

<sup>66</sup> H. Man (1927) 390.

<sup>67</sup> As três cartas dirigidas por Engels à revista britânica *Commonwealth* e publicadas em Março e Abril de 1866 encontram-se antologiadadas em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 95 e segs. Segundo afirmaram Paul Blackstock et al. (pág. 252), fora o próprio Marx quem incentivara o seu amigo a escrever estas cartas.

com a intervenção russa, e só a independência da Polónia permitiria erguer uma barreira militar intransponível entre a Europa e a barbárie eslava, dando oportunidades de realização à emancipação social europeia<sup>68</sup>. Para Marx e Engels o destino da revolução proletária dependia de uma guerra nacional prévia contra a Rússia, e foi nesta perspectiva geopolítica que encararam os acontecimentos europeus de 1870 e 1871.

Na guerra franco-prussiana os favores dos dois amigos dirigiram-se de início para a Prússia, que cumpria o papel histórico de unificadora da Alemanha. Mas quando os exércitos germânicos se converteram em invasores e a derrocada das tropas de Napoleão III libertou as energias do proletariado francês Marx e Engels transferiram as suas simpatias para a França, sem abandonarem, porém, o quadro geopolítico. Foi Marx quem redigiu a proclamação emanada do conselho geral da AIT em 23 de Julho de 1870, quatro dias apenas após a declaração de guerra, remetendo para um plano subalterno os problemas relativos à situação da classe trabalhadora de ambas as nações no contexto das hostilidades e destacando a análise crítica dos aspectos dinâmicos e geopolíticos do conflito. Marx deu então livre curso à sua obsessão, o ódio aos eslavos. «Na sombra desta guerra suicida», escreveu ele, «espreita a figura sinistra da Rússia». Depois de citar três excertos de resoluções aprovadas em comícios de trabalhadores alemães, e em contraste flagrante com o espírito destas declarações, onde o repúdio da guerra se exprimira nos termos exclusivamente proletários de uma afirmação de solidariedade para com os trabalhadores da França, Marx lançou-se uma vez mais em considerações geoestratégicas acerca das fatalidades da política externa prussiana<sup>69</sup>. Não espanta que o fizesse ao sabermos, graças a uma carta de 15 de Agosto de 1870, que Engels encarou com simpatia a adesão à política agressiva do governo prussiano manifestada por «toda a massa do povo alemão e por todas as classes» e se opôs à «obstrução total» do esforço de guerra defendida por Wilhelm Liebknecht, o principal representante do marxismo na Alemanha<sup>70</sup>. O que se anunciava como um confronto de classes

<sup>68</sup> O discurso que Marx proferiu em Londres em Janeiro de 1867, numa sessão organizada para celebrar o quarto aniversário da insurreição polaca de 1863, encontra-se antologado em *id.*, *ibid.*, 104-108.

<sup>69</sup> K. Marx (1963) 30-31. A frase citada vem na pág. 30.

<sup>70</sup> A carta enviada por Engels a Marx em 15 de Agosto de 1870 encontra-se antologada em R. Dangeville (org. 1970) 514-517. As frases citadas vêm na pág. 515. Num texto redigido no último mês de 1887 e nos primeiros meses de 1888, e conhecido só após a sua morte, Engels referiu-se nos mesmos termos ao começo da guerra franco-prussiana, afirmando que, do lado alemão, «naquele ímpeto nacional assistimos ao desaparecimento de todas as diferenças de classe». Ver *id.*, *ibid.*, 571. Nesse manuscrito, em que se ocupou apenas da diplomacia de bastidores e das intrigas de corte, Engels não dedicou uma palavra sequer ao facto de Liebknecht e Bebel, os principais dirigentes do partido marxista alemão, se terem absterido no parlamento aquando da votação dos primeiros créditos de guerra e terem votado contra os novos créditos, nem fez uma simples referência às moções contra a guerra adoptadas em comícios de trabalhadores alemães, nem uma única menção ao aprisionamento de numerosos socialistas que se haviam manifestado mais activamente a favor da paz. Algumas décadas depois, numa obra publicada em pleno stalinismo, Lukács inspirou-se decerto naquelas análises de Engels para criticar «o comportamento de revolucionários importantes, como Johann Jacoby e Wilhelm Liebknecht, relativamente ao aspecto nacional das guerras de Bismarck

foi transposto pelos fundadores do comunismo moderno para o quadro da diplomacia das grandes potências. A atitude de Marx tornou-se ainda mais explícita quando escreveu a proclamação da AIT com data de 9 de Setembro de 1870. Ao lermos este documento ficamos sem saber se na opinião do autor era mais criticável a posição de força tomada pela Prússia perante a França derrotada ou a sua alegada posição de fraqueza face ao império russo. Num ridículo afã de se intrometer na alta política, Marx procurou explicar a Bismarck que seria do seu interesse aliar-se a uma França republicana contra a autocracia dos czares. E tudo isto no comunicado de uma associação que era internacional e dos trabalhadores! A paz entre a Alemanha e a França não foi ali defendida em função de objectivos especificamente proletários, mas como um factor necessário para conter a ameaça russa. Sempre que se referiram aos acontecimentos concretos, Marx e Engels nunca deslaçaram a posição própria da classe trabalhadora da teia de interesses supra-classistas que caracteriza a política internacional. Num ensaio publicado em 1890 Engels recordou a guerra franco-prussiana exclusivamente pelas suas repercussões sobre a política russa na Europa, esquecendo-se de dedicar uma linha sequer às lutas operárias desencadeadas pelo conflito, e foi no plano da diplomacia que citou o manifesto da AIT de 9 de Setembro de 1870, o que esclarece as preocupações de Marx quando redigiu esse documento<sup>71</sup>.

Fica assim explicada a insatisfação de Marx perante a opção estratégica tomada pelos trabalhadores franceses mais combativos ao longo dos nove meses que decorreram entre a queda do Império e o esmagamento da Comuna. Já em 18 de Julho de 1870, evocando numa carta ao seu amigo Kugelmann a possibilidade de uma insurreição do operariado francês, Marx considerara que isso seria uma «desgraça»<sup>72</sup> e manteve em seguida a mesma atitude, com repercussões muito mais amplas, pois fê-lo enquanto representante oficial da única organização proletária internacional. Mal o regime de Luís-Napoleão se desagregara a meio da catástrofe militar e fora instaurada a república, o conselho geral da AIT, na proclamação de 9 de Setembro de 1870, redigida por Marx, aconselhou o proletariado da França a acomodar-se às instituições burguesas e a procurar, através de meios legais, reforçar as suas organizações de classe, pondo de parte quaisquer veleidades revolucionárias imediatas. «A classe operária francesa depara [...] com circunstâncias extre-

que, apesar de tudo, levaram ao estabelecimento da unidade alemã». Com este «apesar de tudo» ficaram pudicamente ocultados os antagonismos de classe inerentes à maneira como fora instaurada a unificação da Alemanha e Lukács sentiu-se em terreno politicamente seguro para atacar o «moralismo provinciano» de Liebknecht e censurar os seus continuadores na esquerda alemã pelo facto de não terem sabido usar «as armas de uma ideologia verdadeiramente patriótica». Ver G. Lukacs (1965) 314-315.

<sup>71</sup> P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 48-49.

<sup>72</sup> Citado por M. Gallo (1971) 12. É curioso observar que a editora do Partido Comunista Francês não considerou oportuno incluir esta carta entre outras enviadas por Marx a Kugelmann acerca das lutas sociais em França, que se encontram reproduzidas em K. Marx (1963) 94-104.

mamente difíceis. Qualquer tentativa para derrubar o novo governo, com o inimigo quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. [...] Que calma e resolutamente [os operários] aproveitem as liberdades republicanas para proceder metodicamente à sua própria organização de classe»<sup>73</sup>. De Março a Maio de 1871 foi desrespeitando a opinião do fundador do comunismo moderno que o proletariado parisiense abriu perspectivas novas à luta contra o capitalismo e demonstrou na prática vários processos destinados a assegurar a emancipação económica e política da classe trabalhadora. Só quando viu que a história não seguira os seus conselhos Marx se resignou a aceitar a Comuna. Numa carta endereçada a Kugelmann em 17 de Abril de 1871, exactamente um mês após a conquista do poder pelo operariado de Paris, Marx admitiu pela primeira vez claramente a oportunidade da revolução, embora já cinco dias antes, escrevendo ao mesmo correspondente, tivesse expressado simpatia pela iniciativa<sup>74</sup>.

O mesmo cuidado que tivera em desaconselhar a insurreição, Marx empregou-o depois a redigir-lhe o necrológio, reconstruindo a história *a posteriori*, já que não fora capaz de lhe determinar antecipadamente os rumos<sup>75</sup>. «Se a Comuna tivesse escutado os meus conselhos!», lastimou-se ele candidamente numa carta de 12 de Junho de 1871<sup>76</sup>. Desde as primeiras páginas do seu conhecido panfleto acerca da Comuna, publicado enquanto proclamação do conselho geral da AIT, com data de 30 de Maio de 1871, mal a insurreição acabara de ser esmagada, Marx presumiu que a guerra franco-prussiana tivesse sido pelo menos tão marcante como o conflito entre as classes para determinar os acontecimentos e explicar a derrota final do proletariado. Só nesta óptica devemos considerar os motivos da célebre crítica de Marx à pretensa incapacidade manifestada pelos insurrectos para ocupar o Banco de França, retomada por Engels, por exemplo num texto de 1891, onde escreveu: «O mais difícil de compreender é sem dúvida o respeito sagrado com que pararam perante as portas do Banco de França»<sup>77</sup>. E também para Lenin o facto de a Comuna não se ter apoderado do banco central fora um dos principais motivos da sua derrota<sup>78</sup>. É possível que a veneração pelas contas bancárias tivesse pesado entre os jacobinos que participaram no movimento. Da parte dos operários mais conscientes, porém, as razões que ditaram aquela atitude foram decerto outras. A importância do problema exige que o vejamos com algum recuo.

<sup>73</sup> K. Marx (1963) 38-39.

<sup>74</sup> Id., *ibid.*, 101-103. Ver a este respeito M. Gallo (1971) 12.

<sup>75</sup> O facto de Marx se ter apropriado da memória da Comuna foi realçado por A. Rosenberg (1936) 31.

<sup>76</sup> K. Marx (1963) 111.

<sup>77</sup> Estas linhas constam do prefácio de Engels à reedição inglesa do panfleto de Marx publicado originariamente enquanto proclamação do conselho geral da AIT, com data de 30 de Maio de 1871. A passagem citada vem transcrita em *id.*, *ibid.*, 21-22.

<sup>78</sup> E. H. Carr (1966) II 137.

Saint-Simon, num livro publicado em 1821, considerara que o movimento do capital comercial ligava os empresários industriais e agrícolas numa teia única, impedindo-os de se dispersarem pelos negócios privados. Por sua vez, o capital bancário reforçava aquela rede e unia ainda mais estreitamente os múltiplos interesses. «Os trabalhos a que se dedicam os industriais<sup>79</sup> têm diferentes graus de generalidade, e desta disposição fundamental resulta uma espécie de hierarquia entre as diferentes classes que compõem essa massa enorme de cidadãos activos na produção. Assim, os industriais podem e devem ser considerados como tendo uma organização e formando uma corporação. Com efeito, todos os cultivadores e os demais fabricantes estão ligados entre si pela classe dos comerciantes, e todos os negociantes encontram nos banqueiros agentes que lhes são comuns, de modo que os banqueiros podem e devem ser considerados como os agentes gerais da indústria. [...] As principais casas bancárias de Paris têm o seu lugar à frente da acção política dos industriais»<sup>80</sup>. Dois ou três anos mais tarde, Saint-Simon reflectiria sobre as implicações políticas decorrentes do lugar ocupado pelos banqueiros. «A classe industrial [...] encontra-se inteiramente organizada por meio da actividade bancária, que inter-relaciona todos os ramos da indústria, por meio dos banqueiros, que inter-relacionam os industriais de todos os géneros, de modo que todos os esforços dos industriais podem facilmente conjugar-se para atingir os interesses que lhes são comuns. Os chefes da indústria, quer dizer, os industriais mais importantes, ainda não souberam aproveitar, na política, as vantagens decorrentes da organização

<sup>79</sup> É conveniente deixar claro o que representava para Saint-Simon a categoria dos «industriais». Escreveu ele em 1817-1818, no Tomo IV de *L'Industrie...*: «O corpo industrial compõe-se [...] de duas grandes famílias: a dos sábios, ou industriais de teoria, e a dos produtores imediatos, ou sábios de aplicação» – C.-H. Saint-Simon (1966 b) 60. Na mesma obra Saint-Simon considerou que a categoria dos industriais era composta em França por vinte milhões de homens (pág. 93). Ora, segundo A. Armengaud (1976) 186, em 1816 a população do país mal ultrapassava os trinta milhões de habitantes. Assim, conclui-se que entre os «industriais» se incluía também a classe trabalhadora. E em 1823-1824, no *Catéchisme des Industriels*, Saint-Simon calculou em vinte e cinco milhões de pessoas os «industriais» de França – C.-H. Saint-Simon (1966 a) 143. A composição dos «industriais» foi enunciada claramente em 1819, em *Le Parti National...* «O partido nacional compõe-se: 1º) Daqueles que executam trabalhos com uma utilidade directa para a sociedade; 2º) daqueles que dirigem esses trabalhos ou cujos capitais estão investidos nos empreendimentos industriais; 3º) daqueles que contribuem para a produção mediante trabalhos úteis ou produtivos» – id. (1966 c) 195. E mais adiante: «No partido nacional ou industrial estão incluídos: 1º) Todos os que cultivam a terra, bem como os que dirigem os trabalhos agrícolas; 2º) [...] todos os artesãos, todos os manufactores, todos os negociantes, todos os empresários de transportes terrestres e marítimos, bem como todos aqueles cujos trabalhos servem directa ou indirectamente para a produção ou a utilização das coisas produzidas. [...] Os artistas devem também ser considerados como industriais, porque sob muitos aspectos eles são produtores; entre outras razões porque os desenhos e modelos que fornecem aos artesãos contribuem poderosamente para a prosperidade das nossas manufacturas». E incluíam-se também todos os cidadãos, até padres e advogados, que defendessem politicamente os «industriais» – id., *ibid.*, 203-204. O *Catéchisme des Industriels* enumerou as outras classes existentes além dos «industriais», e que lhes deviam ser subordinadas: exército, legistas, proprietários rurais não-cultivadores – id. (1966 a) 41. Note-se que ao longo dos seus últimos escritos Saint-Simon passou cada vez mais da ideia de uma cooperação funcional entre operários e patrões reunidos na classe industrial para a ideia da subordinação passiva dos operários aos patrões. «A França tornou-se uma grande manufactura, e a Nação Francesa uma grande oficina», escreveu ele, por exemplo, em 1821, em *Du Système Industriel*. «Essa manufactura geral deve ser dirigida da mesma maneira que as fábricas particulares» – id. (1966 d) III-c 91-92.

<sup>80</sup> Id. (1966 d) III-a 46-47.

da classe industrial»<sup>81</sup>. Pode facilmente supor-se que um banco central viria a coroar aquela estrutura, e Bazard escreveu numa obra colectiva publicada em 1830 e 1831 pelos discípulos de Saint-Simon: «Se, tal como proclamamos, a humanidade caminha para um estado em que todos os indivíduos serão classificados de acordo com as suas capacidades e remunerados de acordo com o seu trabalho, é evidente que o direito de propriedade, tal como existe, deverá ser abolido, porque dá a uma certa classe de pessoas a possibilidade de viverem do trabalho alheio e em completa ociosidade, mantendo a exploração de uma parte da população, que é a mais útil, aquela que trabalha e produz, em benefício daqueles que só destroem [...] Uma instituição social fica encarregada dessas funções que são hoje tão mal desempenhadas, reúne todos os instrumentos de produção, preside à exploração de todos os recursos materiais, e a sua posição de destaque permite-lhe apreciar o panorama global, vendo simultaneamente todas as partes da oficina industrial [...] A instituição social do futuro dirigirá todas as indústrias no interesse da globalidade da sociedade e especialmente dos pacíficos trabalhadores. Chamamos provisoriamente a esta instituição o sistema bancário geral, com todas as reservas que se devem fazer quanto a uma interpretação demasiado restrita do termo. O sistema incluirá inicialmente um banco central, que constitui o governo na esfera material. Este banco reunirá toda a riqueza, a totalidade do fundo produtivo, todos os instrumentos de produção, em suma, tudo o que hoje compõe a massa da propriedade privada»<sup>82</sup>. O socialismo autoritário, de que Marx e Engels foram os chefes incontestado, inspirou-se na visão saint-simoniana, e o despotismo político do Estado encontrou uma forma gémea na ditadura económica exercida a partir do banco central. O marxismo conseguiu a proeza de conjugar num sistema coerente duas tradições autoritárias antagónicas, o culto do governo central, herdado do radicalismo jacobino de Babeuf, e o poder empresarial, que Saint-Simon teorizara e se esforçara por expandir como alternativa ao jacobinismo que execrava.

Nas vésperas da Comuna, todavia, eram muito diferentes as concepções que animavam a principal corrente da secção francesa da AIT. Marx e Engels empenharam-se mais tarde em propalar que as duas grandes influências exercidas em 1871 sobre o proletariado francês vinham de Blanqui e dos discípulos de Proudhon. Porém, os proudhonianos haviam já sido marginalizados durante os últimos anos da década de 1860 e o domínio passara a caber a uma orientação que se definia como «comunista antiautoritária» e encontrava em Louis-Eugène Varlin um destacado representante. Foi esta corrente que os marxistas procuraram depois esquecer, quando não a confundiram erradamente com o anarquismo. Varlin, uma das figuras mais luminosas da história

<sup>81</sup> Id. (1966 a) 136-137.

<sup>82</sup> Citado por E. Kamenka (1989) 137.

do movimento operário, destacou-se no combate à vertente centralista do socialismo, defendendo e prosseguindo na prática uma estratégia de luta que estimulava os trabalhadores a controlarem as suas organizações de classe e os preparava para gerirem mais tarde a economia e exercerem o controle sobre toda a sociedade. Num artigo publicado um ano antes da instauração da Comuna, Varlin explicou que uma política socialista que não começasse por transformar as relações de trabalho só podia dar lugar a novas modalidades de opressão e concluiu com outra das teses fundamentais da autonomia operária, a de que as formas de solidariedade desenvolvidas na luta constituem o modelo das futuras relações de produção. «[...] devemos [...] aplicar-nos activamente na preparação dos elementos organizativos da sociedade futura, para facilitar e tornar mais segura a obra de transformação social que a Revolução tem de levar a cabo», escreveu ele. «Se o capitalista, industrial ou comercial, deve deixar de dispor arbitrariamente dos capitais colectivos, quem os fará frutificar em benefício de todos? A não ser que queiramos reduzir tudo a um Estado centralizador e autoritário, que nomearia os directores das fábricas, das manufacturas e das agências de distribuição, os quais por sua vez nomeariam os subdirectores, os contramestres, etc., acabando assim por se organizar hierarquicamente o trabalho de cima a baixo e deixando-se o trabalhador como uma mera engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa, a não ser que queiramos isto temos de admitir que os próprios trabalhadores devem dispor livremente dos seus instrumentos de trabalho, possuí-los, com a condição de trocarem os seus produtos ao preço de custo, para que haja reciprocidade de serviço entre os trabalhadores das diferentes especialidades. É a esta ideia que tende a aderir a maior parte dos trabalhadores que desde há alguns anos prosseguem energicamente a emancipação da sua classe. Foi ela que prevaleceu nos diferentes congressos da AIT. Mas não se imagine que uma organização deste tipo possa improvisar-se facilmente. [...] Uma das maiores dificuldades com que se têm debatido os fundadores dos mais variados tipos de sociedades, esboçadas nos últimos anos, é o espírito individualista [...] Pois bem, as sociedades operárias, quaisquer que sejam as formas em que hoje existam, têm já o imenso mérito de habituar os homens à vida em sociedade e de os preparar assim para uma organização social mais ampla. [...] as sociedades corporativas (de resistência, de solidariedade, sindicatos) são dignas sobretudo do nosso encorajamento e da nossa simpatia porque são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro. São elas que poderão facilmente transformar-se em associação de produtores. São elas que poderão pôr em funcionamento a utensilagem social e a organização da produção»<sup>83</sup>.

<sup>83</sup> L.-E. Varlin, «Les Sociétés Ouvrières», *La Marseillaise*, nº 81, 11 de Março de 1870, transcrito em J. Rougerie (1968) 126-127.



Delegado às Finanças na Comuna e depois, a partir de Abril, aos Abastecimentos e à Intendência, Varlin estava bem situado para favorecer a entrega da propriedade e da gestão das unidades de produção aos trabalhadores. O decreto de 16 de Abril de 1871 estipulou que as oficinas abandonadas pelos patrões fossem confiscadas pelos sindicatos e concedidas aos seus operários, e sabe-se hoje que a partir do começo de Maio a Comissão do Trabalho e das Trocas previu igualmente a expropriação completa das manufacturas pertencentes aos grandes capitalistas e a generalização da gestão operária, que em todos os casos devia assumir a forma cooperativa. Era esta a solução proposta por Varlin, a quem se deveram os contactos regulares estabelecidos entre as associações operárias e a Comissão do Trabalho e das Trocas<sup>84</sup>. Estavam em jogo na Comuna duas concepções de socialismo muito diferentes. Uma delas, que animou as experiências mais audaciosas, pugnava por uma gestão descentralizada das empresas, a cargo dos próprios trabalhadores. A outra, que serviu a Marx e a Engels para pintarem com algumas tonalidades sombrias a memória da insurreição parisiense, considerava o banco central como uma das engrenagens necessárias à planificação centralizada e autoritária de toda a economia. Foi nesta oposição entre as duas correntes que se inseriu a questão do Banco de França. Num panfleto publicado logo após a aniquilação da Comuna, ao referir as medidas económicas tomadas pelos insurrectos, Marx relegou para último lugar o decreto de 16 de Abril, citando-o depois da abolição do trabalho nocturno dos padeiros. Dificilmente se acreditará que, muito bem informado acerca de tudo o que se passara em Paris através das centenas de cartas que recebera dos seus partidários e mantendo naquelas semanas febris uma correspondência com o próprio Varlin<sup>85</sup>, Marx ignorasse a amplitude dos projectos e dos esboços de realização prática promovidos pela Comissão do Trabalho e das Trocas. Mas ele estava em Londres, onde podia tranquilamente escrever a sua versão dos acontecimentos, e os outros estavam mortos<sup>86</sup>.

Será que Engels e Marx não viram, ou não quiseram ver, a coerência entre a decisão de confiscar as oficinas e a decisão de não ocupar o Banco de França? Encontramos a solução do enigma se observarmos que Engels, ao referir-se à expropriação dos meios de produção decretada pela Comissão do Trabalho e das Trocas, deu menos destaque ao facto de as oficinas

<sup>84</sup> J. Bruhat (1972) 530; J. Rougerie (1968) 117-118.

<sup>85</sup> «Os militantes e os contemporâneos da Comuna dirigem-se a Marx através de centenas de cartas», esclareceu a Nota do Editor em K. Marx (1963) 9. A correspondência com Varlin foi referida na pág. 10 e transcrita na pág. 113.

<sup>86</sup> A 18 de Junho de 1871, três semanas depois de a Comuna ter sido aniquilada e enquanto dezenas de milhares de trabalhadores eram massacrados em Paris, Marx escreveu a Kugelmann que «durante a última revolução parisiense eu fui denunciado como o "grande chefe da Internacional" [...] e tenho a honra de ser neste momento o homem mais caluniado e ameaçado de Londres. Isto faz com que me sinta realmente bem, depois de vinte anos de um enfadonho idílio» – *id.*, *ibid.*, 104. Hesitei aqui entre vários comentários, e acabei por não escrever nenhum.

deverem ser exploradas e administradas directamente pelos seus próprios trabalhadores do que às disposições necessárias para coordenar esta actividade, que ele apresentou erroneamente como se tivessem por objectivo instaurar uma direcção centralizada da economia. «A 16 de Abril, a Comuna ordenou que se efectuasse um recenseamento das oficinas encerradas pelos fabricantes e se elaborassem planos para entregar a gestão dessas empresas aos operários que até então aí trabalhavam, os quais deviam reunir-se em associações cooperativas, bem como para organizar estas associações *numa única* grande federação», escreveu Engels e adiante afirmou que «o mais importante de todos os decretos promulgados pela Comuna instituíam uma organização da grande indústria, e mesmo da manufactura, que não só devia basear-se na associação dos trabalhadores de cada fábrica, mas também reunir todas estas associações numa grande federação [...]»<sup>87</sup>. Ora, Engels conhecia bem demais qual fora a este respeito a posição de Varlin e daquela que havia sido a maioria da secção francesa da AIT. As medidas que para uns deviam servir de estímulo à iniciativa da base eram apresentadas pelo outro como se se tivessem destinado a reforçar o poder de decisão central.

No seu célebre relato da Comuna Marx escamoteou os planos de transformação das relações sociais de trabalho, o que é esclarecedor dos métodos de polémica a que sempre recorria. E o facto de ele e Engels terem usado a questão do banco central para apreciar criticamente as orientações económicas do proletariado insurrecto levou-os a desnaturar a acção social da Comuna. Todavia, foi Marx quem escreveu, naquele mesmo panfleto, que «a classe operária não se pode contentar em apoderar-se do aparelho de Estado existente e em fazê-lo funcionar por sua conta»<sup>88</sup>. Por um lado, ao observar as medidas que haviam substituído o exército pelas milícias populares e que haviam estipulado a responsabilização de todos os representantes perante os eleitores e a sua revogabilidade permanente, Marx mostrou que os trabalhadores parisienses tinham destruído os órgãos estatais e instaurado «um governo da classe operária»<sup>89</sup>. Mas, por outro lado, revelou-se incapaz de prescindir dos paradigmas sugeridos pelo próprio Estado. Este paradoxo não nos deve surpreender, pois é indissolúvel a relação entre o quadro nacional e a entidade estatal e, sem ultrapassarem os horizontes da geopolítica, as descrições históricas de Marx e de Engels ficaram subordinadas aos temas da nacionalidade e, portanto, do Estado. Chegamos assim ao cerne do problema. A insistência com que Marx invocou a trama da diplomacia a respeito dos acontecimentos de 1870 e 1871 e a crítica feita à Comuna por não ter usado o Banco

<sup>87</sup> Prefácio de Engels à reedição inglesa de 1891 de um panfleto de Marx publicado em 30 de Maio de 1871. As passagens citadas encontram-se em *id.*, *ibid.*, 19 e 22 (sub. orig.).

<sup>88</sup> *Id.*, *ibid.*, 59.

<sup>89</sup> *Id.*, *ibid.*, 67.

de França como órgão central da reestruturação económica são duas facetas da tendência para situar a luta entre classes no plano das rivalidades nacionais. Foi nesta perspectiva que Marx e Engels encararam a maior epopeia operária do seu tempo.

### 3

A precipitação da crise social no império russo e, de maneira mais imediata, o aparecimento de um núcleo de marxistas na Rússia obrigaram os dois fundadores do comunismo moderno a depararem com os verdadeiros termos do dilema, e tiveram de admitir que o czarismo não contava apenas com um grande inimigo exterior, a nação polaca, mas também com um grande inimigo interior, o proletariado<sup>90</sup>. A perspectiva nacional começou a levar em consideração o fenómeno social. Surgia, porém, a questão de saber que proletariado era aquele. Para os populistas, herdeiros e modernizadores das teses que na geração anterior haviam sido propostas por Bakunin, o carácter arcaico da economia russa facilitaria o derrube do czarismo por uma classe social exterior ao capitalismo, o campesinato, apoiada numa instituição própria, a colectividade rural. Contra este tipo de teses ergueram-se vigorosamente os marxistas, argumentando que só o desenvolvimento da burguesia permitiria levar o crescimento das forças produtivas a um ponto tal que sustentasse a revolução social. «Afirmar que a revolução é mais fácil num país onde não existe proletariado nem burguesia é demonstrar que ainda não se aprendeu o bê-á-bá do socialismo», ironizava Engels em 1875<sup>91</sup>. Em suma, perante o atraso do capitalismo na Rússia, tratava-se de saber se a revolução podia iniciar-se fora do quadro capitalista, sendo possível neste caso desencadeá-la rapidamente, ou se tinha de processar-se na sequência do desenvolvimento capitalista, sendo então obrigatoriamente tardia. Se é certo que Engels não excluiu inteiramente a possibilidade de as colectividades camponesas russas virem um dia a converter-se numa forma de organização socialista, ele considerou que para isso era necessária uma condição prévia, o auxílio material prestado pelo proletariado da Europa ocidental depois de ter conseguido desencadear uma revolução triunfante<sup>92</sup>. Foi neste contexto que Engels adiantou novos argumentos a favor da prioridade da questão nacional polaca. Admitindo que em virtude do atraso do capitalismo na Rússia uma revolução social naquele país só podia ocorrer depois de uma vitória dos trabalhadores na Europa ocidental, ele considerou absolutamente certo, por outro lado, que a ameaça que a Rússia fazia pesar sobre as experiências de emancipação social nos outros países impedia

<sup>90</sup> Dos textos de Engels que conheço, o primeiro a formular esta constatação foi publicado em Abril de 1875. Ver P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 204.

<sup>91</sup> Num artigo publicado no *Volksstaat*, 21 de Abril de 1875, em id., *ibid.*, 205.

<sup>92</sup> Engels defendeu esta ordem de prioridades no seu artigo do *Volksstaat*, 21 de Abril de 1875, como se vê em id., *ibid.*, 213, e manteve a mesma opinião num texto publicado em 1894 e antologado em id., *ibid.*, 232-235.

a revolução no Ocidente de triunfar antes de estar derrubado o czarismo. Como resolver o dilema? A Polónia continuava a deter a chave da situação, porque a luta nacional dos polacos seria o principal perigo para o czarismo. Uma vitória dos independentistas polacos provocaria no interior da Rússia uma vaga revolucionária que derrubaria o czarismo e, sem poder mais contar com o auxílio do exército russo, a burguesia europeia seria por si só incapaz de opor uma resistência efectiva ao seu próprio proletariado e a revolução alastraria na Europa<sup>93</sup>.

Mas também a este respeito os problemas se complicaram. A perspectiva adoptada pelos fundadores do marxismo começou a deparar com a oposição de alguns socialistas polacos, para quem a questão nacional só poderia ser solucionada por uma revolução proletária internacional. Fundado em 1882, o primeiro partido socialista polaco, o Partido Social-Revolucionário do Proletariado, atribuía a prioridade aos conflitos sociais, rejeitando o patriotismo e a luta pela independência e proclamando o carácter internacional da luta de classe<sup>94</sup>. No entanto, Engels manteve-se fiel às suas opiniões e continuou a priorizar a questão nacional. Numa carta endereçada a Kautsky, em Fevereiro de 1882, escreveu que os socialistas polacos deviam «colocar a libertação do seu país na primeira linha do seu programa» e que «a independência é a base de qualquer acção internacional comum»<sup>95</sup>. Enquanto denegria os socialistas internacionalistas polacos, que algum tempo depois haveriam de encontrar em Rosa Luxemburg a sua melhor intérprete, Engels dava o aval à tendência nacionalista do socialismo, que dez anos mais tarde iria ser encabeçada por Piłsudski e esteve na origem da extrema-direita e do fascismo polacos.

A pressão dos acontecimentos, porém, levava os discípulos a tornarem-se mais insistentes e a revolucionária russa Vera Zassulitch, exilada na Suíça, enviou uma carta a Marx em Fevereiro de 1881 perguntando-lhe se as colectividades rurais eslavas, o *mir*, poderiam servir de quadro para a solidariedade humana e para o comunitarismo de produção e distribuição que devem caracterizar o socialismo? Ou estariam essas colectividades inevitavelmente condenadas pela evolução do capitalismo e seria a proletarização o único destino dos camponeses? Nesta dúvida reflectia-se a inquietação perante a estratégia de promoção da revolução rural que em décadas anteriores havia sido defendida tanto por muitos eslavófilos como por alguns dos mais importantes partidários do Ocidente, e que os populistas prosseguiam agora com redobrada energia. Deveriam os discípulos de Marx competir com os populistas e esforçar-se por emancipar as

<sup>93</sup> Engels sustentou esta tese em dois artigos publicados no *Volksstaat*, 11 de Junho de 1874 e 21 de Abril de 1875, antologiadados em id., *ibid.*, 110-115 e 203-213.

<sup>94</sup> M. S. Shatz (1989) 5-6. A repressão policial destruiu este partido em 1886, mas foi reconstituído dois anos mais tarde, embora por pouco tempo. Ver id., *ibid.*, 6 e 10.

<sup>95</sup> P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 117.

colectividades rústicas da opressão fiscal e administrativa de que eram vítimas ou, pelo contrário, deveriam concentrar a acção política exclusivamente nas cidades? Mas as inquietações de Vera Zassulitch não se limitaram à Rússia e, ao encerrar a carta, colocou o problema na verdadeira dimensão, pedindo ao mestre que lhe desse uma opinião acerca «da necessidade histórica de que todos os países do mundo atravessassem todas as fases da produção capitalista»<sup>96</sup>.

Confrontado com os limites da sua própria teoria, Marx hesitou e ensaiou três versões do que se destinava a ser uma longa resposta. No segundo esboço chamou a atenção para o facto de ter analisado em *O Capital* a expropriação de camponeses que eram já proprietários privados da terra, enquanto na Rússia a situação de partida era muito diferente, pois o capitalismo, para se desenvolver ali no meio rural, deveria abolir primeiro a propriedade colectiva. Marx concluiu, assim, que o rumo de evolução traçado na sua grande obra não podia servir de argumento para defender qualquer fatalidade histórica do processo de expropriação das massas rurais. Ele confessou até que, entre os russos que conhecia, nenhum sustentava que as colectividades camponesas estivessem necessariamente condenadas à extinção e, pelo contrário, todos viam nelas um rumo específico de desenvolvimento da Rússia para o socialismo. No terceiro rascunho Marx explicou que só na Europa ocidental os cultivadores estavam inelutavelmente sujeitos à expropriação dos meios de produção, sendo errado, portanto, remeter para *O Capital* a solução do dilema prático das colectividades rurais russas. Aliás, como recordou no primeiro e no segundo esboços, a Rússia também não necessitara de reproduzir o longo processo histórico ocorrido na Europa ocidental para dispor de uma indústria moderna e de instituições financeiras evoluídas. Além disso, e voltando à terceira versão da carta, se na Europa ocidental as antigas colectividades haviam desaparecido, na Índia, pelo contrário, tinham mantido o vigor, só se extinguindo devido à intervenção brutal do colonialismo inglês e não por condicionalismos históricos próprios. Com efeito, depois de analisar no segundo e no terceiro manuscritos as contradições internas das colectividades — que se por um lado constituíam um quadro comunitário, por outro lado aceitavam no seu interior formas de propriedade privada — Marx deixou claro, na terceira versão, que tal como a apropriação privada podia prevalecer e decompor a colectividade, era igualmente possível que ocorresse um processo oposto e o comunitarismo prevalecesse sobre os factores de privatização. Assim, escreveu ele no primeiro rascunho, podia admitir-se teoricamente que a colectividade rural russa não se dissolvesse e, sem passar pela fase capitalista, viesse a sustentar uma transição

<sup>96</sup> A carta de Vera Zassulitch a Karl Marx, com data de 16 de Fevereiro de 1881, encontra-se reproduzida em id., *ibid.*, 276-277 e M. Rubel (org. 1968) 1556-1557. A frase citada pode ler-se nas págs. 277 e 1557, respectivamente.

mais rápida para o socialismo, embora só as condições concretas permitissem a efectivação prática desta possibilidade. «O que ameaça a vida da comuna russa», registou Marx no segundo manuscrito, sintetizando uma ideia que havia já detalhado no esboço anterior, «não é uma fatalidade histórica nem uma teoria social; é a opressão [fiscal] pelo Estado e a exploração por intrusos capitalistas, que graças ao Estado se tornaram poderosos a expensas dos camponeses». Neste contexto, o isolamento em que cada colectividade russa se mantinha relativamente às demais constituía um factor de enfraquecimento, observou Marx na primeira versão, mas nos três manuscritos admitiu que uma situação revolucionária generalizada, com as subseqüentes remodelações administrativas, superasse sem dificuldade aquele isolamento. Na perspectiva de Marx, como se vê pela leitura do primeiro rascunho, o facto de nos países mais evoluídos o capitalismo deparar com forças produtivas cujo desenvolvimento o ultrapassava e ter, ao mesmo tempo, de enfrentar um movimento operário forte podia contribuir para ajudar as colectividades rurais russas a converterem-se gradualmente em elementos de uma passagem directa para o socialismo. No balanço dos factores positivos e dos desfavoráveis parece, portanto, ter prevalecido o optimismo, e Marx considerou verosímil que a colectividade rural continuasse a desempenhar um papel importante na Rússia. Tanto no primeiro manuscrito como no terceiro ele insistiu na possibilidade prática de as colectividades se desenvolverem até chegarem ao socialismo, sem atravessarem o capitalismo. Graças às relações de cooperação, admitiu no primeiro esboço, a colectividade tornar-se-ia um quadro do socialismo. Afinal, como deixou claro naquela mesma versão, o destino da colectividade camponesa russa não estava inscrito em *O Capital* nem em qualquer fatalidade histórica, mas nas lutas sociais. Para Marx não eram as contradições internas da colectividade a pô-la em perigo na Rússia, mas o assalto dos inimigos exteriores, o Estado e o capital. «Para salvar a comuna russa é necessária uma Revolução russa», escreveu lapidarmente no primeiro rascunho, o que correspondia a dizer que um dos objectivos dos revolucionários russos devia ser o de salvar as colectividades rurais e que esta era uma questão urgente<sup>97</sup>. Por que motivo, então, Marx não deu esta resposta a Vera Zassulitch?

Marx optou por uma carta curta e evasiva, limitando-se a escrever que apenas na Europa ocidental os camponeses eram inevitavelmente vítimas da expropriação dos meios de produção e que na Rússia as possibilidades históricas se mantinham em aberto<sup>98</sup>. Foi uma missiva tão anódina

<sup>97</sup> Em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 218-226 e M. Rubel (org. 1968) 1559-1573 encontram-se longos extractos dos três rascunhos da resposta de Marx a Vera Zassulitch. As frases citadas vêm respectivamente nas págs. 224 e 226 ou 1569 e 1573. Consulte também as passagens reproduzidas em E. J. Hobsbawm (org. 1964) 142-145, que incluem outro trecho do segundo manuscrito.

<sup>98</sup> A carta enviada por Karl Marx a Vera Zassulitch, com data de 8 de Março de 1881, encontra-se em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 278-279 e M. Rubel (org. 1968) 1557-1558.

que saiu da lembrança dos discípulos e só a perspicácia do infatigável Riazanov, bolchevista tão erudito quanto indisciplinado, a recuperou do esquecimento<sup>99</sup>. A verdadeira resposta deram-na Marx e Engels um ano depois, no prefácio com que abriram a nova edição russa do *Manifesto*: «A questão vital consiste em saber se a comunidade rural russa, apesar de estar já seriamente minada enquanto forma arcaica de propriedade colectiva do solo, pode ser directamente transformada na forma superior de propriedade comunista da terra ou se terá de percorrer o mesmo processo de decomposição que mostra os seus resultados na evolução histórica do Ocidente. Para esta questão existe hoje uma única resposta. Se a revolução russa der o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de maneira que ambas se completem uma à outra, a forma predominante de propriedade colectiva da terra na Rússia poderá converter-se no ponto de partida de um processo de desenvolvimento comunista»<sup>100</sup>.

Para os leitores de estatísticas o crescimento do capitalismo na agricultura russa durante as últimas décadas do século XIX e o começo do século XX parecia ter liquidado o *mir* e, com ele, as ilusões dos populistas. Os marxistas sossegaram e tiveram mais em que pensar. «Todavia», advertiu um especialista, «é curioso que o *mir* tivesse beneficiado de um renascimento durante e depois da revolução [de 1917]. Foi ele que efectuou o confisco e a repartição das terras da nobreza. Durante a NEP era uma instituição rural cheia de vida, perante a qual o *sel'sovet* [soviete de aldeia] apresentava o aspecto de um parente pobre»<sup>101</sup>. A tal ponto que em 1926, segundo o comissário para a Agricultura, nove décimos dos camponeses estavam integrados no *mir*<sup>102</sup>. Ainda aqui a dinâmica da história, se confirmou a perspectiva económica abstracta formulada a longo prazo pelos criadores do marxismo, desmentiu os preconceitos geopolíticos a que eles haviam recorrido nas análises concretas a curto prazo. «Que esta derradeira mensagem do russófobo se tivesse destinado à Rússia camponesa poderia facilmente passar por uma ironia da história», comentou outro especialista<sup>103</sup>. Afinal, o *mir* só foi destruído quando Stalin e o seu *bureau* político, apoiando-se nos factores de conflito social existentes no interior do campesinato, ao invés dos factores de cooperação, como Marx havia proposto, desencadearam com a conhecida bruta-

<sup>99</sup> Riazanov descobriu os três rascunhos entre os documentos que haviam pertencido a uma das filhas de Marx, Laura Lafargue, o que o levou a suspeitar que teria efectivamente sido enviada uma carta. Depois de interrogar sobre o assunto todos os sobreviventes da primeira geração de marxistas russos, sem que nenhum deles se lembrasse de tal correspondência, Riazanov acabou por achá-la nos arquivos de um dos principais pioneiros, o menchevita Pavel Axelrod. Ver a este respeito P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 279-280 e M. Rubel (org. 1968) n. 3 referente à pág. 1558, na pág. 1864, e n. 1 referente à pág. 1557, também na pág. 1864.

<sup>100</sup> P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 228. Ver também T. A. Jackson (1936) 396.

<sup>101</sup> M. Lewin (1966) 26. Ver igualmente as págs. 79 e segs.

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, 26.

<sup>103</sup> M. Rubel (org. 1968) 1867. Mas em seguida Maximilien Rubel apagou os traços incisivos da sua observação, lançando-se nas considerações líricas de que era adepto.

lidade a colectivização da agricultura, que constituiu de facto uma segunda guerra civil, e acabaram de implantar aquilo que um historiador arguto denominou «a variante saint-simoniana do marxismo»<sup>104</sup>.

#### 4

A contradição entre a política prática de carácter nacionalista e a teoria económica de carácter supranacional encontrou justificação no próprio modelo teórico, através da diferença entre as funções que Marx atribuiu na estrutura hierarquizada da sociedade às categorias *forças produtivas e relações sociais de produção*. Quando dava o aval a uma concepção de materialismo divulgada na época, Marx — e com ele a ortodoxia dos discípulos — considerava que a dinâmica histórica residia no progresso das forças produtivas, encarado como uma acumulação de meios de produção materiais. Assim, seriam obviamente os países dotados das instituições de Estado mais completas que possuiriam as forças produtivas mais desenvolvidas e, por conseguinte, mais próximos se encontrariam da transformação socialista. O fim do capitalismo não decorreria, segundo tal ponto de vista, de uma ruptura social, mas de uma evolução estritamente material. A mesma concepção de desenvolvimento evolutivo das forças produtivas que inspirava a apologia da civilização emanada dos povos com Estado e justificava o colonialismo permitia, além disso, que a concentração da actividade económica e a superação jurídica da propriedade privada se confundissem com o socialismo. Se fosse certo que o acréscimo gradual das forças produtivas levava ao socialismo, entendido como mera estatização da propriedade, ficava resolvido o paradoxo que consistia em enaltecer o desenvolvimento das instituições capitalistas em nome do messianismo de uma sociedade sem classes. Os interesses geopolíticos dos «povos civilizados» eram legitimados pela pretensão de trazerem rapidamente o socialismo no seu cortejo histórico. Noutras ocasiões, todavia, Marx atribuiu às contradições existentes nas relações sociais de produção a responsabilidade pela dinâmica da história — e nestas passagens têm, até hoje, procurado inspiração as heterodoxias radicais. Numa perspectiva deste tipo o conjunto das forças produtivas, enquanto estrutura tecnológica sistemática e não enquanto técnicas isoladas, constitui a materialização de dadas relações sociais, e por isso as forças produtivas do capitalismo não podem ser o gérmen de qualquer modo de produção futuro. Os confrontos da geopolítica e a esfera dos Estados e das nações são redes em que se enleiam os trabalhadores, e a única base possível do socialismo consiste no desenvolvimento da solidariedade e do colectivismo a partir das relações de novo tipo originadas na luta contra o capital.

<sup>104</sup> N. Harding (2003) 262.



A ambiguidade que perpassou na obra de Marx e Engels quando conferiram à geopolítica um lugar central nos conflitos práticos foi justificada teoricamente pela atribuição do papel decisivo às forças produtivas materiais e pela redução da história das forças produtivas a um processo evolutivo. Só a interessada distração dos discípulos e comentadores encartados os leva a discorrer interminavelmente sobre a política de classe dos mestres, apagando tudo o que eles pensaram — e fizeram — em termos de política das nacionalidades. Os discursos das várias ortodoxias sobre, e a partir de, o *Manifesto* e *O Capital* esquecem a transposição da luta de classes para o conflito entre nações executada pelos fundadores do comunismo moderno. Nada disto seria muito importante se fossem só as contradições do marxismo a estar em causa. Mas a questão é urgente porque revela as contradições da própria classe trabalhadora.

A oscilação perceptível na obra de Marx e Engels entre as aspirações de classe a longo prazo e o quadro nacionalista e estatal em que conceberam a actividade política imediata reflectia a existência da mesma ambiguidade no seio do movimento operário. Pois quer-se algo mais absurdo do que o facto de a Internacional dos Trabalhadores ter sido fundada não no contexto de qualquer acção de solidariedade entre os explorados de vários países, mas por ocasião de uma reunião de apoio à luta nacional dos polacos<sup>105</sup>? Este paradoxo foi sentido por alguns dos membros influentes da AIT, como se observa em intervenções da delegação francesa e da delegação belga. «Já em 1865», relatou uma historiadora, «quando Marx, com o apoio dos ingleses, pretendeu discutir a questão da Polónia, apresentando à Conferência de Londres uma resolução-programa que dizia “É imperioso aniquilar a influência crescente da Rússia na Europa aplicando à Polónia ‘o direito de qualquer povo a dispor de si próprio’ e restaurando esse país sobre uma base social e democrática”, ele foi violentamente combatido pelos franceses Le Lubez e Vésinier. Esta polémica deu ao belga de Paepe uma oportunidade para expor a sua própria posição, que de certo modo antecipa a que Rosa Luxemburg haveria de tomar três décadas depois: “O cidadão de Paepe diz que na sua opinião não nos devemos ocupar com tal questão. A restauração da Polónia só pode beneficiar três classes: a alta nobreza, a baixa nobreza e o clero [...] Pretendeis pôr cobro à influência russa [...] Então eu reclamo que se ponha cobro à influência de todos os governos da Europa [...] São tantos os povos que sofrem, que é profundamente injusto citar apenas um”. No ano seguinte, no Congresso de Genebra, reproduz-se a mesma cena. Foi adoptado o ponto 9 do programa, onde se lia: “Acerca da necessidade de destruir a influência russa na Europa mediante

<sup>105</sup> «[...] a verdade, paradoxal, impõe-se», observou A. Kriegel (1972) 629; «a Internacional nasceu do problema das nacionalidades. O célebre *meeting* do Saint Jame’s Hall fora explicitamente convocado para expressar a indignação dos operários franceses e ingleses perante o abandono da Polónia pelos governos e pelas classes que detinham o poder».

a aplicação do princípio do direito dos povos a disporem de si próprios e mediante a reconstituição da Polónia sobre bases democráticas e sociais”. Mas os delegados franceses exprimiram publicamente o seu desacordo: “Partidários da liberdade, manifestamos o nosso protesto contra todos os despotismos, a nossa condenação e enérgica reprovação da organização e das tendências sociais do despotismo russo, que conduzirá infalivelmente ao comunismo mais embrutecedor. Mas, enquanto delegados a um congresso económico, consideramos que nada temos a dizer a respeito da reconstituição política da Polónia”<sup>106</sup>.

O carácter pertinente destas declarações confirma-se quando sabemos que o movimento pela independência da Polónia, a cujo apoio era concitado o operariado de todos os países, previa a sujeição forçada à entidade polaca de uma multiplicidade de povos, que viam assim recusado o seu próprio direito à autodeterminação<sup>107</sup>. Num artigo de 1848 Engels declarara que uma Polónia soberana «deve ter pelo menos a área que tinha em 1772», dando o aval à futura anexação de outros povos<sup>108</sup>. Quatro anos depois ele dedicou-se à costura étnica e propôs num artigo que uma futura Polónia independente cedesse à Alemanha os territórios ocidentais mais germanizados, obtendo em compensação vastos espaços a Leste, através de uma guerra contra a Rússia<sup>109</sup>, e num texto de 1866 defendeu a restauração da Polónia em fronteiras que incluíssem, além dos polacos propriamente ditos, outras nacionalidades menores, dessas a que ele e o seu amigo Marx recusavam o direito à existência histórica<sup>110</sup>. Na guerra que a Polónia haveria de conduzir em 1920 contra a jovem Rússia soviética com a intenção de restabelecer as fronteiras de 1772, não eram os bolchevistas mas o fascista Piłsudski quem poderia invocar o aval de Engels. A noção de que qualquer nacionalismo é um imperialismo potencial resume a conclusão lógica das intervenções dos delegados franceses e belgas na Conferência da AIT em Londres em 1865 e no Congresso de Genebra em 1866, mas o certo é que não se ultrapassou a contradição entre o anseio de criar ou desenvolver o internacionalismo e a necessidade de prosseguir a actividade prática nos quadros existentes, que eram obrigatoriamente nacionais. Talvez fosse esta ambiguidade a condenar a AIT à extinção<sup>111</sup> e o mesmo dilema levou mais tarde à desagregação da Segunda Internacional em condições dramáticas e, depois, à rápida degenerescência da Terceira.

<sup>106</sup> Id., *ibid.*, 630-631.

<sup>107</sup> R. Rosdolsky (1980) 16, 33 n. 3, 48-49, 52-53, 120 n. 54 cont.

<sup>108</sup> O artigo de Engels «O Debate em Frankfurt acerca da Polónia», na *Neue Rheinische Zeitung*, Agosto de 1848, foi antologado em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 93-94. Ver também a este respeito R. Rosdolsky (1980) 45 e n. 47 e 140 n. 7 cont.

<sup>109</sup> R. Rosdolsky (1980) 120 n. 54 cont.

<sup>110</sup> A carta de Engels publicada em 1866 pela revista britânica *Commonwealth* encontra-se antologada em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 101 e segs.

<sup>111</sup> «[...] à medida que foram aparecendo “questões nacionais”, tornou-se visível que a Internacional não

Será que não se erguiam limites à derrapagem nacionalista do movimento operário? Quando se sabe que a assimilação entre capitalismo e judaísmo permeou a obra de alguns dos mais importantes pioneiros do socialismo, em especial Proudhon e Blanqui, e quando se conhece a continuidade deste anti-semitismo de esquerda na teoria e na prática socialistas, apercebemo-nos de que a contradição entre a teoria económica de Marx e as suas opções políticas concretas era um sintoma de outra contradição, mais ampla e enraizada, que tem viciado o campo do anti-capitalismo desde a sua génese. Em vez de enfrentar francamente este problema, o marxismo dissimulou-o e deu-lhe novo fôlego. O *Anti-Dühring*, que se conta entre as obras mais conhecidas de Engels, é também uma das mais estranhas, pois para quê dedicar tantas páginas a uma figura intelectual medíocre? Verdadeiramente paradoxal é que Dühring seja recordado hoje apenas pelo seu anti-semitismo, sem que Engels tivesse dado relevo a esta questão, a ponto de colocar a aversão de Dühring aos judeus a par da repugnância que ele sentia igualmente pelo tabaco e pelos gatos<sup>112</sup>. Até nas duas vezes em que citou Wagner a respeito de Dühring, Engels desprezou aquele traço que unia duas figuras tão díspares<sup>113</sup>. Ora, graças a Theodor Fritsch, incansável propagandista do anti-semitismo, viria a traçar-se uma linha de continuidade entre Dühring e os doutrinadores do Terceiro Reich<sup>114</sup>. Mesmo a primazia atribuída por Dühring à instância política relativamente à económica, que constituiria mais tarde uma das facetas definidoras dos fascismos, não ocasionou nenhuma das antecipações de que noutras obras Engels se revelou capaz. Irei longe demais ao admitir que a contradição entre a teoria económica e a prática política, que introduziu no marxismo uma grave ambiguidade, foi responsável pelo facto de Engels ter deixado escapar o único aspecto que haveria de conferir a Dühring alguma importância histórica?

Nesta perspectiva não devemos considerar como simples aberrações certos casos extremos, pois sinalizam um mal profundo. Foi o que sucedeu com o renomado matemático e cientista britânico Karl Pearson, criador da biometria e principal discípulo do fundador da eugenia, cujo entusiasmo pelo marxismo se devia ao facto de ver nele um instrumento de reforço do Estado,

dispunha de uma teoria relativa ao problema das nacionalidades», observou pertinentemente A. Kriegel (1972) 631. E esta historiadora acrescentou (págs. 629, 633) que «[...] a inclusão das "questões nacionais" numa iniciativa de vocação universal, que *a priori* parecia rejeitá-las, e o desenvolvimento desigual da luta de classes no interior de cada conjunto nacional contribuíram para desagregar as bases em que assentava a AIT, ou seja, a noção de pertencer a uma comunidade de tipo diferente da comunidade nacional. [...] pelo facto de a questão nacional surgir essencialmente ligada à consumação da sociedade burguesa, não estava claro qual devia ser o papel da classe operária durante o período transitório, até que a revolução proletária tivesse podido introduzir nas relações entre os povos a teoria e a prática do internacionalismo proletário. Assim, a ausência de uma teoria efectivamente socialista a respeito do problema das nacionalidades prejudicou gravemente o desenvolvimento da Internacional na década de 1860. Após 1870, foi a edificação das próprias nações que liquidou a Internacional».

<sup>112</sup> F. Engels (1959) 198. Ver também a pág. 154.

<sup>113</sup> Id., *ibid.*, 44, 159.

<sup>114</sup> E. Klautke (2011) 75.

capaz de criar condições para impor uma legislação racial. Pearson defendia uma intervenção conjugada no plano biológico, estimulando a procriação entre os elementos considerados superiores e limitando ou impedindo a reprodução dos elementos considerados inferiores, e no plano social, limitando ou abolindo as medidas de auxílio económico e sanitário às camadas mais pobres, tidas como degeneradas, e restringindo a imigração de pessoas etnicamente indesejáveis. De arma política e económica do proletariado na luta de classes, a conquista do Estado ficou convertida por este simpatizante do marxismo em arma racial de uma nação na luta pela hegemonia biológica<sup>115</sup>. Se passarmos para o nível rasteiro da literatura de divulgação pretensamente científica, um dos publicistas que alcançou maior celebridade no racismo europeu, Vacher de Lapouge, iniciara a carreira política no partido de Jules Guesde e Paul Lafargue, precisamente o bastião da ortodoxia marxista em França, e começara a interessar-se pelas teorias raciais ainda durante a fase de activo militante socialista<sup>116</sup>. Do outro lado da fronteira apresentou um percurso idêntico o alemão Ludwig Woltmann, também ele marxista e racista, que viria a exercer uma grande influência sobre o movimento eugenista do seu país<sup>117</sup>. Dando uma conotação biológica às categorias marxistas, Woltmann procurou conjugar o tema da luta entre classes e o tema da luta entre raças. O modelo darwiniano da selecção natural serviu-lhe para considerar o proletariado, ou pelo menos a burocracia social-democrata, como uma nova elite racial, destinada pela história a substituir a elite burguesa decadente<sup>118</sup>. Quando sabemos que as doutrinas de Woltmann influenciaram Lanz von Liebenfels, a mais estranha das figuras de um universo ideológico onde abundavam excêntricos, autor de uma *Teozoologia* em que a Bíblia se confundia com a eugenia num projecto de criação de uma raça de super-homens e fundador de uma associação esotérica que contou com as simpatias do jovem Hitler<sup>119</sup>, concluímos que na primeira geração dos discípulos de Marx não encontramos apenas uma sinistra antecipação de certas perversões futuras, mas pelo menos num caso detectamos um eixo de continuidade que levou ao racismo nacional-socialista. E seria realmente necessário invocar as referências a Darwin, se em textos incontáveis Engels e Marx transpuseram a luta das classes para um confronto de nações entendido como luta entre etnias, fundindo de maneira espúria duas abordagens inconciliáveis? Os darwinianos e os

<sup>115</sup> Th. Linehan (2000) 23-27. E. Black (2003) 27 considerou que Karl Pearson foi o mais importante discípulo de Galton. Todavia, convém saber que, segundo Edwin Black, op. cit., 72, 99-100, 212-213 e 220, Pearson se opôs decididamente às pretensões dos eugenistas norte-americanos, o que não deve servir para negar o racismo de Pearson mas para salientar o extremismo racial alcançado nos Estados Unidos.

<sup>116</sup> Z. Sternhell (1978) 164.

<sup>117</sup> L. Poliakov (1971) 312.

<sup>118</sup> G. Lukács (1980) 694-697; Z. Sternhell (1978) 164-165.

<sup>119</sup> Acerca da influência de Woltmann sobre Lanz von Liebenfels ver A. Herman (1997) 138-139. Quanto à influência que Lanz exerceu sobre Hitler ver J. P. Faye (1980) 518 e segs.

eugenistas ajudaram depois a transferir para o plano biológico a pretensa homogeneidade de cada cultura nacional, convertendo as etnias em raças.

As lutas da classe trabalhadora têm ocorrido em territórios repartidos por Estados e em esferas culturais divididas por nações. Mas não é menos exacto que, simultaneamente, sob o verniz da coesão institucional e cultural se reproduzem os antagonismos de classe. Por um lado, a classe trabalhadora, apesar de a sua existência económica se definir no plano mundial, só raramente conseguiu atingir um inter-relacionamento social que ultrapassasse as fronteiras nacionais. Por outro lado, porém, as lutas de nações, embora tendam a promover a solidariedade entre as várias classes representadas em cada país ou suscitem activamente esta solidariedade em defesa da independência do Estado, processam-se de maneiras distintas consoante as classes. O patriotismo é um factor de conciliação interna, mas é vivido, tanto política como culturalmente, de maneira diferente pelos exploradores e pelos explorados. Esta clivagem, todavia, em vez de fornecer uma solução, representa propriamente o problema. Encontrando algumas possibilidades de exercício na esfera das rivalidades nacionais, através de uma modalidade proletária de patriotismo que se distingue do patriotismo dos capitalistas, a vontade de emancipação da classe trabalhadora tem-se prendido nestes limites, sem os ultrapassar no único plano que lhe garantiria uma acção autónoma, ou seja, sem se pronunciar contra os Estados, por cima das fronteiras e de todo o tipo de divisões. O facto de o nacionalismo se reproduzir em versões diferentes consoante as classes sociais constitui uma poderosa armadilha, protelando o desenvolvimento do internacionalismo.

A questão é prática antes de ser teórica. A dialéctica entre a existência internacional da classe trabalhadora e o quadro nacional em que se tem processado a esmagadora maioria das suas lutas, expressa no paradoxo das clivagens de classe internas aos nacionalismos, só poderá esclarecer-se quando os explorados tiverem unificado ambos os campos de actuação num mesmo processo de ruptura social. Até então continuar-se-á a oscilar entre os anseios revolucionários do internacionalismo, utópicos no imediato, e o realismo da inclusão em fronteiras, condenado a reproduzir e reforçar a ordem capitalista.

### **3. O colonialismo socialista da Segunda Internacional**

No Congresso de Amsterdão da Segunda Internacional, reunido em 1904, foram designados dois relatores para a questão colonial. Um deles, Henry Mayers Hyndman, promovera sempre apaixonadamente a orientação anti-imperialista, até que em 1914 a Grande Guerra o precipitou,

como a tantos outros, para o campo do patriotismo e a defesa de um socialismo nacionalista<sup>120</sup>. Era um personagem curioso, Hyndman, o primeiro britânico a escrever obras marxistas de reconhecido interesse teórico e que apesar disto, ou talvez por isto mesmo, conseguiu cortar relações com Marx e incompatibilizar-se politicamente com Engels. Uma tal façanha significa sem dúvida alguma coisa, embora eu não saiba o quê. O outro relator era Hendrik van Kol, engenheiro holandês que vivera muitos anos nas Índias Orientais e formara aí a visão de um colonialismo paternalista, impondo-a mais tarde ao partido social-democrata do seu país, de que era um dos deputados e em que figurava como o principal responsável pelos assuntos coloniais. No relatório para o congresso de 1904 van Kol previu o aparecimento de um colonialismo socialista, afirmando que «as novas necessidades que se farão sentir depois da vitória da classe operária e da sua emancipação económica exigirão a posse de colónias mesmo sob o regime socialista do futuro»<sup>121</sup>.

Não menos interessante do que o conteúdo desse relatório é o facto de o confronto entre ambas as orientações se ter restringido à comissão especializada, pois na sessão plenária do congresso foi apresentada uma moção de compromisso que se limitava a repudiar a «política colonial capitalista», sem rejeitar expressamente todos os tipos de política colonial, e prometia promover «todas as reformas destinadas a melhorar a situação das populações coloniais: criação de escolas, higiene, obras públicas»<sup>122</sup>. Com o pretexto de tranquilizar as consciências metropolitanas, tratava-se de prosseguir nos territórios colonizados a edificação das condições gerais de produção capitalistas. Nesta moção conciliatória não parece ter sido a posição de Hyndman a prevalecer. Aliás, a esquerda da social-democracia holandesa, embora estivesse então a unificar-se para lutar contra o reformismo dominante no seu partido, ainda não atacara publicamente a orientação defendida por van Kol<sup>123</sup>. A herança colonial não assustava os socialistas e é nesta perspectiva que deverá um dia analisar-se uma questão até agora descurada, o interesse que tantos membros da Segunda Internacional revelaram pela eugenia<sup>124</sup>.

Personalidades de renome, como Eduard Bernstein, que fora amigo e colaborador de Engels, por ele designado como seu executor testamentário, e que, talvez assumindo a sério estas funções, pouco depois da morte do mestre começara a propor uma versão gradualista e reformista do marxismo, tornando-se o principal teórico da ala moderada da Segunda Internacional; Émile

<sup>120</sup> T. A. Jackson (1936) 399 classificou as teorias de Hyndman como uma «mistura ecléctica de lassalleísmo, democracia conservadora, patriotismo agressivo e declarações bombásticas». Mas decerto esta síntese refere-se às posições que ele adoptara a partir da primeira guerra mundial.

<sup>121</sup> Citado em G. Haupt et al. (1967) 24 n. 17.

<sup>122</sup> Citada em id., *ibid.*, 24. Ver igualmente F. Tichelman (1967) 237.

<sup>123</sup> F. Tichelman (1967) 235.

<sup>124</sup> S. Kühl (1994) 24; A. Pichot (2000) 177 e segs.

Vandervelde, a figura mais prestigiada, quase incontestada, do Partido Operário Belga, que ocupava na Internacional as funções de presidente do secretariado permanente; Jean Jaurès, a quem, talvez mais do que a qualquer outro, se deveu a unificação das várias correntes do socialismo francês e a criação da SFIO, onde a sua personalidade e o seu considerável saber o situavam muito acima de companheiros e rivais — todos eles defendiam para a África e o Oriente uma «política colonial positiva»<sup>125</sup>. E mesmo um notável filósofo marxista, Antonio Labriola, apesar de se situar próximo da vertente esquerdista, lamentou que a Itália não tivesse ocupado a Tunísia ou o Egito e apelou em 1902 para a conquista da Tripolitânia<sup>126</sup>. Na sequência destas figuras marcantes vinha uma corte de epígonos, que faziam as ideias dos mestres chegar a recônditos obscuros e a mentes simples. A maior parte dos porta-vozes do socialismo denunciava as atrocidades cometidas nas colónias pelas forças repressivas, escandalizava-se com a corrupção das administrações e a miséria dos nativos, mas sem pôr em causa os mecanismos da exploração. Vandervelde, que se esforçou, malgrado a indiferença do grupo parlamentar do seu partido, por tornar conhecidos os horrores praticados no Congo sob a égide do rei Leopoldo, afirmou no parlamento, em 1908, que «a colonização, em si mesma, é um facto de todas as épocas e [...] continuar-se-á a colonizar qualquer que seja o regime económico». E nas suas *Lettres du Congo* defendeu uma colonização moderna, que assegurasse bons lucros aos capitalistas «activos, industriais e enérgicos» e trabalho aos jovens com «rins sólidos e o fígado em bom estado»<sup>127</sup>.

Estes excelentes sentimentos, filantrópicos por um lado e profilácticos por outro, serviam de caução a um colonialismo socialista, justificado numa perspectiva que apresentava o desenvolvimento das forças produtivas materiais como o eixo linear e único de toda a história<sup>128</sup>. Como se lia em França na *Revue Socialiste* de Março de 1912, «se a nossa doutrina nos obriga a respeitar o direito dos indígenas, ela impõe-nos também a valorização de todas as forças naturais do globo»<sup>129</sup>. O mesmo raciocínio fora já levado a consequências extremas por van Kol em vários projectos apresentados a uma comissão do seu partido durante os trabalhos preparatórios do Congresso de Amsterdão da Segunda Internacional. No seu entender, a socialização dos meios

<sup>125</sup> G. Haupt et al. (1967) 21.

<sup>126</sup> G. Arfe (1967) 205-206. Não deve confundir-se o filósofo marxista Antonio Labriola com o sindicalista revolucionário Arturo Labriola, também ele um activo promotor do colonialismo socialista.

<sup>127</sup> Estas citações encontram-se em M. Steinberg (1967) 119. Mesmo com excelentes vísceras, nem todos se deixaram seduzir pelo apelo. «Num congresso extraordinário do Partido Operário Belga, Vandervelde, jovem ainda, magro, moreno, com muita garra, preconizava a anexação do Congo. Nós levantámo-nos, protestando, e saímos da sala com gestos veementes». «Nós» eram alguns adolescentes das juventudes socialistas com simpatia pelo anarquismo, como recordou Victor Serge nas *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 510.

<sup>128</sup> M. Steinberg (1967) 120.

<sup>129</sup> Citado em M. Rebérioux (1967) 150.

de produção implicava que o proletariado industrial do Ocidente ocupasse e explorasse as terras e as riquezas naturais que os povos colonizados não sabiam aproveitar. A diferença entre socialização e pilhagem seria apagada pela benevolência que os novos senhores mostrariam, em contraste com os antigos<sup>130</sup>. Opiniões deste tipo estavam profundamente arraigadas. Quatro décadas mais tarde, encerrado numa prisão pelo governo fascista de Vichy, Léon Blum reflectia sobre as orientações estratégicas que haviam de guiar a reconstrução de um Partido Socialista destruído pelos acontecimentos e conseguia, em escassas linhas, excluir dos benefícios do internacionalismo a população das colónias: «O internacionalismo assenta no postulado de que entre todas as nações que atingiram o mesmo estágio da evolução económica existe um certo número de interesses indivisos e de ideais comuns»<sup>131</sup>. A concisão da fórmula revela o longo amadurecimento desta convicção. O facto de a expansão do capital ter colocado numa situação social equiparável os trabalhadores das metrópoles e os explorados das colónias não afluía no velho mentor do socialismo francês como um possível elemento de internacionalismo. Para ele, o internacionalismo ligava as sociedades que se encontrassem num grau de industrialização semelhante. O desenvolvimento das forças produtivas materiais continuava a ser o álibi do colonialismo socialista.

Usando termos simplificados, mas não menos exactos, era precisamente esta sobrestimação das forças produtivas em detrimento das relações sociais que distinguia a corrente ortodoxa do marxismo das franjas radicais. É curioso observar que antes de as várias organizações em que se repartia o movimento socialista francês se terem unificado em 1905, era o Parti Socialiste Ouvrier Révolutionnaire, animado por Jean Allemane e beneficiando de uma especial implantação entre os trabalhadores da capital, aquele que mais seriamente punha em causa o dogma de que o desenvolvimento dos meios técnicos de produção implicasse, por si só, o progresso social, com os direitos históricos inerentes a um grau superior de civilização. Nas decisões do seu 2º Congresso, em 1892, o PSOR recusou-se a admitir a existência de «nações civilizadas», considerando que «as nações modernas, onde subsiste a desigualdade de condições sob a égide da lei, têm apenas a máscara da civilização». Ora, este partido situava-se à margem da ortodoxia marxista e era — embora nos termos obrigatoriamente moderados de uma época de burocratização — um herdeiro da corrente antiautoritária da Comuna parisiense, que encontrara em Varlin um dos seus mais activos e lúcidos defensores. Aliás, o PSOR contribuiu decisivamente para a formação do sindicalismo revolucionário em França<sup>132</sup>.

<sup>130</sup> F. Tichelman (1967) 229-230, 233-235.

<sup>131</sup> L. Blum (1945) 105-106.

<sup>132</sup> D. Ligou (1962) 78-84. A citação encontra-se na pág. 80.



O que viria a permitir a numerosos marxistas europeus a ultrapassagem da atitude paternalista perante o colonialismo seria o aparecimento da nova classe explorada das colónias como sujeito próprio na luta contra as metrópoles e como agente, naquelas partes do mundo, de uma outra esperança libertadora. Os povos exteriores à história irromperam então na cena da história, impuseram-se aos marxistas e forçaram a sua aceitação enquanto promotores a parte inteira da remodelação da história — levando, aliás, a uma remodelação do marxismo. Porque nesta questão a ortodoxia coube, sem nenhuma dúvida, à ala moderada da Segunda Internacional, que não fez mais do que aplicar as teses formuladas pelos dois fundadores do marxismo a respeito das nacionalidades oprimidas. Ao declarar no Congresso da Segunda Internacional em Estugarda, em 1907, que «os socialistas devem reconhecer a necessidade para os povos civilizados de exercerem uma certa tutela sobre os povos não civilizados»<sup>133</sup>, Bernstein estava a empregar com toda a legitimidade o mesmo critério que Engels usara para celebrar a guerra dos Estados Unidos contra o México, também ela «sustentada única e exclusivamente no interesse da civilização»<sup>134</sup>. Numa carta que enviara a Bernstein em 22 de Fevereiro de 1882, Engels prevenira-o contra o sentimentalismo e a filantropia que levava a defender todos os povos oprimidos, quando só são dignas de simpatia as nações capazes de fazer progredir as forças produtivas<sup>135</sup>. Decerto foram estas ideias de Engels e a sua vigorosa apologia do imperialismo *yankee* que levaram Bernstein a exclamar, no referido Congresso de Estugarda, que dar a independência às colónias seria o mesmo que restituir os Estados Unidos aos índios<sup>136</sup>. E Bernstein abordou com detalhe o assunto num artigo publicado em 1907. «A questão colonial é muito mais do que uma mera questão de humanitarismo», escreveu ele. «Trata-se da expansão da civilização e, enquanto existirem diferentes níveis civilizacionais, trata-se da manutenção e do predomínio da cultura superior. Com efeito, é inevitável que, mais tarde ou mais cedo, a civilização superior e a inferior entrem em conflito. É em função deste choque, desta luta pela existência das civilizações, que deve ser avaliada a política colonial dos povos civilizados enquanto fenómeno histórico»<sup>137</sup>. Como não reconhecer aqui o eco fiel de tantas passagens de Engels e de Marx?

Ainda no Congresso da Segunda Internacional em Estugarda a moção acerca do problema colonial, de novo apresentada por van Kol, declarou que o colonialismo «sob um regime

<sup>133</sup> Citado em I. Petit (1967) 95. Ver também F. Tichelman (1967) 240. Bernstein usou uma fórmula quase idêntica num artigo publicado nesse mesmo ano. Ver Irène Petit, *op. cit.*, 82.

<sup>134</sup> Esta frase de Engels, juntamente com a argumentação a que recorreu naquele caso, encontra-se reproduzida em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 71 e R. Rosdolsky (1980) 161.

<sup>135</sup> R. Dangeville (org. 1970) 631-632 n. 72.

<sup>136</sup> G. Haupt et al. (1967) 33; I. Petit (1967) 95.

<sup>137</sup> Reproduzido em I. Petit (1967) 96.

socialista podia ter uma acção civilizadora»<sup>138</sup>. E como não! Jean Jaurès havia conseguido mesmo encontrar na expansão colonial virtudes pacifistas, já que, empenhado em combates militares na Cochinchina e em Madagáscar, o governo francês não poderia arriscar-se a um conflito com a Alemanha. «Neste sentido a política colonial serviu, neste período de incertezas, a paz na Europa», afirmou Jaurès na Câmara dos Deputados, o que levou Clemenceau a retorquir-lhe, dos bancos da direita, que ele se regozijava com o massacre das pessoas de pele amarela ou negra quando o objectivo da França deveria ser o de reconquistar à Alemanha a Alsácia e a Lorena<sup>139</sup>. E em Novembro de 1903, discursando na Câmara dos Deputados a respeito da actuação do governo francês em Marrocos, Jaurès deu o seu acordo à «penetração pacífica» e vituperou apenas a «política guerreira de expansão colonial». Só dois anos mais tarde, quando as várias correntes socialistas do seu país se unificaram, Jaurès passou a aceitar as posições mais intransigentemente anticoloniais defendidas por Jules Guesde<sup>140</sup>. A tentativa de distinguir entre as aventuras militares e uma expansão pacífica e civilizadora redundava numa apologia das forças económicas do capitalismo, porque só os homens de negócios, com as artes do dinheiro, sabiam estender os fios da sua rede em silêncio e sem dor aparente. Mas na verdade os próprios chefes de empresa haviam reconhecido, nas suas iniciativas imperialistas, a impossibilidade de desenvolver as bases do capitalismo, tanto técnicas como sociais, sem para isso empregar sistematicamente a violência. Na Índia e em África os primeiros exércitos coloniais modernos foram criados, sustentados e directamente dirigidos pelos interesses privados, e sem as Guerras do Ópio o capitalismo europeu não teria podido penetrar na China. O processo histórico que Marx denominou acumulação primitiva do capital jamais foi realizado através dos mecanismos da livre concorrência e pressupôs sempre o recurso à força. E mesmo que o colonialismo aparecesse coberto com as roupagens miríficas do pacifismo socialista, que fazer se os nativos recusassem os benefícios de uma tal civilização? No Congresso de Estugarda, durante os acesos debates suscitados pelas suas teses, van Kol despiu a máscara do humanitarismo, que como todas as hipocrisias resiste mal aos factos, e admitiu que mesmo sob um regime socialista a política colonial tivesse de recorrer às armas e à violência<sup>141</sup>. Só o denodo de vários elementos da esquerda obrigou aquela moção a sujeitar-se aos votos da assembleia e fez com que fossem retiradas as frases mais extremas, por uma escassa maioria de dezanove votos em duzentos e trinta e cinco votantes<sup>142</sup>. Mas ainda

<sup>138</sup> Citado em G. Haupt et al. (1967) 30 e I. Petit (1967) 95. Ver ainda F. Tichelman (1967) 239-240.

<sup>139</sup> Citados ambos em A. Zévaès (1951) 192-193.

<sup>140</sup> Citado em D. Ligou (1962) 221. Ver igualmente A. Zévaès (1951) 215-216 e 242. Acerca das posições anticolonialistas de Jules Guesde ver Daniel Ligou, op. cit., 55-56.

<sup>141</sup> F. Tichelman (1967) 240.

<sup>142</sup> G. Haupt et al. (1967) 30; I. Petit (1967) 87 n. 16.

aqui era a direita da social-democracia, e não a esquerda, a possuir a legitimidade da ortodoxia, porque também Engels, ao supor que só a implantação de um regime socialista nas metrópoles poderia preparar os povos colonizados para a independência, admitira a possibilidade de os países asiáticos ou africanos, mal acabassem de se emancipar politicamente, se voltarem contra o operariado europeu<sup>143</sup>.

#### 4. Corradini encontrou-se com os sindicalistas revolucionários na «nação proletária»

##### 1

Entre 1908 e 1910 o político e pensador nacionalista Enrico Corradini começou a apresentar a Itália como uma «nação proletária»<sup>144</sup>. A importância passada da península e as grandes aspirações do *Risorgimento* contrastavam com uma presença insignificante no contexto europeu e com as fracassadas esperanças colonizadoras. Mas para classificar como proletário um país era necessário proceder a consideráveis distorções vocabulares. A palavra *proletariado* define uma classe social, pressupondo a cisão entre explorados e exploradores no interior de cada colectividade nacional. Pelo contrário, designar como proletária uma nação equivalia a pensá-la enquanto colectividade predominantemente homogénea, negando a sua clivagem em grupos antagónicos. A passagem da oposição de classes para a solidariedade entre classes foi o primeiro resultado daquela operação terminológica. Mas a junção dos dois vocábulos teve outra faceta. Corradini não se limitou a adjectivar a Itália como proletária; atribuiu ao mesmo tempo a essa situação proletarizada uma existência nacional. As implicações deste segundo aspecto foram igualmente profundas.

A velha crítica feita pelos conservadores ao liberalismo jacobino inspirava Corradini quando acusava os socialistas de, por detrás das referências a uma entidade colectiva, concebem na verdade o indivíduo como medida dos seus anseios. Pão para todos, justiça, condições de vida dignas, estas aspirações reduziam-se à esfera da felicidade pessoal, e ao censurá-las Corradini decerto ecoava as apóstrofes nietzschianas contra a moral da piedade e o socialismo

<sup>143</sup> W. Z. Laqueur (1965) 157.

<sup>144</sup> Uma exposição das teses de Corradini encontra-se em A. J. Gregor (2005) 56-72, J. Ploncard d'Assac (1971) 91-101 e S. Saladino (1965) 233-235, 237-238. Segundo A. Lyttelton (1982) 27-28 e 31, foi na obra do poeta Giovanni Pascoli que Corradini encontrou a imagem da Itália como «nação proletária». Mas o que me interessa aqui é o conceito político, não a expressão literária.

dos escravos<sup>145</sup>. A este padrão individual ele substituiu um sujeito colectivo — a nação. Mas não seria mais rigoroso, então, ampliar o verdadeiro sujeito à humanidade, a maior comunidade possível? Para evitar que as suas premissas fossem dilatadas até uma conclusão tão lógica quanto inoportuna, o político nacionalista, como outros o haviam feito antes dele, introduziu nestas transmutações verbais a dialéctica darwiniana, afirmando que cada nação só tinha significado contra as outras nações e que uma identidade nacional apenas se podia afirmar no combate pela supremacia. «As nações surgiram porque houve um antagonismo», escreveu Corradini em 1908, «e, de certo modo, elas mais não são do que a consolidação de um estado de guerra permanente de uns contra os outros»<sup>146</sup>. Tratava-se, como observou um historiador, de «uma concepção verdadeiramente tribal da nação»<sup>147</sup>. Nestes termos, seria utópico imaginar que, tal como a agregação dos indivíduos levava à formação de nações, também a junção das nações conduziria a um supranacionalismo humanitário. Se a vida, como os darwinianos explicavam, era uma luta pela existência, então a existência das nações só podia ser uma luta entre elas. Havia que devorar, para não ser devorado. O imperialismo era a única opção para a nação proletária. Tratava-se de transformar a luta de classes, que dissolvia a nação e o Estado, numa luta entre nações, que reforçava a coesão de cada nação e consolidava os Estados. «O nacionalismo é, em suma, a reafirmação da solidariedade nacional contra a luta de classes», proclamou Corradini em 1911; «é o esforço para repor as classes no seu lugar e para as subordinar novamente aos objectivos da nação»<sup>148</sup>. Ao conflito interno que opunha proletários e capitalistas substituíam-se a guerra externa entre nações proletárias e nações plutocráticas<sup>149</sup>. A magia das palavras! Assim como o adjectivo *proletária* era atrelado ao substantivo *nação*, também a classe trabalhadora iria politicamente a reboque dos capitalistas de cada país.

«Há nações que estão numa situação de inferioridade relativamente a outras, tal como há classes que estão numa situação de inferioridade relativamente a outras classes», escreveu Corradini em Outubro de 1910. «A Itália é uma nação proletária; basta a emigração para o demonstrar. A Itália é a proletária do mundo»<sup>150</sup>. Com efeito, entre 1871 e 1901 quase três milhões e meio de pessoas haviam abandonado a Itália rumo ao estrangeiro, e nos quinze anos seguintes o número de emigrantes aumentou para cerca de nove milhões<sup>151</sup>. Nas vésperas da primeira guerra mundial

<sup>145</sup> J. Ploncard d'Assac (1971) 96 chamou a atenção para a influência que a obra de Nietzsche exerceu sobre Corradini.

<sup>146</sup> Citado em id., *ibid.*, 98.

<sup>147</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 10. Ver também A. J. Gregor (2005) 59-61.

<sup>148</sup> Citado em J. Ploncard d'Assac (1971) 100.

<sup>149</sup> A. J. Gregor (2005) 67-69.

<sup>150</sup> Citado em Z. Sternhell et al. (1994) 164.

<sup>151</sup> E. Santarelli (1981) I 6 n. 1.

a debandada movia quase um milhão de pessoas por ano<sup>152</sup>. Ajudando a reduzir as pressões sociais no país e atenuando portanto a luta de classes, a emigração contribuiu para criar as condições que permitiram a Giolitti inspirar duas décadas da história italiana com uma política liberal e uma orientação social conservadora<sup>153</sup>. Ora, Corradini pretendia orientar para a colonização africana as multidões de deserdados que todos os anos emigravam do sul da península<sup>154</sup>, e sustentar o processo migratório teria como consequência atingir as próprias bases do liberalismo e fomentar o imperialismo enquanto válvula de escape das tensões sociais. Corradini não foi o primeiro político italiano a propor a expansão colonial como forma de absorver a emigração oriunda das províncias meridionais, mas ao apoderar-se do tema ele insuflou-lhe algo novo, a noção de proletariado, que o transformou completamente, fazendo ecoar na direita nacionalista uma dinâmica proveniente do lado de lá do espectro político<sup>155</sup>.

«A teoria de Corradini», afirmou um dos mais argutos estudiosos do fascismo, «constitui talvez a primeira tentativa de empregar as forças que influem na luta de classes para promover um socialismo imperialista»<sup>156</sup>. Na verdade, a ideia de inserir o proletariado na nação graças a uma política de nacionalismo social fora já gerada duas décadas antes em França por Édouard Drumont e por Maurice Barrès<sup>157</sup>. Em 1892 Drumont cunhou o termo «nacional-socialismo», indicando as preocupações sociais do novo nacionalismo, e Barrès definiu-se como socialista nacionalista quando apresentou a sua candidatura à Câmara dos Deputados em 1900<sup>158</sup>. «Nunca tenho receio de insistir na união da ideia socialista e da ideia nacionalista», escreveu Barrès numa obra de 1902<sup>159</sup>. Também Corradini usou ocasionalmente o termo «nacional-socialismo»<sup>160</sup>, mas ao

<sup>152</sup> G. Bortolotto (1938) 222; A. Lyttelton (1982) 31; P. Milza (1999) 46.

<sup>153</sup> E. Santarelli (1981) I 12.

<sup>154</sup> J. Ploncard d'Assac (1971) 91, 93, 95; S. Saladino (1965) 237.

<sup>155</sup> E. Santarelli (1981) I 29-30.

<sup>156</sup> F. Neumann (1943) 226. Giovanni Papini afirmou ter sido ele, e não Corradini, o primeiro a apresentar esta orientação, num discurso proferido em 1904. Ver E. Santarelli (1981) I 34 n. 1. Com justiça ou sem ela, porém, na vida política, tal como no âmbito da técnica, os inventores são quem fornece às ideias os meios práticos da sua realização, e o literato Papini, que jamais conseguiu ser um político eficaz, não podia competir com Corradini, o literato convertido em chefe político. De qualquer forma, parece-me que ambos estavam então demasiado próximos para que possamos definir com exactidão o que pertencia a cada um e o que lhes era comum, já que Papini, como indicou S. Saladino (1965) 231, era o chefe de redacção do periódico dirigido por Corradini, desde a sua fundação em 1903 até ao seu termo menos de três anos depois. É interessante, todavia, ler em Salvatore Saladino, *op. cit.*, 231-233 que, segundo um dos mais próximos associados de Papini, a extinção do jornal ter-se-ia devido à incompatibilidade entre os furores utópicos e líricos de Corradini e as preocupações práticas de Papini, que nessa época estaria sobretudo interessado pelos aspectos socioeconómicos do socialismo e admitiria mesmo a implantação de um regime de base sindicalista. A ser verdade, que estranha inversão de papéis! Mas P. Milza (1999) 113 apresentou a questão sob a luz oposta e pretendeu que os intelectuais que circulavam em torno de Papini e de Giuseppe Prezzolini defendiam a primazia das forças espirituais e da missão civilizadora da Itália, e por isso se opunham a Corradini.

<sup>157</sup> J. Ploncard d'Assac (1971) 32; Z. Sternhell et al. (1994) 11.

<sup>158</sup> J. Ploncard d'Assac (1971) 17, 33.

<sup>159</sup> Citado em *id.*, *ibid.*, 32-33.

<sup>160</sup> S. G. Payne (2003 b) 64.

que nos outros não passara de uma inspiração ele conferiu um arcaboço conceptual e condições organizativas. O seu génio não consistiu em meras modificações terminológicas. Confundir palavras, há muito quem o faça. Corradini assumiu as consequências políticas que decorriam da junção da «nação» e do «proletariado», e nos anos que precederam a primeira guerra mundial esforçou-se por consolidar uma aliança entre os seus nacionalistas radicais e os sindicalistas revolucionários, que transportasse a luta da classe trabalhadora do interior da Itália para o exterior, convertendo uma nação proletária numa nação imperial<sup>161</sup>. «Por favor, não percam de vista os sindicalistas», preveniu Corradini em Abril de 1909. «Eles têm de certo modo um ponto de partida idêntico ao nosso. Trata-se da primeira doutrina sincera e forte produzida pelo inimigo»<sup>162</sup>. Na sua opinião, e consoante o modelo exposto por Pareto, os sindicalistas constituíam uma nova elite em formação, capaz de derrubar a antiga elite decadente e revitalizar a nação<sup>163</sup>. O dirigente nacionalista apercebera-se da fraqueza dos grupos sociais conservadores, com os quais seria impossível inaugurar um nacionalismo agressivo. A Itália proletária só poderia adquirir uma existência imperial se a dinâmica revolucionária do movimento operário fosse orientada além-fronteiras. O génio de Corradini consistiu em, a partir da direita, ter entendido a necessidade de renová-la politicamente, usando para isto o proletariado. Residiu aqui a substância do fascismo.

No congresso de Florença, em Dezembro de 1910, constituiu-se sob a égide de Corradini a Associação Nacionalista Italiana, que haveria mais tarde de exercer uma influência decisiva sobre o fascismo nascente. Se Mussolini levou para o fascismo as massas de militantes, foi Corradini a provê-lo da formulação teórica básica e da principal orientação estratégica, até que por fim os nacionalistas se integraram no Partido Nacional Fascista, em Março de 1923. A partir do momento em que não bastavam a ferocidade e os maus modos dos *squadristi* e era propriamente necessário governar, acabaram por ser os antigos nacionalistas, apesar de minoritários, quem, com a sua competência e o seu rigor doutrinário, dominou por dentro a direcção do PNF<sup>164</sup>. «Mussolini não foi o inventor do aspecto *imperialista* do fascismo; herdou-o de Corradini», notou um fascista francês que durante muitos anos foi português por adopção. «Mussolini não inovou nada; realizou»<sup>165</sup>. Nesta perspectiva, pode dizer-se que Mussolini teve a capacidade táctica de concluir na prática a estratégia política paradoxal concebida e inaugurada por Corradini.

<sup>161</sup> J. Ploncard d'Assac (1971) 92; J. Rossi (1946) 570; S. Saladino (1965) 235; Z. Sternhell (1978) 398.

<sup>162</sup> Citado em P. Milza (1999) 107. Note-se que segundo G. Volpe (1941) 13 estas apreciações de Corradini datariam de 1910. Quanto à abertura de Corradini aos sindicalistas ver igualmente A. J. Gregor (2005) 61 e 63-67.

<sup>163</sup> A. Lyttelton (1982) 593.

<sup>164</sup> Id., *ibid.*, 191; Ch. S. Maier (1988) 440; M. Ribeiro [1930] 117; E. Santarelli (1981) I 336-337; P. Togliatti (1971) 34-35.

<sup>165</sup> J. Ploncard d'Assac (1971) 92, 93 (sub. orig.). Acerca de Corradini enquanto precursor de Mussolini ver

A audaciosa estratégia de alianças políticas proposta por Corradini ficaria sem efeito se ao mesmo tempo, e não só na Itália, não se operasse a partir de uma certa extrema-esquerda um movimento de convergência com a extrema-direita nacionalista e autoritária.

As palavras valem o que valem e as denominações são convencionais, mas quando os usos as tornam ambíguas impõem-se alguns esclarecimentos. Ao mencionar os sindicalistas revolucionários não me refiro aqui em conjunto a todas aquelas correntes, muito difundidas na CGT francesa antes da primeira guerra mundial, que afirmavam a independência dos organismos sindicais perante o Estado e perante os vários partidos socialistas ou, depois da unificação, perante a SFIO. Um autor da época atribuiu-lhes «talvez metade das forças sindicais»<sup>166</sup>. Na acepção em que emprego o termo, que é a mesma em que Corradini o usou, o sindicalismo revolucionário constituiu apenas uma das tendências daquele tipo de sindicalismo, especialmente disseminada em Itália e que contava em França com um grupo de personalidades, embora pequeno, de grande relevância intelectual.

Édouard Berth, um teórico francês desta tendência do sindicalismo revolucionário, que gozava de significativa audiência entre os seus correligionários italianos, depois de invocar Proudhon para proceder a uma longa apologia da guerra enquanto modelo de organização social e inspiradora de virtudes proletárias, concluiu que só o carácter pusilânime do burguês e a sua mentalidade exclusivamente mercantil o impediam de admitir que as colectividades nacionais recorressem à guerra militar assim como as colectividades operárias, os sindicatos, recorriam à guerra social, ou seja, à greve. «O burguês não sabe o que é uma colectividade nacional ou operária, e não pode sem dúvida compreender que a honra desta colectividade represente algo superior a um cálculo de perdas e lucros», afirmou Berth. «O burguês [...] é incapaz de se elevar a um certo nível de pensamento ou de sentimentos: a ideia social só pode ser militar ou operária, e não existem senão duas nobrezas, a da espada e a do trabalho. O burguês, o homem de negócios, das finanças, do ouro e da bolsa, o comerciante, o intermediário, e o seu compadre, o intelectual, que também é um intermediário, todos eles estranhos ao mundo do exército como ao mundo do trabalho, estão condenados a uma irremediável mediocridade de pensamento e de coração»<sup>167</sup>.

ainda as págs. 94, 95 e 99.

<sup>166</sup> A. Milhaud [s. d.] 150.

<sup>167</sup> E. Berth, «Anarquismo y Sindicalismo», em G. Sorel et al. (1978) 38-39. Acerca da identificação a que os sindicalistas revolucionários, na sequência de Proudhon, procediam entre as virtudes laboriosas e as virtudes bélicas ver G. Guy-Grand (1911) 169 e 209-211. Aliás, também Mussolini, em Maio de 1934, citou Proudhon em defesa do carácter natural e inevitável da guerra. Ver G. S. Spinetti (org. 1938) 93.

Os pressupostos ideológicos eram claros e não admitiam outras ilações — a greve e a guerra ficavam colocadas no mesmo plano graças ao mito da coragem viril. Nada se opunha, nesta perspectiva, a que o proletariado militante encabeçasse uma nação guerreira.

Em Itália os sindicalistas revolucionários não tardaram em extrair essa conclusão. Eles formavam no final de 1902 uma facção no interior do Partido Socialista Italiano, e a conjuntura afigurava-se-lhes favorável, porque em 1903 a tendência radical obteve o controle do jornal diário do partido e conseguiu a maioria no congresso de 1904. Mas noutra congresso efectuado quatro anos depois os reformistas triunfaram e passaram a orientar o diário nacional. Verificando a impossibilidade de conquistar os postos de comando, os sindicalistas revolucionários abandonaram o partido, e como ao mesmo tempo foram afastados dos lugares de direcção nacional na central sindical socialista, a CGL, concentraram-se na actividade regional e desempenharam um papel de relevo na preparação e na condução de inúmeras lutas<sup>168</sup>. Para evitar a acção dissolutora da burocracia reformista, os sindicalistas revolucionários organizavam os grevistas através das Câmaras do Trabalho, que no seu entender deveriam constituir a célula fundamental da sociedade futura<sup>169</sup>. Foi assim que adquiriram uma base efectiva nas grandes greves rurais de 1907 e 1908, não se limitando a ser uma corrente de opinião e transformando-se numa força social no seio da classe trabalhadora italiana.

Com a publicação de *La Lupa*, a partir do final de 1910, os sindicalistas revolucionários encetaram o diálogo que os aproximou dos nacionalistas radicais<sup>170</sup> e no ano seguinte surgiu a oportunidade de estreitar esta convergência. Em Setembro de 1911 o governo de Roma enviou ao sultão otomano um ultimato reclamando o reconhecimento dos direitos italianos sobre a Tripolitânia e a Cirenaica. Como se previa, o sultão rejeitou as exigências e a Itália iniciou campanhas militares na Líbia. Um bom número de sindicalistas revolucionários, incluindo intelectuais de renome, apoiou activamente a agressão<sup>171</sup>, vendo nela, tal como Corradini e os seus nacionalistas, uma forma de absorver a emigração. «É possível que a acção na Líbia seja a iniciativa mais importante e mais séria tomada até hoje em benefício do sul do país», escreveu Arturo Labriola, o principal teórico italiano do sindicalismo revolucionário<sup>172</sup>. A Itália estaria condenada a ser uma nação proletária enquanto durasse a sangria da sua população trabalhadora, e na conjugação do problema da emigração com o programa de expansão colonial os sindicalistas revolucionários

<sup>168</sup> P. Milza (1999) 91; Z. Sternhell et al. (1994) 131, 132, 135, 136.

<sup>169</sup> P. Milza (1999) 91; Z. Sternhell et al. (1994) 135-136.

<sup>170</sup> Z. Sternhell (1978) 398; id. et al. (1994) 32, 138.

<sup>171</sup> G. Bortolotto (1938) 216; P. Milza (1999) 134; Z. Sternhell et al. (1994) 32, 166.

<sup>172</sup> Citado em Z. Sternhell et al. (1994) 168.



encontraram um terreno comum com os nacionalistas radicais<sup>173</sup>. Angelo Oliviero Olivetti, uma das personalidades mais representativas do movimento, escreveu em defesa da expedição militar contra o norte da África: «O sindicalismo odeia a pálida igualdade freirática com a qual sonha o colectivismo, e em vez disso serve de prelúdio à formação de elites combativas e conquistadoras, lançadas ao assalto da riqueza e da vida»<sup>174</sup>. E Arturo Labriola não hesitou em enunciar o paradoxo, apresentando-o como se fosse uma demonstração: «Ah, camaradas, sabem por que razão o proletariado na Itália não pode fazer uma revolução? Eu digo-vos. Porque ele nem sequer é capaz de fazer uma guerra»<sup>175</sup>. Se tão facilmente a revolução, que é uma luta de classes, podia ser equiparada à guerra, que é uma luta nacional, nada obstava já a que os sindicalistas revolucionários substituíssem o proletariado pela nação.

Nesta ocasião, porém, a ala belicista teve de enfrentar a oposição de correligionários mais numerosos e não menos relevantes, em especial aqueles que, através das Câmaras do Trabalho, mantinham contacto directo com o proletariado<sup>176</sup>. Afirmando que a conquista da Líbia não reflectia os interesses da nação mas apenas a ganância de um grupo de capitalistas, os sindicalistas revolucionários hostis à aventura colonial participaram ao lado do Partido Socialista na greve geral de Setembro de 1911, convocada em protesto contra a expedição africana<sup>177</sup>. Todavia, não deve exagerar-se a importância do desacordo, porque em Novembro de 1912 as duas tendências realizaram um congresso unificado, onde decidiram abandonar a CGL e, com a colaboração de outras correntes próximas, incluindo anarquistas, criaram uma central sindical, a USI. A audiência de que beneficiavam continuava a ser considerável, pois a nova organização mobilizava mais de

<sup>173</sup> Id., *ibid.*, 137.

<sup>174</sup> Citado em S. Saladino (1965) 242.

<sup>175</sup> Citado em Z. Sternhell et al. (1994) 166. A tese que confundia a coragem política com o mito da virilidade foi persistente na esquerda, e no Outono de 1940 escreveu George Orwell em «My Country Right or Left», a propósito da atitude a tomar na guerra mundial: «São exactamente aquelas pessoas cujos corações *nunca* pulsaram de entusiasmo à vista de uma bandeira nacional que recuarão perante a revolução quando o momento chegar». Aliás, todo o artigo constitui uma apologia do nacionalismo enquanto mito mobilizador, num verdadeiro sentido soreliano. Este artigo vem reproduzido em G. Orwell (1998 c) 197-202 e a passagem citada encontra-se na pág. 202 (sub. orig.).

<sup>176</sup> Afirmou G. Arfe (1967) 206 n. 12 que perante as campanhas na Líbia os sindicalistas revolucionários se dividiram em duas correntes principais. Uma, favorável ao colonialismo, era encabeçada por Arturo Labriola e a outra, contrária à aventura africana, tinha como figura mais notável Enrico Leone, um influente teórico do movimento. Quanto à posição assumida por Leone ver igualmente Z. Sternhell et al. (1994) 169. Por seu lado, P. Milza (1999) 134 e 169 incluiu Alceste De Ambris, Michele Bianchi e Paolo Mantica na tendência contrária à guerra na Líbia e, na tendência favorável, Paolo Orano e Angelo Oliviero Olivetti, além de Labriola. A somar a vários nomes já citados, A. J. Gregor (1979) 69 e 73 mencionou na corrente belicista Robert Michels e entre os opositores à guerra Filippo Corridoni. Mas Gaetano Arfe, *op. cit.*, 206 n. 12 mencionou também uma terceira corrente, que «se separa do filão sindicalista», representada por Orano e outros, «destinados a tornarem-se os primeiros teóricos do fascismo». Não me parece que haja qualquer razão para distinguir esta corrente da primeira. Fundador e director de *La Lupa*, Orano estabeleceu um elo de ligação entre o colonialismo agressivo defendido à esquerda por Arturo Labriola e o nacionalismo radical animado na direita por Corradini.

<sup>177</sup> P. Milza (1999) 136; Z. Sternhell et al. (1994) 138, 169.

cem mil membros, perante os trezentos mil dos sindicatos socialistas<sup>178</sup>. Mas não devemos subestimar a ambiguidade no interior da USI, já que ela mantinha uma posição claramente antimilitarista<sup>179</sup>, e as contradições tornaram-se insanáveis em 1914, quando os partidários da intervenção na guerra mundial acenaram com a possibilidade de satisfazer os sonhos do irredentismo a expensas do Império Austro-Húngaro. Enquanto a maioria da USI, sob orientação anarquista, defendeu que o país permanecesse neutral no conflito, os dirigentes sindicalistas revolucionários adoptaram unanimemente a posição contrária, figurando todos eles na primeira fila dos entusiastas da entrada da Itália na guerra<sup>180</sup>. A cisão era inevitável.

Os sindicalistas revolucionários abandonaram a USI para fundar em Outubro de 1914 o Fascio Rivoluzionario d'Azione Internazionalista<sup>181</sup>, o primeiro de uma série de *fasci* que em poucos anos levariam a Itália a um destino bem conhecido. A grande matança foi apresentada como uma guerra revolucionária. «Nós, revolucionários que permanecemos fiéis aos ensinamentos dos nossos mestres», lê-se no manifesto inaugural do Fascio, «acreditamos que não é possível ultrapassar os limites das revoluções nacionais sem passar primeiro pela fase da própria revolução nacional. [...] Se cada povo não viver no interior do quadro das suas fronteiras nacionais, formadas pela língua e pela raça, se a questão nacional não estiver resolvida, não poderá existir o clima histórico necessário ao desenvolvimento normal de um movimento de classe»<sup>182</sup>. Com igual inspiração Mussolini proclamou dois meses mais tarde: «Os revolucionários afirmam que a Internacional só poderá existir quando os povos tiverem atingido as suas fronteiras. É por isso que somos partidários de uma guerra de carácter nacional»<sup>183</sup>. Neste contexto devemos meditar nas palavras de Engels ao escrever, numa carta endereçada a Kautsky em 7 de Fevereiro de 1882, que o movimento socialista só se desenvolve depois de a nação se ter unificado e adquirido a independência<sup>184</sup>. A filiação directa de um aspecto crucial da génese do fascismo numa tese sustentada pelo ilustre co-fundador do comunismo moderno confirma o que anunciei no começo deste capítulo, que a conversão da luta de classes em luta de nações abriu a brecha teórica e prática onde o fascismo se instalou. Não era sem razão que os membros do Fascio Rivoluzionario d'Azione Internazionalista asseguravam a fidelidade aos mestres quando justificavam o seu pretensão carácter revolucionário com a ambição de aproveitar a guerra para levar a Itália até aos sonhados limites

<sup>178</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 139. Porém, P. Milza (1999) 92 atribuiu apenas cem mil membros à USI e pretendeu que a CGL mobilizava meio milhão de trabalhadores.

<sup>179</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 139-140.

<sup>180</sup> Id., *ibid.*, 32, 140, 171 e segs.

<sup>181</sup> A. J. Gregor (1979) 78; P. Milza (1999) 174; Z. Sternhell et al. (1994) 140, 175, 205.

<sup>182</sup> Citado em Z. Sternhell et al. (1994) 205.

<sup>183</sup> B. Mussolini, *Contro la Neutralità*, Dezembro de 1914, citado em G. S. Spinetti (org. 1938) 49.

<sup>184</sup> P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 116-117.

históricos. E neste extremo nacionalismo não viam qualquer paradoxo em apelar para uma acção internacionalista, porque a entendiam enquanto participação no conflito, ao lado dos soldados de outros países. Nisto tudo a classe trabalhadora pouco importava já aos sindicalistas revolucionários, que se erigiam agora em vanguarda de massas muito mais amplas, de toda a população do país, e se lançavam num combate de escopo muitíssimo mais vasto, não uma simples greve geral, mas uma guerra total. A estratégia de Enrico Corradini encontrara os seus executantes.

## 5. Sorel e os sindicalistas revolucionários encontraram-se com a extrema-direita na apologia do elitismo

A conjugação do proletariado com a nação, pensada à direita, não teria conseguido uma realidade prática sem que, à esquerda, se tivesse desenvolvido uma teoria da vanguarda revolucionária enquanto nova elite.

### 1

Georges Sorel, o principal teórico do sindicalismo revolucionário, escreveu em 1906 nas *Réflexions sur la Violence*: «[...] procurámos mostrar que uma nova cultura poderia sair das lutas travadas pelos sindicatos revolucionários contra os patrões e contra o Estado; a nossa maior originalidade consiste em ter defendido que o proletariado pode emancipar-se sem lhe ser necessário recorrer aos ensinamentos dos profissionais burgueses da inteligência. E somos assim levados a considerar como essencial nos fenómenos contemporâneos o que outrora era considerado como acessório: aquilo que é verdadeiramente educativo para um proletariado revolucionário que faz a sua aprendizagem na luta»<sup>185</sup>. Encontra-se aqui claramente enunciada a precedência das formas de luta relativamente ao seu conteúdo, a primazia do carácter pedagógico da luta relativamente às reivindicações imediatas. E se recordarmos que Sorel escrevia em França sob a Terceira República, essa «*république des professeurs*»<sup>186</sup>, para usar a fórmula de Albert Thibaudet, maior valor devemos dar à tese de que a superestrutura cultural dos trabalhadores se forma a partir da luta autónoma e não graças a um saber legado por mestres. «[...] eu fundo a moral dos produtores não numa educação estética transmitida pela burguesia, mas nos sentimentos desenvolvidos pelas

<sup>185</sup> G. Sorel (1936) 51-52.

<sup>186</sup> Segundo T. B. Bottomore (1967) 85, dos cerca de seis mil deputados que se sentaram no parlamento francês entre 1871 e 1958, nas Terceira e Quarta Repúblicas, mais de metade era composta por intelectuais, ou seja, professores universitários e do ensino elementar, cientistas, engenheiros, advogados, escritores e jornalistas.

lutas que os trabalhadores travam contra os seus patrões»<sup>187</sup>. Ambos os aspectos, o das formas de luta e o da cultura, combinaram-se numa passagem lapidar, onde Sorel afirmou que a única função dos socialistas «consiste em ocupar-se do proletariado para lhe explicar a grandeza do papel revolucionário que lhe cumpre desempenhar. É necessário, através de uma crítica incessante, levá-lo a aperfeiçoar as suas organizações. É necessário indicar-lhe a maneira de desenvolver formações embrionárias que aparecem nas suas sociedades de resistência, para que possa finalmente construir instituições que não encontrem nenhum modelo na história da burguesia, para que forme ideias que dependam unicamente da sua situação de produtor da grande indústria e nada devam ao pensamento burguês, e para que adquira hábitos de liberdade, que a burguesia hoje já esqueceu completamente»<sup>188</sup>. Sorel nem desconhecia a génese («formações embrionárias»), durante a luta («nas [...] sociedades de resistência»), de relações sociais de um tipo novo («instituições que não encontr[a]m nenhum modelo na história da burguesia»), nem ignorava que a partir daí se desenvolvem uma nova ideologia e novos comportamentos. «[...] a revolução será absoluta e sem emenda, porque terá como efeito pôr as forças produtivas à disposição de homens livres, quer dizer, homens que sejam capazes de se comportar na oficina criada pelo capitalismo sem terem necessidade de chefes»<sup>189</sup>.

Alguns anos depois estas noções foram retomadas com igual vigor em *Les Illusions du Progrès*. Reconhecendo que a mobilidade social ascendente consolidava a estabilidade da burguesia, Sorel considerou que a instrução popular promovida pela classe dominante facilitava essa mobilidade e concluiu que era funesta para o proletariado a submissão ao sistema educacional burguês<sup>190</sup>. «Não é arriscado afirmar que não poderão ser úteis para o proletariado os tipos de educação destinados a fazer com que o povo participe em formas de raciocínio oriundas da antiga nobreza e adoptadas pela burguesia. [...] Todos os nossos esforços devem procurar impedir que as ideias burguesas venham envenenar a classe em ascensão»<sup>191</sup>. E, tal como o havia feito na obra anterior, Sorel apelou para que os trabalhadores desenvolvessem uma pedagogia nova, baseada nas suas instituições próprias. «[...] tanto os meus amigos como eu não nos temos cansado de insistir para que as classes operárias não sigam os caminhos traçados pela ciência e pela filosofia burguesas. O mundo sofrerá uma grande mudança no dia em que o proletariado adquirir,

<sup>187</sup> G. Sorel (1936) 54.

<sup>188</sup> Id., *ibid.*, 113-114.

<sup>189</sup> Id., *ibid.*, 240.

<sup>190</sup> Id. (1947) 122-123. A primeira edição desta obra data de 1908, mas a segunda edição, que foi objecto de vários acrescentos e modificações e inclui o Apêndice I, data de 1910; posteriormente o autor acrescentou o Apêndice II, escrito em 1920.

<sup>191</sup> Id., *ibid.*, 60, 285-286.

tal como a burguesia adquiriu a seguir à revolução [francesa], a noção de que é capaz de pensar a partir das suas próprias condições de vida. [...] Já dissemos inúmeras vezes que o proletariado possui um sistema de instituições que lhe é tão próprio como o regime parlamentar o é da burguesia. É do movimento sindical que pode provir a emancipação intelectual que há-de desembaraçar as classes operárias de qualquer respeito pelas balelas burguesas»<sup>192</sup>.

Na verdade, a noção de que a origem do socialismo reside nas relações sociais desenvolvidas na luta é bastante anterior à obra de Sorel e cumpre lembrar neste contexto o que há pouco escrevi a propósito de Louis-Eugène Varlin. Mas Varlin, as ideias que ele defendeu e a prática que representou haviam sido em boa medida sepultados na hecatombe da Comuna derrotada, e mesmo que se veja no PSOR, sob a direcção de Jean Allemane, um herdeiro daquela estratégia pedagógica dos conflitos sociais<sup>193</sup>, a diferença era muito grande entre uma formação apesar de tudo burocrática e parlamentar e o desprezo pelos meios convencionais de acção política que caracterizava Sorel e os seus discípulos. Prosseguir e ampliar, na década inicial do século XX, uma reflexão revolucionária baseada no carácter pedagógico das lutas implicava uma ruptura drástica com a inércia dos sindicatos e dos partidos da Segunda Internacional. Teria Sorel promovido a autonomia da classe trabalhadora e antecipado os temas difundidos na fase inicial da Revolução Cultural chinesa?

Antes de responder a esta questão vejamos o que pensava sobre a autonomia do movimento operário Hubert Lagardelle, director de *Le Mouvement Socialiste*, que Sorel considerava, junto com Édouard Berth, «os representantes mais autorizados do sindicalismo revolucionário»<sup>194</sup>. Para Lagardelle a acção dos sindicalistas revolucionários devia converter as lutas numa prática pedagógica. «Os sindicatos por categoria profissional, através das lutas quotidianas contra os patrões, travadas no próprio campo da produção, constituem um poderoso factor educativo, do mesmo modo que as cooperativas na esfera do consumo. Graças ao seu esforço persistente e à sua vontade pessoal, a classe operária aumenta por si própria a sua capacidade técnica. Prepara-se naturalmente para a função que lhe cabe. Não tem nenhuma necessidade [...] de se instalar no cerne do regime capitalista. Fora deste regime, e em oposição a ele, é plenamente capaz de alcançar o seu completo aperfeiçoamento»<sup>195</sup>. Ora, uma luta que era ao mesmo tempo uma pedagogia tinha necessariamente de ser criadora de instituições. «O sindicalismo parte deste

<sup>192</sup> Id., *ibid.*, 135-136.

<sup>193</sup> D. Ligou (1962) 78-84.

<sup>194</sup> G. Sorel, «El Sindicalismo Revolucionario», em G. Sorel et al. (1978) 14.

<sup>195</sup> H. Lagardelle, «Los Caracteres Generales del Sindicalismo», em id., *ibid.*, 75-76. Esta antologia publicou os textos sem data, mas pela referência ao ministério Combes vê-se que o artigo foi escrito entre 1902 e 1905.

postulado: o que diferencia as classes sociais são as suas instituições e as suas concepções jurídicas, políticas e morais. Cada classe cria, em relação com a sua estrutura económica, os seus próprios órgãos de luta, afirmando deste modo a sua noção particular de direito». Por isso o objectivo de cada uma das classes em luta era «impor à sociedade a sua “ideia” própria e as instituições que lhe servem de base»<sup>196</sup>. Tratava-se, para o proletariado, de formas sociais inteiramente novas, em ruptura radical com o capitalismo. «O socialismo é elaborado pouco a pouco pela classe operária, organizada revolucionariamente nas suas instituições económicas. É a luta quotidiana que o proletariado se vê obrigado a sustentar contra todas as hierarquias, todas as autoridades, todas as crenças do mundo burguês que lhe permite construir ao mesmo tempo que destrói. Não aspira a tomar nada à ordem capitalista, pois o seu papel essencial consiste em produzir criações originais»<sup>197</sup>. Ou, com um fôlego mais sintético: «O que acima de tudo importa é a acção prática, criadora de instituições e de ideias»<sup>198</sup>. Foi esta a novidade histórica prosseguida no quadro do sindicalismo. «O grande facto revolucionário dos tempos modernos não consiste tanto na formação pela grande indústria de um proletariado crescente como na criação por este proletariado de uma série de instituições próprias, opostas às instituições do regime capitalista. No interior dos seus sindicatos e das suas cooperativas, a classe operária exprime as suas maneiras de pensar e elabora novas regras de vida, de moral e de direito»<sup>199</sup>. E Lagardelle repetiu mais tarde, em 1908: «Não se pode destruir uma sociedade servindo-se dos órgãos que têm como missão conservá-la, [porque] qualquer classe, para se emancipar, tem de criar órgãos próprios»<sup>200</sup>.

«É esta a razão por que o sindicalismo revolucionário se dedicou a desenvolver os “instintos de revolta” dos proletários», elucidou um pesquisador das origens do fascismo. «Toda a originalidade deste sindicalismo residia, para os seus ideólogos, nessa criação de instituições proletárias, geradoras de um mundo novo, de uma nova realidade humana». E acrescentou: «Lagardelle insurge-se contra a escola enquanto meio de ascensão social e de integração intelectual do proletariado e ridiculariza o “espírito igualitário” da “democracia avançada”, cujo objectivo é transformar em “aliados da classe inimiga” operários educados na escola da burguesia e “atafuhados de ciência indigesta”. Só “separando-se completamente do mundo burguês é que o mundo operário conseguirá descobrir as suas concepções novas da moral e do direito”». O mesmo

<sup>196</sup> Id., *ibid.*, 53.

<sup>197</sup> Id., *ibid.*, 68-69.

<sup>198</sup> Id., *ibid.*, 61.

<sup>199</sup> Id., *ibid.*, 78. Noutra passagem do mesmo artigo escreveu Lagardelle: «O movimento operário, [...] ao organizar os operários no campo económico, [...] cria novas formas de vida sobre princípios proletários, que podem ser mais ou menos os de uma sociedade socialista. O triunfo do socialismo está, assim, subordinado ao desenvolvimento do movimento operário [...]» – id., *ibid.*, 70.

<sup>200</sup> Citado em Z. Sternhell (1978) 339.

historiador recordou ainda as «inumeráveis advertências proferidas pelo director de *Le Mouvement Socialiste* com o objectivo de incitar o proletariado contra qualquer tentativa de mobilização nas disputas em que se enfrentam as várias facções da burguesia»<sup>201</sup>.

As mesmas teses foram defendidas por Berth, o mais persistente dos discípulos de Sorel. «A acção directa», escreveu Berth em 1908 em *Les Nouveaux Aspects du Socialisme*, «é a glorificação da autonomia de todas as forças operárias; o sindicalismo faz apelo à energia, à iniciativa, à audácia de cada trabalhador»<sup>202</sup>. Para Berth «a ideia essencial» do sindicalismo revolucionário era a de que os trabalhadores não podiam usar o Estado em seu benefício; «por conseguinte, o triunfo da classe operária só pode realizar-se através da destruição do Estado, da sua decomposição ou reabsorção no seio dos organismos operários»<sup>203</sup>. Como o Estado é um prolongamento do capitalismo e ele próprio se tornou patrão, «entre a classe capitalista e a classe operária já não existem intermediários: a luta é um corpo a corpo, uma *acção directa*»<sup>204</sup>. «O sindicalismo é a glorificação da liberdade operária, da autonomia operária», e nisto se resumia, para Berth, a «acção directa»<sup>205</sup>. Ficariamos deste modo «em presença de *uma classe*, de uma personalidade complexa, de uma colectividade espiritual, plenamente autónoma, ditando a si própria a sua lei, sem alienar o seu poder nas mãos de nenhum chefe, de nenhum estado-maior, de nenhuma facção, em suma, de *nenhum Estado*»<sup>206</sup>.

Sorel não foi, portanto, um caso isolado. Ter-se-ia ele incluído, com Lagardelle, Berth e os demais sindicalistas revolucionários, entre os pioneiros da autonomia da classe trabalhadora?

## 2

Sorel e outros promotores do sindicalismo revolucionário, em França mas sobretudo na Itália, foram pioneiros do fascismo. Em Setembro de 1908 Sorel suspendeu a colaboração com *Le Mouvement Socialiste*<sup>207</sup> e em 1909, três anos depois da primeira publicação das *Réflexions sur la Violence* e passado apenas um ano sobre a primeira edição de *Les Illusions du Progrès*, aderiu à Action Française, o partido monárquico que então dominava com a sua influência a extrema-direita radical em França. Começou mesmo a tomar posições públicas hostis aos judeus<sup>208</sup>, a

<sup>201</sup> Id., *ibid.*, 339-340.

<sup>202</sup> E. Berth (1923) 67.

<sup>203</sup> Id., *ibid.*, 52.

<sup>204</sup> Id., *ibid.*, 65 (sub. orig.).

<sup>205</sup> Id., *ibid.*, 56-57.

<sup>206</sup> Id., *ibid.*, 69 (subs. orig.).

<sup>207</sup> Y. Guchet (2001) 98.

<sup>208</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 78 e segs., 85-86.

ponto de perguntar retoricamente num artigo de Janeiro de 1912 a respeito de Urbain Gohier, que também ele se dizia monárquico e sindicalista e era um dos mais veementes anti-semitas, se «Urbain Gohier não tem razão quando sustenta que os franceses devem defender o seu Estado, os seus costumes e as suas ideias contra os invasores judeus que querem dominar tudo, tal como os americanos defendem o seu mercado de trabalho contra os invasores asiáticos?»<sup>209</sup>. Depois de uma tentativa frustrada de juntar numa mesma revista os sindicalistas revolucionários e os nacionalistas da Action Française, Sorel repetiu a experiência e desde o começo de 1911 até aos meados de 1913 publicou *L'Indépendance*, parece que sem grande êxito<sup>210</sup>. Entretanto, com o apoio prudente e um pouco distante de Maurras e sob a tutela de Sorel, foi fundado no final de 1911 o Cercle Proudhon, que durante algum tempo serviu de lugar de encontro e debate para os sindicalistas antiliberais e os nacionalistas preocupados com a questão social. Na exacta ocasião em que Sorel se desiludia das possibilidades do sindicalismo revolucionário em França e em que Maurras receava o descontentamento que os ensaios de demagogia operária prosseguidos por Léon Daudet e alguns outros membros da Action Française estavam a provocar entre os seus adeptos mais conservadores<sup>211</sup>, o Cercle Proudhon representou uma tentativa de criar um meio-termo onde ambos os lados pudessem colaborar sem se comprometer demasiado<sup>212</sup>.

É sugestivo que fosse evocada a memória de Proudhon, uma das figuras mais ambíguas do movimento operário, inspirador tanto de um ânimo libertário como de valores reaccionários. Aliás, desde a sua fundação a Action Française considerara Proudhon como um dos mestres<sup>213</sup> e, por seu lado, em 1908 Berth atribuía ao sindicalismo revolucionário a dupla progenitura de Marx e de Proudhon<sup>214</sup>. Também Sorel, em 1912, comparou Proudhon a Gohier, precisamente a respeito do anti-semitismo<sup>215</sup>, e três décadas e meia mais tarde um dos hitlerianos de Paris, Lucien Rabatet, escreveria numa das obras cimeiras do colaboracionismo que «sem os judeus, teríamos feito entre nós, e com o mínimo de estragos, essa revolução do socialismo autoritário que se tornou a necessidade do nosso século e de que os velhos doutrinadores franceses, como Proudhon, têm

<sup>209</sup> Citado em A. Duraffour et al. (2017) 125.

<sup>210</sup> Y. Guchet (1965) 1122-1123 n. 32; id. (2001) 98-99; Z. Sternhell (1978) 390-391; E. Weber (1964) 132; id. (1965 a) 74.

<sup>211</sup> Y. Guchet (2001) 94-97.

<sup>212</sup> Id., *ibid.*, 99-102; D. Guérin (1969) II 161-162; Z. Sternhell (1978) 372, 384, 391-392; id. et al. (1994) 87-88, 124-127; E. Weber (1964) 131-132. Note-se que, segundo P. C. González Cuevas (2016) 75, José Calvo Sotelo mostrara-se «seduzido pela experiência do Cercle Proudhon».

<sup>213</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 124.

<sup>214</sup> No livro *Les Nouveaux Aspects du Socialisme* em E. Berth (1923) 85 e 110, e repetiu a afirmação em 1923 em *op. cit.*, 33.

<sup>215</sup> A. Duraffour et al. (2017) 125.



a honra de ter sido os precursores»<sup>216</sup>. Outros fascistas franceses reivindicaram a herança de Proudhon<sup>217</sup>, nomeadamente Pierre Drieu La Rochelle<sup>218</sup>, e é conhecido o apreço que por ele teve o jurista nacional-socialista Carl Schmitt<sup>219</sup>. Também Wyndham Lewis, na sua fase mais claramente fascista, se interessou por Proudhon<sup>220</sup> e Sir Oswald Mosley incluiu-o com naturalidade entre os precursores do fascismo<sup>221</sup>. O Cercle Proudhon pretendia-se simultaneamente revolucionário e contra-revolucionário<sup>222</sup>, tal como o fascismo viria a proclamar-se alguns anos mais tarde. Juntando uma ou duas dezenas de pessoas<sup>223</sup>, o Cercle era animado sobretudo por Édouard Berth e Georges Valois.

Entre as figuras relevantes da Action Française era Valois quem podia manter relações mais estreitas, ou mais sinceras, com o meio operário. Antigo anarquista que havia sido secretário de *L'Humanité Nouvelle*, em cuja sala de redacção conhecera Sorel nos últimos anos do século XIX, Valois aderiu à Action Française em 1906, e Victor Serge descreveu-o uns quatro ou cinco anos depois argumentando com os jovens anarquistas que lhe perturbavam os comícios e não hesitando em discutir com eles «a sua doutrina sindicalista-monárquica» e em evocar «Nietzsche, Georges Sorel, o “mito social”, as corporações das comunas da Idade Média, o sentimento nacional»<sup>224</sup>. Mas o quadro da Action Française revelou-se demasiado estreito para acolher uma digressão tão ampla entre o «mito social» e o «sentimento nacional», e Valois rompeu com Maurras em Outubro de 1925 para, no mês seguinte, ser um dos primeiros a criar fora da Itália um movimento mussoliniano, cujo nome traduzia à letra o do modelo originário — Faisceau. Com a amplitude de espectro característica do fascismo genuíno, o Faisceau começou por atrair descontentes de ambos os lados, tanto gente que havia rompido com a Action Française como alguns dissidentes do Partido Comunista. Mas em breve esta convergência ficou frustrada na prática e a organização extinguiu-se no início de 1928 devido aos desacordos internos e à falta de apoio dos financiadores. Entretanto Valois havia-se já distanciado da orientação proposta pelo Duce. «Ou nos enganamos muito», escrevera ele nos primeiros dias de 1928, «ou sob a pressão das forças

<sup>216</sup> L. Rebatet (1942) 565.

<sup>217</sup> R. J. Soucy (1966) 29. Ver também A. Duraffour et al. (2017) 366 e 388.

<sup>218</sup> Como se verifica nas passagens citadas em A. Duraffour et al. (2017) 364, 466 e P. Sérant (1959) 69.

<sup>219</sup> G. Lukács (1980) 653.

<sup>220</sup> A. Munton (2010) 80. Ver igualmente *Wyndham Lewis...*, 352.

<sup>221</sup> O. Mosley (2006) 266.

<sup>222</sup> Y. Guchet (2001) 101.

<sup>223</sup> Id., *ibid.*, 99 n. 80 indicou que o Cercle Proudhon fora criado por oito pessoas e que na cerimónia comemorativa do primeiro aniversário da sua fundação estiveram presentes, além de seis dos membros originais, mais quinze pessoas.

<sup>224</sup> Esta passagem de Victor Serge nas *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941* encontra-se em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 526.

financeiras estrangeiras o fascismo italiano está a evoluir no sentido reaccionário». Depois de ter percorrido todas as etapas que podiam levar de uma certa extrema-esquerda até ao fascismo mais extremo, Valois tornou-se, sobretudo a partir de 1930, um crítico acerbo do regime italiano e dos outros tipos de fascismo. Procurou encontrar então um novo lugar na esquerda. Não o conseguiu através de uma sua efémera criação, o Partido Republicano Sindicalista, e também não eram os comunistas que o acolheriam, porque, embora fizesse a apologia dos planos quinquenais, criticava ao stalinismo a incapacidade de conjugar a elaboração das directivas económicas com a iniciativa de base dos trabalhadores. Nem era a ala moderada do socialismo que o podia atrair, pois decerto se afigurava sórdida a alguém que classificava o plano de acção elaborado pela CGT em 1934 como um «plano operário em que a classe operária não desempenha nenhum papel». Patrocinado por Marceau Pivert, a principal figura da tendência esquerdista do socialismo francês, Valois pediu a integração na SFIO em 1935, mas viu-se recusado pela direcção do partido. Na mesma ocasião o Comité de Vigilância Antifascista rejeitou a sua candidatura. Valois ficou suspenso no ar, nesta tentativa de perfazer em sentido inverso o seu caminho anterior, e assim o foi encontrar a ocupação germânica da França. Preso pela polícia de Vichy, mais tarde preso pelos nacionais-socialistas, morreu num campo de concentração, tal como sucedeu a outros partidários, ou antigos partidários, do fascismo populista<sup>225</sup>.

Quanto a Berth, depois da experiência do Cercle Proudhon encontramo-lo filiado em 1920 no Partido Comunista, e embora nos anos seguintes começassem a fazer-se ouvir na extrema-esquerda os temas do nacionalismo, que permitiria ao nacional-bolchevismo dar a réplica aos apologistas da nação proletária, tal evolução — paradoxalmente — não seduziu Berth, que em 1923 reeditou uma obra onde criticara com veemência o nacionalismo e o patriotismo<sup>226</sup>. Afastou-se dos comunistas em 1925 e voltou às raízes sorelianas, zelando até ao final da vida por uma memória que só sobrevivia incorporada em correntes com outra existência e outras dimensões<sup>227</sup>.

Porém, quando em 1909 Sorel e Berth começaram a colaborar com o partido de Maurras,

<sup>225</sup> Acerca de Georges Valois li sobretudo Y. Guchet (1965) 1111 e segs. e id. (2001) *passim*. Consulte igualmente: P. Ory (1976) 269; S. G. Payne (2003 b) 292; E. Santarelli (1981) I 491 n. 1; Z. Sternhell (1978) 365, 384, 399; id. et al. (1994) 93-94, 96; E. Weber (1964) 132-133. Yves Guchet pretendeu em (1965) 1134 n. 70 que o Faisceau não teria contado com a simpatia de Mussolini, mas foi mais prudente em (2001) 240 n. 44, limitando-se a colocar a hipótese de que a organização de Valois deixasse céptico o Duce; do mesmo modo, em (2001) 242 n. 50, depois de relatar que, segundo diversas fontes, o Faisceau teria recebido subsídios italianos, Guchet duvidou de que isto fosse exacto, argumentando que nada se provou. Note-se que G. Volpe (1941) 228 evocou com apreço «o grupo de Georges Valois». A frase de crítica ao regime de Mussolini encontra-se citada em Y. Guchet (2001) 256 e a frase de crítica ao plano de acção da CGT está em id., *ibid.*, 9.

<sup>226</sup> Em 1908, em *Les Nouveaux Aspects du Socialisme*, Berth atacara com vigor Jules Guesde por ser um patriota à maneira dos jacobinos. Ver E. Berth (1923) 46-49.

<sup>227</sup> Z. Sternhell (1978) 347, 372, 384; id. et al. (1994) 92-93.

Lagardelle e os demais redactores de *Le Mouvement Socialiste* repudiaram essa orientação e no ano seguinte romperam com o mestre. Teríamos encontrado, então, o promotor de uma alternativa ao mesmo tempo radical e anticapitalista? Lagardelle havia-se iniciado bastante cedo na vida política como marxista ortodoxo, militando no partido de Jules Guesde, mas o contacto com Sorel precipitara-o para uma postura mais radical e no último ano do século XIX fundou *Le Mouvement Socialiste*, o principal órgão do sindicalismo revolucionário, onde escreveram intelectuais de renome e várias figuras cimeiras da esquerda europeia. Era ele quem, nos congressos da SFIO, tomava a palavra para defender com intransigência as posições do sindicalismo revolucionário e as teses do congresso sindical de Amiens. Mas nada é simples na história desta época e nos personagens que lhe deram corpo. Pouco depois de se ter afastado de Sorel, Lagardelle descobriu as virtudes da democracia representativa e juntou-se, com o seu jornal, à ala moderada do socialismo. Durante a Grande Guerra e nos anos seguintes, quando a eferescência social atingiu o auge e explodiu por toda a Europa, Lagardelle manteve-se alheio e dedicou-se à política regional numa cidade média de província. Deve ter aproveitado o hiato para reflectir muito, porque em 1926 vemo-lo militar, embora num plano secundário, no Faisceau, o que não o impedia de frequentar simultaneamente a embaixada soviética e visitar aí o seu amigo dos velhos tempos do socialismo, o embaixador Khristian Rakovsky, figura de proa da oposição trotskista. Em 1931 Lagardelle começou a aparecer num lugar de destaque na nova extrema-direita radical, promovendo um fascismo modernista e tecnocrático, e em 1933, a convite de Henry de Jouvenel, aceitou o posto de conselheiro para as questões sociais na embaixada francesa em Roma. Finalmente, quase septuagenário, em Abril de 1942 Lagardelle foi nomeado ministro do Trabalho no governo de Vichy, consistindo a sua principal função em fornecer aos ocupantes uma abundante mão-de-obra sujeita ao regime de trabalho forçado, o que mostra que se pode começar defendendo a autonomia e acabar praticando a escravatura. Depois da vitória aliada, Lagardelle foi preso, julgado e condenado a trabalhos forçados perpétuos<sup>228</sup>, um excelente exemplo de justiça retributiva.

Foi como se algum feirante irónico tivesse instalado um carrossel numa sala de espelhos, de modo que cada um dos personagens desta história rodasse entre todas as posições e em qualquer instante todos eles ilustrassem a teia que ligava os extremos. Enquanto Valois passava do anarquismo para a direita monárquica e radical, Berth e Lagardelle evoluíam, no interior do socialismo, para posições de esquerda cada vez mais acentuadas. Em 1909, quando Berth aderiu à Action Française, e em 1911, quando se encontrava com Valois na fundação do Cercle Proud-

<sup>228</sup> P. Broué (1996) 243; P. Novick (1985) 283; P. Ory (1976) 143-144; R. O. Paxton (1973) 260; Z. Sternhell et al. (1994) 88, 94-99.

hon, Lagardelle rompia com ele. Mas pouco depois Lagardelle transitava para o socialismo reformista e para a democracia liberal, parecendo acomodar-se e apagar-se nas instituições da Terceira República, enquanto Berth se tornava comunista em 1920. Cinco anos mais tarde, Berth afastava-se do Partido Comunista e regressava a um sindicalismo soreliano que já não existia senão na memória de alguns dos seus antigos participantes, precisamente quando Valois inaugurava o fascismo francês, onde contava em breve com a adesão de Lagardelle. Mas era agora Valois quem depressa voltava costas ao fascismo e buscava no socialismo radical uma oportunidade que não encontrou, porque não lha deram, exactamente durante os mesmos anos em que Lagardelle ia ocupando posições de destaque nos meios fascistas do seu país. E quando Lagardelle entrou para o governo de Vichy era nas prisões desse governo que Valois se encontrava detido, sendo depois preso pela Gestapo e enviado para Bergen-Belsen. Morreu enquanto o outro havia atingido a glória. Que glória! Valeu-lhe, pior do que a morte, a prisão ignominiosa, sepultando-se afinal na história o último dos navegantes desta farândola grotesca. Mas enquanto o carrossel funcionou, rodaram os comparsas pontualmente entre as posições extremas. Uma relojoaria tão exacta não se deve explicar pelo espírito de aventura de uns, pela extravagância política de outros, nem pela inconstância de todos. A figura destes percursos não podia ser mais regular e revela os vínculos que ligaram estas posições políticas nos embates da época.

Foram muitos os expoentes da ala mais extrema do movimento operário francês, sindicalistas revolucionários, colaboradores de *Le Mouvement Socialiste*, de *La Guerre Sociale*, da *Terre Libre*, que no combate contra a democracia liberal abandonaram a perspectiva de uma autonomia social e política da classe trabalhadora e se identificaram com as posições da direita autoritária. Talvez possa admitir-se que Gustave Hervé, o internacionalista, anticolonialista e antimilitarista que dirigia e animava *La Guerre Sociale*, tivesse chegado a um qualquer acordo com as autoridades para aliviar as agruras da prisão e a partir de então fosse obrigado a pôr ao serviço da direita o mesmo activismo que antes o situara na esquerda intransigente. Este tipo de detalhes, porém, nada explica, já que não se tratou aqui da mudança de pessoas, mas de grupos políticos e ideológicos providos de uma estrutura interna coerente<sup>229</sup>. A viragem, aparentemente tão

<sup>229</sup> Segundo E. Weber (1964) 130, o primeiro caso de convergência dos temas socialistas e nacionalistas em França teria ocorrido em 1894 e 1895 no jornal *La Cocarde*. Referindo-se exactamente a esta época, Y. Guchet (2001) 30 n. 61 afirmou que «nos meios anarquistas existia um sólido anti-semitismo». Perto do meio operário e ao mesmo tempo expressando simpatia pela ala populista da Action Française, o grupo reunido de 1909 a 1912 em torno da revista *Terre Libre* conjugava o anarquismo e o sindicalismo revolucionário com o nacionalismo anti-semita, consoante indicou Z. Sternhell (1978) 279, 372 e 385-390. Com efeito, em H. Dubief (org. 1969) 215-216 lê-se um artigo elucidativo publicado no número de 15 de Outubro de 1911 da *Terre Libre*, tomando posição contra o internacionalismo, bramando contra a concorrência exercida pela mão-de-obra estrangeira e afirmando que ela resultava de uma invasão judaica sofrida pela França. Esta revista ostentava como subtítulo *Organe Syndical d'Action Directe*. Também os anarquistas de *La Guerre Sociale* teriam mantido ligações com a Action Française no final da primeira década do

abrupta, compreende-se melhor se observarmos a forma como evoluiu a agitação em torno da condenação de um oficial judeu, o capitão Alfred Dreyfus. Iniciado como uma querela no interior da classe dominante, o *affaire Dreyfus* acabou por se converter na linha demarcatória de todas as opções políticas, obrigando a definirem-se como *dreyfusards* aqueles dirigentes socialistas, inicialmente hesitantes, que não quissem juntar-se ao populismo anti-semita da extrema-direita. Como quase toda a esquerda, os sindicalistas revolucionários haviam colaborado no movimento em prol da revisão do processo. Quando Dreyfus foi completamente reabilitado, em Julho de 1906, a agitação laboral atingira proporções deveras ameaçadoras para as classes dominantes. Desde o início do século vinham a aumentar o número de greves, a quantidade de participantes e a duração média dos conflitos, culminando a mobilização no dia 1 de Maio de 1906<sup>230</sup>. Mas nos anos seguintes os trabalhadores depararam com uma fortíssima repressão, conduzida por aqueles mesmos personagens que o *affaire Dreyfus* instalara no poder, o que não espanta se soubermos que o general que comandara o massacre dos insurrectos da Comuna fora nomeado ministro da Guerra para reabilitar Dreyfus e reintegrá-lo no exército. E quando um secretário sindical foi condenado à morte por causa das violências cometidas durante uma greve no Havre, às quais ele se mantivera estranho, e as organizações operárias procuraram renovar em seu benefício a solidariedade que acabara de salvar o capitão Dreyfus, a burguesia liberal permaneceu indiferente e alheou-se da questão<sup>231</sup>.

Foi então, precisamente quando se tornara indubitável o confronto entre o movimento operário e a burguesia progressiva e parecia chegado o momento de se afirmar a autonomia de classe dos trabalhadores e a especificidade dos seus interesses, que os sindicalistas revolucionários inverteram o rumo. Depois de terem atravessado pela extrema-esquerda o *affaire Dreyfus*, foram encontrar-se na extrema-direita com a Action Française, que durante o *affaire* havia participado na histeria contra o judeu Dreyfus e sustentado, contra a república parlamentar, a autoridade das instituições tradicionais. Ao lado das outras correntes que os acompanharam no percurso, os

século XX, a crer nos relatórios de polícia referidos em Yves Guchet, op. cit., 95. Acerca do percurso político da figura mais destacada de *La Guerre Sociale*, Gustave Hervé, que passou do anarquismo antimilitarista para a apologia do exército e do fascismo, ver Z. Sternhell et al. (1994) 243-245. Nas suas Memórias, J. Caillaux (1942-1947) II 84 contou que, durante o período em que chefiara o governo, ordenara a transferência de Hervé «da prisão da Santé, onde cumpria uma pena a que estava condenado e onde, beneficiando do regime dos presos políticos, tinha liberdade e ensejo de conversar diariamente com os seus auxiliares, para a prisão central de Clairvaux, onde deixou de lhe ser possível comunicar com o exterior. Esta actuação decidida deu bons resultados. Gradualmente o tom do jornal [*La Guerre Sociale*] tornou-se mais moderado. [...] Hervé não encetara ainda aquela evolução que, partindo do antimilitarismo, devia precipitá-lo no nacionalismo mais extremo, mas ia-se acalmando. A firmeza do governo tinha-lhe ministrado um salutar duche frio».

<sup>230</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 53.

<sup>231</sup> Id. (1978) 322. Zeev Sternhell referiu o secretário do Sindicato dos Carvoeiros do Havre, mas H. Dubief (org. 1969) 49 e 214 mencionou «o secretário dos estivadores do Havre» e «o estivador do Havre».

sindicalistas revolucionários mantiveram-se firmes na crítica à democracia representativa, e foi este o único elemento de continuidade numa viragem colectiva que teve como efeito transportar para a extrema-direita um radicalismo de actuação e uma audácia de pensamento que até então lhe haviam faltado<sup>232</sup>. Levaram igualmente um conjunto de preocupações sociais a que grande parte dos conservadores se mantinha alheia. Em troca, absorveram o anti-semitismo tradicional da direita francesa.

### 3

Entretanto, através do grande número de contactos que mantinha do lado de lá dos Alpes<sup>233</sup>, Sorel dava uma contribuição de vulto para a convergência entre o sindicalismo revolucionário italiano e o nacionalismo expansionista de Corradini, o que o situa directamente na génese do fascismo, tanto mais que se apercebera das potencialidades de um Mussolini ainda jovem e socialista. Num artigo publicado no final de 1940, Drieu La Rochelle observou que o movimento iniciado por Sorel perecera em França com a primeira guerra mundial e só encontrara continuidade na Itália, graças a Mussolini<sup>234</sup>. «É um italiano do século XV, um *condottiero*», comentara Sorel a respeito do futuro Duce, acrescentando que era «o único homem capaz de remediar as fraquezas do governo»<sup>235</sup>. E, além de o ter creditado com uma descoberta que pertence de facto a Corradini, escrevendo que «ele inventou algo que não está nos meus livros, a união do nacional e do social», Sorel viu em Lenin a única figura política a quem Mussolini podia ser comparado<sup>236</sup>. O elogio não era desprezável, porque depois de passar da esquerda mais iconoclástica para a direita mais ousada Sorel continuara a reflectir a partir daí as vertentes radicais do movimento operário e desde 1917 até morrer, em 1922, declarara-se repetidamente adepto da acção dos bolchevistas na Rússia<sup>237</sup>. Parece que, em privado, manifestou reservas quanto à actuação dos Fasci<sup>238</sup> e morreu

<sup>232</sup> Z. Sternhell (1978) 27.

<sup>233</sup> Sorel previa que o sindicalismo revolucionário encontrasse em Itália um campo de desenvolvimento favorável. Ver G. Sorel et al. (1978) 22. Com efeito, Berth escreveu em 1923: «não esqueçamos que Sorel e as ideias sindicalistas são ainda mais populares em Itália» e «a Itália tem o direito de reclamar Sorel tanto quanto, se não mais do que, a França». Ver E. Berth (1923) 27 e 29. Sobre a popularidade de Sorel na Itália ver ainda J. Rossi (1946) 565.

<sup>234</sup> P. Sérant (1959) 69. Ver também G. Gentile (1928) 296.

<sup>235</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 18 n. 2. Ver igualmente G. Seldes (1935) 24. Também um inspector-geral da polícia, num relatório secreto dirigido em 1919 ao primeiro-ministro, admitiu que Mussolini pudesse tornar-se «um *condottiero*, um *meneur* temível». Citado em P. C. Masini (1999) 17. É curioso que Salazar tivesse procedido à mesma comparação, mas em sentido crítico, quando classificou o Duce como um «italiano descendente dos *condottieri* da Idade Média». Ver A. Ferro (1933) 74. Se soubessem um pouco mais de história, porém, equiparariam Mussolini a um *podestà*.

<sup>236</sup> Citado em P. Milza (1999) 277. Porém, M. Charzat (1983) 42 considerou essa declaração «de uma autenticidade problemática».

<sup>237</sup> M. Charzat (1983) 37-38; Z. Sternhell (1978) 347, 372, 391, 414.

<sup>238</sup> M. Charzat (1983) 39-43. Neste artigo, em que pretendeu demonstrar que Sorel não apoiara o movimento fascista, Michel Charzat reproduziu (pág. 40), no entanto, um texto em que Sorel declarou que «os fascistas não estão

antes de ter tido tempo para lhes apreciar a experiência governativa. Mas as ideias, como tantas vezes sucede, subjugarão com o seu peso o próprio criador, e não foi decerto um acaso que nos últimos anos de vida Sorel apoiasse publicamente as ambições do imperialismo italiano no Adriático e nunca tentasse impedir a promoção de que ele mesmo era alvo por parte dos fascistas, tanto assim que a sua crítica ao movimento fascista só seria divulgada numa edição póstuma<sup>239</sup>. Mussolini, aliás, que desde os anos inaugurais do século XX sofrera fortemente a influência do sindicalismo revolucionário<sup>240</sup>, reconheceu em Sorel um dos seus principais inspiradores<sup>241</sup>. «[...] na grande corrente do fascismo», escreveu ele, «encontrareis os filões que partiram de Sorel, de Péguy, de Lagardelle, de *Le Mouvement Socialiste* [...]»<sup>242</sup>. Com efeito, em 1908 Mussolini publicara, numa revista de que era director, a tradução de um artigo de Sorel<sup>243</sup> e no ano seguinte escreveu uma resenha da tradução italiana das *Réflexions sur la Violence*, elogiando o mestre porque «graças aos seus livros fomos levados a compreender melhor o marxismo, que nos chegara da Alemanha num estado irreconhecível»<sup>244</sup>. Numa obra de 1928 Benedetto Croce mencionou «a teoria da violência de Sorel» entre os elementos formadores da ideologia de Mussolini<sup>245</sup>, e devemos dar algum peso a esta opinião porque Croce fora amigo de Sorel<sup>246</sup>. Também Giovanni Gentile, um dos ideólogos de maior projecção do fascismo italiano, acentuou a inspiração soreliana do Duce<sup>247</sup> e Lucien Rebatet evocou igualmente Sorel e Lagardelle, além de Renan e Maurras, entre os mestres de Mussolini<sup>248</sup>. Apesar do papel secundário que os sindicatos sempre ocuparam no fascismo italiano, substituídos em grande medida pelas milícias no que tocava à mobilização e ao enquadramento dos trabalhadores, o sindicalismo revolucionário foi desde o primeiro até ao último momento um dos principais ingredientes do discurso de Mussolini, indispensável a essa encenação de mitos a que se resumiu o fascismo<sup>249</sup>. Num âmbito incomparavelmente

inteiramente errados quando invocam as minhas opiniões, porque o poder que têm mostra de maneira muito clara o valor da violência triunfante». A argumentação de Charzat resume-se a desvalorizar todos os testemunhos contrários à sua tese e é esclarecedor que não dedique nem uma palavra ao Cercle Proudhon.

<sup>239</sup> Acerca do apoio pelo menos tácito dado por Sorel ao movimento de Mussolini ver E. Santarelli (1981) I 99 e Z. Sternhell et al. (1994) 26.

<sup>240</sup> P. Milza (1999) 67, 83, 105; E. Santarelli (1981) I 49, 52; Z. Sternhell et al. (1994) 33, 196.

<sup>241</sup> D. Guérin (1969) II 162; Z. Sternhell et al. (1994) 199. Note-se que, embora incluisse (pág. 17) Sorel entre as fontes de inspiração filosófica de Mussolini, G. Lukács (1980) 32 considerou que a sua relação com o fascismo italiano foi «muito mais ténue e formal» do que a relação do irracionalismo filosófico germânico com o nacional-socialismo.

<sup>242</sup> B. Mussolini (1935) 17-18; reproduzido em Ch. F. Delzell (org. 1971) 96-97 e ver também G. S. Spinetti (org. 1938) 240. Note-se ainda que, como indicou G. Guy-Grand (1911) 9, Charles Péguy fora um admirador de Sorel.

<sup>243</sup> P. Milza (1999) 112.

<sup>244</sup> B. Mussolini (1951) 167.

<sup>245</sup> Citado em P. C. Masini (1999) 26.

<sup>246</sup> M. Lane (2003) 325.

<sup>247</sup> G. Gentile (1928) 298; id. (1929) 29, 58.

<sup>248</sup> L. Rebatet (2007) 66.

<sup>249</sup> E. Santarelli (1981) I 96-97, 564-565.

mais modesto e de escassas repercussões, alguém que durante breves anos foi o nome destacado do fascismo radical português confessou, muito tempo depois: «Sorel é para mim o grande mestre. Foi ele que fez talvez tudo»<sup>250</sup>.

Negando a originalidade ideológica do fascismo, um historiador soviético encontrou nele uma colagem confusa das ideias de Sorel e Joseph de Maistre<sup>251</sup>. Sem dúvida que o fascismo não foi coerente como sistema ideológico, ou não teve outra coerência senão a que a estética lhe conferiu. Mas a fusão de concepções que até então haviam sido antagónicas representou uma criação original, e foi o próprio Sorel quem, em *Les Illusions du Progrès*, encontrou um quadro de entendimento entre o seu sindicalismo e o pensamento tradicionalista avesso à filosofia racionalista das luzes, sem ser necessário esperar que outros o fizessem. O ambiente era propício. Em duas obras, de 1923 e 1929, outro historiador soviético detectou o aparecimento do fascismo nos romances franceses de temática social publicados na primeira década do século XX, que juntavam a nostalgia do cesarismo e a preocupação em impor ordem à classe trabalhadora com os ataques à presumida debilidade governamental e a apologia das personalidades fortes, à maneira nietzscheana<sup>252</sup>. Tal como sucedeu do outro lado dos Alpes, em França as posições de alguns sindicalistas revolucionários puderam evoluir porque ao mesmo tempo, e no mesmo sentido, evoluíam as posições das alas radicais da direita. Ultrapassando as fronteiras de classe e os limites convencionais das forças partidárias, era uma grande transformação na cultura política que se estava a gerar.

#### 4

Para quem, como nós, veja a história ao invés, o breve episódio do Cercle Proudhon parece conter a premonição dos desastres futuros. Mas na história os actores, ou autores, ignoram o enredo em que participam ou que julgam escrever. Será possível, porém, detectar traços anunciadores? Ao longo do seu percurso político os sindicalistas revolucionários reforçaram o elitismo vanguardista que os caracterizara já na fase sindicalista, convertendo-o numa teoria autoritária das elites. Nos apelos à acção directa eles haviam concebido a classe trabalhadora como a grande fonte de energia social, mas tinham também afirmado a necessidade de conduzir este dinamismo mediante a intervenção de vanguardas esclarecidas, de maneira a que as minorias radicais não

<sup>250</sup> Rolão Preto em entrevista a J. Medina (1978) 187.

<sup>251</sup> D. Megherovsky referido por B. R. Lopukhov (1965) 249.

<sup>252</sup> G. Sandomirski referido por id., *ibid.*, 239-241 e 251-252. Note-se que, se uma genealogia ideológica tão variada serviu a Guermann Sandomirski para considerar, e muito bem, que no fascismo convergiam interesses económicos e políticos distintos, ele concluiu daqui que o fascismo, sem possuir uma ideologia coerente, se caracterizaria apenas pela acção terrorista e repressiva e não passaria de um fenómeno histórico temporário.



ficassem aprisionadas pelo marasmo de uma base timorata. Depois, quando adoptaram definitivamente o autoritarismo, passaram a considerar as vanguardas como verdadeiras elites, com todas as consequências ideológicas e práticas daí decorrentes<sup>253</sup>.

Nas mesmas páginas, aparentemente tão claras, em que expôs uma teoria sistemática da autonomia operária, Lagardelle sustentou, com não menos clareza, que a existência de diferenças entre as pessoas seria razão suficiente para a formação de elites. «A partir do momento em que temos perante nós homens reais, operários que não possuem qualidades idênticas nem desenvolvem a mesma acção, produz-se necessariamente uma diferenciação entre eles», considerou Lagardelle. «Os mais conscientes, os mais aptos para a defesa pessoal e a luta social, são os primeiros a agrupar-se, indicando aos restantes o caminho que devem seguir. Quer dizer, produz-se uma selecção e, sob o ponto de vista da evolução do proletariado, as formações assim criadas adquirem uma importância primordial». Faço aqui notar que o alheamento da história é, em qualquer caso, o fundamento da teoria das elites. As diferenças circunstanciais entre vanguarda e base são congeladas fora da ocasião e do lugar em que surgiram, esquecendo que se extinguirão e se reorganizarão em novas diferenças à medida que a situação evoluir, e é a esta metafísica sem tempo nem espaço que as vanguardas de um momento recorrem para legitimar a sua conversão em burocracias profissionais. Lagardelle defendeu que à frente dos sindicatos as elites assumiriam a forma de uma burocracia estável e se apresentariam no quadro das empresas como uma tecnocracia de origem operária. «O que já se chamou tirania dos sindicatos não é mais do que a faculdade de direcção regularmente transferida para os grupos seleccionados, quer dizer, para o corpo constituído pelos operários mais capazes de salvaguardar os interesses de toda a classe. [...] Quanto mais [os grupos sindicais] actuam e deliberam em nome de todos os trabalhadores, mais se afirma o seu papel de órgãos dirigentes e representativos da massa proletária. [...] Porém, os trabalhadores não organizados não podem aspirar, em virtude de qualquer direito individual superior ao direito de todos, a destruir o princípio do governo operário pelos grupos profissionais. [...] o movimento operário tende a ser estável e orgânico. O mundo do trabalho é um mundo à parte. O labor da produção é difícil [...]. Exige uma determinada soma de qualificações e torna necessária a existência de uma forte hierarquia. Esta hierarquia forma-se naturalmente segundo *a lei da selecção* na organização da classe operária». Sem a autoridade estável e firme exercida pela nova elite operária, concluiu Lagardelle, «os grupos profissionais, que são formações seleccionadas, seriam afogados na massa amorfa dos trabalhadores não organizados»<sup>254</sup>. Com efeito,

<sup>253</sup> Z. Sternhell (1978) 328-330.

<sup>254</sup> H. Lagardelle, «Los Caracteres Generales del Sindicalismo», em G. Sorel et al. (1978) 72-73 (sub. orig.).

nada aflige mais as elites do que serem absorvidas pela massa, ou seja, perderem o carácter de elite.

A mesma teoria das elites usada por Lagardelle serviu a Berth para fazer a apologia da disciplina de empresa e do produtivismo, que considerou o verdadeiro modelo do socialismo. Concentrando as diatribes nos especuladores, nos representantes do capital comercial e financeiro, e acusando-os de parasitismo, Berth enalteceu o espírito empresarial atribuído aos capitães de indústria, «os grandes realizadores de um capitalismo audaz, poderoso e inovador», como reafirmou num texto de 1923<sup>255</sup>. Nesta perspectiva, a sua crítica ao Estado, que reputava inútil só por não ser produtivo<sup>256</sup>, situa-se na tradição de Saint-Simon, para quem a empresa era o único quadro político necessário ao capitalismo. Decerto Berth admitiu que o sindicalismo revolucionário pretende que «essa divisão autocrática e hierárquica do trabalho, instaurada pelo capital na oficina, dê lugar a uma associação igualitária de trabalhadores livres e não *hierarquizados*»<sup>257</sup> e mencionou repetidamente a aspiração a «uma oficina sem patrões»<sup>258</sup>. Mas como o sindicalismo revolucionário era «o filho legítimo do capitalismo», tendo herdado dele «esse amor por uma produtividade cada vez mais elevada e mais perfeita», «o *imperativo categórico da produção*»<sup>259</sup>, Berth considerava que o socialismo manteria sem alteração as forças produtivas e a tecnologia que lhes presidia. Ora, enquanto estrutura as tecnologias não são neutras e pressupõem dadas formas de trabalho, exigindo dados tipos de disciplina. «A gratidão que o sindicalismo devota ao capitalismo não se limita apenas às riquezas materiais que este criou», explicou Berth, «mas também e sobretudo às transformações morais e espirituais que operou no seio das massas operárias que, graças à sua disciplina de ferro, foram arrancadas à preguiça primitiva [...] para se tornarem capazes de um trabalho colectivo cada vez mais perfeito»<sup>260</sup>. Neste contexto, que sentido podia ter a autodisciplina dos trabalhadores senão o de uma autocoacção? «O sindicalismo reconhece inteiramente que a civilização começou, e tinha de começar, pela coacção, que esta coacção foi salutar, benéfica e criativa e que, se é possível ter esperança num regime de liberdade, sem tutela de patrões e sem tutela de Estado, é ainda graças a esse mesmo regime de coacção que disciplinou a humanidade e pouco a pouco a tornou capaz de se elevar ao trabalho livre e voluntário»<sup>261</sup>. Ao definir a liberdade como uma autocoacção e ao admitir, afinal, que o Estado podia extinguir-se

<sup>255</sup> E. Berth (1923) 17.

<sup>256</sup> No seu livro de 1908 *Les Nouveaux Aspects du Socialisme* em E. Berth (1923) 61-63 e 71.

<sup>257</sup> Id., *ibid.*, 67 (sub. orig.). Ver também a pág. 72.

<sup>258</sup> Traduzo assim a expressão «*atelier sans maitres*» empregue em id., *ibid.*, 67, 71 e 75.

<sup>259</sup> Id., *ibid.*, 71 (sub. orig.).

<sup>260</sup> Id., *ibid.*, 76; ver também as págs. 79-80.

<sup>261</sup> Id., *ibid.*, 76.

quando cada um fosse capaz de se reprimir a si próprio e aos outros<sup>262</sup>, Berth não fez mais do que dar nova vida à grande utopia do capitalismo, a de que será possível recuperar perpetuamente os conflitos sociais, de maneira a que a liberdade não tenha outro conteúdo senão o de uma repressão consentida.

A síntese deste conjunto de temas encontra-se num pequeno artigo de Sergio Panunzio, um dos muitos sindicalistas revolucionários italianos que participaria, alguns anos depois, na fundação dos Fasci di Combattimento. Apesar de ter sido o principal teórico do regime de Mussolini na década de 1920<sup>263</sup> — ou quem sabe se por isto mesmo? — ele manteria uma certa atitude de contestação, defendendo um corporativismo integral e opondo-se à versão moderada que o Duce implantara<sup>264</sup>. Estes fios com que a história haveria de ser tecida podiam deslindar-se desde já ao vermos Panunzio considerar que o princípio geral da autoridade dominava toda a vida social, sendo o Estado burguês apenas uma das suas manifestações. Por isso, continuou ele, os sindicalistas revolucionários, se combatiam o Estado, destacavam-se dos anarquistas por não porem em causa a autoridade. «[...] o sindicalismo é *antiestatista* por definição, mas não *antiautoritário*». Era a disciplina de empresa que exigia a autoridade. O capitalista tornara-se supérfluo, mas a direcção técnica da empresa mantinha-se indispensável. «Quando a exploração inerente ao organismo da empresa capitalista for eliminada pela unificação e pela associação livre dos factores produtivos, já nas mãos dos operários sindicalizados», conjecturou Panunzio, «continuará a haver grupos de produtores que terão necessidade de um regime técnico, de uma direcção. Mesmo no regime económico operário instituído pelos sindicatos, sem classe patronal nem Estado, existirá um princípio autoritário, chamemos-lhe assim, que resulta inevitavelmente das imperiosas necessidades técnicas do trabalho e da produção»<sup>265</sup>. Partindo da acção de uma vanguarda num quadro que parecia dedicado à autonomia proletária, os sindicalistas revolucionários acabaram por proceder a uma apologia do autoritarismo tecnocrático. A criação de novas instituições no decurso do processo de luta revelou-se, afinal, como uma redução de todos os horizontes sociais aos limites da empresa e como um reforço da disciplina de empresa.

Esta teoria das vanguardas converteu-se num elitismo em que inelutavelmente se reconstruiu o princípio da autoridade e do Estado. Dou a palavra a um dos historiadores que melhor

<sup>262</sup> Acerca deste conjunto de temas ver igualmente Z. Sternhell et al. (1994) 104-107.

<sup>263</sup> Id., *ibid.*, 32. Encontra-se uma exposição das ideias de Panunzio em A. J. Gregor (1979) *passim* e id. (2005) 262-305.

<sup>264</sup> A. Lyttelton (1982) 497-498; E. Santarelli (1981) I 412, II 27.

<sup>265</sup> S. Pa[n]unzio, «Sindicalismo y Anarquismo», em G. Sorel et al. (1978) 83-88. As passagens citadas encontram-se nas págs. 87 e 88 (subs. orig.). A. J. Gregor (1979) 48 e (2005) 130 e segs. mostrou que Panunzio interpretou o sindicalismo como um elitismo.

compreendeu a génese do fascismo: «[...] uma sociedade fundada nos critérios expostos por Sorel, Berth, Pouget, Lagardelle ou Griffuelhes teria apresentado as características principais do tipo ideal de uma sociedade fascista. Conduzida “pelos conscientes, os revoltados” [Pouget], que têm um desprezo sem limites pela democracia [...] e pelo modo de vida da sociedade burguesa, esta sociedade sindicalista pretendia moldar um novo tipo de homem, movido “pela ousadia, pela disciplina maravilhosa” que emana “do exército dos trabalhadores” em greve [Berth] [...] Os sindicalistas revolucionários consideram-se uma nova aristocracia, conduzindo à guerra — a guerra social — o imenso exército dos proletários. [...] O ímpeto revolucionário passa [...] a depender da fé e da vontade, e já não de uma consciência da evolução histórica. Isto explica que o encontro com a Action Française não tivesse sido fortuito, resultando de uma concepção muito similar do bem político e das forças históricas»<sup>266</sup>. Mas, e Sorel?

Em *Les Illusions du Progrès*, apesar de ter considerado a ciência como expressão do meio social, admitindo, por exemplo, que «a lei da aceleração dos graves se tivesse apresentado a Galileu em virtude de analogias políticas», já que «o poderio dos monarcas se tornara suficientemente absoluto para poder ser visto como um tipo de força constante»<sup>267</sup>, Sorel limitou este relativismo a épocas passadas e erigiu a actividade científica do seu tempo em critério para o estabelecimento de hierarquias e em fonte da sua legitimação. É sugestivo que num livro onde a cada passo insistiu no tema da decadência, Sorel detectasse no capitalismo a existência de um «*progresso real*», constituído pela «técnica da produção» que, assegurando por um lado o conforto dos patrões, por outro lado «é a condição necessária da revolução socialista»<sup>268</sup>. O engenheiro Sorel encontrou-se aqui inesperadamente com os defensores da ortodoxia marxista que tanto abominava, pois também eles atribuíam um carácter de neutralidade social às forças produtivas e consideravam-nas como a base do socialismo. Nesta apologia da tecnologia capitalista Sorel supôs mesmo que a capacidade de inovação e de invenção dos operários deveria desenvolver-se em contacto com as máquinas<sup>269</sup>. «A oficina moderna», escreveu ele, «é um campo de experiências que incita permanentemente o trabalhador à pesquisa científica»<sup>270</sup>. Em lugar nenhum Sorel mostrou indícios de ter percebido que a maquinaria capitalista tem, entre outros, o objectivo de retirar aos trabalhadores qualquer controle físico ou mental sobre o conjunto do processo de

<sup>266</sup> Z. Sternhell (1978) 346-347. Todavia, id. et al. (1994) 108 e 109 esclareceram que Émile Pouget e Victor Griffuelhes não foram discípulos de Sorel.

<sup>267</sup> G. Sorel (1947) 34. Georges Sorel considerou igualmente (pág. 35) que as teses de Descartes referentes ao carácter prático da ciência e ao seu crescimento progressivo não decorriam do âmbito científico e encontravam fundamento apenas nos fenómenos políticos.

<sup>268</sup> Id., *ibid.*, 276-277 (sub. orig.).

<sup>269</sup> Id., *ibid.*, 281-284.

<sup>270</sup> Id., *ibid.*, 282.

produção. E aquele pretenso estímulo à participação intelectual criativa ocorreria na prática de uma forma singular, porque seria nas fábricas que as novas autoridades sociais encontrariam fundamento, reproduzindo a hierarquia inerente à actividade científica tal como ela ocorre no capitalismo. Compreende-se assim que Sorel insistisse no carácter especializado da ciência, a ponto de ter criticado aos enciclopedistas e em geral à filosofia das luzes a pretensão de porem os conhecimentos científicos, e até a prática científica, ao alcance de todos<sup>271</sup>. Tocamos aqui o âmago das contradições de Sorel, pois ao mesmo tempo que apelava para que os proletários produzissem o seu próprio saber e os seus sistemas de pensamento, estimulava as ambições de domínio da tecnocracia de formação científica. Num apêndice datado de 1920, ao interpretar uma passagem de *O Capital*, Sorel imaginou que «a oficina socialista reunirá produtores cujo espírito estará sempre desperto para criticar as práticas adquiridas, que serão orientados por contrames-tres semelhantes aos preparadores dos professores de química e à cabeça dos quais se encontrarão engenheiros que falarão aos seus homens como um professor fala aos seus alunos»<sup>272</sup>. Não podia ser mais clara a conversão da hierarquia universitária em modelo da hierarquia fabril, de modo que os tecnocratas, os «engenheiros», encontrariam legitimação naquela figura que os franceses denominam *le mandarin*, o professor aceite como *maître à penser*. Ora, «a oficina socialista» herdaria «as qualidades desenvolvidas pela oficina progressista no regime capitalista»<sup>273</sup>, o que significa que Sorel seguiu neste aspecto crucial a vulgata marxista e considerou que o crescimento das forças produtivas capitalistas era a «*ponte económica*» que conduzia ao socialismo<sup>274</sup>. Uma ciência mitificada, porque isolada do seu condicionamento social, servia de elemento de ligação entre dois modos de produção antagónicos, e nesta legitimação da tecnocracia Sorel invocou a caução do leninismo. Referindo-se com ironia aos «burgueses» que pretendiam que o bolchevismo havia cedido à necessidade de recorrer aos «intelectuais», Sorel argumentou que aqueles a quem Lenin «tivera de oferecer remunerações consideráveis» não eram políticos nem especuladores das finanças, mas «organizadores de empresas», «engenheiros» e «todo o tipo de especialistas estrangeiros»<sup>275</sup>.

Já anteriormente à publicação de *Les Illusions du Progrés* é possível detectar os fundamentos deste elitismo. Nas *Réflexions sur la Violence* Sorel afirmara claramente o seu antipatriotismo, escrevendo que «o antipatriotismo tornou-se um elemento essencial do programa sindi-

<sup>271</sup> Id., *ibid.*, 137 e segs.

<sup>272</sup> Id., *ibid.*, 354-355.

<sup>273</sup> Id., *ibid.*, 355.

<sup>274</sup> Id., *ibid.*, 372 (sub. orig.).

<sup>275</sup> Id., *ibid.*, 359.

calista»<sup>276</sup>. Portanto não foi o nacionalismo, mas o elitismo, a primeira ponte que o ligou à direita radical. No entanto, Sorel manifestara-se também contrário ao elitismo, e parece que com não menos nitidez. «A elite politqueira não tem mais nada para fazer senão aplicar a sua inteligência, e acha que o facto de o proletariado trabalhar para sustentá-la está em perfeita conformidade com os princípios da Justiça Imanente (de que ela é a proprietária) [...]»<sup>277</sup>. Sorel partira mesmo da crítica ao elitismo para analisar o problema da burocratização dos partidos socialistas. «[...] os funcionários do socialismo falam constantemente do Partido como um organismo possuidor de vida própria»<sup>278</sup>. E daí previra sem grande dificuldade o que havia de suceder quando os socialistas alcançassem os seus objectivos. «[...] a ditadura do proletariado corresponde a uma divisão da sociedade em senhores e súbditos [...]»<sup>279</sup>. Logo a seguir chamara-lhe uma «ditadura da politicagem» e explicara-lhe o mecanismo elementar. «A história da revolução francesa mostra-nos como as coisas se passam. Os revolucionários adoptam medidas tais que o seu pessoal administrativo esteja pronto para se apoderar bruscamente da autoridade logo que o antigo pessoal abandone o lugar, de maneira a que em nenhum momento se interrompa a opressão. [...] ...] poder-se-ia mesmo imaginar que, como a transmissão da autoridade se realiza hoje de maneira mais perfeita, graças aos novos recursos de que dispõe o regime parlamentar, e como o proletariado está perfeitamente enquadrado por sindicatos oficiais, veríamos a revolução social conduzir a uma maravilhosa servidão»<sup>280</sup>. E, depois de referir aqueles que pensam que os trabalhadores se limitam a receber ordens e a ser «instrumentos passivos que não têm necessidade de pensar», Sorel observara: «O sindicalismo revolucionário seria impossível se o mundo operário tivesse essa moral dos fracos; pelo contrário, o socialismo de Estado adaptar-se-ia perfeitamente a uma tal situação, já que se baseia na divisão da sociedade numa classe de produtores e numa classe de pensadores, que aplicam à produção os dados da ciência. A única diferença entre esse pretensão socialismo e o capitalismo consistiria no emprego de métodos mais engenhosos para obter a disciplina nas oficinas»<sup>281</sup>.

Mas a crítica de Sorel ao elitismo incidiu nos partidos socialistas parlamentares, apegados aos valores da democracia burguesa, que ele mais do que tudo abominava. Sorel não mostrou igual lucidez a respeito do elitismo inerente ao sindicalismo revolucionário. Ao longo das *Réflexions sur la Violence* ele nunca concebeu os trabalhadores como uma classe dotada de mecanismos

<sup>276</sup> Id. (1936) 281. Ver igualmente as págs. 162-165 e 170-171.

<sup>277</sup> Id., *ibid.*, 240-241. Ver ainda as págs. 253-256 e 268.

<sup>278</sup> Id., *ibid.*, 241.

<sup>279</sup> Id., *ibid.*, 253.

<sup>280</sup> Id., *ibid.*, 253-254, 256.

<sup>281</sup> Id., *ibid.*, 367.

sociais próprios e capaz de uma acção organizativa na sua própria esfera. Precisamente porque os sindicalistas revolucionários procederam à apologia da disciplina de empresa, foram incapazes de discernir a luta de classes nas acções quotidianas, anónimas, obscuras, nas modestas e incessantes resistências dos trabalhadores. É longe dos grandes gestos de heroísmo que o proletariado tece os elos de solidariedade mais duráveis e dá consistência à sua estrutura própria. Mas estas relações informais, como os teóricos da administração de empresa gostam de lhes chamar, visam a contestação da disciplina capitalista do trabalho, e não era daí que podia partir quem se propunha reforçar a autoridade empresarial. Sorel, observou Lukács, «era totalmente indiferente aos objectivos e aos meios, reais e concretos, das greves singulares», e acrescentou com muita agudeza que «o proletariado não era para Sorel mais do que uma negação abstracta da vida burguesa, desprovido de qualquer substância real»<sup>282</sup>. Não analisando a base operária na sua estrutura interna e na sua dinâmica social específica, Sorel transformou o proletariado numa abstracção e converteu-o, no plano político, numa massa de manobra e, nas invocações ideológicas, numa caução moral.

## 5

Foi por terem reduzido o proletariado a uma abstracção moral desprovida de conteúdo sociológico que os sindicalistas revolucionários puderam formular a estratégia de greve geral nos termos de um mito. Mesmo Lagardelle, embora assinalasse o carácter pedagógico da prática de luta e mostrasse que ela consistia na criação de formas sociais de tipo novo, enunciara esta pedagogia e até as próprias instituições sobretudo como sentimentos. A acção directa, escreveu ele, era «um apelo constante às ideias de responsabilidade, de dignidade e de energia. Nem pactos nem acordos, mas a luta com os seus riscos e a sua exaltação. Nenhuma oportunidade para os baixos instintos da passividade, mas uma exaltação permanente dos sentimentos mais activos do homem»<sup>283</sup>. E Berth, nas mesmas linhas onde reconheceu que a flexibilidade dos salários era um facto cientificamente comprovado, pretendeu que os sindicalistas revolucionários deviam afirmar o contrário e atribuir aos salários um carácter rígido, para que perante este «mito social» os trabalhadores se entusiasmassem pela luta<sup>284</sup>. De igual modo, Sorel apresentou a greve geral como um facto ideológico e não como uma forma organizativa<sup>285</sup>. A sua realidade não era

<sup>282</sup> G. Lukács (1980) 31.

<sup>283</sup> H. Lagardelle, «Los Caracteres Generales del Sindicalismo», em G. Sorel et al. (1978) 55.

<sup>284</sup> No seu livro de 1908 *Les Nouveaux Aspects du Socialisme* em E. Berth (1923) 54-55. A expressão citada encontra-se na pág. 54.

<sup>285</sup> Invocando o estudo de Peter Nettl, Z. Sternhell et al. (1994) 21 observaram que para Sorel a greve geral era a realização específica de uma concepção genérica de acção, enquanto para Rosa Luxemburg se tratava de algo

social mas espiritual, pouco importando que a greve geral se realizasse ou não na prática, se pudesse servir para manter viva a revolta proletária, tal como os mitos do juízo final e da instauração do reino de Deus sobre a terra haviam servido para fundar a Igreja cristã<sup>286</sup>.

Neste sentido o sexto capítulo das *Réflexions sur la Violence* é esclarecedor<sup>287</sup>. Os operários, quando aparecem directamente, limitam-se a formar uma massa capaz de violência. Aqui se enquadra perversamente — e de maneira sinistra — a premonição do que viria a ser o fascismo, que se encontra muitas páginas atrás, logo no primeiro capítulo: «A experiência mostra que a burguesia se deixa facilmente espolar, desde que seja um tanto ou quanto pressionada e lhe façam medo com a revolução. O futuro está reservado para o partido que souber manipular com mais audácia o espectro revolucionário [...]»<sup>288</sup>. E de novo, no segundo capítulo: «É tudo uma questão de avaliação, de cautela, de oportunidade. Necessita-se muita subtilidade, tacto e uma calma audácia para conduzir semelhante diplomacia: fazer crer aos operários que se ergue a bandeira da revolução, à burguesia que se põe termo ao perigo que a ameaça, ao país que se representa uma corrente de opinião irresistível»<sup>289</sup>. O fascismo transportou para a história o que nas páginas de Sorel fora ainda um argumento retórico.

Mas foi uma concepção bastante ingénua de violência, ou bastante arcaica, que presidiu a estas reflexões. Berth atribuiu uma raiz manchesteriana às teorias de Marx<sup>290</sup>, assimilou a concorrência entre as indústrias a um «campo de batalha»<sup>291</sup> e considerou que não só o estatismo mas até a contratação colectiva, reconhecida na lei, representavam uma decadência da burguesia e uma abdicação dos trabalhadores<sup>292</sup>. Arturo Labriola, um dos principais dirigentes e pensadores do sindicalismo revolucionário italiano, formulou a partir destes postulados a sua análise crítica do marxismo, afirmando que o socialismo só poderia resultar de um desenvolvimento dos princípios económicos do capitalismo, pelo que tudo o que dificultasse o livre jogo de forças na economia prejudicava gravemente o processo revolucionário<sup>293</sup>. Era igualmente nos mecanismos do mercado que Sorel localizava a violência exercida pelas classes e por isso, como notou um historiador, as suas propostas económicas nunca deixaram de ser estritamente liberais, defendendo a concor-

muito diferente, uma tática decorrente da conjuntura da época.

<sup>286</sup> G. Guy-Grand (1911) 45.

<sup>287</sup> G. Sorel (1936) 269-329.

<sup>288</sup> Id., *ibid.*, 79.

<sup>289</sup> Id., *ibid.*, 103-104.

<sup>290</sup> No seu livro de 1908 *Les Nouveaux Aspects du Socialisme* em E. Berth (1923) 71.

<sup>291</sup> Id., *ibid.*, 95. Berth assimilou à guerra tanto a concorrência como a luta entre as classes, invocando para isto a lição de Proudhon, como se vê nas págs. 94 e segs.

<sup>292</sup> Id., *ibid.*, 60.

<sup>293</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 101-103.



rência pura e a propriedade privada e recusando as nacionalizações ou qualquer outro tipo de intervenção do Estado que mitigasse os efeitos da competição e os conflitos que lhe eram inerentes<sup>294</sup>. Na orientação reformista do socialismo oficial e na política de cedências patronal Sorel via apenas uma tática para atenuar a rudeza dos confrontos sociais. Um tal procedimento revelaria a degenerescência da burguesia, que teria perdido o sentido de luta e que, ao afastar o proletariado da violência, o arrastaria numa igual degradação, comprometendo a própria civilização e condenando-a ao declínio<sup>295</sup>.

Em *Les Illusions du Progrès* a tendência para a mediocridade seria inerente à história. «O grande erro de Marx», resumiu Sorel, «consistiu em não se ter dado conta do enorme poder da mediocridade na história»<sup>296</sup>. Identificada à democracia<sup>297</sup>, a mediocridade poderia apenas ser contrariada por acções vigorosas. A apologia da elite leva necessariamente a uma teoria dos heróis. Depois de ter assimilado a noção de grandeza à de génio e a noção de decadência à de mediocridade, Sorel considerou que «a economia tende a confundir todas as obras individuais numa massa» e «portanto, não é na economia que se deverá procurar a aplicação directa das noções de grandeza e de decadência». O terreno adequado àquelas noções encontrar-se-ia na arte, na religião e na filosofia, classificadas como «actividades do espírito livre»<sup>298</sup>. A sociedade burguesa seria uma sociedade de massas, cabendo ao sindicalismo revolucionário restaurar a supremacia de indivíduos, e Sorel pretendeu que os numerosos anarquistas que se filiaram no sindicalismo revolucionário foram atraídos pela ideia de grandeza<sup>299</sup>. «No mês de Maio de 1899», recordou ele, «publiquei na *Rivista Italiana di Sociologia* um artigo sobre o marxismo e a ciência social; terminei-o com o voto de que o socialismo se convertesse numa filosofia dos costumes; esta transformação teria comunicado grandeza a um movimento que estava quase tão desprovido dela como a própria democracia»<sup>300</sup>.

<sup>294</sup> Id., *ibid.*, 22-23, 43-46, 82-83, 101, 128-129. Todavia, G. Sorel (1947) 211-212 chamou a atenção para «estes aparentes paradoxos: que a legislação social, fabricada com o objectivo de acalmar o ardor dos socialistas, tenha muito frequentemente como resultado favorecer o socialismo; — que as concessões feitas pelos patrões na sequência de greves constituam geralmente um dos factores do progresso do sindicalismo revolucionário; — que, numa palavra, a *paz social* alimente quase sempre a *luta de classe*» (subs. orig.).

<sup>295</sup> «Afim, a história, para Sorel, não era tanto a crónica de uma luta de classes como um combate incessante contra a decadência», observaram Z. Sternhell et al. (1994) 38.

<sup>296</sup> G. Sorel (1947) 332.

<sup>297</sup> «Aquilo que neste estudo denominámos com o termo pejorativo de *mediocridade*», escreveu id., *ibid.*, 333, «é o que os escritores de obras políticas chamam *democracia*».

<sup>298</sup> Id., *ibid.*, 317-318. «O que preocupava Sorel», escreveram Z. Sternhell et al. (1994) 90-91, «era o destino da civilização, e não o do proletariado ou da nação. [...] O anticapitalismo de Sorel limitava-se estritamente aos aspectos político, intelectual e moral do sistema burguês e liberal; ele nunca tentou pôr em causa os fundamentos, os princípios e os mecanismos competitivos da economia capitalista». Ver igualmente G. Guy-Grand (1911) 51.

<sup>299</sup> G. Sorel (1947) 335.

<sup>300</sup> Id., *ibid.*, 335.

O historiador fascista Gioacchino Volpe, que foi também historiador do fascismo, observou que o sindicalismo revolucionário «confia no proletariado, mas considera indispensável o revigoreamento da burguesia»<sup>301</sup>. Esta apologia da violência nas relações entre as classes e a crítica ao espírito conciliatório e liberal que a burguesia passara a manifestar não só se encontravam igualmente na obra de Vilfredo Pareto, com quem Sorel manteve uma correspondência regular<sup>302</sup>, como não eram também inéditas no socialismo. No mais importante dos livros de Benoît Malon, publicado um ano antes da sua morte, podiam ler-se já alguns temas que as *Réflexions sur la Violence* haveriam de celebrar. A tese de que o curso da história não é determinado apenas por factores económicos, mas ainda por forças morais que devem sustentar o proletariado no seu combate, adquiriu um carácter operacional na teoria soreliana do mito. E a visão moral dos conflitos sociais, que levava Malon a situar o socialismo mais no contexto da civilização do que no da luta de classes, justificou do mesmo modo a obsessão de Sorel com os riscos de uma decadência civilizacional<sup>303</sup>. Teve grande audiência esta tese, premonitória do pessimismo cultural que haveria de se difundir nos meios conservadores durante as décadas que mediaram entre as duas guerras mundiais. Lucien Rebatet, por exemplo, escandalizou-se de que na França de 1939 as relações «entre os simples soldados e todo o tipo de oficiais subalternos» copiassem as existentes entre o proletariado e a burguesia, «já não de uma maneira autoritária e violentamente triunfante, mas à maneira do capitalismo democrático, operários reles, patrões cobardes [...]»<sup>304</sup>. Afinal, apesar de ser um leitor de Marx e em boa parte o ter entendido melhor do que os ortodoxos do seu tempo<sup>305</sup>, Sorel manteve-se cego perante os mecanismos da mais-valia relativa, que geram a conciliação entre as classes, enquanto o recurso exclusivo à violência por parte dos patrões apenas serve de quadro à mais-valia absoluta, incapaz de estimular o progresso económico. Foi porque Sorel não conce-

<sup>301</sup> G. Volpe (1941) 11.

<sup>302</sup> T. B. Bottomore (1967) 60; A. Lyttelton (1982) 30; Ch. S. Maier (1988) 39-40.

<sup>303</sup> As teses defendidas por Benoît Malon em *Le Socialisme Intégral*, livro publicado em 1892, encontram-se resumidas em D. Ligou (1962) 95-96. Por seu lado, Z. Sternhell (1978) 46 situou Malon entre aqueles que contribuíram para a difusão «de uma corrente nacionalista que se pretende social ou, *mutatis mutandis*, de um socialismo que se pretende nacionalista». Acerca da noção de decadência civilizacional que preocupava Sorel e os seus discípulos ver id., *ibid.*, 394-395.

<sup>304</sup> L. Rebatet (1942) 284.

<sup>305</sup> Citando Maximilien Rubel, Z. Sternhell et al. (1994) 49 afirmaram que Sorel não possuía um conhecimento detalhado e erudito dos escritos de Marx. Não é isto, porém, que está em causa, mas a perspectiva geral em que ele concebeu e apresentou as teses marxistas. Zeev Sternhell, que assinalou a responsabilidade de Sorel e do sindicalismo revolucionário no advento do fascismo, foi bastante menos arguto quando situou Sorel numa posição ideológica praticamente exterior ao quadro do marxismo. Se Sternhell não tivesse restringido a obra de Marx à tradição racionalista e iluminista e levasse em conta a pesada herança do romantismo alemão, já não precisaria de sair dos limites do marxismo para explicar a ruptura política de Sorel e a sua evolução posterior. A visão proposta por K. Mannheim (1986) *passim* parece-me mais equilibrada, detectando a originalidade de Marx na articulação da racionalidade jacobina com a crítica romântica e irracionalista à sociedade burguesa. E é precisamente nesta encruzilhada ideológica que se esclarece a evolução personificada por Sorel. O interesse trágico da sua obra provém do facto de representar uma série de mudanças processada não no exterior, mas a partir do interior do marxismo.

beu os trabalhadores como uma classe dotada de organização interna e não lhes analisou a estrutura social que não percebeu que o único factor a incentivar a produtividade consiste na prática capitalista de recuperação das lutas. A que se reduzia então a autonomia de uma classe, se a sua organização interna não era concebida como autónoma?

Já que lhe fora retirado o fundamento social prático, a greve geral só poderia esperar-se da acção de uma vanguarda. A revolução foi substituída pela acção — qualquer acção. E a política, em vez de constituir uma estratégia de agudização das contradições, reduziu-se ao impulso voluntarioso de um número diminuto de iluminados. Considerar a classe trabalhadora como desprovida de organização própria é convertê-la numa massa e criar as condições ideológicas necessárias à promoção de uma elite. Sorel resumiu o enredo do drama social às manobras dos políticos profissionais e à actuação dos militantes do sindicalismo revolucionário. A leitura das *Réflexions sur la Violence* mostra que para ele a única organização possível da classe trabalhadora lhe era exterior e residia nos sindicatos<sup>306</sup>.

## 6

Na primeira edição das *Réflexions sur la Violence*, porém, Sorel conservou certa lucidez e criticou o elitismo que surgia no movimento revolucionário. «[...] o grande perigo que ameaça o sindicalismo são as tentativas de imitar a democracia. É preferível contentar-se durante algum tempo com organizações fracas e caóticas do que ficar sujeito ao domínio de sindicatos que copiem as formas políticas da burguesia»<sup>307</sup>. Aliás, este aspecto tumultuoso foi apresentado como o segredo da vitória. «[...] a greve geral [...] é a manifestação mais patente da força individualista nas massas sublevadas». Um pouco antes a ideia fora melhor explicada. «[...] os grupos de operários que se entusiasma com a greve geral [...] concebem [...] a revolução como uma imensa sublevação que pode ainda considerar-se individualista: cada um avançando com todo o ardor, agindo por conta própria, sem se preocupar em subordinar o seu procedimento a qualquer plano de conjunto, sabiamente preparado. Este carácter da greve geral proletária [...] não deixa de atemorizar os políticos gananciosos, que compreendem perfeitamente que uma revolução conduzida deste modo lhes tiraria qualquer oportunidade de se apoderarem do governo». E num estilo mais conciso: «Este individualismo apaixonado jamais existiria entre classes operárias que tivessem sido educadas pela politicagem. Essas não seriam capazes senão de mudar de chefes»<sup>308</sup>.

<sup>306</sup> G. Sorel (1936) 349 e segs.

<sup>307</sup> Id., *ibid.*, 268.

<sup>308</sup> Id., *ibid.*, 376, 375, 379.

Numa edição posterior Sorel introduziu um capítulo suplementar e só aí atribuiu um papel decisivo aos propagandistas e organizadores da greve geral. «O catolicismo reservou sempre as funções de luta a instituições com um reduzido número de membros, severamente seleccionados através de provas destinadas a confirmar a sua vocação», escreveu ele então. «Foi com tropas de elite, perfeitamente treinadas graças à vida monástica, [...] que o catolicismo pôde, até aos dias de hoje, triunfar dos seus inimigos. [...] Para o proletariado seria extremamente perigoso não aplicar uma divisão de funções que teve tanto êxito com o catolicismo durante toda a sua longa história. Ele não seria mais do que uma massa inerte, destinada a cair, tal como a democracia, sob a direcção de políticos que vivem da subordinação dos seus eleitores. Os sindicatos não se devem preocupar tanto em possuir um grande número de aderentes como sobretudo em reunir elementos fortes. As greves revolucionárias são excelentes para operar uma selecção, afastando os timoratos que arruinariam as tropas de elite»<sup>309</sup>. E um pouco adiante: «Um grande número de organizações intervêm mais ou menos de perto na vida económico-jurídica do conjunto da sociedade, de maneira que o grau de unidade necessário numa sociedade é produzido automaticamente. Outras, menos numerosas e bem seleccionadas, conduzem a luta de classe. São estas que empolgam o pensamento proletário, criando a unidade ideológica de que o proletariado necessita para levar a cabo a sua obra revolucionária [...]»<sup>310</sup>.

As novas ideias e a nova moral, que Sorel começara por apresentar no quadro de uma pedagogia da luta autónoma, passaram a ser enunciadas como feito e obra de elites seleccionadas. Isto pôde suceder porque já na primeira edição das *Réflexions sur la Violence* a classe trabalhadora fora concebida como uma massa dotada de enorme potencial de energia, mas desprovida da capacidade de canalizar a violência numa estratégia própria<sup>311</sup>. O proletariado, que os sindicalistas revolucionários enalteciam como o grande objecto da história, seria afinal inapto para se assumir como sujeito histórico. Não era o paradigma incorporado nas organizações de resistência que rasgava o futuro, mas só o dinamismo que os trabalhadores ousassem manifestar nos confrontos sociais. «A economia tende a confundir todas as obras individuais numa massa», escreveu Sorel, como citei há pouco, acrescentando que «não é na economia que se deverá procurar a aplicação directa das noções de grandeza e de decadência»<sup>312</sup>. Por isso «o espírito revolucionário ganha terreno sempre que enfraquece o sentimento da necessidade económica»<sup>313</sup>. Quando

<sup>309</sup> Id., *ibid.*, 428-430.

<sup>310</sup> Id., *ibid.*, 432.

<sup>311</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 108 referiram «a teoria elitista, que considerava as massas como uma fonte de energia, mas lhes negava a capacidade de determinarem o rumo da evolução social [...]».

<sup>312</sup> G. Sorel (1947) 318.

<sup>313</sup> Id., *ibid.*, 211.

se prescindir da perspectiva económica, porém, o proletariado deixa de ser definido pelo lugar que ocupa no processo de exploração e fica remetido a um plano estritamente político, passando a ser considerado um mero factor de violência, substituível por qualquer outro factor a que se atribua uma energia equivalente. Nestes termos, a incitação ao heroísmo nacional podia ser tão satisfatória para os sindicalistas revolucionários como a mobilização do dinamismo operário. Embora a formulação explícita do elitismo sindicalista de Sorel fosse tardia, o elitismo estava já contido na visão de uma classe trabalhadora desprovida de estrutura interna. Depois, a pressão das circunstâncias obrigou os pressupostos ideológicos a assumirem uma forma visível e revelou-lhes as consequências práticas.

No sindicalismo revolucionário cruzavam-se e entrecrocavam-se ideias variadas e teses contraditórias, cada uma com o seu peso específico. Mas os rumos tomados pela história mostram que o discurso começou a reestruturar-se em torno das concepções elitistas, adquirindo então outro carácter. Não ocorreu aqui, como aliás nunca ocorre, uma evolução em bloco, mas transformações múltiplas, e a reestruturação pôde efectuar-se porque no quadro de pensamento anterior existia já um ponto de articulação em redor do qual se desenvolveu o novo quadro ideológico, até que afinal o sindicalismo revolucionário se revelou como um dos factores decisivos na génese do fascismo. Esta distância podemos hoje percorrê-la sem esforço porque a história se encarregou de a preencher primeiro. Não é difícil afirmar que existe uma continuidade quando, depois de tudo sucedido, vemos que a evolução se processou. Mas antes? Poder-se-ia saber em 1906 que os anseios de um fascismo em gestação eram a conclusão necessária e única de páginas tão brilhantes sobre a autonomia dos trabalhadores? É esta a trágica assimetria da história. Tudo o que vemos *a posteriori* é, por isso mesmo, razão suficiente. O que nos deixa sem saber com que razão perscrutar no *a priori*. Porque a questão fundamental não consiste em explicar o segredo da evolução de Sorel e, com ele, de um número tão considerável de sindicalistas revolucionários. O decisivo seria desvendar o mistério da evolução, a partir do dia de hoje, das experiências mais recentes de autonomia.

## 6. Mussolini, o mais improvável dos fascistas

Para a Itália chegara finalmente a guerra sonhada por Corradini e por tantos sindicalistas revolucionários, não as campanhas medíocres e as pequenas escaramuças de uma impotência imperial no norte da África nem as esmagadoras derrotas como em Dogali e em Adwa, na Etiópia,

o único grande revés militar sofrido em África por um Estado europeu em todo o século XIX<sup>314</sup>, mas o colossal massacre. Gentile recordou que para os intervencionistas tanto fazia alinharem de um lado ou do outro, porque o importante era que a Itália tivesse a sua primeira experiência de sangue e assim todos se unissem numa vontade comum e fizessem de um país uma nação<sup>315</sup>. O sindicalismo revolucionário, na primeira linha dos que defendiam a intervenção da Itália no conflito, continuou a fornecer à esquerda radical a principal via de passagem para o nacionalismo mais aguerrido, um caminho que Mussolini seguiu e muitos outros com ele<sup>316</sup>.

Para quem observe a história tal como se desenrolou, de trás para diante, Benito Mussolini seria o mais improvável dos fascistas. O seu pai, Alessandro, militara na corrente radical da AIT numa época em que o socialismo italiano recebia sobretudo a inspiração de Bakunin. E se mais tarde, embora mantendo-se fiel aos ideais libertários, Alessandro Mussolini seguiu boa parte dos seus companheiros na adopção de uma tática legalista, isto não evitou que o jovem Benito expressasse simpatia, com dezassete ou dezoito anos, por uma versão bakuninista e blanquista do socialismo<sup>317</sup>. Discípulo de Sorel desde pelo menos o final de 1906<sup>318</sup>, censurou asperamente o mestre quando o viu aliar-se à Action Française<sup>319</sup>; e no interior do Partido Socialista defendeu de maneira intransigente posições extremas, contando-se entre os que propuseram no congresso de 1910 a cisão da ala revolucionária, da qual se tornou um dos dirigentes. Descontente com o compromisso unitário que prevalecera nesse congresso, Mussolini tentou precipitar a ruptura no ano seguinte, a partir da sua posição de secretário da federação de Forlì e chefe dos socialistas da Romagna, mas sem êxito, porque os seus correligionários das outras federações regionais não o acompanharam<sup>320</sup>. A coerência deste percurso político encontrava os termos de referência na abertura às ideias anarquistas e no simultâneo interesse pelas correntes radicais do marxismo, de maneira que para Mussolini cada um destes horizontes ideológicos servia de limite e de correctivo ao outro. Parece-me especialmente significativo que em 1912, precisamente quando começava a impor-se no PSI como o mais popular dos dirigentes da facção revolucionária, Mussolini tivesse publicado alguns artigos num pequeno jornal libertário sob o pseudónimo francês «*L'homme qui cherche*», aquele que se esforça por descobrir, confessando-se descrente das mentiras convencionais, de onde quer que viessem<sup>321</sup>.

<sup>314</sup> S. G. Payne (2003 b) 61; D. Sassoon (2012) 31.

<sup>315</sup> G. Gentile (1928) 290.

<sup>316</sup> E. Santarelli (1981) I 59-60, 97-99.

<sup>317</sup> P. Milza (1999) 15-17, 19, 28, 31.

<sup>318</sup> Id., *ibid.*, 83.

<sup>319</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 201-202.

<sup>320</sup> P. Milza (1999) 131-133.

<sup>321</sup> Id., *ibid.*, 139.

O facto de Mussolini colaborar desde 1903 com a imprensa sindicalista revolucionária<sup>322</sup> não o impediu de criticar o militarismo que se manifestava neste meio, e em 1911, por ocasião da campanha da Líbia, destacou-se entre os animadores da tendência internacionalista, sendo um dos cabecilhas da greve geral desencadeada contra a guerra. Aliás, Mussolini procurou colocar a questão numa perspectiva mais ampla, evocando em Agosto desse ano a eventualidade de uma greve geral revolucionária caso se iniciasse uma guerra europeia e repetindo o aviso no mês seguinte<sup>323</sup>. Todavia, apesar da cautela com que encarava as posições belicistas de muitos sindicalistas revolucionários, Mussolini usava-os como antídoto à facção reformista do socialismo, e esta aliança é tanto mais significativa quanto em 1908 os sindicalistas revolucionários haviam abandonado o PSI<sup>324</sup>. Condenado à prisão em 1911 pela sua participação na campanha contra a expedição militar na Tripolitânia, ao ser libertado no ano seguinte ele surgia já como a principal personalidade da ala revolucionária do partido, que se tornara maioritária precisamente então, no congresso de Julho de 1912, e foi eleito para a direcção nacional e, alguns meses depois, encarregado de chefiar a redacção do mais importante diário socialista<sup>325</sup>. Ao mesmo tempo que expurgava do jornal os elementos reformistas, Mussolini convidava a colaborar sindicalistas revolucionários de ambas as facções, tanto aqueles que, como Enrico Leone, tinham conduzido em 1911 a agitação contra a guerra na Líbia, como outros que haviam aplaudido entusiasticamente a expansão colonial, por exemplo Arturo Labriola<sup>326</sup>. A conjugação contraditória dos ideais libertários e da doutrina marxista, que sempre guiara o percurso de Mussolini, era agora aceite pela primeira vez nas altas esferas do partido, e com indubitável êxito, porque o novo chefe de redacção fez a tiragem do jornal subir, em pouco mais de um ano, de 20.000 para cerca de 100.000 exemplares<sup>327</sup>. E embora tivesse abandonado parcialmente as teses do sindicalismo revolucionário e passado a defender a subordinação dos sindicatos ao partido, Mussolini manifestou o seu apoio aos movimentos de greve desencadeados na primeira metade de 1913 pela confederação sindicalista revolucionária, a USI, contra a opinião dos sindicalistas socialistas da CGL e dos dirigentes reformistas<sup>328</sup>. Este radicalismo viu-se consagrado em Abril de 1914 no 14º Congresso do PSI, quando a ala esquerda da tendência maximalista triunfou plenamente e Mussolini se converteu

<sup>322</sup> Id., *ibid.*, 67.

<sup>323</sup> Id., *ibid.*, 135-136; Z. Sternhell et al. (1994) 196-201.

<sup>324</sup> P. Milza (1999) 91; Z. Sternhell et al. (1994) 131, 132, 136.

<sup>325</sup> G. Bortolotto (1938) 225; P. Milza (1999) 137-138, 140-142; S. Saladino (1965) 241; Z. Sternhell et al. (1994) 198.

<sup>326</sup> P. Milza (1999) 144.

<sup>327</sup> Id., *ibid.*, 144. Mais modestamente, P. Marion (1939) 13 considerou que a tiragem subira de 40.000 para 100.000 exemplares.

<sup>328</sup> P. Milza (1999) 154-155. Todavia, em Agosto de 1913, quando a USI lançou um novo apelo à greve geral, Mussolini considerou-o aventureirista. Ver id., *ibid.*, 156.

num dos três principais dirigentes do partido<sup>329</sup>. Dois meses depois, nas vésperas da Grande Guerra, o proletariado italiano lançou-se numa vastíssima agitação, que em alguns lugares atingiu um carácter francamente insurreccional — a Semana Vermelha, não só pelos ideais revolucionários mas também pelo sangue vertido em abundância — e Mussolini empenhou-se sem receio no movimento, apesar da franca oposição da CGL e dos reformistas e das hesitações da própria direcção maximalista do partido<sup>330</sup>.

Para não depender exclusivamente dos equilíbrios internos do PSI, cujos resultados eram em boa medida aleatórios e imprevisíveis, Mussolini fundou no final de 1913 uma revista, chamada *Utopia* em homenagem a Thomas More, onde, segundo confessou, se propunha exprimir o seu pensamento individual, que não correspondia forçosamente às atitudes públicas exigidas a um dirigente partidário<sup>331</sup>. Nesta revista colaboraram alguns dos nomes mais notáveis do sindicalismo revolucionário, mas também representantes do marxismo radical, como Karl Liebknecht, Bordiga e Angelo Tasca<sup>332</sup>. Em suma, de todos os chefes políticos mais ou menos influenciados pelo sindicalismo revolucionário, nenhum foi tão renitente como Mussolini a aceitar a passagem do tema do proletariado para o tema da nação e a substituir a luta entre classes pela guerra entre países. Sem nunca ter renunciado ao conjunto de teses proposto por Sorel e pelos seus discípulos, ele conseguiu durante mais de uma década evitar as consequências práticas que se lhe afiguram implícitas naquela doutrina. E, todavia, nos três últimos meses de 1914 Mussolini juntou-se a outras figuras da esquerda radical na primeira fila da campanha intervencionista. Se fosse só isto, teria feito o que muitos socialistas fizeram, num e outro lado dos beligerantes. Mas Mussolini fez mais, ou sobretudo fez outra coisa, porque foi ele o único capaz de equilibrar tantas contradições e tanta gente inimiga num movimento coerente e, em breve, disciplinado, que haveria de trazer para a vida civil um modo militar de fazer política.

*A posteriori* é sempre possível arranjar explicações e descobrir sintomas de evolução. Ponho de parte a questão de saber se Mussolini teria servido de informador à polícia secreta francesa em 1904, o que o deixaria de então em diante sujeito a pressões ocultas e poderia justificar a sua atitude durante a primeira guerra mundial<sup>333</sup>. Circunstâncias deste tipo, se se confir-

<sup>329</sup> Id., *ibid.*, 157-158.

<sup>330</sup> Id., *ibid.*, 159-161.

<sup>331</sup> Foi o que Mussolini afirmou num artigo em *Utopia*, Janeiro de 1914, citado em id., *ibid.*, 170-171.

<sup>332</sup> Id., *ibid.*, 157, 170-171; Z. Sternhell et al. (1994) 210-211.

<sup>333</sup> Quanto à origem da tese de que Mussolini teria sido informador da polícia política francesa ver P. Milza (1999) 73-74. Este historiador revelou uma dose notável de ingenuidade ao argumentar que Mussolini não teria exercido tal função porque os relatórios de agentes que estão hoje disponíveis para consulta nos arquivos o apresentam sempre como um perigoso subversivo. Se ele tivesse realmente sido um informador, isto não seria levado ao conhecimento dos funcionários de escalão inferior, e mesmo no topo da hierarquia a identidade de cada informador era man-



marem, explicam talvez a evolução de um homem, mas não a de milhares de seguidores, e é precisamente esta a questão relevante quando se trata de um chefe de partido. A análise deve prosseguir no plano da acção política colectiva.

Talvez não tivesse existido para o jovem Benito nenhum antagonismo entre socialismo e nacionalismo, tal como não existira para Mazzini nem para Garibaldi nem para Blanqui, que lhe serviram de fonte de inspiração<sup>334</sup>. Mas as influências sentidas na juventude e as atitudes que então se tomam só adquirem raízes graças a experiências posteriores, e nesta perspectiva cabe recordar que em Janeiro de 1909 os dirigentes da Câmara do Trabalho de Trento, uma cidade italiana integrada no Império Austro-Húngaro, sabendo que Mussolini era um bom conhecedor da língua alemã, ofereceram-lhe o lugar de secretário daquele organismo e director de um pequeno semanário do ramo italiano do Partido Social-Democrata austríaco<sup>335</sup>. Expulso de Trento pelas autoridades em Setembro de 1909, Mussolini começou no final do ano a redigir um ensaio, *// Trentino Veduto da un Socialista*, que publicou em 1911. À luz dos acontecimentos posteriores, a obra é ambígua. Por um lado, e apesar de o italianismo progredir na esfera linguística a expensas do germanismo, Mussolini concluiu que não existia na generalidade da população da província nenhum desejo de lutar e muito menos de morrer pela anexação à Itália, o que deixava sem conteúdo as esperanças dos irredentistas, para quem a unidade nacional estaria incompleta enquanto o Trentino e o Trieste não se juntassem à pátria italiana<sup>336</sup>. Mas, por outro lado, Mussolini considerou que aquela situação era prejudicial. Na sua opinião seria utópica a tentativa de passar por cima das divisões étnicas e linguísticas para unificar política e culturalmente o proletariado do Império Austro-Húngaro, como pretendia a burocracia centralizadora e parlamentarista do Partido Social-Democrata, que Mussolini execrava; enquanto o proletariado radical, defensor da autonomia política e da descentralização e activo nos organismos sindicais de base, revelaria obrigatoriamente uma tendência separatista<sup>337</sup>. No entanto, o atraso económico da região, impedindo a existência de um operariado industrial forte, comprometia a luta pela autonomia e além disso determinava que a burguesia fosse composta por comerciantes timoratos, capazes quando muito de apoiar passivamente o irredentismo, mas sem um verdadeiro empenho<sup>338</sup>. No nacionalismo agressivo, pensava Mussolini, poderiam ter-se encontrado, se tivessem tido força social para tanto, um

tida o mais possível secreta.

<sup>334</sup> Id., *ibid.*, 31-32. Pierre Milza insistiu nesta tese ao longo do seu livro.

<sup>335</sup> Id., *ibid.*, 108. Em 1897, consoante indicou E. H. Carr (1966) I 424, o Partido Social-Democrata austríaco convertera-se numa federação de seis partidos nacionais autónomos, correspondendo um deles à população italiana do império.

<sup>336</sup> B. Mussolini (1961) 171-172, 174-175, 187 e segs., 197-198.

<sup>337</sup> Id., *ibid.*, 185-186.

<sup>338</sup> Id., *ibid.*, 169, 185-186, 191.

empresariado vigoroso e um operariado sindicalista e revolucionário. Esta convergência, que resumiria mais tarde o programa do fascismo, detecta-se pela negativa em *Il Trentino Veduto da un Socialista*, e Paul Marion considerou que, ao regressar de Trento, Mussolini «está, sem o saber, muito antiaustríaco e nacionalista»<sup>339</sup>. Por seu lado, Gioacchino Volpe pretendeu que Mussolini «tinha começado a sentir e a viver» em Trento os valores de «pátria, nação, ideais nacionais, solidariedade de classe»<sup>340</sup>. Mas não estariam eles, ou por conveniência política de fascistas ou, no caso de Volpe, por vício profissional de historiador, a ler naquele ensaio mais as teses desenvolvidas por Mussolini a partir da campanha intervencionista do que as suas palavras de 1909, fornecendo assim à biografia do Duce a coerência que lhe faltava? Porque se é certo que enquanto participava na agitação no Trentino ele demonstrara apreço pelas revistas animadas por Prezzolini e por Giovanni Papini<sup>341</sup>, onde o nacionalismo radical procurava abrir-se ao activismo dos sindicalistas consoante a estratégia enunciada por Corradini, não podemos também esquecer que três anos mais tarde criticou Sorel por se ter aliado à Action Française<sup>342</sup>. Seria talvez então que Mussolini vituperou «esses intelectuais do sindicalismo italiano [...] oscilando entre Sorel e Corradini» e que «depois de um parênteses de sindicalismo profissional, anseiam pela nação e geram um nacionalismo que, se hoje é literário, será amanhã fator de guerra»<sup>343</sup>. Tudo somado, a viragem de Mussolini em 1914 foi inesperada e abrupta.

A primeira guerra mundial, no seu rasto de jovens corpos trucidados e velhas instituições derrocadas, tornou caducas, porque demasiado restritas ou demasiado sectárias, as doutrinas dos sindicalistas revolucionários e remodelou estas e outras aspirações, fundiu-as, projectou-as para uma nova dimensão, onde depararam com problemas diferentes e insuspeitados meios de acção. Um jovem socialista intervencionista escreveu durante o conflito que «será necessário enquadrar a luta de classes [...] no âmbito nacional»<sup>344</sup>. Era a conhecida estratégia de Corradini, transposta agora para o plano grandioso de um morticínio à escala planetária e reproduzida a partir do extremo oposto, não como uma nação que buscava um proletariado para a revigorar, mas como um proletariado que procurava na nação um novo horizonte. A entrada em guerra contra o Império Austro-Húngaro surgiu a muitos italianos como o necessário epílogo da unificação do país, que a política de compromissos da monarquia havia deixado sem concluir. Engels escrevera que o movi-

<sup>339</sup> P. Marion (1939) 12.

<sup>340</sup> G. Volpe (1941) 23.

<sup>341</sup> P. Milza (1999) 113-114.

<sup>342</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 201-202.

<sup>343</sup> Citado por P. Milza (1999) 140. Note-se que este historiador desconhecia a data do texto mencionado, como indicou na pág. 902 n. 47.

<sup>344</sup> Tullio Colucci citado em E. Santarelli (1981) I 99.

mento socialista só se desenvolve depois de a nação estar unificada e ter adquirido a independência<sup>345</sup>. E se em termos marxistas a unidade nacional fora saudada como progressiva, não deveria a derradeira etapa da unificação ser considerada do mesmo modo? Já não se tratava, nesta óptica, de uma expansão colonial, como sucedera com as campanhas na Líbia, mas, pelo contrário, de uma guerra destinada a libertar os últimos territórios italianos ainda submetidos à cobiça estrangeira. O que os defensores desta tese não viam, porém, ou não queriam ver, é que em 1914 o conflito era mundial e os interesses da classe trabalhadora se colocavam directamente no plano internacional, não no quadro retardatário do nacionalismo.

Enquanto na conferência de Zimmerwald a minoria se propunha atacar a guerra para transformá-la em revolução, os sindicalistas revolucionários pretendiam chegar ao mesmo objetivo através da participação no conflito. Confundindo o radicalismo de classe com a violência de qualquer tipo e tendo descoberto outros parâmetros para a democracia na fraternidade do perigo e da morte, aqueles renovadores da política elegeram as trincheiras como o lugar onde o militante do proletariado haveria de se converter em soldado de uma nação e, ao fazê-lo, transformaria a nação, imprimindo-lhe outra audácia. «Os militares hoje feridos e com baixa são a vanguarda do grande exército que regressará amanhã», prometeu Mussolini nos últimos dias de 1917, e continuou: «As palavras “república”, “democracia”, “radicalismo”, “liberalismo”, a própria palavra “socialismo” já não têm mais qualquer sentido. Terão um amanhã, mas ser-lho-á dado pelos milhões “daqueles que voltaram”. E poderá ser algo bastante diferente. Poderá ser, por exemplo, um socialismo antimarxista e nacional. Os milhões de trabalhadores que regressarão para rasgar a terra com as suas charruas, depois de terem estado na terra rasgada das trincheiras, realizarão a síntese da antítese entre classe e nação»<sup>346</sup>.

O socialismo nacional apresentava-se como a emancipação óbvia da nação proletária. Em 23 de Março de 1919, no discurso fundador do fascismo, Mussolini deixou patentes os termos do problema: «Declaramos guerra ao socialismo não por ser socialista, mas por se ter oposto à nação»<sup>347</sup>. As consequências lógicas haviam sido extraídas, o quadro estava definido, daqui em diante a regra do jogo só podia ser uma. Mais tarde um jornalista recordou o que D'Annunzio lhe

<sup>345</sup> Ver, por exemplo, a carta de Engels a Kautsky com data de 7 de Fevereiro de 1882 em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 116-117. Ver também S. G. Payne (2003 b) 67.

<sup>346</sup> Benito Mussolini em *Il Popolo d'Italia*, 15 de Dezembro de 1917, antologado em R. Griffin (org. 1995) 29. Citado igualmente em Z. Sternhell et al. (1994) 221 e comentado por P. Milza (1999) 213.

<sup>347</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 9 e citado em P. Milza (1999) 239. Note-se que em Charles Delzell se lê «por se ter oposto ao nacionalismo» onde em Pierre Milza vem «por se ter oposto à nação». «É na transição do ano de 1918 para o de 1919», escreveu Pierre Milza, op. cit., 231-232, «que se conclui a conversão de Mussolini à ideia de uma revolução nacional e social, cujos principais actores saíam da elite forjada nas trincheiras».

anunciara em Fiume: «Haverá uma nova cruzada das nações pobres e empobrecidas, dos homens pobres e dos homens livres, contra as nações, contra a casta dos usurários que ontem tiveram os lucros da guerra e hoje lucram com a paz»<sup>348</sup>. Mas os paradoxos do nacionalismo ocasionam inevitavelmente uma armadilha prática, porque não existe nenhuma linha divisória entre a edificação de uma pátria e a sua projecção imperial. Nacionalismo e expansionismo formam um *continuum*. Nos finais de 1935 Mussolini teve a desfaçatez de proclamar «à Itália proletária e fascista»: «A guerra que começámos em terras de África é uma guerra de civilização e de libertação. [...] É a guerra dos pobres, dos deserdados, dos proletários»<sup>349</sup>. E a rádio oficial anunciou em Maio do ano seguinte que «pela primeira vez na história das guerras coloniais, esta foi uma guerra proletária [...]»<sup>350</sup>. Nesta dialéctica os «pobres», os «deserdados» e os «proletários» eram os italianos bem armados e não os etíopes esfarrapados. Tratava-se de um desafio lançado às nações plutocráticas por uma nação proletária a quem era negado o direito a possuir espaços coloniais<sup>351</sup>. E um Duce já cansado, no seu discurso de 10 de Junho de 1940, quando abandonou a não-beligerância e anunciou a entrada da Itália na nova guerra mundial, retomou os termos da mesma dicotomia: «Esta luta gigantesca não é mais do que uma fase do desenvolvimento lógico da nossa revolução: é a luta dos povos pobres e com mão-de-obra abundante contra os açambarcadores que detêm ferozmente o monopólio de todas as riquezas e de todo o ouro da terra; é a luta dos povos fecundos e jovens contra os povos estéreis e votados ao desaparecimento; é a luta entre dois séculos e duas ideias»<sup>352</sup>. Do princípio ao fim, foi este o fio condutor do fascismo.

<sup>348</sup> Citado em G. Seldes (1935) 74.

<sup>349</sup> Discurso de 18 de Dezembro de 1935 antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 203. Uma versão um pouco diferente encontra-se em Benoist-Méchin (1964-1966) IV 166. Ver também G. Volpe (1941) 211.

<sup>350</sup> Citada em E. Gentile (2010) 123. Segundo S. G. Payne (2003 b) 235, relatórios clandestinos do Partido Comunista italiano reconheceram que em 1936 a apresentação da conquista da Etiópia como uma «guerra proletária» gozava de aceitação entre «uma vasta massa de trabalhadores».

<sup>351</sup> C. T. Schmidt (1939) 139.

<sup>352</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 214 e citado em H. J. Burgwyn (2012) 21, P. Milza (1999) 777 e E. Santarelli (1981) II 402. Poucos meses depois, em 26 de Outubro de 1940, Goebbels disse em Viena a um grupo de dirigentes do NSDAP: «Quando esta guerra terminar queremos ser os senhores da Europa [...] Pertenceremos enfim às nações ricas [...]». Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 292. E em 1949 o antigo chefe do fascismo valão explicou a recente guerra mundial como um conflito entre «os Estados saciados e decadentes e os Estados pobres, mas fecundos e dinâmicos». Ver L. Degrelle (1949 b) 13.

## Capítulo 2

# O NACIONAL-BOLCHEVISMO

### 1. A conquista das massas pelo fascismo

#### 1

Para fazer a revolta dentro da ordem, para empregar, em prol da reorganização e do reforço do Estado capitalista, técnicas de mobilização e agitação criadas ou aperfeiçoadas pelo operariado revolucionário, o fascismo procurou liquidar os dirigentes dos sindicatos e dos partidos de esquerda e apoderar-se das multidões que até então os haviam acompanhado. Benito Mussolini foi o primeiro a conceber claramente e a executar com sistematicidade esta operação. As figuras mais representativas do marxismo e do anarquismo foram assassinadas ou espancadas, mais tarde presas, de qualquer modo desmoralizadas, para que os seus seguidores, vendo-se subitamente desprovidos de chefes, obedecessem aos novos ditadores dos campos e da rua. Os outros movimentos fascistas fizeram o mesmo, ou tentaram fazê-lo, e o grau com que o conseguiram serve para definirmos a sua implantação popular. No final de quase um ano de regime nacional-socialista, Göring explicou que para regenerar e reintegrar na comunidade racial germânica os oito milhões de pessoas que haviam dado o seu voto aos marxistas nas últimas eleições, realizadas já com Hitler na Chancelaria, fora necessário prender em campos de concentração os chefes partidários e os agitadores<sup>1</sup>, sem contar com aqueles que logo nos primeiros dias se haviam expatriado, 65.000 se acreditarmos na contabilidade do Führer<sup>2</sup>.

Um dos mais perspicazes estudiosos do fascismo alemão comentou que «o paradoxo das SA [...] foi que depois de terem aniquilado os partidos e os sindicatos marxistas elas teriam aberto as fileiras aos seus membros»<sup>3</sup>. Mas não se tratou de um paradoxo. Era isto mesmo que os chefes fascistas entendiam quando falavam de conquistar o proletariado ao marxismo. Como Goebbels anunciou em Março de 1933, quando tomou conta do Ministério da Ilustração Popular e Propaganda, «queremos ter uma acção sobre o povo até que ele se tenha rendido a nós»<sup>4</sup>. A teoria

<sup>1</sup> J. Billig (2000) 177.

<sup>2</sup> *Hitler's Table Talk...*, 517, referente a 7 de Junho de 1942.

<sup>3</sup> J. P. Faye (1980) 624.

<sup>4</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 187.

sociológica das elites destinou-se a conceber este processo, já que considerava as massas incapazes de possuir uma organização própria e autónoma e presumia que, desaparecido um pastor, nada mais restaria ao rebanho senão seguir o apelo de outros guias. Em 1917 Mussolini registara, a propósito da Rússia, que «a revolução é uma disciplina que substitui outra disciplina, uma hierarquia que vem ocupar o lugar de outra hierarquia»<sup>5</sup>. E o programa inicial dos Fasci Italiani di Combattimento, difundido no Verão de 1919, anunciou a intenção de criar «uma nova classe dirigente»<sup>6</sup>. «A história mostra-nos [...] um panorama de hierarquias que nascem, vivem, transformam-se, declinam, morrem», escreveu Mussolini em Janeiro de 1922, recordando as lições de Pareto. «Devemos, portanto, conservar os valores das hierarquias que ainda não esgotaram a sua função; devemos enxertar no tronco dessas hierarquias novos elementos de vida; devemos preparar o advento de hierarquias novas»<sup>7</sup>.

A sociologia das elites, porém, se exprimiu adequadamente os alvares do fascismo e a época do seu florescimento, foi de escassíssima eficácia na análise da evolução posterior. Todos os despotismos modernos, no preciso momento em que julgaram ter levado a população ao nível mais abjecto de submissão, depararam com uma imprevista capacidade dos trabalhadores para organizarem de maneira sub-reptícia, mas nem por isso menos eficaz, modalidades de resistência próprias. Isto deve-se ao facto de a classe trabalhadora, mesmo que tenha perdido consciência da sua existência no plano sociológico e estejam destruídas as suas formas visíveis de organização, continuar a existir no plano determinante das relações de exploração. Terminada a guerra, num Reich em escombros, Karl Jaspers classificou «o silêncio» como «o último recurso de quem se encontra reduzido à impotência» e adiantou que «se dissimula o silêncio para reflectir na maneira como se poderia restabelecer a situação»<sup>8</sup>. A indiferença corresponderia a uma imunização, e a coberto dela a Velha Toupeira iria escavando as suas galerias.

## 2

Tanto na Itália como na Alemanha o fascismo conseguiu atingir um elevado grau de mobilização popular, mas não haveria fissuras? Em 1926 foi criado na Itália o Tribunal Especial para a Defesa do Estado, que de Janeiro de 1927 até Janeiro de 1929 pronunciou mais de 80%

<sup>5</sup> Este extracto do artigo de Mussolini «Viva Kerensky!», publicado em *Il Popolo d'Italia*, 26 de Julho de 1917, encontra-se citado em P. Milza (1999) 211.

<sup>6</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 12.

<sup>7</sup> Antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 68. Citado também em G. Bortolotto (1938) 407 e J. Ploncard d'Assac (1971) 124. «A história dos Estados [...] apresenta uma série de hierarquias que nasceram, se engrandeceram e, por fim, morreram», declarou Mussolini noutra ocasião, segundo Jacques Ploncard d'Assac, op. cit., 130.

<sup>8</sup> K. Jaspers (1948) 205.

de absolvições nos julgamentos a que procedeu, o que é pouco significativo porque os absolvidos podiam ser sujeitos a residência fixa ou outras medidas de restrição da liberdade aplicadas directamente pela polícia<sup>9</sup>. Mas é certo que o número de condenações por este tribunal no final da década de 1930 foi inferior ao registado no início da década<sup>10</sup>. Ora, apesar disto Mussolini soube sempre que não podia contar com a fidelidade do operariado urbano<sup>11</sup>. Tudo somado, ao longo da história do fascismo italiano houve cerca de cinco mil condenados à prisão por motivos políticos e pelo menos o triplo foi sentenciado a residência fixa, contando-se nove condenações à morte por motivos políticos até 1940 e mais dezassete de 1940 até 1943<sup>12</sup>. Mas sem resultado, já que não foi apenas por causa dos reveses militares que o Grande Conselho levantou dúvidas sobre a governação do Duce e fez com que o rei o demitisse, mas também porque uma enorme vaga de greves e outras manifestações de insatisfação<sup>13</sup> revelaram que as massas, ao contrário do que pretendiam os sociólogos das elites, haviam sido capazes de se dotar de formas de organização próprias e as empregavam contra o regime.

Mesmo tendo em conta os assassinatos cometidos em Itália pelos *squadristi* exteriormente às instituições repressivas legais, a situação foi muitíssimo pior no Terceiro Reich e para destruir o movimento operário o nacional-socialismo aplicou uma violência incomparavelmente superior à que foi usada em Itália<sup>14</sup>. Desde Março de 1933 até ao começo da guerra cerca de um milhão de germanos foi detido ou encerrado em campos de concentração e com o início do conflito foram presos mais trezentos mil<sup>15</sup>. Num balanço global, depois de prevenir que é difícil calcular o número de opositores ou presumidos opositores mortos entre 1933 e 1945, um historiador considerou que, se incluirmos os desertores das forças armadas, o total somaria várias dezenas de milhares<sup>16</sup>. Só durante a guerra, entre treze mil e quinze mil soldados germânicos foram executados pela própria Wehrmacht<sup>17</sup>. Mas será que o terror absoluto teve um efeito absoluto?

<sup>9</sup> Ph. Morgan (2004) 166-167; S. G. Payne (2003 b) 117.

<sup>10</sup> S. G. Payne (2003 b) 243.

<sup>11</sup> A. Lyttelton (1982) 571; P. Melograni (1980) 194-195; Ph. Morgan (2004) 168. Em 6 de Agosto de 1942 Hitler recordou a um grupo de íntimos que um dia o Duce lhe dissera: «Führer, graças a Deus só uma muito pequena percentagem da minha população é urbana». Ver *Hitler's Table Talk...*, 620.

<sup>12</sup> S. G. Payne (2003 b) 117. Segundo Ph. Morgan (2004) 167, o Tribunal Especial julgou 5.500 pessoas e de 1926 até 1943 houve cerca de 17.000 condenados a residência fixa. Por seu lado, M. Angenot (2013) 219 indicou que entre 1929 e 1942 o Tribunal Especial decidiu 42 condenações à morte, das quais foram executadas 31, e que subiu a 13.000 o número de condenados ao exílio interno e a residência fixa.

<sup>13</sup> J. Caplan (org. 1995) 274-294; Ch. F. Delzell (org. 1971) 221; P. Milza (1999) 805; E. Santarelli (1981) II 462 e segs.

<sup>14</sup> J. Caplan (org. 1995) 235; S. G. Payne (2003 b) 122. Por seu lado, Ph. Morgan (2004) 167 pretendeu que o regime de Mussolini não foi menos repressivo do que o de Hitler, mas esta posição não me parece sustentável.

<sup>15</sup> K. H. Roth et al. (2011) 234.

<sup>16</sup> W. Laqueur (1996) 54-55.

<sup>17</sup> S. G. Payne (2003 b) 367.

Hitler não confiava apenas na repressão e para entusiasmar as multidões recorreu a uma concentração de técnicas sem precedentes. «Sim, é verdade, temos o poder», declarou Robert Ley, o chefe da Frente Alemã do Trabalho, em 1 de Maio de 1933, «mas ainda não temos a totalidade da nação, ainda não vos temos a vós, trabalhadores, cem por cento, e sois vós que nós queremos»<sup>18</sup>. Ter-se-ia realizado esta aspiração? O facto de a circulação dos jornais no Terceiro Reich ter diminuído 10% entre 1933 e 1939 parece indicar o desinteresse por informações que se confundiam com propaganda<sup>19</sup> e, referindo-se às notícias oficiosas sobre a guerra, um relatório confidencial do Serviço de Segurança dos SS, de 7 de Outubro de 1940, assinalou que «um número extraordinariamente grande de pessoas [...] queixou-se da “mesmice” dos boletins diários»<sup>20</sup>. Se assim foi, esta atitude repercutiu-se noutras áreas. Os boletins mensais publicados pela direcção do SPD no exílio a partir de informações enviadas do Reich apresentam a imagem de um crescente desinteresse da população sob o verniz da conformidade com as manifestações de massa oficiais<sup>21</sup>. «As pessoas tendem a refugiar-se do nazismo dentro delas próprias», afirmou o boletim de Junho de 1936<sup>22</sup>, e os acontecimentos posteriores parecem mostrar que o retrato correspondia à realidade.

Quando sabemos que depois da guerra as autoridades de ocupação proibiram a difusão de relatos acerca da Resistência antinazi<sup>23</sup>, apercebemo-nos da perversa conjugação de interesses em que se fundou o mito da culpabilidade de todo um povo. Ainda hoje é comum mencionar-se apenas a oposição conservadora que, depois de muitas hesitações e solavancos, acabou por desencadear o frustrado golpe militar de Julho de 1944. Entretanto, segundo um especialista, «na Alemanha de Leste os grupos de Resistência comunista viram-se em grande medida marginalizados» e na República Federal este autor observou que «existe uma tendência na Alemanha actual para manter em silêncio o papel dos comunistas na Resistência»<sup>24</sup>. Os historiadores insistem com frequência no reduzido número de pessoas empenhadas nas várias correntes de Resistência no Terceiro Reich, embora a organização comunista clandestina não pareça diminuta ao sabermos da presença de oitenta e nove células de empresa nas fábricas de Berlim em Junho de 1941<sup>25</sup>. É conhecida também a actividade de grupos clandestinos em empresas e estaleiros de

<sup>18</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 138.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, II 202. A falta de confiança nos jornais é indicada em Junho de 1936 num dos boletins periódicos do SPD no exílio, como se lê em id., *ibid.*, II 382.

<sup>20</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 530.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, II 375-387, 399-404.

<sup>22</sup> Citado em id., *ibid.*, II 382.

<sup>23</sup> J. C. Fest (1974) 1229.

<sup>24</sup> H. Mommsen (2009) 39, 25. Ver igualmente K. H. Roth et al. (2011) 248.

<sup>25</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 584.



construção de Hamburgo em 1941 e 1942, ou ainda noutras cidades<sup>26</sup>, e a partir de 1942 foram criadas redes de Resistência não só entre trabalhadores germânicos mas igualmente entre estrangeiros<sup>27</sup>. A crer nos relatórios da Gestapo, desde o início de 1943 até ao final da guerra foram publicados quinhentos e noventa panfletos clandestinos, com uma tiragem média de dez mil exemplares<sup>28</sup>. Ora, apesar de uma boa parte da militância comunista ser constituída por pessoas que não haviam tido experiência política durante a república de Weimar e que, portanto, não eram conhecidas pelas autoridades<sup>29</sup>, é indesmentível a eficácia da repressão, conseguindo deixar inoperantes as organizações que não exterminava<sup>30</sup>. Estes aspectos ressaltam numa comunicação secreta apresentada em 6 de Agosto de 1943 na Research and Analysis Branch do OSS: «Os interrogatórios de prisioneiros de guerra mostram que: a) o Partido Comunista clandestino ainda é a organização mais importante; b) a Organização da Juventude Comunista ainda é o movimento de juventude clandestino mais activo; c) no entanto, os agentes da Gestapo conseguiram penetrar no Partido Comunista clandestino»<sup>31</sup>. O mesmo relatório acrescentou que «os grupos comunistas na Alemanha são sem dúvida pequenos, provavelmente não ultrapassando 30.000 a 40.000 [pessoas]»<sup>32</sup> — o que me parece uma estimativa exagerada, tanto mais que em 1939 a Gestapo tinha apenas 20.000 funcionários<sup>33</sup> — e também na parte do Reich acrescentada pela *Anschluss* era o Partido Comunista Austríaco que detinha a hegemonia na Resistência clandestina<sup>34</sup>.

Se não nos limitarmos a considerar as acções de resistência devidas a grupos estruturados, dotados de tradições de organização e cuja coesão supunha afinidades programáticas claramente definidas, deparamos com aquela contestação que Hitler temia quando explicou que «apáticas e amorfas, as massas representam o maior dos perigos para qualquer comunidade política»<sup>35</sup>. Se é possível admitir que no Terceiro Reich a mobilização de opositores não tivesse ido além de uma pequena minoria, há suficientes indícios da disseminação de um descontenta-

<sup>26</sup> K. H. Roth et al. (2011) 235-238.

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, 243-248.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, 242.

<sup>29</sup> J. Caplan (org. 1995) 237.

<sup>30</sup> Segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 588, das oitenta e nove células comunistas existentes nas fábricas de Berlim, a polícia destruiu vinte e duas e deixou as restantes isoladas e sem coordenação.

<sup>31</sup> F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 286-287. H. Marcuse em *id.*, *ibid.*, 337, escrevendo em 10 de Julho de 1944, considerou que «na Alemanha são os comunistas quem aparentemente dispõem do aparelho clandestino mais bem organizado e mais eficaz» e em 22 de Julho desse ano insistiu (pág. 507) que «os comunistas mantiveram durante todo o período nazi uma oposição clandestina organizada». No entanto, Marcuse indicou (págs. 321-322) que o aparelho clandestino do Partido Comunista se absteve de actuar enquanto vigorou o pacto germano-soviético.

<sup>32</sup> F. Neumann em *id.*, *ibid.*, 289. Citando Arnold Sywottek, Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 241 n. 13 indicou que durante os doze anos do nacional-socialismo mais de cem mil comunistas foram presos pela Gestapo.

<sup>33</sup> Ph. Ball (2014) 74.

<sup>34</sup> T. Kirk (2004) 139.

<sup>35</sup> Citado em H. Rauschning (1939) 238.

mento informal e difuso, que revelava a capacidade da população comum para reconstituir elos de solidariedade próprios<sup>36</sup>. Não me refiro aqui à «emigração interior» adoptada por personalidades da extrema-direita conservadora quando verificaram que os nacionais-socialistas não eram seus criados às ordens, e que os historiadores da mesma área gostam de evocar. Refiro-me a outro tipo de gente. Os trabalhadores constituíram sempre um motivo de inquietação para as autoridades nacional-socialistas<sup>37</sup>, e em 1934 os relatórios da Gestapo denunciavam a existência entre eles de um sentimento de apatia ou de pessimismo e indicavam que em filas de espera e paragens de autocarro ocorriam movimentos de agitação contra o regime. Em Outubro desse ano a Gestapo efectuou cento e quarenta prisões num estaleiro de construção em Berlim, onde os operários se haviam amotinado<sup>38</sup>. Até 1936 os relatórios policiais continuaram a indicar casos de abandono ou recusa do trabalho e resistência passiva<sup>39</sup>. E se na preparação dos Jogos Olímpicos de 1936 os serviços distritais de propaganda receberam ordem para apagar de paredes e muros qualquer traço de inscrições hostis ao regime<sup>40</sup>, é porque estas inscrições existiam. Terminados os festejos desportivos, entre o início de Outubro de 1936 e o final de Janeiro do ano seguinte foram presas por «actividades comunistas» 4.305 pessoas<sup>41</sup>, e registou-se um bom número de greves em 1937 e 1938, assim como outras formas de resistência no trabalho, o que acarretou prisões massivas e um reforço do aparelho repressivo<sup>42</sup>. Por outro lado, «a solidez das relações comunitárias que subsistiam nos bairros operários», observou um historiador acerca daquela porção do Reich que até Março de 1938 fora a Áustria, «reflectia-se numa solidariedade persistente nas fábricas»<sup>43</sup>. Aliás, é conhecida a deterioração da disciplina de trabalho no Reich nos anos anteriores à guerra<sup>44</sup>.

Hitler nunca tivera ilusões a este respeito e numa carta endereçada em Dezembro de 1932 a um dos oficiais que o apoiava, chefe de estado-maior do comandante do distrito militar da Prússia Oriental, escreveu que «no caso de a Alemanha se ver obrigada a entrar em guerra, mais de metade da população é constituída por pessoas que ou são mais ou menos pacifistas ou são conscientemente hostis à defesa e às questões militares»<sup>45</sup>. Os campos de concentração resol-

<sup>36</sup> Depois de ter observado que a dimensão da oposição subterrânea e silenciosa não foi quantificada e talvez nunca possa sê-lo, M. Mayer (1966) 113-114 acrescentou que sabemos que no estrangeiro, até Setembro de 1939, houve muito pouca oposição aberta ao nacional-socialismo, e aí ela teria sido fácil.

<sup>37</sup> J. Caplan (org. 1995) 233, 266, 304, 310.

<sup>38</sup> A. Tooze (2006) 97.

<sup>39</sup> K. H. Roth et al. (2011) 176-178.

<sup>40</sup> J. C. Fest (1974) 884. Curiosamente, K. A. Schleunes (1990) 127 mencionou apenas a eliminação das inscrições hostis aos judeus.

<sup>41</sup> K. H. Roth et al. (2011) 178.

<sup>42</sup> *Id.*, *ibid.*, 191-202.

<sup>43</sup> T. Kirk (2004) 142.

<sup>44</sup> J. Caplan (org. 1995) 116-118.

<sup>45</sup> Esta passagem da carta de Hitler para o então coronel von Reichenau, de 4 de Dezembro de 1932, encon-

veram só uma pequena parte do problema. Em Setembro de 1938, quando o Reich se preparava para engolir a Checoslováquia, um jornalista norte-americano sediado em Berlim registou no seu diário a passividade e o desinteresse da população da cidade e observou: «Foi a mais flagrante manifestação contra a guerra que alguma vez vi»<sup>46</sup>. Pouco depois, aquando da conferência de Munique, Hitler verificou com preocupação que os alemães se mostravam satisfeitos por a paz ter sido prolongada<sup>47</sup> e o secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, von Weizsäcker, anotou no seu diário que um dos factores que teria levado Hitler a aceitar o acordo fora a visível falta de entusiasmo da população pela guerra, uma observação confirmada por Goebbels<sup>48</sup>. Sem hesitar nas palavras, um relatório emanado de várias chefias militares em 1 de Outubro de 1938 indicou: «Não há entusiasmo por complicações militares derivadas da questão dos alemães dos Sudetas. As incertezas da situação política estão a deixar a população deprimida. Ninguém quer admitir a possibilidade de uma guerra contra a Inglaterra e a França. Não é de modo nenhum adequada a educação do conjunto da nação para os encargos exigidos por uma guerra total, com todo o tipo de dificuldades que acarreta»<sup>49</sup>. O mesmo reconheceu o Führer numa alocução proferida no mês seguinte perante quatrocentos representantes da imprensa do Reich, quando disse que temia que os numerosos discursos em prol da paz que desde 1933 ele se vira obrigado a fazer por motivos de política externa tivessem contribuído para minar o espírito bélico dos alemães<sup>50</sup>. No final de Agosto de 1939, a poucos dias da invasão da Polónia, quando já ninguém duvidava que o conflito era iminente, Albert Speer observou que o aparecimento do Führer em Munique e em Berlim deixara a população apática, em vez de o saudarem com o entusiasmo habitual<sup>51</sup>. «Fiquei atónito ao ver que menos de quinhentas pessoas numa população de cinco milhões compareceram em frente à Chancelaria», registou no seu diário, em 29 de Agosto de 1939, o jornalista norte-americano que já mencionei. «E estes poucos permaneciam soturnos e silenciosos. Era quase um derrotismo que se percebia nas pessoas»<sup>52</sup>. No dia 31 ele anotou: «Todos estão contra a guerra. As pessoas falam abertamente»<sup>53</sup>. E no dia seguinte, quando

tra-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 13.

<sup>46</sup> W. L. Shirer (2011) 152.

<sup>47</sup> J. C. Fest (1974) 972; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 387, III 110, 113. Segundo Jeremy Noakes et al., *op. cit.*, II 404, o boletim do SPD no exílio observou, a respeito dos acordos de Munique, que «as pessoas faziam votos por que não houvesse guerra». Leio em H. Eberle et al. (org. 2005) 85 que por ocasião da conferência de Munique Hitler deu ordens para que não fossem autorizadas manifestações de entusiasmo.

<sup>48</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 113.

<sup>49</sup> Citado em *id.*, *ibid.*, II 403.

<sup>50</sup> O discurso de 10 de Novembro de 1938 encontra-se em *id.*, *ibid.*, III 113-116.

<sup>51</sup> A. Speer (1979) 222. Em 24 de Agosto W. L. Shirer (2011) 193 registou também a falta de entusiasmo da população de Berlim.

<sup>52</sup> W. L. Shirer (2011) 198. Ver também a pág. 317.

<sup>53</sup> *Id.*, *ibid.*, 201.

começou a invasão da Polónia, escreveu que «as pessoas na rua estavam apáticas»<sup>54</sup>. «Mau estado de espírito da população, nenhum entusiasmo, não se vêem bandeiras nas casas», anotou um general alemão no seu diário em 3 de Outubro de 1939. «Todos esperam a paz»<sup>55</sup>. O presidente da Polícia de Berlim conhecia sem dúvida o ambiente quando, em Maio de 1940, relatou confidencialmente que só 35% a 40% da população da cidade era favorável à guerra<sup>56</sup>. E no final de 1940 o referido jornalista norte-americano resumiu a situação: «Não há entusiasmo popular pela guerra. Nunca houve»<sup>57</sup>.

O começo do conflito nem aquecera os ânimos nem fora suficiente para disciplinar os trabalhadores. Com efeito, os salários haviam sido diminuídos pelo decreto de 4 de Setembro de 1939, que instaurou a economia de guerra, mas o descontentamento foi grande, quer em manifestações explícitas, como aquela que foi reprimida pela polícia na última semana de 1939, quer em formas sub-reptícias, aumentando o absentismo e baixando a produtividade, a tal ponto que o governo se viu obrigado a recuar e anulou as medidas mais rigorosas<sup>58</sup>. Até ao termo do conflito registaram-se greves, a maior parte de curta duração, devidas tanto a nativos do Reich como a estrangeiros do serviço de trabalho. Numa carta enviada em 21 de Outubro de 1941 ao marechal Keitel, chefe do Alto Comando da Wehrmacht, o ministro da Economia, Funk, afirmou: «Os Gau-leiter comunicam que, devido à escassez de bens, a boa vontade dos empregados e o seu entusiasmo no trabalho, especialmente na indústria de armamentos, começou a diminuir»<sup>59</sup>. Nos finais de 1941 a Gestapo estava a prender dentro das fronteiras do Reich aproximadamente quinze mil pessoas por mês, acima de dez vezes mais do que sucedera em 1935<sup>60</sup>, e entre Maio e Agosto de 1942 quadruplicou o número dos detidos por greve<sup>61</sup>. Não parece, contudo, que o problema ficasse resolvido, pois os dados fornecidos pelo Ministério da Justiça indicam que no primeiro

<sup>54</sup> Id., *ibid.*, 207. Mais observações neste sentido relativas aos primeiros dias da guerra nas págs. 211-212, 216 e 219. Também J. Caplan (org. 1995) 131 e S Haffner (2011) 41 mencionaram a falta de entusiasmo da população do Reich quando a guerra começou. Mas no dia 20 de Setembro William Shirer, *op. cit.*, 228 observou: «Ainda tenho que encontrar um alemão, mesmo entre os que não gostam do regime, que ache alguma coisa de errado na destruição da Polónia pelos alemães». É curioso que H. Eberle et al. (org. 2005), uma obra que reproduz um relatório enviado a Stalin e baseado em interrogatórios de dois prisioneiros de guerra que haviam exercido funções na intimidade de Hitler, pretendeu (pág. 106) que multidões entusiásticas tinham ovacionado o Führer no dia 1 de Setembro.

<sup>55</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 1067.

<sup>56</sup> M. Gilbert (2011 b) I 69. Em 1 de Junho de 1940 W. L. Shirer (2011) 400 registou no seu diário que «o público não se mostra mais excitado pelas grandes vitórias obtidas junto ao Canal da Mancha do que por tudo o resto nesta guerra». Ver também as págs. 403, 405 e 414-415, referentes a 2, 6 e 14 de Junho.

<sup>57</sup> Esta passagem, escrita em 1 de Dezembro de 1940, encontra-se em W. L. Shirer (2011) 591. Mas William Shirer considerava (págs. 591-596) que o nacional-socialismo tinha raízes de outro tipo na generalidade da população.

<sup>58</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 189-194. Ver também J. Caplan (org. 1995) 122-123, 199 e T. Kirk (2004) 144-145. Quanto à manifestação do final de 1939 ver J. C. Fest (1974) 1054.

<sup>59</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 219. Quanto à falta de produtividade no trabalho e ao absentismo ver ainda *id.*, *ibid.*, IV 454.

<sup>60</sup> S. G. Payne (2003 b) 369.

<sup>61</sup> K. H. Roth et al. (2011) 254.

semestre de 1944 fizeram greve 193.024 trabalhadores estrangeiros e 12.945 germânicos<sup>62</sup>. Ao mesmo tempo aumentaram as condenações por violação da disciplina do trabalho, que haviam sido 74 em 1939 e chegaram a 29.634 na primeira metade de 1943<sup>63</sup>, uma espantosa subida de quarenta mil por cento, enquanto na antiga Áustria a Gestapo procedeu em 1943 a cerca de duas mil prisões por mês, na maioria por violações da disciplina do trabalho<sup>64</sup>. Outro aspecto desta insatisfação foram os protestos públicos relacionados com a distribuição de senhas de racionamento, como sucedeu nalgumas cidades em Outubro de 1943, com manifestações de várias centenas de mulheres<sup>65</sup>. É sintomático que uma obra de propaganda nacional-socialista publicada durante a guerra tivesse considerado que «as erróneas ideias da diferença de classes e da luta entre elas» estavam «enraizadas no povo»<sup>66</sup>. «Muitos operários estão uma vez mais a começar a pensar em termos de classes», assinalou em 29 de Novembro de 1943 um relatório do Serviço de Segurança dos SS, «e falam de classes que os “exploram”»<sup>67</sup>.

Neste contexto, em Março e Abril de 1943 uma série de relatórios do NSDAP indicou que as pessoas haviam perdido o medo de criticar abertamente o Führer e até de o atacar em público de maneira insultuosa<sup>68</sup>, e outros relatórios do Serviço de Segurança dos SS referentes a Julho de 1943 assinalaram que a população já não tinha receio de censurar publicamente o partido nacional-socialista e o regime e que havia aumentado o número de piadas maldosas tendo o Führer como alvo<sup>69</sup>. Em Junho, Julho e Agosto desse ano, relatórios do Serviço de Segurança dos SS informaram também que o número de saudações com o braço estendido declinara nos últimos meses e que muitos membros do NSDAP haviam deixado de usar a insígnia, e um relatório de 17 de Junho especificou que a saudação com o braço estendido se tornara muito rara nas cidades atingidas por bombardeamentos aéreos<sup>70</sup>. Idênticas observações foram feitas por uma autoridade judiciária num relatório de 30 de Março de 1944, apontando uma diminuição do número de pessoas que usava o emblema do NSDAP ou saudava com o braço esticado<sup>71</sup>. No final desse ano a maior

<sup>62</sup> Id., *ibid.*, 254-255.

<sup>63</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 136.

<sup>64</sup> T. Kirk (2004) 145.

<sup>65</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 363-364.

<sup>66</sup> W. Fritzsche (1941) 41.

<sup>67</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 551 (sub. orig.). Ver também D. Welch (2002) 66.

<sup>68</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 548-549. Nas páginas do seu diário de 24 de Março e 1 de Abril de 1945 Goebbels reconheceu que eram cada vez mais frequentes as críticas ao Führer. Ver S. Friedländer (2008) 963.

<sup>69</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 549, 569. Ver também D. Welch (2002) 146.

<sup>70</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 117-118, 568. Ver também D. Orlow (2010) 824 e A. Tooze (2006) 603. Segundo R. Laudani (org. 2013) 194-195, em 1943 os membros das SA receberam instruções para aparecer em público com os uniformes e as insígnias depois dos bombardeamentos aéreos. Mas já em 25 de Outubro de 1940 W. L. Shirer (2011) 556 observara que em Munique não vira ninguém saudar com o *Heil Hitler!*

<sup>71</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 577.

parte da população de Berlim deixara de saudar com *Heil Hitler!*<sup>72</sup>. Mais drasticamente, há notícia de que por ocasião dos grandes bombardeamentos aéreos sofridos pela população de Hamburgo em Julho e Agosto de 1943 houve quem arrancasse o emblema a membros do NSDAP, chamando-lhes assassinos, perante a passividade da polícia<sup>73</sup>. É certo que um relatório do Serviço de Segurança dos SS, datado de 29 de Novembro de 1943, pretendeu que «a confiança no Führer permanece praticamente inabalada»<sup>74</sup>, mas em 8 de Agosto do ano seguinte o tom já foi outro e um relatório do mesmo Serviço considerou que «a maior parte dos nossos compatriotas, mesmo daqueles cuja convicção foi até agora inabalável, perdeu toda a confiança no Führer»<sup>75</sup>. A partir de Janeiro de 1945 as manifestações de desobediência e de descontentamento com a guerra e com as autoridades tonaram-se cada vez mais explícitas<sup>76</sup>. Iguualmente elucidativo é o reverso da medalha, porque o maior número de condenações à morte, excluindo as executadas nos campos de concentração, foi registado em Setembro de 1943<sup>77</sup>. Aliás, segundo dados fornecidos em 1944 pelo ministro da Justiça, essas condenações aumentaram 40% de 1940 para 1941, 183% de 1941 para 1942 e 46% de 1942 para 1943. Isto significa que em 1943 as condenações à morte fora do sistema concentracionário foram 476% superiores ao que haviam sido em 1940, passando de 926 para 5.336<sup>78</sup>.

Victor Klemperer, observador atento das reacções populares, escreveu no seu diário que «os intermináveis alarmes, as intermináveis frases, o interminável hastear de bandeiras, ora em triunfo ora em luto, tudo isto gera apatia»<sup>79</sup>. Ainda a guerra ia a meio e já o ministro da Propaganda, Goebbels, recebia relatórios a informarem-no de que a radiodifusão massiva de temas políticos entediava os ouvintes a tal ponto que desligavam os aparelhos<sup>80</sup>. «Hoje as palavras, como muitas outras coisas, são baratas», anotou no seu diário, em 1 de Outubro de 1944, um jovem que cumpria o serviço militar auxiliar na costa do Báltico. «Fala-se acerca das coisas mais comuns nos termos mais inflados»<sup>81</sup>. O Führer deu-se conta do mesmo fenómeno e em Dezembro de 1944

<sup>72</sup> A. Beevor (2017) 4.

<sup>73</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 558. Na comunicação secreta apresentada em 10 de Julho de 1944 na Research and Analysis Branch do OSS, H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 321 mencionou «a manifestação pela paz em Hamburgo a seguir ao ataque aéreo do Outono de 1943».

<sup>74</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 550.

<sup>75</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 578.

<sup>76</sup> A. Beevor (2017) 42, 58, 74, 125, 133, 272.

<sup>77</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 123.

<sup>78</sup> Id., *ibid.*, IV 159. Estes números diferem parcialmente dos fornecidos na pág. 122.

<sup>79</sup> Esta passagem da entrada de 2 de Junho de 1937 do diário de Victor Klemperer encontra-se em M. Chalmers (org. 2006 a) 262. «Uma pessoa também se torna indiferente ao medo», escreveu Klemperer no dia 5 de Junho de 1943, em id. (org. 2006 b) 275, quando o medo se havia já tornado uma presença diária.

<sup>80</sup> D. Welch (2002) 43.

<sup>81</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 411.

disse a um grupo de generais: «O entusiasmo e o auto-sacrifício não podem ser extraídos como algo tangível e guardados numa garrafa. São gerados só uma vez, no decurso de uma revolução, e extinguem-se gradualmente. A rotina do dia-a-dia e as comodidades da vida apoderam-se então novamente das pessoas e convertem-nas em respeitáveis cidadãos de fato cinzento»<sup>82</sup>.

Seria então impossível o fascismo atingir o nível óptimo de mobilização, que retirasse as massas da indiferença sem de novo as deixar cair no estado anterior? Quando vejo von Salomon descrever as manifestações de antinazismo generalizado entre vastas massas populares durante o Terceiro Reich<sup>83</sup>, posso admitir que se trate, talvez não de invenção, mas pelo menos de uma escolha abusiva de casos destinada a pôr em causa a tese da culpabilidade global da população germânica, que após o final da guerra serviu de justificativa às forças ocupantes aliadas. Mas o diário de Victor Klemperer dá exactamente a mesma ideia, e a este respeito é impossível duvidar do seu valor enquanto testemunho. Se, tudo somado, não foram frequentes as ocasiões em que anónimos ou pessoas que Klemperer mal conhecia lhe expressaram abertamente opiniões contrárias ao nacional-socialismo, vezes sem conta encontramos nas páginas do seu diário o contraste entre, por um lado, as atitudes exteriores de conformismo, as saudações de braço estendido, os retratos do Führer e de outros dignitários ornamentando paredes e mobiliário e, por outro lado, as confidências segredadas de descrença no regime e de desejo que o Reich perdesse a guerra ou os discretos gestos de simpatia para com os judeus. E não só para com os judeus, porque é esclarecedora a subida do número de condenações por relacionamento ilegal com prisioneiros de guerra, ou seja, por tratar com humanidade eslavos oficialmente considerados infra-humanos, que passaram de 1.909 em 1940 para 5.300 no primeiro semestre de 1943<sup>84</sup>.

Esses comportamentos podiam ir mais longe. A aversão suscitada pelo programa de extermínio dos doentes mentais e outros doentes incuráveis deu lugar a pequenas manifestações de protesto quando as equipas de eutanásia iam buscar as vítimas às clínicas, e mais notável ainda é o facto de em 1941 o próprio Hitler ter sido alvo de uma manifestação hostil, quando o comboio em que viajava se cruzou numa estação da Baviera com um transporte de crianças deficientes mentais destinadas a ser liquidadas<sup>85</sup>. E seria realmente louco, ou utilizar-se-ia dos privilé-

<sup>82</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 1055 e M. Gilbert (2011 b) II 716.

<sup>83</sup> E. Salomon (1993) *passim*.

<sup>84</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 136. Segundo id., *ibid.*, IV 449, num relatório enviado para o Ministério da Justiça em Maio de 1943, o presidente de um tribunal superior mencionou entre os sintomas de imoralidade sexual das jovens o contacto com prisioneiros de guerra e com trabalhadores estrangeiros. Ver ainda J. Kuczynski et al. (1942) 50 e W. L. Shirer (2011) 523-524.

<sup>85</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 432. Contudo, G. Aly et al. (2006) 203-204 pretenderam que o programa de eutanásia teria beneficiado da indiferença ou mesmo do apoio activo da grande maioria da população.

gios da loucura, aquele internado num manicómio de Hamburgo que gritava com frequência «*Heil Moskau*», «Viva Moscovo»<sup>86</sup>?

### 3

Outras manifestações eram mais discretas. Referindo-se à ascensão do NSDAP, um especialista defendeu que «é muito duvidoso que tivesse sido a questão do anti-semitismo a atrair uma grande parte do eleitorado alemão»<sup>87</sup>. Com efeito, pouco depois da nomeação de Hitler para a Chancelaria, quando as SA organizaram piquetes à porta das lojas de judeus, as novas autoridades do Reich mostraram-se descontentes com a apatia da população e com o facto de algumas pessoas terem desprezado o boicote e insistido em fazer as compras nos lugares habituais, a tal ponto que o volume destes negócios não foi afectado, tendo mesmo havido manifestações de simpatia para com os comerciantes judeus<sup>88</sup>. Poderia pensar-se que a propaganda orquestrada tivesse fanatizado a opinião pública nos anos seguintes, mas em 1935 os informadores de que o SPD dispunha na Alemanha relataram casos em que a população se indignou com as truculências anti-semitas<sup>89</sup>, e em Fevereiro de 1936 um relatório da polícia da Renânia registou que «infelizmente, muitas pessoas continuam a considerar o Judeu como um amigo, que ainda não querem abandonar»<sup>90</sup>. Do mesmo modo, em Agosto de 1937 a Gestapo de Munique informou num relatório que «uma elevada percentagem de camponeses continua a ter relações de negócios com os judeus» e lastimou «a atitude do campesinato, que mostra uma completa falta de consciência racial»<sup>91</sup>. A mesma atitude ressalta de dois relatórios diplomáticos, um britânico e o outro norte-americano, que mencionaram a desaprovação generalizada, ainda que discreta, por parte da população de várias grandes cidades relativamente à *Kristallnacht*, o grande *pogrom* organizado na noite de 9 para 10 de Novembro de 1938<sup>92</sup>. Também uma comunicação secreta apresentada em 18 de Maio de 1943 na Research and Analysis Branch do OSS recordou que «todos os correspondentes que tiveram oportunidade de observar o *pogrom* [de Novembro de 1938] foram unâni-

<sup>86</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 439.

<sup>87</sup> K. A. Schleunes (1990) 53. Ver também as págs. 57, 58 e 60.

<sup>88</sup> J. C. Fest (1974) 718-719; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 330; K. A. Schleunes (1990) 58, 83, 88-89, 94.

<sup>89</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 351.

<sup>90</sup> Citado em id., *ibid.*, II 351.

<sup>91</sup> Citado em id., *ibid.*, II 352.

<sup>92</sup> Id., *ibid.*, II 360-362. Escreveu K. Jaspers (1948) 177: «O anti-semitismo alemão nunca constituiu uma acção do povo. Aquando dos *pogroms* alemães, a população manteve-se afastada e não houve actos de crueldade espontâneos contra judeus. As massas populares calavam-se e retiravam-se, a menos que exprimissem de maneira ténue a sua indignação». Depois de citar vários relatórios confidenciais tanto do Serviço de Segurança dos SS como das autoridades locais, datados de 1939 e 1940 e indicando reacções de hostilidade popular aos judeus, S. Friedländer (2008) 102-103 citou outros relatórios que narram manifestações de simpatia. Pode concluir-se que a hostilidade aos judeus estava longe de ser unânime.



mes em considerar que não houve espontaneidade nas manifestações anti-semitas. Todos os relatórios que desde então nos têm chegado provenientes da Alemanha confirmam a opinião de que o anti-semitismo espontâneo é actualmente desconhecido na Alemanha e que as manifestações anti-semitas são manipuladas a partir de cima»<sup>93</sup>.

Fica assim mais fácil de entender que numa rua de Dresden, no final de 1941, uma pessoa de certa distinção tivesse cumprimentado uma judia portadora da estrela amarela, explicando-lhe: «Não, eu não a conheço, mas a partir de agora irá ser cumprimentada com frequência. Somos um grupo “que saúda a estrela judaica”»<sup>94</sup>. Embora as leis estipulassem a punição de qualquer germano que mantivesse contactos amigáveis com judeus, o diário de Klemperer menciona muitos episódios como aquele, e se por vezes ignoramos o meio social em que ocorriam<sup>95</sup>, noutros casos vemos que a iniciativa se devia a pessoas de estatuto elevado<sup>96</sup>, sendo mais numerosos ainda os populares de Dresden, tanto operários como donos de pequenas lojas ou modestos funcionários do Estado, a manifestarem respeito e simpatia por judeus que na maior parte dos casos não conheciam pessoalmente<sup>97</sup>. Outros judeus, noutras cidades do Reich, relataram experiências semelhantes<sup>98</sup>, e quantas mais teriam ocorrido sem deixarem rasto na documentação? Com efeito, um historiador israelita considerou que «estas expressões de simpatia não foram raras»<sup>99</sup> e

<sup>93</sup> Este relatório, da autoria de Franz Neumann, encontra-se em R. Laudani (org. 2013) 75-81. A passagem citada está nas págs. 78-79. Note-se que na pág. 81 o relatório acrescenta: «A perseguição aos judeus, que sob ordens dos nazis é praticada por camadas cada vez mais vastas da população alemã, envolve estas camadas numa culpa colectiva». Ver igualmente J. C. Fest (1974) 979.

<sup>94</sup> Este caso foi relatado por Victor Klemperer no dia 24 de Novembro de 1941 em M. Chalmers (org. 2006 a) 515-516. Na tradução inglesa do diário esse indivíduo aparece descrito como «a gentleman».

<sup>95</sup> Ver as entradas de 6 de Junho e 14 de Julho de 1942 e 29 de Janeiro de 1944 em id. (org. 2006 b) 78, 118 e 341 respectivamente. Por vezes foi o próprio Klemperer quem permaneceu hesitante quanto ao estatuto social, como no dia 4 de Março de 1944, quando registou que fora saudado por uma pessoa «algures entre cavalheiro e homem». Ver id., *ibid.*, 349. Resumindo a sua experiência pessoal e a dos outros judeus que conhecia, Klemperer observou na entrada de 4 de Outubro de 1941, em id. (org. 2006 a) 508, que «não há dúvida de que o povo acha que a perseguição aos judeus é um pecado». «[...] a estrela judaica não deparou com muita aprovação pública», anotou ainda Klemperer em 17 de Janeiro de 1942, em id. (org. 2006 b) 5.

<sup>96</sup> Ver as entradas de 8 de Maio, 13 de Junho e 25 de Agosto de 1942, 19 de Julho, 23 de Agosto e 27 de Setembro de 1943, 5 e 14 de Setembro de 1944 e 15 de Abril de 1945 em id. (org. 2006 b) 55, 88, 156, 286, 297, 307, 408, 414 e 523 respectivamente. Ver ainda as entradas de 19 e 26 de Abril de 1942, 6 de Março, 25 de Abril, 31 de Outubro e 11 de Dezembro de 1943 e 12 de Março e 12 de Abril de 1944 em id., *ibid.*, 47, 50, 243, 254, 316, 320, 350 e 357 respectivamente.

<sup>97</sup> Ver as entradas de 12 de Janeiro, 16, 18 e 22 de Fevereiro, 6, 16 e 25 de Março, 18 de Abril, 15 de Maio, 11 de Junho, 27 e 29 de Julho, 24 de Setembro e 5 de Outubro de 1942, 18 de Fevereiro, 16 e 29 de Abril, 5 e 21 de Maio, 4 e 23 de Junho, 14 e 23 de Agosto, 21 e 27 de Setembro, 18 de Outubro e 5 de Dezembro de 1943, 5 de Janeiro, 7 de Fevereiro, 19 de Março, 2, 3 e 14 de Abril, 20 e 24 de Agosto de 1944 e 20 e 29 de Janeiro e 8 de Fevereiro de 1945 em id., *ibid.*, 3-4, 16, 17, 19, 25, 30, 31, 37, 44, 59-60, 85-86, 129, 131, 176, 178, 235, 250, 259, 263, 270, 274, 281, 294, 297, 304, 307, 314, 319, 332, 342, 352, 354-355, 355-356, 358, 402, 403, 454, 458 e 462 respectivamente.

<sup>98</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 612.

<sup>99</sup> S. Friedländer (2008) 388. Este autor deu mais exemplos nas págs. 388-391, mas como, perante tudo o que mostre a força do assimilacionismo, os sionistas têm de insistir na inevitabilidade da exclusão, Saul Friedländer concluiu (pág. 391) que «todas as interpretações parecem confirmar o facto de que as reacções negativas à introdução

sabemos que em Bremen, em Dezembro de 1941, dez membros de uma igreja protestante dissidente foram presos durante alguns dias por terem organizado um peditório em benefício de judeus que iam ser deportados<sup>100</sup>. O chefe da Gestapo tinha razão para se queixar numa circular enviada em 24 de Outubro de 1941 aos seus subordinados: «Recentemente, temos tido repetidamente conhecimento de que pessoas de sangue germânico continuam a manter relações amigáveis com judeus e apresentam-se com eles em público de modo ostensivo»<sup>101</sup>. «Enquanto as deportações a partir do Reich atingiam todos os sectores da população judaica», escreveu, referindo-se a 1942, o historiador israelita que citei há pouco, «alguns pequenos grupos de alemães, principalmente em Berlim, prestavam ajuda; escondiam judeus fugitivos, arranjavam documentos de identidade falsos, falsificavam prorrogações, cartões de racionamento e assim por diante. E, além da ajuda prática imediata, incutiam calor humano e alguma esperança»<sup>102</sup>.

Não foi abruptamente que nos últimos meses da guerra a catástrofe surgiu aos olhos de muitos alemães como uma punição pelo tratamento infligido aos judeus<sup>103</sup>. Em Novembro de 1944 um relatório confidencial do Serviço de Segurança dos SS referiu «a opinião de muitas pessoas de todas as classes da população» que, ao lerem notícias sobre as atrocidades cometidas pelo Exército Vermelho na Prússia Oriental, replicavam: «E não assassinámos nós milhares de judeus? Não contaram os soldados tantas vezes que os judeus na Polónia tiveram de cavar as suas próprias sepulturas? E como é que tratámos os judeus no campo de concentração da Alsácia? Os judeus também são seres humanos. Ao fazermos tudo isto, mostrámos ao inimigo o que ele nos pode fazer a nós, se ganhar»<sup>104</sup>.

#### 4

Entre os jovens alemães afastados do sistema escolar e que por isso escapavam à filiação na Juventude Hitleriana<sup>105</sup>, trabalhando em profissões não qualificadas e com alta rotatividade no

da estrela por uma parte da população germânica foram efémeras e não contribuíram para modificar a aceitação e a passividade gerais».

<sup>100</sup> Id., *ibid.*, 468.

<sup>101</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 613.

<sup>102</sup> S. Friedländer (2008) 559.

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, 962; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 640.

<sup>104</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 652. Lêem-se opiniões idênticas num relatório de Março de 1945 em *id.*, *ibid.*, IV 652. Ver também S. Friedländer (2008) 962.

<sup>105</sup> Embora a filiação na Juventude Hitleriana só se tivesse tornado legalmente obrigatória com um decreto de 25 de Março de 1939, já antes disso as pressões exercidas pelos professores eram muito fortes. Ver J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 223 e segs. No entanto, segundo D. Orlow (2009) 90 a obrigatoriedade da inscrição na Juventude Hitleriana dataria de Dezembro de 1936. S. G. Payne (2003 b) 192 indicou que em 1939 pertenciam à Juventude Hitleriana 82% de todos os rapazes entre catorze e dezoito anos, uma proporção que subiu para 90% nos primeiros anos da guerra.

emprego, começaram a difundir-se espontaneamente formas de organização alheias ao regime. Embora já existissem antes de Setembro de 1939, estes grupos ilegais de juventude desenvolveram-se muito durante a guerra. Um relatório emanado do Ministério da Justiça no início de 1944 encontrou-lhes a origem no antigo movimento *bündisch*. Com efeito, apesar de algumas ligas juvenis terem sido dissolvidas e outras terem sido integradas na Juventude Hitleriana, houve as que resistiram e se reorganizaram secretamente, a ponto de o Führer da Juventude do Reich ter criado em 1937 um departamento destinado a combatê-las. O referido relatório considerou que esses grupos manifestavam por vezes influências marxistas e bolchevistas. É certo que no Terceiro Reich estes termos eram demasiado genéricos para lhes podermos atribuir significados precisos, mas o relatório acrescentou que os chefes «são oriundos de ligas anteriores ou de partidos políticos»<sup>106</sup>. No plano prático, tratava-se de uma espécie de *gangs* de rua cuja actuação, além de incluir roubos e assaltos, tinha implicações claramente políticas, pois imprimiam panfletos subversivos, pintavam frases antinazis nas paredes, cantavam canções hostis ao regime e espancavam membros da Juventude Hitleriana, originários de outras camadas sociais, inclusivamente dos estratos mais qualificados da classe trabalhadora. Durante a guerra, devido à deslocação de jovens das cidades expostas aos bombardeamentos aéreos em direcção a outras regiões, estes *gangs* difundiram-se e adquiriram proporções muito significativas. Houve casos em que agrediram membros do NSDAP, ajudaram a esconder desertores e outros fugitivos e assaltaram depósitos de armas, chegando mesmo a atacar o chefe da Gestapo em Colónia. O já mencionado relatório do Ministério da Justiça afirmou que em Wismar, no estado de Mecklenburg, os membros de um destes grupos tencionavam realizar ataques armados contra a polícia e, caso ocorresse uma revolução, se dispunham a subir às árvores e disparar daí sobre as Juventudes Hitlerianas. O facto de doze participantes nos *gangs* juvenis terem sido enforcados publicamente no final de 1944, como lição para os restantes, indica o grau de preocupação das autoridades.

Assim como uma parte da juventude das camadas populares escapava ao controle nacional-socialista, também entre a elite havia quem fugisse ao comportamento desejado. Não obstante os inúmeros privilégios de que gozavam os jovens das classes dominantes, atingiu entre eles dimensões inquietantes a moda de imitar o vestuário e as maneiras dos ingleses de bom-tom. E se o relatório de 1944 do Ministério da Justiça indicou que os *gangs* juvenis de rua entoavam canções «na maior parte provenientes do movimento *bündisch* ou reflectindo a cultura russa»<sup>107</sup>, era o outro lado dos Aliados que os irreverentes da elite escolhiam, dançando ao som da música

<sup>106</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 452.

<sup>107</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 452.

britânica<sup>108</sup> ou, pior ainda, do *jazz*, uma expressão musical considerada degenerada e criada por seres infra-humanos. Não se interessavam activamente pela política, mas num regime que exigia o entusiasmo, a indiferença, quando ostensiva, era vista como uma forma de contestação. Mesmo em plena guerra estes jovens faziam questão de falar inglês em público e demonstrar de outras maneiras igualmente provocatórias a preferência pelos anglo-americanos, além de não hesitarem em ridicularizar os feitos heróicos da Wehrmacht. Apesar da sua conhecida eficiência e do recurso habitual aos campos de concentração, a Gestapo jamais conseguiu liquidar estes dois tipos de contestação<sup>109</sup> que, sendo opostos pela base social e pelos métodos a que recorriam, punham em causa numa ponta e na outra as teorias da relação entre hierarquia e massas.

## 5

A repressão atingiu níveis sem precedentes durante os últimos meses da guerra e o Reichsführer-SS Himmler chegou ao ponto de ameaçar os desertores com a prisão das suas famílias<sup>110</sup>. «No território sempre mais reduzido que permanecia sob o controle alemão», resumiu um historiador, «a polícia, o aparelho judiciário, os SS e a Wehrmacht, dia a dia mais desesperados, recorriam a um terror crescente e mortífero tanto contra os trabalhadores estrangeiros como contra os alemães, para manter a disciplina, conter o “derrotismo” e impedir a repetição do que sucedera em 1918», e este autor acrescentou que «centenas de alemães foram executados nas últimas semanas da guerra por darem mostras de um insuficiente entusiasmo pela continuação da guerra ou por tentarem fazer com que a luta parasse»<sup>111</sup>. A crer nos historiadores soviéticos, vinte e cinco mil soldados e oficiais alemães teriam sido fuzilados em 1945 sob a acusação de cobardia, mas um autor britânico, considerando essa estimativa demasiado elevada, reduziu o número a uma dezena de milhares<sup>112</sup>. Em Abril desse ano, na cidade de Berlim praticamente cercada pelas tropas soviéticas, apareceram hasteadas em bairros operários bandeiras vermelhas e bandeiras

<sup>108</sup> Este comportamento assumiu proporções mais vastas, porque num campo de crianças evacuadas de cidades bombardeadas um dos professores ensinou canções de marinheiros inglesas. Ver *id.*, *ibid.*, IV 439.

<sup>109</sup> Acerca destes dois movimentos de contestação juvenil ver «Children», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 209-210, B. L. Davis (2007) 23-24 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 450-455, 459-460. Ver ainda J. Caplan (org. 1995) 237, Sh. Fitzpatrick et al. (2009) 272-273 e D. Welch (2002) 76-78. Ph. Burrin (2000) 37 considerou que aquele tipo de comportamentos decorria «mais da marginalidade (*déviance*) do que da Resistência», o que me parece esclarecer melhor as concepções sociais deste historiador do que aqueles movimentos de contestação. Basta a leitura de Ch. Gerlach et al. (2009) 144-151 para verificar que as autoridades do Reich não confundiam os movimentos de contestação juvenil com a categoria muito mais vasta dos «associais», e aliás neste capítulo os autores nem sequer consideraram aqueles movimentos.

<sup>110</sup> J. C. Fest (1974) 1233.

<sup>111</sup> R. Bessel (2010) 35, 101; ver ainda as págs. 43-44, 58, 76-77, 85, 99-104 e 179. Ver também A. Beevor (2017) 130, 338 e H. Eberle et al. (org. 2005) 322-323, 404, 426. Henrik Eberle et al., *op. cit.*, 452 n. 14 referiram dez mil execuções de «desertores».

<sup>112</sup> A. Beevor (2017) 245.

brancas<sup>113</sup>, e Hitler, encerrado no seu bunker, preocupava-se com a possibilidade de uma revolta na capital<sup>114</sup>. Nesses últimos meses existiam 7,6 milhões de trabalhadores estrangeiros no território do Reich, dos quais 5,7 milhões de civis, mais de um quarto da força de trabalho total. Os SS e a Gestapo receavam que eles se juntassem aos comunistas germânicos em acções subversivas e massacraram muitos que por uma razão ou outra haviam caído nas mãos das autoridades, somando o total a talvez mais de dez mil execuções<sup>115</sup>. A escala da repressão é um indício da insatisfação que se acumulava, e como em 1945 desertaram mais soldados alemães do que em 1918<sup>116</sup>, decerto não faltavam entre os descontentes pessoas com experiência de combate. «Não é surpreendente», concluiu um historiador, «que houvesse pouco entusiasmo popular pelo apocalipse nazi»<sup>117</sup>.

«Os sofrimentos de 1945, e especialmente o destino de milhões de alemães de Leste, absolveram-nos da identificação com o nazismo. Eles já não se viam como seus apoiantes ou beneficiários; consideravam-se agora entre as suas vítimas»<sup>118</sup>. Se for correcta esta apreciação, estavam reunidas as condições clássicas de um processo revolucionário — bases que haviam deixado de aplaudir o regime e vanguardas que cresciam em número e ousadia. Escrevendo em 1942 no exílio norte-americano, Albert Norden, que até Janeiro de 1933 dirigira o principal órgão do KPD, previu que quando ocorresse a inevitável decorrência do Reich os trabalhadores que nunca haviam aceitado o nacional-socialismo e tanto activa como passivamente o tinham desafiado tomariam o controle da situação, reorganizariam o país e reeducariam a sociedade<sup>119</sup>. Por isso talvez não fosse só o sonho de um comunista alemão «com as marcas dos nove anos que passou em Buchenwald para sempre gravadas na testa, em redor da boca e dos olhos» que um jornalista sueco relatou em 1946 numa reportagem sobre um país em escombros. «Ele pensa que o momento era bom, que as condições favoráveis a uma resolução rápida mas em profundidade dos problemas estavam verdadeiramente reunidas em Abril de 1945. Os soldados que se viam forçados a voltar a passar as fronteiras em marcha atrás nutriam aversão ou ódio pelo regime hitleriano e teriam feito tudo para ajustar contas com ele. A multidão de prisioneiros dos campos de concentração estava pronta a atirar-se contra os seus carrascos, e nas grandes cidades destruídas pelas bombas houve durante toda a Primavera de 1945 fortes grupos de acção que

<sup>113</sup> H. Eberle et al. (org. 2005) 404.

<sup>114</sup> Id., *ibid.*, 340, 404.

<sup>115</sup> R. Bessel (2010) 91-97. Ver também as págs. 364-366.

<sup>116</sup> Id., *ibid.*, 44. Ver também as págs. 76, 79, 103, 166 e ver ainda A. Beevor (2017) 259.

<sup>117</sup> R. Bessel (2010) 79.

<sup>118</sup> Id., *ibid.*, 139-140. Ver igualmente as págs. 243-244.

<sup>119</sup> A. Norden (1943) 81-83.

levaram a cabo guerras civis locais contra os nazis. Mas por que não deu isso resultados? Ora, porque as vitoriosas nações capitalistas ocidentais não desejavam uma revolução antinazi. Os grupos revolucionários alemães foram isolados pelos exércitos dos vencedores, quando estes deveriam ter estabelecido com os seus canhões um círculo protector à volta da Alemanha, deixando os alemães ajustar eles próprios contas com um passado odioso. Não tinham enviado para casa as massas revolucionárias dos campos de concentração em conjunto, mas sim em pequenos grupos inofensivos; os soldados tinham sido desmobilizados divididos em unidades muito pequenas e os núcleos de resistentes das cidades que iniciaram a desnazificação, por vezes forte e feio, mesmo antes do fim da guerra haviam já sido desarmados pelos Aliados [...]»<sup>120</sup>. O eco destas preocupações ressoa num romance admirável. «Houve bairros de Berlim que permaneceram indomavelmente comunistas, mesmo sob Hitler», exclamou um dos personagens de *Les Mandarins*. «Durante a batalha de Berlim os operários de Köpenick e da vermelha Wedding ocuparam as fábricas, hastearam a bandeira vermelha e organizaram comités. Poderia ter sido o começo de uma grande revolução popular; [...] os comités estavam prontos a fornecer os quadros do novo regime. [...] E em vez disso o que sucedeu? Chegaram os burocratas de Moscovo, correram com os comités, liquidaram a base e instalaram um aparelho de Estado, ou melhor, um aparelho de ocupação»<sup>121</sup>. Será que nada disto pertence ao real, devendo portanto ficar confinado à ficção? Serão desprovidos de realidade os gérmens de um outro possível?

Por que motivo teria praticamente caído no esquecimento o facto de durante algumas semanas, logo em seguida ao colapso do Terceiro Reich e antes de as potências vitoriosas demarcarem as respectivas zonas de ocupação, um comité antifascista ter conseguido estabelecer na Saxónia os rudimentos de uma administração, entre as áreas dominadas militarmente pelos soviéticos e pelos norte-americanos<sup>122</sup>? «Estes comités — geralmente chamados “Antifa” — apareceram quase por todo o lado na Alemanha quando o Terceiro Reich se desmoronou», escreveu um historiador, acrescentando que «se tratava de criações puramente locais e sem coordenação»<sup>123</sup>. Segundo o relatório confidencial apresentado em 27 de Maio de 1946 no Office of Intelligence Research, um serviço de informação do Departamento de Estado norte-americano, os comités Antifa teriam surgido em articulação com comités sindicais e comités operários ou comissões de

<sup>120</sup> S. Dagerman (1991) 118-119.

<sup>121</sup> S. Beauvoir (1954) 251.

<sup>122</sup> M. Chalmers (org. 2006 b) 633 n. 52.

<sup>123</sup> T. Barta (1989) 297. Referindo-se às «várias organizações “Antifa”», Herbert Marcuse considerou que se tratava de «comités informais, chefiados principalmente por comunistas, mas com uma forte participação do SPD, que surgiram em vários lugares pouco depois ou mesmo antes da entrada das tropas aliadas». Ver R. Laudani (org. 2013) 375. Mas este relatório confidencial apresentado na Research and Analysis Branch do OSS em 1 de Setembro de 1945 padece de algumas confusões, pelo que não deve ser usado como uma fonte de informação inteiramente segura.

trabalhadores no interior de empresas<sup>124</sup>, o que, a ser exacto, confere ao movimento uma dimensão mais ampla. Com efeito, um historiador referiu a criação espontânea, por todo o país, de comités antifascistas formados por comunistas, sociais-democratas e sindicalistas, alguns saídos dos campos de concentração. «Os objectivos destes comités antifascistas locais», resumiu ele, «eram os mesmos por toda a parte: expulsar os nazis dos governos locais, pôr os serviços locais a funcionar e defender os interesses do movimento operário e dos trabalhadores». Outro dos objectivos prioritários era impedir ou conter as pilhagens, pois sem isto seria impossível desenvolverem-se laços de solidariedade e uma vida minimamente ordenada. Acima das urgências locais, os comités visavam a formação de uma união política da classe trabalhadora a partir da base, capaz de superar a clivagem entre comunistas e sociais-democratas que tanto contribuíra para colocar Hitler no poder, e incluindo também os sindicalistas cristãos. Na zona de ocupação soviética, porém, estes comités foram rapidamente dissolvidos pelas autoridades, devido ao seu carácter independente, e em alguns casos os membros chegaram a ser presos. Aliás, os velhos comunistas que depois de anos de actividade clandestina acorriam a saudar o Exército Vermelho eram geralmente entregues para interrogatório aos serviços do NKVD. Os soviéticos traziam no porta-bagagens comunistas alemães de confiança e usaram-nos para disciplinar a situação. Também nas zonas norte-americana e britânica os comités antifascistas foram considerados difíceis de controlar e as autoridades preferiram fomentar partidos políticos tradicionais. Só na zona de ocupação francesa, a mais reduzida, eles gozaram de alguma simpatia das autoridades militares<sup>125</sup>. Os que surgiram nas cidades da Prússia Oriental foram rapidamente abolidos pelos polacos que tomaram conta do território, e os seus membros expulsos junto com os restantes alemães<sup>126</sup>. É notável que no meio do desespero e da exaustão aqueles comités tivessem surgido espontaneamente. E o facto de uma revolução possível ter sido aniquilada em germen pelos Aliados e burocratizada e pervertida por Moscovo e de o mesmo Albert Norden que em 1942 profetizara uma revolução iniciada pela base ter ascendido depois ao *bureau* político da Alemanha

<sup>124</sup> H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 919, 961, 966.

<sup>125</sup> R. Bessel (2010) 416-420, 427-428, 433-434, 485. O trecho citado encontra-se na pág. 418. Ver ainda A. Beevor (2017) 36 e K. H. Roth et al. (2011) 262-268. A actuação soviética no Reich vencido mostrou quantas ilusões haviam inspirado o relatório secreto que Franz Neumann, Herbert Marcuse e Felix Gilbert apresentaram à Research and Analysis Branch do OSS em 21 de Setembro de 1943, onde afirmaram que «os russos não têm nada a temer e têm tudo a ganhar com o maior desenvolvimento possível de um movimento popular radical». Ver R. Laudani (org. 2013) 204.

<sup>126</sup> G. MacDonogh (2009) 177. Em cinco centenas e meia de páginas de texto é esta a única menção feita por Giles MacDonogh aos comités antifascistas, o que basta para invalidar as suas conclusões quanto à alegada passividade demonstrada pelos alemães em 1945. Note-se ainda que em Janeiro de 1945, segundo o jornalista e romancista soviético Vasily Grossman, transcrito em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 352, depois de os exércitos do Reich terem abandonado a cidade polaca de Łódź perante o avanço das tropas soviéticas, quinhentas fábricas passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores, devido à fuga dos seus proprietários e gestores.

stalinizada não significa que aquela possibilidade não fosse uma realidade.

Dissimulado sob perguntas que a maioria dos historiadores evita fazer e sob episódios que evita registrar, foi real o fracasso do fascismo ao pretender eliminar definitivamente nas massas qualquer quadro de organização que não fosse ditado pela elite. Se é verdade que as fontes documentam melhor a dissidência do que a apatia ou o assentimento<sup>127</sup>, não é menos certo que, para além de uma oposição clandestina circunscrita mas persistente, se difundiu uma insatisfação mais grave porque mais profunda e difícil de detectar, e isto por si só foi um fiasco para regimes que se propunham a missão de construir uma unanimidade nacional ou racial. A sociologia das elites, ao mesmo tempo que serviu aos dirigentes para se enaltecerem a si mesmos, deixou-os cegos perante formas inusitadas de contestação e despreparados para reagirem a vínculos sociais que fugiam a qualquer dos tipos de enquadramento previstos.

## 6

Todavia, se as massas não equivaliam a uma multidão que oscilasse entre a passividade e os relampejos de cólera e só fosse capaz de fazer convergir os seus desesperos individuais quando alguma elite a animava e conduzia, como explicar então a eficácia prática demonstrada pelos fascismos durante a fase da sua implantação? Porque apesar de todos os factos e números que aqui acumulei, aquela terrífica operação de engenharia política que consistiu em liquidar as chefias tradicionais do movimento operário e impor-lhe outros chefes dera pleno resultado. O problema foi, na verdade, mais complexo. Os cabecilhas do fascismo não se limitaram a decapitar a esquerda proletária, mas muitos deles haviam sido dirigentes dessa esquerda e tinham mudado de campo. Para que uma parte da esquerda se tornasse fascista era necessário que a noção descritiva de *vanguarda* tivesse já sido transformada no conceito sociológico de *elite*, mas não devemos apresentar como um fenómeno ideológico o que na realidade foi um processo prático. No começo do século XX Pareto anunciara esta alteração de planos ao escrever que «o socialismo facilita a organização das elites que surgem das classes inferiores e constitui, na nossa época, um dos melhores instrumentos de educação dessas classes»<sup>128</sup>. Na génese do fascismo esteve, entre outros factores, a aspiração de algumas vanguardas políticas a converterem-se em elites sociais. Enquanto vanguardas haviam pertencido à classe trabalhadora. Mas enquanto elites projectaram-se para as classes capitalistas, e o fascismo criou os mecanismos necessários para efectuar sistematicamente essa conversão. Nestes termos, porém, a questão fundamental continua sem resol-

<sup>127</sup> J. Caplan (org. 1995) 252, 260.

<sup>128</sup> V. Pareto (1965) I 63.



ver. Por que razão a base trabalhadora deixou que certas vanguardas cortassem o elo que as ligava ao resto da classe e lhes permitiu que se autonomizassem na forma de uma elite, transferindo-se para as classes dominantes?

Se é certo que depois de instalados, os regimes fascistas, mesmo aquele em que o terror mais se aproximou da forma absoluta, não conseguiram impedir a disseminação de modalidades difusas de contestação, não é menos certo que esses regimes se instalaram graças a uma operação de mudança de chefias, aceites pelas bases tal como haviam aceitado as chefias anteriores. O que se passou depois não deve levar-nos a esquecer o que ocorrera antes. Aquela conquista das massas pelos partidos fascistas não pode ser entendida sem descobrirmos e analisarmos os fios da teia que ligou, numa tensão feita de choques e convergências, uma parte considerável dos meios operários e uma vertente da direita radical. Não foi nenhuma apatia ou conformismo das massas a explicar a sedução que, para além de muita repulsa, os fascismos exerceram. Tal atracção só pôde existir porque haviam surgido no interior do movimento revolucionário da classe trabalhadora alguns dos principais temas que o fascismo tomou como seus. O extermínio de uns chefes e a sua substituição por outros foi possível apenas porque nos gritos de comando dos primeiros e nas ânsias e inquietações dos seus seguidores se ouvia já o eco antecipado das palavras de ordem dos novos condutores de massas.

## 2. Irlanda: Quase um nacional-sindicalismo

Em história, o que sucede é uma ínfima porção de tudo aquilo que poderia ter sucedido. No interior de dadas determinantes há uma infinidade de modos de realização, e por que motivo devemos privilegiar os factos acontecidos relativamente aos factos possíveis? A história só alcançará um estatuto científico no dia em que conseguir não apenas desvendar os caminhos que levaram a um certo acontecimento, mas explicar igualmente as condições que fizeram com que todas as outras potencialidades não se efectivassem. Enquanto tal momento não chegar — e talvez não chegue nunca — o que nos impede de incluir na história, junto com os episódios passados, aqueles que só o aparente acaso condenou à inexistência? Não se trata de fantasiar, mas de criar, o que é muito diferente<sup>129</sup>. Na história não cabem invenções. Mas se, partindo de um sistema

<sup>129</sup> Para quem se dedica à história social, escreveu G. Dangerfield (1961) 393, «os factos não constituem o único elemento, nem o mais importante. A história social, tal como a própria história, combina o gosto, a imaginação, a ciência e a erudição. Ela reconcilia o que é incompatível, equilibra probabilidades, para atingir finalmente a realidade da ficção, que é a forma mais elevada de realidade». Balzac teria dito o mesmo.

de determinações escrupulosamente definido e sem fugirmos a este quadro estrito, deduzirmos rigorosamente factos, tal como a física moderna procede a experiências num plano meramente intelectual, então por que critério vamos recusar a tais factos o estatuto definitivo que atribuímos aos factos reais? Em última instância, é ao historiador que cabe confirmar a historicidade dos factos. Apesar de toda a sua candura empirista, os historiadores ainda não deixaram de reivindicar para si próprios os critérios com que classificam uns eventos como históricos, ao passo que recusam a outros este estatuto. Parece-me indesmentível que a história social da América Latina e a história do desenvolvimento das empresas enquanto órgãos de soberania ficarão incompletas se não incluírem os acontecimentos que levaram à secessão de Costaguana e à formação da República Ocidental. As determinações históricas que presidiram à criação do *Nostramo* não são menos imperativas nem menos exactas do que aquelas que condicionaram o mapa do continente, e não vejo por que motivo deveríamos recusar a Joseph Conrad o lugar de criador da realidade que conferimos a Bolívar e a San Martín.

Foi enquanto possibilidade histórica rigorosa que se anunciou a primeira experiência de nacional-bolchevismo, durante os anos imediatamente anteriores à Grande Guerra, quando a radicalização do Partido Conservador o levou a empregar contra o governo liberal de Asquith a ameaça de uma insurreição no norte da Irlanda, o Ulster<sup>130</sup>. Dependente dos votos dos deputados nacionalistas irlandeses, o governo pretendia atribuir à Irlanda, de maioria católica, um estatuto de autonomia moderada, mas os protestantes do Ulster, de origem escocesa ou inglesa, rebelaram-se e, em nome da união britânica, formaram e treinaram milícias, ameaçando pegar em armas contra a capital do reino se Asquith prosseguisse na sua intenção de promover a autodeterminação dos católicos. Poder-se-ia pensar que era impossível uma afirmação mais extrema de unionismo, mas tratava-se na realidade de algo muito diferente. Para defenderem as suas prerrogativas económicas e políticas, do mesmo modo que o seu particularismo social e cultural, os protestantes irlandeses estavam prontos a voltar-se contra a própria Inglaterra. Sempre o haviam estado, aliás, e da Inglaterra desejavam apenas a promessa de lhes garantir os privilégios, que se não fosse cumprida deixaria Londres sem outra utilidade<sup>131</sup>. Em 1914, quando se aproximava a passos largos a guerra mundial, podia ouvir-se um certo major Crawford dizer num discurso que «se formos postos fora da União, preferirei mil vezes mais ser súbdito do imperador da Alemanha»<sup>132</sup>. Este era um personagem singular, que através de estranhas peripécias conseguira desembarcar

<sup>130</sup> Id., *ibid.*, 74 e segs.

<sup>131</sup> Id., *ibid.*, 77.

<sup>132</sup> Citado em id., *ibid.*, 366.

vários milhares de espingardas de proveniência germânica, destinadas a armar as milícias protestantes. Mas uma voz eminentemente responsável, a do capitão James Craig, um dos principais dirigentes políticos do Ulster, que viria a ser primeiro-ministro da província durante duas décadas, desde 1921 até morrer em 1940, insinuava também, em termos não menos incisivos, que a Alemanha, com o seu imperador, seria uma solução melhor do que um governo irlandês dominado pelos católicos<sup>133</sup>. E o chefe da oposição conservadora, Bonar Law, intimamente ligado ao radicalismo protestante da Irlanda, declarara em pleno parlamento ser sua convicção que as gentes do Ulster preferiam aceitar o governo de um país estrangeiro — que nas circunstâncias não podia ser outro senão o do Kaiser — a ser governadas pelos nacionalistas católicos<sup>134</sup>. De qualquer modo, o facto decisivo não consistia em que duas ou três pessoas proferissem afirmações daquele teor, mas que muitas, ou muitíssimas, pudessem escutá-las com agrado.

Quando recordamos o trágico destino que em 1916 vitimou Sir Roger Casement, o nacionalista irlandês condenado à morte e enforcado pela sua convicção com os alemães, não podemos deixar de pensar que esta mesma estratégia fora seguida antes pelos unionistas, sem que sofressem por isso nenhuns inconvenientes políticos ou danos pessoais. Não espanta, afinal, que o humor bélico dos protestantes do Ulster tivesse animado, no resto da ilha, os católicos a constituírem e armarem milícias próprias. A ala extremista do catolicismo irlandês, desejosa de conquistar a independência completa, podia mirar a sua imagem, invertida no espelho das veleidades insurreccionais do unionismo<sup>135</sup>. Irlandeses papistas e irlandeses protestantes haviam passado a comungar numa mesma hostilidade ao governo de Londres.

Entretanto, na segunda metade de 1913 desenvolveu-se na Irlanda um vigoroso movimento grevista, iniciado nos transportes públicos de Dublin e que rapidamente contou com a solidariedade activa de muitas outras categorias profissionais<sup>136</sup>. Foi na origem uma acção estritamente proletária, pronta a unir-se à vaga crescente de greves desencadeada pelo operariado da Grã-Bretanha. Porém, os chefes sindicais irlandeses, e James Larkin sobressaindo de todos eles, eram muito mais radicais nos seus métodos de actuação e mais vigorosos nas suas expressões verbais do que os dirigentes ingleses do TUC, e esta divergência de orientações, à primeira vista arbitrariamente coincidente com diferenças culturais, começou a introduzir uma clivagem nacional num movimento reivindicativo que até então alastrara igualmente por ambas as ilhas<sup>137</sup>. Ao mesmo

<sup>133</sup> Id., *ibid.*, 366.

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, 117-118.

<sup>135</sup> Id., *ibid.*, 130-131, 359, 360; M. Shock (1974) 430.

<sup>136</sup> G. Dangerfield (1961) 314 e segs.

<sup>137</sup> Id., *ibid.*, 321-324, 327-328.

tempo, e do lado inverso, o clero católico da Irlanda opôs-se freneticamente às iniciativas de solidariedade dos operários ingleses, que se haviam prontificado a receber em casa os filhos dos grevistas irlandeses e alimentá-los enquanto a luta durasse. Graças a este apoio teria sido possível prolongar a resistência, mas ele representaria uma superação espectacular das barreiras religiosas existentes no interior do proletariado, e a unificação social da classe trabalhadora das duas ilhas retiraria grande parte do peso político ao clero de obediência romana e reduziria a base de sustentação dos nacionalistas irlandeses. Conduzindo campanhas na imprensa e montando piquetes nos portos e nas estações ferroviárias, os padres conseguiram evitar que a grande maioria das crianças seguisse para os lares ingleses que se tinham oferecido para as acolher, e condenaram assim a greve a um fracasso próximo, pois os trabalhadores estavam sem recursos para continuá-la<sup>138</sup>. Mais profundas e duradouras foram as consequências sociais, impedindo que prosseguisse a consolidação de classe do proletariado e substituindo-lhe a reafirmação das barreiras nacionais.

Derrotados, os grevistas não ficaram por isso menos desesperados, e se haviam sido vencidos enquanto trabalhadores procuraram desferrar-se como irlandeses. Foi então que voltaram os olhos para o exemplo de radicalização fornecido pelos protestantes do norte da ilha, e que os nacionalistas tentavam reproduzir. Seria possível que o operariado mais activo de tradição católica pusesse a sua capacidade de organização e a violência do seu ânimo ao serviço dos ideais de independência de uma certa burguesia, católica também? Se o fizesse, o nacionalismo, tema de direita, encontraria uma base na esquerda, e a luta pela independência da Irlanda inauguraria a prática do nacional-bolchevismo. Suponhamos, escreveu um dos raros historiadores a entender o papel cimeiro da imaginação, que a actuação dos protestantes do Ulster levasse a uma guerra civil. «Será que ela prosseguiria apenas como uma guerra civil? Entre Larkin e os nacionalistas irlandeses existia um elo, formado por James Connolly, cujo sindicalismo se havia dissolvido numa causa bem mais próxima do seu coração, a dos Voluntários Irlandeses. Se alguma vez o Ulster e a Irlanda do Sul entrassem em confronto, era muito possível que Larkin se lançasse na refrega, para dar a esta carnificina em família os tons sombrios da revolução. E com Larkin na refrega, qual seria a atitude dos trabalhadores ingleses? [... ..] apesar de o TUC ter abandonado Larkin em 1913, a generalidade dos trabalhadores tinha ainda por ele uma forte simpatia, como tinha por Connolly, e, se a Irlanda protestante e a Irlanda nacionalista entrassem em confronto, os seguidores tanto de Larkin como de Connolly ocupariam um lugar de relevo entre os nacionalistas. E se a luta pelo salário mínimo se misturasse com a luta pela autonomia irlandesa, se a carnificina de um

<sup>138</sup> Id., *ibid.*, 325-326.

lado do Mar da Irlanda encontrasse do outro lado o apoio da revolução...»<sup>139</sup>. Como sempre sucede na história, também aqui foi muito ténue a linha de demarcação entre o possível e o efectivo. Connolly, o principal pioneiro do marxismo na Irlanda, que durante os seus anos de exílio na América do Norte havia participado activamente no projecto sindicalista revolucionário dos IWW, fundara em 1912, junto com Larkin, o Partido Trabalhista Irlandês. Durante as greves do ano seguinte Connolly organizou e dirigiu um Exército dos Cidadãos ilegal, destinado a actuar como força defensiva dos trabalhadores. E muitos, ou alguns, dos militantes operários que ele e Larkin tinham mobilizado passaram em seguida para as milícias nacionalistas<sup>140</sup>. Na Páscoa de 1916 duas centenas e meia de membros do Exército dos Cidadãos haveriam de se juntar a um milhar de elementos oriundos dos Voluntários Nacionais Irlandeses para, com a colaboração de algumas mulheres, iniciarem uma revolta armada que desde início se sabia condenada ao insucesso<sup>141</sup>. Mas dois ou três anos antes as interrogações que se podiam formular não tinham ainda resposta. «E que papel representava James Connolly, dirigente do Partido Trabalhista Irlandês? Tratava-se de um nacionalista ou de um sindicalista? Estava empenhado em arranjar recrutas para os Voluntários [...] ou sonhava ainda com um exército revolucionário?»<sup>142</sup>.

«Tratava-se de um nacionalista ou de um sindicalista?». Talvez de um sindicalista nacional ou mesmo — quem sabe? — de um nacional-sindicalista. Nunca chegaremos a conhecer a solução, já que Connolly, um dos principais obreiros e chefes da frustrada insurreição nacionalista da Páscoa de 1916, foi fuzilado pelas autoridades britânicas, que tiveram para isso de o sentar numa cadeira porque, gravemente ferido e sofrendo de gangrena, nem se sustentava de pé. Um detalhe apenas, numa repressão que atingiu notória brutalidade.

Como é possível deslindar friamente os fios de uma trama política e social que se cobre de tais horrores? Como poderemos ir além do facto, aparentemente terminal, de uns serem carrascos e vítimas os outros, convertidos alguns em heróis pelo desejo dos vencidos de conferir à sua derrota uma qualquer utilidade? Conseguirá alguém abolir os valores da abjecção e da coragem ao debruçar-se sobre uma história tão integralmente contemporânea que sustenta todas as nossas pegadas? Mas as paixões são aqui precisamente o problema. No passado foram elas, com as suas simpatias imediatas, que projectaram temas e práticas entre campos políticos opostos, e também são elas hoje a impedir-nos de discernir com objectividade os movimentos inelutáveis que se esfumam sob os afectos e as aversões. A mesma paixão que propiciou o nacional-

<sup>139</sup> Id., *ibid.*, 329, 401.

<sup>140</sup> Id., *ibid.*, 358.

<sup>141</sup> C. FitzGibbon (1974) 643.

<sup>142</sup> G. Dangerfield (1961) 358.

bolchevismo dificultou depois a análise crítica do nacional-bolchevismo. A guerra civil na ilha miserável e oprimida não começara ainda, e já se prefigurava aquela convergência de um certo nacionalismo extremista com uma certa esquerda radical que depois de 1918 e dos tratados de Versailles, Saint-Germain e Trianon havia de se propagar entre os povos derrotados ou insuficientemente vitoriosos. A Grande Guerra deu condições de efectivação histórica a realidades que se esboçavam e a novas aspirações.

### 3. Rússia: A aplicação do bolchevismo no quadro nacional

Nos anos que decorreram entre as duas guerras mundiais o tema do nacional-bolchevismo reproduziu, na esquerda mais extrema, o mito da nação proletária que antes de 1914 havia sido formulado na direita mais radical. Ficaram então criadas condições de simetria que permitiram a cada um destes pólos reflectir o outro nalgumas das suas concepções e estratégias. A esfera terminológica desenvolvida em torno da «nação proletária» passou a ser usada tão frequentemente pela multiplicidade dos políticos de esquerda inseridos no campo do nacional-bolchevismo como a caracterização de «nacional-bolchevista», ou um dos seus sinónimos, pôde ser reivindicada por figuras da extrema-direita e do fascismo situadas na imediata linhagem das teses de Corradini.

Não se pode elucidar a génese do nacional-bolchevismo sem conhecer os problemas debatidos no seio do partido bolchevista e do seu episódico aliado, o Partido dos Socialistas-Revolucionários de Esquerda, por ocasião das conversações entre o governo soviético e as autoridades políticas e militares das Potências Centrais, que conduziram ao tratado de Brest-Litovsk. Na verdade, esses problemas tinham já sido enunciados pelos dirigentes menchevistas logo após a revolução de Fevereiro de 1917, quando previram que uma paz separada equivaleria a uma capitulação perante a Alemanha e que uma paz justa e duradoura só poderia dever-se à acção conjugada da classe trabalhadora nos vários países beligerantes. Mas a maioria da direcção menchevista, encabeçada por Fyodor Dan, concluía que enquanto as pressões operárias pela paz não conseguissem resultados práticos era necessário defender militarmente a revolução, embora prossequindo ao mesmo tempo uma campanha pela paz. No carácter contraditório destes dois objectivos residia o futuro drama de Brest-Litovsk, e Martov encabeçou uma facção menchevista minoritária que se opunha a qualquer apoio ao esforço de guerra, mas também ali estavam antecipados os problemas de Brest-Litovsk, pois essa estratégia equivalia a uma capitulação. Foi

exactamente com estas contradições que se debateram os bolchevistas e os socialistas-revolucionários de esquerda depois de terem conquistado o poder, como aliás Dan previra<sup>143</sup>.

Perante a recusa da *Entente* em aceitar negociações de paz, as conversações entre os soviéticos e os alemães, acompanhados pelos austro-húngaros, os búlgaros e os turcos, começaram em Brest-Litovsk em Novembro de 1917, ou em Dezembro, consoante o calendário que usarmos, e o armistício entre a Rússia e as Potências Centrais foi assinado em 2, ou 15, de Dezembro. Para avallarmos em toda a dimensão a mudança de atitude a que procederam pouco depois os dirigentes bolchevistas, convém saber que nesta ocasião as duas cláusulas do armistício em que a diplomacia soviética mais insistiu foram a autorização à fraternização e à troca de propaganda entre os militares de ambos os lados, numa demonstração flagrante de que as conversações entre Estados inimigos não atenuavam o carácter internacionalista da revolução, e o compromisso alemão de não transferir tropas da frente leste para a frente ocidental, de maneira a que a Rússia não obtivesse a paz à custa dos soldados da *Entente*<sup>144</sup>. A propósito desta última cláusula escreveria mais tarde o socialista-revolucionário de esquerda Isaac Steinberg, que foi comissário do povo para a Justiça no governo soviético: «A revolução russa demonstrou assim que se preocupa mais com os trabalhadores franceses e ingleses morrendo nos campos de batalha do que se preocupam os seus protectores “naturais”, os seus governos “legítimos”»<sup>145</sup>.

As convulsões sociais na Rússia inseriam-se na revolta generalizada da Europa em guerra que, como mostrei (no capítulo 4 da Parte 1), começara ao longo do ano de 1916 nas trincheiras e nas fábricas de França e se estendera a toda a classe trabalhadora dos países beligerantes. Desde Abril de 1917, quando Lenin persuadiu os seus fiéis a seguirem uma nova orientação que precipitasse a revolução socialista, até à insurreição de Outubro, que os levou ao poder, nenhum bolchevista imaginava que a obtenção da paz e a revolução proletária na Europa pudessem constituir processos separados<sup>146</sup>. Durante as discussões no comité central bolchevista em Outubro de 1917 a sublevação na frota de guerra alemã, que ocorrera naquele Verão, foi um dos factores citados em abono da proposta de desencadear imediatamente a insurreição<sup>147</sup>. Mesmo em termos jurídicos os bolchevistas consideraram a conquista do poder como um elemento de um processo internacional, a tal ponto que a cidadania soviética foi oferecida a todos os trabalhadores de origem estrangeira, o que de imediato significava que as centenas de milhares de prisioneiros de guerra

<sup>143</sup> F. King (2016) 8-11, 14, 17.

<sup>144</sup> E. H. Carr (1966) III 39-40; I. Deutscher (1972) II 170-171.

<sup>145</sup> I. Steinberg (1918) 76.

<sup>146</sup> E. H. Carr (1966) III 18-19.

<sup>147</sup> Id., *ibid.*, III 20.

podiam, se o desejassem, incluir-se na nova república<sup>148</sup>. Aliás, numa demonstração de que a fraternização entre soldados de campos opostos constituía uma realidade prática, em Dezembro de 1917 Trotsky anunciou que prisioneiros de guerra austro-húngaros se haviam apresentado para combater em defesa da revolução soviética no caso de as Potências Centrais recommencarem as hostilidades<sup>149</sup>. Com efeito, em Fevereiro de 1918 a *Pravda* publicou um apelo assinado por três norte-americanos, e que parece ter sido difundido em cinco línguas, para a constituição de um destacamento internacional integrado no Exército Vermelho<sup>150</sup> e ao longo desse ano alistaram-se no Exército Vermelho prisioneiros de guerra de várias nacionalidades<sup>151</sup>. Sem dúvida que os acontecimentos na Rússia se integravam numa revolução à escala internacional.

Uma semana depois da assinatura do armistício iniciaram-se, também em Brest-Litovsk, as negociações formais para um tratado de paz. No caso de o governo alemão vir a impor exigências inaceitáveis, o partido bolchevista contava desencadear uma guerra revolucionária e esperava que os soldados alemães preferissem amotinar-se a combater contra a revolução<sup>152</sup>. Mas o que sucederia se eles não o fizessem? Em 5, ou 18, de Janeiro de 1918 os delegados militares alemães presentes em Brest-Litovsk exigiram para a conclusão do tratado de paz condições territoriais muitíssimo onerosas. Três dias depois realizou-se em Petrogrado uma reunião informal de sessenta e três dirigentes bolchevistas, especialmente convocada para discutir as conversações com as Potências Centrais. Afinal, o que representavam estas negociações? Um estímulo à revolução proletária nos países beligerantes, de um e outro lado das frentes de combate? Ou uma manobra para permitir um período de consolidação ao jovem Estado soviético? Entre os presentes na reunião, trinta e dois persistiram na defesa intransigente da posição que o partido tinha seguido até então, propondo que se desse início à guerra revolucionária no caso de as autoridades alemãs insistirem em condições demasiado pesadas, uma atitude idêntica à adoptada unanimemente pelos socialistas-revolucionários de esquerda, que nessa altura participavam no governo soviético; quinze dirigentes bolchevistas defenderam a nova posição adoptada por Lenin, que se resumia em obter uma paz imediata a qualquer custo; e dezasseis apoiaram Trotsky numa tática bizarra, que consistia em não aceitar as condições de paz impostas, mas também não declarar guerra à Alemanha<sup>153</sup>. O plano de Trotsky foi aprovado pelo comité central, já que parecia ter a virtude de

<sup>148</sup> Id., *ibid.*, III 27.

<sup>149</sup> Id., *ibid.*, III 30.

<sup>150</sup> Id., *ibid.*, III 27.

<sup>151</sup> Id., *ibid.*, III 82-85.

<sup>152</sup> Id., *ibid.*, III 43-44; I. Deutscher (1972) II 175-179.

<sup>153</sup> E. H. Carr (1966) III 46; I. Deutscher (1972) II 200. Trotsky possuía um notável sentido do burlesco, que teve talvez o melhor exemplo na forma hilariante como ridicularizou o oficial de polícia encarregado de prender os membros do soviete de São Petersburgo em Dezembro de 1905. Isaac Deutscher, *op. cit.*, I 259-260 descreveu este



conciliar as facções opostas<sup>154</sup>, e os socialistas-revolucionários de esquerda aderiram igualmente à tática de não fazer a guerra nem assinar a paz<sup>155</sup>. A 28 de Janeiro, ou 10 de Fevereiro, de 1918 a delegação soviética retirou-se de Brest-Litovsk, anunciando que a Rússia se recusava a aceitar a paz anexionista proposta pelos alemães e ao mesmo tempo punha fim ao estado de beligerância com as Potências Centrais. As astúcias de Trotsky não surtiram, todavia, resultados práticos e uma semana depois o exército germânico recomeçou as hostilidades. Parece que no comité central bolchevista já ninguém, nem mesmo os que se recusavam terminantemente a admitir as condições alemãs, sugeria que se começasse uma guerra revolucionária, e a facção oposta a Lenin pretendia apenas que o governo soviético se esforçasse por atrasar qualquer decisão e aguardasse a influência dos acontecimentos sobre o movimento operário alemão e austríaco<sup>156</sup>.

A notícia de que as tropas alemãs estavam a avançar e a ocupar mais territórios precipitou uma decisão do comité central bolchevista que, por sete votos contra cinco, aceitou comunicar ao governo de Berlim a disposição de assinar a proposta de paz<sup>157</sup>. Nessa noite o comité central dos bolchevistas reuniu-se com o comité central dos seus aliados no governo, os socialistas-revolucionários de esquerda, e a maioria dos presentes manifestou-se favorável a uma guerra revolucionária contra as Potências Centrais, mas no dia seguinte o governo, onde os bolchevistas detinham a maioria, aprovou a decisão de anunciar oficialmente aos alemães que a paz era aceite<sup>158</sup>. Quatro dias depois, todavia, em 23 de Fevereiro de 1918, o governo de Berlim respondeu formulando novas exigências, mais onerosas do que as anteriores<sup>159</sup>. Reunido imediatamente o comité central, Lenin declarou: «A revolução alemã ainda não está madura. Isso levará meses. As condições têm de ser aceites»<sup>160</sup>. Lenin venceu na votação, e na *Pravda* do dia seguinte expôs as suas perspectivas nas *Teses sobre a Conclusão Imediata de uma Paz Separada e Anexionista*, onde afirmou: «A situação actual da revolução socialista na Rússia deve constituir a base de qualquer definição das tarefas internacionais do nosso poder soviético, porque a conjuntura internacional neste quarto ano da guerra faz com que seja completamente impossível calcular o momento provável da explosão revolucionária e do derrube de qualquer dos governos imperialistas europeus (incluindo o governo alemão). Não há dúvida de que a revolução socialista na Europa tem necessariamente

episódio. Mas, se tais habilidades podem ter lugar na *petite histoire*, não desempenham nenhum papel na história, o que Trotsky nem sempre conseguiu compreender.

<sup>154</sup> I. Deutscher (1972) II 202-203.

<sup>155</sup> I. Steinberg (1918) 79; L. Trotsky (1970) 445-446.

<sup>156</sup> E. H. Carr (1966) III 49-50.

<sup>157</sup> Id., *ibid.*, III 50.

<sup>158</sup> I. Deutscher (1972) II 219.

<sup>159</sup> E. H. Carr (1966) III 50.

<sup>160</sup> Citado em id., *ibid.*, III 51.

de ocorrer e ocorrerá. Todas as nossas esperanças na vitória *definitiva* do socialismo assentam nesta convicção e nesta previsão científica. A nossa actividade propagandística em geral e a organização da fraternização em particular devem ser reforçadas e ampliadas. Mas seria um erro basear a tática do governo socialista da Rússia em hipóteses: a revolução socialista ocorrerá ou não na Europa, e especialmente na Alemanha, nos próximos seis meses (ou num prazo igualmente curto)?». Note-se que Lenin apresentou aqui como alternativas distintas a dinâmica do processo revolucionário na Rússia e a sua dinâmica nos demais países europeus, como se o facto de a Rússia encetar uma guerra revolucionária não pudesse contribuir para antecipar a revolução alemã. A estratégia internacional do Estado soviético passara a depender de um ritmo próprio. E quando, com a clareza de expressão que lhe era habitual, Lenin escreveu que «a partir do momento da vitória do governo socialista num dado país os problemas devem ser resolvidos não sob o ponto de vista da preferência a dar a um ou outro imperialismo, mas exclusivamente sob o ponto de vista das condições mais favoráveis para o desenvolvimento e o reforço da revolução socialista já iniciada»<sup>161</sup>, o que na verdade estava a afirmar era a necessidade de atribuir a prioridade ao desenvolvimento e ao reforço da revolução onde ela de facto se havia iniciado, ou seja, na Rússia. Imperceptivelmente, passara-se do ideal de que os trabalhadores não têm pátria para o postulado da defesa da pátria do socialismo. A 3 de Março de 1918 o tratado de Brest-Litovsk era assinado.

Não se tratou só, nem principalmente, de entregar às autoridades da Alemanha certos territórios, mas sobretudo de lhes reconhecer o controle absoluto sobre a população desses territórios, permitindo-lhes que, através da repressão e das chacinas, destruíssem a obra de renovação social que os operários e os camponeses aí haviam encetado. A capitulação dos bolchevistas perante as imposições do militarismo imperial alemão representou a desnaturação de um processo revolucionário que até então fora exclusivamente internacionalista. «Os bolchevistas, que passaram a estar sozinhos no governo soviético, ficaram com toda a responsabilidade pela aplicação do tratado de paz de Brest-Litovsk. Mas a partir de então a revolução soviética deixou de ser uma revolução *internacional* e tornou-se, pelo contrário, uma revolução *nacional*», escreveu em Julho de 1918 o socialista-revolucionário de esquerda Steinberg, antigo comissário do povo para a Justiça<sup>162</sup>.

Os devotos do realismo político não devem perder de vista que a estratégia prosseguida por Lenin, e à qual Trotsky aderiu, não teve um carácter menos impraticável do que aquele que foi

<sup>161</sup> V. Lénine (1958) 462-463, 465 (sub. orig.). Estas *Teses* haviam já sido lidas por Lenin na reunião de sessenta e três dirigentes do partido, realizada a 8, ou 21, de Janeiro, a que me referi há pouco, mas a sua publicação só teve lugar a 24 de Fevereiro.

<sup>162</sup> Parti des Socialistes-Révolutionnaires de Gauche (Internationalistes) (1918) 12 (subs. orig.).

imputado às propostas dos opositores ao tratado. O militarismo alemão e austro-húngaro chegara aos últimos alentos. A derradeira ofensiva dos generais alemães na frente ocidental, iniciada poucos dias após a ratificação da paz de Brest-Litovsk, não lhes deixou nenhuma capacidade de iniciativa a Leste e impossibilitou-os de ocuparem mais territórios russos do que aqueles que haviam conseguido mediante o tratado<sup>163</sup>. Os bolchevistas sobrestimaram a força do imperialismo germânico e cederam quando parece que podiam ter resistido. Em Janeiro de 1918 ocorrera um movimento grevista em Berlim e em mais meia centena de cidades alemãs, tal como nas duas capitais do Império Austro-Húngaro, Viena e Budapeste, acompanhado pela criação de conselhos e por manifestações contra a guerra. Ao mesmo tempo a deserção crescia no exército alemão, a tal ponto que entre o meio milhão de tropas retiradas da frente russa na sequência do armistício de Dezembro, cerca de cinquenta mil desertaram, por vezes em confrontos sangrentos com os seus oficiais<sup>164</sup>. O que sucederia se tivessem recebido ordem para atacar a Rússia soviética? Mas a facção leninista contara decerto que esta agitação se transformasse por si mesma numa revolução, da noite para o dia, e quando tal não sucedeu perdeu as esperanças numa extensão a curto prazo do processo insurreccional. No 7º Congresso do partido, em Março de 1918, Bukharin invocou as greves nos Impérios alemão e austro-húngaro e o aparecimento de conselhos para demonstrar que Lenin recuara quando o movimento revolucionário exigia que se avançasse<sup>165</sup>.

A história não se faz no condicional e ficamos sem saber o que sucederia se o governo soviético se tivesse recusado a assinar o tratado de Brest-Litovsk. Mas poderia o fermento existente na Alemanha e no duplo império, que revelou as suas potencialidades no final do ano, ter dado origem imediatamente a uma revolução se os bolchevistas tivessem naquela altura manifestado mais ousadia do que prudência? O certo é que, se a situação acabou por ser resolvida em benefício da Rússia soviética, isso não se deveu à assinatura do tratado mas ao colapso do império germânico. E este colapso foi provocado precisamente por aquela revolução de que Lenin e os seus apoiantes desesperaram ou que não souberam acelerar. É irónico que a revolução alemã ocorresse durante uma época em que a intervenção da *Entente* na guerra civil russa levava o governo soviético a manter uma atitude conciliatória para com o governo do Kaiser. E não menos

<sup>163</sup> E. H. Carr (1966) III 93 n. 2 informou que, segundo as declarações do comissário do povo para os Negócios Estrangeiros, Tchitcherin, só em Agosto de 1918 os dirigentes soviéticos se teriam apercebido da fraqueza alemã. E, embora defendesse nesta questão a posição adoptada por Lenin, I. Deutscher (1972) II 224 observou que, mesmo que os soviéticos não tivessem capitulado em Brest-Litovsk, a situação na frente ocidental impedia o exército germânico de ocupar mais territórios a Leste do que aqueles que foram anexados graças ao tratado de paz. Isaac Deutscher reconheceu ainda que «ao pronunciarem-se contra a capitulação, Bukharin e Radek insistiam naquele facto, que era um dos que mais restringia a liberdade de acção da Alemanha. A história secreta da guerra mostrou, mais tarde, que nestas circunstâncias a sua avaliação fora mais exacta do que a de Lenin».

<sup>164</sup> N. Howard (2004) 20.

<sup>165</sup> E. H. Carr (1966) III 61.

revelador é o facto de a agitação revolucionária em França, na Inglaterra e nos Estados Unidos ter contribuído eficazmente para que cessasse o apoio militar dado por estes países às tropas brancas. Mas nessa altura o processo já estava invertido. A política definida pelo partido bolchevista por ocasião das negociações de Brest-Litovsk ditou a orientação que foi depois conferida à guerra civil, canalizando-se em defesa da «pátria socialista» energias que antes haviam passado por cima das fronteiras. Pode afirmar-se, sem extrapolar os limites da história, que a paz assinada em Brest-Litovsk contribuiu para atrasar e enfraquecer a revolução na Alemanha e no resto da Europa, o que condicionou o decurso posterior da revolução russa.

Em Março de 1918, no 7º Congresso do seu partido, Lenin argumentou que a necessidade de manter a aliança com a população rural tornara imperiosa a assinatura do tratado de paz, já que os camponeses não queriam a guerra, para poderem desfrutar a terra que haviam acabado de obter<sup>166</sup>. À primeira vista parecia estar certo, pois aqueles que se opuseram à capitulação perante as Potências Centrais, os socialistas-revolucionários de esquerda e os membros da facção bolchevista de esquerda, foram incapazes de aplicar na prática o que defendiam na imprensa e nas tribunas. «A facção favorável à guerra não estava segura de si», comentou um historiador. «Ela não empregou para um recomeço das hostilidades o mesmo vigor que demonstrava quando se opunha à paz»<sup>167</sup>. O fracasso do Partido dos Socialistas-Revolucionários de Esquerda, tradicionalmente ligado aos camponeses radicais, foi aqui especialmente notório. Steinberg, que até à ruptura da aliança daquele partido com os bolchevistas chefiara o Comissariado do Povo para a Justiça, teve sem dúvida razão ao escrever, em Julho de 1918, que a oposição de esquerda no interior do partido bolchevista «é vítima da doença da inércia e da falta de vontade. E se se distingue da tendência de Lenin pela profundidade e franqueza da análise, diferencia-se também pela falta de energia, de decisão e de capacidade de pressão»<sup>168</sup>. Mas seria muito diferente na prática o comportamento dos companheiros de Steinberg? Quando ele pretendia que as tropas alemãs invasoras se insubordinariam ao entrar em contacto com as massas revolucionárias russas<sup>169</sup>, estava a presumir que os outros dessem mostras da iniciativa que lhe faltava a si e aos seus correligionários. A mesma passividade expectante levou Steinberg a afirmar que, ao verem as autoridades alemãs restabelecerem nos territórios ocupados a antiga ordem social, «os operários

<sup>166</sup> Id., *ibid.*, III 62.

<sup>167</sup> I. Deutscher (1972) II 201. Um ponto de vista coincidente foi defendido por S. F. Cohen (1990) 84.

<sup>168</sup> «Os Nossos Aliados no Campo dos Nossos Adversários», em *Parti des Socialistes-Révolutionnaires de Gauche (Internationalistes)* (1918) 27-28. Este artigo está assinado «J. S.», mas outro texto de Isaac Steinberg publicado na mesma colectânea apresenta a assinatura «J. Steinberg». Além de eventuais gralhas tipográficas, era frequente a confusão entre *i* e *j* nas transcrições do russo.

<sup>169</sup> I. Steinberg (1918) 81.

e os camponeses revoltar-se-iam espontaneamente contra os seus opressores»<sup>170</sup>. Bukharin também declarou que «os camponeses serão levados a lutar quando ouvirem, virem e compreenderem que lhes estão a tirar as suas terras, as suas botas e as suas sementes», e extraiu daqui as devidas lições, concluindo que uma guerra deste tipo não mobilizaria um exército convencional. «A guerra que propomos — pelo menos no início — terá de ser necessariamente uma guerra de pequenos grupos e destacamentos móveis»<sup>171</sup>. Contudo, nem os bolchevistas adversos à capitulação nem os socialistas-revolucionários de esquerda tomaram medidas para coordenar as acções espontâneas que proliferaram nos territórios submetidos à ocupação alemã. Ao declarar, e com toda a razão, que a revolução russa «se rendeu sem resistir, sem sequer *tentar* um combate»<sup>172</sup>, não estava Steinberg a traçar o balanço definitivo da inépcia daquelas forças políticas que apelavam à resistência e ao combate? De nada valiam os bons conselhos e as palavras de ordem que os socialistas-revolucionários de esquerda distribuíam com abundância, quando não os sustentava nenhuma capacidade organizativa.

Bukharin e os seus companheiros preferiram não comprometer a unidade do partido bolchevista e desistiram de conduzir uma guerra de guerrilhas, apesar de terem anunciado em todos os tons que dela dependia o prosseguimento da revolução mundial. Por seu lado, em vez de se esforçarem por desenvolver no terreno uma acção positiva que contrabalançasse o recuo efectuado pelos comunistas, os socialistas-revolucionários de esquerda limitaram-se a uma atitude negativa, procurando comprometer a paz concluída com a Alemanha, mas sem lhe substituírem nenhuma alternativa concreta. Tendo deixado de participar no governo soviético, os socialistas-revolucionários de esquerda regressaram à tática dos atentados em que haviam sido mestres e na sessão de 24 de Junho de 1918 o seu comité central decidiu «organizar [...] uma série de acções terroristas dirigida contra os representantes mais notórios do imperialismo alemão»<sup>173</sup>. Foi neste contexto que mataram o embaixador alemão em Moscovo, no princípio de Julho, e desencadearam poucos dias depois uma tentativa insurreccional, que os bolchevistas não tiveram dificuldade em liquidar<sup>174</sup>. Mais tarde, só por pouco Lenin escapou com vida a um atentado, mas bastantes dirigentes bolchevistas foram mortos<sup>175</sup>, sem que nada disto contribuísse para atear a luta

<sup>170</sup> Id., *ibid.*, 82.

<sup>171</sup> Citado em S. F. Cohen (1990) 87 (introduzi algumas modificações na tradução brasileira para adaptá-la ao uso corrente em Portugal).

<sup>172</sup> I. Steinberg (1918) 100 (sub. orig.).

<sup>173</sup> Parti des Socialistes-Révolutionnaires de Gauche (Internationalistes) (1918) 63. Deve ler-se igualmente A. Schreider, «Le Terrorisme comme Moyen d'Action Révolutionnaire», em id., *ibid.*, 19-22.

<sup>174</sup> I. Deutscher (1972) II 248-249; Parti des Socialistes-Révolutionnaires de Gauche (Internationalistes) (1918) 60-61.

<sup>175</sup> E. H. Carr (1966) I 175, III 91-92; S. F. Cohen (1990) 121; I. Deutscher (1972) II 277.

armada contra os ocupantes alemães. Aparentemente, o Partido dos Socialistas-Revolucionários de Esquerda não queria substituir-se aos bolchevistas no comando do processo revolucionário, mas apenas fazê-los renunciar aos ditames de Brest-Litovsk e obter de novo a sua aliança<sup>176</sup>. De maneira incongruente, a resolução de 24 de Junho que anunciou o regresso ao terrorismo declarou também que «concebemos a nossa acção como uma luta contra a actual política dos comissários do povo e de modo nenhum como uma luta contra os bolchevistas»<sup>177</sup>, o que confirma a incapacidade deste partido de promover uma orientação autónoma.

Que faltou na Rússia em 1918? A aptidão dos dirigentes socialistas-revolucionários de esquerda e das figuras cimeiras da ala esquerda do bolchevismo para encabeçarem um tipo de guerra diferente? E não será que mais grave do que a inconsistência dos representantes da oposição à paz de Brest-Litovsk foi a incapacidade dos trabalhadores, nos campos e nas fábricas, para conjugarem iniciativas dispersas? Estaria o problema nos dirigentes revolucionários, com as suas eventuais insuficiências, ou numa classe social, com os limites inultrapassáveis da sua estruturação interna naquela época? Escrevendo nos últimos dias de Maio ou no começo de Junho de 1918, Steinberg admitiu que no 4º Congresso Pan-Russo dos Sovietes, onde 700 votos aceitaram a paz e 300 se lhe opuseram, «só a maioria operária das principais cidades e só as camadas mais conscientes dos camponeses que trabalham na terra votaram ao nosso lado contra a paz [... ..] E se numa parte do país começava a luta [contra os ocupantes e os seus aliados locais] [...] as outras regiões do país, mesmo que fossem vizinhas, evitavam prestar um auxílio fraternal [...] Os trabalhadores do Don, encantados com as visões de paz de Brest-Litovsk, não intervinham em socorro dos trabalhadores ucranianos, esperando assim preservar da agressão dos invasores a sua região, as suas fronteiras [... ..] O mundo do trabalho está horrivelmente fatigado, com saudades da sua charrua ou da sua oficina»<sup>178</sup>.

<sup>176</sup> Parti des Socialistes-Révolutionnaires de Gauche (Internationalistes) (1918) 46-47.

<sup>177</sup> Id., *ibid.*, 64.

<sup>178</sup> I. Steinberg (1918) 83-84, 100-101, 103 (subs. orig.). Os dados que indiquei relativos à votação no congresso dos soviets foram fornecidos por Isaac Steinberg em *id.*, *ibid.*, 12. Mas num artigo assinado «H. G.» em *id.*, *ibid.*, 57 mencionam-se 732 votos a favor da moção bolchevista e 238 favoráveis à moção dos socialistas-revolucionários de esquerda. A forma como os socialistas-revolucionários de esquerda dividiam a população rural leva-me a traduzir «*paysans laborieux*» por «camponeses que trabalham na terra». De maneira muito simplificada, pode dizer-se que os bolchevistas distinguiam quatro camadas na população rural: os assalariados agrícolas, eventualmente possuidores de um pouco de terra; aqueles que, embora detivessem alguma terra, eram frequentemente obrigados a assalariar-se; os pequenos camponeses detentores de terra, que cultivavam sem a ajuda de assalariados ou eventualmente auxiliados por mão-de-obra assalariada; e os camponeses mais ricos, que exploravam sistematicamente o trabalho alheio ou se dedicavam à especulação. Encontra-se em M. Lewin (1966) 39-74 uma análise detalhada desta classificação e dos problemas que envolvia. Os socialistas-revolucionários de esquerda, porém, usavam como único critério saber se um dado camponês recorria ou não sistematicamente à exploração de assalariados, o que os levava a dividir a população rural em duas camadas apenas, correspondendo os «camponeses que trabalham na terra» à amálgama das três primeiras camadas definidas pelos bolchevistas. Esta classificação encontra-se explicada em Parti

Mas como explicar, então, que os socialistas-revolucionários de esquerda, que encontravam precisamente no campo o seu apoio mais sólido, tivessem sido tão hostis aos acordos de Brest-Litovsk? E como explicar que justamente na Ucrânia ocupada pelos militares alemães e austro-húngaros a população rural tivesse criado as guerrilhas mais vastas e bem organizadas de toda a Rússia? Quanto ao estado de espírito do operariado urbano, convém saber que, como o próprio Trotsky escreveu uma dezena de anos mais tarde, «tendo o conselho dos comissários do povo convidado os soviets locais a darem a conhecer a sua opinião sobre a guerra e a paz, mais de duzentos responderam antes de 5 de Março. Dos soviets mais importantes, só dois, o de Petrogrado e o de Sebastopol, se pronunciaram, embora com reservas, pela paz. Pelo contrário, uma série de grandes centros operários [...] declarou-se, por uma maioria esmagadora de votos, favorável à ruptura das negociações»<sup>179</sup>. Aliás, se o campesinato e o proletariado das cidades fossem tão avessos a uma guerra revolucionária como pretendiam os defensores da capitulação, poder-se-á explicar que Lenin tivesse dado ordens rigorosas à Guarda Vermelha para não entrar na Ucrânia em apoio às inúmeras guerrilhas que aí se haviam formado contra os exércitos ocupantes<sup>180</sup>? E no 5º Congresso dos Sovietes, reunido em Julho de 1918, Trotsky, comissário do povo para a Guerra, apresentou e fez aprovar um decreto que não só condenava à prisão quem quer que conduzisse acções de agitação contra as autoridades ocupantes, mas ainda ameaçava de fuzilamento os que insistissem em participar em guerrilhas contra os exércitos das Potências Centrais<sup>181</sup>. Num livro publicado quatro anos depois Trotsky fundamentou a sua crítica à guerra de guerrilhas com a tese de que se trataria de uma forma de luta especificamente camponesa<sup>182</sup>, o que torna ainda mais paradoxal invocar como argumento a inexistência de uma vontade de resistência armada por parte dos camponeses e dos operários e tomar medidas para suprimir essa resistência quando ela ocorria.

Ao ler certos relatos apercebo-me de que havia condições para sustentar formas inovadoras de guerrilha, que fundissem a acção militar com a luta social e não obrigassem os soldados da revolução a abandonar a actividade produtiva nas fábricas e sobretudo nos campos. Nas suas Memórias do período da guerra civil, Alexander Berkman contou a história de um camponês que se alistara no Exército Vermelho para combater as tropas brancas e que, chegada a altura de

des Socialistes-Révolutionnaires de Gauche (Internationalistes) (1918) 29-30 e 33. Esta discordância justificava orientações diferentes na política agrária e continha em germen a problemática que mais tarde estaria implícita na colectivação stalinista da agricultura.

<sup>179</sup> L. Trotsky (1970) 444-445.

<sup>180</sup> I. Deutscher (1972) II 242.

<sup>181</sup> Id., *ibid.*, II 244-245; Parti des Socialistes-Révolutionnaires de Gauche (Internationalistes) (1918) 59-60.

<sup>182</sup> A. Rosenberg (1936) 159-161.

semear, desertara para ajudar a família nas fainas agrícolas, de modo a que os seus pais não morressem de fome. Terminada a sementeira, assentara praça de novo, sob um nome falso, num regimento onde não era conhecido e fugira outra vez quando o trabalho dos campos o exigiu<sup>183</sup>. Este homem, que ao desertar arriscava a pena de morte e que ao apresentar-se ao recrutamento se expunha a ser identificado e passado pelas armas, praticava de maneira espontânea, mas não menos consciente, o princípio básico da guerrilha camponesa, conjugando o trabalho com a actividade militar. Quantos outros existiriam como ele? Em gente assim ter-se-ia a base possível de uma guerra proletária de novo tipo.

Não andou longe a inspiração que levou o anarquista Nestor Makhno e os seus companheiros a organizarem muitas dezenas de milhares de camponeses na Ucrânia meridional e a unificarem uma variedade de guerrilhas dispersas. Inicialmente impediram com êxito os bolchevistas e os socialistas-revolucionários de esquerda de interferir na autonomia da população rural daquela região, e opuseram-se depois aos invasores alemães e austro-húngaros e a uma sucessão de exércitos brancos. Peter Archinov, que ao longo de quase dois anos combateu ao lado de Makhno e a quem se deve o relato mais completo deste movimento, registou a forma como a guerrilha era apoiada em 1918, durante a luta contra a ocupação pelas Potências Centrais: «É claro que as vastas massas camponesas, a maioria dos habitantes das cidades e aldeias, não pertenciam aos destacamentos de guerrilheiros, embora mantivessem com eles ligações estreitas. Abasteciam-nos, forneciam-lhes cavalos e ração para os animais, quando era necessário levavam-lhes alimentos às florestas, recolhiam informações a respeito das movimentações inimigas e transmitiam-nas aos guerrilheiros. E por vezes grandes massas de camponeses juntavam-se aos guerrilheiros para prosseguirem em conjunto certas acções revolucionárias específicas, combatendo ao lado deles durante dois ou três dias e regressando em seguida aos seus campos [...] Estes elos eram muitíssimo importantes, porque davam à insurreição revolucionária a dimensão e o carácter de um movimento camponês generalizado»<sup>184</sup>. A propósito das campanhas de 1919, que criaram

<sup>183</sup> A. Berkman (1987) 107-108.

<sup>184</sup> P. Arshinov (1975) 61-62. Nas suas Memórias Nestor Makhno não abordou directamente este aspecto, mas num caso podemos deduzir que se tratava de um exército de camponeses-combatentes, que embora se dedicassem a acções armadas não abandonavam durante muito tempo o trabalho agrícola. Ver N. Makhno (1988) 221-222. Mais tarde, perante o avanço das tropas alemãs, um dos companheiros de Makhno escreveu-lhe, em Abril de 1918, a comunicar (pág. 257): «Os nossos camaradas escondem-se em grupos. Os camponeses fazem desaparecer rapidamente as espingardas, as metralhadoras e as munições e fogem quer para os campos quer para as localidades vizinhas» (procedi a várias modificações na tradução). Este género de táctica parece indicar um sistema de guerrilha conjugado com a actividade profissional. Todavia, algum tempo antes, nos primeiros meses do ano, referindo-se aos membros de uma das comunidades rurais que, por sua iniciativa, acabara de se formar, Makhno escreveu (págs. 227-228) que «uns empenharam-se nos trabalhos agrícolas da Primavera, outros formaram unidades de combate destinadas a defender a Revolução e as suas conquistas [...]». Neste caso teríamos uma divisão de tarefas em que uma parte dos camponeses se dedicaria exclusivamente à actividade militar, enquanto os restantes prosseguiriam as fainas



sérias dificuldades ao general contra-revolucionário Denikin, contou Volin, outro dos companheiros de Makhno, que «em certas partes mais expostas da linha de frente várias centenas de camponeses dos arredores vinham regularmente substituir os combatentes fatigados, que lhes entregavam as armas e regressavam às suas regiões de origem. Restabelecidos graças a duas ou três semanas de repouso, regressavam e ocupavam de novo o seu lugar na frente. Em certas épocas os camponeses vinham combater, enquanto os combatentes os substituíam no trabalho dos campos»<sup>185</sup>. O mesmo se passou no ano seguinte durante as lutas contra o general czarista Wrangel, por um lado, e, por outro lado, contra as autoridades bolchevistas, pois Berkman, ao visitar a Ucrânia no Verão de 1920, relatou que as tropas de Makhno «eram sobretudo formadas por camponeses e, quando o inimigo havia sido provisoriamente afastado da região, muitos deles regressavam às suas terras para prosseguir as ocupações habituais. Mas ao primeiro sinal de perigo Nestor convocava os seus partidários, e os agricultores deixavam as suas casas e partiam de espingarda ao ombro»<sup>186</sup>. Porém, os socialistas-revolucionários de esquerda e a oposição de esquerda no interior do partido bolchevista não foram capazes de aprender a lição<sup>187</sup>. A experiência organizativa de Makhno ficou confinada ao sul da Ucrânia, até que o Exército Vermelho, depois de ter procurado em vão assimilar estas guerrilhas e impor-lhes a disciplina militar, as chacinou e dispersou em 1921, prendendo ou fuzilando todos os que não conseguiram fugir, numa massiva campanha de terror.

Está por fazer a história dos bandos de rurais armados que durante a guerra civil combateram tanto os brancos como os vermelhos, e foram apelidados de verdes. Nas suas Memórias,

habituais. Mas Makhno, infelizmente, deixou inacabadas as suas Memórias, que terminam no preciso momento em que a guerrilha começou a adquirir envergadura e, por isso, elas não são concludentes quanto a este assunto.

<sup>185</sup> Voline (1972) III 72. No entanto, *id.*, *ibid.*, III 62 e 202-203 considerou como uma das limitações mais graves do movimento de Makhno o facto de ter constituído durante muito tempo um exército permanente, distinto do resto da população trabalhadora.

<sup>186</sup> A. Berkman (1987) 175.

<sup>187</sup> Especialmente reveladora daquelas limitações, devido ao meio em que se gerou, é a argumentação que Victor Serge endereçou em 1920 aos seus antigos companheiros anarquistas, expondo-lhes as razões que os deveriam levar a apoiar o partido bolchevista, tal como ele começara a fazer. A certo passo de uma longa demonstração, Serge perguntou: «Pode-se vencer os exércitos do imperialismo moderno com bandos de guerrilheiros armados, de voluntários?». E concluiu sem apelo: «*A priori*, pode responder-se pela negativa». Em abono deste princípio, Serge argumentou que «os bandos anarquistas de Makhno» também recorriam à força para recrutar combatentes. Este ensaio de Victor Serge, *Les Anarchistes et l'Expérience de la Révolution Russe*, datado de Julho-Agosto de 1920 e publicado em 1921, está incluído em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 129-160 e as passagens mencionadas encontram-se na pág. 143. É certo que toda a guerra constitui uma aplicação sistemática da violência, e para ser exercida no exterior a coerção tem de vigorar também no interior das próprias fileiras, mas por si só isto não deveria servir para identificar as guerrilhas com corpos permanentes, sujeitos a uma hierarquia autoritária e centralizada. Mais tarde, numa obra que a morte deixou incompleta e onde tentou longamente discernir na génese da revolução russa quais haviam sido os motivos da sua degenerescência, Serge escreveu que Makhno «imaginou enterrar as armas e licenciar momentaneamente as suas forças, que atravessavam desarmadas as linhas de fogo e, desenterrando noutros lugares outras metralhadoras, reapareciam onde menos eram esperadas». Ver esta passagem das *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941* em Jean Rièrre et al., *op. cit.*, 601. Aqui Serge reconheceu ao sistema de guerrilha aspectos positivos.

Victor Serge recordou a frente de combate em Petrogrado em 1919 e contou que «um movimento extremamente nocivo nascera no interior dos exércitos da guerra civil, brancos, vermelhos e outros: o dos Verdes. O seu nome vinha das florestas onde se refugiavam, e reuniam os desertores de todos os exércitos que não queriam mais bater-se por ninguém, nem pelos generais nem pelos comissários, que só queriam bater-se por eles mesmos, para não fazerem mais nenhuma guerra! Existiam por toda a Rússia. Sabíamos que nas florestas da região de Pskov os efectivos dos Verdes aumentavam (chegaram a várias dezenas de milhares de homens). Bem organizados, providos de um estado-maior, apoiados pelos camponeses, eles devoravam o Exército Vermelho»<sup>188</sup>. Os autores que dedicam aos verdes quando muito duas ou três linhas apressadas tratam-nos como bandidos, mas sê-lo-iam deveras, ou sê-lo-iam apenas? Não devemos esquecer que a imprensa bolchevista, quando lhe convinha, chamava também bandidos a Makhno e aos seus seguidores, pondo-os a par das guerrilhas verdes, o que nos permite pensar que talvez algumas fossem na realidade constituídas por libertários, que se insurgiam não só contra os antigos senhores da terra mas ainda contra as espoliações praticadas pelas autoridades soviéticas. Pelo menos num caso, em 1919, os restos de um dos grupos terroristas ligados à guerrilha de Makhno, cuja chefe havia sido presa e executada pela contra-espionagem de Denikin, integraram-se nos verdes<sup>189</sup>. E não alternariam os verdes as campanhas e as fainas rurais?

Mas só mais tarde e noutras latitudes esta forma de guerra haveria de ser praticada generalizadamente pelos trabalhadores. Para chegar a tal resultado, porém, foi necessário prosseguir uma política agrária muito diferente daquela que os bolchevistas impuseram durante os primeiros anos da revolução, quando pelo seu despotismo e as suas espoliações sistemáticas alienaram os pequenos camponeses e os confundiram na prática com os *kulaki*<sup>190</sup>. E foi igualmente necessário que as duras lições da experiência levassem alguns dirigentes comunistas a conjugar o seu autoritarismo inato com a aceitação de um certo grau de iniciativa popular. Em suma, a capitulação de Brest-Litovsk pareceu inevitável aos bolchevistas porque preferiram ceder perante potências imperialistas em vez de fazer concessões à espontaneidade dos trabalhadores. Foi este o verdadeiro dilema.

Assim se compreende que desde antes do começo da guerra civil, Trotsky, à frente do Comissariado da Guerra, tivesse recorrido sistematicamente à colaboração de antigos oficiais czaristas, colocando-os em todos os níveis da hierarquia e atribuindo-lhes cargos de suprema respon-

<sup>188</sup> Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 573.

<sup>189</sup> V. Azarov (2008) 16. S. D. Shenfield (2001) 75 classificou como «verde» o movimento de Makhno.

<sup>190</sup> L. Trotsky (1970) 504 explicou de maneira muito clara que a hostilidade do Exército Vermelho às guerrilhas era um resultado necessário da política prosseguida pelos bolchevistas relativamente ao campesinato.

sabilidade<sup>191</sup>. Segundo ele, no começo de 1919 mais de trinta mil oficiais das antigas forças armadas czaristas haviam sido recrutados pelo Exército Vermelho<sup>192</sup> e até ao final da guerra civil o seu número elevou-se a cinquenta mil, o que correspondia a 40% dos corpos de comando<sup>193</sup>. Ao mesmo tempo, levando a cabo a outra face deste processo, Trotsky conduziu uma campanha contra os comités de soldados e contra a eleição dos comandantes pelos soldados, e restabeleceu a velha disciplina nas fileiras do novo exército<sup>194</sup>. Em Abril de 1918 o sistema de recrutamento voluntário, até então empregue nas tropas revolucionárias, foi substituído pelo recrutamento obrigatório; e três meses depois passaram a convocar-se pessoas de todas as proveniências sociais, ficando cancelado o carácter de classe do serviço militar, que antes fora reservado aos operários e camponeses<sup>195</sup>. A Guarda Vermelha, que no Verão de 1917 surgira como uma milícia dos comités de fábrica de Petrogrado<sup>196</sup>, viu-se convertida no Exército Vermelho e entregue ao comando dos seus piores inimigos. Ficaram assim transformados numa força hierarquizada os destacamentos que haviam resultado da deserção colectiva e da insurreição contra aqueles oficiais a quem tinham agora de obedecer. Seguindo o mesmo critério, durante a guerra civil Trotsky conseguiu desarticular inúmeras guerrilhas que combatiam as tropas brancas e sujeitou os seus membros — aqueles que não mandou matar — a uma estrita disciplina militarista<sup>197</sup>. Nas suas Memórias, não sei se com considerável cinismo ou inesperada candura, logo depois de pretender que era inteiramente natural que dezenas de milhares de antigos oficiais do imperador se sentissem cativados «pela força de atracção da nossa moral revolucionária», Trotsky escreveu: «Os comunistas não se adaptaram facilmente ao trabalho do exército. Foi necessário proceder a uma selecção e a uma educação»<sup>198</sup>. Talvez a atracção que os oficiais de carreira sentiam pela moral bolchevista levasse os comunistas a não se adaptarem facilmente ao trabalho do exército. Quem havia mudado? Ter-

<sup>191</sup> E. H. Carr (1966) III 75-77, 275; I. Deutscher (1972) II 254 e segs. Segundo Isaac Deutscher, op. cit., II 129-130, logo nos dias seguintes à insurreição de Outubro Trotsky entregou a alguns oficiais do antigo exército czarista o comando da Guarda Vermelha numa operação contra tropas fiéis a Kerensky, o que suscitou protestos da parte de muitos bolchevistas e de socialistas-revolucionários de esquerda. O historiador fascista Benoist-Méchin (1964-1966) IV 216 n. 1 teve razão ao comparar a actuação de Trotsky, que recorrera ao recrutamento sistemático de oficiais czaristas para reorganizar o Exército Vermelho, à actuação do socialista de direita Noske, que também confiou a fundação da Reichswehr aos antigos oficiais do exército imperial e aos corpos francos, ambos sob o pretexto de que os trabalhadores e os militantes de esquerda nada conheciam das técnicas militares e era por isso necessário empregar especialistas. Noske e Trotsky contaram, evidentemente, com a aprovação de Benoist-Méchin.

<sup>192</sup> L. Trotsky (1970) 515. Vários historiadores reproduzem este número: Benoist-Méchin (1964-1966) IV 222; E. H. Carr (1966) III 274; I. Deutscher (1972) II 289; W. Duranty (1946) 76; D. Volkogonov (1995) 203.

<sup>193</sup> L. Trotsky, «The Red Army», *The Saturday Evening Post*, 26 de Maio de 1934, reproduzido em G. Breiman et al. (orgs. 1972) 246-259. A informação mencionada encontra-se na pág. 255.

<sup>194</sup> I. Deutscher (1972) II 254.

<sup>195</sup> E. H. Carr (1966) III 75-77.

<sup>196</sup> Id., *ibid.*, III 70.

<sup>197</sup> I. Deutscher (1972) II 268, 296-297.

<sup>198</sup> L. Trotsky (1970) 505.

se-iam tornado vermelhos os trinta mil ou cinquenta mil oficiais czaristas ou fora o exército a manter só o nome da sua cor?

A estreita relação entre a questão da terra e a questão da guerra, que fizera fracassar a democracia instaurada em Fevereiro de 1917 e permitira a insurreição bolchevista de Outubro, reproduziu-se sob uma forma inversa em 1918. Tal como sucedeu noutras ocasiões, foi através da disciplina militar que um processo social libertador se converteu num processo de renovação dos sistemas de exploração. Mostrando-se incapazes de continuar o ímpeto internacionalista, o proletariado industrial russo e sobretudo os camponeses deixaram os aspectos concretos da questão social ser tratados em Brest-Litovsk nos termos abstractos do interesse nacional. Foi isto que esteve em jogo no decurso das conversações entre os dirigentes bolchevistas e os representantes das Potências Centrais, quando a revolução à escala europeia foi pela primeira vez subordinada à necessidade de assegurar o êxito do Estado soviético na Rússia. Nas *Teses sobre a Conclusão Imediata de uma Paz Separada e Anexionista* Lenin escreveu, em Janeiro de 1918: «Ao assinarmos uma paz separada estamos a libertar-nos, *tanto quanto isso é hoje possível*, de ambos os grupos imperialistas inimigos, aproveitando-nos da sua hostilidade recíproca e da guerra, que os impedem de se entenderem à nossa custa»<sup>199</sup>. E um historiador erudito e atento observou que «mediava apenas um pequeno passo entre este reconhecimento do valor pragmático das divisões no campo inimigo e a sua exploração consciente em benefício da política externa soviética»<sup>200</sup>. Parece-me incontestável que o pacto germano-soviético de 1939 esteve na sequência directa da paz assinada em Brest-Litovsk duas dezenas de anos antes<sup>201</sup>.

Na reunião do comité central bolchevista em 22 de Fevereiro de 1918 a oposição de esquerda, contando com a maioria daqueles que antes se haviam pronunciado a favor da guerra revolucionária, exigiu que se recusasse qualquer assistência prestada pela *Entente* contra a invasão alemã, mas foi derrotada por um voto, e Bukharin apresentou a demissão de membro do comité central e de director da *Pravda*<sup>202</sup>, cargos a que haveria de regressar quatro ou cinco meses mais tarde<sup>203</sup>. A 20 de Março um membro da missão militar francesa, um dos raros diplomatas favoráveis ao poder soviético, convenceu Trotsky a requerer a presença de quarenta oficiais franceses que prestassem ajuda técnica e ajudassem a reorganizar o Exército Vermelho. Como

<sup>199</sup> V. Lénine (1958) 468 (sub. orig.).

<sup>200</sup> E. H. Carr (1966) III 53.

<sup>201</sup> Ivan Maisky, que desde 1932 até 1943 foi o embaixador soviético em Londres, invocou o tratado de paz de Brest-Litovsk para justificar a assinatura do pacto de Agosto de 1939 com o governo do Reich. Ver I. Maiski [s. d.] 167-168 e 193. A crer em I. Deutscher (1964) 456 n.1, a propaganda stalinista empregou amplamente este argumento.

<sup>202</sup> E. H. Carr (1966) III 56-57.

<sup>203</sup> S. F. Cohen (1990) 100.

Trotsky começara já a recrutar antigos oficiais czaristas, decerto o projecto lhe agradou, mas nada conseguiu<sup>204</sup>. No dia seguinte Trotsky procurou, também sem resultado, obter auxílio de especialistas militares dos Estados Unidos e ainda em Maio se esforçava por persuadir a *Entente* a apoiá-lo contra as tropas germânicas<sup>205</sup>. Mas depressa se inverteram os termos da equação. No segundo trimestre de 1918 os antigos aliados da Rússia começaram a intervir militarmente na guerra civil, e os dirigentes bolchevistas passaram então a depositar as esperanças no outro lado e tentaram aproximar-se da Alemanha para se contrapor ao novo perigo<sup>206</sup>. Em 1 de Agosto, perante os desembarques britânicos em solo russo, o comissário do povo para os Negócios Estrangeiros, Tchitcherin, propôs ao embaixador germânico que os soviéticos e os alemães encessassem operações militares paralelas e que as tropas germânicas, apoiadas pelo exército finlandês que dois meses e meio antes acabara de esmagar os comunistas do seu país numa sangrenta guerra civil, penetrassem no território soviético para se bater contra os soldados da *Entente*<sup>207</sup>. O governo bolchevista, que com espantosas fanfarras havia renunciado à diplomacia secreta<sup>208</sup>, usou-a pela primeira vez num dos acordos assinados com o governo alemão em 27 de Agosto de 1918. Segundo a versão pública, em troca da evacuação da Bielo-Rússia pelos alemães, os soviéticos desistiam de todos os direitos de soberania sobre a Estónia e a Letónia e reconheciam a independência da Geórgia, que era então um verdadeiro protectorado germânico. Além disso, relatou um historiador, «a Rússia Soviética comprometia-se a “empregar todos os meios à sua disposição para expulsar as forças da *Entente* dos territórios do norte da Rússia, em cumprimento do seu estatuto de neutralidade”. Se não o conseguisse, a Alemanha — e esta era uma das condições relegadas para a troca secreta de notas — “ver-se-ia obrigada a empreender essa acção, se necessário com a ajuda de tropas finlandesas”, e a Rússia “não encararia esta intervenção como um acto hostil”»<sup>209</sup>. Ao apresentar os acordos para ratificação no Comité Executivo Central Pan-Russo dos Sovietes, Tchitcherin mencionou a «coabitação pacífica» dos dois Estados, anteci-

<sup>204</sup> E. H. Carr (1966) III 59. Isto não impediu L. Trotsky (1970) 293 de alterar a ordem dos acontecimentos e escrever que «em 1918 [...] a missão militar francesa em Moscovo pôs à minha disposição oficiais no activo». Na pág. 415 Trotsky repetiu que a iniciativa coubera à missão francesa e atribuiu-a ao general Lavergne, quando na realidade o contacto se fez através do capitão Sadoul. Também na sua declaração pública difundida quando foi forçado a abandonar o exílio em França, a *Lettre Ouverte aux Ouvriers Français*, 10 de Junho de 1935, Trotsky pretendeu que «os agentes oficiais da França procuraram-me e ofereceram-me uma ajuda mais substancial, em artilharia e provisões». Ver P. Broué (org. 1967) 504.

<sup>205</sup> E. H. Carr (1966) III 60, 88.

<sup>206</sup> Id., *ibid.*, III 89 e segs.

<sup>207</sup> Id., *ibid.*, III 92.

<sup>208</sup> «A supressão da diplomacia secreta é a condição prévia de uma política estrangeira honesta, popular e autenticamente democrática», escrevera Trotsky quando o governo soviético decidiu publicar os tratados secretos do czar. Esta citação encontra-se em I. Deutscher (1972) II 163.

<sup>209</sup> E. H. Carr (1966) III 94.

pando uma terminologia que haveria de ter um vasto uso<sup>210</sup>. Mas os alemães estavam numa situação militar em que já não lhes eram permitidas novas aventuras.

Em Outubro e Novembro de 1918 ocorreu a tão desejada revolução na Alemanha. Os marinheiros e soldados e o operariado das cidades derrubaram a monarquia, impuseram a paz, criaram conselhos governativos tal como sucedera na Rússia — e o que escreveu Trotsky a este respeito? «Foi no Outono de 1918, depois da derrocada dos exércitos alemães, que atravessámos o momento mais crítico da nossa situação internacional», declarou ele num livro publicado em 1920 e onde polemizou com um ilustre representante da social-democracia germânica. «Em vez de dois campos poderosos, que se neutralizavam mais ou menos um ao outro, tínhamos perante nós a *Entente* vitoriosa, no auge do seu poder mundial, e a Alemanha esmagada, cuja canalha fidalga se teria sentido muito feliz por despedaçar com os dentes o proletariado russo a troco de um osso lançado da cozinha de Clemenceau»<sup>211</sup>. Os dirigentes bolchevistas, que antes haviam invocado o atraso da revolução alemã para justificar a capitulação em Brest-Litovsk, lastimaram-se depois pelo facto de a Alemanha revolucionária ter posto em risco a segurança da Rússia ao destruir o equilíbrio das potências. A política externa assente na expansão dos processos insurreccionais fora esquecida a tal ponto que mesmo Trotsky, esse arauto do internacionalismo, já não sabia senão manobrar entre blocos imperialistas rivais. Nos primeiros meses de 1920, quando julgava estar terminada a guerra civil na Rússia, o governo soviético repetiu em todos os tons o desejo de coexistência pacífica com os Estados capitalistas<sup>212</sup>, e esta orientação não foi ditada por nenhuma apatia do movimento operário nos outros países, visto que eram então numerosas e eficazes as acções prosseguidas pelos trabalhadores europeus em apoio ao regime bolchevista<sup>213</sup>. A política externa de Moscovo deixara de depender do processo revolucionário internacional.

Já em 1918 um panfleto publicado pelo partido bolchevista em defesa do tratado de paz de Brest-Litovsk, depois de afirmar que «ao sustentarmos o poder soviético estamos a apoiar da maneira melhor e mais eficaz o proletariado de todos os países» e que «não podia ocorrer agora um pior insucesso para a causa do socialismo do que o colapso do poder soviético na Rússia», extraiu a conclusão lógica: «Somos “defensistas”. Desde o dia 25 de Outubro de 1917 que conquistámos o direito de defender a pátria [...] estamos a defender a pátria contra os imperialistas [...] proclamamos que os interesses do socialismo, os interesses do socialismo mundial, são superiores aos interesses nacionais, superiores aos interesses do Estado. Somos “defensistas” da pátria

<sup>210</sup> Citado em id., *ibid.*, III 95.

<sup>211</sup> L. Trotsky (1963 b) 191.

<sup>212</sup> E. H. Carr (1966) III 165-166.

<sup>213</sup> Id., *ibid.*, III 276.

socialista»<sup>214</sup>. Graças a esta perversão da dialéctica, que viria a ser tão usual, o internacionalismo pôde identificar-se com o patriotismo russo. E a diplomacia, que em Outubro de 1917 fora concebida como um meio de propaganda, decorrente da subordinação do Estado soviético aos objetivos do partido bolchevista, passou a ser entendida à maneira clássica, como um instrumento das relações entre Estados, ficando a acção do partido subordinada aos interesses do Estado. O quadro prático justificativo do nacional-bolchevismo estava criado. Em 1919 Lenin escreveu no primeiro número do jornal da recém-fundada Internacional Comunista: «A nova terceira "Associação Internacional dos Trabalhadores" já começou a coincidir em certa medida com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas»<sup>215</sup>.

Entretanto, o auxílio económico e militar prestado às tropas brancas pelas grandes potências durante a guerra civil suscitara em alguns meios nacionalistas russos numerosíssimas adesões a um regime que se batia contra a agressão estrangeira. Tal como os oficiais do exército, também os técnicos, administradores e burocratas e os antigos proprietários que ofereceram a sua colaboração ao regime soviético passaram a vê-lo, e com razão, não já como um factor de subversão da ordem social mas como uma oportunidade de restaurar o prestígio externo do país. Em 1920, quando o Exército Vermelho repeliu a agressão polaca e se lançou num avanço aparentemente irrefreável até às cercanias de Varsóvia, o que o proletariado europeu saudava como a marcha da revolução foi enaltecido por estes membros das antigas classes dominantes russas como uma guerra da nação contra um dos seus inimigos tradicionais<sup>216</sup>. «A guerra tornou-se nacional», escreveu Zinoviev na *Pravda* a 18 de Maio de 1920, três dias depois do início da contra-ofensiva. «Nós, comunistas, devemos encabeçar este movimento nacional que obterá o apoio de toda a população [...]»<sup>217</sup>. Idênticos sentimentos seriam manifestados no ano seguinte por vários emigrados políticos, que defenderam a reconciliação com o regime comunista não num plano ideológico, mas em termos patrióticos<sup>218</sup>. Nesta altura Stalin preveniu contra as simpatias que tal tendência estava a obter entre os membros da administração soviética e afirmou num discurso que mesmo no seio do partido começara a difundir-se a ideia, promovida por certos emigrados, de que os bolchevistas iriam realizar aquilo que não haviam conseguido os generais brancos e restabeleceriam a grandeza nacional da Rússia<sup>219</sup>. É irónico que, entre todos, tivesse sido Stalin a dizer isto, como se a história pretendesse deixar mais claras as marcas do seu curso sinuoso.

<sup>214</sup> Citado em id., *ibid.*, III 67.

<sup>215</sup> Citado em id., *ibid.*, III 133 (subs. orig.).

<sup>216</sup> Id., *ibid.*, I 375, II 187-188, III 273-274; I. Deutscher (1972) II 336-337.

<sup>217</sup> Citado em E. H. Carr (1966) III 273.

<sup>218</sup> I. Deutscher (1964) 301, 302 n. 1.

<sup>219</sup> E. H. Carr (1966) I 375-376.

Em 1920, quando era ainda co-presidente do Partido Comunista da Alemanha, Paul Levi usou o seu habitual discernimento ao escrever: «Os nossos camaradas russos constituem um poder de Estado e uma organização de massas. Enquanto poder de Estado, têm de empreender relativamente à burguesia medidas que jamais empreenderiam enquanto partido em prol das massas proletárias. [...] É claro que, teoricamente, podemos admitir que exista aqui um perigo, o perigo de que, se os elos entre a Internacional Comunista e o poder de Estado se tornarem demasiado estreitos, a Internacional Comunista deixe de actuar como um partido ou um superpartido, por assim dizer, inspirado somente pela perspectiva do comunismo, e se envolva nos jogos diplomáticos entre as forças burguesas, que os bolchevistas têm de levar em consideração não enquanto partido, mas enquanto aparelho de Estado». Com a prudência exigida pelas circunstâncias, Levi acrescentou que «é um perigo teoricamente admissível, mas eu não consigo imaginar que ele possa tornar-se real»<sup>220</sup>. Todavia, como nenhum político perde tempo a discorrer acerca do impossível, a bom entendedor... Levi sabia do que estava a falar e as suas palavras soam como uma advertência muito séria, porque mais tarde não seriam apenas os defensores do «socialismo num só país» a confundir a revolução mundial com o patriotismo soviético. A *Plataforma* da oposição de esquerda unificada, difundida clandestinamente por ocasião do 15º Congresso do Partido Comunista Pan-Russo, em 1927, fez-se eco da mesma atitude, escrevendo que «somos pela defesa da pátria desde o dia 7 de Novembro de 1917»<sup>221</sup>. A moda pegou e em 1935 Georgi Dimitrov, no seu relatório ao 7º Congresso do Komintern, haveria de desnaturar o sentido de cada uma das palavras quando declarou que «o internacionalismo proletário deve, por assim dizer, “aclimatar-se” em cada país, para se enraizar profundamente na terra natal»<sup>222</sup>. No final do percurso inaugurado com a capitulação em Brest-Litovsk, o termo *internacionalismo* passara a designar o seu exacto contrário, e Henry Kissinger chegou tarde demais quando, em 1984, afirmou que «a União Soviética deve decidir se é um país ou se é uma causa»<sup>223</sup>. A decisão fora já tomada há muito.

A política prosseguida na Ucrânia constituiu o primeiro caso notável de subordinação da revolução internacional às prioridades nacionais russas, e ali se revelaram também pela primeira vez de maneira flagrante as consequências desta orientação. A Rada, parlamento nacionalista da Ucrânia independente, estabelecida em Kiev, apoiara as tropas brancas, o que levou os soviéticos

<sup>220</sup> Citado em P. Broué (2006) 456-457. Referindo-se ao período em que Levi estava à frente do Partido Comunista alemão, Herbert Marcuse escreveu numa comunicação secreta apresentada em 10 de Julho de 1944 na Research and Analysis Branch do OSS que «Levi viu que era cada vez mais difícil manter-se relativamente independente do controle do Komintern». Ver R. Laudani (org. 2013) 311. Na pág. 291 esclareceu-se que a autoria de Marcuse é provável, embora não confirmada.

<sup>221</sup> M. Pablo (org. 1957) 131.

<sup>222</sup> G. Dimitrov (1972) 80.

<sup>223</sup> Discurso de 13 de Janeiro de 1984, citado em A. Roberts (2010) 534.



a enviar-lhe um ultimato em Dezembro de 1917<sup>224</sup>. Alguns dias depois os bolchevistas ucranianos formaram em Kharkov um governo rival, que captou rapidamente as simpatias populares<sup>225</sup>. O próprio primeiro-ministro do governo da Rada, Vinnitchenko, reconheceu mais tarde que naquela época «a grande maioria da população ucraniana estava contra nós» e que, quando os bolchevistas expulsaram o governo nacionalista em Fevereiro de 1918, se evidenciou «a antipatia extraordinariamente forte das massas populares para com a Rada central»<sup>226</sup>. Com o apoio das tropas vermelhas, o governo bolchevista ucraniano mudou-se para Kiev, mas em Março o exército alemão invadiu o país, pondo os bolchevistas em fuga da capital e instalando como chefe de Estado um aristocrata cossaco que se preocupou bastante mais em agradar aos seus protectores germânicos e em defender os interesses dos latifundiários e dos camponeses ricos do que em materializar os sonhos dos nacionalistas. Este regime soçobrou com a derrota alemã na guerra mundial e, depois de um breve interlúdio nacionalista, a autoridade dos bolchevistas afirmou-se de novo. Durante o final de 1918 e o começo de 1919 os soldados soviéticos entraram na Ucrânia e em Fevereiro de 1919 estavam em Kiev, onde a população os acolheu entusiasticamente<sup>227</sup>. Khristian Rakovsky foi então nomeado para chefiar o governo soviético ucraniano e poder-se-ia julgar que, perante uma tal adesão popular e depois do desastre do regime cossaco e da perda de prestígio dos nacionalistas, os comunistas beneficiassem de uma posição sólida. Mas sucedeu exactamente o contrário, e em Julho o Exército Vermelho revelou-se incapaz de impedir o avanço das tropas brancas, tendo de abandonar Kiev em Setembro. O que se passara para comprometer a base de apoio dos bolchevistas ucranianos?

A Ucrânia havia sido a principal produtora de cereais do império russo<sup>228</sup> e, com a fome ameaçando Petrogrado e Moscovo, os dirigentes bolchevistas, apesar de terem reconhecido a independência da Ucrânia, cobiçavam-lhe o trigo. «Se querem comida», escreveu Radek na *Pravda* em Janeiro de 1918, «gritem “Abaixo a Rada!”»<sup>229</sup>. Foram estes os precedentes da estratégia de «explorar ao máximo a Ucrânia», decidida por Lenin em 1919 e aplicada por Rakovsky, com o objectivo de ajudar a resolver os trágicos problemas de abastecimento com que a Rússia se defrontava. «Fomos para a Ucrânia numa época em que a Rússia soviética atravessava uma crise de produção extremamente grave», reconheceu Rakovsky mais tarde. «O nosso procedimento na Ucrânia resumiu-se a uma exploração máxima, que devia contribuir para atenuar a

<sup>224</sup> E. H. Carr (1966) I 299-301.

<sup>225</sup> Id., *ibid.*, I 303-304.

<sup>226</sup> Citado em id., *ibid.*, I 303-304 e 310 n. 1.

<sup>227</sup> Id., *ibid.*, I 304-306.

<sup>228</sup> Id., *ibid.*, II 55.

<sup>229</sup> Citado em id., *ibid.*, I 301.

crise». Indignada pela pilhagem sistemática a que a submetiam, a esmagadora maioria da população ucraniana virou-se muito naturalmente contra os comunistas, que tiveram de retirar perante os soldados brancos. Ora, este recuo constituiu um factor decisivo para a derrota dos trabalhadores na Europa central, já que impediu o Exército Vermelho de se ligar ao movimento comunista na Roménia e na Hungria<sup>230</sup>. Com uma política que não tivesse por objectivo a exploração da Ucrânia seria talvez possível uma revolução ucraniana vitoriosa em 1919 e, se tal tivesse sucedido, parece indubitável que ficariam em situação difícil os contra-revolucionários romenos e húngaros e, portanto, talvez tivesse sido outro também o destino da república dos conselhos bávara. Mas a história não se faz no condicional.

A orientação seguida por Lenin e Rakovsky na Ucrânia não constituiu um caso único. A 4 de Junho de 1920, Trotsky, comissário do povo para a Guerra, enviou uma nota secreta ao comissário para os Negócios Estrangeiros, Tchitcherin, com cópias para Lenin, Kamenev, Krestinsky e Bukharin, dizendo o seguinte: «Todas as informações sobre a situação em Khiva, na Pérsia, no Bukhara e no Afeganistão confirmam o facto de que uma revolução soviética nestes países causar-nos-ia no momento presente as maiores dificuldades [...] Até a situação a Ocidente estar estabilizada e até melhorarem as nossas indústrias e transportes, uma expansão soviética para Leste poder-se-á revelar não menos perigosa do que uma guerra a Ocidente [...] uma revolução soviética potencial a Leste é-nos hoje vantajosa principalmente como um elemento importante nas relações diplomáticas com a Inglaterra. Daqui se conclui que: 1) a Leste devemos dedicar-nos ao trabalho político e educativo [...] e ao mesmo tempo aconselhar toda a prudência possível quanto a acções calculadas para exigir o nosso apoio militar, ou capazes de exigí-lo; 2) temos de continuar por todas as formas a insistir através de todos os canais possíveis na nossa disposição de chegar a um entendimento com a Inglaterra quanto ao Leste»<sup>231</sup>. Existem outros indícios da utilização do movimento revolucionário como um trunfo no jogo entre potências. No seu diário Berkman anotou, em 24 de Fevereiro de 1920, uma conversa com Karakhan em que o então vice-comissário do povo para os Negócios Estrangeiros lhe disse que na Índia «o movimento era revolucionário, se bem que, em sua opinião, tivesse um carácter nacionalista, e podia ser explorado para colocar a

<sup>230</sup> A estratégia de «explorar ao máximo» a Ucrânia e as consequências políticas e militares que daí resultaram encontram-se expostas em P. Broué (1996) 149, 152-156, 158 e 160-161. A citação de Rakovsky vem na pág. 161.

<sup>231</sup> J. M. Meijer (org. 1964-1971) II 209. Pretendeu I. Deutscher (1972) II 331-332 que Trotsky fora o primeiro dirigente bolchevista a propor, num memorando secreto endereçado ao comité central em Agosto de 1919, que o eixo da actividade revolucionária fosse transferido para o Oriente e referiu (vol. II, págs. 340-341) a nota secreta de 4 de Junho de 1920, sem no entanto a transcrever e atenuando um pouco o seu flagrante cinismo. Convém saber que os arquivos onde se encontra essa nota ainda não tinham sido publicados na época em que Deutscher escreveu a biografia de Trotsky, embora ele tivesse sido autorizado a consultá-los.

Inglaterra em xeque»<sup>232</sup>. Vejamos como se materializaram tão sábias diplomacias.

Enquanto a Pérsia, tal como havia sucedido no tempo dos czares, serviu de arena para as rivalidades entre a Grã-Bretanha e a Rússia, o governo de Moscovo sustentou o embrionário movimento comunista local e na Primavera de 1920 prestou auxílio militar ao nacionalista revolucionário Kuchik Khan e ajudou-o a criar uma república soviética independente na província de Gilan, no norte do país, onde ele gozava de grande popularidade<sup>233</sup>. No Outono, porém, as relações de Moscovo com Teerão melhoraram consideravelmente e, embora continuassem a apoiar a república de Gilan, os dirigentes bolchevistas decidiram limitar as actividades do pequeno Partido Comunista Persa e deram-lhe instruções para declarar que a revolução naquele país só se tornaria possível depois de ter sido completada a fase burguesa das transformações socioeconómicas<sup>234</sup>. Era exactamente esta a tese que os menchevistas haviam defendido na Rússia, e Lenin devotara toda a sua vida política a combatê-la, mas promover o menchevismo alheio passara a satisfazer os interesses nacionais dos bolchevistas russos. Em Fevereiro de 1921 um golpe de Estado estabeleceu em Teerão uma ditadura nacionalista e modernizadora, e embora o novo regime fosse ferozmente anticomunista e perseguisse sistematicamente a extrema-esquerda, o governo soviético assinou com ele um tratado que reconhecia a Moscovo o direito de intervir militarmente na Pérsia se outra potência — ou seja, a Grã-Bretanha — invadisse o país com intenções hostis aos soviéticos e se o governo persa não fosse por si só capaz de evitá-lo. Entretanto, para provarem à ditadura de Teerão as suas boas intenções, os dirigentes soviéticos suspenderam o apoio prestado aos comunistas persas e aos nacionalistas revolucionários da república de Gilan<sup>235</sup>. Aliás, como as tropas britânicas abandonaram a Pérsia em Maio de 1921, os soviéticos, segundo o tratado que tinham acabado de assinar, ficavam obrigados a retirar as forças militares que protegiam Gilan. No Verão desse ano Kuchik tentou marchar sobre Teerão, contando ainda com o auxílio de certos dirigentes do Partido Comunista Russo, mas a expedição foi um fiasco e em Setembro o governo soviético cancelou-lhe o aval político e chamou os seus soldados. Muitos anos depois Victor Serge, que fora amigo de Blumkin, revolucionário com uma curta vida recheada de aventuras e peripécias extraordinárias, recordou o que ele lhe contara acerca destes acontecimentos: «A minha história na Pérsia? Éramos algumas centenas de russos andrajosos [...] Um dia recebemos um telegrama do comité central: Parem tudo, já não há revolução no Irão [...] Se não fosse isso, tínhamos entrado em Teerão». Em Outubro de 1921 o regime de Teerão, com a apro-

<sup>232</sup> A. Berkman (1987) 60.

<sup>233</sup> E. H. Carr (1966) III 244-245.

<sup>234</sup> Id., *ibid.*, III 292-293.

<sup>235</sup> Id., *ibid.*, III 293-294.

vação de Moscovo, ocupou militarmente Gilan e enforcou Kuchik<sup>236</sup>. Lá ficou ele, balançando na ponta da corda, a expiar as vicissitudes da nova diplomacia russa, como uma quantidade infundável de sacrificados assinalaria depois os numerosos ziques e os outros tantos zagues.

Idêntica duplicidade inspirou a política soviética relativamente à Turquia. Depois de ter aproveitado habilmente um movimento de contestação camponês que em 1919 e 1920 havia levado à formação de um exército próprio e à criação de inúmeros sovietes locais, Mustafa Kemal conseguiu no final de 1920 e no começo de 1921 desarticular esse movimento, liquidar ou dispersar os chefes e assimilar o que restava das suas bases sociais. Logo em seguida desencadeou a repressão contra as organizações comunistas que, embora pequenas, eram vigorosas, e em Janeiro de 1921 enviou agentes ao território soviético para assassinar a figura principal do comunismo turco, Mustafa Suphi, juntamente com dezasseis dos seus camaradas<sup>237</sup>. Nada disto esfriou a crescente simpatia que os bolchevistas nutriam por Kemal e pelo seu regime. Como comentou um historiador, «ficava demonstrado pela primeira vez, e decerto não pela última, que os governos podiam tratar drasticamente os partidos comunistas dos seus próprios países sem que isto os fizesse perder as boas graças do governo soviético, se elas se devessem a outros motivos»<sup>238</sup>. Com efeito, o preâmbulo do tratado soviético-turco, assinado em Março de 1921, sublinhava a solidariedade dos dois países «na luta contra o imperialismo» e um dos artigos proclamava a existência de uma «afinidade mútua entre o movimento de libertação nacional dos povos do Oriente e a luta dos trabalhadores da Rússia por uma nova ordem social»<sup>239</sup>.

Mustafa Kemal continuava entretanto a soprar o quente e o frio. Alguns meses depois da assinatura do tratado o governo turco informou Moscovo de que decidira libertar todos os comunistas presos e entregar à justiça os responsáveis pelo assassinato de Suphi<sup>240</sup>. Os soviéticos apoiaram militarmente a Turquia numa fase já adiantada da guerra com a Grécia em 1921-1922, e em consequência disto, e também devido à ajuda prestada pela diplomacia soviética por ocasião da conferência de Génova, o Partido Comunista Turco pôde gozar de oito meses de actividade legal, depois de mais de um ano de intensa perseguição. Mas em Outubro de 1922, derrotados os

<sup>236</sup> Id., *ibid.*, III 465. A passagem citada das *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, de Victor Serge, encontra-se em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 711.

<sup>237</sup> E. H. Carr (1966) III 298-301. Conta-se que durante a Grande Guerra a publicação em Istambul de uma versão abreviada do *Manifesto do Partido Comunista* levou o sultão a emitir uma ordem de captura de «certos conspiradores subversivos disfarçados sob o pseudónimo de "Karl Marx e Friedrich Engels"». Ver T. A. Jackson (1936) 291. Em poucos anos as mudanças ocorridas na Turquia haviam colocado no poder governantes capazes de distinguir as sombras das realidades.

<sup>238</sup> E. H. Carr (1966) III 301.

<sup>239</sup> Citados em *id.*, *ibid.*, III 303.

<sup>240</sup> Id., *ibid.*, III 303-304.

gregos, quando lhe interessava aproximar-se da Grã-Bretanha e deixara de necessitar do auxílio soviético, Kemal recomeçou a caça aos comunistas<sup>241</sup>. Em Novembro desse ano, numa das sessões do 4º Congresso do Komintern, o chefe da delegação turca lastimou que o seu partido continuasse a ser vítima da repressão, apesar de ter apoiado o governo de Kemal em obediência às indicações do 2º Congresso<sup>242</sup>. Mas os dirigentes do Komintern mantiveram-se inflexíveis e Radek recordou aos seus camaradas turcos as instruções que lhes haviam sido dadas: «A vossa primeira tarefa, logo que se tiverem organizado como partido autónomo, consiste em apoiar o movimento pela liberdade nacional na Turquia»<sup>243</sup>. O que sucedia, porém, quando os chefes do «movimento pela liberdade nacional» dispensavam de maneira musculada o apoio dos comunistas locais? Sem se embaraçar com estes detalhes, o Congresso erigiu a Turquia em «bastião avançado do Oriente revolucionário»<sup>244</sup>. E no 12º Congresso do Partido Comunista Russo, em Abril de 1923, Bukharin considerou que a Turquia «apesar das perseguições aos comunistas, desempenha um papel revolucionário devido ao facto de ser um instrumento destrutivo relativamente ao sistema imperialista considerado como um todo»<sup>245</sup>. Segundo esta admirável dialéctica, um regime podia ser classificado como revolucionário por considerações geopolíticas, quando a sua orientação externa era favorável ao Estado soviético no confronto com outras potências, sem que em nada importasse o seu carácter contra-revolucionário no plano social interno, o único em que tais questões deveriam ser aferidas.

Na sequência do que haviam feito em Brest-Litovsk, os governantes soviéticos prosseguiram uma política nacionalista que buscava um apoio internacional, e não uma política que subordinasse os interesses nacionais a uma estratégia internacionalista. Autorizado a deslocar-se à Alemanha, o dirigente menchevista Martov, que os contemporâneos situavam à direita dos leninistas mas que a lição da história mostra a ultrapassá-los várias vezes pela esquerda, declarou em Outubro de 1920, no congresso que levou à cisão do USPD, sem receio de ser desmentido por Zinoviev, presente no mesmo lugar: «Os bolchevistas consideram a conservação do seu poder como a única garantia de êxito da revolução mundial e isto leva-os a recorrer a todos os meios, mesmo os mais suspeitos e duvidosos, para manter o seu poder, sem terem em conta o efeito desses meios no desenvolvimento da revolução mundial»<sup>246</sup>. Em suma, o bolchevismo conseguiu

<sup>241</sup> Id., *ibid.*, III 468-470.

<sup>242</sup> Id., *ibid.*, III 473-474.

<sup>243</sup> Citado em id., *ibid.*, III 476. No mesmo congresso Bukharin, citado por S. F. Cohen (1990) 174, defendeu que a União Soviética podia «estabelecer alianças militares com um país burguês a fim de enfrentar outro país burguês».

<sup>244</sup> Citado em E. H. Carr (1966) III 478.

<sup>245</sup> Citado em id., *ibid.*, III 479.

<sup>246</sup> Citado em id., *ibid.*, III 392. Ver igualmente P. Broué (2006) 442.

dar um carácter nacional a uma revolução que havia começado por ser internacionalista. De então em diante, nas demais experiências revolucionárias o comunismo nunca deixou de estar ligado ao nacionalismo, enquanto nacional-bolchevismo, numa tensão capaz de atrair para um campo único os dois pólos opostos.

#### 4. Rússia: As duas versões da teoria da revolução permanente

É habitual avaliar os progressos do nacionalismo na Rússia soviética através da hegemonia obtida pela política stalinista do «socialismo num só país», mas parece-me mais elucidativo tomar como critério a evolução sofrida pelo conceito de «revolução permanente», elaborado pelo chefe de fila do internacionalismo comunista, Trotsky.

##### 1

O jovem Marx usou pela primeira vez a noção de permanência da revolução num artigo escrito no final de 1843 a propósito da questão judaica e publicado no ano seguinte. «Nos momentos de particular consciência do seu valor a vida política procura extinguir a sua condição prévia, a sociedade burguesa e os seus elementos, para se erigir como vida genérica do homem, verdadeira e não contraditória. Só pode fazê-lo, no entanto, pela oposição *violenta* às suas próprias condições de existência, pela proclamação da revolução como *permanente*, e é por isso que o drama político acaba restaurando a religião, a propriedade privada, todos os elementos da sociedade burguesa, tão necessariamente como a guerra termina pela paz»<sup>247</sup>. Quando escreveu este texto Marx não tinha ainda descoberto o papel desempenhado pelo proletariado nas transformações históricas do capitalismo, e o problema que a questão judaica lhe inspirou resultava do conflito entre duas figuras conceptuais hegelianas: o Estado e a sociedade civil. Para Hegel, a sociedade civil era um momento do regresso a si própria da consciência de si. Na sociedade civil o indivíduo era um ser de necessidades, e o egocentrismo de cada um fazia com que ele fosse um fim para si mesmo e um meio para os outros; como, no entanto, a realização dos seus fins particulares exigia ao indivíduo a mediação de todos os outros indivíduos, a partir da esfera do privado originava-se a esfera do público; assim, o momento da sociedade civil gerava o regresso da

<sup>247</sup> Para a tradução do *Zur Judenfrage* usei três edições francesas: K. Marx (1968) 27-28; id. (1971) 81-83; id. (1982) 359 (subs. orig.). A tradutora da edição (1971) explicou (pág. 153 n. 10) as razões que a levaram a verter o conceito hegeliano «*bürgerliche Gesellschaft*» ou por «sociedade civil» ou por «sociedade burguesa», consoante os casos. Sigo aqui o seu critério. A edição (1968) apresentou também «sociedade burguesa» nesta passagem, mas na edição (1982) o tradutor circunscreveu-se à fórmula literal de Hegel e verteu para «sociedade civil».

consciência de si a si própria, no Estado.

Sem sair deste jogo dialéctico, Marx inverteu-lhe os termos no artigo acerca da questão judaica. Ele não concebeu o Estado como uma fase resultante da ultrapassagem da sociedade civil, nem a sociedade civil como um momento anterior ao Estado e com ele contraditório. Pelo contrário, considerou que «a *constituição do Estado político* e a decomposição da sociedade civil em *indivíduos independentes* [...] executam-se *num único e mesmo acto*»<sup>248</sup>. E como na sociedade civil subsistiam todas as condições da vida egoísta do ser humano, enquanto o Estado político era a sua vida genérica, o ser humano ficava assim repartido por uma «dupla existência»<sup>249</sup>. «A *revolução política* decompõe a vida civil nos seus elementos sem *revolucionar* esses mesmos elementos nem os submeter à crítica [...] O homem real só é reconhecido sob a forma do indivíduo *egoísta*, o homem *verdadeiro* somente sob a forma do *citoyen [cidadão] abstracto*»<sup>250</sup>. Se o Estado político era o fundamento e a garantia da esfera dos interesses privados, então, nos momentos da sua afirmação enquanto entidade genérica, o Estado político esmagava as suas próprias condições, ou seja, esmagava a vida civil; mas, como estas condições eram necessárias, o seu esmagamento tinha de ser «*permanente*». Não se tratava aqui de um processo positivo, mas da impossível negação da necessidade, através da qual Marx demonstrou «os limites da emancipação política»<sup>251</sup>. As mesmas razões que levavam o Estado político a procurar esmagar a sociedade burguesa faziam com que ele acabasse obrigatoriamente por restabelecer todos os elementos da sociedade burguesa. Afinal, concluiu Marx, «só quando o homem real e individual tiver restaurado no seu próprio ser o cidadão abstracto e quando, como homem individual, se tiver tornado um *ser genérico* na sua existência empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais — só quando o homem tiver reconhecido e organizado as suas *forces propres [forças próprias]* como forças *sociais* e, conseqüentemente, não separar mais de si a força social sob a forma da força *política* — somente então a emancipação humana estará consumada»<sup>252</sup>. Não me parece, portanto, que a noção de permanência atribuída ao momento de revolta da «vida genérica» contra os egoísmos, vigente apenas na crítica interna do hegelianismo, possa ocupar qualquer lugar na análise dos processos revolucionários da classe trabalhadora. Na perspectiva de uma acção proletária, aquela «revolução permanente» seria uma revolução impossível.

<sup>248</sup> Id. (1968) 43; id. (1971) 119; id. (1982) 372 (subs. orig.). Tal como expliquei na nota anterior, sigo a edição (1971) na tradução de «*bürgerliche Gesellschaft*».

<sup>249</sup> Id. (1968) 24; id. (1971) 73; id. (1982) 356.

<sup>250</sup> Id. (1968) 44; id. (1971) 121; id. (1982) 372 (subs. orig.).

<sup>251</sup> Id. (1968) 22; id. (1971) 67; id. (1982) 354.

<sup>252</sup> Id. (1971) 123; id. (1982) 373 (subs. orig.). Inexplicavelmente, a versão (1968) cortou (pág. 45) metade desta passagem.

Trotsky nunca invocou o artigo sobre a questão judaica para justificar as suas teses. Foi num texto de Marx e Engels, a proclamação de 1850 à Liga dos Comunistas, que o conceito trotskista de revolução permanente buscou inspiração ou pelo menos caução. Depois de observarem que os trabalhadores alemães, embora apoiando a luta da burguesia por uma democracia política, deviam manter-se organizados num partido próprio, de modo a pressionarem a burguesia a avançar e estarem eles mesmos prontos a seguir em frente quando a burguesia parasse, os dois fundadores do marxismo acrescentaram: «Enquanto a pequena burguesia democrática pretende pôr termo à revolução o mais cedo possível [...] o nosso interesse e o nosso dever consistem em tornar a revolução permanente» até alcançar os principais objectivos do proletariado. E a proclamação termina com a afirmação de que o «grito de guerra» dos operários alemães organizados autonomamente num partido deve ser «Revolução permanente!»<sup>253</sup>. Pela mesma altura, o primeiro artigo dos estatutos da Associação Internacional dos Comunistas Revolucionários, uma organização de vida curta e audiência reduzida com que Marx e Engels colaboraram episodicamente, estabelecia que «o objectivo da Associação é o derrube de todas as classes privilegiadas e a sujeição destas classes à ditadura do proletariado, mantendo-se a revolução em permanência até à realização do comunismo [...]»<sup>254</sup>. Também em 1850 Marx referiu o carácter permanente da revolução numa obra sobre as lutas de classes em França<sup>255</sup>. Mas é exagerado descobrir qualquer filiação do conceito trotskista de revolução permanente nestas frases empregues pelos criadores do comunismo moderno, porque Marx e Engels limitaram-se a afirmar a continuidade do processo revolucionário, como outros o haviam feito antes deles, o lucidíssimo Marat sobretudo, numa linguagem reconhecida por Engels, que escreveu: «Em muita coisa imitámos inconscientemente o grande exemplo do Amigo do Povo [...] tal como nós, ele não considerava que a Revolução tivesse terminado e queria que ela fosse proclamada permanente»<sup>256</sup>.

Trotsky, contudo, não se circunscreveu a um simples programa de intenções e detectou a própria dinâmica da revolução num mecanismo que, em primeiro lugar, era estritamente social e não económico e, em segundo lugar, era interno ao processo revolucionário. Residiu aqui a sua originalidade no panorama político da Rússia czarista.

Os menchevistas sustentavam que, devido ao atraso do país, a revolução teria de ser burguesa, e por isso deduziam logicamente que não poderia senão ser conduzida pela burguesia. Só depois do triunfo da revolução burguesa, afirmavam eles, estaria criada na Rússia uma

<sup>253</sup> Id. et al. (1970) 39, 47.

<sup>254</sup> Citado em T. A. Jackson (1936) 432 e M. Rubel (1991) 42.

<sup>255</sup> K. Marx (1962) 183.

<sup>256</sup> Citado em M. Vovelle (org. 1963) 36.



situação propícia para o desenvolvimento das forças produtivas, estimulando o crescimento do proletariado e gerando as condições necessárias para encetar uma revolução socialista. «A conquista pelo proletariado de um número crescente de posições políticas numa sociedade que lhe era hostil por razões de classe, o reforço da sua organização de classe e o desenvolvimento da sua consciência de classe no processo da revolução burguesa deveriam, assim pensavam os menchevistas, preparar a classe operária para uma luta pelo socialismo com melhores resultados, na Rússia do futuro, politicamente livre, ainda que burguesa», recordou alguns anos mais tarde um dos principais dirigentes menchevistas, Fyodor Dan. «A condução da transformação puramente política era *de facto* deixada pelos menchevistas à burguesia. Os menchevistas presumiam que essa transformação teria um carácter radical graças principalmente à “pressão do proletariado” e à capacidade desta “pressão” para elevar o antagonismo político entre a burguesia e a autocracia até um grau de acuidade que lembrasse a grande revolução francesa»<sup>257</sup>. Assim, entre a revolução burguesa e uma posterior revolução socialista devia obrigatoriamente mediar um prazo bastante longo. A maneira como os menchevistas encaravam o problema afigura-se lógica se recordarmos que o marxismo surgira na Rússia em oposição aos populistas, que atribuíam ao campesinato, baseado em instituições pré-capitalistas, a capacidade de conduzir o país directamente ao comunismo, evitando a etapa capitalista. Pelo contrário, os marxistas russos sustentaram que o comunitarismo rural arcaico estava em dissolução e que o desenvolvimento do capitalismo era inevitável. Nada mais natural, então, do que deduzir do progresso económico a força social e política da burguesia.

Os bolchevistas não disputavam com os seus rivais por causa da apreciação das forças produtivas. «É claro que, assente nesta base económica, a revolução na Rússia é necessariamente uma revolução burguesa. Esta tese do marxismo é absolutamente irrefutável. Nunca devemos esquecer-la e ela deve ser aplicada a todos os problemas económicos e políticos da revolução russa», escreveu Lenin em meados de 1907, para advertir logo em seguida: «Mas é preciso saber aplicá-la [...] é indispensável proceder a uma análise concreta da situação e dos interesses das diferentes classes»<sup>258</sup>. E era exactamente porque não se limitavam a discorrer no nível das forças produtivas e introduziam no debate as relações entre classes que os bolchevistas chamavam a atenção para a debilidade social e política da burguesia russa e afirmavam que teria de ser o proletariado a conduzir a revolução. Não se tratava de uma posição inovadora, porque o *Manifesto*

<sup>257</sup> Th. Dan (1964) 327-328 (sub. orig.).

<sup>258</sup> No prefácio à 2ª ed., de 1908, da sua obra sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, em V. Lênine (1969) 20.

do congresso fundador da social-democracia russa declarara que «quanto mais se caminha para Leste da Europa tanto mais fraca, cobarde e mesquinha a burguesia se torna politicamente e tanto maiores são as tarefas culturais e políticas que incumbem ao proletariado. Somente nos seus próprios braços musculosos deve a classe operária russa sustentar a causa da luta pela liberdade política, e é o que de facto acontece»<sup>259</sup>. Aliás, já nove anos antes, ao encerrar o discurso que proferiu no congresso fundador da II Internacional, Plekhanov tinha dito que «o movimento revolucionário na Rússia só triunfará como *movimento operário*, ou nunca triunfará!»<sup>260</sup>. Mas foi Lenin, sobretudo no seu livro *Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, publicado em 1905, quem deu a esta tese um desenvolvimento teórico que, se podia desafiar a lógica, correspondia perfeitamente aos factos. Durante os doze anos seguintes Lenin retomou os grandes temas que expôs nessa obra, analisando-os nos seus eixos principais, descobrindo-lhes na acção prática novas virtualidades, enriquecendo-lhes o conteúdo na polémica e definindo-lhes cada vez mais precisamente os contornos. «Precisamos de ter uma noção exacta das forças sociais reais que se opõem ao “czarismo” [...] e que são capazes de obter contra ele uma “vitória decisiva”. Estas forças não podem ser nem a grande burguesia, nem os grandes proprietários fundiários, nem os industriais [...] Contra o proletariado e o campesinato eles não podem dispensar o czarismo, com o seu aparelho policial e burocrático e com as suas forças militares, o que os impede de aspirarem à sua destruição [...] a força capaz de obter uma “vitória decisiva contra o czarismo” só pode ser o *povo*, quer dizer, o proletariado e o campesinato [...]»<sup>261</sup>.

Com efeito, as características mais notáveis da industrialização russa foram a força social do operariado e a fraqueza social da burguesia autóctone, incapaz de prescindir do financiamento do grande capital estrangeiro e do amparo económico e político prestado pela autocracia. Como ousaria a burguesia derrubar o czarismo, se era precisamente graças a ele que mantinha os seus privilégios? Um especialista recordou que «a pobreza da Rússia, a escassez dos capitais a que podia recorrer e o baixo grau de eficácia da sua indústria estimularam desde início o crescimento de um capitalismo de Estado em detrimento do capitalismo privado. A indústria russa deveu-se em grande medida à acção governamental e destinou-se a servir os objectivos do Estado e a reforçar o seu poder»<sup>262</sup>. Com esta debilidade da burguesia contrastava a solidez do proletariado fabril. A proporção de grandes empresas industriais na Rússia era muito superior à verificada no

<sup>259</sup> Esta passagem do *Manifesto* do 1º Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, realizado clandestinamente em Minsk, em Março de 1898, encontra-se reproduzida em Th. Dan (1964) 207-208.

<sup>260</sup> G. Plekhanov [s. d.] I 417-418 (sub. orig.).

<sup>261</sup> V. Lénine (1966 b) 50-51 (sub. orig.).

<sup>262</sup> E. H. Carr (1966) II 361.

resto da Europa. Se considerarmos os estabelecimentos industriais com mais de dez operários, na Alemanha cada um deles tinha em média 53 operários em 1895 e 59 em 1907, enquanto na Rússia a média correspondente era já de 98 operários em 1895 e ascendia a 173 em 1915<sup>263</sup>. Tomando a globalidade do proletariado industrial como termo de referência, Trotsky indicou que 38,5% dos operários russos laboravam em 1902 em empresas com mais de mil trabalhadores, enquanto o número correspondente na Alemanha de 1895 só atingia 10%<sup>264</sup>. Embora sem deixar de ser muito significativa, a diferença é mais modesta de acordo com outra versão. Em 1913, praticamente 25% do operariado russo estaria concentrado em unidades produtivas empregando mais de mil trabalhadores e quase 10% em unidades empregando entre quinhentos e mil trabalhadores, enquanto na Alemanha, em 1907, os números correspondentes se limitavam a 8% e 6%<sup>265</sup>. É certo que o operariado industrial parecia desaparecer na imensidão rural, pois no começo do século XX o campesinato correspondia a mais de 80% da população russa e produzia 50% do rendimento nacional. Mas esta visão estática é enganadora e, numa perspectiva dinâmica, entre 1900 e 1913 a produção industrial do país aumentou 62%, enquanto a produção agrícola cresceu apenas 35%<sup>266</sup>. Tratava-se, na síntese eloquente de Trotsky, de «a indústria mais concentrada da Europa, baseada na economia agrícola mais atrasada da Europa»<sup>267</sup>.

Este contexto social explica a inépcia política revelada pela burguesia russa em 1905, mostrando a fragilidade da posição sustentada pelos menchevistas. A força motriz da revolução devera-se aos operários industriais e, secundariamente, aos camponeses. Apesar disto, e numa impressionante demonstração de respeito pela lógica formal, os menchevistas continuaram fiéis à tese de que cabia obrigatoriamente à burguesia o papel dirigente porque a revolução era de carácter burguês<sup>268</sup>. Os bolchevistas, por seu lado, se viram nos acontecimentos de 1905 a confirmação de que o operariado fabril era a única classe russa dotada de capacidade inovadora e que a burguesia nada representava fora das instituições czaristas, mantiveram em comum com os menchevistas a classificação desse estágio da revolução como burguês, devido à situação de atraso do país<sup>269</sup>. Os bolchevistas definiam a condução da revolução no plano das relações políticas entre classes, mas tanto eles como os seus rivais menchevistas definiam no plano económico das forças produtivas o carácter da revolução. Numa conferência pronunciada em Janeiro de 1917,

<sup>263</sup> L. Laurat (1931) 18.

<sup>264</sup> L. Trotsky (1969 c) 31.

<sup>265</sup> E. H. Carr (1966) II 21 n. 3.

<sup>266</sup> Id., *ibid.*, II 31.

<sup>267</sup> Citado na obra de Otto Bauer *Bolschewismus oder Sozialdemokratie?*, em G. Marramao (1977) 174.

<sup>268</sup> E. H. Carr (1966) I 63-65.

<sup>269</sup> Id., *ibid.*, I 65-66.

sem saber que estava nas vésperas de grandes novidades, Lenin resumiu a seu modo os acontecimentos ocorridos doze anos antes: «A revolução russa [de 1905] tem de original o facto de que era *democrática burguesa* pelo seu conteúdo social, mas *proletária* pelos seus meios de luta. Era uma revolução democrática burguesa porque os objectivos a que aspirava de imediato e que podia atingir no momento pelas suas próprias forças eram a república democrática, a jornada de oito horas de trabalho, o confisco das imensas propriedades fundiárias da alta nobreza [...] A revolução russa era, ao mesmo tempo, uma revolução proletária não só porque era o proletariado a sua força dirigente, [...] mas também porque o instrumento de luta específico do proletariado, a greve, constituía a principal alavanca para pôr em marcha as massas [...]»<sup>270</sup>. O que a experiência de 1905 ensinou à facção de Lenin foi a necessidade de estabelecer uma aliança do operariado urbano com o campesinato<sup>271</sup>. A revolução burguesa passou então a ser definida pelos bolchevistas como uma revolução conduzida pelo proletariado industrial aliado ao campesinato, e a passagem à revolução socialista exigiria que o proletariado fomentasse a luta de classes no meio rural, juntando-se aos camponeses sem terra e aos camponeses pobres contra os camponeses ricos<sup>272</sup>.

Partilhando com os menchevistas a tese do carácter burguês da primeira fase da revolução, os bolchevistas previam também a ocorrência de um período relativamente longo até se dar início à fase socialista<sup>273</sup>. Por isso aceitaram rever em conjunto com os menchevistas o programa agrário do Partido Social-Democrata, que formalmente ainda os reunia, e no 4º Congresso, em Abril de 1906, Lenin deu o seu apoio tático à moção que propunha a distribuição aos camponeses, em plena propriedade, da maior parte das terras dos latifúndios<sup>274</sup>. Comentou um especialista que «nem no seu discurso no congresso nem num panfleto onde apresentou depois com maior detalhe as suas teses Lenin se referiu explicitamente à principal objecção que podia ser levantada contra a defesa da propriedade individual entre os camponeses — a necessidade de inverter o processo de distribuição das terras quando fosse atingida a fase socialista [...]»<sup>275</sup>. Nestes termos seria obrigatoriamente demorada a passagem do primeiro ao segundo estágio da revolução. E, talvez mais importante ainda do que a questão do ritmo, os bolchevistas não diferiam dos menchevistas ao considerarem que as duas fases estariam separadas por uma linha de demarcação nítida. «A vitória completa da revolução actual marcará o fim da revolução democrática e o início de uma luta

<sup>270</sup> V. Lénine (1968) 222 (subs. orig.).

<sup>271</sup> E. H. Carr (1966) II 23.

<sup>272</sup> Id., *ibid.*, I 66-68.

<sup>273</sup> Id., *ibid.*, I 67.

<sup>274</sup> Id., *ibid.*, II 24-26.

<sup>275</sup> Id., *ibid.*, II 26.

enérgica pela revolução socialista», escreveu Lenin em 1905<sup>276</sup>. Embora admitisse a existência de umnexo entre a revolução burguesa e a revolução socialista, que as converteria em fases sucessivas de um processo contínuo<sup>277</sup>, antes de 1917 Lenin não desenvolveu suficientemente esta perspectiva para se distanciar dos menchevistas a respeito da dinâmica geradora da revolução socialista. «Somos partidários da revolução ininterrupta», escreveu ele num artigo publicado em Setembro de 1905, explicando que a expropriação dos grandes senhores da terra seria inevitavelmente seguida pelo exacerbamento dos antagonismos entre o proletariado rural e a burguesia camponesa. «Não pararemos a meio do caminho»<sup>278</sup>. Todavia, o carácter contínuo da revolução dever-se-ia à sobrevivência de contradições pré-capitalistas no meio rural e à necessidade de ultrapassá-las, e não às potencialidades do movimento operário num meio urbano claramente capitalista. No fundo, os bolchevistas não diferiam dos seus rivais menchevistas na forma evolutiva como concebiam as forças produtivas. Ambas as tendências do marxismo russo consideravam que o atraso económico determinava fatalmente o atraso político do processo revolucionário e não admitiam que as forças produtivas pudessem ter outra cadência de desenvolvimento senão o seu próprio ritmo interno.

Este era, aliás, um dos componentes fundamentais da ortodoxia marxista, tal como Marx o expôs no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, onde concedeu ao nível político um tempo heterogéneo, passível de aceleração ou retardamento, enquanto atribuiu ao nível determinante da estrutura económica, as forças produtivas, um tempo homogéneo, capaz de sustentar apenas uma evolução gradual. Consoante este modelo, se o imobilismo de certas relações sociais opusesse obstáculos ao crescimento das forças produtivas, elas não deixariam de crescer, mas assemelhar-se-iam neste caso a um gás que se adensa num recipiente fechado até estourar as paredes que o comprimem, ou seja, até que uma revolução política adaptasse de novo a superestrutura às características da infra-estrutura e permitisse a continuação do desenvolvimento normal das forças produtivas. Só de maneira aparente se teria interrompido este desenvolvimento, que entretanto se processara de forma mais intensiva do que extensiva, e por isso a homogeneidade do decurso temporal no nível da infra-estrutura não seria substancialmente alterada. As forças produtivas podiam, em suma, provocar rupturas nas relações sociais, mas a ortodoxia marxista não aceitava a possibilidade inversa. Os saltos de qualidade verificar-se-iam apenas no nível sociopolítico, enquanto o acréscimo quantitativo caracterizaria o nível das forças

<sup>276</sup> V. Lénine (1966 b) 128.

<sup>277</sup> E. H. Carr (1966) I 68.

<sup>278</sup> V. Lénine (1966 a) 243-244. As frases citadas encontram-se na pág. 244.

produtivas. Por isso o marxismo ortodoxo considerava a tecnologia como o factor de base e, em vez de conceber uma dada tecnologia enquanto materialização de dadas relações sociais, admitia que as novas relações sociais viessem a funcionar plenamente com uma estrutura tecnológica já elaborada no regime anterior. Foi aqui que o evolucionismo darwiniano e o marxismo convergiram. Ambas as facções do marxismo russo mantinham-se neste quadro tradicional.

Trotsky mostrou-se melhor dialéctico do que qualquer dessas duas facções, perante as quais manteve geralmente uma posição de independência desde 1904 ou 1905 até 1917. Ele e o seu mentor e associado político dessa época, um russo estabelecido na Alemanha, Helphand — que assinava, talvez por antinomia física, temperamental e onomástica, com o pseudónimo de Parvus<sup>279</sup> — afirmavam que o facto de em países de capitalismo retardatário o proletariado se ver na necessidade de conduzir a revolução burguesa convertia-a muito rapidamente numa revolução socialista. Era esta transformação interna que dava à revolução um carácter permanente<sup>280</sup>. Parece-me notável que essa previsão dos mecanismos do processo revolucionário tivesse começado a ser formulada no ano anterior à primeira grande irrupção da classe operária russa na cena política<sup>281</sup>, embora as experiências de 1905 levassem Trotsky a detalhar o esquema e a dar-lhe uma forma elaborada. «Pensemos na questão da jornada de oito horas de trabalho», escreveu ele em 1906. «Como é sabido, esta reivindicação não está de modo nenhum em contradição com a existência de relações capitalistas [...] Mas supunhamos que esta medida entra efectivamente em vigor durante um período revolucionário [...] é indubitável que provocaria uma resistência organizada e resoluta por parte dos capitalistas, a qual tomaria, por exemplo, a forma de *lock-out* e de encerramento de fábricas. Centenas de milhares de trabalhadores seriam postos na rua. Que deveria fazer o governo? Por mais radical que pudesse ser, um governo burguês [...] seria obrigado a recuar, a jornada de oito horas não seria aplicada e a indignação dos trabalhadores seria reprimida. Sob a hegemonia do proletariado, pelo contrário, a entrada em vigor da jornada de oito horas teria consequências completamente diferentes [...] Para um governo operário só haveria uma saída: expropriar as fábricas fechadas e organizar a produção numa base socialista». Em suma,

<sup>279</sup> Em latim *parvus* significa *pequeno* e Helphand soa como *Elefant*, que em alemão significa *elefante*. L. Trotsky (1970) 201 descreveu a «cabeça de buldogue, maciça e carnuda» de Parvus, e acrescentou (pág. 213) que ele «fazia sempre tudo à larga». Acerca de Parvus ver, por exemplo, I. Deutscher (1972) I 183 e segs. Não tenho aqui oportunidade para analisar o papel dúbio, ou mesmo o jogo duplo, deste personagem durante a Grande Guerra, mas é curioso saber que num dos seus livros o antigo quartel-mestre general do exército alemão, depois de recordar que «os objectos de cobre foram retirados de todos os lares para remediar as necessidades mais urgentes», comentou: «Isto não teria sido de modo nenhum suficiente se, afinal, o judeu Parvus Helphand não nos tivesse fornecido esse metal graças às suas "relações" com Copenhaga. Foi este mesmo Parvus Hephand que, através da inflação e enquanto amigo de "sumidades" socialistas, se tornou o destruidor da economia alemã». Ver Ludendorff (1936) 87.

<sup>280</sup> E. H. Carr (1966) I 69-71, II 32; I. Deutscher (1972) I 271.

<sup>281</sup> I. Deutscher (1972) I 203-210.

«a divisão em programa máximo e programa mínimo perde todo o significado, tanto de princípio como prático, a partir do momento em que o poder pertença a um governo revolucionário de maioria socialista»<sup>282</sup>. E assim Trotsky, que em virtude das suas críticas ao centralismo absoluto defendido por Lenin passara desde 1904 a prestar uma grande atenção às virtualidades da espontaneidade operária, rasgou um horizonte que os bolchevistas eram incapazes de imaginar.

«Lenin estabelece uma distinção de princípio entre a ditadura socialista do proletariado e a ditadura democrática (quer dizer, burguesa democrática) do proletariado e dos camponeses», escreveu Trotsky num artigo publicado em 1909. «Esta operação de lógica puramente formal afasta, supõe ele, as dificuldades com as quais deveríamos contar ao considerarmos, por um lado, a fraca importância das forças produtivas e, por outro, a hegemonia da classe operária. Se pensarmos, diz ele, que podemos realizar uma transformação do regime no sentido socialista iremos ao encontro de uma catástrofe política. Mas tudo está salvo desde que o proletariado, tendo tomado o poder com os camponeses, compreenda claramente que a sua ditadura tem só um carácter “democrático”. Lenin repete incansavelmente este pensamento desde 1904. Mas nem por isso ele passou a ser mais acertado»<sup>283</sup>. Trotsky aproximava-se dos bolchevistas ao reconhecer que o atraso das forças produtivas debilitava a burguesia e impedia-a de assumir a condução da revolução, cabendo este papel ao proletariado. Mas se o subdesenvolvimento económico obrigava o proletariado a dirigir uma revolução burguesa, as relações sociais impediam que uma revolução chefiada pelo proletariado estacionasse no estádio burguês e pressionavam os trabalhadores a acelerá-la, tornando-a permanente, até atingir o socialismo. Não se tratava apenas de uma precipitação do ritmo em que a revolução socialista haveria de suceder à revolução burguesa, mas sobretudo de uma interpenetração de ambos os processos, que seria impossível dissociar em fases distintas.

A concepção de revolução permanente resultou de uma abordagem inovadora dos conceitos de forças produtivas e de relações sociais, e decerto não foi estranha a esta perspectiva a influência que a filosofia de Antonio Labriola exerceu na formação do jovem Trotsky<sup>284</sup>. Trotsky foi muito mais longe do que Lenin — na verdade, foi a outro lugar — ao definir no plano das relações sociais não só a classe que podia conduzir a revolução na Rússia mas também o carácter que a revolução inevitavelmente haveria de tomar, abrindo o caminho para se pensar uma acção directa das relações sociais sobre as forças produtivas. Se a situação das diferentes classes dava ao

<sup>282</sup> L. Trotsky (1969 a) 431-432.

<sup>283</sup> Id. (1969 d) 383.

<sup>284</sup> Em 1929, ao redigir a sua autobiografia, Trotsky recordou com entusiasmo os ensaios filosóficos de Antonio Labriola que lera na prisão em 1898 ou 1899. Ver id. (1970) 148 e 152.

proletariado a hegemonia no processo revolucionário, então esta hegemonia precipitava a revolução rumo ao socialismo. Em vez de atribuir às forças produtivas uma dinâmica independente e estritamente evolucionista e considerar, por isso, que elas limitavam a aceleração das relações sociais, Trotsky admitiu a possibilidade de as relações sociais determinarem, através de um processo revolucionário contínuo, uma dinâmica nova nas próprias forças produtivas, apressando-lhes o ritmo. «[...] sobretudo, eu evitava estabelecer uma dependência automática da política relativamente à economia», escreveu ele mais tarde e a propósito de outro assunto, mas a observação ajusta-se à sua análise do encadeamento dos episódios revolucionários. «As reacções mútuas deviam ser deduzidas do processo considerado no seu conjunto»<sup>285</sup>.

Os acontecimentos de 1917 deram plenamente razão a Trotsky. Nas palavras de um historiador, «parecia que o desenvolvimento político havia ultrapassado o desenvolvimento económico»<sup>286</sup>. Com efeito, a resistência patronal à implementação das oito horas de trabalho, que junto com os aumentos salariais constituiu a primeira exigência do operariado russo após a revolução de Fevereiro de 1917, levou os trabalhadores a formarem comités de fábrica e a intervirem na administração das empresas ou mesmo a apropriarem-se delas, num movimento cada dia mais amplo e consciente. Até no funcionalismo público começou a difundir-se a noção de que os trabalhadores deviam fiscalizar a administração<sup>287</sup>. O que a prática mostrou não foi apenas a velocidade com que a fase socialista da revolução sucedia à fase burguesa, mas a impossibilidade de traçar qualquer fronteira clara entre ambas. A seguir à insurreição de Outubro de 1917 a fiscalização das fábricas pelos comités operários difundiu-se mais ainda e em vários casos os trabalhadores não se limitaram a reivindicar o direito de inspeccionar e procuraram exercer um verdadeiro controle<sup>288</sup>. Se recordarmos que os bolchevistas, hostis a um tal sistema de organização da economia, demoraram algum tempo até conseguir eliminar os comités<sup>289</sup>, concluímos que é improcedente a cronologia habitual, que divide aquele processo revolucionário numa fase burguesa, de Fevereiro até Outubro, e numa fase socialista, iniciada em Outubro. O mero facto de os trabalhadores se situarem no primeiro plano da acção política fez com que as características socialistas estivessem presentes desde início.

Parece que Lenin reconheceu a exactidão do modelo trotskista da revolução permanente,

<sup>285</sup> Id., *ibid.*, 261.

<sup>286</sup> E. H. Carr (1966) I 132.

<sup>287</sup> M. Brinton (1972) 1 e segs.; E. H. Carr (1966) II 63, 69, 76. A. Nove (1978) 41 advertiu que a palavra russa *kontrol'* não sugere a noção de *apropriação* mas de *fiscalização*. Acerca das implicações sociais e políticas decorrentes desta diferença terminológica ver Maurice Brinton, *op. cit.*, ii.

<sup>288</sup> M. Brinton (1972) 20, 25-26, 29; E. H. Carr (1966) II 75; A. Nove (1978) 41; A. Rosenberg (1936) 149.

<sup>289</sup> M. Brinton (1972) 15 e segs., 47, 52; E. H. Carr (1966) II 78.



porque as suas primeiras palavras quando regressou à Rússia, em 3 de Abril de 1917, foram para saudar não uma revolução burguesa, mas a revolução socialista<sup>290</sup>. Em seguida sistematizou a nova estratégia nas chamadas *Teses de Abril*, afirmando, para escândalo de muitos, que «o que há de original na situação actual da Rússia é a *transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia [...], *para a sua segunda* etapa, que deve dar o poder ao proletariado e às camadas pobres do campesinato»<sup>291</sup>. A revolução burguesa estava encerrada e a passagem à revolução socialista tornara-se a tarefa imediata. E — o que é irónico tendo em vista o curso posterior da história — durante o 6º Congresso do partido, no final de Julho de 1917, quando Lenin estava escondido na Finlândia e estando preso Trotsky, que entretanto havia aderido aos bolchevistas, coube a Stalin defender o carácter ininterrupto do processo revolucionário. «Quando Noguin [...] perguntou se o país teria “realmente dado em dois meses um salto tal que já estava preparado para o socialismo”», relatou um historiador minucioso, «Stalin respondeu sem hesitações que “seria um formalismo fútil pretender que a transformação socialista da Rússia ‘espere’ até que ‘comece’ a da Europa” e que “não está excluída a possibilidade de vir a ser a Rússia o país que indicará o rumo do socialismo”»<sup>292</sup>. Tal como Trotsky, também Stalin situou então a dinâmica dos acontecimentos no plano estritamente social, não no económico, e localizou-a no interior do processo revolucionário. E, no entanto, em breve Trotsky alteraria a sua concepção de revolução permanente.

## 2

Trotsky deixou de se interessar pelo plano social em que se processava a revolução russa e passou a preocupar-se exclusivamente com o plano das forças produtivas, considerando que a Rússia não superaria o atraso económico se a revolução não se propagasse aos países mais desenvolvidos. Aliás, antes de mudar o conteúdo do conceito ele começou por modificar o conteúdo da prática ou por revelar, para além do artifício das palavras, qual era a verdadeira substância dessa prática. Na versão anterior, o carácter permanente da revolução devia-se ao impulso espontâneo do operariado. Mas a partir do momento em que o partido bolchevista, que se equilibrara na crista da onda para chegar aos seus próprios fins, maquinou a insurreição de Outubro e conquistou o aparelho de Estado, as iniciativas dos trabalhadores foram vistas como um enorme risco. Aquele processo que, virando-se contra o capital privado, acabara de saltar os limites da revolução burguesa e a convertera numa revolução socialista ameaçava do mesmo modo pôr em

<sup>290</sup> E. H. Carr (1966) I 89.

<sup>291</sup> V. Lênine (1966 c) 12 (subs. orig.).

<sup>292</sup> E. H. Carr (1966) I 102. Noguine era então um dos membros do comité central bolchevista.

causa os fundamentos do capitalismo de Estado, que constituía a última palavra do programa de Lenin. Os bolchevistas, observou um historiador, utilizaram os comités de fábrica para destruir a resistência económica e política da burguesia, mas atacaram-nos quando se tratou de edificar uma economia estatal<sup>293</sup>. Se o partido queria impor a ditadura tinha de afirmar a sua autoridade perante a classe trabalhadora e impedi-la de desenvolver o dinamismo social com que tinha assegurado a permanência da revolução.

A criação do Conselho Supremo da Economia Nacional, em Dezembro de 1917, forneceu o quadro institucional em que a fiscalização operária e, por maioria de razão, o controle operário ficaram esvaziados de qualquer substância e em que as suas funções foram apropriadas pelo governo soviético. Este Conselho Supremo, que, segundo as palavras de Rykov, seu presidente, «surgiu a partir dos comités de fábrica de Petrogrado»<sup>294</sup>, tinha já deixado de ser um conselho no Outono de 1918 e passara a funcionar para todos os efeitos como um departamento do Estado<sup>295</sup>. A autonomia operária convertera-se no seu exacto oposto. Os critérios proletários de organização da economia, mal haviam começado a tomar forma, foram liquidados e substituídos por uma administração de tipo tradicional. Muitos dos antigos gestores e alguns grandes empresários não tardaram a ver de que lado estavam os seus interesses e ofereceram habilidades e competências ao Conselho Supremo da Economia para ajudá-lo no esforço de centralização<sup>296</sup>. E o Conselho, sobretudo a partir de Março de 1918, quando passou a ser chefiado por Rykov, Larin e Milyutin, abriu os braços aos especialistas provenientes das velhas classes dominantes, reconhecendo a posição dos gestores técnicos e administrativos, e mesmo de ex-proprietários, no interior das empresas industriais<sup>297</sup>. Do mesmo modo, a corrente maioritária no partido bolchevista prontificou-se a admitir que os antigos directores dos bancos estatizados continuassem a exercer funções de administração e empregou antigos grandes proprietários rurais como directores e técnicos nas explorações agrícolas do Estado<sup>298</sup>. Foi nesta ocasião que Lenin, contra a oposição bolchevista de esquerda, procedeu à curiosa descoberta de que o inimigo imediato do socialismo eram os pequenos proprietários e o capital comercial, e não os grandes empresários industriais<sup>299</sup>, o que é lógico se recordarmos que para ele o socialismo se confundia com o poder dos gestores. Nas teses publicadas em Abril de 1918 a oposição de esquerda denunciou a relação entre, por um

<sup>293</sup> Id., *ibid.*, II 78.

<sup>294</sup> Citado em id., *ibid.*, II 80 n. 2.

<sup>295</sup> M. Brinton (1972) 21-24; E. H. Carr (1966) II 79 e segs., 181.

<sup>296</sup> M. Brinton (1972) 49; E. H. Carr (1966) II 87, 94.

<sup>297</sup> E. H. Carr (1966) II 92 e segs., 114 n. 6, 185 e segs.; A. Nove (1978) 52.

<sup>298</sup> E. H. Carr (1966) II 141, 169-170.

<sup>299</sup> Id., *ibid.*, II 97-99; V. Lénine (1962 a) 351-354; A. Nove (1978) 58.

lado, a entrega da direcção das grandes empresas aos antigos capitães de indústria e, por outro lado, as propostas de militarização da força de trabalho, a extinção da autonomia de que haviam gozado os soviets locais e, em geral, a eliminação do poder exercido pela base<sup>300</sup>.

A guerra civil interrompeu as conversações com os grandes empresários mas não diminuiu a integração dos antigos técnicos e administradores no regime soviético, antes pelo contrário<sup>301</sup>. Quando Lenin declarava — e fê-lo inúmeras vezes, por palavras equivalentes — que «sem pôr no posto de comando especialistas de diferentes ramos do conhecimento, da técnica e da experiência, a transição para o socialismo é impossível»<sup>302</sup>, ele não estava só a formular um programa de alianças sociais, mas igualmente a definir o socialismo, o seu socialismo, como decorrente da acção dos gestores. «É curioso», observou um historiador, «que as medidas de maior alcance tomadas na indústria durante a fase do comunismo de guerra fossem em grande parte aplicadas graças à colaboração activa de antigos técnicos e industriais burgueses»<sup>303</sup>. Entretanto os comités de fábrica, ao serem substituídos pelo Conselho Supremo da Economia Nacional, ficaram subordinados aos sindicatos e convertidos em secções sindicais, apesar de — ou quem sabe se por isso mesmo — os sindicatos só alcançarem então uma escassa representatividade<sup>304</sup>. Tal como a Guarda Vermelha, originariamente uma milícia dos comités de fábrica de Petrogrado, foi transformada em Exército Vermelho e posta sob o comando de dezenas de milhares de antigos oficiais czaristas<sup>305</sup>, também na actividade económica os operários foram entregues às ordens dos antigos técnicos e especialistas. Trotsky, que à frente do Comissariado do Povo para a Guerra levou a cabo a conversão das milícias operárias num exército estruturado consoante a velha disciplina, comparou ambos os processos: «Assim como a indústria precisa de engenheiros e a agricultura de agrónomos qualificados, também a defesa nacional tem uma necessidade imperiosa de especialistas militares»<sup>306</sup>. Os trabalhadores, claro, só sabiam trabalhar. Depois de se ter apoiado nos comités de fábrica para obter o triunfo em Outubro de 1917, a direcção do partido bolchevista não descurou nenhuma forma de anular a novidade social de que eles eram portadores. Reflectindo mais tarde acerca de tudo isto, Victor Serge recordou que «o Estado aparecia-me como um instrumento de guerra e não de organização da produção»<sup>307</sup>. Mas o problema é muitíssimo mais

<sup>300</sup> L. Szamuely (1974) 55.

<sup>301</sup> E. H. Carr (1966) II 100-105.

<sup>302</sup> Citado em id., *ibid.*, II 186.

<sup>303</sup> Id., *ibid.*, II 189.

<sup>304</sup> M. Brinton (1972) 29-35; E. H. Carr (1966) II 109, 111, 183-184; A. Nove (1978) 58.

<sup>305</sup> Ver neste capítulo as nn. 191 a 198.

<sup>306</sup> Citado em I. Deutscher (1972) II 254-255.

<sup>307</sup> Esta passagem das *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, de Victor Serge, encontra-se em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 595.

complexo, porque a primeira guerra mundial mostrara que a planificação das campanhas militares era inseparável da administração da economia, e os mesmos títulos que o Estado bolchevista invocava para organizar tropas na guerra civil serviam-lhe para comandar a actividade produtiva.

Não se tratou apenas, ou talvez nem se tratasse sobretudo, de uma questão decidida pelo confronto de orientações políticas. Se o operariado perdeu tão completa e rapidamente a iniciativa e a capacidade de autonomia de que dera mostras no início da revolução, isto explica-se em boa medida porque o colapso do sistema fabril o desintegrou enquanto classe. «Na Rússia», indicou um historiador, «onde a esmagadora maioria do operariado industrial era formada por antigos camponeses que geralmente mantinham uma certa ligação ao meio rural e que em alguns casos regressavam regularmente aos campos para participar nas colheitas, uma crise nas cidades ou nas fábricas, [...] em vez de suscitar o tipo de desemprego que ocorria nos países ocidentais, provocava o abandono massivo das cidades pelos operários industriais, que retomavam a condição de camponeses. A desarticulação da indústria no primeiro Inverno da revolução dera já início àquele processo, e no 7º Congresso do partido, em Março de 1918, Bukharin mencionara a desintegração do proletariado. Este movimento foi enormemente acelerado quando a guerra civil precipitou nos exércitos de um e outro lado centenas de milhares de elementos de uma população já reduzida e exausta. [...] entre 1913 e 1917 o número de assalariados na indústria subira de 2.600.000 para 3.000.000, e a partir de então declinou progressivamente para 2.500.000 em 1918, 1.480.000 em 1920-1921 e 1.240.000 em 1921-1922 [...] Desde 1917 até ao Outono de 1920 o número dos habitantes de quarenta capitais de província diminuiu 33% [...] e o número de habitantes de cinquenta outras grandes cidades reduziu-se 16% [...] Quanto maior era a cidade, mais acentuado era o declínio. Em três anos, Petrogrado perdeu 57,5% da sua população, e Moscovo, 44,5%»<sup>308</sup>. Adoptando outro critério de análise, verificamos que em 1920 a produção industrial atingiu o seu nível mais baixo, limitando-se a 16% do registado em 1912<sup>309</sup>. Aquele historiador

<sup>308</sup> E. H. Carr (1966) II 195-198. Em A. Nove (1978) 66-67 encontro valores um pouco diferentes, sendo mencionados 2,6 milhões de operários em 1917 e 1,2 milhões em 1920. Recordando a situação de Petrogrado em 1919, Victor Serge escreveu que a população da cidade passara num ano de aproximadamente 3 milhões a cerca de 700.000, o que corresponde a uma perda de 76,7% dos habitantes. Ver *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 558. A propósito desta questão, E. Préobrajensky (1966) 179 considerou como «a prova mais flagrante» da diferença entre os mecanismos salariais na fase que denominava «acumulação socialista primitiva» e no período da acumulação capitalista primitiva «o facto de em 1920, por exemplo, quando o desemprego era menor e a certa altura se fazia parcialmente sentir uma falta de força de trabalho qualificada [...], os salários serem muito mais baixos do que em 1924, com 1.300.000 desempregados em todo o país». Ver ainda a este respeito a pág. 262. Na realidade, se a Nova Política Económica levou ao reaparecimento do desemprego na sua forma clássica, durante a guerra civil os desempregados urbanos haviam sido absorvidos pela sociedade rural, o que não significa que não existisse então força de trabalho subutilizada.

<sup>309</sup> E. H. Carr (1966) II 309. Segundo A. Nove (1978) 68, a produção industrial em 1921 equivalia a 31% do nível de 1913, e para a grande indústria o número correspondente era 21%. Referindo-se ao período de 1920-1921, Victor Serge pretendeu que «a produção industrial caíra para menos de 30% do registado em 1913». Ver *Mémoires*

resumiu os efeitos da dispersão do operariado invocando «o facto paradoxal de a instauração da “ditadura do proletariado” ter sido seguida por uma acentuada diminuição, tanto nos números como no peso específico ocupado na economia, daquela classe em cujo nome a ditadura era exercida»<sup>310</sup>. E assim, ao mesmo tempo que os trabalhadores urbanos perdiam a capacidade de coesão, os antigos gestores fundiam-se com a nova burocracia soviética e muitos dos antigos proprietários privados utilizavam os seus conhecimentos técnicos para ingressar na classe dos gestores. Nesta perspectiva, se o capitalismo de Estado soviético começara por ser facilitado pela desintegração do operariado, ele passou a ser uma causa da debilidade social com que os trabalhadores enfrentaram os novos padrões ao se iniciar a recuperação económica. Naquele ano fatal de 1918 ficara criado o quadro institucional que de então em diante condicionou a falta de vigor político, e mesmo a fraqueza reivindicativa, dos trabalhadores soviéticos.

Ora, entre as personalidades bolchevistas de primeiro plano foi Trotsky quem — de maneira imprevista — encabeçou a tendência autoritária, pretendendo subordinar ao partido toda a movimentação social e procurando dar voz apenas aos altos dirigentes e aos especialistas, contra as pressões da base. Stalin sentiu-se à vontade nos primeiros dias de 1924 para atacar o seu rival chamando-lhe «patriarca dos burocratas»<sup>311</sup>. É certo que foi de pleno acordo com Lenin que Trotsky atribuiu cargos de chefia a muitos milhares de antigos oficiais czaristas e imprimiu uma hierarquia rigorosa a um exército que surgira directamente da revolta contra a disciplina militar<sup>312</sup>. Também parece ter sido com o aval da maioria do comité central e do *politburo* que Trotsky, em Março de 1920, no 9º Congresso do partido, defendeu a completa militarização do trabalho, incluindo a militarização dos sindicatos, e propôs que o operário que não aceitasse uma ordem de transferência fosse punido como desertor<sup>313</sup>. Tratava-se, para empregar as suas próprias palavras, de assegurar a «militarização da classe trabalhadora»<sup>314</sup>, a um ponto tal que, com a concordância de Lenin, chegou a propor que o Comissariado da Guerra assumisse as funções de Comissariado do Trabalho<sup>315</sup>. Mas em diversos outros aspectos o entusiasmo despótico de Trotsky foi além do

*d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 596. Por seu lado, N. Harding (2003) 260 indicou que em 1921 a produção, em quase todos os ramos, descera para cerca de 20% do nível atingido em 1913 e que a produção de ferro e aço ficara abaixo de 5%.

<sup>310</sup> E. H. Carr (1966) II 198. No mesmo sentido, I Deutscher (1964) 273 escreveu que «a “ditadura do proletariado” fora mais ou menos consolidada, mas entretanto o próprio proletariado desaparecera enquanto elemento consciente e factor de organização».

<sup>311</sup> Citado em I. Deutscher (1964) 330.

<sup>312</sup> E. H. Carr (1966) II 186.

<sup>313</sup> *Id.*, *ibid.*, II 214-215; I. Deutscher (1972) II 382 e segs.

<sup>314</sup> Citado em E. H. Carr (1966) II 215. É esclarecedor saber que, segundo J. Herf (1986) 91, as propostas de Trotsky relativas à militarização da força de trabalho foram elogiadas pelo escritor fascista alemão Ernst Jünger, o mesmo que fundiu operário e soldado no sintagma *Arbeiter-Soldat*.

<sup>315</sup> I. Deutscher (1972) II 389-390.

que Lenin considerava aceitável. Numa reunião do comité central em Novembro de 1920 Trotsky apresentou, contra o plano de organização sindical elaborado por Lenin, um projecto que levava bastante mais longe o centralismo, a militarização do trabalho e a estatização dos sindicatos, e desde então até ao 10º Congresso do partido, em Março de 1921, o debate sobre esta questão mobilizou todos os comunistas, dividindo-os em posições extremas<sup>316</sup>. Em 1922, quando detinha ainda boa parte de um poder que em breve lhe escaparia, Trotsky afirmou: «É preciso que cada fábrica do Estado, assim como o seu director técnico e o seu director comercial, estejam submetidos não só ao controle de cima, isto é, ao controle dos órgãos de Estado, mas ao controle de baixo» — O da classe operária? Não — «isto é, ao do mercado, que durante um período ainda muito longo continuará a ser o regulador da economia estatal»<sup>317</sup>. Entre o Estado e o mercado a classe trabalhadora levava sumiço, a não ser, evidentemente, para trabalhar. O mecanismo motor da revolução permanente fora destruído com a preciosa ajuda daquele mesmo que primeiro o havia detectado. Para Trotsky a «revolução permanente» já não correspondia à sua antiga realidade social, e as palavras mantiveram-se para cobrir ilusoriamente outro conteúdo.

«Esta designação um pouco abstrusa», escreveu Trotsky em 1922, recordando a formulação originária da revolução permanente, «queria exprimir que a revolução russa, que devia primeiro proceder, no seu futuro mais imediato, a certos objectivos burgueses, não poderia, no entanto, parar aí. Só levando o proletariado ao poder a revolução resolveria os problemas burgueses que se lhe apresentavam em primeiro lugar. E quando o proletariado tivesse tomado o poder, não poderia ficar-se pelos limites de uma revolução burguesa. Pelo contrário, e justamente para assegurar a sua vitória definitiva, a vanguarda proletária deveria, desde os primeiros dias da sua hegemonia, penetrar profundamente nos domínios interditos da propriedade, tanto burguesa como feudal. Nestas condições, deveria chocar-se com manifestações hostis por parte dos grupos burgueses que a teriam apoiado no início da sua luta revolucionária, e também por parte das massas camponesas, cujo concurso a teria impelido a tomar o poder». Até aqui Trotsky reproduziu as teses já nossas conhecidas. Mas logo a seguir, e na aparente continuidade do enunciado anterior, alterou radicalmente a linha de raciocínio e expôs uma nova versão da revolução permanente. «Os interesses contraditórios que dominavam a situação de um governo operário, num país retardatário onde a imensa maioria da população se compunha de camponeses, só poderiam resolver-se no plano internacional, na arena de uma revolução proletária mundial. Quando, em virtude da necessidade histórica, a revolução russa tivesse derrubado os estreitos limites fixados pela demo-

<sup>316</sup> E. H. Carr (1966) II 223-227; I. Deutscher (1972) II 405-408, 413-418.

<sup>317</sup> L. Trotsky (1923) 23.

cracia burguesa, o proletariado triunfante seria obrigado a quebrar também os quadros da nacionalidade, o que quer dizer que deveria dirigir conscientemente os seus esforços de modo a que a revolução russa se tornasse o prólogo da revolução mundial»<sup>318</sup>.

No livro que em 1929 dedicou ao assunto, Trotsky apresentou as duas versões da revolução permanente como se constituíssem aspectos de um mesmo conceito. «Para dissipar a confusão criada em torno da teoria da revolução permanente», escreveu ele, «é preciso distinguir três categorias de ideias que se unem e se fundem nessa teoria. Ela inclui, em primeiro lugar, o problema da passagem da revolução democrática à revolução socialista [... ..] Sob o seu segundo aspecto, a teoria da revolução permanente caracteriza a própria revolução socialista [...] Sob o seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente considera o carácter internacional da revolução socialista [...]»<sup>319</sup>. Mas este esclarecimento é equívoco, antes de mais porque a passagem da revolução democrática à revolução socialista e a continuação da revolução socialista haviam feito parte, no modelo inicial, de um processo único, no qual era impossível dissociar fases. Por outro lado, o carácter internacional da revolução socialista começara entretanto a ser defendido por Trotsky no plano das forças produtivas, alheado da dinâmica social que antes singularizara a revolução permanente. Decerto não se deve desprezar o facto de já em 1909, numa das suas exposições mais sistemáticas da versão originária daquele conceito, Trotsky ter previsto a necessidade económica de internacionalizar a revolução. «O poder revolucionário terá de resolver problemas socialistas absolutamente objectivos e, nesta tarefa, defrontar-se-á num dado momento com uma grande dificuldade: o estado de atraso das condições económicas do país», explicou ele. «Nos limites de uma revolução nacional esta situação não teria saída. A tarefa do governo operário será, pois, desde o início, unir as suas forças com as do proletariado socialista da Europa ocidental. Somente desta maneira a sua hegemonia revolucionária temporária se converterá no prólogo de uma ditadura socialista. A revolução permanente será, pois, obrigatória para o proletariado da Rússia, no interesse desta classe e em sua defesa»<sup>320</sup>. Mas antes de 1917 a tese do carácter permanente do processo revolucionário, que o levaria a alastrar da Rússia aos outros países, era concebida em função da dinâmica social. Enquanto mais tarde, após a destruição da capacidade de iniciativa dos trabalhadores, de que Trotsky foi um dos principais responsáveis, a necessidade de estender a revolução aos países desenvolvidos passou a ser defendida em termos estritamente económicos, decorrentes apenas da situação nacional da Rússia soviética. Entre a

<sup>318</sup> Prefácio à ed. russa de 1922 de *1905*, em id. (1969 c) 8.

<sup>319</sup> Id. (1963 a) 265-267.

<sup>320</sup> Id. (1969 d) 385.

primeira e a segunda versão da revolução permanente está a liquidação da espontaneidade do proletariado russo, e a nova situação prática determinou a transformação ideológica. A alteração não podia ter sido mais drástica, e foi só na aceção geoeconómica que de então em diante Trotsky usou o conceito de revolução permanente na luta contra o stalinismo.

A segunda versão da revolução permanente afirmava que, apesar de o proletariado russo ter convertido a revolução burguesa numa revolução socialista, o atraso das forças produtivas impedia a Rússia de construir os fundamentos do socialismo, sendo indispensável o triunfo da revolução em países desenvolvidos, que contribuíssem para incentivar o crescimento da base material da economia soviética. «[...] quer seja no nível económico de 1917 ou no de 1905», explicou Trotsky em 1929, num dos seus livros mais importantes, «a ditadura não pode manter-se e chegar ao socialismo se o proletariado ocidental não vier oportunamente em seu auxílio»<sup>321</sup>. Quanto à forma como eram utilizados os conceitos marxistas a mudança foi enorme. «Uma das causas essenciais da crise da sociedade burguesa provém do facto de as forças produtivas por ela criadas tenderem a sair do quadro do Estado nacional», escreveu Trotsky nesse livro, deduzindo que «a revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e conclui-se na arena mundial»<sup>322</sup>. E lê-se no prefácio à edição francesa da obra: «As forças produtivas da sociedade capitalista ultrapassaram desde há muito as fronteiras nacionais [...] A sociedade socialista deveria representar, sob o ponto de vista da produção e da técnica, um estádio mais elevado do que o capitalismo; se nos propomos construir a sociedade socialista no *interior de limites nacionais*, isto significa que, apesar de êxitos temporários, travamos as forças produtivas, mesmo relativamente ao capitalismo»<sup>323</sup>. Mas é inútil multiplicar as citações. Em numerosíssimas passagens das obras que publicou na segunda metade da década de 1920 e ao longo da década seguinte, Trotsky fundamentou-se invariavelmente na marcha inexorável das forças produtivas, que ultrapassavam cada vez mais os quadros nacionais, para sustentar o carácter internacional do processo revolucionário. Se antes de 1917 Trotsky apresentara no plano social a expansão da revolução e abria o caminho para que se pudesse conceber uma aceleração das forças produtivas ocasionada pela mudança das relações sociais, na década de 1920 a sua imaginação heterodoxa empalideceu e, de acordo com a doutrina convencional, passou a atribuir às forças produtivas um ritmo de evolução gradual e autónomo, considerando que, em vez de serem elas a sentir as consequências das transformações sociais, era a revolução social que devia

<sup>321</sup> Id. (1963 a) 357.

<sup>322</sup> Id., *ibid.*, 366.

<sup>323</sup> Id., *ibid.*, 249 (sub. orig.).



obedecer aos ditames das forças produtivas. Deste modo, o conceito de revolução permanente, que servira para conceber uma dinâmica social definida no interior de um processo revolucionário único, passou a ser formulado em termos mais geoeconómicos do que sociais. Se a Alemanha não fizesse a revolução e não pusesse a sua economia à disposição da Rússia, o Estado soviético ficaria, na opinião de Trotsky, suspenso entre uma revolução socialista politicamente vitoriosa e umas forças produtivas incapazes de servir de base ao socialismo.

Já no final de 1905 Lenin sustentara que a passagem da revolução burguesa para a revolução socialista na Rússia só teria condições de êxito se interviesse uma revolução socialista vitoriosa na Europa<sup>324</sup>. Um erudito salientou com muita argúcia que entre 1905 e 1917, enquanto Trotsky acreditava que a transição directa da fase burguesa para a fase socialista do processo revolucionário «ocorreria automática e inevitavelmente graças à “lógica” da própria revolução, Lenin assentava os pés na *terra firma* da revolução burguesa e considerava que a transição para o socialismo dependeria das duas condições externas que ele havia já enunciado em 1905, o apoio do campesinato e o apoio de uma revolução socialista europeia»<sup>325</sup>. E também em 1917, como continuou a mostrar aquele historiador, revelando uma notável percepção das implicações ideológicas do problema, os mecanismos que ditariam a passagem da fase burguesa para a fase socialista do processo revolucionário foram encarados de maneira diferente por Lenin e por Trotsky. «[...] enquanto Trotsky partiu da observação do proletariado de Petersburgo em 1905 para deduzir a necessidade de uma transição contínua da revolução burguesa para a revolução socialista, Lenin chegou em 1917 a uma conclusão semelhante através do estudo de uma questão fundamental, evidenciada pelo processo desintegrador da guerra, que consistia em saber como alimentar o povo russo. Os caminhos de um e outro nunca coincidiram totalmente e as premissas não eram idênticas, mas ambos conduziram em 1917 às mesmas medidas políticas»<sup>326</sup>. A considerável distância entre os dois pontos de vista iniciais ditara uma diferença conceptual nas conclusões, pois se Trotsky havia originariamente formulado o carácter permanente da revolução no plano das relações sociais, era no plano das forças produtivas que Lenin passara a defender a necessidade de encetar com rapidez a fase socialista. A adesão à revolução permanente não fez Lenin abandonar o modelo clássico do marxismo, assente na primazia das forças produtivas e na convicção de que elas apenas podiam obedecer à sua evolução própria. E foi nesta perspectiva mais económica do que social que Lenin indicou a necessidade de ampliar a revolução a outros

<sup>324</sup> E. H. Carr (1966) I 68.

<sup>325</sup> Id., *ibid.*, I 71.

<sup>326</sup> Id., *ibid.*, II 34.

países para levar a Rússia à fase socialista. Identificando o socialismo com o desenvolvimento técnico de uma economia capitalista de Estado ou, para empregar a frase célebre, afirmando que «o comunismo é o poder dos soviets mais a electrificação de todo o país»<sup>327</sup>, Lenin repetiu várias vezes depois de 1917 que sem a expansão do processo revolucionário às nações mais evoluídas tanto a indústria como a agricultura russas não poderiam atingir um nível suficiente de produtividade<sup>328</sup>. E no 10º Congresso do partido, em Março de 1921, quando se pôs termo ao sistema de administração da economia que havia prevalecido durante a guerra civil e se inaugurou a Nova Política Económica, Lenin uma vez mais declarou que na Rússia «a revolução socialista só pode vencer definitivamente com duas condições. Primeiro, se for apoiada no momento certo por uma revolução socialista em um ou em vários países evoluídos [...] A outra condição consiste num acordo entre o proletariado exercendo a sua ditadura ou detendo o poder de Estado e a maioria da população camponesa»<sup>329</sup>. Trotsky foi sem dúvida sincero quando anunciou em 1917 a sua conversão ao leninismo, e de modo nenhum se tratou de um artifício táctico para congregar as simpatias dos seus novos camaradas. Foi à perspectiva geoeconómica de Lenin que Trotsky aderiu não só durante as conversações com as autoridades alemãs em Brest-Litovsk, mas também ao proceder à reformulação da sua estratégia revolucionária.

A alegada incapacidade de desenvolvimento autóctone das forças produtivas russas serviu a Trotsky para explicar o stalinismo. Já que a debilidade da base económica não propiciava a abundância dos bens de consumo, Trotsky argumentou que se havia tornado necessária a existência de uma burocracia cuja função era repartir os produtos escassos e que através da desigualdade introduzida nessa distribuição os burocratas garantiam os seus privilégios. Seria entre eles que Stalin e os seus associados encontravam sustentação política. Trotsky não concebia a burocracia soviética como uma classe social, definida no plano das relações de produção, mas apenas como uma elite, situada no plano da distribuição e do consumo. Se esta burocracia, porém, resultava do desfasamento entre forças produtivas atrasadas e relações de produção que Trotsky insistia em classificar como socialistas, e se ela era o instrumento de resolução dos problemas suscitados por aquele desfasamento, então tinha todo o interesse em zelar pela continuidade de ambos os termos do dilema, mantendo por um lado o atraso económico e preservando por outro as conquistas do socialismo. Esta interpretação condenou o trotskismo à ineficácia política. Ao admitir que a burocracia pudesse assegurar a si mesma uma existência

<sup>327</sup> Citado em id., *ibid.*, II 370 e 372.

<sup>328</sup> Id., *ibid.*, II 169.

<sup>329</sup> V. Lénine (1962 b) 225.

privilegiada sem por isso a classificar como classe exploradora, e que a perpetuação das benesses desta elite dependesse da contradição entre o atraso das forças produtivas e o respeito pelas relações sociais instauradas em Outubro de 1917, o principal dos adversários de Stalin estava a considerar que o proclamado socialismo não deixara de existir na União Soviética. Em 1926, quando se aproximava do auge a luta entre facções no Partido Comunista, uma das figuras mais destacadas da oposição de esquerda, Preobrazhensky, escreveu sem rodeios: «A divisão do proletariado em operários que ocupam funções de organização e que são mais bem pagos e a massa dos restantes é uma divisão *no interior de uma única classe*, que, em princípio, de modo nenhum se distingue da divisão dessa mesma classe em trabalhadores qualificados e não-qualificados»<sup>330</sup>. Os gestores não podiam receber uma caução ideológica mais peremptória e foi esta mesma visão tecnocrática que inspirou Trotsky até ao final da vida. No exílio mexicano ele repetiu ainda, como fizera vezes sem conta ao longo dos dez anos anteriores, que «a burocracia não é uma classe independente, mas o instrumento de classes; e é impossível definir a natureza social de um Estado pelas virtudes ou pelas infâmias da burocracia»<sup>331</sup>. Este paradoxo foi fatal para Trotsky e para os seus discípulos. O desvio da concepção de revolução permanente do plano social para o plano geoeconómico impediu, em última análise, que Trotsky assumisse uma posição radicalmente antagónica ao regime encabeçado por Stalin.

Não espanta que um número considerável de seguidores soviéticos de Trotsky tivesse acabado mais ou menos rapidamente por colaborar com o esforço de industrialização prosseguido pelos planos quinquenais, e Trotsky, no exílio, viu esboroar-se-lhe a base de sustentação política. Ele mesmo preparara ideologicamente o terreno da sua derrota ao usar, no final de 1922, o conceito de acumulação socialista primitiva, que retomou no discurso pronunciado no 12º Congresso do partido, em Abril de 1923<sup>332</sup>. Trotsky reconheceu que a paternidade desse conceito cabia ao comunista de esquerda Vladimir Mikhailovitch Smirnov<sup>333</sup>, a quem se opusera frontalmente na controvérsia acerca das conversações de Brest-Litovsk e, mais tarde, a respeito da disciplina no exército e de outras questões. Na perspectiva então adoptada por Trotsky, e perante a impossibilidade de desencadear uma revolução na Alemanha, a única esperança de desenvol-

<sup>330</sup> E. Préobrajensky (1966) 258 (sub. orig.).

<sup>331</sup> L. Trotsky, «Not a Workers and not a Bourgeois State?», *Internal Bulletin*, Dezembro de 1937, em G. Breitman e E. Reed (orgs. 1970) 92.

<sup>332</sup> E. H. Carr (1966) II 379; M. Lewin (1966) 132. Encontra-se uma síntese das teses económicas formuladas por Trotsky no 12º Congresso do Partido Comunista em Moshe Lewin, op. cit., 129.

<sup>333</sup> E. H. Carr (1966) II 379 n. 2. Já Bukharin, no seu livro de 1920, *Economia do Período de Transição*, conferira a V. M. Smirnov a prioridade na formulação do conceito de acumulação socialista primitiva. Ver L. Szamuely (1974) 41. Mais tarde, E. Préobrajensky (1966) 133 n. 1 atribuiu igualmente aquele conceito a V. M. Smirnov, que classificou como «um dos nossos mais eminentes economistas». Consultar ainda M. Lewin (1966) 135 n. 2.

vimento acelerado das forças produtivas soviéticas decorreria de uma enorme acumulação que devia ser levada a cabo mediante uma planificação centralizada da economia. Também Bukharin, na sua obra de 1920, *Economia do Período de Transição*, usara o conceito de acumulação socialista primitiva, definindo-o como a «mobilização das forças vivas da produção», quer dizer, a «mobilização do trabalho» através da «auto-organização das massas trabalhadoras», entendida como aplicação compulsiva da disciplina proletária aos próprios trabalhadores. Tratava-se nomeadamente da «transição para a obrigação generalizada de trabalhar, ou seja, a inclusão de vastas massas não-proletárias, sobretudo massas camponesas, no processo de trabalho do Estado proletário [...]»<sup>334</sup>. Entretanto, V. M. Smirnov alterou as suas concepções e começou a criticar o sistema do comunismo de guerra, aceitando os pressupostos da NEP quanto às relações entre o sector estatal e a agricultura privada, embora rejeitasse a intromissão dos critérios mercantis no sector estatal<sup>335</sup>. Ora, os partidários da acumulação socialista primitiva pretendiam realizá-la em detrimento do campesinato, impondo-lhe termos desiguais nas trocas com o Estado. Coube a Preobrazhensky, num livro publicado em 1926, *A Nova Teoria Económica*, dar a explicação mais completa do problema: «[...] consideramos como acumulação socialista primitiva a acumulação pelo Estado de recursos materiais extraídos principalmente ou simultaneamente de fontes situadas fora do complexo económico estatal»<sup>336</sup>. Na prática, e reduzida ao essencial, tratava-se de uma acumulação realizada pelas empresas industriais, que na sua maioria pertenciam ao Estado, a expensas da economia rural, que na sua quase totalidade era privada.

Prosseguida sistematicamente, uma acumulação daquele tipo prescindiria das duas condições que Lenin enunciara para o desenvolvimento do socialismo na Rússia soviética: a aliança com a maioria da população camponesa e a vitória da revolução socialista em países economicamente evoluídos. Mas Preobrazhensky, e com ele uma parte considerável da esquerda do Partido Comunista, tinha razões práticas para propor uma tão drástica alteração de rumo. A liberdade de iniciativa concedida pela NEP aos camponeses permitira à produção agrícola ultrapassar a crise

<sup>334</sup> A passagem em que se encontram estas citações está transcrita em L. Szamuely (1974) 41 (subs. orig.).

<sup>335</sup> Ver o artigo de V. M. Smirnov publicado em 1922, analisado e longamente citado em id., *ibid.*, 89-94.

<sup>336</sup> E. Préobrajensky (1966) 134 (sub. orig.). L. Szamuely (1974) 105-107 citou extensamente e analisou um artigo de Preobrazhensky publicado em 1921, onde se encontram já expostos os elementos principais do livro editado cinco anos mais tarde, nomeadamente a tese de que o sector socialista se rege por uma lei económica distinta do sector mercantil e a tese de que o desenvolvimento do sector socialista deve realizar-se em parte à custa dos rendimentos do sector privado. Mas no artigo de 1921 Preobrazhensky não denominava ainda «lei da acumulação socialista primitiva» a lei de funcionamento do sector socialista. Note-se que, em polémica com Bukharin, e para evitar as críticas que Lenin havia feito ao conceito proposto por V. M. Smirnov, E. Préobrajensky (1966) 72 afirmou que Smirnov pretendia analisar sob a óptica da acumulação socialista primitiva o período do comunismo de guerra, o que seria errado, porque então não se realizava nenhuma reprodução alargada da economia, mas que no período da NEP o conceito adquiria plena validade, pois a acumulação económica passara a ter lugar.

e atingir, em 1926, um valor global equivalente ao registado antes do começo da primeira guerra mundial, enquanto alguns ramos da pecuária excederam mesmo aquele nível. Todavia, a estagnação da indústria não fora superada e a oposição comunista de esquerda temia que, se o desfalecimento continuasse, o baixo nível da produção fabril compromettesse a própria recuperação da agricultura, o que veio com efeito a suceder muito rapidamente<sup>337</sup>. Deste modo, enquanto a orientação dominante no partido, representada por Bukharin e Rykov, que contavam então com o apoio de Stalin, continuava a recorrer aos mecanismos do mercado com o objectivo de atingir um crescimento harmonioso e conjugado da agricultura privada e da indústria estatal<sup>338</sup>, a oposição de esquerda previa a iminência de uma crise. Nas palavras de um historiador, para esta oposição «o verdadeiro problema não era a precariedade do mercado interno, mas a incapacidade estrutural da indústria para atender à procura dos consumidores»<sup>339</sup>. Com a teoria da acumulação socialista primitiva, Preobrazhensky propôs que se deslocasse para a indústria o eixo do desenvolvimento económico, a expensas da actividade rural, de modo que posteriormente a expansão industrial arrastasse o progresso da agricultura, mas em novas bases, mais sólidas. Tal como estivera implícito na versão inicial da revolução permanente, toda a argumentação de *A Nova Teoria Económica* se sustentou na possibilidade de acelerar o ritmo de crescimento das forças produtivas e de desenvolver o sector socialista — isto é, estatal — da economia graças apenas às energias internas da sociedade soviética, sem que fosse necessário sair das fronteiras, ao contrário do que Trotsky passara a defender na segunda versão da revolução permanente.

Recorrendo a um ponto de vista comparável àquele que inspirara Trotsky até 1917, Preobrazhensky concentrou de novo as atenções no dinamismo interior da Rússia. Mas com a militarização extensiva do trabalho, a desarticulação das organizações onde o proletariado se manifestara autonomamente, a liquidação de quaisquer formas práticas de oposição e a anulação do direito a constituir tendências no interior do próprio Partido Comunista, já não podia ser a energia revolucionária a determinar a acumulação socialista primitiva. Se uma tal acumulação se verificasse, ela dever-se-ia às diligências da burocracia e da tecnocracia. Quando Preobrazhensky escreveu, no prefácio à primeira edição do seu livro, que «a socialização da indústria implica, pela sua própria essência, uma transferência das responsabilidades de direcção económica em benefício da ciência»<sup>340</sup>, ele legitimou a situação privilegiada dos gestores, considerados detentores do conhecimento científico. E, ao admitir que a característica definidora do socialismo era a elabora-

<sup>337</sup> M. Lewin (1966) 104, 156 e segs.

<sup>338</sup> S. F. Cohen (1990) 201 e segs., 228-229; M. Lewin (1966) 122 e segs.

<sup>339</sup> S. F. Cohen (1990) 239 (introduzi algumas modificações na tradução brasileira).

<sup>340</sup> E. Préobrajensky (1966) 44.

ção de planos prevendo os movimentos económicos anteriormente às flutuações da oferta e da procura<sup>341</sup>, Preobrazhensky revelou uma visão tecnocrática, à qual permaneciam alheias as iniciativas de base dos trabalhadores. A teoria da acumulação socialista primitiva manteve da primeira versão da revolução permanente a possibilidade de desenvolver as forças produtivas no interior de um processo único, mas deslocou o motor deste desenvolvimento do plano social para um plano estritamente económico, pretensamente objectivo e em boa medida independente das circunstâncias políticas<sup>342</sup>. Embora Preobrazhensky fundasse esta atitude no determinismo científico<sup>343</sup>, o argumento era improcedente, pois os movimentos revolucionários poderiam ser analisados com tanto rigor como os mecanismos económicos. Só que, e muito simplesmente, não havia já na União Soviética nenhum movimento revolucionário para analisar. Na verdade, Preobrazhensky, em vez de elevar o nível económico a uma relativa autonomia, apresentou a lei da acumulação socialista primitiva como uma expressão económica de decisões políticas ou administrativas, não indo além das constatações empiristas que, em palavras, tanto criticava. Preobrazhensky estudou de maneira formal séries de casos, sem conseguir estabelecer um princípio unificado de comportamento económico que enfrentasse a lei do valor num nível de abstracção equivalente. Não espanta que assim tivesse sucedido, porque a economia soviética era já um capitalismo de Estado, onde vigorava a lei do valor sem que houvesse lugar para detectar mecanismos reguladores de uma qualquer transição para o socialismo. O conceito de acumulação socialista primitiva aplicava-se aos efeitos económicos das relações sociais de exploração instauradas pelos bolchevistas, e apenas sob uma forma desfigurada reatou a problemática que havia outrora entusiasmado o jovem Trotsky.

Mas se a acumulação socialista tinha como base inicial a apropriação do sobreproduto da agricultura privada pela indústria estatal, então o socialismo podia progredir, como Bukharin e Stalin defendiam, no quadro de um só país<sup>344</sup>. Preobrazhensky foi muito claro a este respeito e escreveu no prefácio à segunda edição de *A Nova Teoria Económica* que «até agora o sector socialista da nossa economia não desenvolveu todas as vantagens que possui relativamente ao capitalismo e assenta ainda numa base técnica atrasada, absolutamente inadequada ao nível da sua estrutura social, que é historicamente mais progressiva do que o mais avançado capitalismo

<sup>341</sup> Id., *ibid.*, 97-98, 115-116.

<sup>342</sup> Preobrazhensky insistiu na tese de que as leis da fase de transição do capitalismo para o socialismo, e antes de mais a lei da acumulação socialista primitiva, se estabelecem no campo estritamente económico, não no campo político. Ver *id.*, *ibid.*, 41-42, 47 e segs., 54-56, 60, 62, 74, 104, 116, 180, 186-188, 346 e 381.

<sup>343</sup> Id., *ibid.*, 42, 47-50, 106-107.

<sup>344</sup> Segundo S. F. Cohen (1990) 215, Bukharin teve uma participação decisiva na formulação da tese do socialismo num só país.

contemporâneo. Esse sector deve ainda completar os primeiros passos do socialismo; ele precisa de reunir, em condições muito difíceis e numa situação internacional muito perigosa, os elementos de base da produção que permitem bater o capitalismo sob o ponto de vista económico, quer dizer, graças a um desenvolvimento mais rápido das suas forças produtivas». E depois de evocar o atraso económico da Rússia e o isolamento do regime soviético, Preobrazhensky concluiu que «a lei em que se concentram todas as tendências para a ultrapassagem deste atraso é a lei da acumulação socialista primitiva»<sup>345</sup>. Em breve, porém, a campanha contra Stalin e Bukharin lançaria um véu discreto sobre a contradição existente entre a acumulação socialista primitiva e a segunda versão da revolução permanente. Na *Plataforma* da oposição de esquerda unificada, difundida clandestinamente por ocasião do 15º Congresso do partido em 1927, é significativo que o capítulo

<sup>345</sup> E. Préobrajensky (1966) 62-63, 65. Na Introdução a id., ibid., 20 n. Ernest Mandel negou a convergência entre a «acumulação socialista primitiva» e o «socialismo num só país». Todavia, além das passagens citadas, Preobrazhensky afirmou três vezes (págs. 74, 311, 347) que a ausência de uma revolução socialista nos países da Europa ocidental teria como consequência prolongar o período em que a acumulação socialista primitiva devia exercer os seus efeitos, o que situava claramente esta acumulação no mesmo quadro que levou a formular a doutrina do socialismo num só país. Vejam-se ainda as págs. 180-181. Mandel considerou que Preobrazhensky admitira apenas a possibilidade de começar a desenvolver a economia no sentido do socialismo sem sair das fronteiras soviéticas, enquanto Stalin defendera a possibilidade de concluir este processo. Mas o mecanismo da acumulação socialista primitiva, tal como se encontra exposto no livro de Preobrazhensky, não contém nenhum elemento que o impeça de prosseguir além de um certo ponto, e em lugar nenhum da sua obra o autor formulou aquela restrição. Aliás, Mandel, parecendo esquecer as suas observações anteriores, escreveu pouco depois (pág. 24) que «é incontestável que na própria União Soviética o primeiro plano quinquenal implicou a “acumulação socialista primitiva” a expensas dos camponeses», embora ilibasse Preobrazhensky dos malefícios do stalinismo pretendendo que ele nunca imaginara que uma tal acumulação pudesse ser efectuada em tão grande escala. Ora, os académicos esquecem com frequência a diferença existente entre as intenções no momento da formulação de uma teoria e as exigências práticas decorrentes da aplicação da teoria. Mas nem há razão neste caso para pintar de cor-de-rosa a imagem de Preobrazhensky, porque num artigo publicado em 1921, onde antecipou os temas principais que haveria de expor em *A Nova Teoria Económica*, ele previu que o processo de acumulação realizado pelo sector estatal a expensas do sector privado levaria inevitavelmente a uma agudização da luta de classes. «Ocorrerá então», escreveu ele, «a contra-revolução burguesa e *kulak*, que será facilmente esmagada pelas relações de poder existentes. E, depois de ter sido esmagada, começará um período de, por assim dizer, reacção socialista». Este artigo encontra-se comentado e parcialmente reproduzido em L. Szamuely (1974) 105-107 e a passagem citada vem na pág. 106. Ainda a este respeito afirmou M. Lewin (1966) 67, 73, 197 e segs. e 257 e segs. que, ao contrário do que sucedera até então tanto com a ala direita como com a ala esquerda do partido, que atribuíam aos *kulaki* as principais dificuldades com que se deveria contar no desenvolvimento do socialismo, Stalin começou a considerar que o verdadeiro obstáculo residia nos pequenos produtores agrícolas, ou seja, nos camponeses médios, e não apenas nos ricos. Esta análise confirma a convergência entre os mecanismos implícitos na noção de acumulação socialista primitiva e os métodos usados nos primeiros planos quinquenais para financiar o crescimento industrial através da colectivização massiva da agricultura. Aliás, como mostrou S. F. Cohen (1990) 330, em 1928 Stalin apropriou-se não só das ideias de Preobrazhensky mas inclusivamente de alguma da sua terminologia, e em Janeiro de 1929, quando a aliança de Stalin com Bukharin começou a desfazer-se publicamente, Bukharin invectivou: «No 14º Congresso do partido o camarada Stalin opunha-se terminantemente à ideia de Preobrazhensky, que falava em colónias e exploração do campesinato. Mas na reunião plenária [do comité central] de Julho [de 1928] lançou a palavra de ordem do imposto, ou seja, a exploração feudal-militar do campesinato» – citado em id., ibid., 348 (introduzi uma alteração na tradução brasileira). Segundo Moshe Lewin, op. cit., 138, «quando Stalin apresentar uma primeira amostra da sua maneira de entender as exigências da acumulação primitiva, Preobrazhenskij, que estava então deportado, verá nisto uma demonstração flagrante da exactidão das suas teorias e depressa passará a apoiar, durante algum tempo, a posição de Stalin». Acerca da semelhança entre as teses expostas por Preobrazhensky e a linha política que Stalin adoptou a partir de 1928 ver ainda id., ibid., 231, 406 e A. Nove (1978) 155. Em conclusão, parece-me correcto escrever, como fez Stephen Cohen, op. cit., 465 n. 82, que «Preobrazhensky [...] formulou tacitamente a sua “lei da acumulação socialista primitiva” como instrumento da construção do socialismo num país isolado e atrasado».

sobre a questão camponesa, embora contando com a colaboração de Preobrazhensky, não considerasse a tese da acumulação socialista primitiva<sup>346</sup>. E num artigo publicado também em 1927 Preobrazhensky admitiu que esse tipo de acumulação não poderia por si só assegurar o desenvolvimento da União Soviética, se o isolamento internacional continuasse e o país não viesse a beneficiar do auxílio económico prestado por novos regimes socialistas<sup>347</sup>.

Não obstante estas correcções posteriores, a contradição entre as teses de Trotsky e as de Preobrazhensky exerceu os seus efeitos e minou internamente a coesão ideológica da esquerda comunista na segunda metade da década de 1920. A remodelação das relações sociais tivera como consequência apressar a evolução das forças produtivas. «Durante os anos da NEP o camponês era insistentemente encorajado a melhorar as culturas, a introduzir melhores afolhamentos, etc. Os elementos mais enérgicos e esclarecidos lançaram-se com ardor a este trabalho; mas, quando viam resultarem os seus esforços e adquiriam um certo desafogo», espantou-se um especialista de muito mérito, «eram vítimas das leis que os privavam do seu direito de voto como exploradores»<sup>348</sup>. Todavia, esta situação nada tinha de misterioso nem de paradoxal para uma burocracia que empregava as formas lógicas do marxismo. Acabando de destruir a economia agrária tradicional e incentivando o capitalismo nos campos, a revolução política abria o caminho ao desenvolvimento das forças produtivas, até que em breve seria necessário iniciar outra revolução na sociedade rural, para que as colectivizações inaugurassem um novo surto de cresci-

<sup>346</sup> Quanto à colaboração de Preobrazhensky na redacção da *Plataforma* da oposição de esquerda unificada ver o prefácio de Pierre Naville em E. Préobrajensky (1966) 10. Para desenvolver a indústria estatal e ao mesmo tempo a produção agrícola a *Plataforma* propunha fundamentalmente: a redução dos custos de produção na indústria; a adopção de uma política conjugada de preços industriais e agrícolas favorável ao operariado e ao campesinato médio; o lançamento de um imposto de carácter fortemente progressivo, que onerasse sobretudo os capitalistas privados e os *kulaki*; o lançamento de um empréstimo forçado em géneros, destinados à exportação; e a introdução de um sistema de crédito agrícola de longo prazo visando os camponeses pobres e médios. Ver M. Pablo (org. 1957) 104-105, 107 e 111-112. Note-se que, a crer em M. Lewin (1966) 143 n. 1, faltam nesta edição as últimas páginas da *Plataforma* sem que o facto seja assinalado. Perante as medidas expostas na *Plataforma*, não é lícito afirmar, como fez S. F. Cohen (1990) 188: «Pouca gente percebeu que o raciocínio de Preobrazhensky quanto à industrialização socialista num país isolado, a Rússia, contradizia a importância atribuída por Trotsky ao papel fundamental da revolução na Europa. Mas, como não houve qualquer tentativa de dissociar os factos, a análise de Preobrazhensky tornou-se a essência do programa económico da esquerda». Aliás, o que sobretudo me surpreende nas propostas de financiamento da industrialização que a esquerda pretendia apresentar ao congresso do Partido Comunista de 1927 é que elas se assemelhavam às medidas enunciadas pelo mais abalizado representante da direita, Bukharin, por ocasião da sua polémica com Preobrazhensky a respeito de *A Nova Teoria Económica*. Leio em Stephen Cohen, op. cit., 206: «A fim de resolver o problema crucial das fontes de recursos para a industrialização soviética, Bukharin pensou em três possibilidades. A primeira seria incrementar a lucratividade da própria indústria estatal, aumentando as vendas e diminuindo os custos. A segunda seria a receita proveniente do imposto de renda progressivo cobrado aos sectores capitalistas que prosperavam [...] A terceira seria a poupança voluntária em bancos e instituições de crédito soviéticas [...]» (introduziu duas alterações na tradução brasileira). Em vez de se supor que existia uma clivagem rigorosa entre as várias tendências internas do Partido Comunista, deve mostrar-se como cada uma assimilava e adaptava algumas teses das outras. A história do regime soviético ao longo da década de 1920 deveria ser reescrita levando em consideração aquele *chassé-croisé*.

<sup>347</sup> A. Nove (1978) 127.

<sup>348</sup> M. Lewin (1966) 34.



mento das forças produtivas. Era assim que a classe dominante soviética recorria às noções marxistas para legitimar a sua consolidação. Em 1930, no auge do lançamento do primeiro plano quinquenal, Stalin afirmou no 16º Congresso do Partido Comunista que «para provocar na classe operária o entusiasmo pelo trabalho e a emulação [...] era preciso antes de mais enterrar a teoria burguesa do trotskismo sobre a impossibilidade de edificar o socialismo no nosso país»<sup>349</sup>. Para Stalin e os seus apoiantes, o crescimento rápido das forças produtivas tornara-se viável porque era sustentado pelas novas relações sociais. As grandes campanhas, meticulosamente organizadas pelo *bureau* político e movendo com um entusiasmo sem freio multidões colossais de militantes e trabalhadores comuns animadas pela esperança ou pelo medo, demonstraram na prática que as novas relações sociais exerciam efeitos directamente económicos. Embora tivesse experimentado as prisões soviéticas e conhecesse perfeitamente a existência de trabalho forçado nos campos de concentração, Victor Serge, que pertencia então à oposição trotskista, recordou mais tarde: «Nós admitíamos [...], através das calamidades, os êxitos desta industrialização. Atribuíamo-los ao imenso capital moral da revolução socialista. O fundo de energia popular inteligente e resoluta que ela havia criado revelava-se inesgotável»<sup>350</sup>. Nos planos quinquenais o Trotsky da segunda versão da revolução permanente via erguer-se, como um espectro, a memória da primeira versão, e para cúmulo do infortúnio fora ele mesmo a suscitar esta renovação da antiga problemática, quando recorreu ao conceito de acumulação socialista primitiva, com todas as suas implicações. O paradoxo agravou-se ainda porque de acordo com a segunda versão da revolução permanente o desenvolvimento das forças produtivas, aumentando a oferta de bens de consumo, não poderia deixar de comprometer a base de sustentação da burocracia e criaria, portanto, as condições necessárias para a liquidação do stalinismo.

A partir do final do primeiro plano quinquenal e da tomada do poder pelos nacionais-socialistas na Alemanha Trotsky viu-se obrigado a entrar diversas vezes em polémica com vários teóricos e militantes que identificavam a burocracia soviética — considerassem-na eles ou não uma classe social — com a burocracia fascista. Opondo-se terminantemente à inclusão de ambos os sistemas numa categoria única, Trotsky alegava que, enquanto o fascismo restringia o desenvolvimento das forças produtivas, o stalinismo, pelo contrário, baseando-se numa economia cujos fundamentos seriam socialistas, mostrava-se capaz de propiciar um crescimento colossal das forças produtivas. Que conclusão inesperada, da parte de quem jogara todo o seu futuro político na oposição à tese do socialismo num só país! Afinal era possível, sem sair das fronteiras soviéti-

<sup>349</sup> J. Staline (1937) 74.

<sup>350</sup> Victor Serge, *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 715.

cas, ultrapassar o progresso económico das demais nações? Neste emaranhado de paradoxos restava a Trotsky argumentar que as taxas de desenvolvimento suscitadas pelos planos quinquenais, embora fossem superiores às do resto do mundo, estavam longe de corresponder às potencialidades do socialismo e só com a liquidação da burocracia stalinista seria possível expandir plenamente os fundamentos socialistas da economia soviética<sup>351</sup>. A estes contorcimentos lógicos e à substituição da análise factual por exercícios verbais dedicou Trotsky o melhor do seu engenho nos últimos anos de vida.

As contradições ideológicas em que Trotsky se havia envolvido anteciparam a paralisia prática que o vitimou perante a ofensiva de Stalin. E a moral da história é que, se a versão originária da revolução permanente enquanto processo determinado a nível social encontrou o seu retrato desfigurado no socialismo num só país, a modalidade geoeconómica da revolução permanente deu um contributo decisivo para que inúmeras personalidades maiores e menores da ala esquerda do comunismo ajudassem a implementar os planos quinquenais. Ambas as políticas convergiram, afinal, na sustentação da degenerescência nacionalista da revolução russa. A génese ideológica da aplicação do bolchevismo ao quadro nacional foi sem dúvida conturbada, mas nem por isso a nacionalização do bolchevismo deixou de ser executada com firmeza.

## **5. Alemanha: Os comunistas procuraram ultrapassar a social-democracia pela esquerda e o nacional-socialismo pela direita**

### **1**

Na Alemanha a paternidade da estratégia nacional-bolchevista, embora não do termo que veio a caracterizá-la, é geralmente atribuída aos dois chefes comunistas de Hamburgo, Heinrich Laufenberg, o tribuno, e Fritz Wolffheim, o teórico<sup>352</sup>. Se lermos o relatório de Laufenberg acerca dos acontecimentos em Hamburgo, publicado em Junho de 1919, vemos como ele e o seu amigo, ao mesmo tempo que participaram pela vertente mais à esquerda na fundação do KPD<sup>353</sup>, arras-

<sup>351</sup> L. Trotsky, «The Class Nature of the Soviet State. A Letter from Leon Trotsky», em G. Breitman e B. Scott (orgs. 1970) 121-122.

<sup>352</sup> Foi assim que os descreveu Gerhard Günther, que tivera relações políticas com ambos. Ver J. P. Faye (1972) 121.

<sup>353</sup> O Partido Comunista da Alemanha foi fundado nos últimos dias de 1918 e, para termos uma noção do peso relativo de algumas correntes, é interessante saber que, segundo dados fornecidos por P. Broué (2006) 184 e O. K. Flechtheim (1972) 68, entre os delegados ao 1º Congresso dos Conselhos de Operários e Soldados, reunido em Berlim de 16 a 20 de Dezembro desse ano, onze pertenciam à União dos Revolucionários, dirigida por Laufenberg, e apenas dez eram membros da Liga Spartacus, encabeçada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht.

taram o movimento dos conselhos de marinheiros, soldados e operários para posições autoritárias, corporativistas e nacionalistas. «Em virtude de um acordo concluído entre os diversos partidos socialistas», escreveu Laufenberg, «devia ser constituído um grande conselho operário com cerca de 500 membros, representando as empresas; enquanto órgão executivo deste grande conselho, o conselho provisório devia ser substituído por um novo conselho operário, composto por três delegados do velho partido [SPD], três delegados dos sindicatos, três independentes [membros do USPD], três radicais de esquerda e dezoito representantes das empresas. O *praesidium* do executivo, denominado simplesmente “conselho operário”, era formado por um representante de cada partido, um representante dos sindicatos e três representantes das empresas»<sup>354</sup>. Não só se liquidou o conselho provisório, que havia desencadeado a revolução e fora verdadeiramente espontâneo, como à medida que se subia na hierarquia das novas instituições era cada vez maior a percentagem de lugares atribuídos aos políticos profissionais e aos funcionários dos sindicatos, em detrimento dos delegados das empresas. No vértice estava Laufenberg, nomeado em Novembro de 1918 presidente do Conselho Operário.

Entretanto, proliferavam os conselhos formados autonomamente por iniciativa das mais variadas categorias profissionais, mas a pretexto do *numerus clausus* imposto pelo acordo interpartidário, o Conselho dirigente recusou-se a admitir delegados dos conselhos espontâneos, aos quais se devia o vigor do movimento. «Estes conselhos», comentou Laufenberg, «não se calavam com a exigência de ser representados no Conselho de Operários e Soldados. O Conselho não aceitou esta pretensão, porque o número de membros do executivo e a representação dos partidos e das empresas haviam já sido fixados, mas foi instituída uma ligação directa e permanente entre os diversos conselhos e as comissões respectivas do grande Conselho [...]»<sup>355</sup>. Assim, em vez de poderem aproveitar a existência do grande Conselho para se reunir, estreitar a unidade de classe e deliberar em conjunto, os novos conselhos foram mantidos em isolamento recíproco e cada um deles só ficou autorizado a dirigir-se aos órgãos executivos do Conselho dirigente. Foi catastrófico para o processo revolucionário que a classe trabalhadora tivesse permitido a destruição de um relacionamento igualitário e colectivista e a imposição de novas hierarquias. A partir de então estavam geradas no Conselho as condições para a sua assimilação pelo aparelho de Estado capitalista.

É certo que os conselhos, estimulados pelo USPD e pelos spartakistas, tiveram de enfren-

<sup>354</sup> O relatório de Heinrich Laufenberg encontra-se reproduzido em D. Authier et al. (1976) 245-275. A passagem citada vem na pág. 247.

<sup>355</sup> Id., *ibid.*, 253.

tar as manobras do estado-maior do exército, apoiado pelo SPD, mas a clivagem decisiva ocorreu no interior do próprio movimento dos conselhos. Depois de se ter esforçado por enfraquecer o dinamismo da base, Laufenberg não pôde mais fazer frente às pressões do SPD, situado na direita do Conselho. Em Janeiro de 1919 foi decidido que a reeleição do executivo, em vez de se efectuar por empresas, respeitasse o sistema de representação proporcional dos partidos políticos<sup>356</sup>, e Laufenberg teve de se demitir do lugar de presidente em 19 de Janeiro. Mas nesta altura tratava-se apenas de adequar as formas oficiais àquilo que já sucedia na prática. A destruição da especificidade do Conselho e a sua conversão numa espécie de miniparlamento de burocracias partidárias e sindicais ocorrera no início do movimento. E a base trabalhadora estava decerto suficientemente desanimada para que os dirigentes social-democratas, e os generais por detrás deles, pudessem abandonar ficções demagógicas.

Esta desestruturação da autonomia operária foi acompanhada pela tentativa de instauração de um sistema de tipo corporativo, que substituísse as greves por acordos com o patronato, arbitrados por gestores. Vale a pena seguir as palavras do chefe da esquerda comunista de Hamburgo: «Sem dúvida que a mais importante das comissões do Conselho era a que tinha a seu cargo a política social. Ela devia proceder à edificação do sistema dos conselhos nas empresas, preparando deste modo o terreno para a sua socialização. Ao mesmo tempo, exercia funções de arbitragem suprema nos conflitos entre operários e patrões. [...] em todos os casos importantes [...] era ela que decretava, depois de ter ouvido as partes interessadas. As suas decisões valiam como lei para ambos os lados. E deste modo a regulamentação do conjunto das relações nas empresas decorria, em última instância, do órgão do Conselho revolucionário»<sup>357</sup>. A substituição da luta de classes pela mediação e pela conciliação pareceu ao presidente do Conselho Operário uma grande novidade, e era-o decerto, realizada por aquele viés. «A secção de política social, superando os meios até agora em vigor na luta contra o patronato, a greve e a negociação directa entre organizações, substituiu-os por um método completamente novo, o processo jurídico perante o Conselho [...] O Conselho [...] eliminou num considerável número de casos e nas posições politicamente decisivas os antigos órgãos de luta e de negociação, convertendo-os em órgãos de uma política de conselhos»<sup>358</sup>. É certo que Laufenberg se lastimou pelo facto de a actividade das comissões não ter conseguido o sucesso pretendido<sup>359</sup>, mas como enunciado de princípios trata-se de um texto esclarecedor. A perspectiva que presidiu em Hamburgo à experiência das comissões de

<sup>356</sup> Id., *ibid.*, 267-268.

<sup>357</sup> Id., *ibid.*, 251.

<sup>358</sup> Id., *ibid.*, 257.

<sup>359</sup> Id., *ibid.*, 251.

conciliação e arbitragem não diferiu substancialmente da orientação que inspirou o acordo assinado em 15 de Novembro de 1918 por Carl Legien, à frente dos sindicatos social-democratas, e Hugo Stinnes, representando as organizações patronais. Segundo este pacto, válido para todo o país, as questões importantes que dissessem respeito às condições de trabalho deviam ser resolvidas mediante comités de arbitragem e contratos colectivos entre os sindicatos e as associações patronais<sup>360</sup>.

A forma como Laufenberg e Wolffheim conduziram a revolução conselhistas em Hamburgo ajuda a compreender a política externa que propunham para a cidade-estado, em detrimento da integridade territorial dos estados alemães vizinhos. «[...] o Conselho», escreveu Laufenberg, «não ignorou que a posição de Hamburgo no Reich devia ser inteiramente alterada, mediante uma ampliação considerável do seu domínio. Completamente comprimida pela região do estado da Prússia, a cidade não só não dispõe de liberdade de movimentos suficiente para estender as suas indústrias e proceder a uma política habitacional de grande envergadura, como não tem sequer terreno suficiente para desenvolver o seu porto [...] A ideia de que a região de Hamburgo devia ser aumentada predominava igualmente no interior do Conselho. [...] Quando, no final de Novembro, na conferência dos estados reunida em Berlim, os representantes de Hamburgo exprimiram abertamente as suas perspectivas “anexionistas”, provocaram em torno um cacarejo de galinhas assustadas [...] No princípio de Dezembro, por convocação do Conselho, reuniu-se em Hamburgo uma assembleia de delegados dos conselhos de operários e soldados da cidade e dos arredores, para tomar posição acerca da criação de uma região económica única do Baixo Elba, tendo Hamburgo como centro [...] de modo nenhum se tratava de anexações violentas»<sup>361</sup>.

As características fundamentais do nacional-bolchevismo estavam contidas na estratégia corporativa e expansionista prosseguida pelos dois chefes comunistas de Hamburgo. Depois de o exército ter ocupado a cidade em Julho de 1919, Laufenberg passou a frequentar regularmente o clube dos oficiais, sendo convidado para proferir aí conferências, e por iniciativa de dois destes oficiais ele e Wolffheim deslocaram-se a Berlim com a intenção de encontrar representantes do nacionalismo racista<sup>362</sup>. «Laufenberg procurava parceiros para encetar uma aproximação entre meios comunistas e nacionalistas», escreveu um conhecedor destas questões<sup>363</sup>. Os oficiais mais

<sup>360</sup> O. K. Flechtheim (1972) 62; Ch. S. Maier (1988) 79; H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 363; H. A. Turner Jr. (1985) 7-8.

<sup>361</sup> Transcrito em D. Authier et al. (1976) 258-259.

<sup>362</sup> J. P. Faye (1972) 121; id. (1980) 81.

<sup>363</sup> Id. (1980) 86. Referindo-se ao sucedido em 1919, D. Authier et al. (1976) 237 pretenderam, apesar das provas em contrário e do carácter paradoxal da sua própria afirmação, que «ainda que Wolffheim e Laufenberg não hesitem em expor as suas teses perante os militares, eles não estabelecem então nenhum contacto com os meios de

lúcidos sabiam que a luta contra as limitações da soberania alemã, impostas em Junho de 1919 pelo tratado de Versailles, exigia uma vasta base social de apoio. Já nos últimos dias de Setembro de 1918, reconhecendo que a guerra estava perdida, o quartel-mestre general Ludendorff, verdadeiro ditador militar, avisara o chefe do estado-maior general e o ministro dos Negócios Estrangeiros de que a notícia da derrota levaria inevitavelmente a uma revolução, sendo preferível fazê-la através das elites do que esperar que as massas a fizessem. E prevendo a necessidade de conduzir uma guerra no interior das fronteiras, se as condições de paz ditadas pelos vencedores fossem inaceitáveis, Ludendorff preveniu que a Alemanha só poderia resistir graças a uma guerra popular<sup>364</sup>. A revolução veio, com efeito, e enquanto durou, no final de 1918 e no começo do ano seguinte, Laufenberg e Wolffheim contaram-se entre a minoria de dirigentes da extrema-esquerda que se opunha à desmobilização total das forças armadas e reivindicava a sua conversão num exército revolucionário, que desse início a uma «guerra popular revolucionária»<sup>365</sup>. Este programa foi explicado em dois panfletos publicados no final de 1919 e no início de 1920, onde Wolffheim e Laufenberg, retomando o tema da «nação proletária», possivelmente sem lhe conhecerem a origem ou talvez mesmo a existência, afirmaram que na Alemanha era a própria nação que estava «proletarizada» e por isso era necessária internamente uma «paz civil» em que a burguesia aceitasse a condução política do proletariado, para que o país pudesse lançar-se externamente numa guerra contra o imperialismo da *Entente*, em aliança com a Rússia soviética<sup>366</sup>. O ponto de convergência ficou definido. Enquanto, por um lado, a resolução de algumas injustiças sociais convinha ao nacionalismo fanático dos militares, por outro lado, os dois dirigentes de Hamburgo instigavam o socialismo a assumir uma dimensão nacional. De então em diante o nacionalismo populista da direita devia prestar um ouvido atento ao nacional-bolchevismo da esquerda.

Para avaliarmos o significado desta convergência é indispensável saber que Laufenberg e Wolffheim pertenciam à facção de esquerda do KPD e foram os seus principais porta-vozes em Outubro de 1919, no 2º Congresso do partido, quando se definiu a linha de clivagem iminente<sup>367</sup>. Depois de ter sido expulsa, essa facção fundou em Abril de 1920 o KAPD, arrastando consigo 37% dos efectivos, quarenta mil membros num total de cento e sete mil<sup>368</sup>, e o ascendente

direita».

<sup>364</sup> S. W. Halperin (1946) 55-56.

<sup>365</sup> D. Authier et al. (1976) 237; P. Broué (2006) 325; E. H. Carr (1966) III 311; J. P. Faye (1980) 80-81.

<sup>366</sup> P. Broué (2006) 326.

<sup>367</sup> Id., *ibid.*, 317-319, 325; E. H. Carr (1966) III 143-144; O. K. Flechtheim (1972) 86; H. Weber (1979) 43.

<sup>368</sup> São estes os dados fornecidos por J. P. Faye (1980) 82. Por seu lado, F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 284 atribuiu 38.000 filiados ao KAPD em 1920 e 50.000 ao KPD. Também D. Authier et al. (1976) 159 indicaram que os delegados ao congresso de fundação do KAPD representavam 38.000 militantes. O mesmo afirmou P. Broué (2006) 378-379, acrescentando que esse número correspondia talvez a mais de metade dos filiados do KPD. De maneira igualmente pouco precisa, O. K. Flechtheim (1972) 87 escreveu que os efectivos do KPD, «que montavam a

ideológico do grupo de Hamburgo revela-se pelo facto de o seu jornal ser o órgão do novo partido<sup>369</sup>. Além disso, a direcção militar do KAPD era composta por antigos oficiais muito próximos de Laufenberg e de Wolffheim<sup>370</sup>. Em Agosto de 1920, porém, toda a organização regional de Hamburgo foi excluída do KAPD.

Ao mesmo tempo, o último episódio da guerra civil russa contribuiu para a gestação do nacional-bolchevismo. Em Maio de 1920, em resposta ao avanço das tropas polacas, os soviéticos contra-atacaram. Parecendo capaz de derrubar todos os obstáculos e aproximando-se velozmente das novas fronteiras orientais que o tratado de Versailles impusera à Alemanha, o Exército Vermelho deu a uma certa extrema-direita a esperança de que a Reichswehr aproveitasse a situação para recuperar os territórios perdidos a Leste<sup>371</sup>. Num memorando escrito cerca de 1940, o general von Reibnitz contou que naquela ocasião negociara um acordo com Karl Radek, então delegado do Partido Comunista Russo junto dos comunistas alemães, e com Victor Kopp, representante oficioso de Moscovo em Berlim, estipulando que, mal o Exército Vermelho ocupasse Varsóvia, os corpos francos germânicos avançariam pela Prússia Ocidental, por Posen e pela Alta Silésia até alcançarem a antiga fronteira alemã<sup>372</sup>. Entretanto o conde zu Reventlow, figura notória da direita radical e um dos animadores do bloco racista do Reichstag, procurou persuadir alguns dirigentes políticos a colaborarem com o governo soviético contra a Polónia<sup>373</sup>, e se bem que os seus esforços tivessem sido vãos, a aliança nada tinha de inverosímil. Poucos meses antes, em Fevereiro, quando se afigurava possível que a *Entente* invadisse a Alemanha para exigir a entrega das perso-

cerca de 107.000 membros, ficaram reduzidos de metade». Mais vago ainda foi H. Weber (1972) 301, ao pretender que o KPD «perdeu cerca de metade dos seus 100.000 membros». Especialmente modesto na avaliação, E. H. Carr (1966) III 145 considerou que o KAPD «levou consigo cerca de metade dos efectivos totais do KPD, que montavam a 50.000 membros». Também as datas são controversas. Jean Pierre Faye, op. cit., 82 afirmou que a minoria de esquerda fora afastada dos trabalhos do 2º Congresso, realizado em Outubro de 1919, e expulsa do KPD em Fevereiro do ano seguinte, fundando em Abril o novo partido. Porém, Hermann Weber, op. cit., 300 indicou que a expulsão ocorrera em Outubro de 1919, embora desse em (1979) 44 uma versão mais minuciosa, segundo a qual os dissidentes se auto-excluíram do KPD a seguir ao congresso de Outubro e foram formalmente expulsos no 3º Congresso, em Fevereiro de 1920.

<sup>369</sup> J. P. Faye (1980) 82. Num relatório secreto apresentado em 6 de Agosto de 1943 na Research and Analysis Branch do OSS, Franz Neumann citou Laufenberg e Wolffheim como os dois dirigentes da cisão que levou à formação do KAPD. Ver R. Laudani (org. 2013) 268 e consultar igualmente o relatório de Herbert Marcuse em id., ibid., 312.

<sup>370</sup> J. P. Faye (1980) 88.

<sup>371</sup> «Em muitos nacionalistas alemães o ódio à Polónia era tão forte que [...] as notícias acerca das tropas soviéticas estacionadas nas fronteiras da Prússia Oriental eram em geral recebidas muito positivamente», escreveu E. Nolte (1989) 77, e encontra-se uma constatação idêntica em E. H. Carr (1966) III 325-326.

<sup>372</sup> E. H. Carr (1966) III 323-324 n. 4. É certo que este autor apresentou dúvidas sobre a presença de Radek na Alemanha durante a fase crucial da guerra soviético-polaca, argumentando que ele pronunciou um discurso em Moscovo no dia 24 de Julho de 1920, no 2º Congresso do Komintern. Todavia, o contra-ataque conduzido por Tukhachevsky começara a 15 de Maio e a sua principal ofensiva iniciou-se a 4 de Julho, o que não torna impossível a estadia de Radek na Alemanha naquela ocasião, sobretudo se as suas deslocações beneficiassem do apoio da Reichswehr.

<sup>373</sup> Id., ibid., III 326 n. 1.

nalidades consideradas responsáveis pela guerra, incluindo os principais chefes militares, o supremo comandante da Reichswehr, general von Seeckt, confiara ao seu estado-maior um plano secreto que consistia em retirar as tropas do oeste do país para a Alemanha oriental, atacar a Polónia, aliar-se à Rússia soviética e em seguida, com o apoio do Exército Vermelho, avançar para ocidente e enfrentar as forças da *Entente*<sup>374</sup>. Não foi diferente a mentalidade que levou alguns corpos francos da Alta Silésia a pretenderem entrar na Polónia para se ligar ao Exército Vermelho<sup>375</sup>, e a direcção do Komintern, que procurava compensar a aparente moderação do KPD com o aparente radicalismo do KAPD<sup>376</sup>, decidiu criar uma comissão para a Alta Silésia, formada com representantes de ambos os partidos, incluindo o inevitável Wolffheim<sup>377</sup>.

Mais tarde Tukhatchevsky declarou que para combater a Polónia se tinham alistado no Exército Vermelho várias centenas ou mesmo vários milhares de alemães e que nem todos eram comunistas<sup>378</sup>. Não sendo o comunismo a entusiasmar estes homens, o que os mobilizaria senão o ódio à Polónia e à *Entente*, característico da extrema-direita germânica? Discursando no final de 1920 perante os delegados comunistas presentes no 8º Congresso Pan-Russo dos Sovietes, Lenin, com a sua habitual clareza e o horror às perífrases, recordou que «quando o exército russo se aproximava de Varsóvia toda a Alemanha estava em efervescência» e continuou lembrando que «as “centúrias negras” alemãs seguiam os spartakistas, numa atitude de simpatia para com os bolchevistas»<sup>379</sup>. Centúrias Negras era a designação corrente da União do Povo Russo, uma organização da extrema-direita populista e anti-semita que durante os anos finais do czarismo se dedicara a fomentar *pogroms* e atacar a esquerda e pode ser considerada precursora do fascismo, em especial na versão racista<sup>380</sup>. E enquanto a extrema-direita alemã se entusiasmava com as

<sup>374</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) II 80.

<sup>375</sup> J. P. Faye (1980) 87-89. Sempre prontos a purificar os seus ídolos, D. Authier et al. (1976) 162 chamaram a estas milícias «um exército vermelho de operários alemães».

<sup>376</sup> P. Broué (2006) 465-467, 480.

<sup>377</sup> D. Authier et al. (1976) 237; J. P. Faye (1980) 88.

<sup>378</sup> E. H. Carr (1966) III 325.

<sup>379</sup> Esta afirmação de Lenin é suficientemente importante para exigir uma tradução atenta. Na citação que se encontra em id., *ibid.*, III 330 leio: «[...] *the German black hundreds were marching in sympathy with the Russian Bolsheviks and the Spartakists*». Em V. Lénine (1961) 493 encontro: «[...] *les bandes noires allemandes suivaient les spartakistes, en sympathisant avec les bolchéviks*». Prefiro a versão francesa quanto ao triplo relacionamento entre os fascistas alemães, os comunistas alemães e os comunistas soviéticos. No entanto, a questão fundamental é outra e parece-me que só um deliberado empenho dos tradutores da edição Paris-Moscovo em apagar as pistas do nacional-bolchevismo os podia ter levado a traduzir pelos termos anódinos, e aliás incompreensíveis, de «bandos negros», uma referência às Centúrias Negras, que haviam sido um grupo político célebre e cuja caracterização não deixava margem para dúvidas.

<sup>380</sup> N. Cohn (1992) 116 pretendeu que as Centúrias Negras «foram os verdadeiros precursores dos nazis» e, referindo-se às Centúrias Negras, B. Moore Jr. (1974) 445 escreveu que «há fortes argumentos a favor da tese de que os reaccionários russos inventaram o fascismo». Com efeito, segundo S. D. Shenfield (2001) 31, ainda na década de 1920 um historiador soviético classificou as Centúrias Negras como a primeira organização fascista. Todavia, Stephen Shenfield, *op. cit.*, 31-32 considerou que as Centúrias recorriam à movimentação popular para consolidar o poder



oportunidades abertas pela incursão do Exército Vermelho na Polónia, um dos antigos ideólogos da União do Povo Russo, Vinberg, exilado em Munique, exercia uma forte influência sobre Alfred Rosenberg<sup>381</sup>, que em breve viria a ser o doutrinador oficial do nacional-socialismo. Com estes entrecruzamentos teceu-se a história daquela época e Lenin não podia ser mais exacto ao aplicar a designação de Centúrias Negras aos novos aliados nacionalistas do bolchevismo.

Quando os peritos procuraram detectar as razões do fracasso do Exército Vermelho na Polónia, explicou um historiador, «Tukhatchevsky, que comandava as tropas dirigidas contra Varsóvia, foi criticado por ter empregue as suas forças principais numa tentativa de cercar a cidade a partir do norte, deixando assim a sua principal frente exposta a um contra-ataque desastroso. Mas houve quem interpretasse aquele movimento como uma manobra política destinada a cortar o corredor polaco e estabelecer contacto com a Reichswehr alemã»<sup>382</sup>. Enquanto a vitória lhes sorria, parece incontroverso que oficiais e comissários do Exército Vermelho organizaram junto à fronteira polaca um encontro com nacionalistas alemães, prometendo restaurar a Alemanha na posse da Prússia Ocidental, atribuída à Polónia pelo tratado de Versailles, e garantindo que, ao contrário do que haviam feito nas outras regiões polacas, não instalariam sovietes na zona que tencionavam restituir à Alemanha<sup>383</sup>. Era um nacional-bolchevismo *à la carte*. Estes projectos de aliança tecidos em 1920, que tinham por condição uma Polónia destroçada, pressagiaram o pacto assinado duas décadas mais tarde por Molotov e Ribbentrop. Mas em meados de Agosto as tropas polacas obtiveram junto a Varsóvia uma vitória decisiva, e em Outubro os dois exércitos assinaram um cessar-fogo.

As repercussões políticas que esta guerra teve na Alemanha não se interromperam quando cessaram as hostilidades, e de então em diante ficou consolidada uma convergência entre o nacionalismo da extrema-direita e o radicalismo de acção da extrema-esquerda. Laufenberg e Wolffheim pretenderam aproveitar a conjuntura para criar no Outono de 1921 um movimento de âmbito nacional, a Liga dos Comunistas<sup>384</sup>, que se propunha fundir o spartakismo com a Orgesch, um importante corpo franco da direita radical que obtivera um especial sucesso na Baviera sob as

constituído e não para instaurar um novo poder capaz de defender os interesses tradicionais, o que as situava mais no pré-fascismo do que no fascismo propriamente dito.

<sup>381</sup> N. Cohn (1992) 193.

<sup>382</sup> E. H. Carr (1966) III 217.

<sup>383</sup> Id., *ibid.*, III 326-327. Segundo *id.*, *ibid.*, III 327 n. 1, este acordo foi denunciado pelo conhecidíssimo dirigente menchevista Martov no congresso do USPD em Outubro de 1920, na presença de Zinoviev, que chefiava a delegação bolchevista, sem que ninguém tivesse desmentido a informação. Aliás, Fyodor Dan, outro conhecido dirigente menchevista, relatou que na época da guerra contra a Polónia a imprensa soviética começara a anunciar que seria travada no Reno a batalha final e decisiva contra o capitalismo internacional. Ver F. I. Dan (2016) 82.

<sup>384</sup> D. Authier et al. (1976) 237-238; J. P. Faye (1980) 87-88.

ordens de Röhm<sup>385</sup>. O projecto não vingou mas serviu para confirmar a existência de uma identidade profunda, e talvez o arremedo de conselhos de soldados que os corpos francos haviam instaurado durante a revolução de 1918 e 1919 os tornasse simpáticos para a extrema-esquerda de Hamburgo. No caso dos corpos francos, como esclareceu um historiador fascista, tratava-se de «anular a autoridade dos conselhos de soldados, colocando-os perante um organismo que, embora lhes fosse aparentado, resultava na verdade de princípios inteiramente distintos»<sup>386</sup>. Mas Laufenberg e Wolffheim não tinham procedido de outra maneira quando substituíram um sistema criado espontaneamente pelos trabalhadores comuns por uma estrutura hierárquica destinada a restabelecer a hegemonia que as direcções partidárias e sindicais exerciam tradicionalmente sobre a classe trabalhadora. A simpatia que a extrema-esquerda nacionalista sentiu pelos corpos francos só se explica se compreendermos que neles encontrou o reflexo, invertido como num espelho, da perversão do sistema de conselhos que ela mesma havia efectuado. Passara a hora, porém, dos dois chefes de Hamburgo. Laufenberg foi precipitado para fora da actividade política e Wolffheim persistiu em animar uma Liga dos Comunistas grupuscularizada e assinalou a sua presença nas franjas extremas do nacionalismo radical, até que o nacional-socialismo o fez morrer num campo de concentração, ele que contribuira, mais do que muitos outros, para a abertura da esfera prática e ideológica que Hitler viria a ocupar totalmente<sup>387</sup>. Mas este malogro não teve consequências históricas, porque o nacional-bolchevismo, ao mesmo tempo que se propagara a partir de Hamburgo, surgira também numa diversidade de outros lugares geográficos e políticos.

## 2

Na primeira linha da Introdução ao seu panfleto de 1920, *Prussianismo e Socialismo*, Spengler preveniu que se baseara em notas para o segundo volume de *A Decadência do Ocidente*<sup>388</sup>, e se isto é exacto quanto às ideias mestras, o enquadramento prático pode parecer imprevisível. Os motivos que levaram Spengler a recusar o conceito marxista de proletariado por considerá-lo abstracto e económico, por isso internacionalista, nada acrescentaram às teses habituais do conservadorismo romântico, que concebia a sociedade como um todo orgânico. «Uma verdadeira revolução», afirmou Spengler, «tem de abarcar todo o povo [...]»<sup>389</sup>, e foi em redor desta

<sup>385</sup> J. P. Faye (1980) 25, 88. D. Authier et al. (1976) 238 negaram que os dois dirigentes nacional-bolchevistas de Hamburgo tivessem procurado uma união entre a Orgesch e os spartakistas.

<sup>386</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) I 174. Ver igualmente no vol I as págs. 117, 161-162 e 173-174.

<sup>387</sup> D. Authier et al. (1976) 238; J. P. Faye (1980) 90, 141.

<sup>388</sup> O. Spengler [1920] 1. As ideias básicas deste panfleto encontravam-se já numa carta de 1918, onde Spengler defendera a conjugação de um conservadorismo prussiano, corrigido das suas limitações feudais e agrárias, com os trabalhadores, corrigidos do anarquismo e do radicalismo. Ver J. Herf (1986) 49.

<sup>389</sup> O. Spengler [1920] 9.

noção de totalidade que apresentou o «socialismo prussiano», o único verdadeiro socialismo. «Socialismo, isto é, prussianismo», resumiu ele<sup>390</sup>. O indivíduo ao serviço de uma totalidade soberana, o sacrifício da individualidade à comunidade, o Estado constituído como uma hierarquia de serviços e competências inatas, seria assim o «socialismo prussiano»<sup>391</sup>. «Ser livre e servir — nada é mais difícil do que isto»<sup>392</sup>. Na ordem de valores deste socialismo o trabalhador transformava-se num funcionário público da economia e o patrão num funcionário administrativo. «O “Estado do futuro” é o Estado constituído por funcionários públicos»<sup>393</sup>. A expressão económica do «socialismo prussiano» consistiria no protecționismo tarifário e na arregimentação do capitalismo ao serviço da nação, sendo as fortunas pessoais uma função do potencial económico global da nação<sup>394</sup>, mas Spengler pouco se ocupava de economia e era noutra área que convergiam os seus interesses, nas grandes construções da sociedade e do poder. «Ideias e planos nada são sem o poder»<sup>395</sup>.

Se furarmos o balão inchado pela grandiloquência e reduzirmos o «socialismo prussiano» às suas bases operativas, encontramos a conjugação das burocracias operárias com o estado-maior. De um lado, não há em todo o panfleto uma figura tão elogiada como August Bebel, que desde a última década do século XIX até à sua morte em 1913 presidira ao Partido Socialista da Alemanha. A ele se devera a criação de uma organização operária autoritária e disciplinada, um socialismo verdadeiramente prussiano<sup>396</sup>, tal como Spengler o entendia, a antítese da ralé que se agitara na revolução de Novembro de 1918<sup>397</sup>. Aliás, reservando a sua hostilidade para o pensamento abstracto e económico de Marx, Spengler considerou que «a visão lúcida de Friedrich Engels detectou que o único socialismo verdadeiro é o socialismo alemão» e acrescentou que «os porta-vozes actuais do socialismo esqueceram isto»<sup>398</sup>. Spengler teve sem dúvida razão ao escrever que «a Revolução de Novembro na Alemanha foi um caso de insubordinação tanto no partido dos trabalhadores como nas forças armadas»<sup>399</sup>, e era isto que o preocupava. Naquelas circunstâncias encontrou palavras até para elogiar os spartakistas, dizendo que «mantiveram um pouco

<sup>390</sup> Id., *ibid.*, 69. Ver também as págs. 3, 72 e 83. «O prussianismo», explicou Spengler (pág. 24), «é antes de mais e acima de tudo um sentimento, um instinto, uma compulsão». Ver também a pág. 70.

<sup>391</sup> Id., *ibid.*, 12, 27, 36, 39, 56-57, 63, 84.

<sup>392</sup> Id., *ibid.*, 26 (sub. orig.).

<sup>393</sup> Id., *ibid.*, 77.

<sup>394</sup> Id., *ibid.*, 42, 75-76.

<sup>395</sup> Id., *ibid.*, 84.

<sup>396</sup> Id., *ibid.*, 6, 7, 10, 13, 27, 29, 30, 39, 65, 69, 71. H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 365 escreveu que «mesmo anteriormente a 1914 uma forte ala do SPD, sob a direcção de August Bebel, apoiava os preparativos militares do Império».

<sup>397</sup> O. Spengler [1920] 7.

<sup>398</sup> Id., *ibid.*, 71.

<sup>399</sup> Id., *ibid.*, 40.

de integridade»<sup>400</sup>. Ficava assim explicado por este lado o primeiro termo do «socialismo prussiano», cujo segundo termo equivalia à apologia do exército e da sua realização suprema, a guerra, considerada como manifestação do verdadeiro socialismo. A guerra iniciada em 1914 havia sido «a verdadeira Revolução Socialista Alemã»<sup>401</sup>. Nestes dois termos assentava a dinâmica do «socialismo prussiano». «O corpo de oficiais, os membros dos vários ramos do funcionalismo público, o exército de trabalhadores de August Bebel e, finalmente, o *Volk* alemão de 1813, 1870 e 1914, todos eles sentiram, quiseram e agiram como uma unidade suprapessoal»<sup>402</sup>. Compreende-se que um socialismo que encontrara nas guerras a sua realização tivesse uma vocação de império<sup>403</sup>.

Poucos anos depois, na revisão da sua obra maior, Spengler considerou todo o socialismo como um componente da civilização, por oposição à cultura, e portanto como um elemento de decadência, mas apesar disto encontrou no «socialismo ético» a conclusão prática do impulso e da vontade que haviam caracterizado a alma fáustica. «*O socialismo ético representa o máximo possível de um sentimento vital sob o ponto de vista dos seus fins*». Nesta perspectiva Spengler sublinhou o carácter dinâmico e expansionista das teses que apresentara em *Prussianismo e Socialismo*. «O socialismo ético — apesar das suas ilusões superficiais — não é um sistema de compaixão, de humanitarismo, de paz e benevolência, mas um sistema da vontade de poder. Tudo o mais é ilusão enganadora. O objectivo é completamente imperialista: felicidade, sim, mas numa acepção expansionista, não de enfermos mas de fortes, a quem se quer dar liberdade de acção, ainda que para a violência, uma liberdade que não seja tolhida pelos obstáculos da propriedade, do nascimento e da tradição». Estava aqui descrita a renovação das elites, e entendido assim o socialismo era um fascismo. «*O terceiro Reich é o ideal germânico, um eterno amanhecer [...]*»<sup>404</sup>.

Em 1920, ao mesmo tempo que era publicado *Prussianismo e Socialismo*, Paul Elzabacher, professor na Universidade de Berlim, viu no bolchevismo, bem como na sua correspondente externa, a aliança com a Rússia soviética, o meio de libertar a Alemanha dos entraves de Versailles<sup>405</sup>. A utilização do nacionalismo como instrumento do bolchevismo, proposta por Wolffheim e Laufenberg, ou o recurso ao bolchevismo como instrumento do nacionalismo, defen-

<sup>400</sup> Id., *ibid.*, 8.

<sup>401</sup> Id., *ibid.*, 9. Ver também a pág. 71.

<sup>402</sup> Id., *ibid.*, 32.

<sup>403</sup> Id., *ibid.*, 20, 30, 72.

<sup>404</sup> Id. (1942-1944) II 218-222. As passagens citadas encontram-se respectivamente nas págs. 218, 219 e 220 (subs. orig.). Compare-se com id. [1920] 4 e 19-20. Na sua contribuição para uma obra colectiva editada em Moscovo em 1923, N. I. Iordansky considerou Spengler como um dos precursores ideológicos do fascismo, mas parece-me mais proveitosa a abordagem de B. Bikhovsky num artigo publicado em 1931, dividindo o neo-hegelianismo em duas correntes: a filosofia do desespero sem perspectivas, representada por Spengler, e a filosofia fascista, expressa sobretudo por Gentile. Ver B. R. Lopukhov (1965) 243 e 254.

<sup>405</sup> J. P. Faye (1980) 36.

dido pelos generais mais lúcidos e pelas novas correntes da extrema-direita radical — a aparente discrepância era uma simetria. E mais tarde, ao formular a noção de *operário-soldado*, Ernst Jünger daria nova vida ao tema do panfleto de Spengler, atribuindo ao operário um socialismo de tipo prussiano que o identificava com o soldado<sup>406</sup>. Aquele tema, que antes fora enunciado de maneira abstracta, outros o transformaram numa estratégia concreta e coube aqui um papel relevante ao Juni-Klub, por referência ao mês de Junho em que se assinara o tratado de Versailles. Fundado em 1919, o Juni-Klub deveu o seu prestígio sobretudo a Moeller van den Bruck, que em 1923, num livro célebre, ditou à direita alemã uma missão — extinguir entre os trabalhadores a solidariedade internacional e transformar a luta de classes numa guerra externa, porque só a expansão territorial permitiria resolver os problemas sociais no interior do país<sup>407</sup>. Partindo da constatação de que «estamos a converter-nos numa nação de proletários», Moeller chegou à única solução possível nestes termos, a de fazer com que «as forças enfileiradas para a guerra de classe contra a nossa própria nação passem a enfrentar o inimigo exterior»<sup>408</sup>. As franjas radicais aplaudiram esta conjugação do imperialismo com o movimento operário, sustentando um socialismo nacional e bélico idêntico ao que Corradini propusera para a Itália, e se de início o Juni-Klub reuniu adeptos dos nacionais-alemães, do Zentrum, dos democratas, da social-democracia e dos comunistas, não nos devemos iludir com este leque de *nuances* e o que o caracterizou foi a ligação entre os extremos. Com efeito, a participação dos democratas foi breve, e entre os sociais-democratas contava-se Otto Strasser, que pouco depois se juntaria ao seu irmão Gregor no NSDAP, para cindir em 1930 com uma orientação estritamente nacional-bolchevista<sup>409</sup>.

O membro comunista do Juni-Klub era Fritz Weth, autor de um artigo onde se anunciava o bolchevismo nacionalista a propósito da greve geral de Março de 1920 que pusera fim ao ensaio de golpe de Estado encabeçado por Kapp. O socialismo foi apresentado neste artigo como uma planificação económica capaz de se opor à penetração do capital estrangeiro, e as formas da sua realização resultariam da fusão entre conselhos de tipo soviético e câmaras de tipo corporativo. Nesta perspectiva, Weth criticou duplamente a tentativa insurreccional de Kapp e dos corpos francos que o haviam apoiado, por um lado porque nada trouxera de politicamente novo, e por outro porque contribuíra para distanciar a esquerda e a direita, que tinham vindo a convergir em função da resolução socialista dos problemas nacionais. Este socialismo nacional definia-se por

<sup>406</sup> J. Herf (1986) 91, 102, 106.

<sup>407</sup> R. D'O. Butler (1943) 313-326; F. Neumann (1943) 230.

<sup>408</sup> Citado em R. D'O. Butler (1943) 317 e 322.

<sup>409</sup> Sempre pronto a atribuir-se os primeiros papéis, Otto Strasser escreveu mais tarde que a fundação do Juni-Klub se devera a ele e a Moeller van den Bruck, que classificou como «o Rousseau da Revolução Alemã». Ver O. Strasser (1940) 15.

oposição à social-democracia, que podia assim ser atacada como reaccionária tanto pelos comunistas como pela direita. Bastava, portanto, que a direita se radicalizasse contra o regime de Weimar para que fosse possível introduzir na hostilidade à social-democracia um fermento de bolchevismo nacionalista<sup>410</sup>. As teses defendidas por Weth serão mais compreensíveis se soubermos que os dirigentes do KPD tinham começado por recusar o seu apoio a qualquer movimento oposto à intentona de Kapp, com o argumento de que os trabalhadores não deviam escolher entre a democracia burguesa e o autoritarismo militarista. O problema é que os trabalhadores escolheram, seguindo tão unanimemente o apelo à greve geral lançado pelos sindicatos social-democratas que os chefes do Partido Comunista, perante o risco de perder o controle sobre os seus próprios militantes e simpatizantes, inverteram o rumo e aceitaram na prática uma frente comum com as restantes organizações de base operária<sup>411</sup>. Fizeram-no, porém, ao arrepio das suas convicções profundas e das suas preferências. O artigo de Weth constitui uma reflexão nostálgica acerca do curso que alguns comunistas gostariam que a história tomasse.

Esses meandros podemos deslindá-los também ao revés das excelentes intenções de Otto Bauer, dirigente e ideólogo do socialismo austríaco, um dos melhores representantes da ala esquerda da social-democracia. Num livro publicado em 1920 com o objectivo de restringir a validade da experiência bolchevista às condições específicas da Rússia e propor para os países economicamente desenvolvidos uma estratégia de governo operário que não abolisse as instituições democráticas, Otto Bauer considerou «uma loucura» os sonhos que muitos depositavam na «aliança do militarismo prussiano com o bolchevismo russo, de Ludendorff com Lenin». Uma aliança deste tipo converteria a Alemanha no palco de uma guerra entre a França e a Rússia soviética, deixando uma economia destroçada e um país incapaz, afinal, de se defender eficazmente dos seus inimigos. Na opinião de Otto Bauer a aliança soviética só seria favorável se se orientasse para o desenvolvimento pacífico da economia de ambos os países e lhes permitisse ultrapassar a hostilidade da *Entente*. Mas, para tal, tornava-se necessário que o socialismo alemão seguisse caminhos próprios, e não poderia fazê-lo sem romper com «as tradições e as ideias da época de Bismarck», ou seja, com a «crença supersticiosa na onnipotência da violência e do Estado». Ora, se por um lado os socialistas de direita do SPD «não se emanciparam do velho prussianismo», também por outro lado os socialistas de esquerda do USPD e os comunistas do KPD tinham os olhos postos no regime soviético, cujas concepções e práticas estavam em «íntima afinidade» com «o socialismo prussiano de Leusch, Plenge e Spengler, que celebram no Estado

<sup>410</sup> J. P. Faye (1980) 32-34.

<sup>411</sup> E. H. Carr (1966) III 177.

prussiano o prelúdio ao socialismo e no socialismo uma realização da ideia prussiana do Estado».

Neste panorama desolador, o que é que o representante do austro-marxismo tinha para oferecer? «Devemos [...] opor ao prussianismo uma outra concepção de Estado [...]: um socialismo que encontre as raízes no desejo de liberdade dos indivíduos, que tenha como fonte a espontaneidade das massas, que se proponha como objectivo o *self-government* de todos os trabalhadores». Mas como lá chegar? Seria por engano que na república de Weimar, contra uma social-democracia atrelada à noção prussiana de Estado, se erguiam apenas uma extrema-direita que confundia o Estado prussiano com o socialismo e uma extrema-esquerda que apresentava uma versão do socialismo que pouco diferia do Estado prussiano? As teias do nacional-bolchevismo germânico eram fortes demais para ser rompidas pelas aspirações de Otto Bauer, e ele mesmo se deixou enlear quando fundiu a revolução social com a emancipação nacional. «A Alemanha encontra-se hoje perante os tratados de 1919 como a Polónia se encontrou perante os tratados de 1815: a sua única esperança é a revolução internacional, que destrua o sistema de dominação imperialista. A partir do momento em que o futuro da nação passa a ter como base possível apenas a revolução internacional, a condução da nação pertence à sua única classe revolucionária, ao proletariado, e a própria nação converte-se numa vanguarda da revolução mundial». Otto Bauer, que começara pela crítica ao nacional-bolchevismo, terminou atribuindo ao proletariado revolucionário uma missão nacional e conferindo à nação o papel de vanguarda revolucionária, como se todos os caminhos levassem à mesma estratégia perversa. Nem lhe faltou uma intuição de aprendiz de feiticeiro. «Este é o sentido histórico, para ela mesma ainda oculto, da revolução alemã»<sup>412</sup>. Chegados ao poder treze anos depois, os nacionais-socialistas mostrariam o que significava transformar a nação germânica na vanguarda de uma revolução europeia contra o tratado de Versailles, dando aos vaticínios de Bauer um sentido inteiramente oposto ao que ele desejara, mas que foi historicamente o seu único sentido. Reflectindo sobre tudo isto tarde demais, na emigração, um grupo de socialistas de esquerda considerou que «o movimento fascista se propagou tanto mais facilmente [...] aos estratos sociologicamente próximos do proletariado desempregado quanto o caminho já estava preparado por um trabalho de agitação nacional-bolchevista»<sup>413</sup>.

<sup>412</sup> O livro de Otto Bauer *Bolschewismus oder Sozialdemokratie?* encontra-se em grande parte reproduzido em G. Marramao (1977) 143-230. O trecho aqui analisado pode ler-se nas págs. 228-230 (a expressão inglesa vem no original).

<sup>413</sup> A proposta de plataforma para uma frente única antinazi elaborada pelo Círculo dos Socialistas Revolucionários, *Der Weg zum sozialistischen Deutschland*, publicada em 1934, encontra-se antologada em id., *ibid.*, 306-354. A passagem citada vem na pág. 320.

Os dois campos de origem do novo sintagma político, o nacionalismo e o bolchevismo, articularam-se em função de um pólo de repulsa comum, o Partido Social-Democrata e a sua atitude relativamente às reparações de guerra. No que dizia respeito à solidariedade entre os trabalhadores dos vários países, ou mesmo entre as suas burocracias partidárias e sindicais, o internacionalismo defendido pelo SPD revelara-se repetidamente uma palavra vã, só adquirindo substância a propósito dos movimentos de capital. Os sociais-democratas, ironizou quem fora um deles, «acreditavam que a solução de todos os problemas económicos consistiria numa expansão financiada por empréstimos externos e [...] consideravam como um extraordinário mago das finanças qualquer presidente de câmara ou tesoureiro municipal social-democrata capaz de obter um empréstimo norte-americano»<sup>414</sup>. O programa do SPD adoptado no congresso de Heidelberg, em Setembro de 1925, reivindicava a «abolição do sistema de tarifas aduaneiras proteccionistas através de contratos comerciais a longo prazo em nome da livre troca de bens e da integração económica das nações». E na secção de política internacional o partido afirmava o seu empenho na «criação de uma unidade económica europeia, que as circunstâncias económicas actuais tornam urgente, tendo em vista a formação dos Estados Unidos da Europa [...]»<sup>415</sup>. A social-democracia não concebia nenhum tipo de internacionalização que não se devesse à livre circulação dos capitais.

Ora, desde que as fronteiras dividissem as lutas dos trabalhadores, que perspectivas se abriam a uma extrema-esquerda ansiosa antes de mais pela conquista do poder, e que devia por isso ser pragmática e contar com as possibilidades imediatas? O nacionalismo parecia a única opção. Surgiu assim no meio operário uma câmara de eco do principal tema emitido pela extrema-direita, que acusava o tratado de Versailes de ter convertido a Alemanha numa colónia das democracias plutocráticas e sentia o pagamento das reparações de guerra como uma exploração colectiva, a proletarização da nação<sup>416</sup>. A «nação proletária» inventada por Corradini fora actualizada nos moldes do nacional-bolchevismo. Nada mais natural, então, do que transportar para o âmbito nacional as preocupações sociais que caracterizavam as perspectivas de classe e confundir o socialismo com a libertação do país das cláusulas impostas pelos vencedores. Mediante a

<sup>414</sup> F. Neumann (1943) 37.

<sup>415</sup> Antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 114 e 115.

<sup>416</sup> J. P. Faye (1980) 74, 105, 126-127, 141, 233, 457. Referindo-se à época de Weimar, um apologista checo do nacional-socialismo escreveu que «enquanto no Ocidente se formou uma extensa série de camadas sociais e de interesses, na Alemanha só havia, afinal, duas classes: explorados e exploradores, estando estes ao serviço dos agiotas ocidentais». Ver E. Moravec (1941) 35 (introduzi uma modificação na tradução).



redução da dialéctica a jogos de palavras, o socialismo cumprir-se-ia na nação quando esta pudesse ter de novo uma vontade de império. Hitler, sempre pronto a envolver a prática nas imagens paradoxais da sua oratória, afirmou em Outubro de 1920 que aos nacionalistas da direita faltava o sentido social e aos socialistas da esquerda, o sentido nacional<sup>417</sup>, e repetiu o tema noutra discurso: «Nacional e social são duas concepções idênticas. Ser social significa edificar o Estado e a comunidade do povo [...]»<sup>418</sup>. Mais fogosamente escreveu Goebbels em 1930: «O socialismo adquire a sua forma específica, acima de tudo, ao tornar-se camarada de armas da energia propulsora que emana de um recém-desperto nacionalismo»<sup>419</sup>. Transpondo esta tese para o plano rácico, Rosenberg afirmou, também em 1930, que «para nós o socialismo não se limita a ser a instauração resoluta de medidas protectoras da raça nem um mero sistema político-económico ou político-social. Ele provém de valores inatos, quer dizer, da vontade. [...] Como o sangue se identifica com essa vontade, as palavras socialismo e nacionalismo não se opõem mas, na sua essência mais profunda, identificam-se nos mesmos termos filosóficos»<sup>420</sup>.

Neste contexto definiram-se as duas alternativas estratégicas do KPD, entre as quais oscilou regularmente desde a fundação nos últimos dias de 1918 até à destruição pelo nacional-socialismo em 1933: ou cativar as forças da extrema-direita e do fascismo no quadro de uma vontade de afirmação nacionalista ou estabelecer uma frente comum com a social-democracia no âmbito da unidade de acção da classe operária. A intervenção do Komintern na Alemanha ficou aprisionada neste dilema. «A rejeição do tratado de Versailles», observou um historiador, «esteve na base da “orientação para Leste”, tão típica do KPD, mediante a qual ele propagou a ideia da luta contra o imperialismo ocidental e da aliança com a Rússia soviética e praticou [...] várias vezes, malgrado todas as suas declarações internacionalistas, uma política extremamente nacionalista»<sup>421</sup>. Quando sabemos que o Partido Comunista alemão depressa se tornou o mais forte dos seus congéneres fora da União Soviética<sup>422</sup>, compreendemos que ao pesquisar os rastros do nacional-bolchevismo não estou a ceder a nenhuma morbidez arqueológica, mas, pelo contrário, a desvendar uma das questões políticas cruciais daquela época.

Preso em Berlim desde Fevereiro de 1919, o delegado do Partido Comunista Russo junto aos comunistas alemães, Karl Radek, passou a partir de Agosto a beneficiar de um regime privile-

<sup>417</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 17.

<sup>418</sup> Citado em K. Heiden (1934) 93.

<sup>419</sup> Antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 137.

<sup>420</sup> A. Rosenberg (1986) 551; id. [s. d.] 400.

<sup>421</sup> O. K. Flechtheim (1972) 82.

<sup>422</sup> Id., *ibid.*, 17; H. Weber (1979) 61.

giado e desde então até à sua libertação, em Dezembro, manteve o que ele próprio descreveu como um «salão político», recebendo a visita de inúmeras personalidades, entre elas oficiais monárquicos, como o general von Reibnitz e o coronel Max Bauer, empresários de grande prestígio e importância económica, como Rathenau, e também ideólogos da direita radical, como Moeller van den Bruck<sup>423</sup>. Apesar disto, ou talvez por isto mesmo, foi Radek o primeiro a censurar a orientação defendida por Laufenberg e Wolffheim, dando-lhe em Novembro de 1919 o nome por que ficou conhecida, «nacional-bolchevismo»<sup>424</sup>. Dirigido por Paul Levi e renovado e engrandecido no final de 1920 graças à adesão massiva da esquerda do USPD, o KPD recusava-se então a confundir a rejeição do tratado de Versailles com a restauração dos anseios do nacionalismo e inaugurou em Janeiro de 1921 uma estratégia de unidade proletária, procurando convencer a social-democracia a aceitar uma frente comum<sup>425</sup>. Interrompido em Março por uma tentativa frustrada de sublevação armada, acompanhada por uma aliança com o KAPD<sup>426</sup>, o esforço unitário foi retomado a partir do Verão e prosseguido de maneira sistemática até 1923, primeiro sob a condução de Ernst Meyer e em seguida sob a direcção conjunta de Heinrich Brandler e August Thalheimer<sup>427</sup>. Uma vez mais foi Radek, substituindo Béla Kun enquanto principal delegado do Komintern junto ao KPD e superintendendo a política de aproximação ao operariado social-democrata, o responsável por uma orientação antagónica do nacional-bolchevismo<sup>428</sup>. Tanto mais espectacular se tornou a inversão da estratégia ditada por Moscovo e aplicada por este seu agente. Vejamos em que circunstâncias se operou a fatal reviravolta.

Em Janeiro de 1923 o Ruhr, uma das províncias alemãs mais industrializadas, foi submetido à ocupação militar franco-belga, com o objectivo de obrigar um país exaurido ao pagamento das reparações de guerra em atraso. Tornou-se necessária a aceitação do Plano Dawes pelo governo alemão, em Agosto de 1924, para que as tropas invasoras saíssem em Julho e Agosto de 1925. Se a assinatura do tratado de Versailles representara a desonra nacional para a extrema-direita, e para a extrema-esquerda a submissão ao imperialismo francês, estes sentimentos foram

<sup>423</sup> P. Broué (2006) 601; J. P. Faye (1980) 29, 36, 82, 92. Acerca da evolução das condições de detenção de Radek ver E. H. Carr (1966) III 140-141. A expressão de Radek vem citada em *id.*, *ibid.*, 141.

<sup>424</sup> P. Broué (2006) 326; J. P. Faye (1980) 82-84.

<sup>425</sup> E. H. Carr (1966) III 332-333; O. K. Flechtheim (1972) 99; H. Weber (1979) 45. No seu relatório de 6 de Agosto de 1943 na Research and Analysis Branch, Franz Neumann citou Radek e Levi como os dois dirigentes do KPD a quem se deveria o afastamento dos nacionais-bolchevistas. Ver R. Laudani (org. 2013) 267.

<sup>426</sup> P. Broué (2006) 499-502; E. H. Carr (1966) III 335-336; O. K. Flechtheim (1972) 101-102.

<sup>427</sup> E. H. Carr (1966) III 410-412; O. K. Flechtheim (1972) 104 e segs.; H. Weber (1979) 47 e segs. Hermann Weber, *op. cit.*, 47 afirmou que a política de frente comum fora retomada em 1922, mas Edward Hallett Carr, *op. cit.*, III 410 e Ossip Flechtheim, *op. cit.*, 104 indicaram que se regressara a essa estratégia no congresso de Agosto de 1921. P. Broué (2006) 527-598 confirmou esta cronologia e mostrou como a intervenção pessoal de Lenin no 3º Congresso do Komintern fora decisiva para que se retomasse a política unitária anteriormente prosseguida por Levi.

<sup>428</sup> O. K. Flechtheim (1972) 108.

levados ao auge com a ocupação do Ruhr, precipitando a convergência dos dois campos opostos. Quatro dias antes da entrada dos exércitos estrangeiros, uma conferência dos partidos comunistas da Alemanha, da França, da Bélgica, da Itália, da Holanda e da Checoslováquia decidira apelar à resistência contra o imperialismo francês<sup>429</sup>, mas esta proclamação internacionalista deu afinal lugar a uma actuação estritamente nacionalista<sup>430</sup>. Já em meados de 1921 o principal magnate do aço naquela região previra com optimismo que «se o inimigo ocupar o Ruhr, uma boa parte dos trabalhadores abandonará os sociais-democratas e a esquerda liberal para se unir à corrente nacional»<sup>431</sup>. E quando teve início a invasão um relatório oficial alemão anunciou que «os trabalhadores, inclusivamente os socialistas de esquerda e os dirigentes sindicais, apoiariam os seus patrões»<sup>432</sup>. Com efeito, sem a ajuda dos sindicatos o governo e os grandes industriais não poderiam ter prosseguido no Ruhr uma política de resistência passiva sustentada pela hiperinflação<sup>433</sup>.

É certo que em 1923 Brandler e Thalheimer, na direcção do KPD, continuaram a aplicar com aparente êxito a estratégia da frente comum com a social-democracia, procurando ampliá-la e conjugar a unidade operária na base com os acordos entre cúpulas, a tal ponto que em Outubro os comunistas participaram em dois governos estaduais junto com o SPD<sup>434</sup>. Mas entretanto, e sem abandonar esta orientação, o Komintern pretendeu recorrer igualmente à política oposta e competir em nacionalismo com o fascismo e a direita radical. Em 25 de Março de 1923 o principal órgão do KPD publicou um artigo de Radek em que os comunistas alemães foram censurados pelo facto de se terem esquecido de lutar «em nome de todo o povo», especialmente em nome das camadas sociais que, apesar de não pertencerem ao proletariado, sofriam com a grave crise económica<sup>435</sup>. Cabia aos comunistas concorrer com a extrema-direita e o fascismo na mobilização daquelas camadas, e esta orientação foi adoptada em Maio pelo comité executivo do Komintern, que declarou: «O Partido Comunista alemão deve mostrar claramente às massas nacionalistas da pequena burguesia e dos intelectuais que só a classe operária, depois de ter alcançado a vitória, conseguirá defender o território alemão, os tesouros da cultura alemã e o futuro da nação»<sup>436</sup>. Sem qualquer ambiguidade, a instância suprema do comunismo internacional determinou que os comunistas se pusessem à frente da entidade nacional e dos valores nacionais, e poucos dias

<sup>429</sup> J. P. Faye (1980) 94.

<sup>430</sup> O. K. Flechtheim (1972) 112-113.

<sup>431</sup> Declaração de Paul Reusch, presidente da administração da Gutehoffnungshütte, a principal empresa siderúrgica do Ruhr, citada em Ch. S. Maier (1988) 311-312.

<sup>432</sup> Citado em id., *ibid.*, 457.

<sup>433</sup> Id., *ibid.*, 468, 470, 473-474.

<sup>434</sup> O. K. Flechtheim (1972) 109, 114-117, 123-125.

<sup>435</sup> Citado em P. Broué (2006) 723.

<sup>436</sup> Citado em id., *ibid.*, 723.

depois o comité central do KPD repetiu o tema<sup>437</sup>. Até que em 12 de Junho, numa reunião alargada do comité executivo do Komintern, Radek se congratulou pelo facto de os nacionalistas mais extremos terem passado a ver no KPD um aliado: «É significativo que um jornal nazi tenha atacado violentamente as suspeitas que habitualmente envolvem os comunistas; ele diz que os comunistas são um partido combativo, que cada vez mais se está a tornar nacional-bolchevista». E aquele mentor dos comunistas alemães, que três anos e meio antes estigmatizara o «nacional-bolchevismo» de Laufenberg e Wolffheim, argumentou: «Em 1920 o nacional-bolchevismo representava uma orientação favorável a certos generais. Hoje ele expressa o sentimento unânime de que a salvação reside nas mãos do Partido Comunista. Somos os únicos a poder encontrar uma saída para a situação em que a Alemanha actualmente se encontra. *Colocar a nação em primeiro lugar significa, na Alemanha tal como nas colónias, proceder a um acto revolucionário*»<sup>438</sup>. Comentando apreciativamente este discurso, Zinoviev, que era então a figura cimeira do Komintern, elogiou o KPD pelo facto de não interpretar «o seu carácter de classe num sentido corporativista»<sup>439</sup>, o que significa, se as palavras querem dizer alguma coisa, que o carácter de classe se tornara excelente quando deixara de ser de classe. Três dias depois, a 15 de Junho, ainda perante o comité executivo do Komintern, Radek insistiu na vocação nacional-bolchevista do proletariado alemão ao afirmar que «só a classe operária pode salvar a nação»<sup>440</sup>.

Cinco dias mais tarde Radek pronunciou na mesma assembleia um discurso que se tornou célebre, em homenagem a Leo Schlageter, um activista que oscilava entre a extrema-direita e o fascismo e que as tropas ocupantes do Ruhr haviam fuzilado no mês anterior. Schlageter, na indubitável eloquência de Radek, teria sido «o viajante do nada» se os seus companheiros dos corpos francos e das organizações fascistas não começassem a dar um sentido social positivo às aspirações nacionalistas, abandonando a hostilidade à União Soviética e enfrentando exclusivamente o imperialismo ocidental, e apoiando-se na classe operária em vez de se colocarem ao serviço dos grandes capitalistas para esmagar as greves e os movimentos de revolta. Tratava-se, em suma, de atrair os fascistas para o campo do comunismo. Radek formulou estas teses com prudência, insinuando que deveria estabelecer-se uma frente unida não só contra o capital da *Entente* mas ainda contra o capital germânico, o que decerto mostra que a nova orientação depurava com a desconfiança de uma parte dos dirigentes e militantes comunistas. Mas as implicações

<sup>437</sup> Id., *ibid.*, 724.

<sup>438</sup> Citado em id., *ibid.*, 725 (sub. orig.). Num relatório de 6 de Agosto de 1943, Franz Neumann datou de 1923 a introdução do nacional-bolchevismo no KPD e ligou esta orientação aos interesses da política externa soviética depois da assinatura do tratado de Rapallo. Ver R. Laudani (org. 2013) 268.

<sup>439</sup> Citado em P. Broué (2006) 725.

<sup>440</sup> Citado em id., *ibid.*, 726 (sub. orig.).

das suas palavras eram iniludíveis. Nos vazios lógicos da argumentação de Radek ficou marcado o espaço que seria depois preenchido por uma das convicções mais arreigadas da ortodoxia moscovita, já que o orador não encontrava para o grande capital alemão nenhuma base nacional e o apresentava como se fosse inteiramente sustentado pelo estrangeiro. Esta peculiar concepção de imperialismo, que descrevia os maiores capitalistas como um corpo alheio ao país e confundia com a classe trabalhadora os demais estratos sociais dominantes, identificava-se com as noções correntes na extrema-direita e no fascismo e constituía o quadro teórico necessário para dissolver a luta de classes numa afirmação de orgulho patriótico. Os últimos apelos do discurso desfiguraram o internacionalismo numa «família de povos lutando pela emancipação» e converteram-no, afinal, numa soma de nacionalismos. Nestes termos o proletariado alemão defenderia não a sua autonomia enquanto classe, mas a coesão de todo o povo, confundindo o comunismo e a nação<sup>441</sup>. Aquele que primeiro denunciara esta estratégia e lhe forjara o nome por que é conhecida, e que ainda cinco meses antes, no 8º Congresso do KPD, se mostrara sobretudo interessado no êxito da frente comum e na formação de coligações governamentais com o SPD<sup>442</sup>, havia operado uma viragem de cento e oitenta graus.

O discurso de Radek anunciou o novo rumo. Numa publicação do Komintern, Victor Serge, que viera do anarquismo para o bolchevismo e depois se situou sempre na ala esquerda do comunismo, interpelou em Agosto de 1923 «os intelectuais proletarizados, jovens das classes médias que caíram na pobreza e são perseguidos pelas saudades da Alemanha dos Hohenzollern, grande e próspera». Recordando-lhes que «juntamente com o social-democrata Noske eles haviam derrotado três tentativas revolucionárias», Serge apontou-lhes, perante a Alemanha faminta, humilhada pelos outros países e que «pode ser espezinhada por qualquer soldado francês», «o exemplo da Rússia vermelha, que inegavelmente se tornou uma das grandes potências da Europa e da Ásia», respeitada internacionalmente e cuja economia recomeçara a crescer. «É um facto comprovado que de agora em diante a burguesia é indigna de dirigir nações», afirmou Serge, para concluir que «desde a guerra mundial o proletariado internacionalista é o único verdadeiro representante dos interesses vitais das nações»<sup>443</sup>. Rapidamente criou raízes esta peculiar dialéctica que atribuía ao internacionalismo uma vocação nacionalista, e outras vozes mais sonantes disseram o mesmo.

<sup>441</sup> O discurso de Karl Radek «Leo Schlageter: Der Wanderer ins Nichts», publicado em *Die Rote Fahne*, 26 de Junho de 1923, está antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 312-314. Ver também sobre esta questão P. Broué (2006) 727, J. P. Faye (1980) 92, 97-98, 405, O. K. Flechtheim (1972) 118 e F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 269. É curioso que mais tarde Hitler, já chanceler, gostasse de se intitular um «viajante solitário vindo do nada». Ver J. C. Fest (1974) 892.

<sup>442</sup> O. K. Flechtheim (1972) 116.

<sup>443</sup> Este artigo de Victor Serge, publicado na *Correspondance Internationale*, 4 de Agosto de 1923, está antologado em I. Birchall (org. 2011) 70-77. As passagens citadas encontram-se nas págs. 75-77.

Mátyás Rákosi, dirigente comunista húngaro que era, ou fora, um dos representantes do Komintern junto ao KPD, escreveu num artigo que «um partido comunista [...] deve levar em conta a questão nacional do seu país. [...] O partido alemão conseguiu-o com muito êxito. [...] Está em vias de fazer com que os fascistas alemães percam a arma nacionalista»<sup>444</sup>. A história haveria de mostrar, pelo contrário, que a nova orientação entregara às manipulações dos fascistas a arma comunista.

A partir de Julho ou Agosto de 1923 o comité executivo do Komintern encetou os preparativos para reproduzir na Alemanha o modelo insurreccional bolchevista, mas agora no contexto de uma luta de âmbito nacional e com objectivos nacionalistas<sup>445</sup>. Entretanto o Komintern indicou aos comunistas alemães que iniciassem na Prússia Oriental negociações com a Orgesch, aquele corpo franco da extrema-direita que dois anos antes seduzira Laufenberg e Wolffheim, e que actuava clandestinamente porque no final de 1920 fora proibido pelo Ministério do Interior prussiano<sup>446</sup>. Mesmo Brandler e Thalheimer, que se identificavam com a política de frente comum com a social-democracia, passaram a defender o carácter nacional da resistência e a afirmar que a burguesia alemã podia, ainda que provisoriamente, desempenhar um papel revolucionário, desde que os comunistas se pusessem à frente do movimento e encabeçassem resolutamente a luta nacional<sup>447</sup>. A imprensa oficial do KPD abriu então as páginas a algumas personalidades eminentes da extrema-direita ou do fascismo, como Moeller van den Bruck ou o conde zu Reventlow, um dos chefes do bloco parlamentar racista e figura destacada do anti-semitismo<sup>448</sup>. Entretanto, dirigentes comunistas locais mandaram imprimir cartazes com a estrela soviética e a cruz suástica para anunciar a presença de oradores nacional-socialistas ao lado de comunistas em comícios

<sup>444</sup> Citado em O. K. Flechtheim (1972) 118. Ver também o relatório de Franz Neumann em R. Laudani (org. 2013) 269.

<sup>445</sup> P. Broué (2006) 755 e segs.; O. K. Flechtheim (1972) 122-123; H. Weber (1979) 53-55. Segundo I. Deutscher (1964) 339, no Outono de 1923 Trotsky, cada vez mais irritado com a oposição que lhe era erguida no *bureau* político, pediu que aceitassem a sua demissão de todos os cargos que ocupava na União Soviética e o deixassem partir para a Alemanha e colaborar na preparação da insurreição; com efeito (pág. 344), Trotsky defendia que nessa ocasião seria possível desencadear na Alemanha uma insurreição triunfante. Por seu lado, Benoist-Méchin (1964-1966) II 264 n. 3 e IV 244 pretendeu que o general Tukhatchevsky fora então enviado para a Alemanha, com o encargo de assumir o comando da Guarda Vermelha, se os acontecimentos viessem a permiti-lo.

<sup>446</sup> J. P. Faye (1980) 25, 89.

<sup>447</sup> Id., *ibid.*, 94-95.

<sup>448</sup> P. Broué (2006) 728; O. K. Flechtheim (1972) 118; H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 314; F. Neumann em *id.*, *ibid.*, 269; H. Weber (1979) 54 n. 104. Segundo O. Strasser (1940) 24-25, personalidades comunistas como Radek eram ao mesmo tempo convidadas para colaborar em órgãos da extrema-direita. É interessante verificar como Victor Serge, situado na ala esquerda dos comunistas, defendeu a criação de plataformas de discussão entre o KPD e os fascistas num artigo publicado no órgão do Komintern *Correspondance Internationale*, 29 de Setembro de 1923, antologado em I. Birchall (org. 2011) 124-138. Serge anunciou (pág. 127) que pretendia «esclarecer as nossas ideias a respeito daquilo a que imbecis — ou políticos desonestos — chamaram “nacional-bolchevismo”». Por seu lado, Pierre Broué, *op. cit.*, 728 afirmou que «é necessária muita miopia — ou má-fé — para discernir qualquer desejo de entendimento com o nazismo» nas intervenções de Radek subsequentes ao seu discurso em homenagem a Schlager; e em seguida, como se a cegueira voluntária fosse o antídoto à alegada miopia, este historiador trotskista deu numerosos exemplos da aproximação operada pelos dirigentes do KPD relativamente à extrema-direita e ao fascismo.

conjuntos<sup>449</sup>. Poder-se-ia aplicar uma estratégia mais claramente nacional-bolchevista, tanto nas palavras como nos actos?

Sem dúvida que sim, e foi o que fez a ala esquerda do KPD. Nesta encruzilhada de paradoxos, procurar um terreno de conciliação com a social-democracia, que assegurasse a unidade política da classe operária, correspondia a apoiar uma força conservadora, um dos mais sólidos esteios da república, o que implicava a aceitação do quadro institucional promulgado em Weimar. Enquanto uma orientação insurreccional, voltada antes de mais contra o tratado de Versailles, significava a recusa do sistema parlamentar e permitia uma convergência com as forças da extrema-direita e do fascismo, que se opunham à república pelos mesmos motivos nacionalistas. Quando, em 2 de Agosto de 1923, os nacionais-socialistas de Estugarda convidaram o dirigente e deputado comunista Hermann Remmele a intervir num debate, o principal órgão social-democrata acusou-o de ter declarado que os comunistas preferiam aliar-se aos nacionais-socialistas do que ao SPD<sup>450</sup>. Com efeito, nesse mesmo Verão Remmele proclamou aos nacionais-socialistas da Baviera: «Estais a lutar contra a finança judaica. Muito bem, mas é preciso também lutar contra a outra finança, a dos pares de Thyssen, Krupp, Stinnes e Klöckner!». E Victor Serge, depois de ter citado esta passagem do discurso, considerou que Remmele «levou assim esses anti-semitas a aplaudirem a luta de classes». Se o democrata austríaco Ferdinand Kronawetter, numa frase que imediatamente se tornara célebre, havia classificado o anti-semitismo como «socialismo dos palermas»<sup>451</sup>, agora a esquerda do Komintern promovia-o a prefácio da inteligência política. E quando Remmele perguntou àquela audiência se eram patriotas e perante a afirmativa indagou «qual de vós quer morrer por esta Alemanha capitalista» e obteve a resposta unânime de «ninguém», ele acabou por concluir, com o aplauso de Victor Serge, que «a unidade nacional da Alemanha não pode apoiar-se senão no movimento operário internacional»<sup>452</sup>. Outras personalidades comunistas recorreram à mesma dialéctica confusa que via no internacionalismo a condição do nacionalismo e encontrava no ódio aos judeus o primeiro passo da revolução social. Ruth Fischer, a figura mais destacada na ala esquerda do KPD, personificando a oposição a Brandler e a Thalheimer e gozando de grande prestígio entre os comunistas do Ruhr, o principal foco deste conflito<sup>453</sup>, apelou no Verão de 1923 para a extrema-direita e os fascistas: «O Reich alemão só

<sup>449</sup> H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 314; F. Neumann em id., *ibid.*, 269-270.

<sup>450</sup> P. Broué (2006) 729; K. Heiden (1934) 117-118, 128. Veja-se a este respeito H. Weber (1979) 54 n. 104.

<sup>451</sup> S. Beller (2011) 40.

<sup>452</sup> Estas passagens de um artigo de Victor Serge que inclui as citações de Remmele, publicado na *Correspondance Internationale*, 29 de Setembro de 1923, encontram-se em I. Birchall (org. 2011) 127-128.

<sup>453</sup> O. K. Flechtheim (1972) 117 escreveu que «a bacia do Ruhr era uma fortaleza da oposição chefiada por Ruth Fischer», mas H. Weber (1972) 305 corrigiu esta afirmação e esclareceu que a cabecilha da ala esquerda «não dominava no Ruhr, onde os partidários de Brandler [...] tinham uma pequena maioria».

poderá ser salvo se tomardes consciência, senhores dos grupos racistas, de que deveis lutar em colaboração com as massas organizadas no KPD». Ao solicitar este apoio Ruth Fischer, apesar de judia, não se esquivou a incentivar o anti-semitismo, considerando-o um componente do movimento nacional que o seu partido pretendia encabeçar: «Quem luta contra o capital judaico [...] é já um combatente de classe, mesmo que o não saiba. [...] Abatam os capitalistas judeus, enforcem-nos nos candeeiros, esmaguem-nos!». Que malabarismos a dialéctica inspirava, justificando o anti-semitismo em termos de classe! O que na verdade interessava à dirigente da ala esquerda era uma atitude nacionalista, que identificasse o inimigo não como uma classe social mas como uma nação adversa. «O imperialismo francês é agora o maior perigo mundial. A França é o país da reacção», disse ela. «Só aliado à Rússia [...] o povo alemão pode expulsar o capitalismo francês da bacia do Ruhr»<sup>454</sup>. Contudo, para que a estratégia nacional-bolchevista do Komintern e do Partido Comunista da Alemanha obtivesse resultados seria necessário que a extrema-direita e os fascistas manifestassem igual empenho.

O discurso sobre «o viajante do nada» recebeu um acolhimento interessado em vários meios da direita radical, incluindo os racistas<sup>455</sup>. É certo que entre os nacionais-socialistas Rosenberg reagiu negativamente às palavras de Radek, reafirmando o anti-semitismo e recordando que a destruição do bolchevismo era o objectivo fundamental, e Hitler tomou uma atitude semelhante, como se percebe pela leitura de *Mein Kampf*<sup>456</sup>. Mas outros sectores do NSDAP mostraram-se receptivos ao diálogo e o KPD procurou a todo o custo proceder a debates públicos, tanto convi-

<sup>454</sup> Citada em O. K. Flechtheim (1972) 119 e F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 270 e, parcialmente, em P. Broué (2006) 729 n. 92 e E. Nolte (1989) 99. Note-se que Ossip Flechtheim e Franz Neumann referiram como fonte destas declarações um livro de Georg Schwarz acerca do qual H. Weber (1972) 277-278 levantou sérias restrições. Neste caso, porém, Flechtheim mencionou igualmente a conhecida obra de Franz Borkenau. Além disso, H. Weber (1979) 54 n. 104 confirmou que Ruth Fischer adoptara em público posições nacionalistas extremas. Por seu lado, Ernst Nolte, op. cit., 457 n. 8 indicou como fonte directamente *Die Aktion*. Este jornal, dirigido por Franz Pfemfert, era então o órgão de uma corrente comunista de oposição, crítica do regime soviético e situada à esquerda do KPD. A este respeito, Ernst Nolte observou (pág. 99): «Mesmo sendo possível que o correspondente, Franz Pfemfert, tivesse tomado algumas liberdades poéticas ao relatar estas frases, o certo é que tanto em 1923 como mais tarde se encontram muitas afirmações semelhantes [...]». Note-se ainda que, segundo Pierre Broué, op. cit., 729 n. 92, *Vorwärts*, o principal órgão do SPD, denunciou as declarações anti-semitas de Ruth Fischer sem que ela as tivesse desmentido. Alguns anos mais tarde, também Richard Scheringer evocaria a necessidade de lutar contra o «capitalismo judaico». Citado em T. S. Brown (2005) 337. Este tipo de atitudes tem vínculos históricos muito profundos. A aversão manifestada por Makhaisky contra os intelectuais, que ele considerava como sucessores da velha burguesia na exploração capitalista, levava-o em 1905 a encontrar alguns aspectos positivos no populismo anti-semita das Centúrias Negras e a admitir como sendo um ataque ao capitalismo o saque das lojas de judeus. Ver M. S. Shatz (1989) 94-95. Prosseguindo muito mais longe na mesma direcção, Bruno Rizzi, que nas vésperas da segunda guerra mundial acabara de romper com o trotskismo, pretendeu que «a luta contra o capitalismo se identifica forçosamente, mesmo que só de forma parcial, com a luta contra o povo judeu». E acrescentou: «A luta racista do nacional-socialismo e do fascismo não é, no fundo, senão uma luta antipcapitalista conduzida [...] de uma maneira errada na teoria, mas justa na prática. [...] Nós, marxistas, podemos ter uma visão mais clara, incluindo o antijudaísmo no anticapitalismo». Ver B. R[izzi]. (1939) 294-296 e 299 (sub. orig.).

<sup>455</sup> J. P. Faye (1980) 98.

<sup>456</sup> A. Hitler (1995) 620.



dando oradores nacional-socialistas a intervirem nas suas reuniões como tentando participar em comícios organizados pelos nacionais-socialistas<sup>457</sup>, até que a 14 de Agosto de 1923 a direcção do NSDAP pôs termo à promiscuidade<sup>458</sup>. O verdadeiro eco da homenagem de Radek a Schlageter soaria quase dois anos e meio depois de ele a ter proferido, na carta aberta endereçada por Goebbels a um «caro amigo da esquerda». A discordância entre comunistas e nacionais-socialistas, afirmou o mestre da propaganda, que era então um dos fiéis de Gregor Strasser e não começara ainda a caçar por conta de Hitler nas coutadas do populismo, não dizia respeito às reivindicações de carácter social, pois «ninguém que pense honestamente pretenderá hoje negar a razão de ser dos movimentos operários» e «já não é necessário discutir se é justificada a reivindicação dos assalariados alemães para obterem uma compensação social, tal como não necessitamos de discutir se a plebe sem direito de voto pode ou deve viver». O confronto entre as duas correntes políticas incidia apenas na questão do nacionalismo e do internacionalismo e, quanto a este assunto, era o «caro amigo» comunista quem estava equivocado, pois o pan-eslavismo tornara-se o verdadeiro carácter da Rússia bolchevista. Não existiam mais traços de internacionalismo no país dos soviets, mas exclusivamente um nacional-bolchevismo. Quanta ironia estava subjacente às palavras de Goebbels! Os dirigentes comunistas haviam-se esforçado por persuadir os nacionalistas a encaminharem-se em direcção ao movimento operário, e agora o futuro Gauleiter de Berlim anunciava que era o próprio proletariado russo quem tinha sido arrebatado pelos ideais nacionalistas. A partir daqui podia chegar-se a uma conclusão realmente interessante. Se o nacional-bolchevismo negara o internacionalismo, ele devia igualmente combater os judeus, cosmopolitas aplicados em dissolver a ideia de nação: «O Judeu num Estado nacional-bolchevista é um absurdo». Empregando esta lógica, o Doutor Goebbels anunciou o anti-semitismo como sequência natural do nacional-bolchevismo e convidou o «caro amigo da esquerda» a juntar a sua acha às novas fogueiras<sup>459</sup>. Já Remmele e Ruth Fischer o haviam feito.

No segundo semestre de 1923 os comunistas não encontraram na direita radical nem nos fascistas um apoio que compensasse a falta de ânimo do operariado para se lançar em acções desesperadas. Quem preparava então um golpe de Estado não eram os populistas do norte da Alemanha, de simpatias nacional-bolchevistas, mas os nacionais-socialistas fanaticamente anticomunistas da Baviera, chefiados por Hitler. E como a frente comum com a social-democracia pouco

<sup>457</sup> P. Broué (2006) 728-729. Este historiador considerou (pág. 729) que «os oradores comunistas se deixaram por vezes entusiasmar pelo seu desejo de agradar à assistência e procederam a perigosas concessões, pelo menos verbais».

<sup>458</sup> Id., *ibid.*, 729.

<sup>459</sup> A carta aberta de Joseph Goebbels «Nationalsozialismus oder Bolschewismus?», publicada nas *N-S Briefe*, 25 de Outubro de 1925, encontra-se antologada em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 127-129.

ou nada ajudava na elaboração dos planos insurreccionais do KPD, o alheamento da grande parte dos activistas da extrema-direita e do fascismo populista comprometeu os anseios revolucionários do Komintern. No final de Outubro os comunistas desactivaram a sua planeada insurreição, que só ocorreu em Hamburgo, onde foi facilmente derrotada<sup>460</sup>. E no mês seguinte o fiasco da intona da cervejaria não liquidou apenas a estratégia insurreccional do futuro Führer, mas assinalou igualmente o fracasso das esperanças do KPD de mobilizar o outro extremo do leque político para iniciarem aventuras armadas. Todavia, de modo nenhum ficaram postas em causa as aspirações nacional-bolchevistas do comunismo germânico.

A situação pareceu confusa a alguns historiadores, que se questionaram acerca das verdadeiras razões que teriam levado o KPD a participar em Outubro de 1923 com os socialdemocratas nos governos da Saxónia e da Turíngia, enquanto ao mesmo tempo procurava atrair para a sublevação as simpatias da extrema-direita e dos fascistas. Contudo, a estratégia conduzida pelo comité executivo do Komintern não deixa lugar para dúvidas. As prioridades haviam-se invertido. O objectivo principal passara a ser a abertura aos nacionalistas, convertendo-se a aproximação ao SPD numa simples manobra táctica. «Na Saxónia ele [o proletariado] vai usar o poder de Estado para se armar», escreveu Radek quando a insurreição estava ainda a ser preparada<sup>461</sup>, e Zinoviev afirmou o mesmo num dos artigos que publicou na *Pravda* acerca da situação na Alemanha, também antes da tentativa insurreccional<sup>462</sup>. Mais tarde, ao apresentar em Janeiro de 1924 o balanço da derrota, o *praesidium* do comité executivo do Komintern declarou que «a entrada no governo era, segundo a opinião do comité executivo, uma tarefa militar e política de carácter especial»<sup>463</sup> e pela mesma ocasião uma publicação oficial do KPD esclareceu que a presença no governo saxónio servira para assegurar um ponto de partida ao levantamento

<sup>460</sup> Em Outubro de 1923, devido a circunstâncias descritas de maneira diferente por O. K. Flechtheim (1972) 126-127 e H. Weber (1972) 306-307, o levantamento armado só ocorreu em Hamburgo. Ver também P. Broué (2006) 810-811 e H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 311. Comentando o fracasso da insurreição nesta cidade, observou o antigo agitador comunista Richard Krebs, que escreveu sob o pseudónimo de J. Valtin (1948) 95: «A massa dos grevistas não parecia de modo nenhum desejosa de colmatar as brechas das nossas fileiras. Enquanto a vanguarda comunista combatia com todo o ardor, a multidão, por seu lado, mantinha-se tranquila. Talvez os operários não desejassem uma revolução». Muitas suspeitas foram lançadas, com razão, sobre este livro, porque Krebs, que havia sido membro do KPD, passou depois a ser pago pelos nacionais-socialistas, mas penso que a obra pode ser usada relativamente à tentativa insurreccional de Hamburgo, em que ele participou.

<sup>461</sup> Citado em P. Broué (2006) 794.

<sup>462</sup> Id., *ibid.*, 784. Onze anos depois, no relatório que apresentou ao 7º Congresso do Komintern, Georgi Dimitrov declarou também que a entrada dos comunistas nos governos da Saxónia e da Turíngia deveria ter contribuído para preparar a insurreição armada, acrescentando que só o alegado direitismo de Brandler impedira que tal sucedesse. Ver G. Dimitrov (1972) 73-74. Mas esta declaração de Dimitrov correspondeu a um ajuste de contas, precisamente na altura em que o movimento comunista internacional inaugurava a política de aliança com a social-democracia que Brandler e Thalheimer haviam defendido, sem êxito, contra a opinião de Moscovo.

<sup>463</sup> Citado em O. K. Flechtheim (1972) 124.

armado<sup>464</sup>. Numa carta enviada por Zinoviev a Brandler, sem data mas divulgada nos primeiros dias de Fevereiro de 1924, a clivagem entre as duas orientações foi enunciada com nitidez: «Aqui em Moscovo, como bem sabes, nós considerámos que a participação dos comunistas no governo da Saxónia era só uma manobra estratégico-militar. Tu converteste-a num bloco político com os sociais-democratas “de esquerda”, o que te deixou de mãos amarradas»<sup>465</sup>. Dando mais uma vez provas de lucidez, Paul Levi, que entretanto havia saído do KPD e passara a animar uma corrente de extrema-esquerda no interior do SPD, explicou o fracasso da tentativa insurreccional de Outubro de 1923 pelo abandono do esforço de unificação do operariado, ao qual se substituíra a tentativa de atrair os nacionalistas radicais, o que deixara confusa a classe trabalhadora e a paralisara. «E como consequência de tudo isto», concluiu Levi, «em vez de uma forte força proletária no final da guerra no Ruhr, o que houve foi um fedor nacionalista-comunista que deixou envenenada a Alemanha inteira. Os nacionais-socialistas reivindicam o mesmo direito que os comunistas proclamam, o de serem os herdeiros da Alemanha moribunda: uns apresentam-se como nacionais-comunistas e os outros como comunistas-nacionalistas, e assim, no fundo, ambos são iguais»<sup>466</sup>. A lição estava dada, só que os comunistas não aprenderam com ela.

Em Abril de 1924, no 9º Congresso do KPD, a facção de Ruth Fischer e Arkadi Maslow assumiu a direcção. Um interveniente no congresso denunciou a existência de algumas correntes hostis aos judeus no interior do partido e Clara Zetkin observou que a nova maioria simpatizava tanto com o esquerdismo contrário à actividade parlamentar como com o fascismo anti-semita<sup>467</sup>. Foram avisos em vão. Os novos dirigentes do KPD não só encerraram quaisquer veleidades de se estabelecer uma frente única com a social-democracia como até apresentaram enquanto tarefa principal a liquidação completa do SPD<sup>468</sup>. Aliás, por ocasião dos combates de rua as milícias comunistas batiam-se sobretudo com as milícias social-democratas, evitando durante este período o confronto com os nacionalistas conservadores do Stahlhelm e com as SA nacional-socialistas<sup>469</sup>. A deferência pelos fascistas e a concentração dos ataques na social-democracia foi justificada com um extraordinário argumento ideológico. O 9º Congresso considerou a social-democracia como uma «fracção do fascismo»<sup>470</sup>, seguindo o rumo anunciado já pelo *praesidium* do comité executivo do Komintern, que em Janeiro desse ano havia definido do mesmo modo os dirigentes

<sup>464</sup> Id., *ibid.*, 125. Ver igualmente H. Weber (1979) 55 e n. 111.

<sup>465</sup> Citado em P. Broué (2006) 821. Traduzo o «*you*» inglês por «tu», calculando que seria o tratamento oficial entre camaradas do partido, e não por nenhuma presunção de intimidade.

<sup>466</sup> Citado em *id.*, *ibid.*, 905.

<sup>467</sup> H. Weber (1979) 340 n. 39.

<sup>468</sup> O. K. Flechtheim (1972) 135.

<sup>469</sup> Id., *ibid.*, 152-153.

<sup>470</sup> Id., *ibid.*, 243-253; H. Weber (1972) 328; *id.* (1979) 294.

do SPD<sup>471</sup>. Deveu-se a Zinoviev — a quem o conhecido dirigente menchevista Fyodor Dan chamou «o mais repugnante e desprezível de todos os bolchevistas»<sup>472</sup> — a tese que classificou a social-democracia como uma parte constitutiva do fascismo<sup>473</sup> e, de maneira mais comedida, Stalin escreveu em 1924 que «a social-democracia representa objectivamente a ala moderada do fascismo»<sup>474</sup>. Esta substituição da dialéctica pelas acrobacias verbais servia de caução para os comunistas seduzirem os fascistas, ou se deixarem seduzir por eles, e devotarem os seus ódios ao maior partido de base operária<sup>475</sup>. Iniciou-se assim uma das mais nefastas posturas doutrinárias da Terceira Internacional, que viria a assumir expressões ainda mais absurdas na época em que os nacionais-socialistas começaram a acercar-se realmente do poder.

Em meados de 1925 precipitou-se a crise na direcção do KPD e em Julho reuniu-se o 10º Congresso, marcado pelas pressões do Komintern no sentido de levar os chefes do comunismo alemão a adoptarem uma linha mais moderada, correspondente às recentes mudanças de orientação do Partido Comunista soviético e, acima de tudo, aos novos interesses da política externa da URSS<sup>476</sup>. No entanto, o afastamento de Ruth Fischer e de Maslow, no Outono desse ano, não alterou a ala hegemónica do partido, tratando-se unicamente de excluir pessoas em quem os dirigentes moscovitas haviam deixado de confiar. Numa carta endereçada ao 10º Congresso Zinoviev continuara a denunciar o SPD como «fascista»<sup>477</sup> e na nova direcção mantinham a maioria os antigos partidários de Ruth Fischer, cabendo o lugar cimeiro àquele que fora o braço direito dos dois chefes excluídos, Ernst Thälmann, que de então em diante presidiria inamovivelmente a todas as oscilações da linha oficial<sup>478</sup>. Suspenderam-se as tentativas de obter o apoio da extrema-direita e dos fascistas para aventuras insurreccionais contra a república e retomaram-se algumas experiências de frente única com a social-democracia, incluindo acordos de cúpula entre as duas organizações. Mas foram iniciativas isoladas que, apesar de certos êxitos episódicos, não deram

<sup>471</sup> O. K. Flechtheim (1972) 136; H. Weber (1979) 76.

<sup>472</sup> F. I. Dan (2016) 97.

<sup>473</sup> O. K. Flechtheim (1972) 138.

<sup>474</sup> Citado em I. Deutscher (1964) 488 e R. P. Dutt (1936) 242.

<sup>475</sup> O. K. Flechtheim (1972) 243-253; H. Weber (1972) 328; id. (1979) 294.

<sup>476</sup> H. Weber (1972) 321; id. (1979) 108.

<sup>477</sup> Citado em O. K. Flechtheim (1972) 162. Segundo Ruth Fischer, citada por M. Lewin (1966) 133-134, em 1925 Zinoviev teria defendido, em privado, uma democratização do regime soviético que admitisse a participação de menchevistas e de representantes de um partido camponês. Parece-me estranho que, enquanto promovia a aplicação à Alemanha da tese do social-fascismo, Zinoviev se dispusesse a abrir aos «sociais-fascistas» do seu próprio país as portas das instituições estatais.

<sup>478</sup> O. K. Flechtheim (1972) 157-168; H. Weber (1979) 119 e segs. Ossip Flechtheim, op. cit., 114 e 131-132 mostrou que, por ocasião do combate contra a direcção de Brandler e Thalheimer, fora Thälmann um dos principais aliados de Ruth Fischer, a qual o ajudou a prosseguir a sua ascensão no partido; aliás, Thälmann entrou para o *bureau* político no 9º Congresso, que marcou a vitória de Ruth Fischer e Maslow (ver a pág. 140).

lugar a nenhuma alteração sistemática das orientações de ambos os partidos<sup>479</sup>. Assim, embora se tivesse interrompido a vocação nacional-bolchevista que prevalecera nos anos anteriores, não se prosseguiu de maneira coerente a outra alternativa, e o KPD atravessou desde o final de 1925 até ao final de 1928 uma fase de indefinição estratégica. Esta situação, todavia, não impediu o 11º Congresso, realizado em 1927, de pretender que existiam «pontos de contacto» entre o fascismo e a social-democracia<sup>480</sup> e em Setembro do ano seguinte um dos principais ideólogos do KPD detectou na social-democracia «uma tendência cada vez mais evidente para o social-fascismo»<sup>481</sup>. Mantinham-se os pretextos necessários para, em qualquer momento, se concentrarem de novo os ataques no Partido Social-Democrata e para se regressar ao inevitável complemento dessa política, a abertura à extrema-direita e ao fascismo.

#### 4

A convergência com os fascistas e a extrema-direita na hostilidade ao SPD recrudescer a partir do final de 1928, na sequência das decisões tomadas pelo 6º Congresso do Komintern<sup>482</sup>. Quando Bukharin, neste congresso, pretendeu evitar a adopção de concepções demasiado rígidas e afirmou que a fascização da social-democracia era ainda uma tendência e não um processo já concluído, os delegados do KPD intervieram para o criticar<sup>483</sup>. Aliás, em breve Bukharin se viu afastado das lides do comunismo internacional. A apreciável influência exercida pelo SPD sobre a república de Weimar surgia aos comunistas como uma forma de realização do fascismo, por isso davam prioridade à luta contra a social-democracia. E à medida que os nacionais-socialistas se aproximavam do poder, a direcção do KPD descobriu que eles representavam uma forma de capitalismo mais avançada do que a social-democracia e por conseguinte, em nome da dialéctica marxista e das leis do progresso económico, que o radicalismo nacional-socialista devia ser apoiado contra o reformismo social-democrata. Aliás, se na Primavera de 1929 a direcção do NSDAP proibiu as acções conjuntas com os comunistas<sup>484</sup>, é porque elas eram significativas. Que futuro radioso! Segundo os ditames da história, tal como eram concebidos no Kremlin e no edifício Karl Liebknecht de Berlim, a tomada do poder pelos nacionais-socialistas não passaria de um breve interlúdio, necessário para a inauguração da fase seguinte, ocupada pelo Partido Comunista e

<sup>479</sup> O. K. Flechtheim (1972) 168, 171-172.

<sup>480</sup> Citado em id., *ibid.*, 182.

<sup>481</sup> Citado por H. Weber (1979) 232.

<sup>482</sup> J. A. Nunes (1982) 35.

<sup>483</sup> Id., *ibid.*, 36.

<sup>484</sup> D. Orlow (2010) 197.

pelo seu singular comunismo<sup>485</sup>. O 12º Congresso do KPD, reunido em Junho de 1929, considerou a social-democracia como a vanguarda do fascismo, o principal factor do seu desenvolvimento e a sua modalidade mais perigosa e agressiva, tanto internamente como na política estrangeira<sup>486</sup>. Um dos intervenientes admitiu até que, se a Itália era o país clássico do fascismo, a Alemanha era o país clássico do social-fascismo<sup>487</sup>. Esta orientação tornou-se obrigatória para o movimento comunista mundial, e no relatório inicial da 10ª reunião plenária do comité executivo do Komintern, realizada em Julho de 1929, o social-fascismo foi assinalado como a modalidade de fascismo que devia ser combatida com maior urgência<sup>488</sup>. Seguindo o mesmo caminho, em 1931 a 11ª reunião plenária deu a primazia à luta contra as teses que supunham a existência «de uma contradição entre o fascismo e a democracia burguesa, bem como entre as formas parlamentares e as formas abertamente fascistas de ditadura da burguesia [...]»<sup>489</sup>. Como declarou no final desse ano o representante do Komintern junto ao Partido Comunista alemão, «só se pode lutar contra o fascismo conduzindo uma luta mortal contra a social-democracia»<sup>490</sup>.

Não espanta que a direcção do KPD gritasse vitória após as eleições parlamentares de Setembro de 1930, em que o seu partido recolheu quase 4.600.000 votos, 13% do total, mais 1.327.000 do que obtivera dois anos antes, ao mesmo tempo que diminuía o apoio eleitoral dos sociais-democratas. E os comunistas não se preocupavam com o espectacular resultado dos nacionais-socialistas, que conseguiram tornar-se o segundo maior partido, obtendo acima de 6.400.000 votos, 18% do total, quando em 1928 se haviam limitado a 810.000<sup>491</sup>. Nesta perspectiva, se o êxito do nacional-socialismo contribuía para a derrota dos sociais-democratas, ele aparecia tragicamente ao KPD como um elemento do seu próprio — e quimérico! — triunfo. Na primeira das eleições legislativas de 1932, quando o NSDAP acabara de obter um número de votos superior à soma dos votos comunistas e social-democratas, a 12ª reunião plenária do comité executivo do Komintern continuou imperturbavelmente a ver no SPD o inimigo principal<sup>492</sup>.

Ernst Thälmann, a primeira figura, pelo menos formalmente, da direcção do KPD, disse

<sup>485</sup> O. K. Flechtheim (1972) 200-202; K. Heiden (1934) 300; W. L. Shirer (1995) I 201; J.-M. Vincent (1976) I 80-81; H. Weber (1972) 318, 323; id. (1979) 243-244, 249.

<sup>486</sup> O. K. Flechtheim (1972) 194-195, 196; H. Weber (1979) 236, 242.

<sup>487</sup> H. Weber (1979) 242. Esta declaração deveu-se possivelmente a Heinz Neumann, pois ele afirmou o mesmo no mês seguinte, na 10ª reunião plenária do comité executivo do Komintern, conforme indicou J. A. Nunes (1982) 39.

<sup>488</sup> J. A. Nunes (1982) 39.

<sup>489</sup> Citado em id., *ibid.*, 49 (introduzi uma alteração na tradução).

<sup>490</sup> Citado em H. Weber (1972) 318 e id. (1979) 249.

<sup>491</sup> J. C. Fest (1974) 487-488; H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 307; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 70; W. L. Shirer (1995) I 149-150; G. L. Weissman (org. 1970) 9.

<sup>492</sup> J. A. Nunes (1982) 54.

em Fevereiro de 1932, num discurso perante o comité central, que «quanto à organização do terror, o SPD imita cada vez mais o fascismo de Hitler». Thälmann ignorava, claro, que seria preso um ano mais tarde, não por agentes desse melancólico terror social-democrata que tanto o parecia preocupar, mas pelo verdadeiro terror hitleriano, para nunca mais ser libertado e acabar assassinado onze anos depois em Buchenwald. «A nossa estratégia consiste em dirigir o principal ataque contra a social-democracia, sem com isto enfraquecer a luta contra o fascismo de Hitler», anunciou então o presidente do KPD; «é precisamente ao dirigir o principal ataque contra a social-democracia que a nossa estratégia cria as condições prévias de uma efectiva oposição ao fascismo de Hitler. [...] A aplicação prática desta estratégia na Alemanha exige que o principal ataque seja desferido contra a social-democracia. Com as suas sucursais esquerdistas, ela fornece os instrumentos mais perigosos aos inimigos da revolução. Ela constitui a principal base social da burguesia, é o factor mais activo da transformação fascista [...] e, ao mesmo tempo, enquanto “ala moderada do fascismo”, sabe empregar as manobras mais enganadoras e perigosas de maneira a atrair as massas para a ditadura da burguesia e para os seus métodos fascistas»<sup>493</sup>. Entretanto, em Fevereiro ou Março de 1932 um dos mais destacados dirigentes comunistas, Hermann Remmele — o mesmo que no Verão de 1923, intervindo num debate a convite dos nacional-socialistas de Estugarda, havia declarado que os comunistas preferiam aliar-se ao NSDAP do que ao SPD e apelara aos nacional-socialistas bávaros para somarem à luta contra a finança judaica a luta contra a restante grande finança<sup>494</sup> — escreveu no principal órgão do KPD, *Die Rote Fahne*, que «é cada dia mais evidente a verdade proclamada por Stalin, que “a social-democracia é uma ala do fascismo”». E o artigo prosseguia explicando que «a experiência mostrou que fascismo e social-democracia não são forças antagónicas e não se situam em campos opostos, mas ambas são instrumentos que agem para chegar ao mesmo objectivo, salvar o capitalismo do perigo de uma revolução proletária»<sup>495</sup>.

Todavia, um revolucionário francês que visitou a Alemanha em 1932 deu conta da existência de uma forte corrente unitária entre os trabalhadores de base, contra as instruções dos dirigentes políticos<sup>496</sup>. Com efeito, um historiador escreveu que «quando certas organizações de base do partido [...] se comprometiam com o SPD numa acção comum contra o fascismo eram repreendidas pela direcção do KPD. [...] A direcção do KPD preveniu os membros do partido: qualquer

<sup>493</sup> As passagens citadas do discurso de Ernst Thälmann à 11ª sessão plenária do comité central do Partido Comunista da Alemanha encontram-se em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 327 e 328. Ver também D. S. Linton (1989) 104.

<sup>494</sup> Ver neste capítulo as nn. 450 e 452.

<sup>495</sup> H. Remmele (1932) 27.

<sup>496</sup> D. Guérin (1969) I 49.

tentativa “mesmo que só para entabular negociações” com os sociais-democratas [...] corresponderia a “uma traição e exigiria a aplicação das mais rigorosas medidas de disciplina partidária contra aqueles que fossem culpados de tais actos”». O mesmo autor acrescentou: «Seis meses antes da chegada de Hitler ao poder o secretariado do comité central declarou numa circular que o SPD continuava a ser, tal como antes, o “principal apoio da burguesia” e que qualquer acordo entre as direcções do KPD e do SPD a respeito de manifestações e de acções comuns era “inadmissível”»<sup>497</sup>.

Classificar a social-democracia como social-fascismo foi a condição necessária para retomar a estratégia nacional-bolchevista. Estes dois duplos conceitos aberrantes justificavam-se mutuamente, e o KPD fez seus os temas nacionalistas propalados pelo nacional-socialismo e esforçou-se por lhes dar um tom ainda mais bombástico<sup>498</sup>, tentando ao mesmo tempo ultrapassar Hitler pela direita e a social-democracia pela esquerda. A definição desta estratégia é indissociável do jovem Heinz Neumann, «o mais irresponsável dos dirigentes comunistas», como o classificou um seu homónimo e lucidíssimo contemporâneo<sup>499</sup>. Este pouco estudado agente do Komintern, que já em 1923 colaborara com um dos corpos francos no combate ao movimento separatista na Renânia<sup>500</sup>, era especialista em insurreições armadas, havendo até quem lhe atribua a autoria de um livro dedicado a esses assuntos e publicado sob o pseudónimo de A. Neuberg. Segundo outras fontes, aparentemente mais seguras, esta assinatura encobriria um grupo de especialistas do Komintern e do estado-maior soviético, o que aliás não invalida a possibilidade de Neumann se ter encontrado entre eles. O que se sabe de certeza é que Stalin o enviou à China em missão do Komintern e não lhe retirou a confiança mesmo perante os resultados catastróficos da sua intervenção no levantamento de Cantão em Dezembro de 1927, a tal ponto que Neumann passou a ser o representante pessoal de Stalin no interior do KPD. Por detrás de Thälmann e dos outros dirigentes mais conhecidos do grande público, foi na realidade Neumann quem orientou o partido desde Outubro de 1928 até Outubro de 1932, encaminhando-o numa perspectiva decididamente nacionalista e virada para o diálogo com a extrema-direita radical e os fascistas<sup>501</sup>.

<sup>497</sup> H. Weber (1972) 320-321. Ver também id. (1979) 251.

<sup>498</sup> O. K. Flechtheim (1972) 209-211; H. Weber (1979) 252-253.

<sup>499</sup> F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 270.

<sup>500</sup> H. Marcuse em id., *ibid.*, 313.

<sup>501</sup> Acerca da actuação de Heinz Neumann no KPD ver J. P. Faye (1980) 423-426 e 449. Quanto às datas em que Neumann assumiu a condução efectiva do partido ver O. K. Flechtheim (1972) 188, 199 e 218. Nas suas Memórias, Victor Serge pôs Neumann a dizer-lhe já em 1923 que o proletariado alemão tinha de passar pelo fascismo para se curar da mania da ordem. Ver *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 642. Mas Lukács preveniu na sua autobiografia que Serge tinha tendência para «situar mais cedo acontecimentos ocorridos mais tarde». Citado em Jean Rièrre et al., *op. cit.*, 959 n. 81.



Nesses anos as milícias comunistas e nacional-socialistas podiam espancar-se e assassinar-se reciprocamente, mas encontravam um terreno comum quando se tratava de malhar nos sociais-democratas. Compreende-se, então, que a NSBO, a organização operária do partido nacional-socialista, tivesse dado o seu apoio à greve de mais de cem mil metalúrgicos de Berlim, desencadeada pelos comunistas em Outubro de 1930<sup>502</sup>, e que ao longo dos dois anos seguintes os comunistas se tivessem esforçado por atrair um movimento camponês conotado com a extrema-direita<sup>503</sup>. Em troca, e submetendo-se às pressões exercidas pelo comité executivo do Komintern, o KPD juntou em Agosto de 1931 os seus votos aos do NSDAP e do Stahlhelm num referendo contra o governo social-democrata da Prússia<sup>504</sup>. Thälmann justificou esta atitude em Fevereiro de 1932, declarando que aquele governo e a central sindical socialista «confirmam de maneira plena e completa que a social-democracia é o factor mais activo na transformação fascista da Alemanha»<sup>505</sup>. Assim, os comunistas uniram-se aos nacionais-socialistas para combater o fascismo — nada mais lógico. O namoro culminou no parlamento em 12 de Setembro de 1932, quando os deputados do KPD e do NSDAP somaram os seus votos para derrubar o governo de von Papen, numa sessão tão memorável pelo ridículo como pelo significado político<sup>506</sup>.

## 5

As relações entre os comunistas e os nacionais-socialistas foram reforçadas pelos elos que uniram algumas franjas extremas de ambas as áreas políticas. O nacional-bolchevismo não resultou de uma ligação directa de pólos opostos, mas constituiu-se como uma série escalonada de opções práticas e ideológicas, que permitiu às influências dominantes transitar em ambos os sentidos. Aparentemente as figuras secundárias não desempenharam nenhum papel decisivo, mas foram elas a preencher numa cadeia ininterrupta o espaço que mediava entre os dois pólos principais. Deram consistência ao que sem isso não teria sido mais do que ecos e reflexos.

De todos esses comparsas, Ernst Niekisch contou-se entre os mais interessantes. Inscreveu-se no SPD em 1917 e em Novembro do ano seguinte participou nos conselhos de soldados e operários. Em Janeiro de 1919 foi eleito presidente do comité central dos conselhos bávaros, o que no sistema de duplo poder então vigente lhe dava assento no conselho de ministros da

<sup>502</sup> J. P. Faye (1980) 448; J. C. Fest (1974) 493; D. Schoenbaum (1979) 55; H. A. Turner Jr. (1985) 127-128.

<sup>503</sup> J. P. Faye (1980) 327-328.

<sup>504</sup> Id., *ibid.*, 424; O. K. Flechtheim (1972) 212-213; F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 273; *The Rise of German Fascism...*, 80-84; J.-M. Vincent (1976) I 80; H. Weber (1972) 323; id. (1979) 253.

<sup>505</sup> Discurso de Ernst Thälmann na 11ª sessão plenária do comité central do Partido Comunista da Alemanha, antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 327-328. A passagem citada encontra-se na pág. 328.

<sup>506</sup> A. Bullock (1972) 226-227; J. P. Faye (1980) 586; K. Heiden (1934) 310; W. L. Shirer (1995) I 185-186.

Baviera. Mas considerando que um estado predominantemente agrário necessitava da dualidade institucional, Niekisch opôs-se à instauração de um regime baseado apenas nos conselhos e demitiu-se em Abril de 1919 quando foi proclamada a república dos conselhos. Apesar disso, como continuava a defender os conselhos enquanto princípio político, abandonou o SPD e aderiu ao USPD. Mais tarde, quando a esquerda do USPD se juntou ao Partido Comunista, Niekisch seguiu os moderados e regressou com eles ao SPD<sup>507</sup>. A ocupação do Ruhr suscitou-lhe uma nova inflexão radical, mas agora no interior do quadro nacionalista. Contra a política de internacionalização do capital que a direcção do SPD defendia a propósito do pagamento das reparações de guerra, Niekisch propôs uma resistência anti-imperialista próxima das posições assumidas pelo Partido Comunista, e a partir de 1923 foi progressivamente atraído por um nacionalismo extremista virado para o movimento operário. Nesta perspectiva as reparações de guerra constituiriam a principal forma de exploração usada pelo capital internacional, vitimando não só uma classe mas a totalidade da nação. O peso dos tributos exigidos pelo tratado de Versailles, escreveu Niekisch em 1926, «onera sobretudo a população trabalhadora; o colapso da posição ocupada pela Alemanha no mundo ameaça precisamente as condições de vida do trabalhador alemão. Assim, os desafios com que depara a nação alemã coincidem com a lei de legítima defesa da classe trabalhadora. [...] É inteiramente justificado falarmos da situação proletária em que se encontra a Alemanha: a nação está oprimida e dependente, mourejando em benefício alheio e vivendo na miséria. Nesta conjuntura histórica, o trabalhador, essa personificação de uma situação proletária enquanto tal, tem uma missão nacional a desempenhar. Ao enfrentar as verdadeiras causas da sua opressão social, os Estados vitoriosos que impuseram o tratado de Versailles, ele ergue-se também contra as cadeias que acorrentam a nação». Atribuindo globalmente à nação a condição proletária, Niekisch postulou «a equivalência entre a luta de libertação social e a luta de libertação nacional»<sup>508</sup>. Ora, reciprocamente, não poderiam todas as formas de resistência nacional ser classificadas também como socialistas?

Niekisch dirigia uma revista e animava um esboço de organização política na encruzilhada de alianças, contactos e permutas entre diversos grupos e personagens, próximos ou rivais. A dificuldade de desenhar com exactidão as margens destes movimentos, cujos choques eram formas de inspiração recíproca, indica a consistência adquirida por um terreno tão movediço, pois foram precisamente as interferências e sobreposições parciais a preencher o espaço entre o

<sup>507</sup> Acerca de Ernst Niekisch ver J. P. Faye (1972) 122 e (1980) 101-127. Encontra-se um detalhe significativo em E. Salomon (1993) 270.

<sup>508</sup> Este artigo de Ernst Niekisch, publicado no *Widerstand*, nº 2, Agosto de 1926, encontra-se antologado em A. Kraes et al. (orgs. 1995) 338-339. As passagens citadas vêm na pág. 338.

NSDAP e o KPD e a veicular a influência que cada um exercia sobre o outro. Parece ser certo que no final da década de 1920 o chefe da organização nacional do NSDAP, Gregor Strasser, convidou Niekisch para chefiar a redacção do *Völkischer Beobachter*, o principal órgão do partido, e embora ele se tivesse escusado, o convite revela a estreiteza dos contactos estabelecidos entre meios políticos que, apesar de tudo, não podiam confundir-se. Por fim, depois de ter ficado quase cego num campo de concentração do Terceiro Reich, Niekisch haveria de ser deputado na República Democrática Alemã, onde encontrou sem dúvida uma versão banalizada, mas nem por isso menos autêntica, do bolchevismo nacional, até que a sua perene heterodoxia o levou a abandonar o Partido Comunista.

Ora, em Julho de 1930, aproximadamente na mesma época em que Gregor Strasser pretendeu confiar a Niekisch a redacção do órgão oficial do NSDAP, o seu irmão Otto rompeu com Hitler e fundou a Comunidade de Combate dos Nacionais-Socialistas Revolucionários, proclamando que «os socialistas abandonam o NSDAP». Esta deslocação política não se interrompeu aqui. Um dos apoiantes de Otto Strasser, que mantinha excelentes relações com a extrema-esquerda, ameaçou repetidamente desencadear uma segunda cisão e levar para o KPD os membros da ala mais radical da nova organização, e com efeito alguns deles acharam lugar entre os comunistas<sup>509</sup>. Pela mesma altura, outros representantes da franja esquerdista do fascismo denunciaram Otto Strasser como sendo o principal obstáculo a um estreitamento das relações com o KPD, que reputavam necessário desde que o marxismo dos comunistas alemães fosse expurgado pela inspiração nacionalista do racismo radical<sup>510</sup>.

Havia uma circulação contínua mantendo o contacto entre os extremos. Werner Lass, por exemplo, um fundador de ligas de extrema-direita, estava em 1931 muito próximo da corrente nacionalista do Partido Comunista<sup>511</sup>. E Beppo Römer, antigo combatente na Alta Silésia, que em 1919 ajudara a fundar o corpo franco Oberland, usado no massacre da república dos conselhos da Baviera, circulou depois entre os grupúsculos defensores das variantes de direita do nacional-bolchevismo, mantendo-se ao mesmo tempo na órbita do KPD, no qual acabou por se filiar em meados de 1932<sup>512</sup>. Mas o grupo que melhor reflectia as inquietações da orla radical do fascismo e as transmutava na linguagem do comunismo soviético constituíra-se em torno de Richard Scheringer. Tendo começado a actividade política nos corpos francos que lutaram contra a ocupação franco-belga do Ruhr e em seguida tentaram derrubar as instituições de Weimar,

<sup>509</sup> J. Droz [s. d.] 17, 18; J. P. Faye (1980) 136, 144.

<sup>510</sup> J. P. Faye (1980) 140-142.

<sup>511</sup> Id., *ibid.*, 237, 238.

<sup>512</sup> T. S. Brown (2005) 333; J. P. Faye (1980) 145, 421; D. Reed (1944) 123.

Scheringer entrou depois para a Reichswehr, onde foi promovido a tenente em 1928. O seu objetivo era fazer do exército o núcleo de uma revolução nacional de base popular, que mobilizasse o proletariado e fosse, nestes termos, anticapitalista. O NSDAP afigurou-se-lhe a organização adequada, já que se apresentava como nacional e como socialista e dispunha das SA, em que o militarismo parecia conjugar-se com um radicalismo operário. Preso em 1930 e acusado de propaganda nacional-socialista no interior das forças armadas, Scheringer foi processado e Hitler foi uma das testemunhas convocadas. Como pudera Scheringer não se ter dado conta de que haviam passado sete anos desde o golpe da cervejaria e não era empurrando o exército mas respeitando-o que Hitler pretendia alcançar o poder? Scheringer foi condenado a um ano e meio de prisão, mas, indignado com a estratégia legalista que ouvira Hitler expor no tribunal e insatisfeito com um nacional-socialismo que esquecia o lado social da revolução nacional, abandonou o NSDAP e ainda na cadeia, em Março de 1931, aderiu ao comunismo, embora sem se filiar propriamente no KPD. A evolução do jovem oficial não se deveu, portanto, a nenhuma modificação dos seus ideais nacionalistas originários, mas à convicção de que eles podiam ser melhor servidos pelos comunistas do que pelos hitlerianos. Em redor de Scheringer e da revista que ele fundara juntaram-se membros do KPD oriundos da extrema-direita radical bem como gente que no lado de lá do espectro político se mantivera nos grupúsculos posicionados além do nacional-socialismo, e Scheringer depositava grandes esperanças no radicalismo das SA, que as fizesse romper com Hitler<sup>513</sup>. Estes ecos recíprocos e a sua fusão, ou confusão, numa sonoridade comum foram argutamente observados por um linguista que concebia a linguagem enquanto articulação das relações sociais: «Quando o tenente Scheringer [...] efectua em 1931 [...] uma passagem brusca para o campo do KPD, ele vai justificar as suas razões para abandonar *o nacional-socialismo* — mas numa revista intitulada “*A Nação Socialista*”. A ambiguidade fónica atinge o auge, e é agravada na sintaxe, já que durante o seu período hipernacionalista e pró-nazi ele refere-se a uma palavra em que o “substantivo” tem a aparência de “socialismo”: *Der Nationalsozialismus*, enquanto no decurso da sua passagem para o campo do socialismo e do KPD ele escolhe como veículo um sintagma em que o “substantivo” parece privilegiar a “nação”: *Die sozialistische Nation*»<sup>514</sup>. As acrobacias verbais constituem indicadores preciosos, pois revelam mutações e ligações sociais muito profundas.

<sup>513</sup> Acerca de Richard Scheringer e do grupo formado em seu redor no interior do KPD ver T. S. Brown (2005) 320-325, 329-333 e J. P. Faye (1980) 237, 330, 334-335, 405-422, 435, 617. Consultei acessoriamente G. Lukács (1980) 843, F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 271 e E. Salomon (1993) 341-342. Timothy Brown, op. cit., 338 afirmou que Scheringer nunca se filiou oficialmente no KPD durante a república de Weimar. D. Reed (1944) 124 pretendeu que em 1932 Scheringer teria rompido com o KPD e dado a sua adesão à facção de Otto Strasser.

<sup>514</sup> J. P. Faye (1976) I 317 (subs. orig).

Até Janeiro de 1933, em momento nenhum se interromperam os contactos e o vaivém ideológico, atingindo a troca de militantes proporções muito consideráveis. No último ano da república de Weimar as transferências de filiados entre o KPD e as SA chegaram a 80% do conjunto dos membros das duas organizações, e não se afastaram deste cômputo as recordações de Hitler quando disse aos seus comensais que na época da pancadaria nas ruas 90% do NSDAP era composto por elementos de esquerda<sup>515</sup>. «Não recebendo autorização para se baterem, os membros da Liga de Combate da Frente Vermelha [RFB] [...] passam em grande número, por necessidade de acção, para as Secções de Assalto [SA]», escreveu alguém que presenciou os acontecimentos<sup>516</sup>. Segundo dados oficiais, em cada ano um terço dos membros abandonava o KPD, subindo a percentagem para 40% na região de Berlim<sup>517</sup>, e ao sabermos que entre 1930 e 1932 os abandonos e as novas adesões no KPD chegaram a uma taxa superior a 50% dos membros<sup>518</sup>, enquanto cerca de 40% dos nacionais-socialistas de 1930 se haviam desfilado até ao final de Janeiro de 1933<sup>519</sup>, podemos avaliar em que medida ambas as organizações eram permeáveis a inspirações ideológicas estranhas e ao mesmo tempo contribuía para influenciar outras esferas políticas. «Não é talvez exagerado admitir», calculou um especialista, «que no período compreendido entre 1920 e 1933 passou sucessivamente pela organização do KPD um milhão de operários, a maioria dos quais, no entanto, teve apenas uma breve participação na vida do partido». E o mesmo autor observou que «em comparação com o SPD, o KPD revela uma flutuação dos membros incomparavelmente mais elevada»<sup>520</sup>. A instabilidade do quadro de militantes comunistas foi um factor ou uma consequência da sua ambiguidade política e ideológica? Parece ser exacto que a base trabalhadora repudiava a estratégia nacional-bolchevista seguida pelos dirigentes do KPD e que os simples filiados desejavam a constituição de uma frente comum com a social-democracia para lutar contra o nacional-socialismo<sup>521</sup>. E é certo que foi

<sup>515</sup> R. De Felice (1978) 283; J. P. Faye (1980) 485 n. K. H. Roth et al. (2011) 169 indicaram «a contínua flutuação dos trabalhadores mais radicais entre as organizações na órbita do KPD e do NSDAP». Isto não impediu Tim Mason de mencionar, referindo-se aos operários de esquerda, «o número muito pequeno de vira-casacas que passaram para o nacional-socialismo». Ver J. Caplan (org. 1995) 256. A declaração de Hitler, em 30 de Novembro de 1941, na presença, entre outros, de Himmler e do general Dietl, encontra-se em *Hitler's Table Talk...*, 138.

<sup>516</sup> D. Guérin (1969) II 113. Ver também F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 287.

<sup>517</sup> H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 299.

<sup>518</sup> H. Weber (1979) 31. «Bastava um aparelho de 8.000 funcionários permanentes para manter de pé um partido cujos membros continuamente mudavam e eram substituídos», escreveu P. Broué (2006) 911, enquanto H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 299 considerou que o núcleo do KPD não era superior a 4% ou 5% do número total de filiados.

<sup>519</sup> Ph. Burrin (2000) 112.

<sup>520</sup> H. Weber (1979) 298, 299.

<sup>521</sup> D. Guérin (1969) I 49; F. Neumann (1943) 248-249; H. Weber (1972) 320-321; id. (1979) 249, 251. A propósito do apoio prestado pelo KPD aos nacionais-socialistas e às forças da extrema-direita no referendo de 1931 contra o governo social-democrata da Prússia, Hermann Weber (1979) 253, depois de recordar que a direcção comunista só adoptara aquela posição devido às pressões do Komintern, esclareceu que «muitos dos votantes habituais

sobretudo à custa dos partidos da direita que o NSDAP conseguiu um número crescente de sufrágios, enquanto se manteve relativamente constante a base eleitoral não só do SPD mas ainda dos comunistas que, apesar das prisões e da campanha de terror, obtiveram a confiança de 12% dos participantes nas eleições de Março de 1933, mais de 4,8 milhões de votos, apenas um milhão menos do que haviam recebido nas eleições anteriores<sup>522</sup>. Mas são as repercussões do nacional-bolchevismo sobre os militantes comunistas mais activos, não sobre a base eleitoral, que importa aqui considerar.

## 6

Cortejar os nacionais-socialistas era o corolário de uma estratégia insurreccional, e os dirigentes do KPD começaram a fazer preparativos para uma acção armada de envergadura, formando grupos de combate secretos e convocando discretamente conselheiros militares e especialistas da revolução urbana<sup>523</sup>. A organização militar clandestina dos comunistas, que a seguir a 1923 havia sofrido uma forte redução no número de quadros, fora reestruturada e ampliada em 1928 e 1929<sup>524</sup>. Mas dentro de pouco tempo se verificaria a inabilidade disto e de tudo o resto.

Em Outubro de 1932 soube-se que Neumann caíra em desgraça e fora afastado do *politburo*, mas a sua orientação ultranacionalista manteve-se em vigor, a tal ponto que — embora isto possa hoje parecer espantoso — a declaração oficial do Partido anunciou que «o camarada Heinz Neumann e o seu grupo procuravam [...] subestimar o fascismo e moderar a luta de princípios contra a social-democracia»<sup>525</sup>. A menos de quatro meses da nomeação de Hitler para a Chancelaria do Reich, aqueles mestres do materialismo histórico descobriram que Neumann, apesar do seu afã nacional-bolchevista, não atacara com suficiente denodo o Partido Social-Democrata! Durante o pouco tempo que ainda lhe restava o KPD recorreu a um nacionalismo extremo e continuou a dirigir galanteios aos radicais do fascismo. A greve dos transportes públicos da capital, que os comunistas iniciaram a 3 de Novembro de 1932 em oposição aos sindicatos social-democratas e que mobilizou mais de vinte mil trabalhadores, contou com a colaboração activa dos nacionais-

no KPD recusaram-se a aderir a esta viragem política. [...] Pelo contrário, entre os membros do KPD a nova decisão quanto à participação no referendo não encontrou praticamente oposições».

<sup>522</sup> M. Baumont (1951) 476; W. L. Shirer (1995) I 212. Ver também J. C. Fest (1974) 569 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 58.

<sup>523</sup> O. K. Flechtheim (1972) 214.

<sup>524</sup> H. Weber (1979) 302 n. 190.

<sup>525</sup> Id. (1972) 325; id. (1979) 256. A citação encontra-se em id. (1979) 256. No seu discurso na 13ª reunião plenária do comité executivo do Komintern no final de 1933, Vilgelm Knorin, que era então uma das figuras mais importantes do *bureau* político daquela organização, acusou Neumann e Remmele de terem querido aliar-se à esquerda da social-democracia. Ver V. Knorin (1934) 43-44 e 45.

socialistas, organizando os dois partidos piquetes comuns<sup>526</sup>, «o que teve como consequência desgostar a tal ponto a maioria dos membros dos sindicatos que se modificou a atitude de uma grande parte da população e a greve terminou passados cinco dias»<sup>527</sup>. Ouviram-se então na esquerda internacionalista vozes a prevenir que os comunistas estavam a ajudar os nacionais-socialistas a obterem o poder<sup>528</sup>. Mas não era isto que aquela estranha dialéctica pretendia, quando supunha que a Hitler sucederiam rapidamente os afilhados de Stalin?

Nem com o Führer instalado na Chancelaria aquela mentalidade se alterou. «Depois de Hitler, nós», anunciou em parangona a *Rote Fahne*, órgão oficial do KPD, publicada na Suíça após ter sido proibida pelo regime hitleriano<sup>529</sup>. E discursando no final de 1933 Vilgelm Knorin, uma das principais figuras do *bureau* político do Komintern, profetizou que «a burguesia alemã consolidou o seu poder por um curto período» e que «a revolução proletária está mais próxima na Alemanha do que em qualquer outro país»<sup>530</sup>. Percebemos os anseios da classe trabalhadora ao sabermos que numa reunião realizada em 5 de Fevereiro de 1933 entre a direcção do Partido Social-Democrata e a direcção dos sindicatos, Otto Wels, presidente do SPD, admitiu que estava a ser muito discutida nas fábricas a formação de uma frente unida com os comunistas<sup>531</sup>. Apesar disto, e fiel às directivas superiores, o mais importante dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos reafirmou em 1933 que a social-democracia era um social-fascismo, pois constituía «o principal apoio social da burguesia não só antes do advento do fascismo, mas o seu principal apoio social na manutenção do monstruoso domínio do fascismo»<sup>532</sup>. No final desse ano, com as prisões alemãs já cheias tanto de comunistas como de socialistas, a 13ª reunião plenária do comité executivo do Komintern decretou, numa das suas resoluções, que «a social-democracia continua a desempenhar a função de *principal* apoio social da burguesia mesmo nos países onde vigora declaradamente uma ditadura fascista»<sup>533</sup>. Num discurso que então pronunciou, Knorin, culpando

<sup>526</sup> A. Bullock (1972) 229-230; J. P. Faye (1980) 447, 449; J. C. Fest (1974) 595; K. Heiden (1934) 311-312; F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 274; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 108; D. Orlow (2010) 343; S. G. Payne (2003 b) 173; K. H. Roth et al. (2011) 171; W. L. Shirer (1995) I 187; A. Sohn-Rethel (1987) 90. Depois de pretender, ao longo de várias páginas, que o KPD teria proposto insistentemente aos dirigentes social-democratas a constituição de uma frente unida contra o fascismo, o ideólogo oficial do Partido Comunista britânico, Palme Dutt, teve o descaramento de apresentar a greve dos transportes de Berlim como o «ponto culminante» da resistência operária à ascensão de Hitler. Ver R. P. Dutt (1936) 196.

<sup>527</sup> O. K. Flechtheim (1972) 219-220. Porém, no seu relatório de 6 de Agosto de 1943 Franz Neumann em R. Laudani (org. 2013) 274 escreveu que a greve contou com a simpatia de quase toda a população berlinense.

<sup>528</sup> J. P. Faye (1980) 425.

<sup>529</sup> V. Alba (2000) 101. Ver igualmente I. Deutscher (1964) 488-489, J. Goldberg (2009) 77 e H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 319.

<sup>530</sup> V. Knorin (1934) 6, 37.

<sup>531</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 137.

<sup>532</sup> E. Browder (1933) 14 n.

<sup>533</sup> Citada por L. Trotsky, «Are there no Limits to the Fall? A Summary of the Thirteenth Plenum of the Executive Committee of the Communist International», *The Militant*, 10 de Março de 1934, reproduzido em G. Breitman

por um lado o SPD por não ter aceitado as alegadas propostas de frente comum apresentadas pelos comunistas alemães e declarando, a propósito da Áustria, que «os comunistas teriam lutado contra o fascismo em conjunto com os sociais-democratas se os sociais-democratas tivessem estado dispostos a lutar», por outro lado, contraditoriamente, continuou a acusar toda a social-democracia mundial de ser social-fascista<sup>534</sup>. Os brilhantes estratégias do Komintern explicavam a ascensão e a vitória do fascismo pelo facto de os partidos comunistas não terem contado com o apoio daqueles a quem classificavam como sustentáculos do fascismo.

Passada uma dezena de anos, no interior dos campos de concentração «os comunistas alemães conservavam muito vivaz a sua mentalidade de 1933 e continuavam a ter um ódio feroz à social-democracia», contou o resistente francês David Rousset, que ali os conhecera<sup>535</sup>. O facto de todos eles serem torturados nas mesmas prisões e encarcerados em conjunto parecia um argumento prático suficiente para deixar sem efeito a tese do social-fascismo, mas o bolchevismo nacionalista mostrou-se o elemento ideológico mais enraizado entre os comunistas alemães. Ora, a indiferença perante a reviravolta operada em meados de 1935 pelo 7º Congresso do Komintern, que pusera as Frentes Populares na ordem do dia, não se explica pelas condições concentracionárias, já que, apesar das dificuldades, as direcções políticas clandestinas conseguiam manter relações com o exterior e até dispor secretamente de postos de rádio; aliás, a permanente entrada de novos presos assegurava a difusão das notícias<sup>536</sup>. Numerosos testemunhos confirmam que a tese do social-fascismo deixara raízes profundas, a tal ponto que depois de acesas discussões com alguns comunistas alemães no campo de concentração de Auschwitz, Alfred Klahr, um dos mais conhecidos teóricos do comité central do Partido Comunista austríaco, correu o enorme risco de redigir um documento onde acusou o KPD de «se ter colocado a reboque dos fascistas quanto

et al. (orgs. 1972) 211 (sub. orig.). Ver igualmente J. A. Nunes (1982) 57. Note-se que num livro publicado em 1936 um comunista britânico de persuasão stalinista mencionou ainda a «resistência social-fascista à revolução proletária». Ver T. A. Jackson (1936) 407.

<sup>534</sup> V. Knorin (1934) 13, 17, 19, 20, 24. A citação encontra-se na pág. 24. Com efeito, em Janeiro de 1933, quando faltavam poucos dias para que Hitler fosse nomeado chanceler, Hilferding recusou a formação de uma frente unida com o KPD, considerando que o nacional-socialismo entrara já em declínio e que a social-democracia devia proceder a um confronto decisivo com os comunistas. Ver H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 359.

<sup>535</sup> D. Rousset (1946) 168. «Nos campos de concentração hitlerianos os operários comunistas e socialistas eram mortos lado a lado, e apesar disto os primeiros ainda caluniavam os últimos chamando-lhes “social-fascistas”», escreveu A. Koestler (1961) 178.

<sup>536</sup> E. Kogon (2002) 350-351; H. Langbein (1981) 73-79, 82, 145-146, 297-313. «Esforçávamo-nos também cuidadosamente por manter ligações permanentes com o mundo exterior, em ambas as direcções», escreveu Eugen Kogon, op. cit., 360. «Deste modo, podíamos corrigir e completar constantemente a imagem do mundo exterior contida nos relatos dos recém-chegados». Em Buchenwald, segundo Hermann Langbein, op. cit., 302, foram tão numerosos os grupos de nacionalidades a conseguir receptores de rádio que, num relatório redigido logo depois da libertação, a direcção comunista da rede de resistência do campo queixou-se dos «ouvintes ditos selvagens», que a impediam de «estabelecer uma linha política clara a partir das notícias recebidas».



à questão nacional»<sup>537</sup>. E no campo de concentração de Dachau foi necessária a intervenção dos comunistas austríacos presos em 1938 para que os seus camaradas alemães começassem a aceitar a constituição de Frentes Populares<sup>538</sup>. A aversão à nova linha parece ter sido mais vincada ainda no campo de Sachsenhausen, onde os comunistas alemães se dividiram em facções, uma apoiando as directivas do 7º Congresso do Komintern enquanto a outra permaneceu hostil a quaisquer aberturas à social-democracia<sup>539</sup>. No campo de concentração de Buchenwald um católico austríaco, que privara com os comunistas alemães e se aliara a eles, relatou que quando «começou a transpirar do exterior a notícia de que Moscovo preconizara a solução da “política de frente popular”», «esta nova política demorou a ser aceite pela massa dos comunistas, pois estavam persuadidos de que a aliança entre a União Soviética e as democracias capitalistas ocidentais não sobreviveria à guerra»<sup>540</sup>. Ora, se outros testemunhos indicam que durante os primeiros anos da guerra a direcção da organização comunista de Buchenwald apelidava de «social-fascistas» os detidos social-democratas, chegando a tratá-los como inimigos mortais, é certo que a mesma atitude continuou a prevalecer depois de Hitler ter lançado os seus exércitos contra a União Soviética<sup>541</sup>. Só em Fevereiro de 1944, e por iniciativa de um dirigente de uma facção minoritária do SPD favorável a um entendimento com os comunistas, se formou nesse campo de concentração um comité de Frente Popular, reunindo representantes socialistas, comunistas e democratas-cristãos<sup>542</sup>. A data tardia da convergência mostra que para os velhos membros do KPD a hostilidade à social-democracia era um elemento constitutivo da sua formação de comunistas, o que após 1940 gerou fricções por vezes sérias nos contactos com os prisioneiros comu-

<sup>537</sup> Citado em H. Langbein (1981) 76. Segundo Hermann Langbein, op. cit., 171, trata-se da «única obra teórica redigida num campo de concentração». Este historiador deu abundantes provas (págs. 121-127) do nacionalismo disseminado entre os comunistas alemães em diversos campos de concentração, embora se verificassem ao mesmo tempo muitas excepções.

<sup>538</sup> Id., *ibid.*, 141. Em Buchenwald, segundo Hermann Langbein, op. cit., 388, os socialistas e comunistas austríacos comemoraram em conjunto o décimo aniversário da fracassada insurreição de Fevereiro de 1934, quando os trabalhadores dos principais centros industriais da Áustria se haviam lançado num esforço desesperado para vencer pelas armas o regime fascista de Dollfuss.

<sup>539</sup> Id., *ibid.*, 139-140. Ver também a pág. 143.

<sup>540</sup> E. Kogon (2002) 348. Esta atitude dos comunistas alemães internados em Buchenwald foi confirmada por H. Langbein (1981) 140-141.

<sup>541</sup> H. Langbein (1981) 142.

<sup>542</sup> Id., *ibid.*, 77, 142-143. A direcção do SPD no exílio recusara-se a iniciar uma estratégia de Frente Popular com o KPD, mas um grupo social-democrata que actuava clandestinamente em Berlim defendia essa estratégia; depois de este grupo ter sido desmantelado pela Gestapo, um dos seus dirigentes foi internado em Buchenwald, cabendo-lhe a iniciativa da criação do referido comité. Ver a este respeito Hermann Langbein, op. cit., 165-166 e H. Mommsen (2009) 131 e 197. A desorientação de observadores que deveriam estar bem informados revela-se ao vermos Herbert Marcuse, num relatório confidencial apresentado na Research and Analysis Branch do OSS em 1 de Setembro de 1945, já terminada a guerra, afirmar que «a frente unida antifascista, que surgiu abertamente durante e após o colapso do regime nazi, foi em grande medida preparada e formada nos campos de concentração». E Marcuse deu precisamente como exemplo Buchenwald. Ver R. Laudani (org. 2013) 369. Nem as agências de espionagem mais bem assessoradas conseguiram perceber claramente a situação.

nistas franceses, que tinham passado pela experiência da Frente Popular<sup>543</sup>.

Mas quais eram as opiniões reinantes entre os comunistas em liberdade? Em 1935 o programa da direcção do KPD no exílio mencionou a colaboração com outras forças políticas incluindo os sociais-democratas<sup>544</sup> e, embora um relatório da Gestapo datado de 1937 indique que os elementos clandestinos do KPD na Alemanha tinham passado a receber como directiva a Frente Popular<sup>545</sup>, é esclarecedor que uma das redes do Partido, existente na clandestinidade desde 1941 e dirigida ou coordenada por Anton Saefkow e Franz Jacob, defendesse o programa da ditadura do proletariado e não o da Frente Popular. Só em 1944 aqueles dois dirigentes estabeleceram relações com os sociais-democratas ligados à oposição conservadora, comunicando-lhes aliás propostas tão moderadas que os deixaram desconfiados<sup>546</sup>. Um relatório secreto apresentado em 10 de Julho de 1944 na Research and Analysis Branch do OSS resumiu a situação, considerando que os interrogatórios de prisioneiros de guerra e outras informações recolhidas indicavam a existência de duas tendências entre os comunistas alemães na clandestinidade, uma reflectindo a nova geração e com maior abertura política e outra dominada por velhos militantes e apegada às ideias anteriores a 1933<sup>547</sup>. Afinal, o nacional-bolchevismo durou tanto como o nacional-socialismo.

## **6. Alemanha: O populismo nacional-socialista era o espelho do nacional-bolchevismo dos comunistas**

Na Alemanha a confluência do tema do movimento operário com o tema do imperialismo, que constituiu o quadro ideológico dos fascismos, efectuara-se já antes de Adolf Hitler ter chegado à capital bávara. O fascismo, porém, não foi uma criação singular, mas um processo continuamente restaurado, uma rede que de cada vez se tecia, envolvendo parte da direita nacionalista e parte do operariado revolucionário, e dando-lhes novas perspectivas e novos métodos de acção. Em suma, o fascismo resultou de uma tensão permanente que atravessava de um lado ao outro

<sup>543</sup> H. Langbein (1981) 209.

<sup>544</sup> H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 325.

<sup>545</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 398.

<sup>546</sup> H. Mommsen (2009) 124, 200, 204, 225, 235; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 588.

<sup>547</sup> R. Laudani (org. 2013) 327-329. Embora não confirmada, a autoria de Herbert Marcuse é provável, como está indicado na pág. 291. É interessante comparar este relatório com o apresentado por Franz Neumann sobre o mesmo assunto em 6 de Agosto de 1943 (págs. 261 e segs.). Enquanto Neumann manteve uma distância crítica de historiador, os detalhes da análise feita por Marcuse entraram já num campo policial, que deixa prever a sua evolução posterior, por exemplo no relatório confidencial apresentado em 1 de Agosto de 1949 ao Office of Intelligence Research do Departamento de Estado, que é já uma peça da Guerra Fria (págs. 972 e segs.).

as hierarquias sociais e lhe permitia renascer em formas sempre variadas, mas sempre equivalentes, tanto organizações bem demarcadas como tendências fluidas e renováveis. Esta foi a sua originalidade e o seu perigo.

O serralheiro Anton Drexler, empregado dos caminhos-de-ferro e antigo social-democrata, criara em Munique, em Março de 1918, o Comité dos Operários Livres para uma Paz Justa, destinado a combater o marxismo no campo sindical e defender as exigências alemãs na guerra mundial. Uma actuação baseada na classe trabalhadora, mas declaradamente contra-revolucionária e ao serviço de um nacionalismo agressivo — tínhamos ali os ingredientes do fascismo. O Comité, que jamais ultrapassou as quatro dezenas de membros, filiava-se num vasto movimento sediado no norte do país, a Associação para a Promoção da Paz segundo as Orientações da Classe Trabalhadora, fundado em Bremen no Verão de 1917 pelo chefe de um sindicato patronal dos operários da Krupp. A paz a que se fazia referência não se assemelhava à dos pacifistas, muito menos à dos internacionalistas, era a paz do estado-maior, aquela a que o imperialismo germânico se sentia com direito. Ora, o principal objectivo da propaganda fascista consistia em mostrar que as facções conservadoras das classes dominantes eram demasiado débeis para sustentar a expansão nacional, de maneira que o imperialismo teria de assentar numa nova base, fornecida pelo proletariado. Em Janeiro de 1919 Drexler e os seus amigos ligaram-se a outro grupúsculo de orientação similar, dando origem ao Partido Operário Alemão<sup>548</sup>. Foi a este pequeníssimo círculo político que Hitler dedicou o seu talento oratório e a sua capacidade estratégica, transformando-o em Abril de 1920 no Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores e levando-o ao destino que se conhece. Mas será crível que durante a revolução conselhistas na Baviera Hitler tivesse andado de braçadeira vermelha e procurasse ligar-se ao USPD e aos comunistas, sendo preso pelas forças militares que derrotaram o movimento e libertado só graças à intervenção de alguns dos seus antigos comandantes<sup>549</sup>? Mais tarde, no meio político favorável a Otto Strasser sustentava-se que Hitler, enquanto membro do exército, não teria conseguido permanecer em Munique durante o regime conselhistas sem estar às ordens do comando revolucionário e insinuava-se que teria usado então a braçadeira vermelha<sup>550</sup>. No interior do NSDAP, porém, não foi em torno do futuro Führer que convergiram as antíteses formadoras do nacional-

<sup>548</sup> J. P. Faye (1980) 506; K. Heiden (1934) 4, 6; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 6, 11; W. L. Shirer (1995) I 40.

<sup>549</sup> J. C. Fest (1974) 143-144; D. C. Watt (1995) xx.

<sup>550</sup> D. Reed (1944) 53-55. Talvez isto não seja inverosímil, porque nessa ocasião Dietrich Eckart não chegou a ser preso devido às suas proclamações contra o capital financeiro. Ver A. Rosenberg [s. d. 1] 17. Num maldizente ajuste de contas, Otto Strasser insinuou que naqueles dias Hitler estivera pelo menos escondido, porque não aparecera entre os que combatiam o regime dos conselhos. Ver O. Strasser (1940) 12 e 19.

bolchevismo, mas em redor dos dirigentes que se lhe opunham.

O general Ludendorff, com quem nenhuma das outras vedetas do nacional-socialismo podia então competir em celebridade, afirmara uma propensão populista e distanciara-se progressivamente das posições assumidas pelos altos comandos militares<sup>551</sup>. Seguindo-lhe as pegadas destacava-se Gregor Strasser, que em 1924 esteve a seu lado quando ele encabeçou uma orientação divergente da seguida por Hitler<sup>552</sup>. Mas Ludendorff embrenhou-se num misticismo racial que passou a constituir a sua preocupação predominante e o afastou das necessidades imediatas da política<sup>553</sup>. Assim, foi Gregor Strasser, e até Julho de 1930 também o seu irmão Otto, a animar a vocação operária do NSDAP, pretendendo orientá-lo de frente para os trabalhadores revolucionários, em choque e diálogo simultâneos. Nessa época o movimento nacional-socialista quase se dividia em dois partidos, um dirigido por Hitler em Munique e o outro, no norte do país, comandado por Gregor Strasser, que desde Janeiro de 1928 se encarregou da organização nacional do NSDAP. O perfil da tendência populista definiu-se claramente no congresso que reuniu os dirigentes nacional-socialistas da Alemanha do Norte em Hanover, em Novembro de 1925, quando Strasser se mostrou disposto a apoiar as greves comunistas se isto contribuísse para enfraquecer o regime de Weimar. O radicalismo nacional-socialista convergia com os comunistas no ataque à república burguesa<sup>554</sup>.

Nos últimos meses de 1925 e no começo de 1926 os sociais-democratas e os comunistas conduziram uma campanha a favor do confisco das vastas propriedades e dos bens das antigas famílias soberanas. Gregor Strasser defendeu que o NSDAP votasse ao lado dos dois partidos marxistas no referendo que ia decidir a questão e, aproveitando o pretexto para pôr em causa a estratégia de Hitler, propôs também a remodelação do programa económico do partido, a nacionalização das grandes indústrias e dos latifúndios e a substituição do parlamento por uma câmara corporativa. Só graças a manobras difíceis Hitler obteve uma maioria que bloqueou as pretensões dos Strasser e da ala populista<sup>555</sup>. No norte da Alemanha, porém, os dois irmãos continuaram a resistir às pressões de Hitler e a simpatizar com certas atitudes dos comunistas. Não era raro que o grupo parlamentar nacional-socialista apoiasse as propostas do KPD relativas a questões

<sup>551</sup> K. Heiden (1934) 178.

<sup>552</sup> Id., *ibid.*, 184, 193.

<sup>553</sup> O teor das preocupações que haviam passado a obcecar o antigo quartel-mestre general avalia-se quando o vemos evocar a «comunidade consciente de raça e [a] experiência racial de Deus» ou «a ideia de Deus na forma que lhe é dada pela nossa experiência religiosa racial». Ver Ludendorff (1936) 35 e 42. É certo que estas teses não estavam muito distantes das que eram entretanto formuladas por Rosenberg.

<sup>554</sup> K. Heiden (1934) 206-207.

<sup>555</sup> J. C. Fest (1974) 400, 403-407; W. L. Shirer (1995) I 137-138. Ver também J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 46.

laborais e económicas, e em 1929 pôde ouvir-se um deputado do NSDAP atacar o reformismo da social-democracia e acusá-la de trair os interesses dos trabalhadores ao se coligar com os partidos da grande indústria e da grande finança<sup>556</sup>. O choque entre as duas tendências do nacional-socialismo chegava à afronta, como sucedeu em Março de 1929, quando, no mesmo dia em que Hitler ia pronunciar um discurso tentando captar as boas graças dos altos comandos militares, Gregor Strasser apoiou no parlamento uma moção de desconfiança apresentada pelos comunistas contra o general Groener, ministro da Reichswehr<sup>557</sup>. Hitler permaneceu sistematicamente hostil às veleidades operárias de Gregor Strasser e só em Outubro de 1930 aprovou pela primeira vez a participação dos nacionais-socialistas numa greve, desencadeada pelos metalúrgicos de Berlim. Aliás, num artigo publicado nesta ocasião no *Völkischer Beobachter* Hitler pronunciou-se contra os lucros excessivos do grande patronato<sup>558</sup>. Mas vivia-se então sob o regime autoritário do chanceler Brüning, que governava por decreto com autorização de uma pequena maioria parlamentar, contra a qual haviam votado, junto com os comunistas, os nacionais-socialistas e os nacionais-alemães<sup>559</sup>.

Na segunda metade de 1932 Hitler iniciou a irresistível aproximação da Chancelaria. Apoiou primeiro o governo conservador de von Papen, para mostrar em seguida que ele não conseguia sobreviver sem o seu auxílio. A 12 de Setembro, numa altura em que Hitler apostava tudo na queda do governo, que lhe abriria o caminho do poder, os deputados nacional-socialistas somaram os seus votos aos dos comunistas quando estes apresentaram uma moção de censura<sup>560</sup>. E poucos dias antes das eleições de 6 de Novembro de 1932 o NSDAP juntou-se ao KPD na greve dos trabalhadores dos transportes públicos de Berlim, contra a qual se tinham pronunciado o Partido Social-Democrata e os seus sindicatos<sup>561</sup>. Foi nesta época que Gregor Strasser invocou a «nostalgia anticapitalista»<sup>562</sup>. Com o descrédito do governo de von Papen a derradeira oportunidade do conservadorismo clássico ficou frustrada. Só os métodos de Hitler poderiam impor na Alemanha a ordem por que as facções tradicionais da classe dominante ansiavam, mas que eram incapazes de estabelecer. Hitler lançava nas ruas, quando e como queria, as milícias do seu partido, podendo causar uma perturbação permanente ou assegurar com elas uma disciplina estrita. Com esta dupla capacidade ocupou o fulcro da cena política. Seria dele a Chancelaria.

<sup>556</sup> H. A. Turner Jr. (1985) 66-68, 134.

<sup>557</sup> K. Heiden (1934) 260-261.

<sup>558</sup> Id., *ibid.*, 281-282.

<sup>559</sup> Id., *ibid.*, 296-297.

<sup>560</sup> Id., *ibid.*, 310; W. L. Shirer (1995) I 185-186.

<sup>561</sup> Ver neste capítulo as nn. 526 e 527.

<sup>562</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 595.

Mas não ainda. O último obstáculo que se opôs à ascensão do fascismo foi também um fascismo, e esta alternativa mostra como era fatal a escolha. A 2 de Dezembro de 1932 o general Kurt von Schleicher foi nomeado chanceler e duas semanas depois, num discurso radiodifundido, situou-se acima do capitalismo e do socialismo e prometeu conjugar a economia privada com a economia planificada<sup>563</sup>. Era o programa habitual dos fascistas e para realizá-lo a ala populista do NSDAP parecia o instrumento conveniente. Desde Abril desse ano, quando ocupava o segundo lugar do Ministério da Defesa no governo Brüning e enquanto conduzia tortuosas intrigas contra o ministro Groener, a quem fingia dar apoio, von Schleicher renovara os seus contactos com Röhm, chefe nacional das SA, e com o chefe das SA de Berlim, encontrando-se além disso várias vezes também com Hitler. O general propunha-se ajudar Röhm a conseguir a incorporação das SA no exército, o que alteraria os equilíbrios internos do aparelho de Estado, pois aquelas milícias, que no final de 1929 haviam atingido a paridade com os efectivos da Reichswehr, reduzida a 100.000 homens pelo tratado de Versailles, contavam cerca de 400.000 participantes em meados de 1932 e chegariam a mais de meio milhão no final desse ano<sup>564</sup>. Se assumissem a preponderância sobre os militares, as SA poderiam levar a cabo o programa económico populista e deixariam de lado os objectivos de Hitler, que eram exclusivamente raciais. Schleicher pretendia assim diminuir o espaço de manobra de Hitler e alguns meses depois, em Novembro, introduziu Gregor Strasser nas intrigas contra von Papen, preparando-se para lhe suceder na Chancelaria. Malgrado a oposição de Hitler, Strasser defendeu o apoio do NSDAP a um futuro governo Schleicher e até a

<sup>563</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 110; W. L. Shirer (1995) I 195; H. A. Turner Jr. (1985) 308.

<sup>564</sup> A. Bullock (1972) 183, 205-206; J. C. Fest (1974) 574-575; D. Orlow (2010) 263, 308; W. L. Shirer (1995) I 175. Quanto aos efectivos das SA no final de 1929 e no final de 1932 ver J. C. Fest (1974) 448 e 500. Também G. W. Remmling (1989) 218 atribuiu cerca de 100.000 membros às SA em 1930. Quanto ao número de membros das SA em Abril de 1932 ver William Shirer, op. cit., I 155 e 173. Porém, Benoist-Méchin (1964-1966) III 61 pretendeu que nos meados desse ano as SA disporiam de 350.000 elementos, e referiu (vol. III, pág. 169) a cifra de 400.000 apenas para os primeiros dias de 1933. Para S. G. Payne (2003 b) 168 e 176 as SA teriam 400.000 homens no final de 1932 e 450.000 quando Hitler acedeu à chancelaria. R. L. Koehl (1983) 43 e 79 atribuiu às SA 100.000 membros em 1931, 300.000 em Janeiro de 1933 e cerca de 500.000 em Maio desse ano. Segundo Alan Bullock, op. cit., 170, 204, 217 e 285, no começo de 1931 elas contariam 100.000 homens e teriam triplicado um ano mais tarde, para atingir 400.000 em Abril, mobilizando entre dois e três milhões de filiados nos últimos meses de 1933. No final de 1932, a crer em K. Heiden (1934) 316, os efectivos das SA alcançariam 600.000 homens. Na Primavera e no Verão de 1933 as SA tinham dois milhões de filiados, indicou A. Sohn-Rethel (1987) 142, mas K. A. Schleunes (1990) 66 atribuiu-lhes então entre três e quatro milhões de homens. Segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 22, no Verão de 1933, depois de terem sido amalgamadas com o Stahlhelm, as SA mobilizavam mais de dois milhões de homens, mais de dois milhões e meio no início de 1934 (vol. I, pág. 173). Também E. Röhm (1975) 10 atribuiu dois milhões e meio de homens às SA num discurso de Dezembro de 1933. Em 1933, escreveu J. Billig (2000) 253, as SA englobavam «de várias maneiras» cerca de dois milhões de pessoas, que eram já quatro milhões e meio no ano seguinte, e leio em Benoist-Méchin, op. cit., III 169 que na Primavera de 1934 as SA contariam mais de três milhões de membros, enquanto J. P. Faye (1980) 626 indicou que eles seriam quatro milhões na primeira metade de 1934. Stanley Payne, op. cit., 176, no entanto, limitou-se a contabilizar 2,9 milhões na Primavera de 1934 e H. F. Ziegler (1989) 45 indicou este mesmo número para Agosto de 1934. Para D. Lerner (1951) 74, depois da noite de Junho-Julho de 1934 as SA foram reduzidas de três milhões para um milhão de filiados. Mais modestamente, J. Droz [s. d.] 96 considerou que as SA disporiam de 100.000 membros em 1930 e de apenas o dobro em 1933.

participação a nível ministerial<sup>565</sup>. Logo que foi nomeado chanceler, o general convidou Gregor Strasser para ocupar os cargos de vice-chanceler e de primeiro-ministro da Prússia, o que, perante a hostilidade de Hitler àquele governo, provocaria a cisão do NSDAP. Mas que firmeza conseguiria o governo de von Schleicher se contasse apenas com a ala populista do nacional-socialismo, para mais dilacerada pela inevitável hostilidade dos antigos camaradas? Tendo Hitler como inimigo, de nada valeria a Strasser entrar para o governo. Hitler encontrava-se de novo senhor da situação. Em 7 de Dezembro Strasser viu-se obrigado a abandonar todas as funções que exercia no partido e seguiu para férias em Itália. A insatisfação da ala populista foi grande, mas como poderiam reagir, e com que objectivos precisos, se o seu chefe desaparecera? Hitler encontrou resistências e dificuldades e, nas palavras do Gauleiter Robert Ley, tratou-se da «mais séria crise do movimento»<sup>566</sup>. Apesar disso bastaram-lhe poucos dias para reunificar o partido. A sua autoridade saía mais forte, o aparelho organizativo em que assentara o prestígio de Strasser foi destruído, a facção populista estava paralisada, as ambições de von Schleicher ficaram comprometidas<sup>567</sup>.

Impedido por um lado o acesso ao operariado, von Schleicher tentou-o pelo outro. Neste sentido encetara conversações com os dirigentes sindicais, dando-lhes a entender que os sindicatos e o exército seriam os dois pilares sobre os quais reorganizaria a república<sup>568</sup>. A ideia estava longe de ser nova, pois após ter atribuído a derrota militar à «cisão interna da alma alemã», o general Ludendorff recordara, ou imaginara recordar, o que teria sucedido em 1914, quando «o despertar da alma racial», «perante a “ameaça do perigo de guerra” e perante a mobilização, colocou as classes operárias induzidas em erro» — ou seja, que até àquele momento se haviam deixado enganar pelas «manobras dos destruidores do povo» — «ao serviço do Povo e do Estado-Maior»<sup>569</sup>. Esta versão idílica do começo da guerra conhecera na época da catástrofe, em 1919,

<sup>565</sup> A. Bullock (1972) 234-235; J. P. Faye (1980) 587; K. Heiden (1934) 317, 321; W. L. Shirer (1995) I 188-189. Por seu lado, D. Reed (1944) 130-133 afirmou que Hitler teria de início explorado simultaneamente duas vias de negociação opostas, uma assente na colaboração de Gregor Strasser com o general von Schleicher e a outra resultante das intrigas de Göring com von Papen e Hugenberg. Mas O. Strasser (1940) 138-139 pretendeu que Hitler começara por dar o seu apoio a Gregor Strasser e só devido a uma manobra de von Papen, secundado por Göring e Goebbels, se voltara depois contra ele.

<sup>566</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 114.

<sup>567</sup> Para a sequência dos factos, embora não para a sua interpretação, ver A. Bullock (1972) 238-240, J. C. Fest (1974) 603-608; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 110-115, II 44 e W. L. Shirer (1995) I 191-193. Consultar igualmente Benoist-Méchin (1964-1966) III 77-79.

<sup>568</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) III 82; A. Bullock (1972) 240-241; J. P. Faye (1980) 363, 369; G. Marramao (1977) 262; H. Mommsen (2009) 206; E. Salomon (1993) 183; W. L. Shirer (1995) I 195. Todavia, D. Reed (1944) 129-130 deu uma versão diferente dos acontecimentos, escrevendo que a solução governativa proposta por von Schleicher previra desde início a colaboração com Gregor Strasser e, ao mesmo tempo, com os dirigentes sindicais socialistas. Porém, este autor indicou (pág. 135) que o discurso radiodifundido de von Schleicher anunciando publicamente a sua disposição de se apoiar nos sindicatos teve lugar a 15 de Dezembro, oito dias depois de Gregor Strasser se ter demitido dos cargos que ocupava no partido nacional-socialista.

<sup>569</sup> Ludendorff (1936) 29, 30.

uma variante extremada, e o coronel Max Bauer, muito ligado então a Ludendorff e que ao mesmo tempo mantinha conversações com Radek na prisão berlinense onde ele se encontrava, sugeriu a instauração de uma ditadura apoiada numa aliança entre a classe operária e os comandos militares<sup>570</sup>. A este programa Spengler emprestou a sua erudição no panfleto de 1920, *Prussianismo e Socialismo*<sup>571</sup>. Mas foi sobretudo nos últimos anos do regime de Weimar que aquele recurso desesperado apareceu a algumas pessoas como solução. Por detrás das páginas de um livro de divulgação histórica publicado em 1930, onde se relatam numa perspectiva francamente reacçãoária as lutas sociais e políticas na Alemanha desde 1918 até 1920, leio em filigrana uma tentativa de demonstrar a necessidade da aliança entre o estado-maior do exército e a burocracia social-democrata<sup>572</sup>. Aliás, esta obra constitui em boa medida uma apologia do general Groener, de quem von Schleicher fora durante anos um fiel colaborador, até finalmente o trair. E em 1931, num nível mais sofisticado, um círculo de intelectuais próximos de von Schleicher e da Reichswehr conspirara para aliar os sindicatos operários ao nacional-socialismo populista encabeçado por Gregor Strasser<sup>573</sup>. Os dirigentes sindicais, todavia, negaram-se a acompanhar von Schleicher naquele empreendimento<sup>574</sup>.

Será que nas suas férias italianas Gregor Strasser se retemperou à sombra do Duce? Senão, como explicar que exactamente um mês depois, em 6 de Janeiro de 1933, manifestasse ao presidente Hindenburg a disposição de participar no governo Schleicher? Mas que utilidade teria para o chanceler alguém que deixara escapar todo o poder? Strasser desistiu finalmente de acompanhar o general nas suas intrigas e regressou ao NSDAP, onde as portas da direcção se lhe fecharam<sup>575</sup>. Também para von Schleicher se encerrou a governação. A 29 de Janeiro de 1933, um dia depois de o general ter sido demitido de chanceler pelo presidente Hindenburg, um dia antes de Hitler ser nomeado para o substituir, cem mil trabalhadores manifestaram no centro de Berlim a sua oposição ao nacional-socialismo. Um dos dirigentes sindicais tentou então entrar em contacto com o comandante-chefe do exército para lhe propor uma acção conjunta dos sindicatos e das forças armadas, que impedisse Hindenburg de entregar o poder a Hitler<sup>576</sup>. À última hora

<sup>570</sup> E. H. Carr (1966) III 314; J. P. Faye (1980) 92.

<sup>571</sup> O. Spengler [1920] *passim*.

<sup>572</sup> E. O. Volkmann (1933) *passim*.

<sup>573</sup> J. P. Faye (1980) 139.

<sup>574</sup> W. L. Shirer (1995) I 195. Mas K. Heiden (1934) 321 admitiu que existira uma certa boa vontade por parte da burocracia sindical e, segundo H. Mommsen (2009) 206, um dos membros da cúpula sindical, Leuschner, defendera esta política.

<sup>575</sup> Para a cronologia destes acontecimentos ver A. Bullock (1972) 246 e W. L. Shirer (1995) I 196. Ver também Benoist-Méchin (1964-1966) III 80-81 e K. Heiden (1934) 318.

<sup>576</sup> W. L. Shirer (1995) I 3. Referindo-se aos primeiros meses do hitlerismo, K. Heiden (1934) 334 admitiu que teria então sido possível afastar o Führer do poder graças a uma aliança entre os sindicatos socialistas e o exér-



regressara-se ao ponto de partida. Tudo o que o movimento sindical encontrou para se opor ao fascismo de Hitler foi o fascismo de von Schleicher, rejeitado poucos dias antes, um Estado corporativo apoiado nos sindicatos e nos militares. E até um dos mais notáveis representantes da esquerda da social-democracia, o austríaco Max Adler, se iludia ao julgar, numa obra publicada naquele mesmo ano, que se tratara da «última grande oportunidade de derrotar o movimento hitleriano»<sup>577</sup>. Se a única solução para evitar um fascismo era recorrer a outro, o caminho ficava aberto aos nacionais-socialistas.

A forma como Hitler chegou à Chancelaria mostra que, no interior do nacional-socialismo, a vertente exclusivamente racista havia já assegurado a hegemonia sobre a ala favorável às transformações económicas imediatas. Esta ala só pôde sustentar-se enquanto existiu um Partido Comunista que lhe serviu de inimigo e, ao mesmo tempo, de interlocutor. O populismo truculento das SA e a posição de Gregor Strasser enquanto segunda figura do NSDAP e chefe do sector organizativo tinham encontrado justificação nas ilusões nacionalistas do comunismo. Mas como se equilibraria o lado socialista do nacional-socialismo depois de os marxistas terem sido eliminados? «A vossa missão é completar a Revolução Nacional-Socialista e implantar o Reich Nacional-Socialista», proclamou Röhm aos seus homens em Maio de 1933. «É o que ainda falta fazer»<sup>578</sup>. Na mesma época um revolucionário francês viajando na Alemanha observou que «contam-se aos milhares os que misturam as suas confusas aspirações socialistas com o sentimento fanático de uma humilhação nacional», e previu com acuidade: «Correm já boatos de que as SA se impacientam e se amotinam. Imagino que em breve será necessário satisfazer esta multidão — ou subjugarla brutalmente»<sup>579</sup>. Com efeito, nos primeiros meses de 1934 von Schleicher conspirou de novo com Röhm e Gregor Strasser, tentando apertar em torno do Führer o círculo da Segunda Revolução e da tomada do poder pelas SA, e talvez certos sectores do exército tivessem participado na manobra<sup>580</sup>. «Nós não fizemos uma revolução nacional», declarou Röhm em Abril de 1934, «mas

cito, com o apoio dos comunistas e até do Partido Nacional Alemão. Konrad Heiden indicou que esta alternativa fora encarada por alguns círculos da Reichswehr, mas não a relacionou com os acontecimentos de 29 de Janeiro.

<sup>577</sup> A obra de Max Adler *Linkssozialismus. Notwendige Betrachtungen über Reformismus und revolutionären Sozialismus* encontra-se parcialmente reproduzida em G. Marramao (1977) 258-286. A frase citada pode ler-se na pág. 262. Todavia, Adler atribuiu a von Schleicher a iniciativa de proclamar a greve geral com o apoio do exército e responsabilizou os dirigentes sindicais pela não aceitação da proposta.

<sup>578</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 768.

<sup>579</sup> D. Guérin (1969) I 88, 90.

<sup>580</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) III 188-189; J. P. Faye (1980) 624; D. Guérin (1969) II 151; W. L. Shirer (1995) I 235, 243-244. Embora se mostrasse pouco disposto a aceitar a tese de que Röhm estaria a preparar um golpe de Estado, A. Bullock (1972) 295-296 admitiu que ele se mantivera em contacto com von Schleicher e possivelmente também com Gregor Strasser. Por seu lado, escreveu D. Reed (1944) 40: «[...] depois de Hitler ter alcançado o poder, o exército teria gostado de o demitir e de o substituir por Gregor Strasser. Esta foi uma das razões da grande "depuração" de 30 de Junho de 1934 e do assassinato de Gregor Strasser». Ler igualmente a pág. 140. Também Benoist-Méchin, op. cit., IV 318 afirmou que os generais monárquicos e conservadores depositavam esperanças num

uma revolução nacional-socialista. E queremos sublinhar esta última palavra, *socialista*. A única barreira que se opõe à reacção é constituída pelas nossas Secções de Assalto, porque elas encarnam totalmente a ideia revolucionária»<sup>581</sup>. E Röhm vociferou dois meses depois contra aqueles que confundiam o «levantamento nacional» com a «revolução alemã». «De facto, já é mais do que tempo», ameaçou ele, «de que a revolução nacional pare e se torne nacional-socialista»<sup>582</sup>. Se na passagem de Junho para Julho de 1934 o Führer e os SS puderam resolver a questão de maneira expedita, assassinando os chefes das SA e alguns outros representantes da mesma tendência<sup>583</sup>, isto deveu-se ao facto de o populismo ter sido já desarticulado durante a experiência governativa de von Schleicher. Parece que os SS mobilizavam então apenas 52.000 homens<sup>584</sup>, mas os números aqui não contavam. A força das SA era ilusória, porque lhes faltava a coesão organizativa e a homogeneidade política de que os SS dispunham.

Os cadáveres de Röhm, von Schleicher, Gregor Strasser e várias dezenas mais<sup>585</sup> não se explicam somente por razões internas ao fascismo. O triunfo de Hitler em Janeiro de 1933 desorganizara a classe trabalhadora e quebrara a espinha dorsal a quaisquer veleidades de radicalismo operário. O nacional-bolchevismo sofreu assim uma profunda transformação topográfica, pois naquele sintagma o pólo comunista era indispensável à afirmação nacionalista. Liquidado o nacional-

golpe de Estado em que Röhm depusesse Hitler. «Circulavam boatos acerca de contactos que Röhm estava supostamente a ter com Schleicher e Gregor Strasser», escreveu J. C. Fest (1974) 788. Mas H. Rauschnig (1939) 188-190 pretendeu que fora com o apoio dos comandos da Reichswehr que o general von Schleicher voltara a aproximar-se de Gregor Strasser na primeira metade de 1934 para, na opinião deste autor, combater a demagogia de Röhm e as desordens criadas pelas SA. É interessante saber que no final de 1934, quando chegou a um ponto crítico a hostilidade entre, por um lado, o Gauleiter do NSDAP na Cidade Livre de Danzig e, por outro, Hermann Rauschnig, também membro do partido e presidente do Senado – o que equivalia a primeiro-ministro de um território que possuía então o estatuto de independência – um «general muito conhecido», segundo as palavras de Rauschnig (pág. 248), ter-lhe-ia sugerido uma iniciativa que poderia servir de exemplo para a própria Alemanha: decretar a expulsão do Gauleiter e prender os seus apoiantes, formando um governo de coligação e distribuindo armas aos sindicatos, de maneira a constituir uma milícia operária que neutralizasse as milícias nacional-socialistas. Parece que a ideia de mobilizar os sindicalistas contra Hitler tinha raízes sólidas em certos meios militares.

<sup>581</sup> Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) III 174-175.

<sup>582</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 168-169.

<sup>583</sup> Ao justificar publicamente o massacre dos cabecilhas da ala populista, Hitler fingiu-se indignado com a homossexualidade de Röhm e invocou-a como se ela tivesse constituído uma das razões do seu furor. Leia-se a este respeito A. Bullock (1972) 306, J. C. Fest (1974) 803 e W. L. Shirer (1995) I 244-245. Tratou-se de pura demagogia. E. Salomon (1993) 363 escreveu que «Hitler sabia desde há catorze anos que Röhm era pederasta» e vê-se em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 714 que as preferências eróticas do chefe supremo das SA haviam já sido discutidas amplamente na grande imprensa alemã em 1932. Ler também D. Orlow (2010) 264, 302-303, 339-340 e A. Sohn-Rethel (1987) 149. O mais curioso é que W. L. Shirer (2011) 273 e 465 considerou Hitler efeminado. Num artigo de 1931 Carl von Ossietzky, citado por J. C. Fest (1974) 510, classificou-o como «efeminado» e Joachim Fest, depois de sublinhar a «notável sensibilidade» de Hitler às multidoes que lhe escutavam os discursos, observou (pág. 559) que isto o dotava de «uma inequívoca aura feminina». Por seu lado O. Mosley (2006) 305, conversando em privado com o Führer, notou-lhe «um encanto suave, quase feminino».

<sup>584</sup> J. Billig (2000) 140; E. K. Bramstedt (1945) 72.

<sup>585</sup> Segundo Y. Gorzki et al. (2009) 74, teria sido de oitenta e oito o número total de vítimas. A. Tooze (2006) 68 mencionou oitenta e cinco vítimas confirmadas, acrescentando que poderiam ter chegado a duzentas. Com maior prudência, J. C. Fest (1974) 788 indicou «mais de oitenta pessoas».

bolchevismo num lado, ele ficara condenado no outro também. Os camisas castanhas e os fiéis dos irmãos Strasser haviam-se tornado historicamente inúteis. Depois de ter perdido metade da sua razão de ser, o nacional-bolchevismo perdeu a outra metade de Junho para Julho de 1934, quando Hitler exterminou os chefes da ala populista do seu partido. De então em diante, a única oposição com que o racismo revolucionário de Hitler deparou foi o nacionalismo conservador. Nesta nova dinâmica fortaleceram-se o Führer e os SS, mas não era este o espelho em que as SA e os demais populistas podiam mirar-se. Aos nacionais-bolchevistas que não renunciassem às suas convicções para se integrarem num NSDAP exclusivamente racista restava a alternativa de se situarem discretamente na órbita de Moscovo.

Nesta perspectiva são especialmente interessantes os relatórios enviados por Adam von Trott zu Solz, diplomata e alto funcionário alemão, ao chefe da espionagem norte-americana na Suíça, Allen Dulles, durante a interminável preparação do que havia de ser o golpe frustrado de Julho de 1944. Sem saber que um dia o condenariam à morte, junto com tantos outros, escreveu von Trott, servindo de eco às antigas preocupações sociais e geopolíticas do nacional-bolchevismo: «[...] a oposição [antinazi] considera que os países anglo-saxónicos estão corrompidos por preconceitos burgueses [...] A tentação de nos orientarmos em direcção a Leste é cada vez mais forte e tem como fundamento o facto de acreditarmos na possibilidade de uma fraternização entre os povos russo e alemão, se não entre os seus governos. Ambos romperam com a ideologia burguesa, [...] um e outro desejam uma solução radical dos problemas sociais, que ultrapasse os limites nacionais [...] A oposição está persuadida de que, na Europa, a evolução decisiva se processará no plano social e não no militar. Quando terminar a campanha da Rússia, depois de o exército alemão ter sido repellido, poderia nascer em ambos os lados um movimento revolucionário. A fraternização entre os alemães e os operários estrangeiros deportados pode também tornar-se um factor a ter em conta. Hitler foi obrigado a apoiar as classes operárias e a conceder-lhes uma importância sempre crescente; a burguesia, os intelectuais, os generais desempenham um papel cada vez menos importante. Hitler há-de cair e a fraternidade dos oprimidos constituirá a base sobre a qual será construída uma Europa inteiramente nova»<sup>586</sup>. Esta antecipação de uma revolução à escala europeia revelou-se errada, porque mais não era do que o reflexo de esperanças passadas e de mitos também. Que revolução? Do lado soviético ela só poderia desencadear-se ao arrepio dos desejos do Kremlin e do outro lado ela faria de Hitler a principal vítima. Nem stalinista nem hitleriana, mas processando-se a partir destes dois quadros, a revolução operária sonhada por von Trott deveria obrigatoriamente ser nacional-bolchevista. Se for exacto que «Adam

<sup>586</sup> Transcrito em A. W. Dulles (1947) 177-178. Ver também H. Mommsen (2009) 121 e 185.

von Trott via na conciliação entre o socialismo e a tradição o problema crucial da política interna e, no fundo, também da política externa»<sup>587</sup>, então o seu horizonte era uma versão conservadora do nacional-bolchevismo. E para atingir tal objectivo era necessário que a estratégia da oposição voltasse costas às democracias liberais do Ocidente e se orientasse para Leste. Com efeito, pouco antes do fracassado golpe de Julho de 1944 von Trott procurou contactar os comunistas alemães<sup>588</sup> e em Abril desse ano renovou as advertências a Allen Dulles, prevenindo-o de que, se os Aliados não propusessem à população trabalhadora germânica uma política social e não lhe prometessem a liberdade de organização e a inclusão dos socialistas no futuro governo, ela seria inevitavelmente atraída pelo comunismo e pela esfera soviética<sup>589</sup>.

Já em Agosto de 1943 um profundo conhecedor do nacional-socialismo, numa comunicação secreta apresentada na Research and Analysis Branch do OSS, avisara que «o colapso do sistema nazi porá de novo em evidência as tendências nacional-bolchevistas que até agora têm sido suprimidas pelos dirigentes nazis»<sup>590</sup>. A dialéctica social do nacional-bolchevismo de direita funcionou aqui como uma Penélope solitária, já sem pretendentes nem Ulisses nem outra esperança, e apesar disto tecendo incansavelmente os fios rompidos.

## 7. Alemanha e Rússia: As relações entre a Reichswehr e o Exército Vermelho

A convergência entre a vertente nacionalista do movimento operário alemão e o radicalismo social assumido por uma certa direita estava em relação íntima com as orientações da diplomacia soviética. Não tem cabimento discutir qual das duas, a política externa ou a interna, foi causa ou efeito. Decerto sem o apoio que o estado-maior alemão obteve do Kremlin para infringir as disposições do tratado de Versailles muitas figuras da direita não teriam olhado para a extrema-esquerda com tão bons olhos. Mas parece indubitável também que as simpatias estrangeiras do comunismo soviético serviram de caução, ou mesmo de estímulo, para o pendor nacionalista que já antes pudera detectar-se na extrema-esquerda.

As forças armadas da Alemanha de Weimar estavam submetidas às drásticas condições impostas pelos vencedores. Ficara proibida toda a artilharia pesada bem como a aviação militar e

<sup>587</sup> H. Mommsen (2009) 61. Segundo Hans Mommsen (pág. 62), von Trott teria simpatizado com a ala strasseriana do NSDAP.

<sup>588</sup> Id., *ibid.*, 62.

<sup>589</sup> A. W. Dulles (1947) 183-185, 223. Ver também H. Mommsen (2009) 120-121.

<sup>590</sup> F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 277.

os submarinos, e a artilharia ligeira fora reduzida a menos de trezentas peças<sup>591</sup>. Nesta situação, desde o final de 1919 ou o começo do ano seguinte o general von Seeckt, chefe do exército alemão, a Reichswehr, compreendeu que apenas o apoio russo permitiria ultrapassar aquelas limitações. O sistema soviético era, na opinião de von Seeckt, uma questão interna da Rússia, em nada interferindo na orientação externa da Alemanha, que devia apenas obedecer a considerações geopolíticas. Na verdade, ao defender que um acordo económico e político com Moscovo de modo nenhum comprometeria a luta contra os comunistas no interior do país, von Seeckt demonstrou um entendimento muitíssimo claro da evolução operada pelo bolchevismo<sup>592</sup>.

Um minucioso conhecedor destas questões admitiu que se tivesse devido à iniciativa dos chefes da Reichswehr a mudança de situação do delegado do Partido Comunista Russo junto aos spartakistas, Karl Radek, preso em regime de isolamento numa cadeia de Berlim e que passou a beneficiar de um tratamento privilegiado desde Agosto de 1919 até à sua libertação em Dezembro, ficando autorizado a receber todo o tipo de visitas<sup>593</sup>. Radek iniciou então contactos com oficiais alemães favoráveis à orientação diplomática para Leste, a ponto de, saído da prisão, se ter alojado durante algumas semanas em casa de um deles. Alguns oficiais salientavam-se pelas opiniões nacional-bolchevistas. O almirante von Hintze, por exemplo, que fora adido naval em São Petersburgo e ministro dos Negócios Estrangeiros durante o Verão de 1918, achava que o seu país só conseguiria ressurgir enquanto grande potência se procedesse a uma revolução social<sup>594</sup>. E o coronel Max Bauer, antigo chefe dos serviços secretos do exército sob Ludendorff, pretendia que a direita tomasse o poder, mas não antes de que, segundo as reminiscências publicadas mais tarde por Radek, «os trabalhadores ficassem desiludidos com a democracia burguesa e chegassem à conclusão de que uma “ditadura do trabalho” só seria possível na Alemanha através de um acordo entre a classe operária e a classe dos oficiais». Nesta perspectiva Bauer defendia um entendimento dos generais alemães com o governo soviético, virado contra a *Entente*<sup>595</sup>.

Talvez seja impossível saber se teria então sido abordada pelo agente bolchevista e pelos seus interlocutores alemães a questão do apoio desejado pela Reichswehr. Um prestigiado historiador admitiu que só nos primeiros meses de 1921, na qualidade de comissário do povo para a Guerra e presidente do Conselho Militar Revolucionário, Trotsky tivesse recebido através do representante oficioso do governo soviético em Berlim, Victor Kopp, as primeiras indicações de que os

<sup>591</sup> M. Baumont (1951) 63-64.

<sup>592</sup> E. H. Carr (1966) III 310; F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 280-281.

<sup>593</sup> E. H. Carr (1966) III 312.

<sup>594</sup> Id., *ibid.*, III 314.

<sup>595</sup> Citado em id., *ibid.*, III 314. Ver igualmente J. P. Faye (1980) 92.

chefes militares e os grandes industriais germânicos poderiam estar interessados em fabricar e experimentar no território soviético material de guerra que a Alemanha ficara proibida de usar pelo tratado de Versailles<sup>596</sup>. Por seu lado, um autor que teve amplo acesso aos arquivos soviéticos afirmou que em Fevereiro de 1921 Lenin recebeu um telegrama da legação soviética em Berlim informando do resultado das conversações com o aparelho industrial-militar alemão<sup>597</sup>. Todavia, muito mais tarde, em réplica a algumas acusações feitas nos célebres processos políticos encenados em Moscovo, Trotsky recordou que «o início das concessões alemãs na Rússia soviética ocorreu na época em que eu estava ainda ocupado com a guerra civil»<sup>598</sup>, o que situa a iniciativa antes de 1921. De qualquer forma, as conversas de Radek com os oficiais alemães traçaram o quadro em que aquela colaboração veio a inserir-se, e sabemos que em Fevereiro de 1920 von Seeckt previra a eventualidade de um entendimento militar com a Rússia contra as forças da *Entente*<sup>599</sup>. Pouco depois, por ocasião da guerra soviético-polaca, é natural que os contactos entre alguns chefes militares soviéticos e certos membros dos corpos francos, bem como outras figuras da extrema-direita, tivessem contribuído para orientar as simpatias da Reichswehr em direcção a Moscovo<sup>600</sup>. Aliás, enquanto o Exército Vermelho se aproximava velozmente de Varsóvia, um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão encontrou-se discretamente com Kopp e obteve sem dificuldade a garantia de que não seria atravessada a fronteira germano-polaca<sup>601</sup>.

Um historiador espantou-se com o facto de as conversações secretas destinadas a reconstruir a indústria de armamentos russa sob orientação alemã e em benefício directo da Reichswehr se terem iniciado precisamente no momento em que Zinoviev deu directivas ao KPD para derrubar o governo de Berlim<sup>602</sup>. Mas seriam orientações contraditórias ou complementares? Uma insurreição comunista que liquidasse a república de Weimar poderia deixar intacta a Reichswehr e limitar-se a mudar-lhe o nome. Aliás, se tanto o SPD como o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o próprio presidente da República, também um social-democrata, foram mantidos

<sup>596</sup> E. H. Carr (1966) III 313 n. 1, 321, 361.

<sup>597</sup> D. Volkogonov (1995) xxxiii.

<sup>598</sup> L. Trotsky, «Vyshinsky's Tactics Forecast», *The New York Times*, 5 de Março de 1938, em G. Breitman e E. Reed (orgs. 1970) 132.

<sup>599</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) II 80.

<sup>600</sup> E. H. Carr (1966) III 322-323.

<sup>601</sup> Id., *ibid.*, III 323.

<sup>602</sup> Id., *ibid.*, III 361. Esta dualidade, mais do que duplicidade, deu ensejo a que um dos principais dirigentes da ala esquerda do KPD, Maslow, preso no começo de 1922, tivesse a esperteza de invocar o facto de ter nascido na Rússia para convencer a polícia de que era um agente secreto do governo soviético, o que, apesar de constituir uma completa mentira, lhe permitiu ser apenas condenado a oito meses de prisão por uso de documentação falsa. Ver P. Broué (2006) 766 n. 52. O ardid só foi possível porque se um comunista era indesejável no plano partidário, ele era afinal de contas bem-vindo no plano diplomático.

na ignorância dos contactos do exército alemão com os militares soviéticos, e se mesmo o chanceler só foi informado no Outono de 1921<sup>603</sup>, isto mostra que a iniciativa da Reichswehr nem dependia das instituições da república nem tinha necessidade delas. Com efeito, interessada em ampliar as relações amigáveis com o grande capital internacional, a social-democracia alemã era contrária a qualquer orientação pró-soviética<sup>604</sup>. Escrevendo em 1938 num dos jornais de maior circulação dos Estados Unidos, Trotsky colocou com desfaçatez as cartas na mesa: «A partir do momento em que os Hohenzollern foram derrubados o governo soviético tinha a intenção de estabelecer uma aliança defensiva com a Alemanha, contra a *Entente* e contra a paz de Versailles. Mas nessa época a social-democracia, que desempenhava os primeiros papéis na Alemanha, tinha medo de Moscovo e depositava todas as esperanças em Londres e sobretudo em Washington. Por seu lado, a casta dos oficiais da Reichswehr, apesar da sua hostilidade política ao comunismo, considerava necessária uma colaboração diplomática e militar com a República Soviética»<sup>605</sup>. É certo que a Reichswehr financiara e organizara os corpos francos e outras milícias da extrema-direita, mas não tinha Trotsky integrado no Exército Vermelho, a todos os níveis da hierarquia, dezenas de milhares de antigos oficiais czaristas? O nacionalismo de um lado e o bolchevismo do outro ajustavam-se na diplomacia militar germano-soviética, e se externamente esta conjugação se virava contra a *Entente*, internamente opunha-se às instituições de Weimar.

Depois de uma visita que peritos alemães efectuaram no Verão de 1921 às decrépitas instalações fabris soviéticas e na sequência de vários contactos muito discretos prosseguidos no Outono e no Inverno desse ano tanto em Moscovo como em Berlim — e aqui alguns deles, curiosamente, na residência do então major von Schleicher — Radek chegou à capital alemã em Janeiro de 1922 e no mês seguinte encontrou-se com o general von Seeckt, a quem propôs que os alemães ajudassem a reconstruir a indústria militar russa e instruissem os oficiais soviéticos<sup>606</sup>. Para compreendermos estas conversações na sua devida dimensão é conveniente não esquecer que Radek, além das funções diplomáticas que assumia oficiosamente, era então o principal orientador e chefe político do KPD<sup>607</sup>. «Nessa altura», esclareceu um historiador, «o novo elemento de negociação parece ter consistido na proposta de que os alemães não só organizassem e dirigissem na União Soviética fábricas para produzir o armamento proibido, mas treinassem igualmente

<sup>603</sup> E. H. Carr (1966) III 364, 370; J. P. Faye (1980) 93; L. Trotsky, «Vyshinsky's Tactics Forecast», *The New York Times*, 5 de Março de 1938, em G. Breitman e E. Reed (orgs. 1970) 132.

<sup>604</sup> E. Nolte (1989) 132.

<sup>605</sup> L. Trotsky, «Vyshinsky's Tactics Forecast», *The New York Times*, 5 de Março de 1938, em G. Breitman e E. Reed (orgs. 1970) 131-132.

<sup>606</sup> E. H. Carr (1966) III 362-363, 369, 432; J. P. Faye (1980) 91-92.

<sup>607</sup> P. Broué (2006) 981.

oficiais do Exército Vermelho no uso deste armamento e ao mesmo tempo estabelecessem escolas para treino de futuros oficiais alemães. A série de contactos anteriores dava agora lugar a um amplo projecto visando uma considerável presença militar alemã em território soviético, da qual o Exército Vermelho se aproveitaria tanto recebendo material como treino»<sup>608</sup>. É certo que a Reichswehr utilizou igualmente algumas instalações fabris na Suécia, na Dinamarca, na Holanda, na Suíça, em Espanha e na Turquia para iludir as disposições do tratado de Versailles e produzir material de guerra que estava proibida de obter<sup>609</sup>, mas só as relações com Moscovo tiveram um verdadeiro significado político, tanto no plano externo como no interno.

Na versão levada ao conhecimento do público, o tratado entre a União Soviética e a Alemanha, assinado em Rapallo a 16 de Abril de 1922, limitou-se a restaurar as relações diplomáticas entre os dois países e a enunciar cláusulas de carácter comercial. Todavia, o aspecto mais importante dos acordos mantinha-se secreto e consistia na cooperação de ambos os exércitos. Em Maio desse ano iniciaram-se negociações entre o general von Hasse, que em breve estaria à frente do que era de facto o estado-maior, e Krestinsky, que desde Outubro do ano anterior era o representante soviético em Berlim, para tratar da participação directa dos grandes industriais do Ruhr no estabelecimento de uma indústria de guerra germânica na União Soviética. Aliás, antes mesmo de se iniciar a produção de material bélico já muitos pilotos alemães se treinavam nos céus soviéticos. As negociações prosseguiram em Berlim ao longo do ano, e em Dezembro Radek avistou-se de novo com von Seeckt, fixando-se enfim os termos da futura cooperação entre as duas forças armadas. Graças a um contrato assinado pelo governo soviético e pela empresa Junkers, seriam fabricados aviões de guerra e motores de avião, que os alemães estavam proibidos de possuir. Também a Fokker estabeleceria em território soviético várias linhas de produção de aviões de guerra, a mais importante entrando em funcionamento em 1925. E a Dornier fabricaria hidroaviões militares em Kronstadt, onde outra empresa montaria modelos de submarinos. Sob direcção germânica seriam ainda criadas várias escolas de pilotagem militar, destinadas tanto a alemães como a soviéticos. Em diversas instalações industriais seriam produzidas munições sob a orientação de técnicos da Krupp, destinando-se uma parte da produção ao Exército Vermelho, enquanto o restante seria enviado para a Alemanha e usado pela Reichswehr. E, já que as potências vencedoras haviam interdito à Reichswehr o uso de blindados, seria fundada uma fábrica de tanques de guerra, parece que igualmente sob direcção da Krupp, dispondo de um campo de

<sup>608</sup> E. H. Carr (1966) III 370.

<sup>609</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) II 373-375, 377-378.



manobras para treinar nesta nova técnica os militares dos dois países<sup>610</sup>. Formar-se-ia também uma companhia mista germano-soviética com o objectivo de produzir gases venenosos, outro tipo de arma proibido em Versailles, e embora um historiador afirmasse que a produção se iniciou em 1924<sup>611</sup>, outro historiador garantiu que por dificuldades técnicas insuperáveis aquela fábrica nunca chegou a funcionar e o projecto acabou por ser abandonado<sup>612</sup>, o que é pena, porque a guerra química comporia lindamente o florão.

A cooperação entre as duas forças armadas prosseguiu em proveito de ambas. Tukhachevsky, que até ao seu fuzilamento em 1937 foi o mais notável general soviético, contou-se entre os estagiários do estado-maior alemão, o que o ajudou a desenvolver ideias inovadoras acerca da utilização de blindados<sup>613</sup>. Aliás, já em 1922 os oficiais alemães destacados para a URSS tinham podido observar o lançamento de tropas em pára-quedas, que constituía um dos elementos principais nas novas concepções estratégicas formuladas por Tukhachevsky<sup>614</sup>. No Outono de 1928 o Ministério da Defesa alemão iniciou um novo programa de rearmamento e é difícil não situar neste contexto a visita feita então à União Soviética por uma das mais altas patentes da Reichswehr, o general von Blomberg, que no Terceiro Reich viria a ocupar as funções de ministro da Defesa, depois ministro da Guerra, de 1933 até 1938<sup>615</sup>. Referindo-se ao final da década de 1920 e aos anos iniciais da década seguinte, o embaixador romeno nos países bálticos e na Finlândia escreveu que «naquela época peritos militares alemães estavam a instituir na academia militar de Moscovo a doutrina militar dos florescentes exércitos de Stalin»<sup>616</sup>. Mais prosaicamente, durante pelo menos os dois últimos anos da república de Weimar a IG Farben, de acordo com o estado-maior da Reichswehr, procedeu na URSS a plantações experimentais de soja para adaptá-la às condições climáticas das terras danubianas, um cultivo que se integrava no plano de auto-suficiência alimentar da economia de guerra<sup>617</sup>.

Trotsky recordou que a concessão obtida pela Junkers «implicava a ida para a União Soviética de um certo número de oficiais alemães» e «em contrapartida, vários representantes do Exército Vermelho visitaram a Alemanha», mas o seu balanço final apresenta certas sombras. «A

<sup>610</sup> Id., *ibid.*, II 374-378, VI 165-166; E. H. Carr (1966) III 431-432; E. Nolte (1989) 136; D. Volkogonov (1995) xxxiii, 312.

<sup>611</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) II 376.

<sup>612</sup> E. H. Carr (1966) III 432.

<sup>613</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 244-245, VI 166.

<sup>614</sup> A. Farrar-Hockley, «Airborne Warfare», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 9. Acerca das concepções de Tukhachevsky a este respeito ver a pág. 11.

<sup>615</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 17, 22. Ver ainda J. C. Fest (1974) 774.

<sup>616</sup> M. Sturdza (1968) 46.

<sup>617</sup> A. Sohn-Rethel (1987) 56, 102.

colaboração não resultou plenamente, tanto mais que nem os alemães nem nós dispúnhamos de capital suficiente. Além disso, a desconfiança mútua era demasiado grande. No entanto, as relações semiamigáveis com a Reichswehr mantiveram-se mesmo depois de 1923 [...]»<sup>618</sup>. Maior optimismo revelou um inglês que durante mais de vinte anos foi o correspondente de *The New York Times* em Moscovo e que Trotsky classificou como «o principal elo de ligação entre a burocracia soviética e a opinião pública “liberal” dos Estados Unidos»<sup>619</sup>. Este jornalista relatou que muitos oficiais superiores do Exército Vermelho seguiram na Alemanha os cursos da Escola de Guerra e da Escola do Estado-Maior e, sem lhes garantir a veracidade, mencionou rumores de que o comandante-chefe da Reichswehr chegasse a dirigir as manobras do Exército Vermelho<sup>620</sup>.

A colaboração entre os dois exércitos contribuiu para o desenvolvimento do nacional-bolchevismo e, portanto, para a instalação de Hitler na Chancelaria e facilitou a política de armamentos prosseguida pelos nacionais-socialistas, dando-lhe uma sólida base de partida. Aliás, em 1933 foi a União Soviética o primeiro país a conceder a Hitler um êxito diplomático, quando renovou o tratado de Berlim, que havia expirado dois anos antes<sup>621</sup>. Contudo, a monomania racial do Führer estipulava que a Leste se encontrava não o aliado, mas o inimigo, e por isso a sua estratégia seguiu um rumo oposto àquele que fora definido por von Seeckt. Pelo contrário, entre os diplomatas e os generais do exército germânico, conscientes da impossibilidade de triunfar numa guerra em duas frentes, mantiveram-se até ao fim muitos partidários da colaboração com a União Soviética<sup>622</sup>. Em Abril de 1933 o ministro dos Negócios Estrangeiros, von Neurath, procedeu perante o governo a uma exposição em que, depois de acentuar a conveniência do apoio soviético para enfrentar a Polónia, afirmou que «as nossas boas relações com o exército russo são especialmente importantes, já que nos garantem informações quanto ao estado dos armamentos russos, o que é indispensável se pretendermos evitar surpresas desagradáveis»<sup>623</sup>. É a esta luz que devemos apreciar o sangrento expurgo organizado por Stalin em 1937 entre as altas patentes do Exército Vermelho.

<sup>618</sup> L. Trotsky, «Vyshinsky's Tactics Forecast», *The New York Times*, 5 de Março de 1938, em G. Breitman e E. Reed (orgs. 1970) 132.

<sup>619</sup> Id., «The Priests of Half-Truth», *Socialist Appeal*, 16 de Abril de 1938, em G. Breitman e E. Reed (orgs. 1970) 81.

<sup>620</sup> W. Duranty (1946) 312.

<sup>621</sup> J. C. Fest (1974) 744.

<sup>622</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 325; A. Bullock (1972) 515; E. Salomon (1993) 125.

<sup>623</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 48.

## 8. Itália: Gramsci foi bater à porta de D'Annunzio

No início de 1921 o panorama político italiano deixava prever enormes mudanças. O proletariado saíra derrotado de dois anos de agitação anticapitalista e estavam em franca degenerescência as formas de luta a que havia recorrido e a que dera em grande medida feições inovadoras. O Partido Socialista tinha-se revelado uma vez mais, e agora de maneira definitiva, incapaz de conduzir qualquer processo revolucionário, apesar de a sua orientação caber aos maximalistas, uma corrente anti-reformista. Perante uma base atingida pela descrença, as vanguardas combativas condenavam-se ao isolamento e à conseqüente burocratização, e foi neste ambiente que se verificou em Janeiro a cisão comunista, da pior maneira, deixando a maioria maximalista do Partido Socialista entregue à aliança com a ala reformista. Incapazes de opor uma frente unida e coerente aos seus piores inimigos, os trabalhadores não conseguiram de então em diante sustentar a avançada das milícias fascistas, que com tiros, paulada e óleo de rícino foram destroçando os militantes mais experientes ou audazes e ocupando as sedes das organizações proletárias. Antes de acabar o ano já os Fasci di Combattimento imperavam nos campos e nas cidades. Entretanto, com prodígios de equilíbrio, cedendo muitas vezes aos seus rivais no interior do movimento, mas aparentando sempre conduzir os arruaceiros, mesmo quando ia atrás deles, Mussolini conseguiu afirmar-se como chefe insubstituível do fascismo. Foi nestas circunstâncias, convenhamos que difíceis para quem procurasse uma saída para o movimento operário, que sucedeu um episódio geralmente ignorado ou subestimado, mas cheio de implicações.

Na Primavera de 1921, decorridos apenas dois ou três meses após a fundação do Partido Comunista, Gramsci procurou obter a colaboração de Gabriele d'Annunzio<sup>624</sup>. A escolha deste interlocutor por uma figura destacada do comunismo não se deveu a circunstâncias ocasionais, e o passado político de D'Annunzio predispunha-o a servir de eco, entre os nacionalistas, a algumas das preocupações conotadas com a esquerda. Em 1899, quando o governo tentara introduzir severas limitações nos direitos de imprensa, de associação e de reunião, D'Annunzio, que entretanto se fizera eleger deputado para, como disse, demonstrar a sua excelência em todos os domínios da vida, ergueu-se em plena câmara da bancada da extrema-direita, onde até então se havia sentado, e com a teatralidade que sempre constituiu a característica marcante da sua personalidade singular dirigiu-se para as cadeiras da extrema-esquerda, onde o deixaram acomodar-se<sup>625</sup>. Declarada a guerra mundial, logo D'Annunzio se tornou um dos mais activos, e dos mais

<sup>624</sup> N. Daniele (1933) 7 e segs. Ver ainda S. Caprioglio (1962) 263-265 e E. Santarelli (1981) I 237.

<sup>625</sup> S. Saladino (1965) 227.

prestigiados, defensores da intervenção italiana, mas foi sobretudo em Fiume que a sua celebridade se consolidou numa base política própria.

A cidade de Fiume era predominantemente habitada por pessoas de expressão italiana, embora se situasse numa região de maioria eslovena, que estivera integrada no Império Austro-Húngaro e que os nacionalistas italianos exigiam como uma das condições necessárias para completar a unidade do país. Na Primavera de 1919 os habitantes de Fiume elegeram um Conselho Nacional, que levou a tensão a um ponto extremo ao proclamar a soberania de Roma sobre o território, e em Junho ocorreram incidentes violentos entre as tropas italianas e as tropas interaliadas, encarregadas de manter em conjunto a ordem na cidade<sup>626</sup>. Fiume tornara-se o novo grito de guerra do nacionalismo radical italiano e D'Annunzio encontrou um repto à medida das suas pretensões. A participação espontânea e corajosa no conflito mundial valera-lhe, além da mais alta condecoração do país, um enorme prestígio entre os *arditi*, muito superior àquele de que Mussolini podia gozar<sup>627</sup>, e ele acedeu a tomar o comando de um batalhão de voluntários. Em 12 de Setembro de 1919, à frente de três centenas de soldados, a que outros se juntaram pelo caminho, e beneficiando da cumplicidade dos chefes militares e da atitude ambígua do governo de Nitti, D'Annunzio apoderou-se da cidade, em nome do reino italiano<sup>628</sup>. No total, as forças à sua disposição contavam vinte mil homens, quatro navios e alguns aviões<sup>629</sup>. A 20 de Setembro ele assumiu plenos poderes e proclamou Fiume capital da Regência do Carnaro, sendo o Carnaro o canal marítimo e o golfo onde se situa o porto de Fiume. A 16 de Outubro decretou a submissão do território ao código militar e prescreveu a pena de morte para todos os que fossem contrários à causa. Alguns dias depois decidiu renovar por plebiscito o Conselho Nacional, que havia sido eleito antes da entrada dos voluntários e onde começavam a aparecer discordâncias relativamente à orientação seguida pela regência. Com a pena de morte anunciada para quem manifestasse oposição, não custa prever o resultado do escrutínio. A 30 de Setembro o novo Conselho votou a anexação da cidade à Itália e confirmou D'Annunzio nas funções de ditador<sup>630</sup>. E em Novembro D'Annunzio iniciou o seu plano de conquista da Dalmácia e mandou ocupar Zara, decerto em nome da «nova cruzada das nações pobres e exploradas, da nova cruzada de todos os homens pobres e livres contra as nações que usurparam toda a riqueza», como o poeta e ditador procla-

<sup>626</sup> P. Milza (1999) 243.

<sup>627</sup> Id., *ibid.*, 556.

<sup>628</sup> Id., *ibid.*, 243-244; E. Santarelli (1981) I 134. D. Sassoon (2012) 55 reduziu para cento e vinte o número dos voluntários de D'Annunzio.

<sup>629</sup> P. Milza (1999) 245.

<sup>630</sup> Id., *ibid.*, 245-246.

mara das varandas da cidade<sup>631</sup>.

Como poderia Mussolini, prosaico director de um jornal, contrapor-se a um herói da guerra convertido em chefe de Estado? A Fiume afluía o tipo de gente que Mussolini procurava mobilizar, e D'Annunzio inaugurou uma política virada para as massas, com discursos frequentes e diálogos rituais com o público — «*eja, eja, eja alalà!*» — antecipando o estilo do fascismo<sup>632</sup>. Na chefia do gabinete de D'Annunzio, ocupando o segundo lugar em Fiume, encontrava-se Alceste De Ambris, o dirigente sindicalista revolucionário, secretário da UIL, que se contara entre os primeiros defensores da participação na guerra mundial. No início de 1920 os sindicalistas revolucionários que rodeavam D'Annunzio começaram a formular a ideia de uma marcha sobre Roma, e De Ambris esforçou-se por ligar a ditadura de Fiume à agitação social que alastrava na Itália, para derrubar o Estado burguês<sup>633</sup>. Aliás, D'Annunzio mantinha à frente do Departamento de Relações Exteriores de Fiume um socialista de esquerda belga, que lhe servia também de contacto com a direcção do Partido Socialista Italiano<sup>634</sup>. Ao mesmo tempo, regressado do exílio na Inglaterra, o velho Errico Malatesta pronunciou-se igualmente a favor da aliança entre os dois extremos inimigos do regime liberal, antecipando a manobra que Gramsci haveria de tentar no ano seguinte. Talvez o célebre dirigente anarquista imaginasse que, depois da vitória, seria fácil liquidar o nacionalismo radical<sup>635</sup>, mas o que aqui me importa salientar é o facto de, no auge das lutas sociais, haver na extrema-esquerda quem pensasse que os nacionalistas eram necessários para levar avante o processo revolucionário. A história correu de outra maneira. Foi contra o fascismo nascente, não ao seu lado, que se manifestou o proletariado dos campos e das cidades, mas nem por isso os sindicalistas de Fiume mudaram de orientação. Em Setembro de 1920 D'Annunzio proclamou a independência da Regência Italiana do Carnaro e promulgou uma constituição, a *Carta del Carnaro*, redigida por Alceste De Ambris. Afirmando a primazia do trabalho sobre a posse dos meios de produção, limitando o direito de propriedade aos interesses da comunidade e projectando a criação de uma dezena de corporações profissionais<sup>636</sup>, a *Carta* passou desde então a servir de modelo aos fascismos radicais.

O prestígio de D'Annunzio constituía para o futuro Duce um risco tanto mais sério quanto o regente de Fiume podia apresentar resultados práticos<sup>637</sup>. Mussolini procedeu então com a ambi-

<sup>631</sup> Id., *ibid.*, 258; E. Santarelli (1981) I 137. A citação encontra-se em F. L. Carsten (1967) 51.

<sup>632</sup> P. Milza (1999) 245, 246.

<sup>633</sup> N. Daniele (1933) 12 n. 8; P. Milza (1999) 258; E. Santarelli (1981) I 139.

<sup>634</sup> N. Daniele (1933) 12 n. 8.

<sup>635</sup> P. Milza (1999) 258. Ver ainda E. Santarelli (1981) I 139.

<sup>636</sup> P. Milza (1999) 259.

<sup>637</sup> Id., *ibid.*, 246-248; E. Santarelli (1981) I 138.

guidade de que era mestre. Tornara-se impossível não apoiar publicamente a aventura do literato, mas absteve-se de incitar a uma insurreição geral, como desejavam D'Annunzio e a sua corte de sindicalistas, e nem sequer instigou os membros dos Fasci di Combattimento a seguirem para a Dalmácia<sup>638</sup>. Quatro dias depois de ter invadido e ocupado Fiume, D'Annunzio endereçou a Mussolini uma carta que é um modelo do insulto político. «Arrisquei tudo. Dei tudo. Obtive tudo», escreveu ele, ultrapassando o outro em petulância retórica. «Apoderei-me de Fiume. Fiume é minha enquanto eu for vivo, inexpugnável. E você treme de medo! [...] Onde estão os combatentes, os *arditi*, os voluntários, os futuristas? [...] Desperte. E tenha vergonha. [...] Vamos, erga-se, preguiçoso da eterna sesta. Há seis noites já que não durmo e a febre devora-me. Mas estou de pé!»<sup>639</sup>. Para Mussolini, porém, a conquista do Estado deveria processar-se fundamentalmente no plano político, enquanto para D'Annunzio ela resultaria de um golpe de audácia<sup>640</sup>, dando uma dimensão histórica aos efeitos de cena a que, como dramaturgo, estava habituado. A 7 de Outubro de 1919 Mussolini foi a Fiume encontrar-se com D'Annunzio para lhe explicar que o projecto de insurreição em Itália era prematuro<sup>641</sup>. Mas como podiam acreditar nele o poeta e os seus homens de mão, quando viam a agitação social crescer e assumir proporções revolucionárias? Decerto Mussolini não se incomodaria muito se os planos do regente do Carnaro e dos seus amigos sindicalistas fossem fantasiosos, mas o que o preocupava era a possibilidade de triunfarem, deixando-o na margem dos acontecimentos. Por isso esforçou-se, através de contactos pessoais e de artigos em *Il Popolo d'Italia*, por sabotar a política insurreccional<sup>642</sup>. O auxiliar mais precioso com que contou foi a tática de erosão seguida pelos governos liberais. Nitti não lançara o exército contra Fiume, o que poderia provocar uma sedição militar, e limitara-se a decretar o boicote da cidade, agravando a situação económica e levando a população a afastar-se progressivamente de D'Annunzio<sup>643</sup>. Entretanto, o governo de Giolitti assinou com a Jugoslávia um tratado que previa o estabelecimento em Fiume de um Estado independente garantido pela Sociedade das Nações. Ora, já só restavam cinco mil homens a D'Annunzio, uma força insuficiente para enfrentar as tropas italianas, que invadiram a cidade no final de Dezembro de 1920. Será que o dramaturgo compreendeu que a história não é um palco e que na política é o encenador quem triunfa sobre o autor da peça? Só lhe restava capitular, e foi o que fez a 26 de Dezembro, sendo assinado um armistício no derradeiro dia do ano e instaurando-se um governo provisório em Fiume, enquanto os últimos voluntários

<sup>638</sup> P. Milza (1999) 248.

<sup>639</sup> Citada em id., *ibid.*, 248.

<sup>640</sup> Id., *ibid.*, 251.

<sup>641</sup> Id., *ibid.*, 250.

<sup>642</sup> Id., *ibid.*, 258; E. Santarelli (1981) I 208-210.

<sup>643</sup> P. Milza (1999) 246, 258-259.

abandonavam a cidade. Mussolini pôde então, depois do colapso político de D'Annunzio, absorver no seu movimento os antigos fiéis do poeta<sup>644</sup>.

Mas como eles continuavam a dar voz às aspirações do sindicalismo de teor corporativo que havia sido proclamado na *Carta del Carnaro* e como eram muitas as insatisfações no interior do movimento fascista, a sombra do concorrente não se dissipou<sup>645</sup>. No final de Junho de 1921, ao escutarem o primeiro discurso de Mussolini na Câmara dos Deputados, alguns dos mais importantes chefes de milícias recearam que ele se deixasse aprisionar pelos hábitos parlamentares e começaram a promover a figura de D'Annunzio<sup>646</sup>. Para Mussolini o problema tornou-se muitíssimo sério em Agosto, quando a assinatura do Pacto de Pacificação desencadeou a cólera das *squadre*. Dino Grandi apresentava então D'Annunzio como o verdadeiro fundador do fascismo e, junto com os outros radicais, rejeitava os projectos moderados de Mussolini e propunha a *Carta del Carnaro* enquanto modelo do novo regime. Mas D'Annunzio, contactado por Grandi e Italo Balbo, recusou-se a assumir contra Mussolini o comando do movimento, o que enfraqueceu consideravelmente a posição das milícias<sup>647</sup>. Mussolini recuperou o controle da situação em Setembro, com a decisão de transformar o movimento em partido, mas a reconciliação operada com os chefes *squadristi* durante o congresso de Novembro foi aparente, ou episódica, e o facto de Italo Balbo ter proposto uma saudação a D'Annunzio, inevitavelmente aceite por unanimidade, mostra que as rivalidades persistiam<sup>648</sup>. Em Março de 1922, aproveitando uma ausência de Mussolini na Alemanha, Balbo e Grandi movimentaram-se de novo para convencer D'Annunzio a colocar-se à cabeça do fascismo, o que obrigou Mussolini a regressar precipitadamente<sup>649</sup>. E durante a greve geral de Agosto desse ano, quando as milícias, com uma violência irresistível, obtiveram o domínio dos campos e das cidades e abriram o caminho para a conquista do Estado, vários dirigentes fascistas organizaram em Milão um comício em homenagem a D'Annunzio, deixando Mussolini sobremaneira descontente<sup>650</sup>. O prestígio de Fiume mantinha-se superior ao da Piazza San Sepolcro. Depois do fracasso da greve de Agosto numerosos dirigentes do Partido Socialista e da CGL multiplicaram os

<sup>644</sup> Id., *ibid.*, 259.

<sup>645</sup> E. Santarelli (1981) I 279, 288 n. 2.

<sup>646</sup> P. Milza (1999) 284.

<sup>647</sup> Id., *ibid.*, 287, 290.

<sup>648</sup> G. Volpe (1941) 62-63 exagerou o carácter unitário do congresso de Novembro de 1921, apresentando a proposta de Italo Balbo como se ela se tivesse destinado a consagrar a conciliação do fascismo mussoliniano com os combatentes de Fiume e a cimentar a unidade interna do fascismo.

<sup>649</sup> E. Santarelli (1981) I 290-291 mencionou exclusivamente Piero Marsich a propósito desta iniciativa, mas P. Milza (1999) 293 e 296 relacionou Balbo e Grandi com as tentativas de promoção de D'Annunzio por Marsich.

<sup>650</sup> P. Milza (1999) 297; E. Santarelli (1981) I 304. Continuando a pintar de cor-de-rosa a história das querelas internas do fascismo, G. Volpe (1941) 91 pretendeu que o regresso do antigo ditador de Fiume a Milão «dissipa definitivamente todo e qualquer mal-entendido, se algum dia o houve, entre Mussolini e D'Annunzio».

encontros com D'Annunzio, tentando em vão convencê-lo a tornar-se a última barreira contra a violência antiproletária das *squadre*<sup>651</sup>, e ainda em Outubro, nas vésperas de se apoderar do poder — ou de ser convidado a fazê-lo — Mussolini temia que Giolitti se entendesse com D'Annunzio para lhe obstruir o caminho. Tal como sucederia depois na Alemanha com o general von Schleicher, a derradeira esperança dos antifascistas era outro fascista. Mas o antigo regente do Carnaro, definitivamente desgostoso da vida política, recusou as propostas de Giolitti e dos socialistas, do mesmo modo que já antes havia rejeitado as de Dino Grandi e de Italo Balbo<sup>652</sup>. Afinal D'Annunzio reservou para si a última palavra, a definitiva, deixando no testamento instruções para que, depois de morto, lhe cortassem com um alfange a orelha esquerda, a colocassem num relicário e a dessem a Mussolini<sup>653</sup>. Se aquela política fora uma corrida de touros, então cabia ao Duce o testemunho da fera derrotada.

É no contexto destas rivalidades que devemos apreciar a viagem de Gramsci a Gardone na Primavera de 1921 para tentar avistar-se com D'Annunzio. Surgiu de imprevisto, sem contactos prévios, e D'Annunzio escusou-se a recebê-lo, apesar de ser assinante de *L'Ordine Nuovo*, o jornal dirigido por Gramsci, considerando-o «o diário mais interessante da Itália»<sup>654</sup>. «Tenho telhados de vidro», alegou D'Annunzio quando lhe comunicaram a insistência do dirigente comunista, e a sua recusa foi definitiva<sup>655</sup>. Mas se ignoramos o que poderiam ter dito um ao outro no caso de se terem encontrado, sabemos pelo menos o que Gramsci tencionava dizer. No quarto de hotel, enquanto aguardava em vão, Gramsci confidenciou as suas intenções ao intermediário, que registou tudo isto uma dúzia de anos mais tarde, numa revista obscura publicada no exílio: «Ele reconheceu os erros cometidos pelos comunistas no pós-guerra e certificou-me do seu entusiasmo pela pátria proletária contra a pátria burguesa [...] reconheceu o espírito revolucionário e desinteressado dos legionários [os voluntários com quem D'Annunzio se apoderara de Fiume], que distinguia claramente do espírito reaccionário e oportunista dos fascistas. [...] Por fim, expôs o seu plano de conquista do poder [...] Argumentava que, município após município, toda a Itália estava a cair nas mãos dos comunistas. Eles tinham os campos. Faltavam só algumas das principais cidades, especialmente aquelas onde não existia grande indústria. Roma viria em último lugar [...] Previa que, ao assumir por fim o governo do Estado, o comunismo italiano, decorridos três meses, depararia obrigatoriamente com uma guerra, ou declarada pelo próprio governo ou provocada pela França.

<sup>651</sup> A. Lyttelton (1982) 131.

<sup>652</sup> P. Milza (1999) 302-303; E. Santarelli (1981) I 316.

<sup>653</sup> P. Álvarez-Quiñones Sanz (2013) 58, 266.

<sup>654</sup> Citado em N. Daniele (1933) 11 n. 7.

<sup>655</sup> Citado em id., *ibid.*, 8.



[...] Seria então conveniente, ou mesmo necessário, dispor de um propagandista da guerra, que desse coesão à nação e gozasse de prestígio entre a juventude, especialmente entre a que acabara de sair das trincheiras, e fosse um orador eficaz, [...] por exemplo, D'Annunzio»<sup>656</sup>. Era ao ídolo dos expansionistas mais fanáticos e dos *squadristi* mais truculentos que uma personalidade notável da extrema-esquerda desejava entregar a salvação da «pátria proletária».

Esta frustrada tentativa de aliança fora precedida por alguns artigos publicados em *L'Ordine Nuovo* em Janeiro e Fevereiro, sem assinatura mas redigidos por Gramsci, em que ele se esforçara por agravar as fricções existentes entre os fascistas de Mussolini e os legionários que acabavam de abandonar Fiume, e por captar os legionários e o seu chefe para o campo dos comunistas<sup>657</sup>. Num artigo de 19 de Fevereiro Gramsci começou por recordar que dois dias antes, em Turim, uma reunião convocada por antigos legionários fora dispersada violentamente pelas milícias fascistas, revelando «um conflito aberto entre legionários de Fiume e fascistas». E prosseguiu afirmando que «é indispensável que os trabalhadores se habituem a apreciar de maneira realista e com perfeito conhecimento de causa o sistema de forças que constitui a linha de frente dos seus adversários». Não se devia meter no mesmo saco burgueses, fascistas e legionários. «[...] é verdade que em certos casos deparamos com um bloco único, que tende sempre a formar-se, mas ele é composto por grupos diversos, animados e movidos por sentimentos, interesses, etc. que temos o dever de estudar e de conhecer». Mas aqui era Gramsci quem estava a cometer o erro de considerar os fascistas em bloco e ignorar que a hostilidade a D'Annunzio vinha de Mussolini, contra quem Grandi, Balbo e outros chefes *squadristi* pretendiam promover o antigo regente do Carnaro. Neste caso a dialéctica sofisticada de Gramsci, com tanto esmiuçar as contradições do lado de lá, só serviria — se tivesse tido efeitos — para o enlear num jogo político que lhe escapava completamente. Mas no seu artigo ele pretendeu ir mais além e detectar sob as rivalidades entre os fascistas e os homens de Fiume verdadeiros antagonismos sociais e económicos, pois os fascistas seriam meninos de boas famílias, membros de profissões liberais, oficiais na reserva e quejandos, enquanto entre os legionários abundaria a gente pobre ou empobrecida pela decomposição social<sup>658</sup>. Mesmo o insucesso da sua viagem a Gardone não curou Gramsci das ilusões, porque em 9 de Agosto podia ler-se em *L'Ordine Nuovo*: «O fascismo enquanto organização geral e genérica dos antigos combatentes não é o que nos interessa; a importância do fascismo data da época do seu desenvolvimento como arma antiproletária dos proprietários

<sup>656</sup> Id., *ibid.*, 10-12.

<sup>657</sup> Ver os artigos de 2 e 6 de Janeiro e 19 de Fevereiro de 1921 em *Opere de Antonio Gramsci*, XI 11-12, 23 e 76-79.

<sup>658</sup> *Ibid.*, 76, 79. As passagens citadas encontram-se na pág. 76.

funditários da Emilia»<sup>659</sup>. A intransigência nacionalista dos *arditi* ficaria, pelos vistos, justificada se eles se afastassem dos latifundiários e se ligassem aos comunistas. A nova geografia política pretendida por Gramsci constituiu um ensaio de nacional-bolchevismo e o facto de este esboço de estratégia ter a mais inesperada das origens só acresce a gravidade do problema.

Tive várias vezes oportunidade de observar que a história é frequentemente simbólica e é sempre irónica. Em Maio de 1925, já depois de decretada a fascização do Estado, o antigo sindicalista revolucionário Edmondo Rossoni, chefe dos sindicatos fascistas, interrompeu em pleno parlamento um discurso de Gramsci para, a propósito do problema da emigração, observar: «Por isso a nação deve expandir-se no interesse do proletário»<sup>660</sup>. O dirigente comunista via agora erguer-se contra ele o nacional-bolchevismo que quatro anos antes imaginara que poderia convocar em seu favor.

De certo modo, foi a estratégia de Gramsci em Gardone que Togliatti ressuscitou catorze anos mais tarde, na série de palestras que proferiu em Moscovo perante imigrados italianos. Reflectindo sobre as razões da ascensão do fascismo, o chefe do Partido Comunista de Itália afirmou que o seu partido deveria ter sido capaz de disputar ao grande capital a hegemonia sobre as massas pequeno-burguesas, enquadradas pelos organismos de antigos combatentes da Grande Guerra, e que tinham nos seguidores de D'Annunzio a versão mais radical<sup>661</sup>. Na verdade, como conseguir sem isto o triunfo? E que não se tratava de palavras no ar, mas de uma verdadeira vontade política, mostra-o o apelo que o órgão oficial do PCI publicou em Junho de 1936, que tão surpreendente pode parecer ao leitor de hoje: «Estendemos a mão aos fascistas, nossos irmãos de trabalho e de sofrimento, porque queremos travar com eles a boa e santa batalha do pão, do trabalho e da paz. Tudo o que nós queremos, fascistas e não-fascistas, podemos obtê-lo unindo-nos e fazendo ouvir a nossa voz, que é a voz do povo. Fascistas, antigos combatentes de África, obtende para o povo o direito de palavra em todas as organizações. Fazei com que cada organização, cada clube, cada sindicato se torne o coração pulsante da nação reconciliada, contra os seus inimigos que a esfomeiam e a oprimem, contra o punhado de parasitas que domina o nosso belo país. Nós, comunistas, queremos tornar a Itália forte, livre e feliz. A nossa aspiração é também a vossa, fascistas, católicos, italianos de todas as opiniões políticas, de todas as crenças religiosas»<sup>662</sup>. E por aí fora, com igual arroubo lírico. Dois meses depois o apelo foi repetido no mesmo jornal em formas ainda mais extremas: «Povo italiano! Fascistas da velha guarda! Jovens fascis-

<sup>659</sup> Citado em R. De Felice (1978) 186-187 (procedi a uma modificação na tradução).

<sup>660</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 405.

<sup>661</sup> P. Togliatti (1971) 9-10, 13-15.

<sup>662</sup> O texto publicado no *Stato Operaio* encontra-se citado em M.-A. Macciocchi (1976 a) II 34-35.

tas! Nós, comunistas, fazemos nosso o programa fascista de 1919, que é um programa de paz, de liberdade, de defesa dos interesses dos trabalhadores, e dizemo-vos: Lutemos todos unidos pela realização desse programa!»<sup>663</sup>. Mas o malogrado ensaio de Gramsci mostrara que uma tal tentativa estava votada ao fracasso. As teias que, a partir da esquerda mais extrema, podiam enlear entre os nacionalistas a pluralidade de classes e estratos sociais a que Togliatti, como todos os marxistas ortodoxos, chamava confusamente pequena burguesia haviam já sido lançadas em Itália desde há muito pelos sindicalistas revolucionários, discípulos de Sorel. E a fusão do nacionalismo aguerrido com uma certa esquerda consolidara-se durante a Grande Guerra, primeiro nas jornadas a favor da intervenção e depois nos campos de batalha, quando se formou a «trincheirocracia» a que Mussolini dera o nome e de que se confirmara como chefe político. Não foi Mussolini quem criou este quadro de convergências; pelo contrário, ele operou numa rede de relações que estava constituída e lhe possibilitou o êxito. A presença dos comunistas era redundante. O nacional-bolchevismo fora feito em Itália sem eles — contra eles.

Depois, quando se esboçava aquela fantasmagoria que se chamou República Social Italiana, alguns chefes fascistas procuraram achar na esquerda antifascista uma câmara de ressonância para a demagogia proletária do novo regime. Talvez tentassem assim consolidar a base do seu poder, tão precária. E Mussolini indignou-se porque no congresso fascista de Verona, em Novembro de 1943, houve oradores a adoptar uma posição que ele situou no limite do comunismo<sup>664</sup>. Com efeito, «em certas regiões do país, depois de Setembro de 1943», relatou um historiador, «grupos neofascistas locais tomaram a iniciativa de contactar aqueles elementos da oposição ao regime que tinham começado a aparecer publicamente, com o objectivo de assinar acordos locais tendo em vista uma acção comum, mas sem nenhum programa claramente definido»<sup>665</sup>. De um lado era o desespero, mas, do outro, o que levou algumas pessoas a aceitar o convite? Em Veneza, por exemplo, no final de Setembro de 1943, um membro do Partido Comunista proferiu um discurso num comício fascista<sup>666</sup>. Ele estava decerto convencido de que na base de um nacionalismo que sempre proclamara a sua vocação socializante havia de encontrar simpatia por vários temas — não muito diferentes — que tinham curso entre a esquerda.

<sup>663</sup> Citado em Victor Serge, *Destin d'une Révolution. URSS 1917-1937*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 474 n.

<sup>664</sup> F. W. Deakin (1966) 131; P. Milza (1999) 845.

<sup>665</sup> F. W. Deakin (1966) 128.

<sup>666</sup> Id., *ibid.*, 76.

## 9. Catalunha: Um ensaio de anarco-nacionalismo

O destacado dirigente anarco-sindicalista espanhol García Oliver relatou que em 1925 Francisco Macià o convidara repetidamente para conselheiro militar do partido separatista Estat Català, que ele havia fundado e que dirigiu até à sua morte. Ambos se encontravam então refugiados em França e aquele cargo equivalia a ministro da Guerra no governo catalão no exílio. Embora García Oliver tivesse recusado, a federação regional catalã da CNT estava representada naquele governo fantasma através de Rafael Vidiella, residente em Paris. Um curioso exemplo de colaboração política, prenúncio do que sucederia durante a guerra civil. Por ora, como primeira experiência, estes inimigos do Estado participavam num ministério fictício. Vidiella abandonaria mais tarde o anarquismo e viria a desempenhar funções de direcção na UGT e no partido socialista, e depois no PSUC de orientação comunista, mas não são as suas viragens, semelhantes às de tantos outros, que agora me interessam, e apenas a razão por que Macià fora levado a prescindir da sua contribuição. O chefe do Estat Català confessou a García Oliver que, embora fosse um burguês liberal e adversário do comunismo, tinha de manter boas relações com Moscovo, porque vinham daí os únicos subsídios de vulto com que o separatismo podia contar. «Quando Macià, como presidente do governo do Estat Català em Paris, foi a Moscovo e conseguiu obter a ajuda económica que havia de lhe permitir a compra de armas», explicou García Oliver, «os comunistas russos exigiram-lhe que limpasse do seu governo a representação da CNT, de que nessa altura se ufanava o companheiro Rafael Vidiella, e que o cargo vago fosse ocupado por Andrés Nin, que estava então em missão em Berlim»<sup>667</sup>. Naquela fase de um caminho que o levava do anarco-sindicalismo ao comunismo e o deixaria depois na periferia do trotskismo, até cair assassinado por agentes da polícia stalinista, Nin era secretário do Profintern e membro do comité executivo do Komintern.

Os anos passaram. Implantou-se a república. À frente do governo da Catalunha, Macià e, depois da sua morte em 1933, Luis Companys retomaram contra o proletariado a política de sempre, continuando as perseguições e violências que vitimavam os sindicatos anarquistas, mesmo quando podia esperar-se que procurassem conquistar-lhes as boas graças. Em Outubro de 1934, sentindo-se ameaçados pela entrada no governo de alguns ministros pertencentes à CEDA, os socialistas, os comunistas e os republicanos de esquerda tentaram desencadear em todo o país uma greve insurreccional, esboço de guerra civil que serviu de prefácio à grande

<sup>667</sup> J. García Oliver (1978) 85, 88-89, 98-99, 433. O trecho citado encontra-se na pág. 433. Segundo V. Alba (2000) 28 e H. Thomas (1965) 106, as negociações de Macià com os dirigentes soviéticos não haviam tido resultados práticos, mas García Oliver estava decerto mais bem informado acerca da questão.

conflagração. Mas o movimento ficou condenado ao fracasso porque os seus promotores fizeram o possível por marginalizar os anarco-sindicalistas. E ao mesmo tempo que participava na direcção da revolta, Josep Dencàs, novo chefe do Estat Català e conselheiro para a Ordem Pública do governo catalão, mandava a polícia municipal e as milícias do seu partido assaltar as sedes da CNT e perseguir os dirigentes anarco-sindicalistas. Só nas Astúrias, onde os socialistas e os comunistas oficiais e dissidentes se coligaram com os sindicatos anarquistas, a greve se converteu numa conquista do poder pela classe trabalhadora, até que a Legião Estrangeira, as tropas mouras e a aviação, comandadas pelo general Francisco Franco, esmagaram os insurrectos ao fim de duas semanas, numa chacina de vários milhares de mortos. No momento da derrota Dencàs foi o único dos membros do governo catalão que conseguiu escapar e encontrou asilo na Itália<sup>668</sup>. Refugiar-se junto a Mussolini depois de se ter aliado aos socialistas e aos comunistas num movimento dirigido contra a participação governamental de um partido próximo do fascismo — eis um percurso curioso.

Mais curioso ainda quando se sabe a continuação. Em Julho de 1936, mal os trabalhadores de Barcelona haviam desbaratado os militares insurrectos, os dirigentes das duas centrais sindicais e dos vários partidos republicanos reuniram-se e puseram-se de acordo quanto à formação de um Comité de Milícias, que passou a assumir na prática as funções governativas. O Estat Català ficou excluído, por proposta da Esquerda Republicana de Catalunya, que invocou o facto de Dencàs estar refugiado na Itália fascista<sup>669</sup>. A Esquerda era uma coligação de três ou quatro agrupamentos, entre os quais se tinha contado o Estat Català<sup>670</sup>, e nada parece mais natural do que afastar do órgão director da luta antifascista um partido dirigido por um fascista confesso. Verdadeiramente surpreendente é o comentário de García Oliver, um dos três representantes da CNT naquela reunião: «Não gostei muito daquela exigência. Declarei que só em princípio a podia aceitar, sem prejuízo de que, quando fosse possível, se ouvissem ambas as partes. Pensava eu que desta maneira evitávamos comprometer-nos numa perseguição aos membros do Estat Català que ainda pudessem restar, já que este partido não tinha sido declarado ilegal pela Esquerda antes da existência do Comité de Milícias». E assim, passados alguns dias, García Oliver, membro todo-poderoso do Comité de Milícias, deu a sua protecção ao desmoralizado Estat Català e aceitou que esta organização reunisse uma coluna militar e a enviasse para a frente de combate<sup>671</sup>. Depois de

<sup>668</sup> J. García Oliver (1978) 176, 254, 417, 581; G. Jackson (1967) 150-159; A. Ossorio (1943) 126; A. Paz (1972) 229; H. Thomas (1965) 118.

<sup>669</sup> J. García Oliver (1978) 177.

<sup>670</sup> H. Thomas (1965) 49 n. 1.

<sup>671</sup> J. García Oliver (1978) 253-254. A passagem citada encontra-se na pág. 254. Curiosamente, um autor próximo de Companys, A. Ossorio (1943) 171, atribuiu aos sindicalistas a iniciativa da exclusão do Estat Català.

ter navegado entre os anarco-sindicalistas e os comunistas e se ter resignado a aceitar as directivas dos únicos que lhe adiantavam fundos e prometiam apoio diplomático, o Estat Català perseguiu os sindicatos anarquistas e cooperou com as restantes organizações republicanas de esquerda e com os marxistas, para ver afinal o seu chefe precipitar-se na esfera do fascismo, enquanto os restos do partido, escudando-se na boa vontade de uma das grandes figuras do anarco-sindicalismo, enviavam uma coluna para combater outros fascistas. Só que os insurrectos defendiam um fascismo centralizador e contrário a qualquer autonomia regional, enquanto os fascistas do Estat Català defendiam a independência completa da província. Neste *chassé-croisé* foram as teias do nacionalismo a conferir alguma lógica à actuação tanto do partido de Dencàs como de García Oliver.

## 10. África do Sul: «Proletários de todo o mundo uni-vos, por uma África do Sul branca!»

Será difícil encontrar na história contemporânea um véu de silêncio tão espesso como aquele que encobre a origem do *apartheid*. Ninguém tem interesse, tanto na direita como na esquerda, em recordar factos que se julgam, além do mais, encerrados pelas alterações constitucionais ocorridas entretanto na África do Sul. Mas o decurso do tempo não é um banho lustral que absolve o passado. Quando os sindicatos dos países evoluídos protestam hoje contra o desmantelamento de unidades produtivas e o seu estabelecimento em países onde a mão-de-obra é mais barata, estão a empregar exactamente a mesma lógica, inspirada pelo Komintern, que levou à instauração de uma rigorosa segregação racial na sociedade sul-africana. Talvez fosse este o caso em que a conjugação do nacionalismo e do socialismo se revelou mais duradoura e, portanto, desvendar aqui o nacional-bolchevismo não é um exercício de arqueologia, mas uma percepção de flagrante actualidade.

Na penúltima década do século XIX descobriu-se ouro na região do Witwatersrand, situada no Transvaal, que era então uma república praticamente independente, governada pelos representantes da população *boer*, imigrantes de origem holandesa ou huguenote estabelecidos desde há muito no sul da África. Os proprietários das minas de ouro, porém, eram todos eles britânicos ou naturalizados britânicos, e dispunham de dois tipos de mão-de-obra: os autóctones, mal preparados, ficavam relegados para tarefas que não exigiam nenhuma habilitação especial; e os *uitlanders*, brancos recém-imigrados, eram na maioria de origem britânica e constituíam uma força de trabalho qualificada. Esta dicotomia repercutia-se numa diferenciação salarial acentuada. E

como os negros estavam confinados a funções que os brancos jamais desempenhavam e, reciprocamente, como os postos de trabalho dos brancos não estavam abertos aos negros, o baixo nível salarial dos nativos não exercia pressões negativas sobre a remuneração dos brancos. Tratava-se de dois mercados de trabalho inteiramente distintos. Por outro lado, a expansão da actividade económica requeria um número crescente de profissionais qualificados, e sendo eles muito escassos na África do Sul, tinha de se promover a sua imigração, o que induzia os patrões a oferecerem-lhes remunerações cada vez mais elevadas<sup>672</sup>. Ora, os privilégios salariais só podiam continuar se não fosse posta em causa a dicotomia do mercado de trabalho, mantendo-se os nativos alheios a todas as funções qualificadas, e esta preocupação orientou a estratégia política dos *uitlanders*.

Durante os anos subsequentes à descoberta de ouro no Witwatersrand formara-se uma aliança entre os proprietários das minas e os *uitlanders*<sup>673</sup>. É certo que alguns destes, sobretudo os de origem holandesa, eram favoráveis aos *boers*, mas na sua grande maioria os *uitlanders* apoiavam os patrões britânicos contra o governo *boer* do presidente Kruger, que exigia um número considerável de anos de residência para reconhecer direitos políticos aos imigrantes. Por outro lado, as taxas alfandegárias impostas pelo governo haviam elevado muito o custo de vida e para contrariar esta tendência tanto os donos das minas como os trabalhadores brancos estavam interessados em promover a liberdade de comércio. Além disso, na previsão de que o ouro teria de ser extraído a profundidades cada vez maiores e, portanto, com custos crescentes, os capitalistas desejavam reduzir as despesas de mão-de-obra. Nesta situação os *uitlanders* só podiam conservar os privilégios salariais se não fosse alterada a dicotomia do mercado de trabalho.

A aliança entre a maioria dos *uitlanders* e os proprietários das minas de ouro, nomeadamente a Wernher, Beit & Co., responsável por cerca de um terço da produção total, foi decisiva para desencadear o processo que levaria à intervenção militar britânica contra a república do Transvaal e, inevitavelmente, contra a outra república *boer*, o Estado Livre de Orange<sup>674</sup>. Na origem da Guerra dos *Boers*, que na transição do século XIX para o século XX profetizou de maneira macabra muito do que se passaria nos cem anos seguintes, esteve uma convergência de interesses sociais e políticos de capitalistas e operários, fundada ao mesmo tempo no racismo contra os negros e na hostilidade aos *boers*. Quando a guerra começou e os *uitlanders* do Transvaal sonharam em adquirir a supremacia que até então tinha cabido aos *boers*, de toda a legislação vigente na república havia um único conjunto de medidas que eles queriam preservar, as que

<sup>672</sup> Sh. E. Marks (1979) 292.

<sup>673</sup> Th. Pakenham (1999) 57, 317.

<sup>674</sup> Id., *ibid.*, 62 e segs. Embora fossem de origem alemã, Alfred Beit e Julius Wernher haviam adoptado a cidadania britânica, como se vê em *id.*, *ibid.*, 106.

impunham aos negros um tratamento ainda pior do que o verificado nas colónias britânicas<sup>675</sup>. E fora o interesse em reduzir o custo da força de trabalho africana mais do que os *boers* estavam dispostos a fazer que levava Beit e Wernher a estabelecerem uma aliança secreta com o alto comissário e governador da colónia britânica do Cabo e a favorecerem a política belicista dirigida contra o governo do presidente Kruger. Ora, com a guerra e o êxodo de grande parte dos *uitlanders*, o governo *boer* do Transvaal assumiu a administração das minas de ouro e manteve-as em actividade graças à mão-de-obra negra. Embora com um nível de produção reduzido, os rendimentos foram suficientes para cobrir as despesas militares. Mas não poderia suceder que em tais circunstâncias a pressão da procura elevasse os salários dos nativos e, além disso, lhes facilitasse o acesso a funções qualificadas, comprometendo a supremacia branca? Para impedir esta evolução das tendências económicas o governo do Transvaal recorreu a medidas de carácter político, decretando uma redução drástica dos salários dos mineiros negros e sujeitando muitos deles a um regime de trabalho forçado gratuito. Quando o resultado da guerra era já previsível, aqueles *uitlanders* que se tinham mantido ao lado dos *boers*, temendo que as autoridades britânicas demonstrassem uma certa benevolência para com a população indígena, começaram a elogiar o governo da república pelo facto de ter imposto aos negros um regime que os proprietários britânicos das minas haviam sido incapazes de estabelecer<sup>676</sup>.

Mas, por um lado, eram desprovidas de fundamento as inquietações dessa facção do proletariado branco. Quando, ao cabo de numerosas dificuldades, o exército britânico conquistou o Transvaal, o comandante-chefe, marechal Lord Roberts, impôs a legislação *boer* sobre a população negra com uma sistematicidade e uma eficiência que o antigo governo *boer* não tinha conseguido atingir<sup>677</sup>. Na Johannesburg ocupada, os civis a quem Roberts recorreu para ajudarem o governo militar eram *uitlanders*, defensores da tese de que os custos de extracção do minério deviam ser reduzidos através da diminuição dos salários dos nativos. Aliás, os dois principais cargos oferecidos a civis, de comissário das Minas e comissário das Finanças, foram preenchidos por *uitlanders* representantes dos proprietários das minas, um ligado a Cecil Rhodes e o outro a Wernher e Beit<sup>678</sup>.

Por outro lado, porém, o exército britânico usou extensivamente mão-de-obra negra para construir fortificações, reparar e prolongar as linhas de caminho-de-ferro e assegurar os transportes, operações indispensáveis à progressiva pacificação do território e à liquidação da guerrilha

<sup>675</sup> Id., *ibid.*, 147-148.

<sup>676</sup> Id., *ibid.*, 317-318.

<sup>677</sup> Id., *ibid.*, 535-536, 690.

<sup>678</sup> Id., *ibid.*, 536.



*boer*, que ameaçava continuar indefinidamente as hostilidades. Este aumento da procura de força de trabalho repercutiu-se sobre os operários negros das minas, cujas remunerações se elevaram dois terços relativamente à situação anterior à guerra, passando de trinta *shillings* mensais para cinquenta *shillings*<sup>679</sup>. Perante factos tão contrários aos seus desejos e mesmo às suas previsões, os proprietários das minas decidiram restabelecer o nível salarial anterior ao conflito<sup>680</sup>, o que levou os nativos a afastarem-se deste tipo de actividade, iniciando uma espécie de greve silenciosa. Para diminuir as pressões do lado da oferta no mercado de trabalho, os donos das minas procuraram recrutar massivamente em Moçambique, tal como o haviam feito antes da guerra, quando 80% do pessoal negro das minas era oriundo de fora do Transvaal<sup>681</sup>. Mesmo assim, os negros não acorreram às minas em número suficiente e os capitalistas começaram, em 1904, a mandar vir mão-de-obra chinesa em regime de trabalho forçado temporário. A concorrência representada por gente mais miserável do que eles próprios obrigou os negros a aceitarem níveis de remuneração inferiores<sup>682</sup>.

Ora, como o exercício da actividade produtiva constitui uma forma, embora lenta, de qualificação, muitos mineiros negros iam-se revelando aptos para cumprir certas funções que antes só os brancos sabiam desempenhar<sup>683</sup>. Os patrões perceberam que tinham interesse numa evolução deste tipo se pretendiam reduzir também as despesas com a mão-de-obra mais habilitada, porque as diferenças salariais de base eram tão grandes que um trabalhador africano qualificado ganharia consideravelmente menos do que o seu colega branco possuidor de um nível de aptidões similar<sup>684</sup>. Se o processo continuasse e comesse a verificar-se a concorrência entre ambos os tipos de mão-de-obra, desaparecendo a demarcação rigorosa dos mercados de trabalho, o nível salarial dos brancos sofreria pressões no sentido do declínio, por efeito das remunerações muito inferiores recebidas pelos nativos mais qualificados. Nesta situação só se apresentavam duas alternativas: ou os trabalhadores negros e brancos se integravam em organizações de resistência comuns, reivindicando em conjunto que os nativos recebessem o mesmo salário que os profissionais brancos de iguais qualificações; ou os trabalhadores brancos procuravam confinar os negros em tarefas com um baixo grau de qualificação, perpetuando a separação dos mercados de trabalho, ainda que para tal fosse necessário erguer barreiras que se opusessem à acção dos mecanismos económicos.

<sup>679</sup> Id., *ibid.*, 690.

<sup>680</sup> D. Denoon et al. (1972) 104-105.

<sup>681</sup> Th. Pakenham (1999) 690.

<sup>682</sup> D. Denoon et al. (1972) 104-105; Th. Pakenham (1999) 717; L. M. Thompson et al. (1971) 972.

<sup>683</sup> L. M. Thompson et al. (1971) 973.

<sup>684</sup> Sh. E. Marks (1979) 292.

Agravado o antagonismo entre os operários brancos e os magnates das minas, os representantes políticos dos *uitlanders* aliaram-se ao South African Party, que dois dos mais notáveis dirigentes *boers* do Transvaal, Louis Botha e Jan Smuts, tinham acabado de fundar e que, embora pretendesse representar a totalidade da população *afrikaner*, exprimia sobretudo os interesses dos proprietários rurais *afrikaners* mais prósperos. E assim, em 1907, cinco anos depois de terminada uma guerra que a maioria dos *uitlanders* havia estimulado e precipitado, os operários qualificados de expressão inglesa contribuíram para que o SAP ganhasse as eleições<sup>685</sup>. A ambiguidade desta base de apoio desfez-se rapidamente, porque nesse mesmo ano o governo teve de ajudar os patrões das minas a derrotarem uma greve do proletariado branco no Witwatersrand. O conflito reproduziu-se em 1913, mas desta vez os trabalhadores saíram vitoriosos, o que constituiu para as classes dominantes uma preocupação tanto mais urgente quanto, desde o final da guerra, em 1902, o governo estava desprovido de forças de segurança. Além disso, entre os militantes operários começavam a difundir-se as concepções e os métodos de acção do socialismo radical e do sindicalismo revolucionário, com o tema de uma greve geral de carácter político. O governo decidiu criar um corpo militar, e fê-lo a tempo, porque em Janeiro de 1914 os mineiros brancos das províncias do Natal e do Transvaal entraram em greve. As novas tropas inauguraram os canhões apontando-os contra as sedes dos sindicatos e, embora os trabalhadores se vissem forçados a desistir do movimento, a agitação afigurava-se tão séria que o primeiro-ministro, Jan Smuts, sem qualquer justificação jurídica nem forma processual, ordenou a deportação para a Grã-Bretanha de nove dirigentes da greve<sup>686</sup>.

O grau de radicalização manifestado pelo proletariado branco fez com que os capitalistas ultrapassassem as suas divisões, apesar de elas terem motivos profundos e recentes, e se dotassem de um aparelho político unificado e de um programa comum. Em 1914 o SAP aliou-se ao Partido Unionista, ligado aos donos das minas, acabando por absorvê-lo seis anos mais tarde, e a partir de então, além de promover os interesses dos maiores proprietários agrícolas e dos patrões do sector extractivo, o SAP propôs-se reconciliar as comunidades de expressão africanas e de expressão inglesa e manter a colónia no âmbito do império britânico. Todavia, ao apresentar-se de maneira explícita como um órgão do grande capital da colónia, o SAP comprometia a sua capacidade de mobilizar outras camadas sociais. Por um lado, os nacionalistas *afrikaners*, que se mantinham hostis à Grã-Bretanha, romperam com o SAP em 1913-1914 e fundaram uma organi-

<sup>685</sup> D. Denoon et al. (1972) 120; Sh. E. Marks (1979) 290; Th. Pakenham (1999) 717.

<sup>686</sup> D. Denoon et al. (1972) 120; L. M. Thompson et al. (1971) 974.

zação própria<sup>687</sup>. No outro extremo do leque político, o proletariado branco do Rand, de língua inglesa, distanciou-se dos proprietários das minas, embora pertencessem também à comunidade britânica, e apoiou o Partido Trabalhista, dando-lhe a maioria absoluta nas eleições provinciais efectuadas no Transvaal em Março de 1914. Aliás, previa-se que igual êxito se repetisse nas eleições marcadas para o ano seguinte no âmbito de toda a colónia<sup>688</sup>. Assim, mesmo depois de derrotados pela violência no confronto social directo, os trabalhadores de origem europeia asseguraram uma linha de defesa, votando num partido capaz de efectuar algumas reformas. Com repetidas movimentações ao longo de sete anos o proletariado branco fora capaz de alterar profundamente a fisionomia política da África do Sul.

E o que pretendiam os trabalhadores brancos com lutas tão radicais? Simplesmente manter o seu estatuto privilegiado e impedir que as suas funções fossem executadas por negros. Já em 1904, quando os donos das minas haviam começado a importar mão-de-obra chinesa para fazer baixar os salários dos nativos, os artesãos brancos tinham exigido a promulgação de leis estipulando que os novos imigrantes não pudessem dedicar-se a tarefas qualificadas ou sequer semiqualficadas<sup>689</sup>. Aliás, este tipo de atitudes parece ser tão antigo na África do Sul que se confunde com a própria história da colónia, pois a primeira greve foi organizada em 1850 para impedir o desembarque de condenados a trabalhos forçados, que acabaram por ser remetidos para a Austrália<sup>690</sup>. Os salários locais dos brancos baixariam se o território fosse convertido numa colónia penal e os patrões passassem a dispor de uma mão-de-obra branca praticamente gratuita. De então em diante a noção de reserva de mercado de trabalho esteve sempre presente nos conflitos sociais na África do Sul. Mas o passo mais significativo foi dado em 1911, quando se promulgou uma lei estabelecendo uma demarcação rigorosa entre a mão-de-obra branca e a negra nas minas e na indústria<sup>691</sup>. Com este reconhecimento jurídico de uma modalidade embrionária de *apartheid* os governantes aceitaram as pressões exercidas pelo proletariado branco e forneceram-lhe o quadro em que passaria a apresentar as reivindicações. Empregando formas organizativas tão eficazes que obrigaram os capitalistas a remodelar o seu aparelho de defesa e as suas instituições partidárias e recorrendo a um enquadramento ideológico radical, o operariado de origem europeia havia procurado — e conseguido — provocar uma cisão absoluta na classe social a que pertencia. As reivindicações que os trabalhadores brancos dirigiam aos capitalistas

<sup>687</sup> Sh. E. Marks (1979) 290.

<sup>688</sup> D. Denoon et al. (1972) 120.

<sup>689</sup> Id., *ibid.*, 104-105.

<sup>690</sup> W. Limp (1972) 116.

<sup>691</sup> Sh. E. Marks (1979) 292; L. M. Thompson et al. (1971) 973.

seriam pagas, antes de mais, pelos trabalhadores negros.

Tanto para aqueles que, como eu, avaliam o carácter das lutas pelas suas formas de organização como para aqueles que dão prioridade ao conteúdo ideológico das reivindicações o movimento conduzido pelos mineiros brancos entre 1907 e 1914 teria de ser classificado como muitíssimo radical. E, no entanto, o seu principal efeito foi institucionalizar as barreiras racistas, que impediriam o proletariado de se constituir sociologicamente como classe e, portanto, o deixariam incapaz de enfrentar de maneira eficaz o capital. Como explicar que este objectivo fosse realizado mediante práticas e ideias tão progressistas? A contradição agravou-se depois de terminada a primeira guerra mundial e atingiu termos de tal modo paradoxais que são propriamente impensáveis.

Em 1921 e 1922, pressionados pela descida mundial dos preços do ouro, os donos das minas procederam a uma grande ofensiva salarial, atenuando a demarcação entre os dois mercados de trabalho e permitindo que os mineiros negros mais aptos tivessem acesso a funções semi-qualificadas. Dada a enorme diferença entre os níveis de remuneração dos nativos e dos brancos, a inevitável subida dos salários pagos a alguns negros seria muito menor do que o declínio dos salários pagos à generalidade dos brancos, e deste modo os patrões ambicionavam obter uma acentuada redução dos custos médios do trabalho. A resposta não se fez esperar. Uma enorme vaga de greves agitou todo o Witwatersrand em defesa dos privilégios da mão-de-obra de origem europeia. Conduzido por elementos ligados ao Komintern, o movimento depressa se transformou numa vasta insurreição e alguns sindicatos formaram destacamentos armados. Ao mesmo tempo que defendiam a clivagem entre os mercados de trabalho, os grevistas procuravam fundar uma república dos trabalhadores — dos trabalhadores brancos, entenda-se. Ao som da *Bandeira Vermelha* e mobilizada em torno da extraordinária palavra de ordem «Proletários de todo o mundo uni-vos, por uma África do Sul branca», esta vanguarda das lutas sociais apelava ao internacionalismo para promover uma das formas mais abjectas do preconceito nacional. E com que coragem o fizeram! O governo e os proprietários das minas tiveram de reunir consideráveis forças militares para suprimir a revolta e só o conseguiram após vários dias de batalha, que deixaram mais de centena e meia de mortos<sup>692</sup>.

Porém, e tal como havia sucedido em 1914, a derrota militar do operariado branco, em vez de o dispersar, levou-o a reorganizar uma linha defensiva com base no Partido Trabalhista.

<sup>692</sup> C. Cross (1974) 1380; D. Denoon et al. (1972) 123; W. Limp (1972) 116; Sh. E. Marks (1979) 292; L. M. Thompson et al. (1971) 974. Leonard Monteath Thompson et al., op. cit., 974 referiram 230 mortos.

Nas eleições legislativas de 1924 os trabalhistas duplicaram o número dos seus deputados, que passaram de nove para dezoito, e, unidos aos nacionalistas *afrikaners* do Partido Nacional, que haviam cindido do SAP dez anos antes, conseguiram afastar do poder os representantes do grande capital agrícola e mineiro e dominar a situação política da colónia<sup>693</sup>. Para conciliar a boa vontade dos agricultores *afrikaners* o Partido Trabalhista renunciou às pretensões de estatização da propriedade, enquanto o Partido Nacional, evitando ofender os sentimentos pró-britânicos do operariado qualificado branco, suspendeu as palavras de ordem republicanas, que nas condições da época implicariam o abandono da esfera de influência inglesa. Os dois partidos e as respectivas bases sociais uniram-se acima de tudo pelo desejo de reforçar a sua situação privilegiada perante os nativos. A nova coligação pretendia impedir, por um lado, que o grande capital, representado pelo SAP, desse livre curso aos mecanismos económicos e deixasse o mercado de trabalho dos mineiros negros fundir-se gradualmente com o dos brancos e, por outro lado, que os pequenos agricultores *afrikaners* fossem relegados para níveis de pobreza cada vez mais próximos dos nativos. Além disso, com o apoio dos trabalhistas o Partido Nacional conseguiu que muitas profissões de escassa qualificação, às quais os negros e os mestiços tinham tradicionalmente acesso, fossem entregues apenas aos brancos mais pobres e pouco qualificados, em geral de expressão *africaans*<sup>694</sup>. Entre 1924 e 1929 promulgaram-se diversas leis com o duplo objectivo de reforçar as reservas do mercado de trabalho em benefício dos brancos e proporcionar incentivos e subsídios estatais aos pequenos camponeses e pequenos industriais *afrikaners*. Destas peças legislativas talvez a mais importante fosse o Mines and Works Amendment Act, que renovou e ampliou as medidas tomadas pela lei de 1911<sup>695</sup>. Depois de ter procurado defender os seus privilégios por via insurreccional, o proletariado britânico das minas aliara-se aos descendentes dos *boers* e, através de reformas parlamentares, conseguira expandir a toda a sociedade sul-africana a sobreposição entre as barreiras económicas e as diferenças de cor de pele. Estava criado o quadro que permitiu converter a reserva de mercado de trabalho numa segregação racial generalizada. Foi decerto um dos resultados mais paradoxais de uma história tão funesta que a solidariedade entre os proletários qualificados de origem britânica e os *afrikaners* menos qualificados se tivesse efectuado à custa da condenação do proletariado autóctone a longas décadas de miséria e degradação.

Uma vez alcançado este objectivo, o Partido Trabalhista esgotou as suas funções. Numa sociedade exclusivamente assente na segregação, o Partido Nacional dos *afrikaners* pôde assimi-

<sup>693</sup> D. Denoon et al. (1972) 123; Sh. E. Marks (1979) 290; L. M. Thompson et al. (1971) 974.

<sup>694</sup> D. Denoon et al. (1972) 123.

<sup>695</sup> Id., *ibid.*, 123; Sh. E. Marks (1979) 290, 292.

lar o operariado de origem britânica e mobilizá-lo em termos directamente rácicos<sup>696</sup>. Até 1922 o racismo estivera subjacente ao horizonte social das lutas dos trabalhadores brancos, mas a partir de então a articulação de ambos os termos inverteu-se e foi a conotação social a ficar implícita num programa francamente racial. O *apartheid* correspondeu, no plano das medidas legais, ao que havia sido, no plano insurreccional, o grito «Proletários de todo o mundo uni-vos, por uma África do Sul branca». Consoante uma dialéctica inelutável, o socialismo racista convertera-se em racismo social. Se considerarmos como o aspecto fundamental do nacionalismo o estabelecimento de um sistema tão completo de divisões entre os trabalhadores que a demarcação dos mercados de trabalho se projecta numa diferenciação de culturas, convicções e comportamentos, então o *apartheid*, ao instituir duas nações dentro do mesmo país, atingiu o grau extremo do nacional-bolchevismo. Foi no *apartheid* que o nacional-bolchevismo revelou com menos pudor as suas consequências mais perversas. É este o espelho em que devemos apreciar a sua imagem.

<sup>696</sup> D. Denoon et al. (1972) 123-124.

## Capítulo 3

# O SOCIAL-FASCISMO

### 1. A criação do social-fascismo

Na Alemanha, precisamente onde os comunistas mais furiosamente a acusavam de ser social-fascista, a social-democracia nunca esteve próxima do fascismo. E se algumas, muito poucas, das suas figuras começaram a desenvolver teses que, a prazo, haveriam de convergir com o fascismo, elas permaneceram isoladas e não inflectiram a linha política do SPD. Para a extrema-direita e os fascistas a república de Weimar confundia-se com a aceitação do execrável tratado de Versailles e, sendo o SPD o principal esteio da república, não havia possibilidade de encontrarem um campo político comum. Além disso, o SPD entendia que o pacifismo e a integração no sistema de relações internacionais eram a única garantia de sobrevivência para a Alemanha no quadro imposto em Versailles, por isso defendia o estreitamento dos elos com o capital estrangeiro. Talvez, naquela época, nenhum partido social-democrata tivesse levado tão longe como o alemão a passagem do internacionalismo proletário à internacionalização do capital. E ainda aqui se erguia uma barreira insuperável ao entendimento com os nacionalistas, que concebiam como capitalismo exclusivamente o capital estrangeiro e consideravam que a nação era explorada em bloco pelos vencedores de 1918. O conceito de social-fascismo foi aberrante na Alemanha, onde serviu unicamente para legitimar o nacional-bolchevismo dos comunistas e justificar o facto de serem eles, e não os sociais-democratas, quem se aproximava do fascismo. Mas a convergência entre a social-democracia e o fascismo, ou até a fusão da social-democracia no fascismo, ocorreu efectivamente noutros casos.

Aliás, a noção de social-democracia, amalgamando correntes políticas que na época não eram homogéneas, resultou de uma rejeição pelos bolchevistas russos e pelos seus adeptos nos outros países de todas as correntes do marxismo que não fossem a sua própria. Foi este o fulcro da polémica prosseguida por Rosa Luxemburg contra Lenin. Se era indubitável que o SPD, aliado às chefias militares e pactuando com os patrões das maiores empresas, constituía uma das principais forças contra-revolucionárias e formava um pilar indispensável à nova ordem capitalista na Alemanha, já o mesmo não se podia dizer globalmente do USPD, resultante de uma cisão ocorrida em 1917, quando o novo partido passara a contar com a adesão de mais de 40% dos antigos

filiados do SPD<sup>1</sup>. Para Rosa Luxemburg a fronteira entre os campos da contra-revolução e da revolução passava pelo interior do USPD, e se muitos membros deste partido não estavam dispostos a romper com o capitalismo, muitos outros apoiavam decididamente a revolução dos conselhos. Por isso, em 1918 Rosa Luxemburg mostrou-se renitente à formação pelos comunistas alemães de um partido distinto e defendeu que durante algum tempo deviam continuar a organizar-se como tendência, para isolar a direita do USPD, mobilizar a esquerda e arrastar os hesitantes<sup>2</sup>. Aliás, ela havia já adoptado uma posição semelhante em 1915, antes de ter sido formado o USPD, quando começara a tomar corpo a ideia de uma cisão no interior do SPD que desse aos internacionalistas uma organização autónoma<sup>3</sup>. E durante as discussões preparatórias do congresso fundador do novo partido, nos últimos dias de 1918, Rosa Luxemburg esforçou-se sem êxito por que fosse escolhida a denominação de *socialista*, não de *comunista*, com o argumento de que era necessário colmatar o fosso existente entre os bolchevistas russos e a II Internacional e atrair para o campo da revolução os socialistas da França, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, o que não poderia ser feito pelos revolucionários alemães se logo de início se apresentassem com o nome de comunistas<sup>4</sup>. Do mesmo modo, Rosa Luxemburg pronunciou-se contra a formação da III Internacional antes de estarem criados partidos comunistas em diversos países da Europa ocidental<sup>5</sup>.

O socialismo entre as duas guerras mundiais conjugou de maneiras complexas e geralmente conflituosas uma ala direita francamente capitalista, que se identificava com a tecnocracia, e uma ala esquerda que, sem pretender empregar os métodos da ditadura terrorista exercida por um partido minoritário de vanguarda, não deixava de atacar o capitalismo e de conduzir na prática experiências sociais e económicas capazes de reforçar a capacidade política e a consciência de classe dos trabalhadores. A esta corrente de esquerda, muitíssimo mais significativa do que recorda a memória histórica vulgar, Radek chamou depreciativamente «Internacional II ½» e foi esta, com efeito, a sua tragédia, entalada entre uma II Internacional que colaborava na edificação e na gestão das condições gerais de produção capitalistas, e uma III Internacional que não admitia no anticapitalismo qualquer espaço que não fosse o ocupado por ela mesma. Em vez de organizar partidos comunistas não monolíticos nem autocráticos e atrair assim a esquerda do socialismo, o Komintern precipitou os socialistas de esquerda para partidos tecnocráticos. O desequilíbrio criado

<sup>1</sup> P. Broué (2006) 79. Todavia, segundo outros cálculos mencionados por este historiador (pág. 79 n. 30) menos de 30% dos membros do SPD teriam aderido ao USPD.

<sup>2</sup> Id., *ibid.*, 112, 191, 211-212.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, 65.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, 212.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, 285-286.



foi funesto para o desenvolvimento das lutas sociais. Depois da unificação das duas internacionais socialistas, em 1923, os grandes partidos social-democratas incluíam alas esquerdas defensoras da unidade de acção com os trabalhadores comunistas, como aquela que se organizou no SPD em torno de Paul Levi ou na SFIO graças a Marceau Pivert. Mas a orientação predominante no Komintern levava-o a ver nessas correntes um dos instrumentos da direita social-democrata. Para que o bolchevismo monopolizasse o anticapitalismo, Lenin e os seus seguidores não hesitaram sequer perante o absurdo de denunciar o «esquerdismo» como outra forma, mais perversa ainda, de social-democracia, já que por definição toda a esquerda que não fosse bolchevista seria social-democrata.

A noção de social-fascismo radicou-se nestas concepções leninistas e contribuiu para precipitar não em direcção ao fascismo mas em direcção ao capitalismo democrático vastas massas socialistas que estariam dispostas a participar numa actividade anticapitalista desde que o fizessem num quadro organizativo próprio e através de modalidades tácticas próprias. Como sucede sempre com os péssimos profetas, aqueles que anunciavam na social-democracia o social-fascismo esforçaram-se por levar a realidade a executar as suas previsões. E se na maior parte dos casos não conseguiram promover a existência de um social-fascismo, conseguiram pelo menos que, no fim, o socialismo perdesse qualquer conteúdo anticapitalista e toda a social-democracia, incluindo as correntes que se haviam situado na esquerda, se convertesse num social-capitalismo.

Mas não convém que o historiador se deixe iludir pela dialéctica da denúncia. Na verdade nada disto se passou assim, e o que pode parecer a causa do processo foi a sua consequência. Na origem dos acontecimentos esteve a fraqueza de uma classe trabalhadora incapaz de impor nas lutas sociais termos próprios, que sem serem os de um capitalismo democrático não fossem também os de um capitalismo de Estado. A degenerescência nacionalista do bolchevismo russo, a caracterização da social-democracia como social-fascismo, a procura pelos comunistas de uma convergência com o fascismo e a extrema-direita radical, tudo isto, que visto na superfície dos eventos parece uma teia a aprisionar a classe trabalhadora, num plano mais profundo indica uma debilidade fundamental da classe trabalhadora.

## 2. Henri de Man e o salto para o irracionalismo político

Os historiadores analisam e explicam do depois para o antes, e ao traçarmos os passos de alguém entendemos como um destino aquilo que o personagem viveu como uma aventura hesitante ou até inconsistente. Esta reflexão, que deve estar presente em todos os casos, torna-se imperiosa quando tento descrever o percurso e as ideias de Henri de Man, ou Hendrik de Man se preferirmos a versão flamenga do nome. Começando a sua actividade política na ala esquerda e antiburocrática do marxismo belga e alemão, de Man renegou na prática o internacionalismo para participar como voluntário na primeira guerra mundial, uma experiência que o levou em seguida ao desencanto com o marxismo<sup>6</sup>. Julgou viver nas trincheiras a amálgama de classes sociais que o marxismo recusava, e encontrou no comportamento daqueles homens condenados a matar e morrer o irracionalismo que a social-democracia pretendia superar<sup>7</sup>. Isto significa que de Man extraiu das trincheiras a mesma lição de Jünger ou Alfred Rosenberg ou os futuristas ou Mussolini ou muitos milhares de anónimos, só que demorou mais tempo até levá-la à conclusão lógica. É o trajecto desta desilusão com o marxismo que aqui me interessa, para detectar o surgimento de um social-fascismo e a confluência final no fascismo.

Numa primeira aproximação, enquanto matéria-prima da história, Henri de Man não é antipático. Escritor de estilo límpido, muito perceptivo, sem receio de inovar, contou-se entre os pioneiros na abordagem de vários temas. Especialmente interessante é o terceiro capítulo de *Au Delà du Marxisme*<sup>8</sup>, em particular a tese de que o desenvolvimento da maquinaria, em vez de retirar qualificações aos operários, pelo contrário, requer novas qualificações, exigindo profissionais capazes de fazer funcionar ou mesmo dirigir máquinas complexas. Gerou-se assim, como de Man indicou brevemente noutra obra, uma grande diferença entre os operários qualificados e os meros serventes<sup>9</sup>. Atento às consequências da industrialização, ele detectou noutra passagem de *Au Delà du Marxisme* «uma inquietante semelhança entre “o operário ideal” do marxismo e “o operário ideal” do taylorismo supercapitalista, pelo menos no que diz respeito à situação na oficina» e a partir daqui afirmou que não se devia a um acaso a difusão do taylorismo na União Soviética<sup>10</sup>. A mesma argúcia que usou para analisar a actividade industrial empregou-a também para estudar as administrações, e mostrarei adiante que não só definiu a existência de uma classe

<sup>6</sup> M. Brélaz et al. (2006).

<sup>7</sup> S. Pierson (2001) 38.

<sup>8</sup> H. Man (1927) 53 e segs.

<sup>9</sup> Id. (1933) 233-234.

<sup>10</sup> Id. (1927) 62.

de gestores, com interesses e aspirações opostos aos da burguesia, como indicou a proletarianização das funções administrativas inferiores. Tudo somado, de Man escreveu excelentes livros, repletos de observações perspicazes.

Ao mesmo tempo as suas obras suscitam uma certa estranheza, porque desenvolveu alguns temas como se fossem opostos ou alheios ao marxismo quando, na verdade, haviam sido centrais na obra de Marx. Tanto em *Au Delà du Marxisme* como em *Le Socialisme Constructif* o modelo da mais-valia ficou explicitamente reduzido à sua modalidade absoluta, com inteiro desconhecimento da mais-valia relativa, e certas passagens da primeira destas obras em nada são contraditórias com a teoria da mais-valia, como o autor pretendeu, mas, quando muito, desenvolvem-na e completam-na em vários aspectos<sup>11</sup>. Esta ignorância é tanto mais estranha quanto Kautsky, a figura teórica consagrada da social-democracia alemã, havia já distinguido muito claramente a mais-valia relativa da absoluta e não confundira taxa de exploração com empobrecimento material<sup>12</sup>. Nesta perspectiva, é especialmente curioso que de Man, ao estabelecer uma relação entre os salários médios elevados e o desenvolvimento tecnológico da maquinaria, e inversamente, entre os salários médios baixos e o atraso tecnológico<sup>13</sup>, não se desse conta de que estava assim a usar o modelo da mais-valia relativa. Do mesmo modo, no terceiro capítulo de *Au Delà du Marxisme* parece que o autor ignorava a crítica de Marx à reificação e mais adiante considerou que no pensamento de Marx não havia nada de dinâmico, que era apenas estático<sup>14</sup>, e esta omissão da dialéctica leva-me a pensar até que ponto os intelectuais da II Internacional conheceriam os textos daquele que era ainda o seu mestre oficial. Será que não o liam directamente? Mas de Man explicou que o único marxismo que importava e existia realmente era o marxismo vulgar, aquele que as massas haviam transformado em símbolo, mesmo que em nada correspondesse ao original, enquanto o original era letra morta e não tinha valor real<sup>15</sup>. Se não esquecermos que as críticas de de Man não visavam a erudição e se dirigiam à vulgata da II Internacional, ainda aqui a leitura dos seus livros é vantajosa, porque nos deixa instruídos acerca da imagem do marxismo prevalecente na social-democracia daquela época.

De Man pôde com todo o à-vontade reduzir a obra de Marx ao seu valor simbólico porque era neste plano que entendia a vida política. No primeiro capítulo de *Le Socialisme Constructif* ele defendeu a tese de que uma doutrina histórica das causas, como era na sua opinião o marxismo,

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, 53 e segs.

<sup>12</sup> D. Geary (2003) 220-221.

<sup>13</sup> H. Man (1927) 81.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, 286 e segs.

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, 351-354.

não se podia converter numa doutrina dos fins, e que o socialismo, enquanto objectivo, só podia decorrer de uma doutrina dos fins. «A interpretação causal e científica do processo histórico pode esclarecer algumas condições e alguns obstáculos à realização da vontade socialista, mas, sendo livre de quaisquer juízos de valor, não pode motivar a convicção da qual decorre essa vontade. Por isso estão votadas ao fracasso todas as tentativas para transformar doutrinas de causas sociais em doutrinas dos fins sociais»<sup>16</sup>. Nesta perspectiva, insistiu que «a questão do móbil das reivindicações afigura-se-me mais essencial do que a questão do seu conteúdo objectivo»<sup>17</sup>. O conteúdo resultava da definição das causas, enquanto o móbil animava os fins. «As discussões teóricas, no socialismo contemporâneo, travam-se muito menos acerca da fórmula concreta das reivindicações do que acerca da sua justificação, do seu móbil e, por conseguinte, do modo de as realizar»<sup>18</sup>. Desenvolvida ao longo de muitas páginas, esta tese constitui o núcleo de todo o livro, estruturando especialmente o segundo capítulo, e no terceiro capítulo a apresentação do socialismo como uma utopia dinâmica supõe também a clivagem entre o estudo das causas e o movimento que visa alcançar os efeitos. Embora menos prolixamente, de Man afirmara já o mesmo num livro anterior, invocando a integração crescente da classe operária no meio cultural, político e económico da burguesia e o desenvolvimento de uma burocracia dirigente das organizações operárias, para sustentar que o conhecimento dos interesses sociais não podia ser o móbil da acção de massas<sup>19</sup>. Enquanto doutrina das causas da luta dos trabalhadores o marxismo mantinha para de Man uma certa validade, permitindo a visão de conjunto do sistema social e das suas contradições, possibilitando a crítica do socialismo romântico e oferecendo uma teoria do desenvolvimento do capitalismo<sup>20</sup>. Mas esta fase estava esgotada. «Devemos libertar-nos do marxismo não porque ele não tivesse estado à altura da sua tarefa mas porque a levou a cabo»<sup>21</sup>. Entrara-se numa época nova. «A ciência daquilo que existe tem de se ampliar até conhecer o que deve existir»<sup>22</sup>.

De Man relacionou a cesura entre definição das causas e móbil da acção com a dicotomia entre civilização e cultura, «a contradição entre aquilo que existe e aquilo para que se tende, entre o estado de civilização e o objectivo da cultura»<sup>23</sup>. Explicando a distinção entre os dois conceitos, considerou que cultura era «a actividade criativa de uma fase de ascensão» e civilização era «a

<sup>16</sup> Id. (1933) 2. Traduzi «*devenir historique*» por «processo histórico».

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, 11.

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, 15.

<sup>19</sup> Id. (1927) 24-25.

<sup>20</sup> Id. (1933) 178.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, 50.

<sup>22</sup> Id., *ibid.*, 54.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, 111.

atitude receptiva da fase de torpor ou de decadência». «A essência da cultura é produzir valores novos, a essência da civilização é consumir valores existentes», concluiu ele<sup>24</sup>, atribuindo deste modo ao socialismo enquanto acção uma dinâmica de cultura que faltaria à definição marxista das causas. É muitíssimo significativo que a oposição entre cultura e civilização, que servira a Spengler para estruturar a sua obra maior e se generalizara na extrema-direita germânica e no fascismo, fosse usada por de Man na crítica ao marxismo, e esta perspectiva surgira já numa conferência proferida em Paris em Março de 1930<sup>25</sup>. Começamos a perceber qual era o campo ideológico em que a sua crítica se situava.

Na obra de de Man, a cesura entre a doutrina histórica das causas e a doutrina dos fins foi o lugar central do irracionalismo, implicado obrigatoriamente na noção de que os objectivos não constituem um desenvolvimento da situação determinada pelas causas. De Man defendeu a estranha epistemologia de um desejo que serviria de fundamento a si próprio. Referindo-se a «toda a construção intelectual mediante a qual Marx faz a “superestrutura ideológica” resultar da “infra-estrutura económica”, o “pensamento social” do “ser social”, etc.», ele afirmou que esta «construção intelectual» «não foi refutada; mas sucedeu-lhe pior ainda: deixou de nos interessar. Deixou de nos interessar precisamente porque pretendemos emancipar-nos dessa dependência do homem relativamente aos seus meios técnicos e económicos de existência; devemos, pelo contrário, partir do postulado de que a técnica e a economia dependem do homem, para que possamos acreditar que a técnica e a economia têm um sentido»<sup>26</sup>. Esta epistemologia estava perto do pensamento mágico, bastando-lhe admitir uma certa ordem intelectual para supor que a actuação correspondente fosse eficaz. Não se tratava de elaborar instrumentos de análise crítica da realidade para agir sobre a realidade; tratava-se de transpor o objectivo prático desejado para o plano epistemológico, num círculo vicioso.

No âmbito do marxismo, e precisamente na época de de Man, a teoria da *praxis* surgiu com o objectivo de racionalizar uma abordagem originariamente irracionalista, remetendo os *a priori* mentais para situações sociais determinadas por condições económicas. Assim, na teoria da *praxis* os desejos e as aspirações, que serviam de axioma às construções ideológicas, eram eles mesmos explicados pelas condições materiais de existência. Mas de Man não se interessou por esta perspectiva, embora parecesse por vezes não andar longe. «Como é que as condições de vida do trabalhador reagem sobre o seu estado afectivo e influenciam a orientação da sua vontade

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, 112.

<sup>25</sup> S. Pierson (2001) 59.

<sup>26</sup> H. Man (1927) 345-346.

social? Só depois de termos estudado em toda a amplitude a reacção emotiva do trabalhador sobre as influências do seu meio social é que podemos compreender como as noções intelectuais do socialismo doutrinário intervêm nessa reacção e a infinita variedade das influências recíprocas que daí resultam. [...] a história do movimento operário até aos dias de hoje mostra uma transformação progressiva de sentimentos em ideias, de necessidades em ideais, de impulso instintivo em móbil racional [...] O sentimento de classe, estado emocional, precedeu a consciência de classe, estado de conhecimento. A luta de classe é mais antiga do que a consciência de classe. A classe operária não luta por se saber explorada, mas considera-se explorada porque luta. A teoria da exploração é o fruto de uma luta gerada pelo ressentimento e de modo nenhum pelo pensamento doutrinário»<sup>27</sup>. Mas no final deste encadeado lógico de Man continuava a manter a cesura fundamental e postulava que a doutrina dos fins não derivava da doutrina das causas.

No plano estritamente intelectual, a fronteira era muito ténue entre o esforço por racionalizar os impulsos surgidos fora da razão, como procuraram fazer os teóricos da *praxis*, e a deliberação de manter esses impulsos no plano irracional, como sucedeu com de Man. «[...] é [...] essa identidade entre a luta de classe e o socialismo, esse carácter inelutável da passagem da luta de interesses à libertação da humanidade, que é posta em causa pela experiência do movimento operário a partir de Marx»<sup>28</sup>. E depois de evocar o aburguesamento e a burocratização do movimento operário, de Man levantou a questão: «[...] poder-se-á ainda defender a teoria do móbil, que concebe a acção social das massas como proveniente do conhecimento dos seus interesses?»<sup>29</sup>. Os fins prevaleciam num plano distinto das causas, e era aqui que a aparente proximidade ideológica com a teoria da *praxis* dava lugar a uma cabal oposição nas atitudes políticas. «[...] procurar introduzir no marxismo um juízo ético *a priori* é pretender incorporar-lhe um objecto que não se lhe adequa [...] A partir do momento em que se aceita um critério ético universal e supra-histórico enquanto elemento constitutivo do pensamento socialista, entra-se em contradição com a crença fundamental de Marx no relativismo e na causalidade material dos factos espirituais. Assim, a adesão ao socialismo, concebida como juízo da consciência, converte-se num contra-senso se admitirmos que o critério desta decisão muda consoante o objecto a que se refere»<sup>30</sup>.

De Man manteve a teoria dos fins do socialismo no plano moral, vocacionada para um ser humano genérico. «O socialismo é uma tendência da vontade em direcção a uma ordem social equitativa. Ele considera justas as suas reivindicações porque julga as instituições e as relações

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, 29.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, 24.

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, 25.

<sup>30</sup> Id. (1933) 48-49.

sociais consoante um critério moral universalmente válido»<sup>31</sup>. Por isso, insistiu de Man, o socialismo «dirige-se a todos os seres humanos, qualquer que seja a sua condição social»<sup>32</sup>, e a classe operária tem de subordinar os seus interesses específicos aos interesses humanos gerais<sup>33</sup>. Todavia, ele deixou claro que não se tratava de converter o socialismo numa ética, mas de considerá-lo como «uma ética aplicada às questões sociais»<sup>34</sup>. «[...] o socialismo deve exigir que os seus aderentes vivam de acordo com as leis da moral não por serem membros do partido mas por serem homens»<sup>35</sup>.

Se o lugar central do irracionalismo de de Man foi a cesura introduzida entre a doutrina histórica das causas e a doutrina ética dos fins, então este irracionalismo incidiu antes de mais na ética. Para de Man o carácter supra-histórico do conteúdo das aspirações éticas, absolutas e eternas, não podia ser expresso convenientemente pela linguagem<sup>36</sup>. «Estas concepções construídas pela razão não são aptas a exprimir o irracional e o supra-racional de maneira satisfatória e completa [...]»<sup>37</sup>. As noções linguísticas de de Man lembram a tese de Adam Müller acerca da diferença entre conceito e ideia<sup>38</sup>, que teve uma ampla repercussão no romantismo de extrema-direita, mesmo fora da área germânica. «[...] considero impossível uma definição completa do socialismo. Tal como tudo o que é vivo, como a religião, o amor ou a ética, ele inclui elementos irracionais que não se deixam enclausurar em palavras»<sup>39</sup>. Também Novalis, outro romântico, pretendia que «as definições são um veneno para a ciência»<sup>40</sup>. De Man seguiu o mesmo caminho que pretendia ir além da linguagem, afirmando que o pensamento racional ou lógico se referia às palavras e não aos fenómenos, a objectos e não a seres com vida. «As palavras são imagens representativas, que formamos mediante a combinação de representações sensoriais ou de partes delas». Assim, as palavras eram abstracções que não se referiam aos próprios fenómenos mas a relações entre fenómenos, e o pensamento lógico referia-se a relações entre representações. Pelo contrário, «as formas não racionais do pensamento (no sentido geral da palavra, que abarca a intuição e a imaginação espontânea) operam com representações recebidas imediatamente dos fenómenos do mundo exterior»<sup>41</sup>. Esta utopia de uma metalinguagem esquece que pensar,

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, 1-2.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, 4.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, 4-5.

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, 77.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, 78.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, 57-58.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, 57.

<sup>38</sup> K. Mannheim (1986) 141.

<sup>39</sup> H. Man (1933) 9.

<sup>40</sup> Citado em R. Aris (1965) 211.

<sup>41</sup> H. Man (1927) 282-283.

mesmo pensar intuitivamente, consiste em formar sistemas de palavras no cérebro, e até em seqüências não lógicas as imagens que nos vêm ao cérebro são condicionadas pela nomenclatura de que dispomos e que elaboramos. Mas a apologia do irracional, da vontade instintiva, chegou a tal ponto que em pleno século XX, e embora sem citar a procedência, de Man defendeu contra o darwinismo uma versão lamarckiana da evolução. «[...] as espécies animais modificam-se elas mesmas em virtude de uma vontade que lhes é própria, e fazem-no de maneira aparentemente fortuita, muitas vezes brusca e de qualquer modo incompreensível para nós; a influência do meio só se faz sentir enquanto causa pelo facto de sobreviverem apenas os novos tipos suficientemente adaptados ao meio para não serem eliminados pela selecção natural»<sup>42</sup>.

Afastando-se da concepção determinista do marxismo, que considerava adequada apenas à análise das causas históricas, de Man recorreu à psicologia como único instrumento apto a conceber o socialismo num plano ético e humanista<sup>43</sup>. «A ciência daquilo que existe tem de se ampliar até conhecer o que deve existir. Na medida em que o que deve existir se incorpora aos valores éticos que fazem parte de motivos realmente presentes, a ciência socialista deve ser completada pela psicologia e sobretudo pela psicologia social»<sup>44</sup>. Não me importa aqui detalhar os contra-sensos da psicologia social, erigindo a psique individual em modelo de uma imaginária mentalidade colectiva<sup>45</sup>, e como se propunha ultrapassar o marxismo enquanto teoria que concebe para as relações sociais uma existência própria, de Man afirmou que «é um erro profundo julgar que uma “massa” pode ser dotada de qualidades diferentes das que se encontram nos indivíduos que a compõem!»<sup>46</sup>. O segundo capítulo de *Au Delà du Marxisme* constitui uma exposição de sociologia psicologizante<sup>47</sup>, tal como os lugares-comuns do jornalismo a divulgariam, definindo as classes sociais pela atitude e pela cultura.

Se, para de Man, «todo o socialismo contém um elemento permanente, que provém da sua intenção ética»<sup>48</sup>, então o socialismo teria um carácter supra-histórico e iniciara-se pelo menos com Platão<sup>49</sup>. E como teria nascido muito antes do capitalismo, o socialismo não se resumia ao anticapitalismo<sup>50</sup>. O segundo capítulo de *Le Socialisme Constructif*<sup>51</sup> afirma que o socialismo

<sup>42</sup> Id., *ibid.*, 333.

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, 13.

<sup>44</sup> Id. (1933) 54.

<sup>45</sup> Id. (1927) 29-30.

<sup>46</sup> Id., *ibid.*, 32.

<sup>47</sup> Id., *ibid.*, 37 e segs.

<sup>48</sup> Id. (1933) 56.

<sup>49</sup> Id., *ibid.*, 9-10.

<sup>50</sup> Id., *ibid.*, 155 e segs.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, 101 e segs.



renova os ideais da cultura burguesa, entendida como uma época áurea, por oposição à civilização burguesa, que de Man, empregando os conceitos de Spengler, considerava como um declínio. «O socialismo é simultaneamente herdeiro da cultura burguesa e oposto à civilização capitalista, mas ele é o seu oposto apenas porque é o seu hedeiro, e na medida em que o é»<sup>52</sup>. Ao apresentar o socialismo como resposta a uma ameaça de decadência civilizacional de Man reatou uma linha-gem que vinha pelo menos de Benoît Malon e passara por Georges Sorel e pelos seus discípulos italianos<sup>53</sup>. «[...] acima de tudo interessa-me que o socialismo seja entendido como um fenómeno parcial, por assim dizer, que, enquanto luta entre a ascensão da cultura e as tendências decadentes da civilização, fornece um conteúdo à actual crise da cultura»<sup>54</sup>. Também Spengler, embora considerasse que o seu «socialismo prussiano» se inscrevia na época da civilização, dotou-o de um impulso fáustico em que encontrava o eco de aspirações que haviam sido geradas pela cultura<sup>55</sup>. Reformulada em termos spenglerianos, a passagem do tema da luta de classes para o tema da decadência civilizacional constitui um dos lugares privilegiados para detectar os caminhos da evolução seguida por de Man nos anos seguintes.

O ponto de partida teórico de de Man assemelhou-se ao de Sorel, que devemos considerar como seu precursor. O desencanto com o reformismo social-democrata levou ambos a pensar que o radicalismo devia ser conferido por uma doutrina dos fins e não por uma explicação das causas, embora Sorel se tivesse exprimido de outro modo. De Man mostrou-se decepcionado com «a falta de radicalismo do movimento operário marxista»<sup>56</sup>, sempre pronto a aburguesar-se económica, política e culturalmente<sup>57</sup>. Sintoma desta evolução era «a formação de uma burocracia dirigente nas organizações operárias»<sup>58</sup>. O décimo capítulo de *Au Delà du Marxisme* constitui uma excelente análise da burocratização das organizações partidárias, sindicais e cooperativas e dos efeitos dessa burocratização<sup>59</sup>. Um dos aspectos da evolução da social-democracia marxista que mais perturbou de Man foi a mudança de atitude em 1914, que inaugurou uma fase durável de patriotismo. O décimo primeiro capítulo do livro traça aquela mudança tanto dos partidos operários como dos sindicatos<sup>60</sup> e de Man contou que a Grande Guerra o fez passar do internacionalismo ao nacionalismo e alistar-se como voluntário no exército belga. Foi então que recebeu «a revelação

<sup>52</sup> Id., *ibid.*, 147. Ver também as págs. 121 e 230.

<sup>53</sup> D. Ligou (1962) 95-96; Z. Sternhell (1978) 46, 394-395.

<sup>54</sup> H. Man (1933) 151.

<sup>55</sup> O. Spengler [1920] 4, 19-20, 72.

<sup>56</sup> H. Man (1933) 86.

<sup>57</sup> Id. (1927) 24; id. (1933) 86, 238-239.

<sup>58</sup> Id. (1927) 25.

<sup>59</sup> Id., *ibid.*, 231 e segs.

<sup>60</sup> Id., *ibid.*, 257 e segs.

quotidiana do carácter instintivo das impulsões das massas»<sup>61</sup> e ainda aqui, nesta assimilação do nacionalismo ao irracionalismo, encontramos outro ponto de convergência com o sindicalismo revolucionário soreliano.

Mas foi sobretudo na noção do mito enquanto expressão e veículo de um anseio colectivo que de Man prolongou as ideias de Sorel, a ponto de um académico daquela época os ter escolhido a ambos enquanto defensores da tese de que «os mitos, os ideais e as atitudes heróicas desempenham frequentemente um papel mais importante do que os processos económicos»<sup>62</sup>. «O teórico do sindicalismo revolucionário francês, Georges Sorel», escreveu de Man, «denomina francamente a ideia da greve geral, ponto culminante da sua teoria da luta de classes, “um mito, que simboliza a catástrofe do capitalismo”. Se pelo menos o socialismo “científico” quisesse sê-lo o suficiente para considerar as suas próprias doutrinas como um objecto de análise psicológica, perceberia que noções como a revolução social, a ditadura do proletariado ou a sociedade futura são, sob o ponto de vista da psicologia social, simples mitos, quer dizer, símbolos de uma crença sob a forma de narrações»<sup>63</sup>. Negado enquanto dedução a partir de causas históricas específicas e projectado para um plano ético irracional e trans-histórico, o socialismo teria de ser movido pela emoção. «Para se converter em acção, é preciso que essa emoção fertilize a imaginação; por outras palavras, é-lhe preciso formar uma imagem que seja um objectivo»<sup>64</sup>. De Man não ignorava que as utopias são irrealizáveis, mas a sua função é servir de móbil da acção, e sem elas o movimento de massas estiola<sup>65</sup>. «O único elemento de uma teoria a agir sobre os movimentos de massas são as representações simbólicas do conteúdo emocional que determinam o movimento»<sup>66</sup>. E de novo operou aqui a cesura entre a doutrina histórica das causas e a doutrina dos fins, porque embora a letra de uma teoria pudesse inspirar os símbolos, quando se convertiam em móbil da acção eles passavam a assumir uma existência independente. Se a modificação das condições de vida alterar o estado afectivo das massas, um símbolo ou extinguir-se-á ou mudará de significado. «A partir do momento em que for lançado nas massas, vive uma vida autónoma, completamente alheia às intenções do seu criador intelectual; passa a ser apenas o recipiente de um conteúdo emocional dependente do estado afectivo das massas que se apoderaram dele»<sup>67</sup>.

Nem em todos os casos, porém, de Man foi gentil para com o pensamento simbólico.

<sup>61</sup> Id., *ibid.*, 12.

<sup>62</sup> M. Rader (1946) 33.

<sup>63</sup> H. Man (1927) 139.

<sup>64</sup> Id., *ibid.*, 146.

<sup>65</sup> Id. (1933) 242-243.

<sup>66</sup> Id. (1927) 145.

<sup>67</sup> Id., *ibid.*, 351.

Embora considerando positivos o interesse pelo subconsciente e a crítica aos exageros do racionalismo, de Man preveniu que «é lastimável o hábito de obliterar a fronteira essencial entre o conhecimento científico de uma causa e a justificação ética de um móbil». A cesura funcionava em ambos os sentidos, e se seria errado deduzir o movimento socialista a partir de uma doutrina histórica das causas, seria igualmente nocivo substituir essa doutrina pela deificação do instinto<sup>68</sup>. Enquanto móbil do movimento socialista, no entanto, o recurso aos símbolos adquiria uma conotação a tal ponto positiva que até a religião aparecia a outra luz quando lhe era comparada, o que explica o bom acolhimento que os meios do socialismo cristão proporcionaram então a de Man<sup>69</sup>. «Houve discípulos de Marx», esceveu ele, «por exemplo o sindicalista francês Georges Sorel, que tiveram a coragem científica de interpretar representações como a Revolução Social e a greve geral revolucionária mediante a psicologia religiosa e apresentá-las francamente como mitos cuja função psicológica é aproximadamente a mesma dos mitos do sacrifício e da redenção»<sup>70</sup>.

Se o móbil do socialismo era um entusiasmo de massas mobilizadas por símbolos num plano irracional, a ponte ficava lançada para a adesão ao fascismo. O universo conceptual que encontro em *Au Delà du Marxisme* e em *Le Socialisme Constructif* não era estranho ao fascismo, tanto assim que Léon Degrelle, a principal figura do fascismo belga, pôde mais tarde escrever que de Man se havia transformado num «nacional-socialista inconsciente»<sup>71</sup>. Mas uma coisa é projectar uma ponte, outra coisa é atravessá-la, e foi o que de Man acabou por fazer. Decerto, nem todo o irracionalismo levou ao fascismo. Mas creio que todo o movimento político irracionalista levou ao fascismo e, no plano da negação da racionalidade e da mobilização psicológica, de Man temia que os socialistas estivessem a ser ultrapassados pelos fascistas. Numa conferência proferida em Berlim no final de 1930 ele atribuiu o sucesso eleitoral dos nacionais-socialistas à dinâmica conferida pelo apelo a uma utopia, pela crítica radical das instituições e pela apresentação de verdadeiros chefes, tudo elementos que faltavam à social-democracia<sup>72</sup>. «O nacionalismo fascista faz apelo a forças políticas de impulsão que o socialismo teimou em descurar durante os últimos dez anos», diagnosticou de Man no seu último livro escrito na Alemanha. «Denomino-as provisoriamente: exigência de uma utopia, necessidade de uma crítica sem reserva das instituições, instinto de activar as massas mediante um carácter agressivo directamente ofensivo, necessidade de chefes que sejam personalidades». O balanço foi sem concessões. «É que também no socia-

<sup>68</sup> Id. (1933) 211-212.

<sup>69</sup> M. Brélaz et al. (2006); S. Pierson (2001) 50-55.

<sup>70</sup> H. Man (1933) 168. Quanto à equiparação do mito do socialismo e dos mitos religiosos ver ainda a pág. 59 e id. (1927) 140-141.

<sup>71</sup> L. Degrelle (1949 b) 15.

<sup>72</sup> S. Pierson (2001) 60.

lismo há como que uma decadência da impulsão espiritual primitiva»<sup>73</sup>.

Numa época em que a social-democracia estava inteiramente burocratizada e em que os sindicatos se haviam convertido de instrumentos de luta em órgãos reguladores do mercado de trabalho, as direcções colectivas eram sem dúvida pardas. Também no interior do SPD houve quem sentisse a «necessidade de chefes que sejam personalidades», e Haubach, Leber e Mierendorff consideravam que um sistema como o de Weimar, dirigido nos bastidores por grupos de pressão, era menos democrático do que um regime obedecendo ao comando firme de um chefe e instrumentalizando a emoção das massas através de cerimoniais e propaganda<sup>74</sup>. E assim, ao mesmo tempo que faziam uma campanha activa contra o nacional-socialismo, eles transplantavam para dentro da social-democracia uma problemática caracterizadamente fascista. Talvez De Man tivesse contribuído para aquelas ideias, já que viveu longos períodos na Alemanha, onde manteve contacto íntimo com os meios socialistas e onde os seus livros eram amplamente divulgados. Mas como Leber, Haubach e Mierendorff eram figuras de segundo plano, na social-democracia alemã esta tendência teve apenas o valor de um sintoma e nunca se converteu num programa político.

É certo que parecia haver mais factores a afastar de Man do fascismo do que a aproximá-lo, e em *Le Socialisme Constructif* não poupou os sarcasmos ao nacionalismo e aos políticos nacionalistas<sup>75</sup>. Já numa obra anterior, depois de proceder a uma interessante análise da burocratização dos partidos operários, dos sindicatos e das cooperativas, de Man traçara a evolução nacionalista destas organizações<sup>76</sup>. Ele considerava o nacionalismo que se difundia no movimento socialista como «parte do complexo de fenómenos que denominei “aburguesamento cultural”, ou seja, a tendência crescente para a absorção do movimento socialista por certos fenómenos retrógrados e decadentes da civilização burguesa». Na dicotomia entre cultura e civilização, era do lado da civilização que de Man situava o nacionalismo. «Um dos piores sintomas desta regressão da cultura consiste, na minha opinião, na decadência, que se vem a agravar desde há um século, do ideal cosmopolita de cidadão do mundo»<sup>77</sup>. Mas se as suas críticas se dirigiam ao nacionalismo em sentido restrito, recordo que também o fascista Degrelle defendia federações nacionais no interior de um continente europeu unido<sup>78</sup> e, para a Bélgica, a restauração da grande Borgonha<sup>79</sup>.

<sup>73</sup> H. Man (1933) 237, 238. Ver também as págs. 243-244.

<sup>74</sup> H. Mommsen (2009) 80, 195-196. Ver também S. Pierson (2001) 57.

<sup>75</sup> Id. (1933) 210 e segs.

<sup>76</sup> Id. (1927) 231 e segs., 257 e segs.

<sup>77</sup> Id. (1933) 224. O autor acrescentou (pág. 230) que «a grande época criativa do pensamento burguês foi a do pensamento cosmopolita».

<sup>78</sup> L. Degrelle (1949 b) 190, 227.

<sup>79</sup> Id., *ibid.*, 75, 133, 162, 184, 189, 191-192, 217, 244.

Num plano muitíssimo mais relevante, Hitler pronunciava-se contra as limitações do nacionalismo e o seu racismo constituía um supranacionalismo. Afinal, o Terceiro Reich levou a cabo a superação das nacionalidades que de Man indicara como o objectivo próprio do socialismo. «Pode dizer-se a respeito do socialismo que lhe cabe actualmente *uma única* tarefa política, porque se trata da condição prévia à realização de todas as suas outras tarefas: evitar a guerra mediante a organização da Europa e do mundo numa unidade jurídica supranacional»<sup>80</sup>. Será que, quando de Man se insurgiu contra o nacionalismo que levava à «balcanização» da Europa<sup>81</sup>, podemos encontrar ali uma pista que ajude a explicar o apoio que mais tarde prestou ao Terceiro Reich que, com as suas vitórias militares, unificara o continente europeu?

Todavia, de Man afirmou-se também como democrata. O quarto capítulo de *Au Delà du Marxisme* é um panegírico da democracia representativa e da fusão dos ideais socialistas com os ideais democráticos<sup>82</sup>, e posteriormente deixou clara a sua aversão à censura e à mentira política usadas pelo fascismo e pelo comunismo soviético<sup>83</sup>. Mas a noção de democracia apresentada por de Man é inesperada e deixava lugar para alguns imprevistos. A questão não pode compreender-se sem recordarmos que um dos aspectos da crítica de de Man ao marxismo era a integração da classe trabalhadora no sistema capitalista. No décimo capítulo de *Au Delà du Marxisme* ele analisou a burocratização das organizações partidárias, sindicais e cooperativas<sup>84</sup> e num livro posterior lembrou «a decepção que tive ao ver a falta de radicalismo do movimento operário marxista»<sup>85</sup>. «Assim, a principal censura que faço ao marxismo é de não ser suficientemente radical. Mesmo os marxistas que julgam sê-lo radicalmente limitam-se na maior parte dos casos a ser extremistas; mas o extremismo é completamente diferente do radicalismo. [...] o extremismo é um radicalismo falseado, porque a sua realização é confiada ao futuro»<sup>86</sup>.

Ora, importa chamar a atenção para o facto de de Man não ter distinguido entre, por um lado, a integração da classe trabalhadora na sociedade capitalista operada mediante os mecanismos da mais-valia relativa e, por outro lado, a integração nas classes dominantes da burocracia surgida nos partidos operários, nos sindicatos e nas cooperativas. Chegado a este ponto, ele preveniu: «Pelo facto de os funcionários do Estado ou do partido que, de acordo com uma ficção

<sup>80</sup> H. Man (1927) 385 (sub. orig.).

<sup>81</sup> Id. (1933) 222.

<sup>82</sup> Id. (1927) 87 e segs.

<sup>83</sup> Id. (1933) 75.

<sup>84</sup> Id. (1927) 231 e segs. A teoria da burocracia dos partidos operários e do Estado que de Man expôs no sétimo capítulo deste livro (págs. 169 e segs.) lembra-me a de Michels, e aliás a obra de Michels aparece citada (pág. 365) a propósito do espírito militarista da social-democracia alemã.

<sup>85</sup> Id. (1933) 86.

<sup>86</sup> Id., *ibid.*, 88.

democrática, deveriam desempenhar o papel de servidores e representantes, constituírem na realidade um grupo dirigente, não devemos concluir pura e simplesmente que seria preferível abandonar essa ficção e reconhecer a autoridade dos dirigentes no próprio texto das constituições e dos estatutos. É precisamente quando necessitamos de chefes que é imprudente proclamá-lo em textos orgânicos. A partir do momento em que a situação de chefe fosse estabelecida constitucionalmente, o dirigente tornar-se-ia um dirigido»<sup>87</sup>. Neste contexto, a noção de democracia sustentada por de Man aproximou-se mais do poder carismático, tal como foi definido por Max Weber, do que do poder burocrático característico das democracias. «Os verdadeiros chefes não são eleitos como tal pelas massas, mas impõem-se a elas. Os movimentos que reclamam um homem forte são movimentos de fracós. [...] Pelo simples facto de se eleger um dirigente, convertêmo-lo num dirigido; se queremos que ele realmente dirija, devemos elegê-lo como servidor». Uma democracia assim concebida era um autoritarismo plebiscitário. «Foi dito por democratas clarividentes que o futuro da democracia dependia da capacidade de formar uma camada de dirigentes competentes e governando realmente. [...] Qualquer ordem nova deve começar por ser uma ordem. Uma ordem nova significa uma direcção nova, e o poder desta direcção avalia-se pela capacidade de dispensar a sanção de um texto constitucional ou de uma dignidade monárquica»<sup>88</sup>. De Man considerou que tais condições estavam sobretudo reunidas no movimento operário<sup>89</sup>, mas não seria aquele o quadro possível de um chefe de tipo fascista? «O erro decisivo do fascismo consiste em julgar que uma verdadeira direcção só possa surgir da destruição da democracia, enquanto eu penso que mais direcção pressupõe mais democracia, mas um tipo de democracia que não hesita em demolir o quadro vetusto de uma burocracia controlada mais ou menos insuficientemente pelo parlamento e em construir novas células autónomas, locais e profissionais»<sup>90</sup>. E não comporiam estas «células» um corporativismo?

Conjecturando vários futuros possíveis, de Man admitiu uma situação em que a superação da crise económica e o conseqüente avanço do socialismo levassem o fascismo a fraccionar-se em duas tendências. Neste cenário, que considerou «optimista», o «nacionalismo fascista» «decompõe-se numa ala socialista, cuja função histórica será de fornecer adeptos ao socialismo, e numa ala nacionalista, que possibilitará o regresso ao conservadorismo *sem* ideologia capitalista»<sup>91</sup>. Mas não poderemos então pensar que, se estas duas tendências eram discerníveis no

<sup>87</sup> Id. (1927) 178.

<sup>88</sup> Id., *ibid.*, 179.

<sup>89</sup> Id., *ibid.*, 179-180.

<sup>90</sup> Id. (1933) 241.

<sup>91</sup> Id., *ibid.*, 245 (sub. orig.).

interior do fascismo, a sua existência ajudasse a traçar uma estratégia dos socialistas também para uma situação em que coubesse ao fascismo a vitória? Não teria de Man concebido a possibilidade de influenciar a partir de dentro a «ala socialista» do fascismo, tanto mais que a «ala nacionalista» se afigurava alheia à ideologia capitalista? Então teríamos realmente um social-fascismo. E assim aquele teórico e chefe político, que defendera o socialismo no plano da ética, acabou dissolvendo o Parti Ouvrier Belge e aderindo a um nacional-socialismo que de ética tinha pouco, a não ser que se reduzisse ao psicológico e ao simbólico.

### 3. Henri de Man e a Economia Dirigida

É possível que a estratégia de fusão do socialismo no fascismo tivesse funcionado, porque Henri de Man considerava o socialismo como uma Economia Dirigida e no fascismo havia forças poderosas que pressionavam no mesmo sentido. O acordo assinado em Setembro de 1943 por Speer e Bichelonne, que já analisei (no capítulo 3 da Parte 2), indicou este caminho. O socialismo dos engenheiros defendido por de Man, que consistia na organização da globalidade da economia e da sociedade segundo os mesmos princípios que presidiam à organização interna de cada empresa, não se distinguia muito dos projectos de coordenação económica nacional-socialistas num continente europeu cuja «balcanização» ficara superada.

De Man contou-se entre os observadores lúcidos que identificaram os gestores — ele chamava «intelectuais» aos tecnocratas e burocratas que eu denomino gestores — como uma nova classe social dotada de interesses próprios; e quanto mais a industrialização progredia, mais se desenvolviam os gestores. De Man esclareceu que não estava a referir-se a uma boémia de *déclassés* mas a profissionais modernos, inseridos nos aspectos mais activos da economia<sup>92</sup>, «uma geração de chefes de produção»<sup>93</sup>. O marxismo, advertiu, não é capaz de reconhecer «a existência de uma camada social diferente tanto do patronato como do proletariado, que exerce todas as funções dirigentes da vida política e económica»<sup>94</sup>. Não se tratava apenas de uma diferença entre os proprietários capitalistas e os gestores, mas de uma rivalidade, pois no interior das empresas de grandes dimensões a especialização da função administrativa levava os administradores a tornarem-se independentes do proprietário, tal como o eleito se tornava independente

<sup>92</sup> Id. (1927) 194-196.

<sup>93</sup> Id. (1933) 192.

<sup>94</sup> Id. (1927) 181.

dos eleitores<sup>95</sup>. E de Man definiu correctamente a posição dos gestores no processo de exploração, porque enquanto o trabalho proletário é mensurável em termos quantitativos, a actividade intelectual só pode ser avaliada qualitativamente<sup>96</sup>.

Ao mesmo tempo que se afirmava a nova classe dominante composta por engenheiros e administradores, ocorria a proletarização das funções administrativas inferiores e proliferava um «proletariado de colarinho branco», votado a uma actividade ainda menos inteligente do que a dos operários da indústria<sup>97</sup>. De Man distinguiu rigorosamente este «proletariado de colarinho branco» dos sectores declinantes da «antiga classe média»<sup>98</sup>. Aquele novo proletariado era composto por «empregados e pequenos funcionários que dependem de uma qualquer potência capitalista anónima»<sup>99</sup>. «As actividades subalternas do funcionalismo industrial e administrativo burocratizam-se e mecanizam-se cada vez mais. O trabalhador intelectual encontra-se aqui exposto ao mesmo destino do artesão de outrora: as funções executadas originariamente por *um* único indivíduo são divididas em funções de direcção e de execução, o que retira o mais possível a estas últimas qualquer carácter de autonomia e iniciativa. [...] a industrialização das funções intelectuais tem como resultado social não tanto proletarizar a classe intelectual ela própria mas deslocar para um plano superior a fronteira que a separa do proletariado de colarinho branco»<sup>100</sup>. Contrariamente ao que Marx previra, o desenvolvimento da industrialização levou o proletariado dos escritórios a aumentar mais depressa do que o proletariado industrial<sup>101</sup>.

De Man estava longe de ser o único a classificar os gestores como uma classe social específica, e convém distinguir quem os apresentava como o novo e principal inimigo da classe trabalhadora e quem se identificava com os seus interesses e aspirações. Ora, para de Man a empresa surgia como modelo da totalidade económica, matriz da Economia Dirigida. «A partir do momento em que o engenheiro começa a aplicar à economia e à sociedade em geral os princípios de organização económica e técnica que regem o seu próprio sector de produção, ele chega a propostas socialistas, ainda que muitas vezes possa não aceitar esta denominação». De Man assimilava a Economia Dirigida ao socialismo, considerando que entre os gestores o móbil do lucro havia sido substituído pelo móbil da função. «Bastaria uma leve mudança de rumo na vontade

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, 180-181.

<sup>96</sup> Id., *ibid.*, 183.

<sup>97</sup> Id. (1933) 233-234. Traduzi «*prolétariat en faux col*» ou «*à col montant*» por «proletariado de colarinho branco». Nas págs. 205 e 234 de Man chamou-lhes «*prolétaires en veston*», «proletários de casaco».

<sup>98</sup> Id., *ibid.*, 200, 207, 209.

<sup>99</sup> Id., *ibid.*, 201.

<sup>100</sup> Id. (1927) 185 (sub. orig.).

<sup>101</sup> Id. (1933) 205.



social dos intelectuais, por exemplo, o desejo de empregar as funções de dominação com o objetivo de conquistar a totalidade do poder dominante, para converter a classe dos capitalistas num apêndice mais ou menos supérfluo, e em qualquer caso impotente, da produção e da circulação. Esta vontade de poder dos intelectuais equivaleria à eliminação do capitalismo enquanto princípio ordenador da sociedade, à rejeição do móbil aquisitivo da economia em prol do móbil do serviço, à transformação da produção num serviço social orientado para as necessidades e não já para o lucro»<sup>102</sup>. Havia enfim surgido «uma geração de chefes de produção que aprendem a trabalhar para a produção, para a obra, talvez mesmo, realmente, para o serviço prestado»<sup>103</sup> e ficaria superado deste modo o paradoxo de uma racionalização capitalista que levava à irracionalidade na economia e na sociedade em geral. «Na sua última fase, o próprio desenvolvimento económico rumo ao alto capitalismo, designado com mais ou menos acerto pelo nome de racionalização, fez da razão e do sentimento de responsabilidade individual um luxo supérfluo para a maioria dos operários e dos empregados. [...] a racionalização da produção industrial só é anti-racional porque não chega suficientemente longe, porque se limita a ser uma racionalização das explorações e indústrias concorrentes e não chega até à racionalização geral da economia, à Economia Dirigida, à economia das necessidades, ou seja, até à economia que existe para o homem, enquanto que hoje o homem parece existir para a economia»<sup>104</sup>. Não deviam erguer-se limites à organização global da economia, e de Man pensou a necessidade de superar as nações, condição para a superação da guerra. A «organização da Europa e do mundo numa unidade jurídica supranacional» seria, então, a «única tarefa política» do socialismo<sup>105</sup>.

O socialismo identificado com uma organização económica global era um «socialismo de intelectuais, quer dizer, um socialismo que pretende converter o móbil inerente à função social e à maneira de trabalhar dos intelectuais no fundamento da totalidade da ordem social»<sup>106</sup>, e o oitavo capítulo de *Au Delà du Marxisme* intitula-se «O Socialismo dos Intelectuais»<sup>107</sup>. «[...] entre os intelectuais, serão os engenheiros e os "efficiency men" (os peritos em organização à maneira ameri-

<sup>102</sup> Id. (1927) 156, 191. Esta noção, crucial na Economia Dirigida, era então divulgada na social-democracia e, por exemplo, no Congresso de Kiel do SPD, em 1927, Hilferding defendeu que o capitalismo organizado implicava o abandono da livre concorrência e a adopção do princípio socialista da planificação. Ver H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 361-362.

<sup>103</sup> H. Man (1933) 192.

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, 233.

<sup>105</sup> Id. (1927) 385 (sub. orig.).

<sup>106</sup> Id., *ibid.*, 191-192. Henri de Man acrescentou (pág. 192) que «o socialismo corporativo pretende que o móbil aquisitivo do capitalista e do operário dê lugar a um novo móbil de serviço comunitário, cuja encarnação ideal é para ele o intelectual director ou funcionário de uma fábrica [...]».

<sup>107</sup> Id., *ibid.*, 189 e segs.

cana) que aquele ponto de partida levará com mais frequência a conclusões socialistas»<sup>108</sup>. Aliás, para de Man o socialismo era historicamente um produto de intelectuais, e os operários só se tornavam socialistas na medida em que se intelectualizavam. Por isso, a vontade de organizar a produção, característica do intelectual, distinguia também o socialismo. Curiosamente, embora pretendesse que «de todas as formas de socialismo operário, é o marxismo a que menos compreende as origens sociais da predisposição dos intelectuais para o socialismo»<sup>109</sup>, nesta questão de Man não andou longe de Lenin. Quando escreveu que «a força da organização de classe do proletariado parece ser a condição principal que permitirá ultrapassar as resistências materiais ao socialismo, enquanto as ideias dos intelectuais parecem ser a condição essencial para que essa mudança material se torne o meio de uma verdadeira renovação moral e social» e que «sem a influência do móbil dos intelectuais o movimento operário não passaria de uma representação de interesses para a transformação do proletariado numa nova burguesia»<sup>110</sup>, ele reproduziu a crítica ao espontaneísmo em que Lenin insistira ao longo de toda a sua vida política. Mas enquanto os intelectuais que interessavam Lenin eram a burocracia do partido bolchevista, para de Man eles eram a tecnocracia fabril. Neste quadro se definem as diferenças e a fundamental semelhança.

Qual era o lugar ocupado pelos trabalhadores na Economia Dirigida? «Podemos perfeitamente conceber uma ordem social capitalista sem uma classe capitalista dominante, tal como a existência de uma classe capitalista numa sociedade não capitalista. Uma sociedade por acções cujo capital se encontrasse exclusivamente nas mãos de uma grande quantidade de pequenos accionistas, por exemplo os seus próprios operários, poderia prescindir de capitalistas», escreveu de Man. «E, no entanto, essa empresa seria indiscutivelmente capitalista, porque visaria um ganho sob a forma de lucro pertencente ao capital. O que é verdade para essa empresa isolada pode ser aplicado à totalidade da organização social; podemos perfeitamente imaginar uma forma cooperativa de produção com o capital tão disperso que deixasse de existir uma classe de capitalistas, sem que esta sociedade deixasse de ser capitalista, na medida em que essas várias empresas cooperativas entrassem em concorrência recíproca com um objectivo de lucro». No entanto, uma empresa organizada como um serviço público «deixaria de ser capitalista a partir do momento em que a detenção de uma maioria de dois terços pelo pessoal e pelos consumidores a transformasse de uma empresa servindo para a acumulação de capital numa companhia pública ao serviço da circulação»<sup>111</sup>. Milagrosa democracia económica! Se os trabalhadores e os consumidores fossem

<sup>108</sup> Id., *ibid.*, 155-156.

<sup>109</sup> Id., *ibid.*, 196-198. A frase citada encontra-se nas págs. 197-198.

<sup>110</sup> Id., *ibid.*, 202.

<sup>111</sup> Id., *ibid.*, 189-190.

accionistas maioritários, então o capitalismo desapareceria, o que identifica o socialismo de de Man com dois processos ocorridos ou reforçados nas últimas décadas, o capitalismo assente nas privatizações e o capitalismo assente nos investimentos sindicais.

De Man propunha-se «fazer com que o conceito de classe decorra da *função* social e da direcção da vontade que dela resulta»<sup>112</sup> e podemos talvez compreender melhor agora o motivo por que abandonou o nível económico, onde é determinante a clivagem de interesses, e transferiu as suas análises sociais para o nível da psicologia colectiva, regido por uma coordenação de funções. «Substituir o antagonismo mecânico dos interesses pelo conceito orgânico de função e de volição emocional, variável com o destino histórico, é mudar completamente a maneira de pensar. Somente este novo modo de pensar permitirá apreender o sentido mais profundo do conceito de ordem social capitalista, separando-o da noção de uma dominação da classe capitalista baseada no poderio económico»<sup>113</sup>. As contradições entre o gestor e o burguês, ou seja, nos termos usados por de Man, entre o intelectual e o capitalista, foram apresentadas no plano da psicologia colectiva. «Em geral não é suficientemente conhecido dos operários que o engenheiro, e mesmo o chefe de empresa, precisamente por estarem animados muito vigorosamente pelo espírito de oficina, sentem contra o poderio do capital, em geral anónimo, em geral absentista, em geral despótico e estúpido, um ressentimento que em muitos aspectos é diferente do do trabalhador, mas que noutros aspectos lhe é comparável»<sup>114</sup>. De Man não negava a vigência de um nível económico, mas para ele o motor das transformações residia noutro plano. «Certas transformações de estrutura da empresa capitalista acarretam certas modificações psicológicas que dizem respeito às condições prévias de uma economia socialista dirigida. Vou enunciá-las em poucas palavras: a progressiva rejeição do lucro como móbil do trabalho entre um número crescente de pessoas cuja actividade tem uma importância decisiva na direcção económica. [...] Desenvolve-se assim uma geração de chefes de produção que aprendem a trabalhar para a produção, para a obra, talvez mesmo, realmente, para o serviço prestado. Assim se prepara uma transformação do *spiritus capitalisticus* em si, que por seu turno cria condições psicológicas decisivas para a transformação estrutural das próprias instituições»<sup>115</sup>. A análise do irracionalismo na obra de de Man permite-nos entender que a luta de classes ficasse convertida na passagem do *spiritus capitalisticus* ao *spiritus socialisticus*. Era nestes termos que ele concebia a Economia Dirigida.

<sup>112</sup> Id., *ibid.*, 189 (sub. orig.).

<sup>113</sup> Id., *ibid.*, 189.

<sup>114</sup> Id., *ibid.*, 193.

<sup>115</sup> Id. (1933) 191-192.

#### 4. Henri de Man e o nacional-socialismo como «libertação»

Léon Degrelle considerou que Henri de Man se transformara num «nacional-socialista inconsciente» e explicou que «inconscientemente fermentava nele desde há muito o fenómeno nacional-socialista»<sup>116</sup>. Todavia, creio que quando afirmou que «de Man foi nacional-socialista em 28 de Maio de 1940», data da capitulação do exército belga, Degrelle exagerou ao acrescentar «porque já o era antes do 28 de Maio de 1940»<sup>117</sup>. A trajectória seguida por de Man foi equívoca e não o levaria obrigatoriamente a um fascismo explícito, mas escancarar-lhe-ia as portas se o fascismo se apresentasse com ímpeto, tal como sucedeu na guerra.

Eleito vice-presidente do Parti Ouvrier Belge em 1933, de Man foi ministro de Março de 1935 até Março de 1938 com a tarefa de lutar contra a crise e o desemprego mediante o estímulo da economia, defendendo então um socialismo de Estado realizável no quadro nacional, consoante um plano que, com apoio dos sindicatos, fizera aprovar pelo seu partido no final de 1933<sup>118</sup>. Esta participação no governo reforçou-lhe a convicção de que o sistema parlamentar, permeável à influência da alta finança, constituía o principal obstáculo às mudanças sociais<sup>119</sup>. Eleito para a presidência do Parti Ouvrier Belge no início de 1939, de Man concentrou-se na liquidação dos restos da herança marxista e na transformação do partido em instrumento de «um socialismo verdadeiramente nacional» e em defensor de uma «democracia autoritária»<sup>120</sup>. Depois, com a declaração de guerra, os acontecimentos precipitaram-se. Novamente membro do governo durante quatro meses<sup>121</sup>, de Man era então uma das figuras mais influentes em torno de Leopoldo III, que ele considerava como símbolo da unidade nacional e representante de uma instituição situada acima dos partidos políticos<sup>122</sup>. «Amigo pessoal e confidente do Rei», foi como o classificou Degrelle<sup>123</sup>, e de Man serviu duas vezes de agente secreto do monarca em Roma e uma vez em Berlim<sup>124</sup>. Em Maio de 1940, durante a invasão da Bélgica pelas tropas do Reich, de Man esteve sempre presente junto a Leopoldo III e parece que os seus conselhos foram decisivos para a

<sup>116</sup> L. Degrelle (1949 b) 15, 82.

<sup>117</sup> Id., *ibid.*, 83.

<sup>118</sup> M. Brélaz et al. (2006); S. Pierson (2001) 65-66.

<sup>119</sup> S. Pierson (2001) 67.

<sup>120</sup> Citado em id., *ibid.*, 67-68.

<sup>121</sup> M. Brélaz et al. (2006).

<sup>122</sup> S. Pierson (2001) 68.

<sup>123</sup> L. Degrelle (1949 b) 81. Léon Degrelle classificou (pág. 160 n. 1) o lugar ocupado por de Man relativamente ao monarca em 1939 e 1940 como o de um «confidente de todos os dias» e acrescentou (pág. 186) que «Henri de Man era com efeito, em 1940, o confidente político do Rei e, acima de tudo, seu amigo», descrevendo-o também (pág. 203) como «confidente e amigo» e (pág. 129) como «colaborador íntimo do Rei».

<sup>124</sup> Id., *ibid.*, 15, 82, 128, 186. Segundo Léon Degrelle, *op. cit.*, 199, Leopoldo III recorreu a de Man no final de 1940 para tentar conseguir-lhe um encontro com Hitler.

capitulação do monarca e para a atitude de colaboração com o ocupante que ele adoptou<sup>125</sup>. «O Rei não ouvia ninguém com tanto interesse como o ouvia a ele», assegurou Degrelle<sup>126</sup>.

Foi nestas circunstâncias que de Man escreveu o *Manifesto* de 28 de Junho de 1940, onde admitiu que o papel revolucionário desempenhado pelo fascismo ao provocar o «colapso de um mundo decrépito» e a «derrocada do regime parlamentar e da plutocracia capitalista» representava uma «libertação» para as classes trabalhadoras. «Este colapso de um mundo decrépito, em vez de ser um desastre, é uma libertação!». «A paz», acrescentou ele, «não pôde dever-se aos acordos livremente estabelecidos pelas nações soberanas e pelos imperialismos rivais; mas poderá dever-se a uma Europa unificada pelas armas, onde as fronteiras económicas tiverem sido arrasadas»<sup>127</sup>. Logicamente, considerando extinta a função do partido a que presidia, de Man decretou a sua dissolução e apelou a que os socialistas confluíssem futuramente num partido único, capaz de colaborar com os ocupantes nacional-socialistas<sup>128</sup>. Do mesmo modo criou um sindicato único de tipo fascista, a União dos Trabalhadores Manuais e Intelectuais, herdeira do antigo aparelho sindical socialista. Com a chave dos cofres e tendo na mão os cordelinhos políticos, não lhe foi difícil impor a nova orientação à burocracia partidária e sindical e usar neste sentido a velha imprensa do POB<sup>129</sup>. «Entre todos os colaboracionistas belgas na Segunda Guerra Mundial, foi inegavelmente Henri de Man aquele que, no dia seguinte à ocupação, chegou mais longe», considerou um conhecedor da matéria<sup>130</sup>.

Na antevéspera da capitulação Leopoldo III tencionara confiar a de Man a formação de um governo de transição, composto com mais uma ou duas personalidades, e logo depois da capitulação desejava constituir um governo sob a sua própria égide, se as autoridades do Reich o permitissem, cuja chefia contara entregar a de Man<sup>131</sup>. Embora tivesse acabado por incluir de Man na categoria dos «descarados peritos em rasteiras»<sup>132</sup>, Degrelle encontrou-se com ele em Setembro de 1940 na embaixada do Reich em Paris, por iniciativa do embaixador Abetz, chegando ambos a acordo para a formação de um governo, que se colocaria sob a autoridade real<sup>133</sup>. Degrelle explicou que enquanto ele próprio entusiasmava as massas com a sua oratória e era «mais “social” do que os socialistas», de Man era um teórico e político de gabinete que desde há

<sup>125</sup> Id., *ibid.*, 80, 145, 146, 149, 150, 186.

<sup>126</sup> Id., *ibid.*, 186.

<sup>127</sup> Citado em M. Brélaz et al. (2006) e L. Degrelle (1949 b) 81.

<sup>128</sup> M. Brélaz et al. (2006); L. Degrelle (1949 b) 85.

<sup>129</sup> L. Degrelle (1949 b) 85-87, 113; Saint-Loup (1987) 64-65.

<sup>130</sup> L. Degrelle (1949 b) 87.

<sup>131</sup> Id., *ibid.*, 169-170, 186, 196.

<sup>132</sup> Id. (2000) 30.

<sup>133</sup> Id. (1949 b) 184, 187.

muito «tinha posto de lado as velhas manias marxistas e democráticas» — «éramos forças complementares». «De Man seria o técnico do novo regime e eu seria o seu animador»<sup>134</sup>. No dia seguinte a estas negociações Degrelle soube que Hitler o iria receber em Outubro, e não duvidou de que obteria então o seu aval para aquela combinação política<sup>135</sup>. Mas esse encontro com Hitler foi torpedeado por uma conjugação de forças adversas — as autoridades ocupantes, demasiado conservadoras e sem interesse pela questão social; os nacionalistas flamengos, hostis a uma manobra que lhes parecia inclinada para o lado francófono; a miríade de descontentes e cisionistas, estimulados pelos ocupantes<sup>136</sup>. Degrelle manteve-se até ao fim convencido de que superaria todos os obstáculos se tivesse conseguido encontrar-se pessoalmente com Hitler na data prevista<sup>137</sup>, mas quantos não são os derrotados a julgar que a história teria sido outra se...?

Numa série de artigos publicada no final do Verão de 1941 de Man lastimou o processo que levava a social-democracia a fundir-se no sistema liberal e parlamentar e mais uma vez defendeu uma forma autoritária e plebiscitária de democracia<sup>138</sup>. Mas deparando com a desconfiança das autoridades militares ocupantes e a hostilidade dos nacionalistas flamengos, num terreno político que subitamente se lhe afigurava estéril<sup>139</sup>, afastou-se em Novembro de 1941<sup>140</sup> e mais tarde, discretamente, refugiou-se na Suíça. Depois da libertação da Bélgica os documentos que guardava e os segredos que conhecia acerca da política da coroa torná-lo-iam em tribunal um réu demasiado incómodo tanto para os seus antigos camaradas socialistas como para o monarca e a corte, que se abstiveram de reclamar a sua extradição após o julgamento à revelia que o condenou a vinte anos de prisão<sup>141</sup>. De Man continuou no exílio sem ser perturbado até que em Junho de 1953 ele e a esposa morreram ou se suicidaram num acidente de automóvel.

O Eixo foi destroçado militarmente e ficou assim cancelada a sábia estratégia a longo prazo de de Man. Ele não antecipara a derrota do Terceiro Reich, mas quem haveria de antecipá-la em 1940? Se as tropas de Hitler tivessem vencido, celebraríamos hoje de Man como o mais previdente dos socialistas europeus e o seu social-fascismo seria não um motivo de opróbrio mas de louvor. Assim, fugitivo, condenado à revelia, acabando por morrer no exílio, aquele que fora um

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, 185.

<sup>135</sup> Id., *ibid.*, 186.

<sup>136</sup> Id., *ibid.*, 188 e segs.

<sup>137</sup> Id. (2000) 84, 173, 226.

<sup>138</sup> S. Pierson (2001) 70.

<sup>139</sup> L. Degrelle (1949 b) 219.

<sup>140</sup> M. Brélaz et al. (2006). No entanto, A. Norden (1943) 54 afirmou que de Man declarara em Maio de 1942, num comício em Paris: «A Bélgica faz parte do Reich alemão, já que só pode sobreviver no quadro de um Estado mais amplo».

<sup>141</sup> L. Degrelle (1949 b) 88-89, 164, 220.

personagem muitíssimo conhecido foi deliberadamente esquecido por uns e por outros. E foi-o tanto mais que a social-democracia posterior à guerra aplicou na prática o programa de Economia Dirigida que de Man havia ajudado a conceber. Mas não convinha ao *welfare state* social-democrata admitir aquele cordão umbilical.

## 5. Outros percursos

### 1

Em França, quem de imediato me faz lembrar Henri de Man e a sua evolução para o social-fascismo é Marcel Déat<sup>142</sup>. Também ele elogiou o ânimo solidário que encontrara nas trincheiras da guerra de 1914-1918, e neste espírito de grupo, mais do que em qualquer noção de luta de classes, via a característica do socialismo. Atingindo uma posição de destaque na ala tecnocrática e autoritária da SFIO, não era a mobilização dos trabalhadores nem a colectivização da propriedade que estava no centro das suas preocupações, mas a Economia Dirigida<sup>143</sup>.

Déat e os seus amigos políticos defendiam que só graças a uma remodelação de concepções e de estratégia o socialismo se tornaria capaz de enfrentar com eficácia o perigo fascista. Propunham-se disputar aos fascistas as camadas sociais insatisfeitas e ainda não proletarizadas e batê-los neste terreno, assim como pretendiam recuperar a ideia de nação e convertê-la no quadro de uma reorganização económica. No discurso, a muitos títulos notável, que proferiu no congresso da SFIO de Julho de 1933 contra Déat e os seus apoiantes, Léon Blum viu a situação com justeza e adivinhou o que ia passar-se, ao preveni-los «do perigo de que [...] no vosso ódio ao fascismo, na vossa vontade de o combater e vencer, na vossa vontade de chegar ao poder antes dele, acabem por copiar-lhe as suas próprias armas e, o que é bem pior, a sua própria ideologia»<sup>144</sup>. No final de 1933 eles abandonaram a SFIO para fundar o Partido Socialista de França, e do outro lado dos Alpes Mussolini saudou-os como imitadores do exemplo fascista<sup>145</sup>, além de os incluir nas subvenções secretas com que beneficiava a extrema-direita francesa<sup>146</sup>. Mas como

<sup>142</sup> Para a cronologia da vida política de Marcel Déat sigo Ph. Burrin (1986) *passim* e P. Milza et al. (1992) 198-199.

<sup>143</sup> Ph. Burrin (1986) 40-41, 44-45.

<sup>144</sup> Citado em Office Universitaire de Recherche Socialiste (1970) 25.

<sup>145</sup> Ph. Burrin (1986) 132; E. Santarelli (1981) II 98. Num artigo de Julho de 1934, no entanto, Mussolini teceu severas críticas à moderação táctica do Partido Socialista de França e em seguida parece ter-se desinteressado daquela experiência. Ver a este respeito Philippe Burrin, *op. cit.*, 149-150.

<sup>146</sup> P. Milza (1999) 618.

Déat era, ao mesmo tempo, membro do Comité de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas, devo presumir que as suas preocupações ainda não tivessem mudado totalmente de norte. Com efeito, embora se opusesse ao Partido Comunista e não tivesse sugerido a constituição de nenhuma aliança que o abrangesse, Déat manifestou um apoio crítico ao Front Populaire, elogiando as medidas que conduziam à direcção centralizada da economia e censurando a pausa no processo de reformas decidida por Léon Blum em 1937<sup>147</sup>.

Afinal, defensor de um corporativismo tecnocrático e nacionalista, ou pelo menos nacional, que cada vez mais o aproximava dos regimes fascistas, Déat tornou-se durante a ocupação nacional-socialista um dos mais sérios candidatos à chefia do fascismo francês, fundando no começo de 1941 o Rassemblement National Populaire e ocupando a partir de Março de 1944 a Secretaria de Estado do Trabalho e da Solidariedade Nacional.

## 2

As primeiras tentativas de criação de uma Frente Popular em França estiveram intimamente ligadas ao desenvolvimento do fascismo, reunindo os dois antagonistas num processo único. A ironia da história atingiu aqui as dimensões de uma verdadeira perversidade.

Quando os mestres de dialéctica do Komintern conceberam e promulgaram a teoria do social-fascismo, que encontrava nos partidos social-democratas a mais perigosa das modalidades do fascismo e pretendia que na luta antifascista o inimigo principal eram os socialistas, a timorata social-democracia, apavorada com a nova ameaça que lhe surgira à esquerda, preferiu virar-se para os partidos burgueses do que para os comunistas. Esta situação explica que em 1927 o *praesidium* do comité executivo do Komintern tivesse dado instruções ao Partido Comunista Francês para abandonar a tradicional política de desistência na segunda volta das eleições em benefício dos socialistas no caso de os candidatos comunistas receberem menos votos do que eles, e para manter até ao fim as listas comunistas. Desta nova orientação resultariam consequências tanto mais negativas quanto uma lei recente alterara o sistema de sufrágio, de maneira a penalizar a dispersão dos votos. Assim, a cisão da base eleitoral operária, decretada pelo Komintern, teria inevitavelmente como efeito que em muitas circunscrições os socialistas seriam derrotados em benefício dos candidatos da direita, o que significava que, consoante a nova orientação em vigor, a SFIO passava a ser considerada como o inimigo principal<sup>148</sup>.

<sup>147</sup> Ph. Burrin (1986) 248 e segs.

<sup>148</sup> D. Wolf (1969) 69, 73. Com efeito, nas eleições de Abril e Maio de 1928 o PCF perdeu onze dos vinte e cinco lugares que detinha no parlamento, embora o número de votos obtidos na primeira volta tivesse aumentado de



Vários dirigentes do PCF discordaram desta directiva e Jacques Doriot destacou-se à frente da oposição interna. Antigo operário metalúrgico, ele era um dos mais prestigiados chefes comunistas, se não mesmo o mais célebre, com uma enorme popularidade junto ao proletariado industrial, sobretudo na região parisiense, e havia-se notabilizado pela postura antimilitarista e anticolonial<sup>149</sup>. Segundo as palavras de um seu biógrafo, Doriot argumentava que «a fronteira entre os dois partidos não coincidia com a “fronteira das classes”. O campo onde o proletariado se encontrava com a burguesia situava-se, para ele, no interior da SFIO»<sup>150</sup>. Já Rosa Luxemburg defendera na Alemanha uma posição equivalente<sup>151</sup>. Mas as teses de Doriot foram derrotadas nas instâncias supremas do PCF e do Komintern e, depois de proceder à autocrítica ritual, ele retirou-se para segundo plano e começou discretamente a reorganizar a sua base de apoio<sup>152</sup>.

Saint-Denis, uma importante circunscrição operária nos subúrbios do norte de Paris, assegurava regularmente a Doriot os votos que o levavam ao parlamento. Foi a partir daí que ele continuou de maneira velada a luta contra a orientação prevalecente no PCF, conseguindo reforçar a sua implantação local em 1931 e tornar-se presidente da Câmara<sup>153</sup>. O facto de dispor de uma posição mais sólida deu-lhe ousadia para promover uma política de frente comum com os socialistas, destinada a revigorar a esquerda<sup>154</sup>, e com este objectivo aprovou a acção das minorias das centrais sindicais socialista e comunista que, contra as respectivas burocracias, se esforçavam por restabelecer a unidade. Mas naquela ocasião a tentativa não obteve êxito<sup>155</sup>. Doriot juntou então os seus esforços aos de Gaston Bergery, um personagem que tinha igualmente lugar marcado nesta história de enganos, e participou em Maio de 1933 numa reunião de elementos oriundos de vários quadrantes que procuravam fundar uma Frente Comum da esquerda. O ensaio ficou também frustrado, mas nem por isso Doriot desistiu de apelar para que os dirigentes comu-

188.000; entretanto, a SFIO, apesar de ter alcançado pela primeira vez mais votos do que os radicais, passou só de cento e cinco para cento e sete deputados, quando podia ter ganho cerca de cinquenta novos lugares se os comunistas se tivessem mantido fiéis ao sistema de desistências recíprocas. Ver D. Ligou (1962) 368-369 e Dieter Wolf, op. cit., 75.

<sup>149</sup> Para a biografia de Jacques Doriot consulte sobretudo D. Wolf (1969) *passim* e acessoriamente Ph. Burrein (1986) *passim*. Os aspectos mais importantes estão resumidos em P. Milza et al. (1992) 212-214.

<sup>150</sup> D. Wolf (1969) 75.

<sup>151</sup> P. Broué (2006) 65, 112, 191, 211-212.

<sup>152</sup> D. Wolf (1969) 75-81.

<sup>153</sup> Id., *ibid.*, 82-83.

<sup>154</sup> Id., *ibid.*, 92.

<sup>155</sup> D. Guérin (1969) I 10-11. A memória de Daniel Guérin traiçou-o quando escreveu que a tentativa de reunificação sindical empreendida em 1931 fora apoiada pelo semanário *Le Cri du Peuple*. D. Wolf (1969) 84 e 336 informou que em 1931 Doriot dispunha de *L'Émancipation de Saint-Denis*, o semanário local do Partido Comunista, e que o diário *Le Cri du Peuple* só foi fundado em Outubro de 1940, durante a Colaboração, quando Doriot era o principal dirigente fascista francês. Mas o lapso de Guérin é sugestivo. Seria já fascista o Doriot que em 1931 se esforçava por promover uma unidade antifascista?

nistas apresentassem aos socialistas uma plataforma de aliança viável<sup>156</sup>. E nos dias febris que se seguiram à agitação fascista de 6 de Fevereiro de 1934, enquanto os restantes membros da direcção do PCF persistiam na recusa de chegar a um entendimento com a SFIO, Doriot infringiu publicamente as instruções do seu partido e em Saint-Denis, onde detinha o completo domínio político, formou uma aliança entre as secções comunista e socialista locais, que acabou por levar à constituição do Comité de Vigilância Antifascista de Saint-Denis, com a participação também de sindicalistas<sup>157</sup>. Entretanto, convocada pela CGT e com o apoio dos sindicatos comunistas, realizou-se no dia 12 de Fevereiro uma greve geral em repúdio do fascismo, que obteve um enorme êxito em todo o país, paralisando inclusivamente numerosas áreas rurais, mas em mais nenhum lugar se atingiram os cem por cento de grevistas que assinalaram Saint-Denis como o principal bastião da unidade antifascista<sup>158</sup>.

Os acontecimentos e a reacção da base operária davam razão a Doriot, mas é sempre perigoso estar certo contra a opinião dos chefes. Repetidamente derrotado e censurado tanto no *bureau* político do PCF como nas instâncias cimeiras do Komintern, Doriot foi expulso do seu partido em Junho de 1934<sup>159</sup>. A direcção comunista sentiu-se então à vontade para inverter o rumo e adoptar a conduta que Doriot havia proposto e praticado. Em Julho de 1934, um ano antes de a tese do social-fascismo ser abandonada no 7º Congresso do Komintern, os dirigentes do PCF e os da SFIO assinaram um pacto de unidade de acção antifascista<sup>160</sup>, encetando um processo que em 1935 daria lugar aos acordos constitutivos do Front Populaire. E Doriot?

No mesmo momento em que Doriot era excluído do Partido Comunista, Trotsky publicava, sem assinatura, um artigo intitulado «Conversa com um Dissidente de Saint-Denis». Tratava-se de um diálogo com Doriot, ou com um seu *alter ego*, e o «dissidente» começou por insistir na necessidade de «resistir ao fascismo». Trotsky manifestou total concordância com uma frente unida de acção que reunisse os trabalhadores revolucionários e os trabalhadores reformistas — era esta, aliás, a orientação que desde há muito defendia — mas acrescentou que se tornava não menos necessário reconstruir um partido leninista, o que só seria possível através da criação da Quarta Internacional. A resposta do «dissidente» não deixou margem para dúvidas. O grupo de Saint-Denis não estava disposto a seguir por tal caminho, porque um novo partido e uma nova internacional «não podem ser constituídos arbitrariamente». Os trabalhadores, explicou o homem

<sup>156</sup> Ph. Burrin (1986) 162-164; D. Wolf (1969) 92-96, 98, 100.

<sup>157</sup> Ph. Burrin (1986) 169; D. Wolf (1969) 106-111.

<sup>158</sup> D. Wolf (1969) 110-111.

<sup>159</sup> Id., *ibid.*, 132-133.

<sup>160</sup> Id., *ibid.*, 135-136.

de Saint-Denis, estavam apenas interessados na unidade de acção, e promover a formação de outra Internacional «é aparecer como um cisionista e isolar-se das massas». «Está a esquecer-se», prosseguiu o «dissidente», «de qual é agora a tarefa principal: impedir o progresso do fascismo e, para isso, desenvolver comités de vigilância e ligá-los às massas. Uma nova organização da vanguarda proletária pode cristalizar-se durante a acção e não em lutas acerca de teses»<sup>161</sup>. Estavam marcados os termos do diálogo de surdos que continuou durante algum tempo entre Saint-Denis e os obreiros da Quarta Internacional, Trotsky a falar de rigor doutrinário e os outros a invocar oportunidades tácticas imediatas<sup>162</sup>. Poucos dias após a ruptura com o Partido Comunista, Doriot proclamara uma nova palavra de ordem: «Uma só classe, uma só CGT, um só partido»<sup>163</sup>. Trotsky apercebeu-se da armadilha em que Doriot se encontrava aprisionado, pois como podia o cisionista escandaloso erigir-se em porta-voz da unidade total que ele mesmo acabara de quebrar? Num artigo escrito em Julho de 1934 e publicado sob pseudónimo, Trotsky previu que, tendo os partidos comunista e socialista realizado a frente unida contra o fascismo, Saint-Denis ficaria isolado politicamente e apareceria aos olhos da base como um obstáculo à unidade. Mais lhe valia, argumentou Trotsky, assumir a ruptura e colaborar com quem propunha uma nova Internacional, que viesse um dia — quem sabe! — a servir de base a uma nova unidade<sup>164</sup>. Mas não era isto que pretendiam Doriot e os seus companheiros.

Doriot esperava decerto desempenhar um papel importante no caso de a frente unida levar a uma fusão dos partidos comunista e socialista, e no Outono de 1934 foram conduzidas conversações preparatórias de uma eventual entrada sua e dos seus adeptos na SFIO. A constituição da frente aumentara, porém, as possibilidades de manobra do PCF, que conseguiu forçar os socialistas a afastarem Doriot<sup>165</sup>. Entretanto, os dissidentes de Saint-Denis haviam começado a colaborar com o *Bureau* Londres-Amsterdão, um organismo de ligação entre vários partidos e pequenos grupos de diversas nações. O único a beneficiar de uma ampla base de sustentação era o Partido Trabalhista Norueguês, que aliás cortou as relações com o *Bureau* em 1934 para

<sup>161</sup> L. Trotsky, «Conversation with a Dissident from Saint-Denis», *The Militant*, 30 de Junho de 1934, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1972) 290-294. As passagens citadas encontram-se nas págs. 290 e 291.

<sup>162</sup> Num artigo não assinado, publicado em *La Vérité*, 8 de Junho de 1934, e reproduzido em id., *ibid.*, 295-298, Trotsky defendeu os cisionistas de Saint-Denis contra a direcção do Partido Comunista. Neste artigo Trotsky prosseguiu a ofensiva ideológica com o argumento de que, se Saint-Denis se limitasse a atacar o PCF e a declarar a falência política da SFIO, levaria a base trabalhadora a deduzir que não era necessário nenhum partido e a cair na «esterilidade dos preconceitos sindicalistas» (pág. 296). A cisão com o stalinismo, afirmou Trotsky, implicava a necessidade urgente de criar um novo partido revolucionário, e uma política que visasse a unidade da classe exigia igualmente uma orientação de vanguarda.

<sup>163</sup> Ph. Burren (1986) 180; D. Wolf (1969) 137.

<sup>164</sup> L. Trotsky, «The League Faced with a Decisive Turn», *Internal Bulletin*, Communist League of America, Outubro de 1934, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1971) 39-44.

<sup>165</sup> D. Wolf (1969) 138-141.

regressar à Segunda Internacional e pouco tempo depois formou governo no seu país. De resto, as organizações participantes no *Bureau* haviam sido criadas por pessoas e grupos que tinham abandonado pela esquerda os partidos socialistas ou cindido dos partidos comunistas tanto numa perspectiva apelidada de direita, por exemplo Brandler, o antigo dirigente do KPD, juntamente com os seus seguidores, como numa linha de esquerda, de que Henricus Sneevliet, na Holanda, era a figura mais significativa. À margem da social-democracia e do stalinismo só se definiam então na esquerda marxista duas áreas capazes de obter uma certa projecção: uma, encabeçada por Trotsky, esforçava-se por constituir um agrupamento de contornos ideológicos precisos, que desse lugar à fundação de uma Quarta Internacional; a outra, em torno do *Bureau* Londres-Amsterdão, considerava mais proveitoso chegar a acordos de âmbito restrito, que não impedissem a pluralidade ideológica, e abstinha-se relativamente à questão da nova Internacional. Perante a impossibilidade de se expandir em direcção aos partidos stalinistas e repellido pela prudente moderação e pelo inabalável reformismo da social-democracia, restou a Trotsky, nos últimos anos da sua vida, pescar nas águas turvas do *Bureau*. E como não tinha outra alternativa, os fracassos não podiam servir-lhe de lição e batia incansavelmente a portas que continuavam sem se abrir<sup>166</sup>. Assim terminou aquele homem a sua atribulada carreira, como um visitante inoportuno. Mas esta teia de contactos serve igualmente para situar o *Bureau*, de maneira clara, na área do esquerdismo. E era precisamente ali que Doriot se encontrava em 1934 e 1935. Hoje, as esperanças que Trotsky depositava, senão em Doriot, pelo menos em Saint-Denis, servem para indicar o isolamento em que ele se achava. Mas as ilusões de Trotsky — e é isto que sobretudo nos deve interessar — contribuem também para definir o lugar ocupado então por Doriot na extrema-esquerda, e é curioso o silêncio em que os historiadores têm mantido esta questão<sup>167</sup>.

<sup>166</sup> Uma boa parte da obra de Trotsky durante estes anos é formada por ataques aos partidos e grupos participantes no *Bureau* Londres-Amsterdão e por tentativas de clarificação ideológica que tinham como único objectivo levar essas organizações, ou alguns dos seus membros, a inserirem-se no movimento constituinte da Quarta Internacional. No que diz respeito a Doriot, deve assinalar-se um artigo publicado em Setembro de 1934 em *La Vérité* e pouco depois em *The New Internationalist*, sob pseudónimos diferentes, onde Trotsky se lastimou pelo facto de Saint-Denis se ter aproximado do PUP, um partido de escassa duração, também ligado ao *Bureau*, que juntava antigos membros do PCF e da SFIO e que em 1935 contava nove deputados. Ver G. Breitman et al. (orgs. 1971) 86. No editorial de *L'Émancipation* dedicado à conferência do *Bureau* reunida em Paris, em Fevereiro de 1935, Doriot expôs claramente a sua posição, considerando que a Segunda Internacional e a Terceira estavam falidas, e ao mesmo tempo pronunciando-se contra a formação de uma Quarta Internacional, com o argumento de que ela dificultaria a unidade dos trabalhadores. Ver *id.*, *ibid.*, 188 e 191.

<sup>167</sup> Em P. Broué (org. 1967), embora seja uma colectânea dedicada à intervenção de Trotsky na política francesa, não se encontra nenhum dos textos que elucidam a evolução das relações entre o movimento constitutivo da Quarta Internacional e os cisionistas de Saint-Denis. Pierre Broué escreveu (pág. 440 n. 282) que «Trotsky e os militantes da Liga [a organização trotskista francesa] tinham seguido atentamente a evolução de Doriot e a sua luta por uma verdadeira Frente Única», mas sem referir nenhum dos artigos em que se manifestara tal atenção. Broué era um intelectual trotskista de renome e pode admitir-se que a piedade pela memória do seu mestre o tivesse levado a ocultar-lhe alguns *égarements*. Mas os outros historiadores? D. Wolf (1969) 141 limitou-se a indicar que «depois de ter rompido com o PCF, Doriot procurou criar uma espécie de movimento colectivo dos grupos de esquerda "autóno-

Entretanto Doriot começou a reprovar a aproximação diplomática entre a França e a União Soviética, que em Maio de 1935 daria lugar ao pacto de assistência mútua. O chefe de Saint-Denis preferia um acordo entre o seu país e o Terceiro Reich, fundamental, na sua opinião, para manter a paz mundial. Vistos os acontecimentos *a posteriori*, é indubitável que se iniciou então a evolução de Doriot para o outro extremo do leque político, pois era a direita francesa quem defendia as boas relações com Hitler, mas só entenderemos as contradições daquela época se não esquecermos que foi enquanto participante no *Bureau* Londres-Amsterdão que Doriot apresentou as suas propostas de política externa. Na conferência do *Bureau* realizada em Fevereiro de 1935 em Paris, precisamente sob a égide de Doriot, foi criado um Comité de Iniciativa dedicado à promoção da paz e reunindo três organizações: o grupo de Saint-Denis, o partido alemão animado pelos seguidores de Brandler e o grupo espanhol encabeçado por Joaquín Maurín, que em breve daria lugar ao POUM<sup>168</sup>. É notável que não tivesse exposto Doriot à antipatia destas organizações de extrema-esquerda o facto de ele se opor à assinatura de uma aliança com os soviéticos e preferir a abertura de negociações com Hitler, encetando o caminho que haveria de o levar, um ano mais tarde, a contar-se entre a minoria que na Câmara dos Deputados votaria contra a ratificação do pacto<sup>169</sup>. A atitude de Trotsky foi muito diferente e, sem deixar margem para dúvidas, pronunciou-se contra as preferências diplomáticas de Doriot<sup>170</sup>. Mas mesmo em tais circunstâncias, que julgava escandalosas, Trotsky não desistiu dos contactos com Saint-Denis. Numa carta datada de 30 de Julho de 1935 ele recordou à secção francesa do seu movimento a necessidade de prosseguir as discussões com alguns grupos políticos «e mesmo com Saint-Denis», embora especificando que «as eventuais negociações com Saint-Denis devem ser dirigidas contra o bloco Doriot-Laval-Hitler. Não deve haver compromissos com Doriot acerca desta questão — isto tem a máxima importância»<sup>171</sup>. Foi preciso chegar a Fevereiro de 1936 para Trotsky declarar, numa entrevista:

mos”, dirigidos quase todos por ex-comunistas». E, após mencionar que em Agosto de 1934 Saint-Denis chegara a uma plataforma de entendimento com o PUP, Dieter Wolf acrescentou que os outros grupos «não tinham importância». Importância numérica não possuíam decerto, mas tinham importância política, e sem a explicar não podemos avaliar a dimensão do percurso de Doriot e dos seus companheiros. Mais lacónico ainda foi Ph. Burrin (1986) 180, bastando-lhe duas linhas para afirmar confusamente que Doriot procurara «agrupar as pequenas organizações de extrema-esquerda, resultantes de dissidências no PC, que existiam dispersas pelo país» e limitando-se a recordar (págs. 182-183) «as ligações internacionais que ele [Doriot] podia manter com outros grupos revolucionários independentes». E nem no livro de Philippe Burrin nem no de Dieter Wolf se encontra uma palavra sequer acerca dos contactos entre Saint-Denis e o movimento trotskista.

<sup>168</sup> G. Breitman e B. Scott (orgs. 1970) 72-73; id. e id. (orgs. 1971) 263, 349 n. 243.

<sup>169</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) III 279, V 213 n. 5; D. Wolf (1969) 148.

<sup>170</sup> O longo artigo de Leon Trotsky, «Centrist Alchemy or Marxism?», escrito em Abril de 1935 e publicado sem assinatura em *The New International* de Julho desse ano, contém numerosas críticas a Doriot, nomeadamente aos seus apelos a um acordo diplomático com o Terceiro Reich. Ver G. Breitman e B. Scott (orgs. 1971) 260. Outra crítica de Trotsky à política externa proposta por Doriot pode ser lida em «Who Defends Russia? Who Helps Hitler?», *New International*, Outubro de 1935, reproduzido em id. e id. (orgs. 1970) 79.

<sup>171</sup> A carta de Trotsky foi publicada no *International Information Bulletin*, 7 de Setembro de 1935. Ver id. e

«É bastante claro que Doriot é um traidor»<sup>172</sup>.

Rompendo com o Partido Comunista em nome da unidade proletária e da eficácia da luta contra o fascismo, transitando para um meio político situado ainda mais à esquerda, defendendo entre os esquerdistas um acordo diplomático com o Terceiro Reich em nome da paz no mundo, qual iria ser o percurso de Doriot de então em diante? Passados dois anos da sua expulsão do PCF, e precisamente enquanto ocorriam as enormes greves que acompanharam a vitória eleitoral do Front Populaire, aquele a quem os seguidores chamavam *le grand Jacques* fundou o Parti Populaire Français, que rapidamente se tornou a mais coerente e mais activa das organizações fascistas do seu país. Durante a Ocupação Doriot advogou formas extremas de colaboração com as autoridades nacional-socialistas e veio a morrer na Alemanha, nos derradeiros meses da guerra, quando estava a um passo de se tornar o titular nominal do supremo cargo político num governo de ilusões, ou desilusões, que de nada dispunha já. O melhor epitáfio fê-lo o fascista Lucien Rebatet quando observou, depois de tudo estar terminado, que Doriot «teria sido mais útil continuando comunista anti-russo»<sup>173</sup>.

### 3

A partir da outra ponta do leque da esquerda, o percurso político de Gaston Bergery é simétrico ao de Doriot, embora se efectuasse de maneira bastante mais discreta<sup>174</sup>. Jovem estrela na ala esquerda do Partido Radical, chefe de gabinete de Édouard Herriot em 1924, ele tornara-se oito anos depois vice-presidente do grupo parlamentar radical na Câmara dos Deputados e ambicionava criar uma associação que reunisse individualidades das três grandes organizações da esquerda, capazes de inflectir-lhes os rumos numa direcção convergente. Além de si próprio, Bergery depositava esperanças em Déat e em Doriot, imaginando que conseguissem alcançar rapidamente a hegemonia nos partidos respectivos e que, passando por cima da oposição dos antigos dirigentes, os radicais, os socialistas e os comunistas poderiam coligar-se<sup>175</sup>. Mas Bergery enganava-se, e muito, se julgava possível lançar esta estratégia do interior da sua própria organização, assim como se enganava ao pensar que Doriot viria a ter nas suas mãos o Partido Comunista e Déat o partido socialista nas suas. Bergery viu-se na necessidade de se demitir do Partido Radical em Março de 1933 e anunciou a intenção de animar e dirigir uma frente anti-

id. (orgs. 1970) 46.

<sup>172</sup> «Once Again the ILP. An Interview with Leon Trotsky», *New International*, Fevereiro de 1936, reproduzida em id., *ibid.*, 73.

<sup>173</sup> L. Rebatet (2007) 16.

<sup>174</sup> Para a biografia de Gaston Bergery ver Ph. Burrin (1986) *passim* e P. Milza et al. (1992) 112-113.

<sup>175</sup> Ph. Burrin (1986) 100.

hitleriana. Criado dois meses mais tarde, o Front Commun contou, como vimos, com o apoio episódico de Doriot, bem como de outros personagens de vários quadrantes da esquerda, mas fracassou rapidamente. Além de não ter conseguido suscitar o entusiasmo das bases militantes e de deparar com a desconfiança dos comunistas, o novo movimento sofreu o afastamento dos socialistas em Novembro de 1933, quando a SFIO proibiu os seus membros de participarem. Bergery viu-se na situação paradoxal de pretender realizar uma frente de esquerda contra os desejos dos partidos de esquerda<sup>176</sup>.

O manifesto de lançamento do Front Commun e um *Apelo* publicado alguns meses depois revelavam a intenção de mobilizar as camadas sociais mais seduzidas pelo fascismo e utilizar contra o fascismo as aspirações à autoridade e à ordem que lhe haviam servido para se desenvolver e se consolidar, o que levou um historiador a observar no movimento fundado por Bergery a «vontade de se aproximar do fascismo para melhor o combater»<sup>177</sup>. Faltava saber se no termo do percurso não seria tão íntima a proximidade que o combate se teria tornado impossível. Em 1934 Bergery fundou o jornal *La Flèche*, que lhe serviu para orientar gradualmente o seu movimento em direcção a um nacionalismo populista. Isolado dos três grandes partidos de esquerda, o Front Commun juntou no final desse ano as suas escassas forças às de outra organização tão ambígua e reduzida como ele, e após a fusão passou a denominar-se Front Social. Durante os governos do Front Populaire, o Front Social manteve-se geralmente integrado na maioria parlamentar e apoiou na prática a unidade da esquerda, mas fez ao mesmo tempo a apologia do irracionalismo político em termos que adquiriam cada vez mais uma conotação fascista e apelou para uma vasta unidade social, um socialismo verbal confundido com a nação. Bergery, que pretendia «um proletariado descatequizado», esquecido das lições do marxismo, e «uma burguesia revolucionária, capaz de renunciar aos seus privilégios», seria já um homem de direita, embora fiel às preocupações da esquerda, ou ainda um homem de esquerda, mas aberto aos grandes temas e às obsessões profundas da direita<sup>178</sup>?

Em 1936, e sobretudo ao longo de 1937, a experiência mussoliniana foi exercendo sobre Bergery um fascínio sempre mais nítido<sup>179</sup>, que transpareceu claramente em 1938 nas suas inter-

<sup>176</sup> Id., *ibid.*, 101 e segs.; D. Wolf (1969) 93-94.

<sup>177</sup> Ph. Burrin (1986) 105.

<sup>178</sup> Id., *ibid.*, 118, 216 e segs., 228. As citações encontram-se na pág. 237.

<sup>179</sup> Id., *ibid.*, 225-226. Recordando a situação de Bergery em 1937, Victor Serge escreveu nas suas Memórias que ele «dirigia um movimento de esquerda, o "Frontisme", orientado ao mesmo tempo contra os trusts e o comunismo» e acrescentou que era «capaz, todos o sabíamos, de evoluir um dia para a direita fascista ou para a revolução [...]». Ver *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 787. Note-se que, segundo V. Alba (2000) 344 e 347 n. 74, em 1937 um membro da redacção de *La Flèche* foi secretário de uma delegação enviada a Valência e a Barcelona para tentar obter garantias para os presos do POUM; entretanto *La Flèche* abriu as suas

venções parlamentares e nas páginas de *La Flèche*. Daquela distância cínica, seca e elegante que foi sempre a sua e o condenou afinal a uma política fútil quando sonhava ser um inspirador das massas populares, Bergery observava a convergência dos percursos do nacional-bolchevismo e do fascismo, e era nessa intersecção que pretendia situar-se. Discursando em Janeiro de 1938 na Câmara dos Deputados, Bergery via «o bolchevismo construir uma hierarquia nacional e o fascismo construir uma justiça social. [...] Por todo o lado deparamos com a busca de um “socialismo nacional”, quer dizer, um socialismo adaptado à nação. Por todo o lado, em todas essas revoluções aparentemente tão contraditórias, encontramos as mesmas causas (a crise do liberalismo económico), os mesmos métodos (a ditadura), o mesmo resultado mais ou menos distante, mas inelutável (o socialismo)»<sup>180</sup>. O seu destino político estava traçado, já que a época mostrou que nenhum socialismo nacional podia deixar de se constituir como um nacional-socialismo. «Querer lutar contra os *trusts* sem lutar contra os stalinistas», escreveu ele também em 1938, «é perder as classes médias e os camponeses, que representam três quartos da França. Querer lutar contra os stalinistas sem lutar contra os *trusts* é voltar contra si a totalidade da classe operária, sem a ajuda da qual qualquer paz social e qualquer esforço de reconstrução são um mito»<sup>181</sup>. Esta perspectiva encontrava decerto uma base social entre os numerosíssimos pequenos e médios patrões que se sentiram defraudados com os acordos laborais de 7 de Junho de 1936 assinados pela CGT e pelos representantes da grande indústria, durante a vaga de greves que celebrou o triunfo eleitoral do Front Populaire. Considerando que os custos económicos decorrentes daqueles acordos oneravam mais os pequenos do que os grandes capitalistas, essa plebe do patronato equilibrava a aversão que sentia pelo operariado organizado com a hostilidade que nutria pelos donos e os administradores das maiores empresas<sup>182</sup>. E o fascismo, mestre na conciliação aparente dos opostos, não deixou de aproveitar uma tão grande ambiguidade.

Partidário em 1938 e 1939 de uma política de apaziguamento relativamente ao Terceiro Reich, Bergery encaminhou-se em seguida para Vichy, alternando entre conselheiro voluntário de Pétain e intriguista de corredor, consoante o lado para onde os ventos inclinavam o velho marechal, e foi nomeado em Março de 1941 embaixador em Moscovo e, pouco depois, com a ruptura do pacto germano-soviético e o corte das relações diplomáticas da França com a URSS, passou

páginas à polémica de André Gide contra Ilya Ehrenbourg a respeito das perseguições ao POUM, cuja publicação fora recusada por Guéhenno, director do semanário antifascista *Vendredi*. Mas com isto o jornal de Bergery pretendia defender os militantes da extrema-esquerda ou só atacar a União Soviética?

<sup>180</sup> Citado em Ph. Burrin (1986) 236-237.

<sup>181</sup> Citado em R. O. Paxton (1973) 259.

<sup>182</sup> I. Kolboom (1986) 164 estabeleceu a relação entre as teses defendidas por Bergery e a posição do pequeno e médio patronato subsequente aos acordos de Matignon.



a encabeçar a embaixada em Ankara. Menos vistoso do que muitos dos seus pares, os tribunais absolveram-no em 1949 da acusação de colaboracionismo, ele que Lucien Rebatet classificara, no auge da guerra, como «uma das vedetas do partido dos “colaboracionistas”»<sup>183</sup> e que Céline, rancoroso como sempre, incluiu depois da guerra entre os colaboracionistas que haviam tido a arte de se escapar pelas malhas da rede<sup>184</sup>.

Foi decerto Bergery a inspirar a Drieu La Rochelle o personagem de Clérences<sup>185</sup>, mas seria perspicácia, conhecimento íntimo dos meandros da história ou tentativa tardia de polir uma inconveniente sinuosidade que levou o autor de *Gilles* a pretender que, quando apelara para a convergência de várias individualidades e forças políticas em torno de um movimento de resistência ao fascismo, Clérences estaria na realidade a promover de maneira subtil a difusão desse fascismo? «Na minha opinião», confia cingidamente Gilles a Clérences, «estás a dar início a um fascismo, e pelo melhor caminho. Claro que declarar-se antifascista num país onde não há uma sombra sequer de fascismo é a única maneira de o fazer existir»<sup>186</sup>. Drieu havia acompanhado Bergery no *Front Commun*<sup>187</sup>, e aquele romance foi começado em 1937 e publicado em 1939. Não é metáfora minha nem amor ao paradoxo dizer que a arte, aquela que o é, retrata os acontecimentos antes de eles terem lugar, porque os constrói. Os historiadores evitariam algumas ciladas se atentassem neste princípio. Também no *Point Counter Point*, publicado em 1928, Aldous Huxley se inspirou em Mosley, que nessa época era ainda uma estrela da ala esquerda do trabalhismo,

<sup>183</sup> L. Rebatet (1942) 535.

<sup>184</sup> A. Duraffour et al. (2017) 416.

<sup>185</sup> Ambos têm o mesmo percurso político, a mesma esposa peculiar, a mesma elegância aristocrática, deslocada entre os radicais, a mesma origem e frequência social. Acerca das relações entre Drieu e Bergery ver Ph. Burrin (1986) 32 e P. Ory (1976) 208. P. Drieu La Rochelle (1988) 580 fez Clérences dizer: «O nosso programa deve consistir no controle do capitalismo, na nacionalização dos *trusts*; mas não devemos propor a supressão da propriedade, que voltaria contra nós dois terços da França. Devemos unir o proletariado, os camponeses e as classes médias». Compare-se com as passagens de Bergery citadas há pouco.

<sup>186</sup> P. Drieu La Rochelle (1988) 579. Clérences não teria sido o único a seguir esse caminho desviado, porque uma tática idêntica foi atribuída a Huey Long, senador norte-americano que governou a Louisiana com mão de ferro e cordões da bolsa abertos. Ao mesmo tempo que promulgava uma série de medidas populistas que lhe angariaram o apoio de várias camadas desfavorecidas, Long instaurou uma extensa rede de clientelismo e levou ao limite as possibilidades legais, não hesitando em recorrer à violência quando a lei não lhe bastava e rodeando-se de um embrião de milícias gangsterescas. Muitos viam nele, com esperança ou receio, a figura que podia dar corpo a um fascismo nos Estados Unidos, mas foi assassinado em 1935, quando alcançara o auge a popularidade em todo o país. A crer em G. Seldes (1943) 16, Huey Long teria dito: «Certamente que havemos de ter aqui o fascismo, mas há-de chegar como um movimento antifascista». Ver também id., *ibid.*, 160. Todavia, segundo A. M. Schlesinger Jr. (1968) III 62, é sem razão que se atribui a Huey Long a afirmação de que «quando o fascismo chegar aos Estados Unidos não-de chamar-lhe antifascismo». Quem teria escrito praticamente o mesmo fora Lawrence Dennis, que era, ou fazia figura de ser, o único teórico sério do fascismo norte-americano e que aliás considerou Long quem «mais perto estava de ser um dirigente fascista nacional». Ver id., *ibid.*, III 72 e 628 n. 7. O certo é que a ideia andava no ar, porque num documento que marcou uma das viragens decisivas do movimento comunista G. Dimitrov (1972) 39 afirmou que «o fascismo americano tenta apresentar-se no papel de defensor da constituição e da “democracia americana”». Pode admitir-se que uma tática idêntica tivesse seduzido alguns fascistas franceses.

<sup>187</sup> Ph. Burrin (2000) 292.

para construir a figura de Everard Webley, apresentado no romance como o chefe do fascismo britânico<sup>188</sup>. É que já o eram, antes de o serem.

#### 4

Quando o Front Populaire se apresentou perante os eleitores, em 1936, reunia os partidos comunista, radical e socialista, mas já sem Doriot e Bergery, que haviam tentado promover a estratégia unitária, e sem Déat, que, embora de outro modo, procurara consolidar a resistência ao fascismo. Estes pioneiros, com os seus seguidores, ou tinham passado para o lado oposto ou caminhavam em passos largos nessa direcção. Anos mais tarde, em 1942, quando o governo de Vichy decidiu levar a tribunal as personalidades da república que aberrantemente considerou responsáveis pela catástrofe militar, Léon Blum teve mais uma oportunidade de exercitar em público a sua ironia: «Os promotores da Frente Popular enquanto movimento político, os seus padrinhos — talvez os senhores se espantem com a informação — foram o Sr. Doriot e o Sr. Gaston Bergery»<sup>189</sup>. Que os primeiros entusiastas de uma frente antifascista se contassem depois entre os cabecilhas daquela mesma corrente política a que haviam pretendido opor-se, eis um mistério cuja elucidação é uma condição indispensável para se entender não só a génese do antifascismo, mas sobretudo a génese do fascismo.

E os fios que importa deslindar não se teceram apenas a oeste do Reno. Na Alemanha, Otto Strasser provocara em Julho de 1930 uma cisão no NSDAP, fundando uma organização rival que agrupou, nos seus próprios termos, os nacionais-socialistas revolucionários. De então em diante o enfraquecimento da posição detida por Hitler no interior do partido nacional-socialista tornou-se uma prioridade absoluta para Otto Strasser, que em Fevereiro de 1932 convocou um Congresso Antifascista, onde esteve presente um representante do general Ludendorff e em que participaram elementos próximos do general von Schleicher, além de uma diversidade de correntes de inspiração nacional-bolchevista<sup>190</sup>. Para Otto Strasser, neste contexto, o fascismo reduzia-se à versão mussoliniana do autoritarismo, que considerava corrompida pela influência latina da Igreja católica, e em que o Führer, segundo ele, se inspirava<sup>191</sup>. Será que este singular antifas-

<sup>188</sup> Segundo B. Rubin (2010) 348, mesmo em privado e entre os íntimos Mosley não começou a interessar-se pelo fascismo antes de Abril de 1931. Sem notar o anacronismo, Mosley comentou na sua autobiografia: «Preteu-deu-se, mais ainda em França do que na Inglaterra, que eu era um dos personagens do *Point Counter Point*, mas na verdade ele [Huxley] pouco me conhecia e a caracterização, se foi realmente o caso, baseou-se só na minha faceta pública, que ele parece ter estudado com alguma atenção». Ver O. Mosley (2006) 189. Mas basta ler o romance para ver que se trata da reconstrução de uma figura que implicou o privado também.

<sup>189</sup> Citado em D. Wolf (1969) 93 n. 1.

<sup>190</sup> J. P. Faye (1980) 140, 195. É estranho que, num livro que se pretendia um panegírico de Otto Strasser, D. Reed (1944) não mencionasse este congresso.

<sup>191</sup> O. Strasser (1940) 104. Consultar ainda J. P. Faye (1980) 135 e D. Reed (1944) 98. Também Niekisch,

cismo foi apenas uma tentativa de dar uma conotação estritamente nacional a um autoritarismo que se desenvolvia naquela época em formas pan-europeias? A hipótese é tanto mais verosímil quanto é certo que Ludendorff, no seu peculiar racismo místico, nunca denegria o judaísmo e os judeus sem no mesmo fôlego atacar também o clero católico e a Igreja de Roma, indo ao ponto de denunciar as acções perversas do «capital mundial judaico-romano»<sup>192</sup>. Assim, no estranho congresso de 1932 o antifascismo corresponderia a um recrudescimento do nacionalismo, assumindo portanto um conteúdo inverso ao que o nome sugere. Talvez a iniciativa de Otto Strasser ajude a esclarecer o que se passou em França.

na mesma época, denunciava Hitler como uma projecção do espírito latino. Ver J. P. Faye (1972) 122.

<sup>192</sup> Ludendorff (1936) 10, 22, 27-29, 31, 32, 36 e segs., 43-44, 47, 52, 70, 215. A citação encontra-se na pág. 69 e Ludendorff mencionou (pág. 92) o «capitalismo internacional judaico-romano». Ver ainda a pág. 97.

## Capítulo 4

### A TRIPLA GUERRA CIVIL EM ESPANHA

#### 1. Por que razão os trabalhadores não desencadearam uma guerra de guerrilhas?

Por que razão os trabalhadores, nas regiões onde foram derrotados pelos fascistas, não desencadearam uma guerra de guerrilhas ou pelo menos operações de sabotagem sistemáticas, em conjugação com as tropas republicanas? «Um dos maiores paradoxos da guerra civil», observou um autor de simpatias anarquistas, «é que o guerrilheiro, personagem tipicamente espanhol desde a época de Viriato [...] até às guerras carlistas [...], não tivesse aparecido em 1936, salvo em casos muito raros e de maneira efémera»<sup>1</sup>.

O problema relaciona-se com a transformação das milícias num exército regular e com o progressivo desarmamento dos trabalhadores na retaguarda. Malraux pretendeu que desde os primeiros dias «o gosto pelos chefes começava, como em qualquer combate que se prolonga»<sup>2</sup>, mas isto não explica nada. Sem dúvida que os voluntários eram inadequados a uma guerra de tipo clássico. Não foram só os comunistas a defender a instauração de um comando unificado e de uma disciplina hierárquica, com ordens emanando de cima para baixo, mas também os responsáveis da CNT de maior projecção aceitaram a necessidade da militarização para prosseguir aquele tipo de guerra. Apenas entre os anarco-sindicalistas da base, entre os próprios milicianos, entre muitos jovens, a nova orientação foi contestada e percebida, lucidamente, como uma grave derrota social. Porque a verdadeira questão era outra. Não importava afirmar a inadequação dos voluntários a uma guerra clássica, mas saber por que motivo a luta tivera de seguir formas clássicas que exigiam a hierarquização e uma disciplina de carácter militarista. Por que razão não se desenvolvera outro tipo de guerra, apropriado a uma revolução social?

García Oliver, nas suas Memórias, indicou a primeira parte do problema, sem levar o raciocínio até ao termo: «Foi na frente de Aragão que se consumou o fracasso da revolução social. [...] O facto de não termos triunfado desde início em Saragoça deixou-nos com um problema muito sério. [...] Faltando a disciplina militar, e sem nenhuma vontade de a ter, era lógico que se pen-

<sup>1</sup> C. M. Lorenzo (1972) 158.

<sup>2</sup> A. Malraux (1983) 44.

sasse numa organização guerrilheira. E, para actuarem como guerrilheiros, deviam dividir imediatamente a coluna [comandada por Durruti e saída de Barcelona a 24 de Julho de 1936] pelo menos em dois corpos, avançando ambos, um pela direita e outro pela esquerda, para atravessar rapidamente o Ebro [...] E avançar de maneira a formar uma grande pinça, com o objectivo de conquistar Saragoça. Mas não foi o que sucedeu. Abandonados à sua própria iniciativa, os milicianos entrincheiraram-se nas povoações, nas valas ou nos outeiros, e foi aqui, muitíssimo antes de Madrid, que começou uma guerra estacionária [...] O que acabava de acontecer perante o Ebro não era tão insignificante como se poderia pensar. Não se tratava somente dos milicianos de uma coluna que, por falta de espírito combativo, se entrincheiravam em vez de prosseguir em frente para um objectivo concreto, o de tomar Saragoça. Tinha-se iniciado uma guerra de posições, com toda a série de problemas que lhe era inerente»<sup>3</sup>.

Mas, por si só, uma guerra de posições não impede as guerrilhas, ainda que lhes atribua um lugar secundário. Ora, mesmo quando não faltou aos milicianos espírito combativo, a inspiração guerrilheira deparou com a má vontade das chefias. A 5 de Agosto de 1936, também na frente de Aragão, o posto de comando do coronel Villalba, um oficial que havia aderido à república e mantinha com as forças de Durruti uma aliança não desprovida de fricções, deu ordem para que uma coluna do POUM interrompesse o avanço. Impacientes, os milicianos pretendiam organizar operações de guerrilha através das linhas fascistas, mas aquele posto de comando não os autorizou<sup>4</sup>. E durante a segunda semana da guerra, combatendo a poucos quilómetros de Madrid, Cipriano Mera, sem saber que em breve se tornaria o mais notável chefe militar anarco-sindicalista, argumentou com um tenente-coronel que escolhera o lado republicano: «O senhor não vê que se nos entretemos a fazer valas e parapeitos ainda aqui estaremos no Natal? Somos da FAI e não precisamos de parapeitos. Para nós o que importa é avançar sempre em frente». No dia seguinte Mera insistiu que «a nossa tarefa deveria ser a guerrilha, penetrando na retaguarda inimiga. [...] o mais positivo seria a acção guerrilheira, para alcançar melhores posições e desorganizar a retaguarda do inimigo». Os argumentos do tenente-coronel, todavia, rapidamente o persuadiram das vantagens de uma guerra estacionária, destinada a defender objectivos fixos<sup>5</sup>, e é isto que cumpre explicar.

Qual o motivo que levou a coluna de Durruti, formada por cinco mil anarco-sindicalistas, gente que até então se havia batido contra os patrões e a polícia em formas de guerrilha urbana,

<sup>3</sup> J. García Oliver (1978) 194-197.

<sup>4</sup> V. Alba (2000) 235.

<sup>5</sup> C. Mera (2006) 49-50.

a recorrer ao sistema clássico da guerra de posições quando enfrentou os generais em campo aberto? Por que motivo os milicianos do POUM cederam perante as ordens de um coronel nos primeiros dias da guerra, quando era escasso o prestígio dos oficiais de carreira? E por que razão sucedeu o mesmo a Mera e aos seus companheiros do sindicato madrilenho dos operários da construção civil? Os historiadores preocupam-se em explicar — quando não só em descrever — o que sucedeu. Mas para que a história atinja a maioria tem de começar a explicar o que não aconteceu. «A execução é uma prova empírica suficiente da possibilidade, mas para a impossibilidade não existe prova empírica; é necessária uma demonstração», escreveu a filósofa Simone Weil, que apesar de pacifista participou brevemente ao lado dos anarquistas na guerra civil, sem usar armas. «A impossibilidade é a forma concreta da necessidade»<sup>6</sup>. Ora, o problema não se resumiu à guerra civil espanhola. Repetiram-se em 1936 as mesmas contradições que dezoito anos antes haviam travado o avanço da revolução na Rússia. Também durante as conversações de paz em Brest-Litovsk os socialistas-revolucionários de esquerda e a oposição de esquerda bolchevista, hostis à capitulação perante as Potências Centrais, não conseguiram levar avante uma guerra popular e guerrilheira. Um bloqueio dos processos revolucionários que ultrapassava tradições e circunstâncias específicas só podia dever-se às condições orgânicas da classe trabalhadora naquela época. E é precisamente o carácter genérico do problema que torna difícil esclarecê-lo.

Fazendo o balanço da guerra, Grandizo Munis, dirigente da minúscula facção trotskista espanhola, foi demasiado optimista ao escrever que «a CNT ou, mais exactamente, a FAI esforçou-se por conjugar com o esquema militar stalinista o emprego de grupos de guerrilha. Inclusivamente elaborou e submeteu ao governo alguns documentos, que foram publicados por D. A. de Santillán. [...] grupos de militantes anarquistas desempenharam na retaguarda fascista tarefas militares de grande utilidade e extraordinária coragem física»<sup>7</sup>. Apesar de estes projectos terem sido sistematicamente postos de lado pelo governo republicano, o representante de Trotsky recordava-se de que «nos primeiros meses da guerra, quando na nossa zona a revolução avançava ou não tinha ainda sido contida [...] os nossos agentes (não do governo da Frente Popular, mas das organizações operárias ou das unidades de milícias) penetravam permanentemente no território inimigo, onde beneficiavam da solidariedade activa da maior parte da população»<sup>8</sup>. Talvez, mas como aproveitavam este apoio? Parece que durante os primeiros meses da guerra surgiram no norte do país bandos de guerrilheiros formados por trabalhadores fugidos aos generais insurrectos

<sup>6</sup> S. Weil (1950) 66.

<sup>7</sup> G. Munis (1948) 369.

<sup>8</sup> Id., *ibid.*, 326.

e as guerrilhas abundavam na Galiza e em Leão<sup>9</sup>, mas foram deixadas ao seu destino, pois não encontro nenhuma indicação de que tivessem contado para alguma coisa nos planos das forças republicanas. E o que sucedeu nos outros casos?

Quando a coluna de milicianos comandada por Durruti desistiu do seu projecto inicial e, em vez de avançar rapidamente contra Saragoça, se fixou em posições defensivas a poucos quilómetros daquela cidade, dando origem ao que viria a ser a frente de Aragão, começou a desenvolver-se uma multiplicidade de organismos militares. «Toda essa estrutura nascera espontaneamente a partir da base», narrou um biógrafo de Durruti. «Foi também da base que surgiram formações novas, denominadas *grupos especiais*, encarregadas de atacar a retaguarda inimiga. Seriam eles os guerrilheiros que realizaram importantes missões no território dominado pelos fascistas. Chamaram-lhes “Hijos de la Noche” e “la Banda Negra”»<sup>10</sup>. Reduzidas às devidas proporções, estas operações partiam do campo republicano sem conseguirem uma base permanente na zona nacionalista, tanto assim que em Outubro de 1936 os Hijos de la Noche efectuaram uma expedição até ao centro de Saragoça para «trazerem consigo um grupo de militantes que aí se encontrava escondido desde a tomada da cidade pelos rebeldes»<sup>11</sup>. Com esta incursão de comandos ficou inutilizado para quaisquer fins de guerrilha um núcleo anarquista que permanecera oculto no coração das forças inimigas. As Memórias de um desses Hijos de la Noche confirmam que eles se ocuparam de expedições de sabotagem e recolha de informações sem terem como objectivo a formação de corpos guerrilheiros no território fascista, e outros depoimentos reforçam esta versão<sup>12</sup>.

Encontram-se mais indícios de que eram escassos os contactos entre os combatentes da zona republicana e os antifascistas da zona nacionalista. No início da guerra, a CNT e a UGT convocaram para Valência uma grande assembleia. «O comício realizou-se na praça de touros, repleta de espectadores», recordou García Oliver. «A finalidade do comício era fazer com que os trabalhadores da zona dominada pelos franquistas se dessem conta de que na zona republicana nós, membros da CNT e da UGT, lutávamos estreitamente unidos e lhes pedíamos que organizassem as suas forças de modo tal que a sua luta contra o franquismo fosse eficaz»<sup>13</sup>. Mas de que

<sup>9</sup> G. Jackson (1967) 262, 265.

<sup>10</sup> A. Paz (1972) 342. Este autor insistiu (pág. 345) que foram grupos de base a propor à direcção da coluna as acções de comandos. Não se deve confundir aqueles Hijos de la Noche com os Niños de la Noche, que constituíram o Corpo de Guerrilheiros da República, como se vê em F. Moreno Gómez (2001) 5 e 323, e que eram de obediência comunista.

<sup>11</sup> A. Paz (1972) 396.

<sup>12</sup> A. Gimenez (2006) *passim*, mas especialmente as págs. 118 e 180. Ver igualmente Les Giménologues (2006) 257-258, 382 e 512.

<sup>13</sup> J. García Oliver (1978) 270 n. 1.

maneira tencionavam as direcções das duas centrais sindicais transmitir este pedido aos trabalhadores do outro lado da linha de frente? E como esperavam que eles o efectivassem? Entretanto, numa Madrid ameaçada cada vez mais de perto pelos nacionalistas, também o socialista Largo Caballero, primeiro-ministro desde o começo de Setembro, duvidava dos méritos de um exército clássico e insistia na vocação guerrilheira dos espanhóis<sup>14</sup>. Mas que fez ele, que fizeram os membros da sua facção no PSOE, para organizar guerrilhas?

Igualmente esclarecedor é o destino que teve uma sugestão de García Oliver. Nos primeiros meses de 1938, quando a CNT havia já sido afastada do governo, o antigo ministro anarquista da Justiça concebeu uma estratégia que jocosamente denominou Plano Cambórios: «Para começar, o nome homenageava um personagem rude, criado por García Lorca. Era como um pedaço do subconsciente dos andaluzes das montanhas. [...] A Serra Nevada é um ninho de águias. [...] soube que estavam lá escondidos, vivendo ao Deus dará, como feras acossadas, pernoitando em grutas, lugarejos e aldeias, mais de vinte mil pessoas, em fuga às hordas do franquismo e da Falange. Viviam de improviso, à espera de uma oportunidade. [...] por que não dar uma organização militar-guerrilheira a esses *cambórios*? Assim nasceu o “Plano Cambórios”. [...] O objectivo do Plano Cambórios não era formar uma guerrilha montanhosa à maneira antiga. O *cambório* devia tornar-se, de início, o núcleo dirigente de dez, vinte ou mais guerrilheiros. Cada componente receberia uma instrução múltipla, para poder exercer o comando com eficácia». Convinha, antes de tudo, criar uma escola de preparação de quadros, que haviam de mobilizar em seguida os fugitivos da Serra Nevada. Seria necessário treinar previamente especialistas neste tipo de operações porque, argumentava García Oliver, as técnicas da guerra haviam mudado muito. «[...] os tempos eram outros, o que explicava que não tivesse aparecido nenhuma guerrilha espontânea na retaguarda inimiga. O improviso já não era suficiente para o guerrilheiro num meio geográfico tão reduzido como a Espanha, mais reduzido ainda devido à existência das duas Espanhas que se combatiam encarniçadamente num quadro de pequenas dimensões. A única guerrilha possível seria aquela que, penetrando no território inimigo por um ponto da serra de Guadix, na província de Granada, avançasse em formação paramilitar e a dada altura se dispersasse em cinco grupos, indo quatro deles em direcção oposta ao centro, onde permaneceria o núcleo central que os comandava a todos, e com o qual se manteriam em contacto permanente. Tratava-se de criar um sistema radial, sempre num movimento de expansão». García Oliver encetou diligências preparatórias do plano e quando lhe pareceu que havia reunido as condições necessárias apresentou uma versão sumária ao ministro da Defesa, Indalecio Prieto. «[...]

<sup>14</sup> H. Thomas (1965) 373.



explicava que a guerrilha dos *cambórios* não poderia surgir espontaneamente, como era demonstrado pelo facto de durante dois anos de guerra não ter aparecido nenhuma, nem no campo inimigo nem no nosso. Devido ao seu carácter eminentemente técnico, exigia uma preparação muito cuidadosa, não podendo resultar de intuições». Para iludir a espionagem inimiga e ao mesmo tempo evitar qualquer antecipação por parte dos comunistas, o plano não mencionava os vinte mil fugitivos da Serra Nevada como base possível de recrutamento nem fazia referência ao «sistema radial». García Oliver contou que Indalecio Prieto o recebera para lhe comunicar que havia entregue cópias do plano ao chefe da missão militar francesa, que se mostrara favorável, e ao adido militar soviético, que o recusara, considerando-o inoperante. E o ministro da Defesa concluíra que, embora pessoalmente concordasse com a proposta de García Oliver, não podia opor-se à deliberação dos soviéticos. «Alguns dias depois da nossa entrevista Indalecio Prieto deixou de ser ministro da Defesa»<sup>15</sup>. Que situação espantosa! Mais de vinte mil homens e mulheres, decididamente hostis a Franco e a tudo o que ele representava, fugitivos que nada tinham a perder — e escondiam-se, sem que do lado republicano os aproveitassem para acções de guerrilha e sem que eles próprios tomassem a iniciativa de as iniciar.

O que sucedia na Serra Nevada reproduzia-se noutras regiões. Na Andaluzia e na Estremadura ocupadas pelo exército fascista a resistência dos operários e dos camponeses «manifesta-se apenas através de sabotagens nas fábricas e de guerrilhas que incomodam os nacionalistas sem, todavia, perturbarem verdadeiramente a sua segurança», reconheceram dois historiadores<sup>16</sup>. Com efeito, o representante diplomático português, Theotónio Pereira, contou que «partidas de desertores da revolução fugiam às buscas da Guarda Civil nos desfiladeiros da serra Morena»<sup>17</sup>. Desde as primeiras semanas da guerra que militantes de esquerda e trabalhadores sindicalizados se haviam escondido nas serras da Estremadura em grupos dispersos, fugindo de lugar em lugar, incapazes de coordenar a sua actuação e passar à ofensiva. Foram progressivamente dizimados e os poucos sobreviventes acabaram por escapar para a zona republicana, perdendo-se o que poderia ter sido uma base guerrilheira atrás das linhas inimigas<sup>18</sup>. Esta experiência repetiu-se com os sucessivos recuos da república, que deixaram entregue aos fascistas um número crescente de trabalhadores. E embora García Oliver afirmasse que durante dois anos não surgira nenhuma guerrilha espontânea, sabemos que nas montanhas das Astúrias, depois da

<sup>15</sup> J. García Oliver (1978) 483-489.

<sup>16</sup> P. Broué et al. (1961) 384. Estes autores acrescentaram (pág. 413) que as guerrilhas haviam persistido durante bastante tempo na Andaluzia.

<sup>17</sup> P. Th. Pereira (1973) II 36.

<sup>18</sup> F. Moreno Gómez (2001) 206.

extinção da frente norte, assinalada pela queda de Gijón em 21 de Outubro de 1937, dezoito mil combatentes sustentaram até Março do ano seguinte uma guerrilha activa, retendo tropas fascistas e impedindo-as de reforçarem outras posições<sup>19</sup>.

Os generais sublevados deparavam com uma hostilidade generalizada e esta situação era indubitavelmente favorável a acções de resistência. «O principal ponto fraco da Espanha nacionalista», escreveu candidamente um historiador, «é que lhe faltava o apoio popular»<sup>20</sup>. Em Maio de 1938 o embaixador alemão informou os seus superiores de que não se podia depositar confiança em quarenta por cento da população da zona nacionalista<sup>21</sup>. Por isso não eram consideradas seguras as tropas de recrutamento geral<sup>22</sup> e, para além das milícias de carácter político — falangistas e requetés — a força propriamente militar dos nacionalistas assentara de início na Legião Estrangeira e nos mouros do Exército de África, amplamente ajudados depois pelas contribuições em armas e homens dos fascismos italiano, alemão e português<sup>23</sup>. A versão oficiosa da guerra civil reconheceu francamente: «O exército de Franco era o exército africano [...] as tropas regulares indígenas e o *Tercio* de Voluntários, ou Legião Estrangeira»<sup>24</sup>. Quanto ao mais, escreveu um historiador, «cerca de dois terços, ou aproximadamente quarenta mil homens, do resto do exército estavam com os nacionalistas, mas os soldados eram recrutados em quem não se podia depositar confiança, usados por isso sobretudo como tropas de guarnição»<sup>25</sup>. E, referindo-se às operações militares dos nacionalistas em 1936, García Oliver comentou que «os soldados também não queriam combater com denodo. Na avançada a partir do sul, desde Sevilha e Cádiz, foram utilizados como ponta-de-lança mouros, legionários, portugueses, italianos e alemães. Os soldados espanhóis da tropa regular não desejavam senão chegar às povoações e descansar [...] Sem a impaciência dos fornecedores de armas, que queriam ser pagos sem demora e em quantias avultadas, e sem o afã dos chefes, que queriam ser promovidos rapidamente, passados vinte anos ainda os milicianos e os soldados continuariam a invectivar-se de noite nas trincheiras e a disparar uns tiros durante o dia»<sup>26</sup>. Se for exacto que as dificuldades militares de Franco e dos seus generais se deveram em grande parte à surda oposição manifestada pela classe trabalhadora na zona

<sup>19</sup> P. Broué et al. (1961) 381 n. 29; C. M. Lorenzo (1972) 145; H. Thomas (1965) 611.

<sup>20</sup> G. Jackson (1967) 428.

<sup>21</sup> P. Broué et al. (1961) 413; G. Jackson (1967) 429; H. Thomas (1965) 612.

<sup>22</sup> J. Matthews (2012) 145, 147.

<sup>23</sup> Segundo I. Delgado [s. d.] 182-187, não se sabe ao certo quantos voluntários portugueses combateram na guerra civil de Espanha e as estimativas são discordantes, mas a autora inclinou-se para um baixo número e resumiu (pág. 176) que «foram poucos os voluntários, muito menos do que oficialmente se deu a entender».

<sup>24</sup> *Historia de la Cruzada Española* citada em M. García Venero (1967) 143.

<sup>25</sup> H. Thomas (1965) 272-273. Este autor observou (pág. 310) que «as tropas regulares demonstravam falta de [...] entusiasmo». Ver igualmente J. Matthews (2012) 145, 147, 173.

<sup>26</sup> J. García Oliver (1978) 266.

nacionalista, como explicar que a resistência não se tivesse convertido de passiva em activa? Será que já não valia a pena, por detrás das linhas de Franco, apoiar a república?

Numa conferência realizada em Valência após a saída da CNT do governo, em que apresentou o balanço de seis meses à frente do Ministério da Justiça, García Oliver proclamou, numa crítica à orientação seguida pelo governo de Negrín: «Governar sem a CNT e sem a UGT é o mesmo que governar contra estas organizações, o que corresponde a caminhar para a derrota. [...] Não só porque ao governar contra nós se destruiria o moral e a disciplina actual da retaguarda, mas porque o inimigo hoje, apesar de dominar mais de metade da superfície da península, não domina a alma nem o esforço do proletariado desse território. Não tem exército. Tem de pedi-lo emprestado ao estrangeiro. E porquê? Porque na sua zona as massas trabalhadoras da CNT e da UGT resistem, levantam dificuldades e criam com o seu moral a resistência que permite o combate ao fascismo. Se do nosso lado se governar contra a CNT e contra a UGT perder-se-á o apoio das massas populares do outro lado que, ao saberem que se governa contra nós, ficarão prostradas. E a partir desse momento a tragédia fascista não encontrará obstáculos para recrutar os mercenários que nos venham liquidar a nós»<sup>27</sup>. A previsão foi lúcida, e o orador só se esqueceu de mencionar que também ele, com a sua actuação no governo, fora um dos principais responsáveis pelo desânimo que se apoderava dos trabalhadores comuns.

Já no final de Outubro ou no começo de Novembro de 1936 um miliciano que estava de licença em Barcelona comentara que «a revolução tinha fracassado», «a revolução [estava] morta»<sup>28</sup>. Pouco depois, George Orwell, que servia também nas milícias da frente de Aragão, pôde observar durante as suas breves passagens por Barcelona como a profunda remodelação das relações sociais, que havia marcado os primeiros meses da guerra e permitido ao proletariado exigir armas ao governo, enfrentar com êxito os generais e proceder a numerosíssimas colectivizações agrícolas e ocupações de fábricas e serviços públicos, fora gradualmente perdendo o vigor perante o restabelecimento das instituições capitalistas. O igualitarismo que assegurara aos trabalhadores uma notável capacidade de resistência em Julho de 1936 estava, menos de um ano depois, condenado pela restauração das hierarquias. Mostrando uma sagacidade tanto mais apreciável quanto a história ia ainda longe do epílogo, Orwell desvendou as raízes da questão ao escrever que «com uma política não revolucionária era difícil, ou mesmo impossível, atacar Franco por detrás. No Verão de 1937 Franco tinha sob o seu controle uma população mais numerosa do que a controlada pelo governo — muito mais numerosa, se incluirmos as colónias — e a quanti-

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, 461-462.

<sup>28</sup> A. Gimenez (2006) 110, 111. Ver também a pág. 115.

dade de tropas era mais ou menos a mesma em ambos os lados. Ninguém ignora que com uma população hostil na retaguarda é impossível manter um exército em combate sem dispor de um exército igualmente numeroso para guardar as linhas de comunicação, suprimir sabotagens, etc. Portanto, isto mostra claramente que não existia nenhum verdadeiro movimento popular na retaguarda de Franco. É inconcebível que o povo desse território, pelos menos o operariado urbano e os camponeses mais pobres, gostasse de Franco ou o quisesse, mas a superioridade do governo [republicano] ia-se tornando menos evidente cada vez que virava à direita»<sup>29</sup>. De então em diante a desmoralização dos trabalhadores só teve razões para piorar e foi certamente este um dos motivos que levou ao acentuado declínio da produção de material militar. Numa carta endereçada a Indalecio Prieto, o presidente da Catalunha, Companys, informou-o de que nas indústrias de guerra a produção não parara de baixar desde Junho de 1937 e que no final desse ano a diminuição chegava já a 35% ou 40%<sup>30</sup>. Ora, o desânimo da classe trabalhadora na zona republicana reflectia-se decerto no estado de espírito prevalecente na zona nacionalista, o que ajuda a compreender os numerosos e repetidos exemplos de fraternização entre as tropas nas linhas de frente, sobretudo durante os períodos de acalmia<sup>31</sup>. Um relatório militar franquista de Setembro de 1938 mostra preocupação pelo facto de num vale de Guadalajara onde uma das vertentes era controlada pelos nacionalistas e a outra pelos republicanos, os soldados organizarem em conjunto bailes e torneios de pelota basca várias vezes por semana. Não se tratou de uma excepção, porque dois meses depois, na frente do Ebro, chegar-se-ia a tal ponto que os soldados de ambos os lados tomaram a iniciativa de não disparar, lavavam tranquilamente a roupa nas duas margens do rio e pelo menos num caso esticaram uma corda que permitia passar maços de cigarros do lado franquista, onde existiam em abundância, para o lado republicano, onde escasseavam<sup>32</sup>. Parece que não faltava quem, numa banda e na outra, concluísse que não valia já a pena estarem a matar-se por aquilo que os separava.

A questão, todavia, é mais obscura, pois uma coisa é a guerrilha não se ter imposto no lado republicano como modalidade única de luta nem ter empolgado os trabalhadores da zona nacionalista, e outra coisa, muito diferente, é ela não ter sido usada sequer como expediente pelas autoridades militares da república. São conhecidos vários casos de guerra de posições em que exércitos enquadrados por uma disciplina tradicional fomentaram as guerrilhas enquanto forma de combate subsidiária. Ora, no campo republicano quase não houve tentativas para estimular

<sup>29</sup> G. Orwell (1998 b) 209-210.

<sup>30</sup> V. Alba (2000) 373-374.

<sup>31</sup> J. Matthews (2012) 152, 157-159.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, 157-158.

acções de guerrilha atrás das trincheiras inimigas nem para coordenar as operações do exército regular com algumas iniciativas guerrilheiras que, como vimos, haviam aparecido de maneira independente. «Ao todo, as guerrilhas tiveram uma importância mínima no desenrolar do conflito», escreveu um historiador<sup>33</sup>. Apesar de serem meramente defensivas, o último recurso de uma população vencida, essas acções poderiam ter contribuído para alterar o rumo dos acontecimentos se beneficiassem de apoio exterior, mas nada contaram nos projectos dos generais e políticos republicanos. Como explicar que nos últimos meses da república, sobretudo nas últimas semanas e nos últimos dias, os desesperados apelos de Negrín à resistência se concentrassem todos eles no plano militar clássico<sup>34</sup>, em que a derrota era já indubitável, e não levassem à organização sistemática de guerrilhas? Mais curioso ainda é o facto de nessa altura tanto o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico como o adido militar francês em Madrid pensarem que estaria iminente a conversão da guerra clássica numa guerra de guerrilhas<sup>35</sup>. Parece que esta ideia só escapava às autoridades da república.

A crer nas Memórias do anarquista Cipriano Mera, comandante do IV Corpo de Exército do Centro, a 8 ou 9 de Fevereiro de 1939, com a Catalunha ocupada pelas tropas de Franco e a menos de dois meses de tudo acabar, ele teria proposto ao coronel Segismundo Casado, comandante do Exército do Centro, o plano de concentrar todas as reservas para tentar romper a frente em direcção à Estremadura «e ver se a população daquelas aldeias se junta às nossas tropas». Cipriano Mera explicou que «no caso de esta penetração ser favorável, deveríamos começar já a preparar o rompimento de outras frentes para passar do exército organizado à criação de grandes guerrilhas»<sup>36</sup>. Ele, que depois de ter aceitado a militarização das milícias a cumprira e aplicara escrupulosamente e que desde que assumira o comando daquele corpo de exército, em Outubro de 1937, se conformara com a manutenção das suas tropas em completa passividade, parecia considerar como derradeiro recurso perante a iminência da derrota algo em que não cogitara enquanto a vitória fora possível. É certo que todas as Memórias são ajustes de contas e construção de fachadas, e talvez Cipriano Mera pretendesse assim atenuar a gravidade da sua funesta participação no golpe de Casado, que assinalou o epílogo da guerra civil. Mas esta possibilidade só dá mais relevo ao facto de a organização de guerrilhas ter deparado sempre com a indiferença das chefias militares.

E no entanto as condições não podiam ser inteiramente desfavoráveis, já que em circuns-

<sup>33</sup> J. Delperrie de Bayac (1968) 279 n. 1.

<sup>34</sup> P. Preston (2016) *passim*.

<sup>35</sup> *Id.*, *ibid.*, 105, 109.

<sup>36</sup> C. Mera (2006) 280. Ver também a pág. 288. Ver ainda P. Preston (2016) 95, 144 e 282.

tâncias muitíssimo mais difíceis, após a vitória total de Franco, as guerrilhas actuaram durante bastantes anos em vastas regiões, na Galiza, em Leão e nas Astúrias, do Tejo até ao Guadalquivir e no sudeste da Andaluzia<sup>37</sup>. Eram *los huidos*, os fugitivos, que procuravam escapar às vinganças da repressão. O profundo desânimo do meio em que se apoiavam, constituído por jornaleiros e camponeses paupérrimos, explica que não tivessem capacidade para se dedicar a acções ofensivas e só muito raramente coordenassem os seus movimentos<sup>38</sup>. As primeiras tentativas de organização comum parece terem ocorrido no norte da península com a criação da Federação de Guerrilhas da Galiza e de Leão na Primavera de 1942 e, no Verão do ano seguinte, do Comité de Milícias Antifascistas das Astúrias<sup>39</sup>. Mas em qualquer caso, isolados ou procurando coligar-se, o denodo com que *los huidos* resistiram às tropas de Franco e à Falange em condições sociais e políticas inteiramente adversas deixa supor que mais ainda o teriam feito quando a república existia e contava com esperanças de vitória. Por que razão aquela guerrilha numerosa, difundida e pertinaz, que poderia ter constituído o factor decisivo para inverter o resultado da guerra civil, surgiu depois do triunfo nacionalista?

Os paradoxos acumulam-se ao procurarmos deslindar a questão porque, em contraste com a tibieza demonstrada pelas figuras cimeiras da república, os nacionalistas conseguiram actuar de maneira organizada até nos centros da zona republicana. A expressão «quinta coluna», no sentido de força infiltrada no seio do inimigo, foi celebrizada em Outubro de 1936 pelo general Mola quando, para além das quatro colunas que marchavam sobre Madrid, se vangloriou da existência de outra no interior da cidade<sup>40</sup>. Se puder explicar a razão por que as acções de resistência dos trabalhadores na zona franquista não se ligaram aos movimentos do exército da república, e a incapacidade, ou mesmo a falta de vontade, dos dirigentes das facções republicanas para organizar acções de guerrilha por detrás das linhas inimigas, terei entendido alguma coisa acerca da relação do fascismo com as massas populares.

<sup>37</sup> Referindo-se à actividade guerrilheira posterior a 1939 na Galiza e nas Astúrias, C. M. Lorenzo (1972) 283 n. 16 indicou que «é impossível avaliar a sua importância, pelo que devemos contentar-nos em assinalar a sua existência e precisar que durou muito tempo». Ver também as págs. 293 n. 25 e 319. Acerca da guerrilha nas regiões centrais e meridionais consultar F. Moreno Gómez (2001) *passim*.

<sup>38</sup> F. Moreno Gómez (2001) *passim*.

<sup>39</sup> *Id.*, *ibid.*, 243-244, 250.

<sup>40</sup> H. Thomas (1965) 402-403 n. 5 resumiu as origens da expressão «quinta coluna». Também P. Broué et al. (1961) 227 n. 14, J. Delperrie de Bayac (1968) 180, G. Jackson (1967) 321 e A. K. Starinov (2001) 14 n. 3 a atribuíram a Mola e o mesmo fez o *Brewer's Dictionary of Phrase and Fable*, 419. Todavia, na versão de 1979 de *The New Encyclopædia Britannica*, 15ª ed., *Micropaedia*, IV, 130 a expressão foi imputada ao general Queipo de Llano. O fascista francês Lucien Rebatet, que freneticamente encontrava judeus por todo o lado, para por todo o lado freneticamente os odiar, pretendeu que «quinta coluna» era uma «palavra judaica». Ver L. Rebatet (1942) 361.

## 2. Os comunistas e a guerrilha

No final de Dezembro de 1936 Largo Caballero recebeu uma carta escrita em cirílico e com três assinaturas ilegíveis. No secretariado do primeiro-ministro ninguém as decifrou, chamou-se um dos responsáveis do Komintern, alguns russos em seguida, com igual insucesso, até que finalmente um funcionário da embaixada soviética esclareceu o mistério dos signatários, nada menos do que Stalin, Molotov e Vorochilov<sup>41</sup>. Tudo isto me parece muito estranho. Teria a carta chegado por correio normal? Seria tão grande a desordem dos serviços diplomáticos? O certo é que a carta vinha cheia de conselhos, entre outros o de organizar forças guerrilheiras no território nacionalista. Sensata advertência. Vejamos como se realizou na prática.

No lado republicano o Partido Comunista singularizava-se pelo interesse manifestado pela guerrilha, o que nos ajuda a delimitar o enigma, porque este partido sustentava posições deveras conservadoras, apegando-se de maneira estrita às instituições e leis da república capitalista, levantando obstáculos a quaisquer veleidades de converter a guerra civil em revolução e, logo que dispôs de força bastante, combatendo as experiências práticas de reorganização económica e social, do mesmo modo que nos assuntos militares defendia uma hierarquia rigorosa e uma severíssima disciplina e as impôs no seu Quinto Regimento. Aliás, o mesmo conservadorismo havia caracterizado já os comunistas antes do começo da guerra civil, a tal ponto que durante a campanha para as eleições de Fevereiro de 1936, que deram o poder à Frente Popular e serviram de pretexto aos generais para desencadear o levantamento militar, o Partido Socialista ridicularizara o PCE proclamando: «Para salvar a Espanha do marxismo votai nos comunistas!»<sup>42</sup>. Obedecendo a esta orientação política e enquadradas por uma disciplina militar clássica, o que foram as acções de guerrilha organizadas pelos comunistas durante a guerra civil e que resultados práticos tiveram?

Um historiador registou que no começo de Outubro de 1936, quando os nacionalistas se aproximavam tão perigosamente de Madrid que poucos havia a não darem a cidade como perdida, o então capitão da aeronáutica naval Alberto Bayo executara «uma série de acções de guerrilha que perturbaram com êxito o exército nacionalista enquanto ele estava a reunir as suas forças»<sup>43</sup>. Pouco tempo antes Bayo havia comandado a frustrada expedição a Maiorca, de onde retirara precipitadamente, deixando muitos dos seus soldados mortos, alguns prisioneiros, que seriam

<sup>41</sup> H. Thomas (1965) 460-461.

<sup>42</sup> Citado em P. Broué et al. (1961) 174 n. 12.

<sup>43</sup> H. Thomas (1965) 373.

quase todos fuzilados, toneladas de material perdidas e uma ilha nas mãos dos fascistas italianos. Nas suas Memórias García Oliver acusou-o de incompetência e irresponsabilidade e pôs em dúvida o seu «equilíbrio emocional». Por pouco teria escapado a uma condenação à morte em conselho de guerra<sup>44</sup>. É estranho que o péssimo comandante de Agosto e Setembro se convertesse em Outubro num chefe militar de sucesso. Mas não era ele um dos oficiais de carreira próximos dos comunistas? Entre os anarquistas não tinha simpatias e mais tarde, no México, haveria de treinar os primeiros guerrilheiros de Fidel Castro, chegando ao fim da vida como o único general do exército cubano. Quaisquer que fossem as suas inclinações políticas na época, as operações de guerrilha que organizou na frente de Madrid não passaram de acções de comandos.

É nesta perspectiva que devemos entender a carta assinada por Stalin, Molotov e Vorochilov, e o interesse do Komintern pela possibilidade de actuar detrás das linhas inimigas. Aleksandr Orlov, o principal representante do NKVD em Espanha desde o início de Setembro de 1936 até fugir em Julho de 1938 para o Canadá primeiro, depois para os Estados Unidos, declarou em 1957 perante uma subcomissão do Senado norte-americano que a sua missão era servir de conselheiro em questões de espionagem, contra-espionagem e guerra de guerrilhas<sup>45</sup>. Basta esta conjugação de tarefas para suspeitarmos que se tratasse mais de sabotagens e operações de comandos do que de guerrilhas populares. Com efeito, ao ler uma referência, mesmo sumária, a acções efectuadas pelo Corpo de Guerrilheiros da República, verifico que as sabotagens e golpes de mão não contavam com o apoio de bases estabelecidas de maneira estável no território nacionalista<sup>46</sup>. Esta conclusão é confirmada pelas Memórias de Anna Starinova, uma agente soviética que participou na organização de acções de guerrilha. Tratava-se de incursões de comandos que evitavam quaisquer contactos com a população do território nacionalista, sendo aliás escolhidas as áreas menos povoadas<sup>47</sup>, e as suas bases logísticas destinavam-se exclusivamente a acolher os sabotadores, em lugares isolados e sem nenhuma ligação pessoal com habitantes<sup>48</sup>. Mesmo a propaganda e os contactos políticos a que o Partido Comunista procedia detrás das linhas nacionalistas não eram conjugados com as operações de sabotagem, de modo que não se formavam bases de guerrilha estáveis<sup>49</sup>. No máximo, criavam-se entre a população daquele território grupos encarregados de espionagem e transmissão de informações, mas ainda aqui sem o objectivo de

<sup>44</sup> J. García Oliver (1978) 238-246. Todavia, J. Delperrie de Bayac (1968) 47 forneceu outro retrato da retirada e disse que «apesar de tudo conseguiu-se reembarcar a maior parte do corpo expedicionário».

<sup>45</sup> H. Thomas (1965) 360 n. 4.

<sup>46</sup> F. Moreno Gómez (2001) 184, 206, 323-324. Ver igualmente J. Delperrie de Bayac (1968) 279.

<sup>47</sup> A. K. Starinov (2001) 39, 44-60.

<sup>48</sup> Id., *ibid.*, 121-131, 190.

<sup>49</sup> Id., *ibid.*, 89.



constituir núcleos guerrilheiros<sup>50</sup>. Subordinado a Orlov, outro agente soviético, Nahum Eitingon, conhecido por Kotov, embora estivesse encarregado de dirigir acções de sabotagem e guerrilha na zona franquista, o seu único feito a merecer menção foi ter sido amante de Caridad Mercader, mãe daquele Ramón que quatro anos depois, no México, torpe guerrilheiro solitário armado de uma picareta, se aproximou de Trotsky e lhe deu o desfecho conhecido<sup>51</sup>. Este ajuste de contas, começado na Rússia, sangrentamente encerrado em Coyoacán, seria afinal a mais espectacular das operações encetadas em Espanha pelos especialistas soviéticos de guerrilhas. Do lado de lá das linhas inimigas o interesse do Komintern pelas acções de sabotagem e a sua indiscutível perícia em organizar missões clandestinas não parecem ter deixado traço de resultados, tanto mais que os oficiais do exército republicano, apesar de dependerem em boa medida do auxílio soviético, se mostraram relutantes a aceitar qualquer tipo de guerrilha no território nacionalista<sup>52</sup>.

A inspiração stalinista do célebre romance de Hemingway *For whom the Bell Tolls* é visível no lugar ocupado pelos problemas de disciplina militar, sem que jamais seja referida a transformação das estruturas sociais. É uma guerra, não uma revolução, que ornamenta as páginas desse livro. Mas aquela inspiração foi ainda mais profunda e serviu para tecer o enredo, que se centra numa expedição de sabotagem conduzida detrás das linhas nacionalistas por um membro das Brigadas Internacionais, Robert Jordan, sob a supervisão de um militar soviético. Desta vez, porém, conta-se com o apoio de uma inverosímil guerrilha local, mas os guerrilheiros espanhóis de Hemingway não passam de bandidos pinturescos, que parecem saídos de uma grande tela romântica com grutas e despenhadeiros. Não é um livro político, e nele a política serve apenas para revelar as inquietações e, no final, as descobertas do personagem principal, em torno de quem tudo se tece. É um romance de aventuras de um autor infantilmente obcecado com os mitos da idade adulta e que nunca entendeu, ao contrário de Conrad, que eles não são mais do que isso — mitos. Robert Jordan não podia ser um soldado entre muitos nem um chefe de tropas. Ele tinha de encarnar o combatente solitário, encarregado de uma missão num meio hostil. Não era a guerra de Espanha que preocupava Hemingway, mas o herói isolado. *For whom the Bell Tolls* é uma verbosa metafísica da coragem, e parece que todas aquelas forças sociais e políticas se trucidavam para que alguém pudesse decifrar não sei que enigmas da vida.

Foi noutro romance, *L'Espoir*, de André Malraux, que a guerra civil espanhola se reflectiu. Tal como Hemingway, e pelas mesmas razões de pretensa eficácia, também Malraux defendeu a

<sup>50</sup> Id., *ibid.*, 93, 143, 144, 192.

<sup>51</sup> H. Thomas (1965) 389 n. 3.

<sup>52</sup> A. K. Starinov (2001) 22, 24, 280.

estratégia stalinista que consistia em impedir que a guerra se projectasse numa revolução social, mas fê-lo em termos estritamente políticos e, se discordo das soluções que preferiu para os problemas, reconheço que eram efectivamente aqueles os problemas que se levantavam. Embora a obra seja atravessada, desde a primeira página até à última, pelo percurso de Manuel<sup>53</sup>, não é ele o fio condutor, mas é a guerra que o conduz e o transforma, como a tudo o resto. A guerra civil é em *L'Espoir* o personagem único e multifacetado, que se revela através do que faz com as pessoas e as coisas. São as dificuldades estratégicas da guerra, as suas alternativas, as suas impossibilidades que formam a teia da narrativa e dão substância ao drama. Por isso é um romance verdadeiramente político. Malraux, que sabia escrever e sabia do que escrevia, porque ajudou a organizar a aviação de combate da república no início do conflito<sup>54</sup>, não relatou a existência de guerrilhas republicanas nem mesmo qualquer tentativa de as formar. Nas últimas páginas do livro um personagem bem colocado, García, etnólogo e intelectual erudito, um dos responsáveis pelo serviço de informações do exército, sugere a hipótese de aparecerem guerrilhas em território nacionalista, mas apenas num futuro incerto e só se Franco não encetasse nenhuma política de carácter social<sup>55</sup>. A única guerrilha que Malraux mencionou como real, sem aliás lhe dar o nome, foi a quinta coluna fascista. E foram as próprias milícias republicanas constituídas nos primeiros dias contra os generais insurrectos, foram os sindicalistas e os militantes dos partidos de esquerda, os voluntários armados, que ele qualificou como guerrilheiros. García denominava pejorativamente «guerrilha» a resistência que os milicianos estavam a opor aos fascistas na defesa de Madrid<sup>56</sup>. Mesmo a aviação dos primeiros meses, formada graças aos esforços de Malraux, foi chamada pelo seu *alter ego*, Magnin, «uma aviação de guerrilha»<sup>57</sup>, e na sua voz própria o escritor adoptou o mesmo ponto de vista para assinalar a sujeição das milícias a uma hierarquia regular e a uma disciplina estrita: «era o fim da guerrilha, o nascimento do exército»<sup>58</sup>.

Por que motivo a resistência dos trabalhadores na zona franquista não se ligou às operações do exército da república nem os oficiais republicanos procuraram organizar guerrilhas populares atrás das linhas inimigas? As raízes do paradoxo foram ainda mais fundas. No Outono de 1944, quando o inevitável esmagamento do Eixo fazia crer aos optimistas que os Aliados pretendessem também desembaraçar-se dos dois fascismos ibéricos, o Partido Comunista Espanhol e

<sup>53</sup> H. Thomas (1965) 314 n. 2 pretendeu que o personagem de Manuel fora inspirado pela figura de Lister, mas P. Broué et al. (1961) 201 n. 15 citaram vários argumentos em abono da tese de que o romancista se baseara noutro dos chefes militares comunistas, o compositor Gustavo Durán, que haveria de chefiar o SIM em Madrid.

<sup>54</sup> P. Broué et al. (1961) 348; H. Thomas (1965) 385.

<sup>55</sup> A. Malraux (1983) 588.

<sup>56</sup> Id., *ibid.*, 136.

<sup>57</sup> Id., *ibid.*, 181.

<sup>58</sup> Id., *ibid.*, 573.

os seus apoiantes da Unión Nacional, instruídos pela experiência do *maquis* francês em que tantos deles haviam participado, decidiram organizar no sul de França um Exército Nacional Guerrilheiro para ocupar uma faixa de território do lado de lá dos Pirenéus e suscitar um levantamento popular contra o regime de Franco<sup>59</sup>. E outra vez se caiu no mesmo duplo erro. Por um lado, este tardio exército republicano combateu em formações regulares e, contra tropas muitíssimo mais fortes e bem preparadas, abdicou da única vantagem de que podia dispor se tivesse recorrido ao sistema da guerrilha. Por outro lado, nem sequer tentou unir-se aos milhares de guerrilheiros dispersos pelo país, que poderiam ter-lhe assegurado bases de implantação duráveis e permitido sustentar uma guerra popular a longo prazo. Derrotados nalguns confrontos de tipo clássico, os voluntários da Unión Nacional retiraram para França dez dias depois, sem terem encontrado oportunidade para estimular acções insurreccionais entre a população trabalhadora e deixando *los huidos* numa situação ainda pior do que aquela em que já estavam, porque mais profundamente desanimados.

O Partido Comunista procurou corrigir o erro e de então em diante, em vez de usar formações regulares, passou a infiltrar pequenos grupos de combatentes, destinados a juntar-se aos *huidos* e coordenar-lhes os movimentos. Uma vez mais os chefes comunistas se destacavam dos outros dirigentes republicanos pelo interesse manifestado por um certo tipo de actividade guerrilheira<sup>60</sup>. Mantendo a orientação conservadora de sempre, o PCE instruiu os seus agentes para procurarem apoio não só entre os jornaleiros e os pequenos camponeses mas também entre os lavradores abastados e até entre os grandes proprietários agrícolas, os *señoritos*, a troco de não interferirem na exploração das suas terras<sup>61</sup>. Apesar disto, ou quem sabe se por isto mesmo, só em certas províncias o partido conseguiu enquadrar as guerrilhas autóctones e foram muito vastas as regiões onde a sua disciplina militarista não deixou nenhum traço<sup>62</sup>. Ao todo, parece que mais de sete mil homens e algumas mulheres — além dos muitos milhares que os ajudaram de variadíssimas maneiras e sem os quais a guerrilha não teria podido subsistir — andaram desde 1939 por montes e vales, por aldeias também, escondendo-se o melhor que sabiam e procurando opor-se, quando possível, às forças da repressão<sup>63</sup>. Teriam valido muito há uma dezena de anos, mas agora era demasiado tarde. A guerra civil fora definitivamente perdida. Apesar disso, os guerrilheiros

<sup>59</sup> F. Moreno Gómez (2001) 241 e segs., 257-259, 697-698.

<sup>60</sup> Id., *ibid.*, 241 afirmou que o PCE «foi o único que no imediato pós-guerra apostou na oposição ou resistência armada ao regime» e acrescentou que «nem o PSOE nem a CNT intervieram oficialmente na organização das guerrilhas». Francisco Moreno especificou (pág. 355) que as directivas emanadas das organizações nacionais do PSOE e da CNT «desautorizaram publicamente a luta armada». Isto não significa, porém, como se vê ao longo de toda a obra, que não houvesse um bom número de guerrilheiros de persuasão socialista ou anarquista.

<sup>61</sup> Id., *ibid.*, 15-16, 274, 295-296, 506-507, 664.

<sup>62</sup> Id., *ibid.*, 8-9, 221-222, 251 e segs.

<sup>63</sup> Id., *ibid.*, 690. O autor calculou (pág. 692) que cerca de sessenta mil camponeses foram presos por terem ajudado a guerrilha, além de um milhar que foi abatido no local, sem nenhuma forma de julgamento.

lheiros, tanto *los huidos* como os novos recrutas, continuaram a resistir, e nas sete províncias centro-meridionais só em 1955 os últimos combatentes abandonaram o território espanhol<sup>64</sup>.

### 3. As relações entre os fascistas e alguns meios da extrema-esquerda

O problema é ainda mais complexo do que parece, porque a ausência de contactos sistemáticos entre as organizações sindicais e políticas da zona republicana e os seus companheiros no território nacionalista contrasta com as relações que até então os fascistas haviam tecido com uma certa extrema-esquerda. Desde a sua génese o fascismo espanhol sofrera a sedução do sindicalismo anarquista, e durante os três anos de guerra civil pesou como uma ameaça sobre os generais nacionalistas e sobre os governantes republicanos a possibilidade da abertura de uma segunda linha de frente, que aliasse uma ou outra facção da Falange com alguns descontentes do anarquismo ou do marxismo.

O primeiro divulgador do fascismo em Espanha foi o literato Ernesto Giménez Caballero, director de *La Gaceta Literaria*, que fez a apologia dos pistoleiros anarquistas do seu país, herdeiros da tradição heróica dos Conquistadores e da antiga fé intransigente dos católicos, da mesma estirpe «dos toureiros, dos rufiões castigadores e apaixonados, da gente com sangue nas veias»<sup>65</sup>. Este castiço iniciara como socialista a sua vida política, mas em 1928, na Itália, aprendera com Malaparte a admirar Mussolini, cuja doutrina e formas de acção começou a difundir no ano seguinte, durante a ditadura de Primo de Rivera<sup>66</sup>. É possível que Giménez Caballero não andasse também muito longe do outro grande modelo do fascismo, pois a primeira propaganda nacional-socialista realizada em Espanha, a cargo de alguns alemães residentes em Madrid, foi impressa na tipografia que publicava a sua revista<sup>67</sup>, mas talvez isto não tivesse significado, já que um historiador classificou *La Gaceta Literaria* como uma «publicação de espantosa pluralidade», onde colaboravam tanto fascistas e monárquicos como republicanos de esquerda e futuros comunistas<sup>68</sup>.

Por *La Gaceta Literaria* passou um jovem licenciado em filosofia, Ramiro Ledesma

<sup>64</sup> Id., *ibid.*, 684. Francisco Moreno observou (págs. 438-440, 470, 497, 605-606, 702-704) que a direcção do PCE nunca tomou medidas práticas para pôr termo à guerrilha e afastou da actividade partidária os guerrilheiros que se refugiaram no estrangeiro, mesmo quando era já manifestamente impossível continuar aquele tipo de luta. A «pretensa ordem de dissolução da guerrilha em Outubro de 1948, sobre a qual muito se escreveu, não passa de um boato histórico», garantiu (pág. 497) este historiador. Vejam-se mais informações nas págs. 533, 605 e 702-703.

<sup>65</sup> Citado em S. G. Payne (1961) 7-8 e H. R. Southworth (1967) 72.

<sup>66</sup> S. G. Payne (1961) 7-8; H. R. Southworth (1967) 25 n.; H. Thomas (1965) 97.

<sup>67</sup> S. G. Payne (1961) 7-8.

<sup>68</sup> P. C. González Cuevas (2016) 141.

Ramos, que também colaborou com ensaios sobre o pensamento germânico na *Revista de Occidente* de Ortega y Gasset. A partir do final de 1930 Ledesma formulou a teoria, ou talvez mais exactamente a ilusão, de um fascismo que fosse não uma imitação de modelos exteriores mas o resultado das circunstâncias do país. Esta fidelidade às raízes nacionais aproximá-lo-ia dos conservadores se não se distinguisse deles pelo ardor da revolta e pela preocupação com temas sociais opostos aos valores burgueses da liberdade individual. É certo que fazia parte da tradição espanhola o patriotismo intransigente e potencialmente violento dos carlistas, defensores de uma monarquia absoluta e da restauração dos grandes corpos sociais do *Ancien Régime*. Mas que atractivo poderiam estas múmias exercer sobre alguém como Ledesma, que apresentava a juventude como um valor político positivo<sup>69</sup>? A sua simpatia pelo colectivismo situá-lo-ia na extrema-esquerda se, enquanto nacionalista, não recusasse o cosmopolitismo da vanguarda intelectual e o internacionalismo dos partidos marxistas. Existia, porém, uma corrente na extrema-esquerda espanhola que, sendo antimarxista e alheia a qualquer das Internacionais, podia figurar como um produto autóctone — o sindicalismo anarquista. A apreciação não era de todo falsa, porque mais tarde, durante a guerra civil, a imprensa e as declarações públicas da CNT e da FAI deram abundantes provas de nacionalismo. Este é um aspecto que os historiadores de todos os matizes se esforçam por ignorar, mas que transparece ocasionalmente nas entrelinhas e de que resta o eco em certos livros de Memórias<sup>70</sup>. O carácter hispânico do anarco-sindicalismo, conjugado com a sua violência, seduziu Ledesma, que se propôs usar a capacidade subversiva da CNT em prol de uma nova política nacionalista. Esta ambição de sintetizar os pólos opostos explica o nome que deu ao fascismo espanhol — nacional-sindicalismo — e inspirou a fundação, em Março de 1931, do semanário *La Conquista del Estado*. Giménez Caballero juntou a sua assinatura ao manifesto que lançou o movimento, mas tudo o que Ledesma conseguiu arranjar foi um total de dez seguidores, que se dispersaram quando o jornal terminou a sua breve e insignificante existência em Outubro daquele ano<sup>71</sup>. Ledesma não desistiu, porém, da dupla estratégia de estimular o pendor nacionalista de certos meios do anarquismo e renovar com eles o nacionalismo conservador. No final de 1931, quando o seu minúsculo círculo político se fundiu com as Juntas Castellanas de Actuación Hispánica, um grupo de choque criado pouco antes por Onésimo Redondo, as cores escolhidas para a nova organização, as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista, dirigida conjuntamente por ambos os fundadores, foram o negro e o vermelho da bandeira libertária<sup>72</sup>.

<sup>69</sup> Id., *ibid.*, 136-137; H. Thomas (1965) 101.

<sup>70</sup> P. Broué et al. (1961) 205 n. 20; J. Matthews (2012) 78; V. Richards (1972) 210-211.

<sup>71</sup> S. G. Payne (1961) 11-15; H. R. Southworth (1967) 20, 65, 72.

<sup>72</sup> S. G. Payne (1961) 18.

Outro dos nomes na génese do fascismo espanhol é o de Ramiro de Maeztu. Pertencia à célebre *Generación del Noventa y Ocho*, a denominação criada por Azorín para designar a plêiade de intelectuais a quem se deveu o ressurgimento da cultura do país. Em 1898 não fora só o exército espanhol a sair vencido da guerra com os Estados Unidos, mas também os últimos vestígios da ideia imperial a perderem a pouca credibilidade que lhes restava. Uma derrota que se converte em crise das instituições permite uma tomada de consciência e um questionamento de valores. A partir de então afirmaram-se os nomes tutelares da filosofia, do romance, do ensaio, da poesia que abriram à reflexão e à modernidade a Espanha do século XX. O ensaísta político Ramiro de Maeztu não emparceira talvez com as figuras mais brilhantes deste movimento, mas nele participou, como bom número de outros pensadores. Inicialmente atraído pelo liberalismo e por aquela forma extrema de liberalismo que é o anarquismo, e interessando-se depois pelo intervencionismo tecnocrático da Fabian Society, Ramiro de Maeztu, além de jornalista, apoiaria mais tarde a ditadura de Primo de Rivera, que lhe ofereceu um lugar de embaixador, até se tornar num dos primeiros, e principais, teóricos do fascismo espanhol. Ele uniu assim no seu percurso individual os dois pólos que Ledesma pretendia juntar no âmbito de um grupo. Aliás, Ramiro de Maeztu não foi só um teórico do fascismo, mas um prático também, conspirando contra a república menos de um mês depois de a monarquia ter caído e dirigindo uma revista que além de se dedicar à análise política e à propaganda encobria a preparação de um golpe militar<sup>73</sup>. Deste mesmo meio saíram financiamentos para o diário anarco-sindicalista *La Tierra*, cujo chefe de redacção era Eduardo de Guzmán, com a condição de as suas páginas atacarem um político republicano considerado como um dos principais obstáculos à acção subversiva dos generais<sup>74</sup>.

Mas nenhum destes chefes de raros seguidores conseguiu verdadeiramente transferir para os factos o que poderia então aparecer como uma utopia. Foi José Antonio Primo de Rivera o primeiro, na prática, a ampliar ao outro lado do espectro político as alianças do fascismo. Apesar da sua notoriedade, o caso do primeiro secretário-geral do Partido Comunista, Óscar Pérez Solís, que rompeu com os correligionários e acabou por se inscrever na Falange<sup>75</sup>, é pouco relevante porque era outro sector do movimento operário que interessava aos fascistas, e num artigo publicado em Agosto de 1939 Giménez Caballero recordou que a Falange adoptara as cores negra e vermelha do anarco-sindicalismo<sup>76</sup>. Ao longo das mil páginas das suas *Obras Completas*, a

<sup>73</sup> P. C. González Cuevas (2016) 55-56, 86-90, 105-106, 108, 120-121; H. Thomas (1965) 59-60, 127.

<sup>74</sup> L. M. Anson (1994) 125. Acerca da orientação anarco-sindicalista de *La Tierra* e do seu chefe de redacção ver J. García Oliver (1978) 78-79 n., 124 n., 307 e C. Mera (2006) 392.

<sup>75</sup> P. Broué et al. (1961) 55. Segundo P. C. González Cuevas (2016) 146, também nas JONS militava um antigo comunista, Santiago Montero Díaz, que abandonou a organização aquando da fusão com a Falange.

<sup>76</sup> A. Llorente Hernández (1995) 26 n. 4.

esquerda que José Antonio invectivava era exclusivamente composta pelos marxistas, sobretudo pelo Partido Comunista, e praticamente não se encontra nos seus discursos e artigos qualquer crítica ao anarquismo. Mesmo quando referiu a insurreição operária de Outubro de 1934 nas Astúrias — e fê-lo inúmeras vezes — o chefe da Falange jamais atacou os anarquistas ou sequer evocou a sua participação. Já no começo de 1933 ele manifestara interesse pelo sindicalismo, concebendo-o como uma das bases da acção nacionalista, e num artigo publicado no final desse ano não poupou elogios à propaganda antieleitoral dos sindicatos anarquistas e anunciou que era entre as massas proletárias revoltadas e descrentes no parlamento que o fascismo havia de encontrar seguidores. «Nós iremos a esses campos e aldeias de Espanha para converter em ímpeto o seu desespero. Para os incorporar num empreendimento colectivo», declamou José Antonio. «A nossa Espanha encontra-se por penhascos e despenhadeiros. Ali a encontraremos nós, enquanto no palácio do Parlamento certos grupos engaiolam a sua vitória sem asas»<sup>77</sup>.

Desde o final de 1933 até ao final de 1935 José Antonio esforçou-se por chegar a um acordo com o Partido Sindicalista, que havia sido fundado em Abril de 1933 por Angel Pestaña, antigo dirigente da CNT, expulso da confederação em 1931 devido a um conflito com a FAI. Aparentemente, o único êxito desta tentativa consistiu na passagem de alguns sindicalistas para a Falange, mas é revelador que as duas organizações tivessem ajustado uma declaração de princípios comum. O malogro da aliança deveu-se apenas a divergências tácticas, pois Pestaña exigia que o seu partido concorresse em lista separada às eleições do ano seguinte, o que aliás não o impediu de solicitar à Falange um subsídio para as suas próprias candidaturas na Catalunha. É significativo que o jovem chefe fascista não se tivesse interessado só por esta ala moderada do sindicalismo, porque aspirou simultaneamente a um entendimento com alguns membros da FAI, mesmo com o mais notável, Diego Abad de Santillán<sup>78</sup>, e deu instruções para que a Falange de Barcelona estabelecesse contactos com Buenaventura Durruti e Francisco Ascaso, célebres responsáveis pelos principais atentados e acções anarquistas<sup>79</sup>. A mesma orientação foi seguida noutros escalões da hierarquia. Em Saragoça, que aparecia como um bastião da CNT, o chefe provincial da Falange empenhou-se na propaganda junto aos sindicatos anarquistas e, apesar de não ter obtido um sucesso espectacular, alguma coisa conseguiu porque em 1936, já começada

<sup>77</sup> J. Antonio, «La Victoria sin Alas», *F. E.*, 7 de Dezembro de 1933, reproduzido em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 535-537. A passagem transcrita encontra-se na pág. 537.

<sup>78</sup> S. G. Payne (1961) 84 e H. Thomas (1965) 139 n. 2 referiram apenas as negociações de José Antonio com o Partido Sindicalista, mas C. M. Lorenzo (1972) 274 n. 3 acrescentou o ensaio de entendimento com a FAI. César Lorenzo, apologista de Pestaña, não ia deixar escapar esta oportunidade de comprometer a FAI na mesma rede de manobras. G. Jackson (1967) 125 comentou que «a influência de Pestaña sobre a CNT era muito reduzida». Ainda quanto ao interesse de José Antonio pelo sindicalismo ver M. García Venero (1967) 38.

<sup>79</sup> M. García Venero (1967) 344.

a guerra civil, todos os seus guarda-costas eram antigos membros da CNT e da FAI<sup>80</sup>.

Logo a seguir à vitória da Frente Popular nas eleições de Fevereiro de 1936 a Falange procurou agravar o descrédito da direita conservadora e atrair para o campo nacionalista as aspirações revolucionárias da esquerda. Neste sentido José Antonio redobrou os esforços para se aproximar dos dissidentes da CNT e do PSOE. Mostrarei adiante as suas relações com a ala moderada do socialismo, para me concentrar agora nos elos tecidos com a extrema-esquerda. Nos meses que precederam a guerra civil um ou dois sectores da CNT da Andaluzia aderiram à Falange, e embora factos como este possam parecer insignificantes a alguns comentadores, a questão não se esclarece através da mera adição de números<sup>81</sup>. Numa época de clivagens tão nítidas, quando nenhum anarco-sindicalista duvidava de que eclodiria em breve uma guerra de classes e quando toda a direita aguardava o golpe dos generais, e apesar de ter aumentado muito a frequência dos confrontos entre as milícias fascistas e os pistoleiros da esquerda, com um número crescente de mortos, o facto de terem continuado a tecer-se laços entre os dois pólos radicais revela que a demagogia da Falange sobrevivera ao aprofundamento das oposições sociais. Apresentando-se o fascismo como a síntese do nacionalismo da direita e do radicalismo da esquerda, a questão essencial não consiste em determinar quantos efectuavam a passagem de um para outro campo, mas em saber se, sim ou não, o trânsito ocorria. Bastava que fossem poucos a realizar o percurso para que o fascismo sobrevivesse e se reproduzisse. Lembrando a sua actuação na Catalunha antes do levantamento militar de 17 de Julho de 1936, o então falangista García Venero disse que «estava encarregado, além de outras missões, de ir criando células de oposição nacional-sindicalista dentro da CNT — as quais proliferaram durante a guerra — e de incorporar na Falange os anarco-sindicalistas furiosos contra a República e dispostos a adoptar uma postura nacionalista»<sup>82</sup>. Uma quinta coluna no coração do anarco-sindicalismo, e cujos membros ainda para mais se multiplicaram durante a guerra civil? Os extremos radicais de ambos os lados estreitando as ligações sobre — e contra — os moderados de um e outro campo? É pena que García Venero fosse tão discreto a respeito das consequências práticas dos seus contactos após a rebelião dos generais.

<sup>80</sup> Id., *ibid.*, 182, 343-344.

<sup>81</sup> S. G. Payne (1961) 97. A propósito da simpatia de que a Falange gozou em alguns meios anarco-sindicalistas, *id.*, *ibid.*, 280 n. 42 citou a seguinte apreciação de Frank Jellinek em *The Civil War in Spain*, obra publicada em Londres em 1938: «É indubitável a existência de uma estreita cooperação entre alguns indivíduos irresponsáveis e a Falange Española [...] É igualmente indubitável que estes indivíduos foram completamente desaprovados pelos comités responsáveis». Mas o facto de a CNT, enquanto organização, se ter oposto à colaboração com a Falange só dá mais relevo às iniciativas de militantes ou de pequenos grupos anarco-sindicalistas.

<sup>82</sup> M. García Venero (1967) 111.



O certo é que em Setembro de 1936, já em plena guerra civil, quando Agustín Aznar, chefe das milícias falangistas, se deslocou clandestinamente a Alicante numa tentativa de organizar a fuga de José Antonio, não contou apenas com o apoio da marinha e dos serviços diplomáticos do Terceiro Reich, mas igualmente com a ajuda de certos anarco-sindicalistas. Ouçamos o próprio Aznar: «Falei com o chefe do sindicato dos trabalhadores do porto [de Alicante], pertencente à CNT [...] Compreendi que, sozinhos, aqueles membros da CNT não conseguiriam resgatar José Antonio e levá-lo até um navio alemão. Como o chefe sindicalista não se decidia, propus-lhe que me assinasse uma ordem de libertação, porque eu mesmo iria buscar José Antonio. Mas Diego Martínez Barrio, presidente do parlamento e delegado do governo vermelho nas províncias do Levante, havia determinado que para qualquer transferência do nosso preso a ordem devia ter várias assinaturas. Tudo o que consegui daqueles membros da CNT foi a promessa de que, no caso de haver um desembarque, tomariam conta da prisão, para evitar que se atentasse contra a vida de José Antonio»<sup>83</sup>. Não sei o que considerar mais significativo, se o facto de responsáveis anarco-sindicalistas, durante a guerra civil, receberem a visita do chefe das milícias fascistas e, em vez de o aprisionarem ou fuzilarem, discutirem com ele a situação de José Antonio, se a discricção com que os historiadores voltam a cara para o outro lado quando passam por estes episódios. Compromissos de tal natureza indicam que se haviam tecido relações estreitas entre a Falange e pessoas e grupos da CNT, e deixam presumir ou imaginar que mais iniciativas poderiam ocorrer durante a guerra civil.

Outras pontes houve a ligar o nacional-sindicalismo e o sindicalismo anarquista. Encontra-se uma passagem enigmática, decerto voluntariamente, naquele longo ajuste de contas que são as Memórias de García Oliver: «Foram os valencianos quem animou na CNT uma orientação reformista-revolucionária. Por vezes com personagens extravagantes [...] Mas também com homens de sólida estrutura obreirista, como [...] José Sánchez Requena, sindicalista jacobino, oscilando sempre entre os “tribunais de sangue” e os abraços aos falangistas»<sup>84</sup>. Sánchez Requena, filiado no Partido Sindicalista, foi durante a guerra civil um dos vinte e tantos membros do chamado «tribunal de sangue», reunido em Valência à margem da lei para executar confidencialmente fascistas. García Oliver afirmou que pusera termo a estas mortíferas expedições nocturnas durante o período em que ocupara a pasta da Justiça, quando se encontrava em Valência a sede do governo republicano, e na sua narrativa, curiosamente, foi Sánchez Requena quem mais

<sup>83</sup> Depoimento de Agustín Aznar recolhido por id., *ibid.*, 203. Comparar com G. Jackson (1967) 339.

<sup>84</sup> J. García Oliver (1978) 203.

protestou contra a decisão do ministro, defendendo a continuação das liquidações secretas<sup>85</sup>. A ser verdadeiro, que estranho comportamento o dele, abraçando os que havia de matar e transformando em cadáveres eventuais aliados! E na família Durruti, de arraigadas tradições revolucionárias, enquanto Buenaventura se tornara um dos nomes mais célebres do anarco-sindicalismo, «o seu irmão Pedro parece ter tido, antes da guerra, relações com a Falange», relatou um historiador. «Mas Pedro foi fuzilado em Agosto de 1936, em Leão, acusado de fazer parte de um grupo que tinha planeado um atentado contra o general Franco»<sup>86</sup>. Não surpreendem aqueles contactos de Pedro Durruti quando sabemos, por um antigo membro da Falange, que o seu irmão Buenaventura e Francisco Ascaso «tinham habitado em Barcelona juntamente com alguns falangistas, por indicação expressa de José Antonio, antes do levantamento militar»<sup>87</sup>.

As acusações lançadas pelos stalinistas contra o POUM têm sido desprezadas por aqueles que não fazem parte da audiência cativa, mas existe um indício inquietante. Nos meses seguintes ao levantamento militar Joaquín Maurín, fundador e secretário-geral do POUM, era dado como morto, surpreendido pela rebelião dos generais na zona que escapou ao controle da república. Só em Maio ou Junho de 1937, quando haviam já começado as perseguições ao POUM na zona republicana, se soube que Maurín estava vivo e fora preso sob um nome falso, e em Setembro chegou a notícia de que o haviam entretanto identificado e o iam julgar. Parece que obteve o apoio de um primo, coronel capelão militar, que seria mais tarde bispo de Urgel<sup>88</sup>. Mas seria esta uma protecção suficiente para salvar a vida de alguém com tantas responsabilidades? São graves as insinuações de García Oliver: «[...] as pessoas perguntavam, admiradas, o que sucedia con Maurín, chefe do POUM, detido, ao que parecia, na zona franquista, e que não tinha sido fuzilado»<sup>89</sup>. Beneficiando de sucessivos adiamentos do seu processo, Maurín foi julgado apenas em 1943 e condenado a trinta anos de prisão, posto em liberdade vigiada três anos mais tarde e autorizado a abandonar a Espanha em 1947<sup>90</sup>. «Não temos conhecimento de nenhum republicano com uma categoria política equivalente à de José Antonio Primo de Rivera que tivesse caído nas mãos de Franco e salvasse a vida», escreveu um historiador erudito e minucioso. «Joaquín Maurín, [...] que se encontrava na Galiza quando eclodiu a guerra civil, esteve preso vários anos e foi finalmente libertado, mas não sei de nenhum outro deputado republicano que

<sup>85</sup> Id., *ibid.*, 346-347.

<sup>86</sup> A. Paz (1972) 451 n. 87.

<sup>87</sup> M. García Venero (1967) 344.

<sup>88</sup> V. Alba (2000) 369-371.

<sup>89</sup> J. García Oliver (1978) 256.

<sup>90</sup> V. Alba (2000) 371-372.

tivesse sido libertado em tais circunstâncias»<sup>91</sup>. Teve sorte.

Sorte teve também o falangista Maximiano García Venero, que algum tempo antes do levantamento militar fora estabelecer-se em Barcelona, cumprindo instruções de José Antonio. Derrotados os generais na Catalunha, García Venero procurou fugir a bordo de um navio italiano, mas necessitava para isso de obter vistos no passaporte. Dirigiu-se a Julián Gorkín, um dos mais importantes dirigentes do POUM. «Gorkín e eu estávamos ligados por uma afectuosa amizade, que teve origem em afinidades literárias. Em certas ocasiões proporcionei-lhe alguns serviços amigáveis», contou García Venero. «Depois de ter a garantia de que era possível sair de Espanha num navio italiano, decidi visitar Gorkín para que me ajudasse a arranjar o visto, que devia ser duplo, do Comité de Milícias Antifascistas e da Chancelaria do Governo da *Generalidad*. Gorkín, que eu não via desde 1934, ignorava qual era a minha posição política naqueles dias de Julho. Expliquei-lhe que a minha presença em Barcelona era meramente fortuita e ele ajudou-me, como era seu dever de amigo»<sup>92</sup>. Aparentemente García Venero teve uma sorte tão dupla como o visto, não só por um político da importância de Gorkín desconhecer as suas actividades de falangista, mas ainda por mostrar empenho em ajudar alguém que pretendia abandonar o território da república, o que era um indício suficiente para causar fortes suspeitas. O pretexto da amizade literária não é convincente e talvez existissem a nível pessoal relações entre as áreas políticas da Falange e do POUM. Na medida em que se opunha à Terceira Internacional e recusara a filiação na Quarta Internacional, o POUM constituía, tal como o anarco-sindicalismo, um fenómeno especificamente espanhol, o que decerto contava na apreciação dos falangistas.

#### 4. As tensões entre o fascismo e a direita conservadora

A par das simpatias ideológicas e das relações políticas que antes de Julho de 1936 se puderam tecer entre o fascismo e alguns meios da esquerda radical, convém não esquecer a animosidade e as fricções que repetidamente surgiram entre os dirigentes fascistas e as duas instituições mais marcantes da sociedade conservadora, a Igreja e o exército. É certo que Giménez Caballero, apologista de Mussolini, incluía o catolicismo entre os elementos componentes da cultura latina e Roma era para ele, ao mesmo tempo, a capital do fascismo e do papa<sup>93</sup>. Católico era

<sup>91</sup> H. R. Southworth (1967) 149-150.

<sup>92</sup> Este texto de García Venero encontra-se transcrito em id., *ibid.*, 152-153.

<sup>93</sup> H. Thomas (1965) 97.

também Onésimo Redondo<sup>94</sup>, co-fundador das JONS em 1931, com Ledesma Ramos. Estes dois viam no catolicismo uma expressão das tradições ráticas da Espanha, e apesar disso distanciavam-se da Igreja tal como ela se apresentava na época, e criticavam a CEDA, a organização política mais intimamente ligada aos dignitários religiosos<sup>95</sup>. No ano seguinte, embora Redondo tivesse uma pequena participação nos preparativos do frustrado golpe militar encabeçado pelo general Sanjurjo, era com desprezo que Ramiro Ledesma considerava o conservadorismo reinante entre os oficiais<sup>96</sup>. E quando, em 1934, o seu partido se fundiu com a organização criada por José Antonio, dando origem à Falange Española de las JONS, Ledesma, membro do triunvirato dirigente, insistiu que não se aceitassem filiados com mais de quarenta e cinco anos<sup>97</sup>. Não se encontrariam decerto muitos generais com esta idade, ainda que Francisco Franco escapasse pela tangente na data do levantamento militar<sup>98</sup>. Com igual inspiração, ao ficar encarregado do programa do novo partido, publicado em Novembro de 1934, Ledesma suscitou grande celeuma nos meios de direita, postulando que, embora a Falange se reconhecesse como católica, a Igreja não seria autorizada a intervir nas questões seculares<sup>99</sup>.

As tensões entre o fascismo e a direita conservadora tornaram-se demasiado fortes. Menos de um ano depois da unificação das JONS com a Falange foi expulso Ledesma, que censurara a José Antonio a sua subserviência perante a Igreja e as classes dominantes. E no entanto, nas eleições de 16 de Fevereiro de 1936 esta mesma Falange foi deixada de fora pela direita conservadora, sem lugar nas listas de deputados da Frente Nacional, o que custaria a José Antonio a cadeira que havia ocupado no parlamento<sup>100</sup>. Logo após a derrota eleitoral da direita, numa circular com data de 21 de Fevereiro José Antonio deu instruções aos chefes locais da Falange para não se deixarem aliciar por nenhum movimento militar nem por alianças com as forças da direita<sup>101</sup> e indicou aos editorialistas do *Arriba* que poupassem os políticos liberais da Frente Popular e concentrassem os ataques nos conservadores<sup>102</sup>. Ilegalizado o partido em meados de Março e detidos os principais dirigentes, José Antonio entrou nas prisões de onde não sairia com vida e as primeiras directivas que dali enviou estipularam que os chefes locais tomassem disposições para

<sup>94</sup> S. G. Payne (1961) 15-16.

<sup>95</sup> H. Thomas (1965) 98.

<sup>96</sup> S. G. Payne (1961) 19; H. Thomas (1965) 98.

<sup>97</sup> H. Thomas (1965) 101.

<sup>98</sup> Segundo L. M. Anson (1994) 90 e 156, Franco fora o mais jovem general da Europa.

<sup>99</sup> Ver o Artigo 25 do programa da Falange em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 526. Um comunicado público de José Antonio a respeito das cisões causadas por este motivo no seio da Falange encontra-se em id., *ibid.*, 927. Acerca desta questão consultar igualmente P. C. González Cuevas (2016) 139, 148 e S. G. Payne (1961) 68-69.

<sup>100</sup> S. G. Payne (1961) 89-94; H. Thomas (1965) 130.

<sup>101</sup> A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 965. Ver também H. Thomas (1965) 138.

<sup>102</sup> S. G. Payne (1961) 96.

um golpe de Estado, que a Falange tencionava prosseguir sozinha e sem alianças<sup>103</sup>. No mês seguinte, já em plena preparação do levantamento militar, a direcção da Falange continuou a expressar a sua desconfiança relativamente aos generais, prevenindo que os militantes fascistas não lhes serviriam de tropa de choque<sup>104</sup>. Só em Maio José Antonio começou a aproximar-se dos oficiais conluiados e no final do mês encetou a correspondência com o general Mola, chefe da conspiração<sup>105</sup>. Mas ainda em 20 de Junho apelou para que fosse mantida a vigilância perante a direita, recordando aos seus fiéis que «a Falange não é uma força conservadora»<sup>106</sup>. E, nas instruções que enviou nove dias depois aos chefes locais acerca da participação no levantamento, José Antonio estipulou que as unidades da Falange preservassem a sua identidade e que em cada localidade apenas um terço dos efectivos fosse colocado sob o comando dos militares<sup>107</sup>. Mola, porém, nunca deu ao Chefe Nacional da Falange nenhuma garantia política<sup>108</sup>.

José Antonio não estava em condições de ditar as regras do jogo, e sabia-o bem. Foi um futuro sombrio que traçou na circular de 24 de Junho de 1936 dirigida aos chefes territoriais e provinciais do seu partido, quando previu que a participação num movimento militar hegemonizado pela direita conservadora e em que a Falange se limitasse a constituir uma milícia, sem conseguir impor um Estado totalitário nacional-sindicalista, «teria como consequência *o seu total desaparecimento, mesmo no caso de um triunfo*»<sup>109</sup>. Estavam semeadas as dissensões que se iriam agravar no começo da guerra civil, quando a Falange se viu parceira menor do exército e da Igreja.

## 5. «Que venham a nós todos os marxistas que quiserem. Recebê-los-ei de braços abertos!»

A linha divisória da Espanha em Julho de 1936 abalou profundamente a Falange. Onésimo Redondo foi morto numa emboscada, José Antonio estava numa prisão republicana, o que sucedia também com Fernández Cuesta, Ruiz de Alda e outros dirigentes. E fascistas de renome, como Ledesma Ramos, encontravam-se igualmente detidos, ou impossibilitados, como Ramiro de Maeztu, de cruzar as linhas de frente e se juntar aos revoltosos. Nas primeiras semanas, sem

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, 103.

<sup>104</sup> H. Thomas (1965) 148.

<sup>105</sup> S. G. Payne (1961) 102-103, 110; H. Thomas (1965) 149, 153.

<sup>106</sup> Citado em H. Thomas (1965) 154. Ver também S. G. Payne (1961) 111-112.

<sup>107</sup> A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 973-974. Consultar igualmente H. Thomas (1965) 165.

<sup>108</sup> S. G. Payne (1961) 113.

<sup>109</sup> Esta circular encontra-se em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 969-972. A frase citada vem na pág. 970 (sub. orig.).

alguns dos chefes mais conhecidos, esvaziada de boa parte dos seus membros, tantos deles muito recentes, a Falange pouco valia.

Mas a situação mudou rapidamente. Que instituição política poderia acolher os civis que pretendessem apoiar o levantamento e todos os outros, muitos mais decerto, que procurassem abrigar-se das desconfianças sob um uniforme insuspeito? Os carlistas, com o seu absolutismo arcaico, só eram capazes de seduzir camponeses ignorantes, como os de Navarra, e um ou outro *snob*, romântico tardio<sup>110</sup>. Restavam as camisas azuis da Falange para vestir toda aquela gente, e depressa o número dos antigos filiados foi ultrapassado pelo dos novos<sup>111</sup>. De onde vinham eles? De variados horizontes políticos, sem dúvida, e mesmo da tímida indiferença, mas segundo Dionisio Ridruejo um quinto dos novos membros era originário da esquerda<sup>112</sup> e Paul Marion afirmou que durante o primeiro ano da guerra civil aderiu à Falange «um grande número de antigos anarquistas, sindicalistas, comunistas e socialistas»<sup>113</sup>. Em muitas regiões foi testemunhada a adesão rápida e massiva de pessoas que até então haviam militado nas organizações de esquerda ou entre os liberais, e esta transferência tornou-se tão considerável que durante as grandes perseguições efectuadas logo após o fim da guerra civil as autoridades verificaram que boa parte dos presos era constituída por filiados na Falange<sup>114</sup>.

Se apostataram para salvar a pele, pouco importa. Embora de sinal inverso, correspondiam, na zona nacionalista, a toda aquela gente da direita, proprietários, moderados, receosos que na zona republicana aderiram ao Partido Comunista e lhe forneceram uma base sólida para a orientação anti-revolucionária e socialmente conservadora que defendia<sup>115</sup>. Já nas primeiras

<sup>110</sup> No entanto, J. Matthews (2012) 149-150 mencionou que algumas pessoas de esquerda, incluindo marxistas, procuraram refúgio alistando-se nos *requetés*.

<sup>111</sup> S. G. Payne (1961) 81 e 98 afirmou que de modo nenhum a Falange atingiria em 1935 mais de 25.000 filiados, mas que poucos meses depois da vitória da Frente Popular nas eleições de Fevereiro de 1936 teria duplicado o número de membros. Segundo H. Thomas (1965) 139, 148 n. 2 e 445, os elementos da Falange não chegariam provavelmente a 25.000 quando a Frente Popular triunfou nas eleições, mas ampliaram-se para 75.000 até Julho, no começo da guerra civil, e alcançaram quase o milhão no final do ano. M. García Venero (1967) 283-284 indicou que Pilar Primo de Rivera, chefe da secção feminina da Falange, ao chegar à zona nacionalista encontrou mais de 50.000 filiadas, quando antes do levantamento militar não passavam de 3.000. Ver ainda J. Matthews (2012) 150.

<sup>112</sup> S. G. Payne (1961) 285 n. 40. Sem dar razões, H. Thomas (1965) 352 considerou esta cifra exagerada.

<sup>113</sup> P. Marion (1939) 166. Por seu lado, P. Broué et al. (1961) 393 admitiram, sem adiantar precisões, que os falangistas eram «frequentemente de origem republicana ou sindicalista». Ainda quanto ao facto de sindicalistas e pessoas de esquerda terem aderido à Falange durante a guerra civil ver G. Jackson (1967) 308, J. Matthews (2012) 150 e E. Weber (1964) 120. Todavia, M. García Venero (1967) 173 minimizou a contribuição dos meios de esquerda para o crescimento das milícias falangistas, e é curioso que o fizesse, precisamente ele quem, antes do levantamento, tivera como tarefa promover a penetração da Falange entre os membros da CNT catalã (pág. 111) e que forneceu tantos elementos que provam a importância daquela estratégia de recrutamento.

<sup>114</sup> S. G. Payne (1961) 128-129.

<sup>115</sup> Franz Borkenau, referido por P. Broué et al. (1961) 212 n. 27 e N. Chomsky (1969) 140 n. 65 cont., afirmou que no início de 1937 os militares de carreira e os funcionários administrativos constituíam o principal grupo social entre os membros do PCE, seguidos pela pequena burguesia e pelos camponeses abastados; em terceiro lugar contava-se o pessoal administrativo das empresas, assalariados não-proletários, e por último os operários industriais.

semanas da guerra o principal órgão da ala esquerda socialista, inspirada por Largo Caballero, acusou o PCE de albergar e proteger elementos reaccionários<sup>116</sup>. Resumindo as respostas a um inquérito efectuado entre os secretários locais da Federação dos Trabalhadores Rurais da UGT, outro jornal socialista escreveu em Junho de 1937 que «de acordo com o testemunho dos representantes sindicais, são os elementos que antes da revolução simpatizavam com os fascistas e os monárquicos que estão agora a afluir ao Partido Comunista»<sup>117</sup>. E na Catalunha a associação patronal dos pequenos comerciantes e industriais foi convertida em sindicato e integrada na UGT, que era controlada pelo PSUC, o prolongamento local do Partido Comunista<sup>118</sup>. Ao vermos uma central sindical incluir o sector do patronato em que mais facilmente o fascismo recrutava adeptos, admitimos que talvez não fosse a demagogia nem o exagero que tivessem levado um agrupamento de anarco-sindicalistas radicais a denunciar que «as portas do Partido Comunista se abriram a todos os fascistas. Isto não nos espanta, porque da Prisão Modelo saem fascistas com o cartão do PSUC»<sup>119</sup>. Sucedeu o recíproco na Falange, onde a quota significativa de membros vindos da esquerda apoiaria decerto as veleidades populistas e o radicalismo anticonservador dos Camisas Velhas. Cada um dos lados da guerra civil integrou uma base social que reflectia as tendências do lado oposto.

Até à Primavera de 1937, e mesmo depois, a propaganda falangista dirigiu-se à classe trabalhadora, prometendo justiça social e o extermínio dos ociosos, e abriu os braços aos operários e camponeses que haviam constituído a base da esquerda e se viam isolados na zona nacionalista e desprovidos de direcção política<sup>120</sup>. Num discurso radiodifundido no Natal de 1936, o chefe provisório da Falange, Manuel Hedilla, não podia ser mais explícito. «Tratai de maneira especialmente cordial e generosa os camponeses e os operários», ordenou ele. «E dirijo-me aos falangistas que se ocupam das investigações políticas e policiais nas cidades e sobretudo nas aldeias. A vossa missão é executar uma obra de depuração contra os chefes cabecilhas [sic] e

Segundo José Díaz, secretário-geral do Partido Comunista, citado por H. Thomas (1965) 452 e 479, em Março de 1937 os proprietários camponeses formavam quase 31% dos membros do partido, enquanto os trabalhadores rurais se limitavam a 25%. Ver também V. Alba (2000) 317. E Pierre Broué et al., op. cit., 211 indicaram que, consoante os próprios dados oficiais do PCE, do total dos militantes deste partido em Madrid, em 1938, só 16% eram membros de sindicatos. Ver ainda G. Jackson (1967) 361.

<sup>116</sup> P. Broué et al. (1961) 176.

<sup>117</sup> Este extracto do jornal *Adelante*, um dos órgãos da ala encabeçada por Largo Caballero, encontra-se citado em N. Chomsky (1969) 114. No mês seguinte os socialistas de direita seguidores de Indalecio Prieto apoderaram-se militarmente do *Adelante*, contando para isto com o apoio dos comunistas, como relataram P. Broué et al. (1961) 281-282.

<sup>118</sup> V. Alba (2000) 203; P. Broué et al. (1961) 211, 257. Victor Alba, op. cit., 318 afirmou que o PSUC nunca forneceu dados acerca da composição social dos militantes para ocultar o seu carácter predominantemente burguês.

<sup>119</sup> Esta é uma das «Notas Breves» publicadas em *El Amigo del Pueblo*, nº 7, 31 de Setembro de 1937, pág. 2. A data deste jornal está obviamente errada, e o nº 8 é datado de 21 de Setembro.

<sup>120</sup> S. G. Payne (1961) 125-126.

assassinos. Mas impedi, com toda a energia, que alguém satisfaça ódios pessoais ou castigue ou humilhe aqueles que, por fome ou desespero, tenham votado nas esquerdas. Todos sabemos que em muitas aldeias havia — e talvez haja ainda — direitistas que eram piores do que os vermelhos. Quero que acabe esse tipo de prisões [...] deveis estar resolutamente dispostos a impedir as actuações contra os humildes. [...] Pensai que na Alemanha e na Itália os mais fanáticos comunistas são hoje excelentes fascistas. Devemos aspirar entre nós a algo muito semelhante, já que nos cabe a salvação, e não a morte, daqueles que na sua imensa maioria tinham fome de Pão e de Justiça. Mas tinham também — como vêem pelo nosso crescimento — fome de pátria»<sup>121</sup>. A estratégia fora ensaiada nas Astúrias durante a repressão da revolta operária de Outubro de 1934. Tratava-se de eliminar fisicamente os dirigentes da esquerda e da extrema-esquerda e recrutar para as milícias falangistas a massa dos trabalhadores revolucionários que os havia seguido.

Era este um tema central da propaganda de Hedilla, que voltou a abordá-lo em Janeiro de 1937, numa das suas entrevistas mais importantes. «Não te preocupa que antigos marxistas entrem na Falange?», perguntou o conhecido jornalista Víctor de la Serna, e Hedilla respondeu: «Em geral não. E quando se trata de operários, absolutamente nada. Vêm todos de boa fé. [...] Prefiro os antigos marxistas arrependidos aos direitistas espertalhões e viciados pela política e pelo caciquismo. Que venham a nós todos os marxistas que quiserem, e estiverem convencidos da nossa verdade. Recebê-los-ei de braços abertos. Será que existe alguém que pense o contrário?»<sup>122</sup>. Os recrutamentos que conduziam na esquerda e os ataques que endereçavam à direita levaram os falangistas a ser alcunhados pelos carlistas e demais conservadores de «os nossos vermelhos» ou, de maneira mordaz, «FAllangistas»<sup>123</sup>. «Roxos», ou seja, vermelhos e negros, chamou aos falangistas em 1941 o embaixador português Theotónio Pereira<sup>124</sup>. Os foragidos da esquerda ampliavam a base social do Estado sindicalista anunciado pela Falange de Hedilla.

No seu discurso no Natal de 1936 Hedilla invocara os precedentes mussoliniano e hitleriano. Com efeito, num relatório datado de 18 de Janeiro de 1937 e dirigido ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, o embaixador do Reich junto a Franco não duvidou de que esta fosse uma orientação imprescindível para a vitória nacionalista. «O governo acha que é possível, actualmente, realizar reformas sociais mesmo sem a ajuda da Falange, adoptando para si uma parte do

<sup>121</sup> Citado por M. García Venero (1967) 238-239.

<sup>122</sup> Citado por id., *ibid.*, 340.

<sup>123</sup> S. G. Payne (1961) 128. Ver também G. Jackson (1967) 308 e 418. Porém, J. Matthews (2012) 115 enganou-se no trocadilho.

<sup>124</sup> Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (org. 1987-1991) II 202.



programa desta última», preveniu o embaixador. «Talvez isto seja possível. Mas o que não é possível sem a ajuda da Falange é conquistar para as ideias nacionais e para as ideias sociais verdadeiramente realizáveis a população operária, sobretudo a da zona vermelha que falta reconquistar, de maneira a vinculá-la ao novo Estado. Por isso a colaboração entre o governo e a Falange é sempre indispensável»<sup>125</sup>. Também o regime de Mussolini deu o aval àquela estratégia. Na Primavera de 1937 Hedilla concedeu uma entrevista a Roberto Farinacci, uma das personalidades mais notórias do fascismo italiano, enviado a Espanha pelo Grande Conselho, ou talvez mesmo pessoalmente pelo Duce, e que a publicou no seu jornal *Il Regime Fascista*. «No que diz respeito à parte da Espanha que está ainda sob o domínio dos vermelhos», explicou Hedilla, «a Falange propõe-se, em cada momento, estender a mão às massas, arrastadas pela propaganda demagógica e pela injustiça social que desde há séculos reinava em Espanha. [...] A direcção nacional da Falange Espanhola proibiu aos seus próprios filiados o fuzilamento de vermelhos, e esta ordem foi repetida de maneira peremptória nas cidades e nas aldeias recentemente ocupadas»<sup>126</sup>.

Seria esta a razão por que não se estabeleceram em território nacionalista bases sólidas de guerrilha, ligadas aos partidos e centrais sindicais da zona republicana? Os dirigentes falangistas pressionavam os novos filiados oriundos da esquerda a servir nas milícias e a demonstrarem desta maneira o empenho pela causa nacional. É certo que não devia ser grande o ânimo dessa pobre gente convertida por medo e à última hora, pois García Venero, que no começo da guerra civil ocupava postos de responsabilidade na Falange, recordou que «uma grande parte dos trabalhadores alistados [nos sindicatos fascistas] desejava que a guerra terminasse com a derrota das armas nacionais»<sup>127</sup>. Mas mesmo que o aspirassem no seu íntimo, estavam sujeitos a um enquadramento militar e político e não podiam, ou não ousavam, participar em formas activas de resistência. Nas Astúrias, uma das principais frentes de combate, três quintos das tropas da Falange seriam compostos por pessoas sem cor política ou vindas da direita conservadora, um quinto mobilizaria fascistas genuínos e o outro quinto seria formado por elementos oriundos da extrema-esquerda<sup>128</sup>. Transformados potenciais guerrilheiros em milicianos do fascismo, ficavam comprometidas as possibilidades de resistência no interior do território franquista e a Falange teria realizado plenamente o seu objectivo, absorvido o radicalismo da esquerda e encontrado nele o

<sup>125</sup> Citado por M. García Venero (1967) 308.

<sup>126</sup> Citado por id., *ibid.*, 240. Segundo E. Santarelli (1981) II 264, Farinacci teria seguido para Espanha a mando do Grande Conselho, mas P. Milza (1999) 540 atribuiu a iniciativa a Mussolini.

<sup>127</sup> M. García Venero (1967) 304.

<sup>128</sup> S. G. Payne (1961) 146-147.

ímpeto social que faltava ao nacionalismo da direita.

Mas entretanto as sementes de discórdia no interior do campo nacionalista, lançadas antes de 17 de Julho de 1936, haviam encontrado um terreno fértil para germinar. A Falange aposara-se enfim de uma base social para a sua demagogia e mobilizava um número de combatentes e militantes suficiente para aparecer como uma verdadeira força. Por outro lado, porém, numa situação em que a guerra era o principal factor político, a inépcia militar da Falange deixava-a frágil perante os generais<sup>129</sup>. Este instável equilíbrio tinha necessariamente de se resolver, e Franco resolveu-o em Abril de 1937 quando afastou Hedilla e impôs a coligação de todos os nacionalismos numa organização única, deixando descontentes muitos velhos falangistas que pretendiam conservar não a pureza dos seus ideais, porque nunca haviam tido senão ideias muitíssimo confusas, mas a autonomia originária do seu movimento, que lhes conferisse maior peso nas decisões políticas. E eram precisamente estes Camisas Velhas que mais prontos se tinham mostrado a acolher os trãnsfugas da esquerda.

Ora, depois de ter afastado Hedilla e se ter apoderado da Falange, Franco prosseguiu aquele programa de recrutamento, mas agora por conta própria e no quadro militar, que ele dominava completamente. Por um acordo tácito, os oficiais protegiam da repressão os recrutas que no passado tivessem sido sindicalistas ou alinhado com os partidos de esquerda; e, com os sucessivos recuos do exército republicano e a retracção do território da república, eram cada vez mais numerosos os soldados que trocavam de farda e procuravam protecção entre as tropas nacionalistas<sup>130</sup>. Embora não existam estatísticas que cubram todo o período da guerra civil, sabe-se que no final de 1937, dos cerca de 107.000 republicanos aprisionados pelos fascistas, quase 59.000, ou seja 55%, foram imediatamente recrutados pelas tropas de Franco<sup>131</sup>, o que mostra que a eficácia política dos generais competia com a dos chefes de uma Falange onde, a crer em Dionisio Ridruejo, um quinto dos novos membros era originário da esquerda<sup>132</sup>. Na sua óptica católica os oficiais franquistas consideravam como uma redenção<sup>133</sup> aquilo que para esses recrutas seria simplesmente salvar a pele. E assim, se por um lado os generais não confiavam nas tropas de recrutamento geral enquanto força bélica<sup>134</sup>, por outro lado o recrutamento servia para inserir na nova ordem fascista muitos homens que antes haviam integrado a base da esquerda.

<sup>129</sup> Id., *ibid.*, 142 e segs.

<sup>130</sup> J. Matthews (2012) 7, 30, 52, 101, 142-150, 179, 185-186, 193, 203, 204, 208, 209, 220; P. Preston (2016) 163.

<sup>131</sup> J. Matthews (2012) 203-204.

<sup>132</sup> S. G. Payne (1961) 285 n. 40.

<sup>133</sup> J. Matthews (2012) 81, 185.

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, 145, 147, 173.

Num discurso proferido em Dezembro de 1938 perante os soldados do 35º Regimento de Mérida, as palavras do general Asensio soaram como um eco daquelas que Hedilla havia pronunciado exactamente dois anos antes: «Não tenhais medo se um ou outro entre vós tiver sido um vermelho por ideias ou acções. Nas linhas de frente, as vossas actividades sociais ou políticas passadas foram apagadas»<sup>135</sup>.

Nesta manobra tão contraditória era precário o equilíbrio. Em Abril de 1938, no aniversário da unificação dos movimentos nacionalistas, o general Yagüe, cujas simpatias para com Hedilla não eram um segredo, discursou perante os falangistas em Burgos e, como se não bastassem os elogios que teceu às qualidades militares das tropas republicanas e as censuras que dirigiu à maneira como alemães e italianos faziam a guerra, declarou ainda que a Falange estendia a mão aos vermelhos na reconciliação do país. Por este exercício de oratória o general foi punido e impedido durante algum tempo de exercer funções de comando<sup>136</sup>. Talvez a sua falta mais grave, porém, consistisse em esquecer que o exército de Franco fazia o mesmo, nesta concorrência pelo cruzamento entre a direita e alguma esquerda. Nós hoje, que vemos como inelutáveis e não como uma aventura os desenhos da história, entendemos que passara já definitivamente a oportunidade dos Camisas Velhas. Mas para os coevos muita coisa podia parecer ainda possível, e os ardilosos políticos da república interessaram-se mais em explorar as discórdias entre falangistas do que em encorajar e prover de munições os trabalhadores rebeldes ao jugo de Franco.

## 6. As relações entre Indalecio Prieto e os fascistas

Segundo um relatório de Junho de 1938, a leitura da imprensa soviética deixou ao embaixador do Reich em Moscovo a impressão de que o Partido Comunista julgava possível um entendimento com elementos da Falange, em virtude das discórdias persistentes que os opunham aos militares<sup>137</sup>. Talvez, mas não há dúvida de que nenhum responsável republicano prosseguiu esta orientação mais sistematicamente do que o socialista Indalecio Prieto.

Parecendo esquecer que lhe apresentara — precisamente a ele — um programa de organização das guerrilhas na zona nacionalista, García Oliver apostrofou-o nas suas Memórias: «Prieto, socialista sem marxismo, sem luta de classes e sem justiça social, era o exemplo vivo da

<sup>135</sup> Citado em id., *ibid.*, 148.

<sup>136</sup> G. Jackson (1967) 451-452; H. Thomas (1965) 673.

<sup>137</sup> S. G. Payne (1961) 291 n. 29.

crise do socialismo no centro e no sul da Europa, com a sua direita confinante com o fascismo»<sup>138</sup>. Todavia, de 1923 até 1930 fora Indalecio Prieto quem se opusera sem êxito à colaboração dos socialistas com a ditadura fascizante do general Primo de Rivera<sup>139</sup>, enquanto Largo Caballero, que durante a guerra civil se colocaria à frente da ala esquerda dos socialistas, aceitara a nomeação para conselheiro de Estado e a UGT e o PSOE multiplicaram o número de membros devido ao apoio prestado àquele regime<sup>140</sup>. Apesar disto, nos primeiros anos da década de 1930, quando os banqueiros de Bilbao começaram a procurar alguém a quem pudessem com segurança entregar fundos para a criação de um movimento fascista, foi Prieto o candidato preferido<sup>141</sup>. O facto de ter recusado não o impediu de manifestar sempre simpatia por José Antonio, que os capitalistas se haviam resignado a apoiar. Em 1934, quando o governo de coligação dos radicais com a CEDA, vendo a Falange pôr em causa a sua política conservadora, pretendeu retirar a José Antonio o mandato de deputado sob o pretexto de posse ilegal de armas de fogo, foi um vigoroso discurso de Prieto que salvou o acusado, de tal modo que este lhe agradeceu efusivamente em pleno parlamento<sup>142</sup>. No dia 6 de Junho desse ano, ao encerrar uma longa intervenção, o deputado José Antonio anunciou que a Falange se dissolveria e os seus chefes se retirariam da vida política activa se o PSOE e a UGT adoptassem uma orientação nacionalista. «No dia em que o Partido Socialista assumir um destino nacional», prometeu ele com toda a seriedade, «ou no dia em que a República, que quer ser nacional, receber o conteúdo socialista, nesse dia não teremos de sair de nossas casas para saudar de braço estendido e nos expormos a ser apedrejados e, o que é pior, mal compreendidos. No dia em que tal suceder, no dia em que se juntarem aqueles dois aspectos para que a Espanha recupere o sentido de missão, podeis crer que a maior parte de nós regressará pacificamente às suas actividades profissionais»<sup>143</sup>.

O apreço de José Antonio pelo socialismo moderado pareceu tão funesto a alguns falangistas radicais que, inspirados por um agente monárquico infiltrado, responsável pelos grupos de choque e pelo serviço de segurança, tentaram organizar um atentado contra Indalecio Prieto e chegaram até a planear o assassinato de José Antonio<sup>144</sup>. Este, entretanto, em conversas privadas, indicava que as suas opiniões em matéria de economia pouco diferiam das defendidas por

<sup>138</sup> J. García Oliver (1978) 555.

<sup>139</sup> C. M. Lorenzo (1972) 59 n. 41; H. Thomas (1965) 47.

<sup>140</sup> V. Alba (2000) 42; P. Broué et al. (1961) 48.

<sup>141</sup> S. G. Payne (1961) 32-33. Ver igualmente H. Thomas (1965) 98 n. 3.

<sup>142</sup> Ver o discurso pronunciado por José Antonio no parlamento a 3 de Julho de 1934, reproduzido em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 293-299. Ver também G. Jackson (1967) 138-140.

<sup>143</sup> A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 282-283.

<sup>144</sup> M. García Venero (1967) 49; S. G. Payne (1961) 59-61.

Prieto<sup>145</sup>. Em Fevereiro de 1936, alguns dias depois de ser conhecida a vitória eleitoral da Frente Popular, José Antonio pediu ao socialista Negrín que convencesse Prieto a fundir com a Falange a facção moderada do Partido Socialista e a pôr-se à frente da nova organização, que assim poderia atrair também os sindicalistas partidários de Angel Pestaña e os membros da CNT avessos ao internacionalismo<sup>146</sup>. Nas vésperas do confronto armado, aquele que seria em breve a imagem mítica de todos os nacionalistas recorria a um futuro primeiro-ministro republicano para procurar, vãmente, seduzir um futuro ministro da Defesa da república. Tão próximos estavam todos, girando cada um na órbita dos outros! Podemos compreender que durante a guerra civil algumas distâncias não fossem tão grandes como pareciam. E de novo, durante o mês de Maio, enquanto Mola e outros generais se atarefavam na preparação de um golpe com o qual a Falange esboçava os primeiros compromissos, ainda José Antonio, preso desde há dois meses, elogiava num breve panfleto um discurso de Prieto em que este havia adoptado, com abundância, frases e temas extraídos da imprensa falangista. «[...] o discurso do tribuno socialista podia ter sido pronunciado, quase do princípio ao fim, num comício da Falange Espanhola». E o chefe fascista manifestou o seu apreço, perguntando: «Que linguagem é esta? Que tem isto a ver com o marxismo, com o materialismo histórico, com Amsterdão ou Moscovo? Isto é preconizar, exactamente, a revolução nacional. A da Falange»<sup>147</sup>.

Se as declarações e a actuação de Indalecio Prieto podiam ser ambíguas, mais ainda o eram os seus silêncios e as múltiplas ocasiões de inércia. Ele, que recusara os convites dos banqueiros biscainhos e do Chefe Nacional da Falange, procurou durante a guerra civil chegar a um entendimento com os falangistas, que pudesse constituir a base de uma paz negociada. Não era outro, também, o objectivo de José Antonio, que na cadeia de Alicante, ao perceber o agravamento do conflito, afirmava que a única saída consistiria em pôr termo às hostilidades e encetar uma obra de reconstrução económica e política, reunindo as boas vontades dos dois campos<sup>148</sup>. Ao mesmo tempo que José Antonio se oferecia para servir de intermediário e pedia em vão às autoridades da república que o autorizassem a deslocar-se a Burgos<sup>149</sup>, os seus amigos desenvolviam uma campanha internacional para obter a sua libertação, contando com a simpatia de Indalecio Prieto. Apesar dos esforços neste sentido, porém, o dirigente socialista, que dois anos antes o salvara da

<sup>145</sup> S. G. Payne (1961) 79.

<sup>146</sup> Id., *ibid.*, 97-98; H. Thomas (1965) 138.

<sup>147</sup> O panfleto de José Antonio, *Prieto se Acerca a la Falange*, publicado em Palma de Maiorca em 23 de Maio de 1936, encontra-se reproduzido em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 557-562. As passagens citadas vêm nas págs. 560 e 561. Veja-se igualmente H. Thomas (1965) 149.

<sup>148</sup> S. G. Payne (1961) 133-135.

<sup>149</sup> Id., *ibid.*, 135.

acusação de posse ilegal de armas de fogo, não conseguiu poupá-lo agora<sup>150</sup>. Mas os textos escritos por José Antonio durante o cativeiro foram parar às mãos de Prieto, que os estudou atentamente e procurou usá-los para estimular cisões no campo nacionalista<sup>151</sup>. A política conciliatória que o dirigente socialista tentou seguir aproximava-se, decerto conscientemente, da que havia sido defendida pelo fundador da Falange. Curioso destino, o destes dois homens, sem nunca fundirem as suas forças e, não obstante, cada um reproduzindo temas do outro. Talvez José Antonio, que as autoridades franquistas desfiguravam ao prestar-lhe um culto quase religioso, tivesse na verdade sobrevivido entre os republicanos, na ala moderada do socialismo.

Entretanto, Garcerán Sánchez, antigo homem de confiança de José Antonio, que o encarregara de missões secretas de grande importância, foi preso às ordens de Franco na sequência dos acontecimentos que levaram à queda de Hedilla e à fusão das organizações nacionalistas na nova Falange, e viu-se acusado de manter relações clandestinas com Prieto. Talvez fosse uma calúnia da polícia ou uma suspeita infundada, devida à mania persecutória dos profissionais da vigilância. Na mesma ocasião imputaram também a Hedilla contactos com Prieto. Mas não espantaria que fosse verdade, pois Garcerán conservara até Outubro de 1933 a sua filiação nos socialistas, embora desempenhasse já as funções de secretário pessoal do chefe da Falange. Sendo um dos elementos mais activos da facção que reunia os nostálgicos de José Antonio, é possível que Garcerán partilhasse a simpatia que o defunto Chefe Nacional tinha por Prieto e que este, por seu turno, visse ali uma oportunidade para explorar as contradições do campo nacionalista. Garcerán esteve preso durante algum tempo e afastou-se depois da vida política<sup>152</sup>. Foi outro o actor da principal jogada de Indalecio Prieto.

Preso na zona republicana, o secretário-geral da Falange antes do levantamento, Raimundo Fernández Cuesta, recebeu na cadeia um emissário de Prieto, que lhe levou a proposta de uma paz negociada. O tom da conversa foi suficientemente ameno para que o fascista confidenciasse ao seu visitante que o resultado da batalha de Guadalajara, em Março de 1937, onde os soldados italianos haviam sido derrotados, fora a «única satisfação que sentira na guerra»<sup>153</sup>. Satisfação, claro, a de um nacionalista espanhol saudando o êxito de compatriotas contra um exército estrangeiro, ainda que os estrangeiros fossem fascistas como ele e entre os espanhóis

<sup>150</sup> Id., *ibid.*, 137-138.

<sup>151</sup> Id., *ibid.*, 140 n., 178-179.

<sup>152</sup> M. García Venero (1967) 197, 316, 407; S. G. Payne (1961) 110-111, 115, 151-152, 171.

<sup>153</sup> H. Thomas (1965) 501. Este autor não indica a data do encontro, necessariamente posterior a 18 de Março de 1937, dia em que terminou a batalha de Guadalajara, e anterior a Outubro desse ano, quando Fernández Cuesta foi libertado. A opinião de Fernández Cuesta sobre os italianos e a batalha de Guadalajara foi bastante partilhada na zona nacionalista, como se vê em J. Matthews (2012) 80.

vencedores se contassem as tropas do anarco-sindicalista Cipriano Mera e dos comunistas Líster e El Campesino, ajudadas pelos tanques do general soviético Dimitri Pavlov e por brigadas internacionais que incluíam antifascistas italianos. A mesma satisfação com que vimos o general Yagüe, discursando em 19 de Abril de 1938 perante os falangistas em Burgos, enaltecer as qualidades guerreiras dos republicanos, contrapondo-as ao comportamento de alemães e italianos, classificados como «animais de rapina»<sup>154</sup>. Nestas circunvoluções da ideologia não parece deslocada uma manobra destinada a explorar o receio que alguns dignitários civis do fascismo pudessem sentir do exagerado poder que uma vitória total daria aos generais. A figura do antigo secretário-geral da Falange havia servido antes de Abril de 1937 como referência para a facção dos Camisas Velhas oposta a Manuel Hedilla<sup>155</sup>, e Prieto conseguiu que Fernández Cuesta beneficiasse em Outubro de uma das raras trocas de prisioneiros. Seis meses após ter sido decretada a fusão de todos os agrupamentos nacionalistas, ei-lo junto a Franco, que o investiu das funções honoríficas de secretário-geral do Conselho Nacional do Movimento, nomeando-o também, em Janeiro de 1938, ministro da Agricultura no primeiro governo nacionalista regularmente organizado. «Aparentemente», escreveu um historiador, «Prieto esperava com isto ou incitar à acção os Camisas Velhas, proporcionando-lhes um líder que pudesse substituir Franco, ou facilitar as diligências para uma paz negociada ou conduzir ao estabelecimento da Falange Española Auténtica [...], que ele tentava promover como uma espécie de força mediadora entre a velha Falange e os socialistas moderados. [...] Todavia, Fernández Cuesta não alterou a influência que Serrano Súñer exercia no movimento [...]»<sup>156</sup>. A jogada de Prieto falhou duplamente, não só porque a presença de Fernández Cuesta não acirrou os antagonismos no campo nacionalista, mas ainda porque as funções assumidas pelo recém-vindo permitiram a Serrano Súñer encobrir-se por detrás de um Camisa Velha para continuar na prática a dirigir a Falange.

Entenderemos este jogo na sua plena dimensão se conhecermos igualmente o intermediário que negociou com o falangista na cadeia. Chamava-se Angel Díaz Baza e era socialista e amigo de Prieto, que no final de 1937 o nomeou para chefiar um novo organismo de espionagem e contra-espionagem, o SIM, destinado a coordenar os vários departamentos congéneres existentes no lado republicano. O objectivo último do SIM, esclareceu um erudito, seria «limitar a activi-

<sup>154</sup> G. Jackson (1967) 451-452; H. Thomas (1965) 673. A frase citada encontra-se em Hugh Thomas.

<sup>155</sup> M. García Venero (1967) 289.

<sup>156</sup> H. Thomas (1965) 613. A mesma visão dos acontecimentos encontra-se em M. García Venero (1967) 333. Note-se que S. G. Payne (1961) 176 e 178-179, ao relatar este episódio, foi bastante mais cauteloso quanto às origens da Falange Española Auténtica e às suas eventuais relações com Prieto. As informações coligidas por H. R. Southworth (1967) 216-217 mostram que a Falange Auténtica, se se identificar com a Falange Autónoma, não dependeu apenas das manobras do dirigente socialista e teve uma existência política real.

dade dos “incontroláveis”, anarquistas ou outros [...]». Quem melhor para policiar as próprias fileiras do que um especialista em contactos com o inimigo? «Contudo, este homem admirável não era a pessoa indicada para dirigir um serviço secreto durante uma guerra civil»<sup>157</sup> e depressa a coordenação da espionagem republicana passou a ter outro chefe. A razão pela qual Díaz Baza era «admirável» não me parece menos obscura do que o motivo que o impedia de ser «a pessoa indicada para dirigir um serviço secreto». Como não estão aqui em causa os critérios de um historiador mas os resultados da história, importa apenas saber que sob os seus novos patrões o SIM ficou inteiramente submetido à influência comunista, de modo que Prieto perdeu o controle sobre o organismo que acabara de criar. Mas ainda em 1937, e sempre inspirado por Prieto no afã de alcançar uma paz negociada, o «homem admirável» manteve contactos em Hendaye com o governador militar de Irún e de novo o encontramos em Fevereiro e Março do ano seguinte, desta vez em Saint-Jean-de-Luz, a tentar estabelecer um acordo com os nacionalistas e uma paz de compromisso no momento em que o Partido Comunista tornava públicos os ataques contra Prieto<sup>158</sup>.

Esta diplomacia distinguiu-se de outras iniciativas de paz esboçadas por alguns políticos socialistas ou liberais porque Prieto pretendeu manipular as divisões e o descontentamento existentes no interior da Falange. O centro político da Espanha encontrava-se cindido pela linha de frente dos combates, e uma orientação moderada só poderia prevalecer se a burocracia dos sindicatos socialistas se conjugasse com os aspirantes a burocratas do embrionário sindicalismo fascista. A finalidade desta estratégia não era abrir uma nova frente de luta, mas o seu contrário, iniciar no âmbito de um impossível centro conversações que pusessem fim à guerra, em detrimento dos extremistas de ambos os lados. Em termos geométricos não há dúvida de que Prieto viu com acerto. Foi nos termos dinâmicos do problema que ele se enganou completamente.

## 7. As barricadas de Maio de 1937 em Barcelona

Enquanto Indalecio Prieto conspirava para marginalizar os extremistas e pôr termo ao conflito, outras clivagens ameaçavam abrir uma nova frente de luta, e quem poderia então saber se não se juntariam os radicais do nacionalismo e os radicais do campo republicano? Em 17 de Julho de 1936 não se desencadeara só uma guerra civil, mas começara a pairar a ameaça de outras duas. Por um lado, era precária a estabilidade da zona nacionalista, onde nem todos os falangistas

<sup>157</sup> H. Thomas (1965) 626.

<sup>158</sup> Id., *ibid.*, 632, 652.



obedeciam aos desígnios dos generais e do clero. Por outro lado, na zona republicana o proletariado continuava a guerra de classe que vinha desde há muito a travar contra os latifundiários e os patrões das fábricas, fossem eles conservadores ou liberais, favoráveis ou contrários à coroa. Os trabalhadores comuns que pegaram em armas para sustentar o levantamento militar não estavam a defender a burguesia liberal nem os engenheiros republicanos, e as tensões agravaram-se a partir do momento em que a revolução social foi reduzida a uma guerra em prol das instituições legais. Entre os comunistas, contra a orientação conservadora e centralista dos stalinistas destacava-se o POUM, revolucionário e basicamente catalão. E entre os anarco-sindicalistas, contra a política de integração nas instituições republicanas, encabeçada por Horacio Prieto e Diego Abad de Santillán, e contra o autoritarismo de García Oliver e a militarização das milícias por ele promovida, manifestava-se a insatisfação latente dos militantes de base dos sindicatos e das Juventudes Libertárias. As barricadas de Maio de 1937 em Barcelona resultaram da junção destes descontentamentos e representaram, na guerra civil, a abertura de uma nova frente, tentando prolongar a revolução social.

«A indiferença geral perante a guerra era surpreendente e até revoltante», havia observado George Orwell ao regressar à capital da Catalunha nos últimos dias de Abril de 1937, vindo da frente de Aragão. «Ela devia-se em parte ao facto de Barcelona estar afastada da cena dos combates [...] Mas era significativo que por toda a Espanha [republicana] o alistamento voluntário tivesse declinado a partir de Janeiro. [...] Mal haviam passado seis meses depois do início da guerra, e o governo teve de recorrer ao recrutamento obrigatório, o que seria normal numa guerra contra outro país, mas parece estranho numa guerra civil. Isto devia-se sem dúvida à frustração das esperanças revolucionárias com que a guerra começara. Nas primeiras semanas da guerra os sindicalistas que formaram as milícias e obrigaram os fascistas a retirar até Saragoça pensavam sobretudo que estavam a lutar pelo controle operário. Mas era cada vez mais evidente que o controle operário era uma causa perdida e não podíamos censurar a relativa apatia das pessoas do povo, sobretudo do proletariado urbano, que constitui o grosso do contingente em todas as guerras, civis ou externas. [...] As pessoas atentas às questões políticas estavam muito mais bem informadas acerca da luta fratricida entre anarquistas e comunistas do que acerca do combate contra Franco»<sup>159</sup>.

Para iniciar o teste de força, que em breve se revelou decisivo, o Partido Comunista, através do seu organismo catalão, o PSUC, escolheu a central telefónica de Barcelona, ocupada por

<sup>159</sup> G. Orwell (1998 b) 88-89.

uma força armada anarquista e dirigida por uma comissão eleita pelos trabalhadores e constituída por membros da CNT e da UGT. Opondo-se a qualquer tentativa de prosseguir a revolução social, os stalinistas pretendiam antes de mais pôr cobro a uma experiência de controle das empresas pelos empregados. Além disso, a detenção da central telefónica dava à comissão de trabalhadores a possibilidade de interceptar ou escutar as comunicações e conferia-lhe a capacidade de intervir na actividade das organizações políticas adversas e ficar ao corrente dos conluios dos governantes. E o facto de os sindicatos disporem livremente do sistema telefónico facilitava os contactos entre os organismos de base. Na tarde de 3 de Maio de 1937 o PSUC procurou ocupar a central telefónica. Em resposta, sem que os tivesse movido o apelo de nenhuns dirigentes de vulto, numerosos trabalhadores entraram espontaneamente em greve, pegaram nas espingardas e passaram à contra-ofensiva. À noite as ruas de Barcelona encontravam-se cortadas por barricadas, enquanto todos os subúrbios estavam nas mãos do operariado em revolta. No dia seguinte começou o confronto armado<sup>160</sup>.

O POUM não teve força, nem talvez vontade, para enquadrar e dirigir um empreendimento de tamanha dimensão<sup>161</sup>. E os mais célebres dirigentes da CNT-FAI fizeram o possível por desmoralizar e desarmar os insurrectos. Pondo provisoriamente de parte a inimizade que os dividia, García Oliver e Federica Montseny usaram os microfones da rádio para apelar à deposição das armas e ao fim da greve, palavras de ordem de que se fez eco a imprensa da CNT. E para verificar se as suas instruções eram obedecidas aqueles dois ministros anarquistas precipitaram-se para Barcelona, acompanhados pelo secretário nacional da Confederação e por representantes da UGT<sup>162</sup>. A CNT-FAI distribuía pelas barricadas panfletos em que pedia a concórdia e o fim da luta. Entretanto, e apesar de o governo de Valência não ter hesitado em retirar alguns milhares de

<sup>160</sup> Acerca das jornadas de Maio de 1937 em Barcelona consulte: V. Alba (2000) 285-295; P. Broué et al. (1961) 260-266; G. Jackson (1967) 369-370; G. Munis (1948) 297-306; G. Orwell (1998 b) 98-127, 213-234; V. Richards (1972) 122-134; H. Thomas (1965) 544-550.

<sup>161</sup> P. Broué et al. (1961) 261 e 265 pretenderam que o POUM tivera inicialmente a intenção de imprimir ao movimento uma estratégia ofensiva e recuara ao perceber que a moderação revelada pelos dirigentes da CNT e da FAI o deixaria perigosamente exposto. Mas George Orwell, que estava em Barcelona naquela ocasião e combatia nas fileiras do POUM, mostrou que este partido mantivera sempre uma atitude defensiva, esforçando-se por impedir os trabalhadores de passarem ao ataque. Ver G. Orwell (1998 b) 107, 218-219 e 226-227. Com efeito, B. D. Wolfe (1972) 21 afirmou que em Maio de 1937 o POUM «aconselhou os trabalhadores de Barcelona a não tentarem uma luta armada», acrescentando que só depois de iniciada a sublevação este partido se decidiu a apoiar o movimento.

<sup>162</sup> H. Thomas (1965) 549 afirmou que os dois ministros anarquistas haviam sido acompanhados por Mariano Rodríguez Vázquez, secretário do Comité Nacional da CNT. Por seu lado, P. Broué et al. (1961) 261 e G. Munis (1948) 300 escreveram que o terceiro participante na viagem fora um representante da UGT. Juntando tudo, V. Richards (1972) 130 pretendeu que tanto Rodríguez Vázquez como alguns membros da direcção da UGT se deslocaram a Barcelona e especificou que Federica Montseny fizera a viagem separadamente, chegando depois de García Oliver. Sem fornecer detalhes, V. Alba (2000) 289-290 mencionou a ida dos três a Barcelona.

soldados da frente de guerra e enviá-los contra a cidade insurrecta<sup>163</sup>, os chefes militares anarquistas Gregorio Jover e García Vivancos ameaçaram fuzilar as suas tropas que pretendiam abandonar a frente de Aragão para irem combater em Barcelona ao lado dos trabalhadores<sup>164</sup>. Também o POUM se recusou a deslocar tropas da frente<sup>165</sup>. Depois de quatro ou cinco dias de refregas esporádicas mas violentas, de que resultaram várias centenas de mortos e um ou dois milhares de feridos<sup>166</sup>, a determinação e a disciplina dos stalinistas, aliados às forças republicanas conservadoras, e as ordens de desmobilização lançadas pelos dirigentes da CNT e da FAI acabaram por extinguir o ânimo de resistência dos insurrectos. A agente soviética Anna Starinova resumiu o que se passara ao escrever que «as tropas republicanas obtiveram o controle da situação na cidade e as esperanças que os revoltosos depositavam na ajuda dos anarquistas não se efectivaram»<sup>167</sup>. A CNT abandonou a central telefónica, pôs-se fim à greve, os combates de rua terminaram e os trabalhadores foram progressivamente desarmados.

E tudo isto quer dizer que aquelas barricadas não foram o prelúdio possível de um novo surto revolucionário, mas o epílogo definitivo da revolução, enterrada pelos soldados que entraram em Barcelona às ordens do Partido Comunista e pela repressão generalizada que de então em diante prendeu ou assassinou um número considerável de militantes anticapitalistas e eliminou o que restava dos ensaios de emancipação social na zona republicana. Quase metade do espaço da Prisão Modelo de Barcelona ficou ocupado por membros do POUM e da CNT<sup>168</sup>. «Sabíamos que não era possível triunfar na revolução se não triunfássemos primeiro na guerra», argumentou Diego Abad de Santillán mais tarde, após a derrota final, para se penitenciar logo em seguida. «Sacrificámos a própria revolução, sem compreendermos que este sacrifício implicava também o

<sup>163</sup> P. Broué et al. (1961) 262; G. Orwell (1998 b) 114; V. Richards (1972) 134; H. Thomas (1965) 549. George Orwell referiu o envio de seis mil soldados governamentais, enquanto Pierre Broué et al. mencionaram cinco mil e Hugh Thomas reduziu o número para quatro mil. Mais prudente, Vernon Richards escreveu «vários milhares».

<sup>164</sup> F. Mintz (1977) 231. Sem especificar, J. Delperrie de Bayac (1968) 277 pretendeu que algumas tropas abandonaram a frente de Aragão para apoiar os insurrectos, mas V. Alba (2000) 294-295 afirmou que não houve tropas da CNT a saírem da frente para combater em Barcelona.

<sup>165</sup> Segundo G. Orwell (1998 b) 107, 218-219 e 226-227, o POUM deu instruções às suas tropas para que não abandonassem a frente de combate e não viessem ajudar os insurrectos, e a mesma versão foi defendida por V. Alba (2000) 294-295. Todavia, Pierre Broué et al. (1961) 261-262 escreveram que um movimento de tropas deste partido em direcção a Barcelona fora interrompido por acção de representantes da CNT.

<sup>166</sup> Segundo G. Orwell (1998 b) 215, o número oficial de baixas foi de quatrocentos mortos e aproximadamente mil feridos, embora este autor considerasse exagerada a estimativa dos mortos. Todavia, P. Broué et al. (1961) 263 indicaram como balanço oficial quinhentos mortos e mil feridos. Por seu lado, V. Richards (1972) 122 afirmou que o número de mortos teria sido no mínimo de quinhentos e que os feridos ultrapassaram o milhar. V. Alba (2000) 293 mencionou quinhentos mortos e mil e quinhentos feridos, enquanto *El Amigo del Pueblo*, nº 1, [Maio de 1937], pág. 3 referiu quinhentos mortos e dois mil feridos. J. Delperrie de Bayac (1968) 278 ultrapassou todas estas estimativas, contabilizando novecentos mortos e cerca de três mil feridos.

<sup>167</sup> A. K. Starinov (2001) 177.

<sup>168</sup> P. Broué et al. (1961) 290.

sacrifício dos objectivos da guerra»<sup>169</sup>. Talvez Durruti, com o seu prestígio e as tropas que comandava, pudesse ter dado aos revoltosos a direcção que lhes faltava e um novo alento. Mas há seis meses que ele jazia no cemitério de Casa Antúnez e, enquanto vivera, desde os dias decisivos de Julho de 1936 hesitara sempre, falando a favor da revolução e do direito das milícias a manterem a disciplina libertária, mas abstendo-se de alterar os pratos da balança com o peso do seu nome e das suas armas. É mais do que provável que Durruti se tivesse escusado agora a intervir na capital da Catalunha. Afinal, foi mais eficaz morto, depurada a glória do cadáver das ambiguidades e indecisões dos seus últimos meses de vida e utilizado como bandeira por aqueles que se propunham levar adiante a renovação da sociedade.

O agrupamento Los Amigos de Durruti, organizado em 15 de Março de 1937 como uma facção radical no interior da CNT-FAI<sup>170</sup>, erguera-se contra a tibieza e as transigências dos representantes oficiais do anarquismo. No seu primeiro comício público, a 20 de Abril, um dos membros do grupo afirmara que existiam em Espanha duas burguesias, uma fascista e a outra republicana, e insistira na necessidade de lutar contra ambas. E no segundo comício, realizado a 2 de Maio, Los Amigos de Durruti haviam previsto os acontecimentos iminentes<sup>171</sup>. Pretendendo imprimir às jornadas de Maio uma orientação consequente, este agrupamento distribuiu nas barricadas e nos bairros operários um folheto em que apelava à aliança com o POUM e exigia a nomeação de uma Junta Revolucionária, a «dissolução dos partidos políticos que tenham atacado a classe trabalhadora», ou seja, o PCE e o PSUC, bem como o Estat Català, e a «socialização da economia»<sup>172</sup>. Nas semanas e nos meses seguintes Los Amigos de Durruti tentaram retomar a conversão da guerra em revolução social. No primeiro número do seu jornal *El Amigo del Pueblo*, publicado poucos dias depois de se terem desfeito as barricadas de Barcelona, proclamaram que em Julho de 1936 o proletariado espanhol não se havia limitado a responder ao golpe dos generais e prosseguira uma luta social secular. «Tem sido dito que as jornadas de Julho [de 1936] foram uma

<sup>169</sup> Citado em id., *ibid.*, 188-189. Na carta aberta que dirigiu a Federica Montseny, publicada no jornal *Guerra di Classe*, 14 de Abril de 1937, Camillo Berneri escreveu: «O dilema guerra ou revolução já não tem sentido. O único dilema é este: ou a vitória sobre Franco, graças à guerra revolucionária, ou a derrota». Citado em Les Giménologues (2006) 313-314. Mas nas suas Memórias um miliciano anarquista escreveu que «perdida a revolução, podíamos esperar ainda ganhar a guerra». Ver A. Gimenez (2006) 160. O problema é que não foi possível ganhar a guerra tendo perdido a revolução.

<sup>170</sup> Para a data de formação de Los Amigos de Durruti ver Les Giménologues (2006) 377.

<sup>171</sup> Id., *ibid.*, 390.

<sup>172</sup> Uma testemunha célebre destes acontecimentos observou que «reina uma grande incerteza acerca deste folheto e ninguém parece ser capaz de mostrar um exemplar». Ver G. Orwell (1998 b) 217. Mas tenho um diante de mim. Encabeçado com a assinatura «C.N.T. F.A.I. Agrupación "Los Amigos de Durruti"», o panfleto proclama, no texto original: «*TRABAJADORES! Una Junta revolucionaria. Fusilamiento de los culpables. Desarme de todos los Cuerpos armados. Socialización de la economía. Disolución de los Partidos políticos que hayan agredido a la clase trabajadora. No cedamos la calle [sic]. La revolución ante todo. Saludamos a nuestros Camaradas del P.O.U.M. que han confraternizado en la calle con nosotros. VIVA LA REVOLUCIÓN SOCIAL... ABAJO LA CONTRAREVOLUCIÓN!*».

resposta à provocação fascista. Mas nós, “Os Amigos de Durruti”, temos sustentado publicamente que a essência dos dias memoráveis de Julho se radica na aspiração absoluta do proletariado à sua emancipação»<sup>173</sup>. Partindo da perspectiva, historicamente correcta, de que mesmo sem o levantamento militar a agudização dos antagonismos sociais tornara o confronto inevitável, Los Amigos de Durruti resumiram lucidamente a situação. «Os partidos pequeno-burgueses e os marxistas oficiais são quem mais insiste em dissociar a revolução da guerra. Dizem-nos a nós, os anarquistas, que aguardemos ter ganho a guerra para fazer a revolução. [...] Mas, entretanto, os defensores de que se adie a revolução para depois da guerra procuram monopolizar os lugares de poder e o aparelho governamental, com o objectivo de jugular a revolução»<sup>174</sup>. Todavia, apesar de Los Amigos de Durruti sustentarem até ao último número do seu jornal que a guerra civil devia necessariamente ser uma revolução social, percebemos que depositavam cada vez menos esperanças no entusiasmo colectivo. «Todas as revoluções seguem uma via ascendente até pararem, e entram então numa fase de franco declínio», lia-se em Junho num editorial de *El Amigo del Pueblo*. «A nossa revolução iniciou a sua descida poucos dias depois de Julho [de 1936]. Não pôde recomeçar a subir em Maio [de 1937]»<sup>175</sup>. Mais concisamente, afirmaram: «A revolução sofreu uma pausa»<sup>176</sup>. E no editorial da sua derradeira publicação Los Amigos de Durruti detecaram entre os trabalhadores o «conformismo» e a «renúncia às aspirações revolucionárias»<sup>177</sup>. Afinal, perante a inércia da base trabalhadora, tudo estaria suspenso da iniciativa de uma vanguarda heróica. «O povo junta-se em torno do mais forte. Portanto, sejamos fortes», escreveu ainda em Maio um membro da redacção de *El Amigo del Pueblo*. «Tem de se falar ao povo com a linguagem dos vencedores. Tem de se lhe dar uma sensação de força»<sup>178</sup>.

Em vez de revelar qualquer força, porém, este ilusionismo era o sintoma de uma debilidade profunda e denunciava a tendência para a burocratização dos processos revolucionários. Basta que a grande maioria dos explorados tenha razões para descreer das possibilidades de vitória e dissolva os laços de solidariedade que lhe permitiam tomar decisões próprias e exercer o controle sobre os seus delegados, para que a vanguarda, quer o deseje ou não, fique burocratizada e abra o caminho para uma eventual conversão numa nova elite, que depois consolide a sua posição privilegiada e se assuma como classe dominante. Ao serem levados pelas circunstâncias

<sup>173</sup> *El Amigo del Pueblo*, nº 1, [Maio de 1937], pág. 2. Ver no mesmo sentido o artigo «La Guerra y la Revolución», na pág. 4.

<sup>174</sup> «La Guerra y la Revolución», em id., *ibid.*, 4.

<sup>175</sup> «Editorial. Una Nueva Fase de la Revolución», id., nº 4, 22 de Junho de 1937, 4.

<sup>176</sup> «El Asalto a la Telefónica», id., *ibid.*, 3.

<sup>177</sup> «Editorial. Para Triunfar se Necesita un Programa», id., nº 8, 21 de Setembro de 1937, 1.

<sup>178</sup> E. Roig, «Hablemos con Firmeza», id., nº 2, 26 de Maio de 1937, 2. No nº 1, pág. 3, Eleuterio Roig vem mencionado entre os membros da redacção do jornal.

a adoptar o tom do jacobinismo, Los Amigos de Durruti demonstraram que o proletariado catalão não conseguia já movimentar-se com autonomia. Proclamar-se como vanguarda revolucionária quando os trabalhadores comuns haviam desistido da revolução era um paradoxo irresolúvel. Como sempre sucede nas lutas sociais no capitalismo, a derrota não viera de fora. «Pode explicar-se», interrogaram Los Amigos de Durruti, «que o vencedor seja entregue, atado de pés e mãos, aos vencidos?»<sup>179</sup>. O fracasso das barricadas de Barcelona em Maio de 1937 não se verificara no plano militar, onde os insurrectos haviam sempre mantido a superioridade, mas no plano político<sup>180</sup>. Os trabalhadores foram derrotados internamente, a partir do momento em que se revelaram incapazes de generalizar as suas novas formas de organização e de disciplina. Destroçara-os a ilusão de defender a ordem republicana ao lado dos demais partidos. Este foi, no campo da república, o desfecho breve de uma outra guerra civil. Faltava o epílogo.

Em Maio de 1937 os stalinistas tinham triunfado contra o POUM e contra os anarquistas radicais. Em Março de 1939 as tropas militarizadas de uma CNT burocrática foram decisivas para aniquilar os stalinistas no território que restava ainda à república. O golpe pensado e dirigido pelo comandante do Exército do Centro, coronel Segismundo Casado<sup>181</sup>, com a participação de liberais e socialistas moderados, foi posto em prática pelo Comité de Defesa da Federação Regional do Centro da CNT-FAI. Sem o IV Corpo de Exército, comandado pelo anarquista Cipriano Mera, Casado não teria conseguido reunir uma força militar suficiente para vencer os comunistas e formar em 6 de Março de 1939 o Conselho Nacional de Defesa<sup>182</sup>. Na CNT, como nas demais organizações da zona republicana, mandava quem tivesse as armas, e ao mesmo tempo que um anarco-sindicalista se encarregava no governo de Negrín do Ministério da Educação e da Saúde, as tropas anarco-sindicalistas de Madrid derrubavam governo, saúde e educação tudo junto. O PCE, que havia eliminado dois anos antes as últimas veleidades revolucionárias do anarquismo e desimpedido o caminho para a completa burocratização da CNT-FAI, foi agora liquidado pelos mesmos cuja degenerescência tinha acelerado. Esta foi a geometria visível dos confrontos. Desde a sua gestação, porém, o golpe contou com a conivência da quinta coluna fascista, com a qual foram

<sup>179</sup> «En Torno de las Jornadas de Mayo», id., nº 3, 12 de Junho de 1937, 1.

<sup>180</sup> P. Broué et al. (1961) 264-265; G. Munis (1948) 302-303.

<sup>181</sup> A principal obra sobre o golpe dirigido pelo coronel Segismundo Casado é P. Preston (2016) *passim*. Ver igualmente P. Broué et al. (1961) 487-497, G. Jackson (1967) 469-472, 475 e H. Thomas (1965) 734-755.

<sup>182</sup> Sobre a participação dos anarquistas no golpe ver P. Preston (2016) *passim*, mas sobretudo 94 e segs. H. Thomas (1965) 734 escreveu que «os preparativos da conspiração e o seu prosseguimento não teriam talvez resultado sem a contribuição dos anarquistas de Madrid», mas, como era seu hábito, esqueceu-se depois de analisar o papel desempenhado pelos libertários, que pouco apreciava. Uma descrição do golpe, confirmando o papel decisivo dos anarco-sindicalistas de Madrid, encontra-se em C. Mera (2006) 283-306, e também C. M. Lorenzo (1972) 264-265 e A. K. Starinov (2001) 267 deram o devido realce à participação dos anarco-sindicalistas. Ver igualmente P. Broué et al. (1961) 488 e 491.

estabelecidos numerosos e repetidos contactos<sup>183</sup>, o que torna mais complexa aquela geometria. A guerra civil que opôs nacionalistas e republicanos não deve ofuscar as duas guerras civis embrionárias que episodicamente rasgaram um e o outro campo, e que explicam ligações e polarizações que de outro modo não existiriam. Conviria por isso saber até que ponto os anarquistas conheciam as conversações de Casado com a quinta coluna ou se participaram mesmo em algumas delas<sup>184</sup>. As pontes lançadas desde antes de Julho de 1936 entre o incipiente nacional-sindicalismo e certo anarco-sindicalismo ter-se-iam limitado a contribuir para a participação dos chefes militares anarquistas no golpe do coronel Casado ou teriam chegado mais longe e inspirado uma convergência deliberada com a quinta coluna? E assim, a poucos dias de chegar ao fim a guerra civil entre republicanos e nacionalistas, terminou a guerra civil interna ao campo republicano. Por todo o lado os seguidores do coronel Casado prenderam os stalinistas<sup>185</sup> e centenas deles foram assassinados na prisão<sup>186</sup>. Entretanto Cipriano Mera, tendo obtido das tropas de Franco a garantia de que não aproveitariam a ocasião para avançar, retirou da linha de frente o seu corpo de exército para travar em Madrid e nos arredores, de 7 a 12 de Março, uma batalha contra os três corpos de exército chefiados pelo PCE<sup>187</sup>. Os anarco-sindicalistas triunfaram, se a isto se pode chamar triunfo, provocaram alguns milhares de mortos<sup>188</sup>, apressaram a ofensiva nacionalista e precipitaram a desintegração das tropas da república, anulando o pouco ânimo que lhes restasse para combater.

O objectivo do coronel Segismundo Casado, dos seus aliados na direita socialista e dos chefes militares anarco-sindicalistas era negociarem a paz com Franco, em nome do anticomunismo que caracterizava ambas as partes. Os comunistas seriam entregues à repressão e ficaria assim assegurada a clemência de Franco para com os demais<sup>189</sup>. Mas o Generalíssimo continuou

<sup>183</sup> P. Preston (2016) 23, 30-31, 35, 45-46, 84, 92, 93, 98, 101-102, 112-113, 151, 179, 180, 268, 274, 276, 299.

<sup>184</sup> Id., *ibid.*, 254-255 hesitou num caso entre a «ingenuidade culpável» e a «verdadeira cumplicidade», e mencionou (pág. 67) «a facilidade com que a CNT-FAI podia ser infiltrada pela quinta coluna». Ver no mesmo sentido as págs. 68, 130 e 138. Não obstante, este autor considerou (págs. 134 e 164) que os anarquistas de Madrid não estariam ao corrente das ligações entre Casado e a quinta coluna.

<sup>185</sup> F. Moreno Gómez (2001) 33, 135; P. Preston (2016) 29, 207, 235, 240, 250, 258-261.

<sup>186</sup> P. Preston (2016) 250-251.

<sup>187</sup> Id., *ibid.*, 241-244.

<sup>188</sup> C. M. Lorenzo (1972) 264 indicou que «vários milhares de homens pagaram este recontro com a sua vida» e P. Broué et al. (1961) 493 e J. Delperrie de Bayac (1968) 382 mencionaram dois mil mortos. O mesmo número foi avançado por P. Preston (2016) 4, embora este autor prevenisse (pág. 250) que não existe acordo entre os historiadores quanto ao número de baixas, tanto mortos como feridos. G. Jackson (1967) 475 referiu «várias [several] centenas de mortos». C. Mera (2006) absteve-se de dizer quantos antifascistas as suas tropas dizimaram naquele derradeiro combate e, apesar de ser geralmente minucioso nas estimativas de baixas, H. Thomas (1965) nem sequer evocou a questão a propósito do golpe de Casado.

<sup>189</sup> P. Preston (2016) 3, 23, 42-43, 67, 101-102, 127-128. Com uma certa candura, C. Mera (2006) 306 n. 1 afirmou que, sendo inelutável a derrota republicana depois da queda da Catalunha, Negrín e os comunistas seriam incapazes de negociar a paz e só o Conselho Nacional de Defesa estaria em condições de fazê-lo.

a exigir a capitulação incondicional e confidenciou a sua satisfação por lhe terem poupado «o trabalho de esmagar os comunistas»<sup>190</sup>. Exactamente duas semanas depois de os anarco-sindicalistas terem conseguido em Madrid um último triunfo sobre os rivais stalinistas, o exército nacionalista entrou na cidade, destroçando o que restava de todos eles. Mas para os chefes, que contavam sobreviver nas páginas dos livros, a derrota entrara na dimensão da história. Togliatti, que fora o representante do Komintern junto ao PCE, sugeriu que uma das explicações do comportamento passivo de Negrín perante a conspiração de Casado era que ela o ilibaria de responsabilidades pela catástrofe, e Líster foi da mesma opinião<sup>191</sup>. A ser assim, com aquele singular golpe de Estado, que parece recomendado por um Machiavelli demente a um príncipe senil, os anarquistas colocaram-se na posição de derradeiros responsáveis pela derrota.

## 8. As relações entre anarquistas e fascistas após o final da guerra civil

A ameaça de uma clivagem transversal, que não se efectivou enquanto prosseguia o confronto principal, fez ouvir os seus ecos após a derrocada republicana. Os contactos entre alguns sectores de um e outro campo não prolongaram os tiroteios ocorridos em Salamanca por ocasião do afastamento de Hedilla nem renovaram a inspiração que erguera as barricadas de Maio de 1937 em Barcelona, porque os anarquistas radicais, os falangistas autênticos e os carlistas sonhadores haviam sido irremediavelmente lançados para a periferia, onde não encontravam um horizonte comum, ainda que Hitler, quando devaneava na sua roda de comensais, tivesse projectado uni-los a todos numa nova revolução espanhola, até porque «é uma loucura a Espanha perseguir falangistas genuínos»<sup>192</sup>: «Se não fosse a ameaça de o perigo vermelho ter subjugado a Europa», explicou o Führer, «eu não teria intervindo na revolução em Espanha. O clero teria sido exterminado»<sup>193</sup>. Com efeito, a crescente importância assumida pela Igreja espanhola deixava-o preocupado<sup>194</sup>, a ponto de pensar que «uma nova revolução está dentro dos limites do possível. Talvez a Espanha se veja obrigada a pagar com o seu sangue, num futuro não muito distante, o facto de não ter conseguido levar a cabo uma revolução verdadeiramente nacional, como a que ocorreu na Alemanha e na Itália». Se tal sucedesse, o Führer não hesitaria em promover o cruzamento entre a direita radical e a esquerda revolucionária que não se realizara sob a égide de Franco. «Se

<sup>190</sup> Citado em H. Thomas (1965) 751.

<sup>191</sup> P. Preston (2016) 172, 179.

<sup>192</sup> Em Dezembro de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 157.

<sup>193</sup> Na noite de 19 para 20 de Fevereiro de 1942, em *ibid.*, 320.

<sup>194</sup> *Ibid.*, 515-516, 520, 538, 568, 607, 665.



eclodir uma nova guerra civil, não me surpreenderia que os falangistas se vissem na necessidade de fazer causa comum com os vermelhos para se livrarem do esterco clerical-monárquico»<sup>195</sup>. Um projecto deste tipo não lhe apareceria muito distante, porque o material humano estava ao alcance das mãos. De um lado Hitler contava com a simpatia dos fascistas espanhóis que combatiam junto com o Eixo na frente leste<sup>196</sup> e depositava grandes esperanças no general que os comandava, Muñoz Grandes. Dizia ele que «devemos promover o mais possível a popularidade do general Muñoz Grande[s], que é um homem enérgico e, como tal, o mais susceptível de controlar a situação»<sup>197</sup>. Do outro lado dispunha dos refugiados espanhóis aprisionados em França. «Deve ter-se o cuidado de não colocar o regime de Franco no mesmo plano que o nacional-socialismo ou o fascismo», preveniu Hitler. «Todt, que nos seus estaleiros emprega muitos espanhóis ditos “vermelhos”, várias vezes me diz que estes vermelhos não são vermelhos no sentido que nós damos à palavra». E acrescentou que «tal como os espanhóis vermelhos sempre explicam, eles não começaram a cooperar com os soviéticos por razões ideológicas, mas viram-se forçados a isso — e arrastados assim para uma corrente política que não haviam escolhido — apenas porque lhes faltaram outros apoios». Nesta situação, concluiu Hitler, «o melhor que temos a fazer é dispormos de tanta desta gente quanto consigamos, a começar pelos quarenta mil que já temos nos nossos campos de concentração, e mantermo-los de reserva para o caso de eclodir uma segunda guerra civil. Junto com os sobreviventes da velha Falange, constituirão a força de mais confiança à nossa disposição. [...] a disciplina tanto dos vermelhos como dos falangistas que trabalham na Organização Todt é excelente, e quanto mais conseguirmos recrutá-los, melhor»<sup>198</sup>.

O colapso do Terceiro Reich não comprometeu totalmente estes devaneios de Hitler, porque os ecos atenuados de uma segunda revolução repercutiram de maneira pífia na aproximação que se operou entre alguns Camisas Velhas e alguns elementos moderados, ou convertidos ao conformismo, do defunto aparelho da CNT. Afinal, foi na sequência do golpe de Março de 1939 que certos dirigentes da CNT deram início, depois de completamente derrotados, às conversações de paz que Franco não se dignara aceitar antes. Logo nesse mês de Março, e julgo que já no exílio, Pedro Herrera, próximo desde há muito de Abad de Santillán e portanto membro activo da FAI, sugeriu pela primeira vez o estabelecimento de contactos entre a CNT e a Falange, mas os

<sup>195</sup> Em 7 de Junho de 1942, em *ibid.*, 516 e 520. Ver também a pág. 607.

<sup>196</sup> *Ibid.*, 693-694.

<sup>197</sup> Em Julho de 1942, em *ibid.*, 569-570. Ver também a pág. 693.

<sup>198</sup> Em Julho de 1942, em *ibid.*, 568-569. Não entendo que Hitler tivesse usado o presente para mencionar Todt, que morrera cinco meses antes. Talvez devido a este projecto do Führer, a partir da Primavera de 1943 os republicanos espanhóis internados em Mauthausen passaram a receber um tratamento preferencial, a crer em W. Sofsky (1997) 215-216, e este autor acrescentou (pág. 216) que nos dois últimos anos da guerra a taxa de mortalidade entre os republicanos espanhóis foi inferior à dos restantes detidos nos campos de concentração.

dirigentes anarquistas imigrados em França recusaram a proposta<sup>199</sup>. Um ou dois anos depois, o projecto de um entendimento com a Falange para actuar no interior da central sindical fascista, a CNS, surgiu no outro extremo do espectro libertário, apresentado por vários membros da facção moderada, que haviam assinado o Manifesto dos Trinta e abandonado a CNT em 1931 devido à hostilidade da FAI, animando depois o Partido Sindicalista, até regressarem à Confederação no congresso de Maio de 1936. Foi também neste meio, e com a participação de uma minoria de pessoas de origem republicana ou marxista, que nasceu em 1944 o Partido Laborista, com a intenção de actuar no interior da CNS e limitar aí progressivamente o peso da Falange. Mas o ensaio ruiu no final de 1947 devido à falta de apoio dos militantes da CNT<sup>200</sup>.

Estas tentativas de aproximação encontravam equivalente no outro campo. Comentando um dos discursos que o Caudillo proferira em 18 de Julho de 1941, nas comemorações do quinto aniversário do levantamento dos generais, o embaixador português em Madrid, Theotónio Pereira, escreveu num relatório secreto enviado a Salazar: «Quanto à *política interna*, creio que foram dois os *objectivos de Franco*: a) chamar a gente da esquerda e inclusivamente os vermelhos a colaborar com a Falange; b) afastar de vez a ideia monárquica e ferir gravemente (e injustamente) as direitas»<sup>201</sup>. Não eram temores infundados. Sabe-se que José Antonio Girón, ministro do Trabalho desde 1941 até 1957, procurou recrutar quadros sindicais na CNT. Girón era um falangista radical, próximo do general Yagüe e gozando da simpatia de certos Camisas Velhas que se entretiveram a maquinar conspirações e ajustes de contas nos primeiros anos do novo regime<sup>202</sup>, e ainda no final da década de 1960 ele podia ser classificado como «a pessoa com maior autoridade entre os falangistas»<sup>203</sup>. Estas manobras só se entendem à luz dos conflitos no interior do franquismo entre a ala conservadora e tradicionalista ou, numa versão renovada, católica e tecnocrática, e o falangismo radical<sup>204</sup>. Girón não se esforçou apenas por aliciar os anarquistas que jaziam nas prisões e talvez mais facilmente pudessem ceder, mas sondou também os exilados em França, o que indica que a sua orientação era verdadeiramente política e não uma mera tática de polícia. Obteve

<sup>199</sup> C. M. Lorenzo (1972) 274 n. 3.

<sup>200</sup> Id., *ibid.*, 274-276.

<sup>201</sup> Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (org. 1987-1991) II 387-388 (sub. orig.).

<sup>202</sup> Acerca de Girón consultei S. G. Payne (1961) 213-214. Em Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (org. 1987-1991) III 189 pode ver-se que, na sua correspondência para Salazar, o embaixador português em Espanha se fez eco dos rumores que ligavam Girón aos falangistas autores do atentado bombista de Agosto de 1942 em Bilbao, que provocou várias dezenas de feridos. Com esta acção os sectores radicais da Falange visaram a direita militar e os carlistas. Segundo L. M. Anson (1994) 210, o atentado teria provocado mais de uma centena de feridos.

<sup>203</sup> L. M. Anson (1994) 25. Ver também a pág. 311.

<sup>204</sup> P. C. González Cuevas (2016) 180 e segs.

alguns resultados imediatos, e em 1947, depois também em 1952, novas propostas foram apresentadas aos dirigentes da CNT<sup>205</sup>, que talvez parecessem tanto mais necessárias quanto a base manifestava com rudeza a sua opinião. Nada demonstra melhor a clivagem entre as diferentes tendências que persistiam em reivindicar-se do anarquismo. Com efeito, em 1951, na Catalunha, os militantes da CNT haviam conseguido transformar a greve geral de 12 de Março, inicialmente fomentada por dignitários falangistas radicais, num movimento contra o regime e contra a própria Falange, de que resultaram mortos, feridos, milhares de presos<sup>206</sup>.

Em 1965 alguns antigos dirigentes da CNT residentes em Madrid proclamaram-se Comité Nacional da organização e tomaram a iniciativa de abordar falangistas radicais próximos de José Solís Ruiz, ministro secretário-geral do Movimento, com o objectivo de discutir as possibilidades de actuação no interior da CNS e o reforço da intervenção dos sindicatos nas empresas e na economia do país. Todos eles tinham um passado carregado de responsabilidades: Eduardo de Guzmán, anarquista de sempre, fora chefe de redacção de *La Tierra* e vimo-lo já, durante a preparação do golpe militar, receber subsídios dos meios fascistas e de extrema-direita próximos de Ramiro de Maeztu; Gregorio Gallego contara-se desde o início da guerra civil entre os dirigentes anarco-sindicalistas de Madrid; e Lorenzo Iñigo pertencera ao Comité Nacional do Movimento Libertário, constituído nos derradeiros dias da guerra para unificar as direcções da CNT, da FAI e das juventudes anarquistas. Quando estavam detidos, em Outubro de 1947, Iñigo e outro dos promotores desta tentativa de reconciliação, Enrique Marco Nadal, que até à sua prisão fora secretário-geral da CNT na clandestinidade, receberam a visita de alguns altos funcionários franquistas que, em nome do ministro da Justiça e do próprio Caudillo, teriam proposto a absorção pela CNT de toda a estrutura sindical do regime, acompanhada pela libertação dos presos políticos, à excepção dos comunistas. O anarco-sindicalismo caucionaria, em suma, a entrada do franquismo no campo das democracias ocidentais, pagando os comunistas a factura da Guerra Fria. Os dois presos recusaram então este plano, para afinal, já em liberdade, serem eles mesmos a sugerir algo semelhante. A direcção da CNT indignou-se, agitou-se, manifestou-se contrária às conversações, mas o certo é que esses anarquistas madrilenos gozavam entre os exilados do apoio de nomes sonantes: uns, moderados de sempre, como Juan López, que durante a guerra civil fora ministro anarquista do Comércio e último secretário do Comité Nacional da CNT na zona Centro-

<sup>205</sup> C. M. Lorenzo (1972) 276-277 n. 7, 320. Porém, no final de 1945 os dirigentes da CNT, tanto no exílio como em Espanha, estavam sobretudo interessados em manter uma série de contactos com os representantes do pretendente à coroa, Don Juan, conde de Barcelona, que se prolongariam por mais dois ou três anos. Ver id., ibid., 302-304, 307, 310-311, 316-318 e C. Mera (2006) 404-405, 409.

<sup>206</sup> C. M. Lorenzo (1972) 320.

Sul-Levante e que aliás, dois anos mais tarde, se poria à disposição do governo franquista para ocupar um cargo na burocracia das cooperativas; outros, antigos radicais da FAI, como Diego Abad de Santillán, ou Pedro Herrera, este precursor, que vinte e seis anos antes apontara aos seus correligionários derrotados o prudente caminho do diálogo com a Falange<sup>207</sup>.

É muito tempo, um quarto de século. Chegara para renovar a Espanha e, nela e no resto do mundo, os confrontos sociais. Em meados da década de 1960, precisamente quando crescia em numerosos países, e na Espanha também, a vaga de lutas autónomas, aqueles personagens cimeiros do anarquismo não se preocupavam em adequar as velhas tácticas da guerra de classes ao novo contexto tecnocrático. A sua única ambição era atrelar a mítica burocracia anarco-sindicalista, de que julgavam dispor, àquela outra burocracia nacional-sindicalista, igualmente ilusória, porque se manifestava inoperante. Por parte de quem não possuía já nenhuma força política, tudo isto era uma farsa. A verdadeira tragédia havia-se completado muito antes, selada nas ruas de Barcelona em Maio de 1937.

<sup>207</sup> Id., *ibid.*, 323-324. A proposta feita por altos funcionários franquistas a Iñigo e Marco Nadal vem nas págs. 276-277 n. 7. Acerca dos subsídios recebidos por *La Tierra* durante a preparação do golpe dos generais ver neste capítulo a n. 74. Quanto à passagem de Juan López para o franquismo ver o verbete respectivo em V. Richards (1972) 239. A seu respeito comentaram P. Broué et al. (1961) 194 n. 6: «São raros aqueles que, como Juan López, regressarão à fábrica depois de terem sido ministros ou altos funcionários». Quando se sabe para onde López acabou por ir vê-se que é sempre arriscado, porque prematuro, fazer elogios aos políticos antes de eles terem morrido.

Parte 4  
RACISMO

## Capítulo 1

### A LINHAGEM DO RACISMO NACIONAL-SOCIALISTA

#### 1. A conversão das línguas em raças pelo romantismo germânico

A atribuição de um carácter biológico à diversidade civilizacional e a transformação das diferenças entre sociedades numa diferença de raças foram inauguradas na Europa pelos intelectuais germânicos durante a luta pela unificação do país e pela aquisição de um novo prestígio no âmbito continental. É certo que os elementos formadores desta concepção se devem a Herder, que escreveu nas últimas décadas do século XVIII, mas o choque entre o imperialismo napoleónico e a problemática da independência nacional deu-lhes outra acepção e precipitou-os num sistema ideológico que veio a marcar toda uma cultura.

No centro das concepções de Herder estava a noção de organismo, incluindo numa mesma unidade total os fenómenos materiais, biológicos e sociais, e nestes, indissociavelmente ligados, tanto os aspectos físicos do ser humano como os aspectos mentais ou culturais. A diversidade dos elementos, a individualidade de cada um, em que Herder insistia, eram o corolário da sua conjugação numa totalidade única, de maneira que as relações não se distinguiam dos elementos relacionados e, assim como a pluralidade de elementos interdependentes compunha o todo, também o todo determinava a natureza dos elementos. Este processo, que unia num mesmo organismo os diversos elementos componentes e unia os vários organismos numa mesma totalidade orgânica, correspondia a uma força vital interna que transformava o todo em algo mais do que a soma das partes. E se a força vital constituía o princípio de unidade, assegurando a inter-relação dos elementos no todo, então a existência orgânica era sinónimo de existência activa, o organismo era sinónimo da vida, o que implicava que para Herder o princípio de actividade do todo, que ao mesmo tempo servia de princípio de articulação dos elementos no todo, formava a própria substância desses elementos. Por isso o organismo era obrigatoriamente um organismo em desenvolvimento, num processo de mutações contínuo, tal como sucedia com cada um dos seus elementos, e a existência do tempo estava implícita na manifestação da força vital<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para a noção de totalidade orgânica em Herder ver F. M. Barnard (1965) 31, 35-40, 44-50 e 144. Acessoriamente consultar R. Aris (1965) 239, R. D'O. Butler (1943) 29, A. Quinchon-Caudal (2013) 14 e K. A. Schleunes (1990) 15-16.

Esta energia simultaneamente espiritual e biológica sustentava a noção de linguagem. A língua constituía, para Herder, a força criadora da unidade social orgânica. Só uma língua podia criar um povo, unificando as várias classes sociais, e, reunindo as diversas esferas de soberania, formar uma nação<sup>2</sup>. Ora, supor que uma identidade nacional estava subjacente a uma língua comum correspondia à admissão de que falar do mesmo modo implicasse pensar do mesmo modo. «Cada nação fala da maneira que pensa e pensa da maneira que fala», afirmou Herder, que resumiu esta concepção ao escrever que «a linguagem é deveras um sumptuoso tesouro, onde se reúnem os mais variados pensamentos e as mais diversas actividades da mente»<sup>3</sup>. Falar uma dada língua era, para Herder, inserir-se num quadro pré-estabelecido de tradições culturais, que se preservavam sobretudo no estilo poético, transmissível oralmente, e asseguravam a continuidade de um povo para além de todas as mudanças<sup>4</sup>. A própria forma de construir as palavras foi considerada um sintoma da constituição da mente, num sentido não só psicológico como igualmente biológico. Com efeito, a noção de organismo desenvolveu-se primeiro nas ciências da natureza<sup>5</sup>, e ao ser aplicada às reflexões sobre a sociedade transportou consigo as implicações físicas originárias. Também a noção de força vital, imprescindível na concepção herderiana de totalidade orgânica, fora inicialmente formulada no âmbito das ciências biológicas<sup>6</sup>. Aliás, um contemporâneo de Herder, o mineralogista Abraham Gottlieb Werner, supunha a existência de uma analogia entre a gramática e a estrutura da natureza<sup>7</sup>. Por outro lado, na opinião de Herder o processo de pensamento era indissociável dos processos sensoriais e volitivos, sendo a razão humana um todo orgânico que incluía tanto as manifestações espirituais como as biológicas<sup>8</sup>. Por esta série de motivos, ao definir uma língua como manifestação da força vital de um povo, que lhe assegurava a existência enquanto comunidade orgânica, Herder estava necessariamente a considerar a língua num plano também biológico e a atribuir à comunidade linguística o carácter de comunidade racial<sup>9</sup>. Numa língua comum encontrar-se-ia uma atitude biológica comum, não na acepção que

<sup>2</sup> R. Aris (1965) 242; F. M. Barnard (1965) 30, 55-59, 62, 117; R. D'O. Butler (1943) 28; K. A. Schleunes (1990) 16; P. Watson (2011) 124-125.

<sup>3</sup> Citado em F. M. Barnard (1965) 56 e 57.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, 70, 117.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, xviii.

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, 38-39.

<sup>7</sup> A. Faivre (2002) 29.

<sup>8</sup> F. M. Barnard (1965) 43-44, 46.

<sup>9</sup> Ver L. Poliakov (1971) 113 acerca do carácter racial das teses de Herder. F. M. Barnard (1965) 57 pretendeu que a comunidade linguística constituía uma «qualidade essencialmente espiritual» do *Volk* e insistiu (pág. 70) que «o *Volk* era concebido como uma comunidade étnica e não como uma comunidade racial». No mesmo sentido ver as págs. 117 e 144. Mas se este autor afirmou (pág. 40) que Herder «se recusa a considerar as características fisiológicas e as psicológicas como entidades distintas», como pôde atribuir um carácter «essencialmente espiritual» à língua comum de um povo? Herder não precisava de sublinhar o aspecto físico da comunidade de pensamento implícito na comunidade de linguagem porque este era para ele um pressuposto, definido no modelo geral da totalidade orgânica.

os empiristas davam ao termo, mas numa perspectiva ampla que, abordando a matéria pelo lado da ideia, não introduzia distinções fundamentais entre o plano mental e o físico<sup>10</sup>. Mais tarde Hitler e Rosenberg, ao passearem com todo o à-vontade entre o espírito e o corpo e ao proclamarem o sangue da raça como uma entidade físico-espiritual, recorreriam a uma noção que só pelo simplismo da sua formulação e pela rudeza das suas implicações práticas diferiu do tema herderiano da comunidade linguística nacional. Herder, escreveu um historiador, «imagina a nação como uma concepção biológico-filológica»<sup>11</sup> e foi ele quem primeiro desenvolveu a ideia, que logo veio a ser tão importante na cultura histórica racista, de uma psicologia dos povos<sup>12</sup>.

Embora haja quem considere que Herder se manteve fiel aos ideais universalistas do iluminismo e nunca desposou um nacionalismo estreito<sup>13</sup>, há também quem sustente que as páginas onde se manifestou contrário às pretensões de supremacia germânica devem ser interpretadas em sentido figurado, destinando-se realmente a pôr em causa as aspirações hegemónicas da França jacobina<sup>14</sup>. Parece ainda que, apesar de se ter pronunciado contra o colonialismo e negado que os europeus possuíssem o exclusivo da cultura<sup>15</sup>, noutras passagens da sua obra Herder admitiu que os negros fossem intelectualmente inferiores<sup>16</sup>. Mas pelo menos não oferece dúvidas que era de raiz liberal a concepção herderiana da necessária singularidade e diversidade dos elementos do todo. Com menos ambiguidade, ou talvez até sem ambiguidade nenhuma, os dois irmãos Humboldt, igualmente defensores de uma concepção orgânica das entidades sociais<sup>17</sup>, postulavam a unidade biológica da humanidade e rejeitavam qualquer hierarquia racial<sup>18</sup>. Paradoxalmente, a metamorfose da revolução francesa pôs termo a esta tradição liberal entre os intelectuais germânicos e levou os discípulos de Herder a modificarem o modelo da unidade orgânica no sentido de um conservadorismo aristocratizante, substituindo a diversidade interna por um totalitarismo estatal<sup>19</sup> e desenvolvendo o racismo implícito no tema da comunidade linguística.

<sup>10</sup> Referindo-se de maneira lata à filosofia romântica alemã, L. Poliakov (1971) 245 observou que ela abordava pelo lado do espírito as relações entre o físico e o espiritual, de maneira que os fenómenos naturais eram vistos como símbolo ou expressão da ideia.

<sup>11</sup> J. Droz (1966) 37. Por seu lado, R. D'O. Butler (1943) 29 escreveu que «Herder insistia com especial ênfase neste aspecto biológico» da nação.

<sup>12</sup> R. D'O. Butler (1943) 29; J. Droz (1966) 193; P. Watson (2011) 126.

<sup>13</sup> R. Aris (1965) 241; R. D'O. Butler (1943) 32-33; J. Mayall (2003) 108; A. Quinchon-Caudal (2013) 14; H. S. Reiss (org. 1955) 3; K. A. Schleunes (1990) 15-16; R. Wolin (2004) 170, 175. Ver igualmente F. Boas (1938) 32. Também Himmler, citado em Anne Quinchon-Caudal, op. cit., 98, acusou Herder de «generosidade» e «idealismo» para com os «povos estrangeiros».

<sup>14</sup> L. Poliakov (1971) 114-115. R. Wolin (2004) 405 e 439 colocou Herder junto com de Maistre na defesa das especificidades, contra a noção racionalista e abstracta dos Direitos do Homem.

<sup>15</sup> F. M. Barnard (1965) 100-102; L. Poliakov (1971) 154.

<sup>16</sup> L. Poliakov (1971) 171-172.

<sup>17</sup> R. Aris (1965) 151; R. D'O. Butler (1943) 97-98.

<sup>18</sup> L. Poliakov (1971) 172-173.

<sup>19</sup> R. Aris (1965) 293; F. M. Barnard (1965) 154, 156-157, 164-167.



A expressão «libertação nacional» nasceu entre os voluntários germânicos que prepararam a guerra de 1813 contra a França<sup>20</sup> e desde então têm sido considerados democráticos os valores da autodeterminação cultural, da construção nacional e da autonomia política quando afirmados contra as pretensões expansionistas de vizinhos mais fortes. Como se não fosse suficiente esta ironia da história, concedendo a uma das variantes do racismo moderno uma génese que hoje é classificada como progressista, o paradoxo fica reforçado pelo facto de o imperialismo saído da revolução francesa não ter sido racista. Tanto o jacobinismo republicano como o bonapartista admitiam que as culturas e nações europeias pudessem ser unificadas num mesmo espaço político, e aliás a França contemporânea resulta de uma fusão que naquela época decerto pareceria tão hipotética — ou tão segura — como a das monarquias continentais sob a égide de Napoleão. Basta recordar que durante a revolução os decretos deviam ser publicados nas diferentes línguas, dialectos e maneiras de falar do país, e só a elite possuía uma língua comum, o francês, que era então precisamente a língua comum da elite nos outros países da Europa. Foi contra este expansionismo caracterizadamente anti-racista que os povos germânicos sentiram um sobressalto de independência. Se Corradini tivesse nascido cem anos mais cedo descobriria entre eles a «nação proletária», pois nem a Itália anterior ao *Risorgimento* estava tão fragmentada. A esfera da cultura germânica era constituída por um povo sem Estado próprio, repartido entre uma multiplicidade de soberanos e participando até numa monarquia, a dos Habsburgos, que não se apresentava como exclusivamente germânica. A dispersão era agravada pela divisão entre católicos e protestantes, acentuando no plano religioso as rivalidades profundas que opunham a Áustria e a Baviera à Prússia. Neste povo esfacelado surgiram vozes para defender uma unificação feita nos seus próprios termos, contra a confederação parcial que Napoleão levava a cabo sob a condição de uma definitiva dependência política. Além disso, um nacionalismo estritamente germânico só podia ser antinapoleónico, pois Napoleão pretendia reunir o continente sob o seu império, e desse quadro resultaria uma Alemanha cosmopolita, nunca nacionalista. Os patriotas germânicos esforçavam-se por insuflar no povo uma inspiração comum e fazer dele uma nação. Mas como a nação mais não é do que a afirmação territorial do poder de Estado, se os germanos não possuíam um Estado único estavam igualmente desprovidos de uma conotação nacional. Em que termos se poderia, então, definir a nova Germânia?

O factor de coesão apenas se podia achar onde Herder o havia indicado, na língua e na literatura, e com elas o romantismo germânico promoveu o ideal de uma nação unida para além das divisões políticas. Não era em soberanias retalhadas aos pedaços que Ernst Moritz Arndt

<sup>20</sup> E. Balibar (1994) 68.

encontrava a pátria; mas onde se falava alemão, proclamou ele num poema, ali se encontrava a Alemanha<sup>21</sup>. Também Schleiermacher e Friedrich von Schlegel apresentavam a língua como o instrumento necessário para a compreensão da vida política<sup>22</sup>. «A unidade da língua», escreveu Schlegel, «é aqui muito importante. Ela constitui o testemunho irrecusável, o traço de união mais íntimo e natural, e será considerada, junto com a identidade dos costumes, como o elo mais sólido e mais durável, assegurando a unidade da nação através dos séculos»<sup>23</sup>. Erguendo-se contra as concepções de direito assentes na igualdade jurídica, Savigny tomou como postulado que o fundamento do direito se encontrava no povo, entendido enquanto comunidade cultural, e a função dos juristas não consistia em criar leis mas em formalizar normas estabelecidas já consuetudinariamente. Para esta nova escola de interpretação as leis surgiam e desenvolviam-se do mesmo modo que o faziam as palavras e a língua, a partir de um núcleo originário irracional e indefinível, formando-se uma entidade evolutiva que os contemporâneos partilhavam com todos os ancestrais<sup>24</sup>. Referindo-se a Savigny e à sua interpretação histórica do direito, Georges Sorel observou com pertinência que na época o direito consuetudinário era assimilado à língua<sup>25</sup>.

Mas na área linguística alemã havia uma grande quantidade de dialectos e maneiras de falar, e o primeiro objectivo destes novos nacionalistas consistiu no estabelecimento de um padrão linguístico e na ordenação das tradições orais. Foi um nacionalismo de literatos, de etnólogos do conto popular, de pesquisadores das canções tradicionais<sup>26</sup>. O folclore, o tesouro de sabedoria de um povo, nasceu como nacionalismo literário. Já Herder se interessara por publicar recolhas de poesia popular<sup>27</sup>. «É o espírito da nossa nação que reside no conjunto da nossa literatura», lemos num artigo de Joseph von Görres, «e como a poesia é, mais do que qualquer outra forma literária, um espelho fiel do povo, graças a ela podemos conhecer facilmente a essência do nosso carácter nacional, a sua fisionomia particular e os traços dominantes do seu génio»<sup>28</sup>. É certo que noutros países houve eruditos a preocuparem-se igualmente com os contos e cantos tradicionais e com as raízes dos costumes rurais, mas só entre os germanos eles detiveram uma posição central na cultura e na vida social, a tal ponto que a antologia de canções populares publicada pelos jovens

<sup>21</sup> R. D'O. Butler (1943) 64-65.

<sup>22</sup> R. Aris (1965) 302; F. M. Barnard (1965) 161; H. S. Reiss (org. 1955) 36.

<sup>23</sup> Citado em J. Droz (1966) 59.

<sup>24</sup> Acerca das teorias jurídicas defendidas por Savigny no contexto do nacionalismo romântico consulte: F. M. Barnard (1965) 161; R. D'O. Butler (1943) 94-96; J. Droz (1966) 216-219; id. [s. d.] 90; H. S. Reiss (org. 1955) 38-39, 205.

<sup>25</sup> G. Sorel (1947) 249-250.

<sup>26</sup> J. Droz (1966) 79, 194, 198-199.

<sup>27</sup> R. D'O. Butler (1943) 28.

<sup>28</sup> Citado em J. Droz (1966) 195. Ainda acerca da noção da poesia como língua originária, corrente no romantismo germânico, ver P. Watson (2011) 192.

Achim von Arnim e Clemens Brentano nos primeiros anos do século XIX pôde ser saudada como um acontecimento político<sup>29</sup> e quatro décadas depois Jacob Grimm anunciou no prefácio à sua *História da Língua Alemã* que se tratava de «uma obra política até à medula dos ossos»<sup>30</sup>. Se nos demais Estados os literatos foram os serventes dos políticos, na formação da Alemanha moderna foram os literatos os primeiros políticos<sup>31</sup>. «Os alemães não tinham escolha», explicou um historiador das ideias; «tinham de criar um teatro nacional antes de serem capazes de se converter numa nação»<sup>32</sup>.

Aqueles que se exprimiam em alemão estariam possuídos por uma alma comum, um *Volksgeist*, o génio colectivo de um povo. Fichte deduziu a partir daqui o seu plano de renascimento do patriotismo germânico, de resistência ao invasor e de restauração da liberdade nacional. Ele considerava a língua como o factor originário e, inspirado talvez pelas teses defendidas por Schottel no século XVII, deduzia a vitalidade cultural e política dos alemães do facto de terem mantido viva a sua língua própria, enquanto os outros ramos germânicos espalhados pela cristandade ocidental haviam adoptado uma língua morta, o latim, o que provocara a sua degenerescência<sup>33</sup>. A dialéctica concebida por Fichte para explicar a história das culturas assentava nesta oposição entre a continuidade de uma língua viva e o uso de uma língua morta. Eram os alemães os únicos que podiam pensar de maneira criativa e sincera, desenvolvendo portanto a ciência e dando asas ao progresso, ao mesmo tempo que conservavam os valores sóbrios e tradicionais da honestidade intelectual. Bastava-lhes para isso reflectirem a partir dos fundamentos da língua, que na opinião de Fichte correspondiam à essência mais íntima do povo. «[...] a bem dizer, não é esse povo quem exprime o seu conhecimento, mas o seu conhecimento que se exprime através dele»<sup>34</sup>. Não seria o povo a falar a língua, mas a língua a fazer falar o povo. Desta maneira os franceses, antigos germanos, tendo-se sujeitado ao uso do latim, que era estranho à identidade orgânica do povo germânico, ficaram condenados a uma cultura artificial. Como poderia uma língua morta exprimir-se através de um povo, se ela já nada tinha a dizer? Incapaz de profundidade porque não

<sup>29</sup> R. Aris (1965) 333; R. D'O. Butler (1943) 59-60.

<sup>30</sup> Citado em L. Poliakov (1971) 199. R. D'O. Butler (1943) 98 traduziu: «política do principio até ao fim». Acerca do carácter político nacionalista que os irmãos Grimm atribuíram à sua recolha de contos ver P. Watson (2011) 265-266.

<sup>31</sup> Ver a este respeito W. Lepenies (2006) 45-46 e P. Watson (2011) 195, 290, 310. Referindo-se às duas primeiras décadas do século XIX, Sh. Sand (2010) 67 observou que «naquele tempo a jovem Alemanha não era tanto uma entidade política como um conceito cultural-linguístico».

<sup>32</sup> W. Lepenies (2006) 32.

<sup>33</sup> J. G. Fichte (1975) 108-109, 119-120, 141-142, 150 e segs. Acerca das concepções de Schottel, gramático e filólogo ilustre, ver L. Poliakov (1971) 109. Segundo este autor (pág. 117), também Friedrich von Schlegel pretendia que os povos que haviam adoptado línguas mortas ficavam desprovidos de faculdades criativas.

<sup>34</sup> J. G. Fichte (1975) 110.

podia retomar as raízes populares, a cultura francesa esvaiu-se na superficialidade do discurso<sup>35</sup>.

Para Fichte a língua não era uma criação social que um povo moldava consoante os traços da sua cultura, quaisquer que fossem os materiais de origem empregues. Pelo contrário, «os homens são formados pela língua, mais do que a língua o é pelos homens. [...] A língua em geral, e mais particularmente a designação dos objectos com a ajuda de sons emitidos pelo aparelho vocal, em nada depende de decisões arbitrárias ou de convenções [...] Na verdade, não é o homem enquanto tal quem fala, mas a natureza humana que se exprime através dele e se comunica aos outros. Assim, devia dizer-se que a língua é *una* e inteiramente necessária»<sup>36</sup>. Considerada a língua como o factor primitivo, saído directamente da natureza, as palavras possuiriam o estatuto de coisas. «[...] não sendo a língua uma criação arbitrária, mas emanando da vida inteligente como uma força directa da natureza, sucede que ao prosseguir o seu desenvolvimento sob a égide desta lei ela possui igualmente a força para intervir na vida e para a estimular. Tal como as coisas, mediante a sua presença directa, são capazes de estimular a actividade dos homens, também as palavras dessa língua devem estimular aqueles que as compreendem, porque estas palavras são igualmente coisas reais, e de modo nenhum produtos arbitrários»<sup>37</sup>.

Esta tese desenvolveu-se num sentido racista quando da alma se passou ao corpo, pretendendo-se que os elementos de um povo falavam e pensavam da mesma maneira porque tinham o mesmo tipo de cérebro. A ansiada existência de um povo germânico não se justificava em função de um Estado enquanto mero conjunto de instituições políticas centralizadoras, nem em função de uma nação, quer apresentada simplesmente como um território quer considerada de maneira sentimental como um solo, com todas as conotações metafísicas. Neste contexto, o povo só era compreensível em termos de raça. A língua passou a significar, antes de mais, uma expressão da raça. Quem pretenda negar o racismo de Fichte invocando o facto de ele reconhecer que a população dos Estados alemães resultava de uma mistura com as antigas populações autóctones e com elementos eslavos está a iludir-se quanto ao verdadeiro lugar deste racismo, que não se referia originariamente ao sangue, mas à língua<sup>38</sup>. Para Fichte era em sentido pleno e

<sup>35</sup> Ver os quarto, quinto e sexto Discursos em id., *ibid.* É necessário não esquecer que o francês havia sido desde os meados do século XVII a língua das cortes alemãs, pelo que se tratava aqui de uma redobrada afirmação de nacionalismo. Ver W. Lepenies (2006) 148.

<sup>36</sup> J. G. Fichte (1975) 109-110 (sub. orig.). Ver igualmente as págs. 114-115.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, 113-114.

<sup>38</sup> E. Balibar (1994) 77 pretendeu que Fichte se teria oposto «à ideia de que haveria um elo histórico entre a continuidade linguística e a continuidade biológica». Ver igualmente a pág. 194. Mas, ao analisar os *Discursos à Nação Alemã*, Étienne Balibar deixou escapar o sentido primacial das concepções linguísticas de Fichte, pois só abordou as suas implicações depois de ter já definido em linhas gerais o que lhe pareceu ser a perspectiva política da obra. Por isso pôde atribuir a Fichte uma circularidade de definições, escrevendo (pág. 79) que para ele um povo vivo produzia uma língua viva, tal como uma língua viva dava vida a um povo. Ora, Fichte deixou bem claro que o processo

literal que «os homens são formados pela língua». A pureza linguística, entendida como conservação viva da língua originária, garantia a pureza rácica, que as outras mestiçagens não atingiam. Assim, pouco importavam o sangue e a genealogia, porque a língua não era só uma maneira de pensar e falar, mas materializava-se numa constituição cerebral própria. Com esta materialização da expressão oral passava-se o mesmo que com tudo o resto na «síntese genética» concebida por Fichte, que restringia ao plano intelectual os processos cognitivos e fenomenológicos necessários para a criação da realidade empírica. O *ego* era para Fichte uma noção colectiva e ele considerava a acção intelectual desta entidade colectiva como criadora da realidade<sup>39</sup>. O único verdadeiro problema na filosofia de Fichte era a sequência de processos cognitivos e fenomenológicos, não a materialização destes processos. A língua não era uma excepção, e enganar-nos íamos gravemente se considerássemos que Fichte a deixava em suspenso no plano das ideias, sem pressupor a sua corporalização.

Fichte, que várias vezes adoptou uma postura universal, prevendo as implicações positivas do sistema educacional de Pestalozzi para «toda a humanidade»<sup>40</sup> e afirmando que «o género humano é um todo, eternamente em progresso»<sup>41</sup>, desvendou os limites desta abertura de espírito ao erigir a nação alemã em mãe da civilização e ao proclamar, na conclusão do último dos *Discursos à Nação Alemã*, que a degradação da cultura germânica e da sua entidade nacional implicaria o fim definitivo da humanidade<sup>42</sup>. Ou, como escreveu noutra obra, «se o Alemão não salva a cultura da humanidade, nenhuma outra nação europeia a poderá salvar»<sup>43</sup>. Talvez se afigure paradoxal que o nacionalismo, no momento da gestação, se tivesse apresentado como um universalismo, mas esta contradição resolve-se ao verificarmos que qualquer nacionalismo encontra no imperia-

tinha um sentido único. Para ele, em vez de a língua resultar de uma criação social, eram os seres humanos a serem criados pela língua e era a língua a exprimir-se através do povo. O *eu* criativo era um *eu* no *nós*, e o carácter criador do *nós* vinha-lhe de constituir um processo. Assim, a língua evoluía — ou seja, vivia — porque ela mesma era um processo, sem que haja lugar para introduzir, como fez Balibar (pág. 81), qualquer acção do homem sobre a língua. O homem não tinha, para Fichte, uma actividade criadora própria, sendo apenas o instrumento através do qual a língua exercia a sua função criativa. As correntes de pensamento irracionalistas e racistas que se reforçaram na Alemanha durante as primeiras décadas do século XX e contribuíram para a formação do nacional-socialismo não se enganavam quando recorriam às concepções de Fichte para superar o individualismo de Nietzsche, e A. Messer (1946) 743 chamou a atenção para a existência de uma relação ideológica entre a Sociedade Fichte de 1914 e as lucubrações de Lagarde e de Houston Stewart Chamberlain.

<sup>39</sup> R. Aris (1965) 110, 116-117.

<sup>40</sup> J. G. Fichte (1975) 190.

<sup>41</sup> Id., *ibid.*, 182.

<sup>42</sup> Id., *ibid.*, 275-276. J. Droz (1966) 155 indicou que, numa carta dirigida a Adam Müller, Gentz elogiara os *Discursos à Nação Alemã*, o que ajuda a situar politicamente os limites do liberalismo de Fichte. Mas, por outro lado, convém recordar que Gentz nunca abandonou o racionalismo, como esclareceram R. Aris (1965) 213 e Jacques Droz, *op. cit.*, 157-158.

<sup>43</sup> Esta passagem dos *Diálogos Patrióticos: O Patriotismo e o seu Contrário* vem citada em A. Philonenko (2004) 944. Talvez se encontrasse em Novalis uma noção semelhante, como parece indicar R. D'O. Butler (1943) 39.

lismo a sua vocação última e anuncia este processo de expansão como a sua missão universal<sup>44</sup>.

Todavia, o facto de Fichte se ter mantido fiel ao jacobinismo introduziu uma certa ambiguidade nas suas formulações. Foi entre os conservadores e os jacobinos convertidos ao conservadorismo, formando a grande maioria dos românticos na área germânica, que a passagem do tema da língua para o tema da raça se operou sem equívocos, dentro do modelo orgânico de nação proposto por Herder. Este antropomorfismo social não espanta, se o colocarmos no contexto de um nacionalismo que atribuía aos povos uma psicologia, como se fossem indivíduos. Dando um cérebro ao *Volksgeist*, acabava-se dando-lhe também um corpo, e assim a nação ficava definitivamente convertida numa raça<sup>45</sup>. Curiosamente, existe na esquerda de tradição marxista uma certa miopia acerca desta questão, devida à forma como entende o papel desempenhado por Hegel e como reviu as concepções hegelianas de Estado. Analisar os pensadores do romantismo germânico à luz da versão marxista do hegelianismo é ignorar o tema do racismo. «Em si, cada raça é um todo fechado, um círculo completo», escreveu Görres, que seria tão apreciado pelos nacionais-socialistas; «todos os seus membros estão unidos por uma comunidade de sangue; e tal como falam uma única língua, também devem ter uma única consciência e comportar-se como um só homem. É esta a regra fundamental»<sup>46</sup>. Se, na sua dispersão política, os povos germânicos nada possuíam em comum além da língua, ela foi assimilada à raça, no sentido biológico.

Na verdade, os teóricos deste racismo inverteram os critérios de avaliação histórica e mistificaram a transitoriedade cultural mediante a invocação de uma perenidade biológica, pois os discursos que proferiam sobre as raças mais não eram do que discursos sobre as línguas. O passo

<sup>44</sup> «O facto de algumas expressões radicais do nacionalismo», observou E. Balibar (1994) xiv a propósito dos *Discursos à Nação Alemã*, «terem as suas raízes em categorias e princípios não particularistas mas universalistas será um mistério para quem acreditar no carácter absoluto de alternativas como “individualismo ou holismo” e “racionalismo ou irracionalismo”». Não creio que devam ser estes os termos do «mistério», que se esclarece ao verificarmos que nacionalismo e imperialismo não se excluem.

<sup>45</sup> A identificação entre nação e raça na obra de Schleiermacher e de Ernst Moritz Arndt foi analisada por R. Aris (1965) 302 e 385. A. Quinchon-Caudal (2013) 17 mencionou a evolução de Arndt «para um racismo mais especificamente biológico». A propósito de Arndt ver igualmente L. Poliakov (1971) 117, que indicou ainda Friedrich Ludwig Jahn entre os autores que exaltaram o sangue germânico. Também Anne Quinchon-Caudal, op. cit., 17-18 considerou que as sociedades de ginástica criadas por Jahn tinham uma finalidade eugenista. Afigura-se-me muito estranho que K. Mannheim (1986) não se tivesse apercebido do carácter fundamentalmente racista do conservadorismo germânico. A incompreensão é flagrante quando ele atribuiu (págs. 92-93) aos conservadores de expressão alemã concepções que situavam o indivíduo nos corpos sociais ou na nação, quando era no povo entendido enquanto raça que eles encontravam o único lugar para o indivíduo. Mais curioso ainda é o facto de Karl Mannheim não ter visto (págs. 153 e segs.) que a escola histórica implicava, no contexto da cultura germânica, uma perspectiva estritamente racista da vida dos povos. Para um texto escrito na década de 1920, quando a sombra de Hitler crescia sobre toda a Alemanha, esta lacuna é propriamente intrigante.

<sup>46</sup> Citado em R. D'O. Butler (1943) 68 e J. Droz (1966) 198. Segundo Jacques Droz, op. cit., 194, o antropomorfismo era muito claro na obra de Joseph Görres, já que ele considerava as dualidades do corpo humano como modelo do organismo contraditório do Estado. Quanto à estima que o fascismo alemão mostrou por Görres, basta recordar, com G. Lukács (1980) 193, que ele era considerado, juntamente com Adam Müller, um precursor mais importante do que Schelling.

decisivo foi dado por Friedrich von Schlegel ao defender que a comunidade linguística encontrada na origem do sânscrito, do persa e de várias línguas europeias correspondera a uma entidade racial, os arianos, conquistadores da Índia e fundadores da cultura ocidental<sup>47</sup>. Assim se passou da descoberta de uma família linguística para a invenção de uma raça e esta transição constituiu o acto fundador do novo tipo de racismo. «De uma língua fez-se um povo, e deste povo fez-se em seguida uma raça», observou com pertinência um especialista. «Sobre essa base linguística e depois racial construiu-se toda uma história mítica»<sup>48</sup>. E graças a tais acrobacias a filologia expandiu-se da história cultural das línguas para a pretensa história biológica da humanidade<sup>49</sup>. Houston Stewart Chamberlain deixou clara a genealogia das suas teses ao escrever, no prefácio a uma das reedições da sua obra principal, que «se a questão das raças pôde ser progressivamente esclarecida a despeito dos antropólogos [...] devemo-lo à filologia comparada do século passado. Todos os conceitos fundamentais que constituem hoje um património comum e que a própria antropologia anatómica não poderia dispensar [...] devemo-los em primeiro lugar à filologia. Ela não buscou o ser exterior, a ossatura, mas, pelo contrário, o ser mais íntimo, a alma invisível do que a nossos olhos aparece sob a forma de corpo — a linguagem»<sup>50</sup>. Ficou assim traçado o caminho que levou do romantismo germânico ao racismo nacional-socialista.

As teorias racistas de conotação linguística foram forçosamente irracionistas<sup>51</sup>, pois a língua não é um conteúdo do pensamento, mas a sua forma. «Considerava-se que as duas essências mais puras de uma “raça” eram a sua linguagem e os seus cantos populares. [...] e considerava-se que eles comunicavam o sentimento, não a razão», observou um historiador. «Herder negou a prioridade do pensamento e da razão relativamente às palavras [...] Para Herder e para os românticos o objectivo principal da linguagem não era transmitir a razão, mas expressar o sentimento [...]»<sup>52</sup>. A língua falada e a língua cantada seriam formas capazes de comunicar as sensações antes de veicular as ideias, aptas a estabelecer uma comunhão física elementar. Os român-

<sup>47</sup> A. Herman (1997) 57. Segundo P. Watson (2011) 430, «Friedrich Schlegel foi o principal construtor do mito ariano».

<sup>48</sup> A. Pichot (2000) 395, 397.

<sup>49</sup> M. Bernal (1987) 224, 231, 232, 238, 305, 345; L. Poliakov (1971) 14, 117, 191, 193, 195, 265. Léon Poliakov, op. cit., 87-92 pretendeu que o sentimento de uma identidade colectiva germânica nascera, cerca do século X, a partir da consciência de uma comunidade linguística e só mais tarde, já no século XVI, se encetara a busca de um mítico antepassado comum, até finalmente se passar das genealogias ao sangue e se formular aquela identidade em termos raciais. Segundo esta tese, o percurso da língua até à raça teria ocupado a cultura germânica ao longo de um milénio.

<sup>50</sup> H. S. Chamberlain (1913) 1398-1399.

<sup>51</sup> R. Aris (1965) 210-211 mostrou o carácter irracionista do pensamento político romântico. A propósito do irracionismo na obra de Herder ver J. Droz (1966) 17-18 e 37. Quanto ao mesmo tema nas teses de Ernst Moritz Arndt ver id., *ibid.*, 187. Consultar também id., *ibid.*, 223.

<sup>52</sup> M. Bernal (1987) 206, 226.

ticos levaram ao extremo a noção de psicologia dos povos, estipulando como factor rático determinante uma forma de pensamento, anteriormente ao seu conteúdo intelectual ou mesmo sem esse conteúdo. E é precisamente isto que caracteriza o irracionalismo. Tratava-se, no entanto, de um tipo de irracionalismo diferente do intuicionismo que haveria de estar em voga no começo do século XX, porque para o romantismo racista germânico a forma do pensamento não era apenas uma categoria lógica, mas uma verdadeira manifestação física, sensorial.

Contra as abstrações niveladoras da razão, que explicavam as diferenças sociais graças ao dinheiro, esse grande redutor da qualidade à quantidade, os românticos germanos usaram o irracionalismo para afirmar a irredutibilidade das distinções qualitativas e puderam assim repensar os princípios da sociedade conservadora. Por um lado, ao denunciarem os teóricos e políticos jacobinos eles deviam inevitavelmente aparecer como conservadores. O modelo orgânico, que Herder usara para abordar a comunidade popular e converter a plebe num objecto primordial da reflexão política, passou a servir de justificação às hierarquias sociais<sup>53</sup>, legitimando como natural a superioridade das classes dominantes<sup>54</sup>. «A mesma substância intelectual que se representa a si própria na natureza enquanto organismo biológico cria na esfera da mente humana e na história uma forma apropriada no organismo do Estado», pretendeu Schelling<sup>55</sup>. Por outro lado, porém, como as forças mais retrógradas, ligadas aos interesses da multiplicidade de casas reinantes, defendiam a fragmentação da soberania e eram contrárias a qualquer ensaio centralizador, o nacionalismo germânico, apesar de conservador, foi paradoxalmente obrigado a ser inovador<sup>56</sup>. E como lucidamente não era possível depositar nos monarcas todas as esperanças de renovação, teve também de ser popular. Por isso os românticos não puderam recorrer ao corpo de doutrina política dos séculos XVII e XVIII e tiveram de partir das teses de Herder.

Eles começaram por seguir a lição de Herder quando aplicaram à história da humanidade e às suas instituições o modelo biológico dos organismos<sup>57</sup>, que se desenvolvem e, apesar disso, mantêm a identidade através da sucessão das fases. A razão abstracta, triunfante na revolução francesa, tinha como corolário a noção de progresso. O romantismo germânico, todavia, ao conceber a solidariedade das sucessivas gerações no interior de uma sociedade entendida de maneira orgânica, não atribuía à história uma dinâmica de progresso, considerando a passagem do tempo

<sup>53</sup> R. Aris (1965) 242; R. D'O. Butler (1943) 29.

<sup>54</sup> F. M. Barnard (1965) 157.

<sup>55</sup> Citado em R. Aris (1965) 289.

<sup>56</sup> E. Nolte (1965) 263 chamou a atenção para o carácter paradoxalmente antigovernamental da tradição conservadora germânica.

<sup>57</sup> J. Droz (1966) 19, 35, 44, 46-47, 70, 128, 187-188, 194, 223.



como uma evolução a cujos estádios presidia a imanência do passado<sup>58</sup>. Deste modo, e contrariamente ao que Herder havia postulado, as especificidades dos indivíduos eram apagadas pela participação em comunidades nacionais<sup>59</sup>. Para os românticos alemães, observou um estudioso, «é o organismo social que se vai tornar o principal elemento de reflexão»<sup>60</sup>, e esta redução do indivíduo a uma mera expressão da colectividade constituiu uma forma de totalitarismo. Contra a *nation* dos cidadãos jacobinos definiu-se um *Volk*, fundido num sentimento e num pensamento comuns, e que por isso tendia a ser representado não só culturalmente mas racialmente, de maneira *völkisch*<sup>61</sup>. Os indivíduos não eram cidadãos, mas membros de uma raça. Como escreveu um dos mais profundos conhecedores do nacional-socialismo, «sempre que os teóricos e as figuras políticas da Alemanha se referiram à nação divorciaram-na de qualquer conotação jacobina, tanto democrática como política, quer dizer, de qualquer doutrina da soberania popular. Uma teoria biológica racial substituiu a teoria política da nacionalidade. Muito antes de Hitler, na teoria política alemã o vínculo político entre homens livres tendia a dar lugar ao vínculo natural entre membros da raça germânica»<sup>62</sup>. Não se tratava de unificar mediante discursos e interesses os indivíduos de uma nação, mas de inspirar para uma nova fase de desenvolvimento um povo cujos elementos comungavam de uma mesma sensibilidade perante o mundo. E assim os nacionalistas românticos introduziram uma alteração profunda no conceito de liberdade que havia sido inaugurado pela democracia jacobina. Observou um especialista que «se eles proclamam a liberdade como necessária, não é de modo nenhum para emancipar o indivíduo dos constrangimentos históricos, de ordem política ou social, mas para criar uma colectividade organizada, um “ser popular”, uma vontade colectiva de poder, em suma, para integrar mais fortemente o indivíduo no todo»<sup>63</sup>.

Esta história entendida como imanência do passado encontrava nas raças o sujeito próprio. Evoluindo como as línguas evoluem, as raças manteriam através dos tempos os seus caracteres fundamentais, tal como a maneira de falar de uma época tem raízes noutras épocas. Contra a abstracção corrosiva difundida pelo imperialismo jacobino e napoleónico, o nacionalismo germânico defendia uma interpretação orgânica dos povos, que privilegiava as diferenças colectivas e as considerava definidoras de uma identidade trans-histórica. Por muito que custe aos marxistas admiti-lo, a dialéctica hegeliana, concebendo o desdobrar das mudanças enquanto reali-

<sup>58</sup> Id., *ibid.*, 19, 35-37.

<sup>59</sup> Id., *ibid.*, 44-46, 72-73, 82. Acerca da singularidade e, portanto, da diversidade dos elementos individuais no modelo herderiano de organismo ver F. M. Barnard (1965) 36-37 e 164.

<sup>60</sup> J. Droz (1966) 46.

<sup>61</sup> Acerca da tradução de *völkisch* ver a n. 464 do capítulo 2 desta Parte 4.

<sup>62</sup> F. Neumann (1943) 128.

<sup>63</sup> J. Droz (1966) 189.

zação de uma permanência fundamental, foi a tentativa suprema de conferir uma lógica coerente a uma ideia de processo orgânico que começou com Herder e atingiu as suas consequências últimas — embora não forçosamente únicas — no fascismo racista. Num livro publicado em 1809, um ano que tantas esperanças frustradas trouxe para o patriotismo germânico, Adam Müller escreveu que o Estado, já que englobava todas as formas de colectividade humana e se mantinha em permanente mutação, incluía também a comunidade dos mortos e até a dos que haveriam de nascer no futuro, daí lhe advindo a sua qualidade fundamental, que era a duração no tempo. Por isso Müller, o principal dos pensadores políticos do romantismo germânico, que os nacional-socialistas tanto estimariam, pretendia que o Estado não podia ser contido no interior de nenhuma teoria política. «O Estado e todas as grandes questões humanas têm em comum uma qualidade que os caracteriza, a de a sua essência ser completamente insusceptível de se envolver ou condensar mediante palavras ou definições», afirmou Müller naquela obra. «Às fórmulas rígidas [...] chamamos conceitos. Mas não existe nenhum conceito de Estado. [...] Se o pensamento que dedicámos a um tão sublime objecto se expande, se ele se move e desenvolve à medida que o objecto se move e desenvolve, chamamos então a este pensamento não o conceito da coisa, mas a ideia da coisa, do Estado, da vida»<sup>64</sup>. Vemos que a crítica à abstracção científica em nome do lirismo do concreto, que veio depois a inspirar os postulados da Física Ariana, se encontrava na pura linhagem da problemática que levou à fundação do Estado alemão moderno.

Neste contexto compreende-se o entusiasmo por instituições políticas englobantes, capazes de justificar na prática o povo-raça definido pelos linguistas e pelos literatos, e que deviam ser tanto mais unificadoras quanto os futuros súbditos estavam secularmente dispersos. «[...] assim como um ser humano não pode sair de si próprio também não pode sair do Estado», proclamou Adam Müller em 1808. «É impossível pensar o homem fora do Estado. [...] O Estado é a totalidade dos interesses humanos, a sua união num todo vivo»<sup>65</sup>. Quem se opunha à vocação racista e totalitária do novo Estado? A precariedade da sua base social fez com que a esmagadora maioria dos liberais ou evoluísse para posições conservadoras ou se comprometesse com o

<sup>64</sup> Citado em K. Mannheim (1986) 141. Quanto às concepções de Adam Müller a respeito do Estado consulte: F. M. Barnard (1965) 158, 160; R. D'O. Butler (1943) 81-86; J. Droz (1966) 72; K. Mannheim (1986) 98; H. S. Reiss (org. 1955) 28, 143 e segs. Também Novalis pretendia que «as definições são um veneno para a ciência», como indicou R. Aris (1965) 211. Quando Ph. Burrell (2000) 134 observou em Hitler «essa recusa das instituições, acusadas de imobilizarem artificialmente o “movimento da vida”, e a preferência pela relação pessoal em vez da relação de tipo racional-jurídico», ele mostrou simplesmente a influência exercida pelo pensamento de Müller sobre o nacional-socialismo. O mesmo posso dizer a respeito da caracterização do conservadorismo revolucionário durante a república de Weimar por J. Herf (1986) 27.

<sup>65</sup> Um longo extracto da conferência proferida por Adam Müller a 22 de Novembro de 1808 encontra-se antologado em H. S. Reiss (org. 1955) 143 e segs. As passagens citadas vêm nas págs. 144-145 e 157. Ver ainda R. Aris (1965) 310.

imperialismo napoleónico e assim, paradoxalmente, não surgiu entre os germanos um verdadeiro jacobinismo nacionalista<sup>66</sup>. Fichte, nos *Discursos à Nação Alemã*, parece uma exceção, já que criticou o império de Napoleão por ter traído as origens jacobinas da revolução e propôs-se resolver em termos democráticos e republicanos os problemas da unidade alemã. Ao fazê-lo, porém, adoptou os temas sugeridos pelo romantismo conservador. A pequena minoria de liberais que participou no movimento patriótico não se opôs, antes deu nova força, às teses defendidas pelos conservadores e só neste quadro conceptual avançou as suas propostas. Um especialista resumiu a situação escrevendo que «eles foram obrigados a sacrificar o seu liberalismo ao seu nacionalismo»<sup>67</sup> e outro autor analisou os dilemas sentidos por Fichte e pelos nacionalistas democratas: «Fichte confessava-se anti-semita e os seus sentimentos anti-semitas assumiram a forma mais aguda na época em que formulava a sua teoria quase anarquista do Estado. É importante saber que essas declarações anti-semitas ocorreram durante o período liberal do seu pensamento. Não se tratou de uma coincidência, como podemos verificar quando recordamos que na época posterior à revolução francesa e às guerras napoleónicas foi o movimento liberal a adoptar e prosseguir o anti-semitismo. O regime napoleónico levava a cabo a emancipação jurídica dos judeus na Alemanha, e neste país a luta contra Napoleão converteu-se em luta contra as reformas que ele realizara. Mobilizadas por lemas liberais e patrióticos, as multidões destruíram as sinagogas e as residências judaicas, e os maus tratos infligidos aos judeus tornaram-se quase quotidianos»<sup>68</sup>. A conversão linguística do povo em raça incluiu o anti-semitismo, e um polemista vigoroso, Arndt, citou o anti-semitismo entre os temas do romantismo nacionalista<sup>69</sup>. Com efeito, não foram poucas as figuras cimeiras da literatura romântica germana profundamente hostis aos judeus<sup>70</sup>.

O paradoxo constituído pela génese progressista do racismo germânico foi seguido por um conjunto de circunstâncias não menos singular, aparecendo os liberais como defensores de instituições políticas de vocação totalitária. Ao se oporem às dinastias, os liberais de 1848 lutaram

<sup>66</sup> J. Droz (1966) 178-179, 296, 298-299.

<sup>67</sup> Id., *ibid.*, 296.

<sup>68</sup> F. Neumann (1943) 135. Acerca da emancipação jurídica dos judeus promovida pelo imperialismo napoleónico ver ainda J. Droz (1966) 135. Note-se que a hostilidade de Fichte aos judeus não o impediu de considerar Salomon Maimon como o grande renovador do pensamento de Kant e de ter sido profundamente influenciado pela maneira como Maimon formulara as questões filosóficas, segundo indicou E. Cassirer (1993) III 159 e segs.

<sup>69</sup> R. Aris (1965) 386; J. Droz (1966) 187.

<sup>70</sup> R. Aris (1965) 401. Este autor pretendeu (págs. 401-402) que o anti-semitismo dos românticos germânicos se devia a motivos políticos e não raciais. Mas como ele próprio chamou a atenção (págs. 302, 385) para o carácter racial do nacionalismo de Arndt e de Schleiermacher, por exemplo, é difícil sustentar que o germanismo podia afirmar-se no plano rático, mas não o anti-semitismo. Por seu lado, J. Droz (1966) 236 n. 2 considerou que «este anti-semitismo se revestiu de um carácter mais económico do que racial». Ambos os aspectos, porém, afiguram-se-me indissociáveis no romantismo germânico, em que os traços culturais eram considerados expressões de uma especificidade racial. Note-se que, a crer em L. Poliakov (1971) 191, Friedrich von Schlegel não só ignorou o anti-semitismo como defendeu activamente a emancipação dos judeus.

igualmente pela instauração de um Estado central poderoso e anexionista<sup>71</sup>, capaz de realizar a unificação do povo-raça, e se reapreciarmos nesta perspectiva as opiniões defendidas por Friedrich Engels e Karl Marx acerca da relação entre alemães e eslavos, tal como as expus quando analisei as raízes do conceito de «nação proletária» (no capítulo 1 da Parte 3), apercebemo-nos da dimensão do problema. Os fundadores do comunismo moderno não se destacaram do quadro político do povo-raça e permaneceram até ao final da vida apegados a um tema que na sua procedência e nas suas implicações era de carácter estritamente romântico e conservador. Não é difícil compreender que muitos liberais de 1848, que se tinham oposto à dispersão das soberanias, figurassem depois de 1871 entre os apologistas do regime prussiano, já que o Império acabado de formar constituíra-se como uma força centralizadora. Richard Wagner representou o elo de continuidade indispensável entre as concepções racistas românticas, tal como haviam sido reformuladas em 1848, e o racismo hitleriano, tal como viria a ser inspirado por Houston Stewart Chamberlain. A sua evolução desvendou a vocação totalitária do liberalismo germânico.

«Este é, na verdade, o fenómeno mais estranho da história alemã», observou um comentador arguto e conhecedor; «a burguesia industrial, incapaz de lutar pela democracia parlamentar ou sem vontade de o fazer, submetida ao sistema semiabsolutista do Império, orienta toda a sua energia política em direcção a um imperialismo agressivo»<sup>72</sup>. Creio que o mistério se esclarece quando traçamos a origem do totalitarismo e do racismo moderno na esfera da cultura germânica. Os liberais do Império tinham uma aspiração totalitária no âmbito interno e nas relações externas eram agressivos, visto que as potências vizinhas, que se haviam oposto à unificação do país, continuavam a vê-la com desconfiança depois de ela ter sido realizada<sup>73</sup>. Isto ajuda a compreender a fragilidade das instituições implantadas pela república de Weimar, sem que surgisse uma corrente significativa de tradição democrática-burguesa entre os movimentos opostos à ascensão do nacional-socialismo. O triunfo de Hitler ficou singularmente facilitado num país em que, não cabendo aos conservadores enfrentar o totalitarismo, os próprios liberais o promoviam. A versão racista do fascismo veio na continuidade da concepção do povo como raça, originariamente defendida num quadro de valores de inspiração emancipadora. «O nacional-socialismo é uma consequência muitíssimo venenosa, ou mais exactamente uma sobreconsequência, do romantismo alemão», diagnosticou Victor Klemperer em 1944, quando se havia já tornado patente a integralidade dos efeitos nocivos do hitlerismo, e denunciou em seguida «a absoluta descida aos

<sup>71</sup> F. Neumann (1943) 236. Ver igualmente R. D'O. Butler (1943) 110 e 126-127.

<sup>72</sup> F. Neumann (1943) 236.

<sup>73</sup> Quanto a este duplo aspecto do liberalismo alemão durante o Segundo Reich ver id., *ibid.*, 234-242. Ver igualmente W. Lepenies (2006) 109.

infernos do romantismo no Terceiro Reich»<sup>74</sup>.

Todavia, se na genealogia do nacional-socialismo se encontra o racismo romântico, caracterizado por conferir uma conotação biológica a traços culturais ou psicológicos que até então haviam sido remetidos para a esfera exclusivamente espiritual, o outro dos precedentes da selecção racial promovida por Hitler e por Himmler encontra-se na obra de alguns consagrados cientistas. O nacional-socialismo conjugou ambas as tradições num sistema único.

## 2. O aparecimento do racismo na obra de Darwin

A generalização nos países europeus do tipo de racismo que converte as diferenças culturais em hierarquias biológicas fica ilustrada com clareza se compararmos duas obras de Charles Darwin. Uma, publicada em 1839 sob o título *Journal of Researches into the Geology and Natural History of the Various Countries Visited by H.M.S. Beagle, 1832-36*, tornou-se conhecida como *The Voyage of the Beagle*. Nesta obra, embora desdenhasse certos povos pelas limitações tecnológicas e por serem desprovidos de Estado, Darwin compreendeu as suas relações sociais e as suas culturas. Por exemplo, depois de narrar as atrocidades que as tropas de Rosas estavam a cometer na Argentina na guerra contra os índios, observou: «É triste descobrir como os índios cederam perante os invasores espanhóis. Schirdel diz que em 1535, quando foi fundada Buenos Aires, havia aldeias com dois e três mil habitantes. Mesmo no tempo de Falconer (1750) os índios organizavam expedições contra lugares tão distantes como Luxan, Areco e Arrecife, mas agora estão remetidos para além do Salado. Não só foram exterminadas tribos inteiras, mas os que restam tornaram-se mais selvagens; em vez de habitarem grandes aldeias e se dedicarem aos ofícios da pesca e da caça, vagueiam agora pelas planícies, sem casa nem ocupação fixa»<sup>75</sup>. A análise é interessante por mostrar que a situação das populações indígenas naquela época não correspondia a nenhuma característica inatas, mas resultava de uma degradação provocada exclusivamente pelos invasores. E tendo dedicado várias páginas a descrever, sempre com compreensão e frequentemente com argúcia, o modo de vida dos nativos do extremo sul das Américas, Darwin expôs a relação entre as formas sociais e as condições económicas e políticas: «A perfeita igualdade existente entre os indivíduos que compõem as tribos da Terra do Fogo há-de atrasar por muito tempo a sua civilização. [...] Quer se considere como causa ou como conse-

<sup>74</sup> Esta passagem da entrada de 5 de Setembro de 1944 encontra-se em M. Chalmers (org. 2006 b) 409.

<sup>75</sup> Ch. Darwin (1990 b) 78.

quência, são sempre os mais civilizados a ter as formas de governo mais artificiais. [...] Na Terra do Fogo, até que surja um chefe com poder suficiente para se apoderar de qualquer vantagem adquirida, por exemplo, dos animais domesticados, não se afigura possível melhorar o estado político da região. Mesmo uma peça de tecido dada a alguém é rasgada em pedaços e distribuída; e nenhum indivíduo se torna mais rico do que outro. Por outro lado, é difícil entender como possa vir a surgir um chefe sem que haja antes algum tipo de propriedade que lhe permita manifestar a sua superioridade e aumentar o seu poder»<sup>76</sup>. Não importa aqui que Darwin tivesse considerado uma sociedade tanto mais perfeita quanto mais desiguais fossem as fortunas e autoritário o Estado. O fundamental é que explicou a situação daquelas populações em termos estritamente sociais, não racionais.

No entanto, ao publicar em 1874 a segunda edição, ampliada, de *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, a sua perspectiva mudara radicalmente. O pressuposto do livro é a inferioridade biológica dos povos que vivem em sistemas sem propriedade ou com um grau reduzido de diferenciação das fortunas, e sem Estado ou sob formas rudimentares de autoridade. Segundo a tese que serve de fio condutor à obra, as diferenças de raça constituem uma hierarquia, ocupando os brancos o nível superior e ficando os anglo-saxónicos acima dos demais. O enunciado é conciso, por vezes de flagrante rudeza: «A convicção de que existe no homem uma estreita relação entre a dimensão do cérebro e o desenvolvimento das faculdades intelectuais apoia-se na comparação dos crânios das raças selvagens e civilizadas, dos povos antigos e modernos, e por analogia com toda a série dos vertebrados»<sup>77</sup>. E «os poderes mentais dos animais superiores não diferem em género, ainda que o façam muito em grau, dos poderes correspondentes do homem, especialmente das raças inferiores e selvagens [...]»<sup>78</sup>. Esta distância menor que separaria os animais superiores das raças humanas inferiores explicaria, sem dúvida, «a forte tendência observada nos nossos aliados mais próximos, os macacos, nos idiotas microcéfalos e nas raças selvagens da humanidade para imitar tudo aquilo que ouçam e lhes desperte a atenção [...]»<sup>79</sup>. Ao mesmo tempo Darwin considerou também as mulheres física e mentalmente inferiores aos homens. Será bom nunca esquecer que a conversão do racismo numa gradação biológica se operou juntamente com idêntica transformação no sexismo. Porém, se Darwin se tornou um racista, não deixou por isso de ser um grande cientista, e a sua argumentação ilustra involuntariamente este paradoxo. No primeiro terço do livro Darwin afirmou a inferioridade biológica dos

<sup>76</sup> Id., *ibid.*, 173.

<sup>77</sup> Id. (1990 a) 45.

<sup>78</sup> Id., *ibid.*, 471.

<sup>79</sup> Id., *ibid.*, 73.

povos selvagens e propôs-se em seguida explicá-la. Para isso introduziu a noção de selecção sexual, mas com tal isenção que tudo o que conseguiu, nos restantes dois terços da obra, foi justificar as diferenças de cor e fisionomia, sem que nunca, nem numa linha sequer, pudesse daí inferir a hierarquização das capacidades mentais. E assim ficou por demonstrar aquela que para Darwin seria precisamente a questão.

Darwin forneceu um mecanismo teórico que permite explicar como uma multiplicidade de seres com diferenças infinitesimais pode vir a formar grandes grupos distintos uns dos outros e relativamente homogêneos no seu interior. Foi talvez no funcionamento do capitalismo britânico tal como se apresentava nos meados do século XIX, com entidades económicas constituídas graças à livre concorrência entre pequenas empresas e com partidos parlamentares legitimados pelo voto de cidadãos particulares, que Darwin encontrou a inspiração para um modelo exclusivamente interindividual, em que os grupos se reduzem à acção recíproca de componentes dispersos<sup>80</sup>. Darwin propôs no plano biológico um sistema de relacionamento entre indivíduos e parou à beira do social. Deste limiar em diante os linguistas românticos haviam já dado o seu contributo, ao representarem a essência do corpo político como língua e a história como filologia. O modelo do romantismo linguístico é supra-individual, definindo a língua, e portanto a suposta raça, como o verdadeiro sujeito, acima dos indivíduos e independentemente deles.

O racismo moderno nasceu naquela encruzilhada. Um dos principais historiadores do genocídio dos judeus observou que «existe uma diferença funcional entre o racismo americano e o racismo germânico. O racista americano identifica um grupo racial [...] e atribui-lhe padrões de comportamento social. O racista germânico procede da maneira oposta, identificando um grupo com características étnicas e atribuindo-lhe uma qualidade racial. No modelo americano o racismo é indispensável. [...] No modelo germânico o racismo limita-se a uma função de reforço»<sup>81</sup>. Pode entender-se assim a oposição, ou complementaridade, entre o modelo de Darwin, que prosseguiu da biologia para a cultura, e o do romantismo germânico, que tomou o caminho inverso. Nesta convergência se gerou o racismo moderno.

<sup>80</sup> B. Russell (2004) 692 observou que Darwin aplicara ao mundo animal e vegetal o modelo da economia livre-concorrencial e acrescentou (pág. 743) que se tratava de «uma livre concorrência global, na qual a vitória cabia aos animais que mais se parecessem com os capitalistas bem sucedidos». Na área ideológica do darwinismo, o filósofo britânico Herbert Spencer, a quem se deve a expressão «sobrevivência dos mais aptos», considerava que a selecção natural entre indivíduos e entre espécies ocorria de maneira análoga à concorrência entre particulares e entre empresas, e que assim como a concorrência económica suscitava o progresso social também a luta pela vida levava ao progresso na evolução biológica. Ver H. B. Acton (2002 a) 280. Do mesmo modo, o filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce admitiu que o princípio da selecção natural prevalecente nas questões práticas da vida, que nos leva a renunciar às ideias erradas, «corresponde noutra domínio à lei da oferta e da procura». Citado em id. (2002 b) 379.

<sup>81</sup> R. Hilberg (1961) 13.

O que se passou para provocar uma mutação tão cabal entre o Darwin de 1839 e o de 1874? Um minucioso conhecedor destas questões pretendeu que durante a primeira metade do século XIX os meios intelectuais da Grã-Bretanha haviam permanecido imunes ao racismo biológico e admitiam que os povos de pele escura pudessem assimilar os conhecimentos europeus se fossem colocados num ambiente social propício, enquanto na Europa continental os literatos e os cientistas já desde o século XVIII atribuíam a esses povos uma natureza biológica inferior à dos brancos<sup>82</sup>. É sem dúvida instrutivo coleccionar exemplos de menosprezo pelos negros, pelos índios e pelos orientais da parte de alguns ilustres representantes franceses e germânicos do iluminismo e do primeiro romantismo<sup>83</sup>, mas não me parece que este comportamento dos meios intelectuais pudesse generalizar-se à globalidade da população. Embora haja momentos em que as teses dos eruditos revelam de maneira concentrada e sistemática uma cultura, neste caso creio que devemos distinguir a história cultural e algumas vertentes da história intelectual.

Tradicionalmente as sociedades eram exclusivistas. Mas se povos com crenças, línguas e formas de organização diferentes podiam ser considerados cultural e socialmente inferiores, esta alegada inferioridade só muito raramente se projectava numa degradação biológica. Se uma população desdenhava o falar das outras, os seus hábitos, até a cor da pele, não desprezava por isso as aptidões de cada indivíduo. Todos os grandes impérios consideraram bárbaros os vizinhos, mas um bárbaro que se pusesse ao serviço do império e demonstrasse talentos podia ascender aos mais altos postos, ocupar o trono. A mutação ocorreu nos meados do século XIX<sup>84</sup>. Até então a expansão dos europeus em direcção à África, à Ásia e ao Oceano Pacífico tivera objectivos comerciais e assentara na fundação de entrepostos, que serviam para manter relações de tráfico com as sociedades autóctones. Todavia, o desenvolvimento da indústria nas metrópoles obrigou a uma remodelação da estratégia colonial, que passou a visar principalmente a obtenção massiva de alguns tipos de matérias-primas, quer pela extracção quer pelo estabelecimento de plantações. Para isso foi necessário converter ao assalariamento povos que enquanto parceiros comerciais tinham conservado sistemas sócio-económicos próprios, e a destruição metódica dos modos de produção tradicionais não pôde ocorrer sem a ocupação dos territórios. A transformação do domínio britânico sobre a Índia e as guerras de conquista que os países europeus desencadearam em África na segunda metade do século XIX foram a condição prévia à assimilação de povos que haviam antes sido aliados. E a obtenção de mão-de-obra para as minas e plantações conseguiu-

<sup>82</sup> L. Poliakov (1971) 227-228, 236.

<sup>83</sup> Id., *ibid.*, 151 e segs.

<sup>84</sup> S. G. Payne (2003 a) 126 observou que a divisão da humanidade em raças distintas iniciou-se no século XVIII em termos apenas descritivos e só ao longo do século XIX se converteu numa hierarquização biológica.



se com um misto de pressões económicas e fiscais permanentes, de enquadramento administrativo e de violência pura, resultando numa conjugação peculiar de assalariamento e trabalho forçado. Este processo de anulação de soberanias e implantação de novos sistemas de trabalho fez-se acompanhar, na cultura europeia, pela convicção da inferioridade biológica das pessoas de pele escura. O sistemático desdém a que passaram a ser votados os indianos e os africanos serviu para tranquilizar as consciências brancas, certificando-as de que a opressão colonial entrava na ordem natural das coisas, e ao mesmo tempo contribuiu para minar a autoconfiança daqueles povos e constituiu um dos factores da sua subjugação.

O que se passara já em vastas regiões das Américas confirma esta análise. Desde há vários séculos que aí se mobilizavam grandes equipas de escravos, especialmente vindos de África, empregues numa produção em grande escala destinada directamente ao mercado mundial. E de igual modo as vítimas do sistema foram consideradas física e mentalmente inferiores pelas classes dominantes locais. A versão biológica do racismo foi necessária para justificar aos colonos de origem europeia a destruição dos modos de produção arcaicos, a desorganização social de vastas populações e a escravização de muitos dos seus elementos, bem como da mão-de-obra importada. Como, porém, as sociedades coloniais estabelecidas nas duas Américas se haviam mantido na periferia da cultura ocidental, recebendo a influência da Europa mas não exercendo uma acção ideológica em sentido inverso, a generalidade da população europeia só começou a ser permeada pelo racismo biológico a partir dos meados do século XIX, quando as empresas metropolitanas e os colonos vindos das metrópoles se encarregaram directamente de destruir as civilizações dos outros continentes.

A representação plástica dos negros permite um teste esclarecedor. Se virmos uma colecção ampla de máscaras africanas constatamos que a maior parte não apresenta as características faciais tidas hoje como convencionalmente negróides, e isto sucede tanto em peças de carácter naturalista como naquelas cujo grau de síntese as aproxima quase da abstracção. A forma como os negros historicamente se observaram a si mesmos não difere da sua figuração na arte ocidental anterior ao século XIX. E na África pré-colonial atribuiu-se também à cor negra a ambiguidade simbólica que a caracterizou noutras civilizações, expressão da elegância e ao mesmo tempo da morte<sup>85</sup>. A distinção entre a cor negra e os traços físicos negróides verificava-se igualmente na Europa do renascimento e do barroco, onde os artistas, quando tinham oportunidade de pintar negros, escolhiam tipos fisionómicos que não contrastavam demasiado com os

<sup>85</sup> J. Harvey (2013) 182 e segs.

brancos, sem narizes muito achatados ou lábios exageradamente cheios, e apresentavam-nos sempre de maneira digna, sem intuito de ridicularização, mesmo quando os negros figuravam como servidores exóticos das cortes de monarcas e príncipes ou pagens de famílias nobres. Aliás,



Fra Angelico ou um discípulo, *Adoração dos Reis Magos*,  
Convento de São Marcos, em Florença (1441-1442)

Naquela época os monarcas brancos podiam ser exaltados pelos traços de Baltasar, o Rei Mago negro.

a partir do século XIII a iconografia cristã representou frequentemente o tebano São Maurício como um negro, exposto à veneração de todos os fiéis<sup>86</sup>. Mas foram os Reis Magos quem conferiu aos negros, na figura de Baltasar, um lugar preponderante na arte europeia. Convém salientar que a substituição dos pas-

tores pelos Reis Magos enquanto testemunhas do nascimento de Cristo equivaleu a um desprezo pela plebe e uma apologia do poder soberano. A função deste tema era a tal ponto consciente que Fra Angelico, ou um dos seus discípulos, pintou os Reis Magos na capela anexa à cela ocupada por Cosimo de' Medici em São Marcos de Florença, se bem que eles não apareçam em nenhum outro fresco do convento. Naquela época os monarcas brancos podiam ser exaltados pelos traços de um negro. Só durante o século XIX a mentalidade dos europeus acentuou a distância física que



Máscara Fang Ngil,  
Gabão

os separa dos outros povos e as representações plásticas dos africanos converteram-se em caricaturas. Sobretudo nas modalidades artísticas vocacionadas para uma difusão em massa, nas ilustrações de jornais, na decoração de objectos de uso quotidiano, os negros, pela posição do corpo e pelos traços do rosto, foram-se tornando simiescos. Em sentido contrário, a ruptura operada pelo modernismo no início do século XX, que desde



Brancusi, *Mlle Pogany*  
(1912-1913)

<sup>86</sup> Segundo id., *ibid.*, 165, foi no século XIII que São Maurício começou em vários casos a ser figurado com os traços de um africano.

logo se projectou num horizonte mundial, integrou as lições plásticas de outras culturas e aboliu qualquer possibilidade de racismo na pintura e na escultura. O modernismo criou pela primeira vez uma arte universal, mas cavou-se neste mesmo processo a dicotomia entre *high culture* e *low culture*, e no Ocidente o racismo continuou durante várias décadas a predominar nas representações plásticas destinadas ao público popular.

### 3. Eugenia

A Eugenia foi uma disciplina académica criada nas sociedades democráticas que contribuiu decisivamente para a formação do quadro ideológico e prático do nacional-socialismo. De nada serve pretender, como hoje se faz por vezes, que ela interessou só meios marginais ou pessoas alheias ao pensamento científico. Um pesquisador observou que «durante muito tempo não houve uma distinção nítida entre eugenia e genética humana»<sup>87</sup>, outro historiador advertiu que «originariamente, genética humana e eugenia eram uma única e a mesma coisa»<sup>88</sup> e uma especialista esclareceu que se tratava do lado teórico e do lado prático da mesma ciência<sup>89</sup>. Praticamente todos os que se dedicavam ao estudo da genética e da evolução defendiam os princípios da eugenia, tal como o faziam também numerosos médicos e outros especialistas da biologia, e a antropologia racial era considerada como uma disciplina científica, no mesmo plano que qualquer outra<sup>90</sup>. Lothrop Stoddard, um dos dirigentes da Eugenics Research Association e ideólogo do Ku Klux Klan, defendeu até que «a eugenia está, de facto, a evoluir rumo a uma síntese superior, aproveitando-se livremente de outros ramos do conhecimento como a psicologia e as ciências sociais [...]»<sup>91</sup>.

#### 1

Numa reflexão sobre as origens da eugenia, um historiador neoconservador observou que, aceitando-se a noção da sociedade como um organismo, proposta pela filosofia romântica alemã, então as contradições sociais seriam consideradas como doenças e a política ficaria convertida num ramo da medicina. «Atribuindo credibilidade científica à visão hegeliana e român-

<sup>87</sup> A. Pichot (2000) 183.

<sup>88</sup> E. Black (2003) 411.

<sup>89</sup> Sh. F. Weiss (2010) 66. Ver também as págs. 3 e 42.

<sup>90</sup> A. Pichot (2000) 182 e segs.; Sh. F. Weiss (2010) 8.

<sup>91</sup> L. Stoddard (1922) 238-239. Acerca das relações entre Lothrop Stoddard e o Ku Klux Klan ver A. Herman (1997) 184.

tica das nações enquanto entidades orgânicas, o darwinismo legou aos cientistas a permissão de tratar os problemas sociais como enigmas biológicos»<sup>92</sup>. Directo continuador da obra de Darwin, o seu primo Francis Galton, fundador da eugenia, desenvolveu o racismo em dois aspectos que teriam grandes repercussões.

Em primeiro lugar, Galton considerou em termos biológicos não só as diferenças de situação entre os povos mas ainda as diferenças sociais no interior de cada povo, de maneira que a elite da classe dominante seria superior aos seus concidadãos sob os pontos de vista físico e mental. Como os descendentes destas famílias herdariam as qualidades dos pais, enquanto as características negativas se reproduziriam também hereditariamente nas famílias das camadas inferiores, o mesmo modelo biológico que servia para justificar o domínio de uns povos sobre os outros era invocado para explicar o ascendente de uma classe sobre a outra<sup>93</sup>.

Não se tratava de uma inovação. A fulgurante vitória das tropas prussianas na guerra de 1870 causara uma enorme consternação nas camadas sociais francesas mais conservadoras, e a instauração da Comuna de Paris no ano seguinte provocara um pânico sem precedentes nas classes proprietárias e entre a maioria dos intelectuais. Para explicarem um acontecimento que ultrapassava as suas capacidades de compreensão e que consideravam como «o fim do mundo»<sup>94</sup> — e sem dúvida era o fim do seu mundo — estes cérebros apavorados recorreram à tese da degenerescência biológica do proletariado<sup>95</sup>. A insatisfação social e a acção revolucionária dever-se-iam à inferioridade patológica que condenava os pobres à miséria e ao crime. E assim o mesmo argumento que servia para consagrar a superioridade da elite era utilizado para estigmatizar os anseios de mudança social.

A confusão entre a hierarquia social e a hierarquia racial havia-se já tornado um lugar-comum em França, onde a historiografia da segunda metade do século XVII atribuíra à nobreza uma ascendência franca, entroncando-a na raça dos conquistadores, enquanto a plebe descenderia dos gauleses, a raça conquistada<sup>96</sup>. Escrevendo no primeiro quartel do século seguinte, Henri, conde de Boulainvilliers, recorreu a esta concepção para defender os privilégios da nobreza tradicional contra as pretensões do absolutismo, pois embora o monarca pudesse distribuir cartas patentes ou conceder títulos, era-lhe impossível alterar os sangues e a verdadeira nobreza só seria assegurada pelo sangue que corria nas veias dos descendentes dos francos, mentalmente

<sup>92</sup> J. Goldberg (2009) 247.

<sup>93</sup> L. Stoddard (1922) 48-55.

<sup>94</sup> São as palavras empregues por Flaubert, como se vê em A. Herman (1997) 121 n.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, 120-122.

<sup>96</sup> L. Poliakov (1971) 34.

superiores aos gauleses<sup>97</sup>. Em 1789 Sieyès deu a esta genealogia consequências imprevistas, apelando para a desforra dos gauleses sobre os francos, e num panfleto que sintetiza a fase inicial da revolução, *Qu'est-ce que le Tiers État?*, ele perguntou por que motivo a plebe «não mandaria de regresso para as florestas da Francónia todas essas famílias que conservam a louca pretensão de descenderem da raça dos Conquistadores e de terem herdado direitos de conquista?»<sup>98</sup>. A inversão dos termos reforçou o mito. Na primeira metade do século XIX o conde de Montlosier lembrou à plebe que ela jamais poderia apagar as suas origens raciais, tal como as origens raciais da nobreza lhe confeririam inevitavelmente o carácter de elite<sup>99</sup>, mas Augustin Thierry usou a mesma dialéctica para defender o pólo oposto. Se a revolução, recordou Thierry, se devera ao *Tiers État*, herdeiro das antigas comunas urbanas onde — a crer na historiografia daquela época — haviam encontrado asilo os servos, descendentes da raça vencida, então «nós chegamos ao termo final de uma conquista que nos cumpre revogar»<sup>100</sup>. Na verdade, Thierry não só apelou para essa revogação no plano dos factos mas invalidou a teoria também, denunciando «o emprego de uma fraseologia» que «substitui a ideia de classes e ordens pela ideia de povos diversos» e «aplica à luta das classes inimigas ou rivais o vocabulário pinturesco da história das invasões e das conquistas»<sup>101</sup>. Não foi por acaso que Saint-Simon fez publicar em 1817 o primeiro volume de uma das suas obras mais importantes sob a assinatura de Augustin Thierry, nomeando-o seu «filho adoptivo», e num conjunto de fascículos editado meia dúzia de anos depois também ele se ergueu contra o facto de os descendentes dos francos continuarem a deter o exclusivo da força política, enquanto a força económica cabia já aos descendentes dos gauleses<sup>102</sup>. Do mesmo modo Guizot apresentou a revolução francesa como o recomeço da guerra mais do que milenária entre dois povos que, apesar de reunidos no mesmo país, se haviam mantido estrangeiros — os francos e os gauleses, conquistadores e conquistados, senhores e servos<sup>103</sup>. Entretanto, o tema viria a encontrar repetidamente eco na obra de Balzac<sup>104</sup>. Nos meados do século XIX Gobineau deu uma

<sup>97</sup> F. Boas (1938) 19; J. P. Faye (1972) 17e segs.; id. (1980) 525-526; L. Poliakov (1971) 36.

<sup>98</sup> Citado em L. Poliakov (1971) 40.

<sup>99</sup> Id., *ibid.*, 42.

<sup>100</sup> Citado em id., *ibid.*, 43.

<sup>101</sup> Citado em J. P. Faye (1972) 22. Lukács considerou que para Thierry a concepção de uma oposição entre francos e gauleses constituía a fase preparatória de uma concepção de luta de classes, enquanto o processo ideológico teria sido inverso para os autores posteriores, que recorreram à evocação de ilusórios conflitos raciais para apagar os antagonismos reais entre classes. Ver G. Lukacs (1965) 195-196. Não creio que haja motivo para proceder a esta periodização e parece-me que existiu uma verdadeira linha de continuidade multi-secular no mito do confronto entre francos e gauleses. Em vez de ter promovido a mitologia racial a um estádio superior, Thierry simplesmente emancipou-se dela, deixando-a continuar o seu caminho.

<sup>102</sup> L. Poliakov (1971) 44.

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, 43.

<sup>104</sup> Balzac, *Le Cabinet des Antiques*, em Balzac (1976-1981) IV 966, 986, 994, 1096; id., *Illusions Perdues*, em id., *ibid.*, V 177; id., *Les Paysans*, em id., *ibid.*, IX 126; id., *Le Médecin de Campagne*, em id., *ibid.*, IX 508; id., *Historique du Procès auquel a Donné Lieu «Le Lys dans la Vallée»*, em id., *ibid.*, IX 929-930.

nova conotação àquele mito, afirmando que, apesar de uma certa mestiçagem, a classe superior, continuadora dos velhos guerreiros francos vitoriosos, mantinha desde os tempos antigos um relativo grau de pureza rácica, enquanto os elementos da classe inferior, continuadores da população gaulesa vencida, se encontravam suplementarmente deprimidos por numerosíssimos cruzamentos com outras raças. Mais tarde, quase a encerrar-se o século XIX, Vacher de Lapouge, que abandonara o marxismo para considerar a luta de classes como uma luta de raças e promovia o sincretismo, ou a confusão, entre o social e o racial, modernizou os termos do problema e lamentou que a revolução francesa tivesse consistido na vitória dos braquicéfalos, obviamente gauleses, sobre os doliocéfalos, evidentemente francos. Desta maneira o «poder tende a concentrar-se nas classes inferiores, as mais braquicéfalas», o que provocaria um desastroso declínio do país, propício à ascensão dos judeus<sup>105</sup>. Glosado, num ou noutro sentido, por sucessivas gerações de historiadores franceses, aquele mito sócio-racial acabaria banalizado nos manuais de instrução primária da Terceira República, que evocariam «os nossos antepassados gauleses»<sup>106</sup>. Ainda em 1912 um professor de história coberto de louvores e palmas académicas, falando numa das mais ilustres instituições, disse com pesada retórica que «quando brilharam as escaldantes jornadas do Verão de 1830, os mais entusiastas perguntaram se aquele sol de Julho não iluminava a derrota suprema dos antigos conquistadores, o triunfo, assinalado pela Providência, da raça imortal dos gauleses»<sup>107</sup>. Exactamente setenta e três anos antes, já Balzac havia posto o velho marquês d'Esgri-ignon a exclamar, perante o sucesso da revolução de Julho de 1830: «Os gauleses triunfam!»<sup>108</sup>.

A assimilação a que a historiografia francesa procedia entre classes e raças divulgou-se a tal ponto que intelectuais russos empregaram-na em campos antagónicos para demonstrar que no seu país a luta social assumiria necessariamente formas menos violentas, já que aí a aristocracia era nativa e não provinha de conquistadores. Os eslavófilos apoderaram-se desta tese em abono da sua convicção de que a Rússia estava destinada a seguir caminhos históricos diferentes dos europeus. Do lado contrário, entre os ocidentalizantes, Herzen invocou esse argumento em vários ensaios publicados ao longo da década de 1850 e Turguenev fez o mesmo num texto de 1860. Já em 1849, durante os interrogatórios policiais a que fora submetido, Dostoiévsky procurara convencer a comissão de inquérito de que a sua simpatia pelas ideias francesas não implicava a

<sup>105</sup> Citado em L. Poliakov (1971) 279. Quanto à noção de que os judeus se aproveitaram do triunfo dos gauleses sobre os francos, ver A. Duraffour et al. (2017) 258. O doutrinador oficial do nacional-socialismo, Alfred Rosenberg, elogiou em *O Mito do Século XX* esta tese de Vacher de Lapouge. Ver A. Rosenberg (1986) 596-597 ou id. [s. d.] 431-432.

<sup>106</sup> Citados em L. Poliakov (1971) 47.

<sup>107</sup> Camille Jullian citado em id., *ibid.*, 44.

<sup>108</sup> Balzac, *Le Cabinet des Antiques*, em Balzac (1976-1981) IV 1096.

defesa de soluções violentas na Rússia, pois *mujiks*, senhores e czar tinham uma origem étnica comum, enquanto a história europeia padecia de «uma secular e obstinada luta entre a sociedade e uma autoridade originária de uma civilização estrangeira, de conquista, força e repressão». Passados doze anos, quando ocupava uma posição complexa entre os eslavófilos e os progressistas, Dostoiévsky repetiu o argumento na apresentação de uma revista de que era o principal inspirador. «O desenvolvimento dos futuros princípios da nossa vida não deveria fundamentar-se na inimizade entre as classes, entre conquistadores e conquistados, como acontece em toda a Europa», escreveu ele. «Nós não somos a Europa e entre nós não haverá e não deveria haver conquistadores e conquistados»<sup>109</sup>.

Nisto tudo o mais elucidativo é a naturalidade com que se transpunha a diferença entre classes para a diferença entre conquistadores e conquistados, e esta assimilação conceptual era também aceite na área da cultura germânica. Numa carta de 18 de Janeiro de 1856, relatando ao seu eterno amigo uma visita que acabara de fazer a Bruno Bauer, contou Marx que Bauer se recusara a admitir a intervenção histórica da classe trabalhadora e afirmara que «ninguém que não pertença aos “descendentes dos conquistadores” pode desempenhar qualquer papel na história mundial»<sup>110</sup>. Trinta anos depois Nietzsche escreveu, como se fosse uma evidência, «as classes, *portanto* as raças»<sup>111</sup>.

## 2

Além de ter transposto para o quadro científico fundado por Darwin as concepções raciais de elite que outros autores haviam sustentado em termos míticos e nebulosos, Galton procedeu a uma segunda inovação, de enormes consequências, defendendo uma estratégia de progresso biológico e apelando para a intervenção directa e sistemática dos governos na evolução biológica da humanidade. Com o objectivo de aperfeiçoar a raça, seria necessário orientar os matrimónios da elite e promover-lhes a fertilidade, e ao mesmo tempo tomar medidas para condenar à extinção as famílias consideradas social, moral e biologicamente indesejáveis. Parece que nos últimos anos de vida Galton admitiu que as suas teses não estavam suficientemente comprovadas e exprimiu dúvidas quanto à possibilidade de regular os casamentos<sup>112</sup>, mas a esmagadora maioria dos discípulos, sem partilhar tais hesitações, deu ainda maior dimensão à estratégia que havia sido deli-

<sup>109</sup> Acerca da difusão deste tema na Rússia ver J. Frank (1999-2008) III 69-70. As passagens citadas encontram-se em II 69 e III 69.

<sup>110</sup> Citado em T. A. Jackson (1936) 151.

<sup>111</sup> F. Nietzsche (1973) 180 (sub. orig.).

<sup>112</sup> E. Black (2003) 18, 27, 28, 209, 211.

neada pelo mestre. A difusão destas concepções nos meios científicos foi tanto mais fácil quanto o ambiente estava já preparado no ponto nevrálgico onde os estudos médicos confluíam com os jurídicos, devido às investigações do médico Cesare Lombroso e dos seus numerosos continuadores. Admitindo que os criminosos eram biologicamente degenerados, Lombroso propôs a condenação à morte de todos aqueles que, no seu entender, sofressem desde a nascença de características regressivas e que ele avaliou em cerca de um terço da população carcerária total<sup>113</sup>. Os eugenistas ampliaram este tipo de propostas e promoveram a adopção de medidas legais e a introdução de modificações nos serviços médicos e sanitários com o objectivo de condicionar os casamentos, estimular a reprodução dos indivíduos pertencentes ao escol, desencorajar a reprodução dos indivíduos julgados inferiores, ou mesmo impedi-la através do aprisionamento ou da esterilização sexual, e regular o fluxo de imigrantes. Com esta engenharia biológica os eugenistas pretendiam não só reforçar globalmente a raça tida como superior, mas ainda consolidar a supremacia da elite no interior dessa raça. A futura política hitleriana ficava assim traçada nas suas linhas fundamentais.

Também Darwin, que concordava com Galton acerca do carácter hereditariamente transmissível da genialidade, formulou um programa de genocídio social e rácico. Em primeiro lugar, interessou-se por assegurar, no interior de um mesmo povo ou de uma mesma sociedade, a supremacia dos que a si próprios se julgavam superiores relativamente aos considerados inferiores. «Entre os selvagens», escreveu Darwin na sua grande obra sobre a evolução humana, «são rapidamente eliminados os indivíduos física ou mentalmente fracos; e os sobreviventes demonstram geralmente uma saúde vigorosa. Nós, os civilizados, pelo contrário, fazemos todo o possível por travar o processo de eliminação. Construimos hospícios para os atrasados mentais, os aleijados e os doentes, promulgamos leis de auxílio aos pobres e os nossos médicos empenham-se com toda a habilidade em salvar a vida de cada um até ao último momento. [...] Assim se propagam os membros fracos das sociedades civilizadas. Ninguém que tenha participado na criação de animais domésticos pode duvidar de que isto é forçosamente muito prejudicial à raça humana». Mas ao chegar a este ponto Darwin intimidou-se nas conclusões, por considerar que a simpatia manifestada para com os débeis se integrava em formas de comportamento necessárias ao tecido social. E consolou-se com a reflexão de que, pelo menos, «os membros inferiores e mais fracos da sociedade não se casam com tanta liberdade como os vigorosos», além de que existem factores institucionais que, mediante os mecanismos da selecção, beneficiam os mais aptos física e mentalmente. Pôde assim concluir: «Embora a civilização trave de muitas formas a acção da

<sup>113</sup> A. Herman (1997) 118.



selecção natural, parece favorecer um melhor desenvolvimento do corpo [...] Isto pode deduzir-se do facto de os homens civilizados, quando comparados com os selvagens, se terem revelado mais fortes fisicamente». Quanto às qualidades intelectuais, ele afirmou em seguida: «Se os membros de cada escalão da sociedade fossem divididos em dois grupos iguais, incluindo um os intelectualmente superiores e o outro os inferiores, não pode haver praticamente dúvidas de que os primeiros teriam mais êxito em todas as profissões e criariam um maior número de filhos. [...] Deve por isso haver nas nações civilizadas uma certa tendência para o aumento, tanto em número como em nível, dos intelectualmente aptos». Apesar de tão satisfatória constatação, Darwin não era inteiramente optimista. «Nos países civilizados um dos mais importantes obstáculos ao aumento numérico dos homens de uma categoria superior [...] [é] o facto de os mais pobres e imprevidentes, tantas vezes degradados pelo vício, [...] tenderem a multiplicar-se a uma taxa mais rápida do que a dos indivíduos previdentes e em geral virtuosos». Porém, actuariam em sentido contrário outros mecanismos de selecção natural, além de instituições sociais, expondo os pobres, os imorais e os criminosos a sofrer uma maior taxa de mortalidade. Mas não estavam garantidos os resultados desta complexa articulação de forças opostas. «Se os vários obstáculos mencionados [...], e talvez outros ainda desconhecidos, não impedirem os imprevidentes, os depravados e os restantes membros inferiores da sociedade de aumentar a uma taxa mais rápida do que a dos homens de melhor categoria, a nação retrocederá, como sucedeu já tão frequentemente na história do mundo. Devemos lembrar-nos de que o progresso não é uma regra invariável»<sup>114</sup>.

Foi precisamente neste ponto que Galton levou avante as teses de Darwin, suprimindo as incertezas da selecção natural com a intervenção segura dos «homens de melhor categoria». «A eugenia», definiu Galton, «consiste no estudo de todas as instituições submetidas ao controle social que podem melhorar ou comprometer a qualidade rática das gerações futuras»<sup>115</sup>. Aliás, já noutra passagem daquela sua obra Darwin estivera à beira de conceber este tipo de actuação, ao escrever que «o homem distingue-se muito de qualquer animal estritamente domesticado, porque a sua criação nunca foi controlada durante muito tempo por uma selecção quer sistemática quer inconsciente. Nenhuma raça ou corpo de homens foi subjugado tão completamente por outros homens que alguns indivíduos fossem conservados, e assim seleccionados inconscientemente,

<sup>114</sup> Ch. Darwin (1990 a) 113-119. Segundo A. Herman (1997) 260 n., Alfred Wallace, que ao mesmo tempo que Darwin, e independentemente dele, formulara uma teoria similar acerca da evolução das espécies e da selecção natural, relatou que «numa das minhas últimas conversas com Darwin ele dissertou de maneira muito sombria acerca do futuro da humanidade, argumentando que a selecção natural deixara de funcionar na nossa civilização moderna e que os mais aptos já não sobreviviam».

<sup>115</sup> Citado em E. Black (2003) 18.

por de algum modo serem da maior utilidade para os seus senhores»<sup>116</sup>. Apesar da formulação dubitativa, estava aqui em suspenso o programa rácico dos SS. Só pode chegar-se a um tal grau de antecipação histórica quando o lugar das doutrinas e práticas futuras se encontra já marcado.

E estava marcado desde há muitos séculos, numa das obras cimeiras de um dos principais pensadores da cultura ocidental. No quinto livro da *República* de Platão, Sócrates — o Sócrates platónico — invocou a experiência dos criadores de cães de caça, que entre todos os animais de que dispunham, já de si muito superiores aos cães vulgares, seleccionavam os mais perfeitos para os fazer procriar e melhorar a espécie. Do mesmo modo, prosseguiu Sócrates, referindo-se à casta dos guardas, que na hierarquia da *República* se situa muito acima da gente comum, superada apenas pela casta dos governantes e magistrados, «é necessário, [...] segundo os princípios que estabelecemos, que as relações sexuais sejam o mais possível frequentes entre as pessoas de elite de ambos os sexos e o mais possível raras entre as pessoas inferiores; além disso, é necessário cuidar dos filhos dos primeiros e educá-los, mas não dos segundos, se quisermos garantir a excelência do rebanho». Quando se recorda a importância que os estudos clássicos tiveram nas escolas médias e superiores ocidentais durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, é indubitável que as medidas introduzidas pela eugenia no plano prático faziam já parte do horizonte ideológico da classe dominante e estavam justificadas por aquele que a cultura burguesa considerava o pai de toda a filosofia, tanto mais que Sócrates não se coibiu de usar aqui para a humanidade o vocabulário normalmente empregue para o gado. E além de enunciar o objectivo ele deu-se conta dos problemas que haveriam de dificultar a sua realização. «Por outro lado», disse ele, «é necessário que estas medidas sejam conhecidas apenas pelos magistrados, para evitar tanto quanto possível a discórdia no rebanho de guardas». Depois de lembrar que, da parte dos governantes, a mentira tendo em vista o bem público é uma virtude e um factor de justiça, Sócrates imaginou rituais astuciosos que serviriam para dissimular as operações do controle biológico. Em seguida, os filhos dos melhores guerreiros e das melhores guerreiras seriam educados em comum, para se tornarem aptos a integrar o futuro escol. «[...] quanto aos filhos dos homens inferiores e aos filhos dos outros que tiverem nascido com alguma disformidade, será conveniente escondê-los em qualquer lugar secreto e afastado». «Sim», aplaudiu Glaucon, «para conservar a pureza da raça dos guardas»<sup>117</sup>.

Como qualquer europeu instruído, Darwin não ignoraria decerto estas páginas de Platão,

<sup>116</sup> Ch. Darwin (1990 a) 23.

<sup>117</sup> Platon (1956) 64-66. Ver igualmente a pág. 80. O eugenista norte-americano Lothrop Stoddard notou que na Grécia clássica se encontravam os precursores da eugenia e citou a este respeito Theognis de Mégara, Platão e Aristóteles. Ver L. Stoddard (1922) 36-37.

e as dificuldades com que deparava provinham do facto de nenhuma sociedade ocidental da sua época ser governada por um regime tão despótico que conseguisse aplicar sistematicamente a selecção biológica aos próprios membros. Um matemático e astrónomo ilustre da primeira metade do século XVIII, Maupertuis, propusera que se reunissem pessoas notáveis pela inteligência, pela energia e pela honestidade, e através de uma selecção rigorosa e da eliminação dos descendentes que tivessem degenerado esta variedade humana adquiriria características permanentes e hereditárias e converter-se-ia numa verdadeira raça<sup>118</sup>. Maupertuis interessara-se também pelas «uniões artificiais» entre espécies animais distintas e propusera a criação de estábulos especiais destinados a multiplicá-las<sup>119</sup>, mas como encontrar a ilha, geográfica ou social, onde a experiência pudesse ser realizada com seres humanos?

Se no interior de cada povo a supremacia biológica da elite parecia longe de estar assegurada, tudo ficava simples, porém, no confronto entre povos. A democracia vigorava exclusivamente nas metrópoles, e a relação de cada metrópole com as suas colónias era regida por um despotismo arbitrário que não estorvava os adeptos da engenharia racial. A superioridade branca, em especial anglo-saxónica, encontrou confirmação na expansão imperialista, que Darwin entendeu como uma estratégia de genocídio. «A extinção resulta sobretudo da rivalidade entre tribos e entre raças. [...] Quando nações civilizadas entram em contacto com selvagens a luta é breve [...] o cultivo da terra será, de maneiras diversas, fatal para os selvagens, que não podem, ou não querem, mudar de hábitos. Nalguns casos novas doenças e vícios revelaram-se muitíssimo destrutivos». E Darwin enunciou um catálogo de modos de liquidação das populações autóctones devidos à introdução de novas instituições económicas e administrativas e de novos tipos de vida, sem esquecer o extermínio provocado pelas campanhas militares<sup>120</sup>. A este respeito ele já não tinha dúvidas quanto ao sentido prevalecente nos mecanismos de selecção. «O nível de civilização parece ser um elemento da maior importância no êxito de nações rivais». E poucas linhas depois, com igual convicção, escreveu, a propósito de um dado caso, que «a morte seguiu-se às tentativas de civilizar os nativos»<sup>121</sup>. Se aquela mesma civilização que assegurava o triunfo de uns garantia a extinção dos outros, então tudo corria bem no melhor dos mundos. «Numa época futura, que não há-de distar muitos séculos, as raças civilizadas do homem decerto exterminarão em todo o mundo, e substituirão, as raças selvagens»<sup>122</sup>. O facto de um esteta requintado como Théophile

<sup>118</sup> L. Poliakov (1971) 161 n. 2.

<sup>119</sup> Id., *ibid.*, 146. A expressão citada encontra-se no mesmo lugar. Ver também a pág. 160.

<sup>120</sup> Ch. Darwin (1990 a) 157 e segs.

<sup>121</sup> Id., *ibid.*, 158.

<sup>122</sup> Id., *ibid.*, 134.

Gautier, que pessoalmente era incapaz de fazer mal a uma mosca, glorificar Calígula por ter decretado a morte dos feios mostra que as preocupações que haviam de levar à criação da eugenia permeavam os mais variados campos da cultura burguesa oitocentista.

O racismo recebeu a consagração no direito internacional em 1919, na conferência de Paris, quando as democracias vencedoras na primeira guerra mundial se recusaram a introduzir nos estatutos da Sociedade das Nações uma cláusula de igualdade racial proposta pelo Japão<sup>123</sup>. Não há nenhum motivo de espanto, pois vinte anos antes, ao ser aprovada em Haia uma convenção sobre métodos de guerra que pretendeu abolir as formas de combate mais cruéis e bárbaras, o Reino Unido, embora sem assinar o acordo, reconheceu que ele tinha uma certa autoridade moral nas lutas entre brancos, mas não nas expedições coloniais contra os povos nativos<sup>124</sup>. Este ambiente não podia deixar de ser propício à acção de Galton e as sociedades de eugenia proliferaram nos meios universitários e científicos, dedicando-se ainda mais zelosamente do que o fundador ao programa racista.

### 3

Os Estados Unidos destacaram-se pela difusão conseguida pela eugenia, a ponto de haver quem considerasse como seu verdadeiro fundador Charles Davenport, chefe incontestado dos eugenistas desse país durante quatro décadas<sup>125</sup>. Muitos dos principais especialistas de genética norte-americanos foram membros de longa data das associações eugenistas e o mesmo sucedeu com oftalmologistas notáveis e numerosíssimas outras figuras prestigiadas do meio académico, tanto nos departamentos de biologia e zoologia como nos de psicologia, ciências sociais e antropologia<sup>126</sup>. A influência alcançada pela eugenia nos Estados Unidos resultou ainda do facto de beneficiar do apoio regular e sonante de algumas grandes fortunas<sup>127</sup> e contar com o bene-

<sup>123</sup> W. G. Beasley (1981) 207-208; N. Chomsky (1969) 215 n. 56; A. Pichot (2000) 387; L. Stoddard (1921) 42-43; R. Storry (1957) 21; id. (1990) 162. Segundo B. Ulloa (1981) 1182, foi esta uma das razões que levou o governo mexicano a não pedir a inclusão do seu país na Sociedade das Nações.

<sup>124</sup> Th. Pakenham (1999) 308.

<sup>125</sup> E. Black (2003) 385. Num bom exemplo do provincianismo francês actual, A. Duraffour et al. (2017) 257 reduziram os eugenistas norte-americanos a discípulos de Vacher de Lapouge.

<sup>126</sup> E. Black (2003) xvi, 44, 57, 63, 71, 75, 89, 103, 145 e segs., 236, 237, 412.

<sup>127</sup> Acerca dos subsídios concedidos pela Carnegie Institution ao movimento eugenista norte-americano ver *id.*, *ibid.*, 36 e segs., 56 e 421. Na verdade, como sublinhou Edwin Black, *op. cit.*, 40, a Station for Experimental Evolution, dirigida por Davenport, funcionava como parte integrante da Carnegie Institution. Em 1939 a Carnegie Institution suspendeu os subsídios ao Eugenics Record Office, o que o levou a encerrar, como indicou Sh. F. Weiss (2010) 307. Acerca dos subsídios atribuídos pela Rockefeller Foundation consultar Edwin Black, *op. cit.*, 57, 93-94 e 95. A viúva de Harriman, o magnate dos caminhos-de-ferro, contribuiu também generosamente para sustentar o movimento eugenista, como se vê em Edwin Black, *op. cit.*, 47, 56-57, 94, 105 e 238. Segundo Sheila Faith Weiss, *op. cit.*, 28, Davenport teria convencido a senhora Harriman de que subsidiar a eugenia era um investimento sensato, porque uma grande parte da violência social e do crime se devia a inadequações hereditárias, que o movimento eugenista iria resolver. Wickliffe Draper foi outro multimilionário que subsidiou o movimento eugenista, além de ter criado uma

plácito, ou mesmo com o entusiasmo, de instituições governamentais, nomeadamente as forças armadas, o Departamento da Agricultura com a sua rede de estações agronómicas, o Departamento do Trabalho, algumas agências do Departamento de Estado e o comité da Câmara dos Representantes encarregado das questões de imigração<sup>128</sup>.

O movimento eugenista norte-americano propunha um conjunto de medidas financeiras destinado a estimular a reprodução da elite biologicamente «superior» e a tornar economicamente inviável a sobrevivência das famílias biologicamente «inferiores»<sup>129</sup>. Mas como os eugenistas sabiam que esta arma seria insuficiente, defendiam também a segregação obrigatória dos elementos nocivos durante o período da fertilidade, para os impedir de procriarem<sup>130</sup>. Uma medida deste tipo implicaria necessariamente a formação de enormes campos de concentração, e aliás as reservas índias serviam de modelo nos Estados Unidos. A segregação em massa, porém, suscitava problemas, por isso os eugenistas propunham ainda outros métodos para exterminar as pessoas biologicamente «inferiores». Era um programa de dimensões colossais, visando afastar ou eliminar, além dos indivíduos considerados moral, cultural ou fisicamente deficientes, também os demais membros das suas famílias. Com efeito, a redescoberta dos trabalhos de Mendel levava os eugenistas a admitir que mesmo indivíduos são podiam ser portadores de condições ancestrais de degenerescência transmissíveis aos descendentes, tornando-se necessário impedir a reprodução não só dos elementos afectados mas igualmente de todos os familiares<sup>131</sup>.

Para começar, os eugenistas norte-americanos defendiam que seria urgente eliminar dez por cento da população do país, bem como dos outros países<sup>132</sup>. O processo não pararia ali, ou talvez nem parasse nunca, porque a saúde biológica da raça exigiria o extermínio progressivo de novos escalões inferiores, sempre calculados, quem sabe se para facilitar, na proporção de dez por cento<sup>133</sup>. Um comité especial da American Breeders Association criado em 1911, e que tinha como secretário Harry Laughlin, a segunda figura do movimento eugenista a seguir a Davenport, definiu como objectivo a eliminação de dez grupos: os atrasados mentais, os indigentes, os alcoólics, os criminosos, incluindo pequenos criminosos, os epilépticos, os loucos, os fisicamente débéis, os predispostos a doenças específicas, os aleijados e, finalmente, os portadores de deficiên-

fundação destinada à promoção científica do racismo. Ver a este respeito Edwin Black, op. cit., 288-289 e Sheila Faith Weiss, op. cit., 275, 279.

<sup>128</sup> E. Black (2003) 47, 71-72, 97, 193, 208, 219, 236.

<sup>129</sup> Id., *ibid.*, 56, 60, 154-157.

<sup>130</sup> Id., *ibid.*, 39, 48, 52, 56, 60, 75, 78.

<sup>131</sup> Id., *ibid.*, 58, 215-216, 225-226, 234, 295-296.

<sup>132</sup> Id., *ibid.*, 52, 225.

<sup>133</sup> Id., *ibid.*, 59.

cias nos órgãos dos sentidos<sup>134</sup>. Aliás, não existiam barreiras entre estas categorias, porque várias figuras prestigiadas no meio científico e universitário norte-americano consideravam que o pauperismo tinha raiz genética e era transmitido hereditariamente, ao mesmo tempo que se acreditava na existência de uma relação de ordem genética entre a epilepsia e a pobreza, bem como entre a epilepsia e a deficiência mental<sup>135</sup>. E o mais notável dos oftalmologistas norte-americanos, Lucien Howe, com a ajuda de muitos dos seus eméritos colegas, prosseguiu uma incansável campanha visando a eliminação de todos aqueles que tivessem problemas de visão e dos seus familiares<sup>136</sup>. Segundo os cálculos do comité animado por Laughlin, a primeira vaga de extermínio atingiria cerca de onze milhões de pessoas, o que equivalia então a mais de dez por cento da população do país, e a liquidação dos familiares representaria muitos milhões mais<sup>137</sup>. Quando sabemos que os testes de inteligência concebidos por psicólogos eugenistas e aplicados oficialmente a um milhão e setecentos mil recrutas das forças armadas dos Estados Unidos durante a primeira guerra mundial revelaram 13,5% considerados de inteligência superior ou muito superior e 45% considerados abaixo da inteligência média, ou 70% abaixo da média-superior<sup>138</sup>, podemos imaginar até que extremos deveria ser levado o afã de purificação.

Não se tratava necessariamente do assassinato em massa, embora tal solução não tivesse deixado de ser proposta. Já em 1900 um eugenista norte-americano defendera a câmara de gás como o meio menos doloroso para impedir a reprodução dos indivíduos nocivos e a aplicação deste método foi frequentemente discutida nas publicações eugenistas em língua inglesa<sup>139</sup>. Madison Grant, presidente da Eugenics Research Association e da American Eugenics Society e um dos *trustees* do Museu Americano de História Natural, escreveu num livro publicado em 1916 e cuja contracapa exibia uma apreciação entusiástica escrita pelo ex-presidente Theodore Roosevelt<sup>140</sup>: «As leis da natureza requerem a obliteração dos inaptos, e a vida humana só é valiosa na medida em que for útil à comunidade ou à raça»<sup>141</sup>. Mesmo sem recorrerem às câmaras de gás, que só foram adoptadas nos Estados Unidos em 1921 para a execução de criminosos, algumas instituições públicas norte-americanas destinadas a acolher deficientes mentais, epilépticos e tuberculosos funcionavam de modo deliberadamente mortífero, deixando os internados serem

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, 58.

<sup>135</sup> Id., *ibid.*, 5, 54, 55, 65.

<sup>136</sup> Lucien Howe começou a conduzir esta campanha em 1918, precisamente o ano em que foi eleito presidente da American Ophthalmologic Society. Ver a este respeito id., *ibid.*, xvi e 145 e segs.

<sup>137</sup> Id., *ibid.*, 58-59.

<sup>138</sup> L. Stoddard (1922) 68. Ver ainda E. Black (2003) 132 e 226.

<sup>139</sup> E. Black (2003) 248 e segs.

<sup>140</sup> Quanto à apreciação escrita por Theodore Roosevelt ver J. Purdy (2015).

<sup>141</sup> Citado em E. Black (2003) 252 e 259.

infectados com alimentos em mau estado ou com excrementos ou picadas de insectos<sup>142</sup>, e no Terceiro Congresso Internacional de Eugenia, reunido em 1932 em Nova Iorque, Davenport resumiu a moral da história. «Podemos até encarar com satisfação a elevada taxa de mortalidade numa instituição destinada a atrasados mentais profundos», disse ele, «enquanto consideramos como um desastre nacional a perda de [...] uma criança gerada por pais de excepção»<sup>143</sup>. Mas foi sobretudo à esterilização sexual que os eugenistas recorreram para exterminar grupos biológicos e sociais. E se os resultados podem hoje parecer assustadores, não devemos esquecer que para os dirigentes do movimento eugenista eles haviam ficado muitíssimo aquém do desejado<sup>144</sup>.

Decerto contribuiu para a precocidade com que a esterilização sexual foi adoptada nos Estados Unidos o facto de existir aí uma tradição de castração dos implicados em crimes sexuais, iniciada no Kansas por uma lei de 1855, que previa a aplicação desta pena aos negros e mestiços culpados de violação de mulheres brancas<sup>145</sup>. Nos meados da década de 1890, também no Kansas, o médico superintendente de uma instituição para deficientes mentais castrou cinquenta e oito crianças, sem qualquer autorização legal, e em 1899 um médico da prisão principal de Indiana começou, também sem autorização legal, a castrar presos que se masturbavam<sup>146</sup>. Entretanto, fora já promulgada em 1896 no Connecticut uma lei proibindo o casamento dos deficientes mentais, dos alcoólicos, das pessoas atingidas por doenças venéreas e em geral dos considerados anormais, se a noiva estivesse em idade de procriar. Com um passo em frente neste caminho, o parlamento estadual de Indiana deu o exemplo ao resto do mundo e em 1907 aprovou uma lei permitindo a esterilização sexual forçada dos deficientes mentais, presos e residentes em albergues para indigentes<sup>147</sup>. Dois anos depois o estado de Washington adoptou medidas de esterilização compulsiva para criminosos habituais e violadores, o Connecticut para deficientes mentais e loucos, e a Califórnia para criminosos e crianças com deficiências mentais. Nevada seguiu a moda e autorizou a esterilização de criminosos habituais, e o Iowa de criminosos, deficientes mentais, bêbados, drogados, epilépticos e dos pervertidos moral ou sexualmente. Nova Jersey promulgou legislação idêntica em 1911, muito abrangente no escopo das vítimas, e o estado de Nova Iorque fez o mesmo no ano seguinte<sup>148</sup>. Finalmente, depois de uma vigorosa campanha conduzida pelas associações eugenistas, o Supremo Tribunal Federal admitiu em 1927 a esterili-

<sup>142</sup> Id., *ibid.*, 254-255.

<sup>143</sup> Citado em id., *ibid.*, 255.

<sup>144</sup> Id., *ibid.*, 69-70, 122.

<sup>145</sup> A. Pichot (2000) 209.

<sup>146</sup> E. Black (2003) 63, 64.

<sup>147</sup> Id., *ibid.*, 67; A. Pichot (2000) 187, 207.

<sup>148</sup> E. Black (2003) 67-69.

zação sexual dos criminosos e dos deficientes mentais, assimilando-a à vacinação obrigatória das crianças. A partir de então a esterilização passou a constituir uma lei do país<sup>149</sup>, adoptada em vinte e três estados em 1929<sup>150</sup>. Desde 1907 até ao final de 1928, calcula-se que tivessem ocorrido nos Estados Unidos 8.515 casos de esterilização forçada, sendo campeão o estado da Califórnia, com mais de setenta por cento dos casos<sup>151</sup>. Sem dúvida parecia pouco, porque uma sondagem de opinião efectuada em 1937 por uma revista prestigiada revelou que a maioria da população norte-americana defendia a ampliação das medidas de esterilização obrigatória<sup>152</sup>. Durante a década de 1940 cerca de quinze mil pessoas foram esterilizadas compulsivamente nos Estados Unidos, cerca de dez mil durante a década de 1950 e vários milhares ao longo da década seguinte. Tudo somado, calcula-se que cerca de setenta mil pessoas, na maioria mulheres, tivessem sido esterilizadas sexualmente<sup>153</sup>.

Os Estados Unidos surgiram como o exemplo a imitar, e a esterilização sexual de deficientes mentais ou de pessoas que por vários motivos eram tidas como incapazes de educar filhos foi adoptada também por outras democracias. Aliás, como observou uma historiadora, «as ambições e o âmbito da eugenia eram suficientemente flexíveis para encontrarem repercussão em todos os tipos de política: social-democrata, liberal, fascista, comunista»<sup>154</sup>. No Canadá, o parlamento da província de Alberta aprovou em 1928 uma lei permitindo a esterilização em certos casos, remodelada nove anos mais tarde de modo a admitir a esterilização forçada. Até a lei ser cancelada em 1972, num total de 4.700 propostas de esterilização, sessenta por cento haviam sido autorizadas. A província da Columbia Britânica promulgou legislação idêntica em 1933, mas como os arquivos foram destruídos ou se perderam, desconhece-se o número de vítimas. Noutra democracia exemplar, a Suíça, uma lei autorizando a esterilização sexual compulsiva de deficientes mentais manteve-se em vigor no cantão de Vaud desde 1928 até à década de 1970, enquanto no resto do país, e mesmo sem cobertura legal, havia médicos que executavam esterilizações sob pretextos tera-

<sup>149</sup> Id., *ibid.*, 113, 120-122; M. Connelly (2010) 468; J. Goldberg (2009) 252-253; Sh. F. Weiss (2010) 50-51.

<sup>150</sup> Sh. F. Weiss (2010) 58.

<sup>151</sup> E. Black (2003) 228.

<sup>152</sup> A sondagem efectuada pela *Fortune Magazine* encontra-se mencionada em S. Kühl (1994) 46. Todavia, E. Black (2003) 125 pretendeu que a eugenia e as campanhas de esterilização sexual constituíam um movimento restrito à elite, sem audiência entre as massas do país. Mais prudente, Sh. F. Weiss (2010) 281 escreveu que «infelizmente nada sabemos quanto ao que os americanos médios pensavam tanto sobre as medidas eugenistas do nazismo como sobre as do seu próprio país».

<sup>153</sup> E. Black (2003) 398. Este autor, porém, escreveu (pág. xvi) que cerca de 60.000 norte-americanos foram esterilizados compulsivamente, embora prevenindo que o total é «provavelmente muito mais elevado». A. Pichot (2000) 209-211 informou que, segundo os registos oficiais, desde 1907 até ao final de 1948 a esterilização sexual nos Estados Unidos se aplicara a cerca de 20.000 homens e quase 30.000 mulheres, sendo o número real possivelmente superior. Por seu lado, Sh. F. Weiss (2010) 59 considerou que «o número de esterilizações obrigatórias alcançaria cerca de sessenta mil».

<sup>154</sup> A. Bashford (2015) 223.



pêuticos ou eugenistas. O número total de vítimas permanece ignorado. Também na Dinamarca era corrente a esterilização sob pretextos terapêuticos, e a esterilização forçada passou a ser permitida por uma lei de 1929, sacrificando cerca de onze mil pessoas até 1967. Na Suécia foi o governo social-democrata a promulgar em 1934 este tipo de medidas, primeiro visando apenas pessoas com deficiências mentais, mas incluindo depois quem revelasse «um modo de vida anti-social». Quando a legislação foi abolida, em 1976, haviam sido praticadas cerca de sessenta e três mil operações, na maioria sobre mulheres. A Noruega adotou em 1934 uma lei prevendo a esterilização sexual compulsiva, que a partir de 1977 se tornou na maior parte dos casos uma medida voluntária. Entretanto tinham-se realizado cerca de quarenta e uma mil operações, em três quartos dos casos visando mulheres. A Finlândia autorizou igualmente a esterilização forçada<sup>155</sup>. Ainda em 1948 o primeiro director-geral da UNESCO, Julian Huxley, apelou para a realização de uma conferência internacional sobre política demográfica que considerasse, entre outras questões, o risco de a fertilidade ser superior entre as pessoas menos inteligentes, mas outros altos funcionários da ONU tiveram o bom senso de impedir a circulação desta proposta<sup>156</sup>. Num tal panorama só a Grã-Bretanha se singularizou, apesar dos esforços e da propaganda do movimento eugenista. Numa conferência proferida em Londres, em 1910, perante a Eugenics Education Society, George Bernard Shaw, que acrescentava a eugenia às suas outras competências, sugeriu «um uso extensivo da câmara letal» e acrescentou: «Terá de se pôr termo à vida de muitas e muitas pessoas, pela simples razão de que cuidar delas é um desperdício do tempo alheio»<sup>157</sup>. Mas em 1931 o parlamento recusou-se a aceitar a esterilização dos deficientes<sup>158</sup> e os eugenistas britânicos não conseguiram aprovação parlamentar para nenhum dos seus projectos, a que se opunha uma grande parte da opinião pública e dos meios oficiais<sup>159</sup>.

Não bastava, porém, limpar a raça dentro das fronteiras se ela estivesse exposta às contaminações provenientes do exterior. Assim, a promoção demográfica da elite e a esterilização sexual ou a liquidação dos elementos tidos como nocivos deviam ser acompanhadas por um

<sup>155</sup> Id., *ibid.*, 229; E. Black (2003) 242-245; *The Economist*, 30 de Agosto de 1997, págs. 20-21. A expressão citada encontra-se em Edwin Black, *op. cit.*, 245.

<sup>156</sup> M. Connelly (2010) 472.

<sup>157</sup> Citado em E. Black (2003) 248. Acerca das concepções eugenistas de Shaw e da sua influência sobre os fascistas britânicos ver Th. Linehan (2000) 30-31.

<sup>158</sup> E. Black (2003) 233; M. A. Hasian Jr. (1996) 133-134.

<sup>159</sup> E. Black (2003) 210-212, 216-218, 220, 233-234. Segundo J. Caplan (org. 1995) 168, enquanto na generalidade da Europa continental a legislação de protecção às famílias se deveu à iniciativa da direita eugenista, na Grã-Bretanha a iniciativa foi tomada pelo Partido Trabalhista num quadro exterior à eugenia. Note-se que Oswald Mosley, embora defendesse que deviam inverter-se as tendências no uso das medidas anticoncepcionais de modo a incentivar a taxa de reprodução entre as elites e desincentivá-la entre as camadas mais pobres, considerou que a esterilização dos deficientes deveria ser voluntária. Ver O. Mosley (1936) § 76.

severo controle racial da imigração. A eugenia foi decerto considerada nos Estados Unidos como o instrumento biológico necessário à aplicação do *manifest destiny*. Os mesmos desígnios da Providência que orientavam a expansão do país ditavam que na ordem interna prevalecessem os brancos de origem anglo-saxónica, e a questão da imigração assumiu uma importância ímpar entre os eugenistas, que reputavam geneticamente indesejável a maior parte das pessoas chegadas após 1890<sup>160</sup>. Já em 1882 a imigração de trabalhadores chineses havia sido proibida<sup>161</sup>, e a principal personalidade do movimento eugenista, Davenport, defendeu numa obra de 1911 que se continuassem a entrar imigrantes oriundos do sudeste europeu os Estados Unidos alterariam as suas características raciais e a população tornar-se-ia mais propensa ao crime e à imoralidade sexual. Na mesma obra Davenport opôs-se igualmente à imigração de judeus<sup>162</sup>. Em 1917 o Congresso deu o tom do que estava para vir e proibiu a imigração de deficientes mentais, epilépticos e outras pessoas portadoras de inferioridades psicopáticas constitucionais<sup>163</sup>. Dois anos mais tarde a presidência do Comité da Câmara de Representantes para a Imigração e a Naturalização foi entregue a um eugenista, unido por relações particularmente estreitas a Madison Grant, que aos seus outros cargos juntava o de vice-presidente da Immigration Restriction League. Também a segunda figura do movimento eugenista, Laughlin, recebeu funções oficiais naquele Comité e a partir dali, com a ajuda do Secretário do Trabalho, teceu a rede que levaria o Congresso a aprovar em 1924 a National Origins Quota Law<sup>164</sup>. Além de prever formas de selecção destinadas a afastar os portadores de deficiências hereditárias, esta lei estabeleceu um limite máximo para o número de imigrantes aceite anualmente e, usando os resultados do recenseamento de 1890 como base para a definição de quotas, reduziu drasticamente a entrada de não nórdicos e procurou assim orientar a composição étnica da população<sup>165</sup>. Na prática as dificuldades foram maiores do que os eugenistas haviam previsto e os grupos étnicos interessados contestaram a validade dos dados do recenseamento de 1890. Depois de adiar o problema por vários anos, o Congresso recorreu em 1931 ao recenseamento de 1920 para fixar as quotas de imigrantes, consoante um sistema que se manteve em vigor até 1952<sup>166</sup>.

<sup>160</sup> E. Black (2003) 185 e segs.; A. Pichot (2000) 177.

<sup>161</sup> D. Hoerder (2015) 16.

<sup>162</sup> E. Black (2003) 74.

<sup>163</sup> Id., *ibid.*, 188.

<sup>164</sup> Id., *ibid.*, 187-194, 202. Acerca da influência exercida pela obra de Madison Grant sobre a lei de 1924 ver ainda J. Purdy (2015).

<sup>165</sup> E. Black (2003) 202.

<sup>166</sup> Id., *ibid.*, 202-205.

Com a National Origins Quota Law o governo dos Estados Unidos consagrara juridicamente a resolução de um problema social consoante um critério racial. Os eugenistas alemães aplaudiram<sup>167</sup>, e em *Mein Kampf* Hitler mostrou o seu agrado por aquela lei: «Recusando liminarmente a imigração às pessoas não saudáveis e excluindo simplesmente da naturalização certas raças, ela manifesta o começo progressivo de uma perspectiva que é específica da concepção racista de Estado»<sup>168</sup>. Aliás, já Houston Stewart Chamberlain, depois de mencionar elogiosamente as propostas de Galton para melhorar a raça, evocara as medidas adoptadas pelos Estados Unidos<sup>169</sup>. Durante as três décadas iniciais do século XX os norte-americanos encabeçaram o movimento eugenista internacional e influenciaram de maneira durável o desenvolvimento do racismo germânico<sup>170</sup>. As relações entre os eugenistas de ambos os países mantiveram-se estreitas, malgrado a primeira guerra mundial e os percalços políticos subsequentes<sup>171</sup>; e assim como a Rockefeller Foundation contribuiu financeiramente para o movimento eugenista nos Estados Unidos, subsidiou também as pesquisas biológicas e raciais na Alemanha, continuando a fazê-lo entre 1933 e 1939, embora estivesse ao corrente do que então se passava<sup>172</sup>. Outra das ligações do racismo democrático ao nacional-socialismo deveu-se a Henry Ford, apesar de ele se ter mantido alheio ao movimento eugenista e não se encontrar entre os seus financiadores<sup>173</sup>. Esta singularidade relaciona-se possivelmente com o facto de a companhia Ford nunca se ter recusado a empregar pessoas com deficiências físicas e até mentais e ter adoptado relativamente ao assalariamento de negros uma orientação mais liberal do que as outras grandes companhias daquela época, a ponto de as colossais instalações fabris do Rouge terem sido as únicas no ramo automóvel onde os negros participavam em todas as operações e em todos os tipos de trabalho<sup>174</sup>. No que dizia respeito ao anti-semitismo, porém, é inegável a influência exercida por Ford sobre Hitler, que além disso, não só em *Mein Kampf* como em conversas particulares, deu provas de conhecer

<sup>167</sup> S. Kühl (1994) 25-26, 38-39.

<sup>168</sup> A. Hitler (1995) 400.

<sup>169</sup> H. S. Chamberlain (1913) 1412-1413.

<sup>170</sup> S. Kühl (1994) 39 e segs., 86 e segs. Apesar disto, não há razão para supor, como fez E. Black (2003) xviii, 7, 70, 239, 258-259, 261 e segs. e 270, que a criação do racismo nacional-socialista se tivesse devido ao movimento eugenista norte-americano. Na área da cultura germânica havia uma tradição de eugenia racista própria, muito profunda e diversificada, que Edwin Black ignorou no seu livro e foi estudada por Sh. F. Weiss (2010) *passim*.

<sup>171</sup> E. Black (2003) 258-259, 262-263; Sh. F. Weiss (2010) 50, 56, 100, 200, 274 e segs.

<sup>172</sup> E. Black (2003) 258, 283 e segs., 288, 294-297, 302, 306 e segs., 364-365, 369; Sh. F. Weiss (2010) 78, 82, 100, 124, 129, 132, 148-152, 272-273. Note-se que, segundo Sheila Faith Weiss, op. cit., 152, a Rockefeller Foundation deixou de subsidiar o instituto de psiquiatria dirigido por Rüdín no final de 1937.

<sup>173</sup> É significativa a ausência de Ford entre os capitalistas financiadores e apoiantes do movimento eugenista, que E. Black (2003) *passim* mencionou com abundância.

<sup>174</sup> A. Nevins et al. (1957) 18, 324, 354, 513, 539, 540. Quanto à afluência de negros às linhas de montagem da Ford ver ainda B. Rieger (2015) 477.

com certo detalhe as teorias e realizações práticas dos eugenistas norte-americanos. Para tal contribuiu possivelmente um membro do NSDAP, Julius Lehmann, proprietário da principal editora alemã de obras eugenistas e um dos protagonistas da abortada intentona de Munique em Novembro de 1923<sup>175</sup>. Nos primeiros anos da década de 1930 Hitler enviou uma carta elogiosa ao presidente da American Eugenics Society, Leon Whitney<sup>176</sup>, e ao mesmo tempo enviou outra carta a Madison Grant, classificando como «a minha Bíblia» uma obra sua<sup>177</sup>, para a qual, aliás, Theodore Roosevelt ecrevera um elogio entusiasmado<sup>178</sup>. Traduzida e publicada na Alemanha em 1925 precisamente pela editora de Lehmann, nesta obra de Grant a primeira guerra mundial era interpretada como um conflito entre raças, em termos que influenciaram directamente a tipologia do racismo nacional-socialista<sup>179</sup>.

Aliás, o pessimismo biológico, que constituía uma das bases da doutrina de Hitler, poderia invocar as concepções de Galton, para quem um sangue de boa linhagem, se se misturasse com sangue de má qualidade, em vez de promover os elementos inferiores seria degenerado por eles<sup>180</sup>. Também Davenport considerava que se um elemento originário de um grupo racial inferior fosse promovido graças a um meio favorável ele continuaria, através dos seus descendentes, a constituir uma ameaça biológica<sup>181</sup>. E de acordo com Carl Brigham, psicólogo eugenista da reputada Universidade de Princeton, se era certo que a inteligência dos negros podia ser aumentada pela mistura com sangue branco, não era menos verdade que isto faria diminuir a inteligência média da população do país, devido à inferioridade intelectual dos negros<sup>182</sup>. A fatalidade que pesava sobre o bom sangue foi evocada por outros eugenistas norte-americanos<sup>183</sup>, nomeadamente por Lothrop Stoddard ao proclamar que qualquer cruzamento entre um grupo biológico superior e outro inferior implicaria necessariamente um insanável prejuízo para o progresso

<sup>175</sup> E. Black (2003) 273 e segs.

<sup>176</sup> Id., *ibid.*, 259.

<sup>177</sup> Citado em id., *ibid.*, 259, S. Kühl (1994) 85, J. Purdy (2015) e Sh. F. Weiss (2010) 280. Note-se que na obra filosófica oficiosa do nacional-socialismo, *O Mito do Século XX*, Alfred Rosenberg inseriu um elogio a Grant. Ver A. Rosenberg (1986) 626 ou id. [s. d. 2] 452. Segundo A. Bramwell (1985) 68-69 e 184, Grant influenciou também Walther Darré, que nos interrogatórios a que foi submetido pelos Aliados invocou repetidamente a obra de Grant para defender a legitimidade das doutrinas racistas.

<sup>178</sup> J. Purdy (2015).

<sup>179</sup> E. Black (2003) 259; E. Conte et al. (1995) 81-82; S. Kühl (1994) 73-74. O antropologista Franz Boas devastou este livro, indicando que «toda a argumentação se baseia no pressuposto dogmático de que onde quer que um povo revele características culturais eminentes elas se devem necessariamente ao estímulo do sangue nórdico. [...] a tese principal é tida como demonstrada e aplicada então para “explicar” fenómenos culturais, e factos biológicos são adulterados de acordo com as ilusões do autor». Ver F. Boas (1938) 25.

<sup>180</sup> E. Black (2003) 17.

<sup>181</sup> Id., *ibid.*, 44.

<sup>182</sup> Id., *ibid.*, 83.

<sup>183</sup> Id., *ibid.*, 167, 174.

humano<sup>184</sup>. Mas talvez ninguém nos Estados Unidos tivesse defendido esta tese com tanto vigor como Madison Grant, naquele livro que serviria a Hitler de inspiração: «O cruzamento entre um branco e um índio é um índio; o cruzamento entre um branco e um preto é um preto; o cruzamento entre um branco e um hindu é um hindu; e o cruzamento entre qualquer das três raças europeias e um judeu é um judeu»<sup>185</sup>. Encontramos aqui, com vinte anos de antecipação, o resumo da legislação racial de Nuremberga.

Não menos significativo é o facto de depararmos numa obra de Stoddard, datada de 1921, com a definição exacta da noção de anti-raça, que serviria aos nacionais-socialistas para caracterizar os judeus. «Onde as raças de origem são muito diferentes», escreveu ele, «como sucede nos acasalamentos entre brancos, pretos e ameríndios, a cria é um mestiço — um caos ambulante, debilitado a tal ponto pelas suas hereditariedades dissonantes que é praticamente desprovido de valor»<sup>186</sup>. E o termo *sub-homens*, que Hitler e os seus seguidores haveriam de aplicar aos eslavos, foi criado por Stoddard para designar todos os que se situariam social e biologicamente abaixo do padrão médio necessário para se adaptarem à sociedade em que viviam<sup>187</sup>, tornando-se depois corrente entre os eugenistas norte-americanos<sup>188</sup>. Num plano mais superficial, mas não menos esclarecedor, a proliferação de metáforas apresentadas como conceitos caracteriza tanto os textos dos racistas germânicos como os livros e artigos dos eugenistas norte-americanos, que também eles comparavam as raças inferiores a bactérias infecciosas ou ratos e classificavam os elementos biologicamente degenerados como peste humana ou percevejos ou parasitas<sup>189</sup>. No período entre as duas guerras mundiais circularam em ambos os países não só teses comuns, mas mesmo uma terminologia comum.

Iniciei este capítulo mostrando a linhagem germânica do racismo hitleriano e encerro-o agora mostrando que as medidas eugenistas adoptadas no Terceiro Reich se inseriram num movi-

<sup>184</sup> L. Stoddard (1921) 300-301; id. (1922) 5-6, 83-84. Ver igualmente F. Boas (1938) 26-27. Em *O Mito do Século XX* Rosenberg inseriu um elogio a Stoddard. Ver A. Rosenberg (1986) 626 ou id. [s. d. 2] 452. Stoddard influenciou também Walther Darré, a crer em A. Bramwell (1985) 68-69. «Talvez TODOS nós estivéssemos errados, excepto Lothrop Stoddard e meia dúzia de escritores», disse Ezra Pound na emissão da Rádio Roma de 14 de Junho de 1942. Ver L. W. Doob (org. 1978) 92 (maiúsc. orig.).

<sup>185</sup> Citado em E. Black (2003) 31.

<sup>186</sup> L. Stoddard (1921) 166. «Estes seres infelizes», escreveu também Lothrop Stoddard referindo-se aos mestiços (pág. 120), «em cujos corpos todas as células são um campo de batalha de hereditariedades dissonantes, expressam os seus espíritos em actos de violência frenética e numa instabilidade sem sentido».

<sup>187</sup> L. Stoddard (1922) 23, 86-87. Escreveu Lothrop Stoddard (pág. 24, sub. orig.) que «a atitude básica do Sub-Homem é, instintiva e naturalmente, uma *revolta contra a civilização*» e acrescentou (pág. 86, sub. orig.) que «aquilo que o Sub-Homem pretende não é o progresso mas o *retrocesso* — retrocesso para condições mais primitivas, em que se sinta a vontade». É por isso, considerou Stoddard (págs. 87, 220-221, 224), que o sub-homem declara guerra à civilização.

<sup>188</sup> E. Black (2003) 258.

<sup>189</sup> Id., *ibid.*, 91, 133, 134, 138, 188, 192, 258, 394.

mento muito amplo inaugurado pelas democracias<sup>190</sup>. Aliás, uma boa parte da literatura racista nacional-socialista só parecerá estranha a quem desconhecer os textos emanados das sociedades eugenistas dos outros países. Não existem na história das ideias tradições únicas, e se na área da cultura germânica se encontram algumas das raízes do hitlerismo encontram-se igualmente as principais raízes do socialismo. Não existiam também tradições ideológicas exclusivamente nacionais numa época em que a economia já se internacionalizara, e as Leis de Nuremberga não podem ser plenamente compreendidas por quem ignorar o que antes se escrevera e pusera em prática nos Estados Unidos. A história das ideias alimenta-se tanto de clivagens como de continuidades e analogias.

Em 1934 o director de Ciências da Natureza da Rockefeller Foundation, Warren Weaver, perguntou «se será possível desenvolver uma genética tão extensiva e bem fundamentada que se possa esperar a criação, no futuro, de homens superiores?»<sup>191</sup>. Era precisamente a esta questão que Hitler iria responder. Um artigo publicado no *Eugenical News* em 1943, quando já ninguém ignorava o teor da resposta, invocou as pesquisas de Charles Davenport, o patriarca da eugenia norte-americana, para anunciar uma nova humanidade constituída por castas biológicas, com raças de senhores e raças de servidores<sup>192</sup>. Observou um especialista que se definirmos o nacional-socialismo como a aplicação à política de critérios procedentes da biologia, então as leis eugenistas promulgadas pelos governos democráticos não foram menos hitlerianas<sup>193</sup>. A afirmação de que «o nacional-socialismo não é mais do que biologia aplicada» era corrente entre os nacionais-socialistas<sup>194</sup> e esta definição da política correspondia exactamente aos anseios do eugenismo. «A história da nossa ciência está intimamente ligada à história alemã mais recente», escreveu durante o Terceiro Reich Otmar von Verschuer, um dos principais representantes do movimento eugenista, que em 1935 passara a chefiar o Instituto de Biologia Hereditária e Higiene Racial da Universidade de Frankfurt e que assumiu em 1942 o comando científico da política racial. «O chefe do império étnico alemão é o primeiro homem de Estado a recorrer aos dados da biologia

<sup>190</sup> D. L. Hoffmann et al. (2009) 103 argumentaram que, ao contrário do que pretendiam os dirigentes soviéticos, a eugenia não era uma disciplina fascista porque era praticada amplamente em democracias como os Estados Unidos. O que escrevi até aqui mostra a deliberada ingenuidade deste raciocínio.

<sup>191</sup> Citado em E. Black (2003) 370.

<sup>192</sup> Id., *ibid.*, 416.

<sup>193</sup> A. Pichot (2000) 242-243. Ver no mesmo sentido S. Kühl (1994) 36.

<sup>194</sup> E. Black (2003) 270, 318 e A. Quinchon-Caudal (2013) 175 atribuem esta definição a Rudolf Hess, mas, segundo S. Kühl (1994) 36 e 121 n. 39, ela deve-se ao eugenista Fritz Lenz, que a formulara em 1931, e atingiu em seguida uma grande difusão, nomeadamente graças a Hess. Na origem esta concepção remonta ao célebre biólogo Ernst Haeckel, que afirmou que «a política é biologia aplicada». Ver University of California Museum of Paleontology [s. d.]. Nesta perspectiva o nacional-socialismo apresentou-se como a única política correcta. Note-se que, segundo Anne Quinchon-Caudal, *op. cit.*, 161, a Federação Nacional-Socialista dos Médicos Alemães anunciou que «a biologia nacional deve preceder a economia nacional».

hereditária e da eugenia enquanto princípio orientador da direcção do Estado»<sup>195</sup>. O mesmo disse, e quase com palavras iguais, Eugen Fischer, director do Instituto Kaiser Guilherme de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia e reitor da Universidade de Berlim: «Pela primeira vez na história mundial o Führer Adolf Hitler põe em prática as descobertas respeitantes aos fundamentos biológicos dos povos — a raça, a hereditariedade, a selecção»<sup>196</sup>. Outros académicos eugenistas, como o conhecido psiquiatra Ernst Rüdin, proferiram declarações idênticas, considerando que Hitler passara à prática teorias científicas<sup>197</sup>. Não foi sem razão que no congresso do NSDAP em Setembro de 1938 o Führer definiu o nacional-socialismo como uma «fria doutrina da realidade baseada no conhecimento científico mais incisivo [...]» e Bormann escreveu numa carta de 29 de Maio de 1941 que «só a aplicação dos conhecimentos científicos mais recentes pode evitar a fossilização dogmática da visão nacional-socialista do mundo»<sup>198</sup>. O facto de quase metade dos médicos do Terceiro Reich serem filiados no NSDAP, um quarto pertencer às SA e um décimo aos SS<sup>199</sup> revela não só que Hitler dispunha de uma infra-estrutura científica suficientemente vasta para prosseguir o seu programa biológico como indica também a difusão das preocupações eugenistas entre os cientistas alemães e austríacos.

Já antes de 1933 a esterilização sexual dos deficientes encontrara receptividade nos meios médicos e científicos germânicos, interessados pelo exemplo norte-americano<sup>200</sup>. A lei eugenista de esterilização compulsória e massiva aprovada pelo governo nacional-socialista em Julho de 1933 e que entrou em vigor no início do ano seguinte reproduziu os modelos legais existentes nos Estados Unidos, embora o seu âmbito fosse mais restrito, porque não visava os criminosos mas apenas quem padecesse de doenças consideradas hereditárias. Foi a castração, não a esterilização, que segundo uma lei de Novembro de 1933 passou a ameaçar os acusados de crimes sexuais, e também aqui a influência norte-americana foi notória<sup>201</sup>. A eugenia nacional-

<sup>195</sup> Citado em L. Poliakov (1971) 314. Acerca das funções assumidas por von Verschuer em 1942 ver E. Black (2003) 347.

<sup>196</sup> Citado em A. Quinchon-Caudal (2013) 175.

<sup>197</sup> Id., *ibid.*, 232.

<sup>198</sup> Ambos citados em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 108.

<sup>199</sup> Ph. Burrin (2000) 148; A. Quinchon-Caudal (2013) 161; P. Watson (2011) 661; S. Wiesenthal (1989) 118. «[...] os médicos foram três vezes mais numerosos do que os outros alemães a aderir ao partido nazi», escreveu Anne Quinchon-Caudal, *op. cit.*, 161, acrescentando (pág. 165) que «em 1937 os SS provinham [...] com sete vezes mais frequência do meio médico do que de qualquer outra categoria profissional»; talvez este facto se compreenda melhor ao sabermos que em 1933, segundo esta historiadora (pág. 160), 13% dos médicos alemães eram judeus e que em Berlim a percentagem subia a metade.

<sup>200</sup> S. Kühl (1994) 23-25; Sh. F. Weiss (2010) 53, 60-61.

<sup>201</sup> E. Black (2003) 299-300; S. Kühl (1994) 38, 39, 42 e segs.; A. Pichot (2000) 241-242, 421 n. 144; Sh. F. Weiss (2010) 63, 286. Note-se que, segundo M. Gilbert (2011 b) II 695, em Outubro de 1944 médicos dos SS realizaram em Buchenwald experiências com homossexuais, implicando a castração; todavia, noutro campo de concentração médicos dos SS praticaram experimentalmente algumas esterilizações de criminosos, como indicou Martin Gilbert, *op. cit.*, I 38, e o mesmo autor mostrou (vol. II, págs. 508, 854) que um médico dos SS procurara desenvolver

socialista só se destacou das congéneres democráticas pelo carácter centralizado e sistemático, o que lhe permitiu alcançar resultados mais amplos, mas em ambos os casos estava pressuposta uma mesma estrutura política, devido ao que uma historiadora denominou «a lógica tecnocrática e gestorial inerente à eugenia»<sup>202</sup>. Aliás, as críticas que os eugenistas germânicos faziam aos seus colegas norte-americanos diziam apenas respeito à maneira aleatória como as leis eram aplicadas nos Estados Unidos<sup>203</sup>. Neste aspecto, como em vários outros, as autoridades nacional-socialistas prometiam uma prática rigorosa e calcula-se que desde 1934 até aos últimos estertores do regime tivessem ordenado entre trezentas e cinquenta mil e quatrocentas mil esterilizações sexuais de deficientes mentais e físicos<sup>204</sup>. Mesmo o programa de extermínio dos doentes mentais e deficientes físicos graves, que na totalidade do território abrangido e controlado pelo Reich teria provocado várias centenas de milhares de vítimas<sup>205</sup>, já havia sido proposto noutros países por organizações eugenistas e por pessoas ligadas à eugenia<sup>206</sup>.

Em 1932 Charles Davenport abandonou a presidência da Federação Internacional das Organizações Eugenistas e para lhe suceder foi eleito Ernst Rüdin, que em 1936 assumiria a chefia do Instituto de Higiene Racial de Munique, um dos centros científicos cruciais para o programa rácico nacional-socialista<sup>207</sup>. Nestas condições não espanta que os congressos eugenistas internacionais efectuados em 1934, 1935 e 1936 tivessem aprovado a política seguida pelo Terceiro Reich<sup>208</sup>. Mas de todos os países estrangeiros foi sobretudo nos Estados Unidos que as medidas raciais tomadas por Hitler beneficiaram da benevolência ou até do entusiasmo dos cientistas e dos vulgarizadores activos no movimento eugenista. Mesmo aqueles eugenistas norte-americanos que

em Auschwitz uma técnica de esterilização feminina em massa.

<sup>202</sup> Sh. F. Weiss (2010) 34.

<sup>203</sup> S. Kühl (1994) 25, 51.

<sup>204</sup> A. Pichot (2000) 257. Por seu lado, W. Petter, «Euthanasia Programme», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 342 indicou que o número de esterilizações no Reich se situou entre 300.000 e 400.000, enquanto S. Kühl (1994) 102 mencionou mais de 400.000 esterilizações e Sh. F. Weiss (2010) 99 referiu cerca de 400.000, especificando que este número se referia apenas às fronteiras da antiga Alemanha. Segundo E. Black (2003) 299 e 304, as autoridades nacional-socialistas haviam anunciado que a partir de 1 de Janeiro de 1934 procederiam à esterilização de 400.000 pessoas e em 1934 praticaram-se pelo menos 56.000 esterilizações; este autor acrescentou (pág. 316) que até 1937 as medidas de esterilização tinham atingido cerca de 200.000 pessoas, deixando de então em diante os registos de ser publicados. Também J. Noakes et al. (2008-2010) II 264 indicaram que até 1937 tinham sido esterilizadas praticamente 200.000 pessoas.

<sup>205</sup> A. Pichot (2000) 260-264, 271. A crer em R. Strayer (2015) 458, mais de cem mil doentes mentais e deficientes teriam sido mortos no Reich até ao começo da guerra, no programa de eutanásia. Por seu lado, J. Noakes et al., (org. 2008-2010) III 389 consideraram que mais de cem mil doentes mentais e deficientes foram mortos entre 1939 e 1945, mas estes autores acrescentaram (pág. 440) que é impossível determinar quantos foram mortos a partir do termo oficial do programa de eutanásia em Agosto de 1941. Também M. Gilbert (2011 b) I 441 considerou que «talvez nunca venha a ser conhecida a escala das mortes por eutanásia».

<sup>206</sup> A. Pichot (2000) 276-278.

<sup>207</sup> E. Black (2003) 286, 316.

<sup>208</sup> S. Kühl (1994) 27, 29 e segs., 44-45.



se opunham ao anti-semitismo de Hitler lhe elogiaram as disposições de esterilização compulsória. Já em 1932, quando era previsível a tomada do poder pelo partido nacional-socialista, o *Eugenical News*, verdadeiro órgão oficial do movimento eugenista norte-americano, publicara dois artigos de louvor ao programa racial de Hitler. E a partir de 1933 Laughlin assegurou que o Eugenics Record Office, a Eugenics Research Association e o *Eugenical News* mantivessem um apoio indefectível às medidas eugenistas e raciais implementadas no Terceiro Reich. De então em diante não houve ano nenhum em que as sociedades eugenistas dos Estados Unidos, o *Eugenical News* e outras publicações científicas influenciadas pelos eugenistas deixassem de proceder à apologia do nacional-socialismo enquanto aplicação da doutrina eugenista. Só com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em Dezembro de 1941, é que os aplausos públicos cessaram, embora com relutância, e em 1943 o *Eugenical News* começou a publicar também artigos críticos do nacional-socialismo<sup>209</sup>.

Neste contexto apercebemo-nos de que não foi devido a qualquer crueldade gratuita, mas para prosseguirem certos debates teóricos e certas pesquisas práticas em curso entre os eugenistas, que cerca de trezentos e cinquenta médicos e professores universitários nacional-socialistas, alguns ligados aos mais prestigiados institutos científicos, martirizaram em laboratórios os internados nos campos de concentração ou os doentes destinados a ser liquidados<sup>210</sup>. Se esta abominação serve para alguma coisa é para caracterizar a própria eugenia. O facto que mais nos choca nas experiências daqueles médicos — que uma profissão cujo objectivo é curar em vez disso torture e mate, e que se usem as informações adquiridas profissionalmente para vitimar os pacientes — assinalara já a campanha promovida pelo oftalmologista norte-americano Lucien Howe e pelos seus colegas para segregar ou esterilizar sexualmente as pessoas com problemas de visão e todos os membros das suas famílias<sup>211</sup>, e em diversos países democráticos, mesmo antes de as leis o permitirem, era uma prática bastante frequente entre médicos de prisões e de estabelecimentos para doentes mentais esterilizar ou castrar pessoas cuja saúde lhes fora confiada<sup>212</sup>. Os

<sup>209</sup> E. Black (2003) xvii, 277, 297-298, 300 e segs., 313-318, 343-344, 385, 388-389, 393, 414-417; S. Kühl (1994) 5-6, 34-35, 37, 46, 48 e segs., 53 e segs., 60-62, 65, 75, 83, 97. A classificação do *Eugenical News* como «a voz oficial do movimento eugenista americano» encontra-se em Edwin Black, op. cit., 305.

<sup>210</sup> E. Black (2003) xvii, 327, 338, 348 e segs., 355 e segs., 367, 371; M. Buber (1949) 252-253; S. Friedländer (2008) 747-748, 750, 965-966; M. Gilbert (2011 b) I 396, 428-429, 449, II 503-504, 511, 695, 709, 839-840, 846; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 400-4001, 597, IV 461-462; A. Pichot (2000) 393; A. Quinchon-Caudal (2013) 165-172, 225; P. Watson (2011) 696; Sh. F. Weiss (2010) 72, 106, 112-119, 172-173, 180, 182-183. O argumento invocado por Anne Quinchon-Caudal, op. cit., 172-173, de que ao testarem em judeus, ciganos ou eslavos terapias destinadas a ser aplicadas em nórdicos os médicos nacional-socialistas estavam a equipará-los involuntariamente à raça considerada superior não é procedente, porque se realizam experiências com cobaias animais sem que ninguém assuma que os animais sejam humanos.

<sup>211</sup> E. Black (2003) xvi, 145 e segs.

<sup>212</sup> Id., *ibid.*, 63-66, 110-112, 230-232, 243.

médicos eugenistas tinham um duplo ponto de vista, consoante consideravam o paciente como um elemento da elite biológica ou um elemento inferior, e foi esta dualidade que justificou as experiências médicas nos campos de concentração. Tal como escreveu von Verschuer em 1934, os médicos deviam considerar os pacientes não como indivíduos mas como componentes de um conjunto racial<sup>213</sup>, o que explica que em Maio de 1942 Hitler se mostrasse inclinado a conceder a Himmler a supervisão da pesquisa médica<sup>214</sup>. Se os SS eram a instituição por excelência da política racial, então deveria caber-lhes a última palavra na ciência biológica. Hitler e os seus adeptos realizaram de maneira conseqüente aquilo que os eugenistas entendiam como a ciência da purificação racial.

Perante a enormidade destes factos, que a ciência contemporânea expurga pudicamente do seu passado, devemos lembrar que a eugenia nunca pretendeu ultrapassar o estrito quadro do racionalismo. Não é uma das menores lições desta história de horrores que a razão científica não tivesse erguido um obstáculo intransponível ao mais completo irracionalismo.

<sup>213</sup> Id., *ibid.*, 339; A. Quinchon-Caudal (2013) 132-134; Sh. F. Weiss (2010) 100. Note-se que já em 1929 o psiquiatra Ernst Rüdin, que haveria de desempenhar funções de elevada responsabilidade no Terceiro Reich, defendera na sua área específica um ponto de vista similar, como indicou Sheila Faith Weiss, *op. cit.*, 133.

<sup>214</sup> Em 3 de Maio de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 459.

## Capítulo 2

# RAÇA DE SENHORES, SUB-HOMENS E ANTI-RAÇA

### 1. Racismo abrangente

Na ala populista do NSDAP, encabeçada por Gregor Strasser, e entre as SA, pelo menos enquanto estiveram sob a condução de Röhm, vigorava um racismo de escopo abrangente, fundado num conceito de raça dinâmico e adaptável ao meio social. Também Otto Strasser, o irmão de Gregor, nas discussões com Hitler em Maio de 1930, que o levaram a abandonar o partido, defendeu uma concepção abrangente de racismo. E no meio científico esta modalidade foi sustentada nomeadamente por Karl Saller, um médico e antropólogo filado nas SA, e por Friedrich Merkschlager, especialista de fitobiologia e membro do NSDAP desde a primeira hora.

Segundo esta concepção a raça superior ampliar-se-ia graças à assimilação de elementos que, embora possuidores de certas características consideradas inferiores, estavam desde há muito física e culturalmente germanizados. Os elementos superiores iriam promovendo biologicamente os inferiores através de acasalamentos sucessivos. Em termos práticos isto significava que a raça alemã se ampliaria e consolidaria pela integração progressiva das raças que compunham a esfera germânica. A convergência destas raças resultaria da participação de todas elas no povo alemão e da sua adaptação às condições do solo alemão. O conceito de *comunidade de trabalho*, empregue com muita frequência nestes meios políticos, esclarece o plano em que se colocava a ala populista do nacional-socialismo. Um destino histórico colectivo, localizado num âmbito geográfico específico, determinaria a formação da raça germânica, e portanto as raízes sociais, económicas e culturais definiriam o quadro da evolução biológica, sendo a raça entendida como resultado de um modo de vida comum. Afinal, raça e povo estariam fundidos. O tipo de racismo defendido por Gregor Strasser, por Röhm e pelos seus seguidores subordinava-se à revolução social nacional-socialista e garantiria, em termos físicos, a consolidação da ordem nova<sup>1</sup>.

Esse quadro assimilador poderia mesmo incluir os eslavos, dando um corpo biológico ao «socialismo prussiano» de Spengler<sup>2</sup>, e talvez os defensores desta orientação invocassem a auto-

<sup>1</sup> Acerca do racismo de escopo abrangente consultar E. Conte et al. (1995) 85-88, 93-99, 104-105, 108-110, 349-350 e A. Quinchon-Caudal (2013) 148-149. A opinião de Otto Strasser quanto a este assunto encontra-se em D. Reed (1944) 101.

<sup>2</sup> E. Conte et al. (1995) 108-109; A. Quinchon-Caudal (2013) 149.

ridade de Houston Stewart Chamberlain, apesar de a herança do grande ideólogo do racismo lhes ter sido em geral desfavorável. Chamberlain insistiu repetidamente que, na sua definição, a raça germânica se referia aos europeus setentrionais e incluía, além dos germanos propriamente ditos, os celtas e também os eslavos<sup>3</sup>, embora entre estes últimos as características germânicas se tivessem deteriorado devido ao cruzamento com populações asiáticas consideradas biológica e mentalmente inferiores<sup>4</sup>. Sem tomar uma posição definitiva acerca do problema, Chamberlain reconheceu que entre os eslavos seus contemporâneos «subsiste um certo instinto de tipo especificamente germânico, talvez apenas a sombra de um instinto, mas que torna ainda a alma eslava parente da nossa e lhe dá uma capacidade produtiva, malgrado toda a resistência oposta pela cultura asiática, estabelecida hereditariamente sobre o mesmo solo»<sup>5</sup>.

Todavia, Chamberlain deixara em aberto a questão de saber até que ponto os eslavos modernos poderiam integrar-se na raça superior, e a dúvida foi resolvida de modo afirmativo pelos nacionais-bolchevistas, para quem a qualidade racial dos eslavos se manifestava no comunismo russo. Sem chegar a tais extremos, também Gregor Strasser defendia uma política externa favorável à Rússia<sup>6</sup>, e até ao final de 1932, esclareceu um conhecedor da cultura alemã, «a imprensa de Strasser insiste cada vez mais na necessidade de uma aproximação à União Soviética, cujo sistema interno é, no entanto, condenado. Strasser combate absolutamente a ideia de uma superioridade dos povos germânicos sobre os povos eslavos. [...] O tema — tão frequente no *Völkischer Beobachter* [dirigido por Alfred Rosenberg] — da superioridade dos germanos sobre os eslavos é combatido pela imprensa de Strasser»<sup>7</sup>. Mesmo que o principal objectivo do general von Schleicher quando tentou incluir Gregor Strasser como segunda figura do seu efémero governo tivesse sido o de fazer pressão sobre Hitler ou até dividir a meio o NSDAP, talvez o facto de o general defender o estreitamento das relações com a União Soviética ajude a explicar aquela manobra<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> H. S. Chamberlain (1913) 8, 10, 392, 633 e segs., 657, 831, 943, 990.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, 9, 642-643, 904, 954.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, 954-955. Houston Stewart Chamberlain escreveu também (pág. 967) acerca da Rússia daquela época: «[...] um monarca de pura raça germânica, chefiando um povo cujos elementos activos e criadores são no mínimo semigermânicos, começou a submeter aquele domínio gigantesco e a instaurar nele a ordem».

<sup>6</sup> J. C. Fest (1974) 398, 472; K. Heiden (1934) 203-205, 213, 216-217, 238-239; F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 276. Por outro lado, segundo J. Droz [s. d.] 13, em 1926 Otto Strasser não propunha uma orientação externa assente na colaboração com a União Soviética, mas durante as discussões que travou com Hitler em Maio de 1930, e que precederam de perto a sua saída do NSDAP, revelou-se favorável à aliança soviética, como se lê em D. Reed (1944) 103. Também D. Orlow (2010) 260 afirmou que em 1930 Otto Strasser defendia uma política externa favorável à União Soviética. Do mesmo modo, o manifesto *Os Socialistas Abandonam o NSDAP*, com que Otto Strasser e os seus seguidores anunciaram a ruptura com Hitler, proclamou que «a recusa da guerra de intervenção contra a Rússia» decorria necessariamente tanto do programa deste grupo como dos interesses da política externa alemã. Ver este manifesto em C. Klein (1968) 107-108.

<sup>7</sup> J. Droz [s. d.] 14-15. Ver igualmente E. Conte et al. (1995) 108-109.

<sup>8</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 44.

Afinal, a rápida queda de Schleicher e o isolamento político de Gregor Strasser ditaram outro rumo para a política externa alemã.

Entre as obras marcantes da cultura germânica daquela época, foi sem dúvida em *A Decadência do Ocidente* que a noção plástica e abrangente de raça encontrou a formulação mais substancial. A raça era para Spengler um fenómeno emocional antes de ser biológico. «Os povos não são unidades linguísticas, nem unidades políticas, nem unidades zoológicas», escreveu ele, «mas unidades espirituais»<sup>9</sup>. O emocional e o cultural conjugavam-se na raça, o que se entende se soubermos que para Spengler a cultura, que ele valorizava, era inconsciente e irracional, enquanto a civilização, fruto da decadência, era racional e consciente. «A raça é algo de cósmico, algo que se refere à alma», e Spengler estabeleceu uma relação íntima entre a raça e as noções de «tempo» e «anseio» ou «desejo» no sentido mais forte do vocábulo<sup>10</sup>. «Raça, tempo e destino são termos que vivem ligados»<sup>11</sup> ou, noutra formulação, é com a «luta pelo poder», com o «destino», com a «política» que a raça se relaciona<sup>12</sup>. A raça era em suma, para Spengler, um devir histórico, por isso criticou as noções estritamente biológicas de raça<sup>13</sup>. Embora em momento nenhum Spengler o afirmasse, não me parece duvidoso que a passagem da sua noção de raça para a noção biológica defendida pelos hitlerianos constituiria uma transmutação da cultura em civilização e, portanto, correponderia à anunciada decadência. Ele chegou a afirmar que eram as condições geográficas e não o sangue a exercer influência sobre o esqueleto humano<sup>14</sup>. «A raça não emigra. Os homens emigram e as suas gerações posteriores nascem em diferentes países; a paisagem exerce, no entanto, um misterioso poder sobre o elemento vegetativo desses descendentes e acaba por alterar completamente a expressão racial; a antiga desaparece e surge uma nova». Em seguida Spengler deu vários exemplos de emigrantes de diferentes proveniências que passaram a encontrar-se fundidos numa nova raça única, não só entre brancos, mas também em resultado da assimilação de brancos, índios e negros. E invocou a este respeito os trabalhos de Franz Boas, que mostrara que embora os judeus sicilianos e os judeus alemães tivessem formatos de cabeça muito distintos, nos Estados Unidos os filhos de ambos os grupos nasciam com cabeças do mesmo tipo<sup>15</sup>. Como se estas passagens não bastassem para enraivecer os adeptos da vertente biológica do racismo, Spengler explicou que o sentido darwiniano de raça «só existe para a ciência e nunca

<sup>9</sup> O. Spengler (1942-1944) III 239.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, III 162.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, III 186.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, III 165.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, III 184-185.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, III 185.

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, III 169.

para a consciência popular». Entendida no plano das emoções e do desejo histórico, a raça consistia na determinação da biologia pela cultura. Seria difícil expressar melhor a concepção abrangente do racismo. «Nunca povo nenhum se entusiasmou por esse ideal do “sangue puro”. Ter raça não significa ter uma mesma matéria determinada. A raça é algo de cósmico», repetiu Spengler, «uma direcção, a sensação de destinos coincidentes, a marcha pela história com idêntico percurso e os mesmos passos. É a deficiente compreensão deste ritmo metafísico que dá origem ao ódio das raças, que não é menos forte entre franceses e alemães do que entre alemães e judeus»<sup>16</sup>.

Recorrendo a esta perspectiva integradora, até o anti-semitismo comum na extrema-direita germânica foi revisto e atenuado pela ala populista do nacional-socialismo<sup>17</sup>, e Saller foi acusado de defender a assimilação da população judaica e da sua cultura urbana pelo povo alemão<sup>18</sup>. O próprio Röhm, que durante os períodos em que chefiou as SA foi uma das figuras mais influentes do NSDAP, jamais manifestou traços de anti-semitismo, e desde a tomada do poder até ser liquidado no primeiro dia de Julho de 1934 parece ter procurado refrear a política defendida pelo Führer relativamente aos judeus<sup>19</sup>. É digno de nota que num discurso pronunciado em Berlim, em 7 de Dezembro de 1933, Röhm tivesse criticado o bolchevismo sem invocar o seu pretenso carácter judaico<sup>20</sup>. Simetricamente, atacou os políticos parlamentares e as sumidades da finança e da indústria sem os assimilar aos judeus, e o mesmo quando atacou a imprensa estrangeira inimiga do novo Reich. Nem ao invectivar «os emigrantes que foram expulsos do país não pelo nacional-socialismo mas pela sua própria má consciência» Röhm incluiu entre eles os judeus, e ao falar dos «opositores políticos internos do nacional-socialismo» indicou apenas o comunismo e o marxismo<sup>21</sup>. É certo que este discurso se destinou ao corpo diplomático, mas circulou na Alemanha e nas SA, onde o facto de não apontar o dedo aos judeus seria sem dúvida notado.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, III 234.

<sup>17</sup> Acerca da revisão do anti-semitismo empreendida pela ala populista do NSDAP ver K. Heiden (1934) 204-205 e 255-256. Referindo-se a esta corrente do racismo, E. Conte et al. (1995) 98 observaram que «os profetas de uma nova raça alemã tinham evitado formular uma posição clara acerca da “questão judaica” anteriormente a 1933». Também F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 276 afirmou, embora só de passagem, que a corrente de Gregor Strasser não era anti-semita. Todavia, Otto Strasser, pelo menos após a sua ruptura com Hitler, embora discordasse da estratégia seguida pelos nacionais-socialistas relativamente aos judeus, propusera a adopção de «medidas restritivas, mas de forma mais digna, contra o aumento excessivo da influência hebraica», como informou D. Reed (1944) 171. E mais detalhadamente este autor, que procedia como um verdadeiro agente de publicidade do seu biografado, explicou (págs. 260-263) que, na opinião de Otto Strasser, só um número reduzido de judeus poderia ser assimilado; quanto aos restantes, considerados hostis ao povo entre quem viviam, seria necessário promulgar medidas que limitassem a sua alegada influência social, política e financeira. «Todo o movimento nacional era anti-semita», recordou E. Salomon (1993) 108, «embora em graus diversos». Ernst von Salomon defendia (pág. 615) que a questão judaica devia ser resolvida através de uma opção cultural, não pelo acaso biológico do nascimento, e que seria alemão um judeu que se considerasse alemão.

<sup>18</sup> A. Quinchon-Caudal (2013) 149.

<sup>19</sup> J. Droz [s. d.] 3, 97. No entanto, ver H. Arendt (1972) 257 n. 34.

<sup>20</sup> E. Röhm (1975) 4-5.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, 8-10. As passagens citadas encontram-se nas págs. 9 e 10.

Este tipo de atitudes encontrava raízes na legítima tradição racista. Em vez de pretender ostracizar o Judeu enquanto membro de uma raça estranha, o surto anti-semita ocorrido na década de 1880 atacara, pelo contrário, os judeus que não se haviam deixado absorver pela sociedade e pela cultura germânicas<sup>22</sup>. Escrevendo no último quartel do século XIX, Paul de Lagarde, que Rosenberg haveria de incluir no panteon dos mestres do nacional-socialismo<sup>23</sup>, atribuíra à debilidade da cultura alemã o facto de os judeus não terem ainda sido assimilados e permanecerem no interior do país como um corpo estranho. Era ao judaísmo e não aos judeus que Lagarde se opunha, e a necessidade de lutar contra aqueles judeus que se mantinham afastados da cultura germânica correspondia à necessidade de integrar os judeus no seio do povo alemão, entendido como uma unidade étnica e cultural<sup>24</sup>. Na sequência lógica desta posição, num ensaio publicado em 1886 Lagarde viu no exército a força que seria capaz de dissolver a especificidade da cultura e do comportamento judaicos<sup>25</sup>. Exactamente quarenta anos depois, Gregor Strasser, lançando o ridículo sobre os métodos de selecção racial de uma nova elite propostos pelos seus antagonistas dentro do NSDAP, defendeu também que através da participação no serviço militar se obteria em duas ou três décadas uma classe dirigente verdadeiramente sólida<sup>26</sup>. Esta orientação era decerto chocante para os meios conservadores, porque a lei de 6 de Março de 1919, que havia instituído a Reichswehr provisória, decretara que os judeus não poderiam ser recrutados para as novas forças armadas<sup>27</sup>.

## 2. Racismo excludente

Ernst Niekisch entrou em férias políticas aquando da chacina dos chefes da ala populista do NSDAP, na passagem de Junho para Julho de 1934, e no ano seguinte o eterno dissidente visitou Roma. Recebido pelo Duce, que o interrogou sobre as razões do seu desacordo com Hitler,

<sup>22</sup> F. Boas (1938) 253.

<sup>23</sup> Segundo Alfred Rosenberg, numa obra publicada em 1936 e mencionada por G. Lukács (1980) 577 e 715, Lagarde era um dos quatro precursores intelectuais do nacional-socialismo.

<sup>24</sup> N. Cohn (1992) 169. Segundo A. Quinchon-Caudal (2013) 36, Lagarde nunca aderiu ao racismo biológico. Opondo-se ao tipo abrangente de racismo, H. S. Chamberlain (1913) 658 achou necessário esclarecer a sua posição: «[...] Paul de Lagarde [...] considera que o *Deutschtum* [carácter germânico] reside não no sangue, mas no sentimento, não na raça, mas na mentalidade. É certo que na esfera individual pode suceder que o sentimento domine o sangue e a vitória caiba às ideias; mas tratando-se de uma multidão, de uma grande multidão, jamais isso acontece!». E na pág. 1433 da sua grande — no tamanho, pelo menos — obra, Chamberlain mencionou ironicamente o «admirável Lagarde, tão fértil em conjecturas de todo o género, especialmente do género aventureiro». Como se as suas próprias fossem mais sensatas!

<sup>25</sup> Este ensaio de Paul de Lagarde está antologado em R. Griffin (org. 1995) 99.

<sup>26</sup> Este artigo de Gregor Strasser, publicado em 1926, foi antologado em id., *ibid.*, 123-124.

<sup>27</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) I 169.

Niekisch explicou que fora muito influenciado pelo marxismo e havia trabalhado nos sindicatos. A quem ele o dizia! Mussolini confidenciou-lhe que era necessário ter sido marxista para adquirir um conhecimento verdadeiro das realidades políticas: «Quem não passou pela escola do materialismo histórico permanece sempre um ideólogo»<sup>28</sup>. Era evidente o subentendido, o manifesto desintereresse do Führer pelas questões económicas. Mas será que quem nunca olhara o mundo numa perspectiva marxista não poderia depois ser um verdadeiro revolucionário? Mussolini, e Niekisch com ele, enganavam-se.

## 1

Hitler foi um revolucionário, talvez o mais revolucionário dos defensores da ordem, porque pretendia instaurar transformações tão profundas que deixariam sem sentido a questão social. Em Maio de 1930, numa acerba discussão com Otto Strasser, Hitler defendeu a constituição de uma elite dirigente a partir de uma raça superior e proclamou que «as únicas revoluções possíveis são as revoluções raciais; não pode ocorrer uma revolução económica ou política ou social — o que há sempre e apenas é a luta da camada mais baixa de raça inferior contra a raça superior dominante, e esta perde a partida se esquecer as leis da sua existência»<sup>29</sup>. Já o bizarríssimo Lanz von Liebenfels, por quem Hitler se interessara nos seus dias famélicos em Viena, havia defendido, numa estranha obra publicada em 1905, que «a questão social não é uma questão de estômagos individuais — é uma questão racial»<sup>30</sup>. E após ter tomado o poder, o Führer repetiu a um dignitário nacional-socialista que «qualquer política que não tenha uma base biológica ou objectivos biológicos é uma política cega»<sup>31</sup>.

Lemos em *Mein Kampf* que a luta de classes não é inerente ao capitalismo e se desencadeara apenas a partir do momento em que o capital por acções destruía a ligação pessoal que teria até então unido patrões e trabalhadores<sup>32</sup>. Ora, na visão hitleriana o capital por acções era representado pelos judeus. E assim, ao mesmo tempo que a finança internacional judaica atacava a partir do exterior a nação germânica com o objectivo de se apoderar da sua economia, através

<sup>28</sup> Citado em J. P. Faye (1980) 126-127. Robert Michels afirmou pela mesma altura que a diferença entre o fascismo italiano e o nacional-socialismo germânico residia no facto de o primeiro ter passado pelo purgatório das doutrinas socialistas. Ver D. Pels (1998) 3.

<sup>29</sup> O. Strasser (1940) 107. Revi a tradução consoante A. Bullock (1972) 157-158, J. Droz [s. d.] 16-17 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 66-67. Ver igualmente D. Reed (1944) 101. O eugenista norte-americano Lothrop Stoddard escreveu uma dezena de anos antes que «o factor fundamental nas questões humanas não é a política mas a raça». Ver L. Stoddard (1921) 5.

<sup>30</sup> J. Lanz von Liebenfels [s. d.] 55. Quanto à fome que Hitler teria sofrido nos seus dias de Viena, J. C. Fest (1974) 49, 53, 67 e 75 indicou que até 1908 ele dispunha de alguns rendimentos.

<sup>31</sup> Citado por H. Rauschnig (1939) 274.

<sup>32</sup> A. Hitler (1995) 285.



da luta de classes os judeus desagregavam internamente a solidariedade nacional. «[...] enquanto por um lado ele [o Judeu] organiza até às últimas consequências os métodos capitalistas de exploração humana, aborda as próprias vítimas do seu espírito e da sua actividade e depressa as chefia na luta que travam contra ele mesmo. [...] o Judeu faz uma barulheira permanente contra o capital internacional, mas na verdade ele refere-se à economia nacional, que tem de ser demolida para que a Bolsa internacional possa triunfar sobre o seu cadáver»<sup>33</sup>. Este esquema permite decifrar um dos maiores paradoxos hitlerianos, que o judaísmo sustentasse tanto o grande capital financeiro internacional como o anticapitalismo marxista. Ambos poriam em causa, de um e outro lado, o vínculo pessoal, considerado característico do povo germânico, que teria ligado os trabalhadores aos seus patrões. Em torno daquele paradoxo se estruturaram do princípio até ao fim as obsessões de Hitler, e ainda o repetiu em 24 de Fevereiro de 1945<sup>34</sup>.

A bem dizer, tanto o problema como a solução já haviam sido enunciados por Henry Ford, que exerceu uma influência efectiva sobre o racismo alemão mediante o semanário que financiou e dirigiu, *The Dearborn Independent*, e os textos antijudaicos que ali fez publicar sob a sua assinatura<sup>35</sup>. Sabe-se que, mesmo sem os escrever, era Ford quem indicava as linhas principais de cada artigo e ditou até algumas passagens<sup>36</sup>. Os textos foram depois reunidos num livro com o título *The International Jew*, que atingiu uma tiragem de meio milhão de exemplares<sup>37</sup>, e a sua leitura deixa-me convencido de que inspirou algumas das teses expressas por Hitler em *Mein Kampf*. Sem dúvida que este tipo de ideias circulava nos meios anti-semitas, propiciando uma comunidade ideológica, e sobretudo os *Protocolos dos Sábios de Sion*, traduzidos na Alemanha no início de

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, 289. Também o general Ludendorff atribuiu aos judeus a simultânea capacidade de, por um lado, usarem o domínio exercido sobre a «finança mundial» para atacar a Alemanha e, por outro lado, recorrerem às «doutrinas colectivistas e social-comunistas» para desagregar o povo alemão. Ver Ludendorff (1936) 27. Mas o antigo quartel-mestre general nunca separava os judeus da Igreja católica, como se vê nas págs. 10, 22, 27-29, 31, 32, 36 e segs., 43-44, 47, 52, 69, 70 e 215, e se bem que fosse sempre possível citar nomes judaicos entre os dirigentes socialistas, comunistas e anarquistas, ele ver-se-ia certamente em apuros se desejasse substanciar as suas fobias enumerando cardeais, bispos ou simples padres que tivessem inspirado os revolucionários alemães em 1918 e 1919.

<sup>34</sup> S. Friedländer (2008) 949-950.

<sup>35</sup> Quanto a saber quem redigiu os artigos publicados sob a assinatura de Henry Ford, conheço duas versões. Segundo A. Nevins et al. (1957) 125-128, cabia ao jornalista William J. Cameron redigir em *The Dearborn Independent* a página assinada por Ford. Cameron pertencia à estranha seita religiosa dos Israelitas Britânicos, que se considerava descendente das Tribos Perdidas de Israel, mencionadas na Bíblia, e se orgulhava de possuir uma sabedoria proveniente da grande pirâmide do Egipto. Por seu lado, N. Cohn (1992) 158-159 afirmou que *The International Jew* fora «essencialmente um produto russo-germânico» e considerou como o seu principal autor August Müller, um alemão residente nos Estados Unidos, auxiliado pelo refugiado russo Boris Brasol, que havia sido um activo anti-semita no seu país de origem e a partir de 1918 trabalhava para os serviços secretos norte-americanos. Pode ler-se uma biografia de Brasol em A. Duraffour et al. (2017) 126-127.

<sup>36</sup> N. Cohn (1992) 160; A. Nevins et al. (1957) 127-128.

<sup>37</sup> N. Cohn (1992) 157 e n. 2. Se for verdade, como este autor pretende, que muitos volumes foram distribuídos gratuitamente e que os trezentos mil exemplares de *The Dearborn Independent* incluíam aqueles que os agentes e representantes da Ford estavam obrigados a comprar, por si só isto não indica que a sua influência ideológica tivesse sido escassa.

1920<sup>38</sup>, constituíam o quadro comum de tais delírios, mas também é certo que a celebridade mundial dos *Protocolos* se deveu em boa medida a *The International Jew*<sup>39</sup>. Tudo somado, as coincidências parecem-me demasiado flagrantes para não se admitir uma influência específica e directa dos artigos assinados por Ford, já que *The International Jew* fora traduzido na Alemanha, onde Theodor Fritsch lhe assegurou grande difusão, contando seis reedições entre 1920 e 1922<sup>40</sup>. E se não é inteiramente seguro que Ford tivesse subsidiado o NSDAP<sup>41</sup>, conhece-se pelo menos o elogio feito ao «grande homem» na primeira edição de *Mein Kampf*<sup>42</sup> e durante vários anos uma fotografia de Ford ornamentou a mesa de trabalho de Hitler<sup>43</sup>.

Porém, a campanha anti-semita iniciada em *The Dearborn Independent* em Maio de 1920 e prosseguida ao longo de noventa números cessou abruptamente no começo de 1922, sem que Ford explicasse os motivos da decisão. Apesar disso, apareceram de maneira esporádica artigos contra os judeus e em 1925 um judeu que havia sido difamado moveu um processo em tribunal. A pendência foi resolvida por acordo e em Julho de 1927 Ford publicou um texto onde, além de um pedido de desculpas, retractou os insultos proferidos contra o povo judaico e pretendeu que não conhecia o teor dos artigos, atribuindo a responsabilidade aos jornalistas<sup>44</sup>. Isto não impediu que a propaganda nacional-socialista, que difundia desde há vários anos uma versão abreviada da obra, continuasse a fazê-lo<sup>45</sup>, embora pareça que foi este o motivo que levou Hitler a retirar a menção a Ford da segunda edição de *Mein Kampf*<sup>46</sup>, e a editora de Theodor Fritsch continuou até

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, 139; A. Duraffour et al. (2017) 474.

<sup>39</sup> N. Cohn (1992) 157.

<sup>40</sup> E. Black (1999) 27; N. Cohn (1992) 143; A. Nevins et al. (1957) 316. Note-se que, segundo H. Arendt (1972) 257 n. 32, foi num discurso proferido em 1922 que Hitler recorreu pela primeira vez àquele duplo modelo de interpretação dos malefícios judaicos. Segundo Norman Cohn, *op. cit.*, 157 e 160, a editora de Fritsch publicou também o livro de Ford numa versão espanhola e ao todo a obra foi traduzida em dezasseis línguas, incluindo o russo. Em 1923, no ano seguinte à sua publicação nos Estados Unidos, a autobiografia de Henry Ford, *My Life and Work*, beneficiou também de uma edição alemã, mantendo-se durante meses na lista dos livros mais vendidos. Ver A. Kaes et al. (orgs. 1995) 393 e Allan Nevins et al., *op. cit.*, 605.

<sup>41</sup> K. Heiden (1934) 147; A. Hitler (1995) 583 n. 2. Isto não impediu D. Tottle (1987) 13 de considerar como incontroverso que Ford tivesse subsidiado o NSDAP. Segundo L. I. Guintsberg (1957) 172 e M. Sayers et al. (1947) 177-178, em 1923 as autoridades da Baviera estavam convencidas de que Ford subsidiava o NSDAP. Ver também G. Seldes (1943) 136. Neste contexto, talvez seja importante saber que em 1924 a companhia Ford criou em Colónia uma fábrica de automóveis, como indicaram A. Kaes et al. (orgs. 1995) 393-394, e A. Tooze (2006) 133 informou que «Ford tinha uma administração extremamente pró-nazi na sua fábrica de Colónia».

<sup>42</sup> A. Hitler (1995) 583.

<sup>43</sup> N. Cohn (1992) 159.

<sup>44</sup> A. Nevins et al. (1957) 311, 315-321. Segundo E. Black (1999) 28-29, aquela retractação devera-se ao facto de Ford, num momento em que os seus modelos estavam a ser ultrapassados pela concorrência da General Motors, ter recedido que os judeus se recusassem a adquirir-lhe os carros. É certo que, como indicaram Allan Nevins et al., *op. cit.*, 315, houve numerosos protestos contra a campanha anti-semita organizada por Ford e muitos meios judaicos se mobilizaram, mas embora estes autores afirmassem que «não há dúvida de que a campanha [anti-semita] contribuiu para reduzir o mercado dos automóveis Ford», eles acrescentaram (pág. 316) que «não existem dados que permitam avaliar o montante das perdas».

<sup>45</sup> N. Cohn (1992) 157, 160.

<sup>46</sup> E. Black (1999) 28-29.

ao começo da guerra a publicar novas tiragens de *The International Jew*<sup>47</sup>. Aliás, o Terceiro Reich concedeu a Ford a sua principal condecoração<sup>48</sup>.

As posições adoptadas por Ford relativamente aos judeus ajudam a entender o anti-semi-tismo de Hitler. «O judeu rico não é anarquista porque pode chegar ao seu objectivo através de caminhos mais suaves, enquanto o judeu pobre só dispõe dos meios violentos para enriquecer», pretendia Ford. «Apesar disto, o judeu rico e o pobre fazem uma boa parte do percurso um ao lado do outro. O vínculo da simpatia racial não se rompe, porque se a anarquia triunfar o judeu pobre ocupará o seu lugar ao lado do irmão rico, e se o movimento fracassar terá aberto novos caminhos por onde o judeu rico possa prosseguir os seus planos. [...] Isto explica o motivo por que os judeus fomentam em todos os países do mundo os movimentos de rebeldia latentes»<sup>49</sup>. Daqui Ford retirara uma lição, considerando que o operário estava errado ao julgar que o seu patrão era capitalista, porque ele era na verdade um empresário; o verdadeiro capitalista era o financeiro, que tratava o empresário «muito mais duramente do que ele próprio se atreveria a tratar os seus operários». E o magnate da indústria classificara como «uma das grandes tragédias da nossa época» que patrões e trabalhadores se digladiassem em vez de se unirem para combater o inimigo comum, o financeiro, inevitavelmente assimilado ao Judeu<sup>50</sup>. «[...] o único verdadeiro capitalista é o Judeu ou, a bem dizer, o Judeu internacional», afirmara Ford<sup>51</sup>, postulando a necessidade de unir a nação perante o inimigo exterior.

Hitler usou uma perspectiva idêntica. Tal como a expansão do capital por acções a partir das bolsas estrangeiras ameaçava judaizar a economia alemã, também a divisão em classes correspondia a uma «judaização interna do povo»<sup>52</sup>. Nestes termos não existiam problemas sociais nem sequer dificuldades económicas significativas, pois tudo ficava remetido para os confrontos entre raças. «[...] o problema marxista tornou-se um problema racial», declarou Hitler em Fevereiro de 1924 perante o tribunal que o julgou pela sua actuação na intentona da cervejaria<sup>53</sup>. Já quatro anos antes Ford fizera escrever em *The International Jew* que «cada vez mais toda a humanidade

<sup>47</sup> N. Cohn (1992) 160.

<sup>48</sup> L. I. Guintsberg (1957) 172. Numa entrevista concedida ao *New York Times* em 10 de Julho de 1933, Hitler expressou a sua admiração por Ford, invocando não o racismo mas a produção em massa: «Aquele carrinho dele contribuiu mais do que tudo para destruir as diferenças de classe». Citado em J. Goldberg (2009) 147. Aliás, B. Rieger (2015) 472 pretendeu que Ford obtivera a condecoração devido aos conselhos dados a Hitler acerca da produção de automóveis em massa.

<sup>49</sup> H. Ford (1932) 31-32. Segundo A. Duraffour et al. (2017) 131, esta tese devia-se originariamente a Boris Brasol.

<sup>50</sup> H. Ford (1932) 24-25. As passagens citadas encontram-se na pág. 24.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, 144. «O Judeu é o único e verdadeiro capitalista internacional», pretendeu Ford na pág. 18.

<sup>52</sup> A. Hitler (1995) 288.

<sup>53</sup> Discurso de Hitler em 26 de Fevereiro de 1924, antologado em R. Griffin (org. 1995) 117.

vai adquirindo a convicção de que a questão operária, a dos salários, a reforma agrária e muitas outras não poderão ser resolvidas enquanto não for resolvida a questão primordial, que é esse poderio financeiro internacional», ou seja, o suposto poderio dos judeus<sup>54</sup>. Para o futuro Führer residia aqui a única acepção socialista do seu nacionalismo. Quando o Terceiro Reich estivesse implantado, e uma vez solucionada a questão rática, a aplicação do *Führerprinzip* às empresas haveria de restabelecer a unidade entre patrões e operários<sup>55</sup>.

Mas os hitlerianos situaram num plano metafísico aquelas obsessões que para o maior empresário norte-americano eram simplesmente económicas e políticas. «Só a perda da pureza do sangue é que destrói para sempre a felicidade interior, mergulha o homem definitivamente no abismo, e as conseqüências não podem mais ser eliminadas do corpo nem do espírito», afirmou Hitler na obra que ditou na prisão. «Se analisarmos à luz desta questão todos os outros problemas da vida e os compararmos com ela, veremos como perante este padrão são ridiculamente triviais»<sup>56</sup>. Sem nos colocarmos nesta dimensão metafísica não entenderemos o racismo hitleriano. O sangue não era pessoal mas colectivo, e não tinha apenas um carácter biológico mas atingia uma dimensão espiritual<sup>57</sup>. «O sangue foi reduzido a uma mera fórmula química e explicado desta maneira», lastimou-se Alfred Rosenberg, o principal ideólogo do nacional-socialismo. «Mas hoje toda uma geração começa a ter o pressentimento de que os verdadeiros valores só são criados e preservados onde a lei do sangue continua a determinar as ideias e as acções dos homens, tanto conscientemente como inconscientemente»<sup>58</sup>. Por isso ele pretendeu que «a luta do sangue e a consciência intuitiva da mística da vida são só dois aspectos da mesma coisa»<sup>59</sup>. E assim o sangue adquiriu uma dimensão religiosa. «[...] o sangue nórdico representa esse *mysterivm* que superou e substituiu os velhos sacramentos»<sup>60</sup>. Nestes termos, não surpreende que *O Mito do Século XX*, uma obra de doutrina racial que encontra no Mestre Eckhart o seu fio condutor, se

<sup>54</sup> H. Ford (1932) 25.

<sup>55</sup> Quanto à forma como, depois de terem conquistado o poder, os nacionais-socialistas interpretaram no quadro do antigo *mundium* germânico as relações entre patrão e assalariados ver F. Neumann (1943) 462-466. P. Marion (1939) 198 evocou o uso pela propaganda nacional-socialista do termo *Lehen*, no sentido de feudo, «que se adapta muito bem às concepções especificamente nazis sobre a propriedade entendida como “feudo” e sobre o proprietário considerado como uma espécie de vassalo do Estado-soberano».

<sup>56</sup> A. Hitler (1995) 297. Em afirmações como esta nota-se a influência de um romance de Arthur Dinter que conseguiu a celebridade naquela época, *O Pecado contra o Sangue*. Ver A. Quinchon-Caudal (2013) 55-60.

<sup>57</sup> «O “sangue”, na doutrina nazi», escreveu H. J. Morgenthau (1946) 135, «é essencialmente uma entidade mística, uma substância que cria a vida em todas as suas manifestações biológicas, psicológicas e culturais [...]». Por isso não teve razão A. Quinchon-Caudal (2013) 60 ao considerar «grosseiramente materialista» o racismo de Hitler.

<sup>58</sup> A. Rosenberg [s. d. 2] 55. A versão francesa, id. (1986) 24, chega a escrever «*le sang fut privé d’âme*», «roubou-se a alma ao sangue». «A essência da raça repousa no sangue», afirmara já Theodor Fritsch em 1904, «e o sangue é também em boa medida portador do espírito, da alma». Citado em A. Quinchon-Caudal (2013) 41.

<sup>59</sup> A. Rosenberg (1986) 25; id. [s. d. 2] 56.

<sup>60</sup> Id. (1986) 105; id. [s. d. 2] 113.

apresente acima de tudo como um livro místico, buscando fundar de novo a religião nórdica. «Ou as crenças das Igrejas triunfam ou a existência racial imporá as suas leis biológicas às Igrejas. No primeiro caso poderemos renunciar a todas as formas de vida conformes ao tipo rácico. No segundo caso começará uma verdadeira civilização»<sup>61</sup>. Na obra de Rosenberg o nacional-socialismo implica o renascimento do misticismo nórdico ao mesmo tempo que é — e porque é — um renascimento racial. «Raça e individualidade, sangue e espírito estão intimamente ligados»<sup>62</sup>. Compreende-se que Otmar von Verschuer, que a partir de 1942 seria a figura científica e médica mais proeminente no programa racial do Terceiro Reich, tivesse escrito em 1934 que «hoje concebemos o povo como uma entidade espiritual e biológica»<sup>63</sup> e na mesma perspectiva o SS-Obergruppenführer Reinhard Heydrich apelou para «a espiritualização da luta»<sup>64</sup>. Após o final de tudo, ao ser interrogado nos julgamentos de Nuremberga, um capitão SS explicou que Himmler não fora «um político glacial e cínico». «A atitude de Himmler», declarou ele, «era a de um místico, que projectava nessa “visão do mundo” todo o seu fanatismo religioso»<sup>65</sup>. Já Hitler, em quem Trotsky detectara o misticismo<sup>66</sup>, havia dito que «vejo em Himmler o nosso Inácio de Loyola»<sup>67</sup> e Darré definira os SS como «uma Guarda Pretoriana sob direcção jesuita»<sup>68</sup>. Também o fascista francês Maurice Bardèche haveria de evocar Inácio de Loyola a propósito dos SS<sup>69</sup>.

## 2

Ao contrário do que sucedia com a ala populista do NSDAP, era excludente o racismo defendido por Hitler e Rosenberg, por Himmler e Darré<sup>70</sup>. Eles consideravam que a Alemanha era formada por diversas raças, pelo menos cinco, a crer em Rosenberg, que invocou «as mais recentes pesquisas científicas»<sup>71</sup>. Em comparação com as outras, as raças germânicas seriam superiores, mas uma delas, a raça nórdica, destacar-se-ia das demais, constituindo uma verdadeira

<sup>61</sup> Segui a versão de id. [s. d. 2] 429 de preferência a id. (1986) 593.

<sup>62</sup> Id. (1986) 227; id. [s. d. 2] 201.

<sup>63</sup> Citado em Sh. F. Weiss (2010) 100. Traduzi *Volk* por «povo», que neste contexto deve ser entendido numa acepção *völkisch*, racista.

<sup>64</sup> Citado em P. Watson (2011) 652.

<sup>65</sup> Estas declarações de Dieter Wisliceny estão citadas em N. Cohn (1992) 178. Também Céline, numa carta de Março ou Abril de 1939, definiu o seu racismo como «uma mística biológica». Ver A. Duraffour et al. (2017) 669.

<sup>66</sup> No artigo «What Is National Socialism?», escrito em Junho de 1933 e antologado em *The Rise of German Fascism...*, 515-528. Ver especialmente as págs. 519-520.

<sup>67</sup> Na noite de 3 para 4 de Janeiro de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 167. Ver ainda H. F. Ziegler (1989) 7.

<sup>68</sup> Na página do diário de Darré referente a 9 de Janeiro de 1938, citada em A. Bramwell (1985) 130.

<sup>69</sup> M. Bardèche (1994) 126.

<sup>70</sup> Acerca da concepção excludente, ou nórdica, ver E. Conte et al. (1995) 84-85, 94, 99-101, 105-107, 214 e 349. Consultar igualmente J. Billig (2000) 215-217 e A. Bullock (1972) 399-400. Por seu lado, P. Cadars et al. (1972) 274 observaram «a predilecção dos cineastas do Terceiro Reich pelas províncias nórdicas — a Frísia, o Schleswig, a Prússia — berço dos grandes construtores do Império e dos arianos de sangue puro».

<sup>71</sup> A. Rosenberg (1986) 541; id. [s. d. 2] 392.

nobreza de sangue e assegurando a criatividade cultural do país e a coesão das restantes raças germânicas. Não se tratava, como na versão abrangente, de criar por fusão uma raça alemã, e por este motivo os racistas excludentes atacavam a teoria da hereditariedade dos caracteres adquiridos, já que a permanência de uma raça no ambiente cultural de outra não lhe alteraria os traços<sup>72</sup>. Só uma política de exclusão poderia preservar o fundamento eterno da raça nórdica, único esteio do Reich. Garantida a sua primazia, o elemento nórdico haveria de se expandir e dominar o espaço germânico e até o continente europeu. Hitler foi claro a este respeito num discurso pronunciado em Düsseldorf em Janeiro de 1932, quando explicou aos principais representantes da indústria do Ruhr e da Renânia que a regeneração racial tinha de se efectuar a partir dos elementos nórdicos existentes no sangue alemão<sup>73</sup>. E discursando no congresso do partido em Agosto do ano seguinte, o Führer afirmou que o nacional-socialismo «reconhece a presença no nosso povo de diferentes substâncias raciais. Ele não pretende de modo nenhum rejeitar, em si, essa mescla. [...] Deseja, no entanto, que a direcção política e cultural do nosso povo conserve o rosto e a expressão da única raça que, graças ao seu heroísmo e às suas predisposições interiores, forjou o povo alemão a partir de um conglomerado de componentes variados. O nacional-socialismo professa assim uma doutrina heróica, que sabe atribuir o justo valor ao sangue, à raça e à personalidade<sup>74</sup>». Claramente evocada pelo perfil heróico, a raça nórdica via

<sup>72</sup> A. Quinchon-Caudal (2013) 34.

<sup>73</sup> J. Billig (2000) 104. Em 12 de Maio de 1942 o Führer insistia nesta tese, como se vê em *Hitler's Table Talk...*, 475-476.

<sup>74</sup> A noção de *personalidade* necessita de uma explicação, que pode ser dada através da leitura atenta da principal obra de Alfred Rosenberg. «Para todos os europeus», lemos em *O Mito do Século XX*, «o derradeiro segredo está contido no conceito de personalidade». Ver A. Rosenberg [s. d. 2] 282. Ela é «o último mistério da existência» (pág. 211). A personalidade distingue-se da individualidade e da subjectividade e, definida como «a vontade somada à razão», ela «é um poder que representa o que há de espiritual no homem, oposto ao material» (pág. 255; ver também a pág. 257). A personalidade «nasce e morre com a raça» (pág. 63). «No seu sentido íntimo mais profundo, a aspiração à personalidade e ao tipo é a mesma. Uma personalidade forte tem um efeito formador de estilo, mas o tipo, considerado metafisicamente, já está dado antes dela. Assim, a personalidade é só a sua mais pura manifestação exterior. Esta eterna aspiração adopta formas diferentes em cada época» (pág. 363). Trata-se aqui da mesma dialéctica que levou Rosenberg, parafraseando o que o jovem Schelling havia escrito acerca da relação da Natureza com o Espírito, a afirmar que «o espírito representa a raça vista a partir de dentro. Reciprocamente, a raça é o exterior de um espírito» (pág. 4; ver também as págs. 56, 114 e 363). Neste plano racial, o Nórdico, especialmente o Germano, tem uma intuição consciente da personalidade, que deve ser sentida e simultaneamente conhecida (pág. 210), e foi a partir daqui que Rosenberg sustentou a sua mitologia da criatividade germânica, já que para ele a personalidade implicava uma vontade criadora íntima (págs. 231, 234). «Um espírito claro e a consciência de uma essência espiritual voluntariosa e sempre activa significam uma verdadeira personalidade» (pág. 278). Esta vontade interior e criativa relaciona a noção de personalidade com a noção de liberdade íntima (pág. 282), que para Rosenberg era outra característica definidora do Nórdico. «No mundo inorgânico a questão do porquê, da finalidade, é desprovida de sentido. Mas a vida, a realidade orgânica, não pode ser apreendida de outro modo. [...] A vida consiste em se empenhar num objectivo através de um finalismo inconsciente». Ora, deriva daqui a convicção da imortalidade (pág. 282), o que nos transporta para o plano religioso. Neste plano a personalidade provém «na sua manifestação individual, de algo desconhecido que se ergue em nós — uma elevação íntima — como a sombra de uma recordação. Tem uma tarefa desconhecida a cumprir aqui na terra: desempenhar essa missão e regressar à sua essência primordial. Toda a personalidade é uma unidade sem fim» (pág. 280; ver também as págs. 283-284). É nestes termos indomavelmente místicos que deve ser entendido um dos conceitos centrais do nacional-socialismo.

confirmada a supremacia<sup>75</sup>. «Este destaque conferido à raça nórdica não significa que se semeie o ódio racial na Alemanha», explicou Rosenberg, mas preveniu logo em seguida que «sem este cimento formador da nossa história nunca a Alemanha se tornaria um Reich alemão». «Se um dia secar completamente o sangue nórdico», ameaçou o profeta oficial do nacional-socialismo, «a Alemanha desagregar-se-á e afundar-se-á na anonimidade do caos»<sup>76</sup>. Também para Darré os nórdicos constituíam o cerne racial da nação germânica<sup>77</sup>.

Em *Mein Kampf* Hitler atacou com dureza o racismo de vocação abrangente: «[...] se hoje, através da imposição de uma língua universal, diferenças óbvias entre diversos povos forem atenuadas e finalmente apagadas, isto significa o começo de um abastardamento e assim, no nosso caso, não de uma germanização, mas de uma destruição do elemento germânico. [...] O resultado final de um processo deste tipo seria, portanto, a destruição daquelas qualidades que precisamente haviam dado ao povo conquistador a sua capacidade de vitória»<sup>78</sup>. Tem escapado a muitos comentadores que aquele livro se destinou principalmente a intervir nos confrontos internos do partido nacional-socialista. Von Salomon pretendeu que quase todas as «obscuras polémicas» de *Mein Kampf* se dirigiram contra o comandante Ehrhardt<sup>79</sup>, mas creio que ele colocou indevidamente no centro dos acontecimentos uma figura de quem estava próximo e que as iras de Hitler visaram acima de tudo Ludendorff e Gregor Strasser. Preso e afastado da chefia directa da organização, Hitler procurou reunir os fiéis em torno de uma plataforma doutrinária própria e minar o terreno dos seus rivais mais perigosos. Ao fazê-lo, não lhe faltavam credenciais.

Acolhido na mansão Wagner em Bayreuth, no Verão de 1923, poucos meses antes de encabeçar a tentativa de golpe de Estado que soçobrou com algum sangue e muito ridículo e o precipitou na prisão, Hitler foi levado à presença de Houston Stewart Chamberlain, um inglês que se tornara uma das grandes figuras da cultura germânica e se naturalizara alemão em plena primeira guerra mundial, proclamando assim de maneira escandalosa a sua opção nacional. Possuidor de uma vasta erudição, capaz de escrever interminavelmente e de passar com facilidade de um para outro domínio do conhecimento, Chamberlain, para empregar as palavras de Lukács, «sintetizou» o irracionalismo filosófico da época imperialista, o vitalismo, com a teoria

<sup>75</sup> Citado em E. Conte et al. (1995) 106. Porém, Édouard Conte et al. presumiram que com este discurso Hitler se teria oposto às teses dos defensores da raça nórdica. Pelo contrário, com a sua habilidade táctica consumada, o Führer estava a fazer o que sempre fez, defendendo uma das alternativas em termos tais que deixava aos antagonistas a esperança de que as suas próprias posições não estivessem definitivamente condenadas.

<sup>76</sup> A. Rosenberg (1986) 541; id. [s. d. 2] 392.

<sup>77</sup> A. Bramwell (1985) 55.

<sup>78</sup> A. Hitler (1995) 353-354. Para o conjunto da questão ver as págs. 353-358, 361 e 465-466.

<sup>79</sup> E. Salomon (1993) 331.

racial e com as descobertas do darwinismo social. Tornou-se assim um precursor directo de Hitler e de Rosenberg, o “clássico” filosófico do nacional-socialismo»<sup>80</sup>. Casado com a filha de Richard Wagner, neta de Liszt, o velho Chamberlain, que havia sido inspirador e confidente do antigo imperador e cujo prestígio atingira a dimensão europeia, era não só o patriarca da mais importante dinastia cultural do país como um dos principais ideólogos do racismo germânico. Mais tarde, já com o Führer entronizado, Wagner e Chamberlain seriam incluídos entre os quatro inspiradores do nacional-socialismo<sup>81</sup>, reforçando-se a autoridade de Chamberlain pela tradição familiar que representava. A sua fé nos germanos jamais havia vacilado, escreveu ele depois de receber Hitler, em Setembro de 1923, mas a sua esperança, que perecera com a derrota militar e as sucessivas revoluções, ressurgia naquele momento, animada pela visão do jovem demagogo<sup>82</sup>. E após o malogro da intentona da cervejaria Hitler recebeu na prisão outra carta de Chamberlain<sup>83</sup>.

Esta investidura doutrinária, todavia, não aprisionou Hitler à totalidade das teses do velho mestre e eles divergiram num ponto fundamental, que dizia respeito ao perigo de corrupção da raça considerada superior. Chamberlain deixara clara a sua discordância relativamente a uma das ideias centrais de Gobineau, para quem a raça superior, por ser minoritária, estaria condenada a permitir que os seus membros se cruzassem com elementos inferiores e, assim, ficaria inevitavelmente votada ao declínio<sup>84</sup>. Gobineau havia fundido o tema do racismo com o tema da decadência e, em sentido oposto ao seguido pelos seus antecessores ou contemporâneos, que enalteciam em termos raciais o imperialismo europeu triunfante, ele defendera que a cultura ocidental estava condenada pela degenerescência rática<sup>85</sup>. Depois de observar que «Gobineau não fez mais do que sistematizar de uma maneira muito pessoal opiniões já profundamente enraizadas na sua época», um historiador do racismo acrescentou que «o que ele trazia de novo era sobretudo a conclusão pessimista, o dobre a finados pela civilização»<sup>86</sup>. Wagner interessou-se pelas teses de Gobineau e conheceu-o pessoalmente, chegando a apresentá-lo como «o meu único verdadeiro contemporâneo»<sup>87</sup>, e nem o facto de num dos seus derradeiros escritos Wagner ter partilhado aquela concepção catastrófica atenuou a oposição de Chamberlain<sup>88</sup>. Mas apesar de todo o seu

<sup>80</sup> G. Lukács (1980) 13. Traduzo *Lebensphilosophie* por «vitalismo». J. Baberowski et al. (2009) 200 escreveram que «o nacional-socialismo combinou o vitalismo, o anti-semitismo e o antibolchevismo [...]».

<sup>81</sup> G. Lukács (1980) 577, 715.

<sup>82</sup> J. P. Faye (1980) 166; J. C. Fest (1974) 306-307; G. Lukács (1980) 699.

<sup>83</sup> J. C. Fest (1974) 338. Na noite de 24 para 25 de Janeiro de 1942, Hitler recordaria que tinha recebido na prisão uma carta muito simpática de Chamberlain. Ver *Hitler's Table Talk...*, 242.

<sup>84</sup> H. S. Chamberlain (1913) 358, 1405.

<sup>85</sup> A. Herman (1997) 56 e segs.

<sup>86</sup> L. Poliakov (1971) 239. Ver também as págs. 240-244.

<sup>87</sup> Citado em A. Herman (1997) 68.

<sup>88</sup> O texto de Wagner encontra-se mencionado em H. S. Chamberlain (1913) 1385-1386.



prestígio, Chamberlain não evitou que a ameaça de abastardamento de uma raça superior originariamente pura inspirasse, com ressonâncias de tragédia, a ideologia hitleriana.

«Consideramos qualquer guerra que vise subjugar e submeter um povo estrangeiro como um acto que, mais cedo ou mais tarde, acabará por modificar a substância interna do vencedor, enfraquecendo-o e transformando-o finalmente num vencido», declarou Hitler num discurso em Maio de 1935<sup>89</sup>. Foi uma curiosa contradição — antecipadora do malogro final do nacional-socialismo — esta assimetria entre assimilação e degenerescência. «Não é possível uma assimilação completa de sangue estrangeiro e as características da raça estrangeira continuarão inevitavelmente a reaparecer», disse Hitler numa roda de íntimos em Julho de 1942. «Portanto, o nosso povo só estará a prejudicar-se se aceitar mestiços na Wehrmacht, admitindo-os assim em situação de igualdade com os germanos de sangue puro»<sup>90</sup>. Para os defensores do radicalismo populista que haviam adoptado a versão abrangente do racismo, os elementos superiores, precisamente por o serem, insuflariam as suas virtudes nos elementos viciados por características inferiores. Para os promotores do racismo excludente, porém, as consequências do acasalamento entre superiores e inferiores funcionariam num sentido único, sempre em detrimento dos superiores. Com o mesmo simplismo que, como mostrei (no capítulo 1 desta Parte 4), marcava os eugenistas norte-americanos, Hitler aplicava à questão o princípio dos vasos comunicantes, afirmando que a alteração motivada pela mistura de sangues «implica o rebaixamento do nível da raça mais elevada»<sup>91</sup>. É certo que subia assim o nível dos elementos inferiores, mas não tanto que lhes permitisse algum dia assumir uma verdadeira preponderância. «Qualquer cruzamento entre dois seres que não estejam exactamente ao mesmo nível produz uma média entre o nível dos dois progenitores. Isto significa que os filhos estarão provavelmente num plano mais elevado do que o progenitor racialmente inferior, mas não tão elevado como o progenitor superior. Consequentemente, eles sucumbirão mais tarde na luta contra o nível superior»<sup>92</sup>. E como os elementos inferiores seriam, pela sua própria natureza, incapazes de criatividade cultural, qualquer melhoria da sua

<sup>89</sup> Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) IV 288.

<sup>90</sup> Em 1 de Julho de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 545. No mesmo dia o Führer disse ainda que «todas as famílias mestiças — mesmo que tenham nas suas veias só uma quantidade ínfima de sangue judaico — produzem regularmente, geração após geração, pelo menos um judeu puro». Ver ainda *idem.*, 474. Neste quadro ideológico é difícil entender como, na noite de 1 para 2 de Dezembro de 1941, o Führer pôde defender, referindo-se aos mestiços de judeu, que «a partir da sétima geração parece que fica regenerada a pureza do sangue ariano. A longo prazo, a natureza elimina os elementos nocivos». Ver *idem.*, 141. Mais radical, em 1943 o prof. Bruno Kurt Schultz, do Departamento Central de Raça e Colonização dos SS, pretendeu que nos mestiços de judeu a partir da terceira geração de miscigenação todos os cromossomas judaicos poderiam desaparecer, o que suscitou a cólera de Himmler. Ver S. Friedländer (2008) 866-867.

<sup>91</sup> A. Hitler (1995) 354. Ver igualmente as págs. 364 e 389.

<sup>92</sup> *Id.*, *ibid.*, 258-259.

condição biológica revelava-se inútil, enquanto a degradação do sangue nórdico comprometia a única raça considerada criadora de cultura. Assim, a mestiçagem era apresentada por Hitler como uma perda histórica absoluta, um verdadeiro cataclismo para a humanidade<sup>93</sup>. Wagner havia já defendido esta tese, poucos meses antes de morrer, num comentário ao célebre livro de Gobineau: «A mais nobre das raças brancas, a raça ariana, degenera unicamente, mas infalivelmente, porque, sendo menos numerosa do que os representantes das raças inferiores, está obrigada a cruzar-se com eles. Ora, o que ela perde ao adular-se não é compensado pelo que estes ganham ao enobrecer-se»<sup>94</sup>. Marca de uma época, o simplismo deste raciocínio era partilhado por cientistas e também Galton considerara que um bom sangue misturado com sangue de má qualidade, em vez de promover os elementos inferiores seria degenerado por eles<sup>95</sup>. Nos últimos anos do Terceiro Reich o célebre médico e antropologista Eugen Fischer repetia que o cruzamento de indivíduos de uma raça intelectualmente inferior com indivíduos de uma raça superior produzia mestiços situados num plano intelectual médio que, se se integrassem na raça superior, a arrastariam para o declínio<sup>96</sup>. Os pavores de Gobineau e Wagner, propalados por cientistas e académicos, lançaram a sua sombra sobre o racismo de Hitler e Rosenberg, de Darré também, que em 1926, quatro anos antes de se filiar no NSDAP, temia a perda da identidade nórdica e escreveu que «o sangue nórdico já não consegue subjugar outros sangues»<sup>97</sup>.

Nas palavras de dois historiadores, a escolha do cônjuge era para os nacionais-socialistas «o acto decisivo na vida de cada indivíduo. Ela determina ou, pelo contrário, compromete a “imortalidade” de duas linhagens ancestrais [...], contribuindo assim para moldar o destino genético do povo. Trata-se de um acto irremissível. A “má” hereditariedade não pode ser suprimida nem revalorizada mediante uma “hipergamia genética” posterior, enquanto que a “boa” pode, pelo contrário, ser definitivamente corrompida pela “hipogamia genética”»<sup>98</sup>. Rosenberg não deixou lugar para dúvidas: «Nas mãos e na natureza da mulher reside a preservação da nossa raça. Um povo pode erguer-se e sair da servidão política, mas nunca da poluição racial»<sup>99</sup>. O medo obsessivo do pecado mortal, transposto da alma para o sangue, sustentava a dimensão pagã desta biologização do

<sup>93</sup> Id., *ibid.*, 260, 265, 267-269, 364-365.

<sup>94</sup> Esta passagem do texto de Wagner *Heldentum und Christentum* encontra-se citada em H. S. Chamberlain (1913) 1385-1386.

<sup>95</sup> E. Black (2003) 17.

<sup>96</sup> A. Quinchon-Caudal (2013) 126.

<sup>97</sup> Citado em A. Bramwell (1985) 57.

<sup>98</sup> E. Conte et al. (1995) 140-141. Ver também A. Quinchon-Caudal (2013) 177. Como se lê em *Mein Kampf*, «o casamento não pode constituir um fim em si, mas deve servir o verdadeiro objectivo superior, o aumento e a preservação da espécie e da raça. É este o seu único significado e a sua única função». Ver A. Hitler (1995) 229; ver ainda as págs. 365-366.

<sup>99</sup> A. Rosenberg (1986) 481; *id.* [s. d.] 352.

misticismo<sup>100</sup>. «[...] uma gota de mau sangue que entre nas veias de um indivíduo jamais poderá ser removida», recordou Himmler numa carta em 26 de Novembro de 1941<sup>101</sup>. E esta noção deve ser entendida no sentido literal, como sucedeu com um militar alemão que em Fevereiro de 1942, ferido e capturado pelos soviéticos, se recusou a receber uma transfusão de sangue — de sangue eslavo — e por isso morreu poucas horas depois<sup>102</sup>. Dilemas destes, porém, só a guerra os trouxe, e na sociedade civil era de outra maneira que devia ser preservada a pureza do sangue, porque não era só o sangue das mulheres a ficar corrompido, mas também o dos homens que copulassem com mulheres de raça inferior ou nociva. Já em 1924 Streicher reclamara que fosse cortado o pénis aos alemães que tivessem tido relações sexuais com judias<sup>103</sup>. O sangue dos elementos mais puros da raça superior ficaria a tal ponto contaminado pela cópula com pessoas atingidas pela inferioridade biológica que, a seguir ao *pogrom* organizado pelos nacionais-socialistas na noite de 9 para 10 de Novembro de 1938, ao mesmo tempo que o tribunal interno do NSDAP inocentou os vinte e seis membros do partido que haviam assassinado judeus e determinou que cessassem os seus processos pendentes nos tribunais comuns, os quatro membros responsáveis por violações de judias foram expulsos do partido e remetidos para a justiça enquanto infractores das Leis de Nuremberga<sup>104</sup>. E num relatório de Agosto de 1943 Kaltenbrunner, uma das principais figuras do aparelho SS, invocou não só a visão nacional-socialista do mundo mas igualmente motivos de política racial para tentar, talvez sem a eficácia desejada, pôr cobro às relações entre soldados germânicos e mulheres judias<sup>105</sup>. Mesmo para os SS, a quem tudo era permitido, ou talvez mais ainda para eles, havia algo que estava vedado, o relacionamento sexual com judias e com eslavas. Até um facínora como Dirlwanger, nacional-socialista desde 1922 e chefe do SS-Sonderkommando, apesar de estar habituado a que tudo lhe fosse perdoado, passou quase toda a guerra sob a acusação de crime de poluição racial, suspeitando-se que tivesse tido relações sexuais com uma judia na Polónia ocupada<sup>106</sup>. A poluição racial podia resultar igualmente da cópula com mulheres eslavas, e conhece-se o caso de um médico SS condenado a duas semanas de prisão e ao cumprimento do serviço militar num batalhão de excepcional severidade por ter tido relações

<sup>100</sup> K. A. Schleunes (1990) 51 considerou «a mistura de raças» como «um equivalente nazi do pecado original».

<sup>101</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 341. Ver igualmente A. Quinchon-Caudal (2013) 98.

<sup>102</sup> A. Beevor et al. (orgs. 2015) 114.

<sup>103</sup> A. Quinchon-Caudal (2013) 88.

<sup>104</sup> R. Hilberg (1961) 29; W. L. Shirer (1995) I 472.

<sup>105</sup> R. Hilberg (1961) 254. Numa anotação datada de Março de 1940, o historiador judeu que registou detalhadamente as atrocidades cometidas durante a ocupação nacional-socialista da Polónia mencionou um caso em que várias mulheres foram violadas por alemães e acrescentou que, embora se tratasse de uma «mancha racial», as vítimas tiveram medo de se queixar à Gestapo. Ver E. Ringelblum (1964) 49. E um testemunho reproduzido em E. Kogon (2002) 245 menciona a frequência com que jovens judias eram violentadas por SS no *ghetto* de Riga em 1942-1943.

<sup>106</sup> F. MacLean (1998) 14, 61 e segs., 212-213.

sexuais com uma prisioneira polaca<sup>107</sup>. No seu depoimento no tribunal de Nuremberga, Gottlob Berger, que havia ocupado uma das mais altas patentes na hierarquia dos SS, declarou que «ser levado a julgamento sob a acusação de poluição racial era a coisa mais grave que podia acontecer a qualquer membro dos SS»<sup>108</sup>.

Neste contexto, só o oportunismo político e o temor — invulgar entre as autoridades do Reich — das reacções populares explica a situação relativamente privilegiada em que se encontraram os casais mistos, cujos membros judeus, além de estarem isentos de alguns dos impostos que oneravam os demais correligionários, foram em grande parte dos casos poupados ao programa de extermínio. Nesta questão o Führer agiu sempre com prudência<sup>109</sup>. Os judeus ou as judias casados com arianos e arianos puderam ocasionalmente ser vítimas de assassinatos, mas não foram incluídos no genocídio colectivo, pelo menos enquanto o cônjuge ariano vivia, porque, se falecesse, o outro cônjuge era de imediato equiparado aos restantes judeus. As judias casadas com arianos ficaram até dispensadas da estrela amarela, quando o seu uso se tornou obrigatório para os judeus do Reich em Setembro de 1941<sup>110</sup>. Em Fevereiro de 1943, durante a operação destinada a enviar para campos de concentração e de extermínio os judeus do Reich que trabalhavam nas indústrias de guerra, as esposas arianas de matrimónios mistos manifestaram-se em Berlim e conseguiram obter a libertação dos maridos, uma das raras ocasiões em que os chefes nacional-socialistas recuaram perante as pressões da rua<sup>111</sup>. É certo que então só 3% dos judeus tinham esposas arianas<sup>112</sup> e, como a realização de casamentos mistos havia sido proibida pelas Leis de Nuremberga, a mera passagem dos anos liquidaria as famílias existentes. Aliás, o Führer disse a Goebbels em 21 de Novembro de 1941 que «estes casamentos não-de extinguir-se e escusamos de ficar com cabelos brancos por causa disto»<sup>113</sup>, mas como nos outros casos a sua política racial não se satisfez com os processos biológicos naturais e adoptou como regra a interferência activa, os matrimónios mistos constituíram uma excepção flagrante e injustificável em termos ideológicos, para mais num regime que dava um tão grande peso à doutrina.

<sup>107</sup> Id., *ibid.*, 143.

<sup>108</sup> Citado em id., *ibid.*, 62. Um artigo destinado aos Waffen-SS acerca do comportamento a ter para com as mulheres estrangeiras, publicado na revista *SS Leitheft*, depois de sublinhar que no novo Reich cada um não é senhor do seu corpo e do seu sangue, concluiu: «Quem corrompe o seu sangue arruína o seu povo». Antologado em K. Hammer (org. 1988-1994) I 4-5. A frase citada encontra-se na pág. 5.

<sup>109</sup> M. Roseman (2012) 82-84, 104.

<sup>110</sup> Acerca da situação relativamente privilegiada em que se encontravam os judeus nos matrimónios mistos ver M. Chalmers (org. 2006 b) xiv-xv, 1, 4, 101, 150, 177, 178, 278 e 334.

<sup>111</sup> Id., *ibid.*, 606 n. 6. S. Friedländer (2008) 633-634 considerou que se trata de uma lenda, mas este autor subestimou invariavelmente o significado das manifestações populares de simpatia para com os judeus.

<sup>112</sup> G. MacDonogh (2009) 332. Compare-se com a n. 201 do capítulo 3 desta Parte 4.

<sup>113</sup> Citado em S. Friedländer (2008) 420.

Que estranha situação, a de homens superiores que corrompiam a pureza do seu sangue copulando com judias ou com escravas, sem que nesse acto conseguissem promover a uma verdadeira superioridade o sangue inferior. E a assimetria era mais grave ainda. «O casal nórdico», escreveu o cientista nacional-socialista Ludwig Ferdinand Clauss, «não busca o êxtase», enquanto o mediterrânico ou o levantino «é um perito nos prazeres amorosos e carnis»<sup>114</sup>. É certo que o prestígio de Clauss empalideceu e ficou comprometido quando discordou dos seus colegas que orientavam a política rácica do Reich, sendo expulso do NSDAP em 1943, mas depois disto a sua influência continuou a fazer-se sentir fortemente entre as altas instâncias dos SS<sup>115</sup>. Singular raça de heróis e senhores, inibidos sexualmente pela castidade e incapazes de redimir o sangue dos outros povos, enquanto as raças degradadas, aptas à fornicção poluidora, pareciam não conhecer restrições biológicas à sua actuação nociva<sup>116</sup>.

Só a metáfora de um corpo são e bacilos ocultos pode servir para conceber tamanho paradoxo. É elucidativo que em *Mein Kampf* Hitler misturasse a questão da tuberculose e da sífilis com o contacto sexual com judeus e judias, considerando tudo isto, em conjunto, como factores de degenerescência da raça<sup>117</sup>. Já Paul de Lagarde tinha equiparado os judeus a bacilos<sup>118</sup>. E numa carta datada de Setembro de 1919, o primeiro dos seus textos políticos de dimensões significativas hoje conhecido, Hitler escreveu que os judeus eram uma «tuberculose rácica»<sup>119</sup>, expressão idêntica à usada por Anton Drexler<sup>120</sup>. Eles seriam uma «peste» também<sup>121</sup>. A passagem dos anos não alterou as metáforas. Em Julho de 1941, já lançado na campanha contra a União Soviética, Hitler gabou-se de «ser na esfera política como outro Robert Koch» por «ter descoberto os judeus como o bacilo e o fermento que provoca toda a decadência na sociedade»<sup>122</sup>. No mesmo ano, conver-

<sup>114</sup> Citado em E. Conte et al. (1995) 77.

<sup>115</sup> Id., *ibid.*, 112, 251. Acerca do apoio prestado por Himmler a Clauss mesmo depois de ele ter sido excluído do NSDAP ver A. Quinchon-Caudal (2013) 144.

<sup>116</sup> P. F. Drucker (1943) 152 observou «a contradição entre a alegada superioridade biológica do homem nórdico e a simultânea superioridade biológica do sangue judaico, que faz com que um único avô judaico polua irremediavelmente o sangue de três avós nórdicos».

<sup>117</sup> A. Hitler (1995) 224 e segs.

<sup>118</sup> N. Cohn (1992) 169; L. Poliakov (1971) 327; M. Roseman (2012) 12; A. Rosenberg [s. d.] 401. Leio em R. Hilberg (1961) 11 e E. Nolte (1965) 289 que em 1895, em pleno Reichstag, o deputado anti-semita Hermann Ahlwardt chamara aos judeus «*cholera bacilli*». Acerca do Judeu como bacilo ver também E. K. Bramstedt (1945) 171. Dando continuidade aos mesmos pavores, encontra-se hoje na extrema-direita radical quem atribua a um cientista norte-americano de origem hebraica a responsabilidade pela difusão mundial do vírus do sida. Ver F. Germinario (2001) 29.

<sup>119</sup> Citado em N. Cohn (1992) 178, J. C. Fest (1974) 191, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 13, E. Nolte (1989) 92-93 e D. C. Watt (1995) xxxviii. Hitler voltou a usar a expressão num discurso em Maio de 1923, como se lê em Joachim Fest, *op. cit.*, 359.

<sup>120</sup> Citado em F. L. Carsten (1967) 98.

<sup>121</sup> A. Hitler (1995) 54, 59. Segundo J. C. Fest (1974) 359, em Julho de 1924 Hitler havia classificado os judeus como uma «peste».

<sup>122</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 246 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 505. Ver também S. Friedländer

sando com Himmler, referiu os judeus como «essa peste»<sup>123</sup> e em Fevereiro do ano seguinte disse a Himmler e outros comensais que «a descoberta do vírus judaico é uma das maiores revoluções que ocorreram no mundo», explicando-lhes que o combate contra o judaísmo «tem a mesma natureza que o combate travado no século passado por Pasteur e por Koch»<sup>124</sup>. Ainda em 1942, num discurso pronunciado a 26 de Abril, o Führer classificou os judeus como uma «praga»<sup>125</sup> e num encontro com o regente Horthy da Hungria em Abril do ano seguinte comparou-os novamente ao bacilo da tuberculose<sup>126</sup>. O Judeu «tem a mesma função que um bacilo venenoso desempenha no organismo humano», escrevera Goebbels no seu romance de 1929<sup>127</sup>. Voltou muito mais tarde a chamar-lhe «bacilo», na entrada do seu diário correspondente a 27 de Março de 1942<sup>128</sup>, tendo-o já classificado como «micróbio» vinte dias antes<sup>129</sup>, e num importante discurso proferido em 18 de Fevereiro do ano seguinte Goebbels explicou que «o judaísmo constitui um fenómeno infeccioso e contagioso»<sup>130</sup>. Em 1936 *Der Stürmer*, o semanário dirigido por Julius Streicher, o mais vociferante dos anti-semitas, considerou os judeus como «o bacilo» e dois anos depois chamou-lhes «as bactérias, os insectos parasitas e a peste»<sup>131</sup>. Com efeito, era como um rato pestífero que a propaganda apresentava o Judeu<sup>132</sup>, comparado aos «germes da cólera» no prefácio com que o prof. Johann von Leers introduziu um livro acerca do judaísmo<sup>133</sup>. Hans Frank, um dos principais juristas do nacional-socialismo, governador-geral da Polónia durante a guerra, insistia em caracterizar os judeus como piolhos<sup>134</sup>, com uma dupla conotação — social, enquanto insectos parasitas, e biológica, enquanto portadores do tifo<sup>135</sup>. «Bactéria» foi como Himmler classificou o Judeu no

(2008) 317.

<sup>123</sup> Citado em N. Cohn (1992) 189.

<sup>124</sup> Em 22 de Fevereiro de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 332.

<sup>125</sup> Citado em S. Friedländer (2008) 507.

<sup>126</sup> M. Gilbert (2011 b) II 490; R. Hilberg (1961) 524. No entanto, S. Friedländer (2008) 716 citou como «micróbios da tuberculose».

<sup>127</sup> Joseph Goebbels no seu romance *Michael. Ein deutsches Schicksal in Tagebuchblättern*, antologado em R. Griffin (org. 1995) 120.

<sup>128</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 362. Nos últimos dias do Reich, Goebbels classificou os indícios de derrotismo como um «bacilo da praga». Ver A. Beevor (2017) 338.

<sup>129</sup> Citado em S. Friedländer (2008) 505.

<sup>130</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 491. Numa curiosa inversão das metáforas, na página do seu diário correspondente a 9 de Maio de 1943 Goebbels registou que dissera ao Führer que «as bactérias anti-semitas estão naturalmente presentes em todo o público europeu; precisamos apenas de torná-las virulentas». Ver S. Friedländer (2008) 704.

<sup>131</sup> Citado em N. Cohn (1992) 202, 203. Neste contexto é importante saber que, segundo S. Friedländer (2008) 98, um decreto do Ministério do Interior do Reich de 17 de Fevereiro de 1940 autorizou que mulheres judias recebessem instrução para técnicas médicas, profissão que exerceriam exclusivamente em instituições judaicas, mas ficavam proibidas de manipular nos laboratórios culturas de bactérias vivas.

<sup>132</sup> Foi o que sucedeu nomeadamente no filme *Der ewige Jude*, realizado em 1940 por Fritz Hippler. A este respeito consultar P. Cadars et al. (1972) 202, 342 e S. Friedländer (2008) 173.

<sup>133</sup> Citado em N. Cohn (1992) 205.

<sup>134</sup> R. Hilberg (1961) 656.

<sup>135</sup> Em Varsóvia, em 1941, foram afixados cartazes representando um judeu com enormes barbas onde passava um piolho, e uma legenda prevenia: «Atrás do judeu rasteja o tifo». Ao mesmo tempo, os cinemas projectavam

seu discurso de Posen em 4 de Outubro de 1943<sup>136</sup>. A nocividade da raça judaica seria perversa também, porque, embora fosse tida por transmissora da praga, era desde há várias décadas considerada por biólogos e médicos como imune a certas doenças contagiosas, nomeadamente a mais terrível de então, a tuberculose<sup>137</sup>. Aquela ameaça estava salvaguardada do perigo que representava. O Judeu «envenena o sangue dos outros, mas preserva o seu próprio», explicara Hitler<sup>138</sup>. Talvez não fosse apenas um símbolo ocasional e correspondesse a motivações e impulsos profundos o facto de um dos gases usados pelos SS para assassinar em massa os judeus nos campos de extermínio ser habitualmente empregue para a desinfestação de casas e roupas ou de pessoas devidamente protegidas por máscaras respiratórias. Nas mãos dos nacionais-socialistas, os judeus iriam conhecer a mesma sorte dos seus congéneres, ratos e insectos parasitas<sup>139</sup>. Aliás, os encarregados da aplicação desse gás nos campos eram designados como «desinfectadores»<sup>140</sup>.

A lógica que presidia à assimetria entre a vulnerabilidade da raça superior e a resistência daninha do sangue inferior era meramente moral e explica-se no quadro de uma metafísica hiperromântica da história, considerando o combate dos puros como uma derradeira defesa e excluindo da sua vocação qualquer possibilidade de redimir os impuros. Enquanto o modelo darwiniano da selecção natural e da selecção sexual fora directamente inspirado pelos mecanismos da concorrência capitalista, para Hitler o confronto entre raças assumia uma forma arcaica, exclusivamente bélica. Seria a guerra o fundamento da dinâmica dos povos. No racismo vigente nos círculos políticos animados por Gregor e Otto Strasser e por Röhm percebemos um sentimento de confiança que só podia dever-se à solidez económica de uma potência capitalista. Nada disto interessava aos defensores da supremacia nórdica. «Nós não acreditamos nas leis económicas», anunciou o *Völkischer Beobachter*, «pelo contrário, acreditamos no poder criativo da nossa raça»<sup>141</sup>. Já o mesmo escrevera ou mandara escrever Henry Ford no seu *The International Jew*: «Sob a máscara de "leis económicas" escondem-se fenómenos que não obedecem a nenhuma lei natural, mas provêm exclusivamente do frio egoísmo de determinados elementos», e quem seriam eles? Os judeus «são os principais autores daquelas pseudociências que levam as massas a ansiar por

filmes de propaganda anti-semita sob o título de *Judeus, Piolhos e Tifo*. Ver E. Ringelblum (1964) 161 e 215. Consultar também as págs. 163-164. Ver igualmente J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 463.

<sup>136</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 618.

<sup>137</sup> E. Conte et al. (1995) 203-204; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 458; L. Poliakov (1971) 292-293. Segundo E. Black (2003) 255 e 386, os eugenistas acreditavam que não eram bactérias, mas deficiências genéticas, as verdadeiras responsáveis das mortes por tuberculose.

<sup>138</sup> A. Hitler (1995) 286.

<sup>139</sup> R. Hilberg (1961) 567, 657-658. Mas veja-se neste capítulo a n. 715.

<sup>140</sup> H. Langbein (1981) 9.

<sup>141</sup> Citado em J. P. Faye (1980) 483.

objectivos económicos irrealizáveis, tal como são os principais autores dessa literatura “popular” que sustenta nas diferentes classes sociais a ilusão de que as *teorias* económicas são *leis* económicas»<sup>142</sup>. Quanto mais perto ia ficando da Chancelaria, mais frequentemente Hitler falava da economia como uma simples questão de força de vontade<sup>143</sup> e um historiador mencionou o desinteresse que os chefes nacional-socialistas manifestavam pelas questões económicas<sup>144</sup>. Enquanto para o populismo dos irmãos Strasser ou de Röhm a revolução económica e social operaria como uma ampla redenção biológica, para os devotos do racismo excludente tal abrangência representava a inevitável condenação da pureza que restasse entre os germanos.

### 3

*Mein Kampf* proclamava, para todos saberem, que «como os inferiores predominam sempre numericamente sobre os melhores, se ambos tivessem iguais possibilidades de preservar a vida e se propagarem, os inferiores multiplicar-se-iam a uma velocidade tal que no fim os melhores seriam inevitavelmente forçados a ficar em último lugar, a não ser que entretanto se corrigisse esta situação»<sup>145</sup>. E aí estava o Führer para corrigi-la. É na perspectiva da defesa da raça nórdica que devem entender-se as suas grandes decisões, e em *Mein Kampf* o problema do Estado foi inteiramente subordinado a esta questão<sup>146</sup>. «Devemos distinguir com toda a clareza entre o Estado como um receptáculo e a raça como o seu conteúdo», escreveu Hitler. «Este receptáculo só tem sentido se conseguir preservar e proteger o conteúdo; senão, é inútil»<sup>147</sup>. Para a ala populista do nacional-socialismo o Estado obedecia a um modelo de tipo mussoliniano, em que predominavam os factores políticos e sociais, e constituía o quadro que haveria de permitir a fusão das várias componentes raciais. No entender de Hitler, porém, o Estado não era o objectivo da acção política e devia limitar-se a ser o instrumento de protecção da raça, a qual encontrava no Führer a expressão suprema<sup>148</sup>. Reproduzindo quase textualmente o que Hitler havia escrito, Rosenberg, numa das edições da sua obra maior, definiu que a partir de 1933 «o Estado não constitui um fim em si, mas é apenas um dos vários meios de preservação do povo»<sup>149</sup>. Fica assim explicada a

<sup>142</sup> Henry Ford (1932) 23, 128 (subs. orig.).

<sup>143</sup> H. A. Turner Jr. (1985) 81.

<sup>144</sup> T. W. Mason (1968) 173-174.

<sup>145</sup> A. Hitler (1995) 259.

<sup>146</sup> Id., *ibid.*, 355-358.

<sup>147</sup> Id., *ibid.*, 358.

<sup>148</sup> J. Billig (2000) 150-151; J. P. Faye (1980) 534, 536; S. Haffner (2011) 78; J. Ploncard d'Assac (1971) 178.

<sup>149</sup> A. Rosenberg (1986) 496; id. [s. d. 2] 362. Esta definição é idêntica a frases que se lêem em A. Hitler (1995) 355, 356 e 357. «A política, no sentido verdadeiramente digno de um estadista, significa a segurança externa com o objectivo de fortalecer um povo», afirmou ainda Alfred Rosenberg em (1986) 537 e [s. d. 2] 389.



crítica dos hitlerianos ao totalitarismo aplicado por Mussolini e teorizado pelo seu admirador alemão, o jurista Carl Schmitt. Mais tarde, cancelados os doze anos de existência do Reich de Mil Anos, o sempre mordaz Ernst von Salomon recordaria um debate com um grupo de estudantes de Direito nacional-socialistas da Universidade de Göttingen. Quando lhes perguntou quais eram as suas opiniões acerca do Estado obteve uma resposta unânime: «Somos contra Carl Schmitt!». Mas o elitista von Salomon, que apreciava Schmitt e detestava a plebeização racial da política, pretendeu saber mais. «E porquê?». «É que nós não queremos nenhum Estado!». Eterna juventude — e na narrativa von Salomon fingiu que se entusiasmava — seria talvez a revolução, a anarquia. «O que querem, então?». «A comunidade do povo, evidentemente!»<sup>150</sup>.

O totalitarismo, tal como se encontrava na obra de Schmitt, equivalia à tese de que todas as contradições sociais podiam ser sintetizadas na unidade superior do Estado<sup>151</sup>. Mas Hitler e Rosenberg deram um passo em frente e converteram o Estado totalitário num racismo totalitário, em que a síntese das contradições sociais se operaria no exclusivismo nórdico. «O Estado não é mais do que uma das formas de organização da vida racial», afirmou o Führer em 15 de Setembro de 1935 no congresso do NSDAP em Nuremberga<sup>152</sup>, aquele mesmo em que foi adoptado o grande conjunto de leis raciais. Se a revolução social fora superada pela revolução rática, então a hegemonia não cabia ao Estado, mas ao povo, entendido como raça<sup>153</sup>. Por isso, no final da década de 1930 o jurista italiano Carlo Costamagna comparou a função ocupada pelo conceito de Estado totalitário no fascismo de Mussolini à função ocupada pela noção de raça no nacional-socialismo hitleriano<sup>154</sup>. Na mesma época, o principal constitucionalista do Terceiro Reich, Ernst Rudolf Huber, considerou que ao contrário do Estado, que pressupunha a existência de garantias individuais e de limites do poder, o Führer gozava de um poder ilimitado e discricionário, decorrente de uma visão do mundo baseada em critérios biológicos<sup>155</sup>. O título de Führer do Reich Germânico e do Povo, assumido a partir de Agosto de 1934, constituía, nas palavras de dois historiadores, «uma forma totalmente nova de autoridade»<sup>156</sup>, mas na verdade tratava-se de estender a toda a população o mesmo tipo de poder de que Hitler gozava já no interior do NSDAP, após a reorgani-

<sup>150</sup> E. Salomon (1993) 203-204.

<sup>151</sup> D. Pels (1998) 11-12.

<sup>152</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 43.

<sup>153</sup> J. P. Faye (1980) 344-345. Ver também J. Caplan (org. 1995) 172.

<sup>154</sup> J. P. Faye (1972) 57. No mesmo sentido W. Laqueur (1996) 24-25 e J. B. Whisker (1983) 19 consideraram a existência de uma oposição entre o mito do *Volk*, com a sua ênfase racial, característico do nacional-socialismo germânico, e o mito de um Estado criador da nação pela vontade formadora que dele emana, característico do fascismo italiano. E se lermos *Volk* onde o grande filósofo do fascismo italiano escreveu «nação», era isso mesmo que ele estava a dizer. Ver G. Gentile (1928) 302.

<sup>155</sup> H. G. Dahms (1968) I 57-58; D. Welch (2002) 108, 110-111.

<sup>156</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 185.

zação do partido realizada em 1925<sup>157</sup>. Quando ele, em Abril de 1942, pediu ao Reichstag que lhe reconhecesse uma autoridade absoluta e livre de restrições enquanto supremo juiz e fonte suprema da lei<sup>158</sup>, o valor deste gesto foi apenas simbólico, não só porque o Reichstag havia sido esvaziado de poderes mas porque já era aquela a noção de autoridade implícita no título de Führer. «Além de Hitler como leader não existe nenhuma instituição suprema», explicou Marcuse em 1943<sup>159</sup>. Só nesta perspectiva se compreendem a estrutura peculiar das instituições políticas no Terceiro Reich, a sua conjugação aparentemente caótica, a sua pessoalização, que dificultam ou impedem a comparação com outros regimes. «A questão crucial na teoria jurídica nacional-socialista é a negação completa do carácter genérico do direito», observara já naquela época um dos mais argutos comentadores. «Não pode, por conseguinte, existir separação de poderes. O poder do Estado constitui um todo indiviso e indivisível, englobado na categoria da “unidade do comando”. Não há duas pessoas nem dois casos a que se aplique a mesma regra. [...] A principal função do direito nacional-socialista consiste em conservar a existência racial. Por conseguinte, tem de destacar as diferenças biológicas e de negar a igualdade social ou jurídica e os direitos civis. [...] A autoridade do juiz hoje baseia-se nos ditames do Führer»<sup>160</sup>.

Carl Schmitt farejou os novos ventos e seguiu-lhes a pista, esforçando-se com certo custo por se adaptar às teorias que concebiam o Führer, enquanto perfeita emanção da raça, como fonte exclusiva do direito<sup>161</sup>. Mas Schmitt ficou para trás, ou de lado, quando a dinâmica do fascismo alemão superou o Estado através da raça. «Os juristas nacional-socialistas mais inovadores, Reinhard Höhn e Gottfried Neesse, recusam o próprio conceito de Estado e as suas ideias são partilhadas por muita gente», continuou aquele comentador arguto. «Ambos recusam a noção de personalidade do Estado como sendo uma mera invenção liberal, pois, dizem eles, se se aceitar o conceito de Estado, aqueles que exercerem o poder não serão mais do que seus órgãos. Segundo eles, o poder político na Alemanha reside no Führer, que não é um órgão do Estado,

<sup>157</sup> J. C. Fest (1974) 421-422, 433-434, 473-474, 482-483. Ver também D. Orlow (2010) 179, 187, 250-252 e 364-367.

<sup>158</sup> S. Friedländer (2008) 508; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 14-16.

<sup>159</sup> Esta comunicação secreta apresentada por Herbert Marcuse na Research and Analysis Branch do OSS em 10 de Agosto de 1943 encontra-se em R. Laudani (org. 2013) 82-92. A frase citada vem na pág. 88.

<sup>160</sup> F. Neumann (1943) 497. Por isso F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 687, numa comunicação secreta apresentada em 18 de Setembro de 1944 na Research and Analysis Branch do OSS, observou o carácter informe das instituições políticas do Terceiro Reich em contraste com as do fascismo italiano.

<sup>161</sup> A. J. Gregor (2005) 335-336; F. Neumann (1943) 86-88, 96, 518. Segundo J. Droz [s. d.] 98 e M. Lucena (1976) 661, Schmitt destacara-se no apoio jurídico prestado ao morticínio dos chefes das SA, e G. Lukács (1980) 660 citou um texto neste sentido. Mas é estranho que Georg Lukács não se apercebesse (págs. 658-660) de que até 1934 Schmitt concebera o poder de Estado em moldes mussolinianos, consoante um antagonismo entre «amigo» e «inimigo», e não à maneira hitleriana, em função do confronto entre raças. Talvez seja mais um exemplo da incapacidade manifestada pelos marxistas de explicar o racismo, como observei (no capítulo 5 da Parte 1).

mas é a comunidade, e que não age como seu órgão, mas como sua personificação»<sup>162</sup>. O que existiria, então, seria o conjunto dos «camaradas de raça» e, acima deles e emanando deles, o Führer. Enquanto Carl Schmitt considerava que o povo e o Estado estavam unidos, mas sem se fundirem, o misticismo jurídico hitleriano identificava a raça com o Führer, a tal ponto que Hitler, ao decretar, procederia como inspirado intérprete da raça<sup>163</sup> ou, como enunciou Huber, «o poder político é concedido ao Führer enquanto executor da vontade comum da nação»<sup>164</sup>. Nas palavras de Hans Frank, figura política de destaque e um dos expoentes jurídicos do regime, que até Agosto de 1942 foi chefe dos Juristas Nacional-Socialistas e presidente da Academia de Direito Alemão, «todo o poder político da raça alemã converge para o Führer e encontra-se nas suas mãos. Por conseguinte, todo o direito emana dele»<sup>165</sup>. Se na edição de 1937 de *O Mito do Século XX* Rosenberg escrevera que «o Estado não constitui um fim em si, mas é apenas um dos vários meios de preservação do povo»<sup>166</sup>, Frank pôde dizer no ano seguinte que «graças à sua actividade, o Führer garante a existência do seu povo»<sup>167</sup>, o que significa que Estado e Führer se haviam confundido. «A posição de Führer combina em si todo o poder soberano do Reich», definiu Huber em 1939; «todo o poder público, no Estado tal como no movimento, decorre do poder do Führer. Se quisermos definir correctamente o poder político no Reich racial, não devemos falar de “poder de Estado” mas de “poder do Führer”»<sup>168</sup>. Como Frank escreveu sinteticamente num artigo publicado no diário do partido em Maio de 1936: «A nossa Constituição é a vontade do Führer»<sup>169</sup>. Já Göring havia declarado, com a sua usual brutalidade, em Julho de 1934: «A lei e a vontade do Führer são uma e a mesma coisa»<sup>170</sup>. No cimo da hierarquia judiciária oficial, o ministro da Justiça, Franz Gürtner, apesar de pertencer à corrente conservadora, também reconheceu em 1940 que a vontade expressa do Führer era criadora de lei<sup>171</sup>. Nem sequer faltou o verniz filosófico, e Heidegger, nomeado reitor da Universidade de Freiburg, anunciou aos estudantes em Novembro de 1933: «As vossas vidas não serão mais regidas por dogmas e ideias! O Führer, ele e só ele, é a realidade

<sup>162</sup> F. Neumann (1943) 517-518 (sub. orig.). Ver no mesmo sentido: H. G. Dahms (1968) II 170; J. Droz [s. d.] 90-92; G. Lukács (1980) 746-747; E. Nolte (1989) 278-279; D. Welch (2002) 107-111.

<sup>163</sup> M. Lucena (1976) 666. Se pudermos acreditar em Otto Strasser quando contou que Hitler, já depois de chegado à Chancelaria, teria dito que «seguirei o meu caminho com a precisão de um sonâmbulo» — O. Strasser (1940) 64 — talvez fosse esta a noção de inspiração.

<sup>164</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 5. Ver também D. Welch (2002) 108.

<sup>165</sup> Citado em F. Neumann (1943) 493.

<sup>166</sup> A. Rosenberg (1986) 496; id. [s. d.] 362.

<sup>167</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 6. Ver também D. Welch (2002) 110.

<sup>168</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 5. Ver também D. Welch (2002) 108.

<sup>169</sup> Citado em A. Bullock (1972) 403.

<sup>170</sup> Citado em J. Droz [s. d.] 90.

<sup>171</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 424. Note-se que estes autores chamaram-lhe Hans em vez de Franz. D. Welch (2002) 109 considerou que Gürtner «não era um nazi».

presente e futura da Alemanha e a sua lei»<sup>172</sup>.

Aqueles juristas reatavam as concepções de Savigny, para quem o fundamento do direito se encontrava no povo e a função dos legisladores consistia, não em criar leis, mas em formalizar leis estabelecidas já consuetudinariamente, e parece-me que estas raízes foram aceites por Frank ao declarar que «a Lei Constitucional Germânica produziu o mais elevado ponto de vista orgânico que a história jurídica pode oferecer»<sup>173</sup>. Mas enquanto Savigny entendera o povo como comunidade cultural, os nacionais-socialistas entendiam-no como comunidade rática. «A própria lei nada mais é do que a expressão da ordem comunitária em que o povo vive e que decorre do Führer», definiu Huber. «A lei do Führer concretiza os princípios não escritos da vida comunitária da raça. É, portanto, impossível avaliar as leis do Führer consoante um conceito superior de lei, porque qualquer lei do Führer é uma expressão directa deste conceito racial de lei»<sup>174</sup>. Passara-se da história para a mística do sangue. Como escreveu Rosenberg, «o direito e a política mais não são do que duas expressões diferentes da mesma vontade que está ao serviço do nosso supremo valor racial»<sup>175</sup>.

Vista a questão desta maneira, a liquidação dos chefes das SA e de Gregor Strasser foi inevitável, e entre os cientistas que os acompanhavam na versão abrangente do racismo Merken-schlager foi encerrado num campo de concentração e Saller viu-se proibido de ensinar<sup>176</sup>. Não esqueçamos que Hitler não era um conservador e prometera restaurar a ordem com métodos revolucionários. Ou seja, na acepção literal dos termos, operou uma contra-revolução, procedendo a uma revolução no interior da ordem. Ele e os seus adeptos propunham-se renovar os membros da elite, revigorando-a com o sangue da raça nórdica. Cabia ao Führer impedir que a revolta social compromettesse a revolução rática. Em Dezembro de 1934, seis meses depois do expurgo, um debate entre cientistas no âmbito do NSDAP confirmou o triunfo dos promotores da raça nórdica e condenou aqueles que defendiam um processo amplo de assimilação racial<sup>177</sup>. Neste contexto

<sup>172</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 250. Ver também J. Herf (1986) 111.

<sup>173</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 6.

<sup>174</sup> Citado em id., *ibid.*, II 282.

<sup>175</sup> A. Rosenberg (1986) 539; id. [s. d.] 391.

<sup>176</sup> A. Quinchon-Caudal (2013) 149.

<sup>177</sup> E. Conte et al. (1995) 104-105, 107. Leio em L. Poliakov (1971) 278 n. 2 um extracto de uma circular interna do NSDAP, datada de 24 de Outubro de 1934, onde foi reiterada a condenação, feita já no ano anterior, das discussões acerca das várias componentes raciais do povo alemão e nomeadamente proibida a insistência nas características físicas da raça nórdica. Ver igualmente A. Quinchon-Caudal (2013) 150-151. Tratou-se decerto de uma peça numa das últimas batalhas travadas pela concepção abrangente de racismo, que em breve iria ser definitivamente liquidada. No entanto, ainda no final de 1941 detectamos traços dessa concepção nas altas esferas do NSADP. Um comissário-geral nos territórios soviéticos ocupados, membro do partido desde antes de 1933, protestou junto aos seus superiores contra o tratamento infligido aos judeus de origem germânica, argumentando que «pessoas oriundas do nosso próprio meio cultural distinguem-se necessariamente das hordas animais das dos nativos». Citado em H.

afigura-se irresistível a ascensão do Reichsführer-SS Heinrich Himmler, o racista nórdico puro, que durante o primeiro ano e meio do novo regime se mantivera silencioso, indiferente ao conteúdo social da disputa entre a «revolução conservadora» e a «segunda revolução» populista. Na sua discussão de ruptura com Otto Strasser, em Maio de 1930, Hitler declarara-lhe que à revolução social, a revolução da piedade, se opunha a única verdadeira revolução, a revolução rática, «a selecção operada numa nova classe de Senhores, de homens que não se deixam, como você, guiar pela moral da piedade»<sup>178</sup>. Eram esses os SS.

### 3. Raça de senhores

Parece-me indubitável a influência exercida sobre a formação dos SS pela obra de Houston Stewart Chamberlain. Em matéria racial, Chamberlain havia adoptado as perspectivas de Darwin e de Francis Galton<sup>179</sup>, defendendo que as raças não eram um dado originário e resultavam de um processo de formação histórico e, por conseguinte, constituíam um fenómeno plástico, susceptível não só de degenerescência mas ainda de desenvolvimento e melhoramento<sup>180</sup>. Sem deixar de se pronunciar contra o racismo abrangente e insistindo sempre no fundamento estritamente biológico da cultura, Chamberlain propusera no entanto para a raça superior medidas de acasalamento que não se limitassem à endogamia e recorressem, dentro de limites, à mistura de sangues. Para ele, as «cinco leis da natureza» que regiam a formação das «raças nobres» eram, em primeiro lugar, «a existência de uma matéria-prima de excelente qualidade». Afastando como especulativas quaisquer reflexões acerca da origem desta matéria-prima biológica, Chamberlain limitara-se a afirmar a necessidade da sua presença. A segunda lei supunha «um regime endógeno prolongado». A terceira lei, operando no interior da endogenia, consistia na selecção que, tendo como modelo a selecção artificial executada nas plantas e nos animais, separaria os elementos a reproduzir daqueles que deviam ser eliminados. Na definição da quarta lei, Chamberlain sustentara que «a formação de qualquer raça extraordinária é inevitavelmente precedida por uma mistura de sangue». De início, afirmara ele, existia uma multiplicidade de variedades, individuali-

Arendt (1994) 96.

<sup>178</sup> O. Strasser (1940) 107. Ver ainda J. P. Faye (1980) 135.

<sup>179</sup> Embora especificasse que a sua concepção da natureza e do sentido das raças humanas não coincidia inteiramente com os ensinamentos de Darwin, H. S. Chamberlain (1913) 1387-1388 reconheceu-o como o seu principal mestre nestas questões, por ter sido ele quem o ensinara a distinguir entre raça e espécie. Quanto a Galton, a quem chamou cunhado de Darwin quando na verdade eles eram primos, Houston Stewart Chamberlain, op. cit., 1412 elogiou as suas propostas para melhorar biologicamente a raça.

<sup>180</sup> Id., *ibid.*, 358, 395-398, 464, 1388.

zadas a partir de uma origem comum, e depois estes grupos cruzavam-se entre si ao longo do tempo. Era onde se produzia a melhor mistura que a população começava a mostrar-se mais dotada. Entre os meios pelos quais se obtêm as raças puras, escrevera Chamberlain, «nunca deixarei de insistir na necessidade, ou pelo menos na utilidade, das misturas de sangue. [...] na minha opinião, ao desprezarem precisamente a importante lei das misturas os defensores da raça prejudicaram a própria causa que defendem. Caíram no erro que consiste em postular a “raça pura” em si, o que é um conceito místico [...] Nem a história nem a biologia experimental se pronunciam a favor de tal quimera». Seria necessário, porém, que estes cruzamentos ocorressem no interior de um limite biológico definido de maneira clara, senão provocariam apenas a degenerescência. Era esta a quinta e última lei, que impedia a doutrina de Chamberlain de se confundir com o racismo abrangente<sup>181</sup>. Aliás, ele vira no equilíbrio entre a selecção endógena e o cruzamento de sangues uma das especificidades da raça que denominava germânica. «Não é apenas a pureza que deve ter-se em conta na raça germânica [...] mas também a extrema variedade das suas formas. A história universal não nos oferece outro exemplo de um tal polimorfismo»<sup>182</sup>.

Com estas cinco leis Chamberlain antecipou os termos gerais da política racial dos SS, embora não os seus detalhes técnicos, porque parou à beira de admitir a viabilidade de uma experiência biológica deste tipo. Porém, depois de ter reafirmado, em crítica a Gobineau, que nunca houvera raças originariamente puras e que se entre os animais a raça só se aperfeiçoa através de cruzamentos rigorosamente controlados o mesmo deveria suceder entre os humanos<sup>183</sup>, Chamberlain observara que «é quase sempre a nação, enquanto edifício político, a criar as condições necessárias para a formação das raças»<sup>184</sup>, tanto assim que a Roma imperial soçobrou no caos étnico e na decadência civilizacional por não ter assumido a estrutura de nação<sup>185</sup>. A relação entre a execução de um projecto de selecção racial e a criação de instituições políticas ficara, portanto, indicada com clareza. Mas fora precisamente aqui que Chamberlain estacara, perante a incapacidade de conceber uma organização política tal que pudesse sustentar uma experiência rática completa. «Não nos é possível confinar um certo número de seres humanos e sujeitá-los a experiências ao longo de várias gerações!»<sup>186</sup>. Ele não imaginara — quem imaginaria? — que viesse a ser criada uma instituição capaz de controlar um número abundantíssimo

<sup>181</sup> As «cinco leis da natureza» vêm expostas em id., *ibid.*, 374-386. As passagens citadas encontram-se, respectivamente, nas págs. 374, 375, 376-377 e 380.

<sup>182</sup> Id., *ibid.*, 955.

<sup>183</sup> Id., *ibid.*, 392 n.

<sup>184</sup> Id., *ibid.*, 393.

<sup>185</sup> Id., *ibid.*, 396.

<sup>186</sup> Id., *ibid.*, 384.

de seres humanos e de encetar o ensaio biológico num âmbito continental. É certo que numa obra publicada em 1905 Lanz von Liebenfels antecipou aquele programa e, depois de anunciar que «temos enfim de começar a “procriar humanos”», evocou o «êxito surpreendente» da experiência levada a cabo por um proprietário de terras russo. «Logo na segunda geração obtive pessoas de uma beleza praticamente divina. É claro que este exemplo diz apenas respeito a uma matéria-prima eslava. Que raça conseguiríamos procriar a partir dos nossos frisões!»<sup>187</sup>. Para completar o quadro, Lanz propôs também a criação de uma nova raça de escravos, destinada a executar trabalhos físicos para os quais não existissem máquinas<sup>188</sup>. Mas o que aquele monge renegado concebera no âmbito de uma interpretação histórica e teológica delirante, os nacionais-socialistas pretenderam realizar mais prosaicamente.

Rosenberg expôs os termos doutrinários do problema ao escrever, na sua obra maior, que «se um dia pudermos antever e criar nalgum lugar um novo, ainda que muito antigo, tipo de germano que, consciente do seu espírito, da sua raça e da sua história, proclame sem hesitar os antigos, ainda que novos, valores, então reunir-se-ão em redor desse núcleo todos aqueles que andam agora aos tropeções na escuridão, apesar de estarem enraizados no velho solo natal da Europa»<sup>189</sup>. O ideólogo do nacional-socialismo não ignorou também os termos práticos do problema e explicou que se tratava de aplicar uma «selecção consciente, guiada pela força da vontade» e que «uma liga de homens organizada conscientemente terá de levar a cabo esta missão»<sup>190</sup>.

Coube aos chefes dos SS executar esse programa, com critérios de recrutamento que aplicaram a conjugação entre a endogamia e a mistura limitada de sangues preconizada por Chamberlain. Graças a uma selecção rigorosa, os SS formariam uma elite biológica, perpetuada através da escolha da esposa. Além das características físicas requeridas, eram exigidos aos candidatos certificados genealógicos provando que não contavam antepassados judeus nem eslavos até pelo menos 1650, ou seja, desde a Guerra dos Trinta Anos, quando muitos arquivos paroquiais haviam sido destruídos<sup>191</sup>. E no último dia de 1931 Himmler, assistido por Darré, emitiu um decreto interno destinado a orientar numa perspectiva nórdica os casamentos dos SS, impondo

<sup>187</sup> J. Lanz von Liebenfels [s. d.] 57-58.

<sup>188</sup> Id., *ibid.*, 55.

<sup>189</sup> A. Rosenberg (1986) 109-110; id. [s. d. 2] 115-116.

<sup>190</sup> Segui id. [s. d. 2] 383 e 373, respectivamente, desprezando as versões de id. (1986) 525 e 512. Todavia, ao reflectir sobre o fracasso do Terceiro Reich, quando pouco lhe faltava para ser enforcado, Rosenberg reconheceu que «é na verdade impossível, por razões psicológicas, procriar seres humanos artificialmente com o objectivo de os observar a longo prazo». Ver id. [s. d. 1] 48.

<sup>191</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 301. No entanto, A. Quinchon-Caudal (2013) 178 e K. A. Schleunens (1990) 130 mencionaram 1750 e H. F. Ziegler (1989) 54 mencionou 1750 para as chefias e 1800 para os membros da base.

às noivas a mesma pureza racial<sup>192</sup>. «Os SS são uma união dos germanos de características nórdicas», definia o primeiro artigo desse decreto<sup>193</sup>. A liquidação da ala populista do nacional-socialismo, na passagem de Junho para Julho de 1934, permitiu a Himmler prosseguir em grande escala a edificação da elite racial do Reich. Em seguida, a Lei para a Protecção do Sangue Alemão e da Honra Alemã<sup>194</sup>, apresentada ao Reichstag por ocasião do congresso do partido de Setembro de 1935 e incluída no conjunto jurídico conhecido como Leis de Nuremberga, pretendeu preservar da contaminação o povo germânico, fundando uma base racial sólida para o domínio da elite nórdica. Finalmente, no quadro de uma instituição criada em Dezembro daquele ano e destinada a facilitar a procriação de filhos pelos SS dentro e fora do matrimónio, Himmler lançou em Outubro de 1939 um programa que fomentou a copulação, exterior ao casamento, entre os SS e mulheres de bom sangue, para estimular a reprodução de uma raça de senhores, numa época em que a guerra ia dizimar tantos deles<sup>195</sup>. Aliás, Himmler mostrava-se interessado em promover pesquisas científicas para provar que as crianças nascidas fora do matrimónio não eram geneticamente inferiores aos filhos legítimos<sup>196</sup>. Já em 1930 Rosenberg propusera a aceitação periódica da poligamia e a legitimação dos filhos de mães solteiras como forma de solucionar o défice demográfico da raça<sup>197</sup>. «É evidente que a procriação mais abundante tem de se dever a esta elite racial do povo alemão», afirmou Himmler num discurso em Posen a 4 de Outubro de 1943<sup>198</sup>, e nos intermináveis monólogos com que brindava os comensais o Führer mostrou-se igualmente adepto de uma poligamia informal<sup>199</sup>. Em suma, os germanos estavam destinados a deter, enquanto conjunto, a hegemonia sobre os demais povos, e no seu interior a supremacia caberia naturalmente aos SS, enquanto escol biologicamente puro<sup>200</sup>. «Os SS têm de se transformar de uma guarda de protec-

<sup>192</sup> J. Billig (2000) 164; E. K. Bramstedt (1945) 78; A. Bramwell (1985) 209; E. Conte et al. (1995) 100, 157-160; R. L. Koehl (1983) 48-49, 82-83, 116; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 299-300; A. Pichot (2000) 243; A. Quinchon-Caudal (2013) 112; H. F. Ziegler (1989) 54. Deve-se a Anna Bramwell, op. cit., 71-72 a indicação de que este decreto de Himmler foi elaborado com a colaboração de Darré. O artigo «A Europa Voltará a Ser Saudável», *Germanische Leithefte*, I, nº1, 1941, uma publicação dos SS, antologado em K. Hammer (org. 1988-1994) III 10-14, considerou este decreto (pág. 13) o alicerce da política racial dos SS e depois do Reich e da Europa.

<sup>193</sup> Citado em A. Bramwell (1985) 209.

<sup>194</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 341-342.

<sup>195</sup> M. Gilbert (2011 b) I 28, II 455-456; «Lebensborn», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 674. Ver igualmente J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 303, 329, 369 e A. Quinchon-Caudal (2013) 183-187.

<sup>196</sup> Sh. F. Weiss (2010) 168, 169. Este problema, que hoje pode parecer-nos fútil, compreende-se no quadro de preocupações da eugenia, já que, por exemplo, o médico e antropólogo eugenista Fritz Lenz defendia que os filhos ilegítimos carregavam uma hereditariedade desfavorável, o que o tornou alvo da antipatia de Himmler. Ver A. Quinchon-Caudal (2013) 127-129.

<sup>197</sup> A. Rosenberg (1986) 555, 656 n. 16; id. [s. d. 2] 402-403. Segundo J. Caplan (org. 1995) 135, cerca de 1,7 milhões de soldados alemães haviam sido mortos na primeira guerra mundial, e no período entre as duas guerras mundiais o número de mulheres excedia o número de homens em aproximadamente dois milhões.

<sup>198</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 312.

<sup>199</sup> *Hitler's Table Talk...*, 352, 434-435.

<sup>200</sup> Ver uma passagem do discurso de Himmler aos oficiais de um corpo de elite dos Waffen-SS em Setembro de 1940, citada por J. Billig (2000) 247, e outra passagem do seu discurso em Posen, em Outubro de 1943, citada por



ção pessoal numa guarda da nação», anunciara Himmler ainda no alvor do Terceiro Reich, «uma guarda da Raça Nórdica a quem cabe dirigir um Povo de Senhores formado por 200 milhões de germanos»<sup>201</sup>. Os SS seriam, ao mesmo tempo, os chefes da raça nórdica e o repositório da precisidade do seu sangue, e seriam uma coisa exactamente por serem a outra. O racismo fundava um elitismo<sup>202</sup>. «Não tenho a mínima dúvida, apesar do cepticismo de alguns», disse o Führer a quem o rodeava, «que dentro de mais ou menos cem anos toda a elite germânica será um produto dos SS — porque só os SS praticam a selecção racial»<sup>203</sup>.

A Reichswehr iludira-se ao julgar que seria a beneficiária da liquidação das SA, quando apoiara logisticamente a acção e fornecera armas às unidades SS que se encarregaram das prisões e execuções<sup>204</sup>. Mas no próprio dia do expurgo sangrento o Führer decretou que a sua guarda pessoal SS fosse transformada num regimento independente da Reichswehr e dotado de equipamento militar<sup>205</sup>. A Reichswehr perdia assim o exclusivo no exacto momento em que via afastada a ameaça das SA, e os SS ocuparam um espaço militar e político crescente. Constituindo desde Julho de 1934 a única milícia armada do NSDAP, dispondo de um arsenal cada vez mais bem abastecido e dando uma sanção oficial à autonomia relativamente às SA que já detinham na prática, os SS tornaram-se a organização exclusiva da elite nacional-socialista e em Junho de 1936 Himmler obteve o comando da totalidade do aparelho policial. Bastaram aos SS dois anos para se situarem no topo do Reich, uma ascensão facilitada pelo facto de o governo ter praticamente deixado de cumprir funções centralizadoras. Se o conselho de ministros ainda fora convocado doze vezes em 1935, as suas reuniões reduziram-se a quatro em 1936 e sete em 1937, não voltando a reunir-se depois de Fevereiro de 1938<sup>206</sup>.

«A ordem aristocrática germânica terá de ser constituída, em primeiro lugar, por camponeses e por guerreiros, porque é nestas profissões que uma verdadeira saúde física é melhor preser-

id., *ibid.*, 168 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 312.

<sup>201</sup> Citado em H. F. Ziegler (1989) 38.

<sup>202</sup> Tal como escreveu H. J. Morgenthau (1946) 142-143, «no interior da raça superior» distinguem-se «as massas, desprovidas de consciência racial inata e de capacidade política própria»; «o grupo relativamente pequeno da elite, ao mesmo tempo aristocracia política e ordem religiosa» e que «em virtude das suas qualidades raciais, está predestinado para dirigir as massas, para lhes inculcar consciência racial, para lhes mostrar os objectivos políticos»; e «o chefe, encarnação do próprio espírito da raça» que «extraíndo força e sabedoria das fontes místicas do sangue e do solo, orienta com infalível instinto o destino da comunidade racial».

<sup>203</sup> No noite de 1 para 2 de Novembro de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 106. Ver ainda as págs. 166 e 229. Também num discurso proferido em Janeiro de 1939 perante um grupo de oficiais superiores, Hitler calculou que o processo de purificação racial demoraria cem anos. Ver J. C. Fest (1974) 917.

<sup>204</sup> J. C. Fest (1974) 790; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 181, III 36.

<sup>205</sup> J. C. Fest (1974) 809; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 36.

<sup>206</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 18. Mas W. Laqueur (1996) 39 indicou que o conselho de ministros se reunira 70 vezes em 1933, 11 vezes em 1935, uma vez em 1936 e de então em diante deixara de se reunir.

vada», escreveu Rosenberg. «É mais fácil estabelecer assim a base para a procriação de descendentes saudáveis. Terá de se proceder com mais prudência quanto à nobilitação de artistas, académicos e políticos, por mais importantes que sejam as suas excelentes realizações»<sup>207</sup>. Já Hitler, em *Mein Kampf*, considerara o campesinato como o sustentáculo da raça<sup>208</sup> e enquanto chanceler continuou a defender a mesma opinião<sup>209</sup>. Inicialmente, com efeito, foi sobretudo no campesinato que os SS pretenderam encontrar recrutas, segundo a orientação estipulada por Walther Darré, para quem os camponeses seriam o repositório mais puro e homogéneo do elemento nórdico<sup>210</sup>. Amigo íntimo de Rosenberg<sup>211</sup> e filiado no partido em 1930, Darré fora nomeado conselheiro de Hitler para as questões agrárias<sup>212</sup>. Nessa época era muito estreita a sua colaboração com o Reichsführer-SS Himmler<sup>213</sup> e, promovido a SS-Obergruppenführer, Darré ficou encarregado desde o final de 1931 do Departamento Central de Raça e Colonização dos SS, criado em grande medida graças aos seus esforços<sup>214</sup>. Em seguida, desde o Verão de 1933 até 1942, foi Führer dos Camponeses do Reich e ministro dos Abastecimentos e da Agricultura. A sua ascensão foi tanto mais significativa quanto constituiu uma peça da liquidação política de Hugenberg, que até Junho de 1933 havia acumulado a pasta da Agricultura com a da Economia. Neste quadro entende-se que fossem sistemáticas as filiações cruzadas entre os SS e os funcionários do Ministério dos Abastecimentos e da Agricultura, como já desde 1931 o haviam sido relativamente ao Departamento Agrícola do NSDAP<sup>215</sup>.

Segundo Darré, a população estável e sedentária que compunha o mundo agrário fora o elemento fundador da raça nórdica e continuava a fornecer-lhe o esteio mais sólido e duradouro, em contacto orgânico com a terra, regada pelo sangue dos antepassados e inspiradora de sãs virtudes. Os camponeses e os proprietários rurais, entre quem teriam outrora surgido os guerreiros e os nobres, seriam ainda a força vital da raça nórdica e deles haveria de renascer a nobreza de sangue, fortalecendo-se a nova raça de senhores<sup>216</sup>. Com efeito, os dirigentes da organização

<sup>207</sup> A. Rosenberg (1986) 558; id. [s. d. 2] 404.

<sup>208</sup> A. Hitler (1995) 126, 213. Ver ainda I. Kamenetsky (1956) 4-5.

<sup>209</sup> H. Eberle et al. (org. 2005) 58.

<sup>210</sup> A. Bramwell (1985) 55, 57, 68, 72. Ver igualmente Benoist-Méchin (1964-1966) III 209.

<sup>211</sup> R. Cecil (1973) 130-131, 156, 177-178.

<sup>212</sup> A. Bramwell (1985) 75; A. Bullock (1972) 155. Segundo J. C. Fest (1974) 452-453, foi Hess quem apresentou Darré a Hitler.

<sup>213</sup> A. Bramwell (1985) 133. «Em 1933 Darré e Himmler [...] tornaram-se muito próximos», recordou A. Rosenberg [s. d. 1] 94, e D. Orlow (2010) 516 mencionou a sua «relação estreita com os SS».

<sup>214</sup> A. Bramwell (1985) 89-90, 135-136; H. F. Ziegler (1989) 53. Anna Bramwell, op. cit., *passim* esforçou-se, sem nenhum êxito, por minorar a participação de Darré nos SS. Em sentido oposto, A. Tooze (2006) 171 considerou que se devera à iniciativa de Darré a transformação dos SS numa comunidade baseada na selecção racial.

<sup>215</sup> A. Bramwell (1985) 89, 137.

<sup>216</sup> Id., *ibid.*, 54-55, 57, 72; E. Conte et al. (1995) 83, 89-90, 96, 360; R. L. Koehl (1983) 51; B. Miller-Lane (1973) 182-183; A. Quinchon-Caudal (2013) 107-112; H. F. Ziegler (1989) 53.

destinada a regular a produção e comercialização de produtos agrícolas incluíam poucos nomes da velha nobreza agrária prussiana, os Junkers, sendo a maioria constituída pela nova elite camponesa e por burocratas<sup>217</sup>. «Tal como a classe camponesa alemã é a fonte inesgotável do germanismo, devendo por isso beneficiar de um tratamento especial», teria declarado Darré a um grupo restrito de dirigentes do partido no Verão de 1932, «será também necessário garantir a segurança perpétua da nova nobreza e defendê-la da degenerescência, submetendo-a às leis mais estritas da selecção biológica e ligando-a à terra de maneira muito especial. [...] Desde o início do novo sistema que os membros da classe dirigente do partido que ainda não tiverem vínculos rurais deverão assumir a direcção de uma “fazenda da nova nobreza”, convertida em propriedade familiar hereditária. Daí em diante os chefes políticos do movimento deverão ser escolhidos unicamente entre os membros desta nobreza, instrumentos seleccionados do domínio mundial alemão»<sup>218</sup>. E se a lei veio a excluir daquelas propriedades os judeus e os negros<sup>219</sup>, não era porque eles estivessem disseminados no campesinato, mas apenas para frisar a relação íntima dessas fazendas com o suporte racial. O tema das terras hereditárias e da preservação dos camponeses não era exclusivamente germânico, mas Darré converteu numa estratégia racial o que para outros constituía apenas a resolução de um dilema social e Rosenberg acompanhou-o nessa visão ruralizante e arcaica, em que os campos se articulariam com pequenas cidades<sup>220</sup>.

Himmler, ainda para mais sendo agrónomo e membro do Conselho dos Camponeses do Reich, partilhou a mesma opinião e também ele se julgava «pelos antepassados, pelo sangue e pelo temperamento um camponês»<sup>221</sup>. «A concepção de sangue defendida pelos SS está indissolúvelmente ligada à crença no valor do solo e no seu carácter sagrado», afirmou Himmler em 1936<sup>222</sup>, e uma directiva dos SS datando de 3 de Abril de 1937 estipulou que «a excelência rática dos SS só pode ser perpetuada se eles tiverem raízes no campesinato»<sup>223</sup>. Todavia, em 1936 começaram a esfriar as relações entre o Reichsführer-SS e o Führer dos Camponeses do Reich<sup>224</sup>. O objectivo a longo prazo de Darré era a formação gradual de um Estado camponês no interior do próprio Estado, de modo a que progressivamente o campo conquistasse a cidade<sup>225</sup>. Ora, Himmler passara a interessar-se pelo recrutamento dos principais empresários, dos principais gestores,

<sup>217</sup> R. Laudani (org. 2013) 141.

<sup>218</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 55-56.

<sup>219</sup> K. A. Schleunes (1990) 112; A. Tooze (2006) 183.

<sup>220</sup> J. B. Whisker (1990) 3, 10-11, 158, 203-204, 238.

<sup>221</sup> Declarações de Himmler em 1937, antologiadadas em R. Griffin (org. 1995) 147.

<sup>222</sup> Citado em E. K. Bramstedt (1945) 83.

<sup>223</sup> Citado em A. Bramwell (1985) 140.

<sup>224</sup> Id., *ibid.*, 112, 133. Ver igualmente D. Orlow (2010) 603 e A. Tooze (2006) 171.

<sup>225</sup> A. Bramwell (1985) 58.

dos membros proeminentes das profissões liberais<sup>226</sup>. «Quem tinha dinheiro ou um grau académico ia para os SS», lembrou com amargura um dos SA derrotados em Junho-Julho de 1934<sup>227</sup>. E como as normas de recrutamento dos SS constituíam elas mesmas um processo de depuração racial, não seria possível escamotear indefinidamente a contradição entre o quadro de selecção arcaico e rural defendido por Darré e Rosenberg e o quadro moderno e urbano em que Himmler passara a empenhar-se, a tal ponto que a percentagem de chefes SS nascidos e criados nas grandes cidades era consideravelmente superior à percentagem correspondente na população em geral, estando especialmente sub-representados os de origem camponesa<sup>228</sup>. Assim, os interesses específicos da tecnocracia SS, sobretudo quando adquiriu o domínio absoluto sobre a colonização dos territórios conquistados a Leste do continente, comprometeram a antiga convergência de pontos de vista entre Himmler e Darré e deram azo a conflitos sérios, precipitando para o plano prático hostilidades que até então haviam podido disfarçar-se em termos ideológicos. Pelo menos, com os dados de que disponho, é desta maneira que interpreto uma questão ainda controversa<sup>229</sup>.

<sup>226</sup> R. L. Koehl (1983) 87, 92. Ver também R. Laudani (org. 2013) 258, D. Orlow (2010) 600-601 e H. F. Ziegler (1989) 57, 130-133. Segundo S. G. Payne (2003 b) 185, antes da tomada do poder 44% dos SS provinham da classe trabalhadora, uma proporção que aumentou posteriormente para 55%, mas começaram depois a atrair membros da elite, a qual compunha nos escalões hierárquicos superiores uma percentagem maior do que a dos trabalhadores. Tratava-se, porém, de uma elite recente, porque, a crer em Raffaele Laudani, op. cit., 139, durante a guerra, dos sessenta e quatro chefes superiores dos SS, só cinco eram nobres.

<sup>227</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 187.

<sup>228</sup> H. F. Ziegler (1989) 81, 109.

<sup>229</sup> A. Bramwell (1985) 91, 108 e segs., 115 e 124-125 relatou a progressiva substituição de Darré pelo tecnocrata Herbert Backe, que acabaria por lhe suceder à frente do Ministério, apoiado por Göring e outros defensores da industrialização. Anna Bramwell acrescentou (págs. 130-131, 135, 147, 158) que Himmler imprimira aos SS uma orientação tecnocrática, distanciando-os das ideias de Darré. A primeira divergência pública entre Darré e Himmler ocorreu em Outubro de 1939, relativamente aos planos de colonização no Leste, como se vê em Anna Bramwell, op. cit., 149. «Embora Himmler concordasse com Darré que o camponês alemão era o terreno de recrutamento ideal da futura aristocracia», escreveu H. F. Ziegler (1989) 53, «a sua busca de membros “qualificados” nunca se limitou a esse segmento da população». Também as informações contidas em G. Aly et al. (2006) 268-269 parecem-me confirmar a hipótese que proponho, na medida em que mostram que a derrota final de Darré se deveu a uma aliança da tecnocracia modernizadora do seu ministério com Himmler e Heydrich. B. Miller-Lane (1973) 182 supôs que, pelo facto de defender teses ráticas semelhantes às de Darré, Himmler se proporia favorecer o renascimento de uma aristocracia biológica camponesa nas regiões de Leste controladas pelos SS. Esta apreciação parece-me errada. A implantação de colonos germânicos nos territórios conquistados aos eslavos realizou-se sob a alçada dos SS e eram estes quem detinha as funções de comando. O Reichsführer-SS não se esforçou por implementar planos alheios, mas os seus próprios. Aliás, se já antes de 1933 Darré, segundo o testemunho de H. Rauschning (1939) 49, «acalentava a especial ambição de definir a futura política alemã a Leste», isto significa que estavam desde há muito lançadas as sementes da divergência que haveria de o opor a Himmler. Por seu lado, J. Billig (2000) 168-169 pretendeu que a autoridade exercida pelos SS sobre os territórios de Leste lhes conferia uma vocação exclusivamente rural. Mas também esta perspectiva me parece errada, porque os SS estavam destinados a encarregar-se da ordem em todo o Reich e não só nos antigos países eslavos, e além disto deveriam incluir nas suas fileiras os membros da elite económica, técnica, universitária e política. Num plano muito diferente, R. L. Koehl (1983) 119 considerou que o conflito entre Himmler e Darré se deveria a um desentendimento quanto à política de formação ideológica, que Darré deixava envolta em misticismo enquanto a administração SS pretendia imprimir-lhe um carácter prático. Mas este autor reconheceu ao mesmo tempo que a ideologia racial promovida por Himmler não era menos fantasiosa, o que retira qualquer validade à sua explicação. Em sentido oposto, Anna Bramwell, op. cit., 90 admitiu que a inclinação de Himmler pelo ocultismo e pela filosofia indiana tivesse constituído uma das razões que levou à sua ruptura com Darré no final da década de 1930; todavia, na mesma pág. esta autora indicou, paradoxalmente, que Herbert Backe atribuíra a

Vendo a sua influência declinar a partir de 1936 no interior do próprio Ministério da Agricultura e sendo substituído em 1938 na chefia do Departamento de Raça e Colonização dos SS, Darré acabou por ser demitido da posição de ministro em 1942<sup>230</sup>. É certo que a preservação racial dos camponeses nunca deixou de ser defendida e em 1942 o Führer insistiu que «é uma grande tragédia quando uma nação deixa de contar com o sólido alicerce do seu campesinato»<sup>231</sup>. Mas em 1943, evocando a sua amizade com Backe, o substituto de Darré, Himmler atribuiu aos «SS em conjunto com os camponeses» o dever de colonizar os territórios de Leste<sup>232</sup>. Portanto, os camponeses e os SS haviam passado a ser duas entidades distintas, e os SS viram-se confirmados como a instituição em que se concentravam os esforços para depurar o sangue nórdico e lhe garantir a hegemonia.

Himmler pôde assim proceder a uma colossal experiência biológica. Os 100 ou 200 homens que constituíam a totalidade dos efectivos dos SS em 1926, ou os quase 300 de 1929, eram já 2.000 em 1930, 10.000 em 1931 e ultrapassavam 50.000 por ocasião da tomada do poder, subindo o seu número de 210.000 em 1936 para 350.000 em 1939 e 432.000 no ano seguinte<sup>233</sup>, e pelos Waffen-SS, as forças armadas da milícia negra, haviam passado 750.000 homens no Verão de 1942, atingindo-se os 900.000 no final da guerra<sup>234</sup>. Ora, se somarmos tudo isto podemos ter uma ideia das dimensões alcançadas pelo programa de selecção racial. O discurso de Himmler em Julho de 1942 à Divisão Das Reich, explicando que eram eles e não a Wehrmacht quem pros-

influência de Darré o crescente misticismo de Himmler e acrescentou (pág. 133) que ele considerara que Darré estimulava a propensão romântica de Himmler.

<sup>230</sup> E. K. Bramstedt (1945) 83 e n.; A. Bramwell (1985) 91, 108 e segs., 127-129, 133, 136, 181; D. Orlov (2010) 603.

<sup>231</sup> Em 6 de Agosto de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 619.

<sup>232</sup> Esta passagem do discurso pronunciado por Himmler em Posen a 4 de Outubro de 1943 encontra-se em J. Billig (2000) 168 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 312.

<sup>233</sup> Para a evolução dos efectivos dos SS ver: M. Baumont (1951) 479; J. Billig (2000) 131, 133, 140; E. K. Bramstedt (1945) 72; J. Droz [s. d.] 99; J. C. Fest (1974) 499; R. L. Koehl (1983) 24, 30, 52-53, 79, 92; E. Kogon (2002) 24; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 305; M. Roseman (2012) 17; B. Wegner, «SS», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1044. Todavia, Benoist-Méchin (1964-1966) III 41 e 209 atribuiu 60.000 membros aos SS em 1932, 100.000 em Janeiro de 1933 e cerca de 200.000 a partir do final de Julho do ano seguinte.

<sup>234</sup> E. K. Bramstedt (1945) 85-86; J. Herf (1986) 214; P. Milza et al. (1992) 644. Ver ainda S. G. Payne (2003 b) 186. No final de 1938, escreveu Benoist-Méchin (1964-1966) VI 108 n. 3, os Waffen-SS contavam 500 oficiais, 1.500 suboficiais e 16.000 soldados, e a crer em R. L. Koehl (1983) 208 eles mobilizavam 222.000 homens no começo das campanhas do Verão de 1942. Segundo S. Friedländer (2008) 804, os Waffen-SS reuniram cerca de 600.000 homens em 1944. J. Förster, «Germany», em Dear et al. (orgs. 1995) 460 calculou que as forças armadas dos SS mobilizavam praticamente 595.000 homens em Junho de 1944, uma estimativa com que S. G. Payne (2003 b) 373 concordou, e Benoist-Méchin, op. cit., VI 108 n. 3 pretendeu que em 1945 elas dispunham de 18.000 oficiais, 52.000 subalternos e 600.000 soldados. Note-se que, segundo A. Bullock (1972) 699 e 728, o total de 900.000 inclui as baixas sofridas. Com efeito, Robert Lewis Koehl, op. cit., 218 admitiu para os Waffen-SS a extensão máxima de 800.000 combatentes, aos quais deveríamos adicionar pelo menos 100.000 mortos. Por seu lado, depois de indicar que em Maio de 1945 mais de 800.000 homens tinham servido nos Waffen-SS, B. Wegner, «SS», em I. C. B. Dear et al., op. cit., 1046 acrescentou que 1/4 ou 1/5 havia morrido em combate. L. Degrelle (2000) 103 considerou que os Waffen-SS atingiram quase um milhão de homens, mas explicou que entre eles se contaram 402.000 baixas mortais. Para mais estimativas ver H. F. Ziegler (1989) 4 n. 6.

seguia a guerra racial contra os judeus e os eslavos, deixou claro que a criação de uma raça de senhores incluía os Waffen-SS. «Depois de uma década de educação racial, nós, a totalidade dos membros dos SS, entrámos nesta guerra como inabaláveis defensores do nosso povo germânico»<sup>235</sup>. Aliás, durante a guerra os SS propriamente ditos perderam muita da sua importância, em benefício dos Waffen-SS<sup>236</sup>.

Mas o Führer não era nacionalista. Decerto não houve fascismo que não tivesse sido gerado pelo eco do nacionalismo no interior do movimento operário, mas a partir daí o racismo de Hitler desenvolveu-se até atingir o plano supranacional. «A ideia de nação foi esvaziada de qualquer substância», havia ele confidenciado antes da guerra. «É uma noção de que deveremos prescindir. Substituí-la-emos por um princípio novo, o da raça. [...] Não se tratará mais da concorrência entre nações, mas da luta entre raças [...] Partindo do princípio da nação, a França levou a sua grande revolução além das suas fronteiras. Com a noção de raça, o nacional-socialismo levará a sua revolução até ao estabelecimento de uma ordem nova no mundo»<sup>237</sup>. O domínio dos nórdicos sobre os demais elementos germânicos afirmar-se-ia no quadro europeu e não estritamente alemão. De certa forma, o exclusivismo e a territorialidade característicos das nações aplicam-se igualmente ao domínio de uma raça, mas os princípios formadores e o enquadramento político são diferentes e os SS ultrapassaram a imaginação de Chamberlain, que havia considerado que «é quase sempre a nação, enquanto edifício político, a criar as condições necessárias para a formação das raças»<sup>238</sup>. Ora, a redução do plano racial ao âmbito nacional fora já severamente criticada nos Estados Unidos por Lothrop Stoddard, que exprobrara Chamberlain por pretender restringir os nórdicos ao quadro germânico e imaginar que praticamente todos os germanos seriam nórdicos. «[...] os pangermanistas pensavam em termos de nacionalidade em vez de raça e recorriam a argumentos pseudo-raciais como camuflagem para objectivos fundamentalmente políticos», escrevera aquele eugenista e racista norte-americano, e acrescentara que «a esmagadora maioria dos nórdicos vive fora da Alemanha, encontrando-se principalmente na Escandinávia, nos países anglo-saxónicos, no norte da França, na Holanda e na Rússia báltica»<sup>239</sup>. Foi esta orientação que os nacionais-socialistas prosseguiram, e mediante um decreto promulgado em Agosto de 1941 o Führer proibiu o emprego da expressão «raça alemã», que tendia a sacrificar a ideia de raça ao princípio arcaico de nacionalidade<sup>240</sup>. «Desde que estejam

<sup>235</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 387.

<sup>236</sup> Y. Gorlizki et al. (2009) 58.

<sup>237</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 258-259.

<sup>238</sup> H. S. Chamberlain (1913) 393.

<sup>239</sup> L. Stoddard (1921) 201-202. As passagens citadas encontram-se na pág. 202.

<sup>240</sup> H. Arendt (1972) 283 n. 68.

estabelecidas as condições de pureza racial, não tem nenhuma importância se alguém é nativo de uma região ou de outra, se vem da Noruega ou da Áustria», disse ele no final de 1941<sup>241</sup>, e explicou melhor alguns meses depois: «[...] ao falarmos com os germanos do noroeste e do norte [da Europa], devemos deixar sempre claro que o que estamos a edificar é o Reich Germânico, ou simplesmente o Reich, sendo a Alemanha somente a sua força mais poderosa, tanto sob o ponto de vista ideológico como militar. [...] já não é apropriado edificar o Reich Germânico com o estandarte da velha Alemanha»<sup>242</sup>.

Por isso os Waffen-SS, além de recrutarem elementos de comunidades germânicas sediadas fora do Reich, aceitavam também componentes não-germânicos da raça nórdica e até gente de outras raças, turcos, árabes e indianos, desde que fossem consideradas marciais e aparentadas com os nórdicos. «Dos novecentos mil homens que passaram pelos Waffen-SS (incluindo todas as baixas)», indicou um historiador, «menos de metade eram alemães originários do Reich»<sup>243</sup>. É entre os jovens oficiais dos SS, observou o fascista francês Lucien Rebatet, «que encontro os nacionais-socialistas mais emancipados do pangermanismo, mais cômicos da missão europeia do fascismo»<sup>244</sup>. Em Fevereiro de 1944 Darnand, que além de chefiar a Milícia fora há pouco nomeado pelo governo de Vichy secretário de Estado para a Manutenção da Ordem, proclamou no editorial do primeiro número do órgão dos participantes franceses nos Waffen-SS que «o espírito SS já não é alemão; é a nova alma comum das juventudes europeias»<sup>245</sup>. E dois meses mais tarde, quando para eles tudo estava prestes a terminar, Maurice-Ivan Sicard, que foi durante a guerra um dos principais dirigentes do Parti Populaire Français, escreveu na mesma publicação que «os nossos Waffen-SS redescobriram o amor do sacrifício voluntário por uma causa que, ultrapassando os nacionalismos estreitos explorados pelo Judeu, atinge o "supranacionalismo" que há de garantir a paz no mundo»<sup>246</sup>.

Himmler pretendia assim gerar uma nova elite, que substituísse a degenerada nobreza tradicional e aliasse a rudeza do plebeu à altivez aristocrática. Marc Augier, fascista francês que pertenceu aos Waffen-SS, considerou que eles «procuram moldar homens libertos do velho nacio-

<sup>241</sup> Na noite de 1 para 2 de Novembro de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 106.

<sup>242</sup> Em 5 de Abril de 1942, em *ibid.*, 403 e 404.

<sup>243</sup> A. Bullock (1972) 699. A mesma constatação foi feita por A. Bramwell (1985) 168 e B. Wegner, «SS», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1049. L. Degrelle (2000) 103, que estimou os Waffen-SS em pouco menos de um milhão, considerou que 600.000 não eram alemães e A. Beevor (2017) 322 afirmou que em 1945 metade dos Waffen-SS não eram alemães.

<sup>244</sup> L. Rebatet (2007) 113. O carácter supranacional e pan-europeu dos Waffen-SS foi proclamado num artigo da revista *SS Leitheft*, Fevereiro de 1944, antologado em K. Hammer (org. 1988-1994) II 12-17.

<sup>245</sup> Joseph Darnand em *Devenir*, nº 1, Fevereiro de 1944, citado em A. Duraffour et al. (2017) 712.

<sup>246</sup> Maurice-Ivan Sicard em *Devenir*, nº 2, Abril de 1944, citado em *id.*, *ibid.*, 424-425.

nalismo, reuni-los numa casta determinada exclusivamente pela raça e pela coragem, nova nobreza popular destinada a substituir a antiga»<sup>247</sup>. Apesar de tudo o que se assevera sobre a antipatia de Himmler por Rosenberg<sup>248</sup> e apesar de nas suas derradeiras páginas Rosenberg não ter poupado as recriminações endereçadas a Himmler<sup>249</sup>, o certo é que mesmo então ele escreveu: «As nossas ideias eram paralelas»<sup>250</sup>. As linhas mestras do projecto do Reichsführer-SS não diferiam das que haviam já sido traçadas em 1930 pelo filósofo do nacional-socialismo: «Nos planos espiritual, político e militar terão sido cavados os alicerces para o aparecimento de uma nova aristocracia. Ver-se-á que, por uma necessidade íntima, 80% destes homens serão nórdicos na aparência física. [...] A nova aristocracia sê-lo-á tanto pelo sangue como pelas realizações. Passará de pais para filhos, mas extinguir-se-á se o filho cometer delitos que lhe comprometam a honra»<sup>251</sup>. Será criada deste modo, anunciara *O Mito do Século XX*, «uma liga de homens, chame-mos-lhe uma Ordem Germânica, formada por personalidades que tiveram uma participação decisiva no renascimento do povo germânico. Os membros desta Ordem Germânica serão nomeados pelo primeiro chefe de Estado após a fundação do novo Reich, que os escolherá em todas as camadas do povo. A condição indispensável é terem prestado bons serviços ao povo, qualquer que seja a área. Deste modo, o conselho da Ordem Germânica será renovado por novas nomeações à morte de cada um dos seus membros. O supremo chefe de Estado [...] determina o seu sucessor para o conselho dirigente da Ordem Germânica. [...] Assim, as forças do conselho da Ordem Germânica ao serviço do povo provirão de todas as camadas da nação, ascendendo através das associações municipais e distritais, sempre com a condição de realizações pessoais de grande mérito. A ligação entre povo e chefia é assim mantida»<sup>252</sup>. Foi um projecto deste tipo que Himmler implementou. No seu discurso em Posen em 4 de Outubro de 1943 o Reichsführer-SS previu que «dentro de vinte a trinta anos devemos ser realmente capazes de fornecer a toda a Europa a classe dirigente»<sup>253</sup>. Mas interessava-lhe sobretudo pensar a longo prazo. «Temos de ir criando progressivamente, e estamos já a criar, uma oficialidade guerreira que será cada vez mais

<sup>247</sup> Saint-Loup (1987) 239.

<sup>248</sup> A. Dallin (1957) 168 insistiu na inimizade tradicional que opusera Himmler e Rosenberg, pretendendo que ela simbolizava o conflito entre a prática e a teoria. Mas o certo é que Rosenberg aspirara sempre a prosseguir uma actividade prática, embora em boa medida ficasse frustrado nesta ambição, e Himmler tivera veleidades teóricas. E apesar de entrarem em conflito aberto após Junho de 1941, quando a ocupação de vastos territórios no Leste da Europa colocou o problema da caracterização rácica de alguns povos eslavos, especialmente dos ucranianos, ambos partilharam o mesmo tipo de racismo e a mesma mentalidade religiosa. Aliás, na política a inimizade é mais frequentemente um corolário da proximidade do que do distanciamento.

<sup>249</sup> A. Rosenberg [s. d. 1] 37, 39, 40, 42, 53, 65-70, 73, 91, 95, 96, 104.

<sup>250</sup> Id., *ibid.*, 66.

<sup>251</sup> Id. (1986) 557-558; id. [s. d. 2] 403-404.

<sup>252</sup> Segui a versão de id. [s. d. 2] 373-374 de preferência a id. (1986) 512-513.

<sup>253</sup> Citado em H. Arendt (1972) 283-284 n. 69 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 312.



apta, e este será um labor de gerações e de séculos», escreveu ele dois anos antes de iniciada a guerra. «Essa oficialidade tem de se identificar cada vez mais com o espírito dos SS, uma organização [...] que foi criada como uma Ordem baseada no sangue, promovendo deliberadamente a família, e que tem de ser desenvolvida ao longo de séculos, talvez até ao longo de milénios»<sup>254</sup>. A nova elite seria uma raça, conferindo a intemporalidade do sangue ao que sem isso não ultrapassaria os limites efémeros de uma conjuntura social. «Desde início que o primeiro princípio dos SS foi o seguinte: os problemas do dia-a-dia não nos interessam», recordou Himmler numa conferência pronunciada em Janeiro de 1937<sup>255</sup>. Podemos ler num artigo da revista *SS Leitheft* de Maio de 1944, escrito quando as cidades do Reich estavam em escombros e os monumentos de uma cultura destruídos: «As catedrais caíram; a sua medida sagrada continua a viver, indestrutível, no nosso sangue. Assim, estamos livres para a luta e estaremos mais tarde livres, em conformidade com a medida eterna, para construir as novas cidadelas de um novo tempo»<sup>256</sup>. Se esquecermos que o sangue era considerado uma categoria perene, tanto biológica como espiritual, escapar-nos-á a dimensão da política nacional-socialista. Alheios às contingências tácticas e situando-se além do horizonte imediato, os SS apresentavam-se como a encarnação rácica do futuro. Nesta metafísica havia de assentar o Reich dos Mil Anos.

O sistema destinado a seleccionar os elementos da nova elite teria na base as Escolas Adolf Hitler, exteriores às instituições educacionais comuns e fundadas em 1936 no âmbito da Juventude Hitleriana<sup>257</sup>. Escolhiam-se entre os jovens de doze anos de idade aqueles que pareciam mais promissores, e depois de seis anos de disciplina e treinamento intensivo e de uma passagem pelas universidades eles podiam ocupar os postos directivos no partido e nos serviços públicos. O manual de Abril de 1942 do Serviço de Doutrinação da Juventude Hitleriana definiu claramente a orientação geopolítica: «[...] o âmago da nossa história germânica é um movimento de Oeste para Leste [...] o Führer está a prosseguir e completar esta missão histórica da nossa nação»<sup>258</sup>. O escalão intermédio da hierarquia educacional seria constituído pelos Institutos de Formação Política Nacional, criados em 1933 e entregues três anos depois à supervisão exclusiva dos SS, que se inspiravam nos métodos seguidos pelas antigas academias militares prussianas. No começo da guerra Hitler e Himmler tencionavam estabelecer alguns destes Institutos nos

<sup>254</sup> Citado em E. K. Bramstedt (1945) 98. Ver no mesmo sentido J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 299.

<sup>255</sup> Citado em J. Billig (2000) 143. Muito depois, escreveu Adriano Romualdi, neofascista italiano discípulo de Evola e defensor da formação de «uma nova aristocracia política» à imagem dos SS: «É novamente necessário colocar a própria acção fora do tempo, na dimensão do ilimitado». Citado em F. Germinario (2001) 47 e 49.

<sup>256</sup> Antologado em K. Hammer (org. 1988-1994) II 7-9. A passagem citada encontra-se na pág. 9.

<sup>257</sup> Acerca do sistema de ensino da elite nacional-socialista ver D. Schoenbaum (1979) 301-305 e W. L. Shirer (1995) I 278-279. Ver ainda J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 241-242 e IV 415-416.

<sup>258</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 402.

países nórdicos ocupados pelas forças armadas do Reich — a Holanda, a Dinamarca e a Noruega — de modo a atrair as elites destes países para os objectivos geopolíticos do nacional-socialismo<sup>259</sup>. No topo do sistema criar-se-iam os quatro Castelos da Ordem, em referência ao que fora a Ordem Teutónica, a expressão mais aguerrida e homogénea das migrações germânicas para Leste, desde o século XIII até ao século XV. O mito das ordens guerreiras e monásticas e das suas virtudes pedagógicas no racismo fora já invocado durante a primeira guerra mundial por Otger Gräff<sup>260</sup> e antes disso, muito mais estranhamente, pelo Novo Templo, sociedade esotérica e racista de Viena comandada pelo extravagante Lanz von Liebenfels, que contara com a adesão de um personagem célebre como August Strindberg e interessara um Hitler jovem, faminto e desconhecido<sup>261</sup>. Alguns anos mais tarde, ao ditar *Mein Kampf*, o futuro Führer propusera-se trilhar de novo o caminho dos Cavaleiros Teutónicos<sup>262</sup>, e agora que a tomada do poder lhe permitia confundir na prática os seus delírios individuais com o imperialismo colectivo seria naqueles quatro Castelos que havia de receber instrução e treinamento a elite da elite, recrutada entre os que tinham obtido as melhores classificações nos dois escalões anteriores e preparada para ocupar os lugares de chefia no enorme aparelho racial, mas também administrativo, político e económico, constituído pelos SS.

«Nos meus “Burgos” da Ordem», teria anunciado Hitler, «formaremos uma juventude perante a qual o mundo há-de tremer. Uma juventude violenta, imperiosa, intrépida, cruel. [...] Quero que ela tenha a força e a beleza das jovens feras. [...] É assim que purificarei a raça dos seus milhares de anos de domesticação e de obediência»<sup>263</sup>. Até nos termos empregues, era esta a lição de Nietzsche. E no tom do mago que treme perante as suas próprias encantações, Hitler teria confidenciado: «Vou dizer-lhe um segredo. Eu vi o homem novo. Ele é intrépido e cruel. Ao vê-lo, tive medo»<sup>264</sup>. Para fabricar este «Homem-Deus», este super-homem não só espiritual mas também biológico<sup>265</sup>, seria necessário passar por cada um dos quatro Castelos, o primeiro devotado ao ensino da doutrina racista e de outros aspectos do nacional-socialismo, o segundo consagrado sobretudo ao adestramento físico, o terceiro dedicado às questões políticas e militares. Finalmente, atingir-se-ia o quarto Castelo, em Marienburgo, na própria fortaleza que havia outrora

<sup>259</sup> Id., *ibid.*, IV 416.

<sup>260</sup> J. P. Faye (1980) 212.

<sup>261</sup> Id., *ibid.*, 519 e segs., especialmente as págs. 528 e 576. Consultar também J. Droz [s. d.] 2, S. G. Payne (2003 b) 59, 152, A. Quinchon-Caudal (2013) 53-54 e K. A. Schleunes (1990) 50-51. A crer em J. C. Fest (1974) 59 n. 25, a influência de Lanz fora maior sobre Darré e sobretudo sobre Himmler do que sobre Hitler. Quanto à fome que Hitler teria sofrido nos seus dias de Viena, ver neste capítulo a n. 30.

<sup>262</sup> A. Hitler (1995) 128.

<sup>263</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 278.

<sup>264</sup> Citado em id., *ibid.*, 274.

<sup>265</sup> Foram as expressões e os conceitos empregues por Hitler, segundo id., *ibid.*, 273.

servido de sede à Ordem Teutónica. Ali o ensino concentrar-se-ia na necessidade de prosseguir a expansão para Leste, e nesta perspectiva seriam abordados os problemas rracicos, políticos e militares. Se, como mostrei (no capítulo 5 da Parte 2), Hitler considerava as questões económicas em termos, não de aumento da produtividade, mas de dilatação territorial e se os espaços a colonizar não eram os africanos, então a constituição do Terceiro Reich teria como corolário a expansão para o Leste da Europa. O domínio exercido sobre os eslavos não foi um aspecto secundário do nacional-socialismo ou uma consequência fortuita das campanhas militares. Foi a própria razão de ser do regime hitleriano e, com ele, dos SS. «[...] é no carácter anti-russo do nazismo que encontramos o verdadeiro significado dos SS [...]»<sup>266</sup>. Ao colocar a expansão para Leste como o tema a que, no fim de um longo treinamento e de sucessivas selecções, chegariam aqueles que haviam de constituir o vértice da nova elite biológica, Hitler desvendou o seu eixo estratégico. «O sangue é a nossa fronteira», anunciara um órgão dos SS em Março de 1936<sup>267</sup>, e nos últimos dias, resumindo a sua vida aos que estavam encerrados com ele no bunker em Berlim, Hitler apresentou ainda a guerra contra os russos como o horizonte de toda a sua política<sup>268</sup>. A derradeira mensagem que assinou, na véspera do suicídio, dirigida ao marechal Keitel, termina com as palavras: «O objectivo deve continuar a ser a conquista de território no Leste para o povo germânico»<sup>269</sup>.

#### 4. Sub-homens

Na imaginação de Hitler e dos seus fiéis as terras eslavas eram povoadas pelos *Untermenschen*, sub-homens<sup>270</sup>. Os nacionais-socialistas não se celebrizaram pela precisão terminológica e por vezes a noção de sub-humanidade abrangia todos os que eram considerados inferiores aos nórdicos, mas uso aqui o termo apenas naquela que foi a sua acepção principal.

<sup>266</sup> H.-R. Trevor-Roper (1947) 8. Ver no mesmo sentido J. Billig (2000) 74.

<sup>267</sup> Citado em J. Baberowski et al. (2009) 194.

<sup>268</sup> J. C. Fest (1974) 1275.

<sup>269</sup> Citado em id., *ibid.*, 1285.

<sup>270</sup> Quanto à tese de que os eslavos constituiriam uma raça inferior ver A. Dallin (1957) *passim*. Alexander Dallin pretendeu (pág. 69) que a palavra *Untermensch* aparecera pela primeira vez durante a guerra na frente leste, mas no seu diário Victor Klemperer observou que o termo «sub-humanos» se encontra num romance de Theodor Fontane publicado em 1899, *Der Stechlin*, e acrescentou: «Presumo também que Fontane não inventou “sub-humanos”; a contrapartida de super-homem andava no ar». Ver M. Chalmers (org. 2006 a) 425. Todavia, S. E. Aschheim (1994) 236-237 n. 12 afirmou que *Untermensch* fora empregue pela primeira vez no final do século XVIII e que Nietzsche já usara a palavra. «Sub-humanos» foi um termo muito usado pelos racistas entre as duas guerras mundiais, não só na Alemanha como nos Estados Unidos, e na sua obra principal Alfred Rosenberg atribuiu-o ao eugenista norte-americano Lothrop Stoddard, que, com efeito, se reivindicou de o ter criado. Ver A. Rosenberg (1986) 189 e id. [s. d. 2] 175 e L. Stoddard (1922) 23. Note-se que, se Lothrop Stoddard, *op. cit.*, 133-136 e 163 classificou o bolchevismo como uma revolta de sub-homens, não identificou a sub-humanidade e o bolchevismo com os eslavos e considerou-os (pág. 176) noções mais vastas.

Durante a guerra no Leste, um panfleto publicado pelo quartel-general SS explicou: «O sub-homem, essa criatura da natureza, com mãos, pés e uma espécie de cérebro, criatura que parece pertencer à espécie humana e, apesar disso, é completamente diferente. É uma criatura horrível, um rudimento de homem, com traços semelhantes aos dos humanos — mas que pela alma se coloca abaixo do animal. No interior dessa criatura existe um caos de paixões selvagens, sem domínio de si mesmo; uma incrível vontade de destruição; os apetites mais primitivos; uma infâmia despudorada. Sub-homem e nada mais!... Nunca o sub-homem respeitou a paz, nunca acatou o sossego... Para se manter, precisa de lodaçais, do inferno e não do sol»<sup>271</sup>. Como Goebbels confidenciou ao seu diário, os russos «não são gente, mas um amontoado de animais»<sup>272</sup>. Esta inferioridade rácica dos eslavos impedi-los-ia de assumirem formas estatais próprias<sup>273</sup>, o que explica que nos territórios ocupados no Leste desde Setembro de 1939 fosse proibida não só a criação de partidos, mesmo de direita ou fascistas, como também a difusão das teses nacional-socialistas, já que os eslavos seriam biologicamente incapazes de apreender essas noções<sup>274</sup>, a tal ponto que até a saudação *Heil Hitler!* ficou interdita à população conquistada<sup>275</sup>. Neste contexto compreende-se que o partido fascista fundado em Maio de 1931 por russos exilados na Manchúria tivesse adoptado o modelo mussoliniano e não o hitleriano, apesar de ser fanaticamente anti-semita e identificar o bolchevismo com o judaísmo. Antes do começo da segunda guerra mundial parece que este partido, ao mesmo tempo que propunha a aliança da sonhada Rússia fascista com o Japão e com o Reich, tentara convencer os dirigentes nacional-socialistas a prescindirem da hostilidade aos eslavos. Mas nem sequer para congregar os fascistas russos o Führer abriu uma excepção aos seus preconceitos e foi em vão que o departamento de política estrangeira do NSDAP lhe sugeriu em 1936 a difusão de *Mein Kampf* em língua russa, com um prefácio declarando que as passagens hostis aos eslavos haviam perdido a actualidade<sup>276</sup>. Assim, embora o partido fascista russo assinalasse a sua presença na emigração política em numerosos países, incluindo o Reich, ele teve até ao final da guerra de se manter sob a protecção, nem sempre entusiástica, dos militares nipónicos<sup>277</sup>.

<sup>271</sup> Citado em N. Cohn (1992) 185-186.

<sup>272</sup> Citado em A. Dallin (1957) 68.

<sup>273</sup> Id., *ibid.*, 45, 175-176, 502; *Hitler's Table Talk...*, 3, 4, 34, 44, 599.

<sup>274</sup> A. Dallin (1957) 525 e n. 2, 616; id. (1972) 271; I. Kamenetsky (1956) 54 e segs.

<sup>275</sup> M. Gilbert (2011 b) I 28; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 343.

<sup>276</sup> E. Oberländer (1967) 194 n. 19. Porém, segundo D. E. Lipstadt (1986) 151, a tradução de *Mein Kampf* à venda nos Estados Unidos antes da guerra não continha muitos dos ataques mais virulentos contra os judeus, até que em 1939 um jornalista, e futuro senador, norte-americano decidiu publicar uma versão não expurgada.

<sup>277</sup> Acerca do partido fascista russo criado na Manchúria ver E. Oberländer (1967) 179 e segs. Quanto às

Gregor Strasser e os seus adeptos, ecoando a política externa do nacional-bolchevismo, haviam defendido uma orientação diplomática favorável à União Soviética e não adoptaram uma atitude antieslava. Pelo contrário, os promotores do racismo nórdico postularam a inferioridade dos eslavos e deduziram a partir daí a política exterior. Parece que até aos primeiros anos da década de 1920 Hitler teria aceitado a eventualidade de uma aliança com a Rússia e que só a influência de Rosenberg e de outros bálticos o fizera mudar de atitude<sup>278</sup>. Seja como for, desde cedo que uma estratégia antieslava, agressivamente expansionista, constituiu o objectivo central de Hitler. Para isto seria necessário proteger a retaguarda, eliminando a França, cuja degenerescência racial era irrecuperável. Os franceses, preveniu *Mein Kampf*, «que quanto ao essencial estão cada vez mais convertidos num povo de pretos, representam, devido às suas relações com os objectivos judaicos de domínio mundial, um perigo durável para a existência da raça branca na Europa»<sup>279</sup>. O corolário da diplomacia antifrancesa seria uma dupla aliança, com a Itália, por ser

suas tentativas de inflectir o antieslavismo do NSDAP ver id., *ibid.*, 194. A presença de membros deste partido na Alemanha é referida em id., *ibid.*, 196. No entanto, Erwin Oberländer mencionou também (pág. 187) a existência de um Movimento Nacional-Socialista Russo nos meios da emigração na Alemanha em 1933.

<sup>278</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 4. Segundo estes autores, já em 1922 Hitler defendia uma política externa anti-russa, mas R. Cecil (1973) 179-180 admitiu que até 1924 Hitler teria aceitado a eventualidade de uma aliança com a Rússia.

<sup>279</sup> A. Hitler (1995) 569. O tradutor inglês de *Mein Kampf* escreveu que o povo francês estava «*negritized*», mas não consegui encontrar na língua portuguesa uma palavra única para exprimir esta concepção pejorativa, já que *cafrealizado* é demasiado arcaico e sugere um racismo estritamente português. Acerca da hostilidade manifestada contra a França ver ainda Adolf Hitler, *op. cit.*, 565, 607-609 e 615 e segs. A noção de que a França se havia convertido num prolongamento da África, comandado por judeus, foi defendida igualmente por Alfred Rosenberg em *O Mito do Século XX*, como se vê em A. Rosenberg (1986) 95-96, 596-599 ou id. [s. d. 2] 106, 432-433, 436-437. Escrevendo no final do Reich, o médico e antropologista Eugen Fischer, citado em A. Quinchon-Caudal (2013) 126, considerou que «o biólogo deve encarar com profunda inquietação o facto de as leis e instituições francesas permitirem a infiltração de sangue negro no organismo do povo francês». As opiniões dos hitlerianos acerca da influência negra em França ficarão mais claras se soubermos que entre as tropas de ocupação francesas estacionadas em solo alemão após a primeira guerra mundial se contavam militares senegaleses. Os racistas consideravam a presença africana no território alemão como uma afronta muitíssimo grave. Rosenberg, depois de ter mencionado «o crime monstruoso que consistiu na mobilização de negros e mestiços contra o povo alemão», especificou que «a culpa maior e mais directa cabe indubitavelmente à França», que «ocupou a Renânia, o berço da cultura europeia, recorrendo a tropas negras». Ver A. Rosenberg (1986) 603 e id. [s. d. 2] 436. «Eu não sabia praticamente nada acerca da França. Sabia alguma coisa sobre Napoleão, sobre a guerra de 1870, a Grande Guerra e Versailles, sobre a ocupação da Renânia e a “Vergonha Negra”», recordou E. Salomon (1993) 457, um dos nomes significativos da extrema-direita radical alemã, mostrando involuntariamente a enorme importância que atribuía à presença de soldados africanos no seu país. Mesmo um democrata anti-racista como Victor Klemperer mencionou no seu diário, na entrada de 17 de Março de 1933, «a ocupação negra francesa». Ver M. Chalmers (org. 2006 a) 6. Segundo E. D. Cronon (1968) 192, em 1921 a Liga de Emergência Alemã contra o Horror Negro tentou obter o apoio de Marcus Garvey, dirigente ultra-racista do mais importante movimento negro dos Estados Unidos, na campanha para que os senegaleses fossem retirados das tropas francesas aquarteladas na Renânia. Um artigo publicado em Maio de 1927 no *Eugenical News* norte-americano simpatizou com as preocupações dos eugenistas alemães, temendo que as raças negras invadissem a Europa por meio das tropas coloniais francesas. Ver E. Black (2003) 282. O pequeno número de crianças — quinhentas ou seiscentas, a crer em Edwin Black, *op. cit.*, 305 e 316 — que resultou das relações mantidas entre mulheres alemãs e aqueles soldados negros foi vítima de um ódio especial. Ver a este respeito, por exemplo, Anne Quinchon-Caudal, *op. cit.*, 208-209 e Sh. F. Weiss (2010) 44. É importante saber que o programa de esterilização forçada a que estes mestiços se viram submetidos durante o Terceiro Reich havia já sido inteiramente preparado pela república de Weimar. Consultar a este respeito E. Conte et al. (1995) 92. A tese de que os franceses estavam «cada vez mais convertidos num povo de pretos» viu-se confirmada pelas apreciações de Céline, para quem os judeus, que domina-

um Estado fascista, e com a Grã-Bretanha, que estaria também interessada no esmagamento da França e, além disso, soubera preservar o sangue nórdico<sup>280</sup>. Fazer a paz com os britânicos foi uma das preocupações principais do Führer a partir de Setembro de 1939 e nesta perspectiva a expedição de Rudolf Hess parece menos lunática<sup>281</sup> e afiguram-se menos mirabolantes as esperanças depositadas no ex-monarca inglês, Eduardo, duque de Windsor<sup>282</sup>. Mas toda a actividade diplomática e bélica a Ocidente destinar-se-ia apenas a permitir as conquistas territoriais no Leste, a expensas dos eslavos e nomeadamente da Polónia e da Rússia. Hitler pretendia que os únicos

riam a França, seriam «o produto de um cruzamento entre pretos e bárbaros asiáticos». Ver L.-F. Céline (1937) 193. Aliás, a noção de que os judeus seriam simplesmente negros foi defendida genericamente por Louis-Ferdinand Céline, op. cit., *passim*. Ver igualmente id. (1942) *passim*, embora com menos frequência do que na obra anterior, nomeadamente quando escreveu (pág. 258) que «o judeu é já um preto». E em id. (1941) 140 lemos que «o preto [é] o verdadeiro papá do judeu». Isto explica que Céline tivesse podido mencionar, em (1937) 203, «os franceses negróides». No mesmo ímpeto ele escreveu numa carta de 15 de Junho de 1942, destinada a publicação, que «a França odeia instintivamente tudo o que a impede de se entregar aos pretos», acrescentando que «a França anseia por acabar preta» e concluindo que «a França actual, tão miscigenada, pode apenas ser antiariana». Ver A. Duraffour et al. (2017) 268. Num texto publicado em 23 de Outubro de 1943, citado em id., *ibid.*, 181, Céline considerou que «o sul da França enegrece cada vez mais» e depois da guerra continuou a defender a mesma tese, como indicaram id., *ibid.*, 552-553.

<sup>280</sup> A. Hitler (1995) 564-566, 570, 607-608. A mesma dupla aliança foi defendida por Rosenberg em *O Meio do Século XX*, acrescentando-lhe a aliança com o Japão, para cujos interesses seria reservada a Ásia. Ver A. Rosenberg (1986) 623, 625, 628-629 ou id. [s. d.] 451, 452, 454.

<sup>281</sup> Segundo A. Bullock (1972) 318 n. 2 e J. S. Roucek (1946) 331, o general e académico Karl Haushofer, promotor do pensamento geopolítico na Alemanha e mestre de Rudolf Hess, era partidário de uma política externa pró-soviética. S. D. Shenfield (2001) 94 classificou-o mesmo como «um defensor consistente da aliança germano-soviética, que nunca se conformou com a invasão da URSS por Hitler». Todavia, embora F. Neumann (1943) 174-175 tivesse observado a ambivalência de Haushofer a respeito da Rússia, em R. Laudani (org. 2013) 279-280 Franz Neumann indicou que Haushofer defendia uma aliança das potências ocidentais, incluindo a Alemanha, contra a Rússia soviética, que reintegrasse este país no contexto capitalista. Também E. Nolte (1989) 357 considerou Haushofer favorável à aliança inglesa, o que ajudaria a explicar o misterioso voo para a Escócia que o seu discípulo Hess realizou em Maio de 1941 com o objectivo de persuadir o governo britânico a fazer a paz com o Reich. Igualmente A. Dallin (1957) 11 e n. 2 atribuiu a Haushofer simpatia pela aliança inglesa e o relacionou com o voo de Hess para a Grã-Bretanha, o que torna estranha a posição daquele teórico da geopolítica, que ao mesmo tempo apelava para a formação de um bloco continental incluindo a Rússia e a China. Talvez a questão se resolva lembrando que, a crer em Franz Neumann em Raffaele Laudani, op. cit., 281, Haushofer ter-se-ia mostrado favorável a uma orientação pró-russa durante o pacto germano-soviético. Todavia, um relatório elaborado pelos serviços secretos soviéticos a pedido de Stalin e baseado nos interrogatórios de dois prisioneiros de guerra que haviam desempenhado funções na intimidade de Hitler, publicado em H. Eberle et al. (org. 2005), pretendeu (págs. 139-140) que, a pedido de Hess, em Agosto de 1940 Haushofer se encontrara em Genebra com representantes britânicos para discutir uma proposta de paz, entre cujas condições se contava o cancelamento do pacto germano-soviético. Nesta perspectiva, a reabertura das hostilidades na frente leste estaria ligada ao fim da guerra na frente ocidental. Com efeito, Alexander Dallin, op. cit., 17 afirmou que o voo de Hess para a Escócia se destinara a obter o apoio britânico no ataque iminente contra a União Soviética e H. G. Dahms (1968) I 292 indicou que Stalin achara muito suspeito o facto de tanto do lado germânico como do lado britânico se ter afirmado de imediato que Hess estava a sofrer de perturbações mentais. Passado muito tempo após o fim da segunda guerra mundial, a esposa de Hess declarou que ao voar para a Escócia o seu marido agira «consoante o pensamento de Adolf Hitler, mas sem que este o soubesse». Ver Ch. A. Gabel (1988) 240. Porém, o referido relatório dos serviços secretos soviéticos em Henrik Eberle et al., op. cit., 141-142 indicou que Hitler conheceria os termos da proposta de paz que Hess levava consigo, e que incluiriam o compromisso de que o Reich não interferiria no império britânico e aceitaria a hegemonia britânica no Mediterrâneo em troca do consentimento britânico à expansão germânica contra a União Soviética. Mostrando a este respeito uma inverosímil candura, Alan Bullock, op. cit., 645 admitiu que Hess nada conhecesse dos planos de invasão da URSS, só porque este assunto não consta do relatório oficial dos seus interrogadores. Segundo Charles Gabel, op. cit., 37, 109 e 131, o governo britânico impede o acesso a um dossier relativo ao voo de Hess, que só em 2017 seria aberto ao público.

<sup>282</sup> Ver as nn. 53 a 55 no capítulo 4 da Parte 1.

resultados positivos da política externa germânica durante mil anos haviam consistido no avanço para Leste, e a preservação da raça nórdica exigia que se prosseguisse de novo na mesma direcção e se ocupassem espaços ainda mais amplos<sup>283</sup>. «Talvez eu não possa evitar a aliança com a Rússia», teria o Führer confidenciado em 1934. «Mas reservo esta possibilidade como o meu último trunfo. [...] E se algum dia jogar a cartada russa, nada me impedirá de mudar mais uma vez de posições e de atacar logo que tiver atingido os meus objectivos no Ocidente. [...] A nossa missão é impedir que a estepe russa alastre pela Europa. Nada poderá impedir o combate decisivo entre o espírito alemão e o espírito pan-eslavista, entre a raça e a massa. [...] É necessário que a hierarquia dos senhores subjuguem a multiplicidade dos escravos»<sup>284</sup>. Em 11 de Agosto de 1939, enquanto Ribbentrop e Molotov se afadigavam a negociar os tratados que dentro de poucos dias iriam ser assinados, o Führer declarou a um representante da Sociedade das Nações: «Todas as minhas acções se dirigem contra a Rússia. Se o Ocidente for demasiado obtuso e demasiado cego para compreendê-lo, ver-me-ei obrigado a chegar a um acordo com os russos, a vencer o Ocidente e, depois de o ter derrotado, a virar-me com todas as forças contra a União Soviética»<sup>285</sup>. E em 23 de Novembro desse ano, num discurso perante duzentas altas patentes das forças armadas, o Führer afirmou que quando destroçara a Checoslováquia e estabelecera o Protectorado da Boémia e Morávia ainda não decidira se em seguida atacaria primeiro a leste e depois a oeste ou inversamente<sup>286</sup>. O programa da guerra encontrava-se enunciado desde há muito e a aliança com os soviéticos, em vez de indicar qualquer oscilação da estratégia de Hitler, constituiu um passo táctico indispensável ao prosseguimento do seu objectivo último, a expansão para Leste<sup>287</sup>.

<sup>283</sup> A. Hitler (1995) 128-129, 587-588, 591-592, 598-599, 602-607.

<sup>284</sup> Citado em H. Rauschning (1939) 155-156. Já no número de 18 de Abril de 1926 do *Völkischer Beobachter* Rosenberg havia sugerido a hipótese de estabelecer uma aliança com a União Soviética por um prazo limitado. Ver I. Kamenetsky (1956) 19.

<sup>285</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 1008, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 131, E. Nolte (1989) 249 e L. Waddington (2007) 156. Ver também A. Tooze (2006) 320. Ernst Nolte não entendeu (págs. 250-251) o sentido do pacto germano-soviético, porque erradamente atribuiu ao anticomunismo o papel principal nas acções de Hitler, quando na realidade ele fora movido pela conjugação do antieslavismo na política externa e do anti-semitismo no plano interno. Antes de se lançar contra a União Soviética Hitler tinha de eliminar os rivais na frente ocidental, e em 1941 estava convencido de que conseguira fazê-lo. A. Bullock (1972) 558-559 sintetizou os dados da questão: «Nem o acordo com a Rússia nem a decisão de atacar a ocidente implicaram qualquer alteração do objectivo último de Hitler — apoderar-se do *Lebensraum* [espaço vital] alemão no Leste. Eliminar a oposição francesa e britânica era uma condição prévia, e não um substituto, para o prosseguimento das suas ambições a Leste». Aliás, já em 1914 o chanceler alemão apresentara a guerra que acabava de deflagrar como um conflito dos germanos contra os eslavos. Ver a este respeito A. Whiteside (1965) 326. Mas Hitler transpôs esse racismo elementar para uma dramaturgia rácica mais complexa e delirante.

<sup>286</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 155.

<sup>287</sup> «A guerra contra a URSS constituiu o objectivo militar básico do rearmamento alemão», afirmou A. Sohn-Rethel (1987) 97. Em Março de 1940 um analista lúcido, George Orwell, considerou que «o pacto germano-soviético representa apenas uma alteração do calendário previsto. O plano enunciado em *Mein Kampf* consistia em esmagar a Rússia primeiro, com o objectivo implícito de esmagar a Inglaterra em seguida. Agora verificou-se que é necessário tratar primeiro da Inglaterra porque, das duas, foi a Rússia a mais facilmente pressionada. Mas a vez da Rússia chega-

Mal haviam passado dez dias sobre o início da campanha contra a Polónia, o Führer convocou alguns dos principais comandos militares e preveniu-os de que «nenhum tratado ou pacto pode garantir de maneira segura uma neutralidade duradoura da Rússia soviética»<sup>288</sup>. Em 21 de Outubro de 1939, num discurso secreto proferido perante altos dirigentes do NSDAP, Hitler explicou que depois de ter derrotado a França e a Grã-Bretanha se voltaria contra a Rússia<sup>289</sup>. «Só nos poderemos opor à Rússia quando tivermos as mãos livres a ocidente», disse o Führer no referido discurso às duzentas altas patentes em 23 de Novembro de 1939<sup>290</sup>, e logo após a evacuação de Dunkerque, quando julgava que a Grã-Bretanha estava compelida a negociar a paz, ele declarou ao ainda general von Rundstedt que podia preparar-se para «ajustar contas com o bolchevismo»<sup>291</sup>. Tanto nas suas manobras diplomáticas como na estratégia guerreira, o eixo da política externa hitleriana teve uma inquebrantável consistência. «[...] a conquista da Rússia, o extermínio dos eslavos, a colonização do Leste — era esta a verdadeira mensagem do nazismo», resumiu um historiador. «É essencial recordar o significado fundamentalmente anti-russo do nacional-socialismo. O racismo quer dizer a supremacia dos alemães sobre os eslavos, [...] o princípio da “raça dos senhores” exige a escravização da população eslava sobrevivente»<sup>292</sup>. E outro historiador observou que «a noção de *Rassenkampf*, ou “guerra racial”, deu à campanha na Rússia um carácter sem precedentes»<sup>293</sup>. Tratava-se, dissera o Führer ao chefe do Supremo Comando da Wehrmacht, marechal Keitel, em Outubro de 1939, a respeito da ocupação da Polónia, de «uma dura luta étnica, que não permite nenhuma restrição legal»<sup>294</sup>.

A impreparação com que a Wehrmacht se lançou contra a União Soviética, que vários autores atribuem às deficiências do Führer enquanto estratega e à sua ignorância de certas exigências práticas, deveu-se apenas a uma mitologia racial que supunha os *Untermenschen* incapazes de resistir<sup>295</sup>. E, já que uma publicação dos SS chamou a atenção para o facto de o ataque à URSS se ter iniciado no dia do solstício de Verão<sup>296</sup>, ter-se-ia a mitologia pagã juntado à mitologia racial? «Os russos haviam sido relegados para o nível de um povo inferior e impotente», observou

rá quando a Inglaterra estiver fora de combate — é decerto assim que Hitler vê as coisas». Ver G. Orwell (1998 c) 203-204.

<sup>288</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 24.

<sup>289</sup> Id., *ibid.*, I 27.

<sup>290</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 156.

<sup>291</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 100.

<sup>292</sup> H.-R. Trevor-Roper (1947) 6, 8.

<sup>293</sup> A. Beevor (2010) 13.

<sup>294</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 320.

<sup>295</sup> R. Overy (2015) 314.

<sup>296</sup> K. Hammer (org. 1988-1994) IV 11.



um historiador, «cujo exército reflectiria as suas incapacidades»<sup>297</sup>. Ora, Hitler estudara a obra de Clausewitz<sup>298</sup> e devia saber, portanto, que estrategicamente «a defesa é uma forma de luta mais forte do que o ataque»<sup>299</sup>, mesmo «*intrinsecamente mais forte*»<sup>300</sup>, assim como não ignorava que um avanço rápido num percurso longo dificulta o abastecimento das forças atacantes e torna vulneráveis as suas linhas de comunicação<sup>301</sup>. Apesar disto, na campanha contra a União Soviética ele agiu da maneira contrária, tanto mais que Clausewitz explicara que, se a defensiva é vantajosa para quem está na defesa, para quem está no ataque ela é um mal necessário<sup>302</sup>. «Clausewitz encontrou confirmação nos acontecimentos de 1941-4, numa escala que ele mal teria podido sonhar», comentou um especialista<sup>303</sup>. Todavia, Hitler foi inteiramente fiel ao preceito de Clausewitz de que a guerra é «uma continuação das relações políticas, prosseguida por outros meios»<sup>304</sup>, ela «é apenas um ramo da actividade política» e «em nenhum sentido ela é autónoma»<sup>305</sup>. Mas a fidelidade a este preceito implicou a catástrofe, porque a Wehrmacht foi encarregada de executar no seu plano próprio a mesma orientação racista que antes fora prosseguida só no plano político. Os erros funestos que se repetiram até ao colapso final não se deveram a falhas na estratégia militar mas à falta de fundamento do pressuposto básico da política do Terceiro Reich, de que o inimigo no Leste seria sub-humano. Ainda aqui Clausewitz teve razão quando indicou, referindo-se aos russos em 1812, que «frequentemente se atinge a máxima força no coração do próprio país, quando fica esgotado o poder ofensivo do inimigo e a defensiva pode então converter-se, com enorme energia, numa ofensiva»<sup>306</sup>.

A facilidade com que a *Blitzkrieg* dera cabo das forças armadas polacas serviu a Hitler de confirmação dos seus preconceitos antieslavos. A directiva de 18 de Dezembro de 1940, incluída

<sup>297</sup> M. Gilbert (2011 b) I 172. Ver também o vol. I, pág. 185. A. Tooze (2006) 437 observou que a invasão da União Soviética fora concebida como uma *Blitzkrieg*, em que tanto materiais como homens haviam sido lançados no assalto inicial sem se deixarem reservas significativas, mas explicou esta estratégia pelas dificuldades económicas do Reich e não pelas noções raciais de Hitler. Adiante Adam Tooze escreveu (pág. 455) que «os pressupostos racistas» subjacentes à noção de que o Estado soviético se desmoronaria com o primeiro ataque «não eram, todavia, desprovidos de toda a racionalidade», e justificou esta consideração invocando o facto de o Produto Interno Bruto *per capita* ser muito inferior na União Soviética ao que era no Reich. Parece-me estranho que o PIB possa servir de critério para avaliar a pertinência do racismo.

<sup>298</sup> P. M. Baldwin (1981) 10-15. Todavia, é curioso que Hitler nunca tivesse mencionado Clausewitz nas conversas travadas durante a guerra no seu círculo de íntimos. Ver *Hitler's Table Talk... Veria nele a sua Némesis?*

<sup>299</sup> C. Clausewitz (2011) 28. Ver também as págs. 28-29, 39-40, 59, 179, 314, 333-525, 529, 530, 551, 579-580 e 626. É curioso que P. M. Baldwin (1981) não tivesse mencionado essa tese, central na obra de Clausewitz, num estudo sobre a influência exercida no Terceiro Reich por este teórico da guerra.

<sup>300</sup> C. Clausewitz (2011) 334 (sub. orig.).

<sup>301</sup> Id., *ibid.*, 321, 360, 463 e segs., 481.

<sup>302</sup> Id., *ibid.*, 530-531, 580.

<sup>303</sup> B. Brodie (2011) 713.

<sup>304</sup> C. Clausewitz (2011) 32. Ver em geral as págs. 24, 31-34, 36, 37, 62, 102, 302, 303 e 616-622.

<sup>305</sup> Id., *ibid.*, 616.

<sup>306</sup> Id., *ibid.*, 181.

no conjunto de medidas preparatórias do ataque contra a União Soviética, previa que se tratasse de «uma campanha rápida»<sup>307</sup> e no próprio dia em que deflagraram as hostilidades Goebbels declarou aos seus subordinados do Ministério da Propaganda: «O Führer diz que isto só há-de durar quatro meses. Mas agora eu digo-vos: só há-de durar oito semanas. Porque na mesma medida em que o conteúdo íntimo do nacional-socialismo é muito superior ao do comunismo, ele também demonstrará a sua superioridade no campo de batalha no mais breve prazo possível»<sup>308</sup>. E assim, pouco antes do começo do Inverno de 1941 foram dadas ordens para diminuir a produção de bens militares, já que se esperava o colapso iminente do Exército Vermelho<sup>309</sup>. Mas as forças armadas da Polónia estiveram vocacionadas para a repressão interna e não para a guerra exterior e o regime político daquele país fora minado por contradições muito profundas. Pelo contrário, na União Soviética uma campanha militar concebida para aniquilar a sub-humanidade deparou, afinal, com seres verdadeiramente humanos, que em vez de serem incapazes de se organizar na forma de Estados estavam enquadrados por um poder político mais centralizado e com maior capacidade de planificação do que o Terceiro Reich, conseguindo uma maior quantidade de produção bélica e com qualidade superior<sup>310</sup>. «A força decrescente do ataque», prevenira Clausewitz, «é uma das principais preocupações do estratega»<sup>311</sup>. Travado o ímpeto inicial, quanto mais a guerra se prolongasse, mais o tempo correria a favor da defesa<sup>312</sup>, ou seja, a favor do lado que já detinha a superioridade estratégica. «O tempo», escreveu ele, «é menos favorável ao vencedor do que ao vencido»<sup>313</sup>. Já em 6 de Agosto de 1941 um relatório do Serviço de Segurança dos SS de Leipzig informara que a população não contava que a resistência militar soviética fosse tão resoluta<sup>314</sup>. De então em diante, sucessivos relatórios do Serviço de Segurança dos SS, do NSDAP e de autoridades judiciárias avisaram que estava a tornar-se corrente entre a população a ideia de que os jornais e a rádio haviam mentido ao anunciarem que a guerra a Leste seria rápida, já que todos percebiam que a URSS não estava a desintegrar-se nem o Exército Vermelho era desprovido de capacidade material e humana de resistência<sup>315</sup>. Com efeito, no Inverno de 1941 os generais do Reich compreenderam aquilo que um ano mais tarde, após o cerco do Sexto Exército frente a

<sup>307</sup> Citada em M. Edele et al. (2009) 351.

<sup>308</sup> Esta passagem da conferência de Goebbels em 22 de Junho de 1941 está reproduzida em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 475. Em 15 de Junho Goebbels escrevera o mesmo no seu diário, como se vê em S. Friedländer (2008) 211.

<sup>309</sup> J. C. Fest (1974) 1059. Ver igualmente K. H. Roth et al. (2011) 212.

<sup>310</sup> I. Kamenetsky (1956) 27-29.

<sup>311</sup> C. Clausewitz (2011) 533. Ver também as págs. 534, 579 e 581.

<sup>312</sup> *Id.*, *ibid.*, 40, 334, 357 e segs., 485 e segs., 530, 609, 639, 642.

<sup>313</sup> *Id.*, *ibid.*, 608.

<sup>314</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 534. Ver também S. Friedländer (2008) 315.

<sup>315</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 536-537, 539-540, 543, 544, 550. Ver igualmente D. Tottle (1987)

Stalingrado, ficaria claro para todos, excepto os que não quisessem ver<sup>316</sup>. Numa carta enviada à família em Dezembro de 1941 um general alemão escreveu que «estamos aqui a lutar pura e simplesmente pela nossa vida, em cada dia e a cada hora, contra um inimigo que em todos os aspectos é muito superior»<sup>317</sup>. Na mesma ocasião, mas do outro lado das linhas de frente, o jornalista e romancista soviético Vasily Grossman contava numa carta para a esposa: «Está tudo muito diferente do que estava no Verão. Nas estradas e na estepe há uma grande quantidade de veículos alemães avariados, uma grande quantidade de armas de fogo abandonadas, centenas de cadáveres de alemães, capacetes e armamento deixados por todo o lado. Estamos a avançar!»<sup>318</sup>. Mas Hitler e Goebbels não mentiram deliberadamente, porque enunciaram as suas convicções íntimas. O problema é que, como tantas vezes sucede, a realidade desmentiu as convicções. «Na minha opinião», disse o Führer em 5 de Julho de 1942, alguns meses antes da sua catástrofe em Stalingrado, «que um povo inferior triunfe sobre o mais forte é uma negação das leis da natureza»<sup>319</sup>. Dezoito dias depois o general Franz Halder, que ocupava então o lugar de chefe do estado-maior do exército, escreveu no seu diário que «a permanente subestimação do potencial inimigo está progressivamente a assumir uma forma grotesca e a tornar-se perigosa»<sup>320</sup>. Mas o que fazer, se a classificação dos eslavos como sub-humanidade era uma das pedras angulares da ideologia hitleriana?

É certo que Rosenberg, nomeado em Abril de 1941 comissário para o Controle Central das Questões Relativas às Regiões do Leste Europeu e elevado em Julho a ministro dos Territórios Ocupados de Leste, propôs uma política diferente, mas fê-lo porque pretendia estimular as rivalidades étnicas e enfraquecer a hegemonia exercida por Moscovo. O seu objectivo era facilitar a luta contra a massa dos russos e bielorrussos, e contava para isso obter a colaboração de certas nacionalidades soviéticas periféricas, às quais atribuía uma identidade racial menos degradada do que a dos *Untermenschen*. Já em *O Mito do Século XX* ele considerara que «o sul da Ucrânia adopta uma acerba atitude defensiva contra a Grande Rússia e, com uma população de sete milhões, constitui um grupo autónomo de considerável importância». Partindo desta constatação,

<sup>316</sup> R. Overy (2015) 314; A. Tooze (2006) 507-508.

<sup>317</sup> Esta carta de 7 de Dezembro de 1941 do general Hellmuth Stieff está citada em M. Edele et al. (2009) 374.

<sup>318</sup> Esta carta de 20 de Dezembro de 1941 encontra-se transcrita em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 70. Quando o Exército Vermelho conseguiu travar o avanço da Wehrmacht à beira de Moscovo, escreveram id. et al., *ibid.*, 69, ocorreu o ponto de viragem da guerra, e estes autores especificaram (pág. 259 n.) que a defesa de Moscovo foi o ponto de viragem geopolítico, enquanto a defesa de Stalingrado foi o ponto de viragem psicológico.

<sup>319</sup> *Hitler's Table Talk...*, 562.

<sup>320</sup> Citado em A. Beevor (2010) 73. Ver também J. C. Fest (1974) 1130. Note-se que este é o mesmo general Halder que, segundo A. Tooze (2006) 487, em 3 de Julho de 1941 considerara que a guerra contra os soviéticos estava ganha.

preveniui que «não levar em consideração todas estas correntes, com frequência de sangue muito diferente, aplicando-lhes os termos simplistas *espírito oriental*, e em seguida converter em prática política essa descrição sem vida implicaria a destruição de todas as tentativas orgânicas de uma política externa alemã»<sup>321</sup>. Esta orientação de Rosenberg inspirou em Outubro de 1942 um memorável relatório secreto de um subordinado seu, Otto Bräutigam, chefe do Departamento Político Principal do Ministério dos Territórios Ocupados de Leste, que enumerou as oportunidades perdidas de mobilizar a população soviética, nomeadamente a báltica e a ucraniana, contra o regime comunista e o Exército Vermelho. «De facto», lamentou Bräutigam, «fizemos com que seja muito fácil para a propaganda soviética aumentar o ódio à Alemanha e ao sistema nacional-socialista»<sup>322</sup>. Foi sobretudo acerca dos ucranianos que se travaram as polémicas mais acerbadas. Rosenberg sustentava que entre eles era ainda significativa a presença do elemento nórdico, o que os diferenciaria da sub-humanidade eslava e os tornaria merecedores de um tratamento menos desfavorável, incluindo uma certa autonomia política. Contudo, o filósofo oficial do nacional-socialismo e os seus colaboradores permaneceram praticamente isolados na defesa destas posições. Contaram com o apoio de alguns meios da Wehrmacht e de certos diplomatas, mas a autoridade política dos generais foi declinando progressivamente ao longo da guerra, até se extinguir na sequência do golpe de Estado frustrado de Julho de 1944, e o prestígio da velha diplomacia tornara-se nulo. Exceptuando o caso da Galícia ucraniana, uma província com tradições guerreiras, nem Hitler nem os SS se mostraram dispostos a admitir a existência de diferenciações raciais significativas entre os eslavos. Apesar de todos os seus esforços, de então em diante Rosenberg não exerceu nenhuma influência no decurso dos acontecimentos<sup>323</sup>.

<sup>321</sup> A. Rosenberg (1986) 601; id. [s. d.] 435.

<sup>322</sup> Este relatório está em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 304-308 e o trecho citado vem na pág. 308.

<sup>323</sup> Acerca da posição de Rosenberg quanto aos territórios ocupados a Leste e dos seus desacordos com os demais dirigentes nacional-socialistas ver A. Dallin (1957), nomeadamente as págs. 45 e segs., 107 e segs. e 666-668. A questão dos ucranianos é abordada nas págs. 107-119, 124-133, 141-161, 412-414, 443 e 460. Consultar a este respeito também E. Conte et al. (1995) 316-317, *Hitler's Table Talk...*, 34, I. Kamenetsky (1956) 23-25, 60, H. Mommsen (2009) 249 e A. Rosenberg [s. d.] 99-100. Embora fornecesse os dados que permitem compreender a posição de Rosenberg, R. Cecil (1973) 175-177, 204-205 e 212-213 não entendeu que para o doutrinador nacional-socialista se tratava apenas de uma hierarquia de inferioridades ráticas. H. Rauschning (1939) 92 mostrou que em 1933 e 1934 Rosenberg promovia activamente a causa ucraniana. Note-se que, segundo Alexander Dallin, op. cit., 201, Rosenberg colocava a Bielo-Rússia no mesmo nível racial da Rússia. As orientações defendidas no interior da Wehrmacht e em alguns meios diplomáticos, bem como as polémicas a que deram lugar, encontram-se em id., *ibid.*, sobretudo nas págs. 497 e segs. Por seu lado, L. Waddington (2007) 201 não entendeu a posição defendida por Rosenberg a respeito da Ucrânia e apresentou-a ao contrário. Neste contexto, é importante saber que as autoridades nacional-socialistas enviaram para um campo de concentração o nacionalista ucraniano Stepan Bandera, que pretendia apoiar o Reich na guerra contra os soviéticos em troca da independência do seu país, e em Novembro de 1941 prenderam os outros dirigentes deste movimento, que de então em diante actuou sem o apoio oficial do Reich; só no Outono de 1944, quando a Ucrânia havia já sido libertada pelo Exército Vermelho, é que Bandera e os restantes dirigentes foram soltos e autorizados a prosseguir a luta pela independência. Ver Ihor Kamenetsky, op. cit., 43-44, 55 e D. R. Marples (2011) 236-237, 239-240. Mas Ihor Kamenetsky foi confuso (págs. 69-70), parecendo atribuir a Bandera

Segundo a doutrina hitleriana, a massa de sub-homens eslavos, desprovida de capacidade de organização política estável e alheia por isso à vocação construtora dos grandes Estados, seria incapaz de se revoltar, a não ser que a conduzisse uma elite. Para evitar tal risco, os nacional-socialistas decidiram chacinar as classes dominantes eslavas<sup>324</sup>. A 7 de Setembro de 1939, mal a invasão da Polónia completara uma semana, o SS-Obergruppenführer Reinhard Heydrich, a segunda figura do aparelho repressivo, logo a seguir a Himmler, deu instruções aos recém-criados Einsatzgruppen para que a classe dominante polaca fosse neutralizada e as classes inferiores não recebessem mais do que uma instrução elementar<sup>325</sup>. «A nobreza, os padres e os judeus têm de ser mortos», explicou ele a um general dois dias depois<sup>326</sup>, e ainda nesse mês pôde anunciar num relatório que «nos territórios ocupados já só existe um máximo de três por cento das classes superiores polacas»<sup>327</sup>. Em 17 de Outubro de 1939 o Führer informou o marechal Keitel de que «tem de se impedir que a *intelligentsia* polaca se constitua como classe dominante»<sup>328</sup> e em Dezembro desse ano, numa reunião com Goebbels, confirmou a necessidade de destruir a aristocracia polaca<sup>329</sup>. Não faltaram directivas neste sentido<sup>330</sup>. Cuidadosamente preparado por uma competentíssima burocracia, esse programa visou a eliminação da nobreza autóctone e do clero, e igualmente das novas classes dirigentes e da intelectualidade urbana<sup>331</sup>. Do mesmo modo decidira-se impedir o aparecimento de novas elites. A 3 de Outubro de 1939, mal passara um mês sobre o começo da invasão da Polónia, Hans Frank, que em breve seria nomeado para dirigir a

acções de guerrilha dirigidas contra as tropas germânicas quando na realidade ele estava ainda preso.

<sup>324</sup> E. K. Bramstedt (1945) 153-154. Este autor considerou sob o mesmo ponto de vista a prisão de 2.650 professores noruegueses em 1941 e 1942. Mas na Noruega os intelectuais não foram vítimas de nenhum programa de liquidação sistemática e os professores presos haviam-se oposto às autoridades de ocupação, enquanto nos países eslavos os intelectuais eram exterminados pelo mero facto de o serem, independentemente das suas opiniões. H. Langbein (1981) 214 explicou que «foram raros os noruegueses internados nos campos de concentração nacional-socialistas, onde aliás os SS, que os consideravam como "nórdicos", lhes reservaram um tratamento de favor». É deveras extraordinário que A. Bullock (1972) 492 tivesse pretendido que «com a sua perspectiva austríaca acerca das questões políticas europeias, Hitler não partilhava a hostilidade aos polacos que é tradicional entre os alemães do norte [...]». Ver no mesmo sentido L. Waddington (2007) 57.

<sup>325</sup> M. Gilbert (2011 b) I 7. Acerca da forma como estas instruções foram rapidamente passadas à prática ver a pág. 14. Ver também S. Friedländer (2008) 46 e M. Roseman (2012) 26.

<sup>326</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 321.

<sup>327</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 16 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 322. Ver ainda S. Friedländer (2008) 46.

<sup>328</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 320. Ver também S. Friedländer (2008) 42-43.

<sup>329</sup> M. Gilbert (2011 b) I 38.

<sup>330</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 328-329.

<sup>331</sup> «Em nenhuma outra nação houve tantos padres e religiosos a ser internados», observou H. Langbein (1981) 179, acrescentando (pág. 180) que «em todos os campos encontrávamos universitários e estudantes polacos». Entre os polacos internados nos campos de concentração contavam-se com abundância proprietários fundiários, capitalistas e oficiais do exército, e muitos deles adoptavam posições ultranacionalistas, anti-semitas e genericamente reaccionárias ou mesmo fascistas, como relatou Hermann Langbein, op. cit., 179-192.

porção daquele país não anexada ao Reich e conhecida pelo nome de Governo-Geral, informou os chefes militares de que, segundo ordens de Hitler, era necessário encerrar «todos os estabelecimentos educacionais, especialmente as escolas técnicas e profissionais, de maneira a evitar o desenvolvimento da nova *intelligentsia* polaca»<sup>332</sup>. Para que não houvesse confusões, Frank definiu como *intelligentsia* os professores, membros do clero, médicos, dentistas, veterinários, oficiais das forças armadas, burocratas de escalão superior, grandes comerciantes, grandes proprietários fundiários, escritores, jornalistas e, em geral, as pessoas com diplomas de estudos universitários e superiores<sup>333</sup>. E no final de Maio de 1940 Frank recordou aos seus colaboradores na polícia que, consoante ordens recebidas do próprio Führer, «os homens capazes de exercer uma liderança na Polónia devem ser liquidados. Por sua vez, os seus seguidores [...] devem ser eliminados»<sup>334</sup>. Calcula-se que desde Setembro de 1939 até Junho do ano seguinte tivessem sido executados cerca de 3.500 intelectuais e outros elementos das classes dominantes polacas<sup>335</sup>. Só em Varsóvia, e até à insurreição de Julho de 1944, calcula-se que fossem liquidados cerca de 10.000 membros da *intelligentsia*<sup>336</sup>.

Em 17 de Outubro de 1939 o Führer disse ao marechal Keitel que não cabia ao Reich dar à Polónia ocupada «uma base económica e financeira sólida» e que o território «servir-nos-á apenas como reservatório de força de trabalho»<sup>337</sup>. No dia seguinte o general Halder, chefe do estado-maior do exército, resumiu no seu diário uma conversa com o general Eduard Wagner, quartel-mestre general, que acabara de receber directivas do Führer a respeito da campanha contra a Polónia: «Não temos nenhuma intenção de reconstruir a Polónia. [...] deve impedir-se que a *intelligentsia* polaca se estabeleça enquanto classe governante. Deve manter-se um baixo nível de vida. Escravos baratos. [...] Deve provocar-se uma desorganização total!»<sup>338</sup>. Exactamente um ano depois Hitler insistiu na decisão de criar um «enorme campo de trabalho polaco»<sup>339</sup>. Nesta perspectiva o governador-geral Frank explicou aos seus subordinados: «Não é possível dar aos polacos o nível de vida dos alemães. Tem de haver uma diferença entre o nível de vida da raça dos senhores e o dos súbditos. Os polacos têm de reconhecer o limite das suas possibilidades de desenvolvimento. Em resposta ao meu pedido expresso, o Führer reafirmou que eles têm de

<sup>332</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 351. A este respeito ver igualmente H. G. Dahms (1968) II 193 e K. Sword, «Poland», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 893-894.

<sup>333</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 357 n. 22.

<sup>334</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 44.

<sup>335</sup> «AB Aktion», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1. S. Wiesenthal (1989) 165 mencionou o extermínio de 5.000 intelectuais e artistas a partir da Primavera de 1940.

<sup>336</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 380.

<sup>337</sup> Citado em id., *ibid.*, III 320.

<sup>338</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 41.

<sup>339</sup> Citado em R. Hilberg (1961) 142 e I. Kamenetsky (1956) 43.

respeitar as limitações que nós lhes impomos. Nenhum polaco poderá exercer funções superiores às de contramestre. Nenhum polaco poderá ter acesso a um grau de educação mais elevado»<sup>340</sup>. As ordens dadas por Hitler às autoridades ocupantes da Polónia em 2 de Outubro de 1940 encontram-se num memorando devido a Bormann, fiel escrevinhador das suas palavras: «Os polacos, em completa oposição ao que sucede com os nossos trabalhadores alemães, destinam-se especialmente a trabalhos pesados [...] está inteiramente posta de lado qualquer ideia de melhorar a situação dos polacos. Pelo contrário, é necessário manter um baixo nível de vida na Polónia e não pode ser permitido que suba [...] Os polacos são preguiçosos e é necessário forçá-los a trabalhar [...] O Governo-Geral só deve servir para nos fornecer mão-de-obra não qualificada». Em seguida Hitler insistiu na necessidade de exterminar completamente a nobreza rural e a intelectualidade urbana, bem como de liquidar todos os membros do clero que não pregassem a estrita obediência ao ocupante. «Haverá um único senhor para os polacos — os alemães. Dois senhores, lado a lado, não podem e não devem existir»<sup>341</sup>.

Tiveram o mesmo destino os restantes povos eslavos. Em Outubro de 1940 uma directiva secreta reproduzindo as decisões do Führer estipulou que metade da população do Protectorado da Boémia e Morávia, considerada de sangue mais puro, fosse progressivamente assimilada pelos colonos germânicos que haviam de se estabelecer no território, enquanto a outra metade, incluindo a maior parte dos intelectuais, seria expulsa ou de qualquer modo exterminada<sup>342</sup>. Nesta perspectiva, e depois de iniciada a guerra contra a União Soviética, Erich Koch, comissário do Reich para a Ucrânia ocupada, defendeu a aniquilação dos intelectuais e das demais camadas cultas do país, no que foi apoiado por Himmler<sup>343</sup>. Um dos seus subordinados vangloriar-se-ia mesmo de que «na minha zona, quem quer que dê mostras de inteligência será fuzilado»<sup>344</sup>. Para evitar o reaparecimento de camadas sociais instruídas e manter os *Untermenschen* no mais baixo nível cultural foram encerrados todos os estabelecimentos de ensino superior, médio e técnico no Governo-

<sup>340</sup> Citado em G. M. Gilbert (1954) 668.

<sup>341</sup> Citado em A. Bullock (1972) 693 e W. L. Shirer (1995) II 344. Ver igualmente G. Aly et al. (2006) 173, I. Kamenetsky (1956) 42-43 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 380.

<sup>342</sup> A. Bullock (1972) 694; I. Kamenetsky (1956) 42, 44; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 269; W. L. Shirer (1995) II 344. Note-se que Hitler não classificava os checos como eslavos. «Basta um checo deixar crescer o bigode», explicou ele aos seus comensais em 12 de Maio de 1942, «para ficar patente, pela maneira como a coisa cai, que a sua origem é mongólica», o que não era propriamente um elogio. Aliás, em 23 de Janeiro desse ano ele afirmara já que o Checo «é mais mongol do que eslavo». Ver *Hitler's Table Talk...*, 473 e 234.

<sup>343</sup> A. Dallin (1957) 127.

<sup>344</sup> Citado em *id.*, *ibid.*, 149. Este, pelo menos, não devia correr riscos. Koch, por seu turno, declarou no Verão de 1943 que «se um dia eu encontrar um ucraniano que mereça sentar-se comigo à mesa, mandá-lo-ei fuzilar». Ver I. Kamenetsky (1956) 43. Note-se que atitudes deste tipo contavam com precedentes na Alemanha porque, segundo P. Broué (2006) 277, em Março de 1919, durante a vaga repressiva desencadeada em Berlim pelos corpos francos e pela direita da social-democracia, vinte e nove marinheiros foram escolhidos para serem fuzilados, entre várias centenas de prisioneiros, pelo facto de terem aspecto de pessoas inteligentes.

Geral e nos territórios soviéticos ocupados e, além de se terem pilhado e destruído bibliotecas e museus, a instrução primária ficou reduzida a termos elementares<sup>345</sup>. «Para a população não germânica de Leste», explicou Himmler em Maio de 1940, é suficiente «ensinar-lhes a contar até quinhentos, a escrever o nome, e que é vontade de Deus obedecerem aos alemães e serem honestos, trabalhadores e amáveis. Não considero necessário que saibam ler»<sup>346</sup>. Entretanto, até ao final de 1942 as tropas húngaras tinham deportado a totalidade dos intelectuais e membros das profissões liberais nas regiões da Jugoslávia que ocupavam por conta do Reich<sup>347</sup>. Um plano tão consistente e aplicado de maneira tão metódica fora obrigatoriamente pensado desde há muitos anos. Sabe-se, com efeito, que já antes de 1933 Hitler e Darré haviam previsto a manutenção dos eslavos em situação de analfabetismo<sup>348</sup>. Afinal, como o Führer confidenciou aos seus íntimos em Julho de 1941, «o nosso interesse é que o povo» dos territórios soviéticos conquistados «saiba apenas o suficiente para entender os sinais de trânsito»<sup>349</sup>. Mas, pensando melhor, reconheceu um ano depois que «Jodl tem razão quando diz que são supérfluas as tabuletas em ucraniano avisando “Cuidado com os Comboios”, pois o que importa se mais um ou dois nativos ficarem debaixo de um comboio?»<sup>350</sup>.

A liquidação de pessoas dos estratos dirigentes tradicionais não podia ser deixada a cargo dos generais, que permaneciam demasiado presos aos interesses conservadores. Foram os SS quem a levou a cabo, e deram assim um passo adiante no processo de marginalização da Wehrmacht, que no último ano da guerra os levaria à obtenção do poder completo. Na mudança dos equilíbrios internos do Terceiro Reich, a subjugação dos sub-homens e a hegemonia alcançada pelos SS estiveram indissolúvelmente ligadas. No começo de Outubro de 1939 Himmler foi nomeado comissário do Reich para o Reforço do Germanismo, um cargo que lhe atribuiu funções supra-ministeriais à escala continental. Do mesmo modo, ao ser lançada a campanha contra a União Soviética, quando as tropas germânicas receberam ordens rigorosas para fuzilar todos os comissários comunistas, a confiança que Hitler tinha nos generais não era excessiva e concedeu a Himmler poderes repressivos e administrativos especiais para levar a cabo aquele extermínio<sup>351</sup>.

<sup>345</sup> A. Beevor et al. (orgs. 2015) 230-231, 357-358; «Children», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 209; A. Dallin (1957) 454, 458-471; *Hitler's Table Talk...*, 15, 33, 34, 354, 355, 424-425, 588-589; I. Kamenetsky (1956) 44-45, 79; W. L. Shirer (1995) II 343, 345.

<sup>346</sup> Citado em «Children», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 209 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 325. Ver igualmente G. Aly et al. (2006) 110 e S. Haffner (2011) 132. Em A. Quinchon-Caudal (2013) 207-208 encontram-se declarações de Himmler em Janeiro de 1943, um pouco diferentes mas no mesmo sentido.

<sup>347</sup> E. K. Bramstedt (1945) 154 n.

<sup>348</sup> H. Rauschning (1939) 55, 62.

<sup>349</sup> *Hitler's Table Talk...*, 15. Ver ainda A. Bullock (1972) 656, A. Dallin (1957) 459 e M. Gilbert (2011 b) I 274.

<sup>350</sup> *Hitler's Table Talk...*, 589. Alfred Jodl era o chefe do Alto-Comando da Wehrmacht.

<sup>351</sup> W. L. Shirer (1995) II 226-228. Acerca das reticências que os altos comandos da Wehrmacht colocaram



Matar os milhares de pessoas pertencentes às classes dominantes era possível através do assassinato individual, do fuzilamento e do enforcamento. Mas o programa de desorganização social dos sub-homens era mais vasto e previa igualmente a eliminação de uma grande parte da outra componente moderna, o operariado industrial. A esta escala a chacina devia ser massiva, e os nacionais-socialistas planificaram a morte pela fome de uma percentagem muito considerável da população urbana de Leste. Aliás, já em 1932 e durante os primeiros anos de governo Hitler manifestara a intenção de despovoar os territórios eslavos para ocupá-los com colonos alemães, embora não referisse então um massacre colectivo e apenas enunciasse o projecto de emigração forçada de milhões de autóctones, completado por medidas destinadas a impedir a procriação daqueles que restassem nos países de origem<sup>352</sup>. A guerra, todavia, forneceu condições propícias ao genocídio. Em Junho de 1941, dois dias antes de ser lançado o assalto contra a União Soviética, Rosenberg disse num discurso aos seus colaboradores mais próximos: «Obter alimentos para o povo alemão constitui a principal das prioridades que nos levam a reivindicar o Leste. Os territórios meridionais [da Rússia] devem servir [...] para alimentar o povo alemão. Não vemos nenhuma razão que nos obrigue a usar a produção desse território fértil para alimentar também o povo russo»<sup>353</sup>. Mas Rosenberg foi afastado das altas esferas por defender uma atitude conciliatória na Ucrânia, que permitisse aos ocupantes encontrar aliados locais contra o Exército Vermelho. Outras vezes houve, mais autorizadas. Um memorando secreto onde se registaram as deliberações de uma reunião de secretários de Estado efectuada a 2 de Maio de 1941 afirmou com concisão: «Não há qualquer dúvida de que muitos milhões de pessoas morrerão de fome se tirarmos do país aquilo de que necessitamos»<sup>354</sup>. Entretanto, Göring fora encarregado de supervisionar a exploração dos territórios que deviam ser conquistados à União Soviética, e em 23 de Maio, exactamente um mês antes de ter início a ofensiva a leste, uma directiva emanada dos seus serviços económicos estipulou: «É possível que a administração alemã naqueles territórios tente minorar as consequências da fome generalizada que terá indubitavelmente lugar e acelere o regresso a condições agrícolas primitivas. [...] Todavia, estas medidas não evitarão a fome. Muitas

a essa ordem do Führer ver H. G. Dahms (1968) I 284-285. Entretanto, segundo M. Roseman (2012) 28, o Führer já havia retirado aos tribunais militares a jurisdição sobre os SS e os Einsatzgruppen. Ver também S. Friedländer (2008) 223-224.

<sup>352</sup> H. Rauschnig (1939) 57, 159-160. Ver igualmente a pág. 52.

<sup>353</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 229. Consultar igualmente G. Aly et al. (2006) 276 e A. Dallin (1957) 295. Ver no mesmo sentido as posições de Herbert Backe em A. Tooze (2006) 478.

<sup>354</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 58, A. Bullock (1972) 643, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 293, M. Roseman (2012) 31, W. L. Shirer (1995) II 230 e A. Tooze (2006) 479. Ver igualmente Götz Aly et al., op. cit., 272. Note-se que tanto Alan Bullock como William Shirer escreveram «muitos milhões de pessoas», enquanto Götz Aly et al. registaram mais moderadamente «alguns milhões»; por seu lado, J. Noakes et al. e Mark Roseman mencionaram «dezenas de milhões».

dezenas de milhões de pessoas nas áreas industriais tornar-se-ão supérfluas e morrerão ou terão de emigrar para a Sibéria. Qualquer tentativa de importar excedentes da zona dos solos negros para salvar aquela população de morrer de fome prejudicaria o abastecimento da Europa. Isto reduziria a capacidade de resistência da Alemanha na guerra e deixaria a Alemanha e a Europa com menos possibilidades de fazer face ao bloqueio. É necessário que isto seja clara e integralmente compreendido»<sup>355</sup>. Himmler, por seu turno, declarou nas vésperas do assalto à União Soviética que «a campanha russa tem por objectivo dizimar 30 milhões de eslavos»<sup>356</sup>, e também Herbert Backe, que na ocasião era já a principal figura no Ministério dos Abastecimentos e da Agricultura, calculou entre vinte e trinta milhões a «população excedentária» da União Soviética<sup>357</sup>. Uma directiva emanada do Führer em 29 de Setembro de 1941, depois de ordenar que Leningrado fosse inteiramente arrasada, explicou que «o problema da sobrevivência da população e do seu abastecimento alimentar não pode e não deve ser resolvido por nós. Nesta guerra pela existência não temos interesse em conservar nem sequer parcialmente a população desta grande cidade»<sup>358</sup>. Baseados nos interrogatórios de desertores e prisioneiros de guerra, os serviços de informação da Wehrmacht e dos SS seguiam atentamente os progressos da fome naquela cidade sitiada<sup>359</sup>. Outras metrópoles, como Moscovo, Kiev e Varsóvia, destinavam-se a ser demolidas também, depois de se privar de alimentos os seus habitantes<sup>360</sup>. Em 31 de Agosto de 1942 o chefe do estado-maior do exército, general Halder, anotou no seu diário que o Führer tinha dado ordens para, logo que estivesse completada a conquista de Stalingrado, fosse exterminada a totalidade da população masculina e expulsa a população feminina<sup>361</sup>. E o marechal Keitel, chefe do Alto Comando das Forças Armadas, consignou no seu diário, a 20 de Outubro desse ano, que, segun-

<sup>355</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 272, A. Bullock (1972) 642-643, A. Dallin (1957) 311, W. L. Shirer (1995) II 229 e A. Tooze (2006) 480. O «solo negro» é, evidentemente, o *tchernozem*. Léon Degrelle, chefe do fascismo valão que combateu nos Waffen-SS, apresentou um retrato lírico das relações dos invasores com os caponezes ucranianos, limitando-se a ressaltar que «por vezes eles haviam sido tratados desajeitadamente por alguns administradores alemães». Ver L. Degrelle (1949 a) *passim*; a frase citada encontra-se na pág. 203.

<sup>356</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 270.

<sup>357</sup> A. Tooze (2006) 479.

<sup>358</sup> Citado em A. Bullock (1972) 654 n. 1, A. Reid (2011) 168 e W. L. Shirer (1995) II 251-252. Ver igualmente A. Dallin (1957) 76-79. Sobre a intenção de arrasar Leningrado ver também *Hitler's Table Talk...*, 71, 98, 400-401, 617, 621-622. Sobre o processo que levou à directiva de 29 de Setembro e as reacções dos altos comandos da Wehrmacht ver Anna Reid, *op. cit.*, 163-170. Segundo os dados oficiais soviéticos citados por Anna Reid (págs. 176, 503), morreram 649.000 civis em Leningrado durante os novecentos dias que durou o cerco, dos quais 632.253 de fome e doenças relacionadas e 16.747 de bombardeamentos aéreos e terrestres. Ver igualmente G. Aly et al. (2006) 279. No entanto, Anna Reid considerou (págs. 503-505) que os números reais foram bastante mais elevados, podendo chegar a 700.000 ou 800.000.

<sup>359</sup> A. Reid (2011) 234-235, 260.

<sup>360</sup> A. Dallin (1957) 76-79; *Hitler's Table Talk...*, 5, 71, 98, 617; W. L. Shirer (1995) II 343, 351; G. R. Ueberschär, «Barbarossa», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 110.

<sup>361</sup> M. Gilbert (2011 b) I 415.

do o Führer, vinte milhões de russos estariam condenados a morrer de fome<sup>362</sup>. Entretanto, num âmbito mais imediato, deixaram-se morrer de fome talvez acima de três milhões de prisioneiros de guerra soviéticos<sup>363</sup>. Em Outubro de 1941 Göring confidenciou ao conde Ciano, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália e genro de Mussolini: «Nos campos de prisioneiros russos eles começaram a comer-se uns aos outros. Este ano entre vinte e trinta milhões de pessoas morrerão de fome na Rússia. Talvez seja bom que isto suceda, porque certas nações têm de ser dizimadas. Mas mesmo que o não fosse, nada se pode fazer para evitá-lo»<sup>364</sup>. «É-me completamente indiferente o que possa suceder a um russo ou um checo», declarou Himmler exactamente dois anos mais tarde, num discurso proferido perante os altos comandos dos SS. «Só me interessa saber se os outros povos vivem na prosperidade ou se esticam o pernil como animais na medida em que precisamos deles como escravos para a nossa cultura. O resto não me interessa»<sup>365</sup>. Finalmente, para completar o programa de extermínio as autoridades nacional-socialistas tencionavam encerrar ou reduzir ao mínimo os hospitais e os serviços de saúde e vacinação e, em geral, destruir toda a infra-estrutura higiénica e sanitária, de maneira a manter baixa ou mesmo negativa a taxa de reprodução demográfica da população eslava<sup>366</sup>. Aliás, ambos os aspectos se conjugavam quando as rações diminutas atribuídas às crianças nos infantários eslavos asseguravam que elas haveriam de morrer de fome em poucos meses<sup>367</sup>. Em Agosto de 1942 escreveu Martin Bormann, dedicado intérprete das intenções do Führer: «Os eslavos devem trabalhar para nós. Aqueles de que não necessitarmos podem morrer. A fertilidade dos eslavos não é desejável»<sup>368</sup>.

Os nacionais-socialistas esperavam que num prazo muito curto aquele conjunto de

<sup>362</sup> Id., *ibid.*, I 431.

<sup>363</sup> Ver a n. 165 do capítulo 5 da Parte 2.

<sup>364</sup> Citado em A. Bullock (1972) 659-660, A. Dallin (1957) 123 e W. L. Shirer (1995) II 252 n. Outra versão em Alexander Dallin, *op. cit.*, 415. Ver também I. Kamenetsky (1956) 40 e A. Tooze (2006) 479-480. A antropofagia começara já durante o transporte dos soldados soviéticos aprisionados, como narrou L. Degrelle (1949 a) 25; ver também a pág. 158. Em Buchenwald, E. Kogon (2002) 132 mencionou casos de prisioneiros ucranianos que praticaram antropofagia sobre cadáveres. Também os soldados soviéticos aprisionados pelo Sexto Exército germânico cercado frente a Stalingrado, em Janeiro de 1943, recorreram ao canibalismo, segundo A. Beevor (2010) 315. No *ghetto* de Varsóvia S. Friedländer (2008) 585 registou um caso de canibalismo em Fevereiro de 1942. A. Reid (2011) 346-354 indicou que em Leningrado, durante o cerco, ao longo de 1942 mais de duas mil pessoas foram detidas sob a acusação de canibalismo, praticado na maior parte sobre cadáveres. Note-se, no entanto, que entre os soldados germânicos e romenos aprisionados pelos soviéticos depois da libertação de Stalingrado ocorreram igualmente muitos casos de canibalismo, consoante relatou Antony Beevor, *op. cit.*, 372, e o mesmo entre os prisioneiros italianos, a crer em H. J. Burgwyn (2012) 371.

<sup>365</sup> O discurso de Himmler em Posen, a 4 de Outubro de 1943, encontra-se citado em A. Bullock (1972) 697-698, A. Dallin (1957) 438, 593, M. Gilbert (2011 b) II 543, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 311-312, W. L. Shirer (1995) II 343 e H.-R. Trevor-Roper (1947) 25 n. 2.

<sup>366</sup> A. Dallin (1957) 454-458; M. Gilbert (2011 b) I 34; *Hitler's Table Talk...*, 34, 319, 425, 588, 617; I. Kamenetsky (1956) 42.

<sup>367</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 330.

<sup>368</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 412.

medidas, aplicado rigorosamente, privasse os sub-homens dos seus dirigentes nativos e do meio social em que uma nova elite pudesse surgir. E como a presumida inferioridade biológica dos sub-homens os deixaria incapazes de se revoltarem sozinhos, ficaria instaurada a Leste uma ordem sem falhas e os eslavos estariam irrevogavelmente subjugados<sup>369</sup>. Em termos genéricos, mas suficientemente claros e bastante precisos quanto às intenções últimas, esta estratégia fora já formulada em *Mein Kampf*, onde se lê que a raça superior precisa de escravizar a raça inferior para criar as condições materiais e tecnológicas da sua supremacia e onde se encontra a antecipação do sistema usado para colonizar os territórios ocupados a Leste<sup>370</sup>. Uma vez mais, teriam os nacionais-socialistas chegado a um metacapitalismo ou retrocedido até um pré-capitalismo revisto e corrigido pelo medievalismo romântico<sup>371</sup>?

No espaço deixado livre pelas populações dizimadas ou esvaziado pela deslocação forçada dos autóctones, deviam fixar-se colonos de origem germânica vindos de uma diversidade de países. Para explorarem os campos que lhes eram atribuídos, estes imigrantes beneficiaram das instalações, do equipamento e do gado confiscados aos antigos proprietários eslavos<sup>372</sup>. De certo modo, aquela colonização estava na continuidade da experiência ensaiada em 1919 pelo general von der Goltz, que tentara fundar nos países bálticos estabelecimentos agrícolas e militares onde se fixassem os soldados alemães desmobilizados. Mas a evolução dos acontecimentos impedira a realização deste projecto, e aliás Goltz tivera a intenção de empregar essas forças para ajudar os russos brancos a restabelecerem o czarismo<sup>373</sup>, enquanto os nacionais-socialistas, ofuscados pela sua mitologia racial, condenavam-se a não encontrar aliados a leste, e só inimigos. «Os eslavos são uma massa de escravos natos, que sentem a necessidade de um senhor», resumiu Hitler<sup>374</sup>. Grande parte da população nativa sobrevivente foi enquadrada em habitats de tipo concentracionário e submetida a um regime de escravismo de Estado, para o qual o aparelho

<sup>369</sup> Himmler declarou-o claramente num discurso aos oficiais da Wehrmacht proferido em Bad Schachen em 14 de Outubro de 1943, consoante se lê em E. K. Bramstedt (1945) 243-244.

<sup>370</sup> A. Hitler (1995) 267-269, 368.

<sup>371</sup> Um antigo combatente nos Waffen-SS considerou que «a saga hitleriana propunha-se precisamente resuscitar aquela sociedade feudal cuja extinção deplora e assentá-la sobre novas bases populares, dando-lhe como chefes pessoas desconhecidas, reveladas pelo sangue mais nobre [...]». Ver Saint-Loup (1987) 201. A uma conclusão convergente chegou J. C. Fest (1974) 174 ao observar a «estranha mistura de medievalismo e modernidade» que caracterizara os nacionais-socialistas. Por seu lado, J. Herf (1986) 106 escreveu que «nas suas metáforas Jünger combinava as imagens feudais do serviço e do sacrifício com uma celebração modernista da eficiência e do vitalismo». Ainda acerca deste problema ver Jeffrey Herf, op. cit., 171, 184 e 185.

<sup>372</sup> G. Aly et al. (2006) 114-120; E. Conte et al. (1995) 266-344; M. Gilbert (2011 b) I 125; W. L. Shirer (1995) II 351. Porém, na sua minuciosa análise da colonização germânica da região de Zamość, na Polónia ocupada, Édouard Conte et al., op. cit., 265-344 confundiram o tratamento infligido aos judeus com o sofrido pelos eslavos, embora dessem elementos (págs. 277, 299, 309, 317, 341, 342) que permitem distinguir as duas situações.

<sup>373</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) II 18.

<sup>374</sup> Na noite de 17 para 18 de Setembro de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 33.

político-militar dos SS formou a ossatura repressiva e económica. «Segundo declarações de prisioneiros e cartas encontradas em soldados alemães mortos», escreveu o jornalista soviético Vasily Grossman em Janeiro de 1944, «os alemães consideravam-se como os representantes de uma raça superior obrigada a viver em aldeias selvagens»<sup>375</sup>. Explicou um historiador que «a submissão dos eslavos sobreviventes seria garantida por uma política de recolonização, inspirada pela noção de uma cadeia de povoações germânicas fortificadas, que se estendiam do Báltico até aos Cárpatos e eram guarnecidas por soldados-camponeses (*Wehrbauer*), cuja função colonizadora não consistiria em levar a civilização para o Leste, mas em impedir definitivamente a civilização de renascer fora daquelas povoações»<sup>376</sup>. Tal como Darré anunciara já em 1932, a missão da nova nobreza rústica saída do meio rural «além das fronteiras étnicas do país alemão, será a de servir de guarda pretoriana, formando senhores rigorosos, que hão-de impor o domínio alemão»<sup>377</sup>. A 3 de Outubro de 1939 Hans Frank, que nove dias depois seria nomeado governador-geral da Polónia ocupada, transmitiu aos chefes do exército as directivas do Führer: «A Polónia será tratada como um território colonial. Os polacos serão os escravos do Grande Reich Alemão»<sup>378</sup>. E no dia seguinte à nomeação confiou ao seu diário: «Os polacos serão os escravos do Reich Alemão»<sup>379</sup>. De resto, para empregar as palavras usadas a propósito da União Soviética no relatório emanado em 23 de Maio de 1941 dos serviços económicos de Göring, os ocupantes nacional-socialistas aproveitariam a fome generalizada para acelerar «o regresso a condições agrícolas primitivas»<sup>380</sup> e os estabelecimentos industriais seriam desmantelados e enviado o material para a Alemanha<sup>381</sup>. Escravos de Estado alimentados por uma agricultura arcaica, eis o lugar dos sub-homens na Nova Ordem europeia<sup>382</sup>.

Ao anunciar em 1932, a um círculo seleccionado de dirigentes do partido, os seus planos de colonização no Leste, o Führer referira «a classe dos estrangeiros submetidos pela conquista, a quem chamaremos com frieza os escravos modernos»<sup>383</sup>. E pouco antes do começo da guerra, por exemplo no discurso de 23 de Maio de 1939 às chefias militares, a propósito da expansão para Leste ele invocara a conveniência de empregar os eslavos como mão-de-obra forçada<sup>384</sup>. Exactamente

<sup>375</sup> Citado em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 277.

<sup>376</sup> R. Cecil (1973) 202. Acerca das ideias do Führer a este respeito ver *Hitler's Table Talk...*, 34, 40.

<sup>377</sup> Citado em H. Rauschning (1939) 55. Ver igualmente as declarações de Hitler reproduzidas em Benoist-Méchin (1964-1966) IV 289.

<sup>378</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 351.

<sup>379</sup> Citado em id., *ibid.*, II 43.

<sup>380</sup> Citado em id., *ibid.*, II 229.

<sup>381</sup> Id., *ibid.*, II 343, 351.

<sup>382</sup> F. Neumann (1943) 212-213.

<sup>383</sup> Citado em H. Rauschning (1939) 61.

<sup>384</sup> W. L. Shirer (1995) I 531.

mente um mês mais tarde, na reunião do Conselho de Defesa do Reich, sob a presidência de Göring, quando se tratava de tomar disposições gerais para a preparação do conflito iminente, de novo foi encarada a utilização compulsiva da força de trabalho eslava dos territórios ocupados, que nesta altura se resumiam ao Protectorado da Boémia e Morávia<sup>385</sup>. Um enunciado completo do programa de escravização dos sub-homens encontra-se no discurso proferido por Himmler perante os altos comandos dos SS em Posen, a 4 de Outubro de 1943, e que não teve então divulgação pública. «É-me completamente indiferente o que possa suceder a um russo ou um checo», disse ele, e explicou mais adiante: «Só me interessa saber se os outros povos vivem na prosperidade ou se esticam o pernil como animais na medida em que precisamos deles como escravos para a nossa cultura. O resto não me interessa. [...] A nossa preocupação, o nosso dever, é o nosso povo e o nosso sangue. [...] Podemos ser indiferentes a tudo o resto. Eu desejo que os SS adotem esta atitude relativamente a todos os povos estrangeiros não-germânicos, especialmente os russos»<sup>386</sup>. A submissão dos eslavos a um regime de escravismo de Estado foi o culminar da revolução nacional-socialista, e já analisei os seus aspectos económicos (no capítulo 5 da Parte 2). O programa racial de Hitler teria assim deixado obsoletas as ambições sociais dos irmãos Strasser. A perenidade da ordem resultaria de uma engenharia biológica e não de qualquer arquitectura económica. Anulando entre os eslavos todo o traço de organização própria, o racismo excludente pretendia fundar nessa sociedade de grau zero o funcionamento das leis ráticas.

### 3

Não há razão para supor que as urgências do recrutamento militar tivessem levado os SS a comprometer a selecção racial<sup>387</sup>. É possível que passassem a ser aceites homens com óculos, com dentes cariados ou de baixa estatura que antes eram recusados, mas o critério racial permaneceu intocável<sup>388</sup>.

<sup>385</sup> Id., *ibid.*, I 545-546.

<sup>386</sup> Citado em A. Bullock (1972) 697-698, A. Dallin (1957) 438, 593, M. Gilbert (2011 b) II 543, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 311-312, A. Pichot (2000) 126, W. L. Shirer (1995) II 343 e H.-R. Trevor-Roper (1947) 25 n. 2.

<sup>387</sup> «Devido às dificuldades criadas pela falta de pessoas», pretendeu A. Dallin (1957) 596, «eles [os Waffen-SS] foram obrigados a mitigar os seus “padrões de pureza” originais [...]». No mesmo sentido ler a pág. 600. Uma tese idêntica foi defendida por J. Billig (2000) 282 e R. L. Koehl (1983) 184, 215-216. Mas Robert Lewis Koehl, *op. cit.*, 189 confundiu a deterioração dos cursos de formação provocada pelo afluxo de recrutas com uma hipotética liberalização dos critérios raciais. Também A. Quinchon-Caudal (2013) 96, 102, W. Sofsky (1997) 195 e H. F. Ziegler (1989) 56 n. 94 consideraram que os critérios de recrutamento racial dos SS haviam baixado durante a guerra e invocaram o facto de se terem aberto a estrangeiros, o que mostra que não entenderam o plano racial e supranacional em que os SS se colocavam.

<sup>388</sup> H. F. Ziegler (1989) 55-56 confundiu estes aspectos, o que o levou a considerar erradamente (pág. 57) que «a pureza racial não podia constituir-se como o critério da elite no interior dos SS».

A mitologia nacional-socialista catalogava os croatas como arianos<sup>389</sup> e Hitler admitia que eles descendessem dos godos<sup>390</sup>, o que justifica a sua integração em várias divisões dos Waffen-SS. Do mesmo modo puderam ser recrutados sessenta mil muçulmanos do Cáucaso e dos Balcãs<sup>391</sup>, nomeadamente da Bósnia<sup>392</sup> e da Albânia<sup>393</sup>, porque os nacionais-socialistas os incluíam na família dos povos turcos. Por muito estranho que nos pareça, Hitler supunha que eles fossem descendentes directos dos antigos godos, achando-os dignos de confiança<sup>394</sup>. Aliás, os muçulmanos eram tanto mais facilmente mobilizáveis quanto o nacional-socialismo contava com a simpatia do mufti de Jerusalém, Hadj Amin el-Husseini, refugiado no Reich desde 1941<sup>395</sup>, e também ele racialmente insuspeito, já que o Führer o considerava «um homem com mais de um ariano entre os seus antepassados e que muito possivelmente descende do melhor sangue romano»<sup>396</sup>. Mas em países como a Sérvia e a Roménia, classificados como etnicamente inferiores, os Waffen-SS interessaram-se exclusivamente pela população de origem germânica<sup>397</sup>. Quanto aos ucranianos, todos os alistados eram originários da Galícia, que havia tido tradições militares no império dos Habsburgos, e tanto Himmler como Bormann consideravam que os habitantes dessa província se distinguiam etnicamente da restante população da Ucrânia<sup>398</sup>. E como dos oitenta e dois mil homens que se apresentaram no primeiro mês só 33% foram aceites e só 16% foram chamados ao serviço no decurso do ano<sup>399</sup>, verificamos que, apesar da necessidade de angariar novos combatentes, o crivo da selecção racial continuava apertado. Mesmo a admissão de estónios e letões nas forças armadas dos SS não indica nenhum desvio da orientação traçada, porque os bálticos não eram confundidos com os eslavos<sup>400</sup>. Os três países bálticos receberam um trata-

<sup>389</sup> M. Wheeler, «Yugoslavia», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1295. O que não impediu Léon Degrelle, o mais condecorado dos estrangeiros dos Waffen-SS, de os classificar como «mais eslavos do que os ucranianos». Ver. L. Degrelle (1949 a) 48.

<sup>390</sup> *Hitler's Table Talk...*, 95, 473.

<sup>391</sup> L. Degrelle (2000) 153; id. [s. d.] 18.

<sup>392</sup> A. Dallin (1957) 600; L. Degrelle (2000) 153. M. Gilbert (2011 b) II 534 referiu uma revolta de uma divisão dos Waffen-SS constituída por muçulmanos da Bósnia.

<sup>393</sup> M. Bardèche et al. (1969) 105-106.

<sup>394</sup> As declarações de Hitler e dos SS favoráveis aos muçulmanos do Cáucaso e dos Balcãs, e em geral aos povos turcos, encontram-se em A. Dallin (1957) 251 e 601. Segundo G. Aly et al. (2006) 111, o Führer anunciou em 1942 que «existem ainda alguns godos no Cáucaso e na Crimeia». O que não impediu que de início, e durante cerca de seis meses, os SS matassem prisioneiros muçulmanos que, por serem circuncisados, haviam sido tomados por judeus. Ver a este respeito Alexander Dallin, op. cit., 418.

<sup>395</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 262-263, 267, 312-313.

<sup>396</sup> Em 1 de Julho de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 547.

<sup>397</sup> L. Degrelle [s. d.] 17; R. L. Koehl (1983) 207. O Führer atribuía a Antonescu uma origem germânica, mas desprezava a composição racial da generalidade dos romenos. Ver *Hitler's Table Talk...*, 49 e 337.

<sup>398</sup> A. Dallin (1957) 598-599; I. Kamenetsky (1956) 74. Aliás, a crer em Ihor Kamenetsky, op. cit., 74 n. 28, na Galícia foram autorizados estabelecimentos de ensino superior e uma instituição política rudimentar. Acerca da situação especial da Galícia ver ainda D. Tottle (1987) 101 e 115.

<sup>399</sup> S. Littman (2003) 59. Ver ainda A. Dallin (1957) 599.

<sup>400</sup> A. Rosenberg [s. d. 1] 96 afirmou que os estónios e os letões eram considerados povos germânicos. L. Degrelle (1949 a) 335-336 mencionou um corpo de elite dos Waffen-SS formado, entre outros, por estónios e letões.

mento muito diferente dos países eslavos, os seus intelectuais não foram exterminados e as escolas e universidades, depois de expurgadas politicamente, voltariam a funcionar, em vez de serem definitivamente encerradas, como se tencionava fazer entre os eslavos<sup>401</sup>. Além disso, após várias hesitações uma reforma implementada em Fevereiro de 1943 admitiu que, dentro de certos limites, os autóctones dos países bálticos tivessem acesso à propriedade privada e se dedicassem a iniciativas económicas, e acabaram por ser dispensados do serviço de trabalho obrigatório<sup>402</sup>. As autoridades nacional-socialistas propunham-se integrar os três países bálticos no Grande Reich, assimilando e germanizando a parte da população considerada de bom sangue e expulsando ou exterminando a restante<sup>403</sup>. Rosenberg calculou que mais de metade dos seus compatriotas da Estónia fosse de sangue nórdico, embora atribuísse aos habitantes da Letónia uma composição rácica menos privilegiada e colocasse em lugar ainda mais baixo a Lituânia, onde a maior parte da população teria de ser expulsa ou liquidada<sup>404</sup>. Por isso os lituanos não foram aceites nos corpos de exército dos SS<sup>405</sup>. Também não devem confundir-se os Waffen-SS com as unidades auxiliares e as unidades de polícia autóctones que os SS organizaram e que, embora estivessem submetidas ao seu comando, tinham um estatuto muitíssimo inferior<sup>406</sup>. É entre elas que encontro referência à participação de lituanos e de eslavos originários da Boémia e Morávia, bem como da Sérvia e dos territórios soviéticos ocupados<sup>407</sup>, que estavam excluídos dos Waffen-SS; mas pelo menos em alguns casos era exigida uma certa configuração racial aos participantes naquelas unidades auxiliares<sup>408</sup>. O abandono dos critérios rígidos, quando ocorreu, deveu-se apenas aos caos administrativo nos últimos meses do Reich<sup>409</sup>.

M. Bardèche et al. (1969) 43, 110 e A. Beevor (2017) 128 referiram a existência de uma divisão, ou brigada, estónia nos Waffen-SS e A. Dallin (1957) 195 informou que no final de 1943 Himmler insistira no recrutamento de estónios e de letões para os SS. A. Beevor (2017) 322, H. G. Dahms (1968) II 325 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 529 mencionaram um corpo letão nos Waffen-SS. Para um episódio com uma companhia SS formada por letões ver F. MacLean (1998) 151.

<sup>401</sup> A. Dallin (1957) 191, 464.

<sup>402</sup> Id., *ibid.*, 391, 442.

<sup>403</sup> Id., *ibid.*, 182-184.

<sup>404</sup> R. Cecil (1973) 200; H. G. Dahms (1968) II 194-195; A. Dallin (1957) 184-185. É estranho que em Julho de 1941 o Führer, depois de ter classificado os estónios como «a elite dos povos bálticos», tivesse atribuído o segundo lugar aos lituanos e deixado os letões para o fim. Ver *Hitler's Table Talk...*, 8. H. Arendt (1994) 154 confundiu estónios, letões e lituanos com os *Untermenschen*. Apesar de ter estudado atentamente o nacional-socialismo e se ter interessado com detalhe pelo anti-semitismo contemporâneo, esta autora mostrou-se incapaz de entender a dialéctica interna do racismo hitleriano e o papel que nele ocupavam os eslavos e os judeus.

<sup>405</sup> M. Bardèche et al. (1969) 110; A. Dallin (1957) 597. Sem citar fontes, W. Sofsky (1997) 195 mencionou o recrutamento de lituanos pelos SS, mas este autor parece-me pouco credível em tudo o que diz respeito às noções rácicas dos nacionais-socialistas. A revista *SS Leitheft*, num artigo de Fevereiro de 1944, mencionou o recrutamento de estónios e letões, sem citar lituanos. Ver K. Hammer (org. 1988-1994) II 14.

<sup>406</sup> R. L. Koehl (1983) 174, 184. Ver também F. MacLean (1998) 99.

<sup>407</sup> M. Bardèche et al. (1969) 107-108, 110; S. Friedländer (2008) 543; S. Littman (2003) 25-26, 36-38; F. MacLean (1998) 84.

<sup>408</sup> H. Eberle et al. (org. 2005) 149.

<sup>409</sup> Segundo S. Wiesenthal (1989) 205, no Outono de 1944 as unidades de polícia ucranianas que ainda



Só conheço dois casos verdadeiramente estranhos, ou dois e meio. Em 1940 Himmler, com o consentimento de Hitler, decidiu criar nos Waffen-SS um corpo especial, um SS-Sonderkommando, recrutado entre presos condenados por caça furtiva<sup>410</sup>. Consoante uma indicação expressa do Führer, seria apenas aceite quem tivesse usado armas de fogo e não armadilhas, rejeitando-se igualmente quem só tivesse cometido infracções ocasionais<sup>411</sup>. Talvez inspirado pelo *Freischütz*, Hitler envolvia numa certa aura os caçadores furtivos profissionais<sup>412</sup>. «[...] as mulheres adoram os machos», sentenciou o Führer. «As putas adoram os caçadores furtivos. Neste momento, na frente leste, eu preferia comandar num ataque uma secção formada por caçadores furtivos do que uma secção formada pelos advogados que condenaram os caçadores»<sup>413</sup>. E em Agosto de 1942, almoçando com Lammers e com o ministro da Justiça, ele defendeu que, em vez de serem condenados à prisão, os caçadores furtivos fossem mandados para uma das unidades de guerrilha dos SS. «Eu não sou um admirador dos caçadores furtivos, especialmente por ser vegetariano, mas vejo neles o único elemento romântico do chamado desporto da caça»<sup>414</sup>.

À frente daquele SS-Sonderkommando foi colocado Oskar Dirlewanger, um misto de facinora e valentão, possuidor de uma longa folha de serviços militares e membro desde 1922 do NSDAP, onde se contara entre os SA que confundiam o nacional-socialismo com o nacional-bolchevismo. Em Agosto de 1934 fora condenado a dois anos de prisão por ter provocado vários acidentes de automóvel ao conduzir em estado de embriaguês e por ter mantido relações sexuais com uma menor, e a sua conduta não mudou, porque esteve durante quase toda a guerra sob a acusação de crime de poluição racial, suspeitando-se de que tivesse tido relações sexuais com uma judia na Polónia ocupada<sup>415</sup>. Dirlewanger chefiou com mão de ferro aquele contingente de presidiários e usou-o para acções de inominável crueldade, num ambiente de batalhão disciplinar ou pior ainda<sup>416</sup>. Recrutados nas cadeias onde cumpriam sentença, os caçadores furtivos foram transferidos para um campo de concentração, ali receberam treino militar<sup>417</sup> e desde Julho de 1940

restavam haviam sido integradas na divisão SS da Galícia, o que decerto levava a grandes confusões, pois A. Dallin (1957) 647 n. 2 comentou que «em Março de 1945 nem Hitler nem ninguém no seu quartel-general conseguiam distinguir entre os SS da Galícia e as outras unidades ucranianas que combatiam ao lado do Reich». No mesmo sentido vão as observações de M. Bardèche et al. (1969) 111. Porém, segundo S. Littman (2003) 52-53, 57, 66 e 83-84, já em 1943 se teria procedido à incorporação de algumas unidades da polícia ucraniana nos SS da Galícia, enquanto outras haviam sido incorporadas no Verão e no Outono de 1944 e em Março de 1945.

<sup>410</sup> F. MacLean (1998) 12, 15, 42.

<sup>411</sup> Id., *ibid.*, 15, 42, 43. Segundo W. W. Kay (2008), Göring, a principal autoridade do Reich em matéria de caça, proibiu o uso de armadilhas.

<sup>412</sup> *Hitler's Table Talk...*, 93, 107, 329.

<sup>413</sup> Na noite de 3 para 4 de Janeiro de 1942, em *ibid.*, 171.

<sup>414</sup> *Ibid.*, 640. Ver também a pág. 682.

<sup>415</sup> F. MacLean (1998) 14, 27, 61 e segs., 212-213.

<sup>416</sup> Id., *ibid.*, 15, 154, 164.

<sup>417</sup> Id., *ibid.*, 43.

até Junho de 1942 constituíram 94% dos efectivos do SS-Sonderkommando<sup>418</sup>. Ainda nos meados de 1943 continuavam a alistar-se caçadores furtivos, embora nesta época a proporção tivesse descido para 60% dos efectivos<sup>419</sup>. Mas o mito fundador teve vida dura, como frequentemente sucede, e durante toda a guerra, ou mesmo depois, este Sonderkommando foi conhecido como um batalhão de caçadores furtivos<sup>420</sup>. Quando Himmler, num documento de Fevereiro de 1944, considerou que o núcleo dessa unidade militar era formado por caçadores furtivos<sup>421</sup>, na realidade eles limitavam-se já a 15% dos efectivos e não passaram de 5% desde meados de 1944 até ao final do conflito<sup>422</sup>. Devido ao elevado número de baixas, os caçadores furtivos haviam deixado de ser suficientes como base de recrutamento e em Setembro de 1942 Göring sugerira ao ministro da Justiça que fossem alistados contrabandistas presos com armas na mão<sup>423</sup>, possivelmente rodeados da mesma aura romântica que envolvia os caçadores furtivos. Ao *Freischütz* juntava-se a *Carmen*. O certo é que aquele Sonderkommando começou a incorporar membros dos SS ou da Wehrmacht que haviam sido punidos, e este novo tipo de elementos, que oscilou entre 15% e 20% dos efectivos desde Julho de 1942 até Junho de 1944, manteve-se a partir de então e até ao final da guerra entre 40% e 45%<sup>424</sup>. Mas também eles não foram suficientes para compensar as baixas e Himmler propôs a Dirlwanger o recrutamento de simples bandidos presos em campos de concentração<sup>425</sup>. Cada vez mais dizimado, no final de 1944 o Sonderkommando alistava nos campos de concentração não só criminosos comuns mas ainda presos políticos que, quando não eram recrutados à força, haviam aparentemente renunciado às suas convicções ou tinham esperança de alcançar de algum modo a liberdade<sup>426</sup>. De Julho de 1943 até Junho de 1944, 35% dos efectivos vinham de campos de concentração, proporção que subiu para 40% desde Julho de 1944 até Fevereiro de 1945<sup>427</sup>.

Sob o ponto de vista das doutrinas raciais a composição do Sonderkommando chefiado por Dirlwanger levanta um sério problema. Um dos historiadores que melhor analisou o racismo nacional-socialista admitiu que Himmler e os SS considerassem o conjunto dos internados nos campos de concentração como uma anti-raça<sup>428</sup>. Se esta tese for exacta, como creio, torna-se

<sup>418</sup> Id., *ibid.*, 282.

<sup>419</sup> Id., *ibid.*, 121, 282.

<sup>420</sup> Id., *ibid.*, 209.

<sup>421</sup> Id., *ibid.*, 154.

<sup>422</sup> Id., *ibid.*, 282.

<sup>423</sup> Id., *ibid.*, 80-81.

<sup>424</sup> Id., *ibid.*, 13, 15, 154, 179, 239, 282.

<sup>425</sup> Id., *ibid.*, 15, 74, 121, 162, 164, 169.

<sup>426</sup> H. Langbein (1981) 21, 30, 62, 401-404, 430, 444; F. MacLean (1998) 202-204.

<sup>427</sup> F. MacLean (1998) 282.

<sup>428</sup> J. Billig (2000) 20, 211 e segs.

difícil explicar que uma formação militar constituída por presidiários pudesse estar incluída nos SS, considerados como elite racial. E, contrariamente às alegações de alguns dos incriminados no tribunal de Nuremberga, não parece haver sombra de dúvida de que aquele Sonderkommando pertencia efectivamente aos Waffen-SS e se integrava de maneira regular nos seus serviços<sup>429</sup>. Será que bastava a aura romântica envolvendo os caçadores furtivos e os contrabandistas, ou mesmo o prestígio atribuído à violência dos bandidos, para isentá-los da degradação racial? Ainda que o admitamos, o caso deste Sonderkommando não deixa de ser intrigante, porque nele participaram também soldados estrangeiros considerados racicamente inferiores. Embora num documento de Fevereiro de 1944 Himmler afirmasse que o SS-Sonderkommando «é constituído por alemães»<sup>430</sup>, esta força militar incluía estrangeiros, que não compunham meras unidades auxiliares e se integravam nos efectivos<sup>431</sup>. A sua presença foi especialmente significativa entre Julho de 1943 e Junho de 1944, atingindo 30%, mas mesmo depois não deixou de se verificar<sup>432</sup>. A participação de muçulmanos oriundos do leste da Europa e de gente do norte do Cáucaso<sup>433</sup> não levanta problemas, porque vimos que a mitologia racial hitleriana lhes atribuía um lugar de destaque. Do mesmo modo, se em 1942 Dirlwanger começou a recrutar ucranianos, que participavam no seu Sonderkommando ainda em Dezembro de 1944<sup>434</sup>, é legítimo supor que fossem originários da Galícia. Todavia, em Junho de 1943 Dirlwanger informou os seus superiores de que o batalhão incluía cerca de quinhentos russos e não há dúvida de que em 1944 havia ainda russos neste Sonderkommando<sup>435</sup>. Afigura-se-me inexplicável que os Waffen-SS admitissem pessoas classificadas como *Untermenschen*. Ora, este problema coloca-se de maneira ainda mais intrigante no caso de outra força militar.

Em Julho de 1944 o russo Bronislav Kaminsky foi recebido nos SS pelo próprio Himmler, que o condecorou com a cruz de ferro de primeira classe, e as milícias que ele formara e comandava foram incorporadas nos Waffen-SS<sup>436</sup>. Kaminsky administrara sob a tutela do ocupante uma região situada entre Orel e Kursk, reunindo aí um corpo de milícias especializado em acções contra

<sup>429</sup> F. MacLean (1998) 65-66, 123, 130, 232-234.

<sup>430</sup> Citado em id., *ibid.*, 154.

<sup>431</sup> Id., *ibid.*, 124, 138.

<sup>432</sup> Id., *ibid.*, 282. Ver também as págs. 160 e 165.

<sup>433</sup> Id., *ibid.*, 163, 164, 172, 178.

<sup>434</sup> Id., *ibid.*, 74, 78, 204.

<sup>435</sup> Id., *ibid.*, 122, 163. Ver igualmente a pág. 124. A. Quinchon-Caudal (2013) 102 pretendeu que naquele Sonderkommando se alistaram também ciganos, mas não encontrei outras referências; talvez fossem apenas tropas auxiliares, para as quais a questão racial não se colocava.

<sup>436</sup> Quanto a Bronislav Vladislavovitch Kaminsky e ao seu relacionamento com os nacionais-socialistas, em especial com os SS, ver: C. Andreyev, «Soviet Exiles at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1032; A. Dallin (1957) 525 n. 3, 526, 614; id. (1972) 244 e segs.

a guerrilha. Em Setembro de 1943, perante o avanço das tropas soviéticas, toda aquela gente fugiu, e Kaminsky, com a sua brigada, recebeu das autoridades nacional-socialistas o encargo de administrar uma área da Bielo-Rússia. Como ele pretendia ter origem germânica pelo lado materno<sup>437</sup>, pode talvez admitir-se que os SS o considerassem membro da antiga elite racial nórdica, atribuindo-lhe traços de pureza não corrompidos pelo meio eslavo circundante. Mas os homens da sua brigada eram caracterizadamente eslavos<sup>438</sup> e aliás formavam uma verdadeira tropa-fandanga, incapazes de qualquer disciplina e destros sobretudo a pilhar. A anormalidade da situação era ainda mais notória pelo facto de Kaminsky se apresentar como chefe de um Partido Nazi Russo<sup>439</sup>. Embora se tratasse de uma organização mais ou menos fictícia<sup>440</sup>, vimos que entre a população eslava dos territórios ocupados estava proibida a difusão das teses nacional-socialistas e a criação de partidos, mesmo de direita ou fascistas, o que torna incompreensível o tratamento que os SS reservaram a Kaminsky. O enigma adensa-se ao sabermos que ele foi também protegido por Rosenberg<sup>441</sup> e, o que era muitíssimo mais importante no jogo de forças da época, contou com a simpatia dos serviços de Goebbels<sup>442</sup>. Não contribui para esclarecer a questão o facto de Kaminsky ter sido morto pelos SS ainda em 1944. E como a sua brigada foi rapidamente dissolvida, depois de ter participado em Agosto desse ano na supressão da segunda insurreição de Varsóvia, mesmo em termos estritamente militares os Waffen-SS pouco se aproveitaram daqueles homens. Tal como com o SS-Sonderkommando chefiado por Dirlwanger, não encontro maneira de explicar este caso.

Sobra ainda, nas margens da política e da traição, a União Nacional-Trabalhista, NTS, um partido fascista russo mais conhecido por Movimento Solidarista. Autorizada pelos nacional-socialistas até ao Verão de 1944, a NTS foi activa tanto nos territórios soviéticos ocupados como na direcção de certos campos de prisioneiros especiais, e no interior do Reich dedicou-se à infiltração nos meios da velha imigração política russa. Os solidaristas chegaram a deter alguma influência no Ministério dos Territórios Ocupados de Leste, a cargo de Rosenberg, e em serviços de propaganda da Wehrmacht, sendo ainda eles quem, na realidade, orientou o Partido Nazi de

<sup>437</sup> A. Dallin (1972) 249.

<sup>438</sup> Nos meados de 1942, explicou id., *ibid.*, 254, 85% das milícias de Kaminsky eram formados por habitantes da região, sendo os restantes ou desertores da guerrilha ou antigos prisioneiros de guerra libertados pelos germânicos.

<sup>439</sup> M. Bardèche et al. (1969) 99; A. Dallin (1972) 271-272, 274.

<sup>440</sup> A. Dallin (1972) 271.

<sup>441</sup> Id., *ibid.*, 392 n. 62.

<sup>442</sup> Em Dezembro de 1944, segundo id. (1957) 649-650, o chefe da Secção do Leste no Ministério da Propaganda transmitiu a Goebbels um relatório em que tomou posição contra o movimento reunido em torno do general Vlassov, acusando-o de constituir uma mistura de liberalismo e bolchevismo, além de não ter uma orientação anti-semita, enquanto o movimento de Kaminsky seria verdadeiramente nacional-socialista.

Kaminsky, tal como circularam em torno de Vlassov. Também não entendo por que se violou neste caso o rigor doutrinário do nacional-socialismo<sup>443</sup>.

De resto, as tropas auxiliares recrutadas entre povos sem afinidades com a raça nórdica ou mesmo entre raças consideradas inferiores estiveram enquadradas na Wehrmacht<sup>444</sup>, não nos SS, o que confirma as funções de selecção racial atribuídas a este corpo de elite. Apesar disso, eram tão arreigados os preconceitos contra a entrega de armas aos colaboracionistas eslavos e contra a sua mobilização para as linhas da frente que Hitler proibiu repetidamente o emprego de russos, prisioneiros de guerra e desertores, em acções de combate<sup>445</sup>. E quando a Abwehr sugeriu que a Wehrmacht alistasse um milhão de ucranianos para combaterem contra o Exército Vermelho, o Führer, invocando critérios raciais, afastou indignadamente essa hipótese<sup>446</sup>. Na prática a Wehrmacht desrespeitou estas ordens em numerosos casos, mas sem que a suprema autoridade nacional-socialista jamais reconhecesse a legitimidade de tal actuação<sup>447</sup>. Só nos derradeiros meses, perante a iminência da derrota, foram formadas duas divisões, cinquenta mil homens no total, sob o comando do general russo Vlassov, que havia sido capturado em Julho de 1942 e se esforçara desde então por convencer as autoridades germânicas a empregarem-no numa campanha não só militar mas também política contra o regime stalinista. Vlassov tinha a ambição, ou a

<sup>443</sup> Embora relatasse estes factos, A. Dallin (1957) 525-526 e (1972) 272 não explicou como eles puderam ser compatíveis com o antieslavismo nacional-socialista. Acerca dos solidaristas ver igualmente M. Bardèche et al. (1969) 99. Depois da guerra a NTS foi utilizada pelos serviços secretos norte-americanos como instrumento de propaganda anticomunista e como meio para infiltrar agentes na União Soviética, o que por sua vez tornou os solidaristas objecto de especial atenção por parte da espionagem de Moscovo. Ver a este respeito D. J. Dallin (1956) 350-358. Talvez esta linha de filiação explique as simpatias que hoje são manifestadas por Hitler e pelo nacional-socialismo em alguns meios políticos do que foi a União Soviética, e mesmo pessoas ocupando cargos da maior responsabilidade, como o antigo membro do Partido Comunista Alexandr Lukachenka, eleito presidente da Bielorrússia em Julho de 1994 e reeleito em 2001, 2006, 2010 e 2015, expressaram publicamente a sua admiração por Hitler, como indicou V. Tismaneanu (1998) 53. Este autor comentou, com razão (pág. 54), que um dos maiores paradoxos da Rússia pós-soviética é «o aparecimento de um movimento nazi num país em que não existe praticamente nenhuma família que não tenha tido um dos seus membros assassinado pelos alemães durante a segunda guerra mundial». A extrema-direita e os fascistas do Leste europeu reduzem o racismo hitleriano à sua componente anti-semita e preferem esquecer que o antieslavismo fora o outro dos grandes eixos orientadores do nacional-socialismo. Esta escamoteação é particularmente visível na Polónia actual. Convém lembrar que neste país o anti-semitismo atingira entre as duas guerras mundiais uma amplitude talvez superior à que o caracterizava na Alemanha da mesma época, a tal ponto que em Julho e Agosto de 1946, mais de um ano depois do final da guerra, dois ou três mil judeus polacos foram assassinados numa série de *pogroms*, como relatou Vladimir Tismaneanu, op. cit., 101; ver também M. Gilbert (2011 b) II 845. Segundo N. Stone (2011) 29, foi este o momento que o cardeal-arcebispo de Cracóvia escolheu para proferir declarações anti-semitas. A crer em A. Beevor (2017) 422, também em Kiev, na Ucrânia soviética, ocorreram violentos tumultos anti-semitas em Setembro de 1945. É bom igualmente saber que na Hungria uma organização fascista clandestina conseguiu organizar um *pogrom* em 1946, segundo leio em M. Bardèche et al. (1969) 28.

<sup>444</sup> Quanto à organização de tropas auxiliares pela Wehrmacht, recrutadas entre a população soviética, ver C. Andreyev, «Soviet Exiles at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1031 e A. Dallin (1957) 299, 497 e segs. Consultar também A. Beevor (2010) 166, 246, 317-318, id. (2017) 113 e H. G. Dahms (1968) II 197, 213.

<sup>445</sup> A. Dallin (1957) 500, 502, 534, 541-542; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 291.

<sup>446</sup> A. Beevor et al. (orgs. 2015) 43; id. (2017) 181.

<sup>447</sup> Id. (2010) 166-167, 253, 359; A. Dallin (1957) 534-538, 542, 551-552; H. Mommsen (2009) 246; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 307.

ilusão, de animar um levantamento nacional e popular. Tarde demais. Não havia já territórios soviéticos ocupados e num Reich em escombros tornara-se impossível planificar qualquer estratégia. As tropas de Vlassov nenhuma utilidade tiveram para os seus patrocinadores. Mas o rigor do racismo hitleriano prevaleceu até ao último minuto e atribuiu-se formalmente um estatuto de autonomia às divisões russas de Vlassov, para que não fossem sequer integradas na Wehrmacht<sup>448</sup>. Ao longo de toda a guerra mantiveram-se os critérios de selecção racial.

#### 4

Hitler teria declarado em 1932 num círculo restrito de dirigentes do seu partido, directamente interessados no programa rácico de expansão territorial: «É necessário que, de uma vez para sempre, uma Europa germânica crie as bases políticas e biológicas que serão os factores perpétuos da sua existência. [...] Estamos hoje perante a implacável necessidade de criar uma nova ordem social. [...] A sociedade sem classes dos marxistas é uma loucura. A ordem implica sempre uma hierarquia. Mas a concepção democrática de uma hierarquia baseada no dinheiro não é uma loucura menor. Uma verdadeira dominação não pode nascer dos lucros arriscados resultantes das especulações dos homens de negócios. [...] A verdadeira dominação só pode nascer onde existir a verdadeira submissão. Não se trata de suprimir a desigualdade entre os homens, mas, pelo contrário, de a amplificar e transformá-la numa lei protegida por barreiras intransponíveis, como nas grandes civilizações dos tempos antigos»<sup>449</sup>. Deixemos os «tempos antigos» e vejamos o que seria aquela «nova ordem social».

Em Junho de 1942, numa roda de íntimos, o Führer evocou «a unificação da Europa, que estamos próximos de conseguir»<sup>450</sup>, mas é necessário entender o sentido das palavras. No Ocidente europeu subsistiriam apenas os elementos biologicamente superiores, organizados — ou melhor, reorganizados — numa colaboração económica de tipo capitalista, votada, segundo algumas perspectivas, ao progresso industrial e agrícola e à melhoria do nível de vida da população<sup>451</sup>. «Estamos a caminhar para uma situação em que deverão desaparecer progressivamente as distinções abruptas entre o Germânico e o Europeu», declarou em Outubro de 1940 Gustav Schlotterer, alto funcionário do Ministério da Economia do Reich e membro dos SS<sup>452</sup>. Segundo outra pers-

<sup>448</sup> Acerca de Vlassov ver A. Dallin (1957) 553-557. Acessoriamente consultei C. Andreyev, «Soviet Exiles at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1029-1031, A. Beevor (1917) 75, 181, 296, 399, I. Kamenetsky (1956) 61-62 e E. Nolte (1989) 398-401.

<sup>449</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 59.

<sup>450</sup> *Hitler's Table Talk...*, 541.

<sup>451</sup> F. Neumann (1943) 208; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 286-290.

<sup>452</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 287.

pectiva, porém, que era a do próprio Führer<sup>453</sup> e que Göring enunciou com a habitual rudeza<sup>454</sup>, o sistema de saque e espoliação incluiria a Europa a oeste do Reich, e foi assim que as autoridades ocupantes aplicaram nesses países a economia de guerra, com o Serviço de Trabalho Obrigatório e a requisição de enormes contingentes da produção agrícola e industrial. No entanto, mesmo neste contexto houve lugar para a colaboração económica, como mostrou o acordo entre Albert Speer, ministro do Reich para o Armamento e a Produção de Guerra, e o secretário de Estado da Produção Industrial e das Comunicações no governo de Vichy, Jean Bichelonne, que já analisei (no capítulo 3 da Parte 2). Sem pôr em causa o abastecimento da economia de guerra do Reich, este acordo procurou estimular a actividade produtiva em França e evitar a desindustrialização daquele país. Qual das duas perspectivas haveria de prevalecer, a que se baseava numa cooperação ou a simplesmente espoliadora, foi uma questão deixada em aberto pela derrota militar dos fascismos, que não tiveram tempo para experimentar na prática económica a Ordem Nova europeia. Depois de tudo terminado, na época dos balanços melancólicos, Marc Augier, que em 1943 dirigira o jornal da LVF e em 1944-1945 o dos Waffen-SS franceses, recordou aquele dilema ao escrever que «quando Hitler afirmou perante homens inteligentes como Doriot e Degrelle “Para fazer a Europa é necessário primeiro ganhar a guerra”, ele não compreendeu a profundidade da réplica, considerada um simples gracejo, “Para ganhar a guerra é necessário primeiro fazer a Europa”»<sup>455</sup>.

O certo é que, restrita às fronteiras do Reich ou ampliada à Europa ocidental, deveria manter-se uma economia baseada no assalariamento, no sistema empresarial e nos mercados. Como seriam evitados os conflitos de classe que rasgam o capitalismo? A estabilidade social estaria assegurada porque as clivagens entre patrões e trabalhadores se dissolviam numa comunidade biológica, ficando os antagonismos resolvidos em termos raciais<sup>456</sup>. Vinte e um dias após a sua nomeação para a Chancelaria, e questionando tanto os marxistas e a burguesia liberal como aqueles membros do seu partido que tinham a veleidade de interferir na hierarquia das empresas, Hitler anunciou numa reunião com industriais: «É impossível que a empresa privada se sustente na era da democracia. Ela só é concebível se as pessoas tiverem ideias sensatas acerca da autoridade e da personalidade [...] Todos os bens materiais que possuímos são devidos à luta dos

<sup>453</sup> Id., *ibid.*, III 290.

<sup>454</sup> Id., *ibid.*, III 293-294.

<sup>455</sup> Saint-Loup (1987) 150. A. Duraffour et al. (2017) 186 classificaram Augier como «teórico do federalismo étnico europeu — um projecto que defendia o desmantelamento dos Estados nacionais para edificar a Europa das etnias ou das “pátrias carnais”».

<sup>456</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 287; J. Billig (2000) 68-69; K. Heiden (1934) 94; J. Kuczynski et al. (1942) 52.

escolhidos [...] Não podemos esquecer que todos os benefícios da cultura têm mais ou menos de ser introduzidos com um punho de ferro»<sup>457</sup>. A aplicação do *Führerprinzip* às empresas assimilou-as ao sistema nacional-socialista, sendo os capitalistas concebidos não como uma classe mas como uma elite. Ora, num quadro de pensamento que recusava a problemática social e dava o exclusivo à questão racial, só podia também ser rácico o fundamento da elite empresarial. Por isso os SS, tesouro do sangue mais puro, deviam converter-se numa tecnocracia, e a singularidade biológica conferia-lhes a hegemonia na esfera económica como em todas as outras.

Hitler atribuiu à raça superior as características adequadas à criação e à manutenção de uma sociedade coesa e duradoura. «Quanto mais facilmente se estiver disposto a prescindir dos interesses meramente pessoais, tanto maior será a capacidade de constituir vastas comunidades», ditou ele na prisão. «É sobretudo entre os arianos que se desenvolveu mais acentuadamente esta vontade de auto-sacrifício, que leva cada um a dar aos outros o seu trabalho pessoal e, se necessário, a própria vida. A superioridade do ariano não reside nas suas qualidades intelectuais, em si, mas no enorme grau em que se dispõe a pôr todas as suas capacidades ao serviço da comunidade. Ele elevou o instinto de conservação à sua forma mais nobre, pois subordina de bom grado o próprio ego à vida da comunidade e, chegado o momento, aceita mesmo sacrificá-lo»<sup>458</sup>. Definida a cultura exclusivamente como coesão do povo, então a criatividade cultural corresponderia à anulação do indivíduo, um acto que havia de encontrar na morte heróica a essência superlativa. Único criador de cultura, e por isso o único a conhecer o verdadeiro heroísmo, o Ariano, como Hitler então lhe chamava, ou o Nórdico, como os teóricos do racismo preferiram designá-lo<sup>459</sup>, via-se sujeito ao mais macabro dos paradoxos, assegurar a criação da cultura mediante a destruição da vida. Por isso a cultura e o heroísmo foram duas faces inseparáveis nesta mitologia do sangue superior, encontrando ambas a razão de ser na ordem, entendida

<sup>457</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 135 e W. L. Shirer (1995) I 206.

<sup>458</sup> A. Hitler (1995) 270. Por seu lado, H. S. Chamberlain (1913) 686 e 1288-1289 atribuiu qualidades muito diferentes à raça germânica, na qual incluía os celtas e os antigos eslavos. Para ele os germanos seriam os únicos capazes de combinar a liberdade individual com a edificação social de Estados, porque só eles teriam a aptidão para conjugar o mundo visível e colectivo, onde reinava a ordem política e o determinismo da natureza, com o mundo invisível e pessoal, onde se expandia a liberdade subjectiva e a imaginação poética e religiosa. Partindo de uma frase de Goethe, Houston Stewart Chamberlain defendeu (págs. 926-937) que, ao contrário da ideia universalista, que procurava abolir os limites exteriores para colocar limites internos ao espírito, a aspiração íntima — e criativa — à ausência de limites só podia decorrer da formação de limites exteriores, que eram os limites de raça e de nação. Por isso Chamberlain pretendeu (págs. 685-686) que só o Germano tinha direito à liberdade, porque só ele possuía a força física e a força intelectual necessárias para ser livre. Decerto não agradaria a Hitler caracterizar os germanos com uma tão temerária ambiguidade, e no entanto os SS destacaram esta ideia de Chamberlain numa publicação de 1941. Ver K. Hammer (org. 1988-1994) IV 31-34.

<sup>459</sup> L. Poliakov (1971) 278 indicou que «sob o Terceiro Reich a unanimidade faz-se sobretudo em torno do conceito de *nordicismo*, em detrimento dos de *arianismo* e de *germanismo*». Já Lothrop Stoddard, que usava o conceito de *nórdico*, criticara «a enganosa terminologia "ariano"». Ver L. Stoddard (1921) 200.



como coesão da raça e sua estabilidade. Nos termos de Rosenberg, a submissão de cada geração e de cada pessoa à permanência supratemporal do sangue da raça inspirava o culto da honra e o seu corolário, o comportamento heróico<sup>460</sup>. Escreveu ele que «praticamente tudo o que preservou o carácter da nossa raça, dos nossos povos e nações, foi antes de mais o conceito de honra e a ideia de dever que lhe está indissolúvelmente ligada» e «onde quer que prevaleça o sangue nórdico, encontra-se o conceito de honra»<sup>461</sup>, mas é inútil multiplicar as citações, porque se trata de um dos temas recorrentes em *O Mito do Século XX*. Além disso, a indissolúvel ligação do sangue ao solo, da história concebida como eternidade a uma geografia considerada imutável, produzia o bom senso e o realismo, que representavam a compreensão pelo homem do lugar ocupado na organização geral da natureza<sup>462</sup>. Pretendia Darré que os camponeses, conservando em si a força vital da raça nórdica e inspirados pelo ciclo que leva da sementeira à colheita, estavam aptos a perceber que a essência da realidade é o processo de evolução orgânica<sup>463</sup>. Deste conjunto de valores fundamentais resultaria o espírito de síntese, a capacidade de impor a união sobre as cisões, a hierarquia sobre os conflitos, o todo sobre as partes. A disciplina era para os nacional-socialistas a expressão da superioridade do sangue, e tanto mandar como obedecer exigiam disciplina. Na raça superior a autoridade da elite sobre as massas era apresentada como uma submissão comum aos imperativos do sangue. Nesta atitude de obediência à raça, enquanto colectividade presente e permanência trans-histórica, dissolver-se-iam as oposições de classe.

Foi neste quadro que adquiriu um carácter operacional o conceito de *Volksgenössische*, camaradagem entre os elementos do povo, que deve entender-se como camaradagem de raça<sup>464</sup>.

<sup>460</sup> J. Billig (2000) 52-53; E. Conte et al. (1995) 38-39.

<sup>461</sup> A. Rosenberg (1986) 135, 141; id. [s. d.] 131, 136.

<sup>462</sup> E. Conte et al. (1995) 90. H. J. Morgenthau (1946) 135-136 chamou a atenção para a atemporalidade das características raciais na doutrina nacional-socialista. Acerca de uma mitologia baseada nas noções de raça, espaço e eternidade, inspiradora dos SS, ver J. Baberowski et al. (2009) 191.

<sup>463</sup> B. Miller-Lane (1973) 183.

<sup>464</sup> E. K. Bramstedt (1945) 71, 169; J. P. Faye (1980) 160-161, 230 e n.; K. Heiden (1934) 18 n. Tradutor de *Mein Kampf* para inglês, Ralph Manheim deu de *völkisch* e de *Volksgenossen* versões neutras, como «*nationalist*» e «*national comrades*», com o argumento de que eram termos correntes antes do aparecimento dos nacional-socialistas, sendo usados por muitas pessoas sem conotação racista. Ver A. Hitler (1995) 12 n. 3 e 84 n. 1. Parece-me que, pelo contrário, isto devia ter levado o tradutor a acentuar a especificidade hitleriana no emprego daquelas palavras, como explicou J. Billig (2000) 70 ao escrever que «quando Hitler pronuncia o termo “*völkisch*” numa acepção positiva, em oposição à forma como o empregavam os movimentos políticos que se denominavam precisamente “*völkisch*” (na acepção do tradicionalismo) e que são objecto das suas críticas mais mordazes, ele confere a esse termo o sentido de “raça”». E Joseph Billig insistiu (pág. 35) que «o termo “*Völkische*” (“Populista”), na sua acepção positiva, significa para Hitler o racismo» (sub. orig.). Por isso A. Bullock (1972) 67 n. 1 teve razão ao traduzir o nome do jornal *Völkischer Beobachter* como «*Racist Observer*». Este historiador comentou (pág. 123 n. 1) que *völkisch* é «uma palavra difícil de traduzir porque combina a ideia de nacionalismo com as ideias de raça [...] e de anti-semitismo». Esta observação é confirmada por Jean Pierre Faye, tão competente enquanto linguista como lúcido e arguto na análise histórica, demonstrando que *racista* é a tradução mais correcta de *völkisch* e citando uma conversa pessoal com Herbert Marcuse em abono da tradução de *Volksgenosse* como «*camarada de raça*». Ver a este respeito J. P. Faye (1972) 87 n. 37, (1976) I 330 e (1980) 151-158, 726 n. 8. Com efeito, é como «*racial comrades*» que a expressão aparece

O conceito fora já expresso no quarto ponto do programa do partido, apresentado em 1920<sup>465</sup>, mas só mais tarde demonstrou todas as suas potencialidades de articulação. A passagem de um fascismo social a um fascismo rácico operou-se mediante a conversão da Nação Proletária numa Raça de Camaradas. *Genosse*, o termo que em alemão designa o camarada no movimento operário, recordava a qualificação socialista de que este nacionalismo racial se reivindicava, e ao mesmo tempo fundia todos os membros da raça numa camaradagem única, negando a divisão em classes. O socialismo que o Führer pretendia implantar significava, nas suas próprias palavras, o desaparecimento das divisões entre classes, através da comunidade do sangue<sup>466</sup>.

Se apesar disto restasse qualquer vestígio de insatisfação, seria atenuado pela exploração massiva dos escravos de Leste, que contribuiria para melhorar o nível de vida dos trabalhadores no Ocidente<sup>467</sup>. «Esta não é uma guerra pelo trono e pelo altar», escreveu Goebbels num artigo de Maio de 1942; «é uma guerra pelo trigo e pelo pão, por uma mesa bem abastecida ao pequeno-almoço, ao almoço e ao jantar, uma guerra para garantir as condições materiais necessárias à resolução da questão social [...]»<sup>468</sup>. Como explicara em Fevereiro do ano anterior o Reichsleiter Robert Ley, chefe da Frente Alemã do Trabalho, «o alemão, com efeito, precisa de mais do que o polaco ou o preto ou quem quer que seja. Quanto mais elevada for a raça, mais elevadas serão as condições necessárias à vida humana»<sup>469</sup>. A hierarquia biológica ditaria a hierarquização dos trabalhadores, e o novo chefe do RSHA, Kaltenbrunner, recordou em Abril de 1943 as regras que deviam presidir ao tratamento dos trabalhadores de outras raças: «Os compatriotas alemães devem ter consciência de que, se ignorarem os princípios básicos da concepção nacional-socialista de raça, ficarão expostos às penas mais severas»<sup>470</sup>. Já num discurso pronunciado em Kiev no mês anterior dissera Erich Koch, comissário do Reich para a Ucrânia: «Somos uma raça de senhores e devemos lembrar-nos de que o mais humilde dos trabalhadores alemães é mil vezes mais valioso, racial e biologicamente, do que a população daqui»<sup>471</sup>. Mesmo no interior da mão-de-obra recrutada para cumprir no Reich o serviço de trabalho obrigatório prevalecia uma

traduzida em H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 818. Em abono desta interpretação, note-se que Moeller van den Bruck e os demais membros do Juni-Klub tenderam a rejeitar o termo *völkisch* devido às suas conotações racistas, preferindo-lhe termos como *volkhaf* ou *volklich*. Ver A. Quinchon-Caudal (2013) 60. Sobre este problema ver também Anne Quinchon-Caudal, op. cit., 45-46.

<sup>465</sup> E. Conte et al. (1995) 212; A. Kaes et al. (orgs. 1995) 125.

<sup>466</sup> J. P. Faye (1980) 538.

<sup>467</sup> J. Billig (2000) 69; F. Neumann (1943) 213; K. H. Roth et al. (2011) 221, 228.

<sup>468</sup> O editorial de Goebbels em *Das Reich*, 31 de Maio de 1942, encontra-se antologado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 486-487. A passagem citada vem na pág. 486.

<sup>469</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 293.

<sup>470</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 245.

<sup>471</sup> Citado em A. Bullock (1972) 692, M. Gilbert (2011 b) II 477 e W. L. Shirer (1995) II 345. A crer em H. G. Dahms (1968) II 196, Koch referia-se aos ucranianos como um «povo de escravos».

classificação racial rigorosa, e se por um lado toda ela estava afastada do contacto com os operários germânicos, por outro lado os franceses e demais trabalhadores da Europa ocidental e da Escandinávia eram muito mais bem tratados do que os eslavos sub-humanos e estavam igualmente afastados deles<sup>472</sup>.

Neste *apartheid* executado numa dimensão continental, o capitalismo no Ocidente germânico justapor-se-ia a uma economia metacapitalista, ou talvez ao *remake* de um pré-capitalismo mítico, no Leste eslavo. Hitler teria assim instaurado uma sociedade de exploração estável, o império perene da ordem absoluta, «uma paz que não se apoia nos louros brandidos por carpi-deiras pacifistas, mas se firma na espada vitoriosa de um povo de senhores, colocando o mundo ao serviço de uma cultura superior»<sup>473</sup>. Numa declaração de Agosto de 1940, o Führer considerou a preservação da pureza do sangue como a garantia da solidez da futura Ordem Nova continental: «Na sua forma final, o Grande Reich Alemão incluirá no interior das suas fronteiras entidades nacionais que desde o princípio se revelam desfavoráveis ao Reich. Isto leva a que seja necessário manter, fora do núcleo germânico do Reich, uma polícia militar de Estado capaz de representar e impor em qualquer situação a autoridade do Reich dentro do país. Esta função só pode caber a uma Polícia de Estado que tenha nas suas fileiras homens do melhor sangue germânico e se identifique plenamente com a ideologia em que se fundamenta o Grande Reich Alemão. Só uma formação constituída desta maneira poderá resistir às influências desintegradoras, mesmo em épocas de crise. Uma formação deste tipo — orgulhosa da sua pureza racial — jamais fraternizará com o proletariado e com o submundo [...] Regressando ao país depois de terem mostrado o seu valor no campo de batalha, as unidades dos Waffen-SS disporão da autoridade necessária para executar as suas missões enquanto Polícia de Estado»<sup>474</sup>.

As opiniões de Hitler a este respeito estavam formadas desde há muito, minuciosas no seu detalhe. Declarara ele no Verão de 1932 perante alguns dirigentes do partido, reunidos para escutar os planos de colonização a Leste: «Não se trata de fabricar uma medíocre pan-Europa pacifista [...] O que é necessário, de uma vez para sempre, é que uma Europa germânica crie as bases políticas e biológicas que serão os factores perpétuos da sua existência. [...] A nossa missão é subjugar os outros povos. O povo alemão tem a vocação de dar ao mundo uma nova classe de senhores. [...] Eu vou-vos dizer, camaradas, que aspecto há-de apresentar a futura ordem social. Haverá uma classe de senhores, proveniente dos mais diversos elementos, que será recrutada no

<sup>472</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 326-327; K. H. Roth et al. (2011) 221-223.

<sup>473</sup> A. Hitler (1995) 360.

<sup>474</sup> Citado em A. Bullock (1972) 699 e parcialmente em J. Billig (2000) 272. Ver ainda *Hitler's Table Talk...*,

combate e encontrará assim a sua justificação histórica. Haverá a esmagadora maioria dos membros do partido, ordenados hierarquicamente. São eles que formarão as novas classes médias. Haverá também a grande massa anónima, a colectividade dos servidores [...] Mais baixo ainda, teremos a classe dos estrangeiros submetidos pela conquista, a quem chamaremos com frieza os escravos modernos. E acima de tudo isto haverá a nova alta nobreza, composta pelas personalidades dirigentes mais meritórias e mais dignas de responsabilidades. [...] Será no Leste que encontraremos o nosso grande campo de experiências. É lá que há-de nascer a nova ordem social europeia»<sup>475</sup>. Perante os escravos sub-humanos, desprovidos de qualquer princípio próprio de ordenação social e incapazes de ascender à disciplina do sangue, e estando aniquiladas as elites autóctones que os haviam dirigido, erguia-se a raça de senhores, firme e coesa. A disciplina do sangue fazia com que os membros da raça superior jamais se digladiassem entre si. A ausência de uma disciplina do sangue impedia que os sub-homens se revoltassem contra a raça superior. Estaria assim assegurada a ordem absoluta? Nada ameaçaria o império continental nacional-socialista?

## 5. Anti-raça

Para que a raça superior impusesse a estabilidade da ordem e inaugurasse o Reich de Mil Anos seria necessário aniquilar a raça privada de espírito de síntese, os críticos propensos a analisar o todo na contraditoriedade das partes, os subversores que sempre ameaçam as hierarquias com os conflitos. E quem os podia representar melhor do que um povo que, expulso há dois mil anos da pátria de origem, se revelara incapaz tanto de se deixar assimilar pelos Estados que o acolheram como de fundar um Estado próprio? No pensamento nacional-socialista os judeus eram a «anti-raça»<sup>476</sup>. Parece que a aplicação do conceito de *anti-raça* aos judeus foi inaugurada por Arno Schickedanz<sup>477</sup>, um dos personagens que de mais perto rodeavam Rosenberg, e este conceito deixa esclarecida toda uma constelação ideológica. Incapazes de construir um Estado, os judeus só podiam viver infiltrando-se parasitariamente nos Estados alheios.

<sup>475</sup> Citado em H. Rauschning (1939) 58-61.

<sup>476</sup> E. Conte et al. (1995) 210; A. Quinchon-Caudal (2013) 214. A este respeito ver, por exemplo, Joseph Goebbels antologado em R. Griffin (org. 1995) 120.

<sup>477</sup> A. Dallin (1957) 9 n. 1. Esta atribuição é sugerida por uma passagem de *O Mito do Século XX*. Ver A. Rosenberg (1986) 437 ou id. [s. d.] 321, e também A. Duraffour et al. (2017) 1038 n. 14. Ver ainda a n. 186 do capítulo 1 desta Parte 4.

«O derradeiro mito que a Europa ainda possui é — o Judeu. E torna-se evidente que não quer vê-lo destruído», escreveu no começo da república de Weimar um literato judeu, denunciando «um tipo de ciência que habitualmente destrói mitos, mas que está sempre ocupado em manter vivo este mito e em traduzir para um idioma moderno a atribuição de virtudes demoníacas ao Judeu, tal como a realizou a Igreja medieval»<sup>478</sup>. Mas importa afastar de uma vez por todas a noção de que o anti-semitismo nacional-socialista tivesse qualquer componente religiosa. Hitler foi muito claro a este respeito e recordou em *Mein Kampf* que inicialmente nutria simpatia pelos judeus enquanto os considerara só como vítimas da sua fé<sup>479</sup>. Aliás, coexistiam no Terceiro Reich duas persuasões cristãs e era muito difundido, sobretudo entre os SS, um misticismo anticristão. Convém saber também que só em Itália havia uma percentagem maior de judeus a terem abandonado a sua religião<sup>480</sup>. Apercebemo-nos de que para os anti-semitas alemães o judaísmo era um mito, que não derivava de rivalidades étnicas nem da situação económica, ao recordarmos que os judeus compunham na população total do país uma fracção mínima, 0,76% em 1933, e a sua presença estava além disso em declínio, pois em 1871 haviam representado 1,05% da população<sup>481</sup>. Dos cerca de dez milhões de judeus europeus, só menos de 5% residiam na Alemanha durante a república de Weimar <sup>482</sup>. Por outro lado, a falta de fundamento da tão propalada judaização do capital financeiro revela-se ao sabermos que os judeus representavam só 2% dos banqueiros e corretores de títulos<sup>483</sup>. O carácter mítico dos pavores anti-semitas torna-se ainda mais evidente pelo facto de o principal foco do racismo no NSDAP ter sido a Baviera, onde Hitler alicerçara a sua actividade<sup>484</sup>, embora no final da república de Weimar um pouco mais de 32% dos

<sup>478</sup> E. Frisch, «Jüdische Aufzeichnungen», *Der Neue Merkur*, 1921-1922, antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 253-255. A passagem citada encontra-se na pág. 253.

<sup>479</sup> A. Hitler (1995) 48.

<sup>480</sup> M. Mayer (1966) 144.

<sup>481</sup> J. Droz [s. d.] 38; M. Mann (2004) 141; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 328; K. Polkehn (1976) 55; K. A. Schleunes (1990) 6, 38. Segundo N. Cohn (1992) 40, no último terço do século XIX, quando receberam os direitos cívicos, os judeus compunham 1,2% da população alemã. S. G. Payne (2003 b) 56 apresentou percentagens diferentes, considerando que os judeus constituíam 1,25% da população alemã em 1871 e 0,95% em 1910, enquanto que em Berlim os judeus desceram de 5,1% para 4,4% entre 1895 e 1910. «Os judeus não chegam sequer a um por cento dos alemães», recordara, num panfleto de Abril de 1932, a secção de Hamburgo da Central-Verein deutscher Staatsbürger jüdischen Glaubens. «Será realmente possível que um de nós prevaleça sobre cem de vós?». Este texto encontra-se em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 274. Do mesmo modo, em França, Z. Sternhell (1978) 224 observou que «o anti-semitismo popular não representa uma reacção à presença judaica».

<sup>482</sup> K. A. Schleunes (1990) 37.

<sup>483</sup> M. Mann (2004) 141; K. A. Schleunes (1990) 40. Isto não impediu uma universitária de escrever, referindo-se à época da primeira guerra mundial, que «os judeus alemães tinham uma participação considerável nas grandes empresas, na comunicação social e na finança». Ver L. Waddington (2007) 13.

<sup>484</sup> Note-se ainda que, a crer em R. Laudani (org. 2013) 139, durante a segunda guerra mundial, nos níveis superiores da hierarquia nacional-socialista só uma minoria era de origem prussiana, sendo a grande maioria originária da Renânia, da Alemanha central, da Baviera e da Áustria.

judeus alemães vivesse em Berlim, onde formava 4,3% da população, e só 1,8% morasse em Munique<sup>485</sup>. E se em 26 de Julho de 1940 Hitler confidenciou ao primeiro-ministro romeno que «apesar de tudo o que se disse em contrário, ficou provado que os judeus eram completamente dispensáveis» para a economia alemã<sup>486</sup>, isto devia ter-lhe mostrado que eles não tinham peso nessa economia.

Mas os mitos possuem uma lógica própria, que os torna imunes à argumentação. O economista fascista romeno Mihail Manoilescu, natural de um país onde o ódio aos judeus era muito mais disseminado do que na Alemanha, enunciou como regra que «não basta que a minoria seja minoria *no conjunto da nação*; é também necessário que não ocorra nenhum desequilíbrio étnico particular em *qualquer "compartimento" da vida nacional*»<sup>487</sup>. O carácter irracional deste critério afere-se quando sabemos que os anti-semitas alemães se indignavam pelo facto de em algumas profissões e ramos de actividade a participação de judeus ser notória<sup>488</sup>, esquecendo que, em consequência disso, eles estavam sub-representados noutras profissões qualificadas e noutros sectores da economia. Quando estigmatizava os judeus, os perseguia e mais tarde se afanava em exterminá-los, o nacional-socialismo de feição hitleriana massacrava na carne o que eram meros emblemas ideológicos. «O Judeu não é mais um ser humano, tornou-se uma figura mítica», escreveu um historiador<sup>489</sup>, e só entenderemos os pavores do racismo hitleriano quando soubermos quais eram as atitudes sociais e as características ideológicas atribuídas ao judaísmo.

«O Judeu é desprovido de capacidade criativa», escreveu Goebbels em 1930. «Ele nada produz, só manipula produtos»<sup>490</sup>. Num livro publicado na mesma ocasião, Rosenberg chamou-lhe «um parasita eternamente estéril e amaldiçoado»<sup>491</sup>. Os judeus «jamais foram construtores ou exploradores», pretendia Henry Ford dez anos antes em *The International Jew*, «mas no máximo seguiram o rasto dos conquistadores»<sup>492</sup>. O mito tinha raízes mais antigas, pois em 1850 um dos primeiros doutrinadores do racismo britânico moderno classificara os judeus como parasitas estéreis<sup>493</sup>. Por oposição ao Nórdico, que anula a sua individualidade na preservação da raça e é,

<sup>485</sup> K. Polkehn (1976) 55; K. A. Schleunes (1990) 38-39. Porém, no que diz respeito à formação ideológica de Hitler convém saber que, segundo J. C. Fest (1974) 43, em Viena os judeus compunham 2% da população em 1857 e mais de 8,5% em 1910.

<sup>486</sup> Citado em S. Friedländer (2008) 142.

<sup>487</sup> M. Manoilescu (1936) 180 (subs. orig.).

<sup>488</sup> J. Droz [s. d.] 38-39; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 328-329.

<sup>489</sup> A. Bullock (1972) 40. Referindo-se a Hitler, H. Rauschnig (1939) 262 notou que «a furiosa obstinação do seu anti-semitismo só se torna compreensível pela transfiguração mítica do Judeu em protótipo do Mal».

<sup>490</sup> Antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 138.

<sup>491</sup> Segui a versão de A. Rosenberg [s. d. 2] 207 e não a de id. (1986) 234. Os judeus foram ainda classificados de «parasitas» em id. (1986) 435-437, 440 ou id. [s. d. 2] 320-323.

<sup>492</sup> H. Ford (1932) 396. Ver também a pág. 236.

<sup>493</sup> Robert Knox mencionado por L. Poliakov (1971) 238.

portanto, criador de cultura, o Judeu limita-se ao parasitismo cultural, afirmou Hitler em *Mein Kampf*, porque lhe falta a capacidade de auto-sacrifício. Assim, o judaísmo constitui uma horda, uma mera soma de indivíduos, unidos apenas enquanto enfrentam um perigo comum, e votados sem isso ao egoísmo e à luta fratricida<sup>494</sup>. Já Houston Stewart Chamberlain, depois de atribuir à cultura judaica um carácter meramente negativo e considerar que os judeus se apresentavam normalmente divididos por facções internas, coligando-se só contra quem pudesse pôr em causa os seus interesses, vituperara também os fenícios, presumidos antecessores dos judeus, pelo parasitismo cultural que os levaria a utilizar os elementos exteriores das culturas alheias, sendo incapazes de criar uma cultura própria<sup>495</sup>. Nesta metáfora do parasitismo judaico muitos racistas assumiram uma vocação socialista, transferindo para a esfera étnica o conceito de parasita, de explorador, que antes tivera curso apenas no plano das classes<sup>496</sup>. E assim como a Nação Proletária fora convertida numa Raça de Camaradas, também a plutocracia, uma inimiga social, se transformou num inimigo racial, o Judeu.

Parasitas por serem individualistas e incapazes de praticar a aniquilação heróica do eu, os judeus seriam pelo mesmo motivo os desagregadores de toda a ordem social, e as suas personalidades eminentes, denunciou Hitler, «são grandes apenas na destruição da humanidade e da sua cultura»<sup>497</sup>. «Desintegradores e destruidores», chamou-lhes Gottfried Feder<sup>498</sup>. Essa tara dever-se-ia, para Chamberlain, ao facto de os judeus não possuírem o «instinto que cria os Estados»<sup>499</sup>. Assim, continuou este doutrinador do racismo, a vontade individual desenvolvera-se muitíssimo entre os judeus, e com ela a sua expressão religiosa, a ideia do livre-arbítrio, numa estulta ignorância do carácter necessário das leis exteriores<sup>500</sup>. Por isso Rosenberg considerou o sionismo uma impossibilidade prática: «Qualquer tentativa para formar realmente uma comunidade orgânica de camponeses, operários, artesãos, técnicos, filósofos, soldados e estadistas judeus entra em contradição com os instintos desta anti-raça. É uma ideia condenada desde início ao fracasso. Deixados entre eles, os judeus serão incapazes de produzir qualquer cultura»<sup>501</sup>. Também o Führer, conversando na presença de Himmler e Heydrich, declarou que «a tentativa de

<sup>494</sup> A. Hitler (1995) 273-275. Ver também as págs. 138 e 140. Este tema foi retomado no filme *Der ewige Jude*, de Fritz Hippler, estreado em 1940. Também Henry Ford, em *The International Jew*, considerara que os judeus só superam as suas permanentes divisões para se unir contra um inimigo. Ver H. Ford (1932) 201.

<sup>495</sup> H. S. Chamberlain (1913) 59, 191, 193-194 n.

<sup>496</sup> E. Conte et al. (1995) 210-211 relataram as polémicas no interior do NSDAP acerca do carácter socialmente parasitário atribuído aos judeus.

<sup>497</sup> A. Hitler (1995) 320. Ver também as págs. 59, 60, 406 e 598.

<sup>498</sup> Expressões usadas por Feder num texto publicado em 1928, antologado em R. Griffin (org. 1995) 122.

<sup>499</sup> H. S. Chamberlain (1913) 191-192.

<sup>500</sup> Id., *ibid.*, 328-332.

<sup>501</sup> A. Rosenberg (1986) 439; *id.* [s. d.] 323.

criar um Estado judaico será um fracasso»<sup>502</sup>. Enquanto para Darré os nórdicos se caracterizariam pela vocação agrícola, logo, sedentária, os judeus seriam, na sua própria essência, nómadas, por isso urbanos; contra a economia agrícola, considerada natural, eles interessar-se-iam pela busca parasitária do lucro mercantil<sup>503</sup>. O conceito de Sangue e Solo, que formava o núcleo central das ideias daquele que até 1942 foi o Führer dos Camponeses do Reich, implicava no reverso a classificação dos judeus como um povo sem raízes, sendo o nomadismo o único destino do Judeu Errante. Precisamente porque lhe faltavam as raízes que inspiram a noção do concreto e do orgânico, o Judeu não podia senão ser um manipulador de abstracções. A economia judaica era a economia cosmopolita do dinheiro abstracto e não a economia nacionalista dos produtos concretos pela mesma razão por que a sua expressão religiosa era o individualismo e a sua expressão política era a desagregação<sup>504</sup>. Sombart, que defendera este tipo de perspectivas<sup>505</sup>, forneceu no plano dos mitos históricos um contributo para a formação do pensamento nacional-socialista comparável ao de Chamberlain no plano dos mitos biológicos.

Para quem considerava o Estado como a suprema manifestação da ordem e da cultura, não espanta que o Judeu Errante, condenado à eterna diáspora, simbolizasse a desordem e a ameaça de desagregação da humanidade. Nos primeiros anos da sua carreira, discursando em Munique em 28 de Julho de 1922, proclamou Hitler: «O Judeu nunca fundou nenhuma civilização, se bem que tenha destruído centenas delas. Ele não criou nada que possa mostrar. Tudo o que tem é roubado [...] só o Ariano é capaz de formar Estados e lhes abrir o caminho da grandeza futura»<sup>506</sup>. «O Judeu, esse destruidor», insistiu o Führer em Outubro de 1941<sup>507</sup>, e num discurso em Dezembro desse ano estigmatizou «o elemento judaico, cujos interesses conduzem todos à desintegração e nunca à ordem»<sup>508</sup>. Dois meses depois ele repetiu aos seus íntimos que «o Judeu é o catalisador que lança fogo aos combustíveis», para concluir que «um povo sem judeus regressa à ordem natural», o que era lógico quando se considerava que a existência do Judeu

<sup>502</sup> Em 25 de Outubro de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 87.

<sup>503</sup> A. Bramwell (1985) 54-56, 189-192; A. Quinchon-Caudal (2013) 108-110. Ver também A. Tooze (2006) 171-172. Já Ratzel assimilara o nomadismo aos judeus e considerara-o a causa do capitalismo. Ver W. W. Kay (2008).

<sup>504</sup> Segundo J. Herf (1986) 36, também o conservadorismo revolucionário durante a república de Weimar associara o judaísmo e a abstracção comercial; ver igualmente a pág. 60. Por seu lado, Ezra Pound relacionou a usura com as abstracções, que ele abominava, como o juro e o crédito; e contra a abstracção enalteceu a imagem sensorial, que no plano económico corresponderia aos bens materiais como o trigo ou o ferro. A usura, geradora da abstracção, encontrava-se para Pound na origem da decadência civilizacional e da desagregação social e, acima de tudo, corrompia a linguagem e era, evidentemente, judaica. Ver V. C. Ferkiss (1955) 177-178 e 195. Quanto à relação entre usura, linguagem e judaísmo em Pound consultar ainda P. Morrison (1996) 28-30, 51-54 e 58-59.

<sup>505</sup> J. Herf (1986) 45, 130-151; D. Pels (1998) 6.

<sup>506</sup> Citado em A. Bullock (1972) 407. Este historiador referiu «civilização», mas na terminologia da extrema-direita alemã e do nacional-socialismo parece-me que Hitler deveria ter dito «cultura».

<sup>507</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 287.

<sup>508</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 302.



correspondia a uma desordem na natureza<sup>509</sup>. «Ele é um ser estranho à ordem natural», confidenciara Hitler um dia, «é um ser fora da natureza»<sup>510</sup>. Na defesa do princípio da maioria contra o princípio da força residia a expressão política do judaísmo, onde Hitler confundia a democracia parlamentar e todos os cambiantes do marxismo, numa mesma aversão à preponderância numérica das massas, dissolvente da autoridade da elite, que era para ele a verdadeira ordem<sup>511</sup>. Mais tarde, o Führer sustentou na presença de Himmler que o judaísmo provocava a revolta da quantidade contra a qualidade. «Uma questão se coloca», e aqui ele foi atingido por uma dúvida ontológica. «Será que o Judeu age conscientemente e por cálculo ou é movido pelo seu instinto? Não sei responder a esta questão»<sup>512</sup>. Mas Rosenberg não hesitou e elevou o carácter desagregador da anti-raça ao plano de uma antiepistemologia: «Numa expressão paradoxal, a mentira permanente é a verdade orgânica da anti-raça judaica»<sup>513</sup>.

«O Judeu», escreveu ainda Rosenberg, «não possui nenhum talento para um crescimento íntimo, nenhuma configuração orgânica do espírito e, portanto, nenhuma configuração racial»<sup>514</sup>. Na verdade tratar-se-ia de um «grupo», já que «não se pode realmente chamar-lhe um povo»<sup>515</sup>. Os fundamentos desta mitologia haviam sido formulados por Houston Stewart Chamberlain, para quem o povo israelita, que ele considerava um mero antepassado dos judeus da sua época, resultara de múltiplos cruzamentos entre tipos rácicos «completamente divergentes sob os pontos de vista físico e moral»<sup>516</sup>. Teria sido depois, e através de um processo multissecular de endogamia sistemática no seu ramo principal, que os judeus conseguiram formar uma unidade rática<sup>517</sup>, mas o forte grau de heterogeneidade dos elementos originários impedira-os de superar a mestiçagem congénita. «[...] a raça judaica é sem dúvida permanente, mas é também completamente bastarda, e conserva esta bastardia de maneira duradoura. [...] quando a diferença entre os tipos cruzados é tão profunda que constitui um abismo inultrapassável, então os seus produtos são bastardos»<sup>518</sup>.

<sup>509</sup> Citado em E. Nolte (1989) 413.

<sup>510</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 269.

<sup>511</sup> A. Hitler (1995) 60, 73-83, 255, 287, 406-407.

<sup>512</sup> Em 17 de Fevereiro de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 314. «Provavelmente, muitos judeus não estão cónscios do poder destrutivo que representam», admitira o Führer na noite de 1 para 2 de Dezembro de 1941. Ver *ibid.*, 141. Também Goebbels, na página do seu diário correspondente a 13 de Maio de 1943, registou que, na opinião de Hitler, os judeus não precisavam de seguir um plano de acção pré-estabelecido porque agiam de acordo com o seu instinto racial. Ver S. Friedländer (2008) 705.

<sup>513</sup> A. Rosenberg (1986) 639; *id.* [s. d. 2] 461.

<sup>514</sup> *Id.* (1986) 437; *id.* [s. d. 2] 321.

<sup>515</sup> *Id.* (1986) 338; *id.* [s. d. 2] 264.

<sup>516</sup> H. S. Chamberlain (1913) 467.

<sup>517</sup> *Id.*, *ibid.*, 345-347, 370-373, 439-444, 469, 564.

<sup>518</sup> *Id.*, *ibid.*, 502. Céline considerou que sob o ponto de vista racial os judeus eram «monstros, híbridos falhados». Ver L.-F. Céline (1942) 100. Ver igualmente a sua carta de 15 de Junho de 1942 citada em A. Duraffour et al. (2017) 176.

Daqui teria resultado entre os judeus «a profunda consciência do pecado», transpondo a culpa racial para uma culpa moral<sup>519</sup>. Esta tese, enfeitada com delírios suplementares, foi retomada por Theodor Fritsch, um dos doutrinadores racistas que gozou de maior popularidade na Alemanha, a tal ponto que em 1933 o seu livro mais lido atingira a tiragem de 145.000 exemplares. As sociedades primitivas, imaginava ele, haviam expurgado do seu seio os mestiços, factores de degenerescência. Votados ao ostracismo, eles reuniram-se em hordas que possuíam em comum a hostilidade à sociedade e ao Estado, e converteram num sistema essa indisciplina desagregadora. Na Índia aquela gente foi relegada do regime de castas e formou os *tchandala*, os intocáveis, onde se reunia a infra-humanidade desprovida de raça, criminosos, leprosos. E também o judaísmo surgiu no Ocidente como a «raça dos sem-raça»<sup>520</sup>. Vinda não sei por que caminhos, parece encontrar-se nesta fabulação um eco dos escritos de Joseph de Maistre, para quem a incapacidade de progresso ou de aperfeiçoamento atribuída aos selvagens revelava que os antepassados haviam cometido qualquer crime hediondo, «um pecado original de segunda ordem», que os excluía do género humano<sup>521</sup>. Para além desta hipotética influência, entre a versão de Houston Stewart Chamberlain e a de Theodor Fritsch completara-se o círculo vicioso da ideologia. Para Chamberlain o pecado inicial fora rácico, resultante de uma bastardia biológica, mas para Fritsch a bastardia biológica tinha na sua origem o próprio pecado moral, que levava à expulsão dos transgressores.

Talvez pareça surpreendente que o processo usado por Freud em *Totem e Tabu* e em *Moisés e o Monoteísmo* para reconstituir o suposto complexo de Édipo primitivo e lhe atribuir uma base histórica real seja do mesmo tipo que o processo invocado por Theodor Fritsch para justificar a formação da anti-raça. De um pretenso facto ideológico actual (o complexo de Édipo num caso, o espírito desagregador do Judeu noutra caso) deduziu-se a realidade originária desse facto (o assassinato do pai pela horda primitiva e o assassinato de Moisés pelo povo judaico, num caso, e, no outro, a expulsão dos criminosos e dos leprosos ou dos mestiços pela comunidade), e a este fundamento ideológico mítico atribuiu-se um efeito parabiológico ou biológico (a localização daqueles crimes no inconsciente profundo da humanidade ou a constituição do judaísmo enquanto anti-raça formada pela raça dos sem raça, em ambos os casos graças a uma memória atávica),

<sup>519</sup> H. S. Chamberlain (1913) 502-505. A citação encontra-se na pág. 503.

<sup>520</sup> J. P. Faye (1980) 174-176. Segundo E. Klautke (2011) 76, para Fritsch era o espírito e não a aparência física que determinava a raça. H. Arendt (1972) 259 n. 41 cont. designou Fritsch como «o "patriarca" do anti-semitismo alemão» após a primeira guerra mundial, mas Egbert Klautke, op. cit., 84 indicou que esse era o título que os próprios nacionais-socialistas lhe atribuíram nos últimos anos da sua vida, quando passou a reconhecer a hegemonia do NSDAP no movimento anti-semita. Em geral, sobre Fritsch ver Egbert Klautke, op. cit., *passim*. No seu livro de 1905, Lanz von Liebenfels levou aquela tese a um ponto extremo, considerando todos os não germanos como oriundos da bastardia, que assimilava ao bestialismo. Ver J. Lanz von Liebenfels [s. d.] *passim*.

<sup>521</sup> Citado em L. Poliakov (1971) 239.

de maneira que o mito passou a presidir hereditariamente às manifestações psíquicas<sup>522</sup>. A similitude metodológica verificada entre certas obras de um dos mais conhecidos intelectuais judeus daquele século e certos escritos fundadores do anti-semitismo hitleriano diz muito acerca da cultura da época e do lugar que o irracionalismo nela ocupava.

Aqueles mitos acerca da constituição do povo judaico foram adoptados por Himmler, que declarou, numa época em que assumira já algumas das mais elevadas responsabilidades do Reich: «Conhecemos bem demais o Judeu, essa raça composta pela escória de todos os povos e nações deste planeta e na qual ele imprimiu o seu carácter racial judaico, que tem prazer na destruição, cuja vontade é aniquilar, cuja religião é a ausência da crença em Deus, cuja ideia é o bolchevismo»<sup>523</sup>. O prof. Johann von Leers enunciou em poucas palavras a relação entre a noção de anti-raça e a noção de criminalidade congénita do povo judaico ao mencionar «a natureza hereditariamente criminosa do judaísmo»<sup>524</sup> e esta ficção tornou-se a tal ponto um lugar-comum que em 2 de Abril de 1943 os directores e chefes de redacção dos órgãos de imprensa do Reich puderam ler numa instrução fornecida pelo Ministério da Propaganda: «Sublinhar: No caso dos judeus não se trata apenas da existência de um pequeno número de criminosos (como sucede em qualquer outro povo), mas todo o judaísmo se desenvolveu a partir de raízes criminais e a sua própria natureza é criminosa. Os judeus não são um povo como os outros, mas um pseudopovo cuja coesão se deve à criminalidade hereditária»<sup>525</sup>.

## 2

A oposição intelectual entre a anti-raça e a raça de senhores inspirou a Física Ariana, um movimento de universitários e cientistas animado desde a década de 1920 por dois detentores do prémio Nobel, Philipp Lenard e Johannes Stark, que pretenderam reconstruir a física sobre bases rácicas<sup>526</sup>. O tema de uma ciência definida pelo seu carácter racial encontrava-se já no começo do século XIX entre os românticos alemães. Se recordarmos que eles nunca deixaram de atribuir uma conotação rácica à concepção de Estado nacional, podemos entender as afirmações de Adam Müller, muito estimado pelos nacionais-socialistas<sup>527</sup>, quando explicou que «nada de

<sup>522</sup> Como escreveu um dos fundadores da antropologia científica, «parece ser desprovida de base científica a comparação estabelecida por Freud entre a cultura primitiva e a interpretação psicanalítica do comportamento europeu». Ver F. Boas (1938) 176. Para uma crítica à antropologia mítica de Freud numa perspectiva convergente com a que adopto aqui ver M. Onfray (2012) 219-229.

<sup>523</sup> Declarações de Heinrich Himmler em 1937, antologadas em R. Griffin (org. 1995) 147-148.

<sup>524</sup> Citado em N. Cohn (1992) 205.

<sup>525</sup> Citadas por R. Hilberg (1961) 656.

<sup>526</sup> Acerca da Física Ariana consultar sobretudo Ph. Ball (2014) 119 e segs. e A. D. Beyerchen (1977) 79 e segs.

<sup>527</sup> G. Lukács (1980) 193.

humano, portanto nem sequer as próprias ciências, pode existir fora do Estado [...] as ciências morrem e extinguem-se, [...] toda a vida de que elas necessitam, toda a sua percepção, toda a sua substância e toda a sua força as abandona se elas quebrarem a sua ligação ao Estado e tentarem governar-se e adquirir importância por si mesmas. No seu movimento eterno, o Estado [...] é o reino de todas as ideias [...] Sozinha e entregue a si própria, a ciência consegue apenas produzir conceitos, tal como a vida exterior, física, prática, não consegue permanecer viva se não estiver unida ao espírito para a criação eterna das ideias ou da verdadeira vida. A ciência e o Estado são o que devem ser, se ambos forem um só»<sup>528</sup>. Também Houston Stewart Chamberlain evocou «as nossas ciências germânicas, os novos métodos científicos próprios da nossa raça [...]» e ao longo de páginas e páginas, desde os números imaginários e o cálculo até à observação rigorosa da natureza e à prática experimental, reivindicou para os germanos, enquanto raça, a criação e o desenvolvimento do método científico<sup>529</sup>. «Por um lado, a obediência relativamente à natureza estudada, por outro lado, a soberania relativamente ao espírito humano — são estes os traços distintivos da ciência germânica»<sup>530</sup>. Hitler situava-se numa corrente de pensamento com fundas raízes quando declarou: «Não existe [...] senão a ciência de um grupo humano definido numa época definida. Não tenho dúvida de que há uma ciência nórdica e uma ciência nacional-socialista, que devem estar em oposição à ciência judaico-liberal [...]»<sup>531</sup>. E o filósofo oficial do nacional-socialismo, depois de ter recordado que «não existe uma ciência sem hipóteses prévias», pretendeu que «esses pressupostos são determinados racicamente tal como o são os valores decorrentes da vontade. Um dado espírito e uma dada raça enfrentam o universo com questões que lhes são específicas»<sup>532</sup>.

Um historiador considerou que «no princípio do século XX nem os cientistas nem os filósofos estavam de algum modo preparados para raciocinar da maneira que a física quântica exige»<sup>533</sup>, mas o que se trata aqui não é de uma incompreensão genérica e sim de uma distorção específica. Os promotores da Física Ariana consideravam a teoria quântica e a relatividade como tipicamente judaicas, em virtude do seu carácter dedutivo e do uso sistemático da abstracção quantitativa<sup>534</sup>, enquanto a raça nórdica se distinguiria pelo raciocínio indutivo e pelo prevale-

<sup>528</sup> Esta passagem da conferência proferida por Adam Müller em 22 de Novembro de 1808 encontra-se em H. S. Reiss (org. 1955) 155-156. Ver igualmente J. Droz (1966) 234.

<sup>529</sup> H. S. Chamberlain (1913) 1066 e segs. A passagem citada encontra-se na pág. 1062.

<sup>530</sup> Id., *ibid.*, 1074.

<sup>531</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 252. Ver declarações no mesmo sentido em Ph. Ball (2014) 135.

<sup>532</sup> A. Rosenberg (1986) 110; id. [s. d.] 116.

<sup>533</sup> Ph. Ball (2014) 39.

<sup>534</sup> Id., *ibid.*, 124. Já H. S. Chamberlain (1913) 313 afirmara que a cultura judaica se caracterizava pelo «materialismo abstracto» e L. Stoddard (1922) 151 escrevera que «a mente judaica, instintivamente analítica e aguçada pelas subtilezas dialécticas do Talmude, tem uma natural propensão para a crítica dissecadora». Na origem

cimento do concreto qualitativo, e por isso seria capaz de conceber a natureza como uma totalidade e de efectuar a experimentação científica como uma fusão do experimentador nessa totalidade. Entende-se neste contexto que a Física Ariana tivesse seguido uma perspectiva anti-materialista para reformular a teoria do éter, e em torno desta tese reunisse uma constelação de temas, incluindo a aplicação das noções de vontade e intuição a uma concepção de experimentação que supunha a comunhão do cientista com a matéria. Invocando a autoridade de Houston Stewart Chamberlain, o físico experimental Rudolf Tomaschek defendeu em 1935 que os judeus pretendiam abolir a noção de éter porque o éter permitia conceber a natureza numa perspectiva mecânica mas não materialista, em que ideias intuitivas eram submetidas a uma verificação quantitativa<sup>535</sup>.

O facto de Lenard e Stark serem físicos experimentais, afastados da matematização requerida pela teoria quântica, pode contribuir para explicar as suas doutrinas, tanto mais que elas se repercutiram entre engenheiros<sup>536</sup>. Um caso flagrante é o de Carl Weihe, que durante mais de uma década dirigiu uma revista influente entre os ideólogos da engenharia e que invocava Schopenhauer para denegrir as abstracções do «pensamento conceptual», acusando-as de nos tornarem alheios à realidade exterior, e para enaltecer o «pensamento visualizador», ao qual atribuía a tecnologia e que considerava capaz de apreender o mundo sensorial externo<sup>537</sup>. Porém, e apesar de Stark ter invocado a física experimental contra a física teórica<sup>538</sup>, não atribuo um valor decisivo a este argumento, porque o problema foi mais geral. A prática laboratorial elogiada por Lenard, Stark e os seus seguidores era subjectiva e panteísta, e ainda aqui os nacionais-socialistas deram continuidade à tradição romântica, especialmente à filosofia da natureza tal como havia sido entendida por Goethe e desenvolvida por Schelling, ou a uma linhagem mais antiga ainda. Em vez de ser uma bizzaria explicável apenas por circunstâncias políticas e cujo âmbito se limitava à versão hitleriana do racismo, a Física Ariana inseriu-se numa das duas grandes correntes que inauguraram o pensamento científico moderno, aquela que reivindicava a tradição de Paracelsus, enquanto a física quântica e a relatividade se situaram na outra corrente, descendente de Kepler e de Galileu Galilei. Quando Robert Fludd afirmou no primeiro terço do século XVII, em polémica com Kepler, que a natureza devia ser apreendida directamente e não determinada a

deste tipo de concepções está o velho mito do usurário judeu, assimilando-se a esfera pecuniária à cultura judaica e, assim, atribuindo-lhe as características lógicas decorrentes da quantificação monetária.

<sup>535</sup> A. D. Beyerchen (1977) 127-128. Note-se que, a crer em Alan Beyerchen, op. cit., 178, «Tomaschek era o único físico ariano capaz de discutir física de maneira coerente». Aliás, posteriormente ele distanciou-se deste movimento (págs. 179, 181).

<sup>536</sup> J. Herf (1986) 175-178, 188.

<sup>537</sup> Citado em id., *ibid.*, 175-176.

<sup>538</sup> Ph. Ball (2014) 162.

partir das abstrações do pensamento<sup>539</sup>, estavam já definidos os campos que viriam a opor os partidários da Física Ariana aos da ciência supostamente judaica. Foi na mesma veia que Stark, invocando «o amor dos germanos pela natureza», considerou que «o espírito do Germano permite-lhe observar as coisas fora de si mesmo exactamente como elas são, sem interpolar as suas próprias ideias e desejos [...]»<sup>540</sup>.

Não cabe aqui analisar as diferenças entre esta modalidade de irracionalismo e algumas ilações filosóficas ocasionalmente extraídas do princípio da incerteza definido por Heisenberg, mas não quero deixar de sublinhar o paradoxo de ter sido o judeu Einstein quem se recusou a aceitar como última palavra o carácter inerentemente probabilístico da física quântica, enquanto o nórdico Heisenberg desenvolveu o indeterminismo ao arpejo de toda a percepção intuitiva reclamada pela Física Ariana. Heisenberg considerava o seu princípio da incerteza como uma destruição da lei básica da causalidade e através desta atitude, que um historiador da ciência classificou como uma «perspectiva quase mística da teoria quântica», as novas noções científicas inseriram-se na crítica da extrema-direita e dos fascistas ao pretensso materialismo da república de Weimar e partilharam um terreno comum com as críticas de Spengler à *civilização* em nome da *cultura*<sup>541</sup>. Também Pascual Jordan, um dos nomes mais relevantes da física quântica e membro dos SA, defendeu que as teorias quânticas sustentavam uma visão alternativa ao materialismo e que era inevitável a liquidação do racionalismo pelo Reich<sup>542</sup>. Aliás, no campo político ocupado até Julho de 1934 pelo populismo nacional-socialista, Gregor Strasser apresentou em 1929 o indeterminismo da física moderna como uma confirmação do irracionalismo<sup>543</sup>.

Os postulados da Física Ariana nasceram na vertente oposta do NSDAP e Stark não poupou críticas a Heisenberg, a quem chamou «espírito do espírito de Einstein», considerando-o um apoiante da «conspiração judaica» no campo da física<sup>544</sup>. A Física Ariana recebeu a consagração da doutrina oficial, ou pelo menos oficiosa, quando Rosenberg, em *O Mito do Século XX*, distinguiu entre o poder luciferiano do homem nórdico, que tornava a natureza dócil através das próprias leis da natureza, numa atitude imperiosa mas não interesseira, e o domínio infecundo de carácter satânico, que assinalaria a abordagem judaica da ciência<sup>545</sup>. «O homem nórdico do

<sup>539</sup> E. Cassirer (1993) I 316.

<sup>540</sup> Citado em Ph. Ball (2014) 132.

<sup>541</sup> Id., *ibid.*, 49-53. A passagem citada encontra-se na pág. 50. Ver também a pág. 369 e consultar A. D. Beyerchen (1977) 6, 128-129.

<sup>542</sup> Ph. Ball (2014) 365; A. D. Beyerchen (1977) 129.

<sup>543</sup> K. Heiden (1934) 256-257.

<sup>544</sup> Ph. Ball (2014) 142-147. As citações encontram-se respectivamente nas págs. 143 e 144. Por seu lado, para defender a física quântica Heisenberg aceitou atacar publicamente Einstein (págs. 146-148, 151).

<sup>545</sup> A. Rosenberg (1986) 232; *id.* [s. d.] 206. Ver no mesmo sentido Lenard em Ph. Ball (2014) 125. Ver

Ocidente admite uma lei eterna da natureza e, graças a esta percepção, é capaz de criar uma genuína ciência cósmica», escreveu Rosenberg<sup>546</sup>. E, comentando apreciativamente as ideias defendidas por Walther Darré, Hitler elogiou nas tradições pré-cristãs do campesinato germânico «a apreensão misteriosa e directa da natureza, o contacto instintivo, a comunhão com o espírito da terra»<sup>547</sup>.

Foi exactamente esta a atitude que os promotores da Física Ariana quiseram implantar nos laboratórios científicos. «Era um axioma entre os nacionais-socialistas a rejeição de quaisquer formas de materialismo e a adopção da ideia de uma natureza animada por um espírito omnipresente», escreveu um autor versado na história da ciência. «A comunhão com este espírito permitia adivinhar a ordem hierárquica natural das coisas, incluindo a necessidade de que um Führer conduzisse um povo na luta pela existência»<sup>548</sup>. E outro historiador da ciência observou que «Lenard concordava com a *Naturphilosophie* animista de Goethe e Schelling, com a crença num espírito que animava toda a natureza»<sup>549</sup>. A oposição entre o sentimento da presença de um concreto diferenciado, que emanava da Física Ariana, e a redução intelectual das diferenças mediante a abstracção quantitativa, que caracterizaria o raciocínio judaico<sup>550</sup>, correspondia à oposição entre a ordem estável e o igualitarismo dissolvente. Wilhelm Müller, um divulgador ligado à Física Ariana, escreveu que as teorias de Einstein tinham «do princípio ao fim o objectivo de transformar o mundo vivo — ou seja, não-judaico — de essência viva, nascido de uma mãe terra e cimentado com sangue, e convertê-lo por magia numa abstracção fantasmagórica, onde todas as diferenças individuais dos povos e das nações e todos os limites internos das raças se perdem na irrealdade, e onde sobrevive apenas uma diversidade de dimensões geométricas desprovidas de substância, que produz tudo o que sucede mediante o determinismo da sua sujeição a leis, na ignorância de Deus»<sup>551</sup>. Nas palavras de um dos principais académicos do nacional-socialismo, Ernst Kriek, reitor da universidade de Frankfurt, tratava-se de erguer «o sangue contra a razão formal, a raça contra a racionalidade dirigida para um fim concreto, a honra contra o espírito de lucro, a unidade contra a integração individualista, as virtudes guerreiras contra a segurança burguesa, o povo contra a massa»<sup>552</sup>.

ainda J. Billig (2000) 40, 46.

<sup>546</sup> A. Rosenberg (1986) 559; id. [s. d.] 405.

<sup>547</sup> Citado em H. Rauschnig (1939) 71.

<sup>548</sup> A. D. Beyerchen (1977) 126-127.

<sup>549</sup> Ph. Ball (2014) 124-125.

<sup>550</sup> Segundo A. D. Beyerchen (1977) 105, já no discurso de aceitação do prémio Nobel que lhe fora atribuído em 1919 Stark dissera que o átomo devia ser considerado como um todo e não como uma estrutura com partes discretas.

<sup>551</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) I 273.

<sup>552</sup> Citado em F. Neumann (1943) 512. Segundo J. Droz [s. d.] 82, em 1933 Kriek havia presidido a um

No campo científico a Física Ariana não obteve resultados, mas os efeitos foram outros. A escassos meses do fim do Reich, os SS podiam consolar-se ao ler no seu semanário que «onde a dissecação intelectual do céptico cria a divisão, o poder maternal do coração restaura a unidade»<sup>553</sup>.

### 3

E assim todos os judeus começaram a ser perseguidos, mais tarde exterminados, como desagregadores e subversores. E todos os críticos, comunistas e sociais-democratas foram de imediato aprisionados e em grande parte aniquilados enquanto judeus. «Para tornar uma luta compreensível às mais vastas massas ela deve ser sempre orientada contra dois alvos, contra uma pessoa e contra uma causa», explicou Hitler aos seus adeptos em 1925. «Assim, contra quem deve combater o nosso movimento? Contra o judeu enquanto pessoa e contra o marxismo enquanto causa»<sup>554</sup>. É elucidativo ler neste contexto uma passagem da conferência que José Antonio Primo de Rivera proferiu em Madrid, a 9 de Abril de 1935: «Os partidos de esquerda vêem o homem, mas vêem-no desenraizado. O que caracteriza a esquerda é interessar-se pelo destino do indivíduo contra toda a arquitectura histórica, contra toda a arquitectura política, como se fossem termos opostos. O esquerdismo é, por isso, dissolvente, é corrosivo, é irónico e, embora dotado de um brilhante conjunto de talentos, encontra-se perfeitamente habilitado para destruir e quase nunca para construir»<sup>555</sup>. Onde o chefe da Falange disse «a esquerda» os propagandistas do nacional-socialismo podiam dizer «os judeus». Os termos equivaliam-se. Como Rosenberg escreveu no prefácio à edição de 1931 da sua obra maior, «a totalidade do marxismo revelou-se, como é inevitável, desintegradora de qualquer comunidade orgânica em benefício de instintos nómadas estrangeiros»<sup>556</sup>. Entendida esta lógica absurda, deixa de ser paradoxal que no dia 30 de Março de 1933 o *Völkischer Beobachter*, órgão oficioso do NSDAP, proclamasse em título de primeira página que o boicote animado pelos judeus um pouco por todo o mundo contra o comércio

auto-de-fé de livros de autores marxistas ou judeus. O tradutor da obra de Franz Neumann escreveu «*el pueblo contra la masa*», mas a versão correcta seria possivelmente *a raça contra a massa*. Recordo a tal respeito as nn. 464 a 466 deste capítulo. Aliás, a crer em H. Rauschning (1939) 156, Hitler opunha «a raça e a massa». Acerca da oposição estabelecida por Kriek entre a raça e a racionalidade enquanto oposição entre mito e *logos*, ver J. P. Faye (1972) 24-26. Note-se que, segundo P. Watson (2011) 652, «Ernst Kriek considerava-se a si mesmo como um filósofo nacional-socialista mais importante até do que Heidegger».

<sup>553</sup> *Das Schwarze Korps*, 25 de Janeiro de 1945, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 163. Note-se que, a crer em A. Quinchon-Caudal (2013) 222, a tiragem de *Das Schwarze Korps* tornara-se em 1939 a segunda maior entre os semanários do Reich.

<sup>554</sup> Citado em F. L. Carsten (1967) 123.

<sup>555</sup> A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 67.

<sup>556</sup> A. Rosenberg (1986) 15-16; id. [s. d. 2] 12.



alemão era organizado pelos comunistas<sup>557</sup>. Tratava-se de realidades — ou fantasmagorias — permutáveis, e só nesta perspectiva conseguiremos avaliar a verdadeira dimensão do racismo hitleriano. Durante o boicote anti-semita de 1 de Abril de 1933, cerca de oitenta membros das SA invadiram os edifícios da Universidade de Frankfurt à procura de judeus e marxistas<sup>558</sup>, e quando o Terceiro Reich chegava aos últimos estertores, no Verão de 1944, Victor Klemperer registou no seu diário a situação de todos os que, como ele, eram «portadores da estrela» e considerados «inimigos do Estado»<sup>559</sup>, judeus e subversivos, uma coisa por serem a outra, e inversamente. Do início até ao fim, essa assimilação caracterizou o nacional-socialismo.

A relação íntima entre ideologia e biologia revelava-se no plano semântico quando os nacionais-socialistas evocavam o «bolchevismo judaico». É certo que esta noção era comum na extrema-direita mundial daquela época<sup>560</sup>, mesmo entre os fascistas russos na emigração<sup>561</sup>, e no livro assinado por Henry Ford, *The International Jew*, publicado em 1920, são frequentes as passagens onde o bolchevismo foi identificado com o judaísmo, além de serem dedicados à questão dois capítulos inteiros. «O bolchevismo é pura e simplesmente a realização do programa internacional contido nos Protocolos sionistas», lê-se naquela obra<sup>562</sup>. Praticamente no mesmo momento o conhecido eugenista Madison Grant, admirado por Hitler, Rosenberg e Darré<sup>563</sup>, escrevia que «a Ásia, sob a máscara do bolchevismo, com direcção semita e executantes chineses, está a organizar um ataque contra a Europa ocidental [...]»<sup>564</sup>. Também Céline haveria de deixar claro que «judeus e comunistas, para mim, são sinónimos»<sup>565</sup>. Mas os nacionais-socialistas asseguraram a esse duplo conceito uma expansão ainda mais considerável, incluindo-o na sua ideologia oficial<sup>566</sup>. «Não tenho nada contra os judeus pessoalmente», disse Hitler a Max Planck em Maio de 1933,

<sup>557</sup> E. Black (1999) 56.

<sup>558</sup> K. A. Schleunes (1990) 85.

<sup>559</sup> Esta passagem da entrada de 25 de Agosto de 1944 encontra-se em M. Chalmers (org. 2006 b) 404.

<sup>560</sup> J. Noakes em H. Mommsen (2009) 6; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 487. Ver também A. Duraffour et al. (2017) 93-98, 110-111, 126, 148, 151-152, 474 e 501.

<sup>561</sup> S. D. Shenfield (2001) 34. No entanto, Stephen Shenfield sublinhou que se tratava de um anti-semitismo religioso e não biológico.

<sup>562</sup> H. Ford (1932) 207 (sub. orig.).

<sup>563</sup> Quanto ao apreço de Hitler por Madison Grant ver E. Black (2003) 259, S. Kühl (1994) 85 e Sh. F. Weiss (2010) 280. Quanto ao apreço de Rosenberg ver A. Rosenberg (1986) 626 ou id. [s. d. 2] 452. Quanto ao apreço de Darré ver A. Bramwell (1985) 68-69 e 184.

<sup>564</sup> M. Grant (1921) xxxi.

<sup>565</sup> L.-F. Céline (1937) 51.

<sup>566</sup> L. Waddington (2007) *passim*. Ver também J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 487. Lorna Waddington, op. cit., 44 sublinhou «a íntima conexão na mente de Hitler entre os bolchevistas e os judeus. [...] o seu ódio aos judeus, determinado por motivos raciais, e a sua rejeição política de Marx estavam inextricavelmente ligados». É impossível seguir A. Tooz (2006) xxv-xxvi, 282-284, 324-325, 407-408, 424, 462, 502, 658 e 664-665 quando pretendeu que Hitler considerava como seu principal inimigo os Estados Unidos, onde veria o centro do judaísmo mundial. Aliás, os Estados Unidos travaram a segunda guerra mundial mais contra o Japão do que contra o Terceiro Reich.

«mas os judeus são todos comunistas [...]»<sup>567</sup>, e num memorando de 1936 escreveu que «a essência e o objectivo do bolchevismo é a eliminação daquelas camadas da humanidade que até agora têm assumido a chefia e a sua substituição pelo judaísmo mundial»<sup>568</sup>. Por seu lado, num discurso pronunciado em Novembro de 1935 Himmler evocou «a revolução judaico-bolchevista da sub-humanidade» e numa alocução de Janeiro de 1937, perante vários oficiais da Wehrmacht, insistiu que «o bolchevismo é a organização da sub-humanidade, o alicerce absoluto do domínio judeu»<sup>569</sup>. A lição era repetida a todos os níveis e uma estudante de treze anos, aliás judia, anotou no seu caderno escolar um dos tópicos de uma aula sobre teoria racial: «Todos os judeus são comunistas»<sup>570</sup>. A assinatura do pacto germano-soviético introduziu um hiato naquele sintagma político-racial, já que a propaganda nacional-socialista se absteve então de mencionar o marxismo internacional<sup>571</sup>, mas nem por isto o judaísmo deixou de estar acompanhado por uma adjectivação ideológica e o Führer, em declarações de 3 de Setembro de 1939, mencionou «o nosso inimigo mundial judaico-democrático»<sup>572</sup> e «judaico-plutocrático»<sup>573</sup>. Encetada a guerra contra a União Soviética regressou-se à terminologia tradicional e Victor Klemperer, sempre atento à linguagem do Terceiro Reich, observou no seu diário que aquele tipo de referências se havia intensificado<sup>574</sup>. Logo no início de Agosto de 1941 o NSDAP adoptou como máxima da semana uma passagem de Rosenberg em que o filósofo oficial declarava que «é um facto comprovado que o bolchevismo não era e não é um combate por uma ideia social, mas um combate político dos judeus de todos os países contra a inteligência nacional de todos os povos»<sup>575</sup>. Até que na derradeira ordem do dia destinada aos soldados da frente do Leste, foi ainda o «arqui-inimigo judaico-bolchevista» que Hitler evocou<sup>576</sup>. A indissociabilidade dos termos *judaísmo* e *bolchevismo* esclarece a noção nacional-socialista de raça.

Quem eram, então, os judeus, definidos ao mesmo tempo pela raça e pela ideologia? Naquela mistura de idealismo absoluto e pedantismo mensurador que foi o racismo hitleriano, uma determinada atitude ideológica revelava alguém como judeu com não menos segurança do que o fazia um certo tipo de nariz ou a forma do lábio inferior. Quando o Führer, discursando no congres-

<sup>567</sup> Ph. Ball (2014) 92, 94.

<sup>568</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 87.

<sup>569</sup> Citado em id., *ibid.*, II 302 e 321.

<sup>570</sup> Citada em K. A. Schleunes (1990) 108.

<sup>571</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 470.

<sup>572</sup> Citado em id., *ibid.*, IV 62.

<sup>573</sup> Citado em S. Friedländer (2008) 52. Ver ainda L. Waddington (2007) 178.

<sup>574</sup> Ver a entrada de 13 de Julho de 1941 em M. Chalmers (org. 2006 a) 486. Esta opinião é confirmada por S. Friedländer (2008) 318 e segs. e L. Waddington (2007) 192.

<sup>575</sup> Citado em A. Duraffour et al. (2017) 388-389.

<sup>576</sup> Citado em R. Bessel (2010) 146.

so do partido de 1933, se referiu, a propósito dos nórdicos, «àqueles que pertencem em espírito a uma certa raça»<sup>577</sup>, a multidão que o escutava não encontrou decerto nada de estranho nessa operação mágica pela qual a imaterialidade se via subitamente dotada de uma biologia. Em 1930, no prefácio à primeira edição da sua obra maior, Rosenberg pretendeu explicar o inexplicável e, parafraseando o jovem Schelling, afirmou que «o espírito representa a raça vista a partir de dentro. Reciprocamente, a raça é o exterior de um espírito»<sup>578</sup>. Ao mesmo tempo preveniu: «Seria fútil lançar-se ao trabalho com réguas e índices cefálicos para apreciar um indivíduo. Mas a confirmação de uma vida dedicada ao serviço da nação é da maior importância»<sup>579</sup>. E segundo Fritz Lenz, um dos principais cientistas do nacional-socialismo, tanto os traços físicos como os mentais e caracterológicos serviam para definir uma raça<sup>580</sup>. Mais de três décadas antes Houston Stewart Chamberlain expusera convicções idênticas.

Censurando certas teses de Paul de Lagarde, outro pontífice do racismo germânico, Chamberlain sublinhara que as raças seriam entidades fundamentalmente biológicas e não apenas culturais e ideológicas. «[...] a configuração da cabeça e a estrutura do cérebro exercem sobre a configuração e a estrutura dos pensamentos uma influência perfeitamente decisiva; tão decisiva que, por maior que seja a influência atribuída ao meio, esta não deixa de estar submetida à constituição física enquanto *facto* originário, o qual reduz o número das suas possibilidades, determina o seu campo de acção e prescreve-lhe as suas orientações e os seus limites [...]»<sup>581</sup>. Neste ponto, de maneira inesperada, Chamberlain recorreu à tese fundamental do esteticismo, o domínio da forma, mas não a considerou nos termos de forma intelectual e atribuiu-lhe uma conotação directamente biológica, sensorial. «[...] em vez de ser fortuita ou indiferente, a *forma* exprime o âmago do ser, e [...] é nela, precisamente nela, que entram em contacto os dois mundos componentes do nosso universo, o exterior e o interior, o visível e o invisível»<sup>582</sup>. A biologia conformava o pensamento; e as grandes ideias, os eixos ideológicos norteadores, «são quase tão palpá-

<sup>577</sup> Citado em E. Conte et al. (1995) 106. Ver a este respeito A. Quinchon-Caudal (2013) 152.

<sup>578</sup> A. Rosenberg [s. d. 2] 4. Prefiro aqui a tradução inglesa à tradução francesa de id. (1986) 2 e traduzo por «espírito» aquilo que o tradutor francês verteu como *alma*. A fórmula de Rosenberg constituiu uma evidente transposição para a doutrina racista do postulado que o jovem Schelling havia enunciado a respeito da sua filosofia da natureza: «É necessário que a Natureza seja o Espírito visível, e o Espírito, a Natureza invisível». Citado por X. Tilliette (2004) 973. Rosenberg escreveu também que «a raça é a imagem do espírito» e «a raça é a imagem exterior de um espírito definido» e ainda que «cada raça tem o seu espírito e cada espírito, a sua raça». Ver A. Rosenberg (1986) 25, 498, 107 e id. [s. d. 2] 56, 363, 114. Vulgarizando esta perspectiva, o curto artigo «Espírito e Corpo», *SS Leitheft*, Junho de 1944, antologado em K. Hammer (org. 1988-1994) II 25, criticou a noção cristã da oposição entre espírito e corpo e proclamou a sua indissociabilidade e reciprocidade.

<sup>579</sup> A. Rosenberg (1986) 557; id. [s. d. 2] 404.

<sup>580</sup> Sh. F. Weiss (2010) 243.

<sup>581</sup> H. S. Chamberlain (1913) 296. Ver igualmente as págs. 656-660.

<sup>582</sup> Id., *ibid.*, 297 (sub. orig.).

veis» como os corpos físicos. «Relativamente à raça», admitiu Chamberlain, as ideias «são sem dúvida uma *consequência*. Mas tenhamos o cuidado de não subestimar o contributo desta anatomia interior e invisível — desta dolicocefalia ou desta braquicefalia puramente espirituais — que age como *causa* e tem um âmbito de acção muitíssimo vasto»<sup>583</sup>. E era aqui que o doutrinador do racismo encontrava justificação para proceder, quando melhor lhe convinha, ao percurso inverso daquele que havia postulado inicialmente e deduzir uma biologia a partir de uma caracterização ideológica. Pois se era possível detectar uma «dolicocefalia espiritual», o que impedia de concluir em tal caso pela existência, no físico também, de uma oval craniana acentuada? «[...] aquilo que designamos pela palavra “raça” é, dentro de certos limites, um fenómeno plástico, e assim como o físico reage sobre o intelectual, o intelectual reage do mesmo modo sobre o físico»<sup>584</sup>. Quem defende que só por uma lastimável incompreensão os nacionais-socialistas se reivindicaram dos ensinamentos de Nietzsche, porque as referências étnicas deste filósofo se haviam situado no plano da cultura e não no da biologia<sup>585</sup>, parece ignorar que o racismo cultural foi uma componente tão indispensável das concepções de Chamberlain e de Hitler como foi o racismo biológico. Aliás, na época em que Nietzsche os proferiu, os apelos à regeneração foram preferencialmente entendidos na perspectiva da eugenia<sup>586</sup>.

Aquele vaivém metodológico encerrou num círculo vicioso os delírios eruditos do monumentalíssimo *Fundamentos do Século XIX* e serviu de demonstração onde coisa nenhuma se podia demonstrar. Era tudo cada vez mais curioso neste país das maravilhas, ou antes das miragens, pois «nada nos impediria de afirmar algo aparentemente paradoxal, que os homens baixos deste grupo [os germanos] são grandes porque pertencem a uma raça de pessoas altas, e pelo mesmo motivo os seus braquicéfalos têm crânios alongados. Observando com mais atenção, depressa distinguireis, tanto no seu aspecto físico como no seu ser íntimo, os traços característicos do Germano»<sup>587</sup>. Se um dado físico era prova suficiente de que se pertencia a uma certa raça, à falta disto uma ideologia ou uma atitude psicológica revelavam a raça com não menos segurança. Graças a este infalível método de dupla garantia, o enciclopédico doutrinador pisava com firmeza os dois terrenos. Pondo de lado as dúvidas de numerosos filólogos quanto à possibilidade de usar

<sup>583</sup> Id., *ibid.*, 621 (subs. orig.).

<sup>584</sup> Id., *ibid.*, 1154.

<sup>585</sup> J. Golomb et al. (2002) 25-26 consideraram que «sem o racismo biológico e o anti-semitismo a visão nazi do mundo não tinha uma verdadeira coesão, e Nietzsche fora um crítico feroz destas aberrações [...]». Ver igualmente J. Golomb (2002) 29, 32, 46 e segs.

<sup>586</sup> S. E. Aschheim (1994) 14, 155. Segundo A. Quinchon-Caudal (2013) 22, Nietzsche acreditava nas virtudes da eugenia.

<sup>587</sup> H. S. Chamberlain (1913) 679. J. Medina (1998) 161-162 n. 13 relatou que «um célebre dito antinazi afirmava que o Ariano ideal devia ser alto como Goebbels, esbelto como G[ö]ring, loiro como Hitler e casto como Röhm». É claro que estes humoristas desconheciam a teoria da «dolicocefalia espiritual».

critérios linguísticos para a definição de uma raça ariana e não se preocupando também com os «resultados caóticos obtidos pela mensuração craniana», Chamberlain pretendeu que a similitude de concepções jurídicas bastaria para definir os arianos como uma raça e distingui-los das outras raças<sup>588</sup>. E o parentesco espiritual que encontrava entre os celtas e os germanos, sobretudo o amor de ambos à poesia, não serviria menos do que a sua semelhança física para demonstrar a inclusão dos dois povos numa mesma raça germânica, em sentido lato<sup>589</sup>. A propensão poética indicaria também a comunidade de origens do germano e do velho eslavo, e com um objectivo idêntico podia invocar-se a similitude dos sentimentos religiosos<sup>590</sup>. Tal como as extraordinárias aptidões musicais dos ciganos da Hungria faziam deles arianos<sup>591</sup>. Esta cómoda possibilidade de inferir a raça a partir do espírito não se aplicava só a noções colectivas e a conjuntos populacionais, mas funcionava igualmente nos casos individuais. Assim, por exemplo, Ambrósio, bispo de Milão e célebre santo, seria sem hesitações um verdadeiro romano. «[...] é certo que a prova é impossível [...] mas como é igualmente impossível demonstrar o contrário, o único elemento de apreciação decisivo é aqui fornecido pela própria personalidade»<sup>592</sup>. Graças a esta confortável metodologia, «com o Cântico ao Sol, Francisco [de Assis] demonstra ser um indo-germano de sangue puro [...]»<sup>593</sup>. A outro santo não menos conhecido, Paulo de Tarso, Chamberlain atribuiu uma origem que reputava menos simpática, e em abono da sua tese de que o apóstolo teria um pai judeu e uma mãe grega convertida ao judaísmo, ele postulou: «Quando faltam as provas históricas, a psicologia científica tem todo o direito de dar a sua opinião»<sup>594</sup>. E segue-se uma análise dos traços psicológicos de São Paulo e das características da sua teologia, que para a frondosa imaginação de Chamberlain revelariam ascendentes biológicos contraditórios. Se do espírito se transitava para o físico, nada impedia as influências ideológicas de corresponderem a verdadeiros cruzamentos raciais, e a assimilação através das idelas agiria mais depressa até do que a assimilação através da miscigenação física<sup>595</sup>. Pusesse-se o leitor — o leitor de Chamberlain, quero eu dizer — a frequentar a casa de judeus, a ler jornais e livros escritos por judeus, a contemplar nas salas de exposição quadros e esculturas de artistas judeus, e tê-lo-íamos judaizado num ápice<sup>596</sup>.

<sup>588</sup> H. S. Chamberlain (1913) 163-164 n.

<sup>589</sup> Id., *ibid.*, 637, 640-641.

<sup>590</sup> Id., *ibid.*, 643, 645-646.

<sup>591</sup> Id., *ibid.*, 1340 n. 1.

<sup>592</sup> Id., *ibid.*, 414.

<sup>593</sup> Id., *ibid.*, 1215 n. 3.

<sup>594</sup> Id., *ibid.*, 792.

<sup>595</sup> Id., *ibid.*, 621-622.

<sup>596</sup> Id., *ibid.*, 622. Na mesma perspectiva ver a pág. 1280 n. 1, onde o patriarca do racismo observou que o problema básico da questão judaica consistia no facto de o perigo não decorrer apenas da presença de um certo número de judeus, mas da emanação espiritual que deles advinha. «Não é [...] só o Judeu mas tudo o que emana do espírito judaico que corrói e decompõe, dentro de nós, aquilo que existe de melhor em nós próprios». Aqui, involun-

Foi o que sucedeu ao herético Pelágio, apesar de ser bretão e de na sua época não existirem jornais nem *vernissages*, mas «o aristotelismo e o hebraísmo fizeram-no a tal ponto perder [...] o sentido da poesia e do mito que ele se tornou [...] um semijudeu [...]»<sup>597</sup>.

Ideias deste tipo só deixam de ser ridículas quando se tornam perigosas. O nacional-socialismo tornou ameaçadoras, mais tarde trágicas, as lucubrações metodologicamente incriveis de Houston Stewart Chamberlain. Até o formalismo dos juristas recorreu à nebulosa circularidade entre biologia e ideologia para guiar decisões práticas, a começar pelas quatro leis de Abril de 1933, complementadas em Maio e Julho, que expulsaram os judeus de várias profissões e ao mesmo tempo interditarão o seu exercício aos marxistas, confundidos numa única entidade jurídica<sup>598</sup>. Aliás, só em Novembro de 1941, com a promulgação do 11º decreto suplementar à Lei de Cidadania do Reich, o Ministério das Finanças passou a dispor de um quadro legal que lhe permitiu confiscar em massa os haveres dos judeus deportados, pois até então as apreensões haviam obedecido a um critério individual, recorrendo-se na maior parte dos casos às leis que autorizavam a expropriação dos bens dos comunistas e demais opositores. O facto de durante anos os judeus atingidos pelas medidas raciais serem classificados como «inimigos do Estado» e serem por vezes obrigados a assinar declarações em que se reconheciam como «comunistas» confirma que havia para os hitlerianos uma equivalência entre categorias políticas e categorias racionais<sup>599</sup>. A mesma circularidade entre o mental e o físico levou uma sentença de tribunal proferida em Junho de 1942 e outra em Fevereiro de 1943 a estipularem que pessoas que, quanto aos seus progenitores, fossem cem por cento arianas seriam tratadas como judeus se mostrassem estar ligadas por elos religiosos e civilizacionais à comunidade judaica<sup>600</sup>. E não só os legisladores, mas também os cientistas davam corpo à ideologia e espiritualizavam a biologia. Em 1942, quando um professor da Universidade de Estrasburgo decidiu melhorar a colecção de crânios do museu do seu departamento, onde se encontravam poucos exemplares judaicos, escreveu a Himmler pedindo-lhe crânios de «comissários judaico-bolchevistas». Mas o assassinato em massa não se realiza nas melhores condições laboratoriais e estes zelosos cultores das disciplinas exactas constataram a impossibilidade de descobrir um número suficiente de cadáveres de comunistas

tariamente, Chamberlain tocou o âmago da dimensão psicológica do racismo, o sacrifício do outro como bode expiatório das culpas do carrasco. Também Rudolf Steiner, a crer em P. Staudenmaier (2011), afirmou que se uma mulher branca lesse durante a gravidez romances escritos por autores negros, a criança sairia mestiça.

<sup>597</sup> H. S. Chamberlain (1913) 769-770.

<sup>598</sup> G. W. Remmling (1989) 223; K. A. Schleunes (1990) 102-109.

<sup>599</sup> Acerca desta evolução do sistema jurídico ver R. Hilberg (1961) 300-302, que no entanto não explicou o problema através da identificação do marxismo com o judaísmo. Quanto ao decreto de 1941, ver J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 525.

<sup>600</sup> R. Hilberg (1961) 52.

num estado físico adequado à correcta preservação dos ossos da cabeça. O material para o museu foi finalmente obtido com judeus de um campo de concentração<sup>601</sup>. Mesmo no plano considerado científico judeus e marxistas constituíram para os hitlerianos uma realidade única. Os judeus, notou um historiador, ficaram incluídos em bloco na categoria dos adversários ideológicos do regime<sup>602</sup>.

Já antes da guerra Hitler evitara comprometer-se com uma definição rigorosa do que era o Judeu<sup>603</sup>, assim como obviamente fracassaram as tentativas coordenadas em Novembro de 1933 pelo futuro Führer dos Médicos do Reich, Gerhard Wagner, para isolar as características específicas do sangue judaico<sup>604</sup>. Como afirmou outro cientista, Fritz Lenz, «poderíamos, na verdade, classificar os judeus como uma raça espiritual»<sup>605</sup>. Por isso em Julho de 1942 Himmler opôs o seu veto a qualquer tentativa de definir por decreto o que se entendia por Judeu, já que, para empregar as suas palavras, «com todos esses estúpidos compromissos estaremos unicamente a embaraçar a nossa acção»<sup>606</sup>. Deste modo o Reichsführer-SS deu um alcance ainda maior ao que fora afirmado num documento de meados do ano anterior, emanado dos serviços de Heydrich, em que se concluíra pela vantagem de «o conceito de Judeu ser definido tão amplamente quanto possível»<sup>607</sup>. Reciprocamente, para efeitos de naturalização as leis do Reich não estipulavam de maneira explícita os critérios de consanguinidade racial<sup>608</sup>. Pouco antes do suicídio e do fim de tudo o Führer recordou ainda aos comensais o círculo vicioso deste racismo: «Falamos de raça judaica por comodidade de linguagem, porque, para falar com exactidão e sob o ponto de vista genético, não existe uma raça judaica. [...] A raça judaica é antes de mais uma raça mental. [...] Uma raça mental é algo mais sólido e duradouro do que uma simples raça»<sup>609</sup>.

<sup>601</sup> S. Friedländer (2008) 873-875; R. Hilberg (1961) 608; A. Quinchon-Caudal (2013) 170. Ver igualmente M. Gilbert (2011 b) I 346, II 511.

<sup>602</sup> J. Billig (2000) 7.

<sup>603</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 343-344; K. A. Schleunes (1990) 103, 123-125, 128.

<sup>604</sup> K. A. Schleunes (1990) 119, 129.

<sup>605</sup> Citado em A. Quinchon-Caudal (2013) 157.

<sup>606</sup> Citado em H. Arendt (1972) 262 n. 62, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 570 e M. Roseman (2012) 104. Ver também S. Friedländer (2008) 801-802. Note-se que A. Quinchon-Caudal (2013) 228 atribuiu esta declaração ao SS-Obergruppenführer Gottlob Berger, que na realidade fora o destinatário das instruções de Himmler. Por seu lado, Hannah Arendt mencionou aquela declaração de Himmler num contexto alheio à questão do racismo e tanto ela como Saul Friedländer, Jeremy Noakes et al. e Mark Roseman não se aperceberam das implicações mais profundas daquela atitude. Do mesmo modo, segundo M. Gilbert (2011 b) II 553, pelo decreto de 15 de Novembro de 1943 Himmler estabeleceu que, em caso de dúvida, caberia aos comandantes de polícia locais definir quem era ou não cigano.

<sup>607</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 508.

<sup>608</sup> G. Lukács (1980) 745. Ver ainda K. A. Schleunes (1990) 128-129.

<sup>609</sup> Citado em J. Billig (2000) 300. Ver a este respeito A. Pichot (2000) 403-404 e A. Quinchon-Caudal (2013) 57. Bastaria isto para verificarmos que Anne Quinchon-Caudal, op. cit., 60 não teve razão ao atribuir a Hitler um racismo «grosseiramente materialista»; e, no entanto, ela própria citou (pág. 157) estas declarações.

O vaivém entre espírito e corpo, entre raça e ideias, é indispensável para compreender as manifestações práticas do racismo no Terceiro Reich. Em polémica com Alfred Ploetz, fundador do movimento eugenista alemão, Max Weber advertira que só na qualidade de símbolos as características biológicas podem exercer uma acção no plano histórico e social e que «a ideia de raça» não deve ser confundida com «a raça»<sup>610</sup>. O racismo define-se pela atribuição de raízes biológicas a manifestações culturais, fundando assim a existência de raças. Uma cor de pele, um formato de crânio, um tipo fisionómico, uma dada proporção entre os membros e o tronco só se tornam caracteres significativos de uma especificidade biológica global quando lhes é imputada a causa de certas ideias e de certos comportamentos que, no entanto, apenas encontram explicação em quadros estritamente civilizacionais. Se for conferido um valor civilizacional a alguns traços físicos e se se considerar que os portadores dessas características constituem uma raça, definida biologicamente, as raças passam então a existir na realidade — não na realidade biológica, mas na realidade social. O percurso é o inverso do que habitualmente se julga. O racismo não é uma forma de encarar as raças. As raças é que são uma consequência do racismo, uma naturalização de um fenómeno ideológico. Os racistas inventam as raças, dão-lhes um corpo social, que eles julgam ser biológico, perseguem-nas, e quando as vítimas fogem ou morrem ou resistem e lutam, os racistas vêem nestas manifestações a validação das suas fantasias originárias. «Os nacionais-socialistas falaram sempre do judaísmo mundial; era uma *idée fixe* e um fantasma», anotou no seu diário o judeu alemão Victor Klemperer. «Falaram deste fantasma durante tanto tempo que ele acabou por se tornar real»<sup>611</sup>. Três anos mais tarde Klemperer insistiu: «[...] Hitler criou literalmente a “nação judaica”, o “judaísmo mundial”, o Judeu»<sup>612</sup>. Em suma, para entender as raças, a única coisa que há a explicar é o aparecimento do racismo.

Em Abril de 1932, quando pouco faltava para que Hitler ascendesse à Chancelaria, a secção de Hamburgo da Central-Verein deutscher Staatsbürger jüdischen Glaubens, a principal associação judaica do país, colocou o problema no plano em que deve ser encarado: «[...] todos os povos da história moderna constituem uma mistura das raças mais variadas. O povo alemão, em particular, forma uma mistura de raças especialmente notável. [...] Também os judeus são um

<sup>610</sup> Citado em L. Poliakov (1971) 312.

<sup>611</sup> Esta passagem da entrada de 15 de Dezembro de 1938 encontra-se em M. Chalmers (org. 2006 a) 331. A expressão está em francês no original.

<sup>612</sup> No dia 17 de Dezembro de 1941 em id., *ibid.*, 521 (sub. orig.). No dia 28 de Janeiro de 1943 Klemperer escreveu: «Os judeus, sem a pressão do anti-semitismo ou — e acima de tudo — sem o medo desta pressão, [...] teriam deixado de ser judeus, ter-se-iam integrado completamente nas nações onde vivem». Ver id. (org. 2006 b) 228.



grupo populacional resultante da mistura das raças mais diversas. [...] São “judeus” porque eles, e antes deles os seus antepassados, de quem provêm, foram portadores de uma identidade espiritual própria — o judaísmo — e continuam a preservá-la colectivamente, ao longo de uma história de vários milénios»<sup>613</sup>. O judaísmo não é uma raça, mas uma cultura ou uma fé — foram estas, em suma, as derradeiras palavras dos judeus alemães partidários da integração na sociedade do seu país, que eram a maior parte deles e se reuniam na Central-Verein. Nesta perspectiva, o anti-semitismo só podia ser combatido no terreno da ideologia e das culturas, o único em que possui um sentido lógico. Mas, ao transformarem numa raça aquilo que era uma cultura, os nacional-socialistas retiraram qualquer lógica ao debate, impedindo portanto que fosse um debate, e erigiram o ostracismo, a perseguição e a chacina em argumentos únicos, encadeados em série num outro tipo de discurso, exclusivamente prático.

Um historiador afirmou que não havia judeus nos primeiros campos de concentração, onde de início apenas se encontravam, além de criminosos de direito comum, os opositores políticos do regime, e que só mais tarde os judeus começaram a ser progressivamente sujeitos ao sistema concentracionário<sup>614</sup>, e outro autor indicou que só em 1938 foi pela primeira vez internado em campos de concentração um número considerável de judeus<sup>615</sup>. Também um sociólogo, vítima e analista do sistema concentracionário, garantiu que no começo do Terceiro Reich não se procedera à detenção indiscriminada de judeus, «escolhendo-se apenas uma parte deles, de acordo com os pontos de vista da Gestapo»<sup>616</sup>. Esta opinião foi confirmada por um especialista, que assegurou que desde 1933 até 1938, entre os vários milhares de pessoas assassinadas nos campos de concentração menos de cem eram judeus<sup>617</sup>, e outro historiador escreveu que antes dos *pogroms* de Novembro de 1938 «Hitler não tinha morto judeus enquanto judeus»<sup>618</sup>. Do mesmo modo, até ao começo da guerra nenhum livro foi proibido pela censura somente devido ao facto de ser judeu o autor<sup>619</sup>, assim como os primeiros filmes verdadeiramente anti-semitas realizados no Terceiro Reich datam só de 1939 e apenas a partir do ano seguinte o anti-semitismo se difundiu na indústria cinematográfica germânica, com *O Judeu Süß*, de Veit Harlan<sup>620</sup>. Um historiador fascista, todavia, escreveu que já em Março de 1933 «um enorme número de militantes

<sup>613</sup> Esta proclamação encontra-se em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 272-275. A citação vem na pág. 273.

<sup>614</sup> J. Droz [s. d.] 103, 105. Ver igualmente J. Billig (2000) 19 e K. A. Schleunes (1990) 103.

<sup>615</sup> K. A. Schleunes (1990) 228.

<sup>616</sup> E. Kogon (2002) 225.

<sup>617</sup> M. Gilbert, «Final Solution», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 364.

<sup>618</sup> L. Brenner (1983) 140.

<sup>619</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2020) II 211.

<sup>620</sup> P. Cadars et al. (1972) 189; J.-M. Palmier (1976 a) I 438; id. (1976 b) II 293.

[comunistas] e, com eles, de judeus não comunistas é encerrado em campos de concentração»<sup>621</sup>, mas haverá aqui razões para distinguir uma ideologia e uma alegada raça?

Convém não esquecer que para Hitler a esquerda, em todas as suas variantes, era uma modalidade do judaísmo e constituía sem dúvida a ameaça mais urgente no início do regime. «O racismo fornece à polícia somente os critérios para detectar as forças políticas adversas», escreveu um historiador, e acrescentou que os membros SS da Gestapo «estavam perfeitamente convencidos de que o critério fornecido pelo Mito Racial constituía o melhor meio para detectar os inimigos da ordem nazi»<sup>622</sup>. Alguém excluído pela raça era simultaneamente considerado um inimigo pela política. É certo que no interior dos campos de concentração os judeus eram discriminados e relegados para as ocupações mais penosas. Por outro lado, porém, a sua identificação graças a um triângulo amarelo, ao mesmo tempo que os singularizava, ligava-os às outras categorias, porque a este distintivo se sobrepunham os triângulos de outras cores atribuídos aos demais tipos de prisioneiros. Entre os detidos dos campos a estrela semita de seis pontas era compósita, e até na categoria de «profanador da raça» os judeus não se encontravam sozinhos<sup>623</sup>. Por isso a variedade de classificações que separava os prisioneiros consoante as origens e as acusações — e que dava lugar a distintivos de tantas cores que alguém que conheceu por dentro esta situação mencionou o aparecimento de «magníficos arco-íris»<sup>624</sup> — tinha um valor secundário perante o facto fundamental da despersonalização dos detidos, cuja única identidade se reduzia ao número de matrícula que os situava na população concentracionária<sup>625</sup>.

Além dos boicotes económicos e das restrições ao exercício da actividade profissional, o programa anti-semita recorreu a formas crescentes de violência, em que devemos distinguir três fases. Analisarei agora as duas primeiras, a outra será considerada na parte final deste capítulo. Na primeira fase foram perseguidas as manifestações judaicas consideradas de imediato mais perigosas: a social-democracia e o comunismo. Hitler já o anunciara no encontro que tivera com von Papen em 4 de Janeiro de 1933, quando tecia um dos fios da teia que em breve o faria entrar na Chancelaria; entre as primeiras modificações a fazer na situação política, disse ele então, incluir-se-ia a destituição de todos os sociais-democratas, comunistas e judeus que ocupassem cargos de responsabilidade<sup>626</sup>. «Para a filosofia SS, o inimigo é o poderio do Mal, expresso intelec-

<sup>621</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) III 96.

<sup>622</sup> J. Billig (2000) 201, 210-211.

<sup>623</sup> E. Kogon (2002) 37, 42.

<sup>624</sup> Id., *ibid.*, 43.

<sup>625</sup> J. Billig (2000) 22-23.

<sup>626</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 115.

tual e fisicamente», escreveu alguém que viu e sentiu o significado de tudo aquilo. «O comunista, o socialista, o liberal alemão, os revolucionários, os resistentes estrangeiros são os representantes activos do Mal. A existência objectiva de certos povos, porém, de certas raças, dos judeus, dos polacos, dos russos é a expressão estática do Mal. Um judeu, um polaco, um russo não precisam de agir contra o nacional-socialismo; por nascimento, por predestinação, eles são heréticos não assimiláveis, destinados ao fogo apocalíptico»<sup>627</sup>. Quando o novo regime se sentiu confiante na sua solidez e quando a concepção excludente de racismo adquiriu uma indisputada hegemonia no interior do NSDAP a violência pôde abater-se não só sobre os «representantes activos do Mal», o judaísmo considerado como ideologia, mas igualmente sobre o judaísmo como raça, a «expressão estática do Mal». Entrou-se então na segunda fase da violência anti-semita. Tratava-se de salvar da poluição o povo germânico e garantir a reconstrução sistemática da raça nórdica.

Num quadro tão vasto, não espanta que na primeira fase tivessem sido presos ou mortos os chefes do movimento operário e na segunda fase, com mais vagar, se procedesse à eliminação metódica do judaísmo considerado como raça. Mas se ser judeu era uma característica tanto física como espiritual, reduzir o programa de extermínio dos judeus à sua dimensão étnica, como fazem hoje a esmagadora maioria dos académicos e a voz jornalística corrente, é não saber interpretar o nacional-socialismo. A tragédia consistiu na liquidação de todas as formas de crítica social e na supressão de quaisquer manifestações de inquietação intelectual e, à medida que progredia a ocupação de territórios eslavos, na chacina das pessoas mais modernas e cultas ou simplesmente mais inteligentes. O absurdo resultou do facto de a repressão aos críticos e aos agentes de dissolução da ordem ter prosseguido não só nos planos ideológico e político mas também no plano biológico, conferindo-se a certos traços fisionómicos tanta importância como às convicções e aos documentos de filiação partidária. A multiplicação daquela tragédia por este absurdo explica o horror do racismo hitleriano. Mas só podemos interpretar, na sua lógica perversa, o número de mortos pelo genocídio<sup>628</sup>, se soubermos qual era o critério usado pelas autoridades nacional-

<sup>627</sup> D. Rousset (1946) 108.

<sup>628</sup> Segundo R. Hilberg (1961) 630 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 628, Adolf Eichmann, num relatório dirigido a Himmler em Agosto de 1944, calculou que havia sido liquidado um total de seis milhões de judeus, mas o Reichsführer-SS mostrou-se insatisfeito com a estimativa, pretendendo que o montante total era mais elevado. Pelo contrário, Raul Hilberg, *op. cit.*, 3, 639 e 728 considerou que Eichmann exagerara e que a «solução final» teria deixado cinco milhões de judeus mortos. Mais de cinco milhões foi o total aceite por J. C. Fest (1974) 1173. Entre quatro milhões e meio e seis milhões foi a cifra adoptada por H. Arendt (1994) 125 e, segundo S. Haffner (2011) 135 e 145, o número de judeus mortos estaria entre um mínimo superior a quatro milhões e um máximo de cerca de seis milhões. N. Cohn (1992) 17 n.1, 186, 207 e K. A. Schleunes (1990) 4 oscilaram entre os cinco e os seis milhões e M. Gilbert (2011 b) II 859, 863, *id.*, «Final Solution», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 364, 371 e R. Strayer (2015) 458 optaram por seis milhões. Por seu lado, S. G. Payne (2003 b) 381 indicou entre cinco milhões e meio e seis milhões de mortos, e R. Overy (2015) 315, situando-se a meio nesta estimativa, apontou cinco milhões e setecentos mil judeus mortos. Quanto a Jeremy Noakes et al., *op. cit.*, III 627 e 629, embora considerassem que «o número total de judeus mortos

socialistas para definir o Judeu, convertido numa entidade quer étnica quer ideológica, de modo que a grande maioria das vítimas foi um símbolo corporal de ideias que não tinha e de práticas que não perfilhava.

Os Einsatzgruppen, Comandos de Acção Especiais, organizados por Himmler e Heydrich para actuar nas regiões ocupadas do Leste da Europa destinaram-se tanto a matar judeus e ciganos como a assassinar comunistas e outros elementos politicamente perigosos<sup>629</sup>. Os primeiros Einsatzgruppen foram criados durante os preparativos da invasão da Polónia, e em Setembro de 1939 Himmler instruiu-os para actuarem contra os judeus e os intelectuais<sup>630</sup>, assim como participaram no assassinato de membros do clero<sup>631</sup>. «Esta luta», estipularam as *Directivas quanto ao Comportamento das Tropas na Rússia* emanadas do Alto Comando da Wehrmacht em 19 de Maio de 1941, um mês antes de se iniciar a invasão da União Soviética, «requer uma acção impiedosa e enérgica contra os agitadores bolchevistas, os guerrilheiros, os sabotadores e os judeus [...]»<sup>632</sup>, e também em Maio Heydrich instruiu os Einsatzgruppen para liquidarem todos os

no programa de extermínio nazi nunca poderá ser conhecido com exactidão», apontaram como mais confiável um total que se aproxima de seis milhões e trezentos mil. É interessante considerar que no último trimestre de 1944 um judeu de Dresden calculou que seis ou sete milhões dos seus correligionários tivessem sido mortos. Ver a entrada de 24 de Outubro de 1944 do diário de Victor Klemperer em M. Chalmers (org. 2006 b) 430.

<sup>629</sup> I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 324 explicaram que os Einsatzgruppen actuantes nos territórios soviéticos ocupados haviam recebido ordem «para matar sistematicamente todos os judeus e comissários políticos soviéticos» e indicaram (pág. 110) que tanto liquidavam judeus como eslavos. Mais explicitamente ainda, os documentos da época citados por R. Bessel, «RSHA», em id., ibid., 970 estabelecem que os Einsatzgruppen tinham por função «combater todos os elementos hostis ao Reich e aos alemães na retaguarda das forças militares activas» e se destinavam, entre outras coisas, a deter «pessoas politicamente suspeitas». Ver no mesmo sentido: A. Beevor (2010) 50, 159; H. G. Dahms (1968) II 199; H. L. Feingold (1995) 65; J. C. Fest (1974) 1112, 1116; M. Gilbert (2011 b) I 246, 250, 287; S. Littman (2003) 36; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 486, 488. Por seu lado, S. Friedländer (2008) 365 limitou-se a indicar que centenas de milhares de civis russos foram executados pela Wehrmacht e pelos Einsatzgruppen, mas foi mais pormenorizado na pág. 545. O texto de uma conferência proferida por dois membros da Gestapo, citado por E. Kogon (2002) 261, menciona os judeus no interior de uma longa lista de comunistas e funcionários da administração soviética e explica que todos eles deveriam ser alvo dos Einsatzgruppen. A. Bullock (1972) 702 confirmou que a função dos Einsatzgruppen consistia no «extermínio da população judaica e ainda dos funcionários comunistas». Também J. Billig (2000) 281 mencionou «os extermínios dos judeus e das populações de Leste cometidos sob a égide da Reichssicherheitshauptamt [os Einsatzgruppen dependiam da RSHA]» e S. Wiesenthal (1989) 286 especificou, referindo-se aos Einsatzgruppen, que «a única função destes destacamentos especiais foi matar judeus, comunistas e ciganos atrás da frente de combate». F. MacLean (1998) 89 relatou um fuzilamento em massa de judeus e guerrilheiros realizado por um Einsatzkommando em Agosto de 1941, perto de Minsk, e mostrou (págs. 89-90, 247-248) que o alvo dos Einsatzgruppen eram tanto os judeus como a Resistência soviética. Este historiador resumiu bem o objectivo dos Einsatzgruppen ao chamar a atenção (pág. 247) para «a maneira como a acção antiguerrilha se fundiu com a Solução Final». Ver igualmente id., ibid., 262. Também H. Arendt (1994) 79 afirmou que a função dos Einsatzgruppen consistia em «massacrar a população civil nativa e especialmente os judeus». Mas os objectivos destes Comandos de Acção Especiais eram mais amplos, como esta autora observou (pág. 106), pois «de modo nenhum faziam vítimas só entre os judeus. Além dos participantes efectivos na guerrilha, ocupavam-se dos funcionários russos, dos ciganos, dos marginais, dos loucos e dos judeus». Ver no mesmo sentido R. Hilberg (1961) 643. Aliás, Hannah Arendt, op. cit., 95 recordou que tanto os judeus da Europa oriental como os comunistas soviéticos e os intelectuais polacos estavam destinados ao extermínio e escreveu (pág. 101) que «todos os funcionários soviéticos e, é claro, todos os judeus deviam pura e simplesmente ser chacinados».

<sup>630</sup> R. L. Koehl (1983) 163.

<sup>631</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 347.

<sup>632</sup> Citado em id., ibid., III 486.

judeus, os sub-homens asiáticos, os comissários comunistas e os ciganos<sup>633</sup>. No mês seguinte, logo no começo da campanha contra a União Soviética, novamente Heydrich deixou claro que o objectivo dos Einsatzgruppen era a eliminação do bolchevismo judaico quer nas suas manifestações biológicas quer nas ideológicas<sup>634</sup>. Os «judeus do Leste» são, disse Heydrich, o «reservatório intelectual do bolchevismo»<sup>635</sup>. Em 2 de Julho desse ano, nas instruções enviadas aos chefes destes Comandos actuantes na União Soviética, Heydrich lembrou que deviam ser liquidados todos os funcionários do Partido Comunista e do Komintern, os comissários e os judeus, quanto a estes, aliás, «ocupando posições no Partido e no Estado»<sup>636</sup>. E no final de 1941 as autoridades SS decidiram que os campos de concentração usados para deter os comunistas soviéticos albergariam igualmente judeus<sup>637</sup>, confundindo na prática uns e outros.

A quem pertenciam os cadáveres que os Einsatzgruppen deixavam por onde quer que passassem? Sucedeu muitas vezes que os relatórios dos executores contabilizassem separadamente comunistas, guerrilheiros, criminosos, judeus, eslavos e ciganos<sup>638</sup>, embora os corpos se empilhassem nas mesmas covas ou fossem queimados juntos. No entanto, para quem assimilava conceptualmente judeus e comunistas, não devia ser fácil destrinçá-los. Pelo menos num caso, o relatório que assinala o número de «judeus» mortos em certos lugares da Ucrânia refere noutro lugar «comunistas e judeus»<sup>639</sup>. E parece que na maioria dos relatórios apresentados pelos Einsatzgruppen as execuções de judeus e de membros do Partido Comunista soviético foram enumeradas em conjunto, sem que possamos distinguir as duas categorias de vítimas<sup>640</sup>. Como sempre, é na contabilidade que se desvendam os pressupostos ideológicos mais profundos. Já em Dezembro de 1941 o chefe da Gestapo, quando comunicou a representantes da Wehrmacht e de diversos ministérios a liquidação de dezasseis mil prisioneiros de guerra soviéticos, se absteve de indicar quantos eram os etnicamente judeus e quantos os politicamente comunistas<sup>641</sup>.

<sup>633</sup> J. C. Fest (1974) 1114.

<sup>634</sup> J. Förster, «Germany», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 465.

<sup>635</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 222.

<sup>636</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 489. Ver ainda S. Friedländer (2008) 323.

<sup>637</sup> H. Arendt (1994) 95.

<sup>638</sup> S. Friedländer (2008) 545; M. Gilbert (2011 b) I 252, 259, 262, 274, 287, 293, 298, 311, 335, 343, 345, 349, 354, 356; F. MacLean (1998) 93.

<sup>639</sup> M. Gilbert (2011 b) I 256.

<sup>640</sup> S. Haffner (2011) 135; W. L. Shirer (1995) II 371 n. Ver ainda M. Gilbert (2011 b) I 279. Sucedeu também que fossem mencionados em conjunto sérvios e judeus, como se vê em Martin Gilbert, op. cit., I 284. H. Arendt (1994) 15 relatou que um membro dos Einsatzgruppen foi tardiamente condenado na República Federal Alemã a uma pena de prisão, aliás bastante reduzida, pela responsabilidade na morte de quinze mil judeus, mas esqueceu-se de explicar como se conseguiu distinguir com exactidão entre as liquidações étnicas e as ideológicas; o mesmo problema se coloca quando esta autora referiu (pág. 74) que o chefe de um dos Comandos de Acção Especiais organizara a morte de duzentos e cinquenta mil judeus.

<sup>641</sup> R. Hilberg (1961) 224.

Esta confusão reproduziu-se na Europa submetida ao Reich. Por exemplo, Fernand de Brinon, representante do governo de Vichy junto às autoridades germânicas de ocupação, protestou no final de 1941 contra o fuzilamento de reféns escolhidos, consoante as suas próprias palavras, entre «judeus, comunistas e anarquistas»<sup>642</sup>. Empregando termos idênticos, Galtier-Boissière mencionou no seu diário, numa entrada de 15 de Dezembro de 1941, o «fuzilamento de cem reféns, segundo certos jornais, “não pertencendo ao *povo de França*” (judeus, comunistas, anarquistas)»<sup>643</sup>. A nomenclatura foi a mesma numa ordem de Hitler, de 3 de Março de 1942, transferindo da Wehrmacht para os SS a responsabilidade pelas represálias exercidas em França «contra comunistas e judeus»<sup>644</sup>. Na mesma ocasião, na Sérvia, era similar a composição dos reféns seleccionados pelos nacionais-socialistas<sup>645</sup>. E no Trieste a liquidação física dos judeus operou-se juntamente com a dos comunistas e outros antifascistas, tanto eslavos como italianos<sup>646</sup>. Também o célebre massacre de trezentos e trinta e cinco reféns nas caves da Via Ardeatina, perto de Roma, em Março de 1944, vitimou tanto prisioneiros políticos como judeus<sup>647</sup>. Socialistas e comunistas sem nenhum antepassado judaico eram condenados como judeus, do mesmo modo que o eram judeus conservadores ou francamente reaccionários. Por isso o que os hitlerianos concebiam em termos de raça só adquire significado em termos sociais e ideológicos.

Contudo, a impossibilidade de estabelecer uma fronteira entre as vítimas marxistas e os denominados judeus, que devia servir para elucidar a questão, parece que só confunde os historiadores. Vejamos o caso de um deles, a maior autoridade no estudo do genocídio dos judeus. Ao abordar pela primeira vez os Einsatzgruppen, ele limitou erroneamente o seu alvo à população judaica dos territórios soviéticos ocupados<sup>648</sup>. Todavia, noutra passagem da obra escreveu que «os comandos móveis de extermínio deviam fuzilar tanto judeus e ciganos como comissários e membros da Resistência»<sup>649</sup>. Com efeito, quando procedeu a relatos detalhados e analisou a documentação, este historiador mostrou que os Einsatzgruppen visavam igualmente a guerrilha comunista e os membros de organismos comunistas, fossem judeus ou eslavos ou de outras etnias<sup>650</sup>. Com igual ambiguidade, afirmou que o acordo estabelecido em Julho de 1941 entre os

<sup>642</sup> Citado em id., *ibid.*, 404.

<sup>643</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 802 (sub. orig.).

<sup>644</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 606.

<sup>645</sup> R. Hilberg (1961) 438.

<sup>646</sup> E. Santarelli (1981) II 547.

<sup>647</sup> «Ardeatine Caves Massacre», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 50. Segundo M. Gilbert (2011 b) II 594, duzentos e cinquenta e três eram católicos e setenta eram judeus.

<sup>648</sup> R. Hilberg (1961) 177. Ver igualmente as págs. 182 e segs.

<sup>649</sup> Id., *ibid.*, 643.

<sup>650</sup> Id., *ibid.*, 191, 197, 198, 202, 203, 214, 220, 241, 243.

SS e a Wehrmacht se destinava a «matar prisioneiros de guerra judeus»<sup>651</sup>, mas nos documentos apresentados encontramos entre as vítimas tanto judeus como comunistas soviéticos<sup>652</sup>. Especialmente interessante é um relatório de Setembro de 1941, emanado do Einsatzgruppe C, onde se lê que «o aparelho organizacional bolchevista de modo nenhum é idêntico à população judaica» e que para destruir o comunismo não basta exterminar os judeus, porque em muitos outros grupos étnicos se encontram também comunistas<sup>653</sup>. Este historiador comentou que «raramente os nazis procederam a uma distinção tão clara entre os judeus e o comunismo»<sup>654</sup>, mas o que eu ali encontro é uma articulação entre ambas as categorias, ficando os judeus incluídos no número mais vasto dos comunistas. Se recordarmos as palavras de Hitler ao dizer que era possível «pertence[r] em espírito a uma certa raça» e que «a raça judaica é antes de mais uma raça mental»<sup>655</sup>, entendemos que ele pudesse procurar no plano rácico as suas vítimas ideológicas e no plano ideológico as vítimas raciais. A estratégia de genocídio dos judeus não se distinguiu da estratégia de erradicação do marxismo, e neste mortífero círculo vicioso os problemas de ordem cultural e política eram apresentados como problemas rácicos.

## 5

As mesmas características desagregadoras e a mesma origem marginal atribuídas aos judeus eram imputadas pelo nacional-socialismo aos ciganos, também eles vítimas do conjunto de legislação racial conhecido como Leis de Nuremberga e perseguidos e liquidados tanto pelos Einsatzgruppen como em campos de concentração. Calcula-se que cerca de meio milhão de ciganos tivesse sido exterminado no Reich e nos territórios ocupados<sup>656</sup>; daqueles que existiam na Alemanha em 1939, só um quinto sobrevivia no final da guerra<sup>657</sup>. Mas a limitada importância

<sup>651</sup> Id., *ibid.*, 220.

<sup>652</sup> Id., *ibid.*, 220-221, 224.

<sup>653</sup> Citado em id., *ibid.*, 225.

<sup>654</sup> Id., *ibid.*, 225.

<sup>655</sup> Citado respectivamente em E. Conte et al. (1995) 106 e em J. Billig (2000) 300.

<sup>656</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 388 n. 44; S. Wiesenthal (1989) 219-220. Ver igualmente M. Gilbert (2011 b) II 553. «Exceptuando um pequeno grupo, morreram todos», escreveu E. Kogon (2002) 37. Por seu lado, A. Quinchon-Caudal (2013) 212 considerou que o número de vítimas ciganas «é totalmente desconhecido, mas situa-se provavelmente em redor de 200.000 pessoas» e G. Aly et al. (2006) 265 afirmaram que «durante o domínio alemão na Europa, pelo menos 105.000 ciganos foram assassinados só na Hungria, na Roménia, na Eslováquia, na Sérvia e na Croácia». Mais vago, R. Strayer (2015) 458 limitou-se a afirmar que o número de ciganos mortos alcançou várias centenas de milhares. Note-se que, depois de definir (pág. 1340) «o predomínio da capacidade musical como uma característica da raça germânica», H. S. Chamberlain (1913) 1340 n. 1 apoiara a tese daqueles que sustentavam que os ciganos da Hungria eram um ramo dos hindus arianos, em virtude das extraordinárias aptidões daquele povo para a música. Mas os nacionais-socialistas regeram-se por uma partitura diferente. No entanto, segundo Anne Quinchon-Caudal, *op. cit.*, 212, Himmler defendera inicialmente que os ciganos eram de pura ascendência ariana e só em 1942 se decidira a exterminá-los.

<sup>657</sup> S. Haffner (2011) 131.

dos ciganos no mundo contemporâneo fez com que não ocupassem nenhum lugar de relevo na encenação hitleriana do grande mito rácico e viram-se reduzidos pelos fabricantes da história ao papel de figurantes mudos.

O tribunal militar internacional de Nuremberga não mencionou sequer o genocídio dos ciganos<sup>658</sup> e em 1950 o psiquiatra que exercera as funções de responsável científico pelo recenseamento deste povo, organizado com vista ao seu extermínio, foi absolvido pelos juízes alemães<sup>659</sup>, o que não espanta, porque o governo alemão recusou-se a conceder aos ciganos as compensações pecuniárias devidas às vítimas do nacional-socialismo<sup>660</sup>. O ministro do Interior do estado de Württemberg chegou a declarar, em Maio de 1950, que «os ciganos foram perseguidos sob o nazismo não por quaisquer motivos raciais mas devido a um comportamento anti-social e criminoso»<sup>661</sup>. Mais deplorável ainda é o facto de a deliberada indiferença pelo destino dos ciganos ter sido partilhada por destacados representantes das outras vítimas. O procurador-geral israelita encarregado da acusação no julgamento de Adolf Eichmann admitiu, numa conversa privada, que o genocídio dos judeus pelos nacionais-socialistas teria constituído um acto mais criminoso do que a chacina dos ciganos, um povo alegadamente desprovido de cultura própria. Opiniões deste género permitem compreender que, apesar de Eichmann ter reconhecido nos interrogatórios a que foi sujeito pela polícia israelita que o seu departamento organizara a liquidação de dezenas de milhares de ciganos, o tribunal considerasse o facto como não provado<sup>662</sup>. O mesmo argumento de que os ciganos não se destacavam na vida cultural e económica da Europa, enquanto os judeus constituíam «uma elite universalizadora no domínio científico, na teoria política, nas comunicações, na literatura, no teatro, na filosofia e no comércio, que estava a dar novos moldes à vida europeia e a orientá-la para além dos limites do Estado-nação», serviu a um académico judeu norte-americano para atribuir ao genocídio dos judeus um carácter historicamente único<sup>663</sup>. Com este tipo de raciocínios, ou pretextos, uma eminente personalidade judaica norte-americana, que durante vários anos presidiu ao US Holocaust Memorial Council, recusou-se repetidamente a

<sup>658</sup> *The Economist*, 12 de Maio de 2001, pág. 30. O relatório confidencial apresentado por Otto Kirchheimer, presumivelmente no final de Março de 1944, na Research and Analysis Branch do OSS havia equiparado explicitamente os ciganos aos judeus como as duas vítimas raciais da legislação de Nuremberga. No entanto, o relatório secreto apresentado por Franz Neumann em 25 de Setembro desse ano, ao enunciar os vários tipos de crime de guerra que deveriam ser julgados pelo tribunal internacional formado pelas potências vencedoras, não teve nenhuma palavra acerca dos ciganos. Ver R. Laudani (org. 2013) 403 e 752-753.

<sup>659</sup> A. Pichot (2000) 419.

<sup>660</sup> M. Gilbert (2011 b) II 849.

<sup>661</sup> Citado em id., *ibid.*, II 849.

<sup>662</sup> H. Arendt (1994) 96-97, 245.

<sup>663</sup> H. L. Feingold (1995) 4. Este argumento foi desenvolvido nas págs. 25-40. Note-se que nas págs. 4, 19-20 e 37 o autor incluiu os arménios, junto com os ciganos, entre as vítimas que não têm direito à singularidade histórica.



incluir nesta instituição delegados dos ciganos ao lado das representações dos judeus, dos polacos, dos ucranianos e dos russos, o que não a impediu de ser homenageada com o Prémio Nobel da Paz em 1986. Aliás, por que razão aquela atitude seria um óbice? No ano anterior, quando o Conselho Central dos Judeus na Alemanha decidira comemorar os quarenta anos da libertação do campo de concentração de Bergen-Belsen, fora em vão que o Conselho Central cigano pedira para participar nas cerimónias, embora muitos ciganos tivessem perecido naquele campo<sup>664</sup>. A mesma história que regista o destino fatal de uns esquece o de outros<sup>665</sup>.

## 6. A dialéctica das três raças

A dialéctica racista desenvolvida ao longo de várias décadas na área da cultura germânica foi sistematizada por Hitler mediante a articulação entre uma antinomia externa, que opunha nórdicos e eslavos, e um antagonismo interno, resultante da acção dissolvente atribuída aos judeus no seio dos germanos. Estas duas modalidades de contradição, a antinomia e o antagonismo, conferiram uma forma lógica ao racismo hitleriano e inspiraram-lhe os pavores. Sem entendermos o triângulo formado pelos nórdicos, os eslavos e os judeus, e a assimetria das relações entre os três vértices, não podemos compreender o racismo dos nacionais-socialistas e muito menos a lógica que presidiu à sua actuação.

Os *Untermenschen* eram incapazes de se dotar sozinhos de uma coesão política e de uma organização estatal, e poderiam fazê-lo apenas com duas condições: se fossem guiados por elementos de sangue nórdico, restos de antigas migrações que mantinham ainda uma certa pureza racial; ou se os judeus se colocassem à cabeça da sub-humanidade. Qual a resposta dos nacionais-socialistas a estas duas ameaças?

Em 12 de Setembro de 1940 o Reichsführer-SS Himmler preveniu que é «frequentemente observado, especialmente nas imediações da cidade de Posen, que o elemento nórdico entre os polacos politicamente activos é especialmente forte»<sup>666</sup>. E duas semanas depois de ter lançado as suas tropas contra a União Soviética, o Führer disse aos comensais que «se, apesar de tudo»

<sup>664</sup> S. Wiesenthal (1989) 222-223.

<sup>665</sup> É significativo que J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 388 n. 44 tivessem escrito que «infelizmente a falta de espaço impede que documentemos o extermínio pelos nazis de cerca de 500.000 ciganos europeus». Ora, este volume, a muitos títulos excelente, alonga-se por 678 páginas; e também no seu minucioso índice de assuntos, em que o verbete dedicado aos judeus se desdobra numa pluralidade de entradas, não houve ocasião para consagrar um verbete aos ciganos.

<sup>666</sup> Citado em id., *ibid.*, III 339. Acerca da noção de que os chefes da Resistência polaca eram dotados de sangue nórdico ver ainda id., *ibid.*, III 370.

o russo «consegue obedecer a alguma forma de organização, isso deve-se à gota de sangue ariano que lhe corre nas veias»<sup>667</sup>. «Entre os insurrectos», indicaram dois historiadores, «destacam-se os “nórdicos” e “nórdico-dinários” como especialmente perigosos devido à sua capacidade de formar um núcleo racicamente são e susceptíveis de chefiar a maior parte dos guerrilheiros, camponeses predominantemente “ósticos” ou “bálticos orientais”. Os “peritos” aconselharão, assim, que a luta contra a guerrilha, para ser completa, implica, além da repressão armada, não só o extermínio dos “melhores”, mas também a germanização da sua prole»<sup>668</sup>. Foi para privar os eslavos desta elite biológica que os Einsatzgruppen enforcaram e fuzilaram no leste da Europa resistentes e chefes guerrilheiros tidos como nórdicos ou seminórdicos.

Mas as razias não bastavam, era necessário também que a raça nórdica se apropriasse do que restava daquela elite disseminada entre os eslavos. Uma política era o complemento da outra. Em 30 de Janeiro de 1942, numa roda de comensais em que se encontrava Heydrich, o Führer disse, a propósito da Boémia e Morávia, que «uma grande parte dos checos é de origem germânica e não é impossível germanizá-los de novo»<sup>669</sup>. Esta ideia teve uma aplicação na Polónia graças às directivas para a germanização das famílias polacas, promulgadas em Março de 1942, estipulando que «a germanização de famílias de outras nacionalidades não tem como objectivo principal aumentar as fileiras da nação alemã [...] mas minar a qualidade da classe dirigente nas etnias estrangeiras». Essas directivas partiam do princípio de que «em especial entre os dirigentes dos insurrectos polacos e do movimento de resistência, um acentuado predomínio de sangue nórdico predispõe-os a desempenhar um papel mais activo nos acontecimentos do que os elementos eslavos, mais fatalistas»<sup>670</sup>.

Houve ainda uma forma mais radical de apropriação do melhor sangue que se encontrasse entre os eslavos para o incorporar na raça nórdica. Já num discurso de 8 de Novembro de 1938 Himmler defendera a necessidade de «roubar» o sangue germânico disperso pelo mundo<sup>671</sup> e num memorando endereçado a Lammers em 11 de Março de 1939, pouco antes de ser nomeado comissário do Reich para o Reforço do Germanismo, ele considerou que «todas as pessoas nórdicas que retirarmos aos outros povos representarão para eles a perda de um sangue com capacidade de chefia e para nós representarão um ganho. Por cada acção conduzida com êxito

<sup>667</sup> Em 5 de Julho de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 3. Ver igualmente a pág. 405.

<sup>668</sup> E. Conte et al. (1995) 333.

<sup>669</sup> *Hitler's Table Talk...*, 263. O Führer defendeu a mesma ideia relativamente à população de algumas regiões da Ucrânia, como se vê em I. Kamenetsky (1956) 47-48.

<sup>670</sup> Citadas em G. Aly et al. (2006) 108-109.

<sup>671</sup> Citado em H. F. Ziegler (1989) 51.

obtemos duas pessoas, uma que os nossos adversários perdem e já não se há-de erguer contra nós como um inimigo, e outra que passará a estar do nosso lado e lutará a nosso favor»<sup>672</sup>. Baseando-se nesta aritmética peculiar, Himmler, noutro memorando datado de 15 de Maio de 1940, admitiu que o Reich precisava de recuperar as crianças oriundas de ancestrais germânicos para «evitar o perigo de que a população sub-humana de Leste possa obter uma classe dirigente formada por essas pessoas de bom sangue»<sup>673</sup>. Num discurso proferido no mesmo ano ele declarou que é necessário «captarmos para nós todo o sangue nórdico do mundo, tomarmos este sangue ao nosso adversário e introduzirmo-lo em nós»<sup>674</sup>. Hitler deu o aval a esta modalidade de conquista biológica, declarando em Fevereiro de 1942: «Onde quer que se encontre sangue germânico, em qualquer parte do mundo, tomaremos para nós aquele que for bom. Com o que restar, os outros serão incapazes de se opor ao Reich germânico»<sup>675</sup>. Na mesma perspectiva, Himmler escreveu nas anotações para um discurso que faria em Hegewald a 16 de Setembro de 1942: «Todo o sangue germânico para nós, ou suprimido»<sup>676</sup>. Também em 1942, o chefe do Departamento Central de Raça e Colonização dos SS em Breslau, depois de afirmar que «a experiência demonstrou que a camada dirigente polaca, em especial a do movimento de insurrectos ou da Resistência, tem uma proporção significativa de sangue nórdico», determinou que por isso as crianças polacas racialmente valiosas deveriam ser retiradas às famílias e enviadas para o Reich<sup>677</sup>. Em 14 de Outubro do ano seguinte, em Bad Schachen, foi esta uma das missões que Himmler apresentou perante um grupo de oficiais da Wehrmacht: «Ou obtemos todo o bom sangue que pudermos usar e lhe damos um lugar no seio do nosso povo ou, meus senhores — talvez achem isto cruel, mas a natureza é cruel — destruímos esse sangue»<sup>678</sup>. Os cientistas SS invocavam a genética, mediam crânios, analisavam nomes, consultavam arquivos, inspiravam-se nas fisionomias e metodicamente, família a família, pessoa a pessoa, seleccionavam aqueles que conservariam ainda algumas gotas do precioso sangue levado séculos atrás pelas migrações germânicas<sup>679</sup>. Nada disto era científico, se é que a ciência podia ter ainda pretensões à exactidão ou sequer ao bom senso. Tudo eram fantasias absurdas, a que o carácter burocrático do procedimento e o uso da quantificação conferiam o prestígio das actividades académicas. Mas na histó-

<sup>672</sup> Citado em D. L. Hoffmann et al. (2009) 109. Li *fighting* onde se encontra «*finding*».

<sup>673</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 325. Himmler concebeu também a aplicação deste plano às crianças francesas. Ver *Hitler's Table Talk...*, 401.

<sup>674</sup> Citado em E. Conte et al. (1995) 277. Ver também M. Gilbert (2011 b) I 94-95.

<sup>675</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 1178.

<sup>676</sup> Citado em G. Aly et al. (2006) 113.

<sup>677</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 338.

<sup>678</sup> Citado em E. K. Bramstedt (1945) 244. Ver igualmente J. C. Fest (1974) 1177-1178.

<sup>679</sup> Sh. F. Weiss (2010) 110, 165.

ria as tolices têm consequências práticas e convertem-se por isso em horrores. Não se tratava de solicitar os eleitos a partir para o Reich ou de atraí-los com promessas, mas de os transferir compulsivamente<sup>680</sup>. Uma pessoa nada mais era do que o receptáculo temporário de um sangue eterno, e o apelo da raça devia imperar sobre quaisquer vocações individuais. Esta reapropriação do sangue nórdico foi considerada especialmente promissora no caso das crianças, que com facilidade perdiam a memória do meio de origem. A administração SS conferia-lhes outro nome e entregava-as a casais germânicos de boa raça, que as educariam como filhos e lhes dariam a mentalidade desejada. Calcula-se que tivessem sido submetidas a esta forma de rapto administrativo 50.000 crianças da Ruténia checoslovaca e praticamente outras tantas dos territórios soviéticos conquistados, além de 200.000 crianças polacas, das quais só um quinto conseguiu regressar ao país natal, no final da guerra, sei lá como, através de uma Europa em destroços<sup>681</sup>.

Mediante as duas faces desta política, a supressão do sangue e a apropriação do sangue, os eslavos ficariam privados de uma elite biológica que, se continuasse a existir entre eles, contribuiria para a organização de guerrilhas e outras iniciativas de resistência. Ora, além deste risco surgia outro, já que os judeus, incapazes de união e solidariedade quando deixados a si próprios, teriam a arte de pôr de lado os egoísmos naturais ao depararem com um inimigo da sua raça, e poderiam assim mobilizar os *Untermenschen*, fornecendo-lhes um enquadramento político e uma organização estatal. Levando à letra esta sucessão de absurdos, o nacional-socialismo hitleriano considerava o regime soviético como uma massa de eslavos e asiáticos chefiada por uma elite perversa de judeus<sup>682</sup>. A tese não era inédita, toda a extrema-direita anti-semita a conhecia desde 1917. «[...] a revolução bolchevista foi um empreendimento ampla e cuidadosamente preparado pela alta finança internacional judaica», proclamara Henry Ford em *The International Jew*, acrescentando que «o bolchevismo russo foi apoiado pelo ouro judeu proveniente da América», uma frase a que atribuiu tanta importância que mandou pô-la em itálico<sup>683</sup>. E no ano seguinte, em 1921, um exemplo entre muitos, Georges Valois, que então era ainda uma figura destacada da Action Française, escreveu que a revolução russa fora feita «por hordas asiáticas comandadas por judeus»<sup>684</sup>. Mas Hitler e os seus seguidores souberam extrair dessa tese a conclusão lógica e aplicá-la na prática. A Rússia, declarou Hitler em Maio de 1930 no encontro com Otto Strasser que

<sup>680</sup> G. Aly et al. (2006) 111-113.

<sup>681</sup> Id., *ibid.*, 110-111; E. Black (2003) 332; E. Conte et al. (1995) 297-298, 301-303, 330-331, 334-337, 357-360; M. Gilbert (2011 b) I 365, II 456; «Lebensborn», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 675; A. Quinchon-Caudal (2013) 188-189. Num texto de Janeiro de 1945, transcrito em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 369, Vasily Grossman descreveu uma coluna de oitocentas crianças soviéticas, caminhando ao longo das estradas, de regresso ao seu país.

<sup>682</sup> A. Dallin (1957) 9; S. Friedländer (2008) 216-217.

<sup>683</sup> H. Ford (1932) 216, 368.

<sup>684</sup> Citado em Y. Guchet (2001) 34.

levou à ruptura entre ambos, é «um corpo eslavo-tártaro com uma cabeça judaica»<sup>685</sup>. O perigo mortal representado pelo judaísmo foi um dos eixos condutores do Terceiro Reich, e nesta perspectiva a União Soviética era apresentada como uma massa sub-humana governada por judeus. Goebbels nunca esquecia este tema quando discursava em Nuremberga nos congressos anuais do NSDAP<sup>686</sup>. Mesmo antes do começo da guerra, não só os SS como também o Ministério dos Negócios Estrangeiros não se cansaram de repetir que a deportação dos judeus era indispensável para pôr termo à agitação e às revoltas<sup>687</sup>. Ora, desencadeada a guerra, decerto seria muito maior o perigo com que deparava a raça de senhores se nos territórios de Leste os judeus mobilizassem os sub-homens e os conduzissem numa insurreição. «O objectivo do bolchevismo é a revolução mundial dos judeus», gritou Goebbels no seu discurso de 18 de Fevereiro de 1943, aquele mesmo em que anunciou a «guerra total»<sup>688</sup>.

Logo em 21 de Setembro de 1939, não estava ainda terminada a campanha na Polónia, Heydrich afirmou nas instruções enviadas aos chefes dos Einsatzgruppen no território recém-ocupado que «os judeus desempenharam um papel relevante nas emboscadas e nas pilhagens»<sup>689</sup>. «E este mundo inferior de sub-homens encontrou um guia: o Judeu eterno», anunciou um panfleto distribuído pelo quartel-general SS aos soldados que combatiam no Leste<sup>690</sup>. Durante a preparação da campanha contra a União Soviética o Führer insistiu várias vezes na necessidade de destruir os judeus enquanto elite dirigente do bolchevismo<sup>691</sup> e nas directivas transmitidas em 3 de Março de 1941 ao chefe de operações do Alto Comando da Wehrmacht deixou claro que «a *intelligentsia* judaico-bolchevista [...] tem de ser eliminada»<sup>692</sup>. Por seu lado, em 2 ou 3 de Agosto de 1941 Himmler explicou a um comandante SS que «os judeus são a força de reserva da guerrilha»<sup>693</sup> e depois de se ter encontrado com o Führer em 18 de Dezembro desse ano, já ia em seis meses a guerra contra os soviéticos, ele anotou no seu diário as instruções recebidas: «Questão judaica | exterminados enquanto guerrilheiros»<sup>694</sup>. Ora, em Dezembro de 1941 um perito

<sup>685</sup> Citado em O. Strasser (1940) 108.

<sup>686</sup> N. Cohn (1992) 201.

<sup>687</sup> R. Hilberg (1961) 472.

<sup>688</sup> Citado em S. Friedländer (2008) 700.

<sup>689</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 444. «Sem os judeus», considerou o chefe do fascismo valão, Léon Degrelle, «não teria havido Resistência em 1940». Ver L. Degrelle (1949 b) 167.

<sup>690</sup> Citado em N. Cohn (1992) 186.

<sup>691</sup> S. Friedländer (2008) 214-215, 217-218, 221.

<sup>692</sup> Citado em id., *ibid.*, 215 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 484.

<sup>693</sup> Citado em S. Friedländer (2008) 325.

<sup>694</sup> Citado em M. Edele et al. (2009) 379, S. Friedländer (2008) 426, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 505 e M. Roseman (2012) 65. Saul Friedländer observou (págs. 426-427) que esta directiva não podia referir-se aos judeus soviéticos, que já estavam a ser liquidados há vários meses, mas aos judeus do próprio Reich, que passariam a ser tratados como potenciais inimigos. Com efeito, Hitler disse a Goebbels em Maio de 1942 que «os alemães só participam em movimentos subversivos quando são instigados pelos judeus». Ver Saul Friedländer, *op. cit.*, 525.

do departamento económico das forças armadas, num relatório interno em que adoptou critérios de racionalidade deliberadamente alheios à ideologia racial, reconheceu que os judeus da Ucrânia se esforçaram por agradar aos ocupantes nacional-socialistas e não tiveram nenhuma participação significativa nas acções da Resistência<sup>695</sup>. Mas de nada valia este realismo, porque o imperativo ideológico era determinante. E também entre os oficiais da Wehrmacht foi corrente a opinião de que cabia aos judeus a responsabilidade pelas acções da Resistência, e actuaram de acordo com esta convicção<sup>696</sup>. «A luta contra o bolchevismo», explicou em Setembro de 1941 o marechal Keitel, chefe do Alto Comando das Forças Armadas, «exige medidas impiedosas e enérgicas, sobretudo contra os judeus, os principais portadores do bolchevismo»<sup>697</sup>. E numa proclamação de Outubro de 1941, que Hitler considerou «excelente», o comandante do Sexto Exército, marechal von Reichenau, sintetizou esses receios explicando que eram sempre judeus quem instigava os levantamentos na retaguarda das suas tropas e afirmando que a obrigação dos soldados naquela «campanha contra o sistema judaico-bolchevista» era «exterminar a influência asiática na esfera da cultura europeia»<sup>698</sup>. Vários generais emitiram então proclamações no mesmo sentido e o marechal von Rundstedt apoiou publicamente aquela declaração<sup>699</sup>. Em Novembro de 1941 coube ao então general von Manstein, à frente do Décimo Primeiro Exército, consignar numa ordem do dia que «os judeus são os intermediários entre o inimigo na nossa rectaguarda e os restos que ainda pelejam do Exército Vermelho e dos chefes vermelhos»<sup>700</sup>. Até o general Giovanni Messe, comandante do Corpo Expedicionário Italiano na frente leste, emitiu em 1941 várias proclamações responsabilizando os judeus e os comunistas pelas sabotagens e acções da guerrilha<sup>701</sup>. E em Agosto do 1942, discorrendo perante os comensais no seu posto de comando, o Führer preveniu que «até serem exterminados os judeus, que constituem o Serviço de Informações dos bandidos, não damos por terminado o nosso trabalho»<sup>702</sup>. Aliás, em Outubro desse ano a chancelaria do NSDAP enviou ao aparelho regional do partido instruções confidenciais recomendando a discrição

<sup>695</sup> R. Hilberg (1961) 247; I. Kamenetsky (1956) 39.

<sup>696</sup> A. Beevor (2010) 13-14, 49 e segs., 159; id. (2017) 148; R. Hilberg (1961) 197, 211-212; H. Mommsen (2009) 247-248, 269-271; M. Roseman (2012) 45.

<sup>697</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 272.

<sup>698</sup> A. Beevor (2010) 15, 49; S. Friedländer (2008) 326-327; M. Gilbert (2011 b) I 284; R. Hilberg (1961) 211. As frases citadas de von Reichenau encontram-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 495. Ver também Antony Beevor, op. cit., 52. Aliás, Beevor mostrou (pág. 50) que já em Agosto de 1941 o comando do Sexto Exército mencionava as «execuções de elementos criminosos, bolchevistas e sobretudo judeus». Também o comandante do Décimo Sétimo Exército, segundo H. Mommsen (2009) 270, apelou à «intensificação da luta contra o bolchevismo e contra o judaísmo internacional».

<sup>699</sup> A. Beevor (2010) 15; S. Friedländer (2008) 327. Quanto a von Rundstedt, ver Antony Beevor, op. cit., 52 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 495.

<sup>700</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) I 303. Segundo Martin Gilbert, op. cit., I 425, em Setembro de 1942 esta ordem do dia foi novamente distribuída às tropas que combatiam no Cáucaso.

<sup>701</sup> H. J. Burgwyn (2012) 379. Ver igualmente as págs. 380-381 e 383-385.

<sup>702</sup> Em 30 de Agosto de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 676.

acerca do genocídio dos judeus e explicando que os alemães que não tinham ainda compreendido o verdadeiro carácter do bolchevismo teriam dificuldade em admitir aquele tipo de medidas<sup>703</sup>. Não podia ficar melhor estabelecida a íntima relação entre a anti-raça e o perigo de revolta dos sub-homens.

A obsessão transformou-se em monomania após a catástrofe do Sexto Exército em Stalingrado, e os serviços de propaganda repetiram incansavelmente que os judeus, que haviam sido os causadores da guerra, eram agora os promotores da Resistência e os organizadores do terrorismo<sup>704</sup>. Durante o conflito Goebbels, ministro da Propaganda, consagrou a temas anti-semitas entre 70% e 80% das emissões radiofónicas destinadas ao estrangeiro<sup>705</sup>. Mesmo no coração do Reich Goebbels não se sentia seguro e, apesar de em Fevereiro de 1943 terem sido enviados para campos de concentração quase todos os oito mil judeus que restavam em Berlim<sup>706</sup>, em Março e Abril ele temia ainda que os intelectuais judeus da cidade se pusessem à frente dos operários estrangeiros integrados no Serviço de Trabalho Obrigatório e os levassem a revoltar-se<sup>707</sup>. Quanto a isto o Führer parecia estar mais tranquilo, porque em 8 de Maio desse ano, num discurso aos Gauleiter, depois de assegurar que «nunca haverá uma rebelião no Reich contra a nossa chefia», explicou que «não existe aqui nenhuma chefia judaica para tal»<sup>708</sup>. Hitler recorreu também a este tipo de argumentos em Abril, para tentar persuadir Horthy, regente da Hungria, a colaborar no extermínio dos judeus<sup>709</sup>. E Himmler justificou a liquidação dos judeus, num discurso proferido em Junho de 1944 perante os outros comandantes dos SS, dizendo que eram eles os organizadores do terrorismo e que enquanto existissem nem podia haver ordem na retaguarda nem as linhas de frente podiam ser mantidas<sup>710</sup>. O Gauleiter da Saxónia aprendeu a lição e no mês seguinte enviou uma carta a Himmler, repetindo que enquanto houvesse judeus na Europa os guerrilheiros, os sabotadores e os criminosos encontrariam neles os seus chefes naturais<sup>711</sup>. Em suma, para manter os eslavos em estado de submissão era necessário exterminar os judeus.

<sup>703</sup> R. Hilberg (1961) 300, 651.

<sup>704</sup> Id., *ibid.*, 655-656.

<sup>705</sup> N. Cohn (1992) 205. Foram estes os números que Goebbels registou no seu diário em 9 de Maio de 1943, como se lê em S. Friedländer (2008) 705.

<sup>706</sup> M. Gilbert (2011 b) II 475. Segundo um delegado da Cruz Vermelha, como se lê em S. Friedländer (2008) 854, em 15 de Abril de 1943 restavam em Berlim mil e quatrocentos judeus.

<sup>707</sup> R. Hilberg (1961) 286. Os temores de Goebbels eram antigos, pois, segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 519, já em Agosto de 1941 ele insistira junto a Hitler para que os judeus de Berlim fossem deportados, ao que o Führer se opôs, possivelmente devido à falta de transportes disponíveis nessa ocasião. Ver ainda S. Friedländer (2008) 367.

<sup>708</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 250.

<sup>709</sup> R. Hilberg (1961) 524.

<sup>710</sup> Id., *ibid.*, 654.

<sup>711</sup> Id., *ibid.*, 419.

«Só as aldeias livres de judeus é que não se tornam bases de guerrilha», afirmou lapidariamente um general SS muito ligado a Himmler<sup>712</sup>.

A segunda fase do programa anti-semita exigira apenas que os judeus fossem afastados da sociedade germânica, sem que parecesse necessária a sua liquidação física imediata e generalizada. Para resolver o problema bastariam a emigração em massa e o sistema concentracionário. Só quando os nacionais-socialistas começaram a ocupar as terras eslavas e a escravizar os *Untermenschen* é que, dentro de uma lógica absurda mas não menos imperiosa, se tornou iminente o perigo de os judeus se colocarem à frente dos eslavos. Na mitologia racial hitleriana passou então a ser urgente o extermínio dos judeus, inaugurando-se a terceira fase do programa de violência anti-semita<sup>713</sup>. A «solução final» do problema judaico, acompanhada pela supressão ou a apropriação do sangue nórdico que pudesse restar entre os eslavos, anulava de maneira definitiva os riscos de instabilidade social nos territórios de Leste.

É nesta escala que devemos analisar o racismo hitleriano. Pelas razões do costume, durante a Guerra Fria os meios de comunicação de massa ocidentais ocultaram que a chacina e a escravização dos eslavos constituíram um dos eixos norteadores da estratégia racial de Hitler, o que deixou sem explicação lógica o programa de extermínio dos judeus, simultâneo da campanha contra a União Soviética. Aliás, convém saber que o método de liquidação de grupos de judeus em camiões mediante os gases emanados do motor foi primeiro experimentado, no Outono de 1941, com prisioneiros de guerra soviéticos<sup>714</sup> e que no campo de extermínio de Auschwitz as primeiras vítimas do gás Zyklon B foram várias centenas de polacos e militares soviéticos, abatidos no início de Setembro de 1941<sup>715</sup>. Ainda hoje os órgãos de informação resumem o Terceiro Reich ao genocídio dos judeus e, como muitos académicos desceram na pegada dos jornalistas, a especificidade daquele tipo de anti-semitismo deixou de ser entendida. Mas o núcleo do fascismo hitleriano consistiu nas medidas destinadas a criar uma raça de senhores, e evocar o anti-semitismo omitindo o antieslavismo corresponde a ignorar o fundamento das instituições usadas

<sup>712</sup> Hermann Fegelein citado em F. MacLean (1998) 106.

<sup>713</sup> S. Friedländer (2008) 297-298 considerou que entre Setembro de 1939 e Junho de 1941 as medidas tomadas contra os judeus na Polónia corresponderam a uma fase intermédia, em que os nacionais-socialistas já iam além da mera expulsão mas não haviam ainda encetado o genocídio sistemático. Porém, quando leio (págs. 51, 53) que em 2 de Novembro de 1939 Goebbels escreveu no seu diário que o judaísmo «é mais uma questão clínica do que social», parece-me que já nessa altura não haveria dúvidas de como a questão iria ser resolvida. Saul Friedländer acrescentou (págs. 414 e segs.) que a partir de Outubro de 1941 os ataques aos judeus se tornaram muito mais frequentes nas alocações de Hitler e com conotações cada vez mais violentas, e concluiu (pág. 435) que Hitler tomou a decisão da «solução final» no último trimestre daquele ano. Também D. Welch (2002) 105 indicou que para muitos historiadores a «solução final» da questão judaica começou com a invasão da União Soviética.

<sup>714</sup> S. Friedländer (2008) 360-361; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 546.

<sup>715</sup> A. Beevor (2010) 54; id. (1917) 48; S. Friedländer (2008) 364; M. Gilbert (2011 b) I 258, 269; H. Langbein (1981) 194; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 586-587; M. Roseman (2012) 44; W. Sofsky (1997) 80.



na manutenção da ordem e a esquecer um ensaio de economia escravista. Na lógica nacional-socialista a liquidação dos judeus era necessária para assegurar a submissão definitiva dos eslavos e a estabilidade do domínio nórdico.

Por outro lado, desde há bastante tempo vários historiadores, no intuito de apaladar o Terceiro Reich ao gosto do público democrático, têm pretendido que o genocídio planificado dos judeus mediante o emprego de câmaras de gás em campos de concentração e graças aos Einsatzgruppen nos territórios soviéticos ocupados seria um mito, elaborado no pós-guerra com base em testemunhos contraditórios. É certo que as discrepâncias abundam, e mais neste assunto do que em alguns outros, porque os decretos secretos do Führer constituíam uma figura jurídica e podiam assumir a forma de instruções orais<sup>716</sup>, e também porque o regime se baseava na multiplicação dos órgãos de poder e na sua rivalidade. Por isso é inútil procurar os traços escritos de uma decisão única, forçosamente esquivos no caso de ordens verbais tomadas por instâncias concorrentes, sobretudo existindo o comprovado desejo de manter a operação tanto quanto possível secreta e lhe apagar os vestígios. Para mais, parece que com o intuito de chegar a uma paz com os Aliados ocidentais para prosseguir a guerra a Leste, Himmler deu ordens em Novembro de 1944 para se interromper o programa de genocídio dos judeus e se desmantelarem as câmaras de gás de Auschwitz, as únicas instalações de extermínio que então se encontravam ainda em funcionamento<sup>717</sup>. O que os promotores daquele *aggiornamento* do nacional-socialismo se abstêm

<sup>716</sup> Segundo Ph. Burrin (2000) 128-129, de 650 decretos e directivas emanados do Führer entre 1939 e 1945, 404, quase dois terços, não foram publicados no jornal oficial. Tim Mason observou «a intensa antipatia dos dirigentes nazis pela palavra escrita e, por conseguinte, a escassez das fontes, especialmente de relatórios integrais das discussões de Hitler sobre a situação estratégica [...]». Ver J. Caplan (org. 1995) 105-106.

<sup>717</sup> Quanto às ordens de Himmler para pôr termo ao genocídio dos judeus ver: H. Arendt (1994) 116, 138, 144, 147, 291; J. Billig (2000) 300; S. Friedländer (2008) 953; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 598; S. G. Payne (2003 b) 375. Mas Stanley Payne, op. cit., 375 acrescentou que «essas ordens não foram geralmente passadas à prática». Note-se que, segundo M. Gilbert (2011 b) II 509-511, 524, 553-554, 705, 707, 712 e 730-732, desde o Verão de 1943 que Himmler procurara apagar os traços do genocídio, inclusivamente mandando desenterrar os liquidados em massa e incinerar os cadáveres e ordenando a demolição dos fornos crematórios. «Não só os documentos e os cadáveres mas também as instalações de destruição deveriam ser destruídas», explicou Martin Gilbert, op. cit., II 705. Com efeito, em Janeiro de 1944 Vasily Grossman, transcrito em A. Beevor et al. (orgs. 2015) 278, registou depoimentos de pessoas vindas de Kiev, segundo as quais as tropas do Reich haviam desenterrado os cadáveres de cinquenta mil judeus executados no Outono de 1941 e que jaziam numa fossa comum, levando-os em camiões para o Ocidente, depois de terem tentado queimar alguns no local. Todavia, Saul Friedländer, op. cit., 924 indicou que o Exército Vermelho libertou o campo de Majdanek com as câmaras de gás ainda intactas, mas acrescentou (pág. 928) que depois disso elas foram desmanteladas antes de os soviéticos chegarem aos outros campos. A este respeito ver ainda Antony Beevor et al., op. cit., 313 e 339. Segundo Jeremy Noakes et al., op. cit., III 418, no final de 1944 foram também destruídos os fornos crematórios destinados às vítimas do programa de eutanásia. Num texto de Julho de 1944 Grossman considerou que havia uma única explicação possível para o facto de Himmler ter ordenado a eliminação dos traços do genocídio: a vitória soviética em Stalingrado, como se lê em Antony Beevor et al., op. cit., 333. Por seu lado, R. Hilberg (1961) 630-631 afirmou que as instalações de extermínio foram desmanteladas porque o Reichsführer-SS considerava que o programa de liquidação tinha já sido praticamente levado a cabo e que os sobreviventes eram ainda necessários como força de trabalho, esperando-se, aliás, que morressem rapidamente de exaustão. Ver ainda Jeremy Noakes et al., op. cit., III 604 n. 32. Também H. Langbein (1981) 227 escreveu: «A partir da Primavera de 1944 os judeus capazes de trabalhar foram transferidos de Auschwitz para campos no interior da Alemanha, onde

de referir é que a «solução final» teve o seu lugar marcado na ideologia e na prática hitlerianas. A razão de ser do Terceiro Reich era a implantação de um escravismo de Estado no Leste, e nem os nórdicos poderiam afirmar-se como raça de senhores sem prevenir a acção desagregadora da anti-raça consubstanciada no Judeu, nem a sub-humanidade eslava poderia ficar definitivamente submetida se não fosse eliminada a acção subversora da anti-raça. Só assim poderia erguer-se o Reich de Mil Anos. Nesta dialéctica tripla, o genocídio dos judeus — de todos os que eram representados como judeus — surgia enquanto necessidade estrutural e é isto que confere aos factos o peso histórico e demonstra a sua realidade.

Já em *Mein Kampf* o futuro Führer pronunciara a sentença: «A recuperação nacional das nossas massas só terá êxito quando, para além de toda a luta positiva pela alma do nosso povo, forem exterminados os seus envenenadores internacionais»<sup>718</sup>. Nos últimos anos do Reich a obsessão não mudara. «Ora, aquele que destrói a vida arrisca-se ele próprio a morrer», disse o Führer no final de 1941. «É este o segredo do que está a acontecer aos judeus»<sup>719</sup>. E no ano seguinte concluiu terminantemente: «Toda e qualquer nação que deixe de exterminar os judeus no seu seio acabará mais cedo ou mais tarde sendo devorada por eles»<sup>720</sup>. Também a técnica usada na chacina, mediante o emprego de gases venenosos, fora já anunciada com precisão em *Mein Kampf*<sup>721</sup>. Na sua obra principal, cuja primeira edição foi publicada em 1930, o ideólogo oficial do NSDAP, Rosenberg, desejou para os judeus o mesmo destino que coubera aos fenícios de Cartago<sup>722</sup>, e os termos não eram duvidosos se recordarmos que Houston Stewart Chamberlain considerara os fenícios como antecessores dos judeus<sup>723</sup>. Rosenberg explicou-se melhor ao indicar que «aquilo que nos é racial e espiritualmente afim pode ser assimilado, mas aquilo que nos é estranho deve ser resolutamente extirpado ou, se necessário, destruído. Não por ser falso

foram empregues em fábricas de armamento. A sua presença nesses campos tornou-se ainda mais numerosa depois da evacuação de Auschwitz». No mesmo sentido, E. Kogon (2002) 233-234 pretendeu que «no momento em que o nacional-socialismo se viu reduzido aos seus últimos recursos em mão-de-obra [...] preferiu utilizar os últimos judeus como escravos em vez de os enviar para as câmaras de gás ou de os expor às balas das metralhadoras». Mas noutra passagem da sua obra (pág. 372) este autor, depois de indicar que no começo de Abril de 1945 Himmler havia ordenado que fossem liquidados no campo de concentração de Buchenwald os detidos de direito comum e os detidos políticos considerados mais perigosos, acrescentou: «No entanto, Himmler havia proibido expressamente que se tocasse nos judeus — um paradoxo só possível de explicar pelas esperanças bizarras que os chefes dos SS depositavam na situação internacional». Sobre a tentativa de Himmler de chegar a uma paz separada com as potências ocidentais ver Martin Gilbert, op. cit., II 777 e W. L. Shirer (1995) II 540. Por seu lado, Saul Friedländer, op. cit., 805-806 considerou que não existem provas verosímeis de que até aos primeiros meses de 1944 Himmler tivesse tentado obter uma paz separada com os Aliados ocidentais e acrescentou (págs. 952-954) que só a partir do final de 1944 ou início de 1945 ele se mostrou interessado nessa alternativa. Ver ainda no capítulo 4 desta Parte 4 a n. 132.

<sup>718</sup> A. Hitler (1995) 307.

<sup>719</sup> Na noite de 1 para 2 de Dezembro de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 140-141.

<sup>720</sup> Em 31 de Agosto de 1942, em *ibid.*, 678.

<sup>721</sup> A. Hitler (1995) 620.

<sup>722</sup> A. Rosenberg (1986) 54; *id.* [s. d. 2] 76.

<sup>723</sup> H. S. Chamberlain (1913) 59, 191, 193-194 n.

ou mau em si, mas porque nos é racialmente estranho e fatal à estrutura íntima do nosso ser»<sup>724</sup>.

Pode talvez deduzir-se que o genocídio estivesse já contido na fase concentracionária se admitirmos, seguindo um dos historiadores que mais engenhosamente analisou esta questão, que Himmler considerava como uma anti-raça a população dos campos de concentração<sup>725</sup>. Com efeito, em Setembro de 1940 ele denominou «homens negativos» os detidos nos campos<sup>726</sup>, o que explica que não tivessem sido alvo de nenhuma propaganda nacional-socialista<sup>727</sup>. A doutrina dos senhores não poderia ter curso entre a anti-raça. Haveria assim uma notável simetria entre o começo e o fim do destino judaico, porque vimos que, de acordo com as fábulas que os nacionais-socialistas herdaram dos seus predecessores imediatos, os judeus teriam resultado de cruzamentos prosseguidos entre criminosos e anti-sociais, excluídos das comunidades organizadas. Não foi só para facilitar a repressão, mas ainda devido à sua mitologia racial, que os nacionais-socialistas internaram todos os tipos de subversores — ladrões, marxistas, judeus, quem quer que, por uma razão ou por outra, não coubesse no molde. Tal como teria sucedido no passado mítico, os marginais e os fatores de desordem ficavam convertidos numa anti-raça ao serem confinados num espaço comum. Ora, torna-se evidente que os SS nunca aceitariam a proliferação de um tal perigo, o que aliás os levou a matar as presas que estivessem grávidas<sup>728</sup>. Em vez de corresponder a uma génese racial, a criação concentracionária de uma anti-raça implicava obrigatoriamente a sua liquidação. Nos termos estritos desta hipótese, porém, o extermínio físico não se impunha como uma necessidade urgente e poderia ocorrer consoante um processo mais ou menos lento, resultante da multiplicação dos óbitos devidos às péssimas condições de existência. Entretanto, o espectáculo da anti-raça empilhada abjectamente em circunstâncias miseráveis serviria para reforçar nos germanos o sentido da superioridade, e durante vários anos foram organizadas excursões ao *ghetto* de Varsóvia, dando oportunidade para que os visitantes se divertissem a chicotear os cativos ou a fotografá-los como aos animais num jardim zoológico<sup>729</sup>. «Se ainda restar alguém que tenha qualquer simpatia pelos judeus», escreveu Rosenberg no Verão de 1941, depois de ter visitado o *ghetto* de Varsóvia, «deve ser aconselhado a observar um desses *ghettos*. Ver em massa aquela raça decadente, em decomposição e podre até à medula liquidará todo o humanitarismo sentimental»<sup>730</sup>. Era para espectáculos assim que os SS estavam permanentemente

<sup>724</sup> A. Rosenberg (1986) 109; id. [s. d.] 115.

<sup>725</sup> J. Billig (2000) 20, 211 e segs.

<sup>726</sup> Citado em id., *ibid.*, 246.

<sup>727</sup> E. Kogon (2002) 359-360.

<sup>728</sup> Id., *ibid.*, 289-290.

<sup>729</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 462. Ver também S. Friedländer (2008) 81-83.

<sup>730</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 462. A opinião de Hitler foi a mesma depois de ter visitado o bairro judeu de Kielce e Goebbels reagiu de modo idêntico após a visita ao *ghetto* de Łódź, segundo S. Friedländer

convocados, e o domínio absoluto que exerciam sobre os internados nos campos de concentração representaria, de uma maneira não só real mas também simbólica, a supremacia da raça de senhores<sup>731</sup>. Para o novo paganismo que tanto interessava Himmler e Rosenberg, os horrores do universo concentracionário assumiriam uma dimensão verdadeiramente litúrgica, manifestando ritualmente a hegemonia racial da milícia negra.

Só pelo factor tempo aquela solução do problema judaico se distinguiria da solução final, tal como foi adoptada. O carácter gradual do extermínio no sistema concentracionário não correspondia às necessidades imaginárias do nacional-socialismo, e além do morticínio nos campos e nos *ghettos*, devido à sobrelotação, à fome, às doenças e ao excesso de trabalho, recorreu-se a outro tipo de medidas. A terceira e última fase do programa anti-semita caracterizou-se pela rapidez com que foi conduzida, para evitar que os sub-homens encontrassem entre os judeus agitadores e chefes insurreccionais. Fica assim esclarecida a cronologia dos morticínios. Na Polónia a eliminação sistemática da totalidade da população judaica foi decidida logo no começo do conflito, em Setembro de 1939, e foi projectada e levada a cabo em conjugação com a chacina das elites sociais e intelectuais e com a evacuação de milhões de trabalhadores e o seu estabelecimento em habitats primitivos e insalubres, onde ficariam convertidos numa massa de escravos do Estado<sup>732</sup>. Estes três tipos de medidas integraram-se num programa único porque a resistência dos *Untermenschen* tornar-se-ia impossível a partir do momento em que se vissem privados tanto de dirigentes naturais como da condução política e ideológica fornecida pelo espírito subversivo atribuído ao judaísmo. A ofensiva contra a União Soviética, desencadeada em 22 de Junho de 1941, colocou o mesmo problema numa escala muitíssimo mais ampla, o que levou o Führer e os seus principais acólitos a organizarem, por um lado, Einsatzgruppen móveis que, cobertos pelo avanço da Wehrmacht, actuaram nos territórios conquistados e incluíram sistematicamente os judeus entre as suas vítimas, além de incitarem as populações locais a cometer *pogroms*. Por outro lado, mandaram-se construir seis campos de extermínio fixos, para onde os judeus foram transportados<sup>733</sup>. E entretanto a acção da fome e da doença era apressada pela deterioração das condições no sistema concentracionário. A liquidação da anti-raça e a escravização da sub-raça foram as duas indissociáveis facetas da mesma estratégia, por isso obedeceram à mesma cronologia.

Enquanto forma de preservação da ordem racial, o genocídio dos judeus esteve também

(2008) 49 e 56.

<sup>731</sup> J. Droz [s. d.] 104-105.

<sup>732</sup> H. Arendt (1994) 216-217; R. L. Koehl (1983) 163; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 446, 447.

<sup>733</sup> R. Hilberg (1961) 177, 262.

ligado, até na cronologia, ao extermínio dos doentes mentais e dos portadores de deficiências físicas graves. Rosenberg anunciara o futuro quando lastimou em 1930 que «graças à solicitude humanitária para com os indivíduos existem nos Estados europeus instituições de luxo destinadas a acolher os doentes incuráveis e os loucos»<sup>734</sup>. Nada foi ocasional, e assim como a necessidade do genocídio dos judeus esteve desde início inscrita no programa hitleriano, também o extermínio dos doentes incuráveis constituiu uma das conclusões lógicas da eugenia<sup>735</sup>. No início as autoridades do Reich empregaram a esterilização para impedir que doentes e deficientes mentais tivessem filhos<sup>736</sup>, mas nos primeiros dias da guerra, ao mesmo tempo que decidiram eliminar a totalidade da população judaica da Polónia, decretaram também a liquidação dos doentes incuráveis. Alguns meses antes de Setembro de 1939 começara a criar-se o aparelho burocrático destinado a executar na prática esse extermínio<sup>737</sup>, e a solução final do problema dos doentes incuráveis começou a ser aplicada na Polónia ocupada antes de ser inaugurada oficialmente no Reich<sup>738</sup>. Foi para os doentes mentais e os portadores de deficiências físicas graves e para os irremediavelmente caducos que se construíram as primeiras câmaras de gás, foi com eles que se experimentou a eficácia letal do ácido prússico, que seria depois amplamente usado nos campos de extermínio dedicados aos judeus, e foi a matá-los em massa que se treinaram as primeiras equipas de SS, que em seguida exerceriam estas habilitações sobre os judeus polacos<sup>739</sup>. O facto de o chefe de um dos Einsatzgruppen, que dirigira na Polónia a liquidação de doentes mentais em camiões pelos gases emanados do motor, ter sido encarregado de estudar formas de extermínio em massa<sup>740</sup>, e o facto de o primeiro comandante do campo de Sobibor ter vindo de um dos centros de eutanásia e de o primeiro comandante do campo de Treblinka ter sido um médico responsável pela liquidação de dezoito mil doentes germânicos inseriram-se num quadro perfeitamente estabelecido<sup>741</sup>, pois verificou-se uma transferência massiva dos técnicos do programa de

<sup>734</sup> A. Rosenberg (1986) 180; id. [s. d. 2] 169. Já preso em Nuremberga, Rosenberg continuou a argumentar: «O Reich tinha de gastar cerca de um milhar de milhões de marcos por ano para cuidar dos incuráveis. Dez mil mulheres saudáveis dedicavam a vida ao serviço desses incuráveis [...] Será que era humano manter em vida aqueles destroços?». Mas Rosenberg acrescentou que a eutanásia devia ter sido discutida claramente e ter o apoio das famílias. Ver id. [s. d. 1] 48-49.

<sup>735</sup> D. Welch (2002) 91 observou que «a *Rassenpolitik* implicava que antes que pudesse haver uma “solução” para o problema judaico os alemães “inaptos” tinham de ser eliminados».

<sup>736</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 394.

<sup>737</sup> Id., *ibid.*, III 397 e segs., 401 e segs.

<sup>738</sup> S. Friedländer (2008) 47-49; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 412, 545; M. Roseman (2012) 26, 27.

<sup>739</sup> G. Aly et al. (2006) 195, 202; E. Black (2003) 312-313; S. Friedländer (2008) 360; M. Gilbert (2011 b) I 13, 125-126; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 403 e segs., 412; «Operation Reinhard», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 839; A. Pichot (2000) 20, 259; M. Roseman (2012) 27.

<sup>740</sup> M. Roseman (2012) 46.

<sup>741</sup> S. Friedländer (2008) 643; M. Gilbert (2011 b) I 399-400; J. Noakes et al. (org. 2008-2010) III 562, 564. Aliás, o médico que comandava Treblinka foi demitido por incompetência passados alguns meses, já que se revelara incapaz de fazer desaparecer os cadáveres com suficiente rapidez, sendo substituído pelo comandante de Sobibor.

eutanásia para o programa de liquidação dos judeus, onde aplicaram as suas competências<sup>742</sup>.

Porém, mesmo apesar de o programa de eutanásia se basear na figura jurídica dos decretos secretos do Führer e ser organizado e executado por organismos com denominações enganadoras<sup>743</sup>, as autoridades não conseguiram mantê-lo oculto<sup>744</sup> e houve protestos em vários meios. Como foi hábito durante o Terceiro Reich, as Igrejas preferiram esquecer os seus princípios doutrinários e manter boas relações com o regime, mas apesar disto o bispo de Münster, von Galen, pregou em 3 de Agosto de 1941 um sermão contra o extermínio dos doentes, e outros bispos, tanto luteranos como católicos, protestaram igualmente<sup>745</sup>. Até figuras gradas do NSDAP exprimiram o seu desacordo e o temor da repressão não impediu que a população comum se manifestasse também, num caso contra o próprio Führer<sup>746</sup>. A emoção parece ter sido grande, maior pelo menos do que a respeito dos judeus, e em 24 de Agosto de 1941 Hitler ordenou que se encerrassem os centros de extermínio de doentes através do gás<sup>747</sup>. De qualquer modo, como observaram dois historiadores, «o alvo original do programa de “eutanásia” já havia sido atingido quando Hitler deu ordem para se lhe pôr termo»<sup>748</sup>.

Essa ordem foi em boa medida ilusória, porque de então em diante recorreu-se ao emprego de gás em instalações móveis e à administração de injeções tóxicas, e ainda a outro método mais barato e igualmente eficaz, que viria a ser usado também para os escravos, o de liquidar pela inanição. «A natureza teria deixado morrer à fome esta criatura inviável», prevenira em 1937 o órgão dos SS, referindo-se a um deficiente mental incurável. «Nós podemos ser mais humanos e dar-lhe sem dor uma morte misericordiosa»<sup>749</sup>. Nem isso foram, porque parece que só nos asilos, entre 1942 e 1945, teria havido cem mil mortos por desnutrição. Consoante as estatísticas oficiais, entre meados de 1939 e Agosto de 1941 dera-se cabo de setenta mil doentes, mas alguns historiadores calcularam um número de vítimas superior. Um documento datado de

<sup>742</sup> S. Friedländer (2008) 431, 537; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 552 e segs., 565, 578, 625-626; M. Roseman (2012) 49, 51-52; W. Sofsky (1997) 425-426, 456-457.

<sup>743</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 413, 424-426.

<sup>744</sup> W. L. Shirer (2011) 523 registou na página do seu diário referente a 21 de Setembro de 1940 a primeira notícia que lhe transmitiram, em segredo, acerca da liquidação sistemática dos doentes mentais. Em 25 de Novembro indicou (págs. 579-585) que conseguira confirmar essa notícia e acrescentou várias informações. Todavia, a crer em G. Aly et al. (2006) 203-204, a censura governamental teria deixado transparecer deliberadamente indícios da operação, a qual teria beneficiado da indiferença ou mesmo do apoio activo da grande maioria da população.

<sup>745</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 426-431. Ver igualmente S. Friedländer (2008) 315 e D. Welch (2002) 89.

<sup>746</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 431, 432.

<sup>747</sup> Id., *ibid.*, III 432.

<sup>748</sup> Id., *ibid.*, III 435.

<sup>749</sup> Este artigo, publicado em *Das Schwartze Korps*, 18 de Março de 1937, encontra-se em id., *ibid.*, III 395-396. A passagem citada vem na pág. 395.

Dezembro de 1941 admite que tivessem já sido mortos duzentos mil doentes mentais e setenta e cinco mil idosos, e um historiador considerou que a quantidade total de vítimas deste extermínio, em todo o território abrangido e controlado pelo Reich, somaria várias centenas de milhares<sup>750</sup>. Experimentados os gases letais com os doentes e os deficientes, este sistema foi inaugurado nos campos de concentração com presos comuns, nomeadamente os acusados de ultrajes sexuais, e com presos políticos, passando em seguida a ser aplicado aos judeus<sup>751</sup>, mas só depois de a sua eficácia ter sido testada em prisioneiros de guerra soviéticos<sup>752</sup>. Aliás, o extermínio dos doentes considerados incuráveis ou nocivos — tanto germânicos como eslavos ou judeus — e o extermínio justificado por motivos raciais nunca deixaram de se sobrepor, porque nos territórios ocupados de Leste vários campos de concentração foram usados para ambos os fins, assim como os Einsatzgruppen se dedicaram aos dois tipos de tarefa<sup>753</sup>. A interligação destas questões tornou-se mais estreita ainda a partir de Dezembro de 1941, quando Himmler determinou que equipas médicas visitassem os campos de concentração e seleccionassem os doentes físicos e mentais para serem mortos por gás<sup>754</sup>. No quadro de pensamento nacional-socialista, a eliminação dos deficientes físicos graves e dos doentes mentais, a liquidação de inimigos da ordem, de perversos e de subversivos, o extermínio dos judeus e a condenação dos eslavos a condições de vida infra-humanas faziam parte da mesma ciência da raça.

Prosseguir com métodos de tal forma racionais um objectivo completamente irracional representa o grau supremo da alucinação. «[...] há um ponto além do qual a tenacidade se converte numa loucura desesperada», prevenira Clausewitz<sup>755</sup>, e Ernst Jünger observou no seu diário que a guerra total declarada pelo Reich era a outra face da rendição incondicional exigida pelos Aliados<sup>756</sup>. Encontrara o seu termo a premonição de catástrofe que sempre havia acompanhado o racismo hitleriano. Perante a intimação dos Aliados a guerra total convertia-se em imolação total.

<sup>750</sup> A. Pichot (2000) 260-264, 271. Ver igualmente: G. Aly et al. (2006) 197-204; E. Black (2003) 317, 369; M. Gilbert (2011 b) I 262, 350, 441; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 432-433, 438; W. Petter, «Euthanasia Programme», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 342-344; Sh. F. Weiss (2010) 173. A crer em Jeremy Noakes et al., op. cit., III 389, mais de cem mil doentes mentais e deficientes teriam sido mortos entre 1939 e 1945, mas estes autores indicaram (pág. 440) que é impossível determinar quantos foram mortos a partir do termo oficial do programa de eutanásia em Agosto de 1941. Também Martin Gilbert, op. cit., I 441 considerou que «talvez nunca venha a ser conhecida a escala das mortes por eutanásia».

<sup>751</sup> E. Kogon (2002) 280-281.

<sup>752</sup> Ver neste capítulo as nn. 714 e 715.

<sup>753</sup> Ph. Burrin (2000) 180; S. Friedländer (2008) 315, 376-377; M. Gilbert (2011 b) I 23, 47, 84, 267, 274, 293, 326, 345, 356, 373, 383, 391, 398, 412, II 461, 518; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III ix, 435, 545, 555.

<sup>754</sup> M. Gilbert (2011 b) I 322. Ver igualmente G. MacDonogh (2009) 81, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 435, 437, W. Sofsky (1997) 422 e segs. e Sh. F. Weiss (2010) 173. Segundo M. Buber (1949) 244, esta medida começou a ser aplicada em Ravensbrück no início de 1942; ver também as págs. 208, 216, 234, 240 e 303-306.

<sup>755</sup> C. Clausewitz (2011) 216.

<sup>756</sup> Citado em P. M. Baldwin (1981) 15. A mesma tese foi defendida por D. Welch (2002) 139.

Aquilo que Paulus não ousara fazer diante de Stalingrado no Inverno de 1942-1943 iria Hitler cumprir na Primavera de 1945 na capital do que havia sido o seu Reich. Faltava o coro dos heróis. As ordens emanadas do Führer e dos Gauleiter e dos comandantes da Wehrmacht para impedir a evacuação e a fuga das populações perante os exércitos invasores a Leste e a Oeste tiveram um objectivo único, arrastar todos os germanos para o grande sacrifício final, e se a população comum tentou das mais diversas maneiras escapar à rede com que a envolviam as autoridades estabelecidas e as novas autoridades ambulantes que proliferavam<sup>757</sup>, isto só serviu para confirmar a opinião que a elite tinha das massas. Como um prisioneiro no bunker, o Führer de um império em escombros meditava sobre as causas da derrota e dava instruções a Albert Speer, ministro do Armamento e da Indústria Bélica, para proceder à destruição total das instalações militares e industriais e mesmo das infra-estruturas sem as quais a população não poderia sustentar a mais rudimentar das existências<sup>758</sup>. A imolação incluiria a colecção de milhares de obras de arte que Hitler havia depositado em Altausee, sob pena de morte se estas instruções não fossem cumpridas, como não o foram<sup>759</sup>. Às ruínas materiais corresponderia o vazio institucional, e nos últimos meses da guerra foram mortas cerca de cinco mil pessoas, conservadoras ou moderadas, não porque estivessem implicadas na tentativa de golpe de Julho de 1944 mas para impedir o ressurgimento político de um Reich derrotado<sup>760</sup>. Não era do Führer o malogro, mas do povo que não soubera estar à altura do chefe. Se a lei da vida era a vitória do mais forte sobre o mais fraco, ao ser vencido o povo germânico demonstrou que não era a raça superior. Outros o seriam. Os eslavos triunfavam sobre os nórdicos, os sub-homens haviam-se revelado afinal como a super-humanidade. É interessante considerar que mesmo antes da guerra o receio de que os eslavos adquirissem a supremacia rática constituía um dos temas do Führer nos longos monólogos com que brindava os íntimos em Obersalzberg, enquanto bebiam golinhos de chá e provavam a pastelaria vienense<sup>761</sup>. «Hoje, prosseguia ele [Hitler] por vezes, e curiosamente já antes da guerra, os siberianos, os russos brancos e os homens da estepe têm um modo de vida muitíssimo são. Por

<sup>757</sup> R. Bessel (2010) *passim*.

<sup>758</sup> A. Speer (1979) 533-535, 562, 574 e segs., 751 n. 10, 752 n. 3. Como é bem conhecido, Speer esforçou-se por sabotar esta directiva de Hitler. Ver igualmente A. Beevor (2017) 155-158, 200 e J. C. Fest (1974) 1244, 1255, 1258-1259. Curiosamente, um relatório elaborado pelos serviços secretos soviéticos pretendia que em Fevereiro de 1945 Hitler dera ordem a Speer para destruir tudo no leste do Reich, de modo a privar de meios de produção o Exército Vermelho invasor, e para concentrar a indústria no oeste do país. Ver H. Eberle et al. (org. 2005) 321.

<sup>759</sup> J. C. Fest (1974) 910.

<sup>760</sup> G. MacDonogh (2009) 261-262.

<sup>761</sup> «Todos podiam tomar à vontade chá, café, chocolate, com diferentes tipos de doces, tortas e pastéis e, para terminar, licores e conhaques», contou A. Speer (1979) 123. O Führer, como se sabe, além de vegetariano era abstémio, defeitos a que juntava a gula. Porém, o relatório dos serviços secretos soviéticos publicado em H. Eberle et al. (org. 2005) pretendia (págs. 231, 236) que depois da derrota em Stalingrado ele passara a beber aguardente, conhaque e *cocktails*. Quanto aos monólogos, alguém que falou com ele contou que «não era fácil guiar uma conversa em que participasse Hitler. Ele preferia o monólogo à discussão». Ver L. Degrelle (1949 b) 203.



isso, é possível que evoluam e adquiram a longo prazo uma superioridade biológica sobre os alemães<sup>762</sup>. Ao vencedor a supremacia. A lógica racial tinha dois gumes. «Se a guerra está perdida», declarou Hitler a Speer na noite de 18 para 19 de Março de 1945, «o povo alemão está perdido também. É inútil preocuparmo-nos com as condições necessárias à sobrevivência mais elementar do povo. Pelo contrário, é preferível que até isso seja destruído. Porque este povo mostrou ser o mais fraco, e o futuro pertence exclusivamente ao povo do Leste, que se revelou mais forte. Depois deste combate só ficarão os medíocres, porque os bons terão sucumbido»<sup>763</sup>. Nos últimos dias, quando reconheceu enfim que tudo terminara, o Führer desinteressou-se do comando militar, reduzido à organização de operações de retirada e à capitulação<sup>764</sup>. Pouco lhe interessava a sorte dos «medíocres», dos que não haviam tombado. Os figurantes tinham sido necessários para encenar o poder, mas estavam a mais na representação da catástrofe.

A poucas horas de pôr cobro à vida, ao ditar o seu testamento político, foi diferente o tom empregue por Hitler, deixando antever a esperança de que o sacrifício dos soldados germânicos fizesse germinar a semente e um dia, no futuro, se reconstituísse a unidade da raça e renascesse o nacional-socialismo<sup>765</sup>. Mas talvez este optimismo de circunstância se destinasse apenas a estimular os soldados ao cumprimento das derradeiras ordens que o Führer lhes dava, de resistir até ao fim. Com efeito, para todos os que não se pretendessem artistas como ele e não sentissem o prazer de levar à cena a própria morte junto com a dos outros entre as ruínas do império, de que serviria a imolação sem a esperança de uma recompensa, mesmo nas névoas do mito? São muito poucos os que fruem, do interior, a estética da desolação<sup>766</sup>. A verdadeira coda do Terceiro Reich não é no testamento do Führer que a encontramos, mas nas repetidas ordens dadas a Speer, nos

<sup>762</sup> A. Speer (1979) 132. Os russos brancos são, claro, os bielo-russos. Segundo um relatório dos serviços secretos soviéticos, Hitler disse pela primeira vez em Março de 1944 que os generais do Reich deviam aprender com os generais russos, um tema repetido com frequência nos meses seguintes. Ver H. Eberle et al. (org. 2005) 243-244.

<sup>763</sup> Citado em A. Speer (1979) 578-579. Albert Speer assegurou a exactidão destas palavras, por motivos que explicou (págs. 750-751 n. 8). Ver igualmente A. Beevor (2017) 155, A. Bullock (1972) 774-775 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 660. É muito curioso que na versão apresentada por H.-R. Trevor-Roper (1947) 105 se leia: «A nação [germânica] mostrou-se demasiado fraca e o futuro pertence apenas à mais forte das nações ocidentais». Eis os eslavos desprovidos do título! Aquele tema não se deveu inteiramente à imaginação do Führer e dava continuidade a uma preocupação já antiga entre os adeptos do racismo. Durante a primeira guerra mundial e nos anos seguintes, a crer em E. Black (2003) 222-223 e Sh. F. Weiss (2010) 38, 66, 171, 228, as figuras destacadas do movimento eugenista nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Alemanha e noutros países beligerantes haviam prevenido que os melhores elementos biológicos estavam a morrer massivamente, deixando que sobrevivessem e se reproduzissem os enfermos e os cobardes, o que daria à guerra um carácter disgenético. Esta conclusão era inesperada da parte de pessoas que consideravam que a luta garantia a sobrevivência dos mais aptos. Talvez devessem ter adoptado a sugestão de Ploetz, que, segundo A. Quinchon-Caudal (2013) 30, propunha o envio para a frente de batalha não dos homens mais valorosos, mas dos considerados inúteis para a sociedade. Creio que o objectivo dos pacifistas estaria alcançado se os exércitos de ambos os lados fossem unicamente recrutados entre os medrosos.

<sup>764</sup> H.-R. Trevor-Roper (1947) 153-154.

<sup>765</sup> A. Bullock (1972) 794-795; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 668-670; W. L. Shirer (1995) II 549.

<sup>766</sup> H.-R. Trevor-Roper (1947) 95.

últimos meses da guerra, de dismantelar tudo o que restava da Alemanha moderna.

Estes acordos de catástrofe não eram novos. Já num memorando de 1936 o Führer havia observado que «uma vitória do bolchevismo sobre a Alemanha levaria não a um tratado de Versailles mas à destruição final, na verdade à aniquilação do povo alemão»<sup>767</sup>, e prevenira os generais de que «se a Alemanha não ganhar a guerra é porque não triunfou nesta prova de força, e deverá então sucumbir, e sucumbirá»<sup>768</sup>, tal como em Novembro de 1941, quando começava a afirmar-se a resistência das tropas soviéticas contra a invasão, declarara aos ministros dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca e da Croácia que «se um dia a nação alemã já não for suficientemente forte ou suficientemente pronta ao sacrifício para arriscar o seu sangue pela sua existência, então que termine e seja aniquilada por algum outro poder mais forte»<sup>769</sup>. Não eram palavras ao acaso e o tema tornava-se um *Leitmotiv*, porque em Janeiro de 1942 o Führer advertiu que «se o povo germânico não está pronto para se empenhar totalmente na luta pela sobrevivência, muito bem, então deve desaparecer!»<sup>770</sup>. Ouvimos o mesmo som quando os desenvolvimentos do tema se aproximavam do final. Reunindo os Gauleiter a 7 de Fevereiro de 1943, poucos dias depois de consumada a catástrofe em Stalingrado, o Führer anunciou um dos horizontes possíveis: «Se o povo germânico fracassar, então não merece que lutemos pelo seu futuro; então podemos, com serenidade, pô-lo de lado»<sup>771</sup>. Num discurso que proferiu também perante os Gauleiter, em Agosto de 1944, declarou: «Mas se agora o povo alemão sucumbir neste combate [...] é porque foi demasiado fraco. Não triunfou dos desafios da história e a morte teria sido o seu único destino»<sup>772</sup>. E numa alocução pronunciada em Dezembro desse ano perante as altas patentes militares da frente oeste o Führer anunciou que, se o Reich fosse derrotado, isto demonstraria que a sua população era biologicamente mais fraca e teria de pagar o devido preço<sup>773</sup>. O racismo hitleriano morreu da mesma maneira como começou. Ao insistir na assimetria heróica de um sangue puro, incapaz de resgatar as outras raças e sempre exposto a ser abastardado por elas, Hitler parecia ter desde início uma premonição de tragédia. Deixando o seu Reich em ruínas, responsabilizando o seu povo pela derrota, proclamando esta derrota como a derradeira confirmação das suas ideias, o Führer e os seus fiéis terminaram como todos os delirantes, devorados pela teia de ilusões que eles próprios produziram.

<sup>767</sup> Citado em A. Tooze (2006) 220.

<sup>768</sup> Citado em A. Speer (1979) 226.

<sup>769</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 1124 e S. Haffner (2011) 117, 155. Ver ainda, neste último autor, a pág. 140.

<sup>770</sup> Citado em A. Tooze (2006) 503.

<sup>771</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) II 467.

<sup>772</sup> Citado em A. Speer (1979) 521. Ver igualmente H.-R. Trevor-Roper (1947) 63.

<sup>773</sup> H. G. Dahms (1968) II 375.

## Capítulo 3

### FASCISMO FILO-SEMITA, SIONISMO FILOFASCISTA E SIONISMO FASCISTA

#### 1. Seriam casos isolados?

Reflectindo sobre a ameaçadora expansão do nacional-socialismo na Baviera, com os seus mitos e o seu irracionalismo político, o filósofo Ernst Bloch, judeu e marxista pouco ortodoxo, contou que «judeus húngaros baptizados se tornaram espões ao serviço de Hitler», um indício entre tantos outros, numa longa série que lhe permitiu as previsões sinistras<sup>1</sup>. Seriam talvez casos isolados, exagerada a sua importância no fluxo da retórica. O certo é que dispersas pela obra de um bom número de autores, que estranhamente parecem não lhes prestar grande atenção, se encontram outras menções curiosas.

Os British Fascisti, a primeira organização de inspiração mussoliniana criada fora da Itália e que «fora fundada antes de mais como uma organização anti-semita»<sup>2</sup>, contavam pelo menos com um filiado judeu<sup>3</sup>. Um extravagante, possivelmente, mas quando Sir Oswald Mosley lançou a BUF, o principal movimento fascista da Grã-Bretanha, foi um campeão de boxe judeu quem lhe treinou as primeiras milícias<sup>4</sup>, e George Orwell indicou que Mosley dispunha de outros judeus entre os seus seguidores, só aderindo tardiamente ao anti-semitismo<sup>5</sup>. Um historiador defendeu mesmo que «de início a corrente dominante da comunidade judaica não vira com maus olhos a BUF e condenara em termos vigorosos os judeus que participaram em acções contra ela»<sup>6</sup>. Também na Holanda o Movimento Nacional-Socialista fundado por Mussert em 1931, quando a ameaça de Hitler crescia do outro lado da fronteira, contava em 1935 com uma centena e meia de filiados judeus<sup>7</sup>. E teria sido apenas a irrefreável *verve* da mais importante figura do fascismo belga francó-

<sup>1</sup> Ernst Bloch num artigo publicado em *Das Tagebuch*, 12 de Abril de 1924, antologado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 147.

<sup>2</sup> B. Rubin (2010) 369.

<sup>3</sup> Th. Linehan (2000) 158.

<sup>4</sup> O. Mosley (2006) 252, 282; S. G. Payne (2003 b) 305; E. Weber (1964) 110-111. Note-se que, segundo Th. Russell (2011) 167, os judeus destacavam-se então como pugilistas e de 1900 a 1940 haviam saído vencedores de trinta e seis campeonatos mundiais de boxe.

<sup>5</sup> G. Orwell (1998 c) 248. Ver ainda O. Mosley (2006) 282.

<sup>6</sup> D. Botsford (1998) 3. Traduzi «*the mainstream*» por «a corrente dominante». Ver no mesmo sentido N. Barrett (2004) 50 e 52-54. Note-se que estes dois historiadores se inspiraram em posições políticas opostas.

<sup>7</sup> D. Orlow (2009) 37.

fono, Léon Degrelle, que o levou, numa obra em que recordou os primeiros tempos da ocupação germânica do seu país, a perguntar retoricamente se «devo dizer, para terminar, que conheci um jornalista israelita candidato à colaboração? Chamava-se Lévy»<sup>8</sup>. Entretanto na Hungria, ao proceder durante a década de 1920 à estabilização do regime fascista, o primeiro-ministro István Bethlen beneficiou do apoio da elite judaica, que viu várias das suas personalidades proeminentes serem nomeadas para a câmara alta, onde tinha igualmente assento o principal rabi, ao lado dos maiores dignitários da Igreja católica. E quando Gyula Gömbös assumiu a chefia do governo em 1932 e, renunciando ao anti-semitismo que o havia caracterizado, declarou que abria os braços a todos os judeus que aceitassem o nacionalismo húngaro, beneficiou da boa vontade dos industriais e banqueiros judaicos<sup>9</sup>. Mesmo depois de outro governo ter começado, em 1938, a promulgar uma série de leis anti-semitas, a alta burguesia judaica continuou a manifestar a sua adesão ao chefe do regime, o regente Horthy, até ao dia em que ele foi deposto e detido pelas tropas germânicas<sup>10</sup>. Será que, perante a ameaça de um Terceiro Reich fanaticamente anti-semita, os judeus magiares teriam compreensivelmente preferido a versão autóctone do fascismo?

Mas que dizer quando vemos judeus apoiarem movimentos declaradamente hostis ao judaísmo? A Liga Patriótica Argentina, fundada por ocasião da greve geral de Janeiro de 1919, armou milícias que, colocando-se sob a autoridade militar e actuando em conjunto com a polícia, se dedicavam a atacar os operários; mas as suas truculências exerceram-se igualmente nos bairros judeus de Buenos Aires e tanto destruíram sedes sindicais como instituições judaicas, espancaram judeus e invadiram-lhes as casas. A partir de então as actividades da Liga espalharam-se pelo país, ao serviço dos donos das terras para combater a agitação dos trabalhadores rurais. Em Janeiro e Fevereiro de 1921 ocorreu uma greve de assalariados na região de Villaguay, na província de Entre Rios, onde se contavam judeus tanto entre os proprietários fundiários como entre a mão-de-obra, e uma milícia da Liga, auxiliada pela polícia, envolveu-se num tiroteio com grevistas e socialistas, do qual resultou a morte de vários trabalhadores e a prisão de muitos outros. Como uma minoria dos detidos era de origem judaica, isto foi o suficiente para que não só a Liga como órgãos da grande imprensa atribuíssem o movimento reivindicativo a «revolucionários judeus», apesar de serem mais abundantes os proprietários judeus membros da Liga, e o seu número aumentou ainda após o confronto<sup>11</sup>. Estes patrões judeus não se assustavam com o anti-semitismo de uma organização que lhes protegia os interesses de classe.

<sup>8</sup> L. Degrelle (1949 b) 119.

<sup>9</sup> M. Rady (2011) 266; M. Zeidler (2011) 140.

<sup>10</sup> I. Deák (1965) 376-377, 383; G. Ránki (1971) 69.

<sup>11</sup> S. M. Deutsch (1993) 38 e segs. Quanto às acções anti-semitas da Liga ver a pág. 38 e quanto à adesão

Não foram eles os únicos. Na Heimwehr, as milícias de um dos fascismos austríacos, alinhavam lado a lado anti-semitas e membros da burguesia judaica<sup>12</sup>, o que talvez ajude a compreender a razão por que o judeu austríaco Stefan Zweig, romancista célebre naquela época, omitiu nas suas Memórias o facto de em Novembro de 1932 ter sido convidado pelo regime fascista italiano para participar no Congresso Volta, onde pôde sentar-se ao lado de figuras cimeiras do anti-semitismo, como Rosenberg e Göring<sup>13</sup>. Outro célebre judeu austríaco, o psicoterapeuta Sigmund Freud, autografou num dos seus livros, em Abril de 1933, uma dedicatória para Mussolini, a quem chamou «herói da cultura», e além disso mostrou simpatia pelo regime de Dollfuss, apesar de o ter reconhecido como «mais ou menos fascista», permanecendo indiferente aos quatro dias de combates em Viena, em Fevereiro de 1934, que deixaram mortos quatrocentos operários<sup>14</sup>. Também o principal rabi austríaco, o Doutor David Feuchtwang, agradeceu publicamente a Deus aquela sangrenta vitória do chanceler Dollfuss sobre o operariado vienense e sugeriu que se efectuasse uma recolha de fundos na comunidade judaica em benefício das viúvas dos agentes da repressão caídos na refrega<sup>15</sup>. Neste ambiente não espanta que se encontrassem judeus nos órgãos directivos do partido de Dollfuss, a Frente Patriótica<sup>16</sup>. Entre os adeptos de Dollfuss contava-se igualmente o barão Leopold Popper von Podhragy, de uma família judaica nobilitada pelos Habsburgos<sup>17</sup>. Afinal, resumiu um historiador, «muitos judeus austríacos» apoiaram o fascismo de Dollfuss como uma defesa contra o nacional-socialismo de Hitler<sup>18</sup>. Mas a explicação não é convincente porque situações desse tipo haviam sido já denunciadas pelo dirigente socialista austríaco Otto Bauer numa obra publicada em 1924, antes de os hitlerianos se terem tornado um

de judeus ver a pág. 44. A citação encontra-se na pág. 43. Consultar igualmente P. H. Lewis (1992) 114.

<sup>12</sup> G. Brook-Shepherd (1961) 71; A. Whiteside (1965) 336.

<sup>13</sup> «É com saudade que me recordo dos anos de relativa tranquilidade que, de 1924 a 1933, se viveram na Europa, até ao momento em que determinado indivíduo apareceu na cena do mundo, para o perturbar», escreveu S. Zweig (1953) 413 e invocou em seguida as suas viagens de pessoa célebre, lembrando (pág. 414) que proferiu uma conferência em Itália, sem especificar quando e como, e esquecendo-se de esclarecer se foi então que os dois cúmplices do «determinado indivíduo» se encontraram entre a assistência. Stefan Zweig procurou tardiamente cobrir de um verniz antifascista as suas relações com a Itália, contando (págs. 434-437) que enviara uma carta a Mussolini em defesa de um dado preso político e que o seu pedido obtivera a benevolência do ditador. Leio também que, em Nápoles, procurara Benedetto Croce, que «tinha entrado, devido à sua franca oposição ao fascismo, em luta aberta com Mussolini» (pág. 432). E Zweig acrescentou (pág. 433), com a ingénua falta de modéstia que lhe era habitual, que «qualquer italiano ou até mesmo um estrangeiro precisaria de muita coragem para o visitar [...]». Mas a respeito do Congresso Volta, nada. Acerca deste Congresso ver P. Milza (1999) 615 e E. Santarelli (1981) II 141. «Convém lembrar», registou G. Volpe (1941) 253-254, «que quando em 1932 a Academia Real da Itália, num dos seus congressos anuais chamados “Volta”, e precisamente quando no seu primeiro congresso, escolheu como tema de discussão “a Europa”, em presença de homens políticos e de estudiosos de todos os países, essa iniciativa teve uma completa adesão no pensamento e no sentimento do Duce» (introduzi ligeiras modificações na tradução).

<sup>14</sup> M. Onfray (2012) 558-563. As frases citadas encontram-se respectivamente nas págs. 561 e 558.

<sup>15</sup> M. Kitchen (1980) 256.

<sup>16</sup> G. Brook-Shepherd (1961) 106.

<sup>17</sup> G. MacDonogh (2009) 283.

<sup>18</sup> S. G. Payne (2003 b) 250.

perigo do outro lado da fronteira. «O anti-semitismo, que a certa altura foi a palavra de ordem da pequena burguesia na luta contra a grande burguesia, passou a servir à própria grande burguesia, sendo usado pelos partidos burgueses ao seu serviço enquanto instrumento de luta contra a social-democracia», afirmou Bauer. «O capitalista judeu paga de bom grado as despesas de tipografia dos panfletos eleitorais anti-semitas para enfraquecer a social-democracia»<sup>19</sup>.

Tais habilidades não foram um exclusivo austríaco, pois na Roménia a Legião do Arcanjo São Miguel e a sua Guarda de Ferro, comandadas por Corneliu Codreanu, fanaticamente anti-semitas, para quem o ódio aos judeus constituía uma das principais razões de ser, parece terem recebido apoio financeiro de vários industriais judeus<sup>20</sup> e um antigo membro da Legião recordou que «havia sempre um ou dois judeus no Movimento, e os únicos problemas que causavam deviam-se ocasionalmente a uma exagerada devoção à causa legionária»<sup>21</sup>. Também um historiador que lhe era favorável afirmou que «a Legião tinha alguns, poucos, apoiantes judeus»<sup>22</sup>.

Mais curioso ainda é o caso de Max Naumann, fundador da Liga dos Judeus Nacional-Alemães, que ao longo da república de Weimar evoluiu da direita para a extrema-direita radical e apelou para a expulsão dos judeus oriundos do Leste, considerando-os racialmente inferiores aos seus correligionários germânicos. Em 1932 Naumann começou a apresentar Hitler como o único político capaz de promover o ressurgimento do país e nos anos iniciais do Terceiro Reich pediu, sem qualquer êxito, que o partido nacional-socialista os integrasse, a ele e à sua Liga<sup>23</sup>. Outros houve. O jovem licenciado judeu Hans Joachim Schoeps, futuro teólogo, muito próximo dos movimentos de juventude racistas e radicalmente oposto à imigração dos seus correligionários do Leste, reuniu uma centena e meia de estudantes universitários e logo após a nomeação de Hitler para a Chancelaria fundou uma associação de nome esclarecedor, a *Deutscher Vortrupp – Gefolgschaft deutscher Juden*, com o objectivo de aproximar os judeus dos nacionais-socialistas. Acérrimo defensor da assimilação dos judeus pela restante população alemã, na qual estariam a par dos outros povos de origem germânica, Schoeps enviou a Hitler um memorando propondo que os

<sup>19</sup> Esta passagem da obra de Bauer *Der Kampf um die Macht* encontra-se em G. Marramao (1977) 242.

<sup>20</sup> Enunciando as fontes de financiamento da Legião anteriormente a 1938, E. Weber (1965 c) 554 escreveu: «Foi afirmado que alguns industriais contribuíram com dinheiro para assegurar a sua própria protecção». E acrescentou que «alguns deles eram judeus». É curioso que numa obra escrita em 1935-1936, C. Z. Codreanu (1976) 177-178 tivesse afirmado que os movimentos nacionalistas nunca deviam depender de financiamentos externos e nomeadamente oriundos de judeus, e considerasse (págs. 228-229) como uma calúnia que o seu movimento tivesse recebido subsídios do grande industrial romeno Max Auschnitt, que era judeu. Também num texto de 1936, onde criticou os judeus e a imprensa judaica, Codreanu escreveu que «não falta muito para ouvirmos até que somos patrocinados pelos judeus». Citado em J. Evola (2004).

<sup>21</sup> M. Sturdza (1968) 55.

<sup>22</sup> Ch. Thorpe [s. d.] 3.

<sup>23</sup> M. Chalmers (org. 2006 a) 160-161, 550 n. 44.

judeus alemães fossem considerados uma entidade legal plenamente integrada no novo regime. Parece que desejava até que a *Deutscher Vortrupp* fosse reconhecida como o ramo judaico da Juventude Hitleriana. Aquele memorando era acompanhado por um pedido de audiência, que evidentemente nunca foi aceite, mas Schoeps não desistiu e em 1935 a revista da sua organização proclamava ainda: «O nacional-socialismo salvará a Alemanha da destruição; a Alemanha está hoje a viver a sua renovação racial». Como habitualmente, a realidade foi mais forte do que as ilusões, no final de 1935 a Gestapo dissolveu a *Deutscher Vortrupp* e três anos depois Schoeps exilou-se<sup>24</sup>. Mas poderá tudo isto significar alguma coisa? Se se tratasse apenas de factos soltos e gente esdrúxula, bizarras que não ilustrassem senão a conhecida norma de que existem excepções para todas as regras?

A frequência destes casos, porém, e a sua dispersão pelos vários tipos de fascismo parecem indicar razões mais profundas. Já em 1922 um judeu francês, René Groos, que se proclamava discípulo de Maurras, afirmou num artigo que «existe uma conspiração judaica contra todas as nações», denunciando no ano seguinte «as duas internacionais da finança e da revolução», que seriam «as duas faces da internacional judaica»<sup>25</sup>. Mas foi na década de 1930 que o fascismo se expandiu em França, onde o Movimento Francista, de Marcel Bucard, contou com alguns judeus entre os filiados<sup>26</sup> e as ligas chefiadas por Taittinger e pelo coronel de La Rocque beneficiaram dos subsídios de conhecidos bancos judaicos, como os Rothschild, Dreyfus, Lazard e Worms<sup>27</sup>. Todavia, os judeus congregaram-se especialmente em torno de Gaston Bergery, a ponto de os anti-semitas denunciarem o jornal *La Flèche* como um covil da raça odiada<sup>28</sup>. Bergery foi, como indiquei (no capítulo 3 da Parte 3), uma das figuras cujo percurso permitiu a convergência de uma certa esquerda tomada pelo patriotismo com uma direita percorrida por inquietações sociais, e neste meio político formou-se um fascismo francês que sob a ocupação germânica haveria de mostrar as suas limitações na legislação social e as suas capacidades na legislação racista. E de novo a hostilidade aos judeus não impediu o apoio financeiro de judeus da extrema-direita. Quando o editor Arthème Fayard decidiu, na época do Front Populaire, desinteressar-se do *Je Suis Partout*, uma das mais consistentes publicações fascistas e anti-semitas, a revista subsistiu graças aos fundos de três accionistas, um dos quais era um industrial de tipografia judeu<sup>29</sup>. E entre os finan-

<sup>24</sup> Leo Baeck Institute (2014); K. A. Schleunes (1990) 188-189; Shoah Resource Center, The International School for Holocaust Studies [s. d.]. A citação encontra-se em Leo Baeck Institute, op. cit.

<sup>25</sup> Citado em A. Duraffour et al. (2017) 149.

<sup>26</sup> S. G. Payne (2003 b) 400.

<sup>27</sup> C. Callil (2009) 173. Ver também S. G. Payne (2003 b) 293.

<sup>28</sup> Ph. Burrin (1986) 239. Mesmo durante a ocupação da França pelas tropas germânicas Bergery parece ter protegido alguns dos seus amigos judeus, a crer em id., *ibid.*, 365.

<sup>29</sup> P. Ory (1976) 22. É curioso que, ao recordar esses momentos difíceis do jornal a que havia sempre dado

ciadores de Jacques Doriot e do seu Parti Populaire Français citam-se quatro bancos pertencentes ou ligados a famílias judaicas. Com efeito, além da casa Worms<sup>30</sup>, numa lista de patrocinadores desse partido, datando verosimilmente de 1938, vejo as firmas Rothschild, Dreyfus e Lazard<sup>31</sup>, as mesmas que encontrámos há pouco entre os benfeitores das ligas de Taittinger e do coronel de La Rocque. O exemplo difundiu-se de cima a baixo da escala social, e foi o operário judeu Alexandre Abremski, membro do *bureau* político do PPF, quem dirigiu a secção sindical do partido, até à sua morte em 1938<sup>32</sup>. Parece também que François de Wendel, um grande capitalista judeu que muito provavelmente teria contribuído para os cofres do PPF, se encontrou pessoalmente com Doriot no final de 1938 e o pressionou a não seguir uma orientação anti-semita<sup>33</sup>. Se este contacto vier algum dia a confirmar-se — e, mesmo que permaneça duvidoso, não seriam os subsídios judaicos um poderoso argumento contra o anti-semitismo? — vemos que não era o fascismo político, mas apenas uma forma de hostilidade racial, que preocupava um tão chorudo personagem.

Mais significativo ainda é o caso do estabelecimento bancário de Hippolyte Worms que, embora conotado com o grande capital judaico<sup>34</sup> e estigmatizado pelos anti-semitas, manteve ligações muito estreitas com diversos quadrantes do fascismo. Nomeadamente, prestou ao PPF uma ajuda económica apreciável, e Pierre Pucheu, que geriu uma das principais empresas do grupo Worms, dirigiu o Comité Financeiro central do PPF e pertenceu ao seu *bureau* político até se separar de Doriot em Janeiro de 1939<sup>35</sup>. O facto de Pucheu se ter afastado de Doriot não implicou que Hippolyte Worms se desinteressasse do fascismo e durante a ocupação da França pelas tropas do Reich manteve-se muito próximo tanto das autoridades germânicas como do regime de Vichy<sup>36</sup>, a tal ponto que quando o almirante Darlan foi comunicar a Pétain a composição do seu ministério, o chefe da casa civil de Pétain, Henri du Moulin de Labarthète, exclamou: «Mas é o banco Worms em peso que nos traz consigo!»<sup>37</sup>. Efectivamente, muitos dos principais tecnocratas que rodeavam o almirante tinham ligações directas ou indirectas com a casa Worms, e Marcel Déat estava convencido de que as pastas do governo Darlan eram atribuídas na sede do banco Worms<sup>38</sup>. Neste caso não se tratou só de uma aproximação ou de um apoio prestado pelo grande

uma entusiástica colaboração, L. Rebatet (1942) 42-45 tivesse ocultado pudicamente o papel desempenhado por aqueles accionistas, de tal modo que parece que o *Je Suis Partout* sobrevivia e prosperava sem fundos.

<sup>30</sup> O. Dard (1998) 12, 13.

<sup>31</sup> P. Ory (1976) 26; D. Wolf (1969) 212, 312 n. 1. Ver também C. Callil (2009) 189 e 608 n. 33.

<sup>32</sup> D. Wolf (1969) 186, 312. Ver ainda D. Orlow (2009) 94.

<sup>33</sup> Ph. Burrin (1986) 296.

<sup>34</sup> O. Dard (1998) 17.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, 12, 13.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, 16-19.

<sup>37</sup> Citado em id., *ibid.*, 12.

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, 105.



capital judaico ao fascismo, mas da plena participação de um dos primeiros grupos económicos judaicos na vida política do fascismo francês.

Será possível que tais exemplos não se limitem a anomalias ou casos singulares e revelem algo mais? Porque nem a guerra e o conhecimento do genocídio parecem ter mudado os ânimos, e assim como nos nossos dias se encontram alguns judeus entre os membros do Partido Nacional-Bolchevista russo<sup>39</sup>, também se afirmou como certo que dois poderosos homens de negócios judeus financiavam os fascistas anti-semitas da Unidade Nacional Russa<sup>40</sup>. Existirá alguma regra por detrás daquilo que o leitor apressado tende a considerar como excepções? Em que medida o fascismo, que passou à história como a forma mais perversa e cruel do anti-semitismo moderno, teria também sustentado com os judeus relações de outro tipo?

## 2. Itália: Entre o fascismo filo-semita e o fascismo anti-semita

Enquanto gozou de autonomia suficiente para conservar as características próprias, o fascismo italiano ocupou-se com uma problemática estritamente social, onde não tinha lugar a hostilidade aos judeus<sup>41</sup>. «O anti-semitismo italiano é um mero artifício», escreveu alguém que vira o anti-semitismo do outro lado dos Alpes, «uma questão de conveniência, se bem que o ex-secretário do partido, Farinacci, e Paolo Orano [...] tenham desenvolvido uma doutrina anti-semita»<sup>42</sup>. Orano desempenhou um papel de certa importância. Sofrera a influência de Georges Sorel e em 1905, junto com outros sindicalistas revolucionários, fora expulso da redacção do principal jornal diário do PSI por ter apoiado a greve geral do ano anterior, que não entusiasmara a direcção reformista do partido. Cinco anos depois, ao fundar e dirigir *La Lupa*, Orano assumiu um lugar de relevo na junção operada entre os sindicalistas revolucionários e os nacionalistas radicais de Corradini. No regime fascista, porém, permaneceu em segundo plano, remetido para o ensino na Faculdade Fascista de Ciências Políticas, em Perugia<sup>43</sup>. Roberto Farinacci é muitíssimo mais conhecido, chefe *squadrista* desde a primeira hora e secretário-geral do partido de Fevereiro de 1925 até Março do ano seguinte, um dos raros promotores do anti-semitismo nas altas esferas do regime.

<sup>39</sup> S. D. Shenfield (2001) 212. Aliás, E. Carrère (2011) 88 esclareceu que o chefe deste partido, Limonov, não é anti-semita.

<sup>40</sup> S. D. Shenfield (2001) 142.

<sup>41</sup> R. De Felice (1977) 80 e segs., 111, 149-150, 155 e segs., 235, 287-289; Ch. F. Delzell (org. 1971) 173; E. Santarelli (1981) I 439 n. 1.

<sup>42</sup> F. Neumann (1943) 544 n. 81.

<sup>43</sup> E. Santarelli (1981) I 29; Z. Sternhell et al. (1994) 32, 96, 112, 132, 134, 138, 163, 192.

Mas mesmo ele oscilou nestes sentimentos. O seu jornal, *Il Regime Fascista*, mitigou as injúrias aos judeus, a ponto de publicar em 1930 um artigo de crítica às posições racistas manifestadas pelo nacional-socialismo alemão, e só em 1936 retomou com vigor o ataque aos judeus<sup>44</sup>. Outras figuras revelaram igualmente cedo o anti-semitismo. O futurista Piero Bolzon, por exemplo, um dos fundadores dos Fasci di Combattimento, nomeado em 1923 para o Directório do PNF, identificara socialismo e judaísmo numa mesma aversão<sup>45</sup>. Mas o anti-semitismo fanático e constante, servindo de fundamento da orientação política, singularizava em Itália Giovanni Preziosi, que durante muito tempo não conseguiu alargar o reduzido círculo de discípulos entre os seus correligionários fascistas<sup>46</sup>.

Até quando encontrava algum eco jornalístico e era defendido por personalidades com um efectivo peso no movimento, o anti-semitismo não inspirava a linha oficial do regime nem influenciava sequer as preocupações dos demais dirigentes. Numa entrevista concedida em 1932 o Duce afirmou que não existia anti-semitismo na Itália e desabonou o racismo, considerando-o uma atitude sentimental, desprovida de fundamento científico<sup>47</sup>. Foi noutro lugar e perante outras gentes que o fascismo italiano se mostrou racista, precisamente onde as grandes democracias se mostravam também, em África, contra os negros<sup>48</sup>. Aqueles que hoje se esforçam por reduzir a história do racismo moderno ao anti-semitismo estão na realidade a absolver do racismo antinegro as metrópoles democráticas imperialistas. Conquistada a Abissínia, o governo de Roma determinou que se instaurasse na organização política e na vida quotidiana uma demarcação severa entre indígenas e colonos, recusando a cidadania italiana a todos os mestiços que viessem a nascer. Aliás, recorreu-se a um conjunto de medidas destinado a evitar contactos sexuais entre a população italiana e a nativa<sup>49</sup>. «A raça branca deve impor-se através de uma superioridade afirmada não por axioma, mas na prática», rezam as instruções que o Ministério das Colónias enviou em Agosto 1936 ao governador-geral e vice-rei da Abissínia<sup>50</sup>. E os judeus italianos não se

<sup>44</sup> G. Bortolotto (1938) 382 n. 1; R. De Felice (1977) 97 e segs., 121, 146, 250 e segs.; P. Milza (1999) 357-359.

<sup>45</sup> E. Santarelli (1981) I 146 n. 1, 271.

<sup>46</sup> F. W. Deakin (1966) 32; R. De Felice (1977) 10, 55-56, 79, 145; P. Milza (1999) 749, 751; E. Santarelli (1981) I 426; G. Volpe (1941) 247.

<sup>47</sup> E. Santarelli (1981) II 50. Ver igualmente P. Milza (1999) 751.

<sup>48</sup> R. De Felice (1977) 290-291 salientou o racismo manifestado por Mussolini para com os negros, especialmente após a conquista da Abissínia, e P. Milza (1999) 752-754 observou que as primeiras vítimas da política racista prosseguida pelo fascismo italiano não foram os judeus mas os negros da Eritreia, da Somália e da Etiópia. No entanto, leio em G. Arfe (1967) 196 que «mesmo no tempo da expansão colonial fascista, quando ocorreu a primeira tentativa organizada do poder central para criar uma ideologia colonialista de massas, o racismo desempenhou um papel bastante limitado».

<sup>49</sup> E. Gentile (2010) 224; P. Milza (1999) 672, 753; E. Santarelli (1981) II 210-211.

<sup>50</sup> Citadas em E. Santarelli (1981) II 210.

distinguiram do resto da população no apoio entusiástico que deram à conquista da Abissínia, oferecendo-se muitos deles como voluntários<sup>51</sup>. Mesmo fora das fronteiras um dos chefes mundiais da corrente fascista do sionismo, Wolfgang von Weisl, declarou numa entrevista em 1936 que «se regozijava pela vitória da Itália fascista na Abissínia, enquanto triunfo das raças brancas sobre os negros»<sup>52</sup>.

O facto de os judeus não serem perseguidos nem sequer hostilizados em Itália relaciona-se com o grau elevadíssimo da sua integração na sociedade<sup>53</sup>, a ponto de ser o país onde se registava a maior percentagem de judeus apóstatas<sup>54</sup>. Encontravam-se judeus entre os fundadores dos primeiros Fasci di Combattimento<sup>55</sup>, bem como entre os primeiros homens de negócios e proprietários fundiários que subsidiaram o movimento fascista e as suas *squadre*<sup>56</sup>, e mal terminara a Marcha sobre Roma já os novos governantes tinham o cuidado de comunicar ao principal dignitário religioso judaico da capital que não apoiariam o anti-semitismo nem dentro nem fora das fronteiras<sup>57</sup>. O próprio Mussolini encontrou na judia Margherita Sarfatti uma das suas amantes mais íntimas e, apesar da concorrência, mais duráveis, que o acompanhou durante cerca de duas décadas, desde o Partido Socialista até ao fascismo, e exerceu sobre ele uma considerável influência política e ideológica<sup>58</sup>. Um número incalculável de judeus aderiu ao regime, ascendendo alguns a posições de grande relevo no interior do partido e do governo, a tal ponto que a percentagem de judeus no movimento fascista era muito mais elevada do que na população em geral<sup>59</sup>. Parece que pelo menos um quinto dos judeus italianos se filiou no PNF<sup>60</sup>, e a percentagem foi maior ainda numa das esferas de actividade mais públicas, a arquitectura<sup>61</sup>. Uma tal preeminência judaica chegou a preocupar o Vaticano que, aproveitando a amenidade das suas relações com o governo na altura em que eram assinados os acordos de Latrão, procurou convencer o Duce a substituir judeus por católicos nas listas únicas apresentadas às eleições de Marco de 1929<sup>62</sup>.

<sup>51</sup> R. De Felice (1977) 231, 235-237.

<sup>52</sup> Citado em L. Brenner (1984) 98.

<sup>53</sup> R. Hilberg (1961) 421-422; P. C. Masini (1999) 25; S. G. Payne (2003 b) 239-240.

<sup>54</sup> M. Mayer (1966) 144.

<sup>55</sup> E. Black (1999) 61-62; S. G. Payne (2003 b) 240. Note-se que, segundo J. Rossi (1946) 569, eram judeus três dos sete fundadores do movimento nacionalista dirigido por Corradini. Ver também A. Pennacchi (2010) 39.

<sup>56</sup> R. De Felice (1977) 88; P. Milza (1999) 750; G. Seldes (1943) 44, 155.

<sup>57</sup> L. Brenner (1983) 39.

<sup>58</sup> P. C. Masini (1999) 25; P. Milza (1999) 149, 670, 750; S. G. Payne (2003 b) 240.

<sup>59</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 5. Ver também: H. Arendt (1994) 178; R. De Felice (1977) 81, 88-90, 114-120, 122, 179, 184 e segs., 511-514; Ch. F. Delzell (org. 1971) 173; J. Goldberg (2009) 17, 26; P. Milza (1999) 751; S. G. Payne (2003 a) 139-140; id. (2003 b) 209. Mesmo num capítulo destinado a justificar a orientação anti-semita adoptada por Mussolini a partir de 1938, G. Volpe (1941) 248 escreveu que «os israelitas italianos conta[ram] desde a primeira hora numerosos fascistas ou numerosos inscritos no partido».

<sup>60</sup> S. Friedländer (2008) 34 n. 9.

<sup>61</sup> A. Pennacchi (2010) 86.

<sup>62</sup> P. Milza (1999) 595. «O único sector da opinião pública e da imprensa decididamente hostil aos judeus

Curiosa situação em que os judeus encontravam no fascismo uma barreira contra o fanatismo eclesiástico. Em Ferrara, por exemplo, apesar de serem em número relativamente reduzido, os judeus encabeçavam tanto o partido como a administração local e muitos deles contavam-se entre os amigos pessoais do chefe do fascismo na região, Italo Balbo<sup>63</sup>. Um dos mais próximos colaboradores de Mussolini foi um judeu, Aldo Finzi, que o acompanhou na Marcha — para eles ferroviária — sobre Roma e em seguida esteve a seu lado quando o monarca lhe entregou o governo, responsabilizando-se pelo Subsecretariado do Interior, posto crucial, sobretudo numa jovem ditadura, e obtendo assim poderes superiores aos de boa parte dos ministros e um assento no Grande Conselho<sup>64</sup>. Ao mesmo tempo, outro judeu, o prefeito Dante Almansi, foi nomeado vice-chefe da polícia<sup>65</sup>. O facto de pertencer à comunidade judaica também não impediu o importante homem de negócios Guido Jung de ser eleito deputado numa lista fascista em Abril de 1924 e de se encarregar, entre 1932 e 1935, do Ministério das Finanças<sup>66</sup>. Igualmente judeu era um fascista da primeira hora, Angelo Oliviero Olivetti, que fora um dos principais ideólogos do sindicalismo revolucionário e que, além de professor na Faculdade Fascista de Perugia e membro do Conselho Nacional das Corporações, integrou a comissão de dezoito membros nomeada pelo Duce em Janeiro de 1925 para estudar as modificações a introduzir no sistema constitucional<sup>67</sup>.

Especialmente sugestivo é o facto de ter sido atribuído a um judeu, Fulvio Suvich, o cargo de subsecretário dos Negócios Estrangeiros quando Mussolini assumiu de novo este Ministério, em 1932, e só quatro anos depois Suvich abandonaria aquelas funções<sup>68</sup>. Ao sabermos que o Duce retomou o comando directo da diplomacia para substituir uma política externa voltada para a Sociedade das Nações por uma orientação favorável à revisão dos tratados de paz e capaz de olhar com simpatia uma Alemanha onde a todo o momento se esperava que Hitler ascendesse ao governo, podemos apreciar as verdadeiras dimensões da escolha de um judeu para executar uma estratégia propícia ao nacional-socialismo<sup>69</sup>. Compreende-se, assim, que no discurso pronunciado

foi o sector católico», escreveu R. De Felice (1977) 135.

<sup>63</sup> R. De Felice (1977) 255; E. Santarelli (1981) I 363 n. 1. Segundo Renzo De Felice, op. cit., 11, o recenseamento de 1938 indicava a presença de 733 judeus em Ferrara, enquanto em Roma existiam quase 13.000, e mais de 10.000 em Milão e de 6.000 em Trieste.

<sup>64</sup> R. De Felice (1977) 92; A. Lyttelton (1982) 155, 264, 387; P. C. Masini (1999) 25; D. Sassoon (2012) 138. Note-se que, segundo Adrian Lyttelton, op. cit., 258, Finzi gozava de tão boas relações com o Vaticano que fora um cardeal a celebrar o seu casamento. Obrigado a demitir-se em virtude da crise suscitada pelo assassinato de Matteotti, Aldo Finzi seria fuzilado pelos alemães em 1944, quando chefiava uma unidade de guerrilha na Resistência. Ver a este respeito F. L. Carsten (1967) 70 n. 23.

<sup>65</sup> R. De Felice (1977) 92.

<sup>66</sup> Id., *ibid.*, 82; P. Milza (1999) 550; E. Santarelli (1981) I 363 n. 1, II 532.

<sup>67</sup> A. J. Gregor (2005) 355; Z. Sternhell et al. (1994) 191. Acerca da posição minoritária defendida por Olivetti na Comissão dos Dezoito ver Ch. S. Maier (1988) 683-684.

<sup>68</sup> R. De Felice (1977) 220-222; E. Santarelli (1981) II 86 e n. 1.

<sup>69</sup> P. Milza (1999) 634 e segs. Todavia, Benoist-Méchin (1964-1966) IV 179-180 pretendeu que a orientação

durante a visita que fez a Roma no final de 1932 Alfred Rosenberg, apesar do seu fanatismo anti-semita, tivesse omitido cuidadosamente quaisquer ataques directos aos judeus<sup>70</sup>, o que é tanto mais elucidativo quanto ele se contava entre os membros do NSDAP que acusavam o fascismo italiano de ser um movimento capitalista e judaico<sup>71</sup>. Pouco depois da entrada de Hitler na Chancelaria Suvich foi enviado à Alemanha para ter conversações com os novos governantes<sup>72</sup>. O Duce não podia ter escolhido melhor, se pretendia evidenciar o plano de clivagem entre o seu modelo de fascismo e o do Führer. E como se isto não fosse suficiente, no primeiro encontro que teve com Hitler, em Junho de 1934, Mussolini fez-se acompanhar por Suvich<sup>73</sup>.

Foi essa a época em que Mussolini procurou servir de mediano entre os judeus e Hitler, acalentando a esperança de levá-lo a atenuar a campanha anti-semita a troco de uma suspensão dos boicotes organizados pelo judaísmo mundial<sup>74</sup>. O único protector plausível dos judeus perante a fúria nacional-socialista — era como Mussolini se apresentava e como a imprensa sionista da Palestina o reconhecia<sup>75</sup>. Em 1933 ele permitiu-se escrever ao novo chanceler alemão, ensinando-lhe que «todos os regimes têm não só o direito, mas ainda o dever de eliminar dos postos de comando os elementos que não sejam inteiramente seguros, mas para isto não é necessário, e pode mesmo ser prejudicial, colocar no campo da raça — semitismo e arianismo — aquilo que é simplesmente uma medida de defesa e de desenvolvimento de uma revolução»<sup>76</sup>. Com quem o Duce estava a gastar o latim! No final de Março desse ano ele deu instruções ao seu embaixador em Berlim para que tentasse dissuadir Hitler de levar a cabo o boicote aos judeus anunciado para o primeiro dia de Abril, e nesse mesmo mês de Abril, numa iniciativa a que a imprensa italiana conferiu um lugar de destaque, recebeu o grande rabi de Roma, que lhe manifestou enorme preocupação pela sorte dos seus correligionários na Alemanha<sup>77</sup>. Parece que ao encontrar-se com Hitler em Junho de 1934 o Duce de novo procurou convencê-lo a limitar na prática a hostilidade

pró-germânica da diplomacia italiana só se iniciaria em Outubro de 1936.

<sup>70</sup> R. Cecil (1973) 183.

<sup>71</sup> R. De Felice (1977) 218 n. 4. Segundo L. Waddington (2007) 91, em Julho de 1922 o *Völkischer Beobachter*, órgão oficial do NSDAP, dirigido por Rosenberg, acusou o fascismo italiano de ser financiado por judeus. Em *O Mito do Século XX* Rosenberg denunciou a importância tida na Itália fascista pelos judeus e pelo capitalismo financeiro. Ver A. Rosenberg (1986) 600 ou id. [s. d. 2] 434.

<sup>72</sup> G. Brook-Shepherd (1961) 213-214; E. Santarelli (1981) II 93. É estranho que P. Milza (1999) 484 defendesse que precisamente naquele momento Edda Ciano, filha mais velha de Mussolini, tivesse pretendido precipitar a ruptura entre o seu pai e Margherita Sarfatti usando o argumento de que Hitler não veria com bons olhos as relações sentimentais do Duce com uma judia. Decerto o Führer se incomodaria mais com os emissários que Roma lhe enviava.

<sup>73</sup> P. Milza (1999) 643, 645.

<sup>74</sup> R. De Felice (1977) 147, 160, 162, 168-170.

<sup>75</sup> Id., *ibid.*, 200.

<sup>76</sup> Citado em id., *ibid.*, 156.

<sup>77</sup> E. Black (1999) 62; L. Brenner (1983) 151; R. De Felice (1977) 156; P. Milza (1999) 643.

aos judeus<sup>78</sup>. E assim como num lado tentava conter dentro de limites aceitáveis o anti-semitismo dos nacionais-socialistas, o Duce esforçava-se no outro lado por moderar os ímpetos de muitos judeus. Em Setembro de 1933 o grande rabi de Roma compareceu como representante pessoal de Mussolini na Segunda Conferência Judaica Mundial, mas abandonou-a ao verificar que era impossível demover os demais congressistas de aprovarem um movimento mundial de boicote ao comércio externo do Reich sob uma direcção unificada<sup>79</sup>. É sempre ingrato colocar-se de permeio quando uma das partes não quer, e a outra não pode, encontrar um terreno de entendimento. Apesar disto o Duce continuou a usar termos bastante rudes para assinalar publicamente as suas divergências com o Führer, como sucedeu por exemplo num discurso de Setembro de 1934 em que classificou o racismo germânico como «uma doutrina professada pelos descendentes de bárbaros»<sup>80</sup>. Entretanto os judeus fugidos do Reich encontravam acolhimento em Itália<sup>81</sup>.

Até à chegada de Hitler ao poder, coubera a Mussolini o lugar indisputado de inspirador e protector financeiro dos movimentos fascistas espalhados um pouco por toda a parte, mas após Janeiro de 1933 a importância económica e o prestígio cultural da Alemanha deram-lhe uma influência cada vez maior sobre o fascismo mundial. Os termos ideológicos desta rivalidade não ofereciam dúvidas, e enquanto o Führer patrocinava uma visão estritamente rática, o Duce privilegiava as questões sociais e rejeitava o racismo. Em França, por exemplo, o Faisceau, fundado e dirigido por Georges Valois, um dos primeiros partidos de inspiração mussoliniana criado fora de Itália, era completamente alheio ao ódio aos judeus, defendendo a sua integração económica e social<sup>82</sup>. A influência do fascismo italiano parece-me ter sido aqui tanto mais indubitável quanto Valois fora até então notoriamente anti-semita<sup>83</sup>. Do mesmo modo, ao saber que o chanceler Dollfuss pretendia introduzir na constituição austríaca cláusulas desfavoráveis aos judeus, Mussolini escreveu-lhe a dissuadi-lo<sup>84</sup>. E se for exacto que Oswald Mosley contara judeus entre os seus mais importantes seguidores quando unificou o movimento fascista na Grã-Bretanha e só aderiu

<sup>78</sup> R. De Felice (1977) 167-168.

<sup>79</sup> E. Black (1999) 349, 356.

<sup>80</sup> Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) IV 101.

<sup>81</sup> R. De Felice (1977) 147, 160-161; A. Levi [1937] 99; E. Santarelli (1981) II 324; G. Volpe (1941) 248.

<sup>82</sup> Y. Guchet (1965) 1135; id. (2001) 193 n. 26; J. Medina (1978) 7 n.; Z. Sternhell et al. (1994) 5.

<sup>83</sup> Valois, que já na sua fase anarquista fora influenciado pela hostilidade aos judeus, tornou-se obsessivamente anti-semita na Action Française, como se vê em Y. Guchet (2001) 34, 49 n. 123, 54 n. 138, 65, 86, 87 n. 35, 88-90, 101, 113, 118 e 145. «A respeito dos judeus», concluiu Yves Guchet, op. cit., 193 n. 26, «Valois evoluiu profundamente». Todavia, note-se que segundo id. (1965) 1134 n. 70, Valois «não encontrou nenhuma compreensão por parte da Itália».

<sup>84</sup> R. De Felice (1977) 169-170. Todavia, M. Kitchen (1980) 161 pretendeu que Suvich, o judeu que exercia as funções de subsecretário dos Negócios Estrangeiros no governo italiano, teria sugerido a Dollfuss o recurso ao anti-semitismo para melhor cativar uma parte dos membros da secção austríaca do partido nacional-socialista.

ao anti-semitismo em Setembro de 1934<sup>85</sup>, a mudança correspondeu decerto à passagem da órbita de Mussolini para a de Hitler, pois na segunda metade da década de 1930 a British Union cada vez mais substituiu a invocação do fascismo pelas referências ao nacional-socialismo, a ponto de ter passado a chamar-se, em Junho de 1936, British Union of Fascists and National Socialists<sup>86</sup>. Esta evolução reproduziu em escala ampliada o que sucedera alguns anos antes com a Imperial Fascist League, um grupo de escassíssima amplitude e influência diminuta, que até 1931, enquanto se mantivera alheio ao anti-semitismo, havia seguido o modelo do fascismo italiano, copiando-lhe símbolos e denominações, e que de então em diante passou a participar nas campanhas contra os judeus e a propagar a supremacia racial dos nórdicos, colocando-se sob a égide do nacional-socialismo hitleriano<sup>87</sup>. Tratava-se, em suma, de uma oposição entre o modelo do Estado totalitário e o modelo da comunidade racial.

Por iniciativa italiana e com a significativa ausência do partido nacional-socialista alemão, realizou-se em Dezembro de 1934 a conferência de Montreux, na Suíça, reunindo representantes dos movimentos fascistas de quinze países europeus. As decisões finais recusaram-se a promover o anti-semitismo numa escala mundial, declarando que «a questão judaica não pode manifestar-se numa campanha universal de ódio aos judeus»; e ao considerar que «cada país [...] é o único competente para decidir a conduta que deve prosseguir no seu território quanto aos cidadãos, aos grupos, às raças e às religiões que aí residem», a conferência circunscreveu a política racial dos nacionais-socialistas ao âmbito de um caso particular. Por outro lado, a admissão de que «em muitos lugares alguns grupos judaicos se instalaram como em terra conquistada» implicava que o ataque aos judeus se justificava apenas em tais «lugares». Em suma, cada regime e cada movimento adoptaria acerca do assunto a atitude que melhor entendesse<sup>88</sup>. As implicações do dissídio

<sup>85</sup> Th. Linehan (2000) 99, 187; G. Orwell (1998 c) 248; B. Rubin (2010) 372-373. Nas suas Memórias Mosley pretendeu que se opusera aos judeus na medida em que fomentavam uma política de guerra com a Alemanha, mas sem que nunca ele e o seu movimento tivessem sido anti-semitas. Ver O. Mosley (2006) 168, 281 e segs. e 309. Também Thomas Linehan, *op. cit.*, 27, 191-192 e 202 indicou que para a BUF o comportamento era determinado pela cultura e não pela raça, o que, a ser exacto, colocaria esta organização fora do âmbito do racismo estritamente biológico professado por Hitler e pelos seus seguidores. Talvez por isso, em 1933 e mesmo numa data tão tardia como 1937 Arnold Leese, dirigente da Imperial Fascist League, pequeno grupo que passara a defender um racismo de carácter biológico, acusou Mosley de prosseguir uma orientação favorável ao judaísmo e de manter contactos com judeus, chegando ao ponto de declarar que a criação da BUF se devera a uma conspiração judaica com o objectivo de destruir a IFL. O chefe de outro grupúsculo ainda mais diminuto, adepto do nacional-socialismo hitleriano, acusava também a BUF de estar submetida à influência judaica. Ver D. Botsford (1998) 2, 5, Thomas Linehan, *op. cit.*, 78, 194 e Bret Rubin, *op. cit.*, 368-369.

<sup>86</sup> D. Botsford (1998) 3; Th. Linehan (2000) 105, 106, 137-138; E. Weber (1964) 111.

<sup>87</sup> Th. Linehan (2000) 74.

<sup>88</sup> E. Santarelli (1981) II 146. Ver as citações em R. De Felice (1977) 182 n. 1, mas não estou de acordo com este historiador quando ele considerou a moção acerca da questão judaica adoptada na conferência de Montreux como uma vitória da ala anti-semita. P. Milza (1999) 616 mencionou a presença naquela conferência de delegados de apenas catorze países. Segundo S. G. Payne (2003 b) 464, foi em 1934 que mais se realçaram as diferenças entre o fascismo italiano e o nacional-socialismo germânico.

foram ainda mais vastas, pois enquanto o fascismo italiano procurou internacionalizar a sua doutrina e o seu exemplo prático mediante contactos e relações com partidos e movimentos afins<sup>89</sup>, a supranacionalização prevista pelo nacional-socialismo germânico viria a ocorrer através da inclusão nos SS de todos os homens, qualquer que fosse o seu país de origem, considerados de bom sangue e susceptíveis de contribuir para a formação da raça de senhores. Eram duas perspectivas distintas, implicando modalidades de proselitismo muito diferentes também.

A liquidação política de Gregor Strasser no final de 1932 e o extermínio dos chefes da ala populista das SA em Junho e Julho de 1934 puseram cobro à influência que as doutrinas mussolinianas exerciam no Reich. Mas nenhuns obstáculos impediram o processo inverso e desde 1933 notou-se um progressivo reforço da facção anti-semita do Partido Nacional Fascista<sup>90</sup>. A hegemonia adquirida pela Gestapo no interior da OVRA parece ter estimulado o racismo em Itália, e um conhecedor defendeu que «a Gestapo infiltrou-se até às próprias raízes na organização policial fascista, procurando reorganizá-la consoante o modelo germânico. É muito possível que a influência crescente da Gestapo na Itália se tenha feito sentir na mudança súbita e inesperada que se operou na política do fascismo relativamente aos judeus»<sup>91</sup>. Apesar disso, os inimigos italianos do judaísmo mantinham-se numa posição marginal, sem interferirem nas grandes decisões políticas nem conseguirem sequer uma audiência significativa, até que em 1937 Paolo Orano desencadeou a campanha anti-semita com a publicação da sua obra *Gli Ebrei in Italia*.

Tive nas minhas mãos uma curiosa refutação do livro de Orano, cuja consulta devi à cultíssima bibliofilia de Maurício Tragtenberg. O autor da réplica, Abramo Levi, judeu italiano, reivindicou-se da sua qualidade de fascista para melhor rebater o anti-semitismo. Escreveu ele que «os judeus italianos são politicamente aquilo que devem ser: fascistas, sim; católicos, não... porque são judeus»<sup>92</sup>. E contra o estafado argumento que pretendia deduzir o carácter judaico do marxismo a partir da etnia do seu fundador, Levi respondeu com espírito que a dialéctica de Marx era de origem hegeliana, inserida portanto numa tradição exclusivamente alemã, assim como era pangermanista a política de Marx, semelhante nisto à do nacional-socialismo<sup>93</sup>. Todavia, o grande interesse do livro não reside nas poucas páginas redigidas por quem o assinou, mas nos depoi-

<sup>89</sup> G. Bottai (1949) 56-61.

<sup>90</sup> E. Santarelli (1981) II 93, 197-198, 303-306.

<sup>91</sup> E. K. Bramstedt (1945) 55-56. E. Santarelli (1981) II 304 e 325 considerou que o NSDAP não se coibiu de exercer pressões directas no sentido de favorecer a difusão do anti-semitismo em Itália e R. De Felice (1977) 171-172 informou que Hitler, depois de ter chegado ao poder, começou a espalhar agentes em Itália, entre outros objectivos para difundir o anti-semitismo, e acrescentou (pág. 256) que a partir do começo de 1936 a imprensa alemã mostrou um interesse crescente pelos progressos do anti-semitismo do outro lado dos Alpes.

<sup>92</sup> A. Levi [1937] 13.

<sup>93</sup> Id., *ibid.*, 17-18.



mentos em que se sucedem as profissões de fé fascistas de numerosos judeus, grande parte dos quais ocupava cargos dirigentes nas Comunidades Israelitas formadas no quadro do regime. Aliás, a legislação que regulava o funcionamento destas Comunidades, promulgada em 1930 e 1931, fora muito bem recebida pela enorme maioria dos judeus<sup>94</sup>. Aquele erguer de braços judaicos, esticados na saudação romana, culminou a 30 de Maio de 1937 em Florença, onde, na sequência da polémica suscitada por Orano, se reuniram representantes de quase todas as Comunidades Israelitas do país e, entre outras decisões votadas por unanimidade, foi proclamado que «os italianos de religião judaica são, e declaram claramente ser, inimigos de qualquer internacional judaica ou não judaica, maçónica, subversiva ou subversora e, sobretudo, antifascista»<sup>95</sup>. Não foi só o sionismo que os chefes do judaísmo italiano repudiaram, mas negaram no mesmo gesto a solidariedade com os movimentos estrangeiros que procuravam defender das perseguições os judeus do Reich.

A decisão de hostilizar os judeus, que tivera no livro de Orano o seu balão de ensaio, culminou com o decreto-lei anti-semita promulgado em 17 de Novembro de 1938<sup>96</sup>. Foi uma medida a tal ponto contrária à tradição do fascismo italiano que os autores e apoiantes de um *Manifesto dos Cientistas Racistas*, amplamente difundido na imprensa em Julho daquele ano, haviam preferido o anonimato e só vários dias após a publicação foram revelados os subscritores, parecendo que alguns exprimiam objecções ao texto tal como fora dado à estampa<sup>97</sup>. Aliás, a nova orientação do regime chegara a suscitar debate na reunião do Grande Conselho durante a noite de 6 para 7 de Outubro de 1938, apesar de até então o órgão supremo do fascismo ter em geral seguido obedientemente as instruções de Mussolini, e três figuras de primeiro plano destacaram-se na crítica. Uma delas, Italo Balbo, que se opunha igualmente à aliança com o Reich, esforçou-se por evitar o cumprimento das novas leis raciais em Ferrara, onde tinha uma sólida base de apoio, e conseguiu também que a sua aplicação na Líbia fosse sujeita a várias excepções, atenuando-lhes a eficácia. De Bono, a quem um judeu auxiliara na chefia da polícia, manifestou-se igualmente contrário à legislação racial, embora no mês anterior tivesse registado no seu diário que havia sempre sido anti-semita. O terceiro membro do Grande Conselho a discordar das medidas hostis aos judeus foi o presidente do Senado, Federzoni<sup>98</sup>. Entre os intelectuais, Marinetti e

<sup>94</sup> R. De Felice (1977) 128 e segs.

<sup>95</sup> Antologado em A. Levi [1937] 48.

<sup>96</sup> Quanto às primeiras medidas de perseguição aos judeus ver E. Santarelli (1981) II 329-330. Uma grande parte do referido decreto-lei anti-semita vem antologada em Ch. F. Delzell (org. 1971) 178-183.

<sup>97</sup> R. De Felice (1977) 335-338; Ch. F. Delzell (org. 1971) 173-176; P. Milza (1999) 755.

<sup>98</sup> R. De Felice (1977) 92, 232, 239, 255, 293, 355, 360-361, 449 e segs.; R. Hilberg (1961) 423; P. Milza (1999) 510, 522, 757. É estranho que Ch. F. Delzell (org. 1971) 177 mencionasse Giuseppe Bottai comopositor às medidas anti-semitas, quando na realidade, e embora tivesse sido contrário ao alinhamento com o Reich, ele se junta-

outros futuristas, fascistas desde antes da primeira hora, tomaram publicamente posição contra o anti-semitismo<sup>99</sup> e também Giovanni Gentile, o mais importante filósofo do regime, não aderiu à campanha<sup>100</sup>. Numa obra publicada originariamente em 1939 uma figura tão marcante da cultura fascista — ou mesmo da cultura italiana *tout court* — como era o historiador Gioacchino Volpe, secretário da Academia, admitiu que perante a campanha anti-semita e a adopção oficial de medidas contrárias aos judeus «houve um certo constrangimento e algumas reacções da opinião pública italiana» e acrescentou: «Chegando inesperadamente, a política da raça não encontrou o terreno bem preparado»<sup>101</sup>. Volpe, que havia pertencido ao Comité Itália-Palestina, fundado em 1927<sup>102</sup>, depois de invocar uma série de argumentos contraditórios e pouco convincentes para defender a nova orientação racista do regime, enumerou objecções de muito maior peso, nomeadamente a de que «o fascismo pudesse seguir as pisadas do nazismo em matéria de doutrina da raça e perder ainda alguns caracteres típicos da sua originalidade estritamente italiana»<sup>103</sup>, o que me leva a crer que aquele capítulo se destinasse a ser lido nas entrelinhas.

Surge assim a questão de saber por que motivo o Duce alterou tão drasticamente a sua política racial. Um historiador defendeu que a legislação anti-semita fora uma das consequências da fase imperial inaugurada após a conquista da Abissínia e, como prova de que os preconceitos raciais faziam parte da ideia de império inerente ao fascismo, citou várias declarações de Mussolini desde 1920<sup>104</sup>. O problema é que nestas declarações o termo «raça» ou tinha uma conotação simplesmente civilizacional, por vezes confundindo-se com a nação, ou tinha uma conotação profílica comum na época e não a acepção biológica que as medidas anti-semitas supunham. Segundo outros historiadores, o racismo antiafricano subsequente à conquista da Abissínia poderia ter estimulado o anti-semitismo<sup>105</sup>. Com efeito, foi isto que Mussolini afirmou no discurso de 18 de Setembro de 1938 em Trieste. «O problema racial não surgiu bruscamente», disse então o Duce. «Ele está relacionado com a nossa conquista do Império, porque a história ensina que os impérios são conquistados pelas armas, mas mantidos pelo prestígio. E o prestígio exige uma consciência

ra aos que mais entusiasticamente as aprovaram no Grande Conselho e aplicou-as meticulosamente no Ministério da Educação Nacional, do qual foi titular de 1936 até 1943. Acerca da concordância de Bottai com a perseguição aos judeus ver L. Ceva, «Italy», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 601, Renzo De Felice, op. cit., 294, 340, Raul Hilberg, op. cit., 423 e Pierre Milza, op. cit., 512, 756-757. Aliás, num capítulo intitulado «Abdicação ideológica perante o nazismo», G. Bottai (1949) 63-72 não escreveu uma palavra sequer acerca da introdução do anti-semitismo na Itália fascista.

<sup>99</sup> R. De Felice (1977) 372-374.

<sup>100</sup> Id., *ibid.*, 464; A. J. Gregor (2005) 339-340, 356, 382-383.

<sup>101</sup> G. Volpe (1941) 249.

<sup>102</sup> R. De Felice (1977) 114 n. 2.

<sup>103</sup> G. Volpe (1941) 250.

<sup>104</sup> E. Gentile (2010) 157, 207-211, 224-226, 232.

<sup>105</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 173; P. Milza (1999) 754.

rácica bem definida, baseada não apenas em diferenças, mas na mais plena afirmação de superioridade. O problema judaico não é senão um aspecto deste fenómeno»<sup>106</sup>. A mesma tese encontra-se na declaração respeitante às medidas anti-semitas aprovada pelo Grande Conselho na noite de 6 para 7 de Outubro de 1938, e era a ela que recorriam para consumo externo os diplomatas italianos<sup>107</sup>. Também Gioacchino Volpe adoptou esta explicação<sup>108</sup>. O argumento é, todavia, suspeito, porque Mussolini o invocou para replicar àqueles que o acusavam de ceder às pressões do nacional-socialismo. Ora, todas as metrópoles colonialistas praticaram com abundância o racismo contra os negros, sem terem obrigatoriamente ostracizado os judeus ou mantendo-se mesmo, por vezes, estranhas a qualquer traço de anti-semitismo. Aliás, Evola observou que as medidas antinegras tomadas por Mussolini aquando da formação do império colonial tiveram um «carácter prático e não ideológico», em nada diferindo das disposições tomadas pelas outras nações coloniais europeias, nomeadamente pela Grã-Bretanha<sup>109</sup>.

Mas o problema também não se esclarece quando procuro deslindá-lo por outros lados. Um especialista considerou que o abandono da orientação pró-sionista adoptada anteriormente pelo governo de Roma poderia dever-se mais ao facto de o Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano ensaiar uma política de aproximação à Grã-Bretanha do que a quaisquer pressões alemãs<sup>110</sup>, mas não vejo razão para admitir esta tese. Não deve confundir-se o anti-sionismo, que se difundiu em diversos meios italianos a seguir à Grande Guerra como um aspecto da hostilidade à penetração britânica na Palestina, com o anti-semitismo. A forma corrente de anti-sionismo na Itália daquela época tinha uma conotação geopolítica, sem implicações racistas, enquanto o anti-semitismo assenta na biologização de caracteres culturais. Adoptando uma perspectiva muito diferente, outro autor pretendeu que a participação conjunta das tropas italianas e alemãs na guerra civil espanhola convenceria Mussolini de que não podia deixar o problema dos judeus interferir nas suas relações com Hitler<sup>111</sup>, mas se assim fosse fica por explicar que não se tivessem levantado obstáculos à inclusão de judeus entre os voluntários fascistas italianos que se ofereceram para apoiar as tropas franquistas<sup>112</sup>. Também me parece pouco convincente a explicação psicológica sugerida por um historiador, admitindo que ao visitar Berlim em Setembro de 1937 o Duce ficara tão impressionado com o Terceiro Reich que decidira emular as leis raciais do Führer<sup>113</sup>.

<sup>106</sup> Um excerto deste discurso está antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 177.

<sup>107</sup> R. De Felice (1977) 361, 401-402.

<sup>108</sup> G. Volpe (1941) 247.

<sup>109</sup> J. Evola (1964) 90.

<sup>110</sup> R. De Felice (1977) 222-223, 225.

<sup>111</sup> L. Brenner (1983) 122, 158.

<sup>112</sup> R. De Felice (1977) 235.

<sup>113</sup> J. F. Pollard (2005) 189.

Considero mais pesado o argumento de outro autor, que observou que só depois de o *Anschluss* ter selado a dependência de Roma perante Berlim, e quando a aproximação da guerra precipitou o perfil das alianças, é que o Duce, na segunda metade de 1938, tomou as primeiras medidas práticas de perseguição aos judeus e, no final do ano seguinte, criou um tribunal para as questões raciais<sup>114</sup>. Mas embora esta explicação se me afigure a mais satisfatória, também ela não resiste ao confronto com os factos.

Não me parece que a generalidade dos historiadores se tenha dado conta da profunda diferença de inspiração entre o anti-semitismo de Hitler e aquele que foi adoptado pelo fascismo italiano a partir de 1938<sup>115</sup>. Já no ano anterior, ao lançar a polémica acerca desta questão, Orano afirmara que os judeus, pelo mero facto de se apresentarem como tal, estavam a separar-se do corpo da nação, e concluíra que eles deviam não só recusar o sionismo como ainda renunciar a qualquer especificidade que não fosse religiosa<sup>116</sup>. Orano reclamava, portanto, a completa assimilação dos judeus pela sociedade italiana, enquanto Hitler rejeitava o racismo de vocação abrangente e, em vez de integrar os judeus, pretendia exactamente o oposto, a sua absoluta exclusão da sociedade germânica. O mesmo antagonismo entre as duas modalidades de racismo continuou a manifestar-se após a adopção oficial do anti-semitismo pelo fascismo romano. Os judeus passaram a ser acusados de não se deixarem assimilar suficientemente<sup>117</sup>, o que era contrário ao principal artigo de fé de Hitler. Numa entrevista publicada em Outubro de 1941 Mussolini declarou que, depois de expulsa uma parte substancial dos judeus, os restantes se integrariam sem problemas na população italiana através de casamentos mistos, de modo que na geração seguinte as características hebraicas já teriam desaparecido<sup>118</sup>. Uma afirmação a tal ponto oposta às leis de Nuremberga seria suficiente para levar o Duce à prisão ou pior, no Terceiro Reich. Céline foi direito ao centro da questão num livro cuja primeira edição data de 1938: «Acho o anti-semitismo italiano morno, para o meu gosto, pálido, insuficiente. Acho-o arriscado. Distinguir entre os bons judeus e os maus judeus? Isto não tem sentido». E concluiu. «Que brincadeira!»<sup>119</sup>.

<sup>114</sup> E. Santarelli (1981) II 324 e segs. Uma explicação convergente foi adoptada por S. G. Payne (2003 b) 239 e J. B. Whisker (1983) 6. O tribunal para as questões raciais é referido em Enzo Santarelli, op. cit., II 381. P. Milza (1999) 755 defendeu que a adopção de uma orientação anti-semita por Mussolini não se devera a nenhuma pressões de Hitler.

<sup>115</sup> Uma excepção foi A. J. Gregor (2005) 383-384 e 467-468.

<sup>116</sup> R. De Felice (1977) 258-259.

<sup>117</sup> Vejam-se os exemplos e citações recolhidos em id., *ibid.*, 338 e segs.

<sup>118</sup> Id., *ibid.*, 309. Ver ainda as págs. 424-425.

<sup>119</sup> L.-F. Céline (1942) 238. Foi nesta perspectiva que Céline se opôs ao anti-semitismo meramente cultural preconizado por Maurras, para quem havia judeus assimiláveis, enquanto Céline defendia um racismo integral, argumentando que os judeus eram biologicamente inassimiláveis e, portanto, era necessário destruí-los todos. Ver A. Duraffour et al. (2017) 157-159 e 204. Também Ezra Pound, a crer em P. Morrison (1996) 54-55, «era consideravelmente mais racista do que a Itália de Mussolini», entendendo-se aqui o racismo como anti-semitismo.

O carácter inconciliável destes dois tipos de racismo explica o fracasso do projecto de uma revista ítalo-germânica, *Sangue e Spirito – Blut und Geist*, que Julius Evola encabeçara com o acordo de Mussolini. Os sectores mais conservadores do fascismo italiano, ligados à Igreja, haviam-se sempre oposto a Evola, enquanto as autoridades do Reich receavam a discordância que ele manifestava relativamente a alguns aspectos cruciais do nacional-socialismo<sup>120</sup>. Aliás, num artigo publicado em 1935 no jornal dirigido por Farinacci, Evola não hesitara em escrever que «no revivalismo nórdico mais ou menos frenético, celebrado hoje *ad usum delphini* na Alemanha nacional-socialista, encontramos sobretudo uma deformação e uma vulgarização das tradições nórdicas tal como existiram originariamente», e lastimara que «hoje, para muitos escritores racistas, “Nórdico” tenha acabado por significar anti-Romano e “Romano” tenha acabado por significar, mais ou menos, “Judeu”»<sup>121</sup>. Afinal, as diferenças entre os dois anti-semitismos eram demasiado fundas para sustentar uma iniciativa redactorial comum, apesar de as ideias de Evola terem podido oferecer um terreno de conciliação. Por um lado, o facto de Evola se situar na proximidade política de Giuseppe Bottai, mas especialmente de Preziosi e Farinacci<sup>122</sup>, constituiria decerto uma garantia para os mais determinados anti-semitas. Por outro lado, nos termos do seu tradicionalismo de raiz esotérica, ele defendia uma noção transcendente e espiritual da raça, como de tudo o mais<sup>123</sup>, o que poderia corresponder à circularidade entre cultura e biologia que caracterizou o racismo hitleriano, embora para Evola se tratasse mais de uma hierarquia do que de uma circularidade. Num artigo publicado em 1939 no jornal dirigido por Farinacci, ele distinguiu o racismo de primeiro grau, «limitado à esfera biológica e antropológica», o racismo de segundo grau, em que a raça é considerada «como uma realidade da alma, do carácter e do modo de vida», e o racismo de terceiro grau, a «raça enquanto visão do mundo e raça do espírito». O racismo de primeiro grau seria a base física a partir da qual se deveria ir mais alto na criação de uma «elite racial-espiritual», a verdadeira elite dirigente, como uma antiga ordem militar<sup>124</sup>. Noutro artigo publicado no mesmo ano Evola criticou o racismo de carácter estritamente biológico por se preocupar apenas com a miscigenação e a contaminação do sangue e esquecer que as raças

<sup>120</sup> H. T. Hansen (2002) 79; G. Stucco (2002) 24. Quanto ao apoio conferido pelo Duce às teses de Evola acerca do racismo ver ainda Hansen, op. cit., 47.

<sup>121</sup> Julius Evola, «Sacrità della Guerra», *Il Regime Fascista*, 8 de Junho de 1935, em J. Evola (2011) 32.

<sup>122</sup> H. T. Hansen (2002) 37-38, 43. Acerca das relações especialmente estreitas de Evola com Preziosi e Farinacci ver J. B. Morgan IV (2011) 16-17.

<sup>123</sup> «[...] *racial* na acepção elitista e não racista-biológica da palavra», explicaria Evola mais tarde. Ver J. Evola (2002) 284. Ver também A. J. Gregor (2005) 502 e segs., H. T. Hansen (2002) 65, 69 e segs., J. B. Morgan IV (2011) 11 e G. Stucco (2002) 24. Hansen, op. cit., 51 observou que «a discordância fundamental de Evola relativamente ao fascismo era a sua falta de raízes espirituais. Todas as suas outras críticas são uma simples consequência desta».

<sup>124</sup> O artigo de Julius Evola «La Razza quale Costruttrice dei Capi», publicado em *Il Regime Fascista*, 2 de Maio de 1939, encontra-se traduzido em J. Evola (2003).

podem degenerar e desapa-recer através de um processo «de extinção interior, sem a participação de factores externos». Daqui ele concluiu que «só se a raça for considerada como existente não apenas no corpo mas também na alma e no espírito como uma força profunda, metabiológica, que condiciona tanto as estruturas físicas como as psíquicas na totalidade orgânica da entidade humana — só se assumirmos este ponto de vista eminentemente tradicional — é que o mistério do declínio das raças pode ser entendido em todos os aspectos»<sup>125</sup>. E quando Evola escreveu, numa obra de 1943, que «a doutrina racial fascista entende as correlações entre raça e espírito na base do princípio, já mencionado, de que *o exterior é uma função do interior, a forma física é símbolo, instrumento e meio de expressão de uma forma espiritual*»<sup>126</sup>, ele não se distanciou muito do que o filósofo do nacional-socialismo, Rosenberg, havia anunciado em 1930 no prefácio à primeira edição da sua obra mais conhecida: «O espírito representa a raça vista a partir de dentro. Reciprocamente, a raça é o exterior de um espírito»<sup>127</sup>. A diferença é que Evola entendia como uma expressão de sentido único aquilo que Rosenberg e os outros hitlerianos consideravam como uma circularidade. Houve ainda um ponto de encontro mais próximo e Evola sofreu a influência do espiritualismo racial de Ludwig Ferdinand Clauss<sup>128</sup>, que, embora acabasse por ser expulso do NSDAP em 1943, nunca deixaria de ter um considerável prestígio nas instâncias cimeiras dos SS<sup>129</sup>. Além disso, a noção de um Estado dirigido por uma Ordem, como o Terceiro Reich tendia a ser dirigido pelos SS, atraía Evola. «Inclinamo-nos para a opinião», escreveu em 1938, «de que podemos ver na “Milícia Negra” o núcleo de uma Ordem no mais elevado sentido da tradição»<sup>130</sup>. E se esta tradição supunha uma hierarquização espiritual, ela correspondia por isto mesmo a uma hierarquia racial, já que «a experiência heróica se diferencia nos seus resultados não só consoante as várias raças mas ainda consoante o grau em que, no interior de cada raça, se formou e chegou ao poder uma super-raça»<sup>131</sup>. Não era diferente o programa da raça de senhores.

Eram outras as objecções que o Reichsführer-SS Himmler e os seus próximos faziam a Evola, considerando-o afecto aos defensores da Revolução Conservadora e oposto ao plebeísmo inspirador de toda a política do fascismo italiano e do Terceiro Reich<sup>132</sup>. Com efeito, já num ensaio

<sup>125</sup> Julius Evola, «La Razza e la Guerra», *La Difesa della Razza*, 20 de Outubro de 1939, em id. (2011) 59.

<sup>126</sup> Esta passagem do livro de Julius Evola, *Grundrisse der faschistischen Rassenlehre*, encontra-se em H. T. Hansen (2002) 71-72 (sub. orig.).

<sup>127</sup> A. Rosenberg [s. d.] 4.

<sup>128</sup> A. J. Gregor (2005) 372; H. T. Hansen (2002) 76.

<sup>129</sup> E. Conte et al. (1995) 112, 251.

<sup>130</sup> Esta passagem de um artigo de Julius Evola em *Vita Italiana*, 15 de Agosto de 1938, encontra-se em H. T. Hansen (2002) 61. Outros elogios aos SS podem ler-se em J. Evola (2003).

<sup>131</sup> Julius Evola, «La Razza e la Guerra», *La Difesa della Razza*, 20 de Outubro de 1939, em J. Evola (2011) 65.

<sup>132</sup> H. T. Hansen (2002) 62. Quanto à proximidade entre Evola e os defensores alemães da Revolução Con-

publicado em 1930 Evola proclamara que «para nós, os de propensão aristocrática, para nós, os firmes adversários de uma política plebeia, [...] o fascismo não é suficiente»<sup>133</sup>. Por isso me parece mais exacto definir Evola como um *metafascista*<sup>134</sup>. Era das suas inclinações aristocráticas que as altas instâncias dos SS desconfiavam e não das suas noções raciais, porque alguns meios dirigentes daquela milícia o encarregaram de escrever uma *História Secreta das Sociedades Secretas*, permitindo-lhe o acesso a arquivos confiscados<sup>135</sup>, um projecto que o colapso militar veio interromper, como interrompeu tudo o mais. Depois da guerra Evola acusou de «democratizante» a concepção abrangente do racismo, que ao mencionar a «raça italiana» confundia uma raça com a nação. «[...] falar de “defesa da raça” nestes termos era limitar-se a dar um vago tom biologizante e étnico à posição nacionalista [...]». Afinal, o modelo proposto por Evola, que atribui o carácter de raça somente à elite da nação, excluindo o povo e opondo a «raça» à «massa», é o que melhor corresponde à personificação da doutrina hitleriana pelos SS<sup>136</sup>. A distinção entre as duas versões do racismo ajuda a explicar que a aplicação das medidas anti-semitas em Itália tivesse deixado insatisfeitos os nacionais-socialistas.

Hannah Arendt sustentou que a legislação anti-semita italiana previa um tal número de excepções que a sua eficácia prática seria diminuta<sup>137</sup>. Em Setembro de 1938 o governador do Banco de Itália enviou uma circular aos directores das filiais estipulando que não fosse violado o segredo bancário relativamente aos depósitos e movimentos financeiros efectuados por judeus, e acabou por não ser promulgada uma disposição que pretendia impedir os judeus de controlar mais de um terço das acções das empresas<sup>138</sup>. Mas não é muito elucidativo saber que os judeus ricos escaparam pelas malhas da lei, porque casos como esses não se deveram ao facto de os beneficiários serem judeus, mas ao de serem ricos, e portanto tais excepções não se distinguem de tantas outras. Talvez pelo mesmo motivo Mussolini usou os canais diplomáticos para convencer os governantes do Reich a permitirem o exílio de Freud<sup>139</sup>. Todavia, as conclusões são diferentes ao sabermos que, malgrado as pressões do Reich, os funcionários do Estado italiano e mesmo uma grande parte dos membros do Partido Nacional Fascista se esforçaram por não pôr em prática

servadora ver id., *ibid.*, 40, 58 e J. B. Morgan IV (2011) 17.

<sup>133</sup> Esta passagem do ensaio de Julius Evola publicado em *La Torre*, nº 5, 1 de Abril de 1930, está reproduzida em H. T. Hansen (2002) 42.

<sup>134</sup> Tal como observou J. B. Morgan IV (2011) 11 (sub. orig.), «nos seus escritos ele por vezes referia-se ao que ambicionava como um “superfascismo”. Ao usar este termo, ele não queria dizer que desejava mais daquilo que o fascismo já oferecia, antes reclamava uma *transcendência* do fascismo».

<sup>135</sup> H. T. Hansen (2002) 50, 88.

<sup>136</sup> J. Evola (1964) 89-90. A passagem citada encontra-se na pág. 89.

<sup>137</sup> H. Arendt (1994) 178.

<sup>138</sup> R. De Felice (1977) 341, 365-366.

<sup>139</sup> P. C. Masini (1999) 132.

a nova legislação anti-semita ou por lhe moderar o rigor<sup>140</sup>. Depois de iniciadas as medidas contra os judeus estrangeiros, as autoridades italianas fecharam os olhos à sua permanência no país, e isto sucedeu até em 1940 com judeus fugidos do Reich, mesmo depois da entrada da Itália na guerra mundial<sup>141</sup>. A generalização deste tipo de atitudes fez com que um grande número de judeus procurasse guarida nos territórios detidos pela Itália. Após a derrota da França, os judeus sentiam-se mais seguros na pequena área ocupada pelas tropas italianas do que na parte do país que estava sob o controle de Vichy, e com razão, porque o governo de Mussolini preveniu as autoridades francesas de que não lhes permitiria deportar os judeus estrangeiros refugiados na sua zona de ocupação e tomou repetidamente medidas para impor esta decisão. Ao todo, cerca de cinquenta mil judeus asilaram-se na zona italiana, sendo afinal salvos pelos ocupantes que, ao verem-se obrigados a ceder o território aos alemães, destruíram o registo da população judaica e deixaram-na escapar para outros lugares<sup>142</sup>. E a partir de 1940 os judeus que fugiam da Tunísia francesa tiveram a entrada facilitada na Líbia italiana<sup>143</sup>. O representante do Reich na França ocupada chegou a protestar pelo facto de a Itália proteger da polícia francesa os cinco mil judeus italianos residentes na Tunísia, mas as autoridades de Roma não cederam às suas pressões<sup>144</sup>. Também a Albânia, que pouco antes do começo da guerra havia sido anexada à coroa italiana, acolheu várias centenas de judeus vindos da Bulgária e da Jugoslávia<sup>145</sup>, e só cerca de cinquenta

<sup>140</sup> R. De Felice (1977) 310, 368 e segs., 391, 492; S. Friedländer (2008) 675-676; M. Gilbert (2011 b) I 448-449; R. Hilberg (1961) 290, 421; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 601. A violação da legislação anti-semita pelas autoridades italianas foi tão sistemática que P. Milza (1999) 812-813, embora sem se fundamentar em nenhum conjunto de documentos ou testemunhos, defendeu a tese de que Ciano, à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e outros hierarcas do regime procuraram conciliar as boas graças dos judeus mediterrânicos e conseguir assim uma base de apoio para demarcar uma zona de influência onde o Reich não penetrasse. Se assim fosse, alguns dos principais chefes do fascismo italiano teriam reatado, em plena guerra e apesar da legislação racial, a política favorável à colonização sionista que havia sido seguida anteriormente por Mussolini.

<sup>141</sup> R. De Felice (1977) 308, 334, 441, 481.

<sup>142</sup> H. Arendt (1994) 165, 176, 177; H. J. Burgwyn (2012) 384, 408-414; C. Callil (2009) 420-421; R. De Felice (1977) 304, 429-430, 483-486, 489; S. Friedländer (2008) 674-675, 817-819; J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 348; M. Gilbert (2011 b) I 448-449, II 461; R. Hilberg (1961) 413-416; P. Milza (1999) 810; R. O. Paxton (1973) 179, 345; Z. Sternhell et al. (1994) 5; S. Wiesenthal (1989) 233, 241. James Burgwyn, op. cit., 412 e Saul Friedländer, op. cit., 817 mencionaram apenas trinta mil judeus asilados. Escreveu L. Ceva, «Italy», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 591 que «as autoridades militares italianas [...] protegeram cerca de 240.000 judeus franceses de serem presos pelos alemães e pela polícia de Vichy». Carmen Callil, op. cit., 429-430 pretendeu que «quando a Itália se rendeu [...] isso significou a morte para os judeus que se encontravam na Zona Italiana».

<sup>143</sup> P. Milza (1999) 810.

<sup>144</sup> H. J. Burgwyn (2012) 473-474; M. Gilbert (2011 b) I 448; R. Hilberg (1961) 402; Ł. Hirszowicz (1966) 277, 280. Raul Hilberg, op. cit., 425 sustentou que, apesar de os nacionais-socialistas estarem muito descontentes com a forma como eram aplicadas em Itália as medidas anti-semitas, não intervieram junto do governo de Roma e só em Janeiro de 1943 deram início a pressões a nível diplomático. Também R. De Felice (1977) 233, 296, 426 e 429-430 afirmou que durante muito tempo os governantes do Reich não insistiram directamente junto do regime fascista italiano para o converter a uma orientação contrária aos judeus, limitando-se até ao começo de 1943 a pressões indirectas. James Burgwyn, op. cit., 410-411 descreveu as diligências efectuadas junto ao governo de Roma a partir do início de 1943.

<sup>145</sup> R. De Felice (1977) 481; P. Milza (1999) 810.



foram entregues aos alemães<sup>146</sup>. Do mesmo modo, os judeus depararam com condições de sobrevivência mais fáceis na porção da Jugoslávia anexada pela Itália e muitos encontraram ali refúgio. Um general de impecável currículo fascista recusou-se a entregá-los, apesar dos insistentes pedidos das autoridades germânicas, e quando Mussolini se viu obrigado a desistir desta efêmera conquista as tropas italianas retiraram levando consigo os judeus e deixaram-nos permanecer em Fiume. O próprio Duce interveio discretamente para aconselhar os seus chefes militares a não darem os refugiados aos nacionais-socialistas<sup>147</sup>. Os judeus beneficiaram também de uma recepção favorável na parte da Grécia ocupada pelo exército italiano, que os protegeu do anti-semitismo local e se negou a abandoná-los aos agentes do Reich, aceitando até aqueles que fugiam da zona controlada pela Wehrmacht<sup>148</sup>. Chegou-se a um ponto tal que na Galícia polaca guerrilhas formadas por grupos de judeus evadidos dos *ghettos* conseguiram que certas unidades militares italianas vindas da frente russa lhes dessem ou vendessem armas<sup>149</sup>. Além disso, um especialista admitiu a hipótese de as pressões italianas terem contribuído para que o governo eslovaco tratasse inicialmente os judeus de maneira menos cruel do que os nacionais-socialistas pretendiam<sup>150</sup>. Tudo somado, em Itália sobreviveram 83% dos judeus, uma taxa praticamente sem equivalente no resto da Europa dominada pelo Eixo<sup>151</sup>.

O carácter artificial da República Social, mero instrumento de colaboração com o exército germânico ocupante, torna-se claro desde início quando sabemos que após o afastamento do Duce na reunião do Grande Conselho de 24 para 25 de Julho de 1943, e enquanto ele esteve preso, foi sobretudo o grupo dos fascistas anti-semitas mais estreitamente ligados ao nacional-socialismo — Farinacci, Preziosi e alguns outros, rafeiros — quem, a partir de um temporário exílio no Reich, formou um fictício governo provisório e lançou os primeiros apelos para a reconstituição do partido<sup>152</sup>. Parece que o Führer ficou com má opinião acerca das capacidades políticas de Farinacci, dizendo os boatos da época que, pelo contrário, confiava em Preziosi<sup>153</sup>. Talvez contri-

<sup>146</sup> H. J. Burgwyn (2012) 299-300.

<sup>147</sup> H. Arendt (1994) 176-178, 183; R. De Felice (1977) 429, 483; S. Friedländer (2008) 674, 721; R. Hilberg (1961) 455-457; P. Milza (1999) 811, 813; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 602; S. G. Payne (2003 b) 389. Segundo L. Ceva, «Italy», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 591, as autoridades militares italianas salvaram cerca de 600.000 judeus na Croácia. A respeito da protecção italiana aos judeus da Croácia ver também H. J. Burgwyn (2012) 148, 295, 384-385, M. Gilbert (2011 b) I 400, 449, II 679 e Jeremy Noakes et al., op. cit., III 578.

<sup>148</sup> H. Arendt (1994) 176, 189; H. J. Burgwyn (2012) 385, 445-447; R. De Felice (1977) 482; S. Friedländer (2008) 723-725; R. Hilberg (1961) 443, 447-449; P. Milza (1999) 810-811; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 603.

<sup>149</sup> R. Hilberg (1961) 317.

<sup>150</sup> Id., *ibid.*, 460.

<sup>151</sup> S. G. Payne (2003 b) 389. Este autor indicou que só na Dinamarca a taxa de sobrevivência dos judeus foi superior. Segundo C. Callil (2009) 382, «só foram deportados doze por cento dos judeus italianos».

<sup>152</sup> F. W. Deakin (1966) 32-34; P. Milza (1999) 842; E. Santarelli (1981) II 537, 539.

<sup>153</sup> F. W. Deakin (1966) 32, 118. O anti-semitismo de Farinacci não o impedira de contar uma judia entre as suas secretárias. Ver a este respeito H. Arendt (1994) 178, R. De Felice (1977) 295 e R. Hilberg (1961) 422. Naquele

buísse para isso o facto de o jornal de Preziosi ter publicado em 1922, a coberto de um pseudónimo, um artigo anti-semita de Hitler, quando este era ainda um obscuro e provinciano aspirante a vedeta<sup>154</sup>. A ser assim, mais significativas se tornam as intrigas urdidas por Preziosi junto das autoridades nacional-socialistas, logo desde Outubro de 1943, acusando os governantes de Salò e o próprio Duce de não tomarem medidas suficientemente enérgicas contra os judeus<sup>155</sup>. Perante as pressões germânicas e a ascensão da ala anti-semita, o perfil do novo fascismo italiano perdeu progressivamente as características que o haviam distinguido do nacional-socialismo. O manifesto adoptado pelo congresso fascista de Verona, em Novembro de 1943, proclamou: «Os membros da raça judaica são estrangeiros. Durante esta guerra eles pertencem a uma nacionalidade inimiga»<sup>156</sup>. Depois disso a República Social seguiu uma orientação consistentemente hostil aos judeus e participou na sua chacina<sup>157</sup>, ficando entregue ao fanático Preziosi a chefia da Direcção-Geral da Demografia e da Raça<sup>158</sup>. Contudo, a atitude adoptada por muitas autoridades permitiu a numerosos judeus escapar às novas medidas anti-semitas<sup>159</sup>, a ponto de Preziosi se queixar num artigo de que a República Social estava nas mãos da franco-maçonaria, agente do judaísmo<sup>160</sup>. O fascismo italiano deixara de ser filo-semita, mas sem se converter integralmente ao anti-semitismo.

### 3. Península Ibérica: Dois fascismos filo-semitas

#### 1

Mariano Rodríguez Vázquez, conhecido por Marianet, depois de desempenhar as funções de secretário do Comité Regional da CNT da Catalunha foi secretário do Comité Nacional a partir de Novembro de 1936, até morrer acidentalmente em Junho de 1939, já no exílio em França. Não era um personagem insignificante, pois em Setembro de 1936 haviam sido consideravelmente reforçadas a autoridade do Comité Nacional e a sua autonomia de decisão. Depois de lhe chamar «um magnífico militante», Cipriano Mera comentou que ele «levou consigo para a sepultura bas-

ambiente de intrigas, o facto chegara decerto aos ouvidos do Führer. Além disso, consoante indicou A. Lyttelton (1982) 425 e 452, Farinacci pertencera a uma loja maçónica e dizia-se que mantivera relações com um ramo dissidente do Grande Oriente, o que estava longe de o converter num modelo de nacional-socialismo.

<sup>154</sup> R. De Felice (1977) 62.

<sup>155</sup> F. W. Deakin (1966) 117-118.

<sup>156</sup> Citado em id., *ibid.*, 126 e R. De Felice (1977) 528, e antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 239.

<sup>157</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 184; E. Santarelli (1981) II 547.

<sup>158</sup> R. De Felice (1977) 535; P. Milza (1999) 868.

<sup>159</sup> R. De Felice (1977) 304, 535, 545; R. Hilberg (1961) 430-431.

<sup>160</sup> N. Cohn (1992) 244. O artigo de Preziosi foi publicado em *La Vita Italiana*.

tantes segredos do período da nossa guerra»<sup>161</sup>. Pois foi este dirigente anarquista, ocupando um cargo dotado de significativos poderes e grandes responsabilidades, quem escreveu em Maio de 1938: «Em Espanha existiam duas potências económicas, a dos judeus e a dos jesuítas. A dos judeus era quase toda formada por capital estrangeiro. A dos jesuítas surgia na maior parte dos casos como capital nacional». O assunto tinha actualidade porque Franco acabara de promulgar, a 3 de Maio, um decreto autorizando o regresso dos jesuítas. Era perfeitamente natural que os anarco-sindicalistas se opusessem a todas as Ordens religiosas, os inimigos de sempre, mas pode parecer estranho que, em nome da sua organização, o secretário nacional da CNT recusasse uma política destinada também a promover o regresso dos judeus: «É necessário deixar bem claro que nós não podemos apelar e envidar esforços para a abolição do velho edicto que ordena a expulsão dos judeus de Espanha, nem para abrir as portas do país a todos os que aqui quiserem vir estabelecer-se. Não podemos fazer isso porque seria indubitavelmente uma das decisões mais contra-revolucionárias que poderíamos adoptar. Sabemos perfeitamente que de imediato se estabeleceria aqui um capitalismo de enorme importância, renascendo assim, e por este motivo, os velhos sistemas de exploração [...] À margem desta questão de princípio, pode ser feito todo o trabalho de atracção, de propaganda e de divulgação que se quiser nos meios sefarditas, se bem que tenhamos de concordar que nenhum judeu é fascista»<sup>162</sup>. A um leitor de hoje pode parecer extraordinário este documento, revelador do anti-semitismo de um importante dirigente anarco-sindicalista. Quem pretendia então reintroduzir os judeus em Espanha?

Nunca houve fascismo sem uma frustração imperialista, e se a debilidade militar impedia a conquista de novos territórios restava o recurso ao expansionismo cultural. Depois de a Espanha ter perdido no final do século XIX os últimos despojos de um império moribundo, os meios oficiais iniciaram uma orientação pró-judaica, passando a apresentar como promotores da língua e da civilização hispánicas os sefarditas que há vários séculos tinham sido obrigados a abandonar a península. Também o jovem fascismo espanhol se idealizou como um centro de emanação civilizacional e neste sentido foi muito activa *La Gaceta Literaria*, dirigida por Ernesto Giménez Caballero<sup>163</sup>. Em 1929, precisamente no mesmo ano em que introduziu em Espanha a ideologia mussoliniana, Giménez Caballero partiu com o apoio do governo fascizante do general Primo de Rivera para uma missão destinada a restabelecer os laços com as comunidades sefarditas dos Balcãs, da Turquia e da Itália e continuou em seguida a promover as relações culturais com os judeus de

<sup>161</sup> C. Mera (2006) 341.

<sup>162</sup> Citado por F. Mintz (1977) 212.

<sup>163</sup> M. Franco (2004) 128-129, 132; H. R. Southworth (1967) 33.

origem ibérica disseminados pelo mundo<sup>164</sup>.

Entre os demais fascistas de renome o anti-semitismo era raro antes da guerra civil, manifestado apenas por Onésimo Redondo, para cuja formação ideológica fora decisiva a influência do nacional-socialismo alemão<sup>165</sup>. Depois, quando os militares e as armas do Terceiro Reich se revelaram cruciais para as esperanças de vitória nacionalistas, a hostilidade aos judeus foi difundida pela propaganda falangista, para ser abandonada quando deixaram de precisar desse apoio<sup>166</sup>. O anti-semitismo fora um mero expediente, indispensável para congregar um aliado poderoso, e nem sequer impediu que vários judeus fascistas italianos se oferecessem como voluntários para combater do lado franquista durante a guerra civil<sup>167</sup>.

A partir de 1942 o regime de Franco tornou explícitas as suas divergências ideológicas relativamente às potências do Eixo<sup>168</sup>, mas já antes, liquidada a última resistência republicana, haviam sido retomadas as tentativas de hegemonização dos meios sefarditas no estrangeiro<sup>169</sup>, o que teve repercussões directas quando os hitlerianos encetaram o programa de genocídio. Logo em 17 de Outubro de 1941 o governo de Madrid sugeriu ao governo do Reich que fossem enviados para Marrocos dois mil judeus de nacionalidade espanhola detidos em Paris nos meses anteriores, mas Heydrich deu ordem para que a proposta fosse recusada com o argumento de que o governo espanhol poderia deixar esses judeus escaparem-se<sup>170</sup>. As iniciativas de Franco tiveram melhor resultado noutros casos. Entre os judeus de Salónica, por exemplo, contavam-se cerca de seis centenas com a nacionalidade espanhola, e aliás foram os membros mais ricos desta comunidade quem financiou a inauguração de uma secção da Falange, em Abril de 1943<sup>171</sup>. Compreende-se, assim, que quando os ocupantes germânicos decretaram a aniquilação de todos os judeus da Grécia, os representantes diplomáticos de Madrid tivessem encetado negociações para conseguir que os judeus espanhóis fossem internados em condições relativamente favoráveis num campo de concentração onde não existiam instalações de extermínio, salvando a vida de mais de

<sup>164</sup> H. R. Southworth (1967) 32-34. Isto não impediu Giménez Caballero de pretender, em 1935, que o carácter internacional da arquitectura funcionalista era «fruto do espírito judaico». Ver A. Llorente Hernández (1995) 22. Mas talvez ele considerasse que entre os sefarditas prevalecia a cultura ibérica e não o cosmopolitismo.

<sup>165</sup> R. Griffin (org. 1995) 185 observou que «em geral, na ideologia falangista, tal como no franquismo, não se encontravam tensões anti-semitas e eugenistas». Este autor, porém, não mencionou Onésimo Redondo como uma das excepções. Acerca do anti-semitismo de Redondo ver H. R. Southworth (1967) 34-35. Por seu lado, S. G. Payne (1961) 15-16 chamou a atenção para a influência do nacional-socialismo alemão sobre Redondo.

<sup>166</sup> H. R. Southworth (1967) 36. «[...] Franco só simpatizou com Hitler durante a guerra e não apoiou a sua política de exterminação dos judeus», escreveu S. Wiesenthal (1989) 168.

<sup>167</sup> R. De Felice (1977) 235.

<sup>168</sup> P. C. González Cuevas (2016) 169.

<sup>169</sup> H. R. Southworth (1967) 36.

<sup>170</sup> S. Friedländer (2008) 433-434.

<sup>171</sup> R. Hilberg (1961) 447-448.

metade<sup>172</sup>. E quando a Wehrmacht e os SS ocuparam a Hungria em Março de 1944, o governo de Madrid contou-se entre os que intercederam junto às novas autoridades magiares em defesa da comunidade judaica, ameaçada de extermínio imediato<sup>173</sup>. Aliás, durante aqueles anos terríveis houve judeus a encontrar refúgio em Espanha<sup>174</sup>, e no final de 1943 ou nos primeiros meses de 1944 Franco permitiu a abertura de campos de abrigo temporário para os acolher<sup>175</sup>. Não espanta que ao comunicarem aos Aliados, na Primavera de 1944, o plano de trocar por dez mil camiões a vida de um milhão de judeus, os SS tivessem mencionado a Espanha como o país que haveria de receber inicialmente esta massa humana<sup>176</sup>. Por um lado tratava-se de uma nação neutral e com a qual o Terceiro Reich mantinha boas relações, por outro lado contava o filo-semitismo do regime franquista. Talvez isto explique que muitos anos mais tarde, numa carta de Julho de 1959, o antigo coronel Segismundo Casado, aquele mesmo que dirigira o funesto golpe militar que apressou a derrocada da república, se tivesse referido insultuosamente a Franco como «o anão judeu»<sup>177</sup>. Não foi uma das menos portentosas circunvoluções deste labirinto que ao mesmo tempo que em Espanha os fascistas surgiam como protectores dos judeus e promotores da cultura sefardita, entre alguns chefes republicanos e dirigentes sindicais anarquistas se tivesse manifestado o anti-semitismo.

## 2

Em Portugal, na primeira metade da década de 1930, os nacionais-sindicalistas conduzidos por Rolão Preto, que representaram um malogrado ensaio de fascismo radical, muito próximo do nacional-sindicalismo espanhol, opuseram-se ao anti-semitismo em voga em certas esfe-

<sup>172</sup> Id., *ibid.*, 448 indicou que dos cerca de seiscentos judeus espanhóis residentes em Salónica sobreviveram trezentos e sessenta e cinco.

<sup>173</sup> Id., *ibid.*, 549.

<sup>174</sup> Id., *ibid.*, 413. Num relatório enviado a Salazar com data de 29 de Julho de 1944 o embaixador português em Espanha, Theotónio Pereira, deu conta de «um caso vergonhoso passado em Barcelona no dia 18. Trinta falangistas armados assaltaram num hotel os quartos em que um português judeu chamado Sequerra tinha os escritórios, como delegado da nossa Cruz Vermelha e do comité americano de auxílio judaico, e destruíram tudo com uma fúria canibalesca. Foi uma sorte o homem não estar». E o embaixador comentou: «O Sequerra deve ter sido atacado não por português, mas por se ocupar dos judeus americanos». Ver Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (org. 1987-1991) IV 591. O diplomata português cometeu várias imprecisões, porque actuavam em Barcelona desde 1942 não um Sequerra mas dois, os irmãos Joel e Samuel, que se ocupavam tanto dos refugiados judeus como não judeus, conseguindo salvar aproximadamente um milhar de pessoas, e que no total foram alvo não de um mas de três atentados, escapando sempre indemnes. Concluo que a expedição punitiva a que se referiu o embaixador não teve o aval das autoridades e decerto se deveu a um sector nacional-socialista da Falange, porque os Sequerra conseguiam dispor de numerosos apoios nos meios oficiais. Ver a este respeito N. Menda (2002) 14-16. Também o facto de ambos os irmãos terem permanecido em Espanha até depois do final da guerra revela que a sua acção em prol dos refugiados não deparou com nenhum veto governamental.

<sup>175</sup> I. F. Stone em *The Nation*, 10 de Junho de 1944, reproduzido em K. V. Heuvel et al. (orgs. 1994) 247.

<sup>176</sup> L. Brenner (1983) 252. Ver ainda a n. 132 no capítulo 4 desta Parte 4.

<sup>177</sup> Citado em P. Preston (2016) 315.

ras e pronunciaram-se contra os preconceitos rácicos<sup>178</sup>. Distanciaram-se assim do profeta do Integralismo Lusitano, António Sardinha, profundamente racista e hostil aos judeus, e que encontrara na obra de Sorel a identificação entre plutocracia e judaísmo<sup>179</sup>. «Não há em Portugal um problema judaico», declarou o jornal de Rolão Preto poucos meses depois de Hitler ter ocupado a Chancelaria. «Porque na defesa da raça teve já, é certo, esse problema que resolveu, de resto como hoje o resolve a Alemanha hitlerista»<sup>180</sup>. E assim os nacionais-sindicalistas portugueses puderam apresentar-se como precursores dos nacionais-socialistas germânicos e ao mesmo tempo prescindirem de uma actuação anti-semita.

Se a hostilidade aos judeus não se disseminou entre os fascistas radicais portugueses, menos ainda prevaleceu entre os fascistas conservadores que moldaram e conduziram o Estado Novo. Até 1939, a desconfiança que as autoridades políticas e policiais do salazarismo manifestaram para com os judeus polacos, alemães e austríacos candidatos à imigração não foi diferente da manifestada para com os restantes polacos e os russos apátridas. Tratava-se, por um lado, de evitar a entrada de pessoas de quem se suspeitava politicamente ou a quem era atribuída a prática generalizada de crimes e, por outro lado, de proteger a mão-de-obra portuguesa da concorrência estrangeira<sup>181</sup>, medidas restritivas que não se diferenciaram das aplicadas então pelas democracias<sup>182</sup>. O problema tornou-se especialmente agudo nas vésperas da guerra e uma historiadora observou que nessa época a vigilância acrescida das autoridades administrativas salazaristas «não se pode identificar com qualquer tipo de preconceito anti-semita, mas antes com o receio [...] de uma irrupção maciça de refugiados»<sup>183</sup>.

Compreende-se assim que durante a guerra o governo português tivesse seguido na Grécia uma orientação similar à dos governantes espanhóis. Uma parte da comunidade sefardita de Salónica era composta por cerca de quinhentas famílias de origem reconhecidamente portuguesa, a quem o governo de Lisboa, em 1913, por ocasião da guerra entre os países balcânicos e o Império Otomano, concedera títulos provisórios de nacionalidade. Poder-se-ia pensar que a intenção fora de as proteger de uma eventual repetição dos massacres que as tropas gregas e búlgaras haviam praticado nos territórios ocupados, mas na realidade o governo do Partido Democrático parece ter tido o intuito de aproveitar a crise otomana para proceder a um ensaio de

<sup>178</sup> J. Medina (1978) 114, 124-126, 222; F. Rosas et al. [s. d.] 178.

<sup>179</sup> M. B. Cruz (1982 a) 166. Acerca do racismo e do anti-semitismo de Sardinha ver igualmente o que escreveram Alfredo Pimenta e Mariotte, citados em J. Medina (1978) 205 n. 29 e 206 n. 30 cont.

<sup>180</sup> Esta passagem de um artigo de *Revolução*, 27 de Maio de 1933, está citada em I. F. Pimentel (2006) 38.

<sup>181</sup> S. Chalante (2011) 45-62.

<sup>182</sup> Id., *ibid.*, 57.

<sup>183</sup> Id., *ibid.*, 59. Ver ainda a pág. 61.

expansionismo cultural e prestígio diplomático, adoptando uma estratégia semelhante à seguida mais tarde em Espanha pela extrema-direita e pelos fascistas. Com efeito, em Fevereiro de 1913 o representante diplomático de Portugal em Istambul argumentou, num relatório enviado para o ministro dos Negócios Estrangeiros propondo a concessão da nacionalidade aos judeus de origem portuguesa residentes em Salónica: «O bom momento para Portugal reaver um pouco do seu antigo prestígio nesta parte do Oriente é agora. As circunstâncias são óptimas. Criada e assimilada assim a colónia portuguesa dos israelitas de Salónica, ela nos constituirá de pronto um núcleo de interesses nacionais grandemente considerável, sobretudo se atendermos ao futuro próximo de maior prosperidade que os acontecimentos da guerra abrem àquela já tão importante cidade». Embora esta orientação não tivesse continuidade, aqueles títulos provisórios de nacionalidade nunca foram cancelados, e em 1944, perante a ameaça iminente de se completar o genocídio dos judeus na Grécia, o governo de Salazar permitiu o repatriamento de cerca de trezentos desses singulares cidadãos portugueses<sup>184</sup>. E nos últimos meses desse ano o representante diplomático português em Budapeste, junto com três colegas de outros países, multiplicou-se em actividades que salvaram a vida a alguns milhares de judeus<sup>185</sup>.

Tal como o caso italiano, o duplo exemplo ibérico mostra que a hostilidade aos judeus não se contou entre as características constitutivas do fascismo.

#### **4. Sionismo filofascista e sionismo fascista**

A legitimidade do Estado de Israel assenta exclusivamente na tese de que, sendo todos os judeus originários da Palestina, seria a Palestina o seu refúgio natural aquando das perseguições. Ora, coligindo e analisando um grande número de provas arqueológicas e documentais, um historiador israelita mostrou que o judaísmo enquanto entidade religiosa e cultural não deve confundir-se com os judeus enquanto noção étnica e que a ideia de que os judeus teriam sido massivamente expulsos e exilados na época romana é um mito de origem cristã e anti-semita, incorporado depois na tradição judaica, que durante séculos lhe conferiu uma acepção metafísica e não geográfica. A população islamizada que habitava na Palestina quando os primeiros sionistas para lá migraram, concluiu este historiador, em vez de ser invasora, era fundamentalmente a conti-

<sup>184</sup> M. Franco (2004) 119-123, 130-136, 139-147. A passagem citada do relatório enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros em 6 de Fevereiro de 1913 pelo encarregado de Negócios e cônsul-geral de Portugal em Istambul encontra-se na pág. 132.

<sup>185</sup> Acerca da actividade do diplomata Carlos Branquinho ver S. Friedländer (2008) 945.

nuadora da antiga população judaica<sup>186</sup>. Resta a tese da Palestina como refúgio, pois se Israel não constituísse um lugar de asilo, a sua formação teria representado uma mera espoliação da população islamizada que ocupava multimilenariamente aquele território e pouco a pouco se viu roubada dos seus campos, da sua água de rega, das suas cidades, até da sua cidadania. Em que medida é válida a tese do refúgio?

## 1

As autoridades britânicas na Palestina fixavam anualmente o número máximo de imigrantes permitido, e era a Agência Judaica, suprema autoridade sionista na região, quem repartia os certificados de imigração entre os judeus dos vários países. Ora, durante a década de 1930 só 22% dos certificados foram concedidos a judeus alemães, precisamente os que mais necessitariam de protecção<sup>187</sup>. Adoptando outra perspectiva estatística, durante o período do Ha'avara, o acordo de transferência que vigorou desde Agosto de 1933 até ao começo da guerra mundial e que analisarei adiante, só 1/4 dos judeus saídos da Alemanha foi para a Palestina<sup>188</sup>. Mais cruelmente ainda, em 1943, quando o genocídio atingia o auge, o comité executivo sionista, reunido em Jerusalém para deliberar sobre o orçamento anual, destinou 250 mil libras palestinianas para os novos estabelecimentos de colonização, outro tanto para o fomento agrícola, somas igualmente vastas para irrigação, mas para actividades de socorro aos judeus na Europa foram umas modestas 15 mil libras<sup>189</sup>. A compreensão deste problema, porém, não se satisfaz com detalhes, mesmo tão esclarecedores como os que acabei de mencionar, e deve inserir-se num quadro amplo. Pressuposta na tese da Palestina como lugar de asilo está a identificação do semitismo, que é sinónimo da totalidade do judaísmo, com o sionismo, que é uma corrente política defensora da implantação de uma soberania judaica no Levante. Ora, a história das décadas de 1920 e 1930 mostrou de maneira trágica, tantas vezes macabra, que o sionismo jamais se confundiu com os interesses globais do judaísmo, ou até se opôs a eles. Estes problemas só podem ser analisados criticamente se começarmos por distinguir semitismo e sionismo.

Entre os judeus espalhados pelo mundo apenas uma percentagem muito reduzida se dizia sionista ou manifestava apreço pelas organizações sionistas. Fora já esta a situação quando Theodor Herzl lançou o movimento, na transição do século XIX para o século XX, e tanto na Áustria

<sup>186</sup> Sh. Sand (2010) *passim*.

<sup>187</sup> L. Brenner (1983) 87. Segundo E. Black (1999) 373, da mão-de-obra judaica emigrada para a Palestina em 1934 e 1935 só cerca de 20% veio da Alemanha.

<sup>188</sup> K. Polkehn (1976) 66 n. 40. Segundo K. A. Schleunes (1990) 198, em 1933 cerca de 1/5 da emigração judaica proveniente do Reich dirigira-se para a Palestina, e mais de 1/3 em 1934.

<sup>189</sup> S. Friedländer (2008) 881-882.



e na Alemanha como na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos ele praticamente não conseguira mobilizar intelectuais de prestígio<sup>190</sup>. Quando começou a primeira guerra mundial os sionistas representavam menos de dois por cento dos judeus alemães e entre os judeus franceses a percentagem era menor ainda<sup>191</sup>. Na sua esmagadora maioria os judeus eram assimilacionistas, desejosos de se integrar nos respectivos países, e para eles a religião e certas especificidades culturais de modo nenhum impossibilitavam a plena participação na sociedade que os rodeava. Aliás, de acordo com um estudo fundamentado, a disseminação da religião judaica devera-se ao proselitismo e não a migrações étnicas massivas e, por conseguinte, o judaísmo enquanto entidade religiosa e cultural não derivava de nenhuma especificidade rática<sup>192</sup>. «Desde a sua emancipação os judeus haviam-se tornado bons patriotas em todos os países ocidentais», escreveu um ensaísta que atravessou este problema. «Mas em lado nenhum esse patriotismo judaico tinha traços tão fervorosos e profundamente emotivos como na Alemanha»<sup>193</sup>. A grande maioria dos judeus alemães exibia um patriotismo nas raias do chauvinismo, e os judeus austríacos, em vez de se apresentarem como uma das nacionalidades do império, consideravam-se parte integrante da população alemã<sup>194</sup>. Nas vésperas da primeira guerra mundial os sionistas estavam marginalizados politicamente no interior das suas próprias comunidades, mesmo no leste da Europa, apesar de serem aí especialmente violentos os sentimentos anti-semitas de uma parte da população<sup>195</sup>, e o isolamento continuou, de um e outro lado do Atlântico, ao longo da década de 1920<sup>196</sup>. Na Polónia, embora a hostilidade aos judeus assumisse grandes proporções e fosse esse o país europeu onde aparentemente o sionismo mais se desenvolveu, até à segunda guerra mundial a maior organização política judaica foi o Bund, partidário da igualdade de direitos, socialista e activamente oposto aos sionistas<sup>197</sup>. Comentando o facto de em 1942 ser cada vez mais frequente o emprego do polaco em vez do *yiddish* nas ruas do *ghetto* de Varsóvia, Emmanuel Ringelblum, especialmente bem colocado para apreciar a situação, observou que o movimento de assimilação linguística fora já muito forte antes da guerra<sup>198</sup>. Também nos meios judaicos da Itália fascista

<sup>190</sup> E. Black (1999) 168; H. M. Sachar (1976) 52; K. A. Schleunes (1990) 6.

<sup>191</sup> Sh. Sand (2010) 252.

<sup>192</sup> Id., *ibid.*, *passim*.

<sup>193</sup> S. Haffner (2011) 101.

<sup>194</sup> N. Cohn (1992) 171, 173. Ver igualmente M. Mayer (1966) 300-302 e Sh. Sand (2010) 251.

<sup>195</sup> H. M. Sachar (1976) 96.

<sup>196</sup> L. Brenner (1984) 84; H. L. Feingold (1995) 217. Henry Feingold, *op. cit.*, 244-245 observou que, embora em termos relativos os judeus norte-americanos tivessem tido uma participação muitíssimo considerável nas Brigadas Internacionais na guerra civil espanhola, tal como eram muito activos no movimento operário e nos movimentos pela paz, não encontrara nenhum eco o apelo de Jabotinsky para a formação de um exército judaico destinado a combater ao lado dos britânicos na guerra mundial. Isto revela, concluiu Feingold, que os judeus dos Estados Unidos se interessavam mais pelos problemas políticos gerais do que por aqueles que diziam respeito ao sionismo.

<sup>197</sup> G. Aly et al. (2006) 345 n. 31.

<sup>198</sup> E. Ringelblum (1964) 311.

apenas uma minoria expressava simpatia pelo sionismo, a tal ponto que de 1926 até 1938 só uma centena e meia de judeus italianos emigrou para a Palestina<sup>199</sup>. Na Alemanha, durante a república de Weimar os assimilacionistas contaram com noventa e cinco por cento dos membros das organizações judaicas<sup>200</sup>, o que se compreende ao sabermos que na primeira metade da década de 1920 mais de quarenta por cento dos casamentos em que um dos noivos era judeu tinham como outro participante um não-judeu<sup>201</sup> e em 1933 só vinte por cento dos judeus alemães usavam trajos distintivos<sup>202</sup>. Mesmo as vitórias eleitorais alcançadas pelos nacionais-socialistas não impediram que nas vésperas da nomeação de Hitler para o posto de chanceler os sionistas estivessem reduzidos na Alemanha a uma fracção diminuta da população judaica, um ou dois por cento segundo os seus próprios cálculos<sup>203</sup>. Para rematar, um relatório dos SS apresentado a Himmler na Primavera de 1934 constatou que a maioria dos judeus alemães se mantinha favorável ao assimilacionismo<sup>204</sup> e outro relatório apresentado em Janeiro de 1938 indicou que nesse ano e no ano anterior se notara um recrudescimento da tendência assimilacionista<sup>205</sup>. Eram muito poucos os que se entusiasmavam com a ideia da restauração do antigo Israel, e em termos práticos o sionismo aparecia como uma utopia irrealizável, decerto nada atraente para pessoas nascidas e criadas em cidades europeias e dedicadas a profissões urbanas, que achavam um absurdo desconforto a conversão em agricultores, para mais em terras áridas<sup>206</sup>.

Naquela situação de isolamento político o sionismo considerava os assimilacionistas como o principal inimigo e via com bons olhos tudo — perseguições e mesmo ocasionais massacres — o que afastasse os judeus das sociedades onde viviam. No livro fundador do movimento sionista, Herzl defendera que bastava uma presença substancial de judeus para suscitar necessariamente reacções anti-semitas, o que deixava como única alternativa a cisão e o estabelecimento dos

<sup>199</sup> R. De Felice (1977) 26 e segs. Ver igualmente as págs. 188-190.

<sup>200</sup> H. Arendt (1994) 59; L. Brenner (1983) 31. Segundo E. Black (1999) 177, 97% dos judeus alemães rejeitavam o sionismo e reivindicavam a integração na sociedade onde viviam e K. Polkehn (1976) 56 indicou que em 1925 menos de 2% dos judeus alemães eram membros de organizações sionistas.

<sup>201</sup> A. Pichot (2000) 402. Porém, K. A. Schleunes (1990) 38 indicou que no final da década de 1920, em Berlim e Frankfurt, onde se concentravam mais de 37% dos judeus alemães, um terço casava-se com não-judeus.

<sup>202</sup> D. Welch (2002) 92.

<sup>203</sup> E. Black (1999) 35; H. M. Sachar (1976) 193.

<sup>204</sup> L. Brenner (1983) 86.

<sup>205</sup> K. A. Schleunes (1990) 212.

<sup>206</sup> E. Black (1999) 166, 175, 255. Só 1,7% dos judeus da Alemanha trabalhava na agricultura, consoante indicou H. L. Feingold (1995) 132. Em 9 de Julho de 1933 o judeu alemão Victor Klemperer escreveu no seu diário: «Agora ouve-se falar muito da Palestina; não nos seduz». E em 10 de Janeiro de 1939 explicou o motivo, considerando que «é um absurdo e um crime contra a natureza e contra a cultura se os emigrantes da Europa ocidental se destinarem agora a ser completamente convertidos em trabalhadores agrícolas». Ver M. Chalmers (org. 2006 a) 27 e 339 respectivamente. Klemperer insistiu no carácter retrógrado do sionismo no dia 30 de Maio de 1942 em id. (org. 2006 b) 74.

perseguidos num território autónomo<sup>207</sup>. E Chaim Weizmann, que ocupou as mais altas responsabilidades na Organização Sionista Mundial e seria o primeiro presidente do Estado de Israel, declarou em 1912 ao público berlinense que «se quer evitar perturbações internas, cada país só pode absorver um número limitado de judeus. E a Alemanha tem já demasiados judeus»<sup>208</sup>. Era esta a doutrina básica do sionismo, cujos dirigentes encontravam no racismo dos outros povos a condição indispensável para se tornarem, eles também, governantes de um povo próprio. Por isso desde muito cedo o movimento sionista procurou estabelecer acordos com governos hostis aos judeus e convencê-los de que ambos convergiam no mesmo objectivo imediato<sup>209</sup>. Se os anti-semitas queriam desembaraçar-se dos compatriotas judaicos e os sionistas pretendiam aumentar o número de judeus na Palestina, por que não unirem os esforços?

Durante a guerra civil na Rússia, a notória antipatia que o chefe nacionalista ucraniano Symon Petlyura manifestava pelos judeus não impediu o seu governo de contar inicialmente com a participação de um sionista no lugar apropriado de ministro para as Questões Judaicas. Ele foi levado a demitir-se perante a ampliação das chacinas, que deixaram talvez trezentos mil judeus mortos, mas entretanto um membro do Executivo Sionista ucraniano partira para o estrangeiro com o objectivo de mobilizar os seus correligionários dos outros países em apoio ao regime anti-bolchevista de Petlyura<sup>210</sup>. A experiência reproduziu-se em meados de 1921, quando Petlyura, apoiado pelo governo polaco e confiante no financiamento do governo francês, preparava uma expedição contra o regime soviético. Para evitar a péssima reputação que lhe haviam valido os *pogroms*, ele propôs a Vladimir Jabotinsky, membro do Executivo Sionista, que organizasse uma polícia judaica destinada a acompanhar as tropas nacionalistas ucranianas, impedindo a repetição dos morticínios. Afinal o apoio francês acabou por não se materializar, mas se tivesse alcançado resultados práticos aquele acordo colocaria os judeus da Ucrânia sob o controle de uma milícia sionista, ao mesmo tempo que o país ficaria governado por nacionalistas partidários da expulsão dos judeus. Jabotinsky contava, em suma, com o anti-semitismo de Petlyura para arrebanhar emigrantes rumo à Palestina. A colaboração foi demasiado escandalosa para não suscitar objecções de outros dirigentes sionistas, e em 1923, no próprio dia em que devia comparecer perante uma comissão de inquérito, Jabotinsky demitiu-se do Executivo e iniciou a constituição de uma tendência fascista no interior do sionismo<sup>211</sup>.

<sup>207</sup> E. Black (1999) 73-75.

<sup>208</sup> Citado em L. Brenner (1983) 34.

<sup>209</sup> E. Black (1999) 226.

<sup>210</sup> L. Brenner (1983) 14. A estimativa do número de vítimas dos *pogroms* na Ucrânia de Petlyura encontra-se em id. (1984) 67.

<sup>211</sup> Id. (1983) 109-110; id. (1984) 66-69. Segundo id., *ibid.*, 70, Jabotinsky nunca deixou de defender a sua

Quinze anos depois Jabotinsky procedeu a uma experiência idêntica à que havia ensaiado com Petlyura, e para provocar o êxodo dos judeus da Polónia iniciou o que o seu próprio movimento, a Nova Organização Sionista, classificou como «uma aliança» com o governo militar polaco, ultra-reaccionário e profundamente anti-semita<sup>212</sup>. A tal ponto que em 1939 o ministro dos Negócios Estrangeiros polaco, que era a figura preponderante do regime, recebeu através de um intermediário uma curiosa missiva: «Em nome da Nova Organização Sionista [...] proponho-lhe que peça à Grã-Bretanha a transferência do mandato sobre a Palestina e transforme praticamente a Palestina numa colónia polaca. Todos os judeus indesejáveis na Polónia poderiam então ser transportados para lá, o que causaria um grande alívio ao seu país, e a economia polaca receberia a contribuição de uma colónia próspera e em desenvolvimento»<sup>213</sup>. Simultaneamente, o exército polaco instruiu em técnicas de sabotagem e insurreição vinte e cinco partidários de Jabotinsky e forneceu-lhes armas suficientes para dez mil pessoas<sup>214</sup>. Jabotinsky era um fascista, rodeado de elementos ainda mais extremistas do que ele, mas a corrente sionista maioritária, de impecáveis credenciais democráticas, pescava nas mesmas águas. Em 1937, numa audiência que concedeu a Chaim Weizmann, presidente da Organização Sionista Mundial, o ministro dos Negócios Estrangeiros polaco prometeu-lhe que, no caso de os britânicos procederem à partilha da Palestina, ele se esforçaria por obter para os judeus um território o mais vasto possível, de maneira a poder expulsá-los em massa para lá. Ao mesmo tempo, e a coberto de grande discrição, alguns instrutores da milícia ilegal da Agência Judaica foram autorizados a fixar-se na Polónia para comprar armas e dar treino militar a judeus que emigrariam depois para a Palestina<sup>215</sup>.

O recurso dos sionistas aos preconceitos anti-semitas para através deles estimularem o afluxo de imigrantes à Palestina era um dos sintomas da posição ambígua em que se encontravam na política internacional. Dependiam da protecção da Grã-Bretanha, que os usava como um dos seus muitos peões numa vasta estratégia imperialista, mas o governo de Londres tinha de respeitar igualmente as susceptibilidades dos árabes. No período entre as duas guerras mundiais a principal preocupação das autoridades britânicas no Levante consistia em manter o equilíbrio entre as comunidades judaica e muçulmana, e para isto tornava-se necessário impedir que os judeus

aliança com Petlyura.

<sup>212</sup> Id. (1984) 102; H. M. Sachar (1976) 186-187. A expressão mencionada encontra-se em Lenni Brenner, *op. cit.*, 102.

<sup>213</sup> Citada em L. Brenner (1983) 197 e (1984) 103.

<sup>214</sup> Id. (1984) 103, 196.

<sup>215</sup> Id. (1983) 195, 197; id. (1984) 102; Ł. Hirszowicz (1966) 34-35 n. Entretanto, segundo informou Benoist-Méchin (1964-1966) V 217, em Dezembro de 1937 o ministro polaco dos Negócios Estrangeiros perguntara ao seu colega francês se aceitaria que todos os judeus polacos fossem deportados para Madagáscar. Também os nacional-socialistas tiveram o mesmo plano, como se vê em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 468 e segs. J. C. Fest (1974) 1169 considerou, com razão, este plano incompatível com a ideologia de Hitler.

afluíssem à Palestina num ritmo excessivo e que a Agência Judaica assumisse demasiada autonomia. Ora, para aumentar a margem de manobra de que dispunha, de maneira a exercer uma certa pressão sobre o governo de Londres, embora sem jamais romper com ele, a Organização Sionista tentou obter o apoio de outras potências. E quem senão Mussolini prosseguia no Mediterrâneo interesses sistematicamente contrários aos dos britânicos<sup>216</sup>? É certo que o fascismo italiano procurava também estimular o nacionalismo árabe contra os colonizadores britânicos e franceses, conduzindo neste sentido campanhas radiofónicas ou subsidiando o mufti de Jerusalém<sup>217</sup>, e o próprio Duce se apresentou um dia como «amigo e protector do Islame»<sup>218</sup>. Mas naquela época ninguém considerava que uma política favorável aos árabes fosse obrigatoriamente antagónica de uma atitude de simpatia para com os judeus. Era precisamente conjugando as duas orientações que a Grã-Bretanha exercia o mandato na Palestina.

A ameaça representada pela eventual constituição de um Estado judaico na Palestina foi um dos temas da campanha anti-semita desencadeada em Itália com a publicação do livro de Paolo Orano, e ao longo das páginas da réplica assinada por Abramo Levi vemos judeus e não judeus repetirem em todos os tons que o sionismo era incompatível com o fascismo, porque o fascismo consubstanciava os interesses imperiais italianos, enquanto um Estado israelita só poderia reforçar as aspirações da Grã-Bretanha à hegemonia no Mediterrâneo. O raciocínio parece irrefutável e na primeira audiência que concedeu a representantes do sionismo, em Dezembro de 1922, pouco depois de ter alcançado o poder, Mussolini declarou-lhes que considerava aquele movimento como um instrumento da política de Londres<sup>219</sup>. Chaim Weizmann, presidente da Organização Sionista Mundial, visitou Mussolini pela primeira vez em Janeiro de 1923, sem conseguir alterar-lhe a posição relativamente ao estabelecimento judaico na Palestina. No entanto, a atitude do Duce mudou, e ele começou a usar simultaneamente os árabes e os judeus na Palestina, tal como a Grã-Bretanha fazia, mas à sua maneira, apoiando-se nas forças antibritânicas de uma e outra comunidade<sup>220</sup>. Por isso pôde propor aos dirigentes sionistas os seus bons ofícios enquanto

<sup>216</sup> R. De Felice (1977) 103-104 e 196 mostrou que, para compensar a influência britânica, os sionistas tinham interesse no apoio político, económico e cultural que lhes era prestado pela Itália fascista. Por isso Mussolini falsificou os factos quando afirmou, num discurso proferido em 18 de Setembro de 1938, que «nos últimos dezasseis anos o judaísmo mundial foi um inimigo irreconciliável do fascismo». Ver Ch. F. Delzell (org. 1971) 177.

<sup>217</sup> L. Brenner (1983) 91; H. M. Sachar (1976) 195, 210.

<sup>218</sup> R. De Felice (1977) 223; H. M. Sachar (1976) 195.

<sup>219</sup> L. Brenner (1983) 39.

<sup>220</sup> R. De Felice (1977) 212 observou que a política pró-árabe de Mussolini se dirigia contra a Grã-Bretanha e indicou (pág. 201) que o Duce só apoiaria os sionistas se eles se virassem contra os interesses de Londres. Aliás, este historiador relatou (págs. 237-238) que na mesma viagem à Líbia em que recebera a «espada do Islão» Mussolini visitara o bairro judeu de Tripoli, onde proferira declarações de simpatia pela causa judaica.

medianeiro nas relações com os árabes<sup>221</sup>. Em 1926, ao receber de novo Weizmann, Mussolini deixou-o convencido de que já não se opunha ao projecto sionista e ajudaria a implantar uma soberania judaica na Palestina desde que ela não se submetesse à influência britânica<sup>222</sup>. Um especialista observou que «o sionismo italiano e o sionismo internacional eram para Mussolini dois problemas distintos, um de política interna e o outro de política externa». Enquanto ditador de um Estado totalitário, o Duce podia desconfiar de um movimento que, como o sionismo, defendia outra pátria; mas enquanto chefe de um país com vocação imperialista no Mediterrâneo, ele descobriu em 1926 que podia utilizar o sionismo para criar dificuldades à Grã-Bretanha<sup>223</sup>. A partir de então os principais dirigentes sionistas mantiveram contactos regulares com Roma e a imprensa sionista mundial expressou o seu apreço pelo regime fascista<sup>224</sup>. Em 1933, numa época em que Weizmann abandonara a chefia da Organização Sionista Mundial, Mussolini recebeu o novo chefe do órgão supremo do sionismo, e encontrou-se com Weizmann dois meses depois, mantendo uma conversa de que se desconhece o conteúdo global<sup>225</sup>. No ano seguinte Weizmann foi outra vez acolhido por Mussolini e os jornais italianos deram grande publicidade ao encontro. Nesta ocasião o Duce prometeu apoio ao dirigente sionista e, afirmando que Jerusalém não podia tornar-se uma capital árabe, declarou-se favorável à criação de um Estado judeu na Palestina, com a condição de não estar na dependência da Grã-Bretanha. Em contrapartida, Weizmann, que era um universitário e investigador na área da química orgânica, parece que de muito mérito, ofereceu a Mussolini os seus préstimos para desenvolver uma indústria química e farmacêutica na Itália, tornando o país independente da Alemanha nestes ramos. Mas embora promettesse recrutar pessoal especializado e mobilizar investimentos, na prática nada resultou<sup>226</sup>. Para entender este projecto é necessário recordar que Giuseppe Belluzzo, ministro da Economia Nacional na segunda metade da década de 1920, defendera uma intervenção governamental na economia que retirasse à siderurgia o primeiro lugar e desse prioridade à indústria química, para que a importação de matérias-primas fosse substituída pela produção nacional de materiais sintéticos<sup>227</sup>. Ora, alguns elementos desta estratégia autárquica foram realizados na década de 1930, precisamente quando Weizmann propôs a sua contribuição.

#### A evolução das posições do Duce a respeito do estabelecimento dos judeus na Palestina

<sup>221</sup> Id., *ibid.*, 202.

<sup>222</sup> L. Brenner (1983) 39-40; R. De Felice (1977) 112-113; P. Milza (1999) 751.

<sup>223</sup> R. De Felice (1977) 194-196. A frase citada vem na pág. 194. Para a definição de 1926 como a data desta mudança ver a pág. 198.

<sup>224</sup> L. Brenner (1983) 40-41; R. De Felice (1977) 113-114, 166, 170.

<sup>225</sup> L. Brenner (1983) 151, 153; R. De Felice (1977) 163.

<sup>226</sup> L. Brenner (1983) 154; R. De Felice (1977) 167; P. Milza (1999) 622, 643, 751.

<sup>227</sup> Ver a n. 63 no capítulo 4 da Parte 2.

foi tanto mais notável quanto Weizmann chefiava a facção pró-britânica — ou menos antibritânica — do sionismo, e o fascismo italiano parecia simpatizar sobretudo com uma tendência de oposição. Com efeito, numa das contribuições recolhidas no livro de Abramo Levi pretendia-se que o objectivo dos sionistas italianos era pôr em causa os interesses britânicos no Levante e atacar o socialismo difundido nas comunidades judaicas. Na Itália o sionismo seria «um meio de orientar os judeus em direcção ao fascismo, combatendo por todos os meios o bolchevismo». E o autor do artigo recordou que o próprio Duce recebera repetidamente a visita de judeus estrangeiros que se destacavam à frente desta tendência sionista mussoliniana e anti-inglesa<sup>228</sup>. Leio também noutro artigo antologado por Levi e assinado pelo principal responsável de uma das organizações sionistas existentes em Itália: «É inegável que certas esferas oficiais do movimento sionista demonstram uma simpatia excessiva pelas tendências socialistas, como demonstram aliás uma submissão exagerada aos desejos e imposições britânicos. Em sentido contrário, porém, existe uma corrente que conquistou uma vasta implantação entre as massas judaicas e se manifestou, primeiro, enquanto oposição nacional no interior da Organização Sionista e, em seguida, constituindo uma Nova Organização Sionista, com uma orientação claramente anti-socialista e anti-inglesa». E o autor esclareceu que os membros desta nova corrente «foram várias vezes honrados por amigos e adversários com o epíteto de “fascistas”, por serem defensores intransigentes de uma pura organização nacional corporativa, com absoluta abolição da luta de classes»<sup>229</sup>. Não houve apenas um fascismo filo-semita, afinal, e um sionismo filofascista, mas igualmente um sionismo fascista? Com aqueles dois artigos levanta-se a ponta de um véu muito denso, que reveste o apoio dado pelo fascismo italiano a uma ala minoritária do sionismo.

## 2

Relatando a sua juventude num dos bairros judeus de São Paulo, a voz póstuma de Maurício Tragtenberg lembrou que os «movimentos juvenis, sionistas, [...] iam da direita à esquerda. Por exemplo, conheci um jovem que era sionista e fascista, era um judeu italiano [...]»<sup>230</sup>. Recordo, como se estivesse a vivê-lo neste momento, o meu último encontro com o Maurício. Acabáramos de almoçar. Ele estava já com o braço direito imobilizado e o olho esquerdo cego, e no crânio, que a quimioterapia deixara calvo, um penso ocultava um tubo através do qual lhe injectavam periodicamente um líquido destinado a preservar do cancro as células do cérebro.

<sup>228</sup> O artigo de F. Giarrizzo no jornal *L'Appello*, 12 de Julho de 1937, está antologado em A. Levi [1937] 137-141. A passagem citada encontra-se na pág. 138.

<sup>229</sup> Artigo de Leone Carpi no jornal *L'Idea Sionistica*, Junho de 1937, antologado em id., *ibid.*, 197-206. As passagens citadas encontram-se nas págs. 202-203.

<sup>230</sup> S. A. Marrach (org. 1999) 15-16.

Eu falava-lhe do que lera acerca dos conluíus entre o fascismo e uma ala do sionismo. «Não foi só isso», acrescentou Maurício na sua voz de sempre, lenta e nasalada. «Não foi só isso. Os grupos terroristas da extrema-direita sionista recebiam armas dos italianos, que os treinavam na Líbia». Se ele, judeu capaz de reflectir sobre as suas origens sem se enlear no sionismo e marxista que escapava ao lugar-comum das ortodoxias, não se atemorizava com as implicações dos factos, compreende-se que fosse capaz de conservar uma distância intelectual perante a doença, remetendo-a aos únicos domínios que lhe são próprios, e libertasse a atenção para outras questões, mais urgentes, porque mantidas desde há muito sem resolução. A coragem é simplesmente o uso da razão no momento do perigo. Por isso Maurício podia continuar, assim mesmo, com o corpo conquistado pelo cancro, a discorrer pausadamente sobre as verdadeiras tensões da história. Seguir-se-iam inevitavelmente os detalhes dados pela sua prodigiosa memória, as referências bibliográficas, os livros procurados nas estantes e abertos sobre uma mesa. Mas o telefone tocou e a conversa tomou depois rumos diferentes. Só ao fim da tarde, no avião que me levava de São Paulo para outra cidade, eu me lembrei da questão que ficara em suspenso, mas tinha a certeza de que não voltaria a ver o Maurício.

No Executivo Sionista foi Vladimir Jabotinsky quem encabeçou a oposição da direita radical à presidência de Chaim Weizmann, moderado e conciliador. Jabotinsky foi-se autonomizando progressivamente do Executivo, demitindo-se em 1923, dois anos após ter sido eleito para esse órgão, e lançou em 1925 a Organização Revisionista Sionista, que converteu mais tarde em União Mundial do Movimento Revisionista, enquanto tendência interna do sionismo. No Congresso Sionista Mundial de 1931 os revisionistas contaram com 25% dos delegados, constituindo a terceira maior tendência, o que, se os define como uma minoria, mostra também que de modo nenhum podiam ser subestimados e possuíam uma efectiva capacidade de pressão. No congresso seguinte, em 1933, apesar de divididos internamente eles obtiveram cerca de 20% dos delegados e continuaram a formar a terceira maior tendência. Na sequência deste congresso abandonaram a Organização Sionista e fundaram em 1935 a Nova Organização Sionista, continuando no entanto a ser correntemente designados como Revisionistas<sup>231</sup>.

A convicção de que o revisionismo era um fascismo foi comum na época e parece-me inútil investigar se no seu íntimo Jabotinsky era fascista ou se procurava apenas usar o fascismo em benefício próprio, porque os efeitos seriam os mesmos e não há dúvida de que os seus

<sup>231</sup> B. Avishai (1985) 124, 128, 138; L. Brenner (1983) 132; id. (1984) 72, 97, 98; H. M. Sachar (1976) 184-186. A dimensão do apoio aos revisionistas no congresso de 1931 encontra-se em L. Brenner (1984) 86, e no congresso de 1933 em E. Black (1999) 288 e 293.



seguidores eram fascistas confirmados<sup>232</sup>. Wolfgang von Weisl, director financeiro da Nova Organização Sionista, declarou numa entrevista em 1936 que «ainda que houvesse diversas opiniões entre os revisionistas, em geral eles simpatizavam com o fascismo» e que «ele pessoalmente era um apoiante do fascismo»<sup>233</sup>. «Vladimir Hitler» era como o sionista socialista David Ben-Gurion designava com frequência Vladimir Jabotinsky<sup>234</sup>, e mesmo que se pretenda explicar o insulto pelo ardor da polémica, o certo é que Mussolini, o maior especialista na matéria, classificou Jabotinsky como «fascista» durante uma conversa que teve em 1935 com alguém que seria em breve o mais alto dignitário da sinagoga romana<sup>235</sup>.

Opondo-se à luta de classes, ao socialismo e à planificação, Jabotinsky defendia a instauração de uma ordem económica e social assente numa câmara corporativa e na arbitragem dos conflitos laborais pelo Estado<sup>236</sup>. Os seus adeptos jovens estavam enquadrados numa milícia, a Betar, inaugurada em 1923 e profundamente militarizada tanto na estrutura como na ideologia<sup>237</sup>. A partir do momento em que Jabotinsky se separou da Organização Sionista, esses jovens tornaram-se o seu principal apoio político<sup>238</sup>. Quanto ao apoio social, o revisionismo encontrou-o nos pequenos e médios patrões que começavam a emergir entre os judeus estabelecidos na Pales-

<sup>232</sup> R. De Felice (1977) 207. Segundo este historiador (pág. 142 n. 2), em Julho de 1922, portanto antes da Marcha sobre Roma e antes mesmo de se ter demitido do Executivo Sionista, Jabotinsky enviara a Mussolini uma carta propondo-lhe o estreitamento das relações da Itália com a Palestina judaica. E Renzo De Felice acrescentou (pág. 206) que treze anos depois Jabotinsky declarou a um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano que os revisionistas estavam em relação ao sionismo maioritário numa posição idêntica àquela que o fascismo italiano ocupava perante a democracia liberal e socialista. Por seu turno, B. Avishai (1985) 126 enumerou as analogias entre a forma de organização dos revisionistas e a dos fascistas europeus. Também E. Black (1999) 143 considerou que os revisionistas eram fascistas, profundamente influenciados por Mussolini. Todavia, L. Brenner (1983) 112-113 pretendeu que, apesar de ter adoptado para o seu movimento uma estrutura semelhante à do fascismo, Jabotinsky não estimava o fascismo. Do mesmo modo, H. M. Sachar (1976) 187 sustentou que ele não era fascista, embora os seus seguidores mais jovens estivessem muito perto do ideal fascista. Mas ao elucidar que os modelos políticos de Jabotinsky eram Mazzini e Garibaldi, este autor esqueceu que aqueles dois personagens serviam igualmente de inspiração a Mussolini, como indicaram G. Gentile (1928) *passim*, P. Milza (1999) *passim*, em especial 31-32, e J. B. Whisker (1983) 5, 13-14, 19. Segundo J. Ploncard d'Assac (1971) 100, Mazzini e Garibaldi foram igualmente invocados por Corradini. Também Bernard Avishai, *op. cit.*, 120 e L. Brenner (1984) 5 chamaram a atenção para a admiração que Jabotinsky sentia por Garibaldi, e L. Brenner (1983) 112 citou ainda Mazzini e Cavour como modelos de Jabotinsky. Acrescentou Avishai (pág. 121) que Jabotinsky simpatizava com o futurismo, precisamente outra das componentes do fascismo italiano. Depois de afirmar que Jabotinsky estava mais próximo do liberalismo conservador do que do fascismo, L. Brenner (1983) 113, 118 e (1984) 87 concluiu que, como os seus seguidores queriam fundar uma versão judaica do fascismo, o revisionismo acabou por se situar na órbita do fascismo. Aliás, continuou *id.* (1984) 90-91, quando as autoridades britânicas proibiram Jabotinsky de regressar à Palestina, quem tomou aí o controle ideológico do revisionismo foram pessoas que se declaravam publicamente fascistas. E pelo menos na Alemanha, na Áustria, na Itália, na Letónia, na Manchúria, na Palestina e na Polónia, enumerou *id.* (1983) 118, a direcção do movimento revisionista não cabia a Jabotinsky mas a elementos declaradamente fascistas. Sobrava pouco.

<sup>233</sup> Citado em L. Brenner (1983) 118 e (1984) 98.

<sup>234</sup> Citado em B. Avishai (1985) 138 e H. M. Sachar (1976) 188. Ver igualmente E. Black (1999) 143.

<sup>235</sup> Citado em L. Brenner (1983) 117, *id.* (1984) 98 e H. M. Sachar (1976) 187. Informou R. De Felice (1977) 205-206 que os relatórios oficiais italianos consideravam o revisionismo como uma imitação do fascismo.

<sup>236</sup> B. Avishai (1985) 128, 137; L. Brenner (1983) 115; H. M. Sachar (1976) 187-188.

<sup>237</sup> B. Avishai (1985) 124; L. Brenner (1983) 114; *id.* (1984) 78, 89-90; H. M. Sachar (1976) 187.

<sup>238</sup> L. Brenner (1983) 114; *id.* (1984) 87.

tina<sup>239</sup>, e decerto lhes serviu os interesses, pois a Betar pôs-se várias vezes à disposição dos capitalistas judaicos para furar as greves convocadas pelos sindicatos sionistas. Como todas as suas congêneres, esta milícia especializara-se no espancamento de sindicalistas de esquerda e socialistas, até que em Outubro de 1934 mil e quinhentos militantes trabalhistas atacaram a sua sede e deixaram várias dezenas feridos, dando-lhe uma definitiva lição de prudência<sup>240</sup>. Entretanto os revisionistas haviam fundado, no início da década de 1930, uma Federação Nacional do Trabalho, defensora de um sindicalismo anti-socialista e da colaboração entre classes, mas os seus sete mil membros, comparados com os sessenta mil filiados da central sindical socialista, mostram a reduzida simpatia que um tal programa encontrava junto dos trabalhadores<sup>241</sup>.

Jabotinsky propunha uma versão extrema do sionismo, convertendo-o de uma modalidade de nacionalismo num verdadeiro racismo e afirmando que a singularidade de uma raça é o fundamento da sua aspiração a constituir-se num Estado<sup>242</sup>. O que acima de tudo interessava aos revisionistas era que a maioria da população da Palestina e da Transjordânia fosse composta por judeus. Os mais violentos e ousados criaram em 1931 uma organização terrorista clandestina, dedicada às acções armadas contra os árabes e os britânicos, que adoptou depois o nome de Irgun Z'vai Le'umi e cujos membros provinham na maior parte da Betar<sup>243</sup>. Em princípio fora secundário para os revisionistas que o futuro Estado judaico obtivesse a independência ou estivesse incluído na comunidade britânica, mas como uma actuação que acarretava inevitavelmente a guerra com os árabes nunca obteria o aval da Grã-Bretanha, porque destruíria o equilíbrio em que se sustentava o imperialismo britânico na região<sup>244</sup>, era necessário buscar a tutela de outra potência. Tanto na ordem interna como no quadro internacional Jabotinsky e os seus adeptos tinham todas as razões para olhar com simpatia o Duce<sup>245</sup> e em 1932 Jabotinsky propôs que o mandato sobre a Palestina fosse transferido para a Itália<sup>246</sup>.

Embora os revisionistas italianos tivessem começado a organizar-se autonomamente em 1925-1926, só em 1930 passaram a dispor de um órgão de imprensa próprio e só em 1934 estabeleceram relações significativas com as autoridades fascistas<sup>247</sup>. Mas recuperou-se o tempo per-

<sup>239</sup> B. Avishai (1985) 126, 137; L. Brenner (1983) 114; id. (1984) 89; H. M. Sachar (1976) 187-188.

<sup>240</sup> B. Avishai (1985) 136; L. Brenner (1983) 116; H. M. Sachar (1976) 188.

<sup>241</sup> B. Avishai (1985) 136; H. M. Sachar (1976) 188. Afirmou L. Brenner (1984) 89 que Jabotinsky nunca se interessara pelo recrutamento de operários.

<sup>242</sup> B. Avishai (1985) 125.

<sup>243</sup> L. Brenner (1984) 99-100; H. M. Sachar (1976) 265-266.

<sup>244</sup> L. Brenner (1983) 112; id. (1984) 86; H. M. Sachar (1976) 185-186.

<sup>245</sup> R. De Felice (1977) 76, 142-143 n. 2, 196.

<sup>246</sup> K. Polkehn (1976) 77 n. 92. Ver também J. F. Pollard (2005) 90.

<sup>247</sup> R. De Felice (1977) 139, 204, 267 e segs.

dido e a partir do final desse ano a academia naval dirigida pelo PNF em Civitavecchia, não longe de Roma, passou a habilitar os membros da Betar, que participaram nos mesmos cursos dos seus colegas italianos, chegando mesmo a desfilar perante o Duce. Ao todo foram formados cento e trinta e quatro cadetes judeus. Jabotinsky procurara levar a experiência mais longe e pedira autorização para constituir em Itália uma escola de instrutores onde os jovens revisionistas recebessem preparação militar. Apesar de não o ter conseguido, é impossível subestimar a importância da formação dos cadetes, que integraram as primeiras unidades do que viria a ser a marinha de guerra israelita, fundada afinal graças a Mussolini. Só a promulgação das leis raciais, em 1938, pôs termo a tão interessante colaboração<sup>248</sup>.

### 3

Fosse ela justificada por motivos de mero oportunismo ou invocasse convicções ideológicas arraigadas, a simpatia que o sionismo manifestou pelo fascismo atingiu uma dimensão cruelmente macabra no caso do nacional-socialismo. Durante a república de Weimar os sionistas alemães haviam adoptado uma atitude passiva perante a ascensão de Hitler, considerando a hostilidade aos judeus tão lógica como a sua própria recusa em se integrarem na sociedade germânica<sup>249</sup>. Para eles a solução do problema consistia na emigração para a Palestina e não no combate ao anti-semitismo no país onde tinham nascido, e desde 1933 até ao começo da segunda guerra mundial foram muito poucos os sionistas a participar na Resistência clandestina<sup>250</sup>. Aliás, figuras gradas do sionismo germânico expressaram publicamente a opinião de que a chegada de Hitler ao poder era proveitosa para os judeus porque comprometia definitivamente os assimilacionistas, obrigava todos os judeus a juntarem-se numa entidade única e reforçava a noção de identidade racial do judaísmo<sup>251</sup>. Hannah Arendt recordou que «naquele tempo era um facto da vida corrente que só os sionistas tinham possibilidade de negociar com as autoridades alemãs, pela simples razão de que a sua principal rival, a Associação Central dos Cidadãos Alemães de Confissão Judaica, à qual pertenciam então noventa e cinco por cento dos membros de organizações judaicas na Alemanha, especificava nos estatutos que o seu primeiro objectivo era a “luta contra o anti-semitismo”. De um dia para o outro, ela havia-se convertido, por definição, numa organização “inimiga do Estado” [...] Nos primeiros anos, a subida de Hitler ao poder foi vista pelos

<sup>248</sup> L. Brenner (1983) 116-117, 119, 122; id. (1984) 93, 97; R. De Felice (1977) 205-206, 208-211; S. G. Payne (2003 b) 240.

<sup>249</sup> L. Brenner (1983) 29-32.

<sup>250</sup> Id., *ibid.*, 54. Escreveu K. A. Schleunes (1990) 201 que «o número de marxistas que usaram organizações judaicas como frentes para a actividade subversiva foi muito pequeno».

<sup>251</sup> E. Black (1999) 72-73; L. Brenner (1983) 59-61; K. Polkehn (1976) 57-59, 62.

sionistas principalmente como “a derrota decisiva do assimilacionismo”<sup>252</sup>. Ilegalizados os ideais de integração, calcula-se que a tiragem do semanário sionista alemão, que oscilava entre cinco mil e sete mil exemplares, tivesse subido para cerca de quarenta mil nos primeiros meses do novo regime; e apesar do empobrecimento que as perseguições causaram aos judeus do Reich, as colectas de fundos realizadas pelo movimento sionista renderam em 1935-1936 o triplo do que haviam rendido em 1931-1932<sup>253</sup>.

A Organização Sionista alemã via no anti-semitismo activo dos nacionais-socialistas uma oportunidade preciosa de aumentar o fluxo da emigração para a Palestina e os dirigentes do sionismo mundial aprovaram esta orientação, muitas vezes contra os protestos de activistas de base, como os que ocorreram na própria Palestina<sup>254</sup>. Logo nos primeiros dias de Abril de 1933, mais de oito anos antes de as autoridades do Reich terem tornado obrigatório o porte da estrela amarela pela população judaica, já um artigo assinado pelo chefe de redacção do semanário sionista alemão apelara para que os judeus tomassem eles próprios esta iniciativa, mostrando a vontade de se excluírem da sociedade germânica<sup>255</sup>. Para que progredisse o estabelecimento na Palestina era indispensável que os judeus da diáspora se sentissem renegados pelos países onde haviam nascido, e assim o mesmo processo que haveria de permitir aos hitlerianos a destruição gradual dos judeus possibilitou que os sionistas derrotassem os seus rivais assimilacionistas. «Desde o início que a direcção sionista se recusara de facto a opor-se à ideologia de expulsão defendida pelos nazis», escreveu um historiador hebraico, acrescentando que esta atitude fornecia «uma indicação aos nazis de que os próprios judeus se dispunham a organizar a expulsão deles mesmos». A conclusão só podia ser uma. «Os dirigentes nazis [...] constataram com alegria o facto de os sionistas aceitarem a expulsão dos judeus»<sup>256</sup>. Não se tratava de uma expulsão qualquer, mas unicamente da concentração dos fugitivos na Palestina. Em Abril de 1933 o principal organismo internacional de ajuda judaica, partidário da integração dos judeus nas sociedades onde se encontravam, decidiu recolher fundos destinados a permitir que os seus correligionários alemães continuassem no Reich, e outra associação de ajuda entrou em contacto com governos de vários países da América do Sul para os convencer a receberem em massa os judeus fugitivos do Reich. O movimento sionista considerou estas duas iniciativas como uma enorme ameaça, pois o que o preocupava não era a salvação global dos judeus mas a implantação de um Estado viável

<sup>252</sup> H. Arendt (1994) 59.

<sup>253</sup> Id., *ibid.*, 59; E. Black (1999) 174; K. Polkehn (1976) 62.

<sup>254</sup> E. Black (1999) 78-82, 122, 177-178, 201, 289; L. Brenner (1983) 53-55; *id.* (1984) 91.

<sup>255</sup> Ver numerosas passagens deste artigo em E. Black (1999) 176-177. Ver ainda H. Arendt (1994) 59.

<sup>256</sup> E. Black (1999) 78. Este autor acrescentou (pág. 166) que «as aspirações nacionais tanto dos nazis como dos sionistas dependiam do êxito na remoção dos judeus da Alemanha para a Palestina».

na Palestina, sob o controle sionista<sup>257</sup>. Também em 1933 a Austrália e a Manchúria sob domínio nipônico anunciaram oficialmente a disposição de acolher milhares de famílias judaicas fugidas do Reich, mas a Organização Sionista recusou estas propostas. Não lhe interessava poupar as vidas dos correligionários se para isso fossem acolhidos por outras sociedades<sup>258</sup>. No Inverno de 1939, vários meses depois de os nacionais-socialistas terem começado a dar uma nova e mais terrível dimensão ao anti-semitismo, Ben-Gurion, ilustre personalidade do socialismo sionista, futuro primeiro-ministro do Estado de Israel praticamente sem interrupção desde 1948 até 1963, declarou numa sessão de porta fechada da Agência Judaica da Palestina: «Se eu soubesse que todas as crianças judias da Europa poderiam ser salvas através do seu estabelecimento na Grã-Bretanha e só metade poderia ser salva através do estabelecimento na Palestina, era a última solução que eu escolheria»<sup>259</sup>. A lógica da implantação de uma soberania judaica na Palestina apresentava-se como a outra face da lógica nacional-socialista de perseguição dos judeus.

Encontramos esta convergência de interesses estigmatizada no diário mantido ao longo do Terceiro Reich por Victor Klemperer, professor universitário alemão de origem judaica. Ele não poupava os sarcasmos ao mencionar a colonização sionista da Palestina e numa página de Outubro de 1933 exprimiu simpatia pela revolta dos árabes palestinos, equiparando o seu destino ao dos índios americanos<sup>260</sup>. «Em que é que os sionistas se distinguem dos nazis?», exclamou Klemperer em 1936, e abriu o ano de 1939 com a afirmação de que o sionismo é «puro nazismo»<sup>261</sup>. «Não existe nenhuma questão judaica na Alemanha ou na Europa ocidental», escreveu ele passados poucos dias. «Quem quer que diga o contrário está só a aceitar e reforçar as teses falsas do NSDAP e a servir a sua causa». Klemperer invocou o elevado número de casamentos entre judeus e não judeus como prova de que os judeus haviam sido inteiramente assimilados pela sociedade alemã e acrescentou que o ambiente de fricções no qual os judeus puderam ver-se envolvidos antes da chegada de Hitler à Chancelaria não fora mais grave do que as hostilidades que opunham protestantes e católicos ou prussianos e bávaros. «Existe uma única solução para a questão judaica na Alemanha e na Europa ocidental: a derrota daqueles que a inventaram. [...] A causa sionista, tanto a pura como a religiosa, interessa apenas a fanáticos e não diz respeito

<sup>257</sup> Id., *ibid.*, 89-93.

<sup>258</sup> Id., *ibid.*, 260.

<sup>259</sup> Citado em B. Avishai (1985) 152. Ver declarações no mesmo sentido proferidas por Ben-Gurion em Fevereiro de 1941 em S. Friedländer (2008) 463-464.

<sup>260</sup> Ver a entrada de 30 de Outubro de 1933 em M. Chalmers (org. 2006 a) 47.

<sup>261</sup> As entradas de 18 de Outubro de 1936 e 1 de Janeiro de 1939 encontram-se em id., *ibid.*, 231 e 337. Acerca da similitude entre sionismo e nacional-socialismo ver ainda as págs. 78 e 135, referentes a 13 de Junho de 1934 e 22 de Abril de 1935.

à maioria [...]»<sup>262</sup>. Em meados de 1940, Klemperer voltou a estabelecer a igualdade entre sionismo e hitlerismo<sup>263</sup>. «Hitler é o mais importante promotor do sionismo [...]», denunciou nos últimos dias de 1941<sup>264</sup>. No ano seguinte, além de ter novamente equiparado os sionistas aos nacionais-socialistas<sup>265</sup>, ele observou a afinidade dos escritos políticos de Herzl com a doutrina hitleriana<sup>266</sup>. «Só podemos resolver a questão judaica se nos libertarmos daqueles que a inventaram», havia ele declarado no início de 1939<sup>267</sup>. Mas isso sucedeu tarde demais.

Entretanto o nacional-socialismo encontrava entre os sionistas interlocutores cheios de boa vontade. Um historiador judeu resumiu lapidarmente a situação: «O sionismo havia-se tornado um instrumento dos anti-semitas»<sup>268</sup>. Em Março de 1933 Göring obteve dos dirigentes das principais organizações judaicas alemãs o compromisso de que se esforçariam por desactivar os movimentos de protesto antinazis e o boicote aos bens alemães, que estavam a ser animados por judeus de outros países. Precipitando-se para aproveitar a oportunidade, os sionistas encarregaram-se de então em diante de dirigir as pressões sobre os seus correligionários estrangeiros e tomaram repetidamente posição pública contra o boicote<sup>269</sup>. Divulgado durante os primeiros meses do regime hitleriano, um manifesto dos sionistas alemães não deixou dúvidas sobre o que pensavam: «O facto de reconhecermos a existência de uma nacionalidade judaica proporciona o estabelecimento de relações claras e sinceras com o povo alemão e com as suas realidades nacionais e raciais. Precisamente porque não pretendemos falsificar estes factores fundamentais e porque também nós somos contra os casamentos mistos e a favor da manutenção da pureza da colectividade judaica [...] Assim, um judaísmo consciente de si próprio, tal como o descrevemos, e em cujo nome falamos, pode encontrar lugar na estrutura do Estado alemão, porque não sofre de impedimentos internos e está livre do ressentimento que os judeus assimilados necessariamente sentem pelo facto de pertencerem ao judaísmo, à raça e ao passado judaico [...] O sionismo

<sup>262</sup> Esta entrada, correspondente a 10 de Janeiro de 1939, encontra-se em id., *ibid.*, 338-339. Em 27 de Junho de 1942 Klemperer manifestou o desejo de escrever um ensaio «a favor da Germânia e contra Sion, sob o ponto de vista contemporâneo do judeu alemão». Ver id. (org. 2006 b) 102.

<sup>263</sup> Ver esta passagem da entrada de 26 de Maio de 1940 em id. (org. 2006 a) 396.

<sup>264</sup> Na entrada de 17 de Dezembro de 1941 em id., *ibid.*, 521.

<sup>265</sup> Na entrada de 3 de Maio de 1942 em id. (org. 2006 b) 53.

<sup>266</sup> Nas entradas de 23 e 25 de Junho e 1 de Julho de 1942 em id., *ibid.*, 99, 100 e 104. Em 10 de Dezembro de 1940 Klemperer citara a opinião de outro judeu alemão, segundo o qual não fora o sionismo a inspirar-se no nacional-socialismo mas, em sentido inverso, as doutrinas raciais de Herzl a servirem de fonte ao nacional-socialismo. Ver id. (org. 2006 a) 423. E em 24 de Julho de 1942 Klemperer referiu «o prejuízo tremendo causado por Herzl» aos judeus alemães. Ver id. (org. 2006 b) 124.

<sup>267</sup> A entrada correspondente a 10 de Janeiro de 1939 encontra-se em id. (org. 2006 a) 338-339.

<sup>268</sup> E. Black (1999) 173.

<sup>269</sup> Id., *ibid.*, 36 e segs., 79, 173; L. Brenner (1983) 46-47, 49, 55; K. Polkehn (1976) 59-60, 70. Segundo K. A. Schleunes (1990) 77-78, os representantes das organizações assimilacionistas invocaram o facto de não terem contactos significativos no estrangeiro e o representante da organização sionista, embora se tivesse deslocado a Londres, nada conseguiu.

espera ser capaz de obter a colaboração, para os seus objectivos práticos, mesmo de um governo fundamentalmente hostil aos judeus [...]»<sup>270</sup>. Esta última frase devia, na verdade, ser lida ao contrário, e em nome de tais «objectivos práticos», ou seja, a evacuação em massa dos judeus para a Palestina, foram os sionistas alemães quem se dispôs a colaborar com um regime anti-semita.

O sionismo foi a componente do judaísmo menos vitimada pelo racismo hitleriano. Os discursos e as publicações nacional-socialistas continuaram a obedecer aos rancores de sempre, atacando todos os judeus sem distinção, mas na prática os procedimentos foram subtis e criou-se uma situação de que os sionistas saíram beneficiados, mesmo em termos legais. O facto de a esmagadora maioria dos judeus alemães estar integrada socialmente no país, dificultando a aplicação das medidas anti-semitas<sup>271</sup>, converteu os assimilacionistas nos principais inimigos; e os sionistas, que pretendiam destacar os judeus do resto da população, apareceram como um auxiliar precioso e receberam os cargos dirigentes na nova instituição destinada a enquadrar os judeus do Reich<sup>272</sup>. Em 1934 e 1935 os SS e a Gestapo tomaram iniciativas destinadas a favorecer os sionistas relativamente aos assimilacionistas e os sionistas revisionistas relativamente aos maioritários<sup>273</sup>. «Os judeus na Alemanha dividem-se em dois grupos», lê-se num artigo do semanário dos SS em Maio de 1935; «os sionistas e os favoráveis à assimilação. Os sionistas seguem uma atitude estritamente racial e ao emigrarem para a Palestina ajudam a construir o seu próprio Estado judaico. Os judeus partidários da assimilação renegam a sua raça e insistem na lealdade à Alemanha ou alegam ser cristãos, devido a terem recebido o baptismo, com o objectivo de derubar os princípios nacional-socialistas»<sup>274</sup>. E assim o racismo dos SS convergiu com o racismo dos sionistas. A expressão simbólica desta perversa aliança encontra-se no artigo 4º da Lei para a Protecção do Sangue Alemão e da Honra Alemã, incluída no conjunto jurídico que fixou a base legal do racismo nacional-socialista, autorizando uma única bandeira além das que ostentavam a suástica, precisamente a bandeira azul e branca dos sionistas, ornamentada com a estrela de David, que todos os judeus receberam o direito de desfraldar<sup>275</sup>. A grande parte das medidas anti-semitas concentrou-se nos assimilacionistas da Central-Verein, enquanto o movimento sionista pôde manter a sede aberta até Novembro de 1938 e, apesar das restrições impostas à sua activi-

<sup>270</sup> Citado em L. Brenner (1983) 48-49. Ver também K. A. Schleunes (1990) 126.

<sup>271</sup> R. Hilberg (1961) 32.

<sup>272</sup> H. Arendt (1994) 60.

<sup>273</sup> L. Brenner (1983) 86, 136; K. Polkehn (1976) 60-61; K. A. Schleunes (1990) 179 e segs., 191, 193.

<sup>274</sup> Este artigo, publicado em *Das Schwarze Korps*, 15 de Maio de 1935, encontra-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 353-354 e K. A. Schleunes (1990) 194.

<sup>275</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) III 310; E. Black (1999) 175; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 342. Consultar ainda L. Brenner (1983) 85 e R. Hilberg (1961) 120. Ao mesmo tempo, como se vê em Jeremy Noakes et al., op. cit., II 340 e 342, o mesmo artigo proibiu os judeus de desfraldar a bandeira do Reich.

dade, recebeu em 1935 autorização para vestir com uniformes próprios os membros da organização juvenil, assim como a imprensa sionista, apesar das proibições que várias vezes a atingiram, foi a única em todo o Reich a ficar isenta da obrigação de conformidade com a doutrina nacional-socialista<sup>276</sup>. Além de estimularem as comunidades judaicas existentes nas principais cidades a usar a língua hebraica, as autoridades, durante os primeiros anos do novo regime, incentivaram-nas a realizar festivais religiosos, culturais e desportivos, sob a égide do movimento sionista e contando com a presença benévola de funcionários da Gestapo<sup>277</sup>. Este estímulo ao sionismo verificou-se ainda em Setembro de 1939, quando as autoridades proibiram uma associação cultural judaica de representar uma peça cujo conteúdo foi considerado assimilacionista<sup>278</sup>. Afinal, um cartaz afixado nas universidades em Abril de 1933 havia já resumido esta orientação ao proclamar: «Quando o Judeu escreve em alemão, ele está a mentir»<sup>279</sup>. Dando continuidade às teses do romantismo, que haviam assimilado o espírito de um povo à sua língua, o regime nacional-socialista pretendia que só em hebreu os judeus podiam falar verdade. E assim o desenvolvimento artificial de uma cultura hebraica no interior do Reich servia tanto aos hitlerianos como aos sionistas para demonstrar, cada um com os seus objectivos próprios, que os judeus eram um povo estrangeiro, sem lugar entre os germanos.

Antes de encetarem a «solução final» e chacinarem sistematicamente os judeus, os dirigentes nacional-socialistas prosseguiram uma política dupla, por um lado reduzindo progressivamente os direitos cívicos e profissionais dos judeus e confinando-os mais tarde em campos de concentração, e por outro lado estimulando a sua fixação na Palestina. Da estreita colaboração entre os dirigentes sionistas e o departamento SS especializado nestes assuntos resultou a criação de uma rede de emigração, que continuou a funcionar mesmo depois do início da guerra<sup>280</sup>. As autoridades judaicas da Palestina enviavam regularmente emissários para contactar os SS ou directamente a Gestapo com o objectivo de aumentar o fluxo de emigrantes<sup>281</sup>. Estes agentes de recrutamento sionistas foram por vezes autorizados a visitar os campos de concentração e a escolher entre os detidos aqueles que preferiam expedir para a Palestina, homens de negócios, gente provida de capitais, e jovens também, uma força de trabalho vigorosa<sup>282</sup>. Para os sionistas, escre-

<sup>276</sup> E. Black (1999) 174-175; L. Brenner (1983) 84-85, 88-89, 136; K. Polkehn (1976) 78.

<sup>277</sup> E. Black (1999) 373. Ver também K. A. Schleunes (1990) 180, 192, 193.

<sup>278</sup> S. Friedländer (2008) 168.

<sup>279</sup> Victor Klemperer registou este cartaz na entrada do seu diário com data de 25 de Abril de 1933. Ver M. Chalmers (org. 2006 a) 15.

<sup>280</sup> H. Arendt (1994) 63; E. Black (1999) 378; K. Polkehn (1976) 75-76. Ver ainda J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 373.

<sup>281</sup> H. Arendt (1994) 60-61; L. Brenner (1983) 94; H. M. Sachar (1976) 197.

<sup>282</sup> H. Arendt (1994) 60, 61. Ver também K. A. Schleunes (1990) 196-197.



veu uma judia, «e antes de se ter iniciado o programa de extermínio, o inimigo principal não era constituído por quem tornava a vida impossível aos judeus nos países de origem, na Alemanha ou na Áustria, mas por quem impedia o acesso à nova pátria. Este inimigo era sem dúvida a Grã-Bretanha, não a Alemanha»<sup>283</sup>. O aparente empenho dos nacionais-socialistas no êxito dos colonatos judaicos chegou ao ponto de os SS, com a colaboração do Führer dos Camponeses do Reich e ministro dos Abastecimentos e da Agricultura, criarem algumas fazendas experimentais, onde os candidatos à emigração aprenderam técnicas agrícolas modernas que lhes permitiram depois cultivar com produtividade as terras tomadas aos árabes<sup>284</sup>. Nem a guerra pôs termo a tais iniciativas, porque uma dessas fazendas, situada na proximidade de Berlim, foi criada em 1939 e durou até Maio de 1942, quando os seus oitenta agricultores sionistas foram enviados para um campo de extermínio<sup>285</sup>.

As relações eram tão íntimas que em Abril de 1933 o barão von Mildenstein, perito SS das questões judaicas, partiu para a Palestina a convite da Organização Sionista Mundial e com expressa autorização do NSDAP. Passeando por Tel Aviv e visitando os colonatos, von Mildenstein ficou a tal ponto interessado que no ano seguinte publicou no jornal dirigido por Goebbels uma série de reportagens sobre essa viagem. Chegou mesmo a ser cunhada uma medalha em comemoração do acontecimento, com a cruz suástica gravada numa face e mostrando na outra a estrela de David<sup>286</sup>. Se esta experiência não fosse considerada positiva, von Mildenstein não teria sido encarregado em 1934 de chefiar o Departamento de Questões Judaicas do SD<sup>287</sup>. Em sentido inverso, mas com finalidade convergente, o sociólogo sionista Arthur Ruppin — que além de ser professor na Universidade de Jerusalém se encarregava da compra de terras na Palestina por conta da Agência Judaica, à qual presidiu desde 1933 até 1935 — visitou o Reich para se encontrar com Hans Günther, um dos principais ideólogos do racismo nacional-socialista, e manteve até Setembro de 1939 relações com o meio eugenista alemão<sup>288</sup>. Talvez fossem ainda mais importantes os contactos tecidos por profissionais da discrição, como Feivel Polkes, um dos comandantes da organização paramilitar sionista, que já na Palestina estabelecera relações com a rede de espionagem nacional-socialista e visitou Berlim em Fevereiro e Março de 1937 para conversações com agentes do SD. Polkes prometeu-lhes cooperação, incluindo o fornecimento de infor-

<sup>283</sup> H. Arendt (1994) 61.

<sup>284</sup> Id., *ibid.*, 60-61; A. Bramwell (1985) 182, 193; H. M. Sachar (1976) 197. Segundo K. Polkehn (1976) 76, no final de 1938 cerca de mil jovens judeus haviam sido formados nestas fazendas experimentais.

<sup>285</sup> M. Gilbert (2011 b) I 379-380.

<sup>286</sup> E. Black (1999) 174; L. Brenner (1984) 93; K. Polkehn (1976) 70-71.

<sup>287</sup> K. Polkehn (1976) 70.

<sup>288</sup> Sh. Sand (2010) 265.

mações, com a condição de o Terceiro Reich acelerar a partida dos judeus para a Palestina<sup>289</sup>. No final daquele ano outros dois agentes sionistas deslocaram-se da Palestina a Berlim, e um terceiro a Viena no Verão de 1938, com o objectivo de organizar a emigração judaica para a Palestina através de canais ilegais, sem o conhecimento das autoridades britânicas<sup>290</sup>.

É curioso verificar que foi do Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante o período em que não estava ainda controlado pelos fiéis incondicionais de Hitler, que partiram algumas resistências à política de colaboração com os sionistas, e em meados de 1937 o ministro von Neurath fez circular entre o corpo diplomático germânico sediado no Médio Oriente um relatório onde afirmava que o estabelecimento de um órgão soberano judaico na Palestina seria contrário aos interesses do Reich porque, além de não conseguir absorver todos os judeus espalhados pelo mundo, exerceria para o judaísmo funções semelhantes àquelas que o Vaticano desempenhava para os católicos e o Kremlin para os comunistas<sup>291</sup>. Por muito extraordinário que isto hoje nos possa parecer, enquanto os diplomatas profissionais eram incondicionalmente hostis ao sionismo, a atitude conciliatória cabia aos SS, a instituição mais fanaticamente racista<sup>292</sup>. A complementaridade de ambos os racismos explica o paradoxo. Nas palavras de um historiador judeu, «em 1934 os SS haviam-se tornado os elementos do partido nazi mais favoráveis aos sionistas»<sup>293</sup>. Finalmente, o próprio Führer resolveu o diferendo em Janeiro de 1938, determinando que continuasse a apoiar-se o sionismo na Palestina<sup>294</sup>.

A visita de von Mildenstein teve uma segunda versão quatro anos depois, quando o seu antigo subordinado Adolf Eichmann, promovido entretanto a especialista SS das questões judaicas e encarregado de organizar a emigração de judeus — mais tarde o seu extermínio — foi convidado por Feivel Polkes a visitar a Palestina e conhecer os colonatos, juntamente com o SS-Oberscharführer Herbert Hagen, novo chefe do Departamento de Questões Judaicas do SD. Chegados a Haifa, porém, Eichmann e Hagen não conseguiram que as autoridades britânicas lhes dessem vistos de entrada e viram-se obrigados a retroceder para o Egipto, onde tiveram várias reuniões com Polkes. De acordo com o relatório apresentado pelos dois membros dos SS, o agente sionista

<sup>289</sup> K. Polkehn (1976) 71-72; K. A. Schleunes (1990) 208, 210.

<sup>290</sup> S. Friedländer (2008) 152-153; K. Polkehn (1976) 75-76.

<sup>291</sup> L. Brenner (1983) 94-95; H. M. Sachar (1976) 197, 210. K. A. Schleunes (1990) 209 cometeu o anacronismo de atribuir este memorando a von Ribbentrop. Encontra-se a mesma tese num memorando de um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 9 de Julho de 1940, como se vê em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 469. Consultar ainda Jeremy Noakes et al., op. cit., II 373. Ver igualmente K. Polkehn (1976) 67.

<sup>292</sup> K. Polkehn (1976) 68.

<sup>293</sup> L. Brenner (1983) 84.

<sup>294</sup> S. Friedländer (2008) 152; K. Polkehn (1976) 68-69. Por seu lado, K. A. Schleunes (1990) 209 atribuiu a Hitler uma posição inversa nessa data, o que é mais uma das bizarras deste historiador.

comunicara-lhes o apreço dos nacionalistas judeus pela política nacional-socialista, que favorecia a emigração para a Palestina, e decerto em sinal de gratidão prestara-lhes informações acerca das relações estabelecidas entre o nacionalismo árabe e o regime soviético bem como acerca da actividade clandestina dos comunistas, incluindo os comunistas alemães<sup>295</sup>. Eichmann manifestava uma tão grande admiração por Theodor Herzl, o fundador do sionismo, que parece ter presenciado discretamente as comemorações do trigésimo quinto aniversário da sua morte, pouco meses antes do início da guerra<sup>296</sup>. Aliás, em Outubro de 1940, quando na Polónia ocupada estava já em curso a perseguição sistemática dos judeus, as autoridades nacional-socialistas permitiram a realização no *ghetto* de Kutno de cerimónias em homenagem à memória não só de Herzl mas de Jabotinsky também<sup>297</sup>, apesar de o chefe do fascismo sionista ter declarado no ano anterior a sua adesão à causa britânica<sup>298</sup>.

Esta política de cooperação atingiu desde cedo uma expressão muito elaborada na Ha'avara, nome dado correntemente a uma instituição, ou conjunto de instituições, resultante do acordo comercial e financeiro que os dirigentes sionistas firmaram em Agosto de 1933 com os ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros do Reich para permitir a transferência de fundos pelos judeus alemães que desejassem fixar-se na Palestina. Este acordo teve um precedente três meses antes, quando uma empresa sionista de produção e comercialização de citrinos propôs ao Ministério da Economia do Reich a compra de artigos alemães, que seriam pagos pelos fundos detidos nas contas bancárias de emigrantes judeus, os quais, ao chegarem à Palestina, receberiam o valor equivalente em propriedade imobiliária. O mesmo método, sistematizado e ampliado, inspirou a Ha'avara, que se manteve em vigor até ao começo da guerra mundial. Simplificando os termos do acordo, um judeu candidato à emigração para a Palestina depositava uma soma em marcos num banco no Reich, em conta bloqueada; em seguida assinava um contrato com um exportador alemão para enviar mercadorias para o estrangeiro, geralmente para a Palestina, embora os destinos pudessem também ser outros; o exportador alemão era pago em marcos, com o dinheiro existente na conta bloqueada; a Agência Judaica da Palestina encarregava-se da venda das mercadorias exportadas; e uma vez desembarcado na Palestina o recém-chegado

<sup>295</sup> H. Arendt (1994) 62; L. Brenner (1983) 98-99; K. Polkehn (1976) 72-75; K. A. Schleunes (1990) 210-211. Quanto ao facto de Eichmann ter exercido funções nos SS sob as ordens de von Mildenstein ver E. Black (1999) 174 e Karl Schleunes, op. cit., 203. Duas décadas e meia mais tarde Eichmann seria levado para Israel, onde o julgaram e enforcaram. Ora, segundo Klaus Polkehn, op. cit., 73-74, o governo israelita realizou aquele julgamento em Israel, entre outras razões, para alimentar o mito de que Eichmann havia ido à Palestina com o objectivo de manter contactos com os árabes e nomeadamente com o mufti de Jerusalém, e não a convite de agentes sionistas.

<sup>296</sup> H. Arendt (1994) 41. E. Black (1999) 174 escreveu que o barão von Mildenstein insistia junto aos seus subordinados para que lessem a obra de Herzl.

<sup>297</sup> E. Ringelblum (1964) 90.

<sup>298</sup> L. Brenner (1984) 106.

recebia em libras esterlinas o produto dessa venda, que lhe era entregue pela Agência Judaica. Sob o ponto de vista técnico a Ha'avara, próxima dos sistemas de *clearing*, integrava-se nas manipulações monetárias e no controle cambial que acompanharam a bilateralização do comércio externo na Europa central e oriental durante aquela década de profunda crise económica. A diferença provinha do facto de neste caso um dos artigos de exportação ser uma massa humana. As autoridades do Reich impunham condições especialmente desfavoráveis aos emigrantes e a economia germânica beneficiava com o fluxo das exportações. Mas, por seu lado, os judeus, pelo menos aqueles que tinham fortuna suficiente para participar na Ha'avara, reduziam as perdas acarretadas pelo abandono do país, que eram entre três e cinco vezes mais elevadas quando a emigração ocorria fora deste sistema. Ao mesmo tempo, os imigrantes viam-se detentores de investimentos bastante apreciáveis no novo lugar de residência.

É necessário discriminar as consequências da Ha'avara. Quanto aos haveres da comunidade judaica alemã, globalmente considerados, os efeitos não foram muito significativos, porque o acordo estabelecia para cada emigrante um limite de cinquenta mil marcos, correspondentes a vinte mil dólares ou quatro mil libras, o que o tornava pouco atraente para os possuidores das maiores fortunas. Assim, enquanto a emigração dos judeus alemães canalizou seiscentos e cinquenta milhões de dólares para os Estados Unidos e sessenta milhões para o Reino Unido, além de somas igualmente substanciais para outros países, em direcção à Palestina a Ha'avara teria apenas transferido, desde os finais de 1933 até 1941, cerca de trinta milhões de dólares; mas, segundo certos cálculos, talvez tivessem afluído mais setenta milhões graças a outros acordos comerciais com o Reich e outros mecanismos bancários internacionais suscitados indirectamente pela Ha'avara. Qualquer que tivesse sido o montante absoluto das transferências, todavia, os seus efeitos foram muitíssimo consideráveis sob o ponto de vista da economia judaica na Palestina. Cerca de 60% dos investimentos totais realizados na Palestina entre Agosto de 1933 e Setembro de 1939 resultaram de transferências executadas no âmbito do acordo, sendo estes capitais aplicados sobretudo nos ramos da metalurgia, do têxtil e da indústria química, mas também em fábricas de cimento, de fertilizantes e de instrumentos agrícolas. Foi assim que nasceram algumas das maiores empresas industriais do futuro Estado de Israel. Num território pobre e numa comunidade pouco numerosa estas somas eram muito apreciáveis e asseguraram grande prosperidade à Palestina num período em que todo o mundo, excepto a União Soviética, sofria uma prolongada depressão económica. Convertida numa importante instituição bancária e comercial, a Ha'avara empregava no auge da actividade um pessoal técnico de cento e trinta e sete pessoas nos seus

escritórios de Jerusalém<sup>299</sup>. Wilhelm Stuckart, secretário de Estado no Ministério do Interior do Reich, que passados alguns anos desempenharia um papel importante no genocídio dos judeus, declarou num memorando de 17 de Dezembro de 1937 que «não há dúvida de que Ha'avara contribuiu muitíssimo para a edificação fenomenalmente rápida da Palestina»<sup>300</sup>. Como numa imagem simétrica, depois de analisar detalhadamente esta questão um historiador judeu concluiu que a Ha'avara foi indispensável para a constituição do futuro Estado de Israel<sup>301</sup>.

E foi-o duplamente, porque quem podia recorrer aos mecanismos do acordo eram os ricos, ou pelo menos gente com certos bens, e não os pobres. Por outro lado, as autoridades britânicas na Palestina permitiam a entrada de quem trouxesse uma soma igual ou superior a mil libras, equivalente a cinco mil dólares, mesmo que estivesse preenchida a quota de imigração fixada para esse ano. Ora, já Theodor Herzl, na obra fundadora do movimento sionista, considerara que o processo de formação do Estado judaico só se encerraria quando conseguisse atrair as pessoas prósperas e, acima de tudo, as verdadeiramente ricas<sup>302</sup>. Em Abril de 1933 um dos participantes numa reunião executiva da Agência Judaica da Palestina prevenira os seus colegas: «Corre-se o risco de os judeus alemães endinheirados irem para outros países e virem para aqui aqueles com falta de meios. Temos de encontrar uma solução para este problema»<sup>303</sup>. E encontraram-na na Ha'avara. Enquanto os sionistas pobres marcavam passo<sup>304</sup>, os mais ou menos ricos adiantavam-se, e vinte mil conseguiram estabelecer-se deste modo na Palestina<sup>305</sup>. Em 24 de Agosto de 1933, no próprio dia em que foram difundidos em todo o mundo os termos da Ha'avara, o já nosso conhecido Arthur Ruppin, que presidiu à Agência Judaica desde 1933 até 1935 e integrara a delegação que havia assinado o acordo de transferência, declarou no Congresso Sionista Mundial, reunido

<sup>299</sup> Acerca do sistema comercial e financeiro que sustentava a emigração de judeus do Reich para a Palestina ver: H. Arendt (1994) 60; E. Black (1999) 197, 249, 373, 379; L. Brenner (1983) 64-65; R. Hilberg (1961) 95; Ł. Hirszowicz (1966) 26; K. Polkehn (1976) 63-68; H. M. Sachar (1976) 190, 197; K. A. Schleunes (1990) 197-198; A. Tooze (2006) 89-90. As estimativas do montante de dólares investido na Palestina directa ou indirectamente através da Ha'avara encontram-se em Edwin Black, *op. cit.*, 379. Todavia, Howard Sachar, *op. cit.*, 190 escreveu que o capital transferido para a Palestina através da Ha'avara representou sessenta e três milhões de libras esterlinas, o que equivalia a trezentos e quinze milhões de dólares, e Adam Tooze, *op. cit.*, 90 referiu cento e seis milhões de marcos. K. A. Schleunes (1990) 198 calculou que a Ha'avara tivesse transferido para a Palestina um pouco mais de vinte e dois milhões de dólares e pretendeu que esta instituição se manteve em vigor somente até Novembro de 1938.

<sup>300</sup> Citado em K. Polkehn (1976) 68.

<sup>301</sup> E. Black (1999) xxiii, 380.

<sup>302</sup> *Id.*, *ibid.*, 74.

<sup>303</sup> Citado em *id.*, *ibid.*, 83.

<sup>304</sup> Como observou *id.*, *ibid.*, 312, «a massa pauperizada de judeus alemães, que tradicionalmente não participava no programa de treino da juventude sionista, teria grande dificuldade em ser seleccionada [pelas autoridades sionistas] para entrar na Palestina».

<sup>305</sup> *Id.*, *ibid.*, 379. Segundo L. Brenner (1983) 65, teriam sido 16.529 os judeus abastados que recorreram à Ha'avara para emigrar do Reich para a Palestina. K. A. Schleunes (1990) 198 indicou 45.000, mas no contexto não se percebe se todos eles teriam recorrido à Ha'avara. Por seu lado, A. Tooze (2006) 90 considerou que 50.000 judeus usaram a Ha'avara para sair do Reich.

em Praga: «O número de judeus alemães que pode ser aceite na Palestina depende do capital que tragam consigo e das verbas que o judaísmo mundial contribua para este fim»<sup>306</sup>. Não se tratava de salvar pessoas mas de importar capitais.

Alguns anos depois, aquela hábil conversão das perseguições aos judeus em investimentos na Palestina adquiriu ainda maior amplitude com a criação da Agência Internacional de Comércio e Investimentos. Todas as somas enviadas a partir do estrangeiro com o objectivo de ajudar judeus residentes no Reich deixaram de ser entregues directamente aos destinatários e, através dessa Agência, passaram a ser creditadas a um departamento da Organização Sionista na Palestina, entrando então no quadro dos mecanismos estabelecidos pela Ha'avara. Deste modo mais de setenta mil doações, correspondentes a um total de quase novecentos mil dólares, em vez de serem empregues para aliviar os sofrimentos dos judeus perseguidos foram usadas para o desenvolvimento económico da Palestina judaica<sup>307</sup>.

Interessados acima de tudo na expansão tentacular da Ha'avara, os dirigentes sionistas assinaram um acordo semelhante com o governo polaco em Março de 1937<sup>308</sup>, mas quando pretenderam ampliar o âmbito dos mecanismos de transferência entre o Reich e a Palestina e criar uma verdadeira instituição financeira, esta ansiosa boa vontade deparou com as reticências das autoridades nacional-socialistas<sup>309</sup>. Apesar de o acordo não ter ido tão longe quanto os sionistas desejavam, chegara-se a uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo que judeus de vários países procuravam a todo o custo organizar o boicote dos produtos do Reich, a Organização Sionista Mundial violava as barreiras e a Palestina encontrava-se inundada de artigos germânicos<sup>310</sup>. «Durante a década de 1930», escreveu um académico judeu, «o movimento sionista deu a prioridade ao desenvolvimento económico da Palestina relativamente ao boicote das mercadorias alemãs»<sup>311</sup>. A maior autoridade sobre o genocídio comentou que «aparentemente, as relações económicas entre a Alemanha nazi e a comunidade judaica da Palestina eram excelentes»<sup>312</sup> e outro historiador judeu, depois de analisar detalhadamente as conversações que levaram ao estabelecimento da Ha'avara, resumiu a situação: «Em breve os dirigentes sionistas compreenderam que o êxito económico da futura Palestina judaica estaria indissociavelmente ligado à

<sup>306</sup> Citado em E. Black (1999) 306.

<sup>307</sup> Id., *ibid.*, 377.

<sup>308</sup> G. Aly et al. (2006) 73.

<sup>309</sup> L. Brenner (1983) 76.

<sup>310</sup> Id., *ibid.*, 66-67, 70-74; R. Hilberg (1961) 95.

<sup>311</sup> H. L. Feingold (1995) 219.

<sup>312</sup> R. Hilberg (1961) 95.

sobrevivência da economia nazi»<sup>313</sup>. Avaliadas em marcos, as exportações do Reich para a Palestina praticamente duplicaram entre 1933 e 1937<sup>314</sup>, a tal ponto que o mercado local ficou saturado. A Organização Sionista fundou então uma casa comercial destinada a escoar produtos alemães para a Síria, o Iraque, o Egito e outros países do Levante<sup>315</sup> e criou em 1936 uma firma com o intuito de vender esses produtos na Grã-Bretanha; entretanto os judeus da Palestina fretavam em condições competitivas barcos alemães para exportar citrinos para a Bélgica e a Holanda<sup>316</sup>.

As negociações que conduziram à Ha'avara e depois à sua implementação provocaram uma crise aguda no interior do sionismo, em que curiosamente as posições se inverteram. A iniciativa das conversações coubera a membros da ala majoritária, de tendência democrática e liberal ou mesmo adepta de um socialismo moderado, e quem mais se opôs, além dos comunistas e socialistas de esquerda, foram os revisionistas, que já haviam sido os primeiros a declarar colectivamente um boicote às mercadorias alemãs<sup>317</sup>. Não há grandes dúvidas de que os representantes de Jabotinsky na Palestina assassinaram, ou fizeram assassinar, o secretário político da Agência Judaica, um dos principais responsáveis pelas negociações com as autoridades do Reich e pela forma que os mecanismos de transferência viriam a adoptar<sup>318</sup>. Morte inútil, porque não impediu nem sequer atrasou a Ha'avara. É deveras extraordinário que os sionistas fascistas juntassem as suas vozes e as suas armas à extrema-esquerda para atacar os sionistas não fascistas por estes concluírem um acordo com os fascistas alemães<sup>319</sup>. Reciprocamente, no Congresso Sionista Mundial de Agosto e Setembro de 1933, iniciado poucos dias após a assinatura da Ha'avara, a facção majoritária, adepta da democracia e do socialismo moderado, esforçou-se por impedir quaisquer ataques ao Terceiro Reich e quaisquer apelos ao boicote e concentrou as energias no combate aos revisionistas, acusando-os de serem hitlerianos<sup>320</sup>.

Decerto os judeus do Reich pagaram, e muito caro, pelo privilégio de emigrar. Pagaram com dinheiro, e os SS exigiam que os membros mais ricos da comunidade judaica custeassem não só a sua emigração como ainda a dos correligionários pobres, o que permitiu organizar rent-

<sup>313</sup> E. Black (1999) 253.

<sup>314</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 26.

<sup>315</sup> E. Black (1999) 373.

<sup>316</sup> L. Brenner (1983) 65, 74-75; K. Polkehn (1976) 65.

<sup>317</sup> E. Black (1999) 122-123, 143-144; L. Brenner (1983) 128, 131; id. (1984) 91, 93; H. M. Sachar (1976) 187. Todavia, leio em Edwin Black, op. cit., 79 que a delegação sionista alemã que nos últimos dias de Março de 1933 partiu para Londres com o objectivo de pôr termo ao boicote das mercadorias alemãs e facilitar assim um entendimento com as autoridades nacional-socialistas incluía um dirigente revisionista.

<sup>318</sup> E. Black (1999) 157; L. Brenner (1983) 63, 129-130; id. (1984) 91.

<sup>319</sup> L. Brenner (1983) 62-63.

<sup>320</sup> E. Black (1999) 294, 301.

velmente uma expulsão em massa<sup>321</sup>. Pagaram com a vida também, porque veio a verificar-se que o envio para campos de concentração dos muitos judeus que restavam serviu de moeda de troca para que os outros tivessem antes recebido autorização de partir. Nas palavras de Hannah Arendt, «a maioria dos judeus, que não havia sido seleccionada, ficou inevitavelmente confrontada com dois inimigos — as autoridades nazis e as autoridades judaicas»<sup>322</sup>. Ao ler o relato impiedoso daquela escritora judia fico tomado de vertigem, porque a minúcia burocrática com que eram prosseguidas as negociações entre os representantes sionistas e o departamento SS dedicado à questão judaica e a forma como regateavam quase nos fazem esquecer que não se tratava de um vulgar negócio de gado, mas da condenação de um grande número de pessoas não só à morte mas, o que é bem pior, a indizíveis sofrimentos, para que um pequeno número fosse reforçar o prestígio dos grupos políticos que pretendiam fundar um novo Estado. Foi muita a ansiedade de um lado em desembaraçar-se de toda essa gente e muita a avidez do outro lado em se apoderar de alguma dela.

#### 4

As medidas cada vez mais drásticas que as autoridades nacional-socialistas tomaram contra os judeus, e mesmo a decisão última do genocídio, só puderam ser aplicadas na prática porque os judeus iam sendo sucessivamente divididos em dois grupos, um poupado e o outro sacrificado, e os que uma vez haviam sido beneficiados eram depois cindidos em dois grupos, e assim de novo, até que nenhum restasse. Se Hitler tinha, como escreveu um biógrafo, «a arte de contrapor uma esperança a cada medo que suscitava»<sup>323</sup>, talvez fosse na aniquilação dos judeus que este talento melhor se revelou. Mas o critério constante que presidiu àquelas divisões consecutivas foi a distinção entre a massa dos judeus e uma elite sionista, e os SS encontraram sempre uma elite para colaborar com eles em todos os estádios do processo, até ao fim<sup>324</sup>. Como observou um jornalista judeu holandês no diário que manteve no campo de trânsito de Westerbork, o regime nacional-socialista «usou judeus para apanhar judeus e entregar judeus e policiar judeus»<sup>325</sup>. Apenas desta maneira se explica a facilidade com que eles foram progressivamente excluídos da

<sup>321</sup> H. Arendt (1994) 44-46. Acerca de outras formas de extorsão ver as págs. 142-144, 158, 183 e 204.

<sup>322</sup> Id., *ibid.*, 61.

<sup>323</sup> J. C. Fest (1974) 827.

<sup>324</sup> Em tudo o que se segue, para a análise crítica da colaboração dos dirigentes sionistas com o programa anti-semita do nacional-socialismo baseio-me em: H. Arendt (1994) 117-119, 158, 169, 214; R. Hilberg (1961) 122-125, 128, 145-146, 155, 163, 279 e segs., 310, 315, 668; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 373, III 455, 508, 523-524, 526-527, 532, 567-568, 607; E. Ringelblum (1964) 39, 41, 48, 51, 53, 54, 56-57, 66, 69, 72-73, 75, 92-93, 127, 132, 184-190, 230, 251-252, 292, 323, 331, 335, 347-354; S. Wiesenthal (1989) 238-240.

<sup>325</sup> Esta passagem do diário de Philip Mechanicus encontra-se em S. Friedländer (2008) 812.



vida profissional e depois aprisionados sempre em maior número, obrigados a formar brigadas de trabalho em que morriam de exaustão e afinal exterminados.

Logo no início do Terceiro Reich os sionistas tomaram a iniciativa de federar numa instituição única, a Reichsvertretung der Juden in Deutschland, as organizações das comunidades judaicas, que até então haviam mantido em cada cidade uma existência autónoma. A justificação apresentada para esta medida foi a conveniência de iniciar um «debate aberto» e uma «polémica digna» com as novas autoridades<sup>326</sup>. A obsessão sionista de chegar a um entendimento com os anti-semitas criou a armadilha que serviu para aprisionar todos os judeus. No início de 1939 os próprios dirigentes sionistas, invocando razões de eficácia, decidiram converter a Reichsvertretung numa Reichsvereinigung, ou seja, transformaram-na de uma Representação de carácter federativo numa Associação centralizada, o que permitiu à Gestapo exercer um controle mais estrito. Poucos meses depois, em Outubro, começada a guerra, uma ordem administrativa determinou que tanto no Reich como nos territórios ocupados militarmente as comunidades judaicas estabelecessem Conselhos, Judenräte<sup>327</sup>. «Para todos os efeitos», observou um historiador referindo-se à recém-criada Reichsvereinigung der Juden in Deutschland, «tratava-se de um Conselho Judaico à escala nacional»<sup>328</sup>. Nesta Reichsvereinigung os nacionais-socialistas tiveram ao seu dispor o mecanismo que os auxiliaria a implementar a «solução final» sobre os judeus do Reich. Por um lado, a Reichsvereinigung prosseguiu as antigas funções, administrando as escolas judaicas e exercendo a benemerência em benefício dos correligionários pobres. Por outro lado, porém, os seus arquivos e os funcionários ficaram de um momento para o outro ao serviço directo das autoridades. Em 1941, quando começou a deportação massiva para os campos de concentração, os funcionários da Reichsvereinigung que até então haviam tratado da emigração dos seus correligionários encarregaram-se de estabelecer as listas dos que seriam deportados e de notificá-los desta decisão, enquanto os funcionários da secção de estatística mantinham a Gestapo ao corrente das alterações demográficas das comunidades judaicas.

Por todo o lado os chefes dos Conselhos Judaicos receberam poderes cada vez mais absolutos, passando com frequência a comportar-se como verdadeiros autocratas<sup>329</sup>. «O *Führerprinzip* atrai alguns judeus», comentou em Outubro de 1940 o historiador judeu Emmanuel Ringelblum, e seis meses depois ele acusou o Conselho do *ghetto* de Varsóvia de ter procedido à «adop-

<sup>326</sup> As citações encontram-se em R. Hilberg (1961) 122. K. Polkehn (1976) 61 sublinhou que a iniciativa se devera aos sionistas e não às novas autoridades do Reich.

<sup>327</sup> H. L. Feingold (1995) 45; M. Gilbert (2011 b) 14; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 444.

<sup>328</sup> S. Friedländer (2008) 111. Note-se que este autor defendeu a actuação dos Conselhos Judaicos.

<sup>329</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 456, 531.

ção integral do *Führerprinzip*»<sup>330</sup>. Aliás, se os membros desses Conselhos imitavam o estilo dos potentados nacional-socialistas era talvez porque também os dirigentes revisionistas haviam estimado as maneiras militares e se tinham feito acompanhar por milícias uniformizadas. As autoridades nacional-socialistas estipulavam a cifra global dos judeus que deviam formar as brigadas de trabalho e dos que se destinavam a ser enviados para campos de concentração, assim como mais tarde determinavam quantos deviam ser incluídos em cada etapa do programa de extermínio. Mas eram os Conselhos Judaicos quem distribuía aos seus correligionários a estrela amarela, quem organizava o recrutamento para o trabalho forçado, quem detalhava as listas nominais dos judeus que deviam ser internados nos campos e que posteriormente seguiam para a morte colectiva, quem registava com minúcia os haveres das vítimas, facilitando aos serviços competentes do Reich o sequestro e a expropriação. Depois de considerar, referindo-se ao Governo-Geral, que «o Conselho Judaico (Judenrat) era o mais eficaz instrumento de controle germânico sobre a população judaica», um historiador israelita acrescentou que os recenseamentos foram a sua actividade mais nociva<sup>331</sup>. Observando que teria sido possível aos Conselhos Judaicos, em vez de consentirem numa colaboração infame, deixarem as autoridades nacional-socialistas seleccionar as vítimas, um judeu que dedicou a vida à perseguição dos responsáveis pelo genocídio concluiu desoladamente: «No entanto, só em casos excepcionais os Conselhos Judaicos preferiram o suicídio à colaboração»<sup>332</sup>.

O conjunto de funções que assumiam, e sem dúvida a venalidade e o clientelismo que os caracterizavam, levaram os Conselhos a empregar uma numerosíssima burocracia, cerca de seis mil pessoas repartidas por uma variedade de departamentos em meados de 1941 no caso do Conselho de Varsóvia<sup>333</sup>, que além disto dispunha no *ghetto* de uma poderosa e tentacular Polícia Judaica com dois mil membros<sup>334</sup>. Criadas propositadamente e obedecendo tanto às ordens dos Conselhos Judaicos como dos ocupantes, estas Polícias auxiliaram na cobrança dos impostos e escoltaram os seus correligionários nas brigadas de trabalho obrigatório, assim como ajudaram a deter muitas centenas de milhares de judeus e a encaminhá-los ordeiramente para as estações ferroviárias de onde partiam para os locais de aprisionamento e para o destino fatal. Chegou a suceder que no *ghetto* de Vilnius, em Outubro de 1942, a Polícia Judaica, comandada por um sionista da facção de Jabotinsky, se encarregasse da liquidação de quatrocentos correligionários,

<sup>330</sup> E. Ringelblum (1964) 92, 190. Ver ainda a pág. 134.

<sup>331</sup> S. Friedländer (2008) 83, 85-86.

<sup>332</sup> S. Wiesenthal (1989) 231. Segundo H. L. Feingold (1995) 46, decorridos seis meses depois da data da criação dos Conselhos Judaicos, haviam-se suicidado 1,2% dos seus membros.

<sup>333</sup> S. Friedländer (2008) 246.

<sup>334</sup> Id., *ibid.*, 250.

por ordem das autoridades nacional-socialistas, e tivesse procedido depois a outras execuções<sup>335</sup>. Parece que em Fevereiro de 1943 a Polícia Judaica de Salónica não se comportou muito melhor<sup>336</sup>.

No final de 1939 o Conselho do *ghetto* de Varsóvia antecipou-se às decisões dos ocupantes e ofereceu-se para arrebanhar entre os seus correligionários a mão-de-obra para os serviços de trabalho gratuito. Quando o historiador judeu Emmanuel Ringelblum começou a organizar a rede de testemunhas e informadores que lhe permitiu, com sacrifício da vida, deixar para a posteridade a narrativa das atrocidades praticadas na Polónia pelos nacionais-socialistas, uma das suas primeiras precauções foi manter-se afastado do Conselho Judaico de Varsóvia e de todos os que com ele cooperavam; e com razão, porque a Polícia Judaica prendeu e remeteu para os campos de extermínio os colaboradores do projecto que lhe caíram nas mãos<sup>337</sup>. Por algum motivo o cântico deste *ghetto*, composto no final de 1940, estigmatizava os membros do Conselho, acusando-os de serem piores do que os nacionais-socialistas<sup>338</sup>, e a hostilidade que lhes votava a maioria da população, se já era perceptível no início, aumentou ao longo do tempo<sup>339</sup>. Quando os sobreviventes mais radicais, ou simplesmente mais corajosos, decidiram pôr termo à maneira submissa como oitenta e cinco por cento dos habitantes do *ghetto* haviam morrido de fome e doença ou sido entregues aos seus carrascos, começaram por isolar politicamente a direcção sionista do Conselho, «os cavalheiros do Conselho Judaico, que sacrificaram todos os judeus de Varsóvia», como lhes chamara em 1942 o escritor judeu Jehoshua Perle. Em Julho de 1942 formara-se no *ghetto* uma Organização de Luta Judaica, reunindo cerca de duzentos membros, que conseguiu obter armas graças aos contactos com a Resistência comunista polaca. A primeira acção de envergadura que planeou foi o assassinato do chefe da Polícia Judaica, o que por si só é significativo, mas não conseguiu efectuar-la e pouco depois, em Agosto e Setembro, a repressão conduzida pelos SS quase dizimou o grupo. Apesar disto a Organização de Luta sobreviveu e em Outubro tomou a iniciativa de agrupar correntes de esquerda, tanto socialistas como comunistas, e ainda as juventudes sionistas de centro e esquerda. Entretanto os revisionistas, incluindo a

<sup>335</sup> Id., *ibid.*, 650-652. O autor encontrou motivos, alguns de ordem teológica, para justificar aquela actuação (págs. 651-652).

<sup>336</sup> Id., *ibid.*, 723.

<sup>337</sup> Prefácio de Jacob Sloan a E. Ringelblum (1964) 17. Escreveu Emmanuel Ringelblum, *op. cit.*, 92-93: «O Conselho Judaico de Varsóvia não manifesta o menor interesse pelo seu povo. O melhor dos Conselhos é o de Radom, que fornece aos trabalhadores forçados judeus pão, medicamentos, etc.».

<sup>338</sup> Id., *ibid.*, 142. Numa página relativa a Março de 1941 Emmanuel Ringelblum acrescentou (pág. 166) que no interior do *ghetto* «a produção literária dirigida contra o Conselho Judaico intensifica-se».

<sup>339</sup> S. Friedländer (2008) 246-247.

Betar, tinham já formado uma organização armada independente, sem que ambas as partes coordenassem as actividades. Os acontecimentos precipitaram-se em Janeiro de 1943, quando ocorreram escaramuças com os SS no interior do *ghetto*, e em preparação do confronto final, que parecia próximo, a Organização de Luta executou alguns membros da Polícia Judaica e outros colaboracionistas, de maneira a enfraquecer o Conselho. Perante a generalização do ódio aos membros da Polícia Judaica, alvos de numerosas agressões, o Conselho tentou inverter a situação e contactou a Resistência polaca para denunciar a Organização de Luta como um grupo de aventureiros sem base de apoio. Todas as peças do jogo estavam prontas. Em Abril os SS decidiram liquidar o que restava do *ghetto*, mas a Organização de Luta contra-atacou e os revisionistas fizeram o mesmo separadamente. Os confrontos de rua duraram de 19 a 28 de Abril, quando os combatentes tiveram de retirar para subterrâneos já preparados, de onde continuaram a luta até ao fim, e só em 16 de Maio os SS deram a resistência por terminada<sup>340</sup>. Fora necessário destruir a rede de repressão e clientelismo que havia assegurado aos chefes sionistas o controle do *ghetto* de Varsóvia para que a insurreição pudesse deflagrar. Estes homens e mulheres heróicos, que se revoltaram sem esperança de sobrevivência, apenas para mostrar que era possível resistir, ditaram na prática a sentença moral dos Conselhos Judaicos e dos seus colaboradores. O reverso desta lição encontramos-lo, por exemplo, no campo de concentração de Theresienstadt. No segundo semestre de 1944 a propaganda nacional-socialista decidiu fazer um filme apresentando-o como uma localidade modelar, com biblioteca e piscina, e mostrando os judeus a tomar chá e comer bolinhos ou a dançar ou a trabalhar em oficinas asseadas. Da realização e do guião ficou encarregado o cineasta e actor judeu Kurt Gerron, detido naquele campo, onde estavam igualmente detidos os outros figurantes. Cumprida a tarefa, quase todos foram enviados para Auschwitz e raros sobreviveram<sup>341</sup>.

O critério decisivo para avaliarmos a actuação dos Conselhos é a hostilidade que a população judaica comum lhes manifestou desde o primeiro dia e que chegou a um paroxismo em Julho de 1944, no comboio transportando várias centenas de judeus do campo de trabalho de Starachowice para Auschwitz, onde cerca de vinte membros do Conselho Judaico e da Polícia Judaica de Starachowice foram estrangulados pelos seus correligionários<sup>342</sup>. Não pode sequer invocar-se

<sup>340</sup> Id., *ibid.*, 770-776; R. Hilberg (1961) 318, 322; E. Kogon (2002) 251; E. Ringelblum (1964) 329, 352-353. A citação de Jehoshua Perle encontra-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 569. Segundo Raul Hilberg, *op. cit.*, 145, o presidente do Conselho Judaico de Varsóvia era sionista, mas registe-se também que «a alma do movimento de resistência» responsável pela insurreição do *ghetto* foi o «chefe dos sionistas da Polónia», segundo um testemunho reproduzido em Eugen Kogon, *op. cit.*, 251.

<sup>341</sup> S. Friedländer (2008) 937; M. Gilbert (2011 b) II 691-692.

<sup>342</sup> S. Friedländer (2008) 731.

a desculpa de que os membros dos Conselhos nomeados pelas autoridades nacional-socialistas não sabiam ao certo o que se passava e só tarde demais se aperceberam das plenas consequências das suas ordens<sup>343</sup>, porque a numerosa correspondência trocada entre judeus e as páginas de diários mostram que as notícias acerca do massacre se espalhavam rapidamente<sup>344</sup>. É significativo que o chefe do Ältestenrat de Theresienstadt e um membro proeminente da comunidade judaica de Praga, enviados por Eichmann a Amsterdão em Março de 1941 para ajudarem a estabelecer o Conselho Judaico da cidade, tivessem prevenido o chefe deste Conselho do que estava a passar-se com as deportações para Leste, sem que o aviso surtisse efeito. Em Outubro o Conselho de Amsterdão passou a ter autoridade sobre os judeus de todo o país e pouco depois começaram as deportações, por intermédio do Conselho, que ajudou a recensear meticulosamente os seus correligionários e os instruiu a apresentarem-se<sup>345</sup>. Também se conhecem cartas que em Dezembro de 1941 e no mês seguinte chegaram ao *ghetto* de Łódź, dando notícia das liquidações massivas de judeus a que se estava a proceder em Chelmno<sup>346</sup>, mas isto não impediu que a suprema autoridade judaica do *ghetto* discursasse em Janeiro de 1942 para dizer que eram falsos boatos e que se tratava de um programa de deportação devidamente coordenado com as autoridades nacional-socialistas, apelando finalmente para o cumprimento das ordens. «As autoridades estão cheias de apreço pelo trabalho que tem sido realizado no *ghetto*», disse ele, «e é devido a este trabalho que têm confiança em mim»<sup>347</sup>. Mais esclarecedor ainda é o caso húngaro. Centenas de milhares de judeus oriundos da Europa ocupada pelas tropas germânicas refugiaram-se na Hungria, onde em geral a comunidade judaica não fora perseguida, excepto em 1941, durante o governo de Bárdossy, e aliás nos territórios jugoslavos e soviéticos que estavam a seu cargo o exército magiar não auxiliou os alemães nas medidas anti-semitas<sup>348</sup>. Era, portanto, inevitável

<sup>343</sup> Vários autores recorreram a este argumento, por exemplo H. L. Feingold (1995) 6, 167 e S. Friedländer (2008) 300-302. Saul Friedländer argumentou que no começo da guerra os Conselhos Judaicos e as demais lideranças sionistas julgavam que estavam a deparar com uma situação familiar e além disso tinham o hábito de obedecer às autoridades e acrescentou que a demissão destes Conselhos ou a sua autodissolução não eram uma solução porque se encarregavam de acções de benemerência e os nacionais-socialistas exerceriam retaliações contra judeus tomados como reféns.

<sup>344</sup> S. Friedländer (2008) *passim*.

<sup>345</sup> Id., *ibid.*, 530, 564-565, 605-608.

<sup>346</sup> Id., *ibid.*, 479-480.

<sup>347</sup> O discurso de Mordechai Chaim Rumkowski, chefe do Ältestenrat, encontra-se em *id.*, *ibid.*, 476-477. A frase citada vem na pág. 476. Ainda acerca da actuação de Rumkowski ver A. Beevor et al. (2015) 355 n. e Saul Friedländer, *op. cit.*, 583.

<sup>348</sup> H. Arendt (1994) 139, 147, 176, 195 e segs.; R. Hilberg (1961) 290, 465. M. Baumont (1951) 43, F. L. Carsten (1967) 170, I. Deák (1965) 371 e S. Friedländer (2008) 357-358 referiram os *pogroms* organizados em 1919 pelas tropas de Horthy durante a luta contra a república soviética animada por Béla Kun e no contexto da repressão generalizada que se seguiu à derrota dos comunistas. Mas isto não impediu que, estabilizado o regime fascista, o anti-semitismo fosse posto de parte, como recordou István Deák, *op. cit.*, 376-377. A respeito da situação favorável de que os judeus haviam passado a gozar na Hungria ver G. Aly et al. (2006) 260, Hannah Arendt, *op. cit.*, 139, 147, 176, 195 e segs. e Raul Hilberg, *op. cit.*, 199, 290 e 455. Este último autor acrescentou (pág. 465) que até ao final de

que os judeus húngaros conhecessem os horrores que sucediam nos outros países, e quando Hitler, em Março de 1944, descontente com o caminho que estava a ser tomado pelo regente Horthy, ordenou a ocupação da Hungria pela Wehrmacht e pelos SS, ninguém podia ignorar a ameaça iminente<sup>349</sup>. Aliás, representantes estrangeiros activos na Hungria aconselharam insistentemente os dirigentes sionistas locais a destruir a documentação das comunidades judaicas, evitar novos registos e prevenir os seus correligionários para não usarem a estrela amarela, mas estes avisos não foram levados em consideração<sup>350</sup>. Não se tratou de ignorância, mas de deliberada colaboração. Os chefes sionistas húngaros, aqueles que conseguiram sobreviver, reconheceriam mais tarde que estavam ao corrente do programa de extermínio, mas isto não os impedira de cooperar com as autoridades nacional-socialistas desde o começo da ocupação, já que uma das primeiras medidas tomadas foi o estabelecimento de um Conselho Judaico. Os representantes do Reich preferiram uma vez mais negociar com os sionistas e autorizaram-nos inclusivamente a visitar campos de concentração<sup>351</sup>. Por seu lado, o Conselho estimulou a passividade e a subseriência dos correligionários<sup>352</sup> e no manifesto que endereçou à comunidade judaica foi ao ponto de advertir: «Logo que recebam ordens do Conselho Central, todas as pessoas têm o dever de se

1942 cerca de um décimo dos judeus eslovacos encontrara protecção na Hungria. Também István Deák, op. cit., 365 salientou a tolerância que o regime de Horthy manifestara para com os judeus. Raul Hilberg, op. cit., 514 pretendeu que a relativa benevolência com que os judeus eram tratados na Hungria se devesse ao facto de ocuparem uma posição decisiva nos negócios e nas profissões liberais, a tal ponto que a sua deportação ou o seu extermínio teriam as mais graves consequências sobre a vida económica do país. Quanto à importância dos judeus na economia húngara ver M. Mann (2004) 251. É curioso verificar que a mesma situação foi invocada por Francis Ludwig Carsten, op. cit., 170-171 e 174-175 com objectivos exactamente contrários, para justificar o anti-semitismo prevalecente nas facções mais fanáticas do fascismo magiar. Esta contradição demonstra, uma vez mais, a inutilidade de recorrer a questões económicas reais para explicar uma aversão aos judeus que se devia a causas exclusivamente ideológicas. A legislação anti-semita começou a ser promulgada na Hungria em 1938, devido à pressão directa dos dirigentes do Reich, como indicaram István Deák, op. cit., 382-383 e Raul Hilberg, op. cit., 511, mas Hilberg esclareceu (págs. 520-521) que o governo magiar só participou na política de «solução final» em 1941 e no início de 1942, enquanto Bárdossy foi primeiro-ministro. Quando o regente Horthy ficou definitivamente convencido da inelutabilidade da derrota do Reich e nomeou, em Março de 1942, um governo destinado a preparar a passagem para o campo dos Aliados, a Hungria tornou-se, durante dois anos, um lugar de acolhimento para judeus fugitivos e outras vítimas do nacional-socialismo. Ver a este respeito N. Cohn (1992) 245, István Deák, op. cit., 398 e Raul Hilberg, op. cit., 509, 521 e segs. Só a ocupação do país pelas tropas do Reich, em Março de 1944, pôs cobro a tal situação e, apesar disso, Horthy levantou alguns obstáculos à deportação dos judeus, como se lê em István Deák, op. cit., 399-400. Aliás, se for possível ter confiança em M. Bardèche et al. (1969) 24-26, o profundo anti-semitismo dos seguidores de Ferenc Szálasi não os levou a participar na perseguição aos judeus até tomarem o poder no golpe de Estado de Outubro de 1944, e só a partir de então colaboraram na «solução final», mesmo assim com certas reticências dos principais chefes do partido. Acerca das objecções levantadas por Szálasi ao genocídio dos judeus ver Francis Ludwig Carsten, op. cit., 180. Talvez por isso a revista dirigida por Bardèche escreveu bizarramente, num artigo de Outubro de 1957, que «Szálasi, no momento da morte, entre as mãos dos algozes, tem a tranquilidade e a beleza de um santo». Ver *Défense de l'Occident* (1977-1978) 100.

<sup>349</sup> S. Friedländer (2008) 904-905.

<sup>350</sup> H. L. Feingold (1995) 147, 167.

<sup>351</sup> H. Arendt (1994) 199; S. Friedländer (2008) 906; R. Hilberg (1961) 529 e segs.

<sup>352</sup> S. Friedländer (2008) 904.

apresentar no lugar e à hora indicados»<sup>353</sup>. Esta metódica pontualidade permitiu aos SS recuperarem na Hungria o tempo perdido.

Foi então que Rudolf Kastner, vice-presidente da organização sionista magiar, chegou a um acordo com o SS-Obersturmbannführer Adolf Eichmann, encarregado de superintender o genocídio. A troca da autorização de emigração para a Palestina de um pequeno número de judeus, os sionistas faziam o possível por que os restantes judeus não resistissem à deportação e contribuiriam para manter a ordem nos campos de trânsito, onde estavam a ser reunidas centenas de milhares de pessoas que deveriam seguir posteriormente para a morte em Auschwitz. O preço era elevado, pois o acordo estipulava que de setecentos e cinquenta mil judeus condenados ao extermínio se salvariam apenas mil e seiscentos, mas não é menos certo que os SS deixaram os sionistas seleccionar o «material humano» que lhes convinha para a fundação do novo Estado<sup>354</sup>. Numa entrevista publicada década e meia mais tarde, Eichmann explicou os critérios adoptados por Kastner: «Não lhe interessavam judeus velhos nem aqueles que tivessem sido assimilados pela sociedade húngara. Mas ele dava provas de uma incrível persistência para tentar salvar sangue judaico biologicamente valioso, quer dizer, um material humano que fosse capaz de reprodução e de trabalho pesado»<sup>355</sup>. Finalmente, exigindo mil ou dois mil dólares por pessoa, os SS deixaram partir um comboio com várias centenas de judeus, quase todos jovens, e outros suficientemente ricos para serem «biologicamente valiosos», fazendo também parte da viagem alguns parentes de Kastner e de colegas seus na direcção sionista<sup>356</sup>. Os restantes, a esmagadora maioria, encontraram nas câmaras de gás a Terra Prometida. A colaboração dos representantes sionistas e o custo humano desta colaboração tornam o genocídio ainda mais odioso.

Os Conselhos Judaicos não se sustentavam apenas graças às matracas da sua polícia e à força indiscutível que lhes emprestavam as autoridades nacional-socialistas, e apoiavam-se também, ou sobretudo, na influência e nas clientelas. Os seus membros eram geralmente escolhidos entre pessoas que ocupavam já naquele meio étnico uma situação proeminente quer pela profissão quer pela fortuna quer pelas funções religiosas, rabis e outros personagens dotados de grande

<sup>353</sup> Citado em R. Hilberg (1961) 530.

<sup>354</sup> H. Arendt (1994) 42, 118, 143; L. Brenner (1983) 257-258; R. Hilberg (1961) 529, 543-544, 727.

<sup>355</sup> A entrevista de Adolf Eichmann, publicada na *Life*, 5 de Dezembro de 1960, vem citada em L. Brenner (1983) 258.

<sup>356</sup> *Id.*, *ibid.*, 258-259; S. Friedländer (2008) 920-921. Lenni Brenner, *op. cit.*, 259 afirmou que o comboio de refugiados levava 1.700 judeus, mas no processo em tribunal que teve lugar depois da guerra foi dito repetidamente (págs. 261, 262) que o comboio levava 600 pessoas. Por seu lado, R. Hilberg (1961) 543 referiu que, segundo o acordo estabelecido entre Kastner e Eichmann, se salvariam 1.600 judeus. Saul Friedländer, *op. cit.*, 258 indicou que foram salvos 1.684 judeus e esclareceu (pág. 259) que seguiram dois comboios, o primeiro transportando 600 pessoas.

prestígio<sup>357</sup>, e sem o conservadorismo político e social de um bom número de judeus não teria sido possível dominar tão facilmente a totalidade da população judaica nem chaciná-la numa proporção tão elevada. Uma romancista francesa explicou a questão de modo muito claro: «O conluio dos notáveis que constituíam os Judenräte com os alemães é um facto conhecido, que se compreende facilmente. Em todos os tempos e em todos os países, com raras excepções, os notáveis colaboraram sempre com os vencedores: é um caso de classe»<sup>358</sup>. Não se tratava ali de uma raça, entidade mítica, cuja existência real resulta apenas do facto de haver quem nela acredite. Os sociais-democratas, os comunistas, os críticos, subversores, internacionalistas revelavam-se por isto mesmo judeus em espírito, ainda que não mostrassem sê-lo em corpo, e como tal eram perseguidos e mortos, estando demasiado divididos por uma década e meia de lutas impiedosas para poderem agora unir-se contra o nacional-socialismo. E que havia de comum entre eles e os judeus conservadores habituados a odiar mais a esquerda, que lhes ameaçava os bolsos, do que a temer a direita, que apesar de racista defendia a ordem? Enquanto só 30% dos judeus alemães votaram na social-democracia nas eleições de 1930, 65% votaram num partido centrista conservador<sup>359</sup>, e talvez entre estes se contasse aquela judia abastada que se lamuriava em 1933: «Afinal, acabaríamos por nos habituar ao novo regime, se pelo menos nos deixassem viver em paz...»<sup>360</sup>. Esta mesma divisão de classes foi reproduzida pelos notáveis dos Conselhos, subornados pelos judeus mais ricos para em seu lugar sacrificarem os pobres<sup>361</sup>.

«Em qualquer lado onde vivessem judeus», observou friamente Hannah Arendt, «existiam dirigentes judaicos de reconhecido prestígio; e estes dirigentes, praticamente sem excepção, cooperaram de variadas maneiras e por variadas razões com os nazis. Para dizer toda a verdade, se o povo judaico tivesse estado então desprovido de organizações e de dirigentes a situação teria sido caótica e não faltariam os motivos de sofrimento, mas dificilmente o número total de vítimas se contaria entre quatro milhões e meio e seis milhões»<sup>362</sup>. E esta autora judia aceitou como um cálculo muito verosímil que, enquanto morreram noventa e nove por cento daqueles que se deixaram persuadir pelos Conselhos Judaicos e seguiram para os campos de concentração, entre os fugitivos só cerca de metade teria sido capturada e liquidada<sup>363</sup>. Com efeito, um relatório de 20 de

<sup>357</sup> S. Friedländer (2008) 84-85.

<sup>358</sup> S. Beauvoir [s. d.] 14.

<sup>359</sup> H. L. Feingold (1995) 29.

<sup>360</sup> Citada em D. Guérin (1969) I 83.

<sup>361</sup> S. Friedländer (2008) 87, 303.

<sup>362</sup> H. Arendt (1994) 125.

<sup>363</sup> Id., *ibid.*, 124, 125, 169-170.



Janeiro de 1941, devido ao funcionário responsável pela evacuação dos judeus no distrito de Varsóvia, constatou: «É espantoso que as acções de transferência de população, abarcando cerca de 250.000 pessoas num período relativamente curto, que não chegou a seis semanas, tivessem sido executadas sem nenhum derramamento de sangue e só na última fase precisassem da ajuda de pressões policiais. Foram levadas a cabo graças à mobilização, por um lado, do presidente da Câmara polaco e, por outro, do Conselho Judaico»<sup>364</sup>. A visível perplexidade do autor deste relatório deveria servir de lição para alguns historiadores, como aquele que, omitindo tudo o que diz respeito à colaboração entre os sionistas e as autoridades do Reich antes do começo da guerra, pretendeu que «os chefes dos Conselhos e os seus súbditos dos *ghettos*, moldados por uma mentalidade pré-nazi, supuseram naturalmente que seria possível salvar um maior número de vidas através de estratégias de sobrevivência do que através da resistência»<sup>365</sup>. Mas o período decorrido entre 1933 e 1939 não constituiu um vácuo, e se alguma coisa moldou a mentalidade dos sionistas foi a estreita colaboração que mantiveram ao longo de mais de seis anos com as autoridades nacional-socialistas.

## 5

Em 1939 Jabotinsky incitou os seus partidários a formarem um exército que apoiasse o esforço militar britânico, considerando que a vitória de Hitler seria grave para a Palestina judaica<sup>366</sup>. O fundador do revisionismo regressou assim ao ponto de partida, pois na primeira guerra mundial contribuíra para a criação de uma Legião Judaica destinada a combater na Palestina ao lado dos britânicos contra o Império Otomano, e que acabou por ser organizada sob a chefia de um oficial britânico e com Jabotinsky exercendo na prática as funções de vice-comandante<sup>367</sup>. Mas em que situação ficava este fascista que na prova decisiva renegava o campo do fascismo? Jabotinsky morreu em 1940, nos Estados Unidos, num considerável isolamento. Nestas circunstâncias, a maioria dos membros da Irgun colocou-se sob a chefia de Avraham Stern, ou Yair, um fascista radical adepto de uma orientação estritamente pró-mussoliniana e antibritânica, que se contara entre os vinte e cinco revisionistas que pouco antes do começo da guerra haviam recebido treino do exército polaco em técnicas de sabotagem e insurreição<sup>368</sup>. Em 1940 Stern fundou uma nova Irgun, e se ela mal se diferenciava da anterior quanto à sigla,

<sup>364</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 458-459.

<sup>365</sup> H. L. Feingold (1995) 47.

<sup>366</sup> L. Brenner (1984) 106; H. L. Feingold (1995) 245.

<sup>367</sup> B. Avishai (1985) 101; H. M. Sachar (1976) 91, 102, 112.

<sup>368</sup> Acerca de Stern e da sua rede terrorista ver: B. Avishai (1985) 144, 165; L. Brenner (1983) 265-266, 268-269; id. (1984) 103, 106, 117, 193-194, 199; H. M. Sachar (1976) 247-248, 265.

distinguiu-se pelo recrudescimento dos atentados e assassinatos dirigidos contra a presença britânica. Levando esta estratégia ao extremo, Stern propôs ao Reich uma aliança de guerra. Mesmo numa história de paradoxos, a missiva que um representante de Stern entregou em Janeiro de 1941 a um membro dos serviços de espionagem da Wehrmacht e a um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich deve ser classificada como a expressão mais aberrante do sionismo. No entanto, ou por isto mesmo, ela era absolutamente lógica, pois se os sionistas haviam sempre depositado as esperanças no anti-semitismo enquanto elemento motor das migrações para a Palestina, Hitler, o maior dos anti-semitas, podia agora ser apresentado como o mais importante recurso potencial da Palestina judaica.

«Tem sido várias vezes afirmado nos discursos e declarações dos principais homens de Estado da Alemanha nacional-socialista que uma exigência prévia da Nova Ordem na Europa é a solução radical do problema judaico através da evacuação ("uma Europa livre de judeus")», começa o documento enviado por Stern. «A evacuação das massas judaicas da Europa é uma condição prévia para resolver o problema judaico. Mas isto só pode ser realizado e levado a cabo através do estabelecimento dessas massas na pátria do povo judaico, a Palestina, e através da fundação de um Estado judaico nas suas fronteiras históricas. [...] A ONM [ou seja, neste caso, a facção maioritária da Irgun dirigida por Stern], que não ignora a boa vontade demonstrada pelo governo do Reich alemão e pelas suas autoridades para com a actividade sionista no interior da Alemanha e para com os planos de emigração sionistas, considera que: 1) Poderão existir interesses comuns entre o estabelecimento de uma Nova Ordem na Europa, em conformidade com as concepções germânicas, e as verdadeiras aspirações nacionais do povo judaico, tal como elas são encarnadas pela ONM. 2) Poderá ser possível a cooperação entre a nova Alemanha e um renovado judaísmo racial e nacional e 3) A manutenção e o reforço de uma futura posição de poder germânica no Próximo-Oriente serão favorecidos pela fundação numa base nacional e totalitária do Estado judaico histórico, ligado por um tratado ao Reich alemão. Partindo destas considerações, e com a condição de as referidas aspirações nacionais do movimento pela liberdade de Israel serem reconhecidas pelo Reich alemão, a ONM propõe-se tomar uma parte activa na guerra do lado germânico. Esta proposta da ONM, que inclui a actividade nas esferas militar, política e de espionagem, tanto na Palestina como, consoante os nossos preparativos, fora da Palestina, deverá estar relacionada com o treino militar e a organização dos recursos humanos judaicos na Europa, sob a direcção e o comando da ONM. Essas unidades militares deverão participar na luta pela conquista da Palestina, se for decidida a abertura desta frente de combate». E, depois de resumir a história da Irgun e as suas posições políticas, a missiva conclui: «Tanto na sua ideologia como na

sua estrutura, a ONM está muito próxima dos movimentos totalitários europeus. A capacidade de combate da ONM jamais poderá ser paralisada ou seriamente comprometida quer por medidas defensivas tomadas pela administração inglesa e pelos árabes quer por medidas tomadas pelos socialistas judaicos»<sup>369</sup>. Mas os nacionais-socialistas desprezaram esta proposta, mostrando-se mais fiéis aos seus princípios racistas do que os fascistas sionistas se mostravam à protecção física do seu próprio povo<sup>370</sup>.

## 6

A duradoura e espessa teia de interesses políticos e económicos que ligou diversos sectores do sionismo aos fascismos italiano e germânico contribui para explicar a incredulidade que os dirigentes das comunidades judaicas dos países aliados manifestaram perante as primeiras notícias do genocídio dos seus correligionários na Europa nacional-socialista. Esse confortável cepticismo veio na continuidade dos apelos à moderação com que desde 1933 muitos deles, nos Estados Unidos como em países europeus, haviam procurado refrear a hostilidade dos simples militantes relativamente ao Terceiro Reich<sup>371</sup>. Eram comerciantes e empresários, pouco propensos a manifestações de rua e a campanhas e boicotes que lhes pudessem prejudicar os negócios. Quanto aos dirigentes sionistas, as ligações íntimas que desde há muitos anos mantinham com vários regimes anti-semitas e a convergência que desde 1933 os aproximava do governo de Berlim poderão talvez justificar que uma vez mais, e como sempre, acreditassem que as perseguições continuariam a alimentar a Palestina de capitalistas e trabalhadores.

Um historiador israelita resumiu o problema ao escrever que «a própria direcção sionista não mostrou nenhum grande empenho em melhorar a situação dos judeus na Europa nem pareceu dedicar muita atenção ao desenrolar de uma catástrofe cada vez mais evidente»<sup>372</sup>. Os representantes da Organização Sionista Mundial na Palestina classificaram como «propaganda bolchevista» o relatório de Janeiro de 1942 em que o governo soviético deu a conhecer as atrocidades praticadas pelos Comandos de Acção Especiais dos SS nos territórios ocupados de Leste. E em Julho desse ano o chefe da comissão da Agência Judaica encarregada do auxílio aos perseguidos

<sup>369</sup> Este documento, intitulado *Aspectos Fundamentais da Proposta da Organização Nacional Militar na Palestina (Irgun Zvai Leumi) a respeito da Solução do Problema Judaico na Europa e da Participação da ONM na Guerra ao lado da Alemanha*, encontra-se integralmente transcrito em L. Brenner (1984) 195-197. As passagens citadas vêm nas págs. 195 e 197. Ver também id. (1983) 267-268 e K. Polkehn (1976) 79-80. Traduzi por «judaísmo racial e nacional» o que está consignado no original alemão como «*völkisch-nationalen-Hebräertum*» e na versão em língua inglesa se apresenta como «*folkish-national Hebraium*».

<sup>370</sup> L. Brenner (1983) 268; id. (1984) 197.

<sup>371</sup> E. Black (1999) 8 e segs., 108-109.

<sup>372</sup> S. Friedländer (2008) 680.

— precisamente ele! — recusou-se a acreditar nas notícias referentes aos massacres na Lituânia. Dois meses depois os sionistas da Palestina consideraram alarmistas as informações acerca da amplitude atingida pelo genocídio e dos métodos empregues na sua execução<sup>373</sup>. Por fim, quando a repetição dos testemunhos tornara a dúvida impossível, alguns dos mais importantes dirigentes sionistas colaboraram com o governo dos Estados Unidos na supressão daquelas informações ou no adiamento da sua difusão<sup>374</sup>. Já na conferência sionista reunida em Maio de 1942 em Nova Iorque, que reivindicou a formação de um Estado judaico na Palestina, vários oradores haviam afirmado que quando a guerra terminasse dois ou três milhões de judeus teriam sido liquidados, sem que isto provocasse nenhuma especial comoção entre os participantes<sup>375</sup>. A imperturbabilidade continuou no ano seguinte, e em Janeiro de 1943, algumas semanas após os governos aliados terem publicado uma declaração conjunta acerca da «política alemã de extermínio da raça judaica», a convocatória para a reunião preparatória da Conferência Judaica Americana não incluiu nenhuma menção a este assunto. Quando a Conferência se iniciou, no final de Agosto desse ano, o genocídio continuou a não fazer parte da ordem de trabalhos, e a questão do auxílio aos judeus da Europa ocupada pelos nacionais-socialistas só foi abordada a pedido do rabi Stephen Wise, a figura mais proeminente do judaísmo nos Estados Unidos, presidente do Congresso Judaico Americano e do Congresso Judaico Mundial<sup>376</sup>. Nas altas esferas sionistas, quando a ignorância não podia já ser cultivada, optava-se geralmente por uma atitude deliberada de alheamento. O que interessava aos dirigentes sionistas era apenas a colonização da Palestina. «[...] nas suas declarações públicas a partir do final de 1942 a maior parte dos dirigentes sionistas», escreveu o referido historiador israelita, «encarava o extermínio antes de mais e acima de tudo pelas consequências que teria sobre a construção de um Estado judaico»<sup>377</sup>. Ben-Gurion disse várias vezes em 1942 e 1943 que se os judeus da Europa fossem aniquilados isso arruinaria o sionismo, porque não haveria ninguém para construir o Estado de Israel<sup>378</sup>. O problema seria só esse, e os dirigentes sionistas opuseram-se activamente a quaisquer planos de salvamento dos judeus que tivessem como condição o seu estabelecimento noutras regiões<sup>379</sup>, a ponto de Stephen Wise ter apoiado as medidas tomadas em 1941 pela administração Roosevelt para dificultar mais

<sup>373</sup> L. Brenner (1983) 230-231. A citação encontra-se na pág. 230. Acerca da passividade da Agência Judaica da Palestina perante as notícias do genocídio ver S. Friedländer (2008) 462-465. Contudo, no final de 1942 funcionários da Agência Judaica já divulgaram notícias acerca do genocídio. Ver Lenni Brenner, op. cit., 231, M. Gilbert (2011 b) I 408, R. Hilberg (1961) 718 e H. M. Sachar (1976) 238.

<sup>374</sup> L. Brenner (1983) 231-232; R. Hilberg (1961) 718-719.

<sup>375</sup> S. Friedländer (2008) 680-681.

<sup>376</sup> R. Hilberg (1961) 719, 721.

<sup>377</sup> S. Friedländer (2008) 882.

<sup>378</sup> Id., *ibid.*, 681.

<sup>379</sup> H. L. Feingold (1995) 89-90.

ainda a concessão de vistos<sup>380</sup>. Para completar o cerco, em 1940 o governo dos Estados Unidos pressionara os governos do Brasil e do Chile a não aceitarem refugiados judeus, com o argumento de que entre eles poderiam contar-se espões<sup>381</sup>. Só os partidários de Jabotinsky, tal como haviam antes atacado a Ha'avara e apoiado o boicote comercial ao Reich, defenderam agora que a salvação dos judeus deveria ter prioridade sobre a colonização da Palestina; mas os revisionistas, além de serem minoritários, permaneceram marginalizados nos meios judaicos dos Estados Unidos, onde nem deram o tom ao sionismo nem conseguiram ser escutados nos meios governamentais<sup>382</sup>. A atitude do sionismo oficial caracterizou-se, em suma, por uma passividade disfarçada de expectativa. Nahum Goldmann, que depois da guerra haveria de presidir à Organização Sionista Mundial, contou em 1963 que ele próprio e o rabi Stephen Wise se abstiveram de organizar uma vigília permanente em frente à Casa Branca para pedir que os Aliados bombardeassem os campos de extermínio e os comboios que transportavam os judeus para a morte, tal como era reclamado pelos habitantes do *ghetto* de Varsóvia, «porque a maior parte dos dirigentes judaicos considerava que não devíamos perturbar com agitações e protestos o esforço de guerra do mundo livre contra o nazismo»<sup>383</sup>. Para quem depositara nas acções de Hitler e Himmler a esperança de ver a Palestina encher-se de mão-de-obra e capitais, que terrível desilusão foi a de reconhecer que o nacional-socialismo, em vez de edificar uma «Europa livre de judeus» através da evacuação em massa, preferia matá-los colectivamente.

Problemas como este são um vespeiro, por isso a esmagadora maioria dos historiadores prefere não lhes tocar. Analisar criticamente um processo histórico que está ainda em curso é muitas vezes doloroso e sempre incómodo, tanto mais que neste caso se verifica uma curiosa convergência de adulterações. De um lado, um dos argumentos utilizados pela historiografia de extrema-direita ou fascista para desculpar a violência com que Hitler tratou os judeus consiste em citar as declarações bombásticas de alguns deles e os protestos de muitos para pretender que todos, em bloco, haviam desde início declarado guerra ao Reich<sup>384</sup>. Ignorando comodamente que

<sup>380</sup> Id., *ibid.*, 79; S. Friedländer (2008) 149-150. Segundo Saul Friedländer, o rabi Wise argumentava que, como uma parte da opinião pública norte-americana se opunha à admissão de judeus e de pessoas de esquerda, era muito mais importante que Roosevelt ganhasse a próxima eleição do que fosse obtida a concessão de mais alguns vistos.

<sup>381</sup> S. Friedländer (2008) 150.

<sup>382</sup> H. L. Feingold (1995) 194-195, 238, 247.

<sup>383</sup> Citado em P. Brenner (1983) 249-250.

<sup>384</sup> Foi o que fez, por exemplo, Benoist-Méchin (1964-1966) VI 40-41, fundamentando-se no curioso princípio de que «um judeu nunca está só» (pág. 36) e citando em seu abono Schopenhauer, que também havia pretendido que «a pátria dos judeus é o conjunto dos judeus» (pág. 40). Todavia, numa análise minuciosa dos acontecimentos ocorridos em 1933, E. Black (1999) *passim* mostrou que em todos os casos, sem excepção, as acções de protesto e as iniciativas de boicote devidas a algumas personalidades ou algumas organizações judaicas depararam com apelos

entre os judeus as estratificações sociais e as clivagens políticas prevaleceram sobre qualquer comunidade étnica e esquecendo o lugar ocupado pelo anti-semitismo na encenação hitleriana e rosenberguiana da história, os apologistas contemporâneos do nacional-socialismo atribuem ao povo judaico a iniciativa das hostilidades. E esta mentira encontra sustentação do lado contrário, porque muitos historiadores liberais ou que imaginam situar-se à esquerda desviam os olhos sempre que deparam com indícios da teia de conluios tecida entre os dirigentes sionistas e as autoridades nacional-socialistas, servindo-lhes a falta de atenção para aceitarem sem qualquer distância crítica a versão oficial do sionismo. De uma maneira ou de outra, todos colaboram na mistificação e acrescentam novos meandros ao labirinto do fascismo. Não é simples destruir mitos, e pode ser arriscado quando estão encarnados em pessoas que vivem de os explorar.

Mesmo hoje, decorridos tantos anos, haverá muita gente interessada em recordar que numerosas personalidades importantes do judaísmo tomaram uma parte activa na estratégia anti-semita do fascismo alemão? Depois da guerra o vice-presidente da organização sionista húngara, Rudolf Kastner, foi condenado em Israel por um tribunal de primeira instância, mas durante as alegações no recurso apresentado perante o Supremo Tribunal o procurador-geral, em representação do governo, assumiu a defesa do réu: «Kastner não fez mais nem menos do que nós próprios fazíamos quando salvávamos judeus e os trazíamos para a Palestina [...] Temos o direito — de facto, temos o dever — de arriscar a perda de muitos para salvar poucos [...] Na preparação da emigração para a Palestina fez sempre parte da nossa tradição sionista seleccionar poucos entre muitos. Será que isto permite que nos chamem traidores?». Numa sentença de considerável repercussão, os juízes do Supremo Tribunal absolveram Kastner e reabilitaram-no plenamente<sup>385</sup>, tal como alguns anos mais tarde invalidaram por unanimidade a condenação em primeira instância do antigo chefe da Polícia Judaica numa cidade polaca, ilibando assim de maneira indirecta a generalidade dos Conselhos Judaicos<sup>386</sup>. Um sionista com opiniões vincadamente conservadoras reconheceu: «Esforçámo-nos muito pouco por condenar a colaboração judaica com os nazis»<sup>387</sup>. Ao darem veredictos opostos àquele que havia sido pronunciado na prática pelos insurrectos do *ghetto* de Varsóvia, as sumidades judiciárias do Estado de Israel confirmaram a linhagem histórica em que o sionismo se insere. É uma linhagem dupla, porque se Jabotinsky fundou um fascismo sionista e buscou para o seu movimento o apoio de Mussolini, os representantes da ala maioritária

à moderação e à manutenção da vida comercial normal emanados de personalidades e organizações não menos judaicas.

<sup>385</sup> H. Arendt (1994) 42, 143; L. Brenner (1983) 261-262. A citação está em Lenni Brenner, op. cit., 261.

<sup>386</sup> H. Arendt (1994) 284.

<sup>387</sup> S. Wiesenthal (1989) 231.

e democrática não só foram favoráveis às conversações com o Duce mas estabeleceram igualmente acordos duradouros com o nacional-socialismo germânico.

Passado quase um século, a clivagem que separa os dois grandes campos políticos israelitas prossegue a antiga oposição entre as duas alas do sionismo. Os trabalhistas, ou o que resta deles, continuam a tendência maioritária, com uma orientação de carácter social-democrata, enquanto o Likud é o herdeiro da organização revisionista. O primeiro chefe de governo do Likud, Menachem Begin, que exerceu funções desde 1977 até 1983, fora na sua juventude um dos dirigentes das milícias revisionistas e, embora se mantivesse fiel a Jabotinsky, ultrapassava as propensões terroristas do mestre e apoiava ideologicamente a ala mais radical. Jabotinsky nomeara-o em 1939 comandante da Betar na Polónia, precisamente quando os militares anti-semitas ajudavam a preparar uma invasão armada da Palestina, e com estas credenciais Begin assumiu no final de 1943 a chefia da Irgun, lançando-a em acções violentas contra os britânicos. Em 1948, juntamente com os representantes da ala caracterizadamente fascista do revisionismo, Begin fundou o Partido da Liberdade, que assegurou àquela velha corrente política um novo alento no Estado de Israel<sup>388</sup>. Pouco depois, vinte e sete figuras proeminentes do judaísmo, incluindo Einstein e Hannah Arendt, publicaram num importante jornal norte-americano uma carta onde se lê: «Um dos mais perturbantes fenómenos políticos do nosso tempo é o aparecimento do Partido da Liberdade no recém-criado Estado de Israel, um partido político que nas suas formas de organização, nos seus métodos, na sua filosofia política e na sua audiência social tem um parentesco muito estreito com os partidos nazis e fascistas. Ele deveu a sua formação aos membros e seguidores da antiga Irgun Z'vai Le'umi, uma organização terrorista, de direita e xenófoba na Palestina». Analisando o recente massacre dos habitantes de uma aldeia árabe por membros do Partido da Liberdade, a carta recordou que «hoje eles falam de liberdade, democracia e anti-imperialismo, mas até há pouco tempo pregavam abertamente a doutrina do Estado fascista» e preveniu que «é nas suas acções que o partido terrorista revela o seu verdadeiro carácter; pelas suas acções passadas podemos avaliar o que se esperará dele no futuro»<sup>389</sup>. Mas nem este protesto nem muitos outros impediram a ascensão dos antigos revisionistas. O sucessor de Begin à frente do governo israelita, Yitzhak Shamir, contara-se entre os membros da Irgun que se colocaram sob o comando de Stern, em protesto contra a decisão de Jabotinsky de instaurar tréguas com os britânicos durante a

<sup>388</sup> Acerca da carreira política de Begin ver: B. Avishai (1985) 166-167; L. Brenner (1984) 117, 129-130, 146; «Irgun», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 571; H. M. Sachar (1976) 266.

<sup>389</sup> A carta assinada por Hannah Arendt, Einstein, Sidney Hook, Seymour Melman e outras vinte e três personalidades foi publicada em *The New York Times*, 4 de Dezembro de 1948. Ver I. Abramowitz et al. (1948). Ver igualmente L. Brenner (1983) 123 e (1984) 146-147.

segunda guerra mundial. E é pouco verosímil que Shamir não estivesse ao corrente dos sinistros contactos de Stern com os nacionais-socialistas, porque ocupava uma posição suficientemente elevada para pertencer ao triunvirato que reconstruiu a organização alguns meses após o assassinato do seu chefe<sup>390</sup>. É este o partido que continua hoje a dirigir o governo do Estado de Israel. Mas se as actuais divisões políticas desse país se radicam no período anterior à segunda guerra mundial, os acordos entre os principais partidos têm também a mesma origem. Sem o filofascismo demonstrado pela corrente sionista maioritária seria difícil compreender que os trabalhistas tivessem adoptado no relacionamento com os árabes a estratégia proposta por Jabotinsky. A convergência que os dois grandes campos políticos revelam nesta questão fundamental está no seguimento de uma época em que Mussolini recebia Weizmann e ao mesmo tempo subsidiava Jabotinsky. Afinal, os trabalhistas executaram o projecto dos revisionistas.

Vemos que é inteiramente errada a identificação entre anti-semitismo e anti-sionismo a que desde os primórdios o Estado de Israel tem procedido para tentar obter uma legitimidade moral. Em 1934 o judeu alemão Victor Klemperer, visceralmente oposto aos sionistas, observou no seu diário que «em Sion o Ariano está exactamente na mesma posição que o Judeu ocupa aqui»<sup>391</sup>. Na génese do Estado de Israel reflectiu-se, como uma imagem invertida no espelho, o racismo hitleriano. E nas suas meditações a propósito do processo de Eichmann, a judia Hannah Arendt assinalou, com desgostosa ironia, que as leis israelitas proibindo o matrimónio com não-judeus e recusando a legitimidade aos filhos nascidos de casamentos realizados no estrangeiro entre judeus e não-judeus constituem a réplica da legislação racial promulgada pelos nacionais-socialistas em 1935<sup>392</sup>. É certo que a perspectiva nacionalista e expansionista, a reserva de postos de trabalho para os judeus e outras medidas do mesmo género foram defendidas e adoptadas por uma parte cada vez mais importante dos dirigentes sionistas desde muito antes de 1933, não podendo ser imputada ao Terceiro Reich a inspiração originária destas orientações. Mas não deixa de ser verdade que a lição do nacional-socialismo as agravou e reforçou. Ao catalogar as pretenças singularidades físicas e psicológicas dos judeus, ao esforçar-se por excluí-los da sociedade europeia, ao estimular a sua emigração até finalmente programar a sua liquidação total na Europa, o nacional-socialismo concorreu de maneira muito poderosa para a forma estritamente rácica, e

<sup>390</sup> L. Brenner (1983) 269; id. (1984) 129, 193, 199.

<sup>391</sup> Ver esta passagem da entrada de 13 de Junho de 1934 em M. Chalmers (org. 2006 a) 78. Klemperer empregou o termo «Sion», carregado de conotações históricas e religiosas, porque estava também a denunciar o carácter retrógrado do sionismo.

<sup>392</sup> H. Arendt (1994) 7-8. Também K. Polkehn (1976) 57 mencionou a convergência entre as perspectivas raciais dos sionistas e dos hitlerianos.



racista, como o Estado de Israel tem existido até hoje. E não foi esta uma das consequências menos funestas das obsessões hitlerianas.

Mas se tal conclusão é exacta, será ela a única? O facto de a história ter percorrido um dado caminho não nos deve fazer esquecer que de início outros rumos se apresentavam como possíveis, e também esta possibilidade não deixa de ser, em termos históricos, uma realidade. O certo é que já no final do século XIX e no princípio do século XX vários intelectuais judeus defenderam uma forma de racismo correspondente à que na mesma época foi exposta por Houston Stewart Chamberlain e outros anti-semitas não menos virulentos, e foram eles quem deu o tom ao movimento sionista após a morte de Herzl<sup>393</sup>. Não quero acrescentar mais duas ou três dezenas de páginas a um livro já assim enorme, mas seria aqui o caso de estudar a obra de Max Nordau, associado a Herzl na fundação do sionismo, e cujo pensamento é inseparável da eugenia e da noção de decadência social e cultural, precisamente aquele conjunto ideológico que inspirou a perseguição aos judeus e o seu extermínio. Se alguém lesse certos artigos da imprensa sionista sem lhes conhecer a proveniência, comentou um historiador, decerto presumiria que se deviam a jornais anti-semitas<sup>394</sup> e outro historiador observou que «o sionismo tornou-se como que num reflexo negativo da imagem antijudaica»<sup>395</sup>. Quais as consequências desta perversa simetria? Nathan Birnbaum, o intelectual judeu a quem se deve o termo *sionismo*, pretendeu num artigo de 1886 que as diferenças raciais explicariam as diferenças culturais: «É devido à diferença de raças que o Alemão ou o Eslavo pensam de maneira diferente do Judeu. É esta diferença que explica que o Alemão tivesse criado o *Canto dos Nibelungos* e o Judeu, a Bíblia»<sup>396</sup>. Parece que Herzl não considerava que a identidade nacional se fundasse numa identidade racial, mas não foi esta a perspectiva adoptada pela generalidade dos sionistas<sup>397</sup>. Para o jovem Jabotinsky, por exemplo, numa carta datada de 1904, seria a raça, no sentido biológico do termo, o sangue, a determinar a identidade nacional de um povo, o que excluía qualquer possibilidade de assimilação cultural: «Sob o ponto de vista físico, é inconcebível que um judeu, nascido numa família de puro sangue judaico, [...] possa adaptar-se à visão espiritual de um alemão ou de um francês». E ele concluiu, tal como faziam os defensores das medidas de exclusão dos judeus: «É impossível ocorrer a assimilação espiritual de povos de sangue diferente [...] Se não houver casamentos mistos não pode haver nenhuma assimilação [...] Só a preservação da pureza racial garante a preservação da

<sup>393</sup> L. Brenner (1983) 19; S. G. Payne (2003 a) 126-127; Sh. Sand (2010) 255 e segs.

<sup>394</sup> L. Brenner (1983) 22.

<sup>395</sup> Sh. Sand (2010) 256. Ver também a pág. 266.

<sup>396</sup> Citado em id., *ibid.*, 257.

<sup>397</sup> Id., *ibid.*, 258, 266.

integridade nacional e para isso nós precisamos de um território próprio [...]»<sup>398</sup>. Estas concepções eram generalizadas entre os intelectuais sionistas daquela época. Embora ocupasse um plano mental e humano incomparavelmente superior àquele em que Jabotinsky se situava e viesse a sofrer uma evolução política em muitos aspectos oposta, Martin Buber, pelo menos enquanto dirigiu o principal órgão do movimento sionista, considerou o judaísmo numa perspectiva racial. Quando ele escreveu, em 1911, «que o sangue é uma força geradora profundamente enraizada dentro do homem individual, que as camadas mais profundas do nosso ser são determinadas pelo sangue, que o nosso pensamento íntimo e a nossa vontade são matizados por ele», «o sangue, o mais profundo, o mais poderoso estrato do nosso ser»<sup>399</sup>, estava a usar para o sionismo conceitos que em nada se distinguiam dos usados pelos inimigos dos judeus.

Sucedem com frequência que um racismo suscite como reacção defensiva uma forma invertida desse racismo, e o sionismo nasceu desta atitude paradoxal. O mesmo se pôde observar no movimento de emancipação negra nos Estados Unidos, como mais tarde entre os intelectuais negros residentes em Paris e, finalmente, no movimento independentista no continente africano, tal como constitui hoje a norma nos movimentos identitários. Quando abordei a incapacidade que o marxismo tem demonstrado para explicar o nacionalismo e o racismo (no capítulo 5 da Parte 1) escrevi que qualquer afirmação agressiva de nacionalismo inevitavelmente excita nacionalismos rivais, que surgem primeiro em modalidades defensivas, mas que depois, ao depararem com reacções, se manifestam de maneira agressiva. O sionismo oferece um exemplo flagrante desta regra. Não foi necessário aguardar a implantação na Palestina nem o confronto com os árabes para que o racismo se desenvolvesse entre os sionistas. A ordem causal foi inversa, e a colonização judaica da Palestina forneceu um terreno concreto a um racismo sionista que já existia e que noutras circunstâncias, mesmo sem o Terceiro Reich, não deixaria de se exprimir, embora de modos diferentes<sup>400</sup>. O racismo é uma transposição do nacionalismo. E o plano racial em que o sionismo originariamente se colocou — muito antes de obter um solo e fundar um Estado, que dessem corpo a uma nação — explica que ele viesse a adoptar uma atitude filofascista, quando não mesmo fascista. O facto de o sionismo ser um racismo, e de este racismo ter sido o avesso de outro racismo, antes de conseguir, na prática, ser um nacionalismo, mostra de maneira quase laboratorial o círculo vicioso que está sempre implícito em qualquer nacionalismo.

<sup>398</sup> Citado em L. Brenner (1984) 29-30. Ver igualmente Sh. Sand (2010) 260-261.

<sup>399</sup> Citado em L. Brenner (1983) 20 e Sh. Sand (2010) 260. Ver também L. Brenner (1984) 31.

<sup>400</sup> L. Brenner (1983) 24-25.

## Capítulo 4

# O RACISMO DEMOCRÁTICO

### 1. Geopolítica e *manifest destiny*

As Sociedades de Geografia, que proliferaram na segunda metade do século XIX, constituíram uma das infra-estruturas do novo tipo de colonialismo. Graças às expedições e pesquisas que estas sociedades patrocinavam ou cujos resultados difundiam, as campanhas militares puderam ser mais cuidadosamente preparadas e redobrou a eficácia da ocupação territorial e do enquadramento administrativo. Ao mesmo tempo, a estratégia expansionista foi justificada através das novas formas de racismo com verniz científico. Em breve este conjunto de orientações, por obra também das Sociedades de Geografia, foi reunido num novo ramo do conhecimento, a Geografia Política, depois denominada Geopolítica, que procurava explicar a expansão territorial do capitalismo atribuindo-a não à dinâmica económica, mas a pretensos interesses naturais dos povos. Esta disciplina académica nasceu e foi aperfeiçoada nas instituições universitárias e administrativas dos países democráticos, nomeadamente na Grã-Bretanha pela acção de Halford Mackinder, membro da ala imperialista do Partido Conservador e que, ao serviço do seu governo, desempenhou em 1919 um papel na guerra civil russa como conselheiro das forças contra-revolucionárias. Assim, o facto de a geopolítica ter contribuído para a formação do pensamento de Hitler reforçou o cordão umbilical que uniu o fascismo às democracias. O expoente desta disciplina na Alemanha de entre as duas guerras mundiais, o general e geógrafo Karl Haushofer, da Universidade de Munique, foi professor de Rudolf Hess, de quem se tornou amigo. Membro do partido nacional-socialista desde 1920, onde viria a ocupar o segundo lugar até à sua bizarra partida para a Grã-Bretanha durante a guerra, Hess gozava da inteira confiança de Hitler e ajudou-o quando ele, na cadeia, preparava *Mein Kampf*. Foi assim que Hitler teve oportunidade de aproveitar amplamente as doutrinas geográficas em voga<sup>1</sup>.

Ao mesmo tempo que a estratégia de expansão prosseguida na Índia, na África e na China sob a condução das grandes companhias europeias, e mais tarde dos governos europeus, era justificada em termos científicos, nos Estados Unidos, de acordo com as tradições profundamente religiosas dos imigrantes anglo-saxónicos, a geopolítica assumiu uma forma mística na doutrina

<sup>1</sup> A. Bullock (1972) 78; W. L. Shirer (1995) I 53.

do *manifest destiny*. Foi em 1845 que pela primeira vez John L. O'Sullivan, publicista e episódico diplomata, recorreu aos termos do «destino manifesto»<sup>2</sup> para formular uma concepção que era, na verdade, muito mais antiga, datando dos primórdios da imigração puritana, e segundo a qual o dedo de Deus havia escolhido aquele povo para criar instituições democráticas, apoderar-se do continente e impor aí o seu modelo de sociedade. Tal como sucedeu com a geopolítica, também neste caso a doutrina ficou a dever as suas bases tanto a geógrafos, como Jedidiah Morse, um teólogo calvinista considerado o fundador da geografia norte-americana, como a políticos, especialmente Thomas Jefferson, autor da Declaração de Independência e terceiro presidente da União, ambos defensores da tese de que cabia aos Estados Unidos a responsabilidade de instalar progressivamente o seu domínio sobre o continente. Note-se que esta agradável missão não incumbia ao conjunto da população do país, mas apenas aos protestantes de origem anglo-saxónica. A concepção jacobina de nação, racionalista e abstracta, assente numa cidadania genérica e indeterminada, dificilmente poderia ser bafejada pela graça divina. Configurar um povo é a operação intelectual prévia a qualquer racismo; e atribuir a este povo uma missão, justificada ainda por desígnios celestes, equivale a promovê-lo a uma superioridade racial. O destino manifesto dos índios parecia oscilar entre serem vítimas da chacina ou do ludíbrio, enquanto o dos negros era, evidentemente, serem mantidos na escravidão ou, à medida que ela foi abolida, serem relegados para um estatuto inferior e marginal. Quanto aos «mandriões mexicanos», «que não souberam fazer nada» com a Califórnia — para empregar os termos que Engels, esse convicto admirador do *manifest destiny* de alguns povos escolhidos, parece ter copiado de um dos jornais norte-americanos mais entusiasticamente expansionistas — a sua manifesta vocação era sem dúvida serem destroçados e espoliados por aqueles que o ilustre co-fundador do comunismo moderno julgava serem os «enérgicos *Yankees*»<sup>3</sup>.

O *manifest destiny* seria depois idealizado na grande épica colectiva do *Western*. Adotada pelo Congresso a respeito da ocupação do Oregon, da anexação do Texas e da guerra contra o México, aquela doutrina serviu de então em diante para justificar o expansionismo dos Estados Unidos, primeiro no interior do continente, em seguida através de dois oceanos, no Atlântico em

<sup>2</sup> A expressão surgiu pela primeira vez em Dezembro de 1845 num dos jornais de O'Sullivan, o *New York Morning News*. Na década seguinte O'Sullivan foi o representante diplomático dos Estados Unidos em Portugal. Ver a este respeito F. Merk (1963) 27-28. É curioso observar que E. Weber (1965 b) 4 incluiu o «destino manifesto» entre os «componentes mitológicos da extrema-direita» europeia, deixando prudentemente em suspenso as implicações desta classificação para uma análise das correntes políticas dominantes na democracia norte-americana. Ver igualmente as págs. 7-8.

<sup>3</sup> Este artigo de Engels, publicado na *Neue Rheinische Zeitung*, Fevereiro de 1849, antologado em P. W. Blackstock et al. (orgs. 1952) 71 e citado em R. Rosdolsky (1980) 161, segue quase textualmente um artigo publicado a 24 de Julho de 1845 no *Times* de Hartford, um jornal expansionista editado no Connecticut, como se pode ver em F. Merk (1963) 31.

direcção às Caraíbas e ocupando Cuba<sup>4</sup>, e no Pacífico procurando obter a hegemonia sobre o comércio externo da China, forçando a abertura dos portos japoneses, anexando depois o Hawai e colonizando as Filipinas. Note-se que o comodoro Matthew Perry, cujos navios, em concorrência com a frota russa, abriram em 1853 o Japão ao comércio com o Ocidente, havia já sido celebrado como um herói na guerra contra o México, unindo na sua pessoa o *manifest destiny* no continente e além dos mares<sup>5</sup>. E se recordarmos que a expansão norte-americana no Pacífico se iniciou com a ocupação de algumas ilhas ricas em guano<sup>6</sup>, compreendemos que as grandes ambições podem começar pelos excrementos. Tal como o presidente McKinley explicou em 1899, foi uma noite, enquanto rezava, que o próprio Deus o incitou a apoderar-se das Filipinas e a cristianizá-las<sup>7</sup>, o que aliás mostra da parte do Todo Poderoso uma curiosa falta de confiança na capacidade evangelizadora dos espanhóis. «A civilização que não avançar declina», profetizou Brooks Adams em 1900. E depois de constatar que «está agora preenchido o continente que [...] proporcionou à expansão dos americanos um espaço sem limites», este representante intelectual de uma das mais ilustres famílias dos Estados Unidos, que contava um bisavô e um avô presidentes e um pai embaixador, propôs «a organização de um império ocidental que se prolongue até à Ásia»<sup>8</sup>. Com este fio de tradições, era perfeitamente lógico que duas décadas depois de terminada a segunda guerra mundial um jornalista norte-americano escrevesse: «O Extremo-Oriente é agora o nosso *Far West*»<sup>9</sup>.

Também noutra grande democracia houve quem justificasse em termos de *manifest destiny* a expansão colonial. «Não entendo como poderia um inglês», desabafou Lord Curzon, vice-rei da Índia de 1898 até 1905 e mais tarde ministro dos Negócios Estrangeiros, «duvidar de que não foi por qualquer impulso cego ou qualquer capricho que nós viemos para a Índia e aqui permanecemos, mas em cumprimento do que alguns (e eu entre eles) chamariam os desígnios da Providência, e outros a lei do destino»<sup>10</sup>.

Do mesmo modo o Duce, que no final da vida Curzon tanto admirou, ou fingiu admirar<sup>11</sup>, proclamou numa visita a Tripoli, em Abril de 1926, que «é o Destino quem nos impele para estas

<sup>4</sup> «A anexação de Cuba era um dos grandes objectivos do presidente Franklin Pierce, eleito em 1853», escreveu Ch.-H. Pouthas (1948) 280.

<sup>5</sup> Acerca da simpatia manifestada pelo comodoro Perry para com a doutrina do *manifest destiny* ver F. Merk (1963) 140-141.

<sup>6</sup> I. Tyrrell (2015) 598.

<sup>7</sup> F. Merk (1963) 253.

<sup>8</sup> Citado em A. Herman (1997) 176.

<sup>9</sup> «*The Far East is now our Far West*», escreveu J. Robert Moskin, chefe de redacção para os assuntos internacionais da revista *Look*, 30 de Maio de 1967, citado por N. Chomsky (1969) 268.

<sup>10</sup> Citado em R. Hudson (org. 1999) 533.

<sup>11</sup> Depois de observar (pág. 681) que «entre Mussolini e os estadistas e diplomatas britânicos acabou por

terras. Ninguém ousaria opor-se ao Destino»<sup>12</sup>. O que ele ignorava então é que as linhas do destino podem ser muito tortas. Enquanto aguardava na prisão o julgamento que o condenaria à forca, o marechal Keitel, chefe do supremo comando das forças armadas do Terceiro Reich desde 1938 até ao final da guerra, declarou a um dos seus interrogadores que Hitler se referia à conquista da Rússia como se se tratasse de «o nosso destino manifesto»<sup>13</sup>. E depois ter ocupado o lugar de primeiro-ministro da colónia britânica da Birmânia e ter governado sob a tutela japonesa a Birmânia independente, Ba Maw recordou nas suas Memórias que «muitos japoneses com quem falei durante a guerra mencionavam explicitamente o destino manifesto do Japão na Ásia»<sup>14</sup>. Os pretextos ideológicos do expansionismo democrático norte-americano e britânico puderam servir as pretensões totalitárias do fascismo romano, do Grande Reich e do militarismo nipónico.

## 2. O racismo nos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial

Nos Estados Unidos a guerra forneceu aos movimentos que procuravam alcançar a emancipação dos negros a oportunidade de juntar a luta externa contra os fascismos à luta interna contra a discriminação. Esta simbiose recebeu uma expressão visual no início de 1942, quando a imprensa negra norte-americana adoptou o duplo V como símbolo dos objectivos da guerra. Enquanto para a administração Roosevelt a ubiquidade do V representava a concentração de todos os esforços na vitória sobre o inimigo exterior, para os anti-racistas o duplo V significava o desejo de fazer a democracia triunfar tanto fora como dentro do país<sup>15</sup>.

Relegados para as camadas sociais mais humildes, os negros sentiam especialmente o ostracismo na esfera do trabalho, tanto mais grave quanto os estatutos de alguns sindicatos da

se estabelecer uma espécie de curiosa cumplicidade», A. Lyttelton (1982) 682 afirmou que «mesmo Curzon, que nutria por Mussolini uma enorme antipatia, achava conveniente adulá-lo em público».

<sup>12</sup> Citado em P. Milza (1999) 426.

<sup>13</sup> Citado em G. M. Gilbert (1954) 686. Antes da guerra o jurista nacional-socialista Carl Schmitt invocara a doutrina Monroe para justificar a política expansionista do Führer, como se lê em A. J. Gregor (2005) 328-329, M. Lucena (1976) 661 e G. Lukács (1980) 661. E no seu discurso perante o Reichstag em 28 de Abril de 1939, respondendo às propostas de paz efectuadas por Roosevelt duas semanas antes, Hitler afirmou que «nós, os alemães, professamos a mesma doutrina [Monroe] quanto à Europa, pelo menos no que diz respeito à esfera de influência e aos interesses do Reich germânico». Ver Benoist-Méchin (1964-1966) VI 87-88. Em Novembro do ano seguinte, ao encontrar-se em Berlim com Molotov, o Führer disse-lhe que o Reich estava a conduzir conversações com a França, a Itália e a Espanha para estabelecerem na Europa e na África «uma espécie de Doutrina Monroe». Ver J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 194.

<sup>14</sup> Ba (1968) 106. Como se fosse a coisa mais óbvia, ao descrever as ideias do marechal Terauchi, supremo comandante das forças armadas nipónicas no sudeste asiático, Ba Maw, op. cit., 308 referiu o «destino manifesto do Japão».

<sup>15</sup> C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 5; G. H. Roeder Jr. (1993) 47.

AFL impediam a filiação de pessoas de cor<sup>16</sup>. A agitação conduzida em 1941 levou o presidente Roosevelt a criar uma comissão encarregada, segundo o texto da lei, de instaurar «uma participação plena e justa de todos os trabalhadores nas indústrias de defesa, sem discriminações por motivos de raça, convicção religiosa, cor ou origens nacionais»<sup>17</sup>. A restrição do âmbito desta comissão às indústrias militares revela os objectivos pretendidos. Não se tratava de combater os fundamentos do racismo na sociedade norte-americana, mas apenas de criar condições para que a população não branca participasse no esforço de guerra. Ainda assim a comissão não teve praticamente poderes para implementar as suas decisões nem para evitar o racismo no âmbito das forças armadas, e a doutrina militar oficial nunca deixou de afirmar a inferioridade rática dos negros<sup>18</sup>. Já em 1918, quando os Estados Unidos entraram na primeira guerra mundial, as unidades compostas por negros foram usadas como estivadores e, perante a indignada reivindicação de que fossem autorizadas a combater, o alto comando norte-americano preferiu colocá-las no sector do exército francês a admiti-las entre as tropas brancas do seu país. Segundo o mesmo princípio, só foram alistadas cinco ou seis enfermeiras negras, pois «nem a política das autoridades nem os preconceitos do público aceitavam que elas pudessem tratar soldados brancos feridos em França»<sup>19</sup>.

A segunda guerra mundial contribuiu para traçar uma nova demarcação racial nos Estados Unidos. Pela primeira vez as forças armadas integraram nos mesmos regimentos os descendentes de famílias norte-americanas de longa data e os imigrantes oriundos de vários países europeus, muitos deles vítimas de preconceitos ou que até, como os provenientes do sul da Itália e da Sicília, não eram considerados verdadeiramente brancos. A amálgama nos mesmos regimentos ajudou a redefinir o que se entendia por *branco*<sup>20</sup>. Ora, a nova linha divisória foi tanto mais significativa quanto as autoridades militares vetavam a inclusão de negros nestas unidades, alegando que isso minaria o moral das forças brancas, embora as leis aprovadas pelo Congresso em Setembro de 1940 proibissem a discriminação racial dos recrutas. Por aquele motivo, pouquíssimos negros haviam sido alistados até à altura em que os Estados Unidos entraram em guerra. Lançadas no conflito, e mesmo apesar de depararem com um número insuficiente de combatentes, as chefias das forças armadas permaneceram hostis à ideia de um exército integrado, mostraram-se relutantes ao recrutamento sistemático de negros, impediram tanto quanto possível a sua promoção a

<sup>16</sup> C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 5.

<sup>17</sup> Citada em id., *ibid.*, 5. Ver também R. Polenberg (1972) 105.

<sup>18</sup> J. M. Blum (1976) 184; C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 5.

<sup>19</sup> M. Gilbert (2011 a) II 536.

<sup>20</sup> Th. Russell (2011) 177, 199.

oficiais e afastaram-nos do confronto directo com as tropas inimigas. Em geral, os negros formavam unidades separadas, às quais se atribuíam funções meramente auxiliares. O mesmo sucedeu na marinha, onde tradicionalmente os negros eram apenas empregues em serviços de limpeza e outros do mesmo género, e esta prática estava tão arraigada que até depois de Roosevelt ter decretado a abolição daquelas restrições, em Dezembro de 1942, mais de noventa e cinco por cento dos negros alistados na marinha não haviam mudado de situação. Também na força aérea o preconceito racial era a regra, começando por se vetar o recrutamento de negros, que acabaram depois por ser relegados para esquadrões próprios, na maior parte afastados do combate e limitados a serviços de manutenção<sup>21</sup>. O alistamento de negros ampliou-se à medida que aumentavam as baixas e as chefias militares se debatiam com falta de homens, mas apesar disto a sua participação nas frentes de combate restringia-se na esmagadora maioria dos casos a funções de apoio, algumas especialmente repulsivas, por exemplo a remoção dos cadáveres de soldados mortos em batalha<sup>22</sup>. Os serviços de censura do exército chegaram a proibir a divulgação de fotografias dos feridos e mortos das divisões constituídas por negros, com o argumento de que a imprensa negra iria aproveitá-las para fins propagandísticos<sup>23</sup>.

Os motivos desta política discriminatória, que perdurou durante todo o conflito, foram enunciados pelo secretário da Guerra, Henry L. Stimson, quando declarou que os negros eram congenitamente incapazes de assumir funções de comando e tinham uma aptidão inferior para o uso de armas tecnologicamente sofisticadas<sup>24</sup>. Vimos que, do lado de lá, também Hitler, apesar das dificuldades crescentes do recrutamento, se opôs a que a Wehrmacht empregasse eslavos em acções de combate, com o idêntico argumento de que eram atingidos pela inferioridade racial. E a atitude prevalecente nas forças armadas norte-americanas não se restringia ao plano cultural, mas tratava-se de um racismo biológico, semelhante àquele que inspirava os nacionais-socialistas, porque os serviços hospitalares do exército começaram por rejeitar os doadores de sangue negros e em seguida decidiram manter o plasma separado consoante a cor de pele dos doadores<sup>25</sup>. Seria impossível localizar melhor os fundamentos deste racismo.

<sup>21</sup> J. M. Blum (1976) 184, 208-209; C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 5; R. Polenberg (1972) 123-124; G. H. Roeder Jr. (1993) 44-45. Quando um fascista francês, três anos após o fim da guerra, escreveu que «o preto americano que, por cima das casas de uma cidade, baixa tranquilamente a alavanca do seu depósito de bombas parece-me ainda mais desumano, ainda mais monstruoso, do que o guarda prisional que, no nosso imaginário, acompanha até ao duche mortal as sinistras levas de Treblinka», esse «preto americano» era igualmente uma figura do seu imaginário. Ver M. Bardèche (1948) 198.

<sup>22</sup> C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 6; G. H. Roeder Jr. (1993) 41.

<sup>23</sup> G. H. Roeder Jr. (1993) 57, 79.

<sup>24</sup> J. M. Blum (1976) 185; C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 6; R. Polenberg (1972) 124.

<sup>25</sup> R. Polenberg (1972) 125. Do mesmo modo um militar alemão, ferido e capturado pelos soviéticos em



Nos cartazes destinados preferencialmente à população branca era muitíssimo raro que aparecessem representados soldados negros em posições agressivas de combate<sup>26</sup>, e esta decisão seria decerto do agrado da maior parte do público. Uma sondagem de opinião efectuada em meados de 1943 pelos serviços centrais de propaganda do governo revelou que noventa por cento dos brancos inquiridos defendiam que os soldados brancos e os negros não deviam efectuar a instrução militar em conjunto, enquanto setenta e cinco por cento dos negros sustentavam a opinião contrária<sup>27</sup>. Soldados negros chegaram a ser proibidos de frequentar refeitórios e restaurantes onde, no entanto, se admitiam os prisioneiros de guerra germânicos, assim como foram excluídos de carruagens de comboio reservadas a brancos e que, por conseguinte, acolhiam também prisioneiros germânicos<sup>28</sup>. Esta situação foi vista por vezes com certa má consciência, e um filme produzido em Hollywood em 1943, intitulado *Bataan*, apresentou aos espectadores um soldado negro incluído num grupo de militares brancos, se bem que na realidade não existissem unidades integradas racialmente<sup>29</sup>. Mas um filme produzido no ano seguinte pelos serviços governamentais, *The Negro Soldier*, embora mostrasse negros e brancos fazendo ginástica em conjunto, não escondeu que a segregação prevalecia em toda a vida social no interior das forças armadas<sup>30</sup>. Quando, em 1943, vários órgãos de imprensa publicaram fotografias em que podiam ver-se soldados negros norte-americanos a dançar com mulheres brancas na Grã-Bretanha, o Departamento de Relações Públicas das forças armadas enviou de imediato ordens aos serviços de censura militares para impedirem a divulgação de imagens revelando o convívio entre homens e mulheres de diferentes cores de pele<sup>31</sup>. Chega a surpreender o rigor com que esta prescrição foi aplicada, pois o secretário de Imprensa de Roosevelt determinou que o Departamento de Relações Públicas das forças armadas apreendesse todas as fotografias que mostravam a esposa do presidente acompanhada por militares negros durante as suas visitas às bases do exército<sup>32</sup>. A segregação começava, aliás, por orientar os materiais de propaganda destinados a promover o recrutamento, que eram muitas vezes produzidos separadamente, recebendo os negros folhetos mais simples do que os difundidos entre a população branca e baseados sobretudo em imagens. Mas mesmo quando a discriminação não ocorria na produção ela podia efectuar-se no processo de distribuição,

Fevereiro de 1942, recusou-se a receber uma transfusão de sangue eslavo, morrendo poucas horas depois. Ver A. Beevor et al. (2015) 114.

<sup>26</sup> G. H. Roeder Jr. (1993) 46, 78.

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, 44.

<sup>28</sup> J. M. Blum (1976) 190-191; C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 6; G. H. Roeder Jr. (1993) 123.

<sup>29</sup> C. R. Koppes, «Hollywood», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 542; G. H. Roeder Jr. (1993) 46.

<sup>30</sup> G. H. Roeder Jr. (1993) 47.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, 57, 75.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, 123.

e em vários casos os proprietários de cinemas nos estados do sul, os mais racistas, mandaram eliminar dos filmes de actualidades todas as imagens de militares negros. Parece até que alguns produtores começaram a pôr em circulação filmes montados de maneira a facilitarem este tipo de cortes<sup>33</sup>. E havia no Departamento de Justiça quem propusesse a supressão massiva da imprensa negra durante a guerra<sup>34</sup>.

Uma vez mais, como sempre, torna-se necessário que os sofismas do racismo não dissimulem o verdadeiro carácter de um problema que dividia a população dos Estados Unidos não consoante as epidermes mas de acordo com convicções sociais e políticas. Em 1944, quinhentos artistas do cinema, do teatro e da rádio assinaram uma declaração reivindicando que os negros deixassem de ser representados como seres inferiores e fossem descritos de modo sério e realista<sup>35</sup>. Mas este tipo de atitudes esteve muito longe de prevalecer na generalidade da opinião pública e não conseguiu alterar as orientações governamentais.

As medidas racistas, além de fazerem com que a fuga ao alistamento fosse maior entre os negros do que entre os brancos<sup>36</sup>, levaram a frequentes movimentos de contestação por parte dos soldados de cor, tanto mais que elas entravam em contradição com o esforço de guerra e com os próprios argumentos invocados contra o fascismo. Em bastantes casos ocorreram motins violentos, que as autoridades reprimiram com grande severidade, ao mesmo tempo que os serviços de censura proibiram a divulgação de quaisquer fotografias que mostrassem confrontos raciais em bases militares<sup>37</sup>. A revolta de várias centenas de estivadores militares negros, em protesto contra as condições de trabalho que haviam provocado a morte de mais de trezentos deles numa explosão de munições, levou à condenação de quarenta e quatro amotinados a penas entre oito e quinze anos de trabalhos forçados<sup>38</sup>. Entretanto verificaram-se muitos casos em que soldados negros foram atacados por civis brancos, com maior frequência no sul do país<sup>39</sup>. Na Carolina do Sul, um dos estados onde o racismo estava mais difundido e enraizado, o parlamento aprovou uma resolução declarando que as forças armadas norte-americanas «lutavam pela supremacia branca»<sup>40</sup>.

Em sentido contrário, o alistamento massivo de brancos no serviço militar abriu aos

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, 53-56.

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, 99.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, 103.

<sup>36</sup> Th. Russell (2011) 271.

<sup>37</sup> C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 6; R. Polenberg (1972) 126; G. H. Roeder Jr. (1993) 3, 56.

<sup>38</sup> C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 6.

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, 8.

<sup>40</sup> Citada em G. H. Roeder Jr. (1993) 45.

negros algumas possibilidades de ascensão profissional em sectores industriais de onde estavam tradicionalmente excluídos. É certo que as barreiras não caíram, porque pesava por um lado a ausência de qualificações e por outro lado os velhos critérios continuavam a presidir ao recrutamento da mão-de-obra e à sua formação<sup>41</sup>. Mas apesar de tudo a situação profissional dos negros foi melhorando, especialmente a partir de 1943. Os operários negros de Detroit reconheceriam depois da guerra, com amarga ironia, que «Tojo e o fascismo fizeram mais pela emancipação do trabalho dos negros do que Lincoln ou Roosevelt»<sup>42</sup>. O operariado branco reagiu e reivindicou a aplicação de medidas discriminatórias. Em várias cidades e empresas houve tumultos sangrentos, com os trabalhadores brancos a insurgirem-se pelo facto de os seus colegas negros estarem a ser aceites em postos ou em instalações de onde haviam antes sido afastados<sup>43</sup>. O caso mais grave verificou-se em Junho de 1943 em Detroit. Bandos de brancos atacaram negros, generalizando-se os confrontos a toda a cidade, e foi necessária a declaração do estado de emergência e o envio de tropas federais. No final contaram-se, além de cerca de setecentos feridos, vinte e cinco negros mortos e nove brancos, o que não coibiu a imprensa local de proclamar que tinha havido maior número de vítimas entre os brancos do que entre os negros. Algumas grandes companhias produtoras de filmes de actualidades chegaram a censurar as reportagens feitas pelos cineastas ao seu serviço, de maneira a impedir a difusão de notícias a respeito destes incidentes e de outros motins raciais ocorridos no mesmo ano<sup>44</sup>. O racismo nos Estados Unidos, tal como no Terceiro Reich, não se resumiu a uma atitude das classes dominantes. Condição igualmente as relações no interior da classe trabalhadora, e reside aqui a gravidade da questão.

Pela forma como eram tratados os soldados negros de nacionalidade norte-americana podemos calcular o que sucedia aos militares não-brancos de territórios aliados. Durante a primeira campanha contra a invasão japonesa das Filipinas, e apesar de estarem numa situação cada vez mais precária, os soldados dos Estados Unidos, em vez de procurarem atrair a simpatia dos nativos, tudo fizeram para os humilhar. Proibiam-nos de frequentar os seus refeitórios, onde a alimentação era mais abundante e de muito melhor qualidade do que a entregue aos militares filipinos. E como se haviam habituado no país natal a ver os filipinos empregarem-se apenas em trabalhos domésticos pretendiam forçá-los também a servir-lhes de criados, o que dava origem a recriminações permanentes e suscitava a todo o momento confrontos físicos. Esta discriminação

<sup>41</sup> J. M. Blum (1976) 183-184; R. Polenber (1972) 114-115.

<sup>42</sup> M. Tragtenberg (2005) 126.

<sup>43</sup> J. M. Blum (1976) 191; R. Polenber (1972) 115, 120-122.

<sup>44</sup> J. M. Blum (1976) 202-204; C. Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 6-8; R. Polenber (1972) 127-128; G. H. Roeder Jr. (1993) 57-58, 122, 167 n. 4.

e estes preconceitos, comuns entre a tropa, recebiam o aval dos comandantes quando os oficiais filipinos eram obrigados a obedecer às ordens de oficiais norte-americanos de patente mais baixa, o que destruiu a disciplina que os soldados nativos deviam manter perante os seus próprios superiores<sup>45</sup>. O racismo demonstrado pelas forças armadas dos Estados Unidos contribuiu decerto para enfraquecer a sua posição no arquipélago e ajuda a compreender a vitória japonesa nas Filipinas na campanha de 1941-1942.

A arrogância com que se vexava um aliado oriental tinha as mesmas raízes das medidas que vitimaram a população norte-americana de origem nipónica, e vale a pena comparar as formas como foram tratadas as três comunidades oriundas de países inimigos. Embora em 1940, quando Mussolini decidiu entrar em guerra, 80% dos jornais em língua italiana publicados nos Estados Unidos fossem favoráveis ao regime fascista, 12% seguissem uma posição intermédia e só 8% fossem antifascistas, os ítalo-americanos jamais foram incomodados como grupo étnico desde o princípio até ao fim do conflito nem foram sequer objecto de desconfiança generalizada. Dos italianos não naturalizados, algumas centenas estiveram presos ao abrigo da lei de Dezembro de 1941 sobre os estrangeiros suspeitos, e os restantes viram reduzidas a sua liberdade de movimentos e as suas possibilidades de emprego, mas Roosevelt sempre cortejou o voto dos compatriotas de origem italiana e por sua indicação expressa a administração esforçou-se por minorar aqueles inconvenientes e assumiu uma atitude de boa vontade relativamente à comunidade ítalo-americana<sup>46</sup>. O mesmo sucedeu com os germano-americanos, apesar de desde 1936 até à entrada dos Estados Unidos na guerra a German-American Bund, que no seu apogeu mobilizou talvez mais de vinte mil cidadãos de origem alemã, ter defendido um programa caracteristicamente nacional-socialista e copiado as formas fascistas de organização, fazendo desfilar milícias uniformizadas<sup>47</sup>. Nada disto — e com razão — tornou os germano-americanos colectivamente suspeitos aos olhos dos seus compatriotas<sup>48</sup>.

As pessoas de ascendência japonesa, todavia, mesmo naturalizadas ou até nascidas nos Estados Unidos, diferenciáveis pela cor da pele e pelos traços fisionómicos, foram todas elas sacrificadas à hostilidade dos seus vizinhos brancos. Os sentimentos antinipónicos haviam já sido notórios na primeira guerra mundial, quando o Japão aproveitou a participação no conflito ao lado da *Entente* para acentuar as pressões políticas e económicas sobre a China e se afirmou no

<sup>45</sup> M. E. Buenafe (1950) 97-98.

<sup>46</sup> J. M. Blum (1976) 149-154.

<sup>47</sup> C. Carson et al., «German-American Bund», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 432-433.

<sup>48</sup> J. M. Blum (1976) 172; R. Polenberg (1972) 41-43.

Oceano Pacífico como um eventual concorrente do expansionismo norte-americano<sup>49</sup>. E em 1919, durante a discussão do documento fundador da Sociedade das Nações, a intenção de cancelar ou atenuar as restrições que vinham a ser levantadas à emigração de japoneses para a Austrália e para a costa ocidental dos Estados Unidos constituiu um dos motivos que levaram o representante nipónico a sugerir a adopção oficial de uma atitude anti-racista pelo novo organismo internacional. Todavia, e antes de o Congresso dos Estados Unidos ter decidido afastar o país daquela instituição, as pressões da Califórnia e da Austrália impediram a aceitação da cláusula de igualdade racial<sup>50</sup>. A questão do racismo confundia-se, como frequentemente sucede, com a questão da imigração. Esta atitude não se modificou, e através de uma medida de 1922 e da legislação eugenista de 1924, destinadas a restringir a imigração e a orientá-la racialmente — que receberam o aplauso de Hitler em *Mein Kampf*<sup>51</sup> — juntamente com a série de normas jurídicas que as completaram, os japoneses ficaram proibidos de se estabelecer no país e aqueles que haviam chegado em datas recentes viram-se excluídos da cidadania e foi-lhes limitado o acesso à propriedade fundiária. Na Califórnia, onde a esmagadora maioria se fixara, uma campanha conduzida sob o lema «Mantemos a Califórnia branca!» levou à promulgação de leis que impediram os japoneses de ser proprietários de terras, além de os tornar sistematicamente objecto de discriminações vexatórias. E os protestos públicos do embaixador do Japão só serviram para excitar os ânimos<sup>52</sup>. Os imigrantes nipónicos haviam-se tornado um dos alvos preferidos da xenofobia militante, e o facto de pouco mais de 10% terem apoiado o Japão quando a guerra no Pacífico estava iminente constituiu o pretexto sonhado<sup>53</sup>.

Cedendo às pressões exercidas por um número considerável de brancos da costa ocidental, a administração Roosevelt ordenou, em Fevereiro de 1942, a deslocação forçada dos cerca de cento e doze mil indivíduos de origem japonesa residentes nessa região e o seu internamento em dez campos de concentração, sujeitos à vigilância militar e situados em áreas pouco habitadas. Erradicou-se assim a prática totalidade de uma comunidade, pois no resto do país ela tinha apenas cerca de quinze mil membros, e violou-se declaradamente a Constituição, já que quase dois terços

<sup>49</sup> R. Storry (1990) 153-154, 163.

<sup>50</sup> W. G. Beasley (1981) 207-208. Segundo este autor (pág. 208), a proposta japonesa recebeu o apoio dos delegados da Checoslováquia, da China, da França, da Grécia, da Itália e da Polónia, mas deparou com a inabalável oposição dos representantes do Reino Unido e dos Estados Unidos. Ver igualmente H. G. Dahms (1968) I 341 e a n. 2 no capítulo 2 da Parte 6.

<sup>51</sup> A. Hitler (1995) 400.

<sup>52</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 26-27; J. M. Blum (1976) 156; C. Carson, «Japanese-Americans», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 632-633; *The Economist*, 1 de Fevereiro de 1992, pág. 47; G. H. Roeder Jr. (1993) 86; R. Storry (1990) 170-171.

<sup>53</sup> Th. Russell (2011) 274.

dos detidos eram cidadãos norte-americanos<sup>54</sup>. Porém, como explicou o secretário da Guerra, Stimson, as «características raciais» nipónicas levavam a que tanto os cidadãos como os não-naturalizados devessem ser tratados da mesma maneira<sup>55</sup>. Iguamente claro foi o general John DeWitt, responsável pelo Comando Defensivo Ocidental: «Na guerra que estamos agora a travar as afinidades raciais não são interrompidas pela imigração. A raça japonesa é uma raça inimiga»<sup>56</sup>. Nem sequer se poderia invocar o direito de retaliação, pois até esse momento permaneciam em liberdade os doze mil e quinhentos cidadãos norte-americanos que viviam em territórios ocupados pelo Japão<sup>57</sup>, além de não existirem nenhuma prova de que os residentes de origem japonesa preparassem actos de sabotagem<sup>58</sup>. Quando as autoridades dos campos de internamento pediram aos jovens nipo-americanos de sexo masculino nascidos nos Estados Unidos que assinassem um documento jurando lealdade ao país de que eram cidadãos, só 28% se recusaram a fazê-lo, embora o único direito que a cidadania ainda lhes conferia era o de serem mobilizados e se deixarem morrer na guerra<sup>59</sup>. Todos eles, qualquer que fosse a sua classificação jurídica, foram sacrificados pela aparência física. Vendo-se na necessidade de liquidar imediatamente os seus negócios, muitos arruinaram-se ou sofreram prejuízos de vulto, em benefício dos seus concorrentes etnicamente privilegiados, que compraram ao preço da chuva as propriedades dos detidos. Os danos foram avaliados em trezentos e cinquenta milhões de dólares, uma soma certamente difícil de suportar por uma comunidade cujos rendimentos eram modestos<sup>60</sup>. E mesmo depois de desmantelados aqueles campos de concentração em 1945, a população de origem nipónica continuou a deparar com atitudes discriminatórias<sup>61</sup>. Aliás, os governantes encontraram uma dificuldade inesperada, pois a China era uma aliada na luta contra o Japão e a esmagadora maioria da população norte-americana não conseguia distinguir pela fisionomia os seus concidadãos de origem chinesa dos de origem nipónica. Algumas das revistas mais sérias e de maior tiragem conduziram campanhas destinadas a explicar, através de texto e ilustrações, a diferença entre os caracteres físicos dos dois povos<sup>62</sup>, o que lembra inevitavelmente as exposições que os nacionais-socialistas organizavam na Europa com o objectivo de ensinar a conhecer os judeus. Entretanto o governo cana-

<sup>54</sup> J. M. Blum (1976) 155-156, 159-161; C. Carson, «Japanese-Americans», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 633; R. Polenber (1972) 60-61, 66; G. H. Roeder Jr. (1993) 90-91.

<sup>55</sup> Citado em J. M. Blum (1976) 160 e R. Polenber (1972) 63.

<sup>56</sup> Citado em R. Polenber (1972) 62. Ver também M. Mayer (1966) 269.

<sup>57</sup> «Internment», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 570.

<sup>58</sup> «A própria ausência de quaisquer actos explícitos de sabotagem provocava suspeitas», relatou R. Polenber (1972) 63, «porque era considerada uma prova da existência de planos cuidadosamente preparados».

<sup>59</sup> J. M. Blum (1976) 164-165; R. Polenber (1972) 68.

<sup>60</sup> J. M. Blum (1976) 160; R. Polenber (1972) 70; G. H. Roeder Jr. (1993) 91.

<sup>61</sup> C. Carson, «Japanese-Americans», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 634; R. Polenber (1972) 70.

<sup>62</sup> J. M. Blum (1976) 46; G. H. Roeder Jr. (1993) 90.

diano apressou-se a imitar o seu poderoso vizinho e, cinco dias depois de Roosevelt ter ordenado as operações de internamento, todas as pessoas de origem japonesa residentes no Canadá, homens, mulheres e crianças, tanto estrangeiros como naturalizados, vinte e três mil no total, foram evacuadas para regiões inóspitas no interior do país e viram os seus bens pura e simplesmente confiscados<sup>63</sup>.

As medidas que vitimaram a população norte-americana e canadiana de origem nipónica só podem ser plenamente compreendidas no contexto do racismo generalizado que condicionou a própria apresentação do conflito mundial. Enquanto o Reich e a Itália eram estigmatizados pela propaganda aliada como inimigos políticos e a hostilidade dos caricaturistas visava sobretudo, ou mesmo exclusivamente, a meia dúzia de dirigentes mais conhecidos do partido nacional-socialista e do partido fascista italiano, as operações militares conduzidas no Pacífico encontravam justificação numa perspectiva racial. Talvez isto ajude a compreender o motivo por que o *aide-mémoire* assinado por Roosevelt e Churchill em Setembro de 1944 mencionou a possibilidade de usar a bomba atómica «contra os japoneses», sem referir o inimigo germânico<sup>64</sup>. A propaganda dos Estados Unidos distorcia as feições nipónicas e mostrava-as de maneira animalesca, como ratos ou macacos ou cobras ou vermes<sup>65</sup>. Em 1943 um departamento oficial aprovou um cartaz que apelava para o extermínio dos ratos japoneses<sup>66</sup> e num filme produzido na Primavera de 1945 pelo Departamento da Guerra o narrador comentava, enquanto se viam imagens reais de soldados japoneses a serem queimados vivos: «assámos seiscentos destes macacos»<sup>67</sup>. Embora em 1943 o público pudesse assistir, num filme produzido em Hollywood, a uma cena em que um militar germânico ferido e capturado se recusava a ser tratado por um soldado negro — aliás líbio e não americano — com o pretexto de que não queria ser tocado por um membro de uma raça inferior, a censura militar proibiu a difusão de fotografias mostrando soldados norte-americanos a cuidar dos ferimentos de prisioneiros de guerra nipónicos<sup>68</sup>. O humanismo que emanava de tais imagens poria em causa o carácter animalesco atribuído aos japoneses. Isto explica que, aparentemente com certa frequência, militares norte-americanos regressassem ao seu país trazendo como recordações de guerra colares feitos com dentes de japoneses, ou mesmo crânios de japoneses, devida-

<sup>63</sup> J. L. Granatstein, «Japanese-Canadians», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 634.

<sup>64</sup> Citado em M. Gilbert (2011 b) II 690. No entanto, ver neste capítulo a n. 194.

<sup>65</sup> J. M. Blum (1976) 46-47; R. Polenberg (1972) 135; G. H. Roeder Jr. (1993) 86, 109. Esta atitude perdurou depois de 1945 e, segundo N. J. Cull (2010) 452, quando a Guerra Fria levou à inversão das alianças os filmes de Hollywood só começaram a apresentar figuras positivas de japoneses alguns anos depois de terem começado a apresentar figuras positivas de alemães.

<sup>66</sup> J. M. Blum (1976) 46.

<sup>67</sup> Citado em G. H. Roeder Jr. (1993) 87.

<sup>68</sup> Id., *ibid.*, 45-46, 86, 173 n. 12. Trata-se do filme *Sahara*.

mente limpos da matéria orgânica, enquanto não se conhecem relíquias macabras feitas com restos mortais de soldados germânicos ou italianos<sup>69</sup>, certamente pelas mesmas razões que cinquenta anos antes haviam levado um oficial inglês de futuro promissor a considerar que «os cadáveres de brancos causam [...] uma repugnância muito maior do que os dos negros»<sup>70</sup>.

A hostilidade do imperialismo norte-americano ao imperialismo nipônico não se apresentava como um choque de políticas e interesses mas como um confronto entre raças, em que os brancos, evidentemente superiores, deparavam com um povo ao qual eram atribuídas características infra-humanas. Tomando estas ficções à letra e deixando-se assim aprisionar pelas armadilhas do racismo, uma percentagem considerável de negros norte-americanos declarou às sondagens de opinião que considerava a guerra no Pacífico como um combate entre brancos e povos de cor, não sendo duvidoso para que lado pendiam as suas simpatias<sup>71</sup>. Já a seguir à primeira guerra mundial a imprensa negra citara abundantemente o exemplo japonês como prova de que era possível opor-se com êxito à pressão das nações brancas<sup>72</sup>. Mas agora a administração mostrou-se decidida a dar um exemplo de firmeza e acusou de traição mais de oito dezenas de negros, além de investir no Outono de 1942 contra várias seitas religiosas negras que haviam anunciado a breve libertação dos povos de cor graças à intervenção das armas nipônicas<sup>73</sup>.

### 3. O anti-semitismo dos Aliados

Apesar de serem, juntamente com os escravos, as grandes vítimas do nacional-socialismo, os judeus não receberam dos Aliados um tratamento melhor do que o infligido aos negros e aos asiáticos. Os anúncios da propaganda de guerra publicados nos Estados Unidos pelas revistas de maior circulação nunca apresentaram soldados norte-americanos com os traços fisionómicos atribuídos tradicionalmente aos judeus ou aos naturais da Europa central, e além de ser raro que soldados judeus figurassem em filmes de guerra produzidos em Hollywood, eles eram personificados por actores com feições de tipo anglo-saxónico<sup>74</sup>. Aliás, deu-se assim continuidade a uma

<sup>69</sup> Id., *ibid.*, 134, 175 n. 27.

<sup>70</sup> Sir Henry Rawlinson citado em Th. Pakenham (1999) 339.

<sup>71</sup> J. M. Blum (1976) 183; R. Polenber (1972) 100; G. H. Roeder Jr. (1993) 87, 122.

<sup>72</sup> E. D. Cronon (1968) 36. Segundo este historiador (pág. 166), no período entre as duas guerras mundiais foi fundada sob a influência das doutrinas de Marcus Garvey, mas fora do âmbito da UNIA, uma organização que tentava mobilizar os negros norte-americanos em apoio ao Japão. Todavia, a crer em A. Herman (1997) 213, Garvey admitia que, em troca da sua emancipação política, os negros ajudassem militarmente os brancos contra os impérios asiáticos do Japão e da China.

<sup>73</sup> R. Polenber (1972) 101.

<sup>74</sup> G. H. Roeder Jr. (1993) 50.



orientação anterior, porque, se tinha sido comum a representação de judeus e cenas da vida judaica e se numerosos actores foram conhecidos pelos seus nomes judaicos, a situação mudara nos primeiros anos da década de 1930 e, embora Hollywood fosse dominado por capitalistas de origem judaica, os actores judeus passaram a adoptar nomes de consonância britânica e os personagens judaicos praticamente desapareceram dos filmes<sup>75</sup>. Estavam criadas as condições para que, durante a guerra, a indústria cinematográfica evitasse referir a perseguição aos judeus<sup>76</sup>. O que sucedia nos filmes era o que estava a suceder na realidade.

Os governos norte-americano e britânico mantiveram confidencial a maior parte da informação que mostrava a conversão da política anti-semita de Hitler numa chacina sistemática. A primeira reacção do Departamento de Estado norte-americano foi a de atrasar e dificultar tanto quanto possível a difusão das notícias e um subsecretário de Estado, ou alguém por ele, chegou a proibir que os canais diplomáticos veiculassem este género de relatos<sup>77</sup>. Ora, referindo-se ao ocorrido na Polónia durante o último trimestre de 1939, um historiador explicou que «nada havia de secreto relativamente ao terror alemão no Leste. Os pormenores da maior parte das atrocidades eram transmitidos clandestinamente para o Ocidente passados poucos dias. Os diplomatas neutrais em Berlim estavam bem informados. Cartazes afixados nos muros por toda a Polónia anunciavam ao público as execuções»<sup>78</sup>. Sendo assim, mais curiosa se torna a relutância na difusão de informações acerca da chacina dos judeus, sobretudo porque entretanto a BBC se apressara a divulgar o extermínio dos doentes mentais e dos portadores de deficiências físicas graves, e a aviação britânica lançara sobre o Reich panfletos reproduzindo o sermão do bispo von Galen contra a eutanásia<sup>79</sup>. Mas foram muito diferentes o ritmo e a amplitude com que se noticiou o genocídio dos judeus. Em Julho de 1941 representantes diplomáticos e consulares suíços no Reich e em países subordinados ao Eixo começaram a encaminhar relatórios sobre as atrocidades<sup>80</sup>; e como os serviços de espionagem britânicos conseguiam decifrar a maior parte das mensagens, mesmo as ultra-secretas, trocadas entre os dirigentes políticos, militares e policiais do Reich, no final do ano a directiva de extermínio nos territórios ocupados do Leste era perfeitamente conhecida pelo governo de Londres<sup>81</sup>. Entretanto a espionagem britânica decifrava

<sup>75</sup> Th. Russell (2011) 264-266.

<sup>76</sup> A. Calder (1991) 214; C. R. Koppes, «Hollywood», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 543; G. H. Roeder Jr. (1993) 127.

<sup>77</sup> J. M. Blum (1976) 176, 179; L. Brenner (1983) 231; H. L. Feingold (1995) 81, 173; R. Hilberg (1961) 718-720; D. E. Lipstadt (1986) 275-279; H. M. Sachar (1976) 238.

<sup>78</sup> M. Gilbert (2011 b) I 46-47.

<sup>79</sup> D. Welch (2002) 89.

<sup>80</sup> S. Friedländer (2008) 447.

<sup>81</sup> M. Gilbert (2011 b) I 250-251, 259, 264-265, 272, 410. S. Friedländer (2008) 461 justificou a passividade britânica perante estas informações com o argumento de que era necessário não revelar que se conseguia penetrar

também o código secreto dos serviços ferroviários do Reich, verificando que massas sucessivas de judeus estavam a ser enviadas para um pequeno número de campos de detenção que não tinham lugar para os acolher a todos, mas apesar disto a informação não foi divulgada<sup>82</sup>.

As primeiras notícias públicas do genocídio do povo judaico deveram-se a Thomas Mann, numa série de palestras que proferiu através da BBC desde Novembro de 1941 até Janeiro de 1942<sup>83</sup>, embora em Outubro de 1941 a imprensa aliada tivesse recebido descrições de morticínios efectuados na Ucrânia sob a ocupação germânica<sup>84</sup>. Em Janeiro de 1942 o governo soviético divulgou um relatório detalhado acerca das acções praticadas pelos Einsatzgruppen e a partir de então as informações sucederam-se, umas mais aterradoras do que as outras<sup>85</sup>. Em Abril desse ano o órgão oficioso do NSDAP, que decerto os serviços secretos dos Aliados liam atentamente, publicou uma extraordinária notícia anunciando que «difundiu-se pela população o boato de que a Polícia de Segurança tem a tarefa de exterminar os judeus nos territórios ocupados» de Leste. E a narração do «boato» acrescentou que «por vezes a execução dos judeus atingiu proporções tais que mesmo os membros dos Einsatzkommandos sofreram colapsos nervosos»<sup>86</sup>. Entretanto uma rede clandestina de recolha de testemunhos organizada pelo historiador judeu Emmanuel Ringelblum, cativo no *ghetto* de Varsóvia, conseguiu transmitir aos governantes polacos refugiados em Londres documentação acerca de um dos campos de extermínio, dando ocasião a que a BBC anunciasse em Junho de 1942 que o Reich havia inaugurado a política de «solução final» e contribuindo decerto para que o governo polaco no exílio apresentasse em Agosto ao governo dos Estados Unidos um relatório sobre o uso de câmaras de gás e fornos crematórios, mas a notícia foi abafada ou subestimada pela imprensa norte-americana<sup>87</sup>. Além disso, em Julho os serviços secretos aliados na Suíça souberam por uma fonte germânica fidedigna que Hitler ordenara a eliminação dos judeus, mas, depois de os governos de Londres e Washington terem atrasado a transmissão desta informação aos meios judaicos ocidentais, em Setembro as autoridades norte-americanas pediram ao rabi Stephen Wise, uma das figuras mais proeminentes da comunidade

o código das comunicações inimigas, como se não houvesse maneiras de contornar o problema.

<sup>82</sup> M. R. D. Foot (2008) 231.

<sup>83</sup> S. Friedländer (2008) 503; H. M. Sachar (1976) 238; P. Watson (2011) 737.

<sup>84</sup> L. Brenner (1983) 230; D. E. Lipstadt (1986) 215-216.

<sup>85</sup> L. Brenner (1983) 230.

<sup>86</sup> Esta passagem do artigo publicado no *Völkischer Beobachter*, 30 de Abril de 1942, vem reproduzida em S. Friedländer (2008) 508-509.

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, 588-589; M. Gilbert (2011 b) I 392; D. E. Lipstadt (1986) 231-233, 236 e segs.; E. Ringelblum (1964) 317-318; «Ringelblum, Emmanuel», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 949; H. M. Sachar (1976) 238. Acerca das transmissões da BBC ver também C. Callil (2009) 321, 350 e 364. Segundo Martin Gilbert, *op. cit.*, I 384, o jornal clandestino do Partido Socialista Polaco publicara estas informações também em Junho. S. Friedländer (2008) 676-677 indicou que o governo polaco no exílio, muito permeado pelo anti-semitismo, não se apressou a transmitir algumas das informações recebidas.

judaica nos Estados- Unidos, para não divulgar a notícia até ser comprovada, e ele aceitou em manter o silêncio<sup>88</sup>. No entanto essas informações já haviam sido confirmadas por documentos emanados do Congresso Judaico Mundial e no final do ano receberiam novamente confirmação graças a notícias transmitidas por funcionários da Agência Judaica da Palestina<sup>89</sup>. No Verão de 1942 um técnico de desinfecções alemão assistiu a uma liquidação de judeus no campo de extermínio de Belzec e tentou comunicar a informação através dos serviços diplomáticos suecos, que não a fizeram chegar aos Aliados, e em seguida contactou os canais diplomáticos do Vaticano e da Suíça, com igual falta de resultados. Aliás, o Ministério dos Negócios Estrangeiros sueco absteve-se de passar aos Aliados outras informações do mesmo teor<sup>90</sup>. Pouco depois, em Novembro de 1942, chegou a Londres um membro da Resistência polaca, que com insuperável audácia havia penetrado num dos campos de concentração, e descreveu pessoalmente a Eden e ao próprio Roosevelt os métodos empregues pelos SS<sup>91</sup>. Em Dezembro tornara-se impossível aos governos de Washington e Londres continuar a impôr o silêncio<sup>92</sup>. E em Julho de 1943, na União Soviética, o início do primeiro julgamento por crimes de guerra cometidos pelo Reich nos territórios de Leste contribuiu para divulgar as atrocidades, tanto mais que estiveram presentes vários jornalistas ocidentais<sup>93</sup>. As notícias foram-se acumulando e permitiram uma avaliação a tal ponto exacta da situação que em Junho de 1944 uma revista de Nova Iorque não andou longe da verdade ao calcular entre quatro e cinco milhões o número de judeus vítimas do genocídio<sup>94</sup>.

Só em Dezembro de 1942 os três países aliados emitiram uma declaração conjunta acerca do extermínio dos judeus, calculando em muitas centenas de milhares o número de vítimas<sup>95</sup>, e de então em diante tanto o governo dos Estados Unidos como o do Reino Unido esforçaram-se por subestimar o problema e adiar qualquer tipo de solução, recusando-se a dar fundos e a fornecer meios de transporte para salvar os judeus<sup>96</sup>. Talvez pior ainda foi ter-se introduzido uma excepção, já que em 1940 o Departamento de Estado norte-americano admitiu a concessão de «vistos de emergência» a refugiados «cujos sucessos intelectuais ou culturais ou actividades polí-

<sup>88</sup> S. Friedländer (2008) 684-685; D. E. Lipstadt (1986) 275; «Schulte, Eduard», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 982.

<sup>89</sup> L. Brenner (1983) 231; M. Gilbert (2011 b) I 408; R. Hilberg (1961) 718; H. M. Sachar (1976) 238.

<sup>90</sup> S. Friedländer (2008) 681-684.

<sup>91</sup> «Belzec», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 123; «Karski, Jan», em id., *ibid.*, 643-644. Para uma perspectiva muito crítica de Karski e da forma como executou a sua missão ver S. Friedländer (2008) 677-678.

<sup>92</sup> S. Friedländer (2008) 686-687; D. E. Lipstadt (1986) 257, 265.

<sup>93</sup> M. Gilbert (2011 b) II 518. Acerca de um julgamento realizado em Dezembro de 1943 ver id., *ibid.*, II 560.

<sup>94</sup> I. F. Stone em *The Nation*, 10 de Junho de 1944, reproduzido em K. V. Heuvel et al. (orgs. 1994) 247. Segundo D. E. Lipstadt (1986) 225, já em Dezembro de 1941 o jornalista George Sokolsky, num artigo publicado no *New York Sun*, previra que no final da guerra haveria quatro milhões de judeus mortos pelos nacionais-socialistas.

<sup>95</sup> M. Gilbert (2011 b) I 449-450; R. Hilberg (1961) 719.

<sup>96</sup> B. Avishai (1985) 161-162; H. L. Feingold (1995) 7; H. M. Sachar (1976) 238-239.

ticas sejam do interesse dos Estados Unidos»<sup>97</sup>. Aliás, na Primavera de 1933 o governo norte-americano e o britânico haviam enviado representantes a Berlim com a finalidade exclusiva de recrutar os cientistas judeus que começavam então a ser vítimas de perseguições<sup>98</sup>, isto enquanto os consulados norte-americanos no Reich desencorajavam os judeus comuns que pretendessem emigrar para os Estados Unidos<sup>99</sup>. As portas que se abriam a um escol fechavam-se aos outros e em Abril de 1943 a conferência anglo-americana das Bermudas, convocada para discutir as questões suscitadas pelo genocídio, absteve-se de propor qualquer iniciativa eficaz<sup>100</sup>. Finalmente, em Janeiro do ano seguinte o governo dos Estados Unidos criou o War Refugee Board, mas perante a dimensão da tarefa os resultados obtidos foram insignificantes<sup>101</sup>. «Na realidade», afirmou uma equipa de eruditos pouco dados ao exagero, «tanto os britânicos como os americanos, depois de terem organizado a conferência das Bermudas [...], opuseram-se a quaisquer planos de salvamento massivo dos judeus da Europa ocupada»<sup>102</sup>.

Mas não será que estou a tomar à letra as ilusões da historiografia e a aceitar-lhe ingenuamente os espantos? Até ao começo da guerra, em 1939, o movimento eugenista alemão exerceu uma grande influência na Federação Internacional das Organizações Eugenistas<sup>103</sup>, pelo que as suas posições eram mundialmente conhecidas. Durante a década de 1920 as publicações eugenistas norte-americanas, em especial o *Eugenical News* e o *Journal of Heredity* editado pela American Genetic Association, seguiram com interesse as pesquisas dos cientistas raciais alemães e reproduziram regularmente artigos seus, manifestando sem rodeios orientações anti-semitas<sup>104</sup>. Em 1932, depois de ter publicado no número de Março-Abril um artigo intitulado «Hitler e o Orgulho Racial», onde se ficara a saber que «os arianos são os grandes fundadores de civilizações [...] A mistura do sangue, a poluição da raça [...] tem sido a única razão que levou a perecerem velhas civilizações», o *Eugenical News* inseriu em Setembro-Outubro um novo louvor a Hitler. «O movimento de Hitler dar-lhe-á mais tarde ou mais cedo o pleno poder [e] trará ao movimento nórdico o reconhecimento geral e a promoção pelo Estado», afirmou este artigo. «Quando eles [os nacionais-socialistas] assumirem o controle do governo na Alemanha, devem esperar-se a curto prazo novas leis de higiene racial bem como uma cultura nórdica consciente e

<sup>97</sup> Citado em P. Watson (2011) 700.

<sup>98</sup> A. Sohn-Rethel (1987) 40.

<sup>99</sup> K. A. Schleunes (1990) 186.

<sup>100</sup> «Bermuda Conference», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 128; J. M. Blum (1976) 178; H. L. Feingold (1995) 83; S. Friedländer (2008) 878; D. E. Lipstadt (1986) 292 e segs.; N. Lochery (2011) 235.

<sup>101</sup> H. L. Feingold (1995) 8, 84; D. E. Lipstadt (1986) 322-324, 328-330; «War Refugee Board», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1260.

<sup>102</sup> «Palestine», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 864.

<sup>103</sup> Sh. F. Weiss (2010) 50, 56.

<sup>104</sup> E. Black (2003) 281 e segs.

uma “política externa” nórdica»<sup>105</sup>. Em 1933 o *Journal of the American Medical Association* relatava, sem os pôr em causa, os temas raciais que obcecavam os hitlerianos<sup>106</sup>. Dois anos depois alguns eugenistas norte-americanos e especialistas de genética procuraram levar o movimento eugenista a afastar-se das questões raciais, mas a tentativa não resultou, embora a partir de 1936 o *Journal of the American Medical Association* se tivesse distanciado das medidas tomadas pelos nacionais-socialistas<sup>107</sup>. Entretanto, no número de Março-Abril de 1936 o *Eugenical News* exaltou «a grande importância da política racial alemã», num artigo assinado pelo presidente da Eugenics Research Association<sup>108</sup>. No mesmo ano, uma eugenista norte-americana que havia percorrido o Reich para observar com minúcia a política racial escreveu artigos e proferiu conferências enaltecendo o que vira e assegurando aos seus compatriotas que o anti-semitismo não se devia a motivos religiosos — o que decerto o tornaria inaceitável para os bons protestantes anglo-saxónicos — pois os judeus eram definidos não pelas suas práticas religiosas mas pelo seu sangue<sup>109</sup>. No ano seguinte outra autora, considerando a Alemanha «o maior laboratório existente de experiências eugénicas», explicou aos leitores do *Journal of Heredity* que se tratava de «um esforço concertado» para «alterar as características inatas da população graças a agências mantidas sob controle social»; e o artigo concluía afirmando que a Alemanha «reconheceu antes que fosse demasiado tarde (e antes de qualquer outra nação ter dado passos significativos nesta direcção) a importância biológica de melhorar o *stock* racial pondo em acção todos os meios possíveis ao seu dispor que contribuam para esse importante objectivo»<sup>110</sup>.

O aval foi igualmente concedido por Lothrop Stoddard, um dos dirigentes da Eugenics Research Association, que tivera o privilégio de ser recebido no início da guerra pelas principais figuras políticas e científicas do Reich. Numa obra publicada em 1940 ele explicou que o racismo de Hitler tinha duas componentes distintas. Uma delas, que seria um «fenómeno passageiro», postulava a existência de diferenças fundamentais entre as raças e considerava a mestiçagem como um mal absoluto. Mais importante seria a outra componente, que dizia respeito à melhoria da raça e correspondia aos objectivos e aos métodos da eugenia. «No interior da Alemanha a questão judaica é considerada um fenómeno passageiro», anunciou Stoddard ao público norte-americano, «estando já resolvida em princípio e ficando em breve resolvida na prática mediante a

<sup>105</sup> Citados respectivamente em *id.*, *ibid.*, 297 e 298.

<sup>106</sup> *Id.*, *ibid.*, 301-302.

<sup>107</sup> *Id.*, *ibid.*, 313.

<sup>108</sup> Esta passagem do artigo de Clarence Campbell encontra-se citada em *id.*, *ibid.*, 315. Ver igualmente Sh. F. Weiss (2010) 277.

<sup>109</sup> As declarações de Marie Kopp encontram-se resumidas e citadas em E. Black (2003) 315.

<sup>110</sup> Estas passagens do artigo de Hilda von Hellmer Wullen estão citadas em Sh. F. Weiss (2010) 278.

eliminação física dos próprios judeus no Terceiro Reich»<sup>111</sup>. E em Abril de 1942, vários meses depois de terem sido divulgados os primeiros relatos do genocídio, o *Journal of Heredity* publicou um artigo de um especialista norte-americano em genética, Tage U. H. Ellinger, contando a visita efectuada a um grande instituto eugenista de Berlim durante o Inverno de 1939-1940: «O problema em si é bastante simples se se souber que a erradicação deliberada do elemento judaico na Alemanha não se relaciona de modo nenhum com qualquer perseguição religiosa. Trata-se apenas de um projecto de reprodução selectiva em grande escala, com o objectivo de eliminar daquela nação os caracteres hereditários da raça semita. Se isto é ou não desejável é um assunto que nada tem a ver com a ciência. Trata-se somente de uma questão de orientação política e de preconceito. É um problema semelhante àquele [que] os americanos resolveram a seu próprio contento relativamente à população de cor. A história das formas cruéis como a vida foi tornada insuportável para milhões de infelizes judeus alemães pertence exclusivamente ao reino vergonhoso da brutalidade humana. Mas quando se levanta o problema de saber como deve ser prosseguido da maneira mais eficaz o projecto de reprodução selectiva, depois de a sua conveniência ter sido decidida pelos políticos, então a ciência biológica pode prestar ajuda mesmo aos nazis». E Ellinger apresentou o genocídio como uma espécie de filantropia. «Aquilo que vi na Alemanha fez-me pensar muitas vezes se por detrás do tratamento infligido aos judeus não estaria a ideia subtil de os desencorajar de procriarem crianças condenadas a uma vida de horrores. Se isto sucedesse, o problema judaico resolver-se-ia por si mesmo numa geração, mas teria sido muitíssimo mais caridoso matar os infelizes de uma só vez». Afinal, os SS foram, segundo os desejos de Ellinger, mais caridosos do que subtis. Não se pode duvidar que o extermínio dos judeus fosse conhecido quando lemos neste artigo: «Tal como as coisas estão na Alemanha nazi, é evidentemente uma questão quase de vida ou morte ter a etiqueta de ariano ou de judeu»<sup>112</sup>.

Em vez de constituir qualquer novidade, a «solução final» vinha na continuação de medidas que desde há bastante tempo eram anunciadas e promovidas por alguns nomes célebres do eugenismo. «As montanhas de materiais que Laughlin coligiu acerca da ciência racial e da “questão judaica” na Alemanha», escreveu uma historiadora, «muitos deles publicados em órgãos conceituados como o *New York Times*, não deixam dúvidas de que os americanos, se quisessem, podiam ter estado bem informados acerca da política racial nazi»<sup>113</sup>. Perante todos aqueles textos

<sup>111</sup> O texto de Lothrop Stoddard está sintetizado em S. Kühl (1994) 61-62. As citações encontram-se em E. Black (2003) 318 e Stefan Kühl, *op.cit.*, 62.

<sup>112</sup> O artigo de Tage U. H. Ellinger encontra-se citado em E. Black (2003) 415-416. Ver igualmente S. Kühl (1994) 60.

<sup>113</sup> Sh. F. Weiss (2010) 281-282.

e conhecendo as estreitas relações que uniam os eugenistas norte-americanos aos seus colegas alemães, vejo a outra luz a indiferença com que certa opinião pública dos Estados Unidos acolheu as notícias sobre o assassinato em massa dos judeus e o afã do governo em dificultar a sua difusão pelos órgãos de informação.

A única coisa a fazer seria deslocar centenas de milhares de judeus da Europa para um lugar seguro. Desde a conferência que, por sugestão do presidente Roosevelt, reuniu delegados de trinta e dois países na cidade francesa de Évian, durante o Verão de 1938, com o objectivo de estudar as possibilidades de realojamento massivo dos judeus do Reich, e até ao final da guerra, foram-se acumulando nos gabinetes oficiais centenas de planos, totalmente fúteis porque tanto os Estados Unidos e a Grã-Bretanha como as nações da América Latina, com a parcial excepção da República Dominicana, haviam deixado muito clara em Évian a sua recusa a receber multidões de refugiados. Cada governo só se dispunha a sugerir asilo em países estrangeiros, que por seu turno remetiam para outros a solução do problema. Os representantes sionistas presentes na conferência defendiam uma única solução, a emigração dos Judeus para a Palestina<sup>114</sup>, mas uma boa parte dos projectos subsequentes à conferência de Évian, quando não propunha o envio dos judeus para congelarem no Alaska, previa o seu estabelecimento nas Guianas ou em qualquer região da África, tentando aproveitar as consequências da expansão imperialista do nacional-socialismo para conferir novo vigor ao colonialismo das democracias<sup>115</sup>. Mais grave ainda, a conferência fez depender a aprovação de quaisquer propostas da sua aceitação pelo governo do Reich, colocando a resolução do problema nas mãos daqueles mesmos que o haviam criado<sup>116</sup>. Muito anos depois, o antigo chefe do fascismo valão e oficial superior dos Waffen-SS podia escrever que «foram os países ditos de acolhimento quem fechou as portas!»<sup>117</sup> — e o pior é que tinha razão.

Em Setembro de 1938, precisamente quando Roosevelt reunia a sua conferência, Hitler declarou ao embaixador polaco que estava disposto a enviar para uma colónia os judeus do Reich e em Janeiro do ano seguinte fez declarações semelhantes a vários dirigentes de países do Leste europeu<sup>118</sup>. Se descermos das intenções ao plano dos factos, devemos recordar que em Maio de 1939, faltavam menos de quatro meses para o início da guerra, as autoridades do Reich deram

<sup>114</sup> K. Polkehn (1976) 81.

<sup>115</sup> Acerca da conferência de Évian e dos planos de asilo ver H. L. Feingold (1995) 74-75, 94-140, 188, D. E. Lipstadt (1986) 138-145 e A. Tooze (2006) 279-280. «Duvido que façam muita coisa», escreveu na página do seu diário relativa a essa conferência um jornalista que acompanhou o acontecimento. «Os britânicos, os franceses e os americanos parecem ansiosos por não fazer nada que possa ofender Hitler». Ver W. L. Shirer (2011) 129.

<sup>116</sup> K. A. Schleunes (1990) 232-234.

<sup>117</sup> L. Degrelle (2006) 82. «[...] os países estrangeiros não estavam desejosos de receber judeus indigentes [...]», escreveram J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 354. Ver igualmente S. Friedländer (2008) 877.

<sup>118</sup> M. Roseman (2012) 21.

autorização para sair de Hamburgo um navio transportando novecentos e trinta e sete judeus, que tinham a esperança de encontrar acolhimento do lado de lá do oceano. Como o governo norte-americano e a opinião pública do país eram contrários à aceitação de mais judeus, visto que as quotas de imigração já estavam preenchidas, o navio dirigiu-se para Havana. Mas nessa época o governo cubano seguia obedientemente as indicações do poderoso vizinho e, recusando-se a dar asilo aos judeus, intimou-os a abandonar as águas da ilha. O comandante tentou então dirigir o navio para Miami, onde foi impedido de aportar, bem como nos outros portos dos Estados Unidos, e como também o governo canadiano proibiu os fugitivos de desembarcarem, não restou outra solução senão fazer a viagem de regresso e a carga humana acabou por ser depositada em alguns países europeus, quase três centenas no Reino Unido e o restante distribuído pela Bélgica, pela Holanda e pela França, de onde aqueles que não fugiram para outros lugares ficaram em breve expostos à perseguição dos ocupantes nacional-socialistas. No total, talvez um quarto tivesse sobrevivido<sup>119</sup>. Quando, no ano seguinte, um navio português carregado com oito dezenas de judeus fugitivos do Reich se viu recambiado dos portos mexicanos mas conseguiu que a maior parte dos passageiros desembarcasse nos Estados Unidos<sup>120</sup>, isto só serviu para endurecer mais ainda as posições do Departamento de Estado, a ponto de nos meados de 1941 o alto funcionário que então superintendia estes assuntos, confesso admirador de Hitler e de Mussolini e obcecado com o perigo de uma conspiração judaico-comunista, se gabar de ter conseguido estancar definitivamente a entrada de refugiados<sup>121</sup>. E, com efeito, enquanto a guerra durou os consulados norte-americanos concederam um número de vistos inferior ao que a lei lhes permitia<sup>122</sup>.

Estes episódios, além de terem servido a Hitler para demonstrar publicamente que também nos outros países os judeus eram indesejáveis, permitiriam a qualquer observador adivinhar qual haveria de ser a atitude dos governos democráticos perante a iminência de uma migração judaica massiva. Em 1940, com o curioso argumento de que um afluxo de judeus estimularia o anti-semitismo latente na Grã-Bretanha e acabaria por ser prejudicial à própria comunidade judaica, o ministro do Interior britânico, aliás figura importante do Partido Trabalhista, rejeitou uma proposta do governo de Vichy, que se dispunha a consentir a emigração de crianças judias<sup>123</sup>. Um

<sup>119</sup> Acerca da viagem do navio St. Louis ver D. E. Lipstadt (1986) 169-175 e G. Thomas et al. (2014) *passim*. Ver também L. Degrelle (2006) 82-83. Quanto à atitude tomada pelo governo do Canadá ver *The Economist*, 24 de Junho de 2006, pág. 58.

<sup>120</sup> Acerca da viagem do navio Quanza ver H. L. Feingold (1995) 78-79.

<sup>121</sup> Sobre Breckinridge Long, vice-secretário do Departamento de Estado encarregado do Departamento de Problemas Especiais, ver id., *ibid.*, 79, 81, 86, 143, 172-173, S. Friedländer (2008) 148-149 e D. E. Lipstadt (1986) 297, 321-322.

<sup>122</sup> H. L. Feingold (1995) 142, 173, 193.

<sup>123</sup> Id., *ibid.*, 64.



argumento semelhante foi invocado pela embaixada britânica em Portugal quando procurou dissuadir Salazar de autorizar o estabelecimento em Lisboa de filiais de instituições de auxílio aos judeus, alegando que a população portuguesa veria com maus olhos um afluxo de imigrantes judaicos, o que beneficiaria a propaganda germânica<sup>124</sup>. E no final de 1941, quando o embaixador da Turquia em Bucareste sugeriu ao representante dos Estados Unidos que os judeus romenos fossem transferidos para a Palestina através da Turquia, o Departamento de Estado norte-americano recusou-se a transmitir sequer esta proposta aos britânicos, invocando, entre outros argumentos, as dificuldades de transporte, a possibilidade de as comunidades judaicas dos demais países ameaçados pelo Reich pedirem igualmente ajuda e a eventualidade de virem a surgir «pressões para um asilo no hemisfério ocidental»<sup>125</sup>. Com efeito, quando em Dezembro de 1941 um navio com setecentos e sessenta e nove judeus fugidos da Roménia aportou na Turquia e se colocou a possibilidade de seguirem para a Palestina, o secretário britânico das Colónias opôs-se, com o pretexto de que estariam assim a estimular-se novos fluxos de refugiados e que entre eles poderiam contar-se espões germânicos<sup>126</sup>. Nos primeiros meses de 1943 a Suécia, um país neutral, ofereceu-se para acolher vinte mil crianças judias provenientes da Europa ocupada pelo Reich, com a condição de a Grã-Bretanha e os Estados Unidos pagarem os custos da sua alimentação e se comprometerem a repatriá-las no final da guerra, mas o governo norte-americano demorou tanto tempo a dar uma resposta que a ocasião se perdeu<sup>127</sup>. Em Março desse ano surgiu uma nova oportunidade de salvar um número muito considerável de vidas, quando a Bulgária anunciou que autorizaria os seus sessenta ou setenta mil judeus a emigrar para a Palestina, mas também então os Aliados não deram seguimento ao projecto<sup>128</sup>. E pouco depois um plano do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich, que encarava a possibilidade de trocar cinco mil crianças judias eslavas pelos alemães detidos em território britânico, foi recusado pelo governo de Londres com o argumento de que não havia equivalência entre as duas situações porque as crianças não possuíam a cidadania britânica<sup>129</sup>. Com igual má vontade deparou a proposta do ditador fascista romeno, o marechal Antonescu, que em 1943 pretendeu vender aos Aliados, pela módica quantia de cento e setenta mil dólares, a vida de sessenta ou setenta mil judeus. O Departamento de Estado norte-americano demorou oito meses para autorizar as organizações judaicas a depositar na Suíça o dinheiro prometido, e como entretanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros

<sup>124</sup> N. Lochery (2011) 68. Este argumento fora já empregue em 1936 por Marcello Mathias, uma figura importante do Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Ver S. Chalante (2011) 53-54.

<sup>125</sup> Citado por R. Hilberg (1961) 720 n. 19.

<sup>126</sup> S. Friedländer (2008) 497-498.

<sup>127</sup> I. F. Stone em *The Nation*, 10 de Junho de 1944, reproduzido em K. V. Heuvel et al. (orgs. 1994) 247.

<sup>128</sup> R. Hilberg (1961) 720-721; H. M. Sachar (1976) 238.

<sup>129</sup> R. Hilberg (1961) 721. Ver também S. Friedländer (2008) 878.

britânico e o Ministério da Economia de Guerra se opuseram, invocando a «dificuldade de receber um número considerável de judeus», acabou por não se fazer nada<sup>130</sup>. Do mesmo modo, quando o almirante Horthy, regente da Hungria, anunciou que, com o acordo das autoridades do Reich, autorizaria a saída de todos os judeus que tivessem recebido vistos para outros países, num total entre dezassete mil e vinte mil pessoas, os governos britânico e norte-americano tardaram tanto a responder que entretanto a Wehrmacht ocupou a Hungria e uma vez mais se deixou passar a oportunidade de salvar vidas judaicas<sup>131</sup>.

Não espanta que tivesse ficado igualmente sem efeito o mais ambicioso dos projectos deste tipo. Em Abril de 1944, quando o aparelho produtivo do Reich deparava já com obstáculos insuperáveis, o Reichsführer-SS Himmler recorreu indirectamente a um dirigente sionista originário da Transilvânia mas activo na Hungria para apresentar às potências aliadas ocidentais uma proposta em que se comprometia a poupar a vida de um número máximo de um milhão de judeus e a autorizar a sua emigração com a condição de receber em troca dez mil camiões, para serem usados apenas na frente Leste, e de lhes serem dadas acessoriamente quantidades consideráveis de café, chá, cacau, sabão e outros artigos. Os Aliados recusaram o negócio e chegaram a prender o intermediário durante alguns meses<sup>132</sup>. Decerto lhes importava menos a vida dos judeus, e menos ainda encontrar alojamento e comida para um milhão de refugiados, do que acelerar a deterioração das capacidades de transporte do Reich. O político e homem de negócios britânico

<sup>130</sup> J. M. Blum (1976) 179-180; S. Friedländer (2008) 877-878; R. Hilberg (1961) 721. A frase citada encontra-se em Raul Hilberg, *op. cit.*, 721. Saul Friedländer indicou setenta mil judeus a duzentas libras palestinianas por pessoa. Se uma libra palestiniana equivalesse a uma libra esterlina e esta a cinco dólares, como penso, o negócio seria mais avultado, setenta milhões de dólares no total. Para a origem de uma menção a cinquenta dólares por pessoa ver D. E. Lipstadt (1986) 285. Aquela proposta do ditador romeno compreende-se melhor se soubermos que a acta da conferência interdepartamental reunida em Wannsee, em Janeiro de 1942, sob a presidência de Heydrich, regista indignação pelo facto de «mesmo hoje o Judeu poder comprar documentos na Roménia, que provem oficialmente a sua cidadania estrangeira». Ver M. Roseman (2012) 115. Será que se deve interpretar neste sentido Saul Friedländer, *op. cit.*, 669-670?

<sup>131</sup> H. L. Feingold (1995) 155-160.

<sup>132</sup> H. Arendt (1994) 116, 144, 198; «Brand, Joel», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 155; L. Brenner (1983) 252-255; H. L. Feingold (1995) 160-162; S. Friedländer (2008) 915-920; R. Hilberg (1961) 544, 724-728; H. M. Sachar (1976) 239. Saul Friedländer, *op. cit.*, 916 e Howard Sachar, *op. cit.*, 239 referiram somente oitocentos mil judeus. Com efeito, Raul Hilberg, *op. cit.*, 544 afirmou que Eichmann, em representação directa de Himmler, propôs trocar a vida de todos os judeus magiares pelos camiões e os restantes artigos; ora, escreveu aquele historiador (pág. 543), havia na Hungria setecentos e cinquenta mil judeus condenados ao extermínio. No entanto, e sempre segundo Hilberg (pág. 724), na primeira das reuniões com o intermediário sionista Eichmann mencionou a possibilidade de salvar a vida a um milhão de judeus, acrescentando que podiam ser provenientes não só da Hungria mas também de outros países. Como, porém, consoante a proposta de Eichmann, até chegar uma resposta dos Aliados o programa de extermínio continuaria a efectuar-se (pág. 544) e como os SS estavam dispostos a realizar o negócio em parcelas, transaccionando quantidades sucessivas de camiões por quantidades sucessivas de judeus (pág. 724), o número de pessoas que teriam a vida salva era de antemão indeterminado e não fixo. Um milhão seria decerto o montante máximo. Note-se ainda que, a crer em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 260 e 262, no final de 1944 o Terceiro Reich deparava com especiais dificuldades na produção de camiões. Para alguns precedentes deste tipo de transacção ver Saul Friedländer, *op. cit.*, 860-862. Este autor defendeu (págs. 917, 919) que a proposta se destinara somente a criar discórdias entre a União Soviética e os Aliados ocidentais.

que desempenhava então as funções de Ministro Residente no Cairo exclamou, ao interrogar o emissário: «Salvar um milhão de judeus! E para fazer o quê com eles? Onde os vamos pôr?»<sup>133</sup>.

«Tenho consultado uma massa de material, parte dele confidencial, que lida com a difícil situação dos judeus da Europa, que estão desaparecendo rapidamente, e com o destino de sugestões para os auxiliar, e é uma história assustadora», escreveu um jornalista em Junho de 1944 num semanário de Nova Iorque<sup>134</sup>. À deslocação massiva de judeus opunham-se, do lado norte-americano, as preocupações de dosagem racial que sustentavam as leis sobre a imigração, tão elogiadas por Hitler e que as autoridades de Washington se recusavam a alterar<sup>135</sup>, embora em 1933 o rabi Stephen Wise se tivesse esforçado por que o Congresso facilitasse a imigração de judeus alemães<sup>136</sup>. Em vão, pois não era a estes apelos, mas a outros muito diferentes, que a maioria dos legisladores norte-americanos prestava atenção, amparada pelos fazedores da opinião pública. Depois de referir que o agravamento das perseguições aos judeus entre 1936 e 1938 aumentou o número dos que tentavam exilar-se, uma historiadora indicou que nessa situação a imprensa dos Estados Unidos reclamou maior severidade na concessão de vistos<sup>137</sup>. Com efeito, em Março de 1939, quando um número cada vez maior de judeus procurava desesperadamente fugir para os Estados Unidos, Harry Laughlin, uma das personalidades mais representativas do movimento eugenista norte-americano, que na década anterior desempenhara um cargo importante junto ao Comité da Câmara de Representantes para a Imigração e a Naturalização, foi chamado a depor perante o Comité de Imigração do Senado, defendendo, como se esperava, medidas restritivas. Laughlin foi também ouvido pelo Comité Especial para a Imigração e a Naturalização da Câmara de Comércio do estado de Nova Iorque, e argumentou que o número de imigrantes judeus era já indevidamente elevado porque entravam não como judeus mas como nacionais dos países de origem. Quando publicou o seu relatório em Maio, sob os auspícios da Câmara de Comércio, Laughlin teve a gentileza de enviá-lo ao ministro do Interior do Reich, Wilhelm Frick, bem como aos cientistas mais destacados do movimento eugenista germânico<sup>138</sup>. Por algum motivo ele havia recebido em 1936 o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Heidelberg<sup>139</sup>. Entretanto os preconceitos racistas dos cónsules norte-americanos tinham-nos

<sup>133</sup> Este desabafo de Lord Moyne encontra-se citado em H. L. Feingold (1995) 87-88.

<sup>134</sup> I. F. Stone em *The Nation*, reproduzido em K. V. Heuvel et al. (orgs. 1994) 245.

<sup>135</sup> B. Avishai (1985) 162; J. M. Blum (1976) 175-176, 178; L. Brenner (1983) 238, 244; Sh. F. Weiss (2010) 272.

<sup>136</sup> E. Black (1999) 16-17, 280-281.

<sup>137</sup> D. E. Lipstadt (1986) 126, 133, 136, 156-160.

<sup>138</sup> E. Black (2003) 393-394. Ver também Sh. F. Weiss (2010) 283.

<sup>139</sup> E. Black (2003) 312; Sh. F. Weiss (2010) 280.

levado a reforçar os obstáculos à imigração<sup>140</sup>. O anti-semitismo continuou a ser comum nos Estados Unidos durante a guerra, mesmo em departamentos governamentais, e as sondagens de opinião revelavam que uma maioria consistente, e cada vez mais ampla, da população do país se opunha à aceitação de imigrantes judeus<sup>141</sup>. Quanto ao Reino Unido, talvez sirva de indicador de um certo estado de espírito nos meios dirigentes o facto de nas ilhas britânicas do canal da Mancha ocupadas pelo Reich durante a guerra várias autoridades locais terem colaborado na prisão e deportação dos judeus<sup>142</sup>. Mas acima de tudo, para o governo de Londres foi o interesse em manter um equilíbrio na Palestina entre as comunidades árabe e judaica que tornou inconveniente qualquer afluxo massivo de refugiados<sup>143</sup>, e em 1943 as autoridades britânicas em Jerusalém procuraram até reduzir o número de judeus autorizados a imigrar<sup>144</sup>. Cada um dos aliados esforçava-se por lançar sobre o outro o ónus da resolução do problema, e como nenhum estava disposto a abrir as fronteiras aos judeus, ambos deram a Hitler e aos SS o tempo de prosseguirem a «solução final». Nas palavras de um historiador que estudou com minúcia estas questões, «o Departamento de Estado norte-americano mostrava-se relutante em empreender uma acção em grande escala, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico temia um êxito em grande escala e na Europa ocupada pelo Eixo o número de judeus ia-se reduzindo cada vez mais»<sup>145</sup>. Outro historiador escreveu, sinteticamente, que «os judeus da Europa ficaram esmagados entre duas mãos gémeas, a da vontade assassina dos nazis e a da cruel indiferença dos Aliados»<sup>146</sup>.

Em meados de 1942 a resistência clandestina do *ghetto* de Varsóvia, através dos seus contactos com a Resistência polaca pró-britânica, fez chegar a Londres um apelo para que o povo alemão fosse ameaçado de represálias em consequência do genocídio dos judeus, mas a BBC não lhe deu nenhuma publicidade<sup>147</sup>. Pela mesma via, o governo polaco no exílio em Londres recebeu em Maio de 1943 um pedido de socorro dos insurrectos do *ghetto* de Varsóvia<sup>148</sup>, sem que os Aliados tivessem reagido. Igualmente reveladora foi a recusa sistemática das autoridades

<sup>140</sup> E. Black (1999) 205, 393.

<sup>141</sup> J. M. Blum (1976) 172-175; R. Polenberg (1972) 138; G. H. Roeder Jr. (1993) 172 n. 3; G. Thomas et al. (2014) 15. Segundo H. L. Feingold (1995) 92, 174 e 272, uma sondagem de opinião efectuada nos Estados Unidos em Dezembro de 1944 revelou que setenta e cinco por cento dos inquiridos calculavam as vítimas do genocídio na ordem das dezenas de milhar e não dos milhões. Ora, como em Junho desse ano um jornalista publicara numa revista de Nova Iorque a estimativa de que montariam a quatro ou cinco milhões as vítimas do genocídio, concluiu que a opinião pública acreditava naquilo que lhe convinha. Ver o artigo de I. F. Stone em *The Nation*, 10 de Junho de 1944, reproduzido em K. V. Heuvel et al. (orgs. 1994) 247.

<sup>142</sup> «Channel Islands», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 202.

<sup>143</sup> J. M. Blum (1976) 175, 177; R. Hilberg (1961) 718; N. Lochery (2011) 232-233.

<sup>144</sup> N. Lochery (2011) 235.

<sup>145</sup> R. Hilberg (1961) 721.

<sup>146</sup> H. L. Feingold (1995) 255.

<sup>147</sup> Id., *ibid.*, 64-65, 87; R. Hilberg (1961) 320.

<sup>148</sup> Posfácio de Jacob Sloan a E. Ringelblum (1964) 363.

britânicas de alvejar os campos de extermínio, conforme lhes era insistentemente solicitado pelas organizações da Resistência judaica e polaca, bem como por organismos de resistência no interior dos próprios campos<sup>149</sup>. De igual modo, e embora conseguissem mais de uma vez enviar aos Aliados a indicação das junções ferroviárias por onde passavam os comboios que transportavam judeus para os campos de extermínio, os membros da Resistência judaica depararam sempre com o desinteresse dos comandantes da aviação por efectuar bombardeamentos que poderiam ter salvo a vida a um número de pessoas muitíssimo considerável, talvez mesmo centenas de milhares<sup>150</sup>. Aliás, não seriam necessários tantos esforços e tanta devoção, porque desde Fevereiro de 1941 a espionagem britânica decifrara o código secreto dos serviços ferroviários do Reich e estava, portanto, ao corrente do transporte de judeus<sup>151</sup>, sem que as autoridades militares aproveitassem estas informações para tentar impedir o genocídio. Em Maio de 1944 a espionagem britânica e a norte-americana haviam passado a dispor de fotografias aéreas pormenorizadas do complexo concentracionário de Auschwitz, incluindo as câmaras de gás<sup>152</sup>; novas fotografias foram tiradas em Agosto, mais detalhadas ainda do que as anteriores, mas apesar de membros da organização sionista terem fornecido ao governo britânico uma documentação completa sobre o que se passava em Auschwitz, a força aérea preferiu bombardear as instalações petrolíferas próximas e não se interessou pelo campo de extermínio<sup>153</sup>. E embora a defesa anti-aérea germânica tivesse alertado as autoridades do complexo concentracionário para o risco representado pelas chamas dos fornos crematórios, visíveis pela aviação aliada<sup>154</sup>, a precaução fora excessiva porque só duas vezes, em Setembro e em Dezembro de 1944, e «por engano» ou «por acaso», nas palavras de um reputado historiador, algumas bombas destinadas às instalações petrolíferas atingiram o campo de Auschwitz<sup>155</sup>. Na obra que um especialista da história da guerra dedicou ao SOE, um organismo secreto britânico de carácter militar criado para prosseguir acções de sabotagem e de apoio à Resistência, é notável que não exista uma palavra a respeito de qualquer ajuda aos judeus dos países ocupados. Não sei qual foi maior, o cinismo ou a candura, quando este historiador escreveu: «Os horrores do holocausto estavam além das esferas que o SOE conhecia ou em que agia. Por outras palavras, o SOE não podia fazer muito pela Polónia e menos ainda pelos judeus da Polónia, a não ser rezar [...]»<sup>156</sup>. Mesmo depois da ocupação da Hungria pela Wehrmacht em

<sup>149</sup> L. Brenner (1983) 249, 256; R. Hilberg (1961) 725; H. Langbein (1981) 75, 253-254.

<sup>150</sup> S. Friedländer (2008) 921-925; R. Hilberg (1961) 542, 723, 725; H. Langbein (1981) 253-254.

<sup>151</sup> M. R. D. Foot (2008) 231.

<sup>152</sup> M. Gilbert (2011 b) II 597, 617.

<sup>153</sup> Id., *ibid.*, II 672-674, 686, 720.

<sup>154</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 593.

<sup>155</sup> M. Gilbert (2011 b) II 686, 723.

<sup>156</sup> M. R. D. Foot (2008) 231.

Março de 1944, quando a guerra se aproximava do fim e os Aliados dispunham da iniciativa em todas as frentes, ficaram igualmente sem resposta os pedidos de bombardeamento dos centros administrativos onde estava a ser organizada a última etapa do genocídio e da linha de caminho-de-ferro que levava a Auschwitz<sup>157</sup>. Um relatório secreto do Ministério da Aviação britânico considerou que essa acção poria a vida de pilotos em risco «sem nenhuma utilidade» e o vice-secretário da Guerra norte-americano rejeitou quatro pedidos de bombardeamento das linhas ferroviárias que conduziam os judeus para os campos de extermínio, dando instruções para «“matar” a questão»<sup>158</sup>.

Haveria dificuldades técnicas insuperáveis? Não parece, porque em 1944 foram várias vezes bombardeadas as instalações industriais situadas em redor de alguns grandes campos, conseguindo-se que os dormitórios dos presos não fossem atingidos. Numa dessas ocasiões, em Agosto, os bombardeiros britânicos e norte-americanos destruíram completamente a fábrica de armamento adjacente ao campo de concentração de Buchenwald, sem que uma só bomba tivesse caído no lado de dentro dos arames farpados<sup>159</sup>. E no mês seguinte as fábricas da IG Farben em Auschwitz foram bombardeadas, mas as instalações ferroviárias, as câmaras de gás e os fornos crematórios permaneceram intactos<sup>160</sup>.

Ou seria o receio de falhar a pontaria e atingir inocentes que levou os Aliados a abster-se de alvejar as instalações de extermínio? Mas o próprio organismo de resistência dos internados de Auschwitz, nas mensagens enviadas no primeiro semestre de 1944 pedindo o bombardeamento das câmaras de gás e das instalações crematórias, recomendou explicitamente que os comandantes aliados não se preocupassem com as baixas que pudessem causar entre os detidos<sup>161</sup>. Esta era, aliás, a prática corrente. Em Fevereiro de 1944 a aviação britânica havia atacado o estabelecimento prisional de Amiens numa operação destinada a propiciar a fuga de membros da Resistência francesa, e de um total de cerca de mil presos, embora oitenta e sete morressem no bombardeamento, mais de duzentos e cinquenta conseguiram evadir-se e retomaram a actividade clandestina<sup>162</sup>. Dois meses depois aviões dos Estados Unidos bombardearam

<sup>157</sup> H. L. Feingold (1995) 150; M. Gilbert (2011 b) II 635. Isto não impediu que M. Rady (2011) 270 referisse, embora sem especificar, «uma ofensiva de bombardeamentos aéreos aliados com a finalidade ostensiva de interromper as deportações».

<sup>158</sup> Citados em M. Gilbert (2011 b) II 635-636. O lúgubre trocadilho reproduz literalmente o original, «*to “kill” this*».

<sup>159</sup> E. Kogon (2002) 308-309. Os presos que morreram ou ficaram feridos devido a este bombardeamento estavam a trabalhar no exterior do campo, como se lê na pág. 309.

<sup>160</sup> H. Langbein (1981) 254. Apesar disto, H. L. Feingold (1995) 15 pretendeu que «não existe hoje consenso acerca da eficácia dos bombardeamentos das câmaras de gás e das linhas de caminhos-de-ferro que as serviam».

<sup>161</sup> H. Langbein (1981) 253.

<sup>162</sup> «Amiens Prison Raid», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 32. Todavia, J. Galtier-Boissière (1994) 884

exactamente o edifício de Haia onde a Gestapo guardava as fichas sobre a população holandesa<sup>163</sup> e com igual precisão, no final de Outubro, em resposta a um pedido da Resistência dinamarquesa, a aviação britânica destruiu a sede da Gestapo em Aarhus, inutilizando o ficheiro político, permitindo a fuga de alguns presos e fazendo apenas uma vítima civil<sup>164</sup>. De novo em Março do ano seguinte, e também acedendo às solicitações da Resistência dinamarquesa, aviões britânicos e norte-americanos atacaram a sede da Gestapo em Copenhaga e libertaram trinta e dois dos trinta e oito dirigentes antinazis aí detidos, ficando mortos os outros seis, além de cento e doze vítimas civis, entre as quais oitenta e seis crianças<sup>165</sup>. Já no último dia de 1944 a aviação britânica havia atingido o edifício da Gestapo em Oslo, arrasando-o em grande parte, embora provocando vários mortos entre a população civil<sup>166</sup>. Por que motivo recusar a centenas de milhares de judeus expostos a um massacre iminente o que não se recusava a algumas dezenas de militantes e dirigentes da Resistência francesa, holandesa, norueguesa ou dinamarquesa? Decerto não era o receio de provocar vítimas entre os civis que preocupava os responsáveis da aviação aliada.

#### 4. O bombardeamento da população civil na Europa

Em Setembro de 1939 a aviação britânica recebeu ordens para não colocar em risco a vida de civis nas operações contra alvos militares no Reich<sup>167</sup> e durante a *drôle de guerre* não foram bombas mas panfletos que lançou sobre as cidades<sup>168</sup>. Todavia, a partir de Abril de 1940, quando o marechal do ar Charles Portal substituiu Edgard Ludlow-Hewitt como comandante-chefe dos bombardeiros, os responsáveis da aviação britânica procuraram deliberadamente provocar baixas entre a população civil germânica e em 10 de Maio o Ministério dos Negócios Estrangeiros anunciou a ampliação dos bombardeamentos<sup>169</sup>. Os dois objectivos principais dos ataques aéreos,

indicou apenas a fuga de cento e vinte membros da Resistência e M. Gilbert (2011 b) II 581 mencionou noventa e seis presos mortos, incluindo cinquenta e seis membros da Resistência, e só cinquenta fugitivos.

<sup>163</sup> M. Gilbert (2011 b) II 600.

<sup>164</sup> Id., *ibid.*, II 707.

<sup>165</sup> Id., *ibid.*, II 755-756; «Shell House Raid», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1000. Ver também M. R. D. Foot (2008) 252.

<sup>166</sup> M. Gilbert (2011 b) II 724.

<sup>167</sup> Id., *ibid.*, I 5.

<sup>168</sup> A. Calder (1991) 21; M. Gilbert (2011 b) I 5, 21, 41, 55, 57; J. M. Spaight (1944) 55-56, 61.

<sup>169</sup> J. M. Spaight (1944) 67-68. É estranho que um escritor fascista, numa obra destinada a acusar os Aliados e defender a memória do Terceiro Reich, tivesse datado só de Dezembro de 1943 a decisão de proceder ao bombardeamento aéreo da população civil das cidades em vez de atacar alvos militares. Ver M. Bardèche (1948) 22.

nas palavras do marechal Portal, eram «a gasolina e o moral» da população do Reich<sup>170</sup>. Na noite de 1 de Agosto de 1940 várias cidades, incluindo Hanover, foram bombardeadas<sup>171</sup> e em Setembro o Gabinete de Guerra britânico decidiu que, se os pilotos fossem incapazes de encontrar os alvos militares e económicos que lhes haviam sido designados, largassem as bombas em quaisquer outros lugares<sup>172</sup>, indicando no mês seguinte que, se o mau tempo impossibilitasse o bombardeamento dos objectivos previstos, os pilotos deveriam lançar as bombas sobre grandes cidades e determinando também que esta orientação não fosse levada ao conhecimento do público<sup>173</sup>. Uma nova escalada ocorreu em Dezembro de 1940, quando o Gabinete de Guerra autorizou os bombardeiros a provocarem «a maior destruição possível em cidades seleccionadas»<sup>174</sup>. E embora nos primeiros dias de 1941 o Gabinete de Guerra determinasse que a aviação devia concentrar os ataques nas instalações da indústria produtora de gasolina sintética, esta componente do plano esperaria mais de três anos para ser cumprida<sup>175</sup>, continuando a população civil a ser o alvo preferencial. Alguns meses depois da sua nomeação, Portal foi promovido a chefe do estado-maior da força aérea e no final de 1941 indicou Arthur Harris para comandar os bombardeiros. «Em Fevereiro de 1942», escreveu alguém que viveu estes acontecimentos, «o marechal do ar Arthur Harris recebeu o comando dos bombardeiros da RAF com instruções do Gabinete de Guerra para desencadear uma ofensiva sistemática contra as cidades alemãs “tendo como alvo principal o moral da população civil e especialmente dos operários da indústria”»<sup>176</sup>. E como o principal conselheiro científico do governo britânico afirmara que «a destruição do seu lar abala um ser humano de forma mais profunda do que a morte de amigos e parentes»<sup>177</sup>, tratava-se não só de matar os civis mas também de lhes devastar as habitações. Em Janeiro de 1943 a conferência anglo-americana de Casablanca, com a presença de Churchill e Roosevelt, decidiu lançar uma grande ofensiva aérea contra o Reich com o propósito de, segundo a directiva secreta emanada dos estados-maiores, «destruir e desarticular progressivamente o sistema militar, industrial e económico alemão e minar o moral da população alemã até que esteja fatalmente comprometida a sua capa-

<sup>170</sup> Citado em H. G. Dahms (1968) I 404 (corrige *petróleo* para *gasolina*).

<sup>171</sup> J. M. Spaight (1944) 71-72.

<sup>172</sup> M. Gilbert (2011 b) I 147. W. L. Shirer (2011) 509 anotou que na noite de 6 para 7 de Setembro de 1940 a aviação britânica atingiu Berlim com o maior bombardeamento desde o começo da guerra, e o mesmo quatro noites depois (pág. 512).

<sup>173</sup> M. Gilbert (2011 b) I 157. Ver em Martin Gilbert, op. cit., I 169 um exemplo de execução desta nova norma em Novembro de 1940. Todavia, segundo o autor (vol. I, pág. 157), a medida foi mantida secreta para que o público não se alarmasse com o facto de a precisão dos bombardeamentos ser menor do que imaginava.

<sup>174</sup> Citado em id., *ibid.*, I 173.

<sup>175</sup> J. C. Fest (1974) 1136, 1230-1231.

<sup>176</sup> G. Vassiltchikov (org. 1991) 71. Ver também A. Calder (1991) 39. Em 1 de Maio de 1944 o judeu alemão Victor Klemperer registou no seu diário: «Enquanto meio de pressão sobre o moral, a ofensiva aérea é um fracasso». Ver M. Chalmers (org. 2006 b) 361.

<sup>177</sup> Esta passagem de um memorando de Frederick Lindemann está citada em H. G. Dahms (1968) I 407.



cidade de resistência armada»<sup>178</sup>. Segundo os planos dos Aliados, os bombardeamentos aéreos previstos para 1943 e 1944 deveriam deixar sem abrigo três quartos da população urbana do Reich e fariam novecentos mil mortos e um milhão de feridos graves<sup>179</sup>. Como escreveu nessa época um alto funcionário britânico que entrara para o Ministério da Aviação em 1930, onde chegara ao cargo de Principal Secretário Assistente, o comando dos bombardeiros «demonstrou ser um eficiente organizador de migrações de massa»<sup>180</sup>. Tanto esta tática como as expressões usadas se inspiraram nos bombardeamentos efectuados pela aviação nacionalista sobre a Madrid republicana em Outubro e Novembro de 1936, que deixaram alguns milhares de mortos e uma cidade em chamas<sup>181</sup>. Também o chefe da aviação de Franco indicara a sua intenção de «desmoralizar a população através de bombardeamentos aéreos»<sup>182</sup>. As democracias tinham aprendido na boa escola, embora neste caso as ambições mortíferas do Aliados se revelassem talvez superiores às suas possibilidades<sup>183</sup>.

Inicialmente as dificuldades sentidas pela RAF de efectuar voos diurnos sobre o Reich e a incapacidade de atingir os alvos com exactidão durante a noite poderiam explicar a preferência pelo bombardeamento global de áreas administrativas e industriais, que era mais proveitoso do que tentar em vão arrasar objectivos precisos, mas sacrificava inevitavelmente a população civil. Este sistema foi introduzido no final de 1940 e passou a ser adoptado com regularidade desde os meados do ano seguinte. A partir de então, todavia, novos instrumentos, novos aviões e novas técnicas de combate permitiram que os Aliados procedessem sistematicamente a operações durante o dia e que, mesmo de noite ou com nuvens, atingissem os alvos com grande precisão<sup>184</sup>. Poderia imaginar-se que os estrategas começassem a dar a prioridade aos objectivos industriais, e com efeito é isto que se lê na directiva emanada em Junho de 1943 do comité conjunto dos chefes de estado-maior anglo-americanos, confirmada dois meses depois pelo presidente dos

<sup>178</sup> Citada em «Combined Bomber Offensive», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 253 e M. Gilbert (2011 b) II 458-459. Empregando praticamente os mesmos termos, como se verifica em Martin Gilbert, op. cit., II 498, os chefes de estado-maior britânico e norte-americano, reunidos em Washington em Maio de 1943, decidiram lançar uma nova ofensiva de bombardeamentos aéreos sobre o Reich.

<sup>179</sup> A. Calder (1991) 39.

<sup>180</sup> J. M. Spaight (1944) 94.

<sup>181</sup> Note-se que já na década de 1920 a aviação britânica havia bombardeado a população civil no Iraque, segundo indicou M. Selden (2015) 507. Mas talvez a prioridade tivesse cabido às forças armadas brasileiras, que em Fevereiro de 1915 empregaram dois aviões, embora sem êxito, num ataque aos seus próprios concidadãos revoltados no Contestado. Ver N. Thomé (1987) 138.

<sup>182</sup> General Alfredo Kindelán citado em P. Broué et al. (1961) 229. Maurice Bardèche, que assistira à guerra civil espanhola ao lado das tropas de Franco, deveria ter melhor memória quando escreveu que os ataques da aviação do Terceiro Reich a Coventry e Londres haviam sido os «primeiros bombardeamentos aéreos de populações civis». Ver M. Bardèche (1948) 19.

<sup>183</sup> A. Calder (1991) 39.

<sup>184</sup> A. N. Frankland, «Strategic Air Offensives, 1. Against Germany», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1071-1073; M. Gilbert (2011 b) I 453; D. Richards, «Air Power», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 19-20.

Estados Unidos e pelo primeiro-ministro britânico na conferência de Québec<sup>185</sup>. Mas foi o contrário que sucedeu. Apesar destas duas directivas a aviação aliada continuou interessada pelo bombardeamento global de áreas e pelo massacre de civis, e logo em Julho e Agosto desse ano os bombardeamentos de Hamburgo visaram principalmente os habitantes e fizeram quarenta e cinco mil mortos<sup>186</sup>, o que não impediu que passadas poucas semanas a produção industrial na cidade tivesse superado o nível anterior aos bombardeamentos<sup>187</sup>. Também o bombardeamento de Berlim em Janeiro de 1944, que deixou cerca de dois mil e quinhentos civis mortos e provocou uma grande destruição de habitações, pouco afectou a produção industrial<sup>188</sup>. E nos últimos meses da guerra a capacidade de concentrar poder destrutivo em alvos circunscritos, que serviu aos Aliados para atingir estabelecimentos fabris, foi usada igualmente para devastar centros urbanos com uma eficácia sem precedentes e para chacinar a população civil em números sempre mais elevados<sup>189</sup>. Apesar de em Setembro de 1944 o comité conjunto dos chefes de estado-maior ter insistido que os bombardeiros deviam procurar instalações industriais, chegara-se na prática ao resultado oposto<sup>190</sup>. Passando por Koblenz em Agosto ou Setembro de 1944, Lucien Rebatet verificou que, embora estivesse «no coração do Ruhr, alvo número um da Royal Air Force e das fortalezas voadoras americanas», «as fábricas [...] estão muito menos atingidas do que as cidades»<sup>191</sup>. Em Janeiro de 1945 o Ministério da Aviação britânico concebeu um novo plano de destruição sistemática dos maiores centros populacionais do Reich, executado nos meses seguintes pelas forças aéreas conjuntas no âmbito do supremo comando aliado, com o objectivo suplementar de agravar o caos económico, perturbando os fluxos de refugiados e o abastecimento alimentar<sup>192</sup>. E assim, arrasada repetidamente pelos bombardeamentos aéreos e pelas chamas em Fevereiro de 1945, Dresden sofreu cerca de sessenta mil mortos civis<sup>193</sup>. Quando a guerra

<sup>185</sup> «Combined Bomber Offensive», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 253.

<sup>186</sup> «Hamburg Air Offensive», em id., *ibid.*, 523. M. Gilbert (2011 b) II 745 mencionou quarenta e dois mil mortos e (pág. 522) mais de quarenta e dois mil, mas também referiu (pág. 529) quarenta e quatro mil mortos, enquanto A. Calder (1991) 40 considerou que talvez tivesse havido cinquenta mil mortos e quarenta mil feridos. Cinquenta mil mortos foi o número mencionado por G. MacDonogh (2009) 46, mas para apenas dois dias de bombardeamentos. Por seu lado, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 554 adiantaram que pelo menos quarenta e dois mil civis foram mortos e mais de cem mil ficaram feridos. S. Friedländer (2008) 697 pretendeu que houve entre trinta e quarenta mil mortos, mas talvez estivesse a referir-se somente aos bombardeamentos de Julho. No entanto, para os bombardeamentos de Julho B. L. Davis (2007) 101 indicou «pelo menos» quarenta e dois mil mortos.

<sup>187</sup> M. Gilbert (2011 b) II 522.

<sup>188</sup> Id., *ibid.*, II 577.

<sup>189</sup> A. N. Frankland, «Strategic Air Offensives, 1. Against Germany», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1073.

<sup>190</sup> «Portal, Marshal of the Royal Air Force Sir Charles», em id., *ibid.*, 910.

<sup>191</sup> L. Rebatet (2007) 109.

<sup>192</sup> Ch. Messenger, «Dresden, Raid on», em id., *ibid.*, 311-312.

<sup>193</sup> Id., *ibid.*, 311 escreveu que houve cerca de 50.000 mortos, mas M. Gilbert (2011 b) II 744 indicou que, além dos 39.773 mortos identificados oficialmente, houve pelo menos mais 20.000 vítimas. Mais modestamente, J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 554 limitaram a entre 35.000 e 40.000 o número de civis mortos. Por seu lado, C. Coulson (2000) 26 escreveu que «as estimativas sobre o número de baixas em Dresden variam desde 35.000 até um

terminou estavam reduzidas a escombros todas as grandes cidades alemãs, com um custo em vidas de civis calculado entre setecentos e cinquenta mil e um milhão, um morticínio muito superior ao provocado pelas duas bombas atômicas lançadas sobre o Japão<sup>194</sup>.

O mesmo sucedeu no resto da Europa ocupada pelos nacionais-socialistas ou incluída no Eixo, nomeadamente em Itália, onde os bombardeamentos aéreos aliados procuraram sobretudo arrasar os bairros operários das principais cidades, com o argumento de minar o espírito de resistência da população<sup>195</sup>. Os bombardeamentos de Novembro e Dezembro de 1942 sobre Milão, Turim e Génova obrigaram a um êxodo em massa dos habitantes<sup>196</sup> e em Julho do ano seguinte bastou um bombardeamento para deixar cerca de dois mil mortos num bairro operário de Roma<sup>197</sup>. Não foram só os vivos os atingidos, mas os defuntos também, porque em 1943 a aviação dos Aliados não respeitou sequer as ruínas de Pompeia, onde partes consideráveis do Grande Teatro e do Forum, tal como alguns templos e algumas das casas mais célebres, que haviam sido poupados pelo vulcão, foram destruídos pelas bombas<sup>198</sup>. Em seguida, durante o período de vigência da República Social mais de cinquenta mil civis pereceram nos centros urbanos do norte da Itália sob os bombardeamentos aéreos aliados<sup>199</sup>. Entretanto em França a aviação aliada foi responsável pela morte de um número de civis superior ao provocado entre a população civil britânica pelos ataques da Luftwaffe<sup>200</sup>. «Os resistentes [foram] unânimes a deplorar o carácter prejudicial desses

máximo de cerca de 200.000».

<sup>194</sup> A. N. Frankland, «Strategic Air Offensives, 1. Against Germany», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1073. C. Coulson (2000) 2 e G. Vassiltchikov (org. 1991) 71 mencionaram cerca de seiscentas mil vítimas civis. J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV ix preveniram que «ainda não existe um estudo substancial dos efeitos dos ataques aéreos aliados sobre a população alemã e da reacção do regime», o que não os impediu de considerar (vol. IV, pág. 552) que os bombardeamentos aéreos teriam provocado, entre os civis, trezentos e cinco mil mortos e setecentos e oitenta mil feridos, números idênticos aos indicados em B. L. Davis (2007) 99. Por seu lado, R. Bessel (2010) 23 e R. Overy (2015) 317 indicaram cerca de meio milhão de alemães mortos pelos bombardeamentos aéreos. Segundo M. Gilbert (2011 b) II 826-827 e 863, logo em seguida ao lançamento da primeira bomba atômica morreram em Hiroshima oitenta mil pessoas, que duas semanas depois somavam mais de noventa e duas mil, subindo no final a quase cento e trinta e nove mil. A segunda bomba atômica, lançada sobre Nagasaki, provocou de imediato mais de quarenta mil mortos, que no final chegaram quase a quarenta e nove mil, de acordo com Martin Gilbert, op. cit., II 828. Note-se que segundo S. Guthrie-Shimizu (2010) 244 a explosão atômica em Hiroshima teria provocado apenas quarenta mil mortos e setenta mil a ocorrida em Nagasaki. Ver ainda neste capítulo a n. 64.

<sup>195</sup> R. Overy, «Strategic Air Offensives, 2. Against Europe outside Germany», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1073. Ver também M. Gilbert (2011 b) II 525 e 564.

<sup>196</sup> J. M. Spaight (1944) 94.

<sup>197</sup> E. Gentile (2010) 252.

<sup>198</sup> M. Beard (2013) 20, 42, 124, 163, 177, 247, 303. Depois da guerra as ruínas destruídas foram repostas no anterior estado de ruínas, sem que, indicou Mary Beard, op. cit., 20, isto seja agora explicado aos visitantes.

<sup>199</sup> R. Overy, «Strategic Air Offensives, 2. Against Europe outside Germany», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1073-1074.

<sup>200</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 374-375; R. Overy, «Strategic Air Offensives, 2. Against Europe outside Germany», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1076; R. O. Paxton (1973) 230, 289. Segundo M. Gilbert (2011 b) II 864, as operações efectuadas pela aviação do Reich e pelas bombas voadoras provocaram na Grã-Bretanha pouco mais de sessenta mil civis mortos. Ora, a crer em R. Belin (1978) 193, mais de setenta mil civis franceses foram mortos nos bombardeamentos aliados, mas um documento de origem norte-americana transcrito por Jean Galtier-Boissière et al., op. cit., V 391 contabilizou cinquenta e cinco mil vítimas mortais. Segundo D. Wolf (1969) 391 n. 1, que me

bombardeamentos e a contestar a sua utilidade», escreveu um historiador<sup>201</sup>, mas estavam aqui em disputa duas estratégias. Ou os Aliados procuravam ampliar e fortalecer as suas redes de contactos com a resistência operária antifascista ou bombardeavam a população operária dos países submetidos ao fascismo, e uma opção excluía a outra<sup>202</sup>. Esta alternativa fica clara quando vemos o marechal do ar Harris opor-se sistematicamente aos pedidos do SOE para que fosse reforçado o auxílio à Resistência<sup>203</sup>, e no Inverno de 1943-1944 eram apenas vinte e três os aviões disponibilizados por Harris para transportar agentes de ligação e armas destinadas aos resistentes no noroeste do continente<sup>204</sup>. Só a partir do final de Janeiro de 1944, por pressão directa de Churchill e também graças à intervenção da aviação norte-americana, se intensificou o apoio aéreo à Resistência francesa<sup>205</sup>. No que dizia respeito ao Reich, todavia, a estratégia manteve-se invariável e os Aliados preferiram bombardear o operariado alemão e austríaco, cujas simpatias social-democratas e comunistas eram bem conhecidas, do que aceitar-lhe a ajuda para combater o nacional-socialismo<sup>206</sup>. Mesmo a mão-de-obra estrangeira enviada para o Reich como escravos ou no âmbito do serviço de trabalho obrigatório não foi aproveitada para a actividade clandestina do SOE<sup>207</sup>, e nesta omissão temos a outra face da política do Gabinete de Guerra britânico, que optou por lançar bombas sobre os bairros operários da Itália e da França ocupada.

E assim, entre o começo de 1943 e o final de 1944, enquanto os aviões dos Aliados chacinavam metodicamente a população civil, a produção de armamentos do Reich aumentou duas vezes e meia<sup>208</sup> e o fabrico mensal médio de aviões de combate monomotores aumentou 86% entre o último semestre de 1943 e o primeiro semestre de 1944<sup>209</sup>. Numa comunicação feita em Janeiro de 1945 a um grupo de altas chefias militares, Albert Speer, que depois de ter sido o arquitecto particular de Hitler e um dos seus mais próximos colaboradores fora nomeado, no início de 1942, ministro encarregado de supervisionar o esforço de guerra da indústria germânica, informou que no mês anterior a produção de espingardas atingira cerca do dobro da média mensal conse-

parece bem documentado, os ataques aéreos aliados teriam provocado na população civil francesa mais de sessenta e sete mil mortos. Sessenta e oito mil escreveu L. Degrelle (2000) 183. Também I. C. B. Dear et al., op. cit., 1135 calcularam em sessenta mil as vítimas mortais dos bombardeamentos aéreos germânicos sobre a Grã-Bretanha e indicaram de forma vaga (pág. 393) que as vítimas francesas da aviação aliada somaram mais de sessenta mil.

<sup>201</sup> H. Michel (1962) 240-241.

<sup>202</sup> M. R. D. Foot (2008) 28.

<sup>203</sup> Id., *ibid.*, 112.

<sup>204</sup> Id., *ibid.*, 269.

<sup>205</sup> Id., *ibid.*, 270.

<sup>206</sup> Id., *ibid.*, 245.

<sup>207</sup> Id., *ibid.*, 192.

<sup>208</sup> A. Calder (1991) 40. Segundo H. G. Dahms (1968) II 307, ao longo do primeiro semestre de 1944 a produção bélica do Reich aumentara 50% e este autor acrescentou (vol. II, pág. 351) que o fabrico de carros de combate nunca alcançara cifras tão elevadas como em Maio, Junho e Julho de 1944.

<sup>209</sup> M. Gilbert (2011 b) II 584.

guida em 1941, e no mesmo período o fabrico de armas automáticas havia quase quadruplicado e quase quintuplicado a produção de tanques; em Dezembro de 1944 a produção de veículos armados chegara a mais de metade da produção de todo o ano de 1941<sup>210</sup>. Nas suas Memórias, Speer fingiu um espanto ingénuo perante o facto de a aviação aliada não ter alvejado com afinco as principais instalações industriais, o que teria impedido o fabrico de material de guerra e antecipado o final do conflito. Por exemplo, o bombardeamento aéreo das grandes fábricas de rolamentos de esferas iniciou-se em Agosto de 1943, mas foi prosseguido de maneira dispersa e não se renovou com regularidade, recomeçando em Fevereiro do ano seguinte para ser novamente suspenso em Abril. «Pela sua falta de persistência», escreveu Speer, «os Aliados deixavam uma vez mais escapar-lhes o êxito. Se tivessem continuado com a mesma tenacidade os bombardeamentos de Maio e de Abril depressa teríamos chegado ao limite dos nossos recursos». Ninguém era mais competente do que ele para afirmar que quatro meses de ataques simultâneos dirigidos contra todas as fábricas de rolamentos de esferas e renovados sistematicamente deixariam a produção de armamento do Reich completamente paralisada<sup>211</sup>. O mesmo tipo de situações repetiu-se noutros ramos da economia<sup>212</sup> e Speer observou que «o inimigo teria sem dúvida tido mais oportunidades de realizar a sua esperança de concluir a guerra durante o Inverno de 1944-1945 se tivesse aniquilado a nossa indústria química»<sup>213</sup>. Mas para alguém com o seu passado e saído da prisão há poucos anos referir este assunto era como pisar ovos. Decerto ele se apercebeu de que não eram convincentes as hipóteses que propunha para explicar a estratégia dos Aliados e que se resumiam em admitir que os seus estados-maiores estivessem mal informados<sup>214</sup>. Ao mesmo tempo que apresentou esta versão, mais discretamente Speer insinuou algo muito diferente, mostrando como o marechal Harris se opôs tenazmente ao seu próprio director de operações, que pretendia prosseguir a destruição sistemática das fábricas de rolamentos de esferas, o que o marechal conseguiu a todo o custo evitar<sup>215</sup>, preferindo alvos civis. Suspendia-se a devastação de instalações industriais indispensáveis ao esforço de guerra do Reich para se lançarem terríveis ataques aéreos que chacinavam os habitantes dos grandes centros urbanos<sup>216</sup>. No último trimestre de 1944 o comando de bombardeiros britânico dirigiu mais de metade das suas opera-

<sup>210</sup> A. Beevor (2017) 12.

<sup>211</sup> A. Speer (1979) 380-382. O trecho citado encontra-se na pág. 382. Note-se que um relatório confidencial apresentado por Franz Neumann à Research and Analysis Branch do OSS em 9 de Junho de 1944 indicou que em Abril desse ano a produção mensal de rolamentos de esferas caíra para metade. Ver R. Laudani (org. 2013) 217.

<sup>212</sup> A. Speer (1979) 465-466, 468, 530-531, 548.

<sup>213</sup> Id., *ibid.*, 747 n. 5.

<sup>214</sup> Id., *ibid.*, 382-383, 721 n. 22.

<sup>215</sup> Id., *ibid.*, 719-720 nn. 17, 20.

<sup>216</sup> Id., *ibid.*, 380, 383, 720 n. 17.

ções contra as cidades germânicas, enquanto só 14% visou os depósitos de gasolina e 15% os meios de transporte<sup>217</sup>, o que ajuda a compreender que nos primeiros meses de 1945 a produção industrial alemã se mantivesse provavelmente em cerca de 105% do seu nível de 1938<sup>218</sup>. «A economia alemã não foi completamente arrasada pela guerra», resumiu um historiador, «e no seu final tinha ainda intacto um parque industrial considerável»<sup>219</sup>. Com efeito, quando o Reich capitulou estavam operacionais três quartos da sua capacidade industrial<sup>220</sup>. Referindo-se à ocupação das minas e das siderurgias e fábricas da Silésia nos últimos dias de Janeiro de 1945, que Stalin ordenara que fossem tomadas intactas, um historiador observou que «foi provavelmente um maior revés para a produção alemã do que a totalidade dos bombardeamentos aliados sobre a região industrial do Ruhr nos últimos dois anos»<sup>221</sup>. O mesmo critério de selecção das destruições vigorou para o resto da Europa ocupada pelos nacionais-socialistas. Em Julho de 1943, por exemplo, a aviação britânica atacou Sochaux, no leste da França, onde a fábrica Peugeot produzia componentes de tanques de guerra. Houve um grande número de vítimas civis, mas o único estrago nas instalações fabris foram os vidros das janelas estilhaçados pela explosões<sup>222</sup>.

Do volume total de bombas lançado sobre o Reich pela aviação aliada, calcula-se que cerca de 50% tivesse atingido áreas residenciais, enquanto só 12% atingiu alvos militares, industriais e o sistema de transportes<sup>223</sup>. Um economista descreveu as consequências desta estratégia, considerando que «é um facto de importância capital, e que domina toda a economia alemã de hoje, que os bombardeamentos tivessem sido muito mais sensíveis sobre as cidades e os nós de comunicação do que sobre as forças produtivas». Ao analisar em seguida os diferentes graus de violência com que foram visados os vários ramos da indústria, este autor concluiu que «a indústria pesada, base essencial da indústria de guerra, saía do conflito menos atingida do que qualquer outra», e prosseguiu: «Esta situação das estruturas de produção, que foram relativamente poupadas, contrastava com as destruições muito mais graves dos meios de comunicação. [...] Mas nenhuma ruína se comparava às das grandes cidades». As destruições de imóveis em Hamburgo, por exemplo, foram superiores às verificadas em toda a Grã-Bretanha, e não foi sequer essa a cidade que mais sofreu. «Os elos resultantes de interesses económicos ou financeiros passando por cima das fronteiras [...] foram em alguns casos um factor de protecção, de que as imensas

<sup>217</sup> C. Coulson (2000) 26.

<sup>218</sup> J. Bacque (1991) 193.

<sup>219</sup> W. I. Hitchcock (2010) 163.

<sup>220</sup> J. Bacque (1991) 63. Ver também R. Bessel (2010) 496-497.

<sup>221</sup> A. Beevor (2017) 21, 62.

<sup>222</sup> M. R. D. Foot (2008) 266.

<sup>223</sup> B. L. Davis (2007) 99. Segundo G. MacDonogh (2009) 374, num grande número de casos as estações ferroviárias eram as únicas estruturas intactas nos centros urbanos.

instalações da IG Farben, poupadas no meio das ruínas, oferecem em Frankfurt um exemplo ostensivo», escreveu aquele economista. «No mesmo sentido pôde exercer efeitos o desejo de proteger certas empresas na vanguarda do progresso técnico. Senão, como explicar, para citar apenas este exemplo, que a fábrica do Wiedia (aço especial, duro como o diamante “*wie Diamant*”), um dos motivos de orgulho da técnica alemã, tivesse sido a única intacta das fábricas Krupp em Essen, a duzentos metros de um campo de ruínas?». Recorrendo ao conveniente estilo retórico — «Como explicar esta fúria desencadeada sobre as cidades, mais do que sobre as fábricas?» — aquele autor encerrou o balanço com o cinismo de que os verdadeiros académicos são mestres: «viu-se que era sobretudo eficaz, para atingir uma indústria, visar o pessoal de preferência ao material»<sup>224</sup>. Com efeito, durante a guerra um alto funcionário britânico que estivera ligado ao Ministério da Aviação observou que «a velha distinção nítida entre militares e civis foi obscurecida» e defendeu que os civis que trabalhavam na produção de material de guerra e no seu transporte deviam ser equiparados a militares. E como «hoje as armas de guerra são fabricadas por milhões de operários, homens e mulheres, em milhares de fábricas», o alvo não tinha limites. Até os bombeiros e as equipas de salvamento e demolição foram considerados como «guerreiros da guerra de novo tipo, em que o seu trabalho é tão essencial e, em princípio, tão bélico como o dos soldados, marinheiros e aviadores»<sup>225</sup>. Entretanto, mas do outro lado, um fascista transcendental considerou que «a relação entre a vida e o “acima da vida”, entre o humano e o eterno, entre o efémero e o incorruptível» poderia ser generalizada perante «esta frente onde agora já não há distinção entre combatentes e não combatentes»<sup>226</sup>. Escrevendo meio século depois, e deixando de parte o misticismo, não foram diferentes as conclusões a que chegou um especialista: «Os bombardeiros de longo alcance da RAF foram usados contra alvos civis e apagaram assim a distinção entre combatentes e não combatentes, colocando os operários fabris numa situação de perigo tão mortal como aquela a que se expunham as tropas de infantaria»<sup>227</sup>.

<sup>224</sup> A. Pietre (1952) 65-67 (subs. orig.). R. Bessel (2010) 258 e 497-498 confirmou que os bombardeamentos deixaram incólume a sede da IG Farben e que a capacidade de produção das fábricas da Krupp ficou em grande medida intacta. Ver também G. MacDonogh (2009) 474-475. Segundo H. Langbein (1981) 75, apesar das mensagens enviadas pelos organismos de resistência dos prisioneiros de Auschwitz reclamando bombardeamentos aéreos que destruíssem, além das câmaras de gás e dos fornos crematórios, as fábricas que a Krupp instalara ao lado do campo de concentração, tanto aquelas instalações do genocídio como as da indústria de guerra foram poupadas pela aviação aliada. Esta estratégia reproduziu-se depois da guerra no Tribunal Militar Internacional de Nuremberga, onde o juiz Robert H. Jackson, encarregado da acusação, embora dispusesse de estudos mostrando a convivência dos grandes industriais germânicos nos crimes de guerra cometidos pelo Terceiro Reich e lhe tivesse sido fornecida uma lista de sessenta e cinco grandes empresários que eram os principais implicados, optou por não usar estes elementos de prova. Ver R. Laudani (org. 2013) 71.

<sup>225</sup> J. M. Spaight (1944) 112, 115.

<sup>226</sup> Julius Evola, «Liberazione», *La Stampa*, 3 de Novembro de 1943, em J. Evola (2011) 134, 133.

<sup>227</sup> M. Fritz, «Economic Warfare», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 320.

Não posso senão pasmar diante de uma tão sábia divisão do trabalho. Enquanto davam a Hitler e a Himmler toda a latitude para massacrarem os judeus e o «bolchevismo judaico», os Aliados iam chacinando a população operária na Europa submetida aos nacionais-socialistas. Em vez de contribuir para liquidar o racismo, a guerra contra os fascismos só confirmou a discriminação e os preconceitos. Como poderiam alguma vez as democracias combater os fundamentos do Terceiro Reich?

## 5. A fome de Bengala

Nas metrópoles, por mais precária que se tivesse tornado a situação militar e por mais severo que fosse o racionamento, jamais as autoridades deixaram a sua própria população morrer sistematicamente de fome. Mas foi muito diferente o sucedido na colónia britânica da Índia. A província de Bengala, que outrora se havia contado entre as regiões exportadoras de arroz, passara a depender parcialmente das aquisições de arroz da Birmânia<sup>228</sup>, de onde provinham quase dois quintos das exportações mundiais daquele cereal<sup>229</sup>. A ocupação japonesa da Birmânia precipitou, assim, a grande fome de Bengala, que começou no último mês de 1942, atingindo o auge na segunda metade do ano seguinte, e cujos efeitos directos se fizeram sentir até meados de 1946<sup>230</sup>. É indubitável que esta calamidade se inseriu num contexto de transformações lentas e profundas da estrutura social e dos sistemas de produção e de comercialização. Mas foi a guerra, ou melhor, a maneira como se conduziu a guerra que levou a evolução de longo prazo a precipitar-se no curto prazo de modo catastrófico.

O governo de Bengala cabia a um partido indiano de persuasão islâmica, a Liga Muçulmana<sup>231</sup>, e apesar de receber desde Janeiro de 1943 sucessivos relatórios comunicando o agravamento da fome este governo absteve-se até meados de Agosto de iniciar quaisquer operações de socorro, confiando na chegada de vastas quantidades de cereal de fora da província, tal como lhe havia sido prometido pelo governo britânico da Índia<sup>232</sup>. Mas entretanto a utilização para fins militares dos meios de transporte marítimos e ferroviários não permitiu que se deslocassem excedentes alimentares no interior do subcontinente indiano e, embora no Canadá e na Austrália

<sup>228</sup> P. R. Greenough (1982) 81-82.

<sup>229</sup> *Encyclopædia Britannica* (ed. de 1971), vol. 4, pág. 442A.

<sup>230</sup> Acerca da fome de Bengala consultei P. R. Greenough (1982) *passim*. Para uma apreciação resumida ver J. Brown, «Índia», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 557-558.

<sup>231</sup> J. Keay (2003) II 576.

<sup>232</sup> P. R. Greenough (1982) 127-129.



houvesse provisão de cereal, as autoridades também não consideraram oportuno o seu uso para sustentar a população civil da Índia e empregaram os barcos disponíveis em objectivos tidos como mais urgentes<sup>233</sup>. Deste conjunto de opções resultaram provavelmente mais de três milhões e meio de vítimas mortais<sup>234</sup>. Mas eram vítimas indianas. Algum tempo antes Göring confidenciara ao ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, a propósito dos milhões de eslavos que seriam condenados a morrer de fome para sustentar os exércitos do Reich: «Talvez seja bom que isto suceda, porque certas nações têm de ser dizimadas. Mas mesmo que o não fosse, nada se pode fazer para evitá-lo»<sup>235</sup>. Era a mesma lógica de ambos os lados, com o mesmo tipo de prioridades ráticas.

Há outras coisas ainda que convém saber ou recordar. O Congresso Nacional Indiano, mais conhecido como Partido do Congresso, a maior força política a lutar pela independência, que nas eleições de 1937 havia obtido 70% dos votos e conquistado sete das onze assembleias provinciais<sup>236</sup>, não apoiara a entrada da Índia na guerra e exigira em Agosto de 1942 que os britânicos abandonassem o país, como condição à participação indiana na defesa militar contra a agressão nipónica. O partido foi imediatamente proibido e foram presos os seus dirigentes, sem serem sequer submetidos a julgamento. A resposta popular não se fez esperar. Nas palavras do vice-rei, marquês de Linlithgow, tratou-se de «a rebelião mais grave desde 1857», e para fazer frente aos boicotes, aos movimentos de desobediência civil e às greves, às sabotagens de linhas de caminho-de-ferro e aos cortes de fios telegráficos, aos ataques com explosivos a esquadras de polícia e a estações ferroviárias, as autoridades britânicas empregaram mais de cinquenta batalhões de tropas, além das forças policiais, entrando em confronto aberto com a generalidade da população, prendendo dezenas de milhares de pessoas e fazendo provavelmente um milhar de mortos. Apesar disto só a muito custo conseguiram controlar a situação e o governo colonial deixou praticamente de funcionar no leste do Uttar Pradesh e em vastas áreas do Bihar, que se avizinhavam

<sup>233</sup> J. Brown, «Índia», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 558; P. R. Greenough (1982) 103. Com grande candura, Paul Greenough, op. cit., 261 escreveu: «Não é [...] plausível sustentar que as actividades militares precipitaram directamente a fome. Bengala nunca foi invadida e não houve nenhum inimigo a condenar à fome as cidades [...] E as autoridades militares aliadas em Bengala não precipitaram a fome através de numerosas pilhagens das áreas rurais nem de requisições de arroz [...]». Mas os problemas foram outros, e de nada vale enunciar o que os Aliados não fizeram, esquecendo o que se abstiveram de fazer.

<sup>234</sup> P. R. Greenough (1982) viii calculou em três milhões e meio as vítimas mortais da fome, mas especificou (pág. 237) que o número provável se situou entre 3,5 milhões e 3,8 milhões no período de 1943 a 1946 e que na segunda metade de 1943 teria ocorrido pelo menos um milhão de mortes. Paul Greenough apresentou de maneira minuciosa estas estimativas nas págs. 299 e segs. Por seu lado, J. Brown, «Índia», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 558 considerou que o número de mortos excedeu provavelmente três milhões. R. Hudson (org. 1999) 613, todavia, indicou que o número de vítimas se situou entre um e três milhões e J. Keay (2003) II 576 estabeleceu como limites dois e quatro milhões.

<sup>235</sup> Citado em A. Bullock (1972) 659-660, A. Dallin (1957) 123, 415 e W. L. Shirer (1995) II 252 n.

<sup>236</sup> J. Keay (2003) II 560-561.

de Bengala pelo lado ocidental<sup>237</sup>. Ora, a oriente de Bengala, junto com as tropas japonesas na Malásia e na Birmânia, registava-se a presença do Exército Nacional Indiano, ao mesmo tempo independentista e pró-fascista, que em Fevereiro de 1942 mobilizara vários milhares de antigos prisioneiros de guerra indianos e fora reconstituído em Julho de 1943 sob o comando ilustre e decidido de Subhas Chandra Bose, como terei oportunidade de narrar (no capítulo 2 da Parte 6). De um e outro lado a independência estava colocada na ordem do dia. Duvido, contudo, que o espólio conservado nos arquivos permita comprovar documentalmente que os longos esforços da população indiana para conquistar a independência política e os repetidos conflitos com a auto-riedade colonial, agravados pelo forte clima de repressão que se viveu na Índia especialmente em 1942 e 1943, teriam contribuído para que os governantes dos países aliados e os seus chefes militares deixassem deliberadamente morrer de fome um número tão considerável de bengalis. Mas como certos ficcionistas revelam mais agilidade do que muitos historiadores no entendimento da história, porque são possuídos pela mesma imaginação que criou os factos, Carlos Fuentes pôde tirar a lição dos acontecimentos, exclamando que «não se salvaram os ingleses que esconderam o arroz aos bengalis para que não tivessem vontade de se rebelar e de se unir ao Japão durante a guerra, nem os mercadores muçulmanos que colaboraram com eles»<sup>238</sup>.

## 6. «O horror! O horror!»

No nacional-socialismo de Hitler, Himmler e Rosenberg fundiram-se dois tipos de racismo. A assimilação operada pelo romantismo germânico entre língua e raça foi aceite e desenvolvida ao atribuírem a cada raça um perfil psicológico e um comportamento prático. Mas em vez de considerarem as raças de maneira definitiva, como os românticos haviam feito<sup>239</sup>, Hitler e os seus seguidores adoptaram a problemática darwiniana e galtoniana de uma intervenção deliberada na selecção humana. É certo que, ao postular a hereditariedade e a continuidade genética, a eugenia situava as raças no plano das tradições. Na medida, porém, em que pretendia interferir na reprodução e manipulá-la, a eugenia orientava as suas preocupações para o futuro. Esta ponte entre o passado e o futuro permitiu ao nacional-socialismo pensar de forma diferente a perenidade da raça, introduzindo o elemento dinâmico no âmbito da tradição. Foi a articulação entre o racismo

<sup>237</sup> J. Brown, «Índia», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 561; R. Holland, «Anti-Imperialism», em id., *ibid.*, 40; J. Keay (2003) II 569. A frase do vice-rei foi citada por John Keay.

<sup>238</sup> C. Fuentes (2004) 439.

<sup>239</sup> G. Lukács (1980) 433. Herder, por exemplo, considerava que os povos não possuíam capacidade de renovação. Ver a este respeito J. Droz (1966) 37.

concebido pela linguística romântica e o racismo formulado nos termos da ciência biológica que abriu a Hitler o caminho da revolução no interior do conservadorismo.

Antes da fundação do Terceiro Reich já as democracias haviam criado, aperfeiçoado e aplicado um programa que não só supunha a existência de uma hierarquia de capacidades mentais e físicas consoante os estratos sociais e as cores da pele, como propunha também conduzir uma actividade selectiva de modo a orientar a evolução biológica. E se é certo que os nacionais-socialistas pretenderam produzir a raça superior num quadro predominantemente centralizado, enquanto as democracias empregaram meios descentralizados para chegar aos mesmos fins, a discrepância não se restringiu ao racismo e resultou das formas de organização a que, neste campo como em todos os outros, obedecia cada um dos sistemas políticos. No que dizia respeito aos objectivos, o projecto racial dos SS dispunha da mais perfeita legitimidade democrática.

Nem foram menos puras as credenciais democráticas da crueldade com que os nacionais-socialistas executaram o programa rácico. É bem conhecido o horror dos campos de concentração criados pelo Terceiro Reich e afirma-se frequentemente que a invenção desse sistema se deveu aos britânicos na fase final da Guerra dos *Boers*, depois de terem anexado o Transvaal e o Estado Livre de Orange, quando os *afrikaners*, derrotados nas modalidades convencionais de combate, haviam recorrido à guerrilha. Esta versão, porém, não é exacta. Os nacionais-socialistas fundaram campos de concentração com o objectivo de prender ou, depois, exterminar todos aqueles que por razões ideológicas ou étnicas eram considerados subversores da ordem. Ora, os campos estabelecidos pelos britânicos destinaram-se principalmente, ou talvez mesmo unicamente, a privar a guerrilha do apoio dos civis, confinando várias dezenas de milhares de *boers*, sobretudo mulheres e crianças, e encerrando em instalações separadas mais de cem mil elementos da população negra. No que dizia respeito aos seus objectivos, em vez de fazerem prever o sistema concentracionário do nacional-socialismo, os campos britânicos anteciparam as «aldeias estratégicas» criadas pelos militares japoneses na Manchúria<sup>240</sup> e pelos norte-americanos no Vietname, que também elas tinham o intuito de deixar os guerrilheiros isolados da população civil. Aliás, a prioridade deve-se aos espanhóis, que haviam já organizado campos de concentração em Cuba, aquando da luta contra as guerrilhas independentistas<sup>241</sup>. E em 1913, no México, durante a ditadura do general Victoriano Huerta, as forças governamentais organizaram a «recolonização» no estado de Morelos, concentrando os camponeses nas principais aldeias e cidades para tentar

<sup>240</sup> N. Chomsky (1969) 198, 201.

<sup>241</sup> Th. Pakenham (1999) 628; J. Simpson (2011) 42.

isolá-los das milícias e guerrilhas comandadas por Zapata. Passados três anos as tropas favoráveis a Venustiano Carranza tomaram medidas idênticas<sup>242</sup>. Mesmo o facto de as autoridades britânicas na África do Sul terem deixado morrer de fome e doença uma parte considerável dos cento e cinquenta mil detidos nos campos de concentração não se deveu a um genocídio planificado com intuítos ráticos, mas exclusivamente à conjugação de incúria e crueldade burocrática que caracteriza qualquer exército. Seria necessário o clamor de indignação erguido na metrópole para que melhorassem as condições sanitárias e alimentares nesses campos, baixando drasticamente a taxa de mortalidade<sup>243</sup>. Terminado o conflito e feito o balanço, concluiu um historiador, «ninguém sabe quantos *boers* — homens, mulheres e crianças — morreram nos campos de concentração. Os cálculos oficiais variam entre 18.000 e 28.000» e dos prisioneiros negros é possível que tenham morrido acima de 12.000<sup>244</sup>.

Mais do que pelo internamento dos *boers*, o caminho que levou aos vários Auschwitz foi aberto, muito simplesmente, pelo colonialismo capitalista. «Será mais difícil ignorar as crueldades dos alemães para com os judeus ou os checos do que as dos franceses para com os anamitas?», perguntou Simone Weil pouco tempo antes de morrer<sup>245</sup>, e no outro extremo do espectro político Maurice Bardèche interrogou, a respeito do julgamento de Nuremberga, «porque é que se deve considerar crime o incêndio de vivendas de tijolo e pecadilho o incêndio de aldeias de bambu?»<sup>246</sup>. Os democratas, porém, cobrem com um espesso silêncio a transformação de vastíssimas colónias em puros campos de concentração. O regime parlamentar era uma modalidade política adequada ao tipo de economia prevalecente nas metrópoles; e naquela época o capitalismo não podia existir sem o seu complemento, a exploração colonial, com as atrocidades regulares e o terrorismo empresarial e de Estado necessários para introduzir o trabalho assalariado entre povos que toda uma cultura ligava a outros modos de produção. Democracia e terror colonial foram dois aspectos da mesma realidade. Só a deliberada conjugação de tipos diversos de crueldade, não apenas as punições físicas, mas a permanente humilhação social e psicológica, pôde converter, no espaço de uma geração, populações seguras de si, ou tantas vezes aguerridas, numa massa submissa. Para que a vida se processasse nos termos requeridos pelo colonialismo era indispensável desagregar os sistemas sociais existentes, e a tarefa não foi entregue à livre iniciativa dos colonos. Foi planeada e superiormente dirigida pelas metrópoles democráticas. Tratava-se de deixar aqueles

<sup>242</sup> B. Ulloa (1981) 1117, 1140.

<sup>243</sup> Th. Pakenham (1999) 613-615, 618, 625, 628 e segs., 641 e segs., 689.

<sup>244</sup> Id., *ibid.*, 713-714. A passagem citada vem na pág. 713. J. Simpson (2011) 44 indica como provável a morte de 26.000 brancos e 12.000 negros.

<sup>245</sup> S. Weil (1950) 127.

<sup>246</sup> M. Bardèche (1948) 174.

povos sem nenhuma compreensão do presente, de modo a serem roubados do futuro. Torná-los desprovidos de passado foi o verniz ideológico deste programa, e para isso os universitários e os propagandistas recusaram a dignidade da História a todas as histórias que não tivessem conduzido ao capitalismo e negaram a igualdade biológica dos povos que sustentavam outras culturas. Sob o ponto de vista dos objectivos económicos e sociais a diferença com o Terceiro Reich foi enorme, porque o capitalismo democrático, quando não procedeu ao genocídio eficaz de alguns povos que habitavam territórios cobiçados, liquidou os sistemas sócio-económicos indígenas para inserir as populações no regime de assalariamento e conjugar o capitalismo nas colónias com o capitalismo nas metrópoles. Por seu lado, se recordarmos a análise a que procedi quando abordei o nacional-socialismo como um metacapitalismo (no capítulo 5 da Parte 2), nos territórios conquistados de Leste os nacionais-socialistas, em vez de terem por objectivo a exploração do trabalho assalariado, pretenderam implantar um regime escravista. Mas quanto aos métodos a semelhança foi grande, porque tanto para o colonialismo democrático como para o neo-escravismo nacional-socialista se tratava de destruir as estruturas sociais autóctones (pré-capitalistas num caso e capitalistas no outro) e transformá-las em estruturas de tipo diferente (capitalistas num caso e, no outro, metacapitalistas). A semelhança foi maior ainda quando se tratou de liquidar povos inteiros (nativos num caso e judeus no outro). Por isso os métodos empregues por Himmler e pelos seus acólitos puderam reproduzir em escala intensiva a forma como as democracias imperialistas haviam administrado os povos das colónias. O Congo de Leopoldo II foi o mais perfeito ensaio do sistema concentracionário dos SS.

Três décadas antes de o Reichsführer-SS Himmler, comissário do Reich para o Reforço do Germanismo, ter decretado o rapto sistemático das crianças eslavas a quem se atribuía uma parcela de sangue nórdico, já a democrática Austrália, esse exemplo da política e da cultura britânicas transportadas para os antípodas, iniciara uma operação do mesmo tipo, e continuou-a por ainda vinte anos após o final da guerra, impunemente e de consciência tranquila. Durante mais de meio século, desde cerca de 1910 até aos meados da década de 1960, calcula-se que entre 55.000 e 100.000 crianças, algumas inteiramente aborígenes, mas na sua esmagadora maioria mestiças, tivessem sido retiradas à força por agentes do governo australiano às suas mães aborígenes. Sem voltarem a ver os familiares, foram colocadas sob a tutela de instituições brancas, geralmente dirigidas por Igrejas protestantes, constituindo o que hoje se denomina «a geração roubada». Com esta metódica e burocrática reapropriação do sangue — para classificar a operação pelos seus termos racistas — o governo australiano esperava erradicar nas crianças a cultura indígena e fazê-las assimilar exclusivamente hábitos sociais de tipo europeu, de modo a que

casassem mais tarde com homens ou mulheres brancos e que, ao fim de algumas gerações, os seus descendentes tivessem perdido as características aborígenes. Pretendendo minimizar as proporções do etnocídio, os governantes australianos argumentaram que o número de vítimas daquelas medidas não teria correspondido a mais de 10% das crianças aborígenes, mas apercebemo-nos da inepta demagogia de um tal cálculo quando consideramos que os SS teriam roubado aproximadamente 200.000 crianças num total de polacos incomparavelmente superior ao dos indígenas da Austrália<sup>247</sup>. E no Canadá, outro exemplo de gentileza parlamentar, desde a década de 1880 até 1996 as autoridades retiraram forçadamente às famílias índias um total de cerca de 100.000 crianças. Colocadas numa centena de internatos, estabelecidos em regiões muito distantes dos seus lugares de origem e de cuja direcção se encarregavam a Igreja católica e as várias Igrejas protestantes, estas crianças, mal alimentadas e pior ensinadas, obrigadas a trabalhar longas horas e castigadas a chicote sempre que usavam as línguas maternas, foram em grande número — confirma-o um relatório oficial publicado em 1996 — sujeitas a violações e sevícias sexuais. Não se tratou no caso canadiano de resgatar em mestiços o sangue branco, para empregar a justificação dos nacionais-socialistas germânicos na Polónia e dos democratas australianos no seu próprio país, mas simplesmente de usar os mesmos métodos para destruir culturas indígenas ancestrais e impor àquelas crianças hábitos europeus<sup>248</sup>.

Nem sequer me preocupam agora os números. Seria inviável fazer o catálogo das atrocidades praticadas nas colónias pelas democracias e o cômputo das vítimas. Seria inútil também, porque a tragédia consiste na possibilidade de empregar sistematicamente tais métodos e não no facto de mais um ou dez ou mil ou cem mil cadáveres e crianças roubadas se juntarem à soma. Durante a Guerra dos *Boers*, cercado em Ladysmith com as tropas do general White, o coronel Sir Henry Rawlinson, mais tarde general e Lord, confidenciou ao seu diário, depois de uma escaramuça particularmente mortífera, que «os cadáveres de brancos causam [...] uma repugnância muito maior do que os dos negros»<sup>249</sup>. E numa noite de Outubro de 1941, falando na sua roda íntima acerca das crueldades necessárias para implementar o programa de colonização dos territórios eslavos, Hitler comentou: «Acima de tudo, nada de remorsos a este respeito! [...] Há um

<sup>247</sup> Acerca da «geração roubada» dos aborígenes australianos ver: *The Economist*, 14 de Junho de 1997; id., 11 de Setembro de 1999; id., 27 de Maio de 2000; id., 19 de Agosto de 2000; id., *A Survey of Australia*, 9 de Setembro de 2000, pág. 12. A *Encyclopædia Britannica* (ed. de 1971), vol. 18, pág. 141 informa que a população total da Polónia em Setembro de 1939 seria de 35.339.000, segundo uma estimativa oficial. A mesma fonte esclarece (vol. 2, pág. 784) que em 1930 havia menos de 40.000 nativos australianos não-miscigenados e, numa data não especificada, mais de 39.000 miscigenados; leio também (vol. 2, pág. 809) que o recenseamento de 1966 contabilizou 80.207 aborígenes na Austrália.

<sup>248</sup> *The Economist*, 28 de Outubro de 2000. Segundo a *Encyclopædia Britannica* (ed. de 1971), vol. 4, pág. 747, calcula-se que em 1965 houvesse cerca de 217.800 índios no Canadá.

<sup>249</sup> Citado em Th. Pakenham (1999) 339.

único dever, o de germanizar esse país através da imigração de germanos e considerar os nativos como peles-vermelhas»<sup>250</sup>. A comparação não podia ser mais apropriada, pois a grande democracia do outro lado dos mares tem como acto fundador um comportamento em tudo semelhante àquele que os nacionais-socialistas adoptaram na Checoslováquia, na Polónia e nos territórios ocupados da União Soviética. Talvez o Führer se recordasse então dos romances de *cow-boys* que tanto gostara de ler na juventude e continuou a devorar pela vida fora<sup>251</sup>. Nesta nova aventura ele trataria a sub-humanidade eslava tal como os outros haviam tratado, e continuavam a tratar, os peles-vermelhas.

As democracias vencedoras precisam de reconstruir a história, e a ilusória pureza de que revestem os seus antecedentes é o espelho da falsidade com que operam no presente. Para entendermos o capitalismo contemporâneo como um estádio superior, e tanto mais grave, da repressão camuflada, do controle oculto, da imperceptível manipulação, não devemos esquecer que as democracias têm sempre sido estruturalmente inseparáveis das formas mais abjectas de opressão. Se pudessem olhar para o interior de si próprias e para o seu passado como, na novela célebre de Joseph Conrad, o Sr. Kurtz à beira de morrer, exclamariam com ele: «O horror! O horror!».

<sup>250</sup> *Hitler's Table Talk...*, 69.

<sup>251</sup> «A sua [de Hitler] leitura preferida são as histórias de *cow-boys* e os romances policiais», afirmou H. Rauschning (1939) 288. Conversando com os comensais em 17 de Fevereiro de 1942 e em 15 de Junho do ano seguinte Hitler recordou com saudade as suas leituras de Karl May. Ver *Hitler's Table Talk...*, 316 e 707. Nos seus primeiros meses como chanceler Hitler releu uma vez mais os cerca de setenta volumes das obras de Karl May, indicou J. C. Fest (1974) 762, que recordou também (pág. 226) que alguém que conhecera Hitler nos seus tempos de jovem tribuno o havia comparado a um personagem de Karl May.

Parte 5  
ESTÉTICA



# Capítulo 1

## O FASCISMO COMO ESTÉTICA

### 1. O fascismo foi uma estética por necessidade

Todo o movimento político que se situe acima das classes e pretenda conciliá-las tem de recorrer a símbolos. No seu célebre quadro sobre a revolução parisiense de 1830, *La Liberté guidant le peuple*, logo atrás de um primeiro plano de cadáveres, emancipados deste vale de lágrimas e das suas divisões sociais, e que por isso aparecem rotos, seminus, quase desprovidos de representações vestimentárias já inúteis, Delacroix figurou um burguês e um proletário, irmanados pela força da multidão que os impele, e da qual nos apercebemos como isso mesmo, uma massa humana gesticulante, confundida no mesmo tom sombrio, envolta nas nuvens dos incêndios e da pólvora. Contra este fundo homogêneo de um movimento colectivo, mais acentuado se torna o contraste entre a blusa branca do operário, aberta no peito, as suas calças de trabalho, a boina, e a casaca e o colete negros do burguês, a gravata que lhe cinge a camisa no pescoço, o chapéu alto, que não sei como não cai no meio de tanta agitação. O que une aqueles dois homens, que

tudo separa na vida? Nada de real, um símbolo apenas, a liberdade, que cada um entende à sua maneira, e que amanhã, se não hoje mesmo, os oporá em vez de os juntar. Para fundir as classes num mito comum não bastaram ao pintor os recursos exclusivamente formais, o turbilhão de movimentos e luz que envolve os personagens numa espiral e confere ao quadro



Eugène Delacroix, *La Liberté guidant le peuple* (1830)

O que une aqueles homens que tudo separa na vida? Um símbolo apenas, a Liberdade, que cada um entende à sua maneira.

uma indubitável unidade. A consciência das clivagens sociais era já demasiado profunda para que pudesse encontrar resposta no campo das formas apenas. Foi necessária a introdução de um

elemento narrativo, explicitamente ideológico, dando corpo à abstracção. É uma operação que decorre na esfera da magia, inventar uma personagem, ao mesmo tempo ideal e com traços humanos, e encarregá-la, mediante a sua mera invocação, de resolver uma contradição insolúvel. Ei-la então, essa Liberdade, com o corpo projectado para diante e banhada já por uma nova claridade, um amanhã que a ilumina, mas que mal atinge ainda a criança armada de duas pistolas, a nova geração que caminha a seu lado. A Liberdade incita o povo ao ataque e ergue-se acima dos mortos, que para ela não constituem obstáculo, enquanto o burguês e o proletário se protegem com a pilha de cadáveres e, como que recuando um pouco naquele minuto decisivo, parecem mais impulsionados pela multidão informe do que capazes de a conduzir. Na cabeça o barrete frígido, sinal de emancipação, na mão a bandeira, as cores representando a nova dinastia, o peito nu, tão nu como o combatente morto que a prolonga esteticamente no ângulo estruturante do quadro, um já fora das classes sociais, a outra sempre acima delas, esta fantasmal Liberdade demonstra, pelo seu próprio aparecimento, que sem o artista, e a sua arte, nada poderia ocultar os antagonismos sociais e ultrapassá-los. Os símbolos da conciliação de classes são obrigatoriamente estéticos.

Na França de 1830 instaurava-se uma democracia parlamentar, expressão colectiva dos interesses múltiplos e diversificados da burguesia. Não era um poder individualizado mas anónimo, que residia nas funções e não nas pessoas. Por isso aquele símbolo não podia ter outro corpo senão o que convinha a uma abstracção. Mas os fascistas, tal como antes o haviam já feito os seus antecessores jacobinos, deram uma solução diferente ao problema, preenchendo o símbolo com uma pessoa real. Em 1924, em Itália, por ocasião do assassinato de Matteotti, quando os partidos da oposição se esforçavam tardiamente por aproveitar a oportunidade para derrubar o regime e muitos julgavam que o fim do fascismo estava próximo, Farinacci ergueu-se em plena Câmara dos Deputados e bradou: «Em Mussolini não se toca. Mussolini é um mito». E de pouco valeu ao Duce retorquir que estava bem vivo e com os pés na terra<sup>1</sup>, porque nada disto interessava e sem a projecção mítica do seu chefe o fascismo não teria tomado corpo nem continuaria a existir. Quinze anos mais tarde sucedia que Mussolini se referisse a si mesmo na terceira pessoa. «Fala dele próprio como se fosse outro», observou Giuseppe Bottai. «Já não é o homem que é, mas o seu fantasma»<sup>2</sup>. O herói em política, o chefe, é um actor apenas, corporalizando um símbolo. E assim a estética, que no parlamentarismo não ultrapassa o plano dos acessórios, no poder pessoal

<sup>1</sup> Acerca da intervenção de Farinacci e da resposta de Mussolini ver G. Bottai (1949) 29. Com a mesma inspiração encontro um excerto do discurso de Mussolini de 17 de Janeiro de 1926, antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 292.

<sup>2</sup> G. Bottai (1949) 89.

confunde-se com a própria actuação política. Robespierre, Bonaparte depois dele e o terceiro Napoleão foram essencialmente actores, movimentando figurantes. Todavia, o fascismo elevou ao máximo expoente o supraclassismo e a aparente fusão de todo o povo, por isso a necessidade de símbolos atingiu ali um grau sem precedentes e a política reduziu-se, pela primeira vez, a um desempenho exclusivamente estético. As milícias em que patrões e trabalhadores envergavam uniformes iguais, os desfiles em que todos eles marchavam no mesmo passo cadenciado, as colossais paradas em que gente das mais diversas profissões se misturava em longuíssimas filas traçadas com rigor, a mobilização em actividades conjuntas dos jovens de qualquer origem vestindo fardamentos idênticos, esta espécie de socialismo de alfaiate servia para escamotear precisamente aquilo que proclamava e para confundir numa aparência homogénea as oposições de classe e as diferenças de estatuto. «O facto de os nossos membros mais activos usarem a camisa negra», pretendeu Sir Oswald Mosley, «rompe entre nós todas as barreiras de classe, porque todos estão vestidos da mesma maneira»<sup>3</sup>. De um lado ficava a nação ou a raça afirmadas como colectividade porque trajavam a mesma roupa, e perante ela, exaltado no lugar único que lhe cabia, o chefe. Esta encenação constituiu a realidade última do fascismo. «O mussolinismo tornara-se um ritual, uma liturgia», queixou-se tarde demais Bottai, e lastimou que o homem Mussolini não tivesse sido capaz de resistir ao mito e que, pouco a pouco, a máscara lhe fosse moldando o rosto<sup>4</sup>. Já em 27 de Agosto de 1936, regressado da Abissínia e encontrando-se com o Duce, Bottai escrevera no seu diário: «Não o homem, mas a estátua estava perante mim»<sup>5</sup>. Outra coisa não teria podido suceder, e leio no mesmo diário uma esclarecedora confissão, na página de 17 de Abril de 1940: «Não posso convencer-me a reduzir Mussolini [...] às dimensões de um facto pessoal. [...] A nossa geração está toda ela em Mussolini; ela é Mussolini»<sup>6</sup>. Também no diário, comentando um discurso que ouvira no dia 29 de Junho de 1938, Bottai anotou que «o ministro alemão Frank referiu-se ao Führer não como uma instituição provisória, dizendo respeito à pessoa de Hitler, mas como uma instituição permanente [...]»<sup>7</sup>. Que destino paradoxal, o daquelas ditaduras pessoais em que a pessoa do ditador desaparecia e dele restava só a estátua! Foi isto, em política, a arte.

<sup>3</sup> O. Mosley (1933) 3. Ver também id. (2006) 255.

<sup>4</sup> G. Bottai (1949) 25-35. A frase citada encontra-se na pág. 28. «A pessoa», escreveu ainda Bottai (pág. 26) a propósito de Mussolini, «era já uma personagem».

<sup>5</sup> Citado em E. Gentile (2010) 131. Comentando esta frase, Emilio Gentile observou (págs. 131-132) a «petrificação» da imagem de Mussolini, a sua transformação numa «estátua viva», e acrescentou que se tratava de «a projecção exterior, provavelmente espontânea, de uma mutação interior», já que o Duce se convertera numa «estátua viva, porque era um mito vivo».

<sup>6</sup> G. Bottai (1949) 169.

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, 115.

No cruzamento de eixos tão dissimilares como o da ordem e o da revolta, e pretendendo-se vincadamente ideológico, como conseguiria o fascismo apresentar um discurso coerente? Abandonar a razão e cingir-se à estética não era para o fascismo uma opção, mas uma incontornável necessidade. Se na estética a forma é o verdadeiro conteúdo, então o fascismo anulava a contradição dos conteúdos do discurso quando a convertia em jogo de formas. «Para muitos observadores», anotou um historiador da cultura, «o fascismo era o equivalente a *l'art pour l'art* na política»<sup>8</sup>. O que segundo o critério da razão eram erros, e como tal recusáveis, encontrava-se transposto para um plano onde os únicos padrões decorriam do estilo e onde, portanto, tudo era logicamente aceitável. E o que o critério da prática revelava enquanto falsidades era encenado publicamente como o seu oposto, e a realidade desta encenação convertia a mentira em verdade. «O nazismo é um artifício total. Ora, a ficção flagrante aparenta-se a uma obra de arte», observou um historiador demasiado arguto para ser conhecido como merece<sup>9</sup>. E escrevendo na prisão, enquanto aguardava que cumprissem a sua condenação à morte, o colaboracionista Robert Brasillach definiu o fascismo como um mito, e além disso um mito estético<sup>10</sup>. Também na prisão outro colaboracionista, Pierre-Antoine Cousteau, condenado à morte mas beneficiando de uma commutação da pena, considerou que «a estética está no campo fascista»<sup>11</sup>. Ainda aqui os fascistas ocuparam uma posição polarmente oposta aos marxistas. O comunismo soviético e o socialismo vanguardista esforçaram-se por politizar a arte, enquanto para o fascismo se tratou de estetizar a política. «A síntese fascista significa que a estética se converteu numa parte integrante da política e da economia», observou um historiador<sup>12</sup>. Já Walter Benjamin havia desvendado o problema. «O fascismo gostaria de organizar as massas sem alterar o sistema de propriedade, apesar de as massas tenderem a rejeitá-lo», escreveu ele num ensaio pioneiro, e observou em seguida que o fascismo, ao mesmo tempo que mantinha o sistema de propriedade, permitia às massas exprimirem o seu desejo de transformação. «O resultado é que ele tende naturalmente a uma estetização da vida política»<sup>13</sup>. Por isso Karl Jaspers defendeu, depois da guerra, que devíamos evitar a cilada de considerar demoníaco o nacional-socialismo, porque estaríamos assim a poetizá-lo, e que o

<sup>8</sup> W. Lepenies (2006) 72. Mas não concordo com Wolf Lepenies, op. cit., 19 e 67 e segs. quando relacionou o atractivo artístico do nacional-socialismo alemão exclusivamente com a noção germânica de *cultura*. Por mais importante que esta noção tivesse sido no nacional-socialismo, o carácter estético do fascismo foi genérico e incluiu todas as suas variantes.

<sup>9</sup> J. Billig (2000) 88.

<sup>10</sup> D. Orlow (2009) 32; P. Sérant (1959) 230.

<sup>11</sup> L. Rebatet et al. (1999) 62.

<sup>12</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 29. Ver também S. G. Payne (2003 b) 12-13.

<sup>13</sup> W. Benjamin (1971) 178-179. Para a relação desta crítica com a obra de Ernst Jünger ver J. Herf (1986)

devíamos condenar não como uma entidade estética mas como uma vulgar obra de fãncaria<sup>14</sup>.

A política considerada como arte constituiu a modalidade específica do irracionalismo fascista. Enquanto movimento comum a todos os estratos e classes sociais, o fascismo não podia senão ser um irracionalismo, apagando no plano mítico os conflitos e antagonismos que dividiam inconciliavelmente a sua múltipla base social. Este irracionalismo manifestou-se no domínio atribuído à forma, e assim se tornou arte. Os oradores do fascismo ou os seus doutrinadores — mas os textos políticos fascistas revelam frequentemente um tal estado de exaltação que mais parecem ditados — recorriam às palavras enquanto imagens poéticas, para logo de seguida as usarem na cadeia do raciocínio como se fossem conceitos, e convém neste passo lembrar o amigo de Camilo, que na liteira lhe dizia: «O absurdo não fica melhor justificado com a linguagem absurda»<sup>15</sup>. A especial demagogia do fascismo residiu no emprego ilegítimo das imagens enquanto conceitos e, portanto, na promoção das analogias a processos causais<sup>16</sup>.

Apologistas da intuição, oportunistas da acção, plebeus sentindo-se elite e promovendo, junto com aristocratas falidos, uma revolução aristocrática, os chefes fascistas foram *dandys* de um tipo novo, herdeiros das tradições da boémia do século XIX e dos seus interesses artísticos. A ideologia fascista não pode ser entendida se não nos dermos conta de que, aos olhos dos seus promotores, ela foi menos uma política do que uma estética. O fascismo surgiu primeiro nos manifestos artísticos, e antes ainda de o verdadeiro criador do fascismo no Ocidente, Enrico Corradini, ter anunciado a convergência entre o nacionalismo radical e o sindicalismo revolucionário, já Marinetti, em 20 de Fevereiro de 1909, proclamara a fundação do futurismo, anunciando não só alguns dos temas principais que inspirariam o Duce, mas ainda o estilo que ele havia de adoptar. Entretanto, na elite boémia da intelectualidade vienense Hofmannsthal inspirava as suas peças de teatro e os seus *libretti* de ópera com a noção do exercício da política enquanto arte, incluindo as «cerimónias da totalidade», formas de ritual político por onde penetrava a irracionalidade e onde todos se sentiam envolvidos. A arte tornara-se para ele «o espaço espiritual da nação» e tinha a esperança de que as suas obras ajudassem Viena a gerar um chefe político, um «génio», «marcado com o estigma do usurpador», «verdadeiro alemão e homem absoluto», «profeta», «poeta»,

<sup>14</sup> W. Lepenies (2006) 193. Numa carta enviada a Hannah Arendt em Outubro de 1946 Jaspers mencionara a «total banalidade» do Terceiro Reich, a sua «prosaica trivialidade». Ver Wolf Lepenies, op. cit., 192.

<sup>15</sup> C. Castello Branco (1922) 14.

<sup>16</sup> V. C. Ferkiss (1955) 176-177 e 181 observou que Ezra Pound recusava as abstracções e procurava sobretudo imagens sensoriais, elevando a percepção imediata acima do raciocínio e usando o símbolo como uma forma de representação que não consiste numa abstracção; por isso Pound substituíra as relações por justaposições. Mas não creio que a questão se restrinja a Pound nem sequer à poesia, e G. Lukács (1980) *passim* mostrou que todo o pensamento irracionalista procede por analogias.

«mestre», «sedutor», «sonhador erótico»<sup>17</sup>. Hofmannsthal previu certamente: em Viena, com efeito. Apenas errou por ter nascido numa família judaica.

Só depois de ter aparecido na arte a nova mentalidade foi aplicada à esfera política, por políticos que descobriram a sua actividade como arte ou por artistas com vocação de políticos. Pois não fora originariamente Corradini um escritor e um intelectual preocupado com as teorias da estética<sup>18</sup>? Num discurso pronunciado a 20 de Setembro de 1922, um mês antes de fabricar aquela obra, de arte ou de fancaria, que foi a Marcha sobre Roma, Mussolini declarou que «a função do fascismo é realizar um todo orgânico das massas trabalhadoras com a nação, para que possa amanhã dispor delas, quando a nação tiver necessidade das massas, tal como o artista tem necessidade da matéria bruta para forjar as suas obras-primas»<sup>19</sup>. Por isso um jovem adepto pudera evocar no final de 1921 «a juventude e a poesia do nosso movimento»<sup>20</sup>. A encerrar um longo ensaio sobre estética e política o introdutor do fascismo em Espanha, Giménez Caballero, proclamou que o fundador de um Estado, enquanto génio supremo de um povo, não era político, mas artista. «Todo o grande chefe de Estado é-o porque é Artista», escreveu ele. «Maneja massas, números, corações, projectos, destinos [...] Só os grandes artistas de povos criam os grandes povos, os grandes Estados desses povos. Estadista equivale a Artista»<sup>21</sup>. Sem dúvida foi esta a faceta estética que José Antonio Primo de Rivera atribuiu à Falange<sup>22</sup>, classificando como «poético e combatente» o seu nacionalismo<sup>23</sup>. Mesmo Jacques Doriot, «*le grand Jacques*», apesar da sua natural vulgaridade, reforçada ainda por demagogia, em mangas de camisa e suspensórios, pôde afirmar, em Outubro de 1938, «a minha poesia é a acção»<sup>24</sup>. Pelos vistos não era uma poética suficiente, talvez porque a acção ficasse aquém do desejado, e três meses depois alguém que fora um dos seus principais colaboradores acusou-o numa carta de ruptura: «A mística, a poesia, a acção heróica, o carácter religioso de um movimento, tudo isto te é odioso»<sup>25</sup>. As disputas políticas seriam, então, disputas estéticas, e cada um se reivindicava de ser mais poeta do que o outro. Afinal, Brasillach chamou «poeta» a todos eles, a Mussolini como a Hitler, a Codreanu como a Degrelle. «Não existe grande política», concluiu ele, «que não tenha a sua parte de imagens,

<sup>17</sup> Citado em P. Watson (2011) 492. E no entanto, a crer em J. C. Fest (1974) 55, nos seus dias de Viena Hitler nunca ouvira falar de Hofmannsthal.

<sup>18</sup> S. Saladino (1965) 230.

<sup>19</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 311.

<sup>20</sup> Mario Piazzesi citado em E. Gentile (2010) 8-9.

<sup>21</sup> Citado em A. Llorente Hernández (1995) 25.

<sup>22</sup> S. G. Payne (1961) 49 e segs.

<sup>23</sup> A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 559.

<sup>24</sup> Citado em Ph. Burrin (1986) 302.

<sup>25</sup> Carta de Paul Marion a Jacques Doriot, 3 de Janeiro de 1939, citada em id., *ibid.*, 304-305. Ver também D. Orlow (2009) 135-136.

não há grande política que não seja visível»<sup>26</sup>.

A oposição do fascismo à sociedade burguesa não foi de ordem económica, mas estética. O burguês a quem o fascista se opunha não era o proprietário dos meios de produção, na definição marxista, ou, na aceção comum, o homem rico. Quem o fascista perseguia com os seus sarcasmos, quando não com o seu ódio, era o cidadão de pantufas. Seria ele o burguês, e a tibieza do seu comportamento não era censurada pelos eventuais efeitos sobre a produtividade fabril nem pelos resultados de hipocrisia moral, mas no estrito plano estético, como geradora, intelectualmente, de uma falta de gosto e, fisicamente, de corpos flácidos. O fascismo apresentava, contra esta imagem do burguês, a figura do herói. Não se tratava, entenda-se bem, do heroísmo prático do conspirador, mas da teatralidade dos gestos, que supunha uma audiência, o artista perante a plateia. Para os fascistas o comportamento heróico consistiu sempre na representação de um papel, e é esta atitude que permite distinguir aqueles que nos últimos dias permaneceram fiéis ao seu ideal.

Depois de ter definido o fascismo como resultante da capacidade do grande capital para mobilizar um movimento de massas muito variado socialmente, Palmiro Togliatti, num curso dado em Moscovo em 1935, indicou as repercussões desta diversidade: «A ideologia fascista contém uma série de elementos heterogéneos. [...] esta característica permite-nos compreender para que serve essa ideologia. Ela serve para fundir diversas correntes na luta pela ditadura sobre as massas trabalhadoras e para criar com este objectivo um vasto movimento de massas. *A ideologia fascista é um instrumento criado para juntar esses elementos*»<sup>27</sup>. É notável que no contexto político em que se inseria, o dirigente comunista italiano tivesse detectado a função especial assumida no fascismo pela instância ideológica, sem a qual este movimento não adquiriria solidez. A sua consistência resultou, acima de tudo, da suprema incoerência entre acção e palavra. Nos fascismos, todavia, a ideologia não se limitou a estar em contradição com a prática social. Ela tornou-se o exacto oposto dessa prática, sendo a correspondência entre as duas instâncias inteiramente de sinal negativo. Enquanto expressão da prática, a ideologia reprodu-la sempre de forma transformada; sem isso, aliás, não haveria criatividade. Mas com o fascismo esta diferença converteu-se em estrita oposição, e foi este o lugar da estética fascista, que lhe conferiu um estilo próprio.

A palavra *propaganda* adquiriu um sentido novo, porque nunca até então a ideologia havia assumido tão sistematicamente a função de contrário da prática. Por vezes, nos momentos em

<sup>26</sup> R. Brasillach [s. d.] 33.

<sup>27</sup> P. Togliatti (1971) 12 (sub. orig.).

que atingiram o cume da demagogia, os maiores chefes do fascismo pronunciaram-se com um tal cinismo e desfaçatez que, a um observador apressado, podem dar uma falsa ideia de sinceridade. Em vez de clarificar as situações, porém, aquele despudor só tornava mais espessa a camada de enganos. Dizer não qualquer coisa diferente do que se fazia, mas sempre o exacto contrário era a condição para que pudessem manter-se conjugados os agentes de uma prática social profundamente rasgada por contradições. Para as conciliar numa ideologia de sinal oposto era necessário que ao discurso claro e racional se substituísse o lirismo palavroso e o tumulto verbal. Era preciso, sobretudo, apresentar como figuras de estilo aquelas contradições que no campo da razão não podiam aparecer senão enquanto erros de lógica ou completos absurdos. Era indispensável que a forma se tornasse o único conteúdo do discurso, estetizando a política. Dionisio Ridruejo, que durante a guerra civil espanhola se havia encarregado da propaganda na Falange franquista, devia conhecer bem as operações do verbo e denunciou-as mais tarde, já afastado do Movimento: «O cultivo retórico desta embriaguês do estilo permitiria chamar revolução a uma operação de polícia e, o que é mais grave, vivê-la espiritualmente como se o fosse»<sup>28</sup>.

Mas quando se proclamava a todos os ventos uma ideologia exactamente oposta à prática social, a prática só podia prosseguir sob uma forma aparentemente desideologizada. A prática quotidiana permitida pela repressão política apresentava-se no âmbito do lugar-comum, que é um terreno neutro sob o ponto de vista ideológico. Era este «o silêncio» evocado por Karl Jaspers, «o último recurso de quem se encontra reduzido à impotência», numa estratégia em que «se dissimula o silêncio para reflectir na maneira como se poderia restabelecer a situação»<sup>29</sup>. A privacidade do quotidiano, disfarçada sob os tons cinzentos da banalidade, era a última defesa das massas contra a sua conversão em figurantes da grande encenação. Acima desse quotidiano a ideologia oficial precisava, para se legitimar, de criar uma prática própria, uma espécie de realidade supletiva. Ora, apresentar a ideologia como instância directamente prática é a definição dos rituais, que são uma prática aparente — aparente enquanto prática e real apenas enquanto ideologia. A política serviu de realidade virtual. Daí a necessidade absoluta para o fascismo de se desenvolver esteticamente na forma de cerimónias, de festivais, de paradas e desfiles. Quaisquer que fossem as preferências arquitectónicas ou pictóricas ou musicais todas elas convergiam e se sintetizavam na construção de grandes espaços, vastas esplanadas onde os rituais políticos eram encenados e o povo, fornecendo os figurantes, aparecia ao génio do chefe como o Homem Novo por ele

<sup>28</sup> Citado por H. R. Southworth (1967) 13. Entre os traços distintivos do fascismo, R. De Felice (1978) 25 indicou a concomitância de «um revolucionarismo verbal e um conservadorismo de fundo», mas não se apercebeu de que a contradição era resolvida no plano estético.

<sup>29</sup> K. Jaspers (1948) 205.



gerado. Foi na encenação entendida enquanto arte global que o fascismo encontrou o seu cânon estético. Wagner criou, mais do que uma música, toda uma nova dramaturgia para converter o mito em ritual, os símbolos em temas de um novo festival que inspirasse a nação ou a raça.

Debaixo desse mapa outra geografia se escondia. E a necessidade de encenar era tanto maior quanto era necessário iludir o facto fundamental, o de que era diferente a vida dos figurantes. Uma ideologia voltada toda ela para a sua apresentação enquanto prática aparente, um discurso cujos enunciados surgiam como imediatamente criadores de uma prática própria, não podia ser senão mágica. A palavra do chefe era encantatória porque, perante uma multidão em transe, dava corpo a visões. E assim houve no fascismo uma dualidade de esferas. A prática efectiva de reprodução do quotidiano permitido era apresentada como desprovida de ideologia própria, era uma área sem nome. E a ideologia oficial, situada nos antípodas dessa prática corrente, criava a sua própria instância interna de rituais, mediante o recurso às operações da magia. O objectivo último do fascismo consistia em figurar aqueles rituais como se constituíssem o nível superior da prática. Neste círculo vicioso o totalitarismo do vazio certificava-se a si próprio. A falsa prática heróica, que não tinha outra substância senão a ritualização da ideologia, servia para ocultar, ou fazer esquecer, a desoladora banalidade da prática real.

## **2. O futurismo entendeu a violência política como um dinamismo estético**

A problemática do futurismo é complexa, no cruzamento das preocupações estéticas e das antecipações políticas, e compete-nos deslindar o que os personagens daquela história viveram confusamente. Sem desvendarmos esta teia de contradições, que resulta também da contraditoriedade da própria arte, não poderemos compreender o futurismo.

O manifesto fundador, publicado por Marinetti em Fevereiro de 1909, limitou-se a anunciar um estilo de vida, confundido com o frenesi da acção. Que se desengane quem imagine encontrar neste manifesto as regras de uma construção artística. O futurismo não era, para Marinetti, tanto uma nova forma de organizar os materiais plásticos e sonoros ou de dispor a sintaxe como sobretudo uma maneira diferente de viver. «[...] eu declaro agora que o lirismo é a capacidade requintada de nos extasiarmos com a vida», proclamaria ele mais tarde, em Maio de 1913, «de preenchermos a vida com o inebriamento de nós próprios»<sup>30</sup>. Mas por si só isto não destacava Marinetti de um

<sup>30</sup> F. T. Marinetti, *Destruction of Syntax – Imagination without Strings – Words-in-Freedom*, 11 de Maio de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 98.

esteticismo que pretendia investir o génio na vida e só o talento nas obras, para retomar a expressão nostálgica de Oscar Wilde. Não foi ao apresentarem a vida como uma arte que os futuristas se salientaram e estarreceram os contemporâneos, mas na nova forma que quiseram imprimir à arte de viver. Quando se lêem os onze pontos programáticos do primeiro manifesto, vemos que desde início era feita a apologia da morte. «Queremos cantar o amor do perigo [...]». A modernidade era a acção, confundida com a agressão. «[...] queremos celebrar o movimento agressivo, a insónia febril, o passo ginástico, o salto mortal, a bofetada e o murro». Por isso a acção moderna tinha de ser rápida. A velocidade era o ataque. «[...] a beleza da velocidade. [...] Nada é mais belo do que a luta. [...] A poesia tem de ser um assalto violento [...]»<sup>31</sup>. Apologia da morte, o futurismo foi apresentado por Marinetti como uma estética da agressão.

Da estética da agressão até à agressão estética a diferença foi curta — não só a profanação dos clássicos e os sarcasmos bombásticos, mas mesmo as vias de facto enquanto modalidade da polémica artística, «porque foi a murro e com sonoras bofetadas», preveniu uma vez o conferencista Marinetti, «que lutámos nos teatros das mais importantes cidades italianas»<sup>32</sup>. Os sábios da estratégia afirmam que a regra da violência é a ascensão aos extremos, por que razão se limitar a partir caras? «Depressa chegará o momento em que não nos poderemos mais contentar em defender as nossas ideias à bofetada e ao murro, e teremos de inaugurar o atentado em nome do pensamento, o atentado artístico, o atentado literário [...] Mas talvez a cobardia dos nossos inimigos nos poupe o luxo de os matar»<sup>33</sup>. Não eram figuras de estilo de um chefe de escola que gostava de causar sensação, e os demais membros do movimento partilhavam a mesma atitude. «Chegou a vez da juventude, da violência, da ousadia!», escreveram os principais pintores e escultores futuristas no começo de 1910<sup>34</sup>. E o compositor Balilla Pratella evocou «os poetas e pintores futuristas, belos na violência, ousados na revolta»<sup>35</sup>. Que viver como poeta fosse viver como guerreiro, eis o contributo do futurismo enquanto derradeiro movimento romântico.

A mesma atitude presidiu ao *Manifesto da Luxúria*, assinado em Janeiro de 1913 pela coreógrafa e escritora Valentine de Saint-Point, que logo na primeira linha proclamou: «A luxúria, se for considerada sem preconceitos morais e como uma parte essencial do dinamismo da vida, é uma força». E terminou insistindo: «*A luxúria é uma força*». Se substituirmos a libido pela política

<sup>31</sup> Id., *Premier Manifeste du Futurisme*, 20 de Fevereiro de 1909, em F. T. Marinetti (1911) 146-147.

<sup>32</sup> Id. (1911) 5.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, 99.

<sup>34</sup> Umberto Boccioni, Carlo Carrà, Luigi Russolo, Giacomo Balla e Gino Severini, *Manifesto of the Futurist Painters*, 11 de Fevereiro de 1910, em U. Apollonio (org. 1973) 27.

<sup>35</sup> Balilla Pratella, *Manifesto of Futurist Musicians*, 11 de Outubro de 1910, em *id.*, *ibid.*, 31.

encontramos nestas proclamações o futuro programa de acção do fascismo. Ao longo daquele manifesto o tema da sensualidade entrelaçou-se indissolivelmente com os temas da violência guerreira e da força racial. A sensualidade não era vista sequer como a luta dos sexos, no sentido em que Monteverdi a apresentara nos seus *Madrigali guerrieri et amorosi*, mas como a brutal alegria do triunfo do macho. «A satisfação da sua luxúria é um direito dos conquistadores. Após uma batalha em que homens morreram, é normal que os vencedores, testados pela guerra, se lancem a cometer violações na terra conquistada, para que a vida possa ser criada de novo. [...] a luxúria é uma força porque mata o fraco e exalta o forte, contribuindo para a selecção natural». E era esta esfera conjunta da violência e da raça a ser celebrada enquanto acto criativo. «A luxúria é o acto de criar, é Criação». Anunciava-se o desejo do corpo no mesmo tom opressor e triunfante em que outros, ou os mesmos, afirmariam o desejo do poder. «[...] para os dominadores de todos os campos, a luxúria é a esplêndida exaltação da sua força». Na estrutura do texto, decerto igualmente nas imagens mentais de quem o escreveu e dos muitos que o leram nos anos seguintes, o debate amoroso não se distinguia do futuro confronto físico dos *squadristi* com as suas vítimas. «A arte e a guerra são as grandes manifestações da sensualidade. A luxúria é a sua flor». Pois o murro e a bofetada celebrados por Marinetti como suprema poesia não eram igualmente um toque de epidermes, um pressionar de carnes? «A luxúria é [...] a dolorosa alegria da carne ferida [...]»<sup>36</sup>. O lugar do fascismo como politização do sadismo estava já claramente marcado no manifesto de Valentine de Saint-Point, e Hitler — apesar do abismo que o separava dos futuristas — foi da mesma opinião muitos anos mais tarde, quando explicou aos comensais que «se contamos que o soldado germânico esteja pronto a sacrificar a vida sem hesitações, então ele tem o direito de amar livremente e sem restrições. Na vida, a batalha e o amor vão a par, e o pequeno burguês inibido que se satisfaça com as migalhas que restarem»<sup>37</sup>.

Esta postura de misoginia viril foi uma das obsessões que mais frequentemente afloraram nos textos doutrinários de Marinetti. «[...] o desprezo pela mulher, condição essencial da existência do herói moderno»<sup>38</sup>. Os laços sentimentais impediriam os homens de se transcenderem e enfrentarem o perigo com a risonha indiferença da coragem natural. «Nós desprezamos o Amor horrível e enfadonho, que estorva o passo do homem e o impede de sair da sua humanidade, de se redobrar, de se ultrapassar a si mesmo para se converter no que chamamos: o *homem multi-*

<sup>36</sup> Valentine de Saint-Point, *Futurist Manifesto of Lust*, 11 de Janeiro de 1913, em id., *ibid.*, 70-74 (subs. orig.).

<sup>37</sup> Em 23 de Abril de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 435.

<sup>38</sup> F. T. Marinetti (1911) 4. Porém, tratava-se mais de um desprezo pelo amor do que propriamente pela mulher, como pode ver-se em id., *Destruction of Syntax – Imagination without Strings – Words-in-Freedom*, 11 de Maio de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 96.

*plicado*»<sup>39</sup> — e assim por diante, ao longo de mais uma dezena de páginas. No entanto, para os pintores e escultores do futurismo, como para os seus fotógrafos, cineastas, músicos ou potenciais arquitectos não se tratava de tecer apenas considerações a respeito de uma forma de viver e copular, ou de morrer e matar, mas também de enunciar os resultados da nova sensibilidade visual e auditiva, e de lhes dar corpo e forma nas suas obras. Por isso o futurismo deve ser analisado como uma corrente cabalmente estética.

A primeira e mais fundamental das operações a que estes artistas procederam foi a conversão da violência, que é um comportamento pessoal e político, em dinamismo, que é uma regra



Giacomo Balla, *Velocità astratta — l'auto è passata* (1913)  
Renovar a reflexão estética a partir do dinamismo interior de cada elemento.

de formas. Talvez seja impossível encontrar estes temas entrelaçados mais estreitamente do que num texto de Boccioni, em que referiu «o calor dinâmico, a acção violenta e a variação marginal que são precisamente as qualidades que permitem à forma viver fora do intelecto, de maneira a poder ser projectada para o infinito»<sup>40</sup>. A descoberta

de que o dinamismo pode corresponder no plano estético àquilo que a violência representa na vida social permitiu aos futuristas afirmarem e desenvolverem as bases da arte moderna. Começando como uma apologia neo-romântica da vida perigosa e da audácia na acção, o futurismo depressa se ampliou, de maneira a renovar toda a reflexão estética a partir do princípio do dinamismo interior de cada elemento, e a remodelar neste sentido a criação artística. «*Nós queremos alcançar a essência interior das coisas, o movimento puro [...]*»<sup>41</sup>. E Boccioni proclamou: «*Nós, os futuristas, descobrimos a forma no movimento e o movimento da forma*»<sup>42</sup>.

Todavia, os futuristas não teriam conseguido o seu impacto inovador se se tivessem limitado a desenvolver os princípios do movimento no contraste entre elementos distintos, porque esta

<sup>39</sup> Id. (1911) 57-58 (sub. orig.).

<sup>40</sup> Umberto Boccioni, *Futurist Painting and Sculpture (extracts)*, 1914, em U. Apollonio (org. 1973) 173.

<sup>41</sup> Anton Giulio Bragaglia, *Futurist Photodynamism*, 1 de Julho de 1911, em id., *ibid.*, 44 (sub. orig.).

<sup>42</sup> Umberto Boccioni, *Plastic Dynamism*, 12 de Dezembro de 1913, em id., *ibid.*, 93.

fora já a lição de muitos clássicos. Onde a modernidade se implantou foi no reconhecimento da «ubiquidade do homem multiplicado»<sup>43</sup>. O habitante das cidades contemporâneas, habituado à velocidade, às luzes artificiais e aos sons mecânicos, que dispõe de meios de comunicação tão rápidos e múltiplos que pode ao mesmo tempo presenciar vários acontecimentos ou fazer-se ouvir em diversos lugares, que está habituado a participar simultaneamente em ritmos distintos e tem, portanto, a noção de uma multiplicidade de tempos, e que não conhece outra paisagem senão a das intersecções e da sobreposição de contrastes, uma pessoa assim não pode deixar de sentir qualquer objecto, antes mesmo de ser uma forma em movimento, como uma forma do movimento. «O gesto que queremos reproduzir na tela não será mais um *instante* fixo do dinamismo universal. Será simplesmente a própria *sensação*



Umberto Boccioni, *Forme uniche della continuità nello spazio* (1913)

Os futuristas reconheceram a ubiquidade do homem multiplicado.

*dinâmica*», escreveram os principais pintores e escultores do futurismo<sup>44</sup>. Boccioni, o mais *réussi* dos escultores do grupo, iniciou assim um texto publicado quatro anos depois: «O movimento absoluto é uma lei dinâmica inerente ao objecto. A construção plástica do objecto deve ocupar-se com o movimento que o objecto tem no interior dele próprio, quer esteja parado ou em deslocação». E observou adiante que «na nossa percepção moderna da vida não existe nenhum objecto sem movimento»<sup>45</sup>. Era esta, aliás, a crítica que os futuristas faziam aos cubistas, acusando-os de ignorarem o dinamismo interno dos objectos e reduzirem as formas a uma decomposição estática de planos, realizada de acordo com normas *a priori*, em vez de darem livre curso à dinâmica da intuição<sup>46</sup>. Pelo mesmo motivo os futuristas opunham-se à ortogonalidade, já que o

<sup>43</sup> F. T. Marinetti (1911) 114.

<sup>44</sup> Umberto Boccioni, Carlo Carrà, Luigi Russolo, Giacomo Balla e Gino Severini, *Futurist Painting: Technical Manifesto*, 11 de Abril de 1910, em U. Apollonio (org. 1973) 27 (subs. orig.).

<sup>45</sup> Umberto Boccioni, *Absolute Motion + Relative Motion = Dynamism*, 15 de Março de 1914, em id., *ibid.*, 150, 152.

<sup>46</sup> U. Apollonio (org. 1973) 90, 93, 150-151, 172-176.

ângulo recto é insusceptível de representar o movimento, e além de ângulos agudos e obtusos propunham o emprego de toda a gama de curvas<sup>47</sup>.

O dinamismo, para os futuristas, era anterior à velocidade, que não passava de uma das suas modalidades. Independentemente de algo poder ou não estar em movimento, era o dinamismo a explicar-lhe a estrutura interna. Por isso estes pintores, escultores e fotógrafos pretendiam — e talvez seja esta a melhor descrição do efeito visual produzido por grande parte das suas obras — «registar a continuidade de uma acção no espaço»<sup>48</sup>. Boccioni escreveu em Dezembro de 1913: «Na escultura [...] não procuramos necessariamente [...] a construção de um objecto, mas a construção da acção de um objecto»<sup>49</sup>. Ele já proclamara a intenção de «fazer os objectos viverem, mostrando as suas extensões no espaço como sensíveis, sistemáticas e plásticas»<sup>50</sup>. E depois explicou: «As áreas entre um objecto e outro não são espaços meramente vazios, mas materiais contínuos com intensidades diferentes, que nós revelamos mediante linhas visíveis [...] É por isso que nos nossos quadros não existem objectos e espaços vazios, mas somente uma maior ou menor intensidade e solidez do espaço»<sup>51</sup>. Neste sentido Carrà definiu o «movimento total» como «a expansão esférica do espaço»<sup>52</sup> e Severini referiu-se à «expansão esférica da luz no espaço»<sup>53</sup>.



Luigi Russolo, *Dinamismo di un'automobile* (1912-1913)

Os futuristas pretenderam registar a continuidade de uma acção no espaço.

Se revelar algo no seu dinamismo era mostrá-lo na sua realidade mais íntima e decisiva, então o dinamismo conjugado de todos os elementos impedia que cada um deles aparecesse isolado. «[...] o próprio bloco escultórico deve conter os elementos arquitectónicos do ambiente

<sup>47</sup> Id., *ibid.*, 91, 112-113, 123, 171, 177.

<sup>48</sup> Anton Giulio Bragaglia, *Futurist Photodynamism*, 1 de Julho de 1913, em id., *ibid.*, 40.

<sup>49</sup> Umberto Boccioni, *Plastic Dynamism*, 12 de Dezembro de 1913, em id., *ibid.*, 93.

<sup>50</sup> Id., *Technical Manifesto of Futurist Sculpture*, 11 de Abril de 1912, em id., *ibid.*, 52.

<sup>51</sup> Id., *The Plastic Foundations of Futurist Sculpture and Painting*, 15 de Março de 1913, em id., *ibid.*, 89.

<sup>52</sup> Carlo Carrà, *The Painting of Sounds, Noises and Smells*, 11 de Agosto de 1913, em id., *ibid.*, 113.

<sup>53</sup> Gino Severini, *The Plastic Analogies of Dynamism – Futurist Manifesto*, Setembro-Outubro de 1913, em id., *ibid.*, 124 (sub. orig.).

*escultórico circundante* onde o objecto existe», explicou Boccioni. «Deste modo estaremos a produzir uma escultura do *ambiente circundante*. [...] Vamos [...] proclamar a *abolição completa e absoluta das linhas finitas e da estátua sujeita a limites. Vamos rebentar a meio as nossas figuras e colocar dentro delas o ambiente circundante*». Numa das conclusões do mesmo manifesto Boccioni acrescentou: «Aquilo que estamos a criar é apenas uma ponte entre um infinito plástico exterior e um infinito plástico interior, por isso os objectos nunca podem ser finitos, interseccionando-se uns aos outros através de uma combinação infinita de poderes, que atraem e repelem»<sup>54</sup>. E insistiu, numa conferência proferida no final de 1913: «Temos [...] de elevar o conceito de objecto ao de um todo plástico: *objecto + ambiente circundante*. [...] A escultura futurista colocará a figura no centro de uma orientação plástica do espaço». A velocidade, na relação de um elemento móvel com os demais, era só um dos aspectos da interpenetração dinâmica de todos os elementos. «O dinamismo é uma lei geral da simultaneidade e da interpenetração»<sup>55</sup>. Seguindo a mesma inspiração, Marinetti afirmou num manifesto de Março de 1914: «Nós destruímos sistematicamente o “eu” literário, para o dispersar pela vibração universal [...] E assim a poesia das forças cósmicas suplanta a poesia do humano»<sup>56</sup>. Menos prolixo, Severini definiu: «Os objectos individuais deixaram de existir»<sup>57</sup>.

Grande parte da reflexão estética dos futuristas incidiu na reconstituição do movimento interno a que eles resumiam todas as formas, e na discussão teórica e aplicação prática dos meios que permitiriam esta reconstituição. Criaram assim uma arte inteiramente nova. Neste sentido, o emprego de analogias — visuais, sonoras, olfativas — foi o principal recurso técnico e aquele que suscitou um debate mais rico. «Devemos considerar as obras de arte (na escultura e na pintura) como estruturas de uma nova realidade interior», escreveu Boccioni, «que os elementos da realidade exterior ajudam progressivamente a desenvolver num sistema de analogias plásticas [...]»<sup>58</sup>. Mas que sentido atribuir a uma proclamação de Carrà que referiu «pinturas de sons, barulhos e cheiros»? «*Sob o ponto de vista da forma*», explicou o artista, «há sons, barulhos e cheiros que são côncavos, convexos, triangulares, elipsoidais, oblongos, cónicos, esféricos, em espiral, etc. *Sob o ponto de vista da cor*: há sons, barulhos e cheiros que são amarelos, verdes, azuis-escuros,

<sup>54</sup> Umberto Boccioni, *Technical Manifesto of Futurist Sculpture*, 11 de Abril de 1912, em id., *ibid.*, 62-63, 65 (subs. orig.).

<sup>55</sup> Id., *Plastic Dynamism*, 12 de Dezembro de 1913, em id., *ibid.*, 94, 95 (sub. orig.).

<sup>56</sup> F. T. Marinetti, *Geometric and Mechanical Splendour and the Numerical Sensibility*, Março-Abril de 1914, em id., *ibid.*, 155.

<sup>57</sup> Gino Severini, *The Plastic Analogies of Dynamism – Futurist Manifesto*, Setembro-Outubro de 1913, em id., *ibid.*, 118.

<sup>58</sup> Umberto Boccioni, *The Plastic Foundations of Futurist Sculpture and Painting*, 15 de Março de 1913, em id., *ibid.*, 88.

azuis-claros, roxos»<sup>59</sup>.

Esta formulação da técnica das analogias distingue-se da problemática suscitada por Mallarmé e pelos seus discípulos, porque não se tratava para os futuristas de uma correspondência simbólica mas de uma equivalência directa, justificada mediante referências mais ou menos imprecisas, ou até francamente extravagantes, às concepções científicas da época. Num manifesto publicado em Agosto de 1913, Prampolini pretendeu que «as vibrações cromáticas emitidas por uma fonte sonora existem *também* na atmosfera e são perceptíveis pelo nosso sentido da vista. [...] Podemos distinguir duas notas — dó e fá, por exemplo — porque reflectem para a atmosfera tipos de vibração diferentes. Seria, assim, igualmente fácil e digno de crédito distinguir cromaticamente o valor de uma ou outra nota, já que os objectos em redor, graças à influência das suas cores, provocam uma refacção naquelas vibrações. [...] as vibrações deslocadas por uma única força não podem ser equiparadas a uma única cor, mas a uma multiplicidade de cores, pois, como sabemos, a atmosfera é composta por sete cores primárias, e as vibrações constituem uma desintegração da atmosfera. [...] não é exacto nem possível que uma nota, um som, um barulho, um gesto, uma palavra, um cheiro possam ter uma cor correspondente; pelo contrário, devem ter várias cores. [...] pretendo incluir no termo “Cromofonia” qualquer tipo de deslocação atmosférica, mesmo aquelas que provêm de origens não-sonoras»<sup>60</sup>. Se o próprio processo prático de realização estética tinha as analogias como base, então, antes ainda de começarem a tomar forma já estas obras rompiam as fronteiras convencionalmente demarcadas entre os géneros. Também aqui se completou a síntese das várias modalidades de arte, ambicionada pelos românticos e que recebera de Wagner um novo alento. Mas se a atitude dos futuristas perante a vida pode ainda ser considerada como o epílogo do romantismo, por outro lado eles precipitaram-se na modernidade e provocaram uma ruptura efectiva com o passado.

As correspondências tornaram-se mais complexas num manifesto redigido por Severini na segunda metade de 1913, estipulando a intersecção de tempos diferentes. «[...] a matéria, considerada nos seus efeitos, encerra o universo num círculo de analogias incrivelmente vasto [...] a realidade exterior e aquilo que conhecemos dela já não têm nenhuma influência na nossa expressão plástica e, no que diz respeito à acção da memória sobre a nossa sensibilidade, permanece apenas a memória da emoção e não a da causa que a produziu. [...] Hoje, nesta época de dinamismo e simultaneidade, nenhum acontecimento e nenhum objecto podem ser separados das

<sup>59</sup> Carlo Carrà, *The Painting of Sounds, Noises and Smells*, 11 de Agosto de 1913, em id., *ibid.*, 111, 114 (subs. orig.).

<sup>60</sup> Enrico Prampolini, *Cromophony – The Colours of Sounds*, 26 de Agosto de 1913, em id., *ibid.*, 116-118 (sub. orig.).



memórias e das preferências ou aversões plásticas que a sua *acção expansiva* evoca *simultaneamente* em nós [...]». A criação estética situar-se-ia no cruzamento de uma infinidade de analogias, entre o tempo presente e as recordações, entre o sujeito e os objectos. «Trata-se de uma forma complexa de realismo, que destrói *totalmente* a integridade do conteúdo [...] E assim, mediante o emprego de analogias, podemos penetrar na parte mais expressiva da realidade e representar *simultaneamente* o *assunto* e a *vontade* na sua máxima *intensidade* e *expansividade*»<sup>61</sup>. Settimelli e Bruno Corradini pretenderam mesmo que a quantidade de energia cerebral necessária para estabelecer as analogias devia determinar o preço da obra de arte, de tal maneira que quanto mais distantes e diferentes fossem os elementos conjugados e mais numerosas e complexas as relações tecidas entre eles tanto maior seria o valor do produto<sup>62</sup>. Foi este, aliás, o critério usado por Carrà para definir a qualidade estética, que se elevaria à medida que aumentasse o grau de distorção provocado pelo emprego de analogias<sup>63</sup>.

Estes fundamentos da actividade artística pressupunham a correspondência das sensações e o seu jogo recíproco. Nas palavras de Carrà, a «*pintura total* [...] requer a cooperação activa de todos os sentidos»<sup>64</sup>. Foi neste âmbito que os futuristas pretenderam conferir às sensações individuais um conteúdo inteiramente objectivo e genérico, o que jamais deixou de ser paradoxal. Para eles, a percepção estética da vida moderna operava-se mediante a intuição, que confundiam com a sensação<sup>65</sup>. «Nós identificamo-nos com a própria coisa [...]»<sup>66</sup>, ou ainda, «na nossa pintura cada perspectiva particular corresponde a uma vibração na mente»<sup>67</sup>. E como nas cidades de hoje as sensações são múltiplas, sincopadas e sobrepostas ou entrecruzadas, a obra artística devia resultar da convergência desta variedade de sensações, no espaço e no tempo. «A simultaneidade dos estados de espírito na obra de arte — eis o objectivo exaltante da nossa arte. [...] Para levar o espectador a viver no centro do quadro [...] o quadro tem de ser a síntese *daquilo de que nos lembramos* e *daquilo que vemos*. [...] não é apenas a variedade que se encontra nas nossas obras, mas o caos e o choque de ritmos completamente opostos uns aos outros, e apesar disto

<sup>61</sup> Gino Severini, *The Plastic Analogies of Dynamism – Futurist Manifesto*, Setembro-Outubro de 1913, em id., *ibid.*, 121-122 (subs. orig.).

<sup>62</sup> Bruno Corradini e Emilio Settimelli, *Weights, Measures and Prices of Artistic Genius – Futurist Manifesto*, 11 de Março de 1914, em id., *ibid.*, 135-150. Convém, evidentemente, não confundir Bruno Corradini com Enrico Corradini. Por outro lado, é interessante saber que, segundo A. Aniante (1933) 66, «Settimelli é o primeiro intelectual italiano a pronunciar, por volta de 1916, esta frase: “Sem dúvida nenhuma, Mussolini há-de tomar o poder!”».

<sup>63</sup> Carlo Carrà, *Warpainting (extracts)*, 1915, em U. Apollonio (org. 1973) 202-205.

<sup>64</sup> Id., *The Painting of Sounds, Noises and Smells*, 11 de Agosto de 1913, em id., *ibid.*, 115 (sub. orig.).

<sup>65</sup> U. Apollonio (org. 1973) 34, 38, 40, 45, 46, 48, 66, 90, 100-103.

<sup>66</sup> Umberto Boccioni, *The Plastic Foundations of Futurist Sculpture and Painting*, 15 de Março de 1913, em id., *ibid.*, 90.

<sup>67</sup> Carlo Carrà, *Plastic Planes as Spherical Expansions in Space*, 15 de Março de 1913, em id., *ibid.*, 92.

nós conjugamo-los numa nova harmonia. Conseguimos assim o que denominamos a *pintura de estados de espírito*. Os autores desta proclamação, que eram as figuras mais expressivas do



Umberto Boccioni, *Visioni simultanee* (1911)

O caos e o choque de ritmos completamente opostos, conjugados numa nova harmonia.

futurismo nas artes plásticas, afirmaram ainda a necessidade de unir a «personalidade do objecto» com as «emoções do espectador»<sup>68</sup>, o que me leva a admitir que a obra residisse na articulação da subjectividade do objecto com a subjectividade do sujeito. «Devemos considerar um quadro ou uma escultura», escreveu mais tarde Boccioni, «enquanto construções de uma jovem realidade interior, com o contributo de elementos da realidade exterior para o estabelecimento de uma lei das analogias plásticas [...]»<sup>69</sup>.

A apologia da sensação levou os futuristas a uma abordagem primitivista dos problemas artísticos, por oposição às abordagens intelectuais. «[...] nós somos [...] os primitivos de uma nova sensibilidade [...]»<sup>70</sup>. O primitivo seria aquele que, graças à intuição, entendia os objectos a partir de dentro e os reconstituía no seu movimento interno, enquanto a aproximação racional dos objectos, considerada meramente exterior, os reduziria à sua superfície e os deixaria estáticos, esteticamente mortos. Para os futuristas, porém, empenhados nas facetas mais fugazes da vida urbana contemporânea, não se tratava de buscar inspiração na arte tradicional da África, da Oceânia ou da América pré-colombiana, mas de redescobrir o primitivismo no âmago da modernidade. «[...] inspiramo-nos no elemento de *barbárie* que existe na vida moderna»<sup>71</sup>. E Marinetti saudou «o Homem multiplicado por ele próprio», por um lado «discípulo da Máquina», mas possuidor, por outro lado, «de um instinto selvagem»<sup>72</sup>. Entendemos melhor agora, a partir de uma reflexão estritamente estética, a apologia da ginástica guerreira, do murro e do tabefe — formas, com razão

<sup>68</sup> Umberto Boccioni, Carlo Carrà, Luigi Russolo, Giacomo Balla e Gino Severini, *The Exhibitors to the Public*, 5 de Fevereiro de 1912, em id., *ibid.*, 47-49 (subs. orig.).

<sup>69</sup> Umberto Boccioni, *Futurist Painting and Sculpture (extracts)*, 1914, em id., *ibid.*, 179.

<sup>70</sup> Umberto Boccioni, Carlo D. Carrà, Luigi Russolo, Gino Severini e Giacomo Balla, *Manifeste des Peintres Futuristes*, em F. T. Marinetti (1911) 185-186.

<sup>71</sup> Umberto Boccioni, *Futurist Painting and Sculpture (extracts)*, 1914, em U. Apollonio (org. 1973) 176 (sub. orig.).

<sup>72</sup> F. T. Marinetti (1911) 94-95.

ou sem ela, consideradas as mais primitivas do comportamento humano. As realizações artísticas do futurismo nunca se separaram das suas proclamações de violência pessoal e política, mas transmutaram-nas em planos estéticos, que podiam por isso fugir às implicações doutrinárias. É neste vaivém que deve conduzir-se a crítica.

O primitivismo na modernidade — esta fórmula permite compreender a distinção, e ao mesmo tempo o profundo relacionamento, existentes entre o dinamismo estético e a violência política. A máquina era, evidentemente, a forma concentrada de tudo o que surgira de inovador nos séculos XIX e XX. «O homem multiplicado pela máquina», proclamou Marinetti. «Novo sentido mecânico, uma fusão do instinto com a eficácia dos motores e das energias dominadas»<sup>73</sup>. E um historiador classificou os futuristas como «motociclistas metafísicos»<sup>74</sup>. A exaltação lírica que se apossava de Marinetti à vista das rodas dentadas, das cremalheiras e dos *pistons*, ou das imaculadas superfícies polidas, palpitava numa estranha sensualidade: «[...] desenvolvemos e preconizamos uma grande ideia nova que circula na vida contemporânea, a ideia da beleza mecânica, e exaltamos o amor pela Máquina, que vimos iluminar o rosto dos maquinistas [...] Será que nunca os observastes a lavar amorosamente o grande corpo poderoso da sua locomotiva? Têm para com ela a ternura minuciosa e experiente do amante que acaricia a mulher adorada. [... ..] Existem hoje homens que percorrem a vida quase sem amor, numa atmosfera cor de aço. Esforçemo-nos por que aumente o número destes homens exemplares. Estes seres enérgicos não têm uma terna amante a aguardar a sua visita nocturna, mas de manhã cedo estão já a fiscalizar, com minúcia amorosa, as condições perfeitas em que a sua fábrica recomeça a funcionar»<sup>75</sup>. Numa época em que a força dos animais era substituída pelo cavalo-vapor, não deve espantar-nos que a misoginia viril tivesse dado lugar a um bestialismo mecânico. «Ao luar nostálgico, sentimental ou luxurioso, opomos enfim o heroísmo injusto e cruel, dominando a febre conquistadora dos motores»<sup>76</sup>.

Devemos à civilização mecânica a simultaneidade de tempos diferentes, o choque dos contrastes, o que há de artificial nas luzes, nas cores, nos cheiros, nos sons de uma cidade de hoje e que constitui para nós a única e verdadeira natureza. «Não só no ambiente barulhento das

<sup>73</sup> Id., *Destruction of Syntax – Imagination without Strings – Words-in-Freedom*, 11 de Maio de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 97.

<sup>74</sup> S. G. Payne (2003 b) 63.

<sup>75</sup> F. T. Marinetti (1911) 71, 76-77. O Reichsleiter Robert Ley, chefe da Frente do Trabalho no Terceiro Reich, embora não ficasse conhecido pela veia poética, disse aos operários num discurso de Outubro de 1933, aquando do jubileu da Siemens: «O lugar de trabalho é vosso e devem aprender a amar a máquina como uma noiva». Ver J. Caplan (org. 1995) 80.

<sup>76</sup> F. T. Marinetti (1911) 92.

grandes cidades, mas também no campo, que até há bem pouco tempo era normalmente silencioso», observou Luigi Russolo, «a máquina criou hoje uma tal variedade e rivalidade de ruídos que o som puro, na sua exiguidade e monotonia, é já incapaz de despertar quaisquer sensações»<sup>77</sup>. E Marinetti chamou a atenção para «a mudança de perspectiva e a síntese visual provocadas pela velocidade dos comboios e dos automóveis, que dominam a nossa apreciação das cidades e dos campos»<sup>78</sup>. A nova abordagem da realidade foi resumida por Boccioni: «Nós somos os únicos artistas modernos a criar uma arte que está em completo acordo com a maneira moderna de ver a vida»<sup>79</sup>. Estas eram, para a generalidade dos futuristas, as implicações estéticas da máquina. E embora Marinetti preconizasse «a identificação próxima e inevitável do homem com o motor»<sup>80</sup>, ao mesmo tempo que Bruno Corradini e Settimelli pretendiam também, ingénua ou provocatoriamente, que «não há nenhuma diferença essencial entre um cérebro humano e uma máquina»<sup>81</sup> e Sant'Elia, nas suas visões arquitectónicas, antecipava que «a casa futurista deve assemelhar-se a uma máquina gigantesca»<sup>82</sup>, outros não se resignavam a uma aceitação servil dos efeitos mecânicos e reservavam a possibilidade de intervir no processo criador. Bragaglia, por exemplo, interessado na renovação da fotografia, defendeu que sem a noção de ritmo possuída pelo artista a câmara cinematográfica destruiria o movimento<sup>83</sup>. Também Balla, depois de comentar que a fotografia retirara a razão de ser à pintura tradicional de carácter estático, considerou imperativo «renovarmo-nos a nós próprios mediante a criação de uma arte que nenhuma máquina possa imitar e que só o Génio Criador do artista possa conceber»<sup>84</sup>. E Russolo propôs que os sons mecânicos das cidades industriais fossem afinados e harmonizados «de modo tal que cada fábrica seja transformada numa exaltante orquestra de ruídos»<sup>85</sup>.

Por outro lado, a máquina deu à violência uma nova amplitude e conferiu ao uso da força uma pirotecnia de sensações estéticas sem precedentes. «Começa connosco o reinado do homem que cortou as raízes, do homem multiplicado, mestiçado de ferro, alimentado de electricidade e que já só compreende a voluptuosidade do perigo e o heroísmo quotidiano»<sup>86</sup>. Os murros e

<sup>77</sup> Luigi Russolo, *The Art of Noises (extracts)*, 11 de Março de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 75.

<sup>78</sup> F. T. Marinetti, *Destruction of Syntax – Imagination without Strings – Words-in-Freedom*, 11 de Maio de 1913, em id., *ibid.*, 97.

<sup>79</sup> Umberto Boccioni, *Futurist Dynamism and French Painting*, 1 de Agosto de 1913, em id., *ibid.*, 110.

<sup>80</sup> F. T. Marinetti (1911) 73.

<sup>81</sup> Bruno Corradini e Emilio Settimelli, *Weights, Measures and Prices of Artistic Genius – Futurist Manifesto*, 11 de Março de 1914, em U. Apollonio (org. 1973) 136.

<sup>82</sup> Antonio Sant'Elia, *Manifesto of Futurist Architecture*, 11 de Julho de 1914, em id., *ibid.*, 170.

<sup>83</sup> Anton Giulio Bragaglia, *Futurist Photodynamism*, 1 de Julho de 1913, em id., *ibid.*, 39-40.

<sup>84</sup> Giacomo Balla, *The Late Balla – Futurist Balla*, Dezembro de 1915, em id., *ibid.*, 206.

<sup>85</sup> Luigi Russolo, *The Art of Noises (extracts)*, 11 de Março de 1913, em id., *ibid.*, 87.

<sup>86</sup> F. T. Marinetti (1911) 87.

bofetões sabiam a pouco, numa época de tanta abundância. Foi na guerra moderna, profusamente mecanizada, na sua «velocidade aterradora, irresistível, sintetizadora», que os futuristas reconheceram a realização plena do espírito de primitivismo que possuíam ou desejavam. «Guerra – Futurismo intensificado»<sup>87</sup>. Por isso a máquina ocupou o lugar central no conjunto de temas e implicações práticas do futurismo, ao mesmo tempo critério e código do dinamismo estético e meio de afirmação bélico de uma política de violência.

A passagem da violência ao dinamismo estético objectivou uma doutrina de acção numa nova organização dos materiais plásticos ou sonoros, e a partir desse momento as realizações adquiriram vida própria, servindo de espelho a outras inspirações e dando a réplica noutros diálogos. Uma vez concretizada, a arte não pode senão ser multimoda ou mesmo francamente equívoca e escapa sempre às intenções dos criadores, ensinando por vezes aos discípulos o contrário da lição dos mestres. Ao aplicarem praticamente as suas teses acerca da organização dos materiais, das formas e das cores, ou das palavras e dos sons, os futuristas ultrapassaram muito o âmbito da sua ideologia ou, o que talvez seja o mesmo, permitiram que outros o fizessem.

Mas não me interessa aqui transpor o terreno do futurismo. Pretendo traçar-lhe as fronteiras com precisão e, mais do que as potencialidades das obras, são os limites dos artistas que me importam. Por isso procedi à análise literária de manifestos e não ao comentário estético de obras. O facto de aqueles artistas terem também sido doutrinadores não implica que as suas criações representassem sem equívoco as suas teorias. Se assim fosse, eles não teriam sentido a necessidade de escrever manifestos e redigir proclamações, atordoando o público a propósito de tudo e de nada com uma irreprimível verborreia. Aos artistas, geralmente, interessa apenas completarem-se a si mesmos nas suas construções objectivas ou tentarem resolver nelas os seus próprios dilemas íntimos. Quando muito, se escrevem, limitam-se na maior parte dos casos a discorrer sobre questões técnicas. Mas os futuristas eram, além de artistas, também ideólogos, e não podiam deixar de perceber, mesmo confusamente, que lançadas no domínio público as obras escapam ao criador, e não é mais o artista, mas o espectador, quem se reflecte nelas. As teorias, se bem formuladas, podem julgar-se unívocas, enquanto as realizações estéticas, condenadas a servirem de espelho aos outros, só assumem realidade na multiplicidade e no equívoco. É esta a razão que me leva a avaliar o futurismo enquanto doutrina estética não no campo da estética, em que se metamorfoseia e escapa, mas no da doutrina, em que manteve a rigidez dos contornos.

<sup>87</sup> F. T. Marinetti, Emilio Settimelli e Bruno Corra, *The Futurist Synthetic Theatre*, 11 de Janeiro de 1915, em U. Apollonio (org. 1973) 183, 184. Corra foi o pseudónimo adoptado por Bruno Corradini.

Para os futuristas as suas realizações estéticas e as suas atitudes pessoais foram inseparáveis da opção política. «Se os nossos quadros são futuristas, é porque resultam de concepções éticas, estéticas, políticas e sociais absolutamente futuristas», escreveram em Fevereiro de 1912 os nomes mais representativos da pintura, da escultura e da música deste movimento<sup>88</sup>. Mal passara um mês após ter lançado o *Manifesto* fundador, já Marinetti publicava o primeiro dos seus manifestos políticos, por ocasião das eleições gerais de Março de 1909, e em Outubro de 1913 ele, Boccioni, Carrà e Russolo assinaram o *Programa Político Futurista*, «que consistia», como resumiu um historiador fascista, «na defesa da economia nacional e na educação patriótica do proletariado»<sup>89</sup>.

Num livro editado em 1911 Marinetti anunciou uma estratégia dirigida, no exterior, para a guerra contra a Áustria e, no interior, para o combate ao clericalismo e ao papado e para uma promoção activa da indústria e do comércio nacionais. Além disso, ficou em suspenso a ameaça de republicanismo, no caso de a coroa não aceder rapidamente a estas pretensões mínimas. Igualmente interessantes eram as observações dirigidas aos partidos da oposição: «[...] de modo nenhum somos o porta-voz dos socialistas ou dos republicanos. O oportunismo e a cobardia apodreceram todos os partidos políticos italianos, e nós trazemos-lhes o desinfectante futurista, o ácido corrosivo revolucionário»<sup>90</sup>. Acima da direita e da esquerda? Nesta topografia era já o fascismo que despontava. As ideias políticas de Marinetti situaram-se no cruzamento da direita mais radical e de uma certa esquerda revolucionária, caminhos que naqueles mesmos anos vinham a ser percorridos pelos nacionalistas de Enrico Corradini e pelos sindicalistas discípulos de Georges Sorel. Aliás, pouco depois de Corradini ter fundado a Associação Nacionalista, no final de 1910, Marinetti aderiu à nova organização<sup>91</sup>.

Marinetti censurou aos anarquistas o conservadorismo que demonstravam numa grande quantidade de aspectos da vida social, em termos onde ecoa o espírito de rebeldia global proposto por Sorel. Assim como as *Réflexions sur la Violence* defendiam a necessidade de o proletariado assumir uma cultura própria, radicalmente oposta à da burguesia, também Marinetti parecia não se satisfazer com os objectivos limitados do anarquismo e propunha uma nova atitude: «Os anarquistas contentam-se [...] em atacar os ramos políticos, jurídicos e económicos da árvore social. Nós queremos muito mais, queremos arrancar e queimar as suas raízes mais profundas, aquelas

<sup>88</sup> Umberto Boccioni, Carlo Carrà, Luigi Russolo, Giacomo Balla e Gino Severini, *The Exhibitors to the Public*, 5 de Fevereiro de 1912, em id., *ibid.*, 46.

<sup>89</sup> G. Bortolotto (1938) 195.

<sup>90</sup> F. T. Marinetti (1911) 46-48. A passagem citada encontra-se nas págs. 47-48.

<sup>91</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 236.

que estão plantadas no próprio cérebro do homem, a mania da ordem, o desejo do menor esforço, a adoração fanática da família, a preocupação com o sono e com as refeições à hora certa, o quietismo covarde, o amor das antiguidades e das velharias, [...] o horror à novidade, o desprezo pela juventude e pelas minorias rebeldes, [...] a necessidade instintiva de leis, de grillhões e de entraves, o horror à violência, ao desconhecido e ao novo, o medo de uma liberdade total»<sup>92</sup>. O fundador do futurismo, todavia, confundiu a rebelião contra as convenções com um certo estilo boémio de vida, enquanto para Sorel a nova cultura nasceria na prática da luta de classes.

As páginas em que Marinetti se opôs ao pacifismo internacionalista do anarquismo lembram as teses de Enrico Corradini, para quem cada nacionalidade só tinha significado através da luta contra as outras. Também para Marinetti a única razão de ser das nações era o combate recíproco: «Nós [...] não admitimos outra higiene para o mundo senão a guerra»<sup>93</sup>. As raízes que sustentaram a estratégia política de Corradini mergulharam fundo no âmago das concepções futuristas, e numa das conclusões da *Proclamação Futurista aos Espanhóis* Marinetti apelou para a convergência do nacionalismo e do proletariado: «Os políticos e os literatos têm de fundir a ideia de exército poderoso e de guerra possível com a ideia de proletariado livre, industrial e comercial»<sup>94</sup>. Não se tratava de imitações nem de influências superficiais. Da nação, Marinetti parece ter-se interessado exclusivamente pela capacidade guerreira e, quanto ao proletariado, num país com um campesinato tão miserável, foi a sua componente urbana que o atraiu. Os dois termos da «nação proletária» de Corradini ficaram transmutados pelos futuristas na dupla esfera da violência, modelo de uma nação belicosa, e da máquina, cujas superfícies polidas exaltariam o amor dos proletários. Fazia-se, muito simplesmente, a apoteose bélica das sociedades industriais. No conceito sociológico e político da «nação proletária» o futurismo viu um dinamismo selvagem, e a máquina de guerra era a metáfora, enquanto não foi a síntese, de um proletariado lançado em expedições imperialistas sob a bandeira da nação. A guerra estava contida, como uma necessidade lógica, na apologia futurista da modernidade.

Por isso a eclosão do conflito mundial em Julho-Agosto de 1914 permitiu que a intervenção política dos futuristas se projectasse para um plano verdadeiramente eficaz. Até então eles haviam aparecido sobretudo como criadores de obras artísticas e a sua acção política resumira-se a provocações sem consequências e a irrisórias batalhas de teatro. Aquela guerra, porém, era o ambicionado espectáculo total, a sã ginástica da raça, prodígio do heroísmo mecânico,

<sup>92</sup> F. T. Marinetti (1911) 54-55.

<sup>93</sup> Id., *ibid.*, 53-54. Ver no mesmo sentido a pág. 50.

<sup>94</sup> F. T. Marinetti, *Proclamation Futuriste aux Espagnols*, em *id.*, *ibid.*, 218.

substituindo com vantagem os acidentes de automóvel e os desastres aéreos tão estimados por Marinetti<sup>95</sup> — a guerra, campo fértil de analogias sonoras, visuais e sem dúvida olfativas, pois não deixaria de se perceber, mesmo ao longe, o cheiro dos mortos e da disenteria dos vivos<sup>96</sup>. Como não aproveitar tamanha modernidade estética! Os futuristas situaram-se na primeira linha daquelas que reclamavam a participação da Itália no conflito mundial<sup>97</sup>, e no auge da campanha belicista ligaram-se aos movimentos que, a partir de uma esfera exclusivamente política, estavam a introduzir no nacionalismo uma nova temática radical. No final de 1918 e no começo do ano seguinte foram fundados numa dúzia de cidades italianas, entre elas Milão, Turim, Génova, Florença, Roma e Nápoles, os Fasci Politici Futuristi<sup>98</sup>. E os Fasci di Combattimento encontraram em Marinetti e nos seus discípulos um dos contributos da sua tripla gestação, juntamente com os ex-combatentes e os sindicalistas revolucionários<sup>99</sup>. Aliás, as três correntes formadoras do fascismo não eram estanques. A primeira associação de *arditi* foi criada em Roma, a 7 de Janeiro de 1919, por um futurista, Mario Carli, e alguns dias mais tarde Marinetti, com a ajuda de outro futurista que era também jovem capitão *ardito*, Ferruccio Vecchi, fundou em Milão um agrupamento similar<sup>100</sup>. Giuseppe Bottai, que haveria de ser um dos principais obreiros do regime fascista, serviu igualmente de traço de união entre os *arditi* e os futuristas<sup>101</sup>. Quando o movimento fascista propriamente dito foi lançado em Milão, na assembleia reunida a 23 de Março de 1919 num edifício da Piazza San Sepolcro, Marinetti contou-se, junto com Mussolini, entre os poucos oradores<sup>102</sup>. Passadas três semanas, a primeira acção violenta realizada pelos fascistas depois da fundação do movimento foi conduzida, entre outros, por Marinetti e Ferruccio Vecchi. Munidos de pistolas e

<sup>95</sup> Quanto ao orgulho com que Marinetti descreveu os seus próprios acidentes de automóvel ver id., *ibid.*, 38-39 e 144-145. E ele proclamou (pág. 100): «Enquanto esperamos pela guerra com a Áustria, que invocamos, não vemos hoje nada que nos interesse a não ser as belas mortes contínuas e desenvoltas dos aviadores».

<sup>96</sup> «Eu crio verdadeiros teoremas ou equações líricas mediante a introdução de números, escolhidos intuitivamente e colocados mesmo no meio de uma palavra, com uma certa quantidade de + – x =. Eu mostro a espessura, o relevo, o volume daquilo que as palavras devem expressar. [...] Ao colocar + + + + eu represento um aglomerado de sensações iguais (por exemplo, *odor fecal da disenteria + o fedor adocicado dos suores pestíferos + cheiro de amónia*, etc. em “Comboio Cheio de Soldados Doentes”, no meu *Zang Tumb Tumb*)», explicou Marinetti em *Geometric and Mechanical Splendour and the Numerical Sensibility*, Março-Abril de 1914, em U. Apollonio (org. 1973) 159.

<sup>97</sup> Z. Sternhell et al. (1994) 236-237.

<sup>98</sup> E. Santarelli (1981) I 151 n. cont. Encontra-se uma menção demasiado breve na cronologia incluída em U. Apollonio (org. 1973) 221.

<sup>99</sup> M. Angenot (2013) 125, 126; G. Bortolotto (1938) 195-196; A. Lyttelton (1982) 74 e segs.; P. Milza (1999) 238; E. Santarelli (1981) I 96-98, 107, 145, 146 n. 1, 150-151 n.; Z. Sternhell et al. (1994) 28. «Aqueles “escolas de coragem física” que foram propostas por Marinetti no seu discurso acerca da necessidade da violência, proferido em Nápoles a 26 de Junho de 1910, assemelham-se, no espírito e nos objectivos, ao que serão mais tarde os Fasci e as *squadre d'azione* do fascismo», escreveu G. Bortolotto (1938) 193. Mencionarei essas escolas quando analisar o fascínio da morte (no capítulo 2 desta Parte 5).

<sup>100</sup> P. Milza (1999) 235. Ver também A. Aniante (1933) 78. Acerca da actividade de Vecchi como pintor futurista ver Pierre Milza, *op. cit.*, 565.

<sup>101</sup> P. Milza (1999) 511.

<sup>102</sup> Ch. F. Delzell (org. 1971) 7.



granadas, dispersaram uma manifestação socialista desarmada e assaltaram em seguida a sede do *Avanti!*, que destruíram e incendiaram, matando nesta operação quatro pessoas<sup>103</sup>. Como proclamara o manifesto fundador, «queremos celebrar o movimento agressivo», «o passo ginástico», «a bofetada e o murro»<sup>104</sup>, agora os tiros também.

Desde o começo até ao fim os futuristas defenderam dentro do fascismo as posições mais radicais, porque mais populistas e mais violentas, e as mais sectárias, tentando manter-se fiéis ao aristocratismo do pontapé e do tabefe que antes da guerra os distinguira das outras correntes de opinião<sup>105</sup>. Foi por considerarem Mussolini demasiado moderado que Marinetti e Mario Carli abandonaram o movimento depois do 2º Congresso dos Fasci, reunido em Maio de 1920<sup>106</sup>, e se a ligação entre o futurismo e o fascismo foi reatada mais tarde, aquela ruptura não resultou de um amuo passageiro e pressagiu uma tensão permanente. Em Novembro de 1924, em plena crise resultante do assassinato de Matteotti, o 1º Congresso futurista, por proposta de Marinetti, aprovou uma declaração provocatória e grandiloquente, no estilo já bem conhecido, resumindo a acção governamental a uma continuação das refregas de plateia de teatro e de esquina de rua: «Os futuristas italianos, primeiros entre os primeiros a intervir nas praças e nos campos de batalha, [...] dizem ao seu velho camarada Benito Mussolini: — Com um gesto de força agora indispensável liberta-te do parlamento. Restitui ao fascismo e à Itália o maravilhoso espírito de 1919, desinteressado, ousado, anti-socialista, anticlerical, antimonárquico. [...] Não imites o inimitável Giolitti, imita o grande Mussolini de 1919. Esmaga a oposição. [...] Tu podes e deves fazê-lo, nós devemos querê-lo e queremos-lo»<sup>107</sup>.

Mas ao revestir-se das descobertas do futurismo, o fascismo italiano reduziu a meras metáforas da acção o que para os pintores e escultores futuristas, os fotógrafos e cineastas, os músicos e até os que sonharam uma nova arquitectura eram verdadeiros temas plásticos e sonoros, destinados a orientar realizações artísticas. Enquanto se limitou a apelar aos *dandys* para que renovassem os gestos e adquirissem uma elegância compatível com a civilização industrial, enquanto se ateu ao puro estilo e a uma moral sem objectivação plástica, o futurismo situou-se num terreno político unívoco, que levou ao fascismo e a mais lado nenhum.

<sup>103</sup> P. Milza (1999) 241-242. Este autor esclareceu (pág. 242) que alguns dias depois Marinetti e Vecchi foram recebidos pelo ministro da Guerra, que lhes anunciou que nem eles nem os presumidos assassinos seriam incriminados em justiça e que os fascistas haviam «salvo a nação».

<sup>104</sup> F. T. Marinetti, *Premier Manifeste du Futurisme*, 20 de Fevereiro de 1909, em id. (1911) 146-147.

<sup>105</sup> E. Santarelli (1981) I 103, 149 n. 1, 151 n. cont., 181-182, 371, 382.

<sup>106</sup> P. Milza (1999) 270.

<sup>107</sup> Citado em E. Santarelli (1981) I 372 n. 1. Traduzo por «espírito [...] ousado» o original «*anima [...] ardita*», mas a palavra aqui tem um duplo sentido, referindo-se igualmente aos *arditi*, as tropas que durante a guerra se haviam especializado em operações audaciosas e constituíram depois uma das três correntes formadoras do fascismo.

### 3. Itália: «Não sou um estadista, sou um poeta»

Para Georges Sorel o mito era uma imagem mental que orientava uma prática, convertendo-a em vontade e acção, e graças à vontade a realidade dos factos seria assimilada ao modelo do mito. Ou, se preferirmos seguir a outra direcção do percurso, era o mito que levava o modelo a passar do abstracto ao concreto, através da acção. Estas concepções não andavam longe das defendidas por Gustave Le Bon, autor que gozava na época de uma enorme celebridade e em cujos livros todos os chefes fascistas viriam mais tarde a procurar justificação e ensinamentos. Também Le Bon considerara que as multidões só eram capazes de apreender as ideias sob a forma de imagens simples, possíveis de ser assimiladas pelo inconsciente. «Quaisquer que sejam as ideias sugeridas às multidões, só se poderão tornar dominantes se se revestirem de uma forma muito simples e lhes aparecerem representadas sob o aspecto de imagens», escreveu ele, concluindo em seguida que «quando, por processos diversos, uma ideia acaba por se enraizar na alma das multidões, adquire um poder irresistível e dá origem a uma cadeia de consequências». E Le Bon deixou muito claro que «a importância» destas ideias não depende da sua consistência, pois se «filosoficamente, podemos considerá-las erros lamentáveis», apesar disso «o seu papel foi e será imenso»<sup>108</sup>. Nestes termos, se o mito puder ser reduzido logicamente a uma mentira, a acção, dando ao mito uma realidade, definir-se-á como a transmutação da mentira em verdade.

«Nós criámos o nosso mito», proclamou Mussolini em Nápoles quatro dias antes da Marcha sobre Roma. «O mito é uma fé, uma paixão. Não é necessário que seja uma realidade. Ele é uma realidade pelo facto de ser um punho, de ser uma esperança, de ser fé, de ser coragem. O nosso mito é a nação, o nosso mito é a grandeza da nação! E a este mito, a esta grandeza, que queremos transformar numa realidade completa, subordinamos tudo o resto»<sup>109</sup>. O quadro havia já sido preparado em Itália pela filosofia de Giovanni Gentile<sup>110</sup>, para quem o único real e concreto era o acto de pensar, tudo o mais lhe sendo imanente e não existindo nada de extrínseco. No início estaria o acto de pensar — o *pensiero pensante*, pensamento pensante — considerado criador dos conceitos estáticos — os conceitos do *pensiero pensato*, pensamento pensado — e até criador do eu pensante e do próprio pensamento. O acto de pensar, para Gentile, precedia o pensamento, e o real não era o pensamento objectivado e estático, mas o acto dinâmico de pensar. «A realidade não é descoberta», resumiu um autor que estudou cuidadosamente a filosofia de

<sup>108</sup> G. Le Bon (1980) 61-63.

<sup>109</sup> Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) e G. S. Spinetti (org. 1938) 69. Ver também M. D. Irish (1946) 93, W. Laqueur (1996) 25 e D. Sassoon (2012) 127.

<sup>110</sup> Para esta exposição da filosofia de Gentile ver R. W. Holmes (1937) *passim*.

Gentile, «ela é o próprio acto da descoberta»<sup>111</sup>. Ou, nas palavras do filósofo, «a verdadeira vida não é a vida que existe, mas também a vida que deve existir»<sup>112</sup>. Para esta forma extrema de fichteanismo<sup>113</sup>, a ideia era criadora do universo. O real era o acto intelectual uno que continha a totalidade do pensável. Usando outros termos, o acto de pensar era a forma, e a matéria era um *pensiero pensato*, efeito da forma enquanto *pensiero pensante*. Assim, a multiplicidade do pensado só deixava de ser abstracta e assumia realidade quando considerada no acto de pensar uno que a gerara. O concreto era a totalidade unificada, e era o acto de pensar que procedia a esta unificação. O próprio eu era de cada vez recriado e modificado pelo acto de pensar e não teria realidade sem esse acto. E porque tudo, para Gentile, emanava do acto de pensar, a distinção entre teoria e prática não tinha validade<sup>114</sup>. A prática não era um resultado, mas uma manifestação visível. «As verdadeiras “opiniões” do Duce», explicou Gentile, «são as que ele formula e executa ao mesmo tempo»<sup>115</sup>. «Daí», concluiu o cultor do filósofo que tenho estado a seguir, «a identificação frequentemente expressa entre filosofia e política, quando esta última é interpretada em sentido lato, enquanto esfera de toda a actividade prática»<sup>116</sup>. «O sistema fascista não é um sistema político», explicou Gentile, «mas tem o centro de gravidade na política»<sup>117</sup>. Chegamos assim ao cerne da questão, que faz da obra de Gentile o monumento filosófico do fascismo. Para ele o Estado não era uma realidade exterior, oposta ao indivíduo. Escreveu ele que «se o indivíduo não for absorvido pela vida do Estado, o indivíduo sentirá a lei e o Estado como limites à sua actividade [...]», mas escreveu também que «já que o Estado é um princípio, o indivíduo converte-se numa consequência» e rematou que «no caso do fascismo o Estado e o indivíduo são uma e a mesma coisa, ou antes, são termos inseparáveis de uma necessária síntese»<sup>118</sup>. A autoridade e a força do Estado emanavam dos indivíduos que compunham o Estado, mas indivíduos remetidos ao acto de pensar. «[...] o Estado só se torna uma realidade na consciência dos seus indivíduos»<sup>119</sup>. Tratava-se do pensamento em acto, e por isso o Estado era uma realidade em processo. «Para um fascista», explicou Gentile, «o Estado existe sempre *in fieri*»<sup>120</sup>. Se o Estado, porém, era hierarquia e disciplina, todos os actos de pensar eram explicados, acima deles, pelo *pensiero*

<sup>111</sup> Id., *ibid.*, 105. Roger Holmes observou ainda (pág. 25, sub. orig.) que para Gentile «os próprios factos da história deixam de ser importantes *enquanto tais*» e acrescentou que, para ele, «a história real é o pensamento do historiador em acção».

<sup>112</sup> G. Gentile (1928) 293.

<sup>113</sup> R. W. Holmes (1937) 4.

<sup>114</sup> Para as raízes mazzinianas desta concepção ver G. Gentile (1928) 292 e 300.

<sup>115</sup> Id., *ibid.*, 300.

<sup>116</sup> R. W. Holmes (1937) 22.

<sup>117</sup> G. Gentile (1928) 301.

<sup>118</sup> Id., *ibid.*, 294, 301-302. Para a noção expressa na última citação ver ainda as págs. 303-304.

<sup>119</sup> Id., *ibid.*, 304.

<sup>120</sup> Id., *ibid.*, 302.

*pensante* do chefe. E se o acto de pensar era, como Gentile pretendia, um acto livre, então esta liberdade era antes de tudo a liberdade do chefe. E assim o maior filósofo do fascismo italiano, ou do fascismo *tout court*, pôde escrever que o Duce «se esforça por adequar a realidade à lógica que determina o desenvolvimento da sua ideia e do partido na qual ele a encarnou»<sup>121</sup>.

Outro intelectual fascista, Gioacchino Volpe, deslindou aquele percurso do ideal para o real explicando «que as paixões e os sentimentos são ou podem ser também ideias em formação e que, pelo menos, têm a faculdade de criar os factos, nos quais há sempre alguma ideia»<sup>122</sup>. Para Volpe a violência dos sentimentos era criadora de factos e eram os factos que continham em si uma ideia, enquanto para Gentile o facto originário era o acto de pensar do chefe, que tomava corpo no partido, enquanto meio de acção destinado a criar uma realidade adequada àquele acto pensante. Em qualquer versão, nestas formas supremas de idealismo a nova realidade nasceria na mente do chefe e caberia à organização política dar corpo ao espírito. Não foi prosápia, mas uma convicção profunda, que levou Mussolini a declarar no último dia de 1925: «As minhas ideias são claras, as minhas ordens são precisas. Tenho a certeza de que se tornarão uma realidade concreta»<sup>123</sup>. Reorganizado em 1926 consoante os princípios de uma disciplina estrita e um centralismo severo, o Partido Nacional Fascista foi então definido por Mussolini, numa circular endereçada aos prefeitos, como «um instrumento consciente e uno da vontade do Estado»<sup>124</sup>. Personificado pelo Duce, o Estado era vontade, enquanto a consciência intervinha apenas ao nível da execução, no instrumento. E assim a decisão política, enquanto vontade acima — e antes — da consciência, era ela mesma intuitiva.

Uma prática deste tipo não podia ser senão uma criação estética. Já D'Annunzio se classificara como «uma pura vontade de arte»<sup>125</sup>. E depois de destacar a paixão de Mussolini pela construção, Ezra Pound preveniu numa obra de 1935: «Tratem-no como *artifex* e todos os pormenores se ajustam. Considerem-no como o quer que seja menos o artista e ficarão enleados em contradições»<sup>126</sup>. «Até agora, o único grande artista do regime é o seu fundador, Mussolini», proclamou Bottai num artigo de 1927, acrescentando com toda a seriedade que a obra-prima da literatura fascista era a circular que no ano anterior o Duce enviara aos prefeitos, onde reafirmara

<sup>121</sup> Id. (1929) 34.

<sup>122</sup> G. Volpe (1941) 75.

<sup>123</sup> Citado em E. Gentile (2010) 68 e antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 311.

<sup>124</sup> Citado em G. Volpe (1941) 143. Ver igualmente P. Milza (1999) 374. Salazar dirá mais tarde, no discurso de 27 de Abril de 1935: «Mais do que nunca o Estado será um pensamento em acção [...]». Ver J. Ameal (org. 1956) III 368.

<sup>125</sup> Citado em P. Álvarez-Quiñones Sanz (2013) 71.

<sup>126</sup> Ezra Pound em *Jefferson and/or Mussolini*, citado em P. Morrison (1996) 49.

a autoridade suprema do Estado<sup>127</sup>. Mesmo alguém como Rilke, que sabia do que falava, considerou que Mussolini se distinguia acima de tudo pelas qualidades poéticas<sup>128</sup>. E como não? Ao mesmo tempo que escrevia algumas novelas e romances sem continuidade e diz-se que sem mérito<sup>129</sup>, o socialista Mussolini, dedicado violinista amador, pensara em 1909 em se aperfeiçoar e viver da música<sup>130</sup>. E depois do estrondoso fiasco nas eleições legislativas de Novembro de 1919 o fascista Mussolini, cedendo ao desânimo e imaginando o que faria se abandonasse a política, confiou em carta a uma das suas grandes paixões que podia pegar no violino e tornar-se músico profissional ou ganhar a vida como dramaturgo ou actor de teatro. «Posso dar a volta ao mundo com o meu violino. Que belo ofício, o de músico ambulante!»<sup>131</sup>. Afinal, não foi necessário chegar a um tal extremo e dez anos depois era já o ditador da Itália quem, de colaboração com um dramaturgo e cineasta profissional, escrevia uma peça em quatro actos sobre os Cem Dias de Napoleão, representada na Itália apenas sob o nome do co-autor, mas que, com a assinatura de ambos, passou com êxito nos palcos de Budapeste, Praga, Paris e várias cidades do outro lado do Atlântico<sup>132</sup>. Nunca deixando de se exercitar diariamente no violino, nem que fosse durante alguns minutos, o Duce podia entreter por vezes aquela sua amante no palácio Torlonia ao som da música, quando não tocava para qualquer namoro episódico ou para a esposa legal e os filhos<sup>133</sup>, com a mesma veia lírica que o levou, no auge da Campanha do Trigo, a compor e publicar um poema glorificando o pão<sup>134</sup>, pelos vistos ultrapassado em beleza pela circular aos prefeitos. E nos últimos tempos, naquela ficção que se chamou República Social, quando via e sabia que tudo para ele estava já perdido, Mussolini confidenciou a um dos seus velhos admiradores: «Eu não sou um estadista, sou um poeta»<sup>135</sup>. Muito mais tarde, alguém que o conhecera e seguira e nunca deixou de o venerar lembrou a seu respeito: «Acho que ele foi, mais do que qualquer outra coisa, um poeta. [...] Um grande poeta que era ao mesmo tempo um homem de acção, para quem a acção é irmã do sonho»<sup>136</sup>.

O chefe fascista distinguia-se dos demais artistas porque era o povo que ele moldava, e esta era a função da política. «O povo italiano é uma massa de minério precioso. É necessário fundi-lo, purificá-lo das escórias, trabalhá-lo», proclamou Mussolini durante os anos em que prepa-

<sup>127</sup> Citado em P. Milza (1999) 563.

<sup>128</sup> W. Lepenies (2006) 72.

<sup>129</sup> P. Milza (1999) 114-115, 121, 131.

<sup>130</sup> Id., *ibid.*, 110, 130, 131, 465.

<sup>131</sup> A carta de Mussolini para Margherita Sarfatti encontra-se parcialmente reproduzida em id., *ibid.*, 254.

<sup>132</sup> Id., *ibid.*, 626-629.

<sup>133</sup> Id., *ibid.*, 403, 453.

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, 389, 603.

<sup>135</sup> Citado em id., *ibid.*, 868.

<sup>136</sup> G. Oltramare (1956) 140.

rava a tomada do poder. «É ainda possível uma obra de arte»<sup>137</sup>. Depois, quando as coisas começaram a correr-lhe francamente mal, a opinião do Duce mudou, mas a metáfora manteve-se a mesma. «É a matéria que me falta! Até Michelangelo precisou de mármore para fazer estátuas. Se só tivesse barro, teria sido apenas um oleiro»<sup>138</sup>. Só um objecto informe é susceptível de ser manipulado de maneira a obedecer a uma imagem, e tal objecto encontra-se decerto na tela vazia, no amontoado de barro ou de gesso, no bloco de mármore, mas não na sociedade nem nas classes sociais, que têm estrutura própria, espessura orgânica, ritmos e inércias. Entendemos agora, talvez melhor do que quando analisei o problema a propósito do surgimento do conceito de «nação proletária» (no capítulo 1 da Parte 3), por que motivo o proletariado aparece nas *Réflexions sur la Violence* como uma classe desprovida de mecanismos sociais específicos. Mas na realidade os trabalhadores têm mostrado a sua capacidade de não se deixarem reduzir a delírios da vontade. Por caminhos tantas vezes subterrâneos, ocasionalmente em completo silêncio, mas nem por isso de maneira menos eficaz, os organismos sociais resistem aos modelos imperativos e reestruturam-se em formas que deixam esses modelos definitivamente obsoletos. Se a sociedade, então, não é objecto de manipulação artística, que nível da realidade pode ser transfigurado pelos estetas da política?

A única prática possível de um mito é a sua narração dramática. A teoria soreliana dos mitos conferiu obrigatoriamente à prática política o carácter de espectáculo. «O comportamento histriónico», escreveu Alceste De Ambris numa obra sobre o Duce, «é sem dúvida a verdadeira chave do seu êxito»<sup>139</sup>. E num livro publicado alguns anos mais tarde, depois de responder afirmativamente à pergunta «Mussolini é um grande político?», Camilo Berneri acrescentou que «para ser um grande político é necessário ser um grande actor»<sup>140</sup>. Mussolini deu a todos os aspirantes a ditador a lição definitiva, comportando-se na vida quotidiana como um actor, exibindo o corpo em efeitos de cena, usando a fisionomia como uma máscara e valendo-se mesmo dos seus persistentes males de estômago<sup>141</sup>. «Ele teve sempre a ideia fixa da encenação», escreveu alguém que durante mais de vinte anos o serviu na intimidade, e contou como o Duce fiscalizava até aos mínimos detalhes o arranjo dos desfiles e de outras manifestações de massa<sup>142</sup>. A ninguém senão ao ditador cabia ordenar a sua própria figuração, e sobre a mesa de trabalho, naquela sala imensa do palácio Venezia imortalizada pelas numerosíssimas descrições que dela fizeram os visitantes

<sup>137</sup> Citado em G. Bortolotto (1938) 30.

<sup>138</sup> Citado em G. Bottai (1949) 86, J. C. Fest (1974) 1083 e P. Milza (1999) 783.

<sup>139</sup> Citado em P. C. Masini (1999) 28.

<sup>140</sup> Citado em id., *ibid.*, 13.

<sup>141</sup> P. Milza (1999) 445 e segs.

<sup>142</sup> O *cameriere* de Mussolini citado em id., *ibid.*, 455.

mais ou menos atónitos, Mussolini tinha um dispositivo que lhe permitia controlar e modificar a iluminação, tal como num palco<sup>143</sup>. «Fez de si mesmo um personagem, um pouco à sua própria semelhança, um pouco à semelhança do que os italianos queriam que ele fosse. É, em certo sentido, o actor do seu próprio personagem», disse o genial Pirandello<sup>144</sup>. Quem somos, o leitor e eu, para o desmentirmos! No final de tudo, a pouco mais de um mês de ser fuzilado, Mussolini confessou a uma jornalista que tivera o plano de o entrevistar, ideia absurda, como se ele fosse ainda alguém: «Já não me sinto actor, mas apenas o último espectador»<sup>145</sup>. E espectador de quê, se ele fora, no enorme palco, perante o coro dos comparsas, o único actor verdadeiro? A uma admiradora que lhe pediu um autógrafo, escreveu «*Mussolini defunto*», «o falecido Mussolini»<sup>146</sup>. Foi fuzilado assim, contemplando o vazio dele próprio.

#### 4. Portugal: «Transformar Portugal rústico numa constante exposição viva de arte popular»

Tentando dissipar a perplexidade de um visitante fascista italiano, um dirigente da União Nacional explicou-lhe que o presidente do Conselho «ama o povo, mas não a massa»<sup>147</sup>. Os doutorais discursos de Salazar eram quase sempre proferidos perante um escol seleccionado, porque ele temia a movimentação política das multidões e propunha-se «fazer viver Portugal *habitualmente*», «*normalizar* a nação»<sup>148</sup>. Poucos meses depois de ter alcançado a chefia do Governo, e respondendo a António Ferro, que tentara convencê-lo a «aproveitar [a] lição de Mussolini» e entrar em «contacto com a multidão», Salazar queixou-se de ser «difícil mexer com a nossa raça adormecida», mas tudo o que sugeriu para despertá-la foi «aproveitar as bandas regimentais, caras mas boas, para dar concertos, aos domingos e quintas-feiras, por exemplo, nos jardins de Lisboa e por essa província fora» e adiantou: «Penso também em sugerir a organização de grandes espectáculos de cinema popular onde o povo possa entreter-se, simultaneamente,

<sup>143</sup> Id., *ibid.*, 442.

<sup>144</sup> Citado em P. C. Masini (1999) 17.

<sup>145</sup> Citado em P. Milza (1999) 867. E alguém que falou com Mussolini, ou o ouviu falar, em Março de 1945 contou muito depois: «Ficávamos com a impressão de que desempenhava um papel no qual ele mesmo já não acreditava. Por detrás das suas palavras sentíamos uma espécie de vazio [...]». Citado em *id.*, *ibid.*, 869.

<sup>146</sup> Citado em J. C. Fest (1974) 1191.

<sup>147</sup> Citado em A. C. Pinto (1992) 593.

<sup>148</sup> Declarações de Salazar a Henri Massis, em 1938, citadas em J. Ameal (org. 1956) IV 231 e F. Nogueira [1977-1985] III 148 (subs. orig.). Defensor de uma noção heróica de fascismo, Paul Marion mencionou com visível desprezo as «nações conservadoras» que «julgam poder prescindir de destino e viver *habitualmente*». Ver P. Marion (1939) xxi (sub. orig.).

com filmes educativos e com filmes que o divirtam»<sup>149</sup>. Esta estratégia de coreto presidiu às grandes concentrações populares organizadas pelo salazarismo, que deixavam de ser inquietantes desde que fossem movidas por paixões desportivas, ou desde que juntassem gente mascarada de guerreiros medievais ou de embaixadores do século XVIII ou de qualquer outra coisa, ou desde que circulassem os espectadores no meio de carnavalescas aldeias africanas onde eram exibidos negros de tanga. Não foi à construção de uma esplanada destinada a servir de palco aos discursos do chefe que o Estado Novo dedicou uma das suas obras de vulto, mas à edificação de um recinto desportivo, e consagraram-se às encenações históricas verbas muito superiores às que se gastaram com a propaganda estritamente política. Não deixa de ser correcto referir o fascismo português como um regime avesso às massas, com a condição de não esquecermos que estimulou a mobilização popular no plano das festas, dos cortejos e das exposições. Precisamente porque constituiu a modalidade de fascismo mais alheada de uma política de massas, o salazarismo viu-se obrigado a assumir uma maior dimensão estética. E que estética! Se for exacta esta interpretação, que considera a deficiência de política do Estado Novo como razão para que o regime se concentrasse na encenação artística, então o insuperado *kitsch* dos festivais salazaristas deverá servir de modelo para analisar o estilo dos demais fascismos.

Tal como qualquer outro chefe fascista, também Salazar estava convencido de que «politicamente, só existe o que o público sabe que existe»<sup>150</sup> e julgava ser do mesmo modo verdadeira a tese recíproca, de que «politicamente tudo o que parece é»<sup>151</sup>. Não foi por acaso que, de todos os membros do governo, António Ferro, o primeiro director do Secretariado da Propaganda Nacional, era o único a possuir um currículo de radicalismo de direita ou mesmo, o que talvez fosse mais temível para a obsessão de compostura do presidente do Conselho, a ser precedido pela fama de uma certa irreverência intelectual. O Estado Novo, todavia, só encenou o discurso político de maneira indirecta, como discurso acerca da política, para o qual a tomada de decisões, em vez de se exhibir como manifestação pública da vontade de um chefe em transe, era enunciada como facto consumado. Ao contrário do que sucedia nas modalidades radicais do fascismo, nesta variante

<sup>149</sup> A. Ferro (1933) 83, 85-86.

<sup>150</sup> Esta declaração de Salazar no discurso em que deu posse a António Ferro como director do Secretariado da Propaganda Nacional, a 26 de Outubro de 1933, encontra-se citada em J. Ameal (org. 1956) III 263 e F. Nogueira [1977-1985] II 242.

<sup>151</sup> Esta passagem do discurso de Salazar por ocasião da tomada de posse dos novos dirigentes da União Nacional, em 22 de Março de 1938, vem citada em J. Ameal (org. 1956) IV 222 e F. Nogueira [1977-1985] III 150. Tanto esta frase como aquela a que se refere a nota anterior foram repetidas por Salazar, praticamente sem alterações, no discurso de 26 de Fevereiro de 1940, citado em João Ameal, op. cit., V 71, 72 e Franco Nogueira, op. cit., III 248. É curioso que um *dandy* ultraconservador, Barbey d'Aureville, tivesse escrito que «para os *dandies*, como para as mulheres, parecer é ser». Citado em P. Álvarez-Quiñones Sanz (2013) 61. O bisonho presidente do Conselho encontrou aqui uma inesperada linhagem estética.



conservadora a oportunidade para a mobilização de massas não provinha do acto político mas da memória política. E como a memória requeria o congelamento prévio da política num suporte plástico, a encenação concretizava-se na forma específica da comemoração. Substituindo a visão pela memória ou, para ser exacto, a ilusão da visão pela mistificação da memória, o fascismo português atribuiu a primazia aos aspectos plásticos materiais, enquanto na Itália ou no Terceiro Reich a coreografia de massas prevaleceu sobre as outras modalidades da estética política.

Ao completar-se o primeiro ano do Estado Novo foi inaugurada no Porto a Exposição Colonial, consagrando o regime através da invocação do tema do Império. Num comentário à iniciativa, o ideólogo salazarista João Ameal, depois de se fortalecer com uma citação de Görres, um dos filósofos do romantismo alemão que os nacionais-socialistas mais apreciavam, considerou que o país «ao retomar a sua consciência de nação — essa consciência projecta-se num ressurgimento da sua consciência de Império»<sup>152</sup>. Na prática as coisas foram mais rasteiras e em ambiente de parque de diversões, além das inevitáveis salas de museu dedicadas às descobertas, conquistas e outras grandezas, o público pôde contemplar ao vivo aldeias africanas ou timorenses com os seus exóticos habitantes, entaladas entre *stands* de bancos, de firmas coloniais e de padres missionários. Um romancista de assuntos africanos, Julião Quintinha, que aliás não se contava entre os admiradores de Salazar, foi ver — um visitante entre o milhão e trezentos mil que por lá passaram<sup>153</sup> — e achou que a realização tinha «mais qualidades do que defeitos». «O êxito da Exposição Colonial tem o seu melhor cartaz no ambiente tropical que lhe imprime o elemento gentílico, principalmente as aldeias indígenas, com as pretas, os pretos, os nativos de Cabo Verde e das colónias do Oriente. O público perde a maior parte do tempo a observar como vivem, o que fazem e o que não fazem, as pretas, os pretos e os pretinhos. [...] Não há dúvida de que os indígenas são o grande cartaz». E além disso muito variados, o que decerto contribuía para animar o ambiente, pois enquanto no pavilhão de Cabo Verde «simpáticas raparigas servem café», o passeante encontrava na «grande aldeia indígena de Moçambique» «gente saudável e bem tratada, que, de dia, patenteia sua indolência mal disfarçada nos afazeres domésticos», ou contemplava na «pitoresca aldeia dos indígenas da Guiné» «dos mais interessantes tipos negros, com seus fatos carnavalescos, divertindo o público com cantares e momices». Todavia, e era pena, já o pavilhão da Índia «não tem beleza, e tornam-se monótonos os espectáculos da bailadeira, cor de açafião, dançando sem arte ao som duma caixa de música com acompanhamento de campainhas», e igualmente entediante era o pavilhão de Macau, onde «de vez em quando, tocam pálidos

<sup>152</sup> J. Ameal (1934 b) 98.

<sup>153</sup> P. A. Oliveira (2000) 121.

músicos macaenses, em geral duma incompreensível música, também monótona e triste, talvez ao uso do seu país». Pior ainda, a «família de Timor», na sua cubata, «nos parece a menos comunicativa»<sup>154</sup>. Passados seis anos, na Exposição do Mundo Português, novamente os nativos de uma a outra ponta do Império foram transportados para povoarem na metrópole aldeias fictícias, e «numa residência típica encontra-se o Rei do Congo, com a sua comitiva — o único soberano reconhecido no Império»<sup>155</sup>. Racismo puro, dir-se-á, que transformava pessoas de pele escura em cativos num perverso jardim zoológico humano. Mas o argumento não colhe, porque não foi só a gente das colónias a ser assim apresentada, mas a da metrópole também, obrigada do mesmo modo a «divertir o público com cantares e momices». Fazendo a apologia de tudo o que era pobre e retrógrado, o salazarismo conseguiu converter em encenação a própria miséria, o que era o mesmo que dizer — o país.

Publicado em Fevereiro de 1938, o regulamento do concurso «A Aldeia mais Portuguesa de Portugal», patrocinado pelo Secretariado da Propaganda Nacional, estipulava como condições para ser seleccionada pelo júri que uma aldeia demonstrasse «a maior resistência oferecida a decomposições e influências estranhas e o estado de conservação no mais elevado grau de pureza das características seguintes: 1º habitação; 2º mobiliário e alfaia doméstica; 3º traje; 4º artes e indústrias populares; 5º formas de comércio; 6º meios de transporte (terrestres, marítimos e fluviais); 7º poesias, contos, superstições, jogos, canto, música, coreografia, teatro, festas e outras usanças; 8º fisionomia topográfica e panorâmica»<sup>156</sup>. O Portugal mítico não se definia enquanto capacidade de imprimir um cunho próprio às grandes tendências da época, mas pela atitude resignada de quem voltara as costas e tentava manter-se despercebido, deixando a modernidade passar ao largo. Os júris regionais, depois o júri nacional, iam escolher as terreolas mais completamente excluídas do processo histórico, e foi aqui que a perversão atingiu uma dimensão chocante, porque nenhuma delas podia representar qualquer época precisa ou qualquer cultura determinada. Depois de um longo definhamento e perda de vitalidade, nada mais tendo para exhibir senão restos de culturas, esses dejectos do passado eram uma espécie de acervos onde a população cumpria o papel de bonecos animados e em que todas as facetas da vida se resumiam a lixo depositado pelos séculos. O que noutros tempos fora um modo de viver achava-se reduzido nesses lugarejos à existência vegetativa, o que antes haviam sido crenças sobrevivias na forma degenerada de superstições. E eram estes sedimentos deixados pelo caudal das transformações

<sup>154</sup> J. Quintinha (1934) 6-7. Todas as passagens citadas se encontram na pág. 6.

<sup>155</sup> J. Ameal (org. 1956) V 143.

<sup>156</sup> Citado em J. P. Brito (1982) 511-512.

históricas que o fascismo português apresentava como cenário de todo o país.

Percorrendo as aldeias escolhidas na selecção prévia, os membros do júri nacional, António Ferro, e a esposa poetisa, Fernanda de Castro, e Armando Leça, compositor nacionalista e dedicado pesquisador da música popular, e o inimitável Matos Sequeira, e outros ainda, sem esquecer a comitiva de jornalistas, assistentes técnicos, pintores, fotógrafos e cineastas, eram recebidos por uma população que cantava e dançava e trabalhava para eles verem, que rezava e fazia procissões, que lhes abria as portas das casas mais «típicas», que lhes oferecia lautamente de comer e beber, segundo cardápios «típicos» também, acontecendo mesmo num dos lugares que «um poeta pobre, cego e analfabeto versejou e filosofou, conseguindo muitas palmas e algumas dezenas de escudos»<sup>157</sup> — toda esta gente se esforçando, perante a assistência vinda de Lisboa, por ser actores do seu próprio papel. Depois de terem sido convertidos em cenário, eram levados a encenar-se a si mesmos, prisioneiros de uma dupla representação que durante um dia deixava a vida sem realidade. Numa ocasião o autocarro em que seguiam os membros do júri nacional e o respectivo séquito «atolou-se num charco e só dali saiu com o auxílio de carros de bois», e o *Diário da Manhã*, jornal oficioso do salazarismo, ao dar a notícia, classificava aquele sucesso como «um acidente pitoresco»<sup>158</sup>. Acidente simbólico também. Da aldeia de Monsanto, na Beira Baixa, que o júri finalmente seleccionou como «a mais portuguesa de Portugal», dizia o órgão jornalístico do regime que «o comércio baseia-se no processo arcaico da troca» e as gentes «fazem-se transportar no velho carro de bois»<sup>159</sup>. Quando ganhou a competição da miséria, Monsanto recebeu como prémio um galo de prata, para colocar no topo do campanário, lá bem alto, a rir-se do povo cá em baixo. Pena era, para quem puxava os cordelinhos do espectáculo, que a festa durasse tão pouco, e alguns anos depois uma publicação do Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, continuador do Secretariado da Propaganda Nacional, afirmou que «o necessário, o verdadeiramente belo seria transformar Portugal rústico numa constante exposição viva de arte popular»<sup>160</sup>. Era este mesmo o objectivo último do fascismo, converter todo um povo em figurantes, um país numa «constante exposição viva».

Começaram a erguer-se em Portugal estranhos recintos de diversões, onde os entretenimentos habituais se misturavam com reconstruções de ruas de outrora, ficando a história redu-

<sup>157</sup> *Diário da Manhã*, 10 de Outubro de 1938, citado em id., ibid., 525. A exibição do «pobre, cego e analfabeto» ocorreu em Peroguarda, no Alentejo. Tudo isto foi fotografado e filmado, as películas estão decerto guardadas algures. Por que razão não surge um cineasta que proceda a uma montagem crítica destes materiais e faça com eles um filme desvendando o âmago da cultura salazarista?

<sup>158</sup> *Diário da Manhã*, 19 de Setembro de 1938, citado em id., ibid., 521.

<sup>159</sup> *Diário da Manhã*, 8 de Setembro de 1938, citado em id., ibid., 516.

<sup>160</sup> *Monsanto*, Lisboa: SNI, 1947, citado em id., ibid., 530.

zida a um tema de folguedos e retirando-se qualquer critério à passagem do tempo. Salazar seguia com uma atenção minuciosa a preparação das marchas populares, dos desfiles históricos, dos torneios medievais, de que se encarregavam Matos Sequeira ou o cineasta Leitão de Barros ou outras boas-vontades disponíveis. Eram celebrações e cortejos sem epopeia nem monumentalidade, de uma pequenez pífia, com uma encenação inspirada pelas festas religiosas da província, em que os figurantes mascarados se apresentavam da mesma maneira grotesca que os anjinhos das procissões, numa transposição para o plano artístico daquela tacanhez ordeira que caracterizava politicamente o salazarismo. Se o fascismo resultou da estetização da política, o fascismo português encontrou o seu modelo nas romarias.

Menos de um ano após ter sido escolhida como «a mais portuguesa» uma aldeia onde o comércio era uma novidade e o passo dos bovinos marcava o ritmo dos transportes, as tropas do Terceiro Reich invadiram a Polónia e, graças a uma conjugação de operações aéreas com velozes colunas de blindados, inauguraram um tipo novo de guerra, a guerra relâmpago, e deram início ao conflito mundial. Imperturbável, o salazarismo comemorou ao longo de 1940 as glórias da primeira e da segunda independência do seu país, e passando entre alas de chameleiros e sujeitos fantasiados de guerreiros medievais, acompanhados por bandeiras e pendões que há muitos séculos não eram usados, se é que alguma vez o haviam sido, os chefes políticos e os dignitários eclesíasticos entretiveram-se a encenar as suas visões de outros tempos e outros lugares. Que assombroso espectáculo devia ter oferecido, na cauda de uma Europa convulsionada, aquele país por onde se precipitavam dezenas de milhares de foragidos buscando um asilo precário e, na melhor das hipóteses, uma passagem para as Américas<sup>161</sup>! Não sou eu quem fala, não vi nada, deixo expandir-se um entusiasta que disse sucederem-se «de norte a sul, os cortejos folclóricos, os carros triunfais, as atracções populares, os desfiles de ranchos regionais, as danças típicas, as festas do Espírito Santo com mulheres de capote à moda dos Açores, os foliões com bandeiras e ferrinhos, os carros alentejanos, os quicos de Montegordo, os brancos de Olhão, os dragões macaístas, os campinos do Ribatejo, os pescadores da Nazaré, os carros de bois da Madeira, os fulas da Guiné, guerreiros nativos de Angola e Moçambique de mistura com os ceifeiros de São Romão e as tricanas de Ílhavo, e os pauliteiros de Miranda, e os Zés-Pereiras do Minho — ao mesmo tempo que Lisboa admira e se diverte com a embaixada de D. Manuel I ao Papa, com Tristão da Cunha e o seu secretário Garcia de Rezende, rodeados de figurantes, truões, chameleiros e

<sup>161</sup> I. F. Pimentel (2006) 355 calculou que durante a guerra transitaram por Portugal entre cinquenta mil e cem mil refugiados e acrescentou que a estimativa mas verosímil é a de cinquenta mil.

caçadores de Ormuz»<sup>162</sup>. Será que, quando apareciam entre alas de mascarados, o presidente da República e o presidente do Conselho e o cardeal-patriarca se apresentavam a eles mesmos ou representavam os monarcas, validos e prelados de outros séculos? No campo da batalha de Ourique, comemorando essa data mítica da fundação do reino, «soldados de Mousinho e de Roçadas, sobreviventes do “Augusto de Castilho” e da Flandres, içam em dez mastros de honra as bandeiras nacional e da Fundação, de D. Afonso I, de D. João I, da Ordem de Cristo, de D. Manuel, de D. João IV, da Guerra Peninsular, das Campanhas da Ocupação Africana e da Grande Guerra»<sup>163</sup>. Realidade e encenação confundiam-se. Enquanto fenómeno estético, o salazarismo confirmou a íntima ligação do fascismo à cultura burguesa, mas neste carnaval histórico e geográfico o revivalismo e o exotismo foram levados a um extremo inusitado e tudo se misturava numa vertigem que deixava sem sentido as cronologias e as bússolas.

Custa a crer, mas só a partir do Inverno de 1942-1943 as informações acerca das campanhas militares chegaram à primeira página do *Diário de Notícias*, o principal jornal português<sup>164</sup>. E que dizer ao lermos que na noite de 29 para 30 de Maio de 1943, quando a guerra se tinha aproximado perigosamente da península ibérica, «por castelos e monumentos históricos, filiados da Mocidade Portuguesa passaram uma noite de velada de armas, bradando a intervalos: “Alerta? Alerta está!”»<sup>165</sup>? Não se tratava de treinar a juventude no manejo das armas nem de mentalizar a população para a conveniência de defender os centros urbanos, as vias de comunicação, as maiores unidades fabris, mas de povoar mosteiros e fortalezas em ruínas com meninos de calções caqui e um S no cinto e de os fazer lançar noite fora gritos serôdios, como imaturos fantasmas desolados. Esta enorme brincadeira teve uma intenção muito séria, a de converter a guerra moderna em mais um pretexto para alimentar sonhos brumosos. Ao longo do conflito mundial a neutralidade portuguesa esteve sujeita a ameaças repetidas, correndo-se o risco de as tropas do Eixo invadirem o país através da fronteira espanhola ou de a marinha aliada tomar as ilhas atlânticas. Salazar dedicou o melhor dos seus esforços no Ministério dos Negócios Estrangeiros a singrar entre dificuldades, e fê-lo com mestria e alcançando os resultados que desejava. Mas esta política das realidades vestia trajos carnavalescos logo que se tratava de mobilizar massas populares, e desde o começo até o fim a guerra mundial foi oficialmente acompanhada por um *pot-pourri* de memórias históricas nacionais. A vida quotidiana da população trabalhadora era cada

<sup>162</sup> F. Nogueira [1977-1985] III 281-282. «Sentem-se estupefactos os que atentam em Portugal», comentou (pág. 282) o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar. Nisto devia ter razão.

<sup>163</sup> J. Ameal (org. 1956) V 127.

<sup>164</sup> I. F. Pimentel (2006) 269.

<sup>165</sup> F. Nogueira [1977-1985] III 430.

vez mais difícil e por detrás do cenário, apesar da vigilância policial acrescida e de uma repressão que atingia grande ferocidade e inaugurava formas novas de intimidação, houve greves nas fábricas e nos transportes, greves e motins nos campos de norte a sul, manifestações contra a escassez dos alimentos e o aumento do preço de bens essenciais, assaltos a lojas<sup>166</sup>. Mas Salazar não atribuía a nada disto qualquer significado especial. Para ele, o grande mérito do Estado Novo consistia em dar a Portugal a oportunidade de regressar mentalmente a um passado mítico em que residiriam todas as grandezas. «Alerta? Alerta está!».

Aquele delírio assumiu uma forma estável, em «gesso e papelão»<sup>167</sup>, na Grande Exposição Histórica do Mundo Português, uma colossal encenação inaugurada no prolixo ano de 1940, que forneceu ao salazarismo a oportunidade de entusiasmos nunca antes estimulados e que não conseguiram renovar-se depois. Qualquer cenário é ao mesmo tempo um biombo, cobrindo, com aquilo que apresenta, tudo o que não deixa ver. E era impossível que uma encenação se destinasse mais deliberadamente a mistificar o presente. Na época em que o quotidiano assumia uma implacável urgência, os pavilhões da Exposição do Mundo Português apresentavam aos visitantes um passado obsessivo, destinado a servir de única justificação ao país do Estado Novo. Não se tratava de enaltecer simplesmente o passado, mas procedia-se a uma operação mais subtil, apresentando-se o passado como o elemento central do presente, e mesmo como o seu único elemento meritório. Esta função paradoxal de enaltecer o presente em termos exclusivamente ditados pelo passado, que pode definir o ideário artístico do Secretariado da Propaganda Nacional, conferiu-lhe uma ambiguidade estilística. Um historiador expressou a contradição escrevendo que se procurava «casar o modernismo estético com os valores ruralistas e conservadores do discurso oficial»<sup>168</sup>, o que levou dois arquitectos a caracterizarem a Exposição do Mundo Português como o «laboratório máximo da adulteração da linguagem modernista»<sup>169</sup>.

Igual adulteração ocorreu no recinto desportivo inaugurado em 1944, a 10 de Junho, Dia da Raça. Num regime em que a referência à nação era o supremo critério, o lugar cimeiro ocupado por este campo de futebol na hierarquia política explica a sua designação de Estádio Nacional, tanto mais que para o servir foi usada a única auto-estrada então existente. «[...] a inauguração do Estádio ultrapassa os limites de uma simples festa desportiva, para atingir um significado mais alto e mais profundo», declarou António Ferro, que para o efeito acumulou com as suas funções de director do Secretariado da Propaganda Nacional as de presidente da Comissão Organizadora

<sup>166</sup> F. Rosas et al. [s. d.] 353-369.

<sup>167</sup> Id., *ibid.*, 245.

<sup>168</sup> Id. (2001) 1043.

<sup>169</sup> N. T. Pereira et al. (1982) 543.

da Festa do Estádio Nacional. «A festa da inauguração do Estádio não é apenas [...] a grande festa do Desporto Nacional, mas, acima de tudo, a apoteose do Portugal Novo, a confiança no dia de hoje e a certeza do dia de amanhã»<sup>170</sup>. Se o desporto se apresentava como directamente político, um jornal desportivo daquela época obedecia a uma lógica rigorosamente silogística ao declarar: «O primeiro desportista de Portugal — é Salazar»<sup>171</sup>. A mesma encenação arquitectónica, com os mesmos elementos estilísticos, colunas rigorosas e despidas de ornamentos, desdobrava-se na esplanada de Nuremberga e no vale do Jamor, tratando-se em ambos os casos de formas estéticas que haviam en-



Albert Speer, *Zeppelinfeld* (1934) e Miguel Jacobetty Rosa, *Estádio Nacional* (1944)  
O que havia de comum e o que havia de diferente entre o Terceiro Reich e o Estado Novo.



contrado justificação no funcionalismo, e que na arquitectura de aparato fascista se viram remetidas a um efeito meramente decorativo e, portanto, antifuncional. Um erudito observou no pavilhão central do estádio «uma inteira expressão ariana»<sup>172</sup>. Mas esta afinidade artística entre o nacional-socialismo e o salazarismo manifestou-se num duplo contraste, de forma e de função. A tacanhez do epígono revela-se ao confrontarmos as duas dezenas de colunas, que no traçado de Miguel Jacobetty Rosa sobrepõem as bancadas e dão o ritmo ao recinto, com a interminável colunata desenhada por Albert Speer, onde a pureza das linhas perdia toda a sobriedade na sua repetição desmesurada. E devemos lembrar que a encenação que num país acolhia os discursos do Führer e as evoluções das suas milícias se destinava no outro país a servir de pano de fundo a não sei quantos jogadores à cata de uma bola. Através desta comparação podemos compreender o que havia de diferente e o que havia de comum entre o

<sup>170</sup> Citado em J. Esteves (1974) 34.

<sup>171</sup> Esta citação de *Os Sports* encontra-se em id., *ibid.*, 35. E o jornal insistiu: «[...] Salazar é o primeiro desportista de Portugal».

<sup>172</sup> J.-A. França (1974) 252.

Reich hitleriano e o Estado Novo de Salazar.

O fascismo português começou a encenação pública da guerra com uma Idade Média carnavalesca e terminou-a com o futebol, deixando assim marcados na arquitectura aqueles que foram sempre os dois parâmetros culturais do regime. E o facto paradoxal de «o modernismo estético [ter sido] convocado a celebrar as excelências e os valores da “grei agrária” tradicional», nas palavras de um historiador<sup>173</sup>, mostra que a própria ruptura com os padrões artísticos da burguesia, ainda que pudesse ser utilizada nos seus efeitos estilísticos, serviu ao fascismo apenas para conferir um verniz de actualidade à velha cultura burguesa. Ao se apresentar como esteti-zação da política, o fascismo reduziu o modernismo a uma mera metáfora plástica.

## 5. Alemanha: «Sou um artista, não um político»

A actividade do grande estadista e do grande chefe militar, afirmou Hitler em *Mein Kampf*, «reside sempre na esfera da arte», não menos do que a do grande pintor ou do grande poeta<sup>174</sup>. Já nos primeiros anos do século XIX Adam Müller, um dos filósofos românticos que de mais perto antecipou alguns aspectos do pensamento nacional-socialista, considerara a política como a principal das artes, necessária para ultrapassar a permanente dualidade interna do Estado e resolver a oposição entre a razão e a imaginação<sup>175</sup>. Também Nietzsche, incluído entre os quatro inspiradores do regime, evocara num dos seus escritos póstumos «um tipo de homens superiores que, graças ao ascendente conferido pela vontade, pelo saber, pela riqueza e pela influência, possam servir-se da Europa democrática como um instrumento dócil e manejável, para ter nas mãos os destinos do mundo, para cinzelar o homem como “artistas”»<sup>176</sup>. Wagner, outro dos precursores oficiais do nacional-socialismo, considerara igualmente que o Estado devia ser elevado ao plano da obra de arte e para isso a política devia ser renovada pela estética<sup>177</sup>. E outro dos profetas, Chamberlain, o ideólogo dos delírios raciais, escrevera no termo do século XIX que «constatámos entre os germanos a afinidade entre o construtor de um Estado e o artista [...]»<sup>178</sup>. Este tema da

<sup>173</sup> F. Rosas et al. [s. d.] 292.

<sup>174</sup> A. Hitler (1995) 320.

<sup>175</sup> J. Droz (1966) 70-71.

<sup>176</sup> Citado em O. Spengler (1942-1944) II 201. Quanto a Nietzsche como precursor do nacional-socialismo ver a n. 58 no capítulo 5 da Parte 2.

<sup>177</sup> J. C. Fest (1974) 85. Segundo Joachim Fest, op. cit., 94, em Viena «as obras políticas de Wagner eram a leitura preferida de Hitler e aquele estilo pomposo e difuso influenciou indubitavelmente a gramática e a sintaxe de Hitler». E Fest acrescentou que «essas obras políticas, junto com as óperas, formam todo o quadro da ideologia de Hitler».

<sup>178</sup> H. S. Chamberlain (1913) 1030.



política enquanto estética foi um dos mais versados no discurso de Hitler, recordou uma historiadora: «[...] como explicava no congresso do partido em 1936, [...] tanto a arte como o Estado são produtos de uma força criadora, que ele denominava de vários modos: “vontade autoritária” ou ainda “capacidade política de criar formas”. Da vontade política derivam tanto a forma do Estado como as formas da arte, desde que exista, como condição fundamental, um povo unificado ou uma nação. Segundo Hitler, os intérpretes das forças criadoras são, por um lado, o artista e, por outro, o político. É sintomático que ele se refira a ambos com termos praticamente permutáveis»<sup>179</sup>. De maneira simétrica, Alfred Rosenberg escreveu que «a arte germânica é acção, quer dizer, a vontade que recebeu uma forma»<sup>180</sup>. A política e a arte eram definidas de modo similar. Em ambas, se o espírito, enquanto vontade e poder, era criador, bastava a palavra para que surgisse a matéria, e assim o esteticismo fascista, que na verdade foi um idealismo absoluto, regressou às províncias nebulosas da magia<sup>181</sup>.

«Criaremos as condições prévias de uma arte orgânica produtora de vida», anunciou Rosenberg em *O Mito do Século XX*. Serão «os dois milhões de heróis germânicos mortos» na primeira guerra mundial a gerar a nova arte, pois «chegou a hora do nascimento do poeta da guerra mundial». «Os monumentos aos mortos e os túmulos de heróis serão transformados por uma nova geração em lugares de romagem de uma nova religião, em que os corações germânicos sejam outra vez formados como novos e outra vez na perspectiva de um novo Mito. Então renascerá o mundo através da arte»<sup>182</sup>. Talvez em nenhum outro fascismo a fusão da estética com o mito tivesse sido tão íntima, mas em vez de nos esclarecer esta constatação assinala o verdadeiro problema, porque a noção de mito era equívoca no nacional-socialismo.

«Uma crença, um Mito, só é real quando se apodera do homem inteiro», considerou Rosenberg. «É o Mito que tem de determinar o tipo do futuro Germano»<sup>183</sup>. Ora, a oscilação entre as duas traduções que estou a consultar conduz-nos ao cerne do problema, porque na versão inglesa leio que o mito «só é real quando se apodera do homem inteiro», mas em francês está «só é verdadeiro». Que o mito se torne verdadeiro quando se torna real, fora essa a lição de Sorel e de Mussolini, ficando a verdade convertida na execução da vontade do chefe. Todavia, se o mito for real antes de ser verdadeiro, então a vontade do chefe há-de desvendar antes de criar. Apesar

<sup>179</sup> B. Miller-Lane (1973) 242-243. Ver também W. Lepenies (2006) 90-92.

<sup>180</sup> A. Rosenberg (1986) 402; id. [s. d. 2] 306. Mais tarde Alfred Rosenberg pretendeu que fora a partir desta ideia que ele desenvolvera uma teoria da arte inteiramente nova. Ver A. Rosenberg [s. d. 1] 46.

<sup>181</sup> F. Neumann (1943) 484.

<sup>182</sup> A. Rosenberg (1986) 413, 415, 416; id. [s. d. 2] 313, 315.

<sup>183</sup> Id. (1986) 491; id. [s. d. 2] 359.

de a noção de mito dar o título ao livro de Rosenberg, ela tem ali um estatuto ambíguo. Por um lado, o mito correspondia ao âmago da realidade, a ponto de a história se reduzir às diversas formas assumidas pelo mito numa raça<sup>184</sup>. «Só o Mito e as suas formas são verdadeiramente vivos»<sup>185</sup>. E se o mito podia ser definido como «a religião do sangue»<sup>186</sup>, se «o Mito do sangue» era «a convicção de que defender o sangue é também defender a natureza divina do homem em geral»<sup>187</sup>, então nada haveria de mais fundamental, nem na esfera biológica nem na espiritual, do que esse mito confundido com a raça. Por outro lado, porém, o mito emanava da vontade heróica, entendida como vontade criadora de realidade. «O novo Mito e a nova força criadora de tipos, que hoje lutam connosco para se exprimir, não podem absolutamente ser refutados. Abrem um caminho e criam factos»<sup>188</sup>. E depois de referir «uma vontade resoluta, assente numa hierarquia de valores clara, aliada a uma força de percepção orgânica», conseguindo «fazer valer as suas realizações em todos os domínios», Rosenberg acrescentou: «Esta síntese inapreensível das consciências individuais do povo, de uma comunidade enquanto todo, constitui o seu Mito»<sup>189</sup>. Nunca fica claro em *O Mito do Século XX* se se tratava de inserir a raça num mito já inscrito na realidade ou se se tratava de mobilizar a vontade da raça para imprimir o mito na realidade. Percebemos a primeira alternativa quando Rosenberg escreveu: «Vivenciando o tipo, começando a reconhecer o Mito de toda a nossa história, assistiremos ao nascimento do espírito racial nórdico e ao reconhecimento íntimo dos seus supremos valores enquanto estrela polar de toda a nossa existência»<sup>190</sup>. Mas foi a segunda alternativa que noutra passo inspirou Rosenberg: «Chegará um dia em que o povo prestará homenagem aos seus grandes sonhadores por serem decididos homens de acção. Os sonhadores desenvolveram uma imagem, e dessas visões foi criado um objectivo de vida»<sup>191</sup>. A ambiguidade na localização do mito denota que o carácter paradoxal de uma revolta dentro da ordem foi sentido no fascismo germânico mais do que em qualquer outro, talvez porque neste caso a ordem não fosse tanto social como biológica ou, mais exactamente, residisse na transposição mística da biologia. É nos termos deste dilema que devemos apreciar as insistentes

<sup>184</sup> Id. (1986) 631-633; id. [s. d. 2] 456-457.

<sup>185</sup> Sigo a versão de id. [s. d. 2] 457, diferente de id. (1986) 633.

<sup>186</sup> Novamente sigo a versão de id. [s. d. 2] 201, diferente de id. (1986) 227.

<sup>187</sup> Id. (1986) 105; id. [s. d. 2] 113.

<sup>188</sup> Id. (1986) 651; id. [s. d. s] 469.

<sup>189</sup> Id. (1986) 434-435; id. [s. d. 2] 320. Nas suas *Memórias* Rosenberg contou que antes da guerra «comecei a trabalhar num livro de escopo vasto, provisoriamente intitulado *O Poder da Forma*. O tema dominante era o de que em qualquer situação histórica dada são as ideias que fazem triunfar as revoluções. As organizações são formas variáveis de utilitarismo. Só podem perpetuar uma revolução quando se tornam formas, isto é, hábitos naturais, atitudes psicológicas comuns, reacções gerais ao mundo em redor e, eventualmente, disciplinas espirituais». Ver A. Rosenberg [s. d. 1] 109.

<sup>190</sup> Id. (1986) 500; id. [s. d. 2] 365. «[...] vivenciar um Mito e criar um tipo», lemos em id. (1986) 453 e id. [s. d. 2] 333.

<sup>191</sup> Id. (1986) 429; id. [s. d. 2] 316.

declarações do Führer, apresentando-se na política como artista. Extrairia ele de uma inspiração íntima o molde com que haveria de formar a raça ou intuiria esse molde a partir da realidade atemporal da raça?

Hitler jamais deixou de se considerar um artista<sup>192</sup> e foi assim que inúmeras vezes se classificou nos seus intermináveis monólogos<sup>193</sup>. O chefe do fascismo valão chamou-lhe «homem de Estado, estratega, poeta grandioso»<sup>194</sup>, um literato nacional-socialista definiu-o como poeta que se tornara homem de Estado<sup>195</sup> e alguém que o conheceu de muito perto recordou que «com o estilo do artista boémio, ele desprezava a disciplina no trabalho, não pretendendo nem conseguindo dedicar-se a um esforço regular»<sup>196</sup>. Com efeito, foi sempre este o comportamento de Hitler, boémio e noctívago<sup>197</sup>. «Tenho a sorte de saber descansar», confidenciou ele numa roda de íntimos em 1941. «Quando voltar a paz», disse no ano seguinte, «começarei por passar três meses sem fazer nada»<sup>198</sup>. Ainda que a sua produção pictórica dos dias de miséria em Viena e Munique seja de baixíssima qualidade e os seus gostos deixem perplexo qualquer esteta<sup>199</sup>, em 1919, quando alugou a primeira sede do que em breve viria a ser o NSDAP, Hitler indicou como profissão «pintor»<sup>200</sup> e dez anos mais tarde haveria de se declarar «pintor e escritor»<sup>201</sup>. É curioso observar que no primeiro ataque sistemático que dirigiu contra os judeus em *Mein Kampf* ele não invocou o tema das características raciais nem da infiltração económica, mas acusou-os de serem os promotores de uma arte deletéria<sup>202</sup>, e em 1930, numa acesa discussão com Otto Strasser, que levaria a uma cisão no NSDAP, iniciou a sua série de recriminações invocando a oposição que os jornais dirigidos por Strasser manifestavam ao ascendente adquirido no interior do partido pelas concepções estéticas de Schulze-Naumburg, um arquitecto cujas opiniões conservadoras o situa-

<sup>192</sup> A. Hitler (1995) 8-9, 15, 16, 18-20, 32, 113-114, 184.

<sup>193</sup> W. L. Shirer (1995) I 21, 602. Ver igualmente H. Rauschnig (1939) 206, 228, 237 e H.-R. Trevor-Roper (1947) 72.

<sup>194</sup> Léon Degrelle em *Le Pays Réel*, 1 de Janeiro de 1941, citado em Saint-Loup (1987) 72.

<sup>195</sup> Herman Burte evocado por P. Watson (2011) 634.

<sup>196</sup> A. Speer (1979) 121.

<sup>197</sup> A. Bullock (1972) 35, 386; S. Haffner (2011) 6; K. Heiden (1934) 113; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 9-11; H. Rauschnig (1939) 288; A. Rosenberg [s. d. 1] 89.

<sup>198</sup> Na noite de 13 para 14 de Outubro de 1941 e em Fevereiro de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 57, 340.

<sup>199</sup> Rosenberg, que não era propriamente ousado nas suas preferências, recordou que «no que dizia respeito à pintura, o gosto de Hitler era estritamente o da baixa classe média, muitas vezes não indo além da pintura *de genre*». Ver A. Rosenberg [s. d. 1] 85. Mesmo um dos mais apaixonados hitlerianos de Paris se sentiu na obrigação de confessar, em plena Ocupação, que pelo serviço de ter salvo a civilização ocidental e a raça ariana «podemos perdoar ao Führer, que é bom melómano, o facto de não ser um grande conhecedor em pintura...». Ver L. Rebatet (1942) 608. No entanto, J. C. Fest (1974) 890-891 procedeu a uma interessante análise do significado que a música tinha para Hitler. Quanto à miséria daqueles anos, Joachim Fest, op. cit., 49, 53, 67 e 75 pretendeu que inicialmente o jovem Adolf dispunha de alguns rendimentos e só a partir de 1908 foi caindo na indigência.

<sup>200</sup> J. C. Fest (1974) 201.

<sup>201</sup> P. Cadars et al. (1972) 11.

<sup>202</sup> A. Hitler (1995) 54-55.

vam muito perto de Rosenberg e de Walther Darré e cujos ideais artísticos francamente retrógrados indispunham os fascistas radicais, propensos ao expressionismo<sup>203</sup>. Não deixa de ser elucidativo que este confronto ideológico, o maior travado no interior do partido nacional-socialista antes da tomada do poder, e que teve como objectivo último o papel desempenhado pelo socialismo no quadro nacional, abrisse com uma disputa acerca dos temas da arte.

Talvez o aspecto mais impressionante das Memórias de Albert Speer seja o retrato de um Führer sem horários nem método nem disciplina, imitando os hábitos do que era, ou julgava ser, a boémia artística, desprezando os problemas burocráticos e ignorando as questões da administração e da economia, para se dedicar principalmente aos seus projectos de arquitecto amador que, não obstante alguns defeitos técnicos, executava em geral com competência<sup>204</sup>. E não o ocupavam só as grandes visões, mas os detalhes também, porque ajudou a conceber a decoração interior da nova sede do NSDAP em Munique<sup>205</sup>, inaugurada no primeiro dia de 1931. Em Janeiro e Fevereiro do ano seguinte, no meio de uma situação delicada em que devia ponderar as vantagens e desvantagens de se apresentar contra ou a favor da reeleição de Hindenburg, ele ocupava-se em desenhar os planos de uma nova sede do partido e, mais grandiosamente, da reconstrução de Berlim<sup>206</sup>. Já chanceler, o Führer, que havia decidido outrora o desenho e a cor dos símbolos do partido e do estandarte das SA<sup>207</sup>, desenhou meticulosamente a nova bandeira do Reich e a insígnia do seu automóvel oficial<sup>208</sup>, assim como traçou em 1935 os planos da ampliação da sua residência de Obersalzberg<sup>209</sup>. Ao receber em Agosto de 1939 o alto-comissário da Sociedade das Nações para Danzig, que tentava um compromisso de última hora para manter a paz, o Führer disse-lhe, tomando como testemunha a paisagem montanhosa do Obersalzberg: «Como gostaria de permanecer aqui e trabalhar como artista!»<sup>210</sup>. E no final desse mês, uma semana antes de desencadear a guerra mundial, gritou ao embaixador britânico: «Olhe para mim! Sou um artista, não um político»<sup>211</sup>. Depois, a condução das operações militares alterou-lhe as regras de vida,

<sup>203</sup> A. Quinchon-Caudal (2013) 106; D. Reed (1944) 96-97; O. Strasser (1940) 102-103. Ver igualmente A. Bullock (1972) 157 e J. C. Fest (1974) 473.

<sup>204</sup> A. Speer (1979) *passim*, em especial as págs. 56, 58, 61, 71, 78, 104, 110, 118-119 e 193. Ver ainda A. Rosenberg [s. d.] 85 e consultar outros testemunhos em Y. Gorlizki et al. (2009) 65. «Quanto mais seguro do poder Hitler se sentia, mais se salientavam as suas velhas características boémias», observou J. C. Fest (1974) 761.

<sup>205</sup> J. C. Fest (1974) 449.

<sup>206</sup> *Id.*, *ibid.*, 540.

<sup>207</sup> *Id.*, *ibid.*, 413; K. Heiden (1934) 79-80; A. Hitler (1995) 451-453; W. L. Shirer (1995) I 47-48.

<sup>208</sup> H. Eberle et al. (org. 2005) 309; A. Speer (1979) 118.

<sup>209</sup> J. C. Fest (1974) 902.

<sup>210</sup> H. G. Dahms (1968) I 44.

<sup>211</sup> Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) VI 375. Ver também J. C. Fest (1974) 1029. Foi decerto enquanto artista e não enquanto político que Hitler confidenciou a alguns íntimos que quando as tropas do Reich invadissem a Grã-Bretanha ele mandaria encerrar Churchill numa fortaleza confortável e aí o deixaria pintar à vontade. Ver W. Lepeines (2006) 62.

mas apesar disto teve ainda interesse em esboçar os planos dos vários tipos de bunker destinados à costa atlântica e encontrou tempo para fazê-lo<sup>212</sup>. «Mesmo quando lhe mostravam novas armas», indicou um biógrafo, «raramente descurava a forma estética»<sup>213</sup>. Não eram segredo estas preferências do Führer e chegaram ao conhecimento de alguém que, embora confinado numa residência para judeus, registou no seu diário em Abril de 1941: «As pessoas dizem que Hitler está mais interessado nos seus planos de construção do que na guerra»<sup>214</sup>. Ao ouvir os termos em que Hitler anunciou a Speer a ruptura com Stalin e o início das operações contra a União Soviética, julgaria tratar-se de um duelo entre arquitectos, esforçando-se cada um por impedir o outro de construir o palácio mais alto, a nova sede dos soviets ou a nova chancelaria do Reich. «Agora, exclamou, livrámo-nos para sempre daquele seu edifício»<sup>215</sup>. Passado um mês ele confidenciou numa roda de íntimos que «o meu maior desejo seria o de poder vaguear em Itália como um pintor desconhecido»<sup>216</sup>. Nem sequer as urgências do estado-maior e depois os imperativos decorrentes dos reveses militares o levaram a mudar de atitude, porque em Maio de 1942, no quartel-general, onde tudo parecia fixá-lo noutras preocupações, Hitler desenhou os planos de um novo museu a construir em Linz e de uma mansão sobre o Danúbio<sup>217</sup>. Relatando no seu diário, em 23 de Setembro de 1943, uma conversa com o Führer, Goebbels atribuiu-lhe o desejo de ver o termo da guerra. «Ele disse que gostaria de retomar o contacto com os meios artísticos, de ir ao teatro à noite e visitar o Clube dos Artistas»<sup>218</sup>. Os serviços de propaganda nacional-socialistas não se coíbiavam de anunciar, parece que com razão, que Hitler sentia mais a destruição das obras de arte pelos bombardeamentos aéreos aliados do que o morticínio das pessoas<sup>219</sup>, e em Fevereiro de 1945, com o Reich em escombros e quando tudo estava prestes a terminar, quis que lhe mostrassem a maquete da reconstrução prevista de Linz<sup>220</sup>.

As inclinações de Goebbels são igualmente conhecidas, literato, dramaturgo e encenador frustrado<sup>221</sup>. «Também a política é uma arte, talvez a mais elevada e abrangente que exista»,

<sup>212</sup> Ver em A. Speer (1979) uma das ilustrações inseridas entre as págs. 606 e 607.

<sup>213</sup> J. C. Fest (1974) 652.

<sup>214</sup> Ver esta passagem do diário de Victor Klemperer, referente aos dias 20 e 21 de Abril de 1941, em M. Chalmers (org. 2006 a) 441.

<sup>215</sup> Citado em A. Speer (1979) 210. Segundo J. C. Fest (1974) 633, ainda não tinham passado vinte e quatro horas sobre a sua nomeação para a Chancelaria e já Hitler dizia que a primeira coisa a fazer era construir um novo edifício. Acerca da obsessão de Hitler por bater records de tamanho ou de velocidade ver Joachim Fest, op. cit., 902-905, 908-909 e 911.

<sup>216</sup> Na noite de 21 para 22 de Julho de 1941, em *Hitler's Table Talk...*, 11.

<sup>217</sup> M. Gilbert (2011 b) I 377.

<sup>218</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 425. Ver também A. Bullock (1972) 721. Uma passagem semelhante, referente a 10 de Maio de 1943, encontra-se em W. LePenies (2006) 64.

<sup>219</sup> W. LePenies (2006) 14.

<sup>220</sup> M. Gilbert (2011 b) II 742.

<sup>221</sup> P. Cadars et al. (1972) 11.

escreveu ele em Abril de 1933 numa carta para Furtwängler, «e nós, os que moldamos a política alemã moderna, sentimo-nos como artistas a quem foi dada a responsabilidade de formar, a partir da matéria-prima das massas, a firme estrutura concreta de um povo»<sup>222</sup>. Não menos sugestivo foi o percurso do doutrinador do nacional-socialismo, Alfred Rosenberg, licenciado em arquitectura. «No sentido mais lato», escreveu ele, «toda a nossa apropriação formativa do mundo e do eu é uma actividade artística voluntariosa»<sup>223</sup>. A estética e o misticismo são os dois eixos condutores de *O Mito do Século XX*, onde Rosenberg recordou «uma sabedoria primordial hoje esquecida», a de que «o direito é um sistema tão ligado ao sangue como o é a religião e a arte»<sup>224</sup>. Este clássico filosófico do Terceiro Reich deve ser lido como uma reflexão de um artista sobre a arte e certamente por isto deixa os historiadores sem saberem o que pensar. Depois do fim, nas *Memórias* que escreveu antes de o enforcarem, Rosenberg lastimou que os leitores se tivessem ocupado só da componente religiosa de *O Mito do Século XX* e desprezado a outra componente, não menos importante. «Tudo o que o público queria era ouvir um político controverso — nunca um homem que via a vida na perspectiva da arte — a arte do olhar»<sup>225</sup>. Por isso em 1943 ele incluíra numa antologia de textos seus a reprodução de algumas das suas pinturas, paisagens de Outono<sup>226</sup>, como convinha no ocaso de tantas profecias, e dois ou três anos mais tarde, quando sabia que o destino se abeirava do termo, Rosenberg, tal como Hitler o fizera, manifestou a frustração por não ter prosseguido a vocação da juventude e não se ter dedicado inteiramente à pintura<sup>227</sup>.

Já em 1925 Hitler previra que Ludendorff estava condenado a fracassar na política porque lhe faltava sentido musical<sup>228</sup>, e mais tarde, ao avaliar os dignitários do Reich, sempre lhes levou em conta o gosto artístico. «Uma crítica que pusesse em causa o sentido estético de alguém podia por vezes implicar o fim de uma carreira», relatou um dos cortesãos<sup>229</sup>. Nos altos escalões do nacional-socialismo não faltavam artistas malogrados<sup>230</sup>, mas parece não terem sido suficientes, porque em 1943, com a reputação de Göring destruída pelos fracassos da Luftwaffe, Hitler hesitava, sem saber por quem havia de o substituir no lugar de sucessor presuntivo, já que nem em

<sup>222</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 214. Ver também W. Lepenies (2006) 68-69.

<sup>223</sup> A. Rosenberg (1986) 376; id. [s. d. 2] 289.

<sup>224</sup> Id. (1986) 537; id. [s. d. 2] 389.

<sup>225</sup> Id. [s. d. 1] 46.

<sup>226</sup> P. Cadars et al. (1972) 11.

<sup>227</sup> R. Cecil (1973) 36.

<sup>228</sup> A. Rosenberg [s. d. 1] 87.

<sup>229</sup> A. Speer (1979) 186. «Uma opinião “incorrecta” sobre arte ou arquitectura podia ser tão devastadora para uma carreira como um erro de avaliação em questões de reforma constitucional», escreveu D. Orlow (2010) 386.

<sup>230</sup> J. C. Fest (1974) 651-652.

Bormann nem em Himmler nem sequer em Goebbels ele encontrava um carácter de artista<sup>231</sup>. E depois do atentado frustrado de 20 de Julho de 1944, quando a possibilidade de ser morto numa nova tentativa ou num bombardeamento aliado o levou a ocupar-se mais demoradamente com o problema da sucessão, ele excluiu Himmler, entre outras razões, por lhe faltar completamente o espírito artístico<sup>232</sup>. Mesmo para conduzir um Reich batido em todas as frentes seria indispensável um artista? Quem sabe se então mais do que nunca, pois no estilo *pompier* que Hitler tanto prezava as ruínas eram um tema irresistivelmente pinturesco.

Desta estética da política não se encarregavam as musas tradicionais. Era uma arte nova, superior às outras porque a todas englobava. Hitler levou mais longe a ambição wagneriana do teatro enquanto arte total e pôs em cena o próprio Estado, fazendo da assembleia política uma representação, da propaganda um teatro filmado, da arquitectura um cenário, finalmente da guerra uma coreografia. Arte do totalitarismo, a encenação converteu-se na arte absoluta e nela se operou a síntese de todas as outras. Iniciados em França pelos jacobinos, confundidos por Napoleão com o tema do Império, usados na esfera germânica pelo movimento democrático e nacionalista do século XIX, os festivais de massas foram levados por Hitler a proporções ainda mais colossais e neles passou a resumir-se a política pública<sup>233</sup>. Antes de mais, Hitler pôs-se em cena a si mesmo, desde cedo estudando e ensaiando os gestos que na tribuna haveriam de parecer espontâneos<sup>234</sup>. Emanação directa do espírito do Führer, a sua palavra era a própria criação em acto e ele considerava a fala mais eficaz do que a escrita<sup>235</sup>, por isso o discurso não podia separar-se dos grandes desfiles, cuja preparação coreográfica seguia com atenção<sup>236</sup>. «Ele considerava a vida como uma espécie de desfile permanente perante uma audiência gigantesca», escreveu um biógrafo<sup>237</sup>, e outro historiador relatou que «fechado num estúdio e sem audiência, Hitler não se sentia confortável e era ineficaz como orador»<sup>238</sup>. Mas o problema era de outra ordem. Com o Führer em transe, o seu verbo constituía a expressão da raça e as frases que ritmavam os gestos

<sup>231</sup> A. Speer (1979) 369-370.

<sup>232</sup> A. Bullock (1972) 769; J. C. Fest (1974) 1250; A. Rosenberg [s. d.] 92.; W. L. Shirer (1995) II 531; H.-R. Trevor-Roper (1947) 118.

<sup>233</sup> G. L. Mosse (1991) *passim*. «A concepção alemã de política esteve sempre infestada pela estética, e o nazismo deu a esta característica um lugar central», leio em J. C. Fest (1974) 651. «Foi mais pelo ritual do que pela convicção que o fascismo alemão conseguiu irradiar um poderoso encanto estético», observou W. Lepenies (2006) 70-71.

<sup>234</sup> J. C. Fest (1974) 252-253. Ver ainda as págs. 553-559.

<sup>235</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 189.

<sup>236</sup> J. C. Fest (1974) 877 e segs.

<sup>237</sup> Id., *ibid.*, 886. Ver ainda as págs. 891-892.

<sup>238</sup> D. Welch (2002) 43.

dos espectadores ou lhes impunham a imobilidade emanavam do espírito colectivo. Nesses cerimoniais públicos o orador suspendia tanto a sua razão quanto a dos próprios ouvintes, pois todos juntos escutavam apenas o pulsar do sangue dos antepassados. Enquanto alienação colectiva da razão, a estética racista dos festivais só pode entender-se como operação de magia. «Acusaram-me de fanatizar as massas, de as levar ao êxtase», confidenciou Hitler. «Os psicólogos subtilem aconselham a acalmar as massas, a mantê-las num estado de apatia letárgica. Não, meus senhores, deve fazer-se exactamente o contrário. Para dirigir as massas tenho de arrancá-las à apatia. As massas só se deixam conduzir quando estão fanatizadas. Apáticas e amorfas, as massas representam o maior dos perigos para qualquer comunidade política. A apatia constitui uma das formas de defesa das massas. É um refúgio provisório, um entorpecimento de forças que de súbito explodirão em acções e reacções inesperadas»<sup>239</sup>. Um crítico arguto observou que «ao sincronizar todas as actividades culturais, o nacional-socialismo submete o povo alemão a tensões permanentes. A insistência no activismo em vez do pensamento significa que as pessoas não terão nunca liberdade nem tempo para pensar por si próprias. [...] A técnica do nacional-socialismo consiste em fazer com que a acção de um aparelho autoritário pareça uma actividade espontânea das massas»<sup>240</sup>.

Se a vímos apenas no aspecto formal, a arquitectura de aparato do Terceiro Reich não se singulariza na época, mesmo nas democracias, na França, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, onde edifícios públicos e sedes administrativas de grandes empresas adoptaram aquele monumentalismo de inspiração neoclássica. O que diferenciou a arquitectura hitleriana foi o emprego como cenário nos grandes festivais políticos de massas e a sua especificidade não se apreende sem nos darmos conta de que foi apenas um dos elementos da política enquanto suprema arte. É estranho que nas suas *Memórias* Rosenberg se tivesse pronunciado contra a «teatrocracia» do Terceiro Reich, responsabilizando-a pela abertura de espaços colossais em torno de certos edifícios. «[...] a paixão de Hitler pelas paradas militares anulou completamente o seu sentido verdadeiramente grandioso da monumentalidade», observou Rosenberg<sup>241</sup>, mas sem razão porque, enquanto cenário, a arquitectura nacional-socialista foi estritamente funcional. Alguns autores censuraram a monotonia das esculturas produzidas durante o Terceiro Reich e lastimaram a insofrível banalidade das pinturas, mas vêem a questão pelo lado errado, porque essas obras não se destinavam a ser apreciadas sozinhas. Eram adornos de uma encenação a

<sup>239</sup> Citado em H. Rauschning (1939) 238.

<sup>240</sup> F. Neumann (1943) 483-484.

<sup>241</sup> A. Rosenberg [s. d.] 86-87. A «teatrocracia» está mencionada na pag. 84. Ver ainda a pág. 88.



que a arquitectura presidia. Uma arquitectura destinada a servir de quadro a uma política de massas devia ter aquele tipo de monumentalidade e não outro. Como observou um historiador, «o “monumentalismo” era inerente à conjugação da estética e do nacionalismo»<sup>242</sup>. As paradas e os desfiles deram o uso apropriado àquela arquitectura e àquela urbanização. «Uma característica especial destes edifícios», observou outro historiador, «era o papel que neles se reservava para as massas. As pessoas não haviam de os admirar como turistas, mas de os experimentar enquanto membros de formações militares. Organizadas e de uniforme, as massas forneceram à arquitectura nacional-socialista a “ornamentação” complementar de que ela necessitava»<sup>243</sup>. A função da arte do Terceiro Reich consistiu em materializar, mais do que na pedra, na própria disciplina dos corpos a «vontade autoritária» do Führer, expressando a ordem política e a eternidade racial, o poder na permanência. Era a encenação colectiva de uma forma de vida.

Ao ler os seus diálogos com Albert Speer, fico tomado pela estranha ideia de que Hitler desejara conquistar o poder só para ter possibilidade de realizar os seus projectos arquitectónicos. Dias depois de vencida a França, ele foi passar algumas horas em Paris, exclusivamente ocupadas a visitar os monumentos que mais apreciava, acima de todos a Ópera, que tão bem conhecia por lhe ter estudado minuciosamente os planos, mas também o Arco do Triunfo, os Invalides, o Panthéon, o Sacré-Coeur. E confessou no final aos poucos que o acompanhavam: «Era o sonho da minha vida, poder visitar Paris. Nem imaginam como me sinto feliz hoje por ter realizado este sonho»<sup>244</sup>. Para efectuar uma excursão de escassas horas, que estaria ao alcance de qualquer alemão mediamente pago, não se me afigura necessário desencadear a segunda guerra mundial. Bastaria a *Kraft durch Freude*. Mas este absurdo de tomar o poder e fazer a guerra só para dar livre curso à imaginação arquitectónica não era tão absurdo assim. O nacional-socialismo foi uma arquitectura porque concebeu o edifício como um cenário. Na tradição da dicotomia romântica que separara a engenharia da arquitectura, o Terceiro Reich utilizou a proliferação das massas arquitectónicas para esconder o desinteresse ideológico pela infra-estrutura de engenharia. Mesmo as auto-estradas, usualmente promovidas como a grande realização técnica do Terceiro Reich, eram traçadas de maneira a oferecer ao viajante os pontos de vista mais grandiosos, e por esta razão transformavam deliberadamente num cenário as aldeias e cidades que contornavam, reduziam a

<sup>242</sup> G. L. Mosse (1991) 31.

<sup>243</sup> B. Hinz (1980) 199. Acerca do peso da encenação na política de Hitler ver também J. C. Fest (1974) 876 e segs. A noção de *kitsch* varia consoante o espectador e, a crer em W. Lepenies (2006) 71 e D. Orlow (2009) 80, Drieu La Rochelle comparou a coreografia dos desfiles dos SS à dos Ballets Russes; sir Neville Henderson, o embaixador britânico em Berlim, foi da mesma opinião, mas comparando-a ao ballet de São Petersburgo antes da guerra, como leio em J. C. Fest (1974) 877.

<sup>244</sup> Citado em A. Speer (1979) 234.

uma paisagem os campos que atravessavam, até converterem todo o país ao modelo do jardim pinturesco<sup>245</sup>. «A auto-estrada alemã deve exprimir a paisagem que a rodeia», declarou Fritz Todt, Inspector Geral das Obras Públicas<sup>246</sup>. E quando o Führer, nos infindáveis monólogos com que brindava os comensais, invocou a criação de comboios dispendo de carruagens de dois pisos, não se justificou com a necessidade de transportar com menos custos um maior número de passageiros, mas com o desejo de que «no piso superior, os viajantes tenham a possibilidade de contemplar a paisagem»<sup>247</sup>.

Por detrás das construções monumentais celebradas como encenação estava a falta de empenho artístico do regime em obras de implicação directamente produtiva, que ocasionassem um desenvolvimento económico independente da produção militar. Hitler, que dedicava tanto do seu tempo ao desenho de edifícios, ocupou-se apenas com a arquitectura de aparato, e a sua indiferença pelas obras de carácter técnico era tão grande que nas poucas vezes em que lhe mostraram este tipo de projectos praticamente não os viu<sup>248</sup>. Os edifícios administrativos correntes e as habitações para trabalhadores obedeciam a um pragmatismo que, se pode parecer funcional por ser desprovido de grandiloquência, era verdadeiramente antifuncionalista porque ocultava a estrutura sob a banalidade da aparência. Mais interessante é o caso da arquitectura industrial e do fabrico de certos bens de consumo destinados ao grande público, em que continuou a ser aplicado o estilo que nos outros domínios fora banido como degenerado. Muitas vezes eram as próprias empresas que, obedecendo a imperativos económicos e contrariando as orientações proclamadas pela direcção do NSDAP, impunham nos seus produtos um desenho funcionalista<sup>249</sup>. Tratar-se-ia de uma resistência do capitalismo ao metacapitalismo ideológico?

Se assim foi, no campo estético a contradição estava resolvida de antemão, pois o que restava do *design* inspirado pelas vanguardas da década de 1920 não representou nenhuma sobrevivência de uma corrente estilística independente. Absorvidas pelo contexto dominante, as realizações industriais tornaram-se um elemento subsidiário do monumentalismo. Um estudioso destas questões criticou aqueles autores que pretendem que «a consciência nacional-socialista se teria detido no limiar do *design* dos objectos de uso corrente. Isso seria dar um exagerado valor ao significado da forma pura, porque o domínio exercido sobre todos os meios de comunicação [...] podia determinar de maneira tão definitiva o contexto e, portanto, o significado das formas, que

<sup>245</sup> H. J. Syberberg (1980) 378. Ver ainda J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 163.

<sup>246</sup> Citado em J. Biehl et al. (1995) 21.

<sup>247</sup> Em Abril de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 447. Ver também Benoist-Méchin (1964-1966) IV 290.

<sup>248</sup> J. C. Fest (1974) 894; G. L. Mosse (1991) 186.

<sup>249</sup> H.-E. Mittag (1980) 358.

elas próprias se tornavam meios de doutrinação sem terem para isso de adoptar as mesmas conotações estilísticas que a arquitectura de aparato nacional-socialista»<sup>250</sup>. Não eram as realizações práticas da indústria civil que os discursos, os documentários cinematográficos, os jornais e revistas, as exposições celebravam. Se a monumentalidade dos maiores edifícios públicos constituía por si mesma uma propaganda, os outros edifícios eram escamoteados por detrás da propaganda de uma propaganda, pois o que em seu lugar as fotografias de imprensa divulgavam eram maquetes de que jamais resultaram alicerces ou exemplos de habitações erguidos exclusivamente para exposição. «Eram estes complexos-modelo, e não as realizações comuns e muito menos atraentes da arquitectura residencial nazi, que apareciam com muita frequência nas publicações oficiais, onde eram apresentados como se fossem exemplos de toda a arquitectura nazi em geral»<sup>251</sup>. Nos edifícios, como na linguagem, o nacional-socialismo navegou entre a pompa e o lugar-comum. A arquitectura foi para Hitler a forma sólida assumida pela propaganda, entendida, como sempre no fascismo, como inversão e máscara da prática. À realidade social e material substituíram-se as ficções do espírito. A arquitectura de aparato hitleriana foi a transmutação do sonho em pedra, e se é certo que «o sono da razão gera monstros», temos aqui a explicação daqueles edifícios de pesadelo.

Há uma passagem perturbante num longo discurso feito por Hitler aos seus principais generais da frente ocidental, em 28 de Dezembro de 1944, a escassos meses do fim: «[...] não devem concluir que sequer por um instante eu imagine a possibilidade de uma derrota nesta guerra [...] Eu nunca aprendi o significado da palavra “capitulação” [...] No que me diz respeito, a situação actual nada traz de novo. Já estive em situações muitíssimo piores»<sup>252</sup>. Aliás, tanto repetiu este tema que ele se tornou um refrão nos últimos tempos<sup>253</sup>. O problema, porém, não consistia em saber se Hitler já tinha atravessado piores momentos, mas se a Alemanha já o teria. Tal como a arquitectura materializava o delírio da vontade do Führer, também a situação militar foi apresentada como sua emanção. Nas *Memórias* redigidas na prisão, enquanto aguardava que os vencedores o enforcassem, Rosenberg observou, referindo-se a Hitler, «a identificação da sua própria vontade e do seu próprio destino com os da nação como um todo»<sup>254</sup> e o tenente-coronel Ulrich de Maizière, que conhecera Hitler de perto, considerou que «a sua doença mental consistia numa auto-identificação hipertrófica com o povo alemão»<sup>255</sup>. «Mesmo chegado ao cume do

<sup>250</sup> Id., *ibid.*, 358.

<sup>251</sup> B. Miller-Lane (1973) 256-257. Ver igualmente B. Hinz (1980) 182-183.

<sup>252</sup> Citado em W. L. Shirer (1995) II 516. Ver ainda A. Bullock (1972) 763 e J. C. Fest (1974) 1240.

<sup>253</sup> A. Beevor (2017) 156.

<sup>254</sup> A. Rosenberg [s. d.] 92-93.

<sup>255</sup> Citado em A. Beevor (2017) 274.

poder», escreveu, depois de terminada a guerra, o general Franz Halder, que fora chefe do estado-maior do exército desde Setembro de 1938 até ser demitido quatro anos mais tarde, «não existia para ele a Alemanha, não existiam tropas alemãs pelas quais se sentisse responsável. Para ele havia apenas uma grandeza — subconscientemente primeiro, mas nos últimos anos com plena consciência — uma grandeza que dominou a sua vida e à qual o seu génio maligno sacrificou tudo — o seu próprio ego»<sup>256</sup>. E o fascista britânico Sir Oswald Mosley, que conhecera Hitler de diversas maneiras, escreveu depois da guerra que «ele padecia num grau extremo daquilo a que os gregos clássicos chamavam *hubris*, a convicção de que o homem pode usurpar o lugar dos deuses, determinando completamente o seu próprio destino e o dos outros»<sup>257</sup>. O Führer considerava os mecanismos do poder não como um meio para impor decisões mas como uma mera extensão da sua vontade, no sentido espiritual do termo, de maneira que todo o mundo real teria sido absorvido pela sua acção psíquica. Se for possível acreditar em Otto Strasser quando nos contou que algum tempo antes da ruptura final dissera a Hitler que os argumentos que invocava estavam errados e Hitler respondera «Eu não posso estar errado, o que digo e faço é histórico»<sup>258</sup>, então a objecção tem um sentido filosófico e estético que escapou ao memorialista. «Nenhuma das artes tradicionais, literatura, pintura, escultura ou arquitectura, foi capaz de representar o sonho hitleriano da grande Alemanha», observou alguém especialmente interessado por este assunto. «Tratava-se da vontade de expressão de uma arte oficial, produzida por Hitler, cuja carreira de político e de diplomata só pode ser compreendida se não esquecermos que começou como artista. Tudo, portanto, estava ao serviço de uma vontade de grandeza e de poder, utilizando os meios que esse século forneceu para os grandes movimentos de massas»<sup>259</sup>. Para empregar os termos de Giovanni Gentile, a acção, concebida enquanto estética, serviria para converter o processo histórico numa emanção do *pensamento pensante* do Führer. O nacional-socialismo de Hitler foi um idealismo absoluto e é neste sentido que devemos interpretá-lo enquanto estética. A realidade como resultado da actividade criadora do espírito, de um espírito, o do Führer, era esta a doutrina artística. E a transformação das massas em obra de arte, era este o sentido último da política. Sem os grandes desfiles, sem a colossal encenação de multidões jamais o nacional-socialismo poderia ter existido e sobrevivido, mas não era essa a suprema obra de arte que o Terceiro Reich ambicionava. A encenação seria levada muito além da mera disciplina dos corpos, penetrá-los-ia

<sup>256</sup> Citado em A. Bullock (1972) 775.

<sup>257</sup> O. Mosley (2006) 311.

<sup>258</sup> O. Strasser (1940) 67, 98.

<sup>259</sup> H. J. Syberberg (1980) 378.

até lhes conferir outra identidade biológica. O Führer devia ser um artista porque a suprema obra de arte consistia em criar sobre um povo uma raça.

Refazia-se o mito ovidiano de Pigmaleão e Galatea. Se, na sua intuição, o Führer era o depositário dos mais puros impulsos do sangue e se era dele que emanava a vontade de a raça nórdica se purificar e sobreviver, então era ele a dar vida ao material informe. «As massas não são para nós senão um material informe», anotara Goebbels no seu diário<sup>260</sup>. Nestes termos o Führer não seria apenas um artista, mas o supremo criador, e a selecção da espécie constituiria uma arquitectura biológica, a mais importante de todas. Como observou um dos primeiros historiadores do nacional-socialismo, os alemães eram considerados pelos seus novos chefes como «um povo para heróis e não um povo de heróis»<sup>261</sup>. Os campos de concentração, as Leis de Nuremberga, o genocídio dos judeus, a escravização dos eslavos foram os meios necessários para dar àquela idealização estética da vontade uma expressão biológica. A Hitler cabia soprar o barro. Se não era Deus, era pelo menos demiurgo.

## 6. A estética como divertimento cruel

Curzio Malaparte foi — era-o sempre — muito perceptivo quando descreveu Hans Frank, o jurista encarregado do Governo-Geral dos territórios polacos ocupados, a tocar admiravelmente uma sonata de Beethoven ou um prelúdio de Chopin e a acompanhar depois os seus convidados numa expedição de caça em que os alvos eram judeuzitos famintos que tentavam, rastejando por orifícios cavados na muralha, obter fora do *ghetto* de Varsóvia algo para se sustentarem. «O mal-estar que sempre senti na sua presença vinha precisamente da enorme complexidade do seu carácter, uma singular mistura de inteligência cruel, de subtilidade e de vulgaridade, de cinismo brutal e sensibilidade requintada. [...] apercebia-me instintivamente de que as raízes da sua cruel inteligência, da sua sensibilidade musical requintada, tocavam o fundo mórbido, e em certo sentido criminoso, do seu carácter»<sup>262</sup>. As percepções, todavia, podiam ter outra face e, explicando a

<sup>260</sup> Citado em J. P. Faye (1980) 555. Num discurso de 1932, mencionado em J. Herf (1986) 195, Goebbels afirmou que o verdadeiro político era um artista que dava forma à «matéria-prima» das massas e, segundo J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 214, numa carta de Abril de 1933 ele referiu também a «matéria-prima das massas».

<sup>261</sup> K. Heiden (1934) 381.

<sup>262</sup> C. Malaparte (1946) 98-99, 177-178, 209-211. A passagem citada encontra-se nas págs. 172-173. O Governo-Geral era a parte da Polónia que não fora anexada ao Reich. Nas suas anotações a E. Ringelblum (1964) 125, Jacob Sloan explicou que no *ghetto* de Varsóvia «os contrabandistas eram de todas as idades, tamanhos e tipos» e mencionou entre eles «crianças que rastejavam através dos esgotos ou buracos do Muro». E Emmanuel Ringelblum, op. cit., 198 registou em Maio de 1941 que «crianças esqueléticas de três a quatro anos passam por [...] valas e vão buscar mercadorias ao Lado Ariano». Aliás, aquela caçada macabra estava protegida pela lei, pois Frank decretara a

atracção estética que o levou ao fascismo, Lucien Rebatet deu como exemplo a sangrenta repressão ordenada por Hitler na noite de Junho para Julho de 1934, e o seu amigo e correligionário Pierre-Antoine Cousteau concordou: «Efectivamente, estava em flagrante contradição com a estética de uma repressão democrática». «Eu», continuou Rebatet, «vi aquele chefe precipitando-se sobre os culpados como uma águia, agindo ele próprio. E ouvi os trombones da *Valquíria*. [...] já que existia um wagnerismo hitleriano, era muito difícil permanecer-lhe indiferente»<sup>263</sup>. Até então houvera quem evocasse o assassinato como arte, mas operava agora uma sedução nova, a estética do morticínio.

Um sociólogo que padeceu e viu muita coisa observou que «os SS tinham uma maneira inimitável de colar etiquetas românticas na morte que infligiam aos outros»<sup>264</sup>. Nesta ética de raiz schopenhaueriana<sup>265</sup>, a estética era uma atitude de distância, a única possível para que os carrascos não se sentissem ainda mais abjectos do que a mais humilhada das vítimas, a distância que, despersonalizando o sofrimento alheio, o converte em jogo de prazer. Quando o ressentimento toma o lugar da hostilidade de classe, a violência revolucionária é substituída pela crueldade. Vittorio Mussolini, filho do Duce, aviador na guerra da Abissínia contra inimigos que não dispunham de aparelhos de caça nem de verdadeiros canhões antiaéreos, despejando gases tóxicos e bombas incendiárias sobre uma população indefesa e chacinando etíopes que ele classificava como «animais», recordou algum tempo depois, num livro de Memórias: «Era um trabalho muito divertido, de um efeito trágico, mas de grande beleza»<sup>266</sup>. Estéticas há muitas, e os fascistas converteram a violência em dança. Para eles a permanente palestra com a morte nada teve de mística. Negar à vítima a sua personalidade é a forma extrema da indiferença, e foi esta conjugação da violência com a indiferença que caracterizou o comportamento estético dos fascistas. A coragem que podiam demonstrar não resultava de uma abnegação a oferecer-se enquanto exemplo histórico, mas da ironia perante o perigo a transformar o heroísmo num cruel divertimento.

pena de morte para os judeus que saíssem do *ghetto*, como se lê em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 463-464. Outro esteta menos conhecido, o SS-Hauptscharführer Felix Landau, coordenador das questões judaicas em Drohobycz, se por um lado se divertia a fazer tiro ao alvo nos judeus que passavam na rua, por outro lado encomendou várias pinturas murais a Bruno Schulz, o que permitiu a Schulz manter-se em vida até que outro SS, por rivalidade com Landau, o matou. Ver S. Friedländer (2008) 379 e 649.

<sup>263</sup> L. Rebatet et al. (1999) 62, 63. W. Lepenies (2006) 80 olhou só para uma parte do palco quando escreveu que alguns literatos que até então haviam seguido Hitler se afastaram porque ficaram «esteticamente decepcionados» com aquela repressão.

<sup>264</sup> E. Kogon (2002) 265.

<sup>265</sup> G. Lukács (1980) 209.

<sup>266</sup> Citado em P. Milza (1999) 673. Ver também J. C. Fest (1974) 846. O exército etíope possuía 50 canhões comuns e 192 aviões antiquados, tendo perdido este material nos primeiros dias da guerra, consoante afirmou Benoist-Méchin (1964-1966) IV 133 n. 3. Por seu lado, as tropas invasoras dispunham de 450 aviões, indicou G. Rochat, «Mussolini as War Leader», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 768.

Era, uma vez mais, uma pose de *dandy*, para quem a coragem não era um empenho mas uma atitude.

Ficam claros assim tantas palavras de ordem, símbolos ou nomes de jornais. Aquando da reorganização das milícias fascistas no sul da Toscana, em Setembro de 1921, as *squadre* destinadas às acções de assalto foram denominadas *Disperate*, as «desesperadas»<sup>267</sup>, sem outro horizonte senão a violenta exaltação do ódio. E a caveira com as tíbias cruzadas, sinal da morte, com que os legionários de D'Annunzio haviam decorado em Fiume as suas camisas negras<sup>268</sup>, distinguiram também os primeiros SS e depois as suas formações especiais encarregadas da vigilância nos campos de concentração<sup>269</sup>, anunciando a morte alheia espalhada por estes novos senhores de raça. Em Espanha, *No Importa* era o título do boletim publicado clandestinamente pela Falange quando a organização estava proibida e os dirigentes presos, nas vésperas da eclosão da guerra civil<sup>270</sup>, o que soa como um claro eco do «*me ne frego*» das milícias mussolinianas, a mesma divisa que um *squadrista* havia escrito com o próprio sangue nos panos que lhe envolviam a ferida<sup>271</sup> e onde o Duce encontrava resumido «um novo estilo de vida italiano»<sup>272</sup>. Não se tratava de sacrifício, mas de um aristocrático alheamento perante o risco. «*Vivere pericolosamente*» era o lema dos fascistas italianos. Discursando em Bolonha, em Abril de 1921, Mussolini negou que os seus comparsas fizessem da violência uma estética, para contraditoriamente afirmar logo em seguida: «Somos violentos sempre que é necessário sê-lo. Mas digo-vos já que temos de manter a violência necessária do fascismo numa linha, num estilo claramente aristocrático ou, se preferirem, claramente cirúrgico»<sup>273</sup>. Mas um «estilo aristocrático» mais não é do que uma estética, e uma estética assimilada a uma actuação «cirúrgica» só é possível a quem ditar as condições da

<sup>267</sup> E. Santarelli (1981) I 265.

<sup>268</sup> F. L. Carsten (1967) 51.

<sup>269</sup> J. Billig (2000) 129, 209. No entanto, a capa do número de 14 de Novembro de 1936 do periódico republicano de Barcelona *La Vanguardia* era preenchida pela fotografia de «*una bella miliciana*» que ostentava no capacete, desenhadas por mão inexperiente, a caveira com as tíbias cruzadas. Ver J. Mendelson (2007) 31. Parecem inesgotáveis os ecos das referências múltiplas e os labirintos ideológicos que se formaram.

<sup>270</sup> M. García Venero (1967) 263; S. G. Payne (1961) 49 n., 104.

<sup>271</sup> G. Bortolotto (1938) 34-35. Segundo M.-A. Macciocchi (1976 a) II 26, fora D'Annunzio quem criara a divisa «*me ne frego*», mas esta informação encontra-se num capítulo recheado de tantas imprecisões e tantos erros que pouco crédito lhe atribuo. Também G. Seldes (1935) 75 e 135 considerou que o lema «*me ne frego*» era originário da aventura dannunziana em Fiume, mas este livro é igualmente pouco preciso. R. Eatwell (2011) 176 indicou que o lema provinha dos *arditi*.

<sup>272</sup> B. Mussolini (1935) 23. Ver igualmente Ch. F. Delzell (org. 1971) 99 e G. S. Spinetti (org. 1938) 248.

<sup>273</sup> Antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 67. Ver igualmente J. Ploncard d'Assac (1971) 133-134. No seu célebre discurso de 3 de Janeiro de 1925 Mussolini recordou: «Eu sempre disse [...] que a violência, para ser eficaz, tem de ser cirúrgica, inteligente e cavalheiresca». Ver Ch. F. Delzell (org. 1971) 57-58. Segundo A. Lyttelton (1982) 455, os mesmos termos, «cavalheiresca» e «cirúrgica», aparecem nas notas que o Duce tomou para a sua intervenção na reunião do Grande Conselho em 5 de Outubro de 1925, quando pretendeu refrear a truculência da Milícia. Depois disso não têm faltado oportunidades para outros exércitos indicarem nos comunicados de imprensa que também os seus bombardeamentos de populações civis são de carácter «cirúrgico».

violência. Apenas assim deixaria o perigo de ser uma incontrolável ameaça exterior e ficaria reduzido a um enredo de cena, convertendo-se de catástrofe em drama. Os grupos de choque e as milícias foram os *régisseurs* necessários à fruição deste novo tipo de estética.

Não tão novo como isso, porém. Roçar a morte enquanto supremo critério da estética era, afinal, uma ideia banalizada por toda a tradição da cultura burguesa. E esta relação estabelecida no plano artístico foi a expressão mais profunda dos elos que, no plano político, uniram o fascismo à burguesia liberal.



## Capítulo 2

# O FASCÍNIO DA MORTE

### 1. O sublime

A arte da sociedade burguesa foi obcecada pelo tema da solidão perante a natureza. Não é espantoso que, no próprio momento em que a técnica passou a permitir o controle dos fenómenos naturais, as obras de arte exprimissem a precariedade de um ser humano vítima da fúria dos elementos? Nunca a catástrofe ocupou um lugar tão importante enquanto referência estética como naquela época, precisamente quando começara a poder evitar-se. Mas na representação da catástrofe estavam subentendidos os perigos a que se expunha quem convertesse a negação ideológica da civilização industrial numa renúncia material. Era no conforto de edifícios solidamente construídos e sob a protecção de técnicas seguras que se desfrutavam as imagens do cataclismo. Esta atitude ambígua foi primordial na percepção do público da época, dando outro sentido à noção de Sublime, que marcou a transição do classicismo para o romantismo. A nova codificação operou-se na Grã-Bretanha, onde ocorrera, depois dos Países Baixos, a segunda revolução burguesa e onde a economia capitalista mais profundamente alterara a sociedade aristocrática, reduzindo-a à forma de um novo conteúdo, afinal, a uma mascarada.

«Tudo o que for de qualquer modo capaz de estimular as ideias de dor e perigo, quer dizer, tudo o que for de qualquer modo terrível [...] provoca o *sublime*», escreveu Edmund Burke em 1759, prevenindo em seguida: «Se o perigo ou a dor ameaçarem de demasiado perto serão simplesmente terríveis e incapazes de dar prazer, mas a uma certa distância, e com certas alterações, podem dar prazer, e dão-no [...]»<sup>1</sup>. Na ampliação da sensação de terror até preencher toda a noção de sublime, considerada a emoção superior e mais forte, residiu a contribuição de Burke para a doutrina estética. O sublime supunha a ideia da dor e do perigo quando o espectador não era, nem podia ser, incomodado por perigos e dores reais. O jovem Nietzsche haveria bastante mais tarde de definir o sublime como «a domesticação do horrível pela arte»<sup>2</sup>, o que, se mostra a persistência desta noção, não deixa igualmente de revelar o carácter antiquado de boa parte do pensamento de Nietzsche, e precisamente onde ele pretendia inovar. O espírito dionisíaco tal

<sup>1</sup> E. Burke (1998) 86.

<sup>2</sup> Nietzsche (1940) 44.

como Nietzsche o concebeu, que nos leva a «mergulhar o olhar nos terrores da existência individual, sem que por isso o terror nos imobilize»<sup>3</sup>, pertence menos à estética da Grécia clássica do que a uma estética burguesa que era já nessa época um tanto serôdia. Hoje esta categoria das sensações ficou relegada para filmes de série B, mas na segunda metade do século XVIII e na passagem para o século seguinte atingiu os píncaros na pintura e na literatura, e a sua adequação é facilmente demonstrada pela rapidez com que se propagou. No próprio ano em que Burke definiu a noção de sublime Moses Mendelssohn introduziu-a na área da cultura germânica, ligando o sentimento estético à faculdade de sentir prazer e dor<sup>4</sup>, e Kant adoptou não só este tema como algumas das principais formulações de Burke. Entretanto Diderot pretendeu também que «tudo o que imprime um sentimento de terror leva ao sublime»<sup>5</sup>. Pela mesma época, em Dezembro de 1783, o cientista francês Jacques Charles, um dos primeiros aeronautas e o primeiro a usar um balão de hidrogénio, ao descrever a sua vertiginosa ascensão até mais de três quilómetros de altura registou que «nunca um homem se sentiu tão solitário, tão sublime — e tão completamente aterrorizado»<sup>6</sup>. Vemos que as noções de terror e de sublime eram indissociáveis também neste novo espaço que se abria, mas recorde agora um exemplo de sabor doméstico. Mrs. Thrale, Piozzi pelo seu segundo casamento, nascera em Inglaterra, em 1741, numa família da pequena fidalguia empobrecida e casara vinte e dois anos mais tarde na burguesia abastada. Viúva, mais do que o dinheiro do marido ela possuía uma independência de juízo capaz de a fazer contrair tardiamente um segundo matrimónio assaz escandaloso, com o professor de canto da filha. Para fugir aos zunzuns, talvez também para desfrutar a abundância de que gozava, foi viajar com o músico para o continente e escreveu então, narrando a descida pelo lado italiano dos Alpes, que «os perigos reais ou imaginários que encontramos pelo caminho instigam o terror no grau exactamente necessário para se combinar com o prazer e nos proporcionar a plenitude do sublime»<sup>7</sup>. Balzac poria numa fórmula lapidar: «O perigo torna interessante»<sup>8</sup>. E prosseguindo interminavelmente nos seus exemplares pessoais a fúria de correcções que o singularizava, riscou numa página «o horrível» para escrever, numa formulação que se lhe afigurava mais exacta, «o sublime»<sup>9</sup>.

O sublime consistia na indissociabilidade do terror e do prazer. Mas para conjugar estes opostos era necessário que o pavor, sentido como verdadeiro, fosse fictício. Senão seria mortal e

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, 86.

<sup>4</sup> G. Tonelli (2004) 765. A primeira edição da referida obra de Burke data de 1757, sendo a segunda edição publicada dois anos depois.

<sup>5</sup> Citado em M. Roland Michel (1997) 180-181.

<sup>6</sup> Citado em R. Holmes (2015) 137.

<sup>7</sup> Transcrito em R. Hudson (org. 1993) 71.

<sup>8</sup> Balzac, *Les Chouans ou la Bretagne en 1799*, em Balzac (1976-1981) VIII 1023.

<sup>9</sup> Id., *Les Secrets de la princesse de Cadignan*, em id., *ibid.*, VI 1532 n. e da pág. 993.

o prazer ficava abolido. Começou nesta época a atribuir-se uma função decisiva à imaginação, que a racionalidade clássica havia limitado a um papel subsidiário, e ela passou a servir para nos enganarmos quanto ao verdadeiro carácter da ameaça, para aumentarmos ilusoriamente os riscos até atingirmos, na sua fruição estética, o auge do sublime. Imaginar era imaginar horrores, perigos se vistos dinamicamente e, quando estáticos, desproporções. No espaço e no tempo reinava a assimetria. Mesmo nas cenas bucólicas podia figurar, como presságio, uma árvore decepada por um raio, recordando que nenhuma tranquilidade estava imune à tragédia. Entre precipícios e anões disformes, Quasimodos e cavernas de bandidos, deleitou-se a classe dominante daquela sociedade que, na prática, foi tão ponderada. Para a burguesia imaginar era, acima de tudo, iludir, e da maneira mais grave, aquela que se pratica sobre o próprio. Com esta capacidade, tão bem adquirida, de se enganar a si mesmo nasceu o interesse pelo subconsciente, um nível da actividade mental que tinha de ser explorado para atingir o que a viajante inglesa tão astuciosamente denominou «perigos reais ou imaginários».

Foi para alguns, os que não se satisfizeram com as artimanhas do subconsciente, um jogo arriscado. Procuraram nas drogas exóticas um incentivo para a imaginação, que a fizesse ir além na dramatização da banalidade. Estímulos de intensidade crescente, para obterem efeitos mais breves e, afinal, embotados. Restava o repto à verdadeira morte, a vida aventureira, a guerra. Mas como garantir que o desafio permanecesse sem ser repentinamente abolido por uma bala ou, prosaicamente, pelo rodado de uma carroça de munições, como sentir o máximo terror e continuar vivo para lhe apreciar a sublimidade, como combater sem morrer? A estética do sublime não residia no objectivo, mas no processo. A aventura fatal era de somenos. Só importava a vida aventureira, a vida sentida como a possibilidade sempre iminente da morte.

Compreende-se a frequência relativa do tema do desastre nas poucas obras de arte que representaram então a actividade industrial. «Sempre que a força for apenas útil e aplicada para nosso proveito ou nosso prazer ela nunca atingirá o sublime», anunciou Burke<sup>10</sup>. Neste universo estético a energia das máquinas só se tornava sublime ao manifestar-se como catástrofe. Todavia, numa sociedade que usava a arte para ocultar as suas condições de existência não cabia representar os desastres próprios da indústria. Goya foi o único que alguma vez deu a um quadro o tema de um verdadeiro acidente de trabalho. O seu projecto de tapeçaria *El albañil herido* mostra a vulgaridade trágica do acontecimento, o pedreiro sustentado por dois companheiros perante a impassível geometria dos andaimes de onde acabara de cair. Bastaria isto, se não houvesse tudo

<sup>10</sup> E. Burke (1998) 109.



Francisco de Goya, *El albañil herido* (entre 1786 e 1788)

Goya foi o único a pintar um acidente de trabalho.

o mais, para conferir a Goya um lugar singular. Os outros artistas evitavam revelar o avesso das novas técnicas, e os acidentes fabris eram pintados do mesmo modo que os cataclismos mitológicos ou as punições bíblicas. Remetidas no tempo, pelo revivalismo, à era pré-industrial, as explosões de caldeiras não se distinguiram dos vulcões que tanto interessaram os viajantes ingleses em Itália e tanto ocuparam os pintores que lhes executavam as encomendas. O desastre, para aqueles artistas e aquele público, situava-se no plano da natureza. O processo foi duplo. Escamoteando a civilização fabril, a representação das catástrofes dissimulou esteticamente a realidade económica do capitalismo, enquanto serviu para lembrar os horrores que ameaçavam a sociedade burguesa se a sua infra-estrutura desaparecesse. A obsessão do cataclismo era a vertigem em que se imaginava a conversão de uma negação estética em negação material, atingindo-se assim a fruição. Este delírio encontrou um tema apropriado na solidão do ser humano perante a natureza. Se noutras épocas os artistas haviam figurado no paraíso o primeiro casal, difundiu-se então a moda de invocarem, no tempo da derradeira catástrofe, visões do último homem, da última mulher. A solidão definitiva, proclamara Burke, era o mais pavoroso dos terrores e atingia por isso o auge do sublime<sup>11</sup>.

A estética do ocultamento do mundo fabril começou no próprio gesto artístico, e embora proliferasse a invenção de aparelhos destinados a suplementar a mão do pintor e do escultor ou a guiar-lhes o olhar, a obra realizada escondia qualquer traço de intervenção mecânica. Mas foi na arquitectura que a dissimulação das novas técnicas atingiu a expressão mais elaborada. Ao mesmo tempo que a siderurgia assinalava o desenvolvimento do capitalismo industrial, o emprego do ferro na estrutura dos edifícios ficava cuidadosamente encoberto por revestimentos, e quando não havia maneira de disfarçar o metal, como sucedia nas pontes, ele sobrecarregava-se com formas plásticas imitadas de outros materiais, de modo a aparentar, ou pelo menos sugerir, aquilo que não era. Este denegrimiento do artigo que melhor simbolizava a revolução fabril confirma a finalidade exclusiva da arte burguesa, mascarar os seus próprios fundamentos. Só ao longo da segunda metade do século XIX, e de início de maneira muito tímida, começou a afirmar-se uma estética do ferro visível, correspondendo à ascensão social de gestores caracterizados por uma

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, 90.

mentalidade coerentemente moderna. Antes disso, os raros edifícios em que a depuração dos novos materiais atingiu o equilíbrio necessário para fundar um estilo — todos eles ligados à actividade económica, instalações fabris ou armazéns — permaneceram invisíveis ao olhar estético e só muito mais tarde, já em plena vigência do funcionalismo, foram descobertos como objectos estéticos por alguns historiadores da arte. Enquanto a cultura burguesa man-



Fiação de linho em Ditherington, junto a Shrewsbury (1797)  
Os edifícios onde a depuração funcional deu origem a um novo estilo permaneceram invisíveis ao olhar estético.

teve a hegemonia, a estética era considerada tanto mais eficaz quanto servisse para obnubilar a técnica, e para fazê-lo qualquer meio era legítimo.

Essa sociedade sem estilo podia tê-los todos, consagrando-os pelo facto de imitarem outras épocas ou outros lugares. Pois não é elucidativo que enquanto Kant, um dos fundadores da filosofia burguesa, definia o tempo e o espaço como as duas condições *a priori* do conhecimento racional, a estética irracionalista da burguesia se tivesse revelado incapaz de admitir outro tempo e outro espaço senão os projectados no revivalismo e no exotismo? Era comum pintar personagens em que os mantos e as túnicas romanas se associavam aos turbantes orientais, o que não deixava de ser lógico, porque o objectivo único consistia em esconder, ou esquecer, o lugar e o tempo em que viviam o artista e o público. Delacroix encontrou nos árabes seus contemporâneos o modelo dos gregos e dos romanos da antiguidade clássica. «Roma já não está em Roma», escreveu ele em 1832 numa carta a um amigo<sup>12</sup>. Possuindo funções idênticas, nada impedia que o revivalismo e o exotismo se conjugassem nos mesmos quadros e nos mesmos edifícios, reforçando-se ambos. O eclectismo foi a maneira de ser própria da estética burguesa.

«O homem do século XIX», observou Balzac com a argúcia habitual, «essa criatura soberanamente inteligente», «gastou os recursos do seu génio a disfarçar o mecanismo da sua existência»<sup>13</sup>. Não se restringiu ao plano estético a má consciência com que aquela cultura enfrentou o mundo fabril que ela própria acabara de criar e lidou com as ciências a que abriu um desenvolvimento sem precedentes. Tratou-se de uma atitude generalizada e os mesmos meios

<sup>12</sup> Y. Hucher (org. 1963) 42. Acerca do mesmo tema ver as págs. 41-42 e 58.

<sup>13</sup> Balzac, *Physiologie du Mariage ou Méditations de Philosophie Éclectique sur le Bonheur et le Malheur Conjugal*, em Balzac (1976-1981) XI 1068.

sociais, tantas vezes até as mesmas pessoas, que sustentavam o pensamento positivo ou faziam fortuna com a aplicação produtiva das descobertas técnicas interessavam-se também pela tradição alquímica e depois pelas novas modalidades de ocultismo, pelas novas religiões esotéricas, pelo hipnotismo e pelas experiências fantasiosas de magnetismo animal<sup>14</sup>. As máquinas e as mesas de pé de galo pertenceram a uma só civilização, exercendo funções complementares. As formas de magia em voga animavam alguns ócios da burguesia e eram praticadas na esfera doméstica pela esposa e pelos protegidos da casa ou, uma vez por semana, perante os frequentadores do salão. Se a história das ciências fosse refeita nesta perspectiva veríamos que até na obra de uma grande parte dos cientistas não era clara a distinção entre o raciocínio positivo e as lucubrações cabalísticas. Um exemplo flagrante é o de Newton, influenciado pelo misticismo de Jakob Bøehme<sup>15</sup>, e que gastou mais tempo e mais páginas com o estudo da alquimia e do hermetismo e com o desenvolvimento de uma matemática que lhe permitisse desvendar o segredo dos livros sagrados do que dedicou a estabelecer as novas leis da gravitação e da óptica<sup>16</sup>. Este caso está longe de ser único e, aliás, talvez se aproxime do padrão geral. Até Auguste Comte, a quem se deve a formulação da metodologia científica positivista, foi fundador e sumo sacerdote de uma nova religião, com os seus rituais e mistérios. Reciprocamente, os inventores das magias em moda imitavam os termos e o estilo do discurso científico. Mesmer estava a meio entre a ciência, o misticismo e a burla, por isso ocupou o centro das preocupações daquela época, quando nenhum critério rigoroso poderia distinguir entre a estética do sublime e a fraude. Só recorrendo ao carnaval iniciático da maçonaria, ao mesmo tempo pinturesco e revivalista pelos acessórios de que se rodeava, os sensatos burgueses foram capazes de estabelecer a teia de relações sociais indispensável para lhes sustentar os negócios. E o mais curioso nas formalidades adoptadas pela burguesia na sua vida política não é o facto de terem preservado condecorações, títulos e ordens de cavalaria a que noutras épocas a nobreza havia dado um conteúdo real. Verdadeiramente estranho é ter-se atribuído à maçonaria falsas tradições milenárias, como se não bastasse ocultar a realidade económica por detrás de formas alheias e tivessem de se inventar outras formas, enquanto se fazia crer que elas existiam desde há muito. A nova magia serviu para esconder a máquina e para esquecê-la, ainda que recorresse frequentemente aos resultados técnicos do pensamento científico. E a arte, ao ver-se investida das mesmas funções, recebeu uma aura igualmente mágica, passando o artista a ser visto como um inspirado. Todo o labor paciente e

<sup>14</sup> P. K. Monod (2013) *passim*; P. van der Veer (2015) 175-177.

<sup>15</sup> M. Gandillac (1999) 242. Porém, P. K. Monod (2013) 217 duvidou que a influência de Bøehme sobre Newton tivesse sido significativa.

<sup>16</sup> J. Al-Khalili (2012) 54, 57; P. Bizony (2017) 30; I. B. Cohen (1985) 161-162, 404; D. Galligani (2002) 12 n. 1; J. Gribbin (2006) 199, 205, 206; P. K. Monod (2013) 46, 103-105, 123-125, 158, 160-167, 341, 343.

metódico exigido pelo trabalho da tela ou do mármore sumiu-se sob a máscara do génio em transe.

A obra de Turner, especialmente as telas da maturidade, constitui o exemplo mais perfeito daquela anulação do mundo industrial, um dos raros casos em que a dissimulação não resulta de transposições simbólicas ou alusões temáticas, ocorrendo de maneira directamente plástica. Turner subsumiu às forças da natureza as manifestações evidentes da civilização mecânica. Vejamos *Rain, steam, and speed - The Great Western Railway*, apresentado pela primeira vez ao público em 1844. Nada há de específico no comboio relativamente à tempestade, e a natureza é o objecto de contemplação único. Os torvelinhos de luz roubaram ao homem o fogo da técnica, e

um Prometeu solitário vê vindo dos céus a chama que ele dera à humanidade. Na obra de Turner a modernidade industrial é negada, porque assimilada à natureza nos seus efeitos estéticos. Por isso, de todos os pintores da época foi ele o único a atingir plenamente os objectivos últimos do revivalismo e do exotismo sem precisar de vestir os personagens com roupa de outras eras nem de invocar folclores de ou-



Turner, *Rain, steem, and speed - The Great Western Railway* (1844)  
Nada distingue o comboio da tempestade, e os torvelinhos de luz roubam ao homem o fogo da técnica.

tros lugares nem de imitar o estilo de mestres do passado. Como sucede com os grandes artistas plásticos, Turner não se exprimiu através do aparente conteúdo, mas directamente pela forma. Para além do espaço, os seus quadros finais ultrapassaram todos os exotismos e foram mais longe, alcançaram-lhe o próprio fundamento. Para além do tempo, ultrapassaram os revivalismos e desvendaram o que estes só metaforicamente representavam. Foi o tratamento inovador da luz que permitiu a Turner projectar o mundo contemporâneo para o ponto em que a história era negada pela eternidade de uma natureza omnipresente. Nos remoinhos da tempestade ou da catástrofe, tanto como na placidez tranquila, foi sempre a luz o agente dessa dissolução da especificidade do tempo e do espaço. Por isso, se Turner pôde, quanto a certos aspectos da sua técnica pictórica, ser considerado um precursor dos impressionistas, os fundamentos e os objectivos da sua estética foram radicalmente distintos do impressionismo. Aliás, Goya convergiu com Turner no culminar da sua obra, naquele dos frescos da Quinta del Sordo que me parece o seu testamento, o cão que



Francisco de Goya, Fresco na Quinta del Sordo (entre 1819 e 1824)  
A luz é aqui o elemento único.

se afoga no pântano e sintetiza o sofrimento da humanidade. Tal como em Turner, é a luz ali o elemento único, fundindo terra e céu numa massa pictórica, simultaneamente com espessura e leveza.

Mas no começo Turner limitara-se a ser uma espécie de Salvator Rosa inglês, quero dizer, com menos terra e mais mar. O barroco chegara ao fim com os luminosos frescos de Tiepolo, que empregou os recursos do dramatismo para servir um mero jogo gracioso. Maulbertsch traçou o arco que nos permite passar de Tiepolo a Turner e compreender a coerência que levou o barroco a desenvolver-se em romantismo. Com uma grande candura nos meios usados, porém, já que Maulbertsch fez pintura *gótica* em encenações neoclássicas. De início Turner não se destacou dos demais e os seus quadros não ultrapassaram o pinturesco. Apenas o detalhe lhes conferiu um pseudodramatismo, e enquanto a descrição somar detalhes não existe drama, só a ilustração de uma suposta narrativa. Restam-nos dessa época os esboços como a sua melhor realização, porque tendo a narração um lugar meramente acessório na obra acabada, os pormenores eram tratados em último lugar e a eles ficava imune o esboço, que podia assim ir direito ao mais profundo. Que diferença entre as paisagens iniciais de Turner e os seus interiores pintados no final da década de 1820 e no começo da década seguinte, em que as figuras humanas são elementos de fusão e expressão da luz, e o detalhe é inexistente! Já em 1798, em *Morning amongst the Coniston Fells, Cumberland*, Turner estabeleceu uma continuidade entre o céu e a água, o rio neste caso, que seria depois a mais apreciável constante da sua obra. Por enquanto tratou-se só de uma fusão de dois elementos, líquido e aéreo, originariamente distintos. Mais tarde foi um elemento único, a luz, a realizar-se em modalidades próprias no céu, na terra, no mar. Uma etapa muito significativa neste percurso ocorreu em 1812 com *Snow storm: Hannibal and his army crossing the Alps*. O que vemos naquela vertigem de luz é muito mais do que uma tempestade de neve, é a mate-



Turner, *Snow storm: Hannibal and his army crossing the Alps* (1812)  
Numa vertigem de luz o ser materializa-se em rajadas de vontade.



rialização do ser em rajadas de vontade, e o esforço do exército em marcha é o mesmo que o do céu em fúria. O tempo suspende-se na permanência do eterno — é este, sem nenhum detalhe, o único conteúdo das obras de maturidade de Turner. Por isso a forma estética extravasou os limites materiais. Tudo continua para além da moldura, subitamente arbitrária, dos quadros.

Nada mais paradoxal do que as imagens, elaboradas com a ajuda de meios técnicos modernos e reproduzidas massivamente graças às inovações mecânicas, que mostravam, face a uma natureza inacessível, um ser humano desprovido de qualquer recurso eficaz. A gravura foi uma notável fonte de rendimentos para os artistas daquela época, e boa parte da fortuna de Turner proveio da venda de novecentas séries de reproduções de desenhos e quadros seus, algumas com uma tiragem de milhares de exemplares<sup>17</sup>. Não é sugestivo que a primeira tela de Turner a ser difundida na forma de gravura representasse um naufrágio<sup>18</sup>? Graças às novas técnicas de reprodução, um vastíssimo público podia desfrutar domesticamente o pavor da catástrofe e atingir as delícias do sublime com o conforto e a segurança garantidos pela civilização fabril. Era um terror de pantufas.

## 2. O jardim inglês

O Jardim Inglês foi a expressão extrema da anulação da aparência da técnica mediante o recurso aos instrumentos da técnica. Na Europa do *Ancien Régime* os jardins haviam obedecido à concepção francesa, codificada por Le Nôtre, e manifestavam o triunfo da razão sobre as forças elementares. De um e outro lado de alamedas traçadas meticulosamente com régua e compasso,



André Le Nôtre, Jardim da Orangerie, Versailles (1684-1686)  
O triunfo da razão sobre a natureza.

as árvores, as sebes, os arbustos talhavam-se em formas geométricas e dispunham-se segundo desenhos igualmente regulares, subjugando aos arquétipos a aleatoriedade da natureza e impondo-lhe a simetria humana. E os repuxos, cujas bacias sucessivas repartiam o jacto de água originário e informe em fios de líquido cada vez mais estreitos e bem

<sup>17</sup> D. Hirsh (1978) 39. Ver também as págs. 8, 86 e 166-167.

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, 60.

controlados, que caíam em geometrias sempre mais rigorosas, testemunhavam a arrogância da razão. Nada podia exibir melhor a submissão da natureza do que o jardim de tipo francês — numa época, porém, em que mal ainda se esboçavam as aplicações mais efectivas da maquinaria às forças elementares.

Não foi por acaso que, contra a aristocracia da razão, surgiu em Inglaterra a nova arquitectura dos jardins. Aí se iniciou a revolução industrial e se começaram a desenvolver sistematicamente as técnicas fabris e aí se completara, antes de qualquer outro país, a transformação capitalista da pecuária e da agricultura, levando-se mais longe as inovações na tecnologia agrária. A natureza encontrava-se, na Grã-Bretanha, duplamente dominada, técnica e economicamente, o que portanto a identificava com o universo fabril. Porém, numa estética da ilusão, em que a nova tecnologia e os novos materiais eram dissimulados mediante a evocação de elementos naturais, tornava-se indispensável esquecer que até a natureza havia deixado de ser natural. As técnicas usadas para controlar os processos naturais foram empregues também para encenar a natureza, erguendo montes, transportando penhascos, traçando caminhos sinuosos, escavando o leito de riachos, distribuindo arbustos e maciços de árvores, plantando bosques ou, pelo contrário, rasgando panoramas onde antes existiam bosques ou destruindo vegetação e convertendo certas áreas em desertos. Era mesmo possível simular pequenas catástrofes, desde que continuasse a respeitar-se a regra de que os artifícios técnicos deviam permanecer escondidos sob os seus resultados, como se estes fossem espontâneos e não se devessem à acção humana. E assim uma máquina hidráulica oculta num rochedo aspirava a água de um lago artificial para precipitá-la numa cascata abrupta, ou a pirotecnia dava aparências de vulcão a um monte meio oco que fora mandado erguer num parque. Os capitalistas rurais, de origem nobre ou plebeia, e os capitalistas industriais com residência no campo começaram a encomendar jardins onde a natureza era reconstruída como mais natural do que ela própria. «As belezas da natureza», preveniu um especialista da época, «devem ocultar cuidadosamente a arte que as produziu»<sup>19</sup>. Mas a presença de tal engenho não corria decerto grande risco de se denunciar porque, como escreveu pouco depois outro apreciador do estilo inglês, «esta arte disfarça-se com tanta autenticidade que até a natureza se iludiria»<sup>20</sup>.

Foi William Kent quem, na primeira metade do século XVIII, iniciou o desenho destes

<sup>19</sup> Esta frase, extraída de uma obra de Jean-Marie Morel publicada em 1776, vem mencionada em S. Le Ménahèze (2001) 180.

<sup>20</sup> Esta passagem de uma obra de Jacques-Antoine Dulaure, publicada em 1786, encontra-se citada em *id.*, *ibid.*, 51 e 180. Noutro trecho da mesma obra, transcrito na pág. 263, Dulaure considerou que «a arte, a quem tudo se deve, está tão bem escondida sob os traços da natureza que facilmente será confundida com ela».

jardins assimétricos e irregulares, onde a sinuosidade orientava a disposição dos elementos. Enquanto arquitecto, Kent demonstrara um gosto ecléctico, ligando o paladianismo ao revivalismo gótico, e do mesmo modo



Lancelot «Capability» Brown, Parque de Bowood (1763-1768)  
Uma reconstrução da natureza em formas suaves e calmas.

propôs a edificação tanto de construções neogóticas como de pequenos templos neoclássicos nos parques que se encarregou de decorar. Desde o seu início, portanto, o jardim de tipo inglês situou-se entre os dois pólos dominantes do revivalismo, o medieval e o greco-romano, que de então em diante continuaram a orientar-lhe as alternativas estilísticas. A versão predominantemente neoclássica, que teve em «Capability» Brown o seu melhor representante, procurava reconstruir a natureza em formas suaves e calmas, ornamentadas aqui e ali por imitações de templos gregos,



Duas ilustrações de uma obra de 1794 por Richard Payne Knight, dedicada a Uvedale Price, mostram como se introduz dramatismo na natureza.

embora sem desdenhar também as evocações de ruínas góticas, e nessas paredes de encomenda gravavam-se muitas vezes versos, exortações, talvez para despertar sentimentos elevados em quem não tinha nenhuns. Não se destinando só ao prazer da visão, os jardins ofereciam-se como uma metáfora, e percorrê-los era decifrar a paisagem. «Um passeio», ironizava Alexandre de Laborde em 1808, «trazia à lembrança todos os deveres e todos os sentimentos»<sup>21</sup>. Entretanto surgiu uma corrente francamente neogótica, defendida por Uvedale Price, Richard Payne Knight e William Gilpin, que postulavam uma arquitectura mais dramática da natureza, aumentando-lhe os contrastes. As sinuosidades acentuavam-se em curvas e contracurvas, os penhascos elevavam-se e tornavam-

<sup>21</sup> Citado em id., *ibid.*, 380.

se mais inclinados os declives, faziam-se passar ribeiros entre rochas abruptas e enfeitava-se o conjunto com uma série de artifícios pinturescos. Nos seus exemplos extremos estes jardins eram povoados de construções exóticas e todo um variado *bric-à-brac*, para surpresa dos visitantes que podiam ver árvores girar devido à acção de máquinas e de operários escondidos num subterrâneo ou ver uma choupana brotar do chão por efeito de qualquer maquinismo oculto. Nada podia ser mais mecânico do que os parques que se fingiam naturais.

No último terço do século XVIII o estilo inglês começou a difundir-se em França e encontrou admiradores noutros países do continente europeu. Ao publicar *La Nouvelle Héloïse*, em 1761, Jean-Jacques Rousseau estimulou entre os seus compatriotas de adopção o apreço por um tipo de paisagem que tinha no jardim inglês a forma exemplar. «Este lugar é decerto encantador, mas agreste e abandonado. Nada aqui revela o trabalho humano», fez Rousseau excluir a Saint-Preux, e Julie logo esclareceu: «É verdade, disse ela, que foi a natureza a fazer tudo, mas sob a minha direcção [...]». Mais adiante, Saint-Preux insistiu: «não vejo em lugar nenhum quaisquer sinais de cultivo [...] Ah!, disse o senhor de Wolmar, é porque os apagámos com todo o cuidado»<sup>22</sup>. Se o gosto pelo novo género de parques se deveu em boa medida às influências provenientes do lado de lá da Mancha, ele não deixou também de ter origens locais, e já na primeira metade do século XVIII alguns pintores franceses haviam apresentado no *Salon* paisagens inventadas que mais parecem projectos de jardins irregulares e ornamentados com ruínas. Por isso numerosos adeptos do gosto inglês defendiam que os parques assimétricos existiam antes de tudo como pinturas ideais, materializadas depois<sup>23</sup>. «Um jardim, a meus olhos, é um vasto quadro», proclamou em verso o abade Delille<sup>24</sup>. Aliás, foi a um pintor especializado nas paisagens com ruínas, Hubert Robert, que Maria Antonieta confiou em 1778 a remodelação dos jardins reais. Alguns anos antes, no outro extremo do continente, a imperatriz Catarina da Rússia confidenciara em carta a Voltaire que «agora estou loucamente apaixonada pelos jardins à inglesa»<sup>25</sup>.

Na vasta conspiração do medo que, durante a segunda guerra mundial, a imaginação literária de Graham Greene teceu em torno do Tamisa, um sinistro alfarrabista ajuda a enredar na teia a vítima ocasional e obstinada. E de que falam eles, naquela capital bombardeada e em escombros? Precisamente de outras ruínas, não menos artificiais e com aparência igualmente trágica, mas de que a verdadeira tragédia humana denunciava o ridículo:

<sup>22</sup> Citado em id., *ibid.*, 354 e 355.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, 91 e segs.

<sup>24</sup> Citado em id., *ibid.*, 94.

<sup>25</sup> Esta carta, com data de 6 de Julho de 1772, encontra-se citada em id., *ibid.*, 117 n. 18.

«[...] É uma arte extinta, sabe? Há coisas muito mais importantes do que as flores. É tudo o que hoje querem nos jardins», disse ele com desprezo, “flores”.

“O senhor não gosta de flores?”

“Bem, flores”, disse o livreiro, “por que não? Tem de haver flores”.

“Na verdade”, disse Rowe, “pouco sei de jardinagem... excepto flores”.

“Era as partidas que pregavam”. Os olhos mortiços animaram-se com um entusiasmo malicioso. “As máquinas”.

“Máquinas?”

“Tinham estátuas que esguichavam água para cima de quem passava. E as grutas artificiais! As coisas que eles se lembravam de pôr nas grutas! Olhe, num bom jardim não se estava sossegado em lado nenhum”.

“Julgava que os jardins eram feitos para estar sossegado”.

“Pois é, mas eles tinham outra opinião”, disse o livreiro [...]

“Além disso”, disse o livreiro, “havia os túmulos”.

“Também esguichavam água?”

“Ah, não. Mas davam um retoque de solenidade, o *memento mori*”»<sup>26</sup>.

Naqueles cenários de cataclismo carnavalesco, as estátuas que lançavam água eram a réplica jocosa das inundações e dilúvios cuja ficção exaltava até ao sublime e que se reproduziam em miniatura nos riachos tortuosos do parque. E as grutas, essas ruínas da natureza, onde a inspiração do revivalismo se juntava ao tema do exotismo, confundindo num símbolo único a passagem do tempo e a distância dos lugares a que não chegara a civilização industrial — as grutas não eram menos artificiais nem menos artificiosas, e por detrás da sua encenação de pedra e heras escondiam sabe-se lá que outras folias mecânicas. A tal ponto se chegara nos jogos da simulação, que ao mesmo tempo que ela era levada a sério desvendava-se como ironia, para logo se ocultar de novo com a visão dos túmulos — falsos na grande maioria dos casos, pedras recentemente talhadas como se fossem antigas, sem ninguém lá dentro, cenário de um passado fabricado, ou obeliscos erguidos em memória de algum parente querido ou notável, ou monumentos funerários celebrando qualquer cachorro de estimação, porque nem toda a gente se podia dar ao luxo, como fizera o marquês de Girardin, de enterrar no seu parque um personagem tão ilustre como Rousseau ou tão interessante como um forasteiro incógnito que se suicidara por amor.

Não se tratou só de mistificar a técnica sob a aparência da natureza, mas de produzir, graças aos recursos técnicos, o absoluto paradoxo de uma natureza artificial. A simulação da técnica passou a vigorar na forma redobrada de simulação da natureza, e a obra de arte enquanto cópia de um padrão exterior manifestou-se na elaboração desse padrão como um padrão vazio. Se a técnica era ocultada sob uma simulação da natureza, a natureza apresentava-se como simulacro dela própria. Foi por estar já perdida qualquer noção de limite entre a natureza originária e a

<sup>26</sup> G. Greene (1996) 100.

artificial que Balzac, descrevendo a Bretanha selvagem, pôde evocar com inteira seriedade «uma imensa pradaria desenhada como um jardim inglês»<sup>27</sup>, e à mesma inspiração obedeceu um dos mais celebrados personagens de *La Comédie Humaine* ao convidar: «Detenha-se um pouco para contemplar o nosso belo vale, [...] não é um jardim inglês?»<sup>28</sup>. A encenação cobriu todos os horizontes geográficos da sociedade burguesa, desde o revivalismo da arquitectura urbana até aos parques a que se reduziam os passeios campestres. A simulação serviu à sociedade burguesa para não reconhecer a civilização industrial, e os cenários de que se rodeou forneceram-lhe ao mesmo tempo a caução aparentemente objectiva de tal atitude. Nesta completa encenação o delírio garantiu a si mesmo a justificação.



Jan Baptist Weenix, *Paisagem com ruínas e um porto* (meados do séc. XVII)  
O universo das ruínas é o mesmo que o das rochas e grutas.

Mas não era ainda a justificação máxima. A realização cabal do delírio não exigia só a simulação no espaço, mas no tempo também. Em Budapeste, no Szépművészeti Múzeum, pude ver um quadro de um obscuro pintor seiscentista, Jan Baptist Weenix, de péssima qualidade, tanto estética como técnica, figurando as ruínas de um qualquer templo de Vespasiano, e no topo do peristilo, onde deveriam estar os vestígios do frontão, apresenta-se um rochedo, inteiramente absurdo, sobre as colunas do que resta do pórtico. Mas as inépcias em matéria de estilo são



Peder Balke, *Kielhomet in Stegen* (1847)  
A rocha é assimilada à ruína de uma obra humana.

frequentemente elucidativas, porque não mascararam as convenções com a individualidade do génio. Este quadro mostra que o universo das ruínas é o mesmo que o das rochas e grutas, apesar de aparentemente umas serem obra do homem e as outras se deverem à natureza. O recíproco existiu também. Durante uma viagem aos países escandinavos, Luís Filipe, então duque de Orléans mas em breve Rei dos Franceses, encomendou a Peder Balke uma série de estudos de paisagens da Dinamarca e da Norue-

<sup>27</sup> Balzac, *Les Chouans ou la Bretagne en 1799*, em Balzac (1976-1981) VIII 912.

<sup>28</sup> Id., *Le Médecin de Campagne*, em id., *ibid.*, IX 468.

ga, com que deparei num recôndito do Louvre. Numa dessas pequenas pinturas o penhasco arruinado que se ergue em contra-luz e se assemelha à torre meio destruída de uma catedral gótica é o inverso do quadro de Weenix, assimilando aos vestígios da obra humana as rochas batidas pelas intempéries. Não restauraria o tempo, com as suas catástrofes, a supremacia do natural e não seria a ruína uma confissão da derrota das civilizações?

E quantas das grutas que povoaram a paisagem dos citadinos não se deveram ao engenho e às máquinas? O proprietário de umas minas de carvão mandou desenhar um parque que as incluísse e ao mesmo tempo as dissimulasse<sup>29</sup>, de maneira que a presença incómoda de galerias escavadas pelo esforço de homens expostos a terríveis explosões subterrâneas ficou convertida na ameaça difusa de outras tantas grutas. Nem todos recorreram a soluções tão drásticas, nem era necessário. Gilpin destacou na gramática do pinturesco «torres arruinadas, arcos góticos, restos de castelos e de abadias», que considerava «os legados artísticos de maior valor, consagrados pelo tempo». Consagrados pelo tempo, mesmo quando eram novos e feitos de propósito, e ele explicava que só artifices especialmente hábeis conseguiam fabricar ruínas, enquanto a edificação de uma casa estava ao alcance de qualquer pedreiro comum<sup>30</sup>. Houve ricos diletantes a investir os rendimentos dos seus negócios, das suas indústrias, das suas explorações agrícolas, das suas plantações coloniais na construção de jardins ornamentados com pontes arruinadas e colunas gregas truncadas emparelhando com escombros de capelas góticas e vestígios de templos hindus ou pagodes chineses ou mesquitas, tão recentes umas como os outros, tudo feito por encomenda e à medida. As transformações sofridas pela arquitectura de jardins desde o século XVIII confirmam que as ruínas e as grutas se integravam no mesmo universo, resultante da confusão entre uma técnica destroçada pela natureza e uma natureza encenada pela técnica. Não bastava fabricar a natureza, era necessário fabricar o tempo também, fabricando ruínas.

<sup>29</sup> F. D. Klingender (1975) 23.

<sup>30</sup> W. Sypher (1963) 84, 108. As frases citadas vêm na pág. 84. O abade Delille, que na França da sua época era considerado, junto com Rousseau, um dos mais ilustres divulgadores literários dos jardins irregulares e assimétricos, observou num longo poema publicado em 1782 e citado em S. Le Ménahèze (2001) 75:

*«[...] loin ces monuments dont la ruine feinte  
Imite mal du temps l'inimitable empreinte,  
Tous ces temples anciens récemment contrefaits,  
Ces restes d'un château qui n'exista jamais,  
Ces vieux ponts nés d'hier, et cette tour gothique  
Ayant l'air délabré sans avoir l'air antique,  
Artifice à la fois impuissant et grossier».*

### 3. As ruínas

Por que razão a paisagem, deliberadamente representada como tal, só surgiu na época barroca, quando se generalizou uma urbanização consciente e planificada? Até então a paisagem limitara-se à decoração de narrativas, que eram o assunto principal das telas, mas emancipou-se durante o barroco, e mesmo que a história ou o episódio continuassem presentes, haviam passado a ser meramente um pretexto. É que a paisagem é o campo visto com o olhar das pessoas da cidade. Na sua autobiografia escreveu Trotsky: «Nasci e fui criado no campo, mas só em Paris me aproximei da natureza. Foi lá também que deparei com a verdadeira arte»<sup>31</sup>. A associação de ideias é flagrante. É a arte que leva o habitante da cidade a olhar para a natureza. A paisagem não é o domínio dos valores rurais, é a sua nostalgia, e neste ambiente melancólico a ruína romântica encontrou a referência temporal mais conveniente e o lugar geográfico adequado, porque com o romantismo as ruínas foram integradas no mesmo tipo de estética a que até então obedecera a representação das grutas.

Na pintura da renascença as ruínas pretendiam atingir a fidelidade descritiva, sem estarem investidas de nenhuma carga estética ou moral que lhes fosse própria. Por isso surgiam com a mesma nitidez, precisão e ordenamento das construções novas. «Velhos muros, novos porém para espíritos modernos», chamou-lhes Boccaccio<sup>32</sup>. Figuradas pelos pintores renascentistas, as ruínas negavam a passagem do tempo e serviam de testemunhas da perenidade daquele mundo antigo que se apresentava como exemplo vivo a ser imitado pelo presente. Tudo mudou no barroco, nos alvares da civilização burguesa, quando a ruína passou a ser um dos elementos do bizarro e se tornou inseparável da definição do pinturesco. Esta alteração é visível na obra de Claude Lorrain, mas é na arte dos Países Baixos que melhor se pode apreciar. Conheço de Joos de Momper, activo nas duas últimas décadas do século XVI e no primeiro terço do século XVII, pontes e arcos ou rochedos em forma de arco, com árvores que os enquadram ou contornam, numa das primeiras grandes antecipações do romantismo. Destaco-lhe o nome porque me parece ter sido um precursor, mas se ao longo do século XVII muitos pintores holandeses continuavam ainda a apresentar as ruínas à maneira renascentista, outros anunciaram as ruínas românticas. Fora nos Países Baixos que a burguesia primeiro esboçara uma tentativa séria de hegemonia cultural, e a veneração das ruínas enquanto emblemas do curso do tempo seguiu a cronologia das revoluções burguesas, para triunfar definitivamente na Grã-Bretanha.

<sup>31</sup> L. Trotsky (1970) 179.

<sup>32</sup> Citado em J. Burckhardt (2004) 140.



Entretanto, em França não se conseguia ultrapassar a ambiguidade estilística do *rocaille*, que representou no *Ancien Régime* a forma possível de romantismo. Com os enciclopedistas a burguesia francesa adquirira a preponderância nos meios cultos da elite e pouco faltava para que se tornassem dominantes as novas relações sociais e tecnológicas do capitalismo. Só no plano político se erguia ainda um obstáculo à cultura burguesa, e nesta situação desenvolveu-se um absurdo romantismo de corte, em que as antigas convenções eram permeadas pela nova estética e ao mesmo tempo lhe definiam limites demasiado estreitos, o que decerto explica o incómodo que hoje facilmente experimentamos perante os quadros e a decoração interior dos palácios e mansões franceses nas décadas que precederam a tomada da Bastilha. Até as catástrofes que asseguraram o enorme sucesso dos quadros de Vernet, as tempestades, os barcos quebrando-se contra as rochas estavam em flagrante oposição ao estilo adoptado, com contornos demasiado precisos e pincelada minuciosa, quando o pintor devia ter recorrido a gradações de *chiaroscuro* e a perfis difusos que ajudassem a imaginação a prolongar o terror através de um ambiente de mal esboçados perigos. E o mesmo deve dizer-se das ruínas em que se especializou Hubert Robert. Em ambos os casos o conteúdo temático do sublime não conseguiu encontrar a forma estética adequada, e esta contradição, que tão gravemente prejudicou dois artistas que teriam podido aspirar ao romantismo na França daquela época, reproduziu-se na obra dos pintores mais ligados às convenções do *rocaille* através da ambiguidade do próprio conteúdo, servindo o sublime para ornamentar prazeres galantes. Mas os paradoxos estilísticos são elucidativos porque ajudam a desvendar as inovações. Se no *rocaille* os jogos de corte encontravam um cenário inusitado nos rochedos e nos muros desfeitos, entregando-se os marqueses e as marquesas às suas futilidades amorosas entre precipícios, cascatas e ruínas, era somente nas paisagens, não nos personagens, que se prendia o novo olhar estético. O termo deste percurso correspondeu ao ponto de partida do melhor dos pintores franceses daquela época, Watteau, se for exacto que na maior parte dos seus quadros ele concebera primeiro a paisagem e só depois, em função deste fundo, situara os grupos de personagens galantes<sup>33</sup>. Afinal a revolução francesa expulsou das telas os figurantes absurdos e libertou a paisagem romântica.

Aqueles arcos mutilados, aquelas colunas truncadas, aqueles restos de muros cobriram-se de heras e ervas para povoar um espectáculo de contrastes. «[...] as plantas desempenham um papel fundamental na transformação da arquitectura em ruínas», observou uma especialista; «acompanhando as gretas ou corroendo as formas, elas mostram a natureza a apoderar-se do

<sup>33</sup> M. Roland Michel (1997) 179.

monumento e a imprimir-lhe a marca da sua própria criação»<sup>34</sup>. A fatalidade do decurso temporal, que levava o edifício a decair e o desumanizava aproximando-o da natureza, exprimia-se esteticamente graças ao tratamento das ruínas consoante o estilo das grutas. A ruína não valia já por aquilo que revelava, mas pelo que dela desaparecera. De vestígio clássico, havia-se transformado em demonstração e marco da passagem do tempo, ameaçadora memória dos cataclismos passados, símbolo da história como sucessão de catástrofes. No início do século XVIII o terceiro conde de Shaftesbury percebia «nas destruições visíveis e nas irreparáveis brechas da montanha devastada que o próprio mundo é uma nobre ruína cujo termo se avizinha»<sup>35</sup>. Foi a partir de então que a ruína assumiu a função de inspiradora de sentimentos. O romantismo foi antecipado no interior do classicismo, como revela nos seus escritos italianos William Beckford, que perante os restos da antiga Roma se interessava não pelas simetrias e as regularidades, mas pelas sombras e os contrastes, por aquilo que o crepúsculo não deixava ver, pelo que o tempo removera, pela ruína. «As pequenas ruínas do mundo mediterrânico não são já suficientes para a ânsia de ruínas que atormenta o meu coração devastado», confessou Michelet ao seu diário. «Preciso das desolações, dos cataclismos do Oriente, das vastas destruições de raças, dos desertos»<sup>36</sup>. Seria esse «coração devastado» que incitou Michelet a dedicar a vida à história, a ruína do tempo? E assim o pintoresco, onde a ruína era um elemento indispensável à bizarria das irregularidades, articulou-se com o sublime, formando os dois estilos complementares uma estética única.

As ruínas foram o objecto por excelência dos cultores do sublime, no duplo sentido de que era com este sentimento que as estimavam e de que só graças a ele podiam ver o que tinha ficado esteticamente despercebido a dezenas de gerações. As ruínas denotavam a inelutabilidade da passagem do tempo, que destruiria tudo aquilo que então se vivia e só deixaria a imagem digna de ser apreciada, uma imagem artística. Para que as ruínas revelassem o prazer estético fora-lhes necessário atravessar o horror da morte, e era precisamente isto que conferia sublimidade aos despojos clássicos. Porque a ruína que o viajante neles procurava não era a da Grécia ou da Roma antigas, mas a dele próprio. Era esta a ruína última e única. Sentir o prazer do eu através da ameaça da morte. «As ideias que as ruínas despertam em mim são grandes. Tudo desaparece, tudo morre, tudo passa. Só o mundo permanece. Só o tempo dura», reflectiu Diderot. «Para onde quer que lance o olhar, os objectos que me rodeiam anunciam um fim e fazem com que me resigne àquele que me espera»<sup>37</sup>. Se visitar ruínas era meditar perante a passagem do tempo, passear

<sup>34</sup> B. Saint Girons (1997) 112.

<sup>35</sup> Citado em J. Starobinski (1964) 160.

<sup>36</sup> Citado em L. Poliakov (1971) 201-202.

<sup>37</sup> Citado em J. Starobinski (1964) 183.

no tempo mumificado de Pompeia era ver como num espelho uma morte que poderia ser a nossa. Foi ali que Mrs. Thrale Piozzi, cuja opinião sobre o sublime conhecemos já quando narrou a descida pelo lado italiano dos Alpes, exclamou: «Como é horrível a certeza de que tudo isto possa ocorrer de novo amanhã; e então nós, que hoje somos espectadores, tornar-nos-emos um espectáculo para os viajantes dos séculos futuros [...]»<sup>38</sup>.

A ruína não estava nas velhas pedras, mas nos olhos que as viam. Na Itália setecentista a sociedade local desprezava aqueles restos da antiguidade, porque permanecia inserida no *Ancien Régime*, com outras preocupações e outros gostos. O público consumidor das ruínas italianas vinha da Inglaterra, eram os filhos da gente enriquecida pela revolução industrial ou pelo capitalismo agrário, que para perfazerem a sua educação e encerrarem a juventude percorriam a Europa no *grand tour*. Compradores abastados, quando não mesmo excentricamente perdulários, sustentavam verdadeiras manufacturas de telas, desenhos, gravuras e estátuas, que lhes recordassem, quando definitivamente regressados à ilha natal, o terror dos escombros e as ameaças do tempo. Burke, especialista no assunto, observou que se Londres fosse devastada por um terramoto, tal como Lisboa acabara de o ser, acorreriam a admirar as ruínas muitos que não se tinham interessado por ir ver a cidade intacta<sup>39</sup>.

Esses jogos com as marcas do tempo talvez nos surpreendam mais ainda quando eram inspirados por uma ansiedade do futuro e não pelas ruínas herdadas do passado. Ao mandar erguer no seu parque de Ermenonville um templo dedicado à filosofia, o marquês de Girardin decidiu deixá-lo inacabado para mostrar que a procura da verdade nunca teria fim; mas como a parte construída se apresentava em forma de ruína, aquele templo era simultaneamente esboço e relíquia, remetendo para o passado um ensaio de projecção no futuro<sup>40</sup>. Foi um paradoxo corrente na época, e foi com ele que vimos Mrs. Thrale Piozzi sentir em Pompeia o arrepio do sublime. Hubert Robert, que em vida beneficiou de notoriedade, foi nomeado em 1784 conservador do que viria depois a chamar-se Museu do Louvre. Nos anos seguintes pintou uma série de telas onde figuravam salas de exposição tal como efectivamente existiam ou, antecipando um pouco, tal como constavam dos planos que traçara ou haviam sido elaborados por indicação do superintendente dos *Bâtiments du Roi*. Um destes quadros, o *Projet d'aménagement de la Grande Galerie*, datado de 1796, põe em destaque a sucessão de abóbodas de vidro prevista para a galeria, que lhe facultaria um sistema novo de entrada de luz. No mesmo ano Robert pintou a *Vue imaginaire de*

<sup>38</sup> Citada em M. Beard (2013) 7.

<sup>39</sup> E. Burke (1998) 94.

<sup>40</sup> S. Le Ménahèze (2001) 298.

*la Grande Galerie en ruines*, onde vemos o museu devastado, as paredes a céu aberto, sem que nada restasse das abóbadas, e algumas esculturas caídas, truncadas também. Com que emoção



Hubert Robert, *Projet d'aménagement de la Grande Galerie* (1796)



Hubert Robert, *Vue imaginaire de la Grande Galerie en ruines* (1796)

o conservador do Louvre previa um futuro em que o seu edifício, desprovido já de qualquer função útil, podia substituir-se às obras que antes albergara e servir aos passantes de exclusivo objecto de admiração! Num plano incomparavelmente mais elevado, o genial arquitecto John Soane foi um mestre — entre outras coisas — na conjugação de lanternas e cúpulas, remodelando as técnicas de distribuição da luz no interior dos edificios e dando assim aos volumes outra plástica. Com este fim ele não hesitou, na última década do século XVIII, em combinar o vidro com a modernidade do ferro na lanterna do departamento de *consols* do Banco de Inglaterra. Foi uma atitude de grande ousadia ideológica, quando conhecemos o ostracismo a que até aos meados do século XIX esteve votado o ferro aparente nas construções de prestígio.

Pois apesar da audácia daquela cúpula, um dos artistas preferidos do grande arquitecto, Joseph Michael Gandy, desenhou e pintou naquele mesmo ano *Architectural ruins – a vision*, em que a sede do banco figura em ruínas, no tempo projectado de uma catástrofe, e sem que isto tivesse parecido contraditório a ele ou aos contemporâneos. Torna-se também significativo que na colecção de John Soane se encontre uma gravura de Fabris, *Virgil's tomb at Pozzuoli*, representando uma cúpula arruinada no topo, com uma fenda que deixa entrar a luz de maneira a provocar um efeito de lanternim<sup>41</sup>. Nos restos do túmulo do poeta romano veria o arquitecto inglês a caução

<sup>41</sup> O mesmo efeito de luz encontra-se numa obra de Hubert Robert pintada na penúltima década do século XVIII e representando as ruínas do Coliseu de Roma.

estética definitiva dos seus arrojados? Só revestidas do passado as audácias da técnica pareciam dignas. Ou então, o que era exactamente o mesmo, projectadas para um futuro tão distante que delas já não se conservassem senão os escombros, conferindo ao presente actual a respeitabilidade de ser um passado possível dos presentes futuros. Estes construtores de cidades apenas nos cemitérios se conseguiam olhar.

A mesma obsessão do macabro que assimilara esteticamente as ruínas às grutas serviu para remeter à natureza as obras da sociedade. Uvedale Price, teórico do pinturesco e defensor dos jardins neogóticos, excluía da paisagem artística todos os traços do labor humano, mesmo os campos cultivados, a não ser que as destruições do tempo tivessem convertido castelos e palácios, cabanas, até moinhos, em meras ruínas e que o musgo, as plantas, as manchas de humidade os houvessem resgatado para o domínio aceitável das disformidades da natureza. Também o crítico de arte William Gilpin, outro dos mais assinaláveis promotores dos jardins de estilo pinturesco, defendia que a indústria não devia ser representada pelos artistas<sup>42</sup>. E aqueles que tomavam uma posição oposta e decidiam figurar a actividade fabril faziam-no em termos tais que lhe negavam qualquer identidade estética. Nesta polémica ambos os lados se situavam afinal no mesmo campo.

Que eram — nos quadros e desenhos dos poucos artistas que as representavam — aquelas fábricas senão outras ruínas pinturescas a adicionar às muitas que povoavam as obras da época? E quem eram os operários de siderurgias que podemos observar em telas de segunda ordem, quando não de terceira, senão outros tantos ferreiros míticos a somar aos personagens de



Joseph Michael Gandy, Aguarela representando o departamento de *consols* do Banco de Inglaterra, de John Soane (1798)



Joseph Michael Gandy, *Architectural ruins - a vision* (1798)  
Projectadas como ruínas num futuro distante, as inovações da técnica revestiam-se de dignidade.

<sup>42</sup> F. D. Klingender (1975) 73-74.

incontáveis Forjas de Vulcano? Quando um pintor hoje quase esquecido, Jean-Jacques Durameau, se interessou por uma fábrica de salitre não foram o processo de produção nem os gestos dos trabalhadores a atraí-lo, mas as nuvens espessas, evocadoras do fedor que se atribuía às paragens infernais, incluído por Burke entre os elementos do sublime. Que importava ao obscuro aquarelista Peter le Cave o número de caldeiras e a máquina Watt de que dispunha a fundição de ferro de Goscote, a maior da região, se ele a imaginou como escombros de outros séculos num ambiente bucólico e rural? Bastante mais conhecido e exercendo uma certa influência na sua época, Philippe Jacques de Louthembourg respeitou meticulosamente o código do pintoresco ao representar duas vezes as fundições de Coalbrookdale nos primeiros anos do século XIX. Numa dessas obras as instalações fabris iluminam a noite num fulgor de vulcão, remetendo um dos



Philippe Jacques de Louthembourg, *Coalbrookdale by night* (1801)



Philippe Jacques de Louthembourg, *Iron Works, Coalbrookdale* (1805)

Alguém diria que Coalbrookdale era um dos lugares marcantes das novas técnicas fabris?

a uma faina campestre. Alguém diria, ao ver estas obras, que Coalbrookdale era um dos lugares marcantes da nova produção fabril? E no entanto Louthembourg interessava-se particularmente

lugares cimeiros das novas técnicas para o ambiente de catástrofe necessário à experiência do sublime. A novidade da indústria ficou duplamente destronada, confundida por um lado com a natureza colérica e, por outro lado, submetida a um vocabulário pictórico que o tema deveria ter superado. Na outra representação de Coalbrookdale, Louthembourg passou da pintura a óleo para a aquarela, veículo obrigatório da suavidade, em que do sublime se descia para aquele que era considerado um registo inferior, o da mera beleza. Aqui as peças de ferro abandonadas em primeiro plano são como pedras caídas de qualquer monumento e ao longe, depois da curva da estrada, as chaminés dispõem-se como torres de um castelo ou de uma catedral. Até o cavalo que puxa um trenó, curiosamente vazio e com um cão ao lado, parece entregue

pelos aspectos técnicos e mecânicos da arte, executava efeitos de cena para o teatro, criara um sistema eficaz de reprodução colorida de quadros e fora o inventor do *Eidophusikon*, complexo mecanismo precursor do cinema, que produzia ilusões ópticas através da conjugação de luzes e do movimento de telas pintadas, com acompanhamento sonoro, para regozijo de um vasto público. Nem as propensões técnicas do artista nem a vocação industrial do lugar foram capazes de inspirar qualquer modernidade estética àquelas obras. Mas talvez isto não nos deva espantar quando sabemos que um dos principais êxitos do *Eidophusikon* consistiu na representação naturalista de uma tempestade marítima e que Louthembourg foi «um dos mais fervorosos entusiastas do oculto na Grã-Bretanha dos finais do século XVIII»<sup>43</sup>, seguindo a voga das fantasias de Mesmer e do magnetismo animal para operar experiências de curandeiro<sup>44</sup> e chegando a manter durante algum tempo relações estreitas com Cagliostro<sup>45</sup>.

Entretanto, Joseph Wright, dito Wright of Derby, dedicava-se a um revivalismo à maneira de Caravaggio. Outros o faziam também, mas podia presumir-se que Wright of Derby fosse diferente, porque mostrava-se muito atento às experiências científicas e às novas actividades surgidas com a revolução industrial. Nos seus quadros, porém, não conseguiu senão representar as fábricas como ruínas pinturescas, e *An iron forge, viewed from without*, pintado em 1773, parece o cenário *gótico* de uma estapafúrdia ópera de vinganças, com ferreiros sinistros preparando não se sabe o quê a meio da noite num casebre arruinado. Em *The blacksmith's shop*, numa ruína clássica e já não medieval, é também de noite, à hora de todos os perigos, que os operários batem o ferro. Comparemos estas obras com um quadro do sueco Pehr Hilleström, contemporâneo de Wright of Derby, *Na forja de âncoras de Söderfors. Os ferreiros em pleno trabalho*, que vi no Nationalmuseum de Estocolmo. Não há ruínas, o ambiente é espaçoso como uma verdadeira oficina e os gestos parecem realmente ser gestos de trabalho. Também as figuras à direita, com alguém de costas que as introduz e lhes mostra o local, em nada se assemelham aos visitantes noctur-



Wright of Derby, *An iron forge, viewed from without* (1773)

<sup>43</sup> P. K. Monod (2013) 246. Ver ainda a pág. 273.

<sup>44</sup> Id., *ibid.*, 306, 308, 309, 311.

<sup>45</sup> Id., *ibid.*, 298.



Pehr Hilleström, *Na forja de âncoras de Söderfors. Os ferreiros em pleno trabalho* (1782)

A novidade da técnica era incapaz de suscitar uma estética nova.

nos daquela outra forja *gótica*. E no entanto não emana modernidade desta tela. O revivalismo aqui não provém das formas nem do ambiente mas daquilo que nos quadros de Wright of Derby é o principal factor de arcaísmo, a técnica caravaggiana usada para representar os efeitos luminosos. E como esteticamente o quadro de Hilleström consiste todo ele numa barra de luz que o atravessa de um lado ao outro, pode dizer-se que se resume à lição de Caravaggio.

Foi este, no melhor dos casos, o padrão estilístico a que obedeceram as raras representações pictóricas de manufacturas, fraco *pastiche* transformando o que para o genial italiano havia sido a expressão plástica de uma concepção filosófica numa mera representação naturalista da emanação e da concentração de luz. Apenas na passagem da primeira para a segunda década do século XX a situação se alterou radicalmente, com a noção de dinamismo introduzida pelos futuristas. Até esse momento a novidade da técnica fora incapaz de suscitar uma estética nova; mais grave ainda, a nova técnica servira para validar um olhar estético arcaico. Só remetidas a outro tempo — através do conteúdo, pela figuração de ruínas, ou através da forma, pela imitação do estilo dos mestres — as manifestações da civilização industrial adquiriam uma legitimadora dignidade para os escassos artistas que as abordavam. Podiam considerar a actividade fabril merecedora de se revestir das roupagens do passado, mas, contraditoriamente, era o *travesti* que tornava real aquela respeitabilidade.

O engenheiro Isambard Kingdom Brunel foi, mais do que moderno, um precursor, e apesar disto — ou quem sabe se por isto mesmo — vêmo-lo dissimular repetidamente as suas audácias técnicas com o revivalismo estético. Verdadeiramente assombroso foi ter deixado incompleta uma boca de um dos túneis do Great Western Railway, de modo a imitar uma ruína medieval, mandando ainda plantar-lhe hera, para aumentar o efeito<sup>46</sup>. Decerto um túnel, mesmo de ferrovia, não podia deixar de ser sentido pelos contemporâneos como a evocação de uma gruta, por isso os escombros nada tinham ali de incongruentes, apesar de tão artificiais e modernos como tudo o mais. Aquelas extemporâneas ruínas assinalaram a atribuição de uma dignidade social ao novo

<sup>46</sup> F. D. Klingender (1975) 75.



meio de transporte. Nem pareceria ameaçador aos viajantes que a entrada num longo subterrâneo, onde tudo devia garantir a segurança, estivesse assim fantasiada. E se o parecesse, seguros da técnica como intimamente estavam, seria uma bem-vinda oportunidade para os *frissons* do sublime. Aliás, em nada disto há qualquer razão para espanto, quando sabemos o que aconteceu em 1827, na segunda das inundações que atrasaram a construção do túnel sob o Tamisa e quase iam comprometendo a viabilidade da obra. Brunel encontrava-se no local e registou mais tarde no seu diário que «o efeito era *grandioso* — o rugido da torrente precipitando-se a toda a velocidade na estreita passagem era grandioso, *muito grandioso*». Devia sê-lo, a tal ponto que o célebre engenheiro retardou a fuga para contemplar a violência das águas, e embora conseguisse a custo salvar-se, menos sorte tiveram seis dos operários que o acompanhavam. No entanto, como escreveu no diário, «o que pude ver e presenciar valeu bem o risco e de bom grado pagaria a minha parte [...] das despesas de um tal “espectáculo”»<sup>47</sup>. Burke prevenira que «se o perigo ou a dor ameaçarem de demasiado perto serão [...] incapazes de dar prazer»<sup>48</sup>, mas não deixara explicado a quantos metros de distância, ou minutos, terminava o sublime.

Com grutas e ruínas a cultura burguesa dissimulou o capitalismo e a produção fabril, e do mesmo modo mistificou os conflitos sociais que lhe são inerentes. Na sua função negativa o sublime ocultou o domínio da natureza pela máquina. Na sua função positiva procedeu à apologia do poder. «[...] não conheço nenhuma manifestação do sublime que não consista numa forma modificada do poder», escreveu Burke, para acrescentar na página seguinte que «todo o carácter sublime do poder lhe vem do terror de que geralmente se faz acompanhar»<sup>49</sup>. Incluindo o terror entre os atributos da autoridade, Burke reconheceu que era permitido a qualquer soberano apresentar-se como déspota, e ao pronunciar-se mais tarde contra a revolução francesa ele renegou os seus ideais estéticos, pois haveria algo de mais sublime do que a ameaça da guilhotina do Comité de Salvação Pública?

Porque se do lado das magestades era enquanto capacidade de arruinar que o poder atingia o sublime, tornava-se necessária uma atitude correspondente do lado dos súbditos. A literatura da época revela uma curiosa deslocação dos temores das classes dominantes. Ao mesmo tempo que era aplicado um sistema cada vez mais complexo de disciplina de empresa, que eram impedidas as coligações de operários, que eram reprimidas duramente as greves e mais ferozmente ainda os tímidos esboços de emancipação política da classe trabalhadora, eram outras as

<sup>47</sup> Citado em L. T. C. Rolt (1959) 35 (subs. orig.).

<sup>48</sup> E. Burke (1998) 86.

<sup>49</sup> Id., *ibid.*, 107, 108.

angústias sociais manifestadas nos romances, nas peças de teatro, nos folhetins de jornal que ajudavam a preencher os ócios dos proprietários e dos rentistas. Não surgia aí a imagem dos trabalhadores para perturbar a placidez, mas invocavam-se os *bas-fonds*, um mundo de marginais, ignorado, indefinível, escondido da luz do dia e agitando-se nos subterrâneos da sociedade. O mesmo processo que levou a ocultar as manifestações do capitalismo por detrás de uma encaenação de parques, grutas e ruínas e de uma estética regida pelo revivalismo e o exotismo mascarou também a classe revolucionária de «classes perigosas», o proletário de assaltante obscuro. Os antagonismos sociais, que as obras dos economistas desvendavam e esclareciam, sob a pluma dos ficcionistas ficavam convertidos em mistérios. Talvez por isto a leitura dos economistas era expurgada da sociedade de bom-tom, vedada às senhoras e circunscrita, com as demais actividades profissionais, àquela esfera de que se vivia mas sobre a qual não se conversava, ao mundo dos homens entre eles. *À table, on ne parle pas boutique*. As inquietações localizavam-se nas cloacas e esgotos das cidades, que nada mais eram afinal do que outras grutas, tão artificiais como as dos jardins. Se a voga literária das ficções *góticas* mal ultrapassou o alvoro do romantismo, elas prolongaram-se através do tema social ao longo do século XIX. A ideia de que por baixo da sociedade legítima fervilhava um secreto mundo de perigos caracteriza os escritores românticos, os piores como os melhores. Só assim a cultura burguesa aceitou tomar consciência dos antagonismos sociais que a rasgavam, remetendo-os a outro espaço, onde os pensou portanto como exóticos, e um espaço contido entre túneis, colunas e abóbadas, misto de gruta e de ruína, e projectado portanto para outro tempo.

Enquanto definia o sublime, género maior da estética, nos termos de uma vertigem, como o fascínio exercido pelo terror sobre alguém que pisa um terreno seguro, Burke apresentava o belo como um género menor, o reino da ternura afectuosa, dos prazeres ténues, dos pequenos volumes, das formas contínuas, dos coloridos delicados, das superfícies acetinadas. Para compreendermos a ligação que Burke estabelecia entre beleza e amor é necessário recordar que não se chegara à época de *La Comédie Humaine*, em que uma mulher votada à destruição podia confessar que «eu não teria cedido aos desejos deles se não tivesse percebido nesta ignóbil farsa um misto de terror e de amor que me tentou»<sup>50</sup>, e mais distante ainda estava a época de Baudelaire, em que a morbidez do sexo talvez pudesse ser classificada como sublime. Neste domínio perduravam as atitudes do *Ancien Régime*, e mesmo Don Giovanni, apesar do abismo que tinha dentro de si e da vontade de destruição, não conseguiu inventar para o amor figuras que diferissem do jogo cortês. O reverso desta demonstração encontra-se em Sade, cuja fúria devastadora só pôde

<sup>50</sup> Balzac, *Les Chouans ou la Bretagne en 1799*, em Balzac (1976-1981) VIII 969.

condenar personagens retóricos, meros emblemas do espírito, paradoxalmente desprovidos de carne e movidos num palco de convenções segundo uma encenação não menos artificiosa do que a das telas de Boucher. Não houve maneira na boa sociedade desta época de raptar o amor à forma galante — Füssli foi o primeiro pintor a fazê-lo — e era o galante que naquela definição de beleza se opunha ao terror. Por isso Burke distinguiu o amor, a que atribuiu um carácter contemplativo e de certo modo melancólico, da paixão impulsionada pelo desejo, que definiu como «uma energia da mente»<sup>51</sup>.

No mundo do belo a mente podia repousar sem ameaças e os pobres tinham aí lugar desde que se apresentassem como figurantes pinturescos. Descrevendo um jardim ideal nos anos que precederam a revolução francesa, o príncipe de Ligne imaginou os trajes com que revestiria os seus pastores e as suas pastoras e os instrumentos musicais que lhes daria para tocarem enquanto vigiavam os rebanhos<sup>52</sup>. A ficção adquiria corpo e apagava-se a distinção entre sociedade real e artifício cénico. A propósito das celebrações de São Luís, quando a plebe parisiense era autorizada a penetrar nas Tuileries e a passear nos jardins do rei, Sébastien Mercier, um literato que soube antecipar o gosto burguês, observou que «todas as camadas sociais se confundem, o que varia o espectáculo e o torna vivo, pinturesco, curioso»<sup>53</sup>. Mas nas vésperas da grande revolução estas encenações, quando não eram simplesmente utópicas, como as do príncipe de Ligne, ocorriam apenas de maneira episódica. Dentro em pouco a plebe violaria os espaços da realeza e torná-los-ia públicos, ditando outras regras ao jogo e organizando festas cívicas, para desgosto da baronesa de Oberkirch, que nas suas *Mémoires* citou a filosofia de Rousseau e a nova arte dos jardins como as duas responsáveis pelos desastres da revolução<sup>54</sup>. Não devia ser ela a única com tal opinião, porque Alexandre de Laborde, num livro publicado em 1808, mencionou as pessoas que «atribuem os infortúnios da revolução a todas as mudanças introduzidas nos nossos costumes e mesmo nos nossos jardins». E apesar de seu pai, o marquês, ter sido guilhotinado durante o Terror, o filho era suficientemente sensato para observar que não seria necessário «voltar a passar pelas antigas alamedas para regressar às antigas instituições»<sup>55</sup>.

Do outro lado da Mancha, onde a burguesia impusera desde há muito não só os seus critérios estéticos mas as suas regras políticas também, o reverendo William Mason, poeta e amante de jardins, sugeriu aos donos das terras que vestissem de andrajos graciosos os filhos

<sup>51</sup> E. Burke (1998) 128.

<sup>52</sup> S. Le Ménahèze (2001) 168, 459.

<sup>53</sup> Citado em J. Starobinski (1964) 87.

<sup>54</sup> S. Le Ménahèze (2001) 123 n. 118.

<sup>55</sup> Citado em id., *ibid.*, 379 e 527.

das famílias miseráveis e os deixassem à solta entre as colinas e os riachos, as grutas e as ruínas<sup>56</sup>. E na França burguesa de Napoleão, o arquitecto Jean-Charles Krafft propôs que um ou outro casal de camponeses idosos, depois de uma vida de labuta ao serviço do proprietário, fossem alojados «numa choupana de estilo polaco», o que não deixaria de embelezar o jardim com mais «um efeito pinturesco»<sup>57</sup>. A pobreza legitimava-se pelo facto de ficar introduzida num meio rigorosamente pré-ordenado, onde os pobres podiam ser engraçados porque eram inofensivos sobreviventes de uma época já passada — e que nunca ocorrera. Os mesmos capitalistas que haviam proletariado os campos e convertido o artesanato em manufacturas fabris povoavam os seus lares com falsas recordações vivas de uma sociedade rural idílica que, se alguma vez houvesse existido, teriam sido eles os primeiros a aniquilar. Para expulsar a luta das classes do panorama convencional juntavam-se os jogos no espaço aos jogos do tempo e completava-se a ansiedade do sublime com o tranquilo deleite do belo.

No âmago da cultura burguesa esteve a contradição entre, por um lado, a modernidade económica e técnica e, por outro, a estética que a encobria. Foi impossível àquela cultura fundir com o presente os testemunhos das outras épocas e insuflar-lhes uma inspiração que os renovasse e transformasse. O passado tinha de ser mantido irremediavelmente obsoleto para que fosse eficaz na função que se lhe atribuía, a de distrair o presente. A sociedade burguesa foi a única, em toda a história de todo o mundo, a pretender preservar o passado arquitectónico, impedindo-o de evoluir organicamente e se articular com os novos estilos. Comparem-se duas gravuras de Piranesi. Uma mostra o teatro de Marcellus, em Roma, tal como existia na época, os restos do antigo edifício preenchidos com uma construção nova e o conjunto adaptado à habitação. Era como um enorme prédio circular de apartamentos, parcialmente decorado com relíquias clássicas. O *kitsch* pós-moderno adoraria. A outra gravura, uma antecipação do futuro, representa a ruína daquele conjunto. Não é o tema do futuro visto como uma ruína que me interessa agora destacar. O que me chamou a atenção foi o facto de as ruínas imaginadas por Piranesi se reduzirem aos restos da velha construção romana, sem que ele tivesse permitido a sobrevivência de nenhuns vestígios da adaptação do teatro a moradia. As devastações do tempo serviriam para restabelecer as hierarquias que o presente confundia, para liquidar pelo esquecimento um lugar povoado de gente e restaurar o teatro de Marcellus na sua dignidade de ruína inútil.

O paradoxo contido nestas duas gravuras de Piranesi, que consiste em congelar no tempo uma arquitectura que fora feita e acrescentada ao longo de séculos, tem aprisionado os protec-

<sup>56</sup> W. Sypher (1963) 88. Ver igualmente S. Le Ménahèze (2001) 457.

<sup>57</sup> Citado em S. Le Ménahèze (2001) 458.

tores do património. As operações de restauro constituem na prática uma involução das linhas do edifício, e mesmo as medidas de mera conservação representam, afinal, um corte abrupto no que até então havia sido uma ininterrupta evolução plástica. Porque à força de tanto ouvirmos falar do passado, quase esquecemos que para a cultura burguesa esse era um tempo sem espessura. Passado era a antiguidade e o gótico, as eras míticas dos gregos ou dos cataclismos bíblicos e os séculos, ainda bem próximos, da renascença e do começo do barroco. O passado resumia-se, afinal, à palavra com que se confundia uma multiplicidade de épocas e com que se ocultavam os elementos que em cada época anunciavam a sua transformação na época seguinte. O eclectismo que assinalou a grande maioria da arquitectura burguesa mostra que o passado era desestruturado no preciso momento em que se convertia em padrão estético absoluto. Por que razão, em qualquer edifício, será mais espúrio o acrescento recente do que o introduzido há alguns séculos atrás?



Giovanni Battista Piranesi, *Teatro de Marcellus*  
(c. 1749-1750)



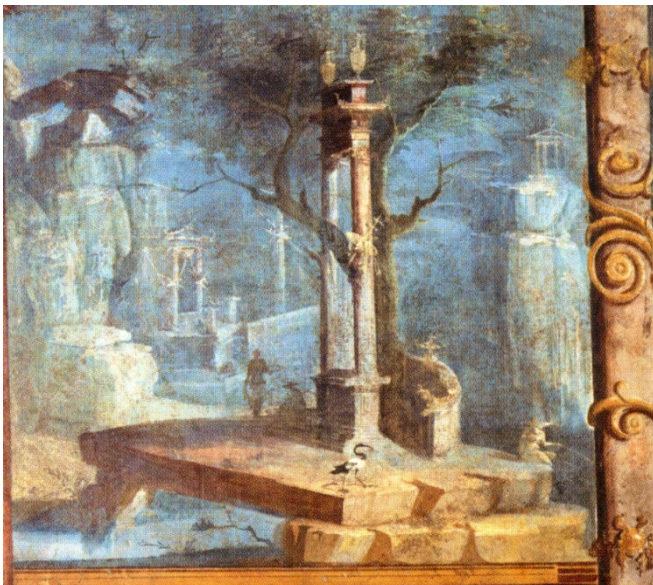
Giovanni Battista Piranesi, *Ruínas do Teatro de Marcellus*  
(?)

Do outro lado do Atlântico a mesma mentalidade recorria à invenção para superar a falta de uma tradição arquitectónica incluída na versão desejada da história, e o ex-presidente Thomas Jefferson imaginou empregar o elenco dos sucessivos estilos para construir cada uma das residências dos professores da Universidade de Virgínia, de maneira a fornecer às deambulações dos alunos uma espécie de museu<sup>58</sup>. Se isto nos der vontade de rir, devemos reflectir que não são diferentes as preocupações que presidem à política oficial de preservação dos monumentos, a ponto de se converterem bairros inteiros, aldeias, mesmo cidades em verdadeiros museus. O paradoxo atingiu proporções colossais. As fachadas são restauradas na traça originária ou noutra qualquer variante posterior que se achou por bem aceitar, quando não é numa versão ilegítimamente deduzida a partir de elementos documentais e arqueológicos insuficientes, e por força da

<sup>58</sup> E. Keyser (1965) 26.

lei conservadas naquele estado. E a coberto desta encenação, por detrás dos muros, as moradias são remodeladas e modernizam-se, paredes divisórias são derrubadas ou substituídas, montam-se chuveiros e latrinas confortáveis, enfim, a ficção torna-se habitável. A população que dentro das casas vive a sua vida própria, saída à rua transforma-se em figurantes, animando artificialmente aquele troço de tempo que a arbitrariedade dos restauros fixou. Em termos de história, é isto que a cultura burguesa teve para oferecer. Uma vida factícia entre ruínas, que o engenho da técnica mantém no estado de ruínas, absurdos testemunhos de caducidade e perenidade.

Como sempre sucede em arte, não se trata do objecto, mas do nosso olhar, e onde a ruína verdadeiramente existia era naquele presente que só conseguia afirmar-se quando imaginariamente defrontado com o pavor da sua destruição. Criada, a arte objectiva-se, destaca-se do autor e assume uma aparente vida própria, que é sempre a projecção de cada espectador na obra, a assimilação da obra pelos espectadores e, assim, a sua recriação. A autonomia da obra reside também na capacidade de suportar o acaso, as excrescências, as mutilações — a ruína. Pode inverter-se a frase e definir-se como artística a obra que for capaz não só de servir de espelho a cada um de nós, mas de integrar nas suas linhas, nos seus volumes, nas suas cores ou nos seus sons, as vicissitudes do tempo. A arte é contraditória, porque resulta do embate de uma obra com um olhar, e é contínua e interminável, porque o desgaste vai impondo outros contornos à sua forma. Aliás, teriam os romanos ruínas romanas? No Museu Arqueológico de Nápoles pude apreciar dois frescos do chamado *ekklesiasterion* do Templo de Ísis, de Pompeia, onde à primeira vista



*Ekklesiasterion* do Templo de Ísis, Pompeia  
(2ª metade do séc. I)

Para os romanos o tempo arruinava a natureza, mas nas obras do homem eles pensavam o perene, não o efémero.

deparamos com um espectáculo de ruínas e rochedos a que o romantismo haveria de nos habituar. Mas estas ruínas na verdade não o são, pois as construções, mesmo fragmentárias, aparecem como que feitas assim, e foram os rochedos a ser tratados à maneira do romantismo, com plantas a crescer nos interstícios das rochas e a contribuir para arruiná-las. O mesmo nos mostram outros frescos expostos naquele museu. Que árvores introduzisse os ramos no meio de arcos parece ter sido para os romanos daque-

la época um elemento estético comum, mas esses ramos não destruíam os arcos, só as rochas. O tempo arruinava a natureza, mas nas obras do homem os romanos pensavam o perene, não o efêmero. Nem sempre uma ruína é uma ruína, e pode ser vista de maneira diferente, enquanto fragmento, e suscitar uma atitude estética oposta. Estou em Londres perante os frisos do Par-ténon. Estes torsos semidestruídos não os vejo como antigas esculturas desmembradas, mas formas humanas que incessantemente irrompem da rocha, uma criação da vida. Que diferença poderia encontrar-se entre estes corpos mutilados e a *Pietà* inacabada de Michelangelo? Incom-pletos uns já, a outra ainda? Estão irmanados, nada os distingue, porque os corpos gregos escul-pidos no esplendor da sua glória viveram por si, assimilaram as destruições fortuitas, e o fruto da criação converteu-se em acto de criação. O que me surge ao olhar é o contrário de uma ruína, é o processo de passagem da rocha a forma humana.

#### 4. *Le Carceri e Los Desastres de la Guerra*

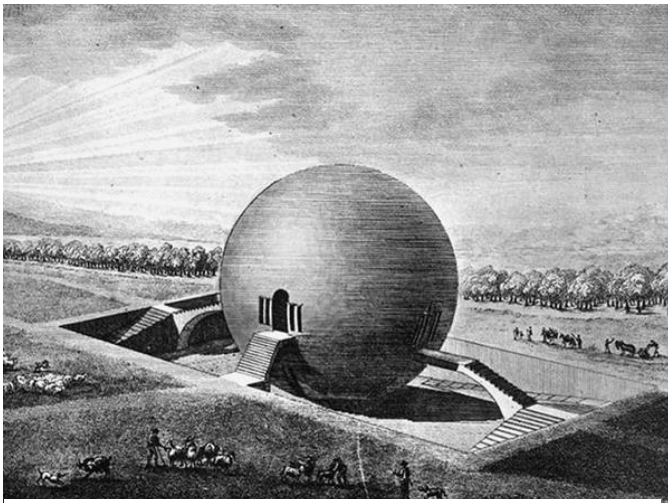
Seria por tanto desenhar e gravar ruínas, e por tão bem o fazer, que Giovanni Battista Piranesi conseguiu penetrar nelas e apercebê-las a partir do interior, desvendando-lhes as implica-ções ideológicas e transmitindo plasticamente as suas consequências? Suponho que não, porque os seus inúmeros colegas jamais conseguiram ver nas ruínas outra coisa e permaneceram grava-dores banais ou meramente conscienciosos, satisfazendo em massa os viajantes britânicos leva-dos a Itália pela compulsão social do *grand tour*. O certo é que na dupla série de dezasseis gravu-ras que compõem *Le Carceri d'Invenzione*<sup>59</sup> os escombros foram convertidos de arquitectura em urbanismo, de restos de edifícios em colossais metrópoles, e bastou esta ampliação para que ficassem esclarecidos não só os fundamentos civilizacionais do gosto pelas ruínas como a função última das cidades que essa estética haveria de construir. Aquelas não eram prisões comuns, estreitos calabouços onde se amontoassem prisioneiros. Os cárceres imaginados por Piranesi são escassamente povoados, sobretudo se tivermos em conta a abundância de planos que desdobram os percursos, e as poucas figuras de que nos apercebemos parecem a qualquer momento desva-necer-se, mal delineadas, esboçadas apenas, ou tão fugidias como a sombra em que se confun-dem. Quem aprisiona os cativos, se eles estão do lado de cá das grades, praticamente todos sem grilhetas nem amarras<sup>60</sup>, livres de circular pelas infinitas escadarias, pelo emaranhado de pontes,

<sup>59</sup> Entre ambas as séries houve uma década e meia de intervalo. Note-se que para duas gravuras da segun-da série não existem correspondentes na primeira série. A edição que sigo é G. B. Piranesi (1973).

<sup>60</sup> Na gravura do frontespício vê-se uma figura acorrentada, mas será pessoa ou estátua? De qualquer



Giovanni Battista Piranesi, *Le Carceri d'Invenzione*,  
gravura XIV da 2ª série (1761)  
Os cárceres são colossais labirintos de pedra.



Claude-Nicolas Ledoux,  
*Projecto de casa dos guardas agrícolas do parque de Maupertuis*  
(1789?)

Um urbanismo platónico que transformaria o arquitecto em déspota.

tuas ou altos-relevos que parece que a sua mera presença as converte em pedra. Naquela urbanização carcerária apaga-se o ser humano. É esta a forma suprema de aprisionamento, a perda de identidade de uma população de espectros, confundida nos gestos e atitudes com as estátuas e os ornamentos. Piranesi previu a época em que os habitantes da cidade seriam meros figurantes de uma paisagem geométrica.

Porque era de geometria que ali se tratava. Antes de Ledoux e Boullée terem idealizado um urbanismo platónico, projectando na escala desmesurada da sua arquitectura os arquétipos

por baixo dos arcos, sob as cúpulas? Os cárceres são colossais labirintos de pedra, que condenam quem os povoa a caminhar uma vida inteira sem escapar nunca ao espaço que delimitam, e a conjugação de diferentes perspectivas aumenta os meandros e cancela as possibilidades de fuga. Esta claustrofobia correspondia tanto às suas intenções que Piranesi acentuou-a na segunda série de gravuras, multiplicando os planos sobrepostos e entrecruzados, que filtram a luz e deixam o ambiente mais tenebroso ainda, onde o nosso olhar permanece irremissivelmente enclausurado. O grau supremo de realidade cabe àquelas massas monumentais que encerram o horizonte, e por contraste o traçado dos corpos nunca deixa de ser indeciso. Quando são desenhadas com detalhe as pessoas assemelham-se de tal maneira a estátuas

modo, a sua função estética é exclusivamente de escultura. O mesmo pode dizer-se da gravura V, sem correspondente na primeira série, onde o personagem amarrado com cordas parece petrificado e se confunde com o baixo-relevo da coluna que o sustenta. De resto, só na gravura II, existente apenas na segunda série, e em ambas as versões da gravura X se encontram corpos amarrados.



das formas puras e atribuindo um valor directamente simbólico à organização rigorosa dos espaços, já Piranesi mostrara como era inevitavelmente cruel multiplicar as formas geométricas na dimensão de um monumento sem fim. Para Ledoux e Boullée a construção dos edifícios seria apenas um aspecto de uma vasta organização social, erigindo-se o arquitecto de urbanista em déspota. O absolutismo tardio não teve fôlego para arcar com este projecto tecnocrático, como com nenhum outro, e foi o bonapartismo a esboçar pela primeira vez na prática, timidamente ainda, algumas ideias dos dois arquitectos. O exercício da razão, que a revolução francesa havia pretendido generalizar a cada um dos cidadãos, tornara-se entretanto um exclusivo do tirano, e por este motivo a escala dos edifícios e dos eixos urbanos ampliou-se desmedidamente. O monumentalismo geométrico exprime o avesso da razão, que passou a conceber o povo não como entes racionais, mas como simples objectos de uma racionalidade alheia. Se «o sono da razão gera monstros», não é menos monstruosa a razão desmesurada. Na dialéctica da sua história a revolução francesa converteu a razão concreta numa abstracta alienação da razão, mostrando que o irracionalismo pode ser gerado nos próprios termos da racionalidade. O humanismo racionalista não concebera outra escala senão a das pessoas, enquanto o despotismo da razão de Estado não encontra limites à ostentação colossal do seu rigor. Por isso os cárceres de Piranesi são uma cidade pensada como deserto, onde a população é obrigada a habitar, sem conseguir jamais deixar naquele dédalo uma marca humana.

Entendemos então que, despojada pelo déspota daquilo a que Dostoiévsky chamaria compaixão e transformada por isso num irracionalismo de pesadelo, a razão geométrica tendesse a multiplicar-se ilimitadamente e a converter os seus planos e elipses em células, prisões transparentes mas nem por isso menos eficazes. Não foi necessário aguardar que Boullée e Ledoux propusessem a extrema concisão das formas puras. Piranesi pôde encontrar todos os elementos dessa geometria nas curvas e planos das ruínas, tanto mais que o carácter incompleto das paredes, das colunas, dos arcos deixava a mente prolongá-los. Não se tratava já de imaginar as ruínas como uma arquitectura, mas de transpô-las para um verdadeiro urbanismo, e para tal a escala teve de ser ampliada e detalhes vulgares tornaram-se monumentos. Foi a monumentalidade que converteu em cárceres o que sem isso seriam escombros. Nestas proporções desmedidas, as correntes, os instrumentos de suplício, as lanças e roldanas perderam a função originária. É impossível usá-los para trucidar corpos, tornados minúsculos perante artefactos tamanhos. Os engenhos do horror expostos nos cárceres não servem para martirizar alguns indivíduos isolados<sup>61</sup>, mas para apavorar todos eles. São monumentos ameaçadores, que transformaram a

<sup>61</sup> Só na gravura II, que não tem correspondente na primeira série, deparamos com uma cena efectiva de

tortura numa presença iminente e eficaz, uma sombra a que ninguém foge.

Se nos *Carceri* Piranesi antecipou o carácter inumano de um urbanismo que levasse às conseqüências extremas a estética das ruínas, Goya denunciou nas oitenta e três gravuras incluídas em *Los Desastres de la Guerra*<sup>62</sup> a barbárie de uma humanidade capaz de se arruinar a ela própria. Aqui foram as mulheres e homens a requerer toda a atenção, destacando-se de fundos inexistentes ou sumariamente esboçados, céus nocturnos, paisagens desoladas, vagos edifícios. E que construções são essas? Arcos ou por vezes só a sua sombra, planos de muros descontinuos, restos de castelos, torres isoladas e o inevitável acompanhamento de tudo isto, as grutas, que são outros arcos naturais — é o clássico vocabulário das ruínas que serve de cenário a uma humanidade enlouquecida pela crueldade e pelo desespero. A própria natureza participa da perversão. Os troncos onde se amarram os prisioneiros, se enforcam, se empalam, se esquartejam são árvores mortas também, secas, decepadas.



Francisco de Goya, *Los Desastres de la Guerra* (1810-1815)  
gravura 3: *Lo mismo*

A que estranhas arquitecturas se submetem os montões de cadáveres! Nas lutas dos vivos Goya desenhou a circularidade dos gestos, que obriga o nosso olhar a repetir incessantemente o seu percurso e assegura assim a perenidade do movimento, definidora da vida. O carácter estático dos mortos vem-lhes de obedecerem a outra espécie de geometria, que faz os corpos sobre-porem-se em ângulos claramente visíveis ou lhes dispõe os membros numa



gravura 30: *Estragos de la guerra*

Nas lutas dos vivos há uma circularidade de gestos, mas o carácter estático dos mortos vem-lhes de outra geometria.

tortura. Os prisioneiros da gravura X, em ambas as séries, encontram-se amarrados, mas não estão sujeitos a nenhum engenho de suplício.

<sup>62</sup> A primeira edição, de 1863, contava oitenta gravuras, e três outras foram conhecidas posteriormente. Sigo aqui a edição F. Goya y Lucientes (1967).

inumana ortogonalidade<sup>63</sup>. Ao movimento circular dos vivos, criador de uma infinidade de geometrias concretas, frenéticas e sempre diferentes, Goya opôs a geometria da morte, linear e pura. Mas não é esta mesma a geometria da razão abstracta? É necessário morrer, ser trucidado, para corresponder ao ideal estético proposto pelo despotismo tecnocrático, tão bem encarnado por aquele burocrata demoníaco, cujas orelhas,



Francisco de Goya, *Los Desastres de la Guerra* (1810-1815)  
gravura 71: *Contra el bien general*  
Um burocrata demoníaco contabiliza o massacre.

que podiam ser de burro, são asas de morcego, e que minuciosamente contabiliza o massacre<sup>64</sup>. A racionalidade geométrica ficou denunciada como uma geometria dos mortos e portanto como um resultado da estética das ruínas.

A crítica de Goya não parou aqui. Aquelas duas geometrias não se opõem, uma é a consequência da outra. Não foi decerto por acaso que dos combates Goya preferiu representar o corpo a corpo, os amplos gestos de braço com que se manobram sabres e varapaus, punhais e machados, posicionando-se os combatentes como se participassem numa macabra dança de roda. E é este o maior desastre da guerra, que a circularidade do movimento sirva não para reproduzir a vida mas para provocar a morte e traçar com os cadáveres a geometria angulosa. Piranesi desvendou a monstruosidade de uma razão esquecida da sua razão de ser. Goya compreendeu que isso só podia resultar do pesadelo da razão<sup>65</sup>. Antes de a estética das ruínas se ter desenvolvido até atingir os limites extremos, já a arte crítica — e nunca esqueçamos que ela é sempre uma crítica pela arte, efectuada exclusivamente por meios formais, não discursivos — fora capaz de lhe denunciar os efeitos mais perversos.

<sup>63</sup> A angularidade dos cadáveres ou a ortogonalidade dos seus membros e dos corpos é uma regra geral, mas atinge uma expressão alucinante na gravura 30, *Estragos de la guerra*. Especialmente elucidativas são também a gravura 21, *Será lo mismo*, a gravura 33, *Qué hai que hacer mas?* e a gravura 37, *Esto es peor*.

<sup>64</sup> Gravura 71, *Contra el bien general*. Compare-se com o burocrata militar da gravura 65, *Qué alboroto es este?* Em ambos os casos a mesma atitude atenta e indiferente.

<sup>65</sup> Em *Los Caprichos*, a gravura 43, *El sueño de la razón produce monstruos*.

## 5. «Essa morte que é verdadeiramente o grande interesse da vida»

Nacionalismo agressivo de derrotados ou de vencedores frustrados do triunfo, o fascismo não podia deixar de ser uma política vocacionada para a guerra, descobrindo aí a paradoxal gênese da vida pela morte. «Precisamos de lembrar que o desprezo pela morte é o máximo factor de vida», proclamara Corradini nas vésperas da Grande Guerra<sup>66</sup>. «Somente a guerra pode levar todas as energias humanas à máxima tensão», escreveu Mussolini, «imprimindo um cunho de nobreza nos povos que têm a virtude de enfrentá-la. Todas as outras provas reduzem-se a meros substitutos, que jamais colocam o homem, frente a frente consigo mesmo, na alternativa da vida e da morte»<sup>67</sup>. É curiosa a convergência do Duce com as ideias que na mesma ocasião Julius Evola expunha no jornal dirigido por Farinacci, onde afirmava que para a casta superior, aquela elite espiritual que está acima dos guerreiros, da burguesia e dos escravos, a guerra «permite um conhecimento transfigurante da vida, a vida consoante a morte». E se Mussolini referia a «máxima tensão» originada pela guerra, Evola ia além, já que para ele tudo devia ser entendido numa perspectiva ao mesmo tempo transcendente e espiritual. «[...] a única culpa ou pecado é uma situação de vontade incompleta, de uma acção que, no seu íntimo, está ainda longe dos cumes onde a nossa vida importa tão pouco como a dos outros e nenhum padrão humano tem já qualquer valor». A morte era considerada como uma ascese, era a própria realização da vida, e Evola evocava a tradição indo-europeia, «na qual são recorrentes os temas da sacralidade da guerra e do herói que não morre verdadeiramente mas passa a integrar um exército místico numa batalha cósmica [...]»<sup>68</sup>. Passados quatro anos, com a Itália prestes a entrar na guerra mundial, depois de afirmar que «a experiência do perigo, do combate, da tensão dolorosa deve constituir para o indivíduo um desses auges íntimos em que a extrema intensidade da vida (enquanto elemento biológico) é quase transformada em algo acima-da-vida (o elemento suprabiológico)», Evola resumiu: «Mesmo a morte — a morte no campo de batalha — converte-se, a este respeito, em testemunho da vida [...]»<sup>69</sup>. Tomando corpo nos campos de batalha da primeira guerra mundial, alimentado pelos anseios de desforra, cimentado pela aplicação à vida civil dos fardamentos, da agressividade e da disciplina militar, era inevitável que o fascismo fizesse a apologia da morte.

<sup>66</sup> Citado em E. Gentile (2010) 40.

<sup>67</sup> B. Mussolini (1935) 22. Ver também Ch. F. Delzell (org. 1971) 99.

<sup>68</sup> Estas ideias foram expostas por Julius Evola em *Il Regime Fascista*, 25 de Maio, 8 de Junho, 9 de Julho, 21 de Julho e 13 de Agosto de 1935, e encontram-se em J. Evola (2011) 21 e segs. As passagens citadas são extraídas, respectivamente, dos artigos «Sulle Forme dell'Eroismo Guerriero», 25 de Maio de 1935, «Metafisica della Guerra», 13 de Agosto de 1935 e «Sacrità della Guerra», 8 de Junho de 1935, em id., *ibid.*, 21, 49 e 34.

<sup>69</sup> Julius Evola, «Due Eroismi», *La Difesa della Razza*, 20 de Novembro de 1939, em id., *ibid.*, 74, 75.

Não foi só no plano político, graças à convivência do liberalismo, que o fascismo se relacionou com a cultura burguesa. Muito mais profundamente, ao assumir o culto da morte como horizonte ideológico último o fascismo foi o herdeiro daquela estética das ruínas que conferira à hegemonia cultural da burguesia os traços mais marcantes. E quando um historiador mencionou «o nacionalismo orgânico de Rousseau, para quem a nação, constituída pelos mortos, pelos vivos e por todos aqueles que estavam ainda por nascer, obedecia idealmente a uma vontade geral que podia ser melhor definida como uma revelação de carácter especial»<sup>70</sup>, este foi outro dos fios de um tecido muito denso a ligar à tradição liberal os temas do necrófilo irracionalismo fascista. Rousseau, que contribuíra com o seu túmulo para ornamentar de vestígios fúnebres um daqueles jardins de estilo inglês de que havia feito a apologia, idealizou a nação como uma dança macabra em que mortos e vindouros davam as mãos sem sabermos onde se começava e onde se acabava, se na vida ou na morte, de tão emparelhadas que estavam. Será que António Sardinha, mentor e poeta do Integralismo Lusitano, que odiava o século das luzes e o século dos parlamentos, sabia que estava a seguir a tradição de Rousseau ao defender que as maiorias democráticas eram uma aparência enganadora porque contavam só com a opinião dos vivos e não com a dos mortos, apesar de serem estes quem principalmente constituía a substância da pátria<sup>71</sup>? Na outra ponta da Europa Codreanu explicou que «quando falamos da nação romena não nos referimos apenas aos romenos que vivem no mesmo território, partilham o mesmo passado e o mesmo futuro, o mesmo vestuário, mas a todos os romenos, vivos e mortos, que viveram nesta terra desde o começo da história e aqui viverão também no futuro»<sup>72</sup>. Já num texto de 1922 ele confessara que «tive sempre a sensação de que toda a raça assenta nos nossos ombros, os que estão vivos e aqueles que morreram pela Pátria e todo o nosso futuro [...]»<sup>73</sup>. A noção de que «as diversas sociedades existentes na terra são verdadeiros organismos dotados de uma vida que transcende em muito a dos indivíduos e se prolonga por séculos e milénios» foi também expressa numa proclamação da Associação Nacionalista Italiana em 1920, embora curiosamente fossem evocadas «todas as centenas de milhares de milhões de italianos que hão-de viver nos séculos futuros» e se omitissem as que haviam vivido no passado<sup>74</sup>; mas é certo que para os vindouros os vivos de hoje constituiriam o peso dos defuntos. Que estranhos encontros políticos, à sombra das ruínas! E talvez a convergência fosse mais ampla. Pondo o seu espírito cáustico ao serviço de um rigoroso

<sup>70</sup> E. Weber (1964) 7. Ver igualmente A. J. Gregor (2005) 269-272 e J. B. Whisker (1983) 12.

<sup>71</sup> A. C. Martins (1969) 131.

<sup>72</sup> C. Z. Codreanu (1976) 217.

<sup>73</sup> Citado em J. Evola (2004).

<sup>74</sup> Antologado em R. Griffin (org. 1995) 37-38.

dom de síntese, Bertrand Russell não receou escrever que «Hitler é um resultado de Rousseau»<sup>75</sup>, exactamente o mesmo que Victor Klemperer, estudioso da cultura francesa, consignou no seu diário: «O desmascaramento póstumo de Rousseau chama-se Hitler»<sup>76</sup>. O grande ideólogo do liberalismo antecipara a cultura fascista nos seus dois parâmetros mórbidos, o cenário de ruínas e a imanência dos mortos nos vivos, cabendo ao chefe político intuir a «revelação de carácter especial» que resultaria da perenidade das gerações.

Quando classificou como irremediavelmente fascista a mistura de activismo e de pessimismo, André Malraux estava na verdade a indicar o fascínio que a morte exercia sobre os fascistas<sup>77</sup>. Nas trincheiras «floresciam os obuses, e essa morte que é verdadeiramente o grande interesse da vida», escreveu Drieu La Rochelle<sup>78</sup>, que sentia pela morte a mesma sedução que o atraía ao fascismo e afinal sucumbiu a ambos. E já que os chefes fascistas se exercitavam na política como uma arte, a guerra era apresentada também enquanto festival estético. Comentando um filme realizado em 1941 por Karl Ritter, que se pretendia uma epopeia da Luftwaffe, escreveram dois historiadores do cinema: «[...] *Stukas* tem um certo ar de opereta guerreira, servindo-lhe de refrão o ronco das esquadrilhas e a explosão das bombas. A começar pela partitura triunfal de Herbert Windt [...] e a terminar no grande *ballet* final, a guerra torna-se música e o artista é aquele que sabe matar»<sup>79</sup>.

Se o heroísmo se revela na presença da morte, não podia haver uma distância ideológica maior do que aquela que separava o herói fascista do herói marxista. Mesmo isolado, massacrado por um adversário mil vezes mais poderoso, o herói marxista estava confiante de que se inseria nos destinos da história. Ele nunca era um mártir de causas perdidas, porque se tratava apenas de vitórias adiadas. Malgrado as aparências, mesmo o mais corajoso dos marxistas não foi inspirado pelo heroísmo, mas pelo curso da história. Por isso os marxistas sentiam a necessidade íntima de profetizar para amanhã a crise derradeira do capitalismo, e a história do marxismo foi a

<sup>75</sup> B. Russell (2004) 654. Ver em geral as págs. 654-669.

<sup>76</sup> Esta frase, de 19 de Julho de 1937, encontra-se em M. Chalmers (org. 2006 a) 268. Ainda acerca de Rousseau como inspirador do Terceiro Reich ver id., *ibid.*, 209 e 468. E ver no capítulo 2 da Parte 2 as nn. 1 a 5.

<sup>77</sup> Creio que teve razão R. Jervis (2010) 26 ao escrever que «a mais perigosa combinação de convicções é o optimismo a curto prazo associado ao pessimismo a longo prazo [...]». Com efeito, Manuel, em *L'Espoir*, diz que «um homem ao mesmo tempo activo e pessimista é ou será fascista, a não ser que uma fidelidade o sustente». Ver A. Malraux (1983) 198. Ora, R. Soucy (1970) 86 observou que aquela passagem de *L'Espoir* se aplicava perfeitamente a Drieu La Rochelle. Sendo assim, devemos reflectir nas implicações da caracterização do círculo de Gramsci a que procedeu E. Santarelli (1981) I 136, quando referiu «aquele optimismo da vontade e aquele pessimismo da inteligência em que se tinha formado, no drama da revolução derrotada, o grupo do *Ordine Nuovo*». Por outro lado, W. Lepenies (2006) 165 indicou que Raymond Aron aprendeu com Max Weber uma visão do mundo que ele denominava «pessimismo activo». São estes os labirintos.

<sup>78</sup> P. Drieu La Rochelle (1988) 38.

<sup>79</sup> P. Cadars et al. (1972) 210.

história de previsões falhadas, mas indispensáveis para os convencer de que as derrotas eram simples adiamentos. A morte, para o combatente marxista, era um acidente de percurso, com o inconveniente, é certo, de o afectar a ele, mas sem nenhuma consequência no único plano onde a verdadeira luta se travava, o das grandes determinações históricas. Pelo contrário, o herói fascista caminhou ao arpejo da história, e foi da inelutabilidade da catástrofe que extraiu a força das suas convicções. Como proclamou um dos órgãos do fascismo britânico, «nós temos a esperança dos homens condenados»<sup>80</sup>. Ao analisar o pensamento de Giovanni Gentile, um crítico soviético destacou que a liberdade consistia para o maior filósofo do fascismo italiano na resistência subjectiva à necessidade histórica objectiva<sup>81</sup>, e muitos anos depois um historiador britânico detectou na psicologia de Hitler um «desafio ao destino»<sup>82</sup>. «Só aquele que luta contra o destino pode ser dotado de uma boa intuição», declarou o Führer em Novembro de 1939<sup>83</sup>. A mesma postura foi atribuída a Mussolini por um literato fascista, quando considerou que o Duce se opunha «ao obstrucionismo das forças sobrenaturais» e que «tal como certos personagens lendários, trava uma luta permanente contra os mitos». O «espectáculo viril, mussoliniano» contrastava com os povos «apegados ao bem-estar quotidiano a ponto de terem perdido toda a ideia da morte». Mas se aquele escritor considerou a verdadeira atitude fascista como uma «revolta contra a inutilidade da vida»<sup>84</sup>, temos de concluir que a vida encontrava na morte a sua utilidade. Enquanto para o herói marxista a morte era um caso individual, ela era o próprio drama histórico para o herói fascista.

Afinal, viver contra a história era recusar o predomínio da massa e neste elitismo encontrou o fascismo a sua razão suprema. Na prisão de Clairvaux, dois fascistas franceses a quem a condenação à morte fora comutada registaram os seus diálogos ao longo do ano de 1950, e entre os motivos que os haviam levado a ser fascistas Pierre-Antoine Cousteau recordou «a possibilidade de inverter<sup>85</sup> aquilo a que os progressistas chamam o curso da história». «Sim», confirmou Lucien Rebatet, «foi uma esperança que justificou inteiramente a nossa acção». A derrota, e a derrota última, a morte, serviam para validar uma postura na vida. «Os marxistas com caspa e os sartrianos de camisa aos quadrados», acrescentou Cousteau, «dão-me uma certa vontade de ir

<sup>80</sup> Esta frase de um artigo em *Blackshirt*, Setembro de 1933, vem citada em R. P. Dutt (1936) 340.

<sup>81</sup> B. Bikhovsky num artigo publicado em 1931 e referido em B. R. Lopukhov (1965) 254-255. Com efeito, sendo o acto de pensar, para Gentile, o único real concreto e a norma incondicionada de toda a filosofia, aquele acto não obedeceria a condições nem a limites pré-estabelecidos, tratando-se de um acto livre. Ver a este respeito R. W. Holmes (1937) 91, 106 e 166.

<sup>82</sup> A. Beevor (2010) 31.

<sup>83</sup> Esta passagem do discurso proferido por Hitler em 23 de Novembro de 1939 perante duzentas altas patentes das forças armadas encontra-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 157.

<sup>84</sup> A. Aniante (1933) 47, 198.

<sup>85</sup> Cousteau falou em «renverser», que tanto pode significar *inverter* como *derrubar*.

ao proferirem o termo com uma veneração supersticiosa. *To be or not to be* no curso da História! Amaldiçoados sejam os que caminham em sentido contrário! [...] Como se a História tivesse um sentido!». Por isso ele pôde confessar que «tenho a paixão das causas perdidas». «Quando me debruço sobre o passado, tenho a sensação de não ter sido derrotado apenas nesta guerra, mas de ter sido sempre derrotado», concluiu Cousteau. «Ah! É fácil aos nossos inimigos insultarem-nos dizendo que a história nos esmaga! [...] A respeitabilidade de uma causa política pode medir-se pela dimensão dos seus fracassos materiais»<sup>86</sup>.

Entre os colaboracionistas da Paris ocupada pelas tropas do Reich havia todo o tipo de gente, como em geral sucede por todo o lado, havia os oportunistas de ocasião ou os manhosos a prazo ou os que não viam na política do dia mais do que o negócio de sempre, mas havia também os outros, os fidedignos, e foram estes que perante a iminência da catástrofe radicalizaram as posições e extremaram as atitudes. Pierre-Antoine Cousteau foi um deles, substituindo Brasillach em 1943 na direcção do *Je Suis Partout*, precisamente quando a derrota do Reich se afigurava cada dia mais certa. E quando Georges Oltramare, o ubíquo fascista suiço que foi um notável agente internacional, organizou no Cercle Aryen de Paris, em Abril de 1944, o Banquete dos Condenados à Morte<sup>87</sup>, que outra coisa estavam a fazer ele e os seus comensais senão a desafiar a história? Exactamente um ano depois, em Abril de 1945, uma centena de homens que restava do que havia sido a divisão SS francesa conseguiu penetrar em Berlim, rodeada por tropas soviéticas, para participar e morrer na inútil batalha final<sup>88</sup>. Era acerca de pessoas assim que um semanário fascista britânico reivindicara «o direito que pertence a qualquer combatente corajoso de lutar por uma causa, ainda que ela pareça perdida»<sup>89</sup>. O desprezo pela história constituiu a forma suprema do desdém da elite pelas massas. Se para o fascismo o juízo da maioria não era um critério, também não o era o veredicto dos acontecimentos. Por isso, nos derradeiros meses da guerra, ao mesmo tempo que se multiplicavam as deserções entre os soldados da Wehrmacht, afluíam a Berlim aqueles fascistas estrangeiros dos SS que viam na derrota militar o seu triunfo espiritual<sup>90</sup>. Para eles, observou um historiador, «o gesto era mais importante do que o facto»<sup>91</sup>. Esta aristocracia do comportamento explica, entre tantos exemplos, o percurso do jornalista Jean Fontenoy, socialista primeiro, comunista depois, agente do Komintern, correspondente de uma

<sup>86</sup> L. Rebatet et al. (1999) 60, 187, 118, 194 e 195, respectivamente.

<sup>87</sup> G. Oltramare (1956) 201. Ver igualmente P. Ory (1976) 53. Ter-se-iam eles inspirado no nome dado por Marco António e Cleópatra àquela associação de extravagantes que fundaram em Alexandria quando estavam já à beira da catástrofe, *Os que estão prestes a morrer juntos?* Ver R. Lane Fox (2013) 451.

<sup>88</sup> A. Beevor et al. (2012) 62-63.

<sup>89</sup> Esta passagem de um artigo de *Fascist Week*, Janeiro de 1934, está citada em R. P. Dutt (1936) 340.

<sup>90</sup> A. Beevor (2017) 116, 256, 290, 350-351, 366.

<sup>91</sup> Id., *ibid.*, 351.



grande agência de informação em Moscovo e Xangai, que abandona o PCF, participa desde 1937 ou 1938 até ao começo de 1939 no PPF de Doriot, em 1939 e 1940 alista-se como voluntário no exército finlandês por ocasião da guerra contra a União Soviética e, regressado a Paris, num vertiginoso torvelinho ajuda a reorganizar o PPF, é adjunto de Deloncle na criação do MSR, associa-se à fundação do RNP de Déat, oscila por uns tempos entre Laval e Deloncle, escreve numa multiplicidade de jornais do colaboracionismo da capital, tornando-se um alvo tão exposto que chega a correr o boato de que havia sido assassinado, parte para a frente leste com a Légion des Volontaires Français, é nomeado por Vichy director-geral adjunto da Informação, retira para o Reich em Agosto de 1944, para estar em Berlim nos últimos dias, vestindo um uniforme germânico e morrendo durante os já inteiramente inúteis combates contra as tropas soviéticas<sup>92</sup>. Esta vida ao arrepio da história, esta corrida para a morte, fez do herói fascista o último dos românticos, o que — entenda-se — não é um elogio aos fascistas, mas uma crítica aos românticos.

Cada tipo de fascismo louvou a morte à sua maneira, inspirando-se no fundo inesgotável de realidades ou invenções heróicas de que cada país dispõe e criando outros tantos mitos de última hora, para não arrefecer o entusiasmo. «Viver perigosamente», proclamara Mussolini num eco de Nietzsche<sup>93</sup>, e o seu regime adoptou o tema futurista da guerra enquanto expressão máxima da máquina e da velocidade, o fragor da batalha confundido com o barulho dinâmico dos motores, exaltando-a como um desafio ao futuro. «Morrer de cara voltada para o sol», disse o Duce no seu último discurso aos derradeiros fiéis, cinco dias antes de ser fuzilado<sup>94</sup>. No pólo oposto das sensibilidades estéticas, a guerra surgiu aos partidários de Hitler como a imanência do passado, a voz dos mortos clamando fidelidade ao sangue, e foi enterrado no seu bunker, como numa enorme sepultura, que o Führer se suicidou<sup>95</sup>. O fascínio da morte para o fascismo racista

<sup>92</sup> Ph. Bourdrel (1992) 296; Ph. Burrin (1986) 389; O. Dard (1998) 239 n. 149; D. Orlow (2009) 136; P. Ory (1976) 58, 99, 100, 131, 242; Ph. Randa (1997) 512-515; D. Wolf (1969) 190, 224, 342. Philippe Burrin, op. cit., 387 situou Fontenoy em Outubro de 1940 ainda na órbita de Doriot. Note-se que durante a *drôle de guerre* o auxílio à Finlândia foi uma das causas que mais entusiasmaram a extrema-direita francesa, que procurava não encetar hostilidades contra o Reich e ao mesmo tempo combater a União Soviética, apesar de ambos os países serem então aliados e de ter sido Berlim, não Moscovo, a declarar guerra à França. Quanto à morte de Fontenoy, leio em Dieter Wolf, op. cit., 190 que ele se teria suicidado quando as tropas soviéticas penetraram na capital do Reich, e com efeito é esta a versão apresentada por Raymond Abellio, citado por Philippe Randa, op. cit., 515.

<sup>93</sup> Citado em H. J. Burgwyn (2012) 214, J. Golomb et al. (2002) 15 e M. Sznajder (2002) 429. W. Müller-Lauter (2002) 94-95 pretendeu mostrar que aquelas duas palavras haviam sido usadas por Nietzsche numa acepção diferente da que Mussolini lhes deu, mas D. W. Conway (2002) 296 reconheceu que «Mussolini foi um discípulo ávido dos ensinamentos de Nietzsche», embora acrescentasse (pág. 297) que «Mussolini nem o leu com cuidado nem o leu bem». Pelo contrário, Mario Sznajder, op. cit., 417 e segs. mostrou que o jovem Mussolini tinha lido muito Nietzsche e sido profundamente influenciado por ele ao longo de toda a sua acção política. No mesmo sentido R. Wolin (2004) 98, depois de considerar que «um dos mais bem guardados segredos da história intelectual do século XX é o de saber até que ponto o Duce era um conhecedor e admirador de Nietzsche», concluiu (págs. 98-102) que Mussolini revira e interpretara Marx à luz de Nietzsche. Ver ainda a n. 58 do capítulo 5 da Parte 2.

<sup>94</sup> Citado em E. Santarelli (1981) II 578.

<sup>95</sup> Este contraste foi sublinhado por J. C. Fest (1974) 1286.

situava-se no passado, porque o racismo consiste numa determinação dos vivos pelos mortos, e era entre os mortos que os vivos encontravam explicação e razão de ser. Para o fascismo social, porém, tal como a Itália o conheceu, a morte projectava para o futuro a sua sedução. Nestes termos o fascista era um inovador que se precipitava contra a sua época, não o reconstrutor de um eterno passado, e para ele a morte tinha o mesmo atractivo que para o *dandy*, resultando da distância irónica com que observava a história e o lugar de cada um nela. A estas duas perspectivas inversas, lançada uma em direcção ao sol escaldante do futuro, a outra iluminada pela palidez fria e lunar, oferecia-se um só objecto de visão, o mesmo que a sociedade burguesa havia obsessivamente contemplado — as ruínas.

## 6. Itália: «Só gostamos do sangue quando o vemos jorrar das artérias»

«Dinâmico e agressivo, o futurismo tem agora a sua realização plena na grande guerra mundial, que ele — e ele somente — previu e glorificou antes de se ter desencadeado», proclamou Marinetti num apelo dirigido aos estudantes no final de 1914. «*A guerra actual é o mais belo poema futurista que jamais se viu. O futurismo significava precisamente a irrupção da guerra na arte [...]* O futurismo era a militarização dos artistas inovadores. Estamos hoje a presenciar uma imensa explosão futurista de contextos dinâmicos e agressivos [...]»<sup>96</sup>. Da arte como guerra até à guerra como arte, foi o percurso do seu movimento que Marinetti traçou.

Desde o primeiro instante que a sedução da morte estivera contida na apologia futurista da velocidade. Quando lançou o movimento, no manifesto de 20 de Fevereiro de 1909, ao descrever o ímpeto que se apossou dele e dos seus companheiros, Marinetti evocou apenas os temas da morte, não um banal fim da vida, mas a morte enquanto conceito, com maiúscula, a grande mãe redentora e criativa. «[...] como jovens leões, nós perseguíamos a morte [...] Nada nos fazia desejar a morte, senão o desejo de nos vermos enfim livres do peso da nossa coragem!». O motor do veloz automóvel em que os amigos percorriam a noite «domesticava» a morte, e as carícias que trocavam com ela eram narradas com as palavras usadas habitualmente para descrever o encanto das damas da rua<sup>97</sup>. Estávamos ali muito longe dos guerreiros castos da mitologia nacional-socialista, e o «peso da [...] coragem» parecia ser do mesmo tipo da obsessão do desejo, possível de descarregar em lupanares. No mesmo gesto com que proclamou o seu «desprezo

<sup>96</sup> F. T. Marinetti, *Manifesto agli Studenti*, 29 de Novembro de 1914, antologado em R. Griffin (org. 1995) 26 (sub. orig.).

<sup>97</sup> F. T. Marinetti, *Premier Manifeste du Futurisme*, 20 de Fevereiro de 1909, em id. (1911) 143-144.

pela mulher, condição essencial da existência do herói moderno»<sup>98</sup>, o poeta da velocidade e da agressão exaltou a guerra. «Decerto, o nosso vigor exige a guerra e despreza as mulheres»<sup>99</sup>. A guerra, a melhor das ginásticas. «Queremos celebrar a guerra — única higiene do mundo [...]»<sup>100</sup>.

«Cada dia que passa», escreveram Marinetti e alguns outros em Setembro de 1916, «a conflagração vai animando mais a sensibilidade europeia»<sup>101</sup>. Só mediante um considerável esforço de imaginação, porém, seria possível tomar como exemplo de dinamismo uma guerra que se imobilizara nas trincheiras. A não ser que o dinamismo fosse apenas o da metralha que de um e outro lado era projectada sobre aquela humanidade enterrada e estagnante. Num dos seus mais importantes manifestos, em que proclamou o «esplendor geométrico e mecânico», Marinetti prometeu: «Nós destruímos sistematicamente o “eu” literário, para o dispersar pela vibração universal [...] E assim a poesia das forças cósmicas suplanta a poesia do humano». Estilisticamente este efeito obter-se-ia mediante o uso do infinitivo. «O infinitivo é a paixão do *eu* a abandonar-se para se transformar em *todos* [...]». Mas podia chegar-se ao mesmo resultado, de maneira mais drástica e com muito maior amplitude, através de uma gramática de outro tipo. «De facto, eu constatei na bateria de Suni, em Sidi-Messri, em Outubro de 1911, que o voo brilhante e agressivo de uma bala de canhão, aquecida ao rubro pelo sol e impelida velozmente pelo fogo, tornava quase indiferente o espectáculo da carne humana dilacerada e moribunda»<sup>102</sup>. Neste caso foi a bala e não o infinitivo a destruir o «*eu* literário» e a precipitá-lo nas «forças cósmicas». A guerra, com as suas máquinas de morte, era o acto criador do supremo poema.

Já na proclamação fundadora do futurismo Marinetti confundira sob as mesmas apóstrofes exaltadas a excitação das multidões, percorridas pelo prazer ou na fúria da revolução, e a violência da luz eléctrica nas noites cosmopolitas, o faiscar dos motores, a estridência das máquinas<sup>103</sup>. Houve uma certa ingenuidade em propor como maneira de viver da nova geração o estilo de funcionamento das técnicas modernas, por isso as destruidoras máquinas de guerra puderam ser vistas como o estádio superlativo da civilização industrial. Mas não culpemos o futurismo. Esta ingenuidade, como Wyndham Lewis notara (no capítulo 4 da Parte 1), decorria do próprio atraso

<sup>98</sup> Id. (1911) 4.

<sup>99</sup> Id., *Tuons le Clair de Lune!! Second Manifeste Futuriste*, em id. (1911) 156.

<sup>100</sup> Id., *Premier Manifeste du Futurisme*, 20 de Fevereiro de 1909, em id. (1911) 148. Também Carl Diem, que no Terceiro Reich organizou as Olimpíadas de 1936 e que de 1938 até 1945 dirigiu o Instituto Olímpico Internacional de Berlim, afirmara, ainda durante a república de Weimar, que «o desporto é uma batalha». Ver A. Kaes et al. (orgs. 1995) 681.

<sup>101</sup> F. T. Marinetti, Bruno Corra, Emilio Settimelli, Arnaldo Ginna, Giacomo Balla e Remo Chiti, *The Futurist Cinema*, em U. Apollonio (org. 1973) 207.

<sup>102</sup> F. T. Marinetti, *Geometric and Mechanical Splendour and the Numerical Sensibility*, Março-Abril de 1914, em id., *ibid.*, 154-159 (subs. orig.).

<sup>103</sup> F. T. Marinetti, *Premier Manifeste du Futurisme*, 20 de Fevereiro de 1909, em id. (1911) 148-149.

económico da Itália. Ao subsumirem o homem à máquina, Marinetti e os seus discípulos estavam a criar a estética de uma sociedade mecânica que viam nascer, mas que era para os vorticistas ingleses um mundo já antigo. Se o futurismo teve como razão de ser a descoberta artística da civilização industrial, então os futuristas podiam encarregar directamente as máquinas militares de escrever o louvor e a celebração da morte.

E foi aqui que o paradoxo surgiu, porque em substituição dos museus, das bibliotecas e das academias, que pretendiam encerrar, e para corrigirem o pendor arqueológico, de que escarneciam com jovial crueldade<sup>104</sup>, que tinham os futuristas para oferecer? Na *Destruição da Sintaxe...* Marinetti evocou «uma zona de vida intensa», onde incluiu «revolução, guerra, naufrágio, terramoto e muito mais»<sup>105</sup>. Nada senão a catástrofe podia marcar com um traço comum acontecimentos tão diversos, e a «vida intensa» seria, então, equivalente à morte em massa. Contra a morte congelada no tempo pela estética burguesa das ruínas, Marinetti e os seus companheiros propunham uma morte novíssima, uma antecipação célere do futuro. A audácia de que se reclamavam, e que inegavelmente tinham, definia o orgulho de serem jovens. «Os mais velhos de nós têm trinta anos [...]»<sup>106</sup>. A morte que diziam procurar não se encontrava no termo da vida, mas no seu começo. «Só gostamos do sangue quando o vemos jorrar das artérias [...]»<sup>107</sup>. E ainda: «Escutem bem, que o sangue só adquire valor e esplendor quando o ferro ou o fogo o libertam do cárcere das artérias!»<sup>108</sup>. Tinha sem dúvida aprendido a lição do futurismo aquele chefe *squadrista* de Lucca que em 1921, no funeral de um companheiro, proclamou: «Oh Santíssima Trindade, nascida do sangue: o vosso sangue, o nosso sangue. As veias esvaziaram-se do seu fluido mais vital para criar uma nova fonte baptismal: o cálice pleno da sua dádiva escarlate»<sup>109</sup>. Mais matinal ainda, a morte deveria surgir no próprio despontar da vida. «Que tal vos parece, por exemplo, aquele projecto futurista que consiste em fazer adoptar por todas as escolas um curso regular de riscos e perigos físicos? Voluntariamente ou à força, as crianças seriam postas perante a necessidade de enfrentar permanentemente uma série de perigos, cada um mais aterrador do que o outro, habilmente preparados e sempre imprevistos, como, por exemplo, incêndios, afogamentos, desabamentos de tectos e outros acidentes»<sup>110</sup>. Neste jardim de delícias as iniciativas lúdicas consistiriam em bizarras versões letais das *farces et attrapes*, «enormes brinquedos, perigosos e

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, 149-151.

<sup>105</sup> Id., *Destruction of Syntax – Imagination without Strings – Words-in-Freedom*, 11 de Maio de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 98.

<sup>106</sup> F. T. Marinetti *Premier Manifeste du Futurisme*, 20 de Fevereiro de 1909, em id. (1911) 151, 153.

<sup>107</sup> Id. (1911) 101.

<sup>108</sup> Id., *Tuons le Clair de Lune!! Second Manifeste Futuriste*, em id. (1911) 159.

<sup>109</sup> Citado em M. Mann (2004) 98-99.

<sup>110</sup> F. T. Marinetti (1911) 99-100.

agressivos, para funcionarem fora de casa»<sup>111</sup>.

Eram os termos da escolha, ou preservar as ruínas do passado e fazer delas o templo de uma arte acabada ou arruinar o presente e converter este gesto destruidor numa aproximação estética do futuro. As ruínas foram o horizonte único de qualquer das opções do fascismo.

## 7. Alemanha: «Talvez a morte seja o único acontecimento da vida»

Com o nacional-socialismo a estética das ruínas alcançou o estádio supremo. Não se tratava já de manufacturar ruínas nem de fantasiar os edifícios actuais como escombros num incerto tempo futuro. A própria técnica de construção dos monumentos considerados historicamente relevantes foi alterada de maneira a garantir que muito mais tarde, mil anos depois, restariam na forma de ruínas imponentes, para ilustração e entusiasmo dos séculos. Quando visitou Roma em Maio de 1938 o Führer demorou-se na apreciação das ruínas e, como pode calcular-se, foi prolixo nas questões arquitectónicas. «[...] a preocupação essencial manifestada no que dizia era a solidez, a eternidade da construção», registou um arqueólogo italiano que o acompanhara. «Não afirmou que tinha a intenção de construir para o Milénio Nazi, mas percebia-se em tudo esta sua ideia fixa»<sup>112</sup>.

«Hitler gostava de explicar que as suas construções se destinavam a legar à posteridade o génio da sua época», contou Albert Speer, que de 1933 até 1942 foi o arquitecto particular do Führer e o seu confidente nas questões estéticas. «Porque, afinal, só os grandes monumentos recordam as grandes épocas da história. [...] Ele pensava que na história de um povo existem sempre períodos de declínio, mas os monumentos que esse povo edificou testemunham então o seu antigo poderio. É claro que não basta este testemunho para criar as bases de um renascimento do espírito nacional. Mas quando, após um longo período de declínio, o espírito de grandeza nacional puder de novo ser glorificado, então esses monumentos ancestrais constituem o mais eloquente dos estímulos. [...] era necessário que os nossos edifícios pudessem, nos séculos futuros, falar à consciência da Alemanha. Na opinião de Hitler, era isto que dava valor a uma realização duradoura.

«Começámos imediatamente a preparação da esplanada de Nuremberga, porque queria-

<sup>111</sup> Giacomo Balla e Fortunato Depero, *Futurist Reconstruction of the Universe*, 11 de Março de 1915, em U. Apollonio (org. 1973) 199.

<sup>112</sup> Citado em E. Gentile (2010) 147.

mos pelo menos ter a tribuna pronta para o próximo congresso do partido. Para construir a nova tribuna foi necessário primeiro mudar para outro lugar uma garagem de carros eléctricos, dinamitando-se em seguida as estruturas de betão armado. Um dia, ao passar por ali, vi um emaranhado de hastes metálicas que se torciam em todas as direcções e começavam já a enferrujar. Não era difícil imaginar o aspecto que aquilo em breve apresentaria. Este espectáculo lamentável forneceu o ponto de partida para uma reflexão que me levou a elaborar uma teoria, que apresentei mais tarde a Hitler sob o nome um tanto pretensioso de *Teoria do Valor das Ruínas de um Edifício*. Não havia dúvida de que os edifícios construídos de acordo com as técnicas modernas eram pouco apropriados para lançar em direcção às gerações futuras essa “ponte da tradição” exigida por Hitler. Era impensável que montões de entulho enferrujado pudessem algum dia inspirar pensamentos heróicos como o faziam aqueles monumentos do passado que Hitler tanto admirava. A minha teoria queria encontrar uma resposta para este dilema. Empregando certos materiais ou obedecendo a certas regras de física estática, seria possível construir edifícios que, passadas centenas ou mesmo, como nós nos comprazíamos a imaginar, milhares de anos, se assemelhariam mais ou menos aos modelos romanos.

«Para dar aos meus pensamentos uma forma concreta e visível mandei pintar uma ilustração de estilo romântico, que representava a tribuna da esplanada Zeppelin após séculos de abandono. Apesar de estar coberta de hera, com a massa principal do paredão parcialmente desmoronada e algumas pilastras derrubadas, os seus contornos gerais mantinham-se perfeitamente reconhecíveis. [...] Hitler [...] achou esta reflexão de uma lógica luminosa e deu ordem para que, no futuro, os edifícios mais importantes do seu Reich fossem construídos de acordo com esta “lei das ruínas”»<sup>113</sup>.

O quadro onde figurava em ruínas uma esplanada que mal começara a ser construída não se distinguia de outras lucubrações mórbidas dos séculos XVIII e XIX, mas tratava-se agora de algo mais, porque o tema do sublime ia servir de base a uma renovação das próprias técnicas de construção. De acordo com a sua metafísica racial, assente na perenidade do sangue, o nacional-socialismo considerava o presente como um passado de outros presentes, de modo a haver um só tempo — o passado. Por isso as ruínas haviam-se convertido de referência ideológica em motivo prático, o que permite desvendar o paradoxo de que num regime cuja missão confessada era a construção de uma raça de senhores não fosse um futuro radioso de novas

<sup>113</sup> A. Speer (1979) 78-79. Acerca desta questão ver ainda a pág. 209. Note-se que na sua residência de montanha Hitler tinha um quadro de Gianpaolo Pannini, mostrando as inevitáveis ruínas romanas. Ver a este respeito a pág. 124. Pannini foi o primeiro pintor a especializar-se na representação das ruínas de Roma.

gerações a dominar o tempo, mas uma fantasmagoria de catástrofes, de um passado tido como um ameaçador fim dos séculos. O tema de que se o Reich não triunfasse mereceria ser inteiramente destruído, cada vez mais frequente no discurso hitleriano ao aproximar-se o desfecho da guerra, tal como mostrei na análise da raça de senhores, dos sub-homens e da anti-raça (capítulo 2 da Parte 4), estava já pressuposto na obsessão das ruínas que presidiu às construções monumentais anteriores a Setembro de 1939. E nos derradeiros meses do Reich seria precisamente a Speer, nomeado em 1942 ministro do Armamento e chefe da Organização Todt, que Hitler daria ordem para arrasar o potencial industrial do país e a infra-estrutura económica e administrativa, já que os germanos derrotados não deveriam ter direito sequer à mais rudimentar das existências<sup>114</sup>.

Apesar de se ter oposto a essas repetidas directivas do Führer, Speer não perdeu a oportunidade de testar a morbidez arquitectónica da *Teoria do Valor das Ruínas*, pois os bombardeamentos aliados e as sabotagens efectuadas pelas tropas germânicas em retirada deixaram o Reich assolado e o nacional-socialismo como o último e mais completo dos seus escombros. Num artigo publicado em 1944 na revista de arte de que Speer era co-director, um apreciador do sublime observou a propósito dos destroços de uma ponte: «O único pilar que resta, desprovido já da sua função utilitária, representa uma forma arquitectónica completa em si mesma. É uma espécie de monumento, o que presume uma adesão às leis da grandeza. Uma destas leis é a lei da massa. Sem massa, quer dizer, sem um emprego extravagante de materiais, é impossível obter qualquer efeito monumental»<sup>115</sup>. Libertada da tirania da utilidade, a ponte podia assumir a sua verdadeira grandeza, erguendo-se, pura e solitária, como ruína. Foi uma destas visões que inspirou um fascista francês, responsável pelo jornal destinado aos Waffen-SS do seu país, quando se descreveu a ele e a um dos responsáveis da Divisão SS Valónia nos últimos tempos da guerra: «Marc Augier e Jean Vermeire caminhavam em Berlim. Em redor só havia palácios desventrados, grandes prédios reduzidos a uma silhueta de pedra, colunas tombadas nos passeios das avenidas. Aqui e ali surgiam pirâmides e pórticos maravilhosamente esculpidos pelo fogo, ornamentados por bombas explosivas em ângulos imprevistos, com suaves arredondados, baixos-relevos profundamente lavrados e, inscritos em pedra, os misteriosos hieróglifos do fósforo...»<sup>116</sup>.

Mas nunca para os nacionais-socialistas a arte se reduziu a um cenário. Era sempre de coreografia que se tratava, traçando às multidões de figurantes o percurso dos passos, o ritmo dos gestos, o coro das vozes. Um Reich em escombros nenhum significado teria, estético e político,

<sup>114</sup> Id., *ibid.*, 533-535, 562, 574 e segs., 751 n. 10, 752 n. 3.

<sup>115</sup> Friedrich Tamms citado em B. Hinz (1980) 197.

<sup>116</sup> Saint-Loup (1987) 278.

se não fosse também povoado de fantasmas. No Inverno desastroso de 1941-1942, quando a ofensiva fora travada às portas de Moscovo e de Leningrado, e no Inverno ainda mais catastrófico de 1942-1943, com o Sexto Exército perdido em Stalingrado, as autoridades mobilizaram os intelectuais, desde escrevinhadores até filósofos, para celebrarem a morte como destino germânico, e Heidegger apresentou então a morte, pessoal ou nacional, como a mais autêntica confrontação com a verdade do Ser<sup>117</sup>. O ensaio geral estava feito, faltava o último acto. *Kolberg*, o derradeiro filme que Goebbels mandou realizar, a cargo do mesmo Veit Harlan que havia já dirigido *O Judeu Süß*, tratava da defesa daquela praça-forte nas guerras napoleónicas e foi estreado em 30 de Janeiro de 1945 em La Rochelle e em Berlim perante soldados da Wehrmacht, a quem se mostrava uma fictícia vitória final, justificação das cenas apocalípticas que se viam tanto no *écran* como na realidade<sup>118</sup>. Em 18 de Março *Kolberg* era tomada pelas tropas soviéticas e um mês depois, a 17 de Abril, com o Exército Vermelho nas imediações de Berlim, exactamente duas semanas antes de se suicidar, e toda a família consigo, Goebbels, supremo *régisseur*, proferiu uma conferência perante os seus funcionários do Ministério da Propaganda: «Meus senhores, daqui a cem anos será projectado um belo filme a cores descrevendo os dias terríveis que atravessamos. Querem desempenhar um papel nesse filme? [...] Portem-se com coragem, para não serem daqui a cem anos vaiados pelo público quando aparecerem no *écran*»<sup>119</sup>. Haviam vivido a política como um espectáculo, era lógico que pusessem em cena a própria morte, actores sempre, num país transformado em palco lúgubre. «A terra há-de tremer quando sairmos do palco», prometeu Goebbels a um dos seus colaboradores mais próximos, quatro dias depois daquele discurso<sup>120</sup>. E em 23 de Abril, quando faltava uma semana para tudo acabar, a emissora radiofónica de Goebbels proclamou àqueles que ainda combatiam em Berlim que «com a vossa luta estais também a completar a revolução nacional-socialista»<sup>121</sup>, como se fossem as ruínas o objectivo supremo e final. Desde o início que o racismo inscrevera a fatalidade política na estética hitleriana, a sua capacidade única para destroçar os outros e se edificar a si próprio como uma ruína. O talento de Hitler como encenador dos grandes desfiles de massas, observou um biógrafo, «atingia o ápice quando o objecto de celebração era a morte. Parecia que a vida lhe paralisava a inspiração [...]»<sup>122</sup>. E este historiador notou, a propósito dos últimos meses do Reich, que Hitler

<sup>117</sup> S. Corngold et al. (2002) 350.

<sup>118</sup> R. Bessel (2010) 68; H. Eberle et al. (org. 2005) 359-360.

<sup>119</sup> Citado em A. Bullock (1972) 797, P. Cadars et al. (1972) 15 e D. Welch (2002) 153-154.

<sup>120</sup> Esta declaração de Goebbels a Hans Fritzsche encontra-se citada em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010)

IV 667.

<sup>121</sup> Citado em A. Beevor (2017) 260.

<sup>122</sup> J. C. Fest (1974) 877. Ver ainda as págs. segs.



«investiu toda a energia que lhe restava a encenar a sua despedida»<sup>123</sup>. Na perfeita linhagem da cultura burguesa, o nacional-socialismo esteve sempre suspenso do macabro e do fascínio pelo passado. Só assim ficou convertido em tragédia o que, sem isso, nunca teria sido senão uma farsa.

Nesta perspectiva vertiginosa cabe perguntar novamente se o metacapitalismo alcançado pelos nacionais-socialistas não teria sido, afinal, o regresso a um pré-capitalismo, a uma Alta Idade Média tal como a haviam idealizado os românticos, mas provida das mais sofisticadas tecnologias de destruição. E é curioso observar que nas óperas de Wagner, com que se pretendeu cumprir no Terceiro Reich a função desempenhada pelo teatro na Grécia antiga, a psicologia dos personagens em nada obedece ao modelo das motivações íntimas difundido pelo romance burguês e pelas correntes psicológicas que o acompanharam e segue, em vez disso, o modelo arcaico de uma psicologia manipulada exteriormente através de encantamentos e filtros mágicos. Havia muito de Parsifal na mitologia rática de Hitler e Himmler ou de Rosenberg e Darré, e não acompanhou a *Tetralogia* o Terceiro Reich como um prenúncio de catástrofe? Esta concepção aproximava-se da histeria heróica que preside à luta dos poucos contra os muitos<sup>124</sup> e Lukács observou que «a propaganda hitleriana fazia permanentemente apelo ao desespero»<sup>125</sup>. Se o Führer consubstanciava o génio da raça, compreende-se que um ensaísta detectasse na sua carreira política uma contínua disposição para o suicídio e considerasse que a estratégia militar seguida a partir do final de 1941, quando as tropas do Reich ficaram contidas às portas de Moscovo, se destinara a preparar um cenário grandioso para a imolação da raça germânica<sup>126</sup>. Este cenário receberia a última demão na propaganda que apresentou a derrota em Stalingrado não como uma rendição mas como uma luta até ao último homem<sup>127</sup>. Estar-se-ia assim a habituar a população à ideia da imolação final? Será talvez ir longe demais, mas é curioso que em 1950 um fascista francês preso em Clairvaux tivesse pensado o mesmo. «O plano de extermínio dos judeus foi um erro», considerou Lucien Rebatet. «Não se começa um massacre desses sem ter garantias do futuro, ser ter

<sup>123</sup> Id., *ibid.*, 1243.

<sup>124</sup> Acerca do carácter histórico das concepções racistas de Hitler e Rosenberg consultar J. Billig (2000) 53-54. Quanto ao catastrofismo das teorias raciais de Darré ver A. Bramwell (1985) 63.

<sup>125</sup> G. Lukács (1980) 504. Se tivessem reflectido sobre este aspecto, A. Duraffour et al. (2017) 558 e segs. e 561 e segs. não teriam considerado contraditório que Céline apoiasse o racismo hitleriano e ao mesmo tempo perfilhasse um completo pessimismo político e racial.

<sup>126</sup> S. Haffner (2011) 4, 19-20, 114-118. Escrevendo quando a curva do destino de Hitler se mostrava ainda ascendente, Otto Strasser recordou o que o seu irmão Gregor lhe dissera, não muito tempo antes de ser assassinado, que «o Adolfo ainda vai acabar por dar um tiro nos miolos». Ver O. Strasser (1940) 231. Também J. C. Fest (1974) 334 detectou a propensão de Hitler para o suicídio, embora admitisse que a catástrofe final influencie a maneira como vemos os anos iniciais, e mencionou (págs. 1109, 1257) o «impulso suicida» de Hitler.

<sup>127</sup> D. Welch (2002) 138.

bases sólidas. Há naquele morticínio uma espécie de delírio da catástrofe. Mas a política não é uma ópera»<sup>128</sup>. Hipóteses como estas só são teoricamente admissíveis num quadro de catastrofismo rático.

Para os seguidores do racismo hitleriano era enorme o peso da morte na raça, que só enquanto presença dos defuntos podia aparecer como força vital. «A nova *Weltanschauung* [concepção do mundo]», escreveu em 1936 o doutrinador oficial, Alfred Rosenberg, «não toma como ponto de partida o *ego* individual ou a ideia abstracta de humanidade, mas resulta de uma experiência nem sempre possível de exprimir com clareza e que pode ser representada de maneira aproximada pela noção de Alma-Raça. E é a partir deste núcleo oculto que se desenvolve aquilo a que chamamos carácter racial e cultura racial»<sup>129</sup>. Nestas circunvoluções deliberadamente obscuras do pensamento, o espírito só animava o indivíduo enquanto ele participasse da alma colectiva da raça, e apenas como portadores do sangue dos mortos — dos seus mortos — tinham os vivos razão e direito de existir. A vizinhança familiar da morte não constituía um tema reservado a um ou outro dos filósofos mais densos ou sombrios do regime, porque lhe ouvimos o eco junto ao público anónimo. Num filme cuja primeira projecção em Berlim contou com a presença de Hitler, apenas três dias depois de ter sido nomeado chanceler, meditava um dos personagens, comandante de um submarino durante a primeira guerra mundial: «Talvez a morte seja o único acontecimento da vida». E noutra sequência: «Nós, alemães, talvez não saibamos viver, mas sabemos morrer melhor do que ninguém»<sup>130</sup>. Mais tarde, começada a guerra, Salazar haveria de aproveitar uma recepção diplomática para dizer ao representante do Reich em Lisboa: «Sabe, meu caro Ministro, a diferença entre os franceses e os alemães é que os franceses amam a vida e vós, os alemães, amais a morte»<sup>131</sup>. Já Ernst Jünger escrevera que «viver significa matar»<sup>132</sup>.

Estranho destino traçado a uma raça de senhores, o de encontrar na destruição dos próprios membros a sua razão de ser. «Algumas colectividades, em vez de servirem de alimento», escreveu Simone Weil num livro onde conjugou o anarquismo com uma peculiar versão do integralismo católico, «pelo contrário comem as almas»<sup>133</sup>. Na dupla luta contra a aniquilação vinda de fora e a corrupção infiltrada por dentro, a imortalidade nórdica era assegurada mediante a morte

<sup>128</sup> L. Rebatet et al. (1999) 103. Ainda quanto ao carácter operático da política hitleriana ver W. Lepenies (2006) 68.

<sup>129</sup> Citado em R. Cecil (1973) 97.

<sup>130</sup> *Morgenrot*, filme realizado por Gustav Ucicky com argumento de Gerhard Menzel. Ver P. Cadars et al. (1972) 115.

<sup>131</sup> Citado em J. Medina (1998) 163. Traduzi a frase, dita em francês, língua então usada na diplomacia.

<sup>132</sup> Citado em J. Herf (1986) 74.

<sup>133</sup> S. Weil (1950) 14.

dos homens, entendidos sempre como guerreiros. Pelo mesmo diapasão se afinava o papel das mulheres, mães de combatentes, viúvas de heróis, as «sofredoras silenciosas», como Göring lhes chamou<sup>134</sup>. A legislação que em Novembro de 1941 permitiu o casamento das noivas vivas com os guerreiros mortos e em Março de 1943, obedecendo ao rigor lógico de todas as burocracias, os autorizou a eles, os mortos, a divorciarem-se das vivas infiéis<sup>135</sup> foi a melhor expressão da vida que se atribuía à morte. Sendo o heroísmo o principal componente espiritual da raça nórdica e votando-se os vivos a perecerem no combate, entende-se que os mortos fossem tratados como vivos. «[...] os dois milhões de heróis germânicos mortos são os verdadeiros vivos», proclamou Rosenberg<sup>136</sup>, e se o eram na outra guerra sê-lo-iam nesta também. A imortalidade que se prometia à raça era a eternidade da morte, e a morte dos homens representava a vida do sangue.

A intemporalidade da raça nórdica não era um ideal abstracto, porque o peso dos defuntos dava a essa fantasmagoria um carácter ao mesmo tempo sacro e corpóreo. A raça podia evoluir, declinar ou ser melhorada, quase criada de novo, como pretendiam fazer aqueles místicos da biologia, os SS, mas o fundamento racial último, o sangue, não tinha história. «Os séculos só existem na nossa imaginação», escrevera Houston Stewart Chamberlain. «O que existe de facto é apenas uma grande força avassaladora que age ao mesmo tempo em todos os domínios, a força de uma determinada raça»<sup>137</sup>. A história incidia na relação do povo com o sangue, não no sangue. Esta conjugação do elemento dinâmico introduzido pela selecção racial com o elemento estático constituído pela perenidade do sangue elucida a hierarquia existente entre os dois termos do nacional-socialismo, a revolta e a ordem. O carácter eterno conferido ao sangue enquanto substrato fundamental de um povo representava o primado da ordem sobre a revolta necessária à renovação das elites. A concepção de tempo proposta por Heidegger, em que o futuro não seria posterior ao passado nem o passado anterior ao presente, esclarece-se quando recordamos a concepção de sangue que lhe estava subjacente. A não-sequencialidade do tempo apenas faz sentido se admitirmos que o indivíduo é portador de um sangue em que todos os tempos se suspendem. Lukács observou que o «tempo real» de Heidegger indicava sempre o rumo da morte<sup>138</sup>. Com efeito, a imanência do passado é a única conclusão possível da negação do decurso temporal. Se a raça existia no plano da eternidade e a principal obrigação de cada geração

<sup>134</sup> Esta frase do discurso de Göring em 9 de Setembro de 1939 vem citada em J. Caplan (org. 1995) 151.

<sup>135</sup> E. Conte et al. (1995) 167 e segs. Ver também J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 383-384 e A. Quinchon-Caudal (2013) 180-181.

<sup>136</sup> A. Rosenberg [s. d.] 315. Note-se que em id. (1986) 415 está traduzido «são os verdadeiros vencedores», mas em geral esta versão francesa parece-me deficiente.

<sup>137</sup> H. S. Chamberlain (1913) 1330.

<sup>138</sup> G. Lukács (1980) 509.

era procriar para dar continuidade ao sangue dos mortos, então o presente era apenas uma modalidade do passado, e o passado era o único tempo real<sup>139</sup>. Com um estilo menos sofisticado, mas não mais nebuloso, Rosenberg disse o mesmo ao falar da intemporalidade dos mitos raciais, tão vivos nessa época como milhares de anos antes: «A história não é um processo que leve do nada a alguma coisa nem de algo insignificante a algo de grandioso. Também não é a transformação de uma essência em algo completamente diferente. Pelo contrário, o primeiro despertar racial de um povo devido a heróis, deuses e poetas é para sempre a realização definitiva»<sup>140</sup>. E para uma história necrófila, uma geografia sepulcral. O rumor dos mortos ecoava no solo onde a raça nascera e lançara raízes. Nas palavras de Jakob Wilhelm Hauer, um dos principais ideólogos do neopaganismo nacional-socialista, «a terra é a nossa pátria e o nosso santuário. A sua vontade é que as gerações voltem a ela, tal como dela surgiram. [...] É-nos estrangeira a concepção de uma morte apavorante e aterradora, como se encontra na tradição religiosa levantina. Por isso, na [nossa] fé não temos nenhuma necessidade de um redentor nem de um salvador que prive a morte do seu poder»<sup>141</sup>.

Num regime que abolia tão radicalmente qualquer significado dos indivíduos, reduzindo a função de um homem ou uma mulher à sua contribuição para o sangue acumulado pelas gerações, parece óbvio que as pessoas tivessem um perfil cada vez mais difuso e a raça uma psicologia sempre mais precisa. Não podia ser maior o peso dos mortos, quando cancelavam a presença dos vivos e conferiam à raça uma realidade antropomórfica, física e espiritual. A atribuição a cada raça de características psicológicas detalhadas indicava o enorme peso do passado, que era um tempo único e sem espessura. A psicologia rática foi o corolário da imanência macabra, e eu deveria aqui analisar a obra de Jung, a sua noção de arquétipos e inconsciente colectivo. Pertencer em espírito a uma raça, como pretendiam Hitler e Rosenberg, e o seu mestre Chamberlain, era uma operação tanto mais extraordinária quanto apresentavam a raça como espírito também<sup>142</sup>. Para os vivos, votados ao sacrifício, o corpo reduzia-se a um acessório. Os SS asseguraram que

<sup>139</sup> O psicólogo e sociólogo francês Gustave Le Bon, cujas obras conheceram na sua época uma fenomenal popularidade e que foi uma das fontes do pensamento de Hitler, escreveu num livro publicado em 1894 e citado em Z. Sternhell (1978) 150-151: «Infinidamente mais numerosos do que os vivos, os mortos são também infinitamente mais poderosos. Eles regem o imenso domínio do inconsciente [...] É pelos seus mortos, muito mais do que pelos seus vivos, que um povo é conduzido. É apenas por eles que uma raça é fundada. [...] As gerações extintas não nos impõem somente a sua constituição física, impõem-nos também os seus pensamentos. Os mortos são os únicos senhores indiscutíveis dos vivos».

<sup>140</sup> A. Rosenberg (1986) 631; id. [s. d. 2] 456. Acerca desta questão ver ainda id. (1986) 98-99, 632-633 ou id. [s. d. 2] 108, 457. Ver também G. Lukács (1980) 728.

<sup>141</sup> Citado em E. Conte et al. (1995) 48.

<sup>142</sup> J. Billig (2000) 300; R. Cecil (1973) 100; H. S. Chamberlain (1913) 163-164 n., 414, 621-622, 637, 645-646, 656, 679, 770, 792, 1154, 1215 n. 3, 1280 n. 1; E. Conte et al. (1995) 106; A. Pichot (2000) 403-404; E. Weber (1964) 155.

a participação espiritual na raça adquirisse uma substância biológica graças à selecção minuciosa dos seus membros e a uma avaliação igualmente rigorosa das suas noivas, ou mediante a transferência forçada para o Reich daqueles vencidos em cujas veias parecia correr algum sangue nórdico, e ainda através do rapto sistemático de muitas dezenas de milhares de crianças eslavas que pareciam revelar no corpo um espírito nórdico. Ou quem sabe se seria no espírito que mostravam o físico da raça, já que pelo espírito se pertencia a uma qualquer das raças, que determinavam os comportamentos, as aptidões, os processos mentais, os modelos de religião, as sensibilidades eróticas. O drama da história ficou projectado para uma luta entre sombras, que assimilavam a si os vivos e os devoravam.

## 8. Roménia: «O mais belo aspecto da vida é a morte»

A atracção dos fascistas pela morte atingiu na Roménia a obsessão entre os seguidores de Corneliu Codreanu, os legionários do Arcanjo São Miguel e a sua Guarda de Ferro, que «morriam para ressuscitar e nasciam para morrer», como cantavam num dos seus hinos. «O legionário morre cantando», entoava outro hino, «o legionário canta morrendo»<sup>143</sup>. Mircea Eliade, que foi um deles, explicou a sua concepção de liberdade enquanto escolha, e a suprema escolha seria a da morte: «Aquele que entrar para a Legião envergará para sempre a camisa da morte. Isto significa que o legionário se sente tão livre que a própria morte não o assusta. [...] “Aquele que souber morrer nunca será um escravo”. [...] Fazer pazes com a morte é a mais completa liberdade que o homem pode receber neste mundo»<sup>144</sup>. Se a vida livre era a escolha da morte, compreende-se que a morte não fosse a negação da vida.

«O objectivo final não é a vida, mas a ressurreição», escreveu Codreanu<sup>145</sup>. Evocando os começos da Legião do Arcanjo São Miguel, ele recordou que os seus companheiros haviam dito que «é impossível que o nosso sangue, o sangue de vinte jovens, não redima os pecados desta nação», e tirou as lições de uma vocação de sacrifício: «Não sendo capazes de triunfar em vida, triunfaremos morrendo. De então em diante, passámos a viver com a ideia e a resolução de

<sup>143</sup> Citados em E. Weber (1965 c) 522 e 523. «Este culto da morte pode encontrar-se em todos os movimentos fascistas; foi mais elaborado na Guarda de Ferro romena e decerto mereceria um estudo pormenorizado», escreveu J. C. Fest (1974) 877 n. 34.

<sup>144</sup> M. Eliade (1937) 2. A frase citada por Eliade era um dos lemas da Legião do Arcanjo São Miguel, como se vê em C. Z. Codreanu (1976) 158.

<sup>145</sup> C. Z. Codreanu (1976) 217. «Chegará a época da ressurreição de todos os povos da terra, com todos os seus mortos e todos os seus reis e imperadores, cada povo ocupando o seu lugar perante o trono de Deus. Este momento final, “a ressurreição dos mortos”, é o mais nobre e mais sublime a que um povo pode ascender» (pág. 217).

morrer»<sup>146</sup>. «O legionário desposa a morte», escreveu ainda Codreanu<sup>147</sup>, e explicou que a Legião «funde estes elementos: a nossa vontade e o nosso amor; a presença de todos os mortos da estirpe que sentimos em nosso redor e na nossa consciência; a devoção militante aos que morreram pela pátria; a certeza da benção de Deus»<sup>148</sup>. Para gente assim, seriam os vivos de uma substância diferente dos mortos? Ao lembrar o início do movimento, quando ele e os seus companheiros cavalgavam de aldeia em aldeia, subindo colinas, atravessando rios, «por onde os nossos antepassados tinham tantas vezes marchado e combatido, parecia que éramos a sombra daqueles que haviam outrora defendido as terras da Moldávia», escreveu Codreanu. Note-se esta dialéctica temporal em que eram os vivos a aparecer como uma sombra dos defuntos. Com efeito, continuou Codreanu, «os homens vivos de hoje e os mortos de ontem, todos éramos a mesma alma, a mesma grande unidade que o vento levava além dos cimos das colinas — o romanismo»<sup>149</sup>. Esta circularidade em que vida e morte se prolongavam sem hiatos reapareceu numa das publicações da Legião do Arcanjo São Miguel dois anos depois do assassinato de Codreanu, num momento em que os legionários se julgavam à beira de conquistar o poder total e estavam, afinal, nas vésperas de ser liquidados: «O mais belo aspecto da vida do legionário é a morte»<sup>150</sup>. Inspirando esta morbidez havia um mito muito antigo, ao qual o cristianismo dera novas implicações e que para a religiosidade fervorosa de Codreanu e dos seus próximos constituía o tema central da acção prática — a dialéctica do pecado e da ressurreição.

Em vez de serem nomeados pela chefia nacional, os dirigentes dos grupos e das secções da Legião tinham de se afirmar localmente graças às suas qualidades e serem reconhecidos como tal pelos subordinados<sup>151</sup>. Esta forma de selecção hierárquica era encarada de maneira mística, como as sucessivas provas experimentadas por um peregrino, agravadas ainda pela vida exemplar que os legionários deviam levar, afastados de tabernas e cinemas, dedicando-se aos jejuns rituais e à pobreza na vida quotidiana<sup>152</sup>. Confundida a devoção política com a vocação religiosa, a cedência perante as dificuldades práticas da política podia ser assimilada ao pecado, exercendo o efeito de um permanente expurgo e renovando as chefias.

Compreendemos até que ponto os homens do arcanjo levaram a devoção, quando sabe-

<sup>146</sup> Id., *ibid.*, 162.

<sup>147</sup> Citado em Ch. Thorpe [s. d.] 9.

<sup>148</sup> Citado em G. De'Rossi Dell'Arno [1940] 34.

<sup>149</sup> Um longo extracto deste artigo de Codreanu, publicado originariamente em 1936, encontra-se transcrito em E. Weber (1965 c) 541-543. A passagem citada pode ler-se na pág. 542.

<sup>150</sup> Esta frase extraída de um artigo publicado em *Dacia*, 15 de Dezembro de 1940, encontra-se citada em id., *ibid.*, 523.

<sup>151</sup> Id., *ibid.*, 531-532. Ver igualmente F. L. Carsten (1967) 186.

<sup>152</sup> M. Bardèche et al. (1969) 14; J. Evola (2004); E. Weber (1965 c) 532-533, 537.

mos que fundaram na razão política o sacrifício não só do próprio corpo mas do que supunham ser a alma. Colocados, como cristãos, entre o assassinato enquanto pecado mortal e o terrorismo sistemático enquanto necessidade da acção política, sem a qual a nação não venceria os agentes da sua dissolução interna e o cristianismo não triunfaria no combate contra os inimigos da fé, os legionários arriscavam a salvação da alma para salvar a nação e a religião. Quando Codreanu, em 1923, preso por ter conspirado para matar ministros, judeus proeminentes, banqueiros e jornalistas, se ajoelhou na cela e rezou «Senhor! Tomamos para nós todos os pecados desta nação. Recebei agora este nosso sofrimento»<sup>153</sup>, procedeu a uma estranha metamorfose do cristianismo, dispondo-se a expiar enquanto assassino o pecado colectivo de um povo. Ele argumentou, é certo, que o perdão evangélico dos inimigos se referia aos inimigos privados e não aos inimigos públicos, hostis à nação<sup>154</sup>, e declarou no parlamento que «quando se trata de escolher entre a morte do meu país e a do ladrão, prefiro a morte do ladrão e penso que sou melhor cristão se não permitir que o ladrão arruíne o meu país e o destrua»<sup>155</sup>. Mas seria este argumento aceite no Juízo Final? Mais imediatamente, aceitá-lo-ia no seu íntimo o próprio Codreanu? Ele assassinara o prefeito da polícia e notório torcionário Constantin Manciu, e um antigo membro da Legião escreveu que «por mais que esta acção de Codreanu tivesse sido defendida pelos seus compatriotas, quem conhecia Codreanu sabia que ele nunca se desculpou a si próprio por ter abatido Manciu, cuja morte projectou sobre os seus pensamentos uma sombra indelével»<sup>156</sup>. Por isso o tema da expiação ocupou um lugar tão importante na doutrina deste movimento. E muitos, a quem não satisfazia o sacrifício de sofrerem só espiritualmente pelos crimes cometidos, entregaram-se às autoridades, à tortura e à prisão, à morte, para expiar pelo martírio<sup>157</sup>. Mas que garantia tinham eles de que a remissão fosse suficiente e lhes salvasse a alma? Já não era só a morte dos corpos a assegurar a peregridade de uma raça, mas a morte dos espíritos a garantir a eternidade da congregação espiritual. Os devotos do arcanjo ofereciam-se à pior das mortes, a mais completa de todas, a morte definitiva, que os excluiria do ciclo da ressurreição. Com uma tão duvidosa teologia, estes condenados voluntários ao inferno apresentaram-se como supremos santos.

<sup>153</sup> C. Z. Codreanu (1976) 96. Ver também a pág. 162.

<sup>154</sup> Id., *ibid.*, 243.

<sup>155</sup> Id., *ibid.*, 210.

<sup>156</sup> M. Sturdza (1968) 34.

<sup>157</sup> E. Weber (1964) 103-104; *id.* (1965 c) 533-534. Ver também S. G. Payne (2003 a) 142 e *id.* (2003 b) 280-281. Todavia, um simpatizante e defensor da Legião, Ch. Thorpe [s. d. 3] 8, argumentou que «as afirmações de que Codreanu ensinara que é um dever pecar activamente (portanto, "aceitando a condenação ao Inferno") ao serviço da nação são também bastante risíveis à luz dos ensinamentos e atitudes dos legionários».

## 9. Espanha: «Viva la muerte!»

Foi logo no começo da guerra civil, a 15 de Agosto de 1936, em Sevilha, na Festa da Assunção de Nossa Senhora, quando os nacionalistas espanhóis celebravam publicamente a substituição da bandeira republicana pela monárquica, que o general Millán Astray pela primeira vez proclamou, em réplica a alguém que da assistência lhe interrompera o discurso com um *Viva* ao seu nome — «Não quero Vivas para mim! Mas que todos gritem comigo, *Viva la muerte!*»<sup>158</sup>.

Nem podia a morte ter arranjado melhor emissário para celebrá-la entre os vivos. Recordo que pouco mais de cem anos antes, na defesa da cidade do Porto cercada pelos absolutistas, foi ferido um dos mais lúcidos e o mais corajoso dos liberais portugueses desse século, Bernardo de Sá Nogueira, futuro marquês Sá da Bandeira, que ali perdeu o braço direito, junto ao Chafariz dos Arrepentidos, no Alto da Bandeira de Vila Nova. A um camarada de armas que o socorreu e procurou amparar-lhe o membro ensanguentado, o imperturbável político e militar observou: «Não lhe bula, que já não me pertence»<sup>159</sup>. A Millán Astray, fundador da Legião Estrangeira, quanto dele próprio também já não lhe pertencia! Nas guerras *el glorioso mutilado* deixara um olho, um braço, alguns dedos da mão que restava. Que redundância, aquele grito do general, pois não era ele a imagem viva da morte? Tão esfacelado assim, quando os outros generais combatiam e discursavam inteirinhos de corpo, decerto não fora um acaso. Observou o representante diplomático português na zona nacionalista que «este desafio permanente à morte na frente de batalha tinha o seu quê de paixão mística»<sup>160</sup>. Millán Astray sentia a sedução da morte, visitava-a em grandes fogos de artifício de aço e sangue, deixava-lhe parte de si, para consigo a trazer a ela. Era vivo e morto. *Viva la Muerte!*

Aonde o general ia, levava a morte, viva com ele. Estamos em 12 de Outubro de 1936, dia da Festa da Raça, na Universidade de Salamanca<sup>161</sup>. Estão autoridades, está o bispo, está a esposa do Generalíssimo, está Millán Astray, preside o reitor, Unamuno. Cabe ao general discursar e ergue-se contra a cultura catalã e a cultura basca, cancros que com o separatismo corroem a Espanha *Una*, a Espanha *Grande*, a Espanha *Libre*, e que o escalpelo do fascismo cortará do corpo da nação. Nada tinha isto de extraordinário. Pois não se festejava a raça? Nenhuma outra

<sup>158</sup> H. Thomas (1965) 348-349. Na Rússia de hoje também os seguidores de Eduard Limonov, chefe do fascismo radical, usam a saudação «*Da, smert!*», *Sim, morte!* Ver S. D. Shenfield (2001) 205 e 211.

<sup>159</sup> H. P. Monteiro [s. d.] 17.

<sup>160</sup> P. Th. Pereira (1973) II 76.

<sup>161</sup> Para a descrição do incidente de 12 de Outubro de 1936 na Universidade de Salamanca, incluindo as citações, sigo H. Thomas (1965) 442-444. Ver também G. Jackson (1967) 300-301.



havia a celebrar senão a castelhana, vitoriosa congregadora da península. Mas era catalão o bispo e basco o reitor, Miguel de Unamuno levantou-se para falar.

Não iria responder, disse, ao insulto pessoal implícito nos ataques contra os dois povos. Era outra a razão a movê-lo, «um grito necrófilo e sem sentido», vindo do público quando vitoriava o general — *Viva a Morte!* E ele, proclamando-se filósofo que havia passado a vida a dar forma a paradoxos encolerizadores de tanta gente, ele, reivindicando a autoridade nesta matéria, negou-se a admitir aquele paradoxo supremo. Pois não fora toda a sua obra um persistente combate contra a morte, que reputava absurda? Para Unamuno o sentimento humano mais profundo era a ânsia de imortalidade, que não se resolvia de maneira abstracta, pela fusão dos empenhos individuais nas grandes correntes históricas. Era pessoal a imortalidade que ambicionava e apenas o cristianismo a podia dar, uma religião investida pela crença não só na imortalidade do espírito, mas na ressurreição final da própria carne. Perante a recusa da morte como um absurdo, a imortalidade consistia no desejo de fusão da alma individual com a esfera do divino<sup>162</sup>. «[...] a crença num Deus pessoal e espiritual baseia-se na crença na nossa própria personalidade e espiritualidade», escrevera ele em 1912 numa das suas obras maiores, para adiantar poucas páginas mais à frente: «[...] crer em Deus é, de certo modo, criá-lo, ainda que Ele nos crie antes. É Ele que, em nós, se cria a si mesmo continuamente. Criámos Deus para salvar o Universo do nada [...]»<sup>163</sup>. Que suprema injúria, então, gritar *Vivas* à morte perante alguém que se dedicara a negar a morte que há na vida.

Mas se reflectirmos duas vezes, seria tão grande a contradição entre a ânsia de imortalidade tal como o filósofo a entendera e a sedução do fim tal como a proclamavam os barulhentos admiradores do general? A maior figura da *Generación del Noventa y Ocho*, dessa onda de pensadores e artistas que havia arrastado a elite espanhola para a modernidade, não queria agora escutar no «grito necrófilo» o eco de toda a cultura burguesa das ruínas, a mesma cultura em que encontrara a inspiração para os seus dilemas e os argumentos das suas soluções. Unamuno passeara decerto — quem não passeava! — por jardins mais ou menos cuidados, povoados de gordas colunas truncadas e estátuas toscas sem sexo nem braços. Não eram relíquias escavadas da terra, retiradas de museus, mas obras recentes, feitas assim mesmo, originariamente partidas e escalavradas, ingénuas imitações do antigo. E o filósofo não reflectira nunca que este vocabulário obrigatório dos ócios citadinos não preservava da morte nenhum passado, mas matava, no

<sup>162</sup> J. M. Valverde (1957) 201-211.

<sup>163</sup> M. Unamuno (1966) 131, 134; id. (1996) 144, 149. Em todas as citações desta obra recorro ao original para corrigir a tradução brasileira, assim como a adapto ao português usado em Portugal.

próprio momento em que eram criadas, obras do presente, que a todos anunciassem a vida desta cultura da morte. A banalização da mensagem assegura-lhe o êxito, que na esfera da ideologia é sempre silencioso. A arte das ruínas era frequente demais para ser posta em causa. Em breve surgiria quem propusesse a conservação no estado de escombros de alguns dos lugares mais atingidos pela guerra civil, enquanto outros artistas sentiam uma atracção mórbida pela representação dos destroços de edifícios bombardeados<sup>164</sup>, e bem vistas as coisas nada houve nisto de particularmente fascista, correspondendo ao gosto dominante da cultura burguesa. A crer em alguém que o conheceu de perto, o pintor José María Sert concebera o plano de «conservar as ruínas» do Alcázar de Toledo, «realçando-as com as suas pinturas, e deste modo, ao integrá-las no conjunto cenográfico, aumentar a teatralidade dos monumentos»<sup>165</sup>. Esta concepção da arte como encenação e da vocação dramática das ruínas era um lugar-comum da estética dos jardins. Como explicar, então, que Unamuno tivesse reagido com tamanha indignação à presença do macabro, anunciada pela voz de Millán Astray?

O grito do general incomodou o filósofo por iluminar o que se havia mantido na penumbra. Unamuno não se aterrou por ouvir o outro, mas por lhe desvendarem o que mais absolutamente precisava de ignorar em si mesmo. Por isso, na sua curta e escandalosa réplica, teve de esquecer as imagens quotidianas das esculturas truncadas e concentrar-se num decepado apenas. «O general Millán Astray é um aleijado. Digo-o sem nenhum sentido depreciativo. É um inválido de guerra. Também Cervantes o era. Infelizmente há demasiados inválidos na Espanha de hoje». Como a razão do filósofo lhe obedecia aos desejos! Os amputados vivos substituíam os de pedra. «É para mim doloroso pensar que o general Millán Astray possa ditar o modelo da psicologia de massas. Um aleijado a quem falta a grandeza espiritual de um Cervantes tem o hábito de procurar um ameaçador alívio provocando a mutilação em seu redor». É exacto. E bem dito. A ironia feroz de Unamuno não lhe faleceu ali. Não foi a coragem que lhe faltou, mas o reconhecimento de tantas mutilações psicológicas, culturais e ideológicas suscitadas pela insidiosa estética das ruínas.

Foi aqui que o especialista em gritos interrompeu o perito em paradoxos. «Abaixo a Inteligência!». E de novo — «Viva a Morte!». Difundira-se capilarmente por todo o fascismo uma frase reveladora: «Quando ouço a palavra “cultura” levo a mão ao meu revólver». Este exemplar de estilo apareceu pela primeira vez numa peça teatral em comemoração de Schlageter<sup>166</sup>, o herói e

<sup>164</sup> A. Llorente Hernández (1995) 194, 216-218. Este autor observou, no entanto (pág. 218), que em Espanha «a estética das ruínas [...] esteve mais na intenção do que nas realizações».

<sup>165</sup> Declarações de Francisco Sert, sobrinho do pintor, citadas em id., *ibid.*, 189.

<sup>166</sup> Hanns Johst, o autor da peça, havia passado do expressionismo ao nacional-socialismo tomando o caminho mais curto, o do misticismo. Ver J.-M. Palmier (1976 a) I 352, 380 e 400. Mais exactamente, o original diz «engati-

mártir fascista da resistência à ocupação franco-belga do Ruhr, cuja memória havia na altura sido saudada por nacionais-socialistas e comunistas juntos. A tirada teve êxito porque exprimia vigorosamente o desprezo dos fascistas pelas inépcias e temores da geração liberal e recordava que contra os sofismas da razão um tiro resolve as mais intrincadas questões. Já o Macedónio, com a espada, cortara o nó. Casando os dois gritos, o general esclareceu-os a ambos. A vida da morte só podia ter lugar mediante a morte da inteligência. Vitoriar a morte era o mesmo que fazê-lo à intuição, essa outra filha dilecta do pensamento burguês, gémea das ruínas manufacturadas. Também nisto nada havia de estranho, a não ser que o general fora irónico, decerto involuntariamente porque esta qualidade não costuma ser estimada pelos líricos da acção física.

Mas apesar disso irónico, já que o primeiro ali a matar a inteligência pela negação da razão fora Unamuno, ele que encontrara a especificidade da cultura espanhola na preocupação com a imortalidade substancial, tão oposta às investigações científicas a que se devotava o resto da Europa. «É uma coisa terrível, a inteligência. Tende para a morte, como a memória tende para a estabilidade. O vivo, o que é absolutamente instável, o absolutamente individual, é, a rigor, ininteligível»<sup>167</sup>. Desde a primeira página de uma das suas obras maiores que Unamuno deixara claro a que homem se referia, não um ser abstracto, que pudesse ser objecto da razão, mas «o homem de carne e osso»<sup>168</sup>. E a vontade de imortalidade deste homem, uma imortalidade da mesma espécie que a vida, pensável «nas próprias formas desta vida terrena e passageira»<sup>169</sup>, devia ser o problema principal, se não o único, da filosofia. «Esse ponto de partida pessoal e afectivo de toda a filosofia e de toda a religião é o sentimento trágico da vida»<sup>170</sup>. Uma tal ânsia de imortalidade, insustentável pela razão e emanando apenas da vida e do desejo de viver, correspondia para Unamuno à luta da vida contra a razão. «Que contradições, meu Deus, quando queremos casar a vida e a razão!», exclamara ele. Porquê «penso, logo existo», e não «sinto» ou «quero, logo existo»<sup>171</sup>? «Mas que valor possui maior validade universal: o da vontade humana querendo,

lho a minha Browning». No entanto, o sentido da frase não se torna claro numa tradução, dadas as implicações da palavra *cultura* na área ideológica germânica; vejo o personagem mais facilmente a dizer que engatilhava a Browning contra a *civilização* ou a *política* do que contra a *cultura*, tanto mais que ele estava a vociferar contra os princípios herdados da revolução francesa. A este respeito ler, por exemplo, W. Lepenies (2006) *passim*. E Wolf Lepenies indicou (pág. 41) que durante a primeira guerra mundial Rathenau — que era o oposto do personagem de Johst — dissera que a palavra *cultura* devia ser banida do vocabulário alemão.

<sup>167</sup> M. Unamuno (1966) 81; id. (1996) 87-88.

<sup>168</sup> Id. (1966) 7; id. (1996) 1.

<sup>169</sup> Id. (1966) 192; id. (1996) 215. «O que, a rigor, ansiamos para depois da morte é continuar a viver esta vida, esta mesma vida mortal, mas sem os seus males, sem o tédio e sem a morte», escreveu Unamuno em (1966) 197 e (1996) 221. E voltou ao tema (pág. 239 ou pág. 274): «Se a outra vida é algo, há-de ser a continuação desta, e somente como a sua continuação mais ou menos depurada a imagina o nosso anseio».

<sup>170</sup> Id. (1966) 37; id. (1996) 36.

<sup>171</sup> Id. (1966) 36; id. (1996) 35. E escreveu (pág. 258 ou pág. 297): «A verdade concreta e real, não metódica e ideal, é: *Homo sum, ergo cogito*. Sentir-se homem é mais imediato do que pensar».

antes de tudo e acima de tudo, a imortalidade pessoal, individual e concreta da alma, ou seja, a finalidade humana do Universo; ou o da razão humana negando a racionalidade e até a possibilidade desse anseio?»<sup>172</sup>. Aparentemente fora em nome da vida que o filósofo do «sentimento trágico» decretara a morte da inteligência, e nesta redução de toda a especulação e de todo o conhecimento ao desejo de cada homem de perpetuar a sua vida fundara ele um dos mais radicais irracionalismos.

Na origem da filosofia, escrevera Unamuno, «não há tanto o desejo de conhecer um porquê como o de conhecer o para quê; não da causa, mas da finalidade. [...] Só nos interessa o porquê em vista do para quê; só queremos saber de onde viemos para melhor averiguar aonde vamos»<sup>173</sup>. E o sentido da existência, a sua finalidade única, era a vontade de imortalidade. Adoptando a mesma perspectiva que havia servido a Schopenhauer para afirmar que a vontade é um absurdo impulso de existência, desprovida de fim e de objectivo, salvo na medida em que deseja ser apenas para ser, Unamuno pretendia solucionar o paradoxo recorrendo à imortalidade. Foi aqui que o problema do conhecimento se juntou ao problema da vida, e da vida enquanto negação permanente da morte. «Porque viver é uma coisa e conhecer, outra; e [...] talvez haja entre ambas tal oposição que possamos dizer que tudo o que é vital é anti-racional, e não só irracional, e tudo o que é racional, antivital. Esta é a base do sentimento trágico da vida»<sup>174</sup>. Unamuno criticara a razão porque ela punha em causa a sua ânsia de imortalidade, que para ele constituía a própria substância da vida. «É um trágico combate, é o fundo da tragédia, o combate da vida contra a razão»<sup>175</sup>. Nestes termos, em que tudo se reduzia a um desejo sem outra sustentação senão a própria vontade de desejar, a razão só podia ser considerada como a inimiga mortal da imortalidade da vida. A vida, escrevera Unamuno, «é anti-racional e oposta ao pensamento claro»<sup>176</sup>. No mesmo sentido afirmara, a propósito da distinção cartesiana entre sujeito e objecto, que «não há distinção que não sirva também para confundir»<sup>177</sup>.

«A razão é uma força analítica, isto é, dissolvente, quando, deixando de agir sobre a forma das intuições, sejam elas do instinto individual de conservação, sejam do instinto social de perpetuação, age sobre o conteúdo, sobre a própria matéria dessas intuições. A razão ordena as percepções sensíveis que nos dão o mundo material; mas, quando a sua análise se exerce sobre a

<sup>172</sup> Id. (1966) 262; id. (1996) 301.

<sup>173</sup> Id. (1966) 33; id. (1996) 31.

<sup>174</sup> Id. (1966) 35; id. (1996) 33. Na tradução brasileira surge um «não» numa frase que no original se apresenta afirmativa.

<sup>175</sup> Id. (1966) 82; id. (1996) 88.

<sup>176</sup> Id. (1966) 61; id. (1996) 64.

<sup>177</sup> Id. (1966) 37; id. (1996) 35.

realidade das próprias percepções, ela dissolve-as e imerge-nos num mundo aparente, de sombras sem consistência, porque a razão fora do formal é niilista, aniquiladora. Desempenha o mesmo ofício terrível quando, tirando-a daquele que lhe cabe, a levamos a esquadrihar as intuições imaginativas que nos dão o mundo espiritual. Porque a razão aniquila, e a imaginação *inteira* integra ou totaliza; a razão por si só mata, e é a imaginação que dá a vida». Aqui, porém, o filósofo aparentemente hesitara e, logo depois de ter recusado a razão abstracta em nome da imaginação vital, continuara a escrever: «Se bem que seja certo que a imaginação por si só, ao dar-nos a vida sem limite, nos leva a confundir-nos com tudo e, enquanto indivíduos, também nos mata, nos mata por excesso de vida. A razão, a cabeça, dizem-nos: nada!; a imaginação, o coração, dizem-nos: tudo!»<sup>178</sup>. Esta é uma das passagens decisivas do livro, pois a vida não se limitava a negar a razão e instaurara-se entre ambas uma dialéctica complexa. Na base do pensamento de Unamuno reside o conflito entre a vida, que não caberia na razão, e a razão, que pelo cepticismo se destruiria a si mesma<sup>179</sup>. «Razão e fé são dois inimigos que não se podem sustentar um sem o outro. [...] Têm de se apoiar um no outro e de se associar. Mas associar-se em luta, já que a luta é um modo de associação»<sup>180</sup>.

«Pois sou isto», apresentara-se o filósofo com audacioso orgulho, «alguém que afirma contrários, um homem de contradição e de luta [...] um homem que diz uma coisa com o coração e a contrária com a cabeça e que faz desta luta a sua vida. [...] Dir-me-ão que essa é uma posição insustentável [...] E continuamos sempre na mesma coisa, porque é precisamente a contradição íntima que unifica a minha vida, lhe dá a razão prática de ser. Ou antes, é o próprio conflito, é a própria incerteza apaixonada que unifica a minha acção e me faz viver e agir»<sup>181</sup>. Mas uma luta assim concebida padece de uma profunda assimetria. «[...] eis que, no fundo do abismo, se encontram frente a frente o desespero sentimental e volitivo e o cepticismo racional, e abraçam-se como irmãos. Deste abraço, um abraço trágico, ou seja, profundamente amoroso, é que vai jorrar um manancial de vida, de uma vida séria e terrível»<sup>182</sup>. Sendo impossível a paz entre o sentimento de imortalidade e a razão mortal, «é necessário viver da sua guerra. E fazer desta, da própria guerra, a condição da nossa vida espiritual. [...] Aqui não há lugar para temporizações. Talvez uma razão degenerada e cobarde chegasse a propor tal fórmula de acordo [...]; mas a vida, [...] que vive e

<sup>178</sup> Id. (1966) 154; id. (1996) 171-172 (sub. orig.). Na versão brasileira surge «instituições» no lugar de «intuições».

<sup>179</sup> Ver sobretudo o sexto capítulo desta obra.

<sup>180</sup> Id. (1966) 99; id. (1996) 108.

<sup>181</sup> Id. (1966) 219; id. (1996) 249-250.

<sup>182</sup> Id. (1966) 95; id. (1996) 103.

quer viver sempre, não aceita fórmulas. A sua única fórmula é: ou tudo ou nada»<sup>183</sup>. Este «cepticismo salvador», como lhe chamara Unamuno, não é a dúvida metódica cartesiana, mas «uma dúvida de paixão, [...] o eterno conflito entre a razão e o sentimento, a ciência e a vida, a lógica e a biótica»<sup>184</sup>. Mesmo quem mais firmemente acredita na eternidade da consciência individual, assegurara Unamuno, é sempre afligido por uma dúvida, pelo menos uma sombra de dúvida<sup>185</sup>, e, sendo assim, a vida, enquanto afirmação dessa eternidade, é uma luta contra a dúvida, contra o cepticismo proveniente da razão. «Quem põe freios à imaginação, uma vez rompida a cadeia do racional?»<sup>186</sup>. O que há de mais característico nesta dialéctica entre a vida e a razão é que ela se situa fora da razão — e portanto na vida. Naquele «fundo do abismo» o que se trava, perante os assaltos da razão, é a permanente destruição da razão pela vida. E, suprema ironia de Unamuno, mesmo a vida do racionalista lhe destruiria a sua razão. «[...] o próprio pensador abstracto, ou pensador de abstracções, pensa *para* existir, para não deixar de existir, ou talvez pense para esquecer que terá de deixar de existir. É este o fundo da paixão do pensamento abstracto»<sup>187</sup>.

Apesar de tudo, para Unamuno a razão tinha um lugar e podia servir a vontade vital de imortalidade. «O que é absoluta e irrevogavelmente irracional é inexprimível, é intransmissível. Mas o anti-racional não. Talvez não se possa racionalizar o irracional, mas pode-se racionalizar o anti-racional, tratando de expô-lo»<sup>188</sup>. O general e os seus entusiastas foram mais coerentes do que Unamuno, pois enquanto se limitaram a gritar «Abaixo a Inteligência!», o filósofo, embora tivesse escrito o mesmo, caíra na armadilha de pretender destruir intelectualmente a inteligência ou usar os termos do intelecto para demonstrar o prevalecimento do irracional. Depois de dissertar longamente contra a razão, exclamara Unamuno: «Apesar disso, precisamos da lógica, desse poder terrível, para transmitir pensamentos e percepções e até para pensar e perceber, porque pensamos com palavras, percebemos com formas»<sup>189</sup>. Pensar e perceber de maneira anti-racional, e passar de contrabando os resultados desta actividade mental para os ordenar segundo as regras da lógica, como se fossem conceitos. «O que se vai seguir não me saiu da razão, mas da vida, embora para transmiti-lo tenha, de certo modo, de racionalizá-lo»<sup>190</sup>. E, várias dezenas de páginas adiante, o filósofo prevenira que «se trata aqui de dar forma lógica a um sistema de

<sup>183</sup> Id. (1966) 95-96; id. (1996) 104.

<sup>184</sup> Id. (1966) 96, 97; id. (1996) 104, 105.

<sup>185</sup> Id. (1966) 104 e segs.; id. (1996) 114 e segs.

<sup>186</sup> Id. (1966) 108-109; id. (1996) 119.

<sup>187</sup> Id. (1966) 99; id. (1996) 108 (sub. orig.).

<sup>188</sup> Id. (1966) 111; id. (1996) 122.

<sup>189</sup> Id. (1966) 82; id. (1996) 88-89.

<sup>190</sup> Id. (1966) 110; id. (1996) 121.

sentimentos alógicos»<sup>191</sup>. Desta dialéctica resultou a concepção unamuniana de língua, sistema lógico, mas ao mesmo tempo sistema de metáforas. «A língua, substância do pensamento, é um sistema de metáforas de base mítica e antropomórfica»<sup>192</sup>. E, logo em seguida a ter afirmado que «toda a filosofia é [...], no fundo, filologia», Unamuno acrescentara que «a filologia, com a sua grande e fecunda lei das formações analógicas, dá a sua parte ao acaso, ao irracional, ao absolutamente incomensurável»<sup>193</sup>.

Desta luta sem fim da vida contra a razão nasceria Deus. «Todo o ser criado tende não só a se conservar em si como a perpetuar-se, e além disso a invadir todos os outros, a ser os outros sem deixar de ser ele, a ampliar os seus limites até ao infinito, mas sem os romper. Não quer romper os seus muros [...], mas quer levar os seus muros até ao extremo do criado e abarcar tudo dentro deles. Quer o máximo de individualidade com o máximo, também, de personalidade; aspira a que o universo seja ele, aspira a Deus. Este vasto eu, dentro do qual cada eu quer pôr o universo, que é senão Deus?»<sup>194</sup>. Tratava-se de uma fenomenologia da vontade, enquanto vontade de imortalidade, que era criativa nesta sua projecção. «[...] crer em Deus é, de certo modo, criá-lo, ainda que Ele nos crie antes. É Ele que, em nós, se cria a si mesmo continuamente. Criámos Deus para salvar o Universo do nada»<sup>195</sup>, ou noutra formulação: «Depois de eu morrer, Deus continuará a lembrar-se de mim, e o facto de eu ser lembrado por Deus, o facto de a minha consciência ser mantida pela Consciência Suprema, acaso não é ser?»<sup>196</sup>. Assim, a vontade de eternidade em acto seria Deus. E este Deus, enquanto resultado e ao mesmo tempo condição da ânsia de imortalidade do homem, não podia deixar de ser antropomórfico<sup>197</sup>, pois não se tratava da projecção de um eu abstracto, como em Fichte, mas de um eu concreto, que comia e dormia e outras coisas ainda. Da fenomenologia desta vontade resultou Deus; e de Deus, enquanto resultado supremo de uma tal vontade, emanou por seu turno uma fenomenologia das virtudes morais<sup>198</sup>. Ao cabo de muitas páginas de desenvolvimento da fenomenologia da divindade enquanto resultado da vontade de imortalidade, Unamuno escrevera, como uma evidência, «dar finalidade humana, ou seja, divina [...]»<sup>199</sup>.

<sup>191</sup> Id. (1966) 178; id. (1996) 200. A versão brasileira apresenta «ilógicos» em vez de «alógicos».

<sup>192</sup> Id. (1966) 126-127; id. (1996) 139.

<sup>193</sup> Id. (1966) 257; id. (1996) 295. G. Lukács (1980) *passim* mostrou que todo o pensamento irracionalista procede por analogias.

<sup>194</sup> M. Unamuno (1966) 178; id. (1996) 199.

<sup>195</sup> Id. (1966) 134; id. (1996) 149. Ver ainda as págs. 133, 146-147, 159 ou as págs. 147, 162-163, 178.

<sup>196</sup> Id. (1966) 130; id. (1996) 143.

<sup>197</sup> Id. (1966) 140, 143-145; id. (1996) 155, 157-158, 160-161.

<sup>198</sup> Id. (1966) 159, 175, 221-222; id. (1996) 178, 195, 252.

<sup>199</sup> Id. (1966) 214; id. (1996) 242.

Afinal — mas seria de esperar outra coisa? — um livro que se apresenta da primeira até à última página como uma desesperada projecção da vida<sup>200</sup> não pode ser lido senão como uma descrição da imanência da morte. Em Madrid a arder sob as bombas incendiárias da aviação fascista, sofrendo a primeira experiência sistemática de desmoralização da população civil através do massacre aéreo de indefesos, um personagem de Malraux, o etnólogo García, um dos chefes do serviço de informações militar e velho amigo de Unamuno, conversava com Scali, um dos responsáveis da escassa aviação internacionalista que defendia a república, exilado italiano, especialista de Piero della Francesca, e recordava a conversa que acabara de ter com alguém que viera do lado nacionalista acerca do reitor demissionário da Universidade de Salamanca, fechado no quarto, deitado na cama, recusando-se sair à rua. «Unamuno vai ficar completamente frustrado da sua morte», disse Scali. «O destino tinha-lhe preparado aqui o funeral que durante toda a vida ele sonhara...»<sup>201</sup>. Malraux viu bem, aquela obsessão de vida só podia ser o longo sonho de uma apoteose fúnebre. A filosofia de Unamuno resume-se a afirmar que, se existe a morte, é necessário que ela não exista, para que tudo não seja um absurdo. Entre a ânsia de imortalidade e o pavor da morte, não é esta última a sensação mais imediata? Unamuno perturbou-se tanto com o grito que ouviu em 12 de Outubro de 1936 porque a sua obra maior foi uma tentativa angustiada de não escutar o que ele próprio estava a dizer — Viva a Morte! Desencadeada a guerra civil, a Espanha fascista, irracional porque ansiosa de imortalidade, podia viver, plenamente irracionalista, nos vitupérios do general, que ao matar a razão libertava as forças da morte. Estava velho, o velho Miguel de Unamuno, com a pior das idades, a que não se vê nos resultados da sua obra, esquivando-se a recordar os domínios obscuros do instinto e da intuição que durante toda a sua carreira literária perscrutara e esquecendo-se de colocar a ruína humana na rigorosa e legítima linhagem das de pedra. Para não aceitar a conclusão lógica da sua própria cultura, Unamuno teve de dar ali por concluída a sua inteligência, no momento em que ela deparava com os frutos mais reveladores. Por isso terminou o discurso de réplica a Millán Astray na forma infantil do amuo, falou do «templo do intelecto», disse que era o seu «sumo sacerdote». Tão cedo aquilo tudo. E retirou-se, dignidade ofendida. Foi um escândalo, claro. Daí em diante o reitor da Universidade de Salamanca permaneceu em prisão domiciliária. Como o general pluriamputado se devia ter divertido!

Outros se divertiram também, se não mais ainda — os falangistas que tinham encontrado inspiração e apoio junto a Unamuno quando ele influenciara Ledesma Ramos e em Fevereiro de

<sup>200</sup> Unamuno referiu em (1966) 95 e (1996) 103 o «desespero sentimental e volitivo» e observou (págs. 114 ou 126) que «muitos dos grandes heróis, talvez os maiores, foram desesperados, e [...], por desespero, realizaram as suas façanhas».

<sup>201</sup> A. Malraux (1983) 462.



1935 oferecera a sua presença a um comício da Falange e aceitara em casa a visita de José Antonio, recuando apenas perante o excessivo radicalismo das JONS<sup>202</sup>. Unamuno contou-se entre os mestres da revolta intelectual irracionalista que serviu ao fascismo de quadro para conceber como estética a prática política e para justificar a formação de elites. Apesar de o incidente na Universidade de Salamanca ter alimentado entre os democratas bem-pensantes uma durável mitologia, tal como a Espanha republicana gostaria que os acontecimentos se tivessem passado, a história foi outra, assente noutra trama, feita com outros fios. Ao especular sobre a vontade de imortalidade, Unamuno não se limitara a prosseguir a destruição da razão e a deixar subjacente a imanência da morte. Percebemos o eco das suas convicções sociais nos clamores que se ouviram aos partidários dos generais sublevados.

Unamuno mostrara o que pretendia com a tese do carácter exclusivamente concreto do homem, «o homem de carne e osso»<sup>203</sup>, ao declarar: «Cada um defende a sua personalidade e só aceita uma mudança no seu modo de pensar ou de sentir na medida em que esta mudança possa fazer parte da unidade do seu espírito [...] Não se pode exigir de um homem nem de um povo — que é, em certo sentido, um homem também — uma mudança que rompa a unidade e a continuidade da sua pessoa»<sup>204</sup>. A partir do momento em que aquilo que é serve de prova única e última de si próprio, a imutabilidade torna-se a condição da existência e qualquer alteração drástica só pode ser entendida em sentido negativo, como uma morte. «Tudo o que em mim concorra para quebrar a unidade e a continuidade da minha vida concorre para me destruir e, portanto, para se destruir. Qualquer indivíduo que, num povo, concorra para quebrar a unidade e a continuidade espirituais desse povo tende a destruí-lo e a destruir-se como parte desse povo»<sup>205</sup>. Nestes termos, invocar o presente era justificar a sua perpetuação. Seria difícil dar do conservadorismo uma expressão mais pronunciada e tautológica, e se o conservadorismo resultava da noção unamuniana de presente, a ânsia de imortalidade não era outra coisa senão a sua forma filosófica.

Isto pudera suceder porque Unamuno possuía uma visão orgânica da sociedade, considerando um povo, «em certo sentido, um homem também»<sup>206</sup>. A biologização do povo foi a condição deste conservadorismo. Ora, o homem só podia ser assimilado a um povo enquanto o povo não

<sup>202</sup> M. García Venero (1967) 64; S. G. Payne (1961) 50; H. R. Southworth (1967) 65, 173. Já por ocasião das eleições de Novembro de 1933, segundo G. Jackson (1967) 301, Unamuno dizia que só o fascismo podia salvar a Espanha.

<sup>203</sup> M. Unamuno (1966) 7; id. (1996) 1.

<sup>204</sup> Id. (1966) 14; id. (1996) 9-10.

<sup>205</sup> Id. (1966) 15; id. (1996) 10-11.

<sup>206</sup> Id. (1966) 14; id. (1996) 9.

se ampliasse de maneira a incluir toda a humanidade, porque então teríamos a odiada abstracção<sup>207</sup>. A paragem nos limites de cada povo é um postulado do nacionalismo orgânico, e Unamuno justificou-a através da sua concepção de língua. «[...] o ponto de partida lógico de toda a especulação filosófica não é o eu, não é a representação (*Vorstellung*) ou o mundo tal como se nos apresenta imediatamente aos sentidos, mas sim a representação mediata ou histórica, humanamente elaborada e tal como se nos dá principalmente na linguagem por meio da qual conhecemos o mundo [...] Cada um de nós parte, para pensar, sabendo-o ou não, querendo-o ou não, do que pensaram os outros que nos precederam e nos rodeiam. O pensamento é uma herança. [...] O pensamento repousa em pré-conceitos, e os pré-conceitos estão na língua. [...] Toda a filosofia é, pois, no fundo, filologia»<sup>208</sup>. A língua não era, para Unamuno, um instrumento plástico, que cada pessoa ou cada grupo social podia carregar com os seus significados e as suas conotações próprias, mas um verdadeiro presídio, um maquinismo legado pelos antepassados e que, a bem dizer, pensava por nós. Os «pré-conceitos» não emanariam da prática, mas residiriam na língua, determinante absoluta da reflexão presente, determinada ela mesma só pela história. «Uma língua é, de facto, uma filosofia potencial»<sup>209</sup>, a tal ponto que os sistemas dos maiores pensadores se confundem com a lógica da língua em que foram elaborados<sup>210</sup>. Assim, quando Unamuno se referia à língua, tratava-se para ele da substância do povo, pois classificava «a língua» como «substância do pensamento»<sup>211</sup>. E o povo, tomado em sentido orgânico, concreto, corpóreo, era considerado por Unamuno enquanto raça. Logo depois de afirmar que não pensamos o mundo tal como o sentimos, mas tal como a língua no-lo dá, ele prosseguira: «A representação é [...], como a linguagem, como a própria razão — que não é senão linguagem interior —, um produto social e racial, e a raça, o sangue do espírito, é a língua [...]»<sup>212</sup>. Fora este o tema da linguística romântica alemã, com a noção de que não era o povo a falar a língua, mas a língua a fazer falar o povo. Unamuno seguiu de perto as palavras de Fichte quando este escreveu que «a bem dizer, não é esse povo quem exprime o seu conhecimento, mas o seu conhecimento que se exprime através dele»<sup>213</sup>. Comunicarmos era, portanto, comunicarmos dentro do povo, e Unamuno considerara-se a si mesmo como emanção de uma raça. «O que chamo sentimento trágico da vida nos homens e nos povos é, no mínimo, o nosso sentimento trágico da vida, o dos espanhóis e do povo espanhol, tal como se reflecte na minha consciência, que é uma consciência espanhola,

<sup>207</sup> Id. (1966) 7; id. (1996) 1-2.

<sup>208</sup> Id. (1966) 256-257; id. (1996) 295.

<sup>209</sup> Id. (1966) 256; id. (1996) 294.

<sup>210</sup> Id. (1966) 256-257; id. (1996) 294-295.

<sup>211</sup> Id. (1966) 126; id. (1996) 139.

<sup>212</sup> Id. (1966) 257; id. (1996) 296.

<sup>213</sup> J. G. Fichte (1975) 110.

constituída na Espanha»<sup>214</sup>. A vontade de imortalidade, o «sentimento trágico» — e não foi ocasionalmente que o título da obra o deixou claro — moveria tanto os homens como os povos.

Mas Unamuno não se limitara ao plano das ideias e propusera igualmente uma prática. Da ânsia de perenidade, além de deduzir Deus e as virtudes, ele retirara uma regra de conduta. «O nosso maior esforço será o de nos tornarmos insubstituíveis, o de tornar uma verdade prática o facto teórico [...] de que cada um de nós é único e insubstituível, de que outro não pode preencher o vazio que deixamos ao morrer»<sup>215</sup>. A vontade de imortalidade sustentara uma vontade de poder. «Entrega-te [...] aos outros, mas, para te entregares a eles, primeiro domina-os. Pois não cabe dominar sem ser dominado. [...] Amar o próximo é querer que ele seja como eu, que seja outro eu, isto é, é querer eu ser ele, é querer suprimir a divisória entre ele e eu [...] O meu esforço por me impor a outro, por ser e viver nele e dele, por fazê-lo meu — que é a mesma coisa que fazer-me seu —, é o que dá sentido religioso à colectividade, à solidariedade humana»<sup>216</sup>. Assim, a vontade de poder, entendida como manifestação prática da vontade de imortalidade, sustentara para Unamuno uma colectividade de carácter orgânico. À mesma conclusão se podia chegar ao observar-se que, tendo todos uma igual vontade de imortalidade e, portanto, esforçando-se cada um por se impor a todos os outros, fazer o outro de si seria o mesmo que fazer-se a si dele, e daí o carácter orgânico da colectividade. A um tal processo chamara Unamuno a «moral da mútua imposição»<sup>217</sup>. «Cada um se alimenta da carne daquele a quem devora», advertira Unamuno. «Amar o próximo é querer que ele seja como eu, que seja outro eu [...]»<sup>218</sup>. Este era o amor propiciado pelo Senhor Deus dos Exércitos<sup>219</sup>, ou o amor em que se fundava aquele paraíso, invocado por José Antonio, que devia ter, «junto aos umbrais das portas, anjos com espadas»<sup>220</sup>. Haviam chegado os tempos, e se o profeta Unamuno virava agora o rosto para não se mirar no espelho da guerra civil a culpa era dele, pois chamara à guerra «escola de fraternidade e laço de amor» e anunciara que «o mais puro e mais fecundo abraço de amor que os homens se podem dar é o que dão, no campo de batalha, o vencedor e o vencido»<sup>221</sup>. Da vontade de imortalidade resultara a vontade de poder, e da vontade de poder resultara a legitimação prática da exploração. Depois de mencionar «a glória do Estado, filho da guerra», Unamuno pretendia que «a civilização começou no dia em que um homem, submetendo outro e obrigando-o a trabalhar para os dois,

<sup>214</sup> M. Unamuno (1966) 245; id. (1996) 281.

<sup>215</sup> Id. (1966) 226; id. (1996) 257.

<sup>216</sup> Id. (1966) 233; id. (1996) 266-267. Ver ainda as págs. 39-40, 178 ou 38, 199.

<sup>217</sup> Id. (1966) 237; id. (1996) 271.

<sup>218</sup> Id. (1966) 233; id. (1996) 266.

<sup>219</sup> «Deus revelou-se sobretudo na guerra», leio em id. (1966) 234 e (1996) 268.

<sup>220</sup> A. Ríó Cisneros et al. (orgs. 1945) 87.

<sup>221</sup> M. Unamuno (1966) 234; id. (1996) 267.

pôde dedicar-se à contemplação do mundo e obrigar o seu submisso a trabalhos de luxo. Foi a escravidão que permitiu a Platão especular sobre a república ideal, e foi a guerra que trouxe a escravidão. Não é em vão que Atenas é a deusa da guerra e da ciência». E exclamara, impaciente, o filósofo: «Mas será necessário repetir outra vez estas verdades tão óbvias, mil vezes esquecidas e que outras mil voltam a renascer?»<sup>222</sup>. Decerto o «sentimento trágico da vida», enquanto vontade de poder de uns sobre outros, justificaria também as profundas desigualdades económicas e sociais da Espanha, assim como santificaria a sublevação dos generais. «A verdadeira moral religiosa é, no fundo, agressiva, invasora», escrevera o velho mestre, para acrescentar: «Sinto-me com uma alma medieval e afigura-se-me que é medieval a alma da minha pátria [...]»<sup>223</sup>. Nem outra coisa diziam os seus discípulos falangistas e os demais pregadores da cruzada de Franco.

Dois meses e meio depois da escandalosa cena na universidade, no derradeiro dia de 1936, morreu Miguel de Unamuno, não da morte viva que o outro gritava, mas de uma morte morta, e só os falangistas ousaram celebrar o seu enterro, enfrentando arrogantemente o ostracismo que o mestre sofrera nos últimos tempos. «O enterro de Unamuno ocorreu à tarde. [...] a assistência era formada na maior parte por camisas azuis, e alguns falangistas levaram aos ombros o caixão. [...] E, após a ordem de formar e desfilar, ouviu-se a voz do falangista de Salamanca: — Miguel de Unamuno y Jugo... E a resposta, unânime: — Presente!»<sup>224</sup>. Contra o «grito necrófilo e sem sentido» desferrava-se afinal o velho professor, que os falangistas gritavam vivo quando acabava de morrer. Um era um vivo morto, o outro tornara-se um morto vivo. Haviam-se encontrado ambos na cultura comum.

<sup>222</sup> Id. (1966) 234; id. (1996) 268. Unamuno prolongara aqui um tema de Nietzsche, como se vê em G. Lukács (1980) 327.

<sup>223</sup> M. Unamuno (1966) 234, 265; id. (1996) 268, 305.

<sup>224</sup> M. García Venero (1967) 303.

Parte 6  
METAMORFOSES DO FASCISMO

*«An object is frequently not seen,  
from not knowing how to see it».*

John Herschel

# Capítulo 1

## O FASCISMO SEM NOME

### 1. A dissimulação ideológica do fascismo permitiu-lhe uma existência furtiva

Após a segunda guerra mundial a forma mais perversa de fascismo tem sido a sua existência furtiva. Os fascismos foram derrotados nos campos de batalha e nas cidades bombardeadas muito antes de as suas contradições os terem derrubado ou sequer enfraquecido. Para agravar a situação, a vitória aliada não levou a uma crítica da ideologia fascista, mas à sua supressão material. Montou-se uma colossal operação de censura, que atingiu inclusivamente os precursores do fascismo, fazendo cair no esquecimento autores que haviam na sua época gozado de notoriedade ou, quando tal se revelou impossível, expurgando algumas teses do corpo de ideias defendido por intocáveis celebridades.

É elucidativo observar que do lado ocidental aquelas medidas censórias foram inauguradas, ou pelo menos conduzidas, por forças conservadoras, as mesmas que até 1939 haviam feito a apologia da ordem mussoliniana e defendido uma estratégia conciliatória relativamente ao Terceiro Reich e que, com o começo da Guerra Fria, usaram antigos fascistas para melhor combater o comunismo de feição soviética. E a esquerda, cuja propensão à tesourada doutrinária é por demais conhecida, considerando progressista tudo o que se apresentasse como um ataque ao fascismo, apoiou alegremente as medidas de censura e empenhou-se em aplicá-las e reforçá-las por conta própria. Não era a primeira vez, não será a última, que as boas intenções aparentes da esquerda servem finalidades contrárias. Os dirigentes soviéticos, com a sua corte de discípulos e apoiantes interessados, tinham de fazer esquecer que antes de inaugurarem a estratégia das Frentes Populares haviam assinado um pacto de amizade com o governo fascista italiano e evitado cuidadosamente quaisquer críticas públicas a Mussolini<sup>1</sup> e haviam patrocinado na Alemanha a conjugação de forças dos comunistas com os nacionais-socialistas contra a social-democracia; e que antes de serem lançados na Grande Guerra Patriótica tinham assinado com os governantes do Reich os tratados de não-agressão e de amizade, cooperação e demarcação e feito o possível

<sup>1</sup> Em *Destin d'une Révolution. URSS 1917-1937*, livro publicado em 1937, Victor Serge informou que Mussolini foi «o único chefe de Estado estrangeiro que nunca foi atacado pessoalmente na imprensa soviética». Ver J. Rièrè et al. (orgs. 2001) 469.

por sabotar o esforço militar aliado. O mais curioso é que esta obliteração da memória não se deveu apenas à esquerda oficial mas igualmente a alguns meios da extrema-esquerda radical.

Afinal, são muitos os que têm alguma coisa a silenciar ou, mais grave ainda, a esquecer. Diversas correntes da esquerda precisam de apagar a teia de confluências e interferências e sobreposições que levou à união do sindicalismo revolucionário com o nacionalismo e suscitou a criação de um espaço de difusão do fascismo. Tal como na direita é necessário ocultar o que existe de comum entre a génese das doutrinas liberais e a das doutrinas fascistas. Os ideólogos conservadores esquecem que o fascismo se incluiu legitimamente na tradição de elitismo das democracias e que o racismo hitleriano teve as suas raízes nas especulações linguísticas do romantismo germânico e nas teorias, consideradas científicas, dos eugenistas. Aliás, Houston Stewart Chamberlain, o mais directo precursor da doutrina racial do Terceiro Reich, definira o século XIX como «século da filologia» e «século das raças»<sup>2</sup>. Desta maneira podem hoje apresentar-se como se tivessem sido uma invenção do nacional-socialismo algumas concepções que tinham curso nos meios cultos europeus e norte-americanos do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Quando sabemos que os arquivos norte-americanos expurgaram certos panfletos de propaganda eugenista mais estridente, conhecidos hoje só porque foram guardados nos arquivos britânicos<sup>3</sup>, podemos avaliar o grau atingido pela obliteração da memória.

O mesmo programa censório, e com resultados igualmente nocivos, atingiu os autores propriamente fascistas, cujos livros desapareceram das livrarias e foram retirados de numerosas bibliotecas. Na Alemanha as autoridades ocupantes confiscaram e destruíram os manuais escolares, incluindo os que difundiam as teses nacional-socialistas sobre biologia e ecologia<sup>4</sup>. Em França logo no começo de 1945 os livreiros receberam ordem para não ter à venda obras colaboracionistas, defensoras do regime de Pétain ou anti-semitas e as devolverem aos editores<sup>5</sup>. Medidas equivalentes foram tomadas na Bélgica<sup>6</sup>. Importantes colecções de pintura e escultura de inspiração nacional-socialista ficaram inacessíveis ao público<sup>7</sup> e, um exemplo entre outros, ainda em Novembro de 1974 a esquerda radical protestou em Frankfurt contra a abertura de uma exposição dedicada ao tema da arte do Terceiro Reich enquanto instrumento de dominação<sup>8</sup>. Por todo o lado os filmes mais explicitamente fascistas deixaram de ser exibidos em salas comerciais e só raras

<sup>2</sup> H. S. Chamberlain (1913) 36-37.

<sup>3</sup> E. Black (2003) xix.

<sup>4</sup> W. W. Kay (2008); G. MacDonogh (2009) 356.

<sup>5</sup> P. Novick (1985) 207.

<sup>6</sup> L. Degrelle (2000) 147.

<sup>7</sup> B. Hinz (1980) viii.

<sup>8</sup> J.-M. Palmier (1976 a) I 443.

vezes as cinematecas os projectaram<sup>9</sup>. Foram também alguns meios da extrema-esquerda que numa universidade parisiense tentaram boicotar a exibição de documentários sobre o fascismo e a exibição crítica de filmes fascistas durante um curso sobre este tema realizado em 1974 e 1975 por um conjunto de professores e escritores marxistas ou de inspiração marxista, exteriores às várias ortodoxias<sup>10</sup>. Um dos visados lastimou «uma certa incapacidade de certas correntes da extrema-esquerda de compreender a necessidade de estudar o fascismo [...]»<sup>11</sup>. O que sobretudo indignava os vociferadores era a exibição de testemunhos mostrando o apoio de massas de que os regimes fascistas haviam beneficiado. «A classe operária é pura», gritavam eles<sup>12</sup>, e tal como aqueles adversários de Galileo que outrora se tinham recusado a espreitar pela luneta, também estes não queriam olhar as imagens. Entretanto, os parlamentos legislam impondo a versão correcta da história ou proibindo a versão incorrecta, e nos dias em que escrevo as atitudes não mudaram, se não é que pioraram.

As histórias da arte ou da literatura omitem os nomes dos artistas plásticos e dos escritores que atingiram a celebridade no Terceiro Reich<sup>13</sup>, o que talvez tenha mais inconvenientes para o conhecimento do fascismo do que da estética, mas verdadeiramente grave é o facto de ser sistematicamente escamoteado dessas histórias, das enciclopédias e das biografias correntes o empenho com que tantos artistas, entre os mais reputados das vanguardas europeias, celebraram a prosápia mussoliniana. As obras sobre o futurismo italiano e o vorticismo inglês abordam na grande maioria dos casos uma corrente estética ignorando que ela era, ao mesmo tempo e inseparavelmente, uma corrente política fascista. E, para me ater aos dois maiores nomes, como poderá estudar-se a poesia de Ezra Pound em desconhecimento das palestras que proferiu na Rádio Roma entre 1941 e 1943 ou como poderão compreender-se os romances de Céline sem ler as *Bagatelles pour un Massacre*, *L'École des Cadavres* e *Les Beaux Draps*? Ora, em 2018 uma das principais editoras francesas, cedendo às pressões dos bem-pensantes, desistiu de reeditar estas três obras. Mais modestamente, com que cómica seriedade os pensadores e chefes políticos da actual democracia portuguesa promovem a santuário da consciência nacional os poetas e pintores do grupo do *Orpheu*, apesar de entre eles se terem contado os primeiros a introduzir no seu país os temas do fascismo radical<sup>14</sup>! E um grande número de personalidades intelectuais que ponti-

<sup>9</sup> P. Cadars et al. (1972) 8, 307, 314-316.

<sup>10</sup> M.-A. Macciocchi (1976 d) II *passim*.

<sup>11</sup> J.-M. Palmier (1976 a) I 443.

<sup>12</sup> Citados por M.-A. Macciocchi (1976 d) II 330.

<sup>13</sup> J.-M. Palmier (1976 a) I 414, 443-444.

<sup>14</sup> Fernando Pessoa tem sido frequentemente apresentado como democrata devido a alguns poemas em que ridicularizou Salazar e o Estado Novo, mas era o fascismo conservador e pedestre o visado pela mordacidade daquele defensor de um fascismo radical e alucinado. Para além dos manifestos e proclamações, ou poemas, escritos



ficaram na França das décadas de 1950 e 1960 deixou esbater-se no conveniente esquecimento o período formador das suas concepções, durante a década de 1930, quando eram movidas pelo militantismo plebeu de Doriot ou, mais sofisticadamente, frequentavam a tecnocracia inspirada por Marcel Déat. Também os libertários não escapam a este afã de adulteração, pois quantas são as antologias de textos de Sorel e dos demais sindicalistas revolucionários cujos prefácios e notas tenham o cuidado de mencionar claramente o destino destas figuras? Seria necessário ocupar durante vários anos consideráveis equipas de pesquisadores para traçar, nos silêncios do presente, a história de um ocultamento deliberado e repor nos devidos termos o que foi uma complexa teia de relações.

A censura sistemática da ideologia, acompanhada pelo facto de muitos ideólogos terem desaparecido da cena, ou porque foram condenados à morte ou porque se reciclaram, levou a que numerosos historiadores e estudiosos da política, cujo universo se reduz à documentação disponível nas bibliotecas e às interpretações veiculadas pelas edições universitárias, passassem a considerar que o fascismo se teria resumido a uma prática, quando, pelo contrário, a especificidade — ou o enigma — do fascismo consistiu em ter subordinado a prática à ideologia. Quanto aos especialistas que abordam o fascismo como um corpo de ideias, são tão raros os que não as desnaturam, que mal reconhecemos naquelas análises algum traço da inspiração originária. Sobram muito poucos que tenham sabido reconstituir a ideologia fascista e situar o fascismo na rede de relações que ocupou, o que os torna tanto mais merecedores da minha gratidão.

Esse processo generalizado de dissimulação correspondeu aos interesses de muitíssima gente demasiado comprometida com os regimes fascistas, que logo após o final da guerra procurou fazer com as suas pessoas o mesmo que era feito com as suas ideias — forjar identidades falsas, esconder-se, passar despercebida, mudar de pele. Não me refiro apenas a escritores e filósofos, mas igualmente a administradores e economistas e antropólogos, para nem falar dos biólogos que levaram para as universidades e institutos de pesquisa das democracias os conhecimentos que haviam armazenado nos principais institutos raciais do Terceiro Reich. Para aqueles

por ele e por Almada Negreiros ainda durante a Grande Guerra e nos anos anteriores ao golpe militar de 1926, onde se encontram as preocupações e os temas do fascismo radical, devem recordar-se as ligações de ambos ao jornal diário *Revolução*, de Rolão Preto, o chefe do fascismo arruaceiro. Ver a este respeito J. Medina (1978) 54-55 n. 3 cont. e 145-146 n. 28. É curioso saber que Fernando Pessoa conseguiu a proeza de converter num verso português uma antiga divisa já usada por Mussolini — «Navegar é preciso, viver não é preciso» — e aqueles que hoje a todo o propósito citam e cantam a célebre linha ignoram quem foi a musa. Quanto ao facto de se tratar de um lema de Mussolini ver M.-A. Macciocchi (1976 c) I 30. Não foi ocasionalmente que António Ferro, futuro secretário da Propaganda Nacional do salazarismo, se encarregou da edição do *Orpheu*. Conhecendo as linhas com que se cose, uma das principais editoras neofascistas italianas publicou Pessoa ao lado de outros importantes intelectuais da extrema-direita e do fascismo. Ver F. Germinario (2001) 108. E um especialista da direita espanhola juntou o nome de Fernando Pessoa aos de António Sardinha e Hipólito Raposo. Ver P. C. González Cuevas (2016) 42.

que continuaram fiéis, a esponja passada discretamente sobre as suas doutrinas constituiu um incalculável benefício, permitindo-lhes reorganizarem-se na sombra e prosseguir as mesmas aspirações em novos termos e com novos temas.

Talvez nem tivesse passado uma década sobre o final da guerra, ainda estava viva e de boa saúde a esmagadora maioria dos que haviam sobrado da carnificina, e já aquilo que os jornalistas denominam opinião pública, e que é na realidade a opinião desejada por quem lhes paga, tinha cancelado a memória do conteúdo programático e ideológico dos fascismos. Começou a dizer-se em todo os tons que o único defeito de Mussolini fora o de ter feito a guerra do lado errado e o imperdoável pecado de Hitler consistira em ter levado demasiado longe a sua ideia fixa de exterminar os judeus. Esta visão desnaturada dos acontecimentos foi o resultado mais caricatural da sistemática censura que obscureceu o corpo doutrinário dos fascismos. O resultado mais dramático foi a infiltração operada pelas ideias fascistas, tanto mais fácil quanto rarissimamente se apresentam como tais. A prova de que o fascismo não constituiu uma anomalia na evolução do capitalismo, que tivesse sido depois corrigida pelo curso da história, é que ele foi assimilado pelos regimes que o venceram e lhe sucederam.

A ignorância em que quase todas as pessoas são mantidas relativamente ao objecto da aversão faz com que ele raramente seja identificado quando surge na vida corrente, e por isso, ao mesmo tempo que a sociedade contemporânea exorciza o fascismo, incorpora-o. Todavia, nos últimos anos têm sido colocados na internet os clássicos do fascismo que haviam sido expurgados das bibliotecas e que as grandes editoras se recusam a publicar de novo. Não pode dizer-se que aquela supressão continue a vigorar, pois obras que antes eram raridades estão agora amplamente disponíveis e, no entanto, a situação da historiografia não se alterou e essas obras continuam a ser descuradas. É que a censura não explica tudo.

Ivan Ilin, um emigrado russo de extrema-direita com simpatia pelo fascismo, observou pouco depois da segunda guerra mundial que o fascismo certamente reapareceria, mas seria conveniente então escolher outro nome, porque os seus inimigos haviam tornado odiosa a designação originária<sup>15</sup>. Com efeito, existem hoje «milhares de homens que são fascistas sem o saber», diagnosticou no começo da década de 1960 Maurice Bardèche, um fascista francês de carregado *pedigree*, para concluir com notável candura, profetizando que «sem dúvida o próprio termo “fascismo” há-de perecer sob o peso de demasiadas calúnias [...] Que importa a palavra? [...] Com outro nome, com outro rosto, e decerto sem nada que seja a projecção do passado,

<sup>15</sup> A. J. Gregor (2000 a) 125.

imagem de um filho que não reconheceremos, [...] a ordem de Esparta renascerá [...]»<sup>16</sup>. E depois de verificar que o fascismo está muito mais difundido do que geralmente se imagina, Bardèche observou que «desde que a palavra *fascismo* não seja pronunciada, não faltam os candidatos ao fascismo»<sup>17</sup>. Os grandes temas do fascismo, desarticulados do seu referencial, penetraram todo o espectro de opiniões e comportamentos da sociedade contemporânea, não só da direita e da esquerda mas mesmo daqueles, e são a maioria, que julgam não professar nenhuma ideia política. E certamente, nos seus termos estritos, essas ideias não são políticas, porque este é um fascismo sem nome. Mas não corresponderá ele, por isso mesmo, à essência do fascismo?

## 2. França: Os fascistas na Resistência antifascista

Em Londres foi uma meia dúzia de gatos pingados quem na primeira hora apoiou a France Libre, quando Charles de Gaulle, promovido temporariamente a general de brigada e subsecretário de Estado da Defesa do extinto governo, recusou os armistícios com o Reich e com a Itália e proclamou a dissidência contra o novo governo. De todos os militares franceses que haviam conseguido ser evacuados de Narvik e de Dunkerque e tinham sido transportados para a Grã-Bretanha, pouquíssimos se juntaram à France Libre. Em Junho de 1940 estavam em Inglaterra cerca de 500 oficiais e 18.000 marinheiros franceses, e só ficaram com de Gaulle duas dezenas de oficiais e duas centenas de marinheiros, optando os outros pelo regresso ao país<sup>18</sup>. A situação não foi melhor na marinha mercante, porque apenas cinco por cento dos navios franceses se puseram à disposição de Londres, tendo os restantes obedecido ao governo de Vichy e voltado a França, enquanto noventa por cento da frota mercante norueguesa rejeitara as ordens do governo colaboracionista e dirigira-se para portos aliados depois da invasão da Noruega<sup>19</sup>. O isolamento foi durável. Quando forças britânicas acompanhadas por forças da France Libre tentaram desembarcar em Dakar, em Setembro de 1940, foram rechaçadas pela guarnição, que se manteve fiel a Vichy<sup>20</sup>. E após os sangrentos confrontos de Junho e Julho de 1941, que levaram à derrota das tropas de Vichy na Síria e no Líbano perante as forças invasoras do império britânico e da France Libre, oitenta e cinco por cento dos militares franceses estacionados nesses territórios preferiram

<sup>16</sup> M. Bardèche (1961) 12, 194-195. Veja-se ainda o capítulo «*Les Fascismes Inattendus*» nas págs. 149-169. Leia-se na mesma veia P. Sérant (1959) 303.

<sup>17</sup> M. Bardèche (1961) 159-160. A passagem citada encontra-se na pág. 160.

<sup>18</sup> H. Michel (1962) 15 n. 1; R. O. Paxton (1973) 53, 109.

<sup>19</sup> M. R. D. Foot (2008) 105.

<sup>20</sup> M. Gilbert (2011 b) I 151.

ser repatriados do que seguir com de Gaulle<sup>21</sup>. Mesmo no final de 1942, já depois do desembarque aliado no Norte de África, só 100 dos 2.000 marinheiros franceses internados em Alexandria aderiram ao movimento gaullista, voltando os restantes ao país<sup>22</sup>. Junto a de Gaulle não se via nenhum nome soante da política, da administração pública, dos negócios, sequer das letras ou do jornalismo<sup>23</sup>. E embora se encontrassem alguns republicanos, defensores do regime parlamentar, aquele punhado de gente vinha sobretudo da direita e até da extrema-direita, contando-se entre eles antigos *cagouards*, aderentes à Action Française, pessoas que sempre se tinham oposto à Terceira República<sup>24</sup>. O próprio de Gaulle havia sido profundamente influenciado pelas doutrinas de Charles Maurras<sup>25</sup> e antes da Ocupação apreciara a orientação política do coronel de La Rocque<sup>26</sup>. «Receando que os acusassem de simpatizar com o regime político perecido na tempestade, e ao qual era legítimo atribuir uma grande parte de responsabilidade no desastre, eles [os franceses de Londres] continuam por conta própria as acusações e os sarcasmos de que o cobria a extrema-direita antes da guerra», escreveu uma das maiores autoridades sobre a história da Resistência francesa. «Este antiparlamentarismo foi um dos traços dominantes mais duradouros da France Libre»<sup>27</sup>. Depois, e só depois, é que os socialistas começaram a aderir à dissidência gaullista; e mais tarde, após a espectacular ruptura do pacto germano-soviético, já noutra quadro e com outras condições, de Gaulle pôde beneficiar do apoio dos comunistas. Antes de 1942 a propaganda da France Libre jamais invocou o tema, ou sequer a palavra, da república<sup>28</sup>. Assim como os conselheiros de Pétain haviam denominado État Français o novo regime, para iludir as espinhosas questões institucionais e esquecer a república, essa mesma república era deixada de lado também em Londres por uma França que só se apelidava Livre.

Quando a France Libre, através dos seus representantes mais credenciados, se proclamava acima das classes sociais e interessada apenas na grandeza do país e na integridade do império colonial, não se tratava de um mero acordo táctico entre correntes políticas diferentes para derrubarem o inimigo comum. Mais do que situarem-se acima dos partidos, os primeiros gaullistas de Londres pronunciaram-se contra os partidos, e o seu nacionalismo era de um carácter que

<sup>21</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 192; R. O. Paxton (1973) 230 n. 12; «Syrian Campaign», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1096-1098.

<sup>22</sup> R. O. Paxton (1973) 230 n. 12.

<sup>23</sup> H. G. Dahms (1968) I 160; R. O. Paxton (1973) 51, 53.

<sup>24</sup> H. Michel (1962) 16, 34.

<sup>25</sup> R. O. Paxton (1973) 246. «Maurras teve a tal ponto razão que endoideceu por causa disso», declarou de Gaulle depois da guerra, citado por J.-R. Tournoux (1967) 90.

<sup>26</sup> J.-R. Tournoux (1967) 563. Por seu lado, E. Weber (1965 a) 106 observou que no pós-guerra o partido gaullista apresentava fortes semelhanças com o antigo partido de de La Rocque.

<sup>27</sup> H. Michel (1962) 72, 92. Ver igualmente S. Hoffmann (1967) 30.

<sup>28</sup> H. Michel (1962) 100.

excluía a política como algo perturbante e enfraquecedor<sup>29</sup>. Qual a diferença, afinal, entre esta busca da unanimidade na esteira de um chefe incontestado e a doutrina fascista da unidade de acção de todas as forças sociais sob um comando supremo? Acima das classes e das divisões partidárias só podem vigorar ficções, e não são mais do que ficções a nação apresentada como uma entidade independente do poder de Estado e a mística de um chefe que não se explique pelas hierarquias burocráticas e pela manipulação paternalista de clientelas. Os franceses livres de Londres foram, naqueles tempos iniciais da vitória germânica, o espelho dos fascistas tradicionalistas de Vichy ou quem sabe se até dos fascistas radicais de Paris. De um lado como do outro, projectando-se a política para o reino das fantasmagorias, era nos mesmos termos que se apresentava a salvação da França — como um ressurgimento espiritual<sup>30</sup>.

E o que impedira a França de se mostrar em 1940 à altura do seu passado de glórias, senão a decadência interna? Não só os temas e os termos usados pela extrema-direita ecoavam nas críticas endereçadas por de Gaulle à Terceira República, à sua pretensa mediocridade política, à aparente desordem parlamentar, à alegada impotência do sistema partidário, ao clientelismo, aos escândalos e à corrupção<sup>31</sup>, como a propaganda da France Libre chegou a explicar a crise do regime invocando uma crise da raça. Por um lado, sentia-se o declínio demográfico, já que entre 1906 e 1931 a população global do país crescera somente 5,6% e a população activa aumentara apenas 2%<sup>32</sup>. E por outro lado? «Afluíam ao nosso país milhares de franceses com um passado mais ou menos suspeito. A França convertia-se no esgoto da Europa», escreveu em Londres, em 1942, alguém que assinou *Jacques, soldat de la France*. «Por todo o lado eles se infiltravam. Todos esses franceses de fresca data não pensavam como franceses e contribuíram para arruinar o sentimento nacional no nosso país»<sup>33</sup>. Este retrato de declínio e dissolução de um povo reproduz os lugares-comuns da extrema-direita e dos fascistas nos anos anteriores à guerra<sup>34</sup> e, o que é mais interessante neste contexto, não difere da maneira como Hitler apresentara a França em *Mein Kampf*.

O que indignava a France Libre não era o governo de Vichy ser fascista mas o facto de

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, 23-25; R. O. Paxton (1973) 327.

<sup>30</sup> S. Hoffmann (1967) 32. Note-se que de Gaulle, depois de ter abandonado o poder no início de Janeiro de 1946, estabeleceu uma curiosa hierarquia de responsabilidades ao considerar Vichy como uma «terceira força», que «se recusara a tomar partido entre a colaboração e o gaullismo». Citado em J.-R. Tournoux (1967) 86.

<sup>31</sup> H. Michel (1962) 91.

<sup>32</sup> I. Kolboom (1986) 40.

<sup>33</sup> Citado em H. Michel (1962) 93. Segundo S. Friedländer (2008) 183, dos cerca de 330.000 judeus existentes em França em 1939, quase metade eram estrangeiros ou nascidos de pais estrangeiros, e entre eles 55.000 tinham chegado entre 1933 e 1939.

<sup>34</sup> A. Duraffour et al. (2017) 115-121.

colaborar com o inimigo. E não era por ser fascista que o inimigo se tornara odiado, mas por ocupar três quintos do país. A aversão ao ocupante era expressa em termos que só se distinguiam do racismo nacional-socialista por serem de sinal inverso. «Nós não ignoramos que o alemão é o alemão», disse o general de Gaulle num discurso de Outubro de 1941, remetendo nesta tautologia as circunstâncias da política para a perenidade da raça. «[...] esse povo desequilibrado precipitar-se-ia no crime com a primeira crise de medo ou de cólera»<sup>35</sup>. O tema da «nocividade crónica do germanismo», para empregar as palavras que o general usou noutro discurso da mesma época<sup>36</sup>, era um lugar-comum entre os franceses de Londres e também em alguns movimentos da Resistência clandestina no interior do país, quando reduziam o nacional-socialismo a uma manifestação do germanismo<sup>37</sup>. E Raymond Aron, intelectual apreciado por muita gente e que consolidou a sua reputação na defesa da democracia, um dos poucos que em Londres se pronunciava contra o poder pessoal assumido por de Gaulle e o culto de que ele se rodeava, atribuiu então com toda a seriedade o expansionismo hitleriano ao «demónio das aventuras» e à «loucura das grandezas» que habitariam a leste do Reno. O programa de destruição e pilhagem organizada a que Raymond Aron sonhava submeter a Alemanha depois da sua tão ambicionada derrota não se distinguiu materialmente daquele que Hitler vitorioso aplicou contra os eslavos e daquele que Morgenthau proporia mais tarde aos chefes de governo aliados. Será necessário, escreveu Aron, «arrebatar ao Reich a maior quantidade possível de despojos: máquinas, matérias-primas, objectos preciosos, propriedade industrial, participações nos bancos e nas companhias de seguros»<sup>38</sup> — nada escapava à ganância do futuro mestre de sociologia política.

Um minucioso conhecedor destes debates ideológicos não deixou lugar para dúvidas: «Antiparlamentarismo, tendência para a xenofobia e em alguns casos para o anti-semitismo, culto da tradição, mito do chefe, nacionalismo um pouco limitado, atracção pelo partido único, todas estas características da France Libre [...] não deixam a dissidência de Londres a grande distância do État Français»<sup>39</sup>. «As pessoas de que o general de Gaulle se rodeia em Londres são fascistas», confidenciou um socialista exilado na Inglaterra desde os primeiros tempos<sup>40</sup>. E como os Aliados não eram míopes, percebiam a situação. «Há quem, na América por exemplo, pergunte a si mesmo se os franceses de Londres não teriam simpatias pelo fascismo», escreveu Simone Weil

<sup>35</sup> Citado em H. Michel (1962) 87.

<sup>36</sup> Citado em id., *ibid.*, 88.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, 414.

<sup>38</sup> Citado em id., *ibid.*, 87 e 89. Este autor utilizava o pseudónimo René Avord. Acerca da propaganda que ele conduzia em Londres contra as ambições ditatoriais do general de Gaulle ver id., *ibid.*, 100 e 785. No entanto, como indicou W. Lepenies (2006) 185-187, Aron havia aparecido como um germanófilo no meio intelectual francês.

<sup>39</sup> H. Michel (1962) 96.

<sup>40</sup> Louis Lévy citado em id., *ibid.*, 737.

em 1943, quando participava activamente na Resistência londrina<sup>41</sup>. As inquietações generalizaram-se. «No estrangeiro era feita por vezes [à France Libre] a acusação de fascismo, e até em Londres sucedeu que a actuação do BCRA, por ocasião de obscuras rivalidades entre serviços especiais, fosse comparada à da Gestapo»<sup>42</sup> — o que não espanta, porque esse departamento, encarregado da espionagem e contra-espionagem gaullista, era dirigido pelo capitão André Dewavrin, dito coronel Passy, um dos chefes daquela sinistra rede clandestina de bandos fascistas que existira durante o Front Populaire e que o sensacionalismo jornalístico havia denominado *La Cagoule*. Naturalmente, Dewavrin escolhia agora entre os antigos cúmplices alguns dos seus colaboradores mais próximos<sup>43</sup>.

E a própria Resistência, o que foi ela?

O general de Gaulle e os seus adeptos não esperavam que viesse a formar-se no interior da França uma acção clandestina e civil<sup>44</sup>, e procuraram retirar-lhe quaisquer implicações de ordem social ou política e esforçaram-se por reduzi-la a funções militares auxiliares. «[...] vista de Londres ou de Argel», escreveu um especialista, «a clandestinidade aparece obscuramente como uma espécie de nebulosa, cuja fermentação assusta tanto quanto a sua fragilidade inquieta. Convém, por um lado, confiar-lhe somente *tarefas proporcionais às suas possibilidades* e, por outro lado, no seu próprio interesse, *enquadrá-la e dirigi-la*»<sup>45</sup>. Mesmo os seus promotores dentro da França se surpreenderam com o desenvolvimento posterior da Resistência, de tão escassa e débil que ela foi de início<sup>46</sup>. Tal como observou impiedosamente Simone Weil, «a França entrou na via da resistência mais lentamente, mais tarde do que a maior parte dos países ocupados [...]»<sup>47</sup>. Nos primeiros tempos a imprensa clandestina reproduzia profecias de Nostradamus e de Santa Odília<sup>48</sup>, e só nessa linguagem obscura conseguia encontrar indícios de um êxito futuro que

<sup>41</sup> S. Weil (1950) 157.

<sup>42</sup> H. Michel (1962) 33. Ver igualmente J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 328.

<sup>43</sup> Ph. Bourdrel (1992) 89, 315-316; «Cagoule, La», *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 552; J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 327, 328. Note-se que, segundo A. Beevor et al. (2012) 14, Dewavrin sempre negou ter sido *cagoulard*. Por outro lado, a crer em Philippe Bourdrel, op. cit., 294, Joseph Darnand, antigo *cagoulard* e futuro secretário de Estado do Interior no governo de Vichy, futuro fuzilado também, pensou em certa ocasião oferecer os seus serviços ao BCRA, que recusou por grande maioria, embora Darnand contasse com o apoio de um dos membros do Bureau, que também havia pertencido à *Cagoule*. Ver igualmente J.-C. Valla (2000) 127.

<sup>44</sup> H. Michel (1962) 56; P. Novick (1985) 46.

<sup>45</sup> H. Michel (1962) 60 (subs. orig.).

<sup>46</sup> R. O. Paxton (1973) 47.

<sup>47</sup> S. Weil (1950) 121.

<sup>48</sup> H. Michel (1962) 132. É curioso observar que, segundo P. Ory (1976) 53, Nostradamus estava na moda entre os colaboracionistas parisienses na primeira metade de 1944, sendo as suas profecias reeditadas por um membro do PPF. Os desesperados revezavam-se no recurso à mensagem obscura. Aliás, A. Speer (1979) 542-543 recordou que nos últimos tempos do Reich as páginas de astrologia dos jornais eram tão consultadas que os serviços de propaganda começaram a fornecer instruções aos fazedores de horóscopos.

tudo na época parecia desmentir. A santa era padroeira da Alsácia<sup>49</sup>, que os vencedores haviam anexado de novo, e quem sabe se no reino dos céus ela se indignaria com as convulsões geopolíticas da sua província?

A Resistência acusava os autores do armistício de terem traído o aliado britânico e passado para o campo do Reich, mas em que situação ficaram os resistentes do interior e os franceses de Londres quando, logo nos primeiros dias de Julho de 1940, a marinha de guerra britânica atacou a esquadra francesa na Argélia e deixou quase mil e trezentos marinheiros mortos, daquela que então era ainda formalmente uma aliada sua<sup>50</sup>? Ou quando os aviões britânicos e norte-americanos bombardeavam as cidades da França e as grandes instalações industriais, matando mais de sessenta mil civis, um número de vítimas superior ao provocado entre a população civil britânica pelos ataques da Luftwaffe<sup>51</sup>? «*C'est l'Anglais qui nous a fait ça!*», proclamavam cartazes afixados



Theo Matejko, *C'est l'Anglais qui nous a fait ça* (1940)

Como poderia a população comum simpatizar com libertadores mais mortíferos do que o ocupante?

Como poderia a população comum simpatizar com libertadores mais mortíferos do que o ocupante? E se «os resistentes [foram] unânimes a deplorar o carácter prejudicial desses bombardeamentos e a contestar a sua utilidade», como escreveu um historiador<sup>52</sup>, o certo é que o fizeram sobretudo na correspondência privada e nas mensagens secretas que dirigiam a Londres; mas em público, na propaganda clandestina, apesar de um ou outro protesto mais claro, foi às meias desculpas que recorreram e às justificativas nada convin-

<sup>49</sup> R. O. Paxton (1973) 63.

<sup>50</sup> «Mers-el-Kébir», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 739-740; R. O. Paxton (1973) 52, 64.

<sup>51</sup> Ver a n. 200 do capítulo 4 da Parte 4.

<sup>52</sup> H. Michel (1962) 240-241.



centes de quem está muito pouco convencido<sup>53</sup>.

Talvez isto ajude a compreender a falta de entusiasmo que durante muito tempo a imprensa clandestina da Resistência revelou pela figura do general de Gaulle<sup>54</sup>. A Resistência podia decerto apoiar-se no desprezo ou na raiva surda que a esmagadora maioria da população manifestava para com todos os que haviam convertido o desastre num negócio e obtinham graças ao ocupante benefícios económicos e carreiras políticas que nunca haviam conseguido de outro modo, mas como ignorar a extraordinária popularidade que até uma data muito tardia, quase até ao último momento, rodeou o mito e a pessoa do marechal Pétain? Ainda em Abril de 1944 ele era saudado entusiasticamente por multidões de parisienses, escassos quatro meses antes de a capital ser libertada<sup>55</sup>. O ódio ao inimigo e a honra do país seriam, sem dúvida, temas muito bonitos para muitas pessoas, mas não foram eles que mobilizaram os ânimos, e a Resistência, enquanto movimento de massas, vegetou até que o Serviço de Trabalho Obrigatório, a partir de Fevereiro de 1943, lançasse no *maquis* milhares e milhares de fugitivos das vilas e das cidades<sup>56</sup>, vinte mil homens armados em Maio de 1944, a crer nos cálculos das autoridades germânicas<sup>57</sup>.

«É para não partirem para a Alemanha que jovens e operários buscam um refúgio nos campos e nas montanhas», confirmou um especialista. «Pela primeira vez, a propaganda da Resistência podia ser levada a cabo num terreno extremamente sólido. [...] sem que o tivesse procurado, a Resistência encontrava-se perante uma *acção de massas* [...]»<sup>58</sup>. Esta multiplicação do número de fugitivos e rebeldes, que conferiu à Resistência a sua força definitiva, não se deveu aos apelos exteriores dos gaullistas nem à propaganda interna da acção clandestina, mesmo daquela que estava habituada a lidar com os trabalhadores. «Tal como os movimentos da Resistência, também os comunistas não tinham previsto o afluxo massivo às montanhas e aos campos

<sup>53</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 375; M. Gilbert (2011 b) II 615; H. Michel (1962) 241-245, 290.

<sup>54</sup> H. Michel (1962) 223-224; R. O. Paxton (1973) 230.

<sup>55</sup> R. O. Paxton (1973) 226. Outras multidões de parisienses, ou quem sabe se as mesmas, aclamaram com não menos entusiasmo o general de Gaulle em 26 de Agosto de 1944, logo após a libertação da capital. Mas enquanto a Resistência não havia ousado dar sinal de si durante a recepção a Pétain, na apresentação triunfal de de Gaulle, pelo contrário, um certo número de fascistas, talvez elementos da Milícia, teve a audácia de disparar dos telhados sobre o cortejo, provocando pânico e enorme confusão. As declarações oficiais referiram trezentos feridos em resultado desta escaramuça extemporânea, mas houve quem calculasse um número de baixas bastante superior. Ver J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 368 e também A. Beevor et al. (2012) 52-54.

<sup>56</sup> H. G. Dahms (1968) II 186; R. O. Paxton (1973) 274, 343; G. Perrault et al. (1989) 34, 36; L. Rebatet (2007) 69. Após a libertação da França, Laval gabou-se, numa sessão do processo contra o marechal Pétain, de ter dito ao plenipotenciário nacional-socialista responsável pela requisição do trabalho obrigatório «que ele era o agente mais activo da Resistência e que a Resistência devia estar-lhe grata, porque era ele quem lhe enviava todos os seus efectivos». Ver *Le Procès du Maréchal Pétain*, 576.

<sup>57</sup> Informação confidencial da Propaganda Abteilung, citada em R. G. Nobécourt (1962) 82.

<sup>58</sup> H. Michel (1962) 62, 307 (sub. orig.).

de refractários ao Serviço de Trabalho Obrigatório»<sup>59</sup>. O principal factor de mobilização consistiu no programa de requisição forçada de mão-de-obra prosseguido implacavelmente pelas autoridades do Reich. A alteração da base social do movimento teve repercussões mais importantes ainda do que a sua ampliação numérica. Eram os operários da indústria as vítimas preferenciais, se bem que não exclusivas, do Serviço de Trabalho Obrigatório<sup>60</sup>. Foram eles quem se escondeu nos *maquis*, quem se armou e transportou para a Resistência um anseio de renovação social que até esse momento havia sido ignorado, e que o estado-maior gaullista se esforçou primeiro por reprimir e em seguida por recuperar através dos temas de um neocorporativismo de sabor keynesiano. Quando a derrota do Eixo se afigurava plausível e a libertação da França já não parecia um sonho, a posição oficial dos movimentos de Resistência, expressa no início de 1943 através de um inquérito prosseguido por um dos seus órgãos coordenadores, o Comité Général d'Études, estipulou que «embora a Carta do Trabalho deva ser revogada, é impossível restabelecer imediatamente o regime do tempo de paz. Com efeito, as circunstâncias excluem qualquer possibilidade de conflitos agudos. A legislação excepcional de tempo de guerra (decretos de 27 de Outubro e de 10 de Novembro de 1939) deverá, portanto, ser mantida no que diz respeito à designação dos delegados operários, ao modo de revisão dos acordos colectivos, à supressão dos processos de conciliação e de arbitragem e ao modo de fixação dos salários». Como se estas declarações não fossem suficientemente claras, outra passagem do mesmo relatório insistiu em afirmar que «o restabelecimento da liberdade sindical deve conciliar-se com uma autoridade firme»<sup>61</sup>. Mas nem era possível entusiasmar a população trabalhadora prometendo-lhe a continuação do autoritarismo de Vichy nas relações laborais nem os operários que se haviam escondido, organizado e armado nos *maquis* aceitariam uma tal situação.

Os movimentos da Resistência na metrópole e, em Argel, os políticos e técnicos que rodeavam de Gaulle foram levados a conceber um plano de reformas sociais consoante aquilo que na época era corrente chamar economia dirigida<sup>62</sup>. Não se tratava apenas de utilizar a capacidade de intervenção governamental para mobilizar investimentos, padronizar os processos de fabrico e, em geral, organizar a produção. A integração da burocracia sindical no aparelho de Estado e a abolição progressiva da miséria afiguravam-se indispensáveis a uma estratégia que, no plano económico, pretendia usar a elevada propensão dos trabalhadores ao consumo para

<sup>59</sup> Id., *ibid.*, 662.

<sup>60</sup> De todos os países ocupados, foi na França que os nacionais-socialistas requisitaram o maior número de operários qualificados, indicou R. O. Paxton (1973) 291-292.

<sup>61</sup> Citado em H. Michel (1962) 333.

<sup>62</sup> Id., *ibid.*, 374-375, 392-403.

estimular a actividade produtiva e, no plano político, se esforçava por impedir o movimento operário de ultrapassar os limites da disciplina capitalista, ao mesmo tempo que procurava legitimar com a efervescência popular as novas formas de centralismo estatal tecnocrático. As preocupações mais imediatas vinham da necessidade de aproveitar o dinamismo social dos trabalhadores, mas sem deixar que se transformasse numa revolução.

«É necessário que a insurreição não se converta em anarquia generalizada», lê-se no relatório de um enviado da France Libre em Novembro de 1943, «se quisermos evitar que a ordem seja mantida em França por outros que não nós»<sup>63</sup>. E, em Argel, de Gaulle preparava-se, logo que o território europeu da França começasse a ser libertado, para designar comissários da república que teriam a mesma amplitude de poderes que os prefeitos regionais nomeados em Vichy por Darlan<sup>64</sup>. A continuidade administrativa entre os dois regimes permitiria — assim o esperava o general — ultrapassar em velocidade os chefes da Resistência interior. Discursando em Argel em Março de 1944, nas vésperas da Libertação, de Gaulle preveniu: «Tudo terá de ser feito dentro da ordem. Não deverá existir nenhuma autoridade pública que não decorra do poder responsável. Qualquer formação artificial de poder exterior ao governo não será tolerada e está de antemão reprovada»<sup>65</sup>. Mas não era só de Gaulle e os emigrados que o rodeavam quem temia uma mobilização incontrolável da classe trabalhadora, e os mesmos receios explicam a actuação e as hesitações de muitos chefes da Resistência. «No seu íntimo», observou um historiador, «numerosos responsáveis dos movimentos de Resistência temiam as teorias e os métodos que conduziam as massas à acção, em vez de os aprovar e aplicar»<sup>66</sup>. Em Junho de 1944, no auge dos combates em território francês, o general Koenig, comandante militar das FFI, ou seja, da Resistência armada, enviou um telegrama ordenando aos delegados militares: «travar ao máximo actividade guerrilhas»<sup>67</sup>.

Vão temor, o de presumir que as tropas anglo-americanas acabadas de desembarcar e sem mãos a medir se ocupassem de conservar a ordem, quando para isso bastava o Partido Comunista. «É impossível encontrar mais ordem, no sentido burguês da palavra, do que entre os comunistas», escreveu um membro de Libération Nord ao analisar as questões técnicas da insurreição<sup>68</sup>. E em Novembro de 1943 um dos jornais clandestinos do PCF advertiu *L'Insurgé*, órgão

<sup>63</sup> Citado em id., *ibid.*, 64.

<sup>64</sup> R. O. Paxton (1973) 306.

<sup>65</sup> Citado em H. Michel (1962) 116.

<sup>66</sup> Id., *ibid.*, 318-319.

<sup>67</sup> Citado em J. Gallier-Boissière et al. (1949) V 364 e H. Michel (1962) 64.

<sup>68</sup> Citado em H. Michel (1962) 271.

dos socialistas de esquerda e trotskizantes que seguiam a orientação política de Marceau Pivert: «No momento em que o inimigo oprime o nosso país, todos os divisionistas, tanto sob pretexto de anticapitalismo como de anticomunismo, são hitlerianos»<sup>69</sup>. Para os comunistas franceses, tal como havia sucedido com os seus correligionários espanhóis após o levantamento dos generais, a guerra suspendera a luta social e os anticapitalistas não eram inimigos menores do que os outros. Nem eram inimigos menos presentes, também, porque no *maquis* e logo a seguir à Libertação os destacamentos conduzidos ou inspirados pelos comunistas voltaram as espingardas contra os adeptos da revolução social, em episódios pouco celebrados desta saga tão contraditória. Os anarco-sindicalistas espanhóis que se tinham refugiado em França no final da guerra civil deram um importante contributo para as actividades da Resistência e foram numerosos os que pegaram em armas, mas alguns deles acabaram assassinados por *maquisards* do Partido Comunista Espanhol e por destacamentos dos FTPF comandados pelos comunistas franceses<sup>70</sup>. Sucedeu mesmo, em Outubro de 1944, que trabalhadores entrassem em greve, ou ameaçassem fazê-lo, para obter a libertação de anarquistas que haviam sido presos por *maquis* comunistas e estavam em perigo de morte<sup>71</sup>. Devemos reler a esta luz as numerosas menções ao fuzilamento de grupos de *maquisards* por outras forças da Resistência, sob a acusação de se entregarem ao «banditismo»<sup>72</sup>. As pessoas condenadas sumariamente e sem recurso eram ladrões ou expropriadores? E onde se podia traçar, numa época de tantas convulsões, a linha que distinguisse a mera cobiça pessoal de uma ambição, mesmo difusa, de vingança social? Antes de mais, os chefes da Resistência pretendiam conter dentro dos limites da acção política uma luta que inevitavelmente tendia a alargar-se à esfera social e económica. O risco podia parecer grande, com efeito, de mobilizar a população comum contra o ocupante, sem que ela se lançasse com igual denodo contra a exploração. Se o Partido Comunista conseguiu realizar este equilíbrio não o deveu só à sua disciplina interna e à sua capacidade de enquadramento, mas a tensões muito mais profundas, subjacentes à própria constituição dos *maquis*.

Contra quem podiam os *maquisards* prosseguir o desejo ardente de reformas ou até de revolução? Quando vemos a Resistência interior analisar as causas da derrota, era raro que a atribuíssem a um declínio racial, como sucedia com alguma propaganda dos franceses de Lon-

<sup>69</sup> Citado em id., *ibid.*, 674.

<sup>70</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 389; Groupe Puig Antich (Fédération Anarchiste de Perpignan) (1984) 89-90, 101-103, 105, 108, 118-119, 123, 125-126, 138, 142, 151-154, 157, 159-160, 170-182.

<sup>71</sup> Groupe Puig Antich (Fédération Anarchiste de Perpignan) (1984) 124, 127.

<sup>72</sup> P. Novick (1985) 74; R. O. Paxton (1973) 275. É útil aqui saber que em 15 de Julho de 1944, quando se amotinaram os 4.000 presos de direito comum da cadeia de La Santé, em Paris, os 450 presos políticos detidos no mesmo estabelecimento recusaram-se a participar na revolta, que foi afogada em sangue pela Milícia. Ver a este respeito J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 354.

dres. É certo que no início de 1942 um dos animadores do movimento *Défense de la France* considerou que os judeus teriam de dar boas provas de si mesmos para serem aceites como cidadãos<sup>73</sup>, e alguns meses depois um dirigente da *Organisation Civile et Militaire* preocupou-se com a necessidade de «afrancesar» os judeus e reflectiu sobre a «experiência nefasta» do *Front Populaire*, que entregara o governo ao judeu Blum<sup>74</sup>. Mas este tipo de posições era minoritário na Resistência e a maior parte dos movimentos atribuía a derrota à incompetência dos chefes militares, uma incompetência tão colossal que para alguns só poderia explicar-se pela traição, assimilada à traição das demais elites. A França era, no começo do conflito, lia-se em 1943 num órgão clandestino da esquerda cristã, «um país dividido contra si próprio, em situação de guerra civil. Certos franceses tinham perdido a noção de quem era o inimigo. Para certos oficiais o inimigo eram os seus próprios soldados. [...] Foi no seu próprio povo que uma parte da burguesia francesa viu o inimigo»<sup>75</sup>. E em 1942 e 1943 *Libération Sud* escreveu que grande parte da burguesia, aterrada com o movimento dos trabalhadores, se sentira mais próxima de Hitler do que do povo francês<sup>76</sup>.

Este tipo de análises explicava a derrota de 1940 pela posição das forças reaccionárias na luta entre classes, mas que conclusões práticas se poderiam tirar daí na França ocupada, quando as classes dominantes do país se haviam dividido entre a confiança na ordem de Vichy e o desagrado perante a hegemonia germânica, e quando os movimentos de Resistência juntavam pessoas de todos os passados, de todos os matizes, de todos os estratos sociais? Um grande industrial e magnate do comércio, Lemaigre-Dubreuil, que dirigira uma das associações mais activas na agitação de extrema-direita em 1933-1935 e havia sido *cagoulard* durante o *Front Populaire*, colaborava desde 1940 com os serviços de informação norte-americanos e contribuiu em seguida para a criação das condições favoráveis ao desembarque dos Aliados no Norte de África<sup>77</sup>. Não seria natural, então, que muitos resistentes contrapusessem a imagem dos bons empresários patriotas à dos maus especuladores que enriqueciam com a fome do povo e as encomendas dos alemães? É certo que Lemaigre-Dubreuil tecia as suas manobras em torno do general Giraud, num meio que apenas se distinguia do conservadorismo de Vichy por ser favorável aos Aliados, e em 1944 encontramo-lo em Espanha, fugido da Argélia<sup>78</sup>. Mas quando vemos Charles Schneider, um dos grandes patrões da siderurgia, receber no seu gabinete o representante de um

<sup>73</sup> Ph. Burrin (1986) 368. *Défense de la France* foi classificado por P. Novick (1985) 70 como «o mais conservador dos principais jornais clandestinos».

<sup>74</sup> Citado em Ph. Burrin (1986) 368. Ver também S. Friedländer (2008) 623.

<sup>75</sup> *Cahiers du Témoignage Chrétien*, Agosto-Setembro de 1943, citados em H. Michel (1962) 148.

<sup>76</sup> *Id.*, *ibid.*, 148.

<sup>77</sup> Ph. Bourdrel (1992) 89; Ph. Burrin (1986) 69; J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 286-290; L. Rebatet (2007) 42; J.-C. Valla (2000) 37 n. 4, 71.

<sup>78</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) V 371.

dos maiores grupos da Resistência, animado e controlado pelo Partido Comunista, e discutir com ele a sabotagem destinada a imobilizar a sua própria fábrica<sup>79</sup>, constatamos até que ponto se iam atenuando clivagens sociais que suportávamos profundas. Mesmo que a memória dos trabalhadores guardasse um sentimento de classe, o futuro anunciava-se como uma aspiração de unidade nacional.

Decerto nem todos os resistentes se deixaram seduzir pelas ilusões patrióticas e em Brest, em 1943 e 1944, um punhado de trotskistas conseguiu escapar durante mais de um ano às perseguições da Gestapo e das variadas polícias francesas e juntou numa mesma organização clandestina algumas dezenas de militares do Reich e de activistas franceses, com um programa anti-fascista comum<sup>80</sup>. Mas os internacionalistas permaneceram isolados da restante Resistência e além disso eram os *maquis* que se ampliavam, não os movimentos clandestinos das cidades, reduzidos a um escasso número de participantes. Entre os *maquisards* a insatisfação operária foi precipitada no quadro estrito da luta patriótica, conferindo-lhe um extremismo de acção e abrindo-lhe um horizonte social, ao mesmo tempo que as reivindicações sociais se encerraram na ambiguidade supraclassista da nação. Uma vez mais se cruzaram o social e o nacional, com os riscos conhecidos. A tal ponto que perante a literatura empenhada no combate à Ocupação o público virou as costas a *Le Piège*, de Emmanuel Bove, que escalpelizava impiedosamente as contradições da Resistência, e deu a proeminência à novela de Vercors *Le Silence de la Mer*, em que os personagens franceses, um velho e a sua sobrinha, opunham um obstinado mutismo a um oficial alemão, embora ele se mostrasse desiludido com o nacional-socialismo. Numa guerra que ultrapassara a noção de pátrias e prosseguia no plano ideológico, a esmagadora maioria dos resistentes reviu-se numa obra que celebrava o nacionalismo.

Simone Weil fornece um curioso exemplo desta evolução. Em 1936 ela havia-se juntado aos anarquistas espanhóis na guerra civil, embora os prevenisse de que as suas convicções pacifistas a impediriam de usar a espingarda que lhe fora atribuída, até que o azeite a ferver de uma frigideira desastrosamente derramado a queimou gravemente e a fez abandonar a Espanha. Em 1943 vamos encontrá-la a participar na Resistência de Londres, e num longo capítulo de uma obra redigida nesta ocasião ela defendeu a conveniência de fundir o movimento operário com o nacionalismo, apresentando a dedicação à pátria como um dos principais factores de um enraizamento necessário para contrariar os efeitos da alienação dos trabalhadores<sup>81</sup>. «Há quem, na

<sup>79</sup> Id., *ibid.*, V 337.

<sup>80</sup> Id., *ibid.*, V 349; C. Thalmann et al. (1983) 316-323.

<sup>81</sup> S. Weil (1950) 89-158.

América por exemplo, pergunte a si mesmo se os franceses de Londres não teriam simpatias pelo fascismo», escreveu ela. «A questão assim fica muito mal colocada. [...] O problema consiste em saber se os franceses de Londres possuem os meios necessários para impedir que o povo de França resvale para o fascismo e para evitar ao mesmo tempo que ele se precipite quer no comunismo quer na desordem»<sup>82</sup>. Que solução propunha Simone Weil? A derrota e a Ocupação haviam permitido a ressurreição do sentimento nacional, que se encontrava extinto entre os operários desde a primeira guerra mundial. «Não poderá existir um movimento operário sadio se não tiver à sua disposição uma doutrina que confira um lugar à noção de pátria, e um lugar determinado, quer dizer, limitado»<sup>83</sup>. Também a juventude burguesa havia deixado de ser patriota, porque o seu ódio aos operários era tal que preferiram a vitória do estrangeiro contra os operários à vitória da França com eles. Era necessário, todavia, «inventar um patriotismo novo». «Neste momento o mundo precisa de um patriotismo novo»<sup>84</sup>. Para isso a primeira condição consistia em abandonar as glórias imperiais, que esmagavam outros nacionalismos considerados por Simone Weil tão legítimos como o seu próprio. «Na actual confusão de pensamentos e sentimentos acerca da ideia de pátria, teremos nós qualquer garantia de que o sacrifício de um soldado francês em África obedeça a uma inspiração mais pura do que o de um soldado alemão na Rússia? Actualmente não a temos»<sup>85</sup>. Pela mesma razão era urgente abandonar o colonialismo interno, que construía a nação francesa sobre a erradicação das identidades regionais. Pouco importava que os ocupantes nacional-socialistas vissem com simpatia os movimentos autonomistas regionais; e quanto à doutrina regionalista do governo de Vichy, o seu único defeito era o de não passar à prática. «No desânimo, na desorientação, na solidão, no desenraizamento em que os franceses se encontram, todas as fidelidades, todas as ligações devem ser conservadas como tesouros raríssimos e infinitamente preciosos [...]»<sup>86</sup>. Ao anunciar, em suma, «a concepção de um patriotismo subordinado à justiça»<sup>87</sup>, Simone Weil estava a defender, contra o nacional-socialismo, um nacionalismo social.

Estranha santa laica, obcecada por alcançar uma coerência prática que se confundisse com o sacrifício físico, e que pereceu por isso, Simone Weil reinventou o nacionalismo num voo místico, evocando «a compaixão pela pátria»<sup>88</sup> e «um patriotismo inspirado pela compaixão»<sup>89</sup> que transpusessem em termos de humildade cristã uma França que até então se afirmara como

<sup>82</sup> Id., *ibid.*, 157.

<sup>83</sup> Id., *ibid.*, 92-93.

<sup>84</sup> Id., *ibid.*, 128.

<sup>85</sup> Id., *ibid.*, 147.

<sup>86</sup> Id., *ibid.*, 143-144.

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, 133.

<sup>88</sup> Id., *ibid.*, 150, 154. «A compaixão pela França», insistiu repetidamente (págs. 150, 151) Simone Weil.

<sup>89</sup> Id., *ibid.*, 151.

imperial. A elevada estatura moral de Simone Weil dá a este programa uma singular importância enquanto indício, mas sem efeitos imediatos, porque ela morreu em 1943 de tuberculose e desnutrição voluntária, e aquele livro só foi publicado pela primeira vez seis anos depois. Alheios a qualquer misticismo e operando num plano rasteiro, por isto mesmo eficaz, os socialistas e os comunistas sofreram uma evolução convergente sem precisarem de reinventar o nacionalismo. Bastou-lhes o de sempre. O Partido Socialista, ao reconstituir-se na clandestinidade, dotou-se de outros princípios e de um novo programa e abandonou os últimos relentos de internacionalismo que tinham podido perdurar no que se havia denominado Secção Francesa da Internacional Operária<sup>90</sup>. Mas é o Partido Comunista que aqui sobretudo me interessa considerar. Um membro responsável da Resistência, Georges Oudard, fundador de *La France Intérieure*, escreveu que a partir do momento em que a ruptura do pacto germano-soviético lançou os comunistas contra o ocupante «eles pensam como franceses e agem como patriotas»<sup>91</sup>. E Gilbert Renault, dito Rémy, formado na *Action Française* e chefe também de um agrupamento da Resistência, muito bem informado sobre o estado de espírito reinante na base do movimento, anunciou aos gaullistas de Londres que «da luta nasceu um Partido Comunista Francês que nunca mais se dissociará da França»<sup>92</sup>. Tiveram razão. O internacionalismo comunista dos primeiros tempos, que a política stalinista convertera num mero antipatriotismo por fidelidade à União Soviética, foi definitivamente transformado em nacionalismo pela Resistência<sup>93</sup>. Enquanto durou o pacto germano-soviético os comunistas recusaram à guerra qualquer carácter ideológico e denunciaram-na como uma chacina promovida por imperialismos rivais. Um enorme oportunismo estava subjacente a esta visão, mas dissimulava-se sob uma análise prosseguida em termos estritos de interesse de classe, que hoje se lê como das raras prosas lúcidas escritas naqueles tempos em que a exactidão dos significados parecia ter ainda menos valor do que as vidas humanas<sup>94</sup>. Desde a *drôle de guerre* até Junho de 1941, observou um historiador, «o Partido [Comunista] não se aproveita das duas reacções colectivas que a ocupação faz surgir à tona da sociedade — a xenofobia e o patriotismo»<sup>95</sup>. Tudo mudou, porém, quando as tropas do Reich adentraram as fronteiras soviéticas. Os comunistas franceses

<sup>90</sup> H. Michel (1962) 486.

<sup>91</sup> Citado em id., *ibid.*, 270.

<sup>92</sup> Citado em id., *ibid.*, 95. Rémy escreveu igualmente que «ao enfrentar o inimigo, os comunistas reencontram a noção de Pátria». Ver id., *ibid.*, 272.

<sup>93</sup> S. Hoffmann (1967) 35-36. «Quanto aos partidos», resumiu S. Weil (1950) 109-110, «ou são internacionais por mera ficção ou o seu internacionalismo assume a forma da subordinação total a uma certa nação». O Partido Comunista é «um partido nacionalista estrangeiro», acusou repetidamente Léon Blum em 1941, quando o seu Partido Socialista desde há muito nada mais era, nem desejava ser, do que um partido nacionalista francês. Ver L. Blum (1945) 105, 106 e 109.

<sup>94</sup> As posições públicas tomadas pelo PCF desde o armistício até à invasão da União Soviética pelas tropas do Reich foram descritas, com numerosas citações, por H. Michel (1962) 557-577.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, 578.



lançaram-se a partir de então na Resistência com bagagens e, tanto quanto possível, com armas. «A Internacional Comunista foi dissolvida», proclamou em Junho de 1943 um órgão do PCF, «porque constituía um obstáculo ao desenvolvimento dos partidos comunistas em partidos comunistas nacionais»<sup>96</sup>.

A dissidência gaullista e a Resistência interior renovaram a direita insuflando-lhe o ânimo e o radicalismo da esquerda, que os fascistas de Vichy eram demasiado tíbios para encetar e que os fascistas vociferantes de Paris não tinham capacidade para prosseguir num âmbito global. O quadro desta fusão foi o nacionalismo, e a France Libre e a Resistência eram mais imediatamente nacionalistas, porque defensoras da autonomia do país, do que os colaboracionistas, sustentados pelo aparelho militar e administrativo do ocupante. Nesta perspectiva talvez não pareça estranho que no seu diário dos últimos tempos de vida um colaboracionista lúcido, Pierre Drieu La Rochelle, tivesse observado, numa página datada de 18 de Fevereiro de 1945, um mês antes de se suicidar, que podia surgir da Resistência um fascismo francês porque «1º) ela é composta por pequenos-burgueses ultra-nacionalistas; 2º) estes pequenos-burgueses têm de enfrentar à direita e à esquerda os reaccionários e os comunistas; 3º) eles exercem, sob o ponto de vista do orgulho nacional, a vigilância tirânica de uma minoria perante a massa informe; 4º) querendo o socialismo, eles querem-no sem o querer; querem o socialismo liberal, o que é a fórmula primitiva de todo o estatismo fascista; 5º) os católicos infiltraram-se entre eles, o que levará fatalmente a um conflito a propósito das questões de educação e de juventude»<sup>97</sup>. Passada uma dúzia de anos, um artigo publicado na *Défense de l'Occident*, revista fundada e animada por um sobrevivente do colaboracionismo parisiense, Maurice Bardèche, encarou a situação da mesma maneira quando considerou que a derrota do fascismo na Europa não fora só a derrota dos militantes fascistas mas também a dos resistentes que os haviam enfrentado e se viram depois substituídos pela política-gem<sup>98</sup>. Quatro anos depois Maurice Bardèche admitiu ainda que a libertação da França «teria podido resultar, ou deveria resultar, segundo alguns dos seus actores, num regime fascista, e é possível que ela tivesse sido um fascismo abortado [...]»<sup>99</sup>. Afinal, observou ele num livro de 1969, «a maioria dos nossos contemporâneos precisou de quase vinte anos para descobrir que era menor a distância entre um combatente da Resistência e um combatente do fascismo do que entre um combatente da Resistência e um especulador da Resistência»<sup>100</sup>.

<sup>96</sup> Citado em id., *ibid.*, 600.

<sup>97</sup> Citado em P. Sérant (1959) 238. Ver ainda a pág. 297. Alguns meses antes, indicaram A. Beevor et al. (2012) 125, Drieu havia recusado uma proposta do embaixador espanhol para se refugiar do outro lado dos Pirenéus.

<sup>98</sup> *Défense de l'Occident* (1977-1978) 97.

<sup>99</sup> M. Bardèche (1961) 137.

<sup>100</sup> Id. (1994) 66. A mesma ideia encontra-se expressa num artigo de Outubro de 1957, antologado em

A Resistência foi animada por republicanos e por gente de esquerda, socialistas e sindicalistas, por católicos também, mais tarde pelos comunistas. Mas é necessário não esquecer que desde o primeiro momento contou com a participação da direita mais extrema e de certo fascismo. «Sobretudo na zona norte», escreveu um especialista, «os movimentos de Resistência tiveram a sua extrema-direita, vinda do Parti Social Français ou até da Action Française, e que estava na origem de grupos como a Armée des Volontaires, Ceux de la Libération, Ceux de la Résistance e da Organisation Civile et Militaire. Foram frequentemente os primeiros a lançar-se no combate, e na inexperiência do princípio sofreram duros golpes, pouco restando deles em 1944»<sup>101</sup>. Mas a Resistência da extrema-direita e do fascismo não esteve activa apenas na zona de Ocupação, e o Parti Social Français — nome que as Croix-de-Feu, chefiadas pelo coronel de La Rocque, haviam adoptado após a dissolução formal das ligas — forneceu igualmente uma parte dos membros de Combat, que veio a converter-se num dos movimentos mais importantes da zona administrada pelo governo de Vichy<sup>102</sup>. Aliás, parece que até ser preso pela Gestapo em Março de 1943 de La Rocque teria colaborado com os serviços secretos britânicos, embora mantendo-se indefectivelmente oposto ao general de Gaulle<sup>103</sup>. E em Outubro de 1942 o vice-presidente do PSF abandonou Vichy e transferiu-se para os gaullistas de Londres<sup>104</sup>. Neste ambiente compreende-se que um mês depois de as tropas do Reich se terem lançado ao assalto da União Soviética ainda Les Petites Ailes de France insistisse na fatalidade histórica de uma coligação entre Hitler e Stalin, invocando argumentos devidos à «pena vigilante de Charles Maurras»<sup>105</sup>. Estas Asinhas haviam tido na zona sul a mesma origem de Combat e voaram depois para a zona administrada pelo invasor, onde deram continuidade às teses da Action Française, precisamente a mais directa inspiradora do fascismo paternalista e rústico do Marechal. Poderemos estranhar que Jacques Debû-Bridel, membro do Conselho Nacional da Resistência, tivesse sido militante da Action Française e passado depois pelo Faisceau<sup>106</sup>?

Também é elucidativo seguir o destino dos implicados na *Cagoule*. No final de 1937 a polícia havia desarticulado a conspiração e prendido ou dispersado os organizadores. Com a assinatura do armistício, em Junho de 1940, alguns deles contaram-se entre os mais activos colaboracionistas de Paris, o que parece natural, enquanto outros entraram nos gabinetes de Vichy. Mas

Défense de l'Occident (1977-1978) 97.

<sup>101</sup> H. Michel (1962) 442. Ver também a pág. 734 e consultar R. O. Paxton (1973) 269.

<sup>102</sup> H. Michel (1962) 121.

<sup>103</sup> J.-R. Tournoux (1967) 564, 567 n.; D. Wolf (1969) 324 n. 2. No entanto, Ph. Burrin (1986) 359 põs em dúvida o auxílio prestado por de La Rocque aos britânicos.

<sup>104</sup> H. Michel (1962) 93, 734; P. Novick (1985) 61; R. O. Paxton (1973) 241.

<sup>105</sup> Citado em H. Michel (1962) 251.

<sup>106</sup> Y. Guchet (2001) 242 n. 50; E. Weber (1964) 134.

será surpreendente que não fossem poucos, nem dos menores, os que militaram na Resistência? O duque Pozzo di Borgo, fundador de um dos bandos que iniciaram a *Cagoule*, foi um resistente muito activo, tal como o foi também o inacreditável doutor Martin, esse maniaco da espionagem por conta própria, que poucos anos antes participara na direcção do principal comité *cagoulard*, onde assumira a responsabilidade pelo sector de informação. E o comandante Georges Loustaunau-Lacau não se sentiu impedido de fundar um movimento de Resistência pelo facto de ter dirigido os *cagoularde*s das forças armadas, que planeavam a formação de grupos de combate clandestinos e armazenavam secretamente armas roubadas nos depósitos militares, nem pelo facto de ter mantido em 1938 contactos estreitos com o Parti Populaire Français, a principal organização fascista da época. Mas talvez nenhum *cagoulard* tivesse atingido uma posição de tão elevada responsabilidade como o capitão Dewavrin, conhecido sob o nome de coronel Passy, que se juntou à dissidência de Londres para chefiar o BCRA, o serviço secreto gaullista<sup>107</sup>. A perícia que eles e tantos outros haviam adquirido ou aperfeiçoado na luta clandestina contra o odiado governo do Front Populaire, sob o temor pânico de uma insurreição proletária, foi mais tarde posta ao serviço do combate subterrâneo contra os ocupantes germânicos e os fascistas franceses seus aliados. E quando a Gestapo, em Janeiro de 1944, matou Eugène Deloncle, que tinha sido o chefe supremo da *Cagoule* e fora durante algum tempo uma das três principais figuras do colaboracionismo parisiense, não será que, além de quaisquer outros motivos, os ocupantes receassem que ele tivesse mantido ou reatado as relações com os antigos colegas de conspiração e, começando a derrota do Reich a afigurar-se inevitável, pretendesse mudar de campo ou arranjar uma terceira alternativa? Com efeito, em Outubro e Novembro de 1943 boletins confidenciais emanados de uma agência noticiosa muito ligada aos ocupantes acusaram os *cagoularde*s de serem responsáveis pelas simpatias que, aos olhos dos fascistas de Paris, a gente de Vichy nutria pelos britânicos, por de Gaulle ou por Giraud<sup>108</sup>. Depois da guerra o comandante Loustaunau-Lacau escreveu que procurara levar Deloncle a prestar à Resistência informações de ordem militar<sup>109</sup>. E alguns historiadores admitiram que Deloncle tivesse começado a trabalhar para a Abwehr e participasse nas conspirações que este organismo tecia contra Hitler, assegurando as relações entre o almirante Darlan e o almirante Canaris, ou chegasse mesmo a encontrar-se, através de Lemaigre-Dubreuil, seu antigo colega da *Cagoule*, com um representante do general Giraud<sup>110</sup>. Afinal, talvez Loustau-

<sup>107</sup> Ph. Bourdrel (1992) 89, 208, 285-286, 314-316, 319-320; «Cagoule, La», *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 552; J.-C. Valla (2000) 70 n. 5, 127, 128 n. 14, 131. Quanto às relações de Loustaunau-Lacau com o PPF ver Jean-Claude Valla, op. cit., 123 n. 1 e D. Wolf (1969) 211 n. 2, 263 n. 2.

<sup>108</sup> R. G. Nobécourt (1962) 139-140, 144.

<sup>109</sup> J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 266. J.-C. Valla (2000) 128-129 pretendeu que no final da sua vida Deloncle estava a colaborar com a Resistência.

<sup>110</sup> Ph. Bourdrel (1992) 312-313; P. Ory (1976) 100, 249.

nau-Lacau não estivesse a atribuir demasiada importância aos seus antigos correligionários quando declarou, numa audiência do processo instaurado em 1948 contra a *Cagoule*, que «sem os homens da *Cagoule* o general de Gaulle não teria sido mais do que uma voz impotente»<sup>111</sup>.

A participação dos fascistas antialemães na luta contra o ocupante não foi marginal nem as outras correntes políticas lhes voltaram as costas, pois só gradualmente, e graças à dura experiência dos factos, a Resistência se separou de Vichy. O historiador que melhor nos pode guiar afirmou que «perante o État Français, os movimentos da Resistência interior não adoptaram imediatamente a atitude de ruptura absolutamente clara que foi tomada pela rival, a France Libre, ou pelas vítimas, os comunistas. Houve quem acreditasse durante muito tempo que a política de Vichy não era senão uma resistência disfarçada sob as aparências da colaboração»<sup>112</sup>. Neste caso a oposição ao ocupante agia com a convicção de que estava a escrever e a fazer aquilo que Pétain não podia dizer e só muito dissimuladamente conseguiria realizar. Partilhada por alguns com sinceridade, esta expectativa reforçava a aura de prestígio que envolvia o velho marechal e acrescentava mais um mito aos muitos de que ele se rodeava. O cordão umbilical que uniu a Resistência às novas autoridades da França foi duradouro e difícil de romper, e contribuiu para difundir as opiniões da extrema-direita e do fascismo entre aqueles que mais corajosamente se pronunciavam contra o invasor. Até ao princípio de 1942 o jornal clandestino *Combat*, órgão do movimento com o mesmo nome, publicava sistematicamente em destaque na primeira página citações de Pétain<sup>113</sup>. Por outro lado, não foi decerto ocasional que um dos resistentes que durante mais tempo sustentou o mito de Pétain, defendendo-o ainda em Junho de 1944, e que considerou «benévolo» o fascismo salazarista, possivelmente porque a política externa portuguesa era mais anglófila do que germanófila, se recusasse a acreditar na existência de sentimentos antinazis no Reich e incluísse todo o povo germânico numa mesma condenação xenófoba<sup>114</sup>.

A influência do fascismo no combate pela libertação do país condicionou iguais pontos de vista nas questões internas, e muitos membros da Resistência nutriam uma forte simpatia pela organização política, económica e social do État Français. «Em vez de defendermos a respeito de tudo a posição oposta à das suas palavras de ordem, devemos conservar muitos dos pensamentos lançados pela propaganda da Revolução Nacional, embora transformando-os em verdades», escreveu Simone Weil, é certo que em Inglaterra, mas depois de ter participado na Resistência da zona sul. «Aliás», acrescentou, «a Terceira República foi condenada num texto emanado oficial-

<sup>111</sup> Citado em J.-C. Valla (2000) 131.

<sup>112</sup> H. Michel (1962) 157. Ver igualmente as págs. 743-744.

<sup>113</sup> R. O. Paxton (1973) 48.

<sup>114</sup> Acerca de Xavier de Virieu ver H. Michel (1962) 202, 210 e 218. A expressão citada vem na pág. 218.

mente de Londres; a partir de então ela dificilmente pode ser invocada como um fundamento de legitimidade»<sup>115</sup>. A representação por categorias profissionais e a solidariedade entre patrões e operários no quadro das empresas, que constituíam um dos traços definidores do sistema corporativo, foram incluídas por diversas correntes de opinião da Resistência nos projectos de organização política e económica da França futura<sup>116</sup>. «Mesmo os sindicalistas de Libération Nord», observou um historiador, «preconizavam uma variante da teoria corporativista do regime: “O sindicato livre na profissão organizada e no Estado soberano”»<sup>117</sup>. E o movimento Défense de la France, ao reflectir sobre a orientação demográfica e familiar que conviria adoptar depois de concluída a guerra, declarou que «a este respeito, a política de Vichy deve ser prosseguida e reforçada»<sup>118</sup>. Aliás, a dialéctica fascista de promoção social é patente num artigo de um dos fundadores de Défense de la France, publicado clandestinamente em Fevereiro de 1943. «Não se trata de abater uma classe», escreveu ele, «mas um estado de espírito. Importa-nos pouco a origem social dos homens de amanhã. Só conta a sua atitude perante a vida. [...] Nenhuma classe pode constituir a totalidade da elite, mas existe em todas as classes uma elite que temos de destacar»<sup>119</sup>. Nada mais lógico. Se o facto de ser fascista não a impedia de ser ao mesmo tempo antialemã, por que razão essa vertente da Resistência haveria de supor que o fascismo da administração de Vichy a condenasse a vegetar na órbita de Hitler? E assim o nacionalismo emanado do fascismo serviu para legitimar perante a restante Resistência as noções fascistas.

Um minucioso conhecedor destes problemas, depois de recordar que «de início, a Resistência clandestina era apolítica, meramente patriótica», pretendeu que «a evolução de Vichy impediu o desenvolvimento de uma resistência “de direita”» e insistiu que «a extrema-direita nunca está inteiramente ausente da Resistência, mas forma aí uma minoria reduzida, que não faz ouvir a sua voz e renuncia a muitas das suas opiniões, ou até mesmo dos seus preconceitos, ao aceitar o programa do Conselho Nacional da Resistência»<sup>120</sup>. Na aparência foi talvez o que sucedeu, mas tratou-se de um processo mais subtil, e na verdade não só a extrema-direita como certo fascismo, sem etiquetas mas com os seus temas e as suas doutrinas, nunca deixaram de permear uma Resistência que cada vez mais se pretendia de esquerda.

Mesmo o Front National, criado por iniciativa do Partido Comunista e mantido sob o seu

<sup>115</sup> S. Weil (1950) 144, 156.

<sup>116</sup> S. Hoffmann (1967) 31-32, 58; H. Michel (1962) 374-375, 377-378, 381 n. 1, 383, 395, 397.

<sup>117</sup> R. O. Paxton (1973) 49-50.

<sup>118</sup> Citado em H. Michel (1962) 405.

<sup>119</sup> Robert Salmon citado em id., *ibid.*, 388.

<sup>120</sup> Id., *ibid.*, 206, 442.

controle directo, aceitou nas suas fileiras membros de agrupamentos fascistas como o Parti Social Français<sup>121</sup>, e esta penetração teve repercussões muito vastas, já que o Front National foi a única organização da Resistência a actuar ao mesmo tempo na zona ocupada e na zona livre, conseguindo talvez ultrapassar em importância as suas congéneres<sup>122</sup>. Não se tratou apenas de um acordo táctico entre os comunistas e os seguidores de um certo fascismo, pois as simpatias tinham raízes profundas, embora esquecidas. Na jornada fascista de 6 de Fevereiro de 1934 em Paris, essa estranha sublevação que, apesar de derrotada, derrotou o governo e levou à demissão do presidente do Conselho e à constituição de um governo de carácter autoritário, durante essas horas em que as ligas fascistas bradavam e se agitavam contra a Terceira República, parece que não foram raros os militantes do Partido Comunista a juntarem-se aos manifestantes<sup>123</sup>. Um jornalista que presenciou os acontecimentos classificou-os como «uma tentativa de golpe fascista que os comunistas, intencionalmente ou não, auxiliaram»<sup>124</sup>. Depois, o 6 de Fevereiro serviu para precipitar a coligação das forças de esquerda que deu origem ao Front Populaire, e as clivagens políticas mudaram. E ainda que alguns se lembrassem de que o ódio demonstrado pelas ligas fascistas contra a república burguesa havia seduzido os comunistas, os problemas eram agora outros, como eram diferentes também os motivos de aliança. Um órgão da imprensa comunista clandestina proclamou em 1941 que o Front National agruparia «todos os franceses que pensam como franceses e querem agir como franceses», o que no contexto significava, reconheceu candidamente o autor do artigo, ajudar a União Soviética a vencer o Reich<sup>125</sup>. A voz autorizada de François Billoux, delegado do Partido Comunista à Assembleia Consultiva de Argel e ministro do Governo Provisório, anunciou com toda a seriedade em Dezembro de 1943: «É possível ter pertencido a organizações fascistas ou pró-hitlerianas (PPF, *Cagoule*) e ser um bom patriota»<sup>126</sup>. E André Marty, um dos chefes do PCF clandestino e uma das figuras mais conhecidas do comunismo mundial, escreveu no mês seguinte: «Pouco nos interessa que um certo engenheiro ou professor tivesse sido há dez anos inimigo do Front Populaire, que um certo general ou almirante tivesse sido reaccionário ou até fascista. Se hoje eles lutam efectivamente contra o inimigo, o nosso partido ajuda-os e apoia-os com todas as suas forças»<sup>127</sup>. Era com gente desta que engrossavam

<sup>121</sup> Id., *ibid.*, 121.

<sup>122</sup> R. Kedward, «France», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 405; H. Michel (1962) 443. P. Novick (1985) 129 escreveu que «o Front National, essencialmente político, e o seu braço militar, os Franc-Tireurs et Partisans Français, eram efectivamente grupos impressionantes, entre os mais vastos de toda a Resistência».

<sup>123</sup> Ph. Bourdrel (1992) 21; Ph. Burrin (1986) 168; R. O. Paxton (1973) 235; D. Wolf (1969) 104-106.

<sup>124</sup> W. L. Shirer (2011) 21. Ver também a pág. 16.

<sup>125</sup> Citado em H. Michel (1962) 589.

<sup>126</sup> Citado em id., *ibid.*, 605.

<sup>127</sup> Citado em id., *ibid.*, 606.

as fileiras do Front National. O colaboracionista Lucien Combelle contou mais tarde que pouco antes de se suicidar Drieu La Rochelle o aconselhara, se escapasse de ser condenado à morte, a aderir ao PCF, por defender um «socialismo orgulhoso, viril»<sup>128</sup>. Estas aparentes mudanças de cento e oitenta graus foram partilhadas por muita gente e encontram a regra e a explicação no Front National. Como haviam mudado os ânimos e as necessidades! A Frente, que alguns anos antes inspirara entusiasmos sem conta quando tinha sido Popular, suscitava agora outras exaltações — ou quem sabe se as mesmas? — convertida no seu exacto oposto, uma Frente Nacional. A posição dos comunistas perante o fascismo antialemão ficou mais clara ainda num artigo publicado nos primeiros meses de 1944 e assinado por Jacques Duclos, outro dos dirigentes máximos do partido, que cumpria ao mesmo tempo as discretas funções de principal homem de confiança de Moscovo no interior do *bureau* político. Agora já não se tratava apenas do Front National e era o próprio PCF a anunciar que abriria as suas fileiras «a todos os homens de boa vontade que, embora não tenham ainda assimilado a sua doutrina, aplicam as suas directrizes, católicos, socialistas, radicais, antigos membros do Parti Social Français»<sup>129</sup>.

Esta aliança com a extrema-direita antialemã e com o fascismo antialemão explica que os representantes do Partido Comunista no Conselho Nacional da Resistência se tivessem juntado aos elementos mais conservadores deste órgão para se opor ao plano de socialização da economia proposto pelo secretário-geral clandestino do Partido Socialista<sup>130</sup>. E quando, sob a coragem prestigiada e a fenomenal inépcia do general Giraud — «o general mais estúpido do exército francês, apesar de não faltarem concorrentes ao título», como o classificou Rebatet<sup>131</sup> — numerosos elementos da ala moderada de Vichy procuraram garantir a sua hegemonia numa Argélia libertada, ou ocupada, pelas tropas norte-americanas, o Partido Comunista e o seu Front National, em vez de participarem ao lado dos demais movimentos da Resistência no apoio a de Gaulle, asseguraram a Giraud a sua benevolência e prestaram-lhe um discreto auxílio<sup>132</sup>. É verdade que, em conversa com um representante do PCF, Giraud se recordara de não ser «inimigo dos operários, bem pelo contrário. Quando era criança, ao domingo, ia com a minha criada levar-lhes laranjas»<sup>133</sup>. Seria a mesma filantropia que o conduziu a aliar-se ao Front National para libertar a Córsega e deixar os comunistas instalarem-se à frente de todos os municípios da ilha<sup>134</sup>? Como se o pétainis-

<sup>128</sup> R. Soucy (1970) 83 n. 42. A citação de Drieu encontra-se nesta mesma nota.

<sup>129</sup> Citado em H. Michel (1962) 624. Acerca do papel desempenhado por Duclos ver D. J. Dallin (1956) 47-49 e 87.

<sup>130</sup> H. Michel (1962) 524.

<sup>131</sup> L. Rebatet (2007) 42.

<sup>132</sup> P. Novick (1985) 99.

<sup>133</sup> Citado em J. Galtier-Boissière et al. (1949) IV 305.

<sup>134</sup> H. Michel (1962) 469-470, 613-614, 686. É interessante saber que, de todos os departamentos franceses,

mo espúrio representado por Giraud, e reduzido ao eixo conservador em que o exército se conjugava com a Igreja, encontrasse nos comunistas, no seu partido, nos seus sindicatos e nas suas milícias do *maquis* o eixo radical necessário para ressuscitar o nacional-bolchevismo e reproduzir nos novos tempos a articulação definidora do fascismo.

Depois da Libertação, as pessoas vindas de todos os quadrantes, que durante os tempos perigosos haviam acamaradado nos mesmos movimentos e se tinham ajudado perante os mesmos inimigos, voltaram em muitos casos aos seus campos de origem. Mas no regresso modificaram-nos profundamente e deram à vida política francesa um carácter diferente do que havia possuído antes da guerra. Um historiador resumiu: «O estratagema do Front National podia ter como efeito atrair para os comunistas elementos que anteriormente lhes eram hostis ou indiferentes; mas podia ter também o contra-efeito de “nacionalizar” elementos comunistas. De maneira contraditória e simultânea, ambos os resultados foram alcançados»<sup>135</sup>. Léon Blum, lúcido como tantas vezes soube ser, e que do confinamento orientava a reconstrução do Partido Socialista, escreveu clandestinamente a de Gaulle, em Março de 1943: «Depois de libertada a França, terminará o papel desempenhado pelos movimentos de resistência. [...] Graças a eles ter-se-á formado espontaneamente uma elite nova e jovem. [...] Mas os homens que compõem esta elite deverão repartir-se pelos diferentes partidos, renovando-os e rejuvenescendo-os, e continuando a impregná-los, na sua diversidade, de uma solidariedade profunda, de um verdadeiro espírito de unidade francesa»<sup>136</sup>. Foi uma previsão acertada e a Resistência serviu para gerar uma perspectiva nacionalista comum nos partidos que ocuparam o espaço político da Libertação. Ao mesmo tempo, tanto Blum como o novo secretário-geral do Partido Socialista, Daniel Mayer, regozijavam-se por ouvir em todas as formações da Resistência o eco do socialismo<sup>137</sup>. Durante a luta contra o Reich, o nacionalismo e o socialismo haviam-se tornado património comum na França clandestina, que se libertaria do nacional-socialismo para fundar um nacionalismo social.

E assim — paradoxo que foi o drama de tantos que gastaram naqueles anos a sua vida e as suas esperanças — a Resistência, ao triunfar contra o ocupante, transportou para o pós-guerra o tema fundamental do fascismo.

foi na Córsega que, durante a guerra, atingiram a maior percentagem os membros de organizações fascistas, consoante indicou P. Ory (1976) 113.

<sup>135</sup> H. Michel (1962) 721.

<sup>136</sup> Citado em id., *ibid.*, 493.

<sup>137</sup> Id., *ibid.*, 493-494.



### 3. França: Os traços do fascismo francês volatilizaram-se na *Encyclopædia Universalis*

«Quanto menos se falar da *intelligentsia* francesa durante a ocupação alemã, melhor», observou causticamente um historiador<sup>138</sup>. Parece que o conselho foi escutado pela *Encyclopædia Universalis*, pois é uma curiosa aventura seguir ali o registo do fascismo francês durante a segunda guerra mundial. Começo pelo lugar mais óbvio, as rubricas referidas sob a epígrafe «*Collaboration*»<sup>139</sup>. Encontram-se indicados certos nomes significativos e poderia supor-se que quanto a Doriot e Déat, os dois chefes rivais do colaboracionismo extremo, o veredicto da *Encyclopædia* fosse inapelável. Mas o texto é reticente quando afirma, acerca de Jacques Doriot, que «é difícil proceder a um juízo comedido a respeito de um percurso excessivo sob todos os pontos de vista», ou é mesmo ambíguo, atribuindo à «vontade de poder» do personagem a sua carreira como fascista e colaboracionista<sup>140</sup>. O desejo de mandar, todavia, anima qualquer político, e não parece que um tão banal exercício de psicologia contribua para explicar o motivo que levou um dos mais importantes e precoces dirigentes do Partido Comunista, e sem dúvida um dos mais populares, a fundar o maior partido fascista francês. O mesmo subterfúgio é aplicado a propósito de Marcel Déat, pretendendo-se que «a sua instabilidade política, a sua ambição pessoal, tão cedo frustrada, desempenharam sem dúvida um papel considerável na determinação das suas escolhas políticas»<sup>141</sup>. Em ambos os casos a opção fascista decorreria de traços de carácter, sem que haja qualquer reflexão sobre o cruzamento de tendências prevalecte no ambiente da época, como se se tratasse de autores de diários íntimos e não de chefes políticos de grande audiência. E assim o conluio com o ocupante, remetido a figuras individualizadas, transforma-se numa questão a que teria permanecido alheia a generalidade do meio social do país.

Dos romancistas franceses, apenas três aparecem mencionados no verbete «*Collaboration*». Um deles, Jean Giono, foi, sob o ponto de vista que aqui me interessa, um personagem menor. É certo que Drieu La Rochelle pôde comentar em 1942 «a sua aspiração íntima à saúde e à força», observando ainda que «este pacifista tem o gosto pela força, pela força verdadeira»<sup>142</sup>. As oscilações de Giono entre uma colaboração moderada com os ocupantes e o distanciamento perante os aspectos mais extremos do fascismo foram partilhadas por vários outros escritores e

<sup>138</sup> W. Laqueur (1996) 65.

<sup>139</sup> *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 769.

<sup>140</sup> *Id.*, *ibid.*, 1051.

<sup>141</sup> *Id.*, *ibid.*, 938.

<sup>142</sup> P. Drieu La Rochelle (1988) 17.

artistas, além de muitíssimos cidadãos comuns. Também Jean Cocteau, por exemplo, teve o seu namoro episódico com os representantes intelectuais do Reich sem que isto preocupe a *Encyclopædia Universalis*, já que passa em silêncio essa faceta de um homem multimodo<sup>143</sup>. E talvez não tivessem sido superficiais as inclinações de Cocteau, pois Orwell, escrevendo em 1942, incluiu-o com a maior naturalidade entre os apoiantes do fascismo<sup>144</sup>. Mas o autor do verbete acerca de Giono, em vez de tomar tal ambiguidade como reflexo da época, prefere absolver o escritor com o argumento de que o auxílio prestado a judeus, comunistas e demais resistentes o ilibaria da sua participação — que não foi menos real — na vida artística sob a tutela das autoridades nacional-socialistas<sup>145</sup>. Na história, porém, as contradições não existem para que um termo apague o outro, mas para que ambos se esclareçam reciprocamente.

Os dois outros romancistas invocados no verbete «*Collaboration*» são Céline e Lucien Rebatet. O caso de Céline deveria parecer indiscutível, desde os panfletos anti-semitas de 1937, 1938 e 1941 até à prisão depois da guerra, mas o debate a este respeito chegou a um estado lamentável, argumentando uns que Céline nunca poderia ter sido um verdadeiro fascista porque era um grande escritor e outros que ele não era um grande escritor porque foi um fascista. Ora, a incapacidade de admitir que um fascista pudesse ao mesmo tempo ser um artista é tanto mais estranha quanto o fascismo foi, por necessidade intrínseca, uma estética. Para não fugir à regra na *Encyclopædia*, também aqui deparo com estranhos pudores, e o autor do artigo prefere explicar a raiva manifestada por Céline contra os judeus relegando-a «para a esfera da psicopatia pura e simples»<sup>146</sup>. Porém o anti-semitismo tem na França moderna uma linhagem nativa, desde Proudhon e Blanqui num extremo, e Gobineau no outro, e depois Drumont, Gustave Le Bon, Vacher de Lapouge, Urbain Gohier e tantos mais. Foi sem exagero que Brasillach, alguns meses antes do começo da guerra, pôde considerar que o anti-semitismo «é a tradição francesa»<sup>147</sup> e durante a guerra o filho de Georges Vacher de Lapouge declarou que «o racismo nasceu de pais franceses»<sup>148</sup>. Esta tradição eclodiu numa proliferação de livros, opúsculos, jornais, comícios e organizações anti-semitas na segunda metade da década de 1930<sup>149</sup>, precisamente quando Céline escrevia os seus mais veementes ataques contra os judeus<sup>150</sup>. O *affaire Dreyfus* operara nos

<sup>143</sup> Ch. Doumet, «Cocteau (Jean)», em *Encyclopædia Universalis, Corpus*, vol. 6, 36-37.

<sup>144</sup> G. Orwell (1998 a) 19.

<sup>145</sup> L. Fourcaut, «Giono (Jean)», em *Encyclopædia Universalis, Corpus*, vol. 10, 472.

<sup>146</sup> Ph. Dulac, «Céline (Louis-Ferdinand)», em id., *ibid.*, vol. 5, 166.

<sup>147</sup> Robert Brasillach em *Je Suis Partout*, 17 de Fevereiro de 1939, citado em A. Duraffour et al. (2017) 360.

<sup>148</sup> Claude Vacher de Lapouge citado em id., *ibid.*, 364.

<sup>149</sup> Segundo o historiador Ralph Schor citado em id., *ibid.*, 651, do total de livros, opúsculos e artigos anti-semitas publicados entre 1930 e 1939, 47% foram publicados entre 1937 e 1939.

<sup>150</sup> Id., *ibid.*, *passim* situaram os escritos anti-semitas de Céline na esteira da tradição francesa de anti-semitismo e no contexto político da época. Ver igualmente P. Ory (1976) 25. Por isso é com estranheza que vejo

derradeiros anos do século XIX uma profunda clivagem, e a derrota que os anti-semitas então sofreram foi mil vezes agravada depois pelo triunfo eleitoral do Front Populaire. O judeu Léon Blum nas funções de primeiro-ministro em 1936 e 1937 era uma verdadeira provocação histórica e aparecia aos racistas como a vingança do injustiçado judeu Dreyfus. «O capitão Dreyfus é muito superior ao capitão Bonaparte», ironizou Céline em 1937, dedicando toda a página a duas frases, facto único naquele livro. «Conquistou a França e ficou com ela»<sup>151</sup>. O delírio de anti-semitismo nos anos imediatamente anteriores à guerra é explicável não por quaisquer influências de além-Reno mas pelas tradições e circunstâncias políticas do país. Céline esteve muito longe de ser um caso isolado e só se destacou dos restantes anti-semitas franceses porque o seu ódio transmutou os judeus «numa espécie de mito gigantesco, um elemento cósmico irracional»<sup>152</sup>, procedendo a uma operação ideológica equivalente à que o nacional-socialismo levava a cabo na Alemanha.

Por mais incómodo que isto possa ser para alguns dos seus admiradores actuais, os panfletos de Céline, além de terem servido de bandeira ao fascismo francês e ao anti-semitismo ululante, constituíram ainda uma fonte de inspiração para o racismo oficial e bem-pensante, nomeadamente pelas relações de amizade que desde o início de 1938 ligaram Céline a Georges Montandon, um professor da Escola de Antropologia que poucos anos mais tarde, durante a Ocupação, seria impedido pelos alunos de ministrar na Sorbonne o novo curso de Estudos Raciais<sup>153</sup>. Céline chamou-lhe «esse tão irrepreensível cientista»<sup>154</sup> e Montandon, referindo-se à pretensa dominação judaica sobre a França, devolveu o elogio escrevendo que «os livros de Louis-Ferdinand Céline mostraram a uma luz trágica a gravidade do problema»<sup>155</sup>. Médico e higienista por profissão — é útil saber que em alemão a eugenia era frequentemente denominada *Rassenhygiene*, literalmente «higiene racial», termo cunhado por Ploetz e provido de uma conotação de extrema-direita especialmente forte<sup>156</sup> — Céline viu-se assim convertido em referência do racismo de pretensões científicas, ele, que numa carta de Março ou Abril de 1939 havia classificado o seu

Annick Duraffour et al., op. cit., 692 escreverem, a respeito de Céline, que «em certos aspectos o seu anti-semitismo não é de tradição francesa. Pode dizer-se que é um anti-semitismo importado principalmente da Alemanha [...]».

<sup>151</sup> L.-F. Céline (1937) 329.

<sup>152</sup> P. Sérant (1959) 80.

<sup>153</sup> P. Ory (1976) 154-155. Acerca das relações de amizade que uniram Montandon e Céline ver C. Callil (2009) 222, 223 e A. Duraffour et al. (2017) 34, 164, 231.

<sup>154</sup> L.-F. Céline (1942) 207. Nesta obra existem referências elogiosas a Georges Montandon igualmente nas págs. 8 e 29. Ver ainda id. (1941) 89.

<sup>155</sup> G. Montandon (1940) 29.

<sup>156</sup> Acerca da origem e da conotação política do termo *Rassenhygiene* ver Sh. F. Weiss (2010) 55, 62, 68, 76 e 227. A. Duraffour et al. (2017) 34 e 39 situaram Céline no cruzamento do darwinismo social, da eugenia e do higienismo, acrescentando (pág. 204) que «Céline não desenha fronteiras claras entre as representações associadas às palavras “racismo” e “eugenia” ou até mesmo “higienismo”». Ver igualmente a pág. 402.

racismo como «uma crença médica, uma mística biológica»<sup>157</sup>. Quanto à ciência do «irrepreensível cientista», podemos avaliar o seu teor ao sabermos que numa conferência proferida em Maio de 1938, publicada em artigo em Setembro daquele ano e de novo num artigo de Agosto de 1940, Montandon propôs a ablação do nariz das judias de menos de quarenta anos de idade, cirurgicamente ou à dentada, de maneira a desfeá-las, deixando-as assim incapazes de seduzir os arianos<sup>158</sup>. Com a mística biológica de um e a cirurgia nasal do outro não espanta que as relações entre ambos se tivessem tornado estreitas e Céline, no final de 1941, sugeriu a Fernand de Brinon, embaixador do governo de Vichy junto às autoridades ocupantes e delegado-geral nos territórios ocupados, a nomeação de Montandon para dirigir o Instituto de Estudo das Questões Judaicas, como efectivamente veio a suceder<sup>159</sup>.

«Deixar-se enrabar pelos judeus é a nova Alsácia-Lorena». Foi Céline quem o disse, o génio, o nosso único profeta, Louis-Ferdinand Bardamu, pai da Pátria. *Muy bien!*», escreveu Rebatet durante a guerra, caloroso, entusiástico<sup>160</sup>. «É preciso desconfiar sempre dos judeus, mesmo depois de mortos», prevenira Céline em 1937<sup>161</sup>, e mais tarde, quando tudo havia terminado, ainda se mostrava rancorosamente apegado ao mesmo tema. «[...] *je m'appellerais du bagne Dreyfus j'aurais du respect!... que je dis que je suis du bagne Gaston je fais marrer!...*»<sup>162</sup>. Ouso transpor para português esta linguagem intraduzível? «Fosse eu Dreyfus saído da cadeia, mostrar-me-iam respeito! Sou Zé Povinho saído da cadeia, riem-se de mim!». E foi tanto Céline o artesão das palavras como Céline o racista que Ezra Pound enalteceu em duas palestras ao microfone da Rádio Roma em Maio de 1942<sup>163</sup>. Mas a *Encyclopædia* diluiu a teia compacta de uma cultura na inexplicabilidade dos casos individuais. As posições assumidas por Céline enquanto durou a ocupação da França são apresentadas pelo seu biógrafo de uma maneira não só escandalosamente falsa como totalmente incoerente. Lemos que «nada prova, até agora, que o anti-semita Destouches [o nome verdadeiro do escritor] tivesse sido um autêntico colaboracionista»<sup>164</sup>. Nada provará? Ele, que no prefácio de 1942 a *L'École des Cadavres*, cuja primeira edição data de 1938, escreveu que esse livro foi «colaboracionista (antes de tempo)»<sup>165</sup>, e que já

<sup>157</sup> Citado em A. Duraffour et al. (2017) 669.

<sup>158</sup> Id., *ibid.*, 394, 397. O próprio Hans Günther nem queria acreditar no que lera! Ver a transcrição da sua carta a Montandon na pág. 397.

<sup>159</sup> Id., *ibid.*, 581, 617.

<sup>160</sup> L. Rebatet (1942) 249. Foram muitos, e em variadas circunstâncias, os que chamaram «profeta» a Céline, como se verifica em A. Duraffour et al. (2017) *passim*.

<sup>161</sup> L.-F. Céline (1937) 91.

<sup>162</sup> Id. (1998) 16.

<sup>163</sup> L. W. Doob (org. 1978) 71-74.

<sup>164</sup> Ph. Dulac, «Céline (Louis-Ferdinand)», em *Encyclopædia Universalis, Corpus*, vol. 5, 166.

<sup>165</sup> L.-F. Céline (1942) 7.

numa entrevista publicada em Novembro de 1941 afirmara que havia sido colaboracionista desde antes da Ocupação<sup>166</sup>. «Eu quero ser o mais nazi de todos os colaboracionistas», proclamou Céline no *Je Suis Partout*, o principal jornal pró-nazi de Paris, «e proponho que todos os bastardos mediterrânicos a sul do Loire sejam lançados ao mar»<sup>167</sup>. As autoridades germânicas, que liam o que Céline escrevia e ouviam o que dizia, ignoravam candidamente que ele não seria um «autêntico colaboracionista», pois em Março de 1941, quando analisaram uma lista de personalidades para escolher entre elas o director de um Departamento Central Judaico, que viria a chamar-se Comissariado Geral para as Questões Judaicas e organizou a perseguição aos judeus em França, o nome de Céline foi um dos mencionados, ao lado das figuras mais destacadas do anti-semitismo<sup>168</sup>. Também Rosenberg o incluiu nas quatrocentas personalidades convidadas para o congresso internacional anti-semita projectado para Julho de 1944 em Cracóvia, e cancelado aliás por decisão de Hitler<sup>169</sup>.

Embora fiquemos sem saber o que seria um colaboracionista não autêntico, são abundantes os testemunhos acerca da actividade prática e das ideias defendidas pelo escritor durante a Ocupação. Mais significativa ainda do que a sua participação em diversas iniciativas antijudaicas<sup>170</sup> é a tentativa frustrada para congregar as várias forças políticas fascistas e antijudaicas num partido único sobre a base do racismo e daquilo que ele entendia por socialismo, que se reduzia ao estabelecimento de um salário mínimo generalizado<sup>171</sup>. Passando além do nacional-socialismo, este programa promoveria o racial-socialismo, já que, como Céline havia postulado numa carta de 22 de Novembro de 1941, «razão de raça deve superar razão de Estado»<sup>172</sup>. Rebatet, admirador incondicional do Führer e um dos mais audíveis porta-vozes na campanha de apoio ao Reich, depois de imaginar com horror que se o exército francês tivesse resistido alguns meses mais em 1940 os bolchevistas e os judeus norte-americanos teriam possivelmente entrado na guerra e superado uma França e uma Alemanha exangues, recordou: «Uma noite, durante aquele Inverno, à luz de candeeiro, num Montmartre coberto de neve, eu conversava com Céline a este respeito, e o admirável visionário ampliava ainda o quadro. As divisões de pretos americanos e as divisões kalmuks espalhavam-se pela Europa. Entre as suas hordas pululavam judeus. Em breve haveria

<sup>166</sup> A. Duraffour et al. (2017) 351.

<sup>167</sup> Citado em M.-A. Macciocchi (1976 b) I 257.

<sup>168</sup> C. Callil (2009) 264; G. Miller (1976) II 68; P. Ory (1976) 155. Todavia, quanto a alguns problemas na interpretação desse documento ver A. Duraffour et al. (2017) 331 e 382-383.

<sup>169</sup> R. Cecil (1973) 226; A. Duraffour et al. (2017) 338, 427.

<sup>170</sup> A. Duraffour et al. (2017) 333-338.

<sup>171</sup> Id., *ibid.*, 338-342. Annick Duraffour et al. consideraram (pág. 309) que durante a Ocupação, ao optar por divulgar as suas opiniões sob a forma de carta aberta, Céline estava a situar-se acima dos múltiplos grupúsculos do racismo, cujas divisões lastimava.

<sup>172</sup> Citado em id., *ibid.*, 176.

milhões de mestiços, o sonho dos judeus, todo o Ocidente a assemelhar-se aos judeus, a raça branca condenada à morte. Não há dúvida, toda uma raça pode depender assim de alguns fios do destino [...]»<sup>173</sup>. Para quem julgue que se tratava de metáforas, na folha do seu diário referente a 7 de Dezembro de 1941 Ernst Jünger registou que, aquando de uma conversa no Instituto Alemão em Paris, Céline «disse que estava surpreendido, estupefacto por nós, os soldados, não fusilarmos, não enforcarmos, não exterminarmos os judeus — estupefacto por alguém dispor de uma baioneta e não fazer dela um uso ilimitado»<sup>174</sup>. Já em Agosto de 1940 Montandon havia recordado que Céline lhe dissera algo no mesmo sentido, mostrando-se indignado com a moderação que, no seu entender, o exército germânico e as autoridades do Reich demonstravam para com os judeus<sup>175</sup>. É que o tempo escasseava, nesta visão apocalíptica do futuro dos arianos. Depois, terminados o Reich e a guerra, um amigo de Céline contou que na década de 1950 ele lhe confiara que «quer isso agrade ou não, o homem branco morreu em Stalingrado»<sup>176</sup> e numa entrevista concedida a *Le Monde* em Maio de 1960 ele insistiu no tema, com palavras semelhantes<sup>177</sup>.

Este mesmo Céline — que, apesar de «único profeta» e «admirável visionário» para os fascistas, não seria um «autêntico colaboracionista» — vêmo-lo depois, em 1944, pelas artes do seu engenhoso biógrafo da *Encyclopædia*, «consciente da derrota iminente da Alemanha e dos perigos que o ameaçam», a atravessar o território germânico numa tentativa frustrada de alcançar a Dinamarca<sup>178</sup>. Na realidade aproveitou a oferta de asilo que as autoridades nacional-socialistas ofereceram em Agosto de 1944 aos seus mais notórios apoiantes<sup>179</sup>, pensando decerto que estaria

<sup>173</sup> L. Rebatet (1942) 622. Os kalmyks são um povo de origem mongol que havia migrado no século XVII para a região do Mar Cáspio, onde o poder soviético lhes concedeu autonomia administrativa em 1920, e em 1936 os reconheceu como república, incluída na Federação Russa. Como os kalmyks se contavam entre as tropas estrangeiras que invadiram a França em 1815 para consolidar o poder dos Bourbons e ocuparam Paris, a palavra evocava para certos franceses factos que eles teriam preferido esquecer. Já Dostoievsky em *O Jogador* colocara uma *demi-mondaine* parisiense a dizer acerca de um general que ele é «um verdadeiro russo, um kalmuk». Depois, a mania de apelidar os comunistas de «kalmuks» decerto se generalizou. Em *O Mito do Século XX* Rosenberg classificou repetidamente Lenin como um «kalmuk tártaro». Ver A. Rosenberg (1986) 189, 601 ou id. [s. d.] 175, 435. Também um funcionário diplomático nacional-socialista que acompanhara Ribbentrop a Moscovo em Agosto de 1939 e aproveitara umas horas de ócio para, juntamente com outros membros da comitiva, visitar o mausoléu de Lenin escreveu, nas suas Memórias, que «contemplámos com espanto um rosto pequeno de kalmuk, com reflexos cor de cera, no qual parecia perpassar ainda a sombra de um sorriso astucioso». Citado em Benoist-Méchin (1964-1966) VI 279. A crer em D. Volkogonov (1995) 7, porém, só uma bisavó paterna de Lenin era kalmyk. O que dá à história algum picante é o facto de este povo, escolhido por Céline para ilustrar a barbárie soviética, ter sido acusado por Stalin de colaboração com os invasores germânicos, sendo deportado e a sua república suprimida em 1944, para ser restabelecida apenas em 1958. Com efeito, leio em C. Andreyev, «Soviet Exiles at War», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1031 que um corpo de cavalaria kalmyk combateu do lado do Reich, sob as ordens da Wehrmacht.

<sup>174</sup> Citado em A. Duraffour et al. (2017) 494 e 593.

<sup>175</sup> Id., *ibid.*, 606-607.

<sup>176</sup> Citado em id., *ibid.*, 553.

<sup>177</sup> Id., *ibid.*, 568.

<sup>178</sup> Ph. Dulac, «Céline (Louis-Ferdinand)», em *Encyclopædia Universalis, Corpus*, vol. 5, 166-167.

<sup>179</sup> P. Sérant (1959) 222.

livre no Reich das hordas de negros americanos, das hostes de mongóis bolchevistas e da proliferação de judeus universais, e imune também, mais imediatamente, aos incómodos que o aguardariam numa Paris libertada. Juntando-se em Sigmaringen a Pétain e aos demais notáveis do fascismo francês, acabou por nos deixar em *D'un Château l'autre* um retrato inesquecível daquela absurda corte do crepúsculo.

Ao menos quanto a Lucien Rebatet, autor de *Les Décombres*, um dos maiores sucessos de livraria durante a Ocupação<sup>180</sup>, e que animou o último reduto dos intransigentes do colaboracionismo no *Je Suis Partout* — «os epilépticos do *Je Suis Partout*», como lhes chamou Cousteau, que em 1943 assumiu a direcção do semanário<sup>181</sup> — poderia julgar-se que nem todas as boas, ou más, intenções da *Encyclopædia* conseguiriam atenuar as posições políticas do escritor. E, no entanto, como as arestas foram polidas! «Colaboracionista tão contrário a Vichy como anticlerical, esteve muito ligado aos meios alemães cultivados»<sup>182</sup>. Porque é necessário distinguir, havia nazis e nazis — e não será recomendável a colaboração entre gente culta? Já o irmão bastardo de Ivan Karamazov percorrera os caminhos sinuosos da tentação segredando que «é um prazer falar com pessoas inteligentes». Aliás, é estranho que *Gringoire* seja o único órgão de imprensa mencionado na *Encyclopædia* sob a epígrafe genérica de «*Collaboration*», não sendo menos curioso que o artigo dedicado a Rebatet não recorde a sua participação decisiva no *Je Suis Partout* durante o período da Ocupação.

Deparo com outras lacunas bizarras. Entre os romancistas, estão ausentes da rubrica «*Collaboration*» quase todos aqueles que, no entanto, os próprios artigos da *Encyclopædia* dedicados ao *Je Suis Partout* e ao *Gringoire* mencionam relativamente aos anos da guerra. Um véu discreto contribui assim para cobrir nomes conhecidos como La Varende, Marcel Aymé, René Barjavel, Morvan Lebesque, Henri Béraud, que se empenharam nos órgãos mais reputados do colaboracionismo. Para melhor apagar os traços, o artigo dedicado a Marcel Aymé não diz palavra acerca da sua contribuição durante a Ocupação no *Je Suis Partout* ou em *La Gerbe*, do inefável Alphonse de Châteaubriant, ou no diário de Luchaire, *Les Nouveaux Temps*<sup>183</sup>. Sempre pronto a divertir-se à custa dos outros, contou Galtier-Boissière que quando lhe apresentaram Marcel Aymé em Janeiro de 1946 exclamou: «Não acredito nos meus olhos! Julgava que o tivessem fuzilado na

<sup>180</sup> A. Duraffour et al. (2017) 305, 363, 631; D. Orlov (2009) 33; P. Ory (1976) 118. O próprio autor lhe chamou «o livro mais fascista alguma vez publicado em França». Ver L. Rebatet (2007) 36.

<sup>181</sup> Pierre-Antoine Cousteau em L. Rebatet et al. (1999) 211.

<sup>182</sup> *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 2924.

<sup>183</sup> J. Bens, «Aymé (Marcel)», em id., *Corpus*, vol. 3, 675-676. Comparar com as indicações fornecidas por Ph. Randa (1997) 526, 546, 549 e 593.

Libertação!»<sup>184</sup>. E poder-nos-emos espantar de que, no entusiasmo sem limites que manifesta pelo biografado, o autor do verbete sobre Claude Roy indique que ele aderiu em 1942 ao Partido Comunista<sup>185</sup> mas se esqueça de mencionar que imediatamente antes era um dos colaboradores de *Je Suis Partout* e do órgão da Légion Française des Combattants<sup>186</sup>? Mais significativo ainda é o facto de Pierre Drieu La Rochelle e Robert Brasillach não se encontrarem evocados a propósito da «*Collaboration*». O artigo acerca de Brasillach é bastante curioso, sublinhando as diferenças entre o seu «fascismo francês» e o nacional-socialismo alemão. E, depois de indicar que o escritor aceitou do regime de Vichy a nomeação para o cargo de comissário-geral do Cinema, a *Encyclopædia* esclarece que, «entrando rapidamente em desacordo com as autoridades alemãs, ele demitiu-se passados dois meses, para chefiar em 1941 o *Je Suis Partout* — semanário de tendência fascista — que abandonou dois anos mais tarde»<sup>187</sup>. Redigido assim, parece que o apoio prestado por Brasillach às autoridades nacional-socialistas teria sido um acidente de percurso, quando na realidade ele, fascista de sempre, apologista de Franco e do Reich, se encarregou não de um mero jornal «de tendência fascista» mas do órgão mais significativo do colaboracionismo, e mesmo depois de ter abandonado a sua direcção continuou a enviar artigos para a imprensa fascista, escrevendo nomeadamente no jornal do Mouvement Social Révolutionnaire<sup>188</sup>. Os seus textos daquela época mostram que foi no interesse do próprio fascismo que Brasillach começou a pôr em dúvida a conveniência de manter uma colaboração cega com o Reich, quando se tornava evidente a progressão vitoriosa dos Aliados<sup>189</sup>. Por seu turno, o autor do artigo sobre Drieu recorda o que todos sabem, a sedução do romancista pelo fascismo, para invocar em seguida um segredo que se pretende redentor: «Depois da derrota de 1940 ele aderiu [...] à colaboração franco-alemã, mas o que é menos conhecido é a decepção e o nojo que depressa lhe inspiraram Hitler, a política de Pétain e o seu próprio papel»<sup>190</sup>. As contradições reais entre modalidades diversas do fascismo são desnaturadas e ficam reduzidas a conflitos íntimos, funcionando a psicologia enquanto álibi da política. Como se tudo o que se passasse dentro da cabeça das pessoas não se passasse, por isso mesmo, fora delas.

<sup>184</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 948. Também Pierre-Antoine Cousteau, preso em Clairvaux depois de lhe terem comutado a pena de morte, comentou para o seu amigo Rebatet, que sofrera igual destino: «Estes imbecis divertiram-se a fuzilar dezenas de chuis prestes a servirem os novos senhores e nem sequer condenaram Marcel Aymé a um mínimo de vinte anos de trabalhos forçados [...]». Ver L. Rebatet et al. (1999) 106.

<sup>185</sup> *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 3054.

<sup>186</sup> J. Galtier-Boissière (1994) 950; P. Ory (1976) 117; Ph. Randa (1997) 347, 547. Ver igualmente P. Novick (1985) 48.

<sup>187</sup> *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 495.

<sup>188</sup> P. Ory (1976) 119-121; Ph. Randa (1997) 410-411.

<sup>189</sup> P. Sérant (1959) 209 e segs.

<sup>190</sup> D. Fernandez, «Drieu La Rochelle (Pierre)», em *Encyclopædia Universalis, Corpus*, vol. 7, 682.



Alfred Cortot, um dos mais ilustres pianistas do seu tempo, e aliás de todos os tempos, foi igualmente poupado à lista do opróbrio, já que ao aceitar o convite do regime de Vichy para ocupar altos cargos burocráticos na esfera das artes e ao dar concertos sob a égide das autoridades germânicas estaria a manifestar «uma fidelidade artística que, cega às realidades da época, permanece presa às ilusões de um velho sonho humanista»<sup>191</sup>. Que o humanismo da cultura liberal tivesse sido uma das vias a contribuir para a formação dos fascismos, isso não deixa de ser certo, mas o colaborador da *Encyclopædia Universalis* é isento de ironia e o que ele pretende dizer é simplesmente que o músico se enganou. Ter-se-ia enganado também quando contribuiu com os seus escritos para uma revista situada no âmbito do Comité d'Action Antibolchevique<sup>192</sup>? Outros se iludiram como ele, muitos e muitos, por razões igualmente nobres, decerto, porque bons motivos existem sempre com abundância. E como não, já que nos salões de Otto Abetz, embaixador do Reich em Paris e um dos principais artífices da política de colaboração, se reunia a fina flor do bom gosto. Estava-se entre *gens d'esprit*.

Que sucedeu, afinal, a estes personagens, aos ilustres e aos menos ilustres? Uma das rubricas mencionadas sob a epígrafe «*Collaboration*» diz respeito à «*Épuration (1944-1945)*», ou seja, a perseguição judiciária dos acusados de pactuar com o ocupante. Leio aí que «numerosos jornalistas e escritores foram condenados à morte: Georges Suarez, Robert Brasillach, Henri Béraud, Jean Luchaire, Lucien Rebatet»<sup>193</sup>. Mas a *Encyclopædia* omite que, se Suarez, Brasillach e Luchaire foram efectivamente fuzilados, Béraud morreu em 1958 e Rebatet em 1972. A censura posterior à guerra, além de servir para ocultar a presença dos temas ideológicos fascistas, contribuiu também, sempre que os ideólogos foram poupados a incómodos irreversíveis, para lhes assegurar uma sobrevivência discreta ou disfarçada, consoante os gostos.

Em vez de ajudarem a esclarecer as relações entre o fascismo francês e o ocupante nacional-socialista, as páginas da *Encyclopædia Universalis* têm, pelo contrário, de ser objecto de uma arqueologia do saber político, capaz de encontrar vestígios sob os traços apagados.

<sup>191</sup> *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 854.

<sup>192</sup> Ph. Randa (1997) 590.

<sup>193</sup> *Encyclopædia Universalis, Thesaurus - Index*, 1175.

## Capítulo 2

### «TERCEIRO MUNDO»

#### 1. Japão: Um imperialismo anticolonialista

Na imediata proximidade de uma vastíssima área colonizada, coube ao Japão dar um impulso decisivo aos movimentos de independência, e enquanto recorria a meios militares para conquistar territórios e ampliar a sua área de hegemonia multiplicavam-se as proclamações anticolonialistas não só de ideólogos fascistas mas dos mais altos responsáveis do governo e das forças armadas<sup>1</sup>. Talvez este aparente paradoxo se esclareça um pouco ao recordarmos que em 1919 o Japão, membro fundador da Sociedade das Nações e detentor de um lugar permanente no seu Conselho, tentara introduzir nos estatutos daquele organismo uma cláusula de igualdade racial, para deparar com o veto dos estadistas britânicos, australianos e norte-americanos<sup>2</sup>. E ao sabermos que em 1928 os Estados Unidos mantinham na China cerca de cinco mil e duzentos militares, mais de metade dos que o Japão tinha então estacionados na Manchúria<sup>3</sup>, compreendemos que a versão anti-imperialista do expansionismo nipónico podia invocar uma base real.

Os fascistas japoneses nunca hesitaram em conjugar o expansionismo com os apelos libertadores. Estreitamente ligadas às forças armadas, as associações patrióticas sabiam que o país só podia afirmar-se como potência mundial contra os interesses das principais nações europeias e dos Estados Unidos, e apresentavam esta rivalidade como um renascimento da Ásia e uma defesa dos valores orientais contra a cultura ocidental<sup>4</sup>. Uma das figuras mais influentes da primeira geração de ultranacionalistas, Tōyama Mitsuru, mantinha relações com os anticolonialistas indianos, cochinchineses e filipinos, e sobretudo com os conspiradores chineses que se preparavam para derrubar a dinastia manchu<sup>5</sup>. E o fundador do fascismo japonês, Kita Ikki, residiu vários anos na China, onde privou com os militantes nacionalistas, o que lhe permitiu escrever uma história da revolução chinesa<sup>6</sup>. Aliás, ao triunfarem em 1911 os republicanos chineses estreitaram os

<sup>1</sup> M. Maruyama (1963) 51.

<sup>2</sup> M. Baumont (1951) 245; W. G. Beasley (1981) 207-208; M. Ph. Bradley (2010) 466; N. Chomsky (1969) 215 n. 56; A. Pichot (2000) 387; L. Stoddard (1921) 42-43; R. Storry (1957) 21; id. (1990) 162.

<sup>3</sup> N. Chomsky (1969) 187.

<sup>4</sup> J. C. Lebra (org. 1975) xi-xii; R. Storry (1990) 145-147.

<sup>5</sup> R. Storry (1990) 147.

<sup>6</sup> Id. (1957) 37; G. M. Wilson (1969) 53-56.

contactos com os ideólogos nipónicos do nacionalismo asiático e assim, paradoxalmente, deram ao Japão novas oportunidades para intervir na política interna da China<sup>7</sup>. Já num livro publicado em 1906 Kita Ikki anunciara a necessidade de promover o imperialismo nipónico através de uma estratégia que estimulasse os movimentos contra o colonialismo ocidental na Ásia<sup>8</sup>, mas foi numa obra editada em 1923 que expôs de maneira detalhada o programa que a partir de então iria servir de referência ao fascismo e à extrema-direita radical. Além de defender uma série de reformas económicas e sociais, Kita propôs um plano de armamento intensivo, que desse ao exército a possibilidade de encetar uma política externa agressiva<sup>9</sup>. Este país movido pela ambição imperialista era apresentado por Kita como o campeão dos restantes povos asiáticos contra o colonialismo ocidental<sup>10</sup>. «Tal como no interior de uma nação se trava a luta de classes pelo reajuste das desigualdades, também a guerra entre nações por uma causa nobre há-de resolver as actuais desigualdades injustas», escreveu Kita naquele livro. «Os socialistas ocidentais entram em contradição ao admitirem que o proletariado tem o direito de recorrer à luta de classes dentro do país e ao condenarem simultaneamente como militarismo e agressão a guerra travada pelas nações proletárias»<sup>11</sup>. Aliás, já em 1906 Kita estabelecera a analogia entre o confronto de classes no interior das fronteiras nacionais e a disputa entre Estados na arena mundial<sup>12</sup>. O mito da nação proletária desvendava assim a sua verdadeira função, justificando os novos expansionismos. E o contra-senso de um socialismo nacionalista, que Kita propunha para o interior do país, projectava-se além-fronteiras sob a forma não menos ilógica de um imperialismo anti-imperialista. Esta aberração não foi apenas concebida por algumas cabeças quentes e encontramos-la defendida igualmente por Miyazaki Masayoshi, personalidade ligada ao Ministério da Guerra e membro do departamento de pesquisa da Companhia dos Caminhos-de-Ferro da Manchúria Meridional, que na realidade era muito mais do que uma mera empresa de transportes e predominava sobre toda a economia do território. Numa obra escrita em 1936, Miyazaki insistiu na relação entre a expansão política e económica do Japão na Ásia e a promoção dos movimentos anticoloniais virados contra a presença dos europeus e dos norte-americanos<sup>13</sup>.

Foi sobretudo a partir dos últimos anos da década de 1920 que o extremismo nacionalista começou a difundir-se no exército e na marinha entre os jovens oficiais de patente inferior. As

<sup>7</sup> R. Storry (1990) 147.

<sup>8</sup> W. G. Beasley (1981) 190.

<sup>9</sup> R. Storry (1957) 37-38.

<sup>10</sup> W. G. Beasley (1981) 239-240; G. M. Wilson (1969) 85-86.

<sup>11</sup> Citado em R. Storry (1957) 38.

<sup>12</sup> G. M. Wilson (1969) 34.

<sup>13</sup> J. C. Lebra (org. 1975) 3-8.

forças armadas dividiram-se então numa ala aberta à colaboração com os fascistas radicais e noutra ala de carácter socialmente conservador. A divergência dizia respeito antes de mais à organização interna do país, especialmente às medidas económicas e laborais. Mas nas suas ambições geopolíticas a facção conservadora era talvez mais radical do que os fascistas de pendor social, porque enquanto estes consideravam que a expansão nipónica se deveria realizar, em primeiro lugar, em detrimento da União Soviética, a ala conservadora dava a prioridade ao prosseguimento das operações militares na China, pondo em causa o colonialismo ocidental e atacando de frente os interesses britânicos, franceses e norte-americanos<sup>14</sup>. Após o esmagamento dos fascistas radicais em Fevereiro de 1936 e a completa hegemonia obtida pela facção conservadora, o expansionismo nipónico seguiu a orientação que havia de o caracterizar até ao final da guerra, virando-se em direcção à China e contra as posições ocidentais na Ásia<sup>15</sup>. Aliás, o facto de o exército japonês ter sido completamente desbaratado pelas tropas soviéticas na Mongólia Exterior em Agosto de 1939 bloqueou-lhe qualquer veleidade de tentar de imediato a fortuna a norte. E assim, sem esperanças no interior da nação, mesmo sem as esperanças fictícias do fascismo radical, o proletariado via no horizonte a promessa da nação proletária, que se converteria num novo imperialismo se arrastasse consigo outras nações proletárias.

Os Fundamentos da Política Nacional, proclamados em Agosto de 1936, reconheceram oficialmente pela primeira vez que para manter as áreas sob o seu controle no continente asiático e para desenvolver a economia do império o Japão precisava de alcançar a hegemonia nos territórios a sul do arquipélago<sup>16</sup>. A partir desse ano a marinha de guerra convidou académicos, administradores e homens de negócios com experiência das regiões meridionais para discutirem em conjunto uma reorientação geopolítica que não descurasse as colónias europeias e norte-americanas do sul e sudeste da Ásia<sup>17</sup>. É certo que no final de 1938, pouco depois de terem ocupado Cantão e Han-k'ou, na proposta de paz que apresentaram ao governo chinês as autoridades nipónicas empregaram a expressão «uma Nova Ordem na Ásia oriental» sem mostrarem nenhum interesse pelo sul, e referiram apenas a formação de um bloco abrangendo o Japão, o Manchukuo e a China<sup>18</sup>. Mas deve levar-se em consideração o facto de estes territórios estarem já total ou parcialmente sob domínio japonês, e incluir colónias de outras nações na projectada área de hegemonia equivaleria a uma declaração de hostilidades. Ora, em 1940 a situação mundial era muito

<sup>14</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) IV 60, 66 n. 1, 71; M. Maruyama (1963) 70 n.; R. Storry (1957) 141.

<sup>15</sup> R. Storry (1957) 193-194.

<sup>16</sup> J. C. Lebra (org. 1975) xii.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, xiii, 57.

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, xii, 69; R. Storry (1957) 239.

diferente. Em 1 de Agosto desse ano o ministro dos Negócios Estrangeiros japonês proclamou a Esfera da Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental, e além do Japão, do Manchukuo e da China, mencionou as Índias Orientais holandesas e a Indochina francesa, o que anunciava necessariamente o confronto com o colonialismo europeu a sul e a sudoeste<sup>19</sup>. Com efeito, na sua reunião de 4 de Setembro de 1940 o conselho de ministros restrito definiu como base de negociação com o Reich uma área de hegemonia estabelecida desde a Birmânia em direcção ao leste e desde a Nova Caledónia em direcção ao norte. Numa fase posterior esta área deveria ampliar-se e compreender a Austrália, a Nova Zelândia e a Índia, embora se admitisse que para conciliar as boas graças da União Soviética lhe fosse reconhecida a supremacia na Índia<sup>20</sup>. No pacto tripartido, assinado no dia 27 daquele mês pelos governantes de Berlim, Roma e Tóquio, o Japão viu confirmado o seu papel de promotor da Nova Ordem na Ásia contra o colonialismo ocidental<sup>21</sup>, mas na realidade o perímetro máximo que conseguiu abranger foi desde o Manchukuo e a Coreia, a norte, até, a sul, as Índias Orientais holandesas, incluindo as Filipinas, a China, a Indochina, a Tailândia, a Malásia e a Birmânia.

Não parece que alguma vez as autoridades militares e os responsáveis políticos tivessem chegado a um consenso quanto aos limites últimos da Esfera da Co-Prosperidade<sup>22</sup>. A orientação geográfica da expansão variava consoante as preferências geopolíticas e de acordo também com as alianças internacionais, e decerto os apetites cresceriam à medida que se fossem registando as sonhadas vitórias. Em Dezembro de 1941, no preciso momento em que o Japão se lançava no conflito mundial, os projectos estabelecidos pela Secção de Pesquisa do Ministério da Guerra incluíam na Esfera da Co-Prosperidade, além dos países e das regiões que em breve ficariam submetidos, os demais arquipélagos do Oceano Pacífico, a Austrália e as suas dependências, a Nova Zelândia e as suas dependências, Ceilão e as regiões da Índia a sul de uma linha que seguia mais ou menos os 15º de latitude, e ainda numerosas ilhas do Oceano Índico; virando-se para o outro lado, este plano ambicionava o Alaska e o estado de Washington, no noroeste dos Estados Unidos, todo o oeste do Canadá, todos os países da América Central, inclusivamente as suas ilhas atlânticas, e além disso a Colômbia, um distrito da Venezuela, o Equador e mesmo, no caso de esses três países declararem guerra ao Japão, a maior parte do México, a leste da longitude 95º

<sup>19</sup> J. C. Lebra (org. 1975) xiii-xiv, 71-72; R. Storry (1957) 298. Na propaganda de guerra em língua inglesa as autoridades nipónicas referiam a «*Greater East Asia*» e estes têm sido os termos usados depois pelos historiadores. Mas I. Nish em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 500-501 explicou que a língua japonesa não estabelece uma distinção clara entre *grande* e *maior*, e acrescentou que o termo sugeria uma ideia de expansão.

<sup>20</sup> F. C. Jones (1954) 195.

<sup>21</sup> R. Storry (1990) 208-209.

<sup>22</sup> J. C. Lebra (org. 1975) x.

30', uma boa metade do Peru, a norte da latitude 10º, e a zona de nitratos do Chile setentrional. Tratava-se de um colossal projecto a longo prazo, que previa a formação de uma primeira Esfera da Co-Prosperidade durante o conflito em curso e a sua ampliação graças a uma nova guerra cerca de duas décadas mais tarde<sup>23</sup>. O imperialismo militar nipónico teve sempre mais olhos do que barriga<sup>24</sup>, e ainda quando se exprimiu em tons de relativa sobriedade, como num discurso proferido em Janeiro de 1942 perante a Câmara dos Pares, o primeiro-ministro anunciou a necessária inclusão da Austrália na Esfera da Co-Prosperidade<sup>25</sup>. O que de facto esta estratégia ambicionava era, de imediato, derrotar o colonialismo europeu na Ásia e sustentar o avanço dos Estados Unidos em direcção ao Pacífico, e numa segunda fase derrotar os próprios Estados Unidos na sua área de influência no continente americano.

Talvez não seja extravagante interpretar a Esfera da Co-Prosperidade na perspectiva da «federação mundial» resultante da superação da guerra entre Estados, que Kita Ikki anunciara no seu livro de 1906<sup>26</sup>. De qualquer modo, na obra editada em 1923 Kita sugeriu a criação de uma estrutura destinada a assegurar a coesão do leste e do sudeste asiáticos sob a hegemonia económica e militar do Japão<sup>27</sup>, e foi o que sucedeu com a formação, em Março de 1942, de um órgão consultivo do primeiro-ministro, o Conselho da Grande Ásia Oriental, promovido a Ministério em Novembro desse ano<sup>28</sup>. Mesmo depois de ter sido condenado à morte e executado, e apesar do descrédito que atingira a ala radical do fascismo, Kita Ikki continuou a influenciar com o seu pensamento a estratégia geopolítica. Quando leio o que uma figura destacada como Royama Masamichi escreveu num livro publicado em 1941, defendendo um sistema de relações internacionais baseado na constituição de um pequeno número de organismos regionais em que o carácter excludente dos nacionalismos se conciliaria com a tendência abrangente do capitalismo industrial<sup>29</sup>, não posso deixar de recordar o processo de auto-superação do nacionalismo enunciado muitos anos antes por Kita, em que as guerras entre os homens reunidos em Estados dariam lugar à luta do conjunto da humanidade em prol do desenvolvimento económico. «O imperialismo», declarara Kita

<sup>23</sup> R. Storry (1957) 276, 317-319.

<sup>24</sup> M. Maruyama (1963) 84 e segs. chamou a atenção para a irracionalidade dos objectivos de guerra japoneses relativamente aos meios militares disponíveis e à planificação das operações.

<sup>25</sup> J. C. Lebra (org. 1975) 80. Um mês antes, em 7 de Dezembro de 1941, Ezra Pound dissera aos microfones da Rádio Roma: «E quanto aos australianos, merecem uma invasão nipo-chinesa. Criminosos eram os avôzinhos deles e a sua contribuição para a civilização nem sequer vale uma medalha judaica. Por que raio os chineses e os japoneses não se juntam e limpam esse lixo da Austrália, e implantam um pouco de civilização naquele lugar, isso para mim faz parte do mistério do Oriente». Ver L. W. Doob (org. 1978) 18.

<sup>26</sup> G. M. Wilson (1969) 34-35.

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, 67.

<sup>28</sup> F. C. Jones (1954) 334, 336; D. J. Steinberg (1967) 47.

<sup>29</sup> J. C. Lebra (org. 1975) 22.

em 1906, «é a condição prévia do internacionalismo»<sup>30</sup>.

A junção do expansionismo ao anticolonialismo podia invocar credenciais prestigiadas, pois também a doutrina Monroe, que tradicionalmente orientava a política externa dos Estados Unidos, confundia a vocação de autonomia e independência do país relativamente às potências europeias com a proclamação de uma área indisputada de hegemonia abrangendo todo o continente americano, onde era recusado à Europa o direito de estabelecer colónias. Esta doutrina era inseparável das teses do *manifest destiny*<sup>31</sup>, e os expansionistas norte-americanos haviam apresentado a sua vitória na guerra contra o México como um triunfo das instituições democráticas sobre a tirania<sup>32</sup>, embora o México tivesse abolido o escravismo e fossem precisamente os estados escravocratas do sul dos Estados Unidos os mais interessados na anexação do Texas<sup>33</sup>. A absurda conjugação do imperialismo com a apologia da liberdade foi inventada pela democracia norte-americana antes de ser utilizada pelo fascismo nipónico. No seu livro publicado em 1923 Kita citou a doutrina Monroe como um precedente da estratégia que haveria de assegurar ao Japão a supremacia na Ásia<sup>34</sup>, e num artigo de 1939 Kamikawa Hikomatsu, especialista de relações internacionais, sublinhou o carácter simultaneamente anticolonialista e expansionista do pan-asiatismo nipónico e da doutrina Monroe<sup>35</sup>.

A Esfera da Co-Prosperidade foi proclamada sob o lema «a Ásia para os asiáticos»<sup>36</sup>, mas é necessário entender que havia asiáticos e asiáticos. O centro industrial da zona que no plano de Dezembro de 1941 haveria de constituir a primeira Esfera da Co-Prosperidade era formado pelo Japão, a Manchúria, a Coreia e o nordeste da China<sup>37</sup>. Aqui, a pretensa acção libertadora das forças armadas nipónicas não deixava lugar para dúvidas. A Coreia, onde a influência japonesa progredira desde 1894, tornara-se um protectorado nipónico em 1905 e fora formalmente anexada

<sup>30</sup> G. M. Wilson (1969) 23, 34. A frase de Kita Ikki vem citada na pág. 35.

<sup>31</sup> Para a comparação do expansionismo nipónico com a doutrina Monroe e o *manifest destiny* consultar Benoist-Méchin (1964-1966) IV 31 n. 1, 44 e N. Chomsky (1969) 183, 204-207. O eugenista e racista norte-americano Lothrop Stoddard considerou que o Japão pretendia numa primeira fase «evitar quaisquer novas ingerências brancas no Extremo Oriente graças ao estabelecimento de uma Doutrina Monroe no Extremo Oriente baseada no predomínio japonês e contando, se possível, com o apoio moral dos outros povos do Extremo Oriente». Ver L. Stoddard (1921) 30-31. Aliás, o editorial do *San Francisco Examiner*, 10 de Janeiro de 1932, observou aos governantes norte-americanos que «são injustificadas as suas censuras à actuação do Japão na Manchúria, porque os Estados Unidos agiram de modo semelhante relativamente ao México aquando da anexação do Texas». Ver Benoist-Méchin, op. cit., IV 29 n. 2. Como escreveu G. Seldes (1943) 51, a «Ásia para os asiáticos» «é uma Doutrina Monroe».

<sup>32</sup> F. Merk (1963) 116 e segs.

<sup>33</sup> «Nem todos tiveram consciência da ironia que tantas vezes implicava — como no caso do Texas — que ao estender a área da liberdade se ampliasse a do escravismo», observou J. Zoraida Vázquez (1981) 810.

<sup>34</sup> G. M. Wilson (1969) 83.

<sup>35</sup> J. C. Lebra (org. 1975) 26-30.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, 119.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, xi, 71-72, 119.

cinco anos depois. A Manchúria e o demais nordeste chinês estavam ocupados militarmente, as suas administrações eram dirigidas por burocratas japoneses e a sua economia ficara nas mãos do capitalismo japonês. Aliás, parece que no Manchukuo as autoridades militares nipónicas não depositavam muita confiança nos quatro maiores grupos empresariais do seu país, que haviam estado ligados aos partidos parlamentares, e estimularam o desenvolvimento de outros grupos, quando não foi o próprio exército a assumir iniciativas económicas em grande escala<sup>38</sup>. Estes territórios só tinham de seu os palácios, para um imperador sem poderes no Manchukuo, para um presidente fictício em Nanking, que davam à nova espoliação colonial o indispensável verniz demagógico. Indispensável porque na parte meridional da Esfera da Co-Prosperidade os militares nipónicos não tinham a intenção de manter indefinidamente formas directas de governo, excepto na Austrália e na Nova Zelândia, onde a necessidade de erradicar a cultura europeia imporia a presença de governadores-gerais japoneses. De resto, segundo as decisões tomadas pelas autoridades de Tóquio em Novembro de 1941, os territórios colonizados onde praticamente toda a população fosse asiática e onde a presença europeia ou norte-americana se tivesse limitado aos militares e aos funcionários administrativos poderiam, depois de uma fase de transição, auto-administrar-se ou mesmo aceder à independência<sup>39</sup>. Como estes territórios se destinavam apenas a fornecer matérias-primas, bastariam os mecanismos do mercado para os manter sob o controle do centro industrial hegemónico. Os teóricos e políticos do fascismo nipónico apresentavam a complementaridade entre o centro industrializado e a periferia reduzida ao sector primário não como uma modalidade de imperialismo, mas como uma forma de realizar a harmonia económica através da divisão internacional do trabalho<sup>40</sup>. Como se vê, o neocolonialismo ocidental, tanto democrático como soviético, não inovou no pós-guerra.

Mas não apressemos a história, porque se tratou efectivamente de uma história, quero dizer, existiu uma continuidade entre o processo de descolonização prosseguido na Esfera da Co-Prosperidade e as lutas pela independência que tiveram lugar nesta zona depois da capitulação das tropas japonesas em Agosto de 1945<sup>41</sup>. Alguns autores pretendem que as medidas de emancipação e de autonomia que as forças armadas nipónicas tomaram em benefício das populações dos territórios ocupados se deveram unicamente às contingências da guerra, destinando-se a revigorar a sua capacidade defensiva perante os assaltos dos Aliados. Mas estes autores esquecem-se de averiguar a razão por que os holandeses e os franceses não recorreram a iniciativas

<sup>38</sup> R. Storry (1990) 194 n.; S. J. Woolf (1968) 136.

<sup>39</sup> F. C. Jones (1954) 331-332.

<sup>40</sup> J. C. Lebra (org. 1975) xi-xii, 29, 32, 34.

<sup>41</sup> M. Ph. Bradley (2010) 470; F. C. Jones (1954) 344.



idênticas quando tiveram de enfrentar os invasores japoneses. Talvez fosse esse o motivo por que um jornalista experiente, e historiador do jornalismo, observou que «no Extremo-Oriente, em 1941, [...] muitos correspondentes tinham entendido claramente que, apesar das declarações oficiais, havia uma perturbante falta de entusiasmo para resistir à avançada japonesa»<sup>42</sup>. É certo que o general MacArthur mobilizou e armou mais de cem mil filipinos<sup>43</sup>, mas as condições ali eram diferentes porque a independência do arquipélago havia já sido prometida pelo governo dos Estados Unidos. Nos outros territórios bastava organizar os nativos em corpos de voluntários e distribuir-lhes armas, mesmo rudimentares, para que a vontade de independência se enraizasse em amplas camadas populares. Quando até os mais fanáticos oficiais japoneses compreenderam que a guerra estava perdida, as autoridades nipônicas prepararam um pós-guerra que assegurasse pelo menos um dos propósitos da Esfera da Co-Prosperidade e comprometesse definitivamente o colonialismo europeu e norte-americano no leste asiático<sup>44</sup>. «Com a proclamação oficial das suas aspirações na Ásia, às quais se associaram os chefes fantoches dos povos subjugados, o Japão contava aumentar o apoio de que dispunha para travar batalhas que se anunciavam decisivas na guerra do Pacífico. Mas o aparelho organizativo empregue e mesmo alguns dos termos usados indicam que os japoneses procuravam sobretudo atingir um objectivo mais subtil», escreveu em 1945, antes do final do conflito, um antigo funcionário do consulado norte-americano em Hong Kong. «Esse objectivo é o prolongamento da luta política na Ásia para além do termo da guerra actual»<sup>45</sup>. E um francês que estivera internado num campo de prisioneiros na Indonésia observou que «os japoneses, se bem que, no sentido genérico da palavra, tivessem sido derrotados, “ganharam a guerra” neste canto da Ásia»<sup>46</sup>. Enquanto mantiveram o ascendente, os fascistas nipônicos revelaram-se prudentes nos seus projectos de emancipação das populações colonizadas. Mas à medida que os Aliados adquiriam a supremacia, os governantes de Tóquio e as autoridades militares precipitavam os processos de independência, preferindo por vezes transferir o poder para nacionalistas de esquerda e até para comunistas do que devolvê-lo aos antigos colonizadores. Ao destruir as formas clássicas da presença ocidental na Ásia e ao criar o quadro de um neocolonialismo de base económica, o Japão preparou o terreno para o seu ressurgimento enquanto grande potência na região<sup>47</sup>. Passadas duas décadas e meia, em 1971, um dos membros da administração Nixon queixava-se de que «os japoneses estão ainda a prosseguir a

<sup>42</sup> J. Simpson (2011) 372.

<sup>43</sup> Th. Friend (1988) 178.

<sup>44</sup> F. C. Jones (1954) 399.

<sup>45</sup> Robert S. Ward transcrito em J. C. Lebra (org. 1975) 154.

<sup>46</sup> Citado por R. Holland, «Anti-Imperialism», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 39.

<sup>47</sup> Veja-se neste sentido S. Guthrie-Shimizu (2010) 260.

guerra» com o «objectivo imediato de [...] tentar dominar o Pacífico e, então, talvez o mundo inteiro»<sup>48</sup>.

## 2. Índias Orientais holandesas: O fascismo nipónico criou as instituições da independência

O sucedido nas Índias Orientais holandesas fornece talvez o melhor exemplo de continuidade no processo de descolonização. O completo esmagamento dos comunistas indonésios após as insurreições malogradas de 1926 e 1927 mostrara a insuficiência dos intelectuais modernos e do proletariado urbano das ilhas enquanto base da luta anticolonial. Por seu lado, o declínio da organização confessional muçulmana revelara a incapacidade dos sectores tradicionalistas para implantarem um Estado autónomo. Os novos políticos nacionalistas que ascenderam a partir de 1927 levaram todas as correntes de emancipação, incluindo a islâmica e a comunista, e todas as forças sociais, tanto arcaicas como modernas, a inserir-se numa plataforma comum, que encontrava na constituição de um Estado indonésio a sua justificação última e única<sup>49</sup>.

As principais personalidades deste novo nacionalismo, Achmad Sukarno, Mohammad Hatta e Sutan Sjahrir, estavam na prisão ou deportadas quando as tropas japonesas invadiram as Índias Orientais holandesas em 1942. A roda da fortuna moveu-se, as autoridades coloniais foram detidas, os cabecilhas da independência foram postos em liberdade e os japoneses viram-se saudados como emancipadores não só pelos antigos prisioneiros políticos mas por toda a população autóctone. Grandes esperanças, que no final não foram desmentidas. Os novos ocupantes proibiram que se falasse holandês e estimularam o emprego do indonésio enquanto língua unificadora<sup>50</sup>, e em Agosto de 1943 criaram Conselhos Consultivos nos vários distritos e circunscrições, encabeçados por um Conselho Consultivo Central<sup>51</sup>. No final do ano seguinte o sistema ampliou-se à administração militar nipónica, que passou a contar com a presença de consultores indonésios<sup>52</sup>. E apesar de mais de metade dos membros do Conselho Central ser nomeada pelo comandante-chefe japonês e de os assessores nativos terem capacidades de intervenção muito reduzidas<sup>53</sup>, tratou-se de uma alteração profunda da sociedade colonial. No entanto, talvez o efeito mais

<sup>48</sup> Citado em M. Schaller (2010) 158.

<sup>49</sup> W. M. Ball (1956) 149; F. C. Jones (1954) 375; S. L. Mayer (1974) 1096.

<sup>50</sup> J. C. Lebra (org. 1975) 137; S. Rose (1974) 2263.

<sup>51</sup> Th. Friend (1988) 92.

<sup>52</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 37 n. 28; Th. Friend (1988) 92.

<sup>53</sup> Th. Friend (1988) 92-93.

considerável, e a longo prazo mais duradouro, da mudança de regime tivesse sido a mobilização de vastas camadas populares javanesas e o seu lançamento na acção política. Enquanto sob a colonização holandesa o movimento independentista tocara um número relativamente reduzido de militantes, em Java os militares nipónicos criaram organizações nacionalistas de massas, recrutaram jovens e mulheres, fundaram uma multiplicidade de associações de carácter profissional e corporativo e estimularam grupos culturais. As novas autoridades agiram, porém, de maneira mais moderada nas outras ilhas, onde se experimentou apenas o reflexo do movimento ocorrido em Java, e decerto isto contribuiu para impedir que forças centrífugas regionais fragmentassem o país<sup>54</sup>. Ao mesmo tempo que se convulsionou de cima a baixo a sociedade javanesa, precipitou-se a transformação das classes dominantes nativas. Os dirigentes independentistas que colaboravam com os ocupantes situaram-se, evidentemente, no topo do novo sistema, mas os japoneses promoveram ainda as autoridades religiosas islâmicas e os intelectuais islâmicos e, mais tarde, as forças armadas indonésias criadas por iniciativa nipónica encontraram também lugar entre as novas elites<sup>55</sup>.

Num tecido social que sofria modificações tão profundas, os ocupantes reforçaram a autoridade dos dirigentes nacionalistas criando, em Março de 1943, o Centro do Poder Popular, sob a presidência de Sukarno e com Hatta na vice-presidência<sup>56</sup>. No Centro articulavam-se duas faces do mesmo projecto, a defesa das aspirações de independência e o apoio ao esforço de guerra japonês. E que melhor maneira de unir na prática ambos os aspectos do que administrar um programa de trabalhos forçados em prol das necessidades militares do ocupante? Os colonialistas holandeses haviam já imposto regularmente o trabalho forçado e a deslocação obrigatória de mão-de-obra, e com a ajuda dos dirigentes nacionalistas esta prática atingiu enorme extensão<sup>57</sup>. Enquanto cimentavam a aliança com Tóquio, Sukarno e os seus colegas exercitavam-se nas funções de governantes obrigando o proletariado a produzir. Estrutura política, estrutura repressiva, faltava para completar a panóplia de um Estado que se preze a estrutura militar. Os japoneses

<sup>54</sup> Id., *ibid.*, 94; Kishi Koichi e Nishijima Shigetada em J. C. Lebra (org. 1975) 136-138. Todavia, Maruyama Shizuo em id., *ibid.*, 173 considerou que aquela mobilização de massas caracterizara a actuação das autoridades nipónicas em todos os antigos territórios colonizados.

<sup>55</sup> Th. Friend (1988) 91; Kishi Koichi e Nishijima Shigetada em J. C. Lebra (org. 1975) 138. Em sentido oposto, B. R. O'G. Anderson (1966) *passim* sustentou que a elite burocrática nativa usada pelos colonialistas holandeses revelara um enorme poder de adaptação, continuando a constituir a camada dominante durante a ocupação nipónica e conseguindo manter ou mesmo reforçar os seus privilégios depois da independência. Segundo este autor, os problemas decorrentes da necessidade de governar as Índias Orientais teriam levado à existência de um elevado grau de continuidade entre a colonização holandesa e a ocupação japonesa.

<sup>56</sup> Th. Friend (1988) 95; «Java», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 637; J. C. Lebra (org. 1975) 137; S. Rose (1974) 2263.

<sup>57</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 28-29; Th. Friend (1988) 162 e segs.

permitiram mais este passo na preparação da autonomia das ilhas, e nos últimos meses de 1943 instrutores nipónicos organizaram um exército de voluntários, os Peta, munidos de armas de fogo, que no final da guerra somariam cerca de trinta e oito mil soldados e oficiais, aos quais se acrescentavam vinte e cinco mil auxiliares e cinquenta mil membros de organizações defensivas armados de maneira rudimentar<sup>58</sup>. Nos primeiros dias de 1945 os jovens muçulmanos foram igualmente reunidos em grupos de defesa<sup>59</sup>. Entretanto, o corpo civil destinado a ajudar a polícia ultrapassava um milhão de membros<sup>60</sup>. A estrutura foi tão eficaz que poucos anos depois os Peta constituíram o núcleo do exército republicano na luta contra o colonialismo holandês<sup>61</sup>.

É certo que nem todos os partidários da independência se inseriram nas novas instituições. Os comunistas prosseguiram contra o fascismo nipónico a mesma resistência com que se haviam antes oposto ao colonialismo holandês, mas as suas acções foram pouco significativas<sup>62</sup>. E alguns nacionalistas, orientados por Sutan Sjahrir, abstiveram-se de colaborar com os japoneses e distanciaram-se da vida pública, embora talvez Sjahrir se tivesse mantido discretamente em contacto com Hatta<sup>63</sup>. Todavia, foram as organizações surgidas graças à colaboração com o ocupante que se situaram no centro dos acontecimentos. O primeiro-ministro nipónico não mencionara a Indonésia quando prometera a independência à Birmânia e às Filipinas, em Janeiro de 1943, e a Conferência Imperial reunida no final de Maio desse ano decidira conservar as Índias Orientais como território nipónico, embora permitindo que os nativos participassem nas questões administrativas<sup>64</sup>. Em Novembro, Sukarno deslocou-se a Tóquio para implorar a independência do seu país, mas com tão poucos resultados que em Março do ano seguinte o Centro do Poder Popular foi dissolvido e substituído pela Associação da Lealdade Popular, um organismo muitíssimo vasto e ainda mais estreitamente subordinado às necessidades do ocupante. Além dos indonésios, a nova Associação incluiu representantes das comunidades de origem chinesa e árabe e absorveu todas as associações de carácter social e profissional, duplicando de facto as administrações provinciais e locais e assumindo funções de controle social, policiamento, assistência económica

<sup>58</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 36 n. 20; Th. Friend (1988) 97-98, 170-171; «Java», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 637; F. C. Jones (1954) 378.

<sup>59</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 36 n. 20; Th. Friend (1988) 97.

<sup>60</sup> Th. Friend (1988) 94.

<sup>61</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 26; Th. Friend (1988) 169.

<sup>62</sup> Th. Friend (1988) 175 e segs.; F. C. Jones (1954) 375.

<sup>63</sup> Th. Friend (1988) 83; F. C. Jones (1954) 375; J. C. Lebra (org. 1975) 139; S. Rose (1974) 2263. Todavia, segundo Theodore Friend, *op. cit.*, 82-83 n. 21, a versão que pretende que Sukarno e Hatta, enquanto colaboravam com os japoneses, se mantinham em contacto com Sjahrir, o qual organizaria a resistência clandestina, consoante uma divisão de tarefas combinada entre eles, destinara-se a atenuar as responsabilidades da facção colaboracionista e a fazer crer que todos os nacionalistas haviam estado unidos. Tratou-se de uma versão típica do pós-guerra, concluiu Friend.

<sup>64</sup> Th. Friend (1988) 105-106; F. C. Jones (1954) 376.

e propaganda<sup>65</sup>. Porém, em Setembro de 1944 o novo primeiro-ministro japonês anunciou a intenção de preparar as Índias Orientais para a autodeterminação, num futuro ainda incerto<sup>66</sup>, e em Março de 1945 foi estabelecido por iniciativa da administração militar ocupante um Departamento de Estudos para a Preparação da Independência da Indonésia, que haveria de completar em Julho a redacção de um projecto de constituição<sup>67</sup>. Foi neste contexto, no primeiro dia de Junho, que Sukarno proferiu aquele que seria o mais famoso de tantos discursos célebres, em que definiu os princípios básicos do novo Estado, cartilha que se manteve inalterada.

Reparemos nas datas. Ninguém, em Tóquio, em Djakarta ou em qualquer outro lugar, ignorava então a iminente derrota nipónica. E se o fascismo podia prosseguir as iniciativas descolonizadoras, isto devia-se ao respeito que por ele manifestavam os dirigentes independentistas. Nas vésperas da capitulação japonesa, em 9 de Agosto de 1945, precisamente no dia em que era lançada sobre Nagasaki a segunda bomba atómica, quando a Esfera da Co-Prosperidade explodia em radiações, por entre as ruínas e o caos, Sukarno e Hatta foram transportados para Saigão, a tempo de receberem pessoalmente de um parente do imperador, o marechal conde Terauchi Hisaichi, comandante supremo das forças japonesas no sudeste asiático, o decreto imperial que prometia a independência de Java para o dia 7 de Setembro, seguida pela independência de Sumatra e das ilhas da periferia<sup>68</sup>. Faltava só o derradeiro acto, a proclamação solene. Mas a população dava mostras de não querer esperar e os jovens mais impacientes apoderaram-se fisicamente de Sukarno e de Hatta, persuadindo-os — como não! — a proclamarem eles próprios a independência e darem o epílogo a um processo que ocorrera inteiramente no quadro do fascismo japonês<sup>69</sup>.

Quando, nos anos seguintes, a República da Indonésia prosseguiu a guerra contra uma Holanda que não se apercebera ainda das novas circunstâncias, estava na realidade a defender contra as leis coloniais de uma democracia europeia a nova legalidade da autodeterminação que

<sup>65</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 18, 33 n. 13; Th. Friend (1988) 97; «Java», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 637; F. C. Jones (1954) 378.

<sup>66</sup> Th. Friend (1988) 107; F. C. Jones (1954) 379.

<sup>67</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 37-38 n. 28; Th. Friend (1988) 109, 114.

<sup>68</sup> Th. Friend (1988) 65, 114-115; F. C. Jones (1954) 380-381. Ainda com a patente de general, Terauchi Hisaichi fora nomeado ministro da Guerra a seguir à supressão da revolta de Fevereiro de 1936, o que o situa entre as figuras eminentes da facção Controle. Ver a este respeito R. Storry (1957) 192. No entanto, id. (1990) 219 pretendeu que o marechal Terauchi era indiferente ao movimento de emancipação colonial e deduziu, a partir daí, que a estratégia de concessão de independências prosseguida pelo Japão na Esfera da Co-Prosperidade teria sido uma mera demagogia. Os factos provam abundantemente o contrário e este episódio revela que Terauchi participou nessa política. Aliás, nas suas Memórias Ba Maw recordou que Terauchi era sensível ao ponto de vista dos demais povos asiáticos e se interessava pelo seu destino. Ver Ba (1968) 308-309.

<sup>69</sup> B. R. O'G. Anderson (1966) 38 n. 28 cont.; Th. Friend (1988) 118-120; «Java» e «Sukarno, Achmad», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 637, 1091; F. C. Jones (1954) 381-382.

fora promovida na Esfera da Co-Prosperidade por um fascismo asiático. Até em algumas formas de organização social que adoptaram para o seu país os dirigentes indonésios se inspiraram na acção prosseguida pelos ocupantes japoneses. Seria bom que não perdêssemos de vista estes factos ao recordarmos o papel desempenhado mais tarde por Sukarno entre os governantes do «terceiro mundo» e as suas estreitíssimas ligações ao campo comunista. A Conferência de Bandung, em que quase três dezenas de Estados africanos e asiáticos condenaram o colonialismo e a discriminação racial e onde se formou o bloco dos países afro-asiáticos, deveu-se em grande parte à iniciativa de Sukarno. E Ba Maw, que levara a Birmânia à independência sob a tutela japonesa, concluiu nas suas Memórias que sem a experiência prévia da Esfera da Co-Prosperidade a Conferência de Bandung teria sido impossível<sup>70</sup>.

### **3. Timor português: A sociedade colonial dividiu-se entre os colonos que apoiaram os invasores democráticos e os nativos que saudaram como libertadores os novos ocupantes fascistas**

Encravada nas Índias Orientais holandesas, na periferia meridional da área de influência nipónica e a curta distância da Austrália, a pequena colónia portuguesa de Timor foi atravessada pela guerra, apesar da neutralidade em que se conservou o país colonizador. Em Dezembro de 1941, depois de terem apresentado um ultimato ao governador português, que se constituiu prisioneiro, entraram em Timor forças militares holandesas e australianas<sup>71</sup>, originando uma crise nas relações anglo-portuguesas que o embaixador britânico em Lisboa considerou como a mais grave desde o Ultimato de 1890<sup>72</sup>. Pouco mais tarde, em Fevereiro de 1942, desembarcou em Timor o exército japonês<sup>73</sup>, que desalojou das suas posições os invasores precedentes e os reduziu durante algum tempo a acções de guerrilha, expulsando-os finalmente do território<sup>74</sup>. Peripécia insignificante no conflito mundial, a ocupação múltipla da metade portuguesa da ilha teve, no entanto, o interesse de evidenciar a repartição daquela sociedade colonial entre as potências que se digladiavam.

A influência japonesa no Timor português iniciara-se em 1936 através de uma companhia

<sup>70</sup> Ba (1968) 339.

<sup>71</sup> A. O. Liberato [s. d.] 34 e segs.; F. Nogueira [1977-1985] III 364; P. A. Oliveira (2000) 215.

<sup>72</sup> P. A. Oliveira (2000) 214.

<sup>73</sup> A. O. Liberato [s. d.] 51 e segs.; F. Nogueira [1977-1985] III 375; P. A. Oliveira (2000) 216.

<sup>74</sup> A. O. Liberato [s. d.] 30, 61, 66-68.

constituída parcialmente com capitais nipónicos e que, apesar de se denominar «sociedade agrícola», visava também a obtenção de uma autorização para levar a cabo prospecções petrolíferas<sup>75</sup>. Seis anos mais tarde os invasores japoneses libertaram os presos da cadeia da capital<sup>76</sup> e a forçada inoperância das autoridades portuguesas facilitou a difusão de uma vaga de revoltas. Além de todos os motivos de agravo que os povos colonizados sempre têm para com as administrações enviadas pela metrópole, os timorenses haviam padecido poucos anos atrás sob a demência de um governador que empregara o trabalho escravo de dezenas de leprosos, estimulados pelo chicote do capataz, para construírem uma estrada que não levava a parte nenhuma<sup>77</sup>. Não escasseavam os rancores acumulados, e as populações começaram por pilhar residências de colonos e assaltar e destruir arquivos da administração. A sublevação alastrou, apoiada e enquadrada pelos novos ocupantes, que prometeram a autonomia e o fim do imposto colonial, e armaram destacamentos autóctones destinados a ajudá-los nas operações militares<sup>78</sup>. As tropas portuguesas procuraram, é certo, reprimir as manifestações de descontentamento, mas na maior parte dos casos estavam condenadas à impotência, por um lado porque o estatuto de neutralidade não lhes permitia entrar em conflito com os japoneses, que apoiavam os insurrectos, e acima de tudo porque a inferioridade flagrante das suas armas lhes impunha a prudência<sup>79</sup>. «[...] a nossa melindrosa situação e as reduzidas forças de que dispunha não me permitiam usar meios violentos», recordou nas suas Memórias um oficial do exército português. «As retaliações ficariam para mais tarde, quando o nosso território deixasse de ser teatro de operações de guerra entre tropas estrangeiras»<sup>80</sup>. Mas a repressão, quando pôde ser empregue, como sucedeu em Maubisse, também não trouxe os resultados esperados. «Sequiosos de vingança», escreveu aquele oficial, «fomos longe demais nas represálias. [...] Os exageros levaram a massa indígena, contaminada pela propaganda nipónica, a reagir em face do que julgou perseguição e não justiça»<sup>81</sup>. A intervenção anticolonialista dos japoneses deixava sem efeito os recursos clássicos da administração portuguesa.

Sem esperança de encontrarem socorro à sombra da bandeira do seu país, os colonos procuraram proteger-se da fúria dos autóctones colaborando activamente com as guerrilhas australianas e holandesas<sup>82</sup>. «Desde o desembarque dos australianos», narrou o referido oficial

<sup>75</sup> Id., *ibid.*, 17; F. Nogueira [1977-1985] III 242-243, 245, 253.

<sup>76</sup> A. O. Liberato [s. d.] 58.

<sup>77</sup> P. Braga [s. d.] 20-21.

<sup>78</sup> A. O. Liberato [s. d.] 58-59, 78-81, 86 e segs., 209 e segs.

<sup>79</sup> Id., *ibid.*, 86 e segs., 109 e segs.

<sup>80</sup> Id., *ibid.*, 116.

<sup>81</sup> Id., *ibid.*, 222.

<sup>82</sup> Id., *ibid.*, 74-75, 184-185, 188.

português, testemunha de todos estes sucessos, «que entre a população branca se notava a existência de dois grupos de tendências opostas quanto à atitude a tomar perante os acontecimentos e cujas divergências mais se acentuaram depois da ocupação nipónica. O primeiro grupo, reduzido em número, mas englobando talvez os melhores valores do funcionalismo civil e militar, com alguns particulares e deportados, cumprindo as ordens da autoridade superior da colónia, [...] mantinha uma atitude de absoluta neutralidade, sem convivência ou familiaridade com as tropas estrangeiras [...] O outro, mais numeroso, mais tarde engrossado ainda pelos pusilânimes, [...] compreendia todos os que, [...] esperanças numa fuga para a Austrália, que aliás lhes fora prometida, [...] se lançaram abertamente numa colaboração activa com estes beligerantes [...]»<sup>83</sup>. Chegou-se ao ponto de muitos colonos sabotarem as diminutas operações a que o exército português se podia permitir e além disso lhe roubarem armas e munições, que entregavam aos guerrilheiros australianos e holandeses<sup>84</sup>. Compreende-se que quando estes abandonaram a ilha, em finais de 1942, boa parte dos colonos portugueses os tivesse acompanhado até à Austrália<sup>85</sup>. Os que ficaram foram internados pelas autoridades nipónicas numa área de concentração<sup>86</sup>.

A presença portuguesa reconstituiu-se em Timor após o final da guerra e por mais trinta anos. Mas enquanto durara o conflito a administração enviada pela metrópole ficara esvaziada de conteúdo e a sociedade colonial cindira-se a meio: as populações em revolta, apoiadas pelo fascismo japonês; os colonos em pânico, escudando-se com as tropas australianas e holandesas.

#### **4. Filipinas: Enquanto o fascismo se repartiu**

**entre o conservadorismo e o radicalismo, a oligarquia manteve a coesão,  
apesar de indecisa entre a democracia e o fascismo**

Os Estados Unidos haviam encetado nas Filipinas um processo gradual de concessão da autonomia, criando em 1935 a Philippine Commonwealth, onde mantinham o controle da defesa e das relações exteriores e tutelavam a política interna. O governo do Partido Nacionalista, sustentado sobretudo pelos grandes proprietários fundiários e favorável aos norte-americanos, deparava com a contestação das organizações de esquerda e com uma agitação crescente entre os camponeses, o que trouxe uma nova complexidade à situação. Embora a oligarquia nativa benefi-

<sup>83</sup> Id., *ibid.*, 69-70.

<sup>84</sup> Id., *ibid.*, 187, 200-204.

<sup>85</sup> Id., *ibid.*, 188-189, 204-205, 238-240.

<sup>86</sup> Id., *ibid.*, 189 e segs., 231 e segs.



ciasse do apoio dos colonizadores para consolidar os seus privilégios, numerosos elementos das classes dominantes viam no regime nipónico o invejável exemplo de um sistema autoritário e hierarquizado que conseguira modernizar a economia sem provocar convulsões sociais. Ao mesmo tempo, porém, algumas sociedades secretas japonesas partidárias do nacionalismo radical ajudaram Benigno Ramos a organizar o Sakdal, um movimento que defendia também a instauração de um regime fascista, mas agia entre as camadas desfavorecidas e mobilizava sobretudo pequenos agricultores que cultivavam terras alugadas. Reivindicando a redução dos impostos e a redistribuição da propriedade fundiária, incluindo as explorações da Igreja católica, o Sakdal conseguiu três lugares no parlamento nas eleições de 1934, e no ano seguinte, quando se faziam sentir no país algumas das piores consequências da crise económica mundial, Benigno Ramos lançou os seus seguidores numa revolta. A repressão foi rápida e sangrenta, e Ramos fugiu para Tóquio, mas o governo japonês cedeu às pressões norte-americanas e extraditou-o, entregando-o à prisão<sup>87</sup>. Esta hesitação da oligarquia entre o modelo democrático e o modelo fascista e a repartição do fascismo entre o campo conservador e o radical condicionaram em traços largos a situação do país durante a guerra.

No final de 1941 as tropas japonesas invadiram o arquipélago e em Maio do ano seguinte levaram à rendição as últimas forças norte-americanas, precipitando a independência do país. O movimento de autodeterminação dividiu-se então entre uma corrente favorável à antiga potência colonizadora, que já havia prometido a independência e cujo vigor económico atraía amplos sectores da sociedade autóctone, e outra corrente que contava com os novos ocupantes para instaurar um regime autoritário. Mas esta cisão não correspondeu inteiramente à clivagem política anterior. Por um lado, o chefe da secção filipina da Falange Española acompanhou na fuga as autoridades norte-americanas e integrou em Washington o governo no exílio, e também outros membros da elite tradicional que haviam apoiado Franco durante a guerra civil se revelaram renitentes ao militarismo nipónico, temendo pela hegemonia do catolicismo e pelos privilégios herdados da colonização espanhola<sup>88</sup>. Como que para compensar o paradoxo de uma corrente do fascismo ter optado pelo campo dos Aliados, uma parte muitíssimo substancial da velha oligarquia pró-americana descobriu subitamente que os seus interesses dependiam da protecção japonesa e passou a favorecer os novos ocupantes, embora olhasse desconfiada e inquieta alguns dos seus companheiros de percurso, chefes de fila de um fascismo radical com propensões sociais.

<sup>87</sup> D. J. Steinberg (1967) 23-24.

<sup>88</sup> Th. Friend (1988) 99-100. Todavia, D. J. Steinberg (1967) 23 identificou a oligarquia favorável a Franco com aquela que apoiava o militarismo nipónico.

As forças armadas nipónicas beneficiaram da colaboração de uma Comissão Executiva, igualmente possuidora de poderes legislativos. Sediada em Manila, a Comissão era presidida por Jorge Vargas, que enquanto secretário executivo do presidente Manuel Quezón havia sido um dos membros mais influentes do governo da Commonwealth, exercera o cargo de primeiro-ministro no gabinete de guerra formado nas vésperas da derrota norte-americana e tinha sido nomeado presidente da Câmara quando a capital fora proclamada cidade aberta<sup>89</sup>. Ao escolhê-lo agora para chefiar o governo os japoneses asseguravam a continuidade legal e deixavam claro o seu empenho em obter o apoio do meio político tradicional<sup>90</sup>. A oligarquia correspondeu ao convite, optando massivamente pela colaboração<sup>91</sup>. «Os políticos filipinos haviam colaborado com os seus governantes americanos durante cinquenta anos», recordou com candura um historiador. «Seria surpreendente que muitos estivessem preparados para colaborar com os seus governantes japoneses durante dois anos ou três?»<sup>92</sup>. Vargas conseguiu que a maior parte dos membros do governo da extinta Commonwealth cooperasse com a Comissão Executiva e a mesma atitude foi tomada pelas administrações locais<sup>93</sup>. Dos cinquenta e quatro governadores de distrito e presidentes de câmaras decorrentes da Comissão Executiva, dezanove, ou seja, 35%, haviam sido membros do parlamento sob a Commonwealth<sup>94</sup>. Dissolvidos os partidos políticos, ao promoverem no final de 1942 a formação de um partido único os japoneses procuraram figuras que não inquietassem a oligarquia. Benigno Aquino, que fora um dos principais dirigentes do Partido Nacionalista e era um dos melhores representantes da elite tradicional, foi nomeado vice-presidente e director-geral da nova organização, tornando-se uma das primeiras personalidades do regime<sup>95</sup>, e no seu esforço de assegurar uma continuidade conservadora os militares nipónicos tiveram o cuidado suplementar de conceder a presidência formal do partido a Vargas<sup>96</sup>. Até o clero católico se inclinou para o lado nipónico e o Vaticano aceitou em retirar a autoridade diocesana aos bispos de nacionalidade norte-americana e em atribuí-la a um bispo filipino e outro japonês<sup>97</sup>.

O mesmo espírito conciliatório orientou a proclamação, em Outubro de 1943, da República Filipina Independente. Mais de metade dos senadores e mais de um terço dos membros da Câma-

<sup>89</sup> H. W. Brands, «Philippines», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 878; M. E. Buenafe (1950) 69, 74, 136; Th. Friend (1988) 86; D. J. Steinberg (1967) 27, 35, 37.

<sup>90</sup> D. J. Steinberg (1967) 35, 50-51, 60.

<sup>91</sup> W. M. Ball (1956) 106; Th. Friend (1988) 179-180; D. Steinberg (1966) 68; id. (1967) 36-37.

<sup>92</sup> W. M. Ball (1956) 107.

<sup>93</sup> M. E. Buenafe (1950) 134-135; D. J. Steinberg (1967) 60.

<sup>94</sup> D. J. Steinberg (1967) 83.

<sup>95</sup> M. E. Buenafe (1950) 139; Th. Friend (1988) 88; D. J. Steinberg (1967) 62.

<sup>96</sup> F. C. Jones (1954) 361; D. J. Steinberg (1967) 62.

<sup>97</sup> D. J. Steinberg (1967) 52-53.

ra dos Representantes da antiga Philippine Commonwealth integraram-se no novo Estado<sup>98</sup>. Praticamente todos os vinte membros da Comissão Preparatória da Independência das Filipinas, instalada pelas autoridades nipónicas, tinham exercido funções de destaque nos governos da época precedente; e na assembleia de cento e oito membros que ratificou a constituição promulgada em Setembro de 1943, dos cinquenta e quatro participantes nomeados pelo partido único fascista, 60% haviam ocupado lugares proeminentes sob a tutela dos Estados Unidos, contando-se nove antigos senadores, dezoito antigos membros do Congresso e seis antigos governadores<sup>99</sup>. Para confirmar a ausência de ruptura, o presidente escolhido sob os japoneses, José Laurel, responsável pelo Interior na extinta Comissão Executiva, detivera cargos governamentais e parlamentares relevantes, embora já então fosse um crítico acerbo da política prosseguida pelos colonizadores e se tivesse contado entre os elementos mais activos dos grupos de pressão favoráveis aos interesses de Tóquio. Laurel era decerto um homem fora do comum, porque não é fácil começar a vida, aos dezoito anos, sendo incriminado por deixar malferido à navalhada um rival nos amores de uma senhora e chegar, apesar disto, a presidente em exercício do Supremo Tribunal, mas os traços pitorescos que lhe caracterizaram a personalidade não fizeram com que a sua política se destacasse da habitual mediania<sup>100</sup>.

As teias do clientelismo eram tão sólidas nas Filipinas que mesmo as convulsões mais drásticas não fraccionaram a classe dominante. Se recordarmos que sob a ocupação norte-americana o processo de independência estava a atravessar a fase final, o que levou a promessa de independência anunciada pelo primeiro-ministro japonês em Janeiro de 1942 a ter aqui um significado muito mais modesto do que nos outros territórios coloniais do sudeste asiático, concluímos que a transferência de lealdades de uma porção tão considerável da classe dominante autóctone se deveu à sua coesão, não se explicando por nenhum desejo de alcançar a autonomia. Os japoneses não precisavam de remodelar as estruturas sociais nem de minar a hegemonia política da elite nativa e promover uma nova elite nacionalista para suscitar nas Filipinas um movimento antiocidental, porque a própria oligarquia encabeçava um processo inelutável de independência. Isto explica que, de todos os territórios incluídos na Esfera da Co-Prosperidade, tivessem sido as Filipinas a experimentar a mais elevada continuidade social e a manter uma maior distância relativamente ao esforço de guerra nipónico. O trabalho forçado não atingiu aqui a extensão que o

<sup>98</sup> H. W. Brands, «Philippines», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 878.

<sup>99</sup> D. J. Steinberg (1967) 83.

<sup>100</sup> M. E. Buenafe (1950) 209-210, 213-214; Th. Friend (1988) 86-87, 89; D. J. Steinberg (1967) 23, 64-65, 74, 76-80.

caracterizou noutros lugares<sup>101</sup> e o presidente Laurel mostrou-se relutante em declarar formalmente guerra aos Estados Unidos, recusando-se a decretar o recrutamento obrigatório<sup>102</sup>.

Ao atribuírem sistematicamente os lugares decisivos do aparelho político a representantes da oligarquia conservadora, os japoneses deixaram em plano secundário figuras que, embora fossem célebres e expressassem desde há muito a sua admiração pelo fascismo nipónico, pareciam demasiado radicais para o gosto dominante<sup>103</sup>. Até um personagem mítico do nacionalismo, o general Emilio Aguinaldo, que havia encabeçado a luta contra os colonizadores espanhóis e depois contra os norte-americanos e simpatizava francamente com os militaristas de Tóquio, foi convidado apenas para um lugar decorativo no Conselho de Estado e a sua adesão ao novo regime teve efeitos sobretudo propagandísticos<sup>104</sup>. Com o mesmo intuito receberam também lugares no Conselho de Estado Pio Durán, entusiasta incondicional do regime japonês, e Artemio Ricarte, outro célebre general das campanhas da independência<sup>105</sup>. E apesar de uma facção radical do exército ocupante se ter esforçado por promover estas personalidades a mais altos destinos, acabou por prevalecer a orientação favorável ao consenso com a oligarquia<sup>106</sup>. Mesmo quando a situação militar japonesa no arquipélago se tornara desesperada e era possível prever que aqueles que haviam abandonado o campo dos Estados Unidos para defender os seus interesses voltassem agora, e por igual motivo, a apoiar os seus patronos de ontem, as autoridades nipónicas hesitaram em promover os fascistas radicais e impediram que Benigno Ramos ensaiasse um golpe de Estado contra Laurel e a elite conservadora. Afinal, Ramos e alguns dos seus antigos seguidores do Sakdal conseguiram apenas formar umas milícias de voluntários, com a colaboração mais ou menos relutante de Artemio Ricarte, que muito gostaria de ter sido autorizado pelos japoneses a criar um exército próprio. Mas era demasiado tarde para que essas milícias pudessem ter qualquer participação efectiva nos combates e limitaram-se a recuar ao lado das tropas nipónicas, deixando Ramos e Ricarte mortos nas montanhas<sup>107</sup>.

As autoridades militares japonesas não se limitaram, todavia, a zelar pelos interesses constituídos e operaram uma profunda transformação no sistema político. Por iniciativa nipónica, as redes de clientelas que haviam assegurado a estabilidade social da oligarquia forneceram o modelo para um conjunto de organizações destinadas a enquadrar as massas populares e a

<sup>101</sup> Th. Friend (1988) 167-168.

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, 123-125, 128-130, 171.

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, 173, 209; D. J. Steinberg (1967) 60.

<sup>104</sup> Th. Friend (1988) 127; F. C. Jones (1954) 359; D. J. Steinberg (1967) 40, 50, 60.

<sup>105</sup> D. J. Steinberg (1967) 23, 50, 60, 63-64.

<sup>106</sup> Th. Friend (1988) 88.

<sup>107</sup> Id., *ibid.*, 130, 171-174.

mobilizá-las. Numa certa perspectiva, as Associações de Distrito e de Bairro, criadas em Agosto de 1942 e que chegaram a incluir mais de um milhão e meio de pessoas<sup>108</sup>, podem ser vistas como uma actualização do regime tradicional de clientelismo e caciquismo. Mas as Associações obedeciam também ao modelo fascista, tal como era aplicado no Japão, assumindo funções de controle social e económico e de mobilização política e ideológica que iam muito além do que a oligarquia necessitava ou mesmo do que pretendia. E assim as estruturas de uma democracia elitista serviram para edificar um totalitarismo conservador. Uma vez mais, este processo assegurou a coesão da classe dominante, porque os fascistas radicais, que se viram frustrados nos seus intuitos de remodelação social, obtiveram uma compensação participando em certas hierarquias políticas das instituições autoritárias.

Curiosamente, enquanto a coesão social foi mantida e reforçada no âmbito da Esfera da Co-Prosperidade, sob a égide dos Aliados acabaram por se operar clivagens profundas. De início, e reproduzindo o que desde Junho de 1941 se passava em todo o mundo, a esquerda filipina aliou-se à direita democrática em nome de uma frente comum contra o fascismo<sup>109</sup>. E é certo que apesar de muitos membros do Partido Nacionalista, ou mesmo a sua maioria, terem colaborado com as autoridades japonesas, outros, e alguns dos mais proeminentes, acompanharam na fuga as tropas dos Estados Unidos ou foram até dirigir movimentos de resistência, fomentando guerrilhas antinipónicas, por vezes comandadas por oficiais norte-americanos<sup>110</sup>. Mas que apoio conseguiriam obter entre os camponeses — menos movidos por pretextos ideológicos do que por interesses reais e imediatos — os representantes de um partido que sempre defendera os latifundiários? Foi o Hukbalahap, inspirado nas revoltas rurais ocorridas antes da guerra e incluindo no mesmo ódio os senhores da terra e as tropas japonesas, que se converteu numa guerrilha com sucesso, chegando a controlar as províncias centrais de Luzon, a maior ilha do arquipélago, onde prosseguiu uma reforma agrária e destruiu sistematicamente as estruturas sociais tradicionais<sup>111</sup>. Qual das grandes opções políticas poderia ser reivindicada por este movimento, numa época em que o comunismo ortodoxo dava o seu aval ao conservadorismo democrático e em que Benigno Ramos, o fascista radical que havia dirigido o levantamento camponês de 1935, estava impedido pelos seus patronos japoneses de contestar as instituições do fascismo conservador?

Mal as tropas norte-americanas regressaram ao arquipélago, o comandante-chefe abriu

<sup>108</sup> M. E. Buenafe (1950) 181-182; Th. Friend (1988) 101; D. J. Steinberg (1967) 61.

<sup>109</sup> D. J. Steinberg (1967) 25.

<sup>110</sup> F. C. Jones (1954) 359.

<sup>111</sup> W. M. Ball (1956) 102-103; D. Steinberg (1966) 75; id. (1967) 93.

os braços a uma boa parte da oligarquia que tinha colaborado com o fascismo<sup>112</sup>. Na campanha eleitoral que se seguiu à derrota japonesa um dos candidatos havia passado a guerra em Washington, onde sustentara fielmente as posições dos Aliados, e em meados de 1944 assumira a chefia do governo no exílio. Todavia, ao defender o expurgo dos colaboracionistas esta candidatura viu-se alvo dos ataques da elite, extensamente comprometida com os ocupantes japoneses, e passou a depender da simpatia do Hukbalahap, que graças às recentes clivagens da Guerra Fria podia situar-se na extrema-esquerda<sup>113</sup>. E assim, paradoxalmente, as autoridades norte-americanas hostilizaram o candidato antifascista e fizeram tudo para favorecer o seu rival, Manuel Roxas y Acuña, que os japoneses haviam convidado em 1943 para presidir à República Independente. É certo que Roxas se escusara e preferira colaborar num plano mais discreto, enquanto mantinha ligações com os serviços de espionagem norte-americanos, mas agora ele anunciava como eixo do seu programa a amnistia e a reconciliação de todas as grandes famílias da classe dominante, para onde quer que lhes houvessem pendido as simpatias durante a guerra<sup>114</sup>. Apesar de assegurada pelo apoio norte-americano, a vitória de Roxas foi obtida por uma pequena margem, mas o essencial estava conseguido. Contra as ameaças de transformação social representadas por um candidato que pretendia dar expressão também ao antifascismo de esquerda, prevalecera o conservadorismo, representado pela conciliação da oligarquia democrática com a oligarquia fascista.

Em Julho de 1946, dois meses e meio após a realização das eleições presidenciais, foi mais uma vez proclamada a independência das Filipinas. Desde que funcione com eficácia, o Estado é um grande aglutinador das classes dominantes. A independência concedida pelo fascismo japonês fundiu-se tão estreitamente com a independência concedida pela democracia norte-americana que jamais qualquer destas correntes eliminou a outra e em Janeiro de 1948 o presidente Roxas amnistiou todos os colaboracionistas<sup>115</sup>. Nos anos conturbados em que tantos expurgos e sucessivas liquidações do pessoal político ocorreram num grande número de países, nas

<sup>112</sup> W. M. Ball (1956) 107; H. W. Brands, «Philippines», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 879; Th. Friend (1988) 243-244; D. Steinberg (1966) 72; id. (1967) 115.

<sup>113</sup> M. E. Buenafe (1950) 238, 274, 277, 283-284; D. Steinberg (1966) 75; id. (1967) 130-131. Observou W. M. Ball (1956) 108 que «a verdadeira razão que levou a esquerda a atacar os colaboracionistas não foi a de terem agido contra os interesses americanos durante a guerra mas a de terem agido contra os interesses das massas filipinas durante toda a vida».

<sup>114</sup> H. W. Brands, «Philippines», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 879; M. E. Buenafe (1950) 179, 229; Th. Friend (1988) 88, 244; D. Steinberg (1966) 72, 76, 77, 83 n. 38; id. (1967) 73-74, 143, 161, 164. Theodore Friend, op. cit., 199 escreveu que Manuel Roxas «entrou em contacto com um grupo de espionagem de Manila, que enviava para o quartel-general de MacArthur informações sobre os movimentos do exército japonês, da marinha e da aviação», mas Manuel Buenafe, op. cit., 179, um apologista de Roxas, promoveu-o a «chefe espiritual» das guerrilhas.

<sup>115</sup> W. M. Ball (1956) 106.

Filipinas o poder limitou-se a circular entre primos, cunhados e compadres. O facto de o ex-presidente Laurel, nas eleições ocorridas em 1949, ter sido derrotado apenas por uma estreita margem confirma a importância da antiga corrente colaboracionista, que não podia ser excluída das novas instituições. Aliás, Laurel continuou a ocupar cargos relevantes até se retirar da actividade em 1957. Duas legalidades do processo de descolonização, antagónicas durante a guerra, haviam-se convertido numa legalidade única, consagrada pelo exercício efectivo da autoridade.

Esta tela de relações continuou em boa medida a sustentar a vida política do país. Ferdinand Marcos, o presidente deposto em Fevereiro de 1986, reclamava-se, parece que abusivamente, de ter sido durante a guerra um dos chefes da guerrilha pró-americana. O certo é que depois serviu de assessor a Roxas, quando este ocupou a presidência, e se realmente Marcos se houvesse oposto aos japoneses, ao colaborar com Roxas mais não faria do que exemplificar a fusão das duas grandes facções independentistas. Por ordem sua caiu assassinado em 1983, como tantos outros em duas décadas de uma governação sangrenta, um dos principais animadores da oposição liberal, Benigno Aquino Júnior, cujo pai, também Benigno, fora aquele mesmo que encontramos nas funções de vice-presidente e director-geral do partido único criado por inspiração nipónica e se contara entre os mais próximos colaboradores do presidente Laurel. A viúva de Benigno Júnior, Corazón Aquino, depois da morte do marido passou a encabeçar as forças moderadas da oposição e quando assumiu a chefia do país, sucedendo ao presidente Marcos deposto e fugitivo, tinha a seu lado, como vice-presidente, Salvador Laurel, filho — não é difícil adivinhar — de José Laurel<sup>116</sup>. Em 1988 o vice-presidente demitiu-se aparatosamente e passou para a oposição, mas que importa? Era uma pequena querela entre famílias que detinham secularmente a hegemonia e haviam aproveitado a guerra mundial para consolidar o seu controle sobre os negócios do Estado. Durante toda a primeira década deste século a presidência foi ocupada por Gloria Macapagal-Arroyo, filha de Diosdado Macapagal, que após ter sido assistente do presidente Quezón durante a ocupação norte-americana havia passado a assistente do presidente Laurel durante a ocupação japonesa, servindo depois no governo do presidente Roxas e sendo eleito ele próprio presidente em 1961, um homem que consubstanciou como ninguém a profunda coesão da oligarquia. Em seguida — para quê procurar mais? — encarregou-se da presidência outro Benigno Aquino, neto daquele que havia chefiado de facto o partido único durante a ocupação nipónica e filho do assassinado em 1983. As eleições presidenciais de Maio de 2016 deram a vitória a Rodrigo Duterte, mas o segundo lugar coube a Manuel Araneta Roxas, neto — nem se esperaria outra coisa! — de Manuel Roxas, como se fosse necessário demonstrar novamente a

<sup>116</sup> *The Economist*, 19 de Setembro de 1987, pág. 54. Ver ainda F. C. Jones (1954) 361.

união e a perenidade da oligarquia filipina. Nem os conflitos entre fascismo e democracia nem a guerra conseguiram abalar uma tão sólida coesão de classe.

## 5. Indochina: O fascismo nipónico abriu o caminho aos comunistas

Na Indochina a situação complicou-se durante a guerra — ou ter-se-ia simplificado? — pelo facto de a administração ser favorável ao governo fascista de Vichy, que em Agosto de 1940 assinara com o Japão um acordo político e militar, segundo o qual o governo de Tóquio se comprometia a reconhecer a soberania francesa na colónia e a respeitar-lhe a integridade territorial, a troco de a França aceitar a primazia nipónica no Extremo Oriente<sup>117</sup>. Nessa ocasião o Japão não participava ainda na guerra mundial e o seu interesse pela Indochina devia-se às operações que prosseguia na China. Assim, foi com o consentimento francês que em Julho de 1941 as tropas japonesas estacionaram na Indochina, o que lhes permitiu manter o território sob o seu controle e apropriar-se depois da produção agrícola e industrial, embora deixando os assuntos correntes a cargo das autoridades coloniais<sup>118</sup>. Foi este o único caso em que o militarismo nipónico violou inicialmente o objectivo principal da sua estratégia, a liquidação da hegemonia europeia no Oriente<sup>119</sup>. É certo que perante os povos da Indochina a presença de um exército asiático implicava o desprestígio da administração colonial, e cresceram os levantamentos e as rebeliões, mas os militares nipónicos assistiram sem intervir à sangrenta repressão e deixaram serem condenados à morte e executados dirigentes independentistas com quem desde há muito mantinham ligações<sup>120</sup>. Em vez de procurarem auxiliar, nem que fosse discretamente, os seus associados políticos, os japoneses favoreceram e protegeram das represálias do governo colonial duas seitas religiosas antifrancesas cuja implantação se reduzia ao sul do Vietname e cuja influência social mal ultrapassava o círculo de adeptos<sup>121</sup>.

Nestas circunstâncias o Partido Comunista da Indochina, que havia recebido apoio político e militar dos seus correligionários chineses e partilhado com eles a profunda hostilidade ao regime nipónico, decidiu mudar de orientação e em vez de acirrar, como até então havia feito, os antagonismos sociais e estimular a insatisfação contra a classe dominante autóctone, passou a dar a primazia aos objectivos nacionalistas e pretendeu representar todo o país na luta contra o impe-

<sup>117</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 118; Truong (1973) 241.

<sup>118</sup> «French Indo-China», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 417-418; J. T. McAlister Jr. (1969) 110, 118.

<sup>119</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 110; Truong (1973) 238-239, 249-250.

<sup>120</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 119 e segs.; Truong (1973) 243-245, 264-265.

<sup>121</sup> Truong (1973) 252-254.



rialismo francês e contra os ocupantes japoneses<sup>122</sup>. O Viet Minh foi o instrumento organizacional da nova estratégia, dando ao Partido Comunista a possibilidade de conduzir uma frente na qual participavam outras forças políticas<sup>123</sup>. E os Aliados, neste lugar do mundo os norte-americanos, os franceses gaullistas e os nacionalistas chineses, que não estavam dispostos a desperdiçar uma base de sustentação na retaguarda das linhas japonesas, contribuíram para armar as guerrilhas do Viet Minh<sup>124</sup>.

A administração francesa procurou responder à mudança de situação através do enquadramento massivo da juventude em organizações desportivas, inspirando-se nos métodos aplicados na metrópole pelo governo de Vichy. O colonialismo, porém, estimulava sempre a fragmentação social da população nativa, e as autoridades estavam a brincar com o fogo ao dar a centenas de milhares de jovens, talvez meio milhão, uma oportunidade legal de se reunirem<sup>125</sup>. Mas os acontecimentos precipitaram-se e não permitiram que esta contradição se desenvolvesse até o seu termo natural.

Em Março de 1945, perante a derrocada iminente da Esfera da Co-Prosperidade e sabendo que as tropas francesas tencionavam inverter as alianças, os japoneses atacaram-nas, massacraram-nas, desarmaram-nas e dissolveram a administração francesa<sup>126</sup>. O profundo desânimo que se apoderara dos agentes do colonialismo avalia-se ao sabermos que cinquenta mil colonos franceses e oitenta mil militares e funcionários coloniais foram desbaratados por sessenta mil soldados nipónicos<sup>127</sup>. Dois dias depois os japoneses persuadiram Bao Dai, o imperador do Annam nomeado pela França, a repudiar os tratados assinados com a antiga potência colonial, proclamar a independência do Annam e de Tongkin e constituir um governo favorável ao Japão<sup>128</sup>. Entretanto, o exército ocupante conservou sob o seu controle directo e exclusivo o sul do Vietname, a Cochinchina, onde estava estabelecido o quartel-general para o sudeste asiático<sup>129</sup>. Mas mesmo neste momento, quando parecia que tinham acabado de liquidar o sistema colonial francês, as autoridades de Tóquio mostraram-se paradoxalmente empenhadas em lhe assegurar a continuidade e apoiaram uma organização nacionalista de direita que mobilizava apenas a elite

<sup>122</sup> «French Indo-China», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 418; F. C. Jones (1954) 393, 398; J. T. McAlister Jr. (1969) 136-137; Truong (1973) 261.

<sup>123</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 138; Truong (1973) 260.

<sup>124</sup> «French Indo-China», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 418; J. T. McAlister Jr. (1969) 160-162; Truong (1973) 260-261.

<sup>125</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 170-172; Truong (1973) 248-249, 263.

<sup>126</sup> «French Indo-China», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 418; F. C. Jones (1954) 396-397; Truong (1973) 256-257.

<sup>127</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 113-114.

<sup>128</sup> F. C. Jones (1954) 397; J. T. McAlister Jr. (1969) 166; Truong (1973) 257.

<sup>129</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 116, 166-167; Truong (1973) 257, 260.

culta, entre a qual os governadores enviados por Paris haviam tradicionalmente recrutado os quadros superiores da administração nativa<sup>130</sup>. Ao constituírem um governo de técnicos neste meio social<sup>131</sup>, os japoneses deram ao novo regime a mesma base que sustentara o anterior. Outro elemento de continuidade foi assegurado pelas associações desportivas criadas nos últimos tempos da administração francesa. O governo de Bao Dai e os seus tutores tentaram fornecer um enquadramento político àquelas centenas de milhares de jovens, e no sul do Vietname, onde mais se faziam sentir as contingências da guerra, as associações começaram a ser transformadas num corpo de voluntários armados<sup>132</sup>. Mas o colapso militar levou rapidamente os ocupantes a entregar a Bao Dai a soberania sobre a Cochinchina<sup>133</sup>; e assim, graças à iniciativa nipónica, pela primeira vez desde há quase cem anos o país encontrava-se unificado sob o seu nome histórico de Vietname e submetido a um governo autóctone. Não se tratava, a bem dizer, de um governo, mas de uma ficção vazia de conteúdo, dependente de um exército em colapso, pois os japoneses não lhe tinham permitido a formação de um Ministério da Defesa nem a convocação de forças armadas próprias<sup>134</sup>.

Foi então, no preciso momento em que se extinguia, que o militarismo nipónico mudou de rumo e facilitou aos comunistas a conquista do poder, em vez de tentar conferir um ânimo novo ao serôdio governo imperial ou restabelecer nos seus postos as forças francesas destituídas poucos meses antes. O Viet Minh dispunha de um número pouco significativo de guerrilhas, isoladas nas montanhas do norte do país, e se em 19 de Agosto de 1945 conseguiu, com mil homens armados, tomar pacificamente Hanói, perto da qual estavam estacionados trinta mil soldados japoneses, isto deveu-se sobretudo ao facto de o comando militar nipónico o ter ajudado, primeiro de maneira passiva e depois contribuindo activamente para o seu progresso e aceitando que confiscasse armamento que pertencera às tropas francesas. Aliás, os cônsules-gerais japoneses em Hanói e Saigão instruíram os seus serviços de espionagem para negociarem com o Viet Minh a criação do novo governo provisório<sup>135</sup>. Os chefes comunistas compreenderam a situação e preveniram as multidões que os vitoriavam nas ruas de Hanói de que relativamente aos japoneses «temos de agir com grande moderação e evitar todos os confrontos desnecessários, que não

<sup>130</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 116, 168-169; Truong (1973) 252, 254-255.

<sup>131</sup> Truong (1973) 257.

<sup>132</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 172, 178.

<sup>133</sup> Id., *ibid.*, 170.

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, 178; Truong (1973) 257.

<sup>135</sup> J. T. McAlister Jr. (1969) 154-155, 166, 178, 186, 190. Consultar igualmente R. Holland, «Anti-Imperialism», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 39 e F. C. Jones (1954) 398. Ocorreu algo de comparável na Coreia, onde as autoridades nipónicas, nos derradeiros dias da guerra, recorreram a Yo Un-hyong, um antigo comunista que mantinha boas relações com a extrema-esquerda. Ver W. Stueck (2010) 268.

trazem vantagens para nenhum dos lados»<sup>136</sup>. A Indochina, o único dos territórios incluídos na Esfera da Co-Prosperidade que mantivera a administração do período colonial, experimentava agora a ruptura mais drástica. Afinal o fascismo japonês voltava a mostrar que, acima de quaisquer outros interesses sociais e políticos, dava a primazia à liquidação do colonialismo ocidental.

Mais esclarecedor ainda se torna o facto de os comunistas e os seus aliados do Viet Minh não terem poupado esforços para assegurar a continuidade legal entre o seu governo e o governo constituído sob a égide nipónica. A 22 de Agosto Bao Dai decidiu convidar o Viet Minh a formar um novo governo imperial, mas antes de a mensagem ter sido entregue chegou ao palácio de Hue uma comunicação do Viet Minh reclamando a abdicação do imperador e o reconhecimento da República Democrática. Bao Dai resignou com pompa perante um delegado do Viet Minh e no final do mês, numa cerimónia em Hue, transmitiu aos representantes do novo regime a espada e o selo, símbolos imperiais do poder e da autoridade<sup>137</sup>. Só três dias depois, munido já de tão preciosas insígnias, Ho Chi Minh proclamou a independência da República Democrática do Vietname<sup>138</sup>. E os elos de continuidade reforçaram-se quando o antigo imperador fantoche foi convidado para ocupar junto ao novo governo o cargo, em grande medida fictício, de supremo conselheiro político<sup>139</sup>, que ele aliás cedo abandonou para prosseguir noutros climas, com menos preocupações, os prazeres de que era obsessivamente adepto.

## **6. Birmânia: Os independentistas situaram-se na encruzilhada do comunismo, do fascismo e da democracia**

No perímetro ocidental da Esfera da Co-Prosperidade e fazendo fronteira com a Índia, a Birmânia constituiu o ponto nevrálgico no confronto do fascismo nipónico com a democracia imperial britânica. Foi aí que a articulação entre as grandes componentes do movimento anticolonialista — o comunismo, o fascismo e a democracia — assumiu as formas mais intrincadas.

A vaga de revoltas camponesas desencadeada em 1930 fora derrotada dois anos depois, o que acarretou a falência política dos chefes nativos tradicionais. Em vez de pacificarem o território, porém, e apesar da forma sangrenta como haviam conduzido a repressão, deixando centenas

<sup>136</sup> Citação em J. T. McAlister Jr. (1969) 190.

<sup>137</sup> Id., *ibid.*, 192-193; Truong (1973) 261-262. Note-se que, enquanto John McAlister Jr. situou a abdicação a 25 de Agosto de 1945, Truong Buu Lam pretendeu que o acto ocorreu no dia 23; por seu lado, W. M. Ball (1956) 83 indicou a data de 26 de Agosto.

<sup>138</sup> Truong (1973) 262.

<sup>139</sup> «French Indo-China», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 418; J. T. McAlister Jr. (1969) 193.

de enforcados<sup>140</sup>, os britânicos forneceram involuntariamente possibilidades de acção a uma nova elite. É certo que muitos elementos das camadas profissionais mais instruídas continuavam a adoptar uma orientação moderada e defendiam a participação nas instituições legislativas coloniais, mas quanto maior era o número de autóctones com habilitações médias e superiores e quanto mais alto visavam as suas ambições tanto menos sedutoras eram as oportunidades de emprego e de estatuto social com que deparavam. E assim o esmagamento das insurreições rurais, ao mesmo tempo que desagregou certas estruturas arcaicas, entregou a mobilização dos camponeses à nova geração de militantes que nem se pudera satisfazer no âmbito da sociedade tradicional nem encontrava vias de promoção tão amplas quanto desejava nas carreiras da administração colonial, preenchidas em grande parte por funcionários oriundos da metrópole.

Fundado e dirigido por Ba Maw, um advogado que se notabilizara na defesa dos insurrectos de 1930 e 1931, o Partido Proletário apoiava-se na base social que dera corpo e voz à insatisfação violenta do campesinato mais pobre, sobretudo os monges budistas e os seus fiéis, unanimemente antibritânicos. Era notável a simpatia de que o partido gozava nos mosteiros budistas e a religião foi sem dúvida um factor muito importante para o seu enraizamento na população rural<sup>141</sup>, mas os objectivos eram agora formulados numa linguagem política moderna, reivindicando-se a independência completa do país e uma reforma agrária que entregasse a terra aos camponeses e lhes cancelasse as dívidas<sup>142</sup>. Como Ba Maw recordou nas suas Memórias, este partido procurava «reconstruir a Birmânia de baixo para cima, começando por reconstruir a aldeia birmanesa e por transformá-la, na medida do possível, numa célula cooperativa auto-suficiente sob os pontos de vista social, económico e administrativo»<sup>143</sup>.

Entretanto, e reclamando igualmente a independência nacional, um núcleo de jovens exercitados nas lutas universitárias formou outro agrupamento político, a Associação Nós os Birmanes, conhecida por Partido Thakin<sup>144</sup>. Tratava-se de uma frente muito ampla, aberta a todo o tipo de convicções nacionalistas, desde os comunistas até aos defensores da monarquia absoluta, e se pudermos acreditar nas Memórias de Ba Maw, movidas em grande medida pelo ressentimento contra os thakins, eles teriam encontrado a principal base de apoio nos desempregados e nos

<sup>140</sup> Ba (1968) 12.

<sup>141</sup> Id., *ibid.*, 11, 53, 68, 92.

<sup>142</sup> Id., *ibid.*, 298.

<sup>143</sup> Id., *ibid.*, 15.

<sup>144</sup> *Thakin* era um título respeitoso, exigido pelos europeus, e ao adoptar esta designação o partido estava a proclamar a igualdade dos nativos com os britânicos. Ver id., *ibid.*, 54, F. C. Jones (1954) 351 n. 2 e «Thakin», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 1107.

socialmente desenraizados<sup>145</sup>. Esta diversidade reflectia-se nos órgãos dirigentes do partido, onde coabitavam nacionalistas radicais como Aung San e U Nu<sup>146</sup> e comunistas como Than Tun e Soe.

Com a promulgação de uma nova constituição, que entrou em vigor em 1937, as autoridades coloniais procuraram atenuar as pressões em favor da independência e estabeleceram uma administração birmane que não dependia do vice-rei da Índia e era responsável perante um parlamento bicameral autóctone, embora o governador britânico continuasse a gozar de poderes arbitrários e os principais serviços administrativos não respeitassem as decisões do governo nativo. O primeiro chefe de governo nesta fase de maior autonomia foi Ba Maw. Mas a oposição radical encabeçada pelo Partido Thakin e pelas associações estudantis, e as terríveis lutas étnicas entre a maioria birmanesa, de religião budista, na qual se apoiava o Partido Proletário, e a minoria muçulmana, quase toda de origem indiana, levaram à queda do seu governo em Fevereiro de 1939<sup>147</sup>. Alguns meses depois, em Outubro, pondo provisoriamente de lado a recente animosidade, Ba Maw convidou os thakins e a Organização Estudantil, na qual prevaleciam os alunos da Universidade de Rangun, a aliarem-se ao seu partido para conseguirem a libertação do país. E em Setembro de 1940, quando o governo foi entregue ao chefe do fascismo independentista, U Saw, pareciam criadas as condições para introduzir alguma clareza no alinhamento político, pois na oposição situava-se a aliança de três movimentos francamente conotados com a esquerda radical.

Mas comprovar-se-ia na Birmânia que o processo de autodeterminação não deixava subsistir nenhuma demarcações firmes entre as várias tendências. É certo que tanto o Partido Proletário como o Partido Thakin representavam uma fusão do nacionalismo radical com um certo socialismo de inspiração soviética, sobre a base de uma mobilização das populações rurais ou dos deserdados urbanos. Ao mesmo tempo era perceptível em qualquer deles outra inspiração, de origem fascista, especialmente na modalidade nipónica, pois o prestígio intelectual do Japão irradiava por toda a Ásia. O Partido Proletário adoptou em Junho de 1940 uma estrutura interna hierarquizada e totalitária, reconhecendo a Ba Maw uma autoridade absoluta e atribuindo-lhe o título de Anashin, que deve traduzir-se por Ditador<sup>148</sup>. E como o organismo juvenil deste partido tinha o curioso nome de Exército das Navalhas, não será talvez ousado concluir que se tratava na prática de milícias armadas. Por seu lado, os estudantes birmaneses não escaparam ao fascínio nipónico e muitos foram inscrever-se nas universidades e institutos japoneses, trazendo de volta

<sup>145</sup> Ba (1968) 54-55, 319. Segundo M. Ph. Bradley (2010) 469, o Partido Thakin era influenciado pelo nacionalismo irlandês, pelo socialismo fabiano e pelo marxismo-leninismo.

<sup>146</sup> «U» não faz parte do nome, indicando um tratamento respeitoso.

<sup>147</sup> Ba (1968) 13, 53.

<sup>148</sup> Id., *ibid.*, 95.

o apreço pelo militarismo. Tanto na ideologia, nas palavras de ordem e nos cânticos como nas formas de organização, nas paradas e nas saudações foi reconhecida entre os thakins a influência do fascismo<sup>149</sup>, o que é interessante, porque desde meados da década de 1930 dois membros da direcção deste partido, Soe e Than Tun, haviam reunido em seu redor um pequeno grupo marxista, que pouco antes do começo da segunda guerra mundial estabeleceu contacto com o Partido Comunista da Índia<sup>150</sup>. Como se o desenho do *puzzle* não fosse já suficientemente tortuoso, o primeiro-ministro U Saw, confesso admirador do militarismo nipónico, fundara em 1938 o Partido Patriótico, que se reclamava explicitamente do fascismo, defendia as instituições do capitalismo e era coadjuvado por grupos de choque e milícias, consoante o modelo bem conhecido. Assim, o fascismo permeara todos os quadrantes do nacionalismo birmane.

E todos os caminhos convergiam em Tóquio. O primeiro-ministro U Saw mantinha desde há vários anos ligações com os meios políticos nipónicos<sup>151</sup>. Por seu lado, Ba Maw estabelecera secretamente contacto com as autoridades japonesas pelo menos em 1938, enquanto estava à frente do governo, e renovara discretamente as relações no final de 1939, quando era já a figura mais prestigiada da oposição, intensificando-as no ano seguinte; também outros dirigentes do Partido Proletário estavam em contacto com os japoneses e um deles deslocou-se ao Japão em Novembro de 1939, regressando com promessas de apoio e de auxílio financeiro na luta pela independência<sup>152</sup>. E embora alguns estudantes tivessem levantado a hipótese de procurar ajuda na China, junto ao Kuomintang ou mesmo entre os comunistas, a opção japonesa prevaleceu na jovem direcção do Partido Thakin<sup>153</sup>.

Em Agosto de 1940 Aung San e outro thakin seguiram clandestinamente para o Japão, numa viagem organizada pelos representantes diplomáticos japoneses. Receberam treino militar e doutrinação político, e passados alguns meses regressaram em segredo à Birmânia, onde recrutaram correligionários, por sua vez enviados para o Japão, trinta jovens no total, os Trinta Camaradas, célebres de então em diante na história do país, com quem as autoridades nipónicas formaram o embrião de um exército independentista<sup>154</sup>. No princípio de 1941, enquanto aprendia as artes marciais, Aung San escreveu um manifesto em que anunciou o futuro: «Queremos uma administração estatal forte, tal como existe na Alemanha e na Itália. Tem de haver uma nação, um

<sup>149</sup> Id., *ibid.*, 6, 54-56.

<sup>150</sup> Id., *ibid.*, 6.

<sup>151</sup> Id., *ibid.*, 49.

<sup>152</sup> Id., *ibid.*, 49, 62-63, 90, 106 e segs., 114.

<sup>153</sup> Id., *ibid.*, 90, 98, 110, 116-117.

<sup>154</sup> Id., *ibid.*, 103, 117 e segs., 128-130.

Estado, um partido, um chefe»<sup>155</sup>. Clareza não lhe faltava. Em Setembro de 1941 a instrução dos Trinta Camaradas estava concluída e quando as tropas nipónicas chegaram à capital da Tailândia, em Dezembro desse ano, Aung San, que as acompanhava, juntamente com os vinte e nove inseparáveis, proclamou a formação do Exército de Independência da Birmânia<sup>156</sup>.

Pouco depois os japoneses, com os seus preciosos aliados locais, ocuparam a Birmânia, mas nesta ocasião o primeiro-ministro, o fascista U Saw, estava ausente em Londres, e na viagem de regresso as autoridades britânicas prenderam-no, sob a acusação de manter contactos com o inimigo, e internaram-no até ao final da guerra, o que deixou desorganizado e inoperante o Partido Patriótico<sup>157</sup>. Um historiador pretendeu que U Saw oferecera aos britânicos a colaboração no esforço de guerra em troca da promessa de concessão de um estatuto de Dominion, o que levaria o governo de Londres, hostil à independência da Birmânia, a acusá-lo de estar em relação com os japoneses<sup>158</sup>. Se esta versão for exacta, o *chassé-croisé* torna-se mais singular ainda, com o partido fascista a oferecer apoio aos Aliados e a esquerda a oferecê-lo aos facistas.

Afastado da cena política o fascismo propriamente fascista, os invasores contavam apenas com o fascismo difundido na esquerda, e encarregaram os thakins de administrar o país. O Exército de Independência avançou a coberto das tropas nipónicas e só por mero acaso participou numa batalha e em duas ou três escaramuças, não se destinando a combater, mas a servir de base à reorganização do Estado. Como poderia fazê-lo, no entanto, se se reduzisse aos trinta comandantes? Faltavam-lhe os soldados e a bem dizer faltava-lhe quase tudo, porque os japoneses o deixavam mal municionado e mal abastecido. Ba Maw, que não estimava o extremismo dos thakins e nunca lhes perdoou o facto de terem mantido o Exército de Independência sob o seu estrito controle, pretendeu que eles não deram nenhuma preparação aos milhares de recrutas e pilhavam aquilo de que precisavam e não conseguiam obter de outro modo. Acusou-os também de lançarem o caos na administração e terem um comportamento tão nocivo que por vezes as populações locais pediam protecção aos militares japoneses contra as unidades thakins<sup>159</sup>. Mas é possível olhar estes acontecimentos de outra maneira e ver na actuação do Exército de Independência, em vez de um misto de malandragem e incompetência, a origem de transformações políticas profundas. À medida que os japoneses faziam recuar os britânicos, os thakins, além de angariarem colaboradores no meio urbano, tanto nas camadas cultas como entre

<sup>155</sup> Citado em id., *ibid.*, 127.

<sup>156</sup> Id., *ibid.*, 135, 138; «Burma Independence Army», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 178.

<sup>157</sup> Ba (1968) 52; «Saw, U», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 977.

<sup>158</sup> W. M. Ball (1956) 123.

<sup>159</sup> Ba (1968) 135, 155, 181-182.

os trabalhadores, iam também procedendo a recrutamentos massivos nas zonas rurais. Talvez mais de metade dos efectivos do seu exército fosse constituída por camponeses, e esta filiação reflectiu o novo espírito de independência nacional. Com uma base de apoio disseminada por todo o país, os thakins ampliaram o seu controle a oitenta por cento das cidades e multiplicaram os órgãos de administração local. Graças a eles a população rural, até então afastada do poder de decisão, que se restringira à elite instruída e urbana, passou a participar no aparelho administrativo, e o Exército de Independência pôs assim em causa as estruturas políticas da sociedade tradicional<sup>160</sup>.

O certo é que as autoridades militares nipónicas, ou descontentes com o radicalismo dos thakins ou inquietas com a desordem no governo autóctone, começaram a implantar um regime de duplo poder. Em Março e Abril de 1942 os japoneses restauraram o antigo sistema britânico nos órgãos administrativos centrais, deixando no entanto subsistir a todos os níveis os comités populares<sup>161</sup>. Todavia, e como sempre sucede, o duplo poder é uma pausa na competição entre modelos opostos, até que um ou outro assuma a hegemonia. Em Abril, enquanto os thakins, na apreciação de Ba Maw, intensificavam o carácter terrorista da sua administração, os comandantes japoneses lançaram tropas contra o Exército de Independência e procuraram dissolver os seus órgãos locais, prolongando-se até Junho os confrontos generalizados<sup>162</sup>. Nestas circunstâncias a actuação dos thakins padeceu de uma grande fragilidade porque, se introduziram enormes mudanças políticas, tiveram no plano económico uma atitude conservadora e não promoveram medidas de reforma agrária<sup>163</sup>. Faltando-lhes um fundamento seguro nas relações sociais de produção, as novas estruturas administrativas não conseguiriam resistir a um choque violento.

Para reforçar os órgãos centrais do novo Estado as autoridades nipónicas ampliaram a sua base de sustentação política e nos primeiros dias de Junho de 1942 convidaram Ba Maw a dirigir o Comité Provisório da Administração Civil. De novo se revelou aqui a busca de uma continuidade legal, já que fora ele o primeiro a chefiar um governo autónomo sob tutela britânica. Aliás, a maioria dos funcionários da velha administração permaneceu nos seus lugares<sup>164</sup>, o que confirma a vontade de restaurar o antigo sistema e liquidar a revolução nas hierarquias locais que fora desencadeada pelos thakins. A contra-ofensiva política e militar surtiu efeito. Em Junho Aung San teve de dar ordem aos seus homens para se afastarem completamente da actividade política e

<sup>160</sup> D. Guyot (1966) 51-52, 54 e segs.

<sup>161</sup> Ba (1968) 173.

<sup>162</sup> Id., *ibid.*, 175-176, 182, 192.

<sup>163</sup> D. Guyot (1966) 58-59.

<sup>164</sup> F. C. Jones (1954) 352.



administrativa e aceitou a dissolução do Exército de Independência<sup>165</sup>. Em compensação, continuou a comandar a nova formação, o Exército de Defesa da Birmânia, oficialmente inaugurado no final de Agosto, e que contou com conselheiros japoneses em todos os níveis da hierarquia. As várias dezenas de milhares de soldados que o antigo Exército de Independência chegara a reunir ficaram reduzidas a três batalhões de mil homens cada, embora no final da guerra o Exército de Defesa tivesse duplicado os efectivos<sup>166</sup>.

Em Agosto de 1942 o governo foi reorganizado e os japoneses instalaram a Administração Executiva Birmane, chefiada ainda por Ba Maw. Responsável perante o comandante-chefe japonês, este governo contava em todos os ministérios e departamentos com a presença de assessores japoneses que, consoante as palavras de Ba Maw, «julgavam que o seu direito de dar conselhos incluía o direito de torná-los obrigatórios»<sup>167</sup>. Uma facção das forças armadas nipónicas pretendia manter a Birmânia na situação da Coreia ou atribuir-lhe um estatuto idêntico ao do Manchukuo<sup>168</sup>, mas a conveniência de estimular o apoio da população levou a proclamar em Agosto de 1943 a independência completa do país, que já havia sido prometida em Janeiro. Foi então formada uma nova administração, também presidida por Ba Maw, enquanto Chefe de Estado, livre da interferência dos conselheiros japoneses. Aung San recebeu o cargo de ministro da Defesa, à frente dos Negócios Estrangeiros ficou U Nu, e o comunista Than Tun obteve o Ministério da Terra e da Agricultura. Sob a égide do fascismo nipónico encontravam-se reunidos os representantes de todas as correntes independentistas — excepto U Saw, o chefe do partido mais propriamente fascista, detido noutras paragens — e era possível agora tentar a fusão das tendências rivais numa mesma ordem totalitária.

A aspiração ao sincretismo revelou-se no nome do partido único que se vinha a constituir desde há algum tempo, designado como Associação Proletária Nós os Birmanes, o que anunciou a convergência entre os thakins e os seguidores de Ba Maw. Mais tarde, quando se julgou que a organização estava consolidada, ela passou a denominar-se Partido da Grande Birmânia. «Uma raça, uma voz, um chefe», proclamava o partido, à imagem dos seus congéneres<sup>169</sup>. «Um chefe»

<sup>165</sup> Ba (1968) 150, 192; D. Guyot (1966) 60.

<sup>166</sup> Ba (1968) 217; «Burma Independence Army», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 178. D. Guyot (1966) 52 atribuiu 23.000 homens ao Exército de Independência, embora prevenisse (pág. 62 n. 4) que as estimativas dos historiadores variam muito, entre um mínimo de 15.000 e um máximo de 150.000. Por seu lado, «Burma Independence Army», op. cit., 178 considerou que os efectivos deste exército montavam a cerca de 30.000 homens. Quanto ao Exército de Defesa, os números que apresento foram fornecidos por Ba Maw, op. cit., 217, enquanto Dorothy Guyot, op. cit., 60 mencionou apenas 2.700 homens.

<sup>167</sup> Ba (1968) 299.

<sup>168</sup> Id., *ibid.*, 181.

<sup>169</sup> Citado em id., *ibid.*, 280 e 320-321. Traduzo «*blood*» por *raça*.

— era Ba Maw, a quem a nova constituição atribuía poderes ditatoriais, e tal como na época do colonialismo britânico ele se fizera proclamar Anashin do Partido Proletário, também agora foi entronizado Anashin do partido único<sup>170</sup>. «Uma voz» — porque este partido devia assegurar a coesão de uma multiplicidade de organismos de carácter profissional e social e ditar-lhes a orientação política, de maneira a deixar a população espartilhada por um corporativismo fascista<sup>171</sup>. «Uma raça» — eram os birmaneses e só eles, excluindo os outros componentes étnicos, consoante uma política que ainda hoje faz sentir neste país efeitos catastróficos. Pela sua especial ligação aos mosteiros budistas, cujos prosélitos eram exclusivamente birmaneses, o Partido Proletário tivera um carácter racista ou favorecera pelo menos a segregação étnica, e não fora decerto por acaso que a última grande chacina da minoria indiana ocorrera num período em que Ba Maw se encontrava à frente do governo. Também os thakins haviam sempre dado ao seu nacionalismo um carácter racial, como se tornava evidente na designação Nós os Birmanes, e o Exército de Independência preocupou-se em recrutar apenas birmanes<sup>172</sup>. Num artigo publicado em Setembro de 1944, um dos mais destacados dirigentes thakins, U Nu, afirmou que toda a história se resumia à luta entre raças e apresentou numa perspectiva estritamente racial o combate contra o colonialismo britânico na Ásia<sup>173</sup>.

Estruturada agora a sociedade birmanesa de maneira totalitária e provida de um aparelho de Estado capaz de se fortalecer, não poderia ficar em risco a hegemonia nipónica? Para preservarem a sua influência e serem capazes de se opor ao governo quando lhes conviesse, as autoridades militares japonesas começaram a mobilizar as massas sob o seu controle directo e criaram um corpo de milícias civis e uma liga de juventude que depressa se converteu na maior organização do país<sup>174</sup>. Mas em 1944 a ofensiva aliada tornou muito precária a posição dos ocupantes. Que força tinham eles para garantir a soberania concedida? De entre os principais dirigentes, o único a permanecer fiel aos seus protectores foi Ba Maw<sup>175</sup>. Para os outros chegara a ocasião de inflectir o rumo.

Há quem pretenda que desde cedo os thakins teriam conduzido ocultamente uma actividade antifascista<sup>176</sup>, de maneira que as suas declarações a favor de uma vitória japonesa seriam um mero artifício táctico, mas nas suas Memórias Ba Maw denunciou esta tese como uma impos-

<sup>170</sup> Id., *ibid.*, 280, 320-321.

<sup>171</sup> Id., *ibid.*, 280.

<sup>172</sup> Id., *ibid.*, 55; D. Guyot (1966) 53-54.

<sup>173</sup> Ba (1968) 285.

<sup>174</sup> Id., *ibid.*, 303-304, 366.

<sup>175</sup> F. C. Jones (1954) 357.

<sup>176</sup> L. Allen, «Burma», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 173; «Aung San», em *id.*, *ibid.*, 77.

tura. Até os comunistas, como Soe e Than Tun, só passaram para o campo dos Aliados quando viram que o colapso militar do Eixo era inevitável, afirmou Ba Maw, especificando que Than Tun decidira entrar secretamente em contacto com os britânicos e organizar uma resistência clandestina antinipónica apenas em meados de 1943, após a queda de Mussolini. E mesmo então, como sempre na Birmânia, não se rompeu a teia que ligava os campos políticos opostos, porque os comunistas foram acompanhados naquela decisão por U Nu, de incontroverso pendor fascista. Por enquanto tratava-se de tecer discretamente uma conspiração, e Than Tun permaneceu no governo até 1945, quando achou que tinha chegado a ocasião de se refugiar numa área controlada pelos Aliados e dar início a um levantamento comunista. Ba Maw pretendeu também que Aung San só à última hora decidira contactar os britânicos, e apenas para não se isolar dos seus soldados, todos eles dispostos a inverter as alianças. Teria sido necessário chegar ao final de Março de 1945 para que a Resistência antijaponesa começasse a mobilizar a população e desencadeasse as primeiras acções armadas<sup>177</sup>. Os livros de memórias são sempre um ajuste de contas e os chefes políticos, em vez de seguirem o exemplo de Santo Agostinho ou de Oscar Wilde, que passaram a limpo o saldo da sua vida, preocupam-se em triunfar postumamente sobre os antigos rivais. Ba Maw não foi uma excepção. Mas apesar disso ele pode ter razão neste caso, porque já antes da ocupação japonesa os thakins se mostravam seduzidos pelo fascismo.

Será que tudo se clarificou com a derrota do militarismo nipónico? Pelo contrário, tudo permaneceu confuso ou tornou-se mais embrulhado ainda, como sucedeu quando os britânicos deram armas a tropas japonesas que se tinham rendido pouco antes e que as usaram para combater aqueles mesmos independentistas birmaneses de quem haviam sido aliadas<sup>178</sup>. Não menos complexo é o facto de o acordo que Aung San firmou em Janeiro de 1947 com as autoridades britânicas quanto ao acesso à independência se ter defrontado com uma dupla contestação. Por um lado, U Saw, libertado no final da guerra, regressara ao país e reconstituíra o seu próprio partido fascista, opondo-se àqueles que haviam passado a guerra em liberdade e tinham podido ser fascistas à vontade. Por outro lado, uma facção dos comunistas, encabeçada por Soe, ergueu-se contra o acordo, enquanto a outra facção, chefiada por Than Tun, continuou a sustentar Aung San. Chegara o momento crítico. Em Julho de 1947 Aung San e seis dos seus correligionários foram assassinados às ordens de U Saw, que no ano seguinte seria condenado à morte e executado. Com U Nu na presidência formou-se outro governo, que em Janeiro de 1948 levou novamente o país à independência. Pouco depois a facção comunista de Than Tun passou para a

<sup>177</sup> Ba (1968) 213-214, 286, 317, 333-335, 366-367, 383, 386-391.

<sup>178</sup> S. Littman (2003) 112 n. 22.

oposição e lançou-se em acções de guerrilha, adoptando uma década e meia mais tarde a orientação maoísta, contra a linha de Moscovo encabeçada por Soe. Mas esta seria já outra história, embora a vida política da Birmânia tivesse continuado a oferecer o exemplo talvez mais completo, e mais complexo, de articulação entre as três vertentes do movimento anticolonial.

## **7. Índia: O destino de Subhas Chandra Bose mostrou que a síntese do comunismo e do fascismo só pode ser outro fascismo**

Num ensaio escrito e publicado nos primeiros anos da guerra, George Orwell propôs que se utilizasse o patriotismo da grande maioria da população britânica para promover uma transformação socialista do país e combater assim mais eficazmente a Alemanha hitleriana<sup>179</sup>. O internacionalismo tão divulgado entre a esquerda aparecia-lhe como um perigoso absurdo, porque punha em causa a solidariedade nacional precisamente quando as forças armadas britânicas eram o único obstáculo que se erguia perante Hitler. Numa certa perspectiva a atitude de Orwell não deixava de ser lógica. A classe trabalhadora alemã não conseguira impedir a ascensão e o triunfo do nacional-socialismo, e o proletariado dos campos e das cidades italianas, apesar do denodo com que resistira às milícias de Mussolini, havia igualmente sido esmagado. Se nos tempos mais próximos o fascismo não podia ser derrubado a partir do seu interior, havia que destruí-lo do exterior. E neste sentido a esquerda comunista era, então, um obstáculo. Estava ainda em vigor o pacto germano-soviético e os comunistas, bem como os seus numerosos *compagnons de route*, mostravam-se pouco beligerantes a respeito dos novos aliados de Stalin, quando não sabotavam mesmo o esforço de guerra. Esta situação, no entanto, constituía o problema, não a solução. E para aquele problema não existia nenhuma solução rápida, mas apenas, e como quase sempre tem sucedido, o horizonte pouco glorioso de uma luta longa e um penoso isolamento político. Orwell escolheu, pelo contrário, a alternativa imediata, e esta não podia ser senão o nacionalismo. Todavia, ao propor a realização do socialismo no quadro do nacionalismo e com os meios do nacionalismo, Orwell estava a reproduzir, sem decerto se dar conta, o mesmo passo que algumas décadas antes havia convertido os sindicalistas revolucionários em fascistas. Não é uma das lições menos eloquentes daqueles anos dramáticos que para combaterem o fascismo tantos porta-vozes do antifascismo tivessem recorrido aos mecanismos fundamentais do próprio fascismo. O fascismo pôde, assim, ser liquidado militarmente e sobreviver em níveis profundos da sociedade. Foi

<sup>179</sup> *The Lion and the Unicorn: Socialism and the English Genius*, em G. Orwell (1998 c) 206-267.

neste contexto que Orwell procedeu a uma observação curiosa. Apesar do patriotismo que atribuía à classe dominante britânica, embora a reconhecesse minada por preconceitos e pela estupidez retrógrada dos membros da elite, ele acreditava que uma reforma socialista da economia e das estruturas do poder depararia com resistências fortes ou até com veleidades insurreccionais. Onde? Na Grã-Bretanha? De modo nenhum! No outro extremo do império. «É fácil imaginar», admitiu Orwell, «uma revolta pró-fascista ocorrendo, por exemplo, na Índia»<sup>180</sup>. E, com efeito, não errou muito a pontaria, embora por um viés inesperado.

Os planos japoneses não previam de imediato para a Índia nenhuma operação de vulto<sup>181</sup> e vimos que até no projecto mais ambicioso formulado por uma secção do Ministério da Guerra em Dezembro de 1941 só uma porção meridional da Índia se integraria na Esfera da Co-Prosperidade. Mas residia ali o centro do poder britânico, o outro braço da tenaz que, com os Estados Unidos, ameaçava o sonho de grandeza do fascismo nipónico. Por isso convinha estimular o movimento de independência indiano, e foi a sua ala radical e socializante que recebeu o apoio de Tóquio. Um nome basta para alinhar esta história, o de Subhas Chandra Bose.

Desde o início da sua actividade política que Bose se distanciou do Mahatma Gandhi, e no final da década de 1920 os serviços de informação britânicos expressavam decerto a opinião corrente quando viam nele e em Jawaharlal Nehru as duas principais figuras da nova geração de dirigentes nacionalistas. Mas Nehru, embora discordasse também dos projectos de Gandhi, nunca se separou dele, e foi Bose quem levou o dissídio ao ponto de ruptura, para se apresentar como o chefe alternativo do nacionalismo indiano. Numa época em que muitos dirigentes do Partido do Congresso se contentavam ainda em reivindicar formas limitadas de autonomia, Bose reclamava a independência total do país. E para alcançar este objectivo opunha-se ao pacifismo de Gandhi, não lhe atribuindo nenhuma primazia filosófica nem renunciando à violência se parecesse a melhor opção. Ao assumir em 1928 uma das três secretarias-gerais do partido, Bose tomou o comando dos voluntários, que até então tinham sido organizados de maneira apenas esporádica e seguiam métodos não violentos, e converteu-os num corpo permanente, disciplinado e aguerrido. Com o evidente desgosto de Gandhi, ele passou assim a dispor de uma milícia de dois mil homens, metade deles envergando uniforme<sup>182</sup>. Por outro lado, enquanto Gandhi dava o primeiro lugar às comunidades rurais e permanecia envolto nos sonhos nebulosos do artesanato arcaico, Bose

<sup>180</sup> Id., *ibid.*, 251. Orwell não considerava então que a Índia fosse capaz, política e economicamente, de se manter independente. Ver *id.*, *ibid.*, 246 e 255-257. Compreende-se, assim, que na sua opinião uma Índia antibritânica tivesse obrigatoriamente de ser pró-japonesa.

<sup>181</sup> J. C. Lebra (1971) 63-65.

<sup>182</sup> M. Bose (1982) 65-66.

propunha a modernização industrial do país. Nesta perspectiva, defendia que o Partido do Congresso se aliasse aos sindicatos e aproveitasse a enorme força de contestação que residia nos trabalhadores organizados, e em 1931 obteve a presidência da confederação sindical, o que novamente estava longe de agradar a Gandhi, para quem as greves por motivos políticos seriam sempre nefastas e até as devidas a razões económicas se deveriam evitar. Sete anos mais tarde Bose candidatou-se à presidência do Partido do Congresso. O momento não podia ser mais oportuno. Com as eleições de 1937, que lhe haviam dado acesso ao governo em sete das onze províncias, o Partido do Congresso vira-se obrigado a clarificar na prática o que antes procurara confundir sob a retórica nacionalista. As promessas de reforma agrária em nada interessavam aos donos da terra que dominavam as clientelas locais, e os grandes capitalistas indianos que sustentavam financeiramente o Congresso dispunham de meios sonantes para debilitar a relação do partido com os sindicatos e abafar as veleidades de remodelação da economia<sup>183</sup>. Com o apoio de comunistas e socialistas, Bose enfrentou as reticências de Gandhi, que apesar de tudo esperava aprisioná-lo através do controle que detinha sobre o aparelho partidário. Com efeito, Gandhi conseguiu impedir que Bose pusesse em prática as suas orientações e frustrou os resultados da comissão nacional para a planificação da economia, criada no interior do partido para promover a política de industrialização, e cuja direcção fora entregue a Nehru. Mas se Gandhi pôde boicotar a actividade de Bose, não lhe foi possível evitar a cisão. Em Janeiro de 1939, com o apoio unânime da esquerda, Bose renovou a candidatura à presidência do partido e — facto inaudito! — derrotou o candidato proposto por Gandhi. Os seguidores do Mahatma continuavam, todavia, a dispor do aparelho partidário, e Nehru, que podia fazer a balança pender para um lado ou para o outro, manteve-se solidário com Gandhi. Para reforçar a sua posição, Bose anunciou em Abril a criação do Forward Bloc, destinado a coligar em torno de um programa mínimo as formações de esquerda no âmbito do Partido do Congresso, e em Junho diversas organizações reuniram-se num Comité de Consolidação da Esquerda. Seria Bose o chefe da esquerda indiana?

A resposta é complexa, porque todas as atitudes de esquerda tomadas por Bose se apresentaram igualmente noutra pólo do leque político. No plano externo ele não escondia a simpatia pelos fascismos e durante a sua permanência na Europa entre 1933 e 1936 visitou longamente a Alemanha e a Itália. Como o governo do Reich não estava então com vontade de indispor o Reino Unido a propósito da Índia, Alfred Rosenberg foi a única figura proeminente que aceitou receber Bose, mas o governo italiano não sofria as mesmas restrições, pois opunha-se sistematicamente

<sup>183</sup> J. Keay (2003) II 564-565. Quanto à posição adoptada por Gandhi relativamente às greves ver B. Moore Jr. (1974) 377.

aos britânicos, e Bose pôde encontrar-se cinco vezes com o Duce<sup>184</sup>. É certo que devemos distinguir as verdadeiras afinidades ideológicas das meras conveniências táticas, e já em 1931 Gandhi, acompanhado por uma cabra, havia sido recebido por Mussolini não só no seu palácio oficial mas também, o que era insólito, na sua residência privada. Acerca de Gandhi o Duce dissera na ocasião que «é um génio e um santo»<sup>185</sup>, deixando-nos sem saber que opinião teve a respeito do bicho. Assim, mais do que nas visitas aos chefes e dignitários do fascismo, era na maneira como encarava os problemas da Índia que Bose manifestava opções fascistas. No corporativismo ele encontrava o modelo da economia industrial moderna, e via nos totalitarismos italiano e germânico exemplos a ser seguidos por quem quisesse usar o aparelho político para remodelar profundamente a sociedade. Mesmo os sindicatos, cuja aliança Bose considerava necessária na luta pela independência, deviam sujeitar os antagonismos de classe à colaboração com o patronato indiano favorável à expulsão dos britânicos<sup>186</sup>, e nesta articulação do sindicalismo com o nacionalismo residia decerto o embrião de um futuro sindicalismo de Estado, caracterizadamente fascista. Teríamos, então, a esquerda do Partido do Congresso chefiada por um fascista radical?

Também para esta pergunta a resposta não é simples, porque Bose pronunciara-se em 1931 contra a colaboração entre as classes e defendera que a emancipação política do país devia ser acompanhada pela emancipação económica, de maneira a que a Índia se transformasse numa república socialista<sup>187</sup>. Quatro anos depois, numa conferência de imprensa, denunciou em termos vigorosos o Reich hitleriano, considerando que «no plano económico está mais ou menos nas mãos do grande capital, e politicamente é favorável aos britânicos»<sup>188</sup>. E se Bose conheceu a Alemanha e a Itália durante a sua viagem à Europa nos meados da década de 1930 não foi porque lhe faltasse vontade de se encontrar com os dirigentes soviéticos. Foram estes que nunca quiseram convidá-lo<sup>189</sup>. Em 1939, perante a iminência da guerra, e de novo ao longo do ano seguinte, Bose insistiu em estabelecer contacto com o governo soviético e pedir-lhe ajuda para preparar uma insurreição na Índia, mas sempre sem resultado<sup>190</sup>.

Afinal, o próprio Bose anunciou onde pretendia situar-se, nem no socialismo nem no fascismo, mas numa tensão entre ambos os campos. Discursando em 1930, resumiu o seu programa como «uma síntese daquilo que hoje na Europa se chama socialismo e fascismo. Ele contém a

<sup>184</sup> M. Bose (1982) 97-98.

<sup>185</sup> Citado em P. Milza (1999) 622.

<sup>186</sup> M. Bose (1982) 67.

<sup>187</sup> Id., *ibid.*, 78.

<sup>188</sup> Citado em id., *ibid.*, 103.

<sup>189</sup> Id., *ibid.*, 96.

<sup>190</sup> Id., *ibid.*, 139, 155.

justiça, a igualdade e o amor, que são a base do socialismo, combinados com a eficácia e a disciplina do fascismo, tal como se apresenta actualmente na Europa»<sup>191</sup>. Estas ideias foram detalhadas num livro publicado cinco anos mais tarde. «Apesar da antítese entre o comunismo e o fascismo, eles têm alguns traços comuns», escreveu Bose. «Ambos acreditam na supremacia do Estado sobre os indivíduos, ambos criticam a democracia parlamentar, ambos acreditam na função dirigente do partido, ambos acreditam na ditadura do partido e na necessidade de reprimir impiedosamente as minorias oposicionistas, ambos acreditam na reorganização nacional através da planificação da indústria. Estes traços comuns constituirão a base da nova síntese. [...] A missão da Índia será construir essa síntese»<sup>192</sup>. E mesmo quando pareceu mudar de ideias, numa entrevista concedida em 1937, Bose limitou-se na realidade a formular a síntese de outra maneira, porque apenas objectou ao fascismo o facto de se ter convertido de um nacionalismo agressivo num imperialismo expansionista, assim como, simetricamente, censurou a muitos comunistas indianos o seu internacionalismo antinacionalista<sup>193</sup>. Independentemente do que pudesse passar-se no plano externo, a síntese continuaria válida nas questões internas, e numa conferência proferida em 1944 na Universidade de Tóquio Bose afirmou uma vez mais que «a nossa filosofia política deve ser uma síntese entre o nacional-socialismo e o comunismo. O conflito entre a tese e a antítese tem de ser resolvido numa síntese superior»<sup>194</sup>. A história demonstrou, porém, sem deixar lugar para dúvidas, que qualquer ensaio de síntese entre o comunismo e o fascismo não é mais do que uma reconstituição do fascismo, e o percurso de Bose durante a segunda guerra mundial foi uma ilustração flagrante desta regra.

Em 1940 Bose encontrava-se numa situação embaraçosa. Ele havia proposto que o Partido do Congresso aproveitasse as dificuldades militares da potência colonizadora para se lançar ao assalto final, mas a direcção do partido recusou esta orientação. Bose só podia contar com as próprias forças e, apesar das multidões que sempre acorriam a ouvi-lo e saudá-lo por onde quer que passasse, não conseguiu converter o Forward Bloc numa verdadeira organização de massas, e o Comité de Consolidação da Esquerda fora um completo fracasso. Bose havia perdido o combate contra Gandhi e contra o aparelho do Partido do Congresso. Só uma mudança de base política lhe permitiria retomar a iniciativa. Preparou-se então para fugir e, através do Afeganistão, alcançar a União Soviética, de onde tencionava lançar uma nova frente de combate<sup>195</sup>. Mas em

<sup>191</sup> Citado em id., *ibid.*, 76.

<sup>192</sup> Citado em id., *ibid.*, 102-103.

<sup>193</sup> Id., *ibid.*, 103-104.

<sup>194</sup> Citado em id., *ibid.*, 104.

<sup>195</sup> Id., *ibid.*, 137, 142-144.



Julho de 1940 decidiu, de maneira inesperada, conduzir pessoalmente uma manifestação que para as autoridades coloniais constituiria uma provocação inaceitável. Na véspera foi preso, a décima primeira vez que tal lhe sucedia, e em Novembro iniciou uma greve da fome que levou os britânicos a libertá-lo no início de Dezembro.

Em Janeiro de 1941 Bose saiu clandestinamente da Índia e, mantendo secreto o seu paradeiro, seguiu para o Afeganistão. Se acreditarmos no testemunho de várias pessoas que o ajudaram na fuga, o objectivo era, em primeiro lugar, Moscovo, de onde tencionava posteriormente deslocar-se a Berlim<sup>196</sup>. Mas, enquanto aguardava em Kabul sob uma falsa identidade, Bose não conseguiu estabelecer um contacto frutuoso com os representantes diplomáticos soviéticos e decidiu recorrer à embaixada do Reich. No final, os soviéticos aceitaram fornecer-lhe uma autorização de trânsito em direcção à Alemanha, e na passagem por Moscovo ficaram novamente frustrados os seus esforços para obter a ajuda do governo comunista. Chegado a Berlim em Março de 1941, Bose propôs aos dirigentes nacional-socialistas que, a troco da promessa de facilidades especiais na Índia, as potências do Eixo o reconhecessem como chefe de um governo independente<sup>197</sup>. Mas os germânicos mostraram-se prudentes e os italianos foram igualmente reservados. Só após bastantes dificuldades ele acabou por inaugurar em Berlim, no final de Outubro, o Centro Índia Livre, que pouco depois começou a transmitir programas radiofónicos para a Índia. Entretanto, entre os quinze mil prisioneiros de guerra indianos que a Wehrmacht capturara nas campanhas do Norte de África os SS tinham começado a seleccionar aqueles que fossem susceptíveis de constituir um exército independentista. Mas mesmo depois das sessões de propaganda de Bose, que à imagem dos demais chefes fascistas se ornamentou com o título de Netaji, equivalente a Führer, só quatro mil prisioneiros se ofereceram para incorporar o que veio a ser a Legião Indiana. Em Dezembro de 1942 estavam formados três batalhões operacionais, cada um com mil homens<sup>198</sup>.

Ora, em Fevereiro de 1942 o império britânico havia sofrido em Singapura a sua maior derrota militar do último século e meio, quando mais de sessenta mil homens, metade dos quais indianos, se renderam aos japoneses, ficando detidos como prisioneiros de guerra. Bose teria ali um teatro de operações muito mais promissor e, sobretudo, mais próximo do seu país. É certo que

<sup>196</sup> Id., *ibid.*, 151-152, 160.

<sup>197</sup> Id., *ibid.*, 168.

<sup>198</sup> Id., *ibid.*, 186-187; «Indian Legion», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 565; J. C. Lebra (1971) 109. Note-se que em 1930 Rosenberg havia escrito, em *O Mito do Século XX*, que «não há dúvida de que a Índia precisa de uma mão de ferro» e que «tanto do ponto de vista nórdico como do germânico deve ser apoiada a dominação exercida pelos britânicos sobre a Índia». Ver A. Rosenberg (1986) 617 ou *id.* [s. d.] 446. Todavia, em 27 de Março de 1942 Hitler considerava que Nehru havia sido eclipsado por Bose. Ver *Hitler's Table Talk...*, 369.

anos atrás ele havia manifestado inquietação perante as ambições expansionistas do Japão na Ásia, mas em 1939 estabelecera contactos secretos com Tóquio e o Forward Bloc contara então com subsídios nipónicos, e desde o final de 1941 Bose mantinha relações regulares com a embaixada japonesa em Berlim<sup>199</sup>. Em Abril de 1942 o governo japonês convidou-o a regressar ao Oriente e em Janeiro do ano seguinte comunicou-lhe que as condições eram propícias para o acolher. Embarcado em Fevereiro de 1943 num submarino germânico, em Abril Bose foi transferido a meio do mar para um submarino japonês e em Junho estava em Tóquio, onde conseguiu que o governo lhe atribuísse o comando do Exército Nacional Indiano, uma segunda versão de um considerável corpo de tropas que havia sido formado mais de um ano antes por outros nacionalistas indianos, também sob a égide das autoridades nipónicas. Eram doze ou treze mil antigos prisioneiros de guerra, junto com voluntários — homens e mulheres — vindos de Singapura, da Malásia e de outras regiões do sudeste asiático. Em breve os esforços de recrutamento conduzidos por Bose somaram-lhes mais duas mil pessoas, mas decerto muitíssimas outras aderiram depois, porque terminada a guerra estavam nas prisões britânicas vinte e cinco mil membros do Exército Nacional Indiano<sup>200</sup>.

E os homens da Legião Indiana, esquecidos por Bose no Reich, que lhes sucedeu? Mobilizados por alguém que aparecia como chefe incontroverso da esquerda na Índia, eles viravam as suas simpatias para a União Soviética, como aliás Bose prevenira as autoridades nacional-socialistas<sup>201</sup>. Dois meses depois da partida de Bose para o Oriente a Legião Indiana recusou-se a combater na frente leste e o motim teve algum sucesso porque, embora fossem fuzilados dez cabecilhas, as restantes tropas foram integradas na Wehrmacht e enviadas para França. Mais tarde, no Verão de 1944, os indianos receberam ordem de retirar para o Reich e incorporaram-se nos Waffen-SS, até que os britânicos capturaram os sobreviventes e os julgaram em Deli no final da guerra<sup>202</sup>. A que título? Nacionais-socialistas e participantes na experiência de constituição da raça de senhores não há dúvida de que o eram, pois haviam vestido os uniformes dos Waffen-SS. Anti-imperialistas eram-no igualmente, eles que tinham aproveitado a ocasião para continuar a luta

<sup>199</sup> M. Bose (1982) 107, 146, 189. Nas suas Memórias Ba Maw crê recordar-se de que nos contactos mantidos em Abril de 1940 com os representantes diplomáticos japoneses na Birmânia, para lhes solicitar um apoio activo na preparação da luta pela independência, o cônsul-geral lhe contou que Bose havia feito um pedido idêntico, prevenindo que se não obtivesse auxílio do governo nipónico buscá-lo-ia junto aos soviéticos. Ver Ba (1968) 114.

<sup>200</sup> M. Bose (1982) 205, 209, 212-213, 221, 259, 267; «Bose, Subhas Chandra», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 153; M. Gilbert (2011 b) II 493; «Indian National Army (INA)», em I. C. B. Dear et al., op. cit., 565-566; F. C. Jones (1954) 369; J. C. Lebra (1971) 24-25, 84 e segs.; id. (org. 1975) 122. Por seu lado, J. Keay (2003) II 565 afirmou que o Exército Nacional Indiano mobilizava vinte mil pessoas.

<sup>201</sup> M. Bose (1982) 176.

<sup>202</sup> Id., *ibid.*, 202; «Indian Legion», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 565. M. Bardèche et al. (1969) 99 escreveram que em Março de 1945 Hitler dera ordem para dissolver a Legião Indiana.

contra a potência colonizadora. Convictos homens de esquerda, socialistas e pró-comunistas, não podemos duvidar de que o fossem também, como testemunha o motim em que se negaram a enfrentar as tropas soviéticas. É inútil meditarmos sobre as contradições desta gente. Interessa-me apenas analisar uma época que tornou tais contradições possíveis ou até obrigatórias para aqueles que se haviam deixado aprisionar pelo labirinto.

Porque foi exactamente igual, nos seus paradoxos, o destino de Bose. Em Outubro de 1943 vários países da área fascista reconheceram o Governo Provisório da Índia Livre, e Bose rodeou-se de um cerimonial de chefe de Estado, saudado sempre como Netaji. Nas suas Memórias, Ba Maw, que tivera oportunidade de conversar longamente com ele, contou que o ouvira defender a organização totalitária do partido e do Estado<sup>203</sup>. Quaisquer que fossem os seus desejos e ambições, porém, de momento Bose tinha nas mãos apenas um instrumento real, o Exército Nacional Indiano, que avançou através da Birmânia até às fronteiras da Índia para participar nas campanhas de Março a Julho de 1944. Mas foram catastróficos os resultados, tanto militares como políticos. A Esfera da Co-Prosperidade estava em retracção e os japoneses foram incapazes de prestar aos seus aliados indianos o necessário apoio aéreo. Bose confiara, todavia, que ao depararem com o exército da Índia Livre os seus compatriotas integrados nas forças coloniais desertassem em massa. Em vez disso, mais de setecentos soldados de Bose passaram-se para os britânicos e em seguida, durante a retirada pela Birmânia, verificou-se a fuga de vários comandantes<sup>204</sup>. A desagregação do exército colonial, em que Bose havia depositado tantas esperanças, viria mais tarde — tarde demais para ele — e dever-se-ia paradoxalmente não a um Exército Nacional Indiano vencedor, mas destruído. Todavia, não antecipemos a história.

Sem outra alternativa senão acompanhar o recuo dos seus protectores, Bose procurou não se afastar muito da fronteira da Índia, mas em Agosto de 1945, ao tomar conhecimento da capitulação das tropas japonesas, decidiu ir para a União Soviética e tentar aí, de novo, obter apoio para a independência do seu país. Malgrado a frieza que os dirigentes soviéticos sempre lhe mostraram, ele nunca desesperou de os convencer. Durante a guerra jamais fez declarações inamistosas acerca da URSS e manteve-se em contacto secreto com os dirigentes do Partido Comunista da Índia, apesar dos insultos com que eles o cobriam publicamente<sup>205</sup>. À medida que a situação militar do Eixo se deteriorava, Bose confidenciou a alguns amigos que estava disposto a recorrer a Moscovo<sup>206</sup>, e é elucidativo que na segunda metade de 1944 houvesse oficiais

<sup>203</sup> Ba (1968) 95.

<sup>204</sup> M. Bose (1982) 236, 241-242.

<sup>205</sup> Id., *ibid.*, 177-180, 237.

<sup>206</sup> Id., *ibid.*, 218, 237.

japoneses de alta patente a sugerir-lhe discretamente que chegara a hora de procurar do lado soviético um auxílio que o Japão já não se encontrava capaz de dar. Sondado neste sentido, porém, o governo nipónico não aceitou a sugestão, e quando Bose visitou Tóquio em Novembro desse ano o embaixador soviético escusou-se a recebê-lo<sup>207</sup>. Mas em Maio de 1945 Bose concluiu que a situação se alterara, porque decerto a iminente vitória aliada iria desencadear a curto prazo um conflito entre os ocidentais e os comunistas, e estes teriam vantagem em apoiá-lo. Bose tomou a firme decisão de alcançar o território soviético<sup>208</sup>, e de novo deparamos com responsáveis nipónicos que, à beira do fim, colocaram a liquidação do colonialismo ocidental acima de quaisquer outros interesses. Naqueles dias caóticos em que tudo faltava, foi o próprio marechal Terauchi quem enfrentou o parecer desfavorável do alto comando e conseguiu obter um avião que transportasse Bose para a Manchúria, onde ele esperava entrar em contacto com os soviéticos. Mas na escala em Taiwan, a 18 de Agosto de 1945, o avião caiu ao levantar voo. Bose ficou gravemente queimado e morreu pouco depois num hospital japonês.

Peregrinando por terra desde a Índia até ao Reich nacional-socialista e daí, sob os oceanos, até à área de soberania do militarismo nipónico, para no final, cruzando os ares, demandar as fronteiras do comunismo russo — não houve limites, nem geográficos nem políticos, para um tão exaltado anticolonialismo. Bose esforçou-se por realizar na sua própria vida a síntese do fascismo e do comunismo que ele apresentava como a razão de ser do seu programa político. Mas a história é sempre simbólica, e ao morrer em território nipónico, definitivamente aprisionado pelo fascismo, Bose mostrou a futilidade daquela tentativa. Neste caso a história foi duplamente simbólica, porque os seguidores de Bose, para não desesperarem da validade da síntese entre os dois campos antagónicos, tiveram de se recusar a acreditar na morte do Netaji, e trinta ou quarenta anos após o final da guerra havia ainda na Índia muitas dezenas de milhares de pessoas convictas de que ele se encontrava na União Soviética, em segredo, para regressar um dia<sup>209</sup>.

No périplo da sua vida Bose reproduziu — tanto mais curiosamente quanto não existem na história coincidências fortuitas — as deslocções de Mahendra Pratap, um dos seus predecesores na causa do nacionalismo indiano. Durante a primeira guerra mundial Pratap conseguira ir para a Alemanha, onde incitou as autoridades a fomentarem os sentimentos antibritânicos da população indiana, chegando a formar em Berlim um Governo Provisório da Índia Livre, e prosseguiu uma activa diplomacia junto dos dirigentes do Afeganistão, na esperança de os convencer a

<sup>207</sup> J. C. Lebra (1971) 141, 144.

<sup>208</sup> M. Bose (1982) 247; J. C. Lebra (1971) 194.

<sup>209</sup> M. Bose (1982) xvi-xvii, 47, 269; «Bose, Subhas Chandra», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 153; J. C. Lebra (1971) 197-199.

entrarem em guerra contra a Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, em 1918 e 1919, visitou várias vezes a Rússia e encontrou-se repetidamente com Trotsky e Lenin, procurando também desse lado uma aliança contra os colonizadores do seu país. E em 1934 Pratap fixou-se no Japão, propondo uma concepção de governo federativo mundial que me parece bastante próxima da defendida por Kita Ikki. Mas Pratap era demasiado visionário para o gosto do militarismo nipónico, e sobretudo os seus planos não atribuíam ao Japão a tutela que este se achava com o direito de exercer sobre as demais nações asiáticas. Por fim, em 1942 as autoridades japonesas deram-lhe ordem para se manter afastado da actividade política<sup>210</sup>. Noutra escala e com maior sensatez, Bose ampliou um caminho que estava já traçado.

Terminada a guerra, que faria o governo colonial britânico com os vinte e cinco mil membros do antigo Exército Nacional Indiano detidos nos campos de prisioneiros? Em Novembro de 1945 começou o julgamento de três comandantes, um hindu, um sikh e um muçulmano. Mas se as autoridades pretenderam mostrar que a justiça, ou antes a repressão, era distribuída com igualdade pelas principais comunidades religiosas, o que conseguiram fazer foi uni-las todas num protesto unânime. A simpatia pelos acusados foi tão generalizada e tão vasta e violenta a agitação popular que os juízes deixaram os réus sair em liberdade. Em Calcutá uma greve geral de repúdio durara uma semana, de 21 a 26 de Novembro, acompanhada por distúrbios que levaram à proclamação da lei marcial na cidade e deixaram quarenta e cinco indianos mortos. Apesar disto, os britânicos abalançaram-se a fazer julgar e condenar outro antigo comandante de Bose, e então os protestos tornaram-se insurreccionais e alastraram nas forças armadas da colónia. A 20 de Fevereiro de 1946 praticamente toda a Marinha Real Indiana estava amotinada e sublevaram-se ainda unidades da aviação e do exército. Juntando outras reivindicações à defesa dos réus, os marinheiros reclamaram igualmente a melhoria da alimentação e uma desmobilização mais rápida, mas o carácter do movimento ficou bem expresso quando os insurrectos destruíram bandeiras britânicas e escreveram nas paredes palavras de ordem do antigo exército independentista. Entretanto, os comunistas e a esquerda do Partido do Congresso apelaram para a organização de greves de solidariedade, que em Bombaim mobilizaram mais de seiscentos mil trabalhadores da indústria têxtil. Finalmente todos os réus foram libertados e esta onda de revoltas convenceu o governo de Londres da impossibilidade de manter o controle sobre a Índia<sup>211</sup>. Reflectindo a opinião de quem desejava perpetuar o domínio colonial, escreveu o correspondente do *Daily Telegraph*: «O Exército

<sup>210</sup> F. M. Bailey (1999) 113, 179-180; J. C. Lebra (1971) 47-48.

<sup>211</sup> M. Bose (1982) 259-264; M. Gilbert (2011 b) II 838-839; J. Keay (2003) II 576-577; J. C. Lebra (1971) 202-209.

Nacional Indiano, que se rendera por ocasião da derrota japonesa, foi colectivamente indultado — para grande indignação de muita gente — e mesmo que se tivessem limitado a regressar às aldeias de origem os seus membros tinham aprendido que os britânicos podiam ser desafiados»<sup>212</sup>.

O destino daqueles vinte e cinco mil nacionalistas acrescenta ainda alguma coisa, além da magnitude dos números, à compreensão do papel do fascismo no processo de descolonização. Numa policromia ideológica, as bandeiras vermelhas dos comunistas e dos socialistas desfraldadas ao lado das bandeiras verdes dos islamistas e das bandeiras tricolores do Partido do Congresso, em defesa dos antigos membros do exército independentista<sup>213</sup>, mostraram que o fascismo indiano conseguira afinal dar corpo à sua ambição de fundar uma unidade nacional sobre um movimento popular e radical. Parece que Subhas Chandra Bose teve de morrer para que chegasse a bom termo a síntese do fascismo e do comunismo com que sonhara toda a vida e em que contara alicerçar a independência do seu país, porque as vicissitudes do Exército Nacional Indiano, constituído sob a égide do fascismo, serviram depois da guerra para mobilizar a esquerda comunista e socialista. E se, como creio, for exacto que qualquer tentativa de síntese entre o fascismo e o comunismo não é mais do que uma reconstituição do fascismo, dispomos então de um cruel diagnóstico do terceiro-mundismo.

## 8. Países árabes: O nacional-socialismo e o fascismo italiano descobriram uma vocação anticolonialista

Em 20 de Novembro de 1939 o principal diário nacional-socialista proclamou em editorial que «a Alemanha está a travar a guerra não só pela sua própria sua existência mas ao mesmo tempo pela de *todas* as nações oprimidas do mundo»<sup>214</sup>. A quem se dirigia esta declaração, que hoje pode parecer estranha?

Hitler deixara claro em *Mein Kampf* que o destino da Alemanha não a conduzia para a África nem para o Oriente nem para a Arábia, mas rumo a leste, para esmagar os eslavos. E assim, enquanto implantavam um vasto império assente na escravização de milhões de *Untermenschen*, que durou alguns anos de inominável horror, os nacionais-socialistas propuseram-se — sem temer o paradoxo — fomentar os movimentos anticoloniais nas regiões sob tutela britânica. Por isso um

<sup>212</sup> Michael Wharton antologado em R. Hudson (org. 1999) 616.

<sup>213</sup> J. Keay (2003) II 577.

<sup>214</sup> Este editorial do *Völkischer Beobachter* encontra-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) IV 194-195. A passagem citada vem na pág. 195 (sub. orig.).

fascista e colaboracionista checo, exemplar praticamente único num povo destinado a ser em parte escravizado, e chacinado na parte restante, pôde levar o aviltamento ao ponto de apresentar o Terceiro Reich numa perspectiva anticolonialista<sup>215</sup>. Já antes da guerra os nacionais-socialistas haviam recorrido a emissões radiofónicas para estimular os sentimentos independentistas no Médio Oriente<sup>216</sup> e fizeram-no com tanto êxito que em 1938 a BBC se viu obrigada a inaugurar as suas transmissões em língua estrangeira com um serviço de contrapropaganda em árabe<sup>217</sup>. Apesar disto, se para o governo de Tóquio o combate à presença ocidental na Ásia era uma questão de vida ou de morte, para Hitler a ajuda ao anticolonialismo árabe não constituía uma prioridade. E os programas de rádio italianos ou mesmo os discursos do Duce destinados a excitar o nacionalismo dos árabes sujeitos ao domínio britânico ou francês<sup>218</sup> eram desmentidos pelos massacres ocorridos durante a pacificação da Líbia, pelo regime concentracionário imposto a tantas populações desta colónia, pela conquista e ocupação da Abissínia e pela anexação da Albânia.

Começada a segunda guerra mundial, porém, os políticos árabes, mesmo quando não se entusiasmavam pelo fascismo na ordem interna, inclinavam-se geralmente mais para o lado do Eixo do que para o dos Aliados. O lugar de destaque coube sem dúvida ao mufti de Jerusalém, Hadj Amin el-Husseini, que após os tumultos de 1929 havia emergido como o campeão da causa árabe na Palestina. Era ele quem mobilizava os apoios de que Hitler e Mussolini dispunham na região e quem tentava organizá-los numa acção comum<sup>219</sup>. Encontramos o mufti por detrás das conspirações a favor do Reich no Egipto<sup>220</sup> e no Iraque<sup>221</sup>, e mais tarde, quando os revezes militares obrigaram as tropas do Eixo a abandonar o Norte de África, o mufti ajudou os SS a recrutar uma legião muçulmana nos Balcãs e colaborou no programa de extermínio dos judeus<sup>222</sup>. Hitler considerava-o «um homem com mais de um ariano entre os seus antepassados e que muito possivelmente descende do melhor sangue romano»<sup>223</sup> e a propaganda nacional-socialista divulgou amplamente uma fotografia onde se vê o mufti passando em revista os SS islâmicos, o que aliás não o impediria de beneficiar em 1955 de um tratamento de honra como convidado na

<sup>215</sup> E. Moravec (1941) 15, 38.

<sup>216</sup> H. M. Sachar (1976) 195-196. Note-se, todavia, que em *O Mito do Século XX* Rosenberg não expressara simpatia pela civilização islâmica e considerara como «uma acção notável de autopreservação europeia» o facto de os britânicos impedirem a expansão islâmica. Ver A. Rosenberg (1986) 620 ou id. [s. d. 2] 448.

<sup>217</sup> *The Economist*, 24 de Agosto de 2002, pág. 32.

<sup>218</sup> H. M. Sachar (1976) 195, 210.

<sup>219</sup> Ł. Hirszowicz (1966) *passim*; «Husseini, Hadj Amin el-», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 553.

<sup>220</sup> *The Record...*, 2.

<sup>221</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 67-68, 77 e segs.

<sup>222</sup> Id., *ibid.*, 262-263, 267, 312-313.

<sup>223</sup> Em 1 de Julho de 1942, em *Hitler's Table Talk...*, 547.

Conferência de Bandung. Mas haverá razão para espanto?

Foi sobretudo graças à presença das suas tropas no Norte de África que os germânicos e os italianos intervieram no processo de autodeterminação. A popularidade do marechal Rommel era enorme entre os povos árabes, que durante as campanhas de 1941 e 1942 o consideraram um libertador da opressão britânica. No Egipto, o principal bastião do Reino Unido na região, tanto os estratos dirigentes como a opinião pública esperavam a vitória germânica e, com ela, a emancipação completa do país<sup>224</sup>. Os serviços secretos do Reich mantinham contacto com todas as forças políticas, do governo e da oposição, salientando-se o palácio real no centro das conspirações<sup>225</sup>. O monarca e o seu governo resistiram às enormes pressões britânicas e negaram-se a declarar guerra ao Eixo, mesmo quando as tropas italianas penetraram no país em Setembro de 1940<sup>226</sup>, e através de intermediários de confiança o rei Faruq correspondeu-se secretamente com Hitler, fornecendo-lhe informações acerca dos movimentos militares dos Aliados e prometendo-lhe que no momento oportuno passaria para o lado do Reich<sup>227</sup>. Nos primeiros meses de 1942, quando as forças do Eixo se aproximavam de Alexandria com um ímpeto que parecia irrefreável, o monarca preparava-se para acolher Rommel e nas ruas da capital multidões de manifestantes vitoriavam o general germânico<sup>228</sup>. Entretanto, um grupo secreto de oficiais descontentes com a monarquia enviou uma mensagem em que, denunciando a verdade óbvia de que o rei e a corte se preocupavam apenas com o enriquecimento pessoal, pedia o apoio das autoridades nacional-socialistas para a instauração de um regime militar que procedesse a reformas sociais e melhorasse a situação dos camponeses e dos operários. Sabe-se que pelo menos um dos conspiradores, e dos mais importantes, Nasser, que haveria de tomar o poder na sequência do golpe militar de Julho de 1952, sofrera a influência do Partido Nacional-Socialista Árabe, desarticulado pelos britânicos no início da guerra<sup>229</sup>. E outro dos conspiradores, Anwar al-Sadat, que em 1970 sucederia a Nasser na presidência, manteve relações com os serviços de espionagem do Reich

<sup>224</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 66.

<sup>225</sup> Id., *ibid.*, 65-66, 232 e segs.

<sup>226</sup> Id., *ibid.*, 75-76.

<sup>227</sup> Id., *ibid.*, 152, 232-233, 241-242; *The Record...*, 1-5; H. M. Sachar (1976) 228. Hitler declarou numa roda de íntimos em Julho de 1942: «É também muito importante que o rei do Egipto seja instado a abandonar o mais rapidamente possível a "protecção" britânica, se retire para qualquer lugar e espere que nós o convidemos solenemente a regressar e o restabeleçamos formalmente no trono. Cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dar discretamente ao rei uma sugestão neste sentido». Ver *Hitler's Table Talk...*, 550.

<sup>228</sup> «Egypt», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 323; Ł. Hirszowicz (1966) 236, 248-249.

<sup>229</sup> M. Bardèche et al. (1969) 92-93. Estes autores observaram (pág. 96) que, se Nasser sofrera a influência do nacional-socialismo egípcio, ele estivera próximo também de outros movimentos políticos e nesta matéria fora o eclectismo que o caracterizara. «Duas gerações de militares árabes, incluindo Nasser e Sadat, tal como mais tarde Saddam e Assad, foram, quando jovens, influenciados pelo fascismo europeu ou pelos seus derivados», afirmou W. Laqueur (1996) 156.



durante a primeira metade de 1942, até ser preso pela polícia britânica<sup>230</sup>. Mas o destino daquela mensagem permanece envolto em mistério, porque foram dois os emissários que tentaram atravessar de avião as linhas de combate, morrendo um e conseguindo o outro alcançar o território controlado pelas tropas de Rommel. Ora, tanto Faruq como os futuros Oficiais Livres pretenderam ter enviado uma mensagem através de um piloto nesta ocasião<sup>231</sup>.

Os acontecimentos no Iraque distinguiram-se da situação do Egito em dois aspectos: por um lado, porque os meios dirigentes estavam divididos nas suas simpatias e o regente era favorável à Grã-Bretanha e, por outro lado, porque o confronto com os britânicos atingiu aqui o ponto de ruptura. Mesmo que entre a população comum fosse generalizada a insatisfação com a tutela colonial, nas camadas dominantes a vontade de procurar apoio junto do Reich caracterizava só a facção nacionalista mais extrema, organizada na sombra pelos quatro coronéis conhecidos como Quadrado de Ouro e encabeçada publicamente por Rashid Ali al-Gaylani, primeiro-ministro desde Abril de 1940. O seu governo não era coeso e incluía elementos propensos à Grã-Bretanha ou que pelo menos achavam mais prudente não indispor os Aliados. Mas estes elementos não conseguiram levar a um corte das relações diplomáticas com a Itália, como a embaixada britânica pretendia, e, na facção oposta, o ministro da Justiça mantinha contacto com representantes do Reich. A discórdia era insanável e no meio de uma instabilidade política permanente ambos os lados se prepararam para o desfecho. Desde pelo menos Dezembro de 1940 Rashid Ali implorava insistentemente armas e assistência financeira a Berlim, assim como pedia ao governo de Tóquio que lhe vendesse armas. Mas o Japão estava muito distante e em breve necessitaria para si próprio de todo o material de guerra de que dispunha. E a indecisão e a falta de diligência que as autoridades do Reich mostraram neste assunto revelam o lugar secundário que os problemas árabes ocupavam na sua estratégia. A crise, porém, tornara-se irreversível e Rashid Ali e os militares do Quadrado de Ouro, beneficiando da simpatia do rei Faruq do Egito, organizaram um golpe de Estado em 1 de Abril de 1941 e depuseram o regente. As discórdias no interior das classes dominantes tiveram então um efeito decisivo, porque junto com o regente fugiram muitas personalidades importantes, e quando o parlamento foi convocado para legalizar o golpe de Estado só se apresentaram quarenta e nove dos cento e dezoito deputados. No plano político os britânicos encontravam-se em posição forte para contra-atacar. No plano militar também, porque apesar das suas vitórias as tropas do Eixo estavam demasiado longe e as armas e aviões provenientes do Reich, chegados tarde e em quantidade insuficiente, não conseguiram inverter o desequilíbrio de

<sup>230</sup> H. G. Dahms (1968) II 14-15; «Kondor Mission», em I. C. B. Dear et al. (orgs. 1995) 656.

<sup>231</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 242-243.

forças e tiveram como único efeito comprometer os novos governantes. A 2 de Maio os britânicos iniciaram as hostilidades e no final do mês ocuparam a capital, enforcando aqueles responsáveis pelo golpe de Estado que não haviam conseguido pôr-se a salvo no Reich<sup>232</sup>. Este fiasco não impediu a Wehrmacht de incluir o Iraque nos seus projectos de operações futuras<sup>233</sup>.

Se podemos não ter motivo de admiração ao ver as autoridades nacional-socialistas admitirem a plena independência do Egipto e do Iraque, porque os britânicos eram um inimigo de guerra, deve merecer-nos uma reflexão mais cuidada o facto de darem uma certa margem de actuação aos autonomistas no Norte de África francês. Aparentemente não se importavam de desmistificar o marechal Pétain, pois quando ele invocava a preservação do império colonial como um dos principais argumentos para justificar a colaboração com o vencedor, como podia explicar que o anticolonialismo nacional-socialista se virasse também contra a França? É certo que, enquanto o governo de Vichy controlou a Argélia, a simpatia que o Reich manifestava pelos partidários da emancipação permaneceu ambígua e não ultrapassou o terreno propagandístico, com as emissões de rádio germânicas destinadas ao Maghreb anunciando no Führer o futuro libertador. Mas o desembarque aliado em Marrocos e na Argélia, em Novembro de 1942, levou os nacional-socialistas a intensificar o patrocínio aos movimentos de autonomia.

Na Tunísia os problemas eram especialmente complicados. Embora a colónia fosse governada por um delegado de Vichy, Mussolini exigira que depois da guerra ela passasse para a esfera de influência italiana e por isso achava-se no direito de interferir desde já nas suas questões internas. Ora, a invasão aliada de Marrocos e da Argélia levou as tropas do Eixo a ocuparem a Tunísia e, como os soldados germânicos eram em muito maior número do que os italianos e os interesses de ambos nem sempre coincidiam<sup>234</sup>, a situação tornou-se ainda mais confusa. Por outro lado, reproduzira-se aqui a divisão existente na metrópole entre os fascistas conservadores que veneravam Pétain e os fascistas radicais que se agitavam em Paris. À revelia do residente-geral, personagem timorato e moderado, o ministro da Propaganda de Vichy, Paul Marion, um extremista radical, enviou logo em Novembro para a Tunísia um delegado que conseguiu reunir várias organizações de juventude num Comité de Unidade de Acção Revolucionária, destinado a constituir uma polícia paralela e a colaborar sem restrições com as autoridades germânicas<sup>235</sup>.

<sup>232</sup> H. J. Burgwyn (2012) 181-185; M. Gilbert (2011 b) I 215, 221; Ł. Hirszowicz (1966) 77-79, 103-107, 116 e segs., 133-155, 163-168; *The Record...*, 6.

<sup>233</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 207, 211, 228.

<sup>234</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 282.

<sup>235</sup> Id., *ibid.*, 275, 292.

No meio político autóctone a situação não era menos enredada. Além da tradicional oposição entre os nacionalistas conservadores e os independentistas mais activos, reunidos no Néo-Destour, este partido dividira-se desde o começo da guerra numa maioria que no âmbito interno defendia o modelo fascista e no plano externo apostava francamente no Eixo e numa minoria que mostrava talvez uma certa propensão pelas instituições democráticas e de qualquer modo acreditava na vitória final dos Aliados<sup>236</sup>. Detido numa cela de prisão no sul da França, Habib Bourguiba, um dos fundadores e o principal dirigente do Néo-Destour, desde o início de 1942 prevenia os seus correligionários contra a tentação de optarem pelo Eixo. Bourguiba não simpatizava com o sistema fascista e conhecia os planos de hegemonia da Itália sobre a Tunísia, mas para alguém como ele, que fazia do estrito oportunismo a primeira regra política e da independência do país o único objectivo, a percepção de que os Aliados eram os prováveis vencedores foi determinante para manter uma atitude de prudência<sup>237</sup>. Apesar do seu prestígio, porém, Bourguiba não conseguiu demover os adeptos do Eixo, em especial a direcção do partido que permanecera na Tunísia<sup>238</sup>. As fricções exacerbaram-se em Dezembro de 1942, quando os ocupantes germânicos libertaram todos os independentistas presos na Tunísia e lhes deram liberdade de acção. Alguns, incluindo os chefes do aparelho clandestino do Néo-Destour, proclamaram publicamente a sua simpatia pelo nacional-socialismo, partilhada pelos militantes de base, sobretudo os jovens<sup>239</sup>. Aproveitando este entusiasmo, os germânicos mobilizaram dois ou três mil tunisinos num corpo de polícia, enquanto outros, em número reduzido, como convinha a um pretense escol, foram aceites nos SS<sup>240</sup>. Ao mesmo tempo, o governo italiano pediu ao Reich, que havia acabado de ocupar a área da França mantida até então sob o controle de Vichy, para libertar os independentistas tunisinos detidos na metrópole e enviá-los para Roma, onde os esperava uma recepção aparatosa e lhes foram prodigalizadas manifestações de grande respeito<sup>241</sup>. Também a maioria destes dirigentes do Néo-Destour optara pelas potências do Eixo<sup>242</sup>, e no final de Fevereiro de 1943 as autoridades italianas começaram a providenciar-lhes o transporte para Tunis. Foi com Bourguiba que as dificuldades surgiram, porque mostrava-se relutante em proferir qualquer declaração de apoio ao Reich ou à Itália e, esforçando-se por aproveitar a situação, reclamava do governo de Roma o reconhecimento da independência da Tunísia ou pelo menos a concessão de um amplo grau de autonomia, o que evidentemente não condizia com o império mediterrânico

<sup>236</sup> S. Bessis et al. (1988) 93.

<sup>237</sup> Id., *ibid.*, 94-96; Ł. Hirszowicz (1966) 291.

<sup>238</sup> S. Bessis et al. (1988) 96.

<sup>239</sup> Id., *ibid.*, 94; Ł. Hirszowicz (1966) 291-292.

<sup>240</sup> M. Bardèche et al. (1969) 95.

<sup>241</sup> S. Bessis et al. (1988) 96-98; Ł. Hirszowicz (1966) 290-291.

<sup>242</sup> S. Bessis et al. (1988) 94.

sonhado por Mussolini. Afinal, tudo o que Bourguiba aceitou foi proferir aos microfones da rádio uma declaração ambígua, mas bastante clara nas entrelinhas, em que ao mesmo tempo agradecia a sua libertação às autoridades do Eixo e recomendava aos compatriotas a vigilância contra todas as cobiças do estrangeiro. E os italianos, percebendo que seria escandaloso retê-lo, mandaram-no de volta para o seu país em Abril de 1943<sup>243</sup>. Entretanto, nos últimos dias de Fevereiro o confronto entre a maioria pró-fascista do Néo-Destour e a minoria adepta de uma atitude de prudência atingira o ponto de ruptura e ocorreu uma cisão no partido<sup>244</sup>.

Os representantes do Reich conseguiram manter-se árbitros da situação, evitando que a balança pendesse de maneira definitiva para qualquer dos lados e utilizando aquelas facções umas contra as outras, mas para isto tiveram de garantir aos nacionalistas árabes uma certa liberdade de acção, que beneficiou singularmente o movimento pela independência<sup>245</sup>. Quando o avanço aliado forçou as tropas do Eixo a abandonar a Tunísia, em Maio de 1943, elas haviam já dado um contributo indelével ao processo de autonomia, permitindo que a organização nacionalista se consolidasse e revolvesse politicamente de cima a baixo a sociedade local. A independência da Tunísia, que a democracia francesa se viu na necessidade de conceder em 1956, começara uma dúzia de anos antes, na esfera do fascismo.

Entretanto, perante a invasão da Argélia pelos Aliados em Novembro de 1942 as autoridades nacional-socialistas esforçaram-se por mobilizar os imigrantes argelinos na metrópole, muitos dos quais haviam já antes da guerra militado numa liga fascista<sup>246</sup>, e procuraram organizar redes clandestinas na própria colónia, capazes de iniciar a luta armada contra os novos ocupantes. Nos seus termos estritos o projecto revelou-se utópico, e aliás as aspirações dos povos do Maghreb à independência tinham raízes antigas, não sendo decerto esta a sua vertente principal. Mas apesar disso é reveladora do ambiente da época e das possibilidades de acção oferecidas ao nacionalismo a mudança de atitude do jornalista Mohammed el-Maadi. Antes da guerra ele introduzira na conspiração da *Cagoule* um grupo de norte-africanos denominado Argélia Francesa, e depois de iniciada a ocupação germânica acompanhou Deloncle no MSR e no RNP, tornando-se em seguida presidente do Cercle Franco-Musulman de Paris. Até então, sob um ponto de vista árabe el-Maadi só podia classificar-se como um renegado, o oposto de um nacionalista. Mas em Janeiro de 1943, mal haviam passado dois meses sobre o desembarque aliado na África do Norte, lançou uma

<sup>243</sup> Id., *ibid.*, 98-99; Ł. Hirszowicz (1966) 291-292, 298.

<sup>244</sup> S. Bessis et al. (1988) 99.

<sup>245</sup> Ł. Hirszowicz (1966) 292 e segs.

<sup>246</sup> Segundo D. Orlow (2009) 28, os trabalhadores argelinos imigrados em França haviam sido numerosos na Solidarité Française, a liga fundada por René Coty.

publicação em que, com geografia audaciosa, reclamou para a Argélia «a independência total na nova Europa». Ao mesmo tempo participou na campanha antisemita e em Janeiro de 1944, com a ajuda dos colaboradores franceses da Gestapo, recrutou um corpo de cerca de duzentos norte-africanos que se salientaram pelas atrocidades na repressão à Resistência<sup>247</sup>. Talvez nada disto tivesse importância se se tratasse do exemplo isolado de uma figura obscura. Mas um número significativo de quadros e dirigentes do futuro FLN argelino deixou-se mobilizar pelos nacionalistas durante a guerra e alguns pertenceram a partidos fascistas franceses, nomeadamente ao maior deles, o PPF, estabelecendo-se aqui também umnexo indiscutível entre o fascismo e o anticolonialismo<sup>248</sup>. Não é paradoxal, mas pelo contrário perfeitamente coerente — com uma das possíveis coerências do terceiro-mundismo — o percurso de Mohammad Said, combatendo na frente leste contra os soviéticos como sargento da Légion des Volontaires Français, pondo-se depois à disposição dos serviços secretos do Reich para realizar operações de sabotagem na Argélia ocupada pelos Aliados e sendo mais tarde ministro de Estado no governo provisório argelino no exílio e, depois da independência, titular de vários ministérios e membro do Conselho do Comando Revolucionário<sup>249</sup>.

Conhecendo esta teia, é fácil compreender que, durante a guerra pela independência da Argélia, Maurice Bardèche, um dos mais argutos fascistas radicais franceses, tivesse censurado aos neofascistas do seu país a reacção «sentimental» que os levava a lutar pela presença da metrópole no Norte de África, sem verem que estavam assim a defender também «os interesses da democracia plutocrática». «É preciso escolher as suas guerras», preveniu Bardèche, e em vez disso os neofascistas aceitavam todas. «Eles não examinaram se, na realidade, os nacionalistas argelinos não fazem parte dessas forças que querem estabelecer regimes novos e autoritários, independentes de Washington e de Moscovo»<sup>250</sup>. O que permaneceu em filigrana nas observações de Bardèche, demasiado escandaloso para se afirmar claramente, é que na guerra da Argélia o fascismo estava talvez do lado dos independentistas. Mas o sentido das suas conclusões é tanto mais claro quanto no capítulo seguinte Bardèche observou o carácter fascista do regime de Nasser, para detectar adiante um carácter nasseriano em alguns elementos do FLN argelino<sup>251</sup>.

<sup>247</sup> M. Bardèche et al. (1969) 95; Ph. Bourdrel (1992) 298 n.; Ph. Randa (1997) 649; J.-C. Valla (2000) 54 n. 6, 130 n. 20. A citação encontra-se em Jean-Claude Valla, op. cit., 130 n. 20.

<sup>248</sup> Acerca do estímulo dado pelos nacionalistas ao movimento autonomista argelino ver P. Ory (1976) 174-177. Quanto às relações entre o PPF e alguns autonomistas muçulmanos consultar igualmente M. Bardèche et al. (1969) 95 e D. Wolf (1969) 345-346.

<sup>249</sup> M. Bardèche et al. (1969) 95; *Who's Who in the Arab World*, 250.

<sup>250</sup> M. Bardèche (1961) 116-121. As passagens e expressões citadas encontram-se nas págs. 116 e 119.

<sup>251</sup> Id., *ibid.*, 123-130, 149-150. O carácter fascista do regime de Nasser foi reconhecido até pelo teórico neofascista italiano Adriano Romualdi, apesar de ele circunscrever o fascismo à Europa e criticar Bardèche por ter classi-

Como se tudo isto não fosse suficientemente ilustrativo, é ainda possível ornamentar com um epílogo inesperado o papel desempenhado pelos fascismos na promoção do nacionalismo árabe. Durante a guerra civil em Espanha, além dos soldados italianos e portugueses e do pessoal germânico qualificado, as únicas tropas em que os fascistas podiam depositar confiança eram a Legião Estrangeira e os mouros recrutados no Marrocos espanhol. Nestas circunstâncias, parecia lógico que o governo republicano respondesse favoravelmente aos pedidos de ajuda dos nacionalistas marroquinos, o que contribuiria para voltar os mouros contra Franco. Um dirigente nacionalista, Abdel Torres, chegou a prometer que desencadearia uma insurreição em Marrocos se o governo republicano lhe fornecesse armas e assegurasse o reconhecimento da independência do protectorado. Mas foi o contrário que sucedeu, porque qualquer reforço do movimento independentista no Marrocos espanhol teria repercussões imediatas no vizinho Marrocos francês, e Largo Caballero sabia que o governo de Paris, mesmo com a etiqueta do Front Populaire, se oporia a todas as medidas desse género. Para preservar as boas relações com a esquerda francesa, a esquerda espanhola sacrificou o nacionalismo árabe. E — cúmulo do paradoxo! — foram os fascistas espanhóis, a quem importava dispor da boa vontade dos mouros, que contemporizaram com as aspirações autonomistas, chegando a autorizar no Marrocos espanhol a difusão de publicações e a realização de reuniões que o governo de Léon Blum havia suspenso ou proibido no Marrocos francês<sup>252</sup>.

Apesar do seu imperialismo e do seu racismo, os fascistas puderam estimular a luta anti-colonial porque as metrópoles democráticas não eram menos racistas nem menos imperialistas<sup>253</sup>.

ficado como fascismos vários terceiro-mundismos. «O único fenómeno extra-europeu que, com um pouco de boa vontade, se poderia definir como “fascista” é o Egipto de Nasser, onde efectivamente se procurou enxertar uma mística da antiga cultura árabe sobre uma disciplina política revolucionária», escreveu Romualdi, citado em F. Germinario (2001) 45. Situado noutra lugar do espectro político, já o primeiro-ministro britânico Eden, citado em C. Fink (2015) 360, considerara Nasser um «Mussolini árabe».

<sup>252</sup> V. Alba (2000) 247 n. 44; P. Broué et al. (1961) 240-241, 426. Escreveu G. Jackson (1967) 232 que «os socialistas de esquerda tinham, de maneira intermitente, instado para que se pusesse fim ao regime colonial» em Marrocos e acrescentou (pág. 368) que o POUM e os jornais anarquistas reivindicavam que o governo de Largo Caballero desse a independência a Marrocos, o que minaria o moral das tropas mouros ao serviço de Franco. Porém, segundo Víctor Alba, op. cit., *ibid.*, «o POUM foi a única organização a pedir a independência de Marrocos». Escreveu Víctor Serge nas suas Memórias: «Nos dias seguintes ao levantamento militar, cuja base estava ainda estabelecida em Marrocos, os autonomistas marroquinos tinham-se oferecido para combater Franco se a república lhes concedesse um estatuto generoso. A negociação, conduzida por vários amigos meus, fracassou, provavelmente porque as chancelarias europeias se mostraram hostis a uma reforma tão audaciosa...». Ver *Mémoires d'un Révolutionnaire, 1905-1941*, em J. Rièrre et al. (orgs. 2001) 795. Alguns meses depois do começo da guerra civil, Camillo Berneri, que se havia estabelecido em Espanha como delegado do movimento anarco-sindicalista italiano, continuava a defender a necessidade de uma aliança com os anticolonialistas marroquinos, mas Largo Caballero nem queria ouvir falar no assunto. Ver *Les Giménologues* (2006) 311.

<sup>253</sup> S. G. Payne (1993) 98 assinalou que «durante a II Guerra Mundial a promoção dos movimentos de libertação nacional entre as populações das colónias e as minorias nacionais deveu-se quase exclusivamente às potências do Eixo» (corrige a tradução).

## 9. Estados Unidos: Marcus Garvey, inventor do fascismo

Nas tensões históricas profundas o fascismo foi um precursor das aspirações à autodeterminação em quadros nacionais. Mas um processo cronológico inverso pode encontrar-se também, e quando um dos mais importantes políticos negros dos Estados Unidos afirmou ter inspirado Mussolini, não foi apenas jactância de uma inegável megalomania, mas algo muito mais sério.

Marcus Garvey fundou em 1914, na Jamaica, a Universal Negro Improvement Association, e dois anos depois, ao estabelecer-se nos Estados Unidos, começou a mobilizar com a sua organização um número de participantes que só seria ultrapassado pela campanha pelos direitos cívicos, durante a década de 1960<sup>254</sup>. Aliás, a UNIA conseguiu ter filiados praticamente por todo o mundo, e nesta perspectiva é ainda hoje um caso ímpar. Apesar do colossal apoio de massas de que beneficiou, jamais atraiu os intelectuais negros, que em geral se mantiveram afastados ou lhe foram mesmo hostis<sup>255</sup>, e apesar da estrutura capitalista que Garvey imprimira à associação, os homens de negócios negros consideraram-na também com desconfiança<sup>256</sup>, aliás justificada pelos acontecimentos posteriores. A principal base de apoio da UNIA encontrava-se entre o proletariado negro das cidades do norte e do leste dos Estados Unidos. Tratava-se em grande parte de um meio social de formação recente, constituído sobretudo por imigrantes oriundos do sudeste do país e das Antilhas, que haviam sido atraídos pelo crescimento industrial. Com a participação dos Estados Unidos na primeira guerra mundial, o recrutamento militar de brancos permitiu aos negros encontrarem mais facilmente lugares nas fábricas, e além disso o elevado crescimento económico no período de 1916 a 1918 e também durante a primeira metade da década seguinte exigiu quantidades massivas de mão-de-obra não qualificada. Entretanto, a descida dos preços do algodão no mercado mundial contribuiu para estimular os negros a abandonarem os estados do sul. Nestas condições, o fluxo migratório tradicional atingiu uma dimensão sem precedentes e calcula-se que entre 1916 e 1918 cerca de meio milhão de negros se tivesse deslocado para os centros industriais do norte do país. Em Chicago, uma cidade exemplar sob este ponto de vista, enquanto o número de habitantes brancos aumentou de pouco mais de 20% entre 1910 e 1920, a população negra cresceu quase 150%. Como todos os desenraizados, bruscamente retirados de uma rede de relações sociais e ainda não assimilados por outra, esta gente mal habituada à vida urbana era uma vítima fácil, porque voluntária, dos messianismos<sup>257</sup>. Garvey parece ter sido um notável orador,

<sup>254</sup> E. D. Cronon (1968) 3; G. Padmore (1960) 97-98.

<sup>255</sup> E. D. Cronon (1968) 171; A. Herman (1997) 211.

<sup>256</sup> E. D. Cronon (1968) 52, 73-74.

<sup>257</sup> Para a análise da base social do movimento de Garvey ver *id.*, *ibid.*, 22-27 e 40 e segs.

magnético e cativante, ele viera no momento oportuno, era o Moisés Negro a indicar o caminho do cativo para a Terra Prometida.

A partir de 1920 o programa da UNIA confundiu-se praticamente com o tema do regresso a África, e foi então que se converteu numa enorme organização de massas. Reunindo em Agosto de 1920 delegados de vinte e cinco países no primeiro congresso internacional de representantes da população negra, Garvey reclamou que a África fosse reservada aos africanos e se organizasse o regresso a África dos negros de outros continentes<sup>258</sup>. Tratar-se-ia de uma verdadeira expedição colonial, porque em terras africanas os negros vindos do outro lado do Atlântico constituiriam inevitavelmente uma elite, detentora de capacidades técnicas e administrativas com as quais os autóctones não saberiam competir, e transformar-se-iam em exploradores da mão-de-obra nativa. Esses imigrantes negros, proclamou Garvey, iriam «ajudar a civilizar as tribos africanas atrasadas»<sup>259</sup>, e se tal sucedesse ter-se-ia reeditado em grande escala uma experiência anterior. A partir do segundo quartel do século XIX e até ao final desse século, vários milhares de antigos escravos haviam abandonado a América do Norte para se instalar numa região da costa ocidental africana, onde implantaram um Estado próprio, a Libéria, independente desde 1847. Ora, estes escravos emancipados tinham-se convertido numa classe dominante tão feroz que condenou ao trabalho forçado a população autóctone, a quem foi inclusivamente negado o direito de representação política. E era agora a Libéria a inspirar Garvey. Em 1920 ele enviou a Monróvia uma delegação da UNIA, que regressou com a promessa de que o governo local facilitaria empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais. No seu relatório, porém, o chefe da delegação, depois de ter insistido nas potencialidades naturais da Libéria, denunciou em termos vigorosos a elite desse país e chamou a atenção para o facto de os liberianos oriundos dos Estados Unidos manterem os nativos num regime de verdadeira escravidão. Mas para não deteriorar relações que se afiguravam promissoras Garvey decidiu manter secreto o documento<sup>260</sup> e lançou no final desse ano uma vasta campanha destinada a recolher os capitais necessários para a promoção económica da Libéria, nomeadamente a edificação de vias de transporte e outras obras públicas, a inauguração de estabelecimentos de ensino e a construção de fábricas. No começo de 1921 estava instalada em Monróvia uma delegação permanente da UNIA.

A ideia de fixar em África os negros norte-americanos era já antiga e fora proposta por alguns ilustres fundadores da independência, Jefferson por exemplo<sup>261</sup>. Desde então não faltaram

<sup>258</sup> Id., *ibid.*, 65.

<sup>259</sup> Citado em A. Herman (1997) 211.

<sup>260</sup> E. D. Cronon (1968) 124.

<sup>261</sup> E. Ginzberg et al. (1968) 2, 51; F. W. Knight et al. (1989) 771.



reformadores religiosos e figuras políticas a defender a colonização da costa ocidental africana por negros livres procedentes dos Estados Unidos, e em 1819 o governo federal encarou, embora com pouco afinco, a possibilidade de adoptar medidas neste sentido, encetando-se o processo de que resultaria a fundação da Libéria<sup>262</sup>. Com uma argúcia que nunca deixa de surpreender, Tocqueville identificou na primeira metade da década de 1830 muitos dos êxitos e dos problemas da sociedade norte-americana, contando entre as dificuldades a presença dos negros. Nos estados do norte a situação contraditória da população negra — que por um lado era livre, mas por outro lado não exercia na prática os direitos de que dispunha em teoria — não tinha consequências ameaçadoras, por ser em número relativamente reduzido<sup>263</sup>. Mas era abundante nos estados do sul e aí os brancos, para conservarem a supremacia, teriam de manter a escravidão, apesar de para muitos deles serem já notórios os inconvenientes económicos deste sistema<sup>264</sup>. Tocqueville não considerava que houvesse possibilidade de resolver pacificamente a questão<sup>265</sup> e adiantou que, no caso de a federação se desfazer, rompendo-se a unidade existente entre os brancos, os negros do sul ficariam em condições de obter a vitória<sup>266</sup>. Esta antecipação da Guerra da Secessão é um dos rasgos surpreendentes de Tocqueville, mas é outra faceta da sua análise que importa aqui salientar. Para evitar os inconvenientes da luta entre pessoas de cor diferente, ele lembrou o projecto nascido de um grupo de cidadãos que em 1820 fundara a Libéria, mas não acreditava que o transporte em massa dos negros para África resolvesse o problema. «Em doze anos, a Sociedade de Colonização dos negros transportou para África dois mil e quinhentos negros. No mesmo período, nasciam nos Estados Unidos cerca de setecentos mil negros». Mesmo que a Libéria estivesse em condições de receber um fluxo imigratório maior e o governo federal norte-americano empregasse as suas reservas e os seus navios para proceder ao transporte, argumentou Tocqueville, ainda assim não se suprimiria aquele excedente demográfico<sup>267</sup>. Como o facto de ter sido demonstrada a inviabilidade desta solução não impediu que ela continuasse a ser proposta por gerações sucessivas de políticos, vemos que se tratava aqui de necessidades históricas e não de opções racionais.

O que melhor caracteriza socialmente este projecto é a simpatia com que contava por parte de elementos dos estados escravistas do sul e a oposição com que deparava por parte da

<sup>262</sup> E. Ginzberg et al. (1968) 68-70; A. Herman (1997) 198-199.

<sup>263</sup> A. Tocqueville (1968) 203.

<sup>264</sup> Id., *ibid.*, 203-204.

<sup>265</sup> Id., *ibid.*, 197 e segs.

<sup>266</sup> Id., *ibid.*, 200-201.

<sup>267</sup> Id., *ibid.*, 202. Ver ainda a pág. 201. Segundo F. W. Knight et al. (1989) 771, em 1860 só cerca de quinze mil negros haviam abandonado os Estados Unidos para se estabelecerem na Libéria.

esmagadora maioria dos negros, que reivindicava o direito de viver no seu país em situação de igualdade com o resto da população e denunciava na colonização africana uma estratégia destinada a transferir além-mar os críticos mais enérgicos do escravismo<sup>268</sup>. Mas a escassez de realizações práticas e a antipatia generalizada dos negros não dissuadiu os promotores de um movimento migratório concebido para evitar que a população branca enfrentasse os problemas de uma sociedade etnicamente variada, e tanto antes como durante e depois da Guerra da Secessão Lincoln defendeu o envio dos escravos libertos não só para a África mas também para a América Central e do Sul ou para as Antilhas<sup>269</sup>. Agosto de 1862 marcou sem dúvida uma data histórica, quando pela primeira vez um presidente dos Estados Unidos recebeu uma delegação de negros, durante a guerra entre os estados do norte e os do sul, e para lhes dizer o quê? «Vós e eu pertencemos a raças diferentes. [...] Com frequência a vossa raça sofre intensamente por habitar entre nós, tal como nós sofremos com a vossa presença. [...] Se vós não estivésseis entre nós não haveria guerra, embora muitos dos que nela participam, de um e outro lado, não se preocupem grandemente convosco. [...] Portanto, é melhor que nos separemos. [...] O nosso povo — e devo dizê-lo, por duro que o seja — não aceita de bom grado que vós, homens livres de cor, permaneçais connosco»<sup>270</sup>. Se eram estas as palavras de Lincoln, presidente e comandante-chefe dos estados não escravistas, podemos imaginar o que pensavam os proprietários das grandes plantações do sul. Mas mesmo naquelas circunstâncias a população negra continuou avessa à hipótese de embarcar para o estrangeiro, e aliás os outros países não se mostraram interessados em aceitar nas suas metrópoles ou nas suas colónias um tal afluxo de colonizadores<sup>271</sup>. Mais tarde, alguns anos depois de terminada a guerra civil, o presidente Ulysses Grant congeminou o plano de anexar a ilha de São Domingos e povoá-la com os antigos escravos, igualmente sem êxito<sup>272</sup>. Já nos finais do século XIX era Cuba que um senador sulista propunha conquistar para fixar aí a população etnicamente indesejável, ou aproveitar a colonização do Congo por Leopoldo II, Rei dos Belgas, e recambiar os negros para lá, enquanto outro dos seus colegas sugeria o estabelecimento de um protectorado sobre o Haiti e um terceiro recomendava a colonização das costas africanas<sup>273</sup>. O regresso a África foi também defendido na mesma época por políticos negros, como George Washington Williams, que depois de ter combatido na guerra civil estudara Direito e fora eleito para o parlamento no estado de Ohio. Williams propunha-se recrutar nos Estados

<sup>268</sup> E. Ginzberg et al. (1968) 70-72.

<sup>269</sup> D. Donald (1956) 69; E. Ginzberg et al. (1968) 2-3, 93, 107, 109, 121.

<sup>270</sup> Citado em E. Ginzberg et al. (1968) 109-110. Ver também D. Donald (1956) 135-136.

<sup>271</sup> E. Ginzberg et al. (1968) 110.

<sup>272</sup> Id., *ibid.*, 2-3.

<sup>273</sup> Id., *ibid.*, 219; A. Hochschild (2017) 87, 162-163, 255.

Unidos trabalhadores negros qualificados e enviá-los para o Congo de Leopoldo II, mas uma vez mais a audiência pretendida revelou-se céptica<sup>274</sup>. E na passagem da primeira para a segunda década do século XX o presidente Taft declarou a uma delegação de estudantes negros que a emigração era a melhor solução para o problema racial<sup>275</sup>.

Para estimular o regresso a África seria necessário aprofundar a clivagem entre os negros norte-americanos e a restante população do país. Foi esta razão que levou Garvey a aceitar teses racistas extremas, opondo-se à miscigenação e excluindo os mestiços do seu movimento<sup>276</sup>. Ele defendia a segregação e pretendia a pureza racial, manifestada em cores de pele bem diferenciadas, que testemunhariam a ausência de contactos. «Eu acredito numa raça negra pura», disse Garvey, «tal como todos os brancos que se prezam acreditam numa raça branca tanto quanto possível pura»<sup>277</sup>. Quando o presidente Harding, em Outubro de 1921, declarou no Alabama que era contrário à mestiçagem e favorável à segregação, Garvey enviou-lhe um telegrama de felicitações<sup>278</sup>, e a UNIA não teve vergonha de apoiar uma proposta de lei apresentada por um senador da direita racista, que propunha o repatriamento para África de todos os negros norte-americanos. Embora por razões opostas, observou Garvey, os objectivos de ambos eram convergentes<sup>279</sup>. O que para uns era uma deportação era para outros o caminho da salvação. E assim se explica que Garvey tivesse beneficiado da aprovação do Ku Klux Klan e de outras organizações racistas brancas, cujos representantes foram frequentemente convidados a discursar nos comícios da UNIA. «A Sociedade Americana Branca, os Clubes Anglo-Saxónicos e o Ku Klux Klan gozam de todo o meu apoio na sua luta por uma raça pura», afirmou Garvey sem rodeios, «no mesmo momento em que nós estamos a lutar por uma raça negra pura»<sup>280</sup>. De certo modo, o Ku Klux Klan era contemporâneo da UNIA, pois renasceria em 1915, e, como reivindicava o envio massivo dos negros para África, favorecia qualquer propaganda que pudesse mobilizá-los naquela direcção. Aliás, Garvey não só elogiou publicamente o Ku Klux Klan pelo facto de pretender transformar os Estados Unidos numa nação branca como iniciou conversações secretas com delegados do Klan,

<sup>274</sup> A. Hochschild (2017) 115, 123.

<sup>275</sup> E. Ginzberg et al. (1968) 245.

<sup>276</sup> E. D. Cronon (1968) 191; G. Padmore (1960) 99, 100.

<sup>277</sup> Citado em E. D. Cronon (1968) 193, A. Herman (1997) 212 e G. Padmore (1960) 99. Segundo Edmund David Cronon, op. cit., 191, Garvey declarou em 1923: «Eu acredito na pureza racial e na conservação dos padrões de pureza racial». E continuaria a proclamar os mesmos princípios em Agosto de 1929, no exílio jamaicano, a crer em id., *ibid.*, 152.

<sup>278</sup> E. D. Cronon (1968) 194-195.

<sup>279</sup> Id., *ibid.*, 186-187.

<sup>280</sup> Citado em A. Herman (1997) 214. No seu mais importante livro, publicado em 1930, o doutrinador oficial do nacional-socialismo, Alfred Rosenberg, apoiou o envio dos negros norte-americanos para colonizarem a África. Ver A. Rosenberg (1986) 622-623, 626 ou id. [s. d.] 450, 452-453.

chegando a deslocar-se a Atlanta em 1922 para se encontrar com o seu chefe supremo<sup>281</sup>.

Assim como procurava a aliança da extrema-direita branca, Garvey hostilizava a esquerda e o movimento sindical, negro ou branco. Os comunistas que tentavam introduzir-se na UNIA eram expulsos e Garvey incitava os adeptos a dispersarem pela força os comícios da esquerda. Como tantos outros operários que começaram a vida política como sindicalistas e sofreram a experiência frustrante de greves derrotadas, Garvey convertera-se num adversário do movimento sindical. Em Agosto de 1929, num debate público com um representante do sindicalismo negro, ele procedeu à apologia do sistema capitalista e declarou que os negros deviam acumular o seu próprio capital, para que os trabalhadores negros pudessem exercer a actividade em benefício de patrões da mesma cor<sup>282</sup>. Desde há vários anos ele defendia que eram os operários brancos os verdadeiros rivais dos operários negros e que, enquanto a comunidade negra não tivesse conseguido desenvolver uma economia capitalista independente da sociedade branca, os operários negros tinham interesse em manter os seus salários num nível inferior ao dos brancos, para serem competitivos no mercado de trabalho<sup>283</sup>. Embora improcedentes sob o ponto de vista económico, atitudes deste tipo reflectem situações reais. Quando os operários brancos das cidades industriais assistiram ao afluxo inusitado de imigrantes negros e depararam com a concorrência dos recém-vindos nos empregos e nos espaços urbanos os conflitos étnicos multiplicaram-se, atingindo na segunda metade de 1919 um enorme grau de violência. Sem a existência de um racismo profundo na classe trabalhadora branca seria incompreensível o racismo e o anti-sindicalismo manifestado pela UNIA, e é este círculo vicioso que constitui o verdadeiro problema do racismo.

Pelas mesmas razões que a levavam a não admitir a existência de uma clivagem de classes e a considerar apenas uma divisão de raças, a UNIA apresentava-se como quadro de uma solidariedade étnica entre capitalistas negros e trabalhadores negros. A orientação seguida pela associação tinha duas faces inseparáveis, defendendo por um lado a segregação completa de negros e brancos no interior dos Estados Unidos, e por outro lado inserindo o movimento em moldes capitalistas, através da fundação de empresas e grupos empresariais. Aliás, como observou um historiador, «a própria organização da Universal Negro Improvement Association obedecia aos mesmos princípios de qualquer negócio»<sup>284</sup>. A Negro Factories Corporation, cujo capital era reservado à participação de negros, tinha por objectivo fundar e explorar empreendimentos nos grandes centros industriais dos Estados Unidos, da América Central e da África, e esta sociedade

<sup>281</sup> E. D. Cronon (1968) 103, 188-191; A. Herman (1997) 213; G. Padmore (1960) 99-100, 106-107.

<sup>282</sup> E. D. Cronon (1968) 152.

<sup>283</sup> Id., *ibid.*, 195-196.

<sup>284</sup> Id., *ibid.*, 61.

conseguiu implantar-se em certos ramos especialmente vocacionados para o consumo da clientela negra<sup>285</sup>. Mas o negócio mais arriscado em que Garvey se lançou foi a constituição de uma companhia de transportes marítimos, também sustentada exclusivamente por capitais negros, sob a forma de uma sociedade por acções, a Black Star Steamship Line. Embora a criação desta empresa fosse anterior ao lançamento da campanha para o regresso a África e nos sonhos de Garvey ela devesse obedecer a princípios de rentabilidade capitalista, na propaganda política e na publicidade comercial ambas as iniciativas ficaram estreitamente ligadas. Garvey estipulou que ninguém podia adquirir mais de duzentas acções na Black Star Steamship Line, e em quatro anos uma quantidade superior a 155.000 acções foi vendida a cerca de 40.000 negros. A dispersão do capital evitava que Garvey se submetesse a um ou outro capitalista mais poderoso e assegurava-lhe a independência na gestão. Por seu lado, os homens de negócios negros desconfiaram da viabilidade económica do empreendimento, e com toda a razão, porque aquisições insensatas e uma administração caótica acabaram por levar Garvey aos tribunais e a empresa à falência<sup>286</sup>. Na realidade, as concepções que presidiam aos negócios de Garvey estavam muito próximas do conhecido esquema em pirâmide e a Black Star Line dependeu sempre da entrada permanente de novos capitais. Em 1924, enquanto aguardava a decisão do tribunal de recurso acerca da sua condenação pelas fraudes que haviam acarretado o encerramento dessa companhia, Garvey fundou outra similar, a Black Cross Navigation and Trading Company, que tal como a anterior devia servir tanto para promover o comércio entre populações negras estabelecidas em diferentes partes do mundo como para repatriar os negros para África<sup>287</sup>.

Na emigração para África a UNIA levaria consigo não apenas uma estrutura empresarial mas também um aparelho político completo. O congresso negro internacional reunido em Agosto de 1920 proclamou Garvey Presidente Provisório da República Africana e ele formou um governo cujos membros ostentavam designações curiosas, como Supremo Potentado ou Supremo Vice-Potentado, e deviam receber chorudas remunerações, que aliás parece não ter havido possibilidade de satisfazer. Para rematar, Garvey fundou uma Igreja Ortodoxa Africana, encabeçada por um patriarca consagrado expressamente, criou ordens de cavalaria e outras instituições honoríficas, inventou títulos disparatados, Príncipe de África, Duque do Nilo, Conde do Congo e mais de igual inspiração, estipulou hierarquias, mandou desenhar, costurar e emplumar vistosíssimos uniformes, para uso seu e de mais gente, formou movimentos paramilitares masculinos, femininos

<sup>285</sup> Id., *ibid.*, 60.

<sup>286</sup> Id., *ibid.*, 50-59, 78 e segs., 101, 112 e segs.

<sup>287</sup> Id., *ibid.*, 121-122.

e infantis, que se exibiam em paradas de dezenas de milhares de participantes e aos quais faltava tudo, armas ou competência técnica, mas que possuíam nomes sonantes e roupas aparatosas, a Legião Africana Universal, as Brigadas Voadoras da Águia Negra, as Enfermeiras da Cruz Negra Universal, a Brigada Motorizada Universal, os Cavaleiros da Sublime Ordem do Nilo. Era a condição de proletário, com o seu estigma e as suas lutas, que o Moisés Negro recusava, acenando aos seguidores com a miragem da transformação em nova elite. Estavam todos a postos para o regresso a África.

Mas dos grandiosos projectos de fomento, tudo o que os liberianos viram foi uma serração mecânica. E a falta de fundos, somada ao agravamento das rivalidades internas, retirou qualquer eficácia à actuação dos delegados de Garvey em Monróvia. O governo da Libéria, que de início considerara a UNIA como uma oportunidade de reforçar o capitalismo local, passou a encará-la como uma perigosa concorrente e talvez certas pressões das metrópoles coloniais europeias tivessem contribuído para esta mudança de atitude<sup>288</sup>. Por outro lado, desde 1912 os banqueiros norte-americanos eram os principais credores da Libéria, cuja economia controlavam<sup>289</sup>. O certo é que em Junho de 1924 os governantes liberianos se opuseram terminantemente às actividades da UNIA no seu país, declarando que não autorizariam o estabelecimento de colonos enviados pela associação<sup>290</sup>, e dois anos depois concederam à companhia norte-americana Firestone, pelo prazo de um século, uma enorme concessão para exploração de borracha, que incluía a construção de um complexo portuário, viário, energético e sanitário<sup>291</sup>. Os mecanismos do capital ignoraram as taxas de melanina e, como observou um biógrafo de Garvey, «na prática o movimento do regresso a África ficou liquidado quando a República da Libéria se recusou a apoiar o programa de colonização»<sup>292</sup>. Entretanto, outros africanos haviam denunciado a pretensão de Garvey a apresentar-se como presidente provisório da África e houve também nigerianos e senegaleses a pronunciar-se contra a colonização do seu continente pelos negros norte-americanos<sup>293</sup>. Com igual insucesso deparou a delegação enviada pela UNIA à Abissínia no final da década de 1920, não se mostrando os governantes deste país interessados em qualquer afluxo massivo de negros americanos<sup>294</sup>. Perante tantos obstáculos, Garvey viu-se na necessidade de prestar atenção à política interna dos Estados Unidos e decidiu apresentar candidatos nas eleições, mas corria assim

<sup>288</sup> Id., *ibid.*, 127-128.

<sup>289</sup> R. Tucker (2015) 433.

<sup>290</sup> E. D. Cronon (1968) 129.

<sup>291</sup> R. Tucker (2015) 433-434.

<sup>292</sup> E. D. Cronon (1968) 130.

<sup>293</sup> Id., *ibid.*, 106-107, 127-128.

<sup>294</sup> R. D. Ralston et al. (1985) 749-751.

o risco de descaracterizar o seu movimento. Garvey nunca desistiu de encontrar uma base em terras africanas, e depois de romper com ele um dos dirigentes mais importantes da UNIA acusou-o de ter pretendido enviar uma delegação à Sociedade das Nações para requerer um mandato sobre certas regiões da África. Com efeito, em 1922 o representante da Pérsia na Sociedade das Nações aceitou apresentar uma petição da UNIA reclamando que fossem confiados a um governo constituído por negros os mandatos das antigas colónias africanas da Alemanha ou certos territórios da África Ocidental. E em Setembro de 1928, numa época em que as multidões já não o escutavam e quando a UNIA estava à beira da irrelevância, Garvey deslocou-se a Genebra para comunicar novamente aquela reivindicação à Sociedade das Nações. Aliás, num discurso pronunciado pouco antes em Londres ele pedira às potências coloniais a concessão de algumas regiões africanas, mesmo as mais inhóspitas, para serem entregues ao controle político e económico de negros<sup>295</sup>. Garvey morreu em 1940 e um biógrafo resumiu-lhe duas décadas de actividade ao afirmar que «a ideia de fundar um Estado africano independente nunca deixou de fazer parte do programa de Garvey até ao final da vida»<sup>296</sup>.

O Moisés Negro só aparecia como profeta enquanto pudesse acenar com o mito da colonização africana. Renegando a condição de proletários, Garvey e os seus seguidores propunham-se como «nação proletária» ou, mais exactamente, pois é sempre disto que se trata, pretendiam-se classe dominante de uma «nação proletária», nação nova, para cuja criação faltava reunir estes potenciais capitalistas aos explorados de sempre, que do lado de lá do mar não sabiam o que as marés lhes reservavam. Com o seu conservadorismo económico e o seu radicalismo político na mobilização das massas, a UNIA não se distinguiu de qualquer organização fascista. Um movimento obedecendo a critérios de recrutamento estritamente étnicos e que apresentava como única via de salvação uma expansão territorial conduzida em termos raciais deve ser considerado como uma primeira edição do partido de Hitler. Já em 1922, quando se acumulavam as dificuldades da Black Star Steamship Line e Garvey iniciava os confrontos com a justiça, ele atribuiu as suas dificuldades simultaneamente aos capitalistas brancos e aos agentes do comunismo<sup>297</sup>, recorrendo a um tipo de denúncias que seria depois muito usado pelos nacionais-socialistas. Nem faltou aos dirigentes da UNIA o anti-semitismo, para introduzir certa coerência naquela dialéctica absurda<sup>298</sup>. Ao lermos a descrição das cerimónias públicas em que o Moisés Negro recebia as homenagens de uma corte de dignitários da Legião Africana empunhando espadas e vestindo

<sup>295</sup> E. D. Cronon (1968) 109, 147-148.

<sup>296</sup> Id., *ibid.*, 186.

<sup>297</sup> Id., *ibid.*, 101.

<sup>298</sup> Id., *ibid.*, 163, 200; A. Herman (1997) 213, 214.

uniformes de gala, acompanhados por esposas cobertas de jóias, compreendemos que ainda neste pendor para a política exercida como uma encenação Marcus Garvey se revelou fascista. Ele não fugiu à verdade quando, três anos antes de morrer, considerou Mussolini como seu discípulo: «Nós fomos os primeiros fascistas. Disciplinámos homens, mulheres e crianças e preparámo-los para a libertação da África. As massas negras viram que só neste nacionalismo extremo podiam depositar as suas esperanças e apoiaram-no de imediato. Mussolini copiou de mim o fascismo, mas os reaccionários negros sabotaram-no»<sup>299</sup>.

Os «reaccionários negros» não haviam feito mais do que reconhecer que o capitalismo norte-americano estava já demasiadamente evoluído para abandonar os negros que integrara e inelutavelmente convertia em proletários assalariados, na maioria, em empresários, uns poucos. No seus termos estritos, o projecto de ida para África fora um sonho, que se desvaneceu em 1924 perante a relutância dos africanos e o descontentamento das metrópoles europeias. Não foram o Presidente Provisório, os seus ministros, o seu patriarca e as suas milícias carnavalescas quem sucedeu aos colonialistas europeus na exploração do proletariado africano. As independências não trouxeram classes dominantes de além-mar, promoveram-nas entre os autóctones, não menos cúpidas nem menos aparatosas do que quaisquer outras. Mas o fracasso prático de Garvey não representou um insucesso ideológico. Centenas de milhares de pessoas o haviam seguido, muitas mais o haviam escutado e a imprensa da UNIA atingiu durante anos uma tiragem considerável, sendo lida em diversos países e territórios coloniais, e proibida em alguns deles. Mesmo a condenação de Garvey, em Fevereiro de 1925, por fraude relacionada com a Black Star Line, a sua detenção durante quase três anos e a sua expulsão dos Estados Unidos em Dezembro de 1927 não liquidaram imediatamente o movimento, e até ao começo da década de 1930 a UNIA mobilizou adeptos. Por isso a mensagem doutrinária de Marcus Garvey tem ocupado até aos dias de hoje um lugar significativo na ideologia de muitos políticos negros, tanto nos Estados Unidos como noutros lugares, e não só na vertente fascista do movimento negro, francamente anti-semita e partidária da livre empresa capitalista, mas igualmente na esquerda radical.

Quando Stokely Carmichael, um dos mais notáveis expoentes do militantismo negro de esquerda dos Estados Unidos na segunda metade da década de 1960, partiu para a Guiné, também ele apelou para a emigração massiva dos negros norte-americanos com palavras que lembram as usadas por Garvey: «A África não precisaria de estar dependente de técnicos estrangeiros para a reparação e a manutenção do mais moderno equipamento importado. Os técnicos

<sup>299</sup> Citado em E. D. Cronon (1968) 199 e G. Padmore (1960) 106. Ver ainda A. Herman (1997) 213.



africanos existem, eles estão na América. [...] A nossa terra é em África, não na América. O nosso objectivo principal deve ser a África»<sup>300</sup>. Em meio século o capitalismo evoluíra e não era já enquanto nova burguesia que Carmichael concitava os seus irmãos de cor a atravessarem o Atlântico, mas enquanto tecnocracia, que com as suas habilitações e a sua experiência não deixaria de se impor aos autóctones. Os termos haviam-se actualizado, mas mantinham-se inalteradas as consequências desta dialéctica social.

Durante a segunda guerra mundial as vitórias iniciais dos japoneses, consideradas como o triunfo de uma cultura não europeia sobre culturas europeias, incentivaram o ânimo anticolonial e não deve subestimar-se o estímulo dado pelo nacional-socialismo alemão aos nacionalismos árabes. Mas o facto de Berlim e Tóquio terem apoiado numerosos movimentos de independência não revelou apenas o carácter do nacional-socialismo e do militarismo nipónico, pois contribuiu ao mesmo tempo para imprimir àqueles movimentos certas características fascistas. Na África negra, todavia, a influência dos fascismos só penetrou de maneira indirecta, e é precisamente isto que confere um enorme valor ao projecto animado por Marcus Garvey. Mesmo sem beneficiar da ajuda de um fascismo exterior, o anticolonialismo desenvolveu desde muito cedo uma corrente fascista original, mostrando que esta componente dos processos de autodeterminação não resultou de nenhum expediente oportunista. É difícil ignorar que ao formarem governos sob a tutela nipónica ou germânica os dirigentes nacionalistas não estavam apenas a aproveitar-se das circunstâncias e também a ser aproveitados por elas. Mas o movimento fundado e conduzido por Garvey revela outra coisa ainda — que o anti-imperialismo criou as próprias circunstâncias do fascismo onde elas não existiam.

## 10. Da «nação proletária» ao «terceiro mundo»

«Vastos sectores da população nos países coloniais e semicoloniais, mal informados dos acontecimentos na Europa, ainda são vítimas da propaganda que descreve Hitler como um libertador»<sup>301</sup>, escreveu durante a guerra o comunista alemão Albert Norden, que seria depois um dos dirigentes da República Democrática. E para um socialista de esquerda como Orwell foi necessária uma boa dose de perspicácia e a coragem não só de levar os pensamentos até ao fim mas também de os tornar públicos quando escreveu em 1947: «Os movimentos nacionalistas asiáticos ou têm

<sup>300</sup> Citado em *The Economist*, 21 de Novembro de 1998, pag. 98.

<sup>301</sup> A. Norden (1943) 9.

um carácter fascista ou orientam-se para Moscovo ou conseguem combinar ambas as posições; e hoje todos os movimentos entre os povos de cor estão afectados por um misticismo rácico. Na maior parte da América do Sul a situação é fundamentalmente semelhante e o mesmo sucede na África e no Médio Oriente»<sup>302</sup>. Aliás, na década de 1960 o fascista Maurice Bardèche foi censurado por alguns correligionários seus por atribuir com generosidade a classificação de fascista a regimes gerados pela descolonização. Com efeito, a par do comunismo e da democracia, o fascismo foi uma componente indispensável ao processo de descolonização. Por isso os regimes dos novos países independentes, para além das grandes diferenças que existem entre eles, têm em comum a articulação daquelas três correntes políticas. Pode variar, consoante os casos, o peso específico de cada uma, mas em menor ou maior grau elas encontram-se sempre juntas.

Num artigo publicado em 1952, o conhecido demógrafo e economista francês Alfred Sauvy criou o termo «terceiro mundo»<sup>303</sup>. Na década de 1930, junto com outros antigos alunos da École Polytechnique, conhecida vulgarmente como X, Sauvy havia pertencido ao grupo X-Crise, formalmente denominado Centre de Renseignements et d'Informations Sociales et Économiques, um misto de *think tank* e grupo de pressão, fundado em 1931. Este grupo inseria-se na área ideológica da Economia Dirigida que, como analisei (no capítulo 3 da Parte 3), teve em Henri de Man um teórico proeminente e em França foi proposta por Marcel Déat e os seus neo-socialistas. Situada na esquerda, devido à crítica à burguesia e à defesa da planificação, e incorrendo por isso na aversão dos conservadores, mas situada também na direita, já que se aliava às grandes empresas, que eram elas próprias instituições planificadoras, e por isso sofrendo os ataques dos liberais antimonopolistas, a Economia Dirigida estava atravessada pela mesma ambiguidade do fascismo. Igual oscilação permeava o X-Crise. Sauvy pôde emparceirar ali com figuras como, entre várias outras, Georges Soulès, Jules Moch e Charles Spinasse, até que em 1939, deflagrada a guerra, o grupo se dissolveu. O socialista Spinasse foi ministro da Economia Nacional no Front Populaire de Junho de 1936 até Março de 1937 e novamente ministro do Orçamento de Março a Abril de 1938, mas depois do armistício de Junho de 1940 dedicou-se, sob a égide do regime de Vichy, ao que poderia chamar-se amavelmente uma colaboração moderada. Pelo contrário, o socialista Georges Soulès, que também ele integrara o aparelho governativo do Front Populaire, lançou-se em Paris na colaboração total e frenética e vimo-lo já (no capítulo 3 da Parte 1) animar, juntamente com Mahé e Filliol, o golpe interno que em Maio de 1942 expulsou Deloncle do Mouvement Social

<sup>302</sup> G. Orwell (1998 a) 271. Recentemente M. Mann (2004) 6 encontrou no «socialismo terceiro-mundista» uma semelhança com o fascismo. Ver no mesmo sentido A. J. Gregor (2000 a) 18, 73 e 175.

<sup>303</sup> A. Bashford (2015) 226; M. Connelly (2010) 474; L. Wolf-Phillips (1987) 1311-1312.

Révolutionnaire. O socialista Jules Moch, que também passara pelo aparelho governativo do Front Populaire, opôs-se ao marechal Pétain desde o primeiro dia, esteve preso, depois de libertado participou na Resistência e mais tarde alistou-se nas forças militares da France Libre, para ser depois da guerra um dos principais dirigentes socialistas e um *habitué* dos ministérios, enquanto Spinasse vegetava no ostracismo e Soulès, condenado e amnistiado, iniciava uma carreira de escritor místico e esotérico sob o nome de Raymond Abellio. Estas figuras estão aqui como emblema de muitas mais. Uns haviam visto na colaboração com o Terceiro Reich a oportunidade de pôr em prática os seus objectivos, enquanto outros, quando não os mesmos, apostaram na vitória dos Aliados e preferiram deixar a sua marca na reconstrução da Europa no pós-guerra. A história implode as contradições ocultas, mas depois junta-as de novo. Durante aqueles anos difíceis Sauvy navegou entre uma prudente associação a Vichy e uma não menos prudente aproximação à France Libre, para destacar-se depois entre a tecnocracia francesa saída da Libertação.

O termo «terceiro mundo» depressa beneficiou de uma extraordinária difusão, transformado num conceito por alguns, num clamor de propaganda pela esmagadora maioria, e é rasgado pela mesma ambiguidade que atravessou o seu criador e o meio em que ele se inseriu. Originariamente, *Tiers Monde* implicava uma referência a *tiers état*, aquela vasta categoria social ou, mais exactamente, jurídica que forneceu o título ao célebre panfleto de Sieyès<sup>304</sup>. Mas as analogias ideológicas só de maneira superficial remetem para a revolução francesa, pois num nível mais profundo projectaram-se noutra direcção e com outras repercussões. Os *états*, durante o *Ancien Régime*, eram o clero, a nobreza e a plebe. Sendo *tiers*, o terceiro, um *état* ficava relegado para último lugar e, portanto, a expressão *tiers état* implicava uma conotação de despreço, de opressão ou mesmo de exploração. Sieyès convertera uma expressão depreciativa num tema insurreccional, mostrando que se uma categoria social sustentava toda a economia e não detinha nenhum poder político ela devia, logicamente, reivindicar a participação na nova assembleia representativa.

Assim, o vocábulo *état*, que se havia referido a estratos sociais, foi transportado por Alfred Sauvy para o âmbito das nações ao inspirar o emprego do termo *monde*, mundo, e um dado conjunto de nações ficou assimilado a um estrato social oprimido. O mecanismo em nada difere do usado por Corradini com a sua «nação proletária». Só que o desenvolvimento da concentração do capital e a internacionalização permitida pela derrota militar dos regimes autárquicos haviam retirado às nações o carácter de unidades económicas. Entrara-se numa época em que a economia só podia ser abordada em termos mundiais. Por isso a «nação» do começo do século XX se

<sup>304</sup> M. Connelly (2010) 474; L. Wolf-Phillips (1987) 1312.

converteu depois em «mundo». De resto, seja essa nação «proletária» ou seja «terceiro» esse mundo, o paradoxo terminológico é o mesmo. No primeiro caso juntara-se um adjetivo (*proletária*) que apenas adquire razão de ser numa estratificação horizontal da sociedade a um substantivo (*nação*) que pressupõe o oposto, já que se refere a uma integração vertical e supraclassista. No segundo caso a contradição é ainda, se possível, mais flagrante, pois o próprio termo historicamente ligado a um contexto de estratificação (*état*) inspirou um termo (*monde*) que implica, pelo contrário, a integração e que, além disso, se mantém agregado a um adjetivo (*tiers*) cujo sentido originário reforça o carácter horizontal da divisão social. Em suma, no novo contexto de internacionalismo económico o «terceiro mundo» dos anticolonialistas representa a actualização da «nação proletária» do fascismo.

Nem teria sido necessária a argúcia semântica para demonstrar algo que foi afirmado explicitamente. Muito interessado pelos problemas do desenvolvimento, o conhecido economista sueco Gunnar Myrdal não hesitou em lançar o apelo «Nações proletárias do mundo, uni-vos!»<sup>305</sup>. E ninguém se espantou pelo facto de uma personalidade eminente, que fora ministro no governo socialista do seu país nos anos imediatamente seguintes à guerra e passara depois a desempenhar funções de responsabilidade na ONU, pedir emprestada ao *Manifesto* de Marx e Engels a fórmula classista para preenchê-la com um conceito básico do fascismo. A tal ponto isto parecia natural que o marxista brasileiro Mário Pedrosa, depois de ter citado Myrdal, explicitou a analogia, escrevendo «Países subdesenvolvidos do mundo, uni-vos! Não tendes a perder senão vossas cadeias!»<sup>306</sup>. A expressão «países subdesenvolvidos» foi ali usada como sinónima de «nações proletárias». Embora considerasse que o combate ao subdesenvolvimento exigia a luta das massas pauperizadas contra os ricos dos países pobres, o que implicava que as nações subdesenvolvidas fossem atravessadas por antagonismos sociais, Mário Pedrosa afirmou igualmente que «os povos subdesenvolvidos começam a dar mostras, por grande parte de seus governos, de quererem se apresentar “organizados” no terreno internacional como um proletariado total constituído da soma de nações pobres» e apelou para que «os proletariados específicos dos grandes países industrializados» se pusessem «à altura das tarefas históricas» e fizessem «aliança com as nações *proletárias*»<sup>307</sup>. Em vez de ter liquidado o fascismo, a segunda guerra mundial fê-lo sobreviver até onde menos podíamos esperar, e se nestes exemplos foi involuntário o ressurgimento da temática de Corradini e de Kita, noutros casos a conotação de não alinhamento entre os

<sup>305</sup> Citado em M. Pedrosa (1966) 308.

<sup>306</sup> Id., *ibid.*, 309.

<sup>307</sup> Id., *ibid.*, 528-529 n. 1 (sub. orig.).

grandes blocos daquela época, o norte-americano e o soviético, surgiu conscientemente como um eco das pretensões do fascismo a situar-se acima do capitalismo e do comunismo.

Não foi só historicamente, pela dialéctica rigorosa dos factos — que tanta gente vulgar, ou mesmo erudita, insiste em considerar ocasional — que o fascismo se revelou necessário à autodeterminação dos povos colonizados. Ele foi exigido também pela lógica interna do discurso da independência nacional, e o mais poderoso contributo fornecido a estas lutas pelo fascismo italiano situou-se no plano puramente ideológico. Corradini criou para a Itália o conceito de «nação proletária», que os sindicalistas revolucionários adoptaram e serviu para levar o país a intervir na Grande Guerra e para inspirar os Fasci di Combattimento. Mas se podia classificar-se a Itália como «proletária» por ter chegado atrasada ao bodo dos impérios coloniais e ter sido marginalizada na partilha dos despojos em Versailles, consoante um critério muito mais rigoroso deveria aplicar-se aos povos colonizados o termo de «nações proletárias». Alguns inseriam-se em Estados detentores de longas tradições, por vezes milenárias. E os outros, que de início se haviam caracterizado por possuírem formações políticas menos rígidas, foram transformados em Estados — pelo menos em organismos políticos incipientes — pelas administrações coloniais. Em qualquer caso as elites autóctones pretendiam antes de mais, e acima de tudo, converter-se plenamente em classes dominantes, e para isso nenhum outro conceito fornecia um quadro tão apropriado como a «nação proletária». Aqueles que falam em termos de nacionalismo é na realidade o poder do Estado que estão a invocar. Ao difundir a expressão «terceiro mundo», esta esfera terminológica revelou uma teia política e social subjacente.

As «nações proletárias» não estavam sozinhas e opunham-se-lhes as «nações plutocráticas». Este par de conceitos foi actualizado no âmbito do terceiro-mundismo mediante o recurso a outro par de conceitos, Centro e Periferia, e ainda aqui o fascismo anterior à guerra deixou uma herança, porque estas noções foram criadas pelo economista e historiador da economia Werner Sombart, que havia abandonado a sua simpatia inicial pelo marxismo e se converteria depois num apologista do regime nacional-socialista<sup>308</sup>. Mas Sombart usara os termos Centro e Periferia num sentido apenas descritivo, e foi o economista argentino Raúl Prebisch, num curso ministrado em 1944 e num artigo publicado dois anos depois, quem pela primeira vez os empregou como elementos essenciais para a formulação de um modelo de desequilíbrio estrutural entre as nações<sup>309</sup>. Segundo Prebisch, o comércio internacional estava viciado pelas diferenças de produtividade e

<sup>308</sup> J. L. Love (1996) 80, 108.

<sup>309</sup> Id., *ibid.*, 126, 128.

pelos diferentes padrões de procura vigentes no centro industrial e na periferia agrícola, combinados com diferentes sistemas de organização do mercado de capitais e do mercado de trabalho em ambas as regiões, e estes obstáculos estruturais só podiam ser remediados pela industrialização. Prebisch inspirou e dirigiu a CEPAL, o organismo das Nações Unidas fundado em 1948 e que, apesar de consagrado à América Latina, constituiu o laboratório ideológico onde se formularam estratégias de industrialização para todo o «terceiro mundo». Ora, o desequilíbrio estrutural entre as nações era entendido pelos economistas da CEPAL como uma troca desigual, e ao conceberem a desigualdade entre o centro e a periferia como uma modalidade de exploração eles deram novo alento às teses defendidas nas duas décadas anteriores pelo economista e político fascista romeno Mihail Manoilescu.

O comércio internacional é uma verdadeira burla, denunciara Manoilescu no seu livro de 1929, *Teoria do Proteccionismo e Trocas Internacionais*, porque não é regido pela noção ricardiana de vantagem comparativa, adoptada pelos economistas neoclássicos. A tese da vantagem comparativa serve para justificar a manutenção dos países agrícolas numa situação de dependência e dos países industriais numa situação de supremacia. São as produtividades nos vários ramos de produção em cada um dos países que, segundo Manoilescu, devem ser comparadas, ou seja, o elemento fundamental é a relação entre, por um lado, uma unidade de trabalho gasta na produção de um bem destinado à exportação e, por outro lado, a produtividade do trabalho no país importador. Trata-se de avaliar o poder aquisitivo das unidades de trabalho<sup>310</sup>. Cinco anos depois, em *O Século do Corporativismo*, Manoilescu escreveu que «mediante o sistema industrial cada cidadão do Ocidente teve praticamente à sua disposição *dez escravos* das outras regiões do mundo» — os «dez» surgiram aqui porque, para simplificar, o autor admitiu que o trabalho de um operário do Ocidente equivalia ao de dez trabalhadores dos países não industrializados — «que em troca do trabalho dele lhe ofereceram o produto do trabalho de todos eles»<sup>311</sup>. Em suma, o objectivo é «*adquirir ao estrangeiro o máximo de trabalho possível, com o mínimo de trabalho possível da sua própria nação*»<sup>312</sup>.

O lugar ocupado no quadro ideológico fascista por esta teoria do comércio internacional enquanto troca desigual é-lhe marcado pela sua íntima afinidade com o conceito de «nação proletária». «*As trocas internacionais, a um contra dez, fornecem hoje "a chave" da compreensão das relações económicas entre os povos*», escreveu Manoilescu depois de ter referido a desigual-

<sup>310</sup> Id., *ibid.*, 81, 83.

<sup>311</sup> M. Manoilescu (1936) 66 (sub. orig.).

<sup>312</sup> Id., *ibid.*, 368 (sub. orig.).

dade estrutural entre os países exportadores de produtos industriais e os países exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas. «Tal como Marx, com a sua teoria, nos fez compreender os fenómenos sociais do mundo capitalista e sobretudo a exploração *de classe*, também esta teoria das trocas internacionais nos faz compreender a desigualdade *dos povos* e as relações de explorador e explorado que os unem»<sup>313</sup>. A disparidade de fortunas entre os países, explicada por Manoilescu, de forma pioneira, como um resultado das diferenças de produtividade, foi entendida não como uma desigualdade mas como uma exploração, ficando a relação entre nações assimilada ao modelo da relação entre classes. Por isso, num artigo publicado em 1940, *O Triângulo Económico e Social dos Países Agrícolas: a Cidade, a Aldeia, o Estrangeiro*, Manoilescu afirmou que o «socialismo das classes» estava ultrapassado e exigiu a sua substituição pelo «socialismo das nações»<sup>314</sup>. Como Manoilescu era em 1940 ministro dos Negócios Estrangeiros da Roménia e, naquele contexto, um apoiante do Terceiro Reich<sup>315</sup>, isto significa que passara do tema da «nação proletária» para o de um socialismo nacional que não podia, evidentemente, deixar de ser um nacional-socialismo.

A análise do sistema de dependência entendido como um sistema de exploração foi levada mais longe naquele artigo de 1940, onde Manoilescu concebeu a relação de dependência não apenas no comércio internacional mas igualmente nas trocas no interior de um país subdesenvolvido. Na sua opinião as áreas urbanas industriais exploravam as áreas agrícolas, antes de mais porque o comércio externo lhes era favorável, já que a maior parte das exportações provinha das regiões rurais, enquanto a maior parte das importações se dirigia para as cidades. «O triângulo económico constituído pela aldeia, pela cidade e pelo mercado de exportação», escreveu Manoilescu neste artigo, «desempenha o papel especial de transformar o excedente de artigos produzido pela aldeia em bens de consumo, para benefício da cidade». Em segundo lugar, a situação económica difícil em que se encontrava a economia rural conduzia-a ao endividamento, e como as fontes de crédito eram urbanas, ocorria um fluxo permanente de pagamentos do campo em direcção à cidade superior ao fluxo em sentido inverso. Uma terceira modalidade, específica da Roménia, consistia no facto de a relação entre os impostos pagos e os benefícios recebidos do Estado ser para os habitantes das cidades inferior ao que era para os habitantes do campo<sup>316</sup>.

Tanto a situação de dependência em que os países de economia predominantemente agrícola se encontravam relativamente aos países industrializados como a situação de dependên-

<sup>313</sup> Id., *ibid.*, 29-30 (subs. orig.).

<sup>314</sup> Citado em J. L. Love (1996) 84.

<sup>315</sup> Acerca da subordinação de Manoilescu à política nacional-socialista ver id., *ibid.*, 78 e 94.

<sup>316</sup> Id., *ibid.*, 88-89. A frase citada encontra-se na pág. 88.

cia em que, no interior do países subdesenvolvidos, os campos se encontravam perante as cidades indicavam uma única solução — a promoção das indústrias. Nesta perspectiva, sendo a produtividade do trabalho muito maior na indústria do que na agricultura, a passagem da actividade rural para a fabril nas nações subdesenvolvidas trazia-lhes muito mais benefícios do que nas nações industrializadas, onde o diferencial era menor. Por isso as vantagens do protecționismo, para Manoilescu, eram superiores às indicadas por Friedrich List, para quem se tratara apenas de criar condições favoráveis às indústrias incipientes até que estas estivessem capazes de sustentar a concorrência no mercado mundial e começassem a ser economicamente úteis. Segundo Manoilescu, bastava que a produtividade do trabalho num estabelecimento industrial, mesmo durante a sua fase incipiente, fosse superior à produtividade média no país, para que esse estabelecimento fosse desde logo benéfico. O critério dos diferenciais de produtividade, que servira a Manoilescu para explicar a desigualdade do sistema mundial de trocas, serviu-lhe ainda para justificar o protecționismo, e enquanto o diferencial persistisse, o protecționismo mantinha a razão de ser<sup>317</sup>. Mas como podia gerar-se o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos?

Na reedição de 1940 de *Teoria do Protecționismo e Trocas Internacionais*, Manoilescu calculou que na Roménia os salários médios eram 4,6 vezes maiores na indústria do que na agricultura, o capital por trabalhador era 4,1 vez maior, a produtividade do trabalho era 4,6 vezes maior, mas a taxa média de lucro era só 1,8 vezes maior na indústria do que na agricultura. Daqui concluiu que não existia uma correlação entre lucro e produtividade e que o interesse particular determinado pelo lucro não coincidia com o interesse nacional definido pela produtividade<sup>318</sup>. Manoilescu pôs em causa a tese dos economistas liberais, que admitiam que a rentabilidade de um empreendimento coincidissem com a sua produtividade, e portanto considerou necessário que a economia fosse regida por uma instância superior aos empresários individuais<sup>319</sup>. *O Século do Corporativismo* foi dedicado à exposição de um sistema político de organização económica que, embora mantendo o lucro e a iniciativa particular, os superava mediante a ordenação corporativa do Estado. «O espaço corporativo é um espaço onde os impulsos egoístas dos indivíduos não deixam de existir e continuam a representar forças actuantes, *mas onde, além desses impulsos, existe um sistema de forças que dirige as acções individuais para um objectivo comum constituído pelos fins do Estado*»<sup>320</sup>. Esta necessidade tornara-se especialmente urgente com a crise económica, que reduzira as trocas internacionais e as pressionara a assumir a forma de compensação

<sup>317</sup> Id., *ibid.*, 82-83, 88, 90.

<sup>318</sup> Id., *ibid.*, 82.

<sup>319</sup> Id., *ibid.*, 84.

<sup>320</sup> M. Manoilescu (1936) 361 (sub. orig.).



bilateral. «A exportação [...] tornou-se cada vez mais difícil. [...] O princípio *compra para que eu compre outro tanto* tornou-se regra no comércio externo [...] *Os exportadores e os importadores estão obrigados a sindicarem-se para prosseguir uma actividade comum com um objectivo comum.* E esta organização é-lhes imposta de fora»<sup>321</sup>. Com efeito, explicou Manoilescu, o sistema de compensação bilateral exige que o Estado intervenha para fornecer créditos, exige a padronização da produção para aumentar a produtividade e a capacidade concorrencial, exige acordos entre exportadores para que os preços não baixem bruscamente no mercado mundial, exige a adaptação da capacidade de produção à capacidade de compra, exige a especialização das instituições de crédito, e tudo isto implica a existência de uma economia organizada<sup>322</sup>. Em suma, «*querer organizar a ordem social é querer o Estado corporativo*»<sup>323</sup>.

Tanto no diagnóstico da dependência externa como no da dualidade interna dos países subdesenvolvidos soa nas teses de Manoilescu uma grande modernidade, e até a estratégia industrializadora proposta pelos economistas da CEPAL para corrigir essa situação constituiu uma reelaboração das soluções que ele havia adiantado. Com efeito, desde cedo que a influência de Manoilescu se fez sentir nos países de línguas ibéricas. Em Portugal ele foi recebido em 1936 por Salazar e por Marcello Caetano, que expressaram o seu apreço sobretudo pela doutrina corporativa<sup>324</sup>. Aliás, o autor de *O Século do Corporativismo* considerara Portugal como um dos três países onde o corporativismo era aplicado<sup>325</sup>. Mas em Espanha foram antes de mais as teses de Manoilescu sobre a desigualdade no comércio externo e a necessidade de promover a industrialização que beneficiaram de um bom acolhimento<sup>326</sup>. Para além da influência exercida pelos dois países ibéricos sobre a América Latina, as ideias de Manoilescu tiveram aí também uma repercussão directa. No Brasil sucedeu o mesmo que em Espanha e as obras especificamente económicas de Manoilescu foram discutidas antes do livro sobre o corporativismo, influenciando o principal porta-voz dos meios empresariais, Roberto Simonsen, e parece que o próprio Getúlio Vargas as leu. O certo é que o prestígio de Manoilescu na extrema-direita e no fascismo brasileiros atingiu um escopo muito vasto, desde os integralistas que na ala radical se opunham ao Estado Novo até aos tecnocratas e políticos que formulavam os objectivos modernizadores e davam um eixo ao getulismo<sup>327</sup>. Na Argentina as ideias de Manoilescu parece não terem interessado os empresários

<sup>321</sup> Id., *ibid.*, 118-120 (subs. orig.).

<sup>322</sup> Id., *ibid.*, 120-121.

<sup>323</sup> Id., *ibid.*, 126 (sub. orig.). «*A organização impõe-se*», escreveu ainda Manoilescu (pág. 122, subs. orig.), «e a sua forma natural é a *corporação*».

<sup>324</sup> J. L. Love (1996) 77, 102.

<sup>325</sup> M. Manoilescu (1936) 13. Os outros dois países eram a Itália e a Áustria.

<sup>326</sup> J. L. Love (1996) 103-104.

<sup>327</sup> Id., *ibid.*, 11, 78, 147.

industriais nas décadas de 1930 e 1940, mas eram conhecidas entre os economistas<sup>328</sup>, e também no Chile receberam um acolhimento favorável<sup>329</sup>.

Além da influência exercida pelas teses de Manoilescu sobre a estratégia de desenvolvimento industrial da América Latina, deve considerar-se uma acção indirecta, graças ao economista francês François Perroux, que em 1937 ensinou no Brasil, onde expôs as suas ideias sobre o corporativismo, citando nomeadamente Manoilescu<sup>330</sup>. Se o comprometimento político de Manoilescu o levou à morte na prisão quando os comunistas tomaram conta da Roménia, Perroux singrou entre duas águas, tal como outros compatriotas seus mais ou menos eminentes. Antes da segunda guerra mundial defendera um corporativismo independente do Estado, numa perspectiva convergente com a de Manoilescu. Tratava-se de um sistema em que, embora as greves e os *lock-outs* fossem proibidos, o poder negocial da organização do trabalho seria equivalente ao da organização do patronato, entendendo-se ambas no quadro de cada ramo de actividade e cabendo à arbitragem do Estado garantir um bem-estar máximo para a sociedade. Com o armistício e a instauração do État Français, Perroux colaborou no plano da reflexão intelectual e integrou vários *think tanks*, o que não lhe causou problemas na Libertação e lhe permitiu pontificar nos meios económicos e criar renome como terceiro-mundista. E assim ele constituiu por si só um traço de união entre ambas as épocas, prolongando as suas teorias do corporativismo, anteriores à guerra, através dos seus trabalhos posteriores sobre a desigualdade estrutural na economia.

Nesta teia ideológica é curioso o facto de Raúl Prebisch nunca se ter posicionado no âmbito do fascismo. A sua ligação, inclusivamente familiar, à elite económica argentina levou-o a iniciar a carreira na sociedade conservadora formada pelos grandes criadores de gado. Precisamente por isso os promotores do golpe militar de 1943 demitiram-no do Banco Central, de que fora o inspirador e onde ocupava as funções de director-geral, e o regime peronista manteve-o afastado dos cargos públicos<sup>331</sup>. No entanto, foi graças a Prebisch que ressurgiu após a guerra o modelo doutrinário da desigualdade nas trocas internacionais e do desenvolvimento industrial criado por Manoilescu no âmbito do fascismo. Embora no final da década de 1930 essas ideias tivessem sido discutidas nos círculos de economistas argentinos que Prebisch frequentava, elas não se encontram referidas nos seus escritos, mesmo nos mais antigos, e Prebisch declarou em

<sup>328</sup> Id., *ibid.*, 106-107.

<sup>329</sup> Id., *ibid.*, 105.

<sup>330</sup> Id., *ibid.*, 111-112.

<sup>331</sup> Id., *ibid.*, 122 e segs. Note-se que, a crer em A. Norden (1943) 72, uma filha de Prebisch casara com um importante agente nacional-socialista, o que evidentemente pode não ter aqui nenhum significado.

1977 que não sofrera a influência de Manoilescu<sup>332</sup>. Do mesmo modo afirmou que não fora influenciado por Sombart ao usar os conceitos de centro e periferia<sup>333</sup>. Mas talvez estas negativas não fossem inteiramente cândidas e podemos admitir que não conviesse a Prebisch reivindicar para si e para a CEPAL a herança de personalidades cuja reputação intelectual ficara prejudicada pela adesão ao nacional-socialismo. Manoilescu não foi um mero economista e teórico do corporativismo e, além de ter estado associado ao rei Carol II e a Ion Antonescu, ocupando diversas vezes postos ministeriais e outros cargos importantes na versão conservadora do fascismo romeno, estivera durante algum tempo próximo do fascismo radical e fora eleito para o Senado em 1937 na lista do partido de Codreanu<sup>334</sup>. Depois da derrota do Eixo era mais prudente esquecê-lo. Por outro lado, um historiador considerou que apesar de Prebisch estar próximo das teses de Perroux também aqui não teria havido uma influência directa<sup>335</sup>, mas neste caso o passado de Perroux não lhe prejudicou o prestígio nem a aceitação das suas doutrinas no pós-guerra.

Ora, além da veiculação directa das ideias existe uma difusão capilar, através de intermediários e mediante a formação de ambientes de opinião. Não é por ser inconsciente que a reprodução de um tema deixa de ser significativa. Bem pelo contrário, essa reprodução mostra o renascimento — no sentido literal da palavra — de uma das componentes da ideologia fascista. No estudo das teias ideológicas a semelhança não é menos importante do que a influência directa, e o fundamental aqui é a correspondência entre as teses de Manoilescu e as defendidas pelos economistas da CEPAL. E como, a partir da CEPAL, estas teses se divulgaram entre a esquerda e a extrema-esquerda marxista, não só na América-Latina mas no resto do mundo, voltamos à situação em que os ecos do fascismo e os do comunismo, soviético ou maoísta, se fundiram.

A questão central na ideologia terceiro-mundista e na dos seus predecessores fascistas é a confusão entre as noções de *exploração* e de *distribuição desigual dos lucros*. Em termos marxistas uma economia progride devido à capacidade de acumulação interna, gerada pelos mecanismos da mais-valia relativa, ligados ao crescimento da produtividade. A expansão imperialista é uma consequência desta acumulação interna e não a sua causa. O acréscimo da produtividade permite aos capitalistas dos países desenvolvidos explorar cada vez mais, em termos relativos, a força de trabalho desses países, e a acumulação de capital daí resultante permite-lhes converterem-se em imperialistas e apoderarem-se também de uma parte substancial da mais-valia produzida nos países menos desenvolvidos. Este processo de repartição desigual dos lucros

<sup>332</sup> J. L. Love (1996) 135.

<sup>333</sup> Id., *ibid.*, 134.

<sup>334</sup> Id., *ibid.*, 77, 94.

<sup>335</sup> Id., *ibid.*, 112.

decorrentes da exploração dos trabalhadores, definido originariamente pelo marxismo, é o oposto das interpretações geradas em torno dos pares de conceitos «nação proletária» e «nação plutocrática» ou «terceiro mundo» e «primeiro mundo». O modelo das relações de dependência formulado por Manoilescu, reelaborado pelos economistas da CEPAL e finalmente assimilado pela esquerda terceiro-mundista é um substituto do modelo das relações de exploração entre classes. Nas palavras de um historiador, as teses de Mainoiescu e de Prebisch «partilharam a mesma perspectiva teórica, separando a crítica ao imperialismo da crítica ao capitalismo»<sup>336</sup>. Esta transformação da luta entre classes numa geopolítica de sabor corradiniano fez com que o terceiro-mundismo se revelasse como um dos mais duradouros resultados do fascismo.

<sup>336</sup> Id., *ibid.*, 135.

## Capítulo 3

# O FASCISMO PÓS-FASCISTA

### 1. O que poderá ser o fascismo hoje?

Que sentido pode ter, numa época de transnacionalização económica e globalização cultural, a referência ao eixo conservador e ao eixo radical em cuja articulação se sustentaram os regimes fascistas? Não me refiro aqui aos movimentos contemporâneos animados por partidos comumente apelidados de fascistas mais como insulto do que como classificação rigorosa, porque são exteriores à dupla bipolaridade com que tenho vindo a traçar o quadro do fascismo e inscrevem-se verdadeiramente na extrema-direita radical, quando não simplesmente conservadora, embora salpicada com um pouco de populismo. Refiro-me à possibilidade, ou impossibilidade, de ressurgimento daquele quadro que considero clássico, resultante da articulação de um eixo endógeno composto pelo partido, as milícias e os sindicatos e um eixo exógeno formado pelo exército e as Igrejas.

#### 1

Um dos pólos do eixo conservador, o exército, foi convertido num aparelho de Estado suplementar ou alternativo. Após a segunda guerra mundial as forças armadas deixaram de estar exclusivamente associadas à actividade bélica, ou seja, evocando os termos de Clausewitz, deixaram de se ocupar predominantemente da guerra enquanto «continuação das relações políticas, prosseguida por outros meios»<sup>1</sup> e passaram a desempenhar acima de tudo funções administrativas e económicas no interior do próprio país. É certo que já antes haviam prestado contribuições neste sentido. O recrutamento geral obrigatório foi tão necessário como a instrução elementar obrigatória e gratuita para formar uma classe trabalhadora homogênea, um dos factores constitutivos da nação moderna. A caserna e a escola pautaram a democracia da Terceira República francesa, que serviu de modelo a grande parte do mundo. Mas nesta função o exército havia-se mantido num plano acessório relativamente à vertente civil do aparelho de Estado central. Foi na primeira guerra mundial que o aspecto propriamente castrense começou a subordinar-se aos factores económicos e administrativos. Disse Clemenceau, num dos seus usuais sarcasmos, que

<sup>1</sup> C. Clausewitz (2011) 32. Ver em geral as págs. 24, 31-34, 36, 37, 62, 102, 302, 303 e 616-622.

a guerra era um assunto demasiado sério para ser entregue ao cuidado dos militares. E os militares viram-se na necessidade de assimilar os conhecimentos da tecnocracia civil. Sem abandonarem o interesse pelos campos de batalha, os estados-maiores passaram a dar prioridade à administração de uma economia de guerra, a ponto de se converterem num dos elementos formadores do capitalismo de Estado. Os conflitos deixaram de ser ganhos no terreno e foram decididos nas linhas de produção. Este processo não ultrapassou as fases iniciais em 1914-1918, embora o estado-maior alemão o tivesse levado especialmente longe. Por isso, desde o momento da instauração do regime de Weimar que se detecta com facilidade o carácter francamente político da Reichswehr. Mas foi sobretudo durante a segunda guerra mundial que as forças armadas tiveram de duplicar internamente os órgãos de administração económica existentes no Estado civil, e na segunda metade do século XX a nova situação ampliou-se a todo o mundo. O general Eisenhower estava bem situado para ser o primeiro a usar, no discurso de despedida enquanto presidente, em Janeiro de 1961, o conceito de «complexo militar-industrial»<sup>2</sup>. Aliás, em vários países onde o desenvolvimento económico é precário e só tardiamente começou a operar-se uma homogeneização nacional, o exército tem funcionado durante longos períodos como o único aparelho de Estado.

Ora, é muito significativo que nem as instituições representativas nem as reivindicativas tivessem sido reproduzidas no interior das forças armadas. Nada existe lá que se assemelhe, sequer vagamente, a um parlamento ou um sindicato. A cadeia de comando é o único veículo da autoridade, sem votos nem referendos nem outros tipos de consulta ou de pressão, real ou fictícia. Nestas circunstâncias difundiu-se entre as chefias militares um desprezo total pela população dos respectivos países. As condições morais e institucionais estavam, sem dúvida, preparadas desde sempre, quando se recorda que para o corpo de oficiais o único critério é o objectivo a atingir, e perante ele a vida dos seus soldados não tem mais valor do que a dos militares inimigos. «Os generais são completamente insensíveis ao número gigantesco de baixas», reconheceu o primeiro-ministro britânico em 1917, embora em privado, «e mandam os soldados para uma morte certa como se fosse gado para o matadouro»<sup>3</sup>. Mas ao transformarem-se num aparelho de poder alternativo, sobreposto às instituições civis, as forças armadas deram outra amplitude a este tipo

<sup>2</sup> D. Holloway (2010) 396. Segundo R. J. McMahon (2010) 288-291 e 304, Eisenhower estava convencido de que a segurança dos Estados Unidos não dependia tanto dos aspectos estritamente militares como sobretudo da manutenção do sistema económico, das instituições políticas e dos valores culturais, que ficariam comprometidos se o governo incorresse em despesas excessivas. Já em Janeiro de 1952 ele afirmara que «a base do poderio militar é o poderio económico». Assim, o conceito de «complexo militar-industrial» formulado por Eisenhower no seu último discurso enquanto presidente destinou-se a alertar contra a política de aumento das despesas militares anunciada pelo novo presidente-eleito, Kennedy. A citação encontra-se em Robert McMahon, op. cit., 289. A insistência de Eisenhower nas armas nucleares destinava-se, segundo David Holloway, op. cit., 385, a reduzir as despesas com o armamento convencional, que mais pesavam no orçamento.

<sup>3</sup> Esta declaração de Lloyd George está citada em J. Simpson (2011) 137.

de comportamento, e as suas consequências macabras avaliam-se ao vermos que a população do próprio país, bem como as populações de países aliados, puderam ser usadas — sem o saberem — para experiências de armas radioactivas e biológicas.

Apesar de esta situação ter atingido grandes dimensões, é tão frequentemente ignorada que se torna necessário fornecer alguns exemplos. Segundo documentos oficiais hoje abertos à consulta pública, desde o final de 1944 até ao começo da década de 1950 as forças armadas dos Estados Unidos procederam a centenas de testes de armas químicas numa das suas bases no Panamá, usando em muitas ocasiões como cobaias os próprios soldados norte-americanos, sem os informar do risco a que estavam expostos<sup>4</sup>. Mas este caso empalidece ao ser comparado com outros. Na fábrica de bombas atómicas de Hanford, situada no estado de Washington, a principal dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, foram libertadas voluntariamente quantidades colossais de elementos radioactivos para fins experimentais, em segredo e com desconhecimento da população. Avaliamos as consequências se soubermos que enquanto o célebre acidente na central nuclear de Three Mile Island, em 1979, lançou no meio ambiente catorze curies de radioactividade, em pouco mais de quatro décadas de funcionamento a fábrica de Hanford emitiu quinhentos milhões de curies em resíduos radioactivos<sup>5</sup>. Entretanto, a partir de 1951 e durante doze anos, as autoridades militares norte-americanas realizaram no estado de Nevada mais de uma centena de deflagrações experimentais de bombas atómicas. Os efeitos fizeram-se sentir sobre pessoas e animais numa faixa de território que atravessou o país de um lado a outro, alcançando os estados da Nova Inglaterra, na costa leste. Ao longo de todo esse período, milhares de soldados receberam ordens para efectuar exercícios de combate pouco depois de as explosões terem ocorrido e na imediata proximidade do lugar de deflagração, e do mesmo modo centenas de operários dos serviços de manutenção do centro de testes foram deliberadamente expostos a doses altíssimas de radiações. Tanto entre os soldados e os operários como entre os habitantes das zonas mais afectadas começaram a verificar-se percentagens de cancro muitíssimo elevadas. As autoridades, porém, não só mantiveram silêncio sobre o que se passava como organizaram uma campanha de informações falsas, prevenindo, por exemplo, os soldados de que o perigo provinha da exposição aos raios solares e não das radiações atómicas. E ao sabermos que mulheres residentes em povoações atingidas por nuvens radioactivas se dirigiram aos hospitais locais com sintomas como queda de cabelo e queimaduras na pele, só para serem mandadas de regresso ao lar com o diagnóstico de «neurose» e de «síndrome das donas de casa», temos de concluir que

<sup>4</sup> *The Economist*, 28 de Fevereiro de 1998, pág. 56.

<sup>5</sup> J. R. McNeill (2010) 438-439.

houve médicos a participar na campanha de desinformação<sup>6</sup>.

Com efeito, numerosos médicos e cientistas dos centros académicos mais reputados colaboraram com a Comissão para a Energia Atómica, o departamento oficial então encarregado de superintender as questões deste tipo, para em conjunto realizarem experiências, deixando na ignorância as cobaias humanas. Entre 1945 e 1947, por exemplo, dezoito doentes receberam, sem o saber, injeções de plutónio, e este tipo de actividade científica foi continuado pela Universidade de Colúmbia ao longo da década de 1950. Pela mesma altura, numa experiência que ocorreu também sob a égide da Comissão para a Energia Atómica e foi realizada por cientistas da Universidade de Harvard e do Instituto de Tecnologia do Massachusetts, as crianças sofrendo de atraso mental que frequentavam uma escola especializada foram sistematicamente alimentadas com leite radioactivo e receberam injeções de substâncias radioactivas, para que os peritos pudessem estudar as alterações provocadas no metabolismo. Mais tarde, na primeira metade da década de 1970, um dos laboratórios da Comissão para a Energia Atómica utilizou nas suas experiências cerca de duzentos doentes com cancro, expondo-os, sem os prevenir, a níveis de radiação muitíssimo elevados<sup>7</sup>. À medida que estes casos foram chegando ao conhecimento do público, os governantes divulgaram de maneira parcimoniosa certas informações e em 1990 foi promulgada uma lei que prevê a concessão de indemnizações bastante modestas a alguns dos atingidos pelas radiações provenientes do centro de testes atómicos do Nevada, embora sem contemplar as pessoas nascidas com defeitos provocados pela exposição dos pais às radiações<sup>8</sup>. O que as autoridades não põem em causa é o direito de as chefias militares, com a colaboração do corpo científico, conduzirem experiências secretas em detrimento da população do próprio país, e isto quando o único critério de legitimação das forças armadas seria o empenho na defesa — e não no morticínio — dos seus concidadãos.

O lado oposto da Guerra Fria não desmereceu em arrogância tecnocrática. Embora a documentação mais relevante se mantenha secreta, sabe-se que um dos principais centros soviéticos de produção de plutónio e fabrico de bombas atómicas, situado nas imediações de Tcheliabinsk, na Sibéria ocidental, lançou no meio circundante quantidades muito elevadas de resíduos radioactivos, com efeitos nocivos sobre a saúde da população<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, desde 1949 até 1989 tiveram lugar em Semipalatinsk, no Kazakhstão soviético, quatrocentas e setenta deflagrações nucleares, que só após 1962 passaram a realizar-se debaixo de terra. Para que os efeitos

<sup>6</sup> C. Gallagher et al. (1993) 16-19; P. Josephson (2015) 157.

<sup>7</sup> *The Economist*, 8 de Janeiro de 1994, pág. 73.

<sup>8</sup> C. Gallagher et al. (1993) 16, 19.

<sup>9</sup> J. R. McNeill (2010) 439-441.



das radiações pudessem ser estudados por médicos e cientistas, as autoridades ordenavam aos habitantes dos lugares próximos que saíssem de casa durante as explosões e mantinham a população sob observação médica permanente. Calcula-se que, no total, um milhão e duzentas mil pessoas tivessem sido expostas às radiações daquele centro de ensaios, sendo mais de cem mil os afectados com especial gravidade, e parece que hoje o cancro e os defeitos de nascença são cinco vezes mais frequentes na região de Semipalatinsk do que em outras regiões do Kazakhstão<sup>10</sup>.

A lição destes casos é que o desrespeito que as forças armadas manifestam naturalmente perante as vidas humanas se estendeu aos seus concidadãos e fundiu-se com um tipo de intervenção científica que caracterizara a eugenia, criando uma situação nova, que não tem sido devidamente estudada. Assim, em que medida a conversão das forças armadas num aparelho suplementar ou alternativo ao poder civil e a formação do «complexo militar-industrial» alteraram este pólo do eixo conservador dos regimes fascistas? Ficou o fascismo mais distante pelo facto de ser já prescindível para a expansão do poder dos generais ou ficou mais perto, a ponto de ser integrado, sem o nome, no funcionamento interno e na actuação externa das forças armadas?

## 2

Também as Igrejas, o outro pólo do eixo exógeno do fascismo, sofreram transformações profundas através de um processo correntemente designado como *fundamentalismo*. Na verdade as raízes do fundamentalismo são antigas e já em 1924 um observador alemão caracterizara como «fascismo» o fundamentalismo religioso nos Estados Unidos<sup>11</sup>. Mas nas últimas décadas o fenómeno acentuou-se e diversas persuações religiosas têm revelado um empenho especialmente forte em inverter o princípio da separação da Igreja e do Estado, que foi um dos aspectos constitutivos da formação das nações modernas não só na área do cristianismo de origem europeia, mas igualmente entre os povos muçulmanos e no Oriente hinduísta. Num número crescente de países, estas três religiões, nas suas variadas correntes, têm obtido ou estão em vias de obter formas de influência parcial ou total sobre o aparelho civil do Estado, que lhes asseguram a possibilidade de impor à generalidade da população comportamentos religiosos e normas jurídicas independentemente das convicções de cada pessoa, o que altera substancialmente o equilíbrio entre as instituições. Aliás, o fundamentalismo islâmico actua em duas vertentes, por um lado

<sup>10</sup> *The Economist*, 25 de Julho de 1998, págs. 61-62; id., 8 de Setembro de 2001, pág. 66; P. Josephson (2015) 158.

<sup>11</sup> Este artigo publicado em *Die Christliche Welt*, 1924, encontra-se mencionado em W. Laqueur (1996) 147 e 238 n. 1.

procurando converter-se em poder de Estado no interior das nações actualmente existentes, por outro lado aspirando a reconstituir um Estado supranacional que agregue todos os sunitas numa entidade político-religiosa única. E o facto de a inspiração mobilizadora destes fundamentalismos ser religiosa e não directamente política não os exclui do quadro do fascismo clássico, porque também a Legião do Arcanjo São Miguel na Roménia e os SS no Terceiro Reich tiveram uma componente religiosa, ou mística, muito forte, além da substancial participação do clero eslovaco nas milícias de monsenhor Tiso.

A supremacia do elemento religioso sobre a sociedade laica, que constitui o programa dos fundamentalismos, tem sido conseguida graças à actuação de milícias que no modo de organização e na truculência em tudo imitam, quando não superam, as antigas milícias fascistas. Completamente alheias às reivindicações económicas e mesmo a todas as questões do trabalho, estas milícias de novo tipo destinam-se apenas a impor certas culturas e certos comportamentos. No caso do fundamentalismo cristão, tanto evangélico como neopentecostal, as milícias não aparecem explicitamente como tais e dissimulam-se como serviços de segurança ou formações episódicas de crenças mais agressivas. No islamismo e no hinduísmo, porém, as milícias têm assumido formas extremas, convertendo-se em organizações de combate ou até em verdadeiros exércitos. E se em alguns casos a formação destas milícias se deveu à iniciativa de partidos políticos ligados às correntes religiosas fundamentalistas, noutros casos foram as próprias instituições religiosas a criá-las. Assim, de maneira indirecta ou directa, um elemento que antes pertencia ao eixo endógeno do fascismo passou a incluir-se num dos seus pólos exógenos. Será que estas transformações deixam o fascismo mais longe, tornando-o dispensável, ou será que revelam uma articulação mais estreita entre os dois eixos, correspondendo a uma fascização do pólo religioso?

### 3

Além desta deslocação sofrida pelas milícias, que nascidas no eixo endógeno do fascismo começaram a reproduzir-se num dos pólos do eixo exógeno, observam-se modificações igualmente consideráveis noutro dos elementos do eixo endógeno, os partidos. O carácter supraclássico dos movimentos fascistas converteu-se em regra geral de todos os grandes partidos contemporâneos, sejam de direita, esquerda ou centro, que conseguiram deste modo realizar a integração social a que o fascismo aspirara. Esta amálgama de classes e estratos não teria sido alcançada sem a apresentação da actividade política como um espectáculo, e ainda aqui persistiu o fascismo, para o qual a política fora necessariamente uma estética. Só que agora o espectáculo mudou de forma.

São sobretudo os concertos de *rock* ou *heavy metal* e os jogos de futebol que fazem convergir fisicamente multidões nos mesmos espaços de histeria. Ora, a formação de bandos de violência organizada está em estreita relação com o futebol e o *rock*, campos férteis de recrutamento e actuação de milícias. É este o novo quadro das milícias não religiosas e da sua articulação com a neopolítica. Mas a importância do futebol e do *rock* empalidece quando comparada à outra grande manifestação estética de massas, a televisão. Já não é necessário que as massas populares sejam mobilizadas em conjunto para rituais na presença de chefes maiores ou menores, porque passaram a ficar captadas privadamente, cada pessoa assistindo em casa a uma cerimónia televisiva comum. Com o triunfo do capitalismo liberal, a desagregação das ideologias políticas converteu os partidos em aparelhos de espectáculo televisivo, cujas actividades são ritmadas pelas campanhas eleitorais. Será muito grande a diferença, ou não o será, relativamente à política como arte, que singularizara o fascismo? Se Hitler considerara que «as massas só se deixam conduzir quando estão fanatizadas»<sup>12</sup> e Perón explicara que «a massa mais perigosa é a massa inorgânica»<sup>13</sup>, então a importância assumida pela televisão na vida corrente tem como efeito mobilizar e fanatizar massas cujos elementos se mantêm fisicamente isolados. Note-se que este sistema nascido na esfera política foi depois reproduzido nas relações de trabalho pelo recurso à electrónica, que permite a obtenção de economias de escala crescentes sem exigir a concentração dos trabalhadores nos mesmos espaços físicos. E mais uma vez coloco a pergunta, terá o espectáculo televisivo deixado o fascismo mais longe, porque inútil, ou mais perto, porque interiorizado nas novas instituições?

Na sua declaração final durante os processos de Nuremberga, Albert Speer, o antigo ministro do Armamento e da Indústria Bélica do Terceiro Reich, que um relatório apresentado na Research and Analysis Branch do OSS classificou de «tecnocrata monomaniaco»<sup>14</sup>, defendeu a tese de que o nacional-socialismo fora o primeiro regime inteiramente tecnocrático. «A ditadura de Hitler foi a primeira ditadura de um Estado industrial na era da técnica moderna, uma ditadura que, para dominar o seu próprio povo, utilizou com grande perfeição todos os meios técnicos. Graças a meios técnicos como a rádio e os altifalantes, oitenta milhões de homens puderam ser submetidos à vontade de um único indivíduo». Com efeito, uma das primeiras preocupações dos nacional-socialistas logo que chegaram ao poder foi promover o fabrico em massa de aparelhos de rádio de baixo preço, de modo que em 1939 70% das famílias germânicas possuíam um rádio, a

<sup>12</sup> Citado em H. Rauschning (1939) 238.

<sup>13</sup> Citado em H. Campo (1983) 152.

<sup>14</sup> Esta passagem do relatório de circulação restrita apresentado por Franz Neumann e Paul Sweezy a 13 de Setembro de 1943 encontra-se em R. Laudani (org. 2013) 115.

mais alta percentagem na Europa, correspondente ao triplo da verificada em 1932. «O telefone, o telex e a rádio», continuou Speer a explicar aos representantes dos vencedores, «permitiram que as mais altas instâncias transmitissem imediatamente as suas ordens aos escalões inferiores, que as aplicaram sem discussão, devido à alta autoridade de que emanavam. Numerosas repartições e departamentos receberam por esta via directa as suas ordens funestas. Estes meios tornaram possível submeter os cidadãos a uma vigilância muito ramificada, ao mesmo tempo que ficou muito fácil manter em segredo os procedimentos criminosos. Para um leigo, este aparelho de Estado pode assemelhar-se à confusão aparentemente absurda dos cabos de uma central telefónica. Mas, tal como sucede com a central telefónica, bastava uma vontade única para utilizá-lo e dominá-lo. As ditaduras anteriores tinham tido necessidade de colaboradores qualificados, mesmo nos cargos subalternos, de pessoas capazes de pensar e agir por iniciativa própria. Isto é prescindível num sistema autoritário da nossa era técnica, pois bastam-lhe os meios de informação para mecanizar o trabalho dos órgãos subalternos. O resultado é aquele tipo de indivíduo que recebe uma ordem sem a discutir»<sup>15</sup>.

São observações lúcidas, sobretudo por insistirem na importância da informação, naquela época em que a electrónica mal dava os primeiros passos e praticamente não eram ainda usados computadores. Mas se levarmos o raciocínio de Speer às consequências extremas, concluiremos que este complexo aparelho técnico, num quadro social dominado pelos gestores, permite dispensar a figura do chefe supremo. A vontade que, sozinha, pode utilizar e dominar a totalidade dos meios técnicos já não emana de um indivíduo, mas globalmente da classe dos gestores. A autoridade pessoal foi imprescindível enquanto a tecnologia não adquiriu a configuração que tem hoje, com as redes de difusão de informações a pressuporem acima delas um centro. Independentemente de quem ocupe esse centro, de quantas pessoas o ocupem ou mesmo de alguém pessoalmente o ocupar, a sua mera existência, implícita na técnica informática, assegura à autoridade uma centralização absoluta e um âmbito ilimitado.

Os gestores e a tecnologia que os corporaliza prosseguem actualmente uma descentralização das instituições económicas e políticas, sem pôr em causa a unificação e a concentração da autoridade. No organograma os pólos de decisão proliferam, tornam-se difusos os limites das empresas e das nações, as cadeias de comando sobrepõem-se e as próprias hierarquias parecem

<sup>15</sup> A. Speer (1979) 676-677. Os dados sobre o número de rádios encontram-se em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 192. Segundo A. Tooze (2006) 149, no segundo semestre de 1938 só metade das famílias do Reich possuía um aparelho de rádio, enquanto as percentagens correspondentes eram 68% na Grã-Bretanha e 84% nos Estados Unidos; mas em 1939 foi introduzido um novo modelo, bastante mais barato, o que aumentou muito a venda de rádios.

quebrar-se ou inverter-se abaixo de certo nível, e tudo isto é possível porque no sistema tecnológico a verticalização das tomadas de decisão e a hierarquização da sua execução se mantêm absolutamente rigorosas. Nestas circunstâncias o fenómeno moral da ausência de responsabilidade dos executantes, devido ao mero facto de cumprirem ordens, já não tem como consequência a responsabilização dos dirigentes supremos. No seu domínio colectivo os gestores aboliram a noção de dirigente supremo, diluíram as responsabilidades, converteram os verdadeiros dirigentes em aparentes executantes, de maneira que os desresponsabilizaram a todos. O poder dos gestores é anónimo. A responsabilidade deixou de ser um critério pessoal e passou a ser atribuída à infra-estrutura técnica, que assegura as condições de exercício do sistema económico e político.

Se esta análise estiver certa, então Hitler, além de ter inaugurado um regime inovador, representou também no âmbito da tecnocracia uma herança ultrapassada. Aquele vazio de espírito que Speer tão bem descreveu na vida quotidiana do Führer, a futilidade dos seus interesses privados, a superficialidade dos seus gostos, a companhia ignara de que se rodeava, a inanidade das conversas em que participava, a profunda chateza dos longos monólogos com que afligia os eternos convidados, tudo isto, que emanava do vácuo de personalidade de Hitler, é agora transportado pela televisão ao interior de todas as casas, pior, ao interior de todas as cabeças. Já não é necessária a influência deletéria da corte de um déspota intelectualmente nulo, quando os meios técnicos permitem multiplicar esta nulidade até ao infinito.

Hoje, mundialmente, o totalitarismo pode ser democrático, o que significa que se apagou na supremacia anónima dos gestores. E o tiranicídio perdeu qualquer razão prática, num sistema em que a tirania deixou de ser pessoalizada. Enquanto não for considerada colectivamente responsável a classe dominante dorme descansada, mas fá-lo porque o fascismo ficou muito mais longe ou porque ela o incorporou?

#### 4

Para concluir este rápido panorama, no eixo endógeno do fascismo restam os sindicatos. Após a segunda guerra mundial, na esfera hegemónica pelo capitalismo norte-americano o *welfare state* oficializou a função da burocracia sindical enquanto organizadora do mercado de trabalho, na medida em que a planificação do crescimento económico teve como base os acordos periódicos estabelecidos entre as grandes empresas ou as confederações patronais e as centrais sindicais relativamente à taxa de aumento das remunerações dos assalariados. Esta situação privilegiada permitiu aos sindicatos consolidarem em vários países a sua posição de proprietários de

empreendimentos imobiliários, comerciais e financeiros, por vezes também industriais. Nas últimas décadas, porém, em relação mais ou menos estreita com a privatização das empresas estatais, os investimentos sindicais alteraram a incidência e passaram a interessar-se sobretudo pelos fundos de pensão. Em 2003, dos dezassete mil biliões de dólares de fundos de pensão e fundos mútuos activos mundialmente, em doze mil biliões, ou seja, 70%, os sindicatos tinham uma participação directa ou indirecta. Entretanto, do outro lado da linha divisória da Guerra Fria, no capitalismo de Estado soviético os administradores das empresas contavam na gestão corrente com a colaboração activa dos dirigentes sindicais. Além disso, uma parte considerável da remuneração era constituída não por dinheiro mas por serviços, cerca de 1/4 em 1970, aumentando para quase 1/3 em 1987; e como o acesso a estes serviços passava pela autorização dos dirigentes sindicais, pode dizer-se que os sindicatos soviéticos se inseriam no padrão colectivo constituído pela burocracia estatal. Esta situação explica que após a desagregação da esfera soviética e o lançamento da campanha de privatizações, até ao final de 1995 o controle de praticamente 3/4 das empresas russas fosse adquirido pela coligação dos administradores destas empresas e dos seus dirigentes sindicais, enquanto representantes dos trabalhadores<sup>16</sup>.

Por um caminho ou por outro, em todo o mundo se desenvolveu o capitalismo sindical, de modo que os sindicatos hoje correspondem mais a entidades empresariais do que a órgãos reivindicativos. Será que esta nova situação torna remota a eventualidade do fascismo, na medida em que os sindicatos deixam de ser úteis para qualquer tentativa de radicalismo arruaceiro, ou, pelo contrário, terá passado a vigorar um dos elementos do programa fascista, estabelecendo-se modalidades informais de corporativismo graças à integração do capitalismo sindical na globalidade do sistema?

## 5

Talvez nos aproximemos de uma resposta a estas sucessivas interrogações, ou talvez não, observando o que se passa no único país onde o fascismo ressurgiu na forma clássica.

Se recordarmos o ideal de comunismo que lhe deu origem e lhe serviu de legitimação, o maior fracasso do sistema soviético, culminando a série de outros fracassos, foi ter gerado uma sociedade onde os fascismos clássicos e até o racismo de inspiração nacional-socialista, mesmo desprovidos de ligações directas ao passado, encontram condições para ressurgir e prosperar. Aliás, talvez a linha de raciocínio deva ser diferente e possamos usar a difusão do fascismo e da

<sup>16</sup> Acerca destes aspectos deve consultar-se o livro que escrevi em colaboração com Luciano Pereira, *Capitalismo Sindical*, São Paulo: Xamã, 2008, nomeadamente as págs. 36 e 79-81.

extrema-direita nacionalista na Rússia actual como critério para reavaliar as tendências de evolução do regime soviético. Quando a figura mais notável do nacional-bolchevismo russo contemporâneo, Eduard Limonov, diz que sofreu em jovem a influência formativa da poesia de Aleksandr Blok<sup>17</sup>, que a mim me parece a voz inspirada da revolução bolchevista e quem melhor entendeu a força que lhe estava subjacente, será só uma ilusão de óptica de Limonov ou terei de pensar tudo de novo?

Mais grave ainda como sintoma é o facto de não se tratarem de meras imitações nem de tentativas de transposição de modelos históricos caducos. Porque uma coisa foram os fascismos russos criados na emigração entre os fugitivos da guerra civil e que revelam mais o ambiente europeu e nipónico do que o país de origem, apesar de Zubatov e as Centúrias Negras terem sido em vários aspectos genuínos precursores. Outra coisa muito diferente é o fascismo russófilo nascido autonomamente na década de 1960 no interior da própria sociedade soviética<sup>18</sup>, em que se encontram as raízes de correntes políticas actuais. E ainda que uma figura como Pyotr Savitsky possa ter servido de elo de ligação<sup>19</sup>, creio que foi mais marcada a ruptura do que qualquer eventual continuidade<sup>20</sup>. As modalidades de fascismo geradas na sociedade soviética buscaram decerto inspiração em modalidades anteriores, mas tratou-se quando muito de uma influência tardia sobre um movimento já formado e definido no seu eixo fundamental e que recorre a exemplos passados para gerar algo de novo<sup>21</sup>. Assim, por exemplo, Aleksandr Barkachov, fundador da Unidade Nacional Russa, modificou a dialéctica racial tripla aplicada pelo racismo hitleriano e promoveu os eslavos de *Untermenschen* a ramo da raça ariana<sup>22</sup>. Num plano mais refinado, deve notar-se a importância do racismo transcendente de Evola para a formação do pensamento de Aleksandr Dugin, e como Dugin se interessa igualmente pela Ariosofia<sup>23</sup>, isto situa-o na linhagem de Lanz von Liebenfels e, portanto, na proximidade dos interesses esotéricos de Hitler e Himmler. Trata-se aqui de uma revitalização das fontes do Terceiro Reich para a partir delas criar formas contemporâneas.

Aliás, o que ocorreu foi uma revitalização da própria inspiração originária do fascismo. Um observador da situação russa destacou a aproximação, tanto no plano doutrinário como no prático, entre os fascistas e os neocomunistas, adoptando uns um socialismo de Estado e os outros um

<sup>17</sup> S. D. Shenfield (2001) 203.

<sup>18</sup> A. J. Gregor (2000 a) 93-107; S. D. Shenfield (2001) 40-42.

<sup>19</sup> S. D. Shenfield (2001) 37, 43.

<sup>20</sup> Id., *ibid.*, 45-47.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, 42. Depois de analisar cinquenta documentos programáticos de vinte e sete organizações nacionalistas russas contemporâneas, id., *ibid.*, 45 concluiu que «os nacionalistas russos contemporâneos não estão muito interessados em demonstrar adesão a uma tradição intelectual».

<sup>22</sup> Id., *ibid.*, 127.

<sup>23</sup> E. Carrère (2011) 348-349, 463; S. D. Shenfield (2001) 192-193, 195-197.

nacionalismo explícito, e sendo o nacional-bolchevismo o resultado último desta convergência, mas insistiu nos obstáculos que dificultam aquela aproximação<sup>24</sup>. Outro historiador reforçou estas conclusões e descreveu a conjugação entre, por um lado, a vertente mais nacionalista e russófila do antigo partido comunista e, por outro, o anticomunismo fascista ressurgido na década de 1960, embora considerasse que «quase todos foram, e continuam a ser, periféricos aos principais desenvolvimentos políticos na Rússia pós-soviética»<sup>25</sup>. Nada impediu que o colapso dos restos de marxismo num puro nacionalismo de Estado se juntasse àquele nacionalismo autoritário que sempre fora antimarxista, e vemos agora aparecer, sob a égide do ultranacionalismo, um antimarxismo stalinista<sup>26</sup>. O primeiro-secretário do Partido Comunista da Federação Russa, Gennady Zyuganov, sustenta que no final da guerra Stalin estaria decidido a abandonar as referências ao marxismo-leninismo e a adoptar oficialmente uma nova ideologia, baseada no patriotismo soviético, e lastima que a morte o tivesse impedido de levar a cabo essa remodelação<sup>27</sup>. No mesmo sentido, depois de observar a difusão das teses nacionalistas no interior da burocracia soviética e do próprio Partido Comunista e do KGB, um historiador concluiu que «eles consideravam o comunismo como uma fase transitória em direcção ao triunfo da Rússia enquanto potência mundial»<sup>28</sup>. Creio que para consolidar o patriotismo soviético, ou mesmo russo, não seria necessário rejeitar a tradição marxista e muito menos a leninista, mas esta versão da história tem o interesse de revelar, aqui também, a revitalização de fontes que poderíamos julgar caducas. Quando um autor observou que há «mais fascismo do que marxismo nas ideias políticas de Zyuganov»<sup>29</sup> e outro autor hesitou em considerar se o Partido Comunista da Federação Russa é já fascista ou só se aproxima do fascismo<sup>30</sup>, parece-me haver razões para duvidar que a convergência se mantenha marginal, já que este é o segundo maior partido do país, que nas eleições parlamentares de 2011 obteve um pouco mais de dezanove por cento dos votos, tendo Zyuganov conseguido mais de dezassete por cento dos votos nas eleições presidenciais do ano seguinte. Teríamos então aqui um renascimento do nacional-bolchevismo? Um historiador, porém, considerou que o nacionalismo se tornou para Zyuganov o objectivo principal, sendo o comunismo apenas um meio para o

<sup>24</sup> W. Laqueur (1996) 180, 184, 197.

<sup>25</sup> A. J. Gregor (2000 a) 111-127. A frase transcrita encontra-se na pág. 114.

<sup>26</sup> Ver por exemplo as declarações de Prokhanov em *id.*, *ibid.*, 119, 121 e as de Zyuganov nas págs. 125-126 e em S. D. Shenfield (2001) 53-54. Quanto às opiniões da Unidade Nacional Russa a este respeito ver Stephen Shenfield, *op. cit.*, 121.

<sup>27</sup> A. J. Gregor (2000 a) 125-126.

<sup>28</sup> V. M. Zubok (2010) 94.

<sup>29</sup> A. J. Gregor (2000 a) 125. Ver igualmente S. D. Shenfield (2001) 51-59.

<sup>30</sup> S. D. Shenfield (2001) 51. Este autor considerou (pág. 53) que Zyuganov não é um fascista no sentido clássico do termo mas que o seu partido tem o potencial para evoluir nessa direcção e concluiu (pág. 59) que «é impossível negar que há uma parte de verdade nas acusações de que o Partido Comunista da Federação Russa, sob a direcção de Zyuganov, contribuiu para tornar a situação russa mais propícia à ascensão do fascismo».



alcançar<sup>31</sup>. Talvez seja noutra lugar que encontremos uma versão do nacional-bolchevismo em que ambos os termos mantenham um equilíbrio dinâmico, cada um potenciando o outro num radicalismo que rompa com o conservadorismo de Zyuganov.

Ao verificar que o Partido Nacional-Bolchevista russo foi fundado e é chefiado por um escritor como Eduard Limonov e contou com um músico como o prematuramente falecido Sergey Kuryokhin, concluo que um fascismo que se situa na vanguarda estética implica também necessariamente uma ruptura política. Com efeito, Limonov e os seus nacionais-bolchevistas são vistos na Rússia, mais do que como um partido, como uma contra-cultura<sup>32</sup>. É certo que procedem à apologia do stalinismo e do aparelho repressivo daquela época<sup>33</sup> e proclamam a aversão à *perestroika*<sup>34</sup>. Mas este stalinismo, se não deixa de ser uma referência histórica, é ainda usado como uma provocação, por exemplo quando os seguidores de Limonov gritam «Stalin! Beria! Gulag!»<sup>35</sup>. Para Limonov a revolução nada tem a ver com trabalhadores nem com fábricas, e se ele é obcecado pela vida heróica<sup>36</sup>, o heroísmo que preza é o dos pequenos malfeitores, que dariam voz aos tímidos desejosos de sair da vida morna, aos marginais que só sofreram fracassos e insucessos e anseiam por outra coisa<sup>37</sup>. Nesta apologia de uma «aristocracia do submundo, que tanto o entusiasmou na adolescência»<sup>38</sup>, encontramos um tema indispensável ao fascismo, a substituição das elites. Para toda aquela gente Limonov se apresenta como o chefe indiscutível<sup>39</sup>, e prefere ter às suas ordens um partido de meia dúzia de pessoas do que ocupar um posto subalterno num partido que reúna milhões de adeptos<sup>40</sup>. Podemos assim entender qual é o stalinismo de que Limonov faz a apologia. Para ele a sociedade soviética não era totalitária, porque a confusão reinante fornecia aos rufiões inúmeras maneiras de se desenrascarem<sup>41</sup>. A alguém que se surpreendeu com os seus elogios ao KGB, Limonov respondeu «que nunca fora um dissidente, só um delinquente»<sup>42</sup>. Era exactamente deste tipo o radicalismo das milícias fascistas e é através dele que Limonov interpreta o bolchevismo. Quando os seus seguidores saudam com o braço

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, 53.

<sup>32</sup> E. Carrère (2011) 384.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, 19, 154, 181, 232, 241, 261, 264, 343, 398, 414-415, 428.

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, 249-250, 255, 261, 285, 308.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, 20, 413.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, 102, 223.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, 196-197, 209-210, 241, 405, 446. No entanto, segundo id., *ibid.*, 187, Charles Manson é um dos heróis de Limonov.

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, 444-445. «[...] ele, que sempre respeitou os bandidos [...]», acrescentou o autor (pág. 444).

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, 118, 134.

<sup>40</sup> Id., *ibid.*, 366. «Temos de reconhecer uma coisa a este fascista», escreveu Emmanuel Carrère, *op. cit.*, 408-409, «ele só gosta e sempre gostou dos minoritários».

<sup>41</sup> Id., *ibid.*, 99.

<sup>42</sup> Id., *ibid.*, 273.

estendido e o punho fechado<sup>43</sup>, estão a simbolizar num gesto único o cruzamento de dois símbolos que outrora se digladiaram, e nesta reconstrução do eixo endógeno o fascismo de Limonov parece suficientemente dinâmico para procurar o eixo exógeno. Como ele disse um dia a um oficial do FSB, em vez de perseguirem os nacionais-bolchevistas deviam servir-se deles e deixá-los fazer aquilo que o poder legal não pode fazer<sup>44</sup>. Mas para já nada indica que o poder legal precise desta revolta para consolidar a sua ordem.

Será que estas reencenações da história, tanto na versão conservadora como na radical, poderão transcender a periferia do palco e aproximar-se da ribalta, ou mesmo ocupar toda a cena russa? E será que a influência internacional conseguida pelo presidente Vladimir Putin, em torno de quem rodam os fascismos russos, terá como um dos efeitos aproximar a extrema-direita europeia e norte-americana do modelo clássico do fascismo ou, em sentido inverso, contribuirá para diluir o fascismo clássico em modalidades banais de populismo? Para já, porém, no resto do mundo o panorama é outro e o quadro de um possível fascismo transformou-se profundamente.

## 2. Serão o pós-modernismo e o culto das identidades um fascismo do nosso tempo?

«O irracionalismo e a hostilidade ao progresso andam sempre juntos», observou Lukács num livro em que o progresso, todavia, se encontra caracterizado de maneira tão ingenuamente jacobina que um leitor que se cingisse a estes termos poderia, no final, justificar o irracionalismo através da crítica ao desenvolvimento capitalista<sup>45</sup>. Prefiro a formulação de outro autor, para quem o fascismo consistiu numa «revolta moderna contra a modernidade»<sup>46</sup>, e um historiador enunciou

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, 20. Por seu lado, S. D. Shenfield (2001) 209 observou que «Limonov esforça-se evidentemente por combinar o fascismo, o leninismo, o stalinismo e o anarquismo».

<sup>44</sup> E. Carrère (2011) 422.

<sup>45</sup> G. Lukács (1980) 64.

<sup>46</sup> P. Sloterdijk (1987) 206. «As origens do fascismo residem numa ruptura trágica com a modernidade em nome da modernidade», escreveu V. Tismaneanu (1998) 110, e numa perspectiva vizinha F. Germinario (2001) 45 caracterizou o fascismo como «uma reacção moderna aos estragos provocados pela modernização». Por seu lado, S. G. Payne (1993) 98 (sub. orig.) concluiu que «o fascismo era fundamentalmente modernista, mas não estava interessado na modernização *em si só* e combateu vigorosamente certos aspectos da modernização, ou tentava ajustá-los novamente duma maneira fundamental». Relativamente ao fascismo italiano Stanley Payne, *op. cit.*, 93 considerou que «o balanço não é de modernização pura nem de antimodernismo puro, mas de uma mistura complexa [...]» e quanto ao nacional-socialismo germânico concluiu (pág. 87) que os ideais do ruralismo e da pequena-empresa coexistiram com tendências opostas. Não teve por isso razão Tim Mason ao pretender que o carácter retrógrado das medidas nacional-socialistas era só aparente e não resultava de uma revolta contra a modernidade, mas do desenvolvimento de aspectos que existiam latentes na própria modernidade. Ver J. Caplan (org. 1995) 78. No nacional-socialismo, observaram J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 184, «aspectos arcaicos e modernos coexistiam lado a lado» e há já muitos anos Thomas Mann, citado por J. Herf (1986) 2, lhe chamara «um romantismo altamente tecnológico». J. C.

o percurso inverso ao observar que «se o fascismo foi modernista, foi-o de um modo reaccionário»<sup>47</sup>. Este paradoxo resume todo o futurismo, enquanto exemplo da tentativa fascista de síntese entre o primitivismo e o modernismo<sup>48</sup>, mas ele assumiu a forma extrema no Terceiro Reich, onde, como já analisei longamente (no capítulo 5 da Parte 2), se usaram e desenvolveram as normas da produtividade para exterminar uma força de trabalho eslava e judaica que era a própria condição da produtividade. Neste caso Lukács viu certamente ao considerar o nacional-socialismo «uma filosofia do canibalismo modernizado»<sup>49</sup>, destacando o carácter antimoderno daquele modernismo. Por isso o politólogo Harold Lasswell classificou a actividade dos pensadores nacional-socialistas como «justificações intelectuais do anti-intelectualismo»<sup>50</sup>. Mas numa época como a nossa, em que nos países evoluídos não resta traço das formas económicas pré-capitalistas, o reaccionarismo não pode mais confessar-se antimoderno, como havia feito entre as duas guerras mundiais. Passou a ser pós-moderno, mas do mesmo modo que o fascismo antimoderno se proclamara pós-liberal e pós-marxista. Neste emaranhado de prefixos, os *pós* tecem a trama da retórica aliciante, que reduzida ao esqueleto se desvenda como meramente *anti*. Seria então o pós-modernismo um fascismo de contrabando, viajando incógnito e oferecendo em redor, com

Fest (1974) 174 observou a «estranha mistura de medievalismo e modernidade» que caracterizara os nacionais-socialistas e, referindo-se a Hitler, escreveu (pág. 911) que «a sua modernidade era permeada por traços de arcaísmo»; ver também a pág. 1186. E Trotsky comentou em «What Is National Socialism?», um panfleto escrito em Junho de 1933, que, com o fascismo, «não só nas casas camponesas mas também nos arranha-céus das cidades, ao lado do século XX vive o século X ou o XIII». Ver *The Rise of German Fascism...*, 525. Uma discussão acerca deste tema encontra-se em S. D. Shenfield (2001) 7-13, Stanley Payne, op. cit., 85 e segs. e id. (2003 b) 471-486. Mais recentemente, D. Orlow (2009) 4 considerou que o fascismo pretendia recorrer à modernidade para restaurar a pré-modernidade. Ver ainda Joachim Fest, op. cit., 160-161, 174-176, 1260, 1298-1307 e consultar também R. Strayer (2015) 447 e A. Tooze (2006) 469.

<sup>47</sup> W. Laqueur (1996) 70. Usando praticamente as mesmas palavras, F. Finchelstein (2017) 58 escreveu: «O fascismo era essencialmente moderno. No entanto, era uma forma “reaccionária” de modernismo». S. D. Shenfield (2001) 11-12 observou com pertinência que nos fascismos podia existir um culto pela tecnologia, mas o pensamento científico — racional, crítico e empírico — era sistematicamente rejeitado. A. Quinchon-Caudal (2013) 135 considerou que «as duas grandes tendências contraditórias da ideologia nacional-socialista» eram «a nostalgia da idade de ouro e o culto da modernidade». Para uma análise da extrema-direita e do nacional-socialismo alemães como um «modernismo reaccionário», juntando a recusa do racionalismo com a aceitação da tecnologia, ver J. Herf (1986) *passim*. Porém, Jeffrey Herf, op. cit., 217 considerou o «modernismo reaccionário» como «uma resposta especificamente alemã» e acrescentou (pág. 219) que noutros países se tratara de atitudes individuais que não se haviam convertido em partes constitutivas de uma identidade nacional. «Bárbaros modernos» foi como J. Kuczynski et al. (1942) 5 e 6 chamaram aos fascistas, que usavam a ciência e a planificação. J. Baberowski et al. (2009) 196 disseram o mesmo por outras palavras quando escreveram que «a utopia nacional-socialista era ao mesmo tempo moderna e terrorista». Ver também M. Mann (2004) 80 e 353-355. Juntando tudo, Drieu La Rochelle, citado em R. J. Soucy (1966) 52 e id. (1970) 83, reivindicou para os fascistas «a brutalidade, a simplicidade bárbara de um homem moderno». Finalmente, segundo B. Rubin (2010) 346, «para Mosley “moderno” era talvez o supremo elogio».

<sup>48</sup> Já em 1911 Boccioni e outras figuras de proa do futurismo se haviam apresentado como «os primitivos de uma nova sensibilidade» e três anos depois Boccioni proclamou que «inspiramo-nos no elemento de *barbarie* que existe na vida moderna». Ver respectivamente F. T. Marinetti (1911) 186 e U. Apollonio (org. 1973) 176 (sub. orig.). Também em 1914 os vorticistas apresentaram-se como «Mercenários Primitivos no Mundo Moderno». Ver R. Cork (1974) 21, A. Danchev (org. 2011) 77 e *Wyndham Lewis...*, 344.

<sup>49</sup> G. Lukács (1980) 737.

<sup>50</sup> Citado em S. Ranulf (1939) 19. «O anti-intelectualismo dos intelectuais», escreveu J. Herf (1986) 28 e 56. Para uma apologia do anti-intelectualismo enquanto modalidade do anti-racionalismo ver J. Evola (2003).

outros nomes e dispostas de outra maneira, as mesmas velhas bugigangas?

O mais trágico de tudo, e o mais perverso, é que os temas do fascismo ressurgiram e tornaram-se dominantes numa área conotada com a esquerda, com outra nomenclatura, disfarçados de descobertas recentes. Como me disse um dia o Miguel Serras Pereira, «confundem novidade com amnésia». Não há praticamente teses adoptadas pela esquerda pós-moderna que não tivessem sido sustentadas pelos fascistas italianos ou pela extrema-direita radical e pelos fascistas na república de Weimar e no Terceiro Reich. O que aconteceria a tantos autores, pior, a tantas correntes que contam com enorme audiência nos meios intelectuais se fosse ressuscitado o conhecimento dos clássicos do fascismo? Se não tivesse ocorrido o círculo vicioso da censura e do esquecimento interessado, não seriam poucas as celebridades da moda a sofrer acusações de plágio. A longa marcha prosseguida pelo pensamento irracionalista desde o termo da última guerra mundial para numa primeira fase se infiltrar no panorama da esquerda e numa segunda fase adquirir aí a hegemonia constitui uma das manifestações mais flagrantes do fascismo pós-fascista. Chama-se hoje esquerda a quê?

Antes de mais, a negação do determinismo pela apologia da vontade, a dissolução do conceito de exploração através de uma noção de poder tão difusa que abarca tudo, o primado atribuído à política sobre a economia<sup>51</sup>, a conversão de uma nação ou uma etnia num postulado ideológico, foram estes os impulsos geradores do fascismo e são eles que passaram a definir o horizonte da esquerda pós-moderna. A celebração de Nietzsche e de Heidegger como mentores dessa esquerda representa a forma contemporânea de repercussão dos temas da direita no interior da esquerda, condição indispensável do fascismo. É impossível ler o que os românticos alemães escreveram sobre os povos como totalidades orgânicas, sobre a língua e sobre o Estado, é impossível conhecer as atitudes vitalistas e a oposição à razão em nome do concreto e à abstracção em nome do singular, é impossível ler o que Gentile e Ugo Spirito escreveram sobre o carácter subjectivo e circunstancial atribuído à ciência sem encontrar ali os temas que os pós-modernistas e os cultores das identidades repetem, e tantas vezes repetem pior. Entre a noção de psicologia dos povos proposta pelo romantismo germânico e a biologização da cultura operada pelo nacional-socialismo há uma fronteira muito ténue, e a legitimidade de uma Epistemologia do Sul não é superior à da Física Ariana. Se Lukács, numa das suas obras maiores, mostrou que todo o pensamento irracionalista procede por analogias<sup>52</sup> e se o fascismo se singularizou pela confusão

<sup>51</sup> J. Herf (1986) *passim*, especialmente as págs. 2, 36-37, 57-58, 117-121 e 147-148; D. Pels (1998) *passim*, especialmente as págs. 16-18.

<sup>52</sup> G. Lukács (1980) *passim*.

sistemática entre analogias e processos causais, que dizer então de uma análise de significado pós-moderna, que confunde as analogias com símbolos e admite que os símbolos dispensem referências exteriores ao texto? Noutra plano, o facto de o marquês de Sade ser apresentado como modelo de revolucionário e a loucura como o âmbito da liberdade afigura-se-me uma mascarada bem-pensante de Himmler e dos SS, e a este respeito seria conveniente recordar o *Manifesto Futurista da Luxúria*, de Valentine de Saint-Point<sup>53</sup>.

Mais funestamente ainda, o identitarismo encontra as suas raízes na génese da direita anticapitalista da época da revolução francesa, quando, contra a noção racionalista e abstracta dos Direitos do Homem, Herder convergia com Joseph de Maistre na defesa das especificidades<sup>54</sup>, e também a teoria do direito formulada por Savigny poderia servir de prefácio aos escritos dos identitários dos nossos dias. Nesta mesma tradição, quem se der ao incómodo de percorrer as lucubrações de Julius Evola encontrará ali a matriz de mitos propagados hoje pelos movimentos étnicos. Não importa que o assumam com sinal inverso, pois a diferença de pigmentação nada altera. A lógica deste processo não tem freios e chega-se sempre mais longe, ou desce-se mais baixo. Quando no Brasil, no feriado de 20 de Novembro de 2017, Dia Nacional da Consciência Negra, o movimento negro desfilou na principal avenida de São Paulo ostentando uma faixa que proclamava «Miscigenação também é genocídio», vemos que se trata das mesmas noções de pureza da raça que presidiram no Terceiro Reich ao conjunto de leis raciais decretadas em Nuremberga em Setembro de 1935. O mestiço é para uns o que o *Mischling* fora para os outros. Culminando uma evolução que se processava sub-repticiamente desde há bastante tempo e que nos últimos anos transparecia em artigos e manifestações individuais, aquela faixa oficializou a conversão de um movimento social num movimento racial, ou racista, e colocou-o na continuidade do nacional-socialismo germânico. É esta uma das vias de progressão do fascismo pós-fascista. Aliás, quem ler o discurso de Hitler no Reichstag a 28 de Abril de 1939, em resposta à missiva enviada pelo presidente Roosevelt duas semanas antes<sup>55</sup>, deparará com o modelo das inúmeras declarações terceiro-mundistas e depois identitárias que se seguiram, e decerto esse discurso seria ovacionado por aqueles que agora se consideram, ou são considerados, de esquerda. Pouco depois, a ocupação da Bélgica e da França pelas tropas do Reich deu aos variados separatistas regionais uma ocasião para se manifestarem livremente. Os actuais cultores das identidades e das mini-nações fariam bem em estudar os jornais e revistas que restam dessa movimentação,

<sup>53</sup> Valentine de Saint-Point, *Futurist Manifesto of Lust*, 11 de Janeiro de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 70-74.

<sup>54</sup> R. Wolin (2004) 405, 439.

<sup>55</sup> J. C. Fest (1974) 999-1004.

onde os mitos de separatismo étnico se confundem com um racismo não menos mitológico, tudo fundido numa comum admiração pelo nacional-socialismo e pelo seu Führer. É aí que os identitários podem encontrar o verdadeiro espelho, mas será por isso que se esquivam à imagem? Um fascismo sem o nome não pode também ter o rosto. «Imagem de um filho que não reconhecemos», previu Bardèche<sup>56</sup>.

A preocupação com as identidades colectivas é especialmente perversa porque funciona em dois sentidos, tanto enquanto defesa contra opressões como enquanto legitimação de xenofobias, e tem contribuído poderosamente para, a partir da esquerda, criar um terreno ideológico comum com a extrema-direita<sup>57</sup>. A expressão *brincar com o fogo* não é adequada, porque se trata do próprio fogo. «Enquanto o nacionalismo se mantiver como uma força potente, algo como um modernismo reaccionário continuará a confrontar-nos», escreveu um autor que meditou profundamente sobre o assunto<sup>58</sup>. O culto das identidades confere uma nova urgência às palavras que Paul Valéry escreveu em 1931: «A História é o produto mais perigoso que a química do cérebro elaborou. As suas propriedades são bem conhecidas. Faz sonhar, embriaga os povos, gera-lhes falsas memórias, exagera-lhes os reflexos, nutre-lhes as velhas mágoas, atormenta-os no repouso, condu-los ao delírio das grandezas ou ao da perseguição e torna as nações amargas, arrogantes, insuportáveis e vaidosas»<sup>59</sup>. Ora, a situação é muito pior quando, em vez de uma história global, nos apresentam uma multiplicidade de histórias parciais. Fica aberto o caminho para que os oprimidos de hoje se convertam em futuros opressores, tal como a vocação imperialista estava contida na «nação proletária». Os identitários fariam bem em recordar as palavras de Marcus Garvey quando disse, a respeito do seu movimento, «nós fomos os primeiros fascistas»<sup>60</sup> ou, num âmbito mais trágico, fariam bem em estudar os seus predecessores sionistas. O que escrevi (no capítulo 3 da Parte 4) acerca das relações do sionismo com o fascismo italiano e com o nacional-socialismo germânico deve ser lido como uma introdução ao identitarismo, indicando-lhe o rumo e permitindo prever-lhe as consequências. As páginas do diário de Victor Klemperer onde ele registou as suas críticas ao sionismo poderiam ser usadas hoje, literalmente, para criticar os variados identitarismos.

Todos os progressos que a classe trabalhadora e a esquerda conseguiram originar e sustentar são agora denegridos como eurocêntricos pelos cultores das identidades. Para eles o

<sup>56</sup> M. Bardèche (1961) 195.

<sup>57</sup> R. Wolin (2004) *passim*.

<sup>58</sup> J. Herf (1986) x.

<sup>59</sup> P. Valéry (1945) 27.

<sup>60</sup> Citado em E. D. Cronon (1968) 199 e G. Padmore (1960) 106. Ver ainda A. Herman (1997) 213.

eurocentrismo é uma categoria central porque a proliferação de identidades, parcialmente sobreponíveis e sempre conflituais, só obtém alguma coerência através da oposição a um inimigo comum, o eurocentrismo, a única identidade réproba. Tal como a dialéctica racial do nacional-socialismo exigira uma anti-raça, a lógica do identitarismo exige uma anti-identidade. Com o inconveniente, porém, de o eurocentrismo não corresponder aos factos históricos.

A civilização grega e a romana, consideradas a matriz da Europa, na realidade foram mediterrânicas e não europeias. E foram-no em sentido lato, visto que a Grécia assimilou conhecimentos não só do Egipto mas igualmente da Babilónia. O império de Alexandre tomou como base aquela rede de relações e chegou mais longe, porque levou à Índia a sabedoria grega e, em sentido inverso, trouxe para o Mediterrâneo elementos do pensamento indiano. O império romano ampliou esta área de influências recíprocas, continuando a ter como centro o Mediterrâneo. Depois, apesar da ruptura provocada pela difusão do islamismo a órbita mediterrânica não se desfez, graças ao movimento de traduções para a língua árabe ocorrido no califado abássida a partir dos meados do século VIII e que culminou no primeiro terço do século seguinte sob o califa al-Ma'mūn. De um lado traduziram-se originais gregos e do outro, textos em sânscrito e em persa. Aliás, como os abássidas estiveram particularmente ligados à cultura persa, as relações trans-mediterrânicas nessa época atingiram um escopo mais vasto, considerando ainda que a relação dos muçulmanos com a Índia alterou as noções de matemática a sul e depois a norte do Mediterrâneo. E haveria também que mencionar o judaísmo ibérico como ponte entre as correntes filosóficas em curso na cultura islâmica e o novo pensamento filosófico que despontava além-Pirenéus. Assim, quando a partir do século XII se iniciou o movimento de traduções do árabe para o latim, a cristandade ocidental não só voltou a conhecer a filosofia e a ciência gregas mas ampliou o âmbito geográfico das suas inspirações. Como afirmou um cientista e divulgador da ciência, de origem iraquiana, «a revolução científica na Europa dos séculos XVI e XVII não poderia ter ocorrido sem os numerosos progressos feitos no mundo islâmico medieval»<sup>61</sup>; e um académico marroquino, historiador da filosofia, colocou o acento tónico no outro lado ao escrever que «é precisamente o papel de medianeiro entre a cultura grega e a cultura moderna (europeia) que define o valor dos árabes»<sup>62</sup>. O eurocentrismo é um mito que não corresponde aos factos históricos, antes de mais porque aquela linha de continuidade incluiu como articulação fundamental uma civilização não europeia, o Islão. Mas não todo o Islão, ou não homogeneamente. Retomando uma problemática suscitada pelo historiador da filosofia que acabei de citar, considerado uma das grandes figuras

<sup>61</sup> J. Al-Khalili (2012) 204.

<sup>62</sup> M. Á. Yabri (2016) 23.

intelectuais do mundo árabe contemporâneo, poderia proceder como exercício mental a uma história em se; e parece-me que, com o devido cuidado, é frutuoso usar o se em história como se recorre às experiências conceptuais na física. Imaginemos então como evoluiria a filosofia europeia se a distribuição geográfica das filosofias islâmicas tivesse sido a inversa e se na Andaluzia ou no Maghreb tivesse vivido ibn Sīnā (Avicena) e não ibn Rushd (Averroes). «Adoptar o espírito averroísta implica uma ruptura radical com o espírito *oriental*, gnóstico e obscurantista de Avicena», escreveu aquele académico marroquino, observando ainda que «os europeus dedicavam-se a viver a história precisamente por terem recebido de nós o averroísmo»<sup>63</sup>. E concluiu que, enquanto os árabes seguiram o rumo de ibn Sīnā e assim se afastaram do racionalismo, a cultura europeia pôde abrir caminho ao racionalismo histórico e científico porque aprendera dos árabes a lição de ibn Rushd. Todavia, se a revolução científica europeia contou como um dos seus factores a influência de um certo pensamento islâmico, não é menos certo que a cultura ocidental sofreu igualmente a influência do misticismo oriental que inspirou ibn Sīnā, pois o neoplatonismo desenvolveu-se na área muçulmana e daí passou para o Ocidente<sup>64</sup>. Em resumo, o espaço geográfico a que depois se chamou Europa constituiu um elemento numa rede de relações complexa e muito vasta.

A crítica factual ao mito do eurocentrismo tem outra face. Além de a cultura intelectual na cristandade medieval e renascentista ter integrado a lição da cultura islâmica, mencionar a este respeito uma Europa é anacrónico, porque só a partir do extremo final do século XVIII e ao longo do século XIX é que a diversidade europeia foi absorvida e integrada numa cultura unificada. Mas essa não era uma cultura europeia, era já a cultura de vocação mundial promovida pelo capitalismo. Desde o início que o capitalismo foi um movimento de integração das diversas culturas existentes no mundo e não uma simples exportação de qualquer cultura europeia. A dinâmica capitalista começou por integrar as culturas no espaço onde surgiu, o continente europeu, e depressa expandiu o mesmo processo aos outros continentes. Como sempre, são as vanguardas artísticas que antecipam os fenómenos. Na segunda metade do século XIX o modernismo assimilou a lição da pintura japonesa, e da arte das ilhas do Pacífico no final desse século, para depois, nos primeiros anos do século XX, se abrir inteiramente à escultura africana e um pouco mais tarde à escultura e também à tecelagem dos índios das Américas. Nos cem anos que duraram entre os meados do século XIX e os meados do século XX não houve na Europa uma estética de vanguarda

<sup>63</sup> Id., *ibid.*, 71, 68 (sub. orig.). «Cabe insistir no carácter matemático e racionalista do pensamento de Averroes», escreveu ainda Mohamed Ábed Yabri, *op. cit.*, 280, e referiu também (pág. 302) «a semelhança que Averroes estabelece entre a filosofia e a geometria, assim como entre os princípios de ambas».

<sup>64</sup> Id., *ibid.*, 173-174.



que não resultasse de uma reflexão sobre a estética das outras civilizações.

Quando os devotos das identidades discursam contra o pretense eurocentrismo eles estão na realidade a opor-se à grande cultura integradora mundial, resultante da fusão de uma multiplicidade de tradições. Mas os efeitos dessa negação são tragicamente assimétricos, pois a cultura global está inamovivelmente alicerçada do lado dos capitalistas, sustentada agora pelas empresas transnacionais, e funda-se na unificação dos métodos administrativos e dos processos de trabalho. Neste lado os identitários não podem interferir — nem visivelmente o desejam — e o seu único alvo é o lado oposto, o da constituição de uma cultura globalizante na classe trabalhadora. «O capitalismo pressupõe a produção de especialistas e a balcanização do conhecimento», salientou um historiador; «a eliminação ou demonização de qualquer perspectiva global pode apenas servir os interesses de uma ordem económica que ela própria se define pelo globalismo»<sup>65</sup>. Perante a globalização do capital, o identitarismo, somado aos nacionalismos, é o principal instrumento ideológico de fragmentação dos trabalhadores. Multiplicaram-se fidelidades que já não obedecem a quadros geográficos e o seu objecto tornou-se tão fluido como os movimentos do capital ou tão difuso como as cores da epiderme ou quaisquer presumidas identidades culturais ou sexuais. Os novos meios de comunicação e divulgação, a internet, cada nova geração de microcomputadores de bolso, as redes sociais e outras inovações do mesmo tipo explicam-se neste contexto e ao mesmo tempo ampliam-lhe as consequências, tornando ilimitado o número de identidades imaginárias. O culto das identidades é o sucedâneo do nacionalismo na época da transnacionalização do capital. No mundo em que vivemos, os ataques dirigidos contra a solidariedade da classe trabalhadora, que nas décadas de 1920 e 1930 couberam aos nacionalismos, são ressuscitados pelo identitarismo. Por isso o culto das identidades é um dos mais potentes mecanismos geradores do que poderá ser um fascismo do nosso tempo.

A conotação racial deste pós-fascismo, conferida pela perspectiva em que são apresentadas as etnias, alcançou uma nova fronteira na oposição entre os sexos defendida pelo feminismo exclusivista hoje em voga. Trata-se, como observou um ensaísta, de «um tipo de contra-sexismo em que — e não por acaso — as diferenças sexuais são muito frequentemente expressas em termos que apresentam os géneros como quase-raças [...]»<sup>66</sup>. Se essas feministas tivessem ao menos lido o *Manifesto da Mulher Futurista*! «É absurdo dividir a humanidade em homens e mulheres. Ela é constituída somente por feminilidade e masculinidade», escreveu Valentine de Saint-Point em 1912 naquele *Manifesto*, e com o feroz elitismo de todos os futuristas dissera no começo:

<sup>65</sup> P. Morrison (1996) 14.

<sup>66</sup> É. Balibar (1994) 192.

«A humanidade é medíocre. A maioria das mulheres não é superior nem inferior à maioria dos homens. São todos iguais. Merecem todos o mesmo desdém»<sup>67</sup>. Pelo menos esta exaltação das elites poderia ensinar as feministas actuais a não biologizarem a cultura, mas nem isso. Aliás, ao mesmo tempo que procedem à biologização da cultura atribuem uma cultura a uma biologia. Entre a realidade biológica dos sexos e o mito cultural dos géneros fechou-se o círculo vicioso. E não serve de nada argumentar que este tipo de feminismo, apesar de amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação, só tem aceitação em meios sociais específicos, porque a questão fundamental consiste no facto de ele ser adoptado pelo que resta da esquerda contemporânea e contribuir, portanto, para a caracterizar. Assim se define a função política das correntes que nos nossos dias ocupam a ribalta na vida intelectual do que se chama esquerda, herdeiras daquele conservadorismo anticapitalista, daquelas identidades orgânicas e daquele irracionalismo biológico que participaram na génese ideológica dos fascismos.

Mas como no meio académico, precisamente onde o pós-modernismo e o identitarismo conquistaram a hegemonia, a opinião agora dominante é a de que o fascismo não existe como categoria geral e que movimentos que a si próprios se classificavam como fascistas não o eram, ficou inocentada a absorção das ideias e métodos do fascismo. O nacionalismo, que ao conjugar-se com a problemática social desencadeou o processo gerador do fascismo, depois de ter passado pelas águas lustrais do identitarismo ei-lo que aparece como um valor de esquerda. Pior, porque o culto das identidades reproduz o modelo do nacionalismo a propósito de tudo aquilo que encontre ou invente um motivo de especificidade. E assim se chegou ao ponto de absolver o capitalismo de todos os males desde que se insira na nação, reservando as imprecações para a finança internacional. O *Occupy* foi em Wall Street e não no Silicon Valley nem mesmo, para os saudosistas, em Detroit. Se hoje se publicassem e divulgassem, tanto na academia como nas ruas, as proclamações da extrema-direita radical e dos fascistas da primeira metade do século passado contra a «escravidão do juro» e contra o capital financeiro, entendido como «capital que especula», não duvido de que toda a gente as atribuiria à esquerda. E no entanto já naquela época Franz Neumann, um dos mais lúcidos críticos do nacional-socialismo, prevenira que «sempre que os protestos contra a hegemonia do capital bancário permeiam os movimentos populares, temos o indício mais claro da aproximação do fascismo»<sup>68</sup>. Desviar os ataques do capitalismo, considerado como um todo, para a finança internacional é uma condição indispensável do nacionalismo. Tratava-se para Alfred Rosenberg, o principal ideólogo do nacional-socialismo, de opor o «capital

<sup>67</sup> Valentine de Saint-Point, *Manifesto of Futurist Woman*, em A. Danchev (org. 2011) 30 (sub. orig.).

<sup>68</sup> F. Neumann (1943) 360.

nacional», «capital ligado ao solo», ao «capital financeiro fluido», que representava «o reino do dinheiro»<sup>69</sup>. «Numa definição rápida», escreveu o principal dirigente fascista britânico nos meados da década de 1930, «o Capitalismo é o sistema pelo qual o capital usa a Nação para os seus próprios fins. O Fascismo é o sistema pelo qual a Nação usa o capital para os seus próprios fins. A empresa privada é autorizada e encorajada desde que coincida com o interesse nacional. A empresa privada não é autorizada quando entra em conflito com o interesse nacional»<sup>70</sup>. E o mais radical e delirante dos nacionais-socialistas húngaros proclamou que «no nacionalismo social o capital serve o Estado e o Estado serve a nação»<sup>71</sup>. Estas palavras de Oswald Mosley e de Ferenc Szálasi reflectem como um espelho o programa adoptado hoje pela maior parte da esquerda, quero dizer, do que é apresentado como esquerda, tanto na rua como nos gabinetes. Terá então sucedido que o fascismo, esmagado militarmente, sobreviveu ideologicamente permeando aqueles mesmos que o derrotaram? De certo modo é isto, mas só de certo modo.

A forma como nas últimas décadas as empresas têm multiplicado os níveis da sua intervenção e alargado a esfera da sua soberania, dando novos desenvolvimentos ao que classifico como Estado Amplo, não correspondeu a uma liquidação das ideologias nem sequer a uma atenuação do vigor da instância ideológica, como por vezes se pretende. O que na realidade sucedeu foi uma deslocação do lugar da ideologia e uma alteração dos meios e agentes da sua formulação. Ao transnacionalizarem as operações e superarem os governos, as grandes empresas deixaram sem qualquer conteúdo real os mitos da nação. As teias tradicionais de falsas lealdades e verdadeiras submissões ou se projectam hoje em nacionalismos de dimensões tão microscópicas que são na verdade regionalismos, quando não quase bairrismos; ou se assumem como identidades étnicas ou culturais ou sexuais e se transferem para um plano supranacional; ou adquirem como nova substância o quotidiano da empresa — e são estas duas últimas alternativas que se configuram como as mais importantes. Mas para que elas ocorram é necessária uma profunda transmutação de valores. O nacionalismo tem uma referência territorial, demarcável com fronteiras precisas, e a apologia da violência política toma sempre como objecto das suas ambições o aparelho de Estado clássico, que se destaca do meio social e económico circundante. Ora, este panorama foi modificado quando as empresas transnacionais passaram a assumir a condução de variadíssimas esferas da sociedade. As principais manifestações de repressão confun-

<sup>69</sup> A. Rosenberg (1986) 545-547; id. [s. d. 2] 397.

<sup>70</sup> O. Mosley (1936) § 35. Ver igualmente id. (1933) 4. Também dois artigos publicados na revista fundada e dirigida por Maurice Bardèche, respectivamente em Outubro de 1957 e Maio-Junho de 1958, pretenderam que o fascismo asseguraria o predomínio da nação sobre o capital. Ver *Défense de l'Occident* (1977-1978) 98 e 102.

<sup>71</sup> Ferenc Szálasi citado em M. Rady (2011) 263.

diram-se então com a disciplina do trabalho e, graças à electrónica, a organização das actividades produtivas tornou-se simultaneamente uma forma de avaliação e de vigilância, que funciona mesmo durante os ócios, pois uma boa parte do lazer decorre em suportes electrónicos. Pela primeira vez na história o processo de trabalho e o período de repouso fundiram-se com o processo de fiscalização, fazendo com que exploração e opressão se juntem num quadro tecnológico único. Estamos ainda muito longe de nos darmos conta de todas as implicações desta situação.

Numa vida política tão profundamente alterada, é inevitável que as concepções fundamentais do fascismo extravasem os quadros ideológicos em que se inseriram e que haviam servido para defini-las e alastrem, com outro aspecto e diferentes conotações, aos sistemas de administração de empresa. Nas novas modalidades assumidas pela disciplina do trabalho, na nova autoridade que as grandes empresas conquistaram em todas as facetas da vida social, nas novas redes de um poder sempre mutável e fluido, adaptado aos movimentos permanentes do capital, aos seus choques e recomposições, em toda esta nova trama de relações, o fascismo, enquanto concepção e prática política, adquiriu outra substância e reencarnou-se. Quem pretender estudar o fascismo actual não deve prender a atenção em insignificantes grupúsculos de paranóicos nostálgicos nem sequer limitar os horizontes às lucubrações dos intelectuais pós-modernistas e aos cultores das identidades. Devemos partir da constatação de que o Estado Amplo é hoje o principal lugar do poder e de que é na administração de empresa que a política se exerce no sentido mais pleno. O nome de Reinhard Höhn poderá talvez servir aqui de fio condutor para quem se dispuser a continuar esta pesquisa, porque depois de ter sido um dos mais significativos constitucionalistas do Terceiro Reich, crítico da noção de personalidade do Estado e defensor do poder ilimitado e discricionário de um Führer considerado como personificação da raça, fundou em 1956 uma academia para directores de empresa que se contou entre as mais reputadas da Alemanha.

Nestas novas condições o fascismo tem permanecido anónimo, porque não foi objecto de conceitos que permitam circunscrevê-lo nas modalidades actuais. Mais grave ainda, o Estado Amplo conduz uma boa parte do seu esforço ideológico com o objectivo de negar que ele próprio possua qualquer ideologia ou mesmo qualquer realidade. O anonimato que caracteriza a classe dos gestores e que é um dos traços decisivos dos grandes temas do fascismo após a segunda guerra mundial caracteriza também a modalidade mais eficaz do poder político contemporâneo.

### 3. O mito da natureza

Depois de um hiato de duas ou três décadas a seguir à segunda guerra mundial, a mitificação do mundo rural e a ecologia foram assimiladas pela esquerda, que defende hoje a agricultura orgânica com a mesma convicção com que o fez o Ministério da Agricultura do Terceiro Reich e reclama a soberania alimentar que integrou o programa de autarcia dos fascismos. Ouço dizer que haveria uma ecologia séria, científica, louvável e admito que talvez, mas por que motivo é tão raro que esses cientistas apareçam em público para se distinguirem daquelas correntes de opinião que através do controle da informação e das pressões políticas se confundiram com a totalidade da ecologia?

#### 1

O mais elucidativo na ecologia, como em quaisquer doutrinas, são os pressupostos. Os ecologistas, que conquistaram uma larguíssima expressão pública e conseguiram uma surpreendente intervenção na sociedade contemporânea, admitem implicitamente, quando não o fazem explicitamente, um postulado fundamental — o mito da natureza.

A ideia de que a civilização industrial rompeu o equilíbrio da natureza baseia-se na suposição de que este equilíbrio tivesse alguma vez existido. Ao demonizarem a indústria, acusando-a de haver introduzido o desequilíbrio, os ecologistas espartilham-se — certamente sem o saber, pois não se distinguem pelos conhecimentos históricos e ainda menos pelo interesse em adquiri-los — com um par de conceitos que estruturou uma das mais relevantes linhagens intelectuais da direita alemã, *cultura* e *civilização*. «Estas dicotomias», escreveu um autor que estudou profundamente o tema, «haviam-se tornado a moeda corrente do pessimismo cultural»<sup>72</sup>. A distinção entre aqueles conceitos, concebida sempre como uma hierarquia, esteve subjacente a vários quadros ideológicos. Numa obra de 1887 Ferdinand Tönnies interpretou-a como uma oposição entre, por um lado, a *Gemeinschaft*, a sociedade pré-capitalista, onde teria prevalecido a tradição, a emoção e o instinto; e, por outro lado, a *Gesellschaft*, a forma social típica do capitalismo, baseada no racionalismo e na actividade científica e em que a economia desintegrara os laços tradicionais. Não se tratava para Tönnies de uma simples evolução histórica, pelo contrário, já que pressupôs inicialmente que a *Gesellschaft* estava condenada ao declínio e ao colapso<sup>73</sup>. Spengler

<sup>72</sup> J. Herf (1986) 55. Sobre a importância assumida na Alemanha pela *cultura*, por oposição à *política*, ver W. Lepeñies (2006) *passim*.

<sup>73</sup> S. Ranulf (1939) 16, 18-19. Sobre a oposição entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* ver igualmente J. Herf (1986) 24 e segs. Jeffrey Herf classificou (pág. 84) os pares *Kultur / Zivilisation* e *Gemeinschaft / Gesellschaft* como

deu nova vida à oposição entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, que lhe serviu de inspiração para pensar a dialéctica da história na sua obra *A Decadência do Ocidente*, um dos monumentos do pensamento de extrema-direita. A *Gemeinschaft* influenciou a noção spengleriana de *cultura*, que correspondia a uma essência orgânica e se definia pela coesão interna, e a *Gesellschaft* fundamentou a sua noção de *civilização*, que era meramente exterior e adventícia, não ultrapassando o plano técnico. Nestes dois pares de conceitos gêmeos estava suposta a oposição entre a vida e o artifício, entre o orgânico e o mecânico. «Cultura e civilização», resumiu Spengler, «isto é, o corpo vivo e a múmia de um ser animado!»<sup>74</sup>. Nestes termos, inevitavelmente, «a civilização representa a vitória da cidade. A civilização liberta-se da origem rural e corre para a sua própria destruição»<sup>75</sup>. Bastou a utilização deste duplo par de conceitos, gerados na direita alemã, para antecipar a principal conclusão a que os ecologistas haveriam de chegar.

Levando a um ponto extremo a oposição da cultura à civilização, os ecologistas retomaram, decerto também sem o saber, a visão romântica da natureza defendida, como mostrei (no capítulo 2 da Parte 4), pela Física Ariana. Talvez o aspecto principal na crítica que Lenard, Stark e os seus seguidores fizeram à teoria da relatividade e à física quântica, acusando-as de cosmopolitas e por isso judaicas, dissesse respeito às formas de experimentação. Contra o método dedutivo e inteiramente abstracto que Einstein elevara a níveis nunca antes alcançados, os partidários da Física Ariana pretendiam que o cientista se colocasse inicialmente em comunhão com a natureza e a partir daí como que refizesse no seu cérebro os percursos da natureza<sup>76</sup>. De um lado tínhamos a dissecação mediante o uso da razão e a definição das leis em termos próprios da ciência, pondo-se de parte a preocupação de reproduzir os processos naturais. Do outro lado, a intuição irracional de uma síntese era tida como prévia à formulação de quaisquer análises, e a acção do cientista devia preservar a pretendida unidade natural, em vez de a fraccionar e desarticular mediante o exercício da inteligência. Enquanto para a postura adoptada pela teoria da relatividade e pela física quântica a natureza se destina a ser desestruturada e a sua reconstituição ocorre no plano estritamente intelectual, para os sectários da Física Ariana a natureza era uma mãe inviolável e quem quisesse conhecer-lhe os segredos teria de regressar ao ventre materno. Ainda aqui persistia a oposição entre cultura e civilização, pois se Tönnies considerara que a actividade científica, enten-

«as dicotomias centrais da modernidade germânica».

<sup>74</sup> O. Spengler (1942-1944) II 205. Note-se que, segundo J. Herf (1986) 38 e 64-65, na sua obra *O Homem e a Técnica* Spengler atenuou as ilações antitecnológicas que poderiam ser extraídas de uma leitura de *A Decadência do Ocidente*. Aliás, Jeffrey Herf mostrou (págs. 51-69) como em *A Decadência do Ocidente* Spengler procurara conciliar o irracionalismo com o entusiasmo pela tecnologia. Ver ainda as págs. 164 e 167.

<sup>75</sup> O. Spengler (1942-1944) III 150. Spengler repetiu esta tese numa obra de 1931. Ver R. Wolin (2004) 415-416.

<sup>76</sup> A. D. Beyerchen (1977) 126-127; W. L. Shirer (1995) I 273.

dida como um exercício intelectual fundado sobre abstrações, era característica da *Gesellschaft*<sup>77</sup>, por seu lado o nacional-socialismo dedicou-se a fazer o que Tönnies havia julgado impossível, o restabelecimento da *Gemeinschaft*, ligada ao instinto e à emoção<sup>78</sup>. A Física Ariana não invocava apenas o mito nórdico contra o mito do judaísmo, mas incluía-se também no quadro da *Gemeinschaft* e da *cultura*, contra a *Gesellschaft* e a *civilização*.

O que sustentava a dicotomia entre o novo tipo de racionalismo científico introduzido pela teoria da relatividade e pela física quântica e as práticas laboratoriais promovidas pelos doutrinadores hitlerianos era uma divergência quanto ao tema da tradição. Para a Física Ariana a natureza era eterna e eternos eram os seus mistérios, inacessíveis às veleidades humanas<sup>79</sup>. Partindo de uma comunhão com a natureza, o cientista colocar-se-ia no âmago da tradição, no fundamento das pretensas imutabilidades. Já na sua conferência de Outubro de 1930, no mês seguinte ao primeiro grande triunfo eleitoral do NSDAP, e que só a custo conseguira proferir, com a polícia a protegê-lo — a ele e à assistência — das milícias nacional-socialistas, Thomas Mann havia indicado o lugar central que a veneração religiosa da natureza ocupava entre os seguidores de Hitler. Na desmedida violência e no irracionalismo dos nacionais-socialistas, nos seus apelos ao inconsciente como única força criativa, Thomas Mann detectara os traços orgiásticos e o dinamismo frenético dos antigos cultos da natureza<sup>80</sup>. Esta visão do mundo foi invocada pelo Reichsführer-SS Himmler em 9 de Junho de 1942, um dia de especial significado, aquando do funeral do SS-Obergruppenführer Heydrich, que morrera em consequência dos ferimentos sofridos num atentado organizado pela Resistência checoslovaca. Depois de prometer um ajuste de contas com o cristianismo, Himmler anunciou que «temos novamente de encontrar uma nova escala de valores para o nosso povo: a escala do macrocosmo e do microcosmo, o céu estrelado por cima de nós e o mundo dentro de nós, o mundo que vemos no microscópio. A essência desses megalómanos, desses cristãos que falam do domínio do homem sobre este mundo, tem de terminar e regressar às devidas proporções. O homem não é absolutamente nada de especial. É uma parte insignificante desta terra. [...] Ele deve contemplar de novo este mundo com uma profunda veneração. Adquirirá então o correcto sentido das proporções quanto ao que está acima de nós, quanto à forma como fazemos parte deste ciclo»<sup>81</sup>. O mito da natureza e a consequente secundarização

<sup>77</sup> S. Ranulf (1939) 18-19.

<sup>78</sup> Id., *ibid.*, 25. Svend Ranulf indicou (pág. 17) que estas noções de Tönnies, esquecidas durante bastante tempo, se tornaram muito populares no Terceiro Reich e considerou (págs. 18, 33-34) que o nacional-socialismo se inspirava na noção de *Gemeinschaft*.

<sup>79</sup> A. D. Beyerchen (1977) 128, 137.

<sup>80</sup> A conferência de Thomas Mann, *Appell an die Vernunft (Um Apelo à Razão)*, encontra-se reproduzida em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 150-159.

<sup>81</sup> Citado em J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 304.

da técnica foram colocados por Himmler no centro daquele neopaganismo que ele promovia como religião da raça de senhores. Se os criadores da teoria da relatividade e da física quântica eram os destruidores do mito da natureza, os apologistas da Física Ariana foram os seus sumos sacerdotes.

A raiz destas atitudes procede da conturbada relação do fascismo com a modernidade, e se um autor caracterizou o fascismo como «uma reacção moderna aos estragos provocados pela modernização»<sup>82</sup>, é deste mesmo modo que deve classificar-se a ecologia. Simetricamente, quando outro historiador mencionou aqueles que «insistiam que a sua forma de modernização haveria de criar uma sociedade tecnologicamente avançada que reproduziria as pretensas harmonias pré-modernas», também poderia estar a referir-se aos ecologistas mas estava a caracterizar os fascistas<sup>83</sup>. Atribuir à natureza um estado originário de equilíbrio e remeter para ela os postulados de todos os demais equilíbrios, a ponto de as contradições internas da sociedade ficarem convertidas em contradições entre o social e o natural, equivale a procurar na natureza a justificação de ilusórias harmonias sociais e, portanto, alienar da sociedade os seus modos de funcionamento. A naturalização constitui a forma suprema de reificação. A partir do momento em que um dado padrão de ordem é apresentado como natural torna-se eterno e indiscutível, e a doutrina nacional-socialista oferece numerosos exemplos, pretendendo corrigir a sociedade de acordo com as formas de comportamento observadas entre os animais. Se os ecologistas dos nossos dias lerem *Mein Kampf*, encontrarão no autor uma alma gémea. Esta forma extrema de fascismo procurou justificar-se com as imposições da natureza.

## 2

A natureza é um mito, e nos termos deste mito a antiga dualidade do Bem e do Mal é agora identificada com a pretensa oposição entre a natureza e a sociedade industrial. Uma vez mais, quantos ecologistas poderiam com justiça ser condenados por plágio se tivessem lido o que Niekisch escreveu em *A Tecnologia Devoradora de Homens*<sup>84</sup>? A linhagem ideológica é a mesma.

Todavia, os arqueólogos que têm tentado reconstituir as concepções vigentes no neolítico e os pesquisadores que se dedicam à análise das narrações mitológicas consideram que um dos elementos fundadores das ideologias arcaicas era a oposição entre o mundo civilizado, onde vigoravam as técnicas, e o espaço selvagem, de cuja captura ou domesticação provinham não só

<sup>82</sup> F. Germinario (2001) 45.

<sup>83</sup> D. Orlow (2009) 4.

<sup>84</sup> Podem ler-se passagens dessa obra em J. Herf (1986) 39.



alimentos mas forças sobrenaturais<sup>85</sup>. Esta noção perdurou até à época imediatamente anterior ao capitalismo. Durante o regime senhorial europeu as áreas de cultivo regular, tanto intensivo, junto às habitações, como extensivo, mais distantes, opunham-se à área não cultivada, aos bosques e pântanos. E era a área dominada tecnicamente pela sociedade, onde vigorava a agricultura, que se identificava com o Bem e gradualmente se cristianizou, enquanto os incultos, lugar de todos os perigos, se identificavam com o Mal, vivendo ali pessoas dotadas de poderes maléficis. As caçadas que os monarcas e demais grandes senhores organizavam regularmente nos bosques não eram, ao contrário do que frequentemente se pensa, um exercício guerreiro, mas uma extensão quase ritual do mundo dominado pelas técnicas sobre o mundo selvagem, da ordem sobre a desordem, do Bem sobre o Mal. De igual modo, não era para satisfazer a curiosidade que alguns soberanos se rodeavam de animais ferozes aprisionados, mas para exibirem a primazia da ordem social sobre a desordem selvagem<sup>86</sup>. O mesmo carácter haviam tido, no Egipto antigo, as expedições de caça dos faraós nos oásis, pois o deserto e tudo o que lá se encontrava pertenciam a Seth, princípio da esterilidade e da desordem, enquanto nas águas do Nilo imperava Osiris, princípio da fertilidade e da vida<sup>87</sup>. Também na esplêndida Ninive o assírio Sennacherib mandou erguer jardins dedicados à flora e à fauna exóticas para mostrar o triunfo da ordem civilizada sobre a natureza selvagem<sup>88</sup>. A dialéctica entre civilização e natureza agreste detecta-se ainda entre os mayas, que consideravam as suas cidades como réplicas capturadas e domesticadas de espaços sagrados selvagens e perigosos, colocados assim sob o controle da elite<sup>89</sup>. Do mesmo modo, as obras hidráulicas de que se encontram traços no Chaco Canyon, integrado na civilização dos índios pueblo, serviam para irrigar jardins que tinham possivelmente um valor apenas simbólico, destinados a mostrar o poder daquela civilização sobre os elementos naturais<sup>90</sup>. Aliás, cabe aqui notar que numa das principais — mas mais negligenciadas — das suas lições, a América pré-colombiana confirma a existência de um mesmo tipo genérico de evolução para todas as sociedades, já que o continente americano não sofrera interferências do resto do mundo.

A natureza não domesticada era identificada com o perigo e com o Mal porque as técnicas serviam para defender a sociedade da natureza. A natureza não é passiva, tem uma história sem para isso precisar do *homo faber*, uma história feita de criação e destruição. A física, a química, a

<sup>85</sup> D. Lewis-Williams et al. (2009) 115-116, 137-139.

<sup>86</sup> Ver na minha obra *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial. Séculos V-XV*, 3 volumes, Porto: Afrontamento, 1995-2002, o vol. II, págs. 53-60 e 609.

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, I 347. Ver igualmente J. Baines et al. (2015) 101.

<sup>88</sup> A. Otto (2015) 485, 486, 488.

<sup>89</sup> S. Houston et al. (2015) 57.

<sup>90</sup> S. H. Lekson (2015) 586.

biologia, mesmo quando não se pretendem uma história natural, traçam as linhas dessa evolução acidentada, que faz com que as sociedades humanas sintam a natureza como agressora se não for contida dentro dos limites construídos pela técnica. Sem as técnicas a natureza não seria benéfica para a humanidade, mas hostil, e se a actuação dos humanos não tivesse sido sempre intermediada por técnicas eles não teriam sobrevivido. A ecologia, porém, mantendo a dualidade do civilizado e do selvagem, inverteu-lhe o sentido, e identifica o Mal com a sociedade provida de técnicas, enquanto a natureza alheia à humanidade é identificada com o Bem.

Basta a forma como os ecologistas encaram a questão da modificação genética dos alimentos para lhes denunciar o obscurantismo, porque tanto os vegetais como os animais que hoje comemos ou usamos não são naturais. Resultam de um multimilenário processo de domesticação que implicou modificações genéticas, com a desvantagem de terem sido muito lentas e terem levado a um grande número de resultados inconvenientes, abandonados após muitos esforços perdidos. Circunscrevendo-me agora à domesticação dos vegetais, depois de se ter passado da colheita ambulante em longos percursos não repetitivos para uma colheita ambulante em áreas limitadas e em percursos repetitivos ficaram criadas condições para proceder à selecção de plantas e a enxertias. A redução e repetição dos percursos levou à fixação do habitat e, portanto, à colheita sedentária, o que por sua vez gerou condições para passar da selecção e enxertia à sementeira. Foi mediante este longo processo, repleto de derivações e fracassos, que a humanidade criou a paisagem que nos rodeia. O botânico e geneticista soviético Nikolai Vavilov definiu a domesticação como uma evolução dirigida pela mão humana. Os cereais, tubérculos e raízes tuberosas de que depende a sobrevivência da população mundial só graças à domesticação chegaram às formas actuais e não poderiam reproduzir-se sem a intervenção humana<sup>91</sup>. A transição para a agricultura, nas palavras de um conhecido historiador, inaugurou um longo período de «selecção não natural», uma «especiação e hibridização com objectivos humanos e devidas à acção humana»<sup>92</sup>. A este respeito um académico espanhol observou que um dos erros da palavra *natural* «consiste em designar variedades cultivadas tradicionais, que deixaram de ser naturais precisamente durante a domesticação, processo pelo qual foram eliminadas as características essenciais para sobreviver na natureza em troca da aquisição das propriedades que as tornavam adequadas para o cultivo». E este autor, catedrático de bioquímica e biologia molecular, chamou a atenção para o facto de que «nenhuma das espécies cultivadas foi natural porque nenhuma foi ou é capaz de viver por si própria em vida livre e todas dependem da mão humana para ter êxito na sucessão

<sup>91</sup> M. Coe et al. (1986) 89.

<sup>92</sup> F. Fernández-Armesto (2015) 336.

dos seus ciclos biológicos»<sup>93</sup>. Aconteceu o mesmo com a domesticação de animais, no processo multimilenário que transformou meros caçadores em pastores de rebanhos, e a domesticação consistiu em tornar o animal geneticamente distinto da espécie selvagem originária<sup>94</sup>. «Os humanos souberam durante séculos que graças à hibridização eram capazes de produzir melhores colheitas e melhores animais domésticos, mesmo sem compreenderem os mecanismos», resumiu um historiador. «Os cientistas aprenderam, primeiro no laboratório e agora comercialmente, a manipular genes na engenharia genética»<sup>95</sup>. A diferença reside na compreensão científica dos mecanismos. Mas para os ecologistas o laboratório é a sede do Mal e os alimentos geneticamente modificados resultantes da associação da ciência com a indústria são classificados como nocivos, enquanto os alimentos geneticamente modificados por uma domesticação que não foi menos artificial do que qualquer outra técnica são classificados como naturais.

Ora, a palavra *artificial* significa apenas uma coisa — a natureza expandida pelo engenho humano, graças à aptidão da sociedade para criar outras naturezas e para ser ela própria outra natureza. A acção humana amplia duplamente a natureza: por um lado, técnicas produtivas cada vez mais aperfeiçoadas permitem a extracção de volumes crescentes de matérias-primas e alimentos e, por outro lado, a ciência passou para além da realidade imediatamente visível e estuda níveis sempre mais profundos da realidade, em muitos casos criados pela própria ciência. Nós conhecemos e utilizamos hoje uma natureza muitíssimo mais vasta e mais profunda do que as outras sociedades conheceram e usaram. Por isso a nossa compreensão alcança mais longe do que os saberes tradicionais. A ciência e a técnica não permitem apenas dominar a natureza, permitem ampliar a natureza que dominamos e, por conseguinte, extrair mais dela.

Quando Aristóteles definiu o homem como um animal social estava realmente a defini-lo como um ser antinatural. E o facto de ele, para estudar o fenómeno da mudança, ter recorrido a analogias extraídas da actividade artesanal e artística indica que considerava a natureza como objecto de intervenção. Enquanto princípio de mudança, a natureza, tal como Aristóteles a entendia, opunha-se por um lado ao acaso e por outro opunha-se também ao ofício do artesão e do artista; reciprocamente, os artistas e os artesãos, embora se servissem dos mesmos materiais que a natureza, transmutavam-nos em formas novas, por isso, em vez de imitarem a natureza, entravam em concorrência com ela<sup>96</sup>. E no século II antes da nossa era, numa época em que as técnicas haviam começado a adquirir nova importância, o filósofo estóico Panætius de Rodas defendeu

<sup>93</sup> F. García Olmedo (2008).

<sup>94</sup> A. K. Outram (2015) 164 e segs.

<sup>95</sup> P. Josephson (2015) 159.

<sup>96</sup> P. Aubenque (1990) 656, 665; J.-F. Revel (1994) 176.

que a actividade manual dos seres humanos é capaz de completar a natureza, criando como que uma nova natureza<sup>97</sup>. Clássico metodológico dos alvares da era em que a ciência se tornou experimental, o *Novum Organum* de Bacon anunciou que «a técnica é o homem acrescentado à natureza», o que implicava, como observou um arguto comentador de questões filosóficas, «que a natureza sem a técnica humana não seria a natureza»<sup>98</sup>. Não existe natureza senão como objecto da acção humana. Por isso a natureza, considerada em si, é um mito. Se eu pretendesse definir a natureza natural, usaria termos equivalentes aos da *coisa em si* kantiana, ou seja, daquilo que se mantém exterior à acção humana e portanto é incognoscível, porque o homem só pensa e conhece a sua própria actuação.

Nem sequer se deve julgar que a civilização industrial atinja uma potencialidade destruidora superior. Bem pelo contrário, pode definir-se como regra que, proporcionalmente ao nível de produção obtido, as técnicas mais rudimentares são as que perturbam áreas mais vastas e ocasionam efeitos secundários mais consideráveis. Em primeiro lugar, os danos provocados por algumas técnicas contemporâneas, que em termos absolutos parecem maiores do que os provocados pelas técnicas arcaicas, são incomparavelmente menores se tivermos em conta o nível de produção alcançado. Em segundo lugar, as técnicas contemporâneas têm uma capacidade para corrigir tais danos muitíssimo superior à que poderiam ter as arcaicas. Por exemplo, os grupos sociais nómadas que usavam instrumentos de pedra não voltavam a aguçá-los quando o gume estava embotado, mas punham-nos de lado e talhavam outros. Em prazos breves, pequenos agrupamentos humanos conseguiam esgotar pedreiras consideráveis, estabelecendo-se então junto a uma nova fonte de abastecimento, até que a tivessem consumido também, e assim sucessivamente<sup>99</sup>. Esta atitude, que prevalecia numa operação crucial para a sobrevivência dessas sociedades, revela uma indiferença generalizada ao desperdício. O mesmo sucedia com as técnicas de caça que implicavam incendiar uma mata ou uma floresta num dia em que o vento levasse o fogo em direcção a um barranco ou precipício, ou de qualquer outra forma espantar os animais, de forma a que na fuga eles se despenhassem e morressem em massa. Ora, como não se conheciam ainda métodos de conservação dos alimentos, o desperdício era colossal<sup>100</sup>. De igual modo, o recurso a queimadas para a preparação de terrenos para o cultivo implicava um enorme esbanjamento de recursos<sup>101</sup>. Assim, em pouco tempo técnicas rudimentares provocavam

<sup>97</sup> A. Michel (1990) 778.

<sup>98</sup> J.-F. Revel (1994) 357. A citação de Bacon encontra-se na mesma página.

<sup>99</sup> P. Hiscock (2015) 452.

<sup>100</sup> C. Benjamin (2015) 21; M. Coe et al. (1986) 62; F. Fernández-Armesto (2015) 326; J. F. Hoffecker (2015) 402.

<sup>101</sup> C. Benjamin (2015) 21; J. Goudsblom (2015) 196, I. J. McNiven (2015) 605, 623.

devastações extensivas e intensivas, a tal ponto que os métodos actuais de análise paleontológica permitem estabelecer que os navegadores oriundos da Polinésia causaram a extinção de entre 50% a 90% das espécies de aves nas ilhas do Oceano Pacífico que colonizaram. Quando os antepassados dos maoris chegaram à Nova Zelândia, na segunda metade do século XIII, provocaram a liquidação de mais de cinquenta espécies de pássaros, além de várias espécies de rãs, lagartos e peixes<sup>102</sup>. Os cientistas e historiadores têm dúvidas, porém, a respeito do que teria ocorrido na Austrália, pois se por um lado a chegada dos humanos coincidiu com a extinção de várias espécies animais de grande porte apreciadas como alimento, por outro lado não foram encontrados vestígios de matanças consideráveis; todavia, é possível que, mesmo sem atingir um nível muito elevado, a actividade desses caçadores tivesse precipitado a extinção de algumas espécies que deparavam já com condições ambientais desfavoráveis<sup>103</sup>. Também se admite que no Norte da América, a partir do décimo milénio antes da nossa era, as novas técnicas de fabrico das pontas de pedra dos projecteis tivessem permitido caçar até à extinção os mamutes e outros mamíferos de grande porte, e aliás foram encontrados vestígios do morticínio<sup>104</sup>. Este tipo de casos levou alguns cientistas a formularem a tese de que as sociedades humanas, ao migrarem da África para outros continentes, causaram aí o extermínio generalizado dos animais de grandes dimensões<sup>105</sup>.

Os efeitos nocivos das técnicas rudimentares observam-se já nos primeiros agregados de tipo urbano, como mostra o exemplo de 'Ain Ghazal, no Médio Oriente, onde os arqueólogos detectaram que há cerca de nove milénios e meio, quando a localidade estava no apogeu, se verificou uma severa degradação do ambiente em redor, devida ao excesso de utilização da pastagem e ao abate exagerado de árvores para construção e como fonte de energia<sup>106</sup>. Mas talvez o exemplo mais notável seja o colapso da civilização maya clássica, devido a um conjunto de factores entre os quais se destaca a destruição ambiental<sup>107</sup>. Mesmo numa época relativamente recente, no regime senhorial europeu, os desbravamentos, que desempenharam um papel central tanto na economia como nas lutas sociais, implicaram um extensíssimo derrube de árvores, desproporcional ao

<sup>102</sup> *The Economist, Special Report: Biodiversity*, 14 de Setembro de 2013, págs. 5-6; I. J. McNiven (2015) 623. Ver também P. Hiscock (2015) 441.

<sup>103</sup> P. Hiscock (2015) 440-443. Ver também J. Baggott (2015) 311.

<sup>104</sup> D. Christian (2015) 24, 35, 37; M. Coe et al. (1986) 31; F. Fernández-Armesto (2015) 320, 321, 332; R. B. Marks (2015) 39; N. M. Waguespack (2015) 467-470. Porém, Nicole Waguespack, op. cit., 470 mencionou os argumentos de alguns historiadores que atribuem aquela extinção de espécies a uma alteração climática.

<sup>105</sup> M. Coe et al. (1986) 29-30, 33, 36; *The Economist, Special Report: Biodiversity*, 14 de Setembro de 2013, pág. 5; F. Fernández-Armesto (2015) 329; S. Kaner et al. (2015) 378; P. Manning (2015) 279. No entanto, D. Christian (2015) 35, 37 e Felipe Fernández-Armesto, op. cit., 321, 332 admitiram que alterações climáticas pudessem também ter contribuído para o desaparecimento de espécies de grande porte.

<sup>106</sup> G. O. Rollefson (2015) 246.

<sup>107</sup> E. Begun et al. (2015) 560. No entanto, M. E. Smith (2015) 614 pôs em dúvida a relevância deste factor.

benefício em terras cultiváveis e áreas de pastorícia. E como a madeira era praticamente o único combustível e era uma matéria-prima usada numa enorme variedade de funções, gerou-se uma crise grave<sup>108</sup>, a ponto de nos meados do século XVII, na Grã-Bretanha e na Holanda, onde as florestas haviam praticamente desaparecido, a madeira ser importada da Escandinávia e do Báltico<sup>109</sup>. Esta situação precipitou o uso do carvão como combustível principal, o emprego extensivo do ferro e, afinal, um novo modo de fabrico. E quem achar que a solução encontrada para a escassez da madeira inaugurou uma era de poluição devia meditar no facto de a poluição provocada pela metalurgia no império romano ter deixado resíduos até sob a capa de gelo da Groenlândia<sup>110</sup>. A civilização industrial limitou-se inicialmente a resolver os desequilíbrios gerados pelas tecnologias anteriores e pelas formas de exploração precedentes, que se haviam tornado insustentáveis. A partir de então a indústria tem encontrado resposta aos desequilíbrios que ela própria criou, avançando para outras modalidades contraditórias e, por isso, desequilibradas. Podia somar interminavelmente exemplos, todos eles demonstrativos de uma regra única, a de que, proporcionalmente ao nível de produção pretendido, as técnicas mais toscas são as que implicam efeitos secundários mais prejudiciais, destroem áreas mais vastas e mais dificuldade têm em solucionar os inconvenientes que ocasionam.

Deparo por vezes com o argumento de que esse problema não era grave, ou nem mesmo seria um problema, nas épocas em que a população era escassa. Ao supor que a vastidão das superfícies inabitadas permitiria destruições extensas, esse argumento fornece mais um exemplo da falácia que consiste em imaginar uma natureza passiva perante uma humanidade activa. Na realidade, porém, o mundo era muito pequeno para as sociedades dotadas de técnicas rudimentares, e quanto mais rudimentares fossem, mais reduzido seria o espaço social, cercado por uma imensidão hostil. Extensões que medidas em quilómetros quadrados parecem vastas eram muito estreitas quando avaliadas pela utilização humana possível. Em todas as sociedades, desde que existe *homo sapiens*, as necessidades são criadas. Perante isto não há mundos vastos, mas sempre mundos pequenos, o que explica o aparente paradoxo de sociedades pouco numerosas terem levado ao esgotamento de recursos naturais devido à sua sobreexploração.

<sup>108</sup> Remeto para a minha obra *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial. Séculos V-XV*, 3 volumes, Porto: Afrontamento, 1995-2002, *passim*. Quanto ao facto de a madeira ser a matéria-prima central em todas as actividades ver o vol. I, págs. 320-322.

<sup>109</sup> J. Goudsblom (2015) 200.

<sup>110</sup> M. Beard (2013) 164.

O mito da natureza e o seu corolário, a apologia das técnicas rudimentares, são inseparáveis do mito do bom selvagem, em harmonia com o meio circundante. Apesar de a antropologia ter mostrado a desigualdade e os sistemas de exploração nas sociedades arcaicas, os ecologistas preferem apresentá-las de maneira idílica para sustentar a noção de que a tecnologia moderna acarreta efeitos catastróficos. Se o racismo antisemita forjou os *Protocolos dos Sábios de Sion*, os conservacionistas nativistas fabricaram o discurso do Chefe Seattle. Cada um busca na invenção de mitos uma legitimação que não encontra na história.

A própria noção de selvagem, criada por uma sociedade europeia possuidora já de algumas técnicas de produção bastante elaboradas, resultou de uma significativa distorção da capacidade de observação dos navegantes e colonizadores, que não conseguiam ver a sofisticação daquela humanidade que abordavam pela primeira vez. Procurando nos outros apenas aquilo que eles mesmos possuíam, os europeus chegaram à conclusão de que os outros nada tinham, ou muito pouco, quando na realidade esses povos, embora mantivessem em formas simples os âmbitos de actividade técnica que na Europa tinham atingido uma grande complexidade, haviam tornado complexos certos âmbitos de relacionamento social que entre os europeus se reduziam a um estado elementar. Difundi-se assim a noção da existência de pessoas em comunhão com a natureza, em vez de se entender que essas pessoas actuavam também sobre a natureza, destruíam-na e recriavam-na em moldes sem dúvida diferentes dos europeus, mas nem por isso menos carregados de consequências.

O mito do bom selvagem, continuado por certos antropólogos que, curiosamente, no panorama político actual estão situados naquilo a que se chama esquerda, transportou para o âmbito social as implicações conservadoras do mito da natureza. Se a terra, mãe comum, é a fonte de uma tradição perene, então os homens e as mulheres pretensamente desprovidos de técnica seriam os actores de uma vida exemplar. O tipo de racismo surgido nos países germânicos na passagem do século XVIII para o século XIX introduziu uma alteração neste mito, entronizando como modelo da tradição não a gente de outras peles e outros narizes, mas a parte rural da população europeia, que havia sido relegada para o emprego de instrumentos arcaicos. Pouco importa hoje aos entusiastas do passado que desde as pesquisas de Lefebvre des Noëttes e depois, noutra perspectiva, de Marc Bloch e dos seus seguidores, se saiba que as técnicas rurais, longe de se terem mantido imutáveis, haviam vindo a sofrer numerosas adaptações e mesmo, por vezes, remodelações profundas e relativamente rápidas. Para os ecologistas o passado é um tempo sem espessura. Mas é de mitos que aqui se trata, e eles são tanto mais sólidos quanto mais cegamente

resistem às demonstrações que os invalidam. Seria ingenuidade imaginar que o exercício da crítica contribua para pôr em causa os mitos. Pelo contrário, reforça nos crentes a firmeza das convicções. Os camponeses europeus foram considerados pelos românticos como estando imemorialmente apegados a técnicas que, por comparação com as mutações iniciadas na indústria, eram apresentadas como naturais.

A natureza e o bom selvagem, ou o seu substituto, o camponês, fundiram-se num mito único. É elucidativo o caso de Ernst Moritz Arndt, um dos expoentes do racismo romântico de conotação linguística, que considerava a natureza uma totalidade orgânica em que plantas, pedras e seres humanos estavam inter-relacionados, sem que uns fossem mais importantes do que os outros. E assim o solo e a raça apresentavam-se como partes de um mesmo conjunto<sup>111</sup>. Entre essa corrente de intelectuais germânicos tornou-se um lugar-comum a ideia de que as florestas haviam moldado a maneira de pensar teutónica e, portanto, haviam condicionado as características cerebrais da raça, e um historiador referiu «a insistente propensão dos românticos para deduzirem o carácter de um povo a partir das paisagens da sua terra natal»<sup>112</sup>. Ao fazê-lo, não estavam a escolher o factor geográfico em detrimento do factor racial, mas a uni-los ambos num conjunto indiferenciado, porque a visão de dados panoramas naturais suscitaria uma dada linguagem, e uma dada linguagem corresponderia a uma dada estrutura cerebral. Assim, nos termos da tradição ideológica de que ele fazia parte, não me parece que Hitler tivesse razão ao denegrir o racismo de base geográfica, defendendo de maneira exclusiva uma mística do sangue, porque os dois aspectos haviam sido inseparáveis no nacionalismo romântico. «Mal começava o século XIX», observou um crítico, «e já estava solidamente estabelecida a relação mortífera entre o amor à terra e o nacionalismo racista militante»<sup>113</sup>. Criou-se assim o mito da harmonia do camponês com a natureza ou, em termos drásticos, da própria integração do camponês na natureza. Cultivador de raízes, ele mesmo seria uma raiz, fundamente implantada na terra mãe.

#### **4. Ernst Haeckel, da criação da ecologia à formação do nacional-socialismo**

Poder-se-á argumentar que o mito da natureza, que eu situei na origem das preocupações dos ecologistas, caracteriza só as modalidades vulgares da ecologia e restringe-se aos movimentos de opinião suscitados pelo receio instintivo de uma ciência que não se conhece e de técnicas

<sup>111</sup> P. Staudenmaier (1995) 6.

<sup>112</sup> M. Bernal (1987) 334.

<sup>113</sup> P. Staudenmaier (1995) 6.



cujos mecanismos se ignoram. Talvez, mas recordemos as ideias e o percurso do fundador, o biólogo alemão Ernst Haeckel, que na sua *Morfologia Geral dos Organismos*, publicada em 1866, empregou pela primeira vez a palavra *ecologia* para designar a relação dos animais com o seu meio<sup>114</sup>.

A anulação da especificidade da história mediante a aplicação directa das leis da natureza à esfera social, que constitui um dos processos característicos da ecologia, encontrava-se já presente nos estudos de Haeckel, quando reivindicou para a ciência da evolução biológica o carácter de uma ciência histórica<sup>115</sup>. Para ele, que era um biólogo e trabalhava apenas com materiais oriundos da biologia, isto correspondia a supor que a história da humanidade se regesse por mecanismos idênticos aos que ditavam a evolução das espécies. E como professava acerca da selecção natural uma concepção aristocrática<sup>116</sup>, as suas opiniões sociais não precisavam de encontrar outros fundamentos. O encadeado explícito da argumentação científica apresenta-se, aliás, ao invés dos seus percursos ideológicos, porque o objectivo último — e por isso silencioso — da ciência consiste em apagar os traços de qualquer justificação ideológica. O tipo de história que Haeckel aplicava ao estudo da evolução caracterizava-se por confundir o geral e o individual. Retomando uma velha ideia, Étienne Serrès havia proposto a hipótese de que a formação biológica de cada organismo individual recapitulasse de maneira condensada o desenvolvimento biológico de toda a série em que esse indivíduo se integrava. Nestes termos, tratava-se apenas de afirmar a existência de um paralelismo entre escalas estáticas de formação, sem nenhuns pressupostos evolucionistas. Mantendo esta atitude contrária ao evolucionismo, Agassiz deu àquela hipótese uma expressão mais ampla e, apesar da expectativa prudente de Darwin, que respondeu talvez a uma discreta simpatia, Haeckel retomou com entusiasmo a opinião de Serrès e conferiu-lhe uma feição extrema, inserindo-a na perspectiva evolucionista formulada por Darwin<sup>117</sup>. Segundo Haeckel, «a ontogénese [história da formação do indivíduo] é uma recapitulação resumida e condensada da filogénese [história da espécie], condicionada por leis de hereditariedade e de adaptação»<sup>118</sup>. A aplicação desta tese à sociedade era já um lugar-comum graças à concepção de que as fases do desenvolvimento do ser humano corresponderiam à evolução da humanidade, de modo que os povos considerados primitivos eram assimilados a crianças. O racismo dos colonizadores encontrava assim uma oportuna justificação em termos biológicos, e no que se

<sup>114</sup> E. Mayr (1982) 121.

<sup>115</sup> Id., *ibid.*, 70-71. A. Messer (1946) 597 observou que a corrente filosófica em que Haeckel se integrava, o monismo materialista, não distinguia geralmente entre a vida no sentido biológico e a vida no sentido histórico-cultural.

<sup>116</sup> L. Poliakov (1971) 309.

<sup>117</sup> E. Mayr (1982) 471 e segs.

<sup>118</sup> Citado em id., *ibid.*, 474.

referia à noção mais ampla de história aquela tese implicava que qualquer complexidade fosse anulada. Como observou ironicamente um cientista, «uma análise da ontogênese revelar-nos-ia tudo acerca da filogênese, ou seja, acerca da linha de antepassados comum. Se fosse verdade, seria um princípio heurístico realmente maravilhoso»<sup>119</sup>. Ora, para aplicar à análise da sociedade um modelo histórico deste tipo é necessário pressupor uma perfeita concordância da formação dos indivíduos com o desenvolvimento do grupo social dominante, e dificilmente se imagina uma política e uma pedagogia mais conservadoras do que aquelas que daqui se podem deduzir. No que se refere à noção de natureza, a similitude entre as histórias do indivíduo e da espécie confere à natureza o carácter de um todo indiferenciado, realçando-lhe assim o equilíbrio.

Ao considerar a evolução biológica como objecto de uma ciência histórica, Haeckel pôde também defender que a ciência dos organismos fosse transferida para o plano das ciências inorgânicas<sup>120</sup>. Numa das *Trinta Teses sobre o Monismo*, redigidas em 1904 e publicadas quatro anos depois, ele insistiu na afirmação de que toda a natureza, tanto orgânica como inorgânica, estava sujeita a um processo de evolução único<sup>121</sup>. Não havia, a bem dizer, lugar para perspectivas científicas diferenciadas com esta noção de totalidade natural, que confundia, por um lado, o orgânico e o inorgânico e, por outro lado, o orgânico e o social. Numa forma tão extrema de monismo encontrou Haeckel a chave das questões filosóficas, conseguindo em todo o mundo uma audiência muito considerável, pois a sua mais conhecida obra de divulgação, *Os Enigmas do Universo*, publicada em 1899, contava em 1914 com traduções em vinte e quatro idiomas, numa tiragem total superior a trezentos mil exemplares<sup>122</sup>. É elucidativo considerar as aventuras de uma doutrina que se iniciou erigindo em modelo interpretativo as leis da natureza, cujos ataques aos dogmas cristãos e ao pensamento conservador tradicional eram bastante apreciados nos meios da social-democracia alemã<sup>123</sup>, e que acabou por inspirar várias correntes do panteísmo esotérico e ter uma presença significativa no misticismo biológico adoptado pelos nacionais-socialistas<sup>124</sup>. Como escreveu apreciativamente uma historiadora da ecologia, este «materialismo monista converteu-se cada vez mais num vitalismo monista»<sup>125</sup>.

A ecologia nossa contemporânea, que enaltece uma natureza pretensamente harmoniosa para condenar como uma aberração as contradições geradas pela sociedade, pode invocar a obra

<sup>119</sup> Id., *ibid.*, 474.

<sup>120</sup> Id., *ibid.*, 115.

<sup>121</sup> A. Messer (1946) 604-605.

<sup>122</sup> Id., *ibid.*, 595; K. A. Schleunes (1990) 31.

<sup>123</sup> A. Messer (1946) 602; A. Quinchon-Caudal (2013) 24.

<sup>124</sup> A. Pichot (2000) 127 n. 103.

<sup>125</sup> A. Bramwell (1985) 174.

de Haeckel. Por seu lado, ao apresentarem como espécies biológicas cada uma das pretensas raças, os racistas encontraram um excelente modelo numa teoria que via na formação do indivíduo não só o resumo da história da espécie mas ainda a chave dos seus segredos. Parecia assim confirmar-se a noção, de que os hitlerianos fizeram um amplo uso, de cada indivíduo como repositório temporário do sangue da raça. Não espanta que Haeckel tivesse seguido a vertente mais declaradamente racista do darwinismo. Foi ele o primeiro a usar a teoria da evolução para propor uma classificação hierárquica das raças humanas, situando os negros no nível inferior, para onde os relegava uma suposta proximidade dos macacos, e colocando no estádio mais avançado os alemães, os anglo-saxónicos e os escandinavos<sup>126</sup>. Adversário activo da mestiçagem, Haeckel foi um entusiasta da eugenia<sup>127</sup>, tendo sido nomeado em 1904 presidente honorário da recém-fundada Sociedade de Higiene Racial<sup>128</sup>, e com efeito a eugenia era uma modalidade coerente de ecologia. Em primeiro lugar, quando negava a especificidade social e convertia a sociedade numa biologia, a eugenia estava a obedecer ao que seria um dos principais artificios da doutrina ecologista, a aplicação directa das leis da natureza à esfera da história. E, em segundo lugar, depois de ter transformado as contradições sociais numa imaginária diferença entre raças, a eugenia procurava liquidar algumas delas, manter outras em posição secundária e conferir a uma só a hegemonia, de maneira a instaurar na humanidade o mesmo tipo de equilíbrio que a ecologia veio a atribuir à natureza.

Haeckel morreu em 1919, com oitenta e cinco anos, vociferando em termos anti-semitas contra a república dos conselhos bávara<sup>129</sup>. E não se limitou às palavras. «A Liga Monista, que Haeckel fundara para difundir a sua doutrina, é [...] considerada hoje como um dos laboratórios onde se formou aquilo que viria a ser a doutrina biológico-política nazi», recordou um autor interessado pelos meandros da história da ciência<sup>130</sup> e um historiador do fascismo frisou que esta Liga «insistia na necessidade de uma revolução cultural, não sócio-económica, para desenvolver a raça graças a um Estado forte e autoritário»<sup>131</sup>. Ora, o facto de a Liga Monista ter prosseguido a sua propaganda também no meio operário<sup>132</sup> contribuiu para os cruzamentos ideológicos indispensáveis à constituição do fascismo. Na realidade a teia foi mais espessa, porque, como membro da

<sup>126</sup> Acerca do carácter racista da obra de Haeckel ver J. Biehl (1995) 60, A. Pichot (2000) 25-27 e P. Staudenmaier (1995) 7-8. É elucidativo que os trabalhos de Haeckel tivessem sido introduzidos em França por Vacher de Lapouge, um dos mais importantes e activos teóricos do racismo francês. Ver a este respeito Z. Sternhell (1978) 165. É estranho que K. A. Schleunes (1990) 31 tivesse afirmado que Haeckel não era racista.

<sup>127</sup> A. Pichot (2000) 176, 182; L. Poliakov (1971) 313.

<sup>128</sup> A. Herman (1997) 137.

<sup>129</sup> P. Staudenmaier (1995) 8.

<sup>130</sup> A. Pichot (2000) 104. Ver também W. W. Kay (2008).

<sup>131</sup> S. G. Payne (2003 b) 29.

<sup>132</sup> A. Herman (1997) 232.

Thule Gesellschaft, Haeckel situou-se no próprio centro gerador do nacional-socialismo.

Associação esotérica de carácter estritamente racista e originariamente ligada às movimentações anti-semitas de Theodor Fritsch, a Thule Gesellschaft, cujo nome se referia ao mito hiperbóreo, foi fundada no início de 1918 e chegou talvez a reunir mil e quinhentos membros, atraindo várias figuras da alta sociedade de Munique. Não teria ficado na história, porém, se se limitasse a registar como filiados um príncipe, uma condessa, um barão e o douto professor Haeckel, e abriu as portas igualmente a alguns boémios violentamente racistas, como o literato Dietrich Eckart, o primeiro a introduzir Hitler nos meios capazes de o apoiar financeiramente, ou Julius Streicher, o mais fanaticamente anti-semita de todos os anti-semitas, proprietário de jornalecos em que o escândalo sexual se confundia com a chantagem, e que seria até ao fim um dos mais firmes suportes do NSDAP. Pela Thule Gesellschaft passaram também artistas frustrados, como Alfred Rosenberg, que em breve se tornaria o doutrinador do nacional-socialismo, e jovens estudantes que a ambição e o racismo levariam ao destino conhecido, como Rudolf Hess, o futuro braço direito de Hitler, e Hans Frank, que se alçaria à posição de um dos principais juristas do Terceiro Reich e haveria de governar a Polónia ocupada. Eckart morreu cedo, no final de 1923, nem outra coisa seria de esperar num alcoólico e morfinómano. Mas para os outros, e embora ainda não o soubessem, o esoterismo hiperbóreo foi o prefácio do julgamento em Nuremberga. Convidados frequentes eram também Anton Drexler e Gottfried Feder, fundadores e provisórios chefes de um grupúsculo sem membros nem expressão, o Partido Operário Alemão, a que Hitler iria dar outro nome, outra amplitude e outro horizonte. E como o fundador da Thule Gesellschaft sofrera a influência de Lanz von Liebenfels, este foi mais um elo a ligá-la a Hitler. Em 1919, quando a revolução alemã chegara ao auge e Munique se encontrava governada pelos conselhos de operários e soldados, a Thule Gesellschaft mantinha-se em contacto com o corpo franco Oberland, cuja intervenção haveria de ser decisiva para o massacre da república dos trabalhadores. A Thule Gesellschaft assinalava, portanto, boa parte dos contornos de um novo espaço político e ideológico<sup>133</sup>, e ao morrer em Agosto de 1919, no exacto momento em que o hitlerismo começava a

<sup>133</sup> Acerca da Thule Gesellschaft ver J. P. Faye (1980) 115 e 162 e segs. Ver também N. Cohn (1992) 176, A. Duraffour et al. (2017) 474, J. C. Fest (1974) 191-193, Ch. A. Gabel (1988) 14, E. Klautke (2011) 82-83, S. G. Payne (2003 b) 151 e A. Quinchon-Caudal (2013) 54-55. Quanto à participação de Haeckel na Thule Gesellschaft ver P. Staudenmaier (1995) 8. Nas *Memórias* escritas enquanto estava preso em Nuremberga, Rosenberg mencionou a Thule Gesellschaft, mas foi omissivo quanto à sua própria participação. Ver A. Rosenberg [s. d.] 1] 18-20. J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) I 11 classificaram a Thule Gesellschaft como «o nome com que se encobria o quartel-general do movimento *völkisch* [racista] de Munique», e Joachim Fest, op. cit., 193 e A. Sohn-Rethel (1987) 154 atribuíram-lhe a responsabilidade pelo assassinato de Kurt Eisner. Talvez seja importante saber que, segundo Sh. F. Weiss (2010) 41, em Munique vários membros da secção local da Sociedade Alemã de Higiene Racial mantinham relações estreitas com organizações políticas da extrema-direita anti-semita. Com efeito, Egbert Klautke, op. cit., 81 mostrou que havia uma certa sobreposição entre o movimento anti-semita e os movimentos naturistas e indicou (pág. 82) que

formar-se e no preciso meio em que se formava, Haeckel estabeleceu um elo ininterrupto de continuidade entre a ecologia científica e o fascismo racista.

Quando Haeckel definiu que «a política é biologia aplicada»<sup>134</sup> abriu o caminho que permitiu mais tarde aos seguidores de Hitler proclamarem, com as consequências bem conhecidas, que «o nacional-socialismo não é mais do que biologia aplicada»<sup>135</sup>. «Já no seu início [...] a ecologia manteve uma relação íntima com um meio político veementemente reaccionário», resumiu um historiador. «No ponto central deste complexo ideológico encontra-se a aplicação directa e sem mediações das categorias biológicas à esfera social»<sup>136</sup>. Ora, as condições geradoras do mais catastrófico dos fascismos estão reproduzidas nos nossos dias, e o programa que os nacional-socialistas pretenderam realizar com a politização da biologia tornou-se agora muito mais amplo, já que os ecologistas ambicionam converter a política numa ecologia aplicada, e a ecologia abrange não só a biologia mas a totalidade do meio ambiente. Aquilo a que por uma lastimável degenerescência terminológica continua a chamar-se esquerda apresenta-se hoje sob a bandeira da *ecologia política*.

## 5. A ecologia fascista

Que sedução podem os contemporâneos da sociedade industrial encontrar na ficção idílica de um mundo rural imutável? O capitalismo é o único modo de produção a exigir a instabilidade, quando todos os sistemas económicos anteriores procuraram garantir que as suas condições de funcionamento se conservassem inalteradas. Só o capitalismo não pode existir sem permanentes crises sectoriais e regionais, sem a ininterrupta adaptação a novas técnicas e novos sistemas organizativos, sem que estejam sempre a ser lançadas no desemprego multidões de trabalhadores enquanto outras são absorvidas por novos ramos de actividade, sem a contínua deslocação de volumes muito consideráveis de capital e a migração de enormes vagas humanas. Mas um modo de produção que, para assegurar a vitalidade dos seus fundamentos, não pára de pôr em causa as suas formas episódicas e de substituí-las por outras parece correr um risco grave.

um antigo assistente de Haeckel passara a dedicar-se à propaganda racista.

<sup>134</sup> Citado em University of California Museum of Paleontology [s. d.].

<sup>135</sup> E. Black (2003) 270, 318; S. Kühl (1994) 36, 121 n. 39. Ver ainda as nn. 194 a 199 do capítulo 1 da Parte 4. Afigura-se-me muito estranho que as obras de Haeckel tivessem sido proscritas no Terceiro Reich, conforme pretendeu *O Diabo*, 12 de Janeiro de 1936, pág. 7.

<sup>136</sup> P. Staudenmaier (1995) 8. As ideias ecologistas de Haeckel influenciaram ainda Rudolf Steiner, o que reforçaria posteriormente a sua repercussão no nacional-socialismo. Ver id. (2011).

Será que os explorados, assistindo à mutabilidade de todas as condições de existência, acabarão por conceber a precariedade do próprio regime de exploração? Este quadro proporcionou o mito da estabilidade rural.

## 1

É elucidativo verificar que o mito da estabilidade rural foi gerado juntamente com a produção industrial em série. Henry Ford, a figura de imediato associada à indústria de massas, foi também um incansável apologista da sociedade agrária. «Sou um homem do campo», afirmou ele em 1918, uma das muitas declarações do mesmo estilo que prodigou ao mundo. «Quero ver cada acre da superfície terrestre coberto por pequenas quintas, onde habitem pessoas felizes e satisfeitas»<sup>137</sup>. Estes devaneios ruralistas não eram politicamente inocentes, porque foram desenvolvidos poucos anos depois em *The International Jew*, uma obra que Ford assinou e que, como mostrei já (no capítulo 5 da Parte 2 e no capítulo 2 da Parte 4), contribuiu para divulgar o anti-semitismo pelo mundo e exerceu uma influência directa sobre o racismo germânico, nomeadamente sobre Hitler. «A teoria mais desastrosa é a que estabelece um contacto íntimo e uma harmonia entre as ideias modernas e as catástrofes delas resultantes, dizendo que “tudo são sinais de progresso”, porque, se realmente forem, então será de um progresso que conduz ao abismo. Ninguém pode assinalar um progresso efectivo no facto de que, onde os nossos antepassados usavam moinhos de vento ou hidráulicos, nós empreguemos motores eléctricos», escreveu ou mandou escrever o grande industrial. «Sinal de um verdadeiro progresso seria a resposta a esta pergunta: que influência essas rodas exercem sobre nós? Foi a sociedade da época dos moinhos de vento melhor ou pior do que a actual? Foi mais uniforme nos costumes e na moral? Tinha mais respeito pela lei e formava caracteres mais elevados?»<sup>138</sup>. Estas linhas, assinadas por um dos empresários que mais contribuiu para tornar obsoletos os velhos moinhos e difundir os novos mecanismos, só parecerão extraordinárias se não virmos, na continuação do livro, que Ford pretendia defender o que considerava serem valores autenticamente norte-americanos contra o cosmopolitismo e o desenraizamento atribuído aos judeus. Não eram os motores das suas fábricas, mas os agentes da finança internacional judaica, que poriam em causa as harmonias agrárias, e assim o ruralismo de Ford fazia parte do seu anti-semitismo. Ele considerava que os tractores que saíam das suas linhas de montagem contribuiriam para revitalizar os meios rurais, e com o

<sup>137</sup> Citado em A. Nevins et al. (1957) 226. Traduzi «*farmer*» por «homem do campo» para evitar a ambiguidade do termo «camponês» aplicado aos Estados Unidos. Acerca dos ideais agrários de Henry Ford ver ainda id., *ibid.*, 115, 310 e 602.

<sup>138</sup> H. Ford (1932) 121 (sub. orig.).

mesmo objectivo defendia a implantação de pequenos pólos industriais disseminados nos campos e movidos pela energia hidráulica. «As fábricas e as quintas deviam ter sido organizadas não como concorrentes mas como colaboradoras», postulou Ford<sup>139</sup>. O certo é que, pondo o dinheiro onde pusera as palavras, mandou construir alguns pequenos estabelecimentos fabris, integrados no complexo de indústria automóvel e cuja mão-de-obra estava dispensada do trabalho industrial nas ocasiões em que precisasse de atender às exigências da agricultura<sup>140</sup>. Aquele fanático da grande produção de massas nunca perdeu o entusiasmo pelas excursões campestres nem o gosto pelas danças aldeãs<sup>141</sup>, e parecia encontrar na calma dos campos as mesmas lições de humildade, modéstia e respeito que o chefe do fascismo português professava.

«A agricultura», disse Salazar em 1953, «pela sua maior estabilidade, pelo seu enraizamento natural no solo e mais estreita ligação com a produção de alimentos, constitui a garantia por excelência da própria vida, e, devido à formação que imprime nas almas, manancial inesgotável de forças de resistência social». Estas timoratas palavras foram proferidas a propósito do primeiro Plano de Fomento, e como o presidente do Conselho receava que o desenvolvimento económico provocasse o colapso do seu morigerado país, explicou que «aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, são, presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria». E avaliando a situação enquanto financeiro e enquanto ideólogo, Salazar concluiu: «Sei que pagamos assim uma taxa de segurança, um preço político e económico, mas sei que a segurança e a modéstia têm também as suas compensações»<sup>142</sup>. Já Dollfuss, igualmente devoto do fascismo clerical, mas cuja ditadura foi tão breve quanto foi longa a do outro, dissera num discurso em 14 de Junho de 1934, um mês antes de ser assassinado: «Quem pode estar mais próximo da natureza, quem melhor pode descobrir as leis naturais da sociedade económica do que o camponês, o agricultor? A nossa missão na política agrária é descobrirmos novos métodos de organização que sejam naturais e obedecermos assim aos princípios naturais na vida económica»<sup>143</sup>.

<sup>139</sup> Citado em A. Nevins et al. (1957) 227. Estas medidas contaram em 1930 com a aprovação de Alfred Rosenberg, o doutrinador oficial do nacional-socialismo. Ver. A. Rosenberg (1986) 519 ou id. [s. d.] 378.

<sup>140</sup> A. Nevins et al. (1957) 226 e segs.

<sup>141</sup> Acerca das excursões pelo campo ver id., *ibid.*, 485 e segs. A mania das velhas danças de aldeia é relatada em id., *ibid.*, 491-493. Ford abominava o jazz, que considerava judaico. Ver H. Ford (1932) 358. Também Céline considerou o jazz como negro-judaico e, segundo A. Duraffour et al. (2017) 224-225, 418-420 e 943 n. 440, esta sua opinião deveu-se à influência de Ford.

<sup>142</sup> A primeira passagem citada do discurso de Salazar em 28 de Maio de 1953 encontra-se em F. Rosas et al. [s. d.] 457, as outras duas em id. (2001) 1035.

<sup>143</sup> Citado em J. Messner (2004) 136-137.

Ninguém ignorava o contexto em que era invocado o mito das raízes. Contra o internacionalismo e o cosmopolitismo, tratava-se de inscrever imutavelmente as pessoas num território e num Estado ou numa raça. José Antonio Primo de Rivera, em resposta a um jornalista, forneceu a chave destas concepções: «*O fascismo é uma atitude universal de regresso a nós mesmos. Dizem que imitamos a Itália. É certo que o fazemos, na medida em que procuramos a nossa razão de ser íntima nas nossas próprias entranhas. [...] A Itália encontrou-se na Itália. Nós, voltando-nos para nós mesmos, encontraremos a Espanha*»<sup>144</sup>. O internacionalismo político era visto, não sem razão, como uma consequência perigosa decorrente da internacionalização do capital. E o capital cosmopolita era considerado, com mais razão ainda, como uma ameaça aos grupos económicos de âmbito estritamente nacional. Ambos os malefícios foram conceptualizados pelo racismo nacional-socialista como expressões do judaísmo. De um lado estava a natureza e a moral ou, se os termos fossem transpostos para o plano biológico, estava a raça; do outro lado, a cidade, onde o cosmopolitismo destruiria as certezas da moral e, para quem tivesse essas preocupações, onde a presença dos judeus corromperia o sangue. Vemos como o tema da pureza, tão importante no romantismo, teve ao mesmo tempo conotações ecológicas e conotações conservadoras e racistas.

Não poderemos entender o mito campestre sem nos apercebermos de que ele vigora num nível estritamente ideológico, servindo de adorno ao crescimento da grande produção fabril. Foram e são regimes promotores da industrialização ou mesmo francamente tecnocráticos que propõem a pretensa harmonia rural como padrão de comportamento genérico. Assegurar a ordem e a obediência às hierarquias numa sociedade em mudança contínua, conseguir o milagre de enxertar a estabilidade dos modos de vida e de pensamento sem comprometer a necessária instabilidade da economia e os ritmos acelerados da produção — eis a ambição de quem promove o mito do campesinato e das suas raízes. Em todos os regimes fascistas, sem excepção, podiam encontrar-se duas correntes, uma industrializadora e modernista, fazendo a apologia do mundo urbano, e a outra tradicionalista e ecologista, glorificando o mundo rústico.

## 2

Depois de tudo o que Henry Ford disse e escreveu em prol da sociedade agrária, é esclarecedor que os estabelecimentos industriais que implantou em áreas rurais tivessem sido tão pouco numerosos que a sua mão-de-obra proveio de menos de mil famílias<sup>145</sup>, o que mostra que

<sup>144</sup> Entrevista de José Antonio em *Ahora*, 16 de Fevereiro de 1934. A passagem citada encontra-se em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 749 (sub. orig.).

<sup>145</sup> A. Nevins et al. (1957) 229, 298.



aquelas noções tiveram apenas um valor de exemplo e foram desprovidas de consequências práticas. Mas mesmo enquanto exemplo estavam condenadas a fracassar. Ford defendia que a mecanização das fainas da terra, aumentando os rendimentos das famílias rurais e prolongando-lhes as horas de lazer, promoveria a aquisição de bens consumo e, além disso, permitiria aos agricultores empregar-se suplementarmente nos pequenos estabelecimentos fabris dispersos pela vizinhança, o que lhes melhoraria o nível de vida<sup>146</sup>. Curiosamente para um industrial, considerou estas questões na perspectiva do mercado de consumo particular e não na dos movimentos da mão-de-obra. Na realidade, a crescente mecanização da agricultura, diminuindo o número de pessoas necessárias no campo, provocou uma debandada para as grandes cidades e pôs termo àquela sociedade rural que Ford idealizara.

O efeito perverso das utopias ruralizantes verificou-se em todos os outros casos. Apesar de o futurismo ter marcado o fascismo italiano com uma inconfundível coloração industrial e urbana, Mussolini não tinha ilusões sobre a hostilidade que lhe votava o operariado das cidades<sup>147</sup> e, com efeito, a componente agrária teve grande relevância na base social do fascismo italiano<sup>148</sup>. «É necessário dar ao fascismo um carácter predominantemente rural», declarou Mussolini no conselho nacional do partido em Agosto de 1924<sup>149</sup>, quando as repercussões do assassinato de Matteotti punham em perigo o regime. Exaltando as pretensas virtudes bucólicas<sup>150</sup>, ele tomou uma série de medidas para reforçar o peso do sector rural na economia e na sociedade. Por um lado, a Batalha do Trigo, proclamada no Verão de 1925 — além de permitir ao Duce exhibir-se em tronco nu perante os fotógrafos e divulgar a uma nação embasbacada o considerável volume torácico de um ditador que enforquilhava molhos de feno — procurou aumentar a produção agrícola e reduzir as importações neste sector<sup>151</sup>. Com o mesmo intuito foi apresentado, em Outubro de 1928, um programa destinado a converter à agricultura vastos solos incultos e, quando conveniente, intensificar os cultivos<sup>152</sup>. Por outro lado, anunciou-se em 1928 e 1929 a Batalha Demográfica, com a finalidade de impedir o abandono dos campos e colocar obstáculos à emigração para as cidades<sup>153</sup>. Mas os próprios promotores destas medidas confessaram que os seus objectivos eram mais sociais do que económicos e se destinavam a reforçar a base conserva-

<sup>146</sup> Id., *ibid.*, 227, 553 n.

<sup>147</sup> Ver a n. 8 do capítulo 3 da Parte 1.

<sup>148</sup> Ver a n. 2 do capítulo 4 da Parte 1.

<sup>149</sup> Citado em A. Lyttelton (1982) 406.

<sup>150</sup> P. Melograni (1980) 197, 201-202. Ver também C. T. Schmidt (1937) 97. «O fascismo procura e encontra nos campos as mais puras e frescas reservas espirituais da nação, e recolhe e difunde essas forças para incutir uma nova energia e poesia na alma do povo», escreveu o ministro da Agricultura italiano. Ver G. Acerbo (1931) 71.

<sup>151</sup> P. Melograni (1980) 197; E. Santarelli (1981) I 418-420; C. T. Schmidt (1937) 99-100.

<sup>152</sup> P. Melograni (1980) 258; E. Santarelli (1981) I 586-587.

<sup>153</sup> A. Lyttelton (1982) 566-569; P. Melograni (1980) 198-200, 257; E. Santarelli (1981) I 589-590.

dora<sup>154</sup>. O estímulo à cultura do trigo, além de onerar os consumidores, que tiveram de pagar os custos do proteccionismo aduaneiro, provocou um desequilíbrio interno do sector agro-pecuário, prejudicando as outras produções<sup>155</sup>. No plano económico aquelas medidas foram um fracasso, porque não conseguiram sustentar a industrialização nem favorecer a ruralização<sup>156</sup>. Foram-no igualmente no plano demográfico, a tal ponto que, para não se reconhecer publicamente a diminuição da população rural, adulteraram-se os resultados do recenseamento de 1936, classificando como trabalhadoras agrícolas as mulheres do campo que no censo de 1931 tinham sido consideradas donas de casa e aumentando indevidamente os números da população masculina dedicada à agricultura<sup>157</sup>. Afinal, o que parecia ser uma política económica e demográfica resumira-se a uma encenação com intuítos propagandísticos<sup>158</sup>. Mesmo na Líbia, que os discursos apresentavam como terra de colonização e que o ministro das Colónias De Bono considerou que «é o território mais adequado, pela proximidade e pelo clima, a receber pelo menos uma parte da nossa força de trabalho supérflua»<sup>159</sup>, dos cento e dez mil italianos ali residentes em 1939, só cerca de 12% se dedicavam à actividade agrícola<sup>160</sup>. O mesmo sucedeu com a conquista da Abissínia, que em vez de proporcionar uma migração de pequenos colonizadores, como o regime pretendia<sup>161</sup>, acabou por beneficiar grandes concessionários, companhias de colonização e plantação e instituições financeiras<sup>162</sup>. Considerando em conjunto a Abissínia, a Eritreia e a Somália, mais de 70% da população masculina italiana aí residente em 1940 era composta por militares<sup>163</sup>.

Fazendo-se eco da política agrícola mussoliniana, até no nome escolhido, a Campanha do Trigo lançada em 1929 pelo Estado Novo português parece ter evitado a ruína total de grande

<sup>154</sup> P. Melograni (1980) 258-259.

<sup>155</sup> C. T. Schmidt (1939) 101-104.

<sup>156</sup> Segundo A. J. Gregor (2000 a) 37, se atribuirmos ao volume total da produção agrícola italiana o índice 100 em 1922, ele subira para 147,8 em 1937, enquanto os índices agregados da produção industrial haviam subido para 182,2 em 1934.

<sup>157</sup> P. Melograni (1980) 203-206, 261-262.

<sup>158</sup> Falando em 26 de Julho de 1942 ao microfone da Rádio Roma, Ezra Pound apresentou a Itália como «uma nação BASEADA na sua população rural, na sua população agrícola». Ver L. W. Doob (org. 1978) 118 (maiúsc. orig.). Por seu lado, S. G. Payne (1993) 86-87 insistiu no carácter modernizador do fascismo italiano, mas acrescentou (págs. 92-93) que ele se singularizava pela ênfase posta na ecologia e no controle do desenvolvimento urbano, o que o torna precursor da ecologia actual. Stanley Payne concluiu (pág. 93) que «de certo modo, o ecologismo fascista parece ter sido um pressentimento sofisticado dos problemas da urbanização e industrialização do século XX, muito antes de os sociais-democratas terem começado a dar-se conta desses problemas» (introduziu correcções na tradução). O importante neste caso é salientar a relação entre a ecologia e o fascismo, quer isto sirva para caracterizar a ecologia quer sirva para elogiar o fascismo.

<sup>159</sup> E. De Bono (1931) 125.

<sup>160</sup> A. Hourani (2009) 364. Segundo R. H. Rainero (2007) 27, dos 102.281 italianos residentes na Líbia em Junho de 1940, uma grande percentagem vivia nas cidades e não nos campos.

<sup>161</sup> A. Pennacchi (2010) 268-270, 274.

<sup>162</sup> C. T. Schmidt (1939) 139-140. Ver também S. G. Payne (2003 b) 243.

<sup>163</sup> R. H. Rainero (2007) 27.

parte dos pequenos produtores cerealíferos. Apesar disto, quer pelo sistema de preços praticado, quer pela organização do crédito, quer pela orientação dos subsídios, os principais beneficiados foram os grandes lavradores e os latifundiários, e as oportunidades de mercado criadas favoreceram mais ainda os industriais da moagem e dos adubos e os fabricantes de máquinas e utensílios agrícolas<sup>164</sup>. É certo que procurou manter-se a pequena propriedade rural; mas, não lhe dando condições para prosperar, agravou-se a sua dependência relativamente aos grandes lavradores<sup>165</sup>. Os camponeses modestos, que sempre figuraram em lugar de honra nas actividades promovidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional e tão frequentemente foram elogiados em termos idílicos nos discursos do presidente do Conselho, tinham um valor apenas ideológico. Num discurso pronunciado em 1935, Salazar apelara a que «respiremos o ar puro e saudável da natureza e das mentalidades dos campos, longe destes sorvedouros de vidas, energias e saúde que são as cidades»<sup>166</sup> e dois anos depois, numa reunião de um organismo internacional dedicado à luta contra a tuberculose, admitiu que «a civilização materialista do nosso tempo» fosse responsável pelo recrudescimento daquela doença e enalteceu a «alegria do trabalho», a «modéstia dos desejos e ambições», a «satisfação das pequenas, simples e saudáveis coisas»<sup>167</sup>. Mas em 1966, num Portugal arrastado pela industrialização dos demais países, o ditador obsoleto declarou que «por mim, e se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser ricos não chegareis lá pela agricultura [...] A faina agrícola [...] é, acima de tudo, uma vocação de pobreza»<sup>168</sup>.

Outro exemplo das contradições implícitas no tema do regresso à natureza é fornecido pelo regime de Vichy. Por um lado, a propaganda oficial e, mais do que tudo, os discursos do velho marechal invocavam a necessidade de regenerar o país através das virtudes rústicas e exaltavam como modelo o pequeno camponês<sup>169</sup>. Até entre os fascistas radicais de Paris havia quem, como Drieu La Rochelle, defendesse o regresso à natureza como único remédio para a decadência civilizacional materializada nas cidades<sup>170</sup>, e ele definia o fascismo como um movimento político que caminhava radicalmente «no sentido da defesa do homem contra a grande cidade e contra a máquina»<sup>171</sup>. Mas, se deixarmos de um lado as declarações, do outro lado só pouco mais de mil

<sup>164</sup> J. M. Pais et al. (1976-1978) XII 422, 430, 434-437, 442-450, 457, 460, 472, XIV 322, 348.

<sup>165</sup> Id., *ibid.*, XII 442, 450.

<sup>166</sup> Esta passagem do discurso de Salazar em 11 de Maio de 1935 vem citada em id., *ibid.*, XIV 354.

<sup>167</sup> Estas passagens do discurso de Salazar a 5 de Setembro de 1937, na abertura da X Conferência da União Internacional contra a Tuberculose, encontram-se em J. Ameal (org. 1956) IV 182.

<sup>168</sup> Salazar no seu discurso de 28 de Maio de 1966 citado em F. Rosas et al. [s. d.] 417.

<sup>169</sup> R. O. Paxton (1973) 196-202, 254-258.

<sup>170</sup> R. Soucy (1970) 74-75.

<sup>171</sup> Citado em A. Duraffour et al. (2017) 714.

e quinhentas famílias pediram os subsídios previstos na nova legislação e regressaram à actividade rural<sup>172</sup>. Entretanto a reorganização económica do sector agrícola, em vez de obedecer aos interesses dos pequenos camponeses, foi entregue a técnicos estreitamente ligados à grande agricultura capitalista, nomeadamente à Confederação Geral dos Plantadores de Beterraba e à Associação dos Produtores de Trigo, e a intervenção do Estado destinou-se mais a estimular o aumento da produtividade do que a defender a exploração familiar<sup>173</sup>.

Mas o caso mais elucidativo é sem dúvida o Terceiro Reich, onde, como mostrei na análise do nacional-socialismo enquanto metacapitalismo (capítulo 5 da Parte 2), as decisões ideológicas primaram sobre as decisões económicas e onde era muito difundido o mito do camponês enquanto depositário do sangue nórdico<sup>174</sup>. As autoridades sustentaram uma classe de agricultores com custos tão pesados que entre 1934 e 1939, enquanto os orçamentos ministeriais aumentaram em média cerca de 170%, o Ministério da Agricultura viu o seu orçamento crescer cerca de 620%, ultrapassado apenas pelos ministérios dedicados à preparação militar e à repressão<sup>175</sup>. Mesmo já depois de começada a guerra, só três ministérios dispuseram de um orçamento superior ao do Ministério da Agricultura<sup>176</sup>. Para firmar a nova ordem sobre uma base social e racial estável fora promulgada em Setembro de 1933 uma lei, completada por um decreto três anos depois, que instaurou o regime de morgadio em terras de pequenas dimensões, a cargo de camponeses «de sangue alemão ou de raça semelhante», e em 1938 mais de um terço da superfície cultivada estava submetida a este regime<sup>177</sup>. A outra face do sistema deveu-se a uma lei de Maio de 1934, determinando que os assalariados agrícolas precisariam de autorização para aceitar emprego na indústria<sup>178</sup>. Tudo o que dificulte a mobilidade da força de trabalho contribui para a redução dos salários, e aquela lei não impediu que o número de assalariados agrícolas descresse 16% entre 1933 e 1938<sup>179</sup>. Aliás, recordando que a agricultura familiar subsistia graças à utilização gratuita da força de trabalho dos filhos, que em troca esperavam receber uma parte das terras como herança, um economista alemão daquela época considerou que a instauração do regime de morgadio

<sup>172</sup> R. O. Paxton (1973) 202.

<sup>173</sup> Id., *ibid.*, 203-204.

<sup>174</sup> Benoist-Méchin (1964-1966) III 209; E. K. Bramstedt (1945) 83; A. Bramwell (1985) 55, 57, 68, 72, 140; E. Conte et al. (1995) 83, 89-90, 96, 360; A. Hitler (1995) 126, 213; *Hitler's Table Talk...*, 619; R. L. Koehl (1983) 51; B. Miller-Lane (1973) 182-183; H. Rauschnig (1939) 55-56; A. Rosenberg (1986) 558; id. [s. d.] 404.

<sup>175</sup> A. Bramwell (1985) 91; D. Schoenbaum (1979) 196, 241.

<sup>176</sup> A. Bramwell (1985) 91; P. Staudenmaier (1995) 18.

<sup>177</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 49; A. Bramwell (1985) 106; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 125-126. A passagem citada do decreto encontra-se em Jeremy Noakes et al., *op. cit.*, II 125.

<sup>178</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 166. Ver também A. Tooze (2006) 261.

<sup>179</sup> J. Caplan (org. 1995) 111, 196. Ver também S. G. Payne (2003 b) 192. A. Tooze (2006) 262 indicou para o mesmo período uma descida de quase 20%.

transformara os filhos mais novos em assalariados e, se os pais não pudessem remunerá-los, eles teriam que procurar emprego na cidade<sup>180</sup>. Apesar de todos os esforços, a percentagem da população agrícola na população total desceu de 22,8% em 1925 para 17,7% em 1939 e calculava-se que se reduzisse a 16% em 1943<sup>181</sup>. Entretanto, o número dos pequenos camponeses não cresceu significativamente, pois a lei de 1933 destinada a facilitar o desmembramento das grandes propriedades apenas proporcionou a instalação em terras próprias de um pouco menos de cinco mil famílias em 1935 e mil e quatrocentas em 1938<sup>182</sup>. Também na organização global da economia não progrediu a parte devida ao sector rural, desfavorecido pelos movimentos relativos dos preços agrícolas e industriais<sup>183</sup>. No Reich nacional-socialista os camponeses desempenharam um papel muito mais notável nas fábulas raciais do que na vida real<sup>184</sup>. «Quando os políticos idealizam o trabalho rural, estão sempre a ser hipócritas», anotou Victor Klemperer no seu diário<sup>185</sup>.

A ideologia rural serve de biombo a uma política decididamente urbana e a industrialização prossegue ao som da lira campestre. Em regra, quanto mais uma se desenvolve no plano económico e social tanto mais se afirma a outra no plano ideológico. O capitalismo assimilou a ecologia enquanto um dos elementos do seu dinamismo. Por isso o Terceiro Reich, que se contava entre os países com a infra-estrutura mais avançada e as técnicas mais inovadoras, foi também aquele onde o mito camponês atingiu as proporções mais delirantes, sobretudo se tivermos em conta que em 1930 a percentagem da força de trabalho dedicada à agricultura era inferior na Alemanha a quase todos os outros países europeus e desceu em seguida<sup>186</sup>. Quem observe a pintura ali executada e promovida pelo gosto oficial tem de fazer um verdadeiro esforço para recordar que se estava na segunda nação mais industrializada do mundo, logo depois dos Estados Unidos<sup>187</sup>, e que o

<sup>180</sup> A. Sohn-Rethel (1987) 73. Ver ainda A. Norden (1943) 20.

<sup>181</sup> H. Marcuse em R. Laudani (org. 2013) 178.

<sup>182</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 49.

<sup>183</sup> Id., *ibid.*, I 139, II 94, 98-99; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 126 e segs. Todavia, F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 603 indicou que os preços das matérias-primas industriais aumentaram 9% entre Abril de 1933 e Abril de 1939, os dos bens de consumo aumentaram 24% e os dos produtos agrícolas, 30%. Franz Neumann assinalou (pág. 611) que a discrepância continuou a verificar-se entre Setembro de 1939 e Setembro de 1943, com uma subida de 0,7% dos preços dos bens manufacturados para uso industrial, de 7,2% das matérias-primas industriais e de 10,5% dos produtos agrícolas; no entanto, a subida foi de 11,9% para os preços dos bens manufacturados destinados ao consumo.

<sup>184</sup> B. Moore Jr. (1974) 450.

<sup>185</sup> Na entrada de 19 de Julho de 1937 em M. Chalmers (org. 2006 a) 268.

<sup>186</sup> Em 1930 os 29,0% da Alemanha só ultrapassavam os 6,0% do Reino Unido, os 17,3% da Bélgica, os 20,6% da Holanda e os 21,3% da Suíça. Em França 35,6% da força de trabalho dedicavam-se à agricultura, na Itália 46,8%, em Portugal 55,0% e em Espanha, em 1920, 56,1%. Ver M. Mann (2004) 50. No final da guerra, F. Neumann em R. Laudani (org. 2013) 723 considerou que só 20% da população activa trabalhavam na agricultura. Não sigo A. Tooze (2006) 167-168, que pretendeu que a economia rural alemã daquela época era realmente arcaica.

<sup>187</sup> Ch. Bettelheim (1971) I 19-20. A. Tooze (2006) xxii-xxiii subestimou a importância económica da Alemanha ao compará-la com os Estados Unidos e com o Reino Unido e a França acrescidos dos respectivos impérios coloniais, mas o que interessa aqui é o contexto exclusivamente europeu. Ver também Adam Tooze, *op. cit.*, 135 e segs.

nacional-socialismo fora posto no poder para atingir taxas de crescimento económico muito elevadas. Não só a indústria era geralmente excluída da representação pictórica, identificando-se o mundo do trabalho com o meio rural, mas além disso os camponeses eram mostrados a manejar apenas instrumentos arcaicos, nunca usando a maquinaria agrícola, sem a qual a exploração moderna da terra teria sido impossível<sup>188</sup>. Se bastava o lugar ocupado pelo campesinato na pintura do Terceiro Reich para mistificar a sociedade da época, a maneira como o camponês era figurado constituía uma mistificação suplementar. Tratava-se estritamente de processos ideológicos.

Mas como não podia deixar de suceder numa política concebida enquanto acção estética, a ideologia apresentava-se como uma encenação. A ecologia serviu de pano de fundo no enorme palco de massas em que o Führer convertera o seu Reich, alcançando uma dimensão tanto maior quanto era necessário que cobrisse toda uma sociedade intensamente industrializada<sup>189</sup>. Até à sua morte acidental no início de 1942, Fritz Todt foi um dos principais personagens do regime. Encarregado de dirigir a construção de auto-estradas e criador da colossal Organização Todt, uma empresa de obras públicas de carácter paramilitar ligada directamente ao partido nacional-socialista, Todt procurou harmonizar a indústria e o meio ambiente, esforçando-se nomeadamente por integrar as grandes vias de comunicação na paisagem, ao mesmo tempo que impôs normas estritas de preservação da natureza e de manutenção do equilíbrio ecológico<sup>190</sup>. «Na Alemanha, o objectivo final da construção de auto-estradas não é o mero serviço de transporte», proclamou ele num dia em que se encontrava com veia lírica. «A auto-estrada alemã deve exprimir a paisagem que a rodeia e exprimir a essência alemã»<sup>191</sup>. E que essência era essa?

### 3

Através da ecologia os nacionais-socialistas inseriram o racismo num quadro ideológico e prático mais vasto. «Primeiro ecologista da Europa», foi como um fascista belga de incontestável *pedigree* chamou muito mais tarde ao Führer<sup>192</sup>, e a restrição geográfica é importante, porque ainda aqui se encontram nos Estados Unidos precursores do Terceiro Reich. Uma das figuras

<sup>188</sup> B. Hinz (1980) 110; J.-M. Palmier (1976 a) I 420-424; P. Watson (2011) 632. Também no teatro as autoridades nacional-socialistas promoviam os temas rurais e o uso de dialectos, como indicou Peter Watson, op. cit., 646.

<sup>189</sup> Referindo-se ao «ambientalismo nazi», S. G. Payne (1993) 95 considerou que ele «foi professado mais em teoria do que na prática», mas acrescentou que «o próprio conceito era, por outro lado, muito avançado para o seu tempo em termos de reforma ecológica» (introduzi uma alteração na tradução).

<sup>190</sup> P. Staudenmaier (1995) 20-21.

<sup>191</sup> Citado em id., *ibid.*, 21. Ver igualmente J. Herf (1986) 204. O arquitecto paisagista responsável pela fusão «orgânica» das auto-estradas na natureza era Alwin Seifert, que levava o fanatismo ecológico ainda mais longe do que Walther Darré, a tal ponto que reinava a hostilidade entre ambos. Ver A. Bramwell (1985) 173 e W. W. Kay (2008). Segundo P. Staudenmaier (2011), Seifert estava muito ligado à antroposofia.

<sup>192</sup> L. Degrelle (2006) 105-106.

mais expressivas da eugenia, Madison Grant, que além de presidente da Eugenics Research Association e da American Eugenics Society e *trustee* do Museu Americano de História Natural foi autor de um livro classificado por Hitler como «a minha Bíblia»<sup>193</sup>, assinalou-se igualmente como fundador das primeiras organizações destinadas a preservar o bisonte americano e as florestas nativas da Califórnia<sup>194</sup>. A estas actividades presidia uma perspectiva única, pois Grant interessava-se apenas por uma natureza selvagem que reputava nobre, e desprezava as formas menores da vida animal<sup>195</sup>, tal como a eugenia se preocupava só com a promoção de uma pretensa elite biológica. «Para estes conservacionistas, que estimavam muito a administração dos recursos por especialistas», observou um autor, «a diferença era inquietantemente pequena entre a gestão de florestas e a gestão do património genético humano»<sup>196</sup>. Aliás, tratava-se de uma noção generalizada, adoptada também pelo ex-presidente Theodore Roosevelt, a cujo círculo intelectual e político Grant pertencia<sup>197</sup>. As raízes desta atitude eram tão fundas que se detectam já entre os primeiros conservacionistas do país, por exemplo em John Muir, fundador do Sierra Club, que estivera longe de demonstrar para com os índios a mesma compaixão que havia nutrido pelos animais, e o mesmo pode dizer-se do inspirador originário deste tipo de ambientalismo, Thoreau<sup>198</sup>. A convergência da ecologia e da eugenia num quadro ideológico e prático comum antecipou nos Estados Unidos o que haveria de ocorrer com o nacional-socialismo germânico.

As primeiras reservas naturais na Europa foram criadas pelo Terceiro Reich, que levou a cabo um conjunto de medidas que qualquer ecologista dos nossos dias não deixaria de aprovar<sup>199</sup>, e a gratidão das boas almas ambientalistas não rareou. Em 1939 estavam inscritos no NSDAP 60% dos membros das principais associações de protecção da natureza que haviam existido durante a república de Weimar<sup>200</sup>. Em 1935, precisamente no ano em que se promulgaram as chamadas Leis de Nuremberga, destinadas a assegurar a preservação da raça, publicou-se um complexo legal visando a preservação da natureza, com um escopo sem precedentes<sup>201</sup>. Foi uma inspiração única que presidiu a estes dois conjuntos de disposições. Quando sabemos que os eugenistas colocavam os métodos de aperfeiçoamento biológico da raça humana no mesmo plano das melhorias a introduzir na criação do gado e na cultura selectiva das plantas e quando recorda-

<sup>193</sup> Ver a n. 177 no capítulo 1 da Parte 4 e a n. 563 no capítulo 2 da Parte 4..

<sup>194</sup> J. Purdy (2015).

<sup>195</sup> Id., *ibid.*

<sup>196</sup> Id., *ibid.*

<sup>197</sup> Id., *ibid.*

<sup>198</sup> Id., *ibid.*

<sup>199</sup> W. W. Kay (2008); P. Staudenmaier (1995) 15 e segs.

<sup>200</sup> P. Staudenmaier (1995) 16-17.

<sup>201</sup> Id., *ibid.*, 23.

mos que eram muito estreitos os contactos entre as associações de criadores de gado e as sociedades eugenistas, compreendemos a íntima relação existente entre o racismo e a ecologia na doutrina hitleriana. Preservar a natureza e preservar a raça, tudo isto era integrado pelos nacionais-socialistas numa só esfera ideológica. Himmler — que além de Reichsführer-SS era licenciado em agronomia e membro do Conselho dos Camponeses do Reich — insistiu na semelhança entre a selecção racial que presidia aos SS e a selecção de animais praticada pelos criadores de gado ou a selecção de sementes praticada pelos agricultores<sup>202</sup>, e levou os cuidados ao ponto de nomear um Comissário Especial do Reichsführer-SS para a Protecção dos Cães<sup>203</sup>. Mesmo quando o fim se aproximava e o exército soviético estava à beira de invadir a Prússia Oriental, Göring, que considerava que «a floresta é a catedral de Deus»<sup>204</sup> e aos seus muitos títulos juntava o de Monteiro-Mor do Reich, exclamou para Hitler: «Os meus pobres veados, que horror!»<sup>205</sup>.

Himmler promulgou em Dezembro de 1942 um decreto acerca da forma como o solo devia ser tratado nos territórios eslavos conquistados a Leste, em que se lê: «Os camponeses da nossa raça esforçaram-se sempre cuidadosamente por aumentar os poderes naturais do solo, das plantas e dos animais e por preservar o equilíbrio de toda a natureza. Para eles, o respeito pela criação divina é o padrão de toda a cultura. Assim, para que os novos espaços vitais se tornem uma pátria para os nossos colonos, uma condição prévia fundamental é o ordenamento planificado da paisagem, de maneira a mantê-la próxima da natureza»<sup>206</sup>. Ou, nas palavras mais concisas de Walther Darré: «O conceito de Sangue e Solo dá-nos o direito moral de nos apoderarmos de tantas terras a Leste quantas sejam necessárias para estabelecer uma harmonia entre o conjunto da nossa raça e o espaço geopolítico»<sup>207</sup>.

Esta noção de um campesinato nórdico capaz de respeitar a natureza em vez de simplesmente se aproveitar dela, de um sangue ligado ao solo, levou à invenção da agricultura orgânica. A inspiração originária deveu-se a Rudolf Steiner em 1924, quando lançou a ideia da agricultura biodinâmica. Steiner é conhecido como fundador da antroposofia, mas hoje é curiosamente esquecida a ligação originária da antroposofia aos meios espiritualistas e teosóficos mais delirantes. A hierarquia mística de progressão espiritual foi transposta por Steiner para uma hierarquia biológica

<sup>202</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 301; A. Quinchon-Caudal (2013) 101. O artigo «A Europa Voltará a Ser Saudável», *Germanische Leithefte*, I, nº1, 1941, uma publicação dos SS, antologado em K. Hammer (org. 1988-1994) III 10-14, estabeleceu (pág. 10) explicitamente a relação entre a selecção das plantas e dos animais e a noção hitleriana de racismo.

<sup>203</sup> J. C. Fest (1974) 1187.

<sup>204</sup> Citado em W. W. Kay (2008).

<sup>205</sup> Citado em H. Eberle et al. (org. 2005) 294.

<sup>206</sup> Citado em P. Staudenmaier (1995) 16.

<sup>207</sup> Citado em id., *ibid.*, 19.



de sucessão de raças, em que o lugar mais recente, considerado superior, caberia à raça ariana, cujo componente mais elevado seria o nórdico-germânico. A fusão de uma hierarquia espiritual com uma hierarquia racial colocou a antroposofia no mesmo plano da metafísica do sangue em que o hitlerismo se situou, e foi neste ambiente que Steiner formulou a teoria da agricultura biodinâmica, inspirada pela noção de que a terra seria um organismo e pela pretensão de conhecer as forças cósmicas invisíveis que exerceriam efeito sobre o solo e a flora<sup>208</sup>. Os leitores de má vontade, que sempre descobrem uma lacuna numa lista bibliográfica por mais abundante que seja e a ausência de um capítulo por mais longa que seja uma obra, dirão que me falta tratar da difusão do culto místico da natureza entre os movimentos que de uma forma genérica podem incluir-se nos Wandervögel e que nas primeiras décadas do século XX mobilizaram a juventude escolar alemã, juntando numa mesma teia ideológica a recusa da sociedade urbana, a mania de passear pelas montanhas, o vitalismo, a noção do universo como organismo, um espiritualismo neopagão e um anticapitalismo de cariz conservador. Se lhes chamar *escuteiros místicos*, definirei um meio em que se inserem tanto os Wandervögel e depois os SS como hoje os devotos da ecologia.

Steiner morreu em 1925, e quando foi lançada no Reich a Batalha pela Produção, em Novembro de 1934, estavam registadas oficialmente duas mil explorações agrícolas biodinâmicas, que na verdade seriam provavelmente muitas mais<sup>209</sup>. Foi a partir de então que a agricultura biodinâmica começou a ser promovida por Walther Darré. Nomeado em 1930 conselheiro de Hitler para as questões agrárias, Darré encarregou-se desde Junho de 1933 até 1942 do Ministério dos Abastecimentos e da Agricultura, além de ser Führer dos Camponeses do Reich e ter chefiado o Departamento Central de Raça e Colonização dos SS desde o final de 1931 até 1938 com a patente de Obergruppenführer, o segundo mais alto escalão dos SS<sup>210</sup>. Darré acolheu no seu Ministério numerosos discípulos de Steiner, mas para iludir a desconfiança ou mesmo hostilidade que alguns sectores do nacional-socialismo sentiam perante a antroposofia, procedeu a uma mudança de adjectivos e a agricultura biodinâmica passou a denominar-se agricultura orgânica, ficando convertida na sua doutrina oficial<sup>211</sup>. Hess era a figura mais representativa entre os nacionais-socialistas apoiantes da antroposofia, enquanto Himmler, apesar de inicialmente se ter mantido muito próximo

<sup>208</sup> W. W. Kay (2008); P. Staudenmaier (2011). Ver também A. Bramwell (1985) 172.

<sup>209</sup> P. Staudenmaier (2011).

<sup>210</sup> Depois de 1939 foi criada a patente de SS-Oberstgruppenführer entre a de Reichsführer-SS e a de SS-Obergruppenführer, como indicou H. F. Ziegler (1989) 149 n. 2.

<sup>211</sup> A. Bramwell (1985) 118, 124, 135, 175; W. W. Kay (2008). Anna Bramwell indicou (pág. 118) que Darré defendera a agricultura orgânica ao longo da década de 1930 e afirmou claramente (pág. 171) que ele começara em 1934 a fazer campanha pela agricultura orgânica, acrescentando que durante a guerra dera novo fôlego a esta campanha; mas, paradoxalmente, considerou (pág. 177) que somente em Maio de 1940 Darré ficara «plenamente convertido» à agricultura orgânica. Segundo P. Staudenmaier (2011), Darré só teria adoptado as noções agrícolas de Steiner no final da década de 1930.

de Darré, hostilizava a antroposofia porque via nela uma concorrente do seu neopaganismo<sup>212</sup>. Chegou-se assim a um resultado curioso, pois por um lado eram sistemáticas as filiações cruzadas entre os SS e o Ministério dos Abastecimentos e da Agricultura<sup>213</sup>, mas por outro os seguidores da antroposofia povoavam este Ministério<sup>214</sup>, numa esclarecedora convivência. Se depois Himmler se distanciou de Darré, isto possivelmente deveu-se, como expus na análise da raça de senhores, sub-homens e anti-raça (capítulo 2 da Parte 4), a divergências quanto à formação das novas elites, mas não quanto à relação mística do camponês com a terra. Aliás, Günther Pancke, que em 1938 substituíra Darré à frente do Departamento Central de Raça e Colonização dos SS, recorreu a antropósofos para planificar o sistema agrícola que deveria ser aplicado nas terras conquistadas a Leste. Himmler apoiou até ao fim a agricultura orgânica<sup>215</sup>, a ponto de em Novembro de 1940 ter dado ordens para a fundação de uma quinta junto ao campo de concentração de Auschwitz, onde se fizessem experiências de procriação de animais e cultivo de plantas<sup>216</sup>, cujas repercussões ambientais e paisagísticas foram debatidas pelos tecnocratas que orientaram a ampliação daquele complexo concentracionário<sup>217</sup>. No ano seguinte foi Franz Lippert, um dos principais antropósofos especialistas de agricultura biodinâmica, quem se encarregou de dirigir a quinta experimental que Himmler fundara no campo de concentração de Dachau, sendo para isso integrado nos SS<sup>218</sup>. Ora, tal como indicou um estudioso, «os SS eram proprietários do empreendimento de agricultura orgânica mais vasto e com maior êxito comercial, o Instituto Germânico de Pesquisa Nutricional e Alimentar, que cultivava plantas pseudo-medicinais em terrenos junto ao campo de concentração de Dachau»<sup>219</sup>. Aliás, o SS-Obergruppenführer Oswald Pohl, que superintendia a administração económica dos campos de concentração, aplicava a agricultura orgânica numa quinta que possuía<sup>220</sup>. Por isso, quando o voo de Hess para a Escócia em Maio de 1941 deixou a antroposofia sem o seu principal protector, a perseguição aos discípulos de Steiner poupou os directamente empenhados na agricultura biodinâmica, cuja sobrevivência ficou assegurada<sup>221</sup>. A agricultura orgânica, que hoje é um elemento constitutivo da maior parte das doutrinas ecologistas, nasceu

<sup>212</sup> A. Bramwell (1985) 175-177; W. W. Kay (2008); P. Staudenmaier (2011). Quanto às relações entre Himmler e Darré ver A. Bramwell (1985) 133 e A. Rosenberg [s. d.] 94.

<sup>213</sup> A. Bramwell (1985) 89, 137. D. Orlow (2010) 539 considerou mesmo que «as organizações agrícolas converteram-se efectivamente em filiais dos SS». Ver também A. Tooze (2006) 171.

<sup>214</sup> A. Bramwell (1985) 176-177. Anna Bramwell esforçou-se (págs. 178 e segs.) por minorar as ligações da antroposofia e da agricultura biodinâmica aos meios oficiais do Terceiro Reich, mas P. Staudenmaier (2011) apresentou uma história detalhada dessas relações de 1933 em diante.

<sup>215</sup> A. Bramwell (1985) 176; W. W. Kay (2008).

<sup>216</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 583-584.

<sup>217</sup> G. Aly et al. (2006) 135.

<sup>218</sup> P. Staudenmaier (2011).

<sup>219</sup> W. W. Kay (2008).

<sup>220</sup> P. Staudenmaier (2011).

<sup>221</sup> A. Bramwell (1985) 178-179; W. W. Kay (2008).

no âmbito da metafísica da raça, enquanto elo de ligação entre o sangue e o solo.

E a política racial de escravismo e genocídio foi apresentada pelos nacionais-socialistas como uma conclusão lógica do mito do equilíbrio natural que fundamenta a ecologia. Segundo Darré, os outros povos, como os celtas e os eslavos, não possuíam a mesma ligação entre sangue e solo que caracterizaria os nórdicos; e quanto aos judeus, eles seriam absolutamente desprovidos de implantação na terra, já que eram um povo sem raízes<sup>222</sup>. O Judeu Errante não era para os nacionais-socialistas só uma figura negativa do reino animal, mas do reino vegetal também. Assim como era preciso arrancar as ervas daninhas e domesticar o gado para «aumentar os poderes naturais do solo» e «preservar o equilíbrio de toda a natureza», também — e exactamente pelas mesmas razões — se justificavam as medidas de extermínio dos judeus e de escravização dos eslavos. Por isso Darré se referiu aos judeus como «ervas daninhas»<sup>223</sup>. Como observou Emmanuel Ringelblum na sua crónica secreta, «Eles» — na linguagem parcialmente cifrada empregue por este historiador, «Eles», com maiúscula, designava os ocupantes nacional-socialistas da Polónia — «comparam os judeus a uma planta parasitária que vive doutras plantas»<sup>224</sup>. Os SS «estão decididos a destruir as raças concorrentes», escreveu o antigo director do jornal dos Waffen-SS de língua francesa, «como se destroem as pragas na agricultura!»<sup>225</sup>.

Também é conhecida a comparação estabelecida por Himmler entre os eslavos e o gado de trabalho, no aterrorador discurso proferido em Posen em Outubro de 1943: «É-me completamente indiferente o que possa suceder a um russo ou um checo. [...] É evidente que nunca devemos ser brutais ou cruéis sem necessidade. Nós, os alemães, que somos o único povo no mundo a ter uma atitude decente para com os animais, também assumiremos uma atitude decente para com estes animais humanos. Mas é um crime contra o nosso próprio sangue preocuparmo-nos com eles e darmos-lhes ideais [...]»<sup>226</sup>. Esta alucinante justificação da benevolência mediante a animalização do inimigo não foi uma excentricidade do Reichsführer-SS, porque nos derradeiros meses da guerra, num lugarejo da Pomerânia Ocidental, quando três ucraniano-polacas iam ser enforcadas sob uma acusação injusta de pilhagem, um belga de Liège, ocupando uma baixa patente na 28ª Divisão SS Valónia, protestou com êxito: «É uma pura *Tierquälerei*, e a crueldade para com os animais é severamente punida na Alemanha!»<sup>227</sup>. A perversidade moral que permitiu salvar a

<sup>222</sup> A. Bramwell (1985) 54-56, 189-192; P. Staudenmaier (1995) 17-18.

<sup>223</sup> Citado em P. Staudenmaier (1995) 20.

<sup>224</sup> E. Ringelblum (1964) 42.

<sup>225</sup> Saint-Loup (1987) 208.

<sup>226</sup> Citado em A. Bullock (1972) 697-698, M. Gilbert (2011 b) II 543 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 311-312.

<sup>227</sup> Este caso ocorrido com o SS-Hauptscharführer Müller foi relatado por Saint-Loup (1987) 330. *Tierquälerei*

vida de três mulheres eslavas conferindo-lhes o estatuto de animais foi maior ainda, pois as mesmas autoridades nacional-socialistas que permitiam a realização de experiências *in vivo* nos prisioneiros judeus ou ciganos dos campos de concentração tinham proibido a vivissecção de animais mediante um conjunto de leis que foi o primeiro e o mais rigoroso em todo o mundo<sup>228</sup>. Aquilo que era proibido fazer aos animais ou até aos sub-humanos podia fazer-se à anti-raça. Neste contexto talvez não fosse uma bizzarria a lei de Dezembro de 1942 que autorizou os mestiços em segundo grau de judeus e arianos a licenciarem-se em medicina mas não em veterinária<sup>229</sup>, preservando os animais, mais do que as pessoas, da interferência da anti-raça. Os SS criaram também, no campo de extermínio de Treblinka, um jardim zoológico com animais nativos da Polónia, cuidadosamente tratados pelos prisioneiros destinados a morrer<sup>230</sup>. Entre o culto da natureza, enquanto apologia da autoridade e da tradição, e a invocação das raízes, enquanto legitimação do massacre rácico, a ecologia contemporânea encontra o seu quadro inspirador.

Com a derrota militar do Reich a agricultura orgânica foi atingida pela ignomínia que cobriu todas as iniciativas fomentadas pelos nacionais-socialistas, e o facto de Darré e os antroposofistas terem continuado a promovê-la na década de 1950 não contribuiu para a inocentar<sup>231</sup>. Só muito lentamente ela conseguiu renascer. Na década de 1970, ou ainda nos últimos anos da década anterior, com a dissolução das esperanças socialistas e obreiristas, começou a surgir nos países anglo-saxónicos e na República Federal Alemã uma audiência de esquerda para as teses agroecologistas que até então haviam sido conotadas com a extrema-direita e o fascismo, e daí se expandiram ao resto do mundo<sup>232</sup>. Embora esteja perfeitamente documentada, a história da agroecologia mantém-se obscura pela simples razão de que os agroecologistas não têm nenhuma vontade de a esclarecer. «A vaga de activismo estudantil britânica do final da década de 1960 *não* tinha um componente ambientalista», escreveu um investigador. «Os activistas estudantis tendiam a ser esquerdistas e anarquistas que faziam parte de coligações antinucleares e contra a guerra. Passada uma década, muitos destes contestatários seriam activistas do ambientalismo»<sup>233</sup>. A ecologia é hoje o quadro em que se encontram alguns temas tradicionalistas herdados da direita radical e

significa crueldade para com os animais. No seu avanço para Ocidente o Exército Vermelho destacou-se pela quantidade de estupros cometidos, mas quando o oficial Lev Kopelev protestou, foi acusado de «humanismo burguês» e condenado a nove anos de detenção. Ver G. MacDonogh (2009) 26. Aprenderíamos alguma coisa se aplicássemos a estes dois casos a casuística da teologia moral.

<sup>228</sup> W. W. Kay (2008).

<sup>229</sup> S. Friedländer (2008) 630.

<sup>230</sup> J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) III 627.

<sup>231</sup> A. Bramwell (1985) 171-172, 179, 195-197.

<sup>232</sup> W. W. Kay (2008).

<sup>233</sup> Id., *ibid.* (sub. orig.).

do fascismo e certas preocupações surgidas na extrema-esquerda, e este cruzamento e o eco de cada um dos lados no outro constituem o processo gerador de um fascismo pós-fascista.

## 6. O pós-fascismo ecologista

### 1

Talvez pareça estranho que os mitos e preconceitos da ecologia se tenham divulgado em alguns meios científicos com não menos vigor do que noutros sectores da sociedade, quando em épocas anteriores a caça às bruxas e o pavor sistemático perante o progresso haviam singularizado as pessoas mais incultas e tacanhas ou de mentalidade mais retrógrada. E embora a população comum continue a desconfiar da generalidade da pesquisa científica devido ao isolamento em que é prosseguida essa actividade e à obscuridade terminológica com que se envolvem os resultados, quando se trata da ecologia passa-se o oposto e os leigos nesta matéria delegam aos universitários partidários da ecologia a função, que estes assumem de bom grado, de fiscalizar o restante meio académico consoante critérios que nada possuem de científico. Cedo se chegou a um ponto tal que já em 1990, quando uma conceituada revista pediu a vários cientistas um parecer acerca de um relatório elaborado sob a égide do Congresso dos Estados Unidos, onde se concluíra que as consequências das descargas acidentais de petróleo nos oceanos estavam longe de ser tão nocivas para o meio ambiente como vulgarmente se julgava, os entrevistados só acederam com a condição de não serem divulgados os seus nomes, pois concordavam com a principal ilação expressa no relatório<sup>234</sup>. No ano seguinte a mesma revista publicou um artigo em que um reputado biólogo, ao declarar que não havia dados suficientes para avaliar a dimensão da extinção das espécies, acerca da qual os ecologistas tecem considerações tão alarmistas como fantasiosas, pediu que lhe fosse mantido o anonimato, senão «eles matam-me por eu dizer isto»<sup>235</sup>. De então em diante a situação piorou. A que se deve tal ambiente de medo no interior do próprio meio científico?

O fraccionamento crescente das disciplinas académicas e a compartimentação a que foram submetidas dificultam aos profissionais de cada especialidade a obtenção de uma visão global dos problemas, a única que permite situar os desequilíbrios tecnológicos numa perspectiva histó-

<sup>234</sup> Acerca do relatório apresentado ao Congresso dos Estados Unidos e do artigo publicado na revista *Science* ver B. Lomborg (2001) 190-191.

<sup>235</sup> Citado em id., *ibid.*, 254.

rica e considerá-los no plano social. Afastados da reflexão sobre os fundamentos da ciência, na grande maioria estes profissionais tornaram-se mais técnicos do que cientistas, e assistimos então ao curioso espectáculo de muitos deles se erguerem numa fúria apocalíptica contra a própria liberdade científica. Mas este argumento, embora possa contribuir para o esclarecimento do problema, está longe de fornecer uma resposta definitiva, porque na Alemanha, desde o último terço do século XIX até ao final da segunda guerra mundial, numa época em que a especialização excessiva não caracterizava ainda o meio universitário, uma corrente significativa de engenheiros usou e promoveu a tecnologia e foi ao mesmo tempo depositária de uma tradição anti-racionalista que confluiu no nacional-socialismo<sup>236</sup>. Do mesmo modo, convém recordar que no Terceiro Reich vários cientistas participaram na campanha retrógrada e anticientífica dirigida contra a relatividade e a física quântica e inventaram nesse contexto a Física Ariana. Como se explica que nos nossos dias «os nomes de cientistas famosos apareçam ligados a afirmações não científicas»<sup>237</sup>?

Será instrutivo recordar que ao longo de quatro décadas o movimento eugenista conquistou entre os cientistas norte-americanos uma posição hegemónica comparável à obtida hoje em todo o mundo pelos ecologistas<sup>238</sup> e que as opiniões dos eugenistas sobre a hereditariedade das características étnicas, dos comportamentos culturais e morais e das aptidões ou deficiências físicas foram então aceites como teses comprovadas, quando na verdade se baseavam em definições vagas, em metodologias incriteriosas, em dados falsificados ou até em coisa nenhuma<sup>239</sup>. A demagogia dos procedimentos e a correspondente histeria com que eram apresentadas as conclusões lembram o que se passa agora com os ecologistas, que pretendem policiar o meio ambiente do mesmo modo que os eugenistas se haviam dedicado a policiar a reprodução biológica dos seres humanos. Em ambos os casos trata-se de uma vasta campanha por parte de alguns meios académicos para ultrapassar as instituições governamentais e adquirir uma autoridade directa sobre a vida alheia, convertendo-se numa tecnocracia científico-administrativa. Há já várias dezenas de anos Ivan Illich soube prever e denunciar uma situação deste tipo: «Não está excluído de maneira nenhuma que, assustadas com os perigos que as ameaçam, as pessoas coloquem o seu destino nas mãos de tecnocratas que se encarregariam de manter o crescimento justo aquém do limite de destruição da vida. Este fascismo tecnocrático asseguraria igualmente a subordinação

<sup>236</sup> J. Herf (1986) 152 e segs.

<sup>237</sup> W. W. Kay (2008).

<sup>238</sup> E. Black (2003) xvi, 44, 57, 63, 71, 75, 89, 103.

<sup>239</sup> Num artigo escrito em 1913 sob a égide do Galton Laboratory, o cientista britânico David Heron atacou o movimento eugenista dos Estados Unidos, acusando-o de falta de fundamentação científica e de usar uma metodologia deficiente ou até deliberadamente errada. Ver *id.*, *ibid.*, 99-100.

total dos homens aos instrumentos, enquanto produtores e consumidores»<sup>240</sup>. Mas o que Ivan Illich possivelmente não antecipou foi a etapa seguinte. Fala-se muito — veremos que sem motivo — das espécies em risco de extinção, mas o que sucede quando são umas espécies que ameaçam outras? Na ilha de Ascensão, no Atlântico Sul, a empresa de consultoria ecológica Wildlife Management International (WMIL) matou todos os gatos selvagens para converter aquela área numa reserva exclusiva de pássaros. Não se satisfizeram com tão pouco e globalizaram a hecatombe, como a própria empresa anunciou: «A WMIL extinguiu com êxito ratos, ratazanas (*Rattus rattus*, *R. norvegicus* e *R. exulans*), coelhos, lebres, gatos selvagens e cabras em mais de 40 ilhas em todo o mundo [...]»<sup>241</sup>. O paraíso da biodiversidade exige o inferno das espécies condenadas. A tecnocracia ecologista deu assim mais um passo e além de policiar a relação entre a sociedade e a natureza passou a policiar a própria natureza. Se tivessem começado antes, a selecção natural nunca teria funcionado e estaríamos ainda na época da primeira ameba.

Com o objectivo de estimular um clima de ansiedade propício à imposição de um controle global, os ecologistas atribuem à sociedade uma função sistematicamente negativa e à natureza uma função positiva. Aliás, é esclarecedor que num elevado número de casos os ecologistas se tenham oposto à implementação de medidas destinadas a solucionar problemas que eles próprios consideram existir, com o pretexto de que tais medidas trariam por sua vez efeitos negativos, mas abstendo-se de os comparar com os efeitos positivos. «[...] precisamos de enfrentar o nosso mito de que a economia põe em causa o meio ambiente», afirmou um dos raros ecologistas que ousou perscrutar os alicerces frágeis das teses que defendia. «[...] quando vemos os problemas numa perspectiva temporal, o meio ambiente e a prosperidade económica não são conceitos opostos, mas entidades complementares; sem uma protecção adequada do meio ambiente o desenvolvimento fica prejudicado, mas a protecção do meio ambiente não pode ser sustentada sem o desenvolvimento»<sup>242</sup>. Usando a noção de custos e benefícios, este autor mostrou documentadamente que a sociedade industrial tem dado respostas adequadas aos problemas surgidos com o meio ambiente e que as dificuldades que subsistem são estritamente económicas e não naturais. Mas os ecologistas, presos aos mitos do bom selvagem e de uma natureza harmoniosa, idealizam uma humanidade que só seria meritória se se confundisse com a natureza.

Quando se trata da relação da sociedade com a natureza os ecologistas aceitam frequentemente teses sem verificar a exactidão das fontes, procedem a extrapolações ilegítimas e usam

<sup>240</sup> Citado em M. Bosquet (1974) 23.

<sup>241</sup> WMIL Wildlife Management International [s. d.].

<sup>242</sup> B. Lomborg (2001) 32, 210.

as estatísticas de maneira abusiva ou errada, mesmo deliberadamente errada<sup>243</sup>, com o objectivo de sustentar uma convicção em vez de verificar os seus fundamentos — e percebemos então que a ecologia não é tratada pelos seus promotores como uma ciência, mas como uma fé. A ecologia pretende apresentar-se como uma ciência, e é-o em certos aspectos, mas o carácter irracional torna-se evidente ao constatar-mos que os seus representantes confundem as projecções com as previsões. O objectivo de uma projecção é prolongar no futuro a tendência de desenvolvimento verificada hoje para um certo processo, ou para um número reduzido de processos, partindo do princípio de que as tendências de desenvolvimento dos restantes processos se manterão inalteradas, de modo a detectar o ponto a partir do qual a situação se tornará insustentável. Trata-se de um instrumento de planificação útil para calcular as contramedidas necessárias e onde elas devem incidir. Portanto a projecção, pelo simples facto de ser tomada em conta, nunca corresponderá ao que se há-de passar, pois suscitará intervenções correctivas. Em suma, a projecção constitui um dos elementos de um processo global de mudanças, indicando as áreas para onde se torna urgente dirigir os investimentos, a pesquisa científica e a sua aplicação prática. A previsão, por seu lado, procura abarcar o conjunto de factores e os seus contra-efeitos recíprocos, considerando que, precisamente porque foi alertada, a sociedade tende a alterar os problemas denunciados pelas projecções. «Talvez o maior perigo dos prognósticos», advertiu um especialista de estatística, «seja a tendência a subestimar o modo como as inovações técnicas podem tornar irrelevantes os receios originários»<sup>244</sup>. Ao apresentarem as projecções como se fossem previsões e ao basearem-nas tantas vezes em dados falsos ou mesmo inexistentes, os ecologistas revelam-se como uma versão actualizada dos profetas bíblicos, anunciando os cataclismos que punirão a humanidade por ter ousado libertar-se de entraves milenários. Enquanto a análise económica demonstra que no último século e meio aumentou muitíssimo a prosperidade material da maior parte — e uma parte crescente — da população mundial e que nas últimas décadas melhoraram os termos da relação entre a sociedade e o meio ambiente, a doutrina ecologista argumenta que tudo isto contribuirá apenas para agravar o desequilíbrio entre a humanidade e a natureza e para tornar mais horrendo o apocalipse.

<sup>243</sup> Id., *ibid.*, *passim*. Enquanto especialista de estatística, Bjørn Lomborg concentrou as suas críticas nas incorrecções metodológicas cometidas pelos ecologistas, tanto a má utilização estatística dos dados como as generalizações feitas abusivamente a partir de dados insuficientes ou até sem se sustentarem em nenhuns dados. Assim, embora o escopo do seu livro seja limitado, incide num problema crucial, pois a credibilidade da ecologia, como de qualquer ciência, depende da relação estabelecida com o material empírico.

<sup>244</sup> Id., *ibid.*, 278.



A história da ecologia é uma sucessão de catástrofes anunciadas e sempre adiadas. Para desvendar aqui o mecanismo destas profecias bastam-me dois casos muito conhecidos. Numa conferência realizada em 1974 colocou-se a hipótese, sem nenhum fundamento de pesquisa, de que a taxa de extinção atingisse então 100 espécies por ano, não só animais mas todas as espécies, incluindo as que eram ainda ignoradas pela ciência. É deveras extraordinário atribuir uma taxa de extinção a algo que não é conhecido, mas como se esta metodologia peculiar não fosse suficiente e assumindo que nos próximos vinte e cinco anos ficaria extinto um milhão de espécies, o ecologista Norman Myers procedeu ao cálculo fácil de que são perdidas 40.000 espécies por ano. «Toda a argumentação de Myers se resume a isto», concluiu um ecologista crítico. «O livro de Meyers não fornece nenhuma outras referências ou argumentos»<sup>245</sup>. Este alarmismo sem fundamento serviu, se não foi até montado, como munição para os grupos de pressão<sup>246</sup>, e em 1980 um relatório entregue ao presidente dos Estados Unidos pelo Departamento de Estado e pelo America's Council for Environmental Quality considerou que «entre meio milhão e dois milhões de espécies — 15% a 20% de todas as espécies no planeta — poderão estar extintas no ano 2000». Na realidade, porém, limitou-se a nove o número de pássaros e mamíferos extintos entre 1980 e 2000<sup>247</sup>. Foi assim que se construiu um dos pavores contemporâneos. Os outros não são mais sólidos.

Fundado em 1968, o Clube de Roma antecipou o movimento ecológico posterior quer no catastrofismo quer nas presunções mal sucedidas, baseadas na apresentação de projecções como se fossem previsões. «O nosso modelo mundial», preveniram os autores de um célebre relatório do Clube de Roma, cuja primeira edição data de 1972 e de que se venderam vários milhões de exemplares traduzidos para várias dezenas de línguas, «foi especificamente construído para pesquisar cinco das mais importantes tendências que constituem uma preocupação global — industrialização acelerada, rápido crescimento populacional, subnutrição generalizada, exaus-

<sup>245</sup> Id., *ibid.*, 252.

<sup>246</sup> Numa crítica ao livro de Bjørn Lomborg, Th. Lovejoy (2002) 68 reconheceu em termos pudicos que se ignora com que fundamento Norman Myers pudera anunciar em 1979 que estariam a ser extintas cerca de quarenta mil espécies por ano. «Myers não especificou o método que lhe permitiu chegar à sua estimativa», escreveu Thomas Lovejoy, e acrescentou: «No entanto, ele [Myers] tem o mérito de ter sido o primeiro a dizer que se tratava de um número elevado e de tê-lo feito numa época em que era difícil proceder a cálculos mais exactos». Para os pontífices da ecologia proclamar uma cifra elevada é só por si meritório, independentemente de qualquer precisão da estimativa. Ora, o problema consiste em saber quando são reais e quando são fictícios os perigos para que está a ser alertada a opinião pública.

<sup>247</sup> A citação do *Global 2000 Report to the President* encontra-se em *The Economist, Special Report: Biodiversity*, 14 de Setembro de 2013, pág. 6.

tão de recursos não renováveis e deterioração do ambiente»<sup>248</sup>. Mas como o modelo não levou em conta o ritmo de inovação científica e técnica, as conclusões ficaram pré-determinadas. Por isso os autores do relatório puderam escrever que, se aquelas cinco tendências «continuarem sem alteração», «os limites do crescimento neste planeta serão atingidos em algum momento nos próximos cem anos»<sup>249</sup>. «Podemos dizer com uma certa segurança», destacaram em itálico, «que, assumindo que não haja mudanças substanciais no actual sistema, o crescimento populacional e industrial parará sem dúvida no próximo século», ou seja, no século em que estamos agora a viver, o leitor e eu, «o mais tardar»<sup>250</sup>. Talvez antes ainda, pois «suspeitamos, com base no conhecimento actual das restrições físicas do planeta, que a fase de crescimento não possa continuar por mais cem anos»<sup>251</sup>, o que nos deixaria pouco mais de cinquenta anos a nós agora. O fim está próximo, porque os autores do relatório consideraram que «os curtos prazos necessários para a duplicação de muitas das actividades humanas, combinados com as quantidades imensas que estão a ser duplicadas, levar-nos-ão perto dos limites do crescimento dessas actividades numa data surpreendentemente breve»<sup>252</sup>.

Vejamos um exemplo para uma matéria-prima fundamental. Aquele relatório do Clube de Roma considerou que, admitindo que não fossem descobertas novas reservas de petróleo e que o consumo permanecesse idêntico ao do momento da projecção, o petróleo duraria 31 anos, ou seja, ter-se-ia esgotado em 2003. Se se admitisse, porém, que o consumo crescería exponencialmente consoante a taxa média de crescimento anual verificada no momento da projecção, o prazo de duração desceria para 20 anos, terminando em 1992. Continuando a admitir-se que o consumo crescería exponencialmente de acordo com a taxa referida, mas admitindo-se por outro lado que as reservas conhecidas quintuplicariam, o prazo de duração dilatar-se-ia para 50 anos, o que significa que, de acordo com este cálculo mais favorável, daqui a quatro anos, em 2022, o petróleo do planeta haveria de esgotar-se. Quanto ao gás natural, admitindo a hipótese mais favorável, de que o consumo aumentaria consoante a taxa de crescimento média anual verificada no momento da projecção e as reservas conhecidas quintuplicariam, os autores do relatório do Clube de Roma previram que se esgotaria em 2021<sup>253</sup>. O que se abstiveram de indicar é que se aplicássemos a qualquer época histórica essa metodologia que não leva em conta as capacidades de inovação e de transformação tecnológica, chegaríamos à conclusão de que já não existíamos há muito.

<sup>248</sup> D. H. Meadows et al. (1974) 26-27.

<sup>249</sup> Id., *ibid.*, 29.

<sup>250</sup> Id., *ibid.*, 132 (sub. orig.).

<sup>251</sup> Id., *ibid.*, 188.

<sup>252</sup> Id., *ibid.*, 97.

<sup>253</sup> Id., *ibid.*, 66.

Previendo este tipo de objecções, eles recorreram a um argumento de valor metodológico duvidoso e que pode usar-se para tudo, o de que pelo facto de algo ter existido sistematicamente até agora não deve deduzir-se que continue a existir. Neste caso, vituperaram o «optimismo tecnológico» e pretenderam que «a tecnologia pode mitigar os sintomas de um problema sem atingir as causas fundamentais»<sup>254</sup>. Mas se a tecnologia permitir que a humanidade viva duravelmente com um problema, então isto significa que ele deixou socialmente de se fazer sentir e, portanto, já não é um problema.

O relatório do Clube de Roma apresentou uma lista de problemas e dispensou-se de considerar o único factor que leva à sua solução, o que um cientista denominou «o carácter totalmente imprevisível da ciência»<sup>255</sup>. Ora, isto é tudo o que nos separa dos formigueiros e das colmeias. A demagogia imbuída no modelo empregue naquele relatório fica patente ao lermos que «o crescimento efectivo da economia e da população depende de factores como paz e estabilidade social, educação e emprego e progresso tecnológico constante». E por que motivo não foram levados em consideração? «Estes factores são muito mais difíceis de avaliar ou de prever. Nem este livro nem o nosso modelo mundial neste estágio do seu desenvolvimento podem lidar explicitamente com estes factores sociais, excepto na medida em que as nossas informações acerca da quantidade e da distribuição dos recursos físicos possa indicar eventuais problemas sociais futuros»<sup>256</sup>. Isto quer simplesmente dizer que as implicações positivas das inovações não foram levadas em conta e só se consideraram as implicações negativas. Aliás, para os autores do relatório o carácter nocivo do progresso tecnológico vem desde a origem e não data apenas da sociedade industrial. Escreveram eles que «nenhuma nova tecnologia é espontânea ou desprovida de custos»<sup>257</sup>. Claro que não, mas a questão consiste em comparar os custos e benefícios dessa tecnologia com os custos e benefícios das tecnologias anteriores. Ora, como os autores do relatório não conseguiram «agregar e generalizar as implicações dinâmicas do desenvolvimento tecnológico, porque sectores do modelo muito diferentes dão lugar a diferentes tecnologias e são influenciados por elas», afirmaram tranquilamente que «no modelo mundial não existe uma variável única chamada “tecnologia”»<sup>258</sup>. E acrescentaram com desfaçatez que nesse seu modelo «a aplicação da tecnologia a problemas patentes de esgotamento dos recursos ou de poluição ou de escassez alimentar não tem impacto sobre a questão *essencial*, que é a do crescimento exponen-

<sup>254</sup> Id., *ibid.*, 159.

<sup>255</sup> E. Keinan (2013) 2669.

<sup>256</sup> D. H. Meadows et al. (1974) 55. Traduzi «*physical supplies*» por «recursos físicos».

<sup>257</sup> Id., *ibid.*, 63.

<sup>258</sup> Id., *ibid.*, 138.

cial num sistema finito e complexo»<sup>259</sup>.

Aproximamo-nos assim do ponto central. «A aplicação da tecnologia às pressões naturais exercidas pelo ambiente contra qualquer processo de crescimento teve tanto êxito no passado que toda uma cultura se desenvolveu em torno do princípio de lutar contra os limites em vez de aprender a viver com eles», lemos no relatório do Clube de Roma. «Esta cultura foi reforçada pela aparente imensidão da terra e dos seus recursos e pela relativa pequenez do homem e das suas actividades. Mas a relação entre os limites da terra e as actividades do homem está a mudar»<sup>260</sup>. Para que esta relação se altere é indispensável a intervenção dos ecologistas e dos seus grupos de pressão, que generalize uma tecnologia de novo tipo, voltada exclusivamente para limitar ou inverter o crescimento económico. «Acreditamos firmemente», anunciaram os autores do relatório, «que muitos dos desenvolvimentos tecnológicos aqui mencionados — reciclagem, dispositivos de controle da poluição, anticoncepcionais — serão absolutamente vitais para o futuro da sociedade humana *se forem combinados com travões deliberados ao crescimento*»<sup>261</sup>. Esta conclusão resume tudo. Para o Clube de Roma a tecnologia não é válida enquanto se destine a favorecer o crescimento económico e só passa a sê-lo quando tiver como objectivo limitar o crescimento. O mais significativo nestas conjecturas catastróficas são as consequências sociais da limitação do crescimento. Para o Clube de Roma, como para a generalidade dos ecologistas, o problema consiste nas pressões que a procura exerce sobre os recursos naturais, quer a procura resulte do crescimento demográfico quer do crescimento salarial. Assim, de nada valeria travar o aumento da população se continuassem irrestritos o aumento dos salários e a melhoria do nível de vida, o que significa que a travagem dos salários é uma consequência imediata dos limites do crescimento. No entanto, para atenuar no âmbito mundial a onda de protestos que tal medida não deixaria de suscitar, o relatório do Clube de Roma propôs aos «países economicamente desenvolvidos» que «encorajem uma desaceleração do crescimento do seu próprio *output* material, enquanto ao mesmo tempo ajudam as nações em desenvolvimento a fazer as suas economias progredir mais rapidamente»<sup>262</sup>. Encontra-se aqui uma convergência perversa com o que se passou em anos recentes, quando a crise localizada nos centros tradicionalmente mais desenvolvidos levou essas economias a entrar em recessão e a taxa de aumento dos salários a diminuir ou tornar-se negativa, ao passo que alguns países até há pouco considerados de periferia avançaram para primeiro plano e aumentaram a sua massa salarial e o seu mercado interno. A coincidência, porém, é ilusória,

<sup>259</sup> Id., *ibid.*, 152 (sub. orig.).

<sup>260</sup> Id., *ibid.*, 156-157.

<sup>261</sup> Id., *ibid.*, 160 (sub. orig.).

<sup>262</sup> Id., *ibid.*, 198.

porque se chegou a esta situação não através do decrescimento mas, pelo contrário, graças ao crescimento global, que levou a uma reorganização geoeconómica.

No relatório do Clube de Roma a omissão dos processos de descoberta científica e desenvolvimento tecnológico, bem como dos factores sociais que os sustentam, tem implicações mais graves ainda. «O modelo», explicaram os autores, «contém enunciados dinâmicos apenas sobre os aspectos físicos das actividades humanas. Ele parte do princípio de que as variáveis sociais [...] continuarão a obedecer aos mesmos padrões a que têm obedecido em todo o mundo na história recente»<sup>263</sup>. Excluindo das suas projecções a transformação social, além da inovação científica e tecnológica, o relatório tem um interesse único, o de mostrar o que aconteceria se a criatividade humana parasse. Esta distopia, que inverte o mecanismo básico da produtividade capitalista, aponta para o mesmo horizonte que o metacapitalismo nacional-socialista, que também subverteu os mecanismos da produtividade, como mostrei num dos trechos cruciais deste livro (no capítulo 5 da Parte 2). Se esta análise for exacta, então a ecologia converge com o fascismo no extremo mais bárbaro que ele atingiu.

### 3

A convergência entre o metacapitalismo nacional-socialista e a ecologia é especialmente nítida na agricultura orgânica, tão estimada pelo ministro dos Abastecimentos e da Agricultura do Terceiro Reich. O quadro em que prossegue hoje este sistema de cultivo revela o mesmo predomínio do ideológico sobre o económico que observei no nacional-socialismo, continuando a produtividade a ser sacrificada aos imperativos míticos do equilíbrio natural ou, pior ainda, do vitalismo.

Uma notícia chamando a atenção para um artigo publicado numa das mais prestigiadas revistas científicas resumiu-lhe as conclusões afirmando que «cultivar sem usar fertilizantes químicos e pesticidas pode suprir as necessidades em algumas circunstâncias. Mas o rendimento da produção é inferior ao da agricultura convencional e, por isso, satisfazer a grande massa das necessidades alimentares mundiais exigirá técnicas agrícolas que incluam o uso de fertilizantes [...]»<sup>264</sup>. Com efeito, a equipa científica responsável por esse artigo concluiu que «a nossa análise dos dados disponíveis mostra que, tudo considerado, o rendimento da produção orgânica é normalmente inferior ao da convencional. Mas estas diferenças nos rendimentos da produção estão estreitamente relacionadas com o contexto, dependendo das características do sistema e do lugar, e variam desde uma produção orgânica 5% mais baixa (leguminosas sem irrigação e culturas

<sup>263</sup> Id., *ibid.*, 149.

<sup>264</sup> N Gilbert (2012). Aqui e em citações seguintes traduzi «*yields*» por «rendimento da produção».

perenes em solos pouco ácidos a pouco alcalinos) ou 13% mais baixa (quando são usadas as boas práticas na produção orgânica) até 34% mais baixa (quando o sistema convencional e o orgânico são na maior parte comparáveis)»<sup>265</sup>. Os autores acrescentaram que, em média e tudo considerado, «o rendimento da produção orgânica é 25% inferior ao da convencional», mas o desempenho varia muito consoante as culturas e «os cereais e vegetais orgânicos têm rendimentos de produção significativamente inferiores aos das culturas convencionais»<sup>266</sup>. Num estudo paralelo e publicado praticamente ao mesmo tempo, outros cientistas chegaram a resultados semelhantes, concluindo que, embora com variações significativas, «em média, os rendimentos da produção orgânica correspondem a 80% dos obtidos na agricultura convencional», devendo ainda notar-se que «em média, o desempenho relativo da agricultura orgânica não mudou substancialmente nos últimos anos»<sup>267</sup>. Por isso os autores admitiram também que «alimentar o mundo com a agricultura orgânica pode exigir mais terra do que com a agricultura convencional»<sup>268</sup>.

Esta questão do volume de produção por área encontra-se resumida por uma instituição prestigiada, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura: «– Nos países industriais os sistemas orgânicos diminuem o rendimento da produção; o âmbito dessa diminuição depende da intensidade dos *inputs* exteriores usados antes da conversão. – Nas áreas da chamada Revolução Verde (terras irrigadas) a conversão à agricultura orgânica proporciona geralmente um rendimento da produção quase idêntico. – Na agricultura tradicional regada pela chuva (com baixos *inputs* exteriores) a agricultura orgânica tem potencial para aumentar o rendimento da produção»<sup>269</sup>. Os autores de um dos estudos que mencionei há pouco confirmam aparentemente estas conclusões ao escreverem que para a agricultura orgânica «o rendimento de produção relativo foi mais baixo na Europa Setentrional (70%) e mais alto na Ásia (89%)»<sup>270</sup>. A outra equipa de cientistas mostrou-se hesitante, já que inicialmente chegou à conclusão oposta, considerando que «nos países desenvolvidos o desempenho orgânico é, em média, -20%, enquanto nos países em desenvolvimento é -43%». Logo em seguida, porém, estes autores admitiram que a maioria dos dados referentes aos países em desenvolvimento indicou rendimentos de produção atípicos para a agricultura convencional e que nos poucos casos em que a comparação foi mais segura «os rendimentos da produção orgânica não diferem significativamente dos da conven-

<sup>265</sup> V. Seufert et al. (2012) 229.

<sup>266</sup> Id., *ibid.*, 230.

<sup>267</sup> T. de Ponti et al. (2012) 4.

<sup>268</sup> Id., *ibid.*, 1.

<sup>269</sup> Food and Agriculture Organization of the United Nations [s. d.].

<sup>270</sup> T. de Ponti et al. (2012) 5.

cional»<sup>271</sup>. «Não podemos», concluíram eles, «excluir de antemão a alegação de que a agricultura orgânica é capaz de aumentar os rendimentos de produção na pequena agricultura dos países em desenvolvimento. Mas, devido à falta de estudos quantitativos efectuados sob controle apropriado, também não dispomos de provas científicas suficientes para defender essa tese»<sup>272</sup>.

Em suma, na perspectiva mais optimista a agricultura orgânica só teria um potencial de rentabilidade em termos de produção por área nas sociedades tecnologicamente retardatárias, onde a industrialização da agricultura é escassa ou inexistente. Ora, é nestas sociedades que o campesinato é mais pobre e o cultivo da terra mais dependente está de enormes jornadas de trabalho pagas miseravelmente. Por isso é sugestivo que nas análises deste problema as comparações sejam geralmente estabelecidas em função do volume de produção por área e não por número de trabalhadores e tempo de trabalho, como seria correcto em cálculos de produtividade. O volume de produção medido por área constitui, afinal, uma forma de subestimar a barbárie humana subjacente à agricultura orgânica. Mas os peritos da FAO foram directos ao centro da questão: «Os custos de produção dos alimentos orgânicos são normalmente mais elevados devido a mais *inputs* de trabalho por unidade de *output* e porque a maior diversidade das empresas implica que não possam alcançar-se economias de escala»<sup>273</sup>. Nestas condições de menor produtividade a agricultura orgânica só pode concorrer no mercado graças a uma utilização extensiva de trabalho gratuito, nomeadamente pelo facto de nos pequenos empreendimentos, funcionando no âmbito doméstico, o esforço despendido pelos membros da família não ser geralmente contabilizado como custo. Se recordarmos a observação de um historiador, que «se o fascismo foi moder-nista, foi-o de um modo reaccionário»<sup>274</sup>, devemos dizer exactamente o mesmo acerca da ecologia, cujas inovações técnicas têm como efeito directo agravar a barbárie social.

E sendo esta a situação do lado da produção, do lado do consumo as consequências são ainda mais ameaçadoras. Segundo uma equipa de cientistas da Universidade do Minnesota, é verosímil que a procura de alimentos duplique até aos meados deste século, já que as Nações Unidas calculam nesse período um aumento demográfico de um terço, passando a população mundial de quase 7,2 milhares de milhões para cerca de 9,6 milhares de milhões, e devendo ter-se em conta que o desenvolvimento económico, com a conseqüente melhoria do nível material de vida, leva o consumo alimentar a crescer mais rapidamente do que a população. Ora, se a produtividade agrícola permanecesse estacionária, seria necessário duplicar a área cultivada, o que é

<sup>271</sup> V. Seufert et al. (2012) 230.

<sup>272</sup> Id., *ibid.*, 231.

<sup>273</sup> Food and Agriculture Organization of the United Nations [s. d.].

<sup>274</sup> W. Laqueur (1996) 70.

impossível porque ela representa já 40% da superfície terrestre sólida<sup>275</sup>. Neste quadro apreciamos a gravidade da diminuição do rendimento da produção por hectare resultante da aplicação das técnicas agroecológicas. Se a agricultura orgânica se generalizasse a todo o planeta, com as consequências negativas sobre a produtividade que foram avaliadas, provocaria uma hecatombe tal que nos pareceria benévolo o metacapitalismo nacional-socialista.

Nem sequer pode admitir-se que os produtos da agricultura orgânica sejam mais saudáveis. «É uma falácia que *natural* implique necessariamente mais segurança do que *artificial*», escreveu um jornalista que, apesar de ecologista, é crítico da agricultura orgânica. «Em 2009, um importante estudo realizado para a Food Standards Agency do Reino Unido concluiu que o orgânico não trazia vantagens nutricionais nem de saúde». Este autor evocou ainda o caso de bactérias que passam do estrume animal para a planta e o alimento<sup>276</sup>, e com efeito um catedrático de bioquímica e biologia molecular chamou a atenção para um estudo publicado em 2004 por uma equipa de cientistas da Universidade do Minnesota, que detectou a presença de coliformes fecais em 9,7% das frutas e verduras oriundas de explorações agroecológicas, mas apenas em 1,6% das oriundas do outro tipo de agricultura. Aquele universitário acrescentou uma inquietante lista de doenças e mortes provocadas pelo uso de matérias fecais como adubo<sup>277</sup>. Mas os ecologistas abstêm-se de chamar a isto agrotóxicos.

«O artificial está por todo o lado», queixou-se um dia o Reichsführer-SS Himmler, «por todo o lado os alimentos são adulterados com ingredientes que supostamente os fazem durar mais tempo ou ter melhor apresentação ou que os fazem passar por “enriquecidos” ou por qualquer outra coisa em que a publicidade da indústria queira que acreditemos [...] estamos nas mãos da indústria alimentar, cujo poderio económico e cuja publicidade lhes permitem ditar o que podemos e não podemos comer». E este indómito defensor dos alimentos orgânicos anunciou um futuro brilhante para quando o Terceiro Reich triunfasse. «Depois da guerra tomaremos medidas enérgicas para evitar a ruína do nosso povo pelas indústrias alimentares»<sup>278</sup>. Os exércitos fascistas foram derrotados, mas os defensores da agricultura orgânica continuam hoje a campanha agroecológica de Himmler e Darré.

<sup>275</sup> *The Economist*, *Special Report: Biodiversity*, 14 de Setembro de 2013, pág. 16.

<sup>276</sup> M. Lynas (2012).

<sup>277</sup> F. García Olmedo (2008).

<sup>278</sup> Citado em J. Goldberg (2009) 301.



A convergência da ecologia com o metacapitalismo nacional-socialista é ainda mais ampla. A ecologia parece inventada para ilustrar o esquema marxista das barreiras erguidas pelas forças sociais reaccionárias ao crescimento das forças produtivas, e convém esclarecer aqui a distinção entre técnicas e tecnologia. As técnicas surgiram para defender a sociedade da natureza, permitindo a apropriação da natureza. Mas as tecnologias, enquanto materialização de sistemas de relacionamento social, acrescentaram aos desequilíbrios inerentes à natureza e aos criados entre a sociedade e a natureza outros desequilíbrios, internos à humanidade. Sempre que nos aproximamos de um ponto de ruptura estamos a suscitar a criação de sistemas tecnológicos novos, destinados não só a resolver os desequilíbrios resultantes de dados tipos de apropriação humana da natureza como ainda a solucionar desequilíbrios sociais, em ambos os casos inaugurando modalidades novas de desequilíbrio.

A tecnologia é uma estrutura, que determina os modos como são usadas as técnicas que a integram e os sentidos em que podem ser desenvolvidas. Mas tem sucedido com frequência que uma técnica se torne independente da tecnologia em que foi originariamente gerada e se insira noutra estrutura tecnológica. Para a interpretação destes casos, a analogia mais útil é fornecida pela linguística. Uma língua é uma estrutura que determina rigorosamente as palavras componentes, e no entanto a maior parte dessas palavras provém de outras línguas, mortas ou vivas; saída da língua de origem, uma palavra neutralizou-se, para obedecer a outras regras e assumir outras implicações na nova língua em que se foi integrar. O mesmo ocorre com as técnicas. A domesticação do fogo, por exemplo, fez parte de um conjunto de técnicas articuladas numa mesma estrutura tecnológica e ocupou aí um lugar dominante, suscitando uma divisão de funções com efeitos ideológicos de grande alcance. As religiões, com os respectivos sacerdotes, foram em boa medida herdeiras da aura em que se envolveram os guardiães do fogo. Porém, desprovido das conotações sociais e ideológicas de que se rodeara na tecnologia originária, o fogo continuou a ser uma técnica indispensável nas tecnologias posteriores, mas obedecendo já a novas determinantes. O processo foi idêntico para um sem número de outras técnicas. Retiradas da estrutura tecnológica em que haviam sido geradas, tornaram-se neutras e, uma vez inseridas noutra estrutura, adquiriram as características que ela determina. Esta passagem das técnicas de umas para outras tecnologias contribui para a criação de civilizações e sociedades de muito longa duração, mais duradouras do que os modos de produção que sucessivamente as sustentam. Devemos assim admitir que uma futura superação do capitalismo, embora alterando as relações de trabalho e, portanto, criando um novo quadro tecnológico, reutilize inúmeras técnicas anteriores, definindo-lhes outras implica-

ções sociais e um novo sentido de desenvolvimento. Tal como a civilização urbana existe continuamente desde o neolítico e tem servido de quadro a sucessivos modos de produção, com as respectivas tecnologias, também a sociedade industrial durará para além do modo de produção capitalista que a gerou.

Ora, como só o desenvolvimento técnico proporcionado pela sociedade industrial permitiu à humanidade multiplicar a produção de alimentos, libertar-se das epidemias e de um grande número de doenças e evitar as piores consequências da maior parte das catástrofes naturais, se fosse cumprido o programa ecológico de inversão da produtividade e diminuição da actividade industrial a população mundial seria drasticamente reduzida. A ecologia surge, assim, como o substituto moderno da guerra enquanto factor de resolução de crises, e aqui se situa o seu horizonte último de convergência com o metacapitalismo nacional-socialista. É esta a função prática do irracionalismo das doutrinas ecológicas.

E como sucede com todo o irracionalismo, o facto de as profecias não se cumprirem e de os sucessivos desequilíbrios entre a sociedade e a natureza terem sido solucionados — o que neste caso significa restabelecidos noutra plano sem que tivessem ocorrido as tragédias anunciadas — em vez de levar os ecologistas a verificarem os dados do problema só serve, pelo contrário, para lhes reforçar as convicções. Do mesmo modo o fracasso dos anúncios do Fim dos Tempos não afasta os fiéis das Igrejas apocalípticas. Eles limitam-se a vaticinar para um futuro um pouco mais distante cataclismos ainda maiores. São áugures de profecias adiadas. Não importa que de cada vez a histeria se revele sem fundamento, porque outro tema surge para substituir os anteriores desacreditados. Foi a extinção massiva de espécies, o esgotamento do petróleo, a chuva ácida, os buracos no ozono, a obsessão pela reciclagem, o efeito de estufa, outra vez o declínio da biodiversidade, agora o aquecimento global, o necessário é manter o público permanentemente apavorado. E os governos vão promulgando medidas para sossegar a população. Um matemático metuculoso procedeu à comparação exaustiva das projecções com as situações reais e mostrou que os ecologistas reproduzem ao longo dos anos as mesmas antecipações catastróficas, sem se importarem com o facto de a prática e a observação científica os terem já desmentido<sup>279</sup>. Mas ao desdramatizar os problemas do meio ambiente, apresentando-os em termos de opções racionais e não sob a sombra de uma natureza vingativa, este «ambientalista céptico», como ele se autodenominou, só conseguiu atrair a ira e a indignação dos seus confrades. Com efeito, não há que levar o raciocínio para onde apenas a fé tem direito de entrada. Os

<sup>279</sup> B. Lomborg (2001) 29-30, 92 e segs, 108-109, 120-121, 136, 137, 180-181, 216, 242, 243, 245, 256-257, 278, 280, 289, 290-295, 331.

ecologistas prosperam num ambiente de mórbido irracionalismo, por isso não são avaliações objectivas, mas medos pânticos, que eles fomentam.

Se recordarmos que as doutrinas ecológicas vieram conferir uma sistematização ilusoriamente científica a preconceitos, fobias e mitos gerados pelo nacionalismo romântico alemão e difundidos depois na direita radical e no fascismo, podemos concluir, com as palavras de um ensaísta, que «o aparecimento da ecologia moderna formou o último dos elos na cadeia fatídica que interligou o nacionalismo agressivo, o racismo de propensão mística e as preferências ambientais»<sup>280</sup>. Conhecidos os ascendentes e os descendentes, não me parece que nesta linhagem possam surgir colaterais de outro tipo. E assim como a esmagadora maioria dos agroecologistas ignora a filiação directa que os liga ao Ministério da Agricultura do Terceiro Reich, também a esmagadora maioria dos que consideram a natureza como um organismo nunca ouviu falar dos *Gottgläubige* e do misticismo de Himmler nem de *O Mito do Século XX* de Rosenberg e menos ainda de Alwin Seifert. Talvez até sejam estes os casos mais interessantes, em que as teorias foram inventadas de novo, sem que nenhum dos adeptos conheça o passado das suas ideias, porque confirma-se assim que basta a existência de dadas pressões sociais para obter os mesmos resultados.

Todavia, não é preciso venerar a Mãe Terra nem recolher o sangue menstrual e vertê-lo no solo para participar na noção difusa de que a natureza seria um organismo em equilíbrio delicado e que a moral, para a humanidade, consistiria em não violar esse equilíbrio. E é precisamente este o lugar-comum difundido entre todos os que compartilham as preocupações ecológicas. Um crítico da ecologia citado com frequência neste capítulo não considerou que ela estivesse condenada a ter um carácter fascista e defendeu uma modalidade de doutrina ecológica integrada numa transformação social e alheia ao culto místico da natureza, ao mesmo tempo que recordou a existência de uma tradição de anarquismo com preocupações ecológicas<sup>281</sup>. Mas esta distinção de ideologias no seio da ecologia converte-se de resposta em problema ao sabermos que um dos contributos para a génese do fascismo foi um certo tipo de anarquismo. Se for exacto que todas as perspectivas ecológicas tenham em comum o postulado da existência de um equilíbrio natural primordial e defendam uma noção anti-histórica de natureza, então não devemos esquecer que estes pressupostos se incluem na trama ideológica da direita radical e do fascismo. É possível, e é mesmo um facto de todos os dias, que alguém situado num lado do espectro político pretenda usar temas e conceitos que se geraram no lado oposto. Mas esta operação não deixa de ser

<sup>280</sup> P. Staudenmaier (1995) 7. Ver ainda J. C. Fest (1974) 160-165.

<sup>281</sup> P. Staudenmaier (1995) 2-3, 25-26.

contraditória, e ainda que o estilo possa diluir as distorções numa aparente consistência formal, a contradição tem inevitavelmente efeitos. Em que sentido se exercem eles? Teria a esquerda podido assimilar e converter aos seus próprios termos uma doutrina ecológica originariamente retrógrada? Ou teria sido inelutável que o elemento ideologicamente estranho minasse e desagregasse a perspectiva de esquerda e a orientasse noutra direcção? Tal como na extrema-esquerda houve correntes que se apoderaram do tema conservador do nacionalismo e, embora pretendendo manter-se na posição primitiva, derivaram para formas políticas ainda mais nocivas do que as precedentes, também a ecologia de esquerda não conseguiu apagar a sua contradição originária e condenou-se, afinal, a não ser mais do que um fascismo de esquerda, uma modernização do nacional-bolchevismo.

Quando as fronteiras dos países perderam a maior parte da razão de ser e servem sobretudo para impedir a mobilidade da força de trabalho, a ecologia propõe a noção do planeta como lar comum da humanidade, uma pátria global onde, como sucede sempre com o patriotismo, as diferenças sociais se confundam num mesmo destino, imposto por um mesmo perigo. A guerra como ameaça à nação é substituída pela poluição como ameaça ao planeta. Parece-me verosímil que na época da transnacionalização do capital e da mundialização da cultura a ecologia sustente um novo tipo de patriotismo, substituindo a nação pela mãe terra e gerando uma forma actualizada de nacional-bolchevismo. E assim a ecologia cumpre hoje a função que o fascismo executou entre as duas guerras mundiais, constituindo um grande movimento de massas acima das classes sociais ou, mais exactamente, que as una pela criação de uma ideologia e de rituais comuns. Não foram os grandes capitalistas e os senhores de grande fortuna quem inventou a ecologia, mas rapidamente a encaminharam no sentido que lhes interessa quando lhe reconheceram a potencialidade de um movimento de massas alheio à questão fundamental do nosso tempo, a exploração capitalista. Pior do que alheio, porque a ecologia, ao considerar a actividade económica moderna num quadro socialmente homogéneo, patrões e trabalhadores incluídos, tem como função primordial e imediata obnubilar os antagonismos de classe. Se o planeta é uma nave em risco de soçobrar, dizem, unamo-nos todos enquanto é tempo. Reside nesta mentalidade o principal interesse da ecologia para os capitalistas, e quanto mais histérica e delirante se tornar, melhor para eles. Se a sobrevivência da nação contra as nações inimigas serviu ontem para promover a fusão entre as classes sociais sob a égide do Estado, a sobrevivência do globo é apresentada hoje como razão para nos juntarmos todos sob a condução esclarecida de tecnocratas — ou xamãs — ecológicos.

O maior risco da ecologia não reside no facto de vigorar entre os grupúsculos mais lunáticos do fascismo contemporâneo<sup>282</sup>, embora isto possa servir para lhe ilustrar a genealogia. O potencial ameaçador desta doutrina resulta da sua banalização e divulgação por todos os quadrantes. Numa crítica ao movimento ecológico publicada há já quatro décadas<sup>283</sup> calculei que ele fosse dar origem a uma corrente política própria, mas sucedeu algo muitíssimo mais grave. A ecologia permeou todo o espectro, desde o fascismo e a direita mais extrema até à extrema-esquerda, incluindo os moderados de qualquer persuasão. Ainda aqui se reproduziu o cruzamento entre temas de pólos opostos que constituiu o mecanismo gerador do fascismo. O fascismo perdeu militarmente a guerra mas ganhou-a politicamente, e com consequências tanto mais nefastas quanto antes o fascismo e uma porção substancial da esquerda se opuseram em conflitos violentos, enquanto hoje aquilo que comumente se apresenta como ideias de esquerda são temas originários do fascismo. E como a ecologia se converteu numa espécie de moral dominante, num novo civismo, este lugar-comum dos nossos dias é o meio apropriado para se multiplicar o culto das identidades, e tudo em conjunto constitui um fascismo sem o nome.

<sup>282</sup> Acerca da difusão dos temas ecológicos nos grupos neonazis e entre personalidades da ultradireita ver J. Biehl (1995) 36 e segs., W. W. Kay (2008), W. Laqueur (1996) 94-95, 123-124, D. Pels (1998) 18 e P. Staudenmaier (2011). Para acrescentar um exemplo, recordo que em Portugal, durante alguns anos após a queda do fascismo a 25 de Abril de 1974, teve um certo significado o Partido Popular Monárquico, fundado sob a égide do antigo nacional-sindicalista Rolão Preto, que se apresentava como o partido dos ecologistas. Para fundamentar esta conjugação do fascismo radical com a ecologia Rolão Preto invocava a figura de Proudhon, que já no começo daquele século fora usado como caução da aliança estabelecida em França entre sindicalistas revolucionários e dirigentes da Action Française. E não deixa de ser interessante que alguns velhos anarquistas, malgrado o seu dogmatismo antiparlamentar, aconselhassem em conversas privadas o voto nas listas populares monárquicas, invocando precisamente Proudhon e a ecologia para justificar tão singular disposição.

<sup>283</sup> João Bernardo, *O Inimigo Oculto. Ensaio sobre a Luta de Classes, Manifesto Anti-Ecológico*, Porto: Afrontamento, 1979. Poucos anos depois este livro teve uma reedição no Brasil com o título *Ensaio sobre a Luta de Classes*, por iniciativa dos operários demitidos aquando das greves do ABC, com o objectivo de angariarem fundos para a sua luta. Em 2013 reformulei a minha crítica à ecologia numa série de oito artigos, *Post-Scriptum: Contra a Ecologia*, publicada no site *Passa Palavra* ( <http://passapalavra.info/2013/08/98771> ). Uma compilação dos meus artigos de crítica à ecologia foi publicada em francês: João Bernardo, *Contre l'Écologie*, [Paris]: Ni Patrie ni Frontières, [2017]. A maior parte destes artigos encontra-se na internet aqui: <http://mondialisme.org/spip.php?rubrique168>

## SIGLAS E NOMES

Abwehr: Contra-Espionagem.  
Action Française: Acção Francesa.  
AEV: Acção Escolar Vanguarda.  
AFL: ver American Federation of Labor.  
AIT: Associação Internacional dos Trabalhadores [I Internacional].  
Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poylin und Russland: União Geral dos Trabalhadores Judaicos da Lituânia, Polónia e Rússia.  
Alianza Libertadora Nacionalista: Aliança Libertadora Nacionalista.  
Alleanza Nazionale: Aliança Nacional.  
Ältestenrat: Conselho de Anciãos.  
America's Council for Environmental Quality: Conselho Americano para a Qualidade Ambiental.  
American Breeders Association: Associação Americana de Criadores de Gado.  
American Eugenics Society: Sociedade Americana de Eugenia.  
American Federation of Labor: Federação Americana do Trabalho.  
American Genetic Association: Associação Americana de Genética.  
American Ophthalmologic Society: Sociedade Americana de Oftalmologia.  
American Protective League: Liga de Protecção Americana.  
Los Amigos de Durruti: Os Amigos de Durruti.  
Arditi: Comandos.  
Arditi del Popolo: Comandos do Povo.  
Armée des Volontaires: Exército dos Voluntários.  
La Banda Negra: O Bando Negro.  
BBC: ver British Broadcasting Corporation.  
BCRA: ver Bureau Central de Renseignements et d'Action.  
Betar: ver Brit Trumpeldor.  
Black Cross Navigation and Trading Company: Companhia de Navegação e Comércio Cruz Negra.  
Black Star Steamship Line: Linha de Navegação Estrela Negra.  
Bloc Ouvrier et Paysan: Bloco Operário e Camponês.  
BPI: Banco de Pagamentos Internacionais.  
Brit Trumpeldor: Liga de Trumpeldor.  
British Broadcasting Corporation: Sociedade Britânica de Rádio.  
British Fascisti: Fascistas Britânicos.  
British Union of Fascists: União Britânica dos Fascistas.  
British Union of Fascists and National Socialists: União Britânica dos Fascistas e Nacionais-Socialistas.  
BUF: ver British Union of Fascists.  
Bund: ver Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poylin und Russland.  
Bureau Central de Renseignements et d'Action: Departamento Central de Informações e de Acção.  
CADC: Centro Académico de Democracia Cristã.  
La Cagoule: O Capuz.  
Carnegie Institution: Instituição Carnegie.  
Carta del Lavoro: Carta do Trabalho.  
CEDA: ver Confederación Española de Derechas Autónomas.  
Central Intelligence Agency: Departamento Central de Informações.  
Central Nacional Sindicalista: Central Nacional-Sindicalista.

Central-Verein deutscher Staatsbürger jüdischen Glaubens: Associação Central dos Cidadãos Alemães de Confissão Judaica.

Centre de Renseignements et d'Informations Sociales et Économiques: Centro de Informações e de Estudos Sociais e Económicos.

Centre Syndicaliste de Propagande: Centro Sindicalista de Propaganda.

CEPAL: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe ou Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

Cercle Aryen: Associação Ariana.

Cercle Franco-Musulman: Associação Franco-Muçulmana.

Cercle Proudhon: Associação Proudhon.

Ceux de la Libération: Os da Libertação.

Ceux de la Résistance: Os da Resistência.

CGL: ver Confederazione Generale del Lavoro.

CGT: ver Confédération Générale du Travail.

Chantiers de Jeunesse: Estaleiros da Juventude.

CIA: ver Central Intelligence Agency.

CNS: ver Central Nacional Sindicalista.

CNT: ver Confederación Nacional del Trabajo.

Collaboration: Colaboração.

Combat: Combate.

Comité d'Action Antibolchevique: Comité de Acção Antibolchevista.

Comité de Prévoyance et d'Action Sociales: Comité de Previdência e Acção Sociais.

Comité Général d'Études: Comité Geral de Estudos.

Compagnons de France: Companheiros de França.

Confederación de Obreros Nacional-Sindicalistas: Confederação de Operários Nacional-Sindicalistas.

Confederación Española de Derechas Autónomas: Confederação Espanhola de Direitas Autónomas.

Confederación General del Trabajo: Confederação Geral do Trabalho.

Confederación Nacional del Trabajo: Confederação Nacional do Trabalho.

Confédération Générale du Travail: Confederação Geral do Trabalho.

Confederazione Generale dell'Industria: Confederação Geral da Indústria (depois Confederazione Generale Fascista dell'Industria Italiana: Confederação Geral Fascista da Indústria Italiana).

Confederazione Generale del Lavoro: Confederação Geral do Trabalho.

Confindustria: ver Confederazione Generale dell'Industria.

CONS: ver Confederación de Obreros Nacional-Sindicalistas.

Croix-de-Feu: Cruzes de Fogo.

Dai Nippon Seigidon: Liga Japonesa de Justiça Política.

Défense de la France: Defesa da França.

Deutsche Volkspartei: Partido Popular Alemão.

Deutscher Vortrupp – Gefolgschaft deutscher Juden: Vanguarda Alemã – Judeus Alemães Seguidores.

Dirección General de Fabricaciones Militares: Direcção-Geral das Indústrias Militares.

DVP: ver Deutsche Volkspartei.

Einsatzgruppen: Comandos de Acção Especiais.

Eugenics Education Society: Sociedade de Educação Eugenista.

Eugenics Record Office: Arquivo Eugenista.

Eugenics Research Association: Associação de Pesquisa Eugenista.

Esquerra Republicana de Catalunya: Esquerda Republicana da Catalunha.

Estat Català: Estado Catalão.  
État Français: Estado Francês.  
FAI: ver Federación Anarquista Ibérica.  
Faisceau: *Fascio* (Liga).  
Falange Española: Falange Espanhola.  
Falange Española Auténtica: Falange Espanhola Autêntica.  
Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista: Falange Espanhola das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista.  
Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista: Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista.  
FAO: ver Food and Agriculture Organization of the United Nations.  
Fasci Italiani di Combattimento: Ligas Italianas de Combate.  
Fasci Politici Futuristi: Ligas Políticas Futuristas.  
Fascio Rivoluzionario d'Azione Internazionalista: Liga Revolucionária de Acção Internazionalista.  
FE de las JONS: ver Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.  
Federación Anarquista Ibérica: Federação Anarquista Ibérica.  
Federal'naya Sluzhba Bezopasnosti Rossiyskoi Federatsii: Serviço Federal de Segurança da Federação Russa.  
FFI: ver Forces Françaises de l'Intérieur.  
FLN: ver Front de Libération Nationale.  
Food and Agriculture Organization of the United Nations: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.  
Food Standards Agency: Departamento de Normas Alimentares.  
Forces Françaises de l'Intérieur: Forças Francesas do Interior.  
Forward Bloc: Bloco Avante.  
Franc-Garde: Guarda Franca.  
Franc-Tireurs et Partisans Français: Franco-Atiradores e Guerrilheiros Franceses.  
La France Intérieure: A França Interior.  
France Libre: França Livre.  
Francistes: Francistas.  
Frente Español: Frente Espanhola.  
Freundeskreis Adolf Hitler: Círculo dos Amigos de Adolf Hitler.  
Freundeskreis der Wirtschaft: Círculo dos Amigos da Economia.  
Freundeskreis Reichsführer-SS: Círculo dos Amigos do Reichsführer-SS.  
FRN: ver Front Révolutionnaire National.  
Front Commun: Frente Comum.  
Front de Libération Nationale: Frente de Libertação Nacional.  
Front Franc: Frente Franca.  
Front National: Frente Nacional.  
Front Populaire: Frente Popular.  
Front Révolutionnaire National: Frente Revolucionária Nacional.  
Front Social: Frente Social.  
Front Social du Travail: Frente Social do Trabalho.  
FSB: ver Federal'naya Sluzhba Bezopasnosti Rossiyskoi Federatsii.  
FTPF: ver Franc-Tireurs et Partisans Français.  
Geheime Staatspolizei: Polícia Secreta do Estado.  
German-American Bund: Liga Germano-Americana.  
Gestapo: ver Geheime Staatspolizei.  
Gosudarstvennoe Polititicheskoe Upravlenie: Administração Política do Estado.  
GOU: ver Grupo de Oficiales Unidos.



GPU: ver Gosudarstvennoe Politicheskoe Upravlenie.  
 Grupo de Oficiales Unidos: Grupo de Oficiais Unidos.  
 Ha'avara: Transferência.  
 Heimwehr: Defesa da Pátria.  
 Hijos de la Noche: Filhos da Noite.  
 Hukbalahap: ver Hukbo ng Bayan Laban sa Hapon.  
 Hukbo ng Bayan Laban sa Hapon: Exército Popular Antijaponês.  
 IAPI: ver Instituto Argentino de Promoción del Intercambio.  
 IFL: ver Imperial Fascist League.  
 Instituto Argentino de Promoción del Intercambio: Instituto Argentino para a Promoção do Intercâmbio.  
 Immigration Restriction League: Liga para a Limitação da Imigração.  
 Imperial Fascist League: Liga Fascista do Império.  
 Industrial Workers of the World: Operários de Todo o Mundo.  
 Intelligence Service: Departamento de Informações.  
 International Brotherhood of Teamsters, Chauffeurs, Warehousemen and Helpers of America: Confraria Internacional dos Camionistas, Motoristas, Guardas de Armazém e Auxiliares da América.  
 Invisible Empire of the South: Império Invisível do Sul.  
 Irgun Z'vai Le'umi: Organização Nacional Militar.  
 IRI: ver Istituto per la Ricostruzione Industriale.  
 Istituto per la Ricostruzione Industriale: Instituto de Reconstrução Industrial.  
 IWW: ver Industrial Workers of the World.  
 JAP: ver Juventudes de Acción Popular.  
 JONS: ver Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.  
 Judenrat: Conselho Judaico.  
 Juni-Klub: Clube de Junho.  
 Juntas Castellanas de Actuación Hispánica: Juntas Castelhanas de Acção Hispânica.  
 Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista: Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista.  
 Juventudes de Acción Popular: Juventudes de Acção Popular.  
 KAPD: ver Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands.  
 KGB: ver Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti.  
 Kokusuikai: Pureza Nacional.  
 Komintern: ver Kommunisticheskie Internatsional.  
 Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti: Comité para a Segurança do Estado.  
 Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands: Partido Comunista Operário da Alemanha.  
 Kommunistische Partei Deutschlands: Partido Comunista da Alemanha [Até Novembro de 1920 foi usada a denominação Kommunistische Partei Deutschlands (Spartakusbund), Partido Comunista da Alemanha (Liga Spartakus), e desde então até meados de 1921 usou-se a denominação Vereinigte Kommunistische Partei Deutschlands, Partido Comunista da Alemanha Unificado, recorrendo-se de então em diante ao nome Kommunistische Partei Deutschlands. Neste livro uso indiferentemente a forma simplificada].  
 Kommunisticheskie Internatsional: Internacional Comunista [III Internacional].  
 KPD: ver Kommunistische Partei Deutschlands.  
 Krasnyi Internatsional Professional'nykh Soyuzov: Internacional Sindical Vermelha.  
 Ku Klux Klan: ver Invisible Empire of the South.  
 Kuomintang: Partido Nacional Popular.  
 Legión Cívica Argentina: Legião Cívica Argentina.  
 Légion des Volontaires Français: Legião dos Voluntários Franceses.  
 Légion Française des Combattants: Legião Francesa dos Combatentes.

Légion Nationale Populaire: Legião Nacional Popular.  
 Légion Wallonie: Legião Valónia.  
 Leninbund: Liga Lenin.  
 Libération Nord: Libertação Norte.  
 Libération Sud: Libertação Sul.  
 Ligue Française d'Épuration, d'Entraide Sociale et de Collaboration Européenne: Liga Francesa de Depuração, Solidariedade Social e Colaboração Europeia.  
 Likud: Coligação.  
 Luftwaffe: Arma Aérea.  
 LVF: ver Légion des Volontaires Français.  
 Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale: Milícia Voluntária de Segurança Nacional.  
 Mouvement Social Européen: Movimento Social Europeu.  
 Mouvement Social Révolutionnaire: Movimento Social Revolucionário.  
 Mouvement Synarchique d'Empire: Movimento Sinárquico de Império.  
 MSR: ver Mouvement Social Révolutionnaire.  
 MVSN: ver Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale.  
 Narodny Komissariat Vnutrennikh Del: Comissariado do Povo para os Assuntos Internos.  
 Nationalsozialistische Betriebszellen-Organisation: Organização das Células de Empresa Nacional-Socialistas.  
 Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei: Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores.  
 Natsionalno-Trudovoi Soiuz: União Nacional-Trabalhista.  
 Negro Factories Corporation: Companhia Industrial Negra.  
 Néo-Destour: Neo-Constituição.  
 NEP: ver Novaya Ekonomitcheskaya Politika.  
 New Party: Novo Partido.  
 Niños de la Noche: Meninos da Noite.  
 NKVD: ver Narodny Komissariat Vnutrennikh Del.  
 Novaya Ekonomitcheskaya Politika: Nova Política Económica.  
 NSBO: ver Nationalsozialistische Betriebszellen-Organisation.  
 NSDAP: ver Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei.  
 NTS: ver Natsionalno-Trudovoi Soiuz.  
 Office of Intelligence Research: Departamento de Pesquisa de Informações.  
 Office of Strategic Services: Departamento de Serviços Estratégicos.  
 Okhrana: ver Otdeleniye po Okhraneniyu Obchtchestvennoy Bezopasnosti i Poryadka.  
 ONM: ver Irgun Z'vai Le'umi.  
 ONU: Organização das Nações Unidas.  
 Opera Volontaria per la Repressione dell'Antifascismo ou Organizzazione di Vigilanza per la Repressione Antifascista ou Organo di Vigilanza dei Reati Antifasciti [o nome desta instituição nunca foi definido com precisão]: Organização Voluntária para a Repressão do Antifascismo ou Organização de Vigilância para a Repressão do Antifascismo ou Órgão de Vigilância dos Crimes Antifascistas.  
 Organisation Civile et Militaire: Organização Civil e Militar.  
 Orgesch: Organização Escherich.  
 OSS: ver Office of Strategic Services.  
 Otdeleniye po Okhraneniyu Obchtchestvennoy Bezopasnosti i Poryadka: Departamento de Defesa da Segurança Pública e da Ordem.  
 OVRA: ver Opera Volontaria per la Repressione dell'Antifascismo.  
 Parti Communiste Français: Partido Comunista Francês.  
 Parti Français National-Collectiviste: Partido Francês Nacional-Colectivista.

Parti National-Socialiste Français: Partido Nacional-Socialista Francês.  
Parti Ouvrier Belge: Partido Operário Belga.  
Parti Ouvrier et Paysan: Partido Operário e Camponês.  
Parti Populaire Français: Partido Popular Francês.  
Parti pour l'Unité Proletarienne: Partido de Unidade Proletária.  
Parti Social Français: Partido Social Francês.  
Parti Socialiste Ouvrier et Paysan: Partido Socialista Operário e Camponês.  
Parti Socialiste Ouvrier Révolutionnaire: Partido Socialista Operário Revolucionário.  
Partido Comunista Español: Partido Comunista Espanhol.  
Partido Laborista: Partido Trabalhista.  
Partido Socialista Obrero Español: Partido Socialista Operário Espanhol.  
Partido Socialista Unificado de Cataluña: Partido Socialista Unificado da Catalunha.  
Partido Único de la Revolución Nacional: Partido Único da Revolução Nacional.  
Partit Obrer de Unificació Marxiste: Partido Operário de Unificação Marxista.  
Partito Nazionale Fascista: Partido Nacional Fascista.  
Partito Popolare Italiano: Partido Popular Italiano.  
Partito Socialista Italiano: Partido Socialista Italiano.  
PCE: ver Partido Comunista Español.  
PCF: ver Parti Communiste Français.  
PCP: Partido Comunista Português.  
Pembela Tanah Air: Defensores da Pátria.  
Peta: ver Pembela Tanah Air.  
Les Petites Ailes de France: As Asinhas de França.  
Philippine Commonwealth: Comunidade das Filipinas.  
PNF: ver Partito Nazionale Fascista.  
POB: Parti Ouvrier Belge.  
POUM: ver Partit Obrer de Unificació Marxiste.  
PPF: ver Parti Populaire Français.  
PPI: ver Partito Popolare Italiano.  
Profintern: ver Krasnyi Internatsional Professional'nykh Soyuzov.  
Propaganda Abteilung: Serviços de Propaganda.  
PSF: ver Parti Social Français.  
PSI: ver Partito Socialista Italiano.  
PSOE: ver Partido Socialista Obrero Español.  
PSOP: ver Parti Socialiste Ouvrier et Paysan.  
PSOR: ver Parti Socialiste Ouvrier Révolutionnaire.  
PSUC: ver Partido Socialista Unificado de Cataluña.  
PUP: ver Parti pour l'Unité Proletarienne.  
RAF: ver Royal Air Force.  
Rassemblement National Populaire: União Nacional Popular.  
Reichsbank: Banco do Reich [banco central].  
Reichssicherheitshauptamt: Departamento Central de Segurança do Reich.  
Reichstag: Parlamento.  
Reichsvereinigung der Juden in Deutschland: Associação do Reich dos Judeus na Alemanha.  
Reichsvertretung der Juden in Deutschland: Representação do Reich dos Judeus na Alemanha.  
Reichswehr: Defesa do Reich [exército alemão entre 1919 e 1935].  
Renovación Española: Renovamento Espanhol.  
Republikanischer Schutzbund: Liga de Defesa da República.  
Requetés: [milícias carlistas].  
Research and Analysis Branch: Secção de Pesquisa e Análise.

RFB: ver Roter Frontkämpferbund.  
 RNP: ver Rassemblement National Populaire.  
 Rockefeller Foundation: Fundação Rockefeller.  
 Rote Kapelle: Orquestra Vermelha.  
 Roter Frontkämpferbund: Liga dos Combatentes da Frente Vermelha.  
 Royal Air Force: Real Força Aérea.  
 RSHA: ver Reichssicherheitshauptamt.  
 SA: ver Sturmabteilung.  
 Sakdal: Protesto.  
 SAP: ver South African Party.  
 Schutzbund: ver Republikanischer Schutzbund.  
 Schutzstaffeln: Esquadrões de Protecção.  
 SD: ver Sicherheitsdienst.  
 Section Française de l'Internationale Ouvrière: Secção Francesa da Internacional Operária [Partido Socialista francês].  
 Service d'Ordre Légionnaire: Serviço de Ordem Legionário.  
 Servicio de Investigación Militar: Departamento de Investigação Militar.  
 Servicio Nacional de Propaganda: Departamento Nacional de Propaganda.  
 SFIO: ver Section Française de l'Internationale Ouvrière.  
 Sicherheitsdienst: Serviço de Segurança.  
 SIM: ver Servicio de Investigación Militar.  
 Sindicatos Libres: Sindicatos Livres.  
 SOE: ver Special Operations Executive.  
 SOL: ver Service d'Ordre Légionnaire.  
 Solidarité Française: Solidariedade Francesa.  
 Sonderkommando: Comando Especial.  
 South African Party: Partido Sul-Africano.  
 Sozialdemokratische Partei Deutschlands: Partido Social-Democrata da Alemanha [denominação do SPD após 1922].  
 Sozialistische Partei Deutschlands: Partido Socialista da Alemanha [denominação do SPD até 1922].  
 SPD: ver Sozialdemokratische Partei Deutschlands e Sozialistische Partei Deutschlands.  
 Special Operations Executive: Direcção das Operações Especiais.  
 Squadra d'Azione: Brigada de Acção.  
 Squadrista: [membro de uma *squadra d'azione*].  
 SS: ver Schutzstaffeln.  
 Stahlhelm: Capacete de Aço.  
 Station for Experimental Evolution: Centro de Evolução Experimental.  
 Sturmabteilung: Secções de Assalto.  
 Tcheka: ver Tchrezvytchainaya Komissiya.  
 Tchrezvytchainaya Komissiya: Comissão Extraordinária.  
 Teamsters: ver International Brotherhood of Teamsters, Chauffeurs, Warehousemen and Helpers of America.  
 Thule Gesellschaft: Sociedade Tule.  
 Trade Union Congress: Congresso dos Sindicatos.  
 TUC: ver Trade Union Congress.  
 UGT: ver Unión General de Trabajadores.  
 UIL: ver Unione Italiana del Lavoro.  
 Unabhängige Sozial-Demokratische Partei Deutschlands: Partido Social-Democrata Independente da Alemanha.

UNESCO: ver United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.  
UNIA: ver Universal Negro Improvement Association.  
Unión Cívica Radical: União Cívica Radical.  
Union Française: União Francesa.  
Unión General de Trabajadores: União Geral de Trabalhadores.  
Unión Nacional: União Nacional.  
Unione Italiana del Lavoro: União Italiana do Trabalho.  
Unione Sindacale Italiana: União Sindical Italiana.  
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.  
Universal Negro Improvement Association: Associação Universal para a Promoção dos Negros.  
US Holocaust Memorial Council: Conselho Norte-Americano em Memória do Holocausto.  
USI: ver Unione Sindacale Italiana.  
USPD: ver Unabhängige Sozial-Demokratische Partei Deutschlands.  
Viet Minh: ver Viet Nam Doc Lap Dong Minh Hoi.  
Viet Nam Doc Lap Dong Minh Hoi: Liga para a Independência do Vietname.  
Vlaams Nationaal Verbond: Liga Nacional Flamenga.  
VNV: ver Vlaams Nationaal Verbond.  
Volkswehr: Defesa Popular.  
Volontaires Nationaux: Voluntários Nacionais.  
Waffen-SS: SS Armados.  
Wandervogel: Aves Migratórias.  
War Refugee Board: Comissão para os Refugiados de Guerra.  
Wehrmacht: Força de Defesa [exército alemão de 1935 até ao final do Terceiro Reich].  
Zentrumspartei: Partido do Centro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ordenação dos nomes segue o uso de cada país. Os nomes começados na forma abreviada MC consideram-se como se estivessem escritos na forma completa MAC.

- Isidore ABRAMOWITZ et al. (1948) «New Palestine Party. To the Editor of The New York Times», *The New York Times*, 4 de Dezembro de 1948.  
<https://archive.org/details/AlbertEinsteinLetterToTheNewYorkTimes.December41948>
- Giacomo ACERBO (1931) «Agriculture under the Fascist Regime», em Tomaso Sillani (org.) *What is Fascism and Why?*, Nova Iorque: Macmillan.
- Harry Burrows ACTON (2002 a) «Empirisme et Évolutionnisme», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo III, vol. I: *Le XIX<sup>e</sup> Siècle. Le XX<sup>e</sup> Siècle*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Harry Burrows ACTON (2002 b) «La Philosophie Anglo-Saxonne», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo III, vol. I: *Le XIX<sup>e</sup> Siècle. Le XX<sup>e</sup> Siècle*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Theodor W. ADORNO e Max HORKHEIMER (1997) *Dialectic of Enlightenment*, Londres e Nova Iorque: Verso.
- Armando d'AGUIAR (1934) *Oliveira Salazar, o Homem e o Ditador. A sua Vida e a sua Obra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Jean ALAZARD (1922) *Communisme et "Fascio" en Italie*, Paris: Bossard.
- Víctor ALBA (2000) *Histoire du P. O. U. M. Le Marxisme en Espagne (1919-1939)*, Paris: Ivrea.
- Valentim ALEXANDRE (1993) «Ideologia, Economia e Política: A Questão Colonial na Implantação do Estado Novo», *Análise Social*, XXVIII, nº 123-124.
- Jim AL-KHALILI (2012) *Pathfinders. The Golden Age of Arabic Science*, Londres: Penguin.
- Pedro ÁLVAREZ-QUINONES SANZ (2013) *Dandis, Príncipes de la Elegancia*, [s. l.]: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo.
- Götz ALY e Susanne HEIM (2006) *Les Architectes de l'Extermination. Auschwitz et la Logique de l'Anéantissement*, Paris: Calmann-Lévy.
- Luciano AMARAL (1994) «Portugal e o Passado: Política Agrária, Grupos de Pressão e Evolução da Agricultura Portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)», *Análise Social*, XXIX, nº 128.
- João AMEAL (1934 a) *No Limiar da Idade-Nova. Ensaios Contemporâneos*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- João AMEAL (1934 b) «Mostruário do Império (A Propósito da Exposição Colonial do Porto)», *O Mundo Português*, I, nº 3.
- João AMEAL (org. 1956) *Anais da Revolução Nacional*, 5 vols., [s. l.]: Majesta.
- El Amigo del Pueblo. Portavoz de Los Amigos de Durruti*, nº 1 a 8, Barcelona, [Maio de 1937] - 21 de Setembro de 1937.
- B. R. O'G. ANDERSON (1966) «Japan: "The Light of Asia"», em Josef Silverstein (org.) *Southeast Asia in World War II: Four Essays*, Southeast Asia Studies, Yale University, Detroit: Cellar.
- Marc ANGENOT (2013) *Fascisme, Totalitarisme, Religion Séculière: Trois Concepts pour le XX<sup>e</sup> Siècle. Notes d'Histoire Conceptuelle*, vol. I: *Catégories et Idéaltypes. Fascisme*, Montréal: Discours Social.
- Antonio ANIANTE (1933) *Italo Balbo, Maréchal de l'Air*, Paris: Bernard Grasset.
- Luis María ANSON (1994) *Don Juan*, Barcelona: Plaza & Janés.
- Umbro APOLLONIO (org. 1973) *Futurist Manifestos*, Londres: Thames and Hudson.
- Hannah ARENDT (1972) *Le Système Totalitaire*, Paris: Seuil.

- Hannah ARENDT (1994) *Eichmann in Jerusalem. A Report on the Banality of Evil* (ed. rev. e ampl.), Harmondsworth: Penguin.
- Gaetano ARFE (1967) «Italie: Les Socialistes, l'Éthiopie et la Libye», em Georges Haupt e Madeleine Reberieux (orgs.) *La Deuxième Internationale et l'Orient*, Paris: Cujas.
- Reinhold ARIS (1965) *History of Political Thought in Germany from 1789 to 1815*, Londres: Frank Cass.
- André ARMENGAUD (1976) «Le Rôle de la Démographie», em Fernand Braudel e Ernest Labrousse (orgs.) *Histoire Économique et Sociale de la France*, tomo III, vol. I, Paris: Presses Universitaires de France.
- Lopes ARRIAGA (1976) *Mocidade Portuguesa. Breve História de uma Organização Salazarista*, Lisboa: Terra Livre.
- Giovanni ARRIGHI (2008) *Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century*, Londres e Nova Iorque: Verso.
- Peter ARSHINOV (1975) *History of the Makhnovist Movement (1918-1921)*, Detroit: Black & Red, Chicago: Solidarity.
- Steven E. ASCHHEIM (1994) *The Nietzsche Legacy in Germany, 1890-1990*, Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.
- Pierre ASSOULINE (1990) *L'Homme de l'Art. D.-H. Kahnweiler, 1884-1979*, [s. l.]: Balland (Folio).
- Pierre AUBENQUE (1990) «Aristote et le Lycée», em Brice Parain (org.) *Histoire de la Philosophie*, vol. I: *Orient, Antiquité, Moyen Âge*, [Paris]: Gallimard (Encyclopédie de la Pléiade).
- Denis AUTHIER e Jean BARROT (1976) *La Gauche Communiste en Allemagne (1918-1921)*, Paris: Payot.
- Bernard AVISHAI (1985) *The Tragedy of Zionism. Revolution and Democracy in the Land of Israel*, Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.
- Vyacheslav AZAROV (2008) *Kontrrazvedka. The Story of the Makhnovist Intelligence Service*, Edmonton, Alberta: Black Cat.
- BA Maw (1968) *Breakthrough in Burma. Memoirs of a Revolution, 1939-1946*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- Jörg BABEROWSKI e Anselm DOERING-MANTEUFFEL (2009) «The Quest for Order and the Pursuit of Terror. National Socialist Germany and the Stalinist Soviet Union as Multiethnic Empires», em Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (orgs.) *Beyond Totalitarianism. Stalinism and Nazism Compared*, Cambridge: Cambridge University Press.
- James BACQUE (1991) *Other Losses. The Shocking Truth behind the Mass Deaths of Disarmed German Soldiers and Civilians under General Eisenhower's Command*, Roseville, Ca: Prima.
- Jim BAGGOTT (2015) *Origins. The Scientific Story of Creation*, Oxford: Oxford University Press.
- F. M. BAILEY (1999) *Mission to Tashkent*, Londres: The Folio Society.
- John BAINES, Miriam T. STARK, Thomas G. GARRISON e Stephen HOUSTON (2015) «Cities as Performance Arenas», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. III: Norman Yoffee (org.) *Early Cities in Comparative Perspective, 4000 BCE – 1200 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Mikhail BAKUNINE (1975) *Confissão, 1851*, Lisboa: Arcádia.
- P. M. BALDWIN (1981) «Clausewitz in Nazi Germany», *Journal of Contemporary History*, XVI, nº 1.
- Étienne BALIBAR (1994) *Masses, Classes, Ideas. Studies on Politics and Philosophy before and after Marx*, Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Philip BALL (2014) *Serving the Reich. The Struggle for the Soul of Physics under Hitler*, Chicago e Londres: The University of Chicago Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/read/239889399/Serving-the-Reich-The-Struggle-for-the-Soul-of-Physics-under-Hitler>

- W. MacMahon BALL (1956) *Nationalism and Communism in East Asia*, Melbourne: Melbourne University Press.
- BALZAC (1976-1981) *La Comédie Humaine*, ed. org. por Pierre-Georges Castex, 12 vols., [Paris]: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade).
- George BARANY (1971) «The Dragon's Teeth: The Roots of Hungarian Fascism», em Peter F. Sugar (org.) *Native Fascism in the Successor States, 1918-1945*, Santa Barbara: American Bibliographical Center - Clio.
- Maurice BARDÈCHE (1948) *Nuremberg ou La Terre Promise*, Paris: Les Sept Couleurs.
- Maurice BARDÈCHE (1961) *Qu'Est-ce que le Fascisme?*, Paris: Les Sept Couleurs.
- Maurice BARDÈCHE (1994) *Sparte et les Sudistes*, [s. l.]: Pythéas.  
<http://dominus.hautetfort.com/media/01/02/3359916336.pdf>
- Maurice BARDÈCHE, François DUPRAT, François SOLCHAGA, Henri GUIRAUD e Lyder L. UNSTAD (1969) «Les Fascismes Inconnus», *Défense de l'Occident*, XVII, nº 81.
- F. M. BARNARD (1965) *Herder's Social and Political Thought. From Enlightenment to Nationalism*, Oxford: Clarendon.
- Neil BARRETT (2004) «The Anti-Fascist Movement in South-East Lancashire, 1933–1940. The Divergent Experiences of Manchester and Nelson», em Tim Kirk e Anthony McElligott (orgs.) *Opposing Fascism. Community, Authority and Resistance in Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- J. BARROT (1972) *Notas para uma Análise da Revolução Russa*, Lisboa: Cadernos de Hoje.
- Tony BARTA (1989) «After Nazism: Antifascism and Democracy in Dachau, 1945», em Michael N. Dobkowski e Isidor Wallimann (orgs.) *Radical Perspectives on the Rise of Fascism in Germany, 1919-1945*, Nova Iorque: Monthly Review.
- Alison BASHFORD (2015) «Population Politics since 1750», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte I: *Structures, Spaces, and Boundary Making*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Maurice BAUMONT (1951) *La Faillite de la Paix (1918-1939)*, 2 vols., Paris: Presses Universitaires de France.
- Mary BEARD (2013) *Pompeii. The Life of a Roman Town*, Londres: The Folio Society.
- W. G. BEASLEY (1981) *The Modern History of Japan*, Nova Iorque: St. Martin's Press.
- Simone de BEAUVOIR (1954) *Les Mandarins*, Paris: Gallimard.
- Simone de BEAUVOIR [s. d.] «Prefácio», em Jean-François Steiner, *Treblinka. A Revolta de um Campo de Extermínio*, Lisboa: Bertrand.
- Antony BEEVOR (2010) *Stalingrad*, Londres: The Folio Society.
- Antony BEEVOR (2017) *Berlin. The Downfall, 1945*, Londres: The Folio Society.
- Antony BEEVOR e Artemis COOPER (2012) *Paris after the Liberation, 1944-1949*, Londres: The Folio Society.
- Antony BEEVOR e Lyuba VINOGRADOVA (orgs. 2015) *A Writer at War. Vasily Grossman with the Red Army, 1941-1945*, Londres: The Folio Society.
- Erica BEGUN e Janet BRASHLER (2015) «The Americas», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. IV: Craig Benjamin (org.) *A World with States, Empires, and Networks, 1200 BCE – 900 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Yvon BELAVAL (1990) «Socrate», em Brice Parain (org.) *Histoire de la Philosophie*, vol. I: *Orient, Antiquité, Moyen Âge*, [Paris]: Gallimard (Encyclopédie de la Pléiade).
- René BELIN (1978) *Du Secrétariat de la C. G. T. au Gouvernement de Vichy (Mémoires 1933-1942)*, Paris: Albatros.
- Daniel BELL (2002) «Afterword (2001). From Class to Culture», em *The Radical Right* (3ª ed.), New Brunswick e Londres: Transaction.



- Richard BELLAMY (2003) «The Advent of the Masses and the Making of the Modern Theory of Democracy», em Terence Ball e Richard Bellamy (orgs.) *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Steven BELLER (2011) «Hitler's Hero: Georg von Schönerer and the Origins of Nazism», em Rebecca Haynes e Martyn Rady (orgs.) *In the Shadow of Hitler. Personalities of the Right in Central and Eastern Europe*, Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.
- Julien BENDA (1977) *La Trahison des Clercs*, [Paris]: Bernard Grasset (Le Livre de Poche).
- Craig BENJAMIN (2015) «Introduction: the World from 1200 BCE to 900 CE», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. IV: Craig Benjamin (org.) *A World with States, Empires, and Networks, 1200 BCE – 900 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Walter BENJAMIN (1971) *L'Œuvre d'Art à l'Ère de sa Reproductivité Technique*, em *L'Homme, le Langage et la Culture. Essais*, [s. l.]: Denoël / Gonthier.
- BENOIST-MÉCHIN (1964-1966) *Histoire de l'Armée Allemande*, vols. I a VI, Paris: Albin Michel.
- Alexandre BERKMAN (1987) *Le Mythe Bolchevik*, Baye: La Digitale - Calligrammes.
- Martin BERNAL (1987) *Black Athena. The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, vol. I: *The Fabrication of Ancient Greece 1785-1985*, New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press.
- Édouard BERTH (1923) *Les Derniers Aspects du Socialisme. Édition Revue et Augmentée des «Nouveaux Aspects»*, Paris: Marcel Rivière.
- Richard BESSEL (2010) *Germany 1945. From War to Peace*, Londres: Pocket Books [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/224800565/Germany-1945-From-War-to-Peace>
- Sophie BESSIS e Souhayr BELHASSEN (1988) *Bourguiba. À la Conquête d'un Destin (1901-1957)*, Paris: Jeune Afrique.
- Charles BETTELHEIM (1971) *L'Économie Allemande sous le Nazisme. Un Aspect de la Décadence du Capitalisme*, 2 vols., Paris: François Maspero.
- Alan D. BEYERCHEN (1977) *Scientists under Hitler. Politics and the Physics Community in the Third Reich*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- Janet BIEHL (1995) «"Ecology" and the Modernization of Fascism in the German Ultra-Right», em Janet Biehl e Peter Staudenmaier, *Ecofascism. Lessons from the German Experience*, Edimburgo e San Francisco: AK Press.
- Joseph BILLIG (2000) *L'Hitlérisme et le Système Concentrationnaire*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Ian BIRCHALL (org. 2011) *Victor Serge. Witness to the German Revolution. Writings from Germany, 1923*, Chicago: Haymarket [e-book].  
<https://www.scribd.com/read/251563336/Witness-to-the-German-Revolution>
- Piers BIZONY (2017) *Atom*, Londres: Icon.
- Edwin BLACK (1999) *The Transfer Agreement. The Dramatic Story of the Pact between the Third Reich and Jewish Palestine* (ed. rev. e ampl.), Washington: Dialog.
- Edwin BLACK (2003) *War against the Weak. Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race*, Nova Iorque e Londres: Four Walls Eight Windows.
- Paul W. BLACKSTOCK e Bert F. HOSELITZ (orgs. 1952) *The Russian Menace to Europe, by Karl Marx and Friedrich Engels*, Glencoe: The Free Press.
- George I. BLANKSTEN (1953) *Perón's Argentina*, Chicago: The University of Chicago Press.
- John Morton BLUM (1976) *V Was for Victory. Politics and American Culture during World War II*, Nova Iorque e Londres: Harcourt Brace Jovanovich.
- Léon BLUM (1945) *À l'Échelle Humaine*, [Paris]: Gallimard.
- Franz BOAS (1938) *The Mind of Primitive Man*, Nova Iorque: Macmillan.
- Juan BONILLA (2010) «Wyndham Lewis and Modern War», em *Wyndham Lewis (1882-1957)*, Madrid: Fundación Juan March.

- Georges BONNET (1949) *Como Declarei a Guerra*, 2 vols., Lisboa: Difusão do Livro.
- Guido BORTOLOTTI (1938) *Storia del Fascismo*, Milão: Ulrico Hoepli.
- Mihir BOSE (1982) *The Lost Hero. A Biography of Subhas Bose*, Londres, Melbourne e Nova Iorque: Quartet.
- Michel BOSQUET (1974) «A Grande Conspiração Eco-Fascista», *Seara Nova*, nº 1540.
- David BOTSFORD (1998) «British Fascism and the Measures Taken against it by the British State», *Historical Notes*, nº 28.
- Giuseppe BOTTAI (1931) «The Corporative State», em Tomaso Sillani (org.) *What is Fascism and Why?*, Nova Iorque: Macmillan.
- Giuseppe BOTTAI (1933) *Il Consiglio Nazionale delle Corporazioni*, Verona: A. Mondadori.
- Giuseppe BOTTAI (1934-1935) «Corporate State and N. R. A.», *Foreign Affairs*, XIII, nº 4.
- Giuseppe BOTTAI (1949) *Vent'Anni e un Giorno*, [s. l.]: Garzanti.
- T. B. BOTTOMORE (1967) *Élites et Société*, Paris: Stock.
- Philippe BOURDREL (1992) *La Cagoule. Histoire d'une Société Secrète du Front Populaire à la V<sup>e</sup> République*, Paris: Albin Michel.
- Mark Philip BRADLEY (2010) «Decolonization, the Global South, and the Cold War, 1919-1962», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. I: *Origins*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Paulo BRAGA [s. d.] *Dili-Bázar Tete (Síntese da Vida Timorense)*, Cadernos Coloniais, nº 14, Lisboa: Cosmos.
- E. K. BRAMSTEDT (1945) *Dictatorship and Political Police. The Technique of Control by Fear*, Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.
- Anna BRAMWELL (1985) *Blood and Soil. Richard Walther Darré and Hitler's "Green Party"*, Abbotsbrook: Kensal.
- Robert BRASILLACH [s. d.] *Léon Degrelle et l'Avenir de «Rex»*, Madrid: Asociación Cultural «Amigos de Léon Degrelle».
- George BREITMAN e Evelyn REED (orgs. 1969) *Writings of Leon Trotsky (1939-40)*, Nova Iorque: Merit.
- George BREITMAN e Evelyn REED (orgs. 1970) *Writings of Leon Trotsky (1937-38)*, Nova Iorque: Pathfinder.
- George BREITMAN e Bev SCOTT (orgs. 1970) *Writings of Leon Trotsky (1935-36)*, Nova Iorque: Pathfinder.
- George BREITMAN e Bev SCOTT (orgs. 1971) *Writings of Leon Trotsky (1934-35)*, Nova Iorque: Pathfinder.
- George BREITMAN e Bev SCOTT (orgs. 1972) *Writings of Leon Trotsky (1933-34)*, Nova Iorque: Pathfinder.
- Michel BRÉLAZ e Ivo RENS (2006) «Henri de Man, 1885-1953», *Les Classiques des Sciences Sociales*.  
[http://classiques.uqac.ca/classiques/de\\_man\\_henri/de\\_man\\_henri\\_photo/de\\_man\\_henri\\_photo.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/de_man_henri/de_man_henri_photo/de_man_henri_photo.html)
- Lenni BRENNER (1983) *Zionism in the Age of the Dictators*, Londres e Canberra: Croom Helm, Westport: Lawrence Hill.
- Lenni BRENNER (1984) *The Iron Wall. Zionist Revisionism from Jabotinsky to Shamir*, Londres: Zed. *Brewer's Dictionary of Phrase and Fable*, Londres: Cassell, 1989.
- Maurice BRINTON (1972) *The Bolsheviks & Workers' Control, 1917 to 1921. The State and Counter-Revolution*, Londres: Solidarity, Detroit: Black & Red.
- Joaquim Pais de BRITO (1982) «O Estado Novo e a Aldeia mais Portuguesa de Portugal», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.

- Bernard BRODIE (2011) «A Guide to the Reading of *On War*», em Carl von Clausewitz, *On War*, Londres: The Folio Society.
- Gordon BROOK-SHEPHERD (1961) *Dollfuss*, Londres: Macmillan, Nova Iorque: St Martin.
- Pierre BROUÉ (org. 1967) *Léon Trotsky. Le Mouvement Communiste en France (1919-1939)*, Paris: Minuit.
- Pierre BROUÉ (1996) *Rakovsky ou la Révolution dans tous les Pays*, [Paris]: Fayard.
- Pierre BROUÉ (2006) *The German Revolution, 1917-1923*, Londres: The Merlin Press.
- Pierre BROUÉ e Émile TÉMIME (1961) *La Révolution et la Guerre d'Espagne*, Paris: Minuit.
- Earl BROWDER (1933) *The Meaning of Social-Fascism. Its Historical and Theoretical Background*, Nova Iorque: Workers Library Publishers.
- Timothy S. BROWN (2005) «Richard Scheringer, the KPD and the Politics of Class and Nation in Germany: 1922-1969», *Contemporary European History*, XIV, nº 3.
- Jean BRUHAT (1972) «Le Socialisme Français de 1848 à 1871», em Jacques Droz (org.) *Histoire Générale du Socialisme*, vol. I, Paris: Presses Universitaires de France.
- Margarete BUBER (1949) *Under Two Dictators*, Londres: Victor Gollancz.
- Manuel E. BUENAFE (1950) *Wartime Philippines*, Manila: Philippine Education Foundation.
- Alan BULLOCK (1972) *Hitler. A Study in Tyranny*, Harmondsworth: Penguin.
- Jacob BURCKHARDT (2004) *The Civilisation of the Renaissance in Italy. An Essay*, Londres: The Folio Society.
- H. James BURGWIN (2012) *Mussolini Warlord. Failed Dreams of Empire, 1940-1943*, Nova Iorque: Enigma [e-book].  
<https://www.scribd.com/read/251798008/Mussolini-Warlord-Failed-Dreams-of-Empire-1940-1943>
- Edmund BURKE (1998) *A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful*, em David Womersley (org.) *Edmund Burke. A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful and other Pre-Revolutionary Writings*, Londres: Penguin.
- Philippe BURRIN (1986) *La Dérive Fasciste. Doriot, Déat, Bergery. 1933-1945*, Paris: Seuil.
- Philippe BURRIN (2000) *Fascisme, Nazisme, Autoritarisme*, Paris: Seuil [e-book].  
<https://www.scribd.com/doc/223725887/Fascisme-Nazisme-Autoritarism-Philippe-Burrin>
- Rohan D'O. BUTLER (1943) *Raíces Ideológicas del Nacional-Socialismo*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Manuel Villaverde CABRAL (1976) «Sobre o Fascismo e o seu Advento em Portugal: Ensaio de Interpretação a Pretexto de alguns Livros Recentes», *Análise Social*, XII, nº 48.
- Manuel Villaverde CABRAL (1982) «O Fascismo Português numa Perspectiva Comparada», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pierre CADARS e Francis COURTADE (1972) *Le Cinéma Nazi*, [s. l.]: Eric Losfeld, Le Terrain Vague.
- Joseph CAILLAUX (1942-1947) *Mes Mémoires*, 3 vols., Paris: Plon.
- Arlindo Manuel CALDEIRA (1986) «O Partido de Salazar: Antecedentes, Organização e Funções da União Nacional (1926-34)», *Análise Social*, XXII, nº 94.
- Angus CALDER (1991) *The Myth of the Blitz*, Londres: Jonathan Cape.
- Carmen CALLIL (2009) *Má Fé. Uma História Esquecida de Pátria e Família*, Colares: Pedra da Lua.
- Hugo del CAMPO (1983) *Sindicalismo y Peronismo. Los Comienzos de un Vínculo Perdurable*, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Jane CAPLAN (org. 1995) *Nazism, Fascism and the Working Class. Essays by Tim Mason*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sergio CAPRIOGLIO (1962) «Un Mancato Incontro Gramsci - D'Annunzio a Gardone nell'Aprile 1921», *Rivista Storica del Socialismo*, V, nº 15-16.

- Edward Hallett CARR (1966) *A History of Soviet Russia. The Bolshevik Revolution, 1917-1923*, 3 vols., Harmondsworth: Penguin.
- Emmanuel CARRÈRE (2011) *Limonov*, [Paris]: P.O.L (Folio).
- Gianni CARROZZA (2001) «Bernerli e il Fascismo. Problemi e Chiavi di Lettura», *Rivista Storica dell'Anarchismo*, VIII, nº 2.
- F. L. CARSTEN (1967) *The Rise of Fascism*, Londres: B. T. Batsford.
- Ernst CASSIRER (1993) *El Problema del Conocimiento en la Filosofía y en la Ciencia Modernas*, 4 vols., México: Fondo de Cultura Económica.
- Camillo CASTELLO BRANCO (1922) *Vinte Horas de Liteira*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Robert CECIL (1973) *Il Mito della Razza nella Germania Nazista. Vita di Alfred Rosenberg*, Milão: Feltrinelli.
- Louis-Ferdinand CÉLINE (1937) *Bagatelles pour un Massacre*, Paris: Denoël.
- Louis-Ferdinand CÉLINE (1941) *Les Beaux Draps*, Paris: Nouvelles Éditions Françaises.
- Louis-Ferdinand CÉLINE (1942) *L'École des Cadavres*, Paris: Denoël.
- Louis-Ferdinand CÉLINE (1998) *D'un Château l'autre*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Susana CHALANTE (2011) «O Discurso do Estado Salazarista perante o "Indesejável" (1933-1939)», *Análise Social*, XLVI, nº 198.
- Martin CHALMERS (org. 2006 a) *I Shall Bear Witness. The Diaries of Victor Klemperer, 1933-1941*, Londres: The Folio Society.
- Martin CHALMERS (org. 2006 b) *To the Bitter End. The Diaries of Victor Klemperer, 1942-1945*, Londres: The Folio Society.
- Houston Stewart CHAMBERLAIN (1913) *La Genèse du XIX<sup>me</sup> Siècle*, 2 vols., Paris: Payot.
- Michel CHARZAT (1983) «Georges Sorel et le Fascisme. Éléments d'Explication d'une Légende Tenace», *Cahiers Georges Sorel*, nº 1.
- Noam CHOMSKY (1969) *American Power and the New Mandarins*, Nova Iorque: Pantheon.
- David CHRISTIAN (2015) «Introduction and Overview», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. I: David Christian (org.) *Introducing World History, to 10,000 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Anton CILIGA (1977) *Au Pays du Mensonge Déconcertant. Dix Ans derrière le Rideau de Fer*, Paris: Gallimard e Union Générale d'Éditions (10/18) [1<sup>a</sup> ed.: *Au Pays du Grand Mensonge*, Paris, 1938. 2<sup>a</sup> ed., tiragem restrita: 1950].
- Carl von CLAUSEWITZ (2011) *On War*, Londres: The Folio Society.
- Paul H. CLYDE (1946) «Far East», em Joseph S. Roucek (org.) *Twentieth Century Political Thought*, Nova Iorque: Philosophical Library.
- Corneliu Zelea CODREANU (1976) *For My Legionaries*, Madrid: Libertatea.
- Corneliu Zelea CODREANU (1986) *Journal de Prison*, Puiseux: Pardès.
- Michael COE, Dean SNOW e Elisabeth BENSON (1986) *Atlas of Ancient America*, Oxford: Equinox (Time Life Books).
- I. Bernard COHEN (1985) *Revolution in Science*, Cambridge, Mass. e Londres: Belknap Press, Harvard University Press.
- Stephen F. COHEN (1990) *Bukharin. Uma Biografia Política, 1888-1938*, São Paulo: Paz e Terra.
- Norman COHN (1992) *Histoire d'un Mythe. La «Conspiration» Juive et les Protocoles des Sages de Sion*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Matthew CONNELLY (2010) «The Cold War in the *Longue Durée*: Global Migration, Public Health, and Population Control», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Édouard CONTE e Cornelia ESSNER (1995) *La Quête de la Race. Une Anthropologie du Nazisme*, [Paris]: Hachette.

- Daniel W. CONWAY (2002) «*Ecce Caesar: Nietzsche's Imperial Aspirations*», em Jacob Golomb e Robert S. Wistrich (orgs.) *Nietzsche, Godfather of Fascism? On the Uses and Abuses of a Philosophy*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947082/Nietzsche-Godfather-of-Fascism-On-the-Uses-and-Abuses-of-a-Philosophy>
- Richard CORK (1974) «Introduction. Vorticism and its Allies», em *Vorticism and its Allies*, Londres: Arts Council of Great Britain.
- Stanley CORNGOLD e Geoffrey WAITE (2002) «A Question of Responsibility: Nietzsche with Hölderlin at War, 1914-1946», em Jacob Golomb e Robert S. Wistrich (orgs.) *Nietzsche, Godfather of Fascism? On the Uses and Abuses of a Philosophy*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947082/Nietzsche-Godfather-of-Fascism-On-the-Uses-and-Abuses-of-a-Philosophy>
- Henry COSTON (org. 1962) *Les Technocrates et la Synarchie*, Paris: Lectures Françaises.
- Carla COULSON (2000) «*Bomber* Harris: A Dangerous Commander?», Canadian Forces College, Advanced Military Studies Course 3.
- Homem CRISTO (1935) «Maus e Estúpidos», *O Diabo*, I, nº 42.
- Edmund David CRONON (1968) *Black Moses. The Story of Marcus Garvey and the Universal Negro Improvement Association*, Madison e Londres: University of Wisconsin Press.
- Colin CROSS (1974) «Supremacia Branca», em *História do Século 20*, vol. III: 1919/1934, São Paulo: Abril.
- Manuel Braga da CRUZ (1978) «As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo», *Análise Social*, XIV, nº 54, 55.
- Manuel Braga da CRUZ (1982 a) «O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo», *Análise Social*, XVIII, nº 70.
- Manuel Braga da CRUZ (1982 b) «Notas para uma Caracterização Política do Salazarismo», *Análise Social*, XVIII, nº 72-74.
- Nicholas J. CULL (2010) «Reading, Viewing, and Tuning in to the Cold War», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. II: *Crises and Détente*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Eberhard CZICHON (1971-1972) «Qui A Aidé Hitler à Prendre le Pouvoir?», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, XIII, nº 69-70.
- Stig DAGERMAN (1991) *Outono Alemão*, Lisboa: Antígona.
- Hellmuth Günther DAHMS (1968) *A Segunda Guerra Mundial*, 2 vols., Rio de Janeiro: Bruguera.
- Alexander DALLIN (1957) *German Rule in Russia, 1941-1945. A Study of Occupation Policies*, Londres: Macmillan.
- Alexander DALLIN (1972) «The Kaminsky Brigade: A Case-Study of Soviet Disaffection», em Alexander Rabinowitch, Janet Rabinowitch e Ladis K. D. Kristof (orgs.) *Revolution and Politics in Russia. Essays in Memory of B. I. Nicolaevsky*, [s. l.]: Indiana University Press.
- David J. DALLIN (1956) *Soviet Espionage*, New Haven: Yale University Press, Londres: Geoffrey Cumberlege e Oxford University Press.
- David J. DALLIN e Boris I. NICOLAEVSKY (1948) *Forced Labor in Soviet Russia*, Londres: Hollis & Carter.
- Theodore DAN (1964) *The Origins of Bolshevism*, Londres: Secker & Warburg.
- Fedor Il'ich DAN (2016) *Two Years of Wandering. A Menshevik Leader in Lenin's Russia*, Londres: Lawrence & Wishart.
- Alex DANCHEV (org. 2011) *100 Artists' Manifestos. From the Futurists to the Stuckists*, Londres: Penguin.
- George DANGERFIELD (1961) *The Strange Death of Liberal England*, Nova Iorque: Capricorn.

- Roger DANGEVILLE (org. 1970) *Marx et Engels. Écrits Militaires. Violence et Constitution des États Européens Modernes*, Paris: L'Herne.
- Nino DANIELE (1933) «Fiume Bifronte», *I Quaderni della Libertá*, n° 4.
- Olivier DARD (1998) *La Synarchie ou le Mythe du Complot Permanent*, Paris: Perrin.
- Charles DARWIN (1990 a) *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, Londres: The Folio Society.
- Charles DARWIN (1990 b) *A Naturalist's Voyage*, Londres: The Folio Society.
- Brian L. DAVIS (2007) *The German Home Front, 1939-45*, Oxford: Osprey [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/216406419/The-German-Home-Front-1939-45>
- István DEÁK (1965) «Hungary», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- F. W. DEAKIN (1966) *The Last Days of Mussolini*, Harmondsworth: Penguin.
- I. C. B. DEAR e M. R. D. FOOT (orgs. 1995) *The Oxford Companion to the Second World War*, Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Emilio DE BONO (1931) «The Italian Colonies», em Tomaso Sillani (org.) *What is Fascism and Why?*, Nova Iorque: Macmillan.
- Renzo DE FELICE (1977) *Storia degli Ebrei Italiani sotto il Fascismo*, 2 vols., [s. l.]: Arnoldo Mondadori.
- Renzo DE FELICE (1978) *Explicar o Fascismo*, Lisboa: Edições 70.
- DÉFENSE DE L'OCCIDENT (1977-1978) *Vingt-Cinq Ans contre l'Imposture. Positions, Propositions, Extraits, Fragments de Défense de l'Occident, 1952-1977*, nova série, XXVI, número especial, n° 153-154.
- Léon DEGRELLE (1949 a) *La Campagne de Russie, 1941-1945*, Tânger: Le Cheval Ailé.
- Léon DEGRELLE (1949 b) *La Cohue de 1940*, Lausanne: Robert Crauzaz.  
<http://www.vho.org/aaargh/fran/livres/LDcohue.pdf>
- Léon DEGRELLE (2000) *Tintin, Mon Copain*, Klow, Syldavie: Pélicain d'Or.
- Léon DEGRELLE (2006) *Le Fascinant Hitler!*, Klow, Syldavie: L'Étoile Mystérieuse.
- Léon DEGRELLE [s. d.] *Historia de las SS Europeas*, Madrid: Asociación Cultural «Amigos de Léon Degrelle».
- Iva DELGADO [s. d.] *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, [Mem Martins]: Europa-América.
- Jacques DELPERRIE DE BAYAC (1968) *Les Brigades Internationales*, Paris: Fayard.
- Charles F. DELZELL (org. 1971) *Mediterranean Fascism, 1919-1945*, Nova Iorque: Walker.
- Donald DENOON e Balam NYEKO (1972) *Southern Africa since 1800*, Londres: Longman.
- G. DE'ROSSI DELL'ARNO [1940] *Cornelio Codreanu (Pensieri e Massime di Vita)*, Roma: P. Maglione.
- Sandra McGee DEUTSCH (1993) «The Right under Radicalism, 1916-1930», em Sandra McGee Deutsch e Ronald H. Dolkart (orgs.) *The Argentine Right. Its History and Intellectual Origins, 1910 to the Present*, Wilmington, Delaware: Scholarly Resources.
- Isaac DEUTSCHER (1964) *Staline. Biographie Politique*, Paris: Gallimard (Le Livre de Poche).
- Isaac DEUTSCHER (1969) *Russia after Stalin*, Londres: Jonathan Cape.
- Isaac DEUTSCHER (1972) *Trotsky. I: Le Prophète Armé (1879-1921)*, 2 vols., Paris: Julliard e Union Générale d'Éditions (10/18).
- Georges DIMITROV (1972) «L'Offensive du Fascisme et les Tâches de l'Internationale Communiste dans la Lutte pour l'Unité de la Classe Ouvrière contre le Fascisme. Rapport au VII<sup>e</sup> Congrès Mondial de l'Internationale Communiste, présenté le 2 Août, 1935», em *Oeuvres Choisies*, vol. II, [Sofia]: Sofia-Presse.
- Michel DOBRY (2011) «Desperately Seeking 'Generic Fascism': Some Discordant Thoughts on the Academic Recycling of Indigenous Categories», em António Costa Pinto (org.) *Rethinking the Nature of Fascism. Comparative Perspectives*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Ronald H. DOLKART (1993) «The Right in the Década Infame, 1930-1943», em Sandra McGee Deutsch e Ronald H. Dolkart (orgs.) *The Argentine Right. Its History and Intellectual Origins, 1910 to the Present*, Wilmington, Delaware: Scholarly Resources.
- David DONALD (1956) *Lincoln Reconsidered. Essays on the Civil War Era*, Nova Iorque: Vintage.
- Leonard W. DOOB (org. 1978) «Ezra Pound Speaking». *Radio Speeches of World War II*, Westport, Connecticut: Greenwood.
- Pierre DRIEU LA ROCHELLE (1988) *Gilles*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Jacques DROZ (1966) *Le Romantisme Allemand et l'État. Résistance et Collaboration dans l'Allemagne Napoléonienne*, Paris: Payot.
- Jacques DROZ (1972) «Les Origines de la Social-Démocratie Allemande», em Jacques Droz (org.) *Histoire Générale du Socialisme*, vol. I, Paris: Presses Universitaires de France.
- J. DROZ [s. d.] *Le National-Socialisme*, Paris: Centre de Documentation Universitaire (Les Cours de la Sorbonne, policop.).
- Peter F. DRUCKER (1943) *The End of Economic Man. A Study of the New Totalitarianism*, [s. l.]: The British Publishers Guild.
- Henri DUBIEF (org. 1969) *Le Syndicalisme Révolutionnaire*, Paris: Armand Colin.
- Allen W. DULLES (1947) *L'Allemagne Souterraine*, Genebra e Paris: Trois Collines.
- Foster Rhea DULLES (1966) *Labor in America. A History*, Nova Iorque: Thomas Y. Crowell.
- Annick DURAFFOUR e Pierre-André TAGUIEFF (2017) *Céline, la Race, le Juif. Légende Littéraire et Vérité Historique*, [Paris]: Fayard.
- Walter DURANTY (1946) *Histoire de la Russie Soviétique*, Paris: Stock.
- R. Palme DUTT (1936) *Fascisme et Révolution. Étude des Tendances Politiques et Économiques des Derniers Stades de la Décomposition du Capitalisme*, Paris: Éditions Sociales Internationales.
- Roger EATWELL (2011) «Ideology, Propaganda, Violence and the Rise of Fascism», em António Costa Pinto (org.) *Rethinking the Nature of Fascism. Comparative Perspectives*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Henrik EBERLE e Matthias UHL (org. 2005) *The Hitler Book. The Secret Dossier Prepared for Stalin from the Interrogations of Hitler's Personal Aides*, Nova Iorque: Public Affairs [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/229385688/The-Hitler-Book-The-Secret-Dossier-Prepared-for-Stalin-from-the-Interrogations-of-Otto-Guensche-and-Heinze-Linge-Hi>
- H. S. EDE (1987) *Savage Messiah*, Londres: Gordon Fraser.
- Mark EDELE e Michael GEYER (2009) «States of Exception. The Nazi–Soviet War as a System of Violence, 1939–1945», em Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (orgs.) *Beyond Totalitarianism. Stalinism and Nazism Compared*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Paul EDWARDS (2010) «“Creation Myth”: The Art and Writing of Wyndham Lewis», em *Wyndham Lewis (1882-1957)*, Madrid: Fundación Juan March.
- Dietrich EICHHOLTZ (1971-1972) «Histoire de l'Économie de Guerre Allemande, 1939-1945», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, XIII, nº 69-70.
- Geoff ELEY (1989) «What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crisis of the Capitalist State?», em Michael N. Dobkowski e Isidor Wallimann (orgs.) *Radical Perspectives on the Rise of Fascism in Germany, 1919-1945*, Nova Iorque: Monthly Review.
- Mircea ELIADE (1937) «Liberty», *Iconar. Encyclopædia Britannica*, 23 vols., Chicago, etc.: Encyclopædia Britannica, 1971.  
*Encyclopædia Universalis*, 27 vols., Paris: Encyclopædia Universalis, 1992-1995.
- Frederick ENGELS (1959) *Anti-Dühring. Herr Eugen Dühring's Revolution in Science*, Moscovo: Foreign Languages Publishing House.
- Jean-Paul ENTHOVEN (2002) «La Physique Sociale», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo III, vol. I: *Le XIX<sup>e</sup> Siècle. Le XX<sup>e</sup> Siècle*, [Paris]: Gallimard (Folio).

- José ESTEVES (1974) «Para a História do Fascismo. Salazar e o Desporto. Alguns Episódios e alguns Factos», *Seara Nova*, nº 1546.
- Julius EVOLA (1964) *Il Fascismo. Saggio di una Analisi Critica dal Punto di Vista della Destra*, Roma: Giovanni Volpe.
- Julius EVOLA (2002) *Men among the Ruins. Postwar Reflections of a Radical Traditionalist*, Rochester, Vermont: Inner Traditions.
- Julius EVOLA (2003) «Race as a Builder of Leaders», *Evola As He Is*.  
[http://thompkins\\_cariou.tripod.com/id7.html](http://thompkins_cariou.tripod.com/id7.html)
- Julius EVOLA (2004) «The Tragedy of the Romanian "Iron Guard": Codreanu», *Evola As He Is*.  
[http://thompkins\\_cariou.tripod.com/id15.html](http://thompkins_cariou.tripod.com/id15.html)
- Julius EVOLA (2011) *Metaphysics of War. Battle, Victory and Death in the World of Tradition*, [s. l.]: Arktos.
- Antoine FAIVRE (2002) «La Philosophie de la Nature dans le Romantisme Allemand», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo III, vol. I: *Le XIX<sup>e</sup> Siècle. Le XX<sup>e</sup> Siècle*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Jean Pierre FAYE (1972) *Théorie du Récit. Introduction aux Langages Totalitaires. Critique de la Raison – l'Économie – Narrative*, Paris: Hermann.
- Jean-Pierre FAYE (1974) «"Da Linguagem como Meio de Repressão" ou "Do Conceito de Totalidade do Fascismo"» (entrevista), *Seara Nova*, nº 1550.
- Jean Pierre FAYE (1976) «Critique des Langages et Analyse de Classe. Langages Totalitaires: Fascisme et Nazisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Jean Pierre FAYE (1980) *Langages Totalitaires. Critique de la Raison – l'Économie – Narrative* (ed. corr.), Paris: Hermann.
- Henry L. FEINGOLD (1995) *Bearing Witness. How America and its Jews Responded to the Holocaust*, Syracuse: Syracuse University Press.
- Victor C. FERKISS (1955) «Ezra Pound and American Fascism», *The Journal of Politics*, XVII, nº 2.
- Felipe FERNÁNDEZ-ARMESTO (2015) «Before the Farmers: Culture and Climate, from the Emergence of *Homo Sapiens* to About Ten Thousand Years Ago», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. I: David Christian (org.) *Introducing World History, to 10,000 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- António FERRO (1933) *Salazar. O Homem e a sua Obra*, [s. l.]: Empresa Nacional de Publicidade.
- Joachim C. FEST (1974) *Hitler*, Orlando: Harcourt [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/249308088/Hitler>
- J. G. FICHTE (1975) *Discours à la Nation Allemande*, Paris: Aubier-Montaigne.
- Federico FINCHELSTEIN (2017) *From Fascism to Populism in History*, Oakland, Cal.: University of California Press [e-book].  
<https://pt.scribd.com/read/355000943/From-Fascism-to-Populism-in-History#>
- Carole FINK (2015) «1956», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte II: *Shared Transformations?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Stephen FISCHER-GALATI (1971) «Fascism in Romania», em Peter F. Sugar (org.) *Native Fascism in the Successor States, 1918-1945*, Santa Barbara: American Bibliographical Center - Clio.
- Constantine FITZGIBBON (1974) «O Levante da Páscoa», em *História do Século 20*, vol. II: 1914/1919, São Paulo: Abril.
- Sheila FITZPATRICK e Alf LÜDTKE (2009) «Energizing the Everyday. On the Breaking and Making of Social Bonds in Nazism and Stalinism», em Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (orgs.)



- Beyond Totalitarianism. Stalinism and Nazism Compared*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ossip K. FLECHTHEIM (1972) *Le Parti Communiste Allemand (K. P. D.) sous la République de Weimar*, Paris: François Maspero.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS [s. d.] «Can Organic Farmers Produce enough Food for Everybody?», *Organic Agriculture*.  
<http://www.fao.org/organicag/oa-faq/oa-faq7/en/>
- M. R. D. FOOT (2008) *SOE. An Outline History of the Special Operations Executive, 1940-1946*, Londres: The Folio Society.
- Henry FORD (1932) *El Judío Internacional. Un Problema del Mundo*, Leipzig: Hammer.
- José-Augusto FRANÇA (1974) *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa: Bertrand.
- Manuela FRANCO (2004) «Diversão Balcânica: Os Israelitas Portugueses de Salónica», *Análise Social*, XXXIX, nº 170.
- Joseph FRANK (1999-2008) *Dostoiévski*, 5 vols., São Paulo: Edusp.
- Saul FRIEDLÄNDER (2008) *The Years of Extermination. Nazi Germany and the Jews, 1939-1945*, [s. l.]: HarperCollins e-books.  
<https://www.scribd.com/book/163622810/The-Years-of-Extermination>
- Theodore FRIEND (1988) *The Blue-Eyed Enemy. Japan against the West in Java and Luzon, 1942-1945*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- Werner FRITZSCHE (1941) *A Evolução da Política Social Alemã*, Berlim: [s. ed.].
- Carlos FUENTES (2004) *Los Años con Laura Díaz*, Madrid: Suma de Letras.
- Charles A. GABEL (1988) *Conversations Interdites avec Rudolf Hess, 1977-1986*, Paris: Plon.
- John Lewis GADDIS (1972) *The United States and the Origins of the Cold War. 1941-1947*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- Norberto GALASSO (1983) *La Izquierda Nacional y el FIP*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Carole GALLAGHER e Alan BURDICK (1993) «Exposed at the Front. Documenting the Forgotten Victims of the Cold War», *The Sciences*, XXXIII, nº 2, Março-Abril.
- Daniela GALLINGANI (2002) *Mythe, Machine, Magie. Fictions Littéraires et Hypothèses Scientifiques au Siècle des Lumières*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Max GALLO (1971) «L'Abus du Mythe», *Le Monde*, 14-15 de Março de 1971, pág. 12.
- Jean GALTIER-BOISSIERE (1994) *Mémoires d'un Parisien*, Paris: Quai Voltaire.
- Jean GALTIER-BOISSIERE e Charles ALEXANDRE (1949) *Histoire de la Guerre, 1939-1945*, vols. IV e V, Paris: Crapouillot.
- Hugo GAMBINI (1983) *Las Presidencias Peronistas. La Primera Presidencia de Perón. Testimonios y Documentos*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Maurice de GANDILLAC (1999) «La Philosophie de la "Renaissance"», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo II, vol. I: *La Renaissance. L'Âge Classique*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Juan GARCÍA OLIVER (1978) *El Eco de los Pasos. El Anarcosindicalismo en la Calle, en el Comité de Milicias, en el Gobierno, en el Exilio*, Paris: Ruedo Ibérico, Barcelona: Ibérica de Ediciones y Publicaciones.
- Francisco GARCÍA OLMEDO (2008) «Mito y Realidad de la Agricultura Ecológica», *Revista de Libros*, nº 143.  
<http://www.revistadelibros.com/articulos/mitoy-realidad-de-la-agricultura-ecologica>
- Maximiano GARCÍA VENERO (1967) *La Falange en la Guerra de España: La Unificación y Hedilla*, [s. l.]: Ruedo Ibérico.
- Christine GARNIER (1952) *Férias com Salazar*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Andrzej GAŚIOREK (2010) «Wyndham Lewis and Politics», em *Wyndham Lewis (1882-1957)*, Madrid: Fundación Juan March.

- Dick GEARY (2003) «The Second International: Socialism and Social Democracy», em Terence Ball e Richard Bellamy (orgs.) *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Patrick J. GEARY, Daud ALI, Paul S. ATKINS, Michael COOPERSON, Rita Costa GOMES, Paul DUTTON, Gert MELVILLE, Claudia RAPP, Karl-Heinz SPIESS, Stephen WEST e Pauline YU (2015) «Courtly Cultures: Western Europe, Byzantium, the Islamic World, India, China, and Japan», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. V: Benjamin Z. Kedar e Merry E. Wiesner-Hanks (orgs.) *Expanding Webs of Exchange and Conflict, 500 CE – 1500 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Jean-Maurice GELINET (1974) «L'Opposition Ouvrière ou le Guetteur Mélancolique», em Alexandra Kollontai, *L'Opposition Ouvrière*, Paris: Seuil.
- Emilio GENTILE (2010) *Fascismo di Pietra*, Roma e Bari: Laterza.
- Giovanni GENTILE (1928) «The Philosophic Basis of Fascism», *Foreign Affairs*, VI, n° 2.
- Giovanni GENTILE (1929) *Origini e Dottrina del Fascismo*, Roma: Littorio.
- Christian GERLACH e Nicolas WERTH (2009) «State Violence – Violent Societies», em Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (orgs.) *Beyond Totalitarianism. Stalinism and Nazism Compared*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Francesco GERMINARIO (2001) *Estranei alla Democrazia. Negazionismo e Antisemitismo nella Destra Radicale Italiana*, Pisa: Biblioteca Franco Serantini.
- Amedeo GIANNINI (1931) «The Conciliation between Italy and the Vatican», em Tomaso Sillani (org.) *What is Fascism and Why?*, Nova Iorque: Macmillan.
- G. M. GILBERT (1954) «Psychologie de la Dictature: Frank, Keitel, Hoess», *Les Temps Modernes*, X, n° 107.
- Martin GILBERT (2011 a) *The First World War*, vol. I: *From the Origins of the War to Verdun and the Somme, 1914-1916*, vol. II: *The Widening War to Remembrance and Aftermath, 1917-1919*, Londres: The Folio Society.
- Martin GILBERT (2011 b) *The Second World War*, vol. I: *From the Coming of War to Alamein and Stalingrad, 1939-1942*, vol. II: *From Casablanca to Post-War Repercussions, 1943-1945*, Londres: The Folio Society.
- Natasha GILBERT (2012) «Organic Farming Is Rarely Enough», *Nature News*, 25 de Abril de 2012. <http://www.nature.com/news/organic-farming-is-rarely-enough-1.10519#/b1>
- Antoine GIMENEZ (2006) *Les Fils de la Nuit. Souvenirs de la Guerre d'Espagne (juillet 1936 - février 1939)*, Montreuil - Marselha: L'Insomniaque & Les Giménologues.
- LES GIMENOLOGUES (2006) «À la Recherche des Fils de la Nuit», em Antoine Gimenez, *Les Fils de la Nuit. Souvenirs de la Guerre d'Espagne (juillet 1936 - février 1939)*, Montreuil - Marselha: L'Insomniaque & Les Giménologues.
- Eli GINZBERG e Alfred S. EICHNER (1968) *El Negro y la Democracia Norteamericana*, México: Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana.
- Edward GLOVER (1940) *The Psychology of Fear and Courage*, Harmondsworth e Nova Iorque: Penguin e Allen Lane.
- Julio GODIO (1973) *La Caída de Perón, de Junio a Setiembre de 1955*, Buenos Aires: Granica.
- Jonah GOLDBERG (2009) *Liberal Fascism. The Secret History of the Left from Mussolini to the Politics of Meaning*, Londres: Penguin.
- Marvin GOLDWERT (1972) *Democracy, Militarism, and Nationalism in Argentina, 1930-1966. An Interpretation*, Institute of Latin American Studies, University of Texas, Austin e Londres: The University of Texas Press.
- Jacob GOLOMB (2002) «How to De-Nazify Nietzsche's Philosophical Anthropology?», em Jacob Golomb e Robert S. Wistrich (orgs.) *Nietzsche, Godfather of Fascism? On the Uses and*

- Abuses of a Philosophy*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947082/Nietzsche-Godfather-of-Fascism-On-the-Uses-and-Abuses-of-a-Philosophy>
- Jacob GOLOMB e Robert S. WISTRICH (2002) «Introduction», em Jacob Golomb e Robert S. Wistrich (orgs.) *Nietzsche, Godfather of Fascism? On the Uses and Abuses of a Philosophy*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947082/Nietzsche-Godfather-of-Fascism-On-the-Uses-and-Abuses-of-a-Philosophy>
- Pedro Carlos GONZÁLEZ CUEVAS (2016) *El Pensamiento Político de la Derecha Española en el Siglo XX. De la Crisis de la Restauración (1898), a la Crisis del Estado de Partidos (2015)*, (2ª ed. corr. e aument.), Madrid: Tecnos.
- Yoram GORLIZKI e Hans MOMMSEN (2009) «The Political (Dis)Orders of Stalinism and National Socialism», em Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (orgs.) *Beyond Totalitarianism. Stalinism and Nazism Compared*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Johan GOUDSBLOM (2015) «Fire and Fuel in Human History», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. I: David Christian (org.) *Introducing World History, to 10,000 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Francisco GOYA Y LUCIENTES (1967) *The Disasters of War*, Nova Iorque: Dover.
- Madison GRANT (1921) «Introduction», em Lothrop Stoddard, *The Rising Tide of Color against White World-Supremacy*, Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.
- Graham GREENE (1996) *The Ministry of Fear*, Londres: The Folio Society.
- Paul R. GREENOUGH (1982) *Prosperity and Misery in Modern Bengal. The Famine of 1943-1944*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- A. James GREGOR (1979) *Italian Fascism and Developmental Dictatorship*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- A. James GREGOR (2000 a) *The Faces of Janus. Marxism and Fascism in the Twentieth Century*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- A. James GREGOR (2000 b) *A Place in the Sun. Marxism and Fascism in China's Long Revolution*, Boulder, CO e Cumnor Hill, Oxford: Westview Press.
- A. James GREGOR (2005) *Mussolini's Intellectuals. Fascist Social and Political Thought*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947368/Mussolini-s-Intellectuals-Fascist-Social-and-Political-Thought>
- John GRIBBIN (2006) *History of Western Science, 1543-2001*, Londres: The Folio Society.
- Roger GRIFFIN (org. 1995) *Fascism*, Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Roger GRIFFIN (2011) «Fascism and Culture: A Mosse-Centric Meta-Narrative (or how Fascist Studies Reinvented the Wheel)», em António Costa Pinto (org.) *Rethinking the Nature of Fascism. Comparative Perspectives*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GROUPE PUIG ANTICH (FEDERATION ANARCHISTE DE PERPIGNAN) (1984) *1944. Les Dossiers Noirs d'une Certaine Résistance. Trajectoires du Fascisme Rouge* (suplemento a *Infos et Analyses Libertaires*, nº 13), Perpignan: Cercle d'Études Sociales.
- Yves GUCHET (1965) «Georges Valois ou l'illusion Fasciste», *Revue Française de Science Politique*, XV.
- Yves GUCHET (2001) *Georges Valois. L'Action Française, le Faisceau, la République Syndicale*, Paris: L'Harmattan.
- Daniel GUÉRIN (1969) *Sur le Fascisme*, vol. I: *La Peste Brune*, vol. II: *Fascisme et Grand Capital*, Paris: François Maspero.

- L. I. GUINTSBURG (1957) «Les Liaisons des Milieux Réactionnaires Américains et Anglais avec le Parti Hitlérien (1930 - Janvier 1933)», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, n° 1.
- Sayuri GUTHRIE-SHIMIZU (2010) «Japan, the United States, and the Cold War, 1945-1960», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. I: *Origins*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Georges GUY-GRAND (1911) *La Philosophie Syndicaliste*, Paris: Bernard Grasset.
- Dorothy GUYOT (1966) «The Burma Independence Army: A Political Movement in a Military Garb», em Josef Silverstein (org.) *Southeast Asia in World War II: Four Essays*, Southeast Asia Studies, Yale University, Detroit: Cellar.
- Sebastian HAFFNER (2003) *Histoire d'un Allemand. Souvenirs 1914-1933*, Arles: Actes Sud.
- Sebastian HAFFNER (2011) *The Meaning of Hitler*, Londres: The Folio Society.
- Milos HÁJEK (1965) «Le Caratteristiche del Fascismo in Cecoslovacchia», *Rivista Storica del Socialismo*, VIII, n° 24.
- S. William HALPERIN (1946) *Germany Tried Democracy. A Political History of the Reich from 1918 to 1933*, Nova Iorque: Thomas Y. Crowell.
- Karl HAMMER (org. 1988-1994) *SS Ideology. Translated from Original SS Publications*, 4 vols., [s. l.]: Hammer.
- H. T. HANSEN (2002) «Introduction: Julius Evola's Political Endeavors», em Julius Evola, *Men among the Ruins. Postwar Reflections of a Radical Traditionalist*, Rochester, Vermont: Inner Traditions.
- Neil HARDING (2003) «The Russian Revolution: An Ideology in Power», em Terence Ball e Richard Bellamy (orgs.) *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- John HARVEY (2013) *The Story of Black*, Londres: Reaktion Books.
- Marouf Arif HASIAN JR. (1996) *The Rhetoric of Eugenics in Anglo-American Thought*, Athens e Londres: The University of Georgia Press.
- Georges HAUPT e Madeleine REBERIOUX (1967) «L'Internationale et le Problème Colonial», em Georges Haupt e Madeleine Reberieux (orgs.) *La Deuxième Internationale et l'Orient*, Paris: Cujas.
- Jan HAVRANEK (1971) «Fascism in Czechoslovakia», em Peter F. Sugar (org.) *Native Fascism in the Successor States, 1918-1945*, Santa Barbara: American Bibliographical Center - Clio.
- Rebecca HAYNES (2011) «Corneliu Zelea Codreanu: The Romanian "New Man"», em Rebecca Haynes e Martyn Rady (orgs.) *In the Shadow of Hitler. Personalities of the Right in Central and Eastern Europe*, Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.
- Konrad HEIDEN (1934) *Histoire du National Socialisme. 1919-1934*, Paris: Stock.
- Jeffrey HERF (1986) *Reactionary Modernism. Technology, Culture, and Politics in Weimar and the Third Reich*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Arthur HERMAN (1997) *The Idea of Decline in Western History*, Nova Iorque: The Free Press.
- Katrina Vanden HEUVEL e Hamilton dos SANTOS (orgs. 1994) *O Perigo da Hora. O Século XX nas Páginas do The Nation*, São Paulo: Scritta.
- Raul HILBERG (1961) *The Destruction of the European Jews*, Londres: W. H. Allen.
- Rudolf HILFERDING [1940] «State Capitalism or Totalitarian State Economy». <https://www.marxists.org/archive/hilferding/1940/statecapitalism.htm>
- Berthold HINZ (1980) *Art in the Third Reich*, Oxford: Basil Blackwell.
- Diana HIRSH (1978) *The World of Turner, 1775-1851*, [s. l.]: Time-Life International.
- Łukasz HIRSZOWICZ (1966) *The Third Reich and the Arab East*, Londres: Routledge & Kegan Paul, Toronto: University of Toronto Press.

- Peter HISCOCK (2015) «The Pleistocene Colonization and Occupation of Australasia», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. I: David Christian (org.) *Introducing World History, to 10,000 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- William I. HITCHCOCK (2010) «The Marshall Plan and the Creation of the West», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. I: *Origins*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Adolf HITLER (1995) *Mein Kampf*, Londres: Pimlico.
- Hitler's Table Talk, 1941-1944. His Private Conversations*, Nova Iorque: Enigma, 2000.
- E. J. HOBBSBAWM (org. 1964) *Karl Marx. Pre-Capitalist Economic Formations*, Londres: Lawrence & Wishart.
- Adam HOCHSCHILD (2017) *King Leopold's Ghost. A Story of Greed, Terror and Heroism in Colonial Africa*, Londres: The Folio Society.
- Dirk HOERDER (2015) «Migrations», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present, Parte II: Shared Transformations?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- John F. HOFFECKER (2015) «Migration and Innovation in Palaeolithic Europe», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. I: David Christian (org.) *Introducing World History, to 10,000 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- David L. HOFFMANN e Annette F. TIMM (2009) «Utopian Biopolitics. Reproductive Policies, Gender Roles, and Sexuality in Nazi Germany and the Soviet Union», em Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (orgs.) *Beyond Totalitarianism. Stalinism and Nazism Compared*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Stanley HOFFMANN (1967) «Paradoxes of the French Political Community», em *In Search of France*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Reto HOFMANN (2015) *The Fascist Effect. Japan and Italy, 1915-1952*, Ithaca e Londres: Cornell University Press [e-book].  
<https://pt.scribd.com/read/352380793/The-Fascist-Effect-Japan-and-Italy-1915-1952#>
- Charles HOLCOMBE (2015) «East Asia», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. IV: Craig Benjamin (org.) *A World with States, Empires, and Networks, 1200 BCE – 900 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- David HOLLOWAY (2010) «Nuclear Weapons and the Escalation of the Cold War, 1945-1962», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. I: *Origins*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Richard HOLMES (2015) *The Age of Wonder. How the Romantic Generation Discovered the Beauty & Terror of Science*, Londres: The Folio Society.
- Roger W. HOLMES (1937) *The Idealism of Giovanni Gentile*, Nova Iorque: Macmillan.
- Peter HOPKIRK (2010) *The Great Game. On Secret Service in High Asia*, Londres: The Folio Society.
- Albert HOURANI (2009) *A History of the Arab Peoples*, Londres: The Folio Society.
- Stephen HOUSTON e Thomas G. GARRISON (2015) «The Dedicated City: Meaning and Morphology in Classical Maya Urbanism», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. III: Norman Yoffee (org.) *Early Cities in Comparative Perspective, 4000 BCE – 1200 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Nick HOWARD (2004) «The German Revolution Defeated and Fascism Deferred. The Servicemen's Revolt and Social Democracy at the End of the First World War, 1918–1920», em Tim Kirk e Anthony McElligott (orgs.) *Opposing Fascism. Community, Authority and Resistance in Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Yves HUCHER (org. 1963) *Journal (1822-1863) par Eugène Delacroix*, Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).

- Roger HUDSON (org. 1993) *The Grand Tour. 1592-1796*, Londres: The Folio Society.
- Roger HUDSON (org. 1999) *The Raj. An Eye-Witness History of the British in India*, Londres: The Folio Society.
- Marian D. IRISH (1946) «Fascism», em Joseph S. Roucek (org.) *Twentieth Century Political Thought*, Nova Iorque: Philosophical Library.
- Jeffrey. C. ISAAC (2003) «Critics of Totalitarianism», em Terence Ball e Richard Bellamy (orgs.) *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Gabriel JACKSON (1967) *The Spanish Republic and the Civil War, 1931-1939*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- T. A. JACKSON (1936) *Dialectics. The Logic of Marxism, and its Critics — An Essay in Exploration*, Londres: Lawrence and Wishart.
- Erin E. JACOBSSON (1979) *A Life for Sound Money. Per Jacobsson. His Biography*, Oxford: Clarendon.
- Karl JASPERS (1948) *La Culpabilité Allemande*, Paris: Les Amis des Éditions de Minuit.
- Robert JERVIS (2010) «Identity and the Cold War», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. II: *Crises and Détente*, Cambridge: Cambridge University Press.
- F. C. JONES (1954) *Japan's New Order in East Asia. Its Rise and Fall, 1937-45*, Londres, Nova Iorque e Toronto: Oxford University Press.
- J. R. JONES (1965) «England», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Paul JOSEPHSON (2015) «The History of World Technology, 1750 – Present», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte I: *Structures, Spaces, and Boundary Making*, Cambridge: Cambridge University Press.
- A. JUIN (1987) «Avant-Propos», em Ernst Jünger, *Orages d'Acier. Journal de Guerre*, [Paris]: Christian Bourgois (Folio).
- Anton KAES, Martin JAY e Edward DIMENBERG (orgs. 1995) *The Weimar Republic Sourcebook*, Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.
- Ihor KAMENETSKY (1956) *Hitler's Occupation of Ukraine (1941-1944). A Study of Totalitarian Imperialism*, Milwaukee: Marquette University Press.
- Eugene KAMENKA (1989) *Bureaucracy*, Oxford e Cambridge, Mass.: Basil Blackwell.
- Simon KANER e Ken'ichi YANO (2015) «Early Agriculture in Japan», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. II: Graeme Barker e Candice Goucher (orgs.) *A World with Agriculture, 12,000 BCE – 500 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- George KATKOV (1965) «Fontes Históricas Soviéticas na Era Pós-Stalin», em John Keep e Liliana Brisby (orgs.) *História Contemporânea na Concepção Soviética*, Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- William Walter KAY (2008) «Review of Bramwell's *Hidden History of Environmentalism*», *Environmentalism is Fascism*.  
<http://www.ecofascism.com/review11.html>
- John KEAY (2003) *India. A History*, 2 vols., Londres: The Folio Society.
- Ehud KEINAN (2013) «Gloomy Forecast for the Prophets of Apocalypse and Bright Forecast for Chemists», *Angewandte Chemie International Edition*, vol. 52, nº 10.
- Eugénie de KEYSER (1965) *L'Occident Romantique, 1789-1850*, Genebra: Albert Skira.
- Francis KING (2016) «Introduction: Fedor Dan, his Party and his Two Years of Wandering», em Fedor Il'ich Dan, *Two Years of Wandering. A Menshevik Leader in Lenin's Russia*, Londres: Lawrence & Wishart.

- Tim KIRK (2004) «Nazi Austria: The Limits of Dissent», em Tim Kirk e Anthony McElligott (orgs.) *Opposing Fascism. Community, Authority and Resistance in Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Martin KITCHEN (1980) *The Coming of Austrian Fascism*, Londres: Croom Helm, Montreal: McGill - Queen's University Press.
- Egbert KLAUTKE (2011) «Theodor Fritsch: The "Godfather" of German Antisemitism», em Rebecca Haynes e Martyn Rady (orgs.) *In the Shadow of Hitler. Personalities of the Right in Central and Eastern Europe*, Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.
- Claude KLEIN (1968) *Weimar*, Paris: Flammarion.
- Fritz KLEIN (1957) «Comment la Grande Bourgeoisie Allemande a Préparé la Dictature Fasciste (1929-1932)», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 1.
- Francis D. KLINGENDER (1975): *Art and the Industrial Revolution* (ed. rev. por Arthur Elton), Frogmore: Paladin.
- F. W. KNIGHT, Y. TALIB e P. D. CURTIN (1989) «The African Diaspora», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.) *General History of Africa*, vol. VI: J. F. Ade Ajayi (org.) *Africa in the Nineteenth Century until the 1880s*, Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.
- V. KNORIN (1934) *Fascism, Social-Democracy and the Communists*, Nova Iorque: Workers Library.
- Robert Lewis KOEHL (1983) *The Black Corps. The Structure and Power Struggles of the Nazi SS*, Madison e Londres: The University of Wisconsin Press.
- Arthur KOESTLER (1961) *The Yogi and the Commissar, and other Essays*, Nova Iorque: Collier.
- Arthur KOESTLER (1991) *Scum of the Earth*, Londres: Eland, Nova Iorque: Hippocrene.
- Eugen KOGON (2002) *L'État SS. Le Système des Camps de Concentration Allemands*, Paris: Seuil.
- Ingo KOLBOOM (1986) *La Revanche des Patrons. Le Patronat face au Front Populaire*, [Paris]: Flammarion.
- Annie KRIEGL (1972) «L'Association Internationale des Travailleurs (1864-1876)», em Jacques Droz (org.) *Histoire Générale du Socialisme*, vol. I, Paris: Presses Universitaires de France.
- J. KUCZYNSKI e M. WITT (1942) *The Economics of Barbarism. Hitler's New Economic Order in Europe*, Nova Iorque: International Publishers.
- Stefan KÜHL (1994) *The Nazi Connection. Eugenics, American Racism, and German National Socialism*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- Simon KUIN (1993) «A Mocidade Portuguesa nos Anos 30: Anteprojectos e Instauração de uma Organização Paramilitar da Juventude», *Análise Social*, XXVIII, nº 122.
- Melissa LANE (2003) «Positivism: Reactions and Developments», em Terence Ball e Richard Bellamy (orgs.) *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Robin LANE FOX (2013) *The Classical World. An Epic History of Greece and Rome*, Londres: The Folio Society.
- Hermann LANGBEIN (1981) *La Résistance dans les Camps de Concentration Nationaux-Socialistes, 1938-1945*, [Paris]: Arthème Fayard.
- Jörg LANZ VON LIEBENFELS [s. d.] *Theozoology or The Science of the Sodomite Apelings and the Divine Electron*, [s. l.]: Europa-House for Biblical Studies.
- Walter Z. LAQUEUR (1965) «A Burguesia Nacional», em John Keep e Liliana Brisby (orgs.) *História Contemporânea na Conceção Soviética*, Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- Walter LAQUEUR (1996) *Fascism: Past, Present, Future*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.

- Raffaele LAUDANI (org. 2013) *Secret Reports on Nazi Germany. The Frankfurt School Contribution to the War Effort*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/236682056/Secret-Reports-on-Nazi-Germany-The-Frankfurt-School-Contribution-to-the-War-Effort>
- Lucien LAURAT (1931) *L'Économie Soviétique. Sa Dynamique, son Mécanisme*, Paris: Valois.
- Lucien LAURAT (1934) *Économie Dirigée et Socialisation*, Paris e Bruxelles: L'Églantine.
- Gustave LE BON (1980) *Psicologia das Multidões*, [s. l.]: Roger Delraux.
- Joyce C. LEBRA (1971) *Jungle Alliance. Japan and the Indian National Army*, Singapura: Asia Pacific Press.
- Joyce C. LEBRA (org. 1975) *Japan's Greater East Asia Co-Prosperity Sphere in World War II. Selected Readings and Documents*, Kuala Lumpur: Oxford University Press.
- Georges LEFEBVRE (1953) *Napoléon*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Stephen H. LEKSON (2015) «Regional Study: Chaco Canyon and the US Southwest», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. IV: Craig Benjamin (org.) *A World with States, Empires, and Networks, 1200 BCE – 900 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sophie LE MÉNAHÈZE (2001) *L'Invention du Jardin Romantique*, Neuilly-sur-Seine: Spiralinthe.
- V. LÉNINE (1958) «Thèses sur la Conclusion Immédiate d'une Paix Séparée et Annexionniste», em *Œuvres*, vol. XXVI, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depuis: Éditions du Progrès).
- V. LÉNINE (1961) «Rapport sur les Concessions devant la Fraction du PC(b)R au VIII<sup>e</sup> Congrès des Soviets, 21 Décembre», em *Œuvres*, vol. XXXI, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depuis: Éditions du Progrès).
- V. LÉNINE (1962 a) *L'Impôt en Nature. (La Portée de la Nouvelle Politique et ses Conditions)*, em *Œuvres*, vol. XXXII, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depuis: Éditions du Progrès).
- V. LÉNINE (1962 b) «Rapport sur la Substitution de l'Impôt en Nature aux Requisitions, le 15 Mars», em *Œuvres*, vol. XXXII, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depuis: Éditions du Progrès).
- V. LÉNINE (1966 a) «L'Attitude de la Social-Démocratie à l'égard du Mouvement Paysan», em *Œuvres*, vol. IX, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depuis: Éditions du Progrès).
- V. LÉNINE (1966 b) *Deux Tactiques de la Social-Démocratie dans la Révolution Démocratique*, em *Œuvres*, vol. IX, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depuis: Éditions du Progrès).
- V. LÉNINE (1966 c) «Les Tâches du Proletariat dans la Présente Révolution», em *Œuvres*, vol. XXIV, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depuis: Éditions du Progrès).
- V. LÉNINE (1968) *Rapport sur la Révolution de 1905*, em *Textes sur la Jeunesse*, Moscovo: Éditions du Progrès.
- V. LÉNINE (1969) *Le Développement du Capitalisme en Russie*, em *Œuvres*, vol. III, Paris: Éditions Sociales, Moscovo: Éditions du Progrès.
- LEO BAECK INSTITUTE (2014) [sem título].  
<https://www.facebook.com/leobaeckinstitute/posts/774325019257646>
- Wolf LEPENIES (2006) *The Seduction of Culture in German History*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232949266/The-Seduction-of-Culture-in-German-History>
- Daniel LERNER (1951) *The Nazi Elite*, Stanford: Stanford University Press.
- William E. LEUCHTENBURG (1963) *Franklin D. Roosevelt and the New Deal. 1932-1940*, Nova Iorque: Harper & Row.



- Abramo LEVI [1937] *Noi Ebrei*, Roma: Pinciana (ano XV).
- Moshe LEWIN (1966) *La Paysannerie et le Pouvoir Soviétique, 1928-1930*, Paris e Haia: Mouton.
- Paul H. LEWIS (1992) *The Crisis of Argentine Capitalism*, Chapel Hill e Londres: The University of North Carolina Press.
- David LEWIS-WILLIAMS e David PEARCE (2009) *Inside the Neolithic Mind. Consciousness, Cosmos and the Realm of the Gods*, Londres: Thames and Hudson.
- António Oliveira LIBERATO [s. d.] *O Caso de Timor. Invasões Estrangeiras, Revoltas Indígenas*, Lisboa: Portugalia.
- Daniel LIGOU (1962) *Histoire du Socialisme en France (1871-1961)*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Walter LIMP (1972) *Anatomie de l'Apartheid*, [s. l.]: Casterman.
- Thomas LINEHAN (2000) *British Fascism, 1918-39. Parties, Ideology and Culture*, Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press.
- Derek S. LINTON (1989) «Bonapartism, Fascism, and the Collapse of the Weimar Republic», em Michael N. Dobkowski e Isidor Wallimann (orgs.) *Radical Perspectives on the Rise of Fascism in Germany, 1919-1945*, Nova Iorque: Monthly Review.
- S. V. LIPITSKY (1974) «A Guerra Civil», em *História do Século 20*, vol. III: 1919/1934, São Paulo: Abril.
- Deborah E. LIPSTADT (1986) *Beyond Belief. The American Press and the Coming of the Holocaust, 1933-1945*, Nova Iorque: The Free Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/224712640/Beyond-Belief-The-American-Press-And-The-Coming-Of-The-Holocaust-1933-1945>
- Sol LITTMAN (2003) *Pure Soldiers or Sinister Legion. The Ukrainian 14<sup>th</sup> Waffen-SS Division*, Montréal, Nova Iorque e Londres: Black Rose.
- Angel LLORENTE HERNÁNDEZ (1995) *Arte e Ideología en el Franquismo (1936-1951)*, Madrid: Visor.
- Neill LOCHERY (2011) *Lisbon. War in the Shadows of the City of Light, 1939-1945*, Nova Iorque: Public Affairs [e-book].  
<https://www.scribd.com/read/229396699/Lisbon-War-in-the-Shadows-of-the-City-of-Light-1939-45>
- S. LOMBARDINI (1968) «Italian Fascism and the Economy», em S. J. Woolf (org.) *The Nature of Fascism. Proceedings of a Conference Held by the Reading University Graduate School of Contemporary European Studies*, Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Bjørn LOMBORG (2001) *The Skeptical Environmentalist. Measuring the Real State of the World*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Boris R. LOPUKHOV (1965) «Il Problema del Fascismo Italiano negli Scritti di Autori Sovietici», *Studi Storici*, VI, nº 2.
- César M. LORENZO (1972) *Los Anarquistas Españoles y el Poder, 1868-1969*, Paris: Ruedo Ibérico.
- Joseph L. LOVE (1996) *Crafting the Third World. Theorizing Underdevelopment in Rumania and Brazil*, Stanford, California: Stanford University Press.
- Thomas LOVEJOY (2002) «Biodiversity: Dismissing Scientific Process», *Scientific American*, CCLXXXVI, nº 1.
- Manuel de LUCENA (1976) «Ensaio sobre o Tema do Estado», *Análise Social*, XII, nº 47.
- Manuel de LUCENA (1984) «Interpretações do Salazarismo: Notas de Leitura Crítica», *Análise Social*, XX, nº 83.
- LUDENDORFF (1936) *La Guerre Totale*, Paris: Flammarion.
- Georges LUKÁCS (1965) *Le Roman Historique*, Paris: Payot.
- Georg LUKÁCS (1980) *The Destruction of Reason*, Londres: The Merlin Press.
- John LUKACS (2011) *Five Days in London, May 1940*, Londres: The Folio Society.
- Mark LYNAS (2012) «How Land-Inefficient Is Organic Agriculture?», 16 de Julho de 2012.  
<http://www.marklynas.org/2012/07/how-land-inefficient-is-organic-agriculture/>

- Adrian LYTTTELTON (1982) *La Conquista del Potere. Il Fascismo dal 1919 al 1929*, Roma e Bari: Laterza.
- John T. McALISTER JR. (1969) *Viet Nam. The Origins of Revolution*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Maria-Antonietta MACCIOCCHI (1976 a) «L'Art, les Intellectuels et le Fascisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Maria-Antonietta MACCIOCCHI (1976 b) «Les Femmes et la Traversée du Fascisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Maria-Antonietta MACCIOCCHI (1976 c) «Gramsci et la Question du Fascisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Maria-Antonietta MACCIOCCHI (1976 d) «Rapport sur un Cours Universitaire à Vincennes, sur le Fascisme ou: "Les Stalino-Refoulants" dans une Joyeuse Année d'Études sur le Fascisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Giles MACDONOGH (2009) *After the Reich. The Brutal History of the Allied Occupation*, Nova Iorque: Basic Books.
- French MACLEAN (1998) *The Cruel Hunters. SS-Sonderkommando Dirlwanger, Hitler's Most Notorious Anti-Partisan Unit*, Atglen: Schiffer Military History.
- Robert J. McMAHON (2010) «US National Security Policy from Eisenhower to Kennedy», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. I: *Origins*, Cambridge: Cambridge University Press.
- J. R. McNEILL (2010) «The Biosphere and the Cold War», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ian J. McNIVEN (2015) «Australasia and the Pacific», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. IV: Craig Benjamin (org.) *A World with States, Empires, and Networks, 1200 BCE – 900 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Charles S. MAIER (1988) *La Refundación de la Europa Burguesa. Estabilización en Francia, Alemania e Italia en la Década Posterior a la I Guerra Mundial*, Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- I. MAISKI [s. d.] *Quien Ayudó a Hitler*, Moscovo: Progreso.
- Nestor MAKHNO (1988) *A "Revolução" contra a Revolução. A Revolução Russa na Ucrânia (Março 1917 - Abril 1918)*, São Paulo: Cortez.
- Curzio MALAPARTE (1946) *Kaputt*, [Paris]: Denoël (Le Livre de Poche).
- Curzio MALAPARTE (1998) *Technique du Coup d'État*, Paris: Bernard Grasset.
- André MALRAUX (1983) *L'Espoir*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Henri de MAN (1927) *Au Delà du Marxisme*, Bruxelas: L'Églantine.
- Henri de MAN (1933) *Le Socialisme Constructif*, Paris: Félix Alcan.
- Michael MANN (2004) *Fascists*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Karl MANNHEIM (1986) *Conservatism. A Contribution to the Sociology of Knowledge*, Londres e Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul.
- Patrick MANNING (2015) «Migration in Human History», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. I: David Christian (org.) *Introducing World History, to 10,000 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Mihail MANOILESCO (1936) *Le Siècle du Corporatisme. Doctrine du Corporatisme Intégral et Pur*, Paris: Félix Alcan.
- F. T. MARINETTI (1911) *Le Futurisme*, Paris: E. Sansot.
- Paul MARION (1939) *Leur Combat. Lénine – Mussolini – Hitler – Franco*, Paris: Arthème Fayard.

- Robert B. MARKS (2015) «"Exhausting the Earth": Environment and History in the Early Modern World», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VI: Jerry H. Bentley, Sanjay Subrahmanyam e Merry E. Wiesner-Hanks (orgs.) *The Construction of a Global World, 1400 – 1800 CE*, Parte I: *Foundations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Shula E. MARKS (1979) «Southern Africa, History of», em *The New Encyclopædia Britannica, Macropædia*, vol. 17.
- David R. MARPLES (2011) «Stepan Bandera: In Search of a Ukraine for Ukrainians», em Rebecca Haynes e Martyn Rady (orgs.) *In the Shadow of Hitler. Personalities of the Right in Central and Eastern Europe*, Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.
- Fernando Moreira MARQUES (2003) *Os Liceus do Estado Novo. Arquitetura, Currículo e Poder*, Lisboa: Educa.
- Sonia Alem MARRACH (org. 1999) *Memórias de um Autodidata no Brasil. Maurício Tragtenberg*, São Paulo: Escuta.
- Giacomo MARRAMAO (1977) *Austromarxismo e Socialismo di Sinistra fra le Due Guerre*, Milão: La Pietra.
- David MARSH (1992) *The Bundesbank. The Bank that Rules Europe*, Londres: Heineman.
- António Coimbra MARTINS (1969) «Sardinha Essencialista», *Seara Nova*, XLVII, nº 1482.
- André MARTY (1950) *La Révolte de la Mer Noire*, Paris: L'Avant-Garde.
- Masao MARUYAMA (1963) *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*, Londres: Oxford University Press.
- Arthur MARWICK (1974) «O Bloqueio Fere Profundamente», em *História do Século 20*, vol. II: 1914/1919, São Paulo: Abril.
- Karl MARX (1962) *Les Luttes de Classes en France (1848-1850)*, em Karl Marx, *Manifeste du Parti Communiste suivi de La Lutte des Classes*, Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Karl MARX (1963) *La Guerre Civile en France, 1871 (La Commune de Paris)*, Paris: Éditions Sociales.
- Karl MARX (1968) *La Question Juive*, seguido de Bruno Bauer, *La Question Juive*, Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Karl MARX (1971) *À Propos de la Question Juive (Zur Judenfrage)*, Paris: Aubier Montaigne.
- Karl MARX (1979) *Historia de la Diplomacia Secreta en el Siglo XVIII*, Madrid: Taller de Sociología.
- Karl MARX (1982) *À Propos de la Question Juive*, em Maximilien Rubel (org.) *Karl Marx. Œuvres*, vol. III: *Philosophie*, [Paris]: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade).
- MARX e ENGELS (1970) *Adresse du Conseil Central à la Ligue*, em Denis Authier (org.) *Marx et Engels. Textes sur l'Organisation*, Paris: Spartacus.
- Pier Carlo MASINI (1999) *Mussolini. La Maschera del Dittatore*, Pisa: Biblioteca Franco Serantini.
- T. W. MASON (1968) «The Primacy of Politics – Politics and Economics in National Socialist Germany», em S. J. Woolf (org.) *The Nature of Fascism. Proceedings of a Conference Held by the Reading University Graduate School of Contemporary European Studies*, Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- James MATTHEWS (2012) *Reluctant Warriors. Republican Popular Army and Nationalist Army Conscripts in the Spanish Civil War, 1936-1939*, Oxford: Oxford University Press.
- James MAYALL (2003) «Nationalism and Imperialism», em Terence Ball e Richard Bellamy (orgs.) *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Milton MAYER (1966) *They Thought they Were Free. The Germans, 1933-45*, Chicago e Londres: The University of Chicago Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/145041199/They-Thought-They-Were-Free-The-Germans-1933-45>

- S. L. MAYER (1974) «A Revolta Indonésia», em *História do Século 20*, vol. III: 1919/1934, São Paulo: Abril.
- Ernst MAYR (1982) *The Growth of Biological Thought. Diversity, Evolution, and Inheritance*, Cambridge, Mass. e Londres: Belknap - Harvard University Press.
- Donella H. MEADOWS, Dennis L. MEADOWS, Jørgen RANDERS e William W. BEHRENS III (1974) *The Limits to Growth. A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*, Nova Iorque: Signet.
- João MEDINA (1978) *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A História dum Conflito, 1932/1935*, Lisboa: Bertrand.
- João MEDINA (1998) «Salazar na Alemanha: Acerca da Edição de uma Antologia Salazarista na Alemanha Hitleriana», *Análise Social*, XXXIII, nº 145.
- Jan M. MEIJER (org. 1964-1971) *The Trotsky Papers, 1917-1922*, 2 vols., Londres, Haia e Paris: Mouton.
- Piero MELOGRANI (1980) *Gli Industriali e Mussolini. Rapporti tra Confindustria e Fascismo dal 1919 al 1929*, Milão: Longanesi.
- Nelson MENDA (2002) «Os Irmãos Sequerra. A Fantástica História dos Gêmeos Samuel e Joel», *Semana Judaica*, nº 218, 12-18 de Maio de 2002.
- Jordana MENDELSON (2007) «Los Laboratorios de la Propaganda: Artistas y Revistas durante la Guerra Civil Española», em *Revistas y Guerra, 1936-39*, [Madrid]: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía.
- Cipriano MERA (2006) *Guerra, Exilio y Cárcel de un Anarcosindicalista*, Madrid: Confederación General del Trabajo.
- Louis MERCIER VEGA (1975) *Autopsia de Perón, Balance del Peronismo*, Barcelona: Tusquets.
- Frederick MERK (1963) *Manifest Destiny and Mission in American History. A Reinterpretation*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- August MESSER (1946) *História da Filosofia*, Lisboa: Inquérito.
- Johannes MESSNER (2004) *Dollfuss. An Austrian Patriot*, Norfolk, Virginia: Gates of Vienna Books [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/161167372/Dollfuss-An-Austrian-Patriot>
- Ida METT (1949) *La Commune de Cronstadt. Crépuscule Sanglant des Soviets*, Paris: Spartacus.
- Alain MICHEL (1990) «La Philosophie en Grèce et à Rome de -130 à 250», em Brice Parain (org.) *Histoire de la Philosophie*, vol. I: *Orient, Antiquité, Moyen Âge*, [Paris]: Gallimard (Encyclopédie de la Pléiade).
- Henri MICHEL (1962) *Les Courants de Pensée de la Résistance*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Albert MILHAUD [s. d.] *La Lutte des Classes à travers l'Histoire et la Politique*, Paris: Librairie Scientifique et Philosophique.
- Gérard MILLER (1976) «En Feuilletant les Archives du Commissariat Général aux Questions Juives», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Barbara MILLER-LANE (1973) *Architettura e Politica in Germania, 1918-1945*, Roma: Officina Edizioni.
- Pierre MILZA (1999) *Mussolini*, [Paris]: Fayard.
- Pierre MILZA e Serge BERSTEIN (1992) *Dictionnaire Historique des Fascismes et du Nazisme*, Bruxelas: Complexe.
- Frank MINTZ (1977) *La Autogestión en la España Revolucionaria*, Madrid: La Piqueta.
- Hans-Ernst MITTIG (1980) «La "Sachlichkeit" du Fascisme», em *Les Réalismes, 1919-1939*, Paris: Centre Georges Pompidou.
- Hans MOMMSEN (2009) *Germans against Hitler. The Stauffenberg Plot and Resistance under the Third Reich*, Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.

- Paul Kléber MONOD (2013) *Solomon's Secret Arts. The Occult in the Age of Enlightenment*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- George MONTANDON (1940) *Comment Reconnaître et Expliquer le Juif?*, Paris: Nouvelles Éditions Françaises.
- Henrique Pires MONTEIRO [s. d.] *Sá da Bandeira. Glorioso Chefe Militar e Esforçado Colonialista*, Cadernos Coloniais, nº 62, Lisboa: Cosmos.
- Barrington MOORE JR. (1974) *Social Origins of Dictatorship and Democracy. Lord and Peasant in the Making of the Modern World*, Harmondsworth: Penguin.
- Emanuel MORAVEC (1941) *Rumos da Estratégia Contemporânea. Sentido e Significado da Guerra Actual*, Lisboa: Alma.
- Henri E. MOREL (1977) «As Discussões sobre a Natureza dos Países de Leste (até à Segunda Guerra Mundial): Nota Bibliográfica», em Artur J. Castro Neves (org.) *A Natureza da URSS*, Porto: Afrontamento.
- Francisco MORENO GÓMEZ (2001) *La Resistencia Armada contra Franco. Tragedia del Maquis y la Guerrilla. El Centro-Sur de España: De Madrid al Guadalquivir*, Barcelona: Crítica.
- John B. MORGAN IV (2011) «Introduction», em Julius Evola, *Metaphysics of War. Battle, Victory and Death in the World of Tradition*, [s. l.]: Arktos.
- Philip MORGAN (2004) «“The Years of Consent”? Popular Attitudes and Resistance to Fascism in Italy, 1925–1940», em Tim Kirk e Anthony McElligott (orgs.) *Opposing Fascism. Community, Authority and Resistance in Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hans J. MORGENTHAU (1946) «Naziism», em Joseph S. Roucek (org.) *Twentieth Century Political Thought*, Nova Iorque: Philosophical Library.
- Paul MORRISON (1996) *The Poetics of Fascism. Ezra Pound, T. S. Eliot, Paul de Man*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- A.-L. MORTON e George TATE (1963) *Histoire du Mouvement Ouvrier Anglais*, Paris: François Maspero.
- Oswald MOSLEY (1933) *Ten Points of Fascist Policy*, Londres: British Union of Fascists.
- Oswald MOSLEY (1936) *Fascism: 100 Questions Asked and Answered*, Londres: BUF.
- Oswald MOSLEY (2006) *My Life*, Londres: Friends of Oswald Mosley.
- George L. MOSSE (1991) *The Nationalization of the Masses. Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*, Ithaca e Londres: Cornell University Press.
- Jan-Werner MÜLLER (2010) «The Cold War and the Intellectual History of the Late Twentieth Century», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wolfgang MÜLLER-LAUTER (2002) «Experiences with Nietzsche», em Jacob Golomb e Robert S. Wistrich (orgs.) *Nietzsche, Godfather of Fascism? On the Uses and Abuses of a Philosophy*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947082/Nietzsche-Godfather-of-Fascism-On-the-Uses-and-Abuses-of-a-Philosophy>
- G. MUNIS (1948) *Jalones de Derrota: Promesa de Victoria. España 1930-39*, México D. F.: Lucha Obrera (reprodução fac-simile, Paris: La Vieille Taupe, 1972).
- Alan MUNTON (2010) «Wyndham Lewis and Spain: Anarchism, Cliché, Image», em *Wyndham Lewis (1882-1957)*, Madrid: Fundación Juan March.
- Benito MUSSOLINI (1935) *A Doutrina do Fascismo*, Florença: Vallecchi.
- Benito MUSSOLINI (1951) «Lo Sciopero Generale e la Violenza», em Edoardo Susmel e Duilio Susmel (orgs.) *Opera Omnia di Benito Mussolini*, vol. II: *Il Periodo Trentino verso la Fondazione de “La Lotta di Classe” (6 Febbraio 1909 - 8 Gennaio 1910)*, Florença: La Fenice.

- Benito MUSSOLINI (1961) *Il Trentino Veduto da un Socialista (Note e Notizie)*, em Edoardo Susmel e Duilio Susmel (orgs.) *Opera Omnia di Benito Mussolini*, vol. XXXIII: *Opere Giovanili (1904-1913)*, Florença: La Fenice.
- Franz NEUMANN (1943) *Behemoth. Pensamiento y Acción en el Nacional-Socialismo*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Allan NEVINS e Frank Ernest HILL (1957) *Ford. Expansion and Challenge, 1915-1933*, Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.
- The New Encyclopædia Britannica*, 30 vols., Chicago, etc.: Encyclopædia Britannica, 1979.
- NIETZSCHE (1940) *La Naissance de la Tragédie*, Paris: Gallimard.
- Frédéric NIETZSCHE (1973) *Par-Delà le Bien et le Mal*, Paris: Union Générale d'Éditions.
- J. NOAKES e G. PRIDHAM (orgs. 2008-2010) *Nazism 1919 – 1945. A Documentary Reader*, vol. I: *The Rise to Power 1919-1934*, vol. II: *State, Economy and Society 1933-1939*, vol. III: *Foreign Policy, War and Racial Extermination*, vol. IV: *The German Home Front in World War II*, Exeter: University of Exeter Press.
- R. G. NOBECOURT (1962) *Les Secrets de la Propagande en France Occupée*, Paris: Arthème Fayard.
- Franco NOGUEIRA [1977-1985] *Salazar*, 6 vols., Coimbra: Atlântida, Porto: Civilização.
- Ernst NOLTE (1965) «Germany», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Ernst NOLTE (1989) *Nazional-socialismo e Bolcevismo. La Guerra Civile Europea, 1917-1945*, Florença: Sansoni.
- Albert NORDEN (1943) *The Thugs of Europe. The Truth About the German People and its Rulers*, Nova Iorque: German American League for Culture.
- Alec NOVE (1978) *An Economic History of the U.S.S.R.*, Harmondsworth: Penguin.
- Peter NOVICK (1985) *L'Épuration Française, 1944-1949*, [s. l.]: Balland.
- A. Sedas NUNES (1988) «Histórias, uma História e a História — Sobre as Origens das Modernas Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, XXIV, nº 100.
- João Arsénio NUNES (1982) «Da Política "Classe contra Classe" às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-1935)», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- Erwin OBERLÄNDER (1967) «Il Partito Fascista Panrusso», *Dialoghi del XX*, nº 1.
- OFFICE UNIVERSITAIRE DE RECHERCHE SOCIALISTE (1970) *Léon Blum et le Néo-Socialisme*, em *L'Ours*, nº 9, suplemento.
- Pedro Aires OLIVEIRA (2000) *Armindo Monteiro. Uma Biografia Política (1896-1955)*, Venda Nova: Bertrand.
- Georges OLTRAMARE (1956) *Les Souvenirs nous Vengent*, Genebra: L'Autre Son de Cloche.
- Michel ONFRAY (2012) *Anti-Freud*, Carnaxide: Objectiva.
- Opere de Antonio Gramsci*, vol. XI: *Socialismo e Fascismo. L'Ordine Nuovo, 1921-1922*, Turim: Giulio Einaudi, 1966.
- Dietrich ORLOW (2009) *The Lure of Fascism in Western Europe. German Nazis, Dutch and French Fascists, 1933-1939*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Dietrich ORLOW (2010) *The Nazi Party 1919-1945. A Complete History*, Nova Iorque: Enigma [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/251427732/The-Nazi-Party-1919-1945-A-Complete-History>
- Alessandro ORSINI (2004) *L'Eretico della Sinistra. Bruno Rizzi Élitista Democratico*, Milão: Franco Angeli.
- George ORWELL (1998 a) *Funny, but not Vulgar, and other Selected Essays and Journalism*, Londres: The Folio Society.
- George ORWELL (1998 b) *Homage to Catalonia*, Londres: The Folio Society.

- George ORWELL (1998 c) *My Country Right or Left, and other Selected Essays and Journalism*, Londres: The Folio Society.
- Pascal ORY (1976) *Les Collaborateurs, 1940-1945*, Paris: Seuil.
- Angel OSSORIO (1943) *Vida y Sacrificio de Companys*, Buenos Aires: Losada.
- Adelheid OTTO (2015) «Neo-Assyrian Capital Cities: from Imperial Headquarters to Cosmopolitan Cities», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. III: Norman Yoffee (org.) *Early Cities in Comparative Perspective, 4000 BCE – 1200 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Alan K. OUTRAM (2015) «Pastoralism», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. II: Graeme Barker e Candice Goucher (orgs.) *A World with Agriculture, 12,000 BCE – 500 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Richard OVERY (2015) «Global War 1914-45», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present, Parte II: Shared Transformations?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Michel PABLO (org. 1957) *Les Bolcheviks contre Staline, 1923-1928*, Paris: Quatrième Internationale.
- George PADMORE (1960) *Panafricanisme ou Communisme? La Prochaine Lutte pour l'Afrique*, Paris: Présence Africaine.
- José Machado PAIS, Aida Maria Valadas de LIMA, José Ferreira BAPTISTA, Maria Fernanda Marques de JESUS e Maria Margarida GAMEIRO (1976-1978) «Elementos para a História do Fascismo nos Campos: A "Campanha do Trigo", 1928-38», *Análise Social*, XII, nº 46, XIV, nº 54.
- Thomas PAKENHAM (1999) *The Boer War*, Londres: The Folio Society.
- Jean-Michel PALMIER (1976 a) «De l'Expressionnisme au Nazisme. Les Arts et la Contre-Révolution en Allemagne (1914-1933)», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975, 2 vols.*, Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Jean-Michel PALMIER (1976 b) «Der Jude Süß (Le Juif Süß) de Veit Harlan, 1940», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975, 2 vols.*, Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Jean-Michel PALMIER (1976 c) «Quelques Tracts du Groupe "Foudre d'Intervention Culturelle" ou l'Impuissance d'une Prétendue Extrême-Gauche à Comprendre la Nécessité d'Analyser le Fascisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975, 2 vols.*, Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- J.-L. PANNE (1988) «Laurat Lucien», em Jean Maitron e Claude Pannetier (orgs.) *Dictionnaire Biographique du Mouvement Ouvrier Français*, 4ª Parte: 1914-1939. *De la Première à la Seconde Guerre Mondiale*, vol. XXXIII, Paris: Les Éditions Ouvrières.
- Vilfredo PARETO (1965) *Les Systèmes Socialistes*, em *Oeuvres Complètes*, vol. V, Genebra: Droz.
- Anabela B. PARREIRA, Arlindo M. CALDEIRA, Carlos C. MAURÍCIO, João C. CABRAL e José PISCO (1982) «O I Congresso da União Nacional», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- PARTI DES SOCIALISTES-RÉVOLUTIONNAIRES DE GAUCHE (INTERNATIONALISTES) (1918) *La Russie Socialiste (Événements de Juillet 1918)*, Genebra: Reggiani (reprodução fac-simile em *Les Socialistes-Révolutionnaires de Gauche dans la Révolution Russe. Une Lutte Méconnue*, Paris: Spartacus, 1983).
- Robert O. PAXTON (1973) *La France de Vichy, 1940-1944*, Paris: Seuil.

- Stanley G. PAYNE (1961) *Falange. A History of Spanish Fascism*, Stanford: Stanford University Press.
- Stanley G. PAYNE (1993) «Fascismo, Modernismo e Modernização», *Penélope*, nº 11.
- Stanley G. PAYNE (2003 a) «Fascism and Racism», em Terence Ball e Richard Bellamy (orgs.) *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Stanley G. PAYNE (2003 b) *A History of Fascism, 1914-1945*, [s. l.]: Taylor & Francis e-Library. <https://www.scribd.com/doc/156703958/Stanley-G-Payne-a-History-of-Fascism-1914-1945-1995>
- Abel PAZ (1972) *Durruti. Le Peuple en Armes*, Paris: La Tête de Feuilles.
- Guy PEDRONCINI (1999) *Les Mutineries de 1917*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Mário PEDROSA (1966) *A Opção Imperialista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dick PELS (1998) «Fascism and the Primacy of the Political», *Telos*, nº 110. <https://ia700402.us.archive.org/7/items/FascismAndThePrimacyOfThePolitical/FascismAndThePrimacyOfThePolitical.pdf>
- Antonio PENNACCHI (2010) *Fascio e Martello. Viaggio per le Città del Duce*, Roma e Bari: Laterza.
- Nuno Teotónio PEREIRA e José Manuel FERNANDES (1982) «A Arquitectura do Fascismo em Portugal», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pedro Theotónio PEREIRA (1973) *Memórias. Postos em que Servi e algumas Recordações Pessoais*, 2 vols., [Lisboa]: Verbo.
- Eva PERÓN [s. d.] *A Razão de Minha Vida*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- Juan PERÓN (1994) *Tres Revoluciones Militares*, Buenos Aires: Corrientes.
- Gilles PERRAULT e Jean-Pierre AZEMA (1989) *Paris under the Occupation*, Londres: André Deutsch.
- Irène PETIT (1967) «Allemagne: Entre l'Anticolonialisme et le Social-Impérialisme», em Georges Haupt e Madeleine Rebérioux (orgs.) *La Deuxième Internationale et l'Orient*, Paris: Cujas.
- S. M. PETRITCHENKO (1975) *A Verdade sobre Cronstadt*, [Lisboa]: A Batalha.
- Alexis PHILONENKO (2004) «Fichte», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo II, vol. II: *Le Siècle des Lumières. La Révolution Kantienne*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- André PICHOT (2000) *La Société Pure. De Darwin à Hitler*, Paris: Flammarion.
- Stanley PIERSON (2001) *Leaving Marxism. Studies in the Dissolution of an Ideology*, Stanford: Stanford University Press.
- André PIETRE (1952) *L'Économie Allemande Contemporaine (Allemagne Occidentale) 1945-1952*, Paris: M. Th. Génin.
- Irene Flunser PIMENTEL (2006) *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa: A Esfera dos Livros.
- António Costa PINTO (1992) «As Elites Políticas e a Consolidação do Salazarismo: O Nacional Sindicalismo e a União Nacional», *Análise Social*, XXVII, nº 116-117.
- António Costa PINTO (2011) «Ruling Elites, Political Institutions and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships: Comparative Perspectives», em António Costa Pinto (org.) *Rethinking the Nature of Fascism. Comparative Perspectives*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- António Costa PINTO e Nuno Afonso RIBEIRO (1982) «Fascismo e Juventude nos Primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- Ovidio Mauro PIPINO (1979) *1946-1955: La Década Fatal. Origen del Colapso Nacional*, Córdoba: ed. do autor.
- Giovanni Battista PIRANESI (1973) *The Prisons (Le Carceri)*, Nova Iorque: Dover.
- PLATON (1956) *La République*, 2º vol., Paris: Les Belles Letres.



- Georges PLEKHANOV [s. d.] *Oeuvres Philosophiques*, 2 vols., Moscovo: Éditions en Langues Étrangères (depois: Éditions du Progrès).
- Jacques PLONCARD D'ASSAC (1971) *Doctrinas del Nacionalismo*, Barcelona: Acervo.
- Richard POLENBERG (1972) *War and Society. The United States, 1941-1945*, Filadélfia, Nova Iorque e Toronto: J. B. Lippincott.
- Léon POLIAKOV (1971) *Le Mythe Aryen. Essai sur les Sources du Racisme et des Nationalismes*, Paris: Calmann-Lévy.
- Klaus POLKEHN (1976) «The Secret Contacts: Zionism and Nazi Germany, 1933-1941», *Journal of Palestine Studies*, V, n° 3-4.
- John F. POLLARD (2005) *The Vatican and Italian Fascism, 1929-32. A Study in Conflict*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Tomek de PONTI, Bert RIJK e Martin K. van ITTERSUM (2012) «The Crop Yield Gap between Organic and Conventional Agriculture», *Agricultural Systems*, n° 108.
- Nikos POULANTZAS (1976) «À Propos de l'Impact Populaire du Fascisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Charles-H. POUTHAS (1948) *Démocraties et Capitalisme (1848-1860)*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Horatius M. PREMOLI (1930) *Histoire de l'Église Contemporaine (1900-1925)*, Turim e Roma: Marietti.
- Eugène PRÉOBRAJENSKY (1966) *La Nouvelle Économique (Novaia Ekonomika)*, Paris: Études et Documentation Internationales.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (org. 1987-1991) *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, 4 vols., [Lisboa].
- Paul PRESTON (2016) *The Last Days of the Spanish Republic*, Londres: William Collins.
- David PRIESTLAND (2010) «Cold War Mobilisation and Domestic Politics: the Soviet Union», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. I: *Origins*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Le Procès des Camps de Concentration Soviétiques*, [Paris]: Dominique Wapler, 1951.
- Le Procès du Maréchal Pétain. Compte Rendu Sténographique*, 2 vols., Paris: Albin Michel, 1945.
- Rodolfo PUIGGROS (1988) *El Peronismo: Sus Causas*, Buenos Aires: Puntosur.
- Jedediah PURDY (2015) «Environmentalism's Racist History», *The New Yorker*, 13 de Agosto de 2015.  
<http://www.newyorker.com/news/news-desk/environmentalisms-racist-history>
- Anne QUINCHON-CAUDAL (2013) *Hitler et les Races. L'Anthropologie Nationale-Socialiste*, Paris: Berg International.
- Julião QUINTINHA (1934) «Reportagem da Exposição Colonial», *O Diabo*, I, n° 7.
- Melvin RADER (1946) «Soviet Communism», em Joseph S. Roucek (org.) *Twentieth Century Political Thought*, Nova Iorque: Philosophical Library.
- Martyn RADY (2011) «Ferenc Szálasi, "Hungarism" and the Arrow Cross», em Rebecca Haynes e Martyn Rady (orgs.) *In the Shadow of Hitler. Personalities of the Right in Central and Eastern Europe*, Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.
- Romain H. RAINERO (2007) «Un Impérialisme sans Base Économique: le Cas de l'Italie (1869-1939)», *Recherches Régionales. Alpes-Maritimes et Contrées Limitrophes*, XLVIII, n° 187.
- R. D. RALSTON e Albuquerque MOURÃO (1985) «Africa and the New World», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.) *General History of Africa*, vol. VII: A. Adu Boahen (org.) *Africa under Colonial Domination, 1880-1935*, Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.

- Philippe RANDA (1997) *Dictionnaire Commenté de la Collaboration Française*, Paris: Jean Picollec.
- György RÁNKI (1971) «The Problem of Fascism in Hungary», em Peter F. Sugar (org.) *Native Fascism in the Successor States, 1918-1945*, Santa Barbara: American Bibliographical Center - Clio.
- Svend RANULF (1939) «Scholarly Forerunners of Fascism», *Ethics*, L, nº 1.
- R. John RATH (1971) «Authoritarian Austria», em Peter F. Sugar (org.) *Native Fascism in the Successor States, 1918-1945*, Santa Barbara: American Bibliographical Center - Clio.
- Hermann RAUSCHNING (1939) *Hitler m'a dit. Confidences du Führer sur son Plan de Conquête du Monde*, Paris: Coopération.
- Lucien REBATET (1942) *Les Décombres*, Paris: Denoël.
- Lucien REBATET (2007) *Lés Mémoires d'un Fasciste*, vol. II: 1941-1947, [s. l.]: Pilon.
- Lucien REBATET e Pierre-Antoine COUSTEAU (1999) *Dialogue de «Vaincus»*, Paris: Berg International.
- Madeleine REBÉRIOUX (1967) «France: Diversité des Options à la Veille de la Guerre», em Georges Haupt e Madeleine Rebérioux (orgs.) *La Deuxième Internationale et l'Orient*, Paris: Cujas.
- Maurice RECLUS (1945) *Une Grande Époque. La Troisième République de 1870 à 1918*, Paris: Arthème Fayard.
- The Record of Collaboration of King Farouk of Egypt with the Nazis and Their Ally, the Mufti. The Official Nazi Records of the King's Alliance and of the Mufti's Plans for Bombing Jerusalem and Tel Aviv. Memorandum Submitted to the United Nations, June 1948*, Nova Iorque: The Nation Associates.
- Douglas REED (1944) *Nemesi? La Storia di Otto Strasser*, Roma ("durante l'occupazione tedesca"): Edizioni delle Catacombe.
- Marcel RÉGNIER (2004) «Hegel», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo II, vol. II: *Le Siècle des Lumières. La Révolution Kantienne*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Anna REID (2011) *Leningrad. Tragedy of a City under Siege, 1941-44*, Londres: Bloomsbury [e-book].  
<https://www.scribd.com/read/250021573/Leningrad-Tragedy-of-a-City-under-Siege-1941-44>
- H. S. REISS (org. 1955) *The Political Thought of the German Romantics, 1793-1815*, Oxford: Basil Blackwell.
- Hermann REMMELE (1932) «German Communism Speaks», *The Living Age*, CCCXLII, nº 4386.
- Gunter W. REMMLING (1989) «The Destruction of the Workers' Mass Movements in Nazi Germany», em Michael N. Dobkowski e Isidor Wallimann (orgs.) *Radical Perspectives on the Rise of Fascism in Germany, 1919-1945*, Nova Iorque: Monthly Review.
- Jean-François REVEL (1994) *Histoire de la Philosophie Occidentale de Thalès à Kant*, Paris: Nil.
- Manuel RIBEIRO [1930] *Novos Horizontes. Democracia Cristã*, Lisboa: Guimarães.
- Vernon RICHARDS (1972) *Lessons of the Spanish Revolution (1936-1939)*, Londres: Freedom.
- Bernhard RIEGER (2015) «The Automobile», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present, Parte II: Shared Transformations?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Jean RIÈRE e Jil SILBERSTEIN (orgs. 2001) *Victor Serge. Mémoires d'un Révolutionnaire et autres Écrits Politiques. 1908-1947*, Paris: Robert Laffont.
- Emmanuel RINGELBLUM (1964) *Crónica do Ghetto de Varsóvia*, ed. org. por Jacob Sloan, Lisboa: Morais.
- Abel del RÍO (1968) «Rosas y Perón», *Biblioteca*, I, nº 1.
- Agustín del RÍO CISNEROS e Enrique CONDE GARGOLLO (orgs. 1945) *Obras Completas de José Antonio Primo de Rivera*, Madrid: Vicesecretaría de Educación Popular de F. E. T. y de las J. O. N. S.

- The Rise of German Fascism. Leon Trotsky. A Complete Collection of Trotsky's Writings on Germany Covering the Years 1930 through 1940*, [s. l.]: [s. ed.], 2013 [e-book].  
<https://www.scribd.com/doc/212942167/Leon-Trotsky-The-Rise-of-German-Fascism#>
- Gábor T. RITTERSPORN (2010) «Police Politique, Magistrats, Terreur. Justice et Violence Institutionnalisées en URSS», *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, nº 107.
- Bruno RIZZI. (1939) *Quo Vadis, América? (Est-ce un "New Deal"?)*, Paris: ed. do autor.
- Bruno RIZZI (1976) *L'U.R.S.S.: Collectivisme Bureaucratique (La Propriété de Classe)*, Paris: Champ Libre [1ª ed.: *La Bureaucratization du Monde*, 1ª Parte, Paris, 1939].
- Adam ROBERTS (2010) «An "Incredibly Swift Transition": Reflections on the End of the Cold War», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Moss ROBERTS (1997) «Afterword: About *Three Kingdoms*», em *Three Kingdoms. A Historical Novel*, 3 vols., Pequim e Berkeley, Los Angeles: Foreign Languages Press e University of California Press.
- Armand ROBIN (org. 1949) *Quatre Poètes Russes. V. Maïakovsky, B. Pasternak, A. Blok, S. Essénine*, Paris: Seuil.
- David ROCK (1993) «Antecedents of the Argentine Right», em Sandra McGee Deutsch e Ronald H. Dolkart (orgs.) *The Argentine Right. Its History and Intellectual Origins, 1910 to the Present*, Wilmington, Delaware: Scholarly Resources.
- Luís Nuno RODRIGUES (1995) «"A Gravidade da Hora que Passa!": A Criação da Legião Portuguesa em 1936», *Análise Social*, XXX, nº 130.
- George H. ROEDER JR. (1993) *The Censored War. American Visual Experience during World War Two*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- Ernst RÖHM (1975) *Why S.A.?*, Metairie, Louisiana: Sons of Liberty.
- Marianne ROLAND MICHEL (1997) «Entre Théorie et Pratique. Le Paysage Français au XVIII<sup>e</sup> Siècle», em *Le Paysage et la Question du Sublime*, [s. l.]: Association Rhône-Alpes des Conservateurs, Réunion des Musées Nationaux.
- Gary O. ROLLEFSON (2015) «'Ain Ghazal, Jordan», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. II: Graeme Barker e Candice Goucher (orgs.) *A World with Agriculture, 12,000 BCE – 500 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- L. T. C. ROLT (1959) «The Great Engineer Isambard Kingdom Brunel», *Horizon*, I, nº 3.
- José Luis ROMERO (1983) *El Desarrollo de las Ideas en la Sociedad Argentina del Siglo XX*, Buenos Aires: Solar.
- Alexander E. RONNETT e Faust BRADESCU (1986) «The Legionary Movement in Romania», *The Journal of Historical Review*, VII, nº 2.
- Fernando ROSAS (2001) «O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo», *Análise Social*, XXXV, nº 157.
- Fernando ROSAS, Fernando MARTINS, Luciano do AMARAL e Maria Fernanda ROLLO [s. d.] *O Estado Novo (1926-1974)*, em José Mattoso (org.) *História de Portugal*, vol. VII, [Lisboa]: Estampa.
- Roman ROSDOLSKY (1980) *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos "Sin Historia". La Questión de las Nacionalidades en la Revolución de 1848-1849 a la Luz de la "Neue Rheinische Zeitung"*, México: Pasado y Presente.
- Saul ROSE (1974) «A Independência da Indonésia», em *História do Século 20*, vol. V: 1942/1956, São Paulo: Abril.
- Mark ROSEMAN (2012) *The Wannsee Conference and the Final Solution. A Reconsideration*, Londres: The Folio Society.
- Alfred ROSENBERG (1986) *Le Mythe du XX<sup>e</sup> Siècle. Bilan des Combats Culturels et Spirituels de Notre Temps*, Paris: Avalon.

- Alfred ROSENBERG [s. d. 1] *Memoirs*.  
<http://archive.org/details/NoneRosenbergMemoirs>
- Alfred ROSENBERG [s. d. 2] *The Myth of the Twentieth Century. An Evaluation of the Spiritual-Intellectual Confrontations of Our Age*.  
<http://archive.org/details/TheMythOfThe20thCentury>
- Arthur ROSENBERG (1936) *Histoire du Bolchevisme*, Paris: Bernard Grasset.
- Joseph ROSSI (1946) «Pre-Fascist Italian Political Thought», em Joseph S. Roucek (org.) *Twentieth Century Political Thought*, Nova Iorque: Philosophical Library.
- Karl Heinz ROTH e Angelika EBBINGHAUS (2011) *El "otro" Movimiento Obrero y la Represión Capitalista en Alemania (1880-1973)*, Madrid: Traficantes de Sueños.
- Joseph S. ROUCEK (1946) «Political Geography and Geopolitics», em Joseph S. Roucek (org.) *Twentieth Century Political Thought*, Nova Iorque: Philosophical Library.
- J. ROUGERIE (1968) «Les Sections Françaises de l'Association Internationale des Travailleurs», em *La Première Internationale. L'Institution, l'Implantation, le Rayonnement*, Colloque International, 1964, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- Louis ROUGIER (1938) *Les Mystiques Économiques. Comment l'on Passe des Démocraties Libérales aux États Totalitaires*, Paris: Librairie de Médicis.
- David ROUSSET (1946) *L'Univers Concentrationnaire*, Paris: Pavois.
- Maximilien RUBEL (org. 1968) *Karl Marx. Œuvres, Économie*, vol. II, [Paris]: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade).
- Maximilien RUBEL (1991) *Crônica de Marx. Vida e Obra*, São Paulo: Ensaio.
- Bret RUBIN (2010) «The Rise and Fall of British Fascism: Sir Oswald Mosley and the British Union of Fascists», *Intersections*, XI, nº 2.
- Bertrand RUSSELL (2004) *History of Western Philosophy and its Connection with Political and Social Circumstances from the Earliest Times to the Present Day*, Londres: The Folio Society.
- Thaddeus RUSSELL (2011) *A Renegade History of the United States*, Londres: Simon & Schuster.
- Howard M. SACHAR (1976) *A History of Israel. From the Rise of Zionism to our Time*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Baldine SAINT GIRONS (1997) «Le Paysage et la Question du Sublime», em *Le Paysage et la Question du Sublime*, [s. l.]: Association Rhône-Alpes des Conservateurs, Réunion des Musées Nationaux.
- SAINT-LOUP (1987) *Les S.S. de la Toison d'Or. Flamands et Wallons au Combat, 1941-1945*, Paris: Trident.
- Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 a) *Catéchisme des Industriels*, em *Oeuvres*, vol. IV-a, Paris: Anthropos.
- Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 b) *L'Industrie ou Discussions Politiques, Morales et Philosophiques dans l'Intérêt de tous les Hommes Livrés à des Travaux Utiles et Indépendants*, tomo IV, em *Oeuvres*, vol. II-a, Paris: Anthropos.
- Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 c) *Le Parti National ou Industriel Comparé au Parti Anti-National*, em *Oeuvres*, vol. II-a, Paris: Anthropos.
- Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 d) *Du Système Industriel*, em *Oeuvres*, vols. III-a e III-c, Paris: Anthropos.
- Salvatore SALADINO (1965) «Italy», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Ernst von SALOMON (1993) *Le Questionnaire*, [Paris]: Gallimard.
- Paul A. SAMUELSON (1976) *Economics* (10ª ed.), Tóquio: McGraw-Hill Kogakusha.
- Shlomo SAND (2010) *The Invention of the Jewish People*, Londres e Nova Iorque: Verso.
- ENZO SANTARELLI (1981) *Storia del Fascismo*, 2 vols., Roma: Editori Riuniti.

- Fernando Piteira dos SANTOS (1982) «O Fascismo em Portugal: Conceito e Prática», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- J. Silva SARAIVA (1953) *O Pensamento Político de Salazar*, [Coimbra]: Coimbra Editora.
- Donald SASSOON (2012) *Mussolini and the Rise of Fascism*, Londres: Harper Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/read/234815292/Mussolini-and-the-Rise-of-Fascism-Text-Only-Edition>
- Michel SAYERS e Albert E. KAHN (1947) *La Grande Conspiration contre la Russie*, Paris: Hier et Aujourd'hui.
- Michael SCHALLER (2010) «Japan and the Cold War, 1960-1991», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- R. A. SCHERMERHORN (1946) «French Political Thought», em Joseph S. Roucek (org.) *Twentieth Century Political Thought*, Nova Iorque: Philosophical Library.
- Arthur M. SCHLESINGER JR. (1968) *La Era de Roosevelt*, 3 vols., México: Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana.
- Karl A. SCHLEUNES (1990) *The Twisted Road to Auschwitz. Nazi Policy toward German Jews, 1933-1939*, Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- Carl T. SCHMIDT (1939) *The Corporate State in Action. Italy under Fascism*, Nova Iorque e Toronto: Oxford University Press.
- David SCHOENBAUM (1979) *La Révolution Brune. Une Histoire Sociale du III<sup>e</sup> Reich (1933-1939)*, Paris: Robert Laffont.
- II ENCONTRO NACIONAL DOS DIPLOMADOS CATÓLICOS [1963] *Perspectivas Cristãs do Desenvolvimento Económico*, [s. l.]: [s. ed.].
- Mark SELDEN (2015) «East Asia in World History, 1750 – 21st Century», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte I: *Structures, Spaces, and Boundary Making*, Cambridge: Cambridge University Press.
- George SELDES (1935) *Sawdust Caesar. The Untold History of Mussolini and Fascism*, Nova Iorque e Londres: Harper & Brothers.
- George SELDES (1943) *Facts and Fascism*, Nova Iorque: In Fact.
- Paul SÉRANT (1959) *Le Romantisme Fasciste. Étude sur l'Oeuvre Politique de quelques Écrivains Français*, Paris: Fasquelle.
- Verena SEUFERT, Navin RAMANKUTTY e Jonathan A. FOLEY (2012) «Comparing the Yields of Organic and Conventional Agriculture», *Nature*, vol. 485.
- Marshall S. SHATZ (1989) *Jan Wacław Machajski. A Radical Critic of the Russian Intelligentsia and Socialism*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Stephen D. SHENFIELD (2001) *Russian Fascism. Traditions, Tendencies, Movements*, Armonk, Nova Iorque e Londres: M. E. Sharpe.
- William L. SHIRER (1995) *The Rise and Fall of the Third Reich. A History of Nazi Germany*, 2 vols., Londres: The Folio Society.
- William L. SHIRER (2011) *Berlin Diary. The Journal of a Foreign Correspondent, 1934-1941*, Nova Iorque: Rosetta Books [e-book].  
<https://www.scribd.com/read/150475677/Berlin-Diary-The-Journal-of-a-Foreign-Correspondent-1934-1941>
- SHOAH RESOURCE CENTER, THE INTERNATIONAL SCHOOL FOR HOLOCAUST STUDIES [s. d.] *German Vanguard, German Jewish Followers*.  
[http://www.yadvashem.org/odot\\_pdf/Microsoft%20Word%20-%206254.pdf](http://www.yadvashem.org/odot_pdf/Microsoft%20Word%20-%206254.pdf)
- Maurice SHOCK (1974) «A Crise do Ulster», em *História do Século 20*, vol. I: 1900/1914, São Paulo: Abril.

- Anatole SHUB [s. d.] *Le Mouvement Ouvrier dans le Monde Soviétique*, Paris: Comité Syndical pour la Libération des Syndicalistes et Socialistes Emprisonnés.
- Joel Frederico da SILVEIRA (1982) «Alguns Aspectos da Política Económica do Fascismo: 1926-1933 (Da Crise de Sobreprodução ao Condicionamento Industrial)», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- Horia SIMA (1964) *El Hombre Nuevo. Elementos de Doctrina Legionaria*, Munique: Vestitorii.
- John SIMPSON (2011) *Unreliable Sources. How the 20th Century Was Reported*, Londres: Pan Macmillan.
- Peter SLOTERDIJK (1987) *Critique of Cynical Reason*, Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press.
- Michael E. SMITH (2015) «Mesoamerican State Formation in the Postclassic Period», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. V: Benjamin Z. Kedar e Merry E. Wiesner-Hanks (orgs.) *Expanding Webs of Exchange and Conflict, 500 CE – 1500 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Robert Michael SMITH (2003) *From Blackjacks to Briefcases. A History of Commercialized Strike-breaking and Unionbusting in the United States*, Athens: Ohio University Press.
- Álvaro Manuel Viegas SOARES (1942-1943) *Do Corporativismo Português como Realidade Sócio-Económica e como Teoria Económica*, Lisboa: [policop.].
- Wolfgang SOFSKY (1997) *The Order of Terror: The Concentration Camp*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232946600/The-Order-of-Terror-The-Concentration-Camp>
- Alfred SOHN-RETHEL (1987) *The Economy and Class Structure of German Fascism*, Londres: Free Association Books.
- Georges SOREL (1936) *Réflexions sur la Violence* (8ª ed., incluindo *Plaidoyer pour Lénine*), Paris: Marcel Rivière.
- Georges SOREL (1947) *Les Illusions du Progrès* (5ª ed.), Paris: Marcel Rivière.
- G. SOREL, E. BERTH, H. LAGARDELLE, S. PA[N]JUNZIO, V. GRIFFUELHES, P. DELESALLE e E. POUGET (1978) *Sindicalismo Revolucionario*, Madrid e Gijón: Júcar.
- Robert J. SOUCY (1966) «The Nature of Fascism in France», *Journal of Contemporary History*, 1, nº 1.
- Robert SOUCY (1970) «Romanticism and Realism in the Fascism of Drieu La Rochelle», *Journal of the History of Ideas*, XXXI, nº 1.
- Herbert Rutledge SOUTHWORTH (1967) *Antifalange. Estudio Crítico de «Falange en la Guerra de España: La Unificación y Hedilla» de Maximiano García Venero*, [s. l.]: Ruedo Ibérico.
- J. M. SPAIGHT (1944) *Bombing Vindicated*, Londres: Geoffrey Bless.
- Albert SPEER (1979) *Au Coeur du Troisième Reich*, [Paris]: Fayard (Le Livre de Poche).
- Oswald SPENGLER [1920] *Prussianism and Socialism*.  
<http://home.alphalink.com.au/~radnat/spengler/prussianism.html>
- Oswald SPENGLER (1942-1944) *La Decadencia de Occidente. Bosquejo de una Morfología de la Historia Universal*, 4 vols., Madrid: Espasa-Calpe.
- G. S. SPINETTI (org. 1938) *Mussolini. Spirito della Rivoluzione Fascista*, Milão: Ulrico Hoepli.
- J. STALINE (1937) «Rapport du Comité Central au XVI<sup>e</sup> Congrès du Parti Communiste de l'URSS», em *Trotsky et le Trotskisme, Textes et Documents*, Paris: Bureau d'Éditions (reprodução fac-simile, Paris: Norman Béthune, 1971).
- Alessandro STANZIANI (2015) «Abolitions», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present, Parte II: Shared Transformations?*, Cambridge: Cambridge University Press.

- A. K. STARINOV (2001) *Behind Fascist Lines. A Firsthand Account of Guerrilla Warfare During the Spanish Revolution*, Nova Iorque: Ballantine Books.
- Jean STAROBINSKI (1964) *L'Invention de la Liberté, 1700-1789*, Genebra: Albert Skira.
- Peter STAUDENMAIER (1995) «Fascist Ecology. The "Green Wing" of the Nazi Party and its Historical Antecedents», em Janet Biehl e Peter Staudenmaier, *Ecofascism. Lessons from the German Experience*, Edimburgo e San Francisco: AK Press.
- Peter STAUDENMAIER (2011) «Anthroposophy and Ecofascism», *New Compass*.  
<http://new-compass.net/articles/anthroposophy-and-ecofascism>
- David STEINBERG (1966) «The Philippine "Collaborators": Survival of an Oligarchy», em Josef Silverstein (org.) *Southeast Asia in World War II: Four Essays*, Southeast Asia Studies, Yale University, Detroit: Cellar.
- David Joel STEINBERG (1967) *Philippine Collaboration in World War II*, Ann Arbor: University of Michigan Press.
- I. STEINBERG (1918) *Pourquoi nous Sommes contre la Paix de Brest-Litowsk*, Genebra: Reggiani (reprodução fac-simile em *Les Socialistes-Révolutionnaires de Gauche dans la Révolution Russe. Une Lutte Méconnue*, Paris: Spartacus, 1983).
- Maxime STEINBERG (1967) «Belgique: La Crise Congolaise dans le Parti Ouvrier Belge (1907-1908)», em Georges Haupt e Madeleine Rebérioux (orgs.) *La Deuxième Internationale et l'Orient*, Paris: Cujas.
- Jean STENGERS (1965) «Belgium», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Zeev STERNHELL (1978) *La Droite Révolutionnaire, 1885-1914. Les Origines Françaises du Fascisme*, Paris: Seuil.
- Zeev STERNHELL, Mario SZNAJDER e Maia ASHERI (1994) *The Birth of Fascist Ideology. From Cultural Rebellion to Political Revolution*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- Lothrop STODDARD (1921) *The Rising Tide of Color against White World-Supremacy*, Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.
- Lothrop STODDARD (1922) *The Revolt against Civilization. The Menace of the Under Man*, Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.
- Norman STONE (2011) *The Atlantic and Its Enemies. A History of the Cold War*, Londres: Penguin.
- Richard STORRY (1957) *The Double Patriots. A Study of Japanese Nationalism*, Londres: Chatto and Windus.
- Richard STORRY (1990) *A History of Modern Japan*, Harmondsworth: Penguin.
- Otto STRASSER (1940) *Hitler and I*, Boston: Houghton Mifflin.
- Robert STRAYER (2015) «Communism and Fascism», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte I: *Structures, Spaces, and Boundary Making*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Guido STUCCO (2002) «The Legacy of a European Traditionalist. Julius Evola in Perspective», *The Occidental Quarterly*, II, nº 3.
- William STUECK (2010) «The Korean War», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. I: *Origins*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Michel STURDZA (1968) *The Suicide of Europe*, Boston e Los Angeles: Western Islands.
- Hans Jürgen SYBERBERG (1980) «Hitler Artiste de l'État ou l'Avant-Garde Méphistophélique du XX<sup>e</sup> Siècle», em *Les Réalismes, 1919-1939*, Paris: Centre Georges Pompidou.
- Wylie SYPHER (1963) *Rococo to Cubism in Art and Literature*, Nova Iorque: Vintage.
- László SZAMUELY (1974) *First Models of the Socialist Economic Systems. Principles and Theories*, Budapeste: Akadémiai Kiadó.

- Mario SZNAJDER (2002) «Nietzsche, Mussolini, and Italian Fascism», em Jacob Golomb e Robert S. Wistrich (orgs.) *Nietzsche, Godfather of Fascism? On the Uses and Abuses of a Philosophy*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947082/Nietzsche-Godfather-of-Fascism-On-the-Uses-and-Abuses-of-a-Philosophy>
- António José TELO (1982) «As Associações Patronais e o Fim da República», em *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- August THALHEIMER (1930) «On Fascism».  
<https://www.marxists.org/archive/thalheimer/works/fascism.htm>
- Clara THALMANN e Pavel THALMANN (1983) *Combats pour la Liberté. Moscou – Madrid – Paris*, Paris: Spartacus.
- Gordon THOMAS e Max MORGAN-WITTS (2014) *Voyage of the Damned. A Shocking True Story of Hope, Betrayal, and Nazi Terror*, Nova Iorque: Open Road [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/228006507/Voyage-of-the-Damned-A-Shocking-True-Story-of-Hope-Betrayal-and-Nazi-Terror>
- Hugh THOMAS (1965) *The Spanish Civil War* (ed. rev.), Harmondsworth: Penguin.
- Nilson THOMÉ (1987) «A Insurreição Xucra do Contestado», em *Contestado*, Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho e Index.
- Leonard Monteath THOMPSON, R. J. DAVIES e The EDITORS (1971) «South Africa, Republic of - History», em *Encyclopædia Britannica*, vol. 20.
- Christopher THORPE [s. d. 1] *The History of Corneliu Z. Codreanu & the Legionary Movement*.  
<http://archive.org/details/TheHistoryOfCorneliuZ.CodreanuTheLegionaryMovement>
- Christopher THORPE [s. d. 2] *The Legionary Doctrine*.  
<http://archive.org/details/TheLegionaryDoctrine>
- Christopher THORPE [s. d. 3] *The Romanian Legionary Movement between Truth and Deception*.  
<http://archive.org/details/TheRomanianLegionaryMovementBetweenTruthDeception>
- F. TICHELMAN (1967) «Pays-Bas: La Social-Démocratie Hollandaise et l'Indonésie, 1897-1907», em Georges Haupt e Madeleine Rebérioux (orgs.) *La Deuxième Internationale et l'Orient*, Paris: Cujas.
- Xavier TILLIETTE (2004) «Schelling», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo II, vol. II: *Le Siècle des Lumières. La Révolution Kantienne*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Valdimir TISMANEANU (1998) *Fantasies of Salvation. Democracy, Nationalism, and Myth in Post-Communist Europe*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- Alexis de TOCQUEVILLE (1968) *De la Démocratie en Amérique*, [Paris]: Gallimard.
- Palmiro TOGLIATTI (1971) «Huit Leçons», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, XI, n° 68.
- Giorgio TONELLI (2004) «La Philosophie Allemande de Leibniz à Kant», em Yvon Belaval (org.) *Histoire de la Philosophie*, tomo II, vol. II: *Le Siècle des Lumières. La Révolution Kantienne*, [Paris]: Gallimard (Folio).
- Adam TOOZE (2006) *The Wages of Destruction. The Making and Breaking of the Nazi Economy*, Londres: Allen Lane.
- Douglas TOTTLE (1987) *Fraud, Famine and Fascism. The Ukrainian Genocide Myth from Hitler to Harvard*, Toronto: Progress Books.
- J.-R. TOURNOUX (1967) *La Tragédie du Général*, [Paris]: Plon.
- Maurício TRAGTENBERG (2005) *Administração, Poder e Ideologia*, São Paulo: UNESP.
- H.-R. TREVOR-ROPER (1947) *Les Derniers Jours de Hitler*, Paris: Calman-Lévy.
- Léon TROTSKY (1923) *La Nouvelle Politique Économique des Soviets et la Révolution Mondiale*, Paris: Librairie de «L'Humanité».
- Léon TROTSKY (1963 a) *La Révolution Permanente*, em *De la Révolution*, [Paris]: Minuit.



- L. TROTSKY (1963 b) *Terrorisme et Communisme (L'Anti-Kautsky)*, Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- Léon TROTSKY (1969 a) *Bilan et Perspectives, em 1905, suivi de Bilan et Perspectives*, Paris: Minuit.
- Léon TROTSKY (1969 b) *L'Internationale Communiste après Lénine, ou Le Grand Organisateur des Défaites*, 2 vols., Paris: Presses Universitaires de France.
- Léon TROTSKY (1969 c) *1905, em 1905, suivi de Bilan et Perspectives*, Paris: Minuit.
- Léon TROTSKY (1969 d) «Nos Différends. 1905, la Réaction et les Perspectives de la Révolution», em *1905, suivi de Bilan et Perspectives*, Paris: Minuit.
- Léon TROTSKY (1970) *Ma Vie*, Paris: Gallimard (Le Livre de Poche).
- TRUONG BUU Lam (1973) «Japan and the Disruption of the Vietnamese Nationalist Movement», em Walter F. Vella (org.) *Aspects of Vietnamese History*, Honolulu: University Press of Hawaii.
- Richard TUCKER (2015) «Rubber», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte II: *Shared Transformations?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Henry Ashby TURNER JR. (1985) *German Big Business and the Rise of Hitler*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- Ian TYRRELL (2015) «The United States in World History since the 1750s», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte I: *Structures, Spaces, and Boundary Making*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Walter ULBRICHT (1957) «Sur la Nature du Fascisme Hitlérien», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, n° 1.
- Berta ULLOA (1981) «La Lucha Armada (1911-1920)», em *Historia General de México*, 2 vols., México: El Colegio de México.
- Miguel de UNAMUNO (1966) *Del Sentimiento Tragico de la Vida en los Hombres y en los Pueblos*, Madrid: Plenitud.
- Miguel de UNAMUNO (1996) *Do Sentimento Trágico da Vida nos Homens e nos Povos*, São Paulo: Martins Fontes.
- UNIVERSITY OF CALIFORNIA MUSEUM OF PALEONTOLOGY [s. d.] *Ernst Haeckel (1834-1919)*.  
<http://www.ucmp.berkeley.edu/history/haeckel.html>
- Paul VALÉRY (1945) *Regards sur le Monde Actuel et autres Essais*, Paris: Gallimard [e-book].  
[http://classiques.uqac.ca/classiques/Valery\\_paul/regards\\_monde\\_actuel\\_autres\\_essais/valery\\_regards\\_monde\\_actuel.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Valery_paul/regards_monde_actuel_autres_essais/valery_regards_monde_actuel.pdf)
- Jean-Claude VALLA (2000) *La Cagoule, 1936-1937*, Paris: Librairie Nationale.
- Jan VALTIN (1948) *Sans Patrie ni Frontières (Out of the Night)*, Paris: Dominique Wapler.
- José Maria VALVERDE (1957) *História da Literatura Espanhola*, Lisboa: Cor.
- Peter VAN DER VEER (2015) «Religion after 1750», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. VII: J. R. McNeill e Kenneth Pomeranz (orgs.) *Production, Destruction, and Connection, 1750 – Present*, Parte II: *Shared Transformations?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Pierre VAN PAASSEN (1941) *Estes Dias Tumultuosos*, Porto Alegre: Globo.
- George VASSILTCHIKOV (org. 1991) *The Berlin Diaries 1940-1945 of Marie "Missie" Vassiltchikov*, Londres: The Folio Society.
- A VELHA TOUPEIRA (1973) «Introdução», em Alexandra Kollontai, *A Oposição Operária, 1920/21*, Porto: Afrontamento.
- Luís VIANA (2001) *A Mocidade Portuguesa e o Liceu. Lá Vamos C[a]ntando... (1936-1974)*, Lisboa: Educa.

- Guy VINATREL (1949) *L'U.R.S.S. Concentrationnaire. L'Esclavage en Russie Soviétique*, Paris: Spartacus.
- Jean-Marie VINCENT (1976) «Sur la Montée et la Victoire du Nazisme», em *Éléments pour une Analyse du Fascisme. Séminaire de Maria-A. Macciocchi, Paris VIII - Vincennes, 1974-1975*, 2 vols., Paris: Union Générale d'Éditions (10/18).
- VOLINE (1972) *La Révolution Inconnue*, vol. II: *Du Pouvoir Bolcheviste à Cronstadt*, vol. III: *La Fin de Cronstadt et l'Insurrection Paysanne en Ukraine*, Paris: Pierre Belfond.
- E. O. VOLKMANN (1933) *La Révolution Allemande. 9 Novembre 1918 - 17 Mars 1920*, Paris: Plon.
- Dmitri VOLKOGONOV (1995) *Lenin. Life and Legacy*, Londres: HarperCollins.
- Gioacchino VOLPE (1931) «The Italian Royal Academy», em Tomaso Sillani (org.) *What is Fascism and Why?*, Nova Iorque: Macmillan.
- Gioacchino VOLPE (1941) *História do Movimento Fascista*, Roma: Novissima (ano XIX).
- Michel VOVILLE (org. 1963) *Marat. Textes Choisis*, Paris: Éditions Sociales.
- Lorna WADDINGTON (2007) *Hitler's Crusade. Bolshevism and the Myth of the International Jewish Conspiracy*, Londres e Nova Iorque: Tauris Academic Studies.
- Nicole M. WAGUESPACK (2015) «The Pleistocene Colonization and Occupation of the Americas», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. I: David Christian (org.) *Introducing World History, to 10,000 BCE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Carlos H. WAISMAN (1987) *Reversal of Development in Argentina. Postwar Counterrevolutionary Policies and their Structural Consequences*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- Richard J. WALTER (1993) «The Right and the Peronists, 1943-1955», em Sandra McGee Deutsch e Ronald H. Dolkart (orgs.) *The Argentine Right. Its History and Intellectual Origins, 1910 to the Present*, Wilmington, Delaware: Scholarly Resources.
- Peter WATSON (2011) *The German Genius. Europe's Third Renaissance, the Second Scientific Revolution, and the Twentieth Century*, Londres: Simon & Schuster.
- D. Cameron WATT (1995) «Introduction», em Adolf Hitler, *Mein Kampf*, Londres: Pimlico.
- Eugen WEBER (1964) *Varieties of Fascism. Doctrines of Revolution in the Twentieth Century*, Princeton, Nova Jersey: D. van Nostrand.
- Eugen WEBER (1965 a) «France», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Eugen WEBER (1965 b) «The Right. An Introduction», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Eugen WEBER (1965 c) «Romania», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Eugen WEBER (1967) «Gli Uomini dell'Arcangelo», *Dialoghi del XX*, nº 1.
- Hermann WEBER (1972) «Postface», em Ossip K. Flechtheim, *Le Parti Communiste Allemand (K. P. D.) sous la République de Weimar*, Paris: François Maspero.
- Hermann WEBER (1979) *La Trasformazione del Comunismo Tedesco. La Stalinizzazione della KPD nella Repubblica di Weimar*, Milão: Feltrinelli.
- Simone WEIL (1950) *L'Enracinement. Prélude à une Déclaration des Devoirs envers l'Être Humain*, [Paris]: Gallimard.
- Sheila Faith WEISS (2010) *The Nazi Symbiosis. Human Genetics and Politics in the Third Reich*, Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- George Lavan WEISSMAN (org. 1970) *Leon Trotsky. Fascism. What it Is, How to Fight it. A Revised Compilation*, Nova Iorque: Pathfinder.
- David WELCH (2002) *The Third Reich. Politics and Propaganda*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- James B. WHISKER (1983) «Italian Fascism: An Interpretation», *The Journal of Historical Review*, IV, nº 1.

- James B. WHISKER (1990) *The Philosophy of Alfred Rosenberg. Origins of the National Socialist Myth*, Costa Mesa, Ca: Noontide.
- Andrew WHITESIDE (1965) «Austria», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.) *The European Right. A Historical Profile*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Who's Who in the Arab World, 1967-1968*, Beirute: Publitec.
- Simon WIESENTHAL (1989) *Justice Not Vengeance*, Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Marcus WILLENSKY (2005) «Japanese Fascism Revisited», *Stanford Journal of East Asian Affairs*, V, nº 1.
- John WILLIAMS (1974) «Os Motins do Exército Francês», em *História do Século 20*, vol. II: 1914/1919, São Paulo: Abril.
- George M. WILSON (1969) *Radical Nationalist in Japan: Kita Ikki, 1883-1937*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- WMIL WILDLIFE MANAGEMENT INTERNATIONAL [s. d.] *Services, Invasive Species Eradication, Control & Auditing*.  
[http://www.wmil.co.nz/wmil\\_servicespages.html#invasivespecies](http://www.wmil.co.nz/wmil_servicespages.html#invasivespecies)
- Dieter WOLF (1969) *Doriot. Du Communisme à la Collaboration*, Paris: Fayard.
- Bertrand D. WOLFE (1972) «A Guerra Civil em Espanha», em António Daniel Abreu (org.) *Andrés Nin. A Guerra Civil de Espanha*, Porto: Textos Marginais.
- Leslie WOLF-PHILLIPS (1987) «Why "Third World"? Origin, Definition and Usage», *Third World Quarterly*, IX, nº 4.
- Richard WOLIN (2004) *The Seduction of Unreason. The Intellectual Romance with Fascism from Nietzsche to Postmodernism*, Princeton, Nova Jersey e Oxford: Princeton University Press [e-book].  
<https://www.scribd.com/book/232947908/The-Seduction-of-Unreason-The-Intellectual-Romance-with-Fascism-from-Nietzsche-to-Postmodernism>
- S. J. WOOLF (1968) «Did a Fascist Economic System Exist?», em S. J. Woolf (org.) *The Nature of Fascism. Proceedings of a Conference Held by the Reading University Graduate School of Contemporary European Studies*, Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Wyndham Lewis (1882-1957)*, Madrid: Fundación Juan March, 2010.
- Mohamed Ábed YABRI (2016) *El Legado Filosófico Árabe. Alfarabi, Avicena, Avempace, Averroes, Abenjaldún. Lecturas Contemporáneas*, Madrid: Trotta.
- Xinzhong YAO (2015) «Regional Study: Confucianism and the State», em Merry E. Wiesner-Hanks (org.) *The Cambridge World History*, vol. IV: Craig Benjamin (org.) *A World with States, Empires, and Networks, 1200 BCE – 900 CE*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Joseph F. ZACEK (1971) «Czechoslovak Fascisms», em Peter F. Sugar (org.) *Native Fascism in the Successor States, 1918-1945*, Santa Barbara: American Bibliographical Center - Clio.
- Miklós ZEIDLER (2011) «Gyula Gömbös: An Outsider's Attempt at Radical Reform», em Rebecca Haynes e Martyn Rady (orgs.) *In the Shadow of Hitler. Personalities of the Right in Central and Eastern Europe*, Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.
- Alexandre ZÉVAËS (1930) *Au Temps du Boulangisme*, Paris: Gallimard.
- Alexandre ZÉVAËS (1951) *Jean Jaurès*, Paris: La Clé d'Or.
- Herbert F. ZIEGLER (1989) *Nazi Germany's New Aristocracy. The SS Leadership, 1925-1939*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- Josefina ZORAIDA VÁZQUEZ (1981) «Los Primeros Tropiezos», em *Historia General de México*, 2 vols., México: El Colegio de México.
- Vladislav M. ZUBOK (2010) «Soviet Foreign Policy from Détente to Gorbachev, 1975-1985», em Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (orgs.) *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Stefan ZWEIG (1953) *O Mundo de Ontem. Memórias de um Europeu*, [s. l.]: Civilização.

## LISTA DOS PERSONAGENS

Os personagens que fizeram parte da história da época não são referidos quando aparecem só como autores, mas são referidos autores enquanto figurantes da história da época. A ordenação dos nomes segue o uso de cada país. Os nomes começados na forma abreviada Mc consideram-se como se estivessem escritos na forma completa MAC. Os personagens designados indirectamente são incluídos como se estivessem designados pelo nome, por exemplo, Duce como Mussolini ou Führer como Hitler ou irmã de Nietzsche como Elisabeth Förster-Nietzsche.

- Diego ABAD DE SANTILLÁN: 782, 799, 817, 819, 825, 828.  
 ABD EL-KRIM EL-KHATTABI: 182.  
 Raymond ABELLIO: ver Georges SOULÈS  
 Otto ABETZ: 178, 380, 765, 1273.  
 Alexandre ABREMSKI: 1000.  
 Giacomo ACERBO: 1393.  
 Brooks ADAMS: 1069.  
 Max ADLER: 230, 713.  
 Victor ADLER: 507.  
 Theodor Wiesengrund ADORNO: 301, 302.  
 AFONSO XIII: 132, 136.  
 Louis AGASSIZ: 1385.  
 Giovanni AGNELLI: 306, 308-310.  
 Santo AGOSTINHO de Hippo: 1307.  
 Emilio AGUINALDO Y FAMY: 1292.  
 Hermann AHLWARDT: 893.  
 Luigi ALBERTINI: 408.  
 Joaquim Augusto Mouzinho de ALBUQUERQUE: 1149.  
 ALEXANDRE, o Grande: 1367.  
 Rashid ALI AL-GAYLANI: 1321.  
 Raphael ALIBERT: 376.  
 Jean ALLEMANE: 544, 557.  
 William Edward David ALLEN: 219.  
 Dante ALMANSI: 1004.  
 António José de ALMEIDA: 99.  
 Miguel ALMEREYDA: 241-242.  
 Santo AMBRÓSIO de Milão: 965.  
 João AMEAL: 421, 1145.  
 Giovanni AMENDOLA: 273.  
 Hadj AMIN EL-HUSSEINI: 935, 1029, 1043, 1319.  
 Fra ANGELICO: 850.  
 Giovanni ANSALDO: 349.  
 Ion ANTONESCU: 49, 141, 146, 147, 935, 1089, 1347.  
 José ANTONIO: ver José Antonio PRIMO DE RIVERA Y SÁENZ DE HEREDIA  
 duque de AOSTA: 80.  
 Benigno Simeon AQUINO: 1290, 1295.  
 Benigno AQUINO JÚNIOR: 1295.  
 Benigno AQUINO III: 1295.  
 Corazón AQUINO: 1295.  
 José María ARAUZ DE ROBLES: 135.  
 Peter Andreyevitch ARCHINOV: 624.  
 Hannah ARENDT: 19, 274-276, 278-280, 1015, 1035, 1041, 1048, 1056, 1063, 1064, 1117.  
 ARISTÓTELES: 858, 1379.  
 Ernst Moritz ARNDT: 833, 838, 839, 843, 1384.  
 Achim von ARNIM: 835.  
 Raymond ARON: 276, 340, 1206, 1246.  
 Francisco ASCASO ABADÍA: 799, 802.  
 Carlos ASENSIO CABANILLAS: 811.  
 Herbert Henry ASQUITH: 610.  
 Hafez al-ASSAD: 1320.  
 Marc AUGIER: 276, 911, 932, 943, 1215, 1403.  
 AUNG San: 1301-1305, 1307.  
 Max AUSCHNITT: 998.  
 AVERROES: ver ibn RUSHD  
 AVICENA: ver ibn SĪNĀ  
 Pavel Borisovitch AXELROD: 535.  
 Marcel AYMÉ: 1271, 1272.  
 Agustín AZNAR GERNER: 135, 136, 801.  
 José María AZNAR LÓPEZ: 260.  
 AZORÍN (José Martínez Ruiz): 798.  
 BA Maw: 1070, 1286, 1300-1307, 1314, 1315.  
 Franz Xaver von BAADER: 64.  
 Isaak Emmanuilovitch BABEL: 19.  
 Gracchus BABEUF: 527.  
 Karl BACHEM: 124.  
 Herbert BACKE: 453, 908, 909, 929, 930.  
 Francis BACON: 1380.  
 Pietro BADOGGIO: 91, 93.  
 Mikhail Alexandrovitch BAKUNIN: 514, 516, 520, 531, 582.  
 Italo BALBO: 72, 79, 85, 727-729, 1004, 1009.  
 Stanley BALDWIN: 219, 261, 264.  
 Francesco BALILLA PRATELLA: 1122.  
 Peder BALKE: 1182.  
 Giacomo BALLA: 1132.  
 Honoré de BALZAC: 49, 64, 65, 253, 609, 853, 854, 1170, 1173, 1182, 1194.  
 Stepan Andriyovytch BANDERA: 924.  
 BAO DAI: 1297-1299.  
 Jules BARBEY D'AUREVILLE: 1144.  
 Maurice BARDÈCHE: 44, 181, 216, 254, 342, 393, 885, 1054, 1072, 1095, 1097, 1108, 1242-1243, 1257, 1325, 1338, 1366, 1371.  
 László BARDOSSY: 1053, 1054.  
 René BARJAVEL: 1271.  
 Aleksandr Petrovitch BARKACHOV: 1359.  
 Jacques BARNAUD: 376.  
 Maurice BARRÈS: 549.  
 José Leitão de BARROS: 1148.  
 Georges BARTHÉLÉMY: 171.  
 Lelio BASSO: 273.  
 Charles BAUDELAIRE: 1194.  
 Paul BAUDOUIN: 376.  
 Bruno BAUER: 855.  
 Max BAUER: 682, 712, 717.  
 Otto BAUER: 25, 149, 292, 343-344, 678-679, 997-998.  
 Alberto BAYO Y GIROUD: 791.  
 Saint-Amand BAZARD: 527.  
 August BEBEL: 518, 523, 675-676.  
 Helene BECHSTEIN: 311.  
 Walter BECHT: 448.  
 William BECKFORD: 1186.  
 Ludwig van BEETHOVEN: 1165.  
 Menachem BEGIN: 1063.  
 Alfred BEIT: 735-736.

- René BELIN: 178, 375-377, 382.  
Hilaire BELLOC: 219-220.  
Giuseppe BELLUZZO: 399, 1030.  
Julien BENDA: 331.  
David BEN-GURION: 1033, 1037, 1060.  
Walter BENJAMIN: 256, 1116.  
Harry BENNETT: 60.  
Jacques BENOIST-MÉCHIN: 14, 265, 627, 1061.  
Henri BÉRAUD: 1271, 1273.  
Gottlob BERGER: 892, 967.  
Gaston BERGERY: 173, 181, 769, 774-778, 999.  
Henri BERGSON: 497-498.  
Lavrentiy Pavlovitch BERIA: 490, 492, 1361.  
Alexander BERKMAN: 623, 625, 634.  
Camillo BERNERI: 232, 820, 1142, 1326.  
Wilhelm BERNING: 125.  
Eduard BERNSTEIN: 542, 545.  
Édouard BERTH: 410-411, 551, 557, 559-564, 566, 570-572, 575, 576.  
Jean BERTHELOT: 376.  
Werner BEST: 385.  
István BETHLEN: 996.  
Charles BETTELHEIM: 302.  
Bruno BIAGI: 75.  
Michele BIANCHI: 23, 553.  
Jean BICHELONNE: 376, 378-381, 943.  
Pierre BIÉTRY: 410.  
François BILLOUX: 1262.  
Nathan BIRNBAUM: 1065.  
Otto von BISMARCK: 123, 170, 523, 524, 678.  
Auguste BLANQUI: 527, 539, 585, 1266.  
Karl BLESSING: 318.  
Ernst BLOCH: 995.  
Marc BLOCH: 1383.  
Aleksandr Aleksandrovitch BLOK: 243, 1359.  
Werner von BLOMBERG: 425, 721.  
Léon BLUM: 169, 171, 267, 296, 377, 544, 767, 768, 778, 1253, 1256, 1264, 1267, 1326.  
Iakov Grigorievitch BLUMKIN: 635.  
Franz BOAS: 868, 877.  
Giovanni BOCCACCIO: 1184.  
Umberto BOCCIONI: 1124-1127, 1130, 1132, 1134, 1363.  
Jakob BŒHME: 1174.  
Jean BOISSEL: 183, 184.  
Simón BOLÍVAR: 610.  
Piero BOLZON: 1002.  
David BOMBERG: 220, 222.  
visconde de BONALD: 330.  
Georges BONNET: 266, 268.  
Ivanoe BONOMI: 85-86, 88, 259.  
Amadeo BORDIGA: 35, 292, 293, 584.  
Senatore BORLETTI: 310.  
Martin BORMANN: 123, 427, 430, 871, 927, 931, 935, 1158.  
Max BORN: 297.  
Stephan BORN: 509.  
Ernst von BORSIG: 312, 316.  
Guido BORTOLOTTI: 14, 84.  
Robert BOSCH: 315, 319, 321.  
Subhas Chandra BOSE: 1106, 1309-1318.  
Zoltán BÖSZÖRMÉNY: 61.  
Louis BOTHA: 738.  
Giuseppe BOTTAI: 22, 75, 76, 85, 87, 89, 256, 390-392, 394, 399-401, 407, 475, 1009-1010, 1013, 1114, 1115, 1136, 1140.  
François BOUCHER: 1195.  
Henri de BOULAINVILLIERS: 852.  
Georges BOULANGER: 68-69, 217.  
Étienne-Louis BOULLÉE: 1200-1201.  
Habib BOURGUIBA: 1323-1324.  
Yves BOUTHILLIER: 376, 377.  
Emmanuel BOVE: 1254.  
Anton Giulio BRAGAGLIA: 1132.  
Joel BRAND: 1090.  
Heinrich BRANDLER: 471, 682, 683, 686, 687, 690-692, 772, 773.  
Rudolf BRANDT: 445.  
Carlos Teixeira BRANQUINHO: 1023.  
Robert BRASILLACH: 138, 1116, 1118, 1208, 1266, 1272, 1273.  
Boris Lvovitch BRASOL: 881.  
Walther von BRAUCHITSCH: 456.  
Otto BRÄUTIGAM: 440, 924.  
Clemens BRENTANO: 835.  
Aristide BRIAND: 22.  
Carl BRIGHAM: 868.  
Fernand de BRINON: 185, 187, 974, 1268.  
Lancelot «Capability» BROWN: 1179.  
Hugo BRUCKMAN: 312.  
Isambard Kingdom BRUNEL: 1192-1193.  
Heinrich BRÜNING: 290, 316-317, 375, 709, 710.  
Emilio BRUZZONE: 306.  
Sophie BRZESKA: 221.  
Martin BUBER: 1065.  
Margarete BUBER-NEUMANN: 487, 991.  
Andrei Sergueievitch BUBNOV: 250.  
Marcel BUCARD: 182, 184, 999.  
Nikolai Ivanovitch BUKHARIN: 470, 483-484, 619, 621, 628, 634, 637, 652, 659-664, 693.  
Luis BUÑUEL: 361.  
Edmund BURKE: 1169-1172, 1187, 1190, 1193-1195.  
James BURNHAM: 470.  
Herman BURTE: 1155.  
Luigi CADORNA: 78, 239.  
Julius CÆSAR: 68.  
Marcello CAETANO: 102, 113, 1345.  
Alessandro CAGLIOSTRO: 342, 1191.  
Joseph CAILLAUX: 241, 565.  
Gaius Caesar CALIGULA: 860.  
Armand CĂLINESCU: 110, 144-145.  
José CALVO SOTELO: 324-325, 560.  
Manuel de Brito CAMACHO: 99.  
William John CAMERON: 881.  
Clarence Gordon CAMPBELL: 1085.  
El CAMPESINO (Valentín González): 487, 815.  
Ezequiel de CAMPOS: 365, 366.  
Wilhelm CANARIS: 1259.  
Elias CANETTI: 35.  
Michelangelo da CARAVAGGIO: 1191, 1192.  
Mario CARLI: 1136, 1137.  
Stokely CARMICHAEL: 1336.  
Óscar de Fragoso CARMONA: 103-105, 1149.  
CAROL II: 49, 110, 141-146, 1347.  
Leone CARPI: 1031.  
Carlo CARRÀ: 1126, 1127, 1129, 1134.  
Venustiano CARRANZA: 1108.  
Segismundo CASADO LÓPEZ: 789, 822-824, 1021.  
Roger CASEMENT: 611.  
Ernst CASSIRER: 259.  
Camilo CASTELO BRANCO: 1117.  
Fernanda de CASTRO: 1147.  
Fidel CASTRO: 792.  
CATARINA II: 1180.  
Camillo Benso di CAVOUR: 1033.  
Louis-Ferdinand CELINE: 18, 169, 187, 337, 376, 381, 777, 885, 917-918, 953, 961, 1012, 1217, 1240, 1266-1270, 1391.

- Manuel Gonçalves CEREJEIRA: 102-104, 106, 1149.
- Miguel de CERVANTES SAAVEDRA: 1226.
- Houston Stewart CHAMBERLAIN: 121, 420, 837, 839, 844, 867, 876, 879, 887-889, 901-903, 910, 944, 951-954, 956, 957, 963-966, 975, 986, 1065, 1152, 1219, 1220, 1239.
- Joseph CHAMBERLAIN: 217, 226.
- Neville CHAMBERLAIN: 263-264, 268.
- Jacques Alexandre César CHARLES: 1170.
- Alphonse de CHÂTEAUBRIANT: 1271.
- Arthur Kenneth CHESTERTON: 220.
- Cecil CHESTERTON: 219-220.
- Gilbert Keith CHESTERTON: 219-220.
- Frédéric CHOPIN: 1165.
- Clementine CHURCHILL: 261.
- Winston CHURCHILL: 134, 153, 261, 262, 458, 1079, 1096, 1098, 1100, 1156.
- Edda CIANO: 1005.
- Galeazzo CIANO: 147, 931, 1016, 1105.
- Anton CILIGA: 468-470.
- Carl von CLAUSEWITZ: 921, 922, 991, 1349.
- Ludwig Ferdinand CLAUSS: 893, 1014.
- Georges CLEMENCEAU: 241, 546, 630, 1349.
- Pierre CLÉMENTI: 183-185.
- CLEÓPATRA: 1208.
- Jean COCTEAU: 1266.
- Victorio CODOVILLA: 188.
- Corneliu Zelea CODREANU: 48-49, 55, 141-147, 210, 282, 338, 998, 1118, 1205, 1221-1223, 1347.
- Henrique Trindade COELHO: 110.
- Luís Pinto COELHO: 112.
- Tullio COLUCCI: 586.
- Lucien COMBELLE: 1263.
- Émile COMBES: 557.
- Lluís COMPANYS I JOVER: 732, 733, 788.
- Auguste COMTE: 330, 1174.
- James CONNOLLY: 612-613.
- Joseph CONRAD: 610, 793, 1111.
- Ettore CONTI: 309.
- Bruno CORRA: ver Bruno CORRADINI
- Bruno CORRADINI: 1129, 1132, 1133.
- Enrico CORRADINI: 13, 283, 352, 411, 547-553, 555, 566, 581, 586, 614, 677, 680, 833, 1001, 1003, 1033, 1117, 1118, 1129, 1134, 1135, 1204, 1339-1341.
- José Dias Araújo CORREIA: 363, 366, 372.
- Filippo CORRIDONI: 72, 553.
- Alfred CORTOT: 1273.
- COSIMO DE' MEDICI: 850.
- Carlo COSTAMAGNA: 897.
- Pierre COSTANTINI: 183, 184.
- Henry COSTON: 379.
- René COTY: 1324.
- Pierre-Antoine COUSTEAU: 1116, 1166, 1207-1208, 1271, 1272.
- James CRAIG: 611.
- Frederick CRAWFORD: 610.
- Silvio CRESPI: 309.
- Francesco CRISPI: 84.
- Benedetto CROCE: 83, 87-89, 259, 339, 567, 997.
- Oliver CROMWELL: 68, 75.
- José Maria Braga da CRUZ: 105.
- George Nathaniel CURZON: 1069-1070.
- Édouard DALADIER: 375.
- Fyodor Ilyich DAN: 248, 250-251, 490, 614-615, 641, 673, 692.
- Gabriele D'ANNUNZIO: 81, 85, 252, 282, 308, 310, 412, 587, 723-730, 1140, 1167.
- François DARLAN: 380, 1000, 1251, 1259.
- Joseph DARNAND: 177-178, 186, 187, 911, 1247.
- Richard Walther DARRÉ: 121, 122, 424, 450, 868, 869, 885, 887, 890, 903-904, 906-909, 914, 928, 933, 945, 952, 959, 961, 1041, 1156, 1217, 1398, 1400-1404, 1413, 1416.
- Charles DARWIN: 301, 540, 845-848, 852, 855-859, 901, 1385.
- Léon DAUDET: 560.
- Charles Benedict DAVENPORT: 860, 861, 863, 866, 868, 870, 872.
- Sancho DÁVILA Y FERNÁNDEZ DE CELIS: 135, 136.
- Alceste DE AMBRIS: 411-412, 553, 725, 1142.
- Marcel DEAT: 170-171, 173-175, 178, 180, 181, 184-187, 277, 330, 372, 767-768, 774, 778, 1000, 1209, 1241, 1265, 1338.
- Emilio DE BONO: 79, 265, 1009, 1394.
- Jacques DEBÛ-BRIDEL: 22, 1258.
- Giuseppe DE FALCO: 72.
- Léon DEGRELLE: 137-141, 174, 211, 270, 272, 456, 466, 588, 755, 756, 764-766, 930, 935, 943, 981, 992, 996, 1087, 1118, 1155, 1398.
- Eugène DELACROIX: 1113, 1173.
- Humberto DELGADO: 108, 366.
- Jacques DELILLE: 1180, 1183.
- Augusto DEL NOCE: 274.
- Eugène DELONCLE: 178-181, 184, 1209, 1259, 1324, 1338.
- Josep DENCÁS I PUIGDOLLERS: 733, 734.
- Anton Ivanovitch DENIKIN: 625, 626.
- Lawrence DENNIS: 777.
- René DESCARTES: 572.
- Henri DETERDING: 262-263.
- Cesare Maria DE VECCHI: 79, 87.
- André DEWAVRIN: 1247, 1259.
- John DEWITT: 1078.
- José Nascimento Ferreira DIAS: 364, 366.
- Angel DÍAZ BAZA: 815-816.
- José DÍAZ RAMOS: 807.
- Denis DIDEROT: 1170, 1186.
- Carl DIEM: 2011.
- Eduard DIETL: 701.
- Wilhelm DILTHEY: 505.
- Georgi DIMITROV: 283-284, 286, 632, 690, 777.
- Arthur DINTER: 884.
- Oskar DIRLEWANGER: 891, 937-940.
- Engelbert DOLLFUSS: 48, 66, 102, 110, 111, 143, 150-154, 210, 290, 343, 705, 997, 1006, 1391.
- Jacques DORIOT: 53, 172, 174-176, 181-182, 184-187, 210, 282, 326-328, 372, 769-775, 778, 943, 1000, 1118, 1209, 1241, 1265.
- Fiedor Mikhailovitch DOSTOIEVSKY: 337, 505, 854-855, 1201, 1270.
- Gaston DOUMERGUE: 374.
- Wickliffe Preston DRAPER: 860.
- Arthur DREWS: 421.
- Anton DREXLER: 413-414, 707, 893, 1388.
- Alfred DREYFUS: 69, 565, 1267, 1268.
- Pierre DRIEU LA ROCHELLE: 330, 336, 337, 561, 566, 777, 1161, 1206, 1257, 1263,

- 1265, 1272, 1363, 1395.  
Édouard DRUMONT: 549, 1266.  
Teófilo DUARTE: 108.  
Jacques DUCLOS: 1263.  
Aleksandr Gelyevitch DUGIN: 1359.  
Eugen DÜHRING: 539.  
Jacques-Antoine DULAURE: 1178.  
Allen DULLES: 384, 715, 716.  
Jean-Jacques DURAMEAU: 1190.  
Gustavo DURÁN MARTÍNEZ: 794.  
Pío DURÁN: 1292.  
Buenaventura DURRUTI DUMANGE: 781, 783, 799, 802, 820.  
Pedro DURRUTI DUMANGE: 802.  
Rodrigo Roa DUTERTE: 1295.  
Rajani Palme DUTT: 27, 230, 703.  
Pavel Efimovitch DYBENKO: 250.  
Felix Edmundovitch DZERZHINSKY: 485.  
Dietrich ECKART: 311, 421, 707, 1388.  
Mestre ECKHART: 121, 122, 884.  
Anthony EDEN: 1083, 1326.  
EDUARDO VIII, duque de Windsor: 219, 918.  
Ilya EHRENBURG: 776.  
Hermann EHRHARDT: 115, 887.  
Adolf EICHMANN: 971, 976, 1042-1043, 1053, 1055, 1064, 1090.  
Albert EINSTEIN: 297, 958, 959, 1063, 1374.  
Dwight EISENHOWER: 120, 1350.  
Kurt EISNER: 1388.  
Nahum Isaakovitch EITINGON: 793.  
Mircea ELIADE: 143, 1221.  
Tage Ulrich Holten ELLINGER: 1086.  
Paul ELTZBACHER: 676.  
Friedrich ENGELS: 15, 69, 505, 507-509, 511-525, 527, 529-532, 535, 537-540, 542, 545, 547, 554, 586-587, 640, 675, 844, 855, 1068, 1340.  
Jacob EPSTEIN: 220, 222.  
José Luis ESCARIO: 135.  
Carlo ESTERLE: 306.  
Julius EVOLA: 45, 143, 144, 163, 277, 341, 466, 913, 1011, 1013-1015, 1103, 1204, 1359, 1363, 1365.  
Pietro FABRIS: 1188.  
Manuel FAL CONDE: 135, 137.  
Roberto FARINACCI: 72, 77-78, 809, 1001, 1013, 1017-1018, 1114, 1204.  
Edelmiro Julián FARRELL: 194.  
FARUQ: 1320, 1321.  
Élie FAURE: 18.  
Paul FAURE: 171, 471.  
Arthème FAYARD: 999.  
Gottfried FEDER: 313, 359, 410, 412-414, 416-418, 951, 1388.  
Luigi FEDERZONI: 77, 1009.  
Hermann FEGELEIN: 984.  
António Júlio Castro FERNANDES: 108.  
Raimundo FERNÁNDEZ CUESTA: 805, 814-815.  
Artur Ivens FERRAZ: 103, 104.  
António FERRO: 1143, 1144, 1147, 1150, 1241.  
David FEUCHTWANG: 997.  
Johann Gottlieb FICHTE: 87, 495, 835-838, 843, 1231, 1234.  
Mário de FIGUEIREDO: 102.  
José Miguel FIGUEROLA Y TREOLS: 190, 196, 204.  
FILIPE, príncipe do Hesse: 312.  
Jean FILLIOL: 181, 1338.  
Ludwig FINCKH: 252.  
Aldo FINZI: 1004.  
Eugen FISCHER: 871, 890, 917.  
Ruth FISCHER: 687-689, 691-692.  
Gustave FLAUBERT: 852.  
Friedrich FLICK: 316.  
Robert FLUDD: 957.  
Joaquim Diniz da FONSECA: 105-106.  
Theodor FONTANE: 915.  
Jean FONTENOY: 1208-1209.  
Henry FORD: 59, 262-263, 417-418, 867, 881-883, 895, 950, 951, 961, 980, 1390-1393.  
Elisabeth FÖRSTER-NIETZSCHE: 122, 420.  
Anatole FRANCE: 172.  
São FRANCISCO de Assis: 965.  
Francisco FRANCO BAHAMONDE: 49, 132-137, 179, 204, 231, 267, 269, 733, 785-790, 794, 795, 802, 804, 808, 810, 811, 814, 815, 817, 820, 823-827, 1019-1021, 1097, 1236, 1272, 1289, 1326.  
Hans FRANK: 425-427, 431-432, 894, 899, 900, 925-926, 933, 1115, 1165, 1388.  
FREDERICO II, o Grande: 458.  
Vicente de FREITAS: 103, 104.  
Manuel FRESCO: 207.  
Sigmund FREUD: 954-955, 997, 1015.  
Wilhelm FRICK: 313, 1091.  
Grete FRIMAN: 297.  
Efraim FRISCH: 949.  
Theodor FRITSCH: 410, 412, 421, 539, 882, 884, 954, 1388.  
Werner von FRITSCH: 118, 425.  
Hans FRITZSCHE: 1216.  
Silvio FRONZIZI: 194.  
Carlos FUENTES: 1106.  
Walther FUNK: 313, 317-318, 320, 384, 407, 463, 596.  
Wilhelm FURTWÄNGLER: 1158.  
Johann Heinrich FÜSSLER: 1195.  
John Kenneth GALBRAITH: 473.  
Clemens August von GALEN: 990, 1081.  
GALILEO GALILEI: 572, 957.  
Gregorio GALLEGO GARCÍA: 827.  
Jean GALTIER-BOISSIÈRE: 236-237, 469, 974, 1271.  
Francis GALTON: 539-540, 852, 855-857, 860, 867, 868, 890, 901.  
Manuel GÁLVEZ: 206.  
Maurice GAMELIN: 264.  
Pedro GAMERO DEL CASTILLO: 135.  
Mohandas Karamchand GANDHI: 1309-1312.  
Asclepia GANDOLFO: 79.  
Joseph Michael GANDY: 1188-1189.  
Rafael GARCERÁN SÁNCHEZ: 135, 136, 814.  
Federico GARCÍA LORCA: 784.  
Juan GARCÍA OLIVER: 732-734, 780, 783-787, 792, 801, 802, 811, 817, 818.  
Alfonso GARCÍA VALDECASAS: 135, 323.  
Maximiano GARCÍA VENERO: 800, 802, 803, 806, 809.  
Miguel GARCÍA VIVANCOS: 819.  
Giuseppe GARIBALDI: 72, 585, 1033.  
Marcus Mosiah GARVEY: 917, 1080, 1327-1328, 1331-1337, 1366.  
Rudolf GATER: 435.  
Henri GAUDIER-BRZESKA: 220-222.  
Charles de GAULLE: 382, 1243-1247, 1249-1251, 1258-1260, 1263, 1264.  
Téophile GAUTIER: 859-860.  
Giovanni GENTILE: 14, 87, 88, 352, 567, 582, 676, 897, 1010, 1138-1140, 1164, 1207, 1364.  
Friedrich GENTZ: 837.  
Kurt GERRON: 1052.  
Robert GIBRAT: 376.  
André GIDE: 776.  
Curt Ludwig von GIENANTH: 443.

- William GILPIN: 1179, 1183, 1189.
- José María GIL ROBLES: 132, 137.
- Ernesto GIMÉNEZ CABALLERO: 796-798, 803, 1019-1020, 1118.
- Giovanni GIOLITTI: 32, 84-87, 308, 309, 549, 726, 728, 1137.
- Jean GIONO: 1265-1266.
- marqués de GIRARDIN: 1181, 1187.
- Henri GIRAUD: 327, 1253, 1259, 1263-1264.
- José Antonio GIRÓN DE VELASCO: 826.
- Joseph Arthur de GOBINEAU: 853, 888, 890, 902, 1266.
- Josef GOEBBELS: 54, 92, 193, 320, 415, 427, 438, 440, 444, 458, 588, 589, 595, 597, 598, 681, 689, 711, 892, 894, 916, 922, 923, 925, 940, 946, 948, 950, 953, 964, 981, 983, 984, 987, 1041, 1157, 1158, 1165, 1216.
- Karl Friedrich GOERDELER: 119, 407.
- Johann Wolfgang von GOETHE: 944, 957, 959.
- Urbain GOHIER: 560, 1266.
- Nahum GOLDMANN: 1061.
- Rüdiger von der GOLTZ: 932.
- Gyula GOMBÓS: 61, 996.
- António Sousa GOMES: 367.
- Pedro GONZÁLEZ BUENO: 135.
- Boris Isaakovitch GOREV: 486.
- Hermann GÖRING: 119, 312, 313, 318-320, 385, 404, 407, 425-428, 460-461, 463, 517, 589, 711, 899, 908, 929, 931, 933, 934, 937, 938, 943, 964, 997, 1038, 1105, 1158, 1219, 1400.
- Julián GORKIN: 803.
- Joseph von GÖRRES: 834, 838, 1145.
- Francisco de GOYA Y LUCIENTES: 1171-1172, 1175-1176, 1202-1203.
- Otger GRÄFF: 914.
- Antonio GRAMSCI: 35, 310, 723, 725, 728-731, 1206.
- Dino GRANDI: 72, 91, 262, 727-729.
- Madison GRANT: 862, 866, 868-869, 961, 1399.
- Ulysses GRANT: 1330.
- Rodolfo GRAZIANI: 93.
- Graham GREENE: 1180.
- Victor GRIFFUELHES: 572.
- Jacob GRIMM: 835.
- Wilhelm GRIMM: 835.
- Wilhelm GROENER: 709, 710, 712.
- René GROOS: 999.
- Vasily Semyonovitch GROSSMAN: 243, 429, 447, 448, 607, 923, 933, 980, 985.
- José GRUNFELD: 188.
- Francisco Nobre GUEDES: 113.
- Jean GUÉHENNO: 776.
- Daniel GUÉRIN: 309-310, 315, 769.
- João Pedro Miller GUERRA: 367.
- Jules GUESDE: 540, 546, 562, 563.
- GUILHERME II: 610-611, 619, 888.
- François Pierre Guillaume GUIZOT: 853.
- Ludwig GUMPLOWICZ: 295-296.
- Gerhard GÜNTHER: 666.
- Hans GÜNTHER: 1041, 1268.
- Franz GÜRTNER: 899.
- Eduardo de GUZMÁN ESPINOSA: 798, 827.
- Carl von HAARTMAN: 137.
- Ernst HAECKEL: 870, 1385-1389.
- Sebastian HAFFNER: 35.
- Herbert HAGEN: 1042.
- HAILE SELASSIE: 267.
- Franz HALDER: 456, 923, 926, 930, 1163.
- Daniel HALEVY: 52.
- visconde de HALIFAX: 263-264, 268.
- Dashiell HAMMETT: 57.
- Knut HAMSUN: 223.
- Ernst «Putzi» HANFSTAENGL: 312.
- Warren HARDING: 1331.
- Veit HARLAN: 969, 1216.
- Edward Henry HARRIMAN: 860.
- Arthur Travers HARRIS: 1096, 1100, 1101.
- Paul von HASSE: 720.
- Mohammad HATTA: 1282-1285.
- Theodor HAUBACH: 756.
- Jakob Wilhelm HAUER: 1220.
- Karl HAUSHOFER: 918, 1067.
- William Randolph HEARST: 262-263.
- Paul HECHLER: 386.
- Manuel HEDILLA LARREY: 135-137, 807-811, 814, 815, 824.
- Georg Wilhelm Friedrich HEGEL: 87, 499, 503, 505, 638, 838.
- Martin HEIDEGGER: 899, 960, 1216, 1219, 1364.
- Ernst HEINKEL: 442.
- Werner HEISENBERG: 958.
- Hilda von HELLMER WULLEN: 1085.
- Ernest HEMINGWAY: 793.
- Nevile HENDERSON: 1161.
- HENRI de Orléans: 138.
- Philippe HENRIOT: 186.
- Johann Gottfried von HERDER: 329, 830-834, 838-842, 1106, 1365.
- HERGÉ (Georges Prosper Remi): 140.
- Jean HÉROLD-PAQUIS: 183.
- David HERON: 1406.
- Pedro HERRERA CAMARERO: 825, 828.
- Édouard HERRIOT: 774.
- Gustave HERVÉ: 564-565.
- Aleksandr Ivanovitch HERZEN: 854.
- Theodor HERZL: 1024, 1026, 1038, 1043, 1045, 1065.
- Rudolf HESS: 870, 906, 918, 1067, 1388, 1401, 1402.
- Reinhard HEYDRICH: 426, 442, 445, 885, 908, 925, 951, 967, 972-973, 978, 981, 1020, 1090, 1375.
- Rudolf HILFERDING: 231, 246, 475-476, 704, 761.
- Pehr HILLESTRÖM: 1191-1192.
- Heinrich HIMMLER: 119-121, 140, 318, 385, 426-430, 437, 439, 442, 443-445, 448, 449, 455, 458-459, 465, 493, 604, 701, 832, 845, 874, 885, 889, 891, 893, 894, 901, 903-909, 911-914, 925, 927, 928, 930-932, 934-939, 951, 953, 955, 962, 966, 967, 971, 972, 975, 977-979, 981, 983-988, 991, 1014, 1026, 1061, 1090, 1104, 1106, 1109, 1158, 1159, 1217, 1359, 1365, 1375-1376, 1400-1403, 1416, 1419.
- Paul von HINDENBURG: 321, 712, 1156.
- Paul von HINTZE: 717.
- Fritz HIPPLER: 894, 951.
- Adolf HITLER: 13, 39, 45, 48, 49, 55, 66, 67, 75, 91, 92, 109, 115-128, 132-134, 138, 140, 145-147, 149, 151, 154, 168-172, 181, 204, 211-212, 214-216, 219, 224, 254, 257, 259, 261-265, 268-272, 275-277, 279, 281, 282, 285, 286, 296, 297, 300, 303, 311-321, 327, 329, 337, 338,



- 356-357, 359, 372, 375, 380, 393, 396, 403, 404, 413-431, 433, 439, 440, 444, 447-458, 461, 463, 466, 467, 469, 478, 493, 521, 540, 589, 591-595, 597-600, 605-607, 674, 681, 685, 688-690, 695, 696, 699-715, 722, 757, 764, 766, 773, 778, 779, 824-825, 832, 838, 841, 842, 844, 845, 867-874, 876, 878-890, 892-901, 904-906, 909, 910, 913-937, 941-947, 949-953, 956, 959-962, 964, 967-970, 974, 975, 977-988, 990, 992-995, 997, 998, 1004-1008, 1011, 1012, 1017, 1018, 1020, 1022, 1026, 1028, 1033, 1035, 1037, 1038, 1042, 1048, 1054, 1057, 1058, 1061, 1067, 1070, 1072, 1077, 1081, 1082, 1084, 1085, 1087, 1088, 1091, 1092, 1100, 1104, 1106, 1107, 1110-1111, 1115, 1118, 1123, 1151-1153, 1155-1166, 1206, 1207, 1209, 1213-1218, 1220, 1242, 1245, 1246, 1253, 1258, 1259, 1261, 1269, 1272, 1308, 1313, 1314, 1318-1320, 1322, 1355, 1357, 1359, 1363, 1365, 1366, 1375, 1376, 1384, 1388-1390, 1398-1401.
- Andrej HLINKA: 67.  
Ho Chi Minh: 1299.  
Hugo von HOFMANNSTHAL: 1117-1118.  
Reinhard HÖHN: 898, 1372.  
Sidney HOOK: 1063.  
Herbert HOOVER: 262, 470.  
Max HORKHEIMER: 301, 302.  
Miklós HORTHY: 60-62, 168, 894, 983, 996, 1053, 1054, 1090.  
Lucien HOWE: 862, 873.  
Ernst Rudolf HUBER: 897, 899, 900.  
Victoriano HUERTA: 1107.  
Alfred HUGENBERG: 314, 316, 319, 320, 711, 906.  
Thomas Ernest HULME: 220, 222.  
Alexander von HUMBOLDT: 832.  
Wilhelm von HUMBOLDT: 832.  
Saddam HUSSEIN: 1320.  
Aldous HUXLEY: 777-778.  
Julian HUXLEY: 865.  
Henry Mayers HYNDMAN: 541-542.
- Ivan Alexandrovich ILIN: 1242.  
Ivan ILLICH: 1406-1407.  
Santo INACIO de Loyola: 885.  
Lorenzo ÍÑIGO GRANIZO: 827-828.  
Vladimir JABOTINSKY: 1025, 1027-1028, 1032-1035, 1043, 1047, 1050, 1057, 1061-1065.  
Robert Houghwout JACKSON: 1103.  
Franz JACOB: 706.  
Max JACOB: 296.  
Per JACOBSSON: 383-384, 386-387.  
Johann JACOBY: 523.  
Friedrich Ludwig JAHN: 838.  
Karl JASPERS: 19, 124, 590, 600, 1116-1117, 1120.  
Jean JAURÈS: 234, 256, 543, 546.  
Thomas JEFFERSON: 1068, 1197, 1328.  
Quirino de JESUS: 109, 365, 366.  
Alfred JODL: 928.  
Hanns JOHST: 1226-1227.  
Ernst Pascual JORDAN: 958.  
Léon JOUHAUX: 176, 377.  
Henry de JOUVENEL: 563.  
Gregorio JOVER CORTÉS: 819.  
JUAN, conde de Barcelona: 827.  
Alphonse JUIN: 252.  
Gustav JULIUS: 509.  
Camille JULLIAN: 854.  
Carl Gustav JUNG: 1220.  
Guido JUNG: 1004.  
Ernst JÜNGER: 252-254, 256, 653, 677, 746, 932, 991, 1116, 1218, 1270.  
Agustín Pedro JUSTO: 189.  
Daniel-Henry KAHNWEILER: 296.  
Ernst KALTENBRUNNER: 891, 946.  
Lev Borisovitch KAMENEV: 634.  
KAMIKAWA Hikomatsu: 1279.  
Bronislav Vladislavovitch KAMINSKY: 939-941.  
KAMO Mabuchi: 164.  
Immanuel KANT: 843, 1170, 1173.  
Wolfgang KAPP: 677-678.  
Lev Mikhailovitch KARAKHAN: 634.  
Jan KARSKI: 1083.  
Rudolf KASTNER: 1054-1055, 1062.  
Karl KAUTSKY: 234, 507, 518, 532, 554, 587, 747.  
Wilhelm KEITEL: 426, 427, 596, 915, 920, 925, 926, 930, 982, 1070.  
Mustafa KEMAL ATATÜRK: 470, 636-637.
- John Fitzgerald KENNEDY: 1350.  
William KENT: 1178-1179.  
Johannes KEPLER: 957.  
Wilhelm KEPLER: 125, 318, 957.  
René KERDYK: 240.  
Aleksandr Fiedorovitch KERENSKY: 627.  
John Maynard KEYNES: 46, 225-226, 346, 384.  
Nikita Sergeievitch KHRUSHCHEV: 481.  
Alfredo KINDELÁN DUANY: 1097.  
Otto KIRCHHEIMER: 274.  
Emil KIRDORF: 313, 316.  
Henry KISSINGER: 632.  
KITA Ikki: 155-156, 162-163, 165-167, 283, 1274-1275, 1278-1279, 1317, 1340.  
Alfred KLAHR: 704.  
Victor KLEMPERER: 118, 297-298, 329, 442, 446, 598, 599, 601, 844, 915, 917, 961, 962, 968, 972, 1026, 1037-1038, 1064, 1096, 1157, 1206, 1366, 1397.  
Peter KLÖCKNER: 687.  
Richard Payne KNIGHT: 1179.  
Vilgelm Georgievitch KNORIN: 702, 703.  
Robert KNOX: 950.  
Erich KOCH: 444, 927, 946.  
Robert KOCH: 893, 894.  
Pierre KOENIG: 1251.  
Arthur KOESTLER: 269-271, 487.  
Hendrik van KOL: 542, 543, 545, 546.  
Lev Zalmanovitch KOPELEV: 1404.  
Marie E. KOPP: 1085.  
Victor L. KOPP: 671, 717, 718.  
Alexei Nicolaevitch KOSSYGUIN: 481.  
Leonid KOTOV: ver Nahum Isaakovitch EITINGON  
Siegfried KRACAUER: 303.  
Jean-Charles KRAFFT: 1196.  
Richard KREBS: 690.  
Nikolai Nikolaievitch KRESTINSKY: 634, 720.  
Ernst KRIECK: 421, 959-960.  
Lev Natanovitch KRITSMAN: 486.  
Ferdinand KRONAWETTER: 687.  
Friedrich-Wilhelm KRÜGER: 432, 443, 444.  
Paul KRUGER: 735, 736.  
Gustav KRUPP VON BOHLEN UND HALBACH: 315, 319, 687.  
KUCHIK Khan: 635-636.  
Louis KUGELMANN: 524, 525, 529.

- Béla KUN: 62, 682, 1053.  
Sergey KURYOKHIN: 1361.  
Alexandre de LABORDE: 1179, 1195.  
Antonio LABRIOLA: 543, 647.  
Arturo LABRIOLA: 411, 543, 552, 553, 576, 583.  
Laura LAFARGUE: 535.  
Paul LAFARGUE: 540.  
Robert Marion LA FOLLETTE JR.: 59.  
Paul de LAGARDE: 420, 421, 837, 879, 893, 963.  
Hubert LAGARDELLE: 557-559, 563-564, 567, 569, 570, 572, 575.  
Hans LAMMERS: 427, 937, 978.  
Felix LANDAU: 1165.  
Fritz LANG: 359.  
Jörg LANZ VON LIEBENFELS: 540, 880, 903, 914, 954, 1359, 1388.  
Agostino LANZILLO: 255.  
Francisco LARGO CABALLERO: 62, 784, 791, 807, 812, 1326.  
Yuri LARIN: 650.  
James LARKIN: 611-613.  
François de LA ROCQUE: 169, 175, 999, 1000, 1244, 1258.  
Werner LASS: 699.  
Harold LASSWELL: 1363.  
François René de LA TOUR DU PIN: 138.  
Heinrich LAUFENBERG: 666-671, 673-674, 676, 682, 684, 686.  
Harry Hamilton LAUGHLIN: 861-862, 866, 873, 1086, 1091.  
Lucien LAURAT: 470-474.  
José LAUREL Y GARCIA: 1291, 1292, 1295.  
Salvador LAUREL: 1295.  
Pierre LAVAL: 22, 174, 177, 178, 181, 185-187, 260, 265, 374, 456, 773, 1209, 1249.  
Jean de LA VARENDE: 1271.  
Alphonse LAVERGNE: 629.  
Andrew Bonar LAW: 611.  
Francisco da Cunha LEAL: 104.  
LEÃO XIII: 65-66.  
Julius LEBER: 756.  
Morvan LEBESQUE: 1271.  
Gustave LE BON: 69, 75, 1138, 1220, 1266.  
Armando LEÇA: 1147.  
Peter LE CAVE: 1190.  
Louis LECOIN: 172, 173.  
Ramiro LEDESMA RAMOS: 106, 216, 322-324, 796-798, 804, 805, 1232.  
Claude-Nicolas LEDOUX: 1200-1201.  
Johann von LEERS: 894, 955.  
Arnold Spencer LEESE: 1007.  
Richard-Joseph-Édouard-Charles LEFEBVRE DES NOËTTES: 1383.  
Carl LEGIEN: 669.  
François LEHIDEUX: 325, 376, 378.  
Julius LEHMANN: 868.  
Gottfried Wilhelm LEIBNIZ: 495.  
Victor LE LUBEZ: 537.  
Jacques LEMAIGRE-DUBREUIL: 1253, 1259.  
Philipp LENARD: 955, 957-959, 1374.  
Vladimir Ilyitch LENIN: 46, 53-54, 75, 234, 244, 250, 469, 470, 478, 485, 525, 566, 573, 615-621, 623, 628, 631, 633, 634, 641-642, 644-645, 647-651, 653-654, 657-658, 660, 672-673, 678, 682, 718, 743, 745, 762, 1270, 1317.  
André LE NÔTRE: 1177.  
Fritz LENZ: 870, 904, 963, 967.  
Enrico LEONE: 553, 583.  
LEOPOLDO II: 543, 1109, 1330, 1331.  
LEOPOLDO III: 764-765.  
Hellmuth LEUSCH: 678.  
Wilhelm LEUSCHNER: 712.  
Abramo LEVI: 1008, 1029, 1031.  
Paul LEVI: 632, 682, 691, 745.  
Louis LEVY: 1246.  
Wyndham LEWIS: 13, 220-224, 561, 1211.  
Robert LEY: 42, 44, 127, 219, 254, 393, 592, 711, 946, 1131.  
Karl LIEBKNECHT: 584, 666.  
Wilhelm LIEBKNECHT: 519, 523-524.  
príncipe de LIGNE: 1195.  
Fernando Pires de LIMA: 108.  
Eduard LIMONOV: 15, 337, 1001, 1224, 1359, 1361-1362.  
Abraham LINCOLN: 1075, 1330.  
Frederick Alexander LINDEMANN: 1096.  
Victor Hope, marqués de LINTHGW: 1105.  
Rotha LINTORN-ORMAN: 223.  
Franz LIPPERT: 1402.  
Friedrich LIST: 1344.  
Enrique LISTER FORJÁN: 794, 815, 824.  
Franz LISZT: 888.  
David LLOYD GEORGE: 247, 263, 1350.  
Cesare LOMBROSO: 856.  
marqués de LONDONDERRY: 264.  
Breckinridge LONG: 1088.  
Huey LONG: 777.  
Francisco Craveiro LOPES: 105.  
Juan LÓPEZ SÁNCHEZ: 827-828.  
Claude LORRAIN: 1184.  
Georges LOUSTAUNAU-LACAU: 1259, 1260.  
Philippe Jacques de LOUTHERBOURG: 1190-1191.  
Franklin LUCERO: 202.  
Jean LUCHAIRE: 1271, 1273.  
Irmã LÚCIA DOS SANTOS: 103.  
Erich LUDENDORFF: 122, 163, 242, 245, 312, 646, 670, 678, 708, 711, 712, 717, 778-779, 881, 887, 1158.  
Edgard LUDLOW-HEWITT: 1095.  
Karl LUEGER: 66, 151, 356.  
LUÍS FILIPE: 1182.  
Aleksandr Hrygorevitch LUKACHENKA: 941.  
György LUKACS: 301, 332, 448, 500-505, 523-524, 575, 696, 887, 1217, 1219, 1362-1364.  
João Pinto da Costa Leite (LUMBRALES): 108.  
Rosa LUXEMBURG: 532, 537, 575, 666, 743-744, 769.  
Mohammed el-MAADI: 1324.  
Diosdado Pangan MACAPAGAL: 1295.  
Gloria MACAPAGAL-ARROYO: 1295.  
Douglas MACARTHUR: 1281, 1294.  
Niccolò MACHIAVELLI: 334, 824.  
Francesc MACIÀ I LLUSSÀ: 732.  
Halford MACKINDER: 1067.  
William MCKINLEY: 1069.  
Ramiro de MAEZTU Y WHITNEY: 220, 798, 805, 827.  
André MAGINOT: 238.  
André MAHE: 181, 1338.  
Gustav MAHLER: 420.  
Salomon MAIMON: 843.  
Ivan Mikhailovitch MAISKY: 266, 268, 628.  
Joseph de MAISTRE: 568, 832, 954, 1365.  
Ulrich de MAIZIÈRE: 1163.  
Ian Vatslav MAKHAISKY: 472, 688.  
Nestor Ivanovitch MAKHNO: 624-626.  
Curzio MALAPARTE: 75, 796, 1165.  
Errico MALATESTA: 725.  
Stéphane MALLARMÉ: 1128.  
Benoît MALON: 578, 753.  
André MALRAUX: 780, 793-794,

- 1206, 1232.  
Louis MALVY: 241.  
al-MA'MÜN: 1367.  
Henri de MAN: 140, 214, 303, 477, 522, 746-767, 1338.  
Constantin MANCIU: 1223.  
Ernest MANDEL: 663.  
Thomas MANN: 19, 1082, 1362, 1375.  
Karl MANNHEIM: 334-335, 495-500, 503, 505, 506.  
Mihail MANOILESCU: 45, 47, 73, 227, 229-230, 344-346, 389-390, 399, 409, 950, 1342-1348.  
Charles Milles MANSON: 1361.  
Erich von MANSTEIN: 982.  
Paolo MANTICA: 553.  
Jean-Paul MARAT: 28, 640.  
MARCO ANTÓNIO: 1208.  
Enrique MARCO NADAL: 827-828.  
Ferdinand MARCOS: 1295.  
Herbert MARCUSE: 274, 501, 706, 898, 945.  
MARIA ANTONIETA: 102, 1180.  
MARIANET: ver Mariano RODRÍGUEZ VÁZQUEZ  
Vasile MARIN: 55.  
Filippo Tommaso MARINETTI: 220-221, 353, 1009, 1117, 1121-1123, 1127, 1130-1132, 1134-1137, 1210-1212.  
Paul MARION: 27, 53, 586, 806, 884, 1118, 1143, 1322.  
MARIOTTE (Amadeu de Vasconcelos): 1022.  
Piero MARSICH: 727.  
Henri MARTIN: 1259.  
Diego MARTÍNEZ BARRIO: 801.  
Rogério MARTINS: 367, 372.  
Julius Ossipovitch MARTOV: 234, 614, 637, 673.  
André MARTY: 237, 1262.  
Eleanor MARX: 519.  
Karl MARX: 19, 281, 303, 330, 335, 340, 347, 421, 465, 502, 505-509, 511, 512, 514-525, 527, 529-540, 542, 545, 546, 560, 576-578, 638-640, 645, 675, 747, 749, 750, 755, 844, 855, 961, 1008, 1209, 1340, 1343.  
Otto MASCHL: ver Lucien LAURAT  
Arkadi MASLOW: 691-692, 718.  
William MASON: 1195.  
Henri MASSIS: 1143.  
Theo MATEJKO: 1248.  
Marcello MATHIAS: 1089.  
Giacomo MATTEOTTI: 77, 78, 82, 87, 88, 90, 1004, 1114, 1137, 1393.  
Franz Anton MAULBERTSCH: 1176.  
Thierry MAULNIER: 170.  
Pierre Louis Moreau de MAUPERUIS: 859.  
Joaquín MAURÍN JULIÁ: 773, 802.  
Charles MAURRAS: 97-98, 169, 170, 324, 330, 560-562, 567, 999, 1012, 1244.  
Karl MAY: 1111.  
Daniel MAYER: 1264.  
Giuseppe MAZZINI: 585, 1033.  
Philip MECHANICUS: 1048.  
Friedrich MEINECKE: 259.  
Seymour MELMAN: 1063.  
Gregor Johann MENDEL: 861.  
Moses MENDELSSOHN: 1170.  
Gerhard MENZEL: 1218.  
Cipriano MERA SANZ: 781, 782, 789, 815, 822-823, 1018.  
Caridad MERCADER: 793.  
Ramón MERCADER: 793.  
Sébastien MERCIER: 1195.  
Friedrich MERKENSCHLAGER: 875, 900.  
Alphonse MERRHEIM: 233.  
Franz MESMER: 1174, 1191.  
Christian MESSAGE: 183.  
Giovanni MESSE: 982.  
Ernst MEYER: 682.  
MICHELANGELO BUONARROTI: 1142, 1199.  
Jules MICHELET: 1186.  
Robert MICHELS: 339, 412, 553, 757, 880.  
Carlo MIERENDORFF: 756.  
MIGUEL I: 106.  
MIHAI I: 146, 147.  
Erhard MILCH: 442.  
Leopold von MILDENSTEIN: 1041-1043.  
José MILLÁN ASTRAY: 1224, 1226, 1232.  
C. Wright MILLS: 276.  
Alfred MILNER: 217-218.  
Vassili P. MILYUTIN: 650.  
Miguel MIRANDA: 196, 199.  
MIYAZAKI Masayoshi: 1275.  
Jules MOCH: 1338, 1339.  
Arthur MOELLER VAN DEN BRUCK: 677, 682, 686, 946.  
Emilio MOLA VIDAL: 790, 805, 813.  
Vyacheslav Mikhailovitch MOLOTOV: 491, 673, 791, 792, 919, 1070.  
Joos de MOMPEN: 1184.  
Pierre MONATTE: 233.  
George MONK: 68.  
Alberto de MONSARAZ: 106.  
Georges MONTANDON: 1267-1268, 1270.  
Armindo MONTEIRO: 220.  
Santiago MONTERO DIAZ: 798.  
Claudio MONTEVERDI: 1123.  
conde de MONTLOSIER: 853.  
Federica MONTSENY MAÑÉ: 818, 820.  
Emanuel MORAVEC: 42, 227, 680, 1319.  
Thomas MORE: 584.  
Jean-Marie MOREL: 1178.  
José MORENO MORENO: 136.  
Henry MORGENTHAU: 1246.  
André MORNET: 260.  
William MORRIS: 220.  
Jedidiah MORSE: 1068.  
Gaetano MOSCA: 275, 330-333, 338-339.  
Oswald MOSLEY: 219, 223-226, 265, 271, 561, 714, 777-778, 865, 995, 1006-1007, 1115, 1164, 1363, 1371.  
MOTOORI Norinaga: 164.  
Henri du MOULIN DE LABARTHÈTE: 1000.  
Francisco Pereira de MOURA: 367.  
MOUZINHO DE ALBUQUERQUE: ver Joaquim Augusto Mouzinho de ALBUQUERQUE  
Lord MOYNE: 1091.  
John MUIR: 1399.  
Adam MÜLLER: 329, 335, 497-499, 751, 837, 838, 842, 955, 1152.  
Albert MÜLLER: 1403.  
August MÜLLER: 881.  
Wilhelm MÜLLER: 959.  
Grandizo MUNIS: 782.  
Agustín MUÑOZ GRANDES: 825.  
Mário MURTEIRA: 367.  
Anton Adriaan MUSSERT: 995.  
Alessandro MUSSOLINI: 582.  
Arnaldo MUSSOLINI: 350, 399.  
Benito MUSSOLINI: 13, 14, 18, 22, 23, 27, 30-34, 36-38, 48, 49, 61, 70-97, 109, 134, 138, 140, 145, 147, 153, 154, 165, 170, 171, 179, 182, 204, 209, 213, 222, 253, 255, 256, 260-262, 264-267, 271, 273, 274, 286, 306-310, 319, 329, 338, 339, 345, 349-356, 389, 390, 394, 395, 397-399, 401-404, 406, 411, 412, 420, 450, 456, 457, 470, 474-475, 478, 550, 551, 554, 561, 562, 566-567, 571, 582-591, 712, 723-729, 731, 733, 746, 767, 796, 803,

- 809, 879-880, 897, 931, 997,  
1002-1007, 1009-1013,  
1015-1018, 1029-1031,  
1033-1035, 1062, 1064,  
1069-1070, 1076, 1088,  
1114, 1115, 1117, 1118,  
1129, 1136-1143, 1153,  
1166, 1167, 1204, 1207,  
1209, 1238, 1241, 1242,  
1307, 1308, 1311, 1319,  
1322, 1324, 1326, 1327,  
1336, 1393.
- Vittorio MUSSOLINI: 1166.  
Norman MYERS: 1409.  
Gunnar MYRDAL: 1340.  
Filippo NALDI: 306.  
NAPOLEÃO I: 69, 183, 253, 833,  
843, 917, 1115, 1141, 1159,  
1196, 1267.  
NAPOLEÃO III: 523, 524, 1115.  
Gamal abd-al-NASSER: 1320,  
1325-1326.  
Max NAUMANN: 998.  
Julio NAVARRO Y MONZÓ: 56.  
Gottfried NEESSE: 898.  
José de Almada NEGREIROS:  
1241.  
Juan NEGRÍN LÓPEZ: 787, 789,  
813, 822-824.  
Jawaharlal NEHRU: 1309, 1310,  
1313.  
Franz NEUMANN: 274-275, 1370.  
Heinz NEUMANN: 694, 696, 702.  
Konstantin von NEURATH: 265,  
425, 722, 1042.  
Isaac NEWTON: 1174.  
Ernst NIEKISCH: 254, 697-699,  
778, 879-880, 1376.  
Friedrich NIETZSCHE: 329, 331,  
420-421, 505, 548, 561, 837,  
855, 914, 915, 964, 1152,  
1169-1170, 1209, 1236,  
1364.  
Andreu NIN I PÉREZ: 309-310,  
315, 732.  
Francesco NITTI: 308, 310, 724,  
726.  
Richard Milhous NIXON: 1281.  
Viktor Pavlovitch NOGUIN: 649.  
Ernst NOLTE: 280-283.  
Max NORDAU: 1065.  
Albert NORDEN: 302, 465, 605,  
607, 1337.  
Gustav NOSKE: 627, 685.  
NOSTRADAMUS: 1247.  
NOVALIS (Georg Philipp Friedrich  
von Hardenberg): 335, 751,  
837, 842.  
U NU: 1301, 1305-1307.  
Adérito Sedas NUNES: 367-371.  
baronesa de OBERKIRCH: 1195.
- Santa ODÍLIA: 1247-1248.  
Angelo Oliviero OLIVETTI: 73,  
553, 1004.  
Gino OLIVETTI: 29, 309.  
Georges OLTRAMARE: 24, 183,  
187, 1141, 1208.  
Paolo ORANO: 553, 1001, 1008-  
1009, 1012, 1029.  
Aleksandr Mikhailovitch ORLOV:  
792-793.  
José ORTEGA Y GASSET: 232,  
797.  
Roberto Marcelino ORTIZ: 207.  
George ORWELL: 259, 553, 787,  
817-818, 919, 995, 1266,  
1308-1309, 1337.  
Carl von OSSIETZKY: 714.  
Georges OSTROVERKHOV: 488.  
John Louis O'SULLIVAN: 1068.  
Georges OUDARD: 1256.  
Duarte PACHECO: 366.  
César de PAEPE: 537.  
Paul PAINLEVÉ: 238.  
Sidónio PAIS: 99.  
PANÆTIUS de Rodas: 1379.  
Günther PANCKE: 1402.  
Gianpaolo PANNINI: 1214.  
Sergio PANUNZIO: 73, 329, 412,  
571.  
Franz von PAPEN: 290, 314, 318-  
319, 697, 709-711, 970.  
Giovanni PAPINI: 549, 586.  
PARACELSUS (Theophrastus von  
Hohenheim): 957.  
Vilfredo PARETO: 330, 332-335,  
339, 395, 550, 578, 590,  
608.  
conde de PARIS: ver HENRI de  
Orléans  
Angelo PARODI: 306.  
PARVUS (Alexandr Israel Hel-  
phand): 646.  
Giovanni PASCOLI: 547.  
PASSY: ver André DEWAVRIN  
Louis PASTEUR: 894.  
São PAULO de Tarso: 965.  
Friedrich PAULUS: 992.  
PAVEL (Francisco Paula de Oli-  
veira): 108.  
Dimitri Grigorievitch PAVLOV:  
815.  
Karl PEARSON: 539-540.  
Mário PEDROSA: 1340.  
Charles PÉGUY: 567.  
Charles Sanders PEIRCE: 847.  
PELAGIO: 966.  
Julián PEMARTÍN SANJUÁN: 322.  
Nuno Teotónio PEREIRA: 367.  
Pedro Theotónio PEREIRA: 101,  
108, 111, 133, 785, 808,  
826, 1021, 1224.
- Óscar PÉREZ SOLIS: 798.  
Jehoshua PERLE: 1051.  
Juan Domingo PERÓN: 14-15,  
55, 188-208, 210, 228, 275,  
1355.  
María Eva Duarte de PERÓN:  
193-195, 198, 200, 202.  
Mario PERRONE: 306, 308, 309.  
Pio PERRONE: 306, 308, 309.  
François FERROUX: 1346, 1347.  
Matthew Calbraith PERRY: 1069.  
Fernando PESSOA: 1240-1241.  
Johann Heinrich PESTALOZZI:  
837.  
Angel PESTAÑA NÚÑEZ: 799, 813.  
Philippe PÉTAIN: 97, 168, 174-  
178, 182, 185-187, 210, 238,  
240, 260, 265, 372, 375,  
377-379, 382, 776, 1000,  
1244, 1249, 1258, 1260,  
1271, 1272, 1322, 1339,  
1395.  
Symon Vasylyovytsch PETLYURA:  
1027-1028.  
Jean-Pierre PEUGEOT: 325-326.  
Franz PFEMFERT: 688.  
Mario PIAZZESI: 1118.  
Franklin PIERCE: 1069.  
PIERO DELLA FRANCESCA: 1232.  
Józef PIŁSUDSKI: 109, 290, 521,  
532, 538.  
Alfredo PIMENTA: 1022.  
Allan PINKERTON: 56-57.  
Valentim Xavier PINTADO: 367.  
Francisco Correia PINTO: 102.  
Pio X: 66.  
Pio XI: 82-83, 153.  
Pio XII: 125.  
Luigi PIRANDELLO: 1143.  
Giovanni Battista PIRANESI:  
1196-1197, 1199-1203.  
Marceau PIVERT: 172, 173, 562,  
745, 1252.  
Hartmut PLAAS: 277, 338.  
Max PLANCK: 961.  
PLATÃO: 752, 858, 1236.  
Georgi Valentinovitch PLEKHA-  
NOV: 642.  
Johann PLENGE: 678.  
Alfred PLOETZ: 968, 993, 1267.  
Jacques PLONCARD D'ASSAC:  
330, 411, 550.  
Oswald POHL: 437, 1402.  
Feivel POLKES: 1041, 1042.  
Johannes POPITZ: 119.  
Leopold POPPER VON PODH-  
RAGY: 997.  
Charles PORTAL: 1095-1096.  
Nuno PORTAS: 367.  
Émile POUGET: 572.  
Henry POULAILLE: 173.

- Ezra POUND: 13, 220, 222-224, 869, 952, 1012, 1117, 1140, 1240, 1268, 1394.
- duque POZZO DI BORGO: 1259.
- Enrico PRAMPOLINI: 1128.
- Mahendra PRATAP: 1316-1317.
- Raúl PREBISCH: 1341-1342, 1346-1348.
- Evgueni Alexeievitch PREOBRAZHENSKY: 481, 485, 652, 659-664.
- Francisco Rolão PRETO: 106-108, 112, 568, 1021-1022, 1241, 1421.
- Giovanni PREZIOSI: 1002, 1013, 1017-1018.
- Giuseppe PREZZOLINI: 549, 586.
- Uvedale PRICE: 1179, 1189.
- Horacio Martínez PRIETO: 817.
- Indalecio PRIETO TUERO: 321, 322, 784-785, 788, 807, 811-816.
- José Antonio PRIMO DE RIVERA Y SÁENZ DE HEREDIA: 13, 56, 129-131, 134-136, 322-325, 358-362, 798-805, 812-814, 960, 1118, 1233, 1235, 1392.
- Miguel PRIMO DE RIVERA Y ORBAÑEJA: 62-63, 131, 190, 204, 290, 321, 322, 324, 796, 798, 812, 1019.
- Pilar PRIMO DE RIVERA Y SÁENZ DE HEREDIA: 135, 806.
- Raul PROENÇA: 215.
- Aleksandr Andreyevitch PROKHANOV: 1360.
- Pierre Joseph PROUDHON: 527, 539, 551, 560-561, 576, 1266, 1421.
- Giacomo PUCCINI: 56.
- Pierre PUCHEU: 172, 326-328, 376, 378, 1000.
- Emil PUHL: 384, 386-387.
- Vladimir Vladimirovitch PUTIN: 1362.
- Gonzalo QUEIPO DE LLANO Y SIERRA: 790.
- Manuel QUEZÓN Y MOLINA: 1290, 1295.
- Julião QUINTINHA: 1145.
- Karl Bergardovitch RADEK: 619, 633, 637, 671, 681-686, 688-690, 712, 717-720, 744.
- Mátyás RAKOSI: 686.
- Khristian Georgievitch RAKOVSKY: 234, 563, 633-634.
- Alberto RAMALHEIRA: 367.
- Pedro Pablo RAMÍREZ: 204.
- Benigno RAMOS: 1289, 1292, 1293.
- Hipólito RAPOSO: 109-110, 1241.
- Walther RATHENAU: 262, 682, 1227.
- Friedrich RATZEL: 952.
- Hermann RAUSCHNING: 123-124, 714.
- Henry RAWLINSON: 1080, 1110.
- Lucien REBATET: 168, 183, 433, 457, 560, 567, 578, 774, 777, 790, 911, 1000, 1098, 1155, 1165-1166, 1207, 1217, 1263, 1266, 1268, 1269, 1271-1273.
- José Pequito REBELO: 14, 106, 110, 332.
- Onésimo REDONDO ORTEGA: 106, 797, 804, 805, 1020.
- Eugen von REIBNITZ: 671, 682.
- Walther von REICHENAU: 594, 982.
- Sidney REILLY: 59.
- Artur Virgílio Alves dos REIS: 215.
- Hermann REMMELE: 687, 689, 695, 702.
- RÉMY: ver Gilbert RENAULT
- Ernest RENAN: 331, 567.
- Gilbert RENAULT: 1256.
- Louis RENAULT: 376, 381.
- Paul REUSCH: 683.
- Ernst zu REVENTLOW: 671, 686.
- Cecil RHODES: 736.
- David Borisovitch RIAZANOV: 520, 535.
- Joachim von RIBBENTROP: 219, 264, 457, 491, 673, 919, 1270.
- Manuel RIBEIRO: 27.
- Artemio RICARTE Y GARCÍA: 1292.
- Dionisio RIDRUEJO JIMÉNEZ: 24, 177, 806, 810, 1120.
- Rainer Maria RILKE: 1141.
- Emmanuel RINGELBLUM: 445, 446, 891, 1025, 1049, 1051, 1082, 1165, 1403.
- Karl RITTER: 1206.
- Bruno RIZZI: 476-482, 688.
- Hubert ROBERT: 1180, 1185, 1187-1188.
- Frederick ROBERTS: 736.
- Maximilien ROBESPIERRE: 330, 1115.
- José Augusto Alves ROÇADAS: 1149.
- Alfredo ROCCO: 13, 390.
- conde de RODEZNO: 135.
- António Augusto Gonçalves RODRIGUES: 108.
- Manuel RODRIGUES: 108.
- Mariano RODRÍGUEZ VÁZQUEZ: 818, 1018.
- Karl Anton, príncipe de ROHAN: 13.
- Ernst RÖHM: 117, 118, 254, 311, 674, 710, 713-714, 875, 878, 895-896, 964.
- Eleuterio ROIG: 821.
- Beppo RÖMER: 699.
- Erwin ROMMEL: 456, 1320, 1321.
- Adriano ROMUALDI: 277, 913, 1325-1326.
- Eleanor ROOSEVELT: 1073.
- Franklin Delano ROOSEVELT: 134, 223, 225, 262, 457, 458, 463, 470, 475, 476, 479, 1060, 1070-1073, 1075-1077, 1079, 1083, 1087, 1096-1098, 1365.
- Theodore ROOSEVELT: 862, 868, 1399.
- Miguel Jacobetty ROSA: 1151.
- Salvator ROSA: 1176.
- Juan Manuel de ROSAS: 205, 845.
- Alfred ROSENBERG: 41, 115, 120-123, 254, 263, 311, 341, 410, 415, 420, 422, 427, 440, 448, 460, 673, 681, 688, 746, 832, 854, 868, 869, 876, 879, 884-888, 890, 896, 897, 899, 900, 903, 904, 906-908, 912, 915, 917-919, 923-924, 929, 935, 936, 940, 945, 948, 950, 951, 953, 956, 958-963, 986-989, 997, 1005, 1014, 1106, 1153-1156, 1158, 1160, 1163, 1217-1220, 1269, 1270, 1310, 1313, 1319, 1331, 1370, 1388, 1391, 1419.
- Gerhard ROSSBACH: 115.
- Carlo ROSSELLI: 179, 181.
- Nello ROSSELLI: 179, 181.
- Edmondo ROSSONI: 730.
- visconde de ROTHERMERE: 262.
- Jean-Jacques ROUSSEAU: 102, 329-330, 677, 1180, 1181, 1183, 1195, 1205-1206.
- David ROUSSET: 482, 487, 488, 704, 970-971.
- Manuel ROXAS Y ACUÑA: 1294, 1295.
- Manuel Araneta ROXAS II: 1295.
- Claude ROY: 1272.
- ROYAMA Masamichi: 1278.
- Ernst RÜDIN: 867, 871, 872, 874.
- Julio RUIZ DE ALDA MIQUELEIZ: 322-323, 805.
- Mordechai Chaim RUMKOWSKI: 1053.
- Gerd von RUNDSTEDT: 920, 982.

- Arthur RUPPIN: 1041, 1045.  
 ibn RUSHD: 1368.  
 Bertrand RUSSELL: 329, 847, 1206.  
 Luigi RUSSOLO: 1132, 1134.  
 Alexei Ivanovitch RYKOV: 650, 661.  
 marquês SÁ DA BANDEIRA: 1224.  
 Anwar al-SADAT: 1320.  
 marquês de SADE: 1194, 1365.  
 Jacques SADOUL: 629.  
 Anton SAEFKOW: 706.  
 Mohammad SAID: 1325.  
 SAINT-LOUP: ver Marc AUGIER  
 Valentine de SAINT-POINT: 1122-1123, 1365, 1369.  
 Claude-Henri de SAINT-SIMON: 64, 330, 410, 526-527, 570, 853.  
 Antonio SALANDRA: 84, 85.  
 António de Oliveira SALAZAR: 14, 24, 49, 66, 97-114, 133, 134, 138, 143, 277, 330, 362-367, 371, 566, 826, 1021, 1023, 1089, 1140, 1143-1145, 1148-1152, 1218, 1240, 1345, 1391, 1395.  
 Cesare SALETTA: 465-466.  
 João SALGUEIRO: 367.  
 Karl SALLER: 875, 878, 900.  
 Robert SALMON: 1261.  
 Ernst von SALOMON: 13, 39, 115, 213, 270, 276-277, 599, 878, 887, 897, 917.  
 Luigi SALVATORELLI: 213, 348-349.  
 Paul SAMUELSON: 474.  
 José SÁNCHEZ REQUENA: 801.  
 Guermann Borisovitch SANDO-MIRSKI: 89-90.  
 José SANJURJO SACANELL: 804.  
 José de SAN MARTÍN: 610.  
 Antonio SANT'ELIA: 1132.  
 António SARDINHA: 97, 170, 1022, 1205, 1241.  
 Margherita SARFATTI: 339, 1003, 1005, 1141.  
 Djula ŠAŠ: 293.  
 Fritz SAUCKEL: 436, 437, 451-452.  
 Alfred SAUVY: 1338, 1339.  
 Friedrich Karl von SAVIGNY: 834, 900, 1365.  
 Boris Viktorovitch SAVINKOV: 280.  
 Pyotr Nicolaevitch SAVITSKY: 1359.  
 U SAW: 1301-1303, 1305, 1307.  
 Hjalmar SCHACHT: 317-320, 365, 385, 407, 423, 425, 454-455, 463.  
 Friedrich Wilhelm Joseph von SCHELLING: 838, 840, 886, 957, 959, 963.  
 Julius SCHENK: 412.  
 Richard SCHERINGER: 688, 699-700.  
 Max Erwin von SCHEUBNER-RICHTER: 117, 312.  
 Arno SCHICKEDANZ: 948.  
 Leo SCHLAGETER: 684, 686, 689, 1226.  
 Friedrich von SCHLEGEL: 834, 835, 839, 843.  
 Kurt von SCHLEICHER: 290, 316-317, 319, 710-714, 719, 728, 778, 876-877.  
 Friedrich SCHLEIERMACHER: 834, 838, 843.  
 Gustav SCHLOTTERER: 942.  
 Carl SCHMITT: 561, 897-899, 1070.  
 Kurt SCHMITT: 463.  
 Charles SCHNEIDER: 1253.  
 Hans Joachim SCHOEPS: 998-999.  
 Arnold SCHÖNBERG: 420.  
 Georg von SCHÖNERER: 356.  
 Arthur SCHOPENHAUER: 957, 1061, 1228.  
 Justus Georg SCHOTTEL: 835.  
 Fritz SCHRÖDER: 215.  
 Eugène SCHUELLER: 179-180.  
 Bruno Kurt SCHULTZ: 889.  
 Bruno SCHULZ: 1165.  
 Paul SCHULZE-NAUMBURG: 1155.  
 Kurt von SCHUSCHNIGG: 48, 277.  
 Alfredo Ildefonso SCHUSTER: 94.  
 Felix zu SCHWARZENBERG: 512.  
 Carlo SCORZA: 355.  
 Hans von SEECKT: 672, 717-720, 722.  
 Alwin SEIFERT: 1398, 1419.  
 Ignaz SEIPEL: 150-151.  
 SENNACHERIB: 1377.  
 Gustavo de Matos SEQUEIRA: 1147, 1148.  
 Joel Dreiblat SEQUERRA: 1021.  
 Samuel Dreiblat SEQUERRA: 1021.  
 Peter-Heinz SERAPHIM: 444-445.  
 Victor SERGE: 58, 241, 243, 247-250, 270, 279-280, 321, 490, 543, 561, 625, 626, 635, 651, 665, 685-687, 696, 775, 1238, 1326.  
 Víctor de la SERNA Y ESPINA: 808.  
 Ramón SERRANO SÚÑER: 134, 136, 815.  
 Giacinto SERRATI: 35.  
 Étienne SERRÈS: 1385.  
 Bernard SERRIGNY: 238.  
 Josep María SERT I BADIA: 1226.  
 Emilio SETTIMELLI: 1129, 1132.  
 Gino SEVERINI: 1126-1128.  
 conde de SHAFTESBURY: 1186.  
 Yitzhak SHAMIR: 1063.  
 George Bernard SHAW: 865.  
 SHIMOI Harukichi: 154.  
 Maurice-Ivan SICARD: 911.  
 Carl Friedrich von SIEMENS: 321.  
 Emmanuel Joseph SIEYÈS: 69, 853, 1339.  
 António Maria da SILVA: 104.  
 Horia SIMA: 49, 144-147.  
 Roberto SIMONSEN: 1345.  
 ibn SĪNĀ: 1368.  
 Sutan SJAHRIR: 1282, 1284.  
 Vladimir Mikhailovitch SMIRNOV: 659-660.  
 Volodia SMIRNOV: 469-470, 491.  
 Jan SMUTS: 738.  
 Henricus SNEEVLIET: 772.  
 John SOANE: 1188-1189.  
 SÓCRATES: 858.  
 SOE: 1301, 1302, 1307, 1308.  
 Alfred SOHN-RETHEL: 315.  
 José SOLÍS RUIZ: 827.  
 Werner SOMBART: 412, 952, 1341, 1347.  
 Georges SOREL: 88, 106, 255, 283, 339, 395, 410-411, 555-557, 559-563, 566-568, 572-582, 584, 586, 731, 753-755, 834, 1001, 1022, 1134-1135, 1138, 1153, 1241.  
 Georges SOULÈS: 181, 1338, 1339.  
 Boris SOUVARINE: 487.  
 Albert SPEER: 380, 381, 436-437, 444, 451, 458, 459, 595, 943, 992-993, 1100-1101, 1151, 1155-1157, 1161, 1213, 1215, 1247, 1355-1356.  
 Herbert SPENCER: 847.  
 Oswald SPENGLER: 55, 334, 412-413, 498, 674-678, 712, 749, 753, 875, 877-878, 958, 1373-1374.  
 Charles SPINASSE: 375, 1338, 1339.  
 Ugo SPIRITO: 351-352, 1364.  
 Iosif Vissarionovitch STALIN: 24, 265, 268, 291, 293, 454, 456-458, 461, 468, 469, 473, 475, 481, 487, 490, 492, 519, 535, 631, 649, 653, 658, 659, 661-663, 665, 666, 692, 695, 696, 703, 721, 722, 791, 792, 918, 1102, 1157, 1258, 1270, 1308,

- 1360, 1361.  
Anna Kornilovna STARINOVA: 792, 819.  
Johannes STARK: 955, 957-959, 1374.  
Isaac Natchman STEINBERG: 615, 618, 620-622.  
Rudolf STEINER: 966, 1389, 1400-1402.  
Avraham STERN: 1057-1058, 1063.  
Hellmuth STIEFF: 923.  
Henry Lewis STIMSON: 1072, 1078.  
Edmund Hugo STINNES: 315.  
Hugo STINNES: 315, 669, 687.  
Adolf STÖCKER: 65.  
Lothrop STODDARD: 851, 858, 868, 869, 880, 910, 915, 944, 956, 1085, 1279.  
Gregor STRASSER: 126, 127, 254, 313, 318, 319, 393, 414, 415, 677, 689, 699, 708-715, 875-879, 887, 895-896, 900, 917, 934, 958, 1008, 1217.  
Otto STRASSER: 121, 313, 337, 677, 699, 700, 707, 708, 715, 778-779, 875, 876, 878, 880, 895-896, 899, 901, 934, 1155, 1164.  
Julius STREICHER: 891, 894, 980, 1388.  
August STRINDBERG: 914.  
Wilhelm STUCKART: 1045.  
Mihail STURDZA: 219, 1223.  
Luigi STURZO: 82, 470.  
Giacomo SUARDO: 398.  
Georges SUAREZ: 1273.  
Achmad SUKARNO: 1282-1286.  
Mustafa SUPHI: 636.  
Fulvio SUVICH: 1004-1006.  
Ferenc SZÁLASI: 61, 62, 211, 1054, 1371.  
William Howard TAFT: 1331.  
Pierre TAITTINGER: 999, 1000.  
TAKABATAKE Motoyuki: 163.  
Eusébio TAMAGNINI: 108.  
Friedrich TAMMS: 1215.  
Gabriel TARDE: 75.  
Angelo TASCA: 584.  
Joaquim TAVEIRA: 363.  
Frederick TAYLOR: 345.  
Viktor Mikhailovitch TCHERNOV: 234.  
Georgi Vassilievitch TCHITCHE-  
RIN: 619, 629, 634.  
Kornei Ivanovitch TCHUKOVSKY: 243.  
TERAUCHI Hisaichi: 1070, 1285, 1316.  
August THALHEIMER: 25, 290, 471, 682, 683, 686, 687, 690, 692.  
Ernst THÄLMANN: 692, 694-697.  
THAN Tun: 1301, 1302, 1305, 1307.  
THEOGNIS de Mégara: 858.  
Albert THIBAUDET: 555.  
Otto Georg THIERACK: 438-439.  
Augustin THIERRY: 853.  
Georg THOMAS: 444.  
Henry David THOREAU: 1399.  
Hester Lynch THRALE PIOZZI: 1170, 1187.  
Fritz THYSSEN: 312-314, 316, 319, 687.  
Giovanni Battista TIEPOLO: 1176.  
Adriano TILGHER: 213, 349.  
Paul TILLICH: 123.  
Jozef TISO: 66-67, 211, 1354.  
Alexis de TOCQUEVILLE: 1329.  
Fritz TODT: 422, 825, 1161, 1398.  
Palmiro TOGLIATTI: 36, 70, 292-294, 730-731, 824, 1119.  
TŌJŌ Hideki: 1075.  
Rudolf TOMASCHEK: 957.  
Ferdinand TŌNNIES: 1373-1375.  
Abdel Kjalak TORRES: 1326.  
TŌYAMA Mitsuru: 1274.  
Lev Davydovitch TROTSKY: 25, 70, 234, 244, 249, 275, 286-291, 293, 294, 300, 330, 468, 469, 471-473, 475, 489-490, 616-618, 623, 626-630, 634, 638, 640, 643, 646-649, 651, 653-659, 661, 662, 664-666, 686, 717-719, 721-722, 770-773, 782, 793, 885, 1184, 1317, 1363.  
Adam von TROTT ZU SOLZ: 715-716.  
Mikhail Nikolaievitch TUKHATCHEVSKY: 671-673, 686, 721.  
Ivan Sergeevitch TURGUENEV: 854.  
Joseph Mallord William TURNER: 1175-1177.  
Gustav UCICKY: 1218.  
Walter ULBRICHT: 284, 285.  
Miguel de UNAMUNO Y JUGO: 130, 1224-1236.  
Hugo URBANNS: 475.  
José Félix URIBURU: 188-189, 204.  
Claude VACHER DE LAPOUGE: 1266.  
Georges VACHER DE LAPOUGE: 540, 854, 860, 1266, 1387.  
Paul VALÉRY: 1366.  
Xavier VALLAT: 175.  
Georges VALOIS: 106, 471, 561-564, 980, 1006.  
Émile VANDERVELDE: 542-543.  
Getúlio VARGAS: 228, 1345.  
Jorge Bartolome VARGAS: 1290.  
Louis-Eugène VARLIN: 527-529, 544, 557.  
Nikolai Ivanovitch VAVILOV: 1378.  
Ferruccio VECCHI: 1136-1137.  
VERCORS (Jean Bruller): 1254.  
Jean VERMEIRE: 1215.  
Joseph VERNET: 1185.  
Otmar von VERSCHUER: 870, 874, 885.  
Emile VERVIERS: 66.  
Pierre VÉSINIER: 537.  
Rafael VIDIELLA I FRANCH: 732.  
José VILLALBA RUBIO: 781.  
Fyodor Viktorovitch VINBERG: 673.  
Volodymir Kyrylovytch VINNITCHENKO: 633.  
VIRIATO: 780.  
Xavier de VIRIEU: 1260.  
VÍTOR EMANUEL III: 80, 91, 591, 1004.  
Andrei Andreevitch VLASSOV: 940-942.  
Albert VÖGLER: 316.  
VOLIN (Vsevolod Mikhailovitch Eikhenbaum): 625.  
Gioacchino VOLPE: 14, 84, 85, 88, 213, 349, 562, 578, 586, 727, 1003, 1010, 1011, 1140.  
VOLTAIRE (François-Marie Arouet): 1180.  
Klement Yefremovitch VOROCHILOV: 791, 792.  
Eduard WAGNER: 926.  
Gerhard WAGNER: 967.  
Richard WAGNER: 420, 539, 844, 888, 890, 1121, 1128, 1152, 1217.  
Alfred Russel WALLACE: 857.  
Robert S. WARD: 1281.  
Antoine WATTEAU: 1185.  
Warren WEAVER: 870.  
Max WEBER: 49, 339, 496, 503, 758, 968, 1206.  
Jan Baptist WEENIX: 1182-1183.  
Carl WEIHE: 957.  
Simone WEIL: 216, 239, 782, 1108, 1218, 1246, 1247, 1254-1256, 1260.  
Wolfgang von WEISL: 1003, 1033.  
Chaim WEIZMANN: 1027-1032, 1064.

Ernst von WEIZSACKER: 595.  
Otto WELS: 703.  
François de WENDEL: 1000.  
Abraham Gottlieb WERNER: 831.  
Julius WERNHER: 735-736.  
Fritz WETH: 677-678.  
Michael WHARTON: 1318.  
George Stuart WHITE: 1110.  
Harry Dexter WHITE: 384.  
Leon WHITNEY: 868.  
Oscar WILDE: 1122, 1307.  
George Washington WILLIAMS:  
1330.  
Henry WILSON: 247.  
Woodrow WILSON: 46.  
duque de WINDSOR: ver EDUAR-  
DO VIII

Herbert WINDT: 1206.  
Stephen WISE: 1060-1061,  
1082, 1091.  
Dieter WISLICENY: 885.  
Fritz WOLFFHEIM: 412, 666, 669-  
674, 676, 682, 684, 686.  
Willi WOLFRADT: 245.  
Ludwig WOLTMANN: 540.  
Hippolyte WORMS: 1000.  
Petr Nicolaevitch WRANGEL: 625.  
Joseph WRIGHT «of Derby»:  
1191-1192.  
Juan de YAGÜE Y BLANCO: 811,  
815, 826.  
Yo Un-yong: 1298.  
YOSHINO Sakuzō: 334.  
Hipólito YRIGROYEN: 188-189,

205-206.  
Emiliano ZAPATA: 1108.  
Vera Ivanovna ZASSULITCH: 532-  
534.  
Jean ZAY: 373-374.  
Clara ZETKIN: 25, 27, 292, 293,  
691.  
Warren ZIMMERMANN: 295.  
Grigori Evseevitch ZINOVIEV: 24,  
631, 637, 673, 684, 690-692,  
718.  
Ludovic ZORETTI: 171.  
Sergei Vassilievitch ZUBATOV:  
1359.  
Stefan ZWEIG: 997.  
Gennady Andreyevitch ZYUGA-  
NOV: 1360-1361.



